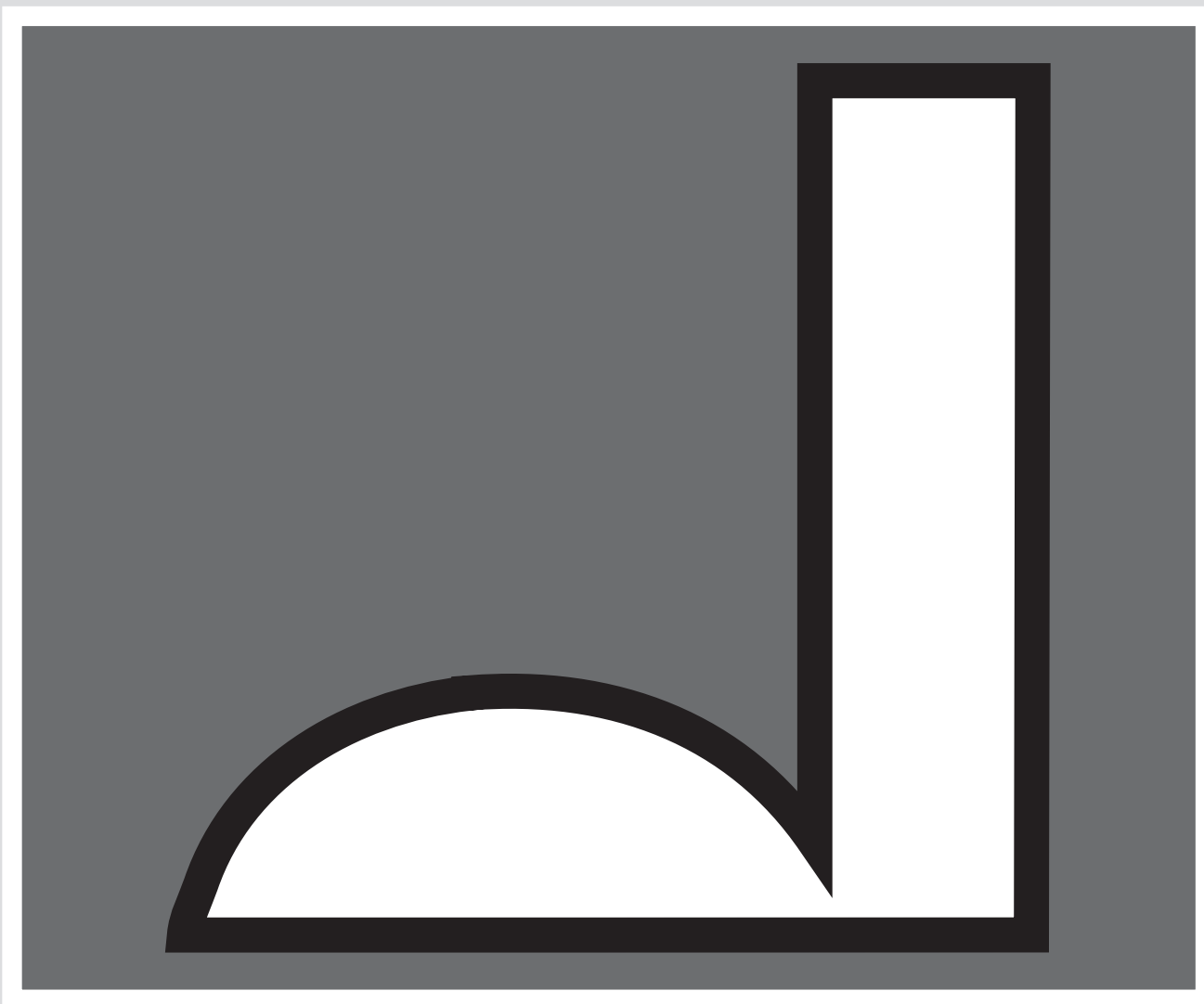




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL
ATAS DE COMISSÕES

VOLUME II/ IV

ANO LXII - SUP. AO Nº 80 - SEXTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR ⁽¹⁾
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – PFL-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER	LÍDER Ideli Salvatti – PT	LÍDER Lúcia Vânia
VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles	VICE-LÍDERES
..... LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp	 LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti	 LÍDER DO PFL – 17 José Agripino
VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves
	LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira	LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio
	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias ⁽¹⁾ Marisa Serrano Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3 João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR Exedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

⁽¹⁾ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do cargo a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I	
1 – ATAS DA S DE COMISSÕES	
1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	
Ata da Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em conjunto com as demais comissões permanentes, em seis de fevereiro de dois mil e sete, às dezesseis horas, no plenário do Senado Federal.	10
Ata da Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em treze de fevereiro de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.	11
Ata da Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.	30
Ata da Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em seis de março de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ..	60
Ata da Quinta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em conjunto, com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em treze de março de dois mil e sete, às dez horas, no plenário do Senado Federal.	93
Ata da Sexta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte de março de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ..	132
Ata da Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e sete de março de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.	156
Ata da Oitava Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em três de abril de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ..	186
Ata da Nona Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Conjunta, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em quatro de abril de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ..	212
Ata da Décima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dez de abril de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.	246
Ata da Décima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezessete de abril de dois mil e sete, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.	277
1.2 – Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios	
Ata da Primeira Reunião da Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezessete de abril, de dois mil e sete, às quatorze horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.	303
Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Le	

gislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e seis de abril, de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal. 305

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em sete de maio, de dois mil e sete, às dezessete horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal..... 310

Ata da Quarta Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em quatorze de maio, de dois mil e sete, às dezessete horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal..... 339

Ata da Quinta Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e um de maio, de dois mil e sete, às dezenove horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal..... 372

1.2.1 – Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais

Ata da Primeira Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em doze de abril, de dois mil e sete, às quatorze horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. 405

1.2.2 – Subcomissão Temporária da Reforma Tributária

Ata da Primeira Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em doze de abril, de dois mil e sete, às doze horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal..... 406

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e três de abril, de dois mil e sete, às dezenove horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal. 412

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em sete de maio, de dois mil e sete, às dezenove horas, na Sala de Reuniões nº 15, Ala Alexandre Costa, Senado Federal..... 433

Ata da Quarta reunião da Subcomissão Temporária da reforma tributária, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e um de maio, de dois mil e sete, às dezenove horas, na Sala de Reuniões nº 15, Ala Alexandre Costa, Senado Federal..... 458

1.3 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e oito de março de dois mil e sete, quarta-feira às doze horas e cinco minutos. 484

Ata da Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia quatro de abril de dois mil e sete, às dez horas e oito minutos. 503

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com A Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dez de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às dez horas..... 536

Ata da Décima Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia onze de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas. 564

Ata da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezoito de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às nove horas e trinta minutos. 581

Ata da Décima Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e cinco de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas..... 606

Ata da Décima Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a Décima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e cinco de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às quatorze horas. 612

Ata da Décima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da Primeira

Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dois de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

622

Ata da Décima Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com a Décima Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia três de maio de dois mil e sete, quinta-feira, às quatorze horas.....

630

Ata da Décima Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a Terceira Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia nove de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

659

Ata da Décima Nona Reunião, Extraordinária, da comissão de assuntos sociais, conjunta com a Vigésima Primeira Reunião, Extraordinária, da comissão de direitos humanos e legislação participativa, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia quinze de maio de dois mil e sete, terça-feira, às quatorze horas.....

682

Ata da Vigésima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezesseis de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

701

Ata da Vigésima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e três de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

712

1.4 – Retificação

Ata da Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com a Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e a Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e um de março de dois mil e sete, quarta-feira, às dez horas.....

736

1.5 – Ata da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezenove de abril de dois mil e sete, quinta-feira, às nove horas.....

737

1.5.1 – Ata da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde

Ata da Décima Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta, com a Terceira Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia nove de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

741

1.6 – Comissão de Educação

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e sete de março de dois mil e sete.....

764

Ata da Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em três de abril de dois mil e sete.....

783

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da comissão de assuntos sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dez de abril de dois mil e sete.....

817

Ata da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Terceira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e quatro de abril de dois mil e sete.....

846

Ata da Décima Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em oito de maio de dois mil e sete.....

866

Ata da Décima Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dez de maio de dois mil e sete.....

876

Ata da Décima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em quinze de maio de dois mil e sete.....

905

Ata da Décima Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezesseis de maio de dois mil e sete.....

921

Ata da Décima Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira

Legislatura, realizada em vinte e dois de maio de dois mil e sete.....	949
Ata da Décima Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e quatro de maio de dois mil e sete.....	959

VOLUME II

1.7 – Ata da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social

Ata da Primeira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em treze de março de dois mil e sete.	1004

Ata da Segunda Reunião, Ordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em onze de abril de dois mil e sete.....	1006

Ata da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Terceira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e quatro de abril de dois mil e sete.....	1014

1.8 – Comissão do Meio Ambiente

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia sete de fevereiro de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos.....	1034

Ata da Terceira Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia treze de fevereiro de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos.....	1043

Ata da Quarta Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos.....	1070

Ata da Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia sete de março de dois mil e sete às nove horas.	1075

Ata da Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira	

Legislatura, do dia quatorze de março de dois mil e sete às nove horas.....	1087

Ata da Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e um de março de dois mil e sete às nove horas.....	1099

Ata da Oitava Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e sete de março de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos.	1120

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto, com a da Décima Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia doze de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas.	1136

Ata da Décima Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Décima Terceira Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e da Décima Primeira Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Extraordinárias, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em conjunto, no dia dezessete de abril de dois mil e sete, às dez horas e trinta minutos, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.	1187

Ata da Décima Primeira Reunião, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto, com a, da Nona Reunião da comissão de agricultura e reforma agrária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezoito de abril de dois mil e sete.	1216

Ata da Décima Segunda Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e quatro de abril de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..	1257

Ata da Décima Terceira Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia quinze de maio de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos.....	1261

Ata da Décima Quarta Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e dois de maio de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos.....	1280

Ata da Décima Sexta Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e nove de maio de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1292

1.8.1 – Subcomissão de Aquecimento Global

Ata da Primeira Reunião, de instalação, da Subcomissão Destinada a Estudar o Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em sete de fevereiro de dois mil e sete, às doze horas e cinquenta minutos..... 1294

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Subcomissão destinada a Estudar o Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete, às onze horas..... 1296

Ata da Terceira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão destinada a Estudar o Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em sete de março de dois mil e sete, às quatorze horas..... 1297

Ata da Quarta Reunião, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, da Subcomissão Permanente do Aquecimento Global, Conjunta com a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas e a Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas no Brasil”, realizada em vinte e oito de março de dois mil e sete, quarta feira, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho..... 1299

1.8.2 – Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Ata da Primeira Reunião, de instalação, da Subcomissão Temporária para a discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e seis de abril de dois mil e sete, às onze horas e trinta minutos..... 1328

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de resíduos sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em oito de maio de dois mil e sete, após onze horas e trinta minutos.. 1330

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de resíduos sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezessete de maio de dois mil e sete, quinta-feira, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 15, Ala senador Alexandre Costa. 1332

1.9 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Ata da Oitava Reunião, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e nove de março do ano de dois mil e sete, às onze horas. 1349

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia três de abril do ano de dois mil e sete, às onze horas. 1380

Ata da Décima Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em Conjunto, com a Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia doze de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1392

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezessete de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas e trinta minutos. 1443

Ata da Décima Segunda Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezoito de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1472

Ata da Décima Terceira Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores E Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, Realizada no dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1487

Ata da Décima Quarta Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dez de maio do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1492

Ata da Décima Quinta Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezessete de maio do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1508

1.10 – Ata da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas

Ata da Primeira Reunião, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, realizada no dia oito de março do ano de dois mil e sete, às onze horas. 1519

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, realizada no dia quatorze de março do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1520

Ata da Terceira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional de Mudanças Climáticas, Conjunta com a Quarta Reunião da Subcomissão Permanente do Aquecimento Global e a Quarta Reunião da Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas no Brasil”, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e oito de março do ano de dois mil e sete, às nove horas e trinta minutos..... 1547

1.11 – Ata da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Ata da Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e cinco de abril de dois mil e sete, às onze horas e vinte e um minutos..... 1157

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dez de maio de dois mil e sete. 1589

Ata da Décima Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em quinze de maio de dois mil e sete. 1605

1.12 – Ata da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em nove de maio de dois mil e sete. 1631

1.13 – Ata da Comissão Mista Especial das Mudanças Climáticas

Ata da Sexta Reunião – realizada em 17-4-2007..... 1656

Ata da Sétima Reunião – realizada em 26-04-2007 1682

Ata da Oitava Reunião – realizada em 7-5-2007 1983

Ata da Nona Reunião – realizada em 8-5-2007 1741

Ata da Décima Reunião – realizada em 16-5-2007 1744

VOLUME III

1.14 – Ata da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – REQ. 7/2005-CN

Ata da 1ª Reunião – Realizada em 20-7-2005..... 1762

Ata da 2ª Reunião – Realizada em 1-8-2005 1789

Ata da 3ª Reunião – Realizada em 3-8-2005 1818

Ata da 4ª Reunião – Realizada em 4-8-2005 1824

Ata da 5ª Reunião – Realizada em 9-8-2005 1962

Ata da 6ª Reunião – Realizada em 10-8-2005 2122

Ata da 7ª Reunião – Realizada em 11-8-2005 2123

Ata da 8ª Reunião – Realizada em 16-8-2005 2173

Ata da 9ª Reunião – Realizada em 17-8-2005 2291

Ata da 10ª Reunião – Realizada em 18-8-2005 2318

Ata da 11ª Reunião – Realizada em 22-8-2005 2422

Ata da 12ª Reunião – Realizada em 23-8-2005 2438

Ata da 13ª Reunião – Realizada em 24-8-2005 2523

Ata da 14ª Reunião – Realizada em 25-8-2005 2524

Ata da 15ª Reunião – Realizada em 30-8-2005 2564

Ata da 16ª Reunião – Realizada em 31-8-2005 2636

Ata da 17ª Reunião – Realizada em 1-9-2005 2721

Ata da 18ª Reunião – Realizada em 13-9-2005 2748

Ata da 19ª Reunião – Realizada em 14-9-2005 2810

Ata da 20ª Reunião – Realizada em 20-9-2005 2844

VOLUME IV			
		Ata da 28ª Reunião – Realizada em 26-10-	
2005		2005	3261
Ata da 21ª Reunião – Realizada em 21-9-	2904	Ata da 29ª Reunião – Realizada em 27-10-	
2005		2005	3270
Ata da 22ª Reunião – Realizada em 27-9-	3025	Ata da 30ª Reunião – Realizada em 31-10-	
2005		2005	3444
Ata da 23ª Reunião – Realizada em 4-10-	3037	Ata da 31ª Reunião – Realizada em 1-11-	
2005		2005	3491
Ata da 24ª Reunião – Realizada em 5-10-	3091	Ata da 32ª Reunião – Realizada em 8-11-	
2005		2005	3492
Ata da 25ª Reunião – Realizada em 18-10-	3150	Ata da 33ª Reunião – Realizada em 9-11-	
2005		2005	3540
Ata da 26ª Reunião – Realizada em 19-10-	3216	Ata da 34ª Reunião – Realizada em 16-11-	
2005		2005	3602
Ata da 27ª Reunião – Realizada em 25-10-	3226		

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2007.

Às treze horas e trinta e oito minutos do dia treze de março de dois e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Flavio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Marisa Serrano, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel e Raimundo Colombo. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marconi Perillo, Rosalba Ciarlini e Valter Pereira. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o biênio 2007/2008. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns convida os Senhores Senadores Romeu Tuma e Marco Maciel para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente: Senador **Demóstenes Torres**, sete (07) votos e para Vice-Presidente: Senadora **Marisa Serrano**, sete (07) votos. Prosseguindo, o Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, proclama eleito e empossado o Senador **Demóstenes Torres** como Presidente e a Senadora **Marisa Serrano** como Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. A seguir, o Senhor Presidente eventual, Senador Flávio Arns passa a palavra ao Presidente recém empossado, Senador Demóstenes Torres. O Presidente eleito, profere seu discurso de posse e passa a palavra a Vice-Presidente eleita para também proferir o seu discurso de posse. O Senhor Presidente, Senador Demóstenes Torres, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Havendo número regimental declaro aberta a

1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música, e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e da Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Foi registrado até o presente momento a seguinte chapa: Para Presidente, Senador Demostenes Torres. Para Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano. Sobre a Mesa encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela ordem, Presidente. Saber se já há candidatos indicados ou apresentados para gente poder votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim. Há uma chapa registrada até o momento para Presidente. Senador Demostenes Torres, para Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se é voto secreto, eu voto com orgulho nos dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – (risos) Então passo a chamar os Senadores que compõem esta Comissão para vir apanhar a cédula para votação. Demostenes Torres; Romeu Tuma; Rosalba Ciarlini; Marisa Serrano; Marco Maciel; Senador Paulo Paim; Senador Paulo Duque e Senador Flávio Arns, eu próprio. Encerrada a votação. Convido o Senador Romeu Tuma e o Senador Marco Maciel para servirem como escrutinadores.

(palmas)

Feita a apuração dos votos, sete votos para Presidente para o Senador Demostenes Torres e para a Vice-Presidenta, Senadora Marisa Serrano. Com alegria convido o Senador Demostenes Torres e a Senadora Marisa Serrano a assumirem a Presidência e Vice-Presidência para conduzirem o restante da reunião. Parabenizando os dois pela e certamente farão como tem feito em todas as áreas em que atuam no Senado Federal um trabalho extraordinário e também nesta área será sem dúvida alguma da mesma forma. Parabéns.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, Flávio Arns, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, em meu nome e em nome da nossa querida Vice-Presidente, Marisa, quero agradecer por essa eleição para que possamos presidir a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Queira Deus que eu tenha o

mesmo destino do nosso querido Sérgio Cabral, me eleger Governador do Rio de Janeiro, não é nem de Goiás. (risos) Claro que meu orgulho é sobremodo a eleição pelo meu Estado. E gostaria de agradecer, dizer que nós vamos, sim, colocar aqui em discussão a criação da Lei Geral do Teatro, desde o seu modelo de financiamento, gestão e formação de público. Nós vamos dar continuidade à discussão e propor medidas legislativas sobre a pirataria na indústria audiovisual. Nós queremos disciplinar o instituto da meia-entrada, agilizar a deliberação de Projeto que visa eliminar a cobrança pelo ECAD aos exibidores de percentual da bilheteria que está aguardando a segunda votação no Plenário do Senado Federal. Nós queremos discutir a regionalização da produção da TV especialmente no que toca cinema, filmes e documentários. Queremos realizar aqui uma Audiência Pública sobre proposição que dispõe sobre desoneração fiscal na importação dos instrumentos musicais e queremos discutir também sobre direitos autorais na música, aprofundar os debates com as entidades ligadas à distribuição, exibição, infra-estrutura da indústria cinematográfica, retomar os encontros com o setor de dança para inclusão como tema dessa Subcomissão, realizar também outras audiências sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, e iniciar a discussão do anteprojeto que versa sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus e proposta de Emenda a Constituição que estabelece condições para a preservação do patrimônio museológico brasileiro. Entre outras proposições. Temos uma tarefa muito grande e esperamos ter o mesmo êxito que a gestão anterior.

Ao meu lado teremos aqui essa grande Senadora que acaba de chegar, mas tem uma experiência fantástica na área de educação, nessa área de preservação do patrimônio histórico, de cinema, teatro, música e comunicação social. E tenho certeza que com o auxílio dos senhores e Srs. Senadoras nós vamos poder fazer um grande trabalho. Que Deus nos proteja. Muito obrigado. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Quero cumprimentá-lo pela Presidência dessa importante Subcomissão aqui da Comissão de Educação, Senadora Marisa Serrano sei que ambos farão belíssimo trabalho e de pronto eu queria também dizer que pode contar comigo para esse debate de um tema tão importante. Eu mesmo fui procurado no Rio Grande do Sul por aqueles que são os proprietários das casas de cinema que estão numa situação desesperadora. Por amor à causa, por entenderem a importância que é o cinema lá no interior, como também nas capitais é que eles ainda estão com as casas abertas. E eles querem fazer esse grande debate aqui nessa Subcomissão, e

eu quero ser parceiro nesse tema, nesse debate, para apontar caminhos que permitam efetivamente que o nosso cinema, eu me lembro da minha juventude, que eu trocava gibi em frente ao cinema, do Zorro, do Tarzan... Enfim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Esse troca-troca de gibis é muito saudável.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É saudável, né? (risos) Porque efetivamente a gente não comprava porque não tinha dinheiro, comprava um e trocava e ia lendo diversos. Mas eu me lembro à importância que era para minha juventude, em vez de hoje a gente ver a violência nas ruas, V.Ex^a. com experiência nessa área ia ao cinema. Ter aquele espaço ali de lazer da mais alta qualidade. Então, conte conosco aqui e parabéns a ambos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Eu queria primeiro agradecer a intervenção de V.Ex^a e dizer que essa Subcomissão, que é a Subcomissão Permanente mais antiga do Senado, ela elaborou justamente um Projeto que visa eliminar a cobrança pelo ECAD aos exibidores de percentual de bilheteria. Isso talvez ajudaria resolveria o problema. E nós deveremos ter uma reunião até o final do mês com representantes dos exibidores para tentar encontrar uma solução legislativa para o problema. Agradecer muito a essa intervenção, agradecer ao nosso Presidente Senador Flávio Arns e a essa grandiosa Senadora, Senadora Marisa Serrano do Mato Grosso do Sul que, com certeza, irá sempre abrilhantar os trabalhos dessa Comissão. Eu peço e vou transferir a palavra para a nossa Senadora para que ela também possa dizer algumas palavras a essa Comissão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Apenas, Sr. Presidente, para dizer da minha alegria de poder participar não só da Comissão de Educação, mas dessa Subcomissão, e agradecer o voto dos nossos pares e dizer que durante os oito anos que eu fui Deputada Federal, os oito anos fiz parte da Subcomissão de Cultura quando fizemos o plano nacional de cultura e discutimos todos os setores envolvendo, tanto o patrimônio material e imaterial e todas as questões relativas à área. E tive a oportunidade dentro do Mercosul de criar em Palermo, na Argentina em Buenos Aires na Universidade de Palermo uma carta de cultura para estudantes do Mercosul que vige até hoje. É uma forma de fazer com que a cultura não só do nosso País, mas de todos os Países que nos fazem fronteira e toda a América Latina possam participar ativamente daquilo que é a expressão maior de um povo que é a sua cultura.

Portanto eu fico muito feliz de estar aqui e dizendo que nós vamos depois ter que fazer alguns acréscimos, um deles vai ser colocar as artes plásticas também como um dos fatores de atuação da nossa Subcomissão que eu acho que isso também é muito importante. Mas fico aqui pronta às suas ordens para que possamos trabalhar juntos em prol da cultura brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Muito obrigado. Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 13h49)

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2007.

Às quinze horas e sete minutos do dia onze de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente no exercício da presidência, com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Paulo Duque, Paulo Paim, Flávio Arns, Sérgio Zambiasi, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro e Francisco Dornelles, reúne-se a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Valter Pereira. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário os seguintes itens: **Item 01: Requerimento nº 001, 2007-SCTMC**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano e Senador Flávio Arns, que “De acordo com o que preceitua o art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas, no âmbito desta Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, sendo a primeira em conjunto com a Comissão de Educação, para debater a pirataria na indústria audiovisual, especificamente nas áreas de cinema, vídeo e música, convidando todos os setores envolvidos na discussão do tema”. O requerimento é aprovado. Neste momento a Senadora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, passa a Presidência ao Senhor Senador Demóstenes Torres, Presidente da Subcomissão para dar continuidade a reunião: **Item 02: Requerimento nº 002, 2007-SCTMC**, de caráter não terminativo, de

autoria dos Senadores Paulo Paim, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi, que requer “... nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão em conjunto com a Comissão de Educação, com o propósito de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2006, que ‘concede isenção do imposto de importação, da contribuição para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público incidente na importação de produtos estrangeiros ou serviços (PIS/PASEP-Importação) e da contribuição social para o financiamento da seguridade social devida pelo importador de bens estrangeiros ou serviços do exterior (Cofins-Importação) aos instrumentos musicais, suas partes e acessórios’, com os seguintes convidados: 1- Alberto Bertolazzi, Presidente da ANAFIN; 2-Roberto Frejat, Músico e Compositor; 3-Déborah Cheyne Prates, Presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do RJ; 4-Clecy Maria Busato Lionço, Secretária Adjunta para Assuntos Aduaneiros; 5-Nelson Eduardo Visconti Weingrill, Presidente da Weril Instrumentos Musicais; 6-Luis Felipe Radicetti, Coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-música”. O requerimento é aprovado. **Item 03: Requerimento nº 003, 2007-SCTMC**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles e Paulo Duque, que requer “...nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, destinadas a aprofundar a discussão sobre a Indústria Cinematográfica, especificamente no que se refere aos setores de distribuição, exibição e infra-estrutura”. O requerimento é aprovado. **Item 04: Requerimento nº 004, 2007-SCTMC**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi, Marconi Perillo e Senadora Marisa Serrano, que “De acordo com o que preceitua o art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas, no âmbito desta Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, sendo a primeira em conjunto com a Comissão de Educação, para debater a regulamentação do art. 221 da Constituição Federal, cujo Projeto de Lei encontra-se em elaboração no âmbito do Poder Executivo, com suporte no Decreto de 17 de janeiro de 2006”. O requerimento é aprovado. **Item 05: Requerimento nº 005, 2007-SCTMC**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini

e Senador Demóstenes Torres, que requer “...nos termos dispostos nos incisos II, V, IX e XI do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, para discutir a elaboração de uma Lei específica (geral) para o Setor Teatral”. O requerimento é aprovado. **Item 06: Requerimento nº 006, 2007-SCTMC**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro, que “De acordo com o que preceitua o art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Educação em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, para tratar da aplicação dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST) na Educação”. O requerimento é aprovado. O Presidente submete ao Plenário a proposta para definição do horário das Reuniões Deliberativas Ordinárias da Subcomissão para que sejam realizadas nas quartas-feiras, às quatorze horas, o que é aprovado por unanimidade. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quinze horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A pauta da reunião de hoje são vários Requerimentos que vamos apreciar. O primeiro Requerimento, não terminativo nessa reunião, diz o seguinte: “De acordo com que preceitua o art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os art. 90, II e V e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas no âmbito desta

Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, sendo a primeira em conjunto com a Comissão de Educação, para debater a pirataria na indústria audiovisual, especificamente nas áreas de cinema, vídeo e música, convidando todos os setores envolvidos na discussão do tema”. É da minha autoria e do Senador Flávio Arns. Gostaria de passar a palavra ao Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sra. Presidente, é um Requerimento, eu diria, fundamental, inclusive em função de toda a movimentação da área, que aconteceu ainda há cerca de duas semanas, e V.Exª inclusive estava presente, e já fizemos Audiência Pública sobre isto até, na Legislatura passada, e é impressionante o montante de recursos que a pirataria movimenta em nosso País, em todas as áreas, mas, particularmente, aqui no que nós estamos discutindo, na indústria audiovisual.

Então, essa discussão é interessante, é necessária, é um prestigiamento da área, e providências que devem ser tomadas, seja na área da indústria, do comércio, da cultura, da segurança, da justiça. É um trabalho, eu até diria, interministerial. Então, é um assunto que requer de fato o aprofundamento de todos nós para acharmos aí caminhos possíveis para ultrapassar o problema.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Agradeço ao Sr. Senador, e eu queria fazer um comentário, como também eu sou autora do Requerimento, com a tecnologia que cada vez chega a todos os lares e a todos os lugares com um grau de técnica extremamente avançada é difícil a gente não conviver com questões como essa.

Então no meu Estado estávamos discutindo essas questões. As questões, por exemplo, de músicas baixadas pela internet. E a internet é algo que até hoje nós não conseguimos legalizar ou, aliás, regulamentar. Mas eu estava vendo que não é questão só do Brasil. É uma questão do mundo. O mundo inteiro vai ter que regulamentar questões advindas da internet, em todas as áreas que nós ainda não temos o conhecimento suficiente.

Então eu acredito muito que o problema da pirataria, seja pela Internet, seja feita de outras formas, é fundamental para que a gente dê uma resposta à sociedade. E isso quem deve dar é o Congresso Nacional.

Então, a idéia do Senador Flávio Arns e minha era justamente a gente ter condições de discutir mais profundamente esse tema. Continua aberta a palavra. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu cumprimento V.Exª, Presidente, e o Senador Arns pela ini-

ciativa. É uma luta antiga o combate à pirataria. E eu sempre, e aqui a senhora cita, Senadora, dados da INTERPOL. Eu fui Vice-Presidente da INTERPOL e é uma coisa que vem ocorrendo, principalmente na Ásia, que começou com a falsificação, a cópia, que para eles não é crime respeito ao direito autoral. A senhora viu que houve uma ocorrência grave em termos de pirataria, quando exibiram um filme nacional no avião do Presidente Lula que era uma cópia pirata.

Então, disseminou. A senhora vai nessas bancas de rua, camelôs, e eles têm hoje só a capa. A senhora vai lá, escolhe e eles trazem e entregam o filme. Porque se houver apreensão não tem nada dentro. Eles são os distribuidores, porque tem o atacadista, que tem estoque, e agora fizeram uma operação grande em São Paulo com várias apreensões e grande quantidade de discos piratas, CD, DVD... Toda essa máquina que fatura muito mais do que o legal.

Mas tem um problema que me aflige um pouco, Senadora. É a falta do acordo internacional. Porque a fronteira facilita muito. Então, se a senhora combate desse lado e o lado de lá não faz nada, automaticamente, vai ter dificuldade. Agora mesmo o Senador Arns estava me contando publicações nos jornais de transporte de drogas em pequena quantidade pelos meninos que são arrolados pelos traficantes na fronteira. Atravessa com pouquinho, como se usuário fosse, e o mesmo sistema deve estar aqui. Aqui também. Então vem do Paraguai. Se bem que hoje no Brasil se fazem as cópias também, porque é só importar a máquina e começar a copiar. Eu acho que a gente tem que ter um rumo, traçar um cronograma de operações, fazer diligências com a Polícia Federal e, provavelmente, mostrar que nós estamos atentos. Porque à época que o Deputado presidiu ficou aquela confusão, prenderam um e a coisa volta. A senhora pega... Estou tomando tempo, mas pega um mutirão da guarda municipal, ou da Polícia Militar na rua... Na minha rua lá, na Rua 25. Então ela vai e todo mundo some. Porque hoje eles têm... Nos Estados Unidos, em Nova York, é igual. Eles hoje têm um carrinho. Abre a tampa, quando a polícia vem eles fecham, queimam e está o carrinho na rua. E lá eles põem numa sacola e somem. E cinco minutos depois, porque a guarda fica andando, eles voltam e abrem o lençol e continuam a vender. O que a gente tem que criar é uma consciência junto à população para não comprar o produto pirata, pelos prejuízos que ele traz a toda a sociedade. Falta de pagamento de impostos, uma série de coisas. E vê se as distribuidoras consigam fazer preço razoável. O Governo estimule a uma produção legal, com algum benefício que possa trazer um preço compatível com a população. Porque o pobre quer ver ao filme, quer comprar o disco, ele paga dois,

três ou cinco reais, e não vai pagar 35. Então, é uma concorrência desleal, desonesta, mas, infelizmente, o pessoal vai lá e compra. Desculpa tomar o tempo, mas é uma coisa angustiosa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Senadora, eu quero apenas... Também acho que o Senador Tuma resumiu bem a questão, a solução é mesmo pela área da conscientização e, ao mesmo tempo, a redução de custo dos produtos que são vendidos legalmente. Ainda na semana passada, coincidentemente, eu recebi uma Comissão lá em Minas Gerais, num Gabinete meu em Belo Horizonte, de pessoas que trabalham nessa área exatamente se queixando muito que lojas estão sendo fechadas exatamente pela concorrência nessa área de CDs e DVDs. E elas então estão tendo que fechar lojas e fechando lojas, evidentemente gera desemprego, e discutia-se que o caminho seja esse mesmo de mais campanhas para conscientizar a população. E é bom lembrar que no caso do cigarro, por exemplo, se conseguiu isso. O cigarro, a certo momento, tinha um contrabando e hoje está reduzido. Não é que acabou, está reduzido. Evidente que no caso do cigarro era só externo, não tinha importação, então ficou um pouco mais fácil você fazer a fiscalização na fronteira. Mas no caso dos CDs é muito fácil mesmo fazer uma cópia e a questão da informática facilita isso. Não tenho dúvida que a questão de baixar músicas e tudo vai ficando muito simples demais. Eu quero só lembrar, eu sou Relator de um Projeto, que já está na Comissão de Constituição e Justiça, e nós estamos podendo tipificar os chamados crimes de informática, que são crimes cometidos com o uso dessas tecnologias, e dando condições aos Juizes de poder julgar e punir aqueles que usarem indevidamente essas novas tecnologias.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – Não sei se há alguma manifestação. Se não houver, coloco em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado. Passo a palavra ao Presidente, Senador Demóstenes. A palavra, não. A (risos) cadeira. E a palavra também.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Item 02 da pauta. Autoria: Senadores Paulo Paim, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi. Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, meu caro amigo Demóstenes, aqui foi conversado, principalmente com o Sérgio Zambiasi e o Paim, o desejo de facilitar, e o nosso Secretário aqui teve uma participação ativa nesse convencimento de fazer o Requerimento, da importação de instrumentos

musicais cuja fabricação o Brasil não tem, principalmente para as orquestras, conjuntos musicais que têm tido dificuldade na compra com os preços altíssimos ou trazer de contrabando de Foz do Iguaçu, onde tem várias lojas com instrumentos musicais.

Então a gente, para poder ter certeza que não está tendo um caminho fora do que seja importante para a comunidade que precisa desses instrumentos, nós estamos propondo uma Audiência Pública. Essa é a razão do Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Em discussão. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN) – É de suma importância essa audiência, Senador Demóstenes. Porque eu acho que esse problema eu vivi na pele, quando era Prefeita e nós fizemos um teatro e queríamos trazer um determinado instrumento, que era um piano de cauda, se precisava fazer a importação e terminei sem ter condições, porque os custos realmente se tornaram inviáveis. Então nós sentimos que isso é uma questão da mais alta importância para a música, para a cultura, para podermos fazer crescer no nosso País o gosto já... Inclusive a esses instrumentos que não são fabricados no País. Não é que nós não queiramos valorizar o que é nosso. Muito pelo contrário. Mas tem aqueles que têm algumas especificações que infelizmente não existem no nosso País. Então eu acho, Senador Romeu Tuma, concordo com a sua proposição e meu voto é sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam o Requerimento, permaneçam como estão. Aprovado. Item 03.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, pela ordem. Desculpa. O Item 01 tinha votação, ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Foi votado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa. É que eu estava...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Item 03 da pauta. Autoria dos Senadores Francisco Dornelles e Paulo Duque. Concedo a palavra ao Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Sr. Presidente, Senador Demóstenes Madureira.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Demóstenes Madureira de Pinho foi um grande Jurista e fico orgulhoso com a confusão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Demóstenes Madureira. Estou certo?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Torres. Demóstenes Madureira de Pinho foi um grande Jurista. E tem um filho dele que trabalhou na área de Economia.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – É que eu vejo V.Exª discorrer com tanto brilho jurídico, por vezes, que a confusão é normal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – (risos) Agradeço.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Queriria dizer a V.Exª e aos demais o seguinte. Estiveram aqui no dia... Há uma semana, mais ou menos, um grupo de exibidores cinematográficos que vieram de toda parte do Brasil, para ter um encontro não só com alguns de nós, com a Comissão, mas, sobretudo, com o Presidente, Renan Calheiros, que por vários motivos, relevantíssimos, não puderam ser recebidos. Eu lamentei muito, porque veio gente de Roraima, veio gente de São Paulo, do Rio Grande do Sul... E vieram com muito idealismo, muita esperança em encontrar aqui no Senado algum tipo de solução para os seus problemas. E são muitos os exibidores. De maneira que o Senador Dornelles e eu resolvemos requerer de novo, agora com mais objetividade, para ver se a gente consegue iniciar os trabalhos com eles e, se for necessário, eles conseguirem a tal audiência com o Presidente, Renan Calheiros.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu estava lendo aqui a justificativa e ela coincide com o Item 01, de autoria do Senador Arns e da Senadora Serrano, onde fala sobre, principalmente, problemas relacionados à pirataria e a falta de regulamentação dos estudos de meia entrada e outros que tem trazido problemas mesmo para a indústria cinematográfica. Eu acho que ela é importante para que seja aprovada e que se dê oportunidade àqueles que não puderam expor seus problemas que o façam nesse segundo...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Sim. Só para esclarecer a V.Exª, Senador Romeu Tuma, que o Item 01 diz respeito à pirataria, como V.Exª bem observou. E no Item 03, embora seja do mesmo setor, sobre a indústria cinematográfica, é especificamente, como disse o Senador Paulo Duque, para discussão sobre os problemas que se referem a distribuição, exibição e infra-estrutura.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas aqui diz “aflição com a pirataria”.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Sim. Também.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Por isso que eu digo que ela tem uma coincidência de objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Nós podemos até fazer...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É que tem muita gente para o nº 01 e teria que fazer duas mesmo. Não é, Senador Duque, eu acho que tem que fazer duas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exatamente. Eu ia dar a mesma explicação que V.Exª acabou de fornecer. Que o Item nº 01 se refere especificamente a um grave problema, que é a questão da pirataria, que inclusive, pelo que em outra Audiência Pública pudemos constatar, já movimenta tantos recursos quanto em muitas situações, o próprio tráfico de drogas e sem ter aqueles problemas que o tráfico de drogas tem em termos de repressão, de uma série de coisas. Então a pirataria é um problema sério. Agora, aqui está especificamente relacionado à presença dos exibidores nacionais na audiência a que o Senador Paulo Duque se referiu.

Então, infelizmente, não pudemos ser atendidos pelo Senador Renan Calheiros, mas houve uma boa reunião aqui com V.Exª, inclusive a Senadora Marisa Serrano estava presente, outros Senadores também, e houve o compromisso da nossa parte de atender o objetivo principal, que é a aprovação do Projeto de Lei dessa área tão logo a pauta do Senado seja destrancada e o Projeto de Lei possa ser apreciado. E eles levantaram outras situações naquele dia, que serão objeto dessa Audiência Pública. É um conjunto de problemas que eles vêm enfrentando em termos de imposto, de direitos autorais, de meia-entrada, de uma linha de financiamento, de apoio, o cinema no interior, o cinema na capital... Um conjunto de problemas. Então acho que vai ser uma audiência bem interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que são favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 04 da pauta. Não estando os Senadores autores, vamos passar para o Item 05, que é autora a Senadora Rosalba Ciarlini. Com a palavra V.Exª.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN)

– Ler a justificativa, não é? O Requerimento primeiro? Estou aprendendo, Marisa. “Requeiro, nos termos dispostos nos incisos II, V, IX e XI do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, para discutir a elaboração de uma lei específica geral para o setor teatral. Ao longo de dois anos, na data de inclusão do teatro no âmbito da Subcomissão, através de encontros, audiências administrativas e Audiências Públicas, o setor teve atendidas algumas de suas demandas, entre elas uma histórica Emenda Orçamentária no valor de 30 mil, destinando recursos para 600 grupos de teatro em todo o País. O encaminhamento pela Comissão no pleito para a inclusão das produtoras de teatro no SIMPLES, o início dos debates para a regulamentação do instituto da meia-entrada, com a posterior apresentação de proposição, gestões junto ao Ministério da Fazenda sobre o descontingenciamento do orçamento destinado ao Ministério da Cultura, especificamente à FUNARTE, entre outras questões relevantes tratadas por este colegiado. Com o intuito de acolher uma das primeiras reivindicações do setor e reconhecendo a necessidade de ampliarmos as conquistas já obtidas para uma atividade cultural que já marca a sua presença na economia brasileira e com a finalidade de propormos medidas visando a construir um marco regulatório, reapresentamos o Requerimento para retomarmos os debates para a criação de uma lei específica geral para o teatro nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadora Marisa, o teatro, além de ser um movimento cultural que nos traz tanto lazer, tanto entretenimento, ele é também uma grande fonte de geração de emprego. E nós precisamos, quando nós falamos aqui em 30 mil para 600 grupos teatrais, imagine que esse País tem 5.260 Municípios. Nós deveríamos ter pelo menos um por cada Município.

Então, ainda estamos engatinhando nessa área. Precisamos ter uma lei que inclusive seja um atrativo, traga, de certa forma, incentivos para que nós façamos crescer cada vez mais o teatro. Teatro que é cultura, teatro que engrandece...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senadora, me permite um pequeno aparte? É que ultimamente, Senadora Serrano e Senadora Rosalba, a mulher tem mais sensibilidade, então deve atender melhor que eu, nessas áreas, Presidente, eu tenho visto que retirar as crianças do alcance da mão de traficantes, do crime organizado, têm-se criado grupos de teatro nas favelas, nas zonas rurais com maior dificuldade financeira e a gente vê que o apoio às vezes é de uma indústria,

de uma empresa. O Estado não comparece para poder... E eu gostaria que a senhora pensasse nisso na hora de elaborar o Projeto, para estimular a criação dos grupos, para que a gente possa realmente aproveitar essas crianças, para que não fiquem à mercê da criminalidade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN)

– Com certeza, Senador. O senhor tocou num ponto que é o grande alcance social do teatro. É exatamente resgatar a criança de rua, a criança que está em risco. Porque nós sabemos que quanto mais criarmos condições para que o Poder Público tenha essa preocupação para fazermos com que, através das artes, através do teatro a gente possa reduzir a violência e os riscos para as nossas crianças e adolescentes e passa pela necessidade de apoio. Existem milhares, não são poucos, não, grupos de teatros, teatros de rua, artes cênicas, todos os tipos. Não só em teatro, mas de dança, grupos folclóricos, que são formados de forma espontânea, com a boa vontade, com a benevolência, usando material reciclado, eu conheço isso de perto. Porque vivi, estimei e vi usando da criatividade para superar tantos e tantos obstáculos, quando todos nós deveríamos criar essas condições para que eles pudessem chegar ao ápice, trazendo pra gente tanta coisa boa. Então essa lei eu quero contar com todos os senhores, é importante que a gente tenha Audiência Pública, para que possamos ouvir daqueles que vivem esses problemas para que ela saia uma lei, senão perfeita, pelo menos a melhor que a gente possa fazer. E desde já estou pedindo apoio a todos. Não só para a lei...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Senadora Marisa Serrano com a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Eu só queria cumprimentar a Senadora Rosalba e fazer mais uma constatação. Quando esta Casa discute a diminuição da maioridade penal, e V.Ex^a é um conhecedor profundo dessa matéria, eu quero colocar aqui uma questão que é crucial. Para mim não adianta diminuir apenas a maioridade penal, se nós não oferecermos à juventude principalmente condições de que ela possa trabalhar, estudar, ter um lazer sadio. Se o Poder Público não for capaz de oferecer isso, não vai ser diminuindo a maioridade penal que nós vamos conseguir resgatar a vida de tantos jovens. E quando eu vejo as estatísticas, que a maior parte das pessoas mortas no País, principalmente por armas de fogo, são jovens até os 24 anos, isso me dói. É saber que nós estamos falindo como um País...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Jovens e pobres, o que é pior.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Jovens e pobres de periferia, que não têm a oportunidade que os filhos da classe média e média alta têm. Então, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – E o duro é que a criminalidade na classe média e média alta também continua em ascensão. Apesar de todas, digamos assim, as comodidades econômicas que se fosse só por essa razão não deveriam ter uma ascensão da criminalidade.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Então, Sr. Presidente, eu acredito muito que a hora que tivermos esse Plenário aqui repleto de Senadores e Senadoras discutindo questões de lazer para os jovens, de esporte para os jovens, de trabalho para os jovens, aí sim eu vou acreditar que nós vamos estar no caminho certo, resgatando a dignidade e a cidadania dos nossos jovens.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Implantando o Estatuto da Criança e do Adolescente. Porque o Governo precisa. E medidas como essa que V.Ex^a advoga, que eu também advogo e que aplaudo juntamente com V.Ex^a a iniciativa da Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Fico contente. Eu espero que a gente consiga mesmo, através do teatro, da música e de todas as outras manifestações culturais junto com todas as áreas da educação física e do esporte a gente consiga oferecer uma alternativa para os jovens e, é claro, garantindo a eles oportunidades de trabalho daqueles maiores de 18 anos. Era essa a minha intervenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Eu gostaria, Senadora Marisa, de pedir a todos aqui que tenham essa sensibilidade, na semana que vem nós vamos votar um Projeto, em que o Senador Eduardo Azeredo relata, que é justamente a ampliação da escola em tempo integral, para se consolidar de forma definitiva até o ano de 2022 no Brasil. V.Ex^a foi uma arquiteta da redação desse Projeto que, com certeza, vai ajudar, além de melhorar muito o ensino no Brasil, inclusive na prevenção da criminalidade. Eu vejo aqui diversos Senadores comprometidos com esse segmento. V.Ex^a tem uma experiência nessa área riquíssima e exemplar e, na quarta-feira, teremos essa votação duríssima. O Governo hoje já pediu vista, porque custa, para ter uma boa educação tem que investir cada vez mais. E nós vamos precisar que todos nos auxiliem nessa discussão extremamente proveitosa para o Brasil.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Estaremos lá, Sr. Presidente, porque não é só escola de tempo integral, mas é o maior número de ho-

ras/aula para as nossas crianças. Que seja através de uma escola de tempo integral, que seja no pós-turno, contra-turno, com aulas de informática, lazer, esporte, cultura, tudo isso vai fazer com que os nossos jovens tenham mais oportunidades. Meus parabéns também pela iniciativa do Projeto de Lei que eu tive conhecimento. V.Exª está de parabéns. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Obrigado. Senadora Rosalba, V.Exª pediu a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN)
– Olha, o que eu gostaria aqui é de complementar o que a Senadora Marisa, com muita sensibilidade, estava colocando essa questão de quanto se fala tanto em reduzir a maioria penal, que isso é uma questão, claro, que precisa também ser analisada, ser estudada, ser ponderada, mas se nós tivéssemos mais oportunidades de grupos de teatro trabalhando as nossas crianças e fazendo dessas crianças não somente o resgate do risco da violência, mas fazendo deles instrumentos de paz, levando mensagens que chegam através do teatro, através da cultura. Essa chega para outras crianças.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Com certeza, teremos menos criminosos. Com certeza.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN)
– Com certeza. Porque essas mensagens chegam. Todos nós, se fizemos uma avaliação, aquilo que na nossa infância, na nossa adolescência, as mensagens positivas, de formação que chegaram através de vídeos, através de cinema, através de teatro elas são inesquecíveis na nossa vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Concordo plenamente com V.Exª. Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado. Item 04 da pauta. Com a palavra o ilustríssimo Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)
– Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, em primeiro lugar quero parabenizar essa sua Subcomissão por elegê-lo Presidente, tive com V.Exª uma grande convivência à época em que era Governador do Estado e V.Exª Secretário de Segurança Pública e Justiça, e durante esse período tive a oportunidade de compartilhar com V.Exª muitos momentos de reflexão e de discussão em relação à questão cultural, teatro, música, literatura etc. Dessa forma, acho que é apropriado, muito apropriado mesmo a presença de V.Exª dirigindo esta Subcomissão. De autoria do Senador Sérgio Zambiasi e de minha autoria também, nós

apresentamos um Requerimento, que tem como objetivo convidar aqui, através de uma Audiência Pública, autoridades para que a gente possa discutir, debater aqui a regulamentação do art. 221 da Constituição Federal, cujo Projeto de Lei encontra-se em elaboração no âmbito do Poder Executivo, com suporte num Decreto de 17 de janeiro de 2006. O Projeto de Lei geral de comunicação de massa, em elaboração pelo Grupo de Trabalho criado pelo Decreto de 26 de abril de 2005, do Poder Executivo, determina que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão dêem preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, promovam a cultura nacional e regional, e regionalize as produções culturais e artísticas. Como é de praxe desse colegiado esgotar as discussões sobre temas relevantes antes que os prazos legislativos se esgotem e, neste caso, por se tratar de regulação de um dispositivo constitucional com ampla abrangência e impacto no setor de educação e cultura, esta Comissão e sua Subcomissão concederão espaço de manifestação para os diversos segmentos afetados pelo Projeto. Portanto, essa é a justificativa, a justificacão do Requerimento. Realizar uma Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto que está sendo gestado no Poder Executivo, no âmbito do Executivo para a regulamentação do art. 221 da Constituição Federal. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)
– Eu queria dizer ao Senador Marconi Perillo que ele está entrando com um Requerimento que vai mexer com este País. No momento em que o Governo Federal está criando uma TV que não é estatal, segundo me disseram, é pública, que a FUNASA queria criar uma televisão, que parece que foi abortado pelo TCU, dizer que quando se fala em produção e programação de emissora de rádio e televisão, para mexer com a programação e dizer que a programação tem que ser mais educativa, mais cidadã, mais ética nós estamos mexendo num poderio, que a gente diz sempre que é o quarto poder neste País...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – A imprensa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)
– Um poderio enorme, mas que é necessário que o Congresso faça isso. É necessário que o Congresso delimite as áreas de atuação, porque são áreas de concessão pública, se foram concedidas por este Congresso, nada mais justo que este Congresso também dê as suas delimitações até onde essas emissoras de rádio e televisão poderão ir, para o bem da sociedade

brasileira. Eu acho que vai ser uma grande discussão, se levarmos avante essa questão. Eu fico muito contente com isso. Porque é necessário não só que haja o limite de idade para, principalmente na televisão, para aqueles espectadores, mas também a melhoria da qualidade dos programas oferecidos. Nós estamos mexendo aí com produção e programação. Vai ser muito interessante esse debate e eu quero estar aqui nesse dia, porque faço questão de ouvir também aquelas pessoas que estão envolvidas no processo, para ver se vamos conseguir fazer com que isso aconteça. Era só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Eu quero inteira razão à fala de V.Ex^a, porque foi um grande debate que aconteceu já na Legislatura passada sem resultado, porque o Ministério da Cultura tentou, de certa forma, criar, Senador Marconi Perillo, um dirigismo cultural e houve uma reação por parte do Congresso, especialmente por parte deste Senado muito grande. E V.Ex^a ficou bastante atento a esse detalhe do Requerimento do Senador Marconi Perillo. Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam e aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Último item da pauta, o Item nº 06. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadora, esse Requerimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Sendo também de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Perdão, Senador Flexa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– É que está sem a autoria na cópia distribuída. Esse Requerimento, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e meu, é no sentido que nós tenhamos uma Audiência Pública também aqui no âmbito desta Subcomissão e da Comissão de Educação, para tratar da aplicação dos recursos do FUST, Fundo de Universalização das Telecomunicações e da Educação. Eu vou só ler uma parte aqui, lembrando que o FUST tem como objetivo principal garantir recursos financeiros para projetos de inclusão digital. São beneficiários do FUST especialmente as escolas e bibliotecas públicas, que podem receber tanto acesso à rede quanto aos terminais para os usuários. Porém, não há previsão de aplicação de recursos mínimos para tal finalidade. Nós tivemos ainda ontem a aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos, tornando obrigatório até 2013 a universalização do acesso a redes digitais de informação, inclusive a Internet, em estabelecimentos de ensino de todo o País.

Para financiar a iniciativa, a proposta prevê uso de recursos do FUST, já que o acesso a redes digitais de informação não se encontra disponível a um grande número de estabelecimentos de ensino. E altera a Lei 9.998, de 2000, para permitir que os valores arrecadados possam ser aplicados diretamente pela União.

Lembrar ainda que no dia 3 de abril recente o Ministro da Educação, Fernando Haddad, em Audiência nesta Comissão de Educação, afirmou ser possível conectar sistemas públicos como os de educação, cultura e saúde, o que propiciaria a melhoria das possibilidades tecnológicas. Especialmente para o magistério. Mas, segundo o Ministro, para permitir tal ação é necessário alterar o FUST, porque, em sua avaliação, não acompanhou os avanços tecnológicos e precisa ser modificado. Nos anos de 2003 e 2005, esta Comissão e a Subcomissão realizaram reuniões para discussão sobre o FUST. Entretanto, Sr. Presidente, apesar dessas duas reuniões e passados já seis anos de criação do FUST, ele não tem sido utilizado. Ele continua sendo um fundo com mais de cinco bilhões de reais, que serve apenas para compor o superávit fiscal. Então me parece que, já tendo sido em 2003, já tendo tido reunião em 2005, vamos fazer uma agora em 2007, porque com essa função nossa de Senadores de cobrarmos e fiscalizarmos o Governo Federal, pode ser que aí então, finalmente, possamos ter a utilização do FUST para enfrentar a questão da inclusão digital.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Demóstenes Torres, quero primeiro parabenizá-lo pela Presidência da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Tenho certeza absoluta que, pela sua competência e dinamismo, nós vamos produzir bastante nesta Subcomissão durante a sua gestão. E quero dizer da honra que tenho em subscrever junto com o Senador Azeredo o Requerimento pedindo a Audiência Pública para que possamos discutir a aplicação dos recursos do FUST. Todos nós sabemos que nesse século XXI nós vamos ter um segundo tipo de analfabeto, que é o analfabeto digital. Nós estamos preocupados, ainda, lamentavelmente, de eliminar o analfabetismo no Brasil. Existem programas e projetos que não avançam a contento. Mas não vamos criar um segundo tipo de analfabeto não dando possibilidade a que os jovens da nossa Nação possam ter acesso à computação.

Então, lamentavelmente, não só o FUST, como a maioria, quase todos os fundos criados para atender especificamente determinadas áreas estão sendo

usados pelo Governo para fazer superávit primário. Assim é o FUST, assim é o FISTEL e como os outros fundos também não são utilizados para a sua finalidade, para a qual foram criados. Como disse o Senador Eduardo Azeredo, ontem na CAE foi aprovado um Projeto de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que ele determina, pelo seu Projeto, que até 2013 todas as escolas públicas do Brasil estejam ligadas à Internet, tenham um sistema de computação e ligadas via internet. E para isso ele utiliza os recursos do FUST. Segundo estimativas do Senador Eduardo Azeredo no seu Projeto, seriam necessários algo em torno de cinco bilhões de reais para implementar o seu Projeto. E também, segundo dados recentes, o que deveria estar acumulado no FUST já seria algo em torno de seis bilhões de reais. Então só que o está acumulado já daria para atender, de imediato, o Projeto que ele propõe. Então acho que a discussão, mais uma vez, desse problema é da maior importância. Acho que a Subcomissão vai poder dar, através da Audiência Pública, tirar conclusões que possibilite a acelerar e a utilizar os recursos do FUST para a sua finalidade específica, para qual foi criado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sas. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu gostaria de discutir com V.Ex^{as}. uma data para a Reunião Ordinária da nossa Comissão. Nós temos duas propostas. Uma, na própria quarta-feira, a partir das 14h e uma na quinta-feira a partir das dez da manhã. Eu submeto a V.Ex^{as}. O que preferem?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)(inaudível)

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – E as Audiências Públicas, nós vamos designando, de acordo com a conveniência e oportunidade. Encerrada a Reunião.

(Sessão encerrada às 15h49.)

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2007.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Demóste-

nes Torres e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Paulo Duque, Geraldo Mesquita, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Antônio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, Neuto De Conto, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Renato Casagrande, Fátima Cleide, João Ribeiro, Mão Santa, Heráclito Fortes e Rosalba Ciarlini. Justificam a ausência os Senhores Senadores Marconi Perillo e Sérgio Zambiasi. O Senhor Presidente, Senador Demóstenes Torres, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Eneida Soller, Diretora da Cooperativa de Música de São Paulo; o Senhor Antônio Russo Neto (PR/MS), Suplente da Senadora Marisa Serrano e o Senhor Marcelo Buhatem, Procurador de Justiça do Rio de Janeiro. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Demóstenes Torres, submete à Comissão e à Subcomissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 019-CE de 2007 e Requerimento nº 002-SCTMC de 2007, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Paim, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2006, que “Concede isenção do Imposto de Importação, da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP-Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) aos instrumentos musicais, suas partes e acessórios”. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Alberto Bertolazzi, Presidente da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais – ANAFIN e Presidente da Hering- Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda; Senhor Luis Felipe Radicetti, Coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-música – GAP; Senhor Roberto Frejat, Músico e Compositor; Senhor Nelson Eduardo Visconti Weingrill, Presidente da Weril Instrumentos Musicais e Senhora Déborah Cheyne Prates, Presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro – SINDMUSI. Finda a exposição, a Pre-

sidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, autor do Requerimento e relator do Projeto, Romeu Tuma, autor do requerimento e autor do Projeto, Leomar Quintanilha, Marisa Serrano, Cristovam Buarque, autor do Projeto e Wellington Salgado de Oliveira. Neste momento, o Senhor Senador Paulo Paim requer, oralmente, a inclusão extra- pauta de Requerimento. A Presidência esclarece que segundo o que determina o Regimento Interno do Senado Federal, não é regimental a apreciação de proposições em reuniões convocadas na forma de Audiência Pública. O Senhor Presidente informa como a situação se configura como um precedente é necessário a aprovação unânime do plenário, para a inclusão do requerimento, o que acontece. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta: Requerimento nº 023, de 2007-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que “Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar da atual situação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, em data, local e convidados a serem definidos pela própria Comissão”. O Requerimento é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Demóstenes Torres, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Havendo quorum, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se... Ou para se realizar nesse momento, em 24 de abril de 2007, terça-feira, às 10h.

Se as Sras. e os Srs. Senadores presentes concordarem, vamos dispensar a leitura da Ata das Sessões anteriores da Comissão e da Sub.

O assunto é uma Audiência Pública para instruir um Projeto de Lei do Senado nº 345/2006, que concede isenção do imposto de importação da contribuição para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público incidente na importação de produtos estrangeiros ou serviços, PIS/PASEP Importação, e da contribuição social para o financiamento da seguridade social devida pelo importador de bens estrangeiros ou serviços do exterior, COFINS Importação, aos instrumentos musicais, suas partes e acessórios. Autores do Requerimento: Senadores Paulo Paim, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi; Autoria do Projeto de Lei do Senado nº 345/2006: Senadores Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi e os Ex-Senadores Roberto Saturnino, Juvêncio da Fonseca e Leonel Pavan; Relatoria do PLS: Senador Paulo Paim, a quem convido para que acompanhe os nossos convidados Alberto Bertolazzi, Luis Felipe Radicetti, Roberto Frejat, Nelson Eduardo Visconti Weingrill, Déborah Cheyne Prates e o representante da Receita Federal. Concedo a palavra ao ilustre autor do Requerimento, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, Senador Demostenes Torres, demais convidados, eu quero justificar aqui a não presença da Receita Federal, eles conversaram muito com a gente e ficou acertado que depois da Audiência Pública eles vão receber a Mesa e os Senadores que estão tratando do tema, lá na Receita, para, numa reunião de trabalho, encaminharmos propostas que venham ao encontro da demanda do Projeto que eu sou o Relator e naturalmente estou dando parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Concedo a palavra ao Sr. Alberto Bertolazzi, Presidente da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais, ANAFIM, e Presidente HERING Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda, pelo prazo de 15 minutos.

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Bom dia, Srs. Senadores, Presidente da Mesa. Eu gostaria rapidamente de ler algumas das justificativas, na realidade elas são só três, de uma maneira bem resumida. A primeira delas, esta Comissão, objetivando estimular a atividade musical brasileira, tem acompanhado com interesse e preocupação os debates e discussões que o setor, com toda a sua abrangência têm mantido no âmbito dos mais diversos fóruns. A minha observação quanto a essa justificativa é que ela, eu diria, no mínimo, está incompleta, o que estimula a atividade musical, ou poderá estimular a atividade musical brasileira é o ensino da música nas escolas, a volta do ensino da música nas escolas, não a isenção de

imposto de instrumento musical importado, que pelo que eu entendo aqui no espírito da lei, é inclusive beneficiar os Músicos, grandes Músicos que precisam de instrumento de qualidade para suas performances. Então, estimular a atividade musical brasileira seria a volta obrigatória do ensino da música nas escolas de Ensino Fundamental básico.

Essa é uma observação muito importante. É assim que Países como o Japão, depois da Segunda Guerra Mundial, criaram um enorme mercado, tanto é que é o maior fabricante de instrumentos de música a YAMAHA, que vende quatro bilhões e meio de dólares/ano e foi através de programa da volta do ensino da música, como disse, depois da Segunda Guerra Mundial, que deram possibilidade a essa grande expansão. E é o que está sendo feito hoje na China. Estivemos diversas vezes na China, e o ensino da música nas escolas é obrigatório, e interessante notar que não é nem com uma flauta ou algum outro instrumento baratinho que se ensina música na China, mas, sim, o violino. Por quê? Eles nos explicaram. Porque o violino agrega uma grande mão-de-obra. Então eles estão ensinando música e, ao mesmo tempo, estão desenvolvendo a sua indústria.

Isso é o que eu tinha que dizer com relação à primeira justificativa. Quanto à segunda, a alta carga tributária incidente sobre a comercialização e a importação de instrumentos musicais, suas partes, acessórios, (inaudível), desestimulando, assim, a atividade musical brasileira.

Isso é verdade. Mais adiante, nós temos umas contas que acredito que alguém desta Comissão deva ter feito, e eles salientam que para os produtos fabricados no Brasil, e aqui incluem ICMS, PIS/PASEP, COFINS, INSS, Fundo de Garantia, CPMF, Imposto de Renda e CSLL, tudo isso chega a 40%, está escrito aqui na justificativa. E no que tange à importação de instrumentos musicais, a incidência de imposto de importação com alíquotas entre 10 e 18 do PIS/PASEP COFINS no total de (inaudível), dá um total de 19 a 27%. Então aqui eu não estou entendendo bem. Nós estamos querendo incentivar a música ou os produtos nacionais, ou os produtos fabricados no Brasil são onerados em 40%, não concordo com nenhum dos dois números. É maior tanto para os instrumentos musicais produzidos no Brasil como é maior para os instrumentos musicais importados. Mas o fato relevante aqui é que em cima desses números, se nós partimos de 40%, que é o que diz a justificativa para os instrumentos fabricados no Brasil, e no máximo 27% para os instrumentos importados, então nós estamos querendo isentar de taxas de importação um setor que, a meu ver, já estaria sendo beneficiado.

“Há consenso entre os representantes do setor quanto à necessidade de concessão de tratamento tributário mais benéfico aos instrumentos musicais, suas partes e acessórios, mormente no que se refere à tributação na importação”. Realmente eu não entendo por quê. Não vamos entrar aqui em grandes discussões sobre importados ou nacional. Eu quero deixar bem claro que eu não tenho nada, absolutamente nada contra a importação de instrumentos musicais. É uma necessidade, respeitamos a vontade dos Músicos, até porque são artistas e cada um tem a sua preferência, tem a sua necessidade, um gosta do violão de um jeito, outro gosta do outro, outro gosta de um piano, enfim. Isso é verdadeiro. Mas eu acho que temos que criar, que esta Comissão tem que criar condições iguais para os importados e os fabricantes de instrumentos nacionais.

O terceiro item da justificativa é bem interessante. Ela diz que a redução da tributação de instrumentos musicais na importação estimulará a atividade musical brasileira, que proporciona tanto orgulho à nossa Nação. E eu sempre digo que o Brasil teve no passado duas grandes oportunidades para desenvolver a sua indústria de instrumentos musicais e exportar de uma forma mais agressiva para o mundo. A primeira foi durante a época da Carmen Miranda, os mais antigos devem se lembrar o que ela significou em termos de divulgação da música brasileira no exterior. Não aproveitamos essa oportunidade. A segunda foi da Bossa Nova, que durante algum tempo até foi explorada, principalmente pela indústria de violões, mas depois acabou morrendo. A terceira possibilidade que nós temos hoje é graças ao convênio que a ANAFIM assinou já, pela terceira vez consecutiva, com a APEX, a Agência Promotora de Exportações. Através desse convênio, a APEX tem alocado recursos para que a indústria brasileira mostrasse a qualidade dos seus produtos em diversas feiras, até na China, nos Estados Unidos, em Los Angeles, na Alemanha. E em algum lugar aqui está escrito que seria bom essa isenção de imposto, porque a qualidade dos instrumentos musicais brasileiros não é tão boa, ou músicos teriam preferência por outros instrumentos. Como disse, aceito isso, mas não podemos nos esquecer também que existe um grande modismo. Ou seja, eu fico muito triste quando vejo uma criança às vezes: “o meu sonho dourado é ter uma... Não sei se está fabricando, uma guitarra tal, importada daqui, de lá”, quando no Brasil são feitos instrumentos de altíssima qualidade e que poderiam muito bem substituir esse bem importado. Eu acho que é o modismo, isso se a gente for analisar mais a fundo, talvez venha desde a época da colônia, quando o que vinha da Europa, ou do Exterior era melhor do que o

brasileiro. Não se aplica isso aos instrumentos musicais brasileiros. É claro que ninguém nunca aqui no Brasil fez um *Stradivarius* nem fazemos pianos *Steinway*, mas temos instrumentos musicais muito bons para atender a maior parte das necessidades, respeitando sempre os Músicos e a sua vontade de ter, de poder escolher os instrumentos musicais que eles querem.

Ao que é que o nós queremos chegar com essas colocações? É importante a isenção de imposto para instrumentos musicais? É. Estamos de acordo como fabricantes? Estamos. Mas que nos dê condições de brigar de igual para igual. O mercado brasileiro é estimado em trezentos milhões de reais. Cerca de 50% disso, segundo dados da ABMÚSICA, cerca de 50% disso são importados. Então, se tiver isenção sobre metade, cento e cinquenta milhões de reais, nós estamos onerando os outros cento e cinquenta milhões fabricados no Brasil. Há um custo médio, como diz aqui nesse estudo, de 40%, 40% de cento e cinquenta milhões, isso chega ao que, a sessenta milhões, setenta milhões? Será que se desonerarem a indústria brasileira de instrumentos musicais, deixando de arrecadar esses sessenta, setenta milhões o Brasil quebra? A Receita Federal vai ter grandes prejuízos? A balança comercial vai ter grandes prejuízos? Acredito que não. Nem vamos nem chamar isso de isenção. Uma quantia tão pequena, sessenta, setenta, oitenta milhões de reais, como disse, vamos chamar de um fundo para cultura, incentivo à cultura, o nome que vocês quiserem dar. Mas é importante dar para a indústria nacional a mesma condição do instrumento musical importado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Registro a presença da Sra. Eneida Soller, Diretora da Cooperativa de Música de São Paulo. Concedo a palavra ao Sr. Luis Felipe Radicetti, Músico Compositor e Coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró Música, GAP, por 15 minutos.

SR. LUIS FELIPE RADICETTI – Muito obrigado. Bom dia, Srs. Senadores presentes, Sr. Presidente da Mesa, colegas Músicos e colegas representantes da indústria, como está dito, eu represento o Grupo de Articulação Parlamentar Pró Música e que vem, desde abril de 2006, colaborando e participando das atividades aqui convocadas pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social para discussão das questões da música aqui no País.

Então, para a apreciação nessa Audiência Pública do Projeto de Lei 345, eu queria antes de tudo fazer saberem os Srs. Senadores que os Músicos apóiam o Projeto de Lei. Nós expressamos aqui o nosso reconhecimento da importância capital desse instrumento

de democratização do acesso ao instrumento musical de excelência, que é a ferramenta básica de trabalho do Músico brasileiro, que ainda hoje, para adquirir esse instrumento, ele enfrenta barreiras na forma de uma penalização tributária, isso dificulta o acesso enormemente. E queremos também demonstrar aos Srs. Senadores que em consonância com a Relatoria do Senador Paulo Paim, gostaríamos de frisar que a música brasileira, para nosso ver, é uma questão estratégica para o Brasil.

Quero citar algumas pesquisas que foram realizadas recentemente, algumas pesquisas que demonstram que o setor da cultura já é responsável em alguns Países por até 7% do Produto Interno Bruto, enquanto no Brasil, apesar de um enorme hiato de políticas públicas para o setor, está em crescimento e no mesmo caminho de outras nações mais desenvolvidas, apontando um potencial de crescimento e participação no PIB significativo. A música, dentro desse setor, é o mais estruturado, constituindo, além de uma grande comunidade de artistas criadores, uma indústria produtiva e de maior participação em valores de arrecadação interna e também na geração de divisas do que todos os outros setores da cultura. Em pesquisa realizada, no final de 2005, pela Agência OGILVY, perguntando ao povo brasileiro do que ele mais se orgulhava, em todas as cidades, classes sociais e faixas etárias, a resposta foi: “a música é o que me dá o orgulho do Brasil”. Essa foi a opinião de 65% dos entrevistados, ficando o futebol como segundo colocado. Uma pesquisa piloto desenvolvida pelo Grupo de Trabalho de difusão externa, constituído em 2004, para elaboração de propostas para câmaras setoriais do MINC, indica o que nós já intuíamos: a música brasileira é amada em todo o mundo e é percebida como sofisticada e original. Essa pesquisa recebeu questionários de respondentes em 58 Países e possui um anexo com uma compilação de mais de 72 depoimentos de estrangeiros sobre a significação da música brasileira para eles. Esse documento, onde constam mais de 50 gráficos estatísticos, que cobrem todas as áreas da expressão artística da nossa música, a base, a fundamentação de propostas concretas para a difusão da música brasileira no exterior e foi apresentada nos encontros da câmara setorial. Com o fim desses encontros, esse antigo Grupo de Trabalho constituiu um núcleo de pesquisa, atuando independentemente. No conteúdo dessa pesquisa, em nome do núcleo, deste núcleo do qual eu sou o Coordenador, está sendo colocado desde já à disposição dos Srs. Senadores, e aproveito a oportunidade para ao final da minha exposição fazer a entrega de uma cópia impressa desse documento,

dessa pesquisa e uma cópia, enfim, ao Sr. Presidente da Mesa também.

Do ponto de vista da imagem do Brasil no exterior, eu também quero citar, lembrar a figura do Barão do Rio Branco, que desde os primórdios desta República tinha a consciência da necessidade do papel das armas simbólicas para a afirmação da identidade de um País e de sua capital participação na construção do ambiente favorável às relações diplomáticas no concerto das Nações. O Brasil é o primeiro País das Américas, incluindo a América do Norte, a produzir música sinfônica. Somos guardiões de um patrimônio cultural histórico ainda por ser redescoberto pelos brasileiros e exportado para o mundo. É a música brasileira, popular e a erudita a nossa maior arma simbólica, a mais estabelecida e aceita e reconhecida, um verdadeiro, importante recurso para a diplomacia brasileira, através do qual o Brasil afirma sua cultura, sua identidade.

Então, para nós, nós voltamos a dizer, a música é uma questão estratégica para o Brasil. Então é oportuna para nós a aprovação desse Projeto de Lei 345, que vem democratizar o acesso à ferramenta de trabalho daquele que é o mais importante elo da cadeia produtiva, o criador, o intérprete, o instrumentista. Na audiência anterior a essa, em que o eixo temático era de fomento, estive nessa Casa e compartilhei aqui com um representante da indústria as necessidades específicas dos Músicos e da importância da aproximação desse setor artístico com a indústria nacional. O desenvolvimento da indústria nacional é expressivo e tem o nosso reconhecimento. A indústria brasileira já produz instrumentos musicais de qualidade e prova isso através de expressivos números de suas exportações e participação em feiras internacionais. A indústria de instrumentos musicais no Brasil tem um papel fundamental a cumprir hoje e no futuro para difusão da música, para a educação musical e precisa tanto quanto dos músicos de apoio para que cumpra seu papel nesse setor que nós chamamos de estratégico. Tudo isso passa por uma política de fomento da atividade. De dar a essa arma que nós temos, quanto mais possível, recursos, para que se possa atingir a excelência que o potencial da cultura brasileira pode ter.

Então, nós somos testemunhas, por exemplo, de que muitos setores, certamente relevantes, são beneficiados por projetos de renúncia fiscal. Agora, a cultura, com o seu enorme potencial gerador de divisas, destacadamente a música, que é disparado o setor da cultura que mais movimenta o faturamento e tem um potencial de crescimento, necessita urgentemente de desoneração fiscal para o desenvolvimento de sua atividade.

Então eu tenho em mãos: recentemente aqui um Projeto de Lei da Câmara, nº 118, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo, a lei do esporte; tem um Projeto de Lei de conversão, que eu tomei conhecimento, que é sobre incentivos à indústria de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos e semicondutores etc; outro Projeto de Lei da Câmara, nº 124, em que propõe desoneração fiscal sobre o lucro líquido, CSLL, de dispêndios efetivados em projetos de pesquisa científica e tecnológica. Todos esses setores, importantes, com toda certeza. Agora, a música, por que não?

Ressaltamos que há casos específicos, aí sim, em que a indústria nacional ainda não está apta a ocupar os espaços, devido à escolha que o Músico precisa fazer para o instrumento onde ele pode realizar a sua arte plenamente. Os instrumentos musicais de excelência, utilizados por Músicos de performance de excelência, nós incluímos nessa lista as peças constituintes dos instrumentos importados e, diga-se de passagem, instrumentos nacionais que usam peças e insumos que são importados e que são material de manutenção diária dos instrumentos também.

Então, ao expressarmos o nosso apoio a esse Projeto de Lei, nós propomos o encaminhamento de propostas concretas para a instrução desse Projeto de Lei, no sentido de determinarmos também o que nos parece importante, que é determinar o universo de beneficiários, qual é o alcance e desenhar um quadro realista do que seria o impacto social presumido de uma medida como essa. Para o detalhamento de propostas e a discussão desses assuntos, da música de concerto, ou clássica e da música popular, estão aqui presentes outros dois colegas Músicos e representantes do setor como a Presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro e Violista da Orquestra Sinfônica Brasileira, Débora Cheyne, e o Músico e Compositor Roberto Frejat, da banda Barão Vermelho, que há anos é um artista de destaque no cenário da música brasileira, nós do Grupo de Articulação Parlamentar Pró Música temos tomado parte nas audiências e encaminhando documentos, respaldados, com o apoio de inúmeras entidades do setor, coletados pela difusão de nossas ações, assim como manifestos publicados. Para a audiência de educação musical aqui, nós trouxemos um manifesto com mais de mil assinaturas, essa lista agora ultrapassa as 2.340 assinaturas, assim como o apoio de 61 entidades nacionais e internacionais, incluindo o apoio da indústria nesse projeto que nós tivemos aqui apresentado.

Então, para hoje, para esse apoio que nós estamos encaminhando à Relatoria e ao Projeto de Lei de hoje, os integrantes do Grupo de Articulação Parlamen-

tar, que é um núcleo independente de Músicos, o Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro, a ABMI, Associação Brasileira de Música Independente, a Rede Social da Música, o Fórum Paulista Permanente de Músicos, a Associação Carioca de Organistas, o Instituto Integrantes, a Federação Internacional de Músicos, AFIM, o Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de Sergipe, Sindicato dos Músicos Profissionais de Pernambuco, Sindicato dos Músicos Profissionais do Paraná, Sindicato dos Músicos de Araraquara, Associação de Músicos, Bandas e Agentes de Entretenimento de Macaé, Cooperativa de Músicos de Belo Horizonte, Associação Artística dos Músicos de Minas Gerais, a Filarmonia Brasileira de São Paulo e a cooperativa, também presente, a Cooperativa de Músicos de São Paulo aqui presente conosco.

Eu encerro a minha apresentação, agradecendo ao convite desta Comissão e ratificando a intenção do Núcleo Independente de Músicos e do GAP de conservar e contribuir sempre com a locução construída com essa Casa, eu agradeço a essa Casa que tem respondido nos melhores termos a urgente necessidade de tratar a questão da música como estratégica para o Brasil. Vamos pôr a música na pauta do País. Muito obrigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu só queria confirmar se o Sr. Luis Felipe confirma que os construtores apóiam esse movimento.

SR. LUIS FELIPE RADICETTI – Da educação musical? Sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não, esse Projeto. A indústria nacional apóia esse Projeto?

SR. LUIS FELIPE RADICETTI – De educação musical? Eu me referi à educação musical naquele momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Acontece que o Alberto tem posição diferente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Vamos deixar o debate para daqui a pouco, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se V.Exª concordar, só para dizer que o Projeto em si, há uma Relatório, mas há algumas coisas que foram “bypassadas”, que é o instrumento musical para o Músico para a educação e não fabricados no País, e dá o mesmo direito à indústria de importar componentes para a fabricação de produtos de qualidade. Porque eu vou numa loja na tríplice fronteira, tem 10 lojas musicais

que todo mundo vai comprar instrumentos lá. Então esse é um objetivo de melhorar a condição econômica da indústria e dos Musicistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – O senhor concluiu, Sr. Luis Felipe?

SR. LUIS FELIPE RADICETTI – Gostaria de encaminhar ao senhor, Presidente da Mesa, o documento que foi elaborado pelo GAP.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Vou distribuir cópia dos documentos encaminhados aos Srs. e Sras. Senadoras. Eu concedo a palavra, por 15 minutos, ao Músico e Compositor Roberto Frejat.

SR. ROBERTO FREJAT – Bom dia, Senadores, bom dia a todos os presentes. Eu fui convidado a participar, porque, de uma certa maneira, eu tenho uma vivência de 25 anos trabalhando dentro desse universo de música popular e na verdade eu acompanho as transformações que esse mercado vem passando. Quando eu comecei a tocar, 25 anos atrás, a gente, quando estava querendo um instrumento estrangeiro, ou um instrumento de qualidade no Brasil era praticamente quase visto como um cúmplice de contrabando, porque era praticamente impossível ter um instrumento de boa qualidade que não fosse importado. Eu acho que hoje a gente tem um caminho grande que foi percorrido pela indústria nacional, que temos instrumentos com um determinado padrão, mas eu acho que o Projeto, esse Projeto ele atende a necessidade que o Músico brasileiro realmente tem de instrumentos de excelência, instrumentos que a indústria brasileira não é capaz de produzir. Agora, eu acho que dentro dessa Mesa aqui foram tocados vários assuntos que eu acho bastante importantes. Acho que um grande estímulo realmente à educação musical nas escolas é uma coisa muito importante e essencial, talvez a mais importante para que a gente tenha um crescimento da nossa produção cultural e a melhora dela.

Mas eu acho que não é disso que a gente está tratando aqui exatamente hoje, da educação musical nas escolas, a gente está tratando de da comercialização de instrumentos musicais. E a comercialização dos instrumentos musicais, como o meu querido Alberto colocou, ela tem, vamos dizer, essa competitividade, ou essa competição entre os produtos nacionais e os importados. E eu vejo que a questão é bastante complexa, porque, pelo Projeto que a gente tem agora em mãos, um grupo de Músicos vai ser realmente beneficiado, e é um grupo expressivo dentro do das pessoas que fazem música popular hoje. Porque a gente vai ter acesso a instrumentos de alta qualidade, com isenção

de tributação. E isso realmente coloca eles num preço bastante razoável para o acesso.

Agora, eu acho que o Alberto colocou uma questão bastante interessante, o instrumento brasileiro ele tem algumas dificuldades para chegar a esse padrão de qualidade, eu aqui estou falando em termos de música popular, eu acho que o instrumento orquestral ele está completamente incluído, ele está perfeitamente atendido dentro desse Projeto. Ele realmente é um instrumento que tem um custo muito alto e ele está perfeitamente atendido. Para o instrumento de música popular eu acho que é um pouco mais complexa a atuação. Porque a gente tem produtos nacionais que sofrem de uma concorrência desleal, porque eles também poderiam estar usando de partes, componentes, matéria-prima importada para ter uma melhora da qualidade e da oferta do seu instrumento e eles não têm essa isenção. Então eles seriam beneficiados.

Por outro lado, nós temos também não só a questão da matéria-prima, mas a nossa alta carga tributária de funcionamento de uma empresa no Brasil que dificulta muito a competição com os concorrentes estrangeiros.

Então, eu acho que a gente tem que, no momento que a gente está atendendo a essa questão da tributação do instrumento importado, a gente tem que pensar aqui se talvez essa tributação também não deva recair sobre os custos de produção dos produtos nacionais, para que eles estejam de pé de igualdade para disputar em todos os níveis. Ou seja, zera-se o jogo. Estar todo mundo de igual para igual. E, como o nosso companheiro aqui colocou, me parece que o custo disso para a arrecadação é muito pequeno. E não deixa de ser efetivamente um incentivo à cultura, sim, porque eu acho que ele é bastante abrangente no sentido de dar até um espectro maior de instrumentos e num custo mais amplo do que só um instrumento de excelência. Eu acho que seria bastante saudável para o mercado. Agora, não posso deixar de apoiar o Projeto, acho que o Projeto ele atende ao Músico de orquestra, atende ao Músico de excelência, que busca um instrumento de excelência dentro da música popular, mas eu acho que ele pode realmente ser expandido para um atendimento geral da indústria nacional também e colocar a gente... Acho que a indústria brasileira tem tradição, ela tem capacidade de realizar instrumentos com essa liberdade de mercado, de poder trazer matérias-primas, maquinário e ter produtos realmente competitivos, mas acho que a gente deveria ter realmente um contado maior com a Receita no sentido de mostrar para eles que essa possível "perda", entre aspas, de arrecadação, no que ela traz de volta em termos de produção cultural é muito superior. E eu acho que não preciso

me estender muito mais sobre o assunto, não, porque acho que o que já foi dito aqui basta. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Obrigado. Concedo a palavra, por 15 minutos, ao Sr. Nelson Eduardo Visconti Weingrill, Diretor Superintendente da WERIL Instrumentos Musicais.

SR. NELSON EDUARDO VISCONTI WEINGRILL – Bom dia, Srs. Senadores, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui presente nesse debate tão importante pela... Investimentos na cultura. Investimentos na música. Eu entendi que a preocupação dos Senadores é a respeito da renúncia fiscal. Mas todo mundo que trabalha com música não perde a oportunidade de falar sobre a educação musical e a sua importância para a formação do povo brasileiro. E eu não sou uma exceção. Gostaria de ressaltar, mais uma vez, de que a música a gente pode dividir em duas partes: o entretenimento, que é a parte que aparece da música, que é o que aparece na grande mídia, e a sua fundamentação mais importante, que é a educação musical e que nós que vivemos do comércio de instrumentos musicais, que convivemos com esse comércio, sabemos que é uma parte muito maior do que o que aparece na mídia.

Entendemos também que a educação musical é tão importante quanto a matemática e o ensino da língua. A educação musical é principalmente a educação do sentido da audição e também o exercício mental de comunicação.

E, como todos já fizeram também, ressaltar a importância de isso ser encarado mais seriamente nas políticas públicas ou, diria, com mais afinco de realmente implantar o ensino musical no currículo obrigatório do ensino brasileiro como uma forma de melhorar o acesso, ou melhor, melhorar realmente a educação como um todo. Eu posso citar um exemplo muito importante de um estudo científico que é feito há muitos anos nos Estados Unidos de que crianças que têm educação musical têm notas melhores. E essa semana li na Folha de São Paulo que crianças que têm acesso ao computador não têm nenhuma melhoria significativa no seu desempenho escolar. Isso por si só já justificaria essa preocupação com o ensino musical.

Agora, a música é uma questão de experiência. As crianças têm que ter o direito a experimentar a música, porque é daí que nascem os grandes artistas. É daí que vão nascer as pessoas que vão continuar tocando a nossa grande herança cultural, que é a música brasileira e que é considerada por todos como a melhor música do mundo, de maior variedade de ritmos, de maior variedade de temas e de uma sofisticação harmônica e melódica sem par.

Negligenciar essa educação é deixar a nossa população à mercê de culturais estrangeiras, com maior poder de divulgação e de penetração. Portanto, essa responsabilidade de todos nós brasileiros de preservar esse patrimônio cultural que nós herdamos é fundamental lembrar a participação e a instituição da educação musical no ensino obrigatório e no currículo obrigatório fundamental.

Falando de indústria brasileira, a indústria brasileira de instrumentos musicais é uma das mais completas do mundo. Nós fabricamos no Brasil pianos, instrumentos de sopro, instrumentos de percussão, instrumentos de corda, amplificadores e também é um grande produtor de bens culturais. Os instrumentos musicais, encaramos que são os bens culturais, são os meios pelos quais as pessoas aprendem a música e pelos quais se divulga a música e se pratica a música. Os fabricantes também, podemos dizer que são os guardiões da arte de projetar e fabricar instrumentos musicais. É também uma escola, porque o artesão de instrumentos musicais não aprende isso fora da indústria. Não existe preparo de mão-de-obra por parte de outras entidades.

E também, como nós fazemos o nosso marketing? O nosso marketing é todo feito em cima da educação musical, em cima da divulgação cultural. É praticamente a empresa de carros que também tem que fazer as estradas. Se não incentivarmos essa prática, não temos consumidores. Uma experiência muito interessante que fizemos foi divulgar a música brasileira no exterior como forma de divulgar os nossos instrumentos fabricados aqui. Falando especificamente da WERIL, a WERIL é uma indústria que tem quase cem anos – e eu pedi para distribuir um material a respeito da empresa e, brevemente, o que nós fabricamos – e temos na nossa estratégia e na nossa linha principal de produtos os instrumentos de sopro. Nosso principal legado para a cultura brasileira são as bandas, que estão presentes em todo o Brasil. Nosso entendimento é de que o ensino musical tem que ser feito coletivamente, e a banda é um dos melhores instrumentos que se faz. E, em alguns casos, é a única forma em que os brasileiros têm acesso à música ao vivo. Em muitos lugares. E é disseminada no Brasil inteiro.

A indústria brasileira hoje passa por maus bocados. Como principal fonte desses problemas são as mudanças recentes na economia mundial e que refletem na economia brasileira com uma queda do dólar perante a nossa moeda, em que os custos de produção são ligados à inflação, que é sempre crescente, embora muito menor do que já vimos, porém os custos de materiais importados são ligados ao dólar e que é decrescente nos últimos três ou quatro anos.

Então isso já cria um gap(F) do que era de igual competição três anos atrás, hoje já tem uma diferença, por conta da correção monetária e por conta da taxa do dólar, de aproximadamente 30%. A indústria brasileira, como um guardião da cultura, como instrumento da cultura deveria ser incentivada. Ela deveria, e ela é tratada simplesmente como mais uma indústria manufatureira. A única coisa que existe é a alíquota de Imposto de Produtos Industrializados, o IPI é zero. Não foi isento, isso foi nos anos 70 que aconteceu, não foi isentado, mas é zero. A isenção da alíquota do IPI possibilitaria também pleitear a isenção da alíquota de ICMS.

Portanto, falando especificamente desse Projeto de alíquotas de importação, a indústria vai ser penalizada, simplesmente com essa redução de alíquotas de importação e de outras taxas da importação. Porém, o que nós vemos, como falou o meu companheiro Frejat, é que a indústria nacional pode caminhar junto com os Músicos e com as entidades que pleiteiam essa redução de alíquota de importação também tendo o mesmo tratamento, redução de carga tributária da indústria brasileira. Isso significaria o quê? Significaria um maior investimento no acesso à cultura e no acesso à educação musical, que nós vemos como de grande importância. A princípio, sou a favor. Mas, no fim, eu preciso pedir uma equiparação para a indústria nacional também.

É isso daí, e eu acho que juntando os nossos esforços podemos chegar nesse consenso e colocar isso para frente, porque eu acho que é uma atitude muito importante, um incentivo muito importante para a educação do nosso povo. Era isso que eu tinha a dizer. Obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Nós é que agradecemos. Concedemos a palavra à Sra. Déborah Cheyne Prates, Presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, SINDMUSI e Violista da Orquestra Sinfônica Brasileira, pelo prazo de 15 minutos.

SRA. DÉBORAH CHEYNE PRATES – Sr. Presidente da Mesa, prezados Senadores, companheiros de Mesa, senhoras e senhores, bom dia. Quero agradecer ao convite da Comissão de Educação e espero corresponder àqueles que represento na missão de defender e apoiar o Projeto de Lei 345. A criação de um PL como este revela a sensibilidade de seus autores, de seu Relator e aqueles que o apóiam, pois visa ao estímulo de uma atividade que mobiliza um número talvez de pouca visibilidade, mas nada insignificante de profissionais. Minha tarefa aqui é trazer dados que justifiquem a tramitação positiva deste Projeto de Lei, mas não posso ficar de fora ao reforçar que realmente

a educação musical vai incentivar e estimular a atividade musical e também o mercado que acompanha tudo isso.

O Brasil possui um número relativamente pequeno de orquestras sinfônicas profissionais de atuação relevante, e menor ainda de bandas sinfônicas profissionais em relação ao tamanho do País e, principalmente, à sua capacidade e talento de produção musical.

Muitos são os fatores que provam a dificuldade desse segmento da música em prosperar e alcançar seu espaço merecido e desejado. Para alcançar um resultado profissional e de excelência e até mesmo competitivo no exterior, uma orquestra depende de elementos desde os mais básicos aos mais complexos.

Aqui estamos para ponderar sobre um elemento básico e indispensável para a consolidação de um trabalho de nível profissional e primazia, os instrumentos musicais, a matéria básica da atividade musical.

O Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro realizou nessas duas últimas semanas uma pesquisa em três das principais orquestras do Rio de Janeiro e outras duas de outros Estados, Paraná e Minas Gerais. Conforme pesquisa, comprovou-se 100% dos instrumentos de sopro, que são os de metais e madeiras, são importados, são as flautas, oboés, fagotes, contra-fagote, clarineta, trombone, trompete, tuba, trompa, talvez tenha deixado algum de fora, mas 100% importados. 100% dos acessórios utilizados para a manutenção e utilização desses instrumentos são importados, bocais, óleos, cremes para os pistons, surdina, boquilha, barrilhetes, as canas para fazer a palheta, o material para se transformar essa cana em palheta e muitos outros acessórios que são específicos e esporádicos.

Ao perguntar para esses instrumentistas se apesar de serem importados os instrumentos e os acessórios se é possível comprar em lojas do ramo no Brasil, a resposta foi unânime: “Não”. Pois, quando encontram, é caro, o que torna a utilização diária de tais apetrechos inviável. Perguntou-se, então: “Como os adquirem?” Em viagens ao exterior e por encomendas via internet, o que muitas vezes acarreta o pagamento de uma taxa de importação excessivamente alta para produtos que o Brasil sequer produz; dos instrumentos de cordas, violinos, violas, violoncelos e contrabaixos, 75% dos instrumentos são importados, 25% de fabricação nacional; os acessórios, corda, resina, cavalete, crina, suporte são coisas muito simples, mas que exigem tecnologia. Eu, por acaso, trouxe cordas; cavalete é um pedacinho de madeira; uma surdina, um pedacinho de borracha; um batonzinho para cravelha; um suporte, que a gente usa aqui... Tudo importado. E você encontra nas lojas, às vezes, você não encontra opções de marcas, muitas vezes quando é obrigado a comprar aqui no Brasil

você é obrigado a levar a marca que existe, que eles te oferecem, quando encontra, porque eu estou falando de lojas do ramo em grandes capitais, em cidades menores não se encontra nada.

Então, vamos falar um pouco sobre esse 25% de produção nacional dos instrumentos de cordas. Temos hoje no Brasil um número significativo de *Luthiers*, que são os artesãos que constroem instrumentos de cordas de qualidade e cada vez mais competitivos no mercado externo. Esses *Luthiers* produzem com qualidade por uma única razão: talento. No Brasil não existe escola, nem mesmo tradição para a construção desses instrumentos. Vale sublinhar que apesar de se tratar de uma indústria artesã, manual nacional, esses instrumentos construídos aqui no Brasil utilizam 100% de matéria-prima importada, desde a madeira até a ferramenta, o canivete, para se construir o instrumento. Já os arcos, por incrível que pareça, a matéria-prima utilizada no mundo inteiro é o pau-brasil. E só o Brasil quem possui o pau-brasil. E só o Brasil quem exporta, é lógico. Depois, a gente compra o arco importado. Mas feito com matéria-prima brasileira. Existe no Espírito Santo uma reserva dessa árvore apenas para este fim, construção de arcos. Por essa razão, a gente tem no Espírito Santo uma escola de artesãos que fazem arcos, constroem arcos, mas que ainda deixa a desejar a qualidade para a utilização de profissional. Funciona muito bem para estudantes.

Os instrumentos de percussão, vamos lá para trás da orquestra, para o fundo, o Brasil possui uma farta indústria de uma quantidade sem fim de instrumentos de percussão, mas aqueles utilizados especificamente em orquestras e bandas sinfônicas profissionais são, na sua maioria esmagadora, importados. Tímpanos, bombo sinfônico, vibrafone, xilofone, caixa, uma simples caixa, prato, o triângulo, o pandeiro estilo sinfônico, 100% importados. Os instrumentos, claro, tipicamente brasileiros, são consumidos e feitos aqui no Brasil mesmo.

Então, vamos falar um pouco de cifra, para a gente assustar um pouquinho, ver o que é que significam esses instrumentos. Um fagote de nível profissional, o preço dele varia de quinze a trinta e seis mil euros, dependendo da fábrica e do modelo; um contra-fagote, que é um instrumento raro, ele pode custar até sessenta mil euros, Se a gente colocar a taxa de importação em cima é um “tiro na cabeça”; um jogo de tímpanos pode custar a partir de quarenta mil dólares. E existem outros instrumentos, vários outros que dividem também essa faixa de preço. A gente está falando da celesta, harpa, piano, órgão, são vários instrumentos que têm esse valor realmente de dezenas de dólares ou euros.

Na pesquisa que a gente realizou, o valor mais baixo encontrado de instrumento, sempre importado, foi particularmente o trompete, que custa na faixa de três mil dólares. Encerrando a pesquisa, perguntamos ao Músico: “Acredita que o Brasil pode, ou poderia fabricar aquilo que é necessário para que você cumpra o seu trabalho de maneira como lhe é exigido?” O comentário geral é: A indústria nacional progrediu muito nos últimos anos e atende bem à demanda de escolas, bandas e até mesmo de orquestras jovens e amadoras e, para essa demanda específica de Músicos profissionais e sinfônicos, e vamos incluir aí também os Solistas, que não são necessariamente Músicos vinculados a orquestras, Solistas são profissionais raros e ainda mais exigentes, a indústria não atingiu a qualidade necessária e, para tanto, requer pesquisa, tecnologia, mão-de-obra ainda mais especializada e incentivo para tais objetivos. Isso é uma observação de todos os Músicos pesquisados.

Antes de concluir e trazer alguma proposta, eu gostaria de, como representante da categoria de Músicos profissionais, assegurar que é desejo de todo e qualquer profissional ter acesso à aquisição de instrumentos e acessórios sem ter a necessidade de importá-los. Porque a gente quer comprar aqui, na esquina de casa. É desejo de todos que a indústria nacional supra nossas demandas, mas, enquanto não alcança a qualidade indispensável e até mesmo passe a fabricar aquilo que não se fabrica, alguns instrumentos e muitos acessórios, tragam aqui nosso total apoio ao PL 345.

Estamos nos referindo a um mercado pequeno, que não afeta de maneira alguma a indústria nacional, já que essa produz, exporta e vende em número crescente, e aqui falamos de consumidores que confirmaram adquirir 100% de instrumentos e acessórios importados e relatam que atualmente o mercado nacional não oferece a qualidade nacional. E ele vai continuar, infelizmente, consumindo seu instrumento e seu acessório lá fora. Porque seu trabalho exige isso.

Esses consumidores já enfrentam uma série de dificuldades na sua atividade. E o recolhimento de até 60% de taxas de importação, diferente do que consta aqui no parecer, sobre o material que lhe é necessário no dia-a-dia, essa taxa é excessiva e não condiz com as condições de um trabalhador da cultura. Propomos a aprovação deste PL, beneficiando ao Músico comprovadamente profissional, para adquirir o seu instrumento importado com alíquota zero, para valores excedentes de mil e quinhentos dólares, e alíquota zero para a importação de partes, acessórios e insumos, sem limites mínimos. Garante-se, dessa forma, o recolhimento de impostos de instrumentos importados de qualidade duvidosa, como alguns que vêm da China, são muito

baratos e esses, sim, ameaçam a indústria nacional. Deve-se também assegurar a isenção de impostos na importação de matéria-prima, insumos para a construção de instrumentos no Brasil, estimulando dessa forma a produção nacional, seja em larga ou pequena escala. E eu não encontro onde eu agradeço. Mas é por aí. E eu agradeço muito. Espero que a sensibilidade de se criar um Projeto como esse termine com a sensibilidade em se aprovar um Projeto como esse. Muito obrigada e um bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – O Sr. Alberto Bertolazzi solicita a palavra, para fazer um esclarecimento acerca das madeiras que são utilizadas para a produção dos instrumentos musicais e eu lhe concedo a palavra.

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Muito obrigado. Eu quero, antes de mais nada, reafirmar a posição minha e da ANAFIM, que não temos nada contra, pelo contrário, nós apoiamos o Projeto no que se refere a instrumentos musicais de qualidade para atender as necessidades de orquestras sinfônicas como a nossa Déborah salientou, oboés e outros instrumentos que, inclusive pela pouca procura, quantas sinfônicas nós temos no Brasil, que não teria cabimento montar uma indústria aqui no Brasil de oboés e ou outros instrumentos similares.

Com referência à madeira, só gostaria de fazer uma menção. Desenvolvemos, nós da ANAFIM particularmente e da HERING, desenvolvemos um trabalho com o IBAMA, com o laboratório do IBAMA, que inclusive está à disposição na internet, um Projeto muito bom onde pegamos as melhores madeiras usadas em instrumentos musicais no exterior, tanto para violino como para celos, para guitarras, para violões e, evidentemente, com a vasta quantidade de madeiras que nós temos no Brasil seria um absurdo dizer que nós não temos uma madeira igual, eu diria melhor em muitos casos do que os utilizados no exterior. O que acontece em muitos casos é que se criou um modismo, um parâmetro. Quando o Sr. Leo Fender inventou há guitarra 50 anos atrás, 60 anos atrás, ele usou a madeira que tinha à disposição no Canadá, nos Estados Unidos, que é o (inaudível), enfim, madeiras da região. Por esse trabalho que foi feito pelo IBAMA é fácil constatar que nós temos madeiras melhores, ou iguais pelo menos, e digo mais, a ANAFIM está trabalhando num Projeto para incentivar o uso da madeira certificada para a confecção de instrumentos musicais, coisa que somos, digamos, somos pioneiros em diversas feiras mundiais como NAM(F), em janeiro desse ano e do ano passado, em Frankfurt, da *Music* (inaudível), a posição da ANAFIM e, particularmente, da HERING tem sido levantar essa bandeira para uso de

madeira certificada. Ou seja, as nossas madeiras são muito boas e, em muitos casos, melhores até que as utilizados por fabricantes do exterior e estamos numa campanha mundial para utilizarmos madeira certificada, que seria alguma coisa eventualmente que poderia ser até anexada nesse Projeto, a obrigatoriedade desses instrumentos que vêm de fora, de madeira, serem de madeira certificada, assim como o pessoal lá de fora exige que o Brasil mostre que os nossos instrumentos musicais, quando são exportados, como o caso do arco do violino, que a Déborah estava comentando, tem que ser provado que esse pau-brasil utilizado para a confecção do arco do violino não está devastando a Floresta Amazônica. Então acho que deveria ser tudo dentro daquele princípio da igualdade, e deveria ser utilizado esse critério também.

Só quero dizer para a Déborah uma última coisa, rapidamente. A HERING está trabalhando particularmente com o Maestro João Carlos Martins, que, como vocês todos devem saber, hoje em dia, por razões de saúde, não é mais Pianista, não toca mais piano, é um Maestro, e estamos desenvolvendo um projeto muito bonito com o João Carlos Martins, para a confecção de todos os instrumentos de corda, das Bachianas dele com madeiras certificadas do Amazonas. Existem madeiras, sim, brasileiras e certificadas para a confecção de instrumentos de corda para orquestra sinfônica, esse Projeto do João Carlos Martins chama-se *Amazon Forever* e a idéia é as Bachianas, a orquestra dele virar o mundo todo para divulgar a idéia da certificação das madeiras brasileiras. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Concedo a palavra à Sra. Déborah Cheyne Prates.

SRA. DÉBORAH CHEYNE PRATES – Eu queria só deixar claro, quando eu falo de madeira importada eu estou falando que é aquela utilizada para a confecção de instrumento de cordas, não guitarra, não baixo elétrico, porque sei que essa indústria, esses instrumentos utilizam realmente madeira nacional e que já é comprovado que é melhor que muitas outras madeiras por aí fora. O instrumento que eu falo que utiliza matéria-prima 100% importada é esse instrumento que atende a essa faixa de profissionais. Existem, sim, alguns *Luthiers* que experimentam e continuam experimentando madeira nacional, mas não conseguiram atingir essa qualidade, porque a madeira nacional até agora não conseguiu atender a essa demanda. Por isso, importa-se, e importa-se madeira comprovadamente que também é certificada. Hoje em dia, essa madeira vem da Europa e vem de reservas especificamente para esse tipo de construção. É só.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Concedo a palavra, já para fazer perguntas, ao autor do Requerimento e Relator do Projeto, Senador Paulo Paim.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Já inscrevi V.Ex^a. Só para fazer um esclarecimento, Senador Paulo Paim, nós vamos dar inicialmente a palavra a três Senadores, para as perguntas, voltamos para as respostas e, em seguida, para mais três Senadores. Se V.Ex^a. concordar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sr. Presidente, eu concordo e eu espero que possa ajudar, e eu espero que possa participar. Porque às 11h30 está marcada a reunião da Comissão do Meio Ambiente, que eu presido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Então, se V.Ex^a. concordar, o Senador, embora seja uma inversão regimental, e nesse caso nós precisamos da aquiescência do Senador Paulo Paim. Como o Senador Leomar Quintanilha vai presidir a Comissão do Meio Ambiente, se V.Ex^a. concordar, nós daremos a ele primeiro a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, como Relator, eu protesto, de forma muito dura, mas agradeço a V.Ex^a. e permito (risos) ao Quintanilha (risos), é só para descontraí, claro, e com alegria enorme, Sr. Presidente, ao Senador Quintanilha. Desculpa a brincadeira, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Que é isso.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Olha, é um homem que tem um erro de português no nome, eu digo, não é Paulo Paim, é Paulo “Painho”. Não é (risos) verdade?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Isso aí tem uma baianidade no meio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Exatamente.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – “Painho”. Aí tem baianidade no meio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Concedo a palavra a V.Ex^a.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Paim, obrigado pela deferência em permitir que eu possa participar dessa discussão ainda que rapidamente. Mas eu gostaria de cumprimentar os ilustres convidados numa Audiência Pública muito rica e muito interessante, onde nós estamos discutindo com especialistas da música brasileira uma questão

fundamental que é relacionada ao uso dos instrumentos musicais e, sobretudo, sobre a sua importação. A música brasileira, o Músico brasileiro merecem de mim um respeito e uma admiração muito especial. E é lamentável que nem só o tempo e nem o ambiente vão nos permitir, já que temos aqui um Músico e uma Violista, ter uma canjinha, ter uma oportunidade de ouvir a expressão do seu talento. E que bom que o talento não se restringe à musicalidade. Está aqui hoje no foro adequado, que é o Congresso Nacional, discutindo questões que envolvem todos os Músicos brasileiros, sobretudo, aqueles que procuram se esmerar e crescer na sua profissão. E eu confesso que ainda não tinha me aprofundado no exame da matéria, mas ouvi, e de forma muito clara, e me preocupou essa questão relacionada à redução das alíquotas de importação, preocupado exatamente com a sobrevivência da indústria nacional. Eu percebi, e o Sr. Alberto, que representa um segmento da indústria, manifesta-se favorável ao Projeto, coloca algumas ressalvas, e o Sr. Nelson, de forma mais enfática, revela a sua preocupação com a redução da alíquota do imposto de importação, o que vai efetivamente dificultar a competitividade do instrumento brasileiro. Mas questiona-se muito aqui a qualidade do instrumento brasileiro. Quando se percebe essa qualidade, e o Músico, principalmente, que busca algo melhor, normalmente ocorre com um Músico que atingiu também um estágio especial, que fugiu da vala comum no desenvolvimento da sua profissão e que busca efetivamente um instrumento de melhor qualidade. E eu não sei, porque a lei não vai ter como estabelecer um instrumento de identificação, o que é instrumento musical de boa, média ou ruim qualidade. Isso haverá uma dificuldade em, de forma rasa, nós concedermos a isenção do imposto, permitirmos que a indústria de má qualidade de outros Países ou, não digo de má qualidade, mas que não tenha a excelência em qualidade de outros Países possa efetivamente então estar entrando de forma mais volumosa no mercado brasileiro, e aí, sim, inviabilizando o desenvolvimento da indústria de música no País. Aliás, eu confesso a minha ignorância e vejo com tristeza as afirmações da Sra. Déborah que muitos dos instrumentos utilizados aqui, dos mais triviais, dos mais comuns, dos mais simples não são produzidos no Brasil. Eu não sei se é a demanda que é pequena, eu não sei se o mercado não estimulou essa produção, a industrialização, o fabrico aqui no País. O fato é que essa preocupação se soma ao fato de nós ainda facilitarmos a importação, permitirmos que um número maior, mais volumoso de instrumentos de baixa qualidade venham inibir ainda mais a indústria brasileira. Eu confesso que ainda não tenho opinião formada a respeito. Eu gostaria de ouvir

mais e gostaria de estudar mais o Projeto para emitir minha opinião, Sr. Presidente. Eram as considerações que preliminares que eu gostaria de expender nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – V.Ex^a. queria ouvir a opinião do Sr. Alberto Bertolazzi e do Nelson Eduardo Weingrill, se entendi bem?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sobretudo, dos dois que representam aqui a indústria brasileira.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, se me permitir, as minhas perguntas são muito diretas e vão na mesma linha. Porque aí poderiam responder junto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Concedo a palavra a V.Ex^a.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E prometo, Senador Quintanilha, que serão no máximo dois minutos de pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Mas antes, só para registrar a presença do nosso Presidente Cristovam Buarque e dizer que continuo na Presidência por concessão dele. E considero visita honrosa a esta Comissão a presença aqui do Sr. Antônio Russo, suplente da Senadora Marisa, do Mato Grosso do Sul. Bem-vindo. Concedo a palavra a V.Ex^a.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador DEMOSTENES TORRES, Senador Cristovam, Presidente da Comissão, que chega nesse momento e que é um dos autores do Projeto, convidados e convidadas. Eu confesso que quando me pediram para relatar esse Projeto – o Projeto foi construído na própria Subcomissão, então é assinado por uma série de Senadores – o que passaram para mim como Relator da matéria é que era um Projeto de entendimento com todos os setores envolvidos, tanto da indústria quanto Músicos, compositores. Ora, quando eu recebo um Projeto com essa unanimidade, faço o Relatório com a maior tranquilidade. E tanto que não houve nenhuma Emenda. Não foi o que percebi aqui. Para mim é importantíssimo que eu fique aqui sabendo se efetivamente esse Projeto, nos moldes em que foi apresentado e que eu estou dando o Relatório favorável tem o apoio inclusive da indústria nacional. Por quê? Todos aqui sabem da nossa caminhada como defensor intransigente dos direitos dos trabalhadores, mas também da indústria nacional, porque sem a indústria não tem trabalhador e sem trabalhador não tem indústria. Serei sempre um defensor da indústria nacional. Como qualquer brasileiro o faz.

Bom, não sou nada contra investimentos de multinacionais, mas, para mim, o interesse nacional está em primeiro lugar. Pois faremos um outro debate. É devido a isso que eu fiquei um pouco preocupado. Nós temos hoje à tarde uma reunião lá na Receita Federal, e sabemos da resistência da Receita Federal, já conversei com eles, há uma resistência ao Projeto e será muito difícil caminharmos na Receita Federal para que esse Projeto efetivamente possa ser aprovado na Câmara e no Senado e não ter veto se não demonstrarmos um entendimento entre os profissionais, que fizeram aqui a bela defesa da sua posição, e da indústria nacional.

Então, a pergunta que eu faço e de forma direta, e aqui eu já encerro, há possibilidade de construirmos efetivamente esse entendimento que não traga prejuízo? Porque nós todos aqui não queremos prejuízo para a indústria nacional, e sem tirar o direito dos profissionais poderem comprar os produtos que não são fabricados aqui, efetivamente não são, e que tenha que então buscar no exterior.

Então, essa é a pergunta que, para mim, tem que ficar muito clara, porque isso vai embasar o debate que faremos, com certeza, hoje à tarde lá na Receita Federal. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Se bem entendi, Senador Paulo Paim, pela exposição feita, há consenso em duas situações, instrumentos não produzidos no Brasil e instrumentos musicais de excelência. E nos demais, se tiver alguma forma de tratamento... Acho que essa é a questão que deve ser submetida. E as duas outras questões me parecem que são matérias consensuadas aqui. Mas eu concedo a palavra, inicialmente, ao Sr. Alberto Bertolazzi, para responder.

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Senador, realmente colocando mais uma vez a posição da indústria nacional, não temos nada contra, entendemos perfeitamente a necessidade de um Músico, de um erudito de ter acesso a instrumentos musicais de qualidade, ou às vezes, pela falta de demanda é que não são fabricados no Brasil, como é o caso do oboé, por exemplo, harpas e outros instrumentos musicais, que... Quantas sinfônicas nós temos no Brasil para comprar esse tipo de instrumento musical? A não ser que se faça alguma coisa, como citei um exemplo, a China, que criou uma escola, ou seja, criou uma obrigatoriedade de estudar música nas escolas e não escolheu a flauta doce ou essa flauta germânica usada no mundo todo, escolheu o violino. Por quê? Porque assim, além de desenvolver o lado cultural nas escolas, inserir a música no contexto está criando mão-de-obra, porque o violino realmente é um instrumento musical que necessita de muita

mão-de-obra, a não ser que a gente faça isso, como eu disse, a importação desses instrumentos musicais é extremamente necessária. Não temos nada contra. Temos contra, sim, a importação do instrumento musical de baixa qualidade, que também é contemplado por esse Projeto, instrumentos musicais que, eu diria, em muitos casos até vêm a estragar, se o nosso Músico aqui me permite usar essa expressão, o ouvido de uma criança. O nosso Músico aqui, o Frejat sabe que existe uma invasão de violões, guitarras e outros musiquentos que não seguram a afinação, entortam o braço, descolam a ponte depois de seis meses, até brincam, o pessoal brinca no mercado que tem violão aí que depois de seis meses vira arco e flecha, porque o braço dobra e com as cordas dá para brincar de arco e flecha. E nesse Projeto de Lei estamos contemplando esses instrumentos também, que realmente é um dano, tanto cultural, porque não acrescenta nada, pelo contrário, estraga o ouvido musical de uma criança que vai tentar aprender música num instrumento musical não adequado e vai acabar com a indústria nacional e isso nós temos que ter consciência disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Com a palavra o Sr. Nelson Eduardo.

SR. NELSON EDUARDO VISCONTI WEINGRILL – Respondendo objetivamente à pergunta do Senador Paulo Paim, a resposta é não, se a indústria apóia o Projeto de Lei na forma que ele está, que diz aqui que isenção de imposto de importação de instrumentos musicais constante no Capítulo 92. Isso abrange todos os instrumentos musicais. Não tem distinção. Quase nem de diferentes famílias de instrumentos musicais. Então nessa classificação não existe distinção entre os instrumentos de orquestra ou instrumentos de baixa qualidade ou de má qualidade. A ameaça à indústria nacional é muito grande, é uma indústria que tem um emprego intensivo de mão-de-obra, um instrumento musical ele não pode ser reprojetoado para ser fabricado por máquinas, porque existem duas restrições fundamentais, uma é a acústica e a outra é a anatomia humana. Então o instrumento musical vai ser feito com poucas alterações tecnológicas de facilidade de fabricação, mas metade do custo dele ainda é mão-de-obra. Ele é uma indústria intensivamente mão-de-obra e que é treinada dentro da indústria, como eu falei. Então, especificamente, o temor de extinção da indústria é muito grande. As empresas não vão deixar de existir, mas a fabricação e a arte de fabricar instrumentos musicais estão ameaçadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Frejat também disse sobre que

era favorável não só aos instrumentos de excelência, mas outros de qualidade. Poderia?

SR. ROBERTO FREJAT – Na verdade, o que eu percebi é que eu, como havia falado antes, acho que o Projeto atende perfeitamente ao Músico de orquestra e ao Músico que busca um instrumento de excelência e que muitas vezes não é encontrado no Brasil. E o que eu acho que a gente tem que pensar aqui em questão... A grande questão é a seguinte: se a gente tem uma liberação de imposto para a aquisição de instrumentos importados e a gente não tem uma contrapartida para a indústria nacional, a gente coloca num nível de instrumento que não é efetivamente o que estava no objetivo do Projeto, que eram o Músico de orquestra e o Músico de excelência, a gente coloca a indústria nacional numa situação difícil. Agora, realmente, para o Músico de orquestra e para o Músico que busca um instrumento que está ali naquela faixa de custo de mil e quinhentos dólares, que é, vamos dizer, é uma elite de Músicos, está atendido. Agora, eu me pergunto se a gente não pode trazer esse tipo de liberação, de isenção para a indústria nacional com os encargos que ela tem e colocar todo mundo em pé de igualdade. Essa é a minha pergunta, esse é o meu questionamento aqui. Porque aí eu acho que realmente é como está zerado o jogo. E eu acho que a indústria brasileira, que é uma raridade em relação até a outras, a indústria de música em outras áreas da indústria brasileira, ela não tem medo da competição no zero a zero. Porque a gente está falando aqui de instrumentos de baixa qualidade, instrumentos de baixo preço, existe hoje uma coisa que é quase que definitiva dentro do mercado que é o seguinte: contra um instrumento chinês não há concorrência, só se você for fabricar na China. Porque a mão-de-obra deles não tem concorrência. Mas existe uma grande parcela do mercado que não está dentro desse... E aí atende, sim, a muitos Músicos, a uma quantidade enorme de Músicos que não estão incluídos dentro desses que são compradores de instrumentos chineses. Porque instrumento chinês não é instrumento para Músico profissional. O profissional de música não trabalha com instrumento chinês. Então não é isso que a gente tem que ter medo. Agora, eu acho que é delicado, mas acho que existem soluções, sim. Acho que a gente pode ou traçar um patamar de preço, para que só a partir de um determinado valor a gente tenha essa isenção ou a gente trabalhar com a isenção generalizada.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Demostenes, só para fisco bem claro, inclusive alguns Senadores que apresentaram o Projeto original já conversaram comigo aqui rapidamente, nós vamos trabalhar num substitutivo nesse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Com certeza.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Esse foi o Projeto original, para provocar o debate. E no substitutivo vamos fazer as limitações adequadas para que não caiamos no erro de prejudicar a indústria nacional. Então nós vamos construir um substitutivo e tudo o que está sendo dito é o que vai ser importante para a redação final.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Luis Felipe.

SR. LUIS FELIPE RADICETTI – Bom, então eu queria acrescentar exatamente que, ao observar o Projeto de Lei, nós entendemos que nós estamos no início de um processo, que vai se encaminhar para um aperfeiçoamento, naturalmente, e é interesse de todos mesmo aqui dessa Mesa da gente alcançar um acordo, tão cedo quanto possível, a respeito do atendimento, da democratização, é isso que eu entendo que esse Projeto de Lei está dirigido, é a democratização do acesso do produtor da cultura brasileira, a qual procurei trazer tanta relevância para isso aqui no meu (soa a campainha) discurso hoje, para que a gente pudesse dar esse acesso e, ao mesmo tempo, jamais deixar que isso criasse distorções que viesse a prejudicar uma indústria que, para nós, é parceira, é sócia, é participante direto dentro dessa produção cultural, fundamental para a produção cultural. E tínhamos já iniciado uma conversação para falar sobre de que forma, de que meios nós podemos constituir uma proteção efetiva para a indústria e atender ao Músico, porque na verdade esse Músico precisa de um instrumento que é caro, que não é um instrumento barato. Instrumento barato não tem nada a ver com a excelência que nós estamos procurando buscar e democratizar para o artista brasileiro. Então nós estamos à disposição, totalmente abertos para a gente determinar os caminhos que possam nos levar a um acordo o mais rápido possível. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Volto a palavra ao Frejat, que quer polemizar sobre esse assunto.

SR. ROBERTO FREJAT – Na verdade eu não quero polemizar, não. É porque, em todos os momentos que eu falei aqui eu não tive a oportunidade de agradecer realmente a dedicação a esse Projeto, que eu acho que é um assunto que aflige a classe musical há muitos anos. Não é a primeira vez que esse tipo de intenção acontece dentro do Congresso. Mas eu acho que pela primeira vez ele está muito bem articulado. E a gente também teve um amadurecimento de todas as áreas de atuação do mercado musical brasileiro, a ponto de estarmos hoje aqui numa consonância mui-

to grande de fabricantes e Músicos e eu acho que a gente está muito próximo de um acordo, não é uma coisa que está distante. Então eu queria agradecer não só a intenção do Projeto, mas também acho que o momento é muito propício.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Com a palavra, Déborah Cheyne Prates.

SRA. DÉBORAH CHEYNE PRATES – Eu só quero repetir afirmando que a proposta que eu trago, que põe um patamar de valor, que também pode ser estudado, pode modificar, é lógico, ela atende ao que você tem como entendimento do Projeto, e eu também tenho, exatamente o mesmo, e ela atende também a indústria nacional, porque eu acho que é a matéria-prima, todos esses... As pequenas partes até as grandes partes que muitas vezes são importados e afetam no preço final de um instrumento, vai sair ganhando a indústria nacional, vai sair ganhando todo mundo. Eu acho que contempla todo mundo e eu acho que a gente tem que ter é exatamente isso, é como eu disse, eu quero poder comprar tudo na padaria da esquina.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Para suas perguntas, o Senador Romeu Tuma. Em seguida, a Senadora Marisa Serrano. V.Exª. se encontra inscrito, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente Demóstenes, é um prazer tê-lo na Presidência, graças à benevolência, a amizade e o carinho do nosso Cristovam, Presidente da Comissão de Educação, cumprimentar os nossos convidados, e dizer claramente, e o Paim já disse e eu não teria nenhuma dúvida em repetir que esse Projeto foi início de um debate que já começou em 2006. E ele vem agora com um objetivo. Se os senhores repararem, o Projeto foi acompanhado num Requerimento de Audiência Pública, se houvesse terminado e acabado dentro dos padrões que a gente desejasse e a sua aprovação, nós não faríamos Audiência Pública. Algum outro Senador poderia fazê-lo. Mas havia sempre a dúvida principal: até que ponto a capacidade da indústria nacional pode ou não concorrer com o instrumento importado e até que ponto o investimento que seja feito na indústria nacional pode alcançar a qualidade do produto importado. É uma dúvida que a gente sempre tem, porque acha que o Brasil tem que avançar em todos os segmentos, principalmente naquele de pesquisas que a gente tem discutido muito, e ele é Presidente da Comissão. Eu tenho às vezes visto aquele programa do Raul Gil, quando a gente não tem... Sábado fica em casa, não vai sair, e eu vejo aquele menino tocar o sax, o pistão(F), e hoje é um grande vendedor de discos, que não tinha um

instrumento. Com o microfone lá, não sei nem como é que chama, o microfone diferenciado, a qualidade.

Então, melhorou 200 vezes mais a qualidade do som que saía do instrumento. E hoje ele é um profissional. Outros vão lá, e não têm violão, não têm guitarra, alguém no programa seguinte está presenteando com um instrumento musical.

O que indica isso para mim, Demóstenes, é que a população brasileira, uma grande massa que gosta de música não tem dinheiro para comprar o instrumento. E se você for às favelas, todas essas ONGs, improvisam instrumentos para poder tocar sua música e acompanhar aqueles que se devotam aos menos favorecidos. Então o senhor vê que nós estamos lutando para fazer essa ligação aos profissionais da música, que precisam de instrumentos de alta qualidade para apresentar dentro de uma orquestra. Não dá para improvisar um instrumento dentro de uma orquestra. Aqui tinha um programa, Demóstenes, que era maravilhoso. Não sei por que saiu do ar, “Quem tem medo da música clássica”, do Artur da Távola, em que a gente aprendia o que era a orquestra, o que fazia cada instrumento numa ópera, ou num espetáculo musical...

Então, aquilo era praticamente um ensinamento àqueles que tinham oportunidade de ter canal indireto, canal pago, que era o setor musical. Hoje a gente procura as TVs culturais para que isso seja apresentado permanentemente. Porque a música, eu digo assim, eu tive um enfarte, quase morri, e é decorrência de estresse, a música tira estresse do coração (soa a campainha) e do raciocínio. Então, a música faz bem à alma e é a tua atividade. Porque você ouvindo um som musical de qualidade, tranquilamente você consegue relaxar sem perceber.

Então, nós estamos vendo aqui que há uma harmonia no desejo de se buscar uma solução harmônica, mesmo que não tenha harmonia aí, mas nós vamos importar, e tem a gaitinha, o senhor não sabe o pior, eu toquei para a minha neta de 11 meses com uma gaitinha dessa e ela dançou (risos) para chuchu. E nós não queremos dançar com um projeto que seja vetado ou relegado pela Receita. Nós queremos ter uma música fina aqui. Buscar a qualificação. Todos os argumentos que foram apresentados são positivos. O Paim é um grande Relator. Ele consegue captar essas informações, por quê? Porque é dedicado aos menos favorecidos, é sempre o iniciador das discussões, quer do trabalhador, quer (soa a campainha) das pessoas que tem dificuldade de outras ordens, então ele já deve ter captado, vamos discutir, vamos buscar, porque, em princípio, eu acho que isenção para os instrumentos de qualidade não fabricados no Brasil e isenção para a importação de componentes para fazer um bom ins-

trumental. Agora, a qualificação, eu não preciso saber, o lojista às vezes não precisa saber, mas tem os Músicos que sabem, que vão dizer: “Esse instrumento tem qualidade, tem que ser tabelado assim ou assado”. Então os sindicatos, as empresas podem discutir qual é o instrumento de qualidade. Agora, deixar fracassar e sumir com a indústria nacional, eu acho que a gente tem que desistir de tudo. Acho que a qualidade é importante e fazer um casamento perfeito para que isso se dê. E agradeço, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Obrigada, Sr. Presidente. Como todos aqui perceberam, essa ligação que o Músico Frejat falou entre os membros da Mesa também está aqui na platéia. O interesse de todos é a mesma coisa, garantir espaço para a indústria nacional e, conseqüentemente, emprego e renda, mas também garantir que a música, que os nossos artistas tenham condições sobejas de continuar produzindo aquilo que faz bem à alma, como disse o Senador Romeu Tuma.

Então eu fico contente de darmos todos aqui subsídios ao nosso Relator, Senador Paulo Paim, para que ele possa amadurecer um Projeto que é importantíssimo. Às vezes alguns podem pensar que os políticos não dão atenção à música, ao teatro, às artes plásticas, à dança, mas nesta Casa, como todas as outras que trabalham com leis, não é só a parte financeira, não é só a demanda fiscal que faz com que os Senadores e Deputados se debrucem em cima de um Projeto e queiram fazer o melhor para as entidades que dele fazem parte, mas para todo o País. Nós temos aqui o Senador Demóstenes presidindo a Subcomissão de Música, de Teatro... E nós temos discutido muito as questões ligados à cultura. Eu tenho certeza absoluta que esta é a Casa, com o beneplácito do nosso Presidente da Comissão de Educação, é a Casa que nós podemos nos unir para fazer com que a cultura brasileira realmente dignifique e ela reflita aquilo que é a sociedade brasileira. Nós queremos uma sociedade cidadã, uma sociedade cada vez mais participativa. E não tem como nós dissociarmos a cultura da formação do nosso povo. Eu não entendo, Senador, educação dissociada de cultura. Não dá como. O imbricamento é muito grande. A formação do povo equivale dizer que tipo de cultura esse povo projeta. Então eu quero aqui colocar para o Senador Paulo Paim algumas questões que eu acho que são importantes. Quando a Débora fala de madeira certificada, talvez isso possa ser uma discussão também nessa proposta de renovação que V.Exª vai fazer. O problema do preço. E o problema, tal-

vez, de discutir aqui da aquisição desses instrumentos importados por entidades, não sei se isso engessaria muito os Músicos de orquestras e os Músicos nesse setor, mas que fosse comprado através de alguma entidade. Não sei se isso seria nós restringirmos muito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A qualificação, ser certificada.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) –

A qualificação, ser certificada. Quer dizer, não abrimos a tal ponto, mas também nós garantirmos que as nossas orquestras tenham o direito de ter o melhor instrumento para o deleite de todos. Eram essas as considerações que eu iria fazer e dar os meus parabéns a todos, indústria, artistas, entidades unidos junto conosco para fazer o melhor por este País. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Muito obrigado, Senadora. Com a palavra o nosso Exmo. Presidente, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Obrigado, Senador Demóstenes. Eu, ao mesmo tempo que peço desculpas por ter chegado atrasado por causa de uma viagem, eu quero dizer que esse Projeto ele tinha por intenção beneficiar os dois lados, o lado da cultura e o lado da indústria. Por quê? Porque nós nos costumamos no Brasil a proteger uma demanda pequena, quando este País tem como aumentar essa demanda muito. Qual é a maneira de aumentar a demanda nas indústrias de instrumentos? Aumentar o número dos que usam os instrumentos. O Brasil vende muito pouco instrumento per capita, quando a gente compara com outros Países. A gente tem que fazer com que isso combine sem prejudicar as indústrias que atualmente sobrevivem com esse pequeno mercado, quero dizer que não são só vocês. Vocês têm visto a briga que há entre os jornais para ver quem vende mais. Um dá CD, um dá enciclopédia... Se eles fizessem uma campanha para que neste País todo mundo estudasse, multiplicava por dez a venda de jornais. Ninguém lembra disso. Basta aprovar o Projeto do Senador Demóstenes, “em horário integral”. A gente não percebe como pode aumentar a demanda e fica defendendo a demanda restrita que nós temos. Imagine toda escola em horário integral, e só metade delas com uma pequena orquestra. 80 mil escolas com uma orquestra de dez instrumentos. Um milhão de instrumentos serão comprados. A gente tem que pensar é em ter essa demanda nova para os instrumentos musicais. Agora, é fundamental, para que a cultura se desenvolva, que haja uma indústria local. Senão a gente vai ficar dependendo de importação para tudo. Então tem que proteger a indústria. Mas não às custas da restrição da demanda. Tem que aumentar a

demanda e, sobretudo, que traga gosto pela música. Já pensou se neste País em vez de bicicleta o menino pedisse um violino, em vez de vídeo-game pedisse um violão? Já pensou se todo mundo tocasse um instrumento? Como em outros Países. Eu não estou falando nada em utopia. Não é no céu que é assim. Países próximos de nós há o gosto pela música. E a gente tem que fazer uma campanha para que a música seja algo que pertença a cada um da gente. Eu não estou falando só tocar bumbo na batucada, não. Eu estou falando a música que as pessoas gostam de ouvir, de tocar, e que elevam de fato e não apenas diverte um pouco, como, obviamente, diverte a cada um de nós uma batucada.

Então na idéia inicial, era um mecanismo de, ao permitir a importação de instrumentos, a gente criar o gosto pela música no Brasil. Se isso traz prejuízo para a indústria atual, e ela é fundamental, não só pelo emprego, ela é fundamental porque senão a gente vai ficar dependendo de outros Países para ter música. Vamos discutir como é que a gente compensa esse risco, vamos discutir como é que a gente faz para que as indústrias não sejam prejudicadas com os equipamentos que viram arco e flecha ou importados de má qualidade. Mas eu queria que a gente não perdesse a perspectiva de procurar um Projeto de Lei, além de tudo que a gente tenha que fazer na escola, que aumente radicalmente a demanda pelos instrumentos que já são fabricados no Brasil. E que aí a gente comece a concorrer em condições de igualdade no máximo de instrumentos. Em alguns a gente não vai conseguir. Tem instrumentos que só um País fabrica. Não adianta querer que nenhum outro fabrique. Nesse caso, a gente tem dois momentos. Um momento de longo prazo, que é a educação, que é a importação livre e, provisoriamente, por algum tempo, a proteção da indústria nacional que, heroicamente, sobrevive, eu digo heroicamente não é pela concorrência, heroicamente é pela pequena demanda que este País se acostumou a ter. Como se acostumou a ter com livros, demanda ridícula, a demanda por leitura de jornais, é ridícula a tiragem de jornais no Brasil, no tamanho que o Brasil tem. A demanda por universidades em um País que só um terço termina o segundo grau. Hoje está sobrando vagas nas universidades particulares. Aponto para o Senador Wellington, porque ele é do ramo. Está sobrando vagas. Por que está sobrando vagas em universidades? Não, é porque a gente tem pouca gente terminando o segundo grau. E talvez a gente tenha pouca gente tocando instrumentos. Talvez a gente tenha pouca gente desenvolvendo o gosto pela música. Para desenvolver o gosto pela música, tem que ter a escola. Mas tem que ter os instrumentos. Mas uma

forma de ter os instrumentos é ter a indústria nacional, mas ter também a importação barata e proteger a indústria nacional. Por exemplo, a indústria nacional não devia pagar imposto, a indústria de instrumentos. Deveria ser isenta de impostos. Porque o instrumento não é um produto de consumo, é um produto de elevação da cultura nacional. Essa talvez seja uma forma de compensar.

Então, a discussão, Senador Tuma, muito na sua linha, é como garantir que a melhoria da cultura por importação de instrumentos mais baratos e de melhor qualidade não vai prejudicar a infra-estrutura que nós já temos de produção de instrumentos. Como compensar isso. Como, numa mesma lei, proteger a cultura e proteger a indústria atual e, através da implantação de um programa cultural, aumentar, mas por vinte vezes a demanda de instrumentos que este País ainda pode conseguir.

Eu fui um dos que elaborou o Projeto, mas estou pronto para a gente fazer as mudanças que forem necessárias para que não haja prejuízo para a heróica indústria nacional. Só lamento é que a Receita Federal esteja criando problema. Por quê? Primeiro, porque não é isso que vai mudar os 400 bilhões que eles já têm de impostos. Isso daí não vai trazer, Senador Demóstenes, nenhum prejuízo. Nada de nada.

Então, esse lado aí é que eu acho que a gente não tem nem que negociar. Se eles quiserem, que vetem. A gente fez o papel da gente. Agora, com vocês, sim, a gente tem que discutir, porque vocês são importantes para dar autonomia ao Brasil naqueles equipamentos que nós já fabricamos. Alguns dos quais eu acho até que a gente já exporta. Tem equipamento que a gente exporta.

Então era isso que eu queria dizer, como um dos autores da lei, a disposição da gente negociar para fazer um Projeto que beneficie a cultura e, obviamente, também a indústria, sem a qual a cultura não se desenvolve.

Mesma coisa valeria para a editoração. Imagine que os Países, como já está fazendo o Chile, que hoje produz livros em português para exportar para a gente. É uma pena que esteja acontecendo isso. Mas a verdadeira pena é que a nossa tiragem é tão pequena que a indústria editorial brasileira sofre tanto. Três mil exemplares por livro num País de quase duzentos milhões habitantes. Tudo no fundo está no gargalo da educação. E dentro da educação, obviamente, colocar música, como o Senado, nós já estamos tentando colocar como uma lei que obrigue a formação musical desde o Ensino Fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Concedo a palavra, como último Senador inscrito, ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, senhores convidados, Srs. Senadores, essa questão está muito bem colocada na mão do Senador Paim, acho que o Senador Paim ele tem a sensibilidade o bastante para poder ser aí o fiel da balança. Muito bem escolhido o Relator. Agora, realmente, ao estar presente aqui o Frejat, e eu ter acompanhado, acho que nós somos mais ou menos da mesma geração, eu ter acompanhado todo o seu trabalho, o trabalho do seu grupo...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O cabelo (risos) pesa mais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O trabalho do seu grupo, (risos) eu fico assim, eu não consigo imaginar uma qualidade de música tão bonita quanto a que você fez com o seu grupo na minha geração e que se tivesse um instrumento melhor talvez fosse melhor, ou talvez não chegasse a ter essa qualidade que você teve na época, porque eu acho que era aquela época romântica, em que vocês deviam pegar o instrumento e ensaiar em garagem e tudo o mais, e conseguiam fazer realmente algo na linguagem daquele jovem daquela época que chegava muito bem, digamos assim, eu tenho assim boas recordações de grandes momentos com fundos musicais da sua banda. Com certeza. E aqui, só para ilustrar, Senador Demóstenes, é muito interessante. Outro dia eu estava vendo uma entrevista do JQuest, onde o Vocalista, o Rogério Flausino, ele dizia o seguinte, ele só entrou no grupo porque tinha um microfone importado que valia trezentos dólares. Porque na hora de entrar no grupo, aí todo mundo: “Ah, mas como é que você vai vir ser o Vocalista?” “Não, eu tenho um microfone que vale trezentos dólares e se eu entrar...” Aí aceitaram ele no grupo, ele contou isso na entrevista. Então, quer dizer, para entrar no grupo ele tinha que ter algo importado, que, na certeza, não tinha a nota fiscal, e de alguma maneira chegou, e acabou entrando no grupo e hoje é um grande sucesso, mineiro, um grande conjunto, um grande Vocalista, de grande sensibilidade. Então, quer dizer, essas coisas acontecem e acabam levando para um caminho que ninguém poderia imaginar.

Mas estamos vendo aqui a polêmica, eu vejo o Senador Paim como o grande fiel da balança, ele tem sensibilidade para julgar isso e, com certeza, o Relatório do Senador Paim terá o meu voto ao final da discussão, tenho certeza também que o Senador Paim vai consultar outros Senadores. Porque esta Casa é sábia, muitos criticam às vezes o Senado Federal,

mas o Senado ele tem uma sensibilidade de conseguir se mover numa velocidade e numa inteligência que ele consegue sempre resolver os problemas. Muitas pessoas acham que não, às vezes estão em casa e acham que o Senado é devagar, mas, em política, ela tem uma velocidade que muitas vezes até eu mesmo não entendo. Porque eu sinto às vezes que tem uma certa velocidade e que as coisas caminham por si só e tendem ao correto.

Então, Senador Paim, precisando de consulta, conversaremos sobre todo o debate que houve aqui. Mas, com certeza, V.Ex^a irá fazer um Relatório que atenderá a todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Concederei a palavra a todos, para as considerações finais, e gostaria que V.S^{as}. levassem em consideração as palavras dos últimos quatro Senadores inscritos. Com a palavra, primeiramente, o Sr. Nelson Eduardo Weingrill.

SR. NELSON EDUARDO VISCONTI WEINGRILL – Bom, em primeiro lugar eu gostaria de parabenizar os Senadores da Comissão por essa iniciativa em começar a discutir a incidência de impostos em cima de bens culturais, em cima de como se fabricar a cultura e como fabricar a educação, eu gostaria de parabenizar principalmente o Senador Cristovam Buarque por essa iniciativa e dizer a vocês que nós, a indústria está do lado de vocês, nós somos a favor de que a educação musical é uma parte importante da vida dos brasileiros, é uma parte importante da educação e que tem que ser considerada como educação, antes de ser considerada como indústria ou como alíquotas ou outro ponto desse daí.

Senador Paulo Paim, desculpe se fui muito contundente no meu não, mas você está acostumado com empresários, e entendo a intenção e concordo com ela, concordo também com a necessidade dos Músicos de orquestra de trazerem seus próprios instrumentos, que são muito caros e que muitas vezes não interessa à indústria brasileira desenvolver, pelo pouco volume que têm. Indústria é uma atividade econômica. Ela precisa sobreviver. Não imagino um Brasil fechado, com restrições a importação, tudo fabricado no Brasil, temos que desenvolver tudo. Isso não existe mais. Nem a indústria fabrica todos os seus componentes hoje. A convivência com o produto importado é uma coisa que faz parte da vida empresarial. Agora, gostamos muito dessa idéia de compensação para a indústria nacional. Porque a indústria nacional é um repositório de uma parte importante da cultura, uma parte importante da educação musical, que é a fabricação e o desenvolvimento dos instrumentos musicais. Por fim, me coloco à disposição para o que eu puder

contribuir mais e mais uma vez obrigado pela oportunidade de participar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Com a palavra Roberto Frejat.

SR. ROBERTO FREJAT – Bom, eu queria mais uma vez agradecer a iniciativa. Acho que a gente tem um belo caminho pela frente, acho que a gente tem uma sintonia muito grande, acho que o Senador Cristovam Buarque colocou essa questão do aumento da demanda, eu acho que é exatamente esse, acho que o grande reflexo que esse Projeto pode ter, do aumento da possibilidade de pessoas que podem ter acesso a instrumento, e isso imediatamente vai se refletir na produção cultural. Acho também que a visão de que a indústria de instrumentos faz parte da indústria de produção cultural é uma visão bastante interessante, porque é assim que eu vejo a coisa também. Por mais que seja uma indústria e seja uma atividade econômica e tenha os seus interesses de marketing ou alguma coisa assim, ela efetivamente trabalha com produtos que fazem, que produzem cultura diretamente. O instrumento musical é um instrumento de produção de cultura. Então acho que a gente tem que ver com esse olhar, no momento em que a gente vai discutir com a Receita Federal, se a gente consegue convencê-los de ver com esse olhar eu acho que a gente pode ter um sucesso grande com relação a isso.

E queria dizer que quando você fala sobre a coisa de que instrumentos que a gente já trabalhou, eu queria só contar um caso, em 1985, pela primeira vez, houve uma possibilidade de liberação de compra de instrumentos, era uma lei que chamava-se Lei Sarney, inclusive, foi o Senador José Sarney que fez essa lei, e era uma burocracia enorme, e eu uma vez tive que voltar, imagina eu com vinte e poucos anos tendo que circular por aqueles escritórios da CACEX, e uma vez o rapaz me fez voltar, porque eu tinha feito todo o requerimento de importação com carbono azul. E só podia ser com carbono preto. E eu tive que voltar depois de ter feito todo aquele requerimento. Tive que voltar lá. Então a gente tinha esse tipo de dificuldade. E quando podia trazer. Antes de 1985 nem podia trazer.

Então, a gente realmente vem de um histórico de muita dificuldade para conseguir instrumentos de qualidade. A indústria brasileira sofre com isso. A gente teve muito tempo fechado para o resto do mundo em termos de conhecimento de tecnologia. E acho que a indústria brasileira cresceu muito nos últimos anos também em desenvolvimento tecnológico, mas eu acho que a gente tem passos para dar e acho que esse Projeto é fundamental para isso. Agradeço mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Com a palavra o Sr. Alberto Bertolazzi.

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Bom, eu também queria agradecer a oportunidade, estamos à disposição como representante da indústria, eu só queria fazer uma colocação para o Senador Buarque, acho que o senhor chegou um pouquinho atrasado, e eu iniciei minha apresentação falando exatamente isso, que o que vai aumentar o mercado não é isenção de imposto sobre instrumentos musicais, mas, sim, inserindo obrigatoriamente o ensino da música pelo menos no Ensino Fundamental básico. Eu posso dizer, e é outro fato interessante, seguindo o Frejat, eu fiz meu pós-graduado em Michigan, nos Estados Unidos, e mesmo uma cadeira que não tinha nada a ver, fiz Master em Administração, e no último semestre eu tive uma matéria que se chamava *Music Appreciation*. Ou seja, desde criança, nos Estados Unidos, na Europa ou em qualquer outro lugar, aprendem a estudar música, temos fanfarras em todos os níveis de ginásio, colegial, universitário, concursos nacionais de fanfarras em estádios de futebol, onde tem as torcidas como se fosse um jogo de futebol, e eu acho que é isso que aumentou o mercado. Para os senhores terem uma idéia, não sei se os senhores têm noção, o mercado de instrumentos musicais nos Estados Unidos é de sete bilhões e meio de dólares; no Brasil, nós estamos falando de trezentos milhões de reais, o que vai de encontro àquilo que o Senador Paim dizia, não sei se... Alguém mencionou dos quatrocentos bilhões de dólares de arrecadação, quer dizer, nós estamos falando em tributação de instrumentos musicais em cima de um mercado de trezentos milhões de reais, nós estamos falando em torno de setenta, oitenta milhões de reais, que não vai quebrar o Brasil, nós temos certeza disso, e não vamos nem chamar de isenção, vamos chamar, como disse, de incentivo à cultura, um fundo para a cultura, alguma coisa assim.

E o senhor veja que interessante, nós temos que ser coerentes, antes de mais nada. Quando alguém compra uma partitura musical, de uma determinada música, ou livro, ele não paga o ICM. Porque é incentivo à cultura. Na hora que ele compra o instrumento musical para tocar aquela partitura, ele paga todos os impostos. Quer dizer, no mínimo aí tem uma certa incoerência que acho que pode ser exposta pelo Senador Paim hoje à tarde. Senador Paim, (risos) estava dizendo que uma boa arma para a nossa conversa hoje à tarde, quando alguém compra uma partitura musical, ele não paga o ICM, porque é incentivo à cultura. Quando ele compra o instrumento musical para tocar aquela partitura ele paga o ICM. Quer dizer, eu acho que a gente deveria

ser no mínimo coerente. Queria mais uma vez agradecer e me colocar à disposição. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Com a palavra o Sr. Luis Felipe Radicetti.

SR LUIS FELIPE RADICETTI – Bom, então eu quero agradecer primeiramente aqui ao Senador Demostenes Torres, aqui na Presidência, queria agradecer à Senadora Marisa Serrano, que estava aqui presente, ao Senador Paulo Paim, Romeu Tuma, queria agradecer ao Sérgio Zambiasi, um dos autores do Requerimento, ao Senador Cristovam Buarque, Romeu Tuma, o Zambiasi e também os Ex-Senadores Roberto Saturnino, Juvêncio da Fonseca e Leonel Pavan. Então eu quero agradecer, e é o seguinte, nós estamos criando aqui um espaço de discussão importante, nós estamos, em que pese que nós falamos aqui muito de valores simbólicos que a cultura brasileira precisa ocupar esse espaço, é para mim agora importante pensarmos em de que forma nós podemos nos remeter nesse próximo encontro breve que nós vamos ter no Ministério da Fazenda, na Receita, para que a gente possa falar com uma interface, com a mesma linguagem, quer dizer, o que nós podemos oferecer como propostas concretas, para que a gente possa atender à democratização do acesso ao instrumento musical para o Músico, acho que precisamos proteger certamente a indústria musical, que está muito bem representada, nós sentimos um caminho irresistível no sentido de um acordo de nós chegarmos a pontos comuns, e eu agradeço o convite e a oportunidade de ter podido estar presente aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Com a palavra a Sra. Déborah Cheyne Prates.

SRA. DÉBORAH CHEYNE PRATES – Para a gente encerrar aqui, eu gostaria muito, muito mesmo de agradecer a sensibilidade dos autores do Projeto, os Senadores Cristovam Buarque, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi. E também os Ex-Senadores Roberto Saturnino...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Professora, se a senhora pegar o Projeto de 2006, tem o Demóstenes, tem outros...

SRA. DÉBORAH CHEYNE PRATES – Tem o Demóstenes... Eu quero agradecer todo mundo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só para a gente não cometer uma injustiça. Porque isso já vem de 2006 e o Projeto foi colocado sobre a Mesa, então é uma discussão que já está atrasada a solução.

SRA. DÉBORAH CHEYNE PRATES – Está certo. Agradeço a todos, e agradeço a Presidência da Mesa, do Senador Demóstenes. O que eu queria era só re-

forçar aqui o que já foi dito e vamos terminar dizendo: realmente existe um passo atrás que deve ser dado, que é focalizar na educação musical. Isso, sim, vai estimular a indústria nacional, realmente a consequência de um incentivo desse tamanho é enorme. Precisamos, sim, eu estou aqui como Músico e como representante da categoria, entendendo que é preciso estimular a indústria nacional, sim. Com isenção de impostos? Claro. Por que não? A gente veio já buscando de outras formas a isenção como a do livro para outras coisas, para CD, para DVD... Por que não para a indústria de instrumentos musicais? É realmente necessário que eles tenham algum tipo de estímulo nesse sentido. E a gente precisa também lembrar que tem na outra ponta o Músico que, heroicamente, chegou a um patamar profissional, como a indústria nacional sobrevive heroicamente, o Músico para, chegar nesse patamar, é herói. Porque os tipos de barreiras que se encontram na atividade musical são enormes. E são infinitas e são diárias. Então eu acho que esse Músico merece, sim, uma atenção e uma isenção fiscal quando for lá fora buscar seu instrumento de trabalho, que se faz necessário no uso diário do seu trabalho. E eu quero agradecer muito a sensibilidade mesmo de todos vocês. Isso revela que o talento e sensibilidade não cabe só aos Músicos e artistas, cabe a todo mundo. Obrigada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Pela ordem, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria fazer um apelo a V.Ex^a. Primeiro, V.Ex^a praticamente está liderando a discussão dos projetos para diminuir a violência no País. Eu queria lembrar que algumas experiências nos presídios com o ensino da arte musical têm um bom resultado. Nós poderíamos também, através de V.Ex^a, estimular projetos que possam ser incluídos entre os presidiários e, principalmente, nas FEBEMs. Eu queria ao Dr. Alberto, cumprimentá-lo por citar o Músico João Carlos Martins, que teve a história da execução de Bach, uma das melhores do mundo, e teve um sofrimento muito grande, quando assaltado, foi agredido, perdendo a qualidade de poder movimentar o piano com a mão direita. E não desistiu da música. Hoje ele é um bom Maestro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Eu considero visita honrosa a esta Comissão a do Sr. Marcelo Buhaten, Procurador de Justiça do Rio de Janeiro. Hoje à tarde, os Senadores que fazem parte da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, os Senadores que puderem

acompanhar o Senador Paulo Paim nessa reunião, o Senador Paulo Paim agradece e esta Presidência também. Só para dizer que nós temos aqui em tramitação o PLS 343/2006, que também trata do ensino da música como obrigatório e em outras e, naturalmente, inclusive dentro dos presídios onde esse tipo de ensino for ministrado. Agradeço imensamente a presença dos Srs. Alberto Bertolazzi, Presidente da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais, ANAFIM, e Presidente da HERING Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda, a presença do Sr. Luis Felipe Radicetti, Músico, Compositor e Coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró Música, GAP, ao Sr. Roberto Frejat, Músico e Compositor, ao Sr. Nelson Eduardo Visconti Weingrill, Diretor Superintendente da WERIL Instrumentos Musicais, e a Sra. Déborah Cheyne Prates, Presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, SINDMUSI, e Violista da Orquestra Sinfônica Brasileira.

Temos uma última pendência, um Requerimento feito pelo Senador Paulo Paim à Comissão de Educação, regimentalmente, não se pode votar, por ser Audiência Pública, não há nenhum empecilho de nulidade, eu consultaria os Senadores presentes, especialmente, ao Presidente, se nós poderemos fazer essa votação com a solicitação de Paulo Paim. Os senhores concordam? O Requerimento está vazado nos seguintes termos: “Sr. Presidente da Comissão Permanente de Educação do Senado Federal, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a tratar da atual situação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, UERGS, em data, local e convidados a serem definidos pela própria Comissão. Senador Paulo Paim”. Se todos os Senadores concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Agradeço novamente a todos, aos Srs. Senadores, a todos os nossos convidados, e declaro encerrada a presente Audiência Pública. Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 12h29.)

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES COMISSÃO DE MEIO
AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA**

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGIS-

LATURA, DO DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2007 ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinquenta e quatro minutos do dia sete de fevereiro de dois mil e sete, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **ELISEU RESENDE, JONAS PINHEIRO, CÍCERO LUCENA, MARCONI PERILLO, VALDIR RAUPP, RENATO CASAGRANDE, JOÃO RIBEIRO, LÚCIA VÂNIA, MARISA SERRANO, ROMERO JUCÁ, FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA e EXPEDITO JÚNIOR**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente convida para compor a mesa a Vice-Presidente da Comissão, Senadora **MARISA SERRANO**. A Comissão passa a deliberar a pauta da reunião, que consta de: **Item 01) Requerimento nº , de 2007-CMA, – NÃO TERMINATIVO**, que requer “nos termos do artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito dessa Comissão, de uma Subcomissão Permanente para estudar as mudanças climáticas, em consequência do Aquecimento Global”. **Autoria:** Senadores **RENATO CASAGRANDE e SIBÁ MACHADO**. **Resultado: Aprovado. Item 02) Requerimento nº , de 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que requer “nos termos regimentais, que esta Comissão realize Audiência Pública para debater a regulamentação de resoluções por parte da Superintendência Nacional de Seguros Privados – SUSEP, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros do País, que autorizam as seguradoras a revisar unilateralmente contratos de Seguro de Vida, principalmente os mais antigos, aumentando o valor de mensalidades e reduzindo o prêmio das apólices. Considera a medida lesiva ao interesse do consumidor, notadamente o mais idoso, indo de encontro ao que preconiza o Código de Defesa do Consumidor e o artigo 774 do Código Civil. Indica como convidados para expor na Audiência Pública o Superintendente da SUSEP, um representante do PROCON e um representante do Ministério Público Federal”. **Autoria:** Senador **FLÁVIO ARNS**. **Resultado: Aprovado. Item 03) Requerimento nº , de 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que requer, “nos termos do inciso I do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão, a fim de instruir o PLS 158, de 2002, que “acrescenta artigo à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, institui o novo Código Florestal, permitindo que nas propriedades rurais a área de preservação

permanente seja incluída no cálculo da reserva legal”, com a participação dos senhores JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Secretário de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente, e MARCUS BARROS – Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA”. **Autoria:** Senadores(as) **SIBÁ MACHADO, SERYS SLHESSARENKO e ANA JÚLIA CAREPA. Resultado: Adiado.** Extra-pauta, é aprovada a apreciação do **Requerimento nº , de 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que requer, “a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a finalidade de ouvir o ALMIRANTE JOSÉ EDUARDO BORGES DE SOUZA – secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e a DOUTORA TÂNIA BRITO, gerente do grupo de avaliação ambiental do Ministério do Meio Ambiente, para que apresentem a esta Casa as realizações do Programa Antártico Brasileiro que, em 2007, completa 25 anos, discorrendo acerca da importância estratégica, política e econômica da presença brasileira no Continente Antártico; das dificuldades enfrentadas pelo Proantar; do futuro do programa; dos resultados científicos e logísticos já apresentados pelos projetos de pesquisas vinculados ao Proantar. **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA. Resultado: Aprovado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, INÁCIO ARRUDA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, EXPEDITO JÚNIOR, CÍCERO LUCENA, FLÁVIO ARNS e JONAS PINHEIRO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os eminentes Senadores que concordam com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Nós iniciáramos saudando a presença nesta Comissão, dos eminentes novos Senadores que vêm para... Com suas presenças e seu trabalho, instruir e ampliar os compromissos que a Comissão do Meio Ambiente tem. A Comissão que teve as suas atribuições expandidas envolvendo as questões relaciona-

das não só às questões ambientais, mas a defesa do consumidor e a fiscalização e controle.

A Comissão começa as suas atividades com um apelo ambiental muito forte em decorrência, inclusive, das questões relacionadas ao aumento da temperatura global e o apelo ambiental se faz mais forte a cada dia. E nós estamos seguros de que essa Comissão poderá dar uma contribuição substantiva, não só no acompanhamento das ações efetivas que o Governo Brasileiro vem desenvolvendo nessa direção, mas o que ocorre envolvendo inclusive a iniciativa privada.

Eu gostaria de apresentar aqui o nosso grupamento de apoio que são servidores da Comissão. Começaria aqui pelo nosso... Pela equipe administrativa. Pelo nosso Secretário da Comissão, José Francisco, o Subsecretário, Ailton Dantas de Sousa, o nosso Consultor, Hipólito Gadelha, e a equipe de apoio, José Mendes da Silva, Gleiciane César Ribeiro, Ivone Luiz Pires, Jaqueline Stella de Oliveira, e Grazielle Damasceno Reis, que serão os nossos companheiros na lide diária aqui da nossa Comissão.

Por que é que a Sessão de hoje é Extraordinária? Porque o funcionamento da nossa Comissão, o funcionamento ordinário, está definido para as terças-feiras, às 11h30. A primeira... E é a segunda. A primeira foi a reunião plenária conjunta de todas as Comissões, exatamente para eleição dos membros desta Comissão. Hoje nós teremos uma Sessão relativamente rápida que é da instalação da nossa Comissão, e a apreciação de alguns requerimentos que já foram apresentados. Nós passaríamos então à Ordem do Dia, já que essa Comissão começa aí com um forte apelo. Notadamente o apelo relacionado à questão ambiental, que se torna mais presente a cada dia que passa, exigida em todo mundo, e a nossa Comissão tem uma tarefa muito grande em desenvolver ações que visam acompanhar as ações do Governo e mesmo as ações privadas que estão sendo realizadas e que podem direto ou indiretamente afetar nas questões de natureza ambiental.

Nós temos recentemente o Relatório da ONU, que eu diria até um tanto alarmante, e não deveria ser de forma diferente para que nós realmente tenhamos uma preocupação muito grande com as questões de natureza ambiental que vão influir diretamente na nossa vida pessoal e na vida do planeta em que vivemos.

O Item 01 da pauta é o Requerimento de autoria do Senador Renato Casagrande, e co-autoria do Senador Sibá Machado. Que requer nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação no âmbito desta criação de uma Subcomissão Permanente para estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global.

Antes de passar a palavra ao eminente Senador autor do Requerimento para dar sustentação à sua proposição, eu gostaria de comentar que esta Comissão já possui... Possuía quatro Comissões, entre temporárias e permanentes, que é o limite que nós podemos ter, e as permanentes foram automaticamente encerradas as suas atividades ao final da última Legislatura. De sorte que nós temos... Temporárias. Temporárias foram automaticamente encerradas. Nós temos uma permanente que nós deveremos discutir sobre a necessidade de manter a sua... De mantê-la em atividade ou não. Oportunamente nós traremos à apreciação desta Comissão. De sorte que nós passaremos então a palavra ao eminente Senador Renato Casagrande para dar sustentação ao Requerimento de criação desta Subcomissão. Com a palavra V.Exª.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srª. Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, quero cumprimentar os Senadores que compõem esta Comissão, e dizer da alegria de estar aqui junto com vocês, meu primeiro mandato como Senador da República, só para que vocês possam também conhecer um pouco, eu já tive oportunidade de ser Deputado Estadual, fui vice-Governador e Deputado Federal e agora tendo a oportunidade de ser Senador da República.

Então, é uma alegria estar aqui junto com vocês, pessoas que têm experiência e que com certeza nós vamos aprender muito no trabalho aqui nesta Comissão. Uma Comissão muito importante, de fato, Presidente. Três temas de grande relevância para a sociedade brasileira, e eu fiz uma opção de fazer um Requerimento para a criação de uma Subcomissão Permanente para discutir, debater as políticas relacionadas ao aquecimento global ou como evitar a emissão dos gases do efeito estufa, porque como V.Exª disse, o relatório do painel intragovernamental de mudanças climáticas da ONU já é auto explicativo. Ele já justifica toda a necessidade que nós temos, do Senado ter que acompanhar esta matéria. Uma matéria... A questão ambiental não é uma questão mais de preocupação da academia, não é preocupação mais de alguns. A questão ambiental hoje é uma preocupação dos empresários, dos capitalistas, de quem não tinha preocupação que agora passa a ter. E o grande questionamento que se faz é com relação ao modelo de desenvolvimento. Esse modelo que está sendo implementado no nosso País é o modelo que concentra renda, que destrói o meio ambiente, é o modelo que não consigo desenvolver as regiões de forma uniforme no nosso País.

Então, acho que é a oportunidade que nós temos também de fazer um questionamento sobre esse mode-

lo de desenvolvimento que nós adotamos até agora. E esse modelo é o modelo que usa combustível fóssil, que foram formados por milhões e milhões de anos, e nós estamos queimando ele em 10, 20, 30, 50, 100 anos. A quantidade de petróleo, de gás e outros poluentes. O desmatamento é um problema sério ainda, apesar da redução que nós tivemos no último ano. Mas nós temos muito o que fazer. Então o que é que eu acho de uma Comissão aqui nessa Casa?

Primeiro, por o Senado ser protagonista desse debate. É um debate que não pode ser como a dor de cabeça. Tomou o analgésico, passou a dor de cabeça e esquecemos a doença. Esse debate ele vai ter que estar presente e permanentemente colocado na sociedade.

Então, manter o debate na sociedade brasileira, acho que é função do Senado. Segunda função do Senado, nós verificarmos o que o Governo Brasileiro está fazendo e qual é a visão e a opinião do Governo Brasileiro.

Terceiro, é que esse Senado deve cobrar dos Países ricos medidas compensatórias, porque eles já emitiram todo o gás carbônico e outros gases na atmosfera que são os grandes causadores do efeito estufa que nós temos hoje. E nós podemos fazer proposições de incentivo a uso de combustível de origem vegetal, como nós já temos tecnologia no Brasil, nós podemos fazer proposição de incentivo à energia alternativa, como também a matriz energética brasileira, matriz energética limpa, mas nós temos muito ainda o que incentivar a energia eólica, energia solar. Nós temos ainda ações que poderão ser feitas e cobranças que deveremos fazer para os governos Estaduais, Municipais e o Governo Federal, e uma ação política nossa com relação aos outros Países que às vezes não tem o mesmo comportamento que o Brasil tem.

Então, essas Subcomissões têm uma tarefa a cumprir e por isso que nós estamos sugerindo, apresentando, pedindo o apoio de todos os membros da Comissão para que essa Subcomissão possa aqui desenvolver um trabalho que dê a contribuição do Senado nesse grande tema. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o Requerimento apresentado pelo eminente Senador Casagrande. Senador Inácio Arruda, com a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Antes de mais nada, quero me congratular com essa belíssima Mesa dirigida por V.Exª na Presidência e com a Senadora Marisa Serrano na Vice-Presidência. Acho que é uma dupla que vai, digamos assim, movimentar o nosso... A nossa Casa e vai ajudar a fazer um bom debate sobre a questão ambiental no nosso País.

Quero dizer, Senador Casagrande, eu acabo de chegar da Comissão de Relações Exteriores, aqui nós temos múltiplas Comissões, nós estamos indo os dois da Câmara Federal, somos dos cinco Deputados Federais que estamos vindo para o Senado, dessa Legislatura que findou. E ali participávamos apenas de uma Comissão como titular e de uma como suplente. A Senadora Marisa Serrano também já passou pela Câmara. Senador Expedito também já passou pela Câmara. E o Marconi, Governador, também já passou pela Câmara. E ali tínhamos uma Comissão titular e uma suplente. Aqui temos múltiplas. E na Comissão de Relações Exteriores nós acabamos de aprovar a criação da Subcomissão de Aquecimento Global. E não há superposição. Acho que a principal responsabilidade sobre essa questão é aqui, na Comissão de Meio Ambiente. Acho que nós devemos aprovar o Requerimento do Senador Casagrande. Acho que essa é uma questão, vamos dizer assim, crucial para nós. Nós vemos que ter uma visão, assim, muito tranqüila da questão ambiental. Primeiro, que ela nunca e para nós principalmente brasileiros, jamais poderá ser um entrave ao nosso desenvolvimento. Nós não podemos aceitar nunca esse discurso. Mas também não podemos, jamais, admitir um prejuízo ao meio ambiente. Nós devemos compatibilizar. Nós já temos a experiência dos outros. Nós assistimos a Europa destruir todas as suas florestas. Se tem alguém que não pode falar do Brasil é a Europa. Ou os Estados Unidos. Quer dizer, as grandes nações desenvolvidas não têm o que falar do nosso País em termos ambientais.

Então, nós temos essa experiência desses outros Países desenvolvidos. O que eles destruíram, o que eles desmontaram.

Então, com essa experiência, nós podemos dar passadas muito mais largas no nosso País. Como desenvolver a nossa economia, como desenvolver o nosso País sem destruir a natureza? Como ter energia? Veja as possibilidades do Brasil. Ali no nordeste brasileiro, para citar a região onde eu convivo, o Ceará e o nordeste brasileiro, nós temos as maiores jazidas provadas de energia eólica do mundo. Energia dos ventos. V.Exª que teve a oportunidade de recentemente ir ao Ceará, ver aquele sol maravilhoso, nós temos ali a energia eólica com as maiores jazidas provadas. Visitou a usina eólica, ali no Município de Aquiraz. Nós temos ali a possibilidade de energia solar imensa na nossa região inteira. Aliás, no Brasil todo. Nós temos a possibilidade de energia de marés no nosso País. Nós temos o biodiesel. Nós temos esse potencial vantajoso do Brasil.

Então, é com esse potencial que nós temos, não só que respaldar o Requerimento do nosso Senador

Casagrande, como ao mesmo tempo demonstrar o potencial dessa Comissão de Debater a questão ambiental no nosso País inteiro.

Por isso a nossa responsabilidade é grande, de V.Exª, da Senadora Marisa Serrano, mas do conjunto da Comissão. Acho que nós temos um espaço enorme para debater a questão ambiental, sem nunca ter essa idéia. Porque sempre que se põe o debate da questão ambiental, se cria a idéia de que os ambientalistas ou aqueles que compõem a Comissão de Meio Ambiente são os que dificultam, criam embaraços, vão atrapalhar o desenvolvimento. Ao contrário. Os ambientalistas da Comissão de Meio Ambiente do Senado são os defensores do desenvolvimento. Mas um desenvolvimento que ajuda a nossa sobrevivência na terra. E não os que diminuem a nossa passagem por essa terra maravilhosa que nós vivemos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Perfeitamente. V.Exª tem toda razão. E fiquei muito impressionado com o potencial de energia eólica que o País tem e que não está realmente aproveitando. E de energias alternativas, energias limpas que nós poderemos realmente sinalizar para que o Governo possa explorá-las e contribuir para essa situação delicada em que o mundo está enfrentado. Com a palavra a nossa Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)
– Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero agradecer a V.Exª as palavras elogiosas. Tenho certeza que vamos trabalhar muito bem, juntos. Cumprimentar todo o pessoal de apoio que vai estar conosco nessa Comissão. E cumprimentar os meus colegas, quase todos vindos de outras lutas democráticas e políticas, o Senador Inácio, o Senador Marconi, o Casagrande que estamos conhecendo agora, o querido Expedito, o Jonas Pinheiro, o Cícero Lucena, o Flávio Arns, que são companheiros de tantas lutas. Mas dizer que fico muito contente porque um Requerimento como esse e de uma Comissão Permanente, Senador Casagrande, com essa visão, ela transpassa partidos e é interesse de todo o povo brasileiro. Independente de quem é, que situação, oposição, de quem está num partido ou no outro. Todos nós temos a mesma visão. A visão de que é preciso preservar o mundo para que a gente possa continuar habitando. E eu que venho de um Estado extremamente com um potencial hídrico muito grande, com (inaudível) que passa por Mato Grosso do Sul, Mato Grosso também, Goiás, e pega São Paulo. Mas é um Estado que tem o pantanal maravilhoso como nós temos, nós, dividindo com Mato Grosso. Não tem como a gente não pensar em preservar aquilo que faz a nossa riqueza, mas também é a nossa sustentabili-

dade. É a garantia de vida. E, portanto, eu fico muito feliz em poder estar junto nessa caminhada. Porque como V.Exª disse, a questão sempre existiu, ela se torna mais aguda a cada ano que passa, e os cientistas dizem que mesmo que a gente tome todas as medidas agora, nós vamos ver qualquer tipo de retorno daqui a 50 anos, 40 anos.

Então, mais do que necessário que nós possamos fazer a nossa parte. E acredito que essa que é a Casa do povo possa refletir a preocupação do povo brasileiro em garantir um País melhor para todos. Para nós e para as gerações futuras. Então pode contar com o meu apoio irrestrito para essa Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito obrigado, Senadora. Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)
– Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srª. Vice-Presidente Senadora Marisa Serrano, excelentíssimos Srs. Senadores integrantes dessa Comissão, as minhas primeiras palavras são de cumprimentos aos dois dirigentes dessa Comissão. Parlamentares da mais alta competência, no mais elevado espírito público, e comprometidos com a sustentabilidade desse País. Uma alegria estar aqui como membro titular desta Comissão que talvez seja agora uma das mais importantes do Senado Federal. Ela tratará de temas da mais alta relevância para o interesse público, para a sociedade brasileira. Temas complexos que exigirão da nossa parte muita atenção, muito compromisso, e uma atuação muito forte, uma atuação muito afirmativa. Uma Comissão que vai tratar de assuntos que dizem respeito ao meio ambiente, a defesa do consumidor acho que esse é um tema também muito importante e da Fiscalização e Controle.

Portanto estou convencido ao chegar aqui que nós teremos muito trabalho pela frente, e pelo que percebo os integrantes dessa Comissão estão todos ávidos por trabalharem em favor do Brasil.

Quero igualmente cumprimentar e saudar o nosso colega Senador Casagrande, com que tenho uma relação já antiga, pela iniciativa de propor essa Comissão Permanente que vai discutir a questão do aquecimento global.

O Brasil é um País riquíssimo em sua biodiversidade. Nós que aqui representamos Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Mato Grosso, Espírito Santo, Paraná, o Ceará, Rondônia, Paraíba, bem sabemos disso. É um País muito rico em sua biodiversidade. Mas também o Brasil é um País riquíssimo em termos de potencial de energia renovável. Goiás, quando fui Governador, criei uma Comissão, depois propus uma lei que definiu toda uma política relacionada ao biocombustível,

e esta política já está colhendo seus primeiros frutos. Nós já estamos inaugurando as primeiras usinas de biodiesel, de biocombustível, além claro, de toda a priorização que se dá no Brasil hoje em relação ao álcool, ao etanol, e a atenção que o mundo dispensa também à questão da energia renovável, sobretudo depois da assinatura do protocolo de Kyoto, que definitivamente foi importante para trazer essa discussão, o eixo dessa discussão para um nível mais central nas discussões que se dão hoje nos fóruns todos. Tanto o Fórum Econômico quanto o Fórum Social e outros fóruns de grande relevância para o mundo. Mas apesar do Brasil ser um País importantíssimo em relação a essa discussão, e a implementação de políticas de energia renovável, nós também teremos que ter uma atenção muito grande em relação a novas e possíveis agressões ao meio ambiente. Nós temos uma disponibilidade de terras que podem ser recicladas, enorme. Goiás tem mais de cinco milhões de hectares de terras que podem ser recicladas. Que são hoje subutilizadas ou utilizadas em outras culturas, mas que poderão servir muito à energia renovável.

Então, o que se deve preocupar é, primeiro, buscar fontes de energia renovável. O Brasil já provou isso com o PROÁLCOOL, há 30 anos atrás. O Brasil foi pioneiro no álcool, no etanol. Mas também é pioneiro hoje na discussão do biocombustível. O Senado mesmo tem aqui projetos de grande alcance em relação ao biocombustível, sobretudo, projetos que estão tramitando na Comissão de Infra-Estrutura que será instalada daqui a pouco. Mas nós vamos ter que discutir muito as consequências e a forma de se manusear essa questão do biodiesel.

Eu encerro as minhas palavras saudando essa iniciativa do Deputado Renato Casagrande, não esperava outra iniciativa que não esta. Esse debate será muito oportuno, esse debate será muito importante para o Brasil. E essa Comissão, com certeza, ao final do seu mandato, terá apresentado os mais expressivos resultados para a nossa sociedade. Agradeço pela oportunidade. Me coloco à disposição inclusive para integrar essa Comissão já que é de uma relevância muito grande. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito obrigado, Senador Marconi Perillo. Com a palavra o eminente Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quero, em primeiro lugar, também cumprimentar V.Exª, Senador Leomar Quintanilha, pela eleição para a Presidência desta Comissão, também a Senadora Marisa Serrano, para a Vice-Presidência, de quem já fui colega na Câmara dos Deputados também, e, inclusive colega

da Comissão de Educação. Então é bom nos reencontrarmos no Senado e também aqui nesta Comissão agora de Meio Ambiente que também tem o seu lado educacional bastante intenso. Também cumprimentar os colegas Senadores desta Comissão, os funcionários que estão aí à disposição também para que os trabalhos sejam conduzidos a contento, de acordo com as expectativas grandes da sociedade em relação aos trabalhos legislativos. E também cumprimentar de uma maneira especial o Requerimento apresentado pelo Senador Renato Casagrande, e dizer que também estou à disposição. Concordo com o teor do Requerimento, ter-se uma Subcomissão Permanente para o acompanhamento de todo o esforço que esteja sendo feito, que venha ser feito, é fundamental para o Brasil e para o mundo, sob a ótica do meio ambiente, sob a ótica da população e também da Fiscalização e do Controle. Da orientação, da sugestão para que os caminhos apontados nas falas anteriores possam se transformar em realidade.

Então quero cumprimentá-lo, dizer que apoio a iniciativa e que também fico à disposição dessa iniciativa e de todas as outras que viermos em conjunto perseguir dentro dos objetivos dessa Comissão. Obrigado, Sr. Presidente. Parabéns a V.Ex^a, Deputada Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, na mesma linha eu gostaria de cumprimentar V.Ex^a, cumprimentar esta guerreira Marisa Serrano que nós tivemos oportunidade também, assim como o Flávio de trabalhar na Câmara dos Deputados na Comissão de Educação, e eu conheço o quanto ela é guerreira. Cumprimentar aqui em nome do meu amigo Marconi Perillo, que também em 86 tivemos... Acho que foi em 86. Trabalhamos juntos também como Deputado Federal.

Na mesma linha eu quero cumprimentar aqui a felicidade do Senador Casagrande, e dizer o meu Estado, eu venho da Região Amazônica, lá nós somos considerados o lixeiro do mundo. Nós estamos... Não podemos praticamente investir quase nada, não podemos fazer quase nada, e as grandes nações, os grandes Países, como disse aqui o Senador, eles teriam hoje que, para obter, para cobrar alguma coisa nossa aqui, eles teriam que pagar por isso.

Eu tive uma vez uma discussão quase que interminável na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados sobre a questão dos madeiros do nosso Estado. Madeiro de Rondônia é tachado, acho que do Brasil inteiro, é tachado como bandido. A mesma

lei do traficante é a lei hoje que impõe a questão dos nossos madeiros hoje. E o madeiro hoje, se existe o nosso Estado, se existe o Estado de Rondônia é graças ao madeiro. Que aquece, que aqueceu a economia do nosso Estado, que empregou, que gerou emprego no nosso Estado. E hoje, infelizmente, é visto como um traficante, como um bandido. Na realidade, o madeiro é o maior responsável, e ele... Eu não sou madeiro, não. Mas ele é o maior responsável de manter a nossa floresta. Porque ele sobrevive dela. Agora, quem desmata não é o madeiro. Quem desmata é o pecuarista. Esse desmata para fazer os campos e fazer a criação.

Então, eu quero pedir aqui a atenção de todos os companheiros. Eu sei que nesta Comissão eu estou vindo como suplente, mas a Comissão já demonstra para que veio, está aqui já no primeiro dia de trabalho praticamente todos os Senadores aqui presentes e já falando e defendendo as questões dos seus Estados e a questão do Brasil, e quero parabenizar e apoiar aqui também o Senador Renato Casagrande, na felicidade que teve na criação da Subcomissão. E aqui, como estou chegando agora, eu tenho mais que ouvir e mais que aprender com vocês que já estão aqui há muito tempo, e com certeza eu terei de aprender e levar para o meu Estado, algumas lições que já deram certo em outros Estados brasileiros e que nós possamos fazer no Estado de Rondônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós temos certeza que V.Ex^a, apesar de jovem na idade, tem experiência suficiente para dar uma contribuição efetiva aos trabalhos dessa Comissão, Senador Expedito. Continua em discussão o Requerimento. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Me somo aos demais Senadores, no cumprimento a direção dessa Comissão, a sua pessoa de Presidente, e da Senadora também Marisa, bem como de todos os demais Senadores que compõem, somado ao apoio que teremos na equipe de trabalho. E dizer da minha satisfação ao participar da abertura e da instalação dessa Comissão já ser tratado um assunto de tamanha relevância. Até porque nós temos que ter a responsabilidade e a compreensão do momento em que estamos vivendo, do papel que o Brasil tem em relação ao meio ambiente no mundo como um todo, mas, sem dúvida, essa Comissão estará voltando as suas vistas, os seus olhares, o seu trabalho para o Brasil como um todo, e em particular para algumas regiões que precisa ser encontrado o equilíbrio entre a preservação, mas também o desenvolvimento, e temos certeza que nós daremos a nossa contribuição. Até porque, junto com

o Senador Inácio, nós somos do nordeste e essa preocupação de aquecimento global é a região que mais se preocupa por já ser vítima de secas históricas e de preocupações...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Digamos assim, que nós já temos uma experiência para transmitir aqui aos colegas.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – ...Podemos contribuir, mas preocupado em lá aumentar mais ainda a temperatura. Além do Brasil ter a Costa que nós temos, com a tendência da elevação do mar e conseqüentemente acarretando alguns problemas. Obviamente que, como disse o Senador Inácio, se tem aqui a aprender, esse alguém será eu. Até porque a minha formação até hoje foi no Executivo e estou tendo a primeira experiência no Legislativo. Mas contarei com a convivência e com o ensinamento de todos os senhores, parabenizando inclusive o Senador Casagrande junto com o Sibá pela iniciativa da criação da Subcomissão me colocando à disposição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, nós colocaremos em votação o Requerimento. Lembrando que está presente aqui o eminente Senador que integra essa Comissão já há muito tempo, Senador Jonas Pinheiro, que foi dela o nosso último Vice-Presidente, que defende com muita intensidade o desenvolvimento, mas o faz da mesma forma defendendo com a mesma intensidade também as questionasse ambientais.

Os Srs. Senadores que apóiam o Requerimento permaneçam como estão. Aprovado.

Nós vamos constituir a Comissão. A Comissão pode ser constituída de cinco ou de sete membros. Eu creio que cinco membros seria um número sustentável, daria uma boa mobilidade à Comissão e poderia desenvolver um bom trabalho. Mas fica a critério da Comissão. Então, eu sugeriria que fosse definido cinco ou sete membros. Vamos colocar em votação aos membros da Comissão. Aqueles que concordam com a Constituição da Comissão com cinco membros, permaneçam como estão. Aprovado. Nós já ouvimos a manifestação de dois eminentes Senadores o interesse em participar dessa Comissão. O Senador Marconi Perillo, o Senador Flávio Arns, o Senador Cícero Lucena, temos três nomes, e a Presidência, Senador Inácio Arruda, quatro. Cícero Lucena.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – O autor é automaticamente membro e certamente será o seu Presidente. Nós temos que observar aqui a proporcionalidade. Nós vamos fazer

o seguinte. Vamos... Nós já temos aqui registrado os nomes dos senadores que têm interesse em participar da Comissão. Posteriormente nós faremos a avaliação da possibilidade de todos eles poderem integrar essa Comissão. Se for preciso, se houver esse interesse e com a proporcionalidade de aumentar para sete membros, nós faremos isso. O fato é que nós queremos que a Comissão esteja na sua Constituição por inteiro, pronta para o exercício do seu trabalho.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, só um esclarecimento. Como suplente eu posso participar da Subcomissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pode, sim.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Então eu manifesto aqui a nossa pretensão de participar também da Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Perfeitamente. Então está criada a Subcomissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Ela está criada, mas ela não está instalada, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Não está instalada. Nós vamos constituir os membros e ela será instalada posteriormente. Após essa reunião.

Passaremos ao Item 02 da pauta. É outro Requerimento de autoria do Senador Flávio Arns. Que requer nos termos regimentais que essa Comissão realize Audiência Pública para debater a regulamentação de resoluções por parte da Superintendência Nacional de Seguros Privados, a SUSEP. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros do País, que autorizam as seguradoras a revisar unilateralmente contrato de seguro de vida, principalmente os mais antigos, aumentando o valor da mensalidade e reduzindo o prêmio das apólices. Considera a medida lesiva ao interesse do consumidor, notadamente o mais idoso, indo de encontro ao que preconiza o Código de Defesa do Consumidor e o art. 774 do Código Civil. Indica como convidados para expor na Audiência Pública o Superintendente da SUSEP, um representante do Procon e um representante do Ministério Público Federal.

Com a palavra o Senador Flávio Arns, se assim o desejar para sustentar o Requerimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Nós temos recebido inúmeras reclamações de vários pontos do Brasil em relação ao preço do seguro de vida. Pessoas que pagavam até um determinado mês 60 reais, com determinado prêmio, e no mês seguinte passaram a pagar 140 reais com o mesmo prêmio.

Então, a gente pode imaginar a situação. Alguém que se organizou no decorrer da vida, que fez o seguro com 40 anos, 30 anos ou 50 anos, seja lá a idade que for, e de repente chegando lá no 60 anos, 70 anos, aquele preço dobra e a pessoa inclusive tem que abandonar o seguro de vida porque acaba não conseguindo pagar mais. Isso foi objeto, inclusive, de reportagens nos meios de comunicação denunciando essa situação. E alguma coisa, alguma medida deveria ser tomada, naturalmente, pela SUSEP. Que inclusive já mandou os documentos em função de um pedido de informações que eu fiz para o órgão, para a autarquia, mas esse debate é necessário. Os Procons no Brasil estão com muitas denúncias nesta direção. A SUSEP deve explicações também das razões pelas quais isto está acontecendo. Há uma reclamação generalizada, eu diria, na sociedade brasileira, e o Ministério Público, inclusive, está envolvido como fiscal dos direitos do cidadão de acordo com as atribuições da Constituição Federal. Por essas razões que eu proponho a realização de uma Audiência Pública para se debater esse assunto dentro do âmbito de Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença do Procon, do Ministério Público Federal e da SUSEP. É isto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Há outro Requerimento cujo autor não se encontra presente, o Senador Sibá Machado e a Senadora Serys Slhessarenko, nós o retiraremos de pauta e re-colocaremos na próxima reunião.

E tem outro Requerimento de minha autoria que gostaria de colocar Extrapauta. Nós precisaríamos da anuência da Comissão para a inclusão Extrapauta desse Requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam a inclusão Extrapauta de um Requerimento de minha autoria, permaneçam como estão. Aprovado.

O Requerimento versa nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado a realização de uma Audiência Pública no âmbito desta Comissão com a finalidade de ouvir o Almirante José Eduardo Borges de Sousa, Secretário da Comissão Intermministerial para os recursos do mar, e a Dr^a. Tânia Brito, Gerente do Grupo de Avaliação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente para que apresente a esta Casa as realizações do Programa Antártico Brasileiro que em 2007 completa 25 anos, percorrendo acerca da importância estratégica, política, econômica da presença brasileira no continente antártico. Das dificuldades enfrentadas pelo PROANTAR, do futuro do programa,

dos resultados científicos e logísticos já apresentados pelo Projeto de pesquisa vinculados ao PROANTAR. Isso em decorrência de visita que tive a felicidade e a convite dessa secretaria, SIRME, e em companhia dos Senadores Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho e Patrícia Saboya de numa das visitas de apoio logístico que a SIRME faz ao PROANTAR na Antártica de conhecer de perto essa base científica de pesquisas que o Brasil mantém. E confesso que fiquei surpreso com a importância e a influência enorme do continente antártico sobre os demais continentes, e, sobretudo, as influências dos oceanos, da vida, das questões meteorológicas sobre os demais continentes que terão... Essa exposição será uma exposição muito rica que trará muitas informações e muitos subsídios para esta Comissão, sobretudo para a Subcomissão que acabamos de criar.

Portanto, em discussão o Requerimento que acabamos de apresentar. Tem a palavra V.Ex^a, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quero concordar com o teor do Requerimento. Também mantive contatos com o órgão, quer dizer, um trabalho interministerial. Tinha sido convidado para esta visita também, infelizmente não pude em função de outros compromissos, participar, assim, desta viagem. Mas é de fundamental importância que se discuta, principalmente sob a ótica do apoio que nós temos que dar para essa iniciativa que em termos científicos, tecnológicos, de ciência, de educação, de aprendizagem, de relações com os órgãos todos é de essencial importância para o Brasil.

Para se ter uma idéia, nós temos a base também na Antártida, e o órgão precisa de oito milhões de reais para a manutenção das suas atividades, e com dificuldades de obter esse valor. Então, acho que essa Comissão pode dentro das suas atribuições, contribuir decisivamente para que eles possam ter as condições de funcionamento. Então esta Audiência Pública, mesmo dentro da ótica da Subcomissão anteriormente criada, pode, assim, dar muitas idéias do que acontecer em termos dos passos seguintes a serem tomados.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Efetivamente ela trará uma rica contribuição aos trabalhos da Subcomissão que nós acabamos de criar. Continua em discussão, com a palavra o eminente Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr^a. Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, eu quero concordar com esse Requerimento, porque eu também conheço a base da Antártica brasileira. Já estive lá, e nós temos uma dificuldade muito grande de convencer o Congresso Nacional,

sobretudo a Comissão do Orçamento desta Casa em aprovar Emendas para que aquela instituição brasileira sobreviva. Por isso eu concordo que é importante que façamos aqui essa Audiência Pública para que os nossos companheiros, Senadores e Deputados, e o País através do canal do Senado, da TV Senado, conheça aquela base que vivem lá, que estão lá brasileiros, brasileiros que sacrificam para que esteja lá durante seis meses sem o respaldo necessário do Governo Brasileiro.

Portanto, eu quero concordar com o Senado seja também partícipe do apoio a esse programa da Marinha Brasileira lá na Antártida.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – V.Exª tem razão. São inúmeros brasileiros de elevado espírito público das mais diversas regiões. Cientistas que estão ali em condições atípicas, adversas, distantes e isoladas das suas famílias, e isolado do seu habitat natural, prestando um serviço do maior relevo. Não só ao Brasil, mas do mundo inteiro. Lá nós tivemos oportunidade de ver, Senador Casagrande, na tela a dimensão momentânea do buraco na camada de ozônio provocada pelos gases poluentes que nós estamos emitindo. Ela varia de tempos a tempos, e lá na Antártida os brasileiros estão pesquisando a sua variação e as consequências que traz sobre a vida terrestre. Estou seguro que esse programa, o PROANTAR, dentre outros, é um programa do maior relevo, da maior importância, do maior apelo momentâneo, exatamente em razão das consequências que estão sendo causadas pela elevação da temperatura global. Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, aprovado o Requerimento. Nós estaremos então na próxima terça-feira, na próxima reunião, já realizando essa primeira Audiência Pública, que seguramente haverá subsídios para que essa Comissão possa continuar com o seu valioso trabalho.

Eu consulto a eminente Senadora Marisa se gostaria...

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – ... de dizer algumas palavras...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, eu queria fazer algum comentário sobre o terceiro Requerimento que não foi votado nem discutido, em função da ausência dos seus autores. Mas eu sou o Relator desse Projeto...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Seria importante então, eminente Senador, que nós procedermos com a leitura do Requerimento para que todos os Senadores tomassem conhecimento do seu teor.

O Requerimento diz que seja realizada a Audiência Pública perante essa Comissão a fim de instruir o PLS 158/2002 que acrescenta artigo à Lei 477 que institui o novo Código Florestal, permitindo que nas propriedades rurais de área de preservação permanente seja incluído no cauto da reserva legal com participação dos seguintes convidados, e tal. Tem V.Exª a palavra para complementar a sua opinião a respeito do Requerimento.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Pois bem, Sr. Presidente. Esse Projeto de autoria do eminente Senador Alvaro Dias, que é do Paraná, e com certeza ele tem sofrido lá no Paraná como tem o Senador Renato Casagrande lá no seu Estado, lá na... E todos nós, em todos os nossos Estados, o Estado do Expedito, que tem um número muito grande de assentamentos em pequenas propriedades, não raras as vezes essa propriedade é pequena, tem um morro, portanto permanentemente tem que assegurar o não uso da terra lá do morro. Tem dois, três córregos. O agricultor é obrigado a deixar a mata ciliar, e ainda é obrigado a deixar uma área de reserva legal. Às vezes, a reserva legal mais essas áreas permanentes, comem quase toda a área do pequeno produtor. As cabeceiras. Mata ciliar.

Então o que é que o Senador Alvaro Dias e esse Projeto já passou pela Comissão da Agricultura, eu fui Relator dele, veio para cá V.Exª me designou para relatar, já relatei, e aí os eminentes Senadores, autores do Requerimento pede que sejam ouvidos ainda com o especialistas do ramo. O que é que nós propomos nesse Projeto? É que haja possibilidade de fazer a soma. Mas com limites. Por exemplo, na pequena propriedade, a pequena propriedade pode somar desde que não passe de 30% da área da propriedade. Portanto, se na propriedade ele já é obrigado a deixar 20%, acrescentando com a reserva permanente, ele possa chegar até 25 ou 30%. E aí o resto é intocável. Eu destaco também na área de cerrado, que o cerrado na Amazônia a reserva já é estabelecida em 35%. No projeto ou no meu substitutivo, eu acrescento mais 5% que é da reserva permanente para que essa área de 5% da reserva permanente ele seja também computado como reserva legal para efeito da lei do meio ambiente.

Falando nisso, Sr. Senador, o senhor é parceiro aqui de muitas lutas, e todos esses assuntos nós estamos trazendo e vamos trazer e vamos discutir, porque quando instituiu o Código Florestal no Brasil foi em

1934, que houve uma mudança substancial em 1975, que criou-se a Lei 4.771. Essas leis elas regulamentaram o uso de propriedade no Brasil. E o fez muito bem e o brasileiro respeitava esta lei, a 4.771. Pois bem, no dia 25 de junho de 1996, veja, vai fazer 11 anos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso emitiu uma Medida Provisória que já tomou vários números, hoje está com o número 2166, que tem provocado uma desavença violenta entre produtores e ambientalistas. Claro que a Medida Provisória ela traz consequências desagradáveis. Mas o Congresso Nacional já votou essa Medida Provisória na Comissão específica, e eu fui Presidente dessa Comissão, e foi aprovado já o Projeto de conversão. Só que ele não foi a Plenário do Congresso Nacional para ser votado. E hoje nós ficamos aí com uma Medida Provisória, ficamos com a Lei 4.771, e fica com o Relatório do Relator dessa Medida Provisória, provocando esse imbróglio todo que nós temos na nossa propriedade, sobretudo, na Amazônia.

Então, Sr. Presidente, essa Medida Provisória ela vai ser obrigada a ser votada pela Constituição Brasileira. Nem tanto a Medida Provisória, nem tanto o Projeto em Queleto(F). O que nós precisamos fazer e essa Comissão é importante que se faça isso, é ver as partes interessadas da Medida Provisória ou do Projeto em Queleto(F) e mais o estudo da 4.771 e fazermos aí uma unidade de um Projeto de conversão para dar fim nesse imbróglio que nós temos há 11 anos. Eu já falei isso para o Presidente Lula, já fui destacado pra falar com a Ministra da Casa Civil, Ministra Dilma, e brevemente nós estaremos com essa discussão novamente... E essa discussão ela vai ser uma discussão muito grande, mas é para o bem do Brasil. Ninguém quer ser vencido e ninguém quer ser vencedor. O vencido tem que ser o Brasil nesse aspecto. Porque como eu disse a Medida Provisória que tem provocado problema no Brasil inteiro. Inclusive foi por isso que o eminente Senador Alvaro Dias propôs esse Projeto que está contemplado na Medida Provisória. Como não é lei, ele propôs que fosse. Mas, com certeza, V.Exª conhece esse caso. V.Exª é do Tocantins. Isso aí não é... Não afeta só o Tocantins, não afeta só o Amazonas, afeta o Brasil inteiro, sobretudo as pequenas propriedades do sul do País, de São Paulo, do Espírito Santo. Não importa onde ela esteja. Mas ela é muito maléfica para o direito de propriedade de cada um brasileiro. Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – E nós precisamos efetivamente votar a Medida Provisória que foi transformada no Projeto de conversão para não estarmos abrindo

mão da prerrogativa que é do Congresso Nacional, de elaborar e aprovar a Legislação brasileira.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Jonas, V.Exª. me permite? V.Exª é favorável à realização da Audiência Pública, então ou não? Ou já...

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Veja, eu não sou favorável porque esse troço já foi tão discutido. Nós estamos discutindo isso há 11 anos. E esse Projeto, V.Exª nos ajudou a discutir...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim, na Comissão de Agricultura.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – ... na Comissão de Agricultura. Eu não sei, nós estamos, eu acho que perdendo tempo para um assunto muito importante, sobretudo lá para o Estado do Senador Flávio Arns, para o nordeste, como um todo...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu sou favorável.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Vamos ouvir. Se for do interesse dessa Comissão. Porém, o meu parecer dificilmente será mudado, uma vez que nós já estudamos muito esse Projeto. Mas como não somos donos da verdade, vamos discutir.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero dizer a V.Exª que até quando foi aprovado na Comissão de Agricultura, eu estava presidindo essa reunião e que sou assim favorável que isto seja votado aqui na Comissão o mais urgentemente possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós estaremos com esse Requerimento na próxima Sessão para que nós possamos discutir com a presença dos eminentes autores. A Mesa informa aos Srs. Senadores que matérias que haviam sido distribuídas a Senadores que hoje não mais integram esta Comissão, serão distribuídas aos novos membros.

Agradecendo a presença de todos, não havendo mais nada a tratar...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Nós vamos instalar agora, Presidente, a Subcomissão logo depois dessa...?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Podem instalar. Encerrada a Sessão.

(Levanta-se a reunião às 12h48)

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2007 ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e vinte minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e sete, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **JOÃO RIBEIRO, SÉRGIO ZAMBIASI, VALDIR RAUPP, VALTER PEREIRA, ELISEU RESENDE, JONAS PINHEIRO, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR e PATRÍCIA SABOYA**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública “com a finalidade de ouvir o ALMIRANTE JOSÉ EDUARDO BORGES DE SOUZA – Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, a Dra. TÂNIA BRITO, gerente do grupo de avaliação ambiental do Ministério do Meio Ambiente, o Dr. PAULO KAGEYAMA, Diretor de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, o Dr. LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO, do Ministério da Ciência e Tecnologia, para que apresentem a esta Casa as realizações do Programa Antártico Brasileiro que, em 2007, completa 25 anos, percorrendo acerca da importância estratégica, política e econômica da presença brasileira no Continente Antártico; das dificuldades enfrentadas pelo Proantar; do futuro do programa; dos resultados científicos e logísticos já apresentados pelos projetos de pesquisas vinculados ao Proantar.” A seguir, os convidados tomam assento à mesa e apresentam as suas explicações. Usam da palavra a Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** e os Senhores Senadores **VALTER PEREIRA e CÉSAR BORGES**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quinze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) –... aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A Audiência Pública, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle tem a finalidade de ouvir o Almirante José Eduardo Borges de Souza, Secretário da Comissão

Interministerial para os Recursos do Mar, e a Drª. Tânia Brito, Gerente do Grupo de Avaliação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Dr. Paulo Kageyama, Diretor de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, para que apresentem a esta Casa as realizações do Programa Antártico Brasileiro que em 2007 completa 25 anos, percorrendo acerca da importância estratégica, política e econômica da presença brasileira no Continente Antártico, das dificuldades enfrentadas pelo PROANTAR, do futuro do programa e dos resultados científicos e logísticos já apresentados pelo Projeto de Pesquisa e vinculados ao PROANTAR.

Nós convidaríamos para compor a Mesa aqui conosco os ilustres palestrantes, Almirante José Eduardo Borges de Souza, a Drª. Tânia Brito, o Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro e o Dr. Paulo Kageyama, que farão suas exposições, se assim concordarem, na ordem que foram mencionados. Se acharem conveniente que essa ordem seja alterada, por gentileza, é só se manifestar. Nós estabeleceremos um critério de uma exposição inicial antes de abrir o debate para os Srs. Senadores, nós entendemos ser interessante ouvirmos os palestrantes inicialmente, conferiríamos a cada um deles 20 minutos para então abrimos o debate aos Srs. Senadores.

Os senhores palestrantes fiquem à vontade para fazer sua fala daqui da Mesa ou de onde acharem conveniente. Me parece que nós não temos microfone sem fio... Temos microfone sem fio. Então o palestrante pode ficar à vontade para escolher o melhor local para fazer a sua exposição. Nós iniciariamos então ouvindo o Almirante José Eduardo, a quem nós concedemos a palavra.

SR. JOSÉ EDUARDO BORGES DE SOUZA

– Muito obrigado. Senhoras e senhores, muito bom dia. Em primeiro lugar gostaria de agradecer a oportunidade que nós temos de vir falar de um programa do Estado Brasileiro que completa 25 anos aí em 2007, e que traz excelentes realizações para o País. Ressalto que é um programa que não tem a característica de ser dominado por nenhuma das instituições que o compõem.

Então, portanto, é um grande trabalho de equipe do povo brasileiro, das instituições brasileiras e de empresas brasileiras, o que é motivo de muito orgulho para todos nós. O tema da nossa palestra, então, seria o Programa Antártico Brasileiro.

O Programa Antártico Brasileiro ele é gerenciado pela CIRM, que é a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. O motivo da CIRM ser a coordenadora desse programa é o fato de que a Antártica, por si

só, embora seja continente, ela possuiu grandes laços com aquilo que diz respeito a recursos do mar. Muitos recursos do mar existem naquela região, muitos recursos do mar são explorados por outros Países próximos àquela região, e ela se constitui verdadeiramente de um grande armazém para o futuro da humanidade em vários aspectos.

A CIRM, ela é coordenada pelo Comandante da Marinha no seu papel de autoridade marítima. Essa informação foi dada ao Comandante da Marinha exatamente porque é a Marinha que possui os meios para fazer o apoio aos diversos programas que nós realizamos. Mas nós contamos com três entidades. A Casa Civil da Presidência da República, Secretaria Especial de Agricultura e Pesca e a própria Marinha do Brasil. E, além, disso trabalhamos, hoje, com 12 Ministérios. Os 12 Ministérios trabalham na CIRM, responsabilizamos por 16 programas semelhantes ao Programa Antártico Brasileiro.

Nós temos várias entidades ainda que trabalham em apoio à CIRM que são entidades particulares ou empresa governamentais que são extremamente fundamentais para o desenvolvimento de tudo isso. Para fazer a execução daquilo que a CIRM toma como decisão, nós temos a Secretaria da CIRM e hoje eu sou o Secretário dessa Comissão. A Secretaria da CIRM é responsável por toda a área burocrática, por todo o planejamento de todos os 16 programas e ela que é a interlocutora perante os demais Ministérios durante os períodos interseccionais.

Os aspectos legais que nos levam ao Programa Antártico Brasileiro têm início no ano de 1959, quando foi assinado o Tratado da Antártica em Washington com propósitos pacíficos. Pacíficos pelo seguinte, a Antártica era um continente, ainda é, um continente sem divisão geopolítica. Ele não pertence a ninguém. E havia uma tendência de alguns Países a serem territorialistas, e isso estava gerando uma possibilidade enorme de conflitos.

Então, esse Tratado da Antártica que hoje é considerado talvez dentre os tratados... muito obrigado. Dentre os tratados internacionais aquele com melhor resultado, ele foi engendrado por esses Países com tendência territorialistas e por aqueles Países que eram a potência da época. Então esses Países fizeram este tratado. E este tratado foi aberto aos demais Países que desejassem participar, que desejassem e que tivessem condições de realizar pesquisas na Antártica.

O Brasil aderiu ao Tratado da Antártica em 1975. Chamo atenção o nosso País é o 7º País mais próximo daquele continente. Em 1982, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar elaborou o primeiro Programa Antártico. Nesse período de 75 a 82 foram

feitas várias expedições com oficiais da Marinha do Brasil participando de expedições de outros Países para que nós pudéssemos aprender como é que se trabalha na Antártica, que é uma região extremamente inóspita.

Então, em março de 1983, três navios foram à Antártica. Na época, para se tornar membro consultivo do Tratado da Antártica, você tinha necessidade de realizar pesquisas que fossem relevantes para a humanidade. Esta é a condição *sine qua non* de você ser membro consultivo do tratado. Nós fomos para lá com os nossos navios em março de 1983, vários pesquisadores a bordo. E já em setembro de 1983, nós fomos admitidos como membros consultivos do tratado. Significa: Temos direito a voz e voto no Tratado da Antártica para discutir o futuro desse continente. Esse é um dos primeiros motivos de grande orgulho do brasileiro. Por quê? Hoje em dia, por exemplo, temos três Países já há quatro anos tentando ser membro consultivo e eles não conseguem atender a essa situação. E graças aos nossos pesquisadores, nós em poucos meses conseguimos esse status de membro consultivo. E tudo isso pela relevância dos trabalhos que foram lá realizados.

A Política Nacional para os Assuntos Antárticos já definia como propósito orientar essa execução dos objetivos do Brasil na Antártica. Muita gente se questiona pelo fato de que nós estamos num País com várias necessidades sociais, com várias carências, estar investindo num continente tão distante. Mas vocês vão ver ao longo da palestra que essa é uma ação de futuro, esta é uma ação que vai garantir à Nação brasileira muitas outras oportunidades. Não só na área de emprego, mas uma área de recursos minerais, a área de projeção da imagem do País no... Do País na comunidade internacional. Esse é o grande motivo de nós estarmos na Antártica. É defender aquilo que nós vamos ter para o futuro do País. Em 1986, nós já começamos a trabalhar 365 dias do ano na estação. Isso significa: Hoje nós somos um dos poucos Países que têm a condição de trabalhar o ano inteiro lá.

Então, vejam vocês onde nós estamos dentro desse contexto. Apenas 29 Países no mundo são membros consultivos do Tratado da Antártica. Essa é uma vitória brasileira. Poucos Países conseguem passar o ano inteiro realizando pesquisas na Antártica. Esta é outra vitória do brasileiro. A Antártica, para dar algumas características, para vocês terem noção do que é a dificuldade do que é trabalhar nesse continente, ele é o 6º continente, e foi descoberto, o homem chegou lá há menos de duzentos anos. Nasce esse continente pelo grande movimento de terras da antiguidade aonde existia um continente chamado Pangéia que

juntava a América do Sul, a África, a Antártica, Índia e Austrália. A derivação desses continentes leva a Antártica para o sul.

Eu chamo atenção que aqui vocês podem ver que ela estava cerca da África do Sul que é uma área extremamente rica em minérios, estava acerca da América do Sul aonde hoje nós temos provas, e provas geológicas de que a formação é a mesma. O que significa de que aquilo que existiu em um determinado lugar provavelmente nós encontraremos em outro. Foi definido como Continente Antártico toda a região que fica abaixo da latitude de 60º sul. 60º sul define a região que está estabelecida no Tratado da Antártica como uma área destinada à paz e à ciência.

As características desse continente são impressionantes. Vamos tomar conhecimento de algumas delas. 95% da superfície é coberta por gelo. Completamente diferente do ártico. O ártico é uma massa de gelo em volta de algumas ilhas. A Antártica é verdadeiramente um continente. Por baixo dessa superfície nós temos um verdadeiro continente com todas as suas características. A espessura média da camada de gelo é de 2.700 metros. 2.700 metros que vieram se acumulando durante vários anos. O que vai resguardando, porque quando a neve cai e se transformando em gelo, vai guardando as partículas da atmosfera e isso é guardar a história do nosso planeta. É saber qual foi a evolução que o nosso planeta teve e como ela se comportou. O que vai nos dar margem, inclusive, a tomar decisões para o futuro ou então estabelecer, como aconteceu no próprio Kyoto, de estabelecer se podemos ou não podemos continuar emitindo CO².

90% do gelo do planeta está na Antártica. Não se esqueçam que a água será a grande riqueza do futuro. Além disso, nós temos 80% de toda a água doce do mundo no Continente Antártico. Esta, por si só, é uma riqueza incomensurável. E como aproveitar isso, como fazer isto, é uma coisa que só aqueles Países que estiverem desenvolvendo pesquisas lá poderão realizar. Além do que uma atitude que a Antártica tem com relação à América do Sul e que influencia diretamente o Brasil é com relação ao clima. Tudo que acontece de clima no Brasil ele tem, é como decorrência não só daquilo que ocorre no nosso oceano no Atlântico Sul, como também daquilo que ocorre na Antártica.

A estação Antártica Comandante Ferraz, por razões de facilidade de pesquisa numa região que fosse mais amena, foi colocada na península Antártica exatamente onde está mostrando a bandeira. Vários Países possuem estações nessa região. Nós estávamos em nosso início. Essa é uma região de mais fácil acesso aonde alguns Países também possuem estações. E aonde as características do Continente Antártico podem

ser observadas e estudadas. Daí a escolha da península como região para a colocação da nossa estação Antártica Comandante Ferraz. Ela está numa ilha, que é a ilha Rei George, e na península Keller, península da própria ilha, e lá nós temos a nossa estação colocada que fica acerca de 40 minutos de voo de helicóptero de uma estação que possui campo de pouso, que é a estação chilena de Eduardo Frei.

A nossa estação, vocês podem ver, é um conglomerado, hoje. Nasceu como modular. Hoje ela é um conglomerado com cerca de 2.500 metros quadrados, onde nós temos várias instalações um pouco isoladas para se fazer pesquisas de meteorologia, de VHF, etc, etc, e temos tudo aquilo que é necessário para apoiar os pesquisadores em seu trabalho. Essa é uma visão ampla da nossa estação numa época de verão.

A chegada do Brasil na Antártica. O que aconteceu? Em 1882 foi a primeira ida de um brasileiro à Antártica. Foi a corveta Parnaíba comandada pelo então capitão de fragata Felipe Saldanha da Gama, que levou na época o Diretor do nosso observatório, Observatório Nacional, que era o Dr. Cruls, levou para que ele fizesse a observação da passagem do planeta Vênus pela disco solar. Essa foi a nossa primeira chegada lá. Depois disso, passamos muitos anos interessados em ir a esse continente tão importante pelas riquezas que têm, tão importante pela influência que exerce em nosso continente e em todo o planeta, e nós conseguimos fazer com que fosse criado dentro do Governo Brasileiro a idéia da necessidade de nós termos uma estação na Antártica. E nós imaginamos naquela época em maio de 83 como deveria ser a nossa primeira estação. Saiu um pouco diferente, vocês podem reparar, num tanto, mas saiu dentro daquilo que era possível. Este trabalho teve dois anos de planejamento para que nós pudéssemos colocar lá os primeiros oito módulos.

Vejam vocês a responsabilidade desses pioneiros, que chegaram num lugar completamente inóspito, sem ter noção do que ia acontecer, sem conhecer como era trabalhar no frio, e implantaram aquilo que seria o núcleo da nossa estação. Hoje nós temos a estação com esse formato, diria que talvez um pouco modificado pelas obras de revitalização que estão sendo realizadas lá, mas esse é o formato básico da estação.

No inverno antártico, para mostrar a dificuldade de que é trabalhar nessa região, ela fica completamente coberta de neve. Às vezes, para sair da estação, você precisa abrir um buraco no meio da neve. Isso torna extremamente difícil a pesquisa e torna também muito mais orgulhoso os brasileiros que sabem que temos pesquisadores lá trabalhando com essas condições

inclementes e realizando o trabalho magnífico que mantém o status de membro cultivado para o País.

O verão antártico já é um pouco melhor. A estação fica mais ou menos liberada de neve e aí permite que a gente faça expedições científicas em outras áreas da península, em outras áreas do continente e no próprio mar que está colocado na Baía de Wedow(F) que fica à frente da nossa estação. Porém, nem sempre o verão antártico é esta maravilha com este clima. Então eu trouxe para vocês aqui uma imagenzinha de um típico dia de verão antártico. Vocês podem verificar que está nevando. Gelo na linha entre o continente e a água. Ao fundo, dois navios. Um argentino e um brasileiro. E nessas condições, os pesquisadores trabalham, o grupo base que fica na estação trabalha, os funcionários do arsenal de Marinha trabalham na manutenção. São condições inclementes que exigem muita dedicação, muito senso de responsabilidade, muito patriotismo para poder levar isso adiante. Poderia dizer eu: Trabalhar nessas condições e levar adiante e ter os resultados que nós estamos tendo é outro motivo de orgulho para nós todos brasileiros. E como é que nós chegamos lá na estação? Nós podemos chegar de duas maneiras. De avião ou de navio. Normalmente o navio sai em setembro e volta em abril. E quando nesse período em que o navio não está disponível, nós vamos de avião da Força Aérea Brasileira. O trajeto sempre o mesmo. Nós saímos do Rio de Janeiro, pernoitamos em Pelotas, onde nós obtemos todo o material necessário como roupas especiais para ir para a Antártica, vamos a Puntarenas, onde realizamos um pernoite, e no dia seguinte, todos juntos no hotel rezam de mãos dadas pedindo para o tempo ficar bom para o avião poder chegar na base chilena. Coisa que não acontece toda vez. Porque as condições lá mudam de quatro em quatro horas e é muito difícil nós termos condições excepcionais para o avião pousar. E a pista é curta. Aliás, eu costumo dizer que a Força Aérea Brasileira deve ter algum acordo com a igreja católica porque no momento em que o avião desce, todos a bordo rezam fervorosamente para ele conseguir parar antes do final da pista. Porque é uma pista curta. São condições difíceis, condições de pouso que só pilotos experimentados podem executar, mas eles realizaram até hoje com muita galhardia. Agora, inclusive na platéia nós temos vários que já se tornaram católicos e que viajam também para Antártica.

Depois que nós chegamos em Frei, nós temos o transporte para a nossa estação Ferraz. Essa é a ilha Rei George e nós fazemos esse transporte. Quando o céu está claro e o tempo está bom, fazemos por cima da geleira. São 30 minutos de vôo. Quando as condições estão mais ou menos, o helicóptero faz o circuito do

litoral e chega na nossa estação talvez com uns 40, 45 minutos, mais ou menos. Esse helicóptero que estava aí é um helicóptero desse navio, o Ary Rongel, que é aquele que presta o maior apoio logístico e também tem capacidade de realizar pesquisas. Ele tem capacidade para 14 pesquisadores e trabalha, como eu disse, de outubro a abril. E não só na estação Ferraz, ele viaja por vários setores da Antártica atendendo logisticamente a necessidade dos pesquisadores que vão realizar trabalhos em ilhas mais distantes, como é o caso que está acontecendo agora que já recolheram três equipes que estavam lá, já estão a bordo do navio e regressam depois de amanhã, se Deus quiser, se o tempo ajudar, eles regressam para o Brasil.

O Programa Antártico possui duas grandes vertentes. A vertente de pesquisa e a vertente de logística. Na vertente de logística nós podemos dizer: Nós temos a Marinha do Brasil, a ESANTAR, que é uma das faculdades, uma das universidades que trabalha conosco. A ESANTAR é uma estação de apoio ao Projeto do Programa Antártico Brasileiro. É lá que nós guardamos todo o material, é lá que se realiza todos os reparos dos equipamentos que são utilizados na Antártica, é lá que se realiza a compra dos itens, dos gêneros de abastecimento com menor tempo de vida útil que são embarcados ou no navio ou nos aviões. Temos também os helicópteros no navio da Marinha e os aviões Hércules C-130 da Força Aérea, que eles levam carga e pessoal. Nessa época em que nós fazemos a troca dos pesquisadores e a troca daqueles que vão trabalhar na manutenção, eles são levados no Hércules que tem uma carga reduzida. E o navio, no seu porão de carga, leva a quantidade maior de material para as obras que vão ser realizadas naquele verão e no inverno. E somos obrigados a usar os helicópteros para fazer o transporte de carga do navio para a estação ou para o seu destino, alguns equipamentos de pesquisa. Por quê? Na Antártica não existe porto, não existe cais para atracação e isso cria uma outra dificuldade, porque você não pode fazer esse desembarque em condições climáticas adversas. E tudo isso tem que estar dentro de um planejamento que eu posso dizer que o planejamento logístico desta operação é o segundo maior planejamento logístico do País. O primeiro é Haiti, que não acontece todos os anos. E esse vem logo em segundo lugar, pela complexidade. É um ano de planejamento para cada operação. Ao término de uma operação inicia-se imediatamente o planejamento logístico da segunda. E como vocês podem ver, nós temos que levar em consideração o problema da neve, que dificulta, por exemplo, a saída da lancha Scua(F) que leva pesquisadores para fazerem pesquisa nas regiões de mar próximo à estação.

Outros veículos que nós temos lá são veículos de carga que auxiliam no transporte de material, no transporte de pessoal e nas obras que são realizadas e no deslocamento dos pesquisadores no entorno da estação. Na vertente de pesquisas, nós temos uma participação fundamental do Ministério da Ciência e Tecnologia, e também dele, derivado dele e do CNPq. E, além disso, o Ministério do Meio Ambiente. Eles são os fundadores, a pedra fundamental do que nós realizamos com pesquisa lá. Então eles são extremamente importantes no programa, eles dão à linha de pesquisa, eles fazem o financiamento das pesquisas e eles verificam, o Ministério do Meio Ambiente, especificamente, que tipo de impacto ambiental tais pesquisas podem ocorrer naquele continente. Em média nós levamos 120 pesquisadores com 20 projetos. Por exemplo, este ano são 132 pesquisadores em 23 projetos de pesquisa. Esse número ele não é fixo. Ele atende a necessidade que o País define através do MCT do que nós vamos realizar naquele continente. E as áreas de estudos são diversificadas. Oceanografia física, química e biológica, climatologia, meteorologia, aves, arquitetura, geologia e atmosfera. Tudo em função do edital de pesquisa que é lançado pelo CNPq a cada ano. E os próprios pesquisadores, como eu disse, não ficam fixos na estação Antártica Comandante Ferraz. Eles às vezes vão para lugares mais distantes, e eles trabalham nessas condições de acampamento. Vocês podem verificar que passar 15, 20, 30 dias num acampamento como esse, vocês não estão vendo escrito ali toalete em lugar nenhum, né? Pois é. Porque não tem. Não tem toalete, às vezes tem problema de água, às vezes problema de comunicações, às vezes problema de vento, que chegam às vezes a 120, 140 quilômetros por hora, às vezes problema de poder sair de dentro da barraca. Eles vivem um problema. E eu gostaria de lembrar que a época que são realizadas essas pesquisas é de outubro a abril. E normalmente são professores universitários que estariam de férias. Então eles estão trabalhando naquele período que eles poderiam dedicar às próprias famílias, mas é o período que se tem. Então esta dedicação tem que ser valorizada. Essa nuance dos pesquisadores é alguma coisa que mexe com o coração da gente e nos dá mais ímpeto de trabalhar para ajudá-los a realizar aquilo que eles pretendem. Mas não só isso. Nós cuidamos extremamente bem do meio ambiente. Vejam vocês que a península ela não pode ser utilizada por qualquer um em qualquer espaço. Porque o musgo que existe lá, porque lá não existem árvores. A vegetação rasteira que existe lá tem que ser protegida. A dificuldade de recuperação dela é muito longa. Às vezes cem anos para recuperar. Então para se caminhar

na estação nós marcamos vários pontos, caminhar na península, vários pontos e estabelecemos trilhas, e só se pode encaminhar nessas trilhas. Essas trilhas para evitar dano à fauna e dano à flora. Eles têm que ser protegidos. Lá nós estamos criando um mundo aonde o meio ambiente é verdadeiramente protegido. Aonde nós fazemos questão absoluta de manter da maneira como nós encontramos. É claro que o homem chegando lá ele impacta de qualquer maneira. Mas que esse impacto seja o menor possível. E isso é muito importante para o nosso País. Porque nós somos um dos Países considerados internacionalmente como daqueles que melhor tratam o meio ambiente. A nossa estação é considerada modelo no controle ambiental. Não só pelo no tratamento de esgoto como tratamento de poluente dos próprios geradores e do poluente que o navio deixa quando está na própria baía. Então esse título de Estação Modelo no Controle Ambiental é mais um orgulho que nós temos.

Vejam, nós não trabalhamos com uma quantidade enorme de dinheiro como os Estados Unidos e a Rússia. Nós trabalhamos limitados. Nós não somos um dos Países mais avançados em tecnologia. Mas nós somos um País com tanta garra, com tanta vontade de realizar, que nós nessa nossa pequena estação nós temos ela como Modelo Internacional de Controle do Meio Ambiente, que é hoje, está na pauta de qualquer tipo de conversa daqueles que pretendem proteger o planeta. E este ano de 2007, no dia primeiro de março, vai ser inaugurado internacionalmente o Ano Polar Internacional. O que significa isso? Mais tarde a Dr^a. Tânia vai dar explicações melhores. Mas nós perdemos o bonde do ano geofísico de 1958. Não participamos dele. 60 mil pesquisadores estiveram lá. E os dados não nos foram disponibilizados porque nós não participamos. Esse ano não, esse ano nós estamos participando e com muita garra, e com o apoio financeiro do MCT, com o apoio do Estado Brasileiro, com o apoio da Marinha na área logística, com o apoio do meio ambiente. Todos aqueles componentes estão trabalhando duro para que a nossa participação seja efetiva e que a gente possa ter para o Brasil a vantagem de utilizar projetos de outros Países sem necessidade de gastar dinheiro com infra-estrutura. O que será o Ano Polar Internacional? Intensa cooperação científica entre os Países, grande número de navios em apoio às pesquisas e a projeção dos participantes junto à comunidade científica internacional. E nós também vamos abrir a nossa estação aos pesquisadores estrangeiros, que têm interesse em trabalhar nos projetos que nós desenvolvemos que são extremamente relevantes.

Os componentes do Programa Antártico Brasileiro. Eu diria o seguinte. Aqui parecem com tamanhos dife-

renciados na transparência, mas você não pode tirar nenhum deles. Se tirar um deles, o programa vai sofrer, e talvez fique inexecutável. São eles: Ministério das Relações Exteriores, a Marinha, Ministério do Turismo, Educação, Meio Ambiente, CNPq, Minas e Energia e Ciência e Tecnologia. Eles, cada um deles com a sua função, é responsável por fazer com que o Programa Antártico Brasileiro seja uma realidade. Mas, além disso, nós ainda temos parceiros, parceiros importantes que da mesma forma se retirados o programa não existiria. A Força Aérea Brasileira que nos apóia com seus vôos. O Clube Alpino Paulista, responsável pela segurança dos pesquisadores que trabalham em regiões mais afastadas da estação. Ninguém sai para fazer expedição em nenhum lugar sem o acompanhamento de um alpinista. E trabalhar na Antártica é perigoso e o risco de morte ele é constante. E no ano passado foram três argentinos, dois chilenos, uma inglesa, um coreano e todos morreram. Esse ano já houve a perda... A perda não, mas eles se perderam na Antártica três pesquisadores alemães e há pouco tempo atrás nós tivemos a notícia da morte de um sul-africano.

Então é um lugar aonde existe o risco de morte. Por isso a necessidade do Clube Alpino Paulista. Outro parceiro como eu já comentei é a ESANTAR que é a Fundação da Universidade do Rio Grande nos ajuda. É lá que nós temos uma pequena C&A, que todas as vestimentas especiais para o frio aonde nós guardamos todo o nosso material, aonde nós fazemos a recuperação das coisas. E onde nós colocamos a universidade trabalhando junto desse programa. A importância de trazer a comunidade científica para o programa ela é enorme, porque ela dá margem à abertura de horizontes para seus alunos, a abertura para professores, mestres e doutores que podem vir a trabalhar naquilo que diz respeito a ciência na Antártica.

Além disso, a PETROBRÁS oferece todo o óleo combustível que é utilizado nas aeronaves, no avião, no navio e na própria estação, nos seus geradores.

Então, a PETROBRÁS é um parceiro fundamental. E agora mesmo está fazendo a substituição dos tanques atuais, que têm 20 anos, e está substituindo por tanques de aço inoxidável. Mais um passo em direção à proteção ao meio ambiente. Nós agora vamos tornar o nosso tanque de combustível de tal forma que será praticamente impossível um derramamento de óleo na região. Além disso, nós temos a TELEMAR. A TELEMAR implantou um sistema em janeiro de 2005 de internet e telefonia na estação Antártica. Antes nós utilizávamos os serviços chilenos. Vejam vocês, uma potência em comunicações como o nosso País, utilizou até janeiro de 2005 os serviços da ENTELCHILE. Isto era uma vergonha. Desculpe aqui o bordão. Tô

utilizando... Mas era uma vergonha! E a TELEMAR, consciente dessa necessidade, ela implantou um novo sistema. Esse sistema permite hoje coisa que não era possível anteriormente, que o pesquisador fale com o seu centro de pesquisa, que ele troque informações, que ele baixe uma página da internet, que faça consultas, e evidentemente que fale com seus parentes, que converse. E mais, a ligação da Antártica para o Brasil é uma ligação local do Rio de Janeiro.

Então, ligando para o Rio de Janeiro é como se fosse local. Se ligar para São Paulo é uma ligação do Rio para São Paulo. E com o sistema de dois megas. E na expedição que saiu ontem para a Antártica, nós já estamos levando a antena da TELEMAR que vai proporcionar o uso de aparelhos de telefonia celular na área da região. E tudo isso custou exatamente o preço de nós mostrarmos para ele a necessidade de eles participarem de um Projeto Brasileiro. Não cobraram absolutamente nada. É por isso que eu faço a propaganda. Porque são empresas como essa que levam alguma coisa de si, que ajudam o programa, que são importantes para nós. Porque o programa não teria dinheiro para botar oito milhões de reais para implantar um sistema dessa natureza.

Vamos falar o que é a operação Antártica. A operação Antártica ela tem... Ela começa com um edital de pesquisas realizadas pelo CNPq. Logo depois nós fazemos uma seleção dos projetos. Esses projetos são selecionados pelo mérito. Depois de selecionados pelo mérito eles são avaliados com relação ao impacto ao meio ambiente pela área do MMA. Selecionados esses projetos, nós vamos para a exequibilidade logística, aí a (inaudível) verifica o que é que pode apoiar. Apoiados esses projetos, podemos apoiar? Então são selecionados os projetos que vão fazer parte daquela operação. Estamos na operação 25, é claro, 25 anos de presença do Brasil na Antártica e estamos apoiando 23 projetos.

O planejamento da operação ele envolve seleção e treinamento de pessoal militar e civil. Ninguém vai para lá sem treinamento. Ninguém vai para lá sem sofrer uma certa seleção. Aqueles que passam o ano sofrem uma seleção psicológica para ir para lá. Preparação de todo o material pela ESANTAR, pela SECIRM, pelos órgãos de Marinha envolvidos, pelo próprio navio. Depois da preparação do material, nós prontificamos o navio. Só para chamar atenção, não tem oficina mecânica na Antártica. Ele tem que ir pra lá e não pode ter avaria. Ele não pode ter necessidade. Ele não pode comprar um sobressalente. Ele só pode se reabastecer no Chile ou na Argentina. Então ele tem que ir para lá com as melhores condições possíveis de material. Depois disso, faz-se a coordenação entre os partícipes, a âmbito

nacional e internacional porque nós ajudamos vários programas e somos ajudados por vários programas de outros Países. Fazemos toda essa coordenação e aí nós estamos prontos para mandar o Brasil embora e ele sai para lá.

Aquilo que eu disse a respeito de treinamento, nós realizamos treinamento com os pesquisadores e realizamos treinamento com os militares. Aí estão os civis e os militares sendo treinados em alpinismo, como fazer um acampamento, combate a incêndio, salvamento em resgate, caso haja necessidade. Permanência na água, eles ficam 15, 20 minutos permanentes na água. Eu não sei por que é que a gente entra 15 a 20 minutos, tendo em vista que sem aquela roupa o tempo de sobrevivência é de 30 segundos. Mas com a roupa aumenta muito. Chega a quase 4 minutos. Mas eles ficam lá 15 minutos e aprendem a sobrevivência, quando eles saem de bote. A virar um bote, a desvirar um bote, a manusear um bote. Quer dizer, nós damos para eles tudo aquilo que é necessário, para eles poderem sobreviver no caso de um problema que venha a ocorrer durante as expedições. E a estação Antártica Comandante Ferraz que é o nosso grande apoio no que diz respeito às pesquisas. Hoje nós temos um heliponto, como vocês podem ver, temos a área principal da estação, e os tanques de combustível. Aqui vocês podem ver nós temos um módulo afastado de química, aqui em cima um módulo de meteorologia, e mais para cá, vocês não vão ver, mas tem uma estação rádio de emergência, um módulo de VLF por aí. Aqui as antenas da TELEMAR que fazem a condição e aqui o material que chega de navio e aquele material que ajuda a fazer o transporte do navio para a estação. Isso daqui é uma barca que é um monumento histórico, é um patrimônio histórico e ela é dos ingleses, da época em que os ingleses ocupavam essa área com uma estação baleeira e depois uma estação de estudos meteorológicos.

Dentro da estação nós temos uma sala de refeições, um paiol de alpinismo... Vamos mostrar apenas algumas coisas que nós temos lá. Um CPD, temos uma sala de ginástica como temos também enfermaria, sala de operações, gabinete odontológico, nós temos auditório para fazer apresentações, grandes armazéns, a sala de secagem aonde a roupa úmida é colocada depois da saída para ela secar da umidade que é do exterior, o camarote reformado que hoje dá melhores condições de vida àqueles que passam lá o ano inteiro ou pesquisas, um centro de documentação onde fica toda a documentação, e várias oficinas. Aqui é um exemplo, a própria carpintaria, nós temos oficinas eletrônicas de eletricidade, tudo aquilo que é necessário para manter. E evidentemente vários labo-

ratórios. Esse é o laboratório de triagem, chamado de aquário, aqui um laboratório típico, nós estamos agora com cerca de 6 a 7 laboratórios dentro da estação. E temos também módulos externos da estação. De VLF, de meteorologia e refúgios que são pequenas construções capazes de suportar de quatro a seis pessoas em casos de emergência. Uma característica, não possui cadeado. Qualquer um pode usar. E lá dentro você tem material de primeiros socorros, comida, radio transmissor aquecedor, gerador. Qualquer um pode usar. E de usar, a única obrigação é de repor o material depois disso. Em casos de emergência, nós possuímos alguns refúgios como esse aqui que é o refúgio 2 que também fica na Península Keller.

Para fazer com que essa estação seja possível, nós não temos a idéia nem condições de trabalhar em cima da perna. Então, nós trabalhamos com pesquisa.

Então, depois de todos esses anos de experiência, nós descobrimos o que deveriam fazer para melhorar a estação. E essa estação que sofre fortemente o problema de corrosão, depois de 20 anos, só para dar um relaxamento aqui, é o seguinte, estação é feminino. Mas depois de 20 anos, ela não é igual à mulher. Porque a mulher aos 20 anos ela é uma princesa se preparando para ser rainha depois dos 50. Não é verdade? Mas a estação com 20 anos estava muito caidinha. Estava bem caidinha. Estava mal. Porque é muita corrosão lá. O ambiente é extremamente salino e ela é toda feita de aço. Então ela estava literalmente se acabando. Essa linha mostra os espaços vazios que existiam entre os módulos. Aonde nós não conseguimos realizar o tratamento.

Então, com a ajuda da Universidade Federal do Espírito Santo, nós fizemos um novo desenho para a estação que seria a revitalização. Para vocês terem idéia, em dezembro de 2004, durante o reabastecimento da estação, três tanques com óleo combustível caíram no chão. Caíram de podre. Então nós precisávamos realizar esse trabalho ou perderíamos a nossa estação.

Então, hoje essa é a idéia da nova estação, cujo trabalho de recuperação que a gente chama de revitalização, começou em 2005. E por que é que começou esse trabalho? Para fazer essa estação mais aconchegante, mas útil e mais fácil do trabalho para os pesquisadores. Porque nós tínhamos encontrado lá naquela época desse jeito. A estrutura de sustentação dela completamente corroída. Vocês podem verificar por aqui. Os módulos externos completamente dominados pela ferrugem. Infiltrações internas. As esquadrias de janelas completamente danificadas. As redes completamente corroídas. O heliponto completamente

corroído. As escadas, estruturas, de bases de módulos, completamente prejudicada. A própria lancha Scua(F) estava avariada, que é onde se realiza a pesquisa. As roupas especiais que são importadas estavam totalmente rasgadas. A moto de neve, várias motos de neves, vários veículos estavam estragados. Não podiam mais ser mais utilizados. Então era o caos. Mas isso mudou. E por que é que nós estamos na Antártica? Quais são os motivos estratégicos de estarmos lá? A passagem entre os oceanos. Aí alguns dos senhores poderão dizer assim: Lá vem o milico encontrar bandido debaixo da cama. Mas não é verdade. Veja vocês o seguinte. Nós temos passagens entre os oceanos. Vocês sabem que 95% do comércio exterior brasileiro é realizado pelo mar. 95%.

Então, se eles fecham o canal do Panamá por um motivo político e fecham o Suez por um motivo político, a única passagem que resta é lá embaixo no Estreito de Magalhães passagem no Estreito de Drake ou então pelo Cabo da Boa Esperança. Estar presente no Continente Antártico significa dominar não só a técnica de navegação como também participar do espaço. Do espaço geopolítico aonde será a passagem dos navios que vão realizar o nosso comércio exterior. Além disso, presença. Vários Países sul-americanos estão lá. Então, estrategicamente é importante o Brasil estar também. Afinal de contas, nós somos a potência sul-americana. E nós não podemos deixar passar essa oportunidade.

Futuro do continente. É um continente extremamente rico? É. É desconhecido? É. O que vai acontecer no futuro desse continente? Nós não sabemos. Mas temos assento para decidir. Temos direito a voz e voto.

Então, estar na Antártica e ter esse direito é um motivo estratégico para nós. Temos também motivos políticos. Quais sejam? Participar do conserto das nações. Como o Brasil poderia ficar fora de um Projeto importante como esse internacional? Um Projeto onde as grandes nações do mundo participam?

Mostrar capacidade de desenvolver pesquisa. Esse é um motivo político importante. Nós sermos considerado como elemento importante na comunidade científica internacional. Além disso, mostrar interesse para estar no continente. É preciso que o mundo saiba que nós temos esse interesse e que nós sejamos consultados todas às vezes que ocorrer qualquer coisa que venha a influenciar o Continente Antártico no que diz respeito à humanidade. Ainda temos os motivos militares, capacidade de realizar apoio logístico a grandes distâncias. Aprendemos muito com isso. Aprendemos a trabalhar no frio. Hoje nós temos essa capacidade. Nós temos capacidade de levar avião para lá. E não é

qualquer País que realiza isso, não. Pode parecer brincadeira levar um Hércules C-130 para lá, mas não é isso, não. Hoje em dia seriam cinco ou seis países que têm essa capacidade. Outros pedem informações de como realizar isso. E o Brasil tem essa capacidade.

E mais, operações militares em áreas inóspitas. Embora seja proibida a presença de armas, embora seja proibido até o uso de uniformes de um modo um tanto quanto aberto, mas alguns Países utilizam, mas nós aprendemos a trabalhar lá. E pode ser que um dia isso seja necessário.

Motivos econômicos: Estar pronto para participar da exploração quando permitido. Ao tratado antártico existe o Protocolo de Madri que congelou a exploração econômica do continente por cerca de 50 anos. Então até 2048, vamos dizer, é proibido explorar. Mas um dia vai ser possível. Ou então eles mudam o protocolo. Nesse dia, quem é que vai explorar? Aqueles que detiverem o conhecimento. E nós estamos lá e detemos esse conhecimento e nós vamos poder participar dessa exploração. Hoje a Austrália já está forçando a barra para explorar petróleo na região. Vai que isso seja permitido. É do nosso interesse estar lá também. E quais são os produtos que são gerados para o País de forma mais dinâmica, de forma, vamos dizer assim, mais pontual e mais atual? A influência e comportamento das correntes marinhas antárticas no Brasil. O próprio fenômeno da ressurgência que ocorre em Cabo Frio nasce na Antártica. E é ele que traz os nutrientes que vão alimentar os nossos peixes. É importante que a gente conheça.

Monitorar a camada de ozônio. Hoje vocês sabem, o buraco da camada de ozônio está em cima da Antártica e muito próximo da América do Sul. A maior quantidade de câncer de pele tem sido atribuída à quebra da camada de ozônio. Estudar isso é importante para o País. Um assunto que está na pauta hoje em dia que é o aquecimento global, é o acompanhamento do efeito estufa. Nós realizamos estudos nesse sentido. E nós somos donos, proprietários, estudiosos desse efeito estufa. Temos o maior Banco de dados possível desde que nós estamos lá. E isso vem facilitar todo o estudo que é realizado diretamente para o nosso País.

Influência do clima antártico no Brasil. Previsão de fenômenos extremos. Vocês têm verificado a existência de tornados, de fenômenos como Katrina, o efeito da friagem na Amazônia que é realizado por uma corrente fria que vem da Antártica, o que acontece na Antártica influencia o nosso País. Aqui vai mais uma brincadeira, que eu estou vendo o pessoal muito sério. Vou fazer uma brincadeira. Nós temos um costume, um mal costume, talvez, por um problema futebolístico de dizer: A frente fria que vem da Argentina. Mas

isso é só botar a culpa nos los hermanos, porque não vem da Argentina. Vem da Antártica. A Argentina não é fria. Deveria ser, mas não é. Certo? Levantamento da existência de recursos minerais hidrocarbonetos. Nós temos que saber onde está, quanto tem. Para que um dia a gente possa fazer a exploração. E acompanhamento das mudanças climáticas globais. Não existe assunto mais atual do que esse. E nós já estamos lá realizando estudos nessa área há vários anos.

Pesquisas da biodiversidade Marinha. É outra coisa que é realizada lá com grande relevo para o País. Com projeções internacionais os estudos que nós realizamos são respeitados pelos outros Países. E a cobiça e o interesse territorialista dos demais Países, mostra que nós temos que estar lá. Pelo menos para tentar frear isso. Olha só o clima de crise que existe nessa região. Essa é uma área que é pleiteada pela Argentina, Grã-Bretanha e Chile. Cada um com o seu motivo de projeção territorial do seu continente. Talvez vocês encontrem aí o motivo das (inaudível). Por que é tão importante ter as (inaudível) que permitem essa projeção? Ainda temos a Noruega, Austrália, Nova Zelândia e a França pedindo territórios aqui. Mas todas as pretensões territorialistas estão congeladas. Congeladas até um ficar mais forte do que o outro. Mas estão congeladas. E o Tratado da Antártica assegura. E o que é que nós temos lá? Existem indicações de 176 tipos de minerais diferentes na Antártica. Temos grandes lençóis de gás natural. Lembrem-se de Evo Morales. Gás natural lá. Aliás, tem no mar territorial brasileiro também 150 vezes mais gás do que as reservas conhecidas do País. Recursos minerais capazes de atender à economia mundial por dois séculos, sem falar na água. É isso que representa a Antártica. E mais, protocolo de Madri, congelou por 50 anos a exploração mineral. Mas isso pode mudar. E nós temos que estar prontos para essa mudança. Chega de ficar resolvendo problema do passado. Nós temos que visualizar aquilo que vai acontecer no futuro e estar preparado para isso. Senão a gente perde o bonde da história novamente.

Bom, e esse programa todo que faz tudo isso tem uma situação orçamentária já transformada em reais dessa situação. Em 1990, nós recebíamos oito milhões para a área de logística misturado com alguma coisa de pesquisa. No ano de 2007, nós estamos recebendo dois milhões seiscentos e vinte mil reais. Essa foi a queda do Programa Antártico Brasileiro. Ela deu um freio, ela impediu que nós crescêssemos com a velocidade que gostaríamos. Impediu de sonhar com uma estação mais dentro do continente. Mas é com isso que nós vivemos. Esse é um problema. Mas é um problema que nós temos que entender que vive um

País com outras necessidades. Então nós temos que lutar para obter esses recursos, mas sem tirar recursos de lugares que nós sabemos que são extremamente necessários. Isso aqui também é aquilo que é empregado em termos de pesquisa na Antártica. Os outros Ministérios também possuem dificuldades para isso. Eles não têm liberdade de botar o dinheiro que querem. Eles precisam de outras autorizações. A situação esse ano é mais ou menos essa, de um milhão do MMA e 370 mil do MCT. Também possuem suas dificuldades. E o orçamento?

Necessidades do programa. Nesse processo de revitalização, nós viemos esse cronograma onde precisaríamos em 2006 de dez milhões, oito milhões, quatrocentos e cinquenta em 2007 e 2008, e a partir de 2009 seis milhões para o programa andar normalmente. Em 2006, graças à ação do MCT, que liberou da reserva de contingência os 10 milhões, esse dinheiro foi nos dado por Medida Provisória e foi aplicado e teve início a revitalização da estação. Em 2007, os oito milhões e quarenta e cinco estão sofrendo o mesmo processo. Mas com um pequeno problema, esse dinheiro caiu dentro do Orçamento da Marinha. E agora vai sair o contingenciamento. E o contingenciamento pode entrar dentro do Programa Antártico. E esse dinheiro daqui não tem gordura. É isso ou não fazemos aquilo que está previsto. Pior, eu não pago a quem estou devendo. Porque muitas coisas já foram iniciadas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOSÉ EDUARDO BORGES DE SOUZA

– Não. Nós não temos condições de manter um helicóptero lá pelo problema de manutenção. O helicóptero tem uma dificuldade. Ele tem que sofrer revisões periódicas a cada cem horas de voo, a cada 50 horas de voo, e aí nós teríamos que criar uma linha logística para fazer com que o sobressalente chegasse lá. E aí eu ia depender do helicóptero chileno lá. E o uma outra coisa, o senhor me desculpe dizer, mas é uma pura verdade, eu não posso botar um helicóptero o ano inteiro lá. Eu preciso dele aqui. Porque a Marinha não tem tantos helicópteros assim. Ela já disponibiliza durante seis meses, mas ela precisa para as operações militares também. Mas seria muito interessante, mas o apoio logístico necessário e a necessidade de termos o helicóptero aqui, nos impede de realizar isso. E seria talvez a utilidade, seria pouca porque nós realizamos de abril até setembro, realizamos dois voos. Ele seria empregado apenas duas vezes. Enquanto isso a gente ajuda os chilenos a manter o helicóptero deles lá e eles ficam nossos amiguinhos. Por enquanto está bem. Mas um dia nós chegaremos lá. Então eu preciso a partir de 2009 de seis milhões. Garantir isso no orçamento é

um alvo a ser atingido. Mas o que é que acontece com o dinheiro normalmente? O orçamento do PROANTAR está competindo com o orçamento da Marinha. Não é atividade da Marinha, atividade fim da Marinha um Programa Antártico Brasileiro. Atividade fim da Marinha, aquilo que o Comandante da Marinha jurou na Constituição é o aprestamento dos meios navais. Então no momento em que ele tiver o contingenciamento, que ele tiver que escolher aonde vai contingenciar, ele vai cumprir a programas que ele vez à Constituição. Ele vai contingenciar aquilo que não é atividade fim. Até hoje ele nunca cortou tudo. Ele sempre deixa o suficiente para que o programa viva, e ele sobrevive há 25 anos. De uma forma ou de outra. Mas de isto daqui estivesse desvinculado desse contingenciamento do orçamento seria o nosso ideal. Qual é o ideal? É que o dinheiro para os programas venha extra teto do orçamento da Marinha. Que não mexa com o orçamento da força. Que não venha tirar reparo dos navios de guerra. Que não venha tirar dinheiro, ou melhor, tirar dinheiro do reparo dos navios de guerra. Que não venha tirar dinheiro da alimentação dos marinheiros. Como aconteceu em outras épocas. E ele, Comandante da Marinha, fica de saia justa para poder atender ao Programa Antártico Brasileiro que é um programa de Estado, e cumprir aquilo que ele queria da Constituição. (soa a campainha) Contra as partidas da Marinha. Mas esse orçamento extra teto não iria impedir que a Marinha continuasse gastando aquilo que ela gasta todo ano no Programa Antártico. Um milhão e meio com navio, um milhão com as aeronaves, um milhão e meio com o treinamento pré-antártico, um milhão e meio com o grupo base, quatrocentos mil com serviços de seleção, dois milhões e oitocentos com a SECIRM e a ESANTAR, dois milhões e meio com o arsenal que realiza a manutenção. A Marinha gasta independente do dinheiro que vem, ela gasta 11,2 milhões para manter o Programa Antártico. Daí a necessidade de que os outros dinheiros que vão garantir a pesquisa, que eles sejam afastados do orçamento da Marinha.

Gostaria de lembrar: Não existe País soberano sem pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O que o Programa Antártico faz é facilitar o desenvolvimento dessa pesquisa. E tendo pesquisa, e tendo descobertas tecnológicas, nós nos tornamos independentes da tecnologia estrangeira. Nós adquirimos soberania. Ou o Programa Antártico Brasileiro garante uma parcela da soberania do nosso País. Por isso ele deve ser apoiado como está sendo apoiado hoje em dia por essa Casa. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Agradecemos ao Almirante

José Eduardo Borges de Souza pela bela exposição que nos apresenta, e passando a palavra à Dr^a. Tânia Brito, Gerente do Grupo de Avaliação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Tem V.S^a a palavra.

SRA. TÂNIA BRITO – Eu acho que eu tenho direito aos mesmos 20 minutos do Almirante. Não é Almirante? (risos)

O Almirante explicou com muito entusiasmo, ele deu um panorama geral do Programa Antártico Brasileiro, e espero que ele tenha demonstrado, tenha conseguido passar a mensagem de que o Programa Antártico é uma grande conquista nacional. Faz 25 anos que a gente tenta manter esse programa de pé. Sempre tentando conseguir recursos, sempre tentando justificar o programa. Há 25 anos a gente aprende a lidar com aquele ambiente que é muito diferente da nossa realidade, a gente aprendeu, a gente se familiarizou com aquele ambiente, a gente desenvolveu tecnologia, nós desenvolvemos, realizamos pesquisas de alta qualidade na Antártica, reconhecidas internacionalmente nas diferentes áreas de conhecimento em ciências da vida, ciências da atmosfera, ciências da terra, a gente estudou desde as algas, o fitoplâncton no mar até explosões solares. Nós conseguimos compreender o que é aquele ambiente e como ele funciona e como ele vai influenciar a gente. Eu até peço desculpas, eu fiz uma cirurgia na boca e estou com um pouco de dificuldade para falar. (risos)

A Antártica ela começou a ser estudada 50 anos atrás. Exatamente 50 atrás. 1957/58. No ano geofísico internacional, que a gente também chamou de Terceiro Ano Polar Internacional. Nós estamos ter agora o Quarto Ano Polar 50 anos depois. E nesses 50 anos de pesquisa, a gente compreendeu que muito mais do que todos esses recursos minerais e energéticos que existem lá, muito mais importante do que isso, muito mais importante do que simplesmente esperar o momento para partir, para ter direito a um pedaço daquele local, nós podemos compreender que a Antártica é super importante para as nossas vidas, que é fundamental, é essencial no sistema ambiental global. Futuramente, então acho que a gente vai ter que verificar se a gente destrói aquele ambiente que vai mudar todas as condições de vida no planeta, por recursos ou não. Isso nós vamos ter que ver no futuro e acho que o Tratado da Antártica tem sempre isso sob controle.

E nesses 50 anos, a gente descobriu que a Antártica controla as correntes atmosféricas, as correntes oceânicas controlando assim o clima no resto do planeta. E condicionando as condições de vida. E é um continente imenso, é um Brasil ponto seis, um Brasil e meio com 14 milhões de quilômetros quadrados, no inverno congela tudo em volta, então chega a 22 mi-

lhões de quilômetros quadrados. Ao contrário do artigo, a Antártica é terra circundada por água. O ártico é apenas água circundado por terra. E ali está 90% do gelo do planeta e esses dados dependem da linha de pesquisa, os pesquisadores divulgam 70 a 80% da água doce do planeta está lá. Ou seja, quase toda a água doce do planeta está guardada ali na Antártica. E um outro... A Antártica também é um local... A gente considera como o continente dos superlativos. É o mais frio, com uma temperatura... A menor temperatura registrada foi de menos 89.9... Aqui. Aqui nessa região, em Vostok, no centro, a temperatura média do platô é menos 60 e a temperatura na região que a gente atua, que o Almirante mostrou ali... Eu estou tendo dificuldade com isso aqui. (risos) Mas não sou eu, não. É ele. Chegam a ser até positiva de zero a menos 29 graus centígrados. É também o mais alto, três vezes mais alto do que qualquer outro continente, com uma altitude média de 2.500 metros, chegando a quase 5.000 metros no (inaudível) fica aqui nessa região e também uma espessura de gelo nessa outra região de também quase cinco mil metros. É onde tem os ventos mais fortes. Que o vento mais forte registrado foi 327 quilômetros por hora. Se vocês imaginam que o Katrina foi 150 quilômetros por hora, vocês imaginam como é. Não pode nem sair fora. E é o mais remoto. É o mais distante de qualquer outro local. E nem sempre foi tão remoto. Há 180 milhões de anos atrás todos os continentes estavam ligados, na Gondwana, depois foram se separando. E há 30 milhões de anos atrás eles se encontravam onde está. E há 30 milhões de anos já formou uma corrente Circumpolar Antártica, a convergência Antártica, e no Oceano Austral, essa região aqui no Oceano Austral é onde se encontram as massas de água de todos os oceanos, de todas as bacias oceânicas. O oceano, ele armazena calor e redistribui esse calor por todo o planeta.

Então, nessa região são formadas as águas de fundo de todos os oceanos. Os oceanos então como eu estava falando armazenam calor e redistribui, e, portanto, é responsável pela manutenção do clima no planeta.

Então, chega na Antártica sinais climáticos de outros lugares da terra, pelas correntes que ali chegam, e da Antártica são exportados sinais climáticos para outras regiões do planeta. Por exemplo, já se verificou em estudos geológicos no passado que mudanças abruptas no ártico acarretam mudanças abruptas na Antártica. Ou seja, é muito claro que tudo isso está conectado através dessa circulação. E também a Antártica é o... Na Antártica nós temos uma fauna muito especial, muito frágil... Isso daí é o fundo do mar. Porque a vida na Antártica está ligada ao mar. Seja os ma-

míferos marinhos são... Os mamíferos são marinhos, não existem mamíferos nativos terrestres. As aves são marinhas. Toda a vida está ligada ao mar. E principalmente no fundo do mar. Porque tem uma diversidade altíssima de uma fauna muito especial e em grande parte endêmicos. Ou seja, só ocorre na Antártica. Em nenhum lugar do planeta. E muito frágil e muito pouco tolerante às variações ambientais.

Então, qualquer alteração que essa comunidade venha a ter, ela vai levar muito tempo para se recuperar, se é que se recupera. E por ser esse ambiente tão especial, a Antártica foi designada para... Foi destinada para a paz e ciência. E foi criado um protocolo de proteção ambiental, que é o protocolo de Madri, que procura garantir que a Antártica continue o local menos perturbado da terra, o mais intocado. Não é tão intocado assim, mas pelo menos o menos perturbado. E esse protocolo, ele tenta de alguma forma controlar todas as atividades que ocorrem na terra. Sejam elas logísticas, de ciência, turismo. Tudo é... de alguma forma é um local, eu diria, mais controlado que existe no planeta.

Bom, então o que é que nós vimos até agora? Que esse é um ambiente bastante especial, uma fauna e flora frágil, especial, única, e que é o local onde quase toda a água doce do planeta está armazenada. Mas, além disso, Antártica também tem outros valores. Por exemplo, é o termômetro da saúde do planeta. É a região mais sensível da Terra, onde qualquer alteração a gente vai verificar primeiro lá.

Então, qualquer alteração que o planeta sofra é na Antártica que a gente vê primeiro. E também, a Antártica nos ajuda a compreender como funciona a Terra. É também... Um outro aspecto bastante interessante é que o gelo da Antártica é o maior arquivo da história climática do planeta. Ou seja, a memória do nosso clima no passado está ali no gelo da Antártica. E eu vou demonstrar como que isso é importante e o que é que isso nos trouxe.

Então, qualquer alteração... Como eu estava falando, foi por ter estudado a Antártica nesses 50 anos que a gente começou a perceber as alterações que o planeta vem sofrendo, e que influência nós temos nisso. Até com esse Relatório de IPCC como eles agora resolveram afirmar que 90% de chance que nós é que estamos causando esses problemas, nós só conseguimos ter essa informação com estudos realizados na Antártica. E a primeira evidência de que nós estamos realmente... O ser humano está alterando as condições de vida no planeta foi a descoberta do buraco de ozônio em 1985, na Antártica. O buraco de ozônio ele já atinge áreas habitadas. Apesar de todo o esforço internacional, apesar do protocolo de Montreal e de tudo que a

gente está tentando fazer para solucionar, ele ainda vai existir por mais uns 50 anos. Porque muito tempo nós colocamos gases na atmosfera, e eles estão lá. E duvido que a gente consiga achar uma maneira de tirá-los de lá. E o que é mais sério para nós com relação ao buraco de ozônio é o deslocamento. Porque tem essa massa de ar sobre a Antártica, que na realidade é cíclico. Ele abre na primavera, verão e depois fecha. E aí essa massa de ar se desloca. E é substituído por uma outra que tem mais ozônio. E o deslocamento dessa massa é que nos atinge. E a gente tem acompanhado o Brasil, inclusive, tem acompanhado bastante esse fenômeno.

E um outro aspecto que o estudo na Antártica proporcionou foi o acompanhamento dos gases do efeito estufa. Foi estudando a Antártica, foi estudando o gelo da Antártica que a gente conseguiu entender o que é que está acontecendo.

Então, como eu disse a vocês a gente começou realmente estudar, a tomar medidas da atmosfera em 57, 58, com o ano geofísico internacional. Esse daí é um gráfico que demonstra o que aconteceu nesses 50 anos. Mas se a gente quer olhar um pouco para trás, numa escala maior, a gente só tem medidas da atmosfera. A gente não teria como preencher esse gráfico. Mas como eu disse, que toda a história do clima está escrito no gelo na Antártica, como que a gente faz para descobrir? Existe um... Esse é um testemunhador, um equipamento que retira esse testemunho de gelo da Antártica e os glaciologistas fatiam isso. E estudam cada camada.

Então, eles conseguem verificar como que foi o clima no passado. Ou seja, a neve vai caindo, vai depositando, e vai trazendo da atmosfera todas as informações. As bolhas de ar que ficam apreendidas ali naquele gelo vão nos dar a informação sobre gases de efeito estufa, a água que ficou apreendida ali e solidificada nos dão informação sobre a temperatura, e também o que a gente consegue ver no gelo são as partículas que foram transportadas pelo ar. As queimadas na Antártica a gente consegue ver exatamente nesse gelo e com bastante precisão.

Então, com essa informação, a gente conseguiu preencher esse gráfico.

Então, a gente... Nós conseguimos um dado interessante, que nós começamos a modificar esse gráfico a partir da revolução industrial.

Então, ou seja, isso está escrito no gelo na Antártica. Se a gente pegar uma outra escala, 400 mil anos, porque hoje a gente já consegue estudar... nós conseguimos estudar mais do que isso. Hoje já se chega a 800 mil anos de estudo. Tá certo que depois de 600, 800, já começa... Por causa das pressões, as camadas

já misturam um pouco. Mas a gente já consegue ver o que aconteceu nos últimos 400 mil anos. E aí é muito claro verificar que a cada cem mil anos há uma oscilação. Que está relacionado com as glaciações. Com mudanças na órbita da terra em relação ao sol.

Então, a cada cem mil anos a gente tem uma era glacial. Nós estamos no momento no final de uma era interglacial, de uma fase interglacial. E algo que vocês podem perceber é que a cada cem mil anos, então, com essas glaciações, a concentração do CO² aumentou e diminuiu. Ou seja, é uma oscilação natural. Só que o que acontece aqui no final? Essa é a nossa interferência. Ao invés de começar a diminuir, nós aumentamos em 30% a concentração de CO². E com relação ao metano, a gente não aumentou em 30%, a gente dobrou a concentração. E se a gente pegar então uma correlação entre a temperatura, o CO² e o metano a gente vai ver que realmente tudo bate. Ou seja, está tudo escrito no gelo. Eu acho que isso é muito claro, não precisava nem do IPCC ver falado agora do 90% de chance que a gente está alterando. Tá muito claro que a partir da Revolução Industrial a gente modificou esse planeta. E as projeções, eu peguei, como é muito recente, e só se fala nisso agora, então eu peguei alguns dos principais pontos do relatório. Porque até então existiam... Existiam várias projeções, mas isso era com dados um pouquinho... Não era desse mês. Então os dados mudaram um pouquinho, mas alguns dos pontos do relatório diz que até o final desse século, em 100 anos, a terra pode subir de 1,8 a 4 graus centígrados, ou talvez até 6,4. No Relatório anterior era até 5,8. Modificou um pouco. O nível dos oceanos vai aumentar até 60 centímetros, o que continuou sendo um dado que já se falava antes. O que vai acontecer é que as chuvas vão aumentar... Isso depende muito. Porque tem região que você vai ter mais seca, outras você vai ter mais chuva. Mas de maneira geral as chuvas vão aumentar. Todos os eventos vão ser extremos. Vai chover demais, os ciclones tropicais vão ser muito mais intensos. O aquecimento da terra não vai ser homogêneo. Alguns lugares vão agir de forma diferente. Vocês devem estar acompanhando a Amazônia, por exemplo, a tendência é secar mais e ter mais incêndios. E no Brasil o aquecimento mais intenso ocorrerá no final desse século no centro-oeste e no norte, e Amazônia vai realmente sofrer com isso. O sul da Ásia vai ser uma das regiões mais afetadas, o encolhimento das geleiras, vai ameaçar o suprimento de água... Ao menos 300 mil pessoas morrerão a cada ano devido a doenças relacionadas as alterações climáticas. Haverá a morte... Haverá morte de 80... Esse é o mais triste, porque era com o que eu trabalhava antigamente. 80% dos recifes de coral. As emissões passadas em virtude

do CO² continuarão contribuindo para o crescimento global por mais um milênio. A gente ainda vai ter esse problema. 11 dos últimos 12 anos foram os mais quentes desde que a temperatura terrestre começou a ser medida. O aquecimento do planeta se deve, como eu falei, com 90% de probabilidade ao que o ser humano provocou. E as geleiras estão derretendo três vezes mais rápido do que qualquer década.

Isso tem uma sequência agora que eu vou demonstrar. Enquanto a terra aumentou 0,8 graus centígrados desde a revolução industrial até hoje, essa região da península Antártica foi a que mais modificou. Aumentou cinco vezes mais do que em qualquer outro lugar. Antes até o mês retrasado falava-se que era 2,5. Hoje já se fala em 3 graus de aumento de temperatura para essa região. E com isso todas essas plataformas de gelo é que lá está se desprendendo inteira. Vou mostrar só o que aconteceu com essa aqui que se chama *World Ice*. Então só para ter uma idéia, ou seja, está modificando. Está acontecendo. Sempre no noticiário você tem notícias “chegou um iceberg do tamanho da Jamaica em algum lugar”. Ou seja, isso está acontecendo. Como que vai se dar de agora em diante... Ainda não se sabe muito bem. Nós precisamos de muito mais estudos para realmente definir o que vai acontecer de agora em diante. Se a terra vai aquecer muito mais, bom, isso é a maior das previsões. Que a gente vai viver num mundo muito pior, muito mais quente, muito mais úmido. Com relação à temperatura, talvez a gente até consiga... Sei lá, comprar um ar-condicionado. Mas com relação ao resto, vai ser um desequilíbrio total. O nós vamos fazer com reservas de água, o que vamos fazer com 200 milhões de pessoas que vão ter que deixar suas regiões... Já teve ilha no pacífico, Tuvaluque(F), que tiveram que tirar todas as pessoas de lá.

Então, ou seja, quando chegar em Bangladesh o que vamos fazer? E é um problema do mundo. Assim, as previsões são as piores possíveis. Eu adoraria ser otimista, mas não consigo ser. É algo super sério. É algo que não é desse mês, essa notícia não é de agora. Isso já vem acontecendo há muito tempo. Mas só agora, com a chancela de um relatório que a gente resolveu assumir. A gente estava achando que daqui a cem anos, duzentos, trezentos anos. Não na nossa geração. A gente tá acostumada a pensar na nossa geração. A gente não pensa em gerações para frente. Então a gente achava que ia ser depois. E de repente tudo começou a mudar. Os modelos começaram a falhar.

Então, havia uma previsão para o ártico de desaparecimento só daqui a cem anos. De repente come-

çou a acelerar e derreter muito antes. Agora tem uma previsão que em 2040 o ártico já acabou.

Então, ou seja, com isso resolveram realmente tomar uma atitude, exatamente por receber que os modelos precisam ser aprimorados e a gente precisa realmente... é um tema urgente. A gente precisa criar políticas públicas para esse tema. A gente precisa fazer pacotes de políticas com relação à energia, com relação à clima, com relação a água. Precisamos realmente tomar providências com relação a isso. E acho que a mídia agora trabalhou muito bem, porque de repente o mundo inteiro passou a se preocupar, as pessoas começaram agora a pensar: “Bom, se eu tomo 20 minutos de banho diário vou ter que plantar quantas árvores para poder compensar”? (risos) Então são coisas que dizem respeito a cada um. É de responsabilidade de todos. É responsabilidade do Governo? É, de criar as políticas. Mas é responsabilidade de todos.

Bom, mas enfim, tendo esse tema como urgente, o mundo inteiro resolveu se mobilizar.

Então, nós vamos ter a partir de... Até o Almirante já falou, primeiro de março agora, vai começar o Ano Polar Internacional, vai ser o ano mais longo... Vai ser dois anos. Um ano de dois anos. Mas não só o Ano Polar Internacional, já começou em janeiro o Ano Internacional do Planeta Terra, e até inclusive o Dia Mundial do Meio Ambiente vai ser dedicado a esse tema. Ou seja, o mundo inteiro começa a querer fazer alguma coisa, a tomar uma providência.

O Ano Polar Internacional envolve 60 Países e mais de 50 mil pesquisadores. São todos... Não existem atividades individuais. São atividades de cooperação. Então cada Projeto são 217 projetos onde vários Países estão sendo coordenados, estão se coordenando, para estudar um grande tema, que é mudanças ambientais globais. Com relação à terra, com relação... E a bipolar também, é no ártico e no antártico. Nas regiões polares. As populações, o oceano, o gelo, a atmosfera, o espaço, e tem também uma grande vertente que é na parte de sensibilização da população: Educação e sensibilização. Isso aí, essa colméia, demonstra todos os projetos que estão sendo desenvolvidos. Onde tem azul são as propostas brasileiras. Nem todas que estão aí foram aprovadas. Isso depois o Ministério da Ciência e Tecnologia vai poder falar melhor. Mas nós temos propostas muito boas do Brasil com vários outros Países. E queria dizer algo... A gente está na vanguarda dos fatos. Porque nos últimos quatro anos o Brasil já vem estudando no âmbito do Programa Antártico Brasileiro esse tema mudanças ambientais globais. Por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente em parceria com o MCT, o CNPq e a Marinha do Brasil, a gente desenvolveu dois grandes projetos na Antártica, que

é um exatamente de mudanças ambientais globais e um outro de programa de monitoramento. Envolveu 26 grupos de pesquisa, 20 instituições brasileiras, 16 instituições estrangeiras, porque pesquisa na Antártica a gente tem que fazer em cooperação, porque pesquisar Antártica é muito caro, e também todo o esforço de navios, estações, então em geral existem cooperações internacionais. Foram mais de 300 pesquisadores envolvidos nesse trabalho. E a gente já tinha, como eu disse no início, o Brasil já desenvolvia pesquisa na Antártica há 20 anos já estava capacitado para isso, já tinha recursos humanos. A gente desenvolveu trabalhos... Foi um grande mosaico de informação que envolveu estudos no gelo, estudos nas rochas, estudos no oceano, estudos na... interação oceano-atmosfera e na atmosfera e na alta atmosfera.

Então, esse daí demonstra o nosso mosaico de informação. A gente estudou viabilidade climática no gelo, a gente estudou... O que a gente não conseguia detectar no gelo porque tem um limite de tempo, foi na rocha. No oceano a gente estudou desde algas até baleias e ventilação das correntes, marés, a influência que tudo isso tem no nosso País. A interação entre o oceano, o gelo e a atmosfera, o ozônio, o efeito estufa e a influência do meio ambiente em especial na terra.

Então, eu vou só mostrar alguns dos resultados que nós tivemos. Por exemplo, no estudo de oceanografia, nós estudamos desde essa região aqui até o Brasil. No contínuo. Ou seja, tentando verificar qual a influência que existe da Antártica no nosso continente. Alguns dos resultados que nós obtivemos, por exemplo, aqui nessa região nós podemos verificar estudando as massas de água que as águas de fundo dos oceanos estão aumentando. A temperatura está aumentando. E isso é muito grave. Águas de fundo e águas intermediárias. Porque como eu disse, o oceano ele cuida da manutenção do clima. Então, se você tem uma alteração como essa nos oceanos, você com certeza vai ter alteração no resto do planeta. Isso foi um estudo que nós fizemos junto com outros Países, até inclusive patrocinado pela ANOA, parte por nós mesmo, os equipamentos caros eles pagaram. Outra... Subindo aqui, nós também conseguimos um outro estudo. Foi o acoplamento da corrente do Brasil com a corrente das Malvinas. A gente tem uma corrente quente descendo e uma corrente fria subindo. No local onde essas correntes se encontram, há uma grande alteração da atmosfera, que vai afetar o clima. Antes nós tínhamos modelos no INPE com relação a isso. Hoje nós temos dados reais coletados que a gente pode comparar com os modelos que a gente tem. Isso foi algo que esse Projeto fez, e também continuando e subindo um outro aspecto do Projeto, uma outra descoberta, que foi des-

coberta mesmo, é que na plataforma ali da Argentina, na Patagônia, nem foram tanto os argentinos, agora estão com a gente, mas foram os brasileiros mesmo que descobriram que é um dos lugares mais ricos, o oceano mais rico do mundo, tem um bluns(F) de fitoplâncton gigantesco. É um lugar super rico, e ali é um sumidouro de carbono.

Então, ou seja, ali captura carbono da atmosfera e muito. E provavelmente afunda. Então o que estamos fazendo agora é estudar essa região. É uma região super viscosa. Até existe uma imagem que eu não tenho aqui. Uma imagem que eles tiraram à noite mostra que Buenos Aires tem a mesma quantidade de luz que essa região. Que é dos barcos de pesca. De tanto que se pesca ali. Agora, o que é importante para nós disso? É que essa água tem influência na nossa plataforma. A gente está recebendo essas águas ricas que está influenciando o Uruguai e influenciando o Brasil.

Então, tudo isso a gente passou a compreender estudando nesses quatro anos toda essa trajetória. Foi tão importante essa descoberta que a própria NASA resolveu trabalhar com o Brasil. Agora estão ajudando a financiar o Projeto e estão junto com o Brasil.

Então, para o Ano Polar Internacional existe esse Projeto com a NASA, o Brasil, a NASA e a Argentina.

Então, um outro... Ah, aqui inclusive... Acho que não dá para ver direito, que está meio pequeno. Você vê que é um grande Projeto de oceanografia para o Ano Polar Internacional, e cada País pegou uma área, um setor para estudar. E o setor do Brasil ficou exatamente nessa região.

Com relação aos estudos glaciologia, climatologia realizados na Antártica, a gente conseguiu verificar a influência enorme que tem as queimadas no Brasil nas partículas que a gente estuda no gelo da Antártica. A maior parte das partículas encontradas lá vem das queimadas da Amazônia. E conseguimos verificar estudando a ilha Rei George que o recuo de geleiras lá foi imenso. Já quase 10% das geleiras de Ilha Rei George já desapareceram. Isso foi um estudo do Brasil, acompanhando, monitorando ao longo do tempo. E também tem um outro aspecto bastante interessante que esse Projeto descobriu foi que houve uma alteração... Porque existe uma... Se vocês olharem aqui, existe uma influência direta dessa região no Brasil, principalmente no sul do Brasil. Acho que não vai dar para ver o vetor aí, mas existem esses vetores subindo e uma influência direta. Katrina veio daqui.

E o que aconteceu nesses últimos dez anos? Essas frentes originadas, essas correntes atmosféricas originadas da Antártica elas mudaram de posição. Ou seja, a origem mudou de... Como eu diria, mudou

de origem. Antes vinha dessa região aqui, do mar de (inaudível), agora vem do mar de Wedow(F). E o que é que alterou? Essas correntes que vêm do mar de Wedow(F), são muito mais frias e muito mais intensas. Ou seja, mudou o comportamento do clima no sul do País. E nós só conseguimos descobrir isso através desse estudo. O Brasil tem uma das séries meteorológicas mais longas na Antártica. A gente mede ali... Tem estudos de climatologia há mais de 20 anos. E claro, alterando essa origem, faz com que todo o clima ali seja alterado. Tem influência no... Se chove mais, se não chove, se tem secas... Teve uma alteração, foi sentindo uma alteração, por exemplo, nós temos tido invernos mais quentes... Antes era inverno frio, verão quente. Mas nos últimos anos teve uma inversão. Nós tivemos invernos quentes e verões frios. Outra coisa que tem acontecido, (soa a campainha) o calendário da agricultura mudou. Porque hoje em dia eu acho que o agricultor nem sabe se ele planta antes da estação, ele planta as culturas depois da estação. Ficou até difícil prever o que vai acontecer. E nessa região a gente tem influência de correntes que vêm da Amazônia, correntes que vêm do oceano e correntes que vêm da Antártica. Então se houver alteração também na Amazônia, então também enfraquece, por exemplo, a chegada de correntes da Amazônia fortalece a que vem da Antártica. É tudo dinâmico. Tá tudo interligado. E o que é incrível é que até então a gente não tinha nos nossos modelos climáticos dados da Antártica.

Então, agora nós começamos a desenvolver esses modelos. Agora... Sabendo dessa influência tão grande, agora que a gente começou. E só para terminar, para citar um outro grande Projeto que a gente tem que é a Interação Sol-Terra. Nós temos um sistema todo montado na Antártica. A Antártica é um lugar especial para verificar a influência que tem as explosões solares na terra. As perturbações do sol na terra, no clima, na precipitação. E a gente tem acompanhado e até no Ano Polar Internacional nós vamos fazer parte de uma grande rede de Países que vão estudar todos esses aspectos interligados.

E eu acho que é isso. Eu não queria ser tão pessimista, mas acho que tá na hora da gente olhar realmente para todos os aspectos. A gente não conhece muito bem o sistema ambiental terrestre. A gente não conhece a Antártica o suficiente, existem grandes áreas que nós não conhecemos nada. Estamos agora na função de designar áreas marinhas protegidas na Antártica. A gente não conhece nem o mar, nem nada. Então nós precisamos de muito mais estudos para não... Ah, só algumas mensagens para finalizar. De tudo que eu falei, que o meio ambiente na Antártica é especial, frágil e único. Que vocês aprenderam. Que

70 a 80% da água doce do planeta está na Antártica, que tem recursos minerais e energéticos incalculáveis, que é a memória climática do planeta que nos ajuda a compreender como a terra funciona, que é o termômetro da saúde do planeta, que ainda é muito desconhecida, e que conhecer melhor e monitorar o ambiente antártico é fundamental. E que somente a Antártica pode nos fornecer dados suficientes e resolução adequada para prever as mudanças futuras. Só estudos na Antártica, quer dizer, claro, estudos em outros lugares, mas principalmente na Antártica vão nos dar essa resposta. E que o Brasil tem contribuído e muito na construção desse conhecimento.

Então, só para não terminar assim de uma maneira muito pessimista, para dizer que ainda há tempo. Se a gente trabalhar juntos e se for agora. É só isso.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Agradecemos a exposição da nossa querida Dr^a. Tânia Brito, e passamos a palavra ao Dr. Paulo Kageyama.

SR. PAULO KAGEYAMA – Muito obrigado, Sr. Senador Quintanilha. Quero cumprimentar os Srs. Senadores e todos os presentes. Eu sou do Ministério do Meio Ambiente também, e como a Dr^a. Tânia colocou muito bem, quer dizer, a Antártica é a memória climática do planeta e o ponto fundamental, vamos dizer, que todos estamos, vamos dizer, falando a todo tempo, é a questão das mudanças climáticas. E certamente muitas perguntas virão. O que o Brasil está fazendo em relação a sua parte? Então, eu vou colocar aqui algumas ações e projetos do Ministério do Meio Ambiente, principalmente da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, colocar um pouco, vamos dizer, dos estudos que estamos patrocinando e ações que estamos fazendo que realmente mostram, vamos dizer, como estamos contribuindo com essa questão.

Então, vamos dizer, estamos aqui também para responder a questões que devem surgir. Nós temos um Projeto muito importante sobre impactos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade brasileira. É o Projeto PROBIO. É lógico que é quem tem Amazônia e quem tem 20% de toda a biodiversidade do planeta, eu acho que deve-se preocupar e é isso que a nossa Secretaria vem fazendo já bastante tempo. Então eu vou colocar aí os aspectos mais importantes que temos feito para mostrar um pouco das nossas ações.

O Projeto PROBIO, ele patrocinou um estudo muito importante de monitoramento dos recifes e corais brasileiros. Como todos sabem, muitos devem saber, os recifes de corais são os primeiros ecossistemas que mostram os impactos das mudanças globais.

Então, o branqueamento dos recifes de corais é de fato esse é o primeiro sinal de fato muito visível dessa mudança. E nós estamos então após esse estudo de três anos estamos monitorando os recifes de corais do Atlântico Sul, na verdade os únicos na verdade conjunto de recifes de corais do Atlântico sul. Esse Projeto vem sendo feito, vamos dizer, com universidades e colaboração inclusive de mergulhadores profissionais que se engajaram nesse Projeto, vamos dizer, recebendo instruções para avaliar o branqueamento dos corais. Então esse foi o primeiro estudo nos mares brasileiros. É importante colocar que as emissões, principalmente de carbono, de gás carbônico, e que provoca, na verdade o efeito estufa, o Brasil tem, vamos dizer, apesar de ter relativamente pouca emissão, 3/4 ou 75% das nossas emissões de gás de efeito estufa é resultado do desmatamento da Amazônia. Então nós temos uma carga muito pesada em relação ao desmatamento da Amazônia que vinha há muito tempo vamos dizer nos colocando como vilões na questão de biodiversidade e questão de emissões em função do desmatamento. E do início desse Governo passado, 2003, a Ministra Marina Silva colocou a proposta de que o Governo Brasileiro fizesse um plano, estabelecesse um plano de combate ao desmatamento, colocando uma cifra muito grande de 50 milhões de dólares por ano durante cinco anos. 2003 a 2007. E graças a esse plano audacioso e que envolveu 13 Ministérios, os Ministérios mais importantes envolvidos na questão, graças a esse plano que iniciou em 2003, 2004 e 2005 tivemos a primeira redução significativa de taxa de desmatamento em 31%. E 2005 e 2006, mais 30%. Portanto, vamos dizer, acumuladamente nesses quatro anos nós reduzimos em 52% a taxa de desmatamento do Brasil. E fomos louvados muito por toda a imprensa internacional e pesquisadores internacionais e graças a esse feito a Ministra Marina Silva recebeu, vocês viram aí há uma semana atrás recebeu o maior prêmio das Nações Unidas para a questão do meio ambiente. Todos viram pela imprensa. Infelizmente não teve tanta repercussão que deveria ter, mas de fato foi o maior prêmio dado pelas Nações Unidas à nossa Ministra Marina Silva.

Eu queria dizer que essa redução do desmatamento representa uma redução de 27% das nossas emissões. 27% das nossas emissões foram reduzidas nesses quatro anos. Para mostrar então que de fato houve um trabalho bastante importante em relação às mudanças globais com a redução da taxa de desmatamento na Amazônia. Acho que é muito importante. E em função disso, o Brasil propôs, o Governo Brasileiro propôs na última Convenção de Mudança Climática propôs um plano de incentivo à redução das emissões

por desmatamento evitado pelos Países tropicais com grandes florestas. Essa proposta está sendo estudada e vai ser discutida na próxima convenção de mudanças climáticas e com essa proposta o Governo Brasileiro e outros governos que reduzissem a sua emissão, a gente chama de desmatamento evitado, receberia incentivo para aplicação no desenvolvimento, no caso da Amazônia. Essa é uma proposta bastante arrojada que vem sendo muito bem aceita pelos Países e recebendo adesão de Países tropicais com grandes florestas como o Brasil. O Brasil detém 20% de toda a biodiversidade como eu disse. Então isso é uma grande ação do Governo Brasileiro que vem sendo colocado como propostas bastante ousadas e importantes no cenário internacional. Fora isso, eu queria colocar que nós temos um Projeto bastante importante em termos de pesquisa que é, vamos dizer, estudar os impactos das mudanças climáticas na biodiversidade brasileira. E nós vamos lançar agora no dia 27 de fevereiro, e eu convido a todos para isso, no Ministério do Meio Ambiente, vamos lançar um livro em que nós financiamos o INPE, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais fez para nós a partir de um edital que lançamos terminou agora um Projeto de estudo, vamos dizer, usando os modelos do IPCC e da Inglaterra, principalmente, estudaram os impactos dessas mudanças climáticas usando esses modelos existentes sobre a biodiversidade brasileira. Todos acompanharam aí nesses últimos dias, digamos, o Dr. Marengo, o Dr. Carlos Nobre falando sobre as mudanças principalmente na Amazônia. Inclusive com vários cenários para esse século 21.

Então, nós temos esse estudo, vamos lançar esse livro dia 27 onde o INPE, vamos dizer, utilizando esses modelos estudou quais serão esses impactos nos vários biomas brasileiros. Então na Amazônia, Mata Atlântica, cerrado, caatinga, pampas, pantanal, e zona costeira e marinha. É como esses modelos mostram o que vamos ter até o final do século. E os resultados são... Em vários cenários, alguns catastróficos, inclusive mostrando uma espécie de savanização da Amazônia, o que seria uma grande perda de fato de biodiversidade brasileira para isso. E estamos estudando também, vamos dizer, vários estudos para estudar indicadores, tanto aquáticos como terrestres, indicadores desses impactos. Nós contratamos cinco universidades para estudar esses indicadores. Que indicadores de plantas e de animais, etc, de microrganismos que podem dar indicação do que vai acontecer nesse século. Esses estudos vão ser apresentados também no dia 27. Então nós teremos aí um grande, vamos dizer, talvez uma contribuição a mais na verdade do que o Brasil vem fazendo em relação a essa questão dos impactos das mudanças climáticas que o IPCC lançou esse alarme

tão grande e aceito por todo mundo, e também, vamos dizer, o filme do Algor, e tudo isso contribui de fato para que todos nós façamos a nossa parte, e o Brasil vem fazendo isso com muito esforço, de fato. E o Ministério do Meio Ambiente vem fazendo a sua parte, e é essa a questão que venho colocar aqui.

Além disso, desses projetos, nós financiamos dois projetos, um oceanográfico e um da Universidade do Rio Grande do Sul para estudar exatamente o efeito da elevação do nível do mar sobre a biodiversidade costeira do Brasil. Todos esses oito projetos vão ser apresentados dia 27 de fevereiro no nosso Ministério. Então eu convido a todos, e enfim, muito rapidamente só para complementar a brilhante palestra da Dr^a. Tânia, eu queria colocar essas ações mais específicas do Brasil, e responder a perguntas que possam esclarecer mais sobre esse importante tema que afeta a todos nós, como foi aqui bem colocado por todos. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nossos agradecimentos ao Dr. Paulo Kageyama, e passamos ao último palestrante inscrito, professor Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro. A quem concedemos a palavra.

SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO – Eu queria agradecer ao Senador e aos demais Parlamentares presentes. Dizer que não trouxe uma apresentação tão sofisticada como os anteriores. Eu fiquei sabendo pouco tardiamente dessa Audiência Pública, mas acho importante a presença do Ministério da Ciência e Tecnologia aqui hoje porque nós temos problemas globais de extrema complexidade. Existem... E o Ministério da Ciência e o Brasil como País têm responsabilidades enormes nesses problemas.

Existem problemas que afetam os pobres, e eles não saem com esse grande alarde como saiu na sexta-feira retrasada a questão das mudanças globais. Por exemplo, na região do sub-Saara vivem 740 milhões de pessoas com uma taxa de mortalidade acima, uma taxa de crescimento demográfico da ordem de 2,3%. Morrem 20% antes do cinco anos. Então eu estou falando de quatro milhões de crianças morrem todo ano antes dos cinco anos na região do sub-Saara. Isso me tira o sono, pelo menos. Não sei se de todos. A mim me tira o sono. Como o Brasil tem um semi-árido que é um laboratório importante, onde existe 78% dos Municípios mais pobres do Brasil são localizados na região do semi-árido, o Brasil tem uma enorme responsabilidade com as questões da África. E o Brasil tem responsabilidades com outros problemas globais, como os que são objeto dessa Audiência Pública. Ciência e Tecnologia é uma ação que custa muito caro.

O País com esforço consegue investir de acordo com as informações oficiais alguma coisa como 1% do seu Produto Interno Bruto em Ciência e Tecnologia. Mas é preciso diferenciar uma coisa interessante. Houve, nos últimos 15 anos, dois momentos. A década de 90 foi uma década que o Brasil investiu em Ciência e Tecnologia sem os chamados fundos setoriais. Eu fui Secretário-Executivo do maior Programa de Financiamento da Ciência e Tecnologia do Brasil, que investia 120 milhões de reais por ano e isso era praticamente o investimento que se fazia através do FNDCT que é o principal fundo, como sabem, de financiamento da Ciência e Tecnologia, e que se localiza na FINEP. Com os fundos setoriais, nós vamos investir sendo um bilhão e duzentos, ou seja, 10 vezes essa quantidade de dinheiro que eu me referi, que aconteceu na década de 90.

Então, quando a gente fala de dificuldade de recursos, por exemplo, PROANTAR, programas importantíssimos relacionados à meteorologia, mudanças climáticas, as ciências do mar, nós estamos falando de uma dificuldade geral que não foi só dessa área. Uma dificuldade com a qual nós convivemos durante toda a década de 90. Essa recuperação recente dos últimos cinco anos nos permite olhar com otimismo, como a Dr^a. Tânia falou para o futuro. Mas quando a gente começou a participar desse esforço, e nós fizemos por uma questão de coerência política uma vez que o Brasil aderiu ao tratado antártico em 1975, começou expedições na Antártica em 83, e a condição dele ser mantido como membro consultivo com direito a voto, foi determinado pelo art. 9º desse tratado que exigia um programa substancial de investigação científica. Sem isso, nós não poderíamos continuar na condição que temos hoje. Quero até dizer que a comunidade internacional foi muito paciente com o Brasil, porque o nosso programa não foi durante muitos anos, e talvez ainda não seja um programa substancial. É um grande esforço que reúne atores importantes, como a Marinha, como outros Ministérios, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério de Minas e Energia que provê recursos para combustíveis e outros, evidentemente que fazem parte desse processo.

Então, eu quero fazer um histórico muito breve dizendo que foi uma década difícil, a década de 90. De modo geral, para os investimentos inclusive este da Antártica.

No início do novo século, nós contamos com o esforço muito grande do Ministério do Meio Ambiente que durante três anos fez um investimento pesado em ações relativas ao PROANTAR, a Dr^a. Tânia citou aqui, e nós estamos olhando com mais entusiasmo as possibilidades de financiamento dessa área nessa...

Vamos dizer assim, nesses últimos cinco anos. Quero dizer que conceitualmente o Ministério da Ciência e Tecnologia entende essa problemática de uma forma extremamente integrada. É impossível imaginar o tratamento da Antártica isolada de outras ações que ocorrem em ciências do mar, ações que ocorrem na área de meteorologia, de mudanças climáticas. Na verdade, a nossa intenção no Ministério de Ciência e Tecnologia é fazer um esforço de aglutinação dessas que nós na nossa Secretaria, Secretaria de Pesquisa e Desenvolvimento são compartimentalizadas em diferentes coordenações o que é, em minha opinião, um erro estratégico.

Adianto, evidentemente dependendo de demais políticas que estão além da minha capacidade de decidir, que se tiver a oportunidade vou promover uma aglutinação maior entre mar, Antártica, meteorologia e mudança de clima. E biodiversidade, porque na verdade são todas elas extremamente inter-relacionadas e que atuam em coordenações que constituem compartimentos, todos com dificuldade de funcionamento. Eu disse que nós estamos diante de um momento melhor desses últimos cinco anos, e posso atestar, o nosso Almirante citou o esforço que fizemos para liberar para uma Medida Provisória dez milhões que foram utilizados pelo Ministério da Defesa da Almirante Ferraz. Nós temos 3.3 milhões internalizados na FUNDEP à espera da oportunidade de comprar o que nós chamamos um laboratório embarcado, que é enfim um navio cenográfico com esse sentido. Botamos um milhão no Programa Pirata, é um programa não sei o que, não se faz meteorologia, não se faz meteorologia sem o mar. E o Pirata é mais importante. E temos evidentemente a perspectiva de investimento de cerca de nove milhões no Ano Polar Internacional.

Então, quando o Almirante citou ali 370 mil reais ele está se referindo ao edital do CNPq que é uma fração eu diria insignificante. Acho que sempre é bem recebida pela comunidade científica, porque existem grupos pequenos e existem grupos maiores. Eu vou deixar uma agenda de tudo que foi, constituiu o investimento do MCT nos últimos três anos, para defender a minha tese de que nós temos diante de possibilidades melhores, e aqui eu tenho uma planilha que mostra que entre editais do CNPq de 2004, em áreas como mar, Antártica e afins, os investimentos foram muito altos nos últimos três anos. Editais, editais universais, bolsas que constituíam praticamente a principal forma de investimento que o CNPq fazia para o Programa Antártico. Mas como eu somo isso aqui, nós chegamos a valores muito mais altos, mas ainda insuficientes. Nós analisamos em algum momento com a minha volta ao Ministério da Ciência e Tecnologia na qualidade

de Secretário do Ministro Sérgio Machado Resende, a possibilidade de tratar essa questão de uma forma integrada e que recursos seriam necessários dos fundos setoriais.

O primeiro exercício que nós fizemos é que... E o Almirante certamente lembra desse termo de referência, é que nós precisaríamos para ter um grande programa, um programa de porte envolvendo todas essas questões. Alguma coisa como 24 milhões por ano. Nós não chegamos, evidente, nem perto disso. Mas 24 milhões por ano não é por um ou dois anos. É por dez anos. Essa planilha existe, está sendo cogitada, e isso só seria possível com recursos que sairiam de todos os fundos. A gente consegue convencer o Fundo de Recursos Hídricos, a colocar recursos na Antártica baseado no argumento que foi colocado aqui mais uma vez, que 70 a 80% da água do mundo está na Antártica. Mas é uma catequese. Na verdade é uma catequese. A gente vai em cada um dos fundos procurando convencê-los, o fundo de petróleo, o fundo agropecuário, que fica se perguntando como é que... Por que é que é importante colocar recursos... Outros fundos de tecnologia mineral, e fundos de infra-estrutura. O fato é que é preciso um investimento muito maior. O que nós estamos conseguindo fazer nesse momento, mas nós estamos nos afastando gradualmente daquele momento em que eram realmente recursos extremamente modestos. Que eram objetos de financiamento por editais do CNPq. Temos a perspectiva de ter investimentos efetivamente mais substanciais para fazer com que o Brasil possa desenvolver grandes projetos relacionados a mudanças de clima que a Dr^a. Tânia falou que a Antártica, vamos dizer assim, guarda a memória meteorológica do mundo, e é verdade. Há pouco tempo um artigo no Science indica que as erupções do Agung, que aconteceu em 63 estão sendo analisadas os efeitos estão sendo analisados nas neves da Antártica.

De fato a Antártida tem esse papel extraordinário de influenciar todo o planeta e também de ser, vamos dizer, de incluir o somatório dos efeitos do que nós fazemos no planeta, de maneira que é um continente extremamente estimulante para a ciência. Vejo, entretanto, que isso tudo tem que ser feito com grande esforço de aglutinação, de integração. Não só integração dos diversos Ministérios, mas de integração temática. Por isso eu fiz um esforço muito grande por determinação do Ministro Sérgio Machado Resende para criar uma Comissão interministerial para cuidar das questões meteorológicas, climáticas, etc, que agora está felizmente na Casa Civil. Tivemos muita dificuldade de negociar com todos os Ministérios envolvidos. Essa Comissão inter-governamental, interministerial, perdão,

que existe no organograma do Ministério de Ciência e Tecnologia não está sendo criada por outra razão se não pelo fato que ela já existia e entendemos que seria mais fácil do que tentar um salto maior que é estabelecer um grande Conselho que significaria mexer na Constituição, etc. Estamos muito próximos de ter um local que tanto quanto a CIRM, que tem uma relação muito mais direta com a questão dos recursos do mar, tem um outro Fórum importante para estabelecimento de uma política não só de mudanças climáticas que a gente sabe, afetam não só o aquecimento global, mas agora os oceanos. A gente tem lido, estive em Paris na (inaudível) o ano passado foi uma longa discussão sobre os efeitos que já estão ocorrendo nos oceanos. E nesse sentido eu lamento muitíssimo que o Brasil não tenha um grande Projeto de monitoramento no Atlântico dos efeitos de CO² na região toda da nossa Costa Atlântica. Faço de público aqui um convite à Marinha, vou conversar com o Almirante Paulo César em Natal no dia primeiro de março sobre esse Projeto que ele estando comigo lá em Paris entendeu que seria importante para o Brasil, Ministérios, academia, PETROBRÁS, Marinha, enfim, ter um grande Projeto de monitoramento de CO². Uma linha de base. O que está acontecendo com o CO² nos oceanos? É claro que já se pode fazer projeções sobre o vai acontecer na atmosfera, mas há um grande vazio e nós não sabemos o que está acontecendo no Atlântico. Isso é absolutamente fundamental. E esse monitoramento não fazemos sem os atores que estão aqui e mais a comunidade científica e mais instituições como a PETROBRÁS que não só tem essa preocupação e uma estratégia voltada para a captura e armazenamento de CO² que não é uma coisa tecnicamente trivial, mas consideramos também que há uma possibilidade de interação efetiva entre o esforço da PETROBRÁS e a fixação de CO² em florestas na região amazônica, florestas que cuja finalidade seria exatamente capturar CO². Ou seja, as floresta não estariam lá para serem objeto de uso energético, mas com a finalidade de capturar CO². Isso significa mexer no ciclo celular dessas plantas para elas crescerem numa velocidade diferente do convencional, e talvez mexer um pouco no processo fundamental da fisiologia que é a fotossíntese. Isso significa mexer na enzima principal responsável pela fixação de CO² que é a carboxilase que é responsável pela fotossíntese.

Bom, era em síntese o que eu gostaria de dizer. Não podendo deixar de aproveitar esse momento, nessa Casa que é responsável pelas grandes mudanças paradigmáticas, as grandes mudanças institucionais de lembrar a necessidade de um grande esforço de redução do contingenciamento nessas áreas prioritárias.

Digo isso sem querer cometer qualquer, vamos dizer, desvio de conduta. Todo o Ministério, os Ministros de modo geral reconhecem as dificuldades pelas as quais o País passa, mas é preciso alguma forma de seletividade. E essa não significa descontingenciar tudo, talvez, mas seletividade para considerar problemas como acabamos de ouvir aqui da Antártica, os problemas de mudanças climáticas, os problemas da Amazônia. Os problemas do semi-árido. Algum esforço na linha de descontingenciamento parece-nos uma coisa absolutamente fundamental para que nós possamos gradualmente sair da síndrome do 1%. Nós estamos com esse investimento de 1% do PIB em ciência e tecnologia que nos acompanha já algum tempo. E eu abro um editorial do Science, e vejo o Ministro da Ciência e Tecnologia convidando o mundo para trabalhar no Japão. Venham que nós estamos esperando os senhores de braços abertos. Ele está promovendo uma grande diáspora internacional. E ele diz que na década pior que o Japão enfrentou, década de 90, eles fizeram investimento de 25 trilhões de ienes na pior década da história recente do Japão. 25 trilhões. Eu como lancei modestamente o programa RENORBIO, Rede Nordeste de Biotecnologia, que já destinou 25 milhões de reais para projetos na região nordeste, incluindo o Espírito Santo e com a perspectiva de receber adesões como Tocantins (soa a campainha).

Quero dizer com clareza, que nós precisamos efetivamente fazer uma revisão e promover uma diáspora também no nordeste. Por quê? O Brasil tem uma coisa, um desbalanço curioso. 70% da competência está na região sul e sudeste, mas 80% dos recursos naturais estão na região norte, nordeste e centro-oeste. Por isso o Instituto Butantã agora se estabeleceu em Santarém, porque descobriu que a diversidade de ofídios maior que existe no País está na região do Santarém. É preciso esse equilíbrio, é preciso trazer a ciência, aumentar a ciência. Por isso o programa RENORBIO lançou esse ano o seu programa de pós-graduação com 27 instituições, 140 doutores envolvidos e na primeira turma nós estamos formando quase 100 doutores, muitos Estados que não teriam possibilidade de fazê-lo porque são Estados como Piauí e Maranhão que ainda não têm uma possibilidade de oferecer um doutoramento de forma isolada, mas no consórcio foi possível. Tenho muito orgulho desse programa. Acho um programa importante, e esse programa se internacionalizará olhando para África com projetos importantes.

E eu queria terminar dizendo só isso, parece que meu tempo... Quero dizer, que nós temos que olhar todas as questões evidentemente climáticas, questão da Antártica, sem nos descuidar que nós temos

problemas críticos globais extremamente agudos que afetam diferentemente (soa a campainha) da mudança climática, afetam só os pobres, que são os problemas, os problemas africanos. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Prof. Luiz Antônio. Nós passaríamos agora para interagir com os Srs. Senadores presentes. Inscrita para falar, fazer seu questionamento, a Senadora Patrícia Saboya, a quem concedo a palavra.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada, Presidente. Sr. Presidente, Srs. Senadores, nossos convidados para essa Audiência Pública, na verdade eu não gostaria de fazer um questionamento, mas trazer aqui, Presidente, apenas um testemunho de quem pôde, com outros Senadores dessa Comissão, ter o privilégio de conhecer esse continente que todos nós temos tanto desejo e curiosidade de saber mais e mais sobre o que ele pode... (interrupção no áudio)... dos nossos Países. E o testemunho que eu trago aqui, Presidente, tive o privilégio de ir com V.Ex^a, Senador Leomar Quintanilha, o Senador Botelho, o Senador Sérgio Zambiasi, notícias boas da visita do Senador César Borges quando também esteve fazendo essa viagem da Antártica, do Senador Eduardo Azeredo que acabou de ter que se retirar, mas o que esta viagem pôde trazer, pôde proporcionar pra mim? Não só como Senadora, mas como ser humano que pôde ver uma das belezas mais fascinantes, eu acho, do nosso planeta. E eu disse isso eu digo aqui com muita tranquilidade porque disse lá na nossa estação ao Almirante, Zé Eduardo, a nossa pesquisadora, Dr^a. Tânia, que fui a essa viagem com uma outra impressão. Uma impressão muito mais de conhecer, um espaço muito bonito, um espaço maravilhoso com belezas raras naturais, mas ali encontrei muito mais do que isso. E talvez essa viagem tenha me dado, como diz lá no meu Estado, no Ceará, um gás que eu estava meio desabastecida.

A gente vive num País com tantas dificuldades, com tantos problemas, com tantos entraves, com tantas questões principalmente de recursos, cada conta de um País com tantas desigualdades regionais, com tanta exclusão social, onde segmentos tão importantes da sociedade vivem esse momento, e a Antártica trouxe pra mim uma nova visão de principalmente de um grupo praticamente eu diria de voluntários brasileiros que estão ali dando orgulho para cada um de nós pelo trabalho, pela dedicação, pelo amor, pelo carinho, e acima de tudo pela convicção, pela certeza de que esse trabalho, mesmo sendo um trabalho muitas vezes difícil, quantas e quantas vezes longe da famí-

lia, eu ali tive oportunidade de conversar com as pessoas mais simples que servem aquele Projeto até as pessoas mais intelectualizadas, as mais capazes, as mais competentes, e a gente percebe que da pessoa mais simples até a pessoa mais empoderada ali dentro existe esse mesmo amor e essa mesma vibração por um Projeto que certamente o Brasil tem que abraçar cada vez mais e garantir recursos que possam dar continuidade a essa pesquisa que é tão importante para o futuro das nossas gerações.

Semana passada, como disse a Dr^a. Tânia, como disse o Almirante José Eduardo, nós tivemos a notícia, o noticiário do mundo inteiro mostrando os problemas que nós estamos enfrentado e as dificuldades e até o pânico que isso pode gerar na nossa sociedade e na humanidade. E como essas coisas podem ser estudadas, analisadas, e às vezes até com uma certa possibilidade de tempo e de recursos, serem evitadas na humanidade, no nosso planeta.

Então, eu quero trazer aqui muito mais o meu testemunho de quem participou dessa, eu diria, expedição tão extraordinária, no final, Dr^a. Tânia, acho que a gente não se viu no último momento, mas eu tive o prazer de vir com o Almirante, e eu estava com vergonha no final que eu estava chorando tanto que parecia que eu tinha sido criada e nascida na Marinha. (risos) Mas é porque a emoção tomou conta de mim. A gente fica aqui metido nessas coisas, vendo tantos absurdos, tantas coisas cruéis como esse último episódio que vimos no Rio de Janeiro, que às vezes tira a esperança de que é possível mudar esse quadro de violência, de tragédia, de perversidade, de crueldade que acontece no meu País. E às vezes a gente fica meio descrente. Mas fazer essa viagem como eu nunca imaginei que pudesse acontecer, me trouxe... Me fez chegar aqui uma pessoa diferente com uma visão diferente, com muito mais entusiasmo, e acima de tudo com a minha responsabilidade de Senadora de representar um Estado tão pobre como é o Estado do Ceará, mas com essa vontade de trabalhar revigorada. Pelo que eu pude ver ali. Porque não é justo, não é possível, não é correto alguém que tem a responsabilidade tão grande como todos nós temos aqui de representar os nossos Estados, desanimar diante da garra da coragem e do amor que eu vi ali na Antártica, de brasileiros completamente patriotas, completamente distantes da sua família, da sua vida, se entregar ali por uma causa que pode ajudar a salvar ainda a nossa humanidade. Como a Dr^a. Tânia disse, ela não pode vir aqui passar uma coisa que não é aquilo que ela sente, aquilo que está no seu coração. Mas ela termina ainda com palavras otimistas. De que ainda é possível fazer

alguma coisa para frear esse quadro, esse desatino que acontece hoje no mundo.

Eu fui tratada na Antártica, fui tratada na estação brasileira, fui tratada no navio, no Gigante Vermelho, enfim, com todo carinho, com toda atenção, todos nós fomos tratados dessa forma, voltamos completamente encantados. Mas acima de tudo não só com a competência, mas com o amor. Isso que me encantou. Foi isso que me encantou e eu acho que é isso que a gente precisa mostrar para o nosso País, que vale a pena lutar, que vale a pena acreditar nas coisas. E que às vezes com tantas dificuldades que eu sei que o programa vive tendo de recursos, às vezes, é o contingenciamento uma coisa ali, mas sempre ele vai ter, vai encontrar nessa Casa, no Senado, um braço de apoio, uma mão para entender o valor desse Projeto, o valor dessas pesquisas que estão sendo desenvolvidas ali e como é importante a gente apostar no nosso País, como é importante a gente apostar na inteligência, na criatividade, na ousadia do nosso povo que é isso que vai fazer com que a gente saia dessa crise, desse momento tão difícil que o Brasil passa para um momento muito mais esperança, com muito mais solidariedade como ali é demonstrado na Antártica, na estação. Alguém me disse uma coisa que ficou gravada. Aqui não tem disputa. Porque quem está aqui está trabalhando por aquilo que acredita, por aquilo que gosta e porque sabe que é capaz de mudar a situação que a humanidade vive hoje. Então aqui ninguém briga, aqui ninguém está disputando se é melhor ou pior. A gente está se ajudando. Então aquilo ali é um Projeto piloto de como deveria ser a humanidade, como a gente deveria se comportar, como uma pessoa pode ajudar a outra, como uma mão pode colaborar com a outra.

Então, eu quero, Almirante, dizer da grata satisfação, agradecer de todo o coração pela oportunidade que o senhor nos deu de ir a essa viagem, agradecer pelo carinho, pelo entusiasmo, pela alegria que eu vi ali dentro, mesmo com tantas dificuldades, mas pela alegria que eu vi e que contagiou a cada um dos Srs. Senadores que foram a essa visita.

Eu espero um dia ainda poder voltar naquele lugar, ainda poder voltar naquela maravilha e ainda ver com os meus próprios olhos mais e mais da contribuição que o nosso País, que os nossos brasileiros, a Marinha, parabéns, Almirante, parabéns mesmo. Eu vi ali e todos nós ficamos encantados principalmente com o amor que V.Sª tem com aquele lugar, com aquele Projeto.

Parabéns por ter passado aquilo pra gente, por ter passado por toda a equipe a qualquer pesquisador, a qualquer pessoa que a gente pergunta, as pessoas têm como referência o trabalho e o bichinho da Antár-

tica que também contagiou o senhor como contagiou a mim e todos os outros Senadores de um amor muito querido por aquele pedaço de chão tão especial. Parabéns a todos e muito obrigada por essa grande contribuição. Obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Continua aberto o debate. Senador Valter, tem V.Exª a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, eu cheguei atrasado nesta Sessão. Todavia, por onde eu estava circulando, acompanhava atentamente toda a exposição feita antes de minha chegada neste local, e pude perceber que foi acertada a iniciativa desta Comissão de trazer essa equipe tão competente para divulgar o conhecimento, para divulgar o trabalho que está sendo feito em busca do aprimoramento científico para a defesa da vida. Acompanhei praticamente todas as exposições, e posso aqui dizer que foi oportuno, porque não só houve um acompanhamento dos Parlamentares que se encontravam nesta Casa, como também das pessoas que distantes estão ouvindo, estão acompanhando essa brilhante Sessão que está sendo realizada na Comissão de Meio Ambiente.

Eu quero felicitar aos expositores também, mas quero aqui, hoje, fazer especialmente um registro. E eu acho que a imprensa brasileira, o rádio e a televisão estão neste momento fazendo um trabalho importante em defesa do meio ambiente. Ainda no final de semana, nós ouvimos um alerta. Um alerta muito profundo de um programa semanal da Rede Globo, e percebemos também, tomamos conhecimento também de um engajamento de atores, atrizes, de artistas do nosso País em defesa de um grande patrimônio, um dos maiores patrimônios da humanidade que vêm sendo aviltado, que vêm sendo fustigado constantemente e que o Dr. Paulo se referiu dando informações, dando números que mostram que o Brasil está cumprindo o seu dever de Casa. Que o Governo Brasileiro está, na questão ambiental, cumprindo o seu dever de Casa.

Mas é preciso avançar mais. É preciso avançar mais, porque nós temos grandes sistemas que estão sendo protegidos, mas temos também especialmente em nosso território micro sistemas que precisam de maior assistência, de maior engajamento, porque há uma integração em todos esses sistemas e essa integração hoje está ameaçada, porque existe uma avidez muito grande de pessoas despreparadas, ambiciosas, que não enxergam na questão do meio ambiente uma interação direta com a vida.

Em meu Estado mesmo, Mato Grosso do Sul, existe lá o sistema pantaneiro. O Pantanal Mato-Gros-

sense e existe micro bacias que sofrem ameaças constantes e que sofrem restrições. Aí eu vou me reportar ao alerta feito pelo Dr. Luiz Antônio quando fala sobre contingenciamento, porque há os programas, há os planos, há trabalhos de grande envergadura para proteger os micros sistemas, mas na hora da execução dessas tarefas, vem o contingenciamento.

Então, este alerta é um alerta para que o Governo cumpra melhor o seu dever de Casa, e esse alerta que eu acho que é muito oportuno para que sejam acordados também alguns seres irracionais que têm feito vistas grossas a tudo isso, como, por exemplo, o Presidente dos Estados Unidos, que durante a administração toda dele fez ouvidos moucos aos apelos, recusou assinar o Protocolo de Kyoto e só agora, depois de derrotado nas eleições Parlamentares é que enxergou que a sociedade está acompanhando atentamente e com grande preocupação, com grande inquietação essas mudanças climáticas que não são coisas de acadêmicos, não são sonhos de doutores, mas que estão afetando diretamente a vida das pessoas. Não vão afetar. Estão afetando hoje já diretamente a vida das pessoas. A vida do planeta e conseqüentemente a vida das pessoas.

Então, neste momento nós assistimos paralelamente uma discussão da retomada do crescimento econômico. Eu também estou filiado a esta corrente que entende que tem que desenvolver o País, porque só através do desenvolvimento é que nós vamos gerar empregos. Mas é preciso que todas essas correntes desenvolvimentistas, nas quais estou filiado, entendam que o desenvolvimento é importante, mas sem agressão ao meio ambiente. O desenvolvimento é importante, mas sem dar a destruição da Amazônia. O desenvolvimento é importante com a preservação das nossas florestas, das nossas águas. E neste momento, eu quero aqui dizer especialmente ao Dr. Paulo que nós estaremos aqui solidários a Ministra Marina Silva, no enfrentamento a qualquer investida ao meio ambiente em nome do desenvolvimento. Eu acho que tem que desenvolver o País. Mas vamos encontrar as formas de desenvolver o País preservando as nossas riquezas naturais, porque é nessas riquezas que nós estaremos preservando a nossa vida.

Parabéns aos expositores que vieram aqui hoje, e que abrilhantaram esta Comissão, e o nosso compromisso com a questão do meio ambiente e da vida. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores palestrantes, meu prezado Almirante José Eduardo Borges de Souza.

Sr. Presidente, primeiro eu queria lamentar o fato de não estar mais participando dessa Comissão como seu membro, pelo fato de que agora estou na Mesa do Senado. Entretanto, ao saber da iniciativa da Presidência da Comissão de Meio Ambiente Fiscalização e Controle, em comemorar 25 anos de um programa tão importante como o Programa PROANTAR, o Programa Antártico, e foi iniciativa de V.Ex^a, eu não poderia de forma nenhuma deixar de estar presente aqui. Por vários motivos. Mas eu diria que o primeiro dele, porque eu tive a oportunidade, também, como teve a Senadora Patrícia Saboya, como teve aqui outros Senadores, de conhecer esse Projeto de perto.

Eu fui e passei alguns dias e tive a oportunidade de fazer uma viagem que eu almejava fazer, e queria conhecer de perto o Projeto. Sei que a Marinha em cooperação com a Aeronáutica faz viagens freqüentes, seis por ano, aproximadamente. Parlamentares visitam, outros Senadores, o Senador Demostenes Torres tinha me dito que esteve presente, entretanto era uma visita que demorava horas na base Comandante Ferraz. Eu queria uma visita um pouco diferente. Eu queria ficar na base, queria pernoitar na base, conhecer um pouco mais do experimento e as pessoas principalmente que ali estavam. E também não queria retornar no mesmo meio de transporte que era o Hércules C-130. Eu queria navegar o Canal de Drake, porque eu me considero também um homem do mar. Eu sou mestre amador, e sou um homem que freqüento exatamente sempre o nosso oceano. E queria essa experiência. E digo a V.Ex^a aqui, e é importante que se diga, porque é importante o testemunho. Não é apenas fazer uma visita, mas é preciso se divulgar aquilo que nós tivemos a oportunidade de constatar de que excedeu toda as minhas expectativas o que eu vi ali na Antártica. Senadora Patrícia Saboya falou com muito entusiasmo. Eu poderia abraçar todas as suas palavras. Mas faltou talvez uma. O que eu vi ali foi um patriotismo que há muito tempo eu não via. Eu fui aluno do Colégio Militar de Salvador, e era um período realmente de noções fundamentais para minha formação adquirir naquela instituição de ensino que até hoje presta relevantes serviços e vai completar 50 anos na Bahia. E eu comecei a sentir falta disso até na atividade política, porque é essencial. Não é aquele patriotismo dômôde, aquilo que simplesmente se usa como escudo às vezes para a falta de ação. Mas aquele patriotismo da dedicação, do amor, da determinação pelo que você está fazendo. E eu encontrei isso na Antártica desde o início do Rio de Janeiro, Pelotas, depois Puntarenas

até chegarmos à base chilena, depois à base Comandante Ferraz, onde lá eu fiquei aproximadamente 48 horas. E depois também no navio Ary Rongel. Então o que eu vi lá me entusiasmou. É um trabalho que ao comemorar 25 anos nós temos que parabenizar e aplaudir sem sombra de dúvidas. E divulgar para os brasileiros que talvez muitos possam pensar: O que é que nós estamos fazendo na Antártica? Tantos problemas sérios no País a serem tratados, cuidados, e que merecem recursos e atenção de todas as autoridades, de todos os Parlamentares, e estamos na Antártica. E sem nenhuma ambição territorial, diga-se de passagem. Mas ali nós estamos preservando a presença brasileira nesse último rincão do nosso planeta que merece toda atenção, e essa presença brasileira repercute sem sombra de dúvidas sobre o Brasil porque nossos regimes aqui de chuvas, todo o nosso clima tem sem sombra de dúvidas a influência decisiva da Antártica. Nós sabemos até a minha Bahia que está mais ao norte ao nordeste, mas nós recebemos a influência das frentes frias. E a dedicação que eu vi que é feito esse trabalho. Me entusiasmou em todas as etapas. Desde a etapa da base Comandante Ferraz à etapa da travessia do Drake, no navio Ary Rongel. Todos estão de parabéns. Mas eu destaco o nosso Almirante, José Eduardo Borges de Souza, pelo seu entusiasmo contagiante por esse Projeto. E algumas oportunidades, já que a Marinha tem essa tradição tão elegante de homenagear aqueles seus convidados, eu pude dizer o seguinte: que eu estava ali como aqueles que estavam ali. Não estávamos a cumprir apenas uma missão, mas estávamos como voluntários, com paixão, com amor, fazendo algo que era do nosso interior, do nosso ser. E eles fazem assim. Todos estão empenhados, dedicados a cumprir da melhor forma, a forma mais profissional, mais competente enfrentando qualquer tipo de dificuldades e de sacrifício. Mas aí, Sr. Presidente, é que eu acho que o momento não é apenas também de divulgar essa importante missão que cumprem esses homens da Marinha, da Aeronáutica, os pesquisadores, as nossas universidades que fazem lá esse trabalho. Mas é que o Senado Federal possa também dar o seu integral apoio para que esse não seja um trabalho descontinuado, porque são 25 anos. Eu acho que nesses 25 anos, com certeza, altos e baixos esse programa já experimentou. Mas foi a dedicação de muitos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Pois é. Mas Senador Valter, é que o contingenciamento implica descontinuidade do programa muitas vezes. É com alegria que eu posso dizer, e olha que eu sou

Senador de oposição, que no ano passado foi possível uma verba de dez milhões. O que não era algo que acontecia comumente. Era bem menor. E foi realizada. Eu estou aqui constatando e dando esse testemunho. Mas esperando também que daqui por diante possa continuar sendo alocado recurso necessário para a recuperação da base, na sua inteireza, porque sejam apoiadas as pesquisas... Tudo que se faz ali, eu não vou detalhar aqui, porque realmente o trabalho é muito amplo, mas é um trabalho essencial para a ciência brasileira. E eu espero que o Governo Federal possa, e com a ajuda aqui do Parlamento na execução dessa peça fundamental que é o orçamento, nós possamos contemplar esse programa com os recursos que ele merece. Portanto, eu quero que o PROANTAR possa comemorar mais outros 25 anos. O jubileu de ouro. Possa realmente complementar os seus 50 anos com essa presença marcante da Bahia... Do Brasil lá na Antártica. Dizendo que...

(risos)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Da Bahia, porque eu estive presente. E já que eu falei em Bahia, vou dizer que foi uma satisfação eu diria, quase que me levou assim a uma emoção muito forte que eu encontrei lá na base Comandante Ferraz um confratão meu, de Nazaré das Farinhas que era o cozinheiro da base, o Moacir, o Almirante José Eduardo Borges de Souza deve saber exatamente o Moacir. E que tínhamos amigos em comum. E estava lá um baiano a alimentar aquela base, os seus pesquisadores, as pessoas da Marinha, do Ministério de Ciência e Tecnologia que ali estavam. O importante é que lá na base, Presidente, o trabalho é quase que comunitário. Todos fazem tudo ao mesmo tempo e não há privilégio de A ou de B. O Comandante faz as mesmas tarefas que faz o cozinheiro, e vice-versa, a depender das necessidades, a distribuição muito justa e equitativa das responsabilidades. Mas a minha pergunta era exatamente saber do Almirante José Eduardo Borges de Souza, se essa garantia da continuidade dos recursos para atender as necessidades dos projetos científicos e tecnológicos do Brasil estão assegurados. Ou se nós aqui no Senado teríamos condições de fazer um pouco mais ainda? A outra pergunta seria com relação à possibilidade de viabilizar a participação das empresas privadas que eu sei que algumas como a TELEMAR, como a PETROBRÁS que estão apoiando projetos de pesquisa científica e tecnológica possam também continuar e ampliar esse trabalho do setor privado. Acho que é essencial também que o setor privado nacional dê o apoio e entenda a importância

desse Projeto e possa inclusive usufruir das pesquisas que ali são feitas. Então, são as duas perguntas que eu faria ao Almirante José Eduardo, e finalmente só para dizer da minha satisfação que foi estar presente nesse programa, foi um momento excepcional, e eu espero que outros Senadores e outros Parlamentares brasileiros tenham essa oportunidade como eu tive, como a Senadora Patrícia e outros Parlamentares. Será importante não só para o programa, mas para o Brasil divulgar esse trabalho que é feito pelo PROANTAR. Parabéns, Almirante José Eduardo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra o Almirante José Eduardo Borges de Souza.

SR. JOSÉ EDUARDO BORGES DE SOUZA – Sr. Presidente, Sr. Senador César Borges, vou deixar para responder a pergunta daqui a pouco. Eu queria fazer uns pequenos comentários. Primeiro lugar eu gostaria de lhe afirmar que o cozinheiro baiano não foi colocado lá por choria(F). Ele já estava previsto na nossa Comissão.

Agradeço muitíssimo as suas palavras com relação a mim, mas eu posso lhe afirmar que eu sou o resultado daquilo que um dia eu também fui lá e vi. Assim como o senhor se emocionou, como o senhor se apaixonou, eu quando cheguei no Programa Antártico ele já tinha 23 anos. E eu me emocionei e me apaixonei pelo trabalho que os pesquisadores e os militares que me antecederam fazem na Estação Antártica Comandante Ferraz. Eu sou fruto dessa emoção, dessa dedicação que eles tiveram durante todos esses anos. E me sinto na responsabilidade de manter isso. Eu me sinto com a responsabilidade de apoiá-los para que eles possam fazer aquele trabalho magnífico que vem realizando há tantos anos.

Então, se o senhor me permite as congratulações, as felicitações elas devem ser para os nossos pesquisadores, para aqueles que tanto de sua vida dão para o Programa Antártico, e para aqueles militares pioneiros que implantaram o processo logístico que pode apoiá-los em seu trabalho. Eu lhe agradeço muitíssimo.

Com relação ao problema da continuidade de recursos se eles estão garantidos, eu posso lhe afirmar que não. Assim como não estão garantidos os recursos para muitas outras coisas que o País necessita.

Enquanto o orçamento do PROANTAR ficar vinculado ao orçamento da Marinha, não há como imaginar uma continuidade. Eu estou me reportando à parte logística. Eu diria com relação à parte de pesquisas, talvez o Dr. Luiz Barreto de Castro possa falar de uma maneira melhor.

O que acontece? O dinheiro que é destinado ao Programa Antártico Brasileiro ele vai para uma ação que está dentro do orçamento da Marinha. E como ele não vem extra teto, ele sofre o problema... A gente poderia chamar o holocausto do contingenciamento. É uma palavra utilizada por um oficial meu com a qual eu não concordava algum tempo atrás, mas que agora eu assino embaixo. O holocausto do contingenciamento, quando chega no Ministério da Defesa é distribuído para as forças, coloca o Comandante da Marinha numa situação extremamente difícil. Ele é obrigado a manter uma força naval para cumprir a sua destinação constitucional com uma quantidade absurdamente menor de recursos daquilo que é previsto para mantê-lo razoavelmente bem.

Então, ele é obrigado a oferecer verbas para contingenciamento. E como eu disse na minha exposição, ele escolhe aquela que menos afeta a destinação constitucional da Marinha. E o Programa Antártico Brasileiro não é uma atividade fim da Marinha. O Programa Antártico Brasileiro não é da Marinha. Ele é um programa de Estado. É um programa aonde vários Ministérios têm as mesmas responsabilidades. Várias entidades têm as mesmas responsabilidades. A parte logística que é da Marinha, não é toda da Marinha. Existe muita coisa de logística que também é de outros Ministérios. Mas a Marinha faz o suporte da maior despesa financeira. E talvez ela envolva a maior quantidade de gente nesse programa. Só no navio o senhor sabe, são 92 pessoas. Mais o contingente da SECIRM, do arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, do Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha, do Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia que prepara o pessoal, é uma quantidade de dinheiro muito grande que até hoje a Marinha entende o programa como necessário e vem suportando. Mas o avanço necessário, aquele algo mais, aquele passo extra de nos levar a lugares mais longínquos para realizar pesquisas, ela necessita de um aporte financeiro maior que a Marinha não pode suportar.

Então a continuidade viria quase o orçamento destinado ao Programa Antártico Brasileiro fosse extra teto. E ele não estivesse limitando o gasto da Marinha. Porque se a Marinha dá todo o dinheiro previsto para o Programa Antártico Brasileiro, ela vai ter que retirar de ações como reparos de navios de guerra, manutenção das nossas embarcações de patrulha, vai tirar da alimentação, do fardamento, que é a sua atividade fim. O que seria uma incoerência. Daí a necessidade de alocar recursos financeiros ao Programa Antártico. Mas que eles sejam alocados extra teto. Esse seria o nosso pleito. Daí eu não poder afirmar ao senhor uma veracidade que existirá continuidade nos programas.

Essa é uma dificuldade. E que nós temos que encarar e é o problema que eu coloco.

Gostaria de dizer também o seguinte, hoje eu posso afirmar que no contingente que leva o Programa Antártico Brasileiro nós temos o Senado Federal. E temos a Câmara dos Deputados também. Eu resalto o nome de algumas pessoas como a Deputada Maria Helena, Deputada Ana Pontes, e vários outros que trabalharam. Esses me ocorrem no momento. Que me perdoem aqueles que eu esteja esquecendo. Mas são pessoas que nos ajudaram muitíssimo a levar o programa adiante. E como é o caso dos Ministérios parceiros, como o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Meio Ambiente, o CNPq, e aí me leva para a segunda pergunta que o senhor colocou que é o caso das empresas.

Nós ainda não temos um mecanismo de divulgação que se consiga colocar à Nação brasileira programas dessa natureza que dão certo. Esse programa ele é um programa que funciona, é um programa que dá resultados ao País. E isso a gente não consegue colocar. E daí a dificuldade de termos empresas interessadas nisso. Mas eu posso garantir ao senhor que a indústria de fármacos, as indústrias siderúrgicas, porque nós estudamos o processo de corrosão e eles são diretamente beneficiados, as indústrias de telecomunicações, as indústrias alimentares, várias outras indústrias poderiam participar do programa, o que seria extremamente desejável. Porque daria maior conotação ainda de globalização do que é o programa. O programa não pode ficar restrito. Hoje nós temos um grupo estudando tecnologia. Um grupo nesse País estudando tecnologia. Deveríamos ter muito mais. Nós temos os mesmos pesquisadores há 20 anos. Por quê? Porque eles já têm uma certa tradição. Nós teríamos que abrir para um novo grupo de pesquisadores, estudarmos outras coisas. Teríamos que avançar no Continente Antártico. Teríamos que colocar uma estação um pouco mais adiante. Teríamos que ter um apoio logístico mais formidável para poder propiciar talvez uma ida direta ao pólo sul, uma ida brasileira, e com isso trazer conhecimento. E o senhor mais do que ninguém sabe: Conhecimento é poder. Daí a necessidade da participação das empresas. Este não pode ser um encargo somente de Governo. O Governo tem outras prioridades. E ele está no momento trabalhando da maneira que lhe é possível. Se ele não aporta mais recursos, é porque o Secretário da CIRM não está fazendo seu trabalho corretamente. Porque deveria estar gritando por essa necessidade e lutando com as outras necessidades do País. Isso é que a gente tenta fazer.

E agora com o apoio dos senhores que viram o programa, essa é uma tarefa que se torna mais fácil.

Ela estará facilitada por isso. Essa força que o senhor conheceu e o senhor está aplicando e os outros Senadores que lá vieram estão aplicando como é o resultado dessa Audiência Pública (soa a campainha) fazendo com que as pessoas tomem conhecimento e lutando para facilitar o Programa Antártico, vem facilitar em muito o trabalho. E aí nós queremos colocar as empresas. Estamos abertos, mas precisamos de mecanismos que as empresas venham financiar projetos de pesquisa. Isto não poderia ser uma atribuição só do CNPq. Porque financiando projetos de pesquisas, eles vão ter os seus lucros porque vão ter o conhecimento. E conhecimento é poder. E eu encerro com a mesma frase que coloquei na minha exposição: Quando nós avançamos em pesquisa e tecnologia, nós dominamos o conhecimento, e com isso nós aumentamos a nossa soberania e diminuimos a dependência do exterior. Muito obrigado ao senhor pelas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUIN-TANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra o Dr. Paulo Kageyama para as suas considerações finais.

SR. PAULO KAGEYAMA – Eu queria aproveitar as palavras do Senador Valter... (interrupção no áudio). Primeiramente, vamos dizer, concordar com ele que fizemos esses quatro anos, digamos, nosso dever de casa, mínimo, digamos, economizamos da Amazônia 800 mil hectares em 2004 e 2005, baseado em 2002, e economizamos mais de 600 mil hectares em 2005 e 2006. Isso é resultado detectado pelos satélites. Não é um resultado que se possa, digamos, mascarar. Então eu queria dizer que isso é uma demonstração para o mundo de que o Brasil pode fazer mais pela Amazônia. Talvez pensar num desmatamento zero para a Amazônia. Estamos longe disso, mas estamos caminhando. E a proposta do Governo Brasileiro, na verdade, que a gente tenha um fundo de compensação por desmatamento evitado, que foi apresentado na última Convenção de Mudanças Climáticas é de fato talvez a solução para que a gente se desenvolva de fato a Amazônia.

Só para fazer um cálculo aqui, para que todos tenham a dimensão disso, se de fato esse plano, essa proposta for aprovada pela convenção, esses 800 mil hectares evitado em 2004 e 2005 e esses 600 mil hectares evitados em 2005 e 2006, dariam um milhão e quatrocentos mil hectares evitados. Isso representa, se a gente der um mínimo de 50 toneladas de carbono por hectare da Amazônia, que é o mínimo que a gente pode dar, porque eles estimam de 50 a 100, vamos colocar 50, e se dermos o mínimo do valor da tonelada de carbono dá cinco dólares. Porque está cinco a dez. Se colocarmos cinco o mínimo, isso representa 350 milhões de dólares que poderia ser aplicado para

Amazônia. Essa é a proposta brasileira. Que está recebendo adesão de todos os Países tropicais com florestas.

Então, vamos dizer, isso é uma proposta real de fato para a Amazônia. O Brasil gastou nesses cinco anos, vai gastar nesses cinco anos, 2003 a 2007, 250 milhões de dólares para fazer essa proposta. (soa a campainha) Então, eu queria agradecer as palavras de solidariedade e apoio à Ministra, vou transmitir isso a ela, ao trabalho que ela vem fazendo à frente do Ministério do Meio Ambiente, agradecer em nome dela muito, e dizer o meu muito obrigado às suas palavras. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito obrigado Dr. Paulo Kageyama. Passamos a palavra à Dr^a. Tânia Brito para as suas considerações finais.

SRA. TÂNIA BRITO – Eu gostaria de voltar ao assunto de orçamento e continuidade. O Programa Antártico me conquistou 20 anos atrás. Faz 20 anos que eu trabalho nesse programa. Quer dizer, não é que eu trabalho, eu encaro como tendo uma missão nesse programa, como eu acho que todo mundo que trabalha nesse programa encara. Todo mundo tem uma missão de alguma forma. E nesses 20 anos eu nunca vi nenhuma garantia de continuidade para o programa. Isso desanima a todos. Os pesquisadores ficam constantemente desanimados. Eles sabem que começam um Projeto agora, mas não sabem se continua. A gente agora está começando o trabalho de monitoramento. Monitoramento é longo prazo. E a gente não tem essa garantia de futuro. E existe um outro fato que é, por exemplo, os PPAs. O PPA destinado para pesquisa, para toda a pesquisa para tudo isso que vocês viram, é de 370 mil. Quer dizer, isso não é real. Isso não existe.

Então, o PPA para todas as atividades de monitoramento é 500 mil. Ou seja, são valores que estão no papel, e que não são reais. E que cada instituição parceira tem que passar o pires conforme consegue.

Então, é a Marinha correndo atrás, é o Ministério do Meio Ambiente tentando conseguir mais verba, tirando da biodiversidade, tirando da floresta. A floresta já nos deu muito dinheiro. É o Ministério da Ciência e Tecnologia fazendo o mesmo.

Então, ou seja, que garantia a gente tem? Eu não sei. Eu não entendo muito desses mecanismos de orçamento. Mas eu acho que talvez se a gente conseguisse dar um valor real para esses PPAs talvez a gente tivesse alguma estabilidade. E é um sonho ver esse programa com alguma estabilidade. Poder planejar com antecedência. A gente não consegue planejar de um ano para o outro dentro do Programa Antártico

Brasileiro. Então eu agradeço demais essa oportunidade de que a gente teve aqui, agradeço demais, Senador Leomar Quintanilha, e a todos vocês que participaram dessa Audiência Pública. Eu acho que foi uma oportunidade única da gente poder estar aqui defendendo aquilo que a gente acredita. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Prof. Luiz Antônio Barreto para as considerações finais.

SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO – Senador, muito obrigado, obrigado pelo convite. Eu quero dizer que evidentemente enquanto à frente da Secretaria de Pesquisa e Desenvolvimento do MCT, o meu interesse por esse programa é e será sempre muito grande. Vamos continuar fazendo um esforço de persuasão junto aos fundos setoriais. Concordo que os recursos do PPA são muito limitados. Nós nunca estamos imaginando que esse será um caminho fácil. E por isso fico feliz da gente ter conseguido fazer com que o CONAPA voltasse a discutir há muitos anos o Conselho Nacional de Pesquisa da Antártica não se reunia, alguns dizem sete, oito anos que não se reunia. E vai ter uma reunião agora no dia primeiro de março novamente. E nós estamos olhando para esse programa com extrema responsabilidade. E o Ministério vai fazer um esforço cada vez maior para tornar possível a presença da ciência brasileira nesse esforço mundial.

Portanto, de público, o que eu quero fazer principalmente é um agradecimento aos cientistas brasileiros que têm, como disse o Almirante, passado por todas essas dificuldades e com denodo e com abnegação, com desprendimento tem conseguido projeção internacional nesse cenário tão competitivo. O que fica claro com a participação brasileira no Ano Polar Internacional. Em que nós tivemos uma seleção grande de projetos que significarão investimento também bastante grande pelo lado do MCT para esses projetos do Ano Polar Internacional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Srs. Senadores, Almirante José Eduardo Borges de Souza, Prof^a. Tânia Brito, Prof. Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, Prof. Paulo Kageyama, a Comissão quer agradecer a presença dos senhores, e esse debate que abre no Senado e no Congresso Nacional da discussão de um tema tão significativo, tão importante, e principalmente trazendo ao conhecimento da maioria de nós Senadores, Deputados, e muitos dos brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, da importância do Continente Antártico, das influências do Continente Antártico sobre o nosso continente, sobre todos os continentes. Nós que talvez vivemos voltados para a continentalidade, não sabemos o sig-

nificado da importância dos oceanos em relação aos nossos continentes e a importância da Antártica aos nossos continentes. Eu também, a exemplo dos demais Parlamentares que tiveram a oportunidade, eu espero que todos tenham a oportunidade de conhecer a base, a estação de pesquisa que o Brasil, mais graças ao denodo e ao esforço de brasileiros de elevado espírito público tem realizado um trabalho para a humanidade, não só para o Brasil, mas um trabalho para a humanidade muito importante e muito interessante com todas essas dificuldades que nós estamos nos deparando e várias delas comentadas aqui, principalmente com relação ao aporte de recursos financeiros para manter esse e outros programas tão importantes originários do Ministério do Meio Ambiente (soa a campainha), do Ministério de Ciência e Tecnologia, enfim, que estão sendo realizados no Brasil e que ainda investe pouco. Muito pouco na pesquisa. E seguramente o conhecimento é obtido principalmente através das pesquisas, é que haverá de oferecer ao País principalmente ao nosso País uma condição de estabelecer um processo de desenvolvimento sustentável adequado.

Veja que nós comemoramos já alguns avanços aqui. Mencionava o Dr. Paulo, representante do Ministério do Meio Ambiente, o esforço que com a contribuição do Congresso, do Senado, particularmente, nós conseguimos com a redução do desmatamento da Amazônia. Mas talvez seja importante também que nós, até trabalhando em cima da premissa de que a Dr^a. Tânia aqui nos colocou, que cada um, nós poderemos realmente mudar essa situação, mas cada um fizer a nossa parte, e aí eu me lembro de uma história muito divulgada e também muito conhecida do pequenino beija-flor correndo na fonte, correndo com gotículas d'água no bico para apagar o incêndio da floresta. Questionado sobre isso da loucura que estava fazendo, que jamais ele conseguiria apagar o incêndio da floresta com aquela quantidade de água que ele estava transportando, ele disse que poderia não apagar, mas ele estaria fazendo a sua parte. Eu acho que se cada um brasileiro entender o significado e a relação que tem a sua própria vida com o meio ambiente e começar a fazer a sua parte, nós seguramente vamos cuidar melhor da nossa casa, da nossa morada, do local em que vivemos.

Veja, Dr. Paulo, a questão das queimadas que são muito questionadas, de forma talvez um pouco equivocada com relação às matas. Eu tenho no meu Estado, cuja vocação econômica está centrada no setor primário, onde a pecuária é muito forte, lá se pratica queimada... Não só nas matas, as matas até diminuíram, mas não só nas matas, mas das pastagens. Ou da vegetação nativa como forma de queimar a vegeta-

ção madura e seca, e provocar o rebrote, a brota para o aproveitamento do gado. Eu tenho certeza que uma conscientização mais ampla patrocinada, inclusive, pelo Estado Brasileiro, estará dando uma contribuição muito grande na redução das queimadas indiscriminadas que ainda estão acontecendo no Brasil afora.

Eu entendo que essa reunião de hoje foi extremamente rica e muito importante. Eu espero poder reproduzi-la. Eu espero que os eminentes palestrantes deles que já conheceram o meu Estado e que foram levar um pouco da sua experiência, do seu conhecimento, da sua dedicação à causa da pesquisa, como o Dr. Luiz Antônio que a convite nosso já esteve no Tocantins falando sobre Ciência e Tecnologia, já confessei com o Almirante José Eduardo, também contagiado por esse entusiasmo dele, e talvez uma das boas notícias que tenhamos recebido hoje é da sua permanência por mais tempo à frente da SECIRM. Isso alegra a todos nós e ao povo brasileiro por esse extraordinário trabalho que esse ilustre brasileiro vem fazendo pela pesquisa, por esse programa extraordinário e estratégico que o País tem.

É uma pena que, eu me lembro na exposição que recebemos lá na Antártica. O tempo lá era mais elástico. Não era tão exíguo. Mas estavam tão preocupados conosco que quiseram reduzir o tempo nas exposições que fizeram para nós lá. Então era uma pressão em cima dos palestrantes para reduzir o tempo. E aqui nós procuramos elastecer. Aqui onde o nosso tempo é menor, nós procuramos elastecer esse tempo exatamente para que milhares de brasileiros que estão acompanhando saibam da importância do que o Brasil está fazendo no Continente Antártico. Da importância da influência do Continente Antártico sobre as nossas vidas em qualquer canto desse País. Por isso eu agradeço essa rica presença, essa rica palestra que os senhores nos permitiram e permitiram ao povo brasileiro nesta manhã e tarde de hoje.

Muito obrigado. Obrigado aos Srs. Senadores pela presença e pela participação, e está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a reunião às 15h15)

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2007 ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e nove minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, FERNANDO COLLOR, VALDIR RAUPP, JOSÉ AGRIPINO, CÍCERO LUCENA, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, INÁCIO ARRUDA e ADELMIR SANTANA**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a reunião tem a seguinte pauta: **Item 01) AVISO Nº 239, DE 2000, – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 951, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada nas obras de construção do edifício-sede da Procuradoria-Geral da República, no Distrito Federal, em junho do corrente ano (TC – 007.550/2000-1)”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator “ad hoc”:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: APROVADO.** **Item 02) AVISOS Nº 4 e 9, DE 2003, – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 158, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com o objetivo de avaliar a regularidade da execução e a adequação da sistemática de controle do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (TC – nº 006.440/2002). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator “ad hoc”:** Senador **SIBÁ MACHADO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: APROVADO.** **Item 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2003, – TERMINATIVO**, que “altera a redação do artigo 18 da Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para, nas propriedades rurais privadas, responsabilizar o proprietário pelo florestamento ou reflorestamento das áreas de preservação permanente”. **Autoria:** Senador **GERSON CAMATA**. **Relator:** Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **Obs:** sendo aprovado o substitutivo, a matéria vai a turno complementar na próxima reunião, conforme o art. 282 do RISF. **Resultado: ADIADO.** **Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2002, – TERMINATIVO**, que “acrescenta artigo à Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal, permitindo que nas propriedades rurais a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal”. **Autoria:** Senador **ÁLVARO DIAS**. **Relator:** Senador

JONAS PINHEIRO. **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **Obs:** sendo aprovado o substitutivo, a matéria vai a turno complementar na próxima reunião, conforme o art. 282 do RISF. **Resultado: ADIADO.** **Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 2005, – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens de óleo comestível, advertência sobre a destinação correta do produto após o uso”. **Autoria:** Senador **VALMIR AMARAL**. **Relator:** Senador **JONAS PINHEIRO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: ADIADO.** **Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2006, – NÃO TERMINATIVO**, que “dá nova redação ao art. 56 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 7.085, de 21 de dezembro de 1982, de modo a permitir o desmembramento de concessão de lavra ou licença”. **Autoria:** Senador **MARCOS GUERRA**. **Relator:** Senador **WELLINGTON SALGADO**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto com a Emenda que apresenta. **Resultado: ADIADO.** **Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, DE 2006, – TERMINATIVO**, que “obriga a comercialização do pão “francês” a peso e por unidades de cinquenta gramas”. **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**. **Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: ADIADO.** A seguir, o Senhor Presidente informa à Comissão o recebimento dos Avisos 695, 1.446, 1.670, 1.724, 1.795, 1.805, 1.809, 1.885, 1.898, 1.900, 1.907, 1.926, 1.953, 1.966, 1.998, 2.020, 2.032, 2.061, 2.065, 2.108, 2.179, 2.210, 2.291, 2.293, 2.310, 2.310, de 2006, bem como os de número 46, 79, 117, do corrente ano, recebidos do Tribunal de Contas da União. **EXTRA-PAUTA**, a Comissão delibera as seguintes matérias: **Item 01) REQUERIMENTO Nº 04, DE 2007-CMA, – NÃO TERMINATIVO**, que requer, “nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para tratar do Projeto de Lei nº 294/2006, de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães e Relatoria do Senador Heráclito Fortes, com a participação dos seguintes convidados: JOÃO ALZIRO HERTZ DA JORNADA, Presidente do INMETRO; Dr. PAULO SKAF, Presidente da FIESP e Dra. MARILENA LAZARINE, Presidente do IDEC”. **Autoria:** Senadores **SIBÁ MACHADO** e outros Senhores Senadores. **Resultado: APROVADO.** **Item 02) REQUERIMENTO Nº 05, DE 2007-CMA, – NÃO TERMINATIVO**, que requer, “nos termos do inciso I do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2002, que “Acrescenta artigo à Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965, que

institui o novo Código Florestal, permitindo que nas propriedades rurais a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal”, com a participação dos seguintes convidados: JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Secretário de Biodiversidade e Floresta – MMA e MARCUS BARROS, Presidente do IBAMA”. **Autoria:** Senadores SIBÁ MACHADO e outros Senhores Senadores. **Resultado:** APROVADO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Airtton Dantas de Sousa, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada.

Nós temos alguns itens na pauta de hoje, mas eu gostaria de comentar com a Comissão as dificuldades que estamos tendo em realizar as nossas sessões ordinárias às terças-feiras às 11h30. A concorrência continua grande e a idéia seria apresentar à mesa do Senado uma sugestão para alteração do nosso horário para as quintas-feiras às 10h, porque nesse horário nós teríamos a concorrência de apenas duas outras Comissões, sendo que a grande maioria dos membros desta Comissão não integra essas outras duas Comissões. Quais seriam elas?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Direitos Humanos e Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Exatamente. Direitos Humanos e Relações Exteriores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Chocando horário mesmo só Relações Exteriores que tem apenas três membros titulares nossos que são também membros de Relações e Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Então, essa é a idéia. Nós vamos apresentar a proposta de projeto de resolução.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – 9h30 ou 10h? O senhor tinha me falado primeiramente 10h, depois o senhor falou 9h30.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Era às 10.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É que nós temos no âmbito de algumas das Comissões, assuntos que vão ser transversais, inevitáveis, debate do PAC, a questão do clima e tantos outros assuntos e algumas subcomissões que foram criadas, mais outras que já existem que certamente vão ressurgir, voltar aos seus trabalhos e me parece que a quinta-feira começa a ficar congestionada novamente. Quinta-feira a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária marcou para às 11h e a de Direitos Humanos a partir das 9h da quinta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Alteraram os seus horários ou serão sessões extraordinárias?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Alteraram os dias e os horários. Então, foram todas para a quinta-feira e uma às 9h que é Direitos Humanos e a de Agricultura às 11h. E eu fico perguntando... Eu sou titular exatamente dessas Comissões. E eu queria saber de V. Exa., porque eu gostaria muito de participar desta Comissão. Direitos Humanos mudou para quinta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós fizemos o estudo recentemente e apenas duas Comissões estariam concorrendo em dia e horário com este novo calendário que nós pretendemos estabelecer, seria a Comissão de Direitos Humanos e Relações Exteriores.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E também agora a de Agricultura.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Direitos Humanos que era terça meio dia. Mudou para quinta já. Agricultura era quinta 12h mudou para...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Agricultura já era quinta, era meio dia e mudou para 11h.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Direitos Humanos, quinta às 9h.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito bem. Eu entendo o seguinte, a idéia é de procurar encontrar uma forma de evitar essa concorrência para que a maioria dos Senadores possa participar por inteiro das reuniões das Comissões que integram.

Nós vamos promover um novo estudo à luz dessas alterações já sofridas e eu trarei ao conhecimento dos membros desta Comissão a nova proposta, se vamos alterar ou se com essas migrações de calendário das

demais Comissões, quem sabe já pode haver o descongestionamento das terças-feiras. Então, nós vamos promover um novo estudo e traremos ao conhecimento desta Comissão.

Passaremos ao item nº 01 da pauta que é um aviso. Aviso nº 239 do Tribunal que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão 951 de 2000, bem como dos respectivos relatórios de auditoria e voto que é o fundamento realizado nas obras de construção do edifício sede da Procuradoria Geral da República, Distrito Federal em junho do corrente ano, de autoria do Tribunal de Contas da União e o Relator Senador Heráclito Fortes. Eu solicitaria ao eminente Senador Valdir Raupp para funcionar como Relator *ad hoc* desta matéria.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Eu vou direto para a análise e voto, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra, V.Ex^a.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Trata-se de comunicação do TCU a respeito da atividade da auditoria nas obras públicas de construção do edifício sede da Procuradoria Geral da República, conforme salientado anteriormente na auditoria empreendida, o TCU não identificou irregularidades graves na obra auditada, mas apenas falhas e impropriedades que motivaram determinações ao Ministério Público Federal.

A primeira determinação apenas reitera a que havia sido feita na decisão 949/99 para estrita observância da Lei 8.666 de 1993 quando da constatação sem licitação por notória especialização. Como constatou a equipe de auditoria, no caso hora em exame, não houve nessa etapa de fiscalização infringência da lei no tocante à contratação por inexorabilidade.

A segunda determinação se refere às falhas na execução da obra que deram ensejo às complementações dos projetos por parte da empresa contratada. Segundo o órgão tais complementações foram feitas sem ônus para o erário. Ainda assim o corte determinou que o MPF apurasse a eventual existência de dano em razão das tais correções. Por fim, o Tribunal determinou ao órgão que informasse dos resultados do processo administrativo instaurado com o fim de obter junto à empresa contratada, ressarcimento das despesas efetuadas pelo MPF em virtude de erros no projeto executivo a ela imputada.

Em resumo, verificamos que o TCU não identificou irregularidades graves nas obras auditadas havendo feito as determinações cabíveis para o saneamento dos vícios encontrados.

A conclusão: à luz do exposto concluímos pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo

arquivamento do Aviso nº 239 de 2000 do Tribunal de Contas da União, bem assim dos documentos que o acompanham haja vista não haver, segundo entendemos quaisquer providências a serem tomadas no âmbito do Senado Federal com respeito à matéria objeto de decisão 951 de 2000 do plenário daquela (inaudível) de contas.

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao item nº 02. Aviso nº 4 e 9 de 2003, também do Tribunal de Contas da União, encaminha ao Senado cópia do acórdão nº 158, bem como dos respectivos relatórios e voto que o fundamentam sobre auditoria realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE com o objetivo de avaliar a regularidade da execução e a adequação da sistemática de controle do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Também tem como Relator o Senador Heráclito Fortes.

Solicitaremos do eminente Senador Sibá Machado que funcionasse como Relator *ad hoc* desta matéria.

Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Direto à análise também, Sr. Presidente.

Desde a década de 1940 do século passado, o programa de merenda escolar tem se destacado como importante iniciativa para suprir parcialmente em caráter suplementar as necessidades nutricionais dos estudantes brasileiros. Ao longo dos anos o programa sofreu diversas transformações e aperfeiçoamentos atingindo hoje um universo de mais de 37 milhões de alunos da educação infantil e do ensino fundamental obrigatório com um orçamento que ultrapassa a 1,5 bilhão de reais.

A auditoria que ensejou o acórdão de nº 158 de 2003 foi realizada em um momento crucial de mudanças no programa.

A partir de 1999 por força da edição da Medida Provisória, MPV nº 1.784 de 98, reeditada com as alterações de MPV de nº 2.178 de 2001, principal norma que ainda hoje rege a execução do PNAE. Os repasses do Governo Federal às entidades executoras, Secretarias Estaduais de Educação e Prefeituras passaram a ser baseadas em valor per capita nacional e o número de alunos apurado pelo senso escolar do ano anterior. Com isso os repasses de merenda escolar passaram a ser regulares e transparentes sem a necessidade da intermediação via convênios anuais, que davam margem a favorecimentos políticos e casuísmos prejudicando milhões de alunos em todo

o país. Essa medida consistiu numa etapa importante do processo de descentralização e racionalização do programa iniciado em 1995.

Como é muito longo, Sr. Presidente, eu vou direto ao voto. Pode ser? Do voto. Diante do exposto opinamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo encaminhamento dos Avisos de nº 4 e 9 de 2003 ao arquivo. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Os itens 3, 4, 5 e 7 são projetos terminativos, dois deles nós temos pedido de retirada de pauta, e o outro que não tem pedido de retirada de pauta, pela visível inexistência de quorum para deliberar, nós também estaremos retirando de pauta.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra, V. Ex^a.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Aproveitei a presença de vários Senadores e o item nº 07 que trata da questão de novo método de pesagem e medida do pãozinho apresentado pelo Senador Antônio Carlos Magalhães, nós também apresentamos um requerimento que eu pediria que V. Ex^a. pudesse apreciar o requerimento para que a gente pudesse promover uma Audiência Pública para tratar dessa matéria que consultamos diversos Senadores, não há um consenso ainda sobre ela, mesmo não havendo quorum para a deliberação, nós gostaríamos que pudesse deliberar sobre o requerimento e pudesse também promover um momento oportuno Audiência Pública sobre este assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sobre a mesa requerimento de autoria de V. Ex^a. e outros eminentes Senadores que nós submeteríamos ao plenário para acolhê-lo extrapauta. O requerimento, como V. Ex^a. já se manifestou versa sobre a possibilidade de realizarmos uma Audiência Pública para discutir melhor as questões relacionadas ao Projeto de Lei do Senado nº 294 que estabelece a forma de comercialização do pão francês.

Em discussão primeiro a apresentação ao acolhimento extrapauta do requerimento do Senador Sibá Machado. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Nós temos outros requerimentos extrapauta também que eu acho que seria oportuno já discutirmos sobre o seu acolhimento.

Também de autoria do Senador Sibá Machado e outros eminentes Senadores, requerimento que se propõem à realização de Audiência Pública, com o fim de instruir o Projeto de Lei do Senado 158 de 2002 que acrescenta artigo à Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal permitindo que nas propriedades rurais a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal com a participação dos seguintes convidados: João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente, Marcos Barros, Presidente do IBAMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis.

Em discussão a proposta para acolhimento extrapauta do requerimento de autoria do eminente Senador Sibá Machado. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Definiremos então a data da realização dessas Audiências Públicas.

O item nº 06, Projeto de Lei do Senado nº 245 de 2006, não terminativo, dá nova redação ao art. 56 do Decreto-Lei 227 de 28 de fevereiro de 1967 com redação dada pela Lei 7.085 de 21 de dezembro de 1982 de modo a permitir o desmembramento da concessão de lavra ou licença. A proposta de autoria é do Senador Marcos Guerra, tem como Relator o Senador Wellington Salgado. O parecer é pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1. E a matéria é terminativa na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Nós consultamos o Senador Casagrande se poderia funcionar como Relator *ad hoc*.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V. Ex^a. a palavra, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Antes que V. Ex^a. possa determinar o Relator *ad hoc* eu quero fazer um pedido, que não quis entrar com requerimento sobre esta matéria, mas é uma matéria que ainda não tenho uma posição definida sobre ela, também porque estou retomando os trabalhos da Casa esta semana, por outros motivos não pude estar presente antes e queria pedir a V. Ex^a. que pudéssemos adiar para a próxima semana esta votação, é o tempo que eu vou conversar com o Senador Wellington Salgado para ver o parecer e estudar melhor com ele o parecer e poder emitir uma opinião sobre o assunto, se nós entrarmos em acordo se vamos poder apreciar de uma outra maneira, mas se V. Ex^a. pudesse acatar o pedido de adiamento de votação desta matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Entendendo as ponderações

consistentes de V. Ex^a., nós retiraremos também esse item da pauta.

Esta Comissão passa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Os outros projetos foram retirados de pauta a pedido dos autores?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Não. É porque são terminativos e nós não tínhamos número suficiente para deliberação.

Mas nós gostaríamos, antes de encerrar a sessão, de dar conhecimento aos ilustres membros que recebemos ainda do Tribunal de Contas da União diversos avisos, o 695 referentes à acumulação de aposentarias civis do regime, art. 40 da Constituição Federal decorrente de cargos inacumuláveis na atividade. Aviso 1.446 referente a relatório de atividade do terceiro trimestre do TCU. Aviso 1.670 referente à consolidação dos trabalhos de fiscalização em obras públicas. Aviso 1.724 referente a pedido de reexame do acórdão 340 de 2005, interposto pelo Banco Central do Brasil. Aviso 1.795 referente a relatório de auditoria sobre a ação, orientação profissional e intermediação de mão-de-obra do Ministério do Trabalho e Emprego. Aviso 1.805 referente a pedido de reexame dos acórdãos 851 e 1.924 de 2005 e 2004, respectivamente. Aviso 1.809 referente à contratação de serviços de consultoria técnica especializada. Aviso 1.885 agravo da Construtora OAS contra a decisão 879 do TCU. Aviso 1.898 referente à implementação das recomendações do TCU ao cadastro único dos programas sociais do Governo Federal. Aviso 1.900 referente ao acompanhamento do Leilão nº 02 de 2005 da Agência Nacional de Energia Elétrica. Aviso 1.907 referente ao relatório de levantamento de auditoria da Secretaria do Tesouro Nacional para verificar a compatibilidade dos demonstrativos publicados pelas estatais com aqueles constantes do SIAF. Aviso 1.926 referente à fixação dos coeficientes dos fundos de participação dos Municípios, Estados e Distrito Federal para 2006. Aviso 1.953 referente à consolidação das auditorias realizadas nos diversos órgãos da administração pública na área de publicidade e propaganda. Aviso 1.966 referente a pedido de reexame da Agência Nacional de Transportes Terrestre – ANTT. Aviso 1.998 referente a relatório de auditoria de natureza operacional na Agência Nacional de Telecomunicação – ANATEL. Aviso 2.020 referente a embargos de declaração da Construtora Andrade Gutierrez contra o acórdão 1.020 de 2006. Aviso nº 2.032 referentes à fixação dos coeficientes dos fundos de participação dos Municípios, Estados, Distrito Federal para 2007. Aviso 2.061 referente ao acompanhamento dos resultados das medidas de combate às grilagens de terras. Aviso 2.065 referente a pedido de

reexame contra o acórdão 219 de 2002. Aviso 2.108 referente a relatório de auditoria da verificação das regularidades da aplicação de recursos federais. Aviso 2.179 referente à auditoria de natureza operacional do Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase. Aviso 2.210 referente a recurso nominado sobre determinação contida no acórdão 219 de 2006. Aviso 2.291 referente a relatório de auditoria operacional da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Aviso 2.293 referente a PFS 2/99. Aviso 2.310 referente a embargo de declaração sobre determinação contida no acórdão 2.062 de 2006. Aviso 2.310 referente a relatório de auditoria do sistema de controle do espaço aéreo brasileiro. Aviso 36 relatório de auditoria realizado no Departamento Nacional de Obras contra a seca. Aviso nº 46 referente a acompanhamento nº 5 do estágio do processo de privatização do Banco do Estado do Ceará. Aviso 79 referente a pedido de reexame contra o acórdão 1.595 de 2005. Aviso nº 117 referente a embargo e declaração da Construtora OAS contra o acórdão 2.006 de 2006 da Infraero.

Esses avisos se encontram na Secretaria desta Comissão à disposição dos ilustríssimos Srs. Senadores.

Não havendo mais nada a tratar. Agradecendo a participação dos Srs. Senadores, declaro encerrada a Sessão.

(Encerra-se a reunião às 12:30min.)

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DO DIA 07 DE MARÇO DE 2007 ÀS 09:00 HORAS.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia sete de março de dois mil e sete, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, FÁTIMA CLEIDE, FERNANDO COLLOR, VALTER PEREIRA, ELISEU RESENDE, HERÁCLITO FORTES, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, INÁCIO ARUDA, EXPEDITO JÚNIOR, ADELMIR SANTANA e ARTHUR VIRGÍLIO**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a pauta da reunião consta de: **Item 01) Requerimento nº 6, de**

2007-CMA, – NÃO TERMINATIVO, que “solicita seja convidado o Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia a comparecer a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, a fim de debater acerca de projetos de implantação de energia nuclear como parte da matriz energética do país”. **Autoria:** Senador **RENATO CASAGRANDE**. **Resultado: Aprovado. Item 02) Aditamento ao Requerimento nº 04, de 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que requer “nos termos regimentais, que seja convidado o Sr. Alexandre Pereira Silva, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria para a audiência a ser realizada em razão do Requerimento CMA nº 04/2007, destinada à instrução do PLS 294/2006, que obriga a comercialização do pão francês a peso e por unidades de cinquenta gramas”. **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Resultado: Aprovado. Item 03) Requerimento nº, de 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que requer, “nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal, que seja solicitada ao TCU uma inspeção na empresa federal CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, relativamente à denúncia recebida pela Presidência do Senado, protocolada na Casa sob nº 1199/07, relativamente à eventual alienação de imóvel por preço inferior ao de avaliação prévia”. **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Resultado: Adiado (retirado de pauta). Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 2005, – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens de óleo comestível, advertência sobre a destinação correta do produto após o uso”. **Autoria:** Senador **VALMIR AMARAL**. **Relator Senador JONAS PINHEIRO. Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado. EXTRA-PAUTA**, são deliberadas as seguintes matérias: **REQUERIMENTO Nº 07, DE 2007-CMA, – NÃO TERMINATIVO**, que “Solicita seja convidado o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Dr. Sérgio Machado Rezende, a comparecer a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, a fim de debater acerca de projetos de implantação de energia nuclear como parte da matriz energética do país”. **Autoria:** Senador **RENATO CASAGRANDE**; **Resultado: Aprovado; REQUERIMENTO Nº 08, DE 2007-CMA, – NÃO TERMINATIVO**, que “Solicita a realização de Audiência Pública nesta Comissão, na forma de seminário, sobre Fontes Alternativas de Energia, sendo convidados representantes do Ministério de Minas e Energia; Ministério de Ciência e Tecnologia; Associação Brasileira de Energia Eólica e ANEEL”. **Autoria:** Senador **INÁCIO ARRUDA**; **Resultado: Aprovado; REQUERIMENTO Nº 09, DE 2007-CMA, – NÃO**

TERMINATIVO, que “Solicita que esta Comissão emita expedientes ao Ministério Público Federal, a Polícia Federal, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, ao PROCON, ao Departamento de Proteção e Defesa Econômica da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, instando providências acerca de aumentos uniformes nos preços dos combustíveis, costumeiramente verificados na véspera de feriados”. **Autoria:** Senador **FLÁVIO ARNS**. **Resultado: Aprovado; REQUERIMENTO Nº 10, DE 2007-CMA, – NÃO TERMINATIVO**, que “Solicita a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para tratar da importância e dos problemas relacionados à produção e exportação de álcool e etanol, com os seguintes convidados: Luís Carlos Guedes Pinto – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Guilherme Cassel – Ministro do Desenvolvimento Agrário; Márcio Santilli – Instituto Socioambiental; Roberto Rodrigues – Presidente do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP e Coordenador da Comissão Interamericana do Etanol; Maurílio Biaggi Filho, Presidente do Grupo Moema e Manoel dos Santos – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)”. **Autoria:** Senador **SIBÁ MACHADO**; **Resultado: Aprovado**. Usam da palavra os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, ARTHUR VIRGÍLIO, INÁCIO ARRUDA, FLÁVIO ARNS, SIBA MACHADO, e JONAS PINHEIRO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior permaneçam como se encontram. **Aprovado.**

A nossa pauta, hoje, é composta de 4 itens. Um dos quais, um Requerimento de minha autoria que eu estou propondo a retirada de pauta para um exame melhor da matéria que é o Item 3. Nós passaríamos imediatamente ao Item 1 que é o Requerimento de autoria do Senador Renato Casagrande que propõe o convite ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Ener-

gia a comparecer a essa Comissão a fim de debater acerca de projeto de implantação de energia nuclear como parte da matriz de energética do País.

Tem V.Ex^a, Senador Renato Casagrande a palavra para dar sustentação ao seu Requerimento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados... Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda, Presidente, de vez em quando eu me posiciono lá na Câmara dos Deputados ainda, mas devagarzinho, eu vou me acostumando.

Nós fizemos um Requerimento de convite ao Ministro da Minas e Energia, não só para debater a questão de energia nuclear, mas a motivação inicial foi a energia nuclear, porque com a discussão da matriz energética, com a necessidade cada vez maior do consumo de energia, de um processo de crescimento que esperamos que chegue ao Brasil de forma mais definitiva, nós temos um potencial ainda de geração de energia das hidrelétricas, temos outras fontes de energia, solar, eólica, temos a discussão de termoelétrica, carvão, mineral, é um processo de muita agressão ao meio ambiente, a gás natural e temos a discussão, de volta a discussão da energia nuclear.

Então, o governo tem um planejamento, acho que até 2030 dessas previsões de investimentos, então nós vamos, além de discutir a questão de energia nuclear, vamos discutir também a matriz energética e o futuro da matriz energética brasileira, numa visão ambiental que é a função dessa Comissão.

Então, por isso que eu propus o convite ao Ministro de Minas e Energia para vir aqui debater a questão da matriz energética e debater a questão da energia nuclear e surgiu também, eu fiz um Requerimento, quero pedir também, entrar como Extrapauta, o Ministro Sérgio Resende se mostrou interessado em debater essa questão da energia nuclear, então tem um Requerimento que eu fiz hoje, peço que possa entrar como Extrapauta para que nós possamos ter juntos aqui o Ministro Silas Rondeau e o Ministro da Ciência e Tecnologia para que a gente possa debater matriz energética brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – V.Ex^a tem razão, com forte apelo ambiental que o Brasil está vivendo na busca, inclusive, de energias alternativas, sou seguro de que o Brasil será uma das grandes províncias, provedoras de energias alternativas. Agora há pouco mesmo, eu tive a alegria de receber um técnico do Tocantins, Cláudio Nunes, estava aqui há pouco, mas parece que saiu, o Cláudio Nunes queria nos apresentar um projeto de produção de energia alternativa, produção de etanol, a partir da batata do consúltivo da batata doce. Acho que é um projeto também interessante porque simulta-

neamente, além da geração de energia, ele propicia a oportunidade de alternância de consultar principalmente para o pequeno produtor brasileiro. Eu creio que é um projeto interessante, vou ter a oportunidade de apreciar esse projeto e trazer a apreciação da Comissão. Continua em discussão o Requerimento apresentado pelo eminente Senador Casagrande.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Da maior e da melhor oportunidade a iniciativa do Senador Renato Casagrande, até porque toca num pouco que já foi muito mais nevrálgico no Brasil. Havia uma condenação por parte de ambientalistas a uso de energia nuclear e, hoje, ela se consagra no mundo inteiro como, em sendo tratada de maneira adequada, ela se consagra como uma fonte pouco poluente ou não poluente, preservadora da qualidade de vida do homem, enfim, e capaz de dar respostas a demanda por energia. O fator energia é essencial para se pensar em desenvolvimento econômico. E o Brasil tem, a meu ver, a possibilidade, a necessidade, começando por âncora III de trabalhar com justeza, com inteligência, com lucidez a energia nuclear, assim como está com a oportunidade do etanol às mãos. Os jornais têm noticiado, eu concordo, o Brasil pode virar uma Arábia Saudita se souber trabalhar o etanol, se souber trabalhar a tecnologia de transformação do álcool em combustível, a nossa matéria-prima é bem melhor do que o milho norte-americano, nós podemos virar mesmo uma Arábia Saudita nesse campo, e está na hora de nós, então, casarmos, mais do que nunca, a perspectiva do desenvolvimento econômico do qual não podemos abrir mão, a taxas elevadas, e precisamos buscar taxas elevadas, casar isso com a preservação da galinha dos ovos de ouro, nada de cometer mais danos, já cometemos muitos, mais danos ao meio ambiente. Nada de ressuscitar aquelas teorias esdrúxulas de que, Senador Renato Casagrande, dá para destruir a Amazônia toda que depois ela nasce. Nasce, nasce com árvores sem valor, nasce com mata secundária, ela nasce com mata não como floresta que fornece madeira não comercial. Nós temos que desenvolver uma tecnologia ecológica de aproveitar madeira. Nós temos que, nas áreas onde seja permitida a exploração da madeira, nós temos que trabalhar ao máximo a agregação de valor ecológico, valor tecnológico, valor econômico para que ela chegue recompensando aquele pequeno arranhão que se fez na natureza. Hoje, ela vai quase in natura. A Itália é uma das grandes pro-

dutoras de móveis, é uma das grandes aproveitadoras da madeira, de regiões como a nossa, por exemplo, e de outras regiões e a Itália não tem florestas, ou seja, nós poderemos virar a Itália no campo do *design*, no campo do aproveitamento da madeira com o respeito a ecologia com o chamado selo verde.

Então, eu endosso, entendo que nós temos que debater essa parte da matriz energética brasileira como sendo energia nuclear e debater mais, debater o casamento das matrizes energéticas brasileiras com a defesa do meio ambiente. Se fizermos isso, estaremos consentâneos com que os pósteros terão esperado de nós, depois eles vão olhar para trás e dizer assim: Se nós cumprimos ou não cumprimos com o nosso dever. Nós precisamos cumprir, sob pena de comprometer o futuro dos nossos filhos, netos, bisnetos. Ou seja, o mundo não vai parar com nossas mortes. O mundo vai continuar. E para ele continuar, é preciso que nós sejamos sábios agora. Não só os Países ricos que precisam aprender uma nova forma de produzir, como nós que temos o dever, na minha região, de explorá-la com inteligência, com lucidez, com decência, porque eu vou dizer algo, Senador Casagrande e Senador Sibá Machado que é da minha região, querido amigo, eu não tenho nenhuma dúvida que se nós fomos irresponsáveis em relação a Amazônia, a Amazônia vira um protetorado da ONU. Nós precisamos saber garantir a soberania nacional e não podemos abrir mão dela, mas o primeiro item é a exploração correta, é a exploração justa, a exploração na medida exata, a exploração que seja apoiada e aplaudida pela comunidade internacional que sofreria com o desastre ecológico sobre a minha região. Então nós precisamos ter noção de que não basta nós termos presença militar e precisamos tê-la, não basta nós termos o desejo que poderia virar retórico de manter a soberania, para manter a soberania, o primeiro item para mim, além de tudo isso que é importante, inclusive a presença militar forte, a presença civil forte também, mas o primeiro item é a exploração correta e justa de uma região que é nossa, não pode deixar de ser nossa, mas que interessa o mundo, sob pena de em seis anos, dez anos no máximo, nós temos uma situação de fato criada aqui. Portanto, eu quero parabenizar o Senador Renato Casagrande pela iniciativa muito feliz e que haverá de nos proporcionar uma Sessão muito brilhante aqui na Comissão presidida por V.Exª.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Arthur Virgílio, V.Exª tem razão. Todas às vezes que formos falar sobre questões ambientais, seguramente a Amazônia estará no

centro dessas discussões, e é preciso nós termos a preocupação para ter o uso, a ocupação e o aproveitamento justo e adequado desse enorme potencial e desse grande presente que a natureza nos deu.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Para discutir, Presidente.

V.Exª está inscrita, mas inscrito primeiro está, V.Exª gostaria de falar sobre o assunto ou é pela ordem?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sobre o assunto, mas eu gostaria mesmo de me congratular com o Senador Arthur Virgílio, pelas suas palavras. E dizer, Senador Arthur Virgílio, peço licença para o Senador Sibá Machado até para aqui socializar uma idéia que eu e o Senador Sibá já, de algum tempo alimentamos que é, Senador Arthur Virgílio, de um dia termos de fato a Zona Franca na nossa região Amazônica trabalhando com produtos verdes para a gente dar o salto, daquele pólo industrial apenas de montagem para que a gente possa estar produzindo produtos da Amazônia usando todas as regras da zona franca para comercializá-los. Meus parabéns, e eu fico muito satisfeita de tê-lo junto conosco dessa luta em defesa do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Embora não seja uma mera linha de montagem que se faz em Manaus, que a agregação tecnológica é muito grande lá, investimento em ciência e tecnologia é grande também, mas eu concordo plenamente com a idéia básica da Senadora Fátima Cleide e vai ao encontro, aliás, Senador Sibá Machado, de um Governador já falecido, extremamente honrado que eu combati, eu era da oposição ao regime militar e ele era um Governador nomeado pelo regime militar, o Governador José Lindoso que teve a antevisão de procurar estender os benefícios da chamada Zona Franca de Manaus para as regiões interioranas. Ou seja, ele visava a exploração de matérias-primas regionais, nós poderíamos pensar nisso com os fármacos, poderíamos pensar nisso com os cosméticos, enfim. A idéia é essa, nós temos uma região que tem que ser explorada e pode ser explorada, explorada usando-se a ciência da academia e usando o conhecimento empírico, que não é menor do que o dos cientistas, conhecimento empírico do mateiro, na hora que se vai trabalhar biotecnologia, Senadora Fátima, V.Exª que é de lá, sabe disso, é tão importante o trabalho do PHD que está indo ver que planta serve que planta não serve, quanto do mateiro que o acompanha ou do canoeiro que leva os dois. São três pessoas cultas: O canoeiro que sabe remar como ninguém, o cientista não sabe, e o mateiro, que

sem ele o cientista se perde na mata e o cientista que sabe muito bem distinguir qual é a planta que serve e qual a palavra que não serve.

Agora, os nossos antepassados indígenas sabem também distinguir qual a planta que serve qual a planta que não serve. Por isso a importância dessa interação e dessa integração.

Eu quero parabenizar também a oportuna ilustre intervenção da Senadora Fátima Cleide.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Sibá Machado, para discutir.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, já tenho acompanhado a trajetória do Senador Casagrande como ainda Deputado Federal e ontem a parte fiz a ele uma referência que eu quero reproduzir. Que é muito gratificante para mim conviver com ele nesse momento e vem somar conosco nessas preocupações que o Brasil tende a ser um dos principais protagonistas que diz respeito a uma matriz energética mais limpa e até mais participativa do ponto de vista empresarial. Nós temos uma Comissão que trata das questões ambientais e longe de nós aqui querer tratar as questões ambientais como freio de qualquer empreendimento. Nós só estamos querendo entender como que a humanidade pode se desenvolver economicamente preservando aquilo que é a sua própria vida, que o ambiente é a sua Casa. E numa das disciplinas da geografia, nós estudarmos sobre a presença de Deus na natureza. Colocava-se lá que o ser humano do passado, os primitivos via Deus, a imagem de Deus reproduzida na natureza, nas plantas, nos rios, no sol, na lua, nas terras, nas montanhas, nos animais, e assim por diante. A tecnologia “desdeusificou” a natureza, caminhou para que Deus está no céu e a natureza foi criada para nos dar vida e condições de sobrevivência. E agora nós estamos assim, todos os dias nos deparando para onde vai, até onde é possível ir a capacidade da inteligência humana. Neste afim, nós temos aqui um conhecimento muito interessante que é o conhecimento atômico. Aí não vamos entrar aqui nesse assunto, quero voltar ao Requerimento do Senador Casagrande. Nós sabemos que é uma das matrizes, ainda como chamado reserva técnica dos Países que não dispõe de outras fontes energética, a questão da energia atômica, o problema é que se tem de conhecimento na vida humana pode ser utilizada para o bem ou para o mal. Esse é o problema, o principal problema. O segundo, é que pelos meus poucos conhecimentos na área da física, mas aprendi uma das máximas da física que tudo que existe gera e consome energia e ao gerar e consumir energia se gera também resíduos e o que fazer dos resíduos. Esse é

o problema da indústria, o que fazer dos resíduos. E nós estamos diante de uma tecnologia de ponta, conhecer sobre as informações nesta área não é coisa pequena, requer um nível de conhecimento, um nível de empreendimento na área da pesquisa muito grande, e o Brasil ficou na década de 70 meio que subordinado ao conhecimento alemão que segundo as críticas do período nós acabamos enveredando por um caminho do conhecimento atômico, mas aquilo que já era uma espécie de defasagem de obsoleto no conhecimento alemão. E aí Angra dos Reis foi divulgado pelos opositores do sistema militar de que foi isso, eu não quero entrar neste assunto também.

Porém, agora, nós estamos de volta ao assunto, até onde o petróleo resiste manter a economia do mundo, até onde outras fontes poderão substituí-la, em que grau poderão substituí-la e é claro que Países na Europa, Países de outras regiões do mundo que não tem o petróleo e que não tem fontes próximas da do Brasil, como fontes hidráulicas, como fontes da biomassa e assim por diante, é uma situação que nos preocupa.

Portanto, tratar a matriz da energia nuclear no Brasil como reserva de conhecimento, como, digamos assim, uma reserva técnica para um futuro incerto que nós temos e até pelo domínio tecnológico, é uma coisa que me apetece, por outro lado, temos que tomar uma decisão, até onde nós podemos utilizar e quais são os efeitos nocivos que essa tecnologia pode também nos trazer e o País precisa conhecer, até também, porque precisa sabiamente o nosso povo tomar suas decisões, daqui para frente, não ser uma decisão apenas de ambiente de escritórios. Daí eu quero concordar plenamente com o Requerimento, acho que a gente tem que trazer para essa Comissão aqui o debate, Sr. Presidente. E eu sei que não é do feitio de V.Ex^a que a gente trata aqui do ponto de vista folclórico as questões ambientais, nós vamos tratar as questões ambientais aqui no mesmo padrão de importância que tem qualquer outra matéria em qualquer outra Comissão. Portanto, acho que a gente poderia até acelerar. Diante da vinda do Presidente George Bush ao Brasil, nós vamos tratar de uma matriz renovável, mas vamos aproveitar do clima do debate e vamos trazer para cá ambiente dessa natureza para a gente poder dar a nossa contribuição também ao processo.

Portanto, vou encerrar mais uma vez dizendo que o Senador Casagrande está atento, é uma antena, é um radar dessas questões aqui, não perde um minuto, e pediria até que ele pudesse permitir que todos nós subscrevamos o Requerimento dele para que seja uma coisa de interesse de todos nós. Vou encerrar dizendo ao Senador Arthur Virgílio e que a Senadora Fátima

Cleide fez uma provocação é que durante já alguns anos, mais de iniciativa do Partido dos Trabalhadores, nós temos feito um Fórum na Amazônia, que nós chamamos de Fórum Amazônico, aonde a gente debate a partir do PPA dos governos sucessivos governos iniciou no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso e agora Presidente Lula, a gente faz um debate sobre o PPA prometido para o Brasil e a Amazônia nesse PPA. O que é que a Amazônia tem a oferecer e tem a receber.

Então eu pediria ao Senador Arthur Virgílio a seguinte questão, até então nós não tínhamos convidado ninguém do PSDB para esses fóruns, tínhamos ampliado com outras pessoas, mas não tínhamos ampliado ao PSDB, o fórum não é do Partido dos Trabalhadores, ele é apartidário, mas confesso aqui que nós não tínhamos estendido. (risos) Eu vou propor a V.Exª que o próximo fórum que está prometido para abril, que V.Exª pudesse comparecer para tratar de assuntos tipo TV digital, que são as questões que estão prometidas para a nossa região, TV digital, a questão dos gasodutos, a matriz de infra-estrutura total, o que V.Exª pensa sobre o PAC, não apenas sobre o... Mas exclusivamente sobre a nossa região e já estendo os convites não só os que são amazônidas aqui, mas aos membros dessa Comissão que a gente possa ir.

O fórum foi uma iniciativa do PT, mas hoje ele está, digamos assim, na mão de muitos e pediria até que, se o Presidente Leomar Quintanilha, sendo um Senador do Tocantins, portanto Amazônida, pudéssemos promover um Fórum Amazônica, talvez até liderado, puxado desta feita pela Comissão que nós estamos aqui neste momento que é a Comissão de Meio Ambiente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Permite, Senador Siba, permite?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sem dúvida, convite aceito, com muito prazer.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ô, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pode ter certeza, Senador Sibá, que os temas levantados por V.Exª serão tratados nesta Comissão com a seriedade que os temas envolvem. E entendemos assim, muito importante, muito interessante a proposta apresentada por V.Exª, seria conveniente formalizá-la para que fizéssemos um Fórum sobre a Amazônia que todas as suas riquezas são pertinentes a essas questões ligadas ao tema principal dessa nossa Comissão.

Em discussão ainda o Requerimento apresentado pelo Senador Casagrande. Não havendo mais quem

queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Também de autoria do eminente Senador Renato Casagrande, Extrapauta, um Requerimento convidando, se propõe a convidar o Sr. Ministro de Estado Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado de Resende para debater nesta Comissão o projeto de implantação de energia nuclear como parte da matriz energética do País. Nós submetemos ao Plenário a aprovação da inclusão Extrapauta deste Requerimento.

Nós gostaríamos de ler mais três requerimentos Extrapauta que temos e submeter a apreciação do Plenário simultaneamente. Esse Requerimento do Senador Casagrande, há o Requerimento do Senador Inácio Arruda que propõe a realização de Audiência Pública nesta Comissão, na forma de seminário sobre fontes alternativas de energia, sendo convidado representantes do Ministério de Minas e Energia, Ministério de Ciência e Tecnologia, Associação Brasileira de Energia Eólica e ANEEL.

O outro Requerimento, eu darei oportunamente a palavra aos eminentes Senadores signatários do Requerimento para dar sustentação a proposta apresentada.

Outro Requerimento de autoria do Senador Flávio Arns que propõe seja oficiado ao Ministério Público Federal, a Polícia Federal, o Conselho Administrativo, Defesa Econômica, o CAD, o PROCON, Departamento de Proteção e Defesa Econômica da Secretaria Econômica do Ministério da Justiça e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural de Biocombustíveis, ANP, instando providências acerca de aumentos uniformes nos preços dos combustíveis, costumeiramente verificado nas vésperas dos feriados.

A elevação uniforme dos preços dos combustíveis chama a atenção de toda a sociedade para uma situação muito grave que é a adoção de conduta comercial combinada entre concorrentes, no sentido de limitar, falsear, ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa, o que caracteriza crime contra a ordem econômica. O outro Requerimento de autoria do Senador Sibá Machado que propõe a realização de Audiência Pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Reforma Agrária para tratar da importância e dos problemas relacionados a produção e exportação de álcool e etanol. E sugere que sejam convidados Luiz Carlos Guedes Pinto, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Guilherme Cassel, Ministro do Desenvolvimento Agrário, Márcio Santilli do Instituto Sócio-Ambiental, Roberto Rodrigues, Presidente do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP e Coordenador da Comissão Interamericana do Etanol. Maurílio Biagi Filho, Presidente do grupo

MOEMA, Manoel dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG.

São esses requerimentos, e eu passaria então, que eu proporia o acolhimento Extrapauta, os Srs. Senadores que aprovam o acolhimento desses requerimentos, Extrapauta, permaneçam como estão. Aprovado.

Eu passo agora a palavra aos eminentes Senadores signatários dos requerimentos para defenderem a propositura apresentada. Senador Casagrande. Convite do Sr. Ministro Sérgio Resende.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– O Ministério da Ciência e Tecnologia desenvolve uma política e defende a reativação e ampliação da energia nuclear no Brasil e o Ministério da Ciência e Tecnologia tem pesquisas e aí vai na direção do Requerimento do Senador Inácio Arruda, tem pesquisa na área de energia alternativa. Então o Ministério tem toda a competência de colaborar conosco no debate sobre matriz energética. E o Ministério demonstrou interesse em participar desse debate aqui na Comissão de Meio Ambiente. Então o Ministério da Minas e Energia e o Ministério da Ciência e Tecnologia podem se complementar nesse debate aqui junto com a nossa Comissão, por isso que nós apresentamos também um Requerimento convidando o Ministro Sérgio Resende.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Inácio Arruda, tem V.Exª a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, eu considero assim muito importante o debate que nós estamos assistindo, não só no nosso País, mas um debate no mundo inteiro acerca do aquecimento do planeta com um viés que é questiona as matrizes, digamos assim, de fornecimento de energia, sendo elas, digamos assim, as principais responsáveis pelo aquecimento do planeta. E exatamente a elas são oferecidas número significativo de alternativas e o Brasil tem um potencial imenso nessa área, imenso, nós temos discutido muito a questão da biomassa, mas nós temos alternativas, inclusive, mais interessantes do que, digamos assim, a biomassa. A biomassa já está a todo o vapor para não falar em energia a vapor, mas a biomassa já está a todo vapor e nós temos outras alternativas com um grande potencial e eu tenho a idéia de que a Comissão de Meio Ambiente, através da suas Subcomissões, e no caso aqui a Subcomissão presidida pelo Senador Casagrande, mas sobre o comando de V.Exª, Senador Leomar Quintanilha em conjunto com outras Comissões, porque eu vou apresentar esse mesmo Requerimento nas outras Comissões que criaram Subcomis-

sões para tratar do tema. Então está lá a Comissão de Relações Exteriores resolveu criar uma Subcomissão para tratar sobre o tema. Como o mundo todo está discutindo, e tem uma Comissão de Relações Exteriores, então tem as Subcomissões, então tudo bem, então apresentamos lá também um Requerimento para poder associar, puxar para cá, para que sob o comando de V.Exª, essas Comissões todas se reúnam para discutir o tema do aquecimento global. Agora discutir o tema do aquecimento global não para “diletantismo” nosso, não para deleite para a gente ficar sou *expert* agora em aquecimento global, podemos sair dando palestra por aí afora. Não, para encontrarmos a solução, para dizer, olha, nós temos aqui uma alternativa boa, está aqui, o Brasil pode sair por esse caminho. Nós temos a energia eólica, onde é que estão as traves que impedem que a energia eólica num País que tem ventos contínuos que podem permitir, a Paraíba que aqui está o Senador Cícero Lucena, que pode permitir ao Rio Grande do Norte, que pode permitir ao Ceará, ao Pernambuco, a outros Estados, o Rio Grande do Sul deixar de ser no caso do Rio Grande do Norte, no caso da Paraíba, e do Ceará deixar de ser importadores de energia e serem exportadores de energia. Nós temos o potencial enorme, eu acho que nós temos assim, condições de colocar esse debate da alternativa, nós temos alternativa, nós não queremos apenas discutir, nós não queremos apenas debater, nós queremos oferecer oportunidade. E onde, para usar a expressão do Presidente da República, onde que estão as traves que impedem que essa energia limpa possa se desenvolver com mais rapidez. Vamos encontrá-la aqui, localizá-la, onde que está a trave para a gente dar uma destravada, o Presidente disse que tem que destravar, pois vamos destravar, está dentro do PAC, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento. Vamos colocar as energias alternativas, disse que o maior problema do Brasil é energia, sem energia não tem crescimento, não tem desenvolvimento e a energia tem que ser limpa. Então pronto, nós temos alternativa de energia limpa e tem as traves no meio, nós vamos tirar as traves. Os Senadores aqui do Congresso Nacional brasileiro, juntamente com os Deputados e a nossa sociedade se dispõe a ajudar o Presidente Lula, a tirar as traves que tem aí pelo meio, nós vamos encontrar aqui no debate onde que estão as traves, mostrar para o Governo, “Óh, Presidente, tem umas traves aqui no meio, botaram uma trave aqui, vamos tirar essas traves do meio e permitir que essas energias limpas possam se apresentar para a sociedade brasileira num esforço conjunto com Ministérios”, no caso aqui o Ministério de Minas e Energia e o Ministério do Meio Ambiente articulado muito precisamente

aqui com o Ministério da Ciência e Tecnologia, porque ele desenvolve muitos programas nessa área e com a sociedade brasileira. Tem o setor privado, tem as empresas estatais que podem se unir nesse debate e construir um caminho de fato alternativo, porque senão a gente fica só constatando que tem o aquecimento global, tem o aquecimento global, tem o aquecimento global e a gente não toma iniciativa para encontrar a alternativa correta mais ajustada.

Por isso, ofereci esse Requerimento para que a gente de forma articulada sobre o comando da Comissão de Meio Ambiente possamos debater e encontrar alternativas que eu acho que estão na nossa mão, falta a gente dar o nosso empurrão para a gente destravar de uma vez por todas essa questão. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Collor, com a palavra.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL)

– Apenas para dar uma explicação como membro da Comissão de Relações Exteriores e Presidente da Subcomissão de Mudanças Climáticas aprovada naquela Comissão sobre o trabalho que desejamos fazer, claro, com a Comissão de Meio Ambiente e acho que não somente do Senado, mas também da Câmara, estive conversando com o Deputado Fernando Gabeira do PV do Rio de Janeiro, que também se manifestou muito interessado em fazermos esse trabalho conjunto. Ainda ontem com o Senador Renato Casagrande na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ele tomou a iniciativa de tratar desse tema e que tem a minha total e absoluta concordância.

Eu acho que o que inspirou a Comissão de Relações Exteriores a criar a Subcomissão de mudanças climáticas foi exatamente essa mesma preocupação que nos irmanam a todos nesse momento, e, sobretudo, pela interface que tem esta Comissão, aquela Comissão de Relações Exteriores com os outros Países e as outras nações que também devem estar muito conscientes da degradação acelerada que sofre o nosso planeta.

Então, eu julgo extremamente conveniente e coloco-me inteiramente à disposição da Comissão de Meio Ambiente e também, como coloquei lá na conversa com o Deputado Gabeira de que façamos um trabalho conjunto. Ou seja, do ponto de vista da Comissão de Relações Exteriores, não há nenhum intuito de fazer um trabalho paralelo ou ter uma posição A ou B ou C.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – V.Exª me concede um aparte?

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL)

– Pois não, Senador Inácio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – No caso específico da Comissão de Relações Exteriores, basta ver que um dos temas mais festejados internacionalmente é o da Floresta Amazônica que só a Floresta Amazônica reúne em torno de si não só todos esses Estados que foram citados aqui, mas pelo menos aí uns quatro Países aqui da América do Sul que discute a Amazônia, então já estariam interligados via Comissão de Relações Exteriores se a gente quisesse dar uma justificativa para a Comissão. Mas acho que todos estaríamos irmanados via Comissão de Meio Ambiente, com as Subcomissões que temos. A infra-estrutura propôs também criar uma Subcomissão, acho que da última hora o Presidente Marconi Perillo achou que já tinham duas Subcomissões, teríamos mais uma terceira que é a própria Comissão debateria o tema. Tudo bem, não criou a Subcomissão, mas ficou a Comissão mesmo para debater e discutir o tema da infra-estrutura.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL)

– O importante eu acho que é exatamente isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que nós possamos fazer esse trabalho integrado, um trabalho conjunto para conquistarmos o nosso objetivo que eu acredito que seja menos de cobrança, porque em 1992 quando presidia a Conferência Mundial do Meio Ambiente, foi a maior conferência já realizada nesse século medida o tamanho da conferência pelo número de Chefes de Estados e de Governo que ocorreram a ela, já ali foi exaustivamente debatido o assunto. De lá saiu a chamada Agenda 21, ou seja, era uma agenda que dava o dever de Casa para cada um dos Países signatários dos diversos tratados e acordos que deveriam que cumprir. Depois disso, foi realizado, cinco anos depois uma reavaliação, veio depois o Protocolo de Kyoto que lamentavelmente os Estados Unidos deixaram de assinar que eu acho, acompanhando a preocupação do Senador Sibá, que seria um momento importante que o Presidente Lula tratasse com o Presidente Bush dessa questão da ausência dos Estados Unidos no Protocolo de Kyoto, enfim, eu acredito que muito mais do que nós fazermos cobranças, é sabermos se nós estamos cumprindo com o nosso dever Casa. Ou seja, o que ficou determinado que o Brasil e o Governo Brasileiro fizessem em 1992 em termos de metas na questão de emissão de CO₂, na questão de CFC e assim por diante, se o Brasil vem cumprindo com suas metas, porque nós teremos que obrigatoriamente cobrar dos Países desenvolvidos uma postura mais

responsável, eles, hoje, são os grandes poluidores e os grandes causadores do chamado efeito estufa e do aquecimento global. Mas para isso, para nós cobrarmos isso com mais autoridade, seria de todo o interessante que nós estivéssemos também atentos ao nosso dever de Casa.

Então, saber das obrigações que couberam ao Brasil e ao Governo Brasileiro e a população brasileira se nós estamos cumprindo com essas obrigações para nós podermos, então, levar, incentivar o Governo Brasileiro e a sociedade brasileira a tomar as providências devidas para que nós possamos dar a nossa contribuição para a degradação ambiental que está se verificando nos dias de hoje. Era isso que eu tinha a dizer, muito obrigado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Senador me permita a palavra pela ordem para complementar uma preocupação sobre o que está sendo debatido agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exª a palavra, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ainda antes de falar do Requerimento é que as Subcomissões, a questão do clima, tanto da Comissão de Relações Exteriores presidida pelo Senador Fernando Collor e a Subcomissão desta Comissão presidida pelo Senador Casagrande encaminhar um Requerimento solicitando um encontro conjunto das duas Subcomissões com a presença de autoridades que tratem deste assunto, eu tenho a informá-los que dia 28 é uma data proposta pela Senadora e Ministra Marina Silva que ela se dispõe a comparecer no dia 28, já tem essa previsão de data. Devo ainda lembrá-los da possibilidade do Presidente Lula estar nos Estados Unidos a partir do dia 30, acho que dia 30 deve ser a viagem e, portanto, o Ministro, o Presidente Lula deve ir aos Estados Unidos no dia 30 ou 31, se não me falha a memória. Então o Ministro Amorim, provavelmente estará junto.

Então, podíamos, então, se essa data do dia 28 sugerida pela Ministra Marina, se a gente pudesse fazer uma embaixada, Presidente, ao Ministro Amorim que pudesse também comparecer conjuntamente com a Ministra Marina Silva, nós podíamos, então, ter um indicativo desta reunião das duas Subcomissões na data do 28 de março, porque posteriormente a isso ficaria muito distante e antes, provavelmente, nós teremos pouco tempo para mobilizá-los para estarem presentes nessa reunião. Era o que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Collor, Senador Inácio Arruda, demais Senadores, nós entendemos as razões que levam diversas Comissões, é perfeitamente

compreensível que diversas Comissões desta Casa desejam discutir as questões ambientais, em relação ao forte apelo que hoje essa questão exerce sobre o mundo inteiro. E V.Exª tem razão, a nossa preocupação é efetivamente trazer para o foro adequado da discussão dos grandes temas nacionais e esse é um tema mundial que não vai nos competir aqui não só a discussão por questão de diletantismo, como V.Exª mencionou, mas contribuímos para buscar a solução do que o País deve fazer, do que o Brasil deve fazer e toda a sociedade brasileira deve fazer para que nós possamos contribuir para a mitigação dos efeitos nefastos e dos efeitos negativos e poluidores que hoje estão comprometendo o planeta.

Então, eu entendo perfeitamente que nós teremos um resultado mais positivo se nós conseguirmos realmente aglutinar o trabalho e realizarmos simultaneamente e aglutinado o trabalho entre as diversas Comissões. Senador Sibá sugere aí o convite ao Ministro Celso Amorim na mesma data que será convidada a Ministra Marina Silva, eu acho que é uma providência interessante, Senador Collor, que poderia ser feito pela Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Fazemos em conjunto essa audiência com a Ministra Marina e com o Ministro Celso Amorim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Exatamente e o Senador Collor que é da Comissão de Relações Exteriores poderia se encarregar de adotar essas providências e convidar o Ministro Celso Amorim para vir também nessa mesma data no dia 28, já está confirmada a presença da Ministra Marina Silva, quem sabe aí faríamos uma reunião conjunta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Ministro, Senador Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Presidente, com a sua anuência, eu acho que eu e o Presidente da Subcomissão de Relações Exteriores, Senador Collor, podemos sentar e combinarmos as nossas ações em conjunto, eu acho que essa primeira audiência podemos fazer em conjunto e a gente vai combinando para que a gente possa racionalizar o nosso tempo e o trabalho aqui no Senado com relação a este tempo. Aí o Senador Collor conversa com o Senador Heráclito Fortes, com a permissão do Presidente, a gente já faz uma combinação de ações aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Já há anuência plena. Se V.Exª concorda perfeitamente, essa articulação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu sugiro ao Senador Leomar Quintanilha que ele converse com o Senador Heráclito Fortes que combine os dois e a gente trabalha aqui nos bastidores nas Subcomissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Como é? Pode repetir por gentileza?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – V.Ex^a conversa com o Senador Heráclito Fortes e nós trabalhamos aqui nas Subcomissões, Senador Casagrande e Senador Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Perfeitamente, sem problema. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento do Senador Inácio Arruda, passamos a palavra ao Senador Flávio Arns para discorrer sobre o Requerimento apresentado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exatamente, Sr. Presidente, quero antes de discorrer sobre o meu Requerimento, também dizer do meu apoio a todos os requerimentos apresentados em relação a questão do meio ambiente, de energia e tantos temas que interessam as Comissões como ao Brasil. E destacar que inclusive hoje, eu recebi o relatório, um documento do Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas sobre Mudanças Climáticas Globais e seus efeitos sobre a biodiversidade, a caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do Século XXI. Isto é fundamental porque quando nós pensamos no interesse das várias Comissões do Senado sobre a questão do meio ambiente, as óticas sempre são diferentes. Na Comissão de Relações Exteriores, sem dúvida é a discussão em termos dos relacionamentos do Brasil com os outros Países. Nesta nossa Comissão a ênfase é em termos do meio ambiente. Mas se nós olharmos na Comissão de Assuntos Econômicos que tem que se debruçar, não só aquela Comissão, mas a Comissão de Agricultura sobre as mudanças no meio ambiente, porque no meu Estado, no Paraná, por exemplo, se houver a alteração do clima em um grau, toda a geografia da agricultura tem que ser alterada no meu Estado, como tem que ser alterada no Brasil.

Então, é um assunto que envolve todas as Comissões deste Senado. Mas, então, nesse sentido que eu quero dar o apoio, mas eu apresentei também um Requerimento, Sr. Presidente, porque essa Comissão é de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, porque o que nós temos observado no Brasil, particularmente nas véspera de feriados, é um aumento inexplicável dos combustíveis.

No meu Estado, no Paraná, uma semana antes, às 11 horas da manhã, a gente enchia o tanque do

carro com gasolina e pagávamos dois reais e sete centavos às 11 horas da manhã e às 2 horas da tarde, a gente pagava dois reais e cinquenta e nove centavos. De dois reais e sete centavos em duas horas, sem qualquer explosão do preço de petróleo pelo mundo, sem uma guerra que tenha sido adequada nesse período, o preço simplesmente aumentou de dois reais e sete centavos para dois reais e cinquenta e nove centavos. Isso a gente observa em Brasília também. Uma semana antes disto acontecer no Paraná, Brasília já tinha feito isto também. Os postos de gasolina onde a gente colocava, enchia o tanque de gasolina ou de álcool, no caso de gasolina pagava os dois reais e dez, quinze centavos, estava dois reais e sessenta e cinco centavos. E o que a gente observa é que os preços diminuem numa região do Brasil, aumentam para compensar a diminuição de uma região em outra região do Brasil e mesmo dentro dos Estados o preço do combustível aumenta numa região e diminui na outra, por exemplo, dando exemplo do Paraná, indo para Maringá num determinado período, o preço da gasolina é mais barato do que em Curitiba e em outro período é mais caro que em Curitiba.

Então, todo um jogo de compensações, ou seja, muito provável, manipulação de preços, formação de cartel e crime contra a ordem econômica. Quer dizer, simplesmente isso, as pessoas estão jogando com os consumidores, estão, na verdade, causando prejuízos ao consumidor e a gente não vê atitude alguma sendo tomada, objetivamente nesse sentido.

O Ministério Público Estadual do Paraná vem se dedicando a isso, mas como é um problema nacional e de fácil investigação, eu diria, porque nós temos um produtor no Brasil, temos oficialmente cinco distribuidoras, cinco distribuidoras, TEXACO, SHELL, ESSO, IPIRANGA e BR, fora as de bandeira branca que na verdade sofrem também com esse problema e temos os revendedores, porque na verdade a gente poderia dizer que os donos de postos, na maioria, não todos, estão também a mercê desses cinco distribuidores. Quer dizer, na grande maioria dos casos, de acordo com investigações preliminares, a gente vê que ou você age de acordo com a vontade ou desejo do distribuidor ou você vai para a falência. Então é um crime que está sendo perpetrado no Brasil, por isso eu já oficieei pessoalmente aos órgãos mencionados, mas considero muito importante que o mesmo documento seja enviado pela Comissão de Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle que é a nossa Comissão para o Ministério Público Federal, para a Polícia Federal, para o Conselho Administrativo de defesa econômica, CAD, para o PROCON, para o Departamento de Proteção e Defesa Econômica da Secretaria de Direito Econô-

mico no Ministério da Justiça e para a ANP, Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para que estas instituições que a gente espera que se fortaleçam cada vez mais no Brasil e combatam este tipo de crime que vem acontecendo em nossa sociedade, que essas entidades, essas instituições dêem as explicações para esta Comissão e que na sequência nós possamos, inclusive, se for necessário, dependendo das respostas e dos encaminhamentos, que a gente possa, inclusive, desenvolver um debate mais aprofundado nessa Comissão através de uma CPI, ou através de Audiências Públicas para que a população brasileira não fique a mercê de criminosos. Isto é crime organizado, crime organizado, que nem... Mata pessoas, entorpecentes, tráfico de drogas, nós temos o crime organizado, porque é no Brasil inteiro, do cartel dos combustíveis.

Então, nesse sentido, que eu peço, assim, a compreensão dos colegas Senadores para que a gente possa aprovar esse Requerimento de busca de informações. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão, não havendo quem queira discutir. Senador Sibá Machado para argumentação a respeito do Requerimento apresentado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, este Requerimento que trata de uma reunião conjunta entre esta Comissão e a Comissão de agricultura e reforma agrária, até depois do debate das Subcomissões, eu fico até pensando se não era o caso de estendê-la também para a Comissão de Relações Exteriores, dado a ambição do Requerimento por conta dos efeitos da vinda do Presidente norte-americano, George Bush, que certamente é uma pauta para 2007 que vai consumir o ano inteiro, no mínimo. O Ministro Luiz Carlos Guedes que representa hoje a organização do setor produtivo de larga escala da agricultura brasileira, o Ministro Guilherme Cassel que representa o setor produtivo, mais da área da reforma agrária, da agricultura mais familiar, o Dr. Márcio Santilli que representa o instituto sócio-ambiental, o Dr. Roberto Rodrigues, ex-Ministro da agricultura e atualmente negociando a todo o vapor, esse intercâmbio entre o Brasil, os Estados Unidos, esses Países da América do Sul e América Central, sobre o etanol, que representa também a FIESP, o Dr. Maurílio Biagi que é Presidente de um dos maiores grupos sucroalcooleiro do Brasil e que tem prestado também relevantes contribuições as metas do Governo Brasileiro sobre a questão do etanol e que também conheci há muitos atrás e agora contribui também com a participação do meu Estado, o Estado do Acre neste setor e o Sr. Manoel dos San-

tos que é Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

Por que isso, Sr. Presidente? Porque nós estamos aqui no ambiente de uma Comissão de Meio Ambiente, como nosso prisma parte do ambiental para os demais pontos, eu fico aqui imaginando que é preciso a gente apontar já para alguns problemas e nos antecipar para eles. Tipo: Cada usina está prometida no Brasil já para imediatamente mais 77 novas usinas, cerca de dois milhões de hectares de terra destinados, pensados para a questão da produção da cana de açúcar. Tem duas questões que me chamam muito a atenção, uma delas é que a cana de açúcar avança para perto das cidades e também as cidades avançam para perto do campo.

Então, se a gente usa a tecnologia de queima da cana para o corte braçal, de outro lado nós temos uma questão positiva que é a contratação de mão-de-obra, você tem mais pessoas trabalhando, carteira assinada.

Por outro lado, temos dois inconvenientes que é quanto de CO que nós estamos mandando para a atmosfera e por outro lado a fuligem que recai sobre as cidades, e as pessoas reclamam e tudo mais.

Então, como responder a isso? Isso é uma questão que diz respeito a essa Comissão. Se a gente vai dizer que vamos abandonar o uso do fogo, se abandonarmos o fogo vamos introduzir a máquina para o corte e a colheita, isso significa a redução de empregos no campo, nesse setor. Se vamos manter a mão-de-obra humana, recusando a máquina, nós, inevitavelmente, temos que usar o fogo, então para mim é um debate que a gente tem que ir construindo para um pacto.

A outra é uma espécie de zoneamento, Sr. Presidente, porque vamos pensar no lado mais positivo da questão, que o Brasil feche um grande contrato com os Estados Unidos e que nós possamos ter, digamos, daqui até 2020, 2025, ao OPEP do etanol. Se isso ocorrer e o Brasil se mantendo como, a OPEP do etanol, é uma proposta norte-americana, inclusive. Se o Brasil se mantiver como líder do processo, nós vamos precisar de mais quantos hectares de terra destinada a cana ou outras matérias-primas que poderão ser convertidas em álcool. Nesse caso, eu imagino que é preciso ter uma espécie de zoneamento mínimo para podermos aqui, no longo prazo, a gente já identificar que a cana poderia ser utilizada em tais, tais e tais áreas, uma espécie de um zoneamento ainda não eminentemente técnico, mas pelo menos entre nós, uma espécie de acordo de cavalheiros, entre a organização produtiva, as questões ambientais, a sociedade e tudo mais. Essa questão do OPEP não é uma brincadeira, está vindo na mala do Presidente Bush. A secretária

de Estado Condoleezza Rice tem um dos seus Assesores que está defendendo. “Já que nós não temos a ALCA, que nós tenhamos o álcool”, e ele propõe o tema, foi ele que propôs, saiu na mídia, A OPEP do... este é o nome ele usou. Estado de embriaguez. Então, a OPEP do álcool.

Então, estou aqui imaginando que do aspecto mais ambiental, nós temos algumas coisas a nos anteciparmos para evitar que a gente tenha no futuro algumas dores de cabeça maior. E ainda temos, agora, já tinha estudado sobre o assunto e hoje na CBN, Heródoto(F) entrevistou uma pessoa que está estudando a utilização do bagaço da cana para a transformação em álcool que é a hidrólise do bagaço que segundo ele, cada usina que tem um faturamento de cerca de 100 milhões de reais, poderá chegar próximo de duzentos milhões de reais se utilizar isso também porque é uma nova fonte.

Ou seja, nós temos aqui um precedente muito bom para trabalharmos do ponto de vista geopolítico essa questão, do ponto de vista empresarial, financeiro, a questão do desenvolvimento, mas também sem perder o foco do nosso tema aqui que é a questão ambiental.

Portanto, eu peço esse Requerimento, porque nós temos aqui, no meu entendimento, estas pessoas poderão contribuir substancialmente sobre todos esses pontos de vista que eu estou lembrando aqui a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão. Nós vamos votar em bloco os quatro requerimentos apresentados. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Nós acabamos de receber, é o mesmo Requerimento.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É cópia, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – O Item 2 da pauta é um Requerimento de nossa autoria, é um aditamento ao convite que já foi formulado e aprovado por essa Comissão para em Audiência Pública, nós ouvirmos o Presidente do INMETRO, Dr. João Alziro Herz da Jornada, do Presidente da FIES, Dr. Paulo Skaf, e do Presidente do IDEC, a Dr^a. Marilena Nazarina, a respeito da instrução do Projeto de Lei do Senado 294 que obriga a comercialização do pão francês a peso ou por unidade de 50 gramas. Esse nosso Requerimento simplesmente aditaria o Requerimento anteriormente aprovado incluindo a pessoa do Sr. Alexandre Pereira da Silva, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria para a audiência ser realizada aí, eu enten-

do que a presença dele completaria o contraditório na oitiva que nós realizaríamos nessa Comissão. Então, que já está marcada para o dia 21, próximo.

Então, o Requerimento de nossa autoria, exatamente para incluir o Sr. Alexandre Pereira da Silva entre aqueles que serão ouvidos. Em discussão o Requerimento, não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Item 2.

O Item 3 foi retirado de pauta. O Item 4 é terminativo, nós não temos condições pelo *quorum* de deliberar sobre ele. A Mesa passa a dar conhecimentos aos membros dessa Comissão de que recebemos encaminhado pelo Ministro de Estado do controle da transparência, Dr. Jorge Hage Sobrinho, um CD contendo os relatórios de fiscalização em que estão contidos os resultados das ações levadas a efeito por essa controladoria geral da União nas unidades municipais sorteadas na 21, etapa do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos. Esse CD está à disposição dos eminentes membros dessa Comissão. Essa Mesa dá conhecimento do recebimento dos avisos originários do Tribunal de Contas da União, aviso 73, referente a pedido de reexame interposto pelo Ministério da Integração Nacional contra itens do acórdão 1.595 de 2005 que determinou a renegociação dos preços apresentados pelas empresas vencedoras na concorrência nº 2/2004 desse Ministério. O aviso nº 81, referente a representação formulada por auditores do TCU contra supostas irregularidades em procedimentos licitatórios realizados pela Casa da Moeda do Brasil. O aviso nº 209 e 210 encaminham relatórios das atividades do quarto trimestre de 2006 do Tribunal de Contas da União.

Também para conhecimento aos membros dessa Comissão que encontra-se a sua disposição, à disposição dos senhores membros o aviso 157 de 2000 que encaminha ao Senado Federal atividades referentes ao segundo trimestre de 2000. Não havendo mais nada a tratar, agradecendo a participação de todos. Com a palavra V.Ex^a.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente. Nós temos uma reunião da Subcomissão, tínhamos às 14 horas e eu combinei com os membros da Comissão aqui que a gente faria essa reunião agora, em 2 minutos a gente faz só para aprovar alguns requerimentos de alguns pesquisadores para comparecer a Subcomissão, então pedi ao Inácio e rapidamente, a hora que o senhor acabar e imediatamente eu faço a reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós encerraremos imediata-

mente, eu termino a reunião e V.Exª poderá realizar a reunião da Subcomissão pertinente.

Srs. Senadores, agradecendo pela participação efetiva nos trabalhos desta manhã, declaro encerrada a presente Sessão.

(Levanta-se a reunião às 11h13)

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DO DIA 14 DE MARÇO DE 2007 ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas quarenta e nove minutos do dia quatorze de março de dois mil e sete, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **SIBÁ MACHADO**, **FÁTIMA CLEIDE**, **JOÃO RIBEIRO**, **FERNANDO COLLOR**, **WELLINGTON SALGADO**, **VALDIR RAUPP**, **ELISEU RESENDE**, **JOSÉ AGRIPINO**, **CÍCERO LUCENA**, **MARISA SERRANO**, **MARCONI PERILLO**, **FLÁVIO ARNS**, **AUGUSTO BOTELHO**, **SERYS SLHESSARENKO**, **INÁCIO ARRUDA**, **EXPEDITO JÚNIOR**, **ADELMIR SANTANA**, **CÉSAR BORGES** e **ARTHUR VIRGÍLIO**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a pauta da reunião consta de: **Item 01) Aviso nº 10, de 2003, – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 240, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional realizada no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (TC – 014.459/2002-8)”; **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator “ad hoc” Senador EXPEDITO JÚNIOR. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 02) Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2006 – NÃO TERMINATIVO**, que “dá nova redação ao art. 56 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 7.085, de 21 de dezembro de 1982, de modo a permitir o desmembramento de concessão de lavra ou licença”. **Autoria:** Senador **MARCOS GUERRA**. **Relator “ad hoc” CÍCERO LUCENA; Parecer:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CMA, que apresenta. **Resultado: Aprovado.** Obs.: Matéria terminativa na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. **Item 03) Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2007-CMA – NÃO TERMINA-**

TIVO, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens de óleo comestível, advertência sobre a destinação correta do produto após o uso”. **Autoria:** Senador **VALMIR AMARAL. Resultado: Concedido pedido de vista coletiva. EXTRA-PAUTA**, são deliberadas as seguintes matérias: **Item 01) Requerimento nº 11, de 2007-CMA, – NÃO TERMINATIVO**, que “requer, nos termos do disposto no art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada a “subcomissão temporária para a discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos”, composta de 5 membros, com prazo de funcionamento de 12 meses, destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados “lixões” e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios”. **Autoria:** Senador **CÍCERO LUCENA ; Resultado: Aprovado; Item 02) Requerimento nº 12, de 2007-CMA, – NÃO TERMINATIVO**, que “requer, nos termos do art. 70 e do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, com o objetivo de verificar a legalidade, legitimidade e economicidade da aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde – SUS nos anos de 2005 e 2006”. **Autoria:** Senadores **CÍCERO LUCENA e CÉSAR BORGES. Resultado: Aprovado; Item 03) Aditamento ao Requerimento nº 08, de 2007-CMA, – NÃO TERMINATIVO**, para que “sejam convidadas as autoridades relacionadas abaixo, para participarem de debate em Audiência Pública, em conjunto, com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e a de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre Fontes Alternativas de Energia: **MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN** – Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME); **LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS** – Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); **JERSON KELMAN** – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); **ADÃO LINHARES MUNIZ** – Presidente da Associação Brasileira de Energia Elétrica (ABEE) e **HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA** – Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)”. **Autoria:** Senador **INÁCIO ARRUDA; Resultado: Aprovado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **EXPEDITO JÚNIOR**, **MARISA SERRANO**, **RENATO CASAGRANDE**, **MARCONI PERILLO**, **INÁCIO ARRUDA**, **SIBÁ MACHADO**, **WELLINGTON SALGADO**, **JOÃO RIBEIRO** e **FÁTIMA CLEIDE**. A Presidência passa a dar conhecimento aos membros da Comissão, sobre

os seguintes avisos n.º 73, 81, 209 e 210, recebidos do Tribunal de Contas da União. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – (soa a campainha) Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 01 da pauta. Aviso do Tribunal de Contas da União que encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão nº 240/2003, bem como dos respectivos Relatório e voto que o fundamentam sobre auditoria de natureza operacional realizada no cadastro único dos programas sociais do Governo Federal, e tem como Relator o eminente Senador Wellington Salgado. Eu consulto o nobre Senador Expedito se pode funcionar como Relator *ad hoc* nesse processo.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Perfeito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exª a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, eu não vou ler todo o Relatório, haja vista que todos os Senadores já têm o Relatório. Eu só vou fazer uma síntese do Relatório dele, do Senador Wellington Salgado.

Submete-se a essa Comissão o acórdão 2.015/2006, do TCU, proferidos nos autos do processo 001838-2006/5, aprovado pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 01/11/2006, encaminhando com as cópias do Relatório de monitoramento e do Relatório e voto que o fundamentam mediante aviso nº. 1.894 do TCU, Plenário do Presidente daquele Tribunal.

Eu já vou direto para o voto. Em face do exposto, Sr. Presidente, cabe a essa Comissão tomar conhecimento das informações contidas nos acórdãos 2.015/2006, TCU-Plenário, bem como nos respectivos Relatório e voto que o fundamentam. E não havendo outras providências a tomar, voto pelo encaminhamento da matéria ao arquivo com a devida comunicação à Mesa nos termos do art. 146 do Regimento Interno. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Com a palavra V.Exª. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Eu quero apenas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fazer um relato sobre a importância quando vem a essa Casa dos acórdãos do TCU. Às vezes a gente não dá muita importância, mas é sumamente preocupante quando se fazem restrições a itens determinados pelo TCU, e o Governo não toma as providências necessárias.

Quando a gente vê nesse caso que o Ministro Valmir Campelo coloca as providências tomadas e que quase todas as áreas foram amplamente justificadas e as providências tomadas, melhorando a gestão da questão do cadastro único, é essencial para que os programas sociais tenham efetividade nesse País, isso nos dá a sensação de que nós estamos realmente melhorando naqueles quesitos que o Tribunal de Contas tem a obrigação de levantar e mostrar a essa Casa para que a gente possa traduzir isso numa linguagem mais acessível a toda a população brasileira.

Portanto, votando favorável a esse Parecer, eu queria constatar da importância que nós temos que dar a essa Casa dos relatórios feitos pelo TCU, de tudo aquilo que se faz para fiscalizar e acompanhar e monitorar as questões e o trabalho feito pelo Executivo Federal. Essa é uma das funções dessa Casa, é fiscalizar e acompanhar.

Portanto, eu fico contente quando há um setor do Governo que assume a responsabilidade de melhorar os itens. Eu falo isso, Sr. Presidente, porque na Comissão de Agricultura, semana retrasada, uma análise do TCU registrado um acórdão mandado a essa Casa dizendo que nada de um ano para o outro do que foi constatado o Governo trabalhou para melhorar a sua performance. E isso a gente não pode admitir. Quer dizer, se essa Casa não tomar providências quando o TCU nos manda um acórdão informando que nada foi feito de relevante para que a gestão federal melhore, que é uma das responsabilidades nossas, a gente tem que protestar. Então, eu quero dizer que nesse caso vale a pena a gente votar a favor, quando a gente sente que há uma melhoria, uma otimização do trabalho elencado pelo Governo Federal nesse quesito específico de hoje. Era só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – V.Exª tem razão e todos os avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União são colocados depois de anunciados em Plenário são colocados à disposição dos eminentes Senadores membros dessa Comissão. E nós temos realmente procurado acompanhar aquilo que o TCU não recomenda o

arquivamento exatamente saber quais as providências que foram adotadas para exercer essa atribuição que é nossa que é da Fiscalização e Controle dos atos do Executivo. Amanhã, dia 15 de março, comemora-se o Dia Internacional do Consumidor. A data foi oficializada no Brasil pela Lei Federal 10.504 de 8 de julho de 2002, objetivando difundir os direitos do consumidor em todo o País. Os brasileiros querem melhores preços, atendimentos, e qualidade no serviço de produtos que lhe são oferecidos.

Neste ano o dia do consumidor acontece quando o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, é a mais importante discussão no Congresso Nacional neste início de Legislatura. Ainda ontem estiveram nesta Casa a Ministra Dilma Rousseff, Chefe da Casa Civil, e os Ministros Guido Mantega, da Fazenda e Paulo Bernardo do Planejamento, Orçamento e Gestão, para mostrar como o PAC é um poderoso instrumento indutor do crescimento econômico. Estão previstos investimentos públicos e privados da ordem de 503,9 bilhões até o ano de 2010, sendo 112 bilhões só neste ano de 2007.

O PAC concentra investimentos em ações de logísticas, energia, e nas áreas social e urbana. Prevê recursos da ordem de 170 milhões para investimentos em ações de infra-estrutura urbana com destaque para programas como luz para todos, saneamento, recursos hídricos e habitação.

A meta é beneficiar mais de 5,5 milhões de domicílios com energia elétrica e mais de 20 milhões de pessoas com o abastecimento de água tratada e serviços de esgotamento sanitário até 2010.

Inevitavelmente um significativo aumento na capacidade produtiva vai gerar desenvolvimento e maior demanda de distribuição e comercialização dos produtos manufaturados, o que com a necessária implementação de políticas de inclusão social, resultará no aumento do número de consumidores.

Ora, a Política Nacional de consumo, determinado no art. 4º, inciso III do Código de Defesa do Consumidor, prevê a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e a compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade do desenvolvimento econômico e tecnológico de modo a viabilizar os princípios da ordem econômica, previstos no art. 170, da Constituição Federal. Sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre os consumidores e fornecedores. Esse código de defesa do consumidor, a Lei 8.078/90, completou no último dia 11, 16 anos garantindo direito às pessoas que compram um produto estragado ou tenham pagado por serviços mal feitos. Ele dispõe sobre o direito à informação adequada e clara sendo instrumento capaz

de prevenir futuros prejuízos e manter o equilíbrio nas relações de consumo. Trouxe inovações e peculiaridades nas relações jurídicas de consumo estabelecendo regras próprias para o conteúdo negocial. Tratou da proteção quanto aos desvios de quantidade e qualidade do produto, a ampliação das hipóteses e desconsideração da personalidade jurídica das empresas fornecedoras, a normatização da oferta e publicidade do produto, o controle da prática e cláusula abusiva, a facilitação do acesso à justiça para o consumidor e a inclusão de sanções administrativas e penais contra os desvios do fornecedor na sua atuação, assuntos que são costumeiramente tratados nessa Comissão que a partir de 22 de fevereiro de 2005, para ser a Comissão do Meio Ambiente, mas também de Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, quando antes era apenas a Comissão de Fiscalização e Controle. O respeito ao direito do consumidor é parte da cidadania do brasileiro e cabe a esta Comissão ter especial atenção para que ao discutir o Programa de Aceleração do Crescimento sejam contemplados e atendidos os direitos dos consumidores, pois afinal os cidadãos, os brasileiros devem e merecem o respeito e a atenção de todos nós. Principalmente desta Comissão. E esta Comissão tem procurado agir de forma interativa com outros órgãos que também já cuidam da defesa do consumidor, como o Procon e também como próprio Ministério Público.

Continua em discussão o Item 01. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exª a palavra, pela ordem.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Só para fazer o registro, Sr. Presidente, aproveitando a matéria que nós acabamos de votar do Senador Wellington, dizer que hoje para a nossa alegria nós vamos ter a posse do nosso Ministro e que indicamos aí o que nós tínhamos de melhor na nossa Casa que é o Carrero. Hoje acredito até que deve ser um marco aqui para nós que deveremos festejar com alegria a posse do companheiro carreiro. Eu aproveito para fazer esse registro. Tenho certeza que todos os Senadores receberam o convite como também recebemos o nosso, e eu comemoro como já disse, com alegria a posse do companheiro carreiro que é mais um marco para nós aqui que estamos enviando para aquela Casa, enviando para o TCU o que nós tínhamos de melhor aqui no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exª razão, e nós queremos corroborar suas afirmações, confirmando ser o servidor Carrero, um servidor profissional da mais alta capacitação estará representando com muita altivez e dignidade essa Casa no Tribunal de Contas da União. É tão dedicado o servidor Carrero que ontem a Sessão se prolongou bastante e ele já designado Ministro do Tribunal de Contas estava aqui firme ainda nas suas funções dando as suas horas de dedicação ao Senado da República. Acho que deveremos todos estar lá manifestando não só alegria, mas a nossa satisfação em ter o servidor Carrero como um dos membros do Tribunal de Contas da União.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exª a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Primeiro, concordando com tudo que foi dito aqui o nosso Ministro, logo mais estaremos todos prestigiando, mas eu queria pedir a possibilidade de Extrapauta ser colocado o Requerimento onde eu faço a sugestão da criação de uma Subcomissão Temporária sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que justificarei caso seja aprovado a questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A presidência já tem sobre a Mesa o Requerimento de V.Exª, nós poderemos já dar sequência e conceder a palavra a V.Exª para, primeiro nós vamos votar a inclusão Extrapauta. Os Srs. Senadores que concordam com o acolhimento ao Requerimento Senador Lucena, Extrapauta, permaneçam como estão. Aprovado. Senador Lucena, tem V.Exª a palavra para defender o pleito apresentado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, a justificativa da criação dessa Comissão tem como base a experiência vivida por mim e com certeza por milhares de Prefeitos que já tiveram a oportunidade de ser, estão sendo ou que futuramente estarão também assumindo essa tão importante função na administração pública que é ser o administrador municipal. Ao chegar e assumir a Prefeitura da cidade de João Pessoa, nós encontramos um lixão como assim foi chamado, o Lixão do Roger que datava de 50 anos na cidade de João Pessoa. Tinha sido o primeiro local a ser depositado os lixos, e conseqüentemente durante 50 anos foram se acumulando as mazelas, as injustiças sociais, e principalmente a questão ambiental.

Nós construímos um Projeto que consideramos de suma importância e passamos à mão dos senhores um resumo fotográfico um pouco desse trabalho que foi feito porque identificamos naquele local cerca

de 180 famílias que sobreviviam de forma desumana. Jovens, crianças, idosos que moravam em barracos de papelão, de plástico, e que dali tiravam o seu sustento, não só através da renda eventual, mas infelizmente até com a disputa de alimentos com os animais que também habitavam naquela localidade.

Deus nos deu a oportunidade e me permitiu como Prefeito daquela cidade fazer um projeto, não um projeto de engenharia civil, e deixar de colocar o lixo em um canto e transferir para outro local. Nós fizemos mais do que um projeto de engenharia civil, fizemos um projeto de engenharia social. Porque o nosso primeiro passo foi criar uma creche para retirar as crianças do lixão, foi construir 180 apartamentos para retirar essas famílias também que moravam de forma desumana no lixão, criamos uma cooperativa dos ex-catadores transformando eles em agentes de limpeza e conseqüentemente essa cooperativa teve o papel de disseminar pela cidade em vários pontos geográficos da cidade a questão da coleta seletiva, tudo isso acompanhado de projetos de esclarecimento, projetos educativos, de concursos de redação, e criamos um aterro sanitário que deixou de ser apenas da cidade de João Pessoa para ser da grande João Pessoa, com o chamamento empresarial e conseqüentemente hoje nós temos com todas as técnicas de tratamento de chorume, seu tratamento, além da preparação para o uso do gás quando o tempo assim permitir com a formação desses resíduos sólidos. Quando todos nós sabemos e nada mais correto nessa Comissão de Meio Ambiente, o volume que se torna cada vez mais importante a preocupação do gerenciamento em função de todos esses os problemas que esses resíduos sólidos podem acarretar para a nossa qualidade de vida e para a questão do meio ambiente, bem como a questão educativa do aproveitamento e alternativas. Então a minha preocupação é que nós pudéssemos criar uma Comissão temporária, com prazo determinado para que a gente discutisse o problema porque ontem mesmo eu fui procurado por um Prefeito de uma cidade de oito mil habitantes no interior da Paraíba que estava recebendo multa do IBAMA de 60 mil reais por conta de onde estava botando o lixo da cidade.

Então, são cinco mil Municípios que devem estar passando por esse problema. Não tem nem os 60 mil para comprar o equipamento ou as medidas, e acho que essa Casa e em particular essa Comissão tem essa responsabilidade, de nós identificarmos o problema, sugerirmos soluções vivenciadas e exitosas em todo o Brasil, e daí nós tirarmos uma proposta efetiva para um problema que não é de hoje, mas que se nós não cuidarmos, irá somente se agravar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós entendemos que a proposta de V.Ex^a é uma proposta oportuna e muito interessante. Eu também recebi ontem um Prefeito clamando das multas que lhe foram impostas pelo IBAMA exatamente por não ter uma forma adequada para o tratamento do lixo. Seguramente essa situação se multiplica pelos diversos Municípios brasileiros.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Prefeitos que não têm condição de elaborar um projeto técnico, Prefeito que não tem condição de financiar esse custo, mas que nós podemos criar alternativas de consórcios entre pequenos Municípios, podemos dar a sugestão de financiamentos, linhas de crédito para que esses equipamentos sejam feitos, orçamentariamente apoiar os Prefeitos. Porque senão nós estaremos de conta que esse problema não existe e não estaremos correspondendo com a confiança que nos foram depositadas.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão, tem V.Ex^a a palavra Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu ouvi atentamente a proposta do Senador Lucena, e acho que o problema é até um pouco mais grave do que nós podemos estar imaginando. Primeiro porque muitos dos Municípios, principalmente os de linha de fronteira, são Municípios não proprietários de sua estrutura fundiária.

A estrutura fundiária desses Municípios é de propriedade da União. E, portanto, muitos deles padecem de locais... E outra, tem o problema do plano Diretor que os Municípios serão obrigados a readequar o plano Diretor em relação à exigência nacional. E quando se procura um local, um terreno adequado para se fazer lá um aterro sanitário, nós já vamos conviver com o problema dessa alocação por conta de que a propriedade fundiária se torna um empecilho. Outra, Sr. Presidente, que já foi assunto discutido numa das Comissões do Senado, é que a indústria da reciclagem padece de dupla tributação. Porque vide aí o caso do alumínio que para a nossa alegria já recupera quase que 100% de todo o alumínio que é jogado ao lixo.

Porém, a indústria que processa o alumínio paga a tributação e a de reciclagem também o faz. E se a gente estender isso para o papel, papelão e tantos outros artigos que podem ser feita uma coleta seletiva, que pode haver toda uma reeducação para a população de como utilizar o lixo, nós haveremos de ter que trabalhar também nessa direção. Então eu proponho aqui ao Senador Lucena que a nossa Subcomissão

tem que tomar o seguinte cuidado. Não só de apenas encontrar caminhos mais rápidos para que os Prefeitos possa encontrar as saídas econômicas financeira para essa situação, mas nós teremos que avançar também sobre este dois gargalos. Os Municípios que não são proprietários de sua estrutura fundiária e a situação mais grave que é da dupla tributação para as indústrias que processam a reciclagem de muitos itens que hoje são considerados lixo. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para discutir, Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Quero primeiro apoiar a iniciativa do Senador Lucena que vivenciou durante um longo período na administração da capital da Paraíba, essa situação. E quem foi Prefeito, como eu também fui, embora não fui da capital, mas fui da maior cidade que naquela época norte de Goiás, hoje Tocantins, sabe das dificuldades que os Municípios brasileiros vivem. Os cinco mil e seiscentos Municípios brasileiros vivem.

Portanto, essa questão do lixo é um problema gravíssimo que o País enfrenta. E o que ele propõe aqui nós estamos perfeitamente de acordo porque na verdade é para se fazer um estudo, visitar as melhores experiências, ou seja, conhecer as melhores experiências, os depoimentos, fazer Audiência Pública, enfim, para extrair desta Subcomissão um Projeto definitivo para essa situação tentar resolver definitivamente essa situação do lixo no Brasil, nas cidades.

Eu estou ainda um pouco embebedado pela China, Sr. Presidente, porque eu vim essa semana, cheguei aqui no domingo, e visitei especificamente a cidade de Shanghai. E quando a gente chega lá em Shanghai, eu fui convidado pela embaixada para um jantar, e de noite a gente vê de frente aquele rio, aqueles prédios mais bonitos que se pode ver, eu até cheguei até a ousadia de dizer que Shanghai botou Nova York no bolso. E lá conversando com o Embaixador ou com o Cônsul nosso lá em Shanghai, ele dizia: Senador, isso aqui há seis anos atrás esses prédios maravilhosos que o senhor está vendo aqui na frente que parece assim a cobertura, parece aquelas naves espaciais, aquela coisa mais bonita, aquela arquitetura moderna, isso aqui era um pântano. Era um pântano. E, portanto, quando se tem vontade, com força, com determinação, o que é quero dizer com isso? O que tem isso a ver com a questão do lixo? O que tem a ver é a força de vontade, a determinação da comunidade da China, daquele grande País, e o que precisa aqui no Brasil é que nós tenhamos também essa mesma vontade e determinação nas questões que nós nos propusemos

a fazer, sobretudo, nós que somos representantes do Estado aqui nessa Casa.

E uma coisa que me deixou impressionado, Sr. Presidente, ainda falando da questão lá da China, o quanto as pessoas respeitam a autoridade. Do Vereador do interior ao Presidente do País, enfim, todos são muito respeitados. Coisa que infelizmente não acontece aqui no nosso País. Então nós temos que tomar medidas como essa, Senador Cícero, para que a gente possa aos poucos ir reconquistando o respeito da comunidade que nós, do povo que nós representamos. Então V.Exª está de parabéns, conte com o meu apoio, criando a Comissão me convide para fazer parte que estou à disposição. Vamos fazer o trabalho, V.Exª nada melhor. Até já indicaria V.Exª como Presidente dessa Comissão, porque foi o homem que viveu essa experiência, e acho até que V.Exª poderia ser o Presidente dessa Comissão em sendo criada e o Senador Marconi, o Relator, porque ele foi Governador de Goiás e viveu de perto também, tem a mesma experiência ou até mais que V.Exª para que a gente pudesse realmente fazer um bom trabalho nesse sentido. É um dos trabalhos que essa Comissão pode fazer dentre tantos importantes. E por último, Senador Leomar, cumprimentar V.Exª pelo excelente trabalho que vem realizando como Presidente dessa Comissão. Haja vista que foi reconduzido novamente. E eu acho que o processo de reeleição ele às vezes é um pouco complexo, mas neste caso não. V.Exª merecia continuar presidindo essa Casa pela forma transparente que conduziu essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Agradeço as palavras generosas do Senador João Ribeiro, mas entendo que a Comissão vem realmente cumprindo e alcançando seus objetivos graças à participação efetiva e eficaz dos seus membros. A Presidência simplesmente faz é conduzir os trabalhos que aqui são realizados. Continua em discussão o Requerimento apresentado pelo eminente Senador Cícero Lucena para a criação de uma Comissão temporária, uma Subcomissão temporária para a discussão sobre o gerenciamento de resíduos sólidos.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)
– Peço a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exª a palavra. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)
– Sr. Presidente, Leomar Quintanilha, Sr. Senador Cícero Lucena, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores. Em rápidas palavras desejo manifestar a minha satisfação pela iniciativa do ilustre Senador Cícero Lucena,

o meu contentamento em ver que esta Comissão, a partir da aprovação desta Subcomissão passará a debater um tema de mais alta relevância para as cidades. Essa questão do lixo há muito nos preocupa sobremaneira. Nós temos aqui mesmo no Estado de Goiás e nas cercanias de Brasília um problema seriíssimo em relação ao lixo. Aqui no entorno de Brasília. Essa é uma questão que merece por parte das autoridades federais, estaduais, municipais, total prioridade. E resolver essa questão não apenas do ponto de vista do acondicionamento, mas a reciclagem requer muito dinheiro, requer projetos que efetivamente possam transformar, inclusive, lixo em energia. Nós estamos percebendo que há um grande desperdício de energia pela falta de um tratamento adequado aos resíduos sólidos. Já temos inclusive projetos em conjunto com o Governador Arruda aqui para a região do entorno de Brasília, objetivando dar solução definitiva à questão dos resíduos sólidos, e mais do que isso, passar a viabilizar dinheiro com a energia gerada, com o reaproveitamento com reciclagem.

De modo que esses e outros temas de igual importância serão debatidos, discutidos nessa Subcomissão. E eu espero que ao final essa Subcomissão possa apresentar na nossa Comissão de Meio Ambiente um anteprojeto referente aos resíduos sólidos para que esse anteprojeto se transforme em projeto e a gente possa apresentá-lo enquanto contribuição dessa Comissão ao Brasil. Parabéns, Senador, Cícero Lucena, obrigado pela oportunidade. A minha manifestação é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exª a palavra, para discutir, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)
– Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Cícero Lucena, colocar aqui o meu apreço e apoio, e dizer que é tão importante que em Campo Grande, a capital do meu Estado, nós estamos com presídio federal inaugurado pelo Ministro Marcio Thomaz Bastos em dezembro do ano passado, com todos os funcionários efetivos já contratados e fizeram concurso público e aqueles que não fizeram já contratados desde dezembro, e o presídio continua fechado numa época de tanta turbulência na área da justiça, e principalmente na área da segurança no País, porque temos um lixão perto do presídio e o Ministério Público proibiu, embargou o início das atividades do presídio federal porque não admite que o lixão esteja próximo ao presídio.

A Prefeitura de Campo Grande está evitando todos os esforços para resolver o problema, mas é um problema que demanda recursos que não são de pouca

monta, e, portanto, o Governo Federal não apóia para retirar o lixão de lá. A Prefeitura não tem condições de fazê-lo, e o presídio federal inaugurado em dezembro pelo Sr. Ministro, enorme, bonito, o povo todo já contratado e efetivado, porque fizeram concurso público, está lá como um mausoléu para que todos vejam e que passam pela rodovia que passa próximo ao presídio e que nós precisamos tanto nesse País, porque o sistema prisional é extremamente precário no País, e já estamos indo aí para o quinto mês da inauguração de um presídio fechado. Por causa de um lixão.

Oxalá, agente consiga aqui ajudar a desatar esse nó górdio e fazer com que pelo menos o presídio de Campo Grande passe a funcionar porque hoje por causa de um lixão não é possível. Era essa a informação, Sr. Presidente, que eu queria dar a esses meus pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senadora Marisa Serrano. Continua em discussão a proposta apresentada pelo eminente Senador Cícero Lucena. Senador César Borges, tem V.Exª a palavra para discutir.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria dizer da minha... Eu diria, desagradado, mesmo de eu de não poder participar como era membro letivo dessa Comissão de Meio Ambiente, uma Comissão tão importante, pelo fato de estar na Mesa. Mas como houve a votação de um Projeto de Resolução de minha autoria que permite a participação dos membros da Mesa em Comissões, eu espero que a liderança do meu partido possa me indicar para eu ter novamente o prazer de participar dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A presença de V.Exª enriquece os trabalhos dessa Comissão e me agrada, particularmente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu agradeço. Mas com relação ao assunto que está em debate, Sr. Presidente, eu acho que nós deveríamos na verdade banir essa palavra lixão do nosso dicionário. Na verdade nós não poderíamos aceitar a existência de lixões por este País. Se existem lixões, é porque há uma fragilidade muito grande no ente federativo chamado Município. Lamentavelmente os nossos Municípios não estão com receitas suficientes para enfrentar da forma adequada esse problema dos resíduos sólidos. O que deve ser feito são aterros sanitários. É a forma correta do tratamento dos resíduos sólidos. Isso todo mundo sabe. Entretanto é preciso uma conjugação de força, de esforços. No meu Estado da Bahia, nós fizemos pelo Governo do Estado uma parceria com muitas Prefeituras Municipais das cidades mais importantes do Estado onde o Governo do Estado, inclusive a capital

Salvador, entrava com recursos substantivos para fazer o aterro sanitário. As diversas células, ampliação no trabalho conjugado, Governo do Estado e Municípios. Mas veja bem, Sr. Presidente, lamentavelmente, muitas vezes apesar do Estado fornecer equipamentos, fazer investimentos no aterro sanitário, quando você passava a operação para o Município, sequer a operação, muitos Municípios tinham condições de manter essa operação em bom estado, então precisava o Estado continuar operando.

Agora, onde é que eu quero chegar? Aqui o Prefeito, ex-Prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena apresenta um trabalho que ele fez aqui magnífico pelo que eu já foliei, acabando com o chamado lixão do Roger, hoje é uma área ambientalmente adequada, traz também um tratamento adequado para o aproveitamento daquelas pessoas que viviam dessas atividades que são atividades que traz uma sustentabilidade econômica, mas que são inaceitáveis do ponto de vista humanitária que permaneçam nesse tipo de atividade que vai contra as mínimas condições de higiene. Então, ele fez esse trabalho, é um trabalho digno no de elogio, eu acho que essa Comissão deve ter uma Subcomissão que trate do problema dos resíduos sólidos, mas o ponto que eu quero enfatizar, Sr. Presidente, é que nós não podemos imaginar aqui dessa luta fique fora o Governo Federal.

Quer dizer, você tem o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério cuida da Floresta Amazônica, cuida de reciclagem de pneus, ela tem o IBAMA, mas fica na questão da fiscalização da discussão política, mas tinha que entrar com recursos. O Governo Federal, para se somar aos recursos Estaduais e os recursos Municipais. Quer dizer, o esforço são de todos os entes federativos. Que a questão é grave. E não pode permanecer de forma nenhuma a aceitação de que exista lixão. Muitas vezes esses lixões estão colocados à margem das principais estradas, próximo a sedes Municipais. É um foco de doença e radiação de doença. Ali ficam as aves, os urubus, e que vão transmitindo doenças contagiosas a partir da existência do lixão. Então acho que é a hora do Governo Federal considerar que é muito importante para a saúde da população brasileira e para o nosso meio ambiente que ele possa ter uma política de parceria com Estados e Municípios para o fim desses lixões e que a gente possa banir definitivamente, até do nosso dicionário, se possível ter uma Legislação que impedisse que responsabilizasse criminalmente aquele que permitisse lixões nas cidades. Agora, que desse, por outro lado, as condições para que ele pudesse resolver o problema. Não apenas penalizar sem os recursos necessários. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senadora Serys Slhessarenko, para discutir.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Eu não vi ainda esse trabalho, Senador, mas com certeza deve ser da maior grandeza. Só pelos comentários que eu já ouvi aqui, já tenho essa clareza. Mas quando o Senador César Borges coloca essa questão do aterro sanitário é por aí a saída, e eu tenho alguma compreensão dessa coisa. Naqueles grandes Municípios onde a quantidade é grande, é o aterro sanitário, até por conta de que ele é capaz de produzir energia. Como, por exemplo, nós participamos em 2003 de uma discussão a nível de cinco Ministérios já no Governo do Presidente Lula, onde foi apresentado o primeiro grande Projeto que foi um aterro sanitário em Nova Iguaçu e foi aprovado pelo Conselho de Bonn, na Alemanha, sei lá, como primeiro projeto do mundo de comércio e crédito de carbono a partir do lixo. Quer dizer, uma coisa puxa a outra. É preservar o meio ambiente, é, não deixar o lixo jogado por aí, mas também produzir energia elétrica a partir do lixo e outras coisas mais. Quer dizer, nós inclusive sabemos que na semana que vem a Vice-Presidente do Banco Mundial vai estar aqui no Brasil e vai estar inclusive no Rio de Janeiro que é onde está esse grande Projeto, de comércio de crédito de carbono a partir do aterro sanitário, inclusive já começando a fornecer energia para 800 mil residências a partir desse aterro sanitário. Vai estar lá visitando para conhecer realmente a questão. Agora, isso aí para os grandes. Para os de porte médio e pequeno, pela proximidade física dos Municípios acho que a gente tem aí os consórcios, porque de repente não dá para fazer um grande aterro sanitário, um belo...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Isso é consórcio.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Pois é, tem a questão dos consórcios. Nós mesmos em Mato Grosso já estamos com cinco Municípios pequenos, mas que geograficamente são meio próximos, e que estão fazendo consórcios, parceria, sei lá o nome que se dê para fazer aterro sanitário. Quer dizer, a saída para essa questão do meio ambiente eu acho que essa questão do consórcio é uma das saídas e juntando com a questão dentro dos limites das possibilidades do comércio de crédito de carbono. Quer dizer, vamos ganhar dinheiro com isso aí também. A gente não joga metano na atmosfera, mas alguém vai pagar também para gente proteger esse meio ambiente.

Acho que a coisa tem saídas realmente fantásticas, Senador Lucena, acho que isso aí é algo extremamente relevante e que a gente pode avançar inclusive nessa área do comércio de crédito de carbono até por

que é que outro termina em 11 e isso é uma grande preocupação nossa, e nós temos que ver o pós-Kyoto que é o 12. E aí algumas questões que têm que entrar para valer no pós-Kyoto, uma delas é o comércio de carbono que hoje não está incluso em Kyoto e a outra é a questão do desmatamento evitado que é um grande e novo Projeto que também entra a questão do meio ambiente. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Continua a discussão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, eu queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exª a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Primeiro agradecer os depoimentos aqui dos nobres Senadores e Senadoras que só fizeram com que colaborasse da importância de um assunto que está no dia-a-dia das nossas vidas. E dentro desse Projeto que nós realizamos lá, eu tive a oportunidade de ir a um Congresso Mundial do Meio Ambiente em Hamburgo na Alemanha, inclusive representando o Governo Brasileiro, e lá eles estavam criando alternativas para o resíduo sólido. Eu acho que a importância dessa Comissão é despertar não só, como aqui foi dito na elaboração de projetos, de condições para que esses projetos sejam executados de apoio a nível municipal, envolvimento estadual como já existem experiências em vários Estados de Governos que apóiam os Municípios, também a efetiva colaboração e participação do Governo Federal, mas nós temos algo que é muito importante a questão a ser despertada da conscientização do meio ambiente em particular da questão dos resíduos sólidos.

Então eu conversava com o Ministro do Meio Ambiente da Alemanha naquela oportunidade e ele me dizia que no final de semana no caso específico lá, no final de semana ele juntava o material dele reciclado e ele como Ministro ia ao local da quadra depositar aquele produto reciclado. Por quê? Porque o custo muitas vezes da coleta reciclada é elevada. Aqui a gente compensa transformando os ex-catadores de lixo numa cooperativa que ele possa ir de porta a porta pegando em datas marcadas e conseguindo fazer isso. Mas a consciência do alemão, no caso, daí ter essa importância, Senador Marconi Perillo, é que eles chegaram a fazer usinas para reciclagem de produtos, para separação do lixo na Alemanha e fizeram para uma determinada dimensão do lixo existente e com algumas projeções futuras. Mas a conscientização alemã foi tão grande que eles separaram. Em vez de ir para as usinas de lixo foram para as usinas de reciclagem que algumas dessas usinas chegaram a fechar porque não tinham

mais a matéria-prima por conta do processo educativo que foi gerado na Alemanha.

Um caso específico da Paraíba, nós buscamos alternativa, por exemplo, de fazer pallets(F) para ser queimado nos altos fornos de fábrica de cimento, por exemplo. O que precisa é a tecnologia para ter uma unidade, vamos dizer assim, térmica no lixo para conseqüentemente ele ter a uniformização da queima. Além da geração de energia nos fornos, além da geração de energia que foi dita também pela Senadora aqui. Então uma série de alternativas, série de experiências vividas no País que espero com a aprovação dessa Comissão a gente possa dar a contribuição que o País precisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovada a criação da Subcomissão Temporária para Apreciação dos Resíduos Sólidos, para gerenciamento dos resíduos sólidos. Proposta de autoria do eminente Senador Cícero Lucena que certamente fará parte da Comissão, fará parte da Subcomissão e por sugestão do Senador João Ribeiro deverá assumir a Presidência da Subcomissão, nós gostaríamos que os eminentes Srs. Senadores que interessassem em participar dessa Subcomissão revelassem os seus nomes, tomassem a iniciativa de manifestar. Isso não ocorrendo, nós indicaremos os nomes para integrar a Subcomissão.

Sobre a Mesa um outro Requerimento também de autoria do eminente Senador Cícero Lucena, que propõe a ser solicitado ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Secretaria Municipal com saúde de Salvador, com o objetivo de verificar a legalidade, legitimidade e economicidade na aplicação dos recursos Sistema Único de Saúde, SUS, nos anos de 2005 e 2006. Primeiro nós submetemos à inclusão do Requerimento Extrapauta. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Aprovada a inclusão do Requerimento Extrapauta. Em discussão.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu sou membro da Comissão, quero agradecer ao Senador Cícero Lucena, ele está assinando e encaminhando, apenas uma questão regimental. Realmente é de minha autoria, mas solicitei ao Senador Cícero Lucena, e queria fazer a defesa aqui, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Exatamente. Nós íamos solicitar ao Senador Cícero Lucena que o fizesse, como ele concede a V.Ex^a essa condição, tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a. Senadora vive a so-

cidade baiana, em particular a sociedade da cidade de Salvador, a capital do Estado, o impacto de um assassinato que ocorreu dentro da Secretaria Municipal de Saúde da cidade de Salvador, dia 7 de janeiro deste ano. Era um servidor que fazia o controle da aplicação dos recursos do SUS, que a gestão plena pelo Município da cidade de Salvador.

No decorrer das investigações, foram apontados dois seguranças que estavam no prédio, isso ocorreu no dia de sábado, a morte, mas na verdade só foi descoberto posteriormente, quando a família procurou na segunda-feira o corpo estava dentro da Secretaria Municipal de Saúde, caiu do sétimo andar, foi verificado que foi um assassinato, um homicídio. E esses dois seguranças foram apontados. Eles, por sua vez, disseram que foi um crime de mando, um crime que eles executaram a pedido da Subsecretária e da Gerente de Recursos que seria a pessoa superior hierárquica desse servidor, Neilton Sousa de Silveira, que veio a passar por essa situação e perder a sua vida em função, e aí a suspeitas crescem da aplicação dos recursos do SUS que estariam sendo malversados e que haveria uma aceitação, uma divergência desse servidor com essas pessoas superiores hierárquicas. Esse assunto está hoje na pauta, na ordem do dia da cidade de Salvador. O Ministério Público fez uma denúncia, está apontando, indiciando essas pessoas como autores físicos e autores intelectuais desse homicídio.

Verificando a aplicação dos recursos do SUS na cidade de Salvador, Sr. Presidente, há um gráfico como esse aqui. O que significa o seguinte: A aplicação dos recursos do SUS repassado à Prefeitura giravam em torno de 27, 28 milhões até o mês de agosto de 2006. No mês de setembro de 2006 passa para quarenta e um milhões e seiscentos mil às vésperas das eleições e, depois, em outubro, cai novamente para 26 milhões e em novembro para 22 milhões.

Algo muito estranho, Sr. Presidente. Eu não vou fazer qualquer ilação, qualquer tipo de acusação. Estou apenas relatando os fatos. Então, o que estamos pedindo nesse Requerimento, é que o Tribunal de Contas que tem a obrigação de fiscalizar a aplicação de recursos federais, que são recursos do SUS, possa nos auxiliar fazendo também uma fiscalização para a aplicação dos recursos do SUS nesse período de 2005 e 2006 para que seja o Tribunal de Contas um órgão isento e também elucidar como foram aplicados os recursos.

É a razão no nosso Requerimento aqui, Sr. Presidente, que claro que um Requerimento aprovado pela Comissão de Fiscalização e Controle chegará no Tribunal de Contas da União com a força dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Senador Casagrande, V.Ex^a deseja discutir o Requerimento apresentado?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Não. O Requerimento pede uma auditoria na Secretaria de Saúde. É isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – O Requerimento pede que o Tribunal de Contas da União que faça uma auditoria.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Na função nossa de defesa do consumidor. Fiscalização e Controle. Está tudo bem, eu compreendi o Requerimento. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Não havendo quem queira discutir em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento.

Há sobre a Mesa outro Requerimento. Agora de autoria do Senador Inácio Arruda que nós submetemos à apreciação do Plenário para admissão como Extra-pauta. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Senador Inácio Arruda tem a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Nós já aprovamos o principal que é exatamente uma Audiência Pública para discutirmos a questão das energias alternativas que eu estou alinhado com os Senadores Casagrande, Fernando Collor e com os Deputados que formaram a Comissão do Aquecimento Global, para gente examinar a questão do ponto de vista das soluções, encontrar os caminhos para resolver o problema ou pelo menos para adiar por um bom tempo esse problema para a humanidade. Porque segundo os físicos, meu caro Casagrande, o sol continua em expansão.

Então, daqui a pouco vamos ter que encontrar e realizar outras missões. Mas enquanto isso não ocorre, nós teríamos que encontrar alternativas aqui. E uma alternativa aqui que eu imagino é exatamente a energia alternativa. E uma delas é exatamente a do sol. Outra é eólica. Nós temos fatura disso por aqui pelo Brasil. Gostaríamos então apenas de fazer o aditamento colocando já os nomes das pessoas que nós gostaríamos de ver convidadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Os nomes indicados por V.Ex^a, do Ministério de Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmerman, Secretário de Planejamento e desenvolvimento energético. Do Ministério de Ciência e Tecnologia, Luiz Antônio Rodrigues Elias, Secretário de Desenvolvimento tecnológico e inovação. Da ANEEL, Gerson Kelman, Diretor-Geral. Da ABEE, Associação Brasileira

de Energia Eólica, Adão Linhares Muniz, que é o seu Presidente. E da ANP, Agência Nacional de Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis, Haroldo Borges Rodrigues Lima, que é o seu Diretor-Geral.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado o Requerimento de aditamento, aquele que já foi acolhido por esta Comissão.

Passamos ao Item 02 da pauta. Projeto de Lei do Senado dá nova redação ao art. 56 do Decreto-Lei 227 de 28 de fevereiro de 1967 com redação dada pela Lei 7.085 de 21 de dezembro de 1982 de modo a permitir o desmembramento de concessão de lavra ou licença.

Esse Projeto é de autoria do Senador Marcos Guerra. Eu solicitaria ao Senador Cícero Lucena que funcionasse como Relator *ad hoc*, já que o Senador Wellington Salgado está presidindo a reunião de outra Comissão. Item 02.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Peço permissão direta para a análise, já que o Relatório é pelo parecer favorável, mas sendo o Senador Wellington Salgado.

Segundo o art. 102 A, § 2º A e D, do regimento interno do Senado Federal compete à Comissão de Meio Ambiente apreciar o mérito das matérias quanto ao aspecto relativo à proteção do meio ambiente, controle de poluição, defesa do solo e dos recursos naturais bem como a conservação dos recursos hídricos.

De início, cabe observar que a exploração de substâncias minerais sob qualquer regime de aproveitamento outorgado pela autoridade do setor de mineração depende de prévio licenciamento ambiental. O licenciamento de atividades efetivas ou potencialmente capazes de sob qualquer forma causar poluição ou degradação ambiental e a revisão do licenciamento estão previstas na Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 e são instrumentos da Política Nacional de meio ambiente. A mesma lei atribui competência ao Conselho Nacional de Meio Ambiente, CONAMA, para estabelecer normas e critérios para aplicação desse instrumento de gestão ambiental.

Assim, a Resolução do CONAMA nº. 237 de 19 de dezembro de 97, impõe a necessidade de licenciamento ambiental para atividade de extração e tratamento de minerais, entre os quais figuram a lavra ao céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento. A lavra subterrânea com ou sem beneficiamento. A lavra garimpeira e a pesquisa mineral com guia de utilização.

No campo das normas específicas à Resolução do CONAMA nº. 09 e 10, ambas de 6 de dezembro de

90, disciplinam respectivamente a obtenção de licenças ambientais para a exploração mineral, concedidas sob regime de concessão de lavra ou de licenciamento. Consoante a essas regras a outorga dos títulos de concessão de lavra por licença para aproveitamento mineral, fica condicionada a apresentação ao DNPM pelo empreendedor da licença ambiental pertinente expedida pelo órgão estadual de meio ambiente ou conforme o caso, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA.

Após análise e aprovação do Plano de Controle Ambiental, PCA e dos demais estudos necessários. Como outorga dos títulos de direitos minerais para exploração da área pleiteada é posteriormente a concessão de licença ambiental, é justo supor que o desmembramento desse tipo implique mudanças nas variáveis que nortearão e permitirão a aprovação do PCA, e o deferimento da licença ambiental pertinente para uma situação adversa da pretendida com o desmembramento, por exemplo, quando ao tipo de mineral explorado, a tecnologia empregada, as dimensões espaciais e temporal, aos aspectos relativos à minimização dos impactos ambientais e as medidas de recuperação adotada.

Vale atentar que o próprio autor do Projeto reconhece que o fracionamento dos títulos de concessão de lavra e licença permitirá que outras substâncias minerais possam ser aproveitadas na área onde já está sendo explorado determinados recursos.

Em face disso, e em vez que esse fracionamento não deve comprometer o uso sustentável dos recursos naturais, e a sadia qualidade do meio ambiente, apresentamos Emenda ao PLS nº. 245/2006 de modo que o desmembramento da concessão de lavra ou licença seja facultado mediante revisão prévia das licenças ambientais concedidas para exploração mineral requerida pelo titular do direito de mineração preexistente.

Voto, Presidente: Por todo o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 245/2006, com a modificação decorrente da Emenda a seguir apresentada. Votamos primeiro e depois apresenta a Emenda ou já posso apresentar? A Emenda. No seu § 1º, o desmembramento será pleiteado pelo pretendente por meio de Requerimento dirigido ao Ministro de Minas e Energia entregue mediante recibo no protocolo DNPM onde será mecanicamente numerado e registrado, devendo contar além do memorial justificativa os elementos de instrução referido no art. 38 desse código e a licença ambiental pertinente relativamente a cada uma das concessões de licenças propostas. Na sala de Comissões, esse é o voto do Relator *ad hoc*, embora esteja chegando aí o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Wellington, por gentileza, do Senador Cícero Lucena, ele acabou de dar conhecimento do Relatório de V.Exª e nós vamos entrar aqui no momento de discussão. Gostaríamos de saber primeiro de V.Exª se gostaria de se manifestar a respeito. É o Item 02 da pauta. Projeto de autoria do Senador Marcos Guerra e que dá nova redação ao art. 55, Decreto-Lei 227 relatado por V.Exª. Se for do desejo de V.Exª se manifestar a respeito tem V.Exª a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu acho que o meu Relatório com certeza foi muito bem relatado pelo Senador Cícero Lucena, e eu acompanho o meu voto do co-Relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu quero dizer que fui testemunha aqui... Muito bem feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 03 da pauta. Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar no rótulo das embalagens do óleo comestível advertência sobre a destinação correta do produto após o uso. É um Projeto de autoria do eminente Senador Valmir Amaral, tem como Relator o Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pela ordem, tem a palavra V.Exª.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Eu quero informar a V.Exª. que no momento adequado, eu quero pedir vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós vamos proceder à leitura então no relatório e V.Exª então terá atendida sua solicitação.

Eu solicitaria ao Senador Expedito que procedesse a leitura do Relatório do eminente Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle em decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº. 296/2005, de autoria do Senador Valmir Amaral. O Projeto determina que o rótulo das embalagens de óleo comestível deverá informar que o produto a ser

descartado, seja acondicionado em garrafas plásticas fechadas destinadas ao lixo orgânico.

Os fabricantes e importadores de óleo comestíveis que descumprirem a norma serão apenados com a sanção administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor. Projeto foi analisado pela Comissão de Educação em decorrência da aprovação do Requerimento 1.014/2005 onde recebeu Parecer pela rejeição.

Não foram apresentadas Emendas no prazo regimental. Por todo o exposto, Sr. Presidente, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº. 296/2005. Este é o voto do Relator Jonas Pinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)

– Peço vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Concedido a vista.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Conjunto, Sr. Presidente. Também acompanho pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Vista conjunta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Se foi dado vista não tem debate, né? Então só na próxima...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Exatamente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Mas queria só...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exª a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Queria só manifestar o seguinte, a destinação adequada de resíduo de óleo comestível é... A destinação do jeito que é hoje, de resíduo de óleo comestível, é um problema. Um problema para a sociedade brasileira. E é uma fonte, é um dos motivos de poluição hídrica hoje é o óleo comestível que vai ralo abaixo. Então acho que é um Projeto que merece a gente fazer um debate de fato mais profundo. Por isso que eu concordo também com esse pedido de vista porque é um assunto importante para a proteção dos recursos hídricos hoje no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com o pedido de vista coletiva V.Exª terá então o tempo necessário para analisar e expedir uma opinião a respeito. Tem V.Exª a palavra, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E até para agregar ao nosso Relator que eu tenho a impressão que talvez o Relatório ele tenha sido produzido já num instante em que as manifestações públicas a

respeito do tema em que nós estamos intensamente envolvidos aqui, todos nós, em todas as Comissões praticamente, que são dos efeitos da ação do homem com o meio ambiente, porque tem a ação da natureza. Essa é praticamente vai ser meio difícil nós resolvermos, embora nós tenhamos interferido no meio bastante. Mas a da natureza é bastante difícil a gente mexer. Mas a nossa nós temos como contê-la. Uma delas é essa. O uso de óleo... O descarte do óleo comestível é muito prejudicial o meio ambiente, como é que nós vamos fazer? Existe um mecanismo. Hoje esse óleo pode ser transformado em óleo combustível. Nós podemos reciclá-lo imediatamente, de forma grandiosa. Quer dizer, é uma riqueza. É uma riqueza que nós estamos botando no lixo. Então para que é que nós vamos botar no lixo prejudicando o meio ambiente? Vamos aproveitá-la. Então eu acho que o próprio Relator pode encontrar, talvez não precise nem da nossa manifestação. Se ele acordar conosco não é preciso nem apresentar voto em separado sugerindo alterações, etc. Ele mesmo Relator o nosso querido Senador Jonas Pinheiro que é irmão nosso aqui preocupado com vários problemas, entre eles da agricultura, entre eles não, principalmente o da agricultura, pode exatamente encontrar o mecanismo de resolver esse problema do descarte do óleo comestível. Pode transformá-lo numa riqueza em vez de apenas mais um produto que vai prejudicar o meio ambiente.

Acho que é o caminho que nós podemos adotar para evitar que todos nós aqui entremos numa linha de questionamento com o seu Relatório. Nós não queremos questionar o seu Relatório. Acho que foi feito em outro instante. Nós queremos é resgatar o Projeto dando condições para que esse tipo de resíduo seja aproveitado positivamente. É isso que nós queremos fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – V.Exª traz um argumento consistente. Como o voto do Relator era pelo arquivamento da proposição, eu creio que com essa vista coletiva seria talvez a oportunidade de resgatar o Relatório e encontrar uma solução melhor. Vamos aguardar que as sugestões apresentadas pelos eminentes Senadores que pediram vista possam realmente trazer uma alternativa mais na direção da sugestão apresentada por V.Exª. Senadora Fátima Cleide, tem V.Exª a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Apenas para colocar aqui a minha concordância na íntegra com que expôs o Senador Inácio Arruda, embora nós não estejamos discutindo o Projeto, mas acredito que vai ser preciso discutir. Porque eu acredito que a partir de algumas soluções que parecem ser pequenas, que parecem ser individuais, nós vamos achar gran-

des saídas para contribuir, eu não acredito que nós possamos ainda reverter o processo, mas pelo menos com a minimização do processo de aquecimento global, e quem sabe até considerarmos futuramente já que nós estamos falando tanto de Programa de Aceleração do Crescimento, num Programa de Desaceleração do Aquecimento Global. Eu acredito que é possível a gente construir isso não apenas a partir das políticas públicas, mas principalmente das ações individuais também.

Então, eu acredito que esse Projeto é uma coisa que vale a pena ser resgatado, sim, e quem sabe a saída não seria a gente fazer uma Audiência Pública aqui trazendo inclusive estudiosos, sobre os produtos, os subprodutos como o Senador Inácio Arruda colocou aqui há pouco, nós podemos reaproveitar o óleo comestível inclusive para a produção de energia.

Então, é uma saída que eu acredito ser bem menos problemática que a plantação de monocultura de cana, por exemplo, para o meio ambiente e para os seres humanos que habitam este planeta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senadora Fátima Cleide, diante da concessão de vista coletiva, eu sugeriria a V.Exª que aguardasse a manifestação dos Senadores que se interessaram em opinar sobre a matéria, para que se aí diante da apresentação da opinião de cada um dos votos apresentados couber ainda a proposta de V.Exª, nós discutimos na Comissão.

Encontra-se nesta Comissão o aviso nº. 157/2000, que encaminha ao Senado Federal Relatório das atividades referentes ao segundo trimestre de 2000. Tendo em vista que surgiram dúvidas se foi ou não oficiado ao Ministério Público, quanto ao conteúdo do Requerimento de informações nº. 487/2001 a matéria retorna à Comissão a fim de que seja dado conhecimento ao Plenário do inteiro teor do Ofício do Senado Federal nº. 1.391 de outubro de 2001 e posterior devolução à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O Ofício versa sobre o seguinte: Sr. Procurador-Geral, datado de 30 de outubro de 2001. Sr. Procurador-Geral, comunico a V.Exª que a Mesa do Senado Federal aprovou pedido de informações da Comissão de Fiscalização e Controle contido no Requerimento 487/2001 cujo avulso encaminho em anexo acompanhado da cópia de documentação que evidencie dano decorrente de ato de gestão ilegítimo, antieconômico, desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos ao Ministério Público da União para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis. Por oportuno, esclareço a V.Exª que as informações deverão ser emitidas

a essa Presidência. Atenciosamente Senador Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal.

A Presidência passa a dar conhecimento aos membros dessa Comissão, sobre os seguintes avisos oriundos do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº. 73, referente a pedido de reexame interposto pelo Ministério da Integração Nacional contra itens do acórdão 1.595/2005.

Aviso nº. 81, referente à reapresentação formulada por auditores do TCU contra supostas irregularidades em procedimento licitatório realizado pela Casa da Moeda do Brasil.

Aviso 209 e 210, encaminhando o relatório das atividades do quarto trimestre 2006 do Tribunal de Contas da União.

Esses avisos encontram-se na Secretaria dessa Comissão à disposição dos eminentes Srs. Senadores.

Não havendo mais nada a tratar, agradecendo a participação de todos, declaramos encerradas a Sessão.

(Levanta-se a reunião às 10h 58min)

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DO DIA 21 DE MARÇO DE 2007 ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e um de março de dois mil e sete, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **SIBÁ MACHADO**, **JOÃO RIBEIRO**, **VALDIR RAUPP**, **VALTER PEREIRA**, **HERÁCLITO FORTES**, **JONAS PINHEIRO**, **CÍCERO LUCENA**, **MARCONI PERILLO**, **FLÁVIO ARNS**, **AUGUSTO BOTELHO**, **INÁCIO ARRUDA**, **EXPEDITO JÚNIOR**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a reunião destina-se à realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei nº 294, de 2006, de autoria do Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** e Relatoria do Senador **HERÁCLITO FORTES**, com a participação dos seguintes convidados: **JOÃO ALZIRO HERTZ DA JORNADA**, Presidente do INMETRO e **ROBERTO GUIMARÃES** – Assessor do INMETRO; **ANTONIO CARLOS HENRIQUES**, Vice-Presidente da ABIP – Associação Brasileira da Indústria da Panificação e Confeitaria e também repre-

sentante da FIESP e MANOEL FRANCO DE MELIM – Vice-Presidente da Associação das Indústrias de Panificação e Confeitaria do Grande ABC – AIPAM e MARILENA LAZARINE, Presidente do IDEC, em conformidade com o Requerimento nº 04, de 2007-CMA, aprovado em 27.02.2007, de autoria do Senador **SIBÁ MACHADO**. O Senhor Presidente informa ao plenário da Comissão as escusas do IDEC pelo não comparecimento. A seguir, os convidados tomam assento à mesa e apresentam as suas explanações. Usam da palavra os Senhores Senadores **HERÁCLITO FORTES, VALTER PEREIRA SIBÁ MACHADO, CÍCERO LUCENA e AUGUSTO BOTELHO**. Extra-pauta, é deliberado o **Requerimento nº 13, de 2007-CMA**, que requer “assistir, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, em Audiência Pública, aprovada por requerimento apresentado pelo senador Eduardo Azeredo na data de 21 de março do corrente naquela Comissão, os Senhores: Plínio de Aguiar Júnior, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Cristopher Torto, Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA e James Gama, Diretor Geral da TV Senado para discutir com as Senhoras e Senhores Senadores, sobre as razões da retirada das emissoras de televisão de instituições públicas da grade de empresas prestadoras de serviço de televisão a cabo, ao migrarem do sistema de transmissão a cabo analógico para o sistema de transmissão a cabo com tecnologia digital”. **Autoria:** Senador **CÍCERO LUCENA**. **Resultado:** **APROVADO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como estão. Aprovado.

A audiência pública de hoje tem a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 294 de 2006, que obriga a comercialização do pão francês a peso e por unidades de 50 gramas. De autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães e Relatoria do Senador Heráclito Fortes, com a participação dos seguintes convidados:

Sr. João Alziro Hertz da Jornada, Presidente do INMETRO, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e Roberto Guimarães, Assessor do INMETRO; o Sr. Antônio Carlos Henriques, vice-presidente da ABIP, associação brasileira da indústria de panificação e confeitaria, representando também a federação das indústrias do Estado de São Paulo. Eu convidaria os eminentes Srs. João Alziro Hertz da Jornada, Antônio Carlos Henriques para tomarem assento à Mesa. Também o Sr. Manoel Franco de Melin, vice-presidente da era AIPAN. Olha, alguém reclamou a ausência do pãozinho francês, ele está aqui. É uma pena que parece que só veio um mostruário (risos).

Essa audiência pública atende à solicitação e requerimento do eminente Senador Sibá Machado e outros Srs. Senadores, aprovado no dia 27 de fevereiro 2007. Nós iniciáramos ouvindo (interrupção no áudio). Nós iniciáramos, então, ouvindo a manifestação a respeito do tema dos eminentes senhores convidados e eu estabeleceria um prazo preliminar de 15 minutos para cada um fazer a sua exposição.

Então, tem a palavra o Sr. Antônio Carlos Henriques, vice-presidente da ABIP, também neste encontro representando a Federação das Indústrias de São Paulo.

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Bom dia a todos os Senadores. Antes mesmo de entrar na questão do PL, do eminente Senador Antônio Carlos Magalhães, eu gostaria de estar colocando aqui que, só para lembrar, que lá atrás, o pão já era vendido a peso, antes mesmo de ser vendido à unidade, no início da sua comercialização, esse pão já era vendido a peso, que eram o famoso filão e a famosa bengala. Então, lá atrás o pão já foi vendido a peso. E também gostaria de colocar aqui que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, na figura do seu Presidente, Paulo Skaf, nos ajudou para que a gente pudesse juntar algumas questões para que realmente a indústria de panificação pudesse ser defendida.

No que diz respeito à questão da venda e da comercialização do pão francês a peso ou à unidade, o setor industrial de panificação vem, há 20 anos, na busca da comercialização do pão a peso porque a indústria de panificação sempre prezou pela lealdade e pela transparência junto aos seus consumidores. Até porque nós, como pequenos empresários, pequenos industriais, temos uma relação muito humana, muito próxima do consumidor nas circunferências de onde está colocada a padaria. A padaria normalmente é uma base para o crescimento do bairro, base para a solução de alguns problemas do bairro.

Então, a panificadora, num modo geral, ela é um pronto-socorro do daquelas pessoas que vivem na-

quela base. A padaria tem uma relação muito, muito, mas muito próxima com o consumidor final porque ele trata, o consumidor, com o dono da empresa, ele não trata com o funcionário, ele não trata com o gerente, ele trata diretamente com as pessoas. Eu estou falando isso já entrando na síntese do PL do Senador, onde ele fala que, por algum motivo, na comercialização do pão a peso, haveria uma certa dificuldade para o consumidor de, na hora da compra do pão, porque, pelo peso, ele estaria, de repente, faltando alguns centavos na hora de ele comprar, fazer essa compra. Devido a essa relação próxima do panificador com o consumidor, jamais o panificador deixaria de entregar o pão àquele pequeno consumidor pelo fato daquela relação. Então, esse é um fato que a gente gostaria de estar colocando e esse é de muita importância.

Outro fato que eu acho que gostaria de estar colocando e é muito importante, que nós não temos, nós não estamos aqui para dizer que o Senador, o projeto do Senador é ruim ou não, muito pelo contrário, eu acho que a intenção do Senador foi de tentar fazer, facilitar, ter uma condição mais facilitadora para o consumidor final. Mas, na verdade, isso veio num momento de transição, veio num momento de implantação do pão a peso, naquele auge, onde culturalmente nós vivíamos a venda do produto à unidade. E também, nesse momento, houve realmente, nós somos bem claros, algumas dificuldades pontuais, onde tivemos a dificuldade na implantação. Isso porque nós tivemos pessoas que trabalham conosco, que são pessoas de nível pequeno, nível baixo culturalmente, trabalham conosco e não são pessoas, profissionais de ponta. São profissionais que têm alguma dificuldade e nós trabalhamos com esse tipo de profissionais. Nós damos emprego para esse tipo de pessoas. É... Não são, não é porque são pessoas com uma qualidade cultural mais baixa que elas têm que estar fora do mercado de trabalho. Então, nós temos essa dificuldade na hora de implantar alguma coisa nova, alguma coisa que venha a ser diferente, há realmente essa dificuldade.

Tivemos outro problema, que nós gostaríamos de deixar claro, que, durante a implantação, se colocou que alguns panificadores teriam aumentado o seu produto aleatoriamente. Isso não é verdadeiro porque, durante esse trabalho da implantação do pão a peso, nós tivemos um aumento no produto principal, que é o trigo, em torno de 30 a 40%, dependendo da marca do produto de cada farinha, nós tivemos esse aumento. E muitas padarias assumiram esse custo. Outras, por estarem com os custos muito próximos, e muito já perto da sua condição, tiveram que fazer um pequeno ajuste. E, lá na frente, lá na frente, quando elas conseguiram fazer esse ajuste, houve uma queda, auto-

maticamente elas baixaram. Nós temos até aqui um documento do IDEC, onde comprova isso. Dizendo que houve um ajuste para cima e depois houve um ajuste para baixo, justamente pela sensibilidade do pequeno empresário do setor da panificação. Ele é um empresário que ele não pode, ele não pode, ele não quer perder o seu consumidor.

Então, eu acho que é muito importante a gente estar falando isso para quem não conhece, quem não tem um conhecimento mais próximo do setor. Outra coisa que eu gostaria de estar colocando é que, durante algum tempo, nós tivemos uma concorrência muito desleal perante o nosso consumidor. As padarias sofreram uma concorrência com informais que nos trouxe inúmeros problemas e nos está trazendo alguns problemas ainda, com certeza. Como, durante essa implantação também, nós tivemos algumas empresas informais, na visão deles, de eles perderem o mercado deles, porque eles estavam trabalhando ilegalmente, eles produziam pães de 40 gramas e vendiam como 50. A partir desse momento, quando eles sentiram que poderiam estar perdendo um pouco do mercado, eles simplesmente fizeram o oposto, começaram a produzir pães com 60, com 70 gramas, para confundir e distorcer o mercado. Enquanto o setor formal não. O setor formal veio trabalhar com os pães de 45 a 50 gramas, dentro de um padrão estabelecido pelo INMETRO. E é exatamente isso que nós trabalhamos.

Então, eu acho que eu gostaria de deixar isso claro aqui para essa Comissão que o setor de panificação jamais vai querer praticar algum tipo de trabalho, dentro do seu negócio, que seja para poder enrolar ou tentar inibir aquele consumidor mais simples. Muito pelo contrário, a maior parte, 80% dos nossos consumidores são das classes mais baixas, não das classes mais altas. O nosso consumidor que mais vai à padaria, nosso consumidor pequeno, ele vai de manhã na padaria, ao meio-dia na padaria e à noite na padaria, por quê? É um produto barato e que tem uma base alimentar muito forte. Então, como ele tem poucas condições de poder de compra, ele acaba indo à nossa empresa para buscar a alimentação que ele necessita. Então, numa condição barata.

Então, é isso que a gente gostaria de estar colocando aqui para o Presidente. Eu acho que é de suma importância para nós, e para a sobrevivência do setor de panificação, a continuação do pão a peso dentro do nosso negócio. Porque se realmente se colocar o pão a peso ou a unidade dentro das nossas padarias, inviabilizaria e tornaria a fiscalização por parte das autoridades do INMETRO praticamente impossibilitaria de eles fiscalizarem. Porque, a partir do momento em que essa pessoa, por qualquer motivo, venha a reclamar

que ele comprou um pão e se sentiu lesado, como é que foi a comercialização? Qual é, como é que ela vai poder fiscalizar, se foi a peso ou à unidade. É a minha palavra e a palavra dele.

Então, eu acho que deveria ser muito bem pensado antes que a gente coloque realmente essas condições e inviabilize um negócio do setor de panificação, que hoje representa aproximadamente 60 mil empresas, mais de 600 mil empregos diretos e mais de um milhão e meio de empregos indiretos. Eu acho que é um setor bastante importante para a economia nacional e para a distribuição dos produtos da base alimentar, principalmente para as classes mais pobres. Acho que isso é de fundamental importância para a continuidade do nosso setor, da nossa padaria.

É muito importante para nós que o pão continue sendo comercializado a peso porque é a única maneira de a gente ter uma relação justa e honesta perante o nosso consumidor. O nosso consumidor vai ter a visão clara de que ele está comprando 100 gramas de pão e está pagando por 100 gramas de pão. O nosso consumidor vai ter claro que vai ter um órgão competente e um órgão realmente de uma capacidade de fiscalização de suma importância, que é o INMETRO, na regulamentação e na aferição das balanças.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Talvez fosse interessante ouvir a opinião de todos, mas se V.Exa. Acha importante...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Só um questionamento para mim.... Quando a pesagem não for exata, tiver faltando, corta-se o pão ou dá-se o troco de bombonzinho, como é que vai ser feito o troco?

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Na verdade, Senador, quando o pão, você põe o pão na balança e dá 92 centavos, na maior parte das vezes, ele se cobra por 90 centavos. Então, na verdade, a pessoa não vai lá comprar 100 gramas de pão, ele vai comprar um pãozinho, dois paezinhos, três paezinhos ou seis paezinhos. Na verdade, a mudança nada mais é do que só a mudança do pagamento, mas, da compra continua a mesma coisa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Se o senhor me permite, eu fiz uma pergunta concreta: Se não for exato o valor, corta-se o pão ou dá-se o troco em bala?

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Não, nós não usamos, no nosso ramo, nossa padaria, nós não usamos nenhum tipo de argumento de dar troco em bala ou dar troco, se dá o troco exato a que tenha direito. Nós não temos, como uso, dentro do nosso ramo, da panificação, essa prática de empurrar a bala, o chiclete, alguma coisa. A pessoa vai ao nosso es-

tabelecimento, compra o seu produto e recebe o seu troco como forma de... Em forma de dinheiro, em espécie, mais nada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Parabêniz a V.Exa. Acho, inclusive, que nós devemos criar homenagens a empresários que atuam assim porque a grande prática, pelo Brasil afora, é lhe empurrar bala. Diabético que se dane! Mas V.Exa. sabe muito bem, exatamente é um fato que existe. Eu estou apenas, tem um parecer elaborado, mas, evidentemente, que eu não tenho o compromisso com erros. Se eu for convencido a mudar de opinião, não tem nenhum problema. Agora, por isso é que eu pedi permissão ao Presidente para fazer essa indagação específica. Muito obrigado.

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Não, na verdade, Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – V.Sa. tem a palavra para continuar com a sua exposição.

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Na verdade, Senador, infelizmente, em alguns comércios, existe esse tipo de característica de empurrar esse tipo de negócio. Mas nós, como representantes no setor sempre prezamos por um bom relacionamento com o nosso cliente. E você só pode ter um bom relacionamento com o nosso cliente se você tiver um relacionamento transparente e honesto. É o nosso código de...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aliás, o Senador Valter Pereira me disse aqui que eu usei indevidamente o termo bala. Porque em alguns lugares, algumas periferias do Brasil, literalmente a bala é usada e ele pede que eu repare: É bombonzinho, como é que chama? Bombom doce.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Quem dá bala de troco é bandido. (risos).

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Muito bem, Senador, é verdade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O nosso Sibá Machado já se refere aqui à farofa de gergelim e por aí afora. Então, queria apenas fazer o registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Sa. a palavra para continuar a sua exposição.

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Muito obrigado, Presidente. Eu gostaria de dar um dado aqui de suma importância, dado, inclusive, dado do INMETRO, está à disposição de todo mundo, onde nós, antes de termos o pão vendido a peso, o pãozinho era considerado o produto mais perigoso em termos de reclamações e multas dentro do próprio INMETRO. A

partir da implantação do pão a peso, pasmem, o INMETRO, nos meses de janeiro e fevereiro e dezembro não teve, lá, dentro da Ouvidoria, nenhuma reclamação, nenhuma reclamação. Isso se deve ao fato de quê? Simplesmente o cliente está sendo transparente, está comprando e está pagando por aquilo que ele leva.

Agora, é absurdamente ruim para que a gente trabalhe de uma maneira que possa, de alguma maneira, lesar. Nós não podemos nos incorporar aos informais que trabalham de forma ilegal, que vendem o seu produto com preço super baixo, mas que enganam, de maneira forte, o seu cliente final. Porque eles não têm cliente. Hoje, eles estão aqui; amanhã, eles estão em outro lugar. Nós não. Nós estamos estabelecidos num local e nós não podemos sair dali. Nós somos fixos. Então, por isso que nós temos que ter um relacionamento adequado e justo com o nosso cliente. Então, eu acho de suma importância que nós continuemos a ter o nosso produto ser vendido a peso porque vai... Vamos ter uma relação indústria/cliente/consumidor final, uma relação séria, justa e transparente. Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Agradecemos a manifestação de V.Sa. e passamos a palavra ao senhor Manoel Franco de Melin, Vice-presidente da AIPAN – Associação das Indústrias de Panificação e Confeitaria do Grande ABC. Tem V.Sa. a palavra por 15 minutos.

SR. MANOEL FRANCO DE MELIN – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia Srs. Senadores, senhoras e todos os presentes. Eu, como Vice-presidente da Associação dos Panificadores, acredito que nós estamos aqui para ser, para que sejamos o mais breve possível e queremos que a gente seja lícito naquilo que a gente pratica. Eu, como panificador e Vice-presidente, eu acredito nas pessoas e acredito nos senhores, porque a gente, como panificador e como dirigente sindical, a gente está na linha de frente. E como nós estamos na linha de frente, a gente quer que a prática do pão por quilo, por peso, ela seja uma prática correta porque ela se faz justa. Por que ela se faz justa? Porque o cliente está levando por aquilo que ele está pagando. Felizmente, essa lei só veio beneficiar o consumidor porque ele não está sendo lesado. Porque o pão, por unidade, ele está favorecendo o informal, ele está favorecendo quem não quer trabalhar certo. Ele está favorecendo a que o cidadão pegue uma bicicleta, ele, com o cesto de pães, ele sai pelas ruas vendendo para a população. E ele coloca cinco pãezinhos. Só que a população não tem condições de ter uma balança na casa dele para que ele pese esses pãezinhos. Então, só está favorecendo para quem não quer trabalhar correto, Senadores.

Então, eu, como panificador e Vice-presidente da Associação dos Panificadores, nós temos como obrigação orientar os panificadores, orientar os nossos funcionários, para servir à população da melhor maneira, para que o consumidor final não saia lesado. Porque, se a gente está nesse país e quer justiça, nada mais justo do que o cliente, ele pague por aquilo que ele está levando, que é a prática correta. Era só isso. Obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, eu quero...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem a palavra V.Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quero louvar V.Exa. E aqui, mais uma vez, me alerta o Senador Valter Pereira, está completa a Mesa; tratar de pão sem português não teria nenhum sentido.

(risos).

Então, eu quero parabenizá-lo, porque, exatamente se torna... Nós estamos exatamente tratando com a pessoa certa. Eu louvo, V.Exa., V.Sa. pela...

SR. MANOEL FRANCO DE MELIN – Obrigado, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A história de Portugal e a nossa história se unem e o pão está sempre presente nessa...

SR. MANOEL FRANCO DE MELIN – Nas nossas Mesas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nas nossas Mesas. Agora, queria apenas perguntar: Existe contra e a favor na Mesa ou só tem a favor?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Bem, nós ouvimos aqui agora a área da indústria, que se revelou favorável à venda a peso. Nós ouviremos, daqui a pouco, o INMETRO, e eu ainda não conheço a opinião.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E os consumidores, a Associação de Consumidor?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós recebemos aqui, de defesa, do IDEC, uma manifestação do IDEC a respeito, não pôde comparecer, mas encaminhou ao Relator um expediente...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, nossa audiência pública está incompleta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Faltaria alguém para falar a respeito...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Faltaria alguém... Eu acho, inclusive, que o prudente seria a suspensão dessa audiência pública.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Está faltando o goleiro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós temos que ouvir as partes. Nós vamos sair...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Quem fala pelo consumidor e foi convidado para falar pelo consumidor, seria o IDEC; não pôde comparecer, mas mandou um expediente a V.Exa., do qual nós temos cópia, manifestando a sua opinião.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, não, mas olhe, eu acho que para audiência pública, apenas para formalizar a audiência pública, eu acho que nós teríamos que ter o debate. Consumidores somos todos nós, só não somos qualificados para tratar do assunto...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Mas estarão qualificados para fazer o debate. Eu entendo que V.Exa. tem razão, o contraditório é fundamental.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Cautela...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Agora, nós temos que aproveitar primeiro a boa vontade e o interesse dos que aceitaram o convite desta Comissão para poder participar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós vamos ouvi-los, ainda que tenhamos que fazer uma outra Comissão e o Plenário vai deliberar sobre isso...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Mas nós temos que ouvir a opinião de quem está aqui.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu acho que o Senador Heráclito tem uma dose de acerto na intervenção que ele faz. Efetivamente, é preciso ouvir o objeto de toda essa transação, que é o consumidor. É bem verdade que aqui estão presentes produtores e a representação do INMETRO, que é o órgão do governo que cuida da fiscalização, da normatização do comércio. Mas isso não invalida o trabalho que está sendo desenvolvido até agora. Eu acho que, ouvindo aqui o governo e ouvindo produtores, nós cumprimos uma etapa. Isso significa que nós podemos, numa próxima Sessão, ouvir a outra parte, a outra ponta, que é

o consumidor. Agora, eu gostaria de dar uma sugestão para uma questão...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Valter...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Aqui não completou o contraditório...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Valter, essa Sessão, essa audiência de hoje não tem o caráter terminativo; ela tem o caráter exatamente de colher subsídios para a decisão dos eminentes Srs. Senadores integrantes dessa Comissão. Então, eu sugeriria que nós ouvíssemos os que se dispuseram a comparecer a essa audiência pública. Se os Senhores entenderem, como foi levantado pelo Eminentíssimo Relator, que há uma lacuna a ser preenchida da parte do consumidor, nós realizaremos outra audiência pública para ouvir o consumidor. E, aí, nós teremos completadas as informações, o número de informações que os Senadores precisarão para deliberar sobre a questão.

Então, eu sugeriria que nós ouvíssemos os expositores e depois partisse para o debate.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, apenas para ficar claro...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O objetivo da audiência pública é exatamente o estabelecimento do contraditório. A audiência pública é exatamente a oportunidade aonde nós, congressistas, temos de ouvir as partes. Nós vamos ouvir apenas um lado. Então, nós não vamos ter, na essência, uma audiência pública. Nós vamos ter oitivas dos produtores e dos Diretores do INMETRO. O ideal é que se fizesse uma audiência pública com quem vende e quem compra para se ouvir, aí, as duas versões e os dois argumentos para que a gente não tomasse decisão dessa natureza. Nós vamos sair aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós estamos compreendendo a preocupação de V.Exa. Mas, na verdade, a audiência pública não é para estabelecer o contraditório. A audiência pública é para...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ouvir opiniões, claro...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Isso. Ouvir opinião e colher os subsídios para os Srs. Senadores.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Opiniões contraditórias.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Exatamente. Se falta uma opinião contraditória nós vamos dar prosseguimento,

se assim deliberar o Plenário, em realizarmos outra audiência pública com quem pensa de forma diferente daqueles que se manifestaram nesta audiência.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Precisa também ficar claro, Sr. Presidente, que não vai aqui nenhuma crítica à conduta da Mesa porque a Mesa tomou as providências. A Mesa chamou as partes todas que compõem esse processo. Então, houve, na verdade, a ausência de uma das partes. Como essa ausência é exatamente do representante do consumidor, que é o objeto da audiência, é muito importante e, portanto, fica... Acho que deveria ficar em aberto para uma oitiva posterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – É, antes de passar a palavra ao próximo convidado, a Mesa vai dar conhecimento, apesar de já ter distribuído, do relatório, do expediente encaminhado a esta Comissão, de quem defende o interesse do consumidor, que é o IDEC, em expediente datado de 20 de março de 2007, o Assessor Executivo do IDEC, senhor Marcos Pó, informa que “o IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor é uma associação civil de consumidores com 15 mil associados e com 20 anos de existência. Nesse período, já realizamos mais de 180 testes e pesquisas sobre qualidade e segurança de mais de três mil produtos e serviços. Além disso, o IDEC tem participado de discussões de leis, normas e regulamentos que podem afetar os consumidores e a sociedade, contribuindo com sugestões para proteger e ampliar os direitos dos consumidores brasileiros. Agradecemos o convite para participar da referida audiência pública e aproveitamos esta oportunidade para louvar a iniciativa dessa Casa, em buscar contribuições da sociedade civil nos debates legislativos. Infelizmente, temos dificuldade de recursos para o deslocamento de pessoal para participar ativamente dos debates, o que dessa vez inviabilizou a nossa presença física. Todavia, não podemos deixar de manifestar a nossa opinião sobre uma iniciativa Legislativa em tema de tão grande relevância para os consumidores, que é a comercialização do pão francês por peso e por unidade de 50 gramas. Quando o INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – realizou a consulta pública sobre a mudança de forma de comercialização do pão francês, o IDEC avaliou a proposta com as preocupações de confiança contra fraudes no produto adquirido, facilidade de comparação e de escolha para o consumidor e mais relevante no nosso país, o preço. Em relação à confiança, vimos grandes vantagens na venda por peso, apesar da fiscalização das padarias sobre as balanças e os pesos dos pães, sempre havia grande possibilidade do peso ser diminuído após a

fiscalização, onerando os consumidores com a fraude. A transparência com o sistema de peso facilita a fiscalização pelos próprios consumidores...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, eu não poderia ouvir essa manifestação do IDEC sem tecer uma crítica à direção desse órgão. Por que, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Eu poderia concluir aqui a manifestação? Por gentileza.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Pois não. Pensei que tinha concluído.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – “Sobre a facilidade de comparação e venda por peso, apresenta, na nossa avaliação, vantagens”. Então, o IDEC manifesta aqui a favor, viu, Senador Valter, o IDEC manifesta aqui a sua opinião a favor da venda a peso. “É mais fácil para os consumidores compararem o valor por quilo do produto, em suas diversas apresentações, permitindo uma escolha mais racional e de acordo com as possibilidades financeiras do consumidor. Além disso, inibiu a possibilidade de um fornecedor mal intencionado fraudar o peso do produto e fazer ofertas abaixo da concorrência, iludindo, assim, o consumidor. Dessa forma, a oferta de forma uniforme e com um padrão claro de referência, o quilo, em todos os estabelecimentos, facilita a comparação pelo consumidor e inibe fraudes. Os preços, então, são a maior questão a ser resolvida. Dois aspectos saltaram aos nossos olhos: Um, com a mudança o valor individual do produto poderia sofrer reajustes ou aumentar por um aumento de peso intencional. Dois, o consumidor, que sempre comprará o produto por unidade, poderia ter dificuldade em estimar a sua conta, como foi bem apontado pelo Senador Antônio Carlos Magalhães na justificativa do PLS 194/2006. Em relação ao primeiro aspecto, fizemos pesquisas de mercado no momento da transição, em 20 padarias. Notamos um aumento da ordem de 8% nos preços dos pães individuais, o que foi confirmado em enquête no nosso Website, onde 79.1% dos 1603 respondentes notavam aumento de preços na unidade. Isso ocorreu no momento da transição, onde ajustes ainda são feitos. Após esse período, notamos uma pequena diminuição no preço do quilo dos pães, indicando, provavelmente, que os fornecedores estavam se ajustando aos preços anteriores, assim como o peso dos produtos.

Concluimos, portanto, que o reajuste de preços que pode ter sido embutido, quando houve a transição, deve ser sanado pela fiscalização atenta dos institutos locais de defesa do consumidor, de pesos e medidas e da Vigilância Sanitária, e que ela não aponta um problema inerente à venda de pães por peso. Em relação à

imprevisibilidade do preço a ser pago pelo consumidor, fizemos simulações estatísticas, considerando o preço da unidade do pão francês e a quantidade de unidades compradas. Essa variação foi inferior a 10 centavos, no pior caso. O que indicou um impacto pequeno, ainda que se leve em consideração a população carente. Convém lembrar que o mesmo consumidor que pode pagar mais em um dia, poderá pagar menos no outro, mantendo assim o mesmo padrão de gasto mensal. Provavelmente, ainda, serão identificados alguns problemas na transição, já que estão sendo feitas as mudanças de uma prática antiga da venda por unidade, mas consideramos que os benefícios da venda de pão por peso superam o seu ônus. A oferta, de forma transparente, do produto, inibe fraudes e ilusionismo, que podem prejudicar o consumidor, principalmente o mais carente. Nos colocamos à disposição dessa Comissão e dos Srs. Senadores para eventuais esclarecimentos e contribuições que se fizerem necessárias aos nossos projetos discutidos nessa Casa. Atenciosamente, Marcos Pó, Assessor Executivo do IDEC.

Esse é o texto da manifestação do IDEC. Então, eu só solicitaria aos Srs. Senadores que nós ouvirmos os dois outros convidados e, em seguida, nós discutiremos aqui sobre a conveniência de uma outra manifestação do lado do consumidor ou não. Então, passo a palavra ao eminente Dr. João Alziro Hertz da Jornada, do INMETRO.

SR. JOÃO ALZIRO HERTZ DA JORNADA – Presidente Senador Leomar Quintanilha, Senador Heráclito Fortes, Relator do projeto. Srs. Senadores, primeiramente eu gostaria de agradecer o convite, é uma grande satisfação estar aqui. E dizer também da nossa consideração pelo mérito do projeto em tela. Realmente o que o assunto que ele ataca é um assunto da maior relevância e um assunto complexo. Eu acho que o Senador Heráclito Fortes tocou num exemplo, da bala de troco, uma questão importante do dia-a-dia, da praticidade dessas questões da relação de consumo, principalmente do consumidor de baixa renda, que é o foco aqui desse Projeto de Lei.

Eu, inicialmente, gostaria de dizer que, desse contexto, o INMETRO é um dos elementos, é uma das instituições desse grande sistema de proteção ao consumidor. Quer dizer, questões desse tipo que o senhor levantou, Senador, têm a ver com o Procon, tem a ver com o DPDC do Ministério da Justiça, algumas outras, como Vigilância Sanitária, como muito bem colocou o documento do IDEC. E, obviamente, pesos e medidas com o INMETRO. Então, sob esse aspecto, eu gostaria de colocar para os senhores, inicialmente, o escopo da atuação do INMETRO. Quer dizer, o INMETRO se preocupa com prover confiança às medições, que são

base para um grande número de relações de troca. Quer dizer, nesse caso do pãozinho e de tantos outros bens, alimentos, que são principalmente alimentos da cesta-básica, como esse, a questão fundamental, do ponto de vista do INMETRO, é garantir justas relações de troca. Quer dizer, garantir que o consumidor está levando aquilo que realmente foi dito para ele, aquilo que realmente foi pactuado numa relação comercial.

A questão toda, e eu acho que o fulcro dessa nossa discussão aqui, são os aspectos práticos disso. Quer dizer, como, e eu acho que novamente o seu exemplo foi muito esclarecedor, quer dizer, como, na prática, se materializa isso? Aquele pequeno estabelecimento, lá num grotão de um pequeno estado e tal, como é que é, na prática, isso aí. E aí essas situações práticas é que justamente são os problemas. No caso do pão francês, é um assunto importante porque é um assunto, para o INMETRO, porque é um assunto de consumo muito grande; é um elemento também da cesta-básica. Então, obviamente o INMETRO tem que se preocupar em prover as condições que assegurem relações transparentes, relações de troca justa e o consumidor, então, é que vai decidir aonde comprar. Eventuais abusos de preço são atacados por outros elementos desse sistema de defesa, no caso, o Procon. Questões bromatológicas, sanitárias, então, questão da higiene e tal, é a Vigilância Sanitária. Então, isso tudo forma um sistema.

Do ponto de vista do INMETRO, então, o que nós observamos na comercialização do pão francês, como já foi dito? Que ele é o campeão de irregularidades. Quer dizer, nós tínhamos, normalmente, uma taxa de 2% de irregularidades, em produtos pré-medidos, por exemplo, saco de feijão, saquinho de arroz, garrafa de refrigerante, essa coisa, litro de leite etc, e, no caso do pãozinho de unidade de 50 gramas, chegava a 12%. Mas, além desse número, quer dizer, 12% do que era avaliado, estava irregular, além disso, Srs. Senadores, o que mais chamava a atenção para nós e nos preocupava era o tamanho da irregularidade. Enquanto que, nos pães pré-medidos, quando estava irregular o produto, a diferença era 1%, 2% etc, no caso do pãozinho, chegava a 35%, 30%, coisa assim. Quer dizer, um pãozinho de 50 gramas, se ia medir o peso direitinho, dava 35.

E o problema do pãozinho, é que ele tem o impacto visual e, do ponto de vista de fabricação, se pode fazer ele mais massudo ou menos, quer dizer, ele pode ser uma esponja também. Então, isso é muito fácil de iludir o consumidor, principalmente a pessoa mais humilde que olha e vê, o negócio é grande e tal, deve ser o mesmo tamanho. Aliás, isso é outro aspecto do INMETRO também de garantir também a competição

saudável entre os fornecedores, porque isso faz com que o preço... A qualidade caia. Então, o consumidor, para comparar e saber: “Bom, quem é está me vendendo melhor?” Ele vai olhar: “O fulano me vende por tanto, o outro me vende por tanto”. Então, ele tem a impressão de que esse pãozinho que eu compro aqui tem esse tamanho, e o outro que eu compro lá tem o mesmo tamanho. Ele não tem muito a sensibilidade do peso, mas, na verdade, no consumidor que fraudava, ele está comprando 30% menos de calorias, 30% menos de alimento, efetivamente.

Então, essa situação toda nos levou a estudar o caso. Nós estudamos isso aí, já em dois mil e poucos, chegamos a fazer uma pesquisa de opinião com usuários e deu uns 55% de usuários favoráveis a uma mudança e nós achamos que a situação, então, não estava madura, quer dizer, existem problemas culturais. Fizemos, recentemente, uma pesquisa, ano passado, e a situação está ficando mais complicada, quer dizer, está ficando mais crítica a situação do pãozinho. E, ao mesmo tempo, fomos procurados por setores produtivos, discutimos o assunto, inclusive, com consumidores, com o IDEC, com o qual temos uma relação muito próxima porque o INMETRO, antes de mais nada, é um órgão que tem por obrigação, como disse, fazer a sua parte dentro desse sistema de proteção ao consumidor.

Então, nós achamos que estava maduro já para mudar essa sistemática. Então, mudamos, qualquer mudança de portaria, de regulamento do INMETRO, nós fizemos um procedimento que envolve uma consulta pública de 90 dias. Durante esse período de consulta pública da Portaria que, então, estipulava a venda somente em peso, nós tivemos um número expressivo de respostas, mais de mil respostas, não é, Roberto? E, mais ou menos 75% dessas respostas eram fortemente favoráveis à nova modalidade. Então, implantamos isso aí. E...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nova modalidade é a venda a peso?

SR. JOÃO ALZIRO HERTZ DA JORNADA – Venda somente a peso. Implantamos isso aí em outubro, 20 de outubro de 2006, e, obviamente, nesse período de transição, que inclusive foi relatado aqui, não só pelo Sindicato de Panificadores, mas também pelo IDEC, ocorreram problemas. E, inclusive, problemas de entendimento. Uma das questões que eu, inclusive, dei entrevistas para a mídia, era o seguinte, essa questão que o Senador Heráclito também colocou: Será que, então, vão cortar o pãozinho, coisa assim? Então, quer dizer, o consumidor menos... Mais humilde queria saber esse tipo de coisa prática. Então, a nossa

orientação é essa: “Olha, compra do mesmo jeito que comprava, só que paga pelo preço justo. Quer comprar um pãozinho, compra, quer comprar dois, compra, só que, na hora de pagar, paga o preço justo.” Então, essa... Agora, houve realmente essa transição, ocorreram problemas devido ao aumento de farinha etc e tal e nós imaginamos que também tenha ocorrido que alguns produtores que, sistematicamente vendiam um pão mais leve e mais, digamos assim, mais volumoso, só volume, com mais ar, eles agora tenham que se adequar porque o consumidor agora vai exigir peso. E, nesse caso, então, majoraram o preço.

Então, nós monitoramos, então, toda essa situação. Nós vimos, então, por exemplo, que, em outubro, nós tivemos 18 reclamações para a nossa Ouvidoria, reclamações que foram registradas, notem bem, a Portaria foi em 20 de outubro, quer dizer, em 10 dias nós tivemos 18 reclamações, se nós multiplicarmos por três, daria mais de 50 reclamações por mês. No mês de novembro seguinte, tivemos, aliás, no mês de novembro, tivemos 29. Então, já reduziu comparativamente. No mês de dezembro, tivemos duas. Em janeiro, tivemos duas, aliás, quatro. Fevereiro nenhuma. E, em março, até agora não fechou março, mas até o dia de hoje também não houve nenhuma reclamação registrada formal. Quer dizer, o que é que nós estamos observando é que realmente a população está entendendo e está se adaptando, está começando a trabalhar bem com isso.

Agora, eu gostaria de comentar, sob esse aspecto prático, de que o projeto apresentado pelo Senador Antônio Carlos Magalhães, obviamente, do ponto de vista teórico, ele é meritório. Eu inclusive, quando comecei a estudar o assunto, há um ano e pouco atrás, a primeira pergunta que eu fiz para o nosso pessoal técnico é isso: “Vamos deixar o consumidor escolher”. Na mesma linha do nobre Senador. Mas, depois, eu fui estudar o aspecto prático com o nosso pessoal e aí é que está a questão. Quer dizer, quando a gente vai para o lado prático, a metrologia, que é a ciência de medição, ela tem um viés prático, quer dizer, nós temos que produzir resultado, aí é que estão as complicações. Quer dizer, se nós tivermos um sistema duplo desses, nós não vamos ter condições, o INMETRO não tem condições de fazer uma fiscalização efetiva. Quer dizer, nós vamos chegar no estabelecimento, como é que está sendo feito? “Ah, não, estou vendendo, isso aqui eu estou vendendo a peso. Isso aqui eu estou vendendo por unidade”. Quer dizer, não tem parâmetro para se fiscalizar e para autuar. Está certo? E facilita também tremendamente a questão de manipulação, a questão de iludir o consumidor de mais baixa renda.

Então, essa questão de comercializar um bem de uso tão amplo como pãozinho de duas formas é inusitada, não conheço em nenhum lugar. Isso gera confusão. Quer dizer, o aspecto de controle metrológico, ele tem que ser alguma coisa prática, viável, está certo? E, claro, que teoricamente, inclusive, o INMETRO poderia fiscalizar em cada padaria, em cada fornada estar ali. Só que não é prático isso. Seria um ônus para a sociedade enorme. Então, esses aspectos práticos, Srs. Senadores, é que, justamente, nos levam a fazer, a colocar a comercialização por uma modalidade única, muito embora, teoricamente, seria mais interessante. Então, a questão de praticidade aí é fundamental, isso que eu gostaria de colocar. Quer dizer, nós temos obrigação de fazer a coisa funcionar. E o processo é estatístico, quer dizer, nós não podemos garantir que todo o produto no Brasil tenha o peso certo. Em todo o mundo é assim, quer dizer, se faz uma estatística, se avalia 20 mil por ano, por exemplo, de um universo de várias centenas e milhares.

Então, essas são as considerações. Eu estou à disposição de todos os senhores para esclarecimentos e também eu gostaria de dizer a todos que o INMETRO está à disposição, inclusive para uma visita dos senhores que nos daria uma grande honra.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito obrigado, Dr. Jornada, pela manifestação de V.Sa., que certamente vai instruir a discussão em tela sobre a comercialização do pão francês a peso ou por unidade. Nós passaremos, então, agora à fase de debates. Está inscrito, em primeiro lugar, o eminente Senador Heráclito Fortes, como Relator da matéria, Senador Sibá, como autor do Requerimento e estão abertas as inscrições. Senador...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO : Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Heráclito Fortes, tem V.Exa. a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Dr. João Alziro foi de uma praticidade surpreendente. Poucas vezes eu vi, na minha vida pública, um tecnocrata ser tão prático como V.Sa. foi. Ah se esse Brasil fosse cheio de técnicos como V.Sa. Entre a teoria e a prática há uma diferença muito grande. Nós estamos vivendo num país, Dr. João Alziro, que se propõe a crescer e que lança o PAC. E que nós torcemos, no fundo da alma e do coração, para que o PAC seja verdadeiro, que o PAC exista, que o PAC não seja apenas uma repetição do espetáculo do crescimento. Nós queremos fundamentos para acreditar no PAC e nós não acreditamos porque nós não vemos o governo instrumentalizar o INMETRO. É um crime o que se faz com o INMETRO, o que se faz com as Agências.

Porque, a partir do momento em que você tem uma repartição pública como o INMETRO, instrumentalizada com recursos, inclusive para fiscalização, esse trabalho prestado rende ao próprio Tesouro. A fiscalização do INMETRO é precária, no Brasil inteiro, nós sabemos disso. Em poucas palavras, para mim, não temos instrumento.

O contingenciamento de recursos, infelizmente, não possibilita ao INMETRO fiscalizar coisas importantes do nosso dia-a-dia, como a bomba de gasolina, como o pãozinho e uma série de infinidades e uma infinidade de outras coisas que aliviaria muito a angústia do povo brasileiro. Eu só vou começar a acreditar num PAC verdadeiro quando nós começarmos a dar instrumento ao INMETRO porque é fundamental. O contingenciamento que se faz e a pouca liberação dos recursos ou quase nada, a minguia que vocês vivem, quem paga o preço é o país. Quando fala do lado prático, Dr. João é muito simples. Eu sou de um Estado que nós passamos 10 anos brigando com o INMETRO para instalar uma plataforma de aferição caminhão de transportador de petróleo. Foi conseguido já na sua administração, foi um ano e meio atrás. Era um lobby infernal, terceirizados do Ceará não permitiam, os caminhões do Piauí saíam vazios para fazer a aferição de combustível, a aferição do medidor em Fortaleza e voltar, perdendo tempo, dinheiro, uma coisa vergonhosa. Vergonhosa!

Felizmente, de um ano e meio para cá, dois anos, salvo engano, foi resolvido. Eu lutei 10 anos, eu era Prefeito de Teresina e me senti humilhado em ver; nós demos o terreno, nós fizemos tudo, mas havia um administrador poderoso e você montava uma filial terceirizada, montou em Teresina, desse médico, que era lá de Fortaleza. Então, nós vivemos num Brasil prático. Esse é que é o Brasil prático.

A questão do pãozinho Senador Quintanilha, nós já tivemos num passado não tão recente essa tentativa. E o que aconteceu? Você completava o peso com sobra de pão e você tinha uma cesta na padaria aonde as sobras eram colocadas. Aí você começava a misturar o pão do dia com o pão do dia anterior. Lembram-se disso? Foi um caos no país, na década de 80. Eu estou mandando, inclusive, pegar material de publicação dessa época. Porque havia um conflito, tem dinheiro demais ou dinheiro de menos, aí vem a história da balinha, do docinho, da paçoquinha de gengelim, não é aquela que você comia lá na Liberdade? Pronto, é verdade.

(Risos).

Eu tive curiosidade, eu sou muito aplicado nas missões que me dão. E, nesse final de semana, peguei um colega de vocês, meu amigo, me pediu sigilo

e ele fez quatro unidades do mesmo pãozinho, com o peso diferente. Quem é que vai controlar isso no Brasil inteiro? Quem é que tem mecanismo e instrumento para fazer isso? Quatro. Ainda até me disse, se o senhor puxar aqui pelo, como é que vocês chamam o cara que faz a massa?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Imbira.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Imbira não. Isso é lá em São Paulo, lá no Nordeste tem outro nome. Mas é o imbira. Pronto. Se você puxar, ele aumenta e o consumidor é quem vai pagar. Então, não é justo. Daí porque nós não temos que temer a dificuldade da fiscalização; nós temos que nos preocupar um pouco com o consumidor lá da periferia. Ele tem o direito de optar. Até porque, meu caro Dr. João Alziro, ninguém da periferia desse país acredita em balança, porque sabe que o cara encalça(F), bota no peso, tem o contrapesozinho(F) lá em baixo. Eu estou falando por base real. Quantas balanças vocês apreenderam, nos últimos cinco anos ou nos últimos quatro anos? Quantos termos foram lavrados por fraude?

Então, essa é uma questão delicada. Seria bom que a gente vivesse na Suíça, seria bom que a gente vivesse para não acontecer esse tipo de fraude. Mas nós temos que dar esta opção ao consumidor. “Ah, é difícil fiscalizar?” É difícil, é complicado. Mas também nós não podemos permitir e dar apenas ao consumidor o direito do pão no peso e ele ser submetido a esse tipo de manobra(F). Bota mais um pouco de fermento. Eu sei que ele mexia lá, ele fazia lá uma mexida, um inchava mais, inchava menos, aparentemente ficam iguais, não é verdade? Nós não podemos cobrar isso da população.

Então, não é uma situação tão fácil. Se nós tivéssemos um INMETRO perfeito, super fiscalizado, super instrumentalizado para fiscalizar, eu não teria nenhuma dúvida, mas não temos. Daí porque, Sr. Presidente, eu não tenho nenhum compromisso com o erro, mas acho que a proposta do Senador Antônio Carlos Magalhães, ela lhe dá opção, pelo menos, de ser menos enganado. “Ah, que vai fazer o outro pão mais bonito, vai induzir”. Induza, é da natureza humana. É da natureza humana. Agora, o cidadão tem o direito de optar se quer ser enganado na massa, no volume ou no peso. A formação empresarial brasileira não é exclusivamente a dos senhores todos que estão aqui dentro. Nós vivemos uma outra realidade, nós vivemos uma outra realidade. Daí porque a minha preocupação, Sr. Presidente, e inicialmente, era o que eu tinha a dizer.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)

– Obrigado, Senador Heráclito. Certamente, os membros da Mesa, se quiserem fazer alguma referência... Eu só solicitaria que aguardasse, vamos ouvir também

o autor do requerimento, Senador Sibá Machado, aí eu facultarei aos membros da Mesa para manifestarem a respeito da exposição dos Srs. Senadores. Senador Sibá Machado, tem V. Exa a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, o assunto já foi tratado na reunião anterior e pedimos que tivesse essa audiência porque, penso eu que, por mais simples que possa parecer, tratar de um dos alimentos mais baratos da Mesa do consumidor de baixa renda do Brasil, mas isso tem uma profundidade muito grande, que é o volume da distorção e da preocupação que nos trouxe até aqui. Então, considero a reunião muito produtiva, quero já agradecer os que compareceram, Dr. João Alziro, senhor Antônio Carlos, senhor Manuel Franco, por terem vindo até aqui, infelizmente o IDEC não pôde vir, representando o parâmetro dos consumidores, mas aqui acredito que todos nós também o somos e podemos falar também com alguma propriedade sobre o assunto.

Eu, analisando o projeto, tenho a seguinte convicção: Como eu vim de uma família em que um pão na mesa importava muito e, enquanto criança, devido à fome da minha casa, a gente ter um pão para comer era um motivo de muita alegria, ajudava muito, uma das coisas que me impressionavam muito era quando ia comprar o pão, a gente conseguir, na manhã, no café da manhã, cada um de meus irmãos comer o seu pão, que a minha mãe não precisasse cortar o pão para atender a todos nós. Quando a gente conseguia, naquele momento, comer um pão inteiro, era muito bom e eu jamais me importei se ele estava pesando.

(risos).

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu nunca ouvia nem falar que o pão tinha que ter uma referência quanto ao peso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A não ser quando ele pesava na barriga, não é?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Quando pesava na barriga. É verdade.

(Risos).

E eu não gostava do pão, chamado... Nós chamávamos dois tipos de pão, na hora do café da manhã: o pão massa fina e o pão massa grossa. E eu gostava mais do pão massa grossa porque pesava no estômago, como o Senador Heráclito está falando. Mas, posteriormente, observo o seguinte: Ao ir comprar carne, quando se vai comprar carne, pelo menos sobre este aspecto, o açougueiro é um pouco mais comunicativo com o seu cliente e, por muitas vezes, vendo a praticidade do açougueiro, quando ele corta a peça de carne, se eu peço um quilo de carne, quando ele corta, ele já corta, pela sua prática, muito perto de um quilo, um pouquinho para baixo, um pouquinho para cima. Esta

quantidade, quando falta, ele é obrigado a cortar mais um pedacinho pequeno para tentar completar o quilo. Mas, quando sobra, ele, imediatamente, não vai cortar a diferença que tem. Ele pergunta se a gente quer levar o que passou. “Ah, deu um quilo e 100. Tu leva um quilo e 100? Deu um quilo e 50. Quer levar um quilo e 50?” Faz essa pergunta na hora. Então, no caso da carne, eu acho que este problema pode existir, mas em menor quantidade.

No caso do pão, já é uma pergunta para o setor que se preocupa com o fabrico do pão, o que faz a análise de custo? Análise de custo é por peso de todos os ingredientes? Então, o que leva em consideração para determinar o preço de custo do pão. Então, se é o preço da tonelada do trigo, se é o preço do bromato, se é o preço não sei de que, sobre o seu peso. Porque, se é na Constituição do peso que se tira o preço de custo, queiram entender que é sobre isso também que nós vamos ter que nos embasar para discutir o preço e toda a regulamentação que o INMETRO vai ter que se reportar sobre isso.

A segunda coisa é quando falta ou quando sobra. Se nós vamos falar por unidade ou por peso. Se a gente vai por unidade, mas coloca na balança e 20 pães, de 50 gramas, não são correspondentes a um quilo; dá 920, 930, 950 gramas, esta diferença corre-mos o risco de quê? De ter que cortar um pão ao meio ou ocorrer o complemento fraudulento, que o Senador Heráclito Fortes está aqui nos lembrando, que coloca um pão adormecido, um pão do dia anterior, para completar. O problema nosso aqui é a seriedade com o cliente, com o consumidor. Este é o nosso problema. Ele está levando o quê para casa, afinal de contas? Na qualidade, na quantidade e no preço. Então, eu quero acreditar que, quando a indústria faz o seu custo, ela levanta sobre peso, mas, na hora de vender, se nós vamos para unidade, eu temo que a história de inchar o tamanho do pão é muito séria. E eu não comia pão massa fina porque, no volume, ele não me atendia, embora fosse um pão inteiro, quando a minha mãe comprava o pão massa fina, eu não gostava. Então, essa questão do peso, no meu entendimento, está também colocada.

Eu queria dizer que temos aqui alguns dados, não sei se batem com os do INMETRO e também com os nossos colegas da FIESP e da Associação lá dos Panificadores do ABC, são cerca de 60 mil unidades produtoras de pão no Brasil, 60 mil. Passa disso, é claro, é um número arredondado, que a ocorrência, em 2005, a ocorrência de irregularidades, em 12% das 4.700 fiscalizações que foram realizadas, quer dizer, é um número muito alto comparado com outros tipos de medidas que o INMETRO faz para fiscalização. Outro

dado que eu considere muito complicado é que o INMETRO encontrou até 30% a menos no peso do pão; pessoas comprando pão que deveria ter 50 gramas e este pão com até 35 gramas apenas, com 15 gramas de diferença. Então, o volume não correspondeu ao peso. Então, levou gato por lebre.

O que eu quero dizer aqui é que... Como facilitar o trabalho? Como facilitar o trabalho? Numa fila para comprar pão, eu noto uma certa inquietação das pessoas, na hora de comprar o pão, e olha que, só pela unidade, na hora que coloca na sacola pela unidade, “quero 20 pães”, aí põe os 20 pães, aí já sai, então, você tem um momento no atendimento, quando tem que levar os 20 pães também na balança, você cria, pelo menos, um minuto a mais na demora da fila; multiplica pelo número de pessoas, o último da fila tem que esperar mais tempo. Então, começa a ter uma inquietação.

Mas, no meu entendimento, eu acho que, visualizando a forma da fiscalização, da cobrança e até que o olho do consumidor possa ser mais, digamos assim, fiscalizador também, só tem uma saída: é o peso. Eu acho que só tem uma saída que é o peso. Então, põe na balança, deu meu quilo de pão, eu levo; não deu, tem que completar. Como? Aí, ele tem que observar de onde está tirando o pão que serviu primeiro os 950 gramas e de onde ele vai tirar o pão para completar aquele quilo, porque, se não for daquela mesma cesta, ele tem que, naquela hora, cobrar. Então, penso eu que para o cliente, para o consumidor, fica mais fácil para ele também exigir o seu respeito, é sobre a questão do peso e não da unidade. É o que eu imagino aqui, Sr. Presidente, e colocando aqui de uma pessoa também que gostava muito de um pão pela unidade, mas levava em consideração também a situação do peso desse pão.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Sibá. Eu consultaria se o eminente representante da ABIP e da FIESP gostaria de se manifestar a respeito das colocações expendidas pelo Senador Relator Heráclito Fortes e do Senador Sibá Machado? Tem V. Sa a palavra.

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Senador Heráclito Fortes, na nossa região, onde a gente trabalha, a gente... Faz muito tempo que a gente não tem conhecimento de uma situação que o senhor colocou aqui, de ter uma cesta de pães, vamos dizer assim, de boa qualidade e uma de má qualidade, que eu tenha conhecimento, isso aconteceu nos anos 70, se eu não me engano, na época em que houve uma falta muito grande de farinha de trigo, por nós não termos, não sermos um produtor emérito de trigo, e nós tínhamos dependência de trigo internacional.

Então, nós tínhamos dificuldade de buscar a matéria-prima para a produção do nosso produto. Então, na época, foram feitos alguns pães, alguns tipos de pães que nós chamávamos pães de guerra, que eram pães que, infelizmente, era aquilo que a gente podia produzir na época; não tínhamos outra opção, na época, para termos um pão de ótima qualidade porque, como o trigo era um produto que estava ligado ao Governo Federal, era o Governo Federal que importava o trigo para a distribuição nos moinhos e, assim, os moinhos nas padarias, nós não tínhamos como interferir, diante do Governo Federal, para colocarmos à disposição da população brasileira um produto de melhor qualidade. Então, nós tínhamos que trabalhar com aquilo, com a farinha de mandioca, farinha de milho, o que viesse para dentro da nossa indústria, nós, que sempre fomos pela preservação do nosso consumidor, nós tínhamos alguma coisa para oferecer. Nós queríamos ter alguma coisa para oferecer para a população, que era a nossa obrigação; nós que estávamos lá na ponta, nós tínhamos que ter algo para que essa população, pelo menos, tivesse, pudesse levar para sua casa e alimentar a sua família. Então, essa era a nossa, foi a nossa... Então, realmente aconteceu isso, mas hoje, Senador, eu desconheço qualquer padaria, eu, que conheço bem um pouco do Norte e Nordeste brasileiro, eu desconheço alguma prática nesse sentido. Não vou dizer que não exista, mas eu desconheço, sinceramente, qualquer prática nesse sentido.

Agora, com respeito à questão do pão a peso, na questão da produção do seu produto, todos os ingredientes que são colocados dentro da nossa empresa são comprados através do quilo. Todos são preparados através de quilo. Inclusive, na colocação da receita do pão, ela é feita por quilo. Até o fermento é feito por quilo, o sal feito por quilo...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Me permita uma interrupção. É possível, mesmo um consumidor chegando na padaria e dizendo: “Me dê 10 pães”. E obrigando ser por peso, ele pega os 10 pães e a balança e dá o preço, não pelos 10 pães, mas dá o preço pelo peso a que os 10 pães são correspondentes.

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Com certeza.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É isso?

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – É isso. Por isso que eu estou falando, a receita do pão é feita toda por peso, desde a hora que pesa o fermento, o sal, a farinha, a água, porque o pão é um produto que tem praticamente 60% de água dentro da sua composição, está certo? É um produto nessas condições. Inclusive, na hora da fiscalização, do pagamento do nosso

ICMS, por exemplo, é feito através de peso também. A fiscalização, quando vem para fazer um levantamento sobre o produto, é feito sobre peso. Cada saco de farinha, é cobrado 55 quilos, não mais os 50 quilos que estão dentro da saca de farinha. Exatamente pelo fato dele ter uma quantidade de água dentro desse produto. Então, não é cobrado pelo peso da farinha e sim pelo produto final acabado. Isso é bastante importante que a gente deixe claro.

E o Senador colocou, fez uma colocação de suma importância. Existem mesmo... Na época, quando o pão era vendido de algumas formas diferentes, existem alguns tipos de pães que a pessoa dava um preço diferenciado àquela... Um preço diferenciado a esse produto por ser de melhor qualidade ou pior qualidade. Com a questão do pão a peso, não tem mais, a qualidade é obrigatória; você vai ter que fazer um produto de qualidade obrigatória ou você não vai vender o teu produto. É humanamente impossível você fazer dois tipos ou três tipos de pães. Não tem como. Então, hoje o pão a peso, ele é de uma forma fundamental para que não haja nenhum tipo de erro, de engano à população.

O Senador falou que existem alguns problemas de fiscalização de balanças ou que existem comerciantes que possam, de forma ilegal, querer levar vantagem na colocação do peso ou do dedo, mas eu posso falar para o Senador o seguinte: Quem mais fazia isso e quem mais realmente trabalhava dessa maneira, dentro do comércio, que eu estou há 40 anos, sempre foram os açougues. O açougueiro é que tinha toda aquela malandragem de colocar um imã debaixo da balança e nós aqui conhecimento do INMETRO, que sabemos disso. A padaria nunca obteve esse tipo de trabalho. Ela... Até porque ela tinha poucos produtos, tem poucos produtos vendidos por peso, muito pouca coisa. Agora, o açougue sim e, na feira, quando a gente colocava alguma coisa e punha na balança, principalmente aqueles frangos ou aquele bucho, aquelas coisas assim, que a pessoa jogava na balança e tirava muito rapidamente. Vocês podem ver que a prática da enganação ao consumidor é aquela prática de jogar na balança e tirar rapidamente porque a balança desce e sobe. Então, acho que é fundamental...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não deixe o dono de padaria aprender isso não, pelo amor de Deus.

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Nós não vamos deixar, Senador.

(Risos).

Então, por isso que eu acho que o que o Senador colocou aqui é de suma importância. Ele mesmo falou que quando ele comprava o pãozinho, a senhora

mãe dele comprava os pães, ela sempre comprava o pão, pelo menos, que ele achava que era maior, mais pesado. Mas, na verdade, o seguinte, como o pão é um produto de fácil, de ser por um pão de 40 gramas ou de 50 gramas, no mesmo tamanho, o senhor mesmo fez a comprovação, diante de um amigo do senhor, como é que nós vamos fazer isso, Senadores? Na hora de eu vender, se eu for um mal comerciante, eu jamais vou produzir o meu pão com 50 gramas e vou vender ele por unidade. Eu vou produzir por 40 gramas e vou vender, vou produzir com 40 gramas e vender a unidade. Porque eu vou estar vendendo ele por aquilo que o INMETRO me fala, que eu tenho que ter um pão de 50 gramas. Isso é padrão nacional. A nível Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste, todo mundo tem que ter um pão de 50 gramas. Então, isso já é tradição, já é cultura.

Na verdade, se nós voltarmos ao pão à unidade, sem ser no peso, nós vamos proliferar a informalidade total no setor de panificação. Onde que nós conseguimos dar uma melhora? Nós tínhamos mais de 35% de informalidade na venda do pão, irregularidades. Nós temos conhecimento disso. Conseguimos, com o pão a peso, dar uma melhora nisso. Nós estamos trabalhando para que realmente se dê uma formalizada em tudo isso. Se nós voltarmos, retroagirmos, com certeza, a população é que vai ser a maior... Quem vai pagar todo o custo dessa situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para concluir, seu Antônio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O senhor acha que os impostos são extorsivos? Os impostos que o senhor paga?

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Olha, eu acho que os impostos que a gente paga, eu não posso dizer que os impostos que eu pago são extorsivos porque eu não sei até onde que eles vão chegar. Eu só acho que eles são...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O senhor não tem base de cálculo?

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Não, na verdade, os impostos para mim, só são altos demais pelas minhas condições de pagar. Então, acho assim, acho que extorsivo pelo tamanho do imposto, por exemplo, se o imposto em vez de ser à base de 38%, que é um imposto final, aonde que nós pagamos, a nível final ou mais, se nós pagássemos 25, com certeza, seríamos muito melhor e nós teríamos uma condição melhor de trabalhar...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – No caso, aí, o Governo é cruel em negócio de imposto, não é? A energia que a gente paga é cara, não é cara?

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Com certeza. Só para o senhor ter uma idéia, quase 40% do custo do pão vai em cima da energia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – As obrigações trabalhistas, o Governo é cruel, não é?

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Eu acho, não é questão do Governo cruel. É toda uma situação que se encontra aí, Senador, eu não sei, eu não estou, eu não posso aqui, de forma alguma, entrar na questão meritória, nessa questão, mas eu... Nós gostaríamos muito de ter uma carga tributária muito menor. Isso, sem dúvida nenhuma.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Cícero Lucena, cachorro mordido de cobra corre com medo de salsicha.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – É verdade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu fiz essa pergunta exatamente para ver como as coisas são interessantes. Nenhum comerciante concorda com o Governo, com os impostos, com a luz que paga, com a carga trabalhista, mas está concordando com o INMETRO no peso. O distribuidor, o consumidor, o aparente consumidor aí está concordando no peso. Então, há alguma coisa errada aí. Comerciante concordando com o Governo. O velho Dinaste(F) Marins, que brilhou aqui, do Rio Grande do Norte, numa situação como essa, meu caro Dr. João Alziro, ele dizia: "Há qualquer coisa". Alguém está pagando isso. Então, os argumentos, o senhor está me dando argumentos fantásticos. E o maior argumento que o senhor me deu aí, agora há pouco, foi quando falou de São Paulo e em São Paulo não acontece. O mal do Brasil é esse. É nós queremos decidir pela visão de São Paulo. E o senhor vir aqui mostrar o que nós sofremos aqui com os políticos. São iguaizinhos, os colegas nossos são iguaizinhos, querem massacrar o Nordeste, não se preocupam com o consumidor, é um Estado rico, independente, produz tudo. Melhor para São Paulo, ele viver sem o Brasil, sem o restante. Então, V. Exa, V. As. está no caso específico. V. Exa. não está se preocupando com o consumidor lá do cafundó da Amazônia, o ribeirinho lá do Acre. Não. Nós temos que nos preocupar com eles. E é exatamente por isso que nós temos que levar essa discussão à frente e possibilitar a opção. Porque o senhor sabe, você é um homem... Esse aqui é um verdadeiro, como é que chama aquele... Cão de mato não, aquele que faz picada, que serve... O mateiro. Foi mateiro no Piauí, foi mateiro no Pará, foi mateiro... Foi para São Paulo, como lá não tinha mato, ele não gostou e voltou.

(Risos).

Então, ele sabe, nós vamos para lugares que nem balança tem. Nem balança. E a fraude na balança é tão grave que, em poucos minutos da audiência pública aqui, eu recebi uma correspondência de dona Maria Emília de Lacerda, estava assistindo a nossa Sessão aqui da TV Senado. E questiona, inclusive, com relação a um fato que eu não tinha me dado conta, Presidente. Algumas padarias pegam o papel, que é até mais barato, mas é mais pesado e ela faz um cálculo aqui, muito interessante, o que mostra a utilidade da TV Senado, ao fim do dia, o que um dono de padaria inescrupuloso ganha. Compra aquele papelão mais pesado, que é mais barato e ganha. Então, não é fácil.

Eu parabeno, mais uma vez, o Dr. João Alziro porque falou da praticidade que o Brasil vive, do Brasil real.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senhor Manoel Melin, V. Sa gostaria de se manifestar a respeito das considerações expendidas? Tem V. Sa. cinco minutos.

SR. MANOEL FRANCO DE MELIN – Senador Heráclito Fortes, o senhor citou o caso da balança, mas não é o nosso caso porque nós colocamos a tara na balança e o cliente final, ele, você coloca 10 pãezinhos num saquinho, já está a tara na balança, e o consumidor final não é lesado, não é o nosso caso, da nossa panificação. Eu também conheço Estados do Nordeste que já, há vários anos, praticam o peso a quilo, que se tornam hoje, se a gente está nessa Casa para sermos honestos, seremos honestos no cliente pagar pelo que ele leva. Certo, Senador? E mais além. A gente sabe que as praticidades existem, mas existem porque ficam à deriva, ficam por aí os bicicleteiros, ficam os marreteiros, ficam os informais que empregam, mas não registram, que sonegam impostos, que fraudam a Eletropaulo, que fraudam a água, produtos sem qualidade.

Então, Senador, os panificadores e a Associação dos Panificadores, nós estamos aqui com a finalidade de a gente tornar um país mais justo, uma população em que o pão vá à Mesa dela com qualidade, que ela pague pelo que está levando e que ela não seja lesada, Senador. Porque a gente sai nessas periferias, você pega um pão, aquele pão é um biscoito que, sem miolo, é um pão grande, nossa, você está comprando o quê? Vamos analisar a Saúde pública desse país se nós queremos ter Saúde para os nossos filhos, para os nossos netos, que é o pão da mesa de cada dia, Senador. Então, eu quero bem dizer aqui para os Senadores, que vocês são pessoas públicas, pessoas que se sentam aí com a responsabilidade e com a sensibilidade do bem, não do mal. São pessoas que estão no dia-a-dia e sabem também o que acontece aí

fora. Então, Senador, que se faça justiça nessa Casa, que se pague por aquilo que se consome, que não se lese o consumidor final, que nós, panificadores e da Associação, nós trabalhamos para isso. Obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Presidente, eu quero apenas...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V. Exa a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós temos duas categorias de panificadores, os que taram a balança e os que são tarados por peso. Eu não estou preocupado com os que taram a balança, os que cumprem, eu estou preocupado com os que lesam. O senhor disse uma coisa certa, tem os bicicleteiros, agora, quem que abastece o bicicleteiro? É a mesma coisa do camelô. Eu vivi, eu, como ex-Prefeito, eu vivi uma crise de camelôs na minha cidade. O senhor sabe quem é que abastecia os camelôs? As grandes lojas, com material que não vendiam. Como Prefeito, é uma experiência que a gente vive.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Concorrência desleal.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concorrência desleal. São os maus padeiros, felizmente, vocês vivem num mundo que não pratica isso, que é São Paulo. Mas, nós estamos defendendo o resto do Brasil. Eu sei que São Paulo não precisa da defesa, mas nós temos que defender o Brasil. No Brasil, se em São Paulo não existe essa fraude, não jogam uma água a mais no peso do pão, ele foi muito franco, foi muito sincero. Eu sabia qual era a técnica, Sr. Presidente, ele carrega na água e bota o peso que quer. Ora, você chega lá, pega no peso, você não vai sair sabendo se aquele pão tem menos ou mais água. É uma coisa difícil. Difícil. Infelizmente, é uma questão complicada. Daí porque eu achar que a questão de lhe dar a opção, dos males, ainda é o menor. Porque, pelo menos, não ficará nas nossas costas a omissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Cícero Lucena tem V. Exa a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, eu pediria para que eu pudesse desenvolver o meu raciocínio a informação do Dr. João, do INMETRO, que, dentro da avaliação do INMETRO, essa variação de peso qual é o percentual de variação que é aceito pelo INMETRO, no caso do pãozinho de 50 quilos, 50 gramas...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senhor João Alziro.

SR. JOÃO ALZIRO HERTZ DA JORNADA – Senador, 5% para mais ou para menos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – 05%. Então, veja bem, eu ouvi atentamente aqui o posicionamento dos nossos companheiros Senadores, bem como a exposição dos convidados e cada um falou a sua verdade. Eu acho que o debate, a audiência pública, ela é rica por conta disso. Nós vimos as ponderações, as preocupações do Relator, do Senador Heráclito Fortes, bem como a experiência e a preocupação também do Senador Sibá Machado. E, para mim, chamaram a atenção, Senador, entre outras colocações que o senhor fez, dois pontos. Primeiro que a sua opção de trocar o pão massa fina pelo francês, mas, no Piauí, chamava-se de massa grossa, antigamente, por achar que o pão francês enchia mais. Mas, lá na Paraíba, nós tínhamos a experiência de quem quisesse passar um dia alimentado comia um pão doce com caldo-de-cana e aí inchava e estava, se sentia devidamente alimentado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Pronunciamento fora do microfone).

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Exatamente. Então, o que é que também me chamou atenção na experiência vivida. E aqui essa Casa tem que ter exatamente trazido para o debate essa experiência vivida foi a questão de que uma determinada família humilde, vivida por ele, muito mais se preocupava em ter um pão, sem a preocupação se ele tinha 30, se ele tinha uns 35, o INMETRO, em determinado instante identificou, ou se ele tinha 40 gramas ou mesmo se tinha 50, do que partir o pão. Então, essa preocupação, eu acho que ela é fundamental e eu pretendo aprofundar essa discussão, exatamente nesse debate aqui, porque a minha preocupação é a seguinte: Se você está comprando para uma família que precisa dar a cada filho um pão ou dois pães, de acordo com as suas condições, ela chega numa padaria e pede esse pão, no máximo, ela deve pagar pelos 10 pães que está pedindo ou os 20 pães, meio quilo ou um quilo de pão. Então, ela teria que pagar o correspondente ao valor desse peso, que atenderia essa opção de dizer “não, eu quero 10 pães”. Então, 10 pães eu tenho que pagar meio quilo. Não posso pagar 600 gramas por 10 pães até porque é compreensível essa margem de 05% de variação. Poderia até pagar 525 gramas, que atendia à preocupação do Senador Heráclito em ter a opção. Mas a minha preocupação, até porque é verdade, nós não podemos desconhecer a verdade das entregas dos pães de porta a porta que aí, aí se é difícil fiscalizar as balanças em padaria, imagine fiscalizar em bicicleta, e como foi entregue nessas bicicletas. Quem produziu? Que é um alerta correto que, de repente, esses pães foram produzidos não por uma padaria devidamente

com a sua inscrição, instalada, funcionando, quem pode garantir se não foi feito num fundo de quintal.

Então, a questão de ter um pão a menos, pelo menos, atende psicologicamente, mas não atende à demanda nutricional, à questão de segurança alimentar. Agora, a minha preocupação Senador Heráclito Fortes, Sibá e Augusto Botelho, entre outros, é que, de repente, por ser no peso e sabedor da cultura de muitas famílias, principalmente das famílias mais humildes, que consideram um pão como referência alimentar, não haja uma distorção se a compra ficar apenas no peso, para que, de repente, padeiros resolvam aumentar a sua venda e botar o pão com 60 gramas. Já que é no peso, ele tanto faz estar fazendo de 50, como de 60, em tese, mas estaria cobrando mais do consumidor, que precisa de um pão. Então, de repente a família que pede dez pães vai pagar 600 gramas. Então, eu acho a necessidade de a gente encontrar, estarei aprofundando a possibilidade de uma emenda, para que a pessoa faça, primeiro, limite o pão de 50 gramas a isso tecnicamente que é permitido pelo INMETRO, ou seja, no máximo, ele pode ter 52 gramas e meia, porque senão eu tenho uma opção de não querer o peso que deu 600 e dizer: “Eu quero pagar os dez pães”, como de 50 gramas.

Então, eu acho que essa preocupação, ter 40 gramas, ele vai pagar 400 gramas em 10 pães, está certo? Então, quer dizer, ele não vai pagar 50, há uma proteção ao consumidor se ele for para menos porque ele paga efetivamente pelo peso. Agora, se for a mais, numa possível distorção de aumentar o peso para vender mais produtos, aí, sim nós teríamos que limitar. Para isso estarei aprofundando essa discussão para apresentar uma emenda ao relatório. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Augusto Botelho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, só uma... Vai me ajudar. Eu queria fazer uma pergunta dirigida, Senador Leomar, ao nosso panificador paulista, Manoel, estou atendendo, mais uma vez quero chamar atenção para a importância da TV Senado. Sr. Manoel, me liga agora um ouvinte, já sabe que o senhor é português, se chama Manoel, que é dono de padaria e quer saber se o senhor torce pelo Vasco.

(Risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Se torcer, tem um compromisso hoje aqui, com a presença do Romário, hein?

SR. MANOEL FRANCO DE MELIN – (Pronunciamento fora do microfone).

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pelo Vasco e pela Portuguesa. Então, está no rumo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Então, tem um compromisso com o Romário hoje aqui, não é. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Presidente, senhoras e senhores expositores. O que nós estamos discutindo aqui é uma mudança de um paradigma de um costume sobre o peso de o pão ter ou mais ou menos gramas é uma coisa que a gente tem que botar para entender, acho que nós vamos ajudar principalmente os pequenos, porque o pobre não recebe pão na porta da casa dele, o pobre vai comprar na padaria. Então, nada mais justo do que a gente respeitar o Código do Consumidor. O artigo 18 diz que a gente só deve pagar pelo que a gente compra. Então, eu acho que vender por unidade, a gente botar em lei e vender por unidade, ou não, é uma coisa discutível. Assim que as pessoas tomarem consciência de que elas estão pagando pelo que elas compraram, do peso do pão, elas vão comprar sempre pelo peso. Isso não é uma questão de dúvida. Ninguém é burro para querer pagar mais por menos.

Outra coisa que eu acho que a gente deve incluir nessa discussão aqui é em relação, por exemplo, no Brasil, é proibido colocar o tal do bromato, mas todo mundo sabe que se coloca. Mas existe um órgão da OMS que se preocupa com pesquisa, que faz pesquisa em relação a câncer que diz que, possivelmente, ele pode ser um agente cancerígeno, o bromato. Aí sim, é que a gente deveria fiscalizar, não só o INMETRO, mas a Vigilância Sanitária também deveria ir para punir as pessoas que usam isso, usam bromato. E o bromato, eles colocam para aumentar o volume do pão. Se vai vender no peso, então, beneficia também porque não há necessidade de usar bromato. Porque não vai... Vai vender pelo peso. Então, nós estamos fazendo também uma medida de Saúde pública, ao vender o pão pelo peso, que vai obrigar os desonestos que colocam bromato para aumentar o volume pararem de colocar, porque ele é incluído entre os agentes possivelmente cancerígenos, não existe uma pesquisa que diga, “bromato dá câncer” como o cigarro dá câncer.

Então, eu acho que o caminho é esse que nós estamos seguindo mesmo, de vender o pão pelo peso. Agora, para mudar o paradigma é uma coisa difícil, mas só o tempo, as pessoas vendo a vantagem que melhora, que vai pagar pelo que ele realmente compra, se ele quer 10 pães e deu 550 gramas, ele paga 50 gramas a mais ou, se não tiver o dinheiro, ele retira o pão. Isso é uma coisa que vai acontecer. O que é muito melhor do que ele pagar 10 pães de 40 gramas pensando que está pagando por meio quilo de pão. Então, nós estamos defendendo principalmente os que não têm condição

e nem entendem bem essa diferença de um pelo outro. Mas eu creio que é só questão de tempo, que as pessoas logo vão se adaptar a comprar por peso. Eu sou favorável à venda do pão pelo peso e acho que, se a gente vai, com isso, evitar que se coloque bromato no pão, uma substância possivelmente cancerígena, eu sou mais favorável ainda que se venda o pão pelo peso. Muito obrigado.

(interrupção no áudio)

SR. JOÃO ALZIRO HERTZ DA JORNADA –

Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom, inicialmente, eu gostaria de agradecer ao Senador Heráclito Fortes pelas palavras tão amáveis e pela sua preocupação, justamente na instrumentalização do INMETRO. E, a esse respeito, eu gostaria de, brevemente, consignar que o apoio que nós temos recebido do Ministro Furlan, no sentido dessa instrumentalização, inclusive, do Presidente Lula que, o ano passado, esteve nos visitando no INMETRO e, a partir daí, deslanchou um programa muito mais forte de instrumentalização do INMETRO como um agente, não só de apoio ao cidadão, ao consumidor, mas um agente de desenvolvimento industrial. E, inclusive, com um novo plano de carreira, aonde dá para o INMETRO, agora, ser uma instituição que vai se consolidar como uma espécie de EMBRAPA da indústria também, com capacitação científica elevada... Só para dar um dado interessante, Srs. Senadores, recentemente o Presidente Bush esteve aqui visitando o Presidente Lula e foi assinado um protocolo de intenção entre os dois países, focado na questão bem prática de biocombustíveis. Bom, o INMETRO é a única instituição que é citada nesse protocolo porque já tinha desenvolvido, há cerca de um ano, um trabalho junto com o INMETRO americano, que é o NIST, visando padrões de medição para biocombustível, para álcool especificamente, e que é um passo importante para tornar isso uma commodity, quer dizer, para que o Brasil possa ter acesso aos mercados, então, gerar emprego, gerar renda nesse processo. O INMETRO tem uma base científica grande e está atuando em várias áreas, infelizmente eu não tenho tempo de discorrer sobre isso, mas gostaria de dizer que, nos últimos anos, recebemos um apoio muito grande de instrumentalização. Claro, como V. Exa bem colocou, tivemos problemas com contingenciamento, houve sensibilidade do Governo e esse ano esperamos, e temos certeza que teremos muito mais folga orçamentária, justamente por todos esses aspectos. Sobre isso eu gostaria de reiterar o convite, Senador Heráclito, de nos visitar e conhecer essas áreas todas de ação do INMETRO, que ocorrem muito também na parte de apoio ao desenvolvimento industrial, a inovação. Nós estamos com um elemento importante da

política industrial e também com um apoio ao PAC, agora, que está se desenvolvendo. Convite esse, obviamente, a todos os Senadores, que nos dariam uma tremenda honra, eu me sinto honrado por esse apoio, essa preocupação manifestada aqui na instrumentação do INMETRO. Gostaria também de dizer, nobre Senador Heráclito Fortes, que o INMETRO é, de fato, um órgão de Estado. E a nossa administração é uma administração técnica e é essa orientação do Ministro Furlan. Então, nós nos colocamos, isso eu estou dizendo em função das considerações da sua estranheza com relação à concordância entre produtores e o INMETRO o “Governo”. O INMETRO aqui é um organismo de Estado, e o INMETRO visa à proteção, atuar junto à proteção ao consumidor, ao desenvolvimento industrial, apoio ao país, ao crescimento como um todo. E não necessariamente ele tem que estar contra o setor produtivo. Ele tem que estar tentando harmonizar o crescimento total do país. E ele não é um órgão, quer dizer, ele está sob a administração do Governo, mas é um órgão de Estado e eu devo consignar aqui o meu, o meu justo reconhecimento ao Ministro Furlan, ao Presidente Lula por manterem o INMETRO justamente nessa postura e dar todas as condições e obviamente esse apoio.

Agora, o Brasil, como os senhores sabem muito melhor do que eu, é um país com dificuldade. Nós somos um país com dificuldade. Então, nós temos muitas prioridades, e a questão fundamental, acho que foi levantada aqui, fundamentalmente é a busca da eficiência, quer dizer, os recursos poucos que nós temos, têm que ser colocados eficientemente, quer dizer, fazer mais com menos e de forma eficaz, quer dizer, fazer aquilo que realmente precisa ser feito. As grandes prioridades. É esse o grande eixo da atuação do INMETRO. E é por isso que com relação ao projeto em tela, eu tenho colocado com tanta ênfase a questão da praticidade, a questão da opção, como está colocado, como gerador de confusão, quer dizer, não é prático o INMETRO ter um fiscal em cada uma das 60 mil padarias porque o custo disso não existe em nenhum lugar do mundo.

Então, nós temos que ter sensibilidade e balançar esses aspectos, inclusive dentro de práticas internacionais. O INMETRO, ele atua em todos os Estados do país e tem um reconhecimento, por pesquisas de opinião etc e tal, muito bom com relação a isso. Agora, o substrato cultural que nós temos no país dificulta esse tipo de coisa. Então, fraudes não só em peso, mas fraudes como pirataria, como questões que foram levantadas aqui, de bicicleta, do bromato, que é uma questão extremamente relevante, que o senhor colocou, da questão da Saúde e que remete já a ou-

tro elemento importante da proteção do cidadão, que é a área da Saúde, Vigilância Sanitária etc, são todas questões que estão embricadas na nossa situação cultural, que os senhores, obviamente, sabem muito mais do que eu pela sensibilidade e pelo contato que têm com essas grandes questões.

Agora, com relação às observações do Senador Sibá, eu gostaria de me congratular com ele porque foi um exemplo também extremamente pungente, até pelo relato da sua infância, da importância da quantidade de alimento efetiva, do peso. Quer dizer, só a questão da massa fina, quer dizer, realmente a gente pode ver volume, não é? Mas a gente sente como nutriente o peso, a quantidade de alimento efetivamente e o senhor muito bem colocou, quer dizer, instintivamente já procurava aquele pão substancioso. É justamente esse aspecto que nós contemplamos justamente nessa nossa portaria, está certo?

Com relação ao Senador Cícero, eu gostaria de dizer que essa questão de distorções que nós observamos é justamente... Isso também que a portaria tenta reduzir, não eliminar, porque a gente não vai eliminar, fraude, inclusive, dentro das mazelas todas do Brasil, mas pelo menos reduzir, quer dizer, criar uma sistemática, como o senhor falou, a questão do novo paradigma, Senador, de tal sorte a reduzir, a propiciar que o ambiente seja mais... Menos favorável à fraude. Eu acho que esse é um ponto. Agora, a questão, por exemplo, de, digamos, obrigar que padarias tenham um produto específico para atender uma carência, por exemplo, um pão de 50 gramas ou de 60, como o senhor coloca, é algo que foge intrinsecamente à responsabilidade do INMETRO, que tem que garantir só os pesos e medidas, mas eu acho que também é louvável, talvez, com o DPDC, cuidar desse tipo de coisa, quer dizer, produtos de primeira necessidade serem oferecidos com algum leque, não é?

Com relação aos comentários também do ilustre Senador Augusto Botelho, eu gostaria de dizer que realmente essa é a nossa sensação de mudança de paradigma e qualquer mudança de paradigma leva um tempo. Eu relatei para os senhores, aqui, a sequência das reclamações que tivemos, quer dizer, no início que foi essa grande mudança, ocorreu um grande número de reclamações e agora elas estão praticamente zero. E o outro aspecto importante, eu acho que, da sua observação, é justamente chamar atenção do Código de Defesa do Consumidor, que é muito claro, o consumidor tem que pagar justamente aquilo que ele compra. E ele não compra volume; ele compra quantidade de alimento. E isso também nos motivou a ter uma portaria. E, obviamente, os desdobramentos disso ocorrem em outras áreas, na área

da Saúde também, quer dizer, obviamente se inibe ou, pelo menos, não existe mais vantagem nenhuma em usar artifícios, aditivos que possam ser prejudiciais para que o pão inche demais. Então, são benefícios associados a essa nova modalidade.

Finalmente, eu gostaria de dizer que a questão de opção é uma questão prática. A opção significa, para nós, uma impossibilidade de fiscalização efetiva, significa uma fonte de confusão em quem vende, quem está na ponta vendendo e, para nós, de fiscalização, ela é muito complexa. Então, esse é um ponto prático. Quer dizer, fazer essa fiscalização num ambiente, às vezes, com baixo nível de conhecimento, de educação do povo, é muito mais difícil. Essa educação fica muito... Esse problema fica muito mais difícil quanto mais remotas são as regiões e mais, menos educadas são essas regiões, quer dizer, justamente aquelas que a gente está tentando proteger mais.

E, finalmente também, só mais um dado importante, o Senador Heráclito comentou de uma pergunta sobre balanças que não são corretas, cerca de 01% das balanças nós apreendemos, porque têm problemas de fraude, e isso quando se apreende, se vai de novo lá, etc e tal. Isso dentro de um mecanismo de amostragem, que é a prática internacional, inclusive. Obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós concedemos, por último, a palavra ao senhor Antônio Henriques, que quer tecer considerações sobre as manifestações do Senador Cícero Lucena e Senador Augusto Botelho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V. Exa a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas pedir permissão, eu vou ter que me retirar. Eu, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, agora, às 11h30, eu vou receber a delegação de Senadores franceses. Eu vou aproveitar para perguntar a eles como é a confusão do pãozinho por lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós estamos encerrando. Depois da manifestação dele, acho que nós já estaremos encerrando. São 11h22. S. V. Exa. pudesse esperar mais oito minutos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu tinha três colocações bem rápidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Poderia fazê-las primeiro, então.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria só lembrar, Antônio Carlos, que a questão do

pão a peso, que deu problema, que eu me referi, foi no Plano Cruzado. Foi no Plano Cruzado. Onde todo mundo tinha dinheiro para tudo, comprava tudo e aí resolveram estipular a questão do pão a peso e deu todo o problema aqui. Agora, Sibá, manda teu partido criar juízo, Sibá. Você viu o que ele disse agora? Ele é do Governo. O Bush fez um acordo com o Lula para troca de tecnologia e teu partido fica querendo proibir o Bush de vir ao Brasil, fazendo manifestação, manda arrumar o que fazer. Não é possível isso. Ou o Bush vem para cá para ajudar o Brasil, você precisa dizer o que vocês querem. O Bush que produz ou o Bush que atrapalha.

(Risos).

O Lula se abraça com o Bush e leva o INMETRO para fiscalizar um abraço e o pomar apedreja, paciência. Vamos dizer o que queremos. Essa posição é inaceitável! Presidente, se o senhor puder mandar aqui para a Comissão o quanto foi contingenciado do INMETRO o ano passado, quanto o INMETRO tinha para receber e quanto foi... É um pedido que eu oficializo e eu vou mostrar que esse negócio de o Lula visitar o INMETRO, prometer, isso é uma beleza. Ele foi ao Piauí 10 vezes, prometeu barragem, sede de convenções. A questão não é essa; a questão nossa é prática. Eu louvo, eu acho que ele está fazendo um bom papel, ele tem que ir, visitar o INMETRO, eu quero saber como está tratando o INMETRO, se está dando ao INMETRO mecanismo de funcionar. Eu estou sendo advogado do diabo. Eu estou defendendo. Eu sei que no fundo vocês dois estão satisfeitos da vida porque alguém defende vocês, vocês não podem fazer, mas tem quem faça, é um desejo sincero.

E quero até louvar os elogios que são feitos aqui ao Furlan. Você sabe porque o Furlan tem essa sensibilidade? Porque ele é empresário igual a eles. E é lamentável que o Furlan não vá ficar, tão bom que não vai ficar. Sabe o que estão fazendo no lugar do Furlan, estão loteando. O posto dele será ocupado por quem der estabilidade ao Governo aqui no Congresso. É lamentável. Furlan é um homem experiente, é um empresário consagrado, os elogios que V. As. fez foram do fundo d'alma, eu quero me associar a eles. Agora, tirar o Furlan para negociação política... Agora, o negócio está tão ruim que convocaram, convidaram aquele rapaz da EMBRAER e ele não quer porque sabe que não vai mandar.

Então, é isso. Eu louvo a intenção e daí porque nós temos algumas dúvidas e algumas desconfianças com relação à eficácia do que está se propondo aqui. Se a gente estivesse na Suíça, estivesse, sei lá, não sei porque as coisas acontecem pela metade ou não acontecem. O melhor ponto é se vocês conseguirem

um pacto nacional de todos os colegas de vocês abolirem o bromato. Agora, abolir o bromato é não deixar nem fabricar e nem entrar no Brasil. E se for fabricado por outras necessidades de uso, seja controlado. Agora, isso, essa semana nós vimos aí um cara falando sobre aquele remédio de rato que mata gente, que é vendido nas calçadas do Rio de Janeiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Chumbinho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Chumbinho, aí, olha ele sabe do chumbinho. Chumbinho mata e é vendido no calçadão. Então, a questão é difícil, nós estamos vivendo num país de grande dimensão, de grande dificuldade.

E, finalizando, eu queria lhe dizer que a emoção que o senhor sentiu, no caso do Sibá e o pão que incha, foi minha também. Eu conheço a origem dele e tem uma coisa mais grave: Nem para o PROCON ele podia reclamar porque lá não tinha o PROCON e ele vivia num local isolado, aonde nem a moeda circulante era a moeda nacional. O dono da área criou a moeda própria chamado sunguelo e aí de quem fosse reclamar do preço do pão ou da sua qualidade. Não era isso, Sibá?

(Risos).

Daí porque o Sibá tem toda a razão de te lembrar com muita saudade do pãozinho doce que comia com caldo-de-cana na sua infância, nas margens do rio Parnaíba, na Liberdade, Município de União no Estado do Piauí.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Vamos procurar encerrar. Nós ouviríamos por três minutos o senhor Antônio Carlos Henriques e depois o... Por três minutos também, o senhor João Alziro. Senhor Antônio Carlos Henriques, por favor.

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Com respeito à questão do uso de bromato ou não, eu posso garantir a vocês, posso garantir aos Senadores, ao Presidente da Mesa, que as padarias não têm nem a mínima condição de ter esse produto dentro da sua industrial, até porque é um produto importado e, para conseguir essa importação, seria praticamente impossível para uma pequena empresa que nem uma padaria. O que pode ser que tenha...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Heráclito, nós insistiríamos com a permanência de V. Exa. porque V. Exa. levantou uma questão do contraditório. E, após ouvir a manifestação dos convidados, eu quero submeter ao Plenário se nós iremos encerrar hoje a audiência pública, se ela foi satisfatória o suficiente, ou se nós realizemos outra para ouvir uma manifestação mais expressa do consumidor? Então, insistiria a V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu acabo de ser comunicado, nós não podemos ser grosseiros com os Senadores franceses, eu considero meu porta-voz, ele sabe da minha posição, eu acho que nós devemos ouvir e tomar uma decisão; eu não tenho nenhum compromisso com erro. Eu acho que nós temos que caminhar e avançar no sentido das duas opções. Sei das dificuldades e estamos dispostos a continuar discutindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Perfeito. Por favor, Sr. Antônio Carlos.

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Então, eu acho que, na verdade, as padarias não têm como usar esse tipo de produto, até porque não têm como trazer esse produto. O que pode ser que outras empresas informais usem esse produto de uma forma de enganar a população no ponto, lá no final, a realmente a produzir um pão grande e eles venderem informalmente esse produto. Então, isso sim pode acontecer, isso sim é uma questão de Saúde pública. Isso sim é uma questão a ser levantada...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Permissão, senhor Antônio. O senhor nos afirma, então, que as padarias hoje, no Brasil, as que operam legalmente não usam bromato?

SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Com certeza absoluta. Afirmo categoricamente que as padarias não têm nem como usá-lo. Agora, pode acontecer isso sim, a questão de Saúde Pública, de indústrias informais usarem esse produto para se prevalecerem do produto que faz crescer a quantidade do produto, para enganar o consumidor final. Isso sim pode acontecer.

Com respeito também à questão do peso do pão, para baixo ou para cima, que nem o nosso Sr. Presidente do INMETRO falou, hoje eu posso falar em nome do setor da panificação, ABIP, que hoje representa mais de 60 entidades, não no Estado de São Paulo, que nem o nosso Senador falou aí, mas sim no território (soa a campainha) brasileiro todo, que temos aí 60 entidades, desde o Piauí até o Amazonas, todo o Território Nacional, temos trabalhado para que o pão francês, dentro das padarias formais, esteja exatamente dentro dessa conformidade: ou até 50 gramas ou, no máximo, até 55 gramas, que era um padrão que a gente usava. Então, na verdade, assim, nós hoje falamos para o nosso dono de padaria que ele produza um pão de 45 a 50 gramas, no máximo, exatamente para que as pessoas possam chegar e ter a consciência de comprar 10 pãezinhos e pagar 450 a no máximo 500 gramas. Então, essa é a maneira que nós fazemos realmente para a nossa comunidade toda, que nós representamos aí em torno de 60 mil empresas no Brasil inteiro.

Então, na verdade, as minhas colocações, Sr. Presidente, eram mais em cima disso, e eu só queria ter falado para o nobre Senador que, na verdade, nós não estamos falando pelo nome do Estado de São Paulo e sim estamos falando em nome do território brasileiro, que é a ABIP, que é a Associação Nacional da Indústria de Panificação e Confeitaria, que representa o Brasil inteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra, o senhor Antônio Alziro.

SR. JOÃO ALZIRO HERTZ DA JORNADA – Eu gostaria de rapidamente fazer algumas observações sobre solicitação do Senador Heráclito, infelizmente ele não está aqui, teremos, obviamente, o máximo prazer de prestar as informações sobre os eventuais contingenciamentos, mas eu gostaria de solicitar também que fosse permitido também colocar todo o aspecto orçamentário, porque em primeiro lugar o Governo entendeu a peculiaridade do INMETRO e esse contingenciamento foi levantado e, principalmente, o INMETRO, dentro da política industrial do atual Governo, com apoio do Ministro Furlan, do Presidente Lula, recebeu recursos importantes da área de fomento de Ciência e Tecnologia, para que pudesse tocar novos laboratórios e se equipar para uma série de novas atividades, inclusive essa que eu mencionei aqui, que nos deu a possibilidade de já estar trabalhando de igual para igual com os americanos e sair numa posição de muito mais, digamos, de igualdade nessa área de etanol, que é muito importante para o país.

Então, o INMETRO tem recebido, nos últimos anos, um aporte de recursos importantes, e há uma sensibilidade nesse aspecto. Agora, é claro que o apoio dos senhores aqui do Senado, para nós, é muito importante, como eu disse, porque a nossa visão, o INMETRO é, antes de mais nada, um órgão de Estado, e por isso reitero, então, nosso convite de uma missão do Senado nos visitar, conhecer a instituição que agora, inclusive, está com novas atividades, projetos importantes no país, de apoio à competitividade, à inovação, ao desenvolvimento industrial.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Srs. Senadores, levantada a questão por parte do Senador Heráclito Fortes, da inexistência do contraditório nesta audiência pública, eu pude perceber que houve o contraditório entre os próprios manifestantes, os eminentes Senadores, que representam com muita firmeza os consumidores. Entretanto, S. Exa. entendia que, em não havendo no debate a discussão por parte dos convidados e o representante dos consumidores, a audiência pública estaria pecando, falhando nesse compromisso. Entretanto, o

IDEC, embora não tenha comparecido, endereçou a S. Exa., o Relator, expediente cuja cópia foi distribuída aos eminentes Senadores, manifestando o sentimento que o IDEC tem a respeito do assunto, onde revela claramente a tendência que podemos perceber aqui entre os manifestantes e entre os próprios Senadores, de que o mais justo é a venda do pão francês a peso.

Então, eu quero submeter à decisão do Plenário sobre se essa audiência dar-se-á por satisfeita com as manifestações aqui expedidas, não só por parte do INMETRO, mas dos convidados da área da indústria e com as posições colocadas pelos eminentes Srs. Senadores ou se nós deveremos realizar outra audiência, ouvindo basicamente ou se convidando novamente as pessoas que já compareceram, para repetir o seu posicionamento. Então, eu gostaria de ouvir a opinião dos Srs. Senadores. Nós deveremos fazer ou não uma outra Audiência Pública a respeito? Eu gostaria de antes de discutir ouvir a opinião dos Srs. Senadores antes de cometer à votação. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, eu acho que primeiro, em respeito aos que aqui se fizeram presentes, embora todos favoráveis à adoção da venda do pão francês no peso e também ao ofício do representante dos consumidores que, de uma forma muito clara, reafirma o seu posicionamento, bem como os questionamentos que aqui foram feitos pelos nobres Senadores também se expressando, não só na condição de Senador, mas também de consumidor com experiências vividas ao longo da vida, de cada um de nós, eu acho que nos damos por... Eu, em particular, me dou por satisfeito na audiência pública e eu acho que qualquer outro debate será no momento da votação. Esse é o meu posicionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Cícero Lucena. Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu acrescento apenas que as opiniões foram expressas, a pessoa que não pôde comparecer se manifestou por escrito. Acredito que nós poderíamos talvez não acrescentar mais nenhuma discordância sobre o que está sendo analisado e também me faço, agora, por satisfeito e disposto a debater, agora, no momento da votação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito bem. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Deixei clara a minha posição. E também o IDEC mandou a posição dele por escrito. Ele é favorável a que se pese o pão. Eu acho que não há necessidade de

mais discussão. Só na hora da votação haverá nova discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito bem. Então, os Srs. Senadores que aprovam a não realização de outra audiência pública para tratar dessa questão com a presença efetiva do representante do consumidor, permaneçam como estão. Aprovado. Senador Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, questão de ordem. Permita, se for possível, incluir extrapauta o requerimento de minha autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Está sobre a Mesa o requerimento que eu iria proceder à leitura, de V. Exa. Mas, nós gostaríamos, primeiro, de submeter ao Plenário a possibilidade de acatá-lo extrapauta. Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado. E eu passo a palavra a V. Exa para que instrua, com argumentos julgados pertinentes e necessários, o requerimento que hora apresenta.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, o meu requerimento tem como fundamento algo que foi debatido hoje, pela manhã, na Comissão de Ciência e Tecnologia. Requerimento de uma audiência pública, onde convida o senhor Plínio de Aguiar Júnior, Presidente do Conselho Diretor de Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL; Christopher Torto, Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de TV por Assinatura, e James Gama, Diretor-Geral da TV Senado, para discutir conosco, Senadores e Senadoras, sobre as razões de retirada das emissoras de televisão, de instituições públicas, na grade de empresas prestadoras de serviço de TV a cabo, ao migrarem do sistema de transmissão a cabo analógico para o sistema de transmissão a cabo de tecnologia digital. Eles, as TVs a cabo, estão procedendo dessa forma, retirando da grade as TVs públicas, TV Senado, TV Justiça e outras, em vários Estados e, conseqüentemente, num desrespeito ao direito do consumidor que, ao contratar a TV a cabo, contrata com toda aquela grade de programação.

Então, como foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, a minha proposta é no sentido de que façamos essa audiência conjunta, essa audiência pública da Comissão aqui dos Direitos do Consumidor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o requerimento do Senador Cícero Lucena. Não havendo quem queira discutir, em votação. As senhoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Nós agradecemos a presença dirigente dos eminentes convidados, Dr. João Alziro Hertz da Jornada, Presidente do INMETRO; Dr. Antônio Carlos Henriques,

Vice-Presidente da ABIP, aqui representando também a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; do Dr. Manoel Franco de Melin, Vice-Presidente do AIPAN, Associação das Indústrias de Panificação e Confeitaria do Grande ABC e também do Dr. Ruben Roberto Guimarães, Assessor do INMETRO, que, com as suas manifestações e opiniões, contribuiu de forma decisiva para a formação do juízo dos eminentes Srs. Senadores a respeito da discussão para instrução do Projeto de Lei que propõe a venda do pão francês a peso ou por unidade.

Não havendo mais nada a tratar, agradecendo aos eminentes convidados a boa contribuição que dão e aos Srs. Senadores pela presença, declaro encerrada a presente Sessão.

(Levanta-se a reunião às 11h42)

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DO DIA 27 DE MARÇO DE 2007 ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e sete, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, FÁTIMA CLEIDE, JOÃO RIBEIRO, FERNANDO COLLOR, WELLINGTON SALGADO, VALDIR RAUPP, VALTER PEREIRA, JOSÉ AGRIPINO, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO e CÉSAR BORGES**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a reunião tem a seguinte pauta: **Item 01) AVISO Nº 32, DE 2006, – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal, RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º trimestre do exercício de 2006”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator “ad hoc”:** Senador **CÉSAR BORGES**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: APROVADO.** **Item 02) AVISOS Nº 5, DE 2003, – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 196/2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre representação formulada por equipe de analistas daquela Corte acerca de efeitos financeiros provocados pela aplicação gra-

dativa de percentuais redutores nos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (TC – 003.037/2001-2)” **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator “ad hoc”:** Senador **VALTER PEREIRA**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado:** APROVADO. **Item 03) AVISO Nº 58, DE 2002, – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 995/2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o exame consolidado das auditorias realizadas para avaliar a aplicação dos recursos do Fundef em 52 municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí que, durante o exercício de 2000, estavam recebendo complementação da União (TC – 005.024/2001-1)”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **RENATO CASAGRANDE**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado:** APROVADO. **Item 04) AVISO Nº 236, DE 2000, NÃO – TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 375, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na obra de construção do Complexo Portuário de Pecém, no Estado do Ceará (TC – 007.484/99-2)”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **VALTER PEREIRA**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado:** APROVADO. **Item 05) AVISO Nº 146, DE 2000, – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 621/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de desempenho realizada no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (TC – 010.990/99-2)”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **CÍCERO LUCENA**. **Parecer:** Pelo conhecimento e arquivamento da matéria, bem como pelo envio de cópia do relatório à Comissão de Educação. **Resultado:** APROVADO. **Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2007, – NÃO TERMINATIVO**, que “modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de determinar a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental às licitações promovidas pelo Poder Público”. **Autoria:** Senador **TIÃO VIANA**. **Relator “ad hoc”:** Senador **SIBÁ MACHADO**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** APROVADO. **Obs:** Matéria Terminativa na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. **Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2006, – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o artigo 150, § 5º, da Constituição Federal. (Informação sobre valor dos tri-

butos na nota fiscal)”. **Autoria:** Senador **RENAN CALHEIROS** e outros Senhores Senadores. **Relator:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma da emenda nº 1-CMA (substitutivo) que apresenta. **Resultado:** ADIADO. **Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2005, – TERMINATIVO**, que “dispõe acerca da veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água nas hipóteses que discrimina”. **Autoria:** Senador **MARCELO CRIVELLA**. **Relator:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto nos termos da emenda nº 01-CE (substitutivo), aprovado na Comissão de Educação, com as subemendas nºs 1 e 2 que apresenta. **Resultado:** ADIADO. **Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, DE 2006, – TERMINATIVO**, que “obriga a comercialização do pão “francês” a peso e por unidades de cinquenta gramas”. **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**. **Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** ADIADO. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 2006, – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens de óleo comestível, advertência sobre a destinação correta do produto após o uso”. **Autoria:** Senador **VALMIR AMARAL**. **Relator:** Senador **JONAS PINHEIRO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Obs.:** Foi concedido pedido de vista coletiva em reunião realizada em 14.03.2007. **Resultado:** ADIADO. **EXTRA-PAUTA**, a Comissão delibera as seguintes matérias: **Item 01) REQUERIMENTO Nº 14, DE 2007-CMA, – NÃO TERMINATIVO**, que requer, “nos termos regimentais, seja formulado convite aos Senhores José Carlos Pereira, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO); Milton Zuanazzi, Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); Wellington Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira dos Controladores de Tráfego Aéreo (ABCTA); Marco Antonio Bologna, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA); e Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) da Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça, para comparecerem perante esta Comissão, em data a ser marcada, para ouvi-los sobre os problemas técnico-estruturais que assolam o sistema aeroviário de nosso país, nos dias atuais, de verdadeira crise aérea”. **Autoria:** Senador **RENATO CASAGRANDE**. **Resultado:** APROVADO. **Item 02) REQUERIMENTO Nº 15, DE 2007-CMA, – NÃO TERMINATIVO**, que requer, “nos termos regimentais, seja formulado convite ao Ministro da Defesa e ao Comandante da Aeronáutica para comparecerem perante esta Comissão, para tratarem dos problemas técnico-estru-

turais que assolam o sistema aeroviário de nosso país, nos dias atuais, de verdadeira crise aérea”. **Autoria:** Senador **CÉSAR BORGES**. **Resultado:** **APROVADO**. **Item 03) REQUERIMENTO Nº 16, DE 2007-CMA, – NÃO TERMINATIVO**, que requer, “nos termos regimentais, que esta Comissão solicite ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que se pronuncie acerca da legalidade da venda das Empresas de Petróleo Ipiranga para o consórcio formado pelo Grupo Ultra, a Petrobrás e a Braskem, o que promoverá a perigosa concentração do setor petroquímico sob o comando do Consórcio, o que pode caracterizar a ocorrência de crime contra a ordem econômica. Estima-se que com a operação, a Braskem ficará com 75% da produção brasileira de eteno, principal componente básico da produção de polietileno para a indústria de plásticos, o que agride o princípio da livre concorrência”. **Autoria:** Senador **FLÁVIO ARNS**. **Resultado:** **APROVADO**. Usam da palavra os Senhores Senadores **CÉSAR BORGES**, **SIBÁ MACHADO**, **CÍCERO LUCENA**, **SERYS SLHESSARENKO**, **MARCONI PERILLO**, **RENATO CASAGRANDE**, **WELLINGTON SALGADO**, **FLÁVIO ARNS**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – É e eu observei que o pão... E eu até consultei aqui o representante das padarias, ele disse que o pão veio sem bromato e sem manteiga.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós vamos procurar agilizar a reunião para que a gente termine em tempo hábil de pelo menos almoçar.

Passaremos ao Item 01 da pauta. Aviso nº. 32/2006, que encaminha ao Senado Federal o Rela-

tório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referentes ao segundo trimestre do exercício de 2006. É um aviso de autoria do Tribunal de Contas da União e tem como Relator o Senador José Agripino, designamos Senador *ad hoc* agora eminente Senador César Borges a quem passamos a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o documento encaminhado contém de forma organizada e suficiente detalhada as atividades do Tribunal de Contas da União no segundo trimestre de 2006. Na apresentação do Relatório, o Presidente do Tribunal destaca a apreciação das contas do Governo da República, com parecer pela aprovação apesar das 30 ressalvas apontadas, em que o Tribunal vai além da auditoria contábil, constituindo-se verdadeiro instrumento para indução da melhoria da administração pública. Comenta ainda que importantes ações foram iniciadas no sentido de estimular o controle social da aplicação de recursos públicos, destacando o início do ciclo de palestras direcionadas ao terceiro setor ministradas no âmbito do Programa Educacional Diálogo Público, as quais trataram do controle social dos recursos públicos, convênio, licitações, contrato e transferências governamentais.

Em seguida o Relatório apresenta um resumo essencialmente quantitativo das atividades de controle externo do Tribunal no trimestre em que incluíram a apreciação conclusiva de 71.679 atos de pessoal até o final do primeiro semestre. E o atendimento de 148 processos de interesse do Congresso Nacional.

Digna de nota também foi a consolidação dos trabalhos de fiscalização, realizados pelo TCU no âmbito do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas estradas que é do Governo Federal. Mais de 100 servidores foram alocados para a realização de 101 fiscalizações. O Tribunal apurou também 76 denúncias e 384 representações no período, entre as quais se destacam as relativas à empresa de trens urbanos de Porto Alegre S/A, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e ao Departamento de Polícia Federal.

No trimestre foram realizadas cinco consultas ao TCU sobre aplicação de dispositivos legais e regulamentares relativos às matérias de sua competência. O Presidente do Senado Federal e os Ministros da Justiça e do Trabalho e Emprego, utilizaram-se desse instrumento.

No que tange ao relacionamento com o Congresso Nacional, destaca o atendimento a solicitação de realização de auditoria ou solicitação de informações, a fiscalização de obras públicas para subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária anual, a Sessão de servidores para Assessorar as Comissões Parlamentares de Inquérito, e a emissão de Parecer sobre as contas

do Governo da República na área das atividades administrativas, o TCU instituiu grupos de trabalho para elaborar a estratégia de implementação da transferência das atividades administrativas das Secretarias de Controle Externo nos Estados para a sede do Tribunal. Com o objetivo de permitir aqueles órgãos concentre seus esforços. Relata ainda no Item TCU e a sociedade a preocupação com a transparência e a importância de divulgar informações acerca da gestão pública. Um de seus instrumentos é a ouvidoria do TCU que recebe sugestões e reclamações a respeito do serviço prestado pelo Tribunal. Mencionam-se também as parcerias com órgãos do Governo e com organismos internacionais de fiscalização. Por fim são reportadas as atividades do Ministério Público junto ao TCU na defesa da ordem jurídica no âmbito do Tribunal. O Ministério Público e o TCU emitem Parecer sobre os processos e representa ao TCU sobre determinados assuntos. Esse é o relato, Sr. Presidente, e a análise.

O voto. Em face do exposto, concluímos pelo conhecimento do assunto por essa Comissão e pelo arquivamento do aviso nº. 32/2006, bem como dos documentos que o acompanham. Sala da Comissão. Esse é o relato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador César Borges. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Relatório recomenda o conhecimento da matéria e remessa ao arquivo.

Item 02, aviso do TCU n.º 05/2003 que encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão 196/2003 do Plenário do Tribunal de Contas da União bem como os respectivos relatório e voto que o fundamentam sobre representação formulada por equipe de analista daquela Corte acerca de efeitos financeiros provocados pela aplicação gradativa de percentuais redutores nos coeficientes do fundo de participação dos Municípios. Relator, Senador Jonas Pinheiro, nós designamos Relator *ad hoc*, eminente Senador Valter Pereira, a quem concedemos a palavra para proferir aí a leitura do Relatório.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre aviso nº. 05/2003, nº. 237 SGS-TCU de 2003, na origem do Presidente do Tribunal de Contas da União que encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão 196/2003 sobre os efeitos financeiros provocados pela aplicação de redutores dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios. Em 31 de março de 2003, o Senado Federal recebeu por meio

do aviso nº. 05/2003, aviso nº. 237 SGS-TCU de 12 de março de 2003, na origem, cópia do acórdão nº. 196/2003 TCU Plenário e dos respectivos Relatório e voto, que fundamentaram. No dia seguinte, o aviso e seus anexos foram encaminhados para esta Comissão de Fiscalização e Controle, CFC, atual Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor Fiscalização e Controle, CMA. Como se trata de matéria atinente de competência exclusiva do Congresso Nacional, ou seja, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo conforme inciso X do art. 49 da Constituição Federal, o presente aviso continuou tramitando após o encerramento da 52ª Legislatura nos termos do inciso V do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal. E do ato do Presidente do Senado Federal nº. 97/2002. Foi designado em cinco de março deste ano o Senador Jonas Pinheiro para relatar e neste ato passo a relatá-lo na condição de Relator *ad hoc*.

O acórdão em questão refere-se a uma proposta formulada na forma de representação da equipe da Secretaria de Macro Avaliação governamental, SEMAG, encarregada do levantamento de auditoria destinada a verificar a sistemática de arrecadação, recolhimento e classificação das Receitas Federais com ênfase naquelas que compõem os fundos de participação dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios, o FPM. Em resposta, o Plenário do Tribunal de Contas da União decidiu entre outras determinações, manter inalterada a interpretação dada àquela Corte de Contas ao caput do art. 2º da Lei Complementar de 91 de 22 de dezembro de 97, a matéria ora em exame aguarda deliberação desta Comissão, pois lhe cabe propor ao Plenário no Senado as providências cabíveis em relação aos resultados das diligências realizadas pelo TCU conforme alínea 01 do inciso I do art. 102... Aliás, alínea I, do inciso I do art. 102 A, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao TCU, ao seu tempo, conforme o inciso IV da art. 71 da Constituição Federal compete na condição de órgão auxiliar do Congresso Nacional no exercício do controle externo realizar por iniciativa própria da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Comissão Técnica ou de inquérito inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas da administração pública direta ou indireta. À luz da acima citada previsão constitucional, o TCU realizou levantamento de auditoria em questão. As conclusões do levantamento realizado em 26 de junho a 8 de novembro de 2000 propiciaram a apresentação em 22 de março de 2001 de representação da equipe encarregada que continha proposta de mudança da interpretação dada pelo TCU ao caput do art. 2º da Lei Complementar 91/97.

A Lei Complementar 91 reitera que os coeficientes individuais de participação no FPM interior devem ser calculados conforme estabelecido no § 2º do art. 91 da Lei 5.172 de 25 de outubro de 66, Código Tributário Nacional, com a redação dada pelo Decreto-Lei 1.881 de 27 de agosto de 81.

A Lei Complementar, porém, também prevê no § 2º do art. 1º que ficam mantidos a partir do exercício de 98 os coeficientes atribuídos em 1997 aos Municípios cujos coeficientes à luz da regra reiterada devam diminuir. Os ganhos correspondentes diminuiriam paulatinamente nos exercícios subsequentes em decorrência da incidência de uma escala de redutores financeiros fixados no art. 2º.

O objeto da representação em comento é justamente o caput do art. 2º *in verbis*. Art. 2º: A partir de 1º de janeiro de 99, os ganhos adicionais em cada exercício decorrentes do disposto no § 2º do art. 1º dessa Lei Complementar terão a aplicação de redutor financeiro para redistribuição automática para aos demais participantes do Fundo de Participação dos Municípios na forma do que dispõe o § 2º do art. 91 da Lei 5.172 de 25 de outubro de 66 com a redação dada pelo Decreto-Lei 1.881 de 27 de agosto de 81.

O dispositivo transcrito determina que seja rateado entre os demais participantes do FPM a cada exercício, uma parcela dos ganhos auferidos pelos Municípios, cujos coeficientes teóricos fossem menores do que os coeficientes que lhes foram atribuídos em 97. Na ocasião de levantamento de auditoria, a Legislação previa que a parcela rateada aumentaria até que houvesse em 2003 a plena convergência entre a regra geral contida no Código Tributário Nacional e os coeficientes efetivamente devidos aos participantes do FPM. Posteriormente, esse prazo mudou para 2008. Em decorrência de modificações introduzidas pela Lei Complementar 2008, em decorrência de modificações... Aliás, introduzidas pela Lei Complementar nº. 160 de 23 de março de 2001. Independentemente do prazo final, porém, os ganhos e o rateio da parte do ganho desapareceriam após o período de transição. A questão suscitada pela equipe encarregada do levantamento da auditoria refere-se às implicações da interpretação dada à expressão “redistribuição automática aos demais participantes”. O TCU, após promulgação da Lei Complementar 91/97, entendeu que os Municípios beneficiados pela regra de transição deveriam ser excluídos em bloco do rateio. A equipe, contudo, verificou que à medida que a parcela objeto do rateio aumenta a exclusão em bloco dos Municípios supostamente beneficiados gera algumas distorções. Efetivamente, a regra de transição que pretendia permitir um ajuste gradual das finanças públicas dos

Municípios beneficiados atribuiu para alguns desses mesmos Municípios transferências menores do que aquelas que seriam obtidas se não houvesse qualquer transição. Ou seja, os coeficientes efetivos acabavam sendo menores do que os coeficientes teóricos. Isso levou vários Municípios como Catanhede, Maranhão, e Joselândia, Maranhão, a requerer junto ao TCU esclarecimentos acerca da aplicação da Lei Complementar 91/97. Da mesma forma, Municípios não beneficiados pela regra de transição com coeficientes teóricos ao longo da transição maiores ou iguais do que aqueles que lhes foram atribuídos de 97, deveriam, em princípio, receber transferências menores do que aquelas previstas pela regra geral. Alguns desses Municípios, entretanto, acabaram recebendo montantes maiores por força dos valores recebidos a título de rateio da parcela dos ganhos auferidos pelos outros Municípios supostamente beneficiados pela regra de transição.

No intuito de contornar o problema acima, a equipe propôs reinterpretar o caput do art. 2º de modo que os Municípios beneficiados seriam excluídos apenas do rateio da parcela referente ao próprio ganho, sendo incluídos no rateio das parcelas referentes aos demais ganhos. As contestações e recomendações da equipe foram endossadas pelo estudo de 10 de agosto de 2001 da analista de finanças e controle externo, Nazaré Pereira. A proposta inclusive contou com o apoio do então titular da SEMAG que manifestou preocupação com a situação de os Municípios atualmente beneficiados pela interpretação adotada pelo TCU, mas que precisarão se ajustar à regra geral após a transição. À luz das obrigações potencialmente assumidas em um contexto de abundância de recursos, a queda a ser observada poderá expor esses Municípios a sanções previstas na Lei Complementar 101 de maio de 2000. O titular da primeira divisão técnica da SEMAG, e o Subprocurador-Geral, Paulo Bugarin, contudo, entenderam que o TCU não deveria alterar a interpretação dada ao dispositivo legal questionado, pois isso suscitaria questionamentos sobre os montantes transferidos à luz da interpretação anterior. O Subprocurador-Geral ressalta que a mudança pretendida somente será possível em caso de modificação do art. 2º da Lei Complementar 91/97.

Após analisar todos os argumentos e simulações matemáticas apresentadas, o Plenário do TCU decidiu na forma do acórdão em comento manter inalterada a interpretação dada ao caput do art. 2º da Lei Complementar 91/97. Ao assim proceder, o TCU atuou em estrita consonância com as suas competências constitucionais. Os artigos 161 Parágrafo Único e 159 A e B da Constituição Federal é peremptório quando delega ao TCU competência para efetuar o cálculo das

cotas referentes ao FPE e FPM. A competência acima é reiterada pela Lei 8.443 de 16 de junho de 2002, a Lei orgânica do TCU, cujo art. 1º, VI estabelece que a competência ao TCU calcular as cotas referentes ao FPE e FPM, fiscalizando a entrega dos respectivos recursos e pelo Código Tributário Nacional cujo art. 92 prevê que até o último dia útil de cada exercício o TCU comunicará ao Banco do Brasil os coeficientes individuais de participação de cada Estado e do Distrito Federal, no FPE, e de cada Município no FPM, que prevalecerão para todo exercício subsequente. Por conseguinte, são finais as decisões do TCU sobre o cálculo das cotas referentes ao FPE e ao FPM. Não cabendo qualquer questionamento por parte do Congresso Nacional ou do Poder Judiciário, exceto no caso de flagrante desobediência das normas legais aplicáveis. Como se trata de um problema de interpretação suscitado por uma ambigüidade do texto da norma, resta assente a esta estrita legalidade da decisão daquela Corte de Contas, o que naturalmente não impede que o Congresso Nacional discipline diferentemente as situações futuras, clarificando o texto da norma tanto quanto julgar necessário por meio da apreciação de um Projeto de Lei.

Em face do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada no âmbito das competências do TCU, voto para que a Comissão do Meio Ambiente, Defesa e Consumidor e Fiscalização e Controle dela tome conhecimento com subsequente encaminhamento ao arquivo. Eis o parecer e o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado. Item 3. Aviso nº. 158 do Tribunal de Contas da União que encaminha ao Senado Federal cópia da decisão nº. 995/2002, bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam sobre o exame consolidado as auditorias realizadas para avaliar a aplicação dos recursos FUNDEF em 52 Municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí que durante o exercício de 2000 estavam recebendo complementação da União. Relator, Senador Renato Casagrande. Tem V.Exª a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Senadores, Srª. Senadora, o Relatório foi encaminhado pela presidência do Tribunal de Contas da União cópia da decisão 995/2002, Sr. Presidente, acompanhado de Relatório e voto que fundamentaram. A decisão foi proferida em processo de autoria operacional realizada por aquela Corte de Contas no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, no magistério no

ano de 2000. Auditoria de 200. Tal Relatório perpassa questões mais importantes levantadas como da malversação de fundos, e sua correção, sugere aprimoramento no mecanismo de fiscalização por parte de atores envolvidos no processo, e discute a possibilidade de segregar em conta específica a complementação da União para ao FUNDEF.

O TCU posteriormente encaminhou a essa Comissão o Relatório de avaliação de impacto da auditoria operacional, canaliza implementação das recomendações feitas naquela ocasião. O objetivo final do estudo era verificar o cumprimento das recomendações sugeridas e os respectivos resultados. Essas recomendações buscavam aperfeiçoar o desempenho operacional ao programa bem como reduzir seus custos. A avaliação realizada pelo TCU deverá saber da gestão dos recursos do fundo nos casos em que haver complementação de recursos para a União a Estados e Municípios. Aferindo ainda o patamar de remuneração dos docentes e o grau de efetividade do controle social. O TCU apontou falhas nas fiscalizações propostas nos processos individuais de auditoria, procedimento, metodologia e fiscalização desse Tribunal de Contas dos Estados envolvidos procurando estabelecer sempre uma cooperação técnica. No tocante à devolução dos recursos quando constatada a irregularidade dentro dos limites da Lei, entendeu-se que a Justiça Federal deveria encarregar-se disso. A devolução do montante, porventura desviado, segundo o TCU deve ser feita a municipalidade. Não é de se desprezar o desconhecimento do plano de aplicação do fundo por outros gestores. Tendo em conta trâmite restrito das ações fiscalizadoras e achados do TCU, cuja atuação não ULTRApassa a esfera da auditoria, cabe aos municípios implicados em irregularidades tentar contornar sozinhos a situação corrigida aquilo que foi apontado pela Corte de Contas sob a luz paralela da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Elemento levantado pela análise do TCU de difícil solução é o estabelecimento de conselhos escolares politicamente isentos e atuantes aos quais faltam instalações físicas e equipamentos, principalmente capacitação dos membros. A análise dos dados coletados pelo TCU evidenciam falhas a serem solucionadas em parte dos Municípios auditados. Sendo esses instados a regularizar as impropriedades apontadas para o que continuaram em monitoramento. Tendo em conta que o diagnóstico e as recomendações emanadas do TCU conduziram medidas corretivas, inclusive de aperfeiçoamento normativo, certamente importante para a maioria dos resultados do FUNDEF, opinamos Sr. Presidente pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado passamos ao Item 04. Aviso nº. 236/2000, que encaminha ao Senado Federal cópia da decisão 375/2000, bem como os respectivos relatórios de auditoria e voto que a fundamentam realizada na obra de construção do complexo portuário de PECÉM no Estado de Ceará. Temos como Relator o Senador Valter Pereira, a quem concedemos a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Já que V.Exª leu a Ementa, vou direto ao Relatório. O aviso nº. 236/2000, na origem nº. 7.984 de 8 de novembro de 2000, ora submetido ao exame desta CMA, refere-se ao encaminhamento para conhecimento do Senado Federal pelo Presidente da primeira Câmara do TCU de cópia da decisão 375/2000, TCU, primeira Câmara, bem como dos respectivos Relatório e voto que fundamentam. Referente a auditoria realizada na Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Ceará. O AVS nº. 236/2000 chegou ao Senado no dia 14 de novembro do mesmo ano, sendo encaminhado em 17 de novembro de 2000 à apreciação da antiga Comissão de Fiscalização e Controle – CFC e trata especificamente de auditoria realizada no TCU na obra de complexo portuário de Pecém, Ceará. Essa auditoria, segundo informa a conclusão do documento encaminhado, não encontrou indícios de irregularidades ou falhas em tal empreendimento. Nosso voto, portanto, em face do exposto e tendo em vista a ausência de irregularidades e falhas nas obras do complexo industrial e portuário de Pecém, voto no sentido de que essa Comissão tome conhecimento do aviso 236/2000 e proceda ao seu arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Valter Pereira. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exª a palavra pela ordem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Eu apresentei um Requerimento e queria solicitar a apreciação de V.Exª e dos Senadores a possibilidade de nós votarmos ele Extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A Mesa ia exatamente consultar ao Plenário sobre a possibilidade de inclusão Extrapauta do Requerimento de V.Exª. O Senador

Renato Casagrande requer seja formulado convite ao Presidente da INFRAERO, da ANAC, da ABCTA, do SNEA e ao Diretor do DPDC da secretaria... Esse DPDC é... Vamos explicitar aqui. Da INFRAERO Presidente da Empresa Brasileira de Estrutura Aeroportuária, INFRAERO, o Sr. José Carlos Pereira, Milton Zuanazzi, Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Wellington Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira dos Controladores do Tráfego Aéreo, Marco Antonio Bologna Sindicato Nacional do Sindicato das Empresas Aeroviárias, e Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e defesa do consumidor, DPDC, da Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça para comparecerem perante essa Comissão Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle em data a ser marcada para ouvir sobre os problemas técnicos estruturais que assola o sistema aeroviário do nosso País, causador dos dias atuais de verdadeira crise aérea.

Nós submetemos à aprovação desta Comissão de Inclusão deste Requerimento Extrapauta. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado incluído extrapauta. Exatamente. Nós passamos a palavra ao autor para que ele aduza a argumentação que o levou a apresentar a proposta. Senador Renato Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Essa Comissão é uma das Comissões mais importantes dessa Casa. Trata da questão ambiental, fiscalização e trata da questão da defesa do consumidor. Tem é uma Comissão que tem temas importantíssimos que nós devemos tratar. Esta Casa, o Senado, já fez no final do ano passado uma Audiência Pública aqui com o Ministro da Defesa e com outros organismos do Governo Federal, da agência de aviação civil, tratando da questão da crise aérea que nós estamos vivenciando. Nós não tivemos muita solução de lá pra cá. Para falar a verdade nós estamos vendo que a solução foi nenhuma de lá pra cá. Então nós estamos vendo isso de forma... Estamos assistindo ao caos e vivendo ele porque a gente viaja de avião. Então eu acho que o Senado precisa dar um... Cobrar, o Senado precisa cobrar ações do Governo, ações articuladas do Governo, se o Governo já estiver tomando as ações, a gente ter conhecimento claro sobre essas ações. Então o objetivo é para que o Senado não fique ausente deste debate. Acho que essa Comissão aqui tem um papel fundamental. Eu gostaria inclusive que talvez a gente pudesse fazer essa audiência, trazer aqui cinco pessoas uma audiência só talvez fique muita gente. Se a gente pudesse trazer em duas audiências, se tivermos agenda para isso. Mas a idéia é essa trazer-

mos para cá as autoridades e as entidades que têm responsabilidade com relação a esse tema para que nós possamos fazer o debate com eles e cobrarmos ações do Governo, e das entidades, da agência, com relação a esse tema.

Então, este é o objetivo, Sr. Presidente, para que nós possamos posicionar o Senado perante um tema tão importante porque não atinge não só aos passageiros, atinge o desenvolvimento do País, atinge o turismo do País, atinge setores que mesmo que não andem de avião, mas setores que ficam influenciados pelo caos aéreo que nós estamos vivendo hoje no nosso País.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Para discutir, Sr. Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o Senador César Borges com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Renato Casagrande pelo Requerimento que ele faz no momento, inclusive por ele pertencer à base do Governo e verificar que há um problema insolúvel até aqui que tem trazido prejuízos imensos ao País e em particular aos usuários do transporte aéreo que no nosso caso é extremamente estratégico de um País das dimensões continentais que tem o Brasil.

Entretanto, Sr. Presidente, como membro da oposição, nós temos uma posição de que é muito melhor se você puder examinar este assunto não numa audiência, mas com a profundidade que o assunto exige até pelo prolongamento dessa crise. Então nós já lutamos e propusemos uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Isso foi feito na Câmara dos Deputados. Lamentavelmente o Governo jogou pesado, como na gíria se diz, “tratorou” no sentido de colocar sua base para enterrar essa CPI. E ela foi enterrada na semana passada e veja o que aconteceu neste final de semana, Senador Renato Casagrande. E que está acontecendo hoje ainda. Eu vim de Salvador e precisamos ficar fazendo órbita no meio da viagem antes do Rio São Francisco que estava um tráfego aéreo aqui de Brasília sem suporte para que essa aeronave viesse no seu momento certo conforme previsão do voo. Que eu estava vindo de Salvador para Brasília. Então é uma questão efetivamente grave, muito grave. Não se pode a cada momento se apontar algo pontual, circunstancial. Não, porque é quebrou o ILS de Cumbica, não, porque o cachorro atravessou a pista de Congonhas, não porque choveu muito, a neblina foi grande.

V.Ex^a, Sr. Presidente, imagine que no caso lá em Salvador houve prisão de um controlador, um sargento da FAB foi preso porque como controlador ele acusou uma série de irregularidades e falta de base para que ele

efetuasse seu trabalho. E por isso ele foi preso. Prisão disciplinar. Foi solto agora por conta de uma liminar da justiça. E são vidas humanas que vão sendo colocadas em risco diariamente. E o uma CPI está sendo negada ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados. Eu tenho certeza de que caso não seja deliberado pelo Supremo Tribunal Federal o direito das minorias de solicitar a instalação de uma CPI, seja cerceado esse direito como foi na Câmara por uma maioria, isso é altamente antidemocrático e autoritário, nós aqui no Senado teremos esse papel e poderemos fazer uma CPI. Uma CPI que nasce dos Senadores que aqui já não têm esse controle tão grande do Governo na sua base para enterrar CPIs. E tivemos aqui no passado um exemplo que foi uma CPI que o Governo não quis indicar os seus componentes, o Presidente, Senador José Sarney, aceitou essa argumentação, mas o Supremo Tribunal depois posteriormente deliberou de que a presidência indicasse o mesmo caso e o partido do Governo e a base do Governo não indicassem.

Então, eu quero discutir, Sr. Presidente, dizendo que melhor que esse Requerimento é a instalação da CPI. Agora, caso esse Requerimento seja aceito, que pelo menos nós possamos colocar aqui os principais responsáveis que não estão colocados. Há um Ministro responsável por todos esses órgãos que estão aqui, principalmente com relação à INFRAERO, à ANAC e toda essa problemática que é o Ministro Waldir Pires que se fala que cai não cai, está aquela balança, mas não cai desse Governo, mas o Governo Lula não demite por incompetência. Demite até por improbidade, mas não por incompetência. Nunca vi. Nunca vi demitir Ministro por incompetência, demite porque há necessidade de contemplar algum segmento da base do Governo, uma negociação política, acomodar um ou outro, mas não demite por incompetência. E o Ministro Waldir Pires, debruça sobre esse assunto, já esteve aqui, debateu com os Senadores aqui sentado aqui nessa Mesa com V.Ex^a, e nos deu tranquilidade de que tudo estaria resolvido, que estava tudo acomodado. Nada absolutamente foi feito. Nós estamos à véspera aí de passar a semana santa e o problema existe.

Então, sequer o Ministro Waldir Pires não está convocado. Ele deveria ser convocado. Assim como também naquela audiência foi convocado o Comandante da Aeronáutica. Que não estaria aqui.

Então, Sr. Presidente, eu não ficarei contra o Requerimento, mas gostaria de acrescentar que o Senador Renato Casagrande aceitasse que fosse incluído o nome do Ministro, se até então ainda for Ministro, Waldir Pires, e também o nome do comandante da Aeronáutica enquanto há uma deliberação do Supremo Tribunal Federal ou mesmo do Senado Federal para

a instalação da CPI do Apagão Aéreo que é isso que eu acho que todo o País espera e exige do Congresso Nacional. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Continua em discussão. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, eu concordo com as ressalvas do Senador Tourinho. (risos) César.

Então, eu acho que é pertinente. Mas, tem uma questão operacional que nós temos observado nessas Audiências Públicas e que não pode, de forma nenhuma, ser relevada. É que quando se convoca um grande número de personalidades para essas Audiências Públicas, a produtividade cai. Invariavelmente tem caído nas Audiências Públicas nesta e em outras Comissões. De sorte que se o Plenário entender que deva ser estendido o convite para outras autoridades, que se divida a Audiência Pública em alguns dias. Dois ou três dias para que não tenhamos prejuízo na abordagem dessas autoridades. Esse assunto é um assunto relevante, tenho a convicção de que haverá um grande número de membros desta Comissão participando dos debates, e outros Parlamentares que estão interessados no assunto certamente acorrerão para esta Comissão, de sorte que nós não podemos perder esta oportunidade de discutir com essas autoridades, mas dentro de um critério racional da reunião. Era essa a ressalva que eu gostaria de fazer.

Quanto ao mérito da proposta, entendo inteiramente pertinente. As explicações estão a cada dia que passa mais esfarrapadas, menos convincentes, de sorte que é preciso que o Congresso tome uma posição. Se a CPI está ainda ameaçada de se concretizar, se há todo um trabalho visando esvaziá-la, é preciso que nesta Comissão onde a defesa do consumidor é um dos objetos da existência desta própria Comissão, eu acho que nós não podemos perder essa oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para discutir, ainda, está inscrito o Senador Cícero Lucena, em seguida passo a palavra a V.Ex^a.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, concordando com o pronunciamento dos dois últimos Senadores, até porque foi quando eu aqui participei, eu quero me somar às preocupações não apenas na condição de Senador, mas também na condição de cidadão. A última sexta-feira eu tive que fazer um deslocamento aqui no País onde saí e passei duas vezes em São Paulo. Para chegar à Paraíba à noite. E nas duas vezes que eu passei em São Paulo para conexão, a justificativa dada pelo piloto foi chuva. O atraso dos vôos era motivo de chuva em São Paulo. O

que, no meu ver, o tempo que eu passei em São Paulo nessas duas conexões não tinha ocorrido chuva. E o que é pior, quantos e quantos já viram e já participaram de vôos em Países que neva, que dão banho em avião para esquentar para poder ele ter condição de voar, e voa. E no Brasil, uma cidade como São Paulo que em determinado período todos os vôos em função talvez até da ampliação do aeroporto do Rio de Janeiro foram redirecionados para São Paulo e basicamente todos os vôos nesse País continental passam por São Paulo, nós estávamos sujeitos a pingue de chuva ou simplesmente a argumentos de justificativas.

Então, é fundamental e essa Comissão tem um papel importante nesse debate, nessa discussão, enquanto vem ou não a instalação por conta da CPI. Então o meu posicionamento até pela condição dessa Comissão de Fiscalização e de Defesa do Consumidor é fundamental que a gente aprofunde esse debate, enquanto não chega a CPI, e também pedindo a presença dos verdadeiros responsáveis que é o Ministro da Defesa, o Ministro da Aeronáutica bem como parte desse Requerimento do Senador Casagrande. Então esse é meu posicionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Cícero Lucena. Com a palavra o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, eu quero em primeiro lugar dizer que estamos cumprindo com o nosso dever constitucional, a esta Comissão compete sim analisar quaisquer fatos de interesse especialmente do consumidor, a qualquer fiscalização de origem do Poder Público ou privado, e portanto nada melhor do que apresentar um Requerimento para tratar de um assunto que ainda não foi resolvido. É público e notório.

Nós já tivemos diversos momentos como este, reuniões aqui no ambiente desta Comissão, tivemos já uma Comissão especial com a presença de cinco Srs. Senadores, presidido pelo Senador Antônio Carlos Magalhães que esteve também à frente dos debates no momento do Natal do ano passado, e portanto, acredito que a Casa tem se mostrado atenta a este problema e procurado também contribuir com a solução do mesmo. Quero concordar com os demais que quando fazemos uma audiência com número significativo de presentes, nós nos perdemos em ouvir as explicações e não podemos aprofundar o debate. Eu queria que a gente pudesse concordar de manter o Requerimento na ordem que ele está, da maneira que ele está, que estávamos ouvindo um conjunto de instituições e de pessoas co-responsável pela aviação no Brasil, de pontos de vista diferentes, mas que colabora com o todo. E no segundo momento, se achar

importante, a gente poderia apreciar o retorno a esta Comissão do próprio Ministro que poderia ser convidado no outro momento. Mas acredito que se fizermos a inversão do Requerimento ou a complementação, nós teremos aqui um prejuízo da participação dos demais que no nosso entendimento tem também um interesse muito grande de dar suas opiniões. Aqui pelo visto, o Sr. José Carlos Pereira, que é Presidente da INFRAERO, o Sr. Milton Zuanazzi Presidente da ANAC, Sr. Wellington Rodrigues que é Presidente da Associação dos Controladores, Sr. Marco Antônio Bologna, que é do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, e o Sr. Ricardo Morishita que é Diretor do Departamento de Defesa do Consumidor. Acredito que essas pessoas poderão contribuir muito para que já possamos até num momento posterior apresentar a nossa contribuição também à solução destes problemas. Então quero recomendar que aprovemos o Requerimento como está e posteriormente a isso poderemos analisar um outro Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Ainda em discussão. Nós gostaríamos de ouvir a manifestação do autor do Requerimento a respeito da propositura do Senador César Borges.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Primeiro, Sr. Presidente, a minha opinião sobre a CPI. Acho que uma ação ela não é destoante da outra ação. Acho que a CPI é uma ação legítima que os partidos têm e os Senadores têm aqui na Casa. Para nosso debate aqui de chegarmos aos resultados concretos dos problemas que estamos tendo na aviação comercial brasileira, é a disputa que se estabelece entre a base e a oposição. Mas acho que fazemos audiência, Senador César Borges, naturalmente não vai impedir que a oposição possa tomar iniciativa se quiser da CPI, tendo a CPI não impede que nós também possamos fazer as nossas audiências aqui na nossa Comissão.

Então, primeira observação é essa. Segunda observação, acho que esta Comissão, Sr. Presidente, que tem essa amplitude de assuntos, ela pode fazer, e aí eu concordo com o Senador Valter Pereira, que já se ausentou, que uma Audiência Pública com muita gente ela perde o foco e perde a capacidade de nós entrarmos em detalhes no assunto.

Então, nós podemos pegar e fazer duas ou três audiências sobre o tema, porque o tema é um tema que não vai sair de pauta, não vai se resolver esse tema dessa semana para a semana que vem, é um tema que está na falta de infra-estrutura e na falta de gestão que não é um problema do Governo do Presidente Lula, é um problema que já vem se acumulando, e agora ele transbordou. Então acho que nós temos

tempo para que a gente possa fazer esse tipo de ação aqui na Comissão.

Então, eu acho que nós podemos fazer mais de uma audiência, concordo com a sugestão do Senador César Borges, só não vou poder chamar Cabral aqui, mas convidamos o Ministro Waldir Pires, que é baiano, assim como ele, para atender os baianos, a gente pode fazer o convite ao Ministro Waldir Pires, e se ele quiser fazer uma apresentação também a apresentação de um Requerimento que a gente possa apreciar, mas acho que nós podemos convidar o Ministro Waldir Pires e desdobrarmos essa audiência pelo menos em duas audiências de debate sobre esse tema, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Bem, eu entendo que nós teremos que fazer duas deliberações. A primeira sobre o requerimento apresentado pelo eminente Senador Renato Casagrande, que propõe a Audiência Pública com as autoridades que ele elencou. Houve manifestação do Senador Sibá, houve a manifestação de outros Senadores, inclusive do Senador César Borges apresentando a proposta de incluir outros nomes, dentre eles o do Ministro da Defesa e do comandante da Aeronáutica. O Senador Sibá entende que a oitiva deveria ocorrer preliminarmente apenas com os nomes apresentados inicialmente pelo Requerimento do Senador Renato Casagrande. Nós precisaríamos decidir duas coisas. Primeiro, vamos aprovar o Requerimento do Senador Renato Casagrande. Os Srs. Senadores. Encerrada a discussão. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento. Agora sobre a proposta apresentada pelo Senador César Borges de incluir o nome do Ministro da Defesa e do comando da Aeronáutica, e a proposta apresentada pelo Senador Sibá Machado de que a reunião poderia ocorrer apenas com o Requerimento com as autoridades apresentadas inicialmente no Requerimento do Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente, só um pedido de esclarecimento. Nós aprovamos a vinda do Ministro, que eu sou favorável, nós podemos dividir os convites em duas audiências. É possível isso regimentalmente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – É possível, sim.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, eu entendo da seguinte maneira, que este requerimento esta aprovado, essa audiência acontece sem nenhum prejuízo dessa Comissão vir a apreciar um requerimento específico para tratar da vinda de um Ministro de Estado juntamente com o comandante da aeronáutica que seria no meu entendimento um outro

convite, um outro requerimento que até nós podemos subscrevê-lo não há nenhum problema. Eu só queria que talvez para gente até não dizer que essa audiência está partida em duas, não precisa, a gente ouve as autoridades que estão convidativas sem nenhum prejuízo de em seguida podemos convidar o Ministro de Estado da defesa e o comandante da aeronáutica.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador César Borges vai se manifestar a respeito.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Houve um requerimento, o autor do requerimento disse que aceitou a nossa sugestão disse que não tem qualquer óbice na vinda em incluir a vinda do Ministro, ele aceitou isso no seu requerimento, mas V.Exª. preferiu votar o requerimento inicialmente. Então voltemos agora como propôs V.Exª. e essa proposta minha que foi eu agradeço o Relator acatada por ele, na vinda também do Ministro e possamos dividir em duas oitivas aqui, duas audiências.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Exatamente Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu apresento o requerimento agora e peço a aprovação também do autor.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com todo respeito ao Senador Renato Casagrande que fez o requerimento e também em respeito a todas as autoridades aqui citadas, mas eu entendo que a presença do Ministro da Defesa, ele representa muito bem a INFRAERO bem como o Sr. Presidente da Agência Nacional de Aviação. Então, a minha proposta, seria que nós votássemos, se com consentimento de quem apresentou o requerimento, Senador Casagrande quem deveria ser convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós decidimos aqui. O requerimento do eminente Senador Casagrande já foi acolhido pela Comissão, já foi aprovado. O que nós vamos discutir agora é se incluiremos ou não nessa mesma oitiva o Ministro da Defesa e o comandante da aeronáutica essa que é a pendência é que é a discussão entre a proposta apresentada pelo Senador César Borges e o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu quero encaminhar na maneira que já apresentei, Sr. Presidente, insisto nisso, acho que nós vamos ouvir uma série de organismos que não tiveram, no meu entendimento a oportunidade de colocar o seu ponto de vista sobre essa matéria. E nós sabemos que tivemos problemas de encaminhamento se o problema está numa entidade está na outra assim por diante. A

vinda do Ministro no nosso entendimento é uma coisa já que exige um pouco mais das nossas atenções até, não estou aqui desmerecendo a ninguém. O que eu quero dizer a V.Exª. e pedindo a compreensão de mais Senadores que nós pudemos recomendar um outro requerimento, uma outra audiência exclusiva para que nós possamos ouvir o Ministro da Defesa e o comandante da aeronáutica num outro momento, mas eu temo que se a gente já incluir nesse requerimento aí nós vamos de cara prejudicar, porque se o Ministro vier agora, Sr. Presidente, antes dessas entidades vai reduzir a importância da vinda de quem não vier no momento que ele estiver, digo para V.Exª. com toda a segurança. Nós podemos ter um momento aqui Srs. Senadores e Srs. Senadoras todos aqui presentes e depois uma reunião que pode estar esvaziada. Eu queria que a gente desse a importância grande para essas entidades que já estão aqui e no segundo momento poderia ver exclusivamente o Ministro de Estado e o comandante da aeronáutica.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador César Borges, V.Exª. já manifestou o desejo de apresentar o requerimento, poderia formalizá-lo?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Exatamente, eu quero formalizar o requerimento solicitando a presença do Ministro, e, veja bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Ministro é o Governo, é o responsável final. Não adianta estarmos ouvindo pessoas envolvidas, mas que não tem a autoridade em falar em nome do Governo e mesmo apresentar uma solução para o problema. Isso é um problema de Governo a essa altura não é um problema da INFRAERO, não é um problema da ANAC, não é um problema das companhias aéreas, é um problema de Governo. O Governo não tem conseguido resolver essa crise, lamentavelmente. Então eu quero, Senador Sibá Machado com máximo respeito a V.Exª. que nós possamos ouvir aqui o Ministro, eu faço o requerimento nesse momento, Sr. Presidente, formalizo o requerimento. Acho que com apoio do Senador Renato Casagrande, que eu agradeço para que nós possamos ouvir o Ministro e o comandante da aeronáutica que são autoridades maiores a nível de Governo para falar sobre esse assunto, maiores inclusive hierarquicamente do que essas autoridades aqui que estão nesse outro requerimento do Senador Renato Casagrande. Eu peço a V.Exª. que coloque sob apreciação dessa Comissão o meu requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós estamos aguardando a chegada a mesa do requerimento de V.Exª. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Pela ordem, enquanto aguarda a chegada do requerimento, eu gostaria de pedir, Sr. Presidente, solicitar requerer a inversão de pauta para que vote o Item 9, porque o adiantado da hora está caminhando, eu estou com uma 1 hora de atraso para um compromisso, se é possível consultando os Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – O Item 9, tem como Relator Senador Heráclito Fortes que não está presente. Nós trataremos em seguida dessa questão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Existe uma, pelo menos em outras Comissões, que se duas vezes o Relator não estiver presente é nomeado um Relator *ad hoc* a não ser que o Relator peça para poder realizar, não é isso? Prevalece aqui também na Comissão de V.Ex^a. essa regra?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Também.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É a primeira vez que entra o Relator Senador Heráclito, né? Então...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, sobre essa matéria nós tivemos a audiência pública que eu acho que enriqueceu muitos os esclarecimentos. Digo para V.Ex^a. que não gosto de, digamos assim, ULTRApassar os limites até das nossas relações aqui parlamentares. O Senador que é o Relator da matéria não está presente, não quero aqui dizer com isso que devo em atropelar, mas estão aqui presentes, aqui também diversas das entidades que já tiveram em Audiência Pública e outras mais, que até gostaria de nós a decisão sobre a matéria. Porém, se V.Ex^a. achar mais prudente suspender para esperar o Relator eu digo que infelizmente vamos ter que aguardar. Mas V.Ex^a. achar que já temos elementos suficientes para tratar do assunto e puder escolher alguns dos Srs. Senadores para relatar de forma *ad hoc* nós também poderemos já avançar, porque eu estou com o meu voto em separado pronto para a leitura, Sr. Presidente.

Além do mais, Sr. Presidente eu estou com o meu voto em separado pronto para a leitura e acho que deveria ter a preferência pelo menos da leitura do meu voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com relação à inversão de pauta proposta pela eminente Senadora Serys Slhessarenko. Na verdade essa questão da presença do Relator é praxe da Comissão, não é regimental. Nós poderemos ou não, nós poderemos ou não discutir hoje essa matéria, o Item 9. E eu submeteria a apreciação

do Plenário aqueles que concordam com a inversão da pauta e a apreciação do Item 9 proposto pela eminente Senadora Serys Slhessarenko. Srs. senadores que aprovam...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, acho que ficou aqui dito de que é regimentalmente, num caso desse projeto, o projeto terminativo, seria interessante que a presença do Relator, eu vejo o voto do Relator favorável, vejo também o movimento no sentido de um voto em separado Senador Sibá para derrubar o projeto do Senador Antônio Carlos Magalhães. Eu acho que para sermos democráticos e até permitirmos que tanto o Relator possa estar presente como o autor também possa se justificar seria interessante, então que marcássemos na próxima reunião e que ambos soubessem que hoje estaria na Ordem do Dia ou estará na Ordem do Dia para uma posterior deliberação. Até em respeito ao autor e ao Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós sabemos que o Relator está em viagem, e o autor também não está presente, seria o mais prudente embora não seja o regimento, seria mais prudente que nós adiássemos, se o Plenário assim concordar V.Ex^a. retira o pedido de inversão de pauta?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Concordo, retiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a retirada do pedido de inversão de pauta fica retirado da pauta, ainda nós temos matérias terminativa, eu solicitaria que os Senadores permanecessem para que pudéssemos discutir.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para informar as donas de casa aqui presentes que o adiamento dessa discussão em nada vai prejudicar, na medida que estamos apreciando o projeto, ele não está em vigência, portanto, não traz nenhum prejuízos aos seus interesses. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sobre a Mesa o requerimento de autoria do eminente Senador César Borges, propondo que seja convidado o Ministro Waldir Pires e o Brigadeiro, o comandante da aeronáutica para comparecer a esta Comissão para discutir sobre o problema do tráfego aéreo. Eu só não compreendi se esse convite é para ser conjuntamente...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem, eu quero só advertir o seguinte, se o Ministro vier antes dos demais que foram convidados no requerimento do Senador Casagrande, eu digo para o senhor com toda tranquilidade vai prejudicar a vinda dos demais. Para mim a regra

seria o seguinte. Ouviremos as pessoas convidadas no requerimento do Senador Casagrande e posteriormente V.Ex^a. convidaria o Ministro da Defesa e o comandante da aeronáutica. Se vier misturado haverá prejuízo da audiência com a presença dos demais. Eu só estou sendo sincero, porque fica um convite extemporâneo infelizmente o convite do Requerimento feito pelo Senador Casagrande ficaria prejudicado no meu ponto de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra o César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Com todo o respeito à palavra do Senador Sibá Machado, mas eu quero estar com a posição do autor do requerimento original que foi votado, agora estamos também de acordo que seja feita uma única audiência porque poderemos ter até posições contraditórias e poderão ser resolvidas aqui, vamos ouvir...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Podemos acertar isso com o Presidente posteriormente. São aprovados os requerimentos se o Presidente permitir, a gente pode depois sentar numa reunião administrativa com o Presidente e combinarmos como fazer as audiências.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – E fazermos em conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Wellington Salgado para discutir.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu vejo essa situação, eu mesmo sou um Senador que eu tenho uma série de dúvidas com relação a isso. O que é que está acontecendo, porque eu fico colhendo cada veículo de imprensa, vejo declarações e eu não tenho a informação precisa de quem domina. Eu acho que essa Comissão, acho não, tenho certeza, que essa Comissão sendo uma Comissão de Defesa do Consumidor, ela não pode, Senador Sibá, com todo o respeito que eu tenho por V.Ex^a., ficar preocupado quem vai vir antes e quem vai vir depois. Eu, por exemplo, tenho que dar informações para quem me pergunta, eu tenho que dar informações seguras, eu não estou me sentindo numa situação confortável de dar informação. Eu estou sempre dizendo, estou vendo. Então eu queria que viesse os Ministros, Presidente, para a gente já resolver isso de uma vez pelo menos formar opinião a respeito, olhando olho no olho, sem questões políticas. Eu estou aqui como consumidor, um Senador de apoio ao Governo ou contra o Governo eu sou um consumidor que já ficou sentado também esperando muito tempo, e eu não sei porque. Qual é o problema? É equipamento, é greve, é salário

ruim? O que está acontecendo? Que nunca aconteceu antes, Sr. Presidente, nunca aconteceu antes. Por que é que só acontece depois desse acidente? Eu quero tirar essas dúvidas, eu queria trazer na nossa Comissão, Comissão de Defesa do Consumidor de coração aberto para saber realmente o que está acontecendo. Se é equipamento, se é salário se é condição ruim de trabalho eu ouvir democraticamente, respeitosamente para que viemos a tirar nossas dúvidas. Só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero me manifestar também em relação a esse assunto e dizer que é da maior importância. Esta Comissão, como o Senador Wellington colocou que é de Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle nós temos que nos debruçar sobre esse assunto também, não é? Porque o caos aí que está acontecendo no Brasil no setor de transporte aéreo é, assim, inquestionável, assustador e as pessoas precisam ter uma posição. Agora vamos chamar o Governo, vamos chamar as entidades tantas vezes quantas forem necessárias. Se os Ministros vierem e depois vierem as entidades representativas houver dúvida chamamentos de novo os Ministros, voltam aqui para esclarecer, para discutir, porque tem que encerrar esse debate, ninguém sabe se é sabotagem, se é falta de equipamento, falta de organização, salários ou seja lá o que for tem que se esclarecer.

Agora, eu sugiro, Sr. Presidente, que a praxe do Senado tem sido de serem reuniões separadas, isso sim, não é? Do Ministro, dos Ministros, e dos órgãos representativos, mas isso também uma coisa que pode ser estudada, mas nós habitualmente fazemos separados podemos chamar os Ministros, primeiro os Ministros, segundo, para mim não tem problema, ou vem antes ou vem depois, porque a coisa tem que ser esclarecida e imediatamente, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras apenas para me congratular e parabenizar aos ilustres Senadores Casagrande e César Borges pelas iniciativas já que na minha opinião esses últimos 6 meses não há nada mais constrangedor, não há nada que cause mais transtornos do que o apagão aéreo. Essa é uma questão que precisa ser debatida nessa Casa. O Senado é uma casa democrática onde o debate deve prevalecer e essa Comissão talvez, uma das mais importantes do Senado trata exatamente da defesa do consumidor, a questão da fiscalização, do controle.

Portanto, eu quero me associar a todos os oradores que defendem a Audiência Pública ampla, porque efetivamente nós precisamos de esclarecimentos, nós temos tido atrasos de até 24 horas em relação aos vôos. Quase todos os dias, em quase todos os vôos o Brasil tem experimentado constrangimentos, não diria problemas, mas constrangimentos. São inúmeros, dezenas, milhares os atrasos os problemas que são ocasionados em função do apagão aéreo.

Portanto, essa questão, apagão aéreo, precisa ser debatido, através de CPI, ou através de Audiência Pública, através de seminário, mas esse assunto precisa ser debatido e não apenas debatido, precisa ser resolvido. É preciso que as autoridades competentes tenham efetiva competência para resolver essa situação angustiante, essa situação que reduz ainda mais a auto-estima do brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Não havendo mais quem queira discutir em votação o requerimento apresentado pelo eminente Senador César Borges.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, pela ordem. Antes da votação é só para entender que quanto ao requerimento que convida o Ministro, e o comandante da aeronáutica não há nenhuma discordância. A preocupação minha é só que não haja duplicidade com o requerimento do Senador Casagrande. Pode até ser primeiro, mas alerta para preocupação do esvaziamento da importância dos demais órgãos daqui presentes. Então, separar e de preferência que ouçamos primeiro os convidados no requerimento do Senador Casagrande, a posteriori o requerimento apresentado pelo Senador César Borges. Esse é o meu encaminhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em votação o requerimento do Senador César Borges, Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Resta agora a decisão da concomitância da oitiva e a Mesa não gostaria de ficar sozinha com essa decisão. Eu acho que o Plenário aqui poderia efetivamente ter essa participação, ou melhor, decidir sobre isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Os autores, Sr. Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, força maior cessa a menor. Todos nós sabemos disso. A palavra do Ministro é a palavra fundamental é a palavra do Governo, os outros são meros auxiliares. Um é a agência reguladora, tem importância? Tem a INFRAERO é uma empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós entendemos a importância da oitiva do Ministro, e inclusive quanto as decisões,

mas eu tenho a impressão que o operador do sistema é importante que ele seja ouvido, porque ele poderá discorrer de forma muito clara...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Nós queremos, então, que haja uma única audiência com todos, nós temos tempo suficiente, um assunto da maior importância vamos debater, vamos dar então direito a palavra de todos e vamos ouvi-lo. Eu não queria primeiro vir a INFRAERO para depois o Ministro vim e dar uma questão contrária, e ir para uma terceira audiência. Então, vamos fazer uma única porque seria importante, todo o País estaria acompanhando, mas teríamos a palavra do Governo que é a palavra final é a autoridade maior com relação ao assunto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente, eu tenho uma discordância com o Senador César Borges nesse ponto. Eu acho que uma audiência com 7 pessoas se torna literalmente improdutiva, inviável. Então por isso que eu gosto da idéia de sentarmos com o Presidente da Comissão, eu e o Senador César Borges e combinarmos duas audiências com essas pessoas que nós estamos convidando para fazer parte desses esclarecimentos aqui na nossa Comissão. Porque uma audiência só, Senador César, nós vamos ficar prejudicado vão dar 10 minutos cada um, não vamos ter tempo do debate, então eu sou simpático a idéia das duas audiências combinadas entre nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Definiremos numa reunião administrativa a realização da reunião conjunta ou não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu queria participar da conversa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com muito prazer, V.Ex^a. será convidado. Passamos para o Item 5 da pauta.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem a palavra V.Ex^a.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Antes de passar para o Item 5 da pauta, eu queria fazer um alerta aqui, Sr. Presidente, os jornais deram a indicação nessa semana que haverá uma mudança no Estatuto do Conselho dos contribuintes. E como essa é uma Comissão de Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, eu me preocupei muito. Conversei com os Advogados tributaristas do meu Estado e desta Casa e a preocupação é muito grande, porque há uma perspectiva do Governo mudar o Estatuto do Conselho do Contribuinte que é um órgão paritário do Ministério da Fazenda e dos contribuintes em duas questões que são fundamentais, e eu estava

lendo o regimento do Conselho de Contribuinte que diz que vale a ele a aplicação da legislação referente aos impostos sobre renda todos nós aqui, aplicamos nossos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza, adicionais, empréstimos compulsório, a ele vinculados e contribuição. Só, Sr. Presidente, que são dois itens muito preocupantes que eu queria alertar. Um deles é a Fazenda impossibilitando de participar como contribuintes no Conselho de Contribuintes de pessoas que atuem na área tributária, judicial ou administrativa, como é hoje.

A Fazenda poderá colocar gente tributarista lá dentro. Gente que entenda da ação, mas os contribuintes não, porque a eles não vai ser dado a possibilidade de entender do assunto e participar do conselho de contribuintes. Essa é uma questão preocupante, porque todos aqueles que fazem Imposto de Renda neste país e que por um acaso estiverem qualquer tipo de obstaculização a fazer à Receita Federal tem que ter o direito através do Conselho de Contribuintes de poder questionar aquilo que achasse necessário. E, além disso, ainda mais preocupante ainda dizer que o Conselho de Contribuinte vai ter não só de se ater as leis do País, mas também a toda normatização feita pelo Ministro da Fazenda. Isso é um cerceamento da liberdade e da competência do Conselho de Contribuintes. Isso me cheira a autoritarismo, isso me cheira muito bem de tirar do Conselho as condições que ele têm hoje de advogar a causa dos contribuintes, daqueles que participam de alguma forma através do seu Imposto de Renda, da Receita Federal. E ainda mais ainda, eu acredito que reduz os direitos dos contribuintes e isso é preocupante, Sr. Presidente. Deixo aqui esse alerta para que todos saibam que está em curso nesse País algumas questões que nós temos que ficar sempre atento. Uma delas é não tirar direito do contribuinte, essa é uma função dessa Comissão e eu espero que isso não aconteça, porque se acontecer nós vamos continuar a perder espaço no Governo e principalmente nas questões são de ordem nossa, são direito nosso de poder recorrer a hora que a gente puder questionar e decidir questionar uma ação da Receita Federal, era isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – V.Ex^a. gostaria de sugerir alguma ação?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Foi apenas uma alerta, algo que todos jornais colocaram nessa semana nas folhas de dinheiro, nas folhas econômicas, porque é uma preocupação, Sr. Presidente, de que se faça um Estatuto que nos prejudique, só como não é ainda, não é nenhuma lei que vai ser votada nessa Casa, eu quero aqui é possível

que a gente possa fazer se isso acontecer um requerimento pedindo esclarecimentos. Mas vou esperar ainda que isso aconteça, principalmente hoje eu quero fazer esse alerta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – É a bom a Comissão saber que V.Ex^a. está alerta para essa questão tão importante.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, pela ordem, eu apresentei um requerimento Extrapauta como o Item anterior foi a votação de um requerimento, e como nós temos daqui a pouco a hora do expediente relacionada à Campanha da Fraternidade eu fui o autor também do requerimento eu gostaria de perguntar a V.Ex^a. se poderia por um acaso haver inversão de pauta para a apreciação do requerimento apresentado à V.Ex^a.? (risos) Retirando a expressão “por acaso”, que eu sou autor do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós vamos só passar pelo Item 5 que é rapidamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está bem. Aguardo V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós inverteremos a pauta para apreciar o requerimento de V.Ex^a. Item 5 de aviso 146/2000, encaminhado ao Senado Federal cópia da decisão do TCU, nº. 621/2000, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam sobre auditoria de desempenho realizado no Programa Nacional do Livro Didático. Relator Senador Cícero Lucena, tem V.Ex^a. a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, como foi distribuído o material anteriormente e com sua permissão vou direto ao voto. Tendo em conta as medidas tomadas pelos gestores do PLD que resultaram na implementação das recomendações do Tribunal de Contas da União, opinamos pelo conhecimento e arquivamento da matéria, bem como pelo envio da cópia deste relatório a Comissão de Educação. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento de autoria do eminente Senador Flávio Arns, requeiro nos termos do regimento interno do Senado Federal que essa Comissão solicite ao Conselho Administrativo, Defesa do Consumidor, CAD, que se pronuncie acerca da legalidade da venda das empresas de petróleo Ipiranga para o Consórcio formado pelo Grupo ULTRA, a PETROBRÁS e a BRASKEM, o que promoverá perigosas concentrações do setor petroquímico sobre o comando do consórcio,

o que pode caracterizar a ocorrência de crime contra a ordem econômica.

Srs. Senadores que aprovam a inclusão Extra-pauta do requerimento lido permaneçam como estão. Aprovado. Senador Flávio Arns, tem V.Ex^a. a palavra para apresentar argumentação que fundamenta o requerimento apresentado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O requerimento para que essa Comissão que é de Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle officie para o CAD para que ele se manifeste a respeito do negócio ocorrido com a venda do Grupo Ipiranga para a PETROBRÁS e para outras empresas, o que poderia significar uma concentração de iniciativas nesta área e isto caracterizando um crime contra a economia popular. Isso já acontece na área dos combustíveis, nós já aprovamos um requerimento nessa Comissão que é preocupante também, porque a BR e a Ipiranga estariam concentrando cerca de 50 ou mais por cento da distribuição de combustível, e temos indícios fortíssimos hoje em dia da concretização de cartel nessa área no Brasil em detrimento do consumidor com preço sendo estipulados, não é? E aumentados de forma concomitante o que caracterizaria o cartel piorando, inclusive, na questão da distribuição de combustíveis, mas com graves repercussões em outras áreas também com a compra desse grupo, então isto é preocupante para o consumidor brasileiro. Onde há a necessidade dessa Comissão se manifestar e pedir também o posicionamento do CAD que é o Conselho próprio para o acompanhamento da atividade econômica para ver se existe aí toda essa questão envolvendo a possibilidade de assim, de desenvolvimento de um cartel, até o indício já é suficientemente forte que isso existe, mas ainda passaríamos a ter mais problemas ainda em termos do nosso País. É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão, aprovado. Srs. Senadores os outros itens são terminativos evidentemente o *quorum* não é suficiente, não havendo mais nada a tratar.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, o Item 6 é terminativo, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Não é, mas o Relator não está presente, nós vamos retirar de pauta também.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – porque se V.Ex^a. achasse importante eu poderia fazer a leitura deste relatório, porque consideramos de extrema importância para este momento o relatório ao projeto

do Senador Tião Viana é muito bem relatado pelo Senador Edison Lobão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Então vamos proceder a leitura do relatório, ficando V.Ex^a. designado Relator *ad hoc* até, porque o Senador Relator manifesta-se pela aprovação do projeto, então, no Item 6... Está certo e terminativo, tem V.Ex^a. a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, posso ir a partir da análise já, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pode ir.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Compete a esta Comissão emitir parecer sobre o mérito da proposição nos termos disposto do art. 58, inciso I da Constituição Federal e 102 A, do inciso II do regimento interno Senado Federal.

A iniciativa foi elaborada com observância dos pressupostos relativo a iniciativa e a competência para legislar no art. 61, caput do art. 48, § 6º do art. 150 na Carta Magna respectivamente. A proposição trata de tema da maior relevância e atualidade em especialmente em virtude das recentes pesquisas e constatações científicas de que demonstra ser o tema da sustentabilidade ambiental ainda mais urgente do que se imaginava anos atrás. Conforme apontado na justificativa do projeto, diversos Países já adotaram normas que estabelecem critérios para a aquisição pelo Poder Público de bens e serviços ambientalmente sustentáveis. Isso se dá por diversas razões.

A) O Estado tem obrigação precípua de zelar pelo bem comum e pelo patrimônio da coletividade a incluir o meio ambiente, lembrando-se que no Brasil essa obrigação tem relevo constitucional;

B) O poder de compra do Estado pode estabelecer um novo padrão no mercado ampliando a demandas de produtos verdes de forma a tornar comercialmente interessante para as empresas a oferta de bens e serviços ambientalmente sustentáveis;

C) A busca exclusiva do menor preço nos casos que envolvem riscos ambientais pode mostrar-se financeiramente desastrosa se considerados os custos da eventual reparação dos danos ambientais. A presente proposição legislativa está em sintonia com a normatização mais moderna sobre o tema e representa relevante contribuição ao direito administrativo brasileiro. Vale a pena destacar que respeito o princípio licitatório da ampla concorrência por dois motivos. Primeiro, porque estabelece a certificação ambiental como critério de adjudicação a todos os contratos apenas em casos de empate. Segundo, porque apenas os casos objetos da licitação envolver o potencial dano ambiental, seja por sua natureza ou pela localização das instalações

necessárias a sua execução ou em seu fornecimento, será exigida comprovação prévia de atendimento aos requisitos e sustentabilidade ambiental.

Ora, é evidente que num primeiro momento haverá casos em que devido ao potencial dano ao meio ambiente envolvido, as exigências de conformidade ambiental, venha a afastar alguns concorrentes. No entanto, que se faz é estimular para que mais e mais empresas passem a respeitar o meio ambiente e busquem adotar mecanismos necessários ao seu funcionamento sustentável. Nada impede, entretanto, que participe da licitação todo o universo de empresas que adotem procedimentos ambientalmente adequados. Mesmo no aspecto financeiro podemos concluir que o custo de aquisição de um bem ou serviço ambientalmente sustentável, mesmo quando superior a um de um concorrente que não desfrute dessa característica será muitas vezes menor que o custo de reparação na hipótese de ocorrência de dano.

Vale a pena citar o caso da indústria de papel e celulose. Inicialmente houve um impacto no preço dos produtos daqueles fabricantes que optavam por produzir de forma sustentável. Atualmente quase todas as indústrias de papel tem plano de manejo e replantio de matéria-prima, a esse diferencial disseminado no mercado, já não representa o impacto financeiro, é isso o que se espera atingir em outros segmentos que apresenta em potencial de dano ao meio ambiente.

Também resta preservada a discricionariedade administrativa ao estabelecer os critérios a serem adotados para a comprovação da sustentabilidade ambiental desde que mantenha a relação com o objetivo da licitação a fim de impedir estipulações abusivas referentes a editais que impeça a competição.

Por fim não vislumbramos óbices de constitucionalidade, regimentabilidade e técnica legislativa que justifica em qualquer emenda a redação do presente objeto.

Voto, Sr. Presidente, em razão do exposto opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de número 25 de 2007, Senador Edison Lobão Relator desta matéria. Que eu quero aproveitar para dizer a V.Ex^a. que diante de tudo que está se discutindo a respeito do clima, da questão ambiental esta proposição foi de uma lucidez muito grande do Senador Tião Viana, porque as empresas, Sr. Presidente, ou qualquer outra pessoa que trabalha a produção no nosso país não está embutido no custo final do seu produto o custo ambiental e acaba dois produtos tendo o mesmo tipo de competição no mercado e principalmente quando vai para a questão de licitação pública, porque o custo ambiental uma vez acaba impedindo uma empresa de poder participar daquela licitação, porque

perde no preço e com esta matéria nós termos que julgar não apenas em si a questão do menor preço, mas que a gente possa concluir que o menor preço ou maior preço tem que estar embutido também o custo da questão ambiental.

Portanto, com o maior prazer que leio esta matéria e peço a V.Ex^a. e os nossos demais Senadores a aprovação do presente projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Encerrada a discussão, não havendo quem queira discutir. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a reunião às 13:55min.)

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EM CONJUNTO, COM A, DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA DOZE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas e cinquenta e sete minutos do dia doze de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Presença dos Senhores Senadores **ROMEU TUMA, INÁCIO ARRUDA, MOZARILDO CAVALCANTI, AUGUSTO BOTELHO, FELEXA RIBEIRO, CÉSAR BORGES, JARBAS VASCONCELOS, MARIA DO CARMOS ALVES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO AZEREDO, LEOMAR QUINTANILHA** (Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), **JOÃO TENÓRIO, MÃO SANTA, PAULO DUQUE, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, VALDIR RAUPP, RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, VALTER PEREIRA, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS, ROMERO JUCÁ E LÚCIA VÂNIA**. Presentes, também, o Senador **JOÃO PEDRO**, não membro das Comissões. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, dispensando a leitura das atas das reuniões anteriores que são dadas como

lidas e aprovadas. A Reunião destina-se a ouvir em Audiência Pública o Ministro **Waldir Pires**, Ministro de Estado da Defesa, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar **Juniti Saito**, Comandante da Aeronáutica, o Tenente-Brigadeiro **José Carlos Pereira**, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, **Milton Sérgio Silveira Zuanazzi**, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, **Jorge Botelho**, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo, **Ricardo Morishita**, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça – DPDC e **José Márcio Mollo**, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA (Justificou ausência por motivo de viagem ao exterior), para **avaliar as causas da crise no setor aéreo** em atendimento aos Requerimentos nº 22/2007-CRE de autoria do Senador Heráclito Fortes e Requerimento nº 23/2007-CRE, de autoria dos Senadores César Borges e Fernando Collor, aprovados dia 03/04/2007 e Requerimentos nº 14 e 15/2007-CMA, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e César Borges, respectivamente, aprovados dia 27/03/2007. O Presidente submete a apreciação o Requerimento nº 24, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que *requer, nos termos do art. 93, inciso II, sejam convidados para audiência pública conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para discutir e avaliar as causas, consequências e medidas sanadoras da crise no setor aeroportuário e de controle do tráfego aéreo*, as autoridades citadas anteriormente. Aprovado. O Presidente convida o Ministro Waldir Pires e demais convidados para compor a Mesa. O Presidente registra carta com justificativa de ausência do Senador Eduardo Suplicy. O Presidente concede a palavra ao Ministro **WALDIR PIRES** para fazer sua exposição. Em seguida, o Presidente concede a palavra aos demais convidados na seguinte ordem: Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar **JUNITI SAITO**, Tenente-Brigadeiro **JOSÉ CARLOS PEREIRA**, ao Senhor **MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI**, ao Senhor **JORGE BOTELHO** e ao Senhor **RICARDO MORISHITA**. O Presidente registra a presença do Deputado Fernando Gabeira. O Senador Leomar Quintanilha assume a Presidência. O Senhor **MILTON ZUANAZZI** informa sobre greve dos controladores Franceses. Fazem uso da palavra de acordo com a lista de inscrição, os Senadores **HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES e RENATO CASAGRANDE**. Usou da palavra o Major Brigadeiro **RAMON BORGES CARDOSO**. Continua a lista de inscrição com os

Senadores **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTE, ROMEU TUMA, INÁCIO ARRUDA, MARCELO CRIVELLA, JOÃO PEDRO, SIBÁ MACHADO e PAULO PAIM**. O Senador Romeu Tuma assumiu a Presidência durante os debates, voltando novamente ao Senador Leomar Quintanilha. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezesseis horas e trinta minutos, lavrando a presente Ata os Secretários MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO e JOSÉ FRANCISCO B. CARVALHO que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conjuntamente com a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto e proponho às Comissões a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de iniciarmos a pauta, eu gostaria de submeter Requerimento que precisa ser aprovado.

Requeiro nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública Conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para avaliar as causas consequências e medidas sanadoras da crise do setor aeroportuário e de controle do tráfego aéreo.

O Senador Heráclito Fortes é o autor. Em discussão. Por que é que está sendo colocado em votação, Senador Crivella? Porque o pedido da Sessão Conjunta, a proposta feita pelo Senador Quintanilha foi posterior à nossa reunião. É apenas para respaldo legal. Portanto, os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Esta reunião destina-se à Audiência Pública para avaliar as causas das crises do setor aéreo em atendimento ao Requerimento nº. 22/2007 de minha autoria e Requerimento 23 de autoria dos Senadores César Borges, Fernando Collor aprovado em 03 do 04 de 2007, Requerimento nº. 14 e 15 da CMA de autoria

dos Senadores Renato Casagrande e César Borges respectivamente aprovado em 2007.

Convido, portanto, o Ministro Waldir Pires para compor a Mesa. O Tenente Brigadeiro Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica. O Tenente Brigadeiro, José Carlos Pereira, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária. Dr. Milton Zuanazzi, Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil. Jorge Botelho, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Defesa do Consumidor da Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça. José Márcio Mollo, Presidente do Sindicato Nacional de Empresas Aeroviárias, SNEA, ele justifica a viagem por estar no exterior. A ausência.

Eu gostaria de pedir a compreensão dos senhores, mas registrar que a última fila está reservada para a imprensa. Eu gostaria de que fosse facilitada a última fila. Assessores podem sentar na fila anterior, mas que deixasse, um pedido que o comitê de imprensa me faz, para facilitar o trabalho da imprensa, o que é pertinente e justo.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro da Defesa, Waldir Pires para fazer a sua exposição.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Sr. Presidente, questão de ordem. Nós temos seis expositores. Não sei se o senhor vai designar e definir um tempo para cada expositor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em respeito ao Ministro da Defesa, eu não... O tempo, até pela experiência Parlamentar que ele tem, sabe que mais ou menos a praxe são dez minutos. Mas como o Ministro Waldir Pires é conhecido pelo seu poder de síntese, eu tenho certeza de que seremos atendidos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Só para a gente poder tomar essa precaução, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Que o diga o Senador Jarbas Vasconcelos. Com a palavra o Senador Waldir Pires. O Ministro Waldir Pires.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Eminente Presidente, Senador Heráclito Fortes, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é uma sedução evitar o poder de síntese e voltar a uma Casa do Congresso...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Proposto pela base do Governo, viu Ministro?

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Para que nós pudéssemos conversar um pouco mais amiudadamente, mais profundamente sobre quais quer que sejam

os assuntos que o Senado Federal entenda que deva ouvir, convidar ou convocar para minha distinção é apenas de natureza regimental, mas é sempre uma satisfação voltar a esta Casa.

Nós estamos vivendo um período de aspectos administrativos difíceis, em plena marcha de soluções. Por vezes escutamos que as crises são fáceis de serem resolvidas. Por vezes nos indicam que elas deveriam ser instantaneamente solucionadas. Seguramente, na experiência minha que não é recente, que eu tenho até a veleidade de imaginar que seja das mais antigas de tantos quantos se sentam nesta Casa, nós somos um País em transformação, em construção. Portanto, todas as nossas dificuldades são dificuldades que dependem de diversos fatores. Fatores administrativos, fatores essencialmente de conflito de compreensão, fatores de meios... Mas desenganadamente nós estamos no caminho de solucionar uma crise lamentável que nossa população viveu, que está vivendo, mas que eu me permitiria dizer: Quantas têm sido as crises que nós tivemos em nosso País? Quantas são as crises que aí se encontram?

Quero apenas fazer assim com o maior respeito a afirmação ao Senado de que nós estamos decididos a vencê-la, decididos, acordados, com um planejamento cada vez mais acentuado no sentido de que no mais rápido espaço de tempo nós estejamos vendo encerrado esse período de tantas dificuldades e sofrimentos do nosso povo nos nossos aeroportos, no exercício dos seus direitos de ir e vir, viajando adequadamente nos aviões que dispomos em nossa indústria civil de aviação. É claro que toda crise tem problemas e tem origens. Mas eu também não tenho nenhuma... Nenhuma hesitação de dizer que crises no nosso País são antigas. Que estão vinculadas a políticas de investimentos, a políticas de prioridades, a políticas de atenção com esta ou aquela parcela da população. Mas, nesta Casa, nós queremos, sobretudo, buscar a parceria, a compreensão das competências recíprocas, e nós somarmos, porque é isso que importa ao País.

Nós temos aspectos difíceis e sobre certos pontos de vista razoáveis, por exemplo, uma crise que não é a crise de desestruturação da vida da aviação civil, da indústria civil, ela está inclusive vivendo um período de expansão. Nós tivemos algumas crises de gestão vinculadas à gestão de recursos humanos. E a outras gestões, a outros aspectos também de circunstâncias e equipamentos. Uma coisa desenganadamente, entretanto, eu posso afirmar aos eminentes Senadores e Senadoras de que sob todos os aspectos e em todo o instante nós tivemos uma preocupação essencial com a segurança das pessoas, com a vida das pessoas. E, portanto, que apesar de tudo nós temos, no Brasil, um

sistema de aviação civil que tem dos melhores padrões no mundo de segurança. Dos mais baixos índices no mundo de acidentes. Que neste particular nós somos parceiros de enormes e largos números de nações do primeiro mundo. A crise essencial está assentada na inexistência de um recurso humano básico dos controladores, de meios e de equipamentos razoáveis, mas que vinham atendendo normalmente as nossas necessidades. Nós estamos vivendo um momento, nesse instante, de renovação da própria administração do organismo central de comando da aviação civil que é a Aeronáutica. Nós estamos dispondo, portanto, de um comando absolutamente recente. Um reordenamento de quadros.

Algumas vezes leio notícias sobre escassez displicente ou negligente de aplicação de recursos e tenho apresentado sucessivamente números que são números absolutamente contestatórios dessa realidade. Alusões a contingenciamentos que não são verdadeiros. Nós queremos dizer aos senhores e às senhoras que temos muita confiança de que no menor prazo de tempo possível nós estaremos absolutamente tranquilos sobre como estará o trabalho da aviação civil em nosso País.

Eu fico até um pouco com a impressão de que devesse absorver o conselho do nosso Presidente, do Senador Heráclito Fortes e encerrar um pouco essa idéia geral, que não é de otimismo, mas é de quem tem os pés na terra, na administração da coisa pública. Simplesmente dizer aos senhores que estamos vencendo essas dificuldades, temos algumas. Elas não surgiram, elas não foram oriundas de um ato ou de um fato. Mas elas foram percebidas por muitos de nós e foram percebidas pela sociedade a partir de um acidente. Não é o acidente que gerou a crise, mas revelou e que significou um conflito de entendimentos e de compreensão desses fatos porque o noticiário inicial foi um noticiário assentado em afirmações que eu cheguei a chamá-las de levianas na imprensa internacional. Atribuindo a condições de controle inexistente dentro da aviação civil brasileira, que não era verdade. E por que não era verdade? Porque nós temos índices baixíssimos de acidentes. Até faz alguns dias, quando houve uma iniciativa de paralisação do Aeroporto de Congonhas, sob o argumento de que o Aeroporto de Congonhas não tinha condições de trabalho, eu tive oportunidade de conversar com uma alta autoridade do Judiciário e pedir que examinassem quantos anos tem Congonhas de trabalho. E verificassem quantos foram os acidentes fatais havidos em Congonhas, para que fosse constatado que nenhum decorrente de aeroporto, nenhum na história do aeroporto hoje mais sobrecarregado do Brasil e da América do Sul.

De modo que o desafio que está posto para nós é cada vez mais crescer, melhorar, desenvolver vencer as crises circunstanciais, seja de recursos humanos, seja de equipamentos e estamos fazendo isso. O plano dos equipamentos, por exemplo, hoje o plano de execução é um plano de modernização e de atualização muito grande. E nós nos preparamos inclusive para o que deverá ser, neste particular, alguma coisa dentro de oito ou dez anos e que toda essa metodologia desaparecerá. E passará a ser um problema vinculado a um sistema já de base eletrônica e hemisférica diferente porque vinculada a todo o sistema de satélites. E nós nos encaminhamos para restaurarmos aquilo que até pensamos, há muitos anos atrás, pensamos, que, infelizmente, nos abrimos na preservação dessas conquistas. Então temos que marchar inclusive para isso para um sistema de controles que vá cada vez mais sendo dirigido para tecnologias e eletrônicas básicas destinadas a atuação dos satélites. Acho que vamos ter que recuperar imediatamente alguma coisa absolutamente inexplicável aquilo que ocorreu neste País, foi num determinado instante, uma conquista dos anos 60. Que eu, por exemplo, tive o prazer, tive a alegria de lutar e votar e tornar lei, que foi o Código de Telecomunicações que organizou o Brasil neste particular, que criou a Embratel e que assisti, infelizmente, o País perder o controle da Embratel. E teremos que o recompor com iniciativas novas, ou recompor pela forma como o Senado e a Câmara dos Deputados vierem a determinar. Mas, até lá, é o sistema que nós estamos cada vez mais aprimorando. E que a Aeronáutica está decidida a isto. A Aeronáutica é, na institucionalidade brasileira, dentro da realidade legal do Brasil, ela é o centro do comando da Aeronáutica Civil. Pela Lei, ela é a autoridade Aeronáutica. Lamentei ouvir, ler, acusações ao Sr. Presidente da República sobre a atitude que tomou num determinado instante para preservar os interesses da população brasileira. Tive oportunidade de dizer isto ontem na Câmara dos Deputados.

Cada um de nós, membros do poder público têm uma responsabilidade essencial e por isso somos homens representativos dos interesses públicos e dos interesses dos cidadãos e das cidadãs que é a responsabilidade com o bem público, com o bem-estar da população, com o conforto da população, com a qualidade da vida das pessoas, das famílias, das crianças. E ouvi e li acusações ao Presidente da República pela medida que ele adotou em determinado instante em grau extremo, que seria necessário que nós repuséssemos em operação todos os meios de diálogo para que a população brasileira não tivesse interrompido por um dia, dois dias, três dias, não sei quantos dias a sua aviação civil, o seu transporte civil. Em tons muitas

vezes acusatórios ao Presidente da República. E eu de mim, como Ministro de Estado, e, portanto, como não tendo hoje o mandato popular, e tendo hoje a escolha do Presidente da República e sendo auxiliar do Presidente da República como Ministro de Estado dizer-lhe que esse era o seu dever. Seu dever como Presidente. Presidente da República é o titular da verdade maior da democracia. E esta Casa e o Congresso Nacional, de forma plural, a ele associado. Mas é o Presidente da República que é o titular da soberania nacional, que tem o dever de defender a soberania nacional, que é o titular da soberania popular e por isso é o Presidente da República, e por isso é Comandante das Forças Armadas do Brasil. E dentro destas prerrogativas ele tem que agir de acordo com o mandato maior que é o mandato de servir à população.

De forma que num determinado instante, quando o Presidente da República exerce o comando supremo das Forças Armadas, ele sempre o exerce em nome da soberania popular. E nós todos sabemos e aprendemos, seja na construção da democracia, seja na construção da República, seja por força do que está escrito na Constituição, de que todo o poder emana do povo e que num determinado instante nas horas mais graves é o Presidente da República que exerce essa titularidade da soberania popular. E, em seguida, retomar as atitudes todas que fossem ou pudessem ser favoráveis aos interesses da população e preservadoras das regras da Constituição. Foi isso que o Presidente da República fez naquele dia em que ele aqui, não aqui, no Senado, digo aqui em nosso País, em diversas áreas a opinião pública extremamente criticado para dizer: A população seja atendida e depois nós resolvemos! E teria que resolver com quem? Teria que resolver com a Aeronáutica! Prestigiando a Aeronáutica! Confirmando as atribuições e a competência que a Aeronáutica tem na Lei, na Lei Complementar votada por esta Casa que estabelece a Aeronáutica, o controle da preservação de voar, da segurança do voo.

Muitas vezes se imaginou que ele pudesse fazer isto numa segunda etapa por terceiros. Houve até quem salientasse ou os que salientaram que deveria ser por intermédio do Ministro da Defesa, o Ministro da Defesa neste País não tem competência para isto. Eu não exerço funções sem competência que esteja definida na lei e na Constituição. Assumi uma função sabendo que é uma função necessária do mundo contemporâneo, que surgiu no pós-guerra, no pós-Segunda Guerra mundial, mas que todas essas nações se foram construindo Ministérios da Defesa não fizeram instantaneamente. Fizeram pouco a pouco, fizeram vencendo dificuldades. Fizeram ultrapassando etapas.

A competência, o Presidente respeitou. Na hora imediata à medida que permitia que a população voltasse a poder viajar de avião e a poder transportar-se no exercício das suas liberdades cidadãs, ele se dirige a quem? Ele se dirige ao Comandante da Aeronáutica, que é a autoridade Aeronáutica nos termos da Lei Complementar que complementa a Constituição da República.

Então, estas etapas nós vamos ultrapassando, vamos vencendo, construindo as instituições democráticas. Construindo as instituições democráticas num País de história complicada. Num País e num continente. E hoje no mundo, no mundo em que vai perdendo cada vez mais, vai perdendo a força da legitimidade das regras jurídicas, sociais, econômicas, morais, éticas de organismos internacionais e que, por isso mesmo, precisa de muita clareza em países como o nosso na defesa da sua soberania, na defesa dos interesses dos seus cidadãos. Mas, sobretudo, dentro das instituições democráticas. Porque são estas que nós vamos ter que preservar sempre porque são estas a base da legitimidade de qualquer poder democrático.

De forma que nós estamos vencendo etapas administrativas. Hoje, numa posição que me dá um certo otimismo eu creio que não nos faltarão recursos. Os próprios recursos existentes, se houver recursos maiores nós bateremos à porta do Senado Federal e à porta do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados para expor necessidades e para pedir os recursos e autorização dos recursos que forem necessários.

Então, creio que é uma crise que nós vamos, juntos, resolvê-la. O ideal, para mim, o ideal é que nós possamos resolvê-la assim, numa grande parceria, numa grande vontade coletiva de organização, de institucionalização, porque nós estamos tratando de coisas do interesse mais direto e mais imediato da população brasileira, das cidadãs, dos cidadãos.

Presidente, eu gostaria de ficar na obediência às suas recomendações por aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Recomendações do Senador Casa-grande, eu não quero... Direito autoral do que eu não produzi.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Para ter a oportunidade inclusive de dizer que estou inteiramente à vontade, inteiramente honrado pela possibilidade de responder a cada um e a todos os Srs. Senadores naquilo que estiver dentro da minha competência. E muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar ao próximo depoente, eu gostaria de prestar um esclarecimento ao Ministro

Waldir Pires em respeito a sua história e o apreço pessoal que eu tenho por ele.

Compreendo a sua indignação com as críticas feitas. Quando eu olho para esse Plenário e vejo que alguns colegas fizeram críticas à crise. A crise do feriado que antecedeu a Semana Santa, inclusive este Presidente. Mas V.Ex^a. falou muito na base democrática. Uma delas é a liberdade de expressão. Quando nós criticamos o Presidente da República, foi pela quebra de hierarquia que ele promoveu dos Estados Unidos. Ele tirou a autoridade do Comandante Militar e não a conferiu especificamente a um poder ou a quem tivesse decisão. Pelo contrário, tirou a autoridade de um homem que assumiu uma gestão numa crise e que tem liderança dentro da tropa. E o Presidente aí tem um mérito, ele teve a humildade, que alguns membros da sua equipe não têm, de ser humilde e reconhecer o erro, tanto é que retroagiu na decisão. Aí desta Casa, Sr. Ministro Waldir Pires, se não tivesse a liberdade de expressar o que sente o povo. Sei que isso machuca, sei que isso dói, mas faz parte dessa democracia que V.Ex^a. persegue há tanto tempo. E daí porque a razão dessa reunião hoje. Até para ajudar no sentido de que as versões não sejam conflitantes, para que no momento em que nós estamos vivendo uma crise que não é minha, que não é sua, mas que é de todos os brasileiros, não se veja se fazer apologia dos lucros que as empresas comerciais do setor aéreo estão dando. Porque, enquanto as empresas estão dando lucros as filas estão aí em inconformação total.

Nós estamos aqui fazendo essa convocação não em homenagem ao lucro das empresas, mas das filas e dos sacrifícios que os brasileiros enfrentam. Conscientes de que existe uma crise e nós queremos, como congressistas, participar da solução dela.

Com a palavra, antes eu quero registrar uma correspondência do Senador Mercadante, Suplicy, que comunica à Casa e eu transfiro aqui. Encontra-se no Acre na prospecção de petróleo, espero que encontre.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E portanto não pôde comparecer. De forma que eu quero fazer esse registro pelo respeito...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente. Corrigindo, não é prospecção em petróleo, não. Ele foi ao Acre para fazer uma palestra na Assembléia Estadual, Assembléia de Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sobre prospecção de petróleo e gás.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois é, mas vamos deixar isso claro, ele não é engenheiro de petróleo nem foi lá procurar petróleo, ele foi

dar uma palestra porque é economista, apenas para deixar isso claro, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu confio muito na versatilidade das pessoas. V.Ex^a., sem ser, é um Santo. Com a palavra, o próximo orador, Ministro...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Ex^a., com todo o respeito que tenho pela vossa biografia para mantermos essa reunião dentro dos limites. Nós estamos tratando aqui de um assunto sério. V.Ex^a. trata de maneira jocosa, provocou risos, tanto referindo-se a mim, talvez por eu ser evangélico, não sou Santo. Mas... Também ao nosso Senador que não está presente. Senador Suplicy. Era isso que gostaria de pedir a V.Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em nenhum momento me faltou o respeito. Sei da... V.Ex^a. como homem da base do governo tem o dever de defender. Apenas fiz o registro. Quem fez a correção foi V.Ex^a... Eu, quando fiz o registro, fiz exatamente baseado no texto do Senador Suplicy. E V.Ex^a. me fez uma correção indevida. E eu apenas respondi no mesmo tom que V.Ex^a. respondeu.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, Presidente. Permita aqui. Só um instantinho. Eu estava também embarcando à noite passada para o mesmo evento. Mas, desisti por conta da importância da reunião de hoje e não podíamos nos ausentar três Senadores do PT ao mesmo tempo num momento que tínhamos uma reunião como essa. Mas a agenda de lá é muito importante para o Estado do Acre e... Já é uma agenda trabalhada há muitos dias porque tem muitas pessoas também que precisavam conciliar a sua possibilidade de ir até lá. E o Senador Suplicy é convidado da Assembléia Legislativa para prestar informações daquilo que ele já conhece sobre a matéria, que o nosso assunto lá diz respeito a questão de impacto ambiental tendo ou não a presença de petróleo e gás no Estado do Acre. Mas eu queria só pedir a V.Ex^a. aqui, acatando aqui o pedido de desculpas do Senador Suplicy, por estar ausente dessa reunião porque também tratamos com muita expectativa o assunto do qual ele vai tratar no Estado do Acre no dia de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É verdade, inclusive ontem o Senador Suplicy me procurou no Plenário e fez a justificativa pedindo que eu transmitisse. Evidente, não me fez nada por escrito. Hoje ele remete, eu acabei de receber e, por dever de ofício, farei como farei de todos.

Senador Crivella, eu não quero que esse episódio nosso fique encerrado com um mal-entendido. Eu respondi a V.Ex^a. no mesmo também, sabe o apreço

que eu tenho e a admiração que eu tenho por V.Exª... Quando disse que V.Exª. procura ser Santo foi em tom carinhoso pela sua luta. Longe de mim desmerecer a sua luta, muito pelo contrário. Quero que fique esse registro.

Concedo a palavra ao Comandante da Aeronáutica o Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito para fazer a sua exposição.

SR. JUNITI SAITO – Obrigado Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes. Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha Srªs. e Srs. Senadores. Fazer uma rápida apresentação sobre o nosso sistema de controle do espaço aéreo brasileiro.

A estrutura do Comando da Aeronáutica está assim estruturada. Comandante, com seu Estado Maior, a Secretaria de Finanças e mais seis grandes comandos, aonde se insere o departamento de Controle do Espaço Aéreo que cuida dessa parte do SISCEAB.

Nós temos essa atribuição através da Lei Complementar 97/99, que prevê: Prover a segurança da navegação aérea. Essa é uma das atribuições constitucionais da Aeronáutica. E para cumprir essa atribuição nós temos o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, SISCEAB, e naquela época quando da implementação da criação desse sistema por medidas econômicas a Aeronáutica optou por fazer um sistema integrado aonde todas as informações, auxílios, cartografia, meteorologia, todas essas informações fluíssem num centro aonde teria um controle do espaço aéreo, o controle do tráfego aéreo e a nossa defesa aérea.

Portanto, é um sistema integrado. Que funciona assim, através do sistema integrado de defesa aérea e de controle de tráfego aéreo aonde todas as informações de radares tanto móveis como fixos e também com aeronaves de (inaudível) fluem para um aplicativo onde se faz síntese radar e essas informações são transmitidas para o controle de tráfego aéreo para a circulação de aeronaves comerciais e também militares e também para a defesa aérea. As informações são as mesmas.

Para nós temos um pouco da noção de como isso ocorreu, na década de 70 havia apenas três radares, um no terminal de Porto Alegre, outro no terminal de São Paulo e um outro no terminal do Rio de Janeiro. Esses radares eram radares de aproximação e de decolagem com alcance previsto de 40 milhas. E na década de 70 então com a implantação do CINDACTA I, que cobria todo o quadrilátero Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte foi implantado o CINDACTA I, e na seqüência vieram então o CINDACTA II, no Cone Sul e CINDACTA III no Nordeste. E mais recentemente, em novembro de 2005, foi implantado

então o CINDACTA IV cobrindo toda a região amazônica. Só para os senhores terem uma idéia de como é as características do espaço aéreo brasileiro. Todos os países aqui do sul, obrigatoriamente, passam tanto para ir para os Estados Unidos como para a Europa, chama-se corredor Europa South América. Através do Nordeste e também para os Estados Unidos. Vejam a intensidade do tráfego que percorre o nosso espaço aéreo. É uma grande área de responsabilidade, e de demandas distintas por região porque quase 60% do tráfego ocorre nesse quadrilátero de Brasília. E tanto o Nordeste como a Amazônia têm uma característica de tráfego internacional que ocorre normalmente de meia-noite a três, quatro horas da manhã.

Aqui está a nossa responsabilidade. Embora o nosso território tenha 8,5 milhões de quilômetros quadrados, nós temos responsabilidade de controlar todo esse tráfego do Atlântico, são aproximadamente 22 milhões de quilômetros quadrados, é a área da nossa responsabilidade. E por convênios internacionais nós prestamos assistência e apoio ao Sistema de Busca e Salvamento tanto para aeronaves como inclusive para os navios também através de um sistema chamado Cospas-Sarsat. Quando ocorre um acidente imediatamente existe um equipamento no avião que transmite para um satélite geoestacionário e que transmite para uma estação terrestre que transmite para os DACTAS e aciona o Sistema de Busca e Salvamento através de helicópteros ou de aeronaves. Essa é a área de nossa possibilidade no que se refere à busca e salvamento.

No Brasil nós temos três estações: Uma em Brasília, uma em Manaus, uma em Recife, que capta essas informações para acionamento de busca e salvamento. Então a Força Aérea mantém 24 horas por dia essas unidades em alerta permanente para efeito de busca e salvamento. São helicópteros e também aeronaves de reabastecimento que têm maior autonomia para operar na região do Atlântico até o Paralelo 10. Além disso, nós temos uma infinidade de auxílio navegação, de precisão e também de rotas que auxiliam na navegação das nossas aeronaves.

Próximo. Aqui está mais ou menos espalhados por todo o território nacional todos os equipamentos que prestam serviços ao nosso sistema, desde radares até auxílio de navegação e sistemas de comunicações. Totalizando 5.877 equipamentos que além de serem instalados precisam de constante manutenção. Esse é o nosso sistema de apoio terrestre.

A rede de telefonia. Temos o sistema operacional que os controladores usam e aqui também tanto os controladores como da circulação de aeronaves comerciais como de defesa aérea. E uma rede de telefonia administrativa. Aqui está, mais ou menos,

custo de equipamento, cada equipamento de auxílio a navegação.

Aqui está os radares, custos estimados de cada radar do nosso sistema. O patrimônio do SISCEAB contando com equipamento e infra-estrutura é da ordem de 6 bilhões de reais. Houve um investimento entre 2001 e 2007 de aproximadamente 2 bilhões de reais e aqui se configura também a implantação do nosso sistema do SIVAM DACTA IV.

O custo por ano desse sistema é mais ou menos 600 milhões de reais sendo 300 milhões em manutenção, serviço 150 e investimento 150 milhões. Para então atender a esta demanda nós temos recursos humanos do SISCEAB que totalizam quase 11 mil militares. Quase mil civis. Totalizando em torno de 12 mil com a responsabilidade da Aeronáutica. E a INFRAERO tem, também tem pessoal que atende a essa parte do controle. São, aproximadamente, 13 mil e 700 homens trabalhando nesse sistema.

Aqui está vários sítios que nós temos na Região Amazônica que foram implantados através do sistema SIVAM DACTA IV. São sítios moderníssimos que entraram em operação em novembro de 2005. Aqui está Manaus, aqui está Belém. Guajará Mirim.

Aqui, os senhores observem esses tanques de óleo diesel porque muitos desses sítios não existem energia elétrica, então funcionam na base dos geradores.

Então, o material necessário óleo diesel, por exemplo, são transportados através de balsas e aeronaves, tudo a Força Aérea que faz isso. Aqui está Manicoré, Sítio do Manicoré. Macapá, Porto Velho, Conceição do Araguaia, São Félix do Xingu, Sinop. Aqui tem um radar transportável. É um radar móvel que está em Sinop. Tefé, Tirioais(F), lá no extremo-norte. Vilhena, Tabatinga, Rio Branco, Santarém, Porto Esperidião, Cruzeiro do Sul. São instalações modernas, Cachimbo e São Gabriel da Cachoeira lá no extremo-oeste.

Também vários radares foram modernizadas como o radar de Mombaça, terminal de Brasília, radar de defesa aérea também. O grupo de comunicação e controle que a Força Aérea opera. E o nosso plano de metas é para 2007/2010 e uma das prioridades máximas é dar continuidade ao processo de reaparelhamento de Sistema de Controle de Espaço Aéreo Brasileiro dentro do SISCEAB, através de uma formação de novos controladores de voo. Preocupação permanente com o apoio ao homem porque entendemos que o homem satisfeito nas suas necessidades básicas poderá produzir em sua plenitude.

Continuamos com a modernização de radares, comunicação, e tratamento e visualização de dados do

CINDACTA. E, um pouco depois, falarei sobre o que é esse sistema CNS/A TM.

Essa formação de controladores é feita através de um concurso público e a carga horária é de 2.125 horas. Sendo 60% dedicado ao técnico especializado.

Aqui está um exemplo de como esses controladores trabalham. Sargentos Controladores. É um turno de 8 horas, sendo duas horas de descanso, totalizando um limite máximo de 156 horas mensais. Um exemplo aqui, o Controlador entra às 6 horas, sai às 14, folga de 24 horas. Volta 14, trabalha até 22 horas. Folga de 24 horas. Entra às 10, sai 6 horas da manhã e tem aí então 48 horas de folga. Esse é o regime de trabalho.

Aqui eu estou apresentando o nosso controle de área civil do CINDACTA I. Vejam os senhores que os equipamentos todos já foram revitalizados. E o ambiente de trabalho é um ambiente de conforto, com todo o conforto possível. Estão mostrando aqui equipamentos que estão chegando lá no CINDACTA II, em Curitiba, que deverá estar concluído, a modernização, o DACTA I já está concluído. O sistema DACTA II em Curitiba deve estar concluído até outubro desse ano.

Aqui está um exemplo de como a gente está modernizando os radares. Esses são radares de terminais que toda vez que a gente investe dinheiro nós temos um ganho inclusive operacional em termos de alcance. E por um período de dez anos estaremos sem problema nenhum nesses radares. Aqui está radar de rota também com ganho considerável após as modernizações.

Eu vim aqui mostrar aqui o que acontece no Morro da Igreja um sítio que está mais ou menos 1.800 metros de altitude. Aqui está o radar dele. Antigamente esse radar era descoberto. Entretanto, ventos de até 100 quilômetros fizeram com que nós tivéssemos que proteger esse radar que vou mostrar na fotografia seguinte. É o Morro da Igreja, até neve cai lá. Pode ir passando. Aqui está o radome que nós tivemos que colocar para que esse radar não tivesse problema de funcionamento. Porque, com o vento de acima de 100 quilômetros, o radar não funcionava. Ele ficava paralisado.

Aqui está o momento que o pessoal registrou temperatura de menos 7 graus. Mas que a sensação térmica, com o vento, é da ordem de 20 graus negativos. Aqui está o nosso técnico Sargento aqui dentro de uma neblina. Vejam os senhores em que condições estão trabalhando. Esse é o pessoal técnico e segurança das instalações. Nesse sítio não tem controladores, só o pessoal técnico. Em contrapartida, nós trabalhamos em regiões como São Gabriel da Cachoeira. Próximo. Na Região Amazônica, por exemplo, cujas temperaturas variam de 35 a 45 graus. E muita umidade. E é o nosso

peçoal técnico que cuida desse sítio na manutenção. Esses radares funcionam 24 horas por dia.

Aqui está um quadro da remuneração dos nossos graduados, um terceiro Sargento recém-formado, esse é o salário deles. O Sargento controlador ele recebe um pouquinho mais porque tem 20% de compensação orgânica sobre o soldo, não é sobre o salário, não. É sobre o soldo. Aqui está o salário de um suboficial com mais de 20 anos de serviço e o suboficial controlador.

Gostaria de falar um pouco sobre o CNS/A TM. O CNS/A TM? É um conceito operacional de ATM global, promover a implementação de sistema interoperável e global de gerenciamento de tráfego aéreo visando atender todas as áreas de todas as fases do voo e que atenda aos níveis de segurança operacional proporcione operações economicamente viáveis, seja ambientalmente sustentável e considera o requisito nacional de segurança. Esse sistema é um sistema do futuro. É um sistema que tanto a comunicação na parte de comunicação. É feito tudo através de um satélite que faz a ligação, através não de vozes, mas de dados, transmissão de dados. No futuro, os pilotos não terão que comunicar via fonia suas posições ou a qualquer questionamento com os órgãos de controle. Todo o sistema é montado em esquema de dados tanto a navegação, comunicação, como vocês estão vendo aqui.

Aqui, na parte de navegação, desde o seu táxi, a aeronave será monitorada por esse sistema até o pouso, através de dados. E esse sistema de vigilância de rota também. Há um grande ganho porque independe de obstáculos. Ele enxerga de cima para baixo.

Antes de terminar, gostaria de dizer sobre o que é que nós estamos fazendo em relação a formação dos controladores, que o grande problema nosso.

No final do ano passado, através de uma Medida Provisória, que o Senado aprovou, contratamos 60 controladores da reserva. E esse ano já existe uma Medida Provisória do Presidente autorizando uma contratação de mais 100 controladores da reserva. E, além disso, nós reduzimos o tempo de formação para esse ano para um ano.

Então, no final do ano, estaremos recebendo mais 160 controladores, além do que estava já previsto de mais 140.

Então, na verdade, no final desse ano nós estaremos com mais 300 controladores, mais 100 dessa autorização de contratação. E mais 63 civis totalizando mais de 500 controladores a partir, no final desse ano. Era isso que eu gostaria de apresentar aos senhores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradecemos as palavras do Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, e passamos a palavra ao Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Exmº. Ministro da Defesa, Srs. Senadores e Senadoras. Eu tentarei ser rápido e objetivo até por entender que numa audiência como essa mais importante talvez do que a minha fala seja poder ter tempo de responder as perguntas dos Srs. Senadores.

A INFRAERO, nesse ambiente, motivo desta audiência, a INFRAERO, como uma empresa prestadora de serviços, começou a ser impactada inicialmente com o problema da VARIG. Quando a VARIG parou, imobilizou metade da sua frota e continuou imobilizando aviões e gerou todo um problema de realocação de malha aérea, de passageiros etc. Esse foi um trabalho que impactou a INFRAERO de uma forma controlada. Trabalhamos pesadamente junto com a ANAC. Foi a ANAC que liderou e coordenou todo aquele trabalho. Mas foi o primeiro impacto que nós sofremos diretamente.

Em seguida, veio a colisão do avião da GOL. Logo em seguida, um problema com os controladores de voo. Logo em seguida o problema da TAM. Logo em seguida um problema técnico e, finalmente, os acontecimentos mais recentes.

Durante todo esse período, é importante que os senhores saibam qual foi a postura e a atitude tomada pela INFRAERO como uma empresa prestadora de serviços.

A qualquer momento o raciocínio sempre foi identificar rapidamente qual era a ameaça. Ou seja, o que é que estava acontecendo? Que medidas imediatas tinham que ser tomadas? O imediato é o imediato mesmo. Resposta instantânea. E que medida de curto prazo? O curto prazo para nós são 24 horas diante desse tipo de problemas. Identificar como reagir, identificar se a empresa tem algo a ver com esse problema e se ela tem algo a ver, onde ela está errando e corrigir também de imediato. E por último, se coordenar com o sistema. Basicamente, com o comando da Aeronáutica, com a ANAC e sempre com o cuidado de manter o Ministério da Defesa informado de tudo o que estava acontecendo.

Então, essa, basicamente, foi a postura da INFRAERO durante todo o tempo. É importante também que os senhores tenham consciência que qualquer coisa que aconteça no espaço aéreo, seja um problema com Controladores, uma tempestade magnética, um problema, um radar que saia do ar o impacto so-

bre nós é exatamente o mesmo. Milhares de pessoas concentradas nos aeroportos tentando saber o que é que está acontecendo. O impacto é sempre o mesmo para nós.

O momento mais agudo da crise que nós passamos na INFRAERO ocorreu no dia em que 15 aeroportos, os principais aeroportos do País tiveram, entraram em situação de alarme. Culminando, entre eles, eu cito como emblemático o Aeroporto de Congonhas onde nós tivemos realmente o maior problema durante todo o período. Foi um acúmulo de 14 mil pessoas/hora onde numa instalação projetada para 4.200 pessoas. E isso gerou, realmente, bastante, bastante problema para a empresa. Durante todo o tempo procurou-se minimizar os danos ao contribuinte, os danos ao usuário. Os contatos com a ANAC e com o Comando da Aeronáutica foram sempre integrados e coordenados pelo Ministro da Defesa. Que por várias ocasiões pessoalmente orientou atitudes a serem tomadas. E, em determinados instantes, nós tivemos situações de risco e a cada situação de risco a empresa ganhou experiência. Foi adquirida experiência no trato dessa matéria e chegamos, finalmente, a um consenso e tivemos o feriado da Páscoa em absoluta normalidade.

A empresa aprendeu bastante com isso. Numa autocrítica feita nesta semana nós concluímos que entre erros e acertos, a principal deficiência da empresa, da INFRAERO foi na forma como tentava informar as pessoas que estavam nos aeroportos do que estava acontecendo. Esse realmente foi... Identificamos essa falha. Essa falha tem suas origens porque nós temos 30 segundos para dar uma informação num alto-falante de um aeroporto. E não é fácil, em 30 segundos, acalmar milhares de pessoas que precisam das informações, as mais variadas, não é? E esse problema está sendo estudado. Estamos estudando, cuidando disso com pessoas especializadas. Contando com o imenso apoio da ANAC e também uma ajuda considerável das empresas aéreas, que, em última análise, são as mais interessadas no problema.

Meus senhores, basicamente era isso. Eu deixo o restante do meu tempo à disposição para as perguntas que eu acho que é mais importante eu responder as perguntas dos senhores do que eu ficar tentando falar coisas que talvez até os senhores já saibam e não tenham interesse. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Muito obrigado o Brigadeiro José Carlos Pereira por suas palavras e concedo agora a palavra ao Sr. Milton Zuanazzi, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Senador Heráclito Fortes, Senador Leomar Quin-

tilha, Sr^{as.} e Srs. Senadores dizer para vocês que é uma honra imensa estar aqui no Senado Federal e uma satisfação de trazer algumas informações aos Srs. Senadores que eu considero absolutamente importantes para que a gente reflita, para que a gente tenha conhecimento. Aliás, tarefa essa que eu gostaria de fazer com essa Casa de forma mais intensa do que temos realizado. Apesar de muitas vezes estarmos aqui desde o ano passado, acho que são números, são dados, são informações muito importantes para os Senadores da República. E esta Casa é a responsável pelo nosso mandato, pela nossa eleição. Aqui fomos sabatinados nessa Comissão e o Plenário fez o voto meu e de meus quatro colegas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – A infra-estrutura, que está junto que o Senador é o Presidente.

Hoje, a imprensa traz declarações minhas que eu fiz na Câmara ontem. Como eu fui muito claro lá na Câmara sobre o que disse vou repetir aos Srs. Senadores, os senhores terão o juízo exato do que eu falei. Pegaram uma questão semântica, absolutamente ao contrário do que eu tinha dito e transformaram isso como se eu tivesse querendo minimizar os problemas que nós estamos enfrentando. E eu comecei dizendo assim ontem na Câmara. A palavra crise é muito impactante, às vezes ela esconde determinadas coisas. E eu quero me referir à prestação do serviço aéreo e à indústria da aviação civil neste momento de grandes dificuldades que nós estamos passando e quero aqui, na frente dos Srs. Senadores reconhecer, grandes dificuldades. Fui mais além, disse que essas grandes dificuldades que eu chamo de problemas. E eu não vou entrar em discussão semântica porque não é papel da Agência discutir política. Nosso papel é técnico, é absolutamente técnico e é assim que vou me manifestar. Porque nós tivemos 14 dias, desde o dia 29 de setembro, que foram absolutamente graves. O que eu chamo de situação grave foram 14 dias de gravidade, citei as datas.

Hoje, por exemplo, 12 de abril. Eu, antes de falar, peguei a informação. Nós estamos com 7% de atrasos e 1,5% de cancelamentos. Esta é uma média, Srs. Senadores, senhores e senhoras, que ela quase que histórica já no Brasil. Eu peguei estudos, apresentei inclusive à própria imprensa, fiz um trabalho que algumas revistas especializadas publicaram, a grande imprensa, não. Mostrando isso. Há uma média de atrasos no histórico brasileiro que nós temos que vencer, essa média se dá por falta de infra-estrutura, sim, se dá por horários de picos que nós temos problemas no

controle do espaço aéreo. Se dá por infra-estrutura aeroportuária, especialmente no terminal São Paulo. Que é onde está, digamos, o coração desse País e que os investimentos lá há muito tempo não foram feitos na ampliação daqueles equipamentos.

Então, nós temos um histórico de problemas que ocorre que nos leva, em média, 7, 8, 10% de atrasos. E em média de 2% de cancelamentos. Esses 14 dias que abalaram o País, são 14 dias que essas médias estouraram, elas romperam-se, foram muito além desses limites que nós vínhamos, historicamente convivendo. Inclusive os senhores que viajam muito tanto quanto nós.

Então, eu trago alguns números, Senador Heráclito, não é no sentido não de nenhuma avaliação de querer mostrar que as coisas estão bem. É no sentido que os senhores detenham informações que são muito significativas, especialmente da indústria da aviação civil nesse momento.

Primeiro dado que eu considero significativo é este gráfico que é o gráfico da oferta de assentos nos vôos, nas linhas domésticas hoje que nós temos no País. Esse verde é 2007. O azul é 2006. O vermelho é 2005. Vocês olham o crescimento da oferta de assentos por quilômetro que nós temos no País. 2006 foi um ano que superou muito 2005 que havia superado muito 2004 que havia superado 2003. E olha a entrada de 2007, na mesma linha de crescimento.

Então, é importante. Isso não é nenhuma propaganda, isso é uma realidade que está ocorrendo. E às vezes, quem sabe isso não está ajudando a impactar mais os problemas que nós estamos tendo. Mas, enfim, são números. Que é importante que os senhores detenham.

O próximo gráfico vai mostrar a demanda, igualmente crescente, verde 2007, azul 2006, vermelho 2005. Crescimento de demanda. O que é que é crescimento de demanda? Mais brasileiros viajando de avião ou então aqueles que já viajavam viajando mais de uma vez. Esta é uma realidade muito importante desses momentos que nós estamos vivendo 2004 para cá. Nós somos, hoje, algo em torno de 14 milhões de CPFs que pegam avião no Brasil. Há dez anos atrás nós éramos 7 milhões de CPFs. É muito pouco ainda para um País de 200 milhões de habitantes. Mas é um crescimento de um dobro num período razoavelmente curto. Portanto, mais brasileiros estão viajando. Passa.

Aqui, o mesmo gráfico. Agora a oferta e demanda comparado ano a ano. Também a tendência de crescimento 2007 permanece. E aqui os números, para comprovar o que o gráfico já diz. Olha o crescimento na evolução do tráfego. Oferta e demanda. Olha aqui, nós vínhamos com índices negativos, por isso que

essa minha afirmação ontem é dizer que o grande crise do ponto de vista da prestação de serviços ela se deu 2000, 2001, 2002, 2003. Por quê? Há várias explicações. Primeiro a desvalorização do Real em 99, as empresas são endividadas em dólar e tiveram um grande problema. Segundo veio o 11 de setembro que impactou a aviação mundial. Em 2003 vocês devem recordar foi feito um *code-chair(F)* entre a TAM e a VARIG, as duas operavam em vermelho e nesse período das quatro grandes empresas brasileiras que nós tínhamos entre 99 e 2003, duas faliram, uma foi a debacle, quase faliu, que era a maior delas, a VARIG. E a TAM teve um 2003 negativo e se recupera a partir de 2004.

Então, essa é a realidade. Olha agora a realidade da demanda. 26% de crescimento em 2005, 12% em 2006 e se nós tivéssemos infra-estrutura, ou tivéssemos infra-estrutura cresceria 17% esse ano. Pressão de demanda. Ou seja, há na economia da aviação comercial crescimento. Essa é a informação que eu considero absolutamente importante para os Srs. Senadores e para os Srs. Deputados e para o Congresso Nacional.

Agora, vamos para o tráfego internacional. Que tem... Aqui são só as empresas brasileiras. Vocês vejam o contrário. Esta linha é o 2006 e aqui está a debacle da VARIG. Quando o nosso Brigadeiro J. Carlos disse que o problema da grave foi o problema talvez mais grave enfrentado porque ela dura meses, esse problema que nós estamos tendo com o controle do espaço aéreo ela dura 6 meses, mas na verdade, na prática, para quem está no dia-a-dia, para quem está lá na INFRAERO cuidando de aeroporto ela tem 14 dias de crise aguda. A crise da VARIG durou meses. Ela vai de maio até setembro, quando nós começamos a recuperar a situação da nossa oferta das empresas brasileiras.

Próximo gráfico é a demanda internacional. O mesmo problema. Cai nas empresas brasileiras exatamente pelo debacle da VARIG. Foram 5 bilhões de passageiros, quilômetros, que deixaram de viajar na VARIG. Num período de 4 meses tiveram que ser transferidos às congêneres, a maioria das brasileiras não tinham vôos para as linhas onde a VARIG voava. Quando foi aqui Argentina, Chile até se resolveu, mas demais países o problema foi grave. Aqui é a comparação oferta demanda mostrando a mesma linha do gráfico. Olha aqui 2007, ainda não recuperou como na doméstica. Veja que na doméstica estava lá em cima. Aqui está no internacional um pouquinho melhor do que terminamos 2006.

Estão aqui os números a provar. Olha a queda em 2006 de 26% na oferta e 28% na demanda. Aqui é um dado muito importante que eu trago aos Srs.

Senadores é o yield médio, sabe que médias, como diz um professor meu é perigosa, pode estar a cabeça no forno e os pés no gelo. Mas o yield média, não ia cansar os senhores com yields de rota por rota em todo o Brasil, ele mostra que você tinha um preço de tarifa média no Brasil e que nós a atingimos e que nós tivemos um aumento dos custos exatamente nesse período que eu chamo de crise.

Então, do ponto de vista da indústria a crise está exatamente nesse período. Ela tende a recuperar. E quando nós abrimos rota por rota, exceto ponte aérea Rio-São Paulo. Exceto São Paulo-Brasília. Exceto Porto Alegre-São Paulo e Curitiba-São Paulo nós temos queda significativa dos yields médios em todas as demais rotas brasileiras. Para que se desse a média igual a que nós temos aqui significa que nós temos quedas bastante grandes e isso aumenta a demanda, derruba preço aumenta a demanda. Por que é que é importante? Porque por trás disso está uma opção de política de regulação que nós temos que ter. Se a nossa política é uma política de ampliar que os brasileiros viajem de avião nós temos que cuidar exatamente esses números para ver de que forma nós podemos implementá-las com o menor transtorno possível.

Aqui estão os números também representando aquele gráfico. Projeções na doméstica que nós temos para esse ano de crescimento de 17% na demanda e 19 na oferta.

Aqui outro gráfico significativo, Srs. Senadores. Porque esta linha de 65% do índice de aproveitamento é uma linha que se considera, na indústria, como a linha onde a empresa, a indústria está em situação de crise ou saiu da situação de crise. Volto a dizer, crise da indústria. Não estou falando do controle do espaço aéreo brasileiro. Nem de greve, nem de paralisação, nem de nada. Estou falando da indústria. Ela ultrapassa essa marca que a gente considera a marca de crise em janeiro de 2005. E agora ela está nesse ambiente de superavitário, ou seja, acima dos 65% nas linhas domésticas.

Aqui também é o yield das empresas brasileiras no internacional, pode passar porque já falamos, aí pode passar. E aqui as empresas brasileiras no internacional, elas estão vivendo um momento de razoável de crise. Por quê? No internacional 75% o índice de aproveitamento que se considera. Então aqui as empresas não recuperaram ainda a perda da VARIG. Veja que nós tínhamos uma situação de razoável estabilidade e tivemos uma pequena perda exatamente no ano passado. Quando eu falo que o setor não vê a situação momentânea como crise, eu estou exemplificando por aí. Esses são os investimentos que as empresas estão fazendo quando o setor prevê que está em crise ele

não faz investimentos, ele recolhe a sua capacidade de investimento. Olha o que está ocorrendo no Brasil este ano, final do ano passado para esse ano. A TAM capitalizou 1 bi e meio na bolsa, a GOL 500, a VARIG tinha sido inicialmente comprada por 307 milhões, a BRA com novos sócios, a OCEANAIR com novos sócios, a TRIP com novos sócios e a compra da GOL pela VRG por 648 milhões. 3 bi e 400, então interprete exatamente como eu falei. O setor está olhando o momento como olhando de perspectiva de investimento. Acho que são dados importantes para os Srs. Senadores que eu trago aqui.

Aqui são novas empresas que surgiram no mercado, somente 4. São todas elas regionais. Na questão de outorgas, volta e meia a gente ouve falar: Ah, porque a ANAC libera linhas demais em demasia. Então eu trouxe esse dado aqui para os senhores que não. Não há liberação em excesso de linhas e não são elas que estão impactando nos problemas do tráfego aéreo. Volta e meia a gente vê no jornal, vê na televisão alguém dizendo isso. Pode passar a tela que vai mostrar.

Aqui, Srs. Senadores, está o número de movimentos/dia, o número de vôos/dia das empresas aéreas regulares no Brasil. Em março de 2006 era 1.406 vôos dia. Em março de 2007, 1.406, coincidentemente o mesmo número. E o número de empresas, volta, por favor, o número de empresas que eram 19 passaram a ser 22. E aqui o número de movimentos. Mês a mês. Março de 2006, 47.634 movimentos. Março de 2007, 47.984 movimentos. Portanto, não é isso que está impactando o tráfego aéreo brasileiro. Alguém poderia dizer: Então pode ser a aviação geral, a aviação executiva, helicópteros enfim. Mostre a próxima tela. Tiraram a minha tela da... Mas vai estar, por favor, para frente. Vai estar aí. Aqui está o RAB, o Registro Aeronáutico Brasileiro. O crescimento dele, nós estamos hoje, registradas no Brasil, 11.182 aeronaves, ano passado, 11.103, ano retrasado, 10.985, enfim. Esse é um crescimento ano a ano. Pode ver que o crescimento do número de aeronaves, ele não é muito significativo, ele está dentro de uma média de 5, 6% ao ano.

Este das aeronaves de grande porte. Aqui nós tivemos até a diminuição em 2007. Aqui, em março de 2006 tínhamos 223 aeronaves de grande porte, hoje estamos com 221. Por quê? Pela falta da VARIG. A VRG só repôs 21 aeronaves das 74 que saiu da VARIG. A GOL cresceu, a TAM cresceu, a OCEANAIR.

Mas enfim, acho que é um dado importante porque acho que nós precisamos trabalhar com ele constantemente. Por favor. Aqui também dizem a ANAC nada faz, as empresas não cumprem as suas obrigações legais. Eu trago esses dados para mostrar que não é

pouco o volume de trabalho que nós temos feitos em autos de infração.

Então, trouxe aqui por empresa, né? Autos de infração sobre atrasos de voo, mal atendimento, bagagem, cancelamento de vôos, *overbooking*, está aqui, 1.780 ISRs, que são, quando o usuário vai lá fazer a reclamação. 676 autos de infração em atraso. 411 mal atendimento. 458 por extravio de bagagem, 434 cancelamento. 462 em *overbooking*. Talvez esses números não sejam maiores porque os usuários, muitas vezes, não vão reclamar. É um hábito do brasileiro, talvez. Não usar o seu, a sua estrutura de fiscalização. E nós dissemos sempre: Vão até à ANAC reclamar. É o importante o preenchimento do ISR. Estamos melhorando muito essa operação, infelizmente as nossas SACs, além de pouca gente estão em lugares às vezes escondidos em aeroportos, embaixo de escada, lugares de difícil acesso. Nós, a partir de maio teremos novas SACs nos aeroportos brasileiros, temos SACs, Serviço de Aviação Civil em todos os aeroportos brasileiros. Temos novas, estamos comprando uma caneta eletrônica que vai processar tudo on-line, o usuário ao escrever com aquela caneta, ele mesmo está preenchendo todos esses dados. E nós vamos ter com isso uma agilidade também nesse procedimento extremamente significativo do ponto de vista do consumidor que, evidentemente, está aqui o Ricardo Morishita pode até dizer como é que nós estamos trabalhando a defesa do consumidor, já que esse papel de fiscalização do serviço aéreo pertence à ANAC.

Mas esses números são no sentido de dizer que nós não estamos parados, não. Muito pelo contrário nós temos atuado com bastante intensidade.

Pode passar. Só nesses primeiros 3 meses já são 382 processadas. Aqui, por empresa aérea e também por um tipo de processo que nós estamos fazendo.

Portanto, senhores e senhoras Senadores essa é uma apresentação, evidentemente eu fico totalmente à disposição para as perguntas. Espero ter esclarecido aquilo que de forma tão intensa, como no texto bíblico fizeram com a cabeça de São João Batista, de algo que é absolutamente eu não disse. Eu vou reafirmar como Presidente de uma Agência de Aviação, portanto como um órgão de Estado. Nós temos problemas, sim. São problemas sérios que precisam ser resolvidos. Nós, na ANAC, temos uma intimidade tão grande com a Aeronáutica, com a INFRAERO que nós temos a convicção que a Aeronáutica, na sua parte, a INFRAERO na sua resolverão os problemas que estão nos impactando. Nós temos absoluta convicção. Os aspectos dos aeroportuários de São Paulo, eu sei que os Srs. Senadores vão fazer essa pergunta, desde a década de 70, eles não recebem, do ponto de vista

da ampliação do receptivo aeroportuário de São Paulo aumento de capacidade. As obras que a INFRAERO está fazendo em Congonhas é para recuperar tempo perdido. Algo que nós já deveríamos ter feito há muito tempo ou, quem sabe, não ter feito com que Congonhas voltasse a ser o grande RAB nacional, se o equipamento não estava com toda a estrutura para ele. E ele é hoje o grande aeroporto da América Latina. Não só do Brasil. E, portanto, uma chuva em São Paulo, fechamento de Congonhas impacta todo o sistema da aviação comercial brasileira. Às vezes as pessoas nos perguntam: O que eu tenho que ver que um voo de Rio Branco para Brasília tem que ver com chuva em Congonhas? Muito. Muito. Tem a ver porque as nossas malhas para derrubar aqueles desvio se integraram. As aeronaves hoje são muito mais ocupadas.

Para os senhores terem uma idéia, no ano de 2000 uma aeronave no Brasil tinha uma média de 6,5 horas de ocupação/dia. Hoje, uma aeronave no Brasil está com acima de 13 horas de ocupação/dia. Uma aeronave no Brasil é como táxi de cidade grande, roda dia e noite. Até porque hoje as empresas não são mais donas de aviões. São contratos de *leasing*. Se o avião estiver parado no aeroporto a empresa está perdendo. Ocupar essa aeronave é fundamental para o resultado econômico dela. E essas malhas se integraram muito. Nós temos lá um grupo adiantado de trabalho com as empresas aéreas na questão da integração das malhas e como solucioná-la. Para que nós não impactemos o País como um todo como nós temos problemas localizados em determinados lugares.

Senhoras e senhores muito obrigado fico à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradecemos as palavras do Dr. Milton Zuanazzi. Concedemos a palavra ao Dr. Jorge Botelho, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo para fazer a sua exposição.

Gostaria, antes de passar a palavra ao Dr. Jorge Botelho, de registrar com muito prazer a presença, nesta Comissão, do Deputado Fernando Gabeira, que desde o início tem se mostrado um lutador para que a crise no País seja normalizada.

Com a palavra o Sr. Jorge Botelho.

SR. JORGE BOTELHO – Exmº. Sr. Ministro, Exmº. Srs. Senadores, demais pessoas aqui presentes. Eu procurarei ser breve que eu sei que os Srs. Senadores têm questões a serem apresentadas e é um prazer estar aqui como estive em outras vezes prestando os esclarecimentos e colocando a nossa posição. E todas às vezes que for convocado aqui estarei para debater a questão.

Eu coloco aqui a seguinte situação. Nós temos, os senhores viram as apresentações como funcionam o sistema, a questão colocada pela INFRAERO, pela ANAC, né? No caso de nós controladores de tráfego aéreo, nós temos realmente divergências quanto a maneira como a questão está colocada, muitas das vezes como a coisa funciona, mas a divergência faz parte do ser humano e democraticamente temos que debatê-la para ver qual é a melhor solução. Correto? Algumas situações estão sendo, algumas questões foram levantadas pelo grupo de trabalho estão sendo encaminhadas, né, pelo Ministério da Defesa e as autoridades. E especificamente sobre a questão do pessoal, né? O que eu quero debater aqui, quero apresentar é a divergência que nós temos quanto o que nós chamamos de anomalias, de... Digamos, incoerências na questão de pessoal. Nós temos hoje dentro do sistema, não vou falar especificamente do controlador de tráfego aéreo, do pessoal civil que trabalha no sistema. Então nós temos militares graduados, nós temos civis sob o regime da Lei 8.112, os funcionários públicos. Nós temos, dentro do sistema também, os civis da INFRAERO, nós temos agora também o pessoal contratado, aposentados, né? Então, isso aí cria uma... São regimes diferentes, salários diferentes, logicamente que causa uma insatisfação de um ou de outro, e nunca se consegue resolver o problema.

Falou-se aqui em termos de que o interessado, há uma carreira, né? Nós temos, dentro do sistema, os militares, que têm carreira.

Então, logicamente, que todos os outros segmentos querem ter uma carreira valorizada. Em que ele seja realmente visto como um profissional que tem as suas atribuições e queira dar o melhor de si. Mas não quer, de maneira nenhuma, ser discriminado. Certo?

Bom. No momento em que nós participamos do grupo de trabalho criado pelo Exmº. Sr. Ministro Waldir Pires, nós colocamos todas as nossas posições, todo o nosso pensamento e o anseio que nós temos em relação à carreira do pessoal civil. E nos prontificamos a qualquer momento e dentro daquele fórum a contribuir para solução, para encontrarmos um denominador comum.

Não está ainda, não temos ainda o encaminhamento dessa questão e isso causa uma apreensão para o pessoal. Esta é a grande questão que eles me colocam. No sentido de colocar para o governo que esta situação de não termos uma interlocução efetiva com o governo é que deixa o pessoal muito apreensivo e há insatisfação. Durante todo o governo do primeiro mandato do Presidente Lula. Eu não digo somente controladores, mas todos os trabalhadores da aviação, digo aeronauteroaviários(F) e nós servidores públicos

não tivemos uma interlocução, não tivemos um diálogo com o governo no sentido de apresentar todos os seus anseios e sua visão do setor. Então...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– No governo anterior teve? O governo do Fernando Henrique Cardoso teve articulação?

SR. JORGE BOTELHO – Não, desculpe, eu gostaria até de corrigir que também não tivemos. Foi boa a sua interrupção. E isto aí eu digo esse anseio porque nós, trabalhadores, esperávamos que tivesse também no governo de trabalhadores essa visão, essa possibilidade de colocar bem as questões, haver um diálogo maior. E hoje então eu coloco aqui da seguinte maneira. Nós tivemos uma reunião com o Ministro do Planejamento em que ele posteriormente, disse que não era mais o interlocutor. E aí a pergunta que eu faço é o seguinte: Nós tentamos a todo o instante, insistentemente, estabelecer uma Mesa de negociação com o governo para discutir todos esses problemas. Até o momento ela não foi instalada. E eu coloco: Se o Ministro do Planejamento não é o interlocutor para resolvermos essas questões relativas a carreira, salário e outras mais que são mais prementes, dentre aquelas que estão colocadas para nós no documento do grupo de trabalho, a gente não entende. Porque a própria legislação, ela atribui ao Ministro do Planejamento a responsabilidade para tratar dessas questões.

Então, nós vemos que, novamente, não temos essa interlocução e nós sempre colocamos para as autoridades que o desejo nosso é de dialogar e buscar soluções dentro de um clima de tranquilidade, dentro de um clima de um diálogo franco.

Então, eu coloco aqui essa questão que nós queremos estabelecer esse diálogo, que o governo realmente coloque piamente, né, claramente como vai conduzir esse diálogo conosco. Obrigado, senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra. Agradeço a palavra do Sr. Jorge Botelho. E concedo a palavra ao Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça, Sr. Ricardo Morishita para fazer a sua exposição.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Presidente.

SR. RICARDO MORISHITA – Muito obrigado Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes. Prezados Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de expressar um pouco a matéria do consumidor nesse tema. Exmº. Sr. Ministro de Estado da Defesa, Dr. Waldir pires, pessoa na qual gostaria de

cumprimentar a todas as autoridades presentes nessa Mesa. Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Deputado, oficiais, senhoras e senhores.

Claro que a minha primeira intervenção, ela deve expressar toda a preocupação, toda a comoção que os consumidores brasileiros passaram nesse período. Jamais poderia iniciar a minha fala sem expressar os transtornos, a situação dos nossos consumidores. Mais do que nunca, é importante a gente verificar que o consumidor, ele de fato é a pessoa mais vulnerável em todo esse processo.

Se de um lado, e me parece bastante positivo, que o acesso a esse tipo de serviço, a esse tipo de transporte tenha se ampliado, é importante a gente verificar também que esse acesso, ele deve ser acompanhado de um patamar mínimo de qualidade e de garantia para esses consumidores. Acho que esse processo, principalmente aonde a atividade econômica procura levar o desenvolvimento, me parece fundamental para o País, é fundamental também que esse desenvolvimento, ele tenha um patamar mínimo de qualidade de civilidade para que todos possam, então, participar dessa atividade.

Chama muito a minha atenção, quando nós pensamos nos novos consumidores que adentram a esse serviço. Porque se são consumidores que viajam pela primeira vez é natural que tenham que lidar com toda a complexidade muitas vezes desse serviço e da qualidade das informações que principalmente as empresas aéreas devem prestar.

Bom, sobre esse tema, sobre essa circunstância me parece que há duas situações relevantes que merecem uma abordagem. A primeira delas, e aqui vem toda a circunstância da responsabilidade e dos danos que os consumidores sofreram, seja do ponto de vista patrimonial, seja do ponto de vista moral, me parece que o tema foi bastante bem encaminhado pelo Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Porque há diversas ações civis públicas que discutem essa matéria. E, portanto, há, iminentemente uma jurisdicionalização desse tema através das ações. Me parece que dado à intervenção jurisdicional é um tema que merece ser conhecido, mas que não merece ter essa abordagem direta nessa minha fala. O que me preocupa é o outro lado e aqui me interessa fazer uma distinção entre dois sistemas. Um sistema que é o sistema de responsabilidade dos danos que sofreram todos os consumidores, que já está sendo tutelada através de três ações coletivas que visam tutelar então todos esses consumidores. Afora as ações individuais que foram propostas. E um outro tema completamente diferente que eu gostaria de acentuar, que é o dever de assistência. É possível sempre se voltar ao tema da responsabilidade, se de-

bater a responsabilidade, mas é indiscutível que do lado do sistema da responsabilidade existe, previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica, o chamado dever de assistência. E o dever de assistência, ele tem como única finalidade, no momento excepcional, no momento conturbado, garantir ao cidadão, aos consumidores que utilizam daquele serviço minimamente condições para que ele possa, com civilidade, com civilidade, enfrentar todos os transtornos. Na prática seria um cumprimento de uma norma que já está prevista no Código Brasileiro de aeronáutica, já está previsto na Portaria que regulamenta o Código Brasileiro de Aeronáutica que é garantir aos consumidores todas às vezes em que ocorra um atraso superior a 4 horas, garantir a esses consumidores, em primeiro lugar, a possibilidade da devolução daquilo que ele pagou, o reembolso daquele valor que o consumidor pagou. E uma segunda hipótese, caso o consumidor queira continuar a viagem, caso ele tenha a intenção de realizar aquela viagem, que seja garantido a ele a hospedagem, o transporte e a alimentação.

Estes eventos, este dever, embora haja toda aí uma preocupação do sistema, inclusive aproveitando o diálogo que ele mantém hoje com a ANAC, que é um bom diálogo com a ANAC. Propor uma discussão um pouco mais ampla sobre esse período de quatro horas. Fazia muito sentido quando a gente imaginava uma legislação de 20, 30 anos atrás. Hoje em dia, com a atualização, com a velocidade, com toda a disponibilidade, se pergunta se esse prazo não seria excessivo. Se não seria possível uma revisão desse prazo. Mas o lado disso, desse dever, desse dever de assistência que cabe a cada companhia aérea, que não é uma sugestão, não é simplesmente algo feito como um favor ao consumidor, mas é um direito do cidadão, é um direito dos consumidores, foi algo que nós não observamos o devido cumprimento.

Nos primeiros momentos, o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, eu tenho aqui dados, principalmente das regiões mais afetadas, aplicaram sanções, aplicaram multas contra as empresas aéreas porque descumpriram, com esse dever, com essa garantia mínima dos consumidores de manter a civilidade, de manter e de fornecer aos consumidores o alojamento, a alimentação e o transporte. Me parece, me parece que esse descumprimento, ele se repetiu agora novamente nessa última etapa. Nesse último momento que nós tivemos agora. E, sobre isso também, nós iremos promover uma averiguação e se constatado nós iremos aplicar a sanção. Mas me parece que pende também uma responsabilidade estratégica das empresas aéreas. Porque a legislação é absolutamente clara, não importa a causa da paralisação, não importa

a causa que levou ao cancelamento ou ao atraso do voo. Uma vez ocorrido o atraso ou o cancelamento é uma obrigação legal, é um direito que o cidadão tem de ter todos esses procedimentos implementados. E o que nós verificamos foi esse descumprimento e eu tenho certeza que boa parte dos transtornos que os cidadãos sofreram nos aeroportos foi, sobretudo, em razão deste descumprimento.

Foram lavrados autos de infrações, foram aplicadas sanções, foram abertos processos administrativos por todo o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. E me parece que esse é um ponto vital, é um ponto nevrálgico, porque principalmente nos momentos em nós temos uma situação excepcional, uma situação perturbada é que a legislação, ela precisa ser cumprida. A legislação foi criada exatamente para assegurar a esses cidadãos, a esses consumidores, neste momento, no momento em que se faz necessário minimamente um suporte, minimamente uma assistência. Nós estamos falando de alimentação, estamos falando de hospedagem, estamos falando de transporte, fatos que pública e notoriamente não foram adequadamente cumpridos pelas empresas. Acho que existe esse sistema, acho que é fundamental existir o cumprimento dessa norma por parte das empresas. Foram autuadas. Eu não tenho a menor dúvida, elas têm a possibilidade de se defenderem, há todo o devido processo legal. Mas é fundamental que também as empresas aéreas assumam a sua responsabilidade por um fato que não é, de novo, uma sugestão, mas é uma norma legal que garante a todos esses cidadãos minimamente esse sistema.

Eu também não quero ser repetitivo. Mas é claro que nesse ponto, na medida em que se... O próprio Código Brasileiro de Aeronáutica, ele também prevê esse dever de assistência, ele está em absoluta consonância com o Código de Defesa do Consumidor. E o Código de Defesa do Consumidor tem um direito que é primordial, é o direito à prevenção e o direito à reparação de todos os danos dos consumidores. Na medida em que existe esse direito básico me parece que também é importante que esse prazo de 4 horas possa, de alguma maneira, ser rediscutido com o amplo debate pela sociedade, mas que possa também ver garantido aí esse direito para todos os consumidores.

Este é o ponto que mais me chamou a atenção em todo esse processo. Não é uma preocupação específica do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, mas é uma preocupação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. E me parece que algo que também merece ser levado a público e merece, sobretudo, uma atenção com a possibilidade do aprimoramento dessas normas, o aprimoramento

desses sistemas, principalmente por parte das companhias aéreas.

Sr. Presidente, era essa a minha breve intervenção. Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, estou inteiramente à disposição para responder a qualquer pergunta que for necessário. Muito obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Agradecemos ao Dr. Morishita as considerações iniciais expendidas por V.S^a., e nós passaremos agora à segunda parte desta reunião conjunta que é a parte do debate onde nós teremos a participação dos eminentes Srs. Senadores. Tem prioridade os autores dos requerimentos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente. O Dr. Milton quer dar uma informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Como?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – O Dr. Milton quer dar uma informação que acho que julga importante para o nosso debate antes de passar a palavra se puder passar a palavra a ele eu agradeceria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra Dr. Milton.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Só para dar uma informação eu recebi há pouco que tem uma paralisação completa de controladores na França, os dois principais aeroportos é quase integral e toda a média dos aeroportos franceses, algo em torno de 50%.

Então, é um problema que a gente volta e meia verifica no mundo todo, né?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – São civis ou militares na França?

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – São civis.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Como eu dizia, a prioridade da oitiva é dos Senadores que apresentaram os requerimentos. Nós daremos a palavra ao Senador Heráclito Fortes como subscritor do Requerimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Ministros, senhores convidados. Antes de mais nada, eu quero pedir ao Dr. Zuanazzi que comunique a esta Comissão quando a crise da França for resolvida. V.Ex^a. está anunciando hoje o início, queria que V.Ex^a. pudesse comunicar à Comissão o período, em quanto tempo ela será resolvida. Isso será um parâmetro muito bom para se verem como as coisas são resolvidas lá e cá. Acho que nós não... Não é um bom exemplo, mas V.Ex^a., V.Ex^a. foi quem trouxe.

Sr. Presidente, é muito importante a presença dos convidados nessa Comissão nessa manhã. Pelo papel do Senado da República e pelo papel das duas comissões que procederam a convocação. De antemão eu quero que todos saibam que não é do espírito nem desta Casa, nem dos Parlamentares individualmente aumentar este conflito. A crise da aérea brasileira não interessa a ninguém. Não interessa a governo, não interessa à oposição, não interessa ao contribuinte, que é exatamente o grande penalizado nessa questão. O que nós estamos procurando é através desta Mesa unificar o debate. Evitar a distorção de informações. O conflito hierárquico da crise para facilitar. E o Senado, na última Audiência Pública, o Ministro Waldir Pires é testemunha. O primeiro resultado concreto foi a colocação de recursos orçamentários para atender demandas urgentes para tentar solucionar a crise. De forma que não há partidização, fiquem os senhores absolutamente tranquilos. Como cidadão brasileiro, nós temos o dever e a obrigação de colaborar com o País para a solução desta crise.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas, e aí... A primeira, com certeza, para o Ministro Waldir Pires poderia responder. Mas, antes disso, ele nos explicasse um pouco o que significa, no seu entender, o conflito de compreensão. De onde, onde é que falta e quem gera este conflito?

E segundo ponto, eu queria falar sobre o CONAC, que é o Conselho Nacional de Aviação Civil. Em 2003, no dia 30 de outubro uma reunião presidida pelo então Ministro Viegas, algumas resoluções foram tomadas. A Resolução 5, 11, 15 e 18, especificamente falam sobre providências que deviam ser tomadas preventivamente para a solução da crise.

A pergunta é se o Presidente da República tomou conhecimento desse documento? Quais as providências tomadas? E de lá para cá, quantas vezes o CONAC se reuniu? Porque, nada mais oportuno o CONAC ter reuniões periódicas até para promover politicamente essa transição entre a ANAC e o DAC. De 30 de outubro de 2003 para cá, quantas vezes se reuniu? E, nesse período da crise, já que o CONAC reúne em torno de si as autoridades diretamente mais ligadas ao setor aéreo no País, quantas vezes se reuniu?

A questão do controlador civil e do controlador militar. A convivência que nos conste sempre foi pacífica, harmônica, inclusive em divisão de salas. Quando começou e por que começou essa distorção entre o civil e entre o militar? E... Pegando a deixa aqui do Sr. Jorge Botelho, quem vai cuidar do controlador civil? Evidente que a prioridade agora é para a crise envolvendo o controlador militar. Mas e o controlador civil?

Ele... Apontou o Ministro do Planejamento e o Ministro da Defesa. É uma pergunta feita.

Outra pergunta que eu acho que o Brigadeiro Saito pode nos responder e sobre esta Comissão da IATA que esteve no Brasil. IATA, é uma comissão estrangeira que esteve aqui recentemente e, inclusive... federação dos controladores pedindo inclusive que nós, que o Brasil desse prioridade aos vôos internacionais. Nós não estamos correndo o risco de rebaixamento de categoria dos nossos aeroportos? Nós não estamos correndo o risco de perder para o Chile a primazia do controle de voo no espaço aéreo da América Latina? Quais as providências que estão sendo tomadas para a solução desse problema?

O controle aéreo, há uma confusão grande. Quando o problema aparece não é da INFRAERO o controle aéreo, quando a notícia é boa o controle aéreo, a INFRAERO tem responsabilidade. Eu queria, Brigadeiro, que ficasse bem claro para o País um tanto ignorante nessas entrelinhas burocráticas, o que é que no controle aéreo é de responsabilidade ou se tem alguma responsabilidade a INFRAERO? Aeroportos de interior, ou... Como é que é feita essa divisão? E como é que é esta convivência?

Outra pergunta. Ainda existe, no Brasil, o famigerado buraco negro que tanto nos assusta? O buraco negro que alguns acusam, inclusive, o Ministro Waldir Pires, me lembro bem, esse nome nunca mais me saiu da cabeça, a Posição Teres, aquela linha imaginária que amarra a navegação aérea é... Se existe, o que é que é preciso fazer para acabar com isso? Se os sistemas estão integrados? Por que é que existe o... Qual é a razão da existência desse buraco negro?

Quería perguntar ao Presidente da INFRAERO: Nós vemos aí, nos causa pena, aviões sucateados nos hangares do Brasil. Uma pendência jurídica envolvendo a INFRAERO e a TRANSBRASIL. Outra envolvendo a INFRAERO e a VASP, e os hangares sucateados, os aviões sucateados e os hangares desocupados. Quais as providências que já foram tomadas para solucionar essa crise? O que é que impede a INFRAERO, através de medidas jurídicas drásticas, retomar esses espaços que são caríssimos, que são caríssimos. Evidente que na Justiça vai correr prazo e um dia as empresas pagarão ou supostamente os seus proprietários perderão os seus bens. Mas não é isso. Nós estamos, através da limitação de espaço prejudicando outras empresas.

E como é que anda uma negociação iniciada, ainda na época do Ministro Viegas, para repassar esses hangares da TRANSBRASIL para a OCEANAIR.

O Brigadeiro, ontem, na Câmara, e nós estamos repercutindo um pouco o episódio da Câmara, disse que ao assumir a INFRAERO levou apenas três fun-

cionários. Eu gostaria que o Brigadeiro dissesse a esta Comissão o nome dos funcionários. Levados por ele, da cota pessoal dele. E aqui fazer um registro, Sr. Ministro Waldir Pires e de estranheza. Um órgão técnico como esse se coloca um técnico na função e não lhe dá liberdade de colocar uma equipe da sua confiança. Esse desabafo, Brigadeiro, de V.Ex^a. é fundamental. Como é que assume uma posição de responsabilidade como essa e só lhe é dado o direito de colocar três servidores? Declarações dadas ontem.

Eu gostaria de saber sobre as indicações do Superintendente Regional de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Quando foi feita? Por quem foi feito? A data da posse. E por último, sobre a INFRAERO. O senhor, como Presidente da INFRAERO, o que hoje tem sido detonada de crise no País inteiro, encontrou ou tem conhecimento de algum contrato que não tenha sido previamente licitado dentro da empresa?

Por último, Sr. Ministro Waldir Pires, a minha pergunta, com certeza atende ao anseio de grande parte dos brasileiros e principalmente das famílias vitimadas no acidente da GOL. Como anda o inquérito? Como é que está a situação das famílias das vítimas? Com relação a indenização, com relação a assistência? Nós estamos há mais de seis meses do acidente e o Brasil quer algumas respostas mais claras sobre essas indagações. No momento eram essas as perguntas que queria fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. A Mesa vai adotar o seguinte critério, diante do elevado número de Parlamentares inscritos, nós vamos ouvir o questionamento em bloco de três Srs. Senadores e aí, os convidados procederão as respostas. Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, me permita que inicialmente eu até conteste essa forma que V.Ex^a. agora acaba de implantar. Sem querer discutir com a Mesa. Porque as questões do Senador Heráclito Fortes são questões da maior importância e claro que se nós, somadas a essas questões que são inúmeras e com tantas outras questões que mais dois outros Senadores coloquem, dificilmente nós vamos ter respostas. Nós vamos ter, com certeza, evasivas. E essa reunião se pauta por isso, lamentavelmente, nós não vimos aqui, dos expositores, soluções para os problemas. A crise há é um fato, é inquestionável. A crise não redundava apenas da questão controladores aéreos. Sem sombra de dúvida, é importante a questão, a questão dos controladores. Mas não é apenas isso, Sr. Ministro. Eu fiz o trabalho de pegar aqui na “Folha de São Paulo”, e começa com a quebra da VARIG, depois o acidente da GOL, depois,

no dia 5 de dezembro tem a maior pane no sistema de controle aéreo da história do País. “Falha em equipamento impede que os aviões se comuniquem com o CINDACTA I de Brasília”. No dia 12 de dezembro, o TCU divulga relatório que indica falhas de gestão e falta de recursos no sistema de controle, além de falta de coordenação para a crise aérea. No dia 12 de janeiro, pane no sistema de comunicação no CINDACTA II, em Curitiba. Problema ocorreu em equipamento de 20 anos de uso, considerado obsoleto. E eu já ouvi o Presidente da INFRAERO dizer que vários equipamentos estão obsoletos e se não forem renovados ou modificados ou reequipados, provavelmente muitos entrarão em colapso dentro em breve. 18 de janeiro, ANAC e INFRAERO decidem criar mecanismo de controle de acúmulo de água na pista principal de Congonhas. Cinco derrapagens ocorrem em onze meses e governo abre edital para a reforma da pista. Vejam que Congonhas gastou milhões, sob suspeição hoje para a reforma do aeródromo, da Casa, mas não da pista de pouso e hoje uma pista interditada e a outra freqüentemente interditada porque São Paulo chove e nós sabemos aqueles aguaceiros tradicionais de São Paulo é o motivo para interdição. A chuva. 10 de fevereiro. No IPM que apurava a responsabilidade pela operação padrão controladores são acusados de motim. Isso é 10 de fevereiro.

Então, a insatisfação entre os controladores é antiga. É antiga. 18 de março, pane no sistema de informática do CINDACTA I. Governo apura hipótese de sabotagem. 21 de março, pane da rede de informática do CINDACTA II. O governo fala em sabotagem. 24 de março, falta de teste em aparelho que permite pousos em dia sem visibilidade, o chamado ILS, fecha Cum-bica por causa de nevoeiro por mais de 12 horas em 3 dias. Aí ficou uma troca de acusação, se seria um trabalho do Comando da Aeronáutica, da INFRAERO. E 28 de março, Sr. Presidente, imagine, pombo morto fecha Congonhas por 15 minutos.

Então, são questões que se avolumam que é falta de infra-estrutura, falta de investimento, problemas de renovação de equipamentos, equipamento obsoleto. E o problema dos controladores de voo. Por conta disso, o Governo constituiu em 16 de novembro de 2006 uma Portaria que cria o grupo de Trabalho Interministerial. E aqui distribuíram, não sei quem bem distribuiu, Srs. Senadores, o resultado desse trabalho do GTI, com 16 assinaturas, e aqui comprova tudo. Tudo. Aqui está dito que é necessário contratação de profissionais para a área de controle do espaço aéreo brasileiro que deverá adequar-se à nova estrutura sistêmica organizacional. Estudar o redesenho do espaço brasileiro no sentido de adequá-lo ao crescimento da aviação civil.

Auditoria técnica independente imediata para avaliar os problemas e as necessidades do sistema relativos a pessoal. Atualização tecnológica, infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária. Implementação de auditorias operacionais. E por aí vai. Foi esse grupo de trabalho que... Fez esse tipo de recomendação.

Pois bem. Lamentavelmente, nós não assistimos providências por parte do Governo Federal e aqui nessa audiência, eu esperava que o Ministro Waldir Pires, o próprio Comandante da Aeronáutica pudesse dar ao País uma esperança, uma expectativa das providências que estão em curso. Mas eu ouvi muitas obviedades, eu vi muitas... Divagações, mas efetivamente, quais as providências para resolver os problemas dos controladores? Vamos desmilitarizar, não vamos desmilitarizar. O governo ora diz que vai desmilitarizar. O Ministro Waldir Pires, como Ministro da Defesa, eu acho que dentro das suas atribuições, mas talvez criando uma dificuldade militar, ele começou a negociar com os Sargentos lá atrás. Abriu uma negociação com os Sargentos. Eu, ontem, ouvi, aliás, hoje pela manhã o Ministro Waldir Pires na televisão dizer que ele crê, tem esperança, todo nós cremos, crê em sonhos, e crê em reivindicações. Eu vou me ater só as reivindicações, os outros não têm muito a ver, esperança e sonhos todos nós temos, mas não resolvem problemas. Reivindicações, reivindicações de quem? Dos controladores? Como é que serão resolvidas essas reivindicações? Qual é o norte, eu pergunto ao Ministro Waldir Pires, ao Tenente Brigadeiro-do-Ar, Juniti Saito, que temos o maior respeito por ambos, ao Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira e também ao diretor da ANAC. As soluções que foram colocadas aqui, pelo que vi da exposição, não estão expostas para o País.

O que o Senador Heráclito falou sobre uma visita aqui de um sistema internacional de controladores é extremamente preocupante. Senão, vejamos o que diz aqui uma reportagem da Folha de São Paulo. “O sistema de controle de tráfego aéreo brasileiro é falho e tem o nível baixo de segurança. Os controladores não têm preparo. Os equipamentos são velhos. Não há suporte técnico. A cobertura de rádio é ruim. Os sistemas operacionais são inadequados. E, apesar disso, a Aeronáutica afirma ter um dos melhores e mais modernos sistemas do mundo”. Eu quero colocar aqui... É uma reportagem de Leila Salvando da Sucursal de Brasília. É um resumo do relatório preparado pela Federação Internacional de Associação dos Controladores de Tráfego Aéreo, após uma vistoria geral do CINDACTA I. Os resultados foram enviados em caráter confidencial para Organizações da Aviação Civil Internacional, para a Federação Internacional da Associação de Pilotos de Linhas Aéreas e uma carta foi enviada ao Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva em 9 de novembro de 2006, para oferecer Assessoria e consultoria para auxiliar o governo na construção de um marco institucional novo mais transparente e seguro.

Então, o que eu quero perguntar, Sr. Presidente, ao Sr. Ministro é que se nós pegarmos as declarações do Ministro, inclusive aqui nesta Casa, na Comissão de Fiscalização e Controle. Teríamos toda a razão para ficar despreocupado que tudo estaria em curso para uma solução rápida do problema.

O Ministro Waldir Pires dizia, no dia primeiro do onze, “a situação deles – controladores – está no limite. Quando assumi não sabia”. Depois, o Ministro diz: “Não houve nada – Isso já no dia 13/11 – Não houve nada. Quantas vezes temos atrasos de duas, três horas. São atrasos de vôos, de empresas”. Dando tranquilidade ao consumidor brasileiro que não havia nada. Que era atraso normal. Mas há uma crise. Evidentemente que há uma crise. No dia 4/12 o Ministro diz: “As coisas estão marchando para que a situação se normalize”. Mas, no mesmo dia, no dia seguinte, Sr. Milton Zuanazzi diz: “Nunca houve um colapso aéreo dessa magnitude no País”. Um dia de diferença e uma declaração de uma autoridade para outra. No dia 7/12, três dias depois, a Sr^a. Ministra da Casa Civil diz: É um problema bastante simples de solução. Eu sempre ouvi o Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira dizer que é um problema extremamente difícil de solução, eu até o elogio por essa franqueza e esse módulo, eu diria, transparente de colocar uma questão tão grave como essa.

O Presidente diz, no dia 21/12, “a determinação é resolver definitivamente os problemas”. 21/12. O Ministro Waldir Pires, dia 21/3 diz: “Não temos uma crise, temos problemas focados que já estão sendo resolvidos”. E termina dizendo: O usuário deve ser objeto essencial do tráfego aéreo e o que é o usuário? É toda a humanidade brasileira”. Isso antes dos acontecimentos pré-Páscoa daquele momento onde os controladores aéreos resolveram por bem fazer o movimento, que nós todos aqui repudiamos, que era uma quebra de hierarquia. E que o Presidente Lula, fora do País, dá uma determinação de que o Comandante Juniti Saito não deve exercer a sua autoridade, que ele se dirigia para fazer a prisão dos controladores amotinados. Desautorizando a Aeronáutica, manda o Ministro do Planejamento autorizar tudo, que eu vi o Ministro Waldir Pires agora fazer uma avaliação de que era preciso resolver o problema. E aí se coloca em xeque a Constituição, a atribuição da Aeronáutica, a hierarquia, a disciplina. Retorna ao País, desconhece o que o seu Ministro fez por ordem dele. E aí repõe as coisas no lugar.

Mas o importante, Sr. Presidente, é que nós não temos ainda uma solução para este problema. Ou não temos soluções para estes problemas. Porque são vários. Volto a repetir: Investimento em infra-estrutura; investimento em equipamento; investimento em treinamento de pessoal e o problema institucional com relação aos controladores aéreos.

Então, eu estou fazendo essa intervenção para perguntar ao Ministro Waldir Pires, ao Comandante Juniti Saito que providências estão em curso para que esses problemas que apareceram ao longo desses seis a nove meses se considerarmos nove meses o início da crise da VARIG, estão em curso para uma verdadeira solução, para trazer tranquilidade ao consumidor brasileiro, ao passageiro brasileiro. Porque tráfego aéreo nós discutimos aqui, ou melhor, transporte aéreo, nós discutimos aqui desde 2003 com o problema da VARIG, que é essencial para esse País. É estratégico para o Brasil com as dimensões que nós temos. Mas nada disso sensibilizou o governo até hoje para medidas efetivas e práticas. E não adianta proselitismo, não adianta simplesmente discurso, não adianta sequer boas intenções. Eu comentava com o Senador Renato Casagrande em minha terra se diz o seguinte: “De boas intenções o inferno está cheio” e nós não queremos que se encha mais. Nós queremos soluções. O País exige solução.

Então, essa é a minha indagação ao Ministro, quando é que realmente soluções surgirão para resolver esses problemas? E não vamos tergiversar sobre assunto tão sérios que coloquem em risco a vida de milhares de brasileiros quando não incomodam muito e prejudicam os usuários dos passageiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado Senador César Borges. Com a palavra o Senador Fernando Collor... Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Ministro, senhores convidados para essa audiência pública, Senadores, Senadoras. De fato o Senado cumpre o seu papel na hora que convida para uma audiência pública como essa, a câmara dos Deputados fez ontem, nós estamos fazendo hoje, acho fundamental que façamos o debate.

Quando eu era Deputado Federal na legislatura passada eu estive aqui no Senado numa Comissão debatendo basicamente, basicamente não, debatendo o mesmo tema da crise aérea. Então são seis meses que nós vivenciamos uma crise mais profunda, mesmo que isso possa estar concentrado em alguns dias, como disse o Presidente da ANAC, o Milton Zuana-

zzi, mas nós estamos nem debate mais profundo há 6 meses para nós que somos leigo no assunto quando a gente olha para o noticiário do dia-a-dia a dificuldade nos aeroportos que nós também vivenciamos nós sabemos que essa crise é uma crise profunda, que não começou há 6 meses atrás, que não começou só com a queda do avião da GOL que foi estopim que provocou o movimento dos controladores e que de lá para cá uma situação que já estava com diversas anomalias e problemas isso apareceu ficou visível para a população brasileira.

A crise no setor aéreo aqui já disse a ANAC e aqui já disse o Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira da INFRAERO. Aqui já disseram outros que falaram sobre o tema. A crise é decorrente, Sr. Ministro da falta de investimento histórico nesse setor. Falta de investimento nos aeroportos, falta de investimento nos equipamentos de controle, na contratação de pessoal, uma crise que vem sendo provocada pela demanda muito superior à oferta. Também apresentados os dados aqui. Quando ao número de passageiros aumentou muito o número de aeronaves grandes se manteve no mesmo número.

Então, se deve também a situação da concentração que nós tivemos na aviação comercial brasileira. Então nós temos uma crise que vem de alguns anos. Que extrapola o Governo do Presidente Lula que se tornou visível agora neste momento pela crise que nós estamos observando e vendo, nós não podemos desconsiderar toda essa situação histórica que a gente vive. E que precisa, ser resolvida efetivamente, precisa claramente de uma solução, e eu acho que como membro da base do Governo do Presidente Lula acho que o maior problema e a maior falha do nosso governo foi ter observado a crise de um tamanho menor do que ela era e do que ela é. Seis meses para cá só agora com movimento dos controladores militares é que o governo agiu de uma forma mais centralizada, só agora.

Então eu acho que faltou por parte do governo uma ação mais enérgica desde o início. Talvez subestimando a falta de infra-estrutura que nós temos nesta área. Se eu perguntar ao Presidente da INFRAERO: Quais são os investimentos feitos nos aeroportos brasileiros nos últimos 10 anos para que nós possamos ter a idéia do que foi feito de investimento nos aeroportos, nós vamos começar a identificar um dos problemas da crise. Nós perguntarmos ao Brigadeiro, Juniti Saito, quais foram os investimentos feitos em equipamento que eu já disse aqui 2 bilhões de reais em que momento foram feitos esses investimentos exatamente, quantos controladores foram contratados nos últimos anos pelo sistema aeroportuário nosso. Nós vamos

começar de fato a identificar. Então eu acho que nós temos uma crise que ela precisa ser retratada e apresentada por inteiro e ela tem um momento que é dessa visibilidade que nós estamos tendo e que precisa ser enfrentada acho que a falha deste governo foi não ter dado a importância devida ao tamanho desta crise. Nós estamos, apesar de todas colocações feitas aqui, de que o Sistema Aéreo Brasileiro é um sistema seguro, o sentimento de quem anda de avião hoje é um sentimento de insegurança. Os dados estão colocados, de fato nós temos um sistema seguro, mas o sentimento que nos domina é um sentimento de insegurança. Insegurança por quê? Não tem uma orientação clara de governo. O maior problema apresentado ou o problema mais visível a questão dos controladores já perguntada, a gente repete, porque as perguntas tem que ter respostas, é civil ou é militar? Pode ser os dois? Pode ser os dois acordados como foi feito até agora? Os militares, a aeronáutica apresentou os investimentos no controle aéreo, são investimentos importantes, isso significa, me dá a impressão de que a posição do Tenente Brigadeiro Juniti Saito é de que os controladores continuem sobre o comando da aeronáutica e sejam militares, pessoalmente, pessoalmente até que possamos debater qualquer assunto com mais profundidade, pessoalmente eu tenho preferência para uma relação com os militares, porque o nível de debate de controle, e de disciplina é muito melhor para que a gente possa enfrentar momentos de dificuldades. Mas o governo não tem até agora, não conseguiu expor uma situação, uma posição clara com relação a esse tema que eu acho importante que se coloque até para dar tranquilidade aos controladores saber como vai ser a vida deles daqui para frente, qualquer que seja a decisão do governo acho que vai ser bom para os controladores, viu, Dr. Jorge Botelho? Acho que vai ser bom para que vocês tenham noção clara disso.

Repito também, porque isso é importante para nós, a Federação Internacional dos Controladores disse que o nosso sistema não tem segurança, é a terceira vez que faz pergunta, ela tem eco aqui dentro, tem eco. Nós estamos dizendo que tem, a gente confia, mas tem uma dúvida colocada no ar, então tem que ser repetida para que a gente possa ter segurança em com relação à segurança do espaço aéreo brasileiro. Segundo essa organização internacional, essa entidade internacional os nossos controladores não tem preparo, pergunto ao Jorge e pergunto ao Tenente Brigadeiro Juniti Saito, vocês concordam com essa declaração? Não falam fluentemente inglês para poder se comunicar, isso está colocado na matéria publicada pela ação pela auditoria feita por essa entidade.

E acho, para terminar, acho que nós temos hoje um papel que a ANAC cumpre de controle, de fiscalização, temos o papel de administração dos aeroportos feitos pela INFRAERO, temos o papel do controle do tráfego aéreo feito pela aeronáutica. Falta, na minha avaliação, alguém que cuide do todo, da política, da política, falta acho da parte do governo alguém que cuide do todo. Eu ouvi do Ministro Waldir Pires sobre essa questão da gestão da política, da definição de política na Aviação Civil brasileira. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Passamos a palavra ao Sr. Ministro da Defesa Waldir Pires.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Inicialmente eu deverei responder ao Senador Heráclito Fortes.

Quando eu falo em conflito de incompreensão, Senador, não falo num sentido restrito apenas. Eu falo no sentido da responsabilidade coletiva. Nós somos um País de incompreensões, nós não temos, nós nunca tivemos soluções de curto prazo para os grandes problemas do nosso País. Nunca! E como eu sou um velho Parlamentar com muita honra, apesar de ter passado muitos anos, depois de ter saído e ter voltado, levei 30 anos sem vir a esta Casa, mas voltei e continuei. Nós temos nesta Casa problemas importantíssimos sem solução imediata. Nós lutamos, por exemplo, por uma reforma política que a Nação quer, não chegamos a conclusões imediatas. Nós não desejamos o desequilíbrio social as desigualdades sociais brutais da sociedade brasileira há quantos anos? Não chegamos a essas soluções. Nós temos crises de transporte, de investimento e transporte não chegamos a essas soluções, essa que foram o Senador Heráclito Fortes o sentido um pouco de dizer que nós temos incompreensões e é claro que temos que ter soluções. Essa crise do transporte aéreo não é de agora. Esses problemas de investimento não são de agora, Senador César Borges. São crises de investimento de dezenas de anos, de modo que de décadas...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Séculos.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Talvez. Não, porque não tinha avião, mas a verdade é essa. Por isso é que eu disse que a minha visão seria de parceria aqui, eu estou inteiramente de acordo, Senador Casagrande, que nós devemos fazer uma possibilidade de nos unir para as soluções adequadas. A crise não foi feita pelo, digamos assim, pela crise da VARIG, não começou com a crise da VARIG e nem é resultante, digamos simplesmente, pelo episódio do acidente da GOL. A crise da VARIG nós antecipamos, eu era até membro do parlamento, nós antecipamos lá no começo dos anos 90, quando a política de definição de rotas

aéreas derrubou a estrutura das empresas brasileiras que nós denunciávamos naquela ocasião, a VARIG veio, digamos, reduzindo-se, veio se deteriorando desde então quando nós decidimos aqui que todo mundo poderia fazer vôo internacional. E o Brasil abriu o seu mercado externo para a VASP, para a TRANSBRAVIL, para a TAM quando a VARIG é que era a titular a rigor de um patrimônio. O mundo inteiro fazia o contrário. O mundo todo. A França só tinha uma empresa que era a AIR FRANCE, a Alemanha poderosa economicamente só tinha a LUFTHANSA, a Inglaterra só tinha a BRITISH, a Itália só tinha a ALITALIA, a Escandinávia tinha a SAS, no entanto nós abrimos e liquidamos todas, então é uma crise de longo tempo. Nós, portanto, temos que ter uma posição de parceria em favor da sociedade brasileira. Os erros podem ser sucessivos, todos podemos ter erros.

O CONAC é um organismo normativo, não é um organismo especializado de técnicos, ele é para uma definição normativa quase que a rigor digamos, um pequeno parlamento, compõe uma série de Ministros de Estado que não tem nada a ver, as regras essenciais daquele instante que o Ministro Viegas determinou elas estão aí muito bem postas, inclusive para serem cumpridas e a luta a ser feita. Quando surge o acidente do Boeing explodiu tudo. Por quê? Porque foi o maior sofrimento nosso. São 150 pessoas falecidas, mortas com uma dor gigantesca de todas as famílias e de nós todos. O trabalho da aeronáutica para resgatar esses corpos na selva foi extraordinário a dedicação, mas aí começaram a surgir e a explodir os sintomas mais graves entre os quais os sintomas dos controladores. Nós vamos ter que corrigir isso, qual vai ser, qual vai ser o sistema de controladores? Vai ser um sistema militar, vai ser um sistema civil. Essa é uma definição de Estado, provavelmente terá que ser, inclusive com a participação de V.Ex^{as}, provavelmente não, seguramente. Porque nós temos uma lei que é a Lei 97, a Lei Complementar que estabelece qual é o regime e que diz que o regime é o regime da aeronáutica e institui o Comandante da Aeronáutica como a autoridade aeronáutica que eu digo ao Senador César Borges é que o Presidente da República, Senador César Borges é Presidente da República de um País republicano para ser enfático, para ser enfático, de um País democrático. Logo o Presidente da República que tem a titularidade da soberania nacional a soberania popular...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Ex^a. pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com maior constrangimento eu queria pedir ao Ministro

Waldir Pires por todo o bem, por toda a vivência que ele tem como parlamento, que evite o dedo em riste. A televisão mostra uma cena horrível parece que V.Ex^a. está repreendendo um companheiro.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Não, não. Não, absolutamente, eu estou apenas dizendo...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sei que não é do espírito de V.Ex^a; Eu fui vítima do seu dedo em riste, recebi telefonemas aqui de pessoas que estão. Eu queria pedir a V.Ex^a. com educação que V.Ex^a. tem, não bote um dedo em riste nessa Casa.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Não bote?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O dedo em riste.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Ah não, absolutamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Muito obrigado a V.Ex^a.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Senador Heráclito, só um aparte? Essa indignação, a meu ver, não é sincera. É uma indignação apenas para televisão.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Não é. Não se trata disso. Não é o meu forte a grosseria, nunca foi o meu forte a grosseria V.Ex^a. sabe disso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu sei disso. Exatamente por isso, por saber que não é...

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – E se a gente põe conversando, inclusive, com a família muitas vezes, a gente põe numa conversa de amigos num instante, não tem nada de ofensivo a coisa nenhuma eu estou apenas falando no conceito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sei inclusive que é um costume baiano, mas que V.Ex^a. não concorda com ele. De forma que eu lhe pediria que...

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – ...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Menos meu, viu Senador Heráclito. Meu não, me tire fora.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Absolutamente. Não...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero dizer a V.Ex^a. que essa Casa é a Casa da democracia em nenhum momento eu senti pelas palavras de V.Ex^a, qualquer tipo de intenção de ofender alguém. Eu gostaria de dar a minha opinião V.Ex^a. tem colocado a questão de uma maneira ampla, de uma maneira buscando a solução, eu não senti aqui ofendido por qualquer gestual que V.Ex^a. tenha feito. Gostaria de deixar isso claro.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Muito obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente, a palavra aqui, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sr. Presidente,.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós deveríamos permitir foram feitas oitivas, forma feitos os questionamentos, nós devemos permitir que as respostas... Eu também não estou vendo na manifestação do Ministro nenhuma intenção de agredir, nenhum movimento de grosseria a quem quer que seja. Nós permitirmos ao Ministro responder as perguntas que foram formuladas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas justificar quando eu pedia questão de ordem, eu disse que não era do espírito do Ministro e nem da intenção. Mas quem vê dá a entender de que nós estamos aqui um acalorado debate e que ele está falando rispidamente com o Senador. O que não é bom.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Não, não, não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu só lamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Heráclito. A televisão está mostrando o que está acontecendo. Aqui é diferente de ilações que fazem a imprensa. Aqui...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É um direito que me assiste. Agora eu só lamento é que o Senador Crivella tenha sido escalado pela base do governo para marcar o que eu digo. Nós vamos, eu vou aceitar o debate, Senador Crivella. Essa escalção de V.Exª. vai lhe terminar transformando em Ministro de Defesa V.Exª. resolve a crise.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não é escalção nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Heráclito e Senador Crivella. Essa Audiência Pública tem um objetivo muito importante que angústia todo o povo brasileiro, que é a questão relacionada ao caos que tomou conta do tráfego aéreo brasileiro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Os convidados estão aqui para responder os questionamentos que os eminentes Srs. Senadores estão formulando. Formularam as questões, vamos permitir a eles que respondam. Eu pediria a compreensão de todos os Senadores para que não houvesse um debate paralelo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas é preciso ter objetividade, aí não resposta. É tergiversar, é fazer proselitismo, e claro que com esse tipo de gesto

que, no caso, eu quero agradecer ao Senador Heráclito foi dirigido a mim, eu não me sinto ofendido, porque eu não acredito na indignação do Ministro Waldir Pires não é sincera. Sincera seria resolver os problemas do tráfego aéreo. Então, eu não me sinto ofendido com o seu dedo, porque não é sincero.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Respeitamos a opinião de V.Exª, agora, eu pediria ao Ministro que respondesse.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, eu fui citado aqui e quero responder. Eu quero dizer ao Senador Heráclito Fortes que não há nenhuma escalção por nenhum membro do governo. Vim para cá, Senador Heráclito escalado por três milhões e 200 mil que me deram mandato como deram a V.Exª., e respeito V.Exª. todas às vezes que V.Exª. falar terá de mim sempre o total respeito, mas acho também que devemos ter o direito a controvérsia. Cada um tem a sua opinião eu quero expor a minha também, ter esse direito de poder expor a minha opinião, afinal isso aqui é a Casa da democracia. Não me senti ofendido com o gestual de V.Exª. É a minha opinião.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Cícero Lucena, pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero pedir, Sr. Presidente, perdão a Constituição Brasileira que dá a mim com 600 mil votos os mesmos direitos e deveres que dá ao Senador Crivella com os 3 milhões de votos. Essa é uma Casa da igualdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Cícero Lucena, pela ordem.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente a pela ordem eu acho que todo o Brasil está interessado em nós ouvirmos o que já foi feito e também ouvir as perguntas que os Senadores tem a fazer. Então a minha sugestão que eu gostaria de fazer à presidência desse trabalho é que fosse estabelecido prazo para as respostas para evitar desvios de assunto ou outras intenções nas respostas ou mesmo nas perguntas. Então, devido ao avançar da hora e o interesse aos outros Senadores, em respeito aos outros Senadores que também querem fazer as suas indagações que fosse estabelecido prazo, com todo respeito ao processo democrático, mas pedir a compreensão de quem vai falar para que seja no tempo para que todos tenham a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – V.Exª. tem razão. Nós procu-

raremos obter a objetividade das respostas dos convidados. Agora, há de convir por estabelecermos um critério de ouvirmos três Srs. Senadores, é preciso que seja respondido aos três Srs. Senadores. Eu só pediria aos convidados que procurassem ser mais objetivo na resposta. Sr. Ministro tem V.Ex^a. a palavra.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Eu creio que é uma coisa essencial que se diga a Casa que o Presidente da República não cometeu um ato de violência nem de quebra de hierarquia, só isto. É isso que eu seria dizer ao Senador César Borges. Senador César Borges é o meu antigo adversário eu o respeito como adversário, sempre nos cumprimentamos de modo que não se trata disso, mas na hora em que se menciona que o Presidente da República cometeu uma quebra de hierarquia quando ele toma uma posição na qualidade de comandante Supremo e como titular da soberania nacional e da soberania popular que elege o Presidente da República para que ele seja Juiz num determinado instante do que é que é o mais conveniente ou interesse da Nação e em seguida ele repõe nos termos em que a lei estabelece... Eu fui muito agredido por diversas áreas e jornais achando que tinha sido posto de lado porque o Presidente da República determinou que o assunto voltasse totalmente o comando da aeronáutica e eu só fiz aplaudir, aplaudir e saber que ele estava fazendo o correto, porque o que a lei estabelece, porque está no projeto, não no projeto, mas na Lei Complementar, no art. 18 da Lei Complementar. A aeronáutica é a autoridade aeronáutica para conduzir o assunto. De forma que é possível que tenha sido o calor, mas nas horas dos calores, Sr. Presidente, nessas horas nós temos outros ambientes que não são os daqui.

Então, eu respeito inteiramente essa Casa e vim aqui para nós conversarmos adequadamente.

A crise ela se torna evidente com episódio do acidente, é o episódio do acidente que revela, revela faltas, revela velhas insuficiências de todo o sistema há anos, de modo que nesse particular é que eu quero que as coisas fiquem tranquilas.

A decisão de controlador civil e de controlador militar é uma decisão que evidentemente só o Estado pode tomar, essa é uma decisão de Estado, portanto é uma decisão que vai caber ao Presidente da República tomar a iniciativa e decidir com os senhores, porque vai depender inclusive de lei do Congresso Nacional para estabelecer se o controlador vai ser civil ou vai ser militar, essa que é a verdade. Eu tive a oportunidade de dizer que no mundo, atualmente, até, porque tive essa iniciativa, mas não é verdade que eu tenha conversado com os controladores militares, não é verdade. Os jornais disseram que eu tinha tomado até cerveja, e fui para um bar para conversar com 7 sargentos mi-

litares, não é verdade. Eu lamentei enormemente que nós tivéssemos chegado a esse nível. Não é verdade, não foi verdade, nunca foi verdade. Eu conversei com os controladores civis, porque eles são membro do sindicato civil que se incorpora a instituições democráticas em todos os Estados Democráticos. Mas a verdade é que essa decisão, essa decisão será uma decisão de Estado a ser tomada pelo Presidente da República, disse agora quem é que tem razão? Quem não tem razão eu respeito enormemente, apenas como disse na Câmara ontem, tenho o maior respeito pela aeronáutica. Tenho o maior apreço pelo comandante Juniti Saito que acaba de assumir o comando da aeronáutica. Mas a grande verdade é que nós temos no mundo hoje como controle militar num tipo do que nós exercemos completamente temos hoje o exemplo da Eritreia, o exemplo da Somália o exemplo do Uruguai e tinha Argentina até pouco tempo e mais nada. De modo que como vai se definir isso? Na hora própria, mas até lá deveremos ter as nossas relações e vamos tê-la. A nossa relação de apreço é absoluta no sentido de que a transição se dê imediatamente. Essa transição é a transição desse Estado de dificuldades em que temos vivido por uma posição que eu disse aos controladores, eu sou absolutamente a favor dos sonhos, eu acho que a vida não se faz sem sonhos. Eu vivi a minha vida sonhando por um País decente e sério e democrático, lutei por um País decente, sério e democrático, foram minhas esperanças e as minhas reivindicações também. Mas quero reivindicações dentro das instituições democráticas. Isso eu disse sempre a todos, em todos os meus encontros. Não temos mais o direito de ter impaciências nesse País, impaciências que no Século XX, na metade do Século XX produziu os retrocessos que produziu.

Portanto, quero, quero sonhos, quero esperanças, quero reivindicações, mas dentro da ordem institucional que vai passar por esta Casa, que terá que passar por essa Casa, e, portanto, que temos que ter compreensão de que não poderemos botar em jogo o bem-estar da população e foi isso naquele momento que parou, a decisão do Presidente da República parou naquele momento. Ele tinha que fazer isso lá naquele momento e depois vir para ordem legal, para a ordem institucional.

As posições do TCU nós respeitamos, sem nenhuma dúvida as posições do TCU nós respeitamos as indicações que foram aqui mencionadas, é claro que nós respeitamos, mas hoje nós estamos com mecanismos que são mecanismos também constitucionais dentro dos organismos da defesa para acompanhar todo o tipo de controle da aplicação de recursos públicos e é por isso mesmo que em todos os assuntos onde surgem

difficultades de compreensão ou mesmo suspeitas de má aplicação dos recursos públicos nós hoje encaminhamos imediatamente diretamente para Controladoria Geral da União. E de acordo com a Controladoria Geral da União, nós afastamos diretores ou superintendentes ou quem for para que sejam devidamente julgados e nós não somos órgãos de julgamento e temos feito assim. Congonhas é uma velha crise, não é uma crise de agora, Congonhas é uma velha crise, é uma velha crise. Congonhas é, como mencionou aqui há pouco um dos meus companheiros aqui de trabalho, não sei se foi o Brigadeiro ou se foi o Zuanazzi. Quer dizer, é hoje o Aeroporto de maior movimento da América Latina. Claro que não deveria ser. Mas são quantos os anos? Quantos anos? Em que estamos, temos que vencer essa crise, vamos ter que vencê-la.

Está se fazendo, está se concluindo nesses dias toda a pista auxiliar, estamos já iniciando, estamos com os recursos separados para iniciar imediatamente a pista principal de Congonhas. Eu vou pessoalmente conversar com o Tribunal de Contas da União, com os diversos, se tiverem alguns dos Senadores que nos ajudem eu acho isso importantíssimo para que não se interrompa a possibilidade por problemas de licitação e que as licitações sejam as licitações mais legítimas e mais insuspeitas que nós venhamos a conseguir para ter as obras imediatamente reiniciadas em Congonhas, a fim de ter a pista principal e a grande pista. É lamentável ter a situação de Guarulhos e que não se pode fazer rapidamente a segunda pista, porque se permitiu lá uma ocupação de habitações que estão impedindo, mas nós vamos ter que fazer, mas tudo isso custa tempo. Há uma disposição completa de solucionar todos os problemas.

O ILS de Cumbica, é claro que foi um equívoco, é claro que não deveria ter aquilo, entre um e outro. Omissão, omissão, portanto problema técnico a ser corrigido, as medidas são tomadas todas elas para que não se repitam e nós tenhamos em todos os aeroportos em que a situação atmosférica seja determinante para termos mecanismos dessa natureza que se instale imediatamente. Há quantos anos não existia? Há quantos anos?

De modo o resto são as perguntas que já foram todas elas repetidas e... Senador Casagrande, crise mais profunda apareceu e ficou visível. Efetivamente agora ficou visível, mas essas insuficiências de investimentos e essas insuficiências técnicas são antigas, são anteriores, V.Ex^a. tem razão, e equipamento mesmo, mas todo o esforço atual é de uma recuperação imediata a base de equipamento, por exemplo, de Curitiba está sendo toda refeita, Manaus, Brasília já fez uma recuperação muito grande, muito acentuada

em Brasília, São Paulo mesmo. Nós temos essas dificuldades no momento de uma transição em função de recursos humanos. Esses recursos humanos foram lamentáveis, porque num determinado instante nós não tivemos o que tivemos normalmente em qualquer setor de atividades. Recursos humanos abundantes nas áreas decisivas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pediria ao Ministro que conclua.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – De modo que... Muito obrigado a V.Ex^a. por sua paciência e por sua tolerância, mas é assim que nós vencemos as nossas dificuldades. E assim que construiremos nosso País quando e onde houver seriedade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, com relação ao Ministro Waldir Pires eu me sinto sem resposta com relação a questão da última reunião do CONAC. Qual...

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – A última reunião do CONAC Foi ainda do Ministro Viegas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quais as providências tomadas com relações as resoluções 5, 8, 11, 15?

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – As resoluções das CONAC, elas foram todas adotadas, na medida em que foram postas. Não há o que rever. A CONAC é um órgão normativo como eu iniciei e essas resoluções...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Foram todas tomadas?

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Essas resoluções estão sendo... São vigentes até hoje. Elas são vigentes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A pergunta é outra. Elas foram todas tomadas?

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Elas foram tomadas adequadamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E cá para lá quantas vezes o CONAC se reuniu?

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Não, não houve reuniões do CONAC posterior a isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Qual o motivo, Ministro, da não reunião do CONAC?

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – O que diz respeito, por exemplo, a uma indagação a mim é que o meu tempo lá já foi envolvido pela crise que me tomou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O CONAC não é importante, muito obrigado.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Eu tenho pouco tempo no Ministério da Defesa, V.Ex^a. sabe disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Brigadeiro Juniti Saito.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pela ordem, V.Ex^a.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu sei da preocupação da V.Ex^a. e de toda a Comissão e todos os oradores devem explicar de forma pormenorizada tudo que aconteceu, que gerou essa crise, eu considero isso importante. Agora, que isso seja feito dentro de um período de tempo a fim de que nós possamos, todos nós, participar do debate. Daqui a pouco nós teremos Sessão deliberativa às 14 horas, logicamente que o debate pode continuar até a ordem do dia, mas eu gostaria de ponderar a Mesa no sentido de estabelecer o tempo, inclusive eu serei o próximo orador a falar, V.Ex^a. pode até estabelecerei o meu tempo que é que eu obedecerei religiosamente. Agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Agradeço a sugestão de V.Ex^a. Nós vamos concluir as respostas inicialmente formuladas aqui. Brigadeiro Juniti Saito, por favor.

SR. JUNITI SAITO – Senador Heráclito Fortes V.Ex^a. mencionou sobre um relatório da Federação Internacional dos Controladores. O que eu posso dizer, Senador, é o seguinte: Essa federação não tem legitimidade e não tem competência para vir aqui fazer esse tipo de auditoria. Eles foram autorizados a vir aqui, logo depois do acidente para dar assistência psicológica aos nossos controladores. E fez um monte de... Digamos assim, detectando falhas que não tem competência para isso. Quem tem competência para isso é auditoria da ECAL(F) que está prevista agora para 2008, foi pedido já há um bom tempo, mas eles normalmente demoram de um ano a um ano e meio e virão aqui em 2008. Essa auditoria tem competência para ver quais se o nosso sistema é adequado, quais são as falhas e eles vêm aqui justamente para isso.

Nosso efetivo de controladores nós temos controladores militares, controladores civis da aeronáutica que são em número de 95, no momento temos 60 controladores civis atuando, os 35 estão na parte administrativa. Da INFRAERO, temos, se não me engano, 49 controladores, a INFRAERO tem 490 controladores e mais 2.200 controladores militares. Então esse é o sistema de controle.

V.Ex^a. mencionou no buraco negro, eu disse ontem que buraco negro é um termo que traz uma noção de terra de ninguém. Posso garantir a V.Ex^a. que esse termo no buraco negro no controle do espaço aéreo não existe, não existe. O que pode existir são algumas lacunas de cobertura radar abaixo do nível 300 que é mais ou menos 10 mil metros em que a cobertura radar

na medida em que vai baixando ele vem diminuindo o seu raio, não é? Então, existem essas lacunas, mas que são convencionalmente controlados. Basta dizer que até novembro de 2005 o nosso controle de voo na Região Amazônica era convencional e era um controle seguro. Da mesma forma que quando nós fazemos uma travessia do Atlântico rumo a Europa uma boa parte do trecho não é controlado pelo radar, mas é um controle seguro feito convencionalmente. De maneira que falar em buraco negro para mim é maldade e principalmente de quem entende é maldade maior ainda, porque isso não existe no nosso controle do espaço aéreo.

Sobre o acidente da GOL e do Legacy. Nós temos uma Comissão que foi nomeada em seguida no dia seguinte que está analisando todas as possibilidades, todos os fatos, todo o material, todo o equipamento, e pela última informação que recebi todos os equipamentos já foram checados e já eles estão na fase análise. E acredito que talvez até antes de setembro, nós teremos já um relatório final feito pela nossa Comissão. E mensalmente por ordem do Presidente Lula mensalmente a Comissão se reúne com os familiares das vítimas para colocar a par do passo a passo o que está ocorrendo na área de investigação. E transmitindo, só fatos, por que eles também não tem autoridade para, neste momento, dizer realmente o que é que aconteceu. Durante a análise é que eles vão ter uma conclusão definitiva sobre o que aconteceu. E lembro que essa investigação não é um inquérito, é uma investigação, é uma norma internacional, nós não indicamos culpados, A ou B ou C nós indicamos fatores contribuintes, porque um acidente não acontece por um fato isolado. Então indicamos os fatores que contribuíram desde o momento do plano de voo, da decolagem até a hora do acidente. E o órgão que está investigando que é o CENIPA, que é o Centro de Investigação de Prevenção de Acidente Aeronáutico, subordinado aeronáutica é um órgão de alta credibilidade no mundo inteiro. Alta credibilidade. E é uma Comissão composta de todos os segmentos que tiveram participação no acidente, desde controladores, aliás, controladores não, desde as empresas aéreas, desde os fabricantes de equipamentos.

Quanto as perguntas mais técnicas do eminente Senador César Borges eu gostaria de chamar o Major Brigadeiro Ramon que é o diretor do DECEA e que está há 20 anos nesse sistema.

SR. RAMON BORGES CARDOSO – Atendendo a determinação do Brigadeiro Saito sobre as respostas algumas das informações que foram veiculadas pela mídia não são corretas. O erro do sistema do DACTA II que diz que era obsoleto, ele estava com 6 meses de utilização ainda estava em garantia e foi reposto

pela firma. Era um sistema de energia, então, não é verdade que ele estava obsoleto.

Em relação à falha, do DACTA I, houve um erro humano o equipamento também não estava obsoleto.

Em relação à visita da IATA Senador Heráclito Fortes, realmente aconteceu a visita, nós temos um centro de gerenciamento de navegação aérea que trabalha para fazer a coordenação do fluxo no Brasil todo e nesse centro, há assentos para a INFRAERO, a ANAC as companhias aéreas civis e nós estamos fazendo com que as companhias internacionais tenham a possibilidade de participar desse evento, de modo que a coordenação seja efeito a nível mundial e não apenas nacional. E não há prioridades para as companhias internacionais executarem os vôos internacionais, elas recebem a mesmas prioridades dadas para as companhias nacionais de acordo com o controle de fluxo que está sendo realizado.

E com relação a possibilidade de perder a primazia para a Chile, existe um grande caso de negócio na América do Sul como um todo, então quanto mais o nosso sistema for desprezado maior será a possibilidade de venda de um sistema estrangeiro para a América do Sul, é mais um negócio que está acontecendo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Brigadeiro, foi diagnosticado alguma sabotagem em equipamento?

SR. RAMON BORGES CARDOSO – Não, senhor. Foram vistos alguns erros. No caso lá do CINDACTA desse equipamento que pegou fogo. Um disjuntor que deveria estar funcionando logo em seguida, não funcionou, mas aí o erro foi do técnico que não soube fazer a ligação e nós tivemos que refazer os nossos procedimentos para que eles recebessem uma informação do fabricante de qual era o procedimento correto.

E nos outros sistemas aqui diagnosticamos também que alguns dos nossos equipamentos tinham uma concepção de atuação, os equipamentos de reserva, tinha uma concepção de atuação que estava equivocada então nós estamos modificando a concepção de engenharia desses processos e colocando um terceiro equipamento para suprir a falta desse segundo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – E a inoperância de ILS de Cumbica a quem coube a responsabilidade?

SR. RAMON BORGES CARDOSO – Esse ILS o problema dele foi um raio, ele foi queimado por um raio, foram feitos vários testes e nós estávamos executando os vôos de avaliação de engenharia, de apoio e de engenharia por aeronaves do grupo de inspeção em vôo. Nos dias que foram feitos os vôos o ILS não passou no teste, então não pôde ser colocado em funcionamento. E durante o dia em que aconteceram os

problemas meteorológicos que causaram os atrasos ou a interrupção dos vôos lá em Cumbica, nós não tínhamos uma aeronave disponível ainda para executar esse vôo e que só veio a acontecer no dia 26, aí a parte foi de indisponibilidade nossas para executar o vôo de inspeção. São aeronaves que têm equipamentos especiais para executar esse vôo e não poderiam fazer o vôo naquele momento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Brigadeiro, Brigadeiro Saito, primeiro lugar só um questionamento a V.Ex^a, eu quero dizer que o Sr. Ministro Waldir, Sr. Presidente, essa Audiência Pública já está cumprindo o seu objetivo, porque nós estamos vendo aqui esclarecimentos, às vezes esclarecimentos que a sociedade está esperando há meses e que um simples palavra tira dúvidas do leigo, porque, Brigadeiro, existem coisas que o leigo não consegue de maneira nenhuma como pode acontecer.

A minha questão a V.Ex^a. V.Ex^a. disse que a Comissão que veio aqui não tem credencial para... A Comissão que esteve no Brasil recentemente verificando o tráfego aéreo, a Comissão estrangeira, a federação não tem qualificação credenciamento, por que é que eles tiveram acesso ao tráfego aéreo, por que é que eles foram recebidos no comando, por que eles tiraram informações de lá de dentro? V.Ex^a. recentemente assumiu o comando. Talvez é uma coisa que não pode acontecer, se ele não é qualificado, se ele é desqualificado como que ele tem acesso informações muitas das quais, inclusive, sigilosas?

SR. RAMON BORGES CARDOSO – Senador eles não fizeram vistoria, eles vieram para fazer esse apoio que o Brigadeiro Saito falou aos controladores e foram convidados para fazer uma visita dentro do Centro de Controle de Brasília apenas uma visita para saber como é que funcionava, e nada mais do que isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas se eles são descredenciados eles tiveram na sala, o que a gente vê as fotografias que nós vimos, não só eles chegando com pompa e circunstância, com aquela pastinha que americano gosta para mostrar que manda, ou pensar que manda, eles descenderam e depois aparecem eles nas sala de controle. Se são desqualificados, se não tem... Eu acho que foi uma perda de tempo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ou seja, foi uma convite uma cortesia?

SR. RAMON BORGES CARDOSO – É. Exatamente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V.Ex^a. contempla a hipótese de haver algum interesse

de desnacionalização do controle essas críticas? Eu pergunto ao senhor se o senhor contempla a hipótese de haver interesse de desnacionalização do controle aéreo com essas críticas?

SR. RAMON BORGES CARDOSO – Senador, todos os sistemas que hoje fazem o controle nosso são nacionais, eles foram desenvolvidos pelo Brasil depois de muito tempo, porque nós começamos com o sistema francês. E são poucos os países do mundo que tem essa capacidade, hoje nós temos. Com certeza, existe a possibilidade de quererem outras firmas entrar para vender os seus *softwares* para o Brasil.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado.

SR. JUNITI SAITO – Acrescentando aqui, Senador, o Brasil faz parte do grupo 1 desde a sua criação, desde a criação da ECAL(F), e juntamente com os Estados Unidos são dois países que nunca foram rebaixados do grupo um. Então, essas notícias que estão saindo aí eu pergunto: A quem interessa? É realmente muito estranho.

Bem, nosso grande problema, nosso grande gargalo hoje chama-se controladores de vôo. Até 2001 o crescimento da aviação, nos últimos 10 anos era em torno de 6 a 7%. De final de 2002 em diante o crescimento ultrapassou a casa dos 14, 15%.

Então, já havia essa previsão de fazer, formar mais controladores, tanto é que até então nossos números eram em torno de 90 controladores passamos para 150 controladores. Quando aconteceu o acidente nós tivemos que afastar de acordo com regulamento, 8 controladores, aqueles que estavam naquele momento para que eles estivessem atendimento psicológico. Em seguida questões de algumas semanas teve dia que, dias que mais de 30 controladores estavam dispensados para o médico por trauma talvez daquele acidente e agravou mais a situação ainda.

Então o governo autorizou a contratação de 60 controladoras da reserva, isso foi feito. Nós atualmente estamos autorizados a contratar mais 100 controladores. Esse ano em vez de sair 160 controladores, nós estamos reduzindo o tempo de formação para que no final do ano saiam 300 controladores militares, e além disso foi feito, começou agora em abril cursos para mais 67 controladores civis.

Então, na verdade, no final do ano nós teremos mais de 500 controladores, mais de 500 controladores.

Quanto a questão de segurança de vôo. Como nosso Ministro falou nosso índice de segurança de vôo, claro que não chega aos Estados Unidos, mas é a busca incessante e de tal maneira que nós possa-

mos chegar sempre a índice zero de acidente. Essa é a meta do setor de segurança de vôo.

Então hoje eu posso dizer que nós estamos um pouco acima do Estado Unidos, mais ou menos nivelado com os europeus, esse é o nosso sistema de segurança.

Então, é maldade também dizer que nosso sistema de segurança de vôo pode ser comparado a África do Sul não procede, de maneira nenhuma.

Bom o problema da visita da IATA já foi falado, era isso que eu gostaria de esclarecer aos senhores, as providências estão sendo tomadas, as falhas de equipamentos são pontuais e estamos tomando todas as providências. Nosso maior problema são os controladores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Ficou alguma questão pendente do Presidente da INFRAERO? Não. Então com a palavra a V.S^a.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Bom eu tentarei ser rápido e mais objetivo possível. Em relação ao Senador Heráclito Fortes, Senador parte das questões que o senhor fez sobre a participação da INFRAERO no controle de vôo eu acho que foi respondido pelo Brigadeiro Saito, mas nós temos 20 aeroportos dos 67 nossos, onde o controle de vôo local, torre, é feito pela INFRAERO. O total são de 1.500 pessoas é um trabalho complementar e nós seguimos todas as normas da aeronáutica que é o órgão central do sistema.

Com a relação a aviões sucateados espalhados pelo País inteiro que o senhor se referiu. Esse é um problema sério que nós temos. O caso mais emblemático é um avião que foi abandonado em algum aeroporto da Amazônia, não sei exatamente qual, foi com 27 anos de justiça e nós não podíamos fazer nada com o avião, evidentemente 27 anos o avião simplesmente desmontou e praticamente desapareceu, mas o espaço ficou seriamente prejudicado. Aqui em Brasília são 7 aviões.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – No aeroporto Eduardo Gomes.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Eduardo Gomes. É o velho Catalino, exatamente. Aqui em Brasília, temos 7 aviões ocupando lugar no pátio, a INFRAERO tem um planejamento embora não seja absolutamente prioridade nossa de fazer em cemitério de aviões em Petrolina isso quando tivermos recurso nós faremos isso. Com relação a TRANSBASIL, todas as áreas da TRANSBASIL já foram recuperadas pela INFRAERO, áreas físicas, aviões e coisas que estão dentro das áreas, não estão *sub judice*, inclusive o hangar da TRANSBASIL, esse antigo hangar da TRANSBASIL depois de uma série de estudos nós decidimos

que ali será a sede da INFRAERO, sair daquele setor comercial sul e ocupar a área que é nossa muito boa para isso...

Com relação à VASP, a VASP está em processo de recuperação judicial, o Dr. Lazarínio, Juiz que cuida da ação em São Paulo emitiu um parecer, a VASP entrou com um agravo, então a questão está agora continua na mão do Juiz. Mas o parecer final do Juiz atendeu perfeitamente, não vamos dizer aos interesses da INFRAERO, mas atendeu aos interesses públicos que nós tínhamos. Com relação a repassar as instalações da TRANSBRAVIL para a OCEANAIR, todas as áreas que foram recuperadas elas foram licitadas na medida do possível, na medida que for... A OCEANAIR, inicialmente pretendia se instalar na zona da mata em Minas, depois eles pediram a área aqui. No momento que a OCEANAIR se propor, nós vamos fazer uma licitação e não há problema algum com relação a OCEANAIR.

Ontem, Senador, eu cometi um erro quando disse que tinha levado três funcionários. Na verdade foram quatro. O problema é que um atuou muito pouco porque morreu, o Dr. Hélio Guimarães. Então eu fiquei realmente só com três na cabeça porque o homem jurídico de confiança morreu e eu não o repus. Os três nomes, foram o Dr. Rogério Baserclain(F) que quando eu fui Diretor de Operações ele foi meu chefe de segurança da empresa, é um engenheiro mecânico, e quando eu fui para a Presidência o chamei para operações que ele tinha amplo conhecimento disso.

O outro foi o Sérgio Farias que quando eu cheguei não havia comunicação social, ele era Chefe de Comunicação Social, havia saído e eu levei um homem de comunicação social. E o outro foi o Josevalto Reis(F), um ex-militar da Aeronáutica, eu trabalhei com ele na Presidência da República, foi Prefeito, tem uma experiência política e eu precisava ter uma Assessoria política perto de mim.

Com relação ao Superintendente de Brasília, Rio e São Paulo, uma senhora, uma moça que era Superintendente em Brasília foi selecionada para um doutorado na França e foi fazer esse doutorado na França e nós substituímos por um funcionário de carreira, o Dr. Carlos Alberto, que hoje é Superintendente Regional em Brasília.

No Rio de Janeiro nós tínhamos a Dr^a. Lia, que era Superintendente, nós precisamos da Lia para trazê-la para Goiânia, onde havia e ainda há problemas graves de uma grande obra, então trouxemos a Lia para Goiânia, e ela foi substituída pelo Dr. Pedro Azambuja. O Dr. Azambuja é um homem de aviação, foi comissário de voo, foi piloto, foi sindicalista, foi colocado lá. Com relação a São Paulo, o administrador

anterior é do Dr. Miguel Chueri(F) que deixou para ser candidato a Deputado Federal, e foi substituído pelo Dr. Edgar Brandão.

A questão de São Paulo é uma questão um pouco especial, Senador, porque não é só São Paulo. São Paulo e Porto Alegre, são questões especiais. Há necessidade não só a pessoa ter um conhecimento técnico bom, como também uma certa capacidade de trabalhar em áreas complexas, na região mais rica do país. Entrou o Dr. Edgar Brandão que é um homem com ampla experiência basicamente na área de estradas, mas com experiência administrativa muito grande e foi colocado. Eram dois nomes e nós selecionamos o Dr. Edgar Brandão.

Não sei se respondi a tudo, posso voltar depois. Com relação ao Senador César Borges, ele questionou a questão de o Aeroporto de Congonhas. Em 10 anos o Aeroporto de Congonhas apresentou nove problemas. Quatro acidentes e cinco derrapagens de aviões. O acidente daquela fatalidade do Fokker da TAM que não teve nada a ver com o aeroporto. Aquilo foi uma peça de quatro dólares que matou toda aquela gente. Depois tivemos um acidente com pequeno avião monomotor, um avião leve, transportador de malote, houve um erro de piloto, o avião saiu da pista, capotou e o piloto morreu. Havia uma pessoa apenas e morreu.

Em seguida tivemos um outro acidente também fatal, com a morte de uma única pessoa, também um único piloto, um Aéreo Commander, também um... Foi um problema também de pilotagem.

Tivemos depois aquele LEAR JET conhecido que desceu a rampa ali, acho que todos se lembram daquele episódio daquele avião.

As cinco derrapagens, três foram com o mesmo avião da VARIG, a derrapagem com o avião da BRA...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a se refere ao avião que carregava o Valdemar Costa Júnior, aquele Deputado importante? De São Paulo? Era um Jet 2, não era um LEAR JET, não.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Exatamente. Desculpe. Mas não morreu ninguém.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O pipoqueiro que estava embaixo.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – O pipoqueiro que estava embaixo. É verdade. As derrapagens nós temos a filmagem de todas elas e nós reconhecemos que a derrapagem do avião da GOL foi realmente uma questão de aquaplanagem. A manutenção de pista de Congonhas é uma manutenção extremamente complexa. São 48 operações por hora, a pista auxiliar estará pronta dentro de poucos dias e a pista principal em 45 dias em regime de 24 horas, 7 dias por semana, nos

pretendemos resolver definitivamente. E o terminal de passageiros, infelizmente, apesar de todo o esforço de ter levado aquilo para fazer frente à crise, não deu. Por mais que nós ampliássemos aquilo, foi o local como eu falei tive 14 mil pessoas onde cabiam 70 por minuto para o qual ele foi projetado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Srs. Senadores, senhores convidados, um aviso que eu quero dar aqui. Eu percebo que a reunião vai se estender por mais algum tempo. E para não sermos muito indelicados com as pessoas que foram convidadas, já que nós não podemos oferecer um almoço, pelo menos vamos servir um lanche aqui mesmo para que não interrompa o andamento da reunião. Tem V.Exª a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Brigadeiro, faltou apenas a questão de algum contrato que não tenha sido previamente licitado. Porque eu quero que os senhores entendam que muito do que a gente pergunta aqui a gente está baseado no que lê. A imprensa. E não há uma preocupação, Brigadeiro, de desmentido. A exposição técnica feita agora foi perfeita muito porque a gente começa a entender coisas que são divulgadas, ganham formas de verdade, e não há uma contestação e não há... Agora, eu quero fazer uma pergunta ao Ministro Waldir Pires e ao Brigadeiro, agora quero de antemão fazer um acordo com o meu amigo Crivella. Eu estou complexado. Tudo que eu fiz hoje ele foi em cima de mim. Mas eu quero, caro Senador Crivella, qual a modéstia dos meus 600 mil votos, pedir permissão aos seus 3 milhões de votos para entrar no Rio de Janeiro. Como é que estão as obras do Pan? A questão da segurança nos aeroportos? Deixa eu entrar no Rio de Janeiro, deixa eu devolver tudo que o Rio de Janeiro faz por mim. Me dando aquelas praias bonitas para eu olhar, me dando aqueles restaurantes fantásticos. Me deixa, Senador Crivella e não me rebata dessa vez, pelo menos. Eu quero saber, eu estou preocupado. Os jornais estão dizendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Heráclito, naturalmente o Senador Crivella...

SENADOR MARCELLO CRIVELLA (PRB-RJ) – Mas é ele q me provoca o tempo todo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Os jornais estão dizendo que as obras estão atrasadas e que a licitação...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Vamos deixar fluir normalmente aqui a nossa reunião.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas essa pergunta é importante porque depende da segurança de voo. O Pan começa agora, daqui a 90 dias,

e nós temos alguns questionamentos que precisam ser esclarecidos, com a devida vênica do meu querido amigo e orientador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, o Senador Heráclito Fortes, que é um debatedor eminente nessa Casa, me provoca o tempo todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Permita ele ingressar no Rio de Janeiro que vai acabar essa provocação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Ele já falou aqui quase 50 minutos, e eu fiz pequenas... Agora é claro que o senhor é muito bem vindo no meu Estado. Deixa só uma pergunta para mim, por favor, no final.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Na sua vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – O Brigadeiro Juniti Saito quer fazer uma retificação da sua fala. Tem V.Exª a palavra.

SR. JUNITI SAITO – Quando eu falei no índice de acidente eu mencionei África do Sul. Engano meu, é Comunidade Africana. Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Brigadeiro, já havia concluído?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– O Brigadeiro também não respondeu a minha pergunta também não. Com relação aos investimentos. Brigadeiro J. Carlos.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Os três aeroportos principais do Rio de Janeiro, aliás, os três do Rio de Janeiro, o Galeão, Santos Dumont e Jacarepaguá, o Aeroporto Santos Dumont está prestes a iniciar uma operação assistida.

Então, com essa operação assistida agora em final de abril, ele estará completamente operacional por ocasião do Pan, inclusive com a instalação de equipamento de segurança. Segurança não é de voo, segurança... Segurança contra terrorista. O Aeroporto do Galeão está sendo trabalhado na parte de segurança de voo, e o Aeroporto de Jacarepaguá estão em obra já licitação adiantada e algumas obras para abrigar parte da força de segurança nacional, a Força Nacional de Segurança, Polícia Federal e isso é um trabalho feito em conjunto com a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Polícia Federal. Eu não tenho grandes preocupações em relação ao Pan, na parte de aeroportos.

Bom, o senhor fez outra pergunta sobre licitações. No momento, Senador, nós temos no Tribunal de Contas 16 auditorias sobre obras, sete denúncias, 36

representações e quatro tomadas de conta especial. Esse é o nosso balanço de hoje no Tribunal de Contas. Fora outras ações no Ministério Público, e assim por diante. A maioria dessas ações, a maioria não, praticamente a totalidade dessas ações no Tribunal não transitou em julgado. Quer dizer, não houve decisão de Plenário do Tribunal. E é muito comum que as pessoas pegam trechos do Tribunal, de acórdãos do Tribunal e transformam aquilo numa decisão. Eu apenas vou ler para vocês, rapidíssimo, uma nota do Tribunal que diz o seguinte: Nos termos de nota anteriormente divulgada pelo Tribunal de Contas da União, em vista da importância dos temas ligados à fiscalização da INFRAERO o TCU reitera e esclarece o seguinte: 1) Nenhum dos processos mencionados recentemente pela imprensa foi julgado definitivamente pelo Plenário do Tribunal. Todos esses processos encontram-se sob exame e recebe do Tribunal atenção proporcional à importância que no momento apresenta. Os gestores da INFRAERO não foram condenados nesse processo por decisão final do Plenário do TCU. Há investigações de procedimentos instaurados em normal andamento que obedece e exigem o respeito à Constituição Federal e o exercício da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal. Já foram designados novos auditores para acelerar esse processo. Isso é do dia 28 passado. Então isso mostra que o Tribunal está agindo, e é o Tribunal ligado essencialmente a essa Casa, ao Congresso. Agora, os números que eu citei são números que hoje nós temos em relação ao Tribunal.

Com relação... Acho que esqueci alguma coisa, Senador? Acho que não, né? Com relação aos investimentos. Este ano, Senador, nós estamos prevendo um bilhão e trezentos milhões em investimentos diretos. Área de investimento. Não estamos falando de custeio. Dos quais em torno de 250 milhões serão aplicados em equipamentos. Ontem ficou uma dúvida na Câmara quando esse número 250 milhões foi colocado, não são equipamentos de... Exatamente. São equipamentos de pista. São iluminação, balizamento, papis(F). Essas coisas essencialmente de pista. Não sei se ficou ainda mais alguma dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Presidente Zuanazzi.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Acho que o Senador deu uma pequena saída. Vou começar então pelo Senador César Borges. O Decreto 5.731, art. 45 que é o Decreto que regulamenta as atividades da ANAC ele dá uma determinação nova na relação do setor entre a agência e a administração aeroportuária.

Então, ela exige que qualquer modificação que mexa, que modifique alterações entre entes econô-

micos ou usuários precisa de Audiências Públicas e precisa de reuniões públicas de decisões da ANAC. Por isso eu quero fazer a defesa da INFRAERO que o Presidente J. Carlos já fez em relação às derrapagens e a obra que está em curso.

Na verdade, a primeira derrapagem foi em 21 de março de 2006. Um avião da BRA. Naquela época, em discussão com a INFRAERO as empresas aéreas, portanto, já cumprindo decisão desse Decreto, a conclusão da engenharia da INFRAERO é que nós tínhamos um problema de emborrachamento da pista. Excesso de aviões chegando, o emborrachamento, e as obras que a INFRAERO fazia de limpeza não estavam sendo suficientes. A INFRAERO abriu uma licitação, contratou um equipamento estrangeiro que fazia uma espécie que eu chamo assim de escarificação de daquela pista. Esse serviço que esse equipamento fez foram de grande resultado. Aumentava o atrito da pista significativamente. Porém ela tinha o problema de 30 dias depois o emborrachamento voltava. A máquina passava novamente, voltava o atrito ideal, inclusive ficando um atrito acima de 08 coisas que poucas pistas no Brasil tem, mas emborrachava novamente. Quando se verificou isso, nós estávamos entrando já no mês de setembro, início do período das chuvas em São Paulo. Época muito ruim para se fazer uma obra em São Paulo. Se atrasaria significativamente os meses de obra. O que a INFRAERO fez conjuntamente conosco, conjuntamente com as empresas foi manter aquele processo de manutenção. Aí, em outubro nós tivemos mais uma derrapagem, em novembro mais duas. O avião da VARIG que derrapou na terceira vez, na primeira e na segunda vez ele foi verificado parte de pneus, verificações básicas. Quando ele derrapa, a mesma aeronave a terceira vez a ANAC mandou recolher essa aeronave. Essa aeronave foi paralisada inclusive os passageiros estavam embarcados nesse dia, nós pedimos que todos se retirassem, era um avião de ponte aérea e ele foi realocado para o Rio de Janeiro para fazer toda a revisão, trem de pouso, enfim, todas as partes dos equipamentos. E agora iniciou-se a obra, primeiro na secundária para preparar a principal exatamente quando pós-carnaval, pós alta temporada, e pós o período das chuvas em São Paulo. A gente sabe que a partir da metade de março e início de abril as chuvas diminuem muito em São Paulo e as obras podem ser rápidas. Então acho que é uma resposta muito importante na pergunta do Senador César Borges.

O Senador Heráclito fez uma pergunta sobre a entidade dos controladores, a entidade internacional, a IFAC, mas na verdade ele falou em IATA. E houve uma visita oficial da IATA ao nosso sistema. Diferentemen-

te dessas dos controladores que vieram na questão do acidente. Essa visita foi pedida à ANAC, na época o Comandante Bueno, Comandante da Aeronáutica e o Brigadeiro Hortêncio, Diretor do DCEA. Nós trouxemos os técnicos da IATA que é a entidade das empresas aéreas internacionais, no dia 5 de janeiro eles passaram o dia dentro do SINDACTA I de Brasília, inclusive eu os acompanhei pessoalmente, Coronel Aquino que comanda o SINDACTA nos acompanhou com toda a equipe, visitaram todos os equipamentos, fizeram toda a bateria de perguntas sobre como é que funcionava o sistema do espaço aéreo brasileiro, se era seguro, se não era seguro, e concluíram, e mais, está até no site da ANAC, coisa que a imprensa não noticiou, concluíram que o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro encontra-se entre os melhores equipamentos do mundo. Está escrito isso. Foi dito pelos técnicos da IATA. Porém, eu quero dizer aos Srs. Senadores, por isso a pergunta do Senador Heráclito, nem IATA, nem IFAC, nenhuma dessas entidades são auditagens que nós devemos profundamente acatar as decisões. Auditoria que vale para nós é da OACE(F) ou da ECAL, seja na sigla inglesa ou portuguesa. E essa fez em 2005 uma auditoria no Brasil, fez um conjunto com recomendações, ela depois fez uma auditoria nos aeroportos brasileiros e vai fazer novamente no início do ano que vem uma auditoria no controle do espaço aéreo brasileiro. Essa entidade que o Brasil é filiado e que segue rigorosamente as suas normas. É importante dizer isso. Não há nenhuma norma estabelecida pela ECAL que o Brasil não a siga. Inclusive, já entrando na questão do Pan, você sabe que a partir do dia primeiro de abril foi introduzida a questão dos líquidos de 100 ml, a proibição nos vôos internacionais. Isso é uma determinação de quem? Da ECAL. Porque nos adotamos agora, nós tínhamos até março de 2008 para adotar, exatamente para nos começarmos a nos preparar para o Pan. Imagina se nós venhmos a ter algum problema. Ilícito, de algum ilícito, porque alguém entrou com o líquido acima de 100 ml e o Brasil não tivesse adotado essas medidas com a devida antecedência.

Então, adotamos, são poucos Países do mundo que adotaram até agora, nós já adotamos. E quanto ao Pan, Senador Heráclito e Srs. Senadores, o Pan tem uma informação centralizada pelo Comitê Olímpico, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e Ministério da Justiça, e pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Os aspectos de segurança estão todos centralizados, há um comitê lá que trabalha os aspectos de segurança aeroportuária. Mas a par disso, nós temos toda uma estrutura de segurança aeroportuária que é o PINAV SEC(F) que essa foi já toda ela mon-

tada, as nossas equipes das mais variadas áreas, porque eu gosto de dizer que não há lugar que tenha mais autoridade que um aeroporto. Aeroporto é cheio de autoridades. E são autoridades com papéis específicos e papéis que muitas vezes criam ambientes em que você não consegue ultrapassar.

Então todas as autoridades envolvidas num aeroporto, seja Polícia Federal, seja Receita Federal, seja ANVISA, seja Ministério da Agricultura, seja INFRAERO, seja Comando da Aeronáutica, seja ANAC, nós estamos até o dia 30 de abril fechando o plano de segurança que vai ocorrer durante o Pan-Americano. 30 de abril. Portanto eu disponibilizo já que a ANAC coordena esse plano, após essa data que nós estivermos com tudo isso montado, vir ao Senado da República prestar todas as informações sobre o Pan-Americano. E mais, refutando teses de que as coisas estão com ambiente de insegurança, que as coisas não estão sendo feitas. Não é a nossa opinião. A nossa opinião está se montando para termos um grande evento no Brasil e quem sabe estar candidatando o Brasil para os jogos olímpicos que acho que é o sonho de todo brasileiro e o do Rio de Janeiro em especial.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Presidente. O lanche está sendo servido. Desculpem se não podemos servir um almoço, mas não vamos deixar os nossos convidados pelo menos em jejum absoluto. Nós vamos...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE) – O nosso Comandante merecia um sushi.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Merecia um sushi. Encerrada a participação dos autores dos requerimentos, nós vamos ouvir os demais Senadores. E nós estabeleceríamos uma regra ainda aquela de oitiva em bloco, mas com o tempo estabelecido para que todos pudessem participar. Então, os Srs. Senadores terão dois minutos para formular a pergunta...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Muito pouco, Presidente. Cinco minutos. Três minutos com a tolerância de dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Três minutos.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com a tolerância de dois, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – É porque se formular objetivamente a pergunta, sem uma conceituação mais extensa é possível fazer tranquilamente em dois minutos. Mas vamos fazer em três minutos e daremos cinco minutos para as respostas.

Começaríamos então com o eminente Senador Antônio Carlos Valadares. Tem V.Exª a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Tenho que engolir primeiro, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, Sr^{as.} e Srs. Senadores, efetivamente nós ouvimos com muita atenção os reiterados pronunciamentos dos convidados, principalmente aqueles mais ligados ao controle de voo, do sistema de segurança que envolve a navegação aérea brasileira. No, entretanto, apesar da confiabilidade da segurança, houve um acidente trágico que matou 154 pessoas que até agora não foi devidamente esclarecido. E até setembro, conforme já foi anunciado pelo Sr. Comandante, nós teremos desvendado o mistério deste acidente.

Agora, eu, na minha condição de um leigo nesta matéria, eu começo a matutar, a conversar com os meus botões, como numa imensidão como aquela da área amazônica, onde os corredores aéreos não têm tanta intensidade no tráfego como, por exemplo, Brasília- Aracaju, Aracaju-Brasília, onde eu vou todas as semanas. Eu começo a imaginar será que eu passei algum perigo nesses dez anos percorrendo esses corredores aéreos, também em viagens a São Paulo? Será que algum avião passou bem pertinho do meu a ponto de causar um susto no piloto e a gente não tomou nem conhecimento? Por falta justamente de infra-estrutura e de condições de trabalho adequadas para os controladores de voo.

Ora, nós temos um sistema integrado, um sistema que eu posso dizer cumulativo de ações de militares na atividade de controlador e dos voos e também da participação de civis. Essa miscigenação, essa mistura entre civis e militares, pelo menos no que diz respeito à fixação de um plano de carreira fica um pouco complicado. Os militares (soa a campainha) Sr. Presidente, os militares eles têm uma carreira específica, onde um sargento, por exemplo, não pode ganhar mais que um Tenente. Um Tenente não pode ganhar menos que um sargento. Já os civis eles têm uma carreira um tanto diferente. Tanto na área da disciplina como na sua organização sindical. Os militares não podem ter organização sindical. Então eu perguntaria, para ser objetivo, ao Comandante Saito, V.Ex^a é favorável a uma separação entre controle de defesa aérea, que seria coordenada pelos militares e o Controle Aéreo Nacional envolvendo a aviação comercial. V.Ex^a é favorável? Porque há notícias da imprensa que existe uma divergência na defesa, entre o Ministério da Defesa, os controladores civis e aqueles que trabalham na área militar. Gostaria de saber objetivamente se V.Ex^a é favorável a acabar com essa história. Os militares vão cuidar da defesa do espaço aéreo brasileiro e os civis vão cuidar da aviação comercial. Porque o próprio

Ministro falou, só existe três Países, Eritréia, Somália e Uruguai que adotam o sistema militar. Ou seja, os controladores são especialmente militares.

Agora, o Brasil tem essa mistura, como eu disse, entre civis e militares. Se V.Ex^a é favorável. Porque eu estive olhando aqui, por exemplo, a carreira militar, aqueles controladores militares eles podem começar com 2.230 de remuneração? Temos que falar em remuneração porque isso é importante. Isso causou insatisfação na classe. Começa com 2.230, com 25 anos de serviço o controlador militar pode chegar 4.625. Não é, Sr. Jorge Botelho? Isso aí. Enquanto que o civil começa com 3.000, depois de 30 anos de serviço pode atingir a uma remuneração máxima de 3.150. Então há uma diferenciação de remuneração para uma mesma atividade. Eu exerço a minha atividade do vizinho aqui, e o meu vizinho ganha mais do que eu.

Então, por que é que está acontecendo? A meu ver, está acontecendo isso porque são duas carreiras totalmente diferentes. Carreira militar e a carreira civil. É preciso que haja uma diferenciação. E só, a meu ver, só acabaremos com essa insatisfação que existe na classe dos controladores se houver a divisão das atividades. Como eu falei, os militares vão cuidar do espaço aéreo nacional, do espaço aéreo da segurança nacional, enquanto que os civis, como na maioria esmagadora dos Países vão cuidar da parte específica da navegação comercial.

E por último eu queria elogiar o Dr. Ricardo Morishita, porque ele se referiu ao abuso das companhias aéreas. Que fazem *overbooking*, deixam os consumidores a ver navios, não dão nenhuma satisfação, recebem as multas que são dadas pelo Ministério da Justiça, recorrem à justiça e passam anos e anos discutindo e não acontece nada. Isto é, eles ficam imunes, eles podem fazer o que quiser as companhias. Se eu chegar atrasado 10 minutos do voo eu não consigo entrar porque eles não abrem mais. Mas eles podem atrasar quatro, cinco horas, oito horas e nada acontece. Nem a atenção, nem respeito ao consumidor que deve ser o alvo principal. Na verdade, o consumidor está sendo a vítima principal da desorganização que existe entre as empresas aéreas do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para concluir, Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Já concluí, Sr. Presidente. Agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito obrigado. Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. O próximo Flexa Ribeiro e Romeu Tuma.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Comandante, Sr. Presidente da INFRAERO e da ANAC, eu ouvi atentamente as questões já formuladas e portanto muitas delas que eu poderia formular já foram e foram respondidas pelo menos parcialmente no que possa equilibrar.

Eu gostaria de concentrar minha pergunta em dois pontos, em dois documentos, pelo menos. O Presidente da INFRAERO disse que existem vários processos no TCU e um deles me chegou à mão com mais de sessenta e poucas páginas, e que na verdade é um processo que recomenda, faz uma série de recomendações, e o número do processo é o TC 026804 de 2006-07 e a natureza dele é o relatório de levantamento da auditoria no sistema de controle de tráfego aéreo. Não vou ler obviamente as sessenta e poucas páginas. Gostaria de me cingir exatamente a conclusão e basicamente os dois tópicos da conclusão. Diz aqui: Em resumo, conclui-se preliminarmente que há indícios de fragilidade na articulação institucional de insuficiência de recurso para investimento no controle do tráfego aéreo, compatíveis com o aumento da demanda – inclusive demonstrada aqui – em função de contingenciamento e de discrepância na distribuição das receitas destinadas ao sistema de controle do espaço aéreo brasileiro. E ainda, de deficiência na gestão de pessoal e de equipamentos do controle de tráfego aéreo.

Então, o próprio Tribunal fazendo uma auditoria, faz essa constatação e faz uma série de recomendações que estão aqui nas três últimas páginas. Recomendações que são para o Ministério da Defesa, (soa a campanha) para o comando aéreo da Aeronáutica, e para a Casa Civil. E que se enfocam basicamente que as taxas cobradas são retidas indevidamente, não são aplicadas adequadamente. Isso realmente demonstra, usando um pouco as palavras do Ministro da Defesa, que realmente a questão de gestão não está somente, digamos assim, no comando da Aeronáutica. Está no contexto do Governo. Porque quem contingência recurso não é o Comando da Aeronáutica, não é nem o Ministério da Defesa. Então eu gostaria de saber primeiramente se essas recomendações feitas, que estão nesse processo, elas já estão sendo aplicadas no que tange o Ministério da Defesa, no que tange ao Comando da Aeronáutica e obviamente aqui não é o caso da Casa Civil que não está aqui representado.

Mas outro ponto que me chamou atenção também, foi uma reportagem publicada na revista Carta Capital nessa semana, por sinal tem a fotografia do Presidente da ANAC, que fala de efeitos colaterais. E a última parte da reportagem, é três e três, um docu-

mento não oficial dos militares aponta entre as causas da pane a fragilidade da ANAC e o corte dos vôos regionais. E diz mais, diz especificamente. A explosão do tráfego aéreo nos últimos três anos – aqui demonstrada pelo Presidente da ANAC, a submissão do Sistema a Agência Nacional de Aviação Civil e o abandono da Aviação Regional que atualmente transporta apenas 2% dos passageiros seguiam os pontos principais que levaram a esse conjunto de problemas que hoje nós estamos vivendo. E aqui eu quero realmente me ater a uma pergunta objetiva sobre a questão da aviação regional. Também li nessa reportagem que, por exemplo, um passageiro que vem do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, para Londrina, tem que vir para São Paulo para depois pegar outro avião para ir para Londrina. E passageiro que vá, por exemplo, para o nordeste e que venha de uma cidade aqui do norte ele vai vir para Brasília para depois ir para o nordeste.

Então, eu pergunto: Esse dismantelamento da aviação regional não foi e não é um grande ingrediente para realmente agravar essa questão do tráfego aéreo no Brasil, e, portanto, um grande ingrediente para ser pensado no sentido de fortalecermos a aviação regional, nesses dias eu também, Ministro Waldir, fui malhado na imprensa por um Projeto que apresentei em 2002, visando restabelecer o adicional tarifário para justamente fortalecer a aviação regional. Adicional que existia e que foi deixado de lado e com isso as pequenas empresas aéreas, eu apresentei inicialmente só para a Amazônia legal. Na Câmara ampliaram para o nordeste, centro-oeste inicialmente e depois para o Brasil todo.

Então, minha pergunta se fundamenta nesses dois pontos. Recomendações do TCU elas estão sendo já implementadas? E depois, com relação a essa questão da ANAC que está sendo aqui citada como um... E também a questão das Empresas Aéreas Regionais que pra mim, como homem da Amazônia, são de fundamental importância.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Mozarildo. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Três minutos, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Três minutos? Já passaram cinco segundos. Eu vou ser... Como o Senador Heráclito e o César Borges já ocuparam todo o tempo disponível, estou balançando na mão, sem o dedo em riste, Ministro. (risos) Eu aqui eu queria primeiro prestar uma homenagem ao Brigadei-

ro. Sei que nós estamos atravessando um momento de tristeza, de amargura, de dificuldade, procurando se somar aqui em busca de uma solução que traga uma tranquilidade maior à sociedade. E cumprimentar o Brigadeiro pelo aniversário dele hoje. Acho que essas bebidas e esses salgadinhos além de matar nossa fome faz parte da comemoração que eu peço licença a V.Exª para cumprimentá-lo. E acho que quanto mais velho a gente fica, mais paciência a gente tem. E o cabelo branco indica isso.

Mas eu estou vendo aqui o documento que V.Exª trouxe, além disso cumprimentá-lo por vir acompanhado de todo o seu Estado Maior que é o que dá a demonstração clara da responsabilidade que tem e respeito ao Congresso, como o Ministro também o faz e o Presidente da INFRAERO, que eu tenho visto na televisão, na ANAC, as discussões e a tentativa de explicar os grandes problemas que houveram. Porque não dá para fugir deles, Brigadeiro, Ministro, não dá para a gente fugir e esconder. Qualquer um de nós que tem que viajar sofreu as consequências dos atrasos, das dificuldades. E agora falava com o representante da defesa do consumidor, e que o consumidor foi totalmente desrespeitado dentro das exigências legais. (soa a campanha) Já acabou o tempo, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É que eu tenho aqui... A gente tem acompanhado de perto. Eu sou um admirador da Aeronáutica e ninguém vai tirar isso de mim. Qualquer coisa que eu achar eu vou ligar e vou pedir explicações, trocar idéia, porque por vários anos trabalhei com a Aeronáutica, principalmente em regiões difíceis como a Amazônia, e sempre foram presentes a todo tipo de operação que exigia uma presença da autoridade constituída. E ninguém vive na Amazônia sem praticamente as Forças Armadas e principalmente a Aeronáutica.

Então, a gente... Eu conhecia de perto as grandes dificuldades que a Aeronáutica atravessa há muitos anos. A COMARA, por exemplo, estava sem condições de recuperar pistas que só elas podem operar em regiões inóspitas, Senador. E também cada embalagem dos aviões, aqueles aviões que transportavam... Eu não me lembro... O Búfalo. Que a gente tem saudades do Búfalo, porque ele fazia um voo tranquilo e foram acabando ao longo do tempo porque não havia peças de reposição e acabaram. E agora, mesmo, eu fui Relator da aquisição, Brigadeiro, viu Ministro, eu fui agora Relator para a aquisição de 30 P3. Se não me engano 30. Nove P3. Devia ter 30. Para cuidar daquilo que eu vi a primeira vez, a Amazônia Azul, que são a plataforma

marítima que hoje a marinha e a Aeronáutica tinha a obrigação de vigiar pelas riquezas que o Brasil têm. Então eu pergunto: O *royalty* do petróleo vai indo para a Marinha, vai indo para a Aeronáutica? Não teriam direito a uma participação no *royalty* para recuperar os equipamentos das forças que dão essa proteção? E o contingenciamento...? Porque eu sei que ninguém, nem na polícia se fazia isso quando eu estava lá como nas Forças Armadas ninguém super estima o valor do orçamento por saber que vão cortar e chegar ao limite que querem. Fazem com honestidade e objetivando realmente as necessidades da força.

Então, quando contingencia, o senhor vai ter praticamente um buraco. Não digo buraco negro porque eu já vi a sua explicação sobre isso. Mas um buraco enorme, que se for branco ou negro, não sei, que traz uma dificuldade na administração.

Então, essas coisas a gente... Eu vou pedir só um segundinho, porque o Senador já falou sobre controladores civis e militares. Há divisão de administração dos civis e militares? Ou são todos administrados pela mesma chefia?

Segundo, eu consultei alguns oficiais da Aeronáutica e pergunto a V.Exª e ao Ministro, eu sei que as Forças Armadas antigamente formavam os profissionais nas academias de uma das três forças. Com a evolução tecnológica, já se faz concurso para entrar oficiais que depois vão ter o treinamento militar de marcha, de continência e tal, mas já entram como Capitão e como Major pela profissão que exercem como médicos, e como engenheiros. Os controladores de voo não poderiam ter um concurso como oficiais para evitar essa diferença salarial e fazer um concurso especial para eles pela especialização, especialização que eles obtém? Eu conheci a Escola de Formação de Controladores em Guaratinguetá. Eu fui visitar. E sei a competência com que os oficiais são instrutores e professores civis trabalham com os operadores, controladores de vôos. E tem uma formação profissional, bastante séria. Nós não podemos queixar que não tem uma instrução vantajosa. Agora mesmo eu falava com o Brigadeiro sobre o NTSB que é o sistema de segurança de voo americano, e algumas vigilâncias depois do 11 de setembro que a Polícia Federal faz a vigilância do embarque do passageiro e alguns vôos das companhias americanas fazem outra internamente com o passageiro que vai embarcar. Não acredito que o FAA autorizaria qualquer companhia aérea americana a sobrevoar o território nacional se não contasse com a segurança que eles exigem. Eles exigem. Mesmo informações até da polícia quando a gente ia havia uma troca de idéias para saber como era feito o controle de passageiros ou de segurança. E eu acho que a Aero-

náutica também faz parte do sistema internacional e a credibilidade do sistema aéreo nosso aqui.

Eu ainda perguntava sobre a eficiência do combate a aviões suspeitos. Que eu fui Relator do abate a aviões e que o Brigadeiro me explicou à época que assim que autorizado, e hoje é autorizado ia ter base, ele me disse que tem em Rio Branco e Porto Velho, se não me engano, de Super Tucanos para interceptar vôos e se isso está realmente funcionando a contento. E o SIVAM e o SIPAM, o SIVAM principalmente, quando foi instalado, V.Ex^a mostrou o quadro de cobertura de radares da Amazônia, que é o SINDACTA IV que é recente, é de 2005. Não é isso? Pelo menos está no gráfico que V.Ex^a distribuiu aqui no caderno. E à época, as informações, foram remanejados alguns radares da área do norte, do nordeste para o norte, para que pudesse haver a cobertura até a criação do SINDACTA IV. Então o que eu pergunto: Esses equipamentos são novos ou foram reaproveitados de outras regiões? Porque eu vi o preço que V.Ex^a teve a cautela de informar o preço de cada radar aqui pelos sistemas de uso e o radar rodante. Hoje me falaram que tinha um radar, não sei se é verdade ou não, que os americanos colocaram sobre Cuba que é o radar de cima para baixo. Quer dizer, o radar sobe num balão e vigia a região que eles querem. Que às vezes essas áreas brancas com dificuldade de cobertura...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para concluir, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu estou entusiasmado, Senador. Se o senhor quiser, eu já encerrei. Pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – São brilhantes as ponderações de V.Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tudo bem. Eu cumprimento e agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós concedemos os três minutos, mais dois de tolerância, mais um e mais dois.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então fica encerrado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Tuma. Acho que completa aí a tríade. Nós passaremos a palavra para o Brigadeiro Juniti Saito, se tem alguma resposta as considerações feitas, as perguntas feitas?

SR. JUNITI SAITO – Bem, Senador Valadares, V.Ex^a perguntou sobre plano de carreira dos controladores civis. Eles são regidos pelo regime estatutários. E nós agora estamos tentando colocar os controladores civis no regime de apoio à saúde no nosso sistema de saúde para que eles tenham uma assistência completa

dentro da Aeronáutica. Não só os controladores civis, mas todos os funcionários do DACTA. E acredito que dentro de um mês, mais ou menos, já estejam todos cadastrados no nosso sistema de saúde.

Quanto aos valores de vencimentos, nós achamos que eles precisam ser revistos, desses funcionários civis. Principalmente dos controladores. Porque um suboficial, só para... Como comparação, um controlador civil nosso, no final de carreira, recebe menos de quatro mil reais. De maneira que é um estudo que nós estamos fazendo sobre apoio ao sistema de saúde, e também acredito que rever também a questão salarial deles.

Quanto ao pessoal militar, gostaria aqui de dizer o seguinte. Nossos militares entram na escola, saem terceiro sargento, segundo, primeiro, e eles podem prosseguir, tem que fazer uma prova, aqueles que não tem nível universitário, eles podem prosseguir até capitão.

Então, os nossos sargentos militares, especialistas, incluindo-se aí os controladores têm condições de ascender até capital, mesmo não tem nível superior. E aqueles que têm nível superior, têm possibilidade de ascender até tenente-coronel. Hoje nós estamos reverendo essa situação desse pessoal que tem nível superior de tal maneira que ele possa seguir até Coronel.

Então, isso é que na próxima semana o nosso Departamento de Pessoal deve dar uma solução para isso para ver o que é que a gente precisa fazer para que eles cheguem até nível Coronel. Então essa é a carreira deles.

Quanto à separação de controle de tráfego aéreo civil e militar, V.Ex^a pediu minha opinião. Eu gostaria de dizer o seguinte, que ainda hoje o Presidente disse que a decisão vai ser dele.

Então, vamos aguardar a decisão dele. O que eu posso dizer é que o nosso sistema é um sistema integrado, é um sistema que eu posso garantir funciona bem. Agora, na hora de separar nós temos que levar em consideração várias coisas. Inclusive investimento, inclusive tempo. E como eu disse agora há pouco, o nosso sistema mundial caminha para um sistema CNS/A TM que deverá entrar em operação dentro de no máximo oito ou nove anos. É um sistema controlado por satélites em que não há transmissão de vozes, de dados. Então, o piloto não precisa falar. Ele precisa navegar de acordo com os dados, de acordo com o controle de satélites. E esse controle certamente será... Certamente, não, tenho certeza que será um controle civil, de tráfego cooperativo, é aquele avião que quer ser controlado e que se identifica para ser controlado. Faz um plano de vôo. Diferentemente da defesa aérea que eles não fazem plano e normalmente penetram

em baixa altura para a defesa aérea. De maneira que eu permito a não dar a minha opinião pessoal que é uma decisão que cabe ao Presidente. E ele vai decidir, com certeza.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Quer dizer que não há divergência dentro do Governo quanto a essa separação?

SR. JUNITI SAITO – Absolutamente. Absolutamente. Porque eu acho que tudo depende do Presidente na hora que ele disser vai ser civil, nós vamos ter que trabalhar para isso. Lembrando que haverá investimentos e tempo de transição muito grande.

Quanto a insuficiência de recursos, Senador Mozarildo, eu gostaria de dizer que nós temos sempre insuficiência de recurso. Porque a necessidade é muita. Em todos os setores. Não é só no controle do espaço aéreo. Mas as taxas arrecadadas que pelo que me tem vindo nos últimos anos tem sido aplicado no sistema de controle espaço aéreo. As taxas arrecadadas. Quanto à pergunta do Senador Romeu Tuma, Senador, realmente muita gente entende que o avião não possa voar sem combustível. Mas poucas pessoas sabem que sem suprimento o avião também pára. E é a parte mais crucial nossa é a falta de recursos para suprimento e manutenção. Tem peças que são trocadas queira por tempo, não é nem pelo uso, então, o rigor na inspeção é tão grande que as peças são trocadas calendarariamente, e não por... A COMARA, por exemplo, é uma Comissão de Construção de Aeroportos na Amazônia e é subordinada à Aeronáutica, é operada pela Aeronáutica porque a Amazônia é uma região muito difícil. Poucas companhias de construção conseguem sobreviver. O solo é diferente, o problema das chuvas é muito diferente. Enquanto chove na Ala norte não chove embaixo... Quer dizer, uma obra, muitas vezes, tem que levar material num ano e começar a construção no outro ano. Realmente é uma área muito difícil, mas a Aeronáutica já construiu mais de 150 pistas de pouso na Amazônia. Com todas essas dificuldades.

O senhor falou no *royalty* do P3, do mar. Nós gostaríamos de participar do *royalty*, sim. Porque nós participamos dessa... Mas a Marinha diz que ganha, mas não leva. (risos) Então eu não sei se vale a pena.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas aí que está o erro e acho que a nossa obrigação colaborar para que se pague. Porque os Municípios que têm *royalty* estão recebendo. Tanto é que a discussão é a tentativa de estudar redistribuição dos *royalties* por Município. Agora, se não tiver a Aeronáutica, a Marinha, as forças que vigiem, daqui a pouco vai ter pirataria até por aí para tirar petróleo no mar.

SR. JUNITI SAITO – Já tem um estudo na Secretaria de Finanças sobre isso, Senador. Nós vamos reivindicar também.

Orçamento. Da mesma forma que a Marinha, Exército, a Aeronáutica também se sente na dificuldade de executar orçamento por causa dos contingenciamentos. Mas aí nós também estamos subornados a economia da Nação. Nós temos ciência disso, das dificuldades que o Governo tem para principalmente em termos de orçamentos, e nós estamos sempre tentando adequar aquilo que o Governo autoriza e aquilo que cada uma das forças vai até o Ministro da Defesa para reivindicar mais recursos. E por enquanto está dando, não é Ministro? Por enquanto está dando. Mas realmente recursos... É a mesma coisa orçamento familiar. Sempre falta.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só um minutinho. Eu estou roubando tempo. O Presidente vai chamar minha atenção. Mas aqui nós temos às vezes aprovado na área de Ciência e Tecnologia alguns benefícios fiscais. E lá se exige uma porcentagem para pesquisa, não só de caráter civil como militar também. E eu mesmo, ontem, perguntei ao Ministro de Ciência e Tecnologia se estava indo para a área militar onde se desenvolvem pesquisas importantíssimas para o País. Eu deixaria isso também no ar, se estão ou não recebendo a parcela que é descontada das empresas, principalmente de *royalty* que é mandado para o exterior e se o Ministério de Ciência e Tecnologia cumpre com as Forças Armadas.

SR. JUNITI SAITO – Realmente nós temos já uma parceria com o MCT, e anualmente nós já temos recursos da ordem de mais de 30 milhões de reais para investimentos em projetos de desenvolvimento de alta tecnologia. Posso garantir isso ao senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Concluiu, Brigadeiro? Com a palavra o Ministro Waldir Pires.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Senador Romeu Tuma, eu creio que é muito boa a sua disposição em relação ao problema dos *royalties*, porque eu creio que essa deva ser uma ação conjunta de nós todos em relação aos *royalties*. Os *royalties* dos Municípios eles estão sendo distribuídos diretamente. E são obrigatoriamente por um conceito de natureza jurídica que é, digamos, a sua inserção na natureza exclusiva de receita do Município. De forma que isso tem um apoio até de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Eu creio que neste particular nós deveríamos fazer um grande esforço em relação aos *royalties* da Marinha e verificar o que se deva fazer em relação aos *royalties* da Aeronáutica. Isso pra mim faz parte um pouco da concepção de organizar o que é que é Ministério da

Defesa. Fundar. O que é que é Ministério da Defesa, num País como o nosso. A base da experiência do que foi a construção do Ministério da Defesa nos Estados Unidos, Ministério da Defesa na França, Ministério da Defesa na grande maioria dos Países do mundo. Eu creio que neste particular, por exemplo, é uma grande batalha a travar-se coletivamente. Não apenas, digamos assim, pelos setores específicos das forças. Travar-se com a área econômica de cada Governo. A Marinha, por exemplo, ela tem um saldo de recursos de *royalties* extremamente significativo. Extremamente significativo. E eu creio que essa apreciação sobre a posição da Aeronáutica é uma coisa que se deva iniciar. Pela proteção que se tem o dever de assegurar a todos os recursos nacionais. Sobretudo, os recursos nacionais que estão na Amazônia Azul, e na Amazônia continental, mesmo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ministro, o senhor permite? Nós recebemos aqui por esta Comissão uma Comissão do Senado francês, como V.Ex^a fez referência sobre o Ministério da Defesa da França, e um dos Senadores era da Comissão das Relações Exteriores, responsável pela fiscalização da aplicação financeira orçamentária das forças.

Então, ele nos explicou que lá todo ano os comandantes de cada força expõem o que fez, e o que gastou e o que faltou. E a cada cinco anos, eles fazem uma reunião para reformular os projetos da força.

Então, eu não sei se isso seria viável nós fazermos aqui para colaborar com as Forças Armadas para discutir permanentemente. Eu pedi aqui, o Senador Heráclito vai me ajudar, criar uma Subcomissão de Modernização das Forças Armadas. Ele disse que vai autorizar a sua instalação na Comissão de Relações Exteriores. Eu acho que seria importante a gente poder tratar permanentemente que o Congresso fique do lado para atender alcançar os objetivos.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Sem dúvida, porque nós estamos em face de um mundo muito arriscado. Nosso planeta está arriscado. E nós somos um grande País do mundo. A civilização humana está em perigo, por falta de instituições. E essas instituições estão se deteriorando a tal ponto que a cada instante você vê surgir os atos de aventuras e de conflitos que vão explodindo aqui, ali e acolá. O sonho das Nações Unidas absolutamente forte fazendo delas, das Nações Unidas o centro da discussão, da paz, e consequentemente dos direitos que administram as nações do mundo. Esse sonho está se esboroando. Então um País como o Brasil é um País que tem o dever de estar construindo um conjunto de forças, de Forças Armadas, de Marinha, de Exército e de Aeronáutica capazes. E assegurar a soberania deste País e a de-

fesa dos interesses fundamentais do País. Eu acho que isso é importante.

Senador Mozarildo, eu gostaria apenas de informar a V.Ex^a que no que diz respeito as recomendações do TCU nós estamos atentos a ela. Mas que hoje essas, digamos assim, aplicações de recursos dentro do Ministério da Defesa, e, sobretudo, dos organismos que estão compondo o Ministério da Defesa, hoje eles fazem parte de uma rotina, de uma rotina de conceito, de conceito de gasto público. De modo que nós estamos enviando invariavelmente para o exame da Controladoria-Geral da União, que é o órgão onde o controle interno, e que, portanto, quando chegar ao Tribunal de Contas, chega com as contas devidamente examinadas pela Controladoria-Geral da União. E é em função disso, inclusive, que nós fizemos e estamos fazendo alguns afastamentos de administradores, como fizemos uns três ou quatro meses atrás, e ainda recentemente fizemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para concluir, Ministro.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Para que o Tribunal de Contas seja, digamos assim, como órgão que é do Congresso Nacional capaz de trazer aos senhores as informações bastante já examinadas pelos órgãos internos do Poder Executivo.

Portanto, do Governo. No que diz respeito, por exemplo, a distribuição de recursos que foram noticiados como altamente contingenciados, nós temos informações e oferecemos informações ontem até bastante, digamos, abundantes. Infelizmente hoje eu não as trouxe, mas eu mando para V.Ex^a o quadro de que os contingenciamentos foram mínimos nesses últimos quatro anos. Inclusive foi nenhum em 2006. Nenhum em 2004, e muito reduzido, mínimo, não chegou a 4% em 2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para excluir, Ministro.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Concluí.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Estão inscritos para o próximo bloco o Senador Inácio Arruda, Flávio Arns, e Marcelo Crivella. Mozarildo, por favor.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Senador, eu queria dizer inicialmente que eu particularmente e a ANAC é totalmente favorável ao seu Projeto de Lei de suplementação tarifária. Eu vi manifestação de Parlamentares que não é a hora de discutir, porque tem uma crise. Mas acho que misturar essas coisas é misturar duas coisas é totalmente distinta. E nesse sentido eu já lhe respondo que esse documento que eu não tive acesso a reportagem falava, que não está assinado, também fala dessa mistura. Eu não vejo ne-

nhuma relação entre a diminuição da aviação regional que é real e houve de 2001 para cá com a questão de que nós estamos vivendo aí no tráfego aéreo. Pode ser até o contrário. Porque a aviação regional é responsável no máximo por 2% da aviação brasileira no seu histórico. O que houve com a aviação regional é que era um Decreto de suplementação tarifária e a partir de 2000, 2001, as empresas começaram a entrar na justiça e ganharam o fim dessa suplementação. Isso é que acabou a aviação regional. Acabou não, mas derrubou bastante o atendimento a vários Municípios, principalmente na Amazônia.

Ontem mesmo uma Deputada do Acre me questionava sobre isso. O Acre, em 2000, tinha 27 vôos diários. O Acre hoje há nove. Há muito custo. O ano passado o Senador Tião Viana aqui da Tribuna do Senado, depois o Governador Jorge Viana, tivemos uma batalha muito grande para ampliar alguns vôos para o Acre. Então Veja que é uma diminuição bastante significativa. Eu acho que o seu Projeto ele repõe a perspectiva da aviação regional. Por que é que ela não é viável economicamente? As nossas comunidades não têm recursos para pagá-la. Então os custos de um pequeno avião para transportar poucos passageiros são muito altos para realidade econômica das comunidades interioranas no Brasil. Essa é a realidade. Não tem nada a ver com o que está ocorrendo.

Quanto à questão de gestão de sistema, como se a ANAC... Eu disse, não. Ao contrário. O que está escrito é o que a ANAC prega. A agência tem que ser o órgão fiscalizador e tem que ser o órgão regulador do sistema. Mas de todo ele, e não de partes. E nós devemos ser cada vez menos gestores. Gestor é a INFRAERO, gestor hoje é a Aeronáutica no espaço aéreo. Nós não devemos ser gestor. Hoje a gestão da ANAC é muito na área da formação profissional. Essa é mais a nossa gestão. Aí envolve relações com aeroclubes, envolve relações com escola de formação profissional. A outra parte nossa, por exemplo, na área, e até gostei que hoje nenhum Senador fez uma pergunta que sempre que eu venho aqui se faz, que é a questão da certificação de produtos aeronáuticos lá em São José dos Campos, e isso me deixa alegre, porque se não está havendo perguntas é porque não está havendo críticas. Acho que a solução de um problema que nós estávamos vivendo historicamente e considero ele na ante-sala da solução. Aquilo lá não dá para considerar gestão do sistema, é também um aspecto fiscalizatório. É fiscalizar as aeronaves fabricadas no Brasil ou aquelas que nós importamos sobre peças, equipamentos e a aeronave como um todo.

Então, eu acho, eu discordo um pouco do conteúdo do documento que a matéria não quis me passar,

mas reforço o seu Projeto que foi modificado na Câmara já passou na Comissão de Constituição e Justiça. Tem que voltar a esta Casa, eu reforço, seria fundamental, não para o problema do tráfego aéreo, mas para o desenvolvimento do Brasil. Acho que é um Projeto que busca desenvolver as regiões longínquas do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, inicialmente quero hipotecar o meu apoio e a solidariedade ao Ministro Waldir Pires. A batalha que V.Ex^a tem travado juntamente com todos aqueles que são responsáveis pelo controle aéreo do nosso País, e especialmente pela defesa no Brasil. Não é fácil.

V.Ex^a já enumerou que a questão da defesa não é apenas a questão do controle aéreo. Nós precisamos constituir a questão da defesa no País. Não é o Ministério da Defesa. É o problema da defesa no Brasil. O que significa recuperar a atividade da Aeronáutica, da Marinha, do exército, sobre um comando unificado, na defesa, entendendo o papel estratégico da defesa para o desenvolvimento do nosso País. Em tempos de programa de aceleração do crescimento, digamos assim, a defesa tem muito que fazer. Muito, muito que fazer. E seria um papel extraordinário que nós estivéssemos discutindo exatamente essa parte, e não uma crise de controladores do sistema de vôos do nosso País.

Eu acho que V.Ex^a evidente que existe dificuldades, mas V.Ex^a. tem colocado no centro esse debate que não é uma coisa simples a gente enfrentar na hora da crise que se estende há muito tempo. Porque você tem um contingente enorme de problemas que vão se somando. Há sempre a idéia de que...

Bom, deve ser militar ou civil o controle aéreo? Quer dizer, a defesa está no Ministério da Defesa, e nós temos a participação dos militares na defesa. Disso não tem que ter dúvida. Ninguém tem que ter dúvida sobre isso. Agora, o serviço, esse que é o problema. O serviço não precisa ser militar. Acho que há uma discussão já que vem amadurecendo com muita clareza. Esse não precisa ser militar. Esse serviço pode ser civil. A transição ela pode demorar um pouco mais. Mas tendo a consciência de que ele pode ser civil, nós afastamos uma espécie de fantasma que a gente fica carregando. Tem que ser militar, tem que ser civil, fica nessa polêmica. Não. O serviço pode ser civil. Agora, a defesa e o controle do espaço aéreo nacional é uma questão de defesa e esse é militar e é do Ministério da Defesa.

Então, ficamos resolvidos nessa parte. Acho que aqui nós temos um problema. E voltamos, não só a Aeronáutica, mas as forças militares no comando junto com a defesa, a tratar de questões estratégicas do desenvolvimento do País. Eu acompanho há muito tempo a questão do nosso veículo lançador. Que é um problema do desenvolvimento do Brasil. Há pouco, numa das respostas, nós ouvimos uma intervenção mostrando aqui a questão da disputa de mercados. Nós temos um sistema de controle aéreo que tem um tipo de equipamento, que tem um modelo, esse modelo atende também a um tipo de material. E aqui também tem disputa. E na hora de uma crise, entra a disputa também. Ela se envolve. Entra aqui no meio. Nessa questão, se nós conseguirmos desenvolver, se a Aeronáutica, com o apoio da inteligência brasileira, ela tem um instituto tecnológico, aqui o ITA, está aqui o CTA, então o potencial nosso é enorme. Agora, significa orçamento, investimento. Quer dizer, é um trabalho enorme que nós temos que realizar para retomar o esforço do desenvolvimento que a Aeronáutica pode conduzir. Quer dizer, os militares brasileiros através da Aeronáutica podem dar uma grande contribuição, quer dizer, ainda maior do que já deram até hoje com o desenvolvimento do nosso veículo. Que ficou, digamos assim, está em curso, mas a gente teve atropelos, inclusive o maior atropelo não é um veículo queimar no espaço, não. É o atropelo do orçamento. Normalmente. Esse é o principal atropelo nosso. A gente precisa retomar porque aqui você entra no PAC nosso no desenvolvimento dessa área estratégica. Acho que aqui é a questão central. Acho que a gente deveria entrar aqui.

O outro problema que eu vejo na questão dos controladores é o problema da disciplina, que independente de ser militar ou ser civil. É uma área muito... Que exige muita disciplina. Muita disciplina. Porque você lida com um serviço que atende a população, quer dizer, na área da aviação que exige um trabalho de exclusividade. Tem que estar ali exclusivo. Dedicção total a esse tipo de trabalho. E independente de ser militar, porque às vezes se pensa o seguinte, porque disciplina só se for militar. Não. Disciplina civil para o exercício dessa atividade, para ter um controle adequado. Um trabalho adequado. Para atender bem a nossa população. Acho que aqui está uma questão chave. Acho que a gente tem que estar bem atento para isso. Porque fica parecendo que vai passar para civil e como se fosse ficar mais frouxo. Não, não vai ficar mais frouxo, não. Vai estar bem disciplinado. Não tem esse problema que vai ficar frouxo, vai ficar desordenado. Não. Vai estar bem disciplinado, bem controlado. Quer dizer, todo mundo vai estar de olho nisso aqui. Ou vai virar uma bagunça porque vai ser civil. Não senhor. Isso aqui não vai ser

bagunçado, Isso vai ter que ser bem organizado, bem estruturado sob o comando bem organizado para que a gente possa ter um bom serviço.

E uma questão também que fica sempre parecendo. Porque é militar criou-se a crise. Também não é verdade. Isso não é verdade. Quer dizer, até hoje esse serviço é um serviço de qualidade no Brasil. Porque senão fica parecendo... Agora, de repente, esse serviço não presta. Que conversa é essa? Esse é um serviço de qualidade que foi prestado até hoje ao Brasil e muito bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para concluir, Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Acho que é preciso a gente registrar esses aspectos positivos do serviço feito pelos militares que transita para um serviço civil e que tem grande qualidade. E que essa qualidade vai ser transportada para um serviço civil. E boa parte da formação vem exatamente da Aeronáutica. E a Aeronáutica pode continuar contribuindo na formação desse pessoal que vai prestar um serviço civil. Tem que botar as coisas no lugar. Porque senão fica parecendo que virou uma bagunça, vai virar uma bagunça porque vai ser civil e o serviço que estava sendo feito não prestava, não era qualificado. Não era um serviço qualificado era um serviço bom que a gente precisa reconhecer mesmo que transite para o serviço civil. Agora, tem que ter disciplina. E no caso de quando é militar, aí a disciplina ainda é maior, porque aí não pode ter quebra de hierarquia. Aí sim. Acho que é outro problema mais complexo que a gente tem que estar atento e acho que o Governo agiu corretamente. Nos dois momentos agiu corretamente. E acho que V.Exª colocou de forma muita justa. Acho que o Presidente agiu corretamente nos dois casos, num primeiro para atender exclusivamente a população. E o segundo para não deixar que a hierarquia fosse quebrada. Acho que aqui houve uma atitude correta do nosso Governo em relação a crise do espaço aéreo brasileiro, que eu acho que vai conseguir ser controlada sem precisar de maiores atropelos no nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, querido Waldir Pires, Sr. Comandante da Aeronáutica, Sr. Brigadeiro José Carlos, Milton, Sr. Ricardo, Sr. Jorge Botelho. Já vão aí quatro horas e tanto de debate em que nós de maneira democrática e civilizada estamos procurando encontrar os caminhos para uma crise que nos afeta a todos. Mas soluções imediatas muitas vezes não são estratégicas. E concordo com V.Exª. Nós precisamos de um Projeto de Defesa Nacional. A princípio a

gente pensa que é o controle ou a proteção absoluta do território do povo. É um conceito. Mas será que produzir vacinas, por exemplo, ou controlar os meios, produção de alimento. Hoje somos os maiores produtores de soja, mas não dominamos mais a tecnologia das sementes. Nem dos adubos e agrotóxicos. V.Ex^a é sábio quando remete essa discussão a um Projeto de Nação que ainda não temos. E que clameia aqui da Tribuna do Plenário várias vezes quando vi a GOL cobrando passagens tão baratas. As passagens eram impraticáveis. Eu não sei quem colocou dinheiro ali. Mas quebraram a VARIG. V.Ex^a muito tempo atrás falava das linhas. Eu aqui falei do preço das passagens. Companhia estabelecida, mercado crescendo, o Brasil com perspectiva de crescimento, mercado internacional crescendo, e nós ficamos sem uma companhia... Hoje por exemplo, para o continente africano onde passei 10 anos como missionário, não temos uma companhia brasileira voando. Nenhuma. Não vamos para Angola, não vamos para Moçambique, não vamos para África do Sul, só companhias estrangeiras e nós queremos reatar nossos laços. O Presidente diz até em resgatar compromissos históricos, dívida histórica com três séculos e meio de escravidão que trouxeram milhões de irmãos africanos para trabalhar aqui.

Mas Sr. Ministro, a discussão política é fascinante porque ela pode ser vista por duas óticas. Sempre assim. Hoje vejo a oposição reclamando de investimentos. Equipamentos em pessoal. Pois apresentei aqui logo quando me elegi Senador um Projeto de Lei que foi defendido pelo Ministro Viegas e depois pelo Ministro, Presidente do meu partido, Zé Alencar, numa audiência que fizemos aqui com três comandantes na época dar um orçamento anual estável às Forças Armadas de 2,5% do PIB. Teve parecer contrário da oposição que hoje clama por mais investimentos.

Olha que Saturnino Braga, um grande Senador do meu Estado, abandonou a vida pública. Mas ele fez, queria transformar esse Projeto em Projeto de Comissão. A oposição bloqueou. A mesma oposição que hoje clama por mais investimentos. Chegou ao ponto de um Deputado do meu Estado escrever no meu jornal O Globo, jornal prestigioso, dizer o seguinte: "Temos que instaurar a CPI do Apagão porque o sangue dos inocentes clama por justiça". Referindo-se ao acidente da GOL. "O sangue dos inocentes clama por justiça". Meu Deus, parecia o vaticínio daquela sentença: Crucifica, crucifica. O nosso comandante já disse que o inquérito não chegou ao final. Mas eu cansei de ler na imprensa de que o transponder do Legacy estava desligado. Ora, o transponder é um rádio que recebe uma frequência no plano de voo. E ele tem que manter esse transponder ligado, porque senão não se consegue

detectar aquela aeronave. O avião da GOL não viu? O CINDACTA de Brasília tentou contato sete vezes, não conseguiu. Meu Deus, será que com o controle aéreo civil ou militar, com o controlador ganhando cinco mil ou vinte, nós podemos colocar um transponder para funcionar em pleno voo quando o piloto não o fez? E é justo clamar o sangue dos inocentes culpando outros que mais inocentes são?

A verdade é que V.Ex^a tem sido um herói. E a política é fascinante por isso porque dá essa força, esse fôlego que inspira a gente. V.Ex^a está nesse debate há tantos anos. Mas se mantém firme e valente. E é uma inspiração para nós que estamos começando agora. Essa paciência infinita de sempre responder, de buscar a Constituição, e de buscar as medidas estratégicas que é aconselhado por seus comandantes, V.Ex^a vai encontrar.

Eu gostaria apenas de fazer uma só... Um só questionamento. Ao Presidente da ANAC e ao nosso comandante da Aeronáutica. Ao Presidente da ANAC, o problema da GOL. Sempre passagens mais baratas. Quebrou a nossa VARIG lá no Rio de Janeiro. Agora, não se vê um funcionário da GOL com a minha idade, por exemplo. Não se tem ali. Aos 40, 45. São todos jovens. É proibido pessoas acima de 40 trabalhar na GOL. É a única companhia que a gente só vê jovens. E eu queria que V.Ex^a investigasse isso porque já veio ao meu gabinete um funcionário da VARIG que disse que preenchia todos os requisitos para trabalhar na GOL e foi excluído porque tinha 42 anos de idade. Num País onde a maior faixa de desemprego, Senador Tuma, está nessa idade.

Agora, comandante, uma preocupação. V.Ex^a vai ter aí pela frente que ver o problema dos controladores. Notícia já estamos desmilitarizando. V.Ex^a deu hoje a mensagem correta à Nação. Não se preocupem com desmilitarização do setor porque já está ocorrendo. Nós saímos da bússola, fomos para o GPS, esses satélites estão cada vez mais aperfeiçoados e mais cedo ou mais tarde nós vamos ter que chegar a isso.

Então, V.Ex^a já disse que é uma discussão já encaminhada. É tempo. É tempo. Mas eu achei que as coisas se colocaram no lugar certo quando os controladores pediram perdão. Um gesto de nobreza. Vibrei como brasileiro. Eles, que por juramento, se necessário fosse, teria que dar a vida pelas instituições. Entraram numa greve injusta, a meu modo de ver, e depois eles, sim, não o Presidente da República, recuaram e pediram perdão. O Presidente tentou, o caminho do diálogo, o regulamento. É assim na vida militar também. Muito bem. Se nós tivermos um endurecimento da crise e os nossos sargentos que terceiro sargento ganha pouco, um suboficial também ganha pouco, quatro mil reais

pela... Esse País da desigualdade, mas comparado a níveis internacionais eu creio que seja pouco. Nós vamos formar daqui a um tempo, temos os civis que creio serem militares da reserva que prestaram concurso e passaram, por que não convocar a reserva? Por que não chamar aqueles oficiais ou sargentos ou praças que num prazo de cinco anos podem ser mobilizados em caso de necessidade. Eu fui oficial temporário. Durante cinco anos me apresentava ao Exército. Porque de repente precisariam de mim. Tinha que renovar meu endereço, condições de saúde, etc e tal. Num caso de emergência não podemos chamá-los para suprir um final de semana? Não podemos saber aonde eles estão? Aqui no Senado consegui aprovar uma lei que dá direito hoje ao Governador convocar a reserva da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros... O Senador Tuma foi Relator. V.Exª foi o Relator junto com o Senador Jefferson Peres. Para dar direito ao Governador chamar a reserva.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Brigadeiro já explicou que tem mais 60 da reserva e já há autorização presidencial para mais 100. Se não me engano...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sim. Mas esses são por contratação? Esse é aquela Medida Provisória que nós votamos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pessoal da reserva.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sim, da reserva porque são os qualificados, mas é uma Medida Provisória que nos dá direito a contratar. Mas suponhamos que não tenhamos condições...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É que o Senador está dizendo que não precisa dessa Medida Provisória.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não, até precisa, mas vamos supor...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Basta convocar na emergência.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Isso. No caso de emergência. Parou 200. Será que a gente tem 200 ou 300, 400 que a gente sabe onde está morando e a turma vem para nos ajudar socorrer, é possível ou não é? Estou apenas aqui dando uma idéia. Mas queria terminar aqui a minha participação...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O plano de mobilização, Presidente, eu venho discutindo há muito tempo e por enquanto o Ministério da Defesa não tinha enviado. Não sei se já se preparou...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Plano de mobilização industrial, de pessoal...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – De pessoal na área militar, principalmente pelas grandes

difficultades que têm quando há um incidente, uma crise, uma greve.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Se de repente nós precisarmos ir à guerra, é uma hipótese remota. Mas as fábricas de ITU poderão fazer tubo de canhão, de morteiro, fábricas de alimento farão ração para nossos soldados, outras indústrias têxteis vão fazer o uniforme. Será a nossa mobilização industrial em larga escala.

Mas eu só queria terminar, Senador Tuma, dizendo que como brasileiro, como Parlamentar, acompanhei essa crise de perto, achei que nossas autoridades foram injustamente expostas, mas gostaria também depois das perguntas dizer o seguinte, não vi nenhuma nota à imprensa. Por exemplo, eu li em casa, mas amargurado aquele noticiário da Folha de São Paulo dizendo que nossos controladores não eram bons, nossos equipamentos obsoletos, o sistema de computador não prestava... Aí eu dizia pra mim: Onde é que estão os acidentes? Porque se é isso tudo aqui tinha que haver acidentes. Não tem. Teve um do transponder desligado. Um transponder desligado.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – O único de toda a vida da aviação civil brasileira, o único. Nos Estados Unidos já houve seis de choques. De choques de...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Ministro, em respeito à memória de V.Exª, não repita isso. É um engano histórico que V.Exª não tem o direito de cometer. Nós tivemos o Presidente Castelo Branco que morreu em colisão, nós tivemos o acidente que acabou com a banda de fuzileiros navais no Rio de Janeiro e nós tivemos o acidente de dois aviões bandeirantes na cidade de Imperatriz. Não vamos dizer isso para que...

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Veja bem, esses acidentes não são acidentes de passageiros.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Todos com passageiros, Sr presidente. Nós não temos ainda avião monitorado. Um matou o Presidente da República o outro era avião com passageiros com...

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Era um táxi aéreo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não. Um avião do Presidente da República, um avião militar, evidente, dois aviões bandeirantes de passageiros e o avião do Rio de Janeiro foi um avião de passageiro, um avião da Real Aerovias, um DC-3 com um avião militar americano. V.Exª está repetindo um erro que foi cometido aqui na audiência passada. É preciso que essas coisas não...

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Veja bem, se for dada essa dimensão que o nobre Senador está...

Eu estava raciocinando em termos de aviões de passageiros.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador na segunda metade do mandato já pode chamar de Deputado.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Mas eu estava dando um conceito de grandes aviões. Aviões de passageiros.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para época o acidente do Rio de Janeiro foi grande. O que matou uma banda de música dos fuzileiros navais americanos chocou-se com um avião DC-3. Eu sou mais novo que V.Exª.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Mas veja bem, se for dado esse conceito assim de atribuir a esses tipos de conflitos aqui, eu estou recebendo aqui uma informação do Brigadeiro Juniti Saito, se for dado esse conceito, terão sido seis acidentes no Brasil contra 49 nos Estados Unidos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quais são os outros dois para eu colocar aqui na minha memória?

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – 49.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havia um treinamento, eu coloquei fora exatamente para não desmerecer a Força Aérea Brasileira nesse tipo de choque.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – 6 a 49.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu vou concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nesse caso é melhor usar essa nova estatística.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu concedi um aparte ao Senador, nobre e querido Senador Heráclito Fortes.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Fizeram as passes, então?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nunca briguei com ele. Nunca briguei com ele.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª concorda?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V.Exª robusteceu meus argumentos. V.Exª mostrou que num prazo mais longo nós temos muito menos acidentes que os Estados Unidos que é padrão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para ver V.Exª como eu tinha razão, Deus nos une.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Deus nos une. E sempre unirá. V.Exª é brilhante, inteligente, eu gostaria de ter o poder de oratória que V.Exª demonstra aqui.

Mas só para concluir, então, conte com a solidariedade nossa. Conte com o espírito democrático dessa Casa em apoio e solidariedade a V.Exª que já foi dado pelo Senador Inácio Arruda. A biografia de V.Exª é uma inspiração para nós todos.

Parabéns e muito obrigado por ter vindo e ficar com a gente até aqui a essa hora que por culpa da oposição acabou se transformando num concurso de próstata. Aliás, o Senador José Carlos Pereira, é o único que está invencível aqui, é o único que não levantou. O restante sujeito aqui as agruras de uma audiência tão longa. Muito obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria verificar com...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, permite só uma proposta. O Senador João Pedro, desculpa, é o próximo. V.Exª seria o outro e aqui presente...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Temos ainda o Senador Quintanilha que penso que vai falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Paulo Paim e o Eduardo Azeredo. Não sei se todos queriam fazer...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Façamos logo na sequência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para gente liquidar os perguntadores e aí eles terminariam. Concordam? Por favor, Senador João Pedro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Tuma, eu queria que V.Exª permitisse usufruir dessa minha repentina e espero que duradoura lua-de-mel com o Senador Crivella. Eu não posso perder essa oportunidade. E quero pedir ao Ministro Waldir Pires, embora não seja tema do assunto é que eu vou ter que me retirar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – V.Exª tem que ter cuidado para não exagerar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – V.Exª já está querendo entrar em lua-de-mel.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Se houver ciúme de V.Exª será convidado a participar também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Aí já vira uma outra situação. Aí já não é exagero. É uma alegoria. (soa a campainha).

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª é que sabe.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Olha, eu pensei que o senhor ia pedir para assumir a presidência para...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É, eu queria apenas pedir... Eu vou ter que pegar um avião e espero que ele esteja saindo no horário. Eu queria pedir permissão...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O controle aéreo está garantido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...Para me juntar ao Senador Crivella e elogiar a humildade e atitude do Governador Sérgio Cabral e pedir forças federais para o Rio de Janeiro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Apoiado, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ministro Waldir, deixe de lado essa discussão jurídica. Deixe de lado. O Brasil dispensa a lei, vira a maioria. O Rio precisa das tropas imediatas. Nós temos o Pan prestes a acontecer, as tropas têm que chegar no Rio de Janeiro para tranquilizar a sociedade, para tranquilizar os que estão vindo de todo o continente.

De forma que eu queria fazer um apelo a V.Exª para que transmita ao Presidente da República que é sensível essas coisas que supere algumas dificuldades, mas dote o Rio de maneira imediata e rápida desse contingente federal. É uma questão social

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Um aparte.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – São os meus 600 votos a disposição dos seus três milhões.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Por favor. Só para dizer o seguinte, V.Exª tem toda razão. Sr. Ministro, não para os soldados subirem e trocarem tiro com bandido no morro. Ação de presença. Ação de presença na rua, para nos ajudar a baixar a violência no nosso Estado que é insuportável.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Se não houvesse outra justificativa, Sr. Ministro, só o fato do Brasil hospedar todo o continente que começarão a chegar, os precursores que estarão chegando dentre os próximos dias, é necessário, e é digo no de aplauso se o Governo de maneira rápida diferentemente dessa crise que já rola a seis meses, tomar uma decisão e colocar as tropas no Rio a serviço do povo brasileiro e em homenagem ao povo carioca. Muito obrigado a V.Exª. Tenho certeza que vai tomar uma solução rápida dessa questão.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – O Presidente já nos deu uma instrução hoje pela manhã, ao Ministro

Tasso Genro, a mim, ao Comandante Brigadeiro Juniti Saito, ao Comandante General Enzo, ao Almirante Comandante da Marinha Moura Neto, nós estaremos com o Governador do Rio de Janeiro segunda-feira já em audiência marcada para conversarmos sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ministro, caldo de galinha não faz mal a ninguém. Eu concordo com V.Exª, mas o emprego das Forças Armadas em serviço policial é muito mais sério do que a gente possa imaginar.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ação de presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas se tiver uma provocação, Senador, a presença passa a ter reação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª tem toda razão, Senador Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu quero a legalidade se um oficial matar um bandido no meio da rua. A que Justiça ele vai responder.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Já votamos aqui, justiça militar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Tuma, V.Exª tem toda razão. Agora, imagine se um bandido matar um atleta que vem de fora participar de uma olimpíada no nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas aí é uma coisa. A segurança do Pan é uma coisa diferente do que ficar na rua... Porque nós estamos enfraquecendo o sistema de segurança dos Estados. Os Governadores estão apelando muito ao Presidente da República.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Esse é um caso excepcional.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E esquecendo que tem responsabilidade polícia local fazer um trabalho sério.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª tem razão, mas esse é um caso sério.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não estou criticando o Rio, não. Lá em São Paulo é tudo...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª. tem razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É muito mais fácil jogar para as costas de um outro setor do que eu assumir a responsabilidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª tem toda razão. Mas eu faço isso em nome do prestígio internacional do Brasil, numa situação muito

especial. No dia seguinte ao final da Olimpíada, retira as tropas. Mas pelo menos até lá...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu participei da Rio 92, eu fiz a parte de segurança pela Polícia Federal. É claro que o Exército e as Forças Armadas tiveram um trabalho excelente. Por quê? Porque tinha o objetivo claro que era a proteção das autoridades presentes. Que se tiver o objetivo claro de proteger os atletas e aqueles que vão fazer parte do Pan, é um planejamento diferente do que o policiamento de rua.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Evidente. Mas é exatamente isso. O que vão fazer lá, não me cabe, sou leigo no assunto definir. Nós temos que encontrar a maneira da atuação. Agora o Senador Crivella tem razão. A presença psicologicamente ela é positiva num momento como esse. Agora, Senador Tuma...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E foi o que aconteceu com a ECO. Nós tivemos essa presença na época da ECO e com bons resultados.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Tuma, eu vou ter que me retirar, porque eu... Estou encaminhando um Requerimento de informações ao Ministro Waldir, estou solicitando... Ao Ministro Waldir para que autorize o Presidente da INFRA-ERO a mandar para essa Comissão todos os atos de nomeações feitas a partir de 27 de março de 2006. É para preservar o Brigadeiro José Carlos que afirmou ter feito apenas quatro nomeações. Então eu gostaria de no sentido de preservá-lo, estou oficializando, está chegando a mesa do Presidente e gostaria que V.Exª. deferisse minha solicitação o mais rápido possível. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Já pode responder agora se vai atendê-lo ou não. Se o Ministro quiser responder se vai atender o Requerimento...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Saber se V.Exª acolhe o meu pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ah, sim. Vai a Mesa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Está aqui. O ofício está aqui. Minha acessória deve ter chegado. Estou mandando para ele. É o próprio Ministro que defere.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – No meu entendimento, Senador, nobre Senador, no meu entendimento não há ato público que seja sigiloso e que não possa chegar ao Senado e à opinião pública. Não há ato público. Isso é da República.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Então V.Exª defere? Que nós gostaríamos apenas é que chegasse às nossas mãos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Queria dar continuidade então, Senador João Pedro. Peço desculpas a V.Exª e... Tem a palavra V.Exª.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Sr. Presidente, senhores dirigentes do sistema aeroviário do nosso País que estão travando esse debate, essa reflexão, construindo saídas para esse momento de crise. E o meu sentimento é de que nessa adversidade de crise nós vamos ter, com certeza, uma saída qualitativa, para essa discussão que diz respeito a questões de um Estado moderno. De um Estado moderno. Nós estamos discutindo aqui estratégias, nós estamos discutindo aqui o direito do cidadão que está lá na fila que vai viajar uma relação de respeito, enfim, eu penso que é grande esse debate.

Entretanto, quero registrar com satisfação, o conteúdo das exposições aqui. Imagino que o conteúdo que foi exposto nesta Casa, a minha compreensão é de duas Comissões que provocaram esse debate, mas é o Senado da República. Inclusive, penso pela magnitude do debate, pela repercussão nacional, internacional, nós deveríamos ter uma Casa mais cheia. Com mais calor nesse debate.

Eu quero parabenizar as exposições dos nossos dirigentes aqui. E ressaltar pelo exemplo de vida pública do Ministro da Defesa, Waldir Pires, e considero um exemplo de homem público que engrandece lideranças estaduais, mas lideranças políticas que passaram pelo Congresso Nacional. Quero prestar minha solidariedade porque no calor do debate, ao longo desses meses, houve uma clara tentativa de desqualificar um homem público que tem uma história exemplar no nosso País. E venho lá do Amazonas, lá da Amazônia, as cidades que foram apresentadas aqui com a presença do SI-VAM, do SIPAM é significativo para nós daquela região, penso que a Aeronáutica tem um papel estratégico lá na região. Penso que poderíamos também construir políticas do ponto de vista da aviação estadual, levando em consideração o caráter estratégico da região. Embutir elementos sociais para estreitar as distâncias da Amazônia. É preciso construir isso, pensar sobre isso. Resgatar políticas que possam valorizar símbolos do nosso País, da história do nosso País, as distâncias das etnias que padecem de malária, de doenças endêmicas naquela região. É preciso construir isso. Mas no foco desse debate, eu reflito também como o Brasil é novo nisso. Na hora que foi exposto na década de 70, vejam só Srs. Senadores, na década de 70 nós tínhamos três radares. Três radares. Rio de Janeiro, Porto

Alegre e Rio Grande do Sul. Perdão, São Paulo. Quer dizer, como é novo.

Então, nós temos que travar esse debate com muita tranquilidade. Com muita tranquilidade. Pensando no Estado moderno. Pensando na sociedade brasileira. E quando vejo esse debate com alguns componentes no sentido de transformar a crise e o Ministro Waldir Pires foi sincero em falar de crise, falou em várias vezes de crise, mas com muito otimismo em superação da crise. Eu fico preocupado quando se trabalha a crise com crise de Governo. E não existe isso. E as pesquisas mostram como está o Presidente Lula e como está o Governo brasileiro na opinião do nosso povo.

Rapidamente quero dizer que a atitude do Presidente Lula no episódio da greve é uma atitude da natureza do sistema presidencialista. Ou não? Me chama atenção na superação da crise a contratação de 500 controladores.

A pergunta que faço: Este é o número para superar a crise? É o número que atende as demandas? E até o final do ano de 2007, foi essa a exposição.

Então, é essa a minha reflexão. Eu pretendo e peço licença. Eu quero fazer ainda hoje um pronunciamento em defesa da Zona Franca de Manaus lá no Plenário do Senado, mas gostaria de deixar aqui essa reflexão, essa opinião no sentido do meu otimismo, de nós sairmos para melhorar, não os aeroportos, mas para melhorar um padrão de uma política pública que possa engrandecer a sociedade e o Estado Brasileiro.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Waldir Pires, Comandante da Aeronáutica Juniti Saito, os demais representantes que estão nesta Mesa. Eu quero iniciar dizendo que estou muito feliz porque ontem à tarde estava eu ao lado da sala 2 da Câmara dos Deputados, mas estava observando à distância que V.Ex^{as}. estavam ontem na Câmara dos Deputados prestando informações da mesma natureza. E hoje aqui no Senado Federal já estamos por cinco horas, quase ultrapassando as cinco horas de audiência, isso mostra o respeito que têm com a Casa e especialmente para prestar os esclarecimentos necessários à sociedade para os procedimentos que estão sendo tomados para a superação desse problema.

Mas eu queria contar a minha experiência com a questão da aviação, Ministro. Porque quando criança, muito pobre na cidade de Teresina, a minha diversão de domingo à tarde era ir para o aeroporto ver os aviões pousar e decolar. (risos) Era a minha praia. E

eu ficava impressionado com o grau da qualidade do atendimento que existia nas companhias aéreas da época e qual não foi a minha alegria quando eu pude ter a oportunidade de receber uma passagem aérea do INCRA para viajar de Teresina ao Pará quando meu pai recebeu um lote de terra lá. Viajaria pela VASP. Mas desisti porque eu tinha que escolher em viajar e continuar os estudos, então fiquei em Teresina.

Mas o serviço aéreo me deu um susto muito grande quando eu vi a PANAN falindo. A PANAN... Primeiro que eu acreditava que empresa norte-americana fosse a falência. Poderia ver fusão, mas falência, não. Mas a PANAN faliu. E aquilo começou a me levantar na cabeça que o serviço aéreo do mundo não estava com... O quadro estava mudando. E segundo, é a queda da qualidade do atendimento que as empresas têm tido e não só as empresas brasileiras. As primeiras viagens que fiz em avião nós tínhamos uma refeição para cada vôos com mais de uma hora de duração no intervalo do meio-dia ou à noite servia-se refeições quentes. Tinha até uísque e vinho de boa qualidade. Uma vastidão de coisas que era servido nos aviões. E agora nós estamos de um lado com uma coisa boa que é a popularização do serviço de transporte aéreo para a pessoa de mais baixa renda ter acesso, mas há uma reacomodação do serviço no mundo inteiro que do jeito que estava não tem como mais continuar. Impossível. As empresas têm que se readaptar. Os números que os Dr. Zuanazzi nos apresenta, eu já queria fazer uma pergunta aqui de imediato, que o número de aeronaves, me dê um dado aí, a partir dos últimos dez anos, e quais são as expectativas que nós temos do número de aeronaves do Brasil o número que cresceu, e qual é a perspectiva de nós próximos cinco anos de crescimento que nós temos.

A outra, quando eu vi o Dr. Jorge Botelho falando do direito de conversar com o Ministro Paulo Bernardo, e eu fiquei aqui na dúvida dos números, que o Comandante apresentou, do número de controladores no Brasil. Qual é o número real de controladores que nós temos? Da esfera militar e o número real que nós temos de controladores da esfera civil. E veja esses dados aqui, Sr. Presidente, aqui tendo uma leitura da Legislação, nós temos desde 1975 que o Governo de Ernesto Geisel instituiu o Grupo de Defesa e Controle do Tráfego Aéreo dando ali já nesta lei a criação de um serviço civil. Mais à frente, do Governo já do General Figueiredo teve a Lei 7.139 de 1983 que tratou do salário dos controladores deixando muito claro ali o que era controlador civil e controlador militar.

O Governo Sarney em 85 foi criada a categoria funcional de controlador de tráfego aéreo no ambiente civil. O Governo Sarney ainda criou a Lei de Greve.

Quem podia e quem não podia fazer greve e em que circunstância pode ter a greve.

Depois em 88 a Constituição Federal tratou como cargos públicos de natureza civil a situação dos controladores. Então nós temos desde 1975 a convivência de dois sistemas: Civil e militar.

O que deixa aqui a grande pergunta é: Por que só agora os controladores descobriram que precisa resolver da maneira que está sendo negociada, que realmente me chama muita atenção, da maneira que os controladores estão querendo negociar, o que eu julgo um direito. E vou fazer um esclarecimento. Eu militei na CUT durante muitos anos, e uma das vontades que eu tinha na minha vida era de ver a greve geral. E a greve geral pára todos os setores. E qual não foi a minha decepção quando descobri que o serviço de energia elétrica tinha que ser tratado de maneira diferente, o serviço hospitalar tratado de maneira diferente, porque tinha ali os chamados serviços essenciais que nós não podíamos tratar de igual para igual. Não podia ser daquele jeito. O transporte, inclusive, urbano. O transporte urbano não pode parar 100% pela própria instituição da Lei de Greve que foi colocada.

Então o que eu quero dizer é que se o regime pode prevalecer, desculpe o dedo, (risos) que o nosso comandante já apresentou que menos de mil controladores civis, se eles podem ser tratado direto com o Ministro Paulo Bernardo e que eu não me lembro aqui o número dos controladores de ordem militar que vão tratar com quem, penso eu que com o comandante da Aeronáutica. Neste caso nós não podemos tratá-los iguais de jeito nenhum. Porque eu estou entendendo que o controlador militar ele é um controlador no exercício de uma função, mas ele não é tratado como profissional controlador. Ele é tratado como militar, um sargento da Aeronáutica.

Então, são dois aspectos completamente diferente que nós estamos fazendo aqui.

Já para ir encerrando, Sr. Presidente, já com todo o quadro apresentado, dizer ao Ministro Waldir Pires que qual não foi a minha felicidade que no jantar da nossa bancada com o Presidente Lula, ele foi muito direto e objetivo quando tratou sobre V.Ex^a. Sobre V.Ex^a pesa a confiança absoluta do Presidente Lula. E digo para V.Ex^a que também a nossa confiança. Temos plena confiança no trabalho de V.Ex^a. aqui não vale a pirotecnia, aqui não vale jogar para a mídia, aqui não vale jogar para quem quer que seja só para dizer que está prestando um serviço aqui e acolá. Aqui tem seriedade, é um direito da população, é um serviço extremamente delicado e que eu vejo e que V.Ex^a. tem tratado a questão com toda a autoridade que ela merece. E, portanto, acho que todos nós temos aqui

a compreensão e a solidariedade com V.Ex^a. Sr. Presidente, agradeço pela tolerância.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Sibá. Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim, eu quero submeter à apreciação do Plenário a inclusão Extrapauta e a própria aprovação do Requerimento subscrito pelo eminente Senador Heráclito Fortes que solicita ao Sr. Ministro da Defesa informações sobre todas as nomeações ou designações para cargos ou funções de direção e Assessoramento no âmbito da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, vinculada a aquela pasta feitas a partir de 27 de março de 2006. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado. Com a palavra Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Presidente dessa importante Audiência Pública, Senador Leomar Quintanilha. Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar a todos os senhores que aqui fizeram a exposição.

Começo lá pelo meu companheiro sindicalista, Jorge Botelho. Você está fazendo o papel que você tem que fazer mesmo. Você tem obrigação mesmo de defender sua categoria. Senão não tinha nem que ser convidado para vir aqui. Em primeiro lugar. Então eu quero dizer que você está fazendo o seu papel. E é nesse debate que a gente vai apontar caminhos. Então não há problema nenhum. Fique tranquilo que você fez aqui o que tinha que fazer.

O Dr. Ricardo Morishita fez também a defesa do consumidor.

Meu amigo, se me permitir, Ministro Waldir Pires. Eu vou dizer meu amigo porque fomos Deputados um longo período. Aprendi muito com V.Ex^a e continuo aprendendo. Com essa tranquilidade, forma de falar, essa simpatia, e com certeza convencendo a todos. Eu não tenho nenhuma dúvida quanto a sua capacidade e estou muito feliz por ter participado pelo menos uma parte dessa reunião.

Tenente Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, você fez uma excelente exposição aqui, acho que quem tinha alguma dúvida da capacidade do trabalho das Forças Armadas aqui ficou convencido.

O Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira não é a primeira vez tivemos muita conversa na questão da VARIG. Não teve uma única vez que o Dr. José Carlos Pereira, Tenente-Brigadeiro, não esteve conosco aqui ajudando no debate querendo apontar caminhos.

O Milton Zuanazzi é parceiro meu do tempo de que eu era sindicalista lá em Canoas, numa oposição. Então por ele há um carinho especial.

Eu só queria dizer o seguinte, eu não sei como é que foi a exposição na Câmara. Porque aqui pra mim vocês fizeram uma belíssima exposição. Isso não quer dizer que não tem problema. Que vamos enfrentar juntos. Eu espero que na Câmara a exposição dos senhores tenha sido no nível que foi aqui. E eu confesso inclusive e reconheço aqui a paciência dos senhores. Eu tinha um almoço com o Ministro Paulo Vanucci, e saí, fui para o almoço, voltei, e os senhores estão aqui com o mesmo pique, com a mesma vontade de explicar a matéria e sem almoço.

Muitos Senadores, inclusive da oposição, perguntam comigo se devem assinar a perspectiva, está em debate de uma CPI aqui no Senado. Acho que depois desse debate aqui, não tem nenhuma dúvida, que nós temos é que discutir o problema, ver como é que a gente pode ajudar no encaminhamento e que não há necessidade alguma de CPI.

Eu tenho certeza, meu companheiro Jorge, que o problema dos controladores me permitam dizer isso, é um problema, sim, salarial. Nós temos que construir uma política de salário para os controladores. Tendo uma política salarial para os controladores que atenda... Eu sempre digo que a proposta boa é a proposta aprovada, não só aquela apresentada, que atenda em parte os controlador, e claro que aí vai ter que ter um entendimento entre os controladores que estão na área militar e civil. Eu sou pelo princípio da igualdade. E sou senão estaria ferindo da minha história de ex-sindicalista. Eu acho que nenhum controlador deve ganhar um salário diferenciado. Não sei como é que vão construir esse caminho, mas eu acredito muito na capacidade, todos na mesma função, controlando e com a responsabilidade. A vida de milhões de brasileiros estão na mão dos controladores e eles sabem disso. E quero também cumprimentá-los do pedir perdão. Foi grandioso da parte de vocês. Pedir desculpas à Nação brasileira, e quero também cumprimentar Ministro Waldir Pires e o Tenente Brigadeiro-do-Ar pela intenção que para mim chegou que a negociação vão voltar com a normalidade. Normalidade dos vôos, vamos sentar, vamos conversar e construir uma política salarial para os controladores. Eu não vou separar aqui nem civil, nem militar. Acho que os controladores todos têm a mesma responsabilidade sendo civil ou militar. Consequentemente eles têm que ter um salário e qualidade de... Enfim, qualidade de operar com equipamentos modernos dentro do possível. Claro que todos nós queremos e um serviço de infra-estrutura.

Eu acho que estamos encaminhando bem, Senador... Ia chamar de Senador, vou chamar, Senador Ministro Waldir Pires. Acho que estamos indo bem. Já foi... E teve conosco durante um longo período. Acho que

estamos encaminhando bem, estamos saindo da crise. Eu entendo também a situação dos controladores. Claro que eu entendo. A gente sabe que quem foi sindicalista que o direito de greve existe em todo mundo. Quando você aqui, Milton, falou da França, eu estava naquele momento, tivemos casos semelhantes na Argentina. Acho que nesse momento é o bom senso, equilíbrio, muito diálogo, muita negociação, e com certeza quem vai ganha com isso é o povo brasileiro.

Por isso eu quero, se pudesse aqui, dar um abraço em cada um dos senhores pela forma como fizeram a exposição. Todos foram brilhantes. Isso é bom para o Senado. Acho que aqui no Senado, depois desse debate, não tem mais clima para discutir CPI. Vamos discutir formas para contribuir para que efetivamente o que os senhores aqui expuseram se torne dentro do possível e num processo natural, uma realidade que passa pela melhoria dos salários também dos controladores. Civil e militar. Muito obrigado a todos. Não tenho nenhuma pergunta a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra para já iniciar as respostas aqui, vamos passar a palavra ao Sr. Jorge Botelho. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo. Pode aproveitar também, Sr. Jorge, para apresentar já as suas considerações finais.

SR. JORGE BOTELHO – Ok. Mesmo porque eu tenho que me retirar porque está chegando a hora do vôo. Respondendo primeiramente ao Senador Sibá Machado, eu quero dizer que realmente foi criado em 1975 a carreira do Grupo DACTA, onde está inserido tráfego os controladores de tráfego aéreo. Todo esse pessoal foi formado em São José dos Campos no Instituto de Proteção ao Vôo hoje chamado, ICEA, Instituto de Controle do Espaço Aéreo. Eu fui da primeira turma de controladores de tráfego aéreo do Grupo DACTA de 1974. O ICEA formou uma 444 controladores civis e formou uma gama também enorme de engenheiros especializados no Sistema DACTA, como também técnicos de informações Aeronáutica e também técnicos de eletrônica.

Hoje esse grupo que no auge aí alcançou em torno de próximo de 800 servidores civis, hoje ele tem em torno de 220. Correto? Então, eu quando eu estou aqui falando, eu não estou falando só em nome dos controladores, eu estou falando também em nome desse pessoal que trabalha no sistema. E no Grupo de Trabalho o Ministro Waldir Pires tem plena... Ele sabe que a minha defesa não foi exclusivamente dos controladores. Tanto é que lá está colocado, que nós estamos pedindo a revisão das carreiras para os profissionais afeto ao controle de tráfego aéreo.

Por outro lado também, V.Exª citou a questão da Lei de Greve. Não há um ordenamento legal sobre a questão de greve para serviços essenciais de servidores públicos. Porém, eu digo que nós controladores civis fizemos greve em 92 foi a última. E nós sempre tivemos, observamos aquela Legislação colocada para a CLT que obriga a comunicação com 72 horas de antecedência e a colocação de no mínimo 30% do pessoal para atendimento ao que for necessário. Correto?

Bom, como consideração final, eu gostaria de agradecer também as palavras do Senador Paulo Paim e quero colocar aqui mais uma vez que nós estamos prontos, nós queremos negociar, nós queremos conversar com o Governo, expor toda a nossa situação, os anseios, com muita tranquilidade, sem nenhum radicalismo que na verdade nós não tivemos radicalismo. O Ministro Waldir Pires eu sempre coloquei claramente as nossas posições para ele frente a frente, olho no olho. E assim que eu quero que seja, com sinceridade, com honestidade, com confiança de que pode sair uma solução a partir deste debate. Ok? Obrigado, senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra o eminente Ministro Waldir Pires para aproveitando também ao responder as últimas questões levantadas apresentar também suas considerações finais.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Eu creio que quase que a rigor são as considerações finais. Senador Leomar Quintanilha, muito grato a V.Exª pela firmeza da sua condução nesse nosso encontro. Muito obrigado ao Senado. Para mim foi uma honra estar aqui ao lado do Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Juniti Saito, todos os seus comandados aqui presentes. Aos meus companheiros Brigadeiro J. Carlos da INFRAERO, ao meu companheiro Milton Zuanazzi da ANAC.

Nós tivemos um dia aqui no Senado de um esclarecimento amplo, aberto, inteligente. Esta Casa está dando um exemplo daquilo que é o dever de nós todos nesses tempos que vamos vivendo. A compreensão do Executivo, a compreensão do Legislativo, a redução dos nossos radicalismos que por vezes são inexpressivos. A superação das dificuldades do passado que mobilizaram certos voluntarismos inconvenientes. Muitas vezes até os determinismos que resultavam de compreensões teóricas que não levaram a nada na civilização humana. Este é um País extraordinário, o nosso País, com desafio gigantesco de ordem política, construir um regime de dignidade da pessoa humana, com tarefas enormes e nós vimos a conquistar não apenas em relação ao Executivo, em relação ao Legislativo, eu por vezes tenho dito isso aos meus amigos dos tribunais, até mesmo do Supremo Tribunal Federal, esse País

se organiza a partir de uma idéia de noção de retrato da vida da sociedade e do homem. E se diz que é uma República com fundamentos essenciais, com objetivos essenciais, com princípios essenciais. Nós estamos nos aproximando dos 200 anos de independência. Quem sabe se nós não chegaremos lá. O Senador Tuma e eu. Quem sabe se não chegaremos lá.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – 200 anos da independência. Construindo um País digno, um País sério. Um País integrado, País de irmãos e de irmãs. País com dignidade, País com exemplo. Exemplo que o mundo não está dando hoje. Exemplo. A partir de suas misturas, a partir de suas liberdades mais profundas que nos inspiraram. De forma que muito obrigado ao Senado. Muito obrigado por essa tarde de trabalho. Muito obrigado e vamos cumprir o nosso dever.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Brigadeiro Juniti Saito para suas considerações.

SR. JUNITI SAITO – Sr. Presidente, eu antes de encerrar minhas palavras gostaria de responder ao Senador Romeu Tuma sobre a questão dos Super Tucanos, que eu deixei de responder. Nós temos três unidades de Super Tucanos na Amazônia: Boa Vista, Porto Velho e Campo Grande. São mais de 30 aeronaves operando naquela região, subordinado à terceira Força Aérea, com sede em Brasília. E a nossa intenção é que tão logo chegue novos aviões, ativar a base de Vilhena. E com isso nós praticamente fecharíamos a fronteira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNITI SAITO – É. Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNITI SAITO – E uma pergunta do Senador Marcelo Crivella, sobre a convocação do nosso pessoal da reserva. Nós temos catalogados todos os controladores que estão na reserva, graduados e oficiais. E por um ato do Presidente da República, consultado o Conselho de (inaudível) ele pode fazer a convocação. E finalmente gostaria de agradecer...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E o veículo, Brigadeiro? O nosso veículo? O veículo de transporte de foguete. O VLS.

SR. JUNITI SAITO – Ah, o VLS. O antigo Departamento de Pesquisa que hoje é o CTA fez uma licitação, a firma perdedora entrou com uma ação na justiça, e o assunto está no TCU. Mas pelo que eu entendi, na última reunião com o TCU, o TCU não só ia

liberar a obra, mas também ia multar a empresa que entrou com recurso sem nenhuma razão para entrar. E do ponto de vista da construção do VLS, a coisa caminha normalmente. Do lançador.

Eu gostaria nesse momento de agradecer em nome... Em meu nome e também em nome do comando da Aeronáutica, meus oficiais que estão presentes aqui, pela oportunidade de vir aqui expor o nosso Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, debater, e de maneira que nós juntos possamos resolver esta crise porque quem vai ganhar com isso é a população brasileira, é o povo usuário desse sistema. De maneira que agradeço essa oportunidade. Muito obrigado a todos.

(palmas)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, eu pediria... Deixasse contar uma história de um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exª a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Waldir falou sobre Congonhas durante o depoimento dele. Eu não diria que ouvi nascer Congonhas porque eu já estaria do outro lado do mundo. Mas eu sempre frequentei Congonhas, moro perto, e tinha uma preocupação, inclusive, falei com o então Presidente da INFRAERO, o nosso Deputado, da preocupação em embelezar, é claro que a gente queria conforto, mas que a pista era importante. Que era a área de segurança. Por que é que eu digo isso? Vou contar uma pequena história de um minuto. Eu estava em Xapuri, no julgamento do Chico Mendes. Eu chefei a operação de prisão, e quando foi a julgamento eu fui para lá. E lá tinha um Líder Sindical. É que no retorno eu ofereci para ele voltar comigo para São Paulo que eu estava com o avião da Aeronáutica. Nós fomos a Rio Branco, lá pegamos o avião, lá descemos em Cuiabá, tinha a Esquadrilha da Fumaça, saímos de Cuiabá e tivemos que esperar os 40 minutos até que eles saíssem e viemos para Congonhas. O avião pousou e o piloto disse: Se segurem que estourou todos os sistemas de freio. Eu vou dar um cavalo de pau. A pista ainda era ótima. Tinha vôos internacionais, tudo saindo de Congonhas. Não tinha Viracopos, não tinha Cumbica, não tinha nada disso. Era Congonhas operacional, e realmente ele deu o cavalo de pau, estourou, e as duas rodas foram para uma valeta e saímos sãos e salvos. Aí o Líder Sindical, há época Deputado, me disse: Imagine Tuma e Lula morrem num acidente aéreo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra o Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da INFRAERO.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Eu queria apenas agradecer e espero que tenha podido contribuir de alguma forma para os trabalhos dessa audiência e os trabalhos do Senado.

De alguma forma eu mais uma vez um dia nessa Casa eu saí enriquecido e aprendi muitas coisas a mais nesse dia aqui. Espero que tenha podido contribuir para os trabalhos da Casa. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Dr. Milton Zuanazzi.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI

– Eu tenho duas perguntas que eu tenho que responder, Senador Crivella. A questão dos vôos para a África. O Presidente Lula toda vez que eu me encontro com ele, ele me faz essa mesma cobrança. Aliás, faz duas. Vôos para a África e vôos a partir de Brasília e de outros pontos do Brasil que não seja Rio e São Paulo. Inclusive semana passada nós fechamos vôo da TAP direto Brasília-Lisboa, vai inaugurar dia 18 de julho. Então acho que estou respondendo esse esforço, esse pedido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas já tem de Fortaleza.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI

– Fortaleza tem... Todo o nordeste hoje a TAP está voando direto e outras empresas européias começaram a entrar, inclusive as americanas também. Charter tem milhares. E este ano, inclusive, batemos os recordes nos charters para o nordeste brasileiro.

Quanto à questão África, as questões econômicas são mais complexas. Porém nós, a OCEANAIR pediu frequências e está liberada para voar para África do Sul, para Angola e para o Senegal, se não me falha a memória. Ela tem seis meses para fazer essa operação. Está nos informando que pelo menos um desses Países ela vai operar.

Evidentemente que nesses Países, foi já uma conversa também com o Presidente Lula, nesses Países onde a viabilidade econômica não existe, talvez tenha-se que criar uma modalidade tipo a lei do Senador Mozarildo, uma lei talvez de suplementação tarifária, se há um interesse estratégico do País por aquele continente, que me parece que há.

Quanto à questão de idade funcionários da GOL, acho que a Constituição Brasileira ela é absolutamente clara. Não pode discriminar por sexo, raça, cor e idade. Se isso está ocorrendo, eu peço que essas denúncias venham ao poder concedente para nós tomarmos atitudes. A empresa não pode cometer um ato contra a Constituição. Imagino que não...

Na questão da compra da VARIG, a GOL está reafirmando o compromisso de dar prioridade absoluta

contratação de ex-funcionários VARIG. Esta é a prioridade que inclusive o Ministro Waldir estava presente eles assumiram na frente do Presidente Lula, também. E assumiram perante a ANAC. Então nós esperamos que isso ocorra com os funcionários da VARIG que aguardam, digamos, uma revitalização da empresa. A partir de agora.

Senador Sibá Machado, número de aeronaves e a perspectiva. O Brasil cresce em média, mais ou menos, cem aeronaves por ano. No nosso registro aeronáutico. Essa é uma média. Tem anos mais e outros anos menos. Mas uma média é de cem. No entanto, a ABAG, Associação Brasileira de Associação Geral, ela está nos comunicando que a perspectiva de crescimento da aviação geral é muito grande. Porque a perspectiva de compra de aeronaves de várias dessas nossas empresas, de táxi aéreo, outras, especialmente área de helicópteros, com essas prospecções da PETROBRÁS, hoje o movimento de tráfego aéreo, de helicópteros no Rio de Janeiro, especialmente em Campos, na Bacia de Campos é extremamente intenso. São Paulo é a segunda maior cidade do mundo em helicópteros. Só perde para Nova York.

Então há uma perspectiva que esse número que tem sido histórico já há uma média de cem, ele venha a crescer. Nas aeronaves civis de grande porte, aí o problema está no mercado de aeronaves. Hoje tem dificuldade. As empresas estão entrando na fila em 2010, 2011. A EMBRAER, por exemplo, quem quiser comprar uma aeronave na EMBRAER vai entrar lá na fila lá por 2010, 2011. Então veja que o mercado está demandado. Extrema demanda. E as companhias não têm capacidade de produção. Então nessa área aí tem busca de aeronaves e dificuldade grandes.

E aquelas aeronaves antigas, tipo 747, as famosas dos desertos, hoje não são mais economicamente viáveis para competição que está no sistema aéreo como um todo.

E eu queria encerrar agradecendo também, esses dias estive lá com o Senador Sérgio Cabral, hoje Governador do Rio, e ele me disse, eu fui teu eleitor e agora quero te cobrar algumas coisas. Então eu acho que nós na ANAC fomos indicados pelo Presidente da República e eleitos pelo Senador.

Então a nossa relação com o Senado é uma relação republicana, mas particularmente também de respostas constantes. Eu tenho um prazer imenso de vir aqui no Senado. Deve ser a sétima ou oitava vez que eu fui convidado e venho a toda hora, estou me dispondo na questão do Pan quando nós estivermos com isso depois do dia 30 de abril construída, voltar aqui, para tranquilizar os Srs. Senadores. Muito obrigado a todos.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra o Dr. Ricardo Morishita.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Milton, vou encaminhar para o senhor a queixa do rapaz de quarenta e poucos anos que foi declinado lá na GOL. Agora é uma coisa que fica nítido. Se olhar os funcionários, só vê garoto lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Dr. Morishita.

SR. RICARDO MORISHITA – Obrigado, Presidente. As minhas considerações finais são no sentido de no primeiro momento relembra que este ano nós temos 16 anos da edição e de vigência do Código de Defesa do Consumidor. E Ministro Waldir, o Código de Defesa do Consumidor ele caminhou junto com o processo de abertura democrática no nosso País. E o Código de Defesa do Consumidor trouxe para o cidadão toda uma incorporação extraordinária de direitos. E o cidadão passou a ter dimensão do exercício de direitos. É claro que isso trouxe todo um desafio para a sociedade de como implementar esses direitos. Mas é importante lembrar que essa implementação ela não depende apenas do Estado, ela depende também do compromisso e da responsabilidade das empresas. E nesse caso em especial das empresas aéreas.

Nos momentos delicados, nos momentos de crise é que os instrumentos legais, os instrumentos que incorporam a cidadania são fundamentais. Em todo esse episódio é importante sempre lembrar a responsabilidade das empresas aéreas para com os consumidores. Com o seu dever imperativo de assistência, garantindo a esse cidadão um patamar mínimo de respeito diante de uma circunstância como essa.

É um desafio, é um avanço da cidadania, um avanço da construção que o senhor tão bem fala do nosso País e do nosso futuro. Com essas palavras eu quero agradecer... Pois não, Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu só quero dizer, que a gente vai bater palma para o senhor. Mas vai bater junto com o Dr. Jorge ali ao lado, que foi o primeiro que falou e a gente não bateu palma. Só isso. Só para concluir.

SR. RICARDO MORISHITA – Muito obrigado, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMÉO TUMA (PFL-SP) – Doutor, só para... Conjunto a ANAC não poderia ter a pressão da responsabilidade das companhias naqueles que sofreram prejuízo e tiveram moralmente que submeter a uma série de problemas sérios? A ANAC não poderia colaborar com essa par-

te e chegar a uma conclusão que pudesse realmente atender as reivindicações que V.Exª fez aqui?

SR. RICARDO MORISHITA – Muito obrigado, Senador Tuma pelo aparte. Acho que o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor vem trabalhando com a ANAC. É um diálogo sério, um diálogo transparente, um diálogo aonde nós avançamos nesse trabalho. Há um ponto, Senador, se o senhor me permite colocar, Presidente, se me permitem, o Código Brasileiro de Aeronáutica vai fazer 16 anos... Perdão, 21 anos. São 21 anos de vigência. O Código de Defesa do Consumidor incorporou novos instrumentos, incorporou novos mecanismos, seria importante que isso pudesse ter um debate maior. Há também um instituto que nos preocupa em especial que é a questão do *overbooking*, e era importante se buscar uma solução para que o cidadão, para que o consumidor tivesse uma Resolução imediata no próprio aeroporto diante de uma circunstância como essa. Há vários mecanismos, há todo um procedimento histórico para essa solução. Mas é importante porque também a defesa do consumidor empresta uma pedagogia cidadã. O cidadão ele exerce aqueles direitos, ele conhece a sua titularidade, ele também se sente mais digno, mais compromissado com o avanço da sociedade. Então, com isso eu quero agradecer a oportunidade, Senador Leomar Quintanilha por esse convite, agradecer aos Senadores toda a atenção que nós tivemos, e fazer votos com uma torcida muito forte para que a gente possa avançar nesse tema. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Ao encerrar esta reunião, proposta pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em conjunto com a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle que revelou-se num debate extremamente esclarecedor, profundo, democrático, amplo, aberto, onde não só os membros das duas Comissões, mas tantos quantos puderam ela acompanhar, quer em presença física, quer através dos meios de comunicação, puderam perceber que os esclarecimentos foram suficientes para apontar as soluções que já estão sendo encaminhadas para resolver o problema que agrava o setor aéreo nacional. Soluções já implementadas, soluções em implementação, cujo resultado não se colhe imediatamente, mas, enfim, providências que estão sendo adotadas por autoridades pertinentes para que essa crise realmente seja, finalmente debelada. Eu gostaria então por essa razão agradecer a presença do Ministro Waldir Pires, ilustre Ministro Waldir Pires, da Defesa, do Tenente Brigadeiro Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica e demais oficiais que o acom-

panharam, o Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da INFRAERO, Dr. Milton Zuanazzi, Diretor Presidente da ANAC, do Jorge Botelho, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção do Voo, e Dr. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça que com muita paciência, com muito espírito público, com muita compreensão, mas, sobretudo, com o desejo de cumprir os seus compromissos enquanto agentes responsáveis permitiram que esse debate fosse extremamente participativo e esclarecedor.

Agradeço muito a deferência, da paciência e da participação. Muito obrigado e está encerrada a Sessão.

(palmas)

(Sessão encerrada às 16h30.)

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL EXTRAORDINÁRIAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO NO DIA 17 DE ABRIL DE 2007, ÀS 10:30 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 06, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia dezoito de abril do ano de dois mil e sete, no Plenário nº 06 da Ala Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Marconi Perillo**, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, **Dalcídio Amaral**, **Ideli Salvati**, **Expedito Júnior**, **Valter Pereira**, **Eliseu Resende**, **João Durval**, **Flávio Arns**, **Marco Maciel**, **Inácio Arruda**, **Mozarildo Cavalcanti**, **Gilvam Borges**, **Fernando Collor**, **Serys Selhessarenko**, **Mão Santa**, **Flexa Ribeiro**, **João Ribeiro**, **Francisco Dornelles**, **Marcelo Crivella**, **Antônio Carlos Valadares**, **Garibaldi Alves Filho**, **Renato Casagrande**, **José Agripino e Marisa Serrano**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura das atas das reuniões anteriores que são dadas como lidas e aprovadas. Em seguida, a Presidência comunica que a presente reunião destina-se a

realização de audiência pública com a presença dos Senhores **Adriano Duarte Filho**, Coordenador-Geral de Tecnologia Setoriais do Ministério de Ciência e Tecnologia; representando o Dr. Luiz Antônio Rodrigues Elias; **Jerson Kelman**, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; **Ivonice Campos**, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEE, representando o Dr. Adão Linhares Muniz e **Manoel Polycarpo de Castro Neto**, Coordenador-Geral do Escritório Sede da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, representando o Dr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, a fim de discorrer sobre **Fontes Alternativas de Energia**, em atendimento aos Requerimentos nºs 09 e 11, de 2007–**CRE**, nº 08, de 2007–**CMA**, e nºs 18 e 24, de 2007–**CI**, todos de autoria do Senador Inácio Arruda. A Presidência comunica a ausência justificada do Senhor Márcio Pereira Zimmermann. Após, o Senhor Presidente convida os expositores para tomarem assento à Mesa dos trabalhos, concedendo, inicialmente, a palavra ao Senhor Adriano Duarte Filho, e em seguida, aos demais expositores para suas considerações iniciais. Fazem uso da palavra de acordo com a lista de inscrição, os Senadores Inácio Arruda, Ideli Salvatti, Valter Pereira, Delcídio Amaral, Mão Santa, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella e Garibaldi Alves Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando os Secretários, *Dulcília Calháo*, *Maria Lúcia Ferreira de Mello* e *José Francisco B. Carvalho*, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a 11ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a 13ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Esta Audiência Pública tem como objetivo discutir tema relacionado a fontes alternativas de energia, em atendimento aos Requerimentos nº 08/2007, desta

Comissão, 09 e 11/2007, da Comissão de Relações Exteriores, e 18/2007, da Comissão de Infra-Estrutura, todos de autoria do Senador Inácio Arruda. Foram elencados como convidados Dr. Márcio Pereira Zimmerman, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, que, em razão de outros compromissos não pôde comparecer e enviou-nos um expediente justificando a sua ausência, está acompanhando o Sr. Ministro de Minas e Energia em uma reunião, na III Reunião da Comissão Binacional de Trabalho do Grande Gasoduto do Sul, e é o chefe da delegação brasileira, então não poderia estar nesta manhã conosco; Dr. Adriano Duarte Filho, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia, a quem convidamos para compor a Mesa; Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, a quem convidamos também para compor conosco a Mesa; Dra. Ivonice Campos, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica, ABEE, convidamos a Dra. Ivonice para compor a Mesa conosco; Dr. Manoel Polycarpo de Castro Neto, Coordenador-Geral do escritório da sede da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP, em Brasília, a quem convidamos também para compor conosco a Mesa. Estou seguro que o momento é o mais oportuno para estarmos discutindo e, nesta oportunidade, ouvindo as autoridades que têm vivenciado essas questões sobre a oferta de energias alternativas no âmbito desta Comissão, o momento é o mais oportuno. E nós iniciariamos, nós vamos estabelecer um critério, nós temos quatro convidados, nós estabeleceríamos o critério de conceder até 20 minutos para cada um dos palestrantes, para fazerem as suas observações, as suas colocações preliminares, e então partiríamos para a segunda parte, aonde teríamos a participação dos eminentes Srs. Senadores. Nós começaríamos ouvindo o Dr. Adriano Duarte Filho, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia. Dr. Adriano, tem V. Sª a palavra.

SR. ADRIANO DUARTE FILHO – Bom dia. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha, e estender esse cumprimento a todas as autoridades presentes. Eu trouxe uma pequena apresentação, para tentar esclarecer as ações que o MCT vem tomando na área de energias renováveis. A nossa ação na realidade é propiciar o suporte tecnológico, o desenvolvimento tecnológico e de ciência que permitam o desenvolvimento das tecnologias desenvolvidas no Brasil.

Pode passar o primeiro *slide*, por favor. Se a gente estiver analisando os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento realizados no mundo, a gente nota

que, no caso do Brasil, a gente tem praticamente meio a meio entre empresas e Governo. Nos outros Países mais avançados, esse percentual não permanece, não se confirma, havendo uma participação expressiva das empresas no desenvolvimento de pesquisa e tecnologia.

Ao longo dos anos, um outro problema que a gente tem é que o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil, a gente está vendo aqui desde 70 até agora, ele mostrou uma instabilidade muito grande, eu acho que o que a gente pode tirar daqui é uma instabilidade grande, com aumentos e diminuições, o que causa problema na estabilidade dos grupos de pesquisas a que você atinja algum resultado, você não consegue fazer um desenvolvimento em um ano. Porque são normalmente cinco, dez anos para se conseguir alguma coisa. A gente tem um expressivo crescimento aqui ultimamente, mas, apesar de numericamente o valor estar bom, é importante, ou está havendo crescimento, mas ainda está na faixa aí de 0,9% do PIB. Quer dizer, o PIB está crescendo. A nossa meta seria conseguir, com o País em desenvolvimento, 1%, e aumentar isso para frente.

Em todo caso, o que a gente tem de disponibilidade, de nosso poder de Ciência e Tecnologia é na faixa de 80 mil Pesquisadores, sendo uma faixa de 50 mil Doutores. A gente publica artigos e a gente tem um desenvolvimento expressivo na área. Chama atenção esse dado aqui, que nas empresas a gente tem pouca atividade de pesquisa. Na parte de Pesquisadores, tem um pouco mais. O pessoal de engenharia é que se dedica a essa área. Mas o pessoal de alto nível, qualificado para fazer realmente avanço tecnológico tem pouca gente nas empresas.

A produção científica, vamos dizer, do Brasil, se você olhar aqui, a gente vem aumentando ano a ano a quantidade de Doutores formados. Nós temos na faixa de 10 mil Doutores por ano e, conseqüentemente, os artigos publicados em revistas internacionais, que têm revisão por pares, ou seja, de boa qualidade, ele vem crescendo também da forma, de uma forma expressiva, a gente está a 1,6% dos artigos publicados brasileiros.

No entanto, o quadro não é tão interessante assim. Se a gente olhar quem se dedica à atividade de Pesquisa e Desenvolvimento, se a gente olhar o Brasil, universidade ela... Da atividade em Pesquisa e Desenvolvimento, as universidades têm um maior, vamos dizer, esforço. Enquanto que as empresas – o vermelhinho aqui – têm 20% basicamente do pessoal que está se dedicando a essa área. Se você olhar os outros Países, acontece exatamente o contrário. As empresas executam grande parte do esforço de pes-

quisa e o Governo complementa isso. Principalmente com pesquisa básica, que dá suporte às outras.

Como conseqüência, não podia ser outra, a gente tem poucas patentes, isso aqui é uma amostra dos escritórios de patentes americanos, poucas patentes na realidade registradas lá, enquanto que os outros Países possuem muito mais. A gente desenvolve pouca atividade em empresa. Então um dos desafios que a gente tem em Ciência e Tecnologia no Brasil, apesar de fazer ciência de crescente e boa qualidade, é como transferir isso, ou como fazer esse conhecimento migrar para a produção.

Os instrumentos que o Governo tem, que dispõe, são incentivos fiscais, subvenção econômica, subvenção é um mecanismo novo criado basicamente há dois anos atrás por uma lei da inovação que permite apoio de dinheiro público em empresa privada para fazer Pesquisa e Desenvolvimento. Antes disso, isso era basicamente proibido. Então existe um mecanismo muito novo que permite, que reconsidera, reconhece que é necessário incentivar a Pesquisa e Desenvolvimento dentro das empresas, mesmo as privadas. Financiamentos com ou sem retorno, equalização, taxas de juros interessantes aí, mais baixas do que no mercado, para fazer Ciência e Tecnologia, capital de risco, a formação de Recursos Humanos capacitados para P&D, vocês viram o esforço está sendo feito, e projetos cooperativos, que a gente incentiva muito em cooperação entre universidade e empresa.

A Lei de Inovação, que eu citei agora pouco, ela muda esse panorama criando mecanismos novos, permitindo, por exemplo, que as empresas possam partilhar da infra-estrutura das universidades para fazer a sua pesquisa. Isso, aprovado em lei. E alianças estratégicas entre empresas e instituições de C&T. Isso era proibido antes.

A subvenção econômica, como eu já comentei, que implica alocação de recursos públicos, são projetos de parceria, a empresa entra com a sua parte, o Governo entra com a sua parte, permitindo na realidade o desenvolvimento tecnológico. Como eu disse, isso é muito novo. E um outro mecanismo interessante aqui, e essa lei tem esse nome, Lei do Bem, que é a Lei 11.196, de 2005, muito recente também, ela... As empresas que quiserem contratar Pesquisadores, Doutores – lembram? o número era muito pequeno – o Governo, através de projetos em edital, paga parte do salário desses Pesquisadores, incentivando assim que as empresas tenham Pesquisadores no seu quadro de pessoal. Então a gente está remunerando uma parte expressiva dos salários dos Pesquisadores. Então esses mecanismos são muito novos, são de um ano, dois anos atrás e a gente está começando a aplicá-los.

E para a subvenção econômica, quer dizer, esse específico recurso para pesquisa em empresas com ou sem universidade junto, porque a empresa pode querer fazer a pesquisa sozinha, ela tem basicamente esses valores aqui destinados para esse período, sendo que para apoiar a contratação de Pesquisadores da empresa tem 60 milhões, e isso aqui tudo por chamada pública, 300 milhões para projetos de pesquisa. As prioridades desse primeiro edital, que foi julgado ainda em dezembro do ano passado, quer dizer, é muito recente, foram essas aqui: semicondutores, fármacos, condensamento tecnológico, nanotecnologia, biotecnologia, energias alternativas e biomassa é que foram as prioridades para esse primeiro edital. Um outro edital deve ser lançado no meio do ano, em continuidade. Basicamente, a demanda que apareceu nesse edital, quer dizer, as empresas que propuseram projetos, basicamente terão dívidas essas áreas aí. Tem alguma coisa de energias alternativas, não tão pequena; interessante que semicondutores e software foi uma demanda expressiva de apoio à pesquisa, na realidade, empresas de *software* são pequenas, então trabalham muito bem nessa área; e algumas outras áreas aqui.

Bom, energias renováveis, agora voltando, depois desse panorama basicamente de onde a gente está, o Ministério da Ciência e Tecnologia ele tem várias ações encarando as energias renováveis como um todo. E pensando em energias, a gente tem as renováveis, solar, eólica, hidrogênio, biomassa... Outras aqui ainda, geotérmica, energia de marés e tal; as não renováveis, nuclear, petróleo e gás natural, e isso se mistura com recursos minerais aqui nessa área de renováveis. E a gente atua na realidade em termos de basicamente fomento, incentivo ao desenvolvimento desse conhecimento e tecnologia e ciência basicamente nessa área. E Recursos Humanos também.

Mapeando basicamente onde a gente tem, a gente tem energia hídrica, que é talvez a renovável que mais se usa no Brasil, tem a convencional, que são as grandes hidroelétricas, e tem a pequena central hidroelétrica, que são aproveitamento de pequenos cursos d'água. Em termos de biomassa, basicamente energia renovável, você tem ações de biocombustíveis; no Brasil, biodiesel e etanol é muito importante; processos termoquímicos, combustão e gaseificação, que é uma rota tecnológica que eu acho muito animadora para o futuro; biotecnologia envolve nova variedade hegemônica, e aqui realmente onde foi o grande aumento de produtividade no etanol, ao longo dos anos, foi justamente nessa área aqui que trouxe esse aumento de produtividade; energia solar, solar térmica normal, que a gente tem aproveitamento do calor do sol e foto solar

fotovoltaica para a geração de energia elétrica; eólica, eu separei aqui grande porte e pequeno, médio porte, grande porte é basicamente grandes usinas geradoras e, pequeno, para pequenos aproveitamentos locais; hidrogênio, chamado combustível do futuro, ele tem queima limpa, a queima do hidrogênio produz basicamente calor e água, então existe um grande movimento mundial em termos do desenvolvimento da tecnologia de hidrogênio, através de células combustível, que são geradores elétricos, basicamente movidos a hidrogênio, e produção de hidrogênio que, aí é que está a novidade, ele pode ser produzido também através de energia renovável, então ele se torna um hidrogênio renovável. Então ele fase parte do nosso elenco aqui.

Eu gostaria de chamar a que todo esse esforço não tem muito sentido sem se trabalhar a eficiência energética. Você pode gerar uma energia interessante, mas você usa mal essa energia elétrica, se o seu chuveiro for ineficiente, se a sua máquina for ineficiente, se os seus eletrodomésticos forem ultrapassados e gastarem muita energia. Então a eficiência talvez seja um investimento muito interessante para fazer em termos de se evitar o uso de energia desnecessária. E é muito barato também. Mais barato que construir uma central.

Na área de biomassa, vou comentar um pouquinho sobre o programa de biodiesel, que está mais recente, é mais novo.

Normalmente, quando a gente dá aula a gente leva sempre umas transparências, para poder atender a qualquer emergência. Mas aqui eu não vim preparado para isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)(inaudível)

SR. ADRIANO DUARTE FILHO – Por favor, vamos aproveitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – O Dr. Jerson, enquanto o computador se reajusta aí, fará um comentário sobre a exposição do Dr. Adriano.

SR. JERSON KELMAN – Se voltar, eu paro no meio. Só para aproveitar enquanto espera, fazer um comentário que nesse assunto Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética, as empresas concessionárias de energia elétrica também têm suas obrigações nesse campo. Elas têm que aplicar tanto em Pesquisa e Desenvolvimento quanto em eficiência energética, junto, da ordem de 500 milhões de reais por ano. E esses dois programas, quer dizer, são desenvolvidos pelas concessionárias e são supervisionados pela ANEEL. Até então a ANEEL examinava as propostas, são centenas de propostas de pesquisa, a gente examinava as propostas que são mais interes-

santes, aprovava, e dentre essas tinham muitas boas, uma parte de boas, algumas não tão boas, enfim, mas a avaliação estava no processo, na promessa, e não no resultado. Nós estamos lá na ANEEL mudando nossa metodologia para que os investimentos em P&D, Pesquisa e Desenvolvimento e investimentos em eficiência energética sejam de risco para as concessionárias, que só, digamos, irão se credenciar na ANEEL como... O seu investimento será reconhecido na ANEEL como aquele que tem que ser feito dentro de P&D e eficiência energética se atender ao critério do resultado. Nós vamos examinar o resultado. Se o resultado for bom, é entendido como P&D e eficiência energética; se o resultado for mau, vamos dizer, o prejuízo é da concessionária, e não do consumidor. Eu só introduzi esse termo aqui, que não é o tema da minha apresentação, para aliviar um pouco a tensão do Windows sendo montado de novo.

SR. ADRIANO DUARTE FILHO – Se o senhor permite fazer um comentário em cima do seu comentário, esse mecanismo ele ocorre tanto para a ANEEL quanto para a ANP, a Agência Nacional de Petróleo também tem uma, vamos dizer assim, é compulsório as empresas que produzem petróleo no Brasil aplicar parte em Ciência e Tecnologia. Em pesquisa própria.

Bom, continuando, a gente estava falando da biomassa e ia entrar no biodiesel. Então o programa de biodiesel na realidade começou quatro anos atrás. É um programa novo, e a primeira tarefa na realidade foi fazer projetos em parceria com os Estados no sentido de identificar um programa estadual envolvendo as áreas estratégicas aí para domínio de uma nova realidade econômica, que envolve a agricultura, produção e armazenamento, os resíduos e controle de qualidade.

Então, e vou detalhar um pouquinho em seguida, mas de 2003 a 2005 a gente investiu 16 milhões basicamente na formação de encomendas com Estados parceiros, as Secretarias de Ciência e Tecnologia em cada Estado, e um edital de unidades piloto, e em 2006 e 2008 a gente já tem um valor maior, porque os projetos começam a se materializar, seriam 20 milhões em projetos de pesquisa em rede e capacitação de laboratórios, mais 12 milhões aí, que é uma parceria com a ANP.

Só para vocês entenderem, as áreas de atuação do biodiesel, que, como eu falei, é renovável...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)(inaudível)

SR. ADRIANO DUARTE FILHO – Sim, também. Claro. O biodiesel, toda parte agrícola a gente considera renovável.

Então, você tem basicamente a área de atuação da pesquisa que agente desenvolve é a produção de matéria-prima, a gente faz parceria com a EMBRAPA; a produção do combustível, isso foi feito edital, basicamente aqui você aprimora a tecnologia existente de produção, catalisadores, balanço térmico; a produção gera resíduos, torta, farelo, glicerina, em grande quantidade, tem que se desenvolver tecnologia para lidar com isso; existem os problemas de armazenamento, estabilidade do produto, é um produto novo, não se conhece bem ainda no Brasil, então pode existir aqui necessidade de aditivos para aperfeiçoar esse produto; testes e ensaios de motores, a gente tem que pegar esse produto e testar, a gente tem uma parceria com a ANFAVEA e vários produtores de veículos e SINDI-PEÇAS, e estamos testando já há algum tempo veículos com biodiesel na mistura, prevendo já os próximos aumentos de percentual de mistura; e a necessidade de investir em controle de qualidade. Quer dizer, é necessário que os laboratórios no Brasil sejam capazes de analisar esse produto e dar informações. A gente chama de serviço tecnológico isso aí. Isso forma uma rede de pesquisa na realidade, porque a gente apóia o desenvolvimento das pesquisas nessa área.

Então, a parceria com 23 Estados, na realidade, isso aqui são as contrapartidas por região, porque os Estados fizeram contrapartida apoiando o MCT. Mas o importante aqui é que criou um grupo de Pesquisadores, mobilizou um grupo de gente só pesquisando biodiesel e a formação de RH. E é em cima dessa primeira parceria, desse trabalho de resultados que a gente montou as redes de pesquisa, focando já nos gargalos tecnológicos da cadeia.

Um edital que a gente fez também, sem esquecer a área familiar, quer dizer, tentando testar o modelo de agricultura familiar com pequenas unidades. Isso foi avaliado agora um mês atrás junto com o MDA no sentido de ver se esse modelo é viável ou se existe alguma alteração a fazer.

Bom, as prioridades da rede brasileira de tecnologia, como de biodiesel são as seguintes: domínio de novas culturas, aí pinhão manso, macaúba, tem as culturas mais desconhecidas ainda, que não sabem produzir em grande escala; parceria com a EMBRAPA, a gente está aportando quatro milhões aí para o final do ano, final do ano passado; a parte de produção de biodiesel, a tecnologia das usinas, catalise, purificação, protótipos, rota de processamento contínuo, isso foi um edital julgado em dezembro do ano passado também, bem interessante, com várias parcerias de empresas já entrando junto com os Pesquisadores para dominar essa tecnologia; problema dos co-produtos, a glicerina principalmente, temos várias rotas estudando aqui,

desde a produção de aditivo para gasolina, através da glicerina, até a queima simplesmente, com cuidados ecológicos; a parte de armazenamento e estabilidade, aditivos basicamente de produtos, tem também uma rede estudando isso; normalização e controle de qualidade, aqui a gente fez uma parceria com a Agência Nacional de Petróleo, a ANP tem uma rede de laboratórios no Brasil que ficam analisando os combustíveis dos postos de gasolina, vendo a qualidade deles, a gente, vamos dizer, aportou recursos para essa rede poder ter esses equipamentos (soa a campainha), eu pediria mais cinco minutos, tendo em vista a interrupção, ter os equipamentos necessários para analisar o biodiesel, porque isso não era disponível no Brasil. Então, aí a gente está aportando esse recurso e vai fazer a continuidade ainda neste ano, com mais recursos ainda.

O teste de ensaio de veículos, agente já está fazendo essa parte, já temos um milhão de quilômetros rodados com o B-5, e estamos pesquisando o B-10 e B-20 ainda, para entender se existe algum problema do uso do biodiesel em veículos.

Eu vou tentar acelerar um pouquinho, devido ao tempo e, depois, alguma pergunta específica eu respondo. Na parte de etanol na realidade a gente tem apoio aí à biotecnologia, a melhoramento genético, à aviação a álcool, pequenas usinas de álcool, envolvidos nessa faixa aqui mais de 20 milhões. Especificamente, na parte do álcool celulósico, que é uma fronteira tecnológica, o mundo inteiro pesquisa isso, a gente desenvolveu uma rede de pesquisa com mais de cem Pesquisadores também e está aportando nove milhões aí para desenvolver essa tecnologia de domínio, a tecnologia, pelo menos das nossas... Nosso bagaço de cana aqui no Brasil. Em termos de água e energia, também em parceria com a EMBRAPA, a EMBRAPA está criando a sua unidade de água e energia e está aportando 22 milhões em termos de apoio, em trabalho conjunto com a EMBRAPA.

Gaseificação e combustão, eu falei, é outra tecnologia importante, ela usa biomassa na verdade para produzir hidrogênio e até outros combustíveis, a gente formou dois editais, tem uma rede se consolidando para pesquisar gaseificação e combustão; aqui, basicamente as áreas que a gente atua no álcool, pequenas usinas, aviação, biofábrica, que eu já comentei; energia solar e eólica, a gente trabalha apoiando basicamente essas duas frentes de Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil. A gente aportou dois milhões e meio para criar um CB-SOLAR, que é um instituto de pesquisa que está envolvendo uma planta piloto de produção de módulo fotovoltaico – módulo fotovoltaico é esse elemento que gera, a partir do sol, energia elétrica. E isso envolve

tecnologia de silício, tecnologia limpa, isso envolve salas especiais, e o objetivo, isso é uma parceria com várias empresas, inclusive PETROBRÁS, é desenvolver no Brasil o processo de produção industrial desses módulos e ter a produção brasileira disso.

Na parte basicamente de pesquisa em universidade, a gente investiu até 2006, em quatro editais, dois milhões, mais dois milhões em 2006 e 2007 nas universidades que pesquisam isso aí, fora esse centro específico. Aqui é o objeto do centro, que é fazer um painel fotovoltaico. É bem complexa a instalação, você vê que o pessoal usa roupas especiais para poder trabalhar com a dopagem do silício. Duas semanas atrás na reunião de acompanhamento do Projeto eles conseguiram chegar a 14% de eficiência, então a gente vai conseguir talvez até o final do ano estar produzindo tecnologia para produzir painéis em nível internacional de qualidade. Aqui mais uma vista, isso aqui é a produção que eles estão fazendo.

Energia eólica, a gente também fez dois editais, na FINEP e CNPq... Na FINEP principalmente, aportando dois e meio milhões até 2006, mais dois milhões em seguida, no desenvolvimento de componentes e partes de aerogeradores. Na realidade é assim, financiar empresas que estão com a tecnologia, para dar o próximo passo e fazer uma parte comercial já, um componente para poder estar fornecendo para essa indústria. E aerogeradores de pequeno porte. Eu vou dar alguns exemplos aqui do que foi apoiado; aqui tem a visão bem longa de um, de uma parceria aqui entre uma empresa e a Universidade Federal do Rio de Janeiro; uma parceria da VEG com outras empresas também, apoiada pelo MCT; um aerogerador também de pequeno porte aqui, Tectrol e Eletrovento, que fabricam. Existe muito mercado para isso aqui no Brasil, então a gente está tentando ver se elas tiram do protótipo e lançam no mercado isso aí, com o apoio nosso; um meio diferente aqui, quer dizer, de eixo vertical, uma experiência aí que de repente é uma outra alternativa.

Hidrogênio. Como eu falei, hidrogênio é um combustível que pode ser produzido em energia renovável, que se fala que é a energia do futuro; a gente tem apoio aí à pesquisa, isso aqui é uma célula combustível, produz eletricidade a partir de hidrogênio, a gente tem projeto de dois ônibus funcionando a célula combustível e a hidrogênio em fabricação no Brasil, o protótipo naturalmente, um no Rio e outro em São Paulo, até o fim do ano eles estão rodando para testes. Ainda na fase de protótipos. A gente estabeleceu uma rede de pesquisa também, envolvendo vários Estados e várias universidades do Brasil, para fazer o desenvolvimento dessa tecnologia; com apoio também em 2004 e 2005,

12 milhões; recursos de 2006 e 2007, 17 milhões. A gente pretende, em trinta meses aí, começar a atacar os gargalos que nos impedem de produzir no Brasil. Hoje você tem que importar membranas, tem que importar catalisadores. E a gente já tem, já está começando a aparecer algumas patentes nacionais dos institutos de pesquisa apoiados para essa tecnologia. Isso aqui é futuro. O hidrogênio na realidade é o que vai, depois que a energia renovável tiver terminado o seu ciclo, o hidrogênio certamente vai estar forte. Deve estar na matriz energética brasileira em 2020 e existe um movimento mundial em aceleração de pesquisa nessa área e a gente não pode ficar de fora, sob pena de ser só um importador no futuro. Cabe comentar que no hidrogênio, e o assunto é importante, muito importante, o Ministério das Minas e Energia já se mobiliza e já definiu um roteiro para a estruturação de economia do hidrogênio, como é chamada essa nova, e de economia do petróleo, quando ela terminar, vai ter a economia do hidrogênio, já preparando estudos prospectivos para a introdução do hidrogênio na matriz energética.

Cabe comentar aqui que ainda o Ministério da Ciência e Tecnologia apoiou a criação de 12 centros de referência em energias renováveis, que se ocupam, fazem Pesquisa e Desenvolvimento nessa área toda. O CRESEB exatamente, há um centro do MCT e do MME, mas a gente apoiou também. E eu gostaria de comentar o prazer que eu tenho aqui de ver a Dra. Ivonice, que trabalhou muito, quando trabalhava no MCT, na criação do desenvolvimento desses centros aqui de referência. Então é uma ação já tomada alguns anos atrás e esse pessoal está trabalhando e está se ocupando de energias renováveis.

Bom, eu corri no final, eu agradeço a atenção, o meu objetivo era dar um panorama geral (soa a campainha) basicamente da ação que a gente tem no desenvolvimento daquilo que não funciona bem ainda, que é o que vai funcionar, que é o nosso foco aqui. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Os nossos agradecimentos ao Dr. Luiz Antônio Rodrigues Elias pela sua participação inicial e...

SR. ADRIANO DUARTE FILHO – Sou o representante do Dr. Elias.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Dr. Adriano Duarte. Desculpe. Dr. Adriano Duarte Filho. Ouviremos agora o Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL. Tem V. Sª a palavra.

SR. JERSON KELMAN – Eu tenho só 10 transparências. Na realidade, oito, porque uma é de abertura e uma do final, só quero que coloque lá o *slide*.

Não é esse. É que eu tinha tido o cuidado de deixar pronto. Vai subindo, por favor. Com a seta. Está escrito “A palestra P”.

Próximo, por favor. Eu vou só, em poucos *slides*, mostrar a qual é a atuação da ANEEL no que diz respeito ao detalhamento da legislação relacionada a fontes alternativas. Então, vou passar por alguns benefícios que tem as fontes alternativas. Quer dizer, são benefícios garantidos em lei, que simplesmente a ANEEL detalha, sob o ponto de vista técnico. Mas a garantia é dada por lei. Quem desenvolve uma fonte alternativa, essencialmente, como já disse, biomassa, produção de pequena central hidroelétrica ou usina eólica, vento, tem direito a que o uso da linha de transmissão ou de distribuição tanto para ele como para os seus... Tanto para o gerador como para quem compra a energia, o pagamento dessa linha tem uma redução de 50%. Isso é garantido em lei. Nós agora estamos propondo que se essa fonte alternativa for queima de... For o lixo, o uso do lixo, que resolve dois problemas simultaneamente, quer dizer, resolve o problema de produzir energia elétrica se livrando do lixo urbano, aí nós achamos, estamos em Audiência Pública agora, para reduzir em 100%. Quer dizer, vamos dar incentivo total a quem... Tem algumas experiências bem interessantes...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)(inaudível)

SR. JERSON KELMAN – Na transmissão e na distribuição. No uso da linha. No uso do fio. O uso do fio. Isso está em Audiência Pública. Tem algumas experiências já bem sucedidas de queima de lixo que não colocam resíduos na atmosfera. São muito bem-sucedidas. Então a idéia é seguir nisso.

O próximo, por favor. Outro benefício. Hoje, os consumidores são divididos em duas categorias: nós todos somos os chamados cativos, consumidores cativos, aquele que não escolhe de quem comprar energia elétrica, de quem comprar o quilowatt/hora, quer dizer, os eletros; e os livres, os livres são consumidores acima de três mil quilowatts que, por opção, podem decidir de quem vão comprar, de que gerador vão comprar, não necessariamente do mix da energia da distribuidora local, quer dizer, uma grande empresa, uma grande fábrica pode comprar energia produzida por um gerador que ela bem entender, faz um contrato bilateral. Isso naturalmente é um grande incentivo. Se essa fonte geradora for fonte incentivada, o limite, em vez de três mil, passou a ser quinhentos, então há uma possibilidade de comercialização direta, que é um grande incentivo para, vamos dizer, consumidores isolados ou agrupados. Pode ser, por exemplo, uma rede de supermercados. Várias unidades, vários supermercados que, conjuntamente, têm mais de qui-

nhentos quilowatts de demanda instalada e aí eles se capacitam a fazer um negócio de compra de energia, direto com o gerador incentivado, que é biomassa ou eólica ou PCH. Além disso, como essas usinas são em geral de pequeno porte, elas em geral estão localizadas na rede não de transmissão de alta voltagem, e, sim, na rede de distribuição, de baixa voltagem, na distribuidora. Então há uma possibilidade da distribuidora comprar diretamente, como essas são incentivadas no ambiente regulado, quer dizer, a distribuidora compra diretamente de uma usina incentivada que esteja no seu território sem leilão. Quer dizer, ela pode comprar diretamente, limitada a 10% da carga da distribuidora, quer dizer, de tudo que ela compra, de tudo que a distribuidora compra de vários geradores até 10% pode ser alternativas locais, e sem leilão, limitado naturalmente o repasse aos consumidores, não é qualquer tarifa, limitado a um preço de referência para passar aos consumidores.

As fontes incentivadas não têm que fazer aqui aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento, que eu fiz referência a que todos os geradores fazem, todas as concessionárias têm que aplicar em termos de Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética, têm que aplicar um percentual da sua receita operacional líquida. As fontes incentivadas não têm. As fontes incentivadas se forem talvez o principal incentivo na Amazônia, as fontes incentivadas podem ter até 75% do custo de investimento subsidiado. O que é quer dizer isso? Qual é a lógica? Isso é a lei também, lei da conta de combustíveis, hoje toda a geração de energia elétrica nos sistemas isolados, essencialmente a Amazônia, é caro e é pago pelos consumidores do Brasil inteiro. E essa conta em 2006 foi de 4,5 bilhões de reais. Para termos uma idéia do que é que é isso, o Bolsa Família é da ordem de oito bilhões, e nós estamos falando de 4,5 bilhões. E isso daí, se for uma usina de fonte incentivada, que substitua a queima de óleo, ela pode ter até 75% do seu custo de investimento subsidiado. Não têm que pagar a compensação financeira que todas as PCHs, Pequenas Centrais Hidroelétricas não têm que pagar a compensação financeira que todas as hidroelétricas têm que pagar, mas, se for pequena, isto é, abaixo de 30 megawatts não tem que pagar. E há um programa dedicado especialmente para essas três fontes: PCHs, Pequenas Centrais Hidroelétricas, até 30 megawatts, eólicas e usinas termoeletricas, que queimam bagaço de cana essencialmente. E o que foi contratado nesse programa de incentivado, programa do Governo, quer dizer, com recursos que são dos consumidores, foram aqueles números ali. Ali foi contratado PCH, 1. 191 megawatts, eólicas, 423 megawatts e biomassa, 655 megawatts, totalizando 3.200 megawatts. E os custos

unitários são bem altos, são bem acima, com exceção da biomassa, que é o chamado (inaudível), que está a cento e nove reais, o preço que está saindo em leilões e de fontes não incentivadas está na ordem de cento e trinta reais, então se verifica ali, por exemplo, que a eólica teve possibilidade de contratar a duzentos e trinta e dois reais o megawatt/hora, quando outras fontes não incentivadas, vamos dizer, as mais caras estão sendo vendidas a 130.

Nós, agora em maio, por determinação do Ministério de Minas e Energia, a ANEEL vai organizar um leilão só de fontes incentivadas. Qual é a principal motivação? Na ANEEL, a ANEEL já concedeu autorização para instalação de PCHs, de mais de cem PCHs, que têm também licença ambiental, portanto, são empreendimentos que poderiam ir para frente, totalizando cerca de mil e quinhentos megawatts. Esses cerca de cem empreendimentos não saíram ainda do papel.

Então, procuramos naturalmente saber por que, e a explicação é que esses empreendedores não só de PCHs, mas de outras fontes que estão fora do PROINFA, os que estão dentro do PROINFA está resolvido, os que estão fora do PROINFA, fora daquele programa incentivado estavam sem condições de ter um contato de longo prazo que lhe permitisse construir a usina. Então agora o Governo definiu, corretamente, que em maio será organizado um leilão só de fontes incentivadas. Só para elas. Outras fontes não entram. E a intenção da ANEEL é que os detentores de autorização para construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas, que tendo sido dada autorização para construir a usina, tendo sido dada a licença ambiental e tendo sido dada a oportunidade de vender a energia, se não o fizerem e se não tomarem partido desta oportunidade nós iniciaremos o processo de, o termo certo eu não sei, mas de anular a autorização. Quer dizer, cassar a autorização, porque estão sentados em cima da cachoeira que é um bem público, sem fazer com que esse recurso, esse bem público, esse recurso natural renda benefício para a população.

Estou terminando. Isso aí é só do leilão, qual é a distribuição. Temos de 24 eólicas... Que estão inscritas para o leilão: 24 eólicas, 42 biomassa e 77 Pequenas Centrais Hidroelétricas, e vejam que eram 100 e 30 já estão começando a devolver suas as autorizações, porque nós não vamos permitir que fique indefinidamente alguém com uma autorização e com uma licença ambiental sem desenvolver a hidroelétrica.

Próximo. Aí é em termos de megawatts.

Próximo. Esse é o último *slide*, que mostra nas várias categorias o que é que nós temos de... Qual é a situação. Nós temos que... Ali temos Micro Central Hidroelétrica é abaixo de um megawatt, Pequena Cen-

tral Hidroelétrica, entre um e trinta, eólica, biomassa, como eu disse, que é essencialmente bagaço de cana, e solar. O que temos ali, em operação, muito pouco, número de unidades, muito poucas. Em construção, muitas em PCH, nenhuma eólica, até porque demora pouco tempo para construir algumas em biomassa. E aquela última linha, outorga, são aquelas que não saíram ainda, aquelas que tiveram, foi dado autorização, mas que não se materializaram. Então há uma grande preocupação nossa e do Governo em fazer com que essas autorizadas, sejam micro centrais, pequenas centrais, eólicas ou biomassa decidam se querem fazer uso da autorização ou, se não querem, então devolvam para que outros o façam. Era que o eu tinha a dizer. Muito obrigado, Senador Quintanilha, Presidente desta Comissão, pela oportunidade, e Sras. Senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nossos agradecimentos ao Dr. Kelman por essa sua participação inicial, e nós ouviremos agora a Dra. Ivonice Campos, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica. Tem V. S^a a palavra.

SRA. IVONICE CAMPOS – Bom dia, Senador Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, bom dia a todos. Senador, em nome do Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Adão Linhares Muniz, que justifica a sua ausência por conta de motivos supervenientes de um chamado também de Governo para atender hoje pela manhã. No entanto, nós estamos à disposição e vou me empenhar para fazer uma boa apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com certeza a senhora trará todas as informações que precisamos.

SRA. IVONICE CAMPOS – Muito obrigada. Me cabe aqui apresentar, em nome da Associação Brasileira de Energia Eólica, a questão do setor eólico numa perspectiva mundial e também situada no contexto do mercado brasileiro. A Associação Brasileira de Energia Eólica ela atua em parceria com a Associação Mundial de Energia Eólica, inclusive nós brasileiros ajudamos a criar a associação mundial e o Brasil representou durante por muito tempo, em nome das Américas, a Vice-Presidência da associação mundial. Por isso é um trabalho dinâmico que a gente desenvolve em âmbito global.

Os dez maiores Países que aproveitam energia eólica, da ordem de sessenta e três mil megawatts já instalados, e que nós podemos destacar, por exemplo, a Alemanha, em primeiro lugar, com vinte mil megawatts instalados, sendo que no último ano instalou cerca de dois mil e cento e noventa e quatro megawatts, a Espanha e Estados Unidos vêm em segundo lugar

praticamente com cerca de onze mil megawatts, mas num regime bastante acelerado de implantação de centrais eólicas, a Índia encaminhou o seu programa de energias eólicas e também acelera bastante, com implantação mil e oitocentas e quarenta megawatts somente no ano passado, a China, que começou o seu programa muito depois do Brasil, já passou bastante à frente, implantando ainda no ano passado mil e cem megawatts.

E assim, classificando os dez maiores em potência instalada, com base no final do ano de 2006, nós ainda não aparecemos em relação aos dez maiores, embora tenhamos um grande potencial eólico no País. Não sabemos também, nem junto à associação mundial, quem serão os dez maiores no ano 2020. No entanto, a inclinação, o desenvolvimento e o crescimento do mercado de energia eólica mundial está dando saltos, mas saltos muito representativos, expressivos, é a indústria que mais cresce no planeta, da ordem de 40% ao ano. Os senhores podem muito bem ver que a partir do ano de 2008 os investimentos estimados são de trezentos e quarenta e sete bilhões de euros ao nível mundial.

Analisando então a perspectiva de mercado, nós vemos que no Brasil nós tínhamos, como bem falou o Dr. Jerson até agora, instalados cerca de 237 megawatts, uma perspectiva com o PROINFA fase I de mil e quatrocentos e cinquenta e dois megawatts em dezembro de 2008, enquanto a China já tinha instalado, até dezembro de 2006, dois mil e quatrocentos e cinco megawatts, instalando num único ano mil e cento e quarenta e cinco megawatts, propondo ter instalado sete mil em 2008 e uma previsão de trinta mil megawatts no ano 2020, assim como a Índia. O Brasil tem na lei que estabelece o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia, o PROINFA, definido para os próximos 20 anos um crescimento da ordem de 10% ao ano.

O Brasil é muito bem aquinhado do ponto de vista do potencial eólico, inclusive em áreas bastante estratégicas, como, por exemplo, o litoral da região Nordeste e da região Sul, que são extremidades do sistema interligado nacional.

O que nós podemos destacar como qualidade do nosso potencial eólico é a complementaridade energética decorrente da sazonalidade dos ventos e da hidraulicidade, que se complementam ao longo de todos os meses do ano. Naqueles períodos, por exemplo, na bacia do Rio São Francisco, e isso se cumpre de Norte a Sul do Brasil, inclusive do Amapá ao Rio Grande do Sul. No entanto, aqui um exemplo, por exemplo, na bacia do São Francisco, enquanto o regime hidráulico

está em baixa, nós temos excelente potencial de vento para ser explorado.

Este é o potencial, é o atlas eólico brasileiro. Onde os senhores podem ver nas áreas mais escuras onde nós temos um potencial bastante significativo, e o litoral do Nordeste se destaca bastante, mas também o interior de vários Estados; uma região bastante nova, o Espírito Santo; e a região Sul do Brasil. Entenda-se que essa avaliação foi feita com as tecnologias de medição a uma altura apenas de 50m de altura. Hoje nós temos tecnologia de aerogeradores que já estão da ordem de cinco megawatts por aerogerador e que por certo vão traduzir num potencial ainda maior de energia eólica, na medida em que nós aumentamos a altura desse aproveitamento energético.

Aqui por região. Então nós podemos destacar, por exemplo, a região Nordeste tem cerca de setenta e cinco mil megawatts de potência, seguida pela região Sudeste, com cerca de trinta mil, e a região Sul, com cerca de vinte e dois mil e oitocentos megawatts. O potencial eólico brasileiro é bastante expressivo então, da ordem de duzentos e três mil megawatts, com quatrocentos e dezenove terawatt/hora/ano, isso se nós considerarmos o potencial total dos ventos, ventos da ordem de sete a oito e meio metros por segundo. Convém destacar que a qualidade dos ventos brasileiros é muito superior aos ventos da Europa e dos Estados Unidos. Enquanto aqui nós ainda estamos aproveitando ventos de sete a oito e meio metros por segundo, de altíssima qualidade, porque são ventos bem comportados, nós não temos tufões e outras ocorrências, na Alemanha, são aproveitados de forma bastante competitiva ventos da ordem de cinco, cinco e meio metros por segundo.

Os contratos do PROINFA, o nosso Programa de Incentivo em Fontes Alternativas de Energia, conseguiram contratar, por cerca de vinte anos, mil e quatrocentos megawatts de energia eólica, representando cerca de oitocentos aerogeradores a serem implantados no Brasil no período até final de 2008. Essa demanda de instalação, quando nós pensarmos ao nível do mundo, significaria que nós precisaríamos ter, pelo menos, umas quatro indústrias de fabricação de componentes de aerogeradores.

A implementação e as vantagens dos aerogeradores, é uma montagem bastante simplificada, nós conseguimos com tecnologia, instalar um aerogerador no máximo em três dias, quer dizer, nós conseguimos instalar num tempo recorde uma central eólica. São vantagens bastante pertinentes quando nós pensarmos naquelas demandas e de juros durante a construção das nossas grandes hidroelétricas no Brasil.

Como é que o mercado mundial se estabeleceu? Ainda na década de 70, a Dinamarca, por necessidade energética, ela resolveu desenvolver a sua indústria eólica e tem uma indústria eólica bastante competente, com várias fábricas implantadas, produzindo aerogeradores e exportando para o mundo todo. Na Alemanha, por exemplo, que hoje é líder mundial, com mais de vinte mil megawatts instalados, foi a questão da consciência ambiental, que se refere bastante a essa Comissão do Meio Ambiente, Senador Quintanilha. Hoje nós estamos vivendo uma realidade de necessidade e de consciência. Uma necessidade energética, por tecnologias limpas de aproveitamento principalmente de energias renováveis e também por conta da questão da consciência ambiental, visando inclusive a minimizar os riscos das mudanças climáticas globais.

Ao nível do mundo todo, nesse esquema, nesse modelo de consciente, os esquemas de incentivos variam. Nos Estados Unidos, nós temos (inaudível), temos (inaudível) na Alemanha, quer dizer, nós temos prêmio ao preço na Alemanha, Espanha e Itália, que inclusive motivaram como, por exemplo, na Espanha, o desenvolvimento da indústria eólica em praticamente todas as regiões do País. Onde tem instalação de centrais eólicas lá a política inclui a instalação da fábrica de componentes de aerogeradores. E na Inglaterra, e nós vamos ver os efeitos a seguir, a questão do mercado competitivo. A Índia se motivou pela falta de eletricidade, pela decisão política, baseada inclusive na questão das mudanças climáticas, ela estabeleceu um conjunto de cooperativas, no entanto, eles têm baixos ventos e alto nível de produção doméstica na questão dos aerogeradores.

Os novos mercados potenciais emergentes, China, Brasil, Egito, norte da África, África do Sul, Estados Unidos, Canadá e Turquia. E aí, por conta desses modelos de mercado, nós temos como um dos modelos, cujo pano de fundo é bastante político, é o sistema de preço fixo com prioridade para o desenvolvimento rural. Neste modelo nós vimos vingar os programas da Dinamarca, que hoje tem mais de duzentos e cinquenta mil investidores em cooperativas de turbinas eólicas; a Alemanha, que tem mais de três mil fazendeiros gerando eletricidade; e na Espanha, como eu já havia mencionado anteriormente, cuja prioridade é uma legislação industrial nas diferentes regiões do País. O que se diz é que não há investimento melhor em áreas rurais para desenvolvimento local do que projetos eólicos. E nós podemos destacar aqui no Brasil como, por exemplo, no Estado do Rio Grande do Norte o investimento em centrais eólicas autorizadas no programa PROINFA representam para o Rio Grande do Norte os maiores investimentos que aquele Estado

já teve notícia de que pudessem acontecer, especialmente em áreas do interior do Estado, difícil de levar proposta de desenvolvimento.

E assim nós podemos também mostrar, por sistemas de licitação, a Inglaterra, o País de Gales e a Escócia e Holanda, e que tiveram problemas ambientais exacerbados e problemas também com Bancos, era o início do processo e, no entanto, eles deram prioridade também com terras que tivessem bons ventos. O Ministro da Energia inglês recomendou inclusive, numa reunião que tivemos em conjunto, que os proprietários rurais não dividissem suas terras, e, sim, aumentassem a renda das suas terras e da sua atividade econômica, colocando aerogeradores naquelas terras que tivessem ventos. Porque a aplicação de aerogeradores não impede a continuidade da atividade econômica na área onde ela está sendo instalada.

Só para mostrar para os senhores, a correlação onde nós tivemos um sistema de preço fixo semelhante ao que nós já tivemos no Brasil na primeira fase, nós vimos um grande desenvolvimento das centrais eólicas naqueles Países, onde se incluem a Alemanha, a Dinamarca, a própria Espanha e, onde nós tivemos um sistema de licitação pura e simples, nós tivemos um baixo desenvolvimento de energia eólica como, por exemplo, a França, que conseguiu instalar apenas setenta e nove megawatts.

Os fabricantes de turbinas eólicas, na década de 70 e 80, eram a Boeing, a McDonald Douglas, a (inaudível), e era um desastre, porque realmente era um alto custo e uma sofisticação excessiva, até por conta da origem dessa tecnologia. Na década de 80, no entanto, houve um interesse dos fabricantes de implementos agrícolas, que simplificaram e reduziram o custo. E uma baixa flexibilidade estrutural na fabricação de aerogeradores.

Só para dar uma idéia, agora rapidamente nós vamos passar algumas fotos. As turbinas eólicas modernas são maiores do que um Boeing 747. Vamos lá rapidamente então. Um aerogerador, a montagem de um aerogerador, a montagem de um estator, o tamanho, a montagem do conjunto, o teste de desempenho em bancada, um cubo rotor na base de gôndola, um cubo rotor, eixo (inaudível) é uma gôndola na sua montagem, um conversor de frequência cavalete indutor, a parte elétrica, transformador a seco, e a montagem com base em cavalete (inaudível). Quer dizer, toda aquela complexidade tecnológica ela se reduz a uma simplicidade de instalação de um aerogerador nas centrais eólicas. A montagem começa com uma base como essa, em torno de oito por oito metros, quer dizer, mantendo toda a atividade econômica daquela área rural. A montagem é muito rápida. Os componentes

da torre, por exemplo, a preparação da gôndola. Se o senhor puder me dar um pouquinho mais de tempo, eu agradeço. A preparação do gerador, o aerogerador parcial, a preparação do cubo, a preparação do rotor quando ele ainda está no chão, a ascensão e a montagem final do aerogerador.

Essas fotos, só para ilustrar que tamanho e que dimensão de indústria. Só a fase I do PROINFA vai demandar para o mercado brasileiro cerca de cem mil toneladas de aço. Então para vocês verem que é ele multi-setorial, é um desenvolvimento para o País como um todo, inclusive nos demais setores da economia. Para exemplificar, eu coloquei um exemplo de uma fábrica que pudesse produzir cem aerogeradores por ano, porque seria o ideal que cada Estado pudesse ter a sua fábrica, ela gera cerca de duzentos e setenta empregos diretos e trinta subcontratados, ela exige um capital da ordem de dezesseis milhões de dólares e um capital de giro da ordem de vinte milhões, e ela precisa, sim, de incentivos como isenção de impostos, aqueles usuais já nos Estados, e incentivos também para capital de giro. O faturamento possível dessa indústria de fabricação de aerogeradores é da ordem de cento e noventa milhões de dólares anual e o custo estimado de investimento (inaudível), por exemplo, o “chave na mão”, é da ordem de dois mil e duzentos dólares. Essa fábrica demanda um terreno da ordem de sessenta mil metros quadrados. Enfim, para que os senhores possam ver a facilidade de se ter a indústria eólica implantada em todos os seus Estados.

A fabricação então de aerogeradores, como eu falei anteriormente, ela vai demandar, vai acionar e vai desenvolver toda a economia não só no parte do setor elétrico, da fabricação de equipamentos e sistemas, mas também nos outros setores, metal-mecânico inclusive.

As centrais eólicas então desenvolvem, o grupo de máquinas de construção é bastante complexa, é uma indústria de alta tecnologia, onde inclusive os Bancos internacionais hoje, a partir da certificação da qualidade dos ventos, eles dão garantias de risco de faturamento.

Só para ter uma idéia de como é fácil também fazer a implantação de centrais eólicas marítimas, quer dizer, ela pode estar submersa, basta essa garra da base ser implantada, ancorada na base, e assim tem vários programas, grandes programas, inclusive, no litoral da Dinamarca, no litoral da França da ordem de cinco mil megawatts só submarino.

Projeções e perspectivas. Isso é só para nós sentirmos a evolução da curva de consumo. O que é que vai acontecer ao nível do mundo até o ano de 2040. De

novo, a variação ao nível do mundo, todos os setores da economia que ele movimenta simultaneamente.

Do ponto de vista da política energética, nós podemos ver a variação que cada... Por exemplo, o mercado de carvão, desde a década de 50, a variação de participação percentual que cada alternativa energética pode sugerir. Por exemplo, o gás, a nuclear, como é que se comporta essa variação. Agora, para exemplificar e focar, por exemplo, na Alemanha, ela tem hoje da ordem de vinte mil e seiscentos e vinte e dois megawatts, olhem a densidade da instalação de centrais eólicas na Alemanha nos dias de hoje, para que os senhores entendam a viabilidade e a competitividade dessa alternativa na Europa hoje. De novo, focando que dá para ver que eles têm 26% de participação de energia eólica na sua matriz e pretendem, já no ano 2011, uma participação da ordem de 50%.

Agora, se o senhor permitir, Senador Quintanilha, nós trouxemos algumas propostas do quanto precisamos dos senhores para ajudar a desenvolver no Brasil, a coordenar e organizar o setor eólico brasileiro. Muita coisa precisa ser feita. Nós precisamos de uma política industrial, nós precisamos de uma política energética como, por exemplo, a garantia governamental da implementação da fase II do PROINFA. Isso significa, nós precisamos sinalizar para os nossos investidores, especialmente aqueles, os fabricantes de equipamentos que se instalem no Brasil e se instalem nos nossos Estados, porque nós temos uma perspectiva de potencial eólico bastante competitiva, inclusive no curto prazo.

A outra questão que nós gostaríamos de colocar também, Senador Quintanilha, é que nós temos esse potencial eólico de qualidade como, por exemplo, na região Nordeste, no Espírito Santo e na região Sul, o Nordeste sozinho representa 52% do potencial e que são ventos reconhecidos internacionalmente como de boa qualidade e temos também uma produtividade energética semelhante à geração hidroelétrica nessas regiões, inclusive gozamos da oportunidade da complementaridade hidroeólica, porque no período seco nós temos os melhores ventos e assim por diante. Podemos fazer uma complementação importante na energia secundária excedente das hidroelétricas.

Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental local e global para a competitividade, as avaliações técnicas recentes que a Associação Brasileira de Energia Eólica conduziu mostram que para cerca de mil megawatts médios eólicos gerados no Nordeste, permite economizar, ou guardar no reservatório da bacia do São Francisco cerca de cento e vinte e quatro bilhões de metros cúbicos de água no período seco, de julho a novembro, firmando cerca de trezentos e cinquenta e

três megawatts médios de energia secundária hidroelétrica, sem nenhum investimento público pelo lado da geração hidroelétrica e ainda evitando cerca de 12% das perdas de transmissão. Representa um acréscimo na oferta de energia firme a custo zero, compensando o custo maior da energia eólica.

A outra proposta que nós faríamos é que verificamos que no Plano Nacional de Desenvolvimento Energético, o PNDE de 2030, ele somente previu cerca de quatro mil e setecentos megawatts de geração eólica. E nós lamentamos muito, porque isso foi uma sinalização de desestímulo ao setor. Porque considerou apenas duzentos megawatts de implantação por ano de potência eólica. Então isso breca, limita, inibe os investidores que já estavam no Brasil pensando e negociando ao nível dos Estados a instalação dos seus empreendimentos.

E por último, e muito agradecida pela paciência, nós gostaríamos de destacar que na Portaria MME-31, de 15 de fevereiro de 2007, ele motivou o setor eólico a apresentar projetos e somaram cerca de mil e setecentos e oitenta e cinco megawatts ali credenciados. Inclusive mil e setecentos e oitenta e cinco megawatts que seriam passíveis de serem concretizados num prazo relativamente curto de dezoito meses, representando uma alternativa de desenvolvimento energético, sem dúvida, capaz de minimizar o risco do abastecimento para os próximos anos, e essa solução é uma solução complementar, estrutural e, não, conjuntural. No entanto, as condicionantes estabelecidas, que indicam como teto para o preço da energia requerida o valor equivalente ao custo marginal de operação e também o modelo de contrato e o prazo de contratação de quinze anos, citado na portaria referida, apontam para a impossibilidade da participação dos investidores na contratação desses empreendimentos no leilão proposto, pois essa condição não oferece a viabilidade econômica necessária para remunerar os investimentos eólicos.

Então a gente realmente diagnosticou que existe uma necessidade de ponderar e quantificar os benefícios da inserção eólica no sistema elétrico brasileiro, por meio da consolidação de mecanismos de contratação e equiparação realista, com índice de custo e de benefício para a geração eólica, que afete o valor global da energia para o consumidor final. Nós precisamos, sim, da ajuda dos senhores para que nós possamos cumprir a legislação do Programa de Incentivo das Fontes Alternativas de Energia na fase II e também cuidarmos e organizarmos uma política industrial, uma política tecnológica e uma política energética capaz de aproveitar todo esse nosso potencial brasileiro. Obrigada pela paciência da atenção. Bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Dra. Ivonice. Ouviremos agora o Dr. Manoel Policarpo de Castro Neto, Coordenador-Geral do escritório sede da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, da ANP, em Brasília. Tem V. S^a a palavra.

SR. MANOEL POLICARPO DE CASTRO NETO
– Boa tarde. Primeiro cumprimentar o nobre Senador Leomar Quintanilha, e o restante da Mesa, expressar o agradecimento pelo convite feito ao Diretor-Geral, Aroldo Lima, a participar dessa Audiência Pública, e apresentar as desculpas da sua ausência devido a compromissos junto com a Diretoria, hoje nós temos a reunião de Diretoria Geral.

Então nós vamos apresentar aqui um pouco as questões ambientais, mais ligadas principalmente à questão de combustíveis, principalmente o biodiesel e, um pouco, de álcool. Hoje nós temos uma realidade, que está aí nos jornais, dia a dia, que são realidades de mudanças climáticas extensas no nosso mundo, no nosso País, principalmente. Nós, num dia, vemos aí seca na Amazônia, em pouco tempo depois nós vemos enchente na Amazônia, conseqüentes quebras de safra em outras regiões, você vê aí o fenômeno do ciclone Catarina, que nos afetou aqui no Brasil em 2004, vimos o furacão Katrina, que atingiu aí a América do Norte com uma força muito grande, levando sérios problemas a Nova Orleans, nos Estados Unidos, e temos aí ondas de calor não só na Europa como no mundo todo.

Então nós temos aí uma realidade mundial hoje, do clima sendo modificado pelo efeito estufa. Boa parte desse efeito estufa é causado pelos gases chamados gases de efeito estufa, quais sejam eles, o dióxido de carbono, o metano, o óxido nitroso. Entre outros que estão aí, esses três são os principais, sendo que o dióxido de carbono é que apresenta maior problema, porque ele faz parte da queima de combustíveis fósseis. Hoje um problema muito grande. Você tem a matriz energética hoje mundial baseada mais de 70%, quase 80% basicamente em combustíveis fósseis não renováveis, criando problemas de todo o tamanho à natureza por emissão de carbono. A isso, nós podemos ver que os Países desenvolvidos são os principais emissores de poluentes no mundo. Os principais Países eles estão por volta aí de 77%, se a gente não incluir a China, porque se incluir a China, que está num crescente muito grande, nós passamos a quase 90%, que é uma realidade hoje extremamente penosa. Por sorte, nós somos um País que hoje apresenta por volta só de 3%, mas estamos aí na frente, apresentando uma série de novidades e uma série de propostas de renovação e de melhoria nesse tipo de emissão no País, quais sejam eles, principalmente os biocombustíveis.

Aqui saiu errado ali a marcação, é no lado. Só uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Nós emitimos duzentas e noventa e sete milhões de toneladas e os Estados Unidos cinco mil e duzentas e vinte e nove milhões de toneladas. É um disparate completo. Nós aderimos ao Protocolo de Kyoto, os Estados Unidos não aderiram ao Protocolo de Kyoto, e provavelmente não vai (risos) aderir.

Os impactos. Os impactos a gente tem visto aí no mundo todo. Você vê na África, você vê uma diminuição de produção, você vê na Ásia também uma diminuição de produção, aumento das desertificações na África, você vê na Nova Zelândia questões de a diminuição da disponibilidade de água, na Europa você vê o desaparecimento de geleiras nos Alpes suíços e em outras regiões, até nos pólos, na América Latina você vê uma diminuição da produção, você vê um efeito estranho na América do Norte, que é um aumento da produção, devido ao aumento da temperatura, mas acompanhado a ele vem uma série de doenças que esse aumento de temperatura tem trazido e que tem trazido problemas seríssimos à produção de oleaginosas principalmente, e milho, que é o grande produto deles em termos de produção de etanol; o ciclo polar, a gente tem visto aí dia a dia nos jornais uma diminuição da calota polar com o respectivo aumento dos níveis do mar, acarretando ainda em pequenas ilhas inclusive a possibilidade de algumas deixarem de existir num breve tempo.

Próximo, por favor. Isso é uma foto ilustrativa, só para a gente ver a aí calota polar em 79 e a calota polar agora em 2003, o tanto que ela diminuiu. E essa água toda para dentro do Oceano, você tendo uma série de complicações.

Essa não saiu muito boa, mas é uma geleira da Patagônia, há 50 anos atrás e, hoje, essa segunda foto, que não aparece, você não vê mais essa área aqui, que é uma geleira, ela não existe mais, ela só está concentrada nos picos dos montes acima; aqui as neves eternas do Monte Kilimanjaro, que não são tão mais eternas, estão deixando de existir, a parte que é eterna hoje é pequena.

Bom, aqui a gente começa a discutir a função da Agência Nacional de Petróleo. Você tem, a partir de 97, na Lei 9. 478, a criação da Agência Nacional de Petróleo, com as suas atribuições de regular, contratar e fiscalizar as atividades integrantes da indústria do petróleo. Qual é o papel da ANP? Implementador de política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, gerente das reservas de petróleo e gás natural da União, regulador e fiscal, agente de desenvolvimento, agente na defesa do consumidor e da livre concorrência, assegurado do abastecimento nacional de combustíveis.

Bom, nessa questão aí, nós nos englobamos aí à questão principal ambiental hoje, que é a produção dos biocombustíveis, principalmente falando na área de biodiesel, que é hoje o que a agência regula como toda propriedade; e aí algumas questões que são chaves aí, não têm nenhuma relação ao nosso amigo (risos) Chavez, qual o limite do mercado do biodiesel, apesar de todas as suas influências que ele tem causado aí, onde produzir oleaginosas, quais são as áreas que nós temos que produzir e se essa produção será sustentável.

Aqui o programa nacional de biodiesel, que é a Lei 11.097, de 2005, que determina que a progressividade da adição de biocombustíveis na mistura com diesel. A gente diz aí B2, que é uma mistura de 2% de biodiesel no diesel, B5 seria 5% e, progressivamente, a gente vendo isso. Até o final desse ano nós temos aí o B2, que ainda não é obrigatório, só é obrigatório em função da demanda e a partir do ano que vem o B2 se torna obrigatório e, implicando um mercado firme, vai apresentar uma demanda de um bilhão, de quase um bilhão, dá oitocentos e noventa milhões de litros de biocombustível por ano. Quando a gente passar para o B5, em 2013, vai ter uma demanda de 2,4 bilhões de litros. Hoje, através dos leilões que a ANP tem realizado, os cinco os últimos leilões que a ANP tem realizado, já temos garantidos oitocentos milhões de litros de biocombustíveis, assegurando a meta do Governo do B2 e temos uma projeção, num próximo *slide* nós iremos ver, existe uma projeção de que essa produção, a partir do ano que vem, vai ultrapassar um bilhão de litros, dando margem aí ao que o Governo tem comentado muito, que é a antecipação da mistura B5 para 2010, uma questão que está sendo discutida amplamente aí no Governo.

Próximo, por favor. Essa projeção ficou meio ruim, está... (risos). Mas é basicamente qual é o objetivo do Governo, que é a inclusão social, você tem o B2 com um bilhão de diesel, o B5 vai exigir 2,4 bilhões. E mostra a estratégia do Governo que é a implementação da discussão.

Próximo, por favor. Aqui nós estamos tratando do selo combustível social, que já é bem conhecido aqui, que é a forma de incentivo à produção de biodiesel em todo o País. Podendo chegar a 0%, dependendo da região e do tipo de cultura usada.

Essa é nossa matriz energética atual. Nós vemos aí que 43,6% da nossa matriz é baseada em recursos renováveis. Só para vocês terem uma idéia, a nível mundial isso fica por volta de 12%. É uma diferença muito grande a nosso favor, e nós estamos aí tentando que ela possa ainda crescer um pouco mais, tentando aí ultrapassar essa meta com incentivos, principalmen-

te aqui nessa área de biomassa, que é a produção aí dos biocombustíveis de segunda geração, que já devem estar proximamente, ou nos próximos cinco anos devem estar entrando no mercado, cinco a dez anos, você tem uma entrada no mercado em substituição ao biodiesel, solucionando uma série de problemas que o biodiesel hoje traz principalmente na questão da produção de combustíveis concorrendo com a produção de alimentos.

Essa é produção mundial de óleo e gordura, nós temos observado um aumento aqui principalmente na palma, um aumento significado, você vê, aqui você tem a palma, você tem a entrada do girassol, que quase não tem, ele existe aqui, mas é muito pequeno.

Então, nós temos um aumento gradual exatamente da soja, na área de oleaginosas que vão servir para produção de biodiesel, na área de gordura também. O pinhão manso ele ainda não consegue aparecer na estatística, ele é muito pequeno, a nível mundial ele é insignificante, não que não tenha importância, é que ele não aparece ainda a nível mundial como uma estatística.

Bom, essa cadeia produtiva, está aqui muito só para representar essa questão aqui. Quando nós mostramos aqui a produção de oleaginosas maior do que o restante, não é à toa, isso aqui representa por volta de 80% do custo da produção final de biodiesel. Isso é de extrema importância e que deve ser tomado com uma série de cuidados essa produção de oleaginosas.

Só para mostrar o leque de oleaginosas que nós podemos ter disponíveis no Brasil. E aqui está o pinhão manso, como o senhor disse, dentre outras, várias, desde o buriti, a mamona, a pequi, até o babaçu e outras fontes, que seriam óleos de fritura, resíduos de indústrias de refino de óleo, sebo ou gordura animal.

Capacidade instalada, produção e demanda de óleo. Isso aqui é só para a gente ver que até esse ano 2006, até 2005, 2006, a produção e o consumo estão muito próximos. E essa tendência de estar aqui muito próximo significa dar um problema para... Quer dizer, gera uma perspectiva de problema muito grande, que é exatamente a competição entre a produção de óleo e a alimentação, consumo de alimentação. Hoje já existe um crescente muito grande, e a gente vai, provavelmente agora esse ano a gente vai ver essa diferença aumentar bem aqui, porque já existe uma produção bem própria para o biodiesel, então ela já tem uma diferença, você consegue visualizar uma diferença entre o consumo, que aqui consumo entenda-se como consumo alimentício, não outro.

A capacidade de produção, você via que até 2002, basicamente 95% de toda a produção estava aqui na Europa. Você vê que agora em 2007, a gente, 2006,

2007 essa capacidade do resto do mundo cresceu, não significa que a Alemanha tenha diminuído, ou a Europa tenha diminuído, pelo contrário, ela aumentou aqui, significa que o mundo agora tem produzido muito mais, baixando essa liderança européia para 50%.

Outro que está aí com outro (risos) problema... Mas, basicamente, quando a gente... Deu problema. Mostrando aqui os biocombustíveis de primeira geração, a fonte, você vê aqui a fonte de oleaginosas em cima, a cana, e você já vê aqui nos biocombustíveis de segunda geração, você vê resíduos que não fazem parte da cadeia alimentícia, e já podemos apresentar aí, como foi apresentado aqui pela Ivonice, e pelo pessoal aqui, a produção de hidrogênio aqui, que é, a gente tem costumado a dizer, é uma coisa meio difícil de falar, a meta mundial de substituição de combustíveis por biocombustível, é de por volta de 20%. Não existe no mundo uma idéia de que hoje você conseguiria discutir plenamente os combustíveis fósseis por biocombustíveis, até porque, para vocês terem uma idéia, para fazer isso, precisaríamos de uma área de aproximadamente quatro vezes o tamanho da terra plantado basicamente com cana e oleaginosa, mas o que existe é que o biocombustível está aí, mostrando que pode, até os 20% ele tem condições de substituir tranquilamente a matriz energética, juntamente com essas inovações que estão sendo apresentadas, sem apresentar grandes problemas, você veja que dentro do próprio Brasil você pode ter uma expansão muito grande, você tem essa área aqui, que é a atual, ou você tem uma área de expansão no cerrado, e uma área de expansão de cultura permanente, que pode entrar na Amazônia não como uma invasora, e, sim, como uma solucionadora de problemas nas áreas, principalmente nas áreas devastadas da Amazônia e em algumas regiões de cerrado.

Potencial para produção de biodiesel. Você tem uma expansão. Só no cerrado, você poderia aumentar para trezentos bilhões de litros de biodiesel, é claro que aqui essa conta incluiria algumas áreas na área de alimentação. Mas se você esquecesse o resto do País e se detivesse só no cerrado você já teria uma produção quase que suficiente para abastecer o mundo todo.

Aqui são algumas oleaginosas, e só por questão mesmo de referência, é a produtividade que elas dão em termos de óleo por hectare.

O desafio inicial do B2 já foi transplantado, quer dizer, essa capacidade de oitocentos e sessenta milhões já foi atendida pelos leilões, não plenamente, mas já está praticamente com oitocentos milhões atendido, e os sessenta milhões são pequenos, e uma previsão de, a partir do ano que vem, ter mais de um bilhão de produção. Só para mostrar a economia, com o B2 nós

podemos economizar cento e sessenta milhões de dólares por ano, e com o B5 essa economia passa para quatrocentos milhões de dólares.

Os fatores críticos. Disponibilidade de óleo sementes, produtividade agrícola, redução da carga tributária, qualidade dos insumos, e aí nós entramos nessa parte, garantia da qualidade do produto, rendimento do processo de produção, garantia de desempenho dos motores, controle de qualidade da bomba de abastecimento, novos usos para a glicerina, sensibilidade e motivação da sociedade.

Diagnóstico. A sustentação legal e firme propósito do Governo na sua implementação, é o que nós temos visto; boa resposta do produtor de biodiesel de soja, em plantas (soa a campainha) em operação ou em projeto. Perspectiva de oferta crescente de biodiesel.

Só as preocupações finais, a qualidade de insumos, que é uma preocupação que tem no mundo, não podemos abrir mão da qualidade, porque você traria um descrédito a todo o programa, todo o biodiesel produzido apresenta algum tipo de incentivo econômico, isso a nível mundial. Plantas de esmagamento são estratégicas e a glicerina produzida como produto ajuda a viabilizar o negócio.

A questão da produção mundial de onde estão concentradas as produções mundiais de algodão, girassol, mamona... E aqui a gente tem apresentado só também uma integração da agricultura com a energia, quer dizer, você tem um aproveitamento do sistema agrosilvopastoril, introduzindo oleaginosas em áreas dantes não utilizadas para esse tipo de atividade. Soja. E gado. Era isso que eu tinha a colocar. Querida agradecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Registramos nossos agradecimentos ao Dr. Manoel Policarpo, bem como aos demais expositores, que trouxeram aos membros desta Comissão informações consistentes a respeito das energias renováveis, dando um panorama do quadro brasileiro em comparação com o que existe fora do País. Nós passaremos agora à interação com os eminentes Srs. Senadores. Nós estamos com a lista, vou inscrever V.Ex^a, tem preferência o autor do Requerimento, Senador Inácio Arruda, em seguida, inscrita a Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, V.Ex^a.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pela ordem, V.Ex^a.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Eu solicito, Sr. Presidente, a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUIN-TANILHA (PMDB-TO) – Perfeitamente, V.Exª será atendido. Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos convidados, primeiro registrar aqui a nossa instabilidade nas nossas Audiências Públicas, em face de termos que participar, ao mesmo tempo, de várias atividades. Então, nós estamos aqui nesta audiência e tivemos que acompanhar também a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que estava acontecendo simultaneamente à nossa audiência. Como disse o Senador Mão Santa, aqui a gente tem que operar quase que milagreiramente. Não sempre usando a “Mão Santa” dele, mas tendo que correr a alguns quilômetros por hora nos corredores do Senado. E também a Comissão de Agricultura e a Comissão de Educação, que estão reunidas ainda as duas. Mas eu acho que cumprimos a bom termo as nossas tarefas do dia de hoje. E dizer, Sr. Presidente, que propus esta reunião porque nós estamos num acelerado debate dentro do Congresso Nacional acerca do problema do aquecimento global. Eu venho de uma região que debate a questão do aquecimento global há muitos e muitos anos. E que não trata como uma questão meramente de coqueluche, do momento, das circunstâncias, mas como uma questão presente nas nossas vidas a todo o instante, desde que nós nascemos ali no semi-árido nordestino que nós discutimos e aprendemos a conviver com o problema do aquecimento global, intenso na nossa região, estamos ali bem próximos do Equador e numa região semi-árida, e buscando por todos os meios encontrar as maneiras de aproveitamento de fontes de energia. E de sorte que a discussão e o debate sobre o aquecimento global nos permitiu abrir caminhos para essas alternativas. Então, nós temos uma oportunidade para que o nosso País, e a nossa região possa debater com mais intensidade essas fontes alternativas. O Senado da República tem vários especialistas, Ex-Governadores, Ministros de Estado, pessoas que conviveram intensamente com esses problemas de forma muito objetiva e concreta e que têm que responder a essas questões, eu acho que era uma oportunidade de nós convidarmos e acelerarmos também esse debate na nossa Comissão de Meio Ambiente, de Infra-estrutura e na Comissão de Aquecimento Global, porque nós criamos uma Comissão Mista do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado da República para debater essa questão.

Então uma das questões que eu gostaria de levantar com os senhores convidados. A primeira questão, o financiamento para essas fontes alternativas, tanto por parte do Governo diretamente como os me-

canismos da Agência Nacional de Energia e também da Agência Nacional de Petróleo, o problema de incentivos, como a gente maximizar. Eu ouvi a questão do lixo e fiquei numa expectativa muito positiva. Nós tínhamos 50% e podemos chegar a 100. Então você já tem uma puxada boa para que todos aqueles que podem produzir energia a partir desse insumo vão ter um incentivo adicional, mas, numa escala mais largada, numa fonte de energia mais promissora como solar, como eólica, é possível dar mais incentivos, é possível agregar mais incentivos, se eu tiver possibilidade de ter um bairro inteiro com placas de silício já aqui testado, e já está numa fase, e eu vi o Adriano mostrando as nossas placas, então se as placas de silício estiverem a postos eu posso emplacar um bairro inteiro e a ANEEL me banca esse negócio e eu vendo ali na frente para uma... O Governo, ou o Estado compra essa energia e coloca no sistema. Então, eu acho que esses mecanismos para a população toda tomar conhecimento e dizer “não, eu posso fazer”. Um plano piloto. A Alemanha tem isso em vários bairros, em várias cidades, em vários Municípios. Quer dizer, nós podemos tomar essa iniciativa, nós podemos fazer isso mais com a energia eólica, no caso da nossa região, ali no Nordeste brasileiro, no Sul do País, nós podemos incrementar mais, incentivar mais esse setor da energia eólica, quer dizer, nós não tivemos, uma parte do Nordeste não tem água, então não vai ter hidroelétrica. Nós tivemos a sorte de ter ventos. Então ali aquela brisa marinha, nós temos os ventos. Quer dizer, sempre dizem para mim o seguinte: “Não, mas, Senador, é muito caro, essa energia eólica não dá, não, é cara demais”. Eu pergunto ao Diretor aqui da Agência de Energia, e pergunto também à Dra. Ivonice Campos: comparativamente, hoje, construir uma usina hidroelétrica e construir uma usina eólica, com a mesma quantidade de megawatts de produção, o custo de energia gerado é tão diferente assim esse custo? Eu não quero comparar à energia de Paulo Afonso, porque Paulo Afonso já foi amortizada. Eu quero comparar: vamos construir, aqui e agora, uma hidroelétrica e vamos construir uma usina eólica. Se eu tivesse condições de ter as placas de silício já do Dr. Adriano aqui na mão eu também gostaria de construir uma usina com a mesma quantidade de megawatts, e dizer: “Bom, nessas condições, o preço, a diferença de preço é essa (soa a campainha) e eu posso então bancar, o Estado pode entrar assim, assim e assim”. Isso para a gente sentir o que é essa diferença tão grande que impede que a gente possa tocar um empreendimento com jazidas tão boas, que a gente já tem provadas na região Nordeste e na região Sul do País, e tenho a impressão que outras regiões podem ser exploradas também do

ponto de vista da energia eólica, que é um potencial que está mais à mão. Porque eu vejo mesmo aqui na área da questão da biomassa, que talvez a gente não tenha que ter tanta terra, porque se a gente precisar de quatro Planetas Terra para poder suprir de energia, então é melhor a gente usar os ventos, que não precisa explorar tanto. Então se a gente tem o potencial dos ventos, então vamos utilizá-lo. Então, sinceramente, eu acho que a gente teria condições de explorar mais esse tipo de fontes de energia. Então eu estou assim entusiasmado com o potencial que tem o País. Agora, nós precisamos desse... Vamos pegar o custo disso e ver se a gente pode fazer com a eólica, solar, o que a gente pode fazer, ou que já está fazendo com a questão do lixo. Eu acho que é uma oportunidade rara e rica que a gente está tendo no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós adotariamos, para racionalizar e ter um melhor aproveitamento da audiência, nós ouviríamos três Senadores e aí teríamos as respostas. Ouviremos, em seguida então, a Senadora Ideli Salvatti, para os seus questionamentos. Tem V.Exª a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agradeço, Sr. Presidente, inclusive eu ia fazer uma questão de ordem, exatamente para fazer o bloco, e V.Exª já tomou a iniciativa. Eu queria inicialmente comentar que este assunto nós abordamos num seminário, inclusive com a participação do Dr. Jerson Kelman, também com o Ministro Silas Rondeau e o Diretor de Gás da Petrobrás, Dr. Ildo Sauer, que subsidiou de forma extremamente positiva a Bancada tanto do PMDB quanto do bloco de apoio ao Governo aqui nesta... Eu vou pedir, por favor, Presidente, eu vou pedir de público, eu preciso de água, porque eu estou com a minha garganta bastante...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – É do cerrado e pelo Nordeste.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Muito grata, muito grata. Essa parceria com o cerrado e o Nordeste é maravilhosa. Eu agradeço aí a água providencial aqui, porque a minha garganta está muito prejudicada. Mas nós tivemos a oportunidade de fazer um aprofundamento desta questão da energia, questões estratégicas vinculadas à energia no nosso País e nos animou muito quando o Ministro Silas Rondeau colocou a manutenção da diversidade, ou seja, no Plano Nacional de Energia 2030 está mantida e haverá um empenho para que esta diversidade seja mantida na nossa matriz energética. E uma das questões que foi já levantada naquela reunião, e agora o Dr. Kelman reforça, e eu queria até fazer uma provocaçãozinha maior, porque já ficou bastante identificado de que

é impossível, nos leilões de energia, se manter nos leilões o conjunto da diversidade que a nossa matriz energética possui e, portanto, se você mantém a concorrência entre as diversas fontes de energia pela diferença até de custo você perde a competitividade e aí determinadas fontes de energia acabam sendo prejudicadas. Então me parece que nós já vamos ter de fontes renováveis. Mas ainda é pouco. Porque, se você colocar PCH com eólica continua tendo dificuldade de competitividade.

Então a minha primeira pergunta é nesse sentido. Nós temos como afunilar para termos leilões de energia bastante específicos para poder termos uma diferença entre PCH, eólica, solar? Porque a diversidade da matriz ela tem vários objetivos. Primeiro, é a gente não ficar tão refém de uma única fonte, podermos manter esta diversidade e depois incentivar a questão tecnológica, a questão inclusive científica, que eu acho que é muito importante.

E aí eu já queria colocar, primeiro saudar a Dra. Ivanice, por ser a única mulher aí na Mesa, mas também por ser catarinense, então saudando aí a presença do nosso Estado também nessa discussão toda da energia, eu achei ótimo o mapa, viu, Arruda? Porque é bastante lá no Nordeste e bastante lá no Sul, inclusive metade de Santa Catarina venta muito e nós queremos aproveitar muito esta possibilidade, mas eu queria (soa a campainha), por conta...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E venta na região da Ivonice.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E venta lá na região da Ivonice. E eu queria dizer assim, essa questão do viés tecnológico, científico, no caso da energia eólica é muito importante, porque nós já temos conhecimento de setores empresariais que produzem e que estão saindo do Brasil. Estão deixando. Então essa história da gente poder trabalhar com um leilão específico talvez seja uma das formas principais da gente poder incentivar esse setor, porque, como eu percebi ali, tem País onde não venta tanto, mas está na matriz eólica pela questão da produção do equipamento. E o Brasil poderia conjugar isso na questão eólica, não só aproveitar a fonte dentro da matriz, mas, principalmente, fomentar e dar sustentabilidade a este setor.

E por último ainda, eu queria poder dizer que é muito gratificante quando a gente percebe a questão do selo verde, de você poder ter na bioenergia a agricultura familiar valorizada para a produção. Porque uma das grandes preocupações é esta questão da fronteira agrícola, da utilização do território brasileiro em grandes produções, a questão do álcool, do etanol e tal e o que mais que nós poderíamos fazer, além do selo verde, para vincular a produção da bioenergia à

agricultura familiar. Porque eu acho que quando o Presidente Lula pensou o biodiesel ele pensou o biodiesel não para substituir alimento, ele não pensou biodiesel para a utilização da terra em grandes canaviais, mas exatamente para fortalecimento da agricultura familiar. A Petrobrás...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para concluir, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Já vou concluir. A PETROBRÁS nos animou muito, porque está desenvolvendo uma produção de biodiesel no Rio Grande do Sul e agora vai começar em Santa Catarina, vinculada à agricultura familiar, inclusive, aproveitando aquela produção que os agricultores fazem, normalmente todo agricultor tem uma plantação de cana, para fazer o melado, para fazer a sua própria produção, da cachaça etc e tal, e eles estão desenvolvendo um projeto muito interessante de vários produtores associados numa destilaria, que pode produzir um pré-álcool, que depois pode ser utilizado para a produção de energia. Então, eu queria saber se nós temos ainda algumas coisas a incentivar da vinculação da bioenergia com a agricultura familiar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senadora Ideli. Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, nós estamos aqui hoje numa coincidência extremamente oportuna. Enquanto nós estamos aqui debatendo essas fontes alternativas, o Presidente da República está lá em Caracas, ouvindo os conselhos do concorrente nosso em matéria de combustível, que é a Venezuela. E lá na Venezuela, com certeza, o Presidente Hugo Chavez está dizendo: “olha, vocês vão produzir o biocombustível e vai faltar terra depois para produzir alimentos”. E curiosamente este que é o combustível do futuro, quer dizer, o etanol, o biodiesel, todos esses combustíveis, curiosamente, nós que estamos com o novo, nós que estamos com o combustível do futuro estamos na defensiva, explicando “não, não é bem assim e tal e tal, e sofrendo as pressões daqueles que detêm o combustível velho, aquele que vai se acabar, e aquele que hoje todos os cuidados nos recomendam que nós deveríamos nos acautelar, porque os combustíveis fósseis estão em localidades de muito risco para qualquer economia que analisa esse tipo de cuidado. E toda a economia tem que analisar o risco. A pergunta que eu gostaria de fazer é a seguinte. Como é – aqui está o representante da Petrobrás – como é que a Petrobrás está enxergando essa falácia de que nós estaríamos confiscando áreas que poderiam nos fazer falta amanhã na cultura de produtos alimentícios? E eu não poderia deixar tam-

bém de aproveitar essa oportunidade para me dirigir ao Dr. Jerson Kelman, pela forma responsável que atendeu, poucas semanas atrás, a Bancada de Mato Grosso do Sul, quando enfrentou a gulodice de uma empresa distribuidora de energia elétrica, que queria um reajuste completamente fora da realidade e que, ouvindo a nossa Bancada prestou atenção nos pleitos e reduziu significativamente a avidez, a pretensão da Companhia de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul. Então, eu quero agradecer aqui de público a forma com que nos atendeu e gostaria de formular essa pergunta especialmente ao representante da Petrobrás. Outra indagação que eu gostaria de fazer é a seguinte. Se na cabeça da Petrobrás não passa também a hipótese de que seria mais oportuno para que esse advento do biodiesel, se não seria mais oportuno que tivesse uma agência de fomento, uma agência que cuidasse especificamente da política de biodiesel, já que entre o petróleo e o biodiesel existe uma certa concorrência, que é natural, pela origem de cada um dos combustíveis. Hoje nós temos uma Petrobrás que tem uma cultura fundada (soa a campanha) no petróleo. E o que nós estamos vendo agora é uma nova cultura, uma cultura de combustível renovável. Então, como é que enxergaria essa questão do biodiesel sendo tratada por uma agência a ser criada pela para cuidar exatamente da política do biodiesel?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Valter. Iniciaremos as respostas. Com a palavra o Sr. Jerson Kelman.

SR. JERSON KELMAN – Muito obrigado, Senador Quintanilha, eu começo então respondendo à alegação muito objetiva do Senador Inácio Arruda, pergunta o Senador qual é a comparação de preço de uma nova usina, de um quilowatt/hora produzido por uma usina eólica nova não comparando com as usinas antigas, já depreciadas, já amortizadas, as hidroelétricas, mas, sim, com uma nova usina, seja térmica, seja hidroelétrica. Então os números são dessa natureza. No PROINFA, que é um programa, como sabem, incentivado para fontes alternativas, quer dizer, é um programa que subsidia fontes alternativas, o megawatt/hora de eólica é pago a duzentos e trinta de dois reais e, nos leilões de usinas novas, não alternativas, usinas...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O megawatt?

SR. JERSON KELMAN – O megawatt/hora. Porque realmente no Brasil o que interessa é o megawatt/hora, unidade de energia, e não unidade de potência. As usinas eólicas, como as hidráulicas, têm uma potência muito maior do que em média conseguem pro-

duzir. Porque, no caso da eólica, nem sempre venta e, quando venta não se consegue armazenar o vento; no caso dos rios, nem sempre tem água nos rios, mas, quando tem, nós conseguimos armazenar nos reservatórios. É uma pequena vantagem da hidroelétrica em relação às eólicas, no sentido de se pode se armazenar água e não se pode armazenar vento. Mas, de todo modo, eu fiz essa diversão para dizer que o que interessa efetivamente é o custo por unidade de energia, e não de potência. É essa, a unidade, que faz sentido para o nosso balanço. Então, repetindo, o custo de uma usina eólica pago, dentro do programa subsidiado do Governo, é de duzentos e trinta e dois reais por megawatt/hora, e, nos leilões que nós estamos realizando de fontes não incentivadas, quer dizer, ou térmicas ou hidráulicas de grande porte, está saindo em torno de cento e vinte. Então, grosso modo, objetivamente, Senador, o custo da eólica, de uma nova eólica, comparado com uma nova qualquer outra coisa não incentivada é praticamente o dobro, o dobro. É isso.

Bem, isso entra então, o Senador, um assim fazendo uma brincadeira, diz “a ANEEL podia bancar este negócio da eólica”, me permita fazer um comentário. Na realidade, como sabemos, a ANEEL não banca nada, quem banca são os consumidores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)(inaudível)

SR. JERSON KELMAN – Bom, a nuclear, segundo cálculos oficiais, está saindo, a nuclear Angra III, ignorando o que já foi investido, que é o que chamasse custo afundado em economia, porque o que já foi investido não tem como recuperar, os americanos chamam de (inaudível). Então, ignorando esses recursos afundados, está da ordem de cento e quarenta reais o megawatt/hora. Então é bem mais competitivo. A nuclear está agora, não porque ficou mais barata, mas porque as outras fontes mais caras, a nuclear ficou competitiva porque as outras encostaram nela, mas estão longe ainda da eólica em termos de competição.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Dr. Kelman, se o Presidente me permite, o senhor está com os números bem na cabeça. A hidroelétrica o custo é?

SR. JERSON KELMAN – Está saindo 120 reais por megawatt/hora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A eólica?

SR. JERSON KELMAN – 232.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A nuclear

SR. JERSON KELMAN – 140 reais por megawatt/hora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A solar.

SR. JERSON KELMAN – Solar eu não tenho, Senadora, mas eu imagino, talvez o Dr. Adriano tenha, mas é mais cara ainda do que a eólica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Termoelétrica a carvão.

SR. JERSON KELMAN – Termoelétrica a carvão é competitiva. Assim como gás natural, compete com a hidroelétrica. É da ordem de 120.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Termoelétrica a carvão e termoelétrica a gás competem com a hidroelétrica.

SR. JERSON KELMAN – Isso. Elas estão... Podem competir. Aí depende de caso a caso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então desculpe, só porque são números para...

SR. JERSON KELMAN – Nesse programa PROINFA que está incentivado, dos mil e quatrocentos e vinte e três megawatts que foram contratados, quer dizer, os empreendedores tiveram contratos que lhes garantem pagamento a esse preço, duzentos e trinta e dois reais o megawatt/hora, dos mil e quatrocentos e vinte e três megawatts contratados, só duzentos e trinta e dois foram construídos, por diferentes razões, a principal delas é que o programa de incentivo, o PROINFA, exige que o equipamento tenha um índice de nacionalização bem grande, enfim, que seja fabricado no Brasil (soa a campainha) e havia... Eu não sei se posso...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pode concluir, mas isso é para buscar a objetividade das respostas.

SR. JERSON KELMAN – Mas é que houve diversos Senadores...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Estamos dando o desconto aqui da intervenção da Senadora Ideli Salvatti.

SR. JERSON KELMAN – Então, sendo mais objetivo, as razões são essencialmente nacionalização.

Só para fazer um comentário final, Senador, não posso escapar de mencionar o seguinte, no seu Estado, no Ceará, na minha visão, o principal obstáculo à disseminação de eólica é a política tributária do Estado, porque o Ceará junto com o Amazonas são os dois únicos Estados que cobram ICMS da geração de energia elétrica, e depois, naturalmente isso passa do preço que a distribuidora paga quando compra essa energia, e depois quando a distribuidora tem que se creditar desse pagamento do ICMS quando vende energia aos consumidores finais, aí é uma política de isenção. Na realidade, é a política de isenção aos consumidores que quem paga é a distribuidora,

o que dá um forte incentivo para que ninguém queira fazer contratos com usinas do próprio Estado que, como sabem, se fosse uma geração fora do Estado não pagaria ICMS.

Então, me perdoe eu tocar num assunto que não foi o objeto da pergunta, mas há uma questão tributária, que é da alçada dessa Casa, é Lei Complementar que trata de ICMS, e que se destinasse, se limitasse o ICMS apenas ao consumidor final, grande parte da dificuldade de contratação dessas eólicas estaria sanado.

Agora me permite passar para a pergunta da Senadora Ideli Salvatti, que diz respeito a criar cercados, quer dizer, fazer um leilão não das fontes alternativas como um todo, mas sim eólica... Senadora, eu penso que nós no Brasil devemos ter a preocupação em manter, nós temos que ter preocupação em duas coisas: uma é, interessa ter fontes alternativas, fontes, vamos dizer, que estão na fronteira do conhecimento? Sem dúvida nenhuma. Até a solar, que é muito cara. Nós devemos fazer isso. A dúvida está em qual é a dimensão disso. Porque, como eu disse, sai o dobro do preço. Como o Senador Valter Pereira fez menção a uma conversa que tivemos recentemente, lá na ANEEL, com toda a Bancada do Mato Grosso do Sul, participou o SENADOR DELCIDIO AMARAL, o que é que era aquilo? Aquilo era uma preocupação, legítima, dos Parlamentares com uma subida crescente do preço da tarifa de energia elétrica no Brasil. A principal razão para subida de tarifa energética do Brasil é o custo de produção dessa energia, cada vez maior. Cada vez maior, porque temos menos hidroelétricas, porque os custos ambientais crescem, porque não temos gás e porque também incentivamos, damos incentivos a essas fontes alternativas, que são mais caras. Então, felizmente, não é um problema da ANEEL, é um problema de política energética, que cabe ao Congresso Nacional e ao Executivo decidir. Mas o que eu pondero (soa a campainha) é que essa Casa poderia se debruçar sobre qual é o tamanho que devem ter esses incentivos, que se forem muito grandes, a tarifa explode.

Finalmente, para terminar, uma questão que o Senador Valter Pereira levanta com relação a se vai faltar alimentos, a pergunta foi dirigida à ANP, mas me permita responder, se vai faltar alimentos por conta da produção de etanol etc, nós hoje temos seis milhões de hectares plantando cana, dos quais metade para a produção de etanol. Portanto, três milhões de hectares para cana. E nós poderíamos produzir etanol suficiente para substituir 5% do consumo mundial de gasolina, todo o mundo, multiplicando essa área por sete, isto é, chegando a vinte milhões de hectares. Vinte milhões de hectares é menos de 10% da área utilizada com

pecuária, pastos, nós temos duzentos e vinte milhões de hectares em pastos. Então, é claro que o Brasil pode fazer isso, como diz no popular, “com o pé nas costas”, sem prejudicar um quilo de produção de alimentos. E finalmente, o caso do Rio Grande do Sul, nós apenas lá fizemos o que cabe à agência reguladora, que tem uma posição neutra entre os interesses dos agentes, o interesse do Governo e os interesses dos consumidores. É a nossa obrigação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Dr. Kelman. Dra. Ivonice

SRA. IVONICE CAMPOS – A título de contribuição, complementando um pouquinho a apresentação e as respostas do Dr. Kelman e na direção do Senador Inácio Arruda e da Senadora Ideli Salvatti, é de que a atratividade da geração eólica nós temos que considerar o seguinte: o Brasil ainda não tem uma indústria eólica consolidada. A expectativa é de que no máximo em dois anos, se nós tivermos políticas firmes, política industrial, enfim, que oriente isso, nós possamos ter ao nível dos Estados as indústrias de componentes e de aerogeradores, e a competitividade realmente se amplia fatalmente, porque essas indústrias se implantam num prazo de oito a onze meses. É uma revolução. Além do que a atratividade desse leilão é de cento e quarenta reais por megawatt/hora, e as centrais eólicas já estão a um nível de duzentos a duzentos e trinta reais por megawatt/hora. De duzentos, porque nós temos sítios onde nós temos melhor qualidade de vento, melhor fator de capacidade, enfim. Além do que nós deveríamos comparar as alternativas do ponto de vista do desenvolvimento da indústria nacional e também do custo global da energia lá no consumidor final, considerando os aspectos das complementaridades todas, das diminuições dos riscos de perda, todas as condicionantes do ponto de vista dos ganhos de sazonalidade positiva entre eólica e hídrica e, do ponto de vista de Brasil, nós precisamos neste momento fazer essa análise, só que precisamos, sim, estimular, com políticas muito definidas, a questão de acelerar a industrialização do setor eólico no Brasil, para que realmente nós possamos ter, num curto prazo de tempo, níveis da ordem dos cento e quarenta reais de megawatt/hora, que não estão tão distantes assim, em função da velocidade com que se consegue instalar as centrais eólicas e a indústria eólica no País.

A outra questão interessante é que não valeria a pena a gente comparar as outras fontes de energia como carvão e gás, porque elas estão debaixo da conta de consumo de combustíveis. São questões muito diferentes. Os combustíveis são pagos por essa conta. Então tem condições muito peculiares, tem regiões com

potencial vantajoso e com qualidade de ventos capaz de ter uma produtividade energética considerável, onde esses custos vão descer muito rapidamente. Aí é que está o incentivo, o foco onde a legislação pode entrar fortemente para buscar atender. A questão dos leilões específicos me parece muito oportuna, Senadora Ideli Salvatti, porque na ANEEL tem quatro mil e seiscentos e noventa e dois megawatts eólicos já autorizados. O que é que significa isso? São parques eólicos que já têm investidores, que já têm empresas e que já têm licenças ambientais. Então nós estamos a mais de meio caminho andado para poder empreender, precisamos das condições, sim, para que eles possam ser investidores de fato. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Dra. Ivonice. Com a palavra o Dr. Manoel de Castro.

SR. MANOEL POLICARPO DE CASTRO NETO – Só respondendo aqui rapidamente ao Senador Valtir Pereira, é uma coisa comum acontecer, nós não somos a Petrobrás, nós somos a Agência Nacional do Petróleo, regulamos a Petrobrás, então, em momento nenhum, nós podemos em falar em nome da Petrobrás. Mas posso responder o seu questionamento. A preocupação com alimento eu acho que o Kelman já respondeu com boa propriedade, com muita propriedade. A diferença básica dessa preocupação é exatamente a questão de implementação do modelo americano, que é a produção de bioetanol por milho, porque, aí sim, pode ser um problema para a produção de alimentos no mundo, e o modelo brasileiro de implementação de bioetanol pela cana-de-açúcar, que é como o Kelman já disse, a gente tem condições de crescer muito ainda, de atender toda a demanda sem fazer uma interferência grande na área de alimentação.

Na hipótese das agências reguladoras sobre biocombustíveis, é bom lembrar que a Agência Nacional de Petróleo é também a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Então, que nós já começamos fazer a regulação de algumas partes de biocombustíveis, o biodiesel tem passado por parte na ANP. É lógico que ainda falta algumas implementações de legislações para aumentar o escopo de atuação da ANP, inclusive, diga-se de passagem, na questão do etanol, que nós ainda não somos exatamente a única agência a regular. E nisso aí, a Senadora Ideli Salvatti nos pergunta, ela já deu uma saída, mas na questão da ampliação do selo combustível social. Uma das discussões que existe hoje nesse meio é a ampliação da produção não só de mamona e de palma, para outras oleaginosas, é evidente definida aí pelo Ministério da Agricultura o tamanho da área chamada propriedade familiar, a agricultura familiar, nós poderíamos incluir

nisso aí o girassol e outras oleaginosas que já são próprias da agricultura familiar hoje em dia. Eu acho que é isso. Eu não sei se lhe respondi, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito obrigado, Dr. Manoel. Voltamos à lista de inscrição. SENADOR DELCÍDIO AMARAL, tem V.Exª a palavra. Naturalmente apelando para a capacidade de síntese de V.Exª.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Muito (risos) obrigado. Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V.Exª, cumprimentar a iniciativa também, o Senador Marconi Perillo me pediu para que eu falasse pela Comissão de Infra-Estrutura, até porque hoje, infelizmente, existem mil Comissões funcionando hoje pela manhã, portanto, é absolutamente impossível que a gente tenha alguma eficiência, principalmente trabalhando nessas Comissões. Mas eu vou falar muito rapidamente, primeiro registrar a iniciativa. É muito importante. E eu acho que nós precisamos ter outras oportunidades para fazer essa discussão. Até para ter uma discussão mais ampla de energias alternativas. Esse conceito de energia alternativa é um conceito amplo. Eu já ouvi aqui falar em energia alternativa, o gás, o carvão, o que não deixa de ser verdade, a nuclear, energia a base de metano, do lixo das cidades, que é uma energia muito explorada em outros Países no mundo também, mas acho que é importante a iniciativa. Eu infelizmente não pude, em função dessa confusão das Comissões aqui pela manhã de hoje, não pude acompanhar a apresentação do Dr. Adriano, então fica um pouco prejudicado o meu questionamento, mas queria primeiro registrar ao Dr. Kelman o trabalho feito pela ANEEL, principalmente incentivando, e eu não posso deixar de destacar, não só energia eólica e outros tipos de energias alternativas, mas principalmente PCH. O Brasil se preparou para isso, os fabricantes se prepararam para isso, nós temos uma belíssima tecnologia, são projetos que em quinze meses, eu ouvi a Dra. Ivonice falar aqui da eólica em onze meses e uma PCH em 15, 16 meses nós podemos colocar em operação, cria a geração distribuída, portanto, o sistema como um todo ganha com isso, além de viabilizar outros atrativos, turísticos, de lazer, que é uma coisa extraordinária. E eu acho que a forma como foi estruturado esse projeto eu acho que é um dos pontos positivos da área de energia no Brasil, principalmente a implementação das PCHs.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Estimula inclusive o aproveitamento de potenciais menores.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Menores, usinas de dez megawatts, quinze megawatts, que, dependendo da região do País, têm um papel absolutamente extraordinário para garantir o desenvol-

vimento, para garantir uma energia compatível com o crescimento dessas regiões, desses Municípios. Então eu não posso deixar de destacar aqui as PCHs, e eu que sou um entusiasta desse programa de Pequenas Centrais Hidroelétricas. E acho que esse programa é exitoso e caminha, e caminha com velocidade, eu não tenho dúvida, o Brasil vai usufruir disso, a população.

Com relação à exposição da Dra. Ivonice, nossa querida Engenheira Ivonice Campos, como disse a Senadora Ideli, de Santa Catarina, tive a honra de trabalhar na ELETROSUL com ela, uma *expert* nessa área de energia, não poderia também deixar de destacar as ponderações que foram feitas nesse material que foi distribuído pela Dra. Ivonice. O primeiro ponto, Presidente, não dá, nós precisamos estruturar projetos eólicos através de sociedades de propósito específico. Elas precisam ser viabilizadas através de operações de *project finance*, e não dentro dessa lógica que está vigindo hoje, porque os custos crescem demais. Aí nós vamos começar a discutir aqui se é o 140 do Dr. Kelman, se é o 230 da Dra. Ivonice, que está lá no PROINFA, esse valor é corrigido, e isso inibe efetivamente investimentos na área de energia eólica, que vão ser muito importantes para o Brasil. Eu ouvi aí a Dra. Ivonice falar, há inclusive uma sazonalidade diferenciada entre a sazonalidade hidráulica e a sazonalidade de ventos, região por região. Então elas podem inclusive atuar complementarmente. Mas eu acho que ainda é tímida a presença da energia eólica no Brasil e, é importante destacar, a Alemanha, a Espanha, vários Países hoje têm parques eólicos extraordinários. Eu tinha até... O número que eu tinha da Alemanha, Dra. Ivonice era de doze mil megawatts, já vi que foi para vinte, e eu acho que a Espanha vai a onze agora. Então, é uma possibilidade que se avizinha, que se apresenta. Agora, não vou fazer nenhum comentário nem citar nome, tem uma afirmação aqui, Dra. Ivonice, que preocupa muito, o monopólio de chapa de aço. Mas isso é uma conversa para um outro dia, para uma outra Sessão nossa. Isso é lamentável.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Se quiser, eu posso fazer as citações aqui. E V. Ex^a. vai só reafirmando.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Então (risos) esse é um assunto preocupante e encarece o custo. Porque inclusive existem barreiras comerciais para trazer chapa grossa para o Brasil.

Então acho que é um problema que nós precisamos nos debruçar sobre isso. E principalmente, tem muita gente que fala em competitividade, mas adora criar monopólio privado. Aí é bonito falar de eficiência, de produtividade, de qualidade total. É fácil. Principalmente com essas vantagens e com o mercado já todo

ele carimbado. Mas eu não vou fazer essa discussão. Mas acredito na energia eólica, acredito nos projetos que estão sendo planejados, mas os instrumentos que estão sendo disponibilizados estão muito aquém. Principalmente no que se refere a financiamento, e questões como essa que o Dr. Kelman acabou de dizer, de aplicar ICMS na geração. Aí o distribuidor não vai querer, porque isso encarece violentamente o custo para o consumidor final.

E para encerrar, acompanhei atentamente a exposição do Dr. Manoel de Castro Neto sobre biodiesel, faltou aqui nós falarmos de álcool também, mas quero fazer um destaque. Que é tecnologia. Eu não ouvi aqui uma abordagem (soa a campainha) tecnologia dessas questões, que, no meu ponto de vista, são fundamentais, porque a gente fala, Sr. Presidente, fala de mamona, fala de girassol, por exemplo, no meu Estado lá há uma onda de pinhão manso, fala de soja, fala de Hbío, mas, como é que está essa questão tecnologia do biodiesel, qual é a especificação que efetivamente nós precisamos perseguir para atender o mercado consumidor? Hoje em dia eu sinto e eu vejo no meu Estado lá uma preocupação muito grande, não se sabe bem qual é a especificação, se eu for utilizar um veículo cujo motor seja adaptado ou construído para operar com biodiesel, daqui a pouco eu vou ter problema num veículo automotor, aí quem me vendeu vai dizer que o problema é do biodiesel e quem produz o biodiesel vai falar do é do veículo automotor.

Então, eu acho que essa questão de caráter tecnológico é extremamente relevante e importante, de especificação da comercialização do biodiesel. E o Dr. Manoel de Castro mostrou claramente a ampliação do B2 para o B5, tudo aquilo que se avizinha nesse mercado. Então eu gostaria de ouvir também um pouco dessa questão tecnológica, que é uma preocupação fundamental e que nós precisamos incentivar. Agradeço V.Ex^a, Presidente, Senador Leomar Quintanilha, pela oportunidade, não passei muito do tempo, consegui me manter no prazo legal.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A contribuição de V.Ex^a é muito importante, Senador Delcídio, muito obrigado. Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr. Presidente, Leomar Quintanilha, eu já aprendi muito aqui e, aliás, eu acho que as minhas indagações não tem mais nem sentido. Mas me leva uma preocupação, Senador Leomar Quintanilha, porque tem um termo “economicidade”, e quem criou isso merece respeito, merece, para os técnicos brasileiros pensarem e refletirem. Eu sou Médico Cirurgião, mas às vezes penso, Juscelino era Médico Cirurgião e fez esse rolo todinho aqui,

como ele. Mas um grande industrial, chegaram a ele e perguntaram: “Você não tem medo de fazer pobre, não, tocar fogo aí na sua fábrica de automóvel e você ficar pobre?” E ele parou e disse: “Não, eu ia ver uma necessidade da comunidade e ia fabricar essa necessidade com os princípios maior quantidade, menor tempo e menor custo”. E aí se basearam todos os princípios. Economicidade. Eu tenho as minhas preocupações, mas ele já tirou minhas dúvidas, os senhores é que são responsáveis. Eu conheço o Brasil e conheci a Ilha Fernando de Noronha, é muito vento. E eu vi isso daí, a prática, a gente observa e pensa-se, logo, se eu penso, eu existo, não é, Antônio Carlos Valadares? (inaudível), não é? Não foi V.Exª que disse, não, mas foi (inaudível). Então eu fiquei lá meditando em Fernando de Noronha, é onde Miguel Arraes foi preso, não é? Ali. Vento como o quê. Tem essa eólica, insignificante, eu me indaguei, e que funciona é uma termoeletrica, ela está lá como os moinhos do Cervantes, Dom Quixote de La Mancha, mas eu indaguei, por que é que não está? É vento, é experiência. Talvez seja economicidade que o nosso Jerson Kelman foi bem claro, os números são... O resto é fantasia. E esse negócio de remédio eu posso ensinar a todos vocês, eu sou Médico. Esse negócio de fazer remédio, vegetais, óleo, desde o óleo de rícino, purgante (inaudível). Dr. Manoel nem tinha nascido, mas a gente já tomava óleo de rícino, todo medicamento com óleo é caro. Vá numa farmacinha, um vidrinho, vá lá, entre numa farmácia, tudo criado nesses óleos medicamentosos... Mas vamos do de comer, no supermercado, passe aí e veja o preço. Eu vi essa mamona, isso foi uma palhaçada, lá no Piauí, só mídia e demagogia, fracasso total, todo mundo arrasado, todo mundo falido, só mídia, não tem economicidade, tem óleo que dá, na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma. Já se sabe disso, que dá, dá. Mas sai cinco reais o óleo combustível. Então tu vai botar, para dizer que o Piauí vai ter mamona... Quem é que vai comprar esse óleo? É cinco. É a economicidade. Então é isso que nós queremos atentar. Outro lugar que tem vento que só o diabo, vento, Da. Ivonice, é esse tal de Aruba, os bicho são tudo virado, as Palmeiras, é vento. E se esse negócio fosse econômico, os holandeses não são burros, não, porque eles vieram aqui e ensinaram os pernambuco, não foi ali no Pernambuco? A criar cana, criar isso aí que está dando açúcar, cachaça, óleo, foi aquele... Como é o nome? Nassau. Então Aruba é deles, porque eles não são burros, não. E tem vento como o quê? Então nós temos que meditar se é da realidade, e eu sou muito “um quadro vale dez mil palavras”, os números do Jerson que a gente ficou meio vendo essa realidade, combustível (soa a campainha) é esse daí mesmo, é

o petróleo, o do nosso amigo Morales está em segundo lugar, quer queiramos ou não queiramos, aí vêm os nossos outros. Essa é a realidade e que nós temos que enfrentar, porque, quem disse, até que se mude o Henry Ford está valendo aqueles princípios dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Mão Santa, pela exposição de V.Exª, parece que os holandeses gostam mais do vento para secar roupa e para soltar pipa. Senador Antônio Carlos Valadares, V.Exª com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, ultimamente têm acontecido alguns fatos em escala mundial que têm ajudado o projeto Brasil da produção de biocombustível que, como nós sabemos é um projeto que vem ao encontro dos interesses daquelas Nações que defendem o meio ambiente e estão preocupadas com o aquecimento global. Recentemente, no mês de março, o Presidente Bush reuniu as três grandes produtoras de carros, de veículos nos Estados Unidos, a General Motors, a Ford e a Chrysler, isso aconteceu no mês de março, e fez uma recomendação a essas empresas que se debruçassem sobre os carros capazes de usarem o biocombustível, tal como acontece aqui no Brasil, uma tecnologia avançada que o Brasil desenvolveu e hoje é exemplo para todo o mundo.

Por outro lado, a Comissão de Bruxelas na Europa fixou que, até o ano de 2020, 10% do consumo de combustível deve ser oriundo da biomassa e, ainda, a Agência Internacional da Energia afirma que haverá uma multiplicação por cinco, ou até sete vezes da produção mundial de combustíveis verdes, que deverá ocorrer daqui até o ano de 2030. Quer dizer, isso, sem dúvida alguma, contribui para uma mudança de visão e também de um avanço na produção agrícola em todo o mundo, notadamente nos Países menos desenvolvidos, que podem se aproveitar dessa situação do ponto de vista econômico como o Brasil.

Eu leio hoje no Estado de São Paulo uma notícia, “Na corrida do álcool, acordo entre Brasil e Japão põe PETROBRÁS na frente”. Aqui o jornal fala de que enquanto Bush estava tentando convencer o Brasil, o Presidente Lula a entrar num acordo com os Estados Unidos, visando ao fornecimento de etanol para aquele País, muito embora os Estados Unidos tenham uma tarifa de, se não me engano, 0,3, 30 centavos sobre cada litro de álcool que entra nos Estados Unidos, essa tarifa alfandegária naturalmente que reduz substancialmente as possibilidades do fornecimento de álcool, pelo menos na quantidade que os americanos estão desejando, o Japão, pelo que eu estou vendo aqui, leva uma grande vantagem, porque, além de ter um pequeno território onde não há produção de álcool

praticamente, o que não ocorre nos Estados Unidos, onde essa tarifa, imposta pelo Congresso, através dos pedidos que são feitos pelos produtores rurais que praticam a produção do álcool através do milho, o japonês deseja obter, e incluiu a PETROBRÁS, é isso aí que eu gostaria de saber, infelizmente não tem aqui um representante direto da PETROBRÁS, mas, quem sabe, o Dr. Manoel Castro poderá quebrar o galho mais uma vez e nos dizer se há realmente essa tentativa de acordo entre o Japão e o Brasil envolvendo a PETROBRÁS, para fornecimento de etanol para o Japão, sem a necessidade de uma cobrança de tarifa. O que seria altamente benéfico, do ponto de vista econômico, para o Brasil.

E também eu gostaria de fazer uma pergunta, para finalizar, Sr. Presidente, relacionada com a produção do álcool através da mamona. Me parece que existe assim uma espécie de disputa intestina... Não, produção do biodiesel através da mamona, digo melhor, que existe (soa a campainha) uma disputa intestina entre etanol e a produção de biodiesel através da mamona. Há um estudo que prova também que o etanol celulósico, o que eu quero falar, da produção do bagaço de cana. Há um cientista Luiz Augusto Barbosa Cortez da Unicamp e também Rogério César de Cerqueira Leite, dois grandes cientistas que trabalham em projetos de pesquisa sobre etanol celulósico, “reclamaram das verbas destinadas à pesquisa, muito embora elas ressaltem a capacidade do Brasil em aumentar em 10% a produção para atender a 5% de toda a gasolina consumida no mundo”.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para concluir, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Para concluir, assim eu pergunto, eu não sei quem poderia responder a essa pergunta, mas o Presidente poderia destacar. Em primeiro lugar, em que estágio estão atualmente as pesquisas no Brasil para a produção de etanol a partir do bagaço de cana? Quem investe mais nas pesquisas, as universidades ou o setor privado? E segundo lugar, onde está o valor percentual do investimento no setor? Atualmente é colocado aproximadamente 0,2% do faturamento no setor em Pesquisa e Desenvolvimento, o que é muito pouco. É possível colocar 1% pelo menos, como querem os Pesquisadores brasileiros?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Algumas dessas questões levantadas por V.Ex^a foram objeto da exposição inicial do Dr. Adriano, mas o assunto é relevante, e eu creio que não custará a ele, agora, nas considerações, responder às suas perguntas. Nós vamos dar a palavra

agora ao último Senador inscrito... Penúltimo Senador inscrito, Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, eu quero primeiro pedir desculpas aos ilustres palestrantes, mas nós temos aqui no Senado muitas Comissões, e a gente fica correndo de um lado para o outro, essa Audiência Pública era imperdível, mas, por força de regimento, tínhamos de comparecer a outras. Eu queria colocar apenas algumas considerações à Mesa. A gente sabe que a idade da pedra terminou não foi por falta de pedra, questões climáticas. Eu não creio que a fase dos combustíveis fósseis, e vi uma entrevista de um cientista com o Prêmio Nobel, dizendo que o petróleo não é um combustível fóssil, ele é um combustível renovável, ele vem de processos químicos, do magma da terra, aliás, foi até matéria no News Week, no princípio desse ano. Ele se reportando às várias crises onde se previa o fim do combustível, o declínio e nunca nenhuma delas aconteceu. Mas eu acho que a gente vai passar essa fase do combustível fóssil por causa de clima também. Por causa do aquecimento, por tanto lançamento na atmosfera de dióxido. Os senhores já viram uma notícia que saiu recentemente na França de que eles vão conseguir agora em 2010, por cinco minutos, controlar a fusão nuclear. O que seria, quer dizer, na opinião dos cientistas do mundo todo, o nosso combustível do futuro. Nós, no Brasil, temos alguma pesquisa em relação a isso? O Jerson falou sobre o problema, eu sou um fã da energia eólica e sou um fã da energia solar, tenho projetos aqui relatados pelo eminente Senador Inácio Arruda nesse setor, mas nós temos o problema de armazenamento dessas matérias-primas. Mas, no meu Estado do Rio de Janeiro, Angra III, nós temos condições de armazenar e dominamos a mineração, o beneficiamento, o enriquecimento e o uso do urânio e somos a sexta reserva do mundo. Há planejamentos para a gente colocar a nossa usina nuclear III em funcionamento? Eram essas, Sr. Presidente, as minhas considerações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Agradecemos a contribuição de V.Ex^a, Senador Marcelo Crivella. Nós vamos incluir mais um Senador no bloco, que é o último inscrito, e assim nós daremos oportunidades aos convidados de responder em bloco essas perguntas. Senador Garibaldi Alves, tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu não tenho a convicção de que os últimos serão os primeiros, como diz o evangelho, mas quero fazer uma simples pergunta, que talvez já tenha sido respondida, porque eu cheguei atrasado e peço desculpas se eu vou ser repetitivo. Eu queria

saber se há um planejamento estratégico no País por parte do Governo para a implantação do biodiesel, uma espécie de zoneamento, “naquela região cabe o pinhão manso, naquela outra cabe a mamona”, se há, se houve maturação para isso. É só a pergunta que eu quero fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – O Senador Garibaldi encerra os questionamentos então formulados pelos Srs. Senadores. Senador Garibaldi, de resto, eu creio que o País ainda deve, principalmente aos agricultores um zoneamento agrícola, o estabelecimento de onde se deve plantar o quê neste País

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Geral. Eu acho que o País ainda deve isso aos produtores, principalmente aos produtores, porque a atividade agrícola, além de ser uma atividade econômica, é uma atividade nobre, porque provê a mesa do cidadão num elemento essencial à vida que é o alimento.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – É isso na hora do almoço.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Na hora do (risos). É importante que tenha esse zoneamento.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Zoneamento econômico e ecológico.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Que não existe ainda, alguns Estados estão realizando, mas não existe isso sem um planejamento nacional, eu acho que o planejamento tem que ser nacional, o estabelecimento desse zoneamento. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Presidente, deixa eu complementar a Bíblia que ele disse ali. Eu acho que todo mundo está naquela: “se a fé for do tamanho de um grão de mostarda nada é impossível”, está todo mundo nessa aqui. Tenha muita fé, Garibaldi.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Dra. Ivonice, poderia iniciar as respostas, por gentileza.

SRA. IVONICE CAMPOS – Pois não. Senador Delcídio do Amaral Gomes, é um prazer ouvi-lo, pela admiração que nós lhe temos, nós do setor energético. Senador Delcídio, muito oportuna a sua colocação no que tange à questão do setor siderúrgico nacional e os fornecimentos para um índice de nacionalização, tão discutido na questão do PROINFA, na verdade nós já temos, a Associação Brasileira de Energia Eólica já tem agendado com o Ministro Silas e, a pedido, também

com a Presidência da ELETROBRÁS, uma reunião com todo o setor siderúrgico nacional, visando exatamente à redução de custos para tornar mais competitiva a geração eólica. É claro que quando o senhor se refere a PCHs, eu também me encanto com PCHs, pela oportunidade que ela gera, é uma proposta, além de ser uma alternativa de desenvolvimento energético, ela é uma proposta de desenvolvimento regional integrado. A PCH realmente é multiuso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – São as Pequenas Centrais Hidroelétricas.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – É central de 10 megawatts, 15.

SRA. IVONICE CAMPOS – O senhor me desculpe por não ter feito... As Pequenas Centrais Hidroelétricas elas são até 30 megawatts.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Desculpe. É a minha ignorância.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – A minha ignorância também vai chegar no Piauí e no Maranhão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Aquela Boa Esperança que tem lá. Hidroelétrica.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Ali não é pequena, não. Ali é gigantesca.

SRA. IVONICE CAMPOS – Grande!

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – PCH é até 30 megawatts.

SRA. IVONICE CAMPOS – Mas as condições para PCHs e para eólica a gente precisa analisar com bastante cuidado, porque as PCHs têm uma indústria de fabricação de equipamentos totalmente consolidada no País e dominada ao nível dos Estados. Eu posso dizer, por exemplo, em Santa Catarina nós temos a indústria completa para a produção de PCHs. Então é uma indústria consolidada, nós temos PCHs em operação hoje, que foram repotencializadas, que têm 92 anos, como, por exemplo, a PCH Luiz Dias, que fica em Minas Gerais. E, do ponto de vista dos leilões, nesse momento...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Que nós podemos dizer que vem de Delmiro Gouveia. Então tem algum tempo. Foi a primeira hidroelétrica nossa em Paulo Afonso. Temos mais de 100 anos em PCH.

SRA. IVONICE CAMPOS – Pois não. Exato. No Brasil tem mais de 100 anos, exatamente, consolidou a indústria de fabricação de equipamentos e transformou realmente a questão de atratividade e competitividade pelo multiuso do investimento de PCHs. No caso da eólica, que é destituição entrante no Brasil, porque

nós ainda não temos a fabricação de equipamentos de toda a cadeia produtiva no Brasil, por isso ela é mais onerosa, por isso que nós entramos na fila para comprar os equipamentos, os componentes lá fora e fica mais caro para nós, além do quê, o prazo de contratação das usinas eólicas está dito como de 15 anos e a de PCH é de 30 anos. Então tem algumas coisas e algumas condições que estão descritas na questão da aquisição como política que carece um pouquinho de cuidado quando ela se tratar de uma proposta de desenvolvimento de um setor importante para a economia nacional e importante para todos os Estados do Brasil. É só para chamar atenção das condições desiguais que nós ainda temos por conta que nós estamos com a necessidade de política industrial para desenvolver essa indústria no Brasil, para tornar mais competitiva, mas nós não podemos negar os projetos que já estão aí, com investidores querendo entrar, nós temos que criar pelo menos condições mínimas para que naqueles sítios, ou naqueles Estados que realmente estão precisando, têm necessidade de energia e não têm outra alternativa elas possam entrar e serem analisadas numa condição de complementaridade energética, como é a condição de complementaridade da sazonalidade hídrico-eólica. O reservatório da hidroelétrica é a grande bateria para a sazonalidade das energias renováveis. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Dr. Kelman.

SR. JERSON KELMAN – Senador Delcídio, eu também sou entusiasmado por Pequenas Centrais Hidroelétrica, e fiquei muito feliz em ver que no leilão que vamos organizar no dia 24 de maio tem 77 PCHs inscritas, a maior parte delas já com licença, quer dizer, têm autorização, é claro, e já têm, a maior parte, licença ambiental. De forma que a perspectiva, vamos dizer, de materialização dessas usinas é muito grande, e eu tinha feito a menção que aquelas que, tendo a autorização da ANEEL, tendo a licença ambiental, tendo oportunidade de comercializar essa energia a longo prazo não quiserem fazer nada disso e continuarem, digamos, no papel, essas a ANEEL está iniciando o processo de cassação da autorização. Senador Mão Santa, apenas uma curiosidade, não sei se... Eu tenho uma notícia de anos atrás sobre Fernando de Noronha, tinha lá um gerador eólico em Fernando de Noronha...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – É bonito para a gente tirar fotografia, como no livro de Dom Quixote. Mas eu perguntei, uma curiosidade natural, eu governava o Piauí e fui lá, é mínima. O que funciona. E eu fiquei imaginando Aruba, que o senhor ouviu eu falar, que é de holandês. E é um vento... A termoelétrica

é mínima, funciona, então não é economicidade, deve estar no que V.Ex^a permitiu aí.

SR. JERSON KELMAN – Eu ia só mencionar...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Como o óleo da mamona. Sai a cinco reais o litro. Quem é que vai comprar? Quem é que vai botar no carro?

SR. JERSON KELMAN – Eu só ia mencionar, Senador, uma curiosidade que anos atrás, eu tenho quase certeza que o assunto está solucionado, mas anos atrás houve um problema de licenciamento ambiental dessa pequena usina eólica, porque havia uma preocupação com acidentes com pássaros, era uma preocupação que tinha lá, que é uma preocupação comum com usinas eólicas, mas só para curiosidade. E com relação, Senador Marcelo Crivella, em relação a Angra III, é uma fonte energética que não é renovável, mas é estocável, o urânio é estocável e essa discussão sobre se Angra III vai para frente ou não vai para frente é uma decisão do Presidente da República, naturalmente, que será aconselhado pelo Conselho Nacional de Política Energética em reunião que deve ocorrer brevemente. Era o que tinha a dizer.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Jerson, desculpe, sobre a eólica para o leilão do dia 24, qual é a expectativa?

SR. JERSON KELMAN – Eólica para o dia 24, estão inscritas vinte e quatro geradoras, que estarão competindo, mas como disse a Senadora Ideli, reconhecendo o que ela disse e concordando, a competição é um pouco desigual. Porque é claro que as PCHs elas podem até competir com grandes usinas hidroelétricas, e já estão ficando próximas, ou biomassa também pode competir, quer dizer, das três alternativas, biomassa, que é produzir eletricidade pela queima de bagaço de cana, eólica, vento ou Pequenas Centrais Hidroelétricas, que é uma central hidroelétrica de pequena escala, das três, a que é menos competitiva sob o ponto de vista de custo, é a eólica.

Então, quando você faz um leilão juntando essas, há de se reconhecer, o que disse a Senadora Ideli, que vamos ver o resultado, mas a expectativa não é muito favorável às eólicas.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Presidente, o homem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Presidente. O homem, vamos dizer assim, é condenado a viver na mediocridade do seu avanço tecnológico. Nós desmatamos a nossa Mata Atlântica no Rio e no Nordeste, porque não sabíamos que o bagaço da cana podia ferver a nossa garapa, e naquela época tinha escravidão, quer dizer, ninguém

tinha, eu diria até inspiração para pensar, e cometemos esse crime ambiental contra o País, essa insanidade, o bagaço estava ali e podia ser um excelente combustível para aquela fogueira. E nós não precisamos ter cuidado para não cometer as mesmas coisas no futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Mas a questão da energia eólica, o vento, qual o comprometimento com o ambiente? Talvez fosse interessante que as pesquisas tivessem avançado mais, para reduzir esse custo de produção e nós termos o aproveitamento de um potencial que a própria natureza está nos oferecendo. Dr. Marcelo, teria algum questionamento direcionado? Tem sim. Sobre os japoneses.

SR. MANOEL POLICARPO DE CASTRO NETO – Não, (risos) antes da questão que o senhor levantou, o Senador Delcídio Amaral também levantou uma questão aqui, que é extremamente importante, na questão da qualidade do biodiesel produzido e usado nos motores. Hoje quando se fala em biocombustível fala-se no produto final da transesterificação, ou esterificação, o éster, transesterificado ou esterificado, que atenda às especificações da ANP, não pode ser qualquer éster, aí concordo com o Senhor, se amanhã ou depois começar a ser usado qualquer éster dentro do motor, produto de qualquer fabriqueta de fundo de quintal, com certeza a indústria automobilística não poderá garantir a qualidade do motor. Nesse termo de garantia, hoje a indústria automobilística já garante o uso do B5 com a tecnologia atual, quer dizer, todo motor atual usando até B5 ela diz que não tem problema nenhum de adaptação. O que você tem que ter problema, e aí é um problema que a ANP tem enfrentado no dia-a-dia, é a qualidade final do produto, e é por isso que todo o biodiesel produzido no Brasil, para ser comercializado, para ser considerado biodiesel, tem que ter o atestado de qualidade da ANP. Se ele não tiver o atestado de qualidade, ele pode ser um produto qualquer, um éster qualquer, que não o biodiesel, porque não vai atender às especificações, e aí sim, a indústria automobilística não teria como atender, de forma alguma, as condições tecnológicas de adaptação dos motores a essa nova tecnologia. É bom falar que hoje no Brasil a indústria automobilística já fala em B5, já autoriza B5, devido à idade da nossa frota, a nossa frota, infelizmente, é muito velha, é muito antiga. Na Europa, por exemplo, todo motor produzido a partir desse ano, a partir de 2007 já tem a garantia do B30, ele pode usar até B30, e a gente sabe que eles usam até B50 sem afetar nenhuma qualidade, e já há casos de uso de B100, 100% do biodiesel, sem grande comprometimento do motor, sem grandes adaptações a serem feitas. As adaptações são pequenas, são direcionadas principalmente nas

partes plásticas dos motores, porque o éster ataca, e ataca com uma certa força quando você fala em B100, acima de B20. Então existe, sim, uma preocupação na qualidade, e essa é uma grande preocupação que a ANP tem colocado. Nós temos aí na questão que foi levantada pelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Ao encaminhar as respostas que V.Sª está produzindo às perguntas formuladas, já pode aproveitar para apresentar suas considerações finais.

SR. MANOEL POLICARPO DE CASTRO NETO – Certo, só respondendo ao Senador Antônio Carlos Valadares, as informações que nós temos desse acordo da PETROBRÁS com o Japão são informações muito a nível muito de noticiário ainda. Nós sabemos como é, nós sabemos, mas até porque é exatamente o que nós temos levantado aqui. A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível ainda precisam de algumas adaptações para entrar na questão do etanol, algumas adaptações de legislação para entrar na questão do etanol. Então muitas vezes passa primeiro na Ciência e Tecnologia no Ministério do Desenvolvimento Agrário para depois chegar na ANP. Esse não é um assunto ainda tratado de forma ampla, oficial dentro da Agência Nacional de Petróleo, tem os seus encaminhamentos, que estão sendo levantado, mas nenhum conseguiria responder à sua pergunta específica.

Então, só fazendo as considerações finais, nós temos aí que levantar que o Brasil, que o mundo hoje passa por questões ecológicas e climáticas extremamente importantes e que o mundo tem dado resposta a isso. A grande resposta a isso têm sido os biocombustíveis, têm sido as energias alternativas como a energia eólica. E vemos aí o que Brasil tem despontado nessa tecnologia, com um potencial muito grande de ser o grande mestre desse desenvolvimento. Precisamos ainda ter alguma preocupação nesse desenvolvimento, preocupações sociais na questão do álcool, questões de desenvolvimento de pesquisa na área de biocombustíveis, biocombustíveis de segunda geração que estão nascendo, e não devemos perder, de forma alguma, a visão de que nós podemos e seremos os maiores produtores de biocombustível do mundo, sem que isso passe necessariamente pela quebra na produção de alimentos do País, ou do mundo. Nós podemos produzir perfeitamente bem, sem invadirmos nenhuma área na área de alimentos, perfeitamente bem, sem criarmos problemas sociais em cima disso. Só uma questão aí do Senador Mão Santa, é bom lembrar, é que o biodiesel que era produzido pelos meninos no Piauí, com o tal do “Saúde dos Meninos”,

que era através do óleo de rícino, não é um biodiesel ainda especificado pela ANP, é antigo, mas ainda não é especificado pela ANP.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado Dr. Marcelo, nós passamos a palavra ao Dr. Adriano, para resposta às perguntas que lhe foram endereçadas e já podendo aproveitar para fazer as suas considerações finais.

SR. ADRIANO DUARTE FILHO – Eu vou fazer minhas considerações, eu agradeço as perguntas, eu tenho uma lição de casa, grande aqui, vou começar tentando responder a parte do Senador Delcídio. Sobre especificação, a ANP já falou bastante sobre isso, a legislação brasileira hoje autoriza 2% de biodiesel no diesel, qualquer posto de gasolina que a gente for comprar o produto tem 2% lá, a maioria tem, e a partir de 2011 autoriza 5% de mistura do biodiesel. Alguns fabricantes... Então, hoje o Ministério da Ciência e Tecnologia tem um acordo com a ANFAVEA e com o SINDIPEÇAS e com IPT e com TECPAR(F) e vários centros de pesquisas, e a gente está rodando uma frota, já rodamos, eu mostrei na minha transparência, quase um milhão de quilômetros, alguns testes já terminaram, nas várias tecnologias de motores possíveis, o teste do B 5, estamos testando isso. Então a ANFAVEA hoje ela não autoriza como corpo dos fabricantes brasileiros o B5, só o B2, ela dá a garantia do B2. Alguns fabricantes, até com base nos testes que já estão realizados, já estão falando: “olha, a gente também já entende que é possível autorizar B5 sem problema nenhum”. Como foi comentado. A gente também, de forma prospectiva, quer dizer, para entender o que acontece, está testando, aí sim em frotas cativas, B20, B30, o IPT já foi até B100. Então existe uma série de prospecção para ver o que acontece com os motores. Então a gente deve ter até o final do ano finalizado os testes com B5, aí a ANFAVEA pode ter dados para poder liberar a garantia dos motores. Então esse é um trabalho que a gente está coordenando. O problema é que em locais mais distantes o pessoal está misturando óleo vegetal puro, que não é nem o biodiesel próprio, e sim o óleo normal, que nem a gente usa na alimentação. Isso realmente os resultados são catastróficos, e o nosso medo é que o pessoal comece a chamar isso de biodiesel, porque, na realidade, não tem nada a ver, o biodiesel é um produto com uma especificação muito bem definida pela ANP. E que a gente até está capacitando os laboratórios brasileiros para poder analisar o biodiesel de acordo com essa especificação, está investindo bastante recursos nisso.

Bom, Senador, então eu acredito que eu tentei responder a pergunta. E, Senador Valadares, casualmente eu conheço um pouquinho da história do álcool

no Japão. Dois anos atrás o Ministro Furlan fez uma missão de comércio para tentar comercializar, incentivar a venda de álcool no Japão, e eu estava presente nessa missão, e junto, a PETROBRÁS ela fundou um escritório para fazer o comércio de álcool no Japão, uma *trading*, em parceria com uma *trading* japonesa. Então a gente assistiu a diversas reuniões, dentro do pessoal que discutia o problema de biocombustíveis no Japão, os fabricantes de petróleo diziam que não funcionava em veículos, as universidades japonesas falavam “funciona, sim, a gente já experimentou”, e era um jogo comercial muito interessante, e ficou clara a manifestação deles, o seguinte: “a gente não quer depender de uma única fonte de fornecimento”. Então, se o Brasil for o maior fornecedor possível, a gente não quer depender de um lugar só, como a gente depende hoje do petróleo, que o álcool seja uma *commodity*, que a gente possa ter vários fornecedores no mundo, isso é uma mensagem que foi clara, a PETROBRÁS, eu acredito, está fazendo a lição de casa e está conseguindo implementar a venda de álcool no Japão. Então eu tenho essa informação casualmente, eu não sou da PETROBRÁS, mas eu estava presente lá durante esse evento.

A segunda pergunta que o senhor fez foi sobre etanol celulósico, e rapidamente, só para colocar todo mundo ao par do que acontece, a cana-de-açúcar, você produz o álcool através da garapa da cana, você espreme a garapa, fermenta, aí se obtém o álcool, mas ainda sobra o bagaço e sobra a palha da cana, e se a gente pensar em termos de energia, 1/3 da energia está na garapa, 1/3 da energia está no bagaço e 1/3 da energia está na palha, a gente queima a palha, e o bagaço está começando a ser aproveitado nas usinas mais modernas. Saindo pouquinho da pergunta, se você fizer... Você produz hoje, através da queima do bagaço, o vapor, esse vapor toca a usina e ainda produz um pouco da energia elétrica que a ANEEL compra. Se você aumentar a tecnologia envolvida na queima desse bagaço e trabalhar com vapor de mais alta pressão você consegue duplicar ou triplicar a produção dessa energia. Ou seja, sobra mais para a ANEEL comprar. Então eu entendo que uma ação interessante é que a modernização dessas usinas levaria a uma grande produção de energia e a um incremento no desenvolvimento industrial também, porque toda a tecnologia é fornecida no Brasil, as indústrias brasileiras fornecem equipamentos para isso. Então é bem interessante aí essa área. Bom, e a celulose, é possível você, através de processos químicos ou bioquímicos transformar a matéria vegetal do bagaço ou da palha em álcool. Transforma em outro produto e depois fermenta isso e dá álcool.

Então, essa é uma rota de pesquisa que revoluciona basicamente a produção de álcool, porque você pode produzir álcool de capim, pode produzir álcool de madeira... Então em cada País pesquisa na realidade é a sua matéria-prima principal. Por exemplo, a Suécia é muito boa em álcool de madeira, o Estados Unidos vem pesquisando álcool das biomassas que eles têm lá. O mundo inteiro pesquisa isso e não se chegou um valor econômico, e ainda não é econômica a produção, está mais ou menos o dobro do preço normal nas pesquisas mais avançadas. O ano passado, em fevereiro, o Ministério da Ciência e Tecnologia montou uma rede de pesquisa em etanol a partir da celulose, (soa a campainha) especificamente, me desculpe, a partir do bagaço da cana, que já está dentro da usina, então ele é muito fácil processar. Essa rede é coordenada pelo Prof. Cerqueira Leite e participam mais de cem Pesquisadores, que já vêm pesquisando basicamente, o processo chama hidrólise, há muitos anos, então a gente está muito bem nisso. Eu acho que em laboratório a gente já constituiu bastante bons resultados, eles não são divulgados ainda porque estão em fase de pedido de patente. Então a gente está na realidade trabalhando bem isso. Os investimentos sendo feito nessas pesquisas são de nove milhões, no final da semana a gente vai ter uma reunião com a rede do MCT, para definir o (inaudível), quer dizer, a definição de equipamentos, já protótipos, desta produção. Então o processo está em andamento no Brasil, vamos dizer assim.

O Senador Crivella. Bom, eu não sou da área nuclear, não especialista na área nuclear, eu só vou dar duas informações rápidas. O Ministério da Ciência e Tecnologia investe na área do domínio do ciclo de produção nuclear. Então, a partir do minério até você ter o combustível nuclear. Então, a gente tem várias ações disso e a gente, ao longo dos anos, junto com os atores, principalmente a Marinha, investe nisso para dominar comercialmente a produção do ciclo. E esse é um processo longo, a gente está dominando, e eu acho que a gente está muito bem, está quase finalizando isso.

Com relação à pesquisa de alta tecnologia de ciência, que é a fusão nuclear, existe um consórcio mundial, que vários Países participam, para tentar desenvolver em conjunto essa ciência, essa tecnologia, porque é muito caro. E o Brasil participa também, temos os nossos cientistas lá, então a gente participa desse bolo, dessa cooperação internacional para desenvolver essa tecnologia, que certamente em 30, 40 anos pode mudar um pouco essa discussão que a gente está tendo aqui.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) –

Tem notícia dessa experiência na França em 2010?

SR. ADRIANO DUARTE FILHO – Eles têm a proposta de construir um reator. Mas eu não tenho informação sobre o assunto, infelizmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para concluir, Dr. Adriano.

SR. ADRIANO DUARTE FILHO – Bom, como conclusão, eu acho que a gente em termos de energias renováveis, tem curto prazo, que são essas energias que já estão comerciais, médio prazo, algumas que estão nascendo como etanol celulósico e, um pouquinho mais longo prazo, tecnologias de hidrogênio, tecnologia nuclear, que vão estar na frente. A gente, como Ciência e Tecnologia, tem que pagar um pouquinho para cada santo e não perder a possibilidade de dispôr o Brasil de tecnologia para poder as políticas públicas na realidade se aproveitarem do que for desenvolvido aqui. Então essa é a nossa posição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Amanhã nós teremos uma nova Audiência Pública, promovida pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para tratar de questões relacionadas com a produção e exportação de álcool, etanol e biodiesel, em atenção aos Requerimentos dos Senadores Sibá Machado e Osmar Dias. Estão convidados o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes; Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; Márcio Santilli, do Instituto Sócio-Ambiental; Roberto Rodrigues, Presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e Coordenador da Comissão Interamericana do Etanol; Dr. Antônio de Pádua Rodrigues, representante do Grupo Moema e da indústria da cana-de-açúcar; e o Dr. Manoel dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Concedo a palavra à Dra. Ivonice Campos, para as suas considerações finais.

SRA. IVONICE CAMPOS – Sr. Presidente, por oportuno, eu gostaria de trazer uma informação que pode ser útil. Eu faço a coordenação técnica do Programa de Desenvolvimento de Misturas Biocombustíveis, que é uma parceria entre Instituto Nacional de Tecnologia, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, PETROBRÁS Distribuidora e a B100, que é uma empresa de base tecnológica, e nós estamos rodando em São Paulo, desde outubro do ano passado, cerca de 2200 ônibus do transporte urbano usando B38, 38% de substituição do diesel de petróleo, com sucesso até agora e com redução da carga poluidora da ordem de 60%. É um programa de demonstração e desenvolvi-

mento das misturas e está à disposição dos senhores as informações, inclusive para replicar essa alternativa para os demais Estados que se interessarem. E a outra notícia, que acho que pode ser útil também, é que tem um projeto, já em demonstração, do aproveitamento do hidrogênio da vinhaça de cana-de-açúcar com a tecnologia de célula combustível, com um rendimento energético bastante considerável e com ganhos ambientais importantes do ponto de vista dos créditos de carbonos que são possíveis comercializar.

E agora, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a fidalguia do convite que foi-nos dirigido, para a Associação Brasileira de Energia Eólica, e nós estamos muito felizes por ter participado dessa Audiência Pública de fontes alternativas e ter podido mostrar um pouquinho das perspectivas de sustentabilidade e da competitividade da energia eólica também para o Brasil e poder contar com o apoio de todas as autoridades aqui presentes no desenvolvimento deste mercado para o Brasil. Obrigada também aos meus colegas de Mesa, e um bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para expender as suas considerações finais, só resta agora o Dr. Jerson Kelman, a quem passo a palavra.

SR. JERSON KELMAN – Apenas para registrar que mais uma vez vim ao Senado com muita alegria e o Diretor-Geral da ANEEL virá tantas vezes quantas for convidado. É a nossa satisfação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Estamos chegando ao final de mais esta Audiência Pública, rica em informações e subsídios, que manteve uma interação muito consistente com os eminentes Sr. Senadores, e eu quero agradecer aos ilustres convidados que abrilhantaram com as suas exposições e o seu debate essa Audiência Pública, Dr. Adriano Duarte Filho, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia, Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, a Dra. Ivonice campos, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica, ABEE, e o Dr. Manoel Policarpo de Castro Neto, Coordenador-Geral do escritório sede da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. E também aos eminentes Senadores que contribuíram com a participação efetiva para o escopo desta Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 13h54.)

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EM CONJUNTO, COM A, DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2007.

Às dez horas e dezenove minutos do dia dezoito de abril de dois mil e sete, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senador **JOAQUIM RORIZ**, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com a presença dos Senadores(as) – **MARISA SERRANO, SIBÁ MACHADO, DELCÍCIO AMARAL, EXPEDITO JÚNIOR, AUGUSTO BOTELHO, NEUTO DE CONTO, CÉSAR BORGES, JONAS PINHEIRO, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, OSMAR DIAS, JOÃO RIBEIRO, JOÃO PEDRO, ROSALBA CIARLINI, MARCONI PERILLO, JOÃO TENÓRIO, RENATO CASAGRANDE, FLÁVIO ARNS, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA E GARIBALDI ALVES**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as) – Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Fátima Cleide, Fernando Collor, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Valter Pereira, Eliseu Resende, José Agripino e Jefferson Perez. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Cícero Lucena. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Joaquim Roriz, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para tratar da importância e dos problemas relacionados à produção e exportação de álcool e etanol, bem como do biodiesel, com adendos do Senador Osmar Dias e da Senadora Marisa Serrano, em cumprimento ao **REQUERIMENTO Nº 4, DE 2007 – CRA**, e ao **REQUERIMENTO Nº 10, DE 2007 – CMA**, que requer nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente (CMA) e Reforma Agrária (CRA) para tratar da importância e dos problemas relacionados à produção e exportação de álcool e etanol, ambos de **AUTORIA** do Senador Sibá Machado, com a presença das seguintes autoridades: **SR. REINHOLD STEPHANES** – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **SR. ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS** – Coordenador Geral da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; **SR. ROBERTO RODRIGUES**

– Presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e Coordenador da Comissão Interamericana do Etanol; **SR. IVANECK PERES ALVES** – Assessor Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; **SR. ANTÔNIO DE PÁDUA RODRIGUES** – União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA (indicado pelo grupo MOEMA); **SR. RICARDO COTTA** – Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as) – Sibá Machado, Osmar Dias, César Borges, Jonas Pinheiro, Kátia Abreu, Renato Casagrande, Marconi Perillo, João Pedro, Antônio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Marisa Serrano, João Tenório e Augusto Botelho. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e três minutos, lavrando nós, Marcello Varella e José Francisco Carvalho, Secretários das Comissões, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente. – Senador **Joaquim Roriz**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 11ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e controle do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da ata da reunião anterior. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. É dada como aprovada a ata da reunião anterior.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a presente reunião destina-se a realização da Audiência Pública com a finalidade de tratar da importância e dos problemas relacionados a produção e a exportação de álcool e etanol, bem como do biodiesel, em cumprimento ao Requerimento n. 04 de 2007 e n. 10 de 2007, ambos de autoria do Senador Sibá Machado, com adendo da Senadora Marisa Serrano e do Senador Osmar Dias, com a presença dos seguintes convidados, que desde já convido para compor à mesa que já estão aqui o Doutor Reinhold Stephanes, o Digníssimo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o senhor Roberto Rodrigues, a quem convidamos para compor esta mesa, ex-Ministro da Agricultura e Presidente do Conselho Superior do Agronegócio da

FIESP e Coordenador da Comissão Interamericana do Etanol.

Convidamos o senhor Arnaldo Anacleto de Campos, Coordenador Geral, da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Também Ivaneck Peres Alves, Assessor Jurídico da Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG; Antônio de Pádua Rodrigues, Presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, indicado pelo Grupo Moema, Diretor; Ricardo Cota Ferreira, Superintendente Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, quero agradecer a presença dos senhores Silvio Crestana, que é Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e Ângelo Bressan Filho, Diretor do Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia.

Em seguida, vamos passar a palavra para o Excelentíssimo Sr. Reinhold Stephanes, Ministro de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Com a palavra o Ministro Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES – Meu caro Presidente, minha cara Senadora Marisa e demais, Ministro Roberto Rodrigues, Marcos Montes, nosso Presidente da Comissão de Agricultura, Senadores, colegas de trabalho.

Eu acho que a discussão do tema da convocação é importante, é fundamental. Eu acho que a criação dessa consciência que nós temos que ter, de produzir respeitando o meio ambiente, acho que isso é muito bom. E acredito na visão de todos hoje que atuam nessa área, isto é perfeitamente possível, ou seja, nós temos condições de aumentar em muito a nossa produção de etanol respeitando todas as condições sócio-econômicas e ambientais necessárias para isso, basta sermos inteligentes e basta sermos capazes de fazer isto.

Nós hoje usamos uma área em torno de 50 milhões de hectares, para a produção de grãos. Se a gente já observar nos últimos dez anos, nós estamos crescendo muito mais em produtividade do que em ocupação de novas áreas, ou seja, nós estamos conseguindo praticamente estabilizar áreas e, conseguimos produzir mais – e são quase 50 milhões de hectares. Quando nós tratamos de etanol, além da tecnologia que se desenvolveu nos últimos 25 anos, além do aumento da produtividade que foi extraordinário, nós ocupamos hoje uma área em torno de um pouquinho mais de 10% da área correspondente que nós usamos para a produção de grãos, ou seja, um pouco mais de... Em torno de seis milhões de hectares.

Já na área de pastagens, embora os números divergem um pouquinho -, mas os números que a gente consegue obter, mas nós estamos usando o quê? Em torno de 450 milhões de hectares em áreas de pastagens. Calcula-se que 30 a 40 ou até 50 milhões – conforme o critério que se usa nisto – desta área seja considerada já uma área degradada. Portanto uma área que nós devíamos recuperar de uma forma ou de outra, e recuperar parte, ocupar parte dessa área para produzir, a cana, seria uma forma de recuperar parte desta área.

Uma outra visão que pode ser ter, quando se fala muito nessa euforia do etanol, quer dizer, isso é um processo que não é tão rápido quando se imagina. Quer dizer, se hoje nós temos 350, mais ou menos, aproximadamente, usinas em operação, temos perto de 50 em instalação, quer dizer, novamente, 13, 14% de aumento. Temos mais em torno de 50 ou 57 previstas para frente. Isso deverá trazer um aumento de ocupação ou de área adicional, de 10, 15% ao ano, não muito mais do que isso, ou seja, isso é um processo que vai acontecer ao longo de alguns anos.

Então, nós temos esta visão e a EMBRAPA vem estudando isso e outros órgãos vinculados ao Ministério e também fora do Ministério, no sentido de que isto aconteça de forma ordenada e que isto aconteça obedecendo, evidentemente, todos os requisitos ambientais. A EMBRAPA, inclusive, já estuda para a gente tentar introduzir isto nos próximos anos – talvez não seja uma coisa imediata – de uma certificação para os produtores de álcool, e com essa certificação, evidentemente com todas as condições de produção consideradas corretas, inclusive sob o ponto de vista ambiental.

Quer dizer, evidentemente, que essa certificação seria fundamental, para que se possa atingir determinados mercados em termos de exportação e aí, possivelmente... Eu até acredito que os nossos produtores de açúcar e de etanol ou produtores de cana, têm a consciência hoje, têm a capacidade e a possibilidade de respeitarem os requisitos que forem estabelecidos.

Então, sobre o aspecto ou sobre o objetivo da convocação desta Comissão, da nossa presença hoje para participar era essa uma pequena introdução da questão e achando que efetivamente nós temos condições de atender as preocupações, que o Senador que solicitou a nossa convocação tem em relação a esta questão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Obrigado ao senhor. Antes de passar a palavra a quem solicitar, eu quero comunicar aqui a presença do ex-Ministro da Agricultura, que está nos prestigiando aqui neste instante, que é o Dr. Luiz

Carlos Guedes Pinto, a quem agradecemos pela sua presença. E também queremos agradecer a presença do Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Deputado Marcos Montes. Eu quero também agradecer a presença do Senador Marcondes Perillo, ex-Governador de Goiás que encontra-se aqui no recinto. E também, do Deputado Ronaldo Caiado e aos demais parlamentares aqui presentes eu quero cumprimentar a todos pela sua presença.

Em seguida, passamos a palavra ao Doutor Roberto Rodrigues, ex-Ministro da Agricultura, que é Presidente do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP e Coordenador da Comissão Interamericana do Etanol, a quem eu passo a palavra.

SR. ROBERTO RODRIGUES: Ilustre Senador Joaquim Roriz, que preside essa Comissão, Senadora Marisa, grande amiga de muitos anos de trabalho em conjunto, Srs. Senadores que compõem a Mesa, senhores debatedores que nos acompanham, caro Ministro Luiz Carlos Guedes Pinto, grande amigo de 46 e 47 anos, Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Deputado Marcos Montes, senhores Senadores, senhoras e senhores. Eu fico muito orgulhoso Senador Joaquim Roriz, pelo convite para participar de uma discussão de um tema tão relevante e tão momentoso como é este da agroenergia dos biocombustíveis, essencialmente do etanol e do biodiesel, postulação do Senador Osmar Dias.

Eu queria iniciar a minha conversa Senador Joaquim Roriz, me desculpando por ter olvidado na saudação, do meu grande amigo Ministro Reinhold Stephanes, em quem depositamos grandes esperanças no sucesso de políticas públicas que estimulem a agricultura brasileira a continuar crescendo como vem sendo até hoje. Ministro Stephanes, muito boa sorte ao senhor e conte sempre conosco nas suas lutas e suas demandas.

Mas eu queria iniciar Senador Roriz com uma questão semântica. Há uma discussão hoje em vários países do mundo sobre a terminologia adequada para a questão dos biocombustíveis: Agroenergia ou bioenergia? Tem gente que fala bioenergia e tem gente que fala agroenergia. Eu insisto na terminologia, agroenergia, porque não existirá etanol nem biodiesel, sem agricultura por trás.

Eu sou um veterano nessa área e acompanhei o nascimento e o crescimento do PROÁLCOOL e, muita gente boa montou usina de álcool e esqueceu plantar cana, e quebrou porque não fez agricultura. Então, sem agricultura não tem bioenergia. Portanto, o biocombustível tudo bem. Agora, energia é agro, é preciso ter clareza disso, porque sem agricultura as coisas não funcionam. Bem, é por causa disso que eu quero co-

meçar aqui também a minha apresentação, discutindo um tema que não tem nada que ver com agroenergia, mas tem a ver com segurança alimentar.

No século XX, a grande preocupação que o planeta viveu em função da fome que grassou na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial foi garantia de alimentos. Então, a Europa traçou um programa estratégico chamado Segurança Alimentar, nunca mais a Europa passaria fome. Foi uma decisão tão forte que deu origem a PAC, Política Agrícola Comunitária com uma vertente muito clara de caráter econômico. Não importa quanto custa, não vai mais faltar comida na Europa, isso se traduziu por um esforço político vigoroso com subsídios tão vultosos, na linha de que: “Não importa quanto custa, vamos ter garantias de alimentos”, que até hoje os subsídios agrícolas europeus correspondem a 34% do PIB europeu.

Ora, qualquer companheiro ligado à agricultura sabe aqui, que a agricultura não dá 15% de lucro na média em hipótese alguma. Então, se o subsídio é 34%, na Europa não tem agricultor, tem tomador de subsídio. Os Estados Unidos tem um subsídio de 17% sobre o PIB agrícola. No Japão é 58%. Os países do Ocidente todos somados, têm 31% de subsídios sobre o PIB de suas agriculturas também somadas.

De modo que é relevante considerar esse fato: No século XX segurança alimentar era uma estratégia continental que deu origem a um projeto de tal envergadura que chegou a produzir a união dos países europeus em torno da então Comunidade Econômica Européia. Naturalmente, somando esse processo com a questão do aço que também surgiu em seguida, mas o tema central era segurança alimentar, dando origem a atual União Européia que, se transformou num continente de importador de alimentos em um continente exportador de alimentos. Havia uma estratégia, uma visão estratégica de longo prazo.

Pois, bem. No século XXI, a agricultura tem uma demanda adicional. E é importante ressaltar que essa proposta, essa demanda colocada à agricultura pelos governos da União Européia, dos países europeus então na época, funcionou; tanto que a população dobrou de lá para cá no planeta e a oferta de alimentos cresceu 25%. Então, a agricultura respondeu a esse projeto, essa proposta de segurança alimentar, de garantia de alimentos de uma maneira absolutamente espetacular.

Hoje no século XXI, o tema é energia. Não se desenvolve mais nenhum país, nenhuma nação, nenhum povo, sem energia. Então, o tema que hoje percorre o mundo inteiro, no ocaso, vamos dizer assim, da civilização do petróleo é o tema de Segurança Energética. E o mundo começa a desenhar um projeto universal

de segurança energética, estrategicamente falando. E é para isso que nós precisamos olhar hoje. Eu tenho andado bastante pelo mundo todo, muito antes de ser funcionário do Governo, na área privada, depois como Ministro e, posteriormente, continuo viajando, hoje, como Presidente do Conselho da FIESP e, também do Centro de Agroenergia e do Agronegócio da Getúlio Vargas e como membro cotiam(F) dessa Comissão do Ministério sobre Etanol.

E, estou convencido, Sr. Presidente e Sr. Ministro, que a agroenergia representa um novo paradigma agrícola para o mundo inteiro. Acho até que a geoeconomia agrícola mundial, vai mudar por causa da questão energética, por causa da agroenergia. Países de continentes inteiros que hoje são miseráveis, como é o Continente Africano, por exemplo, podem se transformar em produtores de etanol a partir de celulose, a partir de capim, dentro de 10, 15, 20 anos; gerarem emprego, riqueza, renda num projeto que muda o cenário mundial de equilíbrio de forças econômicas e políticas, até criando um projeto muito mais democrático para o planeta, porque biocombustível ou agroenergia qualquer país pode produzir; qualquer um.

Então, é muito mais democrático não é um produto finito, fóssil e que já está dado o seu depósito nos diferentes países do mundo de maneira bastante desigual. A agroenergia não, qualquer país pode fazer o seu biocombustível, obviamente que alguns terão maior comodidade que outros, porque a agroenergia como vêm da agricultura depende de terra disponível, depende de sol, depende de água, depende de tecnologia, depende de gente. O Brasil tem esses cinco temas e com excelência competitiva em todos eles e com vantagens sobre vários países eventualmente concorrentes. De modo que nós estamos diante de um programa absolutamente revolucionário na História Universal, porque tem a ver com a renovabilidade dos combustíveis, tem a ver com a questão muito melhor do ponto de vista de sustentabilidade, tem a ver com a redução da importação de combustíveis fósseis – por muitos países do mundo inteiro hoje dependem desse – e gerando riqueza e renda no interior dos países.

Portanto, há um horizonte de agroenergia no planeta inteiro absolutamente formidável. E nós, então, temos uma condição única – eu não gosto de falar isso Ministro, porque a gente fica falando que temos uma oportunidade que a história coloca no nosso colo, mas é verdade. Neste caso é verdade. Por quê? Porque o Brasil tem o domínio da tecnologia, porque a cana de açúcar é hoje em dia disparado, a melhor matéria prima para produzir etanol. O Brasil é o melhor país produtor de etanol do mundo. Nós temos a melhor tecnologia,

temos uma experiência de 32 anos do PROÁLCOOL funcionando efetivamente.

Então nós temos uma condição de liderar um projeto mundial, voltado para uma melhoria das condições ambientais e com sustentabilidade gerando emprego, riqueza e renda em todos os países. Temos a condição, portanto, de liderar esse projeto que muda a civilização para um sentido mais positivo para um sentido mais decente, mais equilibrado e mais estável. No entanto, nós precisamos definir para o país uma estratégia para esse tema. Hoje, todos sabemos que há um crescimento da produção de cana no Brasil, o Ministro da Agricultura foi muito feliz ao mostrar que a cana para etanol hoje é pouco mais que três milhões de hectares, ou seja, é 5% da área plantada para toda agricultura; cana-de-açúcar 10%, etanol é metade é 5%. E o espaço que existe para aumentar mais essa área horizontalmente é enorme, da mesma forma como o horizonte de crescimento vertical por causa de melhoria de tecnologia e produtividade também é ilimitado.

Então, temos uma condição excepcional comparativamente com outros países e precisamos definir uma estratégia. Onde é que o Brasil quer chegar com a produção de etanol ou de biodiesel, como pede o Senador Osmar Dias. Quanto vamos produzir de etanol de cana-de-açúcar? Para quem? Para o mercado interno quanto? Para o mercado externo quanto? Sob que formas de contratos? Como serão os contratos de longo prazo na compra e venda de biocombustível, a partir da agroenergia?

Nós precisamos fazer como tem sido insistentemente reclamado, um zoneamento agroecológico para partir de cana-de-açúcar, que garanta a sustentabilidade do processo do ponto de vista ambiental e, que dê origem a programas de financiamento. Quer plantar cana aonde não dá cana? Pode plantar, mas sem financiamento, depois não venha reclamar do Governo. Agora, se tiver uma condição viável economicamente, então, pode ter financiamento.

Como é que vai a questão do modelo de produção? Nós temos hoje um modelo concentrador no setor sucroalcooleiro, indiscutivelmente concentrador. Não obstante, o modelo original pensado por um brasileiro extraordinário chamado Barbosa Lima Sobrinho, que foi quem escreveu o Estatuto da Lavoura Canavieira, nos anos 40 ainda e, foi o primeiro homem do mundo a falar de fato em cadeia produtiva. Mais tarde *agribusiness* e cadeia produtiva, foram definidas em Harvard por Ray Goldberg e seus seguidores, mas vinte anos antes Barbosa Lima Sobrinho, esse brasileiro extraordinário, já tinha pensado o modelo da cadeia produtiva estabelecendo que, a produção de cana tinha que ser feita pela usina em 50% e pelo produtor de cana em

outros 50%, para dar um equilíbrio de distribuição de renda no processo.

Posteriormente, o próprio modelo de desenvolvimento brasileiro foi reduzindo essa participação no setor agricultor e praticamente eliminando a condição do pequeno produtor participar do processo. Então, hoje podíamos desenhar um novo modelo usando essa oportunidade que o mundo inteiro olha para o Brasil com curiosidade, um novo modelo em que o agricultor tenha uma participação muito maior na produção do etanol, recebendo não pela cana, porque cana todo mundo sabe é um produto que não tem mercado. Não tem mercado porque o produtor de cana só pode vender a cana dele, para uma usina que esteja a uma distância tal, que permita um frete onde ele veja lucratividade, acima de certa distância não tem como produzir cana. Então, não existe mercado de cana-de-açúcar. Há uma relação entre a usina produtora de cana definida pela distância e não por nenhuma outra razão. Então, o preço da cana é um preço que não é sujeito a disputas mercadológicas de modo que há uma relação mais complicada nesse setor. Não significa não haja justiça nesse processo.

O estudo do açúcar e do álcool tinha um desenho feito por Barbosa Lima Sobrinho, uma direção, mas era um modelo intervencionista que não cabe mais. Com o fim do IAA, o Instituto do Açúcar e do Alcool, surgiu o CONSECANA, que é um Conselho que hoje permite um entendimento entre o produtor de açúcar e de álcool e o produtor de cana, que dá uma dimensão razoável no processo, mas eu defendo hoje o modelo pelo qual a remuneração do produtor de cana não seja por tonelada de cana, seja por litro de etanol. Ele vai receber etanol, da mesma forma que o CONSECAN remuneira pela cana, mas pelo açúcar produzido por aquela cana. Então, é criar um novo modelo com melhor distribuição de renda e permitindo ao pequeno produtor, sobretudo através de cooperativas uma participação nesse processo.

Há uma série de discussões que são travadas hoje em função de desconhecimento do assunto, e o Ministro Stephanes já colocou o dedo numa das feridas principais, que hoje é objeto até de uma discussão na mídia mundial: A produção de agroenergia vai confrontar com a produção de alimentos no mundo, não é verdade. E o Ministro Stephanes já deu essa definição claramente. O Brasil tem hoje 62 milhões de hectares agricultáveis, dos quais três para etanol. Temos 90 milhões de hectares de pastagens – dos 220 milhões atuais de pastagens – que podem ser utilizadas para agricultura e apenas 22 para cana-de-açúcar.

De modo que o limite máximo de crescimento da cultura de cana-de-açúcar no Brasil, é de sete vezes

e meia a área atual cultivada com cana para etanol. Apenas sete vezes e meia, o que nos permite imaginar um dia uma área de 25 milhões de hectares para etanol, no limite de máximo possível pensando no consumo interno e externo. Agora, é óbvio que dentro de 15 anos seguramente teremos o dobro da produção de etanol por hectares, o que nos permitirá multiplicar não por sete vezes, mas por 15 vezes a produção de etanol no Brasil, chegando a uma produção de 200 e todos bilhões de litros de álcool, o que permitiria ao Brasil suprir 10% da demanda mundial de petróleo, sobretudo 10% de etanol brasileiro de petróleo no mundo inteiro.

Então, com o horizonte que temos de crescimento horizontal é limitado. Vertical não é tal limitado, o que leva a uma preocupação. Como é que fica o processo tecnológico? O Brasil hoje, eu disse e o Ministro Stephanes também disse, é líder tecnológico do processo, só que os americanos estão colocando esse ano um bilhão e 600 milhões de dólares em pesquisa para etanol de celulose e de qualquer outra matéria prima. Nós temos um orçamento eu diria ridículo, se somarmos todos os órgãos de pesquisa brasileiros para pesquisa em agroenergia em geral e para etanol em particular.

Se esse processo se mantiver nos próximos cinco, dez anos é muito provável, é seguramente provável, que o Brasil em dez anos perca a liderança mundial e tecnológica. E, se perder a liderança tecnológica, perdemos o comando do processo. Então, não pode acontecer mais isso, razão pela qual o Ministro Stephanes tem lutado, assim como o Ministro Guedes fez e eu também fiz ao lado do Presidente da EMBRAPA, Silvio Crestana, pela criação das Empresas de Propósito Específico, as chamadas EPES, que são permitidas pela nova Lei de Inovação Tecnológica que permite que o setor privado se associe financeiramente e empresarialmente a órgão de pesquisa, para que a gente possa ter investimentos privados na área da pesquisa.

Para tentar regulamentar esse processo, tem uma série de pequenas quízilas jurídicas e institucionais que têm que ser resolvidas para que a EMBRAPA, por exemplo, chefiando uma rede nacional de pesquisa, possa gerar um programa tecnológico que mantenha o Brasil na liderança. E mais do que isso, coloque o Brasil mais ainda na liderança desses processos. Então, tecnologia é a questão essencial a ser resolvida.

Recursos humanos é outro problema. O Ministro disse que tem 350 usinas hoje no Brasil funcionando e há em perspectiva mais 100, quer dizer, um terço a mais. Precisa de gerente na área agrícola, na área industrial, na área de logística, cadê esses gerentes? Eu me lembro Ministro Stephanes e Senador Roriz, em

1947 o Presidente Dutra decidiu duplicar a produção açúcar no Brasil, porque havia um nicho econômico importante para essa produção. Então surgiram algumas dezenas de novas usinas de açúcar, sobretudo em São Paulo.

Eu assisti uma coisa interessante, porque o meu pai era gerente de uma fazenda de café e laranja no interior de São Paulo, cujos proprietários da Família Prado Chaves decidiram montar uma usina de açúcar na região de Jaboticabal, Guariba. Eu estou vendo aqui o Deputado Duarte de Nogueira de Ribeirão Preto, eu digo sempre que Ribeirão Preto pertence a Grande Guariba, porque foi lá que nasceu essa questão toda. Naquela região surgiram cinco usinas novas naquele lugar e não tinha gente. Não tinha gente para tocar essas cinco usinas novas. Eu me lembro muito bem do que o meu pai fez.

Ele chamou um mecânico que trabalhava na oficina mecânica, um rapaz inteligente, ágil, chamado Zé Batata, comprou um caminhão GMC, novinho em folha de duas cores e falou: “Zé Batata, você vai pegar esse caminhão...”. Senador, eu estou falando em 1947. “Vai pegar esse caminhão e vai para Alagoas. Vai na usina A, B e C, estão te esperando lá. Traga para mim um especialista em moenda, um eletricista, um especialista em turbinagem, um cara que vai cuidar da área de estocagem de cana, traga essas 20 pessoas. Se você trouxe essas 20 pessoas o caminhão é teu”. 1947. O Zé batata foi e trouxe as pessoas. Resultado: Alagoas que era um centro tecnológico importante naquela época, produziu a revolução em São Paulo. A usina San Martin que era essa usina, produziu 50 mil sacas de primeiro mundo, porque tinha gente competente que veio de Alagoas. As demais usinas somadas, produziram cinco mil sacas porque não tinha gente.

Cadê gente para esse projeto? Eu me comprometo aqui, Ministro, a ser o Zé Batata do século XXI. Como eu estou hoje no centro de Agronegócio da Getúlio Vargas, estou montando com a EMBRAPA, com o Silvio Crestana e os seus companheiros, com a Escola de Piracicaba da USP, o primeiro Curso de Mestrado em Agroenergia, porque eu penso que o Brasil não pode se preocupar em exportar etanol, tem que exportar usina de açúcar completa: carro *flex fuel*, inteligência, tecnologia, logística. Tem que exportar cérebros competentes para manter a liderança brasileira no processo. Então, recursos humanos é essencial.

Como é que fica a questão da Amazônia? Tem uma discussão recorrente hoje. Eu ouço na Europa todas às vezes que vou para lá e aos Estados Unidos: “Ah, vocês vão derrubar a Amazônia para plantar cana”. Só uma pessoa desinformada faz uma afirmação dessa natureza, porque a cana-de-açúcar é um

canudo cheio de água doce. Então, se tem água no chão ela chupa aquela água e cresce, mas tem que ter uma hora que tem de parar de chover para concentrar aquela água doce em sacarose. Senão, não tem você tem sacarose, fica só glicose mais e levulose, que não se transformam em cristais de açúcar. Então, tem que parar de chover.

Ora, numa região em que chove todos os dias é impossível plantar cana, porque ela não completa o ciclo dela, de modo não vai ser possível plantar cana de açúcar na Floresta Amazônica. Evidentemente que há regiões em que isso é possível, nós não vamos destruir a Amazônia para plantar cana-de-açúcar é uma bobagem que tem que ser agronomicamente explicada, porque não faz sentido.

Outra questão, é a questão de logística e estrutura. Vamos produzir etanol, vamos exportar cinco bilhões de litros, dez bilhões de litros. Como? Cadê a estrada? Cadê a ferrovia? Cadê o *pipeline* para levar isso para o porto? Cadê a estrutura portuária? Tem que trabalhar em cima disso; mais do que isso. Quem vai ser responsável pela estocagem? O etanol é produzido em seis, sete meses e é consumido em doze meses: Como é que faz com isso?

Outra coisa tem que ter legislação tributária. O Governador Alckmin em São Paulo, reduziu a tributação do ICMS do etanol e aumentou a arrecadação. Então, nós tínhamos que ter uma harmonia fiscal e tributária. Eu conversei muito sobre isso com o Governador Marconi Perillo, grande Governador em quem o Brasil todo tem muita esperança, assim também como o Governador Aécio Neves, Deputado Marcos Montes, para encontrar uma harmonização na política tributária para que haja uma unidade de comportamento com relação a esse assunto, senão nós podemos perder competitividade em função desse processo.

Como é que fica a questão da mão-de-obra na agricultura? Hoje têm duas correntes complicadas em cana-de-açúcar ambas cobertas de razão. Uma corrente acha que o corte de cana é um trabalho duríssimo e um trabalho forçado demais; então, tem que eliminar o corte de cana manual e ir para o corte mecanizado. Outra corrente acha que o corte de cana mecanizado vai gerar desemprego no campo, então, é preciso ir segurando para que o processo seja paulatino. Ambas as correntes têm razão.

O trabalho manual de corte de cana é um trabalho brutíssimo e tem que ser substituído pela mecanização mesmo, mas não pode ser uma coisa repentina, tem que haver um processo. Então, eu tenho defendido, Ministro – acho que é um tema que nós temos que pensar juntos isso aqui, me coloco a sua disposição e o Silvío

Crestana também pensa nisso, no seguinte fato. Vamos pegar o Estado de São Paulo especificamente.

São Paulo tem hoje três milhões e 300, três milhões e 400 mil hectares de cana-de-açúcar. Estamos indo para quatro milhões. Bom, quatro milhões de hectares com cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, já é a maior área de cana-de-açúcar do Brasil disparado. Embora, nós tenhamos 13 ou 14 milhões de hectares agricultáveis em São Paulo, de modo que ainda não é um problema de monocultura, mas pode vir a ser. Então, não é a cultura de cana que é o problema, a monocultura como um conceito que é o problema sobre o qual nós temos que prestar atenção.

Desses quatro milhões de hectares aos quais se refere o Deputado Arlissio(F) Nogueira(F), se for mecanizado todo o corte, Nogueira, entre 5% e 10% dessa área não pode cortar cana por causa da topografia, pedra, morro. Então, digamos que 10%, seriam 400 mil hectares no Estado de São Paulo. 400 mil hectares, Ministro, com frutas ganhas do Chile. Nós entupimos o mundo com frutas. Só que isso é na região onde produz cana, onde já estão as cooperativas produtoras de cana, onde já está a COPERUCAR, que é uma Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool no Estado de São Paulo, onde está a única trabalhando com isso.

Então, poderíamos criar produção de frutas de uma maneira integrada, gerando sucos, compotas, doces que seriam exportados para o mundo inteiro, agregando valor e criando uma alternativa de mão de obra muito mais digna para os trabalhadores, que sairiam do corte da cana para fruticultura, para seringueira, para madeira, dando uma alternativa de mão de obra muito melhor. Então, é um trabalho a ser desenvolvido e que tem um horizonte espetacular, desde que tenha uma questão estratégica para isso.

Como é que fica a questão da ALCOOLQUÍMICA? A Índia hoje olha a produção do etanol com olhos para a ALCOOLQUÍMICA, para substituir a PETROQUÍMICA lá na frente. Ora, isso é outro horizonte gigantesco para indústria brasileira a ser pesquisado. Cadê o projeto brasileiro de ALCOOLQUÍMICA? Não existe ainda. Como é que fica a questão da certificação? Existem algumas empresas hoje certificadoras no Brasil, que estão certificando a cana-de-açúcar e já existe em São Paulo usina de açúcar, fazendo açúcar orgânico certificado.

Um programa para o etanol que produza verificação da atividade produtiva com rastreabilidade e certificação dá um *up grade* que agrega valor a nossa atividade. Precisamos pensar nisso com regras definidas nacional, e especialmente nos Estados mais produtores. Como é que fica questão da rotação de

culturas? Senador Roriz, em 70, 1970, introduziu rotação de cana com soja na região de Guariba. Hoje um programa, graças ao Presidente do PLANALSUCAR, na época, Luís Carlos Corrêa Carvalho, transformou-se em um Programa Nacional de Produção de Alimentos com cana-de-açúcar. Isso é uma coisa importantíssima.

A transformação de pastagem em cana aumenta a produção alimentos. Por quê? Porque 15% da área plantada com cana tem que ser renováveis anualmente. Essa renovação é usada com soja, com amendoim, com girassol e com outras leguminosas que é a rotação de cana, gramínea, leguminosa. É a primeira tecnologia agrícola do mundo que melhora o solo, dá melhores condições de renda e utiliza a mão disponível equipamento agrícola, dando uma melhor condição para todo mundo nesse processo. De modo que a questão da rotação da cultura pode ser também um mecanismo, junto com o modelo de produção, determinante dos processos de financiamento para montagem de novas unidades industriais.

Então, tudo isso, Sr. Ministro, Srs. Senadores e Srs. Deputados que aqui estão, demanda na verdade uma estratégia, sem falar no biodiesel que é outro tema fundamental. O biodiesel, por exemplo, para Amazônia representa uma chance única através do dendê com uma atividade para agricultura familiar, que é, sem dúvida hoje, a melhor matéria-prima para produção de biodiesel, mas também no semi-árido nordestino com mamona, com pinhão manso e em outras regiões do país com outros produtos, o biodiesel é uma condição formidável para pequena agricultura, para o sistema cooperativista trabalharem juntos.

Tudo isso exige uma estratégia única, centralizada. Para onde é que nós estamos indo? Não sabemos. Estamos indo à matroca, cada um planta o que quer, aonde quer, e vai crescendo esse projeto. Daqui a pouco Ministro, se tiver um problema qualquer de superprodução vai tudo nas suas costas. O senhor não mandou ninguém plantar cana e construir usinas, mas vai cair nas suas costas e aqui no Senado e na Câmara dos Deputados, para fazer políticas que resolva o problema.

Então, nós precisamos ter uma estratégia nacional objetiva, com definição de área, de logística, de estocagem, de pesquisa, de recursos humanos, de alcoolquímica, de rotação de cultura, de estruturação de mão-de-obra, de aproveitamento de resíduos, de certificação. Enfim, são tantos os temas que exige uma estratégia nacional.

Então, eu tenho sugerido a discussão em torno da montagem de uma Secretaria Especial de Agroenergia, que incorpore as ações de todos os Minis-

térios, são oito Ministérios que trabalham com isso, mais PETROBRAS, mais ANP, mais EMBRAPA, mais a ANA, mais INMET, mais dezenas de universidades e órgãos privados e públicos. Então, temos que ter uma estratégia público-privada, não uma estratégia de Governo. Uma estratégia público-privada para o que crescimento seja equilibrado, harmonioso e consentâneo com a demanda mundial. Esse é um tema que eu queria aproveitar a oportunidade, Senador Roriz, para colocar aqui a V. Exa., aos seus companheiros de Senado como uma hipótese a ser discutida.

Finalmente eu queria fazer um último comentário sobre o papel do Brasil nesse projeto que surge. Eu já disse aqui em algum momento, que não tenho dúvida nenhuma de que a agroenergia muda o paradigma agrícola do mundo. Acho mais, acho que a OMC deveria ter um capítulo de agroenergia, só para cuidar desse assunto, porque realmente é tamanha a ordem de grandeza desse projeto de nível mundial, que muda a civilização. Países pobres poderão ser países mais bem desenvolvidos. Países mais ricos com maior emprego, com mais renda, inclusive nas regiões mais pobres do Brasil, criando esse colchão de riqueza para o trabalhador e produtor de cana, nós vamos ter melhor equilíbrio em cada país.

Portanto, mais democracia. Mais democracia implica em mais liberdade. Mais liberdade implica em paz universal, de modo que eu acho, sem querer aqui fazer romantismo nesse processo, eu acho que a agroenergia tem tamanha envergadura na montagem de uma nova civilização mais decente, renovável e mais justa, que nós não podemos perder a condição histórica que o Brasil tem de liderar o projeto de mudança da civilização. Um mundo mais justo e mais decente para todos nós. E, para que isso aconteça, nós temos que ter uma clara estratégia de inserção internacional.

Eu tive oportunidade de montar juntamente com o Presidente do BIRD, o colombiano Luis Alberto Moreno e com o ex-Governador da Flórida Jeb Bush, que esteve conosco aqui ontem, visitando a Câmara dos Deputados, o Presidente da República e alguns Ministros de Estado, o Ministro da Agricultura nos recebeu muito cordialmente, porque essa Comissão Hemisférica, busca promover o etanol como uma cultura para todo o continente americano. Por quê? Porque jamais teremos uma *commodity*, jamais teremos compradores que confiem num produto produzido por um único país. Então, é preciso esparramar a tecnológica e vender a tecnologia para ter a *commodity* comprador que seja aceitável por outros países do mundo.

Eu tive o prazer semana passada, Senador Roriz e Ministro Stephanes, eu tive o prazer de receber uma carta do ex-Premier Koizumi, a quem havia convidado

há pouco mais de um mês para fazer parte da Comissão Hemisférica, para que ficasse claro para o mundo que Comissão Hemisférica Continental Americana, não tem nada a ver como opera o etanol, tem a ver com a promoção do etanol, com o consumo e com a produção. E a vinda dele, Koizumi para a Comissão agora, dá esse carimbo de uma Comissão Universal, voltada para a defesa de um mundo mais decente no futuro, para nós, para nossos filhos e para nossos netos.

Era essa a minha mensagem Senador, mais uma vez agradeço muito pela oportunidade e a todos os senhores pela atenção, especialmente ao Sr. Ministro Stephanes. Contem sempre conosco como seus colaboradores e auxiliares nesse projeto, conforme eu disse ontem na presença do Governador Bush. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Também nós vamos ouvir o Sr. Arnoldo Anacleto de Campos, que é Coordenador Geral da Secretaria de Agricultura Familiar, do Ministério do Movimento Agrário.

Com a palavra o senhor Coordenador Geral, Dr. Arnoldo Anacleto de Campos.

SR. ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS – Ministro Stephanes, Senador Roriz, nosso ex-Ministro Roberto Rodrigues, o nosso ex-Ministro também, Guedes. Eu trabalho no Ministério de Desenvolvimento Agrário e sou responsável pelo Programa de Biodiesel.

O que eu pretendo apresentar para os Srs. Senadores e para as Sras. Senadores e Deputados aqui presentes é o estado da arte do Programa do Biodiesel. E em algum momento também a gente vai poder refletir um pouco sobre o potencial do biodiesel, seja no mercado interno, seja no mercado externo. E, como o Governo está trabalhando nesse programa para que ele possa ser um programa de produção de energia e como disse o Ministro Rodrigues, também um programa de desenvolvimento econômico e social.

Nesse estágio que nós estamos, nós estamos apenas no segundo ano do Programa de Biodiesel do Governo Federal, e praticamente iniciando a produção efetiva de biodiesel no país. Então, é um programa recente que tem um potencial muito grande como a gente vai poder observar aqui. Pode passar, por favor.

Bom, esses são os três pilares que sustentam o nosso programa e aqui um desafio monumental, que o tempo todo nós temos que ser cobrados como Governo, como sociedade, como empresas, para conseguir equilibrar isso. Ele tem que ser um combustível ambientalmente correto e, no seu uso é muito claro que ele é ambientalmente correto, porque ele reduz efetivamente a poluição, os materiais particulados, os gases que provocam o efeito-estufa, mas lá no campo,

ele também tem que ter essa responsabilidade ambiental e isso é muito importante. Como foi dito aqui, nós somos cobrados internamente e externamente muito sobre isso.

O Brasil tem uma responsabilidade ambiental e a gente está tentando nesse programa, demonstrar que é possível produzir com sustentabilidade social, porque não é justo perder essa oportunidade de estar gerando emprego e renda no campo com a produção de combustível. O Brasil não pode pagar quatro reais no litro de biodiesel que vai substituir o diesel que custa hoje 1 e 80, 1 e 75, 1 e 70, dependendo da região. Então, ele tem que ser competitivo, tem que ser viável economicamente para a nossa realidade. Pode passar.

Aqui há uma estrutura gerencial hoje no programa que é importante a gente atentar. Nós não estamos atuando no Programa do Biodiesel sem uma gestão muito firme por parte do Governo Federal. Há uma Comissão Executiva Interministerial, que hoje ela é coordenada quase que diretamente pela Ministra Dilma, que reúne os Ministros regularmente e que tem uma equipe técnica coordenada pelo Ministério de Minas e Energia, composta por vários Ministérios também, que dá todo o suporte para implantação do Programa.

Então, a coordenação central dele está na Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel que fica na Casa Civil, e a coordenação técnica desse programa está no Ministério de Minas e Energia, que coordena as áreas dos diversos Ministérios envolvidos nesse programa. É dali que saem as diretrizes, dali que sai o marco legal, dali que saem as leis que foram aprovadas aqui no Congresso; foram duas Medidas Provisórias que passaram pela Câmara e pelo Senado. Então, é importante reforçar essa capacidade gerencial como foi colocado aqui: A capacidade de planejamento e de implantação do Programa do Biodiesel, no caso dos programas de biocombustível em geral. Pode passar.

Essa é a estrutura de planejamento, só uma ilustração da estrutura de planejamento que foi desenvolvida no Programa de Biodiesel, onde nós trabalhamos desde o princípio observando a experiência mundial com o programa, os nossos potenciais, o diálogo que nós fizemos com academia, com os cientistas, com os trabalhadores e com os agricultores. Foi um amplo diálogo que permitiu a gente estruturar um programa que tem marco legal, que têm políticas públicas, que tem mercado; nós criamos um mercado compulsório que começa a valer agora em janeiro de 2008. Têm linhas de financiamento, boa parte das usinas de biodiesel que estão montadas são financiadas com linhas que têm origem no BNDES, operadas pelo Banco do Brasil e outros Bancos e inclusive Banco privados.

Nós temos a Agência Nacional do Petróleo que é responsável por fiscalizar o biodiesel e existe um padrão de qualidade, esse é um debate inclusive internacional: Qual será o padrão de qualidade desse combustível em nível internacional? Já que nós não queremos combustível só de cousa como é na Europa. Nós queremos um biodiesel de qualquer coisa praticamente, como nós fazemos no Brasil, onde nós fizemos o biodiesel da soja, fazemos do girassol, fazemos da mamona, fazemos do algodão, fazemos do sebo, da gordura, até de esgoto é possível fazer esse biodiesel, desde que atenda a critérios técnicos ele deveria ser aceito internacionalmente.

Hoje os países protegem seus mercados através de restrições técnicas como é o caso da Europa e dos próprios Estados Unidos, onde está mais amarrado a soja diferente da Europa que é na cousa.

O Brasil construiu um marco legal, uma especificação técnica em que as montadoras aceitaram e ao mesmo tempo, ele consegue respaldar um conjunto de oleaginosas que são produzidas no Brasil. Essa é uma grande vantagem que o biodiesel tem. Ele não depende uma única planta, ele pode ser obtido de várias plantas no nosso país de acordo com as regiões. Então há um planejamento e há uma execução em andamento a esse planejamento. Pode passar.

Aqui é o nosso mercado interno. Como no caso do álcool, foram trinta anos ancorados no mercado interno para chegar a uma expectativa como, a que temos hoje de aproveitar o mercado externo. O biodiesel, ele vai se ancorar no princípio no mercado interno não há outra alternativa, até porque não existe mercado externo de biodiesel. O que existe são especulações. Nós recebemos quase todas as semanas delegações estrangeiras para conversar sobre biodiesel.

No Governo Federal e certamente em todos os organismos ligados ao tema, há um diálogo intensivo com outros países, só que negócios que é bom não saem. Então, há uma expectativa, mas não há formato de negócios, não há regras internacionais, não há critérios, nem política tarifária. Enfim é isso que foi dito. O Brasil vai ter que lutar muito para estabelecer regras internacionais para que esse mercado de fato exista. Nos próximos anos, certamente para o biodiesel o mercado interno é o mais importante. Está aqui a nossa matriz de combustíveis, aonde o diesel é o principal combustível disparado.

Se o álcool é o concorrente da gasolina, o biodiesel é o concorrente diesel. E o diesel é o principal combustível que move o país e que move o planeta, porque em outros países a utilização do diesel é ainda maior do que no Brasil, já que os veículos leves, por exemplo na Europa, utilizam o diesel. Então o biodiesel

tem um potencial, um mercado que é imenso. No caso do Brasil é um mercado de 40 bilhões de litros que são consumidos por ano de diesel. Para vocês terem uma idéia, nós consumimos 25 bilhões de litros de leite e tem um milhão e 800 mil famílias envolvidas na cadeia do leite. 40 bilhões de litros de diesel que poderão, parte, uma parte significativa ser substituída por biodiesel. Então, o impacto que isso pode ter no campo em termos de geração de emprego e renda é muito grande. A nossa “pizza”, ela demonstra bem o potencial que tem esse novo combustível. Pode passar.

O biodiesel vai entrar inicialmente com 2%. Nós já estamos operando com quase cinco mil postos de combustível no país com 2%, praticamente 30% do território nacional já está coberto com a mistura de 2%, até o final do ano nós vamos passar desses 2%. O Governo já decidiu que 2013 não é mais a nossa data dos 5%, o indicativo atual é 2010, mas do jeito que está indo, Senador Roriz, nós vamos ter antecipar para chegar em 2009, provavelmente. Porque a capacidade produtiva que está se instalando no Brasil está numa velocidade espetacular e vai colocar o Brasil como o segundo maior produtor de biodiesel, provavelmente no final desse ano. Nós vamos provavelmente passar a Alemanha em capacidade instalada ainda em 2007. Acredito que só os Estados Unidos estará na nossa frente na capacidade de produzir esse novo combustível. Pode passar.

Aqui é o calendário, ali tem um errinho na tabela do meio que ainda estava com a antiga legislação, a nova ainda não foi publicada, mas é isso. É um mercado de 840 milhões nesse primeiro momento, um bilhão de litros nas nossas contas a partir do ano que vem e 2,4 bilhões de litros a partir de 2010. Isso ainda é muito pouco diante do potencial que nós temos. Isso foi o que nós construímos, quando não tínhamos nem um litro de biodiesel no país, mas essa capacidade está crescendo muito rápido. Pode passar.

É importante o marco legal, evidentemente aqui é a Casa da Lei, não é necessário explicar que o processo legal do biodiesel com as duas leis, os decretos, é importante. O que é importante destacar aqui, é que o Governo teve uma criatividade e que mercado internacional está cobrando muito isso do Brasil e no Brasil também o público interno cobra. Como nós estamos estimular a inclusão social? Ou como nós vamos estimular a melhoria da qualidade da inserção do pequeno produtor nas cadeias de biocombustível? Nós não conseguimos fazer isso até o momento.

A cadeia de empregos, ela precisa ser melhorada no setor de biocombustível. No biodiesel, nós tentamos nascer com uma estrutura que estimula uma participação de maior qualidade na cadeia produtiva

e a política fiscal é o nosso principal instrumento. É a troca de impostos por inclusão social, que está viabilizando hoje a participação de quase cem mil famílias na cadeia de biodiesel. Hoje nós temos perto de cem mil famílias já plantando oleaginosas nessa safra 2006/2007 e, vamos passar de 200 mil famílias na safra 2007/2008. Por quê?

Porque os mecanismos que o Governo desenvolveu de incentivos tributários eles estimulam as indústrias pequenas, grandes ou médias a trabalhar com agricultura familiar. Sem trabalhar com agricultura familiar hoje no Programa do biodiesel, você é menos competitivo. Eu acho que esse foi o segredo que o Governo conseguiu desvendar. Se você não mexer no bolso do setor privado e dizer: “Olha, se você quer ganhar dinheiro você vai por aqui”, ele não vai. “Então, se você quer ganhar dinheiro produzindo biodiesel vai ser necessário trabalhar com a agricultura familiar, caso contrário nós vamos apertar bastante nos impostos”.

Então fica caro produzir biodiesel sem a agricultura familiar, com agricultura familiar fica mais barato, por conta dos mecanismos tributários que foram aprovados tanto aqui no Senado, quanto na Câmara que foram muito importantes que hoje é a base praticamente de sustentação do nosso programa. São os co-eficientes de redução tributária que permitem a agricultura familiar dar vantagens para a indústria que fizer parcerias com elas. Pode passar. Para regular essa relação entre a indústria e o agricultor familiar, nós criamos o selo combustível social. Então, se fala muito na certificação de combustíveis.

Nós estamos vivenciando uma experiência de certificação de combustíveis que leva em conta critérios sociais e que leva em conta legislação ambiental brasileira e que é um selo muito simples. Nós estamos vendendo esta idéia no Exterior; estamos vendendo essa idéia na Europa; estamos vendendo a todas as delegações que nos visitam. Porque é muito importante que o Brasil saía na frente na discussão de critérios de comércio internacional, sociais e ambientais. Eles nos cobram, mas nós temos que ser propositivos. No Programa do Biodiesel nós tenhamos fazer isso, propondo uma certificação, em que um combustível passa a ter um reconhecimento de que ele responde a objetivos sociais e ambientais.

Então isso é muito importante para nós e os critérios são três basicamente. Comprar uma quantidade mínima de matéria-prima. Então, não adianta comprar o cacho de dendê, um hectare de dendê e falar que está fazendo inclusão social. Não adianta comprar um saco de mamona, um saco de girassol e dizer que está fazendo inclusão social. Então, há uma quantidade mínima em relação ao que essa indústria utiliza, o que

ela precisa cumprir para poder ter acesso ao sistema de benefícios, que não se esgota no fiscal.

Os contratos, quer dizer, a agricultura moderna é uma agricultura de contratos. A agricultura familiar sempre foi excluída dos contratos, ela trabalha muito no balcão, na informalidade, na especulação do mercado local. Com a contratualização da cadeia produtiva do biodiesel, nós queremos que o produtor antes de plantar ele saiba para quem vai vender, ele saiba por quanto vai vender e em que condições vai vender. E obrigatoriamente, Senador Sibá, esse contrato tem que ser negociado com uma representação dos trabalhadores da agricultura.

Então hoje, não tem nenhuma empresa com o Selo Combustível Social, que não tenha o respaldo de uma CONTAG, de uma FETAG, de uma FETRAF, nas negociações entre a indústria e os agricultores. Quem define o preço da mamona, do girassol, da soja, do dendê, na relação com as indústrias é a empresa privada e a representação dos trabalhadores. Isso não existe nas cadeias produtivas que a agricultura familiar está inserida, aonde ela tem uma cadeira cativa na negociação de preços e condições de relacionamento comercial entre as partes. Aqui no Selo Combustível Social isso é regra.

Não vale o contrato que não tenha a assinatura de uma representação. Colocou um desafio para o movimento sindical monumental, que é entender de custo e produção agrícola, entender de logística agrícola, entender de negócios agrícolas. A gente está trabalhando pesado, para que toda essa capacidade seja, o mais rápido possível adquirida, para que cada vez mais as negociações sejam frutíferas. E terceiro, a assistência técnica obrigatória. É obrigatório que a empresa que trabalha com agricultura familiar, ela trabalhe prestando serviço de assistência técnica.

Então diferente de outras cadeias produtivas onde isso não ocorre, nós trabalhamos dessa forma. E os segmentos mais modernos do agronegócio brasileiro onde a agricultura familiar está presente, trabalham assim. Quando você pega a Sadia, a Sadia trabalha assistência técnica, contratos e garantia de compra. Vai ver o IDH das áreas onde está presente esse tipo de sistema? Aqui nós aperfeiçoamos ainda mais esse tipo de sistema.

A Perdigão, a Souza Cruz, várias empresas que trabalham no campo e com agricultura familiar, na área de suínos, aves, leite, trabalham com sistema semelhante a esse. O que Governo fez foi procurar legalizar isso e dar mais respaldo aos trabalhadores do campo, para que eles tenham peso e voz nas negociações o que não ocorre nas demais cadeias produtivas. Pode passar, por favor.

Aqui é política tributária, pode ir passando rapidinho para a gente poder... Vai só clicando até aparecer o quarto, mais um, Ok. Aqui é a estrutura tributária que eu estava falando. Então, um grande produtor que montar uma usina de biodiesel, por exemplo, lá na Paraná do nosso Senador Osmar Dias, e não quiser trabalhar com a agricultura familiar que tem uma presença importante no Estado, ele vai pagar 218 reais por metro cúbico de biodiesel produzido de PIS/COFINS. Ele vai pagar PIS/COFINS, 218 reais por mil litros ou quase 22 centavos por litro.

Agora, se ele trabalhar com as cooperativas do Estado do Paraná, envolvendo agricultura familiar na produção de oleaginosas, ele vai pagar 70 reais por metro cúbico, com qualquer oleaginosa, seja soja, seja o girassol, seja a mamona, seja o dendê. O importante é trabalhar com agricultura familiar. Então, há uma redução caso 15 centavos por litro, o que é uma redução muito significativa. Um produtor de óleo, ele não ganha 15 centavos de margem líquida, ele não ganha. Ele não consegue ganhar 15 centavos de margem líquida.

Então, nós mais do que dobramos a margem líquida dele só com a redução de impostos. Para quê? Para ele se relacionar com a agricultura familiar. Ele tem um gasto a mais por trabalhar com agricultura familiar. Ele lida com um número de fornecedores muito maior, ele tem uma logística mais dispersa. Ele tem em alguns casos uma produtividade menor, mas o benefício fiscal mais do que compensa. Nenhuma empresa consegue gastar mais do que metade do benefício fiscal com agricultura familiar decorrente dos gastos adicionais que ela tem. E se essa empresa se instalar no Norte ou no Nordeste, com a palma, o dendê ou a mamona nesse momento, não vai pagar nada de PIS/COFINS é zero.

Hoje, o Nordeste é a região com a maior capacidade instalada produtiva de biodiesel. Temos uma planta em construção no Maranhão, temos uma planta em operação no Piauí, uma planta em operação no Ceará, duas plantas em operação na Bahia e mais duas plantas projetadas pela Petrobras no Nordeste. Então, o Nordeste hoje lidera em termos regionais a capacidade, em parte, por conta desse sistema de incentivos regionais que o Governo desenvolveu, mas aqui é importante destacar: Não há exclusividade no Programa de Biodiesel para agricultura familiar. Há uma garantia de participação mínima.

Então, há um debate dizendo: "Não vai ser possível produzir biodiesel no Brasil, porque a agricultura familiar não vai dar conta". Nós não queremos dar conta sozinhos. A agricultura familiar é 30% no Sul e Sudeste; é 10% no Centro-Oeste. Então, a GRANOL que está vendendo biodiesel decorrente do selo dos

leilões do Governo Federal, ela é obrigada a comprar 10% de assentados da reforma agrária e agricultores familiares da Região Centro-Oeste. E ela vai comprar mais do que isso, mas é o mínimo. Os outros 90, quem está suprindo? É a soja do Mato Grosso, é a soja de Goiás, é a soja de Mato Grosso do Sul.

Então, o agronegócio participa do Programa do Biodiesel ativamente. E há um mito sendo construído de que o Governo trabalha exclusivamente com agricultura familiar. Agora, quando você coloca o pequeno numa cadeia produtiva, às vezes o pessoal fica chateado, mas aqui é uma participação na cadeia produtiva e não exclusividade na cadeia produtiva. Isso que é importante destacar. Pode passar.

Bom, nós fizemos um Programa de Leilões, já fizemos cinco leilões ele tem base na lei, tem base no Conselho Nacional de Política Energética, tem base nas resoluções da Agência Nacional de Petróleo. Um dos critérios para participar dos leilões foi possuir o Selo Combustível Social. Então, isso permitiu que a gente chegasse aonde a gente chegou, com quase 300 mil hectares plantados de oleaginosas hoje, só por pequenos agricultores no país. O IBGE e a CONAB vão começar a medir isso. Na mamona já está aparecendo, mas vai aparecer o girassol, vai aparecer a canola, vai aparecer o dendê com expansão de área plantada por conta do Programa do Biodiesel. Pode passar.

Vamos passando rapidinho. Aqui são os leilões. Aqui é importante. O BNDES tem linhas de financiamento, inclusive, as taxas de juros são menores para os projetos que prevêem a participação da agricultura familiar. Isso também é inédito, trocar taxas de juros e percentual do financiamento que pode subir de 80 para tem 90%, se a empresa prevê trabalhar com agricultura familiar. Pode ir passando, essa é bem rápida todo mundo já conhece. Essa é a cadeia de biodiesel, são as principais oleaginosas.

O Brasil tem uma vantagem que nenhum outro país do mundo tem, pode produzir com várias oleaginosas. A soja é uma cultura excepcional, tem uma base de produção de óleo já dada. O Brasil está aproveitando muito bem a base produtiva que a soja tem, mas nós não podemos nos contentar com a soja. É evidente que, se nós dependermos de uma *commodity* que o que preço lá fora está sendo definido, toda vez que subir o preço lá fora vai subir o preço do combustível aqui dentro? Para quê? Se nós podemos ter a mamona para concorrer, nós podemos ter o girassol para concorrer, nós podemos ter o algodão para concorrer, podemos ter o pinhão manso para concorrer, o sebo bovino para concorrer e vamos criar uma competição saudável, não é Ministro?

Nós vamos criar uma competição saudável entre as oleaginosas e vamos ter um patamar de preços muito mais estável no Brasil, do que nós temos em outras cadeias produtivas, como no caso do álcool que nós temos apenas a cana. Isso, quando os preços do açúcar sobem, há um impacto inevitável no preço do álcool. No caso de biodiesel, se o preço da soja subir, o girassol vai entrar; se o preço da soja subir o girassol entra mais. Então, as empresas inclusive já estão – como eles dizem – se rediando(F), fazendo plantios de mamona, de girassol, da canola, de palma já na expectativa de quando o preço da soja subir – e subiu muito o preço do óleo de soja, ao mesmo tempo que caiu o preço do farelo, mas subiu muito o preço do óleo de soja, o que já coloca essas outras oleaginosas patamar de competitividade importante. Pode passar.

É um trecho do discurso do Presidente Lula, esses dados já estão defasados, infelizmente. Nós já temos mais duas usinas com Selo Combustível Social depois que nós preparamos essa apresentação. O que é importante? Nós já temos uma capacidade de 620 milhões de litros/ano com as empresas que trabalham com agricultura familiar. Temos por objetivo, ainda nesse ano chegar a uma capacidade de 2,2 bilhões de litros de capacidade instalada de usinas que tenham o Selo Combustível Social, isso é para atender 5%. Então, nós estamos muito tranquilos em relação à participação da agricultura familiar. Pode passar.

Bom, aqui são as usinas que estão na fila, usinas que já deram entrada no MDA pedindo Selo Combustível Social, vocês podem ver que têm empresas de todas as regiões do país, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Maranhão, Tocantins, São Paulo, Rio de Janeiro. Então nós temos usinas de biodiesel em todas as partes do país. Pode passar.

Aqui é o mapa das usinas que já estão construídas ou em fase final de construção. Nenhum desses pontinhos verdes ou vermelhos é ficção. Todos eles já têm ou uma planta funcionando ou uma planta em fase final de implantação. Pode passar. Nós vamos ver algumas. Bio, capital, São Paulo, 60 milhões de litros ano. Pode passar, tem o Selo Combustível Social. O emprego que gera dentro da indústria. Pode passar. Esse é o projeto da BSBIOS no Rio Grande do Sul, era papel. Pode passar. Agora já está atrasado porque isso é fevereiro. Essa planta está praticamente pronta em Passo Fundo no Rio Grande do Sul. Pode passar. 100 milhões de litros. Pode passar.

A palma que é uma cultura fantástica em termos de renda, Senador Sibá, hoje quase dois mil reais/mês de renda líquida (soa a campainha) de renda líquida no Pará. Tem que concluir é isso? Então, são quase dois mil reais por família assentada/mês. Não existe nada

que chegue perto disso. Pode passar. A Agropalma que é a empresa que compra desses assentados a palma. Os assentados levam a palma na base do burro mesmo... Até o próximo slide, pode passar; até esse ponto onde há uma espécie de uma caçamba, onde o caminhão da indústria vem buscar. Então, a logística é por conta dos assentados dali para frente.

Qual que é o problema da palma? Infra-estrutura, logística. Uma planta que tem 48 horas de vida útil. Colheu tem que esmagar. Se está longe mais de 50 quilômetros não é viável. Então, levar a indústria para a área agrícola na Amazônia, é uma tarefa que nós vamos ter vencer e vamos ter que vencer esse desafio, temos poucos investidores. Pode ir passando. São usinas de biodiesel, já terminou todo o conteúdo. Pode passar.

O BARRALCOOL que o Presidente inaugurou a primeira usina de biodiesel e álcool no Brasil. Essa é Manguinhos, que está tentando se erguer através do biodiesel, a refinaria. Pode passar. ÓLEOPLAN no Rio Grande do Sul, pode passar. Esse é o arranjo produtivo o APL, que nós montamos em torno de cada usina com os agricultores, representação dos trabalhadores, as empresas e o Governo. Aí a mamona no Rio Grande do Sul, olha a diferença, gente, essa foto aqui é importante para vocês entenderem.

Quando a gente fala que nós não queremos trabalhar com a monocultura, quando nós falamos que nós queremos trabalhar a diversidade. Vejam a mamona, o agricultor familiar gaúcho, no fundo um grão plantado, ao lado o leite e o pasto para o leite. Então, é um sistema em que combina agroenergia, biocombustível, com produção de alimentos. É dessa forma que o Ministério do Desenvolvimento Agrário está trabalhando, sempre combinando porque um ajuda o outro, isso é muito importante. E por acaso, nessa região é uma região de fumo, em que nós estamos plantando a mamona depois do fumo, já dentro do Programa de Diversificação da Produção para os Produtores de Fumo. Pode passar.

Também no Rio Grande do Sul, isso é um exemplo de que a mamona já é cultivada por empresas que não são as daqui do Nordeste, são empresas como a BSBIOS, a ÓLEOPLAN, a própria Caramuru, todas elas estão investindo também na diversificação de oleaginosas. Aí é a planta aqui da Bahia, da IBR, pode passar. Aqui é uma forma como se constrói a relação entre agricultor familiar e indústria. Ali vocês podem ver: “O movimento sindical participou da negociação e apóia esse projeto”. Está ali a CONTAG, a Brasil, e a CODISE é um exemplo de como se trabalha o arranjo produtivo. Pode passar. É a planta do Ceará.

Pode passar. Planta do Piauí. Pode passar. Planta de Tocantins. Pode passar.

Cooperativa de oito mil agricultores familiares que foi criada em função do Programa do Biodiesel na Bahia. Essa frota de tratores que aparece, a cooperativa comprou com o dinheiro da mamona vendida pelas indústrias de biodiesel. E essa equipe de pessoas, está meio escura, são os técnicos da cooperativa contratados para trabalhar com a mamona. Pode passar. O girassol na região de Irecê na Bahia, isso é também inédito, nós estamos trabalhando fazendo o zoneamento junto com o Ministério da Agricultura.

Nós vamos ter o zoneamento de todas as oleaginosas brasileiras até 2010. Nós só tínhamos da soja, nem do girassol o Brasil tinha zoneamento. Agora, tem. O girassol está zoneado em boa parte do país. Esse ano a gente conclui a Região Sul. A mamona não tinha zoneamento, está zoneada em todo o Nordeste e, vai estar zoneada em praticamente todo o país ainda em 2010. Então é um trabalho difícil, técnico, mas a gente está fazendo a uma velocidade muito rápida. Pode passar.

Aí é um exemplo de como combina comida e energia. É o feijão ali em baixo, é a mamona em cima, e a carnaúba, a palmácea que ele está trabalhando. Aqui é um típico agricultor familiar nordestino, que trabalha em média dois ou três hectares de oleaginosa e alimento. É o feijão plantado antes da mamona. Pode passar.

É isso gente, então, eu vou parar por aqui porque já avançou, mas nós temos o que comemorar, embora só está no começo. O programa tem uma perspectiva muito positiva, mas nós não fizemos ainda nem metade da nossa lição de casa, com certeza, para consolidar esse modelo que o Brasil está adotando no Programa do Biodiesel, tem muito trabalho pela frente. Nós temos que definir e aperfeiçoar o marco legal, temos que pensar na continuidade dos leilões, temos que adequar cada vez mais as políticas públicas como crédito, seguro, zoneamento, sementes.

Temos que investir muito, muito mesmo na organização da produção. Não há como trabalhar a agricultura familiar individualizada. Então ou se investe em organização da produção ou não é possível inserir esse público e aí é o cooperativismo, não é Ministro. Esse é o tema chave, senão a gente não tem como vencer os desafios da escala. Articulação com o Movimento Sindical e adesão das empresas foi fundamental para que a gente chegasse até aqui.

Então, agradeço essa oportunidade, o Ministro Cássio pediu para que eu viesse aqui, ele não pode estar presente. Eu espero que eu tenha atendido as expectativas aqui de vocês. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Muito obrigado. Em seguida, falaria o Ivaneck. É claro que nós estamos preocupados com o tempo, que seria, se possível, reduzir as palestras, dado o adiantado da hora. Nós fazemos um apelo aos palestrantes de que observe esta advertência. Portanto, nós passamos à palavra ao Sr. Ivaneck Peres Alves, Assessor Jurídico da Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura.

SR. IVANECK PERES ALVES: Eu acho que antes da gente pensar no futuro é bom dar uma lembrada no passado recente, porque no Brasil a gente gosta muito de correr atrás dos espelinhos, dos brilhos e esquece muitas vezes de dados.

Eu vou pegar dois dados interessantes. Em 1988, 80% dos carros novos vendidos no Brasil eram a álcool, 20% a gasolina. Em 1992, 98% era a gasolina e 2% a álcool. Eu acho que esses dados mostram que se fosse num mundo perfeito, onde os usineiros fossem totalmente racionais, as coisas funcionariam como a gente escuta falar em certas palestras, mas a verdade é o que compromisso dos usineiros com o Brasil e com as questões estratégicas do Brasil, estão muito longe de estarem consolidadas. E isso tem que estar atento antes de construir qualquer projeto.

Existe uma fala do Presidente Lula, no seu primeiro mandato, que eu acho muito interessante. Quando ele falou: “Que os Estados Unidos primeiro pensavam neles, em segundo lugar pensavam neles, e em terceiro lugar pensavam neles. E só se sobrava um tempinho, pensavam neles de novo”. Muita gente tentou tomar isso como se fosse uma agressão ou se ele tivesse falando mal dos Estados Unidos. Muito pelo contrário.

O que o Presidente Lula queria chamar é que para os Estados Unidos, em primeiro lugar está a economia deles e o povo deles, depois eles vão pensar no resto. E não é isso infelizmente o que ocorre no Brasil. Porque quando se faz as discussões no Brasil, se toma muito mais em consideração as questões de alguns interesses e não o interesse geral da população. E quando se pensa em questões estratégicas no Brasil, aí é que isso se torna mais evidente, infelizmente.

Os Estados Unidos construíram o país deles e construíram o império deles em cima de três soberanias básicas, a soberania territorial, a soberania alimentar e a soberania energética. Isso é algo que os americanos não abrem mão de ter domínio, sobre essas três questões: Soberania territorial, soberania alimentar e soberania energética. Por isso, eu acho muito difícil que os Estados Unidos estejam apostando para substituir a chamada civilização do petróleo em etanol, em um produto sobre o qual ele não vai ter soberania; em que ele vai depender principalmente dos outros países,

mesmo porque, é impossível que o etanol venha de alguma forma a substituir toda a necessidade energética dos Estados Unidos. Isso não vai acontecer. Nós sabemos disso.

Os Estados Unidos podem até usar o etanol num processo de transição, mas eu tenho absoluta certeza que, se ele está gastando um bilhão com etanol, ele está gastando muito mais em outras alternativas sobre as quais ele possa ter o domínio e a soberania. Não vamos nos enganar sobre isso. Não vamos começar a achar que os Estados Unidos está fazendo essa aposta, isso é como a Aliança para o Progresso. Quem achava que a Aliança para o Progresso era efetivamente para ajudar os pobres da América Latina, pelo amor de Deus, não é?

Então, os Estados Unidos vão construir a soberania energética deles de substituição sobre o petróleo em algum produto sobre o qual ele tenham pleno domínio. Eles não vão fazer isso sobre um produto em que o domínio é dos outros. Os Estados Unidos não vai fazer isso. Isso para mim que está acontecendo, dessas promessas que estão se colocando é puro brilho. E a gente tem que estar atento a isso, porque senão o que vai acontecer é que nós vamos comprometer toda a nossa estratégia interna em busca de uma solução de mercado externo, que não vai ser da maneira como nós estamos pensando. Isso a gente tem que pensar.

A gente está discutindo aqui é estratégia de 20, 30, 40, anos, de cem anos. Nós não estamos discutindo aqui o que vai acontecer nos próximos cinco, dez anos. Ou nós temos isso claro ou o Brasil vai ser como aquele índio que vendeu a ilha de Manhattan para o holandês, acho que por umas bugigangas lá. Os Estados Unidos estão tentando transformar a gente naquele índio que vendeu aquela bugiganga. A gente tem que tomar muito cuidado para não comprometer os nossos interesses estratégicos, em cima de uma pauta que está sendo construída de fora para dentro. Eu acho que o Bush foi muito inteligente em colocar essa pauta, porque essa pauta inclusive tira do foco qual é o papel que os Estados Unidos têm hoje no processo de aquecimento global, que vai muito além de simplesmente a questão automotiva, pega inclusive todo o complexo industrial americano. E nós vamos ficar achando que através da substituição de gasolina por etanol ou complementação por etanol a questão vai estar resolvida. Não vai estar. Então essa é a primeira questão que eu quero chamar atenção.

Nós podemos estar colocando, ao invés de estar construindo uma estratégia clara, porque para o Brasil realmente a agroenergia é fundamental em termos de futuro e em termos de construção de futuro, dado

as nossas reservas de petróleo serem extremamente limitadas, quando você pensa num horizonte de cem anos por exemplo. Então, para o Brasil essa é uma solução, mas essa eu não acredito que seja a solução que os Estados Unidos estão apontando ou em qual eles estão apostando. Uma coisa é clara e acho que o ex-Ministro Roberto Rodrigues já apontou. Se vai ter um projeto de etanol, ele não pode ser no moldes do processo do PROÁLCOOL.

O PROÁLCOOL um projeto concentrador de renda, concentrador de terras, socialmente injusto, e estrategicamente desastroso. Essa é a realidade do PROÁLCOOL, para não falar que ambientalmente ele foi totalmente insustentável. Então, construir um projeto de etanol, como uma mera continuidade do PROÁLCOOL é acabar com o futuro desse país. É acabar com o futuro desse país, porque nós vamos estar apostando na pior das soluções.

Como o meu tempo é curto, eu vou tentar já indo para conclusão. Nós dizemos sempre que a cana-de-açúcar produz dois bagaços, o bagaço da cana e o bagaço humano. O bagaço da cana as usinas já sabem como é que aproveitam, seja para a produção de energia elétrica, seja como para construir outras cadeias alternativas dentro da própria propriedade, como faz por exemplo, a Usina de Coruripe em Alagoas. Então, para o bagaço da cana já tem solução e, o bagaço da cana é altamente rentável. O bagaço humano continua sem qualquer perspectiva de solução nesse Brasil.

Ano passado, morreram mais de dez pessoas no corte da cana em São Paulo por exaustão, e muitas já morreram esse ano também. Quando se vem aqui falar que a cana-de-açúcar vai dar emprego, ninguém sequer ousa dizer qual é a qualidade desse emprego. Qual é a remuneração desse emprego. Quais são as condições sociais que são dadas para o trabalhador da cana. Só se diz que tem mais trabalho, tem mais trabalho mesmo. Tem mais trabalho e cada vez para menos gente.

Em Goiás, por exemplo, você produz hoje três vezes mais cana-de-açúcar e emprega um terço do que empregava em 1990. Ou seja, a produtividade que tem que alcançar um trabalhador do corte de cana hoje em Goiás, é três vezes mais do que há dez anos atrás. Isso está matando esses trabalhadores. Aumentar simplesmente a plantação de álcool sem rever as condições de trabalho, é matar mais brasileiros para exportar etanol e mover carro americano. É se preocupar muito mais com a população americana do que com a população brasileira.

Com a população americana os Estados Unidos já se preocupam e muito bem, mas quem é que se preocupa com a população brasileira? Quem é que está

se preocupando com esse trabalhador? De quê filhos e de que netos nós estamos falando aqui? Os filhos e os netos dos usineiros ou os filhos e os netos de quase um milhão de cortadores de cana? É esse o futuro que nós temos que discutir, discutir o etanol do jeito que está sendo feito é muito bonito e em festa de gente de bens, mas não em uma festa de gente de bem. Isso é uma coisa que tem que ficar muito clara, gente.

Nós temos que realmente... Etanol é uma possibilidade? É possibilidade, mas é uma possibilidade que pode trazer muita desgraça e muito mais problema no futuro, que depois nós mesmos é que vamos ter que arcar para resolver do que solução. Se ele continuar como uma mera extensão do PROÁLCOOL ele vai afundar boa parte da agricultura brasileira, vai trazer muito mais miséria e muito mais concentração de renda nesse país, além dos danos ambientais que ele vai causar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Vamos ouvir, pela ordem aqui de inscrição, ouvir a palestra de Antônio de Pádua Rodrigues, que é Presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, que ele é indicado aqui para representar o Grupo Moema. Com a palavra o Doutor Antônio de Pádua Rodrigues.

SR. ANTÔNIO DE PÁDUA RODRIGUES: Bom dia a todos. Na verdade, eu sou Diretor da UNI, tem o Presidente da UNI, que é o Eduardo Pereira de Carvalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Pois, não.

SR. ANTÔNIO DE PÁDUA RODRIGUES: Em nome do Senador Roriz e da Senadora Marisa, eu cumprimento a todos os presentes.

A agenda que o ex-Ministro Roberto fez, que o Ministro Roberto fez, eu acho que ele é completa. Eu vou procurar colaborar ou complementar algumas das colocações que ele fez.

Algum ponto. A expansão é uma realidade. A expansão está acontecendo nas últimas duas safras nós tivemos 17 novas usinas começando a safra. Esse ano nós temos 17, o ano que vem nós temos 30. E, são empresários predominante do setor que acreditam no setor e que acreditam nesse mercado interno a partir do 2003 quando houve a introdução dos veículos *flex*. Então, toda essa expansão que está havendo, ainda é uma expansão voltada predominantemente para o mercado interno, em função da própria colocação do Ministro que não existe ainda mercado externo de álcool a não ser o mercado americano, que é outro grande mercado mundial produtor de álcool, mais do que nós produzimos. E que usa o álcool na mistura da gasolina.

Fora desses países, os demais países são todos promessas. Então toda essa expansão é voltada para oportunidade do mercado interno. Acredito que haverá novas expansões e talvez maiores do que essa, a partir de que o álcool se torne uma *commodity*, a partir de que muitos países passem a demandar o uso de álcool em suas matrizes energéticas. E a partir do momento que muitos países, como foi citado África e outros países potenciais passem também a ofertar esse produto. Aí sim, efetivamente o álcool se tornará uma *commodity* a nível mundial. Essa base ainda está por vir.

Acredito que também haverá uma outra terceira fase, haverá uma mudança na produção mundial de açúcar com certeza, o mundo vai continuar a comer açúcar cada vez mais. Vai haver uma redução de produção em países importantes, produtores como da Comunidade Européia. De fato o país como mais potencial de expansão para atender também esse mercado é o Brasil. Então haverá, provavelmente, um terceiro momento daqui há 15 ou 20 anos uma nova expansão, assim já voltada para o mercado de açúcar, uma vez que agora o mercado de açúcar está saturado e dependeria muito das reformas econômicas que está em discussão. Foi colocado duas situações: Uma que em 1988, 80% da frota era de álcool, e em 92, 93% da frota era gasolina. É verdade mesmo? Por que isso ocorreu? Porque nós tivemos de 1970 a 2000 cinco grandes mudanças na matriz de combustível líquidos desse país. Primeiro o Governo resolveu lá atrás a criar uma dialização desse país. Nós trocamos todos que os veículos a gasolina por veículo a diesel.

Chegou 1974, com o choque do petróleo, houve a introdução do Álcool Anidro na gasolina. Veio o segundo choque do petróleo 1979, 1980, se resolveu se substituir a gasolina pelo álcool. 1985 houve uma queda no preço do petróleo e houve uma decisão de Governo, na realidade de trocar de novo o álcool pela gasolina. Agora, recentemente, veio o gás o GNV, resolveu-se trocar a gasolina pela GNV. Agora em 2003, surgem de novo outros veículos que é o *flex*, que é o consumidor que vai decidir, se vai usar álcool ou gasolina.

Então, vem uma nova mudança na questão da matriz energética. Então, é de fundamental importância, realmente definir qual é a papel do álcool nos combustíveis líquidos. Essa definição nunca houve. É por isso que houve essa mudança de frota nesse período que foi comentado. Nunca foi irresponsabilidade do produtor contra abastecimento. Era um Programa de Governo, com diretrizes públicas.

O PROÁLCOOL é um programa que deu certo, sim. E é por isso que ele continua e resistiu, ele não acabou. A produção de álcool, apesar de ter acabado

todas as políticas públicas, ela continuou em plena expansão.

Precisamos também aderir o novo produto que é a energia. Na nova matriz energética, na matriz elétrica nós temos um Conselho Nacional de política elétrica aonde precisa ter uma presença mais forte dos produtores. Roberto também colocou a questão do estoque. Realmente é um produto que se faz em seis meses e comercializa em 12 meses. Qual é o grande problema do setor hoje? É que não existe mercado de álcool e não existe mercado de gasolina no Brasil.

Existe um único produtor de gasolina nesse país, que entrega produtos as distribuidoras a um único preço. Ninguém assistiu até hoje – apesar de se comentar que a gasolina é um produto livre – alguém importar gasolina nesse país. Por quê? Porque existe toda uma estrutura, existe um monopólio e existe a inviabilidade da importação. E o álcool hoje você tem um concentração da compra por grandes distribuidores, apesar de você ter 850 distribuidoras comprando álcool hidratado, o índice de concentração é 0,84. E na gasolina, o índice de concentração é 0,88. Então, existe um desequilíbrio muito forte na relação de compra e venda desse produto.

O grande do álcool é que o mercado é *spot*. É um produto sem liquidez. As usinas só realizam caixas – botando dinheiro nos seus caixas – entregando um produto fisicamente. Então, o que nós precisamos? É uma ação realmente muito forte, fazer com que o mecanismo de Bolsa funcione e que esse produto passe a ser tratado em Bolsa e que tenha liquidez. Se isso passar a vir a acontecer, se passarmos a adotar a obrigatoriedade da compra do Álcool Anidro que é um álcool mandatário. A gasolina brasileira não pode ser consumida nos veículos à gasolina se 25% de combustível, de 20 a 25, hoje é 23. Ora, esse é um produto que existe uma política clara, senão, não se pode vender gasolina. Então, precisa alguma forma que se haja um planejamento. E esse é um produto que precisa ser contratado de médio e longo prazo. O álcool hidratado quem regula é o consumidor. O álcool hidratado é tabelado. O mercado tabelou. Ele tabelou a partir do preço de gasolina de dois e cinquenta o álcool não pode chegar na bomba hoje numa relação muito superior a 60, 65%. Senão o consumidor migra para gasolina. Pode estar tabelado para cima porque o mercado tabela. E ele não está tabelado para baixo. Então, o que nós precisamos é tratar forte a questão da liquidez do produto, álcool. Se houve quem financia a produção é o açúcar. Por que é o açúcar? Meta-de dá cana é para produzir o açúcar e dois terços da produção de açúcar é destinado a mercado externo. E você tem mecanismo de Bolsa. É com isso que as

usinas se auto-financiam e sustenta carregamento de estoque de safra e entresafra.

A partir do momento que o grande mercado é crescente, é o álcool hidratado em que você não tem nenhum mecanismo, o açúcar vai ser insuficiente para dar a liquidez e gerar caixa para as usinas. Então, esse é um problema que nós vamos enfrentar sério, sério, sério. Se nós não resolvemos esse problema, nós vamos viver com alta volatilidade de preço. Toda a produção de álcool que se tiver vai ser consumida no mercado interno.

A venda de veículos *flexs*, a quantidade de *flexs* que está entrando no mercado, por mais que se produza vai ser insuficiente a um determinado preço. Ora a um preço baixo eu tenho demanda acelerada. A um preço mais alto eu tenho retração de demanda, porque o álcool deixa de ser competitivo. É o pior dos mundos para produtor vender álcool a 60 centavos na safra que pode ser que aconteça esse ano e vender álcool a 1 e 10, na entresafra.

Então, como que nós vamos resolver essa questão? Uma hora o produto é inviável, outra hora ele gera muito lucro. Como é que fica o produtor de cana? O Roberto fez uma colocação sobre a CONSECANA. Eu acredito que foi o que deu e o que sustentou o relacionamento nesse país entre agricultura e indústria.

Hoje o fornecedor recebe por produto, ele não vende produto. Se uma usina fizer 80 litros de álcool hidratado por tonelada de cana, 62% dessa produção é do fornecedor, então daria quase 50 litros. O que existe é que o fornecedor não tem a decisão na comercialização, não é entregue em produto. Ele recebe o equivalente aos 62 litros de álcool, a 62% da produção litros de álcool, 50 de litros de álcool do que vendido no mercado, mas eu acho que pode ser estudado, pode haver uma inovação.

Eu acho que o CONSECANA, esse modelo de precificação de cana, pode alavancar essa expansão com a participação de produtores independentes de cana. Você tem esse mecanismo que dá essa credibilidade. Eu diria só, também agora para concluir, a questão aqui da mão de obra, porque foram colocados dois pontos que se procede. Já existe um avanço da colheita mecanizada. O avanço da colheita mecanizada ele ocorreu, primeiro, pela falta da mão-de-obra. Segundo, agora por uma questão de você eliminar a queima de cana. São Paulo já tem um índice de 45% de colheita mecanizada, nas áreas com declive inferior a 12%. Há um projeto, há uma negociação hoje com o Estado de São Paulo, em reduzir essa eliminação da cana em dez anos, ou seja, você em 2010, 2011, você já quase que terminar com a queima de cana. Nós temos ter dois problemas que são problemas sérios que têm que ser

estudados realmente. Se já existe desemprego nesse país nós vamos gerar mais desemprego.

Então, o que é fazer? É requalificar essa mão de obra que hoje ganha, ganha em relação à outra atividade, em 2005 o salário médio de quem trabalhou na cana-de-açúcar aqui na Secretaria do Trabalho foi de 800 reais. Eu diria que outra cultura poderia pagar esse salário. Então, esse pessoal vai viver do quê? Vai voltar para o Vale do Jequitinhonha? Vai voltar para o Nordeste e vão comer o quê? Vão viver do quê? Têm problemas? Têm problemas. Tiveram muito mais problema no passado. A ÚNICA tem consciência disso. Temos um trabalho muito forte para acabar com a terceirização, principalmente no corte de cana.

Nós temos um convênio com a FEAESP, que é uma entidade atuante dos trabalhadores em São Paulo. Temos convênio de fazer com que se cumpra integralmente a NR31, que são às condições de trabalho. Não há uma perfeição? Não há uma perfeição. Tem aqui o registro: São Paulo tem 100% de carteira assinada? Não tem, mas em 2005 em 93,8% de carteira assinada, sendo que em 92, eram 80,4%. Então, há uma conscientização do ponto de vista social. Há uma conscientização do ponto de vista ambiental.

E, se não tiver, evidentemente se essa atividade não tiver uma sustentabilidade econômica, ou seja, preço que remunere o produtor seja de cana, ou seja o processador, se ela não tiver uma sustentabilidade ambiental. E, se ela não tiver uma sustentabilidade social, ela não sobrevive isso é uma consciência. Nós estamos também trabalhando na questão da certificação. Uma certificação é fundamental. E quando se discute a Amazônia Roberto, eu acho que tem que separar essa discussão. E se alega, se discute muito a questão da queimada da Amazônia. O que suja a nossa matriz energética é a questão da queimada da Amazônia e ela acaba poluindo uma outra face que é a questão de um produto limpo que é o álcool.

A questão da queimada quando se tratar em qualquer forum, deveria se tratar: Queimar árvore na Amazônia é um problema. E a produção álcool ela realmente é sustentabilidade. Então, eu acho que é isso que eu gostaria de complementar e falar. Eu acho que precisa realmente ter um forum. Hoje não existe forum nenhum que cuide de vários setores, são todos soltos. Nós estamos em mercado e em mercado ou a gasolina mata o álcool ou o álcool mata a gasolina.

A partir do momento que eu tenha uma frota quase que exclusivamente *flex*, se o preço do álcool for barato há uma tendência a todos usarem álcool. Se a gasolina for barata há uma tendência a todos usarem gasolina. E como é que fica? Vai para uma briga de preço de mercado? A concorrência do uso do etanol

no tanque do combustível? Não dá. Não é de interferência de mercado, não é nada. Precisa de algumas revelações ou algumas regras que em mercado dê sustentabilidade na questão da relação comercial entre os vários agentes. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Então, nós vamos passar para o último Palestrante, que é o Dr. Ricardo Cota Ferreira, Superintendente Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

SR. RICARDO COTA FERREIRA – Obrigado Senador Roriz, ao qual agradeço a oportunidade dada a CNA e, cumprimento os demais Senadores e Deputados, meu ex-Chefe, Dr. Roberto.

Eu queria apenas complementar alguns pontos aqui depois de todas essas explanações, como economista, nas primeiras aulas de Teoria Econômica a gente aprende que todo ciclo produtivo ou todo produto tem seu ciclo de vida, tem a sua inovação tecnológica, tem sua maturação, a consolidação até vir a nova substituição por um novo produto. O que nós precisamos fazer nesse momento é potencializarmos o período de maturação e consolidação de todo esse Programa do Etanol no Brasil, para que possamos tirar-nos maiores proveitos dessa situação e gerarmos mais riquezas, mais recursos, mais empregos e maiores exportações.

Com relação a essa potencialização desse período de maturação e consolidação desse processo, eu cito quatro fatores que precisamos realmente trabalhar com mais atividade, que podem ser extrapolados não só para a questão do etanol, mas para praticamente todos os produtos agrícolas como um todo.

A questão o que Dr. Roberto já colocou, com relação à infra-estrutura. Nós não vamos lugar nenhum senão dedicamos maiores esforços na questão da infra-estrutura. Isso não significa apenas recursos, os recursos existem, os investimentos são facilmente pagos e a iniciativa privada está ávida para investir nesse setor. Faltam os nossos famosos marcos regulatórios para que o setor privado se sinta atrativo e seguro o suficiente, para fazer esses investimentos.

O segundo ponto que também é um dever de casa é a questão da garantia do direito de propriedade. Nenhuma usina, nenhum usineiro ou nenhum produtor rural, vai aplicar novos investimentos, vai pedir financiamentos para novos investimentos que têm um período de maturação, de reversão desse investimento, se próximo à fazenda dele tem um acampamento e ele está suscetível a qualquer momento ser invadido. Ou seja, essa questão também é fundamental se quisermos continuar de certa forma atraindo investimento produtivo nesse setor.

Os outros dois pontos são questões muito mais voltadas à parte da vulnerabilidade internacional. E aí eu cito, eu tive essa oportunidade ter passado pelo Ministério da Agricultura, trabalhando especificamente na questão da imagem do Brasil lá fora, na promoção internacional do setor do agronegócio e nós aprendemos questões fundamentais com o Professor Roberto, que são duas questões básicas.

A questão nossa em que estamos: O que nós procuramos essa vulnerabilidade são as questões trabalhistas e ambientais, e nós mesmos somos os grandes propagandistas do caos nesses dois quesitos básicos. Enquanto tentamos justificar nas nossas idas internacionais de que Brasil não possui trabalho escravo, o próprio Ministério do Trabalho se vangloria no próprio site em várias línguas: “Libertou 3.390 trabalhadores escravos”. Terminologia essa que nem mesmo a OIT utiliza.

Quer dizer, uma coisa trabalho forçado, outra coisa... O que é trabalho escravo? Isso até mesmo sem direito ao produtor, ao fazendeiro, ao usineiro de recorrer à Justiça para contrapor. Antes mesmo disso o nome dele já está no site do Ministério do trabalho. O segundo ponto, quer dizer isso leva... É um auto-denuncismo irresponsável feito por nós próprios.

O segundo ponto, quer dizer, com relação a relações de trabalho há uma necessidade urgente de se regulamentar a questão do trabalho de curta duração nesse país. Quer dizer as leis trabalhistas brasileiras, foram feitas durante um período e para os trabalhadores urbanos. Nós precisamos ter adaptações ao trabalho no campo, que tem características totalmente diferentes do trabalho urbano.

E o segundo ponto com relação às questões ambientais – eu acho que vou ser bem sucinto nessa questão, quer dizer, não precisar dizer que é uma área que está hoje mesmo dentro do Governo sendo totalmente dominado pela ONGs, que na verdade, são grandes inimigas do desenvolvimento desse país, essa é a grande verdade. Nós estamos perdendo essa batalha, infelizmente por esse domínio.

Por fim, a CNA tem feito a sua parte. Nós temos programas direcionados tanto para produtores rurais, nós temos e eu até aqui trouxe alguns exemplos para os Srs. Que é Programa Fazenda Legal da qual produtores são instruídos com toda a questão da legislação ambiental, fundiária e trabalhista. E temos também programas direcionados especificamente através do SENAR, para trabalhadores e cortadores de cana, especificamente, que é o Projeto Cana Limpa, que já capacitou mais de 300 mil cortadores de cana nos seus quatro anos de existência.

Eu fico por aqui e agradeço a oportunidade, Senador Roriz.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Bom, antes de passar, liberar a palavra aos Senadores que queriam fazer suas perguntas, nós vamos passar a palavra à Senadora Marisa Serrano, que representa aqui a Comissão de Meio Ambiente e ela é a Vice-Presidente daquela Comissão.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, senhor Presidente, Srs. Senadores, Sr. Deputado, eu quero cumprimentar com carinho especial o Ministro Reinhold Stephanes, o Ministro Roberto Rodrigues, já trabalhamos juntos há muito tempo aqui lutando. Eu mais na Educação e ele mais nessa área da produção, mas sempre juntos pelo país.

Cumprimentar os outros companheiros de Mesa e muito querido Senador João Tenório, que é Presidente da Subcomissão dos Biocombustíveis. Eu queria aqui justificar a não presença do Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Senador Leomar Quintanilha, não está aqui em Brasília hoje, não pôde estar, e me pediu que estivesse aqui como Vice-Presidente representando.

Quero dizer que a nossa Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, também está acompanhando todo esse processo da energia no país, essa mudança de matriz energética. Para nós isso é fundamental porque nós trabalhamos mais com meio ambiente naquela Comissão, como também sou titular da Comissão de Agricultura, eu me sinto aqui em Casa nas duas Comissões.

Eu quero só fazer uma constatação, do que eu está acontecendo no país hoje, que já está acontecendo, quer dizer, não é o que vai acontecer.

No meu Estado do Mato Grosso do Sul, hoje nós temos nove usinas em funcionamentos, certo Antônio? Uma em fase de montagem, 31 projetadas, das quais 19 já estão com seus empreendimentos em fase de implantação. Portanto, das nove de hoje nós estamos com 41 prontas para começar. Então é um crescimento extraordinário. E pensar também que Mato Grosso, que o Senador Jonas representa aqui, nessa Casa, e Mato Grosso do Sul, são os Estados de maior potencial de expansão do etanol do Brasil, certo Antônio? Juntos ambos detêm 44% da capacidade nacional. Vai aí, nesse caso, na produção atual, dessas 41 usinas nós vamos ficar apenas abaixo do Estado de São Paulo no país. A região Centro-Oeste, principalmente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul têm grande potencial e vivem hoje uma realidade já nesse país.

Eu quero só terminar, Sr. Presidente, dizer aqui uma coisa que nos preocupa muito em tudo que foi

dito aqui. É a parte de infra-estrutura também. Além de toda a área social envolvida, dos parâmetros e do marco regulatório, dos parâmetros que temos que acompanhar, mas eu fico imaginando: Se nós não tivérmos o que o Governador do Mato Grosso do Sul está propondo, um poliduto que venha de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul passe pelo Paraná, pela REPAR e chegue a Paranaguá, não tem como nós trabalharmos para escoar essa produção. Porque a proposta é multimodal, porque ela desce ali em Bataguçu no Rio Tietê e sobe o Paraná e pode ir para a refinaria lá de Paulínia.

Então, essa estrutura intermodal é fundamental, sem ela não tem como, não sei como exportar isso porque as nossas estradas estão em estado lastimável. E quem desse de Mato Grosso e Rondônia para o Mato Grosso do Sul e São Paulo, sabe como é que nós estão as nossas estradas. Portanto, é inadmissível que tenhamos uma expansão tão grande sem que a gente tenha pensado na estrutura logística e aqui eu falo que o grande problema nosso de transporte e estoque dessa produção.

Portanto, ficam aqui as minhas preocupações, que eu tenho certeza, são preocupações também de todos que estão aqui presentes. Parabéns ao Senador Sibá Machado por ter proposto essa audiência. Muito obrigada, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Nós vamos passar a palavra antes de permitir às indagações dos Srs. Senadores, ao Presidente da Sub-Comissão Permanente de Biocombustíveis, que é o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Obrigado Presidente, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, Sr. Ex-Ministro Roberto Rodrigues, querida Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente; prezado companheiro Senador Sibá Machado, Vice-Presidente da Comissão de Biocombustíveis, na verdade, esse tema que é trazido aqui é patrocinado digamos assim, pelo Senador Sibá Machado é da maior importância, ele traz ... E é um momento muito interessante, porque ele traz uma visão geral do problema de biocombustível no Brasil.

Nós tínhamos dentro da nossa Subcomissão imaginado um modelo um tanto quanto diferente que é o modelo de trabalhar em blocos, ou seja, como é um setor muito multifacetado é muita, digamos assim, relação com uma série de outros setores, nós achamos conveniente trabalhar isso é bloco. Ou seja, por exemplo, a relação com o mercado que é uma coisa absolutamente vasta, grande e até hoje meio que incompreensível, tem um frisson muito grande nos mer-

cados internacionais na visão de mercado, mas ainda de concreto mesmo não existe grande coisa.

Nós temos três grandes movimentos, um movimento dos Estados Unidos, americano que é o mais concreto que existe. A relação com o Japão que é uma coisa que está indo ainda muito... Não tem um andamento ainda adequado. O nosso Ministro Roberto Rodrigues nos deu uma informação muito interessante que é a inclusão do ex-Primeiro Ministro no grupo. Isso vai fazer com que nós tenhamos mais transparência e clareza do que é que o Japão pensa e acha de fato, concretamente, em relação a essa questão do etanol.

Nós temos a relação social e trabalhista que é uma coisa que efetivamente precisa ser aperfeiçoada, precisa ser analisada. É um quesito importantíssimo e, portanto, vai merecer da Subcomissão uma preocupação muito grande e um trabalho, um foco, um enfoque muito importante é a questão ambiental, que sem sombra de dúvida é algo que tem que prevalecer nas questões a serem debatidas. A questão da infraestrutura tão importante, séria, que como a Senadora Marisa Serrano colocou aqui o seu Estado Mato Grosso do Sul, que tem uma distância importante dos pontos, não é uma coisa de fácil manipulação, carece necessariamente de ter uma maneira de drenar essa produção de uma forma econômica.

Então a questão da infra-estrutura é algo absolutamente importante, as questões das pesquisas de tecnologia e padronização, outro ponto que será debatido assim com muita ênfase pelo setor, apesar de que nós reconhecemos que muita coisas, como disse o nosso Ministro Roberto Rodrigues, já foi feito em termos de tecnologia. E a prova disso são os rendimentos absolutamente imbatíveis que Brasil tem nessa área. O Brasil produz, por exemplo, cerca de sete mil litros de etanol por hectare, enquanto, por exemplo, o milho americano está na ordem de 3, 3 e 500. Então, ainda tem um potencial muito grande a ser conseguido e isso evidentemente vai depender da quantidade de investimento que o Brasil vier a fazer nessa área de pesquisa e tecnologia.

Quando nós inauguramos, digamos assim, a Subcomissão de Agricultura nós partimos de dois princípios básicos. O primeiro deles é que essa Subcomissão, juntamente com a Comissão de Agricultura, trabalharia no sentido de tirar os vícios e os defeitos que por acaso permaneçam e co-existam com o setor hoje. Isso inexoravelmente nós sabemos que existe. Houve aqui algumas palavras do nosso Presidente Peres Alves, talvez um pouco de inflamado, mas na verdade lá no fundo existe muita verdade sobre isso. Então isso tem que ser analisado. A questão ambiental

que foi destacada aqui, também, é uma coisa que vai merecer uma correção.

Então, eu acho que tudo isso tem como objetivo fazer com que projeto seja viável. É um projeto que o Brasil não pode abrir mão dele. O projeto do álcool, a conquista que esse país já faz no... Não apenas do etanol, no caso do álcool, mas biocombustíveis, de um de modo geral, é uma coisa que não pode ser jogada fora. A tecnologia que nós desenvolvemos, as áreas que nós temos é uma coisa de uma preocupação muito recorrente. A questão da utilização de área para cana-de-açúcar e biodiesel de um modo geral.

O Ministro Roberto Rodrigues colocou muito bem. Nós seremos oito milhões de hectares para produzir cana-de-açúcar no ano de 2010 e nós temos 200 milhões de hectares com a pecuária nacional, temos quase 50 milhões de hectares com grão. Isso é uma coisa não pode preocupar. É uma coisa evidentemente que tem que submeter a um zoneamento, tem que submeter a um cuidado para evitar que áreas menos produtivas, também sejam ocupadas por cana-de-açúcar. Principalmente áreas que possam ter algum impacto mais importante, mais deletério no que diz respeito a relação com o meio ambiente.

Então, essa nossa Comissão ela terá como foco exatamente esses dois pontos. Primeiro. Vamos tirar os defeitos e continuar com o projeto, com o programa, uma coisa que é importante. Nós vamos ter que ir corrigindo esses pontos falhos que seguramente o setor ainda abriga. E fazer com que esse projeto, seja um projeto bem sucedido, como um todo. E um segundo ponto é exatamente fazer em bloco, o que eu tinha combinado com o nosso Vice-Presidente Sibá Machado, fazer o bloco e inaugurado hoje de uma maneira interessante, porque é uma visão geral e depois nós vamos separar em blocos.

Seguramente os nossos parceiros aqui presentes, os convidados aqui presentes serão reconvidados para, digamos assim, ter uma participação mais afetiva. A única coisa que eu gostaria de registrar finalmente e depois uma reflexão para o Ministro Roberto Rodrigues é o seguinte; há uma implantação em alta velocidade da produção de álcool no Brasil, isso é um fato que está provado pelos números claramente. Então nós estamos andando com a velocidade supersônica. E o mercado internacional, as coisas de concreto ainda são muito poucas. Existe muita ficção, essa é a grande verdade, isto preocupa muito.

O setor já apresenta esta safra um excedente de produção importante. Então é preciso que as coisas... O Ministro tem tido uma participação muito importante, porque nessas associações internacionais que ele participa. Nós tivemos ontem a oportunidade de con-

versar muito com o ex-Governador Jeb Bush que participa dessa associação, que não trouxe nada assim de concreto é verdade, mas é uma construção de uma relação com os Estados Unidos e efetivamente com outros países que virão a posteriori, que transformarão essa é coisa que ainda é um tanto quanto virtual, que é esse mercado internacional de álcool em alguma coisa mais concreto.

Então, a nossa a preocupação, a preocupação que é preciso registrar e eu deixaria para reflexão dos nossos Ministros e das demais autoridades aqui presentes é a defasagem que existe hoje concretamente entre aquilo que se produz e aquilo que inexoravelmente vai se produzir, quer seja no caso do etanol, como no caso do biodiesel com a expectativa concreta, não virtual de mercado que existe, principalmente no mercado internacional. Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Em seguida vamos passar a palavra para o autor do requerimento que solicitou a presença dos Ministros e de todas as demais autoridades que se pronunciaram e nessa oportunidade ao Senador. Passaremos a palavra ao Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, nossa Senadora Marisa Serrano, da Comissão Meio Ambiente, nosso Presidente da Comissão de Biocombustível, Senador João Tenório. Eu quero saudar o Ministro Reinhold Stephanes, o nosso ex-Ministro e um dos principais consultores tratando assim, Roberto Rodrigues. Aqui, o nosso colega representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário o Anacleto, o Ivaneck da Contag. Também saudar aqui, o nosso representante do Grupo Moema, que eu tive a oportunidade de visitar e, o nosso representante da CMA. Temos aqui também o Presidente da EMBRAPA, não é isso Presidente? O nosso companheiro Silvio Crestana.

Eu, antes de mais nada, quero reprisar as palavras do nosso Senador João Tenório, que a idéia é que a gente possa, talvez, departamentalizar, digamos assim os assuntos, porque são tantos sobre esse momento que o Brasil vive de apresentar ao mundo algumas contribuições para essa crise, podemos dizer assim do combustível e, principalmente, sobre o aquecimento global. Partindo desse pressuposto eu quero entender que, por mais que nós tenhamos problemas para superar vamos procurar coletivamente encontrar tais soluções. É com esse espírito que nós queríamos construir nosso debate aqui nessa Casa.

Acredito que os senhores deverão ser convidados por muitas outras Comissões, a Comissão de Relações Exteriores do Senado e da Câmara, a Comissão de Agricultura daqui e da Câmara, a Comissão de Meio

Ambiente daqui e da Câmara e tantas outras. Nós temos agora uma Comissão Mista Senado e Câmara sobre o aquecimento global, mas que inevitavelmente também vão tratar do assunto e assim por diante.

Eu não posso também falar de tantas coisas porque é impossível, mas fiquei muito bem contemplado com a abordagem inicial até mais, que eu queria mais uma vez parabenizar o nosso guerreiro Roberto Rodrigues, que faz uma abordagem que acho que não esqueceu de nenhum dos pontos, claro que nós não podemos aprofundar todos, mas especificando, nós temos um problema se há ou não há uma questão da crise energética. Eu já faço uma pergunta ao senhor há ou não há uma crise na energia no mundo?

Faço aqui uma comparação rápida, porque o petróleo se arranca lá uma série de subprodutos do petróleo e nós estamos tratando de dois combustíveis, que eu não digo nem que vão suceder, mas estão, digamos assim se complementando; a gasolina através do etanol e o óleo diesel através do biodiesel. Somente esses dois. Se a gente for falar dos plásticos, falar dos lubrificantes e de tantas outras matérias que são extraídas do petróleo é impossível a gente dizer que nós estamos aqui encontrando um sucedâneo para o petróleo, mas aí responder um pouco: Há ou não há uma crise na energia no mundo?

A segunda foi à questão do aquecimento. Faço essa pergunta também se há um chamamento do mundo baseado nesse problema do aquecimento, que eu até pergunto ao nosso Ministro Reinhold, se podemos estar, digamos assim, chamados a atenção por conta deste problema. Voltando mais aqui a uma especificidade, pergunto aqui ao senhor Anacleto: Baseado na matriz que o Brasil pensou para o biodiesel, que absorve um setor que até então teve muita dificuldades de participar de grandes investimentos, o setor da agricultura familiar sempre ficou meio fora dos grandes investimentos.

O Brasil criou o sistema PPP para os investimentos de infra-estrutura de alto porte e estamos inaugurando no Estado do Acre uma experiência tupiniquim, que nós estamos chamando lá de PPC, a participação pública privada e comunitária na matriz dos investimentos não importa o seu tamanho, seja ele de baixa média ou alta complexidade. Quando você vai para a alta complexidade eu fico pensando: Uma usina de cana no Acre – nós tínhamos uma que nem chegou a funcionar, há 18 anos parada – eu acho que o senhor teve oportunidade de conhecê-la, deve entrar em operação no próximo ano. Então, está matriz foi colocada lá.

Então há uma experiência vivida no biodiesel que eu pergunto: Se é possível se pensar esta experiência ser reproduzida, também, na questão da cana

de açúcar que eu também faço essa pergunta para o guerreiro Ivaneck. No caso das questões ambientais essa pergunta foi feita porque no Acre nós não temos experiências me veio outra dor de cabeça enorme. Essa pergunta foi feita porque no Acre nós não temos experiência com cana a não ser para rapaduras, mas para um investimento dessa natureza nós não temos.

Se nós vamos colocar corte de cana manual, nós teremos que utilizar a mão-de-obra humana e consecutivamente o fogo. Se vamos usar o fogo tem aquele período temporário. Alguém me disse: “Não precisa o Acre começar utilizando, vai direto para o corte mecânico”, porque no corte manual nós não chegamos a esse estágio de dizer: “Vai ter um período do ano que você está desempregando pessoas”. Então, eu estendo essa pergunta aqui que me fizeram a todas as demais usinas que deverão ser criadas. Já que não tem lá mão-de-obra estabelecida com risco de desemprego temporário, então já partir direto, porque reduz o índice de fogo.

Do ponto de vista da transferência de renda, o senhor me lembrou uma hipótese a ser trabalhada que eu não captei direito. Como é que nós poderíamos pensar melhor a transferência de renda? Eu fico pensando porque na relação trabalhista é cota. O Ministério do Trabalho eu não sei se é no caso da cana, foi em outras experiências fez uma divulgação, ter feito uma divulgação. Eu estou entendendo que é tentar com isso, que as partes encontrem o mais rápido possível a solução do problema. Eu acho que pode ter sido excesso de zelo, mas em alguns casos até que é cabível para que a gente chame e atenção para superar essa dificuldade o mais rápido possível.

Eu queria imaginar como é que essa transferência de renda poderia ser pensada melhor? Você faz um corte, a experiência do Acre mais uma vez. Estão utilizando assim um básico para tenha todo mundo, mediante, como se fosse por tempo de corte, não por produtividade. Então todo mundo receberia um valor X, e mais a produtividade sobre aquilo que ele tem capacidade de ultrapassar os demais, mas aí vem o medo da exaustão, porque alguns, no afã de ganhar um pouco mais, esticam suas horas de trabalho e às vezes até come menos e come mal. Então é uma outra pergunta que surgiu aqui, muito forte para nós que nós haveremos de encontrar uma solução.

Deixa ver se eu não esqueci de mais nada aqui. Por último, o problema da estratégia mesmo mundial. Eu sei que um país como os Estados Unidos, como qualquer país do mundo gostaria de dominar. Em alguns momentos da História do mundo os dominantes dominaram através das armas, outro período utilizaram método da dependência financeira. Acreditamos

todos nós agora que pode haver uma nova dominação no mundo, a partir do conhecimento, a partir da tecnologia.

Então, se o Brasil é o pai desta criança e ainda está em fase do crescimento, quais são as seguranças que nós haveríamos de tomar aqui no Brasil – aí já faço essa pergunta ao Ministro – que segurança nós podemos ter para que a gente possa até socializar? Tendo em vista de que é preciso aqui na estratégia, ter mais de um país dominando a tecnologia, mas como socializar isso sem cair no futuro, numa dependência de uma tecnologia que nasceu daqui? Como é o caso da borracha, que eu vou citar rapidamente.

A nossa borracha chegou a ser o segundo produto da balança comercial até o início do século XX. Terminamos nessa situação que nós estamos hoje, onde o Brasil não consegue chegar acho que a 30% de seu consumo hoje na questão da borracha. Então uma preocupação muito grande que a gente tem também, é de evitar que o Brasil venha a perder o domínio desta cadeia produtiva tão importante que nós temos. Ah, sim. A hidrólise.

Dr. Roberto Rodrigues, por que nós estamos arrancando o álcool da sacarose não é isto? E já se fala de arrancar de um outro subproduto da cana que é o próprio bagaço. Então eu faço essa pergunta também ao senhor, da possibilidade da gente ter o dobro da produção de etanol no Brasil, usando quem sabe a mesma massa produzida que já temos.

Sr. Presidente, me desculpe a extensão que eu fiz, mas é tanta curiosidade ao mesmo tempo. Eu gostaria saber se todos gostariam de voltar em momentos com mais calma, para gente voltar a tratar até de temas específicos para a gente ter mais tempo de conversar e tirar as novas dúvidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Eu lhe pergunto, se as suas perguntas foram dirigidas ao ex-Ministro Roberto?

SR. ROBERTO RODRIGUES: Duas só.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Foram só duas.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Com a palavra pela ordem, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu faço uma sugestão a V.Exa., que os Senadores se manifestem e depois todos possam responder a todos os Senadores, porque aí nós ganharíamos tempo já que o tempo está avançando.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Eu acho que todos estão de acordo com

a sugestão do Senador Osmar Dias. Vamos passar a palavra a V.Exa. Senador Osmar Dias, em seguida passaremos a qualquer outro ou outra que solicitar. A resposta eles farão no final de todas as perguntas. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, Senador Joaquim Roriz, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, ex-Ministro Roberto Rodrigues, Senadora Marisa Serrano, Senador João Tenório, os componentes da Mesa. Primeiro eu gostaria de me dirigir ao Ministro Reinhold Stephanes, somos do Paraná e gostaria de como Senador, representante do Paraná me colocar à disposição de V.Exa., para dar a minha contribuição modesta, ao trabalho que V.Exa. está desempenhando e terá que desempenhar à frente de um Ministério tão importante.

Nós confiamos que V.Exa., terá em desempenho a altura daquilo que deseja e espera a agricultura brasileira. O Paraná é um Estado cuja importância da agricultura todos conhecem e reconhecem. E V.Exa. traz junto com a responsabilidade, o apoio de todos os setores que trabalham com agricultura no Paraná e o meu também. Estou aqui para publicamente manifestar, independente de Partidos aos quais pertencemos ou correntes políticas, dizer que acima disso estão os interesses da agricultura do Paraná e do Brasil. E V.Exa. pode contar comigo, como o Ministro Roberto Rodrigues sempre pôde contar em todos os momentos aqui. Dizer que aqui a Comissão de Agricultura, V.Exa., pode constatar, será um parceira permanente de V.Exa.

Nós quando convidamos o Ministro, não é para colocar o Ministro em dificuldade para responder perguntas. É para no debate, tentarmos oferecer as nossas contribuições. Sempre foi assim e é assim continuará sendo, até que tenha um requerimento que V.Exa. terá que voltar aqui brevemente para discutir sanidade animal, seguro de renda, assuntos importantes, mas sempre com esse espírito de darmos a nossa contribuição a V.Exa. Então, pode contar comigo e com essa Comissão, eu tenho certeza.

Mas gostaria de fazer até uma observação ao Ministro Reinhold Stephanes e ao Ministro Roberto Rodrigues, porque de uns tempos para cá há uma tentativa de se colocar o agronegócio de um lado e a agricultura familiar do outro, como se isso fosse possível. Agronegócio são todos aqueles que trabalham com agricultura, pecuária, com a produção vegetal, com a produção animal, com aqueles que se envolvem na venda de fertilizantes, insumos, máquinas enfim. Uma cadeia de mais de 60 segmentos da economia e não importa o tamanho se grande, médio, pequeno familiar, todos são do agronegócio.

Até vi hoje, acho que V. Exa. viu também o jornalista Mazza do Paraná dar uma definição que eu coloco aqui, porque eu achei interessante: Não é o agronegócio que deve ser combatido por quem não se sente dentro dele, porque todos estão dentro do agronegócio, todos estão produzindo a mesma coisa com o mesmo objetivo, mas é o agro-ócio. O agro-ócio também independente de tamanho. O latifúndio improdutivo é um agro-ócio. Uma pequena propriedade improdutiva e abandonada, também é um agro-ócio”.

Então, está certo o jornalista Geraldo Mazza, quando dá essa descrição até porque alguns tempos atrás a gente tinha conquistado o respeito da sociedade urbana, depois de muita luta, de muito debate, mostrando que o produtor rural não é aquele chorão que corre atrás de favor do Governo, mas é alguém que ajuda muito o país a se desenvolver e que quer, na verdade, um ambiente de harmonia na relação entre aqueles que têm a propriedade e aqueles que trabalham na propriedade. Isso é que se busca permanentemente.

Então, nós não devemos ver essa nova fase – e eu concordo com o Roberto Rodrigues, quando ele diz: “Esse é um novo paradigma se cria para o país, para a sociedade brasileira e talvez até para muitas regiões do mundo”. Nós não devemos ver isso do lado: “Ah, nós devemos estar preocupados porque de repente, vamos ter o crescimento preço dos alimentos”. Nós devemos estar comemorando e estarmos entusiasmados, como eu ouvi o Roberto Rodrigues colocando o próprio Ministro Reinhold Stephanes.

Estarmos entusiasmados com essa possibilidade que se abre para o Brasil e não para os usineiros é para os trabalhadores, porque quanto mais usina funcionando mais empregos. Quanto mais empresas funcionando mais empregos. Isso causa até espanto em algumas pessoas quando eu falo, mas será que há como ter empregos, sem um empresa funcionando? Eu não vejo como. Essa relação deve voltar a ser harmoniosa e às pessoas tem que pensar com um pouco mais de inteligência e menos ideologia barata, porque é um atraso, mas é um atraso tão prejudicial ao país esse discurso separatista de querer diferenciar, quem produz dentro de uma propriedade de um tamanho e de outro, porque todos sofrem as consequências do mesmo clima, da mesma política e dos mesmos mercados, enfim.

Claro que aqueles que são menores precisam de mais apoio e nós sempre defendemos isso. E até vou dizer que eu concordo com Fidel Castro, tem mesmo que optar: Ou vamos produzir alimento ou vamos produzir álcool, mas isso em Cuba. Ele está certo quando ele fala em Cuba. Cuba tem que fazer a sua opção,

porque não tem área para produzir alimento e álcool ao mesmo tempo. Tem que fazer opção. Vai Produzir açúcar, alimento.

Agora o Brasil pode fazer as duas coisas com muita tranquilidade, mas desde que haja uma coisa que levantada aqui pelo Anacleto. E ele foi corretíssimo de colocar isso, que nós estamos iniciando um processo e é preciso que haja planejamento, sem esse planejamento pode haver problemas. O Anacleto disse: “Olha, nós estamos numa fase inicial de aprendizado e vamos ter que avançar nisso, por isso os debates são importantes”.

Mas eu posso dizer que a perspectiva é tão grande para a questão do álcool, que eu não vou nem me ater; porque os Estados Unidos precisariam produzir para aquilo que o Presidente Bush falou aqui que vai no ano 2017, autorizar 20% de álcool na gasolina americana, precisaria de 330 milhões de toneladas de milho para produzir álcool para tudo isso. Isso significaria 36 milhões de hectares. Quer dizer isso é muito mais do que os Estados Unidos produzem hoje para alimento.

Então, não é que nós vamos sentar na mesa com o Governo Americano e discutir o que eles querem, eles vão ter que também entender que nós temos a liderança. E quem pode, porque tem um custo de produção muito mais compatível muito menor e, a nossa matriz é muito melhor do que a deles para a produção de álcool a partir da cana-de-açúcar. A nossa tecnologia é muito mais avançada e os curtos nos proporcionar essa competitividade. Eles vão ter que sentar e ouvir o que o Brasil tem a dizer.

Nesse sentido é que eu digo ao Ministro da Agricultura: Conte com o Senado nesta busca, principalmente, da questão dos acordos internacionais. Porque nós não podemos pensar só na produção, sem pensarmos que isso vai se tornar realmente uma *commodity* mundial e que nós teremos nos acordos internacionais, negociar vantagens para o Brasil. Nós não podemos continuar pagando 0,3 para colocar um litro de álcool nos Estados Unidos. Nós precisamos que eles revejam isso porque eles vão precisar do nosso álcool para fazer cumprir o Protocolo de Kyoto, para cumprir essa meta que o próprio Presidente Bush está colocando.

De outro lado, quando eu pedi para o Senador Sibá e ele concordou para que nós discutíssemos aqui também o biodiesel. Aí há outra ampla perspectiva, porque eu participei aqui do debate de uma Comissão que foi constituída pelo Senador Mercadante, para instituição da lei, para criação da lei – o Ministro era o Roberto Rodrigues, na época. Eu briguei bastante para que houvesse uma abertura maior e uma ousadia maior naquela lei.

Eu concordo com o Anacleto, que a gente tem que transformar esse Programa de Biodiesel, também num programa social para a agricultura familiar ser uma alternativa para agricultura familiar, dentro aquele espírito inclusive de diversificação, dentro da pequena propriedade e da propriedade familiar, mas eu vejo assim, os dados que eu tenho, inclusive foi a COCAMAR que me passou a nossa COCAMAR, Reinhold Stephanes, que diz o seguinte: Usinas funcionando de biodiesel são 18; já estão produzindo 568 milhões de litros de biodiesel; construídas que ainda não estão em funcionamento, mais 13. 363. Isso iria para 931 milhões de litros. O B2 dá 800 milhões de litros.

Então que o já está para funcionar já ultrapassa. Aí tem: “Em construção 21, em planejamento mais 40”. Vai para 92, que dá cinco bilhões de litros. Isso significa 12%. Mesmo que a gente antecipe para 2010 o B5, vai sobrar, mas vai sobrar que biocombustível? Tem qualidade para exportar? Aí que eu quero colocar, não é nenhuma pergunta é uma sugestão: Que haja realmente um investimento sério em pesquisa nessa área do biocombustível. A gente está falando muito em pinhão-manso, mas não há ainda nenhuma pesquisa que concluiu que pinhão-manso é viável.

Nós não temos ainda nenhum resultado prático. Por exemplo, a COCAMAR desistiu de colocar em Maringá uma usina de biodiesel, porque o custo para produzir um litro é 1 e 60. Se você acrescentar ICMS, mais PIS, mais COFINS, mais frete, mais margem de lucro da distribuidora, mais o revendedor. Acabou. Fica inviável. O litro de óleo diesel chega lá a 1 e 55, 1 e 60, para o consumidor. Então viabiliza.

Outro dia a Gazeta Mercantil deu uma notícia de que o Brasil pode importar biodiesel da Argentina. Por quê? Porque a carga tributária nossa está inviabilizando.

Então Ministro, fica a sugestão da gente pegar isso juntos, para o Congresso possa trabalhar em sintonia com V. Exa., para que a gente possa propor ao Governo Brasileiro o seguinte: “Bom, vamos incentivar sim, no Nordeste e outras regiões incentivo fiscal, subsídios se for preciso dar para agricultura familiar, para que essa seja uma alternativa viável e que viabilize a pequena propriedade da agricultura familiar”, mas não vamos perder a oportunidade de olhar para o mercado europeu que está ávido por biodiesel de qualidade e investir na pesquisa, investir em outras regiões do país, permitindo que com a redução custo tributário, principalmente, essas regiões possam se viabilizar na produção do biodiesel.

Eu diria que esse é o grande entrave hoje, para que outros empreendedores e outras regiões possam investir no biodiesel paralelamente ao etanol, que é

sem dúvida nenhuma um instrumento de desenvolvimento para o país nesse momento, que não poder ser de forma nenhuma desprezado e nem combatido. Nós devemos corrigir sim, os erros cometidos com relação a questão social, trabalho, emprego e a questão ambiental, mas jamais permitir que esses problemas que são corrigíveis, sejam entraves para o crescimento desse setor de produção da agroenergia, como disse o Ministro Roberto Rodrigues, para que a gente tenha no Brasil um desenvolvimento econômico e social e uma distribuição de renda melhor.

Mas para isso é preciso consertar alguns erros que estão sendo cometidos, entre eles essa questão da carga tributária que nos oferece uma desvantagem imensa em relação aos outros países que subsidiam seriamente a produção de biodiesel.

Eu tinha a dizer isso, não vou fazer nenhuma pergunta, apenas dizer que estou à disposição tanto do ex-Ministro Roberto Rodrigues como seu Assessor e também do Ministro Reinhold Stephanes, para que a gente possa trabalhar em conjunto para vencer esse obstáculos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Em seguida, eu passo a palavra para a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero parabenizar meu colega Sibá, pela proposta dessa Audiência Pública, agradecer a todos que aqui estão, dar as boas-vindas ao nosso novo Ministro Reinhold Stephanes, um abraço muito especial ao ex-Ministro e amigo Roberto Rodrigues, enfim, a todos Senadores, Senadoras, CNA, a UNICA, MDA, CONTAG, a todos enfim obrigada pela presença.

Eu gostaria de iniciar, Sr. Presidente, tocando num assunto crucial para todos nós e que especialmente hoje é um dia bastante emblemático. Nós estamos esperando à tarde a reunião da CTNBio. E para não fugir de nosso assunto, por conta de que a reunião da tarde é para avaliar, milho e algodão, mas nós sabemos que a Votorantin, está fazendo uma pesquisa bastante interessante com relação a cana modificada para aumentar o teor de sacarose. Isso pode ser alterado em 20%, está na área ainda de pesquisa.

A pesquisa tem sido liberada espontaneamente, mas a complicação na CTNBio é a comercialização. Feito essa pesquisa, se nós conseguirmos, se essa empresa conseguir comprovar isso, são 20% de aumento também na produtividade sem aumentar a área plantada. Então, o dia do hoje é uma dia especial. Eu queria pedir muito ao Ministério da Agricultura, que ficasse bastante atento ao que está acontecendo na CTNBio. Está havendo um comportamento equivocado

por parte do Ministério Público Federal, que aliás, não é mal vindo em lugar nenhum do país, mesmo porque nós não estamos brincando de fazer coisas escondidas no Conselho e nas reuniões da CTNBio.

Mas nós temos e precisamos fazer gestão ao Chefe-Geral do Ministério Público Federal, porque a Procuradora Regional da República, Maria Soares Cordioli, ela está se comportando como uma militante antitransgênico. Nós precisamos de pessoas sim, que possam fiscalizar qualquer lugar desse país, mas que tenha um comportamento imparcial. E principalmente Sr. Ministro, eu acho que o Ministério Público através dessa Procuradora, deveria cumprir à risca a lei. A presença do Ministério é inclusive questionada, porque não tem assento no CTNBio, pode ficar presente como ouvinte e não como participante, porque não tem voz e voto na CTNBio.

Então, nós precisamos com a máxima urgência, senão quisermos ver em várias áreas, não só do milho, não só no algodão, não só da cana, ver o nosso país paralisado, mesmo porque nós temos outras áreas importantíssima de fármacos que vão salvar vidas humanas que deverão passar por lá. Então, nós não podemos ter esse viés ideológico com relação a transgenia. Mesmo porque o GREENPEACE que grita tanto e fala tanto e que é uma ONG inglesa que faz parte da União Européia, que foi uma das regiões que mais resistiu aos transgênicos, hoje na sua Comissão das Comunidades Europeias, já tem o comunicado da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê das Regiões em Bruxelas, recomendando e dizendo importância do plantio de transgênico naquela região, como meio de promoção do crescimento, do emprego e da competitividade.

Eu não vejo o GREENPEACE por lá, eu vejo ele por aqui falando muito alto, comandando o Ministério do Meio Ambiente, comandando a CTNBio, como se fosse uma entidade brasileira que não consegue fazer nem 10% que estão fazendo conosco aqui. Eu queria que eles fizessem lá na Inglaterra. Lá na Inglaterra, no Parlamento Inglês, mas além da questão da tecnologia, nós temos como já foi dito anteriormente, a questão da logística. Eu estou meio que obcecada por esse assunto, não só com a preocupação da cana, mas pela ansiedade de ver o crescimento e o arrojo do agronegócio brasileiro e a questão da infra-estrutura, da logística de transporte, muito aquém desse arrojo por parte dos produtores rurais.

Nós estamos vendo e não dá, Senadora Marisa Serrano que falou do posto de Paranaguá, pois eu prefiro muito mais que vocês saiam por Madeira, pelo Rio Madeira lá por cima, mas vão fazer três usinas hidrê-

letricas sem eclusa. O Governo anterior fez a eclusa de Lajeado no Tocantins e matou parte do Tocantins sem eclusa. O Presidente Lula está indo ao Tocantins dia 24, iniciar as obras da Usina de Estreito, na divisa com o Maranhão, nem projeto executivo sequer da eclusa tem. E no PAC tem dinheiro para fazer a eclusa de Tucuruí. É só pegar o mapa do Brasil, não precisa ser entendido de nada, basta identificar que azul, a linha azul é o rio em qualquer mapa que você puder pegar. Você vai ver que o curso do Tucuruí passa pelo Rio Tocantins.

Que é impossível você ganhar de Deus o Rio Madeira, que não tem que fazer absolutamente nada ele nasceu pronto Ministro. Ele nasceu pronto, para ser uma grande hidrovia e contemplar com tudo isso, essa nova geografia agrícola brasileira que é esse grande Centro-Oeste que inclui até Estados que não são do Centro-Oeste que é o Tocantins, o Sul do Maranhão, o Sul do Piauí, o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, que o nosso Ministro Rodrigues também conhece tão bem.

A geografia agrícola do país ela sofreu um redirecionamento um outro impulso em outra direção e o investimento em infra-estrutura, em logística muito pouco foi feito. Além de que pela obsessão da energia que eu sei da importância da produção de energia para o país para evitar o apagão, nós estamos matando-se a navegabilidade dos nossos rios e perdendo a competitividade dos nossos produtores. Com o Porto de Paranaguá incompetente, mal administrado pelo Governo do Estado, que já foi pedida interferência, intervenção três vezes pela ANTAC, e o Sr. Ministro dos Transportes está pecando, por crime de responsabilidade por não cumprir o pedido da agência pela intervenção no Paranaguá, submetendo aos produtores rurais de todo o país um acúmulo nesses portos mal administrados.

Eu quero aqui registrar: Itajaí e São Francisco que são portos administrados por prefeituras municipais e muito bem administrados. Por que não tem uma ação política? E quem está pagando o preço não é o Ministro do Transporte, não é a ANTAC, somos nós produtores rurais deste país. Porque a hora parada de multa de hora parada que nós estamos pagando em para Paranaguá, não justifica uma ação dessa em cima de nós brasileiros do campo.

Está tudo errado Sr. Ministro, toda a logística equivocada, aonde se prioriza em cima do PAC, ainda as estradas asfaltadas. Não dá prioridade máximo as hidrovias. A Ferrovia Norte-Sul que está sendo construída no Tocantins, que vai custar um bi e meio, que corresponde ao mesmo trecho de rio; para fazer eclusa custaria 500 milhões de reais; um terço da Ferrovia Norte-Sul.

Todos nós sabemos e aqui ninguém precisa aprender isso, que a hidrovia é mais econômica e que agride menos o meio ambiente e manutenção é zero.

Então, Sr. Ministro, eu quero registrar a minha preocupação, assim como fez a minha colega competente Marisa Serrano, com relação a essa questão da logística, porque o meu Estado é prejudicado, mas profundamente o seu, Senadora Marisa Serrano, o Mato Grosso de Jonas Pinheiro e Mato Grosso do Sul, que está ainda mais deslocado da logística brasileira.

Mas quero também dizer, que de ponto de vista ambiental eu gostaria que o próprio Roberto Rodrigues pudesse fazer essa declaração, embora eu conheça alguns números com relação a questão ambiental, o que significa o plantio de cana em benefício do meio ambiente? Eu quero que você diga Roberto, porque você tem muito mais credibilidade do que eu, para dizer o quanto é importante o plantio de cana e o quanto ele pode ajudar no seqüestro de CO₂, mas prefiro que você diga.

A parceria com os produtores rurais. Eu acho que o que a Conferência Nacional da Agricultura, o que a OCB faz, as Federações e os Sindicatos Patronais desse país, o seu maior dever é defender a classe média rural brasileira. Eu não tenho nenhum problema em defender os grandes produtores, muito pelo contrário, defenderia até com muito gosto e alegria, só que eles não precisam de nós, Sr. Ministro. Não esses que precisam de nós. Eles têm instrumentos e formas de se defenderem.

Agora a classe média e rural brasileira precisa de nós, muito de nós. Eu estou falando da agricultura e da pecuária comercial deste país. E, como disse o Ministro Roberto Rodrigues, nós temos que ter um pulso forte ou toda essa classe média rural poderá ser expulsa do campo, diante de uma ausência de Governo, no sentido de obrigar que o produtor rural seja peça chave na produção de etanol e que garanta a ele a sua propriedade rural, a produção de cana para as usinas.

Nos dias de hoje, Sr. Ministro o grande sonho de consumo de um fazendeiro médio no Brasil é estar vizinho de uma usina de álcool, para que ele possa arrendar suas terras e ir para a cidade, porque a situação o senhor conhece os números e sabe da dificuldade que nós enfrentamos no dias de hoje, em que pese as *commodities* terem melhorado os preços internacionais e dando numa folga melhor aos produtores para se recuperar da crise.

Mas eu li no Estadão de hoje um artigo aonde uma pessoa é citada, Roberto, um agrônomo, um colega seu Fernando Penteado, Presidente da Fundação de Agricultura Sustentável, ele diz que: “No Brasil têm pes-

soas que acham muito, observam pouco e não medem nada”. E eu fico impressionada quando eu olho para alguns números da agricultura brasileira, especialmente da produção de açúcar e álcool do país.

O valor bruto da produção 17.9 bilhões de reais, um milhão e meio de pessoas empregadas em 45 mil fazendas; 60% no entorno de São Paulo e região. 7.8 bilhões de dólares em exportação. E aí, eu ainda sou obrigada: “Porque uma amiga minha me disse que é melhor ouvir certas coisas do que ser surda”. Eu ainda sou obrigada a ouvir que é produzido bagaço da cana e bagaço humano. Não é por aí a conversa. Eu acho que o Sr. Presidente disse outro dia: “Que agora esse povo aqui virou herói”.

Eu quero lhe informar que não planto um palmo de cana, não bebo um copo da garapa porque engorda e, no meu Estado tem apenas uma pequena usina, que iniciou na cidade da Araias. Os produtores de cana, eu quero informar ao senhor que é Advogado, que eles cumprem religiosamente a lei, a Lei 5889, que não trata de contrato de trabalho de curta duração do setor rural, não trata da questão de safra de trabalho temporário.

Agora pelo eu saiba, quem elabora o projeto de lei ou é o Governo Federal – que sempre agrediu e atacou que é o Governo do PT – atacou os usineiros a vida inteira, tem quatro anos de Governo, está indo para o quinto e não apresentou um projeto de lei nessa Casa que pudesse regulamentar essa crise e os ataques que vocês fizeram ao longo 20 anos em cima dos usineiros, e o Congresso Nacional que legisla. Eu não conheço usineiro que faça lei. Eu conheço usineiro que pode estar cumprindo ou não a lei proposta pelo Congresso ou pelo Presidente da República.

Nós temos ainda a ANR 31, que se o senhor não sabe é a norma mais rígida do mundo. Do mundo! Ela é idêntica, Ministro Reinhold Stephanes, ela é idêntica a Convenção 184 da OIT. A OIT tem como países membros 178 países. Sabe quantos países adotaram essa regra? Oito. Dos oito só tem um produtor de alimentos do mundo que adotou essa regra, é o Brasil. Os outros sete não produzem nada e adotou essa regra. Para o senhor ter idéia, ela determina metragem de cama que não é vendida em loja no Brasil, que tem que ser produzida especialmente para atender a ANR 31.

E eu ainda venho escutar na Comissão de Agricultura do Senado, que os usineiros desse país estão produzindo bagaço de gente. Nós estamos produzindo é emprego, eles estão produzindo é emprego. Se tem distorção é irresponsabilidade do Ministério do Trabalho que não sabe fiscalizar; é irresponsabilidade do Governo que não propõe leis ou pode ser irresponsabilidade do Congresso Nacional. Então, eu acho que

está para nós termos uma boa convivência segmentar o agronegócio, esses ataques não vão levar a nada, absolutamente nada Sibá.

O nós queremos é que a pequena propriedade rural, que a agricultura familiar se transforme num Paraná do Ministro Reinhold Stephanes, que são pequenas propriedades altamente produtivas e que contribuem na balança comercial de um setor que tem um terço do PIB, um terço da exportação, um terço do emprego e que merece respeito. Então, não vamos começar a conversa por esse lado que vai ficando muito ruim. Nós precisamos é achar solução.

Nós precisamos nos reunir como conversamos com o Paulo Paim aqui outro dia nessa Comissão, que a gente possa achar uma formatação para regulamentar o trabalho temporário. é muito simples, uma máquina, se eu não estou errada, substitui em torno de, senão me engano, 82 trabalhadores. É isso que nós queremos? Um milhão e meio de desempregados? Quem que vai assumir essa responsabilidade? Gente irresponsável não vai assumir de ver todo mundo na rua, porque eu sinceramente, na situação que está se eu sou usineiro dá vontade de trocar tudo por máquina, quando a gente ouve esse tipo de coisa.

Agora, eu peço encarecidamente a vocês que já foram chamados agora de heróis que tenham mais um pouco de paciência. Vamos tentar regulamentar essa situação, assim como tem usineiro que maltrata trabalhador, também tem pronafeiro que pega dinheiro de PRONAF e compra motocicleta! Tem gente ruim em tudo quando é lugar. Agora, isso não pode ser a média e isso não pode ser levado para o geral, porque aí nós vamos nivelar por baixo e a conversa não fica boa desse jeito.

Nós queremos produzir, nós queremos trabalhar, queremos gerar mais emprego, queremos viver bem com a pequena propriedade, queremos garantir aos produtores pequenos e médios desse país, que eles possam participar da produção cana e receber em álcool como é proposta do Ministro Roberto Rodrigues, eu acho que dá pra gente viver em paz, serenamente. Os números estão aí o que nós vamos fazer desse agronegócio? Jogar no lixo? Humilhar e espezinhar? Eu acho não é esse o caminho.

Eu quero também pedir o mesmo que o Senador Osmar Dias disse com relação a questão tributária, é séria. Hoje aplica-se apenas a isenção de PIS e COFINS para a agricultura familiar. Então, se a agricultura familiar precisa – e eu acho muito justo – é a mesma atividade, é o mesmo custo, é o mesmo mercado. Então que isso seja estendido para toda produção do país, porque isso é importante para dar competitividade a nós todos.

E também uma última pergunta ao Roberto Rodrigues e ao Ministro, quem quiser fazer um comentário, a UNICA, a CNA. Tem muita dúvida aí na sociedade a respeito de que a cana acaba com a fertilidade do solo. Então é importante que isso seja respondido para ir tirando essas dúvidas. Eu acho que o caminho é esse mesmo. É o debate inteligente, curioso. Vamos perguntando e vamos sanando as dúvidas, até que a sociedade venha agora conhecer de verdade, os verdadeiros heróis que sustentaram o açúcar e o álcool do país até hoje.

Eu encerro por aqui. Eu quero agradecer mais uma vez a presença de todos para esse debate elevado e saudável, que é o que a gente tem que trazer para o Senado Federal. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Muito bem, Senadora. Pela ordem de inscrição, a palavra está com o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Obrigado Sr. Presidente, Senador Joaquim Roriz. Eu quero saudar também os Senadores que compõem essa Mesa; Senadora Marisa Serrano, que é Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente; Senador João Tenório que é o Presidente da Subcomissão dos Biocombustíveis; o Sr. Ministro Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura recém nomeado, espero que tenha um desempenho muito bom à frente dessa importante Pasta para todo o nosso país; saudar o ex-Ministro Roberto Rodrigues, que foi um Ministro que dentro das suas possibilidades sei que fez o máximo possível.

E, deve ter vivido momentos de intensa angústia por não ter conseguido sensibilizar, talvez alguns setores do Governo e apoiar melhor esse setor primário tão importante, como já disse aqui a Senadora Kátia Alves, geradora de mais de 30% dos empregos no nosso país. Tenho verificado que a agricultura tem diminuído a participação no bolo econômico do país. Lamentavelmente, isso acontece em todo o país e particularmente no meu Estado da Bahia.

Entretanto, continua importantíssimo na geração de empregos e renda, continua importantíssimo para fixar o homem do campo, impedindo que ele possa se deslocar para os grandes centros urbanos, lá vivendo de subemprego e aumentando, lamentavelmente, essas questões sociais tão graves, que trazem essa angústia ao povo brasileiro, em particular o aumento muitas vezes de violências em metrópoles.

Tudo isso é um descuido com o setor primário. Como foi dito aqui muito Dr. Roberto Rodrigues, merecia outra atenção do Governo, porque eu cheguei a que anotar números que foram dados pelo ex-Ministro, que na Europa o subsídio é de 34% para atividade, nos Estados Unidos 17, no Japão 58%, na Europa se

paga para que o agricultor permaneça no campo. Aqui no Brasil é desestímulo. É o Banco do Brasil executando o produtor rural, são dívidas rurais que são dívidas bancárias transformadas em dívida fiscal com o governo. E, o produtor recebendo memorandos dizendo que vai ser executado. Lamentavelmente é isso que nós estamos assistindo no Brasil.

Quando se vê um setor, agora, como é o motivo dessa reunião aqui que é a questão da etanol crescendo país, poderíamos dizer é uma ação de Governo? Não é. Nós todos sabemos que é uma ação do setor privado. O setor privado é que está liderando este processo. Se o Governo entrar muito vai atrapalhar. Eu vejo a PETROBRAS dizer que vai criar uma “CANABRAS”. Eu fico imagino aonde a PETROBRAS quer chegar, tomando conta de todo o setor energético do país. Vai dificultar para todos, porque que o raciocínio será de uma empresa que hoje é multinacional, mas é estatal que tem o guarda-chuva do Governo, mas que atua como empresa privada no setor.

Então, todo empresário brasileiro hoje sonha com ou um paraíso: é ser sócio da PETROBRAS! Claro, quem não quer ficar debaixo desse guarda-chuva protetor que é a PETROBRAS. Se a PETROBRAS e o Governo avançar muito sobre o etanol, a não ser no aspecto como o ex-Ministro colocou bem, o ex-Ministro Roberto Rodrigues, o aspecto de planejamento, de dar as linhas do incentivo e não de querer dirigir setor, nós vamos ter problemas. Vejam aí, são 35 anos, 37 anos desde a instalação do PROÁLCOOL e vivemos altos e baixos. É um ciclo de positivo e negativo em função de quê? Em função do petróleo.

Eu fico a imaginar se, hoje nós tivéssemos petróleo de 30 dólares o barril. O setor devia até – entre aspas não são minhas palavras – “mas a guerra do Iraque e do Bush e elevando o petróleo para 60 dólares”, provavelmente com os interesses deles específicos estratégicos dos Estados Unidos, inclusive da indústria petrolífera, fez que o viabilizasse novamente o crescimento da indústria do etanol, das usinas no nosso país. Entretanto, o que se verifica é que o crescimento se deu porque a iniciativa privada adensou, ela concentrou.

Porque em determinados setores é muito bom você idealizar e querer distribuir socialmente, mas se você vive num regime capitalista, a não ser que se mude o sistema, mas você procura eficiência, você procura competitividade e muitas vezes só concentrando para criar escala que torne-se produtivo.

Feita essa introdução eu queria lamentar aqui, porque eu estou aqui como um único nordestino presente nessa reunião, aqui tem representante da Amazônia, tem... Desculpe, Tenório. Desculpe, na Mesa eu

falo aqui na Bancada. Eu quis me referir bancada, na mesa, mas aqui nós temos Santa Catarina, Tocantins. E o que eu vejo é que mais uma vez uma oportunidade de desenvolvimento econômico e social, como a questão do etanol, que cresce e que têm todas as possibilidades de continuar crescendo, eu espero que o Governo faça e possa resolver essas questões tão importantes na área ambiental, na área da infraestrutura, tributária que é um grande problema, até a diferenciação da ICMS de Estado para Estado, tem Estado que cobra 27%, tem Estado que cobra 12%, tem Estado que cobra 17%, isso possa levar a que esse setor cresça. Eu quero que cresça no Brasil inteiro, Ministro Roberto Rodrigues e Ministro Reinhold Stephanes, entretanto mais uma vez eu vejo que essa política discrimina o Nordeste.

Assim como no passado, no Governo do Presidente Fernando Henrique, a política de concessão, a política de privatização, privilegiou o Centro-Sul, porque é onde há consumo. Ninguém vai privatizar uma rodovia no Norte e Nordeste no país, porque não viabilidade econômica. Só existe uma, eu o fiz quando fui Governador da Bahia, é a que liga Salvador ao Litoral Norte, sob protestos diversos que ninguém queria pagar, porque “não vamos pagar aqui pedágio e etc”, mas só há uma é a melhor rodovia do Norte e Nordeste. Foi concentrado no Centro-Sul.

A mesma coisa o etanol hoje, veja a disparidade do Norte e do Nordeste que tem 52 usinas com destilarias para 221 unidades da Região Centro-Sul. 91% da produção álcool, se dá exatamente no Sul e Sudeste e pouco, agora, para o Centro-Oeste. Fica 9% com todo o Norte e Nordeste. A Bahia é o quarto Estado em extensão territorial, 570 mil quilômetros quadrados do tamanho da França. Nós temos a Agro-Vale que é uma agricultura irrigada que paga um altíssimo custo de energia que tinha que ser subsidiado.

Nós já levamos esse assunto à ANEEL, porque há um incentivo para o consumo no período da noite de nove e meia da noite às seis e meia, mas não houve o incentivo. A ANEEL interpretou que não haveria o incentivo para demanda. E você paga a demanda pelo pico e o pico se dá exatamente no momento onde foi incentivado o consumo. Então, dá com uma mão e tira com a outra. Para quê? Para manter as distribuidoras tendo a sua lucratividade no se apóia a agricultura.

Então nós temos potencialidade no Nordeste de produzir etanol, nós nossos perímetros irrigados os projetos lamentavelmente estão parados. Quem mais produz é a Agro-Vale, pagando o custo de irrigação. Então sabe o Ministro, que você para pagar o custo de irrigação e ser competitivo com o que se produz em São Paulo, que não precisa de irrigação é extremamente

difícil, se não houver um incentivo governamental. Nós temos no nosso cerrado também no nosso cerrado no Oeste, na cidade de Luís Eduardo todo o cerrado, quatro milhões de hectares disponíveis que pode se adaptar, mas tem que ser também irrigado, porque seis meses de chuva e seis meses de seca, senão for irrigado nós não teremos possibilidade.

Nós temos no extremo Sul que lamentavelmente no zoneamento eu vi fora o extremo Sul da Bahia, que tem uma unidade que é Medasa. E o Extremo Sul hoje é como a Senadora Kátia disse: O produtor rural principalmente da pecuária, ele está entregando sua terra arrendando para a celulose, para o plantio de eucalipto, porque a atividade pecuária é totalmente hoje... Com o dólar que nós temos de dois reais e a arroba do boi de 50 reais há muito tempo ela é inviável economicamente.

Então aqui no etanol, eu vejo que se não houve uma política consistente do Governo de efetivo subsídio, principalmente a agricultura irrigada e a conclusão dos projetos que estão no Nordeste; na Bahia nós temos dois paralisados Salitre, Baixio e Irecê, nós não vamos contemplar. Será uma oportunidade econômica perdida para o Nordeste aumentando o fosso existente entre o Sul, Sudeste e Nordeste. Com relação ao biodiesel que foi aqui comentado.

O biodiesel o que eu verifico é o seguinte. Mais uma vez, Ministro eu vou me apoiar nas suas palavras muito sábias as palavras do ex-Ministro Roberto Rodrigues. Não há desenvolvimento da agricultura para apoiar um verdadeiro biodiesel que possa fazer com que haja uma distribuição para a agricultura familiar. Não há. Se implantam três usinas na Bahia, uma ainda está em implantação em Madre de Deus, uma está em Iraquara funcionando, a outra nem sei exatamente, talvez em Simões Filhos, muito bem. E a base da agricultura? Mamona?

Eu vi o Presidente do Banco do Nordeste dizer aqui desta Casa, que o Banco do Nordeste não há viabilidade de biodiesel a partir da mamona, que o Banco do Nordeste não financia porque não tem base tecnológica ainda para isso. E recentemente confirmei essas informações com o Banco do Nordeste e persiste a mesma coisa. O Banco do Nordeste quer financiar uma usina piloto para verificar se há viabilidade ou não de biodiesel. Agora, há um interesse de fazer do biodiesel sim um instrumento político de propaganda política: “Vamos apoiar para a agricultura familiar, isso é importante, vamos distribuir”.

O importante é verificar se há viabilidade econômica. Se houver ótimo, vamos aliar as duas coisas desenvolvimento econômico e agricultura familiar um apoio social. Lamentavelmente, eu não sei se existe.

E senão houver um apoio decisivo para o crescimento da agricultura subsidiado, seja ela... Veja bem da mamona, seja ela no pinhão manso que até agora já dito aqui pelo (inaudível) que não tem uma viabilidade. O dendê na Bahia, não é competitivo, porque nós só temos dendê em pequenas propriedades.

Se eu perguntar ao Senador Sibá Machado o que ele viu lá no Pará é agricultura familiar ou é concentração de uma grande empresa? Ele me disse: “De 37 mil hectares de dendê, dois mil ou três mil estão com agricultura familiar. E 35 mil, 34 mil estão com a empresa do BANCO REAL”. E se não houvesse escala não viabiliza a usina. Então, não vamos idealizar e romantizar, porque temos que ser práticos.

Então, quando o Ministério da Agricultura com o apoio do Banco do Brasil, com o apoio do Banco do Nordeste financiar a agricultura, fazer a base agrícola, você pode pensar no agronegócio e não implantar usina para demonstração. Efeito demonstração, mas efeito econômico, perto de zero. São observações que eu queria fazer e pontuar essa questão com relação ao Nordeste.

Se não houver um apoio inclusive diferenciado, o Roberto Rodrigues conhece, o Ministro Reinhold Stephanes, talvez menos, mas vai conhecer. A realidade do Nordeste é bastante diferente da realidade do Sudeste e do Sul do Brasil. Não procurem aqui de Brasília enxergar um Brasil uniforme. Não há. Em hipótese nenhuma nós temos condições agrícolas bem sofríveis em relação ao restante do país e para superar essa diferença tem que haver um incentivo, tem que haver a participação governamental.

Nós só tínhamos indústrias automobilísticas no Brasil em São Paulo, depois com alguns incentivos do Governo foi ao Rio Grande do Sul, foi ao Paraná, foi ao Rio de Janeiro, foi a Minas Gerais, mas não ia a Nordeste. Nós rompemos esse paradigma com incentivo fiscal, porque o Estado apoio decisivamente. E o Governo Federal teve que entrar, senão não ia a Ford para a Bahia.

Da mesma forma nós vão vamos ter nem etanol e nem biocombustível no Estado da Bahia e nem no Nordeste, Senador João Tenório. Se não houver do Governo esse desprendimento de que ele precisa dar a veia. Ele precisa entrar, ser parceiro do agricultor e, se for o caso subsidiar, para criar emprego para gerar riqueza. Senão nós vamos ter um Nordeste com renda per capita de três mil reais e o Sudeste com renda per capita de dez, 12 mil reais. E essa diferença é inaceitável para nós que somos do Nordeste. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Pela ordem de inscrição, consta o nome

de V.Exa., Senador Jonas Pinheiro. Se for usá-la essa a hora oportuna.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Joaquim Roriz; Sra. Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Comissão da Comissão de Meio Ambiente; Sr. Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão de Biodiesel, Srs. Ministros Reinhold Stephanes e Roberto Rodrigues, Srs. Membros da UNICA e CNA, Sra.s Senadoras e Srs. Senadores, eu não tenho nenhuma pergunta para fazer eu tenho apenas algum comentário.

Ministro Roberto Rodrigues, eu estou lembrando aqui da década de 90, quando neste Congresso Nacional nós fomos induzidos a formar aqui uma grande frente, a Frente Parlamentar do setor sucroalcooleiro, evidentemente o Dr. Antônio Pádua lembra disso, lembra aqui também o Dr. Henrique Malta que está aqui no Plenário e lembra, o então representante do Ministério de Agricultura, na área desse setor o Dr. Bressan, quando vivíamos extremamente preocupados com a saúde financeiro do setor.

Não era possível que o setor pudesse viver naquela oportunidade gastando trinta centavos para produzir um litro de álcool e vender esse mesmo litro de álcool a 20 centavos, a 22 centavos. Em Mato Grosso o grupo do Sr. Olacir, vendeu até a 14 centavos. Felizmente nós temos um girada nisso, e esse Congresso Nacional teve extraordinária ação para ajudar o setor sucroalcooleiro do Brasil. E hoje nos reunimos aqui nesta Audiência Pública, aonde há reclamação ainda dentro do setor, porém o setor nunca esteve tão bem como está agora.

É claro que o nosso trabalho não está concluído. O nosso trabalho ainda continua. E continua agora reanimado, por esse extraordinário Membro do Senado do Federal e da Câmara dos Deputados, que estão enfrentando toda a dificuldade que nós temos no setor do agronegócio. Vamos continuar que, com certeza, quem vai ganhar com isso é o Brasil. E de todos esses assuntos, esses problemas o que mais me preocupa a nós em Mato Grosso, onde nós temos todas condições de clima, de solo, de topografia, de pluviometria, de qualidade de produtores, de extensão de terra, é aquilo que a Senadora Marisa levantou com a Senadora Kátia é problema de logística.

Então, o que o nós vamos precisar Senador César Borges é de que nós aprovamos aqui, leis, seja Medida Provisória, seja projeto de lei, sobre o PAC, é inserir dentro desse projeto o nosso polioduto que os nossos Senadores do Centro-Oeste já fecharam questão em torno dele. E nós não podemos colocar em risco a grande quantidade de investimento que

está sendo feito hoje em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sem ter a certeza de que nós vamos conseguir colocar os nossos produtos no centros consumidores ou nos portos de exportação.

Portanto, é um apelo que nós fazemos aqui e a Comissão da Agricultura, eu tenho certeza que vai trabalhar em cima disso e vamos conseguir sim, resolver o problema de infra-estrutura, de logística, para o nosso produto da agropecuária, sobretudo para o álcool e o biodiesel que nós estamos tratando nesse instante.

No mais a parabéns a Comissão de Agricultura e parabéns a Comissão de Meio Ambiente que trouxe à Nação esse encontro, com a participação de todos esses profundos conhecedores do problema do agronegócio, particularmente do álcool e do biodiesel que se encontram reunidos no dia do hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Pela ordem de inscrição, passamos a palavra ao Senador João Pedro.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Sr. Presidente, um minutinho. Eu gostaria apenas de fazer uma justificação, se me permite o Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Questão de ordem com a palavra a Senadora Kátia de Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Eu gostaria de pedir desculpas aos nossos palestrantes, mas infelizmente eu vou ter que sair. Eu deixei aqui duas perguntas que na realidade eu conheço um pouquinho da resposta, era só mesmo para ficar registrado que é importante nessa Comissão.

Eu espero que a gente possa em outras oportunidades a gente continuar conversando sobre esse assunto tão importante. E quero me deixar a disposição também do Ministro Reinhold Stephanes, quando assim o precisar. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Bom dia a todos e a todas Senadores, convidados, Ministro Stephanes, Ministro Roberto Rodrigues, representante da CONTAG, Ivaneck, do MDA.

Eu penso que nós estamos num momento muito rico, do ponto de vista de nós debatermos o presente e o futuro do Brasil. Eu quero destacar no contexto desse debate, das reflexões, das discussões, a pauta que há poucos dias mereceu atenção internacional, que foi a visita do Presidente dos Estados Unidos no Brasil, discutindo com o nosso Presidente o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pautou a discussão do etanol, do biodiesel, levando em consideração as potencialidades a realidade do Brasil, olhando o presente e futuro do Brasil e da América Latina.

Eu penso que isso é de uma magnitude, essa discussão, porque faz com que mude a geografia econômica do Brasil, do mundo. Mude. E eu estou há poucos dias aqui no Senado da República, venho lá da Amazônia. Sou técnico agrícola, passando pela Universidade Federal do Amazonas, no Curso de Agronomia. E penso que o debate, a exposição, ela tocou na Amazônia muito rapidamente, principalmente, eu vou insistir; o Ministro Roberto Rodrigues, que fala da Amazônia.

Eu sou um ardoroso defensor daquela região do que ela representa para o Brasil, para os povos que vivem ali, mas eu estou aberto a uma discussão, porque não defendo a intocabilidade da Amazônia. Não quero vê-la sem ela estar num processo de discutirmos a Amazônia. Tem um ditado que gato escaldado tem medo de água fria. Eu penso que essa discussão, ela tem que travada, ela tem que ser tocada para frente levando em consideração as nossas particularidades, principalmente a pesquisa.

Foi mencionada aqui a presença de técnicos a EMBRAPA. Eu penso que nós podemos ter um mundo pela frente, mas nós não podemos relaxar e renegar a importância estratégica da pesquisa, principalmente da EMBRAPA. Eu penso que o Governo tem que interferir e tem limites, mas têm que interferir. Precisamos discutir Amazônia nesse processo. Eu vi a exposição do MDA, aonde apresenta as potencialidades vegetais no que diz respeito óleos e quase que não toca nas espécies da Amazônia. Então, temos que cuidar da Amazônia com grandeza, com responsabilidade com olhar estratégico, porque ali tem muito óleo.

Eu acho que a política de biodiesel passa pela Amazônia, nós temos que investir mais em pesquisa. Nós temos que valorizar mais a EMBRAPA, as EMBRAPAS nas regiões, as Universidades. Então, nós precisamos sem medo, mas com muita responsabilidade. Eu dei o exemplo do gato escaldado, porque a Amazônia já sofreu muito e vem sofrendo. Há poucos dias estive estudando a relação floresta e água, floresta e chuva, da importância das chuvas, inclusive, para chegar no Porto(F) do Brasil, na América do Sul. A chuva que se forma lá na Amazônia ela vem espalhando, vem irrigando a nossa agricultura.

Então nós precisamos ter uma política para isso, tratar a nossa floresta porque ela vem sofrendo. Eu acho que nós podemos compatibilizar tudo isso, a soja, a cana. E quero fazer um parênteses para dizer aqui, que se nós estamos discutindo o hoje com uma expectativa do amanhã na conjuntura atual. Não podemos ter medo de fazer uma reflexão do passado do Brasil, principalmente a história do açúcar no Brasil, porque ela está ligada, ela não pode ser dissociada de muitas

injustiça com os trabalhadores, principalmente com os negros do Brasil. Foram 350 anos de escravidão e o açúcar o cresceu em cima da chibata, de sentenças de milhares de negros que construíram o Estado e a Nação, estão aí os estudiosos, está aí Darcy Ribeiro.

Então é preciso nós discutirmos isso sim, a economia, o etanol, mas não podemos relaxar no que diz respeito a um olhar humanístico para os trabalhadores para a economia familiar. O que eu quero chamar aqui para concluir a minha reflexão é de nós compatibilizarmos o etanol, o biodiesel, que eu penso que tem muita força na Amazônia. Nós precisamos ir para lá e trabalhar. Eu acho que uma das saídas da Amazônia, sem derrubar a floresta, sem agredi-la é trabalhar, Andiroba, Copaíba, enfim, tem um mundo para nós trabalhamos biodiesel com as populações amazônicas.

É um olhar zeloso com aquela região que faz parte do Brasil. O meu sempre que discuto não é olhando a Amazônia com olhar só para lá, é para o mundo mesmo para o Brasil, principalmente para o povo brasileiro. A Amazônia é brasileira, tem que ser olhada com essas políticas com essas políticas, mas com muito carinho com muito responsabilidade. Com muita responsabilidade.

Essa é a minha intervenção no sentido de saudar os palestrantes, os expositores e de acreditar, no presente e no futuro do Brasil, levando em consideração as nossas particularidades, levando em consideração as nossas regiões. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Entendo que, não havendo mais nenhum dos senhores inscritos, nós podemos, então passar a palavra aos palestrantes, iniciando, para que eles façam dêem suas respostas. Eu início dando a palavra ao Ministro da Agricultura, Deputado Reinhold Stephanes.

SR. REINHOLD STEPHANES – Eu acho que ficou feito claro aqui uma preocupação generalizada, de que nós temos efetivamente uma oportunidade, que é uma oportunidade muito boa, que nós devemos tirar vantagem dessa oportunidade, de acordo com aquela, já minha introdução que eu fiz e o Roberto Rodrigues colocou muitas questões na mesma linha. Temos que fazer isso com muita inteligência e com muita capacidade. Temos que ter para isso um plano estratégico com uma visão de médio e longo prazo. Inclusive a sugestão que eu já conhecia de anos de nós termos uma Secretaria específica para tratar disto exatamente, de um planejamento de desenvolvimento de médio e longo prazo desta questão, que eu encampeei também desde o início.

Mas de qualquer forma, enquanto isso não surge o Ministério vem tratando, estudando isso em várias

linhas, quer dizer, tanto dentro do setor de política agrícola, como dentro da EMBRAPA, dentro do Instituto de Meteorologia, onde se estuda esse é esse questão relacionada com o aquecimento global e com a questão do carbono e também dentro de uma Secretaria específica que nós temos no Ministério, que é exatamente o desenvolvimento da agroenergia.

Então, é claro que esta tem que ser a preocupação central nossa e levar, evidentemente, em consideração todas as questões que foram colocadas desde o trabalho, a importância, a visão social disso, até as outras questões ambientais e outras mais.

Em relação a biodiesel, eu acho que por um lado, é muito bom que o Brasil tenha entrado nessa linha, que haja um entusiasmo em relação a isso, que tenha colocado a questão sobre dois pontos de vista uma é da produção propriamente dita e outra é sobre aproveitar isso dentro de uma visão social, da pequena propriedade. Eu acho que tudo isso é importante, mas também concordo com muitas colocações que foram colocadas aqui e nós já temos esse conhecimento para poder afirmar isso, de que nós estamos começando, nós diríamos que estamos engatinhando, precisamos de muita pesquisa, muita pesquisa.

As questões foram colocadas, eu vou passar rapidamente por elas, por exemplo, o pinhão-manso. Efetivamente o nosso conhecimento com relação ao pinhão-manso é muito pequeno, isso não quer dizer que não venha a ser uma grande solução. Nesse momento, se eu consultar a EMBRAPA e consultar os nossos pesquisadores eles não terão resposta para isso. Quer dizer, eles precisarão ter tempo de experimentação, principalmente de experimentação e também eventualmente pesquisa.

Assim como existem questões – oi Sibá, eu estava exatamente entrando na tua área. Existem questões em relação ao dendê que precisam ser discutidas, existem em relação a mamona muitas dúvidas se levantaram, essas mesmas dúvidas os nossos técnicos as têm. E grande verdade é que nesse momento, quer dizer, 80% a 90% de biodiesel produzido está vindo da soja. Então quer dizer, mas de qualquer forma o programa está lançado, agora, nós temos que evidentemente nos ajustar a isso e trabalhar em favor das linhas que foram estabelecidas. E aí a grande questão evidentemente é a pesquisa nos mostrar um melhor caminho em relação a isso. E a própria experimentação, evidentemente, também.

A questão de socializar a nossa tecnologia, o nosso conhecimento em relação ao álcool, quer dizer ela faz parte de uma visão estratégica. Quer dizer nós não vamos entrar num mercado e criar um mercado lá no futuro em relação ao mundo, se nós formos o

único produtor, o único que detenhemos o monopólio da produção e do conhecimento disso. Essa idéia efetivamente o Brasil socializar esse conhecimento juntamente com os outros países especialmente da América Central, da África, no sentido de que surjam mais produtores em relação ao álcool.

Mas eu acho que sempre conforme foi colocado aqui, nós teremos vantagens comparativas enormes em relação a isso. Elas foram todas praticamente enumeradas aqui e não precisamos repetir, como também concordo – e a EMBRAPA está aqui presente – que nós ainda podemos caminhar muito mais em termos de tecnologia nós temos que investir mais. Quer dizer, o que nós estamos investindo é muito pouco. Já surgem inclusive algumas idéias e o próprio Roberto Rodrigues tem algumas, eu não sei se ele vai expô-las ou não de que nós temos que mobilizar volumes maiores – quer dizer de onde poderão provir eventuais volumes maiores de recursos que nós temos que investir na nossa pesquisa em relação, agora, voltando ao etanol.

Essa é uma visão... Evidentemente que eu não sou autoridade para falar sobre isso, aí nós teríamos que chamar outras pessoas, possivelmente bem mais capacitadas em relação a isso, mas a pergunta que se colocou também aqui, se nós estamos passando por uma crise de energia ou se nós estamos com um problema maior que é do aquecimento global e por isso estamos voltando nossa visão para a agroenergia. Eu penso que a questão está muito mais situada, pelas informações que nós detemos está muito mais situada do lado do aquecimento global do que propriamente de uma crise de energia.

E, achamos que o mundo quer dizer, Europa tem demonstrado o mercado comum europeu essa preocupação e possivelmente vai entrar numa linha da agroenergia. O Japão também está preocupado com isso e os Estados Unidos também. Enfim, eu acho que o mundo começa a preocupar com isso. Agora, as coisas também... Se imaginarmos que o etanol vá substituir o petróleo isso pode ser um sonho, mas muito distante. Quer dizer, porque o que fala no momento é adicionar 2%, 5% enfim, quer dizer, ou substituir parte disso há metas numa visão até de longo prazo. Então, a gente sabe que possivelmente o mundo vai continuar dependendo muito ainda do petróleo durante muito tempo.

Bom, se levantou aqui muita a questão. Aliás, várias pessoas levantaram a questão da logística, tanto à logística em relação ao álcool propriamente dito, ao crescimento desse setor que evidentemente é correto. E nós lá com nosso Departamento de Logística que o Ministério tem, vem estudando isso, isso pode ser assunto de um próximo tema, de um próximo momento. E a questão da logística que é uma questão hoje

já muito conhecida, o Ministério também têm muitos estudos sobre essa questão dessa nova fronteira, dessa nova geografia como disse uma Senadora, que chamou nova geografia agrícola, que é a questão do Centro-Oeste. Não há dúvida nenhuma que ali é o grande ponto de estrangulamento além de outros e evidentemente a logística.

A questão também é tributária, é uma questão muito séria, até porque quando a gente vai competir ali com a Argentina, o custo da energia que ela vai usar para produzir custa um terço, um pouco mais do que um terço do que ela tem o custo do lado de cá. Vocês vejam que essas questões de vantagens comparativas ou de equalização de vantagens em termos de competição, também são questões que tem que ser analisadas com muito cuidado e aplicadas.

Eu tenho a impressão que de forma geral, já que nós temos muitos outros colegas aqui, que terão que fazer suas exposições, as colocações foram essas. Eu apenas queria agradecer embora ausente, mas que fica registrado o Senador Osmar Dias, que na grande maioria das pessoas do meu Estado, consideram que ele foi o melhor Secretário da Agricultura que o Estado da Paraná teve. Eu até certo ponto, não posso concordar muito porque eu também fui eu Secretário de Agricultura um pouquinho antes dele, então eu de repente posso colocar isso um pouco em dúvida em aproveitamento próprio, mas sem dúvida nenhuma o Osmar, eu conheci ele ainda como agrônomo, depois como implantador de uma grande Faculdade de formação a agrônoma do Paraná, foi o grande Secretário de Agricultura do Estado e também é um grande Senador pelo Paraná.

Quer dizer, eu rendo as minhas homenagens e rendendo homenagem a ele, eu espero que esteja rendendo homenagem a todos os nossos Srs. Senadores e até aos nossos amigos, como a Marisa, Senadora, com quem nós tivemos o prazer de conviver durante um certo tempo aqui nessa Casa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Eu gostaria de indagar se o ex-Ministro Roberto Rodrigues, gostaria de voltar a falar. Ele tem várias perguntas, por isso que eu estou solicitando. Com a palavra Roberto Rodrigues.

SR. ROBERTO RODRIGUES: Eu vou tentar ser objetivo também. Primeiro têm duas perguntas Senador Sibá Machado. A primeira é a questão da crise energética. Então, a resposta a seguinte Senador, os estudiosos indicam que em 30 anos, nos próximos 30 anos a demanda por energia crescerá 50%. Realmente tem um horizonte de preocupação muito grande. Razão pela qual o tema dos combustíveis que faz parte

o tema da questão da energética não é toda energia, mas é um pedaço tem que ser observado.

Há pesquisas no mundo inteiro hoje, buscando uma nova célula de energia em torno de hidrogênio no futuro, esse é um processo que demora algumas décadas, talvez o mesmo número de décadas para que o petróleo se esgote enquanto grande fornecedor de energia. Talvez 50, 60 anos é que o petróleo viva ainda, mantido o processo atual de exploração e de uso dele. Como vai haver uma racionalização e acredito que o uso de combustível de origem agrícola, líquidos somados ao petróleo, pode prorrogar isso por mais um 30 anos ainda, suponho eu; De qualquer maneira a célula de hidrogênio seguramente só será econômica a partir de biomassa.

Então de qualquer maneira, seja como o combustível líquido hoje conhecido etanol e biodiesel, seja para uma célula de hidrogênio no futuro de mais longo prazo, a agricultura tem um papel fundamental no processo, daí a razão de eu pleitear um prazo estratégico de longo prazo.

A segunda pergunta que V. Exa., me faz é sobre a hidrólise do bagaço vis-à-vis com geração de energia. De novo é uma questão que o mercado vai determinar. Hoje a co-geração de eletricidade nas usinas de açúcar e álcool é um projeto muito fácil porque é muito barato. Já está pronto o bagaço, então, transformar isso é co-geração é um projeto muito mais barato do que fazer a hidrólise que é um adicional de investimento. Agora, isso vai depender muito de como vai se processar a coisa estratégia de longo prazo.

Para que a co-geração funcione é preciso que haja a linha de transmissão a partir da usina também. Então, tem que ter um investimento compartilhado público privado para ver como essa coisa funciona. Por outro lado a usina hoje prefere fazer a co-geração que é mais barato para ela, mas tem que ter a linha de transmissão que não em todo lugar que tem. Então, isso pode limitar a co-geração.

Na outra mão a hidrólise do bagaço, não só do bagaço o uso da folha de cana com o corte mecanizado, vai ter tanta energia quanto o bagaço, se transformado em etanol? Depende de pesquisa, nós não temos um custo de produção da hidrólise do bagaço que dê um etanol competitivo como o etanol que vem direto do caldo da cana. Eu acredito que esse processo tecnológico rapidamente será respondido e nós teremos uma condição de produzir etanol do bagaço e da folha da cana com tanta competência quanto da própria cana.

E é por essa relação que eu afirmo, ouvindo os pesquisadores, que no máximo em 15 anos -, mas tem gente que diz que em menos de dez -, mas que no

máximo em 25 anos será possível duplicar a produtividade de etanol por hectare. Não apenas com novas variedades como disse a Senadora Kátia Abreu, hoje 20 ou 30 anos, mas produtivas fisicamente, mas tonelada de cana por hectares, mas pelo uso do bagaço ou da folha, como produtor de etanol também. Então, eu penso que assim eu respondi as duas perguntas que o V.Exa. me colocou.

O Senador Osmar Dias, embora não presente fez dois temas e o Ministro Stephanes aqui, me colocou a bola na marca de pênalti e graças a Deus, nem goleiro não deixou nesse gol para eu chutar. Eu ele coloca claramente, acho importante também o Ivaneck falar isso com você, que o tema de agroenergia foi pautado pelo Presidente Lula e não pelo Presidente Bush. Quem tem falado sobre agroenergia nos últimos cinco anos insistentemente inclusive como candidato, é o Presidente Lula, colocando o tema do etanol, do biodiesel, ele levantou esse tema e fez disso uma prioridade de Governo e ele pautou, então, o posicionamento de outros países.

Eu tive com ele em vários países inclusive nos Estados Unidos nas primeiras viagens que ele fez e ao Japão, pautando o tema da agroenergia; de modo que concordo plenamente com o Senador Osmar Dias, quando diz que os Estados Unidos não serão um mercado importante para nós e com o Ivaneck também. O americano com sua estratégia vai produzir o álcool deles, da mesma forma como não são competitivos conosco em açúcar, nem em carne, nem em milho, mas é em estratégia da produção e põe subsídio para fazer isso e a Europa também, vão fazer a mesma coisa com o etanol.

O projeto americano de 20% de etanol na gasolina em dez anos, significa cem bilhões de litros. O Senador Osmar Dias tem toda a razão, eles vão ter que arrumar etanol em algum lugar que não seja de milho só. Vão ter que produzir talvez etanol na Flórida, talvez na Louisiana, talvez importar etanol da América Central, como estão fazendo hoje ou do Brasil. E aí vem a questão da tarifa, Ministro, possivelmente a sua provocação comigo, sua levantada de bola para mim.

Hoje tem uma tarifa de 54 centavos por hora por galão que eles colocam sobre o álcool brasileiro e é o único país que tem uma tarifa de importação para os Estados Unidos que... Como é que a gente pode fazer um acordo Brasil/Estados Unidos de parceria? Se um país coloca uma tarifa em cima do outro, que parceria é essa? Então, nós precisamos discutir essa questão rapidamente. A idéia é um *face in out(F)* dessa tarifa a partir de 2009, até quando ela terá que vigir por decisão do Parlamento Americano.

Então a minha proposta ao Governo Brasileiro está sendo negociada hoje com Governo Americano é que enquanto a tarifa vigir, o dinheiro que é brasileiro dessa tarifa seja transformado em pesquisa no Brasil. São 200 milhões de dólares por ano, 250 milhões de dólares por ano, isso pode quadruplicar o orçamento da própria EMBRAPA, no projeto. Então, a idéia é transformar o dinheiro da tarifa em dinheiro de pesquisa no Brasil. Quem é que pode ser contra isso? Todos trabalharemos pela eliminação da tarifa, mas me entendo tanto, que seja usado pelo Brasil... Pois, não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O Brasil passa para poder acessar o mercado mundial com os Estados Unidos?

SR. ROBERTO RODRIGUES: Não. Tem uma tarifa. Essa tarifa é colocada pelos Estados Unidos para entrada do álcool brasileiro lá. Essa tarifa é paga naturalmente pelo produtor brasileiro. É dinheiro nosso. Transformar isso é pesquisa. Eu acho que é uma idéia que ninguém pode ser contra, porque quem vai ser contra tecnologia e desenvolvimento tecnológico. Ninguém pode ser contra isso.

Então, isso é uma forma da gente trabalhar a tarifa que é um modelo excludente. Por que os americanos fazem uma parceria conosco e colocam uma tarifa contra nós? É uma coisa não faz sentido.

Bem, a Senadora Kátia Abreu, embora não esteja presente fez duas perguntas: Uma que representa o etanol vis-à-vis, o seqüestro de carbono e a outra sobre se a cana da açúcar estraga o solo. Sobre a primeira pergunta eu tenho aqui um trabalho realizado pela CONAB, pelo Dr. Paulo Morceli, que é um estudioso do assunto e que dá a resposta cabal. Ele diz o seguinte: Cada metro cúbico de Álcool Anidro, representa uma redução na emissão de CO₂, de 2.7 de toneladas equivalente de CO₂". Portanto, é um processo altamente favorável até para a questão do aquecimento global, Ministro. Nós podemos reduzir com etanol esse projeto, ora a idéia de misturar 10% de álcool à gasolina em termos planetários em nível mundial, representa o seqüestro de 270 milhões de toneladas de CO₂.

Por isso que eu digo, insistentemente e não é forma romântica, que a agroenergia e os biocombustíveis podem representar um mundo melhor inclusive do ponto de vista do seqüestro de carbono. E aqui fica um tema que eu não coloquei até por falta de tempo, que é o fato de que será plenamente viável trabalhar com o CBM, que é mecanismo de *commodity* ambiental, que é a idéia de seqüestro de carbono vender isso em Bolsa, financiando inclusive projeto de agroenergia no biodiesel, agricultura familiar e também na cana-de-açúcar, que é um tema que antontem eu vi tratar

na BMF, lá em São Paulo que vem evoluindo muito positivamente.

De novo é um tema recorrente porque a EMBRAPA cuida disso há alguns anos e a BMF está cuidando, então tem Governo e iniciativa privada conversando. Não sei se nós temos a conversa bem articulada, para quem tem uma estratégia em relação a esse assunto. Sem dúvida, o Pádua conhece muito bem esse tema, é um tema que pode ser favorável também ao setor sucroalcooleiro.

Eu faço questão Senador Roriz de entregar essa revista pedindo licença ao meu Ministro, porque é uma revista feita pelo Ministério da Agricultura e pela CONAB, tratando desse tema.

A segunda pergunta da Senadora Kátia a Abreu é sobre se a cana estraga a terra. Isso é um pergunta que eu tenho ouvido também freqüentemente fora do Brasil e dentro do Brasil. O Senador João Pedro vai me ajudar como agrônomos que somos e como colegas que somos. Qualquer produto agrícola que for plantando em qualquer lugar do mundo e os elementos nutrientes do solo não foram repostos, evidentemente estraga o solo, qualquer um, não só a cana-de-açúcar.

Agora, a cana-de-açúcar tem uma vantagem comparativa sobre outros produtos, que ela deixa um brutal resíduo de material orgânico, uma touceira de cana quando é eliminada. Então, a cana é um produto que não só não estraga o solo, como sendo um produto de logística é absolutamente fundamental sem logística no transporte da cana que é uma questão limitante para a lucratividade, não só não estraga, como se for tecnicamente bem cultivada ainda melhora às condições de fertilidade do solo.

O Senador Jonas Pinheiro fala, lamentando a ausência dele, que é um farol do agronegócio brasileiro. O Senador Jonas Pinheiro é um grande companheiro nosso é um grande líder da gente. Desde a Constituinte eu tenho com ele um trabalho muito em parceria, fala em crises do setor. Eu sempre disse muito antes de ser Ministro da Agricultura que o que me incomoda em termos de crise, não é a crise de escassez é a crise de abundância, que eu chamo de pororoca da agricultura. A abundância de qualquer produto agrícola se volta contra o agricultor, porque criam estoques que não acabam nunca e aí, acabo o Governo tendo que interferir em razões que muitas vezes ele não tem nenhuma culpa dos processos.

Então me preocupa porque eu estou produtor de cana há 50 anos, nasci nesse meio e, aliás, nasci numa estação experimental de laranja e depois fui mexer com cana-de-açúcar. Eu sei que a crise de superprodução de cana, superprodução de açúcar e superprodução de etanol. Por isso é que da mesma

forma como o Senador Jonas Pinheiro, respondo ao Senador João Pedro e Senador César Borges, com suas preocupações referentes a Amazônia, referente ao Nordeste, sem uma estratégia clara de Governo que permita ao setor privado avançar com consistência, mas jamais e aqui eu queria também responder ao Senador Jonas Pinheiro.

Nunca mais podemos ter um modelo intervencionista como era o Instituto de Açúcar e do Alcool, aquela intervenção que estabelecia cota e preço para todo mundo não existe mais no mundo moderno é impossível fazer isso. Agora, regras claras definidas pelo Estado, seja para o trabalho da Amazônia, seja para o Nordeste. Hoje Senador, eu sou nordestino como produtor, porque eu produzo no Maranhão, na região de São Raimundo das Mangabeiras. Eu produzo soja e milho lá. E vejo um horizonte possível para biodiesel naquela região com mamona e pinhão e também para etanol, não só com a própria soja, desde que haja irrigação, então tem que haver projeto estratégico para isso.

Hoje o Brasil é competitivo em cana-de-açúcar? Sem irrigação e temos 22 milhões de hectares a mais por cultivar, sem falar na Amazônia, sem pantanal e sem Nordeste, sem irrigação, mas se incorporarmos a área do Nordeste irrigada, podemos aumentar mais cinco milhões de hectares de cana-de-açúcar. Eu Senado, há muitos anos atrás quando era agrônomo ainda e tenho orgulho de sê-lo, fui contratado pelo pessoal de Camaçari, para dar um projeto de cana-de-açúcar no Baixo do Irecê. E visitei o Estado da Bahia inteiro e fiquei dois meses visitando o Estado inteiro e eu queria que eles plantassem cana no sul da Bahia, em Eunápolis aquela região que eu achava que era muito pródiga, agora eu sei que tem, mas eu estou dizendo para o senhor eu era moço ainda, portanto, já faz lá umas décadas que eu cuidei desse assunto, junto com o Zé Gomes da Silva, eu não sei se alguém falou dele aqui hoje.

Junto com o Zé Gomes trabalhamos juntos como consultores de Camaçari que acabou ou não fazendo o projeto e acabei comprando terra no Baixo de Irecê para plantar eucalipto, mas a idéia original era isso. Então, eu conheço bem a Bahia e sei que é Estado, assim com outros Estados do Nordeste que tem um potencial para etanol e para biodiesel formidável, mas tem que ter estratégia, plano, projeto e articulação.

E por último, eu quero fazer uma referência aqui, de novo em função dessa questão da estratégia toda. Quando foi criado o CENAL, que deu origem ao sucesso do PROÁLCOOL, a Comissão Executiva Nacional, eu estou ficando preocupado porque cada vez mais eu sou a pessoa mais velha de cada reunião em que

eu participo – é sinal que está chegando a hora de pendurar a chuteira mesmo, mas eu vivi esse negócio do PROÁLCOOL inteiramente, assim como vivi, Henrique sabe disso e o Pádua também; o pagamento de (inaudível) de sacarose participamos desse processo criando os modelos que deram sustentabilidade.

Era um projeto agrícola formidável foi a sacarose, mas eu tenho uma profunda admiração por um Ministro de Estado chamado João Camilo Pena, que era Ministro, naquele tempo era Indústria, Comércio Minas e Energia era tudo junto, naquele tempo era um Ministério só e que criou o CENAL para dar uma rumo a questão do PROÁLCOOL. E esse rumo foi dado pelo Camilo Pena e pelo CENAL, do qual participou também um outro... João Camilo Pena, mineiro, fantástico um homem de grande visão de futuro e que trouxe para trabalhar com ele o Celestino Rodrigues, que era nordestino, que tinha uma visão clara também das ações estratégicas para o futuro do Brasil.

Quando sugiro aqui uma Secretaria de Estratégia para agroenergia não é para tomar a posição de ninguém, não é para ocupar o espaço de ninguém, mas é para consertar, ter um conserto estratégico que permita ao Brasil essa função.

E quero mais uma vez pedir licença ao Ministro Stephanes para entregar ao Presidente Joaquim Roriz, um plano que nós fizemos no Ministério da Agricultura o Guedes e eu com o auxílio da EMBRAPA, com a supervisão do Setor de Estratégia do Ministério da Agricultura, que tem um Plano Nacional de Agroenergia de 2006, 2011. O Ministério da Agricultura, Senador Roriz, fez a parte dele e está aqui consubstanciada nesse documento.

E, finalmente, eu quero entregar a V.Exa. um documento que ficou pronto segunda-feira agora, da minha atividade em agronegócios, na Getúlio Vargas que é uma revista sobre agronegócios com todas as cadeias produtivas e com artigos, sem nenhuma modestia meus que tratam do horizonte do mundo agrícola e a inserção do Brasil e também da agroenergia.

Então com isso eu quero mais uma vez agradecer V.Exa., ao Senador Sibá Machado, pelo convite, pela oportunidade de participar dessa reunião importantíssima que trata da questão da agroenergia, inserida no agronegócio brasileiro com uma visão estratégica de caráter mundial. Muito obrigado. Parabéns pela realização desse evento.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, só para pedir a possibilidade de fazer chegar esses documentos para nós, se for possível, Ministro.

SR. ROBERTO RODRIGUES: Eu peço ao Ministro da Agricultura cuidar disso daí, da GV eu te mando.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Eu quero... Nós estamos aqui sendo solicitados, a Mesa que acabo de chegar aqui o Senador Antônio Carlos Valadares, que está solicitando a palavra e nós temos o prazer nesse instante a palavra a V.Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu Sr. Presidente e demais componentes da Mesa, eu peço desculpas que eu estou faltando a Comissão, porque eu estava participando de votações nominais na Comissão de Justiça, o chamado Pacote Contra a Violência, em favor da segurança. Eu não eu não podia então estar permanentemente aqui na Comissão.

Eu tinha algumas perguntas a fazer eu sei que devido ao adiantado da hora fica difícil, já que estamos nas considerações finais. Entretanto, eu caminho à Mesa, não só as perguntas com algumas considerações que foram feitas por mim, para que conste dos anais desta Comissão.

Agradeço a V.Exa. e minhas homenagens a todos os participantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Eu queria perguntar a todos que ocupam a mesa, se ainda desejam dar alguma resposta, porém deve avisar a todos que o Ministro da Agricultura ele tem compromisso nesse horário. É justificada a sua saída, porque realmente ele tem outro compromisso. Portanto, mesmo assim em data vênica nós vamos permitir que ele possa se retirar, agradecendo muito pela sua presença e agradecendo a presença de todos, se alguém ainda quiser ainda pronunciar nós daremos espaço naturalmente, dado o adiantado da hora nós vamos fixar o tempo, porque nós podemos encerrar esse trabalho.

Com a palavra Arnaldo Anacleto de Campos, a quem tem dez minutos.

SR. ARNALDO ANACLETO DE CAMPOS – Rapidamente respondendo a algumas questões que foram colocadas e algumas considerações.

Em primeiro lugar é importante registrar que a retomada do tema biocombustível, além de um fator externo que foge ao nosso controle, que é a questão da aquecimento global e da elevação dos preços internacionais do petróleo, é resultado de uma ação firme desse Governo. Eram programas inexistentes como o do biodiesel ou bastante fragilizados como no caso do álcool. O principal ator desse processo todo é o Presidente da República, ou seja, é um tema que o Presidente conduz pessoalmente e que vários Ministros importantes do seu Governo tocam no dia a dia, como foi o caso do próprio Ministro Rodrigues, como

foi o caso do Ministro Rosseto, como é ainda caso da Ministra Dilma.

Então, é um assunto que está no núcleo do Governo, é tratado diariamente dentro do Governo é agenda de quase todas as reuniões do Governo, seja quando se reúne com outros países, outros Presidentes, seja quando está fazendo as reuniões internas também de avaliação. Nós temos uma estratégia, nós temos um caminho. É evidente que nessa estratégia nesse caminho, o tema ganhou uma dimensão enorme que precisa passar constantemente por ajustes, para que possa a estrutura do Estado, a estrutura do Governo acompanhar as novas dimensões que estão sendo trabalhadas.

É inadmissível aceitar críticas no sentido de que o Governo é omissivo, ou passivo ou ausente nesse tema. Ao contrário é um tema estratégico. No que diz respeito ao biodiesel que é daquilo que eu posso falar porque o Ministério do Desenvolvimento Agrário, é o Coordenador na parte de inclusão social do Programa do Biodiesel e eu acompanho desde a primeira reunião em 2003, em julho de 2003, quando o Presidente Lula determinou que doze Ministérios passassem a se reunir semanalmente durante seis meses, até que a gente pôde construir o programa que foi lançado em dezembro de 2004.

Então, foi muito trabalho para construir uma estratégia e, que não tem como dizer que não está dando certo, está dando muito mais certo do que o mais otimista... Eu sempre estive entre os mais otimistas, está dando muito mais certo do que nós imaginávamos. Os sinais que o programa emitiu ao mercado foram sinais entendidos pelo mercado, foram sinais que se traduziram em investimento concretos, boa parte deles com dinheiro do bolso dos investidores, arriscando os seus recursos, investindo em usinas de biodiesel que formam um parque, como disse o Ministro Rodrigues aqui, que vai chegar perto dos cinco bilhões de litros/ano em pouco tempo, provocando do Governo todo um debate de como antecipar o mercado, para poder atender essa oferta de biodiesel que está sendo colocada.

O Governo e teve uma decisiva porque criou o mercado inexistente; outros países são copiando o Brasil, como é o caso do Chile que vai lançar seu programa agora com a ida do Presidente Lula, vai anunciar o programa chileno que é uma cópia do nosso ou a Alemanha que vai copiar o programa brasileiro, porque a Alemanha ancorou o seu programa num sistema de benefícios fiscais que não alavancou a produção. O que alavanca a produção não é benefício fiscal é mercado. Se tem mercado a pessoa paga o tributo, a empresa paga o tributo e vai embora.

Então, o Brasil foi ousado, criou um mercado compulsório obrigatório, como fez no álcool, se o álcool ainda existe no Brasil foi graças a intervenção do Estado Brasileiro que determinou que de 20% a 25% da gasolina brasileira tem que ter álcool. Isso sustentou a cadeia. No caso do biodiesel nós fizemos a mesma coisa, mercado compulsório 2%, mercado compulsório 5% e, vamos chegar quem sabe aos níveis do álcool, criando um grande mercado para o biodiesel no Brasil. Esse é debate está ocorrendo dentro do Governo. E o Governo cria o marco legal, criou as regras estabelece o mercado e o setor privado responde.

A Bahia é um exemplo, a Bahia tem três usinas de biodiesel duas prontas e funcionando. Tem 27 mil famílias na Bahia plantando mamona para biodiesel fora aquelas que já plantavam mamona historicamente. O preço da mamona na Bahia nunca mais foi o mesmo depois do Programa do Biodiesel, estabilizou para cima. Nós tivemos uma crise em 2004, com o preço da mamona que chegou a vinte centavos o quilo, quando era poucos meses antes quase um real o quilo.

O biodiesel permitiu estabilizar isso, então, ora recino(F) química, ora o biodiesel. Os dois competindo pela mamona. Hoje o produtor baiano de mamona está melhor remunerado do que estava três, quatro anos atrás graças ao Programa do Biodiesel. Temos ajustes a fazer no crédito, temos ajuste a fazer no zoneamento, temos ajustes a fazer na qualidade das nossas plantas. Agora, a mamona é uma planta fantástica 50% de óleo, não existe. Não existe.

Então, nós vamos evoluir na mamona, vamos evoluir no dendê, que é outra tecnologia brasileira. O melhor dendê do mundo está no Brasil, a melhor tecnologia do mundo em dendê está na EMBRAPA. Nós temos um *know-how*, temos um ponto de partida que permite a gente trabalhar.

Senador Sibá, nós fomos disputar os investidores, historicamente a Ministra Dilma conta uma historinha que é interessante. Colocaram o agricultor familiar a mandioca para fazer álcool em mini-usinas; não tem nenhuma para contar a história, foram centenas espalhadas nesse país. Quem acompanhou o Programa do Álcool, eu não tive oportunidade de acompanhar eu era muito novo nessa época, eu tinha dois anos de idade quando foi lançado o PROÁLCOOL, mas há uma historinha; o álcool de mandioca para o pequeno produtor e o álcool de cana para o grande produtor e com o tempo foi o álcool de cana e a mandioca ficou.

Nós não repetimos esse erro no Programa do Biodiesel. Nós colocamos a agricultura familiar para disputar os investidores, o biodiesel vai ser feito como a gente fala, conosco ou "sem-nosco", ou seja, com agricultura familiar ou sem agricultura familiar. E o Go-

verno foi ousado em colocar com a agricultura familiar. Os investidores hoje olham para a agricultura familiar como forma de aumentar sua competitividade. E se a gente acabar com isso e isso é baseado principalmente no incentivo tributário, se a gente acabar com isso como quer a Senadora, que pede ou o próprio Senador do Paraná, eu sou paranaense, pede o nivelamento do incentivo fiscal para todo mundo, aí acabou a agricultura familiar no programa. Vamos repetir erros no passado e que há um discurso para a agricultura familiar e a prática não se reproduz.

Hoje nós temos mais agricultores familiares produzindo oleaginosas para biodiesel do que produtores de cana nesse país. Se tem 50 mil produtores de cana, hoje nós estamos chegando perto de cem mil agricultores familiares produzindo oleaginosas, gerando renda e empregos. Se têm duas pessoas trabalhando numa família, nós estamos com quase 200 mil trabalhadores em dois anos de trabalho. Então, isso é muito importante, isso é a raiz do programa. Se os Senadores querem que aja inclusão social na cadeia de biocombustíveis, nós não podemos mudar esse sistema tributário que foi desenvolvido.

A Argentina nossa parceira na produção de biocombustível. O Brasil não vai atender sozinho lugar nenhum, até porque nenhum país do mundo quer ver um único fornecedor de energia. Então, a entrada da Argentina e da Venezuela e do Equador, da América Central no mercado de biocombustível é salutar, é fundamental para o próprio Brasil. Então a Argentina não vai invadir coisa nenhuma o Brasil com biocombustível, isso não existe, isso é factóide. Nós vamos juntos Brasil e Argentina ocupar os mercados internacionais. É a nossa oferta conjunta que vai permitir a gente acessar novos mercados isso é muito importante não há crise, nem medo do Governo Brasileiro com relação a oferta de biodiesel na Argentina que ainda está engatinhando.

Nós estamos anos na frente da Argentina no Programa do Biodiesel. A nossa capacidade instalada cresce numa velocidade exponencial. Nós estamos bastante tranquilos nesse sentido. Entendemos que o álcool tem que encontrar mecanismos para promover inclusão social também. Nós não conseguimos. Por exemplo, o nosso Ministério ainda não tem uma atuação nessa cadeia produtiva, está se preparando para ter uma atuação nessa cadeia produtiva. E também qualificar o programa anual que é uma coisa o que mundo inteiro quer nos aspectos sociais, isso todos admitem que nós precisamos evoluir um pouco mais na cadeia do álcool, uns com mais ênfase e outros com menos ênfase, mas todos reconhecem que as condições de trabalho do cortador de cana são precárias

e a concentração de terra é a concentração regional ainda é grande, nós temos um caminho para trilhar, para aperfeiçoar isso também no caso do álcool (soa a campainha) de qualquer forma o Governo Brasileiro está indo num caminho bastante sustentável no Programa de Biodiesel, os ajustes são sendo feitos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Senhor Presidente, eu gostaria só de uma informação, senhor Presidente, se ele poderia informar quanto produz de biodiesel essas duas usinas da Bahia?

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS – A usina de Iraquara na Bahia, está iniciando a produção de biodiesel com mamona, ela já produz biodiesel com soja. Então a mamona foi plantado agora concluímos as...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Então é com soja?

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS – Hoje com soja, no Brasil inteiro.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Está explicado. Quanto é com mamona...

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS – A oleaginosa foi plantada...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Quando o Nordeste financia é com mamona?

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS – O Banco BNB financia com mamona, tem um termo de cooperação assinado entre o BND, MDA, com.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Financia hoje com mamona?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Financia hoje com mamona.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Não financia nenhum projeto. Não financia nenhum projeto.

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS – Financia, Senador, desculpa...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Vai financiar usina piloto, ainda uma única no Nordeste.

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS – O BNB, não financia investimentos industriais. O PRONAF já está funcionando para as oleaginosas ...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu quero saber as usinas...

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS – A usina Brasil Ecodiesel, a Usina IBR e futuramente a da PETROBRAS as três já...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – PETROBRAS, sim. PETROBRAS pode investir onde quiser, porque tem dinheiro de sobra, a PETROBRAS pode perder dinheiro onde quiser, não pode porque o setor privado porque faz conta de resultado.

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS – Nós financiamos o agricultor, a velocidade, a intensidade e a quantidade não são suficientes, então, nós estamos adotando medidas para ter o volume...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Então se usa soja não pode, o senhor que está defendendo o Governo claramente, está a serviço é claro, não pode aqui simplesmente dizer que o preço da mamona foi regulado por uma usina que não usa mamona.

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS – Mas compra mamona.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Espere aí. Pode ser que algum dia venha a ser, mas agora não tem nenhuma base de sustentação um raciocínio desse.

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS – Me desculpa Senador, o Programa do Biodiesel já desencadeou o plantio da mamona no Nordeste já é a segunda safra que nós estamos plantando na Bahia (soa a campainha) no Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Eu lamento comunicar que o tempo dele já concluiu, se me permitir. Eu vou passar a palavra para o próximo inscrito que é Ivaneck Peres Alves, o senhor tem dez minutos.

SR. IVANECK PERES ALVES: Dizem que a história acontece a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. Na década de 70, o Governo Militar acusava todos aqueles que diziam que acontecia tortura do Brasil, de estar denegrindo a imagem do país no Exterior, ou seja, para o Governo Militar era detalhe que as pessoas fossem torturadas e morressem nos cárceres do DOPS e de outros. O importante é que se mantivesse a imagem do país limpa no Exterior.

Hoje o mesmo raciocínio é usado para trabalho escravo: “Que a culpa não é de quem pratica o trabalho escravo, a culpa não é quem denigre e trata desumanamente o ser humano, chegando inclusive a matá-los, a culpa é de quem pega e denuncia esse tipo de prática no Exterior”, isso é absurdo. Isso é absurdo. Ao invés de combater o trabalho escravo às pessoas querem que se combata a divulgação da desonestidade do trabalho escravo, da desumanidade do trabalho escravo. Isso é absurdo.

A Senadora Kátia Abreu, ela sempre vai embora antes de escutar as respostas aí fica ruim. Da outra vez eu inclusive deixei lá na Câmara de dar resposta para ela, porque essa é uma prática recorrente da Senadora Kátia Abreu.

Fica difícil de a gente falar na ausência da pessoa, mas a Senadora Kátia Abreu, fala que não existe a legislação, não existem iniciativas. A Senadora Kátia Abreu votou sistematicamente contra as iniciativas

que houveram na Câmara para combater o trabalho escravo. A Senadora Kátia Abreu, agora mesmo, fica falando o tempo todo mal da norma regulamentadora que tenta dar um mínimo de dignidade para o trabalhador rural. Essa é a prática da Senadora Kátia Abreu, então, não é falta de legislação, não é falta de iniciativa. Pelo contrário é falta da compreensão e se quer realmente ver o problema. às vezes eu estou muito panfletário, as pessoas reclamam, mas é porque é uma voz só aqui na mesa.

A maioria dos Senadores que saíram aqui nem me cumprimentaram. A gente vem aqui como um penduricalho e a maioria fala nos direitos sociais como se fossem penduricalhos, todo mundo fala em emprego, mas ninguém quer discutir que qualidade de emprego é essa? Qual é a remuneração desse emprego? Se enche a boca para falar de emprego e ninguém está nem aí para o que está acontecendo com esses trabalhadores, com os filhos desses trabalhadores. às vezes, a gente tem que ser mesmo panfletário, porque se a gente não marcar um pouquinho que seja a consciência das pessoas com essas questões, o resultado é o que sempre acontece no Brasil, vira uma discussão por cima, onde não se considera a agricultura familiar, não se considera os problemas trabalhistas, não se considera os problemas sociais e os mesmos de sempre que ganham desde a época da chibata, vão continuar caminhando em cima dos trabalhadores.

É o mínimo que a gente tem que tentar fazer, é o mínimo que a gente tem que tentar fazer para ver se desperta um pouquinho a consciência para as iniquidades que são cometidas contra os trabalhadores rurais nesse país, é essa é a obrigação da CONTAG. A agricultura familiar pode participar do Projeto do Etanol? Pode participar do Projeto do Etanol. Uma das melhores usinas do Nordeste é a Usina Catende.

A Usina Catende para quem não sabe ela é administrada pelos trabalhadores rurais, que assumiram a usina depois que o chamado herói usineiro, pegou e levou a usina a falência e deixou um passivo trabalhista sem tamanho. Quem produz a cana e quem pega e gerencia todo o processo industrial são os trabalhadores a usina e fazem isso muito bem. E a usina está começando a dar lucro e muito lucro. Então existe possibilidade. Existe produção de cana hoje no Brasil, feito pela agricultura familiar e está crescendo, está se desenvolvendo.

Da mesma forma que é fundamental eu sou um defensor fanático pela participação da agricultura familiar dentro do Projeto do Biodiesel, mas tem que haver discussão separada e aí, eu quero dizer um negócio: Essa história de falar que a agricultura familiar faz parte do agronegócio é faca de dois legumes, porque muita

gente fala isso para defender os interesses do agro-negócio em nome da agricultura familiar, mas nunca pensa e nunca defende os interesses da agricultura familiar. Por isso que nós brigamos o tempo todo para ter uma política diferenciada em todas as questões, porque se a gente não brigar por isso vai acontecer o que aconteceu até 1996. O Ministério da Agricultura dizia que defendia os interesses de todo mundo, mas só defendia os interesses do grande não existia PRO-NAF, não existia nenhuma política diferenciada para agricultura familiar.

Então essa história de colocar todo mundo no mesmo saco é bom para o grande, mas para nós é muito ruim. A agricultura familiar participa dos negócios agrícolas do Brasil? Participa e participa com muita competência. Se você considerar o apoio que é dado ao grande, o apoio que é dado aos pequenos, as terras que o grande têm, as terras que os grandes têm, vocês vão ver que em qualquer comparação de produtividade os pequenos ganham; qualquer produto pode escolher.

Então, vamos pegar e vamos ter preocupação social efetivamente nesse projeto de bioenergia, porque transformar em agroenergia tem isso também é uma forma indireta de dizer que é só para agronegócio; o agronegócio que quando todo mundo pensa só pensa no interesse dos grandes e esquecem os pequenos. Aqui fazer um registro, Senador César Borges saiu, mas fazer um registro: Quem está assegurando efetivamente o ganho nas contratações com contrato de mamona é o movimento sindical rural, porque graças a lei existe a necessidade das empresas fazerem a negociação do contrato com as entidades representativas da agricultura familiar, através desse processo nós temos conseguido ganhos e sustentar o preço dos produtos dentro do limite que permite a agricultura familiar se integrar ao projeto e realmente ter alguma lucratividade.

Nós achamos que ainda existe a necessidade de muitas medidas que favorecem a agricultura familiar, mas não vai dar para discutir toda elas aqui. Eu quero agradecer a todos pelo convite à CONTAG, espero que esse convite se repita, porque infelizmente, normalmente, a discussão é feita sem a participação dos trabalhadores, por exemplo, eu acho impossível discutir etanol sem se convidar as entidades que representam os industriários, que participam também diretamente da produção do etanol.

Essa é a questão importante. Quer dizer não são os industriais, são os industriários, os trabalhadores das usinas. Entende? Esses também têm ser levados em consideração quando vai fazer esse discussão. Peço desculpas se estrapolei, às vezes é meu estilo,

mas é que eu acho isso. Se a gente não fizer isso a gente vira penduricalho. E a questão social vai ficar sempre renegada a um segundo plano. Muito obrigado Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Vamos passar a palavra aqui ao Dr. Antônio de Pádua. V.Exa. terá os dez minutos e, em seguida encerraremos essa reunião.

SR. ANTÔNIO DE PÁDUA RODRIGUES: Dez minutos é muito. Em nome dos produtores de São Paulo eu gostaria de colocar à disposição da Mesa para futuras discussões. O produtor de São Paulo, do ponto de vista privado, está concluindo um planejamento estratégico para os próximos 30 anos, ouvindo pessoas fora do setor, pessoas da sociedade. Nós estaremos preparados para participar desse debate junto com vocês. E, gostaria só de acrescentar à questão que foi perguntado ao Roberto, sobre a tecnologia. Eu acho que, dificilmente, o Brasil perderá a competitividade do álcool por duas razões básicas. A grande diferença que existe na sustentabilidade do álcool de cana versus o álcool de milho é que, para você produzir o álcool de milho, você gasta uma unidade de energia para gerar só uma 1,5 unidade da energia, porque o grande consumo é energia fóssil para se fazer uma energia renovável. No caso específico do álcool de cana, para cada uma unidade que você gasta de energia, você gera 8,9 unidades de energia. Então, a sustentabilidade da produção de álcool, ela está na relação consumo e geração de energia. Então, essa que é a grande diferença. A segunda condição que não nos assusta tanto do ponto de vista de tecnologia, nós acreditamos o que Brasil sairá pioneiro, também, na produção álcool de bagaço. A Dedini Piracicaba, há anos investe nisso, voltou o investir pesadamente nesse processo, indicam já que, por volta de 2010 e 2012 nós podemos já ter esse tecnologia em escala comercial e agregar, simplesmente, na primeira fase 25 litros de álcool por tonelada da cana. De 25 a 17. Quando essa tecnologia estiver disponível, quer a produção ou de restos vegetais, para nós é a coisa mais simples, porque a palha está junto das usinas. O próprio Roberto comenta que a cana não é uma commodity, ela nunca vai ser commodity, porque não existe comercialização, você comercializa açúcar e álcool, por isso, a logística dela vai ser sempre próximo a uma unidade. Isso significa que a palha da cana, quando não queimada e colhida com máquina, vai estar muito próximo das bases para se fazer o álcool da palha, e do bagaço já está dentro da própria usina. É louvável fazer uma reversão desse imposto para se aplicar em pesquisa e desenvolvimento, estamos junto nisso, vamos acreditando que, dificilmente, a cana e o álcool perderão

a competitividade, mesmo com essas novas tecnologias. Eu estou disposto a continuar participando em vários debates, em vários temas para que se fizerem necessários para desenhar esse plano estratégico de futuro e de longo prazo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Eu quero passar essas revistas e também essa estratégia para agroenergia fornecida pelo eminente ex-Ministro da Agricultura Dr. Roberto Rodrigues sobre agronegócio e política agrícola passar aqui para a nossa Assessoria e, naturalmente, ficar à disposição de todos os senhores Senadores que queiram usá-los. E, assim sendo, não tendo mais nada a tratar, encerramos a presente reunião.

(Sessão encerrada às 14h23.)

ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DO DIA 24 DE ABRIL DE 2007 ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e sete, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **RENATO CASAGRANDE, FERNANDO COLLOR, VALDIR RAUPP, JONAS PINHEIRO, MARISA SERRANO, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA e CÉSAR BORGES**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a reunião tem a seguinte pauta: **Item 01) AVISO Nº 68, DE 2000 – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 281, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, relativa à inspeção nas obras realizadas com os recursos provenientes de cobrança indevida do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e incidente sobre o pedágio – (TC nº 015.789/99-3)”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator “ad hoc”:** Senador **JONAS PINHEIRO**. **Parecer:** Pela apresentação de requerimento solicitando audiência pública para debater o controle dos contratos com as concessionárias e parceiras em rodovias federais e remessa do processado ao arquivo. **Resultado:** **APROVADO. Item 02) MENSAGEM (SF) Nº 146, DE 1999 – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal o relatório sobre a Retribuição Adi-

cional Variável – RAV, correspondente ao 2º semestre de 1998.” **Autoria:** Presidência da República. **Relatora:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Parecer:** Pela aprovação do relatório com a recomendação de que se comunique ao Poder Executivo ser necessário atender ao disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 7.711, de 1988, por se tratar de norma em plena vigência. **Resultado:** **APROVADO. Item 03) OFÍCIO “S” Nº 1, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha documentação sobre contrato de locação firmado em 08 de setembro de 2005, entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a empresa “Irmãos Sarkis”, tendo como objeto imóvel situado em Brasília. **Autoria:** Senador **DEMÓSTENES TORRES**. **Relatora:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Parecer:** Pelo arquivamento da matéria e remessa de ofício ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a fim de comunicar-lhe esta decisão, bem como reforçar as recomendações contidas no Acórdão 837/2006 do Tribunal de Contas da União. **Resultado:** **APROVADO. Item 04) AVISO Nº 19, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 617 de 2006 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, proferido nos autos do Processo TC 007.444/2001-7, referente à denúncia sobre possíveis irregularidades na Concorrência nº 4/2001, da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb, referente às obras civis e de fornecimento de sistemas da extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre, no trecho São Leopoldo-Novor Hamburgo. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator “ad hoc”:** Senador **GERALDO MESQUITA**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado:** **APROVADO. Item 05) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências”. **Autoria:** Deputado **KOYU IHA**. **Relatora:** Senadora **FÁTIMA CLEIDE**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** **ADIADO. Item 06) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO**, que “determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990”. **Autoria:** Deputado **JOÃO HERRMANN NETO**. **Relator:** Senador **FLÁVIO ARNS**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** **ADIADO. Item 07) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76 DE 2006, – TERMINATIVO**, altera os limites originais do Parque Nacional de Jericoacoara, situado nos Municípios de

Jijoca de Jericoacoara e Cruz, no Estado do Ceará; revoga o Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984, e o Decreto s/nº de 4 de fevereiro de 2002 e dá outras providências. **Autoria:** Presidência da República. **Relatora:** Senadora **MARISA SERRANO**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** **ADIADO.** **Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2006 – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o artigo 150, § 5º, da Constituição Federal. (Informação sobre valor dos tributos na nota fiscal)”. **Autoria:** Senador **RENAN CALHEIROS** e outros senhores senadores. **Relator:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta.. **Resultado:** **ADIADO.** **Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2005 – TERMINATIVO**, que “dispõe acerca da veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água nas hipóteses que discrimina”. **Autoria:** Senador **MARCELO CRIVELLA**. **Relator:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto nos termos da emenda nº 01-CE (substitutivo), aprovado na Comissão de Educação, com as subemendas nºs 1 e 2 que apresenta.. **Resultado:** **ADIADO.** **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 2005 – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens de óleo comestível, advertência sobre a destinação correta do produto após o uso”. **Autoria:** Senador **VALMIR AMARAL**. **Relator:** Senador **JONAS PINHEIRO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Obs.:** Foi concedido pedido de vista coletiva em reunião realizada em 14.03.2007. **Resultado:** **ADIADO.** **EXTRA-PAUTA**, a Comissão delibera as seguintes matérias: **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2006 – TERMINATIVO**, que requer, “Inclui dispositivo no Código de Defesa do Consumidor, para determinar que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço”. **Autoria:** Senador **GERSON CAMATA**. **Resultado:** **ADIADO.** **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, DE 2006 – TERMINATIVO**, que, “acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para excluir a aplicação desse Código quanto ao custo das operações ativas e à remuneração das operações passivas de instituições financeiras na intermediação de dinheiro”. **Autoria:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Relator:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. **Resultado:** **ADIADO.** **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. A Presidência passa a dar conhecimento aos membros da Comissão, sobre os seguintes avi-

sos n.º 108, 112, 305, 321, 329, 355, 358, 362, 371 e 1.097 recebidos do Tribunal de Contas da União. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Sobre a mesa Requerimento de autoria do eminente Senador Renato Casagrande, que solicita que seja convidado o Sr. Tasso Rezende de Azevedo, diretor geral do Serviço Florestal Brasileiro, órgão da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, a comparecer a esta Comissão.

Vamos aguardar a chegada do autor do Requerimento, Senador Casagrande, para ele apresentar a justificativa desse Requerimento.

Passamos ao item 1 da pauta. Aviso nº68/2000, que encaminha ao Senado Federal cópia da decisão nº 281/2000, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam. Sobre a auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, relativo a inspeção nas obras realizadas com os recursos provenientes da cobrança indevida do imposto, sobre o serviço de qualquer natureza e incidentes sobre o pedágio. Relator ad hoc, Senador Jonas Pinheiro, a quem passo a palavra.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sra. e Srs. Senadores, a presente matéria já foi anteriormente relatada pela insigne Senadora Ana Júlia Carepa, que não mais compõe essa Comissão, nessa legislatura.

A proposta continua sua tramitação, nos termos do artigo 332 do regimento interno e do auto nº 97/2002 do Presidente Senado Federal. Voto em que pesa o Congresso Nacional já ter tomado conhecimento da matéria, e autorização do processo legislativo. Bem como a decisão, ora relatada ser bastante antiga, acreditamos ser o tema bastante atual, por conta da nova discussão que tem tomado as ações do Congresso e do TCU no contexto das parcerias públicas privadas, que fizeram novos cálculos e nova atribuição do preço do pedágio. Em recentíssima decisão do TCU, 101/07. Da

palavra do Excelentíssimo Sr. Augusto Nades. Aquela corte de contas tratou do acompanhamento sobre o primeiro estágio do procedimento de outorga da PPP na modalidade com sessão patrocinada, objetivando a restauração, manutenção, operação e aumento da capacidade de três rodoviárias da BR 16.116 e BR 324, localizadas no Estado da Bahia. E indicou uma série de impropriedades determinando vários aperfeiçoamentos no processo. Nesse sentido com fim de preservar o horário e o cidadão usuário da maia(F) rodoviária, propomos o Requerimento do teor abaixo e posterior remessa ao processado no arquivo. Requeiro no termo do inciso I, do artigo 93 do regimento interno do Senado Federal, ser realizado Audiência Pública, perante essa Douta Comissão com a presença do Presidente da Agência Nacional do Transporte Terrestre, e do Ministro Augusto Nades, Ministro do Tribunal de Contas da União, o Relator da EMATERRA, relativa aos PPPs de transporte. Com o fim de debater sobre o controle dos contratos com as concessionárias e parceiras de Rodovias Federais. E conseqüente a afiliação do preço do pedágio, com o fim de discutir medidas para aprimorar o mecanismo de controle e fiscalização de finanças e patrimônio público. Para adotá-las de meio suficiente para a eficiente e eficaz gestão desse recurso e para o aperfeiçoamento da legislação vigente.

Esse é o relatório do eminente Senador Marconi Perillo. Portanto, ele conclui, pedindo uma Audiência Pública, onde nós ouviremos o Presidente da ANTT, e do Ministro Augusto Nades, Ministro do Tribunal de Contas da União. Sobre a cobrança de pedágio nos contratos com as concessionárias de parceria nas Rodovias Federais.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o Parecer. Não havendo quem queira discutir, votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Nós procuraremos agendar a data mais adequada para a realização da Audiência Pública proposta.

Passamos ao item 2, Mensagem nº 146/1999, encaminha ao Senado Federal o relatório sobre a retribuição adicional variável, RAV. Correspondente ao segundo semestre de 1998, autoria Presidência da República, Relatora Senadora Serys Slhessarenko. A quem passo a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como é de conhecimento de todos os Srs. Senadores dessa Comissão, o relatório todos já tiveram a possibilidade de ler. Eu vou me ater apenas ao voto, até porque entendemos que a extinção da RAV não desobriga o Poder Executivo de enviar semestralmente um relatório. Semestral de tal aliado, relativo à implicação do FUNDAF. Ao nosso

ver o recebimento desse relatório, até adquirir importância maior, diante da maior função atribuída a essa casa, pela Emenda Constitucional, nº42/2003, que ao prorrogar a reforma tributária parcial assim prescreveu. Como pede privativamente ao Senado Federal, avaliar periodicamente a funcionalidade do sistema tributário nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Voto em face, todo exposto. O nosso voto é pela aprovação do relatório, de que trata a mensagem nº 146/1999 com a recomendação de que se comunique ao poder executivo. Ser necessário entender ao disposto no § 1º do artigo 6º da lei nº 7711/1988, por se tratar de norma em plena vigência. Esse é o nosso voto, pela aprovação do relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação, os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Será providenciada a comunicação a que se refere.

Passamos ao item 3. Ofício S nº 1/2006, encaminhando a documentação sobre contrato de locação firmado em 8 de setembro de 2005, entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, e a empresa IRMÃOS SARKIS, tendo como objeto imóvel situado em Brasília. Autoria Senador Demostenes Torres, tem como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, a quem concedemos a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Também neste caso, Srs. Senadores, Sr. Presidente, do conhecimento de todos, o relatório e a análise do mesmo. Acreditamos que o TCU realizou uma avaliação correta da matéria, ponderando os diversos elementos que constam dos autos. Igualmente acreditamos que as dúvidas que certamente moveram S.Exa. e o Sr. Senador Demostenes Torres, que, inclusive, recebeu cópia do referido acórdão da Corte de Contas. Ao iniciar o presente processo foram eliminadas após o esclarecimento prestado por S.Exa., o Ministro Patrus Ananias. Assim sendo, não vemos razão para que sejam tomadas providências complementares, aquelas determinadas pelo Tribunal de Contas da União. Salvo comunicar ao Ministro o desfecho do presente processo. Voto, em face do exposto com o fundamento no inciso I, do artigo 102A, do regimento interno do Senado Federal, nosso parecer é pelo arquivamento dos presentes autos, devendo ser expedido ofício ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, a fim comunicar-lhe essa decisão, bem como reforçar as recomendações contidas no acórdão 837/2006, do Tribunal de Contas da União. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao item 4. Aviso 19/2006, encaminhado ao Senado Federal cópia do acórdão nº 617/2006, do TCU, bem como do relatório e voto que o fundamentam. Proferindo nos autos do processo 007444/2001-7, referente a denúncia sobre possíveis irregularidades, na concorrência 4/2001, da empresa de trens urbanos de Porto Alegre S.A., TRENSURB. Referente às obras civis e de fornecimento de sistemas de extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre, no trecho de São Leopoldo/ Novo Hamburgo. Relatora Senadora Fátima Cleide, no meio designa Relator ad hoc, Senador Geraldo Mesquita, a quem concedo a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC) – Presidente, Sra. Senadora, colegas, a presidência do Tribunal de Contas da União encaminhou a essa casa a cópia do acórdão 617/2006, acompanhado do Relatório e voto que o fundamentaram, referente à denúncia de possíveis irregularidades da concorrência nº 4/2001, da empresa de trens urbanos de Porto Alegre, referente à obras civis e de fornecimento de sistemas de extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre, no trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo. A presente matéria foi anteriormente relatada pelo Senador Luiz Pontes, que não compõe mais essa Comissão. E a proposta continua essa tramitação, nos termos do artigo 332, do regimento interno e do ato 97/2002, do Presidente do Senado Federal. A primeira deliberação de terceiro foi a decisão 1.107, que determinou a realização de inspeção na referida empresa estatal. Com base no resultado dessa inspeção, o Plenário do TCU decidiu determinar a anulação da concorrência. Posteriormente o Plenário entendendo que na prática poder se aceitar que houve competição, pelo menos, razoável entre os licitantes, mas considerando que em vista de Parecer da CERU, da SECEX, e da CCOB, que confirmavam na amostra de 44% dos itens é efetivo dizer a existência de sobre-preço nesses itens de orçamento base da concorrência. Concedeu provimento parcial a pedido de reexame interposto pela TRENSURB. No acórdão 1535, o tribunal determinou a TRENSURB que ia adequar-se ao orçamento base da concorrência, a fim de conformá-la aos preços de mercado, e que ia adotar-se outras providências cabíveis, no presente acórdão, analisa-se se houve por parte da TRENSURB o efetivo cumprimento das determinações isoladas(F) do acórdão. Aspectos relevantes a serem ressaltados sub-mérito da matéria identificadas no relatório e voto,

são os seguintes: adoção pela entidade responsável, destinatário de providência diversas das determinadas pelo TCU, impõe a renovação das determinações, a presença de fortes indícios de superfaturamento exige um aprofundamento dos estudos. O Plenário do TCU, por orientação do eminente Ministro substituto e Relator da matéria recomenda enviar a cópia desse acórdão aos Presidentes do Senado e da Câmara, sugerindo adoção de medidas, tendentes a atribuir legalmente competência a um órgão estatal independente como, por exemplo, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, a designar legalmente uma entidade privada também independente e idônea, como por exemplo, a FGV, mas que tem uma outra tradição na coleta e tabulação de dados econômicos.

Alterar a lei de licitações e contratos no sentido de fazer constar a dispositivo que exige a prévia elaboração de projeto executivo para licitação e contratação de obras de maior vulto, sem reduzir as exigências já existentes em termos de projeto básico para as demais obras. No que pesa a iniciativa legislativa de organização do poder executivo se é de competência exclusiva do Presidente da República, existe atualmente o projeto de iniciativa daquele poder em tramitação na Câmara, que trata de alterações na licitação no âmbito do programa de aceleração de crescimento, cujo Relator é o Deputado Márcio Reinaldo. Nesse sentido acreditamos que essa é a palavra da Senadora, Senadora Fátima Cleide, produtiva informar dessas sugestões à Comissão de Trabalho Administração e Serviço Público da Câmara, e Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. A fim de avaliar a pertinência da inclusão dessas idéias no debate sobre a matéria. Isso e suposto, propomos, Senadora Fátima que está propondo, que essa Comissão tome ciência do conteúdo da matéria e encaminhe os autos para um arquivo, é o voto Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão ao voto apresentado. Não havendo quem queira discutir, em votação, Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Os itens 5 e 6, pela ausência dos Srs. Relatores, estão sendo retirados de pauta. Na próxima terça-feira, dia primeiro de maio, é feriado, seria a data da Reunião Ordinária dessa Comissão, haverá contudo no dia 3, na quinta-feira, a Reunião Conjunta dessa Comissão com as Comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, em atendimento ao disposto no artigo 9º, § 5º, da lei de responsabilidade fiscal, lei complementar 101 de 4 de maio de 2000. Essa reunião ocorrerá no Plenário 2, anexo Luiz Eduardo Magalhães, anexo 2 da Câmara dos Deputados às 10h da manhã.

Sobre a mesa os avisos recebidos do Tribunal de Contas da União, aviso nº 108, referente ao recurso de reconsideração contra o acórdão 2686/2003, primeira Câmara, processo tomadas de contas especiais, sobre a auditoria realizada nas obras de controle do sudoeste de Goiânia, Rodovia BR 060. Aviso 112 referente ao recurso de reconsideração contra o acórdão 2490/2005. Aviso 305 referência à solicitação do Congresso Nacional sobre auditoria de natureza operacional na controladoria geral da união e na secretaria Federal de controle interno, em cumprimento ao acórdão 2251/2005. Aviso 321, referente a pedido de reexame do acórdão número 775/2006, interposto pela DNIT de Goiás, sobre irregularidade do programa emergencial de trafegabilidade e segurança nas estradas na BR452 de Goiás, trecho Rio Verde/Itumbiara, seguimento quilômetro 81 a quilômetro 199.6. Aviso 329 referente ao levantamento de Relatoria em cumprimento ao acórdão 1590/2005, Plenário, que aprovou as diretrizes para a apreciação das contas do Governo da República, referente ao exercício financeiro de 2005. Aviso 355 referente à tomada de conta especial instaurada em razão do não pagamento por parte diversa, e jôqueis clubes de bilhetes encalhados, nas extrações de sweepstakes da Caixa Econômica Federal acórdão nº 467 de 2007. Aviso 358, referente a solicitação para a realização de auditoria e convite a fiscalizar a execução dos convênios Federais firmados com a prefeito de Guarulhos, São Paulo, anexado ao Requerimento 07/2006 Extra-Comissão. Aviso 362, referente ao relatório de auditoria de natureza operacional dos hospitais universitários, Antônio Pedro da Universidade Federal Fluminense, o AP, UFF, Clementino Fraga filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro UCFF e URFG, e Grafe(F) e Grinho(F) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, HUGG, UNIRIO, tendo por objetivo avaliar a gestão quanto aos processos de aquisição de insumos e contratação de serviços. Aviso 371, referente a pedido de reexame interposto pela Agência Nacional de energia elétrica, ANAEL, contra o acórdão 649/2005. Aviso 1097, referente a embargos de declaração opostos pelo Ministério Público TCU, contra acórdão nº 512/2006, Plenário, sobre tomadas de contas do Tribunal Regional do Trabalho, da 21ª Região, TRT, no Rio Grande do Norte, esses avisos encontram-se nas secretarias desta Comissão, a disposição dos eminentes Srs. Senadores.

Srs. Senadores não havendo mais nada a tratar, agradecendo a presença de todos. Declaramos encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 12h10.)

ATA DA 13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DO DIA 15 DE MAIO DE 2007 ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia quinze de maio de dois mil e sete, na Sala nº. 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **SIBÁ MACHADO, FÁTIMA CLEIDE, JOÃO RIBEIRO, VALDIR RAUPP, HERÁCLITO FORTES, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, GILVAM BORGES, GERALDO MESQUITA, CÉSAR BORGES, EDISON LOBÃO e RAIMUNDO COLOMBO**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a reunião tem a seguinte pauta: **Item 01) REQUERIMENTO Nº. 19, DE 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “requer audiência pública perante esta Comissão, para discutir a questão do Aquecimento Global, convidando o Sr. Al Gore, ex-Vice Presidente dos Estados Unidos da América”. **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Resultado:** **APROVADO**. **Item 02) REQUERIMENTO (SF) Nº. 616, DE 2001- NÃO TERMINATIVO**, que “Requer ao Tribunal de Contas da União elaboração de auditoria ou inspeção de natureza contábil, em contrato realizado entre a Petrobrás S. A. e a Companhia Marítima; a atuação da Brasoil como intermediadora entre a Petrobrás e a Marítima; e a função da “The law Debenture Trust Corporation (Cayman) Limited” no referido contrato”. **Autoria:** Senador **GERALDO CÂNDIDO** **Relator:** Senador **WELLINGTON SALGADO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado:** **APROVADO**. **Item 03) REQUERIMENTO Nº. 18, DE 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “Solicita seja convidado o Sr. Tasso Rezende de Azevedo, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, órgão da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, a comparecer a esta Comissão”. **Autoria:** Senador **RENATO CASAGRANDE** e **FÁTIMA CLEIDE**. **Resultado:** **APROVADO**. **Item 04) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº. 17, DE 2007 – NÃO – TERMINATIVO**, que “Institui o Programa Carbono Zero para neutralizar as emissões de carbono geradas pelo Senado Federal”. **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Relator “ad hoc”:** Senador **RAIMUNDO COLOMBO** **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** **APROVADO**. **Item 05)**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº. 29, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO, que “Dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências”. **Autoria:** Deputado **KOYU IHA**. **Relatora** Senadora **FÁTIMA CLEIDE**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** **APROVADO**. **Item 06) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº. 116, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO**, que “determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que trata a Lei nº. 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990”. **Autoria:** Deputado **JOÃO HERRMANN NETO**. **Relator** Senador **FLÁVIO ARNS**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** **ADIADO**. **Item 07) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº. 76 DE 2006, – TERMINATIVO**, que “altera os limites originais do Parque Nacional de Jericoacoara, situado nos Municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, no Estado do Ceará; revoga o Decreto nº. 90.379, de 29 de outubro de 1984, e o Decreto s/nº de 4 de fevereiro de 2002 e dá outras providências”. **Autoria:** Presidência da República. **Relator “ad hoc”:** Senador **SIBÁ MACHADO**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** **APROVADO**. **Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 44, DE 2007- NÃO TERMINATIVO**, que “Altera a Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para criar nova modalidade de pena restritiva de direitos”. **Autoria:** Senador **VALTER PEREIRA**. **Relator** Senador **RAIMUNDO COLOMBO**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** **APROVADO**. Obs.: Matéria terminativa na CCJ. **Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 174, DE 2006 – TERMINATIVO**, que “Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o artigo 150, § 5º, da Constituição Federal. (Informação sobre valor dos tributos na nota fiscal).” **Autoria:** Senador **RENAN CALHEIROS** e outros senhores senadores. **Relator:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** **APROVADO**. Obs.: Matéria vai a turno suplementar. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 176, DE 2005 – TERMINATIVO**, que “Dispõe acerca da veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água nas hipóteses que discrimina”. **Autoria:** Senador **MARCELO CRIVELLA**. **Relator:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto nos termos da emenda nº. 01-CE (substitutivo), aprovado na Comissão de Educação, com as subemendas nºs 1 e 2 que apresenta. **Resultado:** **APROVADO**. Obs.: Matéria vai a turno suplementar. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 296, DE 2005- TERMINA-**

TIVO, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens de óleo comestível, advertência sobre a destinação correta do produto após o uso”. **Autoria:** Senador **VALMIR AMARAL**. **Relator:** Senador **JONAS PINHEIRO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** **ADIADO**. Obs.: Foi concedido pedido de vista coletiva em reunião realizada em 14.03.2007, sendo que não houve manifestação dos senadores até o momento. **Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 314, DE 2006– TERMINATIVO**, que “Inclui dispositivo no Código de Defesa do Consumidor, para determinar que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço.”. **Autoria:** Senador **GERSON CAMATA**. **Relator:** Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** **APROVADO**. **Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 143, DE 2006– TERMINATIVO**, que “Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para excluir a aplicação desse Código quanto ao custo das operações ativas e à remuneração das operações passivas de instituições financeiras na intermediação de dinheiro”. **Autoria:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Relator:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** **ADIADO**. **Item 14) REQUERIMENTO Nº. 17, 2007-CMA**, que “Nos termos regimentais, requeira seja realizada nesta Comissão audiência pública para tratar sobre as obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e os impasses em relação à licença ambiental para a construção da referida obra, com os seguintes convidados: Ivo Cassol, Governador do Estado de Rondônia; Neodi Carlos, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; Roberto Sobrinho, Prefeito do Município de Porto Velho; Abdiel Ramos Figueira, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia; Bazileu Alves Margarido Neto, Presidente, interino, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA e Euzébio André Guareshi, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia”. **Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. **Resultado:** **APROVADO** com aditamento da Senadora **FÁTIMA CLEIDE** para que seja convidado um representante do Ministério Público Federal. **Item 15) REQUERIMENTO Nº. 20, 2007-CMA**, que “Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeira audiência pública perante esta Comissão, para discutir os Instrumentos de Combate ao Aquecimento Global, com os seguintes convidados: Antônio Sérgio Riede, Gerente Executivo de Respon-

sabilidade Socioambiental do Banco do Brasil; Izabela Campos Alcântara, Diretora de Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil; Márcio Antônio da Silveira, Professor da Universidade Federal de Tocantins e Representante do Programa Batata-Doce: Bioenergia na Agricultura Familiar e Adriana Felipeto, Coordenadora do Programa NovaGeral de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. **Autor:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Resultado:** **APROVADO. EXTRA-PAUTA. REQUERIMENTO Nº. 21, DE 2007-CMA**, que “requer, nos termos regimentais, que seja determinada a esta comissão a remessa da cópia dos autos das propostas de fiscalização e controle nºs 02 e 03, de 2005, com seus respectivos documentos anexos, ao ministério público federal e a controladoria geral da união, para que sejam tomadas as providências cabíveis à espécie” **Autor:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Resultado:** Aprovado. A Presidência passa a dar conhecimento aos membros da Comissão, sobre os seguintes avisos n.º 193, 228, 290, 291, 368, 408, 418, 432, 443, 455, 466, 506, 508 e 517 recebidos do Tribunal de Contas da União. Usam da palavra os Senhores Senadores **FÁTIMA CLEIDE, EXPEDITO JUNIOR, FLEXA RIBEIRO, EDSON LOBÃO, HERÁCLITO FORTES, GERALDO MESQUITA, GARIBALDI ALVES, RAIMUNDO COLOMBO, SERYS SLHESSARENKO, WELLINGTON SALGADO e GILVAM BORGES**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª. Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata, da Reunião anterior, permaneçam como estão. Aprovado.

Apenas para esclarecimento aos eminentes Srs. Senadores, membros desta Comissão, que a partir de hoje, por um período relativamente curto, eu espero que seja o mais curto possível, nós estaremos realizando as nossas Sessões Ordinárias, nesta sala, uma vez que a presidência da Casa solicitou por empréstimo a nossa Sala de Reuniões para funcionar temporariamente comitê de imprensa cujas instalações estão sendo objeto de reforma. Essa sala é uma sala mais ampla, não fica distante da secretaria, não dificultará

em nada o nosso trabalho, e também será uma questão temporária.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Eu só solicitaria, Senador, que eu fizesse alguns comunicados antes de começar definitivamente a reunião.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Logo em seguida, então, o senhor me concederia a palavra, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Perfeitamente. Essa Comissão recebe da ECODATA um convite, essa instituição realizará em parceria com o Ministério da Integração Nacional, um seminário sobre desenvolvimento sustentável da bacia do Alto Tocantins. É uma questão de relevo, de muita importância, que o Alto Tocantins basicamente está aqui envolvendo as bacias aqui do Planalto Central. Os temas que serão abordados serão o PAC, planos estratégicos do Tocantins Araguaia, avaliação ambiental integrado do Rio Tocantins e seus formadores, plano de revitalização do Tocantins Araguaia, e plano de turismo da região da biosfera e Serra da Mesa. O evento ocorrerá nos dias 17, 18 de maio, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

Nós estamos retornando também de uma visita que fizemos aos Estados Unidos, participamos da feira internacional, foi uma amostra muito interessante e que apresentou diversos produtos fabricados para tratamento, sobretudo, os resíduos sólidos, e das últimas tecnologias que estão sendo utilizadas nessas questões, o lixo tem sido um problema muito grande, permanente e crescente para a grande maioria das prefeituras, e nós tivemos a oportunidade de ver algumas soluções interessantes, que talvez seja importante darmos conhecimento aos membros da Comissão, e quem sabe cada um tomar a iniciativa, ou a própria Comissão tomar a iniciativa de dar informação às prefeituras, para quem sabe inteirando dessas tecnologias novas, poderem analisar a possibilidade de aproveitar no trabalho que já realiza nos seus respectivos municípios.

Nós visitamos, além da feira, nós visitamos duas plantas que, duas plantas industriais que estão transformando o lixo sólido em energia elétrica, achei a planta, assim, extraordinária, tecnologia de ponta e que reduz em pouco mais de 10% do volume do lixo colhido, e transforma esses 10% em matéria morta, inerte, sem riscos de contaminação, nem para baixo, nem para cima, sem risco de contaminação com a emissão de gases poluentes, sem risco de contaminação com a lixiviação dos chorumes, dos líquidos que poderiam contaminar o solo e o lençol freático. Então

a tecnologia é muito interessante de uma empresa que nós visitamos, e que transforma na incineração dentro de uma caldeira, transforma o lixo em energia elétrica, porque quando é queimado na caldeira, a caldeira com o calor, o calor é transformado em energia elétrica. É um negócio muito interessante e que é importante que os municípios tomem conhecimento, se já não..., aqueles que não têm e quem sabe pode ser estudada a possibilidade de adotar essa tecnologia, embora a matriz energética de energia elétrica gerada no lixo seja de pequena monta, representa um percentual muito pequeno na matriz do Estados Unidos, por exemplo, e aqui também eu creio que ainda não existe esse procedimento, embora ele já esteja em análise. Mas é importante que a Prefeitura possa gerar essa sua própria energia reduzindo os seus custos que certamente são elevados com energia elétrica. Eu acho que essa visita, foi uma visita muito importante, eu espero oportunamente poder transmitir a todos os Senadores membros dessa Comissão, as informações mais detalhadas a respeito desse assunto.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pelo ordem, concedo primeiro a palavra ao Senador Expedito, que solicitou primeiro que V.Exª., em seguida V.Exª. Senador Expedito, muito gentilmente, concede a V.Exª. a palavra, pela ordem.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Eu agradeço a gentileza, apenas para pedir uma inversão de pauta, aqui, para que a gente pudesse apreciar o Item 3 e o Item 5, que trata da Lei de Pesca, já é uma ansiedade muito grande de todos para que a gente aprecie essa matéria, e eu tenho algumas reuniões, agora meio dia, e gostaria de tratar dessas duas matérias com urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Srs. Senadores que, não pretendendo discutir a proposta apresentada pela Senadora Fátima Cleide, e que concordam com a sua propositura, permaneçam como estão. Para discutir.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Só para discutir, eu não sei qual que é a questão da pauta, essa questão de inversão, questão de Requerimento é votado primeiro ou no caso ficaria para ser votado após a...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A inversão da pauta seria votado primeiro o Item solicitado. V.Exª. tem interesse na votação primeiro do que os requerimentos?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – É, eu gostaria, até de fazer um apelo à Senadora Fátima, eu gostaria de só fazer um pedido aqui para retirar um

Requerimento, gostaria, é coisa simples, não vamos nem discutir.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Só a Lei da Pesca, então, primeiro esse Item 5.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Eu vou fazer a questão dos requerimentos, e em seguida faz a inversão...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Só pediria que a Comissão fosse um pouco ágil na aprovação dos requerimentos, porque o Projeto de Lei de Pesca já está aqui há um tempo, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – V.Exª. concorda então que os requerimentos sejam apreciados primeiro?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em votação a proposta apresentada pela Senadora Fátima Cleide, com as ponderações do Senador Expedito Júnior. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Faremos, então, a discussão dos requerimentos apresentados. V.Exª. tem a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, eu tenho, eu tenho dois assuntos para tratar, primeiro é o Requerimento que fiz, onde nós estávamos, na oportunidade, convidando a presença do Ministro do Estado do Desenvolvimento Agrário, eram alguns questionamentos que eu tinha com o Ministro, e principalmente se referíamos mais ao Estado de Rondônia, e ele gentilmente me convidou até o Ministério, marcou uma audiência, inclusive, com a bancada de Rondônia, marcou audiência com o próprio Governador do Estado. E eu dou por suficiente o atendimento que o Ministro nos deu e as explicações, principalmente sobre a questão da regularização de terras no Estado de Rondônia. E eu gostaria, então, de retirar esse Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – É o Item 14.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – É, eu gostaria de retirar este Requerimento, e defender, aqui, um pedido que nós estamos fazendo de Audiência Pública nesta Comissão, que nós estamos discutindo, Sr. Presidente, aí, a grande imprensa nacional discute a questão da construção das Usinas Hidrelétricas no Estado de Rondônia, e eu gostaria de fazer um apelo, haja vista, que a Câmara fez, agora há poucos dias recentemente uma Audiência Pública na Câmara, na Câmara dos Deputados, e eu estou propondo, então, para que seja feita, e estou aqui propondo alguns nomes para que sejam convidados para essa Audiência Pública, caso os companheiros dessa Comissão en-

tenda que deva ser incluído mais alguns nomes nessa Audiência Pública, eu gostaria, então, de discutir sobre essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Só para melhor compreensão da Mesa, Senador Expedito, V.Ex^a está propondo a retirada de pauta o Item 14.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Exatamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, mas esse é do Rio Madeira, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sim, mas ele está pedindo do 14.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Não é do Item 14, qual é o Requerimento? É o Requerimento de autoria do Senador.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu fiz um Requerimento, que já foi aprovado primeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Ah, não é esse da extrapauta de hoje, não.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Não, não, já foi aprovado, não está na pauta de hoje. Eu gostaria de retirar que é o convite ao Ministro Guilherme Cassel, eu gostaria de retirar, já aprovamos, inclusive, aqui da Comissão, como autor, e o outro não, o outro eu gostaria de discutir, para que nós pudéssemos marcar essa Audiência Pública aqui pela nossa Comissão sobre a discussão do complexo do Rio Madeira, as construções das usinas de Geral e Santo Antônio.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Do Item 14, esse é o Item 14 Requerimento de 2007, nos termos regimentais, requeiro que seja realizado nessa Comissão, Audiência Pública para tratar sobre as Obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira no Estado de Rondônia, e os impasses em relação à licença ambiental para a construção da referida obra, com os seguintes convidados: Ivo Cassol, Governador do Estado de Rondônia; Neodi Carlos, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; Roberto Sobrinho, Prefeito do Município de Porto Velho; Abdiel Ramos Figueira, Procurador-Geral de Justiça de Ministério Público do Estado de Rondônia; Bazileu Alves Margarido Neto, Presidente, interino, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, IBAMA; e Euzébio André Guareshi, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia. V.Ex^a ainda quer

abduzir algumas informações a respeito do Requerimento apresentado?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Não, senhor

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para discutir o Requerimento?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem a V.Ex^a a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Apenas para parabenizar o Senador Expedito Júnior pela apresentação do Requerimento, acredito ser de extrema necessidade discutir essa matéria até para desmistificar algumas, alguns equívocos, que estão sendo bastante propalados com relação a questão da licença ambiental. E gostaria, Senador, de sugerir apenas o nome, o acréscimo de um nome do Representante do Ministério Público Federal, que eu acredito ser, uma vez que o Ministério Público Federal participou já de alguns estudos sobre o licenciamento ambiental, e eu acho interessante que o Ministério Público Federal também possa estar representado nesta mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Continua em discussão, não havendo mais quem queira discutir, em votação, Srs. Senadores aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Aprovado o Requerimento, no Item 14 com o adendo da Senadora Fátima Cleide. Tornamos sem efeito também o Requerimento anteriormente aprovado, de autoria de V.Ex^a por solicitação do autor.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Obrigado, Sr. Presidente. E eu gostaria de me ausentar um pouco, eu volto pra cá, para gente votar as votações nominal, porque eu estou aqui do lado, nós estamos aí com a presença do Presidente do INCRA, e eu tenho alguns questionamentos que eu preciso tirar algumas dúvidas com ele, e peço permissão de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A mesa faz um apelo a V.Ex^a, para que retorne o quanto antes, porque nós temos matérias importantes de caráter terminativo que serão apreciados nessa Comissão. Nós passaremos então a discussão.

Nós vamos fazer a votação da proposta apresentada pela Senadora Fátima Cleide, e a alteração da ordem da pauta, em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação, Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Nós passaremos, então, a apreciar por solicitação da Senadora Fátima Cleide, os itens 3 e 5, começando pelo 3.

Solicita que seja convidado o Sr. Tasso Rezende de Azevedo, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro, órgão da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, a comparecer a esta Comissão. O Requerimento é de autoria do Senador Renato Casagrande e da eminente Senadora Fátima Cleide, V.Exª interessa abduzir argumentos a respeito da solicitação apresentada do Requerimento?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sim, Sr. Presidente, muito rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exª a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Dizer que esse é um Requerimento do Senador Renato Casagrande, que nesse momento encontra-se na reunião de líderes na Casa, e está impossibilitado de participar aqui, eu estou subscrevendo, porque considero da maior importância, termos aqui conosco, até para explicar sobre o andamento, das atribuições do serviço florestal brasileiro, a presença do Diretor Tasso, para que essa Comissão possa também fazer esclarecimentos a esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Passamos ao Item 5. Houve inversão de pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 29/2003, dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências. Projeto de autoria do Deputado Koyu Iha e a Relatora é a Senadora Fátima Cleide, a quem concedemos a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, é com grande honra que relato essa matéria que já passou, já tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça nesta casa, pela CAE onde teve como Relator, nosso nobre Senador Garibaldi Alves, passou também pela CAES onde teve como Relator Senador Valdir Raupp, e nesta Comissão foi distribuído para nossa Relatoria. Vou passar diretamente a análise do projeto, Sr. Presidente, consoante ao autor do PLC nº 29 de 2003, a iniciativa visa aperfeiçoar e sistematizar as normas relativas ao disciplinamento da pesca que se encontram atualmente dispersas em vários diplomas legais, sendo principal deles, o Decreto Lei, nº 221 de 28 de fevereiro, de 1967, portanto, há 30 anos, Sr. Presidente, e em inúmeros decretos resoluções e portarias, em grande parte na adequada e de aplicação duvidosa, a regulação vigente não estaria sendo capaz de coibir a sobre pesca, nem tão pouco de estimular a economia pesqueira. O PLC sobre exame aprovado pela Câmara dos Deputados na forma de substitutivo, trata de

forma bastante abrangente do ordenamento das atividades voltadas para a pesca e aquicultura no país. Do processo de discussão da matéria pelo Senado Federal, convém ressaltar que o Projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos nos termos de novo substitutivo.

Emenda nº 1 da CAE, para incorporar a proposição as sugestões apresentadas pela Secretaria Especial de aquicultura e pesca da Presidência da República. Numa visão geral, a maior parte das modificações promovidas pela CAE deu-se no sentido de adequar aos conceitos tratados no projeto, a política de fomento à pesca e aquicultura conduzida pelo Governo Federal. E ao mesmo tempo, aperfeiçoar a estrutura da futura lei, em síntese os pontos alterados relacionam-se a abrangência da parceria de pesca ao conceito de pescador profissional, a fiscalização pelas instituições representativas dos pescadores e ao transbordo do produto de pesca.

Por sua vez a Comissão de Assuntos Sociais aprovou o PLC nos termos do substitutivo da CAE com Emenda de Relator conforme mencionado no relatório, a proposta da CAEs não traz grandes alterações em termos de princípios, o texto mantém a estrutura e os conceitos do substitutivo da CAE. As previsões inovadoras decorrentes em grande medida de contribuições oferecidas pelo Comando da Marinha e tentam basicamente a: Aprimorar conceitos relativos a transbordo produto e pesca, aéreas de exercício pesqueiro, armador de pesca, tamanho mínimo de captura, bens de produção, mar territorial, plataforma continental e zona econômica exclusiva. Alterar dispositivo de forma adequá-los a aplicação das normas da autoridade marítima e aos conceitos da lei que trata do tráfego aquaviário. Explicitar que somente o pescador profissional artesanal fará jus ao seguro desemprego durante o período de defeso, modificar dispositivo para conferir maior segurança à navegação, fixar que a concessão da licença de pesca amadora depende do pagamento de taxa. Ouvidas as CCJs, Comissão de Relações Exteriores, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Assuntos Sociais dessa casa, incumbe a essa Comissão de Meio Ambiente, de acordo com o regimento interno do Senado Federal, opinar sobre o tema Pesca, inserido no contexto de proteção e defesa do meio ambiente, e da preservação e conservação da biodiversidade. Como se sabe a destruição dos ecossistemas aquáticos, manguezais, sobretudo, a crescente poluição dos recursos hídricos, a existência de barragens que impedem a migração reprodutiva de peixes, o assoreamento dos cursos d'água, o emprego de métodos predatórios de pesca e a super exploração das espécies, são fatores que cada vez mais ameaçam

os estoques pesqueiros. O PLC em essência procura conciliar a preservação e a conservação dos ecossistemas aquáticos com o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros e o desenvolvimento sócio econômico dos que exercem a pesca e a aquicultura a fim de que essa atividade se dê em bases não predatórias. Sobre esse prisma. A proposta sobre exame demarca uma Política Nacional para o setor a partir de uma visão integral dos principais problemas da área. Desse modo procura harmonizar os interesses dos diversos agentes envolvidos. Pescador, armador de pesca, empresa pesqueira e compatibilizar esses interesses com a promoção do equilíbrio ecológico, observado os princípios de conservação e preservação da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais. Respeitados os limites regimentais para análise da matéria pela CMA, observa-se que o projeto assenta apropriadamente que norma particular deverá estabelecer para cada espécie a ser explorada, ou seja, caso a caso o regime de acesso, a captura total permissível, e os tamanhos mínimos de captura, os períodos de defeso, e as temporadas de pesca, as áreas interditadas a atividade e as de reserva, a capacidade de suporte do ambiente, os aparelhos, métodos e sistemas de pescas emitidos.

Vou passar aqui, Sr. Presidente, para as alterações propostas nos termos do substitutivo que apresentamos para exames da Comissão de Meio Ambiente.

1 – complementar os conceitos referentes à aquicultura, pesca recursos pesqueiros, pescador amador e pesca não comercial amadora. 2 – inserir dispositivos para definir defeso de pesca, espécie exótica, atividade de aquicultura familiar e ornamental. 3 – prever que o ordenamento pesqueiro considere as peculiaridades e as necessidades da aquicultura familiar para garantir a permanência da atividade. 4 – aperfeiçoar as definições de permissão e autorização para o exercício da atividade pesqueira e instruir o instrumento de isenção para fins de aquicultura.

Sr. Presidente, eu peço um pouquinho de paciência, são nove alterações, eu já li a 4ª.

A 5ª – vedar liberação no ambiente natural de organismo geneticamente modificado. 6ª – estabelecer que os planos de desenvolvimento da aquicultura, os parques aquícolas e o Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União a serem definidos em regulamentações específicas, são instrumentos de ordenamento da atividade. 7 – assentar que as proibições estabelecidas para a pesca comercial não se aplicam à pesquisa científica na atividade pesqueira e determinar que a coleta e o cultivo de recursos pesqueiros com finalidade científica dependem de autorização do órgão ambiental competente. 8 – fixar que a

Receita proveniente da taxa cobrada para a concessão da licença da pesca amadora, será compartilhada entre a união e os estados. 9 – aperfeiçoar a cláusula revogatória.

Por fim, para melhor identificação das modificações propostas, anexamos a esse Parecer quadro comparativo com o substitutivo aprovado pela CAE ao PLC nº 29/2003, as Emendas adotadas pela CAES, ao substitutivo da CAE, e a Emenda apresentada a CMA. Diante do exposto, Sr. Presidente, votamos pela aprovação do Projetos de Lei da Câmara nº 29/2003 na forma do substitutivo que se apresenta. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão, esse importante relatório da Senadora Fátima Cleide que trata do novo balizamento da atividade pesqueira no país. Não havendo quem queira discutir, para discutir Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Eu, primeiro, quero pedir permissão a V.Exª, como não sendo membro da Comissão de Meio Ambiente e com muita tem vontade de sê-lo, como fui na Legislatura passada, mas quero parabenizar o trabalho desenvolvido por essa Comissão com a presidência de V.Exª. Acho que hoje, essa Comissão, ela tem a característica de ser, se não a mais importante, uma das mais importantes do Congresso Nacional e do Senado Federal em função da questão, ambiental que é hoje discutida a nível mundial. Com relação ao projeto relatado pela nobre Senadora Fátima Cleide, quero parabenizá-la, parabenizá-la porque já não é sem tempo que nós vamos aprovar uma lei específica para a indústria da pesca. Nós temos um potencial enorme a nível de Brasil, tanto na nas suas águas internas quanto na sua Costa, na possibilidade de transformar o Brasil num grande produtor mundial de pescado, a nível nacional o Estado do Pará é hoje o maior produtor de pescado do Brasil, rivaliza com o Estado de Santa Catarina, mas acho que ainda ganhamos por tonelagem pescada. E esse projeto ele tramita desde 2003, desde 2003, nós estamos em 2007, e acho, quero parabenizá-lo, por ter pautado o projeto e tenho absoluta certeza que vamos acompanhar o voto favorável da Senadora Fátima Cleide.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Importante manifestação de V.Exª, que quando integrava essa Comissão, foi sempre um dos membros mais atuantes e mais ativos, dava uma nova roupagem, e é sempre bem vindo às reuniões da Comissão, para participar das discussões que aqui ocorrem, embora não podendo votar enquanto não for

membro, mas a Comissão continua aguardando com muita ansiedade que V.Exª venha integrar novamente os seus quadros. Mais alguém para discutir? Senador Edison Lobão, tenho V.Exª a palavra.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – Sr. Presidente, este é um diploma legal de grande envergadura, temos de fato, uma, um litoral do Brasil muito extenso, um dos maiores do mundo, e nós nos ressentimos de uma lei profunda que regulasse definitivamente essa matéria. A Senadora Fátima Cleide debruçou sobre essa matéria, até oferece alterações muito judiciosas que seguramente aperfeiçoa-o, o projeto sobre os cuidados de sua Excelência. O Estado do Maranhão é um Estado produtor também de pescado e de grande porte, nós exportamos, inclusive, para estados como Ceará e o Pará do Senador Flexa, vez por outra faz uma bicorada por lá, aporta os seus navios e leva o nosso pescado. Temos no Maranhão cerca de 300.000 pescadores artesanais, portanto essa é uma matéria que nós interessa profundamente, estou satisfeito com o resultado dos estudos elaborados nessa Comissão, e seguro de que a lei atende aos interesses nacionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Continua a discussão. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Me juntar, Sr. Presidente, apenas as palavras do Senador Lobão, nós não tivemos a felicidade geográfica de possuir um mar nas dimensões do maranhense, mas nós temos um pequeno mar aonde propicia geração de empregos para várias famílias através da atividade da pesca, daí porque eu também manifesto favorável a aprovação desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Efetivamente o país tem um potencial enorme, e tem uma avenida larga para crescer no que diz respeito a atividade econômica como a pesca, rico em recursos hídricos e além disso tem uma costa muito extensa, eu tenho certeza que em termos de legislação, hoje, com esse Projeto de Lei, a contribuição que o país pode dar para o desenvolvimento e a ampliação da atividade pesqueira é efetivo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC) – Caro amigo, Presidente Senador Leomar...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – V.Exª tem a palavra para discutir.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC) – A nossa objetividade e a situação nas Comissões, hoje, a gente tem que conciliar, porque a gente, às vezes, se manifesta em uma situação como

essa e sai um parlamentar, sai outro, e a gente quorum. Eu estava aqui quietinho, aguardando para a gente voltar, porque esse projeto relatado pela Senadora Fátima é de uma importância enorme para o país. Ela com o seu tirocínio conseguiu dar essa importância a esse projeto, nós tínhamos e temos ainda hoje legislações esparsas, regendo assuntos, e o que fez a Senadora Fátima? Acolheu no seu Parecer uma legislação que consolida, o tratamento da matéria. Então, eu reputo de fundamental importância, o projeto relatado pela Senadora Fátima, tendo em vista esse enfoque, ele consolida uma legislação que trata de um assunto tão importante como é a indústria pesqueira do nosso país, da indústria pesqueira a situação dos pequenos, pequenos pescadores, até de pescadores de subsistência que tem lá na terra dela, na minha terra, a situação relatada pelo Senador Flexa diz respeito à indústria pesqueira, no nosso Estado, por exemplo, a situação de pequenos pescadores, pescadores até de subsistência, eles hoje têm uma legislação consolidada, não é? Ou por outra, significa dizer, nós temos agora, poderemos ter Segurança Jurídica, Segurança no trato de uma questão tão importante para o país como é esse projeto relatado pela Senadora Fátima que merece os elogios e os parabéns de todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Geraldo Mesquita, a Mesa agradece as oportunas ponderações pendidas por V.Exª. Senador Garibaldi Alves, para discutir, tem V.Exª a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu quero aplaudir o trabalho da Senadora Fátima Cleide, e dizer que na CAE, eu inclusive, fui o Relator desse processo, desse projeto da Lei da Pesca, e quero dizer que esse projeto foi bastante discutido, não se enganem, na verdade, o projeto, ele foi discutido pelos pescadores, pelas associações, pelas suas associações de pesca, por aqueles que fazem o Governo, hoje, que dispõe desse Ministério, o Governo, hoje, dispõe de um Ministério da Pesca, de um Ministro da Pesca, e nós tivemos, eu não, não, tem uma Secretaria da pesca e um Ministro da Pesca, e eu não vou aqui especificamente destacar nem uma das, dos aspectos que foram discutido, mas apenas salientar o esforço da Senadora Fátima Cleide e essa discussão que dá a Lei da Pesca um caráter democrático, realmente não foi nada imposto de cima para baixo, nem o Governo mandou a sua proposta que foi apenas examinada no âmbito do Congresso, mas até mesmo fora do Congresso foi objeto de discussões, a Lei da Pesca. O Projeto de Lei da pesca.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A Mesa agradece V.Ex^a. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu serei bastante rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com V.Ex^a a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – E somar os demais Senadores e reconhecendo o valoroso trabalho feito pela Senadora Fátima Cleide, no sentido de aprimorar o projeto que vem entender a uma comunidade tão extensa nesse país que, na verdade, é um continente, e que como foi dito aqui anteriormente, nós ainda não aproveitamos todo o nosso potencial, e no caso em particular da Paraíba é de suma importância a aprovação desse projeto pelo número de pequenos pescadores, que nós temos não só no litoral do nosso Estado, mas também no interior. Então, eu quero dizer que tenho o prazer de voltar e ao fazer vou votar por mim e pelo Senador Flexa Ribeiro que vai me dar a honra de estar concordando com ele nesse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Raimundo Colombo, para discutir, tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Presidente, Sras. Senadoras, Senadores, eu até não ia falar com o objetivo de ser mais rápido, porque nós temos muitos assuntos e em paralelo outras comissões, mas como é um assunto que trata muito do interesse do meu Estado, e eu li profundamente o relatório da Senadora e acho que há uma evolução, há uma segurança, há uma regulamentação num setor que é importante na economia do Brasil, especialmente o meu Estado Santa Catarina, por isso eu quero cumprimentar a Senadora Relatora, e declarar o meu voto favorável, porque considero isso uma evolução e um aspecto positivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Agradeço a V.Ex^a, as manifestações a respeito da matéria. Senadora Serys Slhessarenko, para discutir.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Como disse o Senador Heráclito, Mato Grosso também não é contemplado como Piauí com um marzão como alguns aqui são, né? Mas nós temos os nossos rios viscosos, da maior importância, como nosso Rio Cuiabá, vários rios de Mato Grosso. E dizer que esse projeto é uma proposição da maior relevância para as colônias de pescadores, os pescadores do Brasil que esperavam ansiosamente, felizmente a nossa Senadora Fátima Cleide, não só fez um relato brilhante como também construiu um substitutivo que enriqueceu bastante e que atende, realmente, as necessidades

e interesses dos nossos pescadores do Brasil como um todo. Então eu acho que é muito importante, é um momento importante, o que nós precisamos agora é votar, e aí defender as outras instâncias de votações para que seja agilizado a aprovação em Plenário, etc. E a sansão do Presidente para que passe a vigorar como lei o mais rápido possível, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A Mesa agradece as manifestações de V.Ex^a. Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, apenas para agradecer a Comissão, as várias manifestações aqui expressadas e agradecer também, especialmente ao Senador Garibaldi Alves que nos ajudou bastante no início dessas discussões, também as negociações à vidas entre Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e Secretaria de Aquicultura e Pesca, foram fundamentais para que a gente chegasse a este relatório final. Então eu quero apenas agradecer a contribuição de todos, este é um relatório feito a muitas mãos, muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Foi o sentimento que a Mesa acolheu em razão das diversas manifestações dos Srs. Senadores a respeito consistência da importância e da abrangência desse projeto. Encerrada a discussão, passamos a votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Srs. Senadores aproveitando o quorum, nós gostaríamos de propor a inversão de pauta para que nós pudéssemos apreciar de imediato as propostas de caráter terminativos que temos, seria os itens 9 a 13.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – É sobre o assunto?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Deixa eu só encerrar, Senador, e passarei a palavra para V.Ex^a. Se os Srs. Senadores concordam com a inversão de pauta, permaneçam como estão. Aprovado. Nós passaríamos então, passaremos então a apreciar o Item 9, mas antes ouvindo, pela ordem, o eminente Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu serei breve, só para parabenizar a Comissão de Meio Ambiente, tão bem presidida por V.Ex^a, Senador Leomar Quintanilha, e tem como nossa Vice-Presidente Senadora Marisa Serrano, pela aprovação na sessão de hoje da lei geral da pesca, vamos fazer os votos, como foi feita aqui, de que ela tramite também rapida-

mente na Câmara Federal, já que retorna a Câmara Federal pelo substitutivo, e que possa ir à sessão presidencial. E quero registrar aqui, como foi dito, como a Senadora Fátima Cleide disse, que esse Parecer foi feito em várias mãos com a participação do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Pesca, dos pescadores e dos empresários. E quero registrar a presença do nosso companheiro, amigo, Fernando Ferreira, Presidente do CONEP, Conselho Nacional de Pesca, que assumiu recentemente, mas já com o seu dinamismo, já tem dado resultados bastante importantes para a indústria de pesca brasileira, ele é paraibano como nosso Senador Cícero Lucena, e é tinooso na defesa dos interesses nacionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A Mesa se sente honrada, a Comissão se sente honrada com a presença do ilustre convidado de V.Ex^a, Presidente da Comissão Nacional da Pesca. Nós passaremos a apreciação do Item 9, eu passaria, passo a presidência, a nossa eminente Senadora Marisa Serrano, porque sou Relator deste projeto.

(troca de presidente)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O Item 9 da pauta é um Projeto de Lei do Senado nº 174/2006, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o art. 150, § 5º da Constituição Federal. De autoria do Senador Renan Calheiros, e Relatoria do Senador Leomar Quintanilha, a quem passo a palavra para o seu relatório.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Esse é um projeto de alto-relevo e de muito interesse, o que se propõe a esclarecer o consumidor o que efetivamente ele paga de tributo na mercadoria que adquire. O projeto é relativamente prático e simples, embora complexo na sua explicitação, em razão da multiplicidade de tributos que nós temos. Mas o Senador Renan apresenta essa proposta, nós passaríamos aqui a mencionar apenas o voto.

Nós mencionaríamos aqui, rapidamente, as alterações propostas ao projeto para a sua racionalidade na página 119, a primeira proposta é que o § 2º, art. 10 deve mencionar que no caso de divulgação por painel ou imprensa estranha a nota fiscal, a informação a ser prestada pode ser elaborada em termos de percentuais sobre o preço a ser pago quando se tratar de tributo com alíquota (inaudível), ou em valores monetários, no caso de alíquota específica. Outra alteração nesse parágrafo que é determinar que no caso de utilizar meia eletrônico, esse deverá estar disponível ao consumidor no âmbito do estabelecimento comer-

cial. A segunda modificação proposta é que deve ser excluído do § 4º, art. 1º do projeto, a contribuição social e incidente sobre a folha de pagamento prevista na alínea J do § 4º do projeto, e a contribuição sobre a movimentação financeira, CPMF, a que se refere a alínea K, salvo quanto a primeira quando mantiver relação direta com o custo ou com o preço do produto ou serviço. A prevalecer a norma na forma proposta na alínea J, seria necessário se apurarem os custos individualizados de cada Item vendido, lote a lote, para se fazer a locação a cada produto desses custos que são por natureza indiretos. Quanto a CPMF, além da ocorrência do mesmo problema, sua incidência também estaria condicionada à realização de pagamento por via bancária, tais controle exigiriam a construção de um sufocante sistema de custeio em cada entidade vendedora, o que tenderia a elevar o custo Brasil na atividade empresarial. A 3ª deve ser inserida após o § 5º do art. 1º, um outro parágrafo que indique: Na hipótese de incidência de imposto sobre a importação nos termos do parágrafo anterior, bem como da incidência de impostos sobre produtos industrializados, todos fornecedores constantes de diversas cadeias produtivas deverão fornecer aos adquirentes. Em meio magnético, os valores dos tributos individualizados por Item comercializados. 4ª, conseqüentemente deve ser renumerados os § 4º, 5º e 6º proposto. 5ª não há como se alocar ao produto o imposto de renda calculado sobre o lucro real, em uma cadeia produtiva, assim convém a inserção de um parágrafo com a seguinte redação: O imposto de renda a que se refere a alínea E do § 4º do projeto deverá ser apurado, exclusivamente, para efeito da divulgação que se trata essa lei como se incidisse sobre o lucro presumido. 6ª, o art. 2ª deve ser alterado na sua forma impositiva, os valores serão apurados para uma forma facultativa, pois não há necessidade de que uma instituição qualquer, estranha a empresa vendedora, vem adquirir um monopólio de um cálculo que pode ser facilmente realizado dentro de cada ente vendedor, ademais a imposição do artigo fere, segundo fere o direito do empresário ao sigilo comercial e impõe mais uma elevação desnecessária do custo do Brasil, assim sendo, o art. 2º passaria a ter a seguinte redação: Os valores aproximados que trata o art. 1º serão apurados sobre cada operação, e poderão a critério dos vendedores recalculá-los fornecidos semestralmente por Instituição de âmbito nacional, reconhecidamente idônea, voltada primordialmente à apuração de dados econômicos. A 7ª, deve-se limitar por meio de § próprio a indicação do IOF, imposto previsto na alínea D do projeto aos produtos financeiros sobre os quais incida diretamente aquele produto. 8ª, quanto aos valores ou percentuais de PIS e COFINS,

a obrigação prevista nesta lei, deveriam limitar-se a tributação incidente sobre a operação de venda ao consumidor uma vez que é impossível a determinação da incidência sobre a cadeia produtiva de cada produto. 9ª, o início da vigência o norma deferida no art. 6º como de 60 dias após a promulgação da lei, deve ser alterado para 6 meses, uma vez ser bastante exíguo o prazo original, é recomendável ainda a inclusão de outro artigo que determine ao poder executivo que promova o âmbito de divulgação desta Lei. 10ª, finalmente para tornar mais clara a redação do art. 5º do PLS, que trata das sanções aplicáveis, aqueles que descumprirem as determinações da futura lei, estamos modificando a redação para explicitar a incidência das penas do capítulo e o título da lei 8078 de 1990, em que estão previstas essas sanções.

Essa lei vem ao encontro dos interesses, tanto dos produtores, das indústrias produtoras, como do consumidor, que vai separar, efetivamente, o que é que é o custo da mercadoria e os tributos por ela pagas. Em razão disso nos opinamos pela aprovação do Projetos de Lei do Senado nº174 de 2006 na forma do texto substitutivo seguinte. E nós temos, que foi exposto aos eminentes Srs. Senadores, a forma do substitutivo com essas alterações propostas, mas especificamente é essa a proposta apresentada de dar conhecimento ao consumidor, do que ele está pagando pela mercadoria que compra e o imposto a ela imputado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Em discussão o projeto do Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – Srª Presidente, Srs. Senadores, eu vejo nesse projeto do Senador Renan Calheiros, com as responsabilidades que tem sua Excelência de chefe do poder Legislativo Brasileiro, um começo de reação da opinião pública brasileira a esta carga insuportável de impostos, taxas e tributos de toda natureza. Não é novidade para, pelo menos, uma parte considerável dos brasileiros, que pagamos cerca de 40% de impostos no Brasil, isto já se disse centenas de vezes, o Brasil é um dos países que mais impostos cobra no mundo. Nós não podemos continuar nessa situação que garroteia as finanças populares e submete as empresas brasileiras aos produtores, a uma situação de inferioridade na competição até internacional. Eu creio que na medida em que a população tomar consciência do quanto ela paga de impostos nesse país, não haverá outro caminho senão ajustá-los a uma realidade que eu até não diria brasileira, mas uma realidade mundial. Se nós não fizermos isto, conservarmos esta carga tributária tão elevada ao lado de juros também insuportáveis, ficaremos patinando pelo resto da vida no meio de economias tão

avançadas e tão ágeis, enquanto que a nossa se submete a procedimentos defasados, antigos, bolorentos, vencidos e ultrapassados. Cumprimento, portanto, não apenas o autor do projeto, Senador Renan Calheiros, mas a V.Exª que consciente do importância desse projeto sendo Presidente desta Comissão, avocou para relatá-lo, no que fez muito bem, e apresenta o seu Parecer na linha do interesse nacional. Cumprimento, portanto, Senador Leomar Quintanilha, pelo Parecer que submete ao Plenário desta Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Sr. Senador. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Eu quero cumprimentar nossa Senadora que preside a sessão, cumprimentar o Relator e o autor, o Senador Renan Calheiros. Eu não conheço ninguém que seja a favor do modelo tributário, e vejo ao longo de muitos anos o discurso de que ele precisa mudar, e o cidadão comum que sente e rejeita fortemente a classe política deve estar se perguntando, mas se todos são a favor, por que é que não muda? Não muda porque não há pressão popular, a grande maioria do povo brasileiro não sabe que é ela que paga imposto. Agora, ontem, no dia das mães, a quem comprou um presente para sua mãe de 200 reais, deu 100 para o Governo, a mãe só recebeu 100. Esse final de semana, eu estava no interior de Santa Catarina divisa com Argentina, o preço do litro de gasolina do nosso lado, do lado de cá é R\$2,80, do lado de lá é R\$1,30, claro, a carga de impostos sobre a gasolina é 56%. É realmente um absurdo, e esse projeto, ele traz a condição das pessoas avaliarem no tíquete, a hora que compram o produto aonde está indo esse dinheiro, isso vai trazer a consciência necessária para o mobilização que vai de fato alterar esta realidade. Nós temos agora, de forma concreta uma ação, nós vamos ter que votar uma Emenda constitucional que proponha a prorrogação, a continuidade da CPMF, vamos ver se aqueles que fazem o discurso fácil de ser contra o imposto, vão ter a coragem de votar contra esse que vai ter um prazo específico uma data marcada para votar, é uma atitude que exige uma certa coragem, uma sintonia com a sociedade, mas de forma clara, eu cumprimento o Senador Edison Lobão, é a hora de nós enfrentarmos esse problema com coragem, com patriotismo e simplificar as coisas, são 63 impostos, taxas e contribuições, e diminuir a carga que impede o crescimento do país e traz todas as consequência com as quais nós vivemos, portanto, apenas para declarar o apoio e cumprimentar o projeto e a relatoria dele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigada, Sr. Senador, em discussão. Não havendo mais discussão...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Srª Presidente, eu gostaria de dizer que se fosse contra esse projeto, não sou, eu mudaria meu voto só pela ênfase com que foi defendido aqui o Parecer do Relator, pelo Senador Edison Lobão. Evidente que o Senador Renan Calheiros não chegaria a Presidência do Senado se não tivesse a visão de trazer à Casa discussões dessa natureza e projetos dessa monta, mas o Senador Lobão foi de uma ênfase que me deixou aqui comovido, de forma que quero apenas fazer o registro, certo? De minha concordância com o projeto, e meus aplausos ao Senador Lobão pela maneira condensada, mas veemente com o que ele fez a defesa desse projeto que é oportuno para o país.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigado, Sr. Senador. Não havendo mais ninguém que queira discutir, vamos colocar em votação nominal. Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Senadora Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Senador Gilvam.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Com o Relator, sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Senador Garibaldi?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Senador Edison Lobão?

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – E Senador Raimundo? Senador Wellington Salgado?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Aprovada a matéria, vai ao turno suplementar. O Item 10 da pauta, é, trata sobre o Projetos de Lei do Senado nº 176 de 2005 que dispõe a cerca da veiculação de advertência sobre o consumo e escassez de água nas hipóteses que discrimina, o projeto é de autoria do Senador Marcelo Crivella, e o Relator é o Senador Leomar Quintanilha, a quem passo a palavra para fazer o seu relatório.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Srª Presidente, eminente Srs. Senadores, é efetivamente importante e oportuna a propositura apresentada pelo ilustre Senador Marcelo Crivella. Sem sombra de dúvidas, a água, a água é um dos insumos mais importantes, mais requeridos, mais caros, mais demandados que temos hoje. E naturalmente o seu uso requer cuidados e critérios que na sua proposição, no seu projeto, ele apresenta a discussão desta Comissão e desta Casa. A consciência da população a respeito da necessidade de preservação dos recursos naturais é um componente importante na defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito fundamental assegurado no art. 225 da Constituição Federal, tal consciência é formada e ampliada em grande medida, mas não exclusivamente por meio de processo de educação ambiental do Parecer do Senador Leonel Pavan na Comissão de Educação, extrai-se a seguinte passagem: O efeito, art. 1º da lei 9795 de 27 de abril de 1999, entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes de competências, voltadas para a conservação do meio ambiente.

Essa educação ambiental deve também por determinação legal, ser prestada tanto no âmbito do ensino formal como em caráter não formal, conforme o art. 13 da referida lei, a educação ambiental não formal deve ser entendida como conjunto de ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Cumpra, aliás, ressaltar, que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é assegurado pela Constituição Federal em seu art. 225. No intuito de assegurar a efetividade desse direito fundamental, incumbe ao Poder Público, entre outras coisas, promover a educação ambiental. Em todos os níveis do ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Entendemos que o Projeto de Lei 176 de 2005 com os importantes aprimoramentos introduzidos pelo substitutivo aprovado pela Comissão de Educação, configuram uma relevante iniciativa do Senado no sentido de promover a conscientização da

população, no que concede a necessidade de preservação dos recursos hídricos, aspecto essencial da defesa do meio ambiente, por fim, empenho de registrar que a proposição não merece reparos, contra os atos de constitucionais, contra os aspectos, constitucionalidade e estado de iregimentabilidade(F). Ante o exposto voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 176, nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Educação. Naturalmente com as duas Subemendas apresentadas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Bom, em discussão,

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Para discutir, Sra. Presidente—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O projeto. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Srª Presidente, apenas para parabenizar o Senador Leomar Quintanilha como Relator desta matéria, e ao Senador Marcelo Crivella como autor. Eu acredito, todas as matérias em preocupação, que nós pudermos transformar em leis, para assegurar de que o conhecimento sobre a situação que nós estamos vivenciando, com relação aos recursos hídricos, é mais que válido e urgente. Então, com toda a preocupação que nós estamos tendo hoje, com o aquecimento global, a água é vital, né? Semana passada mesmo um documentário de uma grande rede internacional mostrava a situação em que a China está vivenciando hoje, justamente por conta da falta de água potável, e para produzir alimentos, enfim, além da escassez de terra para produzir, a China, hoje, em função do aquecimento da economia, está ficando sem água, e eu acredito que nós, aqui, no Brasil temos uma responsabilidade muito grande, porque visto de cima parece que nós nunca vamos ter falta d'água, mas aqui embaixo nós sabemos que a realidade é outra. Então parabéns Senador Leomar, parabéns Senador Marcelo Crivella, por esta preocupação na qual eu voto favorável e com muito prazer e orgulho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Senadora, é sempre bom a gente poder esclarecer a população, e isso aí é um esclarecimento para a população. Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – Srª Presidente, Srs. Senadores, nós todos sabemos que o Brasil detém cerca de 16% de todo o estoque de água doce do mundo, apesar disso, essa é uma situação que se afigura de extremo risco para futuro. Nós já temos cuidados, por exemplo, com a venda de cigarros, de bebidas alcoólicas, há uma advertência até nas pro-

pagandas e nos maços de cigarro. Por que não fazê-lo também em relação a água? Acho que o projeto do Senador Marcelo Crivella foi bem concebido, vem em boa hora, essas advertências ajudam a resolver problema dessa natureza. Recordemo-nos do que aconteceu com o apagão elétrico, há poucos anos, o Governo fez uma intensa campanha a favor da economia e o que ocorreu? Quando a situação se normalizou, o consumo de energia continuou muito mais baixo do que era antes, ou seja, a população se deu conta de que precisava economizar, graças a campanha realizada pelo Governo. Estou no convencimento e na persuasão mesmo de que com esse projeto transformado em lei nós haveremos de educar todos os procedimentos domésticos, no sentido de fazer com que o consumo de água seja o menor possível, daí por diante. Apóio, portanto, e aprovo este projeto e o Parecer do Relator, Senador Leomar Quintanilha.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Continua em discussão, Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Senadora Marisa Serrano, que, aliás, com todo respeito, que nós temos pelo grande Senador Leomar Quintanilha que preside essa Comissão, para nós é uma alegria muito grande, como mulher, vê-la presidindo nesse momento também. Os dois aí na nossa frente com extrema competência. Eu vou ser breve, apenas dizer que a questão da água é séria é grave, todos nós sabemos, eu vou votar a favor, não tenham dúvida disso. E a gente tem que estar muito atento para isso, eu já assisti a verdade inconveniente, não sei se todos aqui já assistiram, sábado eu estive em São Paulo na reunião com a presença do Al Gore, onde ele por duas horas fez um relato com muitas fotos, inúmeras fotos mesmo, que realmente nos assustam, da questão da água, questão do aquecimento global de um modo geral. Enfim, a situação é dramática, é difícil e aí eu disse isso apenas para confirmar a necessidade e importância de nós do Senado da República do Brasil estarmos realmente discutindo questões como essa, que estamos hoje aqui da água. O Brasil realmente é extremamente, a situação é favorável, como o Senador Lobão acabou de dizer, é uma situação favorável com relação a água, é uma situação favorável com relação a questão da poluição, pelos meios de transporte, porque nós temos o grande potencial do combustível verde, pegando o etanol, álcool, biocombustível, Hbio, biodiesel, etc., né? Nós temos o grande potencial do combustível verde, que vem da cana e de outros produtos mais da sua origem de matéria-prima, mas nós temos que estar bastante espertos, bastante atentos para essa questão, porque ela é dramática, e

o prazo é curto, não é longo, não é a gente dizer: Ah, isso é para daqui a 50 anos, não! Senador Leomar Quintanilha, nós temos dados aí, de investimento muito grande que precisa ser feito já, pelos maiores países, pelos países em desenvolvimento, pelos desenvolvidos, pelos que não estão ainda em fase de desenvolvimento etc. E providência tem que ser tomada, o Brasil realmente está numa situação favorável. E o Senado da República, com certeza, pelos projetos que estão sendo votados aqui hoje, eu quero ver se ainda voto algum dos meus, principalmente, requerimentos. Está avançando e é por aí o caminho. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigada, Senadora.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Srª. Presidente, só um pequeno comentário a respeito das ponderações feitas pela Senadora Serys. Eu tenho também muita esperança de que essa advertência sobre o consumo da água vai ter o mesmo resultado que nós podemos observar na advertência colocada no cigarro. O cigarro a partir do instante que começou a informar as pessoas que ele era causador de doenças, que levava à morte, reduziu, principalmente no Brasil, reduziu substantivamente o seu consumo, e seguramente esse instrumento de advertência de se colocar a informação da população sobre a importância de reduzir os gastos com a água, que é um insumo extremamente valioso, mas que pode acabar, e pode até trazer prejuízo para a população, vai trazer, eu tenho muita esperança, que esse Projetos de Lei realmente se transforme em lei e venha trazer resultados extremamente positivos para a sociedade brasileira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigada, Senador Wellington?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Marisa, Senador Leomar Quintanilha, demais Senadores, eu queria só fazer uma colocação rápida, que há uns tempos atrás eu acompanhava na imprensa, que um dirigente francês estava fazendo uma colocação que quando nós vamos fazer aquela necessidade matinal, que a gente acaba fazendo o famoso xixizinho pouquinho, e gasta tanta água para mandar ele embora. Então, ele estava fazendo, discutindo para que a gente, de alguma maneira não gastasse muito mais água do que a gente gasta para poder mandar aquele xixizinho matinal embora, não é verdade? Quando você dá descarga, lá no banheiro, é tanta água que comparado com o que você faz é um absurdo. Então, depois que eu prestei atenção, e pensei, Senador Leomar, nunca mais foi a mesma coisa, sempre me sinto culpado ao dar descarga, que realmente o xixizinho é tão pequenininho, e a gente gasta tanta água para poder mandar ele embora,

entendeu? Então é realmente importante, você vê que nós estamos propondo, temos que encontrar soluções para que a gente possa dentro do critério de limpeza assiduidade, também encontrar soluções que a gente possa ter cuidado com a água, que realmente vai ser uma necessidade daqui a uns tempos.

E outra coisa, o próprio exército americano, já criou uma base aqui, tipo, estamos perto do Itaipu, já está lá com o Paraguai no convênio e criou uma base lá, por quê? Porque lá é um grande reservatório de água, ali é um grande reservatório de água. Quer dizer, as coisas estão acontecendo.

Parabéns para o Senado, por essa—

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Seguramente a indústria brasileira, Senador Wellington, haverá de desenvolver tecnologia que permita a redução do uso da água nas situações que V.Exª mencionou.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Para que eu possa me sentir menos culpado e ser mais prazeroso na matinalmente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigado, Senador Wellington, e dizer que a reutilização da água já está sendo feita, inclusive, nos grandes prédios de apartamentos, já está fazendo, justamente para que possamos diminuir o consumo da água. Mas eu quero continuar em discussão, se não houver ninguém mais que queira discutir, quero colocar em votação. Votação, está encerrada a discussão, votação nominal. Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sim, Srª Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Presidente Wellington Salgado? Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Com o relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Senador Gilvam Borges?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Senador Garibaldi Alves?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Geraldo Mesquita? Edison Lobão?

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – Com o autor, Senador Marcelo Crivella e com o Relator Leomar Quintanilha.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Senador Raimundo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Aprovada a matéria. Como temos dois, duas Subemendas, aquelas que repetem o voto permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai ao turno suplementar. Passo a presidência ao Senador Leomar Quintanilha. Espero que tenha substituído bem na função Presidente.

(troca de presidência).

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – Presidente eu já fui Presidente de Comissão e posso atestar, por isso mesmo, com a minha experiência, V.Exª se houve muito bem.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Muito obrigado, Senador.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Agradeço a eminente Senadora Marisa Serrano, por ter presidido a sessão enquanto eu relatava dois projetos, e eu concordo com o Senador Edison Lobão, ela se houve melhor do que eu, e eu espero que nós temos outras oportunidades de tê-la a presidência da Comissão. Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, eu confesso a V.Exª que eu tenho andado muito sorumbático e preocupado ultimamente. No que tange a esse tema sobre a questão do meio ambiente, isso realmente, tem me atingido profundamente, eu não sei o que faço da Amazônia, porque as calotas polares com o aquecimento deve derreter e encher, os oceanos vão. Então essa é a previsão dos cientistas, eu reuni com os agricultores, na sexta-feira e disse: Olha, gente, nós vamos ter que tirar logo essa madeira, porque estão dizendo que só temos três anos, que a Amazônia toda vai encher e nós estamos realmente numa dúvida muito grande. E com a experiência de V.Exª, como Presidente dessa Comissão, eu queria uma orientação, o que devo fazer, entre as cheias e as secas, entre a grande falta d'água, essa mensagem apocalíptica, eu estou até desanimado de vir aqui para o Congresso, porque temos só três anos, uns dizem que é só 17 anos, a Serys diz que o Al Gore chegou agora, quanto tempo nós temos, Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – De quê?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Para a existência do planeta, fala aí, que eu estou preocupado, eu estou, realmente, eu quero contestar isso.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Para se tomar uma atitude para minimizar, que a coisa fique mais ou menos como está no planeta, nós precisaríamos, hoje, por ano, pelos próximos 10

anos, de cinco bilhões de dólares por ano. Não, não, não, cinco bilhões por mês, se isso não for feito daqui a 10 anos nós precisaremos, por ano, de 7 trilhões por ano para tentar resgatar para que a coisa fique como está hoje. É muito difícil, se hoje, Senador, nós, por exemplo, parássemos, parasse todo o Reino Unido, parasse todas as suas indústrias, todas, absolutamente todas, não tivesse mais absolutamente nada de poluição no Reino Unido inteirinho, daqui a 12 meses de poluição no mundo estaria no mesmo patamar, porque não adiantou nada, ou seja, os grandes poluidores do mundo, Estados Unidos, primeiro, China segundo, Índia terceiro, e assim sucessivamente, tem que tomar, tem que ser tomadas providências realmente.

Eu estou indo, por exemplo, agora dia 1º a convite do G8 mais 5 para Berlim para a continuidade dos debates, a convite deles, para a continuidade dos debates, com a preocupação já do pós Kioto, que é 2012, que não se sabe o que é que vai ficar, né? Quer dizer, tem muita alternativa, tem muitas saídas, com mais (inaudível) carbono, manutenção da árvore em pé etc., etc.. Mas alguma coisa tem que acontecer, tem que ser feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Vamos passar ao Item 12. Concluiu?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Não, ainda não. Eu estou muito preocupado, eu só queria um minutinho de atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exª a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Me permite uma parte, Senador Gilvam, eu confesso que eu fiquei extremamente preocupado com as preocupação do Senador Gilvam, me associo as suas preocupações. Mas eu queria propor ao Senador Gilvam e a todos aqui presentes que elegêssemos uma sessão dessa Comissão para tratar desse assunto especificamente, e enquanto isso a gente se volta aqui para a nossa pauta, porque está aqui uma ameaça de fuga em massa de parlamentares, e nós temos projetos terminativos para apreciar ainda. Se o Senador Gilvam concordar, a gente já entraria, retomaria a pauta para com a preocupação de eleger uma data em especial para a gente discutir esse assunto, que agora eu fiquei preocupado, está certo.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Eu agradeço V.Exª, então, diante do apelo que encerra a minha participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Perfeitamente, eu acho que poderia promover o entendimento entre o Senador Gilvam e o Senador Geraldo Mesquita para acertar a data

para discutir, e quem sabe trazer a essa Comissão a preocupação de ambos. Voltamos à pauta, o Item 11 foi retirado a pedido do Relator, o Item 12, Projeto de Lei terminativo nº 314 de 2006, que inclui dispositivo no código de defesa do consumidor para determinar que conste dos documentos de cobrança de dívidas encaminhadas ao consumidor o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço. É de autoria do Senador Gerson Camata e tem como Relator o Senador Geraldo Mesquita, a quem concedo a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Obrigado, Presidente, eu vou relatar muito rapidamente aqui, e o assunto é de extrema importância, eu tenho o maior prazer de relatar esse projeto do Senador Gerson Camata, porque diz respeito à relação basicamente dos bancos, do papel de cobrar, dos consumidores de produtos e serviços, e é uma relação muito desigual diga-se de passagem, os bancos exigem de todos nós até a nossa, a nossa, exame de sangue, além dos dados pessoais, exigem tudo de nós, entende, Senador Leomar?

E no papel de até de prestador de serviço, que nesse papel ele está prestando um serviço, a omissão é a regra, a omissão é a regra, no que diz respeito aos interesses de quem estar sendo cobrado, em insumo, em última instância do consumidor. Lembra bem o Senador Gerson Camata que tem sido muito comum o envio de documentos de cobrança, de débitos, na forma, principalmente, de boleto bancário para consumidores sem que esses tenham usufruído bens ou serviços. E portanto, o projeto dele trata de obrigar aqueles que cobram do consumidor, principalmente os bancos, que façam consignar em boleto bancário ou no documento de cobrança, o nome, o endereço de quem forneceu o produto ou prestou o serviço. Para que o consumidor, muitas das vezes, pego de surpresa em uma situação como essa, Senador Garibaldi, ele possa acionar mecanismos em sua própria defesa. Portanto, o Projeto, apesar da sua singeleza, ele socorre o consumidor, ele socorre aquele que, muitas das vezes, é cobrado injustamente, e ele que vá atrás do prejuízo, como se diz, vá atrás do endereço do fornecedor do bem ou do serviço, se quer do nome, se quer o nome, as vezes, ele tem acesso. Portanto, o Projeto do Senador Gerson Camata disciplina essa matéria nesses termos, ele obriga aquele que faz a cobrança, o Banco, principalmente, ele faça consignar no boleto bancário, no documento de cobrança basicamente o nome e o endereço do prestador, do fornecedor do produto ou do prestador do serviço, não é? Real ou hipotético para que ele possa acionar seus mecanismos de defesa em face daquela cobrança. O meu Parecer não poderia ser diferente, é favorável a aprovação do

Projeto, e peço voto dos pares aqui para que essa matéria seja aprovada nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o relatório do Senador Geraldo Mesquita. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão e votação. Votação nominal. Como vota o Senador Sibá machado? Como vota a Senadora...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, estou aqui. Só para lembrar o seguinte, eu tenho dúvida do projeto, vou fazer uma abstenção porque eu também não queria pedir vistos, mas mantenho como abstenção ao voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Sibá, abstenção. Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Wellington salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senadora Marisa Serrano?

SENADOR MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Garibaldi Alves?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Geraldo Mesquita, voto conhecido. Senador Edison Lobão? Senador Raimundo Colombo?

Aprovado, com abstenção do Senador Sibá Machado.

Nos voltamos ao Item 1 da pauta, resolvido. Item 1, Requerimento, requer Audiência Pública perante essa Comissão para discutir as questões do aquecimento global convidando o Sr. Al Gore, ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, autoria da Senadora Serys Slhessarenko. V.Exª gostaria de abduzir algumas con-

siderações ao Requerimento apresentado? Tem V.Exª a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, para ser muito breve. Eu acho que hoje ninguém está desconfiando de que não seja séria essa questão ambiental, ele é uma pessoa que estudou muito a questão e acredito que ainda esteja estudando, ele esteve no Brasil, não sei se ainda está, mas está na eminência de voltar no mês de julho, se eu não estou equivocada. 7 de julho. E no retorno dele esse convite já estaria formalizado pelo Senado e é possível que a gente consiga trazê-lo até aqui, daí a importância da gente estar entrando com esse Requerimento, porque eu acredito que a discussão seria de extrema relevância para Congresso Nacional, e especialmente aqui, para o nosso Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A Mesa compartilha com as apreensões de V.Exª, e considera, realmente, importante, porque quem acompanhou o relatório de Kioto, verificou que os Estados Unidos até bem pouco tempo era resistente, à adoção das medidas necessárias, à redução de gases poluentes na atmosfera. E quando nós vemos o ex-Vice-Presidente daquela nação, tomando uma atitude firme na defesa da redução desses gases, nós entendemos ser importante essa discussão aqui nesta casa. Não havendo mais quem queira discutir, em votação, Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Passamos ao Item 02.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, eu estava com a abstenção, não, não, não, se trata apenas a V.Exª estava falando e, não é nem para discutir, é para primeiro fazer uma indagação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exª a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Nós temos nessa casa a Comissão Mista da questão do aquecimento, duas subcomissões, mais relações exteriores, mais esta Comissão. Todas interessadas, não tenho absoluta certeza, mas me consta que várias dessas comissões também tem Requerimento nessa direção, eu só pediria para consultar para a gente também não ficar fazendo uma chuva de Requerimentos com o mesmo objetivo, para a gente até poder pedir apensamento que essas comissões se reúnem em caráter único, porque certamente ele vindo aqui à Casa e priorizando outra Comissão que não é essa, poderia ficar meio deselegante para qualquer das Comissões da qual ele preferir. Então, a vida dele, no meu entendimento, de V.Exª se certificar de apensar o Requerimento aos demais para que os Comissões todas, em um único momento, pudesse ter o momento de apreciar a presença de Al Gore para tratar desse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – É a multiplicação de requerimentos com o mesmo propósito, só revela a importância que os eminentes Srs. Senadores estão dando a matéria. Eu entendo que se outras Comissões adotarem esse mesmo procedimento, nada impede que nós realizemos uma Comissão única conjunta de todas as Comissões para ouvirmos as manifestações do ex-Vice-Presidente americano.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Eu só queria adendar, Sr. Presidente, essa proposta, dizer que eu acredito que várias Comissões fazendo a mesma solicitação a gente possa fazer, inclusive, a Audiência Pública no Plenário do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Perfeitamente. Em discussão, não havendo quem queira mais discutir, em votação, Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Aprovando, inclusive, a possibilidade da reunião conjunta.

Passamos ao Item 02, Requerimento do eminente Senador Geraldo Candido, que requer o Tribunal de Contas da União a elaboração de auditoria ou inspeção de natureza contábil em contrato realizado entre a PETROBRAS e a Companhia Marítima, a atuação da BRASOIL como intermediadora entre a PETROBRAS e a Marítima e a função de “*The law Debenture Trust Corporation (Cayman) Limited*” no referido contrato. O Requerimento de autoria do Senador Geraldo Candido. E tem como Relator o Senador Wellington Salgado, a quem conferimos a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, demais Senadores, Sras. Senadoras, na verdade, é sobre o aviso 232 do TCU Plenário, 7/03/2007, Tribunal de Contas da União que dá notícia do acórdão proferido nos autos, do TC 011320/2003, referente à auditoria realizada na empresa Petróleo Brasileiro S.A., PETROBRAS, em atenção ao Requerimento 616/2001 aprovado pelo Plenário do Senado Federal em 25/10/2001 de autoria do Senador Geraldo Cândido. Na análise, eu vou tentar ser bem resumido, porque, na verdade, todo o meu relatório na análise, ele mostra todo o encaminhamento que o TCU deu a esse Requerimento mostrando que foram cumpridos todas as auditorias e diante, e como foi passado aos demais Senadores o meu relatório, diante, em face do acima exposto ou do que está exposto no meu relatório passado aos Senadores, opino que essa Comissão tome conhecimento da matéria, e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo. É esse o meu relatório, Sr. Presidente, para ser bem resumido.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação, Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 4, Projeto de Resolução do Senado nº 17/2007, institui o programa Carbono Zero para neutralizar as emissões de carbono geradas pelo Senado Federal. Autoria da Senadora Serys Slhessarenko, Relator Senador Renato Casagrande, designo o Relator *ad hoc*, o Senador Raimundo Colombo. A quem passo a palavra.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)
– Sr. Presidente, a análise é consoante a autora nº 17 de 2007, a iniciativa visa promover no âmbito administrativo do Senado Federal, ações concretas para tornar-se a primeira Instituição Federal a promover a redução das emissões de gases e efeito estufa. Como se sabe o aquecimento global e as mudanças climáticas decorrentes deste processo, acarretarão graves problemas econômicos e sociais, medidas para evitar tal aquecimento envolve a redução das emissões de gases do efeito estufa. Embora os países desenvolvidos sejam os principais responsáveis pelo aumento da quantidade de gases de efeito estufa na atmosfera, o Brasil se tornou, nos últimos anos, um dos dez maiores poluidores, podemos esperar, portanto, maiores expressões por parte da comunidade internacional e por parte da opinião pública brasileira, para que nosso país adote medidas destinadas a abduzir a emissão de gases de efeito estufa. Por conseguinte, cumpra o Senado Federal dar um exemplo positivo. Tornando-se a dianteiro e estabelecer um programa que vise reduzir as suas emissões. Iniciativas dessa natureza já estão sendo adotadas por empresas e instituições em todo mundo. Voto do exposto, votamos pela aprovação do projeto de resolução do Senado, âmbito 17/2007. Esse é o Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão, não havendo quem queira discutir. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)
– Rapidamente, só para dizer que se nós conseguirmos, realmente, ao aprovar, estabelecermos Senado da República do Brasil, Carbono Zero, entre aspas, do Senado do Brasil, e o Carbono Zero, nós vamos sair na dianteira, acho que é um exemplo para as instituições públicas e também para as privadas, nós já temos várias tomando esse tipo de atitude para o Senado da República, eu acredito que seria um salto em termos de modelo de mostrar para a sociedade, que isso é possível e que isso realmente é uma contribuição já bastante significativa. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A discussão em votação, Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Os itens 6 e 7 adiamos para a próxima pauta em razão dos seus Relatores não estarem presentes. O Item 8, Projeto de Lei do Senado nº 44, altera a lei 9605 de 12 de fevereiro de 1998 para criar nova modalidade de pena restritiva de direitos. Autoria do Senador Valter Pereira e tem como Relator o Senador Raimundo Colombo, a quem concedo a palavra.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei, ele submete ao exame da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. O Projeto de Lei do Senado nº 44/2007, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a Lei nº 9605, de 12 de fevereiro de 98, para criar nova modalidade de penas restritivas de direitos. O Projeto de Lei do Senado nº 44/2007, também foi distribuída à Comissão Constituição e Justiça e Cidadania, onde terá decisão terminativa. Portanto, analisaremos apenas os aspectos do mérito do Projeto. O referido Projeto no art. 1, altera o art. 8ª da lei 9605 de 12 de fevereiro de 98, acrescentando o inciso VI que cria uma nova modalidade de pena restritiva de direitos, a obrigatoriedade de frequência a curso presencial de educação ambiental. O art. 2º, por sua vez, acrescenta o art. 13º, a Lei nº 9605 de 12 de fevereiro, estabelecendo os critérios pelos quais será ministrado o curso de educação ambiental, e que tais cursos serão oferecidos por entidades públicas ou privadas, credenciadas para este fim perante os órgãos ambiental e educacional competentes. Não foram apresentadas Emendas ao Projeto de Lei no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, análise, consoante ao artigo do Projeto de Lei do Senado nº 44/2007, a iniciativa visa promover a conscientização do infrator a respeito da necessidade de se proteger a natureza, com a participação do condenado em curso de educação ambiental, a prevenção da reincidência na conduta criminosa passa a fundamentar-se numa efetiva percepção da importância da individual na construção e manutenção do meio ambiente sadio e equilibrado. O Projeto de Lei do Senado, em essência, procura propiciar a preservação e a conservação do meio ambiente. Pela promoção da educação ambiental, para os indivíduos que tenham praticado crimes ambientais. Desse modo o Projeto no contexto ambiental, merece ser acolhido pela nossa Comissão, o voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão, não havendo

quem queira discutir em votação, Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Item 15, Requerimento. Requeiro nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal a Audiência Pública perante esta Comissão para discutir os Instrumentos de Combate ao Aquecimento Global com os seguintes convidados: Antônio Sérgio Riede, Gerente Executivo de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil; Izabela Campos Alcântara, Diretora de Relações com Funcionários de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil; Márcio Antônio da Silveira, Professor da Universidade Federal de Tocantins e Representante do Programa Batata-doce: Bioenergia na Agricultura Familiar; e a Adriana Felipeto, Coordenadora do Programa Nova-Geral de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. De autoria da eminente Senadora Serys Slhessarenko, a quem passo a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Resumidíssimo, não, é com relação a celebração, por ocasião da celebração da Semana do Meio Ambiente nós estamos sugerindo a realização dessa Audiência Pública para que realmente a gente possa, cada vez aprofundar mais a discussão e o entendimento e o aprendizado mesmo, dos riscos do aquecimento global acelerado. Essas pessoas aqui elencadas, são pessoas de várias aéreas, mas todas preocupadas com o mesmo tipo de preocupação que é a questão do aquecimento global. Pedimos aí a aprovação desse Requerimento, porque a gente possa, realmente, efetivar essa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão, não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, em votação, Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Senador Sibá, V.Exª se propõe a relatar o Item 7.

Então passaremos a apreciação do Item 7, Projeto de Lei da Câmara, nº 76, que altera os limites originais do Parque Nacional de Jericoacoara, situado nos Municípios de Jijoca, de Jericoacoara e Cruz, no Estado Ceará, revoga o Decreto nº 90.379, de 29 outubro de 1984, e o Decreto s/nº de 4 de fevereiro de 2002 e dá outras providências. De autoria da Presidência da República, e tem como Relator *ad hoc* o Senador Sibá machado, a quem concedo a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A Comissão de Meio Ambiente em Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76/2006, PL nº 5821, na origem que altera os limites originais do Parque Nacional de Jericoacoara situados nos Municípios de Jijoca, de Jericoacoara e Cruz, no Estado do Ceará, revoga o Decreto nº 90.379 de 29 de outubro de 84, e o Decreto de nº... Decreto

sem número de 4 de fevereiro de 2002 e dá outras providências. Direto análise, Sr. Presidente, de acordo com o inciso II, do art. 102 A, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, CMA, opinar sobre os assuntos atinentes a defesa do meio ambiente, cumpre, portanto, dessa Comissão, apreciar o método da preposição, uma vez que a constitucionalidade, a jurisdição e a regimentalidade da matéria forem examinadas na CCJ, o inciso III, do § 1º, do art. 225 da Constituição Federal, condiciona a edição de Lei à redução do grau de proteção conferido a determinado espaço protegido, assim também determina o § 7º do art. 22, da Lei 9985 de 2000, que trata do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, SNUC, segundo o qual a desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação, só pode ser feito mediante lei específica, conforme asseverou a CCJ, a matéria sobre exame constitui o Projeto de Lei, requerida pelo Ordenamento Jurídico Condicional e Infra-condicional Brasileiro, para que seja possível alteração dos limites do Parque Nacional e a supressão da APA, de Jericoacoara. A referida APA, cuja a área coincide com a da Vila de Jericoacoara, foi criada em 1984 muito antes, portanto, do advento da Lei 9985 de 2000 que regulou de modo abrangente a temática de criação e gerenciamento das unidades de conservação. O Parque Nacional de Jericoacoara, por seu turno foi criado em 2002 incorporando além de outras áreas, parte do espaço originalmente pertencente a APA. A circunstância de estar totalmente rodeada por uma unidade de conservação de proteção integral, em que não são permitidas obras de engenharia impede a implantação de infra-estrutura básica na Vila de Jericoacoara, notadamente de um sistema adequado de esgotamento sanitário, atualmente os dejetos são dispostos em fossas, o que tem colocado em risco a saúde, tanto de turista quanto dos habitantes do povoado, em face da contaminação dos poços particulares e das cisternas públicas da CAGECE, únicas Fontes de água disponíveis. Entendemos que na situação concreta em exame, a proteção do meio ambiente não pode se dar com o comprometimento dos parâmetros mínimos de preservação da saúde humana. Voto, antes exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 76/2006, que é o PL 5821/2006, na origem. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A Mesa agradece ao Senador Sibá machado pela contribuição que dá aos trabalhos e põe em discussão o relatório apresentado. Não havendo quem queira discutir, em votação, Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Há um Requerimento de nossa autoria, que nós queremos aprová-lo extrapauta, queremos aprovar a sua inclusão extrapauta. Então solicito aos Srs. Senadores que aprovem a inclusão do Requerimento de nossa autoria, que seja determinada a essa Comissão a remessa de cópia dos autos das propostas de fiscalização e controle nº 2 e 3, 2005, com seus respectivos documentos anexos ao Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União, para que sejam tomadas as providências cabíveis a espécie. Trata-se de procedimento já aprovado nessa Comissão e já adotado por essa Comissão de encaminhar ao Tribunal de Contas de União os documentos pertinentes a fiscalização, ao procedimento de Fiscalização e Controle à cidade de Imperatriz do Maranhão e do Estado do Maranhão. A nossa proposta é só para mandar também a mesma documentação ao Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União. Em discussão, não havendo quem queira discutir em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

A Comissão recebe o seguinte convite, o Centro Nacional de referência em pequenas centrais hidrelétricas motivado pelas iniciativas internacionais e pela competitividade crescente das soluções tecnológica de desenvolvimento energético, a partir do aproveitamento das Fontes Renováveis de Energia, sendo considerado como indústria, com a maior taxa de crescimento anual, propôs ao Ministério de Minas e Energia a realização do sexto encontro do fórum Permanente de Energias Renováveis previsto para o dia 24 de maio, próximo, em Brasília. E faz esse convite aos membros dessa Comissão. A presidência dá conhecimento aos membros dessa Comissão dos seguintes avisos, avisos 193 referente ao pedido de reexame da Agência Nacional de Energia Elétrica, aviso 228 ao acórdão 297/2007, aviso 290, referente a declaração do Sr. Armando Sobral Rollemberg, aviso 291 referente ao recurso de revisão interposto pelo Ministério Público TCU, aviso 368, referente aos embargues(F) de declaração contra o acórdão 1756/2004, aviso 408 referente de declaração contra o acórdão 1756/2004, aviso 418 referente ao relatório das atividades do TCU 2006, aviso 432 referente ao embargo de declaração contra o acórdão 2062/ 2006, aviso 443 referente ao acórdão 575/2007, aviso 455, referente ao relatório de auditoria das obras de ampliação e reforma do Aeroporto Internacional de Brasília, aviso 466 referente ao levantamento de Auditorias realizados na Secretaria de Patrimônio da União, aviso 506 e 508 referente a acompanhamento de licitação para contestação de Serviço de Natureza Pública, Transporte passageiro, por meio de trem de alta velocidade. Aviso 517, referente a pedido de reexame encaminhado pelo Sindicato dos Policiais Rodo-

viários Federais do Estado do Rio Grande do Sul, tais avisos encontram-se na Secretaria desta Comissão, a disposição dos Srs. Senadores. Nada mais havendo a tratar está encerrada a presente sessão.

(Sessão encerrada às 13h27.)

ATA DA 14ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DO DIA 22 DE MAIO DE 2007 ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, WELLINGTON SALGADO, JONAS PINHEIRO, JOSÉ AGRIPINO, CÍCERO LUCENA, MARCONI PERILLO, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, GARIBALDI ALVES, GERALDO MESQUITA, ADELMIR SANTANA, CÉSAR BORGES e ÉDISON LOBÃO**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa a seguinte pauta: **Item 01) SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2006 – TURNO SUPLEMENTAR**, que “dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o artigo 150, § 5º, da Constituição Federal. (Informação sobre valor dos tributos na nota fiscal)”. **Autoria do Substitutivo:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Autoria do PLS 174/06:** Senador **RENAN CALHEIROS e outros Senhores Senadores**. **Parecer:** Favorável, na forma do substitutivo oferecido. **Obs. 1:** Não sendo oferecidas emendas ao projeto até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Obs. 2:** O parecer ao PLS 174/06, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 15.05.2007. **Resultado: Matéria definitivamente adotada.** **Item 02) SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2005 – TURNO SUPLEMENTAR**, que “dispõe acerca da veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água nas hipóteses que discrimina”. **Autoria do Substitutivo:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Autoria do PLS 174/06:** Senador **MARCELO CRIVELLA**. **Parecer:**

Favorável, na forma do Substitutivo oferecido com 2 subemendas. **Obs. 1:** Não sendo oferecidas emendas ao projeto até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Obs. 2:** O parecer ao PLS 174/06, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, favorável ao projeto, na forma do substitutivo oferecido com 2 subemendas, foi aprovado na reunião do dia 15.05.2007. **Resultado: Matéria definitivamente adotada. Item 03) REQUERIMENTO Nº 22, DE 2007 – CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado convite a Ministra de Estado do Meio Ambiente, MARINA SILVA, e ao Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, BAZILEU ALVES MARGARIDO NETO, para comparecerem perante esta douta Comissão, com o propósito de debater sobre os procedimentos adotados para a concessão de licença prévia ambiental aos projetos constantes do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, o que tem promovido atrasos no cronograma de execução dessas obras, e poderá originar, entre outras ocorrências, o desabastecimento de energia elétrica”. **Autoria:** Senador CÉSAR BORGES. **Resultado: Aprovado. Item 04) ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 17, DE 2007-CMA – NÃO – TERMINATIVO**, que “em aditamento ao Requerimento nº 17, de 2007-CMA, que requereu a realização pela CMA de audiência pública para tratar sobre as obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e os impasses em relação à licença ambiental para a construção da referida obra, que seja acrescentado, como convidados: JOÃO PAULO CAPOBIANCO, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, WESLEY FERREIRA LOPES, do Movimento dos Atingidos por Barragens (AMB) de Rondônia e IVANEIDE BANDEIRA CARDOZO, da Associação de Defesa Etno ambiental da Universidade Federal da Bahia”. **Autoria:** Senador SIBÁ MACHADO. **Resultado: Aprovado. Item 05) AVISO S/Nº-CN (AVISO 1.867-SGS-TCU/2005) – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha cópia do Acórdão nº 1.558, de 2005-TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, atinentes a Pedido de Reexame interposto contra determinação constante do anterior Acórdão 2.085/2004-Plenário, em processado de levantamento de auditoria realizado nas obras de construção da Barragem de Oiticica/RN – TC 006.238/2004-9”. **Autoria:** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relator “ad hoc”:** Senador AUGUSTO BOTELHO. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e pelo arquivamento nos termos do art. 133, inciso III,

do Regimento Interno, encaminhando o processado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para que lá possa ser arquivado, em observância à pertinência temática e por conter registros essenciais do exercício da competência daquela Comissão. **Resultado: Aprovado. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 2005 – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens de óleo comestível, advertência sobre a destinação correta do produto após o uso”. **Autoria:** Senador VALMIR AMARAL. **Relator:** Senador JONAS PINHEIRO. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Aprovado. Obs.:** Foi concedido pedido de vista coletiva em reunião realizada em 14.03.2007, sendo que não houve manifestação dos Senadores até o momento. **Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, DE 2006 – TERMINATIVO**, que “acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para excluir a aplicação desse Código quanto ao custo das operações ativas e à remuneração das operações passivas de instituições financeiras na intermediação de dinheiro”. **Autoria:** Senador VALDIR RAUPP. **Relator:** Senador EXPEDITO JÚNIOR. **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2007 – TERMINATIVO**, que “altera a redação do inciso II do § 3º do art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para considerar como descontinuidade do serviço a interrupção do fornecimento de água, energia elétrica e telefonia”. **Autoria:** Senador ÁLVARO DIAS. **Relatora:** Senadora MARISA SERRANO. **Parecer:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado: Adiado.** Usam da palavra os Senhores Senadores, RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, EXPEDITO JÚNIOR, GERALDO MESQUITA, CÉSAR BORGES, CÍCERO LUCENA, AUGUSTO BOTELHO, JONAS PINHEIRO e WELLINGTON SALGADO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador Leomar Quintanilha, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Srs. Senadores que aprovam a dispensa

da leitura da Ata da Reunião anterior permaneçam como estão. Aprovado.

Item 1. É o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 174 de 2006, em turno suplementar, que já foi votado na Reunião anterior. “Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor de que trata o art. 150, § 5º da Constituição Federal (informação sobre valorização dos tributos na nota fiscal)”. A autoria do substitutivo: Senador Leomar Quintanilha; autoria do PLS 174/06: Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores, que adotaram o parecer favorável na forma do substitutivo oferecido. Não sendo oferecidas Emendas ao Projeto até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo preceitua o art. 282 combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Observação segunda: O parecer do PLS 174/06, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, favorável ao Projeto na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na Reunião do dia 15 de maio de 2007. O resultado é definitivamente adotado pela Comissão, já que não houve Emenda, é o que a Mesa dá ciência aos Srs. Senadores.

Item 2. Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 176 de 2005, em turno suplementar. Dispõe acerca da veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água nas hipóteses que discrimina. Autoria do substitutivo: Senador Leomar Quintanilha. Autoria do PLS 174/06: Senador Marcelo Crivella. Aqui houve um erro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – 176 de 2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – É 176, fazendo uma correção, o PLS é 176, de 2005. Parecer Favorável, na forma do substitutivo oferecido, com duas subEmendas. Observação primeira: Não sendo oferecidas Emendas ao Projeto até o final da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo preceitua o artigo 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Observação segunda: O parecer do PLS 176 de 2005, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, favorável ao Projeto, na forma do substitutivo, oferecido com duas Subemendas, foi aprovado na Reunião do dia 15 de maio de 2007. Em decorrência disso, pelo fato de não ter sido apresentada Emenda, o Projeto foi definitivamente adotado por esta Comissão. O item 3, nós vamos, nós vamos...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Se me permite, Senador Leomar Quintanilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu gostaria, inclusive, de subscrever o requerimento do Senador César Borges, relativo ao requerimento. Esse item 3, ta?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Perfeitamente. Com prazer, nós encaminharemos a V. Exa., para que subscreva. Mas nós... Nós submeteríamos a uma proposta de inversão de Pauta, em razão de ter sido a Mesa informada de que o Senador César Borges já está a caminho da Comissão. Então, nós deixaremos para apreciar o item 3 assim que Sua Excelência chegar.

Passamos, então, ao item 4. Aditamento ao requerimento nº. 17 de 2007 da CMA, não terminativo. Em aditamento ao requerimento nº. 17 de 2007 da CMA, que requereu a realização por esta Comissão de audiência pública para tratar sobre as obras do complexo hidrelétrico do rio Madeira no Estado de Rondônia, e os impasses em relação à licença ambiental para construção da referida obra, que seja acrescentado como convidados João Paulo Capobianco, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Wesley Ferreira Lopes, do Movimento dos Atingidos por Barragens, de Rondônia. E Ivaneide Bandeira Cardozo, da Associação de Defesa Etno-Ambiental da Universidade Federal da Bahia. O requerimento é de autoria do eminente Senador Sibá Machado, a quem conferimos a palavra para as considerações que julgar pertinentes.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, o requerimento vem, no meu entendimento, de reforçar um que já foi aprovado, de autoria do Senador Expedito. O Senador Expedito solicita pessoas que compareçam a esta Comissão para que a gente pudesse debater com mais propriedade sobre os gargalos que estão sobre o licenciamento das obras da hidroelétrica do Rio Madeira. E eu proponho que faça aqui uma complementação, até mais porque, no requerimento que ele apresenta, nós teríamos uma visão apenas do órgão Federal de uma pessoa. E nós poderíamos fazer, então, uma mistura, em dois momentos, que pudessem, nos dois momentos, ter pessoas do Estado de Rondônia, com pessoas de representação dos órgãos Federais e também do movimento social, para que eles apresentem os contraditórios. Nós sabemos que é uma matéria muito polêmica, que tem chamado a atenção, uma das obras que mais chamam atenção hoje no Brasil, são as hidrelétricas do Rio Madeira e que nós temos que ouvir, no meu entendimento, em primeiro lugar, a visão técnica da obra porque há versões e versões sobre porque o licenciamento ainda não foi concedido. E também, é claro, independentemente do relatório técnico, é importante que se ouçam também outros envolvidos para saber os prós e os contras do

que significa a construção ou não ou o retardamento de uma obra daquela magnitude.

Portanto, o requerimento, no meu entendimento, vem colaborar com o requerimento do Senador Expedito para que a gente possa fazer, em duas audiências, se for o caso, porque senão fica muita gente para ser na mesma, não é? No meu entendimento, associando as pessoas convidadas no requerimento do Senador Expedito com as que eu menciono aqui, de forma que a gente tenha, sempre, o contraditório muito bem preservado para evitar que fiquem as pessoas imaginando que esta Comissão já tem um lado, sem estudar tecnicamente as propostas daquela obra.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o aditamento ao requerimento nº. 17, proposto pelo eminente Senador Sibá Machado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, eu quero concordar também com o Senador Sibá Machado e só entendo que nós deveríamos fazer uma audiência só. Eu acho que é possível, a Senadora Fátima Cleide também fez a inclusão do nome do Procurador Geral do Ministério Público Federal... Na nossa reunião semana passada, ela fez a inclusão também de um representante, de repente, o Procurador Geral do Ministério Público Federal. Então, eu entendo, Sr. Presidente, que nós deveríamos dar um pouco mais de agilidade. Eu gostaria só de fazer esse apelo a V. Exa., se fosse possível, a gente já marcar uma data para a próxima semana, até para não perder o foco dessa discussão que está aí hoje o Brasil inteiro discutindo sobre uma das maiores obras do Presidente Lula, do PAC, desse Programa de Aceleração de Crescimento do Presidente Lula, porque nós entendemos que realmente há um contra-senso. Eu não quero discutir aqui sobre a questão, se o IBAMA está ou não na contramão da história; eu entendo que sim, mas outros entendem que não. E acredito que é uma boa oportunidade para que nós possamos discutir, como disse aqui o Senador Sibá, sobre os gargalos que estão pegando nessa licença ambiental para que nós possamos ter essas usinas, Complexo do Madeira, iniciando essa obra lá no Estado de Rondônia.

Então, eu faço um apelo, de preferência se nós pudermos aqui já definirmos uma data para que nós possamos fazer, na próxima semana, eu agradeceria muito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão, ainda, o adita-

mento proposto pelo eminente Senador Sibá Machado ao requerimento nº. 17. Não havendo mais quem queira discutir, a Mesa informa ao Senador Expedito que, não tendo nenhuma audiência pública programada para a próxima reunião, seria uma Reunião Ordinária, administrativa, nós poderemos realizar, desde que os convidados, desde que a agenda dos convidados permita. Então, nós já estamos determinando à Secretaria da Comissão que providencie o convite às pessoas indicadas no requerimento nº. 17, com o aditamento expedido pelo Senador Sibá Machado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu acredito que a maior dificuldade que nós teríamos aqui seria com o Presidente do IBAMA. Quanto às demais autoridades do Estado, eu acho que não tem problema nenhum e assim também com os convidados aqui que o Senador Sibá está apresentando. Eu acho que nós não teríamos problema de fazer isso na próxima semana. Então, teria que a Comissão entrar em contato com o IBAMA, com a Presidência do IBAMA, para ver se nós pudéssemos marcar, então, na próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós adotaremos as providências hoje, promovendo os convites necessários. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento nº. 17, com aditamento proposto pelo Senador Sibá Machado e com a sugestão do Senador Expedito Júnior de que a convocação...

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Sr. Presidente, o senhor poderia repetir o aditamento do Senador Sibá Machado, só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V. Exa. a palavra. Nós já íamos submeter à votação...

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Não, Sr. Presidente, eu queria só o conhecimento do aditamento do Senador Sibá Machado. Eu cheguei agora à reunião e, lamentavelmente não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pois não. O Senador Sibá Machado está propondo incluir no requerimento nº. 17 mais algumas pessoas para serem ouvidas aqui. São essas aqui?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Seriam o Sr. Ivo Cassol, Governador do Estado de Rondônia. Sr. Abdiel Ramos Figueira, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia; Sr. Eusébio André Guareschi, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia; João Paulo Capobianco, Se-

cretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Wesley Ferreira Lopes do Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia, além de Raul Silva Teles do Vale do Instituto Sócio-Ambiental.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Eu lhe agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Não havendo objeção por parte de V. Exa., vamos proceder à votação. Srs. Senadores que aprovam as propostas de aditamento sugeridas...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Do Senador Expedito também?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Exatamente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – O Senador César Borges não tem conhecimento da proposta do Senador Expedito.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – O Senador Expedito, se puder... A proposta do Senador Expedito é de procurar realizar essa audiência pública o mais rápido possível...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Mas numa única audiência.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Uma única audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador, Expedito, pode, por gentileza, explicitar novamente o requerimento de V. Exa. para que o Senador César Borges tome conhecimento?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Nós fizemos um requerimento na Reunião passada, onde nós estávamos pedindo à Comissão para que nós pudéssemos marcar uma audiência pública com a presença do Governador do Estado de Rondônia, do Presidente da Assembléia Legislativa, do Prefeito da Capital, Prefeito Roberto Sobrinho, do Dr. Abdiel Ramos Figueiro, Procurador-Geral de Justiça, do Dr. Basileu Alves Margarido, Presidente do IBAMA, e do Sr. Eusébio André, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia. E houve aqui também a inclusão do nome, não me lembro qual o nome que a Senadora Fátima Cleide apresentou, alguém do Ministério Público Federal, e mais três convidados aqui que está apresentando agora aqui... Que está apresentando agora aqui o Senador Sibá. O que o Senador Sibá...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Ao todo, seriam 13 pessoas convidadas para essa audiência pública.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Exatamente. O Senador Sibá pediu que nós fizéssemos em duas audiências. E eu estou sugerindo que acho

que nós temos tempo hábil para fazer uma audiência só. Acho que nós perderíamos um pouco aí o foco se nós fôssemos dividir isso aqui em duas etapas. Eu acredito que há possibilidade de realizarmos em audiência só.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador César Borges, tem V. Exa. a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, agora está bem claro para mim. É porque eu tenho um requerimento, que eu acredito será votado ainda nessa reunião, onde eu peço também que nós possamos fazer uma audiência com a Ministra do Meio Ambiente, a Senadora Marina Silva e o Presidente do IBAMA. Mas essa audiência tem um propósito muito mais amplo. O que o requerimento do Senador Sibá Machado, nº. 17, e também do Senador Expedito, têm em mente é se debruçar sobre a questão do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, do Estado de Rondônia. O Senador Geraldo que subscreveu, e eu agradeço, desde já, o nosso requerimento, me perguntou se seria uma única audiência. Não. Única audiência com relação à questão Complexo do Rio Madeira, que é uma questão da maior importância em que entendemos que será um requerimento...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – V. Exa. me concede um...

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Considerarei. Só um minuto. Só para eu terminar meu raciocínio. O meu requerimento é para discutir uma questão mais ampla, que envolve todo o país, que é a questão do relacionamento existente hoje entre o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, o Executivo e o Programa de Aceleração do Crescimento e a sociedade como um todo, que se sente extremamente em dúvida qual é o posicionamento do Governo Federal com relação ao próprio IBAMA, hora ouvimos declaração do Presidente de que é preciso acelerar e que não pode ser prejudicado o Programa de Aceleração do Crescimento, em detrimento da preservação do meio ambiente, hora discursos ao contrário, Medida Provisória no sentido de divisão do IBAMA.

Pois bem, essa questão que preocupa o Brasil todo, é que nós queremos discutir aqui nessa Comissão, com a Ministra e com o Presidente do IBAMA para termos uma visão clara do que pretende o Governo, o Executivo, com relação a essa questão das licenças ambientais no país. Ou prestigiar o IBAMA, ou dividir o IBAMA, ou colocar mais funcionários ou todas essas medidas, de formar paralelas e concomitantes. O que

não pode é a sociedade brasileira virar... Na verdade, nessa perplexidade, diante da posição do Executivo, com relação à questão ambiental e à questão do licenciamento, que podem, inclusive, prejudicar coisas da maior importância, que um Programa de Aceleração do Crescimento, que nós temos nossas ressalvas, mas, sem sombra de dúvida, queremos dizer que vamos apoiar, porque é importante para o Brasil. Será ruim se ele não for efetivado. Isso é que é muito ruim para o país. Então, com isso fica para mim bastante esclarecido. Não tenho nenhuma restrição de votar a favor nessa posição, mas também destacando que o nosso pleito é separado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A Mesa gostaria de fazer uma pergunta a V. Exa. Esse requerimento a que V. Exa. se refere é o item 3, nós ainda não submetemos à consideração do Plenário. Contudo, como os agentes convidados para discutir a questão específica do Rio Madeira serão praticamente... Praticamente não, deles, que serão convidados pelo requerimento de V. Exa., estão incluídos nesse outro requerimento. V. Exa. vê a oportunidade, numa mesma reunião, uma mesma audiência pública, de discutir as duas questões ou a idéia será manter a solicitação de nós realizarmos duas audiências públicas?

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – É essa a nossa posição, Sr. Presidente, manter. Porque acho que são duas questões bastante complexas, sendo que uma é específica e a outra abrange toda a política nacional do meio ambiente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, para discutir.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente. Eu queria só dar uma sugestão...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Vamos deixar a questão do item dele... Vamos decidir.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu queria só dar uma sugestão, Sr. Presidente, até para encaminhar um pouquinho...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Já que não vai haver a discussão da audiência pública simultânea...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Só para contribuir um pouquinho mais aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com V. Exa. a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu acredito o seguinte, veja bem...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Não vou cercear a palavra de V. Exa.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu acredito, Sr. Presidente, que nós não deveríamos trazer aqui a Ministra e o Presidente do IBAMA, a não ser que nós vamos dar a palavra primeiro para a Ministra, porque depois, se o Presidente do IBAMA... A não ser que nós vamos dar a palavra primeiro para o Presidente do IBAMA, porque senão...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Hierarquia não pode falar...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Então, não tem nem jeito com a presença da Ministra. O que eu sugeriria aqui, já que nós estamos convidando o Presidente do IBAMA para que pudesse vir, na próxima semana, numa audiência pública conosco, nós discutiríamos aqui com o Presidente do IBAMA e fizéssemos, então, uma segunda audiência pública, sugerida por V. Exa., com a presença da Ministra. Aí, sim. Aí, até eu acho que é importante demais. Nós discutiríamos primeiro aqui com o Presidente do IBAMA e depois, numa segunda audiência, com a presença da Ministra Marina Silva aqui. É a sugestão que eu faço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Ainda não estamos discutindo o requerimento, o item 3. Nós estamos discutindo ainda o item 4, que é o aditamento proposto pelo Senador Sibá Machado ao requerimento 17. Com os aditamentos que foram aqui... Com as sugestões colocadas. Eu acho que eu vou submeter à votação...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Deixe-me só fazer uma proposta de encaminhamento para a oitiva, que pode ser uma só, Sr. Presidente. Porque 13 pessoas nós teremos que antecipar o começo da nossa Reunião e ela, com certeza, iria se estender pelo conjunto da tarde, correndo o risco de esvaziamento. Eu queria ser bem sincero com V. Exa. e com os demais Senadores. Poderíamos convidar, juntando de 13 para mais ou menos seis ou sete: o Governador Ivo Cassol, o Prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho; o Presidente das Indústrias de Rondônia, Eusébio Guareschi; o Presidente do IBAMA, Dr. Basileu, o Secretário Executivo... É Secretário Executivo atualmente, não é? O Secretário Executivo do Meio Ambiente, Capobianco; a Sra. Ivaneide Bandeira, que é do... Ajude-me aí o... É uma ONG, não é? É uma Organização Não Governamental Etno-ambiental e poderíamos, talvez, acrescentar o Procurador Geral da República, a representação da Procuradoria Geral da República, que faria o contraponto jurídico sobre o que é e o que não é empecilho jurídico.

No meu entendimento, a gente estratifica as visões distintas que se têm sobre uma obra dessa natureza e com a riqueza da representação de cada um

dos pontos de vista, Sr. Presidente. E aí a gente poderia, se for o caso, Senador Expedito concordar, nós poderíamos resumir o que é um requerimento para 13 convidados, para 7 convidados. E daí daria para fazer numa única audiência, sem nenhum prejuízo da qualidade da representatividade que ambos têm aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Se eu entendi, a idéia de V. Exa. seria dividir o número de convidados para realizarmos duas audiências públicas.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, faria uma única com estes sete. Não seria mais 13.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu teria que retirar...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pretende, então, suprimir...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Retiraria alguns nomes do meu requerimento e juntariam sete pessoas. Ficariam essas sete pessoas aqui, uma única audiência.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu retiraria alguns nomes aqui do meu requerimento e eu concordo, Sr. Presidente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E eu retiraria alguns também. Resumindo em sete.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Então, o que é que nós aguardaríamos, então, a apresentação por parte de V. Exas....

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Não. Já está apresentado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Dos nomes que efetivamente integrarão...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Os nomes que o Senador Sibá apresentou...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A audiência pública.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Então, me deixa... Posso repetir, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pode repetir.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Nomes. Governador de Rondônia Ivo Cassol; Prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho; Presidente da Federação das Indústrias de Rondônia, senhor Eusébio Guareschi; Presidente do IBAMA, Dr. Basileu; Secretário Executivo do Ministério de Meio Ambiente, Dr. Capobianco e a Presidente da ONG Etno-Ambiental, a senhora Ivaneide Bandeira. São seis. Sugiro um sétimo nome, para poder completar, digamos, a visão distinta do que está acontecendo, do Procurador... Aqui eu não tenho o nome, que foi a Senadora Fátima Cleide que acrescentou. Procurador da República. Deve estar o nome

aí no requerimento. Procurador Geral do Ministério Público Federal. Exatamente. No Estado de Rondônia, é isso? Do Estado de Rondônia. Procurador-chefe. Estes seriam os sete nomes.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito bem. Eu acho que aí racionaliza, fica fácil, fica estabelecido o contraditório, acho que nós teremos uma boa audiência pública. Eu só solicitaria aos eminentes Senadores que fizessem um requerimento, que eu já considero como apresentado, exatamente solicitando a substituição ou consolidando os nomes que foram definitivamente escolhidos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E a gente assina coletivamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Assina aí agora.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Está ok, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos, voltamos agora ao item 3. É o requerimento de autoria... Aprovado o item 4. Voltamos ao item 3. Requerimento de autoria do eminente Senador César Borges, que requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado convite à Ministra do Estado do Meio Ambiente, Marina Silva e ao Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, do IBAMA, Basileu Alves Margarido Neto, para comparecerem perante esta Douta Comissão com o propósito de debater sobre os procedimentos adotados para concessão de licença prévia ambiental aos Projetos constantes do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, o que tem promovido atrasos no cronograma de execução dessas obras e poderá originar, entre outras ocorrências, o desabastecimento de energia elétrica.

Senador César Borges já suspendeu algumas considerações a respeito. Gostaria de fazê-lo novamente?

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Não, Sr. Presidente. Eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Eu lhe agradeço de me conceder novamente a palavra, apenas reafirmando aquilo que já foi dito: O que nós temos assistido é que há conflitos internos dentro do próprio Executivo com relação à questão ambiental, em especial com relação às licenças prévias. Quando eu cito, no meu requerimento, o exemplo da questão da energia elétrica, está reforçada, até por esse outro

requerimento, agora aprovado, que é o complexo hidrelétrico do Rio Madeira, que não há solução, assim como outros complexos hidrelétricos no país, de Belo Monte e outros, estão sem licença ambiental. Giral...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Giral e Santo Antônio.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Giral e Santo Antônio. Isso, estamos falando aqui da parte elétrica. Mas se formos olhar a parte rodoviária, eu tenho notícias também que a ligação, por exemplo, Manaus-Porto Velho está tendo uma série de problemas porque também não tem licença ambiental de uma estrada já implantada e que está sendo, agora, repavimentada e que estaria com um problema também por falta de licença ambiental. E, assim, está em todo o país. Então, eu quero ouvir a Ministra Marina Silva, que ela possa explicar qual é a postura do Executivo, já que ela é a Ministra do Meio Ambiente. E quando, peço aqui a presença do IBAMA também, acredito que eles devam estar afinados. Se não estiverem, que coloque aqui as divergências eventualmente existentes ou as dificuldades para que o IBAMA possa fazer um bom papel de preservação do meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, também não seja um dificultador para aquelas ações que o próprio Governo acha necessário serem aceleradas. Por isso criou um PAC. Aceleração do crescimento. Que as obras de infra-estrutura são fundamentais para o crescimento no país.

Então, é apenas isso que eu quero discutir abertamente e que o Governo exponha com clareza o que pretende fazer com relação ao IBAMA e com relação ao funcionamento desse órgão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o requerimento do Senador César Borges.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Sibá, Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, eu considero o requerimento muito importante, nesse momento em que o país inteiro está aguardando o desenrolar das principais metas deste segundo mandato do Presidente Lula, que é o Plano de Aceleração do Crescimento. E, como se sabe, é um debate que o país inteiro tem acompanhado, por meio da imprensa, Congresso Nacional, dos desdobramentos, dos efeitos que diversas obras incidem também sobre a questão ambiental. E, mais que isso, nós já debatemos, em diversas Comissões como esta aqui, também os efeitos da questão da energia, para onde vai, até onde pode crescer, investimentos na área sucroalcooleira brasilei-

ra, questão do biodiesel, envolvimento social, questão social brasileira. Portanto, são temas muito pertinentes. A vinda da Ministra com o Dr. Basileu, Presidente do IBAMA, no meu entendimento, eu só lembrei aqui por uma questão de hierarquia, mas acredito que, entre a Ministra e o Presidente do IBAMA, principalmente porque acabou de sair da equipe do Ministério, não tem nenhum problema. É só por uma questão de respeito a hierarquia. Mas acredito que os dois estarão aqui, esclarecimentos serão feitos e muito oportunos nesse momento. É um requerimento que acredito que, digamos assim, já estamos até atrasados, não é, Senador? Já poderíamos tê-lo feito anteriormente. Mas eu pediria o seguinte: Já que o Senador Expedito coloca como uma cobrança, também muito justa, que a gente na próxima semana priorize o debate das hidrelétricas do Rio Madeira, que realmente quem passa ali por Rondônia, não sou de lá, mas acompanho de perto a efervescência do que o Estado está acompanhando essas obras, eu acho importante realmente manter a primeira audiência na semana que vem com o assunto Rio Madeira. E, na sequência, V. Exa. poderia conversar com a Ministra e o Presidente do IBAMA para que possa estar na semana seguinte, aqui nesta Comissão, que a gente, com certeza, até outras Comissões gostariam de participar e, certamente, alguns outros Senadores da Comissão de Infra-estrutura e de outros, poderiam até vir também, porque há um interesse de todo o Senado Federal. Portanto, também faço meu apelo e do Senador César Borges para assinar o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Continua a discussão. Não havendo quem queira mais discutir, está encerrada a discussão. Passamos à votação. Srs. Senadores que aprovam o requerimento apresentado pelo Senador César Borges permaneçam, como estão. Aprovado. Passamos ao item 5. Aviso sem número. Encaminha a cópia do acórdão 1558 de 2005, do TCU, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, atinentes a pedido de reexame interposto quanto à determinação constante do anterior acórdão 2085 de 2004, em processar de levantamento de auditoria realizada nas obras de construção da barragem de Oiticica, no Rio Grande do Norte. De autoria do Tribunal de Contas da União, tem como Relator o Senador Heráclito Fortes. Nomeamos como Relator *ad hoc* o Senador Augusto Botelho, a quem passamos a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. O Relator, Senador Heráclito Fortes, fez uma análise de todos os processos, de todos os avisos, e concluiu que: “Quanto aos demais avisos e obras que integram os volumes do processado, verifico

também que já receberam parecer devidamente apreciado pela Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, apreciação esta que resultou na realização e promulgação do mencionado Decreto Legislativo 0125, de 02 de 03 de 2005. Nada mais a fazer, portanto, devo, então, propor o arquivamento nos termos do art. 133, inciso III do Regimento Interno. Pela pertinência temática e por conter registros essenciais do exercício da competência daquela Comissão, cabe ainda o retorno do processado à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização para que nela seja arquivada a matéria. O voto: Diante do exposto, considerando que todas as providências que poderiam ser suscitadas por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, já se encontram em pleno andamento, através da atuação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e do Tribunal de Contas da União e que as conclusões a que chegou o TCU, no acórdão em exame, não dão ensejo a quaisquer providências adicionais, voto por que esta Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. A) Tome conhecimento do assunto aqui relatado; B) Deliberando pelo arquivamento nos termos do art. 133, inciso III do Regimento Interno, encaminhe o processado à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização para que lá possa ser arquivado em observância à pertinência temática e por conter registros essenciais do exercício da competência daquela Comissão". Esse é o voto do Relator, o qual eu relato *ad hoc*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Passamos ao item 6. Terminativo. Projeto de Lei do Senado 296, de 95, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar no rótulo das embalagens de óleo comestível advertência sobre a destinação correta do produto após o uso". É de autoria, o Projeto, do Senador Valmir Amaral e tem como Relator o Senador Jonas Pinheiro, a quem concedemos a palavra.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como o Presidente já disse, este Projeto é de iniciativa do eminente Senador Valmir Amaral, que dispõe sobre a obrigatoriedade de constar no rótulo da embalagem de óleo comestível advertência sobre a destinação correta do produto após o uso. Análise, Sr. Presidente. De conformidade com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, "compete à Comissão de Meio Ambiente apreciar o mérito das matérias relativas à proteção do meio ambiente, controle da poluição e à conservação dos recursos hídricos".

A Comissão de Meio Ambiente examinará também os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e técnica Legislativa, visto que a matéria tramita nessa Comissão em caráter terminativo. Do ponto de vista Constitucional, verifica-se que a iniciativa conserva-se nos limites de competência Legislativa concorrente da União, pois, a ela cabe estabelecer normas gerais sobre conservação da natureza, defesa dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle de poluição. O Projeto atende também aos pressupostos relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa Parlamentar. Sob o aspecto de técnica Legislativa, observo que o PLS cumpre o estabelecido na Lei Complementar 95 de fevereiro, de 98, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis. No mérito, entretanto, constata-se que a proposição não alcançará os efeitos pretendidos, embora reconheçamos a importância da preocupação do autor em garantir sadia qualidade ao meio ambiente e aos recursos hídricos nacionais. Nessa ótica, concordamos integralmente com a análise rigorosa e competente apresentada pelo Relator da matéria, Senador Mão Santa, na Comissão de Educação, razão pela qual tomamos a liberdade de fazer nossas as suas palavras. Eis aqui o relatório do Mão Santa, Senador Mão Santa, na Comissão de Educação: "Embora também reconheçamos que o despejo de óleo comestível, usado em lugares desapropriados, possa onerar a operação da estação de tratamento de esgoto ou causar a contaminação de recursos hídricos, uma vez que aproximadamente 50% dos Municípios brasileiros não têm coleta de esgoto e somente 20% possuem coleta e tratamento, segundo dado do IBGE, o acondicionamento do material em garrafa plástica, para posterior despejo no lixo inorgânico, poderá igualmente trazer problemas indesejáveis e em nada contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental. Em primeiro lugar, observamos que, durante o processo da coleta domiciliar do lixo orgânico, as garrafas plásticas contendo o óleo residual seriam prensadas pelos caminhões coletores, o que resultaria na inevitável mistura do óleo com o restante do lixo, considerando que cerca de 65% dos Municípios nacionais direcionam o lixo orgânico para lixões, o óleo acabaria por ser arrastado pelas águas pluviais e indo, da mesma forma, contaminar os corpos hídricos. Além disso, o acúmulo de material plástico nos lixos e nos aterros sanitários constitui significado fator de degradação ambiental, uma vez que essa categoria de resíduo é de difícil degradação, não pode ser transformada em adubo e, se queimada, libera gases tóxicos. Por outro lado..." Continua a análise do Senador Mão Santa: "Por outro lado, convém lembrar que as edificações iniciais e os estabelecimentos comerciais que processam ali-

mentos estão obrigados a instalar caixa de gordura e a limpar periodicamente, com a finalidade de separar da água servida proveniente das pias de cozinha os produtos oleosos, que não devem ser lançados na rede coletora de esgoto. Assim...” Continua, Senador Mão Santa, “com fundamento nos argumentos expedidos, não se identifica vantagem, do ponto de vista ambiental, em promover o descarte de óleo comestível usado na forma recomendada pelo PLS, não havendo, portanto, por que impor à indústria alimentícia mais um encargo cujo efeito financeiro certamente será transmitido para a sociedade”.

Conforme afirma o parecer da Comissão de Educação, a melhor alternativa para solucionar o problema prescinde de normas legais específicas e passa pela implantação do programa voluntário de coleta seletiva e reciclagem dos óleos comestíveis residuais, procedimento que, aliás, já vem sendo adotado com sucesso, sobretudo por estabelecimentos comerciais que geram quantidade significativa do produto. De fato, a tendência é de que esta prática venha a consolidar-se, como indica o aproveitamento cada vez mais freqüente dos resíduos de óleo comestível na fabricação de produto como o sabão, detergente, resina, tinta e, inclusive, biodiesel. A propósito, já existem no Brasil diversas experiências sobre o uso de biodiesel proveniente de óleo comestível usado e de gordura extraída de esgoto, como indica a iniciativa vinculada à cópia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, referência ao desenvolvimento dessa ecologia. Desse modo, amparado nas considerações de mérito apresentadas, recomendamos a rejeição do PLS 296 de 2005”. Esse é o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Cícero Lucena, em seguida o Senador Casagrande. Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, eu fico feliz com a proposta do voto, até porque, nessa Comissão, foi criada a Subcomissão de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, onde nós pretendemos, exatamente, discutir um tudo dessa questão do lixo e, num prazo de 12 meses, possamos oferecer soluções, não só em termos legislativos, como também alternativas tecnológicas, de financiamento, para que o Brasil como um todo tome a verdadeira consciência da importância do gerenciamento dos resíduos sólidos. Então, eu acho oportuna a proposta do Relator no sentido de rejeitar o Projeto, até para que nós tenhamos tempo de discutir um pouco mais esse assunto, porque, como ele bem disse na sua Relatoria, e que já

existem algumas experiências que estão se aprofundando, inclusive, na reutilização, no caso específico do óleo comestível, com... Sem dúvida nenhuma, com toda a cautela, por exemplo, de, ao retornar esse resíduo, ele venha de forma adequada e com um objetivo: não ser compactuado nos caminhões de lixo como, muitas vezes, hoje é feito, ou mesmo ser depositado em tubulação de esgoto, trazendo todas as conseqüências que nós temos conhecimento.

Então, existem experiências, por exemplo, de empresas distribuidoras de refrigerantes, que estão fazendo parcerias com redes de *fast food*, grandes consumidores de óleo combustível, que o próprio caminhão que leva o refrigerante vai trazer esse resíduo do óleo, depois de utilizado, para que, inclusive, seja processado e transforme-se em biodiesel para mover a frota da entrega do refrigerante. Isso é apenas um pequeno exemplo, como outros estão usando para fazer sabão, ONGs estão adotando essa postura para recolher esse resíduo do óleo comestível e transformar em sabão. Então, eu acho que é bastante oportuno a gente seguir o voto do Relator, para que na proposta final da Subcomissão, a gente possa, então, estar contemplando efetivamente a melhor alternativa para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós estamos seguros de que esta Comissão haverá de apontar várias alternativas para esse problema, que é um problema antigo, permanente e crescente, que as sociedades têm que enfrentar, que é a questão de como lidar com os resíduos sólidos. Não foi por outra razão que foi criada, no âmbito desta Comissão, a Subcomissão específica para tratar desse assunto. Recentemente nós tivemos a oportunidade de visitar duas plantas industriais que têm, com tecnologia de ponta, tratado desse assunto com muita pertinência. Hoje, inclusive, transformando em negócio o aproveitamento do lixo urbano. Depois de passar por um processo seletivo, retirando dele o que pode ser reciclado, esse lixo invés de ir para um aterro sanitário, que traz conseqüências danosas, hoje um pouco evitadas na poluição para baixo com o tratamento, com manta, evita-se um pouco a poluição para baixo, mas não evita a poluição para cima, com a emissão de gases tóxicos. Mas essa planta industrial que vimos, ela está, na prática, efetivamente incinerando os produtos sólidos já... Depois de passados por essa etapa de uma pré-seleção daquilo que é reciclado. Na verdade, os empresários não estão chamando de incineração. Chamam de substituição de energia porque estão transformando, inclusive, esse produto, esse produto sólido, em energia elétrica porque esse produto está sendo queimado em caldeira, com o calor. Esse calor é transformado em energia elétrica. E o

que sobra, o resíduo, ele corresponde a cerca de 10% do volume do lixo levado ao procedimento. Então, me parece ser a solução hoje mais moderna utilizada no mundo.

Eu tenho certeza que essas discussões trarão, como já estão trazendo, o despertar, o interesse de, sobretudo, do empresariado brasileiro, que tem feito parceria com as instituições públicas, quer Governo de Estado, quer com as Prefeituras, estão se envolvendo cada vez mais com esse problema sério e grande. Continua a discussão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, só para colaborar com o que o senhor termina de afirmar, no sentido de que é impressionante como, na nossa Subcomissão, nós começamos a receber uma movimentação, em todo o Brasil, no sentido de encaminhar principalmente as experiências exitosas, a exemplo do que o senhor está citando aí. Então, nós ficamos muito felizes porque a iniciativa de universidades quer sejam públicas, quer sejam particulares, de estudos, envolvimento de empresas, de Organizações não-Governamentais, que estão mantendo contato conosco no sentido de dar sua contribuição aos nossos objetivos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Além do aproveitamento dos resíduos sólidos, a grande vantagem é que exatamente estão sendo eliminados os gases tóxicos. Não há comprometimento nenhum mais com a atmosfera. Senador Casagrande, tem V. Exa. a palavra, para discutir.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente, só para justificar a posição de uma reunião anterior, que eu fui um dos que subscrevi o pedido de vista desse Projeto, mas vou votar com o Senador Jonas Pinheiro, porque considero que a destinação inadequada do resíduo, óleo comestível, é um dos principais problemas que nós temos hoje de poluição das nossas... Dos nossos recursos hídricos. Mas, só fazer uma orientação no rótulo do produto, sem você ter uma retaguarda que dê sustentação a essa orientação, de fato, pode prejudicar um trabalho mais coordenado, uma Legislação mais apropriada para... Não só para todo o gerenciamento de resíduos, como está aqui colocando o Senador Cícero Lucena, mas também, mesmo que nós não tenhamos toda... Uma proposta no todo, mas que nós possamos ter algumas propostas pontuais que dos problemas mais graves que nós temos no nosso país, que estão contaminando os nossos mananciais. E a destinação inadequada desse resíduo de óleo comestível é um problema sério que nós estamos enfrentando, seja um aperfeiçoamento da proposta que o Senador Valmir Amaral fez, que eu acho que ela... A preocupação dele, eu quero ressal-

tar aqui, a preocupação com o tema é importante que nós possamos considerarmos, nós vamos votar pela rejeição, mas não é porque o tema não seja importante, o tema é muito importante. Mas, precisamos ter uma Legislação que tenha uma retaguarda e que permita que, de fato, o que nós decidirmos aqui tenha condições de ser implementado.

Então, o Senador Cícero Lucena está coordenando essa Comissão, essa Subcomissão, e a nossa Comissão, aqui presidida por V. Exa., tem tido um trabalho excepcional e eu tenho certeza que nós daremos conta de uma Legislação ou alguma orientação para que a gente possa minorar o problema que nós estamos enfrentando hoje. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RO) – Só para uma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RO) – Essa rotulagem seria também mais um ônus para o consumidor, quando nós sabemos que nós temos que trabalhar é na educação e na melhoria das condições de vida da população em geral, com construção de esgotamento sanitário, de drenagem fluvial. Então, eu acho que a gente deve gastar o nosso tempo e o recurso das pessoas nesse sentido. Não de fazer apenas uma rotulagem que não vai mudar a educação da pessoa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Sibá, V. Exa. deseja discutir?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, quero concordar que a iniciativa foi muito boa, provoca esta Comissão a estar atenta a ter cuidados cada vez mais com os resíduos de todos os tipos, em nosso país. Eu também tenho procurado, de perto, ver de perto uma série de experiências aonde o que é lixo e o que é um estorvo, um problema, um passivo ambiental, tornarem-se verdadeiras, grandes negócios. O caso da Companhia Siderúrgica Nacional que, ao produzir calor para o auto-forno, gerava também alguns gases de alto efeito tóxico, que eram mandados para a atmosfera e que isto foi reaproveitado, recanalizado e vira energia elétrica. Portanto, a companhia acaba de ser auto-suficiente, em energia elétrica, com aproveitamento da queima desses gases emitidos.

Vi outra experiência muito rica que, numa cidade que tomou todos os cuidados de fazer uma reciclagem... Uma seleção de lixo, então, o que é papel, o que vai para um destino de reutilização, tanto outros materiais, mas tem uma sobra que não teria utilidade

mais nenhuma e, mesmo assim, eles resolveram fazer o processo de queima e esta queima, com reaproveitamento também dos gases que são emitidos, porque tem muito plástico, tem muita coisa que é queimada ali, que emite esses gases tóxicos, mas que gera vapor para a indústria ali de próximo e também energia elétrica com quase 100 MegaWatts de potência de geração de energia elétrica.

Eu fiquei muito bem impressionado, acho que temos aí um futuro muito bom para o lixo das cidades, se promover a seleção da coleta desse lixo para utilização de indústria de reciclagem e daquilo que sobra, Sr. Presidente, com absoluta certeza, nós podemos gerar energia elétrica. Ainda, o gás metano, que fica em profundidade, e que pode ser canalizado para ser utilizado. Acho que o que falta, talvez, para a gente começar a promover um pouco de debates aqui nesta Casa e nesta Comissão, seria poder trazer indústrias que já estão processando esse tipo de reaproveitamento para que vire uma divulgação, talvez, muito mais do que uma imposição legal, agora, porque criaria toda uma logística para reutilização desses óleos, precisava ter toda uma logística de reutilização, de envasamento e tal. Não é só colocar lá no rótulo que tem que dar o destino tal. Precisa ter o destino tal claro e objetivo ali na frente. Então, esta logística é impossível. Mas já há caminhos, o Rio de Janeiro está fazendo biodiesel com isso; o *Mc Donald's* participa; Universidade Federal do Rio de Janeiro; a Universidade Federal Fluminense; o Governo do Estado do Rio de Janeiro tem trabalhado com isso.

Então, eu acredito que a nossa Comissão poderia ir também, além de falar em problemas, falar de gargalos, falar de dificuldades, na área ambiental, para a questão do desenvolvimento, que a gente possa falar também das coisas boas que estão acontecendo Brasil afora e que podem servir de grandes exemplos para negócios e, digamos assim, para a recuperação desses grandes passivos ambientais.

Portanto, voto com o nosso Relator e fica aqui, digamos assim, a provocação para que a gente faça também debates sobre estes grandes investimentos que estão surgindo no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – V. Exa tem razão. Vamos apontar as soluções que já estão sendo utilizadas em algumas regiões do Brasil. Nós vamos providenciar o levantamento de algumas empresas que já estão agindo com sucesso para, numa audiência pública, trazer esse esclarecimento aqui aos membros da Comissão e ao país.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, só efeito de colaboração.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Está aprovada na Subcomissão, inclusive, uma audiência pública e aí, obviamente que é extensivo a todos os demais Senadores, que existe uma associação já de algumas empresas que estão trabalhando nessa questão do resíduo sólido. Desde o *design* das suas embalagens até a logística de retorno de alguns produtos que elas possam vir ser responsabilizadas. Então, existem empresas que já estão trabalhando, um grupo de empresas e tem uma associação e eles estão convidados, já confirmaram a presença, nós estaremos só agendando e comunicaremos aos demais membros dessa Comissão para nos dar o prazer da sua companhia, da sua participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Fica registrado o convite aí por parte do Presidente da Subcomissão de Resíduos Sólidos. Havendo...

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para discutir? Tem V. Exa. a palavra, Senador.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Eu só queria enriquecer este debate, Sr. Presidente, e lembrar a V. Exa. que V. Exa. foi Relator do Projeto de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos, que transformou em lei. Hoje é um absoluto sucesso. Nós retiramos do campo brasileiro milhões de embalagens ou sacarias ou latas, que antes iam para os rios, que iam... Eram enterrados ou eram incinerados ou mesmo a embalagem rígida, ela era aproveitada como utensílio, vasilha, nas propriedades. Hoje isso, Sr. Presidente, desapareceu e o recolhimento dessas embalagens, hoje, ela transforma em produto. As sacarias vão para os fornos das siderúrgicas etc., onde se queima com 1300 graus, e as embalagens mais plásticas vão para indústrias de tubos e conexões para construção. As empresas que fabricavam essas embalagens, elas montaram uma empresa chamada EMPEV e esta EMPEV faz, com muita competência, a utilização do retorno dessas embalagens.

Portanto, nós já temos aí um grande exemplo que pode ser aproveitado, através dessa Subcomissão, criada nesta Comissão, que é muito bem comandada pelo Senador Cícero Lucena.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A Presidência agradece a boa lembrança que o Senador Jonas Pinheiro traz e uma proposta de sua autoria, que foi transformada em lei,

e que já tem trazido hoje uma grande contribuição à sociedade brasileira, na preservação da sua saúde.

Encerrada a discussão, passamos à votação. Nós queremos informar que trata-se de matéria de caráter terminativo e a votação deverá ser feita nominalmente. Para esclarecer também, nós dizemos que a proposta apresentada é pela rejeição do Projeto. Então, quem votar sim estará votando pela rejeição. Quem votar com o Relator também. Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Voto conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Ele é o Relator. Voto conhecido.

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Algum dos Srs. Senadores ficou sem manifestar seu voto? Não. Encerrada a votação, matéria rejeitada. Passamos ao item 7. Projeto

de Lei do Senado nº 143 de 2006, também de caráter terminativo. Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei 8078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para excluir a aplicação desse Código quanto ao custo das operações ativas e a remuneração das operações passivas de Instituições Financeiras na intermediação de dinheiro. É de autoria do Senador Valdir Raupp; tem como Relator o Senador Expedito Júnior, a quem concedemos a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, antes de ler o relatório, eu gostaria de fazer um questionamento. Eu recebi uma ligação aqui do Senador Raupp e ele não pôde estar aqui presente hoje porque não tivemos vôo na parte da manhã, haja vista o impedimento do vôo da TAM, lá no Estado de Rondônia, e ele gostaria de estar presente para discutir. Eu gostaria de solicitar de tirar de Pauta e adiar e colocar para a próxima Sessão, próxima Reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – V. Exa., como Relator, pode fazer essa solicitação, que é atendida pela Mesa. Retirada de Pauta o Projeto, o item 7. Passamos ao item 8. Pela ausência do Relator, também está adiado. Nós temos... Um comunicado de ordem do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador José Maranhão, em aditamento ao ofício do dia 18 de abril de 2007 enviado ao Presidente desta Comissão, comunico que foi marcado para o dia 24 de maio de 2007, às 10 horas, a 1ª reunião conjunta de audiência pública, a realizar-se no Plenário nº 2, do Anexo Luiz Eduardo Magalhães, Anexo 2 da Câmara dos Deputados, com a finalidade de ouvir o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, para atendimento ao disposto do art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não tem mais nenhum requerimento. Não havendo mais nenhuma matéria a ser tratada, agradecendo a presença dos Srs. Senadores. Declaro encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 13h22.)

ATA DA 16ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DO DIA 29 DE MAIO DE 2007 ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e sete, na Sala nº. 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador LEOMAR QUINTANILHA, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores RENATO CASAGRANDE,

SIBÁ MACHADO, FÁTIMA CLEIDE, JOÃO RIBEIRO, HERÁCLITO FORTES, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, GARIBALDI ALVES, GERALDO MESQUITA, CÉSAR BORGES e FLEXA RIBEIRO. **Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a reunião tem a seguinte pauta:** Item 01) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2007 (PL 4.679, de 2001, na Origem) – NÃO TERMINATIVO, que “dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo poder público, estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada, e dá outras providências”. Autoria: **Deputado ALDO REBELO.** Relator: **Senador MARCONI PERILLO.** Parecer: **Pela aprovação do projeto.** Resultado: Aprovado. Item 02) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 1993 – NÃO TERMINATIVO, que “altera a Lei nº 6.435, de 1977, que dispõe sobre entidades fechadas de previdência privada, e dá outras providências”. Autoria: **Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias e irregularidades cometidas em fundos de pensão de empresas estatais e na Petrobrás.** Relator: **Senador FLÁVIO ARNS.** Parecer: **Pelo arquivamento da matéria.** Resultado: Aprovado o parecer pelo arquivamento. Item 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, DE 2006 – TERMINATIVO, que “acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para excluir a aplicação desse Código quanto ao custo das operações ativas e à remuneração das operações passivas de instituições financeiras na intermediação de dinheiro”. Autoria: **Senador VALDIR RAUPP.** Relator: **Senador EXPEDITO JÚNIOR.** Parecer: **Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta.** Resultado: Aprovado. Obs.: **Matéria vai a turno complementar.** Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2007 – TERMINATIVO, que “altera a redação do inciso II do § 3º do art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para considerar como descontinuidade do serviço a interrupção do fornecimento de água, energia elétrica e telefonia”. Autoria: **Senador ÁLVARO DIAS.** Relatora: **Senadora MARISA SERRANO.** Parecer: **Pela prejudicialidade do projeto.** Resultado: Aprovado o parecer pela prejudicialidade. Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, DE 2005 – TERMINATIVO, que “altera os arts. 2º e 16

da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), com as modificações posteriores, para dispor sobre áreas de preservação permanente e de reserva legal”. Autoria: **Senador ÁLVARO DIAS.** Relator: **Senador RENATO CASAGRANDE.** Parecer: **Pela rejeição do projeto.** Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2005 – TERMINATIVO, que “altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista.”. Autoria: **Senador ANTONIO CARLOS VALADARES.** Relator **Senador LEOMAR QUINTANILHA.** Parecer: **Pela aprovação do projeto na forma da Emenda nº 2 que apresenta.** Resultado: Adiado. Obs.: **Este projeto foi relatado pelo Senador NEZINHO ALENCAR, sendo aprovado com a Emenda nº 1-CMA que suprime os artigos 2º, 3º e 4º citados na ementa. Assim, há necessidade de alterar a ementa para adequar o projeto.** Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2006, – TERMINATIVO, que “altera o caput do art. 36 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a mensagem publicitária conterá a expressão “informe publicitário”. Autoria: **Senadora SERYS SLHESSARENKO.** Relator: **Senador GARIBALDI ALVES.** Parecer: **Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2-CMA que oferece e rejeição da Emenda nº 1-CMA, apresentada pelo Senador ARTHUR VIRGÍLIO.** Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA, é deliberado o REQUERIMENTO Nº 23, DE 2007-CMA, que “requer, nos termos do art. 90, II e V, do Regimento Interno, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, destinada a discutir os termos do acordo entre o Banco do Brasil S/A e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), celebrado em 24 de dezembro de 1997, como forma de instruir Parecer à Proposta de Fiscalização e Controle nº 01, de 2005, com os seguintes convidados: SÉRGIO ROSA, Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil; LUCAS FURTADO, Procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; RUI BRITO, economista, especialista em previdência social e Presidente do Conselho Deliberativo da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil; JOSÉ DE OLIVEIRA DANTAS, auditor aposentado do Banco do Brasil e HENRIQUE PIZZOLATO, ex-membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil, ex-diretor da mesma instituição e ex-integrante do Conselho

Deliberativo da Previ”. Autor: **Senador HERÁCLITO FORTES**. Resultado: Aprovado. **Usam da palavra os Senhores Senadores FLEXA RIBEIRO, SIBÁ MACHADO, CÍCERO LUCENA, CÉSAR BORGES, FÁTIMA CLEIDE, EXPEDITO JUNIOR, HERÁCLITO FORTES, MARCONI PERILLO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.** – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

Votação Nominal

Item 3

Marisa Serrano Contra
Cícero Lucena Contra
Heráclito Fortes Contra
César Borges Contra o relator
Flavio Arns Com o relator
Siba Machado Com o relator
Expedito Junior Voto conhecido
Fátima Cleide Com o relator
Augusto Botelho Com o relator

Item 4 Todos com o relator

Marisa Serrano
Cícero Lucena
Heráclito Fortes
César Borges
Flavio Arns
Siba Machado
Expedito Junior
Fátima Cleide
Augusto Botelho

Item 5 Todos com o relator

Marisa Serrano S
Cícero Lucena S
César Borges S
Flavio Arns
Siba Machado S
Expedito Junior
Fátima Cleide S
Augusto Botelho S
Serys Silhessarenko S
Mesquita S
Garibaldi S

Item 7 Todos com o relator

Cícero Lucena S
César Borges S
Siba Machado S

Expedito Junior S
Fátima Cleide S
Augusto Botelho S
Serys S
Garibaldi S
Flexa S
Perillo S
Renato Casagrande S
10
.3

SUBCOMISSÃO DO AQUECIMENTO GLOBAL

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, DA SUBCOMISSÃO DESTINADA A ESTUDAR O AQUECIMENTO GLOBAL, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2007, ÀS 12:50 HORAS.

Às doze horas e cinquenta minutos do dia sete de fevereiro de dois mil e sete, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador LEOMAR QUINTANILHA, reúne-se a Subcomissão do AQUECIMENTO GLOBAL com a presença dos Senadores RENATO CASAGRANDE, INÁCIO ARRUDA, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS, EXPEDITO JÚNIOR e MARISA SERRANO. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senhor Presidente comunica que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. O plenário da Subcomissão aprova por aclamação os Senadores RENATO CASAGRANDE e MARCONI PERILLO, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Renato Casagrande**, Presidente.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Desculpe, Casagrande, mas eu estou com sete Comissões. Não vou dar conta. Portanto, se V.Exª me dispensa, porque eu não seria mais... Eu não seria útil nessa Comissão, já que... Em sete...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Tem muita roça para capinar, né?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – É.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Tá bom, Senador. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Só está faltando um nome. A Mesa vai designar. Nós vamos designar, e que futuramente se quiser substituir, também não teremos dificuldade de substituir. Mas vamos designar para poder instalar já a Comissão com todos os membros. Nós vamos designar o Senador Adelmir Santana, do PFL. A vaga do PFL.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – A vaga do PFL, né? Mas eu quero só deixar registrado, Presidente, que o Senador Sibá Machado tinha pleiteado. Se depois o PFL tiver condições de fazer a permuta... Ceder a vaga... Mas está ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Está reaberta a Sessão. Não havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente para Estudar as Mudanças Climáticas em Consequência do Aquecimento Global, da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

O Requerimento já foi discutido e aprovado, os nomes indicados são pela minoria: PFL/PSDB, Adelmir Santana, Marconi Perillo, bloco de apoio do Governo: PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP, Renato Casagrande e Inácio Arruda, pelo PMDB Cícero Lucena... Então nós vamos designar aqui o Senador Valter Pereira... E o Senador Cícero Lucena entra no lugar no Senador Adelmir Santana.

Pelo bloco da minoria, PFL, PSDB, a Senadora Marisa Serrano. Pelo bloco... Membros suplentes. Pelo bloco de apoio ao Governo: PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP, Senadores Expedito Júnior e Flávio Arns. A votação será em escrutínio secreto. Uma eleição para Presidente e vice. Tem como candidatos a Presidente o Senador Renato Casagrande e como vice o Senador Marconi Perillo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu gostaria de propor de que não existindo nenhuma outra chapa, e eu tenho a opinião de que essa é uma chapa consensual de que a gente adote o mesmo procedimento justo que conduziu V.Exª e a Senadora Marisa Serrano à condução dos trabalhos dessa Casa, de Presidente e vice. De que a gente faça a eleição por aclamação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós submetemos à Subcomissão a proposta apresentada pelo Senador Inácio Arruda. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permane-

çam como estão. Aprovado. Eleito por aclamação, a Constituição da Comissão... Da Subcomissão do Meio Ambiente com os Presidentes Renato Casagrande e Marconi Perillo. V.Exª... Convido V.Exª para assumir a Presidência da Subcomissão.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Presidente, acho que posso assumir daqui mesmo. Não pode, não? Porque aí é o lugar do Presidente, né? (risos)

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Mas V.Exª é o Presidente da Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Pois é. Mas eu vou pedir permissão ao Senador e à Senadora para assumir daqui mesmo, porque Presidente de Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle é uma Comissão muito importante. Eu vou fazer questão de se puder regimentalmente, assumir a Presidência daqui. Agradecer o apoio da Comissão com relação à criação da Subcomissão, meu nome e o nome do Marconi. Eu, se eu puder, Presidente, já propor que nós possamos aprovar aqui nessa 1ª Reunião da Subcomissão um convite à Ministra Marina para que ela possa expor a posição do Brasil e o que o Brasil tem feito nessa área, queria consultar a Assessoria se já é possível a gente fazer essa aprovação, expedirmos um convite à Ministra...? É possível?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – É possível. Só que o procedimento requer que esse Requerimento seja formalizado. Seja aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Ok. Então, a gente depois convoca uma reunião da Subcomissão e aprovamos os requerimentos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Questão de Ordem, Presidente. Formação para que nós possamos, na questão da agenda do horário das reuniões, conciliar com as demais Comissões já que aqui nós temos a oportunidade de participar de outros. Então que seja discutido...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Esse é o drama.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – ...com os membros um melhor horário possível.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) Espírito Santo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Uma no Espírito Santo, outra no Ceará, outra na...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Na Paraíba.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Paraíba, outro lá em... Gente, obrigado, viu? Obrigado. Está encerrado.

(Levanta-se a reunião às 12h55min)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO DESTINADA A ESTUDAR O AQUECIMENTO GLOBAL, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2007, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador RENATO CASAGRANDE, reúne-se a Subcomissão Permanente destinada a estudar os efeitos do aquecimento global, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença dos Senadores INÁCIO ARRUDA, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS e ADELMIR SANTANA. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senhor Presidente informa que a pauta da reunião consta de: Item 01) **Deliberação do Roteiro de Trabalho da Subcomissão; Resultado: APROVADO.** Item 02) REQUERIMENTO Nº 01, DE 2007-CMAAQ, que “solicita seja convidada a Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente a comparecer a esta Subcomissão Permanente do Aquecimento Global”. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: **APROVADO.** Extra-pauta, é deliberado o REQUERIMENTO Nº 02, DE 2007-CMAAQ, que requer, “nos termos da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, para se fazer presente à Subcomissão sobre Aquecimento Global da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em data a ser marcada consensualmente com Sua Excelência, para ouvi-lo sobre o tema do aquecimento global do ponto de vista da política externa brasileira, especialmente sobre as negociações e implementação pela nossa Chancelaria dos atos internacionais pertinentes”. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: **APROVADO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Airtton Dantas de Sousa, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente

com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador Renato Casagrande, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Vamos dar início à nossa reunião da Subcomissão, para a gente fazê-la rapidamente, porque o Presidente da Comissão de Meio Ambiente já se encontra presente, mas a gente faz rapidamente a definição da pauta e do cronograma de trabalho que é o objetivo dessa reunião nossa, da 1ª Reunião da Subcomissão.

Há número regimental, temos três Senadores presentes, e nessa 2ª Reunião da Subcomissão nós precisamos de... Primeiro, verificar se alguém quer discordar de alguma coisa com relação à Ata. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião permaneçam como se encontram.

Aprovada a Ata. Nós vamos fazer a leitura do... Tem um Requerimento da minha autoria que solicita a presença da Ministra Marina Silva para expor a posição do Governo Brasileiro com relação às ações nesta área do aquecimento global. Os Senadores que concordam com esse Requerimento de convite à Ministra permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento.

A Ministra Marina Silva, Senador, ela gostaria de vir junto com o Ministro Celso Amorim. A Assessoria dela manifestou isto para nós porque o Ministro Celso Amorim conduziu também todo esse processo junto com a Ministra nessas discussões nos fóruns diplomáticos que nós tivemos, e ela gostaria de ter o Ministro Celso Amorim. Acho que nós dependemos de um Requerimento também para que a gente possa aprovar o convite do Ministro Celso Amorim, não é isso? Tem que formalizar o Requerimento. Talvez pudéssemos providenciar, formalizar o Requerimento do convite ao Ministro Celso Amorim.

Nós fizemos e temos uma proposta de um cronograma de trabalho da Subcomissão que seria o seguinte. Um roteiro de trabalho da Subcomissão nós teríamos no primeiro momento algumas Audiências Públicas com Ministra Marina, com o Ministro Celso Amorim, com o Ministro da Ciência e Tecnologia, com alguns pesquisadores, cientistas, estudiosos do tema para fazermos um contraponto até a posição do Governo, então faríamos no decorrer do trabalho da Subcomissão uma série de Audiências Públicas para que nós pudéssemos debater o tema. Faríamos no dia, a proposta é que nós façamos no dia 5 de junho um seminário sobre o tema, estou propondo que possamos pensar sobre a matriz energética, as fontes de energia que acho que esse é um ponto essencial para que a gente possa debater, até para que a gente possa de-

bater a questão da energia nuclear, que voltam com esse debate para a sociedade brasileira, possamos debater temas como da energia solar, eólica e outras fontes de energia.

Então, no dia 5 de junho, que é o Dia Mundial do Meio Ambiente faríamos um seminário maior, relacionado ao tema do aquecimento global, mas poderíamos pensar num ponto específico como um seminário sobre energia. Faríamos algumas Audiências Públicas fora de Brasília, temos uma em São Paulo, para debatermos especialmente os efeitos da emissão dos gases pelas indústrias, o maior centro industrial do Brasil, e faríamos pelo menos duas Audiências Públicas no norte do Brasil, uma no Pará, e outra no Amazonas ou em Rondônia. Aí a gente discute no decorrer do trabalho. Mas duas Audiências Públicas fora, na região norte para que a gente possa discutir a questão dos efeitos do desmatamento e sobre a emissão de gases e também a questão da biodiversidade. Mas especialmente com relação à emissão dos gases do efeito estufa.

Então, esse seria no decorrer desse ano uma linha mais geral do trabalho que nós estamos nos propondo a fazer.

Então, gostaria de saber se nós poderemos aprovar esse roteiro, mesmo que possamos ir detalhando o roteiro no decorrer do trabalho da Comissão, mas a idéia geral seria essa. Audiências Públicas, um seminário no dia 5 de junho, e três pelo menos Audiências Públicas fora de Brasília. Uma em São Paulo e duas no norte do País. Para que a gente possa debater o avanço da fronteira agrícola e as consequências com relação ao desmatamento e naturalmente a emissão dos gases, especialmente de CO com essa prática do desmatamento pelo avanço da fronteira agrícola. Então seria essa, em linhas gerais, o trabalho que poderia nortear a Subcomissão durante esse ano, nos próximos meses.

Nós temos um Fórum do Aquecimento Global, do Governo Federal, com diversos Ministros, o Pinguelli, Prof. Pinguelli é o Secretário-Executivo desse Fórum. Esse Fórum está praticamente desativado, está parado. E acho que nós poderíamos também colocar e convidarmos os membros desse Fórum, reunir o Pinguelli para que pudesse vir aqui relatar o trabalho que esse Fórum está desenvolvendo. Se não está desenvolvendo, que a gente possa estabelecer uma reativação do debate desse Fórum dentro do Governo e isso ser reproduzido nos Estados e nos Municípios como se estabelece o Decreto que criou esse Fórum que cada Estado e cada Município deveria criar o seu Fórum para poder discutir as políticas com relação ao aquecimento global.

Então, acho que essa seria... Não sei se nós já temos aí o Requerimento do Ministro Celso Amorim, mas essa seria o nosso... Seria o nosso roteiro. Também acho que nós devemos trocar o horário da reunião nossa. Esse horário de terça-feira, nesse momento, terça e quarta é muito ruim. Talvez pudéssemos fazer como o Presidente da Comissão de Meio Ambiente vai propor ao Presidente Renan fazermos na quinta-feira que acho que é mais adequado para que nós possamos ter as reuniões com a presença de mais Senadores.

O Requerimento está pronto, Isaias? Tá bom. Acho que é isso, Senador. Dos mesmos termos, acho que nós poderíamos considerá-lo aprovado para que pudéssemos fazer a audiência da Ministra Marina Silva e do Ministro Celso Amorim, uma audiência conjunta para debatermos a posição do Brasil frente ao tema. Ok? Alguma coisa? O Requerimento está feito, que é o convite ao Ministro Embaixador Celso Amorim, então consideramos aprovado o Requerimento e pedimos à Assessoria que possa fazer contato com a Assessoria dos dois, da Ministra e do Ministro, para que nós possamos marcar rapidamente essa Audiência Pública. Alguma sugestão a mais, Senador? Então tá bom.

Então, muito obrigado pelas presenças, e já que estamos na hora da reunião da Comissão de Meio Ambiente. Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h43min)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO DESTINADA A ESTUDAR O AQUECIMENTO GLOBAL, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2007, ÀS 14:00 HORAS.

Às onze horas e treze minutos do dia sete de março de dois mil e sete, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador RENATO CASAGRANDE, reúne-se a Subcomissão Permanente destinada a estudar os efeitos do aquecimento global, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença dos Senadores INÁCIO ARRUDA, MARCONI PERILLO, CÍCERO LUCENA e FLÁVIO ARNS. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senhor Presidente informa a pauta da reunião consta de: Item 01) REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007-CMAAQ, que requer “sejam convidados os cientistas brasileiros, PAULO EDUARDO ARTAXO NETO, do Instituto de Física da USP, CARLOS NOBRE e JOSÉ ANTONIO MARENGO, ambos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, para

se fazerem presente à Subcomissão Permanente sobre Aquecimento Global da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em data a ser marcada, para que esta Subcomissão possa ouvi-los, haja vista que participaram do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas Globais, IPCC, recentemente realizado em Paris”; Autoria: **Senador RENATO CASAGRANDE**. Resultado: **APROVADO**. Item 02) REQUERIMENTO Nº 04, DE 2007-CMAAQ, **que requer “seja convidado a participar de Audiência Pública nesta Subcomissão Permanente, o Professor LUIZ PINGUELLI ROSA, Coordenador Geral do FORUM BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS”**. Autoria: **Senador RENATO CASAGRANDE**. Resultado: **APROVADO**. Item 03) REQUERIMENTO Nº , DE 2007-CMAAQ, **que requer “seja convidado o Ministro da Ciência e Tecnologia, SERGIO REZENDE, para se fazer presente à Subcomissão sobre Aquecimento Global da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em data a ser marcada consensualmente com Sua Excelência, para ouvi-lo sobre o tema do aquecimento global do ponto de vista daquele Ministério, seus programas, suas atribuições e desafios”**. Autoria: **Senador RENATO CASAGRANDE**. Resultado: **RETIRADO DE PAUTA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – **Senador Renato Casagrande**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente do Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Nós temos essa reunião, essa reunião é para que a gente possa aprovar alguns requerimentos para darmos agilidade a Subcomissão. Nós aprovamos a vinda aqui do Celso Amorim, do Ministro Celso Amorim, da Ministra Marina, mas os Ministros têm uma agenda muito complicada.

Então, nós estamos aqui propondo a vinda do primeiro Requerimento, Requerimento para que a gente possa convidar os pesquisadores que estiverem fazen-

do o trabalho lá do IPCC, o Paulo Eduardo Artaxo Neto da USP, Carlos Nobre e José Antônio Marengo, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, para se fazerem presentes a Subcomissão Permanente do Aquecimento Global da Comissão de Meio Ambiente.

Então, os Senadores que forem favoráveis, quem quer discutir o assunto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu quero discutir o seguinte, porque esses requerimentos foram aprovados na Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Não, desses pesquisadores, não. Esses pesquisadores estão sendo convidados para a Subcomissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Esse Requerimento do...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Do Sérgio Resende, nós vamos ter que discutir, porque o Sérgio Resende, nós já aprovamos na Comissão, a gente pode retirá-lo, está certo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Então, os pesquisadores não têm nenhum convite a eles para virem a Comissão, é para virem a Subcomissão. Ok?

Então, aprovado esse Requerimento. O outro Requerimento é para que a gente possa trazer aqui o Prof. Luiz Pinguelli Rosa que é Secretário Executivo do Fórum de Aquecimento Global do Governo, eu já tratei com ele por telefone, ele estará à disposição para vir aqui, ele é o Secretário Executivo, o Presidente do Fórum é o Presidente Lula e o Dr. Luiz Pinguelli Rosa é um grande conhecedor do tema, do tema de energia, do tema ambiental. E desse tema especificamente sobre aquecimento global e a minha sugestão é que nós possamos convidá-lo, ele já está à disposição para vir. Alguém quer discutir? Não havendo quem quer discutir, colocamos em votação, quem for favorável permaneça como se encontra. Aprovado.

E eu, como autor, acho que retiro o Requerimento do Sérgio Resende porque o debate que a gente faria com ele aqui, a gente faz na Comissão, e o objetivo é o mesmo, está certo? E a pauta da reunião é esta para que a gente possa ter mais alternativas das audiências para debater o tema na Subcomissão e desdobrarmos em termos de ações concretas com relação ao aquecimento global. Ok?

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h17min)

ATA DA 4ª REUNIÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO AQUECIMENTO GLOBAL, CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A COMISSÃO MISTA ESPECIAL “MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL”, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2007, QUARTA FEIRA, ÀS 09:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e oito de março do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Ala Senador Nilo Coelho, Plenário 2, sob a Presidência do Senhor Senador RENATO CASAGRANDE, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, CONJUNTA com a Subcomissão Permanente do Aquecimento Global e a Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas no Brasil”. A presente reunião destina-se a ouvir o Senhor João Paulo R. Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, representando a Ministra Marina Silva, e o Senhor Everton Vieira Vargas, Subsecretário para Assuntos Políticos do Ministério de Relações Exteriores, para debater acerca das conclusões contidas no Relatório das Nações Unidas, divulgado no último dia dois de fevereiro do corrente ano e sobre o ponto de vista da Política Externa Brasileira, especialmente sobre as negociações e implementação pela nossa Chancelaria dos Atos Internacionais pertinentes, em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Inácio Arruda, aprovado dia 22/07/2007 e Requerimentos nº 1 e 2/2007 – CMAAQ, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovados dia 27/02/2007. Presença dos Senhores Senadores FERNANDO COLLOR, MÃO SANTA, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, VALDIR RAUPP, LEOMAR QUINTANILHA E JEFFERSON PÉRES. **Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos. O Presidente convida para compor a Mesa o Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas no Brasil”, o Senhor João Paulo Capobianco, o Senhor Everton Vieira Vargas e o Senador Fernando Collor, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas. Faz uso da palavra o Deputado EDUARDO GOMES e o Senador FERNANDO COLLOR. O Presidente concede a palavra ao Senhor JOÃO PAULO CAPOBIANCO para fazer sua exposição. O Presidente concede a palavra ao Senhor**

EVERTON VIEIRA VARGAS para fazer sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores RENATO CASAGRANDE, FERNANDO COLLOR, Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME, Senador INÁCIO ARRUDA, Deputado FERNANDO GABEIRA e o Senador MÃO SANTA. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e treze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada da presente reunião. – Senador Renato Casagrande, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Bem, bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Vamos dar início à nossa reunião, cumprimentar os Deputados, as Deputadas, os Senadores presentes. Está aqui comigo o Presidente Eduardo Gomes, o Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista que está debatendo o aquecimento global, e o Presidente da Subcomissão do Aquecimento Global na Comissão de Relações Exteriores, Senador Collor de Mello, está chegando e também vai fazer parte da nossa Mesa. Então, eu quero dar início ao nosso trabalho, nós já estamos com alguns minutos de atraso, peço desculpas, e iniciaremos convidando para fazer parte da nossa Mesa, o João Paulo Capobianco, que está aqui hoje Secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, está aqui hoje representando a Ministra Marina Silva que estava agendada até ontem à tarde para participar dessa audiência, mas foi convocada pelo Presidente Lula, para uma agenda agora na parte da manhã e ficou impossibilitada de estar presente. A sua Assessoria entrou em contato e sugeriu que o João Paulo Capobianco pudesse participar, então nós queremos convidá-lo a participar da Mesa e vai aqui representar o Ministério e a Ministra e vai fazer a exposição com relação ao tema.

Quero também fazer o convite ao Embaixador Everton Vieira Vargas, também aqui representando o Ministro Celso, Embaixador Celso Amorim. O Embaixador é Subsecretário Geral de Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores. Tem tratado nos encontros multilaterais nos fóruns multilaterais da posição brasileira com relação ao tema do aquecimento global, e com certeza vai dar uma boa contribuição para todos nós. Nós estamos com diversos fóruns de debate do Congresso Nacional, mas estamos unificando a nossa ação. O Presidente Eduardo Gomes, que é o Presidente da Comissão mista, que é a Comissão mais ampla porque é a Comissão das duas casas,

tem trabalhado para que nós possamos unificar a nossa ação. A audiência de hoje que é da Subcomissão permanente ligada, vinculada à Comissão do Meio Ambiente, ela se transformou... Senador Collor, por favor. Transformou-se numa Comissão, numa audiência conjunta da Subcomissão de Relações Exteriores e da Comissão Mista, para que nós não precisemos repetir trabalho nessas comissões. A audiência de hoje já é uma audiência que vai atender... A reunião de hoje nós já iremos já atender a estas outras comissões.

Então, havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, conjuntamente com a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Aquecimento Global e 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas no Brasil. Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto às comissões, a dispensa da leitura da Ata das reuniões anteriores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – O Requerimento colocado em apreciação. Quem for favorável permaneça como está. Aprovado. A Ata está... A leitura da Ata está dispensada.

Então, passamos no primeiro momento, às exposições dos nossos convidados perguntando aqui ao Presidente Eduardo Gomes, se ele quer fazer uma saudação aos presentes e ao Presidente Collor, que também faça uma saudação. Então com a palavra o Presidente Eduardo Gomes e depois com a palavra o Presidente Senador Collor de Mello.

DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Bom dia, Presidente Senador Renato Casagrande, Presidente da Subcomissão de Aquecimento global, Presidente Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Subcomissão no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, Dr. João Paulo Capobianco, que representa nesta audiência a Ministra de Estado de meio ambiente Marina Silva, Embaixador Everton Vieira Vargas, Subsecretário geral de assuntos políticos do Ministério das Relações Exteriores, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Presidente, primeiro para registrar a forma como tem sido discutida toda... O assunto aquecimento global, mudanças climáticas na Câmara e no Senado. A importância de unirmos esforços e que as iniciativas, todas elas legítimas no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado, e aí reforço o meu cumprimento Deputado Mendes Thame, Presidente da Comissão de Mudanças climáticas na Comissão do Meio Am-

biente, na Câmara dos Deputados, a importância que nossos esforços sejam... Estejam concentrados numa pauta que dê resposta a tempo de tudo aquilo que a sociedade brasileira espera do Brasil, no que nós podemos contribuir para amenizar a emergência que o assunto implica.

Quero dizer que no dia de ontem a Comissão Mista especial de mudanças climáticas aprovou um plano de trabalho apresentado pelo Relator, Senador Renato Casagrande, acrescido com sugestão de vários Senadores e Deputados. E que a partir dessa semana, a Comissão entra numa agenda objetiva que se inicia com a visita ao INPE, na segunda-feira dia 2 de abril, e a partir desse momento o contato com as iniciativas de outras comissões. O contato para alcançarmos o nosso objetivo das diversas pautas e das diversas audiências solicitadas, o desejo de conseguir do Presidente Lula, apoio para as iniciativas destas comissões, tem nesta audiência mais um passo importante. Portanto, fica registrada a nossa satisfação em darmos conta desta agenda convergente, com o apoio das diversas comissões. E a Comissão Mista estará sempre presente, quando convocada, para que não haja essa dispersão, já que é tão difícil, na Casa, um dia como hoje, quarta-feira, com todas as comissões permanentes da Câmara, em funcionamento. Conseguirmos reunir um nº. suficiente de Parlamentares, mas a exposição ela é importante e ela vai ser amplamente divulgada entre os membros efetivos da Comissão. Portanto, fica registrada, Presidente, a minha satisfação de darmos mais esse passo para compreender esse assunto, que é novo e que é urgente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado, Presidente Deputado Eduardo Gomes. Com a palavra o Senador Collor de Mello, que é Presidente da Subcomissão na Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Sr. Presidente, Renato Casagrande, da Subcomissão de Aquecimento global, Sr. Presidente Eduardo Gomes, da Comissão Mista do Congresso Nacional, Sr. Representante dos Ministérios de Relações Exteriores e do meio ambiente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Eu entendo, senhores Presidentes, que o Congresso Nacional vem realizando um trabalho hercúleo, no sentido de tentar transmitir à sociedade brasileira a catástrofe que se avizinha. Nós estamos literalmente às voltas com uma bomba relógio prestes a explodir, sem nenhuma... Sem utilizar nenhuma carga emocional maior do que essa que eu estou exatamente colocando, que é a verdadeira. O Brasil, hoje, nesses últimos tempos, não perdeu ainda o cacoete de tratar sempre

das suas questões internacionais, com um enfoque muito grande na economicidade. Hoje, se fala muito em superávit primário, se fala muito nos indicadores macro econômicos, se fala muito na questão, agora mesmo, do etanol, e diferentemente do que alguns imaginam que o etanol possa ser algo ambientalmente saudável, há dúvidas quanto a isso, pela expansão que vai ter que ocorrer na plantação da cana-de-açúcar. Novas fronteiras agrícolas sendo abertas sem um zoneamento ecológico realizado, sem nenhum estudo prévio.

O Ministério do Meio Ambiente, apesar dos esforços da Ministra Marina, não está devidamente aparelhado ou com o apoio suficiente para combater o desmatamento na Amazônia, que como todos nós sabemos é causador maior de emissões de CO₂ dentro do Brasil. Enfim, não há uma concertação de ações por parte do Governo Federal no sentido de dar suporte, seja aos seus Ministérios diretamente envolvidos com a questão ambiental, Itamaraty e Meio Ambiente. E também não está ainda havendo o suporte necessário para os trabalhos que as comissões aqui vêm realizando e que nós estamos desaguando todos os trabalhos, na Comissão Mista do meio ambiente. Na questão da Amazônia, no momento em que o Governo e somente com o peso do Governo, de uma decisão do Presidente da República, ele colocar a sua decisão política e a sua vontade determinada de combater essas queimadas na Amazônia. Ele só conseguirá isso se colocar numa Mesa a Ministra Marina, se colocar junto com ela o IBAMA, a FUNAI, a Polícia Federal, o Ministério da Marinha, Aeronáutica, do Exército, sentá-los todos numa Mesa, determinar que o desmatamento da Amazônia tem que estar reduzido a menos de 30% até o final do ano, o que cada um deles deseja ou necessita para que essa meta seja atingida, e ele diariamente ficar cobrando de cada um, as ações que ficaram estabelecidas para que cada um executasse. Porque o Brasil, hoje, como quarto maior emissor de CO₂ na atmosfera, e um dos maiores causadores, portanto do aquecimento global, ele tem que mostrar que está fazendo o seu dever de Casa. Não adianta nós ficarmos aqui dizendo que o País tal ou o País Y está poluindo mais que o Brasil, não adianta dizer que não assinaram o Protocolo de Kyoto ou isso e aquilo, e colocar a culpa nos outros. Não. Nós temos que tratar dessa questão de uma maneira mais ampla, de uma maneira global, sim. Mas, nós temos que fazer o nosso dever de Casa. Isso em relação ao Ministério do Meio Ambiente e a posição do Presidente da República é fundamental e determinante para dar ao Ministério do Meio Ambiente um mínimo de condições para que reduza drasticamente as queimadas que vem sendo, hoje, feitas na região amazônica. Em relação ao Ita-

maraty, nada se resolve, nada, absolutamente nada se resolve no âmbito externo, nessa concertação com outros Países dos tratados. O que hoje nós estamos vendo é um cenário de impasses institucionais, porque ninguém consegue chegar a um acordo. Fazem-se reuniões e mais reuniões depois do Protocolo de Kyoto, depois da conferência do meio ambiente e é algo que se precisa fazer notar, quer dizer, a conferência do meio ambiente em 1992 nós estamos a 15 anos da maior conferência já realizada no planeta, se, se levar em conta os números de chefes de Estado e chefes de Governo presentes. Todos estiveram ali presentes. Todos. Todos assinaram os diversos tratados e as diversas convenções. E como é que se pode imaginar que 15 anos depois dessa conscientização planetária sobre os problemas que nós estávamos enfrentando. Somente 15 anos depois, nós estejamos vivenciando uma catástrofe anunciada? Única e simplesmente, porque não houve depois da conferência do Rio, uma concertação articulada entre os Países. Não diria nem todos os Países signatários, mas entre os principais protagonistas ou atores daquela conferência. E dentre elas, claro, o Brasil.

O Brasil fez algumas proposições, não assinou lá na questão do Protocolo de Kyoto em função... É tal coisa. Um empurra para o outro. Se os Países desenvolvidos não vão assinar, por que é que eu estou em desenvolvimento sou assinar? Se eu estou precisando crescer para dar vida digna à população do meu País. Por que eu vou fazer isso, me sacrificar e o outro não vai? Então hoje, nós estamos vendo esse jogo de empurra. Empurra para cá, empurra para lá, faz isso, o outro não faz, e o resultado é que nós estamos às vésperas dessa catástrofe.

O Ministério das Relações Exteriores brasileiro, ele não faz nada. Absolutamente nada, nessas áreas, que não seja com a determinação expressa do Presidente, sobretudo nesse campo ambiental. O dia-a-dia, o feijão com arroz, o Itamaraty, que é formado por excepcionais profissionais, competentíssimos, a melhor diplomacia do mundo, é a diplomacia brasileira. Mas talvez até por isso, por ter... Levar muito a sério, essa questão da hierarquia, da formação, da obediência à política de Estado, que é traçado pelo Presidente da República, não avança além dos limites que são estabelecidos para ele atuar. Nessa questão ambiental, como é uma questão sensível, o Itamaraty também não está agindo como deveria agir. É necessário, portanto, mais uma vez, que o excelentíssimo Sr. Presidente da República chame o Itamaraty e determine ao Itamaraty o engajamento absoluto na questão das tratativas com vistas à diminuição da emissão de CO₂ no Brasil e fora do Brasil, com essa concertação a que eu me

refiro, interna e externa. E que faça e atente para o que aqui vem sendo discutido. Que ele mantenha um representante do Itamaraty, como também o Ministério do Meio Ambiente poderia deixar um representante permanente junto à Comissão Mista, para que eles acompanhem o que aqui vem sendo debatido. Para que eles acompanhem o que aqui vem sendo decidido e sugerido ao Governo, e dêem consequência a isso. Porque esta Casa é a Casa do povo. É a Casa... Nós estamos ouvindo, estamos sentindo, estamos percebendo a angústia que hoje domina a sociedade, que finalmente acordou para esse grande problema.

Um outro ponto que me causa estranheza é essa questão nuclear. Eu tenho ouvido de algumas áreas, tenho ouvido de algumas áreas, e áreas extremamente importantes e influentes dentro do Governo, de que há um recrudescimento daquela... Do enriquecimento do urânio, com vistas à fabricação desses apetrechos nucleares, dentro de um conceito extremamente perigoso de que os Países só são respeitados hoje, se tiverem os conhecimentos do átomo. Se tiverem condições de enriquecer urânio, e enriquecendo urânio é um passo que antecede, a elaboração de um artefato atômico. E isso tem me preocupado. E talvez, por isso também, eu digo isso com conhecimento de causa e é algo muito sério e muito grave. Essa questão da usina de Angra 3, que é uma usina inteiramente obsoleta, mas que já está com 70% do seu equipamento aí comprado. Prestes a funcionar, parece que é uma bobagem, mais uma usina para fornecimento de energia elétrica, mas não é. Porque com Angra 3 vai se ganhar, em escala a questão produção do urânio e, portanto do enriquecimento do urânio. E como todos nós sabemos, as grandes reservas de urânio que nós temos estão lá na Amazônia, estão lá na cabeça do cachorro, lá em cima, daquela região extrema da região amazônica. E isso é outro fator que pode complicar muito as negociações do Brasil, com essas outras nações, que são importantíssimas, para que nós possamos trazer uma proposta de ação.

Nós estamos muito no campo da declaração de intenções. Os governos sempre declaram intenção. Vamos assinar aqui uma declaração. Os dois Presidentes aqui reunidos declaram sua intenção de promover todos os esforços no sentido diminuir as emissões de CO₂, nos seus respectivos países. Declaração de intenção. Nada. Vazio. Nós precisamos sair das declarações de intenção e partirmos para uma proposta efetiva de ação. E essa proposta efetiva de ação só poderá dar certo, só poderá ter curso e consequência, se o Presidente da República estiver diretamente envolvido no processo. Agora mesmo o Presidente terá a oportunidade de fazer algum gesto mais objetivo nesse

campo, na reunião que terá, não digo nem com o Presidente americano, mas na reunião que ele terá com o G8. Ali estarão os oito Países mais ricos do mundo. E é o momento, talvez, do Presidente chegar e fazer uma proposta de ação e mostrar que o Brasil não tem receio de estar na vanguarda desse processo, de que o Brasil não tem nada a esconder. Inclusive sobre essa questão nuclear que precisa ficar clara. Eu não sei se o Itamaraty tem acesso a esse tipo de informação, o Meio Ambiente, seguramente, acho que não tem. Mas setores importantes do Governo Federal precisam vir a público, para dizer que os compromissos assinados lá atrás, os tratados assinados lá atrás do Brasil em relação à Argentina, temos a fiscalização mútua das nossas agências, a assinatura do tratado de não proliferação nuclear e todos esses mecanismos. O banimento de fabricação de qualquer artefato nuclear e de qualquer artefato de bomba biológica ou armas biológicas e químicas, essa coisa toda, que o Brasil banuiu, já. Se há um recrudescimento desse sentimento de que o Brasil, para alçar a uma posição de destaque no primeiro mundo, voltou a discutir esse assunto ou não. Essa é uma resposta que o Governo Brasileiro deve oferecer à sociedade. E eu espero que o Presidente da República se envolva pessoalmente colaborando com o Ministério do Meio Ambiente, dando a Ministra Marina Silva, o instrumental necessário para que ela possa atingir as metas que nós desejamos, de reduzir até o final do ano em pelo menos 70% as queimadas da Amazônia. E determinar ao Itamaraty que coloque um representante permanente, nas nossas comissões, para ouvir o que aqui ficou decidido. E determinar o engajamento do Ministério das Relações, para que nós possamos reunir aqui no Brasil, no ano de 2012, quando termina a vigência do Protocolo de Kyoto, reúna aqui no Brasil, se não todos aqueles países, mas, o grupo de Países, por exemplo, os mais poluidores do planeta, para que nós possamos ter uma proposta de ação, não mais declaração de intenção. Porque isso não vai resolver o problema do planeta. Muito obrigado Sr. Presidente, obrigado Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado, Senador Fernando Collor de Mello. Nós teremos depois das exposições do representante, do João Paulo Capobianco e do Embaixador Everton, a fase de explorações e de perguntas dos Parlamentares. Vou sugerir que cada expositor tenha 20 minutos de exposição, até 20 minutos. E começaremos com nosso Secretário, João Paulo Capobianco. Com até 20 minutos, João Paulo.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Alô, alô. Prezado Senador Renato Casagrande, prezado Senador Fernando Collor, caro Deputado Gomes. Caro Everton

Vargas, Embaixador do Itamaraty. Demais Parlamentares aqui presentes. Senhoras e senhores.

Inicialmente eu gostaria de reforçar, aquilo que já foi dito na abertura dessa Sessão, em relação à impossibilidade da presença da Ministra Marina Silva, que solicitou e ainda insistiu por telefone, antes de eu iniciar, aqui me sentar nessa Mesa, para que transmitisse as desculpas da sua não participação. Ela de fato está agora numa reunião no Palácio do Planalto, preparatória para a viagem do Presidente Lula, aos Estados Unidos. E... Solicitou então, que eu transmitisse aqui a sua... O seu pesar por não estar aqui participando desse momento que ela, considera de extrema importância, que traduz o engajamento decisivo do Congresso Nacional, num debate da maior importância. Que na visão da Ministra é um debate que... De importância estratégica para o Brasil, para o presente, para o futuro do Brasil. E ela, portanto, se... Manifestou-se aqui a sua disposição de estar aqui presente, numa reunião formal da Comissão ou numa reunião informal, senhores Senadores e Deputados tenham interesse, que ela está totalmente disponível, porque ela considera, repito, que essa iniciativa é essencial e ela está plenamente disponível para colaborar com o Congresso Nacional, para avançar com esse debate.

Senhoras, senhores Parlamentares, esse assunto das mudanças climáticas, ele não é um assunto novo. Todos, muitos que estão aqui acompanham esse debate há muito tempo. Aliás, como já nos, nos lembrou nosso Senador Fernando Collor, esse debate é pré Rio 92, tanto que durante a conferência do Rio foi assinada a convenção, Quadro sobre Mudanças climáticas. Portanto, é um debate já que se estende a partir da década de 80. É... O fato agora, de esse assunto ter ganhado a dimensão política que ganhou, graças ao último relatório do IPCC, do Painel intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, da convenção sobre Mudanças Climáticas é muito importante. Quer dizer, na realidade, esse relatório ele trouxe várias informações que não surpreenderam aqueles que estão trabalhando com o tema há muito tempo, como, por exemplo, nós no Ministério do Meio Ambiente. Mas, digamos assim, surpreenderam aqueles que não tinham a percepção da gravidade do problema. Todos sabem que entre os, os maiores, as maiores revelações ou as maiores contribuições, deste quarto relatório está primeiro, a constatação de que praticamente, praticamente, não restam dúvidas sobre a efetiva contribuição da atividade humana, para que esse problema esteja ocorrendo e se agravando. Ou seja, é prática, esse relatório praticamente enterrou e encerrou, ou retirou o argumento de setores que vinham alegando: De que esse era um fenômeno natural e que, portanto não, não exigiriam

uma ação firme, decisiva e radical, nos termos aqui colocados na abertura dessa reunião, para que houvesse uma reversão do problema.

Outro aspecto fundamental desse relatório é que ele mostrou, pela primeira vez, de forma mais, digamos, segura em termos científicos, que a situação de aquecimento global, ela pode chegar num pior cenário nesse século, a aumento de 4.6 graus centígrados na atmosfera. O que significa uma consequência de proporções catastróficas em relação ao futuro. E a elevação do nível do mar, que pode chegar até 43 centímetros que também significaria a eliminação de extensas áreas do planeta Terra, áreas de produção e áreas de habitação de um contingente enorme da população mundial. Além do agravamento dos chamados eventos extremos climáticos. Isso é um fato que tem sido pouco discutido, mas é um fato fundamental. Porque mesmo que seja suportável um aumento, digamos, na temperatura em dois ou três graus, as consequências sobre os eventos climáticos extremos, temporais, vendavais, todos esses problemas de alterações de correntes marinhas podem gerar, podem potencializar essas consequências com, agravando de forma dramática o problema. Portanto, o que nós temos hoje, e, aliás, nós participamos inclusive, o nosso Senador Fernando Collor lembrou aqui, que o Presidente da República participará, em junho, da reunião do... Do G8, G8 mais 5, que eles estão chamando. E informo ao senhor Senador, que nós tivemos uma reunião preparatória para essa reunião do G8 mais 5, que acabou de ocorrer em Berlim, onde o Brasil esteve representado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério das Relações Exteriores. Uma reunião de Ministros preparatória sobre dois temas: Mudanças climáticas e Biodiversidade. E antes dessa reunião nós tivemos uma audiência específica com o Presidente da República, que nos orientou exatamente na linha daquilo que aqui o senhor destacou. De que o Brasil tenha um posicionamento é... Forte nessa, nessa reunião preparatória e que prepare para o Presidente uma participação forte sobre esse tema. Nós estivemos lá nessa reunião. Considero que o Brasil tem uma participação importante, esclarecendo pontos relevantes da agenda. E temos certeza, que o Presidente da República, já está completamente consciente de que a sua participação como Presidente da República é essencial na linha do que o senhor está colocando. Quer dizer, ele tem clareza que ele deve liderar um processo nesse sentido.

Do ponto de vista da questão de mudanças climáticas é importante destacar que nós temos que lidar com esse tema de forma é... Digamos, muito, muito severa e muito atenta ao que de fato está em jogo. Quer dizer, na realidade não é uma questão simples.

A questão de mudanças climáticas diz respeito à atividade econômica, quer dizer, na realidade mudanças climáticas, e as alterações climáticas são decorrência de processos de zoneamento econômico, de práticas econômicas que são hoje a sustentação da qualidade de vida de todo o planeta, por assim dizer. O que ocorre é que nós não podemos lidar com esse tema é... Primeiro como o senhor disse, sem reconhecer o papel do Brasil. Quer dizer, o Brasil tem o compromisso, mesmo porque ele é signatário da Convenção, portanto, ele tem o compromisso com a redução das emissões. O Brasil não pode se... Escudar, utilizando o fato de ser um País em desenvolvimento, para deixar de assumir compromissos. Muito bem. O Brasil não tem feito isso. E eu vou mostrar daqui a pouco. Mas, por outro lado, nós não podemos deixar de manter, no debate, o fato de que os países desenvolvidos são, foram historicamente e continuam sendo, no presente, os maiores responsáveis pela, pelo volume de emissão de gases de efeito estufa, que ameaçam o planeta, conforme o relatório do painel demonstrou. Para se ter uma idéia em nº.s, se nós pegarmos os relatórios e analisarmos e compararmos os países do anexo 1, que são o que reúne todos os países desenvolvidos ou próximos a desenvolvidos, reúne 41 países. Esses 41 países, sozinhos, emitem 16.6 bilhões de toneladas de gás de efeito estufa. Os demais países, ou os países não anexo 1, que são 122 países, portanto, três vezes mais, três vezes em nº. a quantidade de países do anexo 1, entre os quais está o Brasil, emitem 11. 9. Portanto, esse desbalanço é um desbalanço inequívoco. Nós estamos falando, não estamos falando da contribuição histórica, estamos falando da contribuição atual. Quer dizer, os países, os 41 países do anexo 1 continuam emitindo 16. 5 bilhões versus 11. 9 dos 122 países do não anexo 1. Portanto há um desbalanço, dramático nessa questão.

Além do mais, historicamente, os países desenvolvidos que iniciaram a sua revolução industrial, seus processos de desenvolvimento muito, de forma muito anterior a nossa. Acumularam o gás de efeito estufa na atmosfera. Portanto, o quadro que se tem hoje, e por isso é importante ressaltar que o nosso trabalho tem que se dar de forma é... A assumir que nós temos que reduzir a emissão, mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de cobrar, em todos os processos internacionais e no debate, que os países do anexo 1 façam a maior parte. Eles estão obrigados, pela sua contribuição histórica e pela sua contribuição atual, que continua crescendo em muitos países, a fazer a maior parte. Muito bem. Mas, o que o Brasil está fazendo? Esse é o que eu acho que é o ponto central do nosso debate. O Presidente da República, que

preside o fórum brasileiro de mudanças climáticas, que é um colegiado que envolve setores do governo, da comunidade científica, do setor empresarial e das organizações não-governamentais. Em sua última reunião, com a sua, sob a presidência do Presidente da República, determinou a elaboração de um plano nacional de mudanças climáticas. Esse plano nacional de mudanças climáticas visa criar as interações e as sinergias entre os diferentes Ministérios no sentido de criar oportunidades, intensificar oportunidades para a redução de emissões, para a adaptação, ou seja, planejar as ações que o Brasil precisa implementar no sentido de se preparar. Porque um fato que é importante aqui reforçar, embora não seja é... Novidade para os senhores, evidentemente, mas é importante reforçar, é que as mudanças climáticas já estão ocorrendo. Nós não estamos mais no momento de efeito alas. Nós estamos, segundo o relatório do IPCC, no momento de minimizar alas. Portanto, as mudanças ocorrerão. Esse plano nacional de mudanças climáticas, que inicia a sua elaboração formal, na realidade não significa que o País parta do zero. Ao contrário, não é? Por que é que eu posso afirmar isso?

Vamos aos nº.s e aos fatos. Primeiro: Todos sabemos que das emissões brasileiras, a maior contribuição de emissões diz respeito às mudanças no uso do solo. Desmatamento, queimadas, por exemplo. Nós sabemos que com o desmatamento, e aí eu queria ressaltar, senhores Senadores, isso é muito importante na minha opinião, de que nós, quando falamos de mudanças climáticas e de emissões de gases por desmatamento, nós sempre falamos da Amazônia. Mas isso é um equívoco. A Amazônia contribui muito, mas o cerrado, infelizmente, no relatório do, no relatório nacional, na comunicação nacional, aparece em nº.s impressionantes. Para se ter uma idéia, em nº.s que estão em fase inclusive de verificação final, mas se nós considerarmos as contribuições que dizem respeito a mudanças da Terra ou o desmatamento, nós temos 32% da contribuição da Amazônia e 15% do cerrado. Portanto, não bastará, não é, sim, não bastará um trabalho de controle do desmatamento da Amazônia, nós temos que assumir, esse, aliás, é um fator importante que a Ministra tem colocado inúmeras vezes, tem esclarecido à opinião pública, que a Amazônia, não pode ofuscar o conhecimento da sociedade brasileira, sobre as consequências dos demais biomas: Cerrado e caatinga, inclusive. Nós temos hoje a caatinga, como um elemento preocupante do ponto de vista de aumento de desmatamento. Muito bem. Mas a Amazônia, de fato, é o grande contribuinte.

Bom, como que o governo enfrentou isso? Nós, nos últimos dois anos, senhoras e senhores, reduzi-

mos em mais de 50% o desmatamento na Amazônia. É um... Um nº. extremamente expressivo. Esse... Esse resultado só foi possível, em função da determinação do Presidente da República, que em março de 2003, portanto, logo no início do seu governo. Por Decreto, criou o grupo interministerial para, inclusive, com o título: Grupo interministerial para a redução no desmatamento da Amazônia. Esse grupo interministerial, inicialmente composto por 11 Ministérios, hoje composto por 13 Ministérios, implementou um conjunto de ações, que permitiu uma redução expressiva no desmatamento da Amazônia, como eu disse aqui na, ordem de 50%. Se nós pegarmos a tonelagem de gás carbônico, emitida em 2004 e... Com a emitida em 2006 de acordo com esses dados, isso significa dizer, que o Brasil deixou de emitir, em dois anos, 400 milhões de toneladas de gás carbônico para a atmosfera. Quer dizer, a contribuição do Brasil, voluntária, porque o Brasil, é importante deixar claro, sendo um País não anexo 1, ele não tem obrigações quantificadas de redução. Ele está comprometido com a redução em função de ser signatário da convenção, mas ele não tem como os países do anexo 1, um valor a reduzir obrigatório. Nós não temos esse valor obrigatório. No entanto, só com a redução de emissões na redução do desmatamento nós poupamos o planeta em 400 milhões de toneladas. Que significam um percentual extremamente alto. Segundo ponto de vista da matriz energética. Esse é um aspecto fundamental.

A matriz energética brasileira é exemplar. Comparada com os padrões mundiais. Setenta e seis por cento da nossa capacidade instalada, para a geração de energia elétrica é baseada em hidrelétricas. Ou seja, nós temos hoje uma, uma matriz elétrica extremamente vantajosa e exemplar em termos mundiais. E, quarenta e três por cento da oferta total de energia, no Brasil é de fontes renováveis. Portanto, enquanto nós temos países com 2%, 4%. Nós tivemos uma participação brasileira intensa há dois anos atrás nas negociações internacionais, para que se assumisse o desafio de 12% como um padrão internacional, 12. Nós temos 43%. Nós sugerimos 12% e não foi aceito. Não se aceitou, porque se considerou que seria impossível para países desenvolvidos, vários deles assumirem esse compromisso.

Nós temos hoje, senhoras e senhores, uma... Um programa nacional de biodiesel que é... Vai de forma extremamente inovadora. Ela trás, abre uma janela de oportunidades para o Brasil, que vem se somar ao programa de biocombustíveis é... Mais bem implementados, hoje, no mundo que é o... O Pró-álcool. Quer dizer, a nossa produção de etanol, que é realizada sem subsídio, e que está validada pela sociedade brasileira.

Que surpreendeu a todos nós, surpreendeu ao governo e surpreendeu a todos os analistas. Quando, por interesse próprio, fez com que o volume de veículos *flex-fuel* vendido atingiu dois milhões de unidades, quando ninguém esperava num tempo recorde. A sociedade brasileira estourou todos os nossos prognósticos. Nós tínhamos uma expectativa de introdução desse modelo no Brasil, num prazo muito maior. E a sociedade brasileira, por conta própria na, decisão na hora de compra decidiu pelo *flex-fuel*, de forma unilateral. Por quê? Por que é que eu digo que isso é importante? Porque esta decisão reforça a segurança que esse modelo tem. Quer dizer, é um modelo que está implantado, funcionando, que oferece a segurança ao cidadão brasileiro de que ele pode contar com esse combustível na... No posto. Só esse, essa contribuição, da mistura de etanol no combustível e do uso de etanol é... Significou no ano base 2003, onde foi isso analisado, uma economia, uma redução de emissão de 27. 5 milhões de toneladas de gás carbônico. Isso significa, corresponde a emissão anual de um País como a Noruega. (soa campainha)...Quer dizer, apenas um País, quer dizer, um programa brasileiro equivaleu à emissão de um País inteiro como a Noruega.

Eu entendi que seriam 20 minutos, Senador. Agora foram 10, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – 20.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Já foram 20. Poxa, mas o ambiente é tão estimulante, é que o ambiente é tão estimulante, eu estou achando ...(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Na verdade foram 19:30.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Eu estou encerrando.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Aqui não tem tanta rigidez como tem no Meio Ambiente, aqui é mais flexível.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A vantagem é o que senhor está falando para todo o Brasil. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Eu só quero...

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Agora fica mais difícil eu reduzir o meu tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Eu que o Senhor seja mais sucinto, depois a gente continua o debate.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Na verdade eu estou aqui encaminhando para o final realmente. Com relação aos projetos de M D L, que, aliás, diria o Senador Fernando Collor fez aqui uma... Destacou, cobrou, digamos assim, uma maior participação do Brasil nos fóruns internacionais, não podemos esque-

cer, que o MDL é um mecanismo importantíssimo, foi iniciativa do Governo Brasileiro, do Brasil na negociação. E o MDL, a participação do Brasil no MDL, que é o terceiro País com maior nº. de projetos aprovados no âmbito do MDL, significa redução de mais de 25 milhões de toneladas. O plantio de florestas no Brasil. Senhoras e senhores, que é um outro mecanismo de retirada de gás carbono por seqüestro, nós tivemos em relação ao uso de etanol, seja misturado ao uso bruto, uma economia para o ano base 2003 de 27.5 milhões de toneladas, que equivale à Noruega. E o MDL, os projetos de MDL, prevê uma redução de 25 milhões de toneladas no seu período de obtenção de créditos.

O plantio de árvores no Brasil. Senhoras e senhores, nós tivemos nos últimos quatro anos o crescimento de área plantada, de florestas plantadas no Brasil extremamente expressivo. Que implicou no plantio de 3.4 bilhões de árvores em quatro anos. (inaudível), que todos conhecem, ganhou o Prêmio Nobel da paz com o programa de um bilhão de árvores, em 10 anos. O Brasil plantou, em 4 anos, 3.4 bilhões de árvores para a produção programa de seqüestro de carbono. Além disso, o Brasil através do PROINFA, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, estabeleceu contratação de forma inédita no mundo, de 3.3 milhões de kilo watts de energia, interligado ao sistema nacional, produzidos de fontes alternativas: Eólica, biomassa, e pequenas centrais hidrelétricas, as famosas PCHs. Sendo 1.1 milhão de kw para cada fonte. Só o PROINFA tem o potencial de operação de redução de 2.9 milhões de toneladas de C O 2. Portanto, nós estamos com um volume de ações em implementação, extremamente importante. O Brasil, que em tese não está obrigado... Em tese não, objetivamente, não está obrigado a reduções mandatórias ou obrigatórias para Convenção, não só, não está deixando de atuar, como está reduzindo emissões de forma significativa e está intensificando os programas, e está assumindo... (soa a campainha). Pela coordenação, do próprio Presidente, o desafio de avançar ainda mais na redução. Portanto, eu queria encerrar dizendo que o Brasil, possui um evidentemente... Tem uma agenda enorme a ser implementada. Nós temos que avançar muito, o debate tem que ocorrer, nós temos que avançar no campo legal, inclusive, nessa área. Nós temos projetos de iniciativas, com o Ministro Thames, nessa linha, que temos que colaborar e queremos colaborar para que avance. Mas, eu queria deixar claro que o Brasil não tem sido omissor, nem sua responsabilidade no Plano Nacional nem na sua atuação no plano internacional.

E finalmente, queria lembrar a todos que o Brasil, além da sua contribuição e após ter feito uma redução voluntária nas emissões por desmatamento, que eco-

nomizou 400 milhões de gás carbônico, o Brasil propôs no âmbito da Convenção, um novo mecanismo, um novo procedimento, para que os Países desenvolvidos possam fornecer, transferir, incentivos financeiros positivos, para os Países detentores de floresta tropical, que reduzirem efetivamente suas. Nós propusemos um mecanismo inovador. A Ministra levou à reunião de Nairobi, a última reunião das páginas da convenção. Nós apresentamos na reunião do dia 08 em detalhe, para os países dia 08, pedindo apoio. O Presidente deve tratar desse assunto na sua visita aos Estados Unidos, nós queremos apoio dos Países desenvolvidos, que estão obrigados pela convenção, a nos dar esse apoio, esse é o acordo da convenção, para que nós tenhamos investimentos para que a redução do desmatamento, caro Senador, não seja episódica. Quer dizer, nós reduzimos em mais de 50% no esforço enorme do Poder Público, onde o comando e controle pesou de forma muito forte. Sabemos que não é a solução definitiva. Nós temos que investir, na Amazônia, no Cerrado, na Amazônia. Mas, na Amazônia, que é a bola da vez, digamos assim, de forma a oferecer à população amazônica, condições para que a floresta em pé, tenha mais valor do que a floresta derrubada e transformada em pecuária ou soja. Nós precisamos investir. Isso não será feito sem investimento. E nós apresentamos, no âmbito da convenção, um instrumento, tranquilo, simples, objetivo, para que esse recurso venha e o Brasil possa mudar a história. Porque, na realidade estão pedindo a nós, e nós queremos fazer, que nós mudemos a história da humanidade. A humanidade toda se desenvolveu, derrubando e destruindo seus recursos naturais, e querem que o Brasil, e nós queremos, faça diferente. Nós não queremos repetir os mesmos erros, mas, nós não iremos deixar de repetir os erros, sem investimento e sem a cooperação internacional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Obrigado, Secretário, João Paulo Capobianco. Vamos então passar a palavra ao Embaixador Everton Vieira Vargas, que também tem até 20 minutos para a sua exposição.

EMBAIXADOR EVERTON VIEIRA VARGAS – Muito obrigado, excelentíssimo Sr. Senador Renato Casagrande, Presidente da Subcomissão Permanente de aquecimento global, Sr. Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Subcomissão permanente Acompanhamento regime Internacional Sobre Mudança de Clima, Sr. Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista Especial Sobre Mudanças do Clima.

Eu também queria inicialmente, apresentar aqui as escusas do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, que desejava

estar aqui hoje, para tratar desse assunto de enorme importância para a política externa brasileira. Todavia, também em função dos preparativos da visita do Presidente Lula a Washington, ele não pode aqui estar e pediu-me que eu o representasse.

Sr^{as.} e Srs. Senadores, senhores Presidentes, meu caro colega João Paulo Capobianco, certamente essa questão de mudança do clima é uma das questões mais transcendentais que nós encontramos, hoje, no plano internacional. Talvez, não haja nenhum outro desafio tão complexo, do ponto de vista jurídico, do ponto de vista político e do ponto de vista estratégico, para os Países, independente da sua condição econômica, tecnológica ou política no mundo. Nós temos, como, aliás, bem apontou o João Paulo, tivemos no início deste ano, a apresentação do Relatório do Grupo de Trabalho 1 do painel intergovernamental sobre mudança do clima, relatório esse que teve grande repercussão. Ele é uma atualização do terceiro Relatório que foi feito e apresentado em 2001, e, portanto ele se dá hoje, num contexto político e diplomático, muito diferente daquele que prevaleceu, quando o terceiro Relatório foi apresentado. Esse Relatório do Grupo de Trabalho 1 confirmou as expectativas sobre os efeitos adversos da mudança do clima e reafirmou que as emissões históricas são responsáveis pelas alterações do sistema climático global.

O valor desse Relatório é o de dar base científica às deliberações políticas a serem tomadas por governos e pela conferência das partes da convenção e reunião das partes do Protocolo de Kyoto. Ao confirmar agora, de maneira praticamente inequívoca, de que o aquecimento global é resultado de emissões antrópicas. O trabalho do IPCC, não concluído, isso é importante destacar. Além do relatório, já apresentado do grupo de Trabalho 1, serão apresentados ainda, os Relatórios do Grupo de Trabalho 2 a respeito de impactos, adaptação e vulnerabilidade, o que acontecerá, agora, na outra semana em Bruxelas, de 2 a 5 de abril. Será apresentado, também, o Relatório do Grupo de Trabalho 3, sobre mitigação, que acontecerá em Bangcoc, na Tailândia de 30 de abril a 3 de maio. E finalmente, haverá uma síntese do Relatório que será feita, será preparada em Valencia na Espanha, entre 12 e 16 de novembro, vindouro. Uma vez aprovado em Valencia, esse quarto Relatório de avaliação vai subsidiar as negociações, no âmbito do regime multilateral, sobre mudança do clima e que terá sua próxima reunião maior, a Conferência das Partes da Convenção, a 13ª edição da Conferência das Partes, em Bali na Indonésia em dezembro de 2007.

Esse sumário, para tomadores de decisão, que foi adotado pelo de Grupo de Trabalho sobre fundamen-

tos científicos, recebeu como exemplo de divulgação, e talvez, a mais importante revelação dele, é o fato de que a concentração atmosférica global de dióxido de carbono, metano e óxido nítrico, aumentou consideravelmente em função das atividades humanas desde 1750. Naquela época, a concentração era de 280 partes por milhão e hoje, em 2005, o dado que nós temos é de 379 partes por milhão.

Outra coisa importante que resultou do Relatório, é a confirmação, a reiteração de que a principal fonte de emissões históricas de gás carbônico é a queima de combustíveis fósseis. A segunda fonte, porém muito menos significativa, são as mudanças no uso da terra. A agricultura e a pecuária são, porém, a principal atividade responsável pela emissão de gás metano. Para o IPCC, o aquecimento do sistema climático é inequívoco. A maior contribuição para o aumento da temperatura, desde a metade do século 20, é devido à concentração, antropogênica, de gás de efeito estufa na atmosfera. O IPCC revela, uma confiança muito elevada, e essas são as palavras do Relatório, de que a média global dos efeitos das atividades humanas tem contribuído para o aquecimento. A manutenção ou o aumento dos níveis de emissão atuais, acarretaria alterações ainda maiores, no sistema climático, com fenômenos extremos ainda mais intenso. Elevação do nível do mar, furacões, alterações drásticas nos padrões das precipitações, etc.

Para o Brasil, a questão da mitigação das emissões futuras, não pode ser tratado sem, claramente, ser abordado o papel das emissões passadas. Isso inclui a aceitação, pelos Países industrializados, da sua maior responsabilidade pelo problema que hoje, enfrentamos. Responsabilidade essa, que está substanciada no art. 3º da convenção e que é um dos pilares do regime internacional sobre mudança do clima. A responsabilidade comum, porém, diferenciada dos Estados, é a base para a discussão internacional da questão da mudança do clima. Isso não significa, eximir-se da participação na busca de soluções para o problema, mas antes de tudo, estarmos todos cientes de que não é possível que Países que pouco contribuíram para causar o problema, tenham que pagar na mesma medida, na mesma moeda que aqueles que historicamente o fizeram em função de seus processos de produção e consumo insustentáveis, que levaram ao aumento, drástico, da concentração de gás de efeito estufa na atmosfera.

Nós vamos ter ou já estamos num processo de negociação para o segundo período de cumprimento, os quais vão do Protocolo de Kyoto, após 2012, que devem pautar-se pela transparência e previsibilidade. O que é fundamental para garantir a operação e con-

tinuidade dos instrumentos de mercado previstos no protocolo, em particular o mecanismo de desenvolvimento limpo, de grande interesse para o Brasil. O Brasil defende que as nossas metas... Que as novas metas de redução, no âmbito do Protocolo de Kyoto, para os Países do chamado anexo 1, após 2012, sejam definidas a partir de uma abordagem científica, e aí o Brasil fez, já em 1997 quando se negociou o Protocolo de Kyoto, a chamada proposta brasileira para determinação das responsabilidades históricas pelo aumento da temperatura global em estrita correspondência, com o princípio das responsabilidades comuns, porém, diferenciadas e com o princípio do poluidor pagador. A proposta brasileira, hoje, encontra-se em discussão no âmbito do órgão subsidiário para assessoramento científico e tecnológico da Convenção. Está sendo estudada pelos maiores santistas do mundo, e ela se constitui num critério técnico, que a nosso ver, é necessário para que nós possamos efetivamente poder avaliar como distribuir as responsabilidades para a mitigação e para enfrentar a questão da mudança do clima.

Há uma questão que eu gostaria de sublinhar aqui, e que freqüentemente nós vemos na mídia ou nas pessoas que têm grande interesse nessa questão a firmar. Não existe uma expiração em 2012 do Protocolo de Kyoto. Nem tampouco existe a criação de um regime pós Kyoto. O art. 3.9 do protocolo estabelece claramente, que em 2012 haverá o estabelecimento de um segundo período de cumprimento, com metas para os Países que já as possuem, isto é, os Países do anexo 1. E é disso que se trata hoje, no âmbito das negociações para o próximo período de cumprimento. Todavia, inclusive por iniciativa do Brasil, no âmbito da convenção, no âmbito da conferência das partes, nós fizemos como, aliás, ressaltou o Secretário Capobianco, uma proposta de incentivos positivos para políticas públicas que levem à redução do desmatamento. Nós acreditamos que, ao abrigo do art. 4.1A da convenção, nós podemos trabalhar de maneira eficaz, para dar uma contribuição significativa e dentro da proporção da nossa responsabilidade global, para a mitigação dos problemas da mudança do clima.

Nós temos, hoje, um esforço voluntário significativo dos Países em desenvolvimento a redução das emissões de gás efeito estufa. As ações unilaterais do Brasil, da Índia e da China equivalem à quase totalidade do programa voluntário norte-americano, e a 40% das ações da União Européia até 2010. Tendo presente o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, as contribuições adicionais dos Países em desenvolvimento devem obrigatoriamente, em segundo e determinado pela convenção, ser apoiados por meio da maior intensificação do fluxo de incentivos financeiros

ros e tecnológicos por parte dos países envolvidos, incluídos no anexo 1. Esse é um aspecto que eu gostaria de colocar, sublinhar, inclusive em função dos disse o Senador Collor, na abertura da Sessão.

Efetivamente, Senador, nós tivemos, e infelizmente digo eu que participei da convenção, uma redução das expectativas em relação àquilo que nós tivemos em 92. Quando estivemos todos em 92 no Rio de Janeiro, havia ali, um clima político de renovação da vida internacional com o final da guerra fria, e esperávamos que houvesse os chamados, dividendos da guerra fria, que pudessem ser aplicados em uma causa mudança do clima. Mas a verdade é que com o tempo, o que se verificou foi que da parte dos Países industrializados que tinham a obrigação, e têm a obrigação, ainda sob a convenção de transferir tecnologia, prover recursos financeiros novos e adicionais e reduzir suas emissões, nada disso, nós conseguimos nos níveis que fossem adequados ou consentâneos, a magnitude do desafio que temos pela frente. Então, o que nós tivemos sem dúvida e foi muito importante, foi a negociação do Protocolo de Kyoto, foi um marco na vida internacional, nenhum outro acordo tem a amplitude e a ambição do Protocolo de Kyoto. O Protocolo de Kyoto tem até mesmo um mecanismo de cumprimento, um regime internacional de cumprimento do qual eu também tive o privilégio de participar da negociação, e é o primeiro tratado internacional no qual existem consequências para Países que não cheguem a cumpri-lo. Ora, mas nada disso infelizmente ainda surtiu efeito. O Brasil tem historicamente trabalhado de maneira muito ativa. O Itamaraty junto com o Ministério de Ciência e Tecnologia que também tem aqui no Brasil enorme responsabilidade no sentido da implementação da convenção e o Ministério do Meio Ambiente tem procurado buscar uma posição ao mesmo tempo de equilíbrio, firmeza e ambição, dentro das negociações que nós estamos envolvidos, seja no âmbito da Convenção, seja no âmbito do Protocolo de Kyoto. Nós temos freqüentemente, chamado atenção dos Países industrializados, de que eles não podem se furtar à sua responsabilidade, à sua obrigação, na verdade, porque foi isso que assumiram ao ratificar a convenção, e todos os Países ratificaram a convenção, inclusive Estados Unidos e Canadá, Estados Unidos e Austrália que não ratificaram Kyoto. E nós temos, exatamente por essa razão, por esse fundamento da obrigação que eles têm, procurado apresentar propostas que nos permitam também fazer a nossa parte. E aí essa é uma das razões porque foi apresentado no ano passado, na conferência das partes em Nairobi, pela Ministra Marina, a proposta brasileira no sentido de termos incentivos positivos para políticas de preservação das florestas.

Uma das coisas que é importantíssimo salientar, quando se fala de florestas, e que o Relatório do IPCC, do grupo 1 do IPCC, ratificou que as principais fontes globais, de emissões globais são os combustíveis fósseis. Se nós acabássemos, hoje, com o desmatamento no mundo inteiro, a situação não mudaria. Nós continuaríamos a ter um problema muito grave, praticamente insolúvel a curto prazo, mas, para o qual nós teríamos que ter uma política de mitigação que leve ao controle das emissões de gases de efeito estufa. 75% das emissões de gases de efeito estufa vêm dos combustíveis fósseis. Existe uma previsão, uma estimativa feita, inclusive, por cientistas brasileiros, no final do ano passado numa reunião realizada em São Paulo, de que: O desmatamento causado pelas florestas tropicais, seria responsável apenas por 9%, ao invés, de outros dados que têm sido divulgados. Derrubada das florestas. Mesmo assim, eu não apresento esse dado apenas como uma desculpa, de forma alguma. Não há desculpas para o desmatamento. O que esse dado mostra, porém, é que nós precisamos ter proporções, e nós aqui no Brasil, em política internacional, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras e Deputados e Deputadas sabem muito bem, nós precisamos ter na proporção. É como na política interna. Nós também não temos como muitas vezes resolver graves problemas nacionais sem aplicarmos um grau de equidade, um grau de proporcionalidade. E nós estamos procurando trabalhar nisso.

Eu sei que o meu tempo está terminando, eu queria fazer duas últimas colocações. Uma é a seguinte: Existe uma idéia que tem circulado e tem ganho grande repercussão, que é a idéia de se estabilizar a temperatura do planeta num patamar de dois graus. Isso consta, inclusive, de um documento da União Européia recentemente divulgado, e que seria entre aspas um aumento aceitável da temperatura média do planeta no século atual. Mas, trata-se de uma medida muito controversa. Ela em primeiro lugar não encontra amparo nos instrumentos legais e nem tampouco é endossado pelo IPCC. Não há no IPCC, nenhum endosso científico a que este aumento de 2 graus fosse algo palatável. O segundo aspecto é que a adoção de um patamar fixado em dois graus (soa a campainha) reforçasse a tese de que, mesmo com esforços consideráveis de redução por parte dos Países do anexo 1 seria necessário estabelecer um limite global. O que o incluiria os Países em desenvolvimento, o que está em claro conflito com a Convenção Quadro Sobre Mudança do Clima. O grande aspecto político, jurídico dentro da convenção quadro, foi exatamente o de buscar essa proporcionalidade através do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Portanto, não está se eximindo ninguém da responsabilidade e reconheço-se que há um desafio comum, mas reconhece-se também, que as capacidades e as possibilidades são diferenciadas de acordo com aquilo que os Países podem apresentar.

Eu queria como último ponto salientar algo que também o Senador Collor levantou na sua brilhante intervenção logo no começo, sobre a atuação do Itamaraty, Senador. Nós temos, obviamente, o senhor colocou muito bem, nós temos obviamente um dever de disciplina, um dever de visão de Estado e visão de futuro. E é exatamente um pouco isso que o Brasil tem apresentado lá fora e eu devo lhe dizer que essa visão de Estado, eu fico muito contente por ter tido nos últimos anos que eu tenho participado desses esforços, de ver que ela é compartilhada pelos colegas do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério de Ciência e Tecnologia, de vários outros órgãos do Brasil. E exatamente com essa visão de Estado, é que o Itamaraty tem buscado uma participação ativa seja nos fóruns internos, como Comissão interministerial sobre mudança do clima, presidida pelo Ministro de Ciência e Tecnologia, bem como no fórum brasileiro de mudança no clima e também em diversos fóruns internacionais, sejam eles os fóruns estabelecidos na convenção, seja em fóruns mais informais. E efetivamente na questão do G8 existe já uma determinação do Presidente da República de que nós sejamos ativos nisso. Eu mesmo verei estar viajando na qualidade de representante especial do Brasil para a preparação do G8, no próximo dia nove na Índia onde faremos uma articulação com os nossos colegas do chamado grupo ampliado e China, Índia, África do Sul e México. E depois, uma reunião na Alemanha, em que vamos discutir como tratar isso no âmbito da reunião de que o Presidente Lula participará na Alemanha em junho próximo.

Eu concluiria dizendo que o Itamaraty também tem procurado estimular muito no plano bilateral, a cooperação em matéria de mudança do clima. E nós temos aí múltiplos memorandos de entendimentos assinados com os mais diversos Países para a promoção de projetos no âmbito de mecanismo de desenvolvimento limpo. O que significa geração de investimentos, a geração de renda, geração de empregos, o estímulo do setor privado, e também uma contribuição significativa que o Brasil vem fazendo para enfrentar esse desafio genuinamente global. Muito obrigado e desculpe passar do tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado, Embaixador Everton. Agradeço pela sua exposição e vamos agora entrar na fase do debate. Quero inicialmente fazer alguns questionamentos e algumas colocações. O Bra-

sil, sem dúvida, tem uma posição de destaque quando se trata do tema mudanças climáticas. Pelo potencial que tem, pelo potencial de recursos naturais, pela... Pelo percentual de água doce, pela riqueza natural, pelo que nós temos ainda preservado no nosso País, e temos o potencial por aquilo também que se pode ser destruído pelo que se tem preservado. E além de algumas políticas implementadas que o Capobianco já relatou que são políticas que nos coloca numa posição diferenciada, com demais Países que não avançaram tecnologicamente tanto, como nós avançamos em alguns pontos. Então nós temos uma posição que pode ser uma posição de vanguarda no debate global. E o Brasil, acho que não deve perder isso. Não deve perder pela nossa responsabilidade com a governança global, não deve perder pela oportunidade que nós temos até desse debate, de ganharmos com essa visão da parceria e das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Acho que nós temos que ganhar com isso. Na hora que nós adotemos num processo de convencimento nos fóruns multilaterais, a idéia da necessidade da floresta em pé, da remuneração e do que custa, do que vale a floresta preservada, tem que valer mais, como o Secretário disse, do que a área limpa sem a floresta para atividade agrícola ou qualquer outra atividade.

Então, nós temos uma posição, estamos numa posição que não podemos perder essa posição. Não podemos enquanto Governo, não podemos enquanto Congresso, tanto é que o Congresso na minha avaliação dá uma demonstração clara de sensibilidade com relação ao tema, e não podemos perder enquanto sociedade. Não podemos e não... Também não devemos tratar desse tema como tema de momento. Esse tema tem que ser um tema que possa estar permanentemente em debate, até porque ele vai ter aqui para frente uma atenção de muita gente, de muitas lideranças, de muitos chefes de Estados. Estamos vendo já posições adotadas pela comunidade européia, pela Grã-Bretanha em especial, estamos vendo o debate que a comunidade americana faz pressionando o Presidente Bush, para que os Estados Unidos adotem políticas de metas de reduções de emissões. Então, nós estamos acompanhando todo esse debate e esse debate não pode ser um debate que seja episódico para nós, tem que ser um debate permanente. Por isso nós precisamos efetivamente de políticas. Eu fiquei feliz quando o Capobianco colocou de que está sendo debatida uma Política Nacional de mudanças climáticas. Isso nós não tínhamos. O próprio Fórum que o Presidente Lula preside de mudanças climáticas, Capobianco, é um Fórum que se reuniu há muito tempo, se reuniu no início do governo passado e não se reuniu novamen-

te. Eu até sugeri ao Presidente Lula, há 15 dias atrás em uma reunião do conselho político, que ele pudesse fazer uma reunião do Fórum, até para demonstrar a importância que o Presidente deve dar ao tema neste momento.

Então, a primeira questão, eu acho que é essa. A política nacional de mudanças climáticas que o Ministério está debatendo é um tema que está em debate dentro do Ministério, é um tema que está já permeando os outros Ministérios e deverá ser um tema colocado dentro do Fórum Nacional de mudanças climáticas que o Presidente Lula preside, preside esse Fórum. Então, primeira questão é essa. A segunda questão, que o Brasil está num processo de crescimento. Mais ou menos, tende a crescer mais, mas o nosso consumo de energia per capita é um consumo baixo, um País ainda pobre, com muitas desigualdades, algumas regiões consomem mais, outras menos, algumas famílias consomem muito, outras menos, mas... Nós assistimos, aqui, a poucos dias atrás, uma exposição do Ministro Silas Rondon. Uma bela exposição falando da matriz energética e do futuro da matriz energética nosso. O que a gente observa é que o futuro da matriz energética nossa. O que a gente observa, é que o futuro da nossa matriz energética é diferente dessa matriz energética que nós temos hoje. Quando colocado pelo Ministério de Minas e Energia. Nós não tivemos, nessa apresentação do Ministro, não na apresentação do Ministro. Nós não temos ainda por parte do Governo, uma preocupação em estar incluindo sempre no debate as medidas deste Plano Nacional, que nós teremos ou sem termos o Plano Nacional, mas nós não temos ainda a vertente das mudanças climáticas colocadas nesse debate. A tendência da nossa matriz energética é caminhar cada vez mais para fontes não renováveis. Gás natural, carvão mineral, energia nuclear. Com esgotamento das fontes de energia hidráulica.

Então, qual é... Qual o debate que o Ministério do Meio Ambiente faz ou que deveria fazer com relação a essa definição? Porque o Governo já definiu, o Governo através do Ministério de Minas e Energia, já definiu a quantidade de mega watts que vamos gerar até 2030, e quais são as fontes.

Então, acho que falta um debate sobre a matriz energética, nesta visão que nós precisamos ter, da ação que permeie todas as outras medidas do Governo, que é essa visão de nós estarmos reduzindo as emissões de gás do efeito estufa.

A outra questão é com relação a metas. Embaixador Everton colocou que nós temos até 2012 uma meta, o protocolo não acaba em 2012, ele continua com redefinição de metas. O Brasil defende que a partir de 2012, o Brasil como um país em desenvolvimento, ele

vai ter uma meta assumida neste Fórum e nos fóruns multilaterais, uma meta de redução das emissões? O Brasil, no debate que vai fazer com a China, com a Índia, com a África do Sul e com o México, o Brasil aceita esse debate? Até 2012, nós poderemos avançar na definição de algumas metas setoriais? Senador Collor colocou que no início, podemos avançar na redefinição de uma meta de redução do desmatamento? Claro. Agora, anualmente, daqui para frente, podemos pegar setor da siderurgia, por exemplo, ou definirmos alguns setores agressivos ou potencialmente poluidores, que nós poderemos por setor definir um inventário de emissões e uma meta de redução dessas emissões? Se não for uma meta global para a Nação, mas seja uma meta para a área de floresta brasileira, e uma meta para setores que emitem, que são responsáveis pela emissão maior.

Então, esse é um caminho que nós podemos trabalhar. Acho que o Brasil precisa aceitar o debate e defender o debate da responsabilidade comum e diferenciada, está correto. Acho que os Países que já fizeram o papel de destruidores acabaram com as florestas, emitem maior volume, maior tonelada de gases do efeito estufa, tem responsabilidade maior. E aí tem que entrar o mecanismo de desenvolvimento limpo, que pode ser aperfeiçoado. Financiamento e transferência de tecnologia, a questão da política da proposta sobre o desmatamento que o Ministério do Meio Ambiente defende, que o Ministério das Relações Exteriores defende, o Brasil tem uma posição clara. Mas, eu acho que a minha impressão de quem está de fora, em algumas...

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Não entendi.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Não está de fora. O Presidente da Comissão do Congresso Brasileiro está muito dentro. Está dentro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Não. O Governo Brasileiro precisa dar acho que passos, em assumir algumas responsabilidades, que não seja só responsabilidades voluntárias. Tem que dar mais algumas...

Então, eu abro com essas questões e passo ao Presidente Collor que também está inscrito, depois o Deputado Thame e depois o Senador Inácio Arruda e depois o Deputado Gabeira.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL)

– Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, senhores representantes dos Ministérios de Minas e Energia e das Relações Exteriores, apenas alguns comentários a respeito do que aqui foi dito.

Esse painel das Nações Unidas, o chamado IPCC, quer dizer, eles têm prazo. O primeiro Relatório já saiu aqui, agora em fevereiro que foi exatamente a constatação dos está aí havendo. E vai aí por mais dois relatórios, a mitigação, depois mais um outro até novembro quando acho que em Bangcoc vai se oferecer, a síntese de tudo que foi estudado, levantado e essa coisa toda.

Bom, o que eu defendo é que independentemente disso, que nós... A nossa agenda não esteja, ela vinculada a essas... A esses relatórios que surgirão de dois em dois meses ou de três em três meses até novembro. Nós precisamos apressar o passo. O Brasil precisa apressar o passo. O Brasil não pode ficar esperando que os outros Países desenvolvidos que não vêm cumprindo as suas metas, se apoiar nisso como uma desculpa para que não acelere o seu passo. Como eu disse aqui no início. Todos nós reconhecemos o maior esforço que o Ministério do Meio Ambiente vem realizando. Acho apenas que, tudo isso está sendo burocratizados. Essa criação de grupos, institucionalizar esses grupos. Isso funciona de uma maneira muito lenta, de uma maneira que não está de acordo com a velocidade que nós queremos imprimir a solução de problemas emergenciais como a questão do desmatamento da Amazônia. E como disse aqui também o Secretário do meio ambiente, Dr. Capobianco, também no cerrado. Enfim, é tudo. Se formos levar também na caatinga, no nordeste, no cerrado no centro-oeste, enfim, a região amazônica como um todo, ela que é o foco. Os Países industrializados, a diferença que há, é que os Países industrializados emitem CO₂, emitem metano, outros gases que constituem e agravam a questão do aquecimento global em função basicamente do processo altamente industrializado das suas economias. Diferentemente do Brasil.

O Brasil tem essa emissão extraordinariamente elevada, em função do desmatamento, em função das queimadas. E que dependem de nós resolvermos o problema. E é por isso que eu insisto: O Presidente da República, por mais que já tenha dado sinais e indicativos de que tem preocupação, constituindo esses grupos e manifestando aqui e acolá suas preocupações. Poderia deixar de lado o trato, o tom de economicidade que vem dando aos seus pronunciamentos, e se engajar de uma maneira pessoal, colocar o seu peso político, a sua vontade pessoal no sentido de resolver rapidamente esse problema, por exemplo, das queimadas que hoje existem na Amazônia. Reúna esse pessoal ali, coloque a FUNAI, o IBAMA, Polícia Federal, as três forças, numa Mesa e determine uma meta: Eu quero até... Novembro vai ser a síntese, o Relatório do IPCC, muito bem, então eu quero até novembro uma

redução de X por cento, nas queimadas da Amazônia. Só depende da gente. É muito mais complicado para os Estados Unidos, por exemplo, convencerem o seu aparato industrial de que têm que deixar de poluir e com isso significa deixar de produzir, significa deixar de vender, significa deixar uma série de cadeia produtiva, do que na questão do desmatamento da Amazônia. Então é preciso engajar e ele comandar o processo. Não adianta, nesse caso, delegar. Tem que ele comandar o processo. Como tem também volto a insistir que ele junto com o Itamaraty, vir tratar do engajamento do Ministério das Relações Exteriores.

A questão do fundo de desenvolvimento limpo, essa foi uma iniciativa vinda lá atrás em 1997, que foi proposta pelo Brasil, vetada pelos Estados Unidos. Em 97 os Estados Unidos e o Brasil lançaram esse mecanismo de desenvolvimento limpo, o chamado MDL, que vem dando resultados em outros Países. Mas, que essa é uma boa iniciativa, esse mecanismo. É uma boa iniciativa. Que vem de 97. Portanto, há 10 anos. E isso vem dando resultados positivos em Países, também poluidores. Mas, no Brasil, a excessiva burocracia e a falta de conhecimento do público de como utilizar esse mecanismo é total. Não existe uma explicação do que isso significa e não existe também, uma preocupação de desburocratizar para tornar isso mais efetivo.

A questão que colocou o Presidente Renato Casa-grande é um tempo da matriz energética é outro ponto extremamente preocupante. Concordo em gênero, nº. e grau, que a nossa matriz energética ela está prestes a se esgotar e nós não sabemos para onde nós vamos. Porque essas fontes de energia renováveis, elas estão se esgotando. E acho que essa já é uma preocupação também do Ministério do Meio Ambiente pelo que falou aqui o Dr. Capobianco, mas é necessário que a gente reavalie e reexamine essa questão para nós decidirmos isso. Na questão do anexo 1 eu comentava aqui com o Dr. Capobianco. A diferença do anexo 1, dos participantes do anexo 1, é que aqueles que estão no primeiro bloco dos Países desenvolvidos, eles têm compromissos de redução das suas emissões de CO₂. Diferentemente de nos outros, que temos o compromisso, mas não obrigatório. É esse linguajar que sempre a burocracia coloca. Uns tem compromisso obrigatório, outros têm compromissos que não é obrigatório.

Então, é uma... Sempre uma colocação vernacular que é quer mascarar, na realidade, o que caberá cada um fazer. Ou seja, os Países em desenvolvimento têm um compromisso, mas não é obrigatório então, esse compromisso deixa de existir. Os Países em desenvolvimento obrigatório têm que cumprir. E eles estão em cima disso. Agora mesmo, a Primeira-Ministra

Chanceler alemã reuniu a comunidade européia, e estabeleceram redução de 20% na emissão até o ano de 2020. Enfim, e o que foi dito aqui em relação ao Protocolo de Kyoto está muito bem. O Protocolo de Kyoto ótimo. O seu espírito é correto, é perfeito. Mas, no momento que os Estados Unidos não assinam e acolitado pela Austrália, ele abre um precedente seriíssimo, porque todos dizem: Se os Estados Unidos não assinaram, por que é que eu vou assinar? Ou, se eu assinei e eles não assinaram por que é que eu vou cumprir com aquilo que eu assinei? Está havendo uma grande... Acho que está faltando uma concertação global. Planetária, para equacionar essas questões de uma vez por todas. Não mais, declaração de intenções, mas uma proposta de ação efetiva.

O que nós verificamos em 92, outro dia eu havia colocado isso também, me surpreende que em 15 anos, prazo que nos leva de 92 até 2007, nós estejamos vivenciando essa catástrofe anunciada, quando que se imaginaria é que depois daquela conferência os Países tomassem consciência do que ali foi tratado, das metas que foram traçadas, e trabalhassem arduamente para atingir suas metas. E é por isso que eu mais uma vez insisto para que o Presidente da República, ele se envolva pessoalmente, ele assuma para si a condução deste processo. Não mais com comissões, com grupo de trabalho, porque isso, por experiência própria, não funciona. Quando eu exerci a Presidência, por exemplo, quando eu não queria que uma coisa... Algum assunto, não desse resultado rapidamente eu constituía um Grupo de Trabalho. Porque eu sabia que o Grupo de Trabalho ia demorar 10 anos e não sairia dali. Quando queria resolver o assunto, o presidente tem que trazer para si. Tem que chamar para si e chamar o Ministério das Relações Exteriores e determinar ao Ministério das Relações Exteriores, um engajamento ainda maior, ainda maior. Não basta apenas a participação nesses fóruns, não basta apenas, a participação sempre competente, é verdade, fruto da qualificação dos nossos Diplomatas, mas é preciso que haja um engajamento de missão, de missão. Nós temos uma missão a cumprir. O Brasil tem que mostrar ao mundo que está e quer estar na vanguarda desse processo. E o Brasil tem tudo para isso, porque não nos falta competência e nem capacidade para realizar esse trabalho. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Obrigado, Senador. Com a palavra o Deputado Mendes Thame. Nós vamos ouvir o Secretário Capobianco e o Embaixador Everton, nós vamos ouvir... Depois vocês façam os comentários de vocês.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP) – Sr^{as.} e Srs. Deputados, vou direto às perguntas partindo do pressuposto que todos que aqui estão, já tem profundo conhecimento do assunto.

Primeiro lugar, nas colocações do Dr. Capobianco, não vi nenhuma surpresa. Ele reproduziu exatamente aquilo que o Ministério, que ele faz parte, defendeu em todas as últimas reuniões em Buenos Aires, Montreal, Nairobi. E agora ele disse: A idéia é o Brasil assumir a sua parte, a sua responsabilidade na redução das emissões, porém, cobrar que os Países industrializados reduzam muito mais. Foi isso que a Ministra disse, meio constrangida nas reuniões, nas três COPS(F) e que o senhor está dizendo hoje. Qual a minha grande surpresa? A posição do Embaixador, Dr. Everton. Que espero que, como vi que trouxe por escrito, seja uma posição oficial do Itamaraty, possa até ser distribuído para nós, porque significa um brutal avanço. Um brutal avanço e uma virada de 180 graus em relação à posição do Itamaraty nas três COPS(F) anteriores, das quais participei e das quais sou testemunha das posições tomadas pelo Itamaraty. Na última em Nairobi, participei de reuniões na qual foi dito de que o Brasil não se dispunha a assumir compromissos de redução de emissões de gases do efeito estufa, porque se assim o fizesse, em lugar de poder ser um provedor de projetos no âmbito do MDL, poderia caso não cumprisse a cotas, inverter e ficar do outro lado da Mesa, e ter que comprar esses projetos. Essa foi a alegação. E hoje, o que nós estamos assistindo e estou realmente extremamente entusiasmado, é de que o Brasil já elaborou uma proposta que está sendo discutida por técnicos, na qual se estudam os mecanismos e os critérios para diferenciar essas responsabilidades por todos. Portanto, é um grande avanço. Nós não temos conhecimento dessa proposta. Então, minha primeira pergunta é para o Dr. Capobianco.

O senhor conhece essa proposta? O seu Ministério conhece essa proposta? Depois o senhor responde. Estou fazendo isso, porque fiquei surpreso também com as colocações do Vice-Presidente desta Comissão, Senador Collor, relacionando algo que estava implícito até hoje, mas pela primeira vez eu escuto alguém dizer que: O Ministério das Relações Exteriores é um órgão diretamente ligado à Presidência da República. Isso ficou claro. E é o testemunho de alguém que foi Presidente, e que o Ministro Everton, uma das pessoas mais influentes do Ministério, confirma. O que é surpreendente. A maioria dos Países, o Ministério das Relações Exteriores leva a posição dos Ministérios fins. Do Ministério de desenvolvimento, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Meio Ambiente. Leva a posição conjunta desses Ministérios e não fica na

mão da clarividência de um Presidente, que se for mais letrado, terá a capacidade de conduzir o Itamaraty nas relações internacionais. Se for menos letrado, se não entender como ocorrem em alguns Países em que o Presidente da República não sabe o que é um duodécimo, se isso ocorrer fica difícil para o Presidente da República conduzir a política externa determinando, como foi aqui bem claro, de uma forma didática, os rumos tomados pelo Ministério das Relações Exteriores. Portanto, essa é uma pergunta que a gente gostaria de saber: Como é que funciona a tomada de decisão? Nas últimas reuniões nós vimos a Ministra numa saia justa. Para uma mulher não tem problema nenhum ficar numa saia justa. O maior problema é para nós. Mas, vendo o Ministério das Relações Exteriores posições bem firmes contra os países em desenvolvimento assumirem metas no pós Kyoto. E o pós Kyoto, embora o art. 3.9 do protocolo, defina a mudança nas cotas que serão de redução, que serão assumidas pelos Países do anexo 1, ele não disse que só os do anexo 1 que vão assumir responsabilidades depois de 2012. Ao contrário, nas discussões de 97 ficou implícito, de que as metas de 5, 5,2% previstas na primeira etapa do protocolo, era para facilitar sua aprovação, iniciar esse processo de combate efetivo ao efeito estufa e que, posteriormente, todos os Países com metas diferenciadas, em função das suas responsabilidades assumiriam a sua participação nesse esforço global para evitar essa catástrofe anunciada. Portanto, nós gostaríamos de ter uma clareza quanto à posição do Brasil e realmente saber se vai se confirmar essa notícia tão auspiciosa que nos trás o Dr. Everton.

A segunda pergunta é para o Dr. Capobianco. Nós falamos aqui em queimadas da Amazônia, como se todas as queimadas fossem ilícitas. Eu queria esse esclarecimento justamente do Senhor, porque é um ponto chave. O Código Florestal dá uma percentagem de áreas privadas que podem ser desmatadas. Uma percentagem. Não sei se 20, 50. Gostaria até que o senhor nos esclarecesse. Eu queria saber se o senhor tem conhecimento, se o senhor tem lá no seu gabinete, na primeira... Em cima da mesa, o rol das autorizações já concedidas legalmente pelo IBAMA, para desmatar. Quais são as ordens que o IBAMA já concedeu? Qual o histórico? Daquele desmatamento legal autorizado. E se esse desmatamento vai ser feito por motosserra, correntões? Portanto causando problemas que o uso do solo somente. Ou se há uma autorização também, só para desmatar? Causando dessa forma, um problema ainda maior pela emissão do CO₂, decorrente da queima da biomassa. Essa é a segunda pergunta. Terceira, O que o Ministério, na sua pasta, elaborou, quais os estímulos para desenvolver uma tecnologia

relacionada com a economia da floresta de que tanto se fala? Que seriam esses mecanismos para que as pessoas tivessem maior lucro não desmatando nada dessas florestas, ganhando com a preservação da floresta intacta em lugar de substituir, fazer uma mudança do uso do solo para atividades de lavoura ou pecuária. E por último, a preservação da floresta está intimamente ligada a ter a preservação da biodiversidade. E a preservação da biodiversidade, no mundo inteiro nós sabemos, está relacionada a nós temos aprovado no País, um projeto de partição de benefícios. Gostaríamos de saber se essa partição de benefícios decorrente das pesquisas, se isso já vem sendo elaborado, se nós vamos ter um Projeto nacional de partição de benefícios decorrentes da utilização do patrimônio genético? Essas são as perguntas que se me permite gostaria que esclarecesse.

Para o Ministro Everton, que tenho sempre uma satisfação imensa de ouvi-lo. Sempre bebo cada uma de suas palavras, porque não tem uma palavra desnecessária, não usa um adjetivo. É tudo, aproveita tudo. O senhor colocou uma coisa que me chamou muito a atenção. Setenta e cinco por cento das emissões de gases do efeito estufa advém de combustíveis fósseis. Então, a minha pergunta é a seguinte: Na declaração de Doha, nesse rascunho inicial, não é declaração, rascunho inicial que serviu para a rodada, está servindo para essa rodada de Doha que ainda continua, alguns artigos, não chega a ser um capítulo, que fala dos bens ambientais. Bens ambientais, bens de serviços ambientais são aqueles que pela sua natureza contribuem para preservar o ambiente. E nesse rascunho está lá previsto, que estes bens e serviços não poderão sofrer taxações no comércio internacional. Ou sofrerão uma redução gradativa até chegar à tarifa zero. Nenhuma tarifa alfandegária nesses bens ambientais.

A nossa pergunta é a seguinte, o que é que o País, que o Itamaraty está fazendo, orientado ou não pelo nosso guia, o nosso ilustre Presidente da República, ou pelos outros Ministérios, o que é que o Itamaraty está fazendo para incluir os biocombustíveis nessa relação de bens ambientais. E a próxima pergunta, o Ministério das Relações Exteriores tem uma das missões é justamente identificar nos outros Países, tecnologias para fazer convênios, transferência de tecnologia, levar e trazer tecnologia. Nós gostaríamos de saber se o Ministério tem trabalhado no sentido de identificar no mundo todo, projetos de pesquisa ou pesquisa já desenvolvida ou em desenvolvimento, no sentido da hidrólise enzimática, que vai permitir fazer biocombustíveis, fazer álcool, fazer etanol, metanol de material celulósico. Que vai ser, ao que tudo indica no futuro, e no qual nós brasileiros estamos atrasados, que pode

ser feito um álcool muito mais barato do que o etanol que está aí de cana. E por outro lado, na outra mão de direção, se nós já temos, não temos conhecimento, mas possivelmente os senhores já estejam trabalhando nisso, quais os esforços com Países africanos e outros Países pobres, tropicais, que estão em contato, via Itamaraty, para nós podermos transferir a tecnologia da EMBRAPA de produção de cana e de outras oleaginosas, capazes de oferecer a esses Países pobres, a oportunidade de produzirem biocombustíveis e se transformarem numa plataforma mundial de biocombustíveis, para substituir o petróleo que está com os dias contados. Por último, gostaríamos de saber se nós podemos vir a ter direito de conhecer essa proposta, que os senhores estão estudando com os cientistas, responsabilidades compartilhadas, porém diferenciadas. Os critérios para diferenciar as responsabilidades? Se isso é segredo de Estado? Ou se nós já podemos ter conhecimento? E a última pergunta é ao Senador Collor. Os dados de diversos cientistas, entre os quais o nosso professor Goldenberg mostra que o Brasil tem uma imensa capacidade ainda, para produzir energia elétrica de hidrelétricas, ainda não exploradas. Nós teríamos 30% de capacidade nas grandes hidrelétricas, nem começamos a explorar as MCH, médias centrais hidrelétricas, são pequenas centrais hidrelétricas. Nem começamos a explorar as MCHs, as Médias Centrais Hidrelétricas, e o Brasil nem cogita. A Europa já está entrando nas NCH, nas Nanos Centrais Hidrelétricas, para aproveitar cada quedinha de água. O senhor é a favor ou é contra a energia nuclear. O senhor é a favor ou é contra a Angra 3. Não ficou muito claro. Só isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Senador Inácio Arruda. Depois desse tratado do Deputado Mendes Thame. Vamos ouvir o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE) – É sempre um orador que traz muitos temas para o debate, daria digamos assim, mais umas duas Audiências Públicas bem preparadas. Por isso que é muito oportuno tê-lo sempre presente.

Mas, eu gostaria, Sr. Presidente, e Relator da nossa Comissão Mista, primeiro de anunciar que vou ter que infelizmente me ausentar imediatamente, porque estamos tendo uma reunião de líderes agora, no Senado, para definir nossa pauta de votações. Eu e V.Exª. deveríamos estar presentes, mas essa reunião aqui, digamos assim, nos contém. Eu queria primeiro dizer que nestes últimos anos, o Brasil tem agido com muito rigor nessa área. Acho que desde o tratado de Kyoto, que foi um êxito pós Rio 92, é um grande êxito o tratado de Kyoto, o Brasil tem atuado com força tanto

através da sua diplomacia, como tem agido internamente, com dificuldades. Externamente, nós tivemos algumas dificuldades porque, chegamos ao ponto até de nos órgãos internacionais, que participamos estarmos endividados, nós tínhamos dívidas externas e dívidas com os órgãos internacionais, e nesse Governo atual de Lula conseguimos liquidar algumas dessas dívidas. Então, você imagina, Presidente Collor e Senador da República, nós estarmos lá no órgão das Nações Unidas, numa convenção dessa, convenção internacional, convenção quadro, discutindo e debatendo, e um devedor, todo endividado. Era uma situação dramática. Alguém olhava para gente: Você já pagou sua cota? Não, não paguei não. Estou devendo. Então, o senhor podia deixar para falar depois? Então, era uma vergonha. Hoje não, hoje já estamos mais tranquilos. Algumas já pagamos, já estamos mais à vontade, com mais autoridade no ambiente internacional. Então, o Presidente da República, com a sua capacidade, a compreensão desse tema talvez, um dos que mais compreende porque, viveu diretamente a circunstância do clima. Porque tem gente que num ambiente diferenciado não conhece muito a realidade. Fala muito, mas não conhece a realidade. O Presidente da República, atual, viveu a realidade do clima. Viveu na sua terra, onde nasceu, a realidade do clima, e depois participou de atividades numa área, que nós estamos debatendo hoje de forma mais efusiva, que é a realidade amazônica, lá com o Chico Mendes. Um homem que também, por outras circunstâncias, ligado à nossa terra lá, o Ceará. Então, o Chico Mendes lá no Acre, fez um movimento chamado de: EMPATE, que era exatamente um programa de como conviver na floresta tendo o desenvolvimento econômico, e a floresta em pé. E o Presidente da República, também conviveu com aquilo ali. Então, querendo ou não também viveu essa realidade. Tem conhecimento de vida direto, sentindo essa realidade. E colocou no Ministério, mais importante nessa discussão, a Senadora Marina Silva, que é das mais sensíveis com o problema. Então, eu acho que respondeu de forma significativa, tem todo o problema ao lado, são variadas, porque tem o problema do percentual, que a gente sempre vai examinando que temos que tratar, mas tem o problema concreto aqui da luta política no Brasil, das várias forças políticas no Brasil. Umas querem dar passo mais adiantado, outros querem atrasar um pouco o passo. Tem uma batalha política sendo travada. O Presidente precisa ter mais disposição, mais vontade. Mas, tem todo um quadro de forças política que participa também, dessa disputa. Eu considero um pouco nesse sentido, que nós temos que examinar o quadro no conjunto. E no conjunto, digamos que o Presidente colocou no Ministério do

Meio Ambiente, a pessoa com a maior sensibilidade. E o conjunto do Ministério é engajado, digamos assim, nesse Projeto e digamos assim também do Protocolo de Kyoto. Juntamente com o Ministério das Relações Exteriores que acho, que faz um trabalho muito combinado, acho que muito de acordo. Claro que existem diferenças, porque a diplomacia brasileira vem tratando do assunto muitos e muitos anos. Talvez o Ministério do Meio Ambiente não viesse tratando do assunto a muitos e muitos anos. Mas, é um trabalho combinado e essa é a impressão que eu examino que tem.

Outro problema concreto, objetivo, é que o Brasil precisa: Como se aproveitar da situação, aumentar o seu crescimento, se desenvolver num passo muito largo, um País que em 70 tinha 90 milhões de habitantes, e que dobrou a população em 30 e poucos anos. Nenhuma Nação continental com população muito grande, como era já a população do Brasil em 1970, dobrou a população. Nenhuma dobrou. Vocês imaginem um País desse dobrando a população. Os Estados Unidos dobrando a população de 70 para 2000. Ou a China, ou a Índia ou a Indonésia. O Brasil dobrou sua população. E teve um crescimento menor. À medida que dobrava a população, o crescimento diminuiu. Então, nós precisamos crescer mais, se desenvolver mais, mas, aproveitar a oportunidade de fazer esse crescimento, com um grau de sustentabilidade muitíssimo maior. E tem, digamos assim, os mecanismos tecnológicos. Eles estão, digamos assim, na nossa mão. Nós podemos aproveitar a oportunidade de ter esses mecanismos na nossa mão. E talvez, assim, ao invés, de ficar cobrando dos outros, dos desenvolvidos, que diminuam mais ainda suas emissões, nós temos que colocar o nosso Projeto. Não que a gente faça isso como um compromisso para a gente perder as nossas vantagens. Eu acho que nós não temos que fazer isso para que a gente... Quer dizer, o Brasil perca suas vantagens dentro de um acordo internacional. Nós não estamos para isso. Nós temos as nossas vantagens no acordo internacional. E devemos mantê-las. Acho que é bom para o Brasil. Manter as vantagens, como País em desenvolvimento. Tem os desenvolvidos, são muito desenvolvidos, e estão muito à frente economicamente do Brasil. E por que é que nós temos que nos comparar a eles? Acho que não temos. Acho que nós devemos manter a nossa posição de País desenvolvido, mas sabendo que nós podemos diminuir as emissões, porque temos um potencial tecnológico na nossa mão, e condições para se desenvolver e crescer usando essa tecnologia. Que nos diferencia. Que permite a gente avançar com mais vantagens. Acho que é uma oportunidade raríssima que nós estamos tendo na nossa mão. Em todas as áreas. Todas. Se

você pegar a questão urbana, você pode entrar na questão do transporte público e diminuir emissões, que é exatamente a emissão de combustíveis fósseis. Nós podemos substituir tudo na área de transporte público. Nós podemos substituir com o gás, nós podemos substituir com o biocombustível e nós podemos substituir com um grande programa que gera desenvolvimento, que é programa nas grandes metrópoles de aumentar o transporte de metrô. Quanto mais metrô, menos combustível fosseo. Você gera desenvolvimento, gera crescimento, melhora o transporte público e diminui essas emissões.

Você pode fazer um grande programa de aproveitamento do metano nos resíduos sólidos. Isso tem sido fator de resgate também, dos créditos de carbono se você utilizar bem os antigos lixões e os novos... As novas estações de tratamento de resíduos sólidos podem também entrar dentro dos programas de resgate de carbono. Isso é na área urbana, nas áreas centrais que programas você pode desenvolver. O programa de esgotamento sanitário. Se você amplia, o programa de esgotamento sanitário você tira energia daí. Você tem um potencial de geração de energia fantástico, que você pode aproveitar, utilizando todos os mecanismos que vão dá vantagens competitivas ao Brasil. Nós, não estamos entrando ainda no etanol, que você pode até melhorar o tipo de álcool produzido, porque não só a EMBRAPA, como as universidades brasileiras, tem investido muito nessa pesquisa. Eu cito que nós somos importadores de aditivo para a combustão. A PETROBRÁS importa cem por cento do aditivo. Desse famoso aditivo, que a gente confunde porque, as distribuidoras põem lá uma máquina de aditivos separada. É um aditivo A+. Mas, toda a gasolina é aditivada. E esse aditivo é todo importado. Nós estamos desenvolvendo com o apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia, EMBRAPA, Fundação de Pesquisa da PETROBRÁS, Agência Nacional de Petróleo, Universidade Federal do Ceará, um aditivo biocombustível, biodegradável, do LCC, do líquido da castanha de caju, lá na Universidade Federal do Ceará. Isso está sendo desenvolvido, discutido, debatido, quer dizer, é uma iniciativa brasileira. Isso pode substituir até 100% da importação de aditivo. É uma guerra comercial. É uma disputa material, em que nós entramos com uma vantagem e nós podemos ser... Substituir essa importação e passarmos a ser exportadores de aditivo de biodegradável numa situação de vantagem para o Brasil. Isso sem entrar nas outras energias. Porque o problema central, aqui, que nós temos emissão maior, digamos assim, a emissão maior no mundo é do combustível fóssil, mas a emissão maior do Brasil é da floresta. Então, nós temos que resolver os nossos dois problemas. Nessa questão é fato. Nós

ainda temos um espaço aberto na área da produção de energia hidrelétrica enorme. Potencial na área de energia nuclear que acho que tem potencial para o Brasil, podemos nos desenvolver, o Brasil já produz energia nuclear para fins absolutamente pacíficos de geração de energia para consumo tranqüilamente pacífico, até hoje não vi nenhuma menção que a gente fosse utilizar para outros fins (soa a campainha) E o programa...

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE) –

Claro. Mas, isso é que deu ao programa a tranqüilidade. Então acho que hoje, a gente pode avançar mais. E temos as energias vindas da eólica, vinda da maré. Nós temos alguns gigas de... Giga watts que podemos produzir de eólica, às vezes, mais rápidos e mais baratos do que a hidrelétrica, ou do que os fósseis, do que o combustível fóssil, que está à disposição. Depende de um bom programa, porque a gente diminui imensamente a emissão de CO₂ na atmosfera vindo do combustível fosseo. É um potencial energético do Brasil. Uma vantagem extraordinária que tem o Brasil, claro, aí sim acho que aqui exige determinação do Presidente da República. Aqui se o Lula pegar e dizer: Vamos fazer aqui. Aí diminuirmos a emissão. Essa que é a determinação. Podemos ter determinação na floresta e na produção de energia. Isso não é que vai mudar rapidamente a matriz energética, mas vai dar uma qualidade significativa na nossa matriz energética.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito bem, Senador Inácio Arruda. Temos o último inscrito, depois vamos ouvir os nossos expositores. Todo mundo muito animado hoje, falando bastante em termos de tempo. E, mas todos com conteúdo. Então, com a palavra o Deputado Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Eu vou procurar ser sucinto, porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Já chegamos a meio-dia.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Na verdade, a tese que indiretamente circulou aqui, é uma tese que eu aceito e defendo, de que o Brasil pode ser uma vanguarda internacional nesse campo. Agora, para nós sermos uma vanguarda internacional, é importante também que a gente se desfaça de toda a visão apologética. Que a gente fale com um pouco mais de sinceridade entre nós, porque é o caminho do nosso crescimento. Porque só um exemplo, meu querido Senador Inácio, que eu lamentei ser Senador que eu o queria na Câmara, para nós discutirmos mais. Não é o fato de ter vivido o clima que transfor-

ma um Presidente sensível a isso. Se essa fosse uma verdade os africanos teriam fechado esse processo de debate sobre aquecimento global. Não é isso exatamente. O que nós precisamos superar é um pouco da nossa linguagem dupla no Brasil. Veja você... V.Ex^a., imagina. Estou me lembrando dos tempos de Câmara e agora é um Senador da República. Na Câmara dos Deputados, sepultaram uma CPI, sob o argumento de que ela não tinha uma causa determinada. Tudo bem. Ontem, o Presidente da República foi à televisão dizer que não sabia, que não era apenas uma causa, eram várias as causas do apagão aéreo. Então, na verdade nós fomos, na verdade esmagados pela maioria apenas com um jogo de palavras. Porque no fundo eles pensam como nós, que nós não sabemos, não temos uma única causa para o apagão aéreo.

Então, o primeiro ponto que vamos ter que tratar é que no caso do aquecimento global existem duas dificuldades. A primeira, eu acho que já foi superada que são os céticos. As pessoas que acreditavam que nós estávamos inventando... A segunda dificuldade, essa diz respeito ao Itamaraty e vai diz respeito ao Brasil também, é o confronto norte, sul. Supor que nesse específico problema, o confronto norte, sul tem um peso fundamental. Eu acho que não tem. Eu reconheço a existência de responsabilidades diferenciadas, mas, na verdade, é preciso dizer também, que existem possibilidades ilimitadas. E a possibilidade ilimitada do Brasil, o Brasil tem condições de determinar e dizer assim: Nós podemos reduzir nossas emissões e teremos metas. Por que não? Por que não? O Brasil não pode ter metas de redução de emissão? É verdade que as nossas emissões são basicamente de queimadas e de desmatamento? Vamos reduzir o desmatamento. Nós temos, e eu acho que durante um certo tempo, pelo menos em 2002... Primeiro 92 nós chamamos a conferência. A história no Brasil é antiga, e o tempo não me permite memorar. Nós chamamos a conferência do meio ambiente aqui no Brasil. Foi uma conferência importantíssima. Em 2002 creio que o Embaixador Everton estava também na África do Sul, nós propusemos, fizemos uma proposta de redução das emissões, especial de uso de energia alternativa para todos os Países, e depois o Brasil começou a se limitar a apresentar apenas o dever de Casa. Deixou de fazer proposta para o planeta. E isso nós temos que retomar. Eu creio que a base, uma base importante que eu me apoiaria, seria a proposta da Ministra Marina Silva, para um Projeto internacional de salvação das florestas tropicais. Eu apenas acho que o Projeto dela poderia ter uma dimensão maior, se ela explicitasse um pouco mais. (soa campainha) Nós temos do tamanho, um espaço do tamanho de Santa Catarina

de floresta destruída. Então por que não abrir para a possibilidade dos grupos internacionais, sob controle no Brasil, replantarem uma parte da floresta que foi destruída? Nós poderíamos atrair Países, poderemos atrair empresas, poderemos atrair até grupos de rock'n roll. Cada um teria sua parte lá. Eu replantei um pedaço da Amazônia. Nós teríamos como projeto apenas a segurança, empregariamos gente no replantio e na segurança.

Então, eu acho que nós temos esse caminho. Precisamos ver o processo do aquecimento global como o limiar de uma revolução industrial. Hoje, acordei com uma notícia de que o cientista alemão formulou já, uma pílula para a vaca não arrotar mais, ou pelo menos reduzir o arroto da vaca no nível bastante significativo, menos metano.

Então, o processo de descoberta, o processo de trabalho que existe nisso é muito grande. Nós precisamos entrar por aí. O Brasil não só aceitar ser a vanguarda internacional como aceitar essa revolução industrial, entrar nela de cabeça. A idéia dos biocombustíveis é importantíssima, mas os americanos vão nos passar à frente muito rápido. Já estão passando. A Greenfield está fazendo. Está usando algas, as algas comem o C O 2 e expelem oxigênio. Quer dizer, vai acontecer conosco, muito possivelmente, os mais novos não se lembram todos, mas, eu já sou da velha geração sou obrigado a relatar o que aconteceu com a borracha. Lembrem-se da borracha. A borracha foi levada para a Malásia, e com capacidade técnica muito maior, nós somos superados. Então, nós vamos ter que ter uma capacidade de entrar nisso realmente, com vigor científico e com decisão. É o Presidente da República que tem que tomar a vanguarda? É. O Presidente da República... É como se a gente diz: No futebol o pênalti é tão importante que o Presidente do clube que devia aberto. Então, o aquecimento global é tão importante que o Presidente da República que deveria... Existem dificuldades. Qual é a dificuldade do Presidente da República compreender a dimensão desse drama? Ele é basicamente voltado para a solidariedade humana. Para os problemas ligados à solidariedade humana. E ele tende a ser, como são as pessoas voltadas para a solidariedade humana e voltadas até para uma visão católica do mundo, um pouco antropocêntrico, já que o problema central é o ser humano e vamos trabalhar pelo ser humano. (soa campainha) Então, ele precisa compreender com o tempo que isso é a chave do entendimento. Ele vai precisar compreender, com o tempo, que o aquecimento global é uma ameaça para os seres humanos também. E que essa é uma grande ameaça para os seres humanos. Eu acho que esse trabalho é um trabalho que o próprio Presidente da Comissão de

Aquecimento já fez na reunião do conselho político, pedindo que o Fórum se recuperasse, que ele avançasse. Acho que é o que vamos fazer. De um lado convencer o Governo da importância, do outro lado recuperar a nossa posição internacional que acho que não é mais a mesma posição anterior, e de outro tentar avançar na revolução industrial. Trazer o Ministro de indústria e comércio, Ministros ligados à área econômica, para mostrar a eles que o mundo está se movendo nesse caminho. V.Ex^a. mencionou a necessidade de nós transformarmos o transporte urbano. É importantíssimo. A minha tese anterior, quando fui candidato no Rio era de não transporte. Não só transformar o transporte urbano como evitar que o transporte aconteça o máximo possível, através de todos os mecanismos que nós temos. Na época era o fax, hoje é a Internet. Nós temos a possibilidade de suprimir as viagens enormemente. Então, estamos caminhando para um mundo diferente, onde realmente esse processo é uma revolução industrial, na qual nós temos que estar colocados. Acho que o Brasil pode estar no bojo dessa revolução industrial, com uma posição muito clara e muito avançada. As oportunidades são muito grandes. Agora, era todo o País que tinha que se redimensionar em função do que está acontecendo.

Eu imagino que na própria revolução industrial real que houve, no passado houve grandes tumultos, grandes confusões. Houve até a revolta contra as máquinas, quando as máquinas foram instaladas. Então, é um processo muito intenso que a gente tem que tentar atrair o Presidente da República, atrair os outros Ministros e aí eu entro na questão: Uma política de mudanças climáticas, eu conheço o Projeto do Deputado Mendes Thame, conheço também o Projeto do Deputado Ronaldo Vasconcelos, uma política de mudanças climáticas no meu entender seria uma, digamos assim, um redimensionamento da Política Nacional. Ela não vai atacar apenas mudanças climáticas. Seria uma revisão da Política Nacional. Eu creio que, se houver uma eleição em 2010 adequada, o tema tem que ser o tema central. Porque não se pode mais. Não é possível que o País continue falando de crescimento econômico, continue falando de PIB achando que o PIB é uma expressão de uma realidade completa. Muitas vezes você pode aumentar o PIB aumentando a pobreza. Você destrói a floresta, aumenta o PIB e está reduzindo a riqueza do povo brasileiro.

Esse debate é um debate fora de foco. Não quero dizer que a gente não deva crescer, que não deva ampliar o desemprego. Mas, não é essa a questão. O critério é o desenvolvimento sustentável. O Projeto é o desenvolvimento sustentável. Então, temos que acordar em todas as dimensões. Não é possível, hoje, você

não ter um Projeto de gerenciamento costeiro no Brasil, que não leve em conta essa questão. Eu até digo, o Presidente da República vai anunciar essa semana que vai construir Angra 3. Tudo bem. Mas, o que vai acontecer com os mares naquela região? Temos que saber. E nós temos que prever isso. A própria situação do semi-árido tem que ser pensada também, quais são as consequências no semi-árido, o que vamos fazer nessa situação?

Então, a é política brasileira toda que tem que mudar. Não cabe... O Ministério do Meio Ambiente no Brasil ele começou com a gestão da Ministra Marina Silva, com uma idéia muito boa: Que é a idéia da transversalidade, mas, a transversalidade é nome muito complexo para a gente desenvolver facilmente. Eu acho que agora a transversalidade é uma realidade. Como era na Noruega, por exemplo, quando a Ministra apresentava um Projeto, ela nunca apresentava um Projeto econômico só com o Ministro da Economia, ao lado estava o Ministro do Meio Ambiente. Ele estava respaldando essa proposta. Porque todos acreditavam. Se estão falando num Projeto de crescimento com o Ministro do Meio Ambiente ao lado é porque a questão já foi discutida de uma forma bem semiótica. Então, essa é a questão que me coloco. Como é que nós retomamos a nossa vanguarda internacional? E como é que isso não é uma questão de ganhar louros e admiração? Mas, como é que nós reconduzimos o Brasil para esse processo. Porque se há um País que tem chance nesse novo mundo da revolução industrial, nessa terceira revolução industrial. Um País que tem recursos naturais é o Brasil. Nós vamos perder essa oportunidade ou não vamos? Essa é a questão que até certo ponto me angustia, porque às vezes eu sinto que a gente pode perder. A gente pode deixar que se escape.

Então, a minha posição é que o Brasil deveria ter, eu acho que a solidariedade do Brasil com os Países em desenvolvimento não é o aspecto principal na nossa posição. A solidariedade do Brasil sul, sul não é o aspecto principal. Isso já na reunião de 92, nós já incluímos. Que era assim: Reunião para discutir o meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Nós já incluímos essa preocupação. Nós temos essa preocupação. Mas, o aspecto principal do Brasil agora é se destacar, é ser ele. E a partir da sua singularidade, propor uma solução para a questão mundial, e não pura e simplesmente ficar perto da Índia, perto da China que na verdade são Países que estão um pouco distante desse processo. A própria China começa a compreender. Reduz o seu crescimento, a própria China começa... Percebeu que existe um espaço enorme para modernizar sua indústria. Então, eles começam

a perceber pouco a pouco. Então não vamos ficar do lado, no meu entender, daquelas pessoas que ainda não compreenderam totalmente o assunto. Vamos ficar ao lado daqueles que já compreenderam e vamos um pouco a diante. Essa é a minha proposta. Eu sei que desfaz um pouco essa visão norte, sul, mas nesse caso do planeta, com todo o problema diferenciado, a visão norte, sul não é mais importante. A visão é planetária mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Obrigado, Deputado Gabeira. Tem um questionamento ao Senador Collor, vou passar para ele, para que ele de forma sucinta faça a resposta. Depois eu transiro ao Capobianco e ao embaixador Everton.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas para responder os questionamentos feitos pelo Deputado Mendes Thame. Primeiro lugar a questão do Itamaraty. Num sistema presidencialista, o Presidente associa a chefia de Estado com a chefia de Governo. Então o Itamaraty, Relações Exteriores e Forças Armadas são as únicas duas carreiras de Estado, que têm uma interface com o mundo exterior, o mundo externo. E são as únicas que tem essa interface com o mundo exterior e que cuja progressão na carreira é feita mediante provas, ascensão, é feita mediante o mérito. Então, em um regime presidencialista, o Presidente da República é em relação a essas duas carreiras, o chefe, um termo assim bem antiquado e fora de propósito, o chefe Supremo das Forças Armadas. Em relação ao Itamaraty é ele quem dita a política externa que o País vai adotar. No Parlamentarismo é diferente. No Parlamentarismo, o Chefe de Estado determina essa política externa e também na questão das Forças Armadas e o chefe de Governo trata das questões internas do País.

Em relação a essas pequenas hidrelétricas, alguns anos atrás eu acho que foi ainda no Governo Fernando Henrique, houve uma... Um Projeto de incentivo à construção de pequenas hidrelétricas. E isso motivou muito, a iniciativa privada. Algumas grandes indústrias, motivada por esse incentivo, construíram pequenas centrais hidrelétricas e aproveitando pequenas quedas d'água iam... Isso, eu não sei em que ponto está. Em relação à energia nuclear, eu sou inteiramente contra Angra 3. Absolutamente contra. É um posicionamento pessoal meu. Até porque, eu acho que é uma fonte energética já extremamente antiquada, extremamente já em desuso. Quer dizer, ninguém mais hoje, acha que essa seja uma vertente para resolver os problemas de abastecimento de energia elétrica de seus Países. E eu diria que é uma carroça do sistema elétrico. É uma coisa inteiramente ultrapassada. E ao mesmo tempo, o

que me preocupa mais ainda com a questão de angra 3, é que com angra 3 o Brasil vai ganhar em escala, na questão da necessidade do urânio enriquecido. E essa questão de se fazer angra 3, e concluir angra 3, 70% do equipamento todo adquirido, isso está encontrando eco, em algumas áreas do Governo, áreas extremamente importantes, baseado naquele axioma, falso, no meu entender, de que um país hoje no mundo, só é respeitado se tiver o conhecimento do átomo e com isso possibilidade de fazer o seu artefato atômico, com base nessa suposição inteiramente falsa, existem pessoas querendo emular essa questão...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Presidente Collor, poderia interrompê-lo, eu queria dar ao Presidente Casagrande, ele é muito novo, um testemunho. Eu entendo que só Olavo Bilac teve uma visão maior do que o Presidente Collor, sobre a natureza. Aquele negócio. Em 1992, eu era Prefeito. O exemplo arrasta. V.Ex^a. na vanguarda da Eco 92, eu era Prefeito lá no Piauí em Parnaíba, logo depois eu era Governador do Estado. Presidente Casagrande, só criei uma secretaria. Meio Ambiente. Eu tive a oportunidade, Presidente Collor, estar longe de imaginar, só Olavo Bilac, com a capacidade poética ele, deu a mensagem melhor. E dirigiram um Fórum de meio ambiente, já na Secretaria de Meio Ambiente Nacional na Universidade Federal Campos Reis, Ministro João Paulo Reis Veloso, da minha cidade. E eu sou médico, fui professor de biologia muito tempo. Esse dias eu fiquei encantado, Casagrande, com o desenvolvimento depois da Eco 92, do termos de meio ambiente. Do nível cultural dos técnicos. Tudo começou com aquilo.

Então, só queria dizer que faz apenas 15 anos. Foi essa grande transformação. E ao Presidente Casagrande que está aí, eu vi como o Piauí, como o Brasil melhorou. Eu acho que outros Governadores criaram. Eu criei a Secretaria de Meio ambiente. Eu acho que nós somos 5560 Municípios. Casagrande, se V.Ex^a. iniciasse uma campanha de que todos os Municípios tivesse a sua secretaria meio ambiente, eu entendo que o Prefeito, o Presidente Collor também foi Prefeito, é o grande artífice. O Presidente Lula tem suas qualidades, suas sensibilidades. Ninguém nega. Presidente Casagrande falhou, o Fome Zero e eu o adverti. Porque eles afastaram o organograma. Eles queriam criar a roda. É o Prefeito. Eles não buscaram o Prefeito. Eu adverti que não ia dar certo. Porque o PT tinha muito poucos Prefeitos. Então, eles não se aproximaram dos Prefeitos. Então V.Ex^a. eu acho que se iniciar uma campanha de que todos os municípios terem uma secretaria de meio ambiente, como influenciado pelo Presidente Collor, nós criamos no Piauí e ele melhorou. Então V.Ex^a., Presidente Collor, é os aplausos V.Ex^a. contribuiu e

mostrou ser um Presidente de muita investigação que agora que estamos, o mundo se preocupando, com que V.Ex^a. se preocupou 15 anos atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Obrigado Senador Collor, obrigado Senador Mão Santa. Com a palavra Secretário Capobianco.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Bem, Sras. e Srs. Deputados, Senadores, agradeço mais uma vez a oportunidade.

De fato, as várias intervenções aqui, as várias participações dos Parlamentares nos levam, ou me leva, me estimula a debater pontos extremamente importantes que foram aqui colocados, mas eu vou buscar me ater às perguntas objetivamente para darmos mais objetividade, para ser mais rapidamente. Primeiro com relação ao Senador Casagrande, quer dizer, a questão do Plano Nacional de Mudanças climáticas, gostaria de comentar até de comentar a fala do Senador Collor. Na realidade, o que se pretende é repetir a experiência que nós temos com a avaliação positiva, do grupo interministerial de combate ao desmatamento. O que acontece? A avaliação do Governo, todos nós, eu concordo e todos nós concordamos de que: Criar Comissões, via de regra, se destinam a adiar decisões, mas no caso do plano de prevenção e controle do desmatamento foi diferente, um plano onde o presidente, por Decreto, determinou o objetivo, determinou as diretrizes do plano e determinou que no prazo de três meses elaborado fosse um plano detalhado, uma ação detalhada com orçamento para ser implementado. A vantagem que nós tivemos no plano de prevenção e controle do desmatamento, acordado pela Casa Civil, o Presidente da República determinou ao Ministério da Casa Civil que se acordasse o plano, foi que era um plano de ação, não era uma Comissão para discutir o problema. Era um grupo interministerial para implementar um plano de ação que justamente tinha essa missão: De reduzir. Naquela ocasião não foi possível quantificar, não foi possível definir uma meta, na realidade nós não tínhamos elementos para definir, vamos reduzir em tantos por centos, reduzir o desmatamento, eu acredito que hoje, Collor, Gabeira, estabelecer metas internas, compromissos internos de redução. O Brasil deveria fazer esse exercício. Não seria fácil, teríamos que promover um debate amplo, nós temos que envolver os setores que contribuem para esse processo de desmatamento. Nós temos que chamar a responsabilidade dos Governadores, os Prefeitos como bem colocou, os atores locais, as comunidades de classe, o setor empresarial, para construirmos essa meta, eu acho que o Brasil deveria fazer isso e pode fazer, nós demonstramos para nós e para o mundo, queria dizer

que o Brasil tem sido citado seguidas vezes por líderes internacionais como um exemplo de que quando há vontade política há possibilidade, redução do desmatamento, foi algo, era algo que ninguém acreditava. E isso foi possível.

Então, eu acredito, que eu sou favorável de que se faça, que o Brasil experimente estabelecer metas internas, metas internas, construídas com a sociedade brasileira e que passa a cumpri-las.

Então, a proposta do Plano Nacional de mudanças climáticas não é uma Comissão, é um plano, o Presidente da República, e o objetivo é construir esse plano e integrar... Está sendo elaborado. Agora, a fase inicial desse processo decorreu de um entendimento entre três Ministérios. Nós temos nessa questão, de mudanças climáticas, nós temos o Ministério de Ciência e Tecnologia como o Embaixador Vargas, já esclareceu, tem um papel central nesse debate, aliás, é o ponto focal no Brasil técnico desse tema.

Então, nós temos o MCT, o Ministério de Relações Exteriores e Ministério do Meio Ambiente. A Ministra Maria Silva esteve discutindo e tratando preliminarmente desse assunto com o Ministro Celso Amorim, devemos ampliar isso agora de forma intensa com MCT, para iniciarmos um processo que foi autoridade pelo Presidente da República.

Então, não há ainda, certamente Senador Casagrande, esse debate, esse plano dependerá de uma discussão com os atores envolvidos, o Parlamento é essencial nesse processo e está previsto, inclusive, que o fórum de mudanças climáticas, faça relação direta com a sociedade, traga os inputs, as propostas da sociedade e do setor empresarial e acadêmico, para este plano. Eu imagino que nos próximos meses, nós vamos ter um intenso debate com todos atores para que esse plano represente de fato, as idéias de todos.

Com relação a metas internacionais, o senhor perguntou se o Brasil, ah, sim, falou sobre a questão muito importante sobre matriz energética. Eu concordo plenamente, o Ministério do Meio Ambiente defende um debate aprofundado sobre matriz energética. Isso tem a ver, inclusive, com o que o Deputado Gabeira colocou. O Brasil, ele tem que fazer opções. Essas opções dependem de investimentos político, institucional e financeiro. O Brasil tem que fazer opções. Para onde vai a geração de energia elétrica do Brasil? Nós temos vantagens claramente colocadas. Se nós não analisarmos aquilo o que o Senador Collor colocou, quer dizer, o Brasil diferentemente de um país como os Estados Unidos, dos países da União Européia, o maior problema na emissão daqueles países decorre da geração de energia, da atividade econômica, da atividade econômica. No nosso caso não, nossa emissão

não depende, depende do desmatamento. Veja bem, o Brasil tem, portanto, uma vantagem de cara, isso não pode ser visto como um problema, é uma vantagem, quer dizer, o Brasil, a sociedade brasileira, o Parlamento brasileiro, o Governo Brasileiro, os poderes todos já decidiram que o desmatamento tem que ser votado, não estamos discutindo isso no Brasil, não há setores que defendem o desmatamento, de forma ativa. Tem alguns segmentos menos esclarecidos que em vez em outra defendem isso, majoritariamente há uma decisão pela redução, estamos num caminho bom, ótimo, vamos ter que reduzir, não vamos ter que cortar na carne, digamos assim, para ter que reduzir. Segunda questão. O Brasil com o biocombustível, etanol, toda sua potencialidade ambiental, ele tem objetivamente, tem efetivamente um caminho para frente diferente dos outros países. Nós temos países hoje, que a sua economia depende da queima de combustível fóssil e não tem nenhuma alternativa na Mesa. Nós não dependemos de combustível fóssil, em grande parte, dependemos parcialmente e temos alternativa na Mesa. O Brasil de fato tem como assumir o papel tem como consolidar, não é uma bravata, o Brasil tem efetivamente um horizonte promissor, em relação a matriz energética principalmente. Ora, o Brasil lançou o programa do PROINFA, para estimular objetivamente produção de energia elétrica por fontes alternativa. Onde o PCH é o carro chave importante nisso aí. O Brasil tem que investir nisso, está correto o Deputado Mendes Thame, o Brasil tem que investir mais, o Brasil tem que investir, nós temos tecnologia para isso e, portanto, nós não concordamos de que o futuro da geração de energia elétrica no Brasil é obrigatoriamente renovável. Nós não concordamos. Nós temos certeza que uma decisão firme do poder público, da sociedade brasileira, possa fazer com que o Brasil desenvolva, amplie ainda mais o seu potencial em energias renováveis.

Com relação se o Brasil aceita metas internacionais em redução desmatamento, eu queria dizer o seguinte, de fato eu concordo plenamente que o debate não é uma questão Norte versus Sul, esse não é o debate. Concordo com isso. O problema é o seguinte, como disse muito bem o Embaixador Everton Vargas, queremos deixar claro que a posição do Ministério do Meio Ambiente, inclusive, já de certa forma, Senador Thame, em vários momentos, como se houvesse uma diferença intrínseca entre o MA e o Relações Exteriores, eu queria dizer ao Senhor que isso não é realidade. Queria dizer isso francamente, de espírito aberto, não é verdade. O Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Relações Exteriores, comungam, no princípio fundamental no seguinte: Se o Brasil reduzir a zero suas emissões, se o Brasil reduzir a zero, o desma-

tamento nós vamos perder a Amazônia e nós vamos todos perder o Rio de Janeiro, perder Recife, perder Guarujá, perder Santos, São Vicente. O problema não é esse, o problema é o seguinte: O Brasil, não se trata de uma guerra norte, sul. Se trata objetivamente de que para resolver os problemas de mudanças climáticas, os países emissores terão que reduzir muito mais. Não se trata de uma disputa política. Ora, se o Brasil aceita metas de redução, se aceitar metas de redução implicará em que os países mais emissores assumam compromissos muito maiores do que eles têm hoje? Porque não. Não tem nenhum problema. O problema é que essa discussão não está colocada, Em Nairobi, que o Senhor estava e eu também estava, se jogou uma cortina de fumaça, tentou-se colocar o Brasil numa posição defensiva, no Banco dos réus, acusando o Brasil, de não querer assumir metas, esse seria o grande responsável pelo fracasso da discussão. Porque os países desenvolvidos, não coloca o seu compromisso em mudar radicalmente sua matriz energética, em assumir compromissos radicais de redução de emissão. Não, se jogou tudo nas costas do Brasil, graças a uma ação pró-ativa nossa, nós revertermos. Porque nós poderíamos ter saído de Nairobi como o País... Olha só, o país que mais tem reduzido, o país que está levando propostas concretas. Claro, que com isso daqui Deputado Gabeira, não estou fazendo um discurso que está tudo maravilhoso. Pelo contrário. Eu defendo que o Brasil tenha uma liderança mais construtiva, o Brasil pode fazer isso. Pode, concordo plenamente. Temos que fazer muito mais. Agora, o que se tentou fazer ali era inverter era o jogo. Porque o Brasil e outros não querem assumir metas. Ah, então, está acabada a convenção. Ora, pelo amor de Deus.

A pergunta é: Porque os países envolvidos não assumem pelo menos cumprir o que assumiram de compromisso? Nem isso. Essa que é a realidade. Portanto, eu queria dizer Deputado Mendes Thame, com toda a transparência, a liberdade que eu tenho com o Senhor. Parlamentar que todos nós admiramos muito: É que nós precisamos por um fim a essa pretensa pseudodivergência do Governo, que o MA defende uma coisa, o Itamaraty defende outra, o MCT defende outra. Não é verdade. Neste Governo, eu posso dizer, me sinto, orgulho como cidadão de ter participado de um Governo, onde os assuntos foram debatidos. Onde as posições foram debatidas e as divergências que ocorrem são tratadas dentro do Governo, e prevalece a decisão no Governo. Ora, porque o Ministério do Meio Ambiente tem sempre que prevalecer a sua posição? Nós estamos discutindo uma questão de Estado. E o debate que tem ser feito de forma clara. E se o Estado Brasileiro entende que, no momento a posição

tal é melhor para o País, todos nós que operamos no Governo temos que trabalhar nessa mesma direção, para construirmos o melhor para o País. Portanto, eu acredito sinceramente o que o Brasil tem dado uma contribuição. Temos que avançar mais, mas, nós estamos dando uma contribuição.

Com relação ao que o senhor perguntou Deputado Mendes Thame, sobre a questão da legalidade do desmatamento, o senhor colocou um tema central, extremamente importante, eu agradeço ter colocado isso. O nosso problema no desmatamento, no nosso ponto de vista, nós temos dois clientes, digamos assim, quando nós enfrentamos o desmatamento. O primeiro é o desmatador ilegal que infelizmente, constitui a grande maioria. Quer dizer, se nós, nós temos os dados que o senhor perguntou, aliás, são dados que eu analiso, é o meu drama. Eu no Ministério do Meio Ambiente sou encarregado de gerir o plano e prevenção e controle ao desmatamento. E eu junto com o INPE, sou responsável por fazer o relatório de avaliação do desmatamento. Portanto, esse é um dado que eu avalio permanentemente. E lamentavelmente, lamentavelmente, 85% do desmatamento verificado nos últimos anos, são ilegais. São ilegais porque não foram autorizados, ou seja, se você cruza as autorizações emitidas, não só pelo IBAMA. Eu queria dizer que o IBAMA é o que menos emite. Mas você pega as emissões dos Estados, porque órgãos Estaduais podem emitir, no caso do Mato Grosso, por exemplo, no caso Rondônia. Soma as autorizações emitidas no Estado, soma ácido IBAMA, cruza com o desmatamento efetivado, a constatação é que oitenta e cinco por cento no mínimo é ilegal, é ilegal porque não foi autorizado. Portanto, nós temos a obrigação nesse caso, de combater com todo o rigor da lei esta ilegalidade. Agora, nós temos 15% do desmatamento legal que o proprietário ele tem o direito a desmatar, segundo a Legislação brasileira, e se ele solicitar autorização e o órgão ambiental não der, ele pode ir à justiça obter por via judicial, ele tem o direito legal. Este é o segundo cliente, que eu digo que é no convencimento. Nós temos que mostrar para ele, que ele ganha mais se ele não desmatar, para isso, entra na sua próxima pergunta. O que o Ministério do Meio Ambiente tem feito para viabilizar isso? Eu diria ao Senhor que a resposta não é só o Ministério do Meio Ambiente. É EMBRAPA, o poder do Ministério da Agricultura, é o MCT, que tem feito um trabalho enorme e o MA principalmente, são esses três Ministérios que estão sendo trabalhados. O que nós temos buscado fazer? Tornar o manejo florestal viável no Brasil, o manejo florestal e não o madeireiro, o madeireiro e não madeireiro, ou seja, amplo, serviços ambientais inclusive. Para isso, nós trabalhamos em duas frentes, uma na capacita-

ção na criação de metodologia e de capacidade para o manejo. O resultado disso pode ser mensurado em números. Em 2002 nós tínhamos 200 mil hectares de florestas na Amazônia manejadas sob a certificação do (inaudível) que é o sistema internacional de gerenciamento e credenciado do manejo. É o mais rigoroso que existe, ele verifica se aquele manejo está de fato ocorrendo de forma sustentável, ponto de vista ambiental, social e econômico, nós tínhamos 2000 hectares, hoje nós temos quase 2 milhões.

Então, a resposta é muito clara: O Brasil tem capacidade, o Brasil tem tecnologia para fazer, o que o Brasil não tinha? O Brasil não tinha uma Legislação que permitisse que a exploração das florestas se desse de forma estável do ponto de vista institucional, o que acontecia na Amazônia, Deputado, é que lamentavelmente, não, graças a Deus, afortunadamente, a grande parte do território do Amazonas é de floresta pública, Estadual ou Federal. O que ocorria? As empresas sérias que é queriam fazer o manejo, não entravam na Amazônia, não havia como obter terra para fazer o manejo florestal. Você não faz manejo florestal em 100 hectares, que é o que é fácil de se obter pelo INCRA, ou 400 hectares, hoje. Você faz manejo florestal em 10, 20 mil, 100 mil hectares, para que isso seja economicamente viável e sustentável. O manejo florestal na Amazônia de madeira implica em retirar seis árvores por hectare a cada 30 anos, eu não sobrevivo, em uma atividade econômica tirando seis árvores por hectare a cada 30 anos em 100 hectares. São áreas extensas necessariamente. O que acontecia era que, como isso era de Poder Público, não havia possibilidade de atuação ali, havia uma indústria da grilagem, só enfrentava na Amazônia, empresa que estava disposta, através de grilagem, operar na clandestinidade, no manejo predatório. Que é a realidade Amazônia de grande parte hoje. Com a lei de gestão de florestas públicas, se permitirá finalmente agora... Nós estamos aqui, inclusive, vamos submeter ao Congresso, o primeiro relatório, do primeiro ano de gestão de florestas públicas, que está pronto. Estamos fechando hoje. Hoje tem uma reunião da Comissão de florestas públicas que eu presido, não estou lá, porque estou aqui, mas, justamente para fechar o relatório que virá do Senado, para mostrar os resultados, do primeiro ano de gestão de florestas públicas, conforme diz a lei, onde nós vamos ter finalmente a possibilidade de que empresas sérias que de fato tenham todos os procedimentos adequados possam, operar na Amazônia, sob um grau de institucionalidade adequado. O que acontece? Com isso nós vamos responder a pergunta, ao comentário do Senador Collor, que muito me preocupou, que é o seguinte, Senador, o Senhor disse o seguinte: O Brasil,

o senhor disse o seguinte: se eu anotei corretamente, que é mais fácil o senhor induziu, deu a entender que é mais fácil reduzir o desmatamento, depende só de nós, do que um País desenvolvido mudar sua matriz energética, a sua economia. Não é, Senador. Não é. A nossa pesquisadora Bertha Backer que todos aqui conhecem, uma pessoa de profundo conhecimento da Amazônia, publicou um artigo no Jornal O Globo, recentemente, que fez todos nós do Ministério do meio ambiente ficarmos profundamente desolados. Ela demonstrou aquilo que nós já sabíamos empiricamente, mas, ela provou que o resultado do plano de prevenção e controle do desmatamento, que reduziu 50% do desmatamento na Amazônia, aumentou a pobreza. Isso é lamentável. Isso é lamentável. A economia da Amazônia, Senador, está baseada no manejo predatório. O problema é que ela gera emprego, empregos de péssima qualidade, é verdade. Mas, ela gera economia. Em karajás, no pólo de karajás, o pólo guseiro de karajás movimenta 1.7 bilhões de reais na economia informal da produção de carvão de origem madeireira ilegal. Temos empregos mais 100 mil empregos diretos e indiretos vinculados diretamente a isso. Nós temos que oferecer alternativas a essas pessoas. Portanto, dizer que reduzir desmatamento depende apenas de uma decisão de fazer acontecer e acabou, não é assim, nós temos que investir, investir muito para que essas pessoas, que vão ter que sair da economia predatória, que elas tenham economia não predatória para realizar. As pessoas precisam sobreviver. Infelizmente a economia foi montada num processo predatório de grilagem de terra, de corrupção, de desmatamento ilegal e assim, as pessoas estão sobrevivendo. Portanto, nós temos que inverter isso.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL) – Se o senhor me permitir, eu diria o seguinte: Seria o mesmo raciocínio de que causaria um desemprego como realmente causou, não é, quando nós lutamos tenazmente para acabar com o garimpo na Amazônia. O garimpo na Amazônia dava milhares e milhares de empregos e subempregos, mas poluíam os rios, desmatavam para fazer as avionetas descerem. O fato de isso gerar um desemprego, isso não justificaria uma não ação de vossa parte.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – De forma nenhuma.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL) – No caso aí também o senhor está falando nisso tudo, mas tem aí o trabalho escravo. Tem o trabalho, o trabalho com crianças. Que são utilizadas para isso.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Claro, claro.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL) – Então, quando eu digo que a redução do desmatamento, a redução drástica do desmatamento, só depende de nós, depende de nós sim, em todos esses aspectos, em todos esses aspectos. Se isso vai gerar um desemprego na área, um desemprego que a gente não pode dar sequer esse nome porque é uma coisa degradante.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Subemprego.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL) – O trabalho escravo é degradante, nós temos que dar compensações sociais.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Exatamente.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL) – Agora, isso tem que ser feito a partir de um trabalho conjunto. Agora, o fato de isso, nós cruzarmos os braços, vamos deixar desmatar porque senão, o pessoal vai ficar desempregado. Essa é uma afirmativa que eu não posso concordar.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – De forma alguma essa é uma afirmativa, eu quis dizer para o Senhor, não foi isso. Eu quis dizer o seguinte: A decisão de redução está mantida, nós continuamos a manter, vamos reduzir ainda mais. Essa é a meta do Governo, o Presidente da República determinou redução maior, nós queremos reduzir a zero o desmatamento ilegal. A zero, essa é a meta do Governo.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL) – Estamos falando de desmatamento ilegal.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Eu não quis dizer que nós não devemos fazer, eu quis dizer que há um custo enorme, para isso. Por isso o Brasil foi no âmbito da Comissão de clima, buscar uma ferramenta de incentivo financeiro positivo para isso, nós precisamos ter recursos para investir na economia da floresta em larga escala, em pequena escala já investimento, e temos resultados em larga escala na economia da floresta. Aí, mais uma vez, encerrando Senador Casagrande. Mais uma vez que eu digo que a nossa posição no fórum internacional Senador Mendes Thame, é uma posição de Governo, não é de Ministério. Nós dizemos aos países desenvolvidos que deixamos de emitir 400 milhões de toneladas de forma voluntária, vamos continuar reduzir a missão. Mas nós precisamos no âmbito do acordo da convenção, receber incentivos positivos por isto, porque a compreensão prevê isso daí, nós não estamos vendendo a nossa ação. O Senhor disse: Vocês reduziram, mas estão cobrando. Nós não estamos cobrando nada, nós estamos dizendo que no âmbito da cooperação internacional...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP) – Ambientais, porque não...

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Mas, veja bem, não é nem o caso, deu a entender que quase fosse uma chantagem. Mas não é isso. Objetivamente, a convenção diz, determina que os signatários, e todos são signatários, como bem disse o Embaixador Everton Vargas, os Estados Unidos também é signatário, embora não ratificou Kyoto. Lá diz que é sim compromisso e obrigação, que haja cooperação internacional, haja transferência de recurso tecnológico para que se atinja o objetivo da convenção que é redução da emissão. Se o Brasil por conta própria, recursos próprios, com decisão própria, voluntariamente, decidiu reduzir o desmatamento em 50% e quer continuar reduzindo. Porque não isso não tem valor no âmbito da convenção? Porque o Brasil não pode com isso, receber recursos, investir mais para aprofundar a redução do desmatamento e aí sim, com geração de alternativa de emprego e renda, manejo adequado da floresta. Esse é o nosso desafio. Portanto, mais uma vez, queria dizer que é o momento que mostra uma unidade entre o Governo, o Governo Brasileiro como um todo, o Estado Brasileiro está discutindo isso no âmbito da convenção de forma integrada. E encerrando, eu não entendi, Deputado Mendes Thame, sobre a proposta que o Embaixador teria apresentado, quer dizer, o que eu entendi que o Embaixador apresentou, foi essa proposta. Quer dizer, a proposta o que o Brasil hoje está debatendo no foro internacional é de compensação por redução de emissão de desmatamento para todos os países em desenvolvimento. Não só do Brasil. É essa proposta. Agora, se há uma outra proposta que eu não percebi, após o Embaixador esclarecer, posso dizer ao senhor se conhecemos ou não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP) – O Senador Collor, fez uma observação, importantíssima, que talvez tenha passado despercebido. Falou da dificuldade em recuperar das áreas já degradadas. O que está impedindo que esses incentivos o que o Senador colocou...

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Desculpe, até aqui devido ao meu papel, eu acabei pulando uma questão que o Deputado Gabeira colocou extremamente importante.

Nós temos a possibilidade, inclusive, previsto no MDL de recuperação de florestas antigas. O Brasil, nós tivemos agora... Acabamos, graças a uma contribuição do Brasil, inclusive, conseguimos nos acordos, na negociação necessária, a implementar essa... O MDL florestal que a gente chama, nós temos agora os critérios para isso. Uma condição fora do Brasil, e nós já estamos iniciando o desenvolvimento de uma propos-

ta nessa linha. Qual é a idéia? A idéia é elaborar um programa ambicioso, no sentido que a gente possa se utilizar, nos utilizarmos desse mecanismo do MDL. Na linha do que se colocou, Deputado Gabeira, quer dizer, se eu tenho, se eu posso fazer esse (inaudível) carbono, se isso gera crédito, e eu obtenho na venda do crédito recurso para fazer o serviço, eu vou poder criar um mecanismo extremamente promissor não só para Amazônia, para Mata Atlântica, para as encostas, Rio de Janeiro, nós temos um espaço enorme para isso. Exatamente.

Então, de fato me desculpa, responder isso aqui, me permitiu colocar isso, nós estamos trabalhando seriamente nessa linha. Inclusive, temos até uma (inaudível) especialista brasileira, importantíssima, que está nos ajudando a desenhar uma proposta nesse sentido, para que a gente possa de fazer, o Brasil possa competir e com projetos desburocratizantes exatamente, porque ele é dirigido, inclusive, a pequenos proprietários, principalmente. Para que a gente tenha o replantio de florestas, seqüestro de carbono, com geração de emprego e renda na linha do que você colocou, Deputado.

DEPUTADOR FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– com todo nosso apoio. Trinta segundos só... Sobre a relação do Brasil com os outros países, sobre tudo os países chamados desenvolvidos, nesse campo. O modelo que eu tenho na cabeça é o modelo que nós temos no nuclear. Nós assinamos o tratado de não proliferação e continuamos a lutar para que os outros reduzam seus armamentos, não lutamos tanto, porque não temos ainda essa desenvoltura, mas o Brasil além de assinar o tratado de não proliferação, ele, por exemplo, foi um dos primeiros países a aceitar as indicações da ONU para restringir algumas ações do Irã, porque faz parte da visão.

Então, o modelo é esse, quer dizer, a gente faz e exige que o mundo faça, é essa a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Vamos passar a palavra agora

para que a gente possa partir para o encerramento da nossa audiência, para o Embaixador Everton e solicitando que ele possa usar o máximo poder de síntese que ele tem, já foi aqui exaltado pelo Deputado Mendes Thame.

EMBAIXADOR EVERTON VIEIRA VARGAS –

Muito Obrigado Senador. Como eu vi uma vez numa peça sobre o funcionamento do Congresso Americano, que deram a palavra ao Senador e pediu para que fosse breve. Eu vou repetir a frase: Eu serei tão breve, quanto eu serei. Eu vou procurar ser o mais conciso possível.

Vou ir diretamente aos pontos que me foram colocados. Na questão de metas, houve aqui uma questão direta sobre... O Brasil defende que após 2012 sejam estabelecidos, para ele, metas de redução de emissões? Essa questão de metas, para os países em desenvolvimento, tem que ser vista dentro do regimento internacional sobre mudança do clima. Esse regime foi estabelecido pela Convenção, Quadro sobre Mudança do Clima e pelo protocolo de Kyoto. Mas, a pedra angular disso é a convenção. Na convenção exatamente em função das responsabilidades comuns, porém, diferenciadas dos Estados, foi estabelecido que apenas os países do chamado anexo um, isto é, os países industrializados e as antigas, antigos países socialistas chamados de economias em transição, tivessem metas. Então, pelo tratado internacional, apenas eles têm metas, o compromisso deles de meta é esse. Portanto, qualquer estabelecimento de uma meta internacional não só para o Brasil, mas para qualquer País em desenvolvimento. Qualquer País que não esteja no anexo 1, representaria, renegociar a Convenção. Renegociar a Convenção significa reabrir todo o processo político de negociação, desse tratado internacional com consequências inimagináveis para a sobrevivência do regime internacional. Sim Deputado.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Senador, jamais interromperia. Mas, não é totalmente verdade se um País decide unilateralmente determinar metas.

EMBAIXADOR EVERTON VIEIRA VARGAS – A segunda parte da minha exposição seria esta. Esse é o que eu estou dando aqui é o marco legal, é o marco legal em que nós estamos atuando. Portanto, o Brasil chegar dentro da convenção, no âmbito da convenção e dizer: Nós vamos ter metas dentro da convenção. Isto não tem amparo legal dentro da convenção, não há como a conferência das partes, não há como o secretariado monitorar isso da maneira que ele faz com os países do anexo 1. Todavia, como disse o Secretário Capobianco é obvio o que o Brasil é um País soberano, para estabelecer metas internas. Isso ele pode fazer. É uma decisão de Governo, é uma decisão que depende de vontade política. Existe toda uma complexidade em matéria de metas, não nos iludamos. Essa complexidade decorre de qual é o percentual que se vai estabelecer? Que setores serão contemplados? Quais são as reais medidas que têm que ser tomadas do ponto de vista do monitoramento dessas metas e do seu efetivo cumprimento? Que não é uma coisa simples.

O caso do desmatamento eloquentemente colocado aqui pelo Secretário Capobianco é bastante elucidativo nisso. Mas, eu acho que o Brasil por outro lado tem já um trabalho feito. Nós temos na questão,

por exemplo, dos biocombustíveis e na questão do mesmo do desmatamento, antes, tivemos antes de tudo vontade política. Vontade política que se traduziu em nº.s. Se traduziu em nº.s. Nós temos hoje dentro, se tomarmos alguns dados, apenas do que significou adicionar etanol à gasolina ou substituir parte da gasolina pelo etanol, nós temos alguns dados significativos. Eu vou tomar a liberdade de ocupar algum momento a sua atenção, para dizer o seguinte: Que, por exemplo, em 2004, o uso do etanol em substituição à gasolina, evitou a emissão de 27 e meio milhões de toneladas de CO2 equivalente. De acordo com estudos da CETESB realizados no Estado de São Paulo, esta adição de etanol significou uma redução de 1,4 microgramas por metro cúbico de chumbo para menos, para menos de 0,10 microgramas de chumbo. E 1,4 microgramas, era o valor de 1977. Menos de 0,10 microgramas por metro cúbico, é o valor de 1991, conforme estabelecido, conforme chegado na comunicação nacional sobre mudança do clima.

No caso de enxofre, de 1984 a 2003 foi possível reduzir o conteúdo, as emissões de enxofre de 50 microgramas por metro cúbico para 15 micro grama por metro cúbico. Material particulado: Reduzimos de 90 microgramas em 86 a 50 microgramas em 2006. Isso apenas para mostrar que, com vontade política, se alcança também metas. O fato do Brasil não ter uma meta específica dentro da convenção e nem dentro do protocolo, não quer dizer que ele não possa estabelecer metas que ele possa atingir. A questão é que aí será para o Parlamento, será para o Executivo. Nós todos teremos que trabalhar juntos para ver o que é possível, porque também há um aspecto de política externa com metas internas. Se você estabelece uma meta interna e você não a cumpre, a sua posição negociadora no plano internacional é muito mais vulnerável, não tenha dúvida disso. Nós dificilmente teremos protagonismo internacional, liderança internacional unicamente porque estabelecemos uma meta interna. Nós só teremos protagonismo internacional, se essa meta for efetivamente cumprida.

No caso do desmatamento, o Brasil teve nos últimos anos uma oportunidade ímpar em termos de reforço da sua participação internacional. Por quê? Porque ele tem algo a mostrar. O fato de nós, hoje, sermos vistos como um paradigma na área de energia é uma questão extremamente importante do ponto de vista da política externa. Então, esse é um aspecto que eu queria colocar.

Um outro aspecto que é importante, relacionado com essa questão de metas é o seguinte: O que diz a Convenção a respeito das obrigações de todos os países. Não apenas do anexo 1, de todos? O art. 4.1 B

da convenção diz o seguinte: Que todas as partes de acordo com suas responsabilidades comuns, porém diferenciadas irão, formular, implementar, publicar, e atualizar regularmente, programas nacionais que incluam medidas para mitigar a mudança do clima enfrentando as emissões de gás de efeito estufa. Portanto, aí está o local onde nós podemos trabalhar, e o local onde o Brasil está se estribando, para apresentar a proposta que a Ministra Marina apresentou em Nairobi, sobre os incentivos, positivos para políticas para redução do desmatamento.

Além do mais, e aqui eu entro um pouco, já numa resposta, mais à frente, responder totalmente, do Deputado Mendes Thame. Também os países, todos eles, são convidados a promover e cooperar para o desenvolvimento, aplicação e difusão, inclusive, transferência de tecnologias, práticas e processos que controlem, reduzam e previnam as emissões antrópicas de gases do efeito estufa. O Brasil está fazendo isso, por exemplo, no caso do etanol, nós estivemos, agora, esse memorando entendimento, assinado durante a visita do Presidente Bush a São Paulo, mas temos também, ações concretas, por exemplo, a EMBRAPA acaba de abrir, em Gana, um escritório na África. Exatamente para promover cooperação internacional com a África em vários setores, obviamente, não só na área de biocombustíveis, mas os biocombustíveis são certamente uma área fundamental para isso.

É preciso ter presente que a própria convenção, o texto negociado diz o seguinte. No art. 4.7 que o grau de efetivo cumprimento de compromissos assumidos sob a convenção por países em desenvolvimento, dependerá do compromisso efetivo e do cumprimento pelos países desenvolvidos, no que se refere as recusas financeiras, transferência de tecnologia. E mais. O cumprimento dos compromissos dos países em desenvolvimento levará plenamente em conta, o fato de que o Desenvolvimento Econômico e Social e a erradicação da pobreza são as prioridades primordiais e absolutas das partes, países em desenvolvimento. Portanto, existe um marco jurídico dentro do qual nós temos que nos organizar, temos que trabalhar para fazer. Esse marco jurídico é amplamente flexível, ele é amplamente capaz de nos dar uma base para a elaboração de uma política nacional na área de mudança do clima, que eu concordo com o Deputado Gabeira, é uma, não se trata apenas de uma política ambiental, trata-se antes de tudo de uma política estratégica, porque mudança do clima não tem haver apenas com a questão ambiental, per ser(F), mas tem haver com a economia, tem haver com o comércio, tem haver com a tecnologia e isso é extremamente importante.

Outro ponto que me foi levantado aqui foi a questão do MDL sobre excessiva burocracia e falta de conhecimento. Eu devo dizer o seguinte, a Legislação brasileira sobre MDL ela é a cópia exata do que resultou do processo negociador no âmbito da conferência das partes da convenção. O Brasil não fez nenhuma, nenhuma adição àquilo que foi negociado dentro da convenção. Exatamente porque nós não queríamos ter maiores burocracias. Eu aceito a crítica de que ele é um pouco burocratizado, sim. Mas, foi o que se pôde fazer para evitar que o MDL fosse pervertido por aqueles, por aqueles que queriam utilizá-lo de uma maneira insidiosa, para fugir aos seus compromissos de redução doméstica. Porque essa foi a grande questão que se colocou, quando regulamentamos o protocolo de Kyoto, que os países que tinham obrigação de redução de emissões, queriam evitar tomar as medidas internas que são custosas por meio de projetos em países em desenvolvimento.

Um outro aspecto que eu gostaria de colocar aqui e aí eu entro um pouco nas questões do Deputado Mendes Thame. A questão dos bens ambientais, eu devo lhe dizer, Deputado, que efetivamente isso é um dos temas que está na declaração de Doha. Mas, nós enfrentamos um desafio muito grande no plano internacional que é a definição do que são bens ambientais. Não há consenso. Isso é estar sob uma discussão muito acirrada e complexa no âmbito do comitê de comércio e meio ambiente da OMC e enquanto nós não tivermos uma definição clara do que são bens e serviços ambientais, nós não temos como colocar qualquer produto lá. Agora, sou o primeiro a concordar com V. Exa de que se trata de um assunto da maior importância para o Brasil, porque não se trata apenas do etanol, dos biocombustíveis, mas trata-se também do fato que nós temos a maior biodiversidade do mundo. E essa biodiversidade tem que ser valorada, ao valorar a biodiversidade por aí, que nós vamos evitar o desmatamento, o desmatamento não vai ser evitado cercando a Amazônia, uma coisa impossível, mas ele vai ser evitado dando valor aos bens que estão na Amazônia, agregando valor a eles no local, atraindo empresas que possam trabalhar lá e, sobretudo, treinando o nosso homem, treinando a população, educando-a para valorizar aquele produto.

Segundo ponto também o que o senhor me colocou, foi a questão tecnológica. Eu devo lhe dizer apenas o seguinte: A missão do Itamaraty não é identificar tecnologias, essa é uma missão ampla que eu acho que atribuiria mais a outros órgãos, inclusive, do Governo, o Itamaraty é muito atento à questão tecnológica, porque a tecnologia é um diferencial de poder. Agora, obviamente nós estamos atentos àquilo que

se vai fazer. Agora, nós trabalhamos muito não só em coordenação com outros Ministérios, mas também com iniciativa privada. E no caso específico do etanol celulósico, sem dúvida estamos trabalhando para isso, inclusive, é uma das áreas que estamos mais empenhados em cooperar. Inclusive, no Brasil, nós temos projeto significativo sobre isso e o Brasil nessa questão de etanol, ele tem uma postura tecnológica que não é a de um País recipiendário de cooperação, mas, é de um País que pode, não só oferecer cooperação, mas também compartilhar, discutir, inclusive, com outros países em nível adequado. E uma das coisas que é importante aí é a questão de normas e padrões para transformar o etanol numa *commodity* internacional. E isso é uma das coisas que nós estamos muito empenhados e recentemente lançamos um fórum internacional em Nova Iorque, a 1ª reunião ocorrerá em abril, em Bruxelas, com Estados Unidos, Índia, China, África do Sul e União Européia, que vamos trabalhar com isso com vistas a desenvolver um padrão internacional, o senhor que é um professor nessa área, sabe muito bem que uma coisa é ter etanol derivado da colza, outra coisa o etanol do milho, outra coisa da cana. Então, nós precisamos ter uma forma de negociar o etanol dentro de uma Bolsa de Mercantize(F) de Futuro, dentro de uma Bolsa de Chicago e etc. Outra pergunta o que o senhor me colocou foi a questão da proposta brasileira que eu me referi. Eu quero deixar claro o seguinte, nós temos na verdade, o Brasil tem na verdade duas propostas sobre a Mesa, que lhe fez. Vamos até ser mais preciso. Três propostas. Uma proposta foi aprovada em 1997 que foi o MDL. O mecanismo de desenvolvimento limpo. Isso está aprovado, adotado, regulamentado e funcionando. Segundo, o Brasil também em 1997 apresentou à terceira Conferência das Partes, uma proposta com vistas a estabelecer critérios para definir a responsabilidade dos Estados pelo aumento da temperatura da superfície do planeta. Por quê? Porque essa proposta tinha o objetivo de ser uma metodologia para se assignar a responsabilidade de cada País e a partir daí estabelecer as metas para os Países que têm metas, que são os Países do anexo 1. Essa proposta está, desde que ela foi apresentada, ela está na página da convenção quadro sobre mudança do clima. Ela sempre esteve, e devo-lhe dizer que ela tem sido examinada em diferentes seminários internacionais, diferentes discussões no âmbito do órgão subsidiário, sobre Assessoramento Científico e Tecnológico da Convenção e, inclusive, há um grupo de peritos que está fazendo um trabalho científico e que deverá ser completado no terceiro trimestre de 2007, e deverá ser apresentado um Relatório até 30 de outubro de 2007. E esse Relatório, obviamente, será exa-

minado na próxima Sessão do órgão subsidiário sobre assessoramento científico e tecnológico.

Eu devo lhe dizer que essa proposta é uma proposta extremamente técnica, ela é algo que eu devo lhe confessar, com toda a honestidade, que não me aventuraria aqui, a fazer uma exposição sobre ela, permito-me sugerir que um dia convidassem a Dra. Telma Crug, que é uma grande especialista nisso, ou o Dr. Gilvan Meira, por exemplo, o Dr. Migueis que são pessoas que estiveram no coração dessa proposta. Mas ela teve esse objetivo, de que as metas não fossem como foram em Kyoto, estabelecidas por um critério político. Porque assim, é que foram as metas definidas em Kyoto. As metas que estão lá no protocolo, elas não são metas definidas com base em qualquer critério objetivo.

Bom, a terceira proposta que nós temos é essa proposta que o Dr. Capobianco e eu nos referiríamos, que é a proposta referida pela ministra Marina Silva, que é a mais recente, que se refere aos incentivos positivos. Então, não se tratam de propostas excludentes, mas, são complementares. Todas elas representam o esforço que o Brasil vem fazendo ao longo dos anos, dentro do debate internacional sobre mudança do clima.

Quero, eu quero completar com duas respostas aqui, uma é a questão dos esforços da África que o Deputado Mendes Thame me falou, sem dúvida a questão de oleaginosas é extremamente importante. O trabalho do Brasil com outros países, em terceiros países é algo que o governo brasileiro considera politicamente importante. Mas eu quero dizer também, já que eu estou aqui no Senado, e com Deputados e coisas, de que isso vai representar também a necessidade de maiores recursos financeiros para o Itamaraty. Precisamos de recursos financeiros novos e adicionais ao nosso orçamento, porque nós precisamos, por meio da agência brasileira de cooperação, poder pagar co-operantes que vão lá, poder assumir os gastos que são inerentes a isso. Não se faz política externa sem dinheiro. Política externa tem duas coisas, dinheiro e gente. Gente o Itamaraty tem uma história de formar, dinheiro nós dependemos dos senhores e eu tenho certeza de que os senhores trabalharão e o secretário geral do Itamaraty, inclusive, é muito conhecido nessa Casa por ser um combatente pelo orçamento do Itamaraty. E eu sei, porque eu trabalhei com ele muito tempo, e sei quando ele se dedica a isso. E também, da cooperação dos senhores Deputados e dos senhores senadores.

Finalmente eu queria falar um pouquinho sobre a questão levantada pelo Deputado Gabeira, que é essa questão que nós estamos no limiar de uma nova revolução industrial. Olha Deputado, nós tivemos, já tivemos

a oportunidade de conversar, inclusive pessoalmente sobre isso, eu acho que o senhor não poderia estar mais certo. E devo lhe dizer que o Itamaraty que pensa que, o Brasil não como uma situação de momento, mas pensa o Brasil à luz da sua tradição ao abrigo do presente, mas com os olhos no futuro. Nós precisamos sim, debater o futuro desse País em termos de décadas, não em termos de um período, um mandato governamental, ou um mandato de... Uma Sessão legislativa, uma Legislatura. Nós precisamos pensar a longo prazo. E para pensar a longo prazo, nós precisamos reunir no Brasil, as melhores cabeças que nós temos, o Brasil tem capacidade para isso, nós somos uma sociedade capaz de fazer. Nós não estamos felizmente na da situação de outros Países que dependem, muito, da cooperação internacional para pensar a si próprio. Nós podemos pensar a nós mesmos a partir da nossa realidade e dizer ao mundo como é que nós queremos que ele seja a partir das nossas realidades dos nossos interesses, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Muito bem, embaixador Everton. Então chegamos ao fim da nossa audiência.

E a Comissão Mista de Mudanças Climáticas pediu audiência com o Presidente Lula, para que nós possamos ir lá e fazermos um debate, uma conversa com ele sobre as ações do governo nesta área. O Capobianco trouxe a informação de uma idéia que está sendo iniciada, e uma ação iniciada, do programa nacional sob mudanças climáticas. Acho que nós precisamos aglutinar forças em torno desse programa. O Presidente Lula precisa com a mesma empolgação que lançou e acompanha as ações do Programa de Aceleração do Crescimento, precisa estabelecer com empolgação, com determinação as ações inerentes ao governo brasileiro até para que isso possa se reproduzir para os governos estaduais e municipais. Mas as ações necessárias, para que nós possamos de fato ter uma ação concreta do Brasil nessa área, independente até do estabelecimento de metas, assumidas em fóruns multilaterais, como informou o embaixador Everton, da sua complexidade. Mas, isso não nos exime de fato, de termos os nossos objetivos pré-determinados aqui, por ação do governo. Acho que nós precisamos estabelecer que a ida o Presidente e a nossa ação no Congresso é para juntar força em torno de políticas claras do governo, com apoio da sociedade que tem objetivo de implementar estas ações. Então, eu acho que a nossa ida ao Presidente vai ser importante, o nosso debate aqui, que no dia-a-dia. E a ação que nós vamos fazer que durante todo esse tempo, vai ser fundamental para fortalecer essas posições dentro do governo e de envolver outras lideranças importantes

nas ações de implementação na área de mudanças climáticas. Então, eu quero agradecer ao Capobianco, agradecer ao embaixador Everton, transmita a ministra Marina e ao Ministro Celso Amorim, que nós teremos também oportunidade outras, para que eles possam também estar aqui, nas nossas comissões, para continuar o debate que nós iniciamos hoje.

Obrigado, Presidente da Subcomissão das nações exteriores, Senador Collor, Deputado Gabeira, Deputado Thame, que ficaram aqui até o final.

Boa-tarde a todos vocês.

(Sessão encerrada às 13h13.)

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA A DISCUSSÃO SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2007, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e sete, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora MARISA SERRANO, reúne-se a Subcomissão Temporária para a discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras SERYS SLHESSARENKO, JOÃO RIBEIRO, WELLINGTON SALGADO, CÍCERO LUCENA, AUGUSTO BOTELHO e GARIBALDI ALVES. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A Senhora Presidente comunica que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. O plenário da Subcomissão aprova por aclamação os Senadores CÍCERO LUCENA e JOÃO RIBEIRO, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. A Senhora Presidente Senadora MARISA SERRANO passa direção dos trabalhos ao Presidente eleito, Senador CÍCERO LUCENA. Usa da palavra o Vice-Presidente eleito, Senador JOÃO RIBEIRO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador Cícero Lucena, Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Havendo o número regimental, declaro aberta a Primeira Reunião da Subcomissão Temporária para Discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se para eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão. O nome indicado para Presidente, eu queria colocar a júdice de todos os presentes, é o do Senador Cícero Lucena. E o Vice-Presidente, Senador João Ribeiro. Se todos concordarem por aclamação, aprovado. Por aclamação, o Senador Cícero Lucena está eleito Presidente e o Senador João Ribeiro Vice-Presidente.

Nesse momento quero chamar o Presidente Cícero Lucena para tomar posse da Presidência da Subcomissão e continuar os trabalhos desta manhã, meus parabéns pela eleição.

(troca de presidência).

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Srª. Senadora, Vice-Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Srs. Senadores, primeiro meus sinceros agradecimentos por essa demonstração de confiança nesse trabalho que nós vamos desenvolver juntos. Na verdade, eu terei o papel de coordenar esse trabalho, mas com certeza ele será enriquecido com o objetivo de nós não só diagnosticarmos esse problema que é tão sério na gestão municipal, bem como em relação ao meio ambiente, para nesse trabalho de diagnóstico nós também termos a iniciativa e a disposição de propormos soluções.

Então, nada melhor do que esse trabalho seja desenvolvido na identificação dos problemas, mas também na verificação de exemplos exitosos que já ocorrem no nosso País e que conseqüentemente possam colaborar para nós, nesta Comissão, propormos medidas não só legislativas, mas também alternativas de experiências vividas, de consórcios estabelecidos, de alternativas técnicas adotadas, e também da possível... Do possível financiamento que se faça necessário para atender as demandas e necessidades principalmente dos pequenos Municípios que muitas vezes não têm condição de dar solução a esse problema.

Eu gostaria de pedir um tempo um pouco mais dos Senadores e Senhora Senadora, no sentido de que possa haver uma experiência que por mim foi vivida e que eu participei como Prefeito da cidade de João Pessoa na solução de uma chaga social que tinha cerca de 50 anos e que Deus me permitiu não

só resolver esse problema, mas também adotar uma solução, aí no caso, não só para João Pessoa, mas para a grande João Pessoa um objetivo de atender a essa demanda tão séria por mais de 25 anos futuro num processo construído até de consórcio na grande João Pessoa. Então se me permite nós vamos passar aqui um vídeo rapidamente que conta um pouco da história que foi o trabalho feito no Lixão do Róger na cidade de João Pessoa.

(Vídeo).

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Nós estamos tendo um problema na reprodução, mas cada Senador estará recebendo... Vice-Presidente.

(Vídeo).

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu acredito que... Nós vamos rever então esse CD e descobrir qual é a falha técnica e em outra Sessão esperamos poder ter a oportunidade de apresentar onde ele relata todo o trabalho que foi feito da retirada de 180 famílias que lá moravam, de crianças que disputavam alimentos. Também na pasta entregue a cada Senador, tem o nosso discurso, bem como o trabalho que foi feito de coleta seletiva, de alfabetização dos ex-catadores, transformando em agentes comunitários, agentes de meio ambiente, e conseqüentemente é uma experiência que eu espero poder também mostrar aos demais companheiros Senadores.

E como estamos apresentando reportagem sobre alternativas que começam a ser adotadas de reciclagem de lixo e também na minha viagem que eu fiz à China recentemente, eu trouxe aqui e coloquei na pasta dos Senadores, duas alternativas bastante interessantes. Uma delas é a reciclagem do pneu, que a China já está com equipamentos onde é feita a reciclagem do pneu que separa a parte metálica, separa a parte de malha e o resíduo do pneu é utilizado em fabricação de tapetes para pneus, para carros, bem como para equipamentos de carros, além de pisos alternativos, por exemplo, para quadras de esportes, sintéticos que possam utilizar, como tênis ou outras atividades esportivas. E outra unidade que aproveita o entulho do material da construção civil e esse entulho então, depois de processado, pode virar blocos, pode virar bloquetes, ladrilho hidráulico, no sentido de um reaproveitamento do que era um resíduo sólido nas cidades, principalmente nas cidades que têm um alto nível de reforma nos seus prédios, por exemplo: As cidades mais antigas. Então, são algumas experiências que, com certeza, nós teremos chance de vivenciar toda essa Comissão. E renovo o agradecimento da confiança que nos foi depositado, passando a palavra para o nosso Vice-Presidente que, com certeza, irá dar uma

colaboração, juntamente com os demais Senadores. Como eu disse anteriormente Senador João, de que aqui não terá um Presidente, nem um Vice-Presidente, mas sim, companheiros e coordenadores de um trabalho que seja depois oferecido para um avanço na nossa Legislação, bem como nas alternativas que buscamos para um problema tão sério, principalmente para quem teve a experiência de administrar as cidades.

SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Cícero Lucena pela sua eleição como Presidente desta Subcomissão e tenho certeza que ele comandará muito bem os trabalhos dessa Subcomissão, haja visto a sua experiência aqui já demonstrada numa outra, em outras sessões, mas sobretudo agora na sua fala. Ele que foi Prefeito de uma capital, e que tem uma experiência própria de um trabalho próprio realizado e com certeza a questão do lixo no Brasil é seriíssimo. Nós realmente temos que fazer um trabalho para que a gente possa apresentar solução. Ou soluções.

Quero cumprimentar a Senadora Marisa Serrano também, os Senadores que votaram, que já inclusive me elegeram como Vice-Presidente, quero agradecer, mesmo não estando aqui presente, nós aqui na Casa, infelizmente, Sr. Presidente, a nossa vida é muito cheia, a nossa agenda é muito cheia e lamentavelmente são várias comissões ao mesmo tempo, e audiências. Eu estava percorrendo aí a Casa com o Doutor Pagout, que vai ser o novo Diretor-Geral do DNIT, e que o nome já está para ser sabatinado na Comissão de Infra-estrutura, ele estava comigo, e portanto foi o motivo do meu atraso. Mas quero agradecer a V.Ex^a, a todos os membros dessa Subcomissão, e dizer que realmente pretendemos dar tudo de nós, eu da minha parte do que eu for... Estiver a meu alcance, eu fui Prefeito também de uma cidade do interior. A maior cidade do Tocantins na época, hoje é a segunda, a capital já passou a cidade de Araguaína, e eu sei que o problema do lixo é grave no Brasil inteiro. As pequenas cidades... Então eu acho que através dessa Subcomissão, como o Senador Cícero Lucena colocou, nós podemos tirar soluções para que a gente possa apresentar, extrair soluções para que a gente possa apresentar para o País, para a Casa, para o Governo, para que a gente possa conseguir melhorar a vida da população, sobretudo das pequenas comunidades, aonde não tem realmente as condições para o tratamento do resíduo sólido.

E essa experiência que o Senador Cícero Lucena teve na China, eu não tive porque não visitei esta área. Eu estive recentemente à China e voltei de lá impressionado com tudo que a gente está vendo, um País com uma população praticamente mais de seis vezes

maior que a população do Brasil, a maior população do mundo, e portanto nós temos muito que copiar deles. E eu acho que nós temos que fazer algumas visitas, algumas regiões do Brasil. Então, que V.Ex^a faça, ou que esta Comissão faça, um roteiro até para que a gente possa realmente conhecer os trabalhos que aqui no Brasil, as experiências do Brasil, e, se for o caso, alguma coisa lá fora, para num prazo, não muito longo, a gente apresentar um resultado positivo e mostrar que essa Subcomissão era necessária, que ela é importante para o Congresso e para o Brasil. Portanto meu agradecimento e meus cumprimentos a todos os membros desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu que agradeço. Devido aos compromissos que os companheiros têm e tenho certeza que teremos oportunidade, eu só quero renovar o compromisso para juntarmos a nossa experiência e cumprimos, por mais pesadas que tenham sido as comissões, por mais trabalhos que nós temos tido aqui no Senado, sem dúvida nenhuma é motivo de estímulo. É uma demonstração clara de que o Senado está interagindo, está se envolvendo com os problemas da Nação, que não são poucos, mas não só tomando conhecimento, mas principalmente procurando encontrar soluções.

Então, essa Comissão terá esse papel relevante que, com a colaboração de todos, iremos cumprir o nosso papel principalmente com fé em Deus. Muito obrigado a todos.

(Sessão encerrada às 12h41.)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2007, APÓS AS 11:30 HORAS.

Às doze horas e trinta e seis minutos do dia oito de maio de dois mil e sete, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador CÍCERO LUCENA, reúne-se a Subcomissão Temporária para a discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos com a presença dos Senhores Senadores WELLINGTON SALGADO e AUGUSTO BOTELHO. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à deliberação do Item Único: Requerimento nº 1, de 2007, que requer nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, “a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Temporária para a discussão sobre o Gerenciamento

de Resíduos Sólidos, com a finalidade de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados 'lixões' e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotados pelos entes públicos e privados", com os seguintes convidados: SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; RUDOLF DE NORONHA, Diretor da Área de Resíduos Sólidos do Ministério do Meio Ambiente; PAULO ROBERTO ZIULKOSKI, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; JOSÉ AURÉLIO BORANGA, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES e JOSÉ DANTAS DE LIMA, Coordenador Nacional do Comitê de Resíduos Sólidos; EDSON MARTINS DE AGUIAR, Professor da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo - USP e ANDRÉ TEIXEIRA DE VILENA, Diretor Executivo do CEMPRES – Compromisso Empresarial para Reciclagem". Autoria: Senador CÍCERO LUCENA. Resultado: APROVADO. Usam da palavra os Senadores WELLINGTON SALGADO e AUGUSTO BOTELHO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Cícero Lucena**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião da Subcomissão Temporária para a discussão sobre o gerenciamento de resíduos sólidos no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se a aprovar requerimentos encaminhados a essa Mesa. Requerimento nos termos do art. 93, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão temporária sobre discussão sobre gerenciamento de resíduos sólidos, com a finalidade de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados lixões e apresentar propostas para solução desses problemas propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos entes públicos e privado com os seguintes convidados: O Sr. Sérgio Antônio Gonçalves, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades. Sr. Rudolf de Noronha, Diretor da Área

de Resíduos Sólidos do Ministério do Meio Ambiente. Paulo Roberto, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios. Sr. José Aurélio Moranga, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, e Sr. José Dantas de Lima, Coordenador Nacional de Comitê de Resíduos Sólidos. Ainda o Sr. Edson Martins de Aguiar, professor da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, USP, e André Teixeira de Vilhena, Diretor-Executivo do CEMPRES, compromisso empresarial pela reciclagem. Esse Requerimento é da minha autoria, Srs. Senadores, e a minha proposta é que a gente não faça apenas uma Audiência Pública, mas sim duas Audiências Públicas que, devidamente autorizado pelos senhores, iremos agendar para ouvir a opinião dessas pessoas aqui citadas ou algum outro nome que por ventura venha a ser sugerido pelos Srs. Senadores e Senadoras, nós possamos incluir nessas Audiências Públicas. Em discussão. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Cícero, realmente o Requerimento vem em boa hora. Um assunto muito importante. Eu, inclusive, fico lisonjeado de V.Exª ser o Presidente dessa Comissão, porque eu vi o trabalho que V.Exª fez no seu Estado. Tive a oportunidade de ver um vídeo, antes e depois. E naquele momento eu vi a preocupação de V.Exª com a questão dos resíduos, dos lixões, todas essas questões de tratamento. Então fico muito feliz de estar nessa Comissão e de participar e em muito boa hora desse Requerimento. Tenho certeza que será um marco na história do tratamento de resíduos sólidos que pode inclusive causar doenças e gerando um custo, além da sociedade, também para o Governo.

Então, estou muito feliz de estar participando nesse momento da aprovação do requerimento de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Muito obrigado, Senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente, também para afirmar a minha aprovação e elogiar o Requerimento, dizer que nós realmente precisamos nessa Comissão fazer um trabalho para que todos os Municípios do Brasil tomem uma providência definitiva e logo antes que ocorra a contaminação dos lençóis freáticos, dos igarapés e dos rios. E principalmente, para que a gente não veja aquilo que V.Exª mostrou para nós. As pessoas convivendo com os urubus. Coisa que já ocorreu no meu Estado, graças a Deus, nós já temos um aterro sanitário bem moderno e nós não temos mais essas pessoas. Eles fizeram as cooperativas e estão trabalhando por conta deles, cada

um tocando a sua vida no seu rumo e... Mas foi ali naquele lixão que eles se uniram e começaram a fazer isso. Nós não podemos deixar o homem conviver nas condições que vivem nesses lixões do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu agradeço o Senador Augusto Botelho, o senhor como médico sanitarista e a experiência de vida que tem, sabe da importância de nós, não só buscarmos as soluções dos problemas dos atuais lixões, mas principalmente adotarmos proposições, quer seja Legislativas, quer seja de procedimentos, de práticas exitosas para evitarmos que outros lixões venham a ser formar. Além da questão humana que é a prioridade, fundamental evitarmos que essas pessoas sobrevivam de forma subumana nesses lixões, tenham melhores condições de trabalho, tenham rendas, fruto do seu esforço e seu trabalho, e conseqüentemente gostaria também de propor a essa Comissão para que nós pudéssemos, e pedir sugestões dos Srs. Senadores, no sentido de que nós pudéssemos elaborar um cronograma de visitas a problemas de lixões hoje existentes no Brasil, bem como contatos em áreas que tiveram êxito na solução da busca desse problema.

Então, a nossa proposta inicial, inclusive, que a gente comece aqui pelo entorno de Brasília, que segundo informação que nos chega é que é um lixão, embora não tenha pessoas morando dentro, mas está vizinho ao lixão, mas que o Governo está buscando a solução. Acho que é um primeiro passo das nossas visitas in loco seria exatamente conhecer o problema do lixão do entorno de Brasília, já que o lixo é um problema que todo dia nós produzimos. Não é algo que a gente resolve com um Decreto, com uma lei. Mas sim com uma prática, com procedimentos, com vigilância, com cobrança, com ação é que nós vamos, não dizer resolver, mas equacionar o problema do resíduo sólido porque teremos muito e muito a avançar. Então eu quero agradecer pedindo aos Srs. Senadores que inclusive nos façam a sugestão de eventuais locais exitosos ou problemáticos para que essa Comissão possa também fazer a visita.

Também chega aqui à Presidência um convite feito pela ABIP, Associação Brasileira de Indústria de Pneus Remoldados que encaminha a essa Comissão, à minha pessoa como Presidente, mas estendido a todos os demais Senadores, no sentido de que nós possamos visitar a fábrica da BS Colways Pneus localizado na Rod. São Leopoldo 4459 na cidade de Pirapara no Paraná, a fim de tomar conhecimento sobre o processo de reciclagem bem como naquilo que está sendo utilizado, a queima dos pneus nos fornos, bem como o pneu reciclado em asfalto, que aí obviamente nós iremos chamar a PETROBRAS. Então está aqui a

proposta, e em outra oportunidade discutiremos com o Senador a conveniência de fazermos essa visita e tomarmos conhecimento do que vem sendo feito num dos itens de resíduos sólidos, no caso a reciclagem de pneus.

Então, não tendo mais nada... Encerrada a discussão, em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Não tendo mais nada a discutir, agradeço a presença e está encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 12h44.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2007, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 15, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e sete minutos do dia 17 de maio do ano de dois mil e sete, na sala nº 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador CÍCERO LUCENA, reúne-se a Subcomissão Temporária para a discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com a presença dos Senhores Senadores JOÃO RIBEIRO, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO, MARISA SERRANO e JONAS PINHEIRO. Presente, também, o Senador WILSON MATOS, não pertencente à Subcomissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, dispensando a leitura das atas das reuniões anteriores que são dadas como lidas e aprovadas. A Reunião destina-se à realização de Audiência Pública, “com a finalidade de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados ‘lixões’ e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotados pelos entes públicos e privados, com os seguintes convidados: NADJA LIMEIRA ARAÚJO, Gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; RUDOLF DE NORONHA, Diretor da Área de Resíduos Sólidos do Ministério do Meio Ambiente e EDSON MARTINS DE AGUIAR, Professor da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo – USP”. Usaram da palavra a Senhora Senadora SERYS SLHESSARENKO, e os Senhores Senadores AUGUSTO BOTELHO, JONAS PINHEIRO, JOÃO RIBEIRO e WILSON MATOS. EXTRA-PAUTA, é deliberado o RE-

QUERIMENTO Nº 02, DE 2007-CMAGRS, que “requer, nos termos regimentais, o convite ao Sr. DIÓGENES DEL BEL, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos – ABETRE e o Sr. JOSÉ AURÉLIO BORANGA – Presidente da Associação Brasileira Sanitária e Ambiental para participarem de Audiência Pública para tratar dos problemas ambientais e sociais decorrentes dos resíduos sólidos”. Autores: Senadores AUGUSTO BOTELHO e CÍCERO LUCENA. Resultado: APROVADO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Cícero Lucena**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Havendo número regimental declaro aberta a 3ª reunião da Subcomissão Temporária para discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da última reunião, permanecem como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública no âmbito dessa Subcomissão Temporária Sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos com a finalidade de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados lixões e apresentar propostas para a solução destes problemas propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos entes públicos e privados com os seguintes convidados.

Que ao nominá-lo convido para vir à Mesa. Sr. Rudolf de Noronha, Diretor da área de resíduos sólidos do Ministério do Meio Ambiente; Professor Edson Martins de Aguiar, Professor da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo e estamos aguardando a Sra. Nadja Limeira Araújo, Gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério da Cidade. Registro já convidando para a Mesa a presença da Dra. Nadja Limeira de Araújo, Gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério da Cidade.

Vamos então, pela ordem aqui, por coincidência Dra. Nadja, a senhora seria a primeira a falar e aí já lhe passo a palavra. Acredito que 15 minutos, podendo ser prorrogado, seria um tempo razoável para que depois a gente desse oportunidade aos Senadores.

SRA. NADJA LIMEIRA ARAUJO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Então podemos inverter enquanto a senhora prepara a apresentação. Seria isso?

SRA. NADJA LIMEIRA ARAUJO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu passo então a palavra ao Dr. Rudolf Noronha da área de resíduos sólidos do Ministério do Meio Ambiente. Com a palavra.

SR. RUDOLF DE NORONHA – Obrigado, Senador. Bom dia a todos. Em primeiro lugar eu gostaria de comunicar, acho que todos sabem que o Ministério do Meio Ambiente está passando por uma reformulação bastante profunda e ainda ontem foi nomeado o ex-Deputado Luciano Zica como o Secretário de Recursos hídricos em ambiente urbano. É uma secretaria nova que está sendo criada e ontem ele foi nomeado e me pediu que viesse aqui representá-lo hoje nesse momento em que ainda ele está estruturando a sua equipe. Eu, anteriormente, era o Diretor da área de gestão ambiental urbana que tratava dos resíduos sólidos no âmbito do Governo Federal.

Senador, de uma maneira muito rápida, eu só queria trazer aqui à luz alguns pontos que eu considero importantes e certamente depois a Dra. Nadja também vai ressaltar porque, na verdade, as equipes dos Ministérios do Meio ambiente e das Cidades e também da saúde e através da FUNASA, são praticamente uma equipe só que tem um consenso muito grande em torno dos problemas e das soluções para a questão dos resíduos. Nós estamos hoje num momento muito importante em duas frentes. Primeiro, de uma política nacional de resíduos sólidos que hoje já há uma tramitação na Câmara e uma no Senado, na Câmara infelizmente houve aprovação numa Comissão Especial de um Projeto que foi... Que nós do Ministério do Meio Ambiente fomos contrário a ele. Infelizmente houve uma grande... Um grande foco da questão da gestão de resíduos em função de importação de resíduos, o que levou com que a questão da gestão mesmo ficasse num segundo plano e nós estamos agora então contando com o apoio do novo Secretário Luciano Zica para uma nova relação com as duas Casas do Congresso para equacionar esse andamento da Política Nacional de resíduos sólidos. E um outro momento importante, Senador, é a reformulação do Plano Plurianual.

Nós estamos agora no Executivo em plena fase de formulação do PPA 208/2011 e o programa de resíduos sólidos vai ser reformulado. Nós somos os coordenadores do programa no Ministério do Meio Ambiente e há ações ali da FUNASA, do Ministério das Cidades, do Ministério do Trabalho e do (inaudível) que

através do BNDES. Nessa reformulação nós partimos de um diagnóstico que as ações federais estavam com pouca efetividade nessa área, nós tínhamos algumas linhas de ação que basicamente se constavam de repasses não onerosos a Prefeituras, nós observamos numa análise temporal dos últimos 10 anos a pouca efetividade dessas ações, do simples repasse de recursos para investimentos, para obras, para compra de equipamentos. O fato é que se voltava às cidades três, quatro anos depois e aquilo que deveria ser um aterro sanitário era novamente um lixão também. Então, hoje, nesse momento de reformulação do Programa, no PPA, nós estamos trabalhando com quatro premissas básicas. A primeira delas é a inserção do Governo Estadual como ente planejador do seu território.

O Ministério das Cidades implementou um estudo extremamente interessante no Piauí, acho que a Dra. Nadja vai se referir a isso, de regionalização do Estado e nós acreditamos que seja imprescindível o papel do Estado como o planejador do seu território. Uma segunda premissa muito importante é a questão dos consórcios públicos. Nós acreditamos que com a lei de consórcios a gente possa ter uma sinergia maior entre as cidades e uma racionalidade na prestação deste serviço. Basicamente o trabalho que foi feito no Piauí foi uma regionalização do Estado para que se obtivesse um mapeamento ótimo das áreas a serem consorciadas. Com base nessa experiência, que é uma experiência muito rica que contou com o apoio de consultores de outros Países, onde a questão do consórcio é muito mais adiantada, nós no meio ambiente, já fizemos um convênio com o Estado do Espírito Santo para que haja também essa estratégia de regionalização, de gestão associada de serviço e outros Estados tem nos procurado em busca, também, desse apoio e nós temos muita convicção que, por exemplo, que pára o programa de revitalização do São Francisco vai ser uma estratégia importantíssima a gente ter os Estados articulando essas estratégias de consorciamento para gestão associada dos serviços de resíduos sólidos. Uma terceira premissa que para nós também é importantíssima na reformulação do programa é a prevalência dos investimentos em planejamento e capacitação, antecedendo os investimentos em obras e equipamentos. Porque se nós não formos levar aos Municípios ou a esses consórcios municipais uma estrutura institucional eficiente, não adianta chegar o recurso para obra, para equipamentos, que vai tudo virar lixo mesmo. E uma quarta premissa básica que a gente trabalha nesse momento da reformulação do PPA é a questão da sustentabilidade. Sustentabilidade ambiental, financeira, institucional da gestão do serviço de resíduos sólidos. Então eu acho que como

introdução seriam essas as minhas palavras e a gente ganha tempo para o debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Muito obrigado ao Dr. Rudolf pela sua explanação bastante objetiva e eu passo a palavra então à Dra. Nadja Limeira.

SRA. NADJA LIMEIRA ARAÚJO – Bom dia a todos. Eu vou fazer uma breve apresentação para situar melhor a questão dos recursos que nós temos no PAC, na área de saneamento de resíduo e eu vou complementar...pode passar, por favor, pode passar. Veja bem, muita coisa o Dr. Rudolf já falou, então nós temos os recursos substanciais na área de saneamento para as quatro áreas, abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos. Então, nós temos como premissa básica esse quadro que está colocado ali, a busca da universalização, a sustentabilidade, garantir políticas estáveis do ponto de vista da sustentabilidade dos investimentos aplicados. Pode passar. Pode passar por favor. Por favor, pode passar. Basicamente a distribuição dos recursos foram feitos de acordo com algum estudo do déficit que nós temos na área do saneamento básico lá no Ministério das Cidades, pode passar, os temas que nós estamos abordando neste momento foram baseados nesses números que nós queremos alcançar esses índices de domicílios atendidos até 2010, de pessoas na área de resíduos sólidos com destino adequado de resíduos, cerca de nove milhões de domicílios atendidos nesse período até 2010 com os recursos do PAC. E o percentual atendendo 36% de 2005 pulando para 47 até 2010. Por favor. As prioridades que foram estabelecidas no âmbito do Governo Federal para os recursos do PAC, tanto no Orçamento Geral da União, Fundo de Garantia, e combinado com o setor privado, esses fundos que (inaudível) público e privado que é o recurso do saneamento para todos na área de saneamentos seriam basicamente focando ali favelas e assentamentos precários em 12 regiões metropolitanas críticas que foram escolhidas em função da precariedade em relação à questão do saneamento como um todo e principalmente também na questão da gestão e do manejo dos resíduos sólidos. Favelas e assentamentos precários, cidades com baixo índice de desenvolvimento humano, alta mortalidade, apoio à reestruturação da prestação de serviço, quer dizer, esse foi o foco nas 12 regiões metropolitanas que foram identificadas como críticas para o atendimento pelo recurso do PAC, pelo Fundo de Garantia e pelo FAT, que são as fontes do programa saneamento para todos, recursos onerosos, aí nós teríamos a demanda para financiamento a Estados, Municípios e companhias de saneamento, tomador público. E também temos as

mesmas linhas para abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos, desenvolvimento institucional do operador e apoio e elaboração de planos e projetos nós teríamos também uma linha para tomador público e privado.

Aqui nós temos mais ou menos a distribuição de recursos dentro daquele foco que eu falei antes. Os projetos prioritários de investimentos, as duas primeiras linhas, a primeira é aquela direcionada a áreas subnormais, área de favelas, áreas crítica onde as soluções para o saneamento, elas são mais complicadas do que soluções convencionais dos projetos de saneamento integrado. Então nós teríamos quatro bilhões para aplicar nos quatro anos e teríamos mais, somado esses quatro bilhões, oito bilhões da área de habitação, no programa habitar BID que também tem um foco parecido, mas com complemento de que ele vai fazer as moradias também. Quer dizer, atua no mesmo espaço da área de saneamento, o saneamento provê a parte de infra-estrutura de saneamento e habitação, as moradia e outros implementos. Na segunda linha nós temos também... Aí é que está o grosso do investimento de resíduos porque na primeira linha nós temos ações integradas de saneamento. Quer dizer, não pode ser feito só água e esgoto. Como é uma área de favela, área subnormal, é importante levar o saneamento de forma integrada com esses quatro bilhões mais os oito que nós temos na área de habitação lá no Ministério das Cidades. Já na segunda linha, que são recursos também programas prioritários de investimento que são recursos que estariam, assim, prontos para aplicar, não seriam, não teriam... Estariam disponíveis, não teriam, sofreriam contingenciamento, teríamos ações de abastecimento de água, esgoto, destino final de lixo e drenagem urbana nas cidades de grande e médio porte. Porque o foco de atuação do Ministério das Cidades na área de saneamento é com Municípios de população acima de 50 mil habitantes. E Municípios integrantes de regiões metropolitanas de qualquer porte. De Município de qualquer porte. Já a FUNASA, Fundação Nacional de Saúde, ela vai atuar também, tanto que a terceira linha aí diz respeito a recurso da FUNASA. Municípios com população de até 50 mil habitantes para fazer a mesma coisa, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana sustentável e manejo de resíduos sólidos.

Então, esse é o panorama dos recursos que nós teríamos disponíveis para aplicar nos quatro anos em conjunto FUNASA e Ministério das Cidades. E o Ministério do Meio Ambiente, ele tem um papel junto conosco na articulação junto com o próprio Dr. Rudolf já falou. A questão do Estado envolvida nesse trabalho

do PAC é fundamental junto com os Municípios que é o ente, justamente o ente planejador, o ente que agrega nessa questão da regionalização que nós estamos implementando como estratégia de trabalho na busca da sustentabilidade dos investimentos. Ele falou muito bem na questão dos consórcios. Essa é uma estratégia de trabalho que o Ministério das Cidades está conduzindo para área de resíduos, especificamente. Nós chegamos à conclusão de não da mais para nós trabalharmos pontualmente a questão dos resíduos, porque o quadro que todos nós sabemos nesse País é de investimentos que se perderam ao longo dos últimos anos, ao longo dos anos na história que nós temos de atuar nessa área, eu sou técnica que estou nessa área há muito tempo e no Governo Federal, então os investimentos têm se perdido por uma fragilidade institucional que é identificada na grande maioria dos Municípios. É claro que tem exceções. Nós temos situações sustentáveis em muitos Municípios onde aqueles estão mais estruturados do ponto de vista ambiental. O problema está muito focado na gestão.

Então, a questão dos Municípios se agruparem regionalmente para conduzir, quer dizer, se apoiarem uns aos outros para resolver um problema que regionalmente pode ser comum, a questão do destino final, que é mais crítica, principalmente nessas grandes cidades, regiões metropolitanas, a gente percebeu, ele falou no exemplo do caso do Piauí que nós estamos conduzindo. Eles não estão sendo priorizados nesse trabalho do PAC. Mas nós já temos elementos para dizer que é a solução para a gente conseguir a sustentabilidade dos investimentos. Então, nós não queremos correr o risco de ter um volume de recursos que a gente nunca teve disponível e a gente, assim, fica inseguro de que esse recurso não seja eficaz do ponto de vista a gente alcançar os objetivos que a gente pretende. Então, temos então estas linhas para recursos não onerosos, do Orçamento Geral da União, através dos nossos programas, água, esgoto, resíduos e drenagem e temos o programa saneamento para todos que é recursos onerosos através do Fundo de Garantia e do FAT. Então pode passar, por favor. Aqui tem mais ou menos a distribuição regional para esses 40 bi. Quer dizer, dentro desses 40 bi é evidente que tenha a contrapartida dos Estados e Municípios que está em torno de oito bi. Os trinta e dois seriam a soma então de recursos do GU e dos recursos onerosos. Por favor, pode passar. Então, isso aí são os pressupostos, de uma forma geral, que nós colocamos para já para todas as ações de saneamento, não vale só para resíduos, então a partir das...

Nós temos projetos em carteiras, por exemplo, os recursos do PAC, o que é que nós fizemos? Nós

trabalhamos com editais. Nós tínhamos até o ano passado um programa saneamento ambiental em região metropolitana. É aquela sigla PSARM que vocês estão vendo ali. Esse programa é desenvolvido em parceria com a FUNASA que era um programa justamente para regiões metropolitanas porque o foco que a FUNASA atendia até o ano passado era de Municípios até 30 mil habitantes. O Ministério do Meio Ambiente atuava entre 30 mil e 250 mil, isso na área de resíduos, estou falando da área de resíduos, e o Ministério das Cidades já atuava acima de 250 mil habitantes e região metropolitana. Então, com o PAC, houve uma redistribuição de atribuições de papéis e tal, então nós ficamos, nós e a FUNASA ficamos com recursos de investimento. O PSARM não existe mais, quer dizer, o que era tratado no PSARM dividiu, a FUNASA ficou com população até 50 e nós ficamos acima de 50 mais a região metropolitana. Esse PSARM que era um programa de região metropolitana está só com as cidades. É justamente aquela segunda linha eu falei lá, os quatro bi. Esses quatro bi são para água, esgoto, lixo e drenagem. Estima-se que desses quatro bi, 6% sejam para resíduos. É o que nós estamos estimando, porque a demanda para resíduos ela tem sido muito baixa e digo aos senhores, isso é muito fruto do conjunto da baixa sustentabilidade do Poder Público local, às vezes de ter condições de apresentar, às vezes projetos mais consistentes. Ou seja, temos os critérios dos nossos programas, dos nossos editais, então o início, a parte de enquadramento, por exemplo, tem dois critérios que a gente considera fundamentais que isso às vezes desclassifica muitos Municípios. São dois critérios que nós consideramos fundamentais para que um projeto se sustente até o final. É o Município cobrar pela prestação de serviço. Quer dizer, a sustentabilidade financeira do serviço. O serviço efetivamente ele tem um custo.

Então, nós identificamos nos nossos diagnósticos que a grande maioria dos Municípios brasileiros, mais de 50%, não cobram pela prestação de serviço de manejo de resíduos sólidos. E os que cobram geralmente cobram dentro do IPTU, que é um bolo onde ele atende vários serviços. Então não está identificado claramente, via geral, via de regra qual que é aquele que é destinado a limpeza urbana. Mas como o serviço tem um custo, os municípios evidentemente tiram de algum setor e bancam a prestação daquele serviço. Então a gente precisa que os Municípios tenham, cobrem, que essa prestação de serviço seja aprovada pelo Município em lei que ela esteja realmente sendo praticada. Muitas delas não têm. Um outro que a gente realmente coloca como uma questão, o Município tem que ter, dentro da sua estrutura do Município que cuida da limpeza urbana, é importante que ele tenha

um departamento, um órgão específico para cuidar da limpeza urbana para que ele tenha um orçamento próprio justamente para que ele possa ter essa cobrança e ele possa ter um recurso próprio para aplicar na destinação final. Então a qualidade dos projetos, essas exigências que a gente considera fundamentais e nós temos a preocupação, no Ministério das Cidades, de ter, de apoiar o Município para que ele tenha condições, quer dizer, dar assistência técnica ao Município para que ele tenha condições de ter esses elementos, ter todas essas ferramentas de planejamento, se estruturar para prestar bem o serviço, para ter condições de (inaudível), é uma preocupação do Ministério das Cidades, do Ministério do Meio Ambiente, da FUNASA que trabalhamos articulados, temos um programa de capacitação e extensão tecnológica voltado ao prestador de serviço nas quatro áreas, isso já vem funcionando de dois anos para cá, é um programa articulado com outros Ministérios. É a RECESE(F), é uma rede de capacitação, extensão tecnológica em saneamento ambiental que ele é conduzido pela FINEP, pelas universidades e pelo CEFET que apóiam nas pontas os Municípios justamente para a elaboração de projetos, para que ele se qualifique para mudar esse quadro. Para que os municípios tenham condições de tomar o recurso.

Então quando eu digo que estima-se que desse montante 6%, seis a 8% seria para resíduos é o histórico que a gente tem que quando a gente tem um bolo para saneamento, às vezes os municípios não conseguem nem tomar esses 6%. Então na nossa luta, nós estamos trabalhando nas pontas, dialogando com os Municípios das doze regiões metropolitanas e disponibilizando essa rede de apoiadores, de universidade para que esse quadro mude. A gente quer até que eles consigam tomar até mais do que 12% porque não existe uma regra tanto para água, tanto para esgoto, tanto para lixo, tanto para drenagem. Eu acho que nós temos que lutar pela eficiência dos Municípios. Acho que é o nosso papel de apoiar, de ajudar o Município e de contar com o apoio do Estado também conforme bem falou o Rudolf. Acho que o Estado tem um papel importante também e os governos estaduais, os órgãos de planejamento, os órgãos metropolitanos nesse papel, os órgãos ambientais estão conosco também. Nós estamos pedindo, o Ministério do Meio Ambiente está conduzindo um processo de articular os órgãos ambientais também para estarem junto nesse processo. Não só para estar uniformizando, a gente está conversando, trocando idéias sobre uma uniformidade dos procedimentos do ponto de vista ambiental ligado à área de resíduos, área de água e esgoto, drenagem e também por conta da celeridade das licenças para

que os projetos sejam mais ágeis nesse processo. Para que a gente efetivamente nesses quatro anos, a gente consiga ter, vislumbrar a conclusão desses projetos e a sustentabilidade deles também que é importante. Eu gostaria de por enquanto ficar por aqui e no decorrer da reunião a gente pode prestar maiores esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Agradeço à Dra. Nadja e passo a palavra ao professor Edson Martins de Aguiar.

SR. EDSON MARTINS DE AGUIAR – Primeiramente eu agradeço o convite de participar dessa Sessão. Só uma questão de identificar por que é que eu estou aqui. Então eu sou professor universitário e tenho desenvolvido ao longo do tempo várias pesquisas no que a gente poderia chamar de planejamento de redes, de transporte. Então, quando a gente fala na questão de resíduos sólidos, a gente vê muito a parte dos processos, a parte... O destino final, o aterro, o incinerador... Mas a gente não... Pelo menos no meu meio, não se vê uma coisa que é muito importante que é a parte da coleta e transporte. Isso, na maior parte das vezes isso é mais caro do que o próprio processo em si. Mas vou colocar aqui alguns itens aqui que a gente pode depois discutir, mas eu vejo que fazendo... Estudando o que eu estou estudando eu vi que os meus, os dois apresentadores anteriores, eles já falaram sobre uma questão que eu acho extremamente importante. Primeiro que o consórcio intermunicipal para destinação de resíduos sólidos e centrais de resíduos. Isso, na verdade eu acho que isso tem que ser planejado no nível federal para depois chegar no estadual e depois chegar no municipal para que isso dê certo. Então, o Brasil tem algo em torno de 5700 Municípios, eu não sei exatamente a proporção, exatamente esse valor, mas não é para ter lógico 5700 aterros sanitários, 5700 incineradores. Isso tem que ser feito através de consórcios intermunicipais. Eu fiz um... Só para ilustrar, no Estado de São Paulo tem uma área, área de proteção ambiental do rio Corumbataí. E aí nós fizemos um estudo e desses 15 envolvendo São Carlos, Rio Claro, enfim... O centro do Estado. Uma área de proteção ambiental envolvendo 15 Municípios e nós, ao longo do trabalho, concluímos que um aterro sanitário, a dois, daria para atender todos os Municípios. Um a dois, por vinte anos. Então essa tem que ser, essa tem que ser uma, tem que fazer parte da pauta. Isso é super importante. Então eu vejo que na verdade o que eu pesquisei está dentro daquilo que está sendo...

Enfim, que tem que seguir. Outra coisa, outro aspecto aqui que eu gostaria de colocar é sobre a cultura das empresas de coleta de lixo. A gente sabe que hoje as empresas de coleta e transporte, quan-

do abre uma concorrência na cidade, você tem aí 20 concorrentes, 15 concorrentes, é uma grande disputa. Então elas concorrem para ganhar o serviço, mas elas não mudam a forma de atuar no setor. Então, essas empresas, na verdade, elas, no meu entender, elas deveriam mudar a cultura e suas práticas para deixar de ser uma empresa tradicional de coleta de lixo para virar uma empresa que hoje nós poderíamos chamar de uma empresa de logística reversa. O que significa logística reversa? Logística reversa trata de planejamento da rede de transporte. Então, tudo aquilo que é consumido, que chega no consumidor final, isso tem que ser reintegrado à cadeia produtiva ou ao ciclo de negócio. Então o que é que ela, o que é que é uma empresa que já existe na Europa e nos Estados Unidos? As empresas estão mudando sua cultura. Tanto na Europa como nos Estados Unidos. Elas estão, nesse canal entre o consumidor final que a gente descarta todos os produtos e as empresas que vão reciclar, que vão remanufaturar, que vão reaproveitar todo esse resíduo. Então ela tem que se colocar, deixar de ser uma empresa que pega o lixo e leva para o aterro sanitário ou leva só, ou leva para um lixão ou para um aterro controlado que na verdade o aterro controlado é um lixão que se põe um pouco de terra em cima, mas é um lixão, então ela tem que mudar isso e começar a interferir, começar, na verdade a atuar entre as, o consumidor final, as cooperativas de resíduos, e a partir das cooperativas de resíduos fazer o canal com as empresas que vão reaproveitar esses resíduos. Aonde que isso deu certo? Deu nas latinhas de cerveja. Então, o alumínio, realmente é o tipo que a gente diria que a logística reversa deu certo. Por quê? Porque o alumínio é um material nobre. Mas ele é uma quantidade muito pequena em relação aos resíduos existentes. Então, essa é uma outra questão que eu coloco. As empresas de coleta e aí tem que partir de novo é o que falei de diretrizes e planejamento, enfim, vindo do Governo Federal, porque, na verdade, elas não têm essa, digamos, esse comprometimento ou nem todas têm o comprometimento ambiental. Elas coletam o lixo, levam para o aterro, ganham o seu dinheiro e pronto. Algumas têm, outras não. A maior parte, eu diria que não tem esse comprometimento com a questão ambiental. Então, mudar a prática, mudar a cultura é o segundo ponto que eu coloco. A terceira que eu coloco também é ver como é que a gente pode sugerir ou avaliar a questão de como o Município paga pelo lixo. Normalmente quando a empresa é particular, quando não é a Prefeitura que faz a coleta, a Prefeitura paga por tonelada coletada. Ora, eu acho que as empresas particulares elas... O objetivo delas é... Colocaria três pontos aqui. É maximização de lu-

cro, vida longa e ganho de mercado. Em princípio seria isso daí. É o normal, é o normal de uma empresa privada no setor privado.

Então se ela ganha por tonelada, por que é que ela vai ter interesse de reduzir as toneladas que ela coleta? Na verdade ela quer ampliar porque ela ganha por tonelada coletada. Então essa forma de pagamento a gente vê que não leva à beneficiar a coleta seletiva. Então, isso também eu acho que nós temos que ver, analisar como fazer isso no sentido de se ela não quer fazer a coleta seletiva, que pelo menos ela deixe que a coisa flua, se ela não tem interesse. Então aí o Município, as Prefeituras... Enfim, as cooperativas de coleta seletiva e reciclagem, que façam, desempenham o seu papel. Eu estou vivendo nesse momento e vendo isso daí na cidade de São Carlos, que a gente está trabalhando lá com essa questão. Então eu vejo que é uma cidade de médio porte, e só para... e tem programa de coleta seletiva e na nossa avaliação é menos de 5%, 4% do lixo coletado é vira, é material reciclável. Então essa é uma outra questão que eu colocaria. Então a forma de como é que a Prefeitura vai pagar as empresas de forma que isso não seja um empecilho para a coleta seletiva, a reciclagem, o reaproveitamento de todos os materiais. Que não os materiais nobres por si mesmo, eles se resolvem. Então, por que é que o alumínio tem um preço bom? Porque o preço no mercado internacional ele é alto. Aí você tem aí uma defasagem de 20%, 25% que é o preço do alumínio reciclável. E isso na verdade segue assim: Quando o preço cai no mercado internacional, o reciclável também cai. Eles seguem, digamos, curvas próximas. Outra questão, esses programas de reciclagem de logística reversa, por onde que deveria começar? Eu acho importante que todos os Municípios, os... Que esses programas comecem pela população. Mas eu vejo alguns, alguns, digamos, setores que eu acho importante. Por exemplo, áreas de proteção ambiental. Bom, área de proteção ambiental é do interesse do Governo Federal, do Governo Estadual e municipal. Ora, quantas áreas nós temos de proteção ambiental? Então acho que essas áreas poderiam ser priorizadas para trabalhar nesse sentido. Áreas de proteção ambiental. Porque isso é de interesse de todos os níveis de Governo. Outra para implantar esses programas de logística reversa. As grandes e médias empresas. Outro. Universidades públicas e privadas. E já existem universidades públicas que têm os seus programas.

Eu acho que nada mais obrigatório, não é nada mais do que uma obrigação uma universidade estabelecer o seu programa de logística reversa. É obrigação no meu entender. Afinal, a universidade ela está lá para dizer como é que a sociedade deve fazer, seguir

as práticas, enfim, tudo. E por que é que estou colocando esses três pontos? Podem surgir mais outros aqui. É porque isso são, nós vamos lidar com setores e com empresas, enfim, com órgãos e instituições que a gente consegue numerar em termos de quantidade. Então quando a gente fala de logística reversa, vou até citar a minha cidade, São Carlos. Quando eu falo de universidade, eu estou falando de duas. Quando falo de grandes e médias empresas, eu estou falando de 50. Enfim, uma quantidade menor. Agora, quando eu falo de domicílio, eu estou falando de 40 mil domicílios. 40 mil. Então, por que é que estou dizendo sobre áreas de proteção ambiental? Primeiro que isso daí é do interesse de todos. Universidades públicas e privadas. Grandes e médias empresas. Eu acho que pode começar por esses grandes setores e em paralelo os Municípios é lógico. Mas para sugerir práticas, estabelecer diretrizes, eu acho que seria mais fácil por aqui do que na questão do domicílio, na questão da... Aí envolve a questão da educação ambiental. E educação ambiental não se adquire de um, dois anos. Isso é geração. Então meus filhos estão sendo educados para isso é uma coisa normal na vida deles, está sendo normal na vida deles. Mas pra mim, a minha geração, por exemplo, não é normal. Eu sou de uma geração que ainda você pega papel e você vai, está no carro e joga para fora. Aí teu filho fala: Opa pai! O que é que o senhor vai fazer? O senhor tem que por dentro do, não pode jogar. Só estou citando um exemplo, eu não joga papel. Eu estou citando que assim na Europa um professor falava que todos os... Aqueles locais de papel para cigarro vivem cheios. No Brasil vive tudo vazio. Por quê? Porque se joga tudo fora. Eu só coloquei esses pontos aqui, mas eu fico feliz de ver o que estou dizendo está indo de encontro ao que a Dra. Nadja e o Dr. Rudolf estão sugerindo. Então eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Agradeço esse início do debate com os três que aqui compõem a Mesa e vamos abrir para a participação dos Srs. e Sras. Senadoras, como estão ocorrendo outras reuniões e Audiências Públicas nas outras comissões, então nós vamos, então nós tínhamos um vídeo para passar, não se estaria pronto. Se tiver, (inaudível) é bem rápido. É só que a gente tentou passar lá na outra reunião e não foi possível sobre uma experiência vivida por mim na cidade de João Pessoa. Que é o objetivo dessa Comissão exatamente nós verificarmos o tamanho do problema do resíduo sólido no Brasil, as experiências exitosas que existem no Brasil ou mesmo internacionais, ver o que o setor público, a nível de Governo, está fazendo, o que as universidades estão fazendo, quer seja ela pública, quer seja ela privada e qual é o papel dos legisladores nesse pro-

cesso, no aprimoramento, na busca da solução desse problema, bem como a contribuição que a sociedade pode dar, mesmo acreditando que ela pode ser um pouco mais longa do que nós queríamos por conta do prazo que precisamos para a educação ambiental. Então aqui é tentar passar rapidamente um vídeo que foi feito quando nós demos, retratamos um pouco do lixão que existia na cidade de João Pessoa, pode passar, e que procuramos fazer não apenas o fechamento de um local do depósito de lixo, mas a abertura de um Projeto de engenharia social. Não foi só ambiental. E aí nós vamos tentar acompanhar rapidamente aí.

(apresentação de vídeo)

Estou doente. Parece que estou hospitalizada há um mês. A garganta irritada. Os olhos à noite. A gente não pode...olhe, a gente destila aquela poeira, aquele pó preto, entendeu?

O mal que há 45 anos manchava a paisagem de João Pessoa foi finalmente extirpado da vida dos Pessoaenses. Muitas famílias moravam no lixão vivendo de maneira subumana. Catando lixo não só para o sustento financeiro, mas para a sua alimentação. As crianças eram criadas nesse ambiente. Não tinham escola nem assistência médica e disputavam comida com os urubus. 5 de agosto de 2003, a data marcou o fim dessa vergonha.

A decisão de desativar o lixão do Roger teve início ainda no natal de 1997 quando a Prefeitura transferiu 180 famílias que moravam em barracos dentro do lixão para apartamentos dotados de infra-estrutura no condomínio Esperança. Além de transferi-las, foram cadastradas nos programas sociais do município e ganharam escola e creche para suas crianças.

Quando vi começar a fazer as casas eu vim olhar aqui mais meu pai. Ai chegou um dia que as casas estavam prontas e aí eu vim morar aqui. Aí eu gostei muito das casas pronta, bonita. Tem escola também. Tem uma creche. O que mudou muito na minha vida é ter uma casinha para a gente morar, ter amigos para brincar. Eu brinco que só. Fico correndo.

Meu nome é Marcelino. Morava no lixão. Catava lixo, lata, lá era ruim, tinha muito mosquito. Aqui é mais melhor. Tem brinquedo, tem tudo. Aqui mudou minha vida.

Os antigos catadores do lixão criaram a Associação dos Trabalhadores em materiais recicláveis, a ASTRAMARE e hoje são chamados de agentes ambientais. Eles receberam treinamento e agora trabalham nos núcleos de

coleta seletiva e nas unidades de triagem de resíduos sólidos e comercializam os produtos diretamente com as indústrias de reciclagem. Os serviços de coleta seletiva é feita pela Prefeitura em vários bairros da capital. Além de garantir a renda para o seu sustento, os agentes ambientais estão recebendo o maior bem que o homem pode ter. O conhecimento. Todos eles que não sabem ler foram incluídos no programa de escolarização de adultos e freqüentam as escolas da rede municipal.

Foi bom. Foi bom. Incentivo muito a gente a aprender alguma coisa que ninguém sabia.

Eu estou achando ótimo por que é uma oportunidade que a gente tem. Não, a pessoa já está ficando velha e não aprende mais nada. Eu não penso assim não. Eu penso diferente. Enquanto eu puder andar e tiver a oportunidade e a chance de estudar eu estou lutando pra aprender a escrever.

Agora eu aprendendo eu posso chegar na parada de ônibus e ler e pegar o ônibus e ir para onde eu quero ir.

Eu nunca fui numa escola, não. A primeira vez foi essa. Mas graças a Deus já estou aprendendo muitas coisas.

Quero parabenizar a Paraíba, João Pessoa, e o Prefeito e seus colaboradores, Prefeito Cícero Lucena, por terem a audácia, a ousadia, a pertinácia de realizar esse Projeto de uma forma ampla e integrada.

O aterro sanitário está localizado no Município de João Pessoa, no engenho de Musururé, Embaba 3(F) a quatro quilômetros da BR 101. Com área de cem hectares, suficientes para receber os resíduos sólidos urbanos por mais 25 anos. A construção do aterro sanitário tomou forma através do consórcio intermunicipal da área metropolitana, CONDIAM e recebe o lixo de João Pessoa, Cabedelo, Santa Rita, Conde, Baê e Cruz do Espírito Santo. Foram investidos recursos municipais e feito uma parceria com os governos estadual e federal através do Ministério do Meio Ambiente. A obra significa ar puro, bem-estar para a população e, principalmente, dignidade para as dezenas de famílias que moravam no lixão. João Pessoa, a cidade mais verde das Américas agora pode respirar aliviada.

Mais do que um gesto de fechar um local onde se depositava lixo e abrir um novo local para se depositar um novo lixo, nós estamos realizando um hoje. Um sonho que todos nós

participamos. Deus está nos permitindo que a gente possa transformar esse lixão em um novo parque da cidade, devolvendo esse espaço à natureza e à cidade de João Pessoa. Estamos transplantando mais de 1500 árvores adultas de áreas que antes seriam desmatadas para que em breve nós todos possamos usufruir dessa área porque estamos tratando do seu chorume, retirando os gases tóxicos produzido pelo lixo e principalmente estamos tendo a preocupação social com os que aqui trabalhavam. São cerca de 382 catadores que agora passarão a ser agentes ambientais. Por isso é que esse Projeto ele é grande, porque ele cuida da questão ambiental, ele cuida da questão social e principalmente através da educação nós vamos demonstrar que cada um pode fazer a sua parte para que João Pessoa seja cada vez mais verde, mais feliz e mais alegre.

Escolas Municipais, estaduais e da rede privada levam diariamente seus alunos para acompanhar o processo de transformação do lixão em parque ecológico. E o funcionamento do aterro sanitário e sua nova tecnologia e destinação do lixo, além de receber informações sobre o programa de coleta seletiva que vem sendo implantado na cidade.

Ao completar 418 anos de história de vida, João Pessoa recebe do Prefeito Cícero, um presente maravilhoso. A desativação do lixão do Roger é uma conquista fantástica para João Pessoa para as novas e futuras gerações. Uma reivindicação mais do que antiga de toda a cidade na preservação de um espaço urbano que terá todo um reflorestamento com um Projeto que será, se Deus quiser, premiado internacionalmente.

A antiga área do lixão do Roger, depois de sua total desativação, será transformada em parque ecológico. Terá uma característica importantíssima. Não se tem notícia de nenhum outro parque do mundo feito de árvores adultas transplantadas para recuperar lixões. Mil e quinhentas árvores já adultas foram transportadas do novo aterro sanitário para a área do lixão garantindo seu paisagismo. O processo de recuperação é lento. Afinal, durante décadas, o desgaste daquele solo foi enorme. Primeiro, são extraídos gases tóxicos através de tubos fincados no solo. Depois vem a Drenagem do Chorume. Só então o terreno é coberto com material argiloso e é colocada uma cobertu-

ra vegetal com gramíneas. Em breve, o local será destinado ao lazer lembrando ao homem que natureza é vida e que somos capazes de transformar o que era motivo de vergonha em verdadeiro orgulho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Agradeço a paciência da Senadora Serys que tem outro compromisso e passo a palavra a ela. Depois farei os comentários. Para tirar o som do vídeo, por favor.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Começar pedindo desculpas, Sr. Presidente, Senador Cícero Lucena, Rudolf, Edson, Nadja e Srs. Senadores senhores e senhoras aqui presentes. É que realmente nós estamos com a Ministra de Direitos Humanos ali, está numa discussão acalorada, é a minha vez de falar e já me chamaram várias vezes. Eu gostaria de dizer, Senador, que depois de a gente assistir esse vídeo, de conhecer toda a sua luta, por que o senhor tem falado disso, constituiu essa Comissão de Resíduos sólidos para discutir uma questão tão importante aqui no Senado, o senhor está trazendo aquela experiência que aparentemente pequena lá do seu Estado já para a gente buscar atingir maiores espaços do Brasil e do mundo que o senhor já está indo para Berlim agora dia primeiro conosco onde a gente vai estar discutindo diante de uma humanidade alardeada com os relatórios do IPCC, etc., etc., eu já estive numa reunião sobre mudanças climáticas e aquecimento global agora em fevereiro em Washington e a discussão lá foi mais centrada na parte do transporte e então do nosso combustível verde que, aliás, nós do Brasil temos aí, estamos na linha de ponta e de frente mesmo, mas não vamos discutir isso agora. E agora com a sua presença lá também agora já em Berlim, daqui há poucos dias, com certeza essa parte í vai estar também na linha de frente na discussão. Eu acredito que eu conheço uma experiência, era a única que eu conhecia agora também não visitei a sua lá, mas já tenho bastantes informações para fazer uma avaliação que é de extrema importância, eu conheço a de Nova Iguaçu, na nova gerar. E é também algo bastante grande, significativo em termos, inclusive, de produção de energia, de busca de produção de energia, etc, etc. E a gente tem acompanhado bem de perto essa outra. E eu acho que o... Desculpe, eu não vi a sua fala, Rudolf, mas eu já tenho que sair, inclusive, correndo, mas eu vi a fala quase toda da Nadja que achei da maior relevância e do Edson quando é colocada essa questão das parcerias dos Municípios. Porque acho que a gente tem aí várias situações. Tem uma que é mudança de mentalidade. É a questão cultural que aqui foi falado, né Nadja? Ela vai ter que aconte-

cer. E como o Edson disse, eu entendi muito bem a colocação dele. Quando a gente jogar uma latinha ou um pedaço de papel na rua e uma criança juntar e a gente olhar, a gente vai ficar vermelho, eu acho que aí a coisa está superada, sabe? É a educação a médio e longo prazo quem vai resolver essa questão. Mas enquanto isso está sendo construído, a gente tem que ir forçando a barra em situações de realmente fazer as mudanças acontecerem.

Então acho que essa questão aí da educação é primordial, é fundamental, não sei se é porque eu sou professora, eu acredito que a mudança de mentalidade é a solução e acho que todos nós aqui acreditamos. Mas enquanto isso por si só não resolve tudo, nós temos que ter ações concretas de todos do meu ponto de vista. Quer dizer, ações concretas no sentido na área da educação, Senador, como que a gente pode trabalhar isso mais diretamente dentro das nossas escolas? Eu tenho buscado através da agenda 21, a frente mista que eu presido que é desenvolvimento sustentável e agenda 21 do Congresso, a gente tem feito alguma coisa no sentido de ir para dentro da... Aspas, não vai, mas documentos, etc., de orientação para as escolas para que nossos profissionais da educação sejam também preparados para atuar com firmeza e determinação junto as nossas crianças e os nossos jovens. Uma outra questão são os empresários que eu acho que o Edson colocou também uma série de questões que cuidam, entre aspas, cuidam desta área aí dos resíduos sólidos. Tem muita coisa aí que precisa mudar, Edson e eu acho que você já apontou algumas e talvez tenham muitas outras com certeza. E do empresariado de um modo geral. Eu já tive reuniões com o pessoal dos resíduos sólidos. Não me lembro, era desses aparelhos mais sofisticados, eletromagnéticos, essas coisas aí, eu não me recordo mais... Em São Paulo, com o empresariado dessa área. Foi bastante interessante porque muitos estavam ainda contrariados, isso tem uns dois anos, mas vários já estavam lá colocando nas suas empresas setores que viessem a cuidar desse tipo de coisa, que viessem a trabalhar isso, que viessem a discutir, viessem entender, se preparar para que aquela empresa não tivesse mais esse outro problema. Tive reuniões grandes realmente também com o setor de plástico que é outro problema. E aí a gente, a nível de Brasil, inclusive, o empresariado a nível de Brasil. Agora, assusta um pouco a gente se você passar ali na esquina de manhã cedo for comprar duas ou três fatias de presunto, que dá 50 gramas de presunto. Se você vai abrir o pacote depois o lixo é desse tamanho e o presunto não tem. Porque vem aquela bandejinha de isopor, vem mais o papel plástico, aí vem um outro papel, aquele papel bege

lá, depois vem um outro, a sacolinha de plástico... E a sacolinha de plástico quando a gente vai no supermercado? Quer dizer, acho que essa sensibilização do empresariado, vamos tentar fabricar. Eu sei que já existe. Está caro? Está caro. Mas vamos buscar superar isso daí. A fabricação do plástico biodegradável. Sei lá se ele trás conseqüências. Vamos ver se ele traz conseqüências. Vamos promover estudos científicos, se ele ainda continua sendo problema mesmo sendo biodegradável mas o que não pode ser é cada dia cada um de nós sair com aquele monte de saquinho do supermercado e para onde vai aquilo? Quer dizer, é extremamente complicada essa situação.

O empresariado também que precisa buscar os ISOs. O ISO 14 mil. Eu acho que é fundamental as empresas tem que saber. É difícil? É difícil. Mas tem que tentar ir se enquadrando nessa história. Eu acho que todas essas coisas são coisas que nós inclusive temos que trazer nossa contribuição legislando, mas eu também acredito que não é só legislando, forçando a barra através da legislação que a gente vai resolver. É a mudança de mentalidade. E aí os meios de comunicação tem um papel decisivo e determinante. Eu já falei demais, estão me chamando pela milésima vez ali na outra Comissão que eu tenho que falar, eu peço desculpas, Senador e com certeza eu sei que nós vamos estar agora em Berlim nessa discussão bastante aprofundada, vamos estar em janeiro possivelmente em Tóquio por que nós estamos discutindo nesses eventos éramos dois Senadores e um Deputado agora somos três Senadores e dois Deputados, estamos discutindo com vistas pós Kyoto. Que Kyoto termina em 11 e a gente sabe Deus o que vem depois. Então a gente já está trabalhando isso e em fevereiro do ano que vem possivelmente a gente esteja com esse pessoal já aqui no Brasil discutindo essa questão. Nós somos tampa, desculpe o termo, entre aspas, numa série de situações para a preservação do meio ambiente. Somos os melhores mesmo. Mas ainda somos muito poluidores. Então a gente precisa melhorar muito mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu que agradeço a participação da Senadora Serys e dizer que para nós é motivo de muita alegria de tê-la na nossa Comissão tê-la porque com a sua experiência, sua dedicação e seu compromisso público muito vai enriquecer o nosso debate e as nossas proposta que é o objetivo maior dessa Subcomissão e exatamente é despertar um assunto que é tão importante e a gente poder contribuir da melhor forma possível para o futuro de todos nós. Passo a palavra então ao Senador Augusto Botelho pela ordem de inscrição.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) –

Bom, eu não vou fazer pergunta, vou fazer alguns comentários. O Rudolf de Noronha deu uma boa notícia de que o Ministério do Meio Ambiente está voltado para treinamento das pessoas, para ensinar elas a manejarem, a saber lidar com as coisas. A Dra. Nadja falou que agora passou para 50 mil, falou sobre cobrança sobre coleta de lixo. Eu também acho, mas não sei de onde a senhora é, de que Estado é, mas quem conhece os Municípios pobres os Prefeitos às vezes não cobram nem o IPTU das cidades porque não tem condição de pagar o IPTU. Então nós temos que trabalhar para, eu acho que o caminho para a gente resolver vai ser pela educação mesmo. Nós temos que educar as pessoas porque e tentar nas cidades maiores. Na favela o pessoal vai querer pagar alguma taxa para recolhimento de lixo? De início não vai querer. Mas realmente é mais fácil ele botar o lixo e alguém recolher para ele do que jogar lá no quintal ou na rua para ele ficar pisando em cima. As empresas, por outro lado, realmente elas só ganham pela tonelagem. Elas querem recolher o máximo que recolher. Agora com essa caminhar da extinção do petróleo, da escassez do petróleo, o plástico vai ter mais valor. Agora não é interessante para eles coletar o plástico separadamente. Eles nem se preocupam em fazer campanha para separar porque não é interessante economicamente para ele. Mas logo, logo, dentro de uns 15 a 20 anos vai ter que ter uma solução porque o plástico vai ser um elemento também raro. Por que não vai ter muito petróleo para fazer plástico.

Por outro lado, não sei se as Prefeituras começam a pagar preço diferenciado de acordo com o tipo de lixo? Talvez houvesse ou desse para alguns bairros uma... Por exemplo, inicialmente poder-se-ia diminuir aquela taxa de lixo para os bairros ou os edifícios onde fosse feita a coleta seletiva. Talvez nós temos que achar uma forma. As pessoas só funcionam aonde vêem que podem gastar menos dinheiro ou onde vêem que podem ganhar mais dinheiro. Nós temos que pensar nisso. Agora os Municípios é que vão ter que resolver. Eu acredito que o Governo Federal agora com essa intenção de aplicar essa quantidade quase 20 bilhões nesta área, área total de saneamento. Eu sou médico e por isso que eu sou... São 20, né?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com a contribuição dos Municípios em contrapartida. 40. Então é muito importante. Porque nós ainda temos muitos Municípios que não tem nem água tratada, nem água encanada. Então nós temos que trabalhar em conjunto nessas ações. Eu gostaria, professor...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Me permite, porque se a gente for... Eu sugiro, Senador, que a gente faça as indagações e depois eu passaria a palavra a cada um para responder.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Essas incorporações que fazem um bloco grande de edifícios, de tudo e tal. Talvez fosse conveniente a gente começar a pensar em que elas comessem a fazer o primeiro tratamento no caso do esgoto para poder participar. Ou dar uma oportunidade para elas nesse sentido. Nós temos que discutir. O senhor que é um que pensa, que estuda isso, talvez no meio acadêmico se ache uma solução. Ou uma luz. Que aí a gente aqui desenvolve. Nós estamos aqui nessa Comissão para trabalhar, para tentar achar um caminho para o destino do resíduo sólido das nossas cidades, dos nossos Municípios. Eu fico feliz porque as palestras todas me deram esperança que nós estamos caminhando na direção certa. Espero que a gente consiga mudar esse panorama por que no meu Estado estava começando a ficar assim também. Mas graças a Deus é que começamos a ter gente vivendo no lixo. Não era dessa forma. Talvez não tivesse criança nascida lá ainda. Mas aí nós começamos a bater, bater, bater, a Prefeitura deu um jeito. Graças a Deus. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu que agradeço a participação do Senador Augusto Botelho e como eu disse, como metodologia eu acho que seria bastante produtivo se a gente ouvir os demais Senadores e depois então os palestrantes iriam responder como um todo. Com a palavra o Senador Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR) – Primeiro, quero parabenizar o Senador Cícero Lucena pelo belo trabalho realizado aí na sua cidade de João Pessoa, que é um exemplo para o Brasil. Bem, eu sou Reitor de uma instituição de ensino, um centro universitário privado que também tem procurado dar a contribuição na região, é recente a nossa experiência, no que tange a questão do manejo de resíduos sólidos. Nós estamos hoje trabalhando para 25 Municípios fazendo inicialmente o inventário dos resíduos sólidos para depois fazer o plano de gerenciamento e chegarmos à orientação através de todos os cursos que temos, arquitetura, engenharia, etc., chegarmos ao aterro sanitário. Mas eu tenho caminhado um pouco aí pelo mundo buscando experiências na área da educação e quando posso vou ao lixo também. Eu fui ao lixão de uma cidade do Japão, a cidade de Kacogawa e foi uma experiência muito rica. Quando eu fui chegando no local do lixão, eles na entrada pediram para que eu tirasse os meus sapatos e me deram um

chinelo de feltro para não criar problemas para o ambiente, não sujar o ambiente do lixão daquela cidade. Na verdade é um grande edifício onde todo o lixo é selecionado previamente e aquilo que tem que ser destruído chega e vai para enormes caldeiras. Primeiro ele passa por um tratamento de secagem, o próprio Chorume é tratado ali e é usado no sistema sanitário da própria indústria e depois tem um grande painel ali aonde aparecem as caldeiras consumindo os detritos. E nas chaminés a gente não vê nenhuma fumaça, só vê o ar tremulando pelo efeito do calor. E as cinzas são tiradas diariamente, normalmente eles fecham um bico do mar com uma muralha e vão jogando ali as cinzas e depois de completo constroem ali um jardim. Esse é o ideal para nós.

Mas me lembro ainda que quando eu estive nessa visita fizemos a comparação do custo, só do custo operacional do lixo em relação a minha cidade que ainda joga a céu aberto era cinco vezes mais o modelo japonês. E eles estavam construindo uma nova indústria com orçamento de 300 milhões de dólares, a nova indústria para consumir o lixo. Então os investimentos são enormes. Então nós sabemos que aqui no Brasil nós temos grandes desafios, mas temos que, sem dúvida nenhuma, avançarmos. Eu gostaria de fazer quatro perguntas. Ou cinco até. Primeiro, o financiamento que a senhora colocou a fundo perdido ou não? Tem contrapartida da prefeitura ou não? O custo do transporte, professor Edson, que pra mim é o principal problema do lixo. Que quando a gente pensa em lixo, a gente pensa na coleta e no local de depositar. Mas, no meu entender, o principal custo está na logística de transporte. Qual a diferença de custo para uma cidade média entre transportar o lixo compactado, que é o modelo convencional e de menor custo hoje e transportar o lixo já de forma selecionada onde a gente não pode compactar e tem que usar muito mais espaço para transportar a mesma quantia? Terceiro, qual a melhor solução com o menor custo? Isso eu sei que cada cidade é um caso, mas existe uma média que se repete nas cidades de porte médio. Nós temos 5563 Municípios e acho que a gente poderia fazer uma classificação de portes de cidades, e é claro que de acordo com a vocação econômica, social de cada cidade nós temos um modelo de resíduos, mas que as diferenças não chegam a ser tão grandes entre uma e outra. Eu acho que aqui nós temos técnicos de alto nível aí que administram isso a nível nacional. Podiam socializar para nós que todos nós Senadores temos uma responsabilidade por um Estado pra uma área para que a gente pudesse também difundir isso na nossa região. Então a melhor solução com menor custo para cidades de porte médio ou dentro de uma

classificação. Quarto, qual o percentual de Municípios brasileiros que já têm aterro sanitário licenciado? Eu sei que existe um prazo, esse prazo já estourou, mas por incapacidade financeira e também por falta de projetos e custos elevados de projetos os Municípios têm tido dificuldade em avançar. Para vocês terem uma idéia, o meu trabalho lá de inventário de resíduos sólidos e plano de gerenciamento, eu estou cobrando 900 reais por município e foi duro prestar o serviço porque eles achavam caro. Isso para ver a que nível chega. Então a gente como universidade está lá realmente subsidiando esse trabalho para os Municípios. E também a quinta pergunta para a Mesa toda, existem algumas experiências no mundo e está chegando no Brasil a tal da usina, o uso do plasma que é um quinto Estado da matéria que elimina todo o resíduo sólido.

Na minha cidade, Maringá, também chegou lá uma nova experiência alemã, experimental sem custo para o Município, não deu para ver o resultado, foi implantado há pouco mais de um mês, um sistema de injeção de gás dentro dos lixões e que esse gás provoca uma biodegradação do lixão existente fazendo com que ele diminua muito o volume para depois poder ser aterrado ou transportado para um lixão, um lixão já licenciado, um aterro sanitário melhor dizendo. Se vocês têm vivido essas experiências e se são viáveis para a capacidade econômica brasileira? São essas as colocações que eu quero fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Agradeço a participação valorosa do Senador Wilson pela sua experiência e sua contribuição já nessa área que nos deixa muito feliz. Passo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, senhoras e senhores palestrantes. Sr. Presidente, nós temos aqui no Congresso já uma, um resultado exitoso de recolhimento de embalagem mais específica. Foi um Projeto que foi inclusive da minha autoria, transformado em lei, que obriga o recolhimento de embalagem vazia de agrotóxicos. Essas embalagens sejam plásticas ou lata de alumínio, ele fazia um mal para o meio ambiente porque ele era, ou enterrado, ou jogado nos rios. E para a saúde humana e animal porque a lata, as latas ou a embalagem rígida, os produtores e sua família utilizavam na casa. Quer dizer, usava-se o agrotóxico e aquela embalagem rígida eles usavam como utensílio doméstico. Hoje o Brasil é líder no recolhimento de embalagem vazia de agrotóxicos. Não há mais despejo desse material praticamente, no campo ou no rio, ou enterrado, ou incinerado a céu aberto que também é altamente tóxico aquela fumaça. Hoje já existe obrigação. A empresa que produz a embalagem, ela é obrigada a trazer de volta e dar

um destino adequado para essa embalagem. Então hoje foi envolvido os produtores, foi envolvidas as cooperativas rurais, os comerciantes, todos aquele que de uma forma ou de outra passa por ela o agrotóxico embalado, evidentemente tem responsabilidade. E por fim, ele, esse produto de fato volta à origem e voltando à origem, os produtores, os fabricantes dessas embalagens, eles montaram uma empresa chamada IMPERVE(F) não sei se os senhores conhecem, essa IMPERVE(F) hoje ela tem a recepção dessa embalagem lá nos Municípios produtores, eles recebem ali, e dali destina-se se vai para incineração ou se vai para a reciclagem. Nós temos muitas fábricas de reciclagem de produtos de embalagem vazia de agrotóxicos, sendo econômico. Ele produz, por exemplo, porque é plástico, ele produz tubo para construção onde não se vai usar mais. Enfim, eu tenho acompanhado isso com muita dedicação e é, com certeza, um exemplo do que podemos fazer. O professor Edson falou sobre latas, que é um interesse econômico em fazer lata. A embalagem não tinha interesse econômico em recolher. Hoje tem interesse econômico. Então, algo nesse sentido, Senador Cícero Lucena, nós podemos pensar aqui para de forma... Para o Congresso estabeleça leis que podem facilitar o recolhimento de embalagem, seja de que fonte for para não ficar enriquecendo os lixões por esse Brasil afora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Muito obrigado, Senador Jonas Pinheiro por mais essa colaboração tão valiosa que o senhor faz a esse País, em particular a essa Casa mas em particular ao País. Eu gostaria de, como vou ter que me ausentar, eu gostaria de também ter a minha participação e ter a honra de convidar o nosso Vice-Presidente, o Senador João Ribeiro, para presidir os nossos trabalhos enquanto eu faço as indagações e as colocações que assim desejo à Mesa desde já agradecendo a presença de todos e dizendo que fico muito feliz, porque com certeza nós vamos ser parte de um Projeto de muito interesse para o Brasil. Então eu convido o Senador João Ribeiro.

(troca de presidência).

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Bom, primeiro meus cumprimentos a todos e em assumindo aqui a Presidência temporária desta Comissão, dessa Subcomissão, passo a palavra ao nosso Presidente, Senador Cícero Lucena, que deseja fazer uso da palavra antes de se retirar, porque tem outro compromisso a cumprir. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Obrigado, Presidente. Renovo o agradecimento à partici-

pação de todos os Senadores, bem como dos que compõem a Mesa e dizer que pra mim é motivo de muita alegre nós estarmos iniciando um debate que não se inicia hoje, na verdade, eu digo na Comissão. Porque isso faz parte da vida de muitas pessoas, de muitos estudiosos, de muitos ecologistas, cidadãos que se envolvem nesse Projeto. E também aquilo que já foi feito pelos governos passados, pelo atual, e que será feito também pelo futuro. Eu costumo dizer que quando o professor Edson estava contando a história do filho que cobra se o adulto joga o papel na janela e vivi uma experiência dessa, semelhante, em 1989. Eu tinha ido a Zurique, na Suíça e o meu companheiro brasileiro que me acompanhou ele fumava e fumava numa carteira de cigarro daquela tipo, uma caixinha, boxzinho daquele. E ao chegar em Zurique ele pegou o último cigarro, acendeu, procurou um local para jogar a caixa de cigarro vazia e não encontrou. E achou mais cômodo soltar. Nós estávamos caminhando, não foi de carro. E aí um suíço pegou a caixa e bateu no ombro dele. Obviamente que eu quem estou falando em português. Ele disse: Cavalheiro, o senhor deixou cair essa caixa. Aí ele disse: Mas eu não quero mais não. Ele disse: Mas nós também não queremos. Então eu estou retratando algo há quase 20 anos atrás já demonstrando da consciência, da cultura de um povo que sem dúvida nenhuma que faz a grande diferença. A Legislação nós vamos encontrar, o meio tecnológico já tem muitos avançados, outros em desenvolvimento. Ele falava na injeção de gases, eu conheço a experiência e desenvolvi de alguma universidade da injeção de bactérias para poder reduzir o volume dos lixos e como devem existir outros e outros estudos mundo afora. Mas eu volto à tecla da consciência.

Em 1997, quando estava começando a discutir essa questão do lixo, o então Ministro Gustavo Krause que tinha sido meu companheiro no Ministério, ele me indicou para o encontro de meio ambiente na Alemanha. Em Hamburgo. E me pediu para que eu representasse o Governo Brasileiro na palestra. E eu mostrei parte desse vídeo. Porque só tinha a desgraça. Só tinha o urubu, a criança disputando alimento, e uma série de outras coisas. E naquela oportunidade, num almoço que eu tive com o Ministro do meio ambiente alemão, ele me falava que após o acordo da Basiléia que proibiu o transporte do resíduo para outros Países, para que efetivamente... Porque era assim que a Alemanha fazia e outros Países faziam, botavam em navios e depositar em outros Países, a Alemanha então estabeleceu um Projeto de usinas de Reciclagem, de compostagem e reciclagem. E obviamente que calculou aquela base da usina, Senador João Ribeiro, em função do volume que era produzido de lixo na Alemanha. Mas,

paralelamente, desenvolveu o Projeto de reciclagem, de conscientização da população da importância da reciclagem. O método que ele adotou em determinado instante, dependendo do tamanho da cidade, dependendo de uma série de coisas, era de que o material reciclado, cada um separava no seu escritório ou na sua casa e tinha os coletores nas esquinas das quadras e cada um levava esse material e colocava dentro desses coletores. E o outro lixo era dia sim, dia não, dependendo da questão até do custo que a senhora fez referência. E ele me dizia que todo sábado a tarde ele saía com todo o material dele reciclável, ele, Ministro do meio ambiente da Alemanha e fazia a sua parte como cidadão de separar em casa e levar para o local apropriado estabelecido por eles. Devido a essa consciência e essa prática, várias usinas que foram construídas na Alemanha, foram fechadas, porque não tinham mais tanto materiais para processar. Mais uma demonstração da importância da consciência ambiental que precisa ser divulgada. Aí eu digo, não será um papel apenas do Senado fazer na Legislação. Será um papel e está sendo um papel do Senado levar essa discussão, provocar o debate, ver o que de bom tem sido feito pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério das Cidades, pelas universidades públicas e particular, pelas Prefeituras que estão administrando. Eu acho que na colocação que vocês fizeram vi vários pontos importantes. Destaco algo que eu acho que é fundamental.

A questão do planejamento. Para nós chegarmos ao fim do lixo, nós passamos mais tempo planejando a solução do que mesmo executando a solução. Daí a importância do exemplo que foi dado pelo Sr. Rudolf, no sentido de que teve com o Estado do Piauí um planejamento para fazer um mapeamento da situação, levando em consideração o respeito ambiental, áreas de preservação, levando em consideração o tamanho dos Municípios para estimulá-los a fazer o consórcio para que venha ser viável economicamente, fazer todo um planejamento que solução a ser dada se é uma usina que futuramente venha gerar energia, se é só um aterro sanitário, porque o Brasil não precisa ter apenas uma alternativa de solução, existem condições técnicas que podem ser sugeridas, mas ao ser sugerida tem que ter a condição de financiamento, tem que ter a condição técnica bem discutida e respeitada a questão ambiental e me preocupa muito quando o Ministério diz que disponibiliza recursos de financiamento para as Prefeituras que eu sei que algumas podem. Mas outras não podem. Não podem por incapacidade financeira, não podem por incapacidade organizacional, não podem porque efetivamente não tem como fazer. Então, o Governo precisa, nós precisamos encontrar meca-

nismo para controlar essa condição, para ter solução para esse tipo de problema. E é importante que isso seja feito. Porque é muito mais fácil a gente evitar de fazer os lixões do que muitas vezes depois combater os lixões. Então essa preocupação, essa visão eu acho que ela é pertinente no sentido da gente cuidar como um todo. Se a FUNASA cuida de determinado nível, se infelizmente anteriormente foram disponibilizados recursos e nem sempre esse recurso deu o resultado que era esperado, então cabe agora a gente criar normas, condições, fiscalizar, acompanhar, só financiar com o acompanhamento e com o resultado.

Então eu acho que isso é algo que tem que estar muito presente na orientação do Governo. Eu também vi algo muito importante aqui no sentido de que a Dra. Nadja disse que não está carimbado para que é o volume de recurso de saneamento básico e resíduo sólido estaria incluído no volume. Só que a demanda é pequena. Então aí mais uma vez o papel do Congresso e o papel do Governo no sentido de estimular esse debate. Essa discussão. Provocar, financiar projetos, os debates, os fóruns. Porque isso fundamental essa conscientização. O fechamento do lixo foi algo que trabalhamos muito. Nós levamos todas as 92 escolas Municipais para visitar o fechamento de um e abertura de outro. Nós provocamos gincanas escolares na semana do meio ambiente, com peças teatrais, com reciclagem de materiais, fizemos exposições itinerantes de todos os artistas plásticos de João Pessoa que pegaram o material reciclável e tornaram, fizeram arte e aí nós fizemos exposição em vários locais da cidade, publicamos livros sobre essa arte que foi feita pelos artistas plásticos porque os mecanismos e formas da gente levar à conscientização da população que vai dar a nossa solução futura. A preocupação da logística reversa. É fundamental. Nós temos que estimular o processo de tecnologia, os veículos que trabalham com tecnologia desde as nossas universidades, os órgãos públicos federais, no sentido de que a gente discuta isso com profundidade, envolver as empresas para que elas se preocupem com as embalagens que produzem, não só na sua beleza, mas na sua conscientização ecológica. Da gente ter a preocupação reversa, porque hoje se fala no agrotóxico como bem disse o Senador Jonas Pinheiro, nós já temos avanços também na discussão da questão das baterias de celulares, mas já começa em outros Países ter a consciência de que as impressoras, os computadores, o próprio telefone celular, o eletro eletrônico tem que ser discutido. Já tem Estados nos Estados Unidos que já estão proibindo a sacola plástica nos supermercados. Já estão chegando a isso, Senador João Ribeiro. Exatamente porque na minha terra diz o seguinte, depois que acabaram com aqueles

balaios que levava a feira e levava para casa, agora até revista é colocado em sacola plástica. Então, e aí nós sabemos a contribuição que dá. Então são todos esses fatores que eu acho que temos que estar provocando a discussão, estar colaborando com ela para que a gente possa ao término do prazo que nos foi dado aqui na Comissão com essa valorosa contribuição dos próprios Senadores, cada um com sua experiência de ex-Prefeito, de ex-Governadores, de educador, enfim, todos nós, com também a colaboração de vocês e de outros que aqui se farão presente nesse debate que eu tenho certeza que nós não vamos propor apenas uma solução Legislativa, mas sim participativa de toda a sociedade na busca dessa solução. Então renovo o agradecimento e peço a desculpa por ter que me retirar em função desse compromisso anteriormente assumido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Senador Cícero, antes de passar a palavra, eu preciso colocar em votação o Requerimento aqui para inclusão extrapauta de autoria do Senador Cícero Lucena e Augusto Botelho. Para convidar os senhores Diogenes, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Empresas de tratamento de resíduos, e o Sr. José Aurélio, Associação Brasileira sanitária e ambiental. Coloco em discussão o Requerimento para que seja feito o convite, para que os mesmos sejam convidados para a próxima Sessão ou quando assim, quando houver uma agenda oportuna. Ninguém deseja discutir, em votação. Aprovado o Requerimento. Passo a palavra à Dra. Nadja.

SRA. NADJA LIMEIRA ARAÚJO – Antes eu gostaria de parabenizar o Senador Cícero Lucena. Eu conheço a experiência do Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Para as considerações finais da senhora.

SRA. NADJA LIMEIRA ARAÚJO – Sou amiga do Dantas, que é um profissional, trabalhou, então parabéns pelo trabalho. Conheço tudo que o senhor falou aí. Seria isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Dr. Edson deseja uma consideração final?

SR. EDSON MARTINS DE AGUIAR – Eu fiz umas perguntas. Se for possível ter respostas eu gostaria. Até mesmo por que eu pretendo ampliar os trabalhos na minha universidade nesta área de prestação de serviço e apoio aos Municípios.

Então, sobre aquela questão, o Sr. Senador de Londrina, de Maringá. Então, Londrina, aquela questão que a gente levantou de como é que a Prefeitura paga a empresa, eu preciso ir atrás, pesquisar isso, mas me parece que Londrina estabeleceu uma forma de... A Prefeitura de pagar por preço fechado. Então

paga a empresa com o preço fechado. E aí se ela tem o preço fechado, ela não... Ela vai querer talvez até reduzir a quantidade de lixo e me parece que lá 30% do lixo é coleta seletiva. 30%...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. EDSON MARTINS DE AGUIAR – 25%. Isso é fantástico para uma cidade. Então, eu não tenho... é preciso pensar também como os senhores qual seria a melhor forma? Não sei. Precisamos avaliar por tonelada, por quilômetro rodado, por preço fechado, como é que muda, como é que compactado ou não. Na verdade o compactado, ele é mais, bem mais barato o custo de coleta do que o lixo não compactado. Mas existem várias formas de pegar o lixo não compactado, enfim, a coleta seletiva. Isso também a gente tem que analisar a melhor forma. Basicamente é isso que eu teria para...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Com a palavra a Dra. Nadja.

SRA. NADJA LIMEIRA ARAÚJO – É o seguinte. O senhor perguntou sobre...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SRA. NADJA LIMEIRA ARAÚJO – Porque veja bem, os tomadores de recursos existem as concessões privadas. Então o tomador privado também conforme o contrato que tem com o Município ele tem direito também de tomar recurso, então ele toma na linha de apoio, de recursos onerosos. Quando é o Município também tem as contrapartidas de acordo que são estabelecidas pelo conselho curador do Fundo de Garantia. É empréstimo. Então, esses empréstimos, inclusive um dos Senadores que eu não lembro o nome perguntou sobre se tem contrapartida mesmo do AGU, tem de acordo com a LDO, mas se está estudando, o Governo está estudando a possibilidade de essas contrapartidas terem redução exatamente para facilitar a vida das Prefeituras para que elas consigam realmente executar. O senhor perguntou sobre a quantidade de Municípios e cidades que têm instalações adequadas do ponto de vista sanitário ambiental. Licenciamento. Veja bem, o último levantamento que nós fizemos, já foi em 2002, ele não falou a cidade em si, falou da quantidade de lixo que é coletada no País, quase 65% são destinadas a lixões. Isso em 2002. Nós levantamos isso em todos os Municípios brasileiros. Por que na verdade o município ele é, nós não temos isso assim quantos municípios que essa questão do lixo ela é muito dinâmica. Hoje nós temos um aterro e semana que vem ele pode ser um lixão. Um aterro controlado pode virar um lixão rapidamente desde que não tenha máquina para operar, pessoal qualificado. Então o lixo é uma situação

dinâmica. É igual uma fotografia. Hoje você está numa posição e amanhã você está numa outra.

Então o último dado censitário que nós temos. Nós temos o SNIS que é um sistema nacional de informação e saneamento, água esgoto e resíduos. Resíduos começou há quatro anos. Nós temos dado, mas não é censitário. É amostral. É um grande universo de municípios onde todas as capitais já aderiram a esse sistema, quer dizer, eu acho que eu diria que quase que 60% dos resíduos gerados no País estão nesse sistema de informação. Então nós temos, o Ministério das Cidades tem. Eu queria colocar a questão da cobrança que um dos Senadores que eu não lembro bem o nome dele, foram quatro ou cinco que falaram, ele falou que ele discorda dessa questão de cobrar pela prestação de serviço de manejo. O serviço efetivamente tem um custo, o colega nosso da universidade de São Carlos falou uma coisa importante, os contratos das empresas de terceirização na sua grande maioria são por tonelada, os senhores sabem da problemática que é a disposição inadequada dos resíduos de construção nesse País, que acho que para cada uma de resíduo comum tem duas das grandes cidades que estão em expansão, crescendo, construindo muito. Então isso é uma coisa que... e vai no peso também e às vezes até coleta então isso aí onera os cofres municipais também. Entendeu? Então, veja bem, nós insistimos porque a questão da água é uma questão de saneamento básico. Se cobra pela água. Bem ou mal se paga e tem as tarifas subsidiadas e tal. Tem as formas de cobrança. É que veja bem, nós estamos olhando o ponto de vista do lado do Prefeito. Nós estamos nos colocando no lugar dele, eu estou colocando do lado do Prefeito que tem que administrar um problema que a população, que a sociedade gera. Que é o lixo que se gera todo dia e toda hora. Então, se ele não tem um fundo específico, eu acho que era começar a mudar a cultura da sociedade para ela entender que o lixo é um problema de saúde pública também. Saúde pública ambiental em todos os níveis. Então social principalmente. Foi mostrada a questão dos catadores. Então nós temos que olhar do ponto de vista também da sustentabilidade passa por todos esses problemas. O senhor foi um que falou. Nós temos tecnologia. Não basta ter tecnologia. Pessoal capacitado nós temos muitos nesse país. Graças a Deus temos bons profissionais, temos Prefeituras, as Prefeituras estão querendo resolver o problema, os estados de todos nós, é um problema de todos nós, da sociedade, do Governo, de dar as mãos, do setor privado que tem um papel importante também e está neste processo.

Então eu acho que a questão da gestão ela passa por tudo isso. E eu queria lembrar aos senhores que

nós, o Ministério das Cidades conseguiu com o apoio de outros Ministérios e desta Casa também aprovar uma política de saneamento. Essa política estabelece regras para a prestação de serviços público de saneamento ambiental. Isso aí já foi um norte. Quer dizer, nós temos bastantes recursos e temos regras. Tem a lei dos consórcios aí que veio nos ajudar a sua regulamentação que bem ou mal as coisas estão avançando. O Senador Lucena elencou uma série de avanços que já estão ocorrendo em todos os setores da sociedade, do Governo, quer dizer, iniciativas proativas no sentido de tentar resolver o problema. Então eu gostaria de ressaltar que com esses mecanismos, esses instrumentos o Governo Federal está com condições, além da vontade que a gente sente nos Municípios de resolver o problema. É claro que colocar a questão, resolver o problema de forma compartilhada ou consorciada, isso aí vai dar escala na Resolução dos problemas. E nós temos o apoio das universidades que tem o papel fundamental nos ajudando para aqueles Municípios que precisam realmente de um apoio, de uma assistência técnica para elaborar projeto para montar as suas leis municipais, as suas estruturas, seus mecanismos para que eles não se percam. Porque não basta só ter recurso e ter vontade de fazer. Como eu disse para o senhor, os resíduos sólidos ele é uma coisa muito dinâmica. Ele não é como uma adutora de água que você coloca ali e daqui uma semana é uma coisa que se gera todo dia. E o lixo hoje é mais complexo do que há 40 anos atrás. Ele tem muito metal pesado no seu componente. E quando eu digo que ele é questão de saúde pública, tem que mostrar para a sociedade com campanha de esclarecimento na sociedade, na mídia, isso é muito importante. Não basta só o programa com as escolas. A coleta seletiva está avançando principalmente no centro-sul, em muitas cidades do nordeste. Assim, eu falo com muita empolgação porque sou técnica no setor, trabalho no Governo Federal, na área de saneamento há 27 anos. Sou funcionária de carreira. Mas eu sou militante do lixo há elo menos 15 anos. Eu escolhi o lixo como minha bandeira de trabalho. Quando eu aposentar acho que vou continuar querendo trabalhar.

Então eu fico muito feliz de ver o nível de informação e de especialização que os Senadores têm e começaram a colocar aqui. Quer dizer, assim, parece que estão falando linguagem igual a nossa que somos técnicos, somos militantes do setor. Eu acho que se nós juntarmos os nossos esforços, com essas ferramentas que a gente tem na mão, com a vontade política de todo mundo que a gente está vendo, a gente sabe que essa diretriz que a gente está adotando junto com meio ambiente, junto com a FUNASA, que são os três

Ministérios assim que estão atuando mais diretamente nesse setor, eu acho que a gente vai conseguir fazer coisas boas. E todo mundo vai ganhar com isso. É um jogo assim que só tem ganhador, por que se a gente sabe. Desculpa se empolguei um pouco mas precisava falar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Eu queria saber se o Dr. Rudolf deseja... Suas considerações finais, por favor.

SR. RUDOLF DE NORONHA – Obrigado, Senador João Ribeiro, só primeiro para encerrar, já dado o adiantado da hora, mas eu não podia deixar de... deixar aos senhores aqui um cumprimento ao Senador Cícero Lucena e parabenizá-lo pela experiência do lixão do Roger que é um convênio entre a Prefeitura de João Pessoa e o Ministério do Meio Ambiente que foi assinado ainda na época do Ministro Sarney Filho e que hoje estou tendo a felicidade de fazer a prestação de contas deste convênio que é um dos poucos dos mais de 300 que nós temos, com êxito. Realmente foi uma obra, só de recursos federais foram cerca de dois milhões e hoje a gente chega lá e vê um resultado muito bom. Também queria ressaltar, Senador, a questão dos plásticos que foram trazidos por muitos Senadores e dizendo que no Brasil já há também alguns lugares que com leis proibindo a utilização de sacolas. O próprio Rio de Janeiro tem uma lei ainda não regulamentada, o Paraná está tentando usar a lei de crimes ambientais para proibir o uso de sacolas em estabelecimentos comerciais e em Belo Horizonte também já se inicia também...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Aí seria sacola de papel?

SR. RUDOLF DE NORONHA – Ou de algum material biodegradável, ou de papel... Enfim. Existe um grande movimento nesse sentido e nós já estamos iniciando no Ministério um estudo sobre que é fácil proibir. Mas e aí? O que se usa em substituição a isso? Que solução a gente pode apresentar? Então é algo que também está na nossa pauta de discussões. O Senador Jonas Pinheiro nos trouxe a questão das embalagens de agrotóxicos e eu queria reafirmar que realmente é um dos programas de grande êxito que nós temos quando a gente apresenta no exterior a questão do retorno das embalagens de agrotóxico é sempre uma experiência muito elogiada. O Senador Wilson Matos também falando ainda sobre o licenciamento dos aterros, como é uma questão de licenciamento dos Estados, a gente não tem uma somatória desses 27 Estados, o que é que há licenciado. Mas nós sabemos que é bem pouco e até por essa dinâmica que a Dra. Nadja disse que hoje está licenciado pode em seis meses virar um lixão novamente. Quanto ao

uso de novas tecnologias, como o plasma ou outras, a gente também está sempre tentando se inteirar disso que tem muita coisa boa e outras que não são tão boas assim o plasma hoje é usado para reutilização de embalagens Tetra Pak já saem os lingotes de alumínio de uma maneira muito eficiente. Eu queria também lembrá-los da questão das embalagens PET que nós também estamos numa frente de luta no Mercosul para a liberação do uso de PET reciclado para o envase de alimentos que hoje nós não podemos, a gente acredita que com a liberação disso, hoje já há tecnologia de reciclagem de PET que produz um produto que pode ser tranquilamente utilizado para o envase de alimentos. A gente acredita, que a gente possa chegar em algo perto do que aconteceu com o alumínio, se a gente liberar o envase de alimentos com PET's recicladas. E só terminando, como disse o Senador Cícero Lucena, numa fala muito interessante, sobre a historinha da caixa de cigarros na Suíça, que os suíços não queriam a caixa de cigarro que provavelmente foi trazida do Brasil, nós no Brasil também não queremos o lixo dos suíços e dos outros europeus, principalmente os pneus. Então acho que foi uma boa analogia que o Senador Cícero Lucena nos trouxe. Agradeço Senador João Ribeiro pelo convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Alguns dos Senadores ainda deseja usar da palavra?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Queria apenas apresentar o requerimento, mas o Senador Cícero Lucena já apresentou, era o que convocava o Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Dr. Boranga, para vir também falar aqui. Mas já foi aprovado

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Já foi aprovado inclusive com a assinatura de V.Ex^a. e do Senador Cícero Lucena. A autoria de V.Ex^a. e Senador Cícero Lucena. Eu quero em nome dessa Subcomissão agradecer a Dra. Nadja Almeida Araújo, Limeira Araújo, por ter comparecido a este encontro, atendido a este convite a esta Sessão que com certeza foi enriquecedora para nós, para a Casa, para o Senado. Ao professor Edson Martins de Aguiar, professor da escola de engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, USP, também por ter vindo, ter comparecido, participado desta Sessão, dessa Audiência Pública, e ao Rudolf de Almeida Noronha, Diretor da Área de Resíduos Sólidos no Ministério do Meio Ambiente e a todos os Senadores. Não havendo mais nada a tratar, encerramos a presente Sessão.

(Sessão encerrada às 11h49.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS ONZE HORAS.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e nove de março do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presença dos Senhores Senadores **JOÃO TENÓRIO, SERYS SLHESARENKO, ALOIZIO MERCADANTE, GILVAM BORGES, ROSALBA CIARLINI, MARCO MACIEL, CÉSAR BORGES, JARBAS VASCONCELOS, MARIA DO CARMO ALVES, ANTONIO CARLOS VALADARES, PAULO DUQUE, INÁCIO ARRUDA, PEDRO SIMON, ROMEU TUMA, CRISTOVAM BUARQUE, EDUARDO SUPPLY, FLEXA RIBEIRO, EDISON LOBÃO, FERNANDO COLLOR, MÃO SANTA E EDUARDO AZEREDO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. A Reunião destina-se a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, para prestar aos membros da comissão os mais amplos esclarecimentos sobre a política externa brasileira em implementação, face aos novos desafios que se apresentam em todas as áreas pertinentes à sua pasta, incluindo, como não poderia deixar de ser, o potencial que a política exterior possa apresentar para o cumprimento das metas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Inácio Arruda. O Presidente convida o Ministro Celso Amorim para compor a Mesa. O Presidente concede a palavra ao Ministro **CELSO AMORIM** para fazer sua exposição. Usaram da palavra os Senadores **INÁCIO ARRUDA e ALOIZIO MERCADANTE, PAULO DUQUE, ROMEU TUMA, FERNANDO COLLOR, CRISTOVAM BUARQUE, ANTONIO CARLOS VALADARES, EDUARDO SUPPLY, MÃO SANTA E EDUARDO AZEREDO**. Assumiram a Presidência interinamente os Senadores Romeu Tuma e Antonio Carlos Valadares. O Presidente comunica que a Pauta Extra será apreciada na próxima terça-feira. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às catorze horas e trinta e três minutos, lavrando eu,

MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam com essa dispensa permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos agora à apreciação da nossa pauta.

Item nº. 01. Presença do Exmº. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Chanceler Celso Amorim, para prestar aos membros da Comissão os mais amplos esclarecimentos sobre a política externa brasileira, Em atenção ao Requerimento 02/2007 desta Comissão de Autoria do Sr. Senador Inácio Arruda, aprovado em 7 de fevereiro de 2007.

Peço à Assessoria que conduza a este Plenário o Sr. Ministro Celso Amorim. Já com a presença do Sr. Ministro, vale salientar que a sua presença aqui é para esclarecimentos sobre a política externa brasileira em implementação, cujo Requerimento é de autoria do Senador Inácio Arruda.

Registro a presença da Srª. Ana Maria Amorim, esposa do Sr. Ministro que nos abrilhanta com sua presença nesta Comissão.

Passo, portanto, a palavra ao Ministro Celso Amorim para a sua exposição.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, meu caro amigo Senador Heráclito Fortes, companheiro de longa data de outras aventuras, Srs. Senadores, Parlamentares, jornalistas, o tema para o qual fui chamado é bastante amplo, e antes de chegar aqui eu pensava um pouquinho em como abordá-lo, porque para falar da política externa brasileira, tendo já falado tantas vezes, inclusive aqui nessa própria Comissão, seria provavelmente um pouco tedioso me estender sobre temas que já tratei e que certamente os Srs. Senadores já ouviram em muitas ocasiões. E por isso mesmo vou tentar fazer uma apresentação relativamente curta, o que no meu caso nem sempre é fácil, eu sou levado quando começo a falar de política externa a não parar, mas para dar margem também às perguntas e ter uma Sessão mais interativa.

Bem, eu queria talvez começar por dizer que a política externa do Presidente Lula é uma política

externa que busca, ao mesmo tempo, reforçar novas linhas de ação que não estavam presentes, fortalecer algumas que existiam, mas que não estavam talvez totalmente desenvolvidas e manter outras linhas que já vinham ocorrendo dentro de princípios tradicionais da nossa diplomacia. E eu até sei que em parte, digamos, o convite para a minha vinda aqui esteve ligado a uma polêmica que se criou no início do ano em torno do nosso relacionamento com os Estados Unidos, a um possível até anti-americanismo da política externa brasileira, mas eu acho que os fatos muito melhor do que palavras são a resposta para essas colocações.

Eu queria salientar, assim, talvez tomando exemplos práticos de coisas que ocorreram nos últimos dias e nas últimas semanas, salientar como a nossa política externa desenvolve em muitas vertentes, embora sem perder o sentido da prioridade.

Nos últimos 15 dias, talvez um pouco mais, ou um prazo de pouco mais de 15 dias, o Presidente Lula terá estado duas vezes com o Presidente dos Estados Unidos, recebeu o Presidente da Alemanha, recebeu Primeiro Ministro da Itália, portanto três Países do G-7, eu mesmo recebi vários Ministros de outros Países, ontem esteve aqui um grupo grande de Ministros mexicanos criando um relacionamento novo, recebi no mesmo dia a Ministra do Equador e de São Tomé e Príncipe, pequeno país africano, outro país sul-americano, o que mostra diversidade. Na semana anterior estive na Noruega e na Indonésia. Na Noruega para tratar principalmente de problemas ligado à saúde e a política externa, não exclusivamente, mas também sobre isso. E na Indonésia para tratar de aspectos da rodada de Doha da OMC que serão tratados também na visita presidencial, foram tratados na visita do Presidente Bush ao Brasil e serão tratados na visita que o Presidente Lula fará a Camp David no sábado.

Então, essas ações num curto espaço de tempo demonstram a diversidade e a intensidade dessas ações. Eu acho que sem querer fazer comparações, porque eu sei que essas coisas, eu mesmo já fui Ministro do Exterior em governo anterior, em governo do Presidente Itamar Franco, e, portanto, qualquer comparação que eu faça terá apenas um sentido de ilustrar como o Brasil se tornou um país de grande presença no relacionamento internacional. Mas, receber três governantes do G-7 num espaço de 15 dias não é algo comum para nenhum país em desenvolvimento. Nem a China, nem a Índia, nem países latino-americanos. E isso sem perder de vista os nossos compromissos com os outros países, não é? O Presidente Lula fez uma visita muito importante ao Uruguai, da qual resultou agora uma visita do Ministro Furlan, que está deixando o governo agora, também que permitiu concretizar

muitos aspectos do que foi conversado na visita. Ele voltará dos Estados Unidos, logo em seguida irá à Venezuela para uma reunião sobre integração energética da América do Sul. Pouco depois irá ao Chile. Há viagens já combinadas para... Ou pelo menos já pensadas para o Paraguai e para a Argentina, dependendo apenas de fixação de datas.

De modo que tudo isso demonstra que embora nós tenhamos um relacionamento forte, como talvez nunca tenhamos tido com países ricos, como a Alemanha, Itália e Estados Unidos, para mencionar apenas três que ficaram em evidência nas últimas semanas. Isso se deu num contexto em que o nosso relacionamento com países em desenvolvimento e muito especialmente com a América do Sul, também se fortalece e se expande.

Eu poderia citar aqui as inúmeras iniciativas que foram tomadas na América do Sul. Hoje, por exemplo, está em... Nesses dias está em discussão um ato constitutivo para a chamada Casa Comunidade Sul-americana de Nações. Esse é um projeto que nasceu por iniciativa brasileira, que se aprofundou nos últimos anos, e que tem provocado, por vezes polêmica, mas uma intensidade no relacionamento da América do Sul como nunca houve. Temos é... Não é, não vou dizer que o relacionamento da América do Sul começou dentro do governo do Presidente Lula, obviamente houve iniciativas antes. Eu mesmo participei de iniciativas no governo do Presidente Itamar Franco, o Presidente Fernando Henrique também tomou iniciativas. Mas houve uma intensidade que é... Eu diria, realmente quase fora do comum. Eu estava vendo aqui ao me preparar para essa audiência, uma referência às visitas. O Presidente Lula recebeu 54 visitas de Presidentes Sul-americanos. É algo que até mesmo eu fico impressionado, Presidente. Se eu fosse pensar num número não teria uma idéia, claro que alguns Presidentes vieram várias vezes, outros... Os Presidentes também se sucederam. Mas é uma cifra impressionante. Recebeu 54 visitas de Presidentes Sul-americanos, e fez 38 visitas a países sul-americanos. Eu acho que isso, realmente, embora a mídia goste de brincar de dizer, sobre a questão, nunca se viu na história desse país, isso realmente é algo inédito na história do relacionamento político. Não sei se só do Brasil, mas eu diria mesmo que de outros países da América do Sul e da América Latina. É um engajamento muito forte com a integração.

Uma outra proporção, naturalmente, porque tem que ser em outra proporção, a nossa relação com a África. A nossa relação com a África se intensificou de maneira notável. O Presidente Lula visitou 17 países africanos. A África com a qual nós temos relações de sangue, de cultura, a quem devemos tanto e que come-

ça a ser um grande mercado para o Brasil. O comércio com a África hoje se situa aí na ordem dos 15 bilhões de dólares. Não é um comércio desprezível, é quase parecido com o nosso comércio com a China.

Então, além do lado, digamos, humano, cultural, psicológico, espiritual tão importante há também o estratégico, porque a África está no outro lado do Atlântico, que o Brasil, que banha também o Brasil. Mas não só, não só esses aspectos, mas, digamos, uma intensidade de relação que levou o Presidente Lula a visitar 17 países que é mais do que muitos Presidentes africanos fizeram, né? Então, uma grande intensidade também no nosso relacionamento com a África.

Tivemos iniciativas muito importantes. A cúpula entre países africanos e países da América do Sul, que se realizou o ano passado na Nigéria. A cúpula entre países árabes e países sul americanos que se realizou no Brasil, no início de 2005. Agora, todas essas iniciativas, a Ásia, sem falar em China, Índia, Coréia que foram visitadas, ou da qual nós recebemos visitas, Japão. Esse ano faremos uma importante conferência, importante conferência entre países da América Latina e países da Ásia do Leste. Não de Presidentes, mas de Ministros de Relações Exteriores, mas que pode ser o preparativo até para haver, digamos, algumas ações mais ousadas. Agora, tudo isso, não é, que fortaleceu muito o chamado relacionamento sul/sul, não se fez em detrimento do nosso relacionamento com os países desenvolvidos. Eu diria até o contrário. O Brasil é hoje mais valorizado por países europeus, pelos Estados Unidos, pela União Européia, graças à sua, não só ao seu próprio mercado, o seu próprio valor, é um grande país, um país de 200 milhões de habitantes, de um PIB de 1 trilhão de dólares, como ficamos sabendo agora recentemente, não só pelo seu próprio, seu próprio peso, mas pela sua capacidade de articulação, não é? Quer dizer, nós vemos aqui os Estados Unidos virem ao Brasil e quererem fazer uma cooperação triangular com a África. Vemos a Itália vir aqui querer fazer uma cooperação também tripartite com a África, para citar só exemplos recentes, isso em conversas com muitos outros países. Mas aquilo que no início era algo que o Brasil buscava, porque o Brasil queria fazer uma cooperação às vezes com determinado país, mas não tinha recursos. Hoje é o contrário, são esses países desenvolvidos que procuram o Brasil para desenvolver projetos de cooperação. Seja em áreas como bio-combustível, por exemplo, onde temos hoje em dia um desenvolvimento muito importante, seja em áreas como saúde pública, nós estamos abrindo, estaremos desenvolvendo em breve um projeto de uma fábrica de anti-retrovirais em Moçambique. Então é uma política que se espalha por todos os continentes, que dá uma

atenção especial aos países em desenvolvimento, mas tudo isso tem se revertido em um melhor relacionamento, um relacionamento cada vez mais intenso também com os países desenvolvidos, com os países mais ricos do mundo como, aliás, as duas visitas do Presidente, a visita do Presidente Bush, a segunda visita em pouco mais de um ano e meio e o fato de Presidente Lula estar indo lá agora, além das outras que mencionei, como elas ilustram. Mas mais do que isso, eu diria que nas negociações comerciais que são de grande interesse para o Brasil, são fundamentais para a agricultura brasileira, são fundamentais para os trabalhadores brasileiros, nessas negociações eu sou, digo isso sem nenhuma vaidade, porque isso é uma... É mais fruto da idade do que outra coisa qualquer, mas eu sou um veterano dessas negociações comerciais. E o Brasil sempre foi respeitado. Não vou dizer que o Brasil não era respeitado antes nas negociações comerciais, claro que era. Mas nunca chegou a ter o papel de destaque que tem hoje, não é? E o papel que o Brasil tem, por exemplo, no... Que o Brasil teve na criação do G-20, a capacidade de interlocução que nós temos hoje, que vai, digamos, desde Zâmbia, como, digamos, líder dos países mais atrasados, chamados, na OMC chamam países de menor desenvolvimento relativo, até os Estados Unidos, quer dizer, eu diria com toda a sinceridade, sem me jactar, porque eu acho que isso não se deve a mim se deve ao país e se deve ao Presidente, mas poucos chanceleres do mundo podem estar no dia conversando com o Ministro do Comércio Exterior de Zâmbia e da daí a duas semanas estar conversando com a Secretária de Estado dos Estados Unidos, isso não é comum. Isso se deve, digamos a essa... E uma coisa valoriza a outra. O que o Brasil pode fazer, vejo o Senador Simon aqui que foi eloquente quando até cobrou de nós uma atitude ainda mais afirmativa na questão do Líbano. O que o Brasil fez no Líbano, não só em benefício dos brasileiros que lá viviam, eu tive, era uma ocasião, estive duas vezes ali na região, uma na Turquia e a outra no próprio Líbano. O que o Brasil fez pelos brasileiros ali foi algo muito importante. Mas também o que o Brasil, a maneira como o Brasil tem sido, em função inclusive da nossa presença lá, eu fui o segundo Chanceler a visitar o Líbano depois do cessar fogo por determinação expressa do Presidente Lula, no dia mesmo do cessar fogo teve o Chanceler da Itália. Só que eles são da OTAN tem todas as forças dele ali do lado. E o Brasil num avião Hércules da Força Aérea Brasileira. Eu fui o segundo Chanceler a visitar o Líbano. Tive ainda a experiência ao mesmo tempo comovente, triste, mas ao mesmo tempo emocionante de ver bandeiras do Brasil e camisas do Brasil no meio dos destroços do bombardeio.

Então, toda essa presença, toda essa ação do Brasil que se faz de uma maneira muito intensa, num caso específico, resultou no fato de que o Brasil tem sido agora sempre convidado para as conferências internacionais. Muitas vezes a nossa contribuição financeira, comparada com a de outros países é muito, é muito modesta. Os recursos são muito limitados. Mas sabem que a nossa contribuição em termos humanos e políticos é importante. Eu pretendo, certamente, conversar agora com a Secretária de Estado e o Presidente Lula certamente o fará também com o Presidente Bush sobre a situação do Oriente Médio.

Então, eu diria, Sr. Presidente, para talvez não me alongar excessivamente, dar margem, dar maior espaço para que os Senadores possam colocar perguntas. Fazer uma ou duas observações que eu consideraria importantes. Primeiro é... A outra observação importante, além desses fatos que eu já mencionei é a participação do Brasil constantemente nas reuniões do G-8. O Brasil tem sido, não é ainda o formato ideal, quer dizer, o Brasil tem sido, junto com outros países em desenvolvimento, mas muito poucos, China, Índia, México e África do Sul, convidado sempre a fazer parte de um diálogo com os países do G-8. O ideal, naturalmente, é quando se constitua um novo G, que seja G-12 ou G-13 ou G-11, não sei que G será, mas que já inclua países em desenvolvimento no seu próprio seio. Mas é um grande avanço, dos 4 anos que nós tivemos, o Presidente Lula esteve presente em três e agora será a quarta vez na Alemanha. E aí se discutem temas importantes como investimento, rodada de Doha, comércio internacional, mudança de clima, que é um tema tão importante para todos nós. E temos oportunidade e ocasião então de fazer, de nos fazer ouvir. Da última vez, até, a pedido, inclusive, dos outros países em desenvolvimento presentes na região de São Petersburgo foi o Presidente Lula que coordenou a reunião dos países em desenvolvimento. E eu disse: “Olha, eu estou vendo aqui o Presidente Lula coordenando metade da humanidade, não é, numa reunião, porque é, só China, Índia, já fazem 2 bilhões e isso é um fato quase que passa despercebido às vezes, não é, porque não... Não atrai muitas vezes a atenção, que na minha opinião, deveria atrair. Independentemente de quem foi o Presidente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Foi mais fácil. Bom, enfim.

Então, essa participação nossa é muito importante. Agora reiterando sempre que a nossa grande prioridade é a América do Sul. É uma... É algo que não é simples. A região está passando por grandes mudan-

ças. Mudanças, alguns países, aliás, todos, historicamente tiveram estruturas políticas muito oligárquicas. Em alguns a transição se dá de maneira mais pacífica, em outros se dá de maneira, não digo menos pacífica, mas, digamos, mais traumática, de uma forma ou de outra. E nós temos que trabalhar nesse contexto sabendo que primeiro nós não podemos dominá-lo, que ele não é um contexto que a gente possa ditar como deve ser, do qual, ao mesmo tempo, nós não podemos nos ausentar. Eu me sinto feliz que essas iniciativas, algumas vêm, como dizia antes, de períodos anteriores, mas outras foram muito impulsionadas nesse período. Frutificam. E hoje, hoje nós podemos até discordar como é que tem que ser o Banco do Sul, ou se como é que tem que ser o Mercosul, se tem que ser dessa ou daquela maneira. Mas o fato é que hoje nós todos estamos discutindo intensamente, quando eu digo nós não são só os Ministros de exterior, são os Ministros da Fazenda, são os Presidentes da República.

Então, eu acho que essa visão, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é a que eu queria deixar dentro de uma visão da diplomacia que presta atenção, e muita, ao aspecto econômico e comercial. Nossas exportações mais que dobraram, levaram doze anos para dobrar e dobraram de novo em pouco mais de três anos recentemente. Não deixa de lado a nossa circunstância geográfica, ou afetiva e histórica, como é o caso da África. Se estende aos países árabes e Ásia. Mas está muito bem também com os países ricos como demonstram essas relações que mencionei. Poderia falar de outras iniciativas, mas quem sabe nas perguntas surja à oportunidade para me referir a elas. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Terminada a exposição inicial do Sr. Ministro nós vamos passar então às perguntas. O primeiro orador inscrito, como de praxe, é o autor do Requerimento, Senador Inácio Arruda a quem passo a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Celso Amorim. Primeiro uma grande satisfação poder contar mais uma vez com V.Ex^a. aqui na nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. V.Ex^a. bem sabe que a política externa brasileira tem sido alvo assim de uma crítica quase que incessante. Tanto da nossa oposição mais formal situada no parlamento brasileiro como, digamos assim, da oposição midiática brasileira. Tem uma certa oposição de mídia também no nosso país. E ela se faz sentir com muita força. O principal alvo da oposição é a nossa relação sul/sul. Esse que V.Ex^a. já se posicionou em relação a ela. De que isso, quer dizer, a nossa relação sul/sul, não tem sido em detrimento da relação

com o Norte. Nós temos tido, mantido a relação com o Norte e até melhorado o nosso desempenho, se é que se trata de desempenho comercial.

Então, onde estaria o problema das nossas relações? Certamente a idéia de que grande atrai grande e não pequeno. E que nós estaríamos na posição de sermos um grande querendo se relacionar com pequenos. Então essa não é uma posição ajustada para um país que quer se desenvolver, um país Continental com a população que tem o Brasil, com as aspirações que teria o Brasil.

Então, esse é um alvo central que a gente precisaria, ou que nós precisaríamos esclarecer muito o povo brasileiro que credita parte significativa do êxito do governo também à sua política externa. Então precisa ter muito claro que a nossa relação sul/sul é uma relação positiva, é uma relação boa. Deixar mais esclarecido esse problema nosso das relações com a América do Sul, V.Ex^a. levantou, quer dizer, o fato extraordinário de 54 visitas de Chefes de Estado da América do Sul ao nosso país. 38 visitas de Lula aos países da América do Sul. Quer dizer, uma relação de buscar aproximação muito fortemente. E relacionado a isso está o problema da integração mais física também entre nós. Porque nós sempre, digamos assim, antes até falávamos menos sobre essa integração, tinha já o Mercosul, desde Sarney que nós buscamos materializar o Mercosul, depois tivemos muitas dificuldades, mas isso foi avançando. Mas a integração física sempre teve muitas dificuldades. Quer dizer, nós estamos em fronteiras, uma relação que você pode aumentar extraordinariamente. Quer dizer, via rodovias, ferrovias, o Pacífico está próximo de nós, mas sempre se apresenta muito distante, sempre está muito distante, está bem ali próximo do Mato Grosso, está próximo do Acre, está próximo... Mas a gente não chega nesse Pacífico. Quer dizer, sempre encontramos muitas barreiras. Provavelmente não são só dos países da América do Sul as barreiras, tem outras barreiras. Mas a gente precisaria examinar se nós temos condições com esses fundos, seja do Banco do Sul, seja o BNDES, se é... É possível uma política do BNDES para a América do Sul? Porque sempre fica um problema para nós, que com o BNDES tem a marca de um Banco Social voltado ou pelo menos sempre colocado como um Banco Social para o Brasil, de desenvolvimento para o Brasil, se nós não teríamos que trabalhar melhor a idéia de uma instituição que trabalhasse para a América do Sul. Quer dizer, o Brasil, como uma presença mais forte na América do Sul. Uma instância onde nós entrássemos mais, onde o Brasil entra mais na América do Sul. Com mais força na América do Sul.

Então, eu acho que esse é um problema que nós teríamos que resolver em relação à nossa participação tanto com relação ao Mercosul como ao conjunto da América do Sul. São situações que podem abrir fronteiras extraordinárias para o Brasil. Eu fico olhando para regiões como Roraima, como o Amapá, que estão no Norte, que precisam intensamente de uma movimentação mais ousada do Brasil. A gente fica falando em desenvolvimento acelerado no Brasil e pensando só no dinheiro do investimento do PAC, mas olha o potencial dessas regiões em fronteira com a Europa. Nós estamos ali no Amapá, em Roraima, em fronteira com a União Européia e por que nós não entramos? Às vezes a gente não consegue fazer uma ponte. Não consegue um financiamento para uma ponte. E é um trabalho de política, de política externa do Brasil.

Então, eu acho que ali abre um caminho para nós. Quer dizer, é possível essa política nossa? Quer dizer, nós estamos ali seguros de fazermos essa política? De criarmos espaços naquela região em acordos com os países da comunidade da América do Sul, com as Guianas, com a Venezuela e com outros países da América do Sul que possibilitem geração de emprego naquelas regiões, desenvolvimento naquela região Norte do Brasil? E nas outras regiões mais centrais, do Centro-Oeste brasileiro, em relação com esses países fronteiriços nossos que permitissem a gente exportar via Pacífico, mais próximos dos grandes mercados, esses mercados fabulosos que a gente fica falando em relação sul/sul. Mas o que é o sul/sul? Sul/sul é a China? Porque se for a China é um mercado espetacular. É a Índia? Então disse que a classe média indiana é quase a população americana e a chinesa também é quase a população americana.

Então, me parece que é um mercado extraordinário. Pelo menos os americanos consideram assim e às vezes quando a gente fala aqui a gente desconsidera esse mercado extraordinário, um potencial fabuloso que existe nessas nações asiáticas. Afora os mercados japoneses e a própria Europa.

Então eu estou pensando nesse sentido. Se nessa relação nossa com a América do Sul, se a gente pode instituir instrumentos mais fortes de ação para a integração. Onde o Brasil entra com força nessa questão da integração. Sempre fica aquela questão que pode surgir e que o Brasil quer ser o líder, quer tomar a dianteira, quer... Não, isso não é um problema de querer, é um problema da... O potencial nosso, então o nosso potencial, o exercício do nosso potencial nós temos que--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O
Senador permite?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Nós temos que tomar a dianteira senão você não cumpre o seu papel. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Me perdoe intervir.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Não posso perdoá-lo, eu posso dar o aparte a V.Exª, imediatamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Não pode?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Não posso perdoá-lo. Eu posso dar o aparte.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas não perdoa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Mas não perdão. Eu dou o aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O aparte está concedido.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu perdi a graça, o senhor disse que não pode perdoar.

Eu gostaria de entender o que V.Exª. acha que Brasil e América do Sul tinha que ser diferente do que é? Quais são as coisas novas que deveriam ser feitas?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – É o problema da integração mais física, mais material entre nós e a América do Sul. Porque nós falamos de integração, mas nós falamos de uma integração me parece que meio abstrata. Nós não queremos nos entrelaçar com a América do Sul. Nós não queremos nos abraçar com a América do Sul, está certo? Nós queremos a integração, mas nós queremos nos manter aqui e vocês se mantenham lá. Então eu acho que nós temos que ter uma integração mais concreta. E temos que ter instrumentos para realizá-la. Juntamente com os demais países. Senão a gente fica falando de uma integração na abstração. E eu acho que essa integração na abstração não vai atrair nenhum dos povos dessa região. Acho que esse que é o problema. E se uns e outros que querem fazer essa integração, evidente que a gente vai ficando para trás nesse processo de integração. E o outro tema que tem sido muito abordado na Comissão de Relações Exteriores e que foi posto como um tema para nós na Comissão de Relações Exteriores, não teve jeito de fugir a essa necessidade, que foi o problema da política de ambiental. O problema do aquecimento global e o papel do Itamaraty. Quer dizer, as iniciativas do Itamaraty.

E uma questão proposta aqui pelo Senador Collor, que é Presidente de uma Subcomissão da nossa Comissão de Relações Exteriores foi em relação à convocação de uma nova conferência ambiental que ele chamou Rio mais 20 e que eu já propus que não se tratava exatamente de ser na cidade do Rio de Janeiro.

Porque como temos outros rios no Brasil poderíamos fazermos em outras cidades.

Está sendo, inclusive litorânea, mas não precisamente no Rio de Janeiro, pode ser em Fortaleza, pode ser em outra cidade.

Então, é a questão ambiental porque ela tomou uma dimensão muito grande e o Brasil tem um papel destacado. Primeiro porque tem muitas iniciativas positivas, muitas. E nós poderíamos atrair essa... Conferência para o Brasil 20 anos após a... A Rio 92. Que é a proposta que é para 2012. Acho que era um tema que gente poderia também, se já não tem a iniciativa do Itamaraty, a gente se comprometer com esse movimento porque exige um trabalho de articulação política razoável do Presidente da República, do Itamaraty, de todos nós para podermos atrair uma conferência desse porte para o Brasil.

Então, assim... Um outro problema que V.Exª. abordou que é a rodada de Doha. E que também... Não, vai perdendo força porque é muito desinteressante, os países desenvolvidos não têm interesse. Perderam o interesse. Perderam o interesse porque os ganhos para os países desenvolvidos seriam insignificantes, representaria 2% apenas para atividade comercial das grandes nações desenvolvidas e só interessaria para os menos desenvolvidos. Então interessa um pouco para o Brasil, interessa um pouco para a América do Sul, interessa um pouquinho para a África e um pouquinho para os países em desenvolvimento da Ásia.

Bom, então exatamente por isso, talvez que a gente tenha mais responsabilidade ainda e temos que nos empenhar mais ainda em relação a essa rodada. Se... Não interessa para os mais desenvolvidos interessa para nós. Então nós vamos ter que fazer um trabalho ainda muito maior para poder convencer esses países dessa rodada.

Então, assim, essa é a minha preocupação. A América do Sul e Mercosul. Esse problema nosso como é que nós vamos avançar mais e rapidamente em relação à questão integração. E quais os instrumentos que a gente pode, o senhor falou aqui do Banco do Sul, como é que a gente, se é... Se esse é um caminho, se não é ou se a gente tem outros instrumentos mais adequados que a gente possa agir. Esse problema da integração sul/sul. A rodada de Doha, se é isso mesmo, se está desinteressante a gente tem que deixar isso de lado e buscar outras coisas para fazer. E a questão ambiental, se nós temos potencial, possibilidade, se é possível a gente atrair esse movimento para o Brasil com o potencial que a gente tem, com tudo o que a gente já apresentou, etanol, outras energias limpas que nós estamos desenvolvendo. Ontem eu anunciei que a PETROBRÁS está fazendo junto com a Univer-

sidade Federal do Ceará, junto com a EMBRAPA e outras instituições científicas, estudando lá no Ceará uma... Substituição de um produto que é o... Aditivo para combustão, o aditivo da gasolina, porque a gente sempre fica achando que aditivo é só aquela bombazinha que está ali de lado com o nome gasolina aditivada. É que toda a gasolina é aditivada. Toda. E... O aditivo é todo importado.

Então nós estamos desenvolvendo um aditivo biodegradável do LCC. Do líquido da castanha de caju que pode substituir toda a nossa importação e ainda podemos passar a ser exportadores desse combustível.

Então, olha... O potencial do Brasil nessa área energética diminuindo o processo de poluição no mundo inteiro. Eu acho que é uma possibilidade razoável que nós temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra para o Ministro, eu quero registrar a presença do Ministro Conselheiro, encarregado de negócios do mercado de Portugal Pedro Costa Pereira nesse Plenário.

A primeira intervenção é do autor da proposta, evidentemente que ela tem um tempo maior. Eu gostaria de ter a compreensão e a colaboração de todos os companheiros que, a partir de agora, todos usassem o tempo de praxe de 5 minutos. Com a palavra o Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Obrigado. Bem, obrigado Senador, obrigado inclusive pelo Requerimento que me dá a oportunidade de estar aqui hoje. Eu queria, vou tentar não me repetir, porque alguns dos pontos, naturalmente foram abordados na minha exposição inicial. Mas, fazer comentários sobre duas ou três questões que V.Ex^a. levantou. Primeiro, no que diz respeito à questão das críticas.

Eu acho que isso é normal. Eu vejo que a política externa, como qualquer política, tem que ser objeto de discussão, de visões diversificadas. Eu acho que isso é bom para o país. Dizer a verdade, às vezes embora possa parecer incômodo, às vezes é bom até para quem executa a política porque nos faz pensar duas ou três vezes, se nós estamos realmente no caminho certo, se tem alguma coisa a ser corrigida. De modo que, tanto as críticas no parlamento, aliás, devo também dizer que no parlamento sempre que precisei de apoio em questões fundamentais sempre obtive. Tanto do governo quanto da oposição, de modo que eu não, eu interpreto essas críticas como parte normal da vida, da vida democrática.

Agora, a política externa, no governo do Presidente Lula, ela realmente tem sido muito intensa. Outro dia eu li um despacho da Agência F, comentando questões relativas a reforma ministerial e diz que no

governo do Presidente Lula o Brasil havia sido catapultado a uma nova posição na agenda internacional. Não somos nós, não sou eu que estou dizendo nem é o Presidente Lula é a Agência F.

Então, naturalmente uma política que se torna mais intensa desperta também mais atenção. Algumas das atenções serão de elogios outras serão de críticas. De modo que, eu vejo isso como algo normal, como parte do debate democrático, vejo sempre como um grande estímulo. Sempre que tenha, como estou tendo hoje, a oportunidade também de expor o ponto de vista do governo.

Eu apenas para abordar rapidamente algumas questões concretas, eu mencionei as visitas do Presidente Lula, as que ele recebeu e as que ele fez na América do Sul. Não sei se o Senador Simon já estava aqui. Mas enfim. Que é um número espantoso realmente, 54 visitas recebidas e 38 feitas a países sul americanos. Mas eu, e quando a gente fala nas visitas pode parecer: “Ah, bom, mas o que é que isso...” V.Ex^a. falou: É uma integração abstrata ou uma integração concreta? Eu acho que ela é muito concreta e ela é muito concreta nos mais variados sentidos. Vamos pegar, digamos, uma cifra, um indicador amplo que é o comércio. A América do Sul, não estou falando da América Latina como um todo não, a América do Sul é hoje um parceiro mais importante para o Brasil do que os Estados Unidos. O Brasil exporta mais para a América do Sul do que exporta para os Estados Unidos. E quase tanto quanto para a União Européia. Se nós tomarmos o conjunto da América Latina e Caribe, América Latina e Caribe hoje, importam bem mais... É um mercado mais importante do que qualquer outro mercado no mundo.

Então, isso é uma integração concreta, não é? Só para dar uma idéia das cifras, para também não parecer que nós estamos falando de coisas que podem ter uma importância relativa, mas baixa importância absoluta. As nossas exportações para os países da América do Sul, em 2003, de modo para já tomar o governo do Presidente Lula para também dizer que 2002 é o ano da crise na Argentina, porque aí também sempre tem esses argumentos. As nossas exportações em 2003 eram 10 bilhões de dólares. 10 bilhões e 100 milhões. Em 2006, 26 e 650 bilhões de dólares. É... 26 bilhões, 650 milhões de dólares. Então é um aumento extraordinário, né? E... Quando a gente fala em comércio não é uma visão, muitas vezes a pessoa: “Ah, visão mercantilista”. Não, o comércio é a produção, é o emprego são as pessoas se relacionando, evidentemente.

Bem, empresas brasileiras investiram nos últimos, aliás, em três anos, porque é a estatística que eu tenho aqui não tem nem 2006, a estatística seria... Entre 2003

e 2005 houve 16 bilhões de dólares de investimentos de empresas brasileiras na América do Sul. Projetos, ponto específico que V.Ex^a. levantou, projetos financiados pelo governo brasileiro são 4... Desde 2003, foram financiados mais de 40 projetos de infra-estrutura. Num total de 4.8, praticamente 5 bilhões de dólares. Tudo isso trazendo, representando exportação de serviços, emprego no Brasil e ao mesmo tempo beneficiando os países. Agora, se nós formos ver o efeito real dessas, dessas ações, elas às vezes, ele às vezes é muito maior do que os números indicam. Vou dar só um exemplo para V.Ex^a. relacionado com uma pergunta sua sobre a conexão com o pacífico. Eu não vou poder esgotar a resposta. Mas dar alguns exemplos. Conexão com o Pacífico. Nós estudamos aqui os nossos instrumentos financeiros e trabalhamos para financiar duas rodovias, uma que chama Interoceânica a e Bio-oceânica, porque na realidade são duas partes no Peru, ligando o Brasil ao Peru.

No final das contas os nossos instrumentos financeiros, que eu reconheço, como V.Ex^a. disse, são atrasados, acabaram não sendo usados. Mas devido a todo esse esforço, o Peru, que devido a uma boa situação financeira de que ele goza, tem um risco baixo no mercado internacional, conseguiu um empréstimo mais barato, mas as empresas brasileiras estão lá de qualquer maneira. Porque como elas é que começaram mobilizar e o Brasil desde o início mobilizou. Isso, me disseram o ano passado, ano passado, não tenho a estatística pronta para lhe dar, mas é uma informação que posso buscar confirmar, que pela primeira vez o Acre já exportou mais pelo Pacífico do que através dos Estados brasileiros.

Então, essa integração está ocorrendo e vai beneficiar o resto do Brasil. V.Ex^a. mencionou Roraima e Amapá. No caso do Amapá nós já terminamos o acordo com a França, foi aprovado no Congresso Brasileiro e foi aprovado também na França. Então já estamos numa fase mais avançada em que, digamos, os brasileiros vão ter que talvez enfrentar algum problema de visto, não sei, mas os brasileiros poderão ir a pé para a Europa, digamos assim, né? Simplificando um pouco a questão. Aliás, a maior fronteira da França é com o Brasil, coisa que poucas pessoas sabem, a mais extensa fronteira da França. E com relação a Roraima--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Já visitei.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Senador sempre estava na minha frente. Pois é, e com relação a Roraima nós conseguimos depois de muito esforço do governo. Porque houve muitos problemas, enfim, ocasionados por irregularidades, impugnações do TCU, mas depois de muito esforço conseguimos iniciar já a

realização da ponte que vai ligar Roraima à Guiana. E que, portanto, vai criar uma saída para o Caribe, para o Estado de Roraima e até para quem vem de Manaus e também de grande importância, mencionava há pouco o Presidente que teve que parar um... Num momento em Georgetown num país pobre, para eles é de grande importância também essa ligação com o Brasil.

Então, eu diria que mesmo esses países, que digamos, sempre ocuparam um lugar menos importante na nossa política externa, como era o caso, por exemplo, da Guiana e do Suriname. O Presidente Lula já esteve duas vezes na Guiana e já esteve uma vez no Suriname. Eu já estive três vezes na Guiana e duas no Suriname. Então nós estamos trabalhando intensamente, eles estão integrados nesse esforço da comunidade sul-americana. Eles, pela primeira vez, se encontram. Às vezes as pessoas pensavam que na América do Sul só se falava português e espanhol, ou muitos achavam que era só espanhol, português e espanhol. Então nós temos esses países hoje integrados na discussão conosco.

Bem, eu acho que são alguns exemplos concretos do que está sendo feito. Agora, quero dizer a V.Ex^a., aproveito para dizer assim: Temos sim que melhorar os nossos instrumentos. Eu espero que muito brevemente esteja chegando aqui ao Congresso Nacional um projeto que permitirá agilizar empréstimos de natureza mais concessional para esses países mais pobres.

Bem, para não tomar muito tempo, as outras questões são muito amplas. Na área ambiental o Brasil tem participado muito ativamente. Tem sido um tema recorrente dessas reuniões do G-8 mais 5. Há pouco tempo também o Brasil fez uma proposta nova no que diz respeito ao desmatamento. E eu estou de pleno acordo, nova e inovadora, pleno acordo com V.Ex^a. que nós temos muito o que mostrar, seja nos biocombustíveis, seja inclusive nas medidas... Poucos países agem com a transparência que o Brasil age, através do seu... Quem dá todos os dados sobre o desmatamento é o Instituto de Pesquisas Espaciais do Brasil de São José dos Campos, né? Nós é que fornecemos todos os dados e estamos trabalhando nesse sentido. Pode ser uma Rio mais 20, agora onde será não sei, não me compete. Acho que é uma boa idéia. Acho que é uma boa idéia. Acho que o Brasil sempre teve uma liderança marcada, não só no tema mais amplo do meio ambiente, mas na ligação do tema do meio ambiente com o do desenvolvimento. Portanto o desenvolvimento sustentável. Não podemos deixar cair essa bandeira de que os dois temas estão ligados. Não podemos pensar só no meio ambiente sem pensar no desenvolvimento. Então eu acho que é algo perfeitamente possível. A rodada de Doha, tenho certeza que outros vão perguntar, de

modo que eu me poupo aqui se permitir, se ninguém perguntar me comprometo no final a me referir porque é um assunto mais complexo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o segundo Senador inscrito, Senador Aloízio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Presidente Heráclito Fortes, Ministro Celso Amorim, de Relações Exteriores, demais Senadores presentes. É uma honra muito grande participar de uma audiência como essa. Outro dia eu, presidindo a Comissão de Assuntos Econômicos, fiz a arguição do Presidente do Banco Central e meu colega e amigo Arthur Virgílio fez uma ironia dizendo que eu estava assumindo o papel ali de Líder da oposição e que ele assumiria o papel de Líder do governo. Eu não sou mais Líder do governo, mas hoje me sinto muito à vontade de assumir essa condição. Eu acho que a política externa do Brasil foi conduzida com grande competência, com grande sabedoria, com muita ousadia. E com resultados, porque mais do que as avaliações políticas e ideológicas, eu quero analisar os resultados concretos dessa política. Acho que o Brasil ganhou prestígio, credibilidade, capacidade de liderança. O G-20 é a expressão disso. A visita de Chefes de Estado. Agora mesmo o Presidente Bush, ontem o Primeiro-Ministro Romano Prodi mostra o prestígio e a referência que nós assumimos como a grande liderança da América do Sul e como uma referência obrigatória nos grandes temas da política internacional. É... Vejo que essa liderança teve um papel decisivo do prestígio do Presidente Lula, da biografia, da história e da competência do Itamaraty e particularmente da gestão de V.Ex^a.

Os resultados a que eu me refiro, e que são inquestionáveis é que nós tivemos um saldo comercial nesses quatro anos, um saldo de 35 bilhões e meio de reais. Tivemos superávit de transações correntes. Hoje temos 106 bilhões de dólares. Alguns dirão: Não, esse superávit é decorrente do crescimento acelerado da economia internacional. É verdade, mas não explica. Porque o ritmo de crescimento desses quatro anos é o mesmo do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. 9% ao ano. E nós tivemos, naquela ocasião, em função do esforço de estabilização do país, da ancora cambial, um déficit comercial de 12 bilhões e 600. E nesses 4 anos o nosso comércio externo cresceu 27%. Mais de 3 vezes o que foi o crescimento da economia e em torno de três vezes o que foi o crescimento do comércio mundial. Então é o êxito, a competitividade da nossa economia, aumento de eficiência, de produtividade, e que seguramente o governo anterior contribuiu. Mas a nossa diplomacia, política do comércio exterior do Brasil trouxe resultados.

Eu só queria reforçar alguns números para terminar essa primeira reflexão. Para o Mercosul o nosso comércio cresceu 321%. O que mostra que essa, e para lá de 165%. Esse foco ampliou o comércio bilateral, fortaleceu a economia regional, ajuda a estabilizar socialmente, economicamente, politicamente a região. Para a África, 215%. Para o Oriente Médio, 146%. E para a China, 233%, que é um grande motor da economia mundial. É verdade que para os países desenvolvidos nós tivemos um crescimento de 78,6%. O que é espetacular, mas é muito abaixo dos países em desenvolvimento que foi 210%.

Então, a minha primeira recomendação é que a gente consolide essa estratégia, preserve essa estratégia, mas acho que nós temos que explorar mais a relação bilateral com Estados Unidos e União Européia. E estive em Bruxelas recentemente no seminário do parlamento europeu, duas semanas atrás e senti um interesse imenso pelo Brasil, pela nova matriz ambiental, energética, o biocombustível. E nós vamos assumir o papel de Nação com relações preferenciais com a União Européia. E isso acho que vai abrir um caminho também promissor para que a gente possa aprofundar as relações bilaterais. A vinda do Presidente Bush, a ida essa semana, próxima, do Presidente Lula, tenho certeza que vai também permitir um esforço nessa direção. Mas foi um êxito inquestionável... Correto. Nós temos que manter essa política e avançar mais aonde nós temos imenso potencial e que nós, eu acho que isso é um trabalho que o Itamaraty seguramente vai contribuir decisivamente.

O segundo tema que eu queria tocar é o tema de uma Medida Provisória 354 que nós vamos votar a semana que vem. E que tem sido, a semana que vem ou na próxima, tem sido objeto de uma crítica conservadora bastante rígida, dura, dizendo que isso é um profundo equívoco e que nós estamos tratando de forma inadequada a Bolívia. Eu quero registrar, primeiro que a Bolívia é um país de um milhão de quilômetros quadrados, nove milhões de habitantes, é o país mais pobre da América do Sul, tem um PIB per capita de mil dólares, muito parecido ao Haiti. É um país, se a gente olha a história, Senador Cristovam Buarque, é um país que com a guerra com o Chile, logo depois de constituída, perdeu a saída para o mar e uma parte do seu território.

Na guerra com o Brasil, porque quando ela fez a concessão para uma empresa explorar a borracha, Plácido de Castro invade aquela região, em 1901 e ela perde o Acre depois muito bem construído uma saída diplomática pelo sempre competente Barão de Rio Branco. E mais tarde para o Paraguai. A Bolívia perdeu metade do seu território, o Brasil dobrou o seu

território, historicamente. Olhem para o que nós somos e o parceiro que nós temos. E a maior fronteira seca do Brasil é com a Bolívia. Nós temos só em São Paulo 70 mil bolivianos. O que é que está em disputa? A Constituição Brasileira semelhante à Constituição Boliviana, estabelece que na área de fronteira nós não podemos ter direito do Estado Boliviano como é do nosso Estado, ocupação desordenada do solo. E é o que está acontecendo, são mais de 20 mil famílias de brasileiros. Esses 20 milhões de reais vão para a Embaixada Brasileira poder exatamente construir uma política econômica, cooperativas, alternativa, de sobrevivência dessas famílias para que não haja um conflito, não recomendável, desnecessário, vai prejudicar as relações bilaterais. E acho que o Brasil está conduzindo com muita competência e uma discussão séria, aprofundada seguramente vai fazer com que o Senado Federal compreenda a sua responsabilidade nessa questão.

Para concluir, Sr. Presidente. Eu considero, portanto, eu queria ouvir as palavras do Ministro, mas evidentemente, estarei na Tribuna defendendo da Medida Provisória. Acho que derrotar essa Medida Provisória, recusar essa Medida Provisória traria um transtorno diplomático e repercussões absolutamente indesejáveis. Nós temos ali em São Paulo praças, por exemplo, que têm milhares de bolivianos. Nós temos cerca de 70 mil bolivianos só na capital. Imagina o tipo de atitude que os paulistas teriam com os bolivianos se houver qualquer tipo de transtorno dos brasileiros que estão nessa área de fronteira.

Então, essa política de... Sábida do Brasil de um século que nós não temos conflito com nenhum dos vizinhos, sempre construindo mediação, soluções diplomáticas e competentes. É isso que dá a liderança de um país que é grande, que é maior, que tem responsabilidades e que deve saber conduzir a sua liderança.

Para concluir. Eu considero a mudança do clima, o efeito estufa, um grande tema da diplomacia e de todas as políticas econômicas, ambientais do futuro. Acho que é um tema que vai estar presente em toda a discussão neste parlamento, no governo, nos governos, nas relações internacionais. Acho muito grave as conclusões, diagnóstico da ONU. Agora vão sair as consequências do efeito estufa que eu acho que vai mostrar a tragédia que está se aproximando. E que nós precisamos de respostas eficazes e consistentes.

O tratado de Kyoto acho que foi uma grande conquista, a Eco 92, no Rio de Janeiro, foi uma grande realização. A primeira sugestão que eu faço, já aprovamos um Requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos é que a gente faça Rio mais 20 no Brasil. Em 2012, que a gente dispute essa condição de fa-

zer o balanço da Eco 92, a diplomacia brasileira faça um grande esforço nessa direção. E, em segundo lugar, o tema central para o Brasil é a Amazônia. Nós reduzimos em 50% o desmatamento, estamos dando uma grande contribuição à reversão do efeito estufa. Mas nós precisamos de uma política de preservação da Amazônia para poder afirmar essa liderança que o Brasil tem na matriz energética, tem na questão ambiental e tem que ter em relação a Amazônia.

Eu vejo que do ponto de vista diplomático e concluo, duas iniciativas que eu passaria a defender e gostaria de ouvir a opinião de V.Ex^a., mesmo sabendo que a diplomacia brasileira não tem uma posição, e nem poderia ter, sobre parte das considerações que farei. A primeira, eu acho correto a posição francesa de criar uma Agência Internacional. Nós temos uma agência para a saúde com a OMS, temos a OIT para o trabalho, temos o Fundo Monetário Internacional que é uma agência relevante nas crises monetárias. Eu acho que a questão do meio ambiente, particularmente da mudança de clima, nós precisaríamos de uma grande Agência Internacional. E acho que o Itamaraty poderia avaliar essa questão, sei que não é a posição primeira da nossa diplomacia. Mas eu vejo que é uma posição correta. Nós devíamos lutar para ter uma agência. E construir uma agência com fundos para poder fazer política como... Muito mais próxima do que o FMI ou o Banco Mundial, do que é a OMS ou a OIT. E para financiar esses recursos, a minha sugestão é que a gente crie um imposto sobre importações de 1% na pauta de importações. 1% na pauta de importações e que seja produtos com... Derivados do petróleo, com ônus ambiental, uma alíquota maior e produtos ecologicamente recomendáveis uma alíquota é... Zero. Isentos. 1% daria um fundo internacional de 100 bilhões de dólares. Daria um fundo internacional de 100 bilhões de dólares. Para o Brasil mais de 1 bilhão de dólares/ano, para fazer um programa focado no problema do efeito estufa e permitir compensar, por exemplo, os 23 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia. E a Amazônia representa 16% da biodiversidade, mas são 23 milhões de brasileiros que vivem lá. Nós criaríamos um fundo que os países teriam condições de fazer políticas mais eficientes nessa área e, evidentemente, com o acompanhamento dessa Agência Internacional dando assessoria técnica, subsídios para essas políticas.

E concluo dizendo o seguinte, Ministro, 1% sobre importações não tem nenhum impacto na inflação, não tem nenhum impacto macroeconômico, não gera nenhum desequilíbrio comercial, especialmente se a OMC acatar. E o Mercosul poderia liderar esse movimento. Sugerir essa proposta de nós aumentarmos a

tarifa externa comum para criar um fundo regional para preservar a Amazônia e, sobretudo, para caminhar no sentido de termos uma política ecologicamente sustentável. E, portanto, vejo que há uma... Porque uma proposta inglesa, 1% do PIB é inviável, 1% do PIB é metade dos nossos investimentos. 1% sobre as importações, é uma coisa bastante... E do ponto de vista da concepção é o resto do mundo ajudando a financiar a política de reversão do efeito estufa. Além da redução de emissão, da bio, a matriz bioenergética e de tantas outras coisas que estão em andamento.

Portanto, eu termino parabenizando a diplomacia. Sugerindo para a nossa discussão, que eu acho que vai ser longa, temas em relação a meio ambiente. E reconhecendo o êxito da política externa, inclusive nessa polêmica medida, mas indispensável medida provisória corretamente encaminhada pelo Itamaraty.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Sr. Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Bom, muito obrigado, Presidente, muito obrigado Senador Mercadante, obrigado por suas palavras de incentivo.

Com relação aos pontos específicos que V.Ex^a. mencionou, começando pela questão das... Reforçar as relações comerciais com os Estados Unidos e a União Européia, nós estamos plenamente de acordo e temos trabalhado nesse sentido. Tanto assim que o aumento, como V.Ex^a. mesmo disse foi espetacular, simplesmente com os países em desenvolvimento foi mais espetacular ainda porque eles não eram sequer arranhados, digamos assim, pela nossa diplomacia e pela nossa presença. Quer dizer, hoje em dia, eu me lembro quando o Presidente Lula esteve na Nigéria as pessoas perguntavam: Ah, mas qual é a importância que tem essa viagem não sei o que etc. Ora, todo mundo sabe que hoje em dia negócios se fazem também com ações políticas muitas vezes. Você tem um avião da EMBRAER para vender, ou tem uma concessão de um bloco de petróleo que um telefonema do Presidente tem, pode ter uma influência, porque tudo isso tem também um significado político.

Então, e... Eu não preciso abundar em dados porque eles estão aí. E com qualquer desses países isso se verifica de maneira notável. Mais com uns, menos com os outros. Por exemplo, com a Índia eu me sinto ainda um pouco frustrado que o nosso comércio não tenha aumentado tanto. É um repto que eu faço também aos nossos empresários eles estarem mais presentes, porque isso também não pode ser... Havia um Ministro das Relações Exteriores com quem eu trabalhei, que era o Ministro Silveira, na época do Governo Geisel, eu era um jovem diplomata ele dizia: Olha, a gente

faz as nuvens, mas a gente não pode fazer chover. Quer dizer, tem que as outras pessoas irem um pouco atrás e trabalharem. Acho que os Parlamentares também podem ajudar muito nisso. Dou a Índia como um exemplo. Porque enquanto o nosso comércio com a China já está em quase 20 bilhões de dólares, com a Índia está em pouco, menos de 3 bilhões, o que é muito pouco para... Nos dois sentidos.

Agora, certamente, com União Européia e Estados Unidos, temos que continuar a fazer o esforço. Acho que essa questão energética que V.Ex^a. também mencionou, do etanol, biocombustível, vai criar uma nova... O Brasil entrou na moda, entre outras razões, por muitas razões provavelmente, a gente não pode atribuir só a um governo, são muitos fatores, tem muitas coisas que pesam nisso. Mas o Brasil atrai a atenção. Muito forte. E certamente os biocombustíveis são um aspecto desse atrativo que o Brasil representa e isso vai trazer muitos outros negócios. Fora dos biocombustíveis também.

Agora, eu queria fazer o seguinte comentário, por que é que com a União Européia e com os Estados Unidos o crescimento é menor? Bom, primeiro porque são mercados mais maduros que já eram mais conhecidos e que, portanto, digamos, não era, digamos, uma... Como explorar o faroeste, digamos assim. Não era uma coisa absolutamente nova, era algo que já estava sendo trabalhado. As nossas empresas já conheciam, não havia grande novidade. Segundo, porque em muitos aspectos, para esses países, muito daquilo que nós exportamos, ou do que poderíamos exportar a mais já toca no nervo. São os chamados produtos sensíveis.

Então, eu me lembro durante uma discussão sobre a ALCA, por exemplo, porque havia um grande interesse do pessoal do açúcar no Brasil e do etanol, uma conversa que eu tive com um alto funcionário em que eu dizia: Olha, vem cá, vamos supor que realmente o Brasil fizesse o que vocês querem em matéria de propriedade intelectual e de serviço, vocês baixariam a tarifa como nós queremos que você baixe para o açúcar ou para o álcool? Ele disse: Não. É porque está tudo ali tocando de alguma maneira na sensibilidade. O mesmo se passa com a União Européia. Vou aproveitar, Senador, e me permite, vou juntar um pouco com a questão da OMC e de Doha. O que vai nos potencializar muito as nossas exportações para o mundo inteiro é um bom resultado da rodada de Doha. Porque, o que mais, o principal obstáculo que nós enfrentamos hoje são os subsídios agrícolas. Os subsídios agrícolas é que deslocam a produção de algodão, deslocam a produção de outros produtos do mercado internacional.

Então, eu acho que é isso, isso é muito importante, sem entrar em muitos detalhes, mas eu digo em termos de grandes negociações internacionais nós teremos muito mais a ganhar com o resultado positivo de Doha do que teríamos a ganhar numa eventual ALCA ou num acordo que continuaremos a trabalhar entre Mercosul e União Européia. Mas enfim, isso não exclui que nós continuemos a trabalhar ativamente nesses mercados e que o... Seja através de missões empresariais. Vai ser criado agora, durante a visita do Presidente Lula a Camp David, um Conselho empresarial.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Os franceses questionaram a nossa posição que o problema é que nós é que somos fechados. Eles foram, o Presidente foi bem duro.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Volto a isso, Senador, espera só um minutinho. Vai ser criado um Conselho Empresarial que pode ser muito importante entre Brasil e Estados Unidos. Conselho realmente de grandes líderes empresariais.

Bom, é isso um aspecto, quer dizer, não estamos desatentos a essa relação e vamos continuar trabalhando por ela. Com relação a mudança de clima, e vejo aqui o Senador Collor que já levantou o tema também. Acho que o Brasil poderia perfeitamente, é algo que, digamos, com o apoio do Legislativo podemos levar adiante uma, a idéia, como já foi mencionado antes, do Brasil poder sediar Rio mais 20. Acho que seria adequado, vamos trabalhar para isso. A gente entra nessas batalhas. Temos todos os títulos para conseguir que isso venha para o Brasil. Não sei em que pé está nesse momento. Confesso que ouvi esse tema muito recentemente, essa idéia. Se já existe algum candidato, mas acho que poucos candidatos terão a credibilidade, se é que há, terá a credibilidade e a... Digamos, a... O poder de... A legitimidade que tem o Brasil para atrair essa conferência.

Damos tanta importância a mudança de clima que estou criando no Itamaraty um cargo de Embaixador Especial que nós chamamos de (inaudível) só para a mudança de clima. Para que possa fazer, sem prejuízo das tarefas que continuarão a ser levadas pelos departamentos que existem lá. Haverá uma pessoa especializada apenas em fazer os contatos internacionais e ouvir também a sociedade brasileira.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Quem é o embaixador?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Estou resolvendo ainda. Não, eu acho que vai ser o embaixador Sérgio Serra que foi o nosso Embaixador na Coréia e foi o nosso Embaixador também na Nova Zelândia e, enfim, uma pessoa de muita competência, um Embaixador já.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Ah, talvez, é. É... Uma pessoa de muita... Competência. Uma pessoa sênior como eu, digo, sênior de idade também para poder ajudar. As idéias que V.Ex^a. apresentou me parecem muito boas. Inclusive algumas delas se casam um pouco com outras que nós, que o Presidente Lula já apresentou das formas alternativas de financiamento para o combate à fome e à pobreza. Temos aí que essas medidas sempre encontram uma grande resistência que o Senador não conhece. Mas eu acho que é válido buscar, seja com um percentual de importação, seja também com dos movimentos financeiros internacionais. Acho que teremos que descobrir aí a linha de menor resistência. Eu queria também só dizer para mostrar que, embora num nível ainda talvez menos ousado do que essas propostas que o Senador Mercadante fez, nós não estamos desatentos a isso e fizemos uma proposta inovadora também no sentido de uma contribuição internacional que incentive a redução do desmatamento. Quer dizer, um incentivo positivo. Em vez de haver um incentivo negativo, um incentivo positivo e essa é uma proposta que foi feita no âmbito da convenção quadro das Nações Unidas sobre a mudança de clima, foi feita no ano passado, continua sendo discutida. Enfim, creio que a contribuição de V.Ex^a. é boa e nos leva nesse mesmo sentido geral.

Querida mencionar e sei também que o Senador Collor é interessado nisso, e por isso é até oportuno, a questão da agência internacional. Não é que Brasil seja contra, mas a Rio 92 representou um grande ganho. Um ganho extraordinário para o Brasil do ponto de vista... Para o Brasil e para os países em desenvolvimento do ponto de vista internacional em muitos aspectos. Obviamente a consciência sobre o problema do meio ambiente, como eu sempre digo. O que é que houve de concreto? Hoje em dia não tem um Município menor que seja que não tenha uma Secretaria de meio Ambiente e que esteja lá trabalhando nisso. Mas o mais importante, acho que do ponto de vista da política internacional relacionada ao meio ambiente, é tratar de meio ambiente junto com desenvolvimento. Então, é o conceito de desenvolvimento sustentável.

Então, eu acho que se nós criarmos uma organização internacional, o Brasil não é contra, eu já disse isso publicamente. Uma agência internacional, ela deve ser, não só de meio ambiente, ela deve ser de meio ambiente e desenvolvimento. Porque as duas dimensões têm que ser, esse foi o maior ganho que nós tivemos, creio eu, conceitual ao longo dos anos em relação a esse tema.

Então, nós não poderíamos perder essa dimensão. O meio ambiente não pode ser visto só como uma preocupação de conservacionistas, digamos assim, ela é uma preocupação do habitat humano de tudo o que nós sabemos. Eu não preciso me alongar sobre isso. Esse conceito de desenvolvimento sustentável tem que estar presente, esse é um aspecto. O segundo aspecto que eu sempre também menciono é que muitas vezes as idéias vem ligadas: Ah, vamos então transferir, é uma maneira de transferir o PNUMA para a Europa. Eu tenho um grande apreço pela África e pelos países africanos. Os africanos têm, pela própria pobreza, pela própria situação que vivem, endividamento, as guerras civis, um grande problema de auto-estima também. Se nós formos tirar o único organismo internacional importante hoje que existe na África que é o PNUMA, eu acho que nós estaríamos talvez cometendo um desserviço a um continente que precisa de apoio e precisa de auto-estima.

Então, eu diria o seguinte, eu já tenho conversa com meus colegas, e alguns são meio, sabe como é que é. As posições às vezes são recalcitrantes, eles levam um pouco de tempo para poder atualizar. Eu sou totalmente a favor da criação dessa organização. Eu faria duas observações. A palavra desenvolvimento tem que estar no título da organização. Pode ser desenvolvimento sustentável, enfim. Tem que aparecer junto, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, até uma certa redundância, mas não faz mal. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Esse é um primeiro aspecto. E o segundo aspecto, vamos procurar manter na África, nós temos que ajudar os países africanos, isso é algo muito importante. É o único que tem... Que tem o PNUMA e o HABITAT que é ligado a isso e que está no Quênia também. Se formos tirar isso da África nesse momento... Em geral, essas propostas, não estou dizendo aqui, mas quando eu ouço a França, quer fazer na Europa, em Genebra, em algum lugar. Não, vamos manter isso na África. Então com essas duas qualificações, claro que o resto terá que ser negociado em detalhes quantos contribuem, etc. Mas como essas duas qualificações V.Exª. pode estar certo, V.Exª. também que eu sei que mencionou o assunto aqui recentemente, podem estar certo contarão com o apoio entusiástico do Itamaraty que a organização seja, e vamos desmistificar isso de que o Brasil é contra. O Brasil não é contra, agora o Brasil não quer perder esse grande ganho conceitual que foi tratada a problemática do meio ambiente junto com a problemática do desenvolvimento. Não são problemáticas separadas. É claro que hoje a mudança no clima dá uma dimensão muito mais forte que temos que estar atentos. Todos esses últimos relatórios da ONU,

eu acho realmente de grande importância. Mas, diria que essa seria a minha, colocação política.

E, finalmente, Senador, com relação... Fico muito contente que V.Exª. tenha mencionado a Medida Provisória 354. Além de todos os motivos históricos e das frustrações e da pobreza de que sofre a Bolívia, de modo geral. Essa questão específica foi pensada, por quê? Porque a Bolívia está passando por um momento em que ela está procurando até aplicar as suas próprias leis. Não é, e como V.Exª. lembrou, como no Brasil também não pode haver propriedade agrícola na fronteira, lá também não pode e nós não podemos pedir a um país que não respeite as suas próprias leis, não há como. Então todo o nosso esforço e essa Medida Provisória se insere nisso. Nós criamos grupos de trabalho, a pedido meu, quando eu fui lá, há mais ou menos um ano atrás.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– A lei é de 69 lá. Não é uma lei desse governo, é constitucional.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Exatamente.

Então o que nós queremos fazer, e eu faço um apelo realmente aos Senadores para que me ajudem, agradeço muito a V.Exª. ter lembrado isso, que ajudem na aprovação não só na aprovação, na aprovação urgente. Porque esse tema vem sendo postergado há muito tempo lá. E eles têm tido, e eles têm adiado. O que nós queremos é transformar desalojamento em reassentamento.

Então, na verdade, o que nós estamos procurando fazer com essa Medida Provisória é possibilitar que se nós recusarmos a Medida Provisória nós não vamos estar ajudando os brasileiros, porque eles vão ser desalojados, simplesmente não serão reassentados. Ou terão que ser reassentados às pressas em território brasileiro. Com todas as outras consequências que V.Exª. já mencionou também dos bolivianos que existem aqui.

Então, o nosso objetivo, se eu puder resumir com uma palavra que eu acho que é muito simples é isso: Vamos transformar um desalojamento, que é direito deles, mas que fere compatriotas nossos em reassentamento. Que é uma coisa que eles, é uma maneira deles exercitarem o direito deles, que eles têm, e, ao mesmo tempo, garantir um tratamento humanitário para os nossos e acomodar a situação dos nossos compatriotas.

Então, eu, me alegro muito que V.Exª. tenha mencionado esse tema, porque ele é de grande importância e eu aproveito a oportunidade para fazer um apelo para que possamos, que o Senado possa votar o mais rapidamente essa Medida Provisória. Obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Parabéns Senador Mercadante e Ministro por esse interesse da Medida Provisória. Obrigado.

Parabéns Senador Mercadante e Ministro, pelo interesse dessa Medida Provisória 3...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – 354.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E acho que pediria aqui que todos nós nos comprometêssemos a lutar pela mais urgente aprovação dessa Medida Provisória, porque quem conviveu, quem visitou essas fronteiras sabe de perto, com conhecimento, as angústias que já são antigas e o que se vai passar se providências não forem tomadas.

Então, cumprimento V.Exª... Tenha a certeza de aqui terá todo o apoio o Itamaraty nesse sentido.

Eu passo a palavra ao nosso Senador Paulo Duque do Rio de Janeiro. Com o brilho da sua inteligência.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Srs. Senadores. Meu caro diplomata embaixador, jovem Embaixador, jovem Ministro Celso Amorim. V.Exª... Eu não esperava um homem tão alegre, tão otimista, tão preciso nas suas respostas. E sempre contornando aquilo que achou que deveria ser contornado para uma resposta mais indireta e menos precisa e menos imediata. Vou começar pelo último assunto da minha pauta, pequena pauta. Depois da Segunda Guerra mundial V.Exª. seguramente ainda era estudante, jovem, 45, houve, no Rio de Janeiro, e no país quase todo um grande surto de nacionalismo, de espírito nacionalista, seja ele atrasado, seja ele distorcido, mas havia esse surto de nacionalismo muito grande. Mais nacionalista do que ideologicamente falando, e uma das preocupações das grandes lideranças militares que viviam no Rio de Janeiro onde situa-se até hoje o Clube Militar era com a Amazônia e seus problemas, e as suas riquezas e as ambições sobre ela. Lembro muito bem de algumas mulheres que se empenharam nessa luta nacionalista. Nos Generais também que puseram-se à frente do movimento. E surgiu, no Ministério das Relações Exteriores, não sei porque, o chamado, foi chamado, na ocasião, estou falando de meio século, iléia amazônica, não sei se V.Exª. já era do Itamaraty, não era. V.Exª. é jovem, entrou no Itamaraty quando?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Faz tempo, quase meio século.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Quase meio século, está começando ainda a terceiro secretário, segundo? Segundo secretário, talvez, primeiro, Cônsul. Pois bem. E esse projeto da iléia amazônica que começou a ter publicidade no Rio de Janeiro, se espalhou pelo país inteiro, era que se criasse um or-

ganismo para tomar conta, gerir ou opinar, ou entrar na área da Amazônia. Me lembro perfeitamente disso. E a reação foi muito grande na ocasião. Pode ser que haja mudança na mentalidade hoje, não sei. Eu, por exemplo, ainda não mudei. Sou extremamente nacionalista. E acredito também que a minha geração não tenha mudado. Era defender a Amazônia de qualquer maneira, a qualquer preço. Porque já estava tudo mais ou menos articulado para ser, criar um grande organismo que se denominava iléia amazônica.

Então, eu vejo muito, hoje, especialmente depois das palavras ali do Líder do PT, se não me engano. Dr. Aloizio Mercadante, nessa agência, que está na moda se falar em agência hoje. Me lembrei muito daquela... Do passado. Quando se tentou criar um organismo nesse sentido. Sobretudo agora quando se descobre naquele Estado nosso tão precioso, tão querido de todos nós, tanta riqueza e potencial, tanta possibilidade de crescimento, desenvolvimento de tudo. Acho que só o que não deu certo ali foi a Transamazônica, o resto tudo pode dar certo.

Então, eu queria saber de V.Exª., porque de vez em quando vejo nos jornais, no noticiário que estrangeiros de toda a ordem, de todas as origens, organizações, ONGs e etc e tal estão no Amazonas, que livros em escolas americanas ou européias ensinam que aquela região pertence já ao mundo até, em certa forma, pertence teoricamente ao mundo pelo potencial de saúde que pode proporcionar. Mas pertence ao Brasil. Foi conquistada pelo Brasil. E às custas de muita luta e por várias gerações.

Essa é uma... Não precisa nem responder isso, é a preocupação de um Senador que, eventualmente, chegou aqui no Senado. É uma luta de várias gerações. Não é brincadeira não. Muitas gerações.

Um outro problema que eu gostaria de conversar com V.Exª., sobre esse empréstimo de 20 milhões de dólares à Bolívia. Eu, pessoalmente, acho até justo, mas muito mais justo ainda seria emprestar aqueles países da África que V.Exª. acaba de lembrar. Muito mais justo. Sobretudo depois que nacionalizaram aquela refinaria com faixas lá, com a refinaria da PETROBRÁS, brasileira que estava ali, legalmente ali, legitimamente ali. A paga foi generosa, muito generosa.

Finalmente, é a última pergunta para não cansá-lo, o senhor está aqui há... V.Exª. foi Presidente da Embrafilme lá no Rio de Janeiro? Isso é que eu estou mais curioso até. Conseguiu realizar uma boa gestão de filme, produção de filmes. Aperfeiçoamento. Passou... V.Exª. passou uns seis anos lá como Presidente, não?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Três.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Três anos lá, e fez muito movimento, muito movimento lá. Acompanhava o seu trabalho, que eu adoro cinema.

Então, isso eu gostaria, isso para mim até é... É a pergunta mais importante. Gostaria de saber de V.Exª., como é que foi, por que é que saiu? Se gostou de passar alguns...?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Senador, muito obrigado por suas perguntas.

Bom, em relação a Amazônia V.Exª. não tem nada a temer no que toca à nossa atitude que sempre será de defesa intransigente da soberania brasileira sobre a Amazônia. Isso... Creio que inclusive a melhor maneira de defendermos a Amazônia, sem prejuízo do que temos que fazer também na área de defesa, não é só com tanques na fronteira ou foguetes ou o que tiver que ser diplomaticamente, mas é fazendo o desenvolvimento sustentável da Amazônia. E é o que tem ocorrido. Eu vejo, inclusive, muito o que se faz hoje como o Brasil se torna um importante exportador. Até com marcas novas de produtos naturais que os outros também querem porque às vezes o assalto à Amazônia não se faz só fisicamente, nós tivemos que brigar, e o Itamaraty conduziu essa briga, não foi, começou até em outro governo, tive o prazer de colher os frutos da vitória. Mas começou no governo anterior. Por exemplo, quando o Japão, ou uma empresa japonesa, para não falar mal do Japão como um país, mas uma empresa japonesa registrou o cupuaçu como se fosse uma marca japonesa. Por aí o senhor imagina, o assalto não é só um assalto... O potencial, o assalto não é só físico, ele pode ser também virtual, intelectual etc. Mas, o senhor pode contar conosco. Eu vou lhe citar apenas um episódio. Há poucos meses houve uma declaração que, aliás, depois o próprio, com toda a justiça, a própria pessoa claramente explicou que não era aquilo que tinha dito. Mas houve uma declaração de um Ministro de um país importante da... O Ministro britânico, saiu no noticiário, sobre como seria a maneira de melhor preservar a Amazônia... Ele depois, esclareceu perfeitamente. Teve contato conosco que não era nada disso que é queria dizer, até pelo contrário, disse que a soberania brasileira é sacrossanta, foram palavras dele. Mas quando houve esse equívoco eu tive a oportunidade muito clara de dizer que a Amazônia não estava à venda. E não está à venda, isso não está à venda muito menos à doação e muito menos a outro tipo de... Agora eu acho que a nossa obrigação principal é trabalhar pelo desenvolvimento sustentável do Brasil e dos outros países amazônicos.

Então, por exemplo, o nosso apoio à organização do Tratado de Cooperação Amazônica é algo muito importante. É uma coisa que vem já de muito tempo,

mas nós temos reforçado esse apoio. Dentro desse contexto de integração sul-americana é algo que temos feito com muito interesse. De modo que, como V.Exª. não fez propriamente uma pergunta, mas manifestou uma inquietação, eu estou apenas fazendo algo de maneira muito geral.

Com relação aos 20 milhões, não são 20 milhões de dólares, são 20 milhões de reais, creio eu, no caso da Bolívia. E não é... Digamos, na realidade é para, eu... Há países mais pobres, como diz V.Exª., na África ou aqui, ou até mesmo, na América Latina muito pouco, só no Haiti. Mas, a questão é que aquilo é para ajudar a atender uma situação dos brasileiros. Ao mesmo tempo estaremos ajudando a Bolívia, porque eles têm projetos de reassentamento. E é uma maneira inventiva que nós encontramos. Nós não estamos também comprando. Nós não podemos fazer hoje o que era a diplomacia de cem anos atrás. Quer dizer, não vamos comprar o pedaço da fronteira em que está, em que estão os brasileiros. Temos que respeitar as leis bolivianas. Mas se eles têm interesse em fazer um programa grande de cooperativas rurais, o Brasil tem experiência nisso. Pode ajudar. E, ao mesmo tempo, nesse processo de ajuda encontrar uma acomodação para os brasileiros, eu acho que os dois lados saem ganhando.

Então, é nesse espírito que essa Medida Provisória foi pensada e por isso eu... Agradei.

Sobre a Embrafilme então rapidamente, primeiro só para recapitular a história, isso foi no governo Figueiredo. Não, não, eu gostaria até de me estender, mas acho que os Senadores seu não estão interessados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PT-SP) – Fazer uma Sessão especial, na Subcomissão de Cinema e convidá-lo.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Ah, com muito prazer, vai ser provavelmente, talvez quem sabe, mais interessante. Só uma observação eu gostaria de fazer, porque eu entrei na Embrafilme, realmente foi uma época muito rica de produções, filme como Gaijin, Bye-bye Brasil, entre outros que me vêm a mente agora que foram produzidos naquela época, “Eles não usam black tie”, que ganhou medalha de ouro, ganhou o Leão de Ouro em Veneza. Mas saí da Embrafilme por um episódio do qual eu me orgulho muito. Porque eu financiei, quer dizer, a Embrafilme financiou, mas eu era Presidente, um filme chamado “Pra frente Brasil”, que denunciava a tortura, que já não se praticava, mas que tinha sido prática na época militar e merecia um galardão, que foi uma pequena nota da coluna do Castelo, dizendo que eu tinha, como diretor geral da Embrafilme, tentado alargar as portas da abertura.

Então, eu acho que é uma coisa importante, agradeço a sua pergunta que me dá a oportunidade ao fazer esse comentário.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Esperamos vê-lo de novo aqui.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, eminente Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senador Cristovam porque tinha trocado com ele, ser bem rápido para que a palavra dele, muito mais importante que a minha, possa ser ouvida.

Mas... Meu caro Ministro Celso, eu não tenho muito o que expor porque todo mundo já explorou vários segmentos da política externa brasileira. Mas eu me inscrevi apenas para saudá-lo e para dizer, se assim me permitir, que eu tenho muito orgulho de dizer que sou seu amigo. Não sei se mereço. Mas eu acho que para mim é... É uma coisa muito importante porque eu conheço um pouco da caminhada de V.Ex^a. Na sua... No seu trabalho no Itamaraty. Não sabia da virtude do cinema, foi o Senador Paulo que nos alertou sobre essa importância. E vou pedir ao Presidente da Subcomissão de Cinema que o convide para vim contar essas histórias mesmo. Que é um passado que nós não podemos deixar passar em branco e... Talvez tenha uma importância muito grande o seu depoimento nesse sentido. E hoje eu tenho certeza que o senhor não receberá nenhum galardão, a não ser cumprimentos e palmas.

Mas, eu às vezes fiquei aqui vendo o... Esse problema de comparação entre um governo passado e outro, eu sempre me lembro da aritmética, meu querido professor Cristovam, viu, Senador, Ministro Celso, eu sempre me lembro da aritmética e da matemática quando vai alguém à tribuna e começa a comparar que no governo de fulano fez isso, de beltrano.

Nós aprendemos, no primeiro grau, as quatro operações. Como é que se multiplica, como é que se soma. No grau superior nós vamos ver equações e depois teoremas. Que é uma evolução natural do aprendizado da matemática.

Então, não dá para comparar, eu acho que cada governo, quando se impõe, o que é bom ele tem que dar continuidade, se foi mal feito ou bem feito nós temos obrigação de corrigir.

Então, não é fato comparativo, mas sim de mostrar à sociedade que nós fizemos uma coisa que tem um resultado mais positivo, mais efetivo. Eu sei que a política externa brasileira, o Presidente Collor teve um

bom trabalho, o Presidente Fernando Henrique, que eu acompanhei muito. E hoje o Presidente Lula, como é que o senhor disse? Alargou a porta da democracia.

Então, ele alargou a porta do comércio exterior brasileiro. E essa vinculação com a África talvez não seja pelas nossas origens, mas muito mais uma questão humana e de interesse econômico. Porque eu tenho ouvido alguns países da África o desenvolvimento econômico que têm tido. O senhor falou na Nigéria, Nigéria tem petróleo, tem muito bandido lá, mas é outra coisa. Aí nós fazemos o combate natural pela INTERPOL.

Mas eu acho que isso é importante, pus aqui a Medida Provisória, eu acho que ela passa a ser de importância vital, vou conversar com o Presidente para ele fazer uma documentação para a presidência para que a gente possa discutir o tema de forma mais urgente. Que eu acho que esse problema de fronteira é um problema bastante sério, no Paraguai, na Bolívia. Aonde os brasileiros vão tentar o desenvolvimento econômico principalmente na área agrícola, por quê? Porque tiveram mais oportunidades do que tinham no lado brasileiro. E os países Bolívia e Paraguai aceitaram bem. Porque era um desenvolvimento. O que mudou a filosofia, provavelmente, é para poder tentar estabelecer que o poder territorial é deles. Nós não podemos ferir o poder territorial de cada país.

Então, essa equação que eu digo que o Itamaraty tem que entrar de sola para tentar resolver, acomodar os brasileiros sem que eles sejam expulsos e não tenham mais nenhuma oportunidade futura do lado de cá.

Eu praticamente me senti muito feliz com o senhor quando fui com o Presidente Fernando Henrique, ele foi receber o título em Oxford e V.Ex^a. ofereceu um almoço para nós, Senador Collor, que até hoje eu fico pensando como é que se come bem com um Embaixador de Primeira Classe como ele. Em Oxford. Não, foi... Foi na capital, nós fomos a Oxford para ele receber o título, depois ele nos recebeu em Oxford e era amigo da Rainha. Tem outro detalhe. Fez amizade com a Rainha. E a exposição que o senhor fez sobre a Inglaterra e vários pontos importantes da Europa mostraram as qualidades não só de V.Ex^a. como um dos membros do Itamaraty que eu defendo sempre aqui, carreira do Itamaraty não pode ser ferida por político nenhum para ocupar espaço do... Não estou criticando ninguém, não. Mas é difícil, é uma carreira difícil, construída ao longo do tempo, passando por várias vicissitudes, dificuldades.

Eu vi na Líbia um Embaixador que estava há dez anos na Líbia, teve que fugir deixando tudo o que tinha para trás. Para se homiziar em outro país durante a revolução. São coisas difíceis de explicar. A gente

só aprende a história quando vive um pedacinho dela. Então essa é a grande virtude do Itamaraty.

Agora eu estou relatando um projeto, Embaixador, que eu acho importantíssimo que é autorizar ou não a importação de pneu usado. Eu tenho aqui a consultoria que me ajudou. Recebi, através do nosso grande representante do Itamaraty nesta Casa, queria que ele fosse elogiado, se tiver que fazer por escrito eu faço. E tenho certeza que todos nós assinaremos. Mas ele trouxe dois membros do Itamaraty jovens, de uma competência inestimável da OMC que veio nos explicar a decisão que não era definitiva, que era um relatório secreto e se propuseram a colaborar conosco, com a Comissão do Senado, do Ministério, Ministra Marina e o Itamaraty para que fizéssemos um relatório correto. No meu ponto de vista, eu expus, eu sou contra a importação de pneu usado. Agora, qual é a melhor forma que não fira nenhum preceito de acordos que o Brasil possa ter lá fora.

Então eu queria agradecer os dois representantes do Itamaraty que estiveram conosco pela mão do nosso Embaixador e já tenho o relatório pronto, mas eu vou querer que esse conjunto leia para ver se nós não vamos cair do cavalo no meio do caminho. Mas se o senhor puder me ajudar, pelo menos qual é o conceito dessa... Mecânica de comércio exterior e se é obrigado ou não a receber aquilo que nos traga prejuízo até... De saúde.

Então, eu cumprimento V.Ex^a. e peço desculpas por ter me estendido. Desculpa, Cristovam.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Obrigado, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu já estou com a Medida Provisória vou pedir para distribuir para todos os membros aqui.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Muito obrigado. Muito obrigado pelo seu apoio. Muito obrigado por suas palavras que, além de, digamos, me... Me envaideceram e são palavras muito afetuosas e eu quero retribuir esse aspecto também muito importante das nossas relações já de longa data. Até uma vez V.Ex^a. me contou um segredo, quando acho que foi quando eu o condecorei em outro governo, V.Ex^a. me contou que pensava em ser diplomata também, ou que havia pensado em ser diplomata. De modo que vindo de V.Ex^a.--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não sei se conseguiria entrar, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Conseguiu ser as duas coisas.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Quem sabe, mas enfim--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Criaram um cargo especial da INTERPOL de Vice-Presidente diplomata para resolver os assuntos internacionais depois que eu assumi o Senado para não ser desligado da organização.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Muito bem. Então queria agradecer suas palavras e o apoio com relação aos outros temas, inclusive a Medida Provisória.

Deixa eu lhe dizer essencialmente qual foi a nossa defesa no caso da OMC. Como sabem a OMC funciona como se fosse um Tribunal comercial também em que os países levam questões. Qual era o caso? A União Européia levantou, isso é muito interessante e muito importante, inclusive para os que se preocupam, naturalmente, como creio que é o caso de todos, mas alguns especialmente, com o meio ambiente. Qual era o caso? A União Européia quer exportar para o Brasil pneus reformados, ou reconicionados, tem uma expressão específica, mas enfim, que aqui no Brasil nós chamaríamos talvez de recauchutados, são classificações diferentes, mas enfim. Pneus reformados. E o Brasil, e a argumentação principal do Brasil é que o Brasil, nenhum país é obrigado a importar lixo. Literalmente. O Brasil não pode ser obrigado a importar lixo. Porque, o pneu recauchutado é o fim de uma cadeia produtiva. E você não tem onde colocá-lo depois. Nós importamos hoje uma quantia muito pequena de países do Mercosul, porque houve um laudo arbitral que nos obrigou e é uma quantia ínfima e a própria OMC reconheceu que as importações que nós fazemos do Uruguai são desprezíveis. De modo que não afetam o meio ambiente. Eu estou entrando em detalhes, talvez o relatório era secreto, mas como hoje em dia os próprios europeus falam--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas eles comunicaram.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – É importante. Bom. Então a União Européia reconheceu, perdão, a OMC reconheceu a nossa argumentação sobre o Mercosul, porque achou que era irrelevante, a quantidade era muito pequena. E reconheceu a nossa argumentação ambiental. Aonde reside a nossa fragilidade nesse tema? Uma, é no fato de que há hoje liminares concedidas para importação de pneus usados. Isso está em julgamento no Supremo, em fase final, não sei se já foi julgado.

Então, e a outra seria se houvesse uma lei aprovando a possibilidade de importar pneu usado. Porque

aí, digamos, se nós importamos pneu usado ou quase que carcaça de pneu, o argumento de que você não quer deixar importar por razões ambientais, ele... Perde, eu não vou dizer cai por terra, porque essas questões são difíceis de dizer dessa maneira. Mas, digamos, essa é a nossa fragilidade. Portanto, a explicação que foi dada a V.Exª. no sentido corresponde ao que nós pensamos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É que economicamente, a gente tem argumentado, fora o problema ecológico, a produção de pneus brasileiros é o suficiente para dar conta da demanda. Inclusive o número de carros fabricados. E nós não temos onde colocar o pneu usado que hoje é fragmentado para servir de pavimentação. E diz a indústria que usa essa fragmentação, sola de sapato, uma série de coisas que são usadas, não tem clientela. Então eles não podem ter dois turnos. Tem um turno só e agora uma limpeza no Rio Tietê foram encontrados 80 mil carcaças de pneu. Que é a poluição mais forte que tem hoje pelos rios é jogar o lixo e os pneus usados.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – A nossa argumentação foi essa para nos defendermos... Aliás, a Ministra Marina, Senador, me desculpe, a Ministra Marina foi a Genebra. É uma coisa quase inédita, a Ministra de Meio Ambiente foi lá para justamente demonstrar o cuidado com o aspecto ambiental e, digamos, toda a nossa argumentação de natureza ambiental foi aceita pelo painel, como eles chamam lá, um tribunal arbitral da OMC, mas eles apontaram essa fragilidade. Mas se vocês estão importando pneu usado seja por liminar, porque para eles não interessa qual é o... Então isso torna frágil o argumento com relação aos pneus reformados. Esse é o ponto essencial.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Aí, digamos, os argumentos foram apresentados diretamente a V.Exª., mas a essência é essa. Se nós importarmos pneus, carcaça de pneu ou pneu usado o argumento para não importar pneu reformado fica muito fragilizado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas prestar esclarecimento antes de passar a palavra para o próximo orador, com relação à Medida Provisória distribuída pelo Senador Tuma. Ocorre que ela chegou ao Congresso sem nenhuma explicação da sua utilização. Dizia simplesmente que era para promover Reforma Agrária da Bolívia. Todos nós já traumatizados com o sofrimento e o vexame que sofremos e que o povo da Bolívia sofreu. Chega ao Plenário sem pelo menos ter se tido a gentileza de encaminhar à Comissão de Relações

Exteriores veio direto para o Plenário, e o argumento era esse. Então foi pedido vista, eu tomei, juntamente com demais Senadores, nós tomamos a iniciativa exatamente para...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O Chanceler não pode botar em público o que foi dito aqui na Comissão. Quer dizer tem um sentido todo...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Evidente. Os esclarecimentos chegaram e está se mostrando para acomodação de brasileiros no território boliviano, brasileiros que estavam ameaçados, então a matéria passou a ter, a ser esclarecida. Aliás, essa é uma queda de braço permanente que a gente tem que conviver infelizmente, Ministro, a displicência com que matéria dessa natureza chega ao legislativo, até às vezes com ar de desprezo e com ar de que aqui é uma Casa apenas de homologação. Nós temos constantemente, não é só na área de relações exteriores, nós temos no contexto geral isso.

Outro dia, tivemos o caso envolvendo o DNIT, envolvendo o Estado Brasileiro, recursos não tinham nenhuma clareza e a Casa se sente, portanto, na obrigação de fiscalizar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não, tem V.Exª. a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu desconhecia essa Medida Provisória. Como o Ministro... O Mercadante fez o questionamento, o Ministro deu uma explicação bem... Em bom argumento e eu pedi cópia para a gente poder analisar. Então V.Exª. quase que me dá razão, que a gente tem que analisar, e hoje eu tenho a explicação do embaixador que provavelmente... Depois as notas taquigráficas, nós podemos fazer a reunião, se V.Exª. concordar, sobre essa Medida Provisória.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Evidente. Eu concordo, é tanto que os esclarecimentos que me foram prestados depois, eu solicitei ao embaixador Marco Antônio, que foi quem me emprestou. Na realidade tinha que vir da Casa Civil. A medida vem de lá, para fazer esse esclarecimento.

Tivemos um caso aqui de recursos para o DNIT aonde a justificativa era recurso para logística. O Tribunal de Contas não reconhece gasto em logística. Logística é amplo, geral e irrestrito.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sobre a questão?

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Sobre a questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Na questão dessa Medida Provisória aqui está bem claro o objetivo dela. Isso é motivo de preocupação coletiva, Sr. Ministro, Srs. Senadores, Sr. Presidente da Comissão. Porque diz o seguinte: A Medida Provisória em apreço trata-se de medida de fortalecimento da cooperação bilateral com a República da Bolívia, especialmente na área de desenvolvimento agrário e de agricultura familiar, com o propósito de prestar assistência na implementação da política fundiária de reforma agrária do governo boliviano. O objetivo específico da destinação desses recursos é para dar uma assistência na implantação da política fundiária de reforma agrária do governo boliviano, que eventualmente pode contrariar os interesses dos brasileiros já ali instalados com suas propriedades e produzindo.

Então, isso eu acho muito perigoso, porque eventualmente o governo brasileiro com toda boa vontade, e até com a intenção, a reta intenção de ajudar famílias brasileiras que ali estão localizadas, o governo brasileiro pode de repente ser pego de surpresa com a utilização desses recursos por parte do governo boliviano para alijar as famílias brasileiras ali instaladas e colocar bolivianos. Ou seja, isso aqui é que precisa ficar muito claro de qual será a forma de aplicação desses recursos. Ou seja, apoiar a reforma agrária do governo boliviano ou apoiar os brasilgúaios que estão vivendo nessa situação, de uma transição que nos preocupa a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nos caso os boligúaios... (risos) Não é brasilgúaios, não. Fez o esclarecimento, o Senador Collor tem razão, nós vamos antes de encaminhar ao Plenário vamos solicitar ao Presidente Renan Calheiros que antes de votação em Plenário a gente discuta. O assunto... Saber se V.Ex^a. ainda tem algum esclarecimento.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Eu acho importante a observação feita pelo Senador Collor, é muito importante, eu queria dizer o seguinte. Bem, obviamente a Medida Provisória ela tem que se inserir num contexto, não é? Evidentemente que não pode haver, primeiro eu diria o seguinte: A administração desses recursos será acompanhada de perto, será objeto de acordos complementares aos acordos de cooperação técnica e será administrada de maneira direta ou indireta pela nossa embaixada lá. De modo que não haverá recursos com objetivo que não poderia, que não vai ser uma transferência de recursos, e depois sem saber o que vai acontecer. Nós vamos ter projetos específicos.

Segundo, naturalmente, e V.Ex^a. há de compreender, eu não posso ter uma ação em território boliviano com a qual eles não estejam também de acordo. Quer dizer, nós somos muito zelosos na nossa soberania, os bolivianos também são zelosos da soberania deles. Então era necessário encontrar uma maneira que possibilitasse ao mesmo tempo atender a situação dos brasileiros, mas também que fosse uma maneira aceitável para os bolivianos, isso inclusive é uma coisa em discussão, em negociação e gera polêmica lá também, porque vou dizer aqui francamente. De vez em quando eu leio na imprensa boliviana, ah, eles querem comprar de novo um pedaço da Bolívia como fizeram com o Acre. E não é isso? O que nós podemos fazer é, digamos, em projetos que são autenticamente bolivianos que estão dentro da Lei de Reforma Fundiária, mas que dizem respeito à formação de cooperativas, procurar ajudar também os projetos, e dentro desses projetos buscar encaixar a situação desses brasileiros. Então o que eu estava querendo dizer é que estamos tentando fazer é mudar desalojamento para reassentamento. Agora, obviamente, isso tem que ser feito com a concordância do governo boliviano e dentro dos programas que existem do governo boliviano.

Só para terminar, Senador me permite, eu queria dizer, que a maneira como chegou, realmente em geral essas medidas provisórias que envolvem recursos, no preparo delas não é feito dentro do Itamaraty. Mas nós já tivemos vários contatos, mas se necessário haverá outros. O Embaixador Rui Nogueira cuidou do tema e agora o Embaixador Oto Maia que cuida diretamente desse tema das comunidades brasileiras no exterior, já teve contato com alguns Senadores, mas se houver necessidade de mais contatos será feito e será explicado, inclusive, como serão feitos os desembolsos. Agora, é preciso que haja uma compreensão que isso tem que ser dentro de um quadro que também seja aceitável pela Bolívia que é um país soberano e cuja soberania nós respeitamos. Essa que é a questão, e dentro desse quadro nós estamos tentando transformar um quadro de desalojamento num quadro de reassentamento.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – A minha preocupação, com a permissão do Presidente, a minha preocupação é com a Política do Feta Cumpli. Ou seja, se estabelece toda uma programação para que o governo boliviano implemente de comum acordo com o governo brasileiro, mas o que é que nos garante que ele irá implementar nos termos em que ficou acordado? Essa que é a preocupação que remanesce. Se o governo brasileiro está consciente do risco que corre na aplicação desses 20 milhões de dólares para os fins aqui especificados, ou seja, se ele

aceita intrinsecamente de que esse dinheiro pode ser utilizado para outras finalidades que não aquela de proteger os brasileiros que ali estão naquela região da fronteira, muito bem, mas se não estiver eu acho que nós temos que tomar cuidados adicionais. É só isso, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o nobre Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Primeiro lugar uma pequena divagação sobre esse assunto. Se nós tivéssemos 20 milhões de dólares, 20 milhões de reais para estudantes brasileiros na Bolívia só daria bolsa para 200 estudantes. Eu garanto como todo mundo apoiaria, ninguém teria dúvida disso. Eu não vou discutir a maneira como entrou, é verdade. Então é claro que esse é um projeto que visa, ao mesmo tempo manter as boas relações com a Bolívia, proteger os brasileiros. Porque senão os bolivianos têm direito de expulsá-los. E o Presidente lá vai ser empurrado para empurrar os brasileiros. Eu acho que foi uma boa jogada. E dizendo com a liberdade de Senador que talvez o Ministro não possa, eu acho que se não colocasse, Presidente Collor, essa expressão aí de apoiar a reforma agrária boliviana não seria apoiado.

Então, na verdade, o Ministro tem suas limitações para falar as coisas, mas eu acho que tem que entender que foi a forma de dar a saída diplomática para o assunto.

Mas eu queria, Ministro, outra divagação aqui é dizer que eu me impressiono como o Itamaraty muitas vezes subestima o seu papel, a sua fala aqui tirando a pergunta do Senador Duque sobre cinema é quase toda sobre economia. O Itamaraty precisa se rebelar um pouco contra essa idéia de que o principal papel seria aumentar comércio, isso é importante, mas abrir uma embaixada mesmo que não exporte um real, tenha um papel fundamental para a auto-estima, para o futuro do país. Aliás, aproveito para mais uma vez dizer: Está na hora de uma embaixada em Bangladesh, um país com mais de 100 milhões de habitantes. O Itamaraty, as relações exteriores têm um papel muito maior do que econômico. Aí eu entro já numa pergunta ou sugestão, o debate que está se fazendo do aquecimento global ele tem que sair da ótica, basicamente da economia, da energia e ampliar num modelo civilizatório. Quando o senhor defendeu a Organização das Nações Unidas que trabalha o desenvolvimento e o meio ambiente, eu estou total de acordo. Se a gente for criar um só para aquecimento vai isolar mais ainda. Mas eu queria sugerir que o Brasil aproveite através do Ministério uma rede que o Brasil tem hoje que é das melhores do mundo inteiro, uma rede de reflexões

sobre desenvolvimento sustentável que existe nas universidades. Levar esse debate não apenas do ponto de vista do etanol, mas do ponto de vista do modelo, do projeto civilizatório que não implica em revolução socialista coisa nenhuma dessa. Talvez nenhum outro país tenha a rede que nós temos hoje de reflexão sobre esse assunto, talvez o encontro de 1992 tenha colaborado para isso. O fato é que o Brasil tem uma grande rede que poderia levar. A gente fala muito de OMC, de Banco Mundial, raramente a gente fala da UNESCO como uma entidade que teria um papel de ponta na reflexão mundial sobre o futuro da humanidade. O Embaixador Dairel fez um belo trabalho no que se refere a diversidade, o Embaixador está fazendo um bom trabalho, mas eu acho que aquilo podia ampliar, ali poderia ser o grande fórum de debate sobre para onde vai a humanidade. Essa é uma sugestão e ao mesmo tempo uma cobrança, digamos.

Agora eu tenho uma curiosidade queria lhe perguntar se for possível, eu queria saber qual é a agenda do encontro em Camp David e nesse encontro de Camp David, nessa agenda, agenda de debates. Eu gostaria de saber se o Itamaraty está trabalhando o problema, participando das discussões dentro do governo sobre o futuro do Brasil como um grande exportador energético, tanto de biodiesel como de etanol, levando em conta as implicações que a gente pode ter. Aqui dentro, claro, o que é que vai acontecer com os bóias-frias? Vão ser demitidos pela modernização, ou vão continuar explorados como estão hoje. Isso não é trabalho do Itamaraty. Só pergunto se o Itamaraty está trabalhando nisso. Agora, o que vai acontecer com os dólares? A gente vai dar mesmo destino que deu com o ouro, com o café, com as seringueiras. A gente teve muito dólar no passado. Tudo voou, evaporou nos bolsos, para não falar em bolsas, nos bolsos de consumidores ricos brasileiros. A gente vai ter um projeto de dizer para onde vão os dólares que vierem ou como a Arábia Saudita vai só financiar uma nobreza que tem ali. Para onde vão as florestas, que se a gente deixar o mercado livre para o colocar combustível em todos os carros americanos, não chega a terra, não chega a comida que a gente vai trocar comida por álcool. O que eu quero dizer, é que o Itamaraty tem uma tradição de defesa do Estado e tem uma visão menos curto prazo, a gente precisa botar vocês lá dentro e pensar, se a gente deixar como problema de energia de economia, a urgência vai fazer com que a gente perca mais essa oportunidade.

Então, há um grupo no governo já trabalhando de uma maneira sistêmica como vai ser o aproveitamento dessa chance que a natureza, na verdade nos deu agora? Essa é um ponto. O outro e mais um,

rápido. O outro é o problema dos vizinhos. Nós aqui temos trabalhado um pouco a situação dos países vizinhos. Há uma preocupação aqui nessa Comissão e há um estudo feito pela consultoria sobre a situação país por país. Quem é aqui no Itamaraty que podia nos ajudar a isso.

E finalmente eu queria perguntar se o Itamaraty está pensando em fazer alguma coisa diante desse escandaloso ato ocorrido ontem, anteontem na UNB, em que estudantes, não apenas negros, africanos, correram riscos sérios de vida. Foram... A residência deles foi vandalizada. Deixou de ser uma coisa só de racismo brasileiro e passou a ser algo de conotação internacional de sérias gravidades quando isso correr na África, para não dizer no mundo inteiro.

É isso que tinha a dizer e mais uma vez parabenizar o que a política externa vem fazendo. Eu tenho dito sempre que essa é uma área que eu tenho uma sintonia muito grande com que o Presidente Lula e o senhor tem feito.

Mesmo assim fica, resumindo: Como pode o Brasil ser o protagonista do debate sobre o futuro da humanidade? Como é que a gente pode, não precisa falar aqui, como é que a gente pode ter um trabalho mais cuidadoso de informações sobre o que acontece nos países vizinhos, não só na fronteira, mas dentro deles, porque tem consequência.

O etanol, se o Itamaraty está participando, se há um grupo de trabalho já participando sobre como aproveitar essa chance sem jogá-la fora, e finalmente esse caso dos estudantes africanos que a Comissão dos Direitos Humanos decidiu hoje ir ao Reitor para ver o que a gente pode fazer para que isso não se repita e o que fazer para que a gente cubra o estrago que já foi feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Bem, primeiro lugar o Cristovam Buarque tem sido um interlocutor assíduo nosso, que todas as suas sugestões são bem-vindas, eu vou examinar como nós podemos ampliar essa rede de reflexão sobre a temática do meio ambiente, mudança de clima, é evidente que há efetivamente um repositório muito grande de reflexões, de idéias sobre esse tema, não saberia lhe dizer aqui, mas vou levar em conta essa sua reflexão. A única coisa que eu posso dizer repete o que disse no início, estamos dando uma atenção especial criando um Embaixador especial para esse tema da mudança de clima o que é uma maneira também de elevar o perfil do tema dentro do próprio Ministério.

Bom, a agenda de Camp David ela não se resume a questão do etanol, ela tem vários outros aspectos, eu acho que digamos, dois, alguém mencionou aqui antes que o Presidente Lula, acho que foi o Senador Mercadante, não me recordo, esteve com dois governantes importantes hoje, na realidade foram 3. Incluindo em Chefe de Estado que não é Chefe de Governo que foi da Alemanha, em menos de 15 dias três Chefes de Estado nos visitaram, ou de governo, da Alemanha, da Itália e o Presidente Bush dos Estados Unidos, o que demonstra que há uma interlocução importante e essa interlocução se dá sobre vários temas. O Presidente Lula falará com o Presidente Bush sobre a OMC, falará de etanol seguramente, falará da cooperação em terceiros países até para ajudar países mais pobres, países africanos até porque os nossos recursos são escassos. Quer dizer, eu gostaria de ter os 20 milhões de reais ou de dólares para projetos em muitos outros países. Infelizmente não têm. Têm muito pouco, como sabe o Senador. Eu, digo, o Itamaraty, o que nós temos para projetos de cooperação técnica é ínfimo em termos financeiros. O que nós temos capacidade, digamos o capital humano brasileiro que, aliás, fica arranhado com esse episódio também não há dúvida, e vou me referir a ele. Mas é o que nós temos. Esses projetos trilateriais são muito importantes com a Itália, com a França, com os Estados Unidos, com o Canadá como estamos fazendo no Haiti, por exemplo, com o Canadá. Então, com os Estados Unidos estaremos discutindo projetos também no Haiti, estaremos discutindo os projetos na África. Por exemplo, o próprio Presidente Bush disse e conversando com o Presidente Lula que ele dá uma grande prioridade acabar com a malária.

Eu mencionei ao Presidente Bush na ocasião tomando parte na conversa que nós tínhamos visitado e visitado com o Presidente Lula um país que havia, me disseram que já diminuiu, o índice de malária era de quase 100%, que era São Tomé e Príncipe, e a reação do Presidente Bush, “então vamos fazer um programa para erradicar a malária de São Tomé e Príncipe”. Ótimo. Se pudermos fazer juntos com a nossa capacidade técnica, com os nossos conhecimentos e com um pouco dos recursos financeiros que os americanos têm mais do que nós. Então, coisas semelhantes nós estamos fazendo, como eu disse, com os italianos e com outros. Então, esse também é um tema importante, mas é um encontro de dois estadistas de países importantes. O Brasil tem que perder um pouco, V.Ex^a. já disse, a idéia que nós vamos lá ou para conseguir mais 1 milhão de dólares de investimento ou para abrir um mercado só para tal produto. Esses assuntos entram também, mas não são os únicos. Quando dois líderes de países como Brasil e Estados Unidos

se encontram vão falar do mundo, eu espero não sei como é que vai ser o tempo, espero o que Presidente Lula possa falar também sobre o oriente médio, possa falar sobre o Líbano, que se possa falar sobre muitos temas, lá da reforma das Nações Unidas. Então, não é uma agenda, digamos, estreita e voltada para um tema, claro que o etanol pelos motivos que todos conhecemos tem tomado muito a dianteira, digamos assim, na mídia, mas não é um tema exclusivo e nem é visto como um... Eu não poderia dizer, exatamente como vai se desenvolver toda essa questão no etanol no Brasil. Eu tenho certeza que a preocupação ambiental existe e a preocupação social existe. Aliás, quando eu ouço o Presidente Lula falar eu não sou especialista no tema, eu trato um pouco da projeção externa no tema, mas quando eu ouço o Presidente Lula fala sobretudo o biodiesel, na realidade até mais do que o etanol, a preocupação central, a grande preocupação dele, o grande interesse que vejo sempre repetido eu tenho tido privilégio de às vezes acompanhá-los aqui até internamente é como isso pode ser usado para beneficiar o pequeno agricultor, a agricultura familiar, a agricultura mais pobre no nordeste, isso vai exigir decisões difíceis. Essas fogem ao Itamaraty, porque são decisões internas. Muitas vezes, por exemplo, a soja pode estar mais barata, mas apoiar a mamona pode ter um valor social maior. Eu não sei, eu não sou especialista, ou óleo de dendê, enfim, eu não sou especialista nisso não posso dizer, mas o que eu posso dizer sim tanto no que eu vejo acontecer no Brasil quando eu vejo o Presidente Lula falar isso com outros estadistas é uma fortíssima preocupação com o aspecto social e certamente o ambiental também. Então, essa preocupação existe, ela é muito presente, é claro que a humanidade sempre coloca para si problemas novos. Quando nós encontramos uma solução geramos outro problema, então subitamente quando aparece a questão da biomassa que sempre foi vista como uma saída possível para o problema dos combustíveis fósseis que cujos resultados nefastos nós conhecemos e que, além disso, não são inesgotáveis. Quer dizer, quando encontramos uma saída surge um outro problema, então nós temos que lidar com o problema, temos consciência do problema, e o problema será lidado adequadamente.

Creio que foram esses temas... A questão dos países vizinhos que V.Ex^a. também mencionou, nós temos estudos e sobre todos os países eu não sei exatamente em que aspecto V.Ex^a. desejaria abordar, mas as portas do Itamaraty estão como sempre estiveram para V.Ex^a. para qualquer tema, isso seria no Departamento da América do Sul que certamente trataria do tema.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Presidente, só para dizer, talvez por modéstia o senhor não quis comentar minha afirmação de que vocês subestimam o trabalho que o Ministério das Relações Exteriores faz ao se concentrar tanto o discurso pelo menos na área da economia.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Senador, se me permitir Presidente, só rapidamente, eu não sei se é por modéstia, eu não sou modesto, sinceramente não é dos defeitos, ou das qualidades que eu procuro...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas não é muito vaidoso também, né?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Também não, não sei. (risos) Procuramos o meio justo, mas enfim, nessa questão eu tenho inúmeras vezes procurado incentivar, agora grande parte da opinião pública brasileira é dominada por esse tema, o que nós procuramos dizer, por exemplo, no caso da África, eu não sei se V.Ex^a. já estava aqui, creio que estava, nós temos interesse que são humanos, são estratégicos, são culturais, são laços espirituais, seja o que for. Agora, além disso, é um bom negócio, e aí obviamente o que sai é a parte do bom negócio porque é a única que interessa, isso está além da minha capacidade tentar influir. Mas nós procuramos sempre, seja no Haiti, seja na África, seja na nossa relação com a Bolívia, seja em muitos outros temas a salientar os aspectos não mercantis da política externa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Celso Amorim, procurarei ser objetivo... Pois não, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É que eu tenho uma audiência, que não é audiência, é consulta médica agora e eu tenho que sair, eu queria deixar um abraço ao Ministro.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu concedo um aparte a V.Ex^a.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E dizer que eu lhe felicito porque eu não vou fazer pergunta V.Ex^a., não vai ter que ter o (inaudível) de me ouvir e quero levar a extensão a esposa do Ministro. Que ela já poderia ser uma aqui na parte que você fala, assim como o Governador tem a Primeira Dama que cuida da parte cultural, aquela coisa, eu acho que a esposa do Chanceler e as esposas dos Embaixadores poderiam desenvolver um bom trabalho nesse sentido, mas o senhor fica me devendo eu lhe fazer a pergunta no futuro e fica livre de ouvir agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quem sabe uma convocação extraordinária especial para ouvir os relevantes temas que V.Ex^a. terá evidentemente a abordar.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Eu aproveito para registrar aqui o trabalho excelente da filha do Ministro como uma das grandes lutadores no mundo contra o trabalho Infantil na OIT.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Feito o registro, concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Ministro, o Brasil mantém com a China popular boas relações comerciais, produtivas, construtivas que cada vez mais se intensificam, mas vez por outra, surgem no meio empresarial do Brasil preocupações no que se refere à invasão de produtos chineses no mercado do Brasil a preços muito baixo em relação a produtos semelhantes do nosso país, de vez que lá acontecem determinados incentivos que não acontecem aqui no Brasil. E por isso há um desequilíbrio nesta concorrência na disputa comercial, prejudicando produtos como, por exemplo, calçados, tecidos. Ou seja, nós estamos proporcionando empregos na China em detrimento da perda de empregos no Brasil, com essa disputa desigual que é travada no plano comercial entre a China, o Brasil e outras nações que não dispõe de uma estrutura tão liberal do ponto de vista de custos trabalhistas e previdenciários.

Então, eu gostaria de saber de V.Ex^a. o que o governo tem feito neste setor para proteger o empresariado nacional contra essa concorrência predatória que tem dado prejuízos incomensuráveis a economia do nosso país.

Em segundo lugar eu gostaria de me referir a Taiwan que é considerada pela China continental uma província, uma possessão que mais cedo ou mais tarde, segundo o pensamento chinês, Taiwan será incorporada de forma pacífica, assim como aconteceu com Hong Kong preservando o sistema capitalista ali existente.

Nós temos conhecimento de que também, apesar de que o Brasil considera a China preponderante do ponto de vista das relações política e não mais, ao mesmo tempo o Brasil não vê Taiwan como um país qualquer. De vez que Taiwan hoje é a décima quinta economia do mundo, ela tem... É o terceiro país em termos de reservas cambiais, são 400 bilhões de dólares enquanto o Brasil tem 100 bilhões, isso não é coisa para deixar para um segundo plano, deve ser vista, inclusive, porque Taiwan não só investe na própria China como em quase todo o mundo asiático de-

vido justamente essa pujança, esse poderio do seu capital financeiro.

Então eu gostaria de perguntar a V.Ex^a., até, porque eu me interesso pelas duas Chinas, não é? Acho dois países formidáveis, cada um com o seu sistema, com a sua tradição, com sua cultura, com sua história, e respeito os dois países, mas eu gostaria de saber de V.Ex^a., já que cidadãos que vem de Taiwan, apenas eles têm direito aqui no Brasil, não a um visto, mas a um chamado *laissez-passé*, uma espécie de bilhete você pode entrar, passa aqui tantos dias, depois... Quer dizer, não tem um visto de saída e de entrada, no passaporte.

Ontem o Senador Eduardo Azeredo me lembrou que há um Projeto de Lei que foi aprovado pelo Senado Federal que está na Câmara dos Deputados que confere o direito de vista, não é Senador?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– É um *laissez-passé* múltipla para várias entradas. É uma autorização--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE) – Sim. Várias entradas, facilita então a entrada do cidadão que vem aqui negociar, que vem estabelecer relações comerciais com o Brasil. Então eu gostaria de saber em primeiro lugar o seguinte: Qual o pensamento de V.Ex^a., que conseqüentemente do governo, com relação a essa questão das relações entre o Brasil, a China continental, ou seja a República Popular da China, Taiwan, e se há a possibilidade de reverter esse quadro um dia na ONU, considerando a Taiwan uma Nação soberana e não uma simples província da China continental. Que certamente não iria nem acrescentar tanto a China, Taiwan só tem 20 milhões de habitantes, enquanto a China mais de 1 bilhão e 200 milhões de habitantes.

E por último nós, essa semana fizemos uma solenidade aqui no Senado em homenagem a CNBB, a sua campanha “Vida e missão neste chão” que é campanha em defesa da Amazônia durante o ano de 2007. Nós sabemos que as riquezas incomensuráveis da nossa Amazônia, os seus rios, as suas terras, as suas florestas, tudo isso desperta um interesse do estrangeiro em internacionalizar a Amazônia, esse desejo existe de forma latente entre as nações poderosas com relação a usar a riqueza da Amazônia em benefício do mercado globalizado.

O Brasil aprovou recentemente a Lei de Florestas, nosso Senado Federal, a Câmara dos Deputados, existe um plano estratégico de aproveitamento sustentável da Amazônia, então eu gostaria de saber se no Ministério das Relações Exteriores há uma identificação de que nações estrangeiras estejam realmente, através de empresários, se utilizando de recursos

da nossa Amazônia, da Amazônia brasileira, com um único objetivo deve ter lucros sem atentar para a preservação do meio ambiente, que é uma preocupação não só de V.Ex^a. como da Ministra Marina Silva, nossa colega Senadora.

Com isso eu queria também ao finalizar parabenizar o trabalho de V.Ex^a. O trabalho é edificante, tem o respeito de todos nós Senadores, pela forma com que as relações entre o Brasil e as nações do mundo inteiro, elas são tratadas de forma autônoma, independente e valorizando sempre os sentimentos de brasilidade, de autonomia do nosso povo. Agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Obrigado Presidente, obrigado Sr. Senador Valadares.

Bem, com relação as ações para proteger o mercado brasileiro, elas têm sido tomadas, inclusive nos casos de produtos que despertavam maior temor imediato que era no caso de têxteis também e também alguns aspectos de brinquedos, houve acordos, os acordos na realidade foram conduzidos mais pelo Ministério do Desenvolvimento do que por nós, embora com o nosso apoio. O Brasil mantém intactos todos os instrumentos de defesa comercial que precisar ter com a China. Agora, da mesma forma que às vezes o calçado brasileiro pode ser mais competitivo nos Estados Unidos e levanta lá uma barreira às vezes acontece a mesma coisa aqui. Impõe uma suscetibilidade, o comércio internacional é um jogo que para ser um jogo para que todos ganhem tem que ser visto no seu conjunto. No conjunto o Brasil tem tido saldos comerciais fabulosos e no caso específico da China ainda temos um pequeno superávit comercial, e até o ano de 2006 as nossas exportações foram maiores do que as nossas importações da China. E não foi só como se diz às vezes: Mas o Brasil está exportando minério de ferro. Isso também, que, aliás, de qualquer maneira tem um valor no mercado internacional e tivemos boas negociações, mas exportamos, concluímos as negociações para a venda de 100 aviões brasileiros, produtos de alta tecnologia, 50 deles produzidos no Brasil pela EMBRAER 50 deles produzidos na China, mas em sociedade com a EMBRAER.

Então, o comércio internacional é um jogo desse tipo. Nós não deixaremos de fazer valer os nossos direitos em nenhum momento, por isso nos interessa que a China esteja na OMC, que ela tenha os seus direitos respeitados e que também respeitem os nossos. É como nós trabalhamos em relação a esse aspecto. Em relação ao outro aspecto que V.Ex^a. mencionou, eu não desconheço o interesse comercial que pode

ter a relação com o Taiwan e isso tem sido trabalhado da maneira adequada. Agora o Brasil como 98% eu diria, se não ou mais de 95% dos países das Nações Unidas, segue a política de reconhecer a República Popular da China, aliás, porque ambos é a famosa *one China policy*, quer dizer, política de uma só China, não há uma alternativa, e a que nós seguimos é essa. É uma China, a China é República Popular da China e mantemos com Taiwan relações de natureza comercial. Essa tentativa de transformar, dar, digamos, maior agilidade a possibilidade de múltiplas entradas ao *laissez-passé*, é algo possível. Teria que tecnicamente ver isso, porque realmente esse assunto me foi trazido há cerca de 3 ou 4 anos atrás, eu creio é que tenhamos encontrado uma solução adequada junto com o Ministério da Justiça, tinha havido um problema que vinha, aliás, de antes que era um problema técnico da solução do *laissez-passé*, mas acho que isso foi superado eu não podia lhe dar uma resposta precisa, porque é algo que pode ser visto, porque o que pode ser feito para incentivar os negócios sem prejudicar a nossa relação política com a República Popular da China, que obviamente é uma grande prioridade para todo mundo, não só para o Brasil, mas para os Estados Unidos, para a Alemanha para qualquer país do mundo, nós faremos.

Eu creio que foram esses os dois pontos. Quanto a Amazônia diretamente me referi a isso, sempre que há, eu não diria nem uma ameaça, um ato concreto, mas obviamente quando há uma possibilidade de ameaça nós não deixamos de agir, evidentemente dependemos de órgãos internos que possam nos ajudar, mas eu acho que nisso o governo tem sido sempre muito ativo e sei, não tem havido episódios, salvo aquele que eu mencionei e que eu, que foi objeto de uma resposta pronta do Itamaraty.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao Senador Suplicy eu queria fazer um apelo aos companheiros, o Ministro, antes da Sessão nos comunicou que tem viagem internacional, então, eu tenho assumido o compromisso que essa Sessão fosse até as 2 horas, mas nós temos ainda o Senador Suplicy, o Senador Collor, quando a lista que já tinha sido encerrada e excepcionalmente abrimos para o Senador Mão Santa e para o Senador Eduardo Azeredo. Apenas esperamos e pedimos a compreensão de todos no sentido do poder de síntese para que possamos atender o desejo de esclarecimentos da nossa parte e não prejudicar a agenda do Ministro. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, prezados Mi-

nistro Celso Amorim. A Sr^a. Ana Maria Amorim que tão bem lembrada aqui pelo Senador Pedro Simon que sempre está colaborando e acompanhando os seus passos. Meus cumprimentos por essa atitude de companheirismo e quero cumprimentá-lo pelo extraordinário trabalho que vem desenvolvendo a frente do Ministério de Relações Exteriores. Atendendo o pedido muito ao ponto, primeiro, quero também como Senador Cristovam Buarque prestar minha solidariedade aos africanos e negros diante do ato que merece a mais enérgica condenação nossa havido na madrugada de ontem na Universidade de Brasília, algo inteiramente incompatível com o espírito maior do povo brasileiro de solidariedade aos negros, aos africanos, e tudo aquilo que o Itamaraty puder fazer para expressar esta nossa solidariedade e condenação deste ato, Ministro Celso Amorim, será muito importante. Até relacionada a questão de afro-descendentes, eu gostaria de perguntar em que pé está o processo de pacificação e democratização do Haiti e diante de alguns incidentes que aconteceram recentemente, em que medida está o governo brasileiro procurado evitar que a ação da MINUSTAH, que é inclusive cujos trabalhos são coordenados pelo Brasil, como evitar de que a MINUSTAH, as nossas Forças Armadas ali presentes se envolvam em ações que possam, eventualmente caracterizar desrespeito aos direitos de pessoas, sobretudo, aquelas que moram em bairros mais humildes, seja na chamada Cité Soleil e os outros conforme a imprensa registrou, mas seria importante que V.Ex^a. pudesse nos dar como tem feito periodicamente nas suas visitas ao Senado, um retrato de como está, e qual a perspectiva de boa solução para o Haiti, expressando a nossa solidariedade aos objetivos de democratização.

Quero também expressar total apoio ao desenvolvimento das ações do Itamaraty relativamente ao desenvolvimento do Mercosul e maior integração das ações visando que tenhamos o quanto antes as integrações dos países da América do Sul o mais plena possível. V.Ex^a. sabe o quanto que eu tenho me empenhado para que, inclusive esta relação se dê não apenas do ponto de vista de bens, serviços e dos capitais, mas sobretudo dos seres humanos. Eu gostaria até de perguntar se porventura no diálogo com o Presidente George W. Bush houve qualquer menção de qualquer preocupação do governo brasileiro com respeito aquilo que me parece um contra-senso e fico pensando se o Thomas (inaudível) estivesse escrevendo hoje (inaudível) o que diria aos norte-americanos que aquele muro que separa hoje os Estados Unidos do México e do restante da América Latina é algo que contraria o bom senso, assim como ele disse que contraria o bom senso, que uma ilha domina um continente idéias

desta ordem fizeram os americanos 6 meses depois proclamar a sua independência, eu tenho a impressão de que o Brasil pode colaborar com o México e outros países que têm dito: Olha, esse muro contraria o bom senso. Assim como se nós viéssemos a construir um muro com respeito aos 10 países que são nossos amigos vizinhos. Portanto, todo o passo, Ministro que vem a facilitar e V.Ex^a. tem nos dito isso, a maior interação e até no caminho da liberdade de movimento dos seres humanos nas Américas e especialmente começando com o Uruguai, com a Argentina, e cada um, com a Bolívia, assim por diante, os passos que tem sido dados são positivos e merecem o nosso estímulo.

Quero agradecer a preocupação pessoal de V.Ex^a. e do Secretário Executivo Embaixador Samuel Pinheiro de Guimarães quando há poucos dias fizeram um apelo para que eu adiasse a visita atendendo o convite do Conselho de Representantes do Iraque para fazer a exposição sobre o projeto no qual tanto acredito da renda básica de cidadania, em ocasião em que as coisas lá estejam mais tranquilas, quero inclusive dizer que o Presidente Heráclito Fortes, estive de acordo com a recomendação de V.Ex^a. Mas eu só quero dizer que eu quero muito ir, mas estou, ainda ontem conversei com o Embaixador Bernardo Brito, dizendo que ele possa informar ao Ministro quando é que será adequada a visita. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao Senador Suplicy eu quero em nome da Comissão do Senado da República e acho que também do povo de São Paulo, agradecer a V.Ex^a., o Secretário Celso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Suplicy convidou o Mão Santa. (risos)

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pelo poder de convencimento com que demoveu o Senador Suplicy dessa arriscada viagem que faria, sua convivência não está em risco entre nós.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Adiou um pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Suspendeu, adiou. V.Ex^a. fique absolutamente tranquilo que a Comissão de Relações Exteriores que uma agenda de risco para V.Ex^a. representar o Brasil em outros países de tensão, e evidentemente que se o Senador Mão Santa aceitar ser o seu companheiro, evidentemente que essa Comissão verá isso com muita alegria, com a palavra o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Sr. Presidente Sr^{as}. e Srs. Senadores, Sr. Ministro Celso Amorim. Inicialmente as minhas homenagens de praxe a Casa que V.Ex^a. comanda. O nosso Ministério das Relações Exteriores. Eu teria algumas considerações a fazer, Sr. Embaixador, Sr. Ministro. Em primeiro lugar em relação à rodada de Doha. É muito difícil que haja a renovação do *fast track*, é muito difícil. Nós hoje estamos vivendo numa escalada de protecionismo nunca vista. Os presidentes candidatos na França, todos três são empedernidos protecionistas. Nós temos aí as divergências entre bloco europeu e os Estados Unidos. Temos divergências dentro do próprio G-20 e do G-33. Nós temos aí os Estados Unidos substituindo o que seria a ALCA por tentativas de acordos bilaterais.

Então, eu vejo que a rodada de Doha está se gastando, perdendo muita energia sem perspectiva muito clara de êxito, lógico que nós não podemos abandonar essas negociações, nem perdermos de vista as nossas negociações multilaterais, mas eu acredito que seria de bom alvitre se nós pudéssemos ser mais agressivos nas nossas relações bilaterais e também no apoio mais intensivo aos nossos empresários, com mais agressividade para que eles pudessem agir e com isso nós criarmos alguns fatos novos que viessem a beneficiar o país.

Em relação a questão do Mercosul, eu me lembro quando da Constituição do grupo do Rio que foi uma das grandes iniciativas tomadas coordenada pelos Ministério das Relações Exteriores, ele funcionou por alguns anos muito bem, muito bem. E ele foi se ampliando, ampliando, ampliando, ampliando, não é? E hoje ele já perde um pouco a sua consistência, seja na formulação de suas políticas, seja nas posições retiradas das diversas discussões, pela ausência de vários líderes, alguns muito importantes para que essas questões fossem levadas adiante.

O Mercosul foi uma criação que não estava fundamentada exatamente na questão econômica. O Mercosul como V.Ex^a. conhece bem, a idéia foi de criar no Cone Sul um espaço, um campo de paz, que no momento que nós fizéssemos a integração econômica e que essas nossas fronteiras já não mais existissem, isso aí seria um pressuposto de que gostaríamos de viver em paz.

Associado a isso depois as diversas medidas que o governo brasileiro tomou na questão da corrida armamentista Brasil e Argentina, e hoje nós estamos aí com o Cone Sul pacificado.

Vejo, no entanto que o Mercosul hoje vive um impasse, vive um impasse. E talvez, pelo excesso de peso que se está se dando à questão econômica. Eu acredito que se nós pudéssemos fazer com que a agen-

da do Mercosul tivesse uma dose de humanidade, de humanismo, de ações que, por exemplo, solidariedade como existe lá nos Andes, com a Venezuela de que participa Cuba em que há esse intercâmbio de médicos, de operações de olhos, de catarata, de graça, enfim, de assistência sanitária. Alguma coisa que pudesse humanizar mais as relações dos países do Mercosul, e também em relação aos observadores. Os observadores serão chamados para o Mercosul precisam ter alguns compromissos, porque os observadores que são chamados, e eu acredito que o governo brasileiro, claro que com a melhor das intenções, chamaram o Chile para evitar que o Chile se desgarre, feche lá com os Estados Unidos um acordo qualquer e isso viabilizaria a idéia de um Mercosul ampliado, mas seria necessário também tomar um pouco de cuidado com esse convite aos observadores, porque os observadores vêm, pelo que eu vejo, nesses últimos anos mais para atrapalhar do que para colaborar.

Em relação a questões do etanol. O senhor falou a questão do biodiesel e eu concordo plenamente que essa é uma grande alternativa.

Em relação ao etanol eu tenho as minhas dúvidas. Eu acho que está se levando muito, se emulando muito essa questão do etanol baseado na cana-de-açúcar e isso está ocasionando uma ampliação da nossa fronteiras agrícola sem precedentes. Lá no Triângulo Mineiro o nosso querido Senador Vice-presidente dessa Comissão, Senador Eduardo Azeredo, já percebe, não é, como a cana-de-açúcar avança naquela região. E sem nenhum zoneamento ecológico, econômico. E a minha preocupação é que em algum instante essa produção de etanol seja tamanha que nós não tenhamos mais como colocar isso no mercado.

Na questão dos Estados Unidos, eu lhe pergunto quais são os compromissos dos Estados Unidos em relação a esse entendimento com o etanol? No acordo assinado recentemente o Brasil pode expandir ou transferir sua tecnologia para países da América Central, do Caribe e países da África parece que em Gana já existe alguma iniciativa nesse momento, mas o que é que nos garante que essa tecnologia não será rapidamente transferida para esses outros países e nós perdermos isso que seria o nosso (inaudível) principal hoje. O que é que garante que nessa questão do etanol, levada a América Central e Caribe, eles não poderiam se valer das relações de maior privilégio do que nós com os Estados Unidos, para nos sobrepassar nessa questão? E qual é a garantia que os Estados Unidos nos dão de apoiar o etanol como um *commodity* importante desse acordo?

Trago, antes do assunto final, duas preocupações. A primeira delas é a questão com a Bolívia. Essa

questão com a Bolívia envolve fronteiras. E o Itamaraty, V.Ex^a. sabe como isso é sensível, sobretudo, em certas áreas, isso é extremamente sensível, e isso aí pode, pode acontecer alguma coisa grave e que nós tenhamos que tomar medidas, até porque a pressão será muito forte, para que nós restabeleçamos a ordem caso ela venha a ser quebrada num processo como esse, e com todo respeito, o Presidente Evo Morales ele não vem sendo exatamente, não vem pautando as suas ações, com a prudência que é extremamente aconselhável em casos como esse.

É preciso tomar um pouco de cuidado. Me preocupa isso, a questão de fronteira na questão boliviana. E me preocupa também a questão de Angra 3. A energia nuclear é hoje no Brasil, como todos nós sabemos, é uma energia inteiramente, uma fonte energética inteiramente ultrapassada. Isso já não se cogita mais de usar energia nuclear como fonte energética. A construção de Angra 3, já está aí com todo o equipamento, 70% parece do equipamento já concluído e em casa, e a Angra 3 prestes a ser concluída. A minha preocupação é que com Angra 3 o Brasil vai ganhar escala para a produção do urânio enriquecido. Isso significa a sala, o vestíbulo para que nós possamos caminhar por caminhos escusos na fabricação de um artefato nuclear. Isso não é uma suposição somente minha. Eu tenho ouvido e encontrado em setores do Governo posições como, aspas, “o país hoje para ser respeitado no mundo, precisa ter o acesso ao conhecimento... O acesso ao átomo, ao conhecimento atômico. Precisa ter a sua bomba atômica”. Outra frase, aspas, “esse Projeto de Angra 3 eu aprovo somente se a consequência desse Projeto chegar a possibilitar o Brasil de ser um país com o conhecimento do átomo e consequentemente com a fabricação da bomba”. Isso aí o senhor melhor do que ninguém sabe as implicações todas, na OEA, na comunidade mundial, e o que isso poderia causar ao nosso país.

E finalmente, Ministro, em relação ao aquecimento global. Nós estamos vivendo um momento de absoluta crise. O que sempre eu vejo nas conversas com Senadores, amigos, e quando me é dado a oportunidade de falar, o que me espanta é que 15 anos nos separam da Conferência do Rio 92. E é incrível como 15 anos depois de realizar essa conferência em que tantos tratados e convenções foram assinados, em que todos saíram dali sabendo exatamente o que fazer, somente 15 anos depois nós estamos aí com a catástrofe anunciada com a questão do aquecimento global.

Ou seja, o que o mundo avançou na questão ambiental foi muito... O avanço conquistado foi muito maior antes da conferência do que depois da conferência. Porque antes da conferência os Países todos fizeram

questão de se preparar para ter uma boa presença. E depois da conferência foi como se cada um dissesse “missão cumprida, vamos agora tratar de outras questões”. E hoje nós temos o fato como esse do aquecimento global. A proposta, a solicitação que juntamente com vários outros Senadores fizemos foi para que se realize aqui no Brasil, e o Brasil mostrando mais uma vez que quer estar na vanguarda disso, que se realize no Brasil uma nova conferência. Surgiu o Rio mais vinte, porque em 72 foi em Estocolmo, vinte anos depois em 92, o Rio, e agora mais 20, 2012, que coincide com o fim da vigência do Tratado de Kyoto. E que talvez nessa conferência pudéssemos ter um novo tratado que servisse como balizamento jurídico para todos os Países do planeta poderem prestar mais atenção. E fazer desta convenção não mais... E de todos os encontros agora, não mais declarações de intenção do que nós e outros Países que assinarmos, o Governo Brasileiro, declaração de intenção do que pretendemos fazer. Mas sim uma proposta de ação efetiva. O fato é que nós estamos vivendo um momento de calamidade, e o Brasil coloca-se hoje como 4º maior emissor de gases de efeito estufa. E o Brasil tem que dar uma resposta à comunidade internacional antes de poder chegar e cobrar de Países como Estados Unidos, China, Índia, que eles reduzam as suas emissões.

É por isso que eu acho que uma conferência desse tipo sediada aqui, no Rio... Principalmente por ter sido o último, mas pode ser em qualquer outro local do Brasil, uma conferência de menor, de um modelo menor, não precisa ser tão ampla como aquela, talvez com os Países mais... Os maiores emissores de gases na atmosfera, de causadores de aquecimento global, talvez fosse uma sugestão.

E na questão da agência, Ministro, eu acho que em relação aos nossos amigos da África, com os quais nós temos... Um continente com os quais nós temos compromissos históricos, e nenhum dos governos deles, vejo desejarem se afastar disso, mas acho que a agência aqui no Brasil, primeiro graduá-la, sair de programa para uma agência, estaria muito melhor localizada do que lá. Eu acho que outras agências nós poderíamos pleitear, outras formas nós poderíamos utilizar para ajudar os Países amigos da África. Agências, por exemplo, de fomento ao desenvolvimento, de poder... De realizar projetos educacionais para que o povo africano tenha acesso à educação de melhor qualidade, à saúde de melhor qualidade, e nessa questão ambiental, que o Brasil chamasse para si. Por exemplo, nós não estamos lutando tanto pela questão do Conselho de Segurança? E todos nós sabemos que isso é uma quimera. Nós estamos, o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, é absolu-

tamente improvável que nós consigamos o assento permanente. Porque nós sabemos dos interesses ali, nós sabemos... Eles não querem, não querem nenhum país africano, nem a Índia, nem Brasil. Não querem. E se fecham ali e não vão permitir. Mas nós estamos aí envolvendo enorme esforço para isso. Quanto a essa questão da agência, trazer para o Brasil seria um simbolismo muito forte, ou seja, o Brasil não tem receio de sediar no seu território uma agência vinculada as Nações Unidas que trate exclusivamente do meio ambiente. E o Brasil, por tudo que ele já fez, por tudo que ele já vem demonstrando, acho que poderia pleitear isso, se o Governo Brasileiro assim aceitar, e se V.Exª também concordar. Porque como eu digo, nada disso funciona sem o engajamento do Itamaraty. Sem o Itamaraty, não se faz nada.

Então, se houver a concordância de V.Exª e também do Presidente Lula com o qual... Com quem eu já conversei sobre o assunto, ele se manifestou muito interessado nisso, disse inclusive que ia falar com V.Exª, quando da reunião do G-8, que ele gostaria de naquele momento fazer um pronunciamento forte sobre essa questão ambiental e eventualmente colher dos Chefes de Estado e de Governo do G-8, colher o apoio para que o Brasil pudesse abrigar essa conferência aqui em 2012. Que tem essa data de 2012? Porque coincide com o fim do Protocolo de Kyoto.

No mais, Ministro, eu gostaria de desejar a V.Exª todo o sucesso. O trabalho que V.Exª vem realizando é um trabalho que todos nós acompanhamos de perto. Conheço V.Exª. já alguns anos, sei da sua capacidade profissional, da sua correção, da sua integridade, e pediria apenas a V.Exª que levasse em consideração esses pontos que eu aqui levantei, que são pontos absolutamente de alguém desinteressado da questão política ou ideológica, mas de alguém que já vivenciou alguns desses temas de perto e que percebe que alguns deles nos trazem alguma preocupação. Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Sr. Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Sr. Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Respondi as perguntas também do Senador Suplicy. Me desculpe se eu for resumido também para tentar atender, mas eu não posso deixar de mencionar a questão da Guiné-Bissau, nós emitimos uma... Dos estudantes da Guiné-Bissau. O Itamaraty emitiu uma nota ontem evidentemente repudiando e terá que naturalmente acompanhar de muito perto essas investigações. Da mesma maneira que nós queremos acompanhar as investigações com um brasileiro atingido no exterior, e tem ocorrido, é necessário acompanhar no Brasil

também para mostrar que não haverá impunidade. Isso é algo muito grave, evidentemente vergonhoso, e há poucos momentos na vida em que realmente você sente uma vergonha coletiva. Eu me lembro de ter... Me permite um episódio pessoal: uma vez subindo a escada rolante do metrô de Londres vendo uma revista, na ocasião sobre um caso de tortura no Brasil, que depois soube que eram muitos, mas a primeira vez eu senti uma espécie de vergonha coletiva. Esse caso de Guiné-Bissau é parecido. Nós queremos uma política tão importante com a África que defendemos que o Brasil é uma sociedade aberta que tem seus problemas, evidentemente, mas que procura ter uma visão ampla de acesso a todos. Esse caso é um caso vergonhoso e que tem que ser investigado naturalmente, se há outras causas elas têm que ser atendidas, mas obviamente muito importante.

Seria muito longo falar sobre o Haiti agora, V.Exª. me perdoará, mas eu diria que no Haiti nós fizemos grandes progressos. Nós temos hoje um Governo democraticamente eleito, talvez tenha sido as eleições mais democráticas que já ocorreram no Haiti até hoje. Temos uma situação humanitária que deixa a desejar, naturalmente, mas que tem melhorado muito, e eu diria até, digamos com a experiência de quem foi Embaixador nas Nações Unidas, que acompanhou outras operações de paz pelo mundo afora, é claro que os incidentes têm que ser evitados. Nós sempre tratamos disso com as Forças Armadas, com a MINUSTAH. Mas diria até que o número de incidentes, dada a situação, isso não é para confortar, não, porque o ideal é que não haja nenhum, mas tem sido relativamente pequeno e as forças brasileiras em geral são vistas até com muito respeito. Também da mesma maneira que saem reportagens às vezes sobre esses incidentes, são verdadeiros, alguns outros são exagerados, tem também aparecido muitas reportagens que demonstram a importância e o afeto até que a população haitiana dá aos brasileiros.

Com relação à questão do muro ele tem sido objeto de declarações públicas e também de ações do Brasil na Organização dos Estados Americanos e em outros locais. Nós condenamos a idéia do muro. Aliás, entre parênteses--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Aliás, o muro é antigo. Não começou agora.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Entre parênteses, eu gostaria de dizer também que no caso como V.Exª mencionou da América do Sul, nós temos muita preocupação com o aumento do intercâmbio e a facilitação do movimento humano, tanto que foi assinado, no contexto da Comunidade Sul-Americana de Nações,

um acordo para a eliminação, não de vistos, de passaportes e que a grande maioria dos Países chegava.

Com relação aos pontos levantados pelo Senador Collor, naturalmente alguns são muito complexos. Eu tomo Doha mais como um comentário do que como uma pergunta. Eu estarei viajando agora com o Presidente, o tema vai ser importante, eu estou envolvido pessoalmente, profundamente nas negociações, tenho esperança, apesar das dificuldades que foram apontadas pelo Senador de que possamos chegar a um acordo. Ele é muito importante, não haverá nenhuma outra relação bilateral que possa substituir o acordo de Doha. Claro que se ele não sair teremos que cuidar desses outros aspectos. Mas nada compensará. O grande mal que existe hoje no comércio internacional que mais nos afeta, que são os subsídios agrícolas, não poderemos fazer nada em relação a eles, numa relação tipo ALCA ou num acordo tipo Mercosul-União Européia. Não quer dizer que esses acordos não possam ser buscados por outros motivos, mas, digamos, os principais fatores de distorção... Sem falar que na OMC, no mundo, com todas as distorções que existem, nós estamos pelo menos tratando numa... Digamos, num foro onde há um relativo equilíbrio de forças. Enquanto que em outras relações isso frequentemente não ocorre.

Eu compartilho muitas das preocupações do Senador Collor com relação ao Mercosul, Grupo do Rio. Realmente o Grupo do Rio perdeu ao longo do tempo um pouco da sua força, estamos tentando recuperar... É parte da evolução. Era pequeno, nasceu com um determinado propósito, foi expandindo os propósitos e isso naturalmente acabou tirando um pouco o foco do Grupo do Rio. Mas no caso do Mercosul, Senador, eu era o negociador quando V.Ex^a era Presidente, tive a oportunidade de rubricar o acordo que V.Ex^a assinou em Assumpção, justamente esse aspecto político é que continua a nos inspirar. O objetivo, o comércio é um instrumento. Mas é instrumento indispensável. O que a União Européia fez para se integrar? O que ela queria fazer? A paz. Evitar a guerra. Naturalmente os conflitos que havia tido no passado. Qual foi o primeiro passo? Fazer o Mercado Comum Europeu. Então nós não inventamos muito. Nós fizemos o Mercado Comum do Sul. Exatamente com esse objetivo de consolidar a paz. Mas nosso objetivo de paz não é só no Cone Sul. Ele é no conjunto da América do Sul. Claro que isso traz, cada vez que entra um ator novo, problemas novos, mas é um pouco o que está se passando na União Européia hoje. Numa outra dimensão talvez porque eles aprofundaram muito mais. Mas nós temos a necessidade de incorporar outros fatores. A Bolívia vir a entrar no Mercosul, a Venezuela entrar no Mercosul,

são fatos importantes. Até porque, digamos, se isso nos traz problemas, mas ao mesmo tempo também, digamos, pode ajudar a moderar certas posições, pode ajudar a mostrar a vantagem de uma certa política. Como nós conversamos a questão da Bolívia, por exemplo, nós conversamos sempre sobre aquilo que nos causa mais problema e nos vem à mente. Mas mostrar também os benefícios que ela pode ter, com o acesso de produtos ao mercado brasileiro, produtos, inclusive, que podem substituir certos cultivos. Isso é positivo. Essas coisas todas se ligam, mas nós nunca perdemos de vista esse objetivo. O objetivo é a paz, a democracia, é o ser humano. E estamos trabalhando por isso e terei muito prazer em algum momento vir conversar especificamente sobre todos esses processos de integração que são muito amplos. Mas quero que V.Ex^a tenha certeza de que o objetivo não é meramente comercial. O comércio é importante, porque é relação produtiva, mas é um instrumento para poder criar essa zona de paz e de cooperação em toda a região. V.Ex^a mencionou vários atos importantes relativos ao aspecto da desnuclearização que são todos eles muito relevantes.

Bem, alguns pontos eu não poderei responder até porque já me falta essa competência, mas eu acho que a preocupação existe em relação a esse tema do etanol, internamente, eu acho que tem que ser discutido. Naturalmente, é bom que seja discutido. É como eu dizia, cada vez que se resolve um problema ou se avança num problema surgem outros e temos que enfrentá-los e temos que enfrentá-los de maneira positiva. O que nós buscamos internacionalmente com relação aos Estados Unidos, primeiro é essa criação da visão de um *commodity* que possa efetivamente ser objeto de um comércio mais livre. Sabemos que isso não vai ocorrer de uma hora para outra. E até pelos argumentos que V.Ex^a deu, é até útil que não ocorra de uma hora para outra. Porque senão não haveria oferta capaz de corresponder a demanda e isso geraria ou agravaria alguns dos problemas que V.Ex^a mencionou. Então é um processo gradual fazer do etanol uma *commodity* e podermos substituir uma energia muito mais poluente por outra que é menos poluente, mais limpa e renovável, com problemas também que terão que ser enfrentados, problemas de natureza social, problemas de natureza ambiental.

Bem, compartilho plenamente a preocupação de V.Ex^a sobre a Bolívia. São três mil e oitocentos quilômetros de fronteira. Quando o Presidente Lula disse isso ao Primeiro-Ministro Prodi, essas dimensões eles não conseguem nem conceber uma fronteira desse tamanho. São poucas fronteiras no mundo talvez que tenha essa extensão toda. Então temos que cuidar com muito

carinho e com muita atenção. E não apenas, digamos, com gestos às vezes que são tentadores, digamos, apressados de condenação, que levam à alienação. Eu não vou fazer o julgamento sobre o Presidente Evo Morales, não me cabe. Mas eu acho que o nosso trabalho é tentar ter uma boa relação com as autoridades que foram eleitas na Bolívia, que representam um povo sofrido e tentar encontrar as soluções. Eu mesmo disse aqui e até hesito em repetir, mas algumas atitudes no passado no governo boliviano foram um pouco adolescentes.

Então, nós tivemos que encontrar uma solução para isso. E está sendo progressivamente encontrado. Temos tido muitos acordos e essa Medida Provisória se inscreve nesse aspecto. Eu quero voltar a frisar, essa medida nós não colocamos a questão da Reforma Agrária também como um fingimento. Ela teria esses dois objetivos. Ele ajudaria certos processos que são autenticamente e genuinamente decididos pelo Governo boliviano e tentaríamos com isso também acomodar a situação dos nossos brasileiros. Mas a preocupação é essa.

Bem, mas então rapidamente com relação ao aquecimento global, eu compartilho plenamente da idéia da Rio mais 20. Eu vou verificar inclusive, que eu confesso que não sei se existe alguma proposta, alguma decisão. Creio que não, provavelmente, acho uma excelente idéia e acho que seria muito bom até já começarmos a fazer gestões sobre isso, tem meus assessores que estão me ouvindo, porque eles é que vão ter que começar a trabalhar porque eu daqui já saio para outra. Acho que isso é algo muito importante.

Com relação à agência, V.Exª até deu uma idéia interessante. Se por acaso criarmos uma aqui, encontramos uma compensação para a África. Agora, é preciso que isso fique muito claro porque acho que retirar de lá um único organismo, porque lá há dois, na realidade, o HABITAT e o PNUMA, mas os dois são muito ligados. Quer dizer, se retirar da África a única coisa que é hoje em dia lá isso poderia ter... Então nós teremos que encontrar uma maneira. V.Exª mencionou uma idéia... Talvez, enfim, eu não... Eu sou uma pessoa de idéias abertas, Senador. Então eu examinarei essas possibilidades todas. Mas acho que é muito importante que a palavra desenvolvimento figure lá, o tema desenvolvimento sustentável figure lá, e que a África não se sinta diminuída.

V.Exª fez um comentário sobre o Conselho de Segurança. Eu não diria que é uma quimera, e também nem é uma obsessão do Governo Brasileiro. É um debate que está colocado. Aliás, não fomos nós que colocamos o debate. O debate foi colocado inicialmente por causa de Alemanha e Japão. Depois se expandiu

em outros Países em desenvolvimento se interessaram, inicialmente agora porque já em 45 se falava do Brasil. O Secretário-Geral das Nações Unidas, ainda o Kofi Annan, criou uma Comissão para discutir esse tema. Então o debate está colocado. Então não se trata de nós perseguirmos algo, digamos, que nós inventamos. Agora, dentro desse debate, o que nós queremos é que as Nações Unidas sejam mais democráticas, mais legítimas, que representem mais o que é a realidade do mundo de hoje. E a reforma do Conselho de Segurança faz parte desse processo. Não é o único aspecto. Aliás, o Brasil foi muito ativo na criação da Comissão da Reconstrução da Paz e muitos outros aspectos que não aparecem porque não dão manchete. Mas não é o Brasil só que diz. É a França, é o Reino Unido que num comunicado conjunto entre o Presidente Chirac e o Primeiro-Ministro Blair disseram que Brasil e Índia deviam estar lá.

Então é uma questão que está colocada. Pode não ser para amanhã, pode durar muito tempo. O que não podemos deixar é que vá para o caminho errado. Agrave as assimetrias que existem na ONU. Fortaleça ainda mais os monopólios de poder que existem. Agora, sabendo que certas coisas virão com o tempo, outras demorarão mais, e digamos, nós não comprometeremos a nossa energia para outros fatos por causa desse objetivo. Acho que é um objetivo que V.Exª mencionou merece que seja perseguido com toda a atenção e interesse por parte do Governo Brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Presidente, Ministro, V.Exª está entre os melhores Ministros da sua pasta na história do Brasil. Rio Branco, pra mim e eu e o Heráclito temos uma mágoa. Ele deixou de nomear da Costa e Silva, passou em primeiro lugar porque era preto. V.Exª então tem o aplauso aqui do Presidente da Comissão e minha está na frente de Rio Branco.

Mas Rio Branco nomeou Ruy Barbosa para aquele negócio de AIA, foi sábio, está perdoado. Mas então eu queria dizer que foi o melhor momento de Itamaraty/Congresso quando foram buscar um congressista. Aliás, dois. Chegaram a um acordo. Nós nos entendemos. Nabuco foi o primeiro, mas viu, reconhecer os méritos de Ruy Barbosa e aquela beleza. Então nós vivemos esse momento. E isso que Deus está fazendo 100 anos desse bom entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores, o Rio Branco que aí nós perdoamos, e indicou esses dois Parlamentares. O Nabuco era bonitão, mas ele acabou cedendo, se curvando para a inteligência e o chefe da delegação que é Ruy Barbosa. E a história mais bela do Brasil e

do Itamaraty e que resolvemos lá que era o princípio da igualdade jurídica que é uma tese hoje no mundo e papai se tivesse ouvido não teria tido a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial.

Então nós queríamos que V.Ex^a que lidera tão bem, olha que eu sou da oposição pode dizer ao Presidente Lula., V.Ex^a pra mim é o melhor da equipe dele. Eu não tenho outros interesses. Não é nem para impedir que o homem do PT, o Líder, o Suplicy me leve para Haiti, para Iraque. Está esquecido. Mas eu queria que V.Ex^a. liderasse uma--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O Suplicy quer deixar o senhor lá.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – É. Pois é. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Solicitando só a passagem de ida, não é doutor?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – É um suplício.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Essa Presidência não concorda.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – É um verdadeiro suplício. Mas que V.Ex^a liderasse porque eu acho que a história ensina. Então está fazendo um século desse feliz encontro Ministério das Relações Exteriores, Congresso e o mundo em avanço. Em si uma maneira de comemorarmos isso para viver esses momentos.

No mais, V.Ex^a pode dizer para o Presidente Lula. “O Mão Santa disse que eu sou o melhor da sua equipe”.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Na verdade não há nenhum questionamento, apenas quero saber se o Ministro deseja fazer algum comentário.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Agradecer simplesmente as expressões e dizer que sobre o Ruy Barbosa nós estamos empenhados em comemorar o centenário agora da Conferência da AIA e porque temos muito interesse, é um pioneiro, inclusive, da diplomacia Parlamentar, da diplomacia multilateral, defensor como disse V.Ex^a da igualdade--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – (pronunciamento fora do microfone) do Suplicy. (risos)

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Iremos juntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, o último orador, Vice-Presidente dessa Casa, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Ministro, Srs. Senadores. Ministro, eu quero pri-

meiro saudá-lo pela atitude democrática de vir aqui mais uma vez nessa Legislatura é a primeira vez, mas o senhor já esteve aqui várias vezes anteriormente, saudar a dona Maria, minha colega de trabalho alguns anos atrás, e eu quero fazer a pergunta. Eu fiquei por último, a minha pergunta talvez seja mais provocativa. É sobre Hugo Chávez, sobre a Venezuela.

Veja bem, Ministro, alguns dias atrás quando o Presidente da Alemanha visitava aqui o Brasil e lá na Embaixada da Alemanha ao ser apresentado a ele como Parlamentar de oposição, ele de chofre me fez a pergunta: Qual o risco do Brasil acompanhar Chávez? Eu disse a ele que não acreditava que haveria nenhum risco de seguir, evidentemente estava dizendo dos exageros do Governo Chávez. Eu disse a ele que não via nenhum risco que o Presidente Lula tem clareza suficiente para não acompanhar alguns dos desatinos da expressão que o Presidente Chávez usa. Mas evidente que esse é um tema que preocupa muito. Nós estamos vendo nos últimos dias um bate-boca entre o Ministro Senador Hélio Costa e o Embaixador da Venezuela. O Presidente Chávez realmente dá opiniões se intrometendo, digamos assim, nas questões brasileiras, já criticou o Mercosul, já por vezes ele quer que o Brasil o siga nessas questões contra os Estados Unidos, essa questão que ele quis fazer, o contraponto da visita do Bush vai correndo lá para Argentina para dizer que é diferente. De maneira que nos preocupa muito, sim, alguma aproximação maior com o Governo Chávez que não nos parece que esteja indo num bom caminho. É um caminho que ele não está respeitando a democracia, ele está buscando o controle dos meios de comunicação. E a sua própria origem não é uma origem propriamente democrática, ele já participou de Golpe de Estado da primeira vez, agora sim tem um mandato legítimo, mas sem a participação da oposição nas eleições.

Essa é a minha colocação, colocação de apreensão em relação... Eu já pude dizer isso pessoalmente a V.Ex^a, mas apreensão em relação a que nós possamos ter a imagem do Brasil contaminada pela imagem da Venezuela sendo os dois Países latino-americanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Obrigado, Senador Azeredo por suas expressões, sua pergunta.

Eu acho que cada país tem o seu caminho. O nosso está claro aqui pelo debate que nós estamos tendo sobre o tema da política externa, sobre tantas outras discussões que mantemos. Eu acho que não me compete julgar como Ministro das Relações Exteriores o caminho que outros países seguem, sobretudo, se

eles chegaram ali por meios democráticos. Quer dizer, houve na Venezuela houve eleições, o Presidente Chávez foi eleito, houve uma tentativa de Golpe de Estado, aliás, chegou a haver um Golpe de Estado que durou pouco, o Embaixador Rui Nogueira era Embaixador lá na época do governo Cardoso, acompanhou isso de perto, isso foi real, isso não é uma coisa imaginária, isso ocorreu. Depois disso, houve um momento de muita tensão na Venezuela, muita tensão mesmo. Não seria, essas coisas saber se teria uma guerra civil. Eu não sei, porque ninguém tem também bola de cristal para dizer essas coisas. Mas havia uma tensão muito grande, o Brasil contribuiu de maneira eu diria muito importante, claro que a decisão fundamental foram os próprios venezuelanos e a maneira como eles quiseram fazer para que através do grupo de amigos para que se realizasse o referendo revocatório que estava previsto na Constituição venezuelana. Eu acho que contribuimos também através da persuasão, sem interferência, mas com um bom diálogo para que esse referendo revocatório se realizasse inclusive com a observação internacional da OEA, foi declarado legítimo o resultado do referendo. Depois houve eleições, houve um momento realmente que a oposição não participou. Mas nas eleições presidenciais ela participou. O Presidente Chávez voltou a ser eleito com uma eleição expressiva. É o Presidente da Venezuela. E é o povo da Venezuela que tem que dizer o que é melhor para ele. E o que nós temos é que seguir--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– O próprio Ministro Hélio Costa é que também fez críticas.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Esse assunto acho que está superado, Senador. Mas, enfim, de qualquer maneira, nós temos, independentemente das opções que faça a Venezuela, e alguns casos eu não vou entrar em detalhes. O Senador Collor mencionou aqui a contestes de certos aspectos sociais importantes da colaboração que existe entre a Venezuela e o Caribe. Mas independentemente disso, não tem como fazer julgamento sobre os outros Países. Mas a contradições sociais na Venezuela eram grandes também. E o Presidente Chávez tem uma preocupação para o lado social forte. Talvez por isso o povo tenha o reeleito de maneira tão expressiva.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Ministro, um aparte. Eu estava na Venezuela na campanha do referendo. E as oposições lideradas pelos americanos, eu estava lá, eu fui jornalista e tudo. Eu sou testemunho da história. Botaram 50 mil pessoas. Eu vi o Chávez discursar e eu fiquei em pé. Aí ele fez o dele e eu fui lá. Porque disseram que ele falava melhor que o vice-presidente da embaixada, que é um

homem intelectual, um jornalista, um Advogado, Vice-Presidente dele. Eu não acreditei e eu fui ver. O dele disse à imprensa que tinha 200 mil pessoas. O contra ele tinha 50 mil. Mas não era 200 mil que estava eu e Adalgisa lá, 200 mil e dois. Eu assisti. E os meninos eu perguntava, fazia assim: “Chávez ó...”, coração. Ele é um líder e eu... Mas eu assisti a campanha. 200 mil e o outro botou 50 mil.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Bem, sim. Para terminar...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...Dessa declaração chavista do Senador Mão Santa para que a Casa registre.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Só para terminar. Nós achamos sempre, Senador, que o isolamento nunca é uma boa política. A boa política é o engajamento, é ter a presença, é ter o diálogo. Nós temos as nossas idéias. Ninguém desconhece. Quando houve a reunião da comunidade sul-americana aqui em Brasília, a menos tempo o Mercosul, tivemos divergências. E seguiremos tendo visões que às vezes podem não ser idênticas. E acho que através do diálogo é que poderemos evoluir.

Acho que buscar isolar não contribui certamente para a melhoria dos processos políticos nos outros Países. Agora Brasil é Brasil, outros Países são outros Países, nós teremos que mostrar, contamos sempre também com os nossos Senadores para mostrar essas diferenças. Assim como há afinidades e há desejo de integração. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradecemos a presença do Ministro, do corpo de funcionários do Ministério das Relações Exteriores. Mais uma vez agradecemos a presença de D^a. Ana Maria Amorim, esposa do Ministro que nos acompanha, e nada mais havendo a tratar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ficou para terça-feira. Faremos uma Sessão terça-feira extraordinária para discutir a questão... Questões que estão aqui marcadas.

Nada mais, portanto, havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo mais uma vez a presença de todos. Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 14h33)

ATA DA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA TRÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS ONZE HORAS.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia três de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **ARTHUR VIRGÍLIO, EDUARDO SUPLICY, FLEXA RIBEIRO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EDUARDO AZEREDO, SERYS SLHESSARENKO, MOZARILDO CAVALCANTI, MARCO MACIEL, GILVAM BORGES, VALDIR RAUPP, INÁCIO ARRUDA, FERNANDO COLLOR, CÉSAR BORGES, JOAQUIM RORIZ E MARCELO CRIVELLA**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente comunica que o Embaixador do Chile, Senhor Alvaro Díaz, fez convite aos membros da Comissão para visita Oficial ao Chile. Apreciação de matérias Extra Pauta. **Item 01:** Requerimento nº 22, de 2007-CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, *que requer, nos termos regimentais, seja realizada em caráter emergencial por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, audiência com a presença do excelentíssimo Senhor Comandante da Aeronáutica Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, do Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero, Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira e do Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao voo, Jorge Botelho, para avaliar as causas da crise no setor aéreo*. Discussão pelos Senadores **EDUARDO SUPLICY** e **CÉSAR BORGES**. Aprovado. **Item 02:** Requerimento nº 23, de 2007-CRE, de autoria do Senador César Borges, *que requer, em aditamento ao requerimento nº 22, de 2007 – CRE, aprovado no dia 3 de abril de 2007, sejam também convidadas as autoridades a seguir relacionadas, para participarem de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que avaliará as causas da crise do setor aéreo no Brasil: Senhor Ministro de Estado da Defesa e Senhor Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil*. Discussão pelos Senadores **EDUARDO SUPLICY, CÉSAR BORGES** e **FERNANDO COLLOR**. Aprovado. Apreciação da Pauta. **Item 04:** Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2005, de autoria do Senador Romero Jucá, *que Estabelece os limites perimetrais da Sede e das Vilas pertencentes ao Município de Uiramutã - RR, extirpando-as de terras indígenas*. O Relator Senador Mozarildo Cavalcanti faz a leitura do seu Relatório. Usa da palavra para discussão o Senador **EDUARDO SUPLICY** e **FERNANDO COLLOR**, que solicitam Vista da matéria. É concedida Vista Coletiva. **Item 12:** Requerimento nº 16, de 2007-CRE, de autoria do Sena-

dor Fernando Collor, *que Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado aos Ministros de Estado da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento, o voto de conclamação para que lancem no âmbito do Governo Federal a proposta de aprovação do Relatório Conclusivo do Grupo de Trabalho Interministerial, criado para análise da situação de nossas Forças Armadas, e para que, nos próximos anos, sejam destinados os necessários recursos aos projetos que levem à modernização de seus equipamentos*. Aprovado. **Item 13:** Requerimento nº 19, de 2007-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, *que Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, voto de conclamação para que nos fóruns internacionais, principalmente na ONU – Organização das Nações Unidas-, a proposta de transformação do Pnuma – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – em órgão permanente daquela Entidade, no formato de agência internacional, com a reivindicação de que a sede oficial do novo órgão seja no Brasil*. Aprovado. **Item 14:** Requerimento nº 20, de 2007-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, *que Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, voto de conclamação para que nos fóruns internacionais, principalmente na ONU – Organizações das Nações Unidas -, a proposta de realização da III Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a “RIO + 20”, em 2012, com sede na cidade do Rio de Janeiro, deflagrando desde já as necessárias negociações para os compromissos a serem ali firmados*. Aprovado. **Item 15:** Requerimento nº 21, de 2007-CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *que Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Senhora Embaixadora da Guiana no Brasil, Marilyn Cheryl Miles, para em audiência pública explanar aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre as relações da República Cooperativista da Guiana com o Brasil e sobre a recente visita do Presidente Lula àquele país*. Aprovado. Apreciação de item Extra Pauta. **Item 03:** Projeto de Resolução do Senado (SF) nº 13, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Venezuela e dá outras providências*. Faz uso da palavra a Relatora Senadora **SERYS SLHESSARENKO** para leitura do seu Relatório. Usam da palavra para discussão da matéria os Senadores **EDUARDO AZEREDO, CÉSAR BORGES** e **MOZARILDO CAVALCANTI**. Aprovado. O Senador

CÉSAR BORGES informa sobre visita do grupo parlamentar Brasil-Espanha. Volta-se a pauta. **Item 01:** Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação e de uso do colete salva-vidas em helicópteros destinados à operação sobre grandes extensões de água*. Faz uso da palavra o Relator **EDUARDO AZEREDO “Ad Hoc”** para leitura do seu Relatório. Matéria Terminativa com votação nominal. Aprovado o substitutivo a matéria vai a Turno Suplementar. **Item 03:** Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que *acrescenta § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica das autoridades públicas com direito a porte de arma de fogo previsto em legislação própria*. Retirado de pauta a pedido do Relator. **Item 10:** Requerimento (SF) nº 123, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos do Artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, pelo documentário intitulado “An Inconvenient Truth” (Uma Verdade Inconveniente). Faz uso da palavra o Relator Senador **FERNANDO COLLOR** para leitura do seu Relatório. Fazem uso da palavra para discussão da matéria os Senadores **MOZARILDO CAVALCANTI, EDUARDO SUPLICY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, ARTHUR VIRGÍLIO, FLEXA RIBEIRO e FERNANDO COLLOR**. Aprovado com voto contrário do Senador Mozarildo Cavalcanti. **Item 05:** Projeto de Decreto Legislativo nº 566, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que aprova o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco (GIECZ). Faz uso da palavra o Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES** para leitura do seu Relatório. Aprovado. Foram Adiados os seguintes Itens: **Item 02:** Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências*. **Item 06:** Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002*. **Item 07:** Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Para-*

maribo, em 21 de dezembro de 2004. **Item 08:** Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova os textos das emendas aos artigos VI e XIV.A do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), aprovadas por Resoluções da Conferência Geral da AIEA, em 1º de outubro de 1999*. **Item 09:** Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana em 24 de setembro de 2002*. **Item 11:** Requerimento nº 14, de 2007-CRE, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue – Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) – que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo*. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos agora à apreciação da pauta.

Antes, quero fazer um comunicado, convite: Comunico aos senhores membros desta Comissão que o Embaixador do Chile, Sr. Alvaro Díaz, atenção ao Senador Eduardo Azeredo, entregou-me uma carta enviada pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado do Chile, Senador Roberto Muñoz Barra, convidando-nos a realizar uma visita oficial ao Chile durante o mês de maio do presente ano, com o objetivo de intensificar as relações bilaterais e a cooperação entre os Países. Estamos, portanto, com a obrigação de definirmos a data e tomar as providências para a realização da viagem. Eu pediria permissão ao Senador Eduardo Azeredo, que aceitasse essa dolorosa

missão de coordenar este grupo, evidentemente que contrariando um pouco o seu espírito, mas, em benefício da Comissão, eu tenho certeza que V.Exª não se negará a atender. Aceita a missão? Passo, portanto, às mãos de V.Exª, para os acertos.

Requerimento: “Requeiro, nos termos regimentais, seja realizado, em caráter emergencial, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional audiência com a presença do Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, do Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária, INFRAERO, Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira, e do Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vão, Jorge Botelho, para avaliar a causa da crise no setor aéreo. Sala das Comissões, 4 de abril de 2007. Senador Heráclito Fortes. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Aprovo e considero importante a iniciativa de V.Exª, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradeço a V.Exª a manifestação de apoio.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de lhe informar que há uma Requerimento de idêntico teor aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida pelo Senador Paim, que foi aprovado na semana passada. Aliás, são dois Requerimentos, um, que é de minha autoria, convocando o Ministro da Defesa, Waldir Pires, e o Comandante da Aeronáutica, e outro, do Senador Renato Casagrande, convocando os Presidentes da INFRAERO, da ANAC, representantes das empresas de aviação e também dos sindicatos aeronautas. Isso foi aprovado na semana passada, até houve um esforço do Presidente Leomar Quintanilha no sentido de que pudesse ser feita essa Audiência nesta semana. mas, tanto o Ministro da Defesa como o Comandante da Aeronáutica alegaram, diante da complicação da crise e as reuniões sucessivas que o Executivo está tendo para tentar alguma saída para essa crise que tanta ansiedade e preocupação traz a essa Nação Brasileira, não seria possível nesta semana. Então eu queria apenas, com essa informação, que V.Exª pudesse junto com o Senador Leomar fazer uma única reunião das duas Comissões, diante da importância do assunto que V.Exª aprova aqui nesta Comissão, mas que atende também a esse outro desejo da Comissão de Direitos Humanos que pudesse ser feita em conjunto essa reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu concordo com V.Exª, mas quero

ponderar que a Comissão de Defesa Nacional tem papel preponderante nessa questão. E a convocação é exatamente para que fique demonstrado ao País o interesse desta Comissão priorizando esta convocação. E não haverá nenhum prejuízo às demais convocações. De qualquer maneira, atendendo a sugestão de V.Exª, eu tomarei providência no sentido de ajustar, caso seja o caso--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu só queria fazer uma retificação, Sr. Presidente. Permita-me. Não é Comissão de Direitos Humanos, é Comissão de Fiscalização, Controle e Meio Ambiente. Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Comissão de Fiscalização, Controle e Meio Ambiente. Eu estava tentando aqui ver como é que--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Desculpe. Foi um equívoco, eu misturei as coisas aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu queria--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Está enquadrado.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas quero (risos) fazer a retificação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Gostaria de sugerir que possamos ter esta Audiência, se possível, numa quinta-feira--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Na próxima quinta. Fica então acertado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Na Próxima quinta, sem ser a Quinta-Feira Santa, a outra, da outra semana. A não ser que V.Exª avalie que deveremos dedicar a Quinta-Feira Santa à audiência, aí eu estarei aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Poderíamos fazer uma oitiva isolada de V.Exª na Quinta-Feira Santa e V.Exª nos traria na segunda-feira subsequente o resultado desse seu trabalho louvável que o Brasil todo irá reconhecer. Fica, portanto, marcado para a próxima quinta-feira, após a Semana Santa. E se houver alguma sugestão de mais alguém--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária, Brigadeiro José Carlos Pereira, e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços de Proteção ao Vão, Sr. Jorge Botelho. São os três.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, acho que faz sentido a participação do Ministro Waldir Pires, está no centro da crise.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Como eu sabia que V.Exª iria tomar essa iniciativa, eu deixei, exatamente para que V.Exª--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu tenho muita preocupação que associem o Ministro Waldir Pires aos baianos. Então é importante que ele participe dessa reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – o senhor formalizaria e está acatado. Mais alguma sugestão de presença?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Seria o caso, eu pergunto a V.Exª como autor do Requerimento, de acrescentarmos o nome do Presidente da ANAC?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Poderemos, sim. Não há nenhuma... Como o objetivo aqui, foi o de chamar as pessoas extremamente necessárias, envolvidas na questão. Mas acho procedente. Se todos concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Apenas queria que V.Exª formalizasse--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Até porque está citado no outro Requerimento que V.Exª--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas é em outra Comissão. Poderia haver um Requerimento conjunto de V.Exª e o Senador César Borges incluindo os dois nomes.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Se todos concordam... Senador Collor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pediríamos à Secretaria para providenciar o Requerimento.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Sr. Presidente, não seria talvez conveniente, ao invés de nomear os titulares desses cargos, colocar que os atuais, ou os no momento do convite, que estejam ocupando essas funções.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A experiência do Senador Collor já prevê alguma movimentação na área e eu acho que, de qualquer maneira, nós poderemos tomar essa cautela. Evidentemente que, diante de um alerta dessa natureza e desse porte. Nós devemos partir do pressuposto que o de hoje já não possa ser o de amanhã. V.Exª tem toda razão e fica, portanto, aqui já decidido que será ocupante da cadeira, do posto na data do convite.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós temos alguns itens terminativos.

Vamos primeiro aos itens que não são terminativos, esperando que nós tenhamos um... Vamos começar, em homenagem ao Senador Mozarildo, pelo Item 04. Estabelece os limites perimetrais da sede e das vilas pertencentes ao Município de Uiramutã, Roraima, extremado às de terras indígenas. O autor é o Senador Romero Jucá, o Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti. O parecer é pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Mozarildo, Relator do Projeto, para ler o seu parecer.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, esse Projeto apresentado pelo Senador Romero Jucá ele é fruto de um trabalho realizado por uma Comissão externa do Senado, que foi relatada pelo Senador Delcídio Amaral, composta por cinco Srs. Senadores, que estiveram analisando *in loco* as questões que envolviam essa questão dessas áreas a serem extremadas da área já demarcada da reserva indígena Raposa Serra do Sol e que, portanto, o Senador Romero Jucá, utilizando esse Relatório, apresentou esse Projeto e eu apenas fiz um substitutivo, anexando mais uma questão dentro do Relatório da Comissão externa do Senado.

Então o Projeto de Lei substitutivo que eu apresento repete o que o Senador Jucá apresentou, inclusive com as perimetrais geográficas das áreas a serem extremadas e se resume basicamente que essa lei fixa os limites do perímetro urbano das sedes e vilas pertencentes ao Município de Uiramutã, definindo as áreas não incluídas entre as terras indígenas. E também, no art. 2º, os perímetros urbanos das sedes do Município e das vilas, denominando as vilas que serão, portanto, extremadas e incluindo, por fim, o art. 2º do Relatório, para serem excluídas também, mesmo que venha a ter outra dominação. Então é um Projeto que, em resumo, trata de, mantida a demarcação, excluir áreas que são na verdade pequenas cidades localizadas dentro dessa reserva. Eu sou favorável, portanto, de acordo com o substitutivo que apresento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em discussão. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Presidente, o Projeto de autoria do Senador Romero Jucá pretende fixar os limites do perímetro urbano da sede das Vilas Água Fria, Mutum, Socó, pertencentes ao Município de Uiramutã, Roraima, excluindo da terra indígena Raposa Serra do Sol, bem como de qualquer outra que venha a ser definida na mesma região. A demarcação da terra indígena foi marcada por conflitos e tensões locais, envolvendo não índios entrosados nas áreas indígenas, que defendiam uma demarcação não

continua. O Senado criou inclusive a Comissão temporária externa, citada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, que defendeu a posição de exclusão dos agrupamentos não indígena da área a ser demarcada.

Diante da decisão final da FUNAI, a terra indígena Raposa Serra do Sol, habitada por povos indígenas das etnias Ingaricó, Macuxi, Patamona, Taurepang e Wapixana, foi homologada pelo Presidente Lula em área contínua no dia 15 de abril de 2005.

O Projeto em tela é uma tentativa de reverter tal demarcação. Trata-se, nesse sentido, de matéria que incorre em vício de inconstitucionalidade, uma vez que o art. 231 da Constituição determina ser competência da União, a demarcação de áreas indígenas.

Com todo respeito ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que inclui na exclusão da terra indígena as áreas de Vila Surumu, no Município de Pacaraima, e do Município de Normandia, há também em seu substitutivo um vício de inconstitucionalidade. O substitutivo exclui igualmente das terras indígenas, ou da terra indígena mencionada as estradas estaduais e federais presentes na área ou qualquer outra que venha ser construída na região, permitindo-se o livre trânsito nas referidas vias. A área da unidade de conservação ambiental Parque Nacional Monte Roraima, as áreas intituladas pelo INCRA e aquelas referentes a imóveis com propriedade ou posse anterior ao ano de 1934 e a faixa de 15km ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela. O substitutivo determina ainda que o Conselho de Defesa Nacional será convocado para opinar sobre efetivo uso das áreas localizadas na faixa de fronteira e que deverão ser preservadas as áreas excluídas, em caso de ampliação de áreas indígenas ou criação de novas reservas.

Em vista, Sr. Presidente, destes pontos e salientando que o procedimento que culminou com a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, documentada nos autos do processo 86200889/93, demonstra o cumprimento das etapas legalmente previstas para demarcação e homologação de terras indígenas, o que contradiz as premissas de ilegalidade desses atos de que parte o ilustre autor do Projeto em questão. Como são atos administrativos sobre os quais há presunção de legalidade, ressaltando-se o caminho próprio para o questionamento do Decreto e ao recurso ao Poder Legislativo e não podendo o Poder Legislativo invadir a competência legal do Poder Executivo para demarcar e homologar as terras indígenas. Assim, levando em conta a questão da constitucionalidade, eu, Sr. Presidente, peço vistas, para melhor exame da matéria.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Apesar de que o pedido de vistas não exclui evidentemente a análise do Projeto, o Senador Suplicy discorreu muito sobre a questão da constitucionalidade, que não é objeto desta Comissão. Na verdade, nós estamos aqui observando a questão que nos tem objeto, que é analisar a questão da Defesa Nacional, a questão do interesse das relações até exteriores, que foi ao que se pegou essa Comissão externa do Senado. A constitucionalidade, e esse Projeto, depois de aprovado aqui, vai para a CCJ, e é terminativo inclusive lá. Aqui entendo, mesmo já tendo pedido de vistas, que nós devemos analisar esse aspecto de interesse da Defesa Nacional, que foi um dos aspectos relevantes da Comissão externa do Senado, que inclusive tentou subsidiar o Presidente da República, e aqui eu quero repetir, para que não fique confuso, que esse Projeto não desmarca a reserva indígena, não muda o perfil da reserva indígena, apenas exclui alguns pontos e ela continua com os seus limites externos os mesmos. Portanto, não deixa de ser contínuo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita, Senador Mozarildo Cavalcanti.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – De crescer então que uma das principais motivações que me movem a pedir vista, é para que haja tranquilidade ali na terra prevista, na terra indígena Raposa Serra do Sol, uma vez que as informações transmitidas a mim dão conta de que a eventual aprovação da proposição do Senador Romero Jucá, ou mesmo da alternativa apresentada por V.Ex^a poderia resultar em certa intranquilidade e mesmo conflitos ali naquela área.

Então, eu sei que V.Ex^a é do Estado, conhece a região melhor do que eu, eu já estive em Roraima, mas muito menos do que V.Ex^a, obviamente, e quem sabe então deva eu visitar a região para ter os elementos necessários e poder assim ter a convicção mais completa sobre o caso. Mas eu insisto, portanto, Sr. Presidente, em solicitar vistas, mesmo levando em conta a argumentação que o Senador Mozarildo--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A vista tem respaldo regimental.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Eu também queria pedir vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O pedido é regimental e fica concedido pedido de vista coletivo aos Senadores Suplicy e Fernando Collor. Vamos inverter a pauta, aguardando um maior fluxo dos Srs. Senadores, para que votemos

algumas questões terminativas. Portanto, Item 12. Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado aos Ministros de Estado da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento o voto de conclamação para que lancem no âmbito do Governo Federal a proposta de aprovação do relatório conclusivo do Grupo de Trabalho interministerial criado para análise da situação de nossas Forças Armadas e para que, nos próximos anos, sejam destinados os necessários recursos aos projetos que levem à modernização dos seus equipamentos. O Projeto é de autoria do Senador Fernando Collor. Em discussão o Requerimento. Senadores que queiram discutir, o façam agora. Não há quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 13. Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, voto de conclamação para que lance nos fóruns internacionais, principalmente na ONU, a proposta de transformação do PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em órgão permanente daquela entidade, no formato de Agência Internacional, com a reivindicação de que a sede oficial do novo órgão seja no Brasil. A autoria é do Senador Fernando Collor. Os Srs. Senadores que queiram discutir, com a palavra. Ninguém se manifesta. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento nº 14. Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, voto de conclamação para que lance nos fóruns internacionais, principalmente na ONU, a proposta de realização da III Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio mais 20, em 2012, com sede na cidade do Rio de Janeiro, deflagrando, desde já, as necessárias negociações para os compromissos a serem ali firmados. A autoria é do Senador Fernando Collor. O Requerimento está em discussão. Havendo alguém que queira discutir, que o faça. Está encerrada a discussão. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento nº 15. Requer, nos termos do art. 93 inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedido à Sra. Embaixadora da Guiana no Brasil, Marilyn Cheryl, para, em Audiência Pública, explanar aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre as relações da República Cooperativista da Guiana com a do Brasil e sobre a recente visita do Presidente Lula àquele

País. A autoria é do Senador Mozarildo Cavalcanti. Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Presidente, eu gostaria de pedir a V.Ex^a a inclusão da extra pauta do Projeto de Resolução nº 13, cuja Relatora inclusive é a Senadora Serys, que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Venezuela. Requerendo a V.Ex^a que inclua extra pauta um Projeto de Resolução do Senado nº 13, cuja Relatora é a Senadora Serys que cria o grupo Parlamentar Brasil-Venezuela.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não é terminativo. Vamos então, solicitando ao Senador Suplicy que nos prestigie mais alguns minutos, *en passant* elogio a beleza dessa sua gravata, deve ter sido dada por alguém muito importante para ele, dada a euforia com que ele a exhibe nesta manhã nessa Comissão, eu o pediria encarecido que permanecesse mais alguns minutos aqui.

Requerimento. Projeto de Resolução do Senado nº 13. Cria o grupo Parlamentar Brasil-Venezuela e dá outras providências. O autor é o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Relatora é a Senadora Serys Slhessarenko, que tem o parecer favorável. Concedo a palavra à Senadora, para proferir o seu parecer.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Relatório. Trata-se de Projeto de Resolução com a finalidade explicitada em sua Ementa, que é a instituição de um Grupo Parlamentar Brasil-Venezuela. Observa o autor, Senador Mozarildo, ao justificar a proposição, que o intercâmbio que poderá advir da criação do Grupo Parlamentar contribuirá para o crescimento econômico com equidade como via para se alcançarem sociedades mais justas, com a garantia de acesso a uma vida digna à totalidade das populações desses Países. Não foram apresentadas Emendas ao Projeto.

Análise. Efetivamente a presente proposição pretende instituir um Grupo Parlamentar Brasil-Venezuela com vistas a promover a cooperação interparlamentar entre os dois Países.

De outro lado, cabe a esta Comissão, por força do disposto no art. 103, inciso I do Regimento Interno do Senado, emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

No que diz respeito ao mérito, não há o que objetar quanto à pretensão do autor Projeto, estreitar as relações Brasil e Venezuela, por serem Países fronteiros e com histórias político-social bastante semelhantes. A instituição de um Grupo Parlamentar para discutir questões atinentes às relações bilaterais entre os Países é bastante positiva. A existência deste fórum no

Parlamento brasileiro permite uma estruturação muito mais dinâmica no diálogo entre os Países. Vivemos um momento ímpar com relações bilaterais. Há inúmeros avanços, por exemplo, integração petrolífera, com o PETROSUL, e a integração das telecomunicações, com o canal de televisão TELESUL. Não obstante a intenção do autor do projeto merecer total apoio, por se tratar de proposição que busca, acertadamente, aproximar os dois Países, é importante destacar que no cenário mundial Brasil e Venezuela despontam como Países líderes na América Latina e o fortalecimento das relações bilaterais trará grandes benefícios para o posicionamento brasileiro na América do Sul, em especial, em maior estruturação para o Mercosul.

A entrada da Venezuela para o Mercosul representou muito, por se tratar do terceiro mercado da América do Sul, um mercado produtor e consumidor importante.

Dessa forma, o Mercosul tem sua capacidade ampliada e a presença fortalecida no contexto do processo da integração sul-americana. Com a criação do Parlamento Mercosul, tornou-se ainda mais premente a criação do Grupo Parlamentar, pois funcionará como um instrumento de grande relevância para a estruturação das relações parlamentares entre os Países, criando condições para melhor implementação e facilitação do desenvolvimento deste Parlamento supranacional, principalmente nesses primeiros momentos existentes.

Por conseguinte, o Projeto é condizente com as intenções políticas do Governo brasileiro e do Mercosul de aproximação e fortalecimento das relações com a Venezuela.

Voto. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 13/2007, Projeto este de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. O voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em discussão o parecer. Tem a palavra V.Ex^a, para discussão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – É evidente que eu sou favorável em relação ao povo venezuelano. Mas não poderia deixar de fazer a ressalva que um Grupo Parlamentar, nesse momento o Parlamento da Venezuela só tem Parlamentares “chavistas”, só favoráveis ao Governo, já que a oposição não participou das eleições, em protesto, na época devida, eu até acho que devia ter participado, mas o fato é que nesse momento nós vamos ter um prejuízo em virtude de não termos a contraparte devidamente representada por toda a população daquele País. Mas a idéia em si, a proximidade que temos com a Venezuela, a fronteira que temos, especialmente no caso lá de Roraima, leva

ao parecer favorável, quero apenas fazer a ressalva do receio em relação à índole não muito democrática do Presidente Hugo Chávez.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Feito o registro. Alguém mais quer discutir a matéria? Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, apenas acrescentando às palavras do Senador Eduardo Azeredo, de que na verdade até o Parlamento venezuelano nesse momento está emasculado, pelo fato de que ele votou uma lei, praticamente uma lei delegada, dando poderes ao Executivo, ao Presidente Hugo Chávez de legislar durante um determinado período, se eu não me engano, próximo de um ano, que ele possa legislar sem ouvir o Congresso Nacional. Então apenas reforçar esse fato de que há uma preocupação muito grande sobre o destino da democracia num País vizinho e importante como a Venezuela.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Eu acho até que as duas observações, tanto do Senador Azeredo como do Senador César Borges, elas reforçam até a importância de termos esse grupo Parlamentar, já que o contato dos dois Parlamentos pode contribuir e muito para que a gente possa eliminar, vamos dizer assim, algumas deficiências nessa parte. Até porque, como frisou o Senador Azeredo, a não participação hoje da oposição no Parlamento se deve a uma posição adotada pela oposição de não participar.

Então todos os outros ângulos justificam plenamente esse Grupo Parlamentar, inclusive e especialmente no caso do meu Estado, que está encravado dentro da Venezuela e que precisa muito desse intercâmbio.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concordo, é uma opinião pessoal, concordo com a tese de V.Ex^a, mas acho relevante a observação feita pelos Parlamentares. Mas acho que V.Ex^a está certo, é uma tentativa de permanecer, ou de manter um diálogo permanente com o Congresso, que, embora funcionando em condições, no momento precárias, não deixará jamais de representar o povo daquele País. Não há mais quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa, para as providências necessárias.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tem V.Ex^a a palavra, pela ordem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Presidente, eu quero aproveitar inclusive a presença aqui de inúmeros Parlamentares importantes desta Casa, e eu queria dar conhecimento a esta Comissão, e estou fazendo isso através de ofício a V.Ex^a, de que teremos uma visita na próxima semana de uma delegação do Grupo Parlamentar Brasil-Espanha, de Parlamentares espanhóis que virão aqui ao Brasil, retribuindo inclusive uma visita de uma delegação brasileira que esteve lá na Espanha em meados de 2006. O Grupo Parlamentar Brasil-Espanha é um grupo criado pela Resolução nº 25/98 do Senado Federal e que tem por finalidade diligenciar, divulgar ações com o objetivo de incrementar relações sócio-culturais entre os dois Países. Esse grupo era presidido pelo Senador Sérgio Cabral, hoje Governador do Estado do Rio de Janeiro, e agora estou, para minha satisfação, presidindo esse grupo. A delegação tem uma programação, Sr. Presidente, ela chegará no Rio de Janeiro no dia 08, no dia 09 estará no Rio de Janeiro, tem uma programação extensa no Rio, inclusive um almoço com o Secretário de Turismo, Ruben Medina, aos Parlamentares do Estado do Rio de Janeiro seria interessante que prestigiassem essa visita. Terá uma visita à Assembleia Legislativa; no dia seguinte. No dia 10, há um almoço com o Governador Sérgio Cabral, no Palácio das Laranjeiras, também onde seria muito importante a presença dos Parlamentares; no dia 11 estará aqui em Brasília, 11 e 12 em Brasília, tendo a oportunidade, no dia 11, que é exatamente na quarta-feira, uma visita ao Presidente do Senado Federal, eu queria convidar a todos os Srs. Senadores, uma visita ao Presidente da Câmara Federal e uma reunião que se dará aqui no Plenário 03 da Ala Alexandre Costa, que as Comissões de Relações Exteriores das duas Casas estarão prestigiando, eu espero, essa reunião; e também algumas visitas ao Executivo e ao Ministério do Meio Ambiente; no dia 12 terá um almoço com o Governador do Distrito Federal; reunião também com o Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau. Porque são vários os temas de interesse dessa comitiva: o papel do Senado no sistema Parlamentar, no federalismo, na energia e meio ambiente, na luta contra a pobreza, no desenvolvimento tecnológico, na Espanha e o Brasil e na relação Brasil-União Européia.

Então, Sr. Presidente, é dando conhecimento a esta Casa e aos Srs. Parlamentares e solicitando àqueles que estiverem disponíveis que possam prestigiar, principalmente nos dias 11 e 12, que serão uma quarta e uma quinta-feira da próxima semana, para que o Grupo Parlamentar, que será composto de aproximadamente 15 Parlamentares entre Senadores e Deputados das Cortes gerais espanholas estarão

aqui procurando esse intercâmbio com o Parlamento brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos agora dar preferência a dois pareceres, que são terminativos, portanto, exigem *quorum* qualificado para que nós possamos votar. Faço um apelo aos Srs. Senadores que permaneçam na Comissão.

Item 01. Projeto de Lei do Senado nº 301/2004. Dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação e de uso do colete salva-vidas em helicópteros destinados a operação sob grandes extensões de água. A autoria é do Senador Rodolpho Tourinho, o Relator é o Senador Mão Santa, que está ausente. Pelas características do Projeto, eu solicitaria ao Senador Eduardo Azeredo que fizesse o Relatório do mesmo. É pela aprovação o substitutivo de Senador Mão Santa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – A designação para que eu seja o Relator deve ser porque tem uma fábrica de helicópteros em Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exatamente por isso. E porque V.Ex^a também tem pavor a eles e quer vê-los bem distantes.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O parecer é favorável e o Projeto do Senador Rodolpho Tourinho é muito meritório, porque nessa... Considera-se como grande extensão de água a superfície contínua superior a 10 quilômetros. E cada colete, devidamente homologado pelos órgãos técnicos competentes, deve ser equipado com lâmpada localizadora de sobrevivência, apito e dispositivo de sinalização pirotécnica, devendo ser utilizado por todos os ocupantes da aeronave nesse voo. Não há muito a falar a respeito, a justificar, Sr. Presidente, a não ser que é meritório e que o Projeto se insere como necessário, especialmente nós temos aí a exploração de petróleo na bacia brasileira e é importante que esse uso de coletes salva-vidas seja sempre obrigatório. O parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Lido o parecer, em discussão. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Eu estou sendo alertado aqui, de maneira correta, de que é nominal. Portanto, vamos proceder à votação. Senador Arthur Virgílio, como vota? Projeto relatado pelo Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sem o mérito relatado pelo Senador Eduardo Azeredo, voto a favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Eduardo Azeredo já se manifestou. Senador Joaquim Roriz.

SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Senador César Borges substituiu o Senador Eliseu Resende e, portanto, é membro da Comissão. Dez votos. Portanto, está aprovada a matéria. Nós temos mais dois Projetos terminativos. É o 55, de autoria do Senador Simon, que pede a sua retirada de pauta hoje, e o Item nº 03, cuja relatoria é do Senador Romeu Tuma e autoria do Senador César Borges. E o Senador Tuma solicita, como Relator, a retirada de pauta. Que trata sobre a comprovação da capacidade técnica e aptidão psicológica das autoridades públicas com direito a porte de arma de fogo previsto na legislação própria. Portanto, atendendo ao Senador Tuma, retiraremos de pauta.

Item nº 10. Requerimento, não terminativo. Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Ex-Vice-Presi-

dente dos Estados Unidos, Al Gore, pelo documentário intitulado “Uma Verdade Inconveniente”. O autor é o Senador Aloizio Mercadante e o Relator é o Senador Fernando Collor, que tem parecer favorável. Concedo a palavra ao Sr. Relator, para ler o seu parecer.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, pela ordem, antes do Senador Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tem V.Exª a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu gostaria de sugerir a V.Exª que o próximo item fosse o de nº 05, porque eu sou o Relator desse Projeto e já está pronto para ser votado e é não terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exatamente, será o de nº 05. V. Exª fique tranqüilo. Senador Collor com a palavra.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu acho que o Requerimento de S.Exª o Senador Aloizio Mercadante fala por si só. Ou seja, ele requer, com base no Regimento Interno do Senado Federal, um voto de aplauso ao Ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, pelo documentário intitulado “*An Inconvenient Truth*”, “Uma Verdade Inconveniente”. Em face disso e considerando oportuna e louvável a iniciativa do Senador Aloizio Mercadante, opino pela aprovação do Requerimento nº 123/2007.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em discussão. Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, eu quero votar contrariamente a esse Requerimento e justificar com uma frase do próprio Vice-Presidente Al Gore, como amazônica, que em 1989 disse que: “ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós. Oferecemos a perdão da dívida externa em troca da floresta”.

Então, eu quero votar contra esse Requerimento. E justificar com a leitura--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Senador Suplicy, com o voto favorável.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de assistir a “Uma Verdade Inconveniente”, acho que é um filme que tem uma qualidade didática importante para que todos nós tenhamos maior consciência sobre os fenôme-

nos climáticos e de aquecimento, inclusive em função de muitas das ações dos seres humanos. Então eu estou de acordo com o parecer do Senador Fernando Collor com respeito à iniciativa do Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, com relação ao pronunciamento divergente do Senador Mozarildo Cavalcanti, eu quero dizer que o Ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos ele, com esse trabalho último, se recompôs, sem dúvida alguma, com aquilo que ele dissera com relação à Amazônia. E eu acho que o Senador Mozarildo tem que protestar mesmo. Porque a Amazônia não é deles, a Amazônia faz parte, uma grande parte da Amazônia faz parte do território brasileiro, então seria um ataque à nossa autonomia, ou seja, à nossa soberania, e está de acordo com a frase pronunciada pelo Al Gore, mas agora se trata de um Requerimento em face de um trabalho por ele realizado e que divulgado em filme e esse Requerimento, que tem como Relator o Senador Collor, que ele merece realmente ser elogiado, ser enaltecido, de vez que se volta para a grande preocupação hoje com o aquecimento global. Eu voto favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, sem dúvida que adianto que meu voto também é a favor. E acho louvável a iniciativa do Senador Fernando Collor, não sem antes registrar a oportunidade da observação feita pelo Senador Valadares, e eu lembro ao Senador Valadares que não foi Al Gore o único estadista mundial a se manifestar de maneira inadequada em relação à minha região, em relação à nossa Amazônia. Eu poderia listar aqui Blair, antes dele Miss Thatcher, eu poderia registrar aqui Chirac, eu poderia registrar François Mitterrand, ou seja, uma lista interminável de pessoas que se criaram sob uma cultura de que a Amazônia mereceria ser, quem sabe, um protetorado da ONU, uma área internacionalizada. E nós aqui estamos construindo uma visão que vai além da idéia de que a Amazônia nos pertence, porque é nossa e é nossa e ponto, por birra, não. A Amazônia nos pertence, por todas as razões, passam até por Tordesilhas. Mas vai além da questão militar. A Amazônia nos pertence, porque nós estamos sendo capazes de administrá-la, porque nós temos que ser cada vez mais capazes de administrá-la. Porque nós não vamos nunca dar pretexto para intervenção militar, até porque, se dermos, a intervenção militar virá. Se

nós continuarmos contribuindo pesadamente para o aquecimento global, agindo de maneira irresponsável em relação às queimadas, nós vamos, sim, nos expor a essas idéias serem aceitas por segmentos importantes da comunidade internacional. Eu, como o Senador Valadares, acredito que foi infeliz e precipitada a declaração do Ex-Vice-Presidente Al Gore, assim como tem sido magnífica a sua atuação em defesa de um meio ambiente respirável para os seres humanos e, portanto, com uma visão bastante inteira sobre a Amazônia, hoje ele é, eu diria, o americano talvez que mais entenda de Amazônia, talvez seja ele dos homens públicos americanos o que mais de perto se aproxime do que a gente entenda que deva ser uma boa visão sobre a região.

E, Sr. Presidente, para encerrar, eu diria que devo fazer justiça aqui a duas pessoas. Uma, é uma figura que foi Senador do meu Estado, Senador Evandro Carneira, sua carreira política não progrediu, foi o primeiro homem público, o primeiro Senador, primeiro Parlamentar, primeiro congressista a trazer a discussão da preservação da Amazônia, numa época que pouca gente levava isso na devida seriedade. E mais, eu sempre procurei aqui, e às vezes sob incompreensão, de outro eu sempre procurei travar uma relação privilegiada com a Ministra Marina. Parecia que a Ministra Marina conspirava contra o progresso, enfim. Eu dizia “não, nós vamos ter que ir devagar com o andar”, nós temos que saber que tipo de progresso é esse. Este progresso rápido, das madeiras, que vêm e devastam e depois deixam uma esteira de desolação atrás delas, esse progresso não me interessa. A mim realmente não me interessa. Interessa, sim, o progresso de longo prazo, o desenvolvimento sustentável, a Amazônia sendo vista como galinha dos ovos de ouro, dando lucros para o povo brasileiro a vida inteira. Isto sim. Por isso que jamais deixei de me colocar como um interlocutor da Ministra, inclusive muitas vezes dando a entender que estaria eu apoiando alguém que estaria bloqueando o progresso. Se alguém me diz “o IBAMA é lento”, é lento. O IBAMA está por aí mal aparelhado. O IBAMA deveria estar bem aparelhado pelo Governo para tomar conta das florestas. Ao mesmo tempo, deveria ser mais ágil para liberar as hidrelétricas de baixo impacto ambiental, que vêm resolver a questão energética do País, evitando apagões futuros. E eu vejo que o IBAMA é lento, nós temos que fustigá-lo para que ele seja mais ágil. Porém, nada de pedir que se instale no Brasil uma visão diametralmente oposta à da Ministra Marina, que, para mim, cumpriu e tem cumprido um grande papel, um papel até aparentando intransigência, e hoje está sintonizada com a preocupação do mundo com a Amazônia. Portanto, eu sou a

favor, sim, com a iniciativa do Senador Fernando Collor, registrando que tem sido, repito, magnífica a colaboração para a compreensão da Amazônia pelo mundo do Ex-Vice-Presidente Albert Gore, que obtém hoje até muito maior destaque como Ex-Vice-Presidente atuando como um americano muito ilustre pelo mundo, tanto quanto Jimmy Carter tem sido o maior Ex-Presidente americano de todos os tempos, eu vejo que tem sido formidável a contribuição de Gore e, portanto, merece, sim, que o Senado Brasileiro se manifeste no sentido proposto pelo Senador Fernando Collor. Eu o parabeno também a lucidez do Senador Valadares que... O Senador Mercadante, foi? Os dois... Muito bem, o Senador Mercadante propôs e o Senador Fernando Collor relatou. Muito bem. Eu, portanto, estendo o elogio aos dois homens públicos pela atitude que tomaram em conjunto e ressalto a lembrança, que pra mim tem um grande valor, do Senador Antônio Carlos Valadares, que é de outra região e que, ao mesmo tempo, demonstra que é um brasileiro *UpToDate* mesmo. Porque hoje em dia é a coisa mais cafona do mundo alguém de qualquer região não entender da Amazônia. É terrível. Antigamente parecia uma coisa paroquial. Quando eu era Deputado, quando cheguei aqui com V.Ex^a, que subi à Tribuna para falar de Amazônia, ainda que em termos macro, parecia que estava da “ponte que liga a Prefeitura do Sr. Zezinho com a do Sr. Pedrinho”, e eu tentava dizer que não era. Hoje eu digo que é cafonérrimo, é *out*, os cronistas sociais deveriam execrar o brasileiro de qualquer quadrante que não entendesse de Amazônia. Portanto, eu parabeno o Senador Valadares, por estar tão atento a algo que é tão relevante não só para o meu Estado como para o dele, para o Brasil como um todo, que é a região Amazônica, a única fronteira de efetivo desenvolvimento econômico deste País. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Heráclito Fortes, eu quero também aqui me associar e votar favoravelmente ao Relator, Senador Fernando Collor, e ao Projeto do Senador Mercadante. Eu acho que o Ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, ele tem uma tarefa importante de levar ao mundo a sua preocupação com relação à questão ambiental, ao aquecimento global e outras tantas. Ele é, reconhecidamente, um ambientalista de carteirinha desde que exercia a nobre função de Vice-Presidente dos Estados Unidos e como Senador que o foi. Mas a preocupação nossa, é evidente que é de todo o planeta, é de que não seja a Amazônia objeto de uma visão destorcida da realidade. Essa que é a

preocupação de nós brasileiros, que eu diria, de uma maneira geral, e amazônica em especial. Eu não tenho dúvida de que, apesar do que é sempre dito ao contrário, a nossa região é hoje a região talvez de maior cobiça internacional. Todas as vistas estão voltadas para a Amazônia, pelas suas riquezas, pela sua hoje já reconhecida importância global, até por ser hoje o maior reservatório de água doce do mundo, então nós vamos entrar no processo do ciclo 21 de que a água vai ser, sem sombra de dúvida, um dos fatores mais importantes para a própria vida. Então, todos temos consciência disso. E eu queria, Presidente Collor, V.Ex^a que se dedique de forma competente ao assunto, que nós tivéssemos uma ação com relação ao Brasil, eu diria, e não só à Amazônia, para que nós pudéssemos fazer um zoneamento econômico-ecológico de tal forma que nós pudéssemos ter uma visão correta de que áreas devam ser preservadas, que áreas devam ser exploradas, evidentemente de forma sustentável, e que áreas já alteradas possam ter a ação intensiva econômica. O que nós não podemos fazer é da forma como está sendo feito pelo Ministério do Meio Ambiente e feito não só agora nesse Governo, mas em Governos passados, que haja a interferência sobre a região de uma forma, eu diria, “por solução”, sem que haja uma visão completa da região.

Então eu propus na Sessão em que homenageávamos a CNBB por ter dedicado a Campanha da Fraternidade deste ano à Amazônia, que a CNBB assumisse a bandeira de que o zoneamento econômico-ecológico fosse colocado numa prioridade pelo Governo brasileiro, no sentido de que nós pudéssemos, de uma vez por todas, definir o uso racional da nossa região.

Então eu gostaria que V.Ex^a também e que a Comissão de Relações Exteriores, tão bem presidida pelo nosso competente Senador Heráclito Fortes, pudesse, não sei, através de uma Audiência, de um Requerimento, fazer com que o zoneamento econômico-ecológico do Brasil e, em especial, da Amazônia pudesse ser entendido pelo Governo Federal como uma necessidade, para que os brasileiros da Amazônia tenham direito ao desenvolvimento com responsabilidade, de forma sustentável.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa solicita a V.Ex^a a formalização do Requerimento, para que seja apreciado na próxima Sessão. Com a palavra o Relator da matéria, Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o que foi aqui tratado tanto pelo Senador Mozarildo como pelo Senador Arthur Virgílio e o Senador Flexa Ribeiro e o

Senador Antônio Carlos Valadares tem um nexo muito forte. Lembro-me que em 1991, depois de um encontro com o Presidente François Mitterrand, me perguntaram, ou na saída no dia seguinte, o que eu achava de uma declaração do Presidente francês, do então Presidente francês, sobre a questão da Amazônia. Dizia ele que a Amazônia e outras regiões do planeta não poderiam ter a sua soberania dada aos Estados em que essas regiões estivessem e deveria se criar um novo conceito de soberania, que seria a soberania relativa. Ele dizia que Países em desenvolvimento, que estavam queimando suas florestas e tratando o meio ambiente de forma desordenada, esses Países não tinham condições mínimas de manter responsabilmente sua riqueza natural e que por isso, essa era a idéia, isso era o que estava por trás da sugestão da soberania relativa, que nós deveríamos ser tutelados pelos Países mais desenvolvidos. Eles tinham uma idéia, e não somente o Presidente François Mitterrand, mas todos eles do norte da Europa, e do norte da Europa, sobretudo, eles têm uma idéia de que nós brasileiros somos tão somente fiéis depositários da Amazônia. Que a Amazônia é um Patrimônio da Humanidade e que a nós é dada a responsabilidade de cuidar dela, para que ela não desapareça. De modo que é lamentável que tudo isso tenha acontecido, também o Senador Al Gore falou alguma coisa a respeito, mas eu entendo que, no caso do Ex-Vice-Presidente, tenha sido com uma boa intenção, diferentemente daquela que eu senti quanto a expressa pelo Presidente François Mitterrand, em que ele realmente achava que os Países não estivessem tomando conta corretamente dos seus recursos naturais, deveriam ter essas regiões que estavam sendo devastadas tidas como soberania relativa do País em questão. De modo que o Relatório que apresento hoje a esta Comissão, fruto de um Requerimento do Senador Aloizio Mercadante, é para esse voto de aplauso ao Ex-Vice-Presidente Al Gore, por esse filme em que ele levanta a questão do aquecimento global e, naturalmente, desculpando-o por esse deslize. Era isso que eu gostaria de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Com o voto contrário do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Item 05. Projeto de Decreto Legislativo nº 566/2005. Aprova o texto dos termos de referência e regras de procedimento do grupo internacional de estudo do chumbo e zinco. Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados; Relatoria: Senador Antônio Carlos Valada-

res, com o parecer favorável, a quem passo a palavra, para proferir o seu parecer.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, eu procurarei abreviar o meu Relatório, tendo em vista que ele já foi distribuído a todos os Srs. Senadores e Senadoras. Existe um grupo internacional de estudo do chumbo e zinco. É justamente sobre isso que o Brasil está se debruçando, ou seja, aprovando o texto dos termos de referência e regras de procedimento desse grupo. O Brasil não é um grande produtor de zinco e nem tampouco de chumbo. Mas há uma produção cada vez mais crescente e o Brasil tem que se inserir nas preocupações e nos interesses da produção e consumo em relação a esses dois metais. Por exemplo, a produção em relação à produção mundial, o Brasil produz apenas 0,3% do chumbo existente no mundo. Trata-se, a toda evidência, de adesão conveniente e oportuna para o Brasil, permitindo maior inserção internacional, palavra de ordem para todos os Governos do mundo. O Brasil necessita aumentar a sua participação no comércio internacional, no qual, não obstante os reiterados avanços estatísticos, ainda permanecemos com atuação discreta, muito aquém de nossas reais potencialidades e possibilidades. Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 566/2005, nos termos da redação oriunda da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu queria pedir permissão aqui aos Srs. Senadores, o Item 01 da pauta, relatado aqui pelo Senador Eduardo Azeredo, eu esqueci de anunciar, ao final da votação, que, aprovado o substitutivo, essa matéria vai a turno suplementar, que será realizado na próxima reunião, conforme dispõe o art. 282 do Regimento desta Casa. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta Sessão, desejando a todos uma feliz páscoa. Até a próxima.

(Sessão encerrada às 12h57.)

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO, COM A NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA

DOZE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas e cinquenta e sete minutos do dia doze de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Presença dos Senhores Senadores **ROMEU TUMA, INÁCIO ARRUDA, MOZARILDO CAVALCANTI, AUGUSTO BOTELHO, FLEXA RIBEIRO, CÉSAR BORGES, JARBAS VASCONCELOS, MARIA DO CARMOS ALVES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO AZEREDO, LEOMAR QUINTANILHA** (Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), **JOÃO TENÓRIO, MÃO SANTA, PAULO DUQUE, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, VALDIR RAUPP, RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, VALTER PEREIRA, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS, ROMERO JUCÁ E LÚCIA VÂNIA**. Presente, também, o Senador **JOÃO PEDRO**, não membro das Comissões. Deixaram de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, dispensando a leitura das atas das reuniões anteriores que são dadas como lidas e aprovadas. A Reunião destina-se a ouvir em Audiência Pública o Ministro **Waldir Pires**, Ministro de Estado da Defesa, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar **Juniti Saito**, Comandante da Aeronáutica, o Tenente-Brigadeiro **José Carlos Pereira**, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, **Milton Sérgio Silveira Zuanazzi**, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, **Jorge Botelho**, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo, **Ricardo Morishita**, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça – DPDC e **José Márcio Mollo**, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA (Justificou ausência por motivo de viagem ao exterior), para **avaliar as causas da crise no setor aéreo** em atendimento aos Requerimentos nº 22/2007-CRE de autoria do Senador Heráclito Fortes e Requerimento nº 23/2007-CRE, de autoria dos Senadores César Borges e Fernando Collor, aprovados dia 03/04/2007 e Requerimentos nº 14 e 15/2007-CMA, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e César Borges, respectivamente, aprovados dia 27/03/2007. O Presidente submete a apreciação o Requerimento nº 24, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que *requer, nos*

termos do art. 93, inciso II, sejam convidados para audiência pública conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para discutir e avaliar as causas, consequências e medidas saneadoras da crise no setor aeroportuário e de controle do tráfego aéreo, as autoridades citadas anteriormente. Aprovado. O Presidente convida o Ministro Waldir Pires e demais convidados para compor a Mesa. O Presidente registra carta com justificativa de ausência do Senador Eduardo Suplicy. O Presidente concede a palavra ao Ministro **WALDIR PIRES** para fazer sua exposição. Em seguida, o Presidente concede a palavra aos demais convidados na seguinte ordem: Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar **JUNITI SAITO**, Tenente-Brigadeiro **JOSÉ CARLOS PEREIRA**, ao Senhor **MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI**, ao Senhor **JORGE BOTELHO** e ao Senhor **RICARDO MORISHITA**. O Presidente registra a presença do Deputado Fernando Gabeira. O Senador Leomar Quintanilha assume a Presidência. O Senhor **MILTON ZUANAZZI** informa sobre greve dos controladores Franceses. Fazem uso da palavra de acordo com a lista de inscrição, os Senadores **HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES e RENATO CASAGRANDE**. Usou da palavra o Major Brigadeiro **RAMON BORGES CARDOSO**. Continua a lista de inscrição com os Senadores **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTE, ROMEU TUMA, INÁCIO ARRUDA, MARCELO CRIVELLA, JOÃO PEDRO, SIBÁ MACHADO e PAULO PAIM**. O Senador Romeu Tuma assumiu a Presidência durante os debates, voltando novamente ao Senador Leomar Quintanilha. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezesseis horas e trinta minutos, lavrando a presente Ata os Secretários **MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO** e **JOSÉ FRANCISCO B. CARVALHO** que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conjuntamente com a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto e proponho às Comissões a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de iniciarmos a pauta, eu gostaria de submeter Requerimento que precisa ser aprovado.

Requeiro nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública Conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para avaliar as causas, consequências e medidas saneadoras da crise do setor aeroportuário e de controle do tráfego aéreo.

O Senador Heráclito Fortes é o autor. Em discussão. Por que é que está sendo colocado em votação, Senador Crivella? Porque o pedido da Sessão Conjunta, a proposta feita pelo Senador Quintanilha foi posterior à nossa reunião. É apenas para respaldo legal. Portanto, os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Esta reunião destina-se à Audiência Pública para avaliar as causas das crises do setor aéreo em atendimento ao Requerimento nº. 22/2007 de minha autoria e Requerimento 23 de autoria dos Senadores César Borges, Fernando Collor aprovado em 03 do 04 de 2007, Requerimento nº. 14 e 15 da CMA de autoria dos Senadores Renato Casagrande e César Borges respectivamente aprovado em 2007.

Convido, portanto, o Ministro Waldir Pires para compor a Mesa. O Tenente Brigadeiro Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica. O Tenente Brigadeiro, José Carlos Pereira, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária. Dr. Milton Zuanazzi, Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil. Jorge Botelho, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Defesa do Consumidor da Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça. José Márcio Mollo, Presidente do Sindicato Nacional de Empresas Aeroviárias, SNEA, ele justifica a viagem por estar no exterior. A ausência.

Eu gostaria de pedir a compreensão dos senhores, mas registrar que a última fila está reservada para a imprensa. Eu gostaria de que fosse facilitada a última fila. Assessores podem sentar na fila anterior, mas que deixassem, um pedido que o comitê de imprensa me faz, para facilitar o trabalho da imprensa, o que é pertinente e justo.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro da Defesa, Waldir Pires para fazer a sua exposição.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Sr. Presidente, questão de ordem. Nós temos seis

expositores. Não sei se o senhor vai designar e definir um tempo para cada expositor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em respeito ao Ministro da Defesa, eu não... O tempo, até pela experiência Parlamentar que ele tem, sabe que mais ou menos a praxe são dez minutos. Mas como o Ministro Waldir Pires é conhecido pelo seu poder de síntese, eu tenho certeza de que seremos atendidos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Só para a gente poder tomar essa precaução, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Que o diga o Senador Jarbas Vasconcelos. Com a palavra o Senador Waldir Pires. O Ministro Waldir Pires.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Eminente Presidente, Senador Heráclito Fortes, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, é uma sedução evitar o poder de síntese e voltar a uma Casa do Congresso--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Proposto pela base do Governo, viu Ministro?

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Para que nós pudéssemos conversar um pouco mais amiadadamente, mais profundamente sobre quaisquer que sejam os assuntos que o Senado Federal entenda que deva ouvir, convidar ou convocar para minha distinção é apenas de natureza regimental, mas é sempre uma satisfação voltar a esta Casa.

Nós estamos vivendo um período de aspectos administrativos difíceis, em plena marcha de soluções. Por vezes, escutamos que as crises são fáceis de serem resolvidas. Por vezes, nos indicam que elas deveriam ser instantaneamente solucionadas. Seguramente, na experiência minha que não é recente, que eu tenho até a veleidade de imaginar que seja das mais antigas de tantos quantos se sentam nesta Casa, nós somos um País em transformação, em construção. Portanto, todas as nossas dificuldades são dificuldades que dependem de diversos fatores. Fatores administrativos, fatores essencialmente de conflito de compreensão, fatores de meios... Mas desenganadamente nós estamos no caminho de solucionar uma crise lamentável que nossa população viveu, que está vivendo, mas que eu me permitiria dizer: Quantas têm sido as crises que nós tivemos em nosso País? Quantas são as crises que aí se encontram?

Quero apenas fazer assim com o maior respeito a afirmação ao Senado de que nós estamos decididos a vencê-la, decididos, acordados, com um planejamento cada vez mais acentuado no sentido de que no mais

rápido espaço de tempo nós estejamos vendo encerrado esse período de tantas dificuldades e sofrimentos do nosso povo nos nossos aeroportos, no exercício dos seus direitos de ir e vir, viajando adequadamente nos aviões que dispomos em nossa indústria civil de aviação. É claro que toda crise tem problemas e tem origens. Mas eu também não tenho nenhuma... Nenhuma hesitação de dizer que crises no nosso País são antigas. Que estão vinculadas a políticas de investimentos, a políticas de prioridades, a políticas de atenção com esta ou aquela parcela da população. Mas, nesta Casa, nós queremos, sobretudo, buscar a parceria, a compreensão das competências recíprocas, e nós somarmos, porque é isso que importa ao País.

Nós temos aspectos difíceis e sobre certos pontos de vista razoáveis, por exemplo, uma crise que não é a crise de desestruturação da vida da aviação civil, da indústria civil, ela está inclusive vivendo um período de expansão. Nós tivemos algumas crises de gestão vinculadas à gestão de recursos humanos. E a outras gestões, a outros aspectos também de circunstâncias e equipamentos. Uma coisa desenganadamente, entretanto, eu posso afirmar aos eminentes Senadores e Senadoras de que sob todos os aspectos e em todo o instante nós tivemos uma preocupação essencial com a segurança das pessoas, com a vida das pessoas. E, portanto, que, apesar de tudo, nós temos no Brasil um sistema de aviação civil que tem um dos melhores padrões no mundo de segurança. Dos mais baixos índices no mundo de acidentes. Que neste particular nós somos parceiros de enormes e largos números de nações do primeiro mundo. A crise essencial está assentada na inexistência de um recurso humano básico dos controladores, de meios e de equipamentos razoáveis, mas que vinham atendendo normalmente as nossas necessidades. Nós estamos vivendo um momento, nesse instante, de renovação da própria administração do organismo central de comando da aviação civil que é a Aeronáutica. Nós estamos dispondo, portanto, de um comando absolutamente recente. Um reordenamento de quadros.

Algumas vezes leio notícias sobre escassez displicente ou negligente de aplicação de recursos e tenho apresentado sucessivamente números que são números absolutamente contestatórios dessa realidade. Alusões a contingenciamentos que não são verdadeiros. Nós queremos dizer aos senhores e às senhoras que temos muita confiança de que no menor prazo de tempo possível nós estaremos absolutamente tranquilos sobre como estará o trabalho da aviação civil em nosso País.

Eu fico até um pouco com a impressão de que devesse absorver o conselho do nosso Presidente, do

Senador Heráclito Fortes e encerrar um pouco essa idéia geral, que não é de otimismo, mas é de quem tem os pés na terra, na administração da coisa pública. Simplesmente dizer aos senhores que estamos vencendo essas dificuldades, temos algumas. Elas não surgiram, elas não foram oriundas de um ato ou de um fato. Mas elas foram percebidas por muitos de nós e foram percebidas pela sociedade a partir de um acidente. Não é o acidente que gerou a crise, mas revelou e que significou um conflito de entendimentos e de compreensão desses fatos porque o noticiário inicial foi um noticiário assentado em afirmações que eu cheguei a chamá-las de levianas na imprensa internacional. Atribuindo a condições de controle inexistente dentro da aviação civil brasileira, que não era verdade. E por que não era verdade? Porque nós temos índices baixíssimos de acidentes. Até faz alguns dias, quando houve uma iniciativa de paralisação do Aeroporto de Congonhas, sob o argumento de que o Aeroporto de Congonhas não tinha condições de trabalho, eu tive oportunidade de conversar com uma alta autoridade do Judiciário e pedir que examinassem quantos anos tem Congonhas de trabalho. E verificassem quantos foram os acidentes fatais havidos em Congonhas, para que fosse constatado que nenhum decorrente de aeroporto, nenhum na história do aeroporto hoje mais sobrecarregado do Brasil e da América do Sul.

De modo que o desafio que está posto para nós é, cada vez mais, crescer, melhorar, desenvolver, vencer as crises circunstanciais, seja de recursos humanos, seja de equipamentos e estamos fazendo isso. O plano dos equipamentos, por exemplo, hoje o plano de execução é um plano de modernização e de atualização muito grande. E nós nos preparamos inclusive para o que deverá ser, neste particular, alguma coisa dentro de oito ou dez anos e que toda essa metodologia desaparecerá. E passará a ser um problema vinculado a um sistema já de base eletrônica e hemisférica diferente porque vinculada a todo o sistema de satélites. E nós nos encaminhamos para restaurarmos aquilo que até pensamos, há muitos anos atrás, pensamos, que, infelizmente, nos abrimos na preservação dessas conquistas. Então temos que marchar inclusive para isso, para um sistema de controle que vá, cada vez mais, sendo dirigido para tecnologias eletrônicas básicas destinadas a atuação dos satélites. Acho que vamos ter que recuperar imediatamente alguma coisa absolutamente inexplicável. Aquilo que ocorreu neste País, foi num determinado instante, uma conquista dos anos 60. Que eu, por exemplo, tive o prazer, tive a alegria de lutar e votar e tornar lei, que foi o Código de Telecomunicações que organizou o Brasil neste particular, que criou a Embratel e que assisti, infelizmente,

o País perder o controle da Embratel. E teremos que o recompor com iniciativas novas, ou recompor pela forma como o Senado e a Câmara dos Deputados vierem a determinar. Mas, até lá, é o sistema que nós estamos cada vez mais aprimorando. E que a Aeronáutica está decidida a isto. A Aeronáutica é, na institucionalidade brasileira, dentro da realidade legal do Brasil, ela é o centro do comando da Aeronáutica Civil. Pela Lei, ela é a autoridade Aeronáutica. Lamentei ouvir, ler, acusações ao Sr. Presidente da República sobre a atitude que tomou num determinado instante para preservar os interesses da população brasileira. Tive oportunidade de dizer isto ontem na Câmara dos Deputados.

Cada um de nós, membros do poder público têm uma responsabilidade essencial e por isso somos homens representativos dos interesses públicos e dos interesses dos cidadãos e das cidadãs que é a responsabilidade com o bem público, com o bem-estar da população, com o conforto da população, com a qualidade da vida das pessoas, das famílias, das crianças. E ouvi e li acusações ao Presidente da República pela medida que ele adotou em determinado instante em grau extremo, que seria necessário que nós repuséssemos em operação todos os meios de diálogo para que a população brasileira não tivesse interrompido por um dia, dois dias, três dias, não sei quantos dias a sua aviação civil, o seu transporte civil. Em tons muitas vezes acusatórios ao Presidente da República. E eu de mim, como Ministro de Estado, e, portanto, como não tendo hoje o mandato popular, e tendo hoje a escolha do Presidente da República e sendo auxiliar do Presidente da República como Ministro de Estado dizer-lhe que esse era o seu dever. Seu dever como Presidente. Presidente da República é o titular da verdade maior da democracia. E esta Casa e o Congresso Nacional, de forma plural, a ele associado. Mas é o Presidente da República que é o titular da soberania nacional, que tem o dever de defender a soberania nacional, que é o titular da soberania popular e por isso é o Presidente da República, e por isso é Comandante das Forças Armadas do Brasil. E dentro destas prerrogativas ele tem que agir de acordo com o mandato maior que é o mandato de servir à população.

De forma que num determinado instante, quando o Presidente da República exerce o comando supremo das Forças Armadas, ele sempre o exerce em nome da soberania popular. E nós todos sabemos e aprendemos, seja na construção da democracia, seja na construção da República, seja por força do que está escrito na Constituição, de que todo o poder emana do povo e que num determinado instante nas horas mais graves é o Presidente da República que exerce essa titularidade da soberania popular. E, em seguida, re-

tomar as atitudes todas que fossem ou pudessem ser favoráveis aos interesses da população e preservadoras das regras da Constituição. Foi isso que o Presidente da República fez naquele dia em que ele aqui, não aqui no Senado, digo aqui em nosso País, em diversas áreas a opinião pública, extremamente criticado por dizer: A população seja atendida e depois nós resolvemos! E teria que resolver com quem? Teria que resolver com a Aeronáutica! Prestigiando a Aeronáutica! Confirmando as atribuições e a competência que a Aeronáutica tem na Lei, na Lei Complementar votada por esta Casa que estabelece a Aeronáutica, o controle da preservação de voar, da segurança do voo.

Muitas vezes se imaginou que ele pudesse fazer isto numa segunda etapa por terceiros. Houve até quem salientasse ou os que salientaram que deveria ser por intermédio do Ministro da Defesa, o Ministro da Defesa neste País não tem competência para isto. Eu não exerço funções sem competência que esteja definida na lei e na Constituição. Assumi uma função sabendo que é uma função necessária do mundo contemporâneo, que surgiu no pós-guerra, no pós-Segunda Guerra mundial, mas que todas essas nações se foram construindo Ministérios da Defesa não fizeram instantaneamente. Fizeram pouco a pouco, fizeram vencendo dificuldades. Fizeram ultrapassando etapas.

A competência, o Presidente respeitou. Na hora imediata à medida que permitia que a população voltasse a poder viajar de avião e a poder transportar-se no exercício das suas liberdades cidadãs, ele se dirige a quem? Ele se dirige ao Comandante da Aeronáutica, que é a autoridade Aeronáutica nos termos da Lei Complementar que complementa a Constituição da República.

Então, estas etapas nós vamos ultrapassando, vamos vencendo, construindo as instituições democráticas. Construindo as instituições democráticas num País de história complicada. Num País e num continente. E hoje no mundo, no mundo em que vai perdendo cada vez mais, vai perdendo a força da legitimidade das regras jurídicas, sociais, econômicas, morais, éticas de organismos internacionais e que, por isso mesmo, precisa de muita clareza em países como o nosso na defesa da sua soberania, na defesa dos interesses dos seus cidadãos. Mas, sobretudo, dentro das instituições democráticas. Porque são estas que nós vamos ter que preservar sempre porque são estas a base da legitimidade de qualquer poder democrático.

De forma que nós estamos vencendo etapas administrativas. Hoje, numa posição que me dá um certo otimismo eu creio que não nos faltarão recursos. Os próprios recursos existentes, se houver recursos maiores nós bateremos à porta do Senado Federal e à por-

ta do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados para expor necessidades e para pedir os recursos e autorização dos recursos que forem necessários.

Então, creio que é uma crise que nós vamos, juntos, resolvê-la. O ideal, para mim, o ideal é que nós possamos resolvê-la assim, numa grande parceria, numa grande vontade coletiva de organização, de institucionalização, porque nós estamos tratando de coisas do interesse mais direto e mais imediato da população brasileira, das cidadãs, dos cidadãos.

Presidente, eu gostaria de ficar, na obediência às suas recomendações, por aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Recomendações do Senador Casa-grande, eu não quero... Direito autoral do que eu não produzi.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Para ter a oportunidade inclusive de dizer que estou inteiramente à vontade, inteiramente honrado pela possibilidade de responder a cada um e a todos os Srs. Senadores naquilo que estiver dentro da minha competência. E muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar ao próximo depoente, eu gostaria de prestar um esclarecimento ao Ministro Waldir Pires em respeito a sua história e o apreço pessoal que eu tenho por ele.

Compreendo a sua indignação com as críticas feitas. Quando eu olho para esse Plenário e vejo que alguns colegas fizeram críticas à crise. A crise do feriado que antecedeu a Semana Santa, inclusive este Presidente. Mas V.Ex^a. falou muito na base democrática. Uma delas é a liberdade de expressão. Quando nós criticamos o Presidente da República, foi pela quebra de hierarquia que ele promoveu dos Estados Unidos. Ele tirou a autoridade do Comandante Militar e não a conferiu especificamente a um poder ou a quem tivesse decisão. Pelo contrário, tirou a autoridade de um homem que assumiu uma gestão numa crise e que tem liderança dentro da tropa. E o Presidente aí tem um mérito, ele teve a humildade, que alguns membros da sua equipe não têm, de ser humilde e reconhecer o erro, tanto é que retroagiu na decisão. Aí desta Casa, Sr. Ministro Waldir Pires, se não tivesse a liberdade de expressar o que sente o povo. Sei que isso machuca, sei que isso dói, mas faz parte dessa democracia que V.Ex^a. persegue há tanto tempo. E daí porque a razão dessa reunião hoje. Até para ajudar no sentido de que as versões não sejam conflitantes, para que no momento em que nós estamos vivendo uma crise que não é minha, que não é sua, mas que é de todos os brasileiros, não se veja se fazer apologia dos lucros que as empresas comerciais do setor aéreo estão dando.

Porque, enquanto as empresas estão dando lucros as filas estão aí em inconformação total.

Nós estamos aqui fazendo essa convocação não em homenagem ao lucro das empresas, mas das filas e dos sacrifícios que os brasileiros enfrentam. Conscientes de que existe uma crise e nós queremos, como congressistas, participar da solução dela.

Com a palavra, antes eu quero registrar uma correspondência do Senador Suplicy, que comunica à Casa e eu transiro aqui. Encontra-se no Acre na prospecção de petróleo, espero que encontre.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E portanto não pôde comparecer. De forma que eu quero fazer esse registro pelo respeito--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente. Corrigindo, não é prospecção em petróleo não. Ele foi ao Acre para fazer uma palestra na Assembléia Estadual, Assembléia de Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sobre prospecção de petróleo e gás.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Pois é, mas vamos deixar isso claro, ele não é engenheiro de petróleo nem foi lá procurar petróleo, ele foi dar uma palestra porque é economista, apenas para deixar isso claro, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu confio muito na versatilidade das pessoas. V.Ex^a., sem ser, é um Santo. Com a palavra, o próximo orador, Ministro--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Ex^a., com todo o respeito que tenho pela vossa biografia, para mantermos essa reunião dentro dos limites. Nós estamos tratando aqui de um assunto sério. V.Ex^a. trata de maneira jocosa, provocou risos, tanto referindo-se a mim, talvez por eu ser evangélico, não sou Santo. Mas... Também ao nosso Senador que não está presente. Senador Suplicy. Era isso que gostaria de pedir a V.Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em nenhum momento me faltou o respeito. Sei da... V.Ex^a. como homem da base do governo tem o dever de defender. Apenas fiz o registro. Quem fez a correção foi V.Ex^a... Eu, quando fiz o registro, fiz exatamente baseado no texto do Senador Suplicy. E V.Ex^a. me fez uma correção indevida. E eu apenas respondi no mesmo tom que V.Ex^a. respondeu.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, Presidente. Permita aqui. Só um instantinho. Eu estava também embarcando à noite passada para o mesmo evento. Mas, desisti por conta da importância da reunião de hoje e não podíamos nos ausentar três

Senadores do PT ao mesmo tempo num momento que tínhamos uma reunião como essa. Mas a agenda de lá é muito importante para o Estado do Acre e... Já é uma agenda trabalhada há muitos dias porque tem muitas pessoas também que precisavam conciliar a sua possibilidade de ir até lá. E o Senador Suplicy é convidado da Assembléia Legislativa para prestar informações daquilo que ele já conhece sobre a matéria, que o nosso assunto lá diz respeito a questão de impacto ambiental tendo ou não a presença de petróleo e gás no Estado do Acre. Mas eu queria só pedir a V.Ex^a. aqui, acatando aqui o pedido de desculpas do Senador Suplicy, por estar ausente dessa reunião porque também tratamos com muita expectativa o assunto do qual ele vai tratar no Estado do Acre no dia de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É verdade, inclusive ontem o Senador Suplicy me procurou no Plenário e fez a justificativa pedindo que eu transmitisse. Evidente, não me fez nada por escrito. Hoje ele remete, eu acabei de receber e, por dever de ofício, farei como farei de todos.

Senador Crivella, eu não quero que esse episódio nosso fique encerrado com um mal-entendido. Eu respondi a V.Ex^a. no mesmo também, sabe o apreço que eu tenho e a admiração que eu tenho por V.Ex^a... Quando disse que V.Ex^a. procura ser Santo foi em tom carinhoso pela sua luta. Longe de mim desmerecer a sua luta, muito pelo contrário. Quero que fique esse registro.

Concedo a palavra ao Comandante da Aeronáutica o Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito para fazer a sua exposição.

SR. JUNITI SAITO – Obrigado Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes. Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha Sr^{as}. e Srs. Senadores. Farei uma rápida apresentação sobre o nosso sistema de controle do espaço aéreo brasileiro.

A estrutura do Comando da Aeronáutica está assim estruturado. Comandante, com seu Estado Maior, a Secretaria de Finanças e mais seis grandes comandos, aonde se insere o departamento de Controle do Espaço Aéreo que cuida dessa parte do SISCEAB.

Nós temos essa atribuição através da Lei Complementar 97/99, que prevê: Prover a segurança da navegação aérea. Essa é uma das atribuições constitucionais da Aeronáutica. E para cumprir essa atribuição nós temos o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, SISCEAB, e naquela época quando da implementação da criação desse sistema por medidas econômicas a Aeronáutica optou por fazer um sistema integrado aonde todas as informações, auxílios, cartografia, meteorologia, todas essas informações fluíssem num centro aonde teria um controle do

espaço aéreo, o controle do tráfego aéreo e a nossa defesa aérea.

Portanto, é um sistema integrado. Que funciona assim, através do sistema integrado de defesa aérea e de controle de tráfego aéreo aonde todas as informações de radares tanto móveis como fixos e também com aeronaves de (inaudível) fluem para um aplicativo onde se faz síntese radar e essas informações são transmitidas para o controle de tráfego aéreo para a circulação de aeronaves comerciais e também militares e também para a defesa aérea. As informações são as mesmas.

Para nós termos um pouco da noção de como isso ocorreu, na década de 70 havia apenas três radares, um no terminal de Porto Alegre, outro no terminal de São Paulo e um outro no terminal do Rio de Janeiro. Esses radares eram radares de aproximação e de decolagem com alcance previsto de 40 milhas. E na década de 70 então com a implantação do CINDACTA I, que cobria todo o quadrilátero Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte foi implantado o CINDACTA I, e na sequência vieram então o CINDACTA II, no Cone Sul e CINDACTA III no Nordeste. E mais recentemente, em novembro de 2005, foi implantado então o CINDACTA IV cobrindo toda a região amazônica. Só para os senhores terem uma idéia de como é a característica do espaço aéreo brasileiro. Todos os países aqui do sul, obrigatoriamente, passam tanto para ir para os Estados Unidos como para a Europa, chama-se corredor Europa South América. Através do Nordeste e também para os Estados Unidos. Vejam a intensidade do tráfego que percorre o nosso espaço aéreo. É uma grande área de responsabilidade, e de demandas distintas por região porque quase 60% do tráfego ocorre nesse quadrilátero de Brasília. E tanto o Nordeste como a Amazônia têm uma característica de tráfego internacional que ocorre normalmente de meia-noite a três, quatro horas da manhã.

Aqui está a nossa responsabilidade. Embora o nosso território tenha 8,5 milhões de quilômetros quadrados, nós temos responsabilidade de controlar todo esse tráfego do Atlântico, são aproximadamente 22 milhões de quilômetros quadrados, é a área da nossa responsabilidade. E por convênios internacionais nós prestamos assistência e apoio ao Sistema de Busca e Salvamento tanto para aeronaves como inclusive para os navios também através de um sistema chamado Cospas-Sarsat. Quando ocorre um acidente imediatamente existe um equipamento no avião que transmite para um satélite geoestacionário e que transmite para uma estação terrestre que transmite para os DACTAS e aciona o Sistema de Busca e Salvamento através de

helicópteros ou de aeronaves. Essa é a área de nossa possibilidade no que se refere à busca e salvamento.

No Brasil nós temos três estações: Uma em Brasília, uma em Manaus, uma em Recife, que capta essas informações para acionamento de busca e salvamento. Então a Força Aérea mantém 24 horas por dia essas unidades em alerta permanente para efeito de busca e salvamento. São helicópteros e também aeronaves de reabastecimento que têm maior autonomia para operar na região do Atlântico até o Paralelo 10. Além disso, nós temos uma infinidade de auxílio navegação, de precisão e também de rotas que auxiliam na navegação das nossas aeronaves.

Próximo. Aqui estão mais ou menos espalhados por todo o território nacional todos os equipamentos que prestam serviços ao nosso sistema, desde radares até auxílio de navegação e sistemas de comunicações. Totalizando 5.877 equipamentos que além de serem instalados precisam de constante manutenção. Esse é o nosso sistema de apoio terrestre.

A rede de telefonia. Temos o sistema operacional que os controladores usam e aqui também tanto os controladores como da circulação de aeronaves comerciais como de defesa aérea. E uma rede de telefonia administrativa. Aqui está, mais ou menos, custo de equipamento, cada equipamento de auxílio a navegação.

Aqui estão os radares, custos estimados de cada radar do nosso sistema. O patrimônio do SISCEAB contando com equipamento e infra-estrutura é da ordem de 6 bilhões de reais. Houve um investimento entre 2001 e 2007 de aproximadamente 2 bilhões de reais e aqui se configura também a implantação do nosso sistema do SIVAM DACTA IV.

O custo por ano desse sistema é mais ou menos 600 milhões de reais sendo 300 milhões em manutenção, serviço 150 e investimento 150 milhões. Para então atender a esta demanda nós temos recursos humanos do SISCEAB que totalizam quase 11 mil militares. Quase mil civis. Totalizando em torno de 12 mil com a responsabilidade da Aeronáutica. E a INFRAERO tem, também tem pessoal que atende a essa parte do controle. São, aproximadamente, 13 mil e 700 homens trabalhando nesse sistema.

Aqui estão vários sítios que nós temos na Região Amazônica que foram implantados através do sistema SIVAM DACTA IV. São sítios moderníssimos que entraram em operação em novembro de 2005. Aqui está Manaus, aqui está Belém. Guajará Mirim.

Aqui, os senhores observem esses tanques de óleo diesel porque em muitos desses sítios não existe energia elétrica, então funcionam a base dos geradores.

Então, o material necessário, óleo diesel, por exemplo, são transportados através de balsas e aeronaves, tudo a Força Aérea que faz isso. Aqui está Manicoré, Sítio do Manicoré. Macapá, Porto Velho, Conceição do Araguaia, São Félix do Xingu, Sinop. Aqui tem um radar transportável. É um radar móvel que está em Sinop. Tefé, Tirioais(F), lá no extremo-norte. Vilhena, Tabatinga, Rio Branco, Santarém, Porto Esperidião, Cruzeiro do Sul. São instalações modernas, Cachimbo e São Gabriel da Cachoeira lá no extremo-oeste.

Também vários radares foram modernizados como o radar de Mombaça, terminal de Brasília, radar de defesa aérea também. O grupo de comunicação e controle que a Força Aérea opera. E o nosso plano de metas é para 2007/2010 e uma das prioridades máximas é dar continuidade ao processo de reaparelhamento de Sistema de Controle de Espaço Aéreo Brasileiro dentro do SISCEAB, através de uma formação de novos controladores de voo. Preocupação permanente com o apoio ao homem porque entendemos que o homem satisfeito nas suas necessidades básicas poderá produzir em sua plenitude.

Continuamos com a modernização de radares, comunicação, e tratamento e visualização de dados do CINDACTA. E, um pouco depois, falarei sobre o que é esse sistema CNS/A TM.

Essa formação de controladores é feita através de um concurso público e a carga horária é de 2.125 horas. Sendo 60% dedicado ao técnico especializado.

Aqui está um exemplo de como esses controladores trabalham. Sargentos Controladores. É um turno de 8 horas, sendo duas horas de descanso, totalizando um limite máximo de 156 horas mensais. Um exemplo aqui, o Controlador entra às 6 horas, sai às 14, folga de 24 horas. Volta 14, trabalha até 22 horas. Folga de 24 horas. Entra às 10, sai 6 horas da manhã e tem aí então 48 horas de folga. Esse é o regime de trabalho.

Aqui eu estou apresentando o nosso controle de área civil do CINDACTA I. Vejam os senhores que os equipamentos todos já foram revitalizados. E o ambiente de trabalho é um ambiente de conforto, com todo o conforto possível. Estão mostrando aqui equipamentos que estão chegando lá no CINDACTA II, em Curitiba, que deverá estar concluído, a modernização, o DACTA I já está concluído. O sistema DACTA II em Curitiba deve estar concluído até outubro desse ano.

Aqui está um exemplo de como a gente está modernizando os radares. Esses são radares de terminais que toda vez que a gente investe dinheiro nós temos um ganho inclusive operacional em termos de alcance. E por um período de dez anos estaremos sem problema nenhum nesses radares. Aqui está ra-

dar de rota também com ganho considerável após as modernizações.

Eu vim aqui mostrar aqui o que acontece no Morro da Igreja, um sítio que está mais ou menos 1.800 metros de altitude. Aqui está o radar dele. Antigamente esse radar era descoberto. Entretanto, ventos de até 100 quilômetros fizeram com que nós tivéssemos que proteger esse radar que vou mostrar na fotografia seguinte. É o Morro da Igreja, até neve cai lá. Pode ir passando. Aqui está o radome que nós tivemos que colocar para que esse radar não tivesse problema de funcionamento. Porque, com o vento de acima de 100 quilômetros, o radar não funcionava. Ele ficava paralisado.

Aqui está o momento que o pessoal registrou temperatura de menos 7 graus. Mas que a sensação térmica, com o vento, é da ordem de 20 graus negativos. Aqui está o nosso técnico Sargento aqui dentro de uma neblina. Vejam os senhores em que condições estão trabalhando. Esse é o pessoal técnico e segurança das instalações. Nesse sítio não tem controladores, só o pessoal técnico. Em contrapartida, nós trabalhamos em regiões como São Gabriel da Cachoeira. Próximo. Na Região Amazônica, por exemplo, cujas temperaturas variam de 35 a 45 graus. E muita umidade. E é o nosso pessoal técnico que cuida desse sítio na manutenção. Esses radares funcionam 24 horas por dia.

Aqui está um quadro da remuneração dos nossos graduados e terceiros Sargento recém-formado, esse é o salário deles. O Sargento controlador ele recebe um pouquinho mais porque tem 20% de compensação orgânica sobre o soldo, não é sobre o salário não. É sobre o soldo. Aqui está o salário de um suboficial com mais de 20 anos de serviço e o suboficial controlador.

Gostaria de falar um pouco sobre o CNS/A TM. O CNS/A TM? É um conceito operacional de ATM global, promover a implementação de sistema interoperável e global de gerenciamento de tráfego aéreo visando atender todas as áreas de todas as fases do voo e que atenda aos níveis de segurança operacional proporcione operações economicamente viáveis, seja ambientalmente sustentável e considera o requisito nacional de segurança. Esse sistema é um sistema do futuro. É um sistema que tanto a comunicação na parte de comunicação. É feito tudo através de um satélite que faz a lincagem, através não de vozes, mas de dados, transmissão de dados. No futuro, os pilotos não terão que comunicar via fonia suas posições ou a qualquer questionamento com os órgãos de controle. Todo o sistema é montado em esquema de dados tanto a navegação, comunicação, como vocês estão vendo aqui.

Aqui, na parte de navegação, desde o seu táxi, a aeronave será monitorada por esse sistema até o pouso, através de dados. E esse sistema de vigilância de rota também. Há um grande ganho porque independe de obstáculos. Ele enxerga de cima para baixo.

Antes de terminar, gostaria de dizer sobre o que é que nós estamos fazendo em relação a formação dos controladores, que o grande problema nosso.

No final do ano passado, através de uma Medida Provisória, que o Senado aprovou, contratamos 60 controladores da reserva. E esse ano já existe uma Medida Provisória do Presidente autorizando uma contratação de mais 100 controladores da reserva. E, além disso, nós reduzimos o tempo de formação para esse ano para um ano.

Então, no final do ano, estaremos recebendo mais 160 controladores, além do que estava já previsto de mais 140.

Então, na verdade, no final desse ano nós estaremos com mais 300 controladores, mais 100 dessa autorização de contratação. E mais 63 civis totalizando mais de 500 controladores a partir, no final desse ano. Era isso que eu gostaria de apresentar aos senhores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradecemos as palavras do Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, e passamos a palavra ao Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Exmº. Ministro da Defesa, Srs. Senadores e Senadoras. Eu tentarei ser rápido e objetivo até por entender que numa audiência como essa mais importante talvez do que a minha fala seja poder ter tempo de responder as perguntas dos Srs. Senadores.

A INFRAERO, nesse ambiente, motivo desta audiência, a INFRAERO, como uma empresa prestadora de serviços, começou a ser impactada inicialmente com o problema da VARIG. Quando a VARIG parou, imobilizou metade da sua frota e continuou imobilizando aviões e gerou todo um problema de realocação de malha aérea, de passageiros etc. Esse foi um trabalho que impactou a INFRAERO de uma forma controlada. Trabalhamos pesadamente junto com a ANAC. Foi a ANAC que liderou e coordenou todo aquele trabalho. Mas foi o primeiro impacto que nós sofremos diretamente.

Em seguida, veio a colisão do avião da GOL. Logo em seguida, um problema com os controladores de voo. Logo em seguida o problema da TAM. Logo em seguida um problema técnico e, finalmente, os acontecimentos mais recentes.

Durante todo esse período, é importante que os senhores saibam qual foi a postura e a atitude tomada pela INFRAERO como uma empresa prestadora de serviços.

A qualquer momento o raciocínio sempre foi identificar rapidamente qual era a ameaça. Ou seja, o que é que estava acontecendo? Que medidas imediatas tinham que ser tomadas? O imediato é o imediato mesmo. Resposta instantânea. E que medida de curto prazo? O curto prazo para nós são 24 horas diante desse tipo de problemas. Identificar como reagir, identificar se a empresa tem algo a ver com esse problema e se ela tem algo a ver, onde ela está errando e corrigir também de imediato. E por último, se coordenar com o sistema. Basicamente, com o comando da Aeronáutica, com a ANAC e sempre com o cuidado de manter o Ministério da Defesa informado de tudo o que estava acontecendo.

Então, essa, basicamente, foi a postura da INFRAERO durante todo o tempo. É importante também que os senhores tenham consciência que, qualquer coisa que aconteça no espaço aéreo, seja um problema com Controladores, uma tempestade magnética, um problema, um radar que saia do ar, o impacto sobre nós é exatamente o mesmo. Milhares de pessoas concentradas nos aeroportos tentando saber o que é que está acontecendo. O impacto é sempre o mesmo para nós.

O momento mais agudo da crise que nós passamos na INFRAERO ocorreu no dia em que 15 aeroportos, os principais aeroportos do País tiveram, entraram em situação de alarme. Culminando, entre eles, eu cito como emblemático o Aeroporto de Congonhas onde nós tivemos realmente o maior problema durante todo o período. Foi um acúmulo de 14 mil pessoas/hora onde numa instalação projetada para 4.200 pessoas. E isso gerou, realmente, bastante, bastante problema para a empresa. Durante todo o tempo procurou-se minimizar os danos ao contribuinte, os danos ao usuário. Os contatos com a ANAC e com o Comando da Aeronáutica foram sempre integrados e coordenados pelo Ministro da Defesa. Que por várias ocasiões pessoalmente orientou atitudes a serem tomadas. E, em determinados instantes, nós tivemos situações de risco e a cada situação de risco a empresa ganhou experiência. Foi adquirida experiência no trato dessa matéria e chegamos, finalmente, a um consenso e tivemos o feriado da Páscoa em absoluta normalidade.

A empresa aprendeu bastante com isso. Numa autocrítica feita nesta semana nós concluímos que entre erros e acertos, a principal deficiência da empresa, da INFRAERO, foi na forma como tentava informar as pessoas que estavam nos aeroportos do que estava

acontecendo. Esse realmente foi... Identificamos essa falha. Essa falha tem suas origens porque nós temos 30 segundos para dar uma informação num alto-falante de um aeroporto. E não é fácil, em 30 segundos, acalmar milhares de pessoas que precisam das informações, as mais variadas, não é? E esse problema está sendo estudado. Estamos estudando, cuidando disso com pessoas especializadas. Contando com o imenso apoio da ANAC e também uma ajuda considerável das empresas aéreas, que, em última análise, são as mais interessadas no problema.

Meus senhores, basicamente era isso. Eu deixo o restante do meu tempo à disposição para as perguntas que eu acho que é mais importante eu responder as perguntas dos senhores do que eu ficar tentando falar coisas que talvez até os senhores já saibam e não tenham interesse. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Muito obrigado o Brigadeiro José Carlos Pereira por sua palavras e concedo agora a palavra ao Sr. Milton Zuanazzi, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Senador Heráclito Fortes, Senador Leomar Quintanilha, Sr^{as}. e Srs. Senadores dizer para vocês que é uma honra imensa estar aqui no Senado Federal e uma satisfação de trazer algumas informações aos Srs. Senadores que eu considero absolutamente importantes para que a gente reflita, para que a gente tenha conhecimento. Aliás, tarefa essa que eu gostaria de fazer com essa Casa de forma mais intensa do que temos realizado. Apesar de muitas vezes estarmos aqui, desde o ano passado, acho que são números, são dados, são informações muito importantes para os Senadores da República. E esta Casa é a responsável pelo nosso mandato, pela nossa eleição. Aqui fomos sabatinados nessa Comissão e o Plenário fez o voto meu e de meus quatro colegas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – A infra-estrutura, que está junto que o Senador é o Presidente.

Hoje, a imprensa traz declarações minhas que eu fiz na Câmara ontem. Como eu fui muito claro lá na Câmara sobre o que disse vou repetir aos Srs. Senadores, os senhores terão o juízo exato do que eu falei. Pegaram uma questão semântica, absolutamente ao contrário do que eu tinha dito e transformaram isso como se eu tivesse querendo minimizar os problemas que nós estamos enfrentando. E eu comecei dizendo assim ontem na Câmara. A palavra crise é muito impactante, às vezes ela esconde determinadas

coisas. E eu quero me referir à prestação do serviço aéreo e à indústria da aviação civil neste momento de grandes dificuldades que nós estamos passando e quero aqui, na frente dos Srs. Senadores reconhecer grandes dificuldades. Fui mais além, disse que essas grandes dificuldades que eu chamo de problemas. E eu não vou entrar em discussão semântica porque não é papel da Agência discutir política. Nosso papel é técnico, é absolutamente técnico e é assim que vou me manifestar. Porque nós tivemos 14 dias, desde o dia 29 de setembro, que foram absolutamente graves. O que eu chamo de situação grave foram 14 dias de gravidade, citei as datas.

Hoje, por exemplo, 12 de abril. Eu, antes de falar, peguei a informação. Nós estamos com 7% de atrasos e 1,5% de cancelamentos. Esta é uma média, Srs. Senadores, senhores e senhoras, que ela quase que histórica já no Brasil. Eu peguei estudos, apresentei inclusive à própria imprensa, fiz um trabalho que algumas revistas especializadas publicaram, a grande imprensa, não. Mostrando isso. Há uma média de atrasos no histórico brasileiro que nós temos que vencer, essa média se dá por falta de infra-estrutura, sim, se dá por horários de picos que nós temos problemas no controle do espaço aéreo. Se dá por infra-estrutura aeroportuária, especialmente no terminal São Paulo. Que é onde está, digamos, o coração desse País e que os investimentos lá, há muito tempo, não foram feitos na ampliação daqueles equipamentos.

Então, nós temos um histórico de problemas que ocorre que nos leva, em média, 7, 8, 10% de atrasos. E em média de 2% de cancelamentos. Esses 14 dias que abalaram o País, são 14 dias que essas médias estouraram, elas romperam-se, foram muito além desses limites que nós vínhamos, historicamente convivendo. Inclusive os senhores que viajam muito, tanto quanto nós.

Então, eu trago alguns números, Senador Heráclito, não é no sentido de nenhuma avaliação de querer mostrar que as coisas estão bem. É no sentido que os senhores detenham informações que são muito significativas, especialmente da indústria da aviação civil nesse momento.

Primeiro dado que eu considero significativo é este gráfico, que é o gráfico da oferta de assentos nos vôos nas linhas domésticas hoje que nós temos no País. Esse verde é 2007. O azul é 2006. O vermelho é 2005. Vocês olham o crescimento da oferta de assentos por quilômetro que nós temos no País. 2006 foi um ano que superou muito 2005 que havia superado muito 2004 que havia superado 2003. E olha a entrada de 2007, na mesma linha de crescimento.

Então, é importante. Isso não é nenhuma propaganda, isso é uma realidade que está ocorrendo. E às vezes, quem sabe isso não está ajudando a impactar mais os problemas que nós estamos tendo. Mas, enfim, são números. Que é importante que os senhores detenham.

O próximo gráfico vai mostrar a demanda, igualmente crescente, verde 2007, azul 2006, vermelho 2005. Crescimento de demanda. O que é que é crescimento de demanda? Mais brasileiros viajando de avião ou então aqueles que já viajavam viajando mais de uma vez. Esta é uma realidade muito importante desses momentos que nós estamos vivendo de 2004 para cá. Nós somos, hoje, algo em torno de 14 milhões de CPFs que pegam avião no Brasil. Há dez anos atrás nós éramos 7 milhões de CPFs. É muito pouco ainda para um País de 200 milhões de habitantes. Mas é um crescimento de um dobro num período razoavelmente curto. Portanto, mais brasileiros estão viajando. Passa.

Aqui, o mesmo gráfico. Agora a oferta e demanda comparado ano a ano. Também a tendência de crescimento 2007 permanece. E aqui os números, para comprovar o que o gráfico já diz. Olha o crescimento na evolução do tráfego. Oferta e demanda. Olha aqui, nós vínhamos com índices negativos, por isso que essa minha afirmação ontem é dizer que o grande crise do ponto de vista da prestação de serviços ela se deu 2000, 2001, 2002, 2003. Por quê? Há várias explicações. Primeiro a desvalorização do Real em 99, as empresas são endividadas em dólar e tiveram um grande problema. Segundo veio o 11 de setembro que impactou a aviação mundial. Em 2003 vocês devem recordar foi feito um *code-chair*(F) entre a TAM e a VARIG, as duas operavam em vermelho e nesse período das quatro grandes empresas brasileiras que nós tínhamos entre 99 e 2003, duas faliram, uma foi a debacle, quase faliu, que era a maior delas, a VARIG. E a TAM teve um 2003 negativo e se recupera a partir de 2004.

Então, essa é a realidade. Olha agora a realidade da demanda. 26% de crescimento em 2005, 12% em 2006 e se nós tivéssemos infra-estrutura, ou tivermos infra-estrutura crescerá 17% esse ano. Pressão de demanda. Ou seja, há na economia da aviação comercial em crescimento. Essa é a informação que eu considero absolutamente importante para os Srs. Senadores e para os Srs. Deputados e para o Congresso Nacional.

Agora, vamos para o tráfego internacional. Que tem... Aqui são só as empresas brasileiras. Vocês vejam o contrário. Esta linha é o 2006 e aqui está a debacle da VARIG. Quando o nosso Brigadeiro José Carlos

disse que o problema da crise foi o problema talvez mais grave enfrentado porque ela dura meses, esse problema que nós estamos tendo com o controle do espaço aéreo ela dura 6 meses, mas na verdade, na prática, para quem está no dia-a-dia, para quem está lá na INFRAERO cuidando de aeroporto ela tem 14 dias de crise aguda. A crise da VARIG durou meses. Ela vai de maio até setembro, quando nós começamos a recuperar a situação da nossa oferta das empresas brasileiras.

Próximo gráfico é a demanda internacional. O mesmo problema. Cai nas empresas brasileiras exatamente pelo debacle da VARIG. Foram 5 bilhões de passageiros, quilômetros, que deixaram de viajar na VARIG. Num período de 4 meses tiveram que ser transferidos às congêneres, a maioria das brasileiras não tinham vôos para as linhas onde a VARIG voava. Quando foi aqui Argentina, Chile até se resolveu, mas demais países o problema foi grave. Aqui é a comparação oferta demanda mostrando a mesma linha do gráfico. Olha aqui 2007, ainda não recuperou como na doméstica. Veja que na doméstica estava lá em cima. Aqui está no internacional um pouquinho melhor do que terminamos 2006.

Estão aqui os números a provar. Olha a queda em 2006 de 26% na oferta e 28% na demanda. Aqui é um dado muito importante que eu trago aos Srs. Senadores é o yield médio, sabe que médias, como diz um professor meu é perigosa, pode estar a cabeça no forno e os pés no gelo. Mas o yield médio, não ia cansar os senhores com yields de rota por rota em todo o Brasil, ele mostra que você tinha um preço de tarifa média no Brasil e que nós a atingimos e que nós tivemos um aumento dos custos exatamente nesse período que eu chamo de crise.

Então, do ponto de vista da indústria a crise está exatamente nesse período. Ela tende a recuperar. E quando nós abrimos rota por rota, exceto ponte aérea Rio-São Paulo. Exceto São Paulo-Brasília. Exceto Porto Alegre-São Paulo e Curitiba-São Paulo nós temos queda significativa dos yields médios em todas as demais rotas brasileiras. Para que se desse a média igual a que nós temos aqui significa que nós temos quedas bastante grandes e isso aumenta a demanda, derruba preço, aumenta a demanda. Por que é que é importante? Porque por trás disso está uma opção de política de regulação que nós temos que ter. Se a nossa política é uma política de ampliar que os brasileiros viajem de avião nós temos que cuidar exatamente esses números para ver de que forma nós podemos implementá-las com o menor transtorno possível.

Aqui estão os números também representando aquele gráfico. Projeções na doméstica que nós temos

para esse ano de crescimento de 17% na demanda e 19 na oferta.

Aqui outro gráfico significativo, Srs. Senadores. Porque esta linha de 65% do índice de aproveitamento é uma linha que se considera, na indústria, como a linha onde a empresa, a indústria está em situação de crise ou saiu da situação de crise. Volto a dizer, crise da indústria. Não estou falando do controle do espaço aéreo brasileiro. Nem de greve, nem de paralisação, nem de nada. Estou falando da indústria. Ela ultrapassa essa marca que a gente considera a marca de crise em janeiro de 2005. E agora ela está nesse ambiente de superavitário, ou seja, acima dos 65% nas linhas domésticas.

Aqui também é o yield das empresas brasileiras no internacional, pode passar porque já falamos, aí pode passar. E aqui as empresas brasileiras no internacional, elas estão vivendo um momento de razoável de crise. Por quê? No internacional 75% o índice de aproveitamento que se considera. Então aqui as empresas não recuperaram ainda a perda da VARIG. Veja que nós tínhamos uma situação de razoável estabilidade e tivemos uma pequena perda exatamente no ano passado. Quando eu falo que o setor não vê a situação momentânea como crise, eu estou exemplificando por aí. Esses são os investimentos que as empresas estão fazendo quando o setor prevê que está em crise ele não faz investimentos, ele recolhe a sua capacidade de investimento. Olha o que está ocorrendo no Brasil este ano, final do ano passado para esse ano. A TAM capitalizou 1 bi e meio na bolsa, a GOL 500, a VARIG tinha sido inicialmente comprada por 307 milhões, a BRA com novos sócios, a OCEANAIR com novos sócios, a TRIP com novos sócios e a compra da GOL pela VRG por 648 milhões. 3 bi e 400, então interprete exatamente como eu falei. O setor está olhando o momento como olhando de perspectiva de investimento. Acho que são dados importantes para os Srs. Senadores que eu trago aqui.

Aqui são novas empresas que surgiram no mercado, somente 4. São todas elas regionais. Na questão de outorgas, volta e meia a gente ouve falar: Ah, porque a ANAC libera linhas demais em demasia. Então eu trouxe esse dado aqui para os senhores que não. Não há liberação em excesso de linhas e não são elas que estão impactando nos problemas do tráfego aéreo. Volta e meia a gente vê no jornal, vê na televisão alguém dizendo isso. Pode passar a tela que vai mostrar.

Aqui, Srs. Senadores, está o número de movimentos/dia, o número de vôos/dia das empresas aéreas regulares no Brasil. Em março de 2006 era 1.406 vôos dia. Em março de 2007, 1.406, coincidentemente o mesmo número. E o número de empresas, volta, por favor,

o número de empresas que eram 19 passaram a ser 22. E aqui o número de movimentos. Mês a mês. Março de 2006, 47.634 movimentos. Março de 2007, 47.984 movimentos. Portanto, não é isso que está impactando o tráfego aéreo brasileiro. Alguém poderia dizer: Então pode ser a aviação geral, a aviação executiva, helicópteros enfim. Mostre a próxima tela. Tiraram a minha tela da... Mas vai estar, por favor, para frente. Vai estar aí. Aqui está o RAB, o Registro Aeronáutico Brasileiro. O crescimento dele, nós estamos hoje, registradas no Brasil, 11.182 aeronaves, ano passado, 11.103, ano retrasado, 10.985, enfim. Esse é um crescimento ano a ano. Pode ver que o crescimento do número de aeronaves, ele não é muito significativo, ele está dentro de uma média de 5, 6% ao ano.

Este das aeronaves de grande porte. Aqui nós tivemos até a diminuição em 2007. Aqui, em março de 2006 tínhamos 223 aeronaves de grande porte, hoje estamos com 221. Por quê? Pela falta da VARIG. A VRG só repôs 21 aeronaves das 74 que saiu da VARIG. A GOL cresceu, a TAM cresceu, a OCEANAIR.

Mas enfim, acho que é um dado importante porque acho que nós precisamos trabalhar com ele constantemente. Por favor. Aqui também dizem que a ANAC nada faz, as empresas não cumprem as suas obrigações legais. Eu trago esses dados para mostrar que não é pouco o volume de trabalho que nós temos feitos em autos de infração.

Então, trouxe aqui por empresa, né? Autos de infração sobre atrasos de voo, mal atendimento, bagagem, cancelamento de voos, *overbooking*, está aqui, 1.780 ISRs, que são, quando o usuário vai lá fazer a reclamação. 676 autos de infração em atraso. 411 mal atendimento. 458 por extravio de bagagem, 434 cancelamento. 462 em *overbooking*. Talvez esses números não sejam maiores porque os usuários, muitas vezes, não vão reclamar. É um hábito do brasileiro, talvez. Não usar o seu, a sua estrutura de fiscalização. E nós dissemos sempre: Vão até à ANAC reclamar. É importante o preenchimento do ISR. Estamos melhorando muito essa operação, infelizmente as nossas SACs, além de pouca gente estão em lugares às vezes escondidos em aeroportos, embaixo de escada, lugares de difícil acesso. Nós, a partir de maio teremos novas SACs nos aeroportos brasileiros, temos SACs, Serviço de Aviação Civil em todos os aeroportos brasileiros. Temos novas, estamos comprando uma caneta eletrônica que vai processar tudo isso on-line, o usuário ao escrever com aquela caneta, ele mesmo está preenchendo todos esses dados. E nós vamos ter com isso uma agilidade também nesse procedimento extremamente significativo do ponto de vista do consumidor que, evidentemente, está aqui o Ricardo Morishita pode até

dizer como é que nós estamos trabalhando a defesa do consumidor, já que esse papel de fiscalização do serviço aéreo pertence à ANAC.

Mas esses números são no sentido de dizer que nós não estamos parados não. Muito pelo contrário nós temos atuado com bastante intensidade.

Pode passar. Só nesses primeiros 3 meses já são 382 processadas. Aqui, por empresa aérea e também por um tipo de processo que nós estamos fazendo.

Portanto, senhores e senhoras Senadores essa é uma apresentação, evidentemente eu fico totalmente à disposição para as perguntas. Espero ter esclarecido aquilo que de forma tão intensa, como no texto bíblico fizeram com a cabeça de São João Batista, de algo que é absolutamente eu não disse. Eu vou reafirmar como Presidente de uma Agência de Aviação, portanto como um órgão de Estado. Nós temos problemas sim. São problemas sérios que precisam ser resolvidos. Nós, na ANAC, temos uma intimidade tão grande com a Aeronáutica, com a INFRAERO que nós temos a convicção que a Aeronáutica, na sua parte, a INFRAERO na sua, resolverão os problemas que estão nos impactando. Nós temos absoluta convicção. Os aspectos dos aeroportuários de São Paulo, eu sei que os Srs. Senadores vão fazer essa pergunta, desde a década de 70, eles não recebem, do ponto de vista da ampliação do receptivo aeroportuário de São Paulo, aumento de capacidade. As obras que a INFRAERO está fazendo em Congonhas é para recuperar tempo perdido. Algo que nós já deveríamos ter feito há muito tempo ou, quem sabe, não ter feito com que Congonhas voltasse a ser o grande RAB nacional, se o equipamento não estava com toda a estrutura para ele. E ele é hoje o grande aeroporto da América Latina. Não só do Brasil. E, portanto, uma chuva em São Paulo, fechamento de Congonhas impacta todo o sistema da aviação comercial brasileira. Às vezes as pessoas nos perguntam: O que eu tenho que ver que um voo de Rio Branco para Brasília tem que ver com chuva em Congonhas? Muito. Muito. Tem a ver porque as nossas malhas, para derrubar aqueles desvios, se integraram. As aeronaves hoje são muito mais ocupadas.

Para os senhores terem uma idéia, no ano de 2000 uma aeronave no Brasil tinha uma média de 6,5 horas de ocupação/dia. Hoje, uma aeronave no Brasil está com acima de 13 horas de ocupação/dia. Uma aeronave no Brasil é como táxi de cidade grande, roda dia e noite. Até porque hoje as empresas não são mais donas de aviões. São contratos de *leasing*. Se o avião estiver parado no aeroporto a empresa está perdendo. Ocupar essa aeronave é fundamental para o resultado econômico dela. E essas malhas se integraram muito. Nós temos lá um grupo adiantado de trabalho com as

empresas aéreas na questão da integração das malhas e como solucioná-la. Para que nós não impactemos o País como um todo como nós temos problemas localizados em determinados lugares.

Senhoras e senhores muito obrigado fico à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradecemos as palavras do Dr. Milton Zuanazzi. Concedemos a palavra ao Dr. Jorge Botelho, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo para fazer a sua exposição.

Gostaria, antes de passar a palavra ao Dr. Jorge Botelho, de registrar com muito prazer a presença, nesta Comissão, do Deputado Fernando Gabeira, que desde o início tem se mostrado um lutador para que a crise no País seja normalizada.

Com a palavra o Sr. Jorge Botelho.

SR. JORGE BOTELHO – Exmº. Sr. Ministro, Exmº. Srs. Senadores, demais pessoas aqui presentes. Eu procurarei ser breve que eu sei que os Srs. Senadores têm questões a serem apresentadas e é um prazer estar aqui como estive em outras vezes prestando os esclarecimentos e colocando a nossa posição. E todas às vezes que for convocado aqui estarei para debater a questão.

Eu coloco aqui a seguinte situação. Nós temos, os senhores viram as apresentações como funcionam o sistema, a questão colocada pela INFRAERO, pela ANAC, né? No caso de nós controladores de tráfego aéreo, nós temos realmente divergências quanto a maneira como a questão está colocada, muitas das vezes como a coisa funciona, mas a divergência faz parte do ser humano e democraticamente temos que debatê-la para ver qual é a melhor solução. Correto? Algumas situações estão sendo, algumas questões que foram levantadas pelo grupo de trabalho estão sendo encaminhadas, né, pelo Ministério da Defesa e as autoridades. E especificamente sobre a questão do pessoal, né? O que eu quero debater aqui, quero apresentar é a divergência que nós temos quanto ao que nós chamamos de anomalias, de... Digamos, incoerências na questão de pessoal. Nós temos hoje dentro do sistema, não vou falar especificamente do controlador de tráfego aéreo, do pessoal civil que trabalha no sistema. Então nós temos militares graduados, nós temos civis sob o regime da Lei 8.112, os funcionários públicos. Nós temos, dentro do sistema também, os civis da INFRAERO, nós temos agora também o pessoal contratado, aposentados, né? Então, isso aí cria uma... São regimes diferentes, salários diferentes, logicamente que causa uma insatisfação de um ou de outro, e nunca se consegue resolver o problema.

Falou-se aqui em termos de que o interessado, há uma carreira, né? Nós temos, dentro do sistema, os militares, que têm carreira.

Então, logicamente, que todos os outros segmentos querem ter uma carreira valorizada. Em que ele seja realmente visto como um profissional que tem as suas atribuições e queira dar o melhor de si. Mas não quer, de maneira nenhuma, ser discriminado. Certo?

Bom. No momento em que nós participamos do grupo de trabalho criado pelo Exmº. Sr. Ministro Waldir Pires, nós colocamos todas as nossas posições, todo o nosso pensamento e o anseio que nós temos em relação à carreira do pessoal civil. E nos prontificamos a qualquer momento e dentro daquele fórum a contribuir para solução, para encontrarmos um denominador comum.

Não está ainda, não temos ainda o encaminhamento dessa questão e isso causa uma apreensão para o pessoal. Esta é a grande questão que eles me colocam. No sentido de colocar para o governo que esta situação de não termos uma interlocução efetiva com o governo é que deixa o pessoal muito apreensivo e há insatisfação. Durante todo o governo do primeiro mandato do Presidente Lula. Eu não digo somente controladores, mas todos os trabalhadores da aviação, digo aeronauteroviários(F) e nós servidores públicos não tivemos uma interlocução, não tivemos um diálogo com o governo no sentido de apresentar todos os seus anseios e sua visão do setor. Então--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– No governo anterior teve? O governo do Fernando Henrique Cardoso teve articulação?

SR. JORGE BOTELHO – Não, desculpe, eu gostaria até de corrigir que também não tivemos. Foi boa a sua interrupção. E isto aí eu digo esse anseio porque nós, trabalhadores, esperávamos que tivesse também no governo de trabalhadores essa visão, essa possibilidade de colocar bem as questões, haver um diálogo maior. E hoje então eu coloco aqui da seguinte maneira. Nós tivemos uma reunião com o Ministro do Planejamento em que ele, posteriormente, disse que não era mais o interlocutor. E aí a pergunta que eu faço é o seguinte: Nós tentamos a todo o instante, insistentemente, estabelecer uma Mesa de negociação com o governo para discutir todos esses problemas. Até o momento ela não foi instalada. E eu coloco: Se o Ministro do Planejamento não é o interlocutor para resolvermos essas questões relativas a carreira, salário e outras mais que são mais prementes, dentre aquelas que estão colocadas para nós no documento do grupo de trabalho, a gente não entende. Porque a própria legislação, ela atribui ao Ministro do Planejamento a responsabilidade para tratar dessas questões.

Então, nós vemos que, novamente, não temos essa interlocução e nós sempre colocamos para as autoridades que o desejo nosso é de dialogar e buscar soluções dentro de um clima de tranquilidade, dentro de um clima de um diálogo franco.

Então, eu coloco aqui essa questão que nós queremos estabelecer esse diálogo, que o governo realmente coloque piamente, né, claramente como vai conduzir esse diálogo conosco. Obrigado, senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra. Agradeço a palavra do Sr. Jorge Botelho. E concedo a palavra ao Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça, Sr. Ricardo Morishita para fazer a sua exposição.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Presidente.

SR. RICARDO MORISHITA – Muito obrigado Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes. Prezados Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de expressar um pouco a matéria do consumidor nesse tema. Exmº. Sr. Ministro de Estado da Defesa, Dr. Waldir Pires, pessoa na qual gostaria de cumprimentar a todas as autoridades presentes nessa Mesa. Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Deputado, oficiais, senhoras e senhores.

Claro que a minha primeira intervenção, ela deve expressar toda a preocupação, toda a comoção que os consumidores brasileiros passaram nesse período. Jamais poderia iniciar a minha fala sem expressar os transtornos, a situação dos nossos consumidores. Mais do que nunca, é importante a gente verificar que o consumidor, ele de fato é a pessoa mais vulnerável em todo esse processo.

Se de um lado, e me parece bastante positivo, que o acesso a esse tipo de serviço, a esse tipo de transporte tenha se ampliado, é importante a gente verificar também que esse acesso, ele deve ser acompanhado de um patamar mínimo de qualidade e de garantia para esses consumidores. Acho que esse processo, principalmente aonde a atividade econômica procura levar o desenvolvimento, me parece fundamental para o País, é fundamental também que esse desenvolvimento, ele tenha um patamar mínimo de qualidade de civilidade para que todos possam, então, participar dessa atividade.

Chama muito a minha atenção, quando nós pensamos nos novos consumidores que adentram a esse serviço. Porque se são consumidores que viajam pela primeira vez é natural que tenham que lidar com toda

a complexidade muitas vezes desse serviço e da qualidade das informações que principalmente as empresas aéreas devem prestar.

Bom, sobre esse tema, sobre essa circunstância me parece que há duas situações relevantes que merecem uma abordagem. A primeira delas, e aqui vem toda a circunstância da responsabilidade e dos danos que os consumidores sofreram, seja do ponto de vista patrimonial, seja do ponto de vista moral, me parece que o tema foi bastante bem encaminhado pelo Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Porque há diversas ações civis públicas que discutem essa matéria. E, portanto, há, eminentemente uma jurisdicionalização desse tema através das ações. Me parece que dado à intervenção jurisdicional é um tema que merece ser conhecido, mas que não merece ter essa abordagem direta nessa minha fala. O que me preocupa é o outro lado e aqui me interessa fazer uma distinção entre dois sistemas. Um sistema que é o sistema de responsabilidade dos danos que sofreram todos os consumidores, que já está sendo tutelada através de três ações coletivas que visam tutelar então todos esses consumidores. Afora as ações individuais que foram propostas. E um outro tema completamente diferente que eu gostaria de acentuar, que é o dever de assistência. É possível sempre se voltar ao tema da responsabilidade, se debater a responsabilidade, mas é indiscutível que do lado do sistema da responsabilidade existe, previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica, o chamado dever de assistência. E o dever de assistência, ele tem como única finalidade, no momento excepcional, no momento conturbado, garantir ao cidadão, aos consumidores que utilizam daquele serviço minimamente condições para que ele possa, com civilidade, enfrentar todos os transtornos. Na prática seria um cumprimento de uma norma que já está previsto na Portaria que regulamenta o Código Brasileiro de Aeronáutica que é garantir aos consumidores todas às vezes em que ocorra um atraso superior a 4 horas, garantir a esses consumidores, em primeiro lugar, a possibilidade da devolução daquilo que ele pagou, o reembolso daquele valor que o consumidor pagou. E uma segunda hipótese, caso o consumidor queira continuar a viagem, caso ele tenha a intenção de realizar aquela viagem, que seja garantido a ele a hospedagem, o transporte e a alimentação.

Estes eventos, este dever, embora haja toda aí uma preocupação do sistema, inclusive aproveitando o diálogo que ele mantém hoje com a ANAC, que é um bom diálogo com a ANAC. Propor uma discussão um pouco mais ampla sobre esse período de quatro horas. Fazia muito sentido quando a gente imaginava uma legislação de 20, 30 anos atrás. Hoje em dia, com

a atualização, com a velocidade, com toda a disponibilidade, se pergunta se esse prazo não seria excessivo. Se não seria possível uma revisão desse prazo. Mas o lado disso, desse dever, desse dever de assistência que cabe a cada companhia aérea, que não é uma sugestão, não é simplesmente algo feito como um favor ao consumidor, mas é um direito do cidadão, é um direito dos consumidores, foi algo que nós não observamos o devido cumprimento.

Nos primeiros momentos, o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, eu tenho aqui dados, principalmente das regiões mais afetadas, aplicaram sanções, aplicaram multas contra as empresas aéreas porque descumpriram com esse dever, com essa garantia mínima dos consumidores de manter a civilidade, de manter e de fornecer aos consumidores o alojamento, a alimentação e o transporte. Me parece que esse descumprimento, ele se repetiu agora novamente nessa última etapa. Nesse último momento que nós tivemos agora. E, sobre isso também, nós iremos promover uma averiguação e se constatado nós iremos aplicar a sanção. Mas me parece que pende também uma responsabilidade estratégica das empresas aéreas. Porque a legislação é absolutamente clara, não importa a causa da paralisação, não importa a causa que levou ao cancelamento ou ao atraso do voo. Uma vez ocorrido o atraso ou o cancelamento é uma obrigação legal, é um direito que o cidadão tem de ter todos esses procedimentos implementados. E o que nós verificamos foi esse descumprimento e eu tenho certeza que boa parte dos transtornos que os cidadãos sofreram nos aeroportos foi, sobretudo, em razão deste descumprimento.

Foram lavrados autos de infrações, foram aplicados sanções, foram abertos processos administrativos por todo o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. E me parece que esse é um ponto vital, é um ponto nevrálgico, porque principalmente nos momentos em nós temos uma situação excepcional, uma situação conturbada é que a legislação, ela precisa ser cumprida. A legislação foi criada exatamente para assegurar a esses cidadãos, a esses consumidores, neste momento, no momento em que se faz necessário minimamente um suporte, minimamente uma assistência. Nós estamos falando de alimentação, estamos falando de hospedagem, estamos falando de transporte, fatos que pública e notoriamente não foram adequadamente cumpridos pelas empresas. Acho que existe esse sistema, acho que é fundamental existir o cumprimento dessa norma por parte das empresas. Foram autuadas. Eu não tenho a menor dúvida, elas têm a possibilidade de se defenderem, há todo o devido processo legal. Mas é fundamental que também as empresas aéreas assu-

mam a sua responsabilidade por um fato que não é, de novo, uma sugestão, mas é uma norma legal que garante a todos esses cidadãos minimamente esse sistema.

Eu também não quero ser repetitivo. Mas é claro que nesse ponto, na medida em que se... O próprio Código Brasileiro de Aeronáutica, ele também prevê esse dever de assistência, ele está em absoluta consonância com o Código de Defesa do Consumidor. E o Código de Defesa do Consumidor tem um direito que é primordial, é o direito à prevenção e o direito à reparação de todos os danos dos consumidores. Na medida em que existe esse direito básico me parece que também é importante que esse prazo de 4 horas possa, de alguma maneira, ser rediscutido com o amplo debate pela sociedade, mas que possa também ver garantido aí esse direito para todos os consumidores.

Este é o ponto que mais me chamou a atenção em todo esse processo. Não é uma preocupação específica do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, mas é uma preocupação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. E me parece que algo que também merece ser levado a público e merece, sobretudo, uma atenção com a possibilidade do aprimoramento dessas normas, o aprimoramento desses sistemas, principalmente por parte das companhias aéreas.

Sr. Presidente, era essa a minha breve intervenção. Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, estou inteiramente à disposição para responder a qualquer pergunta que for necessário. Muito obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Agradecemos ao Dr. Morishita as considerações iniciais expendidas por V.S^a., e nós passaremos agora à segunda parte desta reunião conjunta que é a parte do debate onde nós teremos a participação dos eminentes Srs. Senadores. Tem prioridade os autores dos requerimentos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente. O Dr. Milton quer dar uma informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Como?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – O Dr. Milton quer dar uma informação que acho que julga importante para o nosso debate antes de passar a palavra se puder passar a palavra a ele eu agradeceria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra Dr. Milton.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Só para dar uma informação eu recebi há pouco

que tem uma paralisação completa de controladores na França, os dois principais aeroportos é quase integral e toda a média dos aeroportos franceses, algo em torno de 50%.

Então, é um problema que a gente volta e meia verifica no mundo todo, né?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– São civis ou militares na França?

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI

– São civis.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Como eu dizia, a prioridade da oitiva é dos Senadores que apresentaram os requerimentos. Nós daremos a palavra ao Senador Heráclito Fortes como subscritor do Requerimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Ministros, senhores convidados. Antes de mais nada, eu quero pedir ao Dr. Zuanazzi que comunique a esta Comissão quando a crise da França for resolvida. V.Ex^a. está anunciando hoje o início, queria que V.Ex^a. pudesse comunicar à Comissão o período, em quanto tempo ela será resolvida. Isso será um parâmetro muito bom para se verem como as coisas são resolvidas lá e cá. Acho que nós não... Não é um bom exemplo, mas V.Ex^a., V.Ex^a. foi quem trouxe.

Sr. Presidente, é muito importante a presença dos convidados nessa Comissão nessa manhã. Pelo papel do Senado da República e pelo papel das duas comissões que procederam a convocação. De antemão eu quero que todos saibam que não é do espírito nem desta Casa, nem dos Parlamentares individualmente aumentar este conflito. A crise aérea brasileira não interessa a ninguém. Não interessa ao governo, não interessa à oposição, não interessa ao contribuinte, que é exatamente o grande penalizado nessa questão. O que nós estamos procurando é através desta Mesa unificar o debate. Evitar a distorção de informações. O conflito hierárquico da crise para facilitar. E o Senado, na última Audiência Pública, o Ministro Waldir Pires é testemunha. O primeiro resultado concreto foi a colocação de recursos orçamentários para atender demandas urgentes para tentar solucionar a crise. De forma que não há partidarização, fiquem os senhores absolutamente tranquilos. Como cidadão brasileiro, nós temos o dever e a obrigação de colaborar com o País para a solução desta crise.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas, e aí... A primeira, com certeza, para o Ministro Waldir Pires poderia responder. Mas, antes disso, ele nos explicasse um pouco o que significa, no seu entender, o conflito de compreensão. De onde, onde é que falta e quem gera este conflito?

E segundo ponto, eu queria falar sobre o CONAC, que é o Conselho Nacional de Aviação Civil. Em 2003, no dia 30 de outubro uma reunião presidida pelo então Ministro Viegas, algumas resoluções foram tomadas. A Resolução 5, 11, 15 e 18, especificamente falam sobre providências que deviam ser tomadas preventivamente para a solução da crise.

A pergunta é se o Presidente da República tomou conhecimento desse documento? Quais as providências tomadas? E de lá para cá, quantas vezes o CONAC se reuniu? Porque, nada mais oportuno o CONAC ter reuniões periódicas até para promover politicamente essa transição entre a ANAC e o DAC. De 30 de outubro de 2003 para cá, quantas vezes se reuniu? E, nesse período da crise, já que o CONAC reúne em torno de si as autoridades diretamente mais ligadas ao setor aéreo no País, quantas vezes se reuniu?

A questão do controlador civil e do controlador militar. A convivência que nos conste sempre foi pacífica, harmônica, inclusive em divisão de salas. Quando começou e por que começou essa distorção entre o civil e entre o militar? E... Pegando a deixa aqui do Sr. Jorge Botelho, quem vai cuidar do controlador civil? Evidente que a prioridade agora é para a crise envolvendo o controlador militar. Mas e o controlador civil? Ele... Apontou o Ministro do Planejamento e o Ministro da Defesa. É uma pergunta feita.

Outra pergunta que eu acho que o Brigadeiro Saito pode nos responder e sobre esta Comissão da IATA que esteve no Brasil. IATA, é uma comissão estrangeira que esteve aqui recentemente e, inclusive-- federação dos controladores pedindo inclusive que nós, que o Brasil desse prioridade aos vãos internacionais. Nós não estamos correndo o risco de rebaixamento de categoria dos nossos aeroportos? Nós não estamos correndo o risco de perder para o Chile a primazia do controle de voo no espaço aéreo da América Latina? Quais as providências que estão sendo tomadas para a solução desse problema?

O controle aéreo, há uma confusão grande. Quando o problema aparece não é da INFRAERO o controle aéreo, quando a notícia é boa o controle aéreo, a INFRAERO tem responsabilidade. Eu queria, Brigadeiro, que ficasse bem claro para o País um tanto ignorante nessas entrelinhas burocráticas, o que é que no controle aéreo é de responsabilidade ou se tem alguma responsabilidade a INFRAERO? Aeroportos de interior, ou... Como é que é feita essa divisão? E como é que é esta convivência?

Outra pergunta. Ainda existe, no Brasil, o famigerado buraco negro que tanto nos assusta? O buraco negro que alguns acusam, inclusive, o Ministro Waldir Pires, me lembro bem, esse nome nunca mais me saiu

da cabeça, a Posição Teres, aquela linha imaginária que amarra a navegação aérea é... Se existe, o que é que é preciso fazer para acabar com isso? Se os sistemas estão integrados? Por que é que existe o... Qual é a razão da existência desse buraco negro?

Queria perguntar ao Presidente da INFRAERO: Nós vemos aí, nos causa pena, aviões sucateados nos hangares do Brasil. Uma pendência jurídica envolvendo a INFRAERO e a TRANSBRAVIL. Outra envolvendo a INFRAERO e a VASP, e os hangares sucateados, os aviões sucateados e os hangares desocupados. Quais as providências que já foram tomadas para solucionar essa crise? O que é que impede a INFRAERO, através de medidas jurídicas drásticas, retomar esses espaços que são caríssimos. Evidente que na Justiça vai correr prazo e um dia as empresas pagarão ou supostamente os seus proprietários perderão os seus bens. Mas não é isso. Nós estamos, através da limitação de espaço prejudicando outras empresas.

E como é que anda uma negociação iniciada, ainda na época do Ministro Viegas, para repassar esses hangares da TRANSBRAVIL para a OCEANAIR.

O Brigadeiro, ontem, na Câmara, e nós estamos repercutindo um pouco o episódio da Câmara, disse que ao assumir a INFRAERO levou apenas três funcionários. Eu gostaria que o Brigadeiro dissesse a esta Comissão o nome dos funcionários. Levados por ele, da cota pessoal dele. E aqui fazer um registro, Sr. Ministro Waldir Pires e de estranheza. Um órgão técnico como esse se coloca um técnico na função e não lhe dá liberdade de colocar uma equipe da sua confiança. Esse desabafo, Brigadeiro, de V.Ex^a. é fundamental. Como é que assume uma posição de responsabilidade como essa e só lhe é dado o direito de colocar três servidores? Declarações dadas ontem.

Eu gostaria de saber sobre as indicações do Superintendente Regional de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Quando foi feita? Por quem foi feito? A data da posse. E por último, sobre a INFRAERO. O senhor, como Presidente da INFRAERO, o que hoje tem sido detonada de crise no País inteiro, encontrou ou tem conhecimento de algum contrato que não tenha sido previamente licitado dentro da empresa?

Por último, Sr. Ministro Waldir Pires, a minha pergunta, com certeza atende ao anseio de grande parte dos brasileiros e principalmente das famílias vitimadas no acidente da GOL. Como anda o inquérito? Como é que está a situação das famílias das vítimas? Com relação a indenização, com relação a assistência? Nós estamos há mais de seis meses do acidente e o Brasil quer algumas respostas mais claras sobre essas indagações. No momento eram essas as perguntas que queria fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. A Mesa vai adotar o seguinte critério, diante do elevado número de Parlamentares inscritos, nós vamos ouvir o questionamento em bloco de três Srs. Senadores e aí, os convidados procederão as respostas. Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, me permita que inicialmente eu até conteste essa forma que V.Ex^a. agora acaba de implantar. Sem querer discutir com a Mesa. Porque as questões do Senador Heráclito Fortes são questões da maior importância e claro que se nós, somadas a essas questões que são inúmeras e com tantas outras questões que mais dois outros Senadores coloquem, dificilmente nós vamos ter respostas. Nós vamos ter, com certeza, evasivas. E essa reunião se pauta por isso, lamentavelmente, nós não vimos aqui, dos expositores, soluções para os problemas. A crise é um fato, é inquestionável. A crise não redonda apenas da questão controladores aéreos. Sem sombra de dúvida, é importante a questão, a questão dos controladores. Mas não é apenas isso, Sr. Ministro. Eu fiz o trabalho de pegar aqui na "Folha de São Paulo", e começa com a quebra da VARIG, depois o acidente da GOL, depois, no dia 5 de dezembro tem a maior pane no sistema de controle aéreo da história do País. "Falha em equipamento impede que os aviões se comuniquem com o CINDACTA I de Brasília". No dia 12 de dezembro, o TCU divulga relatório que indica falhas de gestão e falta de recursos no sistema de controle, além de falta de coordenação para a crise aérea. No dia 12 de janeiro, pane no sistema de comunicação no CINDACTA II, em Curitiba. Problema ocorreu em equipamento de 20 anos de uso, considerado obsoleto. E eu já ouvi o Presidente da INFRAERO dizer que vários equipamentos estão obsoletos e se não forem renovados ou modificados ou reequipados, provavelmente muitos entrarão em colapso dentro em breve. 18 de janeiro, ANAC e INFRAERO decidem criar mecanismo de controle de acúmulo de água na pista principal de Congonhas. Cinco derrapagens ocorrem em onze meses e governo abre edital para a reforma da pista. Vejam que Congonhas gastou milhões, sob suspeição hoje para a reforma do aeródromo, da Casa, mas não da pista de pouso e hoje uma pista interditada e a outra frequentemente interditada porque São Paulo chove e nós sabemos aqueles aguaceiros tradicionais de São Paulo é o motivo para interdição. A chuva. 10 de fevereiro. No IPM que apurava a responsabilidade pela operação padrão controladores são acusados de motim. Isso é 10 de fevereiro.

Então, a insatisfação entre os controladores é antiga. É antiga. 18 de março, pane no sistema de in-

formática do CINDACTA I. Governo apura hipótese de sabotagem. 21 de março, pane da rede de informática do CINDACTA II. O governo fala em sabotagem. 24 de março, falta de teste em aparelho que permite pousos em dia sem visibilidade, o chamado ILS, fecha Cum-bica por causa de nevoeiro por mais de 12 horas em 3 dias. Aí ficou uma troca de acusação, se seria um trabalho do Comando da Aeronáutica, da INFRAERO. E 28 de março, Sr. Presidente, imagine, pombo morto fecha Congonhas por 15 minutos.

Então, são questões que se avolumam que é falta de infra-estrutura, falta de investimento, problemas de renovação de equipamentos, equipamento obsoleto. E o problema dos controladores de voo. Por conta disso, o Governo constitui em 16 de novembro de 2006 uma Portaria que cria o grupo de Trabalho Interministerial. E aqui distribuíram, não sei quem bem distribuiu, Srs. Senadores, o resultado desse trabalho do GTI, com 16 assinaturas, e aqui comprova tudo. Tudo. Aqui está dito que é necessário contratação de profissionais para a área de controle do espaço aéreo brasileiro que deverá adequar-se à nova estrutura sistêmica organizacional. Estudar o redesenho do espaço brasileiro no sentido de adequá-lo ao crescimento da aviação civil. Auditoria técnica independente imediata para avaliar os problemas e as necessidades do sistema relativos a pessoal. Atualização tecnológica, infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária. Implementação de auditorias operacionais. E por aí vai. Foi esse grupo de trabalho que... Fez esse tipo de recomendação.

Pois bem. Lamentavelmente, nós não assistimos providências por parte do Governo Federal e aqui nessa audiência, eu esperava que o Ministro Waldir Pires, o próprio Comandante da Aeronáutica pudesse dar ao País uma esperança, uma expectativa das providências que estão em curso. Mas eu ouvi muitas obviedades, eu vi muitas... Divagações, mas efetivamente, quais as providências para resolver os problemas dos controladores? Vamos desmilitarizar, não vamos desmilitarizar. O governo ora diz que vai desmilitarizar. O Ministro Waldir Pires, como Ministro da Defesa, eu acho que dentro das suas atribuições, mas talvez criando uma dificuldade militar, ele começou a negociar com os Sargentos lá atrás. Abriu uma negociação com os Sargentos. Eu, ontem, ouvi, aliás, hoje pela manhã o Ministro Waldir Pires na televisão dizer que ele crê, tem esperança, todo nós cremos, crê em sonhos, e crê em reivindicações. Eu vou me ater só as reivindicações, os outros não têm muito a ver, esperança e sonhos todos nós temos, mas não resolvem problemas. Reivindicações, reivindicações de quem? Dos controladores? Como é que serão resolvidas essas reivindicações? Qual é o norte, eu pergunto ao Ministro Waldir Pires,

ao Tenente Brigadeiro-do-Ar, Juniti Saito, que temos o maior respeito por ambos, ao Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira e também ao diretor da ANAC. As soluções que foram colocadas aqui, pelo que vi da exposição, não estão expostas para o País.

O que o Senador Heráclito falou sobre uma visita aqui de um sistema internacional de controladores é extremamente preocupante. Senão, vejamos o que diz aqui uma reportagem da Folha de São Paulo. “O sistema de controle de tráfego aéreo brasileiro é falho e tem o nível baixo de segurança. Os controladores não têm preparo. Os equipamentos são velhos. Não há suporte técnico. A cobertura de rádio é ruim. Os sistemas operacionais são inadequados. E, apesar disso, a Aeronáutica afirma ter um dos melhores e mais modernos sistemas do mundo”. Eu quero colocar aqui... É uma reportagem de Leila Salvando da Sucursal de Brasília. É um resumo do relatório preparado pela Federação Internacional de Associação dos Controladores de Tráfego Aéreo, após uma vistoria geral do CINDACTA I. Os resultados foram enviados em caráter confidencial para Organizações da Aviação Civil Internacional, para a Federação Internacional da Associação de Pilotos de Linhas Aéreas e uma carta foi enviada ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 9 de novembro de 2006, para oferecer Assessoria e consultoria para auxiliar o governo na construção de um marco institucional novo mais transparente e seguro.

Então, o que eu quero perguntar, Sr. Presidente, ao Sr. Ministro é que se nós pegarmos as declarações do Ministro, inclusive aqui nesta Casa, na Comissão de Fiscalização e Controle. Teríamos toda a razão para ficarmos despreocupados que tudo estaria em curso para uma solução rápida do problema.

O Ministro Waldir Pires dizia, no dia primeiro do onze, “a situação deles - controladores - está no limite. Quando assumi não sabia”. Depois, o Ministro diz: “Não houve nada - Isso já no dia 13/11 - Não houve nada. Quantas vezes temos atrasos de duas, três horas. São atrasos de vôos, de empresas”. Dando tranquilidade ao consumidor brasileiro que não havia nada. Que era atraso normal. Mas há uma crise. Evidentemente que há uma crise. No dia 4/12 o Ministro diz: “As coisas estão marchando para que a situação se normalize”. Mas, no mesmo dia, no dia seguinte, Sr. Milton Zuanazzi diz: “Nunca houve um colapso aéreo dessa magnitude no País”. Um dia de diferença e uma declaração de uma autoridade para outra. No dia 7/12, três dias depois, a Srª. Ministra da Casa Civil diz: É um problema bastante simples de solução. Eu sempre ouvi o Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira dizer que é um problema extremamente difícil de solução, eu até o elogio por

essa franqueza e esse módulo, eu diria, transparente de colocar uma questão tão grave como essa.

O Presidente diz, no dia 21/12, “a determinação é resolver definitivamente os problemas”. 21/12. O Ministro Waldir Pires, dia 21/3 diz: “Não temos uma crise, temos problemas focados que já estão sendo resolvidos”. E termina dizendo: O usuário deve ser objeto essencial do tráfego aéreo e o que é o usuário? É toda a humanidade brasileira”. Isso antes dos acontecimentos pré-Páscoa daquele momento onde os controladores aéreos resolveram por bem fazer o movimento, que nós todos aqui repudiamos, que era uma quebra de hierarquia. E que o Presidente Lula, fora do País, dá uma determinação de que o Comandante Juniti Saito não deve exercer a sua autoridade, que ele se dirigia para fazer a prisão dos controladores amotinados. Desautorizando a Aeronáutica, manda o Ministro do Planejamento autorizar tudo, que eu vi o Ministro Waldir Pires agora fazer uma avaliação de que era preciso resolver o problema. E aí se coloca em xeque a Constituição, a atribuição da Aeronáutica, a hierarquia, a disciplina. Retorna ao País, desconhece o que o seu Ministro fez por ordem dele. E aí repõe as coisas no lugar.

Mas o importante, Sr. Presidente, é que nós não temos ainda uma solução para este problema. Ou não temos soluções para estes problemas. Porque são vários. Volto a repetir: Investimento em infra-estrutura; investimento em equipamento; investimento em treinamento de pessoal e o problema institucional com relação aos controladores aéreos.

Então, eu estou fazendo essa intervenção para perguntar ao Ministro Waldir Pires, ao Comandante Juniti Saito que providências estão em curso para que esses problemas que apareceram ao longo desses seis a nove meses, se considerarmos nove meses o início da crise da VARIG, estão em curso para uma verdadeira solução, para trazer tranquilidade ao consumidor brasileiro, ao passageiro brasileiro. Porque tráfego aéreo nós discutimos aqui, ou melhor, transporte aéreo, nós discutimos aqui desde 2003 com o problema da VARIG, que é essencial para esse País. É estratégico para o Brasil com as dimensões que nós temos. Mas nada disso sensibilizou o governo até hoje para medidas efetivas e práticas. E não adianta proselitismo, não adianta simplesmente discurso, não adianta sequer boas intenções. Eu comentava com o Senador Renato Casagrande em minha terra se diz o seguinte: “De boas intenções o inferno está cheio” e nós não queremos que se encha mais. Nós queremos soluções. O País exige solução.

Então, essa é a minha indagação ao Ministro, quando é que realmente soluções surgirão para resol-

ver esses problemas? E não vamos tergiversar sobre assuntos tão sérios que coloquem em risco a vida de milhares de brasileiros quando não incomodam muito e prejudicam os usuários dos passageiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado Senador César Borges. Com a palavra o Senador Fernando Collor... Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Ministro, senhores convidados para essa audiência pública, Senadores, Senadoras. De fato o Senado cumpre o seu papel na hora que convida para uma audiência pública como essa, a câmara dos Deputados fez ontem, nós estamos fazendo hoje, acho fundamental que façamos o debate.

Quando eu era Deputado Federal na legislatura passada eu estive aqui no Senado numa Comissão debatendo basicamente, basicamente não, debatendo o mesmo tema da crise aérea. Então são seis meses que nós vivenciamos uma crise mais profunda, mesmo que isso possa estar concentrado em alguns dias, como disse o Presidente da ANAC, o Milton Zuanazzi, mas nós estamos num debate mais profundo há 6 meses para nós que somos leigos no assunto quando a gente olha para o noticiário do dia-a-dia a dificuldade nos aeroportos que nós também vivenciamos nós sabemos que essa crise é uma crise profunda, que não começou há 6 meses atrás, que não começou só com a queda do avião da GOL que foi estopim que provocou o movimento dos controladores e que de lá para cá uma situação que já estava com diversas anomalias e problemas isso apareceu ficou visível para a população brasileira.

A crise no setor aéreo aqui já disse a ANAC e aqui já disse o Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira da INFRAERO. Aqui já disseram outros que falaram sobre o tema. A crise é decorrente, Sr. Ministro da falta de investimento histórico nesse setor. Falta de investimento nos aeroportos, falta de investimento nos equipamentos de controle, na contratação de pessoal, uma crise que vem sendo provocada pela demanda muito superior à oferta. Também apresentados os dados aqui. Quando ao número de passageiros aumentou muito o número de aeronaves grandes se manteve no mesmo número.

Então, se deve também a situação da concentração que nós tivemos na aviação comercial brasileira. Então nós temos uma crise que vem de alguns anos. Que extrapola o Governo do Presidente Lula que se tornou visível agora neste momento pela crise que nós estamos observando e vendo, nós não podemos

desconsiderar toda essa situação histórica que a gente vive. E que precisa, ser resolvida efetivamente, precisa claramente de uma solução, e eu acho que como membro da base do Governo do Presidente Lula acho que o maior problema e a maior falha do nosso governo foi ter observado a crise de um tamanho menor do que ela era e do que ela é. Seis meses para cá só agora com movimento dos controladores militares é que o governo agiu de uma forma mais centralizada, só agora.

Então eu acho que faltou por parte do governo uma ação mais enérgica desde o início. Talvez subestimando a falta de infra-estrutura que nós temos nesta área. Se eu perguntar ao Presidente da INFRAERO: Quais são os investimentos feitos nos aeroportos brasileiros nos últimos 10 anos para que nós possamos ter a idéia do que foi feito de investimento nos aeroportos, nós vamos começar a identificar um dos problemas da crise. Nós perguntamos ao Brigadeiro Juniti Saito quais foram os investimentos feitos em equipamento, o que eu já disse aqui: 2 bilhões de reais. Em que momento foram feitos esses investimentos exatamente, quantos controladores foram contratados nos últimos anos pelo sistema aeroportuário nosso? Nós vamos começar de fato a identificar. Então eu acho que nós temos uma crise que ela precisa ser retratada e apresentada por inteiro e ela tem um momento que é dessa visibilidade que nós estamos tendo e que precisa ser enfrentada acho que a falha deste governo foi não ter dado a importância devida ao tamanho desta crise. Nós estamos, apesar de todas colocações feitas aqui, de que o Sistema Aéreo Brasileiro é um sistema seguro, o sentimento de quem anda de avião hoje é um sentimento de insegurança. Os dados estão colocados, de fato nós temos um sistema seguro, mas o sentimento que nos domina é um sentimento de insegurança. Insegurança por quê? Não tem uma orientação clara de governo. O maior problema apresentado ou o problema mais visível, a questão dos controladores, já perguntada, a gente repete, porque as perguntas tem que ter respostas, é civil ou é militar? Pode ser os dois? Pode ser os dois acordados como foi feito até agora? Os militares, a aeronáutica apresentou os investimentos no controle aéreo, são investimentos importantes, isso significa, me dá a impressão de que a posição do Tenente Brigadeiro Juniti Saito é de que os controladores continuem sobre o comando da aeronáutica e sejam militares, pessoalmente, pessoalmente até que possamos debater qualquer assunto com mais profundidade, pessoalmente eu tenho preferência para uma relação com os militares, porque o nível de debate de controle, e de disciplina é muito melhor para que a gente possa enfrentar momentos de dificuldades. Mas o

governo não tem até agora, não conseguiu expor uma situação, uma posição clara com relação a esse tema que eu acho importante que se coloque até para dar tranquilidade aos controladores saber como vai ser a vida deles daqui para frente, qualquer que seja a decisão do governo acho que vai ser bom para os controladores, viu, Dr. Jorge Botelho? Acho que vai ser bom para que vocês tenham noção clara disso.

Repito também, porque isso é importante para nós, a Federação Internacional dos Controladores disse que o nosso sistema não tem segurança, é a terceira vez que faz pergunta, ela tem eco aqui dentro, tem eco. Nós estamos dizendo que tem, a gente confia, mas tem uma dúvida colocada no ar, então tem que ser repetida para que a gente possa ter segurança em com relação à segurança do espaço aéreo brasileiro. Segundo essa organização internacional, essa entidade internacional os nossos controladores não tem preparo, pergunto ao Jorge e pergunto ao Tenente Brigadeiro Juniti Saito, vocês concordam com essa declaração? Não falam fluentemente inglês para poder se comunicar, isso está colocado na matéria publicada pela ação pela auditoria feita por essa entidade.

E acho, para terminar, acho que nós temos hoje um papel que a ANAC cumpre de controle, de fiscalização, temos o papel de administração dos aeroportos feitos pela INFRAERO, temos o papel do controle do tráfego aéreo feito pela aeronáutica. Falta, na minha avaliação, alguém que cuide do todo, da política, da política. Falta, acho, da parte do governo alguém que cuide do todo. Eu ouvi do Ministro Waldir Pires sobre essa questão da gestão da política, da definição de política na Aviação Civil brasileira. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Passamos a palavra ao Sr. Ministro da Defesa Waldir Pires.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Inicialmente eu deverei responder ao Senador Heráclito Fortes.

Quando eu falo em conflito de incompreensão, Senador, não falo num sentido restrito apenas. Eu falo no sentido da responsabilidade coletiva. Nós somos um País de incompreensões, nós não temos, nós nunca tivemos soluções de curto prazo para os grandes problemas do nosso País. Nunca! E como eu sou um velho Parlamentar com muita honra, apesar de ter passado muitos anos, depois de ter saído e ter voltado, levei 30 anos sem vir a esta Casa, mas voltei e continuei. Nós temos nesta Casa problemas importantíssimos sem solução imediata. Nós lutamos, por exemplo, por uma reforma política que a Nação quer, não chegamos a conclusões imediatas. Nós não desejamos o desequilíbrio social, as desigualdades sociais brutais da so-

cidade brasileira há quantos anos? Não chegamos a essas soluções. Nós temos crises de transporte, de investimento e não chegamos a essas soluções. Essas que foram, Senador Heráclito Fortes, o sentido um pouco de dizer que nós temos incompreensões e é claro que temos que ter soluções. Essa crise do transporte aéreo não é de agora. Esses problemas de investimento não são de agora, Senador César Borges. São crises de investimento de dezenas de anos, de modo que de décadas--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Séculos.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Talvez. Não, porque não tinha avião, mas a verdade é essa. Por isso é que eu disse que a minha visão seria de parceria aqui, eu estou inteiramente de acordo, Senador Casagrande, que nós devemos fazer uma possibilidade de nos unir para as soluções adequadas. A crise não foi feita pelo, digamos assim, pela crise da VARIG, não começou com a crise da VARIG e nem é resultante, digamos simplesmente, pelo episódio do acidente da GOL. A crise da VARIG nós antecipamos, eu era até membro do parlamento, nós antecipamos lá no começo dos anos 90, quando a política de definição de rotas aéreas derrubou a estrutura das empresas brasileiras que nós denunciávamos naquela ocasião, a VARIG veio, digamos, reduzindo-se, veio se deteriorando desde então quando nós decidimos aqui que todo mundo poderia fazer vôo internacional. E o Brasil abriu o seu mercado externo para a VASP, para a TRANSBRASIL, para a TAM quando a VARIG é que era a titular a rigor de um patrimônio. O mundo inteiro fazia o contrário. O mundo todo. A França só tinha uma empresa que era a AIR FRANCE, a Alemanha poderosa economicamente só tinha a LUFTHANSA, a Inglaterra só tinha a BRITISH, a Itália só tinha a ALITALIA, a Escandinávia tinha a SAS, no entanto nós abrimos e liquidamos todas, então é uma crise de longo tempo. Nós, portanto, temos que ter uma posição de parceria em favor da sociedade brasileira. Os erros podem ser sucessivos, todos podemos ter erros.

O CONAC é um organismo normativo, não é um organismo especializado de técnicos, ele é para uma definição normativa quase que a rigor, digamos, um pequeno parlamento, compõe uma série de Ministros de Estado que não tem nada a ver, as regras essenciais daquele instante que o Ministro Viegas determinou. Elas estão aí muito bem postas, inclusive para serem cumpridas e a luta a ser feita. Quando surge o acidente do Boeing explodiu tudo. Por quê? Porque foi o maior sofrimento nosso. São 150 pessoas falecidas, mortas com uma dor gigantesca de todas as famílias e de nós todos. O trabalho da aeronáutica para resgatar esses

corpos na selva foi extraordinário, a dedicação, mas aí começaram a surgir e a explodir os sintomas mais graves entre os quais os sintomas dos controladores. Nós vamos ter que corrigir isso, qual vai ser, qual vai ser o sistema de controladores? Vai ser um sistema militar, vai ser um sistema civil. Essa é uma definição de Estado, provavelmente terá que ser, inclusive com a participação de V.Ex^{as}, provavelmente não, seguramente. Porque nós temos uma lei que é a Lei 97, a Lei Complementar que estabelece qual é o regime e que diz que o regime é o regime da aeronáutica e institui o Comandante da Aeronáutica como a autoridade aeronáutica que eu digo ao Senador César Borges é que o Presidente da República, Senador César Borges é Presidente da República de um País republicano para ser enfático, para ser enfático, de um País democrático. Logo o Presidente da República que tem a titularidade da soberania nacional a soberania popular--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Ex^a. pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com maior constrangimento eu queria pedir ao Ministro Waldir Pires por todo o bem, por toda a vivência que ele tem como parlamento, que evite o dedo em riste. A televisão mostra uma cena horrível. Parece que V.Ex^a. está repreendendo um companheiro.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Não, não. Não, absolutamente, eu estou apenas dizendo--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sei que não é do espírito de V.Ex^a; Eu fui vítima do seu dedo em riste, recebi telefonemas aqui de pessoas que estão... Eu queria pedir a V.Ex^a. com educação que V.Ex^a. tem, não bote um dedo em riste nessa Casa.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Não bote?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O dedo em riste.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Ah não, absolutamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Muito obrigado a V.Ex^a.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Senador Heráclito, só um aparte? Essa indignação, a meu ver, não é sincera. É uma indignação apenas para televisão.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Não é. Não se trata disso. Não é o meu forte a grosseria, nunca foi o meu forte a grosseria V.Ex^a. sabe disso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu sei disso. Exatamente por isso, por saber que não é--

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – E se a gente põe conversando, inclusive, com a família muitas vezes, a gente põe numa conversa de amigos num instante, não tem nada de ofensivo a coisa nenhuma eu estou apenas falando no conceito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sei inclusive que é um costume baiano, mas que V.Exª. não concorda com ele. De forma que eu lhe pediria que--

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – ...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Menos meu, viu Senador Heráclito. Meu não, me tire fora.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Absolutamente. Não...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero dizer a V.Exª. que essa Casa é a Casa da democracia em nenhum momento eu senti pelas palavras de V.Exª, qualquer tipo de intenção de ofender alguém. Eu gostaria de dar a minha opinião V.Exª. tem colocado a questão de uma maneira ampla, de uma maneira buscando a solução, eu não senti aqui ofendido por qualquer gestual que V.Exª. tenha feito. Gostaria de deixar isso claro.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Muito obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente, a palavra aqui, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sr. Presidente,.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós deveríamos permitir foram feitas oitivas, forma feitos os questionamentos, nós devemos permitir que as respostas... Eu também não estou vendo na manifestação do Ministro nenhuma intenção de agredir, nenhum movimento de grosseria a quem quer que seja. Nós permitirmos ao Ministro responder as perguntas que foram formuladas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas justificar quando eu pedia questão de ordem, eu disse que não era do espírito do Ministro e nem da intenção. Mas para quem vê dá a entender que nós estamos aqui num acalorado debate e que ele está falando rispidamente com o Senador. O que não é bom.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Não, não, não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu só lamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Heráclito. A televisão está mostrando o que está acontecendo. Aqui é diferente de ilações que fazem a imprensa. Aqui--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É um direito que me assiste. Agora eu só lamento é que

o Senador Crivella tenha sido escalado pela base do governo para marcar o que eu digo. Nós vamos, eu vou aceitar o debate, Senador Crivella. Essa escalação de V.Exª. vai lhe terminar transformando em Ministro de Defesa V.Exª. resolve a crise.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não é escalação nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Heráclito e Senador Crivella. Essa Audiência Pública tem um objetivo muito importante que angustia todo o povo brasileiro, que é a questão relacionada ao caos que tomou conta do tráfego aéreo brasileiro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Os convidados estão aqui para responder os questionamentos que os eminentes Srs. Senadores estão formulando. Formularam as questões, vamos permitir a eles que respondam. Eu pediria a compreensão de todos os Senadores para que não houvesse um debate paralelo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas é preciso ter objetividade, aí não resposta. É tergiversar, é fazer proselitismo, e claro que com esse tipo de gesto que, no caso, eu quero agradecer ao Senador Heráclito foi dirigido a mim, eu não me sinto ofendido, porque eu não acredito na indignação do Ministro Waldir Pires não é sincera. Sincero seria resolver os problemas do tráfego aéreo. Então, eu não me sinto ofendido com o seu dedo, porque não é sincero.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Respeitamos a opinião de V.Exª, agora, eu pediria ao Ministro que respondesse.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, eu fui citado aqui e quero responder. Eu quero dizer ao Senador Heráclito Fortes que não há nenhuma escalação por nenhum membro do governo. Vim para cá, Senador Heráclito escalado por três milhões e 200 mil que me deram mandato como deram a V.Exª., e respeito V.Exª. Todas às vezes que V.Exª. falar terá de mim sempre o total respeito, mas acho também que devemos ter o direito a controvérsia. Cada um tem a sua opinião eu quero expor a minha também, ter esse direito de poder expor a minha opinião, afinal isso aqui é a Casa da democracia. Não me senti ofendido com o gestual de V.Exª. É a minha opinião.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Cícero Lucena, pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero pedir, Sr. Presidente, perdão a Constituição Brasileira que dá a mim com 600 mil votos os mesmos direitos e deveres que dá ao Senador Crivella com os 3 milhões de votos. Essa é uma Casa da igualdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Cícero Lucena, pela ordem.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente a pela ordem eu acho que todo o Brasil está interessado em nós ouvirmos o que já foi feito e também ouvir as perguntas que os Senadores tem a fazer. Então a minha sugestão que eu gostaria de fazer à presidência desse trabalho é que fosse estabelecido prazo para as respostas para evitar desvios de assunto ou outras intenções nas respostas ou mesmo nas perguntas. Então, devido ao avançar da hora e o interesse aos outros Senadores, em respeito aos outros Senadores que também querem fazer as suas indagações que fosse estabelecido prazo, com todo respeito ao processo democrático, mas pedir a compreensão de quem vai falar para que seja no tempo para que todos tenham a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – V.Ex^a. tem razão. Nós procuraremos obter a objetividade das respostas dos convidados. Agora, há de convir por estabelecermos um critério de ouvirmos três Srs. Senadores, é preciso que seja respondido aos três Srs. Senadores. Eu só pediria aos convidados que procurassem ser mais objetivo na resposta. Sr. Ministro tem V.Ex^a. a palavra.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Eu creio que é uma coisa essencial que se diga a Casa que o Presidente da República não cometeu um ato de violência nem de quebra de hierarquia, só isto. É isso que eu seria dizer ao Senador César Borges. Senador César Borges é o meu antigo adversário e eu o respeito como adversário, sempre nos cumprimentamos de modo que não se trata disso, mas na hora em que se menciona que o Presidente da República cometeu uma quebra de hierarquia quando ele toma uma posição na qualidade de comandante Supremo e como titular da soberania nacional e da soberania popular que elege o Presidente da República para que ele seja Juiz num determinado instante do que é que é o mais conveniente ou interesse da Nação e em seguida ele repõe nos termos em que a lei estabelece... Eu fui muito agredido por diversas áreas e jornais achando que tinha sido posto de lado porque o Presidente da República determinou que o assunto voltasse totalmente o comando da aeronáutica e eu só fiz aplaudir, aplaudir e saber que ele estava fazendo o correto, porque o que a lei estabelece, porque está no projeto, não no projeto, mas na Lei Complementar, no

art. 18 da Lei Complementar. A aeronáutica é a autoridade aeronáutica para conduzir o assunto. De forma que é possível que tenha sido o calor, mas nas horas dos calores, Sr. Presidente, nessas horas nós temos outros ambientes que não são os daqui.

Então, eu respeito inteiramente essa Casa e vim aqui para nós conversarmos adequadamente.

A crise, ela se torna evidente com episódio do acidente, é o episódio do acidente que revela, revela faltas, revela velhas insuficiências de todo o sistema há anos, de modo que nesse particular é que eu quero que as coisas fiquem tranquilas.

A decisão de controlador civil e de controlador militar é uma decisão que evidentemente só o Estado pode tomar, essa é uma decisão de Estado, portanto é uma decisão que vai caber ao Presidente da República tomar a iniciativa e decidir com os senhores, porque vai depender inclusive de lei do Congresso Nacional para estabelecer se o controlador vai ser civil ou vai ser militar, essa que é a verdade. Eu tive a oportunidade de dizer que no mundo, atualmente, até porque tive essa iniciativa, mas não é verdade que eu tenha conversado com os controladores militares, não é verdade. Os jornais disseram que eu tinha tomado até cerveja, e fui para um bar para conversar com 7 sargentos militares, não é verdade. Eu lamentei enormemente que nós tivéssemos chegado a esse nível. Não é verdade, não foi verdade, nunca foi verdade. Eu conversei com os controladores civis, porque eles são membro do sindicato civil que se incorpora a instituições democráticas em todos os Estados Democráticos. Mas a verdade é que essa decisão, essa decisão será uma decisão de Estado a ser tomada pelo Presidente da República, disse agora quem é que tem razão? Quem não tem razão eu respeito enormemente, apenas como disse na Câmara ontem, tenho o maior respeito pela aeronáutica. Tenho o maior apreço pelo comandante Juniti Saito que acaba de assumir o comando da aeronáutica. Mas a grande verdade é que nós temos no mundo hoje como controle militar num tipo do que nós exercemos completamente temos hoje o exemplo da Eritreia, o exemplo da Somália, o exemplo do Uruguai e tinha Argentina até pouco tempo e mais nada. De modo que como vai se definir isso? Na hora própria, mas até lá deveremos ter as nossas relações e vamos tê-la. A nossa relação de apreço é absoluta no sentido de que a transição se dê imediatamente. Essa transição é a transição desse Estado de dificuldades em que temos vivido por uma posição que eu disse aos controladores, eu sou absolutamente a favor dos sonhos, eu acho que a vida não se faz sem sonhos. Eu vivi a minha vida sonhando por um País decente e sério e democrático, lutei por um País decente, sério

e democrático, foram minhas esperanças e as minhas reivindicações também. Mas quero reivindicações dentro das instituições democráticas. Isso eu disse sempre a todos, em todos os meus encontros. Não temos mais o direito de ter impaciências nesse País, impaciências que no Século XX, na metade do Século XX produziu os retrocessos que produziu.

Portanto, quero, quero sonhos, quero esperanças, quero reivindicações, mas dentro da ordem institucional que vai passar por esta Casa, que terá que passar por essa Casa, e, portanto, que temos que ter compreensão de que não poderemos botar em jogo o bem-estar da população e foi isso naquele momento que parou, a decisão do Presidente da República parou naquele momento. Ele tinha que fazer isso lá naquele momento e depois vir para ordem legal, para a ordem institucional.

As posições do TCU nós respeitamos, sem nenhuma dúvida as posições do TCU nós respeitamos as indicações que foram aqui mencionadas, é claro que nós respeitamos, mas hoje nós estamos com mecanismos que são mecanismos também constitucionais dentro dos organismos da defesa para acompanhar todo o tipo de controle da aplicação de recursos públicos e é por isso mesmo que em todos os assuntos onde surgem dificuldades de compreensão ou mesmo suspeitas de má aplicação dos recursos públicos nós hoje encaminhamos imediatamente diretamente para Controladoria Geral da União. E de acordo com a Controladoria Geral da União, nós afastamos diretores ou superintendentes ou quem for para que sejam devidamente julgados e nós não somos órgãos de julgamento e temos feito assim. Congonhas é uma velha crise, não é uma crise de agora, Congonhas é uma velha crise, é uma velha crise. Congonhas é, como mencionou aqui há pouco um dos meus companheiros aqui de trabalho, não sei se foi o Brigadeiro ou se foi o Zuanazzi. Quer dizer, é hoje o Aeroporto de maior movimento da América Latina. Claro que não deveria ser. Mas são quantos os anos? Quantos anos? Em que estamos, temos que vencer essa crise, vamos ter que vencê-la.

Está se fazendo, está se concluindo nesses dias toda a pista auxiliar, estamos já iniciando, estamos com os recursos separados para iniciar imediatamente a pista principal de Congonhas. Eu vou pessoalmente conversar com o Tribunal de Contas da União, com os diversos, se tiverem alguns dos Senadores que nos ajudem eu acho isso importantíssimo para que não se interrompa a possibilidade por problemas de licitação e que as licitações sejam as licitações mais legítimas e mais insuspeitas que nós venhamos a conseguir para ter as obras imediatamente reiniciadas em Congonhas, a fim de ter a pista principal e a grande

pista. É lamentável ter a situação de Guarulhos e que não se pode fazer rapidamente a segunda pista, porque se permitiu lá uma ocupação de habitações que estão impedindo, mas nós vamos ter que fazer, mas tudo isso custa tempo. Há uma disposição completa de solucionar todos os problemas.

O ILS de Cumbica, é claro que foi um equívoco, é claro que não deveria ter aquilo, entre um e outro. Omissão, omissão, portanto, problema técnico a ser corrigido, as medidas são tomadas todas elas para que não se repitam e nós tenhamos em todos os aeroportos em que a situação atmosférica seja determinante para termos mecanismos dessa natureza que se instale imediatamente. Há quantos anos não existia? Há quantos anos?

De modo o resto são as perguntas que já foram todas elas repetidas e... Senador Casagrande, crise mais profunda apareceu e ficou visível. Efetivamente agora ficou visível, mas essas insuficiências de investimentos e essas insuficiências técnicas são antigas, são anteriores, V.Ex^a. tem razão, e equipamento mesmo, mas todo o esforço atual é de uma recuperação imediata a base de equipamento, por exemplo, de Curitiba está sendo toda refeita. Manaus, Brasília já fez uma recuperação muito grande, muito acentuada em Brasília, São Paulo mesmo. Nós temos essas dificuldades no momento de uma transição em função de recursos humanos. Esses recursos humanos foram lamentáveis, porque num determinado instante nós não tivemos o que tivemos normalmente em qualquer setor de atividades. Recursos humanos abundantes nas áreas decisivas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pediria ao Ministro que conclua.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – De modo que... Muito obrigado a V.Ex^a. por sua paciência e por sua tolerância, mas é assim que nós vencemos as nossas dificuldades. E assim que construiremos nosso País quando e onde houver seriedade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, com relação ao Ministro Waldir Pires eu me sinto sem resposta com relação a questão da última reunião do CONAC. Qual--

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – A última reunião do CONAC Foi ainda do Ministro Viegas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quais aos providências tomadas com relações as resoluções 5, 8, 11, 15?

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – As resoluções das CONAC, elas foram todas adotadas, na medida em que foram postas. Não há o que rever. A CONAC

é um órgão normativo como eu iniciei e essas resoluções--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Foram todas tomadas?

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Essas resoluções estão sendo... São vigentes até hoje. Elas são vigentes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A pergunta é outra. Elas foram todas tomadas?

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Elas foram todas tomadas adequadamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E cá para lá quantas vezes o CONAC se reuniu?

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Não, não houve reuniões do CONAC posterior a isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Qual o motivo, Ministro, da não reunião do CONAC?

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – O que diz respeito, por exemplo, a uma indagação a mim é que o meu tempo lá já foi envolvido pela crise que me tomou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O CONAC não é importante, muito obrigado.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Eu tenho pouco tempo no Ministério da Defesa, V.Ex^a. sabe disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Brigadeiro Juniti Saito.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pela ordem, V.Ex^a.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu sei da preocupação da V.Ex^a. e de toda a Comissão e todos os oradores devem explicar de forma pormenorizada tudo que aconteceu, que gerou essa crise, eu considero isso importante. Agora, que isso seja feito dentro de um período de tempo a fim de que nós possamos, todos nós, participar do debate. Daqui a pouco nós teremos Sessão deliberativa às 14 horas, logicamente que o debate pode continuar até a ordem do dia, mas eu gostaria de ponderar a Mesa no sentido de estabelecer o tempo, inclusive eu serei o próximo orador a falar, V.Ex^a. pode até estabelecer o meu tempo que eu obedecerei religiosamente. Agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Agradeço a sugestão de V.Ex^a. Nós vamos concluir as respostas inicialmente formuladas aqui. Brigadeiro Juniti Saito, por favor.

SR. JUNITI SAITO – Senador Heráclito Fortes V.Ex^a. mencionou sobre um relatório da Federação Internacional dos Controladores. O que eu posso dizer, Senador, é o seguinte: Essa federação não tem legitimidade e não tem competência para vir aqui fa-

zer esse tipo de auditoria. Eles foram autorizados a vir aqui, logo depois do acidente para dar assistência psicológica aos nossos controladores. E fez um monte de... Digamos assim, detectando falhas que não tem competência para isso. Quem tem competência para isso é auditoria da ECAL(F) que está prevista agora para 2008, foi pedido já há um bom tempo, mas eles normalmente demoram de um ano a um ano e meio e virão aqui em 2008. Essa auditoria tem competência para ver se o nosso sistema é adequado, quais são as falhas e eles vêm aqui justamente para isso.

Nosso efetivo de controladores, nós temos controladores militares, controladores civis da aeronáutica que são em número de 95, no momento temos 60 controladores civis atuando, os 35 estão na parte administrativa. Da INFRAERO, temos, se não me engano, 49 controladores, a INFRAERO tem 490 controladores e mais 2.200 controladores militares. Então esse é o sistema de controle.

V.Ex^a. mencionou no buraco negro, eu disse ontem que buraco negro é um termo que traz uma noção de terra de ninguém. Posso garantir a V.Ex^a. que esse termo no buraco negro no controle do espaço aéreo não existe, não existe. O que pode existir são algumas lacunas de cobertura radar abaixo do nível 300 que é mais ou menos 10 mil metros em que a cobertura radar na medida em que vai baixando ele vem diminuindo o seu raio, não é? Então, existem essas lacunas, mas que são convencionalmente controlados. Basta dizer que até novembro de 2005 o nosso controle de voo na Região Amazônica era convencional e era um controle seguro. Da mesma forma que quando nós fazemos uma travessia do Atlântico rumo a Europa uma boa parte do trecho não é controlado pelo radar, mas é um controle seguro feito convencionalmente. De maneira que falar em buraco negro para mim é maldade e principalmente de quem entende é maldade maior ainda, porque isso não existe no nosso controle do espaço aéreo.

Sobre o acidente da GOL e do Legacy. Nós temos uma Comissão, que foi nomeada em seguida, no dia seguinte, que está analisando todas as possibilidades, todos os fatos, todo o material, todo o equipamento, e pela última informação que recebi todos os equipamentos já foram checados e já eles estão na fase análise. E acredito que talvez até antes de setembro, nós teremos já um relatório final feito pela nossa Comissão. E mensalmente por ordem do Presidente Lula mensalmente a Comissão se reúne com os familiares das vítimas para colocar a par do passo a passo o que está ocorrendo na área de investigação. E transmitindo, só fatos, por que eles também não tem autoridade para, neste momento, dizer realmente o que é que aconteceu. Durante a análise é que eles vão

ter uma conclusão definitiva sobre o que aconteceu. E lembro que essa investigação não é um inquérito, é uma investigação, é uma norma internacional, nós não indicamos culpados, A ou B ou C, nós indicamos fatores contribuintes, porque um acidente não acontece por um fato isolado. Então indicamos os fatores que contribuíram desde o momento do plano de voo, da decolagem até a hora do acidente. E o órgão que está investigando que é o CENIPA, que é o Centro de Investigação de Prevenção de Acidente Aeronáutico, subordinado aeronáutica é um órgão de alta credibilidade no mundo inteiro. Alta credibilidade. E é uma Comissão composta de todos os segmentos que tiveram participação no acidente, desde controladores, aliás, controladores não, desde as empresas aéreas, desde os fabricantes de equipamentos.

Quanto as perguntas mais técnicas do eminente Senador César Borges eu gostaria de chamar o Major Brigadeiro Ramon que é o diretor do DECEA e que está há 20 anos nesse sistema.

SR. RAMON BORGES CARDOSO: Atendendo a determinação do Brigadeiro Saito sobre as respostas, algumas das informações que foram veiculadas pela mídia não são corretas. O erro do sistema do DACTA II que diz que era obsoleto, ele estava com 6 meses de utilização, ainda estava em garantia e foi reposto pela firma. Era um sistema de energia, então, não é verdade que ele estava obsoleto.

Em relação à falha, do DACTA I, houve um erro humano, o equipamento também não estava obsoleto.

Em relação à visita da IATA, Senador Heráclito Fortes, realmente aconteceu a visita, nós temos um centro de gerenciamento de navegação aérea que trabalha para fazer a coordenação do fluxo no Brasil todo e, nesse centro, há assentos para a INFRAERO, a ANAC, as companhias aéreas civis e nós estamos fazendo com que as companhias internacionais tenham a possibilidade de participar desse evento, de modo que a coordenação seja efeito a nível mundial e não apenas nacional. E não há prioridades para as companhias internacionais executarem os vôos internacionais, elas recebem as mesmas prioridades dadas para as companhias nacionais de acordo com o controle de fluxo que está sendo realizado.

E com relação a possibilidade de perder a primazia para a Chile, existe um grande caso de negócio na América do Sul como um todo, então quanto mais o nosso sistema for desprezado, maior será a possibilidade de venda de um sistema estrangeiro para a América do Sul, é mais um negócio que está acontecendo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Brigadeiro, foi diagnosticado alguma sabotagem em equipamento?

SR. RAMON BORGES CARDOSO: Não, senhor. Foram vistos alguns erros. No caso lá do CINDACTA desse equipamento que pegou fogo. Um disjuntor que deveria estar funcionando logo em seguida, não funcionou, mas aí o erro foi do técnico que não soube fazer a ligação e nós tivemos que refazer os nossos procedimentos para que eles recebessem uma informação do fabricante de qual era o procedimento correto.

E nos outros sistemas, aqui diagnosticamos também que alguns dos nossos equipamentos tinham uma concepção de atuação, os equipamentos de reserva, tinha uma concepção de atuação que estava equivocada, então nós estamos modificando a concepção de engenharia desses processos e colocando um terceiro equipamento para suprir a falta desse segundo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – E a inoperância de ILS de Cumbica a quem coube a responsabilidade?

SR. RAMON BORGES CARDOSO: Esse ILS, o problema dele foi um raio, ele foi queimado por um raio, foram feitos vários testes e nós estávamos executando os vôos de avaliação de engenharia, de apoio e de engenharia por aeronaves do grupo de inspeção em voo. Nos dias que foram feitos os vôos o ILS não passou no teste, então não pôde ser colocado em funcionamento. E durante o dia em que aconteceram os problemas meteorológicos que causaram os atrasos ou a interrupção dos vôos lá em Cumbica, nós não tínhamos uma aeronave disponível ainda para executar esse voo, o que só veio a acontecer no dia 26, aí a parte foi de indisponibilidade nossa para executar o voo de inspeção. São aeronaves que têm equipamentos especiais para executar esse voo e não poderiam fazer o voo naquele momento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Brigadeiro, Brigadeiro Saito, primeiro lugar só um questionamento a V.Ex^a, eu quero dizer que o Sr. Ministro Waldir, Sr. Presidente, essa Audiência Pública já está cumprindo o seu objetivo, porque nós estamos vendo aqui esclarecimentos, às vezes esclarecimentos que a sociedade está esperando há meses e que um simples palavra tira dúvidas do leigo, porque, Brigadeiro, existem coisas que o leigo não concebe de maneira nenhuma como pode acontecer.

A minha questão a V.Ex^a. V.Ex^a. disse que a Comissão que veio aqui não tem credencial para... A Comissão que esteve no Brasil recentemente verificando o tráfego aéreo, a Comissão estrangeira, a federação não tem qualificação, credenciamento, por que é que eles tiveram acesso ao tráfego aéreo, por que é que eles foram recebidos no comando, por que eles tira-

ram informações de lá de dentro? V.Ex^a. recentemente assumiu o comando. Talvez é uma coisa que não pode acontecer, se ele não é qualificado, se ele é desqualificado como que ele tem acesso informações muitas das quais, inclusive, sigilosas?

SR. RAMON BORGES CARDOSO: Senador eles não fizeram vistoria, eles vieram para fazer esse apoio, que o Brigadeiro Saito falou, aos controladores e foram convidados para fazer uma visita dentro do Centro de Controle de Brasília. Apenas uma visita para saber como é que funcionava, e nada mais do que isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas se eles são descredenciados, eles tiveram na sala, o que a gente vê nas fotografias que nós vimos, não só eles chegando com pompa e circunstância, com aquela pastinha que americano gosta para mostrar que manda, ou pensar que manda, eles desceram e depois aparecem eles nas salas de controle. Se são desqualificados, se não tem... Eu acho que foi uma perda de tempo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ou seja, foi um convite, uma cortesia?

SR. RAMON BORGES CARDOSO: É. Exatamente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V.Ex^a. contempla a hipótese de haver algum interesse de desnacionalização do controle nessas críticas? Eu pergunto ao senhor se o senhor contempla a hipótese de haver interesse de desnacionalização do controle aéreo com essas críticas?

SR. RAMON BORGES CARDOSO: Senador, todos os sistemas que hoje fazem o controle nosso são nacionais, eles foram desenvolvidos pelo Brasil depois de muito tempo, porque nós começamos com o sistema francês. E são poucos os países do mundo que tem essa capacidade, hoje nós temos. Com certeza, existe a possibilidade de quererem outras firmas entrar para vender os seus *softwares* para o Brasil.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado.

SR. JUNITI SAITO – Acrescentando aqui, Senador, o Brasil faz parte do grupo 1 desde a sua criação, desde a criação da ECAL(F), e juntamente com os Estados Unidos são dois países que nunca foram rebaixados do grupo um. Então, essas notícias que estão saindo aí eu pergunto: A quem interessa? É realmente muito estranho.

Bem, nosso grande problema, nosso grande gargalo hoje chama-se controladores de vôo. Até 2001 o crescimento da aviação, nos últimos 10 anos era em torno de 6 a 7%. De final de 2002 em diante o crescimento ultrapassou a casa dos 14, 15%.

Então, já havia essa previsão de fazer, formar mais controladores, tanto é que, até então, nossos números eram em torno de 90 controladores passamos para 150 controladores. Quando aconteceu o acidente nós tivemos que afastar de acordo com regulamento, 8 controladores, aqueles que estavam naquele momento para que eles estivessem atendimento psicológico. Em seguida, questões de algumas semanas, teve dia que, dias que mais de 30 controladores estavam dispensados para o médico por trauma talvez daquele acidente e agravou mais a situação ainda.

Então o governo autorizou a contratação de 60 controladoras da reserva, isso foi feito. Nós atualmente estamos autorizados a contratar mais 100 controladores. Esse ano em vez de sair 160 controladores, nós estamos reduzindo o tempo de formação para que no final do ano saiam 300 controladores militares, e além disso foi feito, começou agora em abril cursos para mais 67 controladores civis.

Então, na verdade, no final do ano nós teremos mais de 500 controladores, mais de 500 controladores.

Quanto a questão de segurança de vôo. Como nosso Ministro falou nosso índice de segurança de vôo, claro que não chega aos Estados Unidos, mas é a busca incessante e de tal maneira que nós possamos chegar sempre a índice zero de acidente. Essa é a meta do setor de segurança de vôo.

Então hoje eu posso dizer que nós estamos um pouco acima do Estado Unidos, mais ou menos nivelado com os europeus, esse é o nosso sistema de segurança.

Então, é maldade também dizer que nosso sistema de segurança de vôo pode ser comparado a África do Sul, não procede, de maneira nenhuma.

Bom, o problema da visita da IATA já foi falado, era isso que eu gostaria de esclarecer aos senhores, as providências estão sendo tomadas, as falhas de equipamentos são pontuais e estamos tomando todas as providências. Nosso maior problema são os controladores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Ficou alguma questão pendente do Presidente da INFRAERO? Não. Então com a palavra a V.S^a.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Bom eu tentarei ser rápido e mais objetivo possível. Em relação ao Senador Heráclito Fortes, Senador parte das questões que o senhor fez sobre a participação da INFRAERO no controle de vôo eu acho que foi respondido pelo Brigadeiro Saito, mas nós temos 20 aeroportos dos 67 nossos, onde o controle de vôo local, torre, é feito pela INFRAERO. O total são de 1.500 pessoas é um traba-

lho complementar e nós seguimos todas as normas da aeronáutica que é o órgão central do sistema.

Com a relação a aviões sucateados, espalhados pelo País inteiro, que o senhor se referiu. Esse é um problema sério que nós temos. O caso mais emblemático é um avião que foi abandonado em algum aeroporto da Amazônia, não sei exatamente qual, foi com 27 anos de justiça e nós não podíamos fazer nada com o avião, evidentemente 27 anos o avião simplesmente desmontou e praticamente desapareceu, mas o espaço ficou seriamente prejudicado. Aqui em Brasília são 7 aviões.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – No aeroporto Eduardo Gomes.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Eduardo Gomes. É o velho Catalino, exatamente. Aqui em Brasília, temos 7 aviões ocupando lugar no pátio, a INFRAERO tem um planejamento embora não seja absolutamente prioridade nossa de fazer em cemitério de aviões em Petrolina, quando tivermos recurso nós faremos isso. Com relação a TRANSBRASIL, todas as áreas da TRANSBRASIL já foram recuperadas pela INFRAERO, áreas físicas, aviões e coisas que estão dentro das áreas, não estão *sub judice*, inclusive o hangar da TRANSBRASIL, esse antigo hangar da TRANSBRASIL depois de uma série de estudos nós decidimos que ali será a sede da INFRAERO, sair daquele setor comercial sul e ocupar a área que é nossa muito boa para isso...

Com relação à VASP, a VASP está em processo de recuperação judicial, o Dr. Lazarínio, Juiz que cuida da ação em São Paulo emitiu um parecer, a VASP entrou com um agravo, então a questão está agora continua na mão do Juiz. Mas o parecer final do Juiz atendeu perfeitamente, não vamos dizer aos interesses da INFRAERO, mas atendeu aos interesses públicos que nós tínhamos. Com relação a repassar as instalações da TRANSBRASIL para a OCEANAIR, todas as áreas que foram recuperadas elas foram licitadas na medida do possível, na medida que for... A OCEANAIR, inicialmente pretendia se instalar na zona da mata em Minas, depois eles pediram a área aqui. No momento que a OCEANAIR se propor, nós vamos fazer uma licitação e não há problema algum com relação a OCEANAIR.

Ontem, Senador, eu cometi um erro quando disse que tinha levado três funcionários. Na verdade foram quatro. O problema é que um atuou muito pouco porque morreu, o Dr. Hélio Guimarães. Então eu fiquei realmente só com três na cabeça porque o homem jurídico de confiança morreu e eu não o repus. Os três nomes, foram o Dr. Rogério Baserclain(F) que quando eu fui Diretor de Operações ele foi meu chefe de segurança

da empresa, é um engenheiro mecânico, e quando eu fui para a Presidência o chamei para operações que ele tinha amplo conhecimento disso.

O outro foi o Sérgio Farias que quando eu cheguei não havia comunicação social, ele era Chefe de Comunicação Social, havia saído e eu levei um homem de comunicação social. E o outro foi o Josevalto Reis(F), um ex-militar da Aeronáutica, eu trabalhei com ele na Presidência da República, foi Prefeito, tem uma experiência política e eu precisava ter uma Assessoria política perto de mim.

Com relação ao Superintendente de Brasília, Rio e São Paulo, uma senhora, uma moça que era Superintendente em Brasília foi selecionada para um doutorado na França e foi fazer esse doutorado na França e nós substituímos por um funcionário de carreira, o Dr. Carlos Alberto, que hoje é Superintendente Regional em Brasília.

No Rio de Janeiro nós tínhamos a Dr^a. Lia, que era Superintendente, nós precisamos da Lia para trazê-la para Goiânia, onde havia e ainda há problemas graves de uma grande obra, então trouxemos a Lia para Goiânia, e ela foi substituída pelo Dr. Pedro Azambuja. O Dr. Azambuja é um homem de aviação, foi comissário de voo, foi piloto, foi sindicalista, foi colocado lá. Com relação a São Paulo, o administrador anterior é do Dr. Miguel Chueri(F) que deixou para ser candidato a Deputado Federal, e foi substituído pelo Dr. Edgar Brandão.

A questão de São Paulo é uma questão um pouco especial, Senador, porque não é só São Paulo. São Paulo e Porto Alegre, são questões especiais. Há necessidade não só de a pessoa ter um conhecimento técnico bom, como também uma certa capacidade de trabalhar em áreas complexas, na região mais rica do país. Entrou o Dr. Edgar Brandão que é um homem com ampla experiência basicamente na área de estradas, mas com experiência administrativa muito grande e foi colocado. Eram dois nomes e nós selecionamos o Dr. Edgar Brandão.

Não sei se respondi a tudo, posso voltar depois. Com relação ao Senador César Borges, ele questionou a questão de o Aeroporto de Congonhas. Em 10 anos o Aeroporto de Congonhas apresentou nove problemas. Quatro acidentes e cinco derrapagens de aviões. O acidente daquela fatalidade do Fokker da TAM que não teve nada a ver com o aeroporto. Aquilo foi uma peça de quatro dólares que matou toda aquela gente. Depois tivemos um acidente com pequeno avião monomotor, um avião leve, transportador de malote, houve um erro de piloto, o avião saiu da pista, capotou e o piloto morreu. Havia uma pessoa apenas e morreu.

Em seguida tivemos um outro acidente também fatal, com a morte de uma única pessoa, também um único piloto, um Aéreo Commander, também um... Foi um problema também de pilotagem.

Tivemos depois aquele LEAR JET conhecido que desceu a rampa ali, acho que todos se lembram daquele episódio daquele avião.

As cinco derrapagens, três foram com o mesmo avião da VARIG, a derrapagem com o avião da BRA--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a se refere ao avião que carregava o Valdemar Costa Júnior, aquele Deputado importante? De São Paulo? Era um Jet 2, não era um LEAR JET, não.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Exatamente. Desculpe. Mas não morreu ninguém.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O pipoqueiro que estava embaixo.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – O pipoqueiro que estava embaixo. É verdade. As derrapagens nós temos a filmagem de todas elas e nós reconhecemos que a derrapagem do avião da GOL foi realmente uma questão de aquaplanagem. A manutenção de pista de Congonhas é uma manutenção extremamente complexa. São 48 operações por hora, a pista auxiliar estará pronta dentro de poucos dias e a pista principal em 45 dias em regime de 24 horas, 7 dias por semana, nos pretendemos resolver definitivamente. E o terminal de passageiros, infelizmente, apesar de todo o esforço de ter levado aquilo para fazer frente à crise, não deu. Por mais que nós ampliássemos aquilo, foi o local como eu falei tive 14 mil pessoas onde cabiam 70 por minuto para o qual ele foi projetado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Srs. Senadores, senhores convidados, um aviso que eu quero dar aqui. Eu percebo que a reunião vai se estender por mais algum tempo. E para não sermos muito indelicados com as pessoas que foram convidadas, já que nós não podemos oferecer um almoço, pelo menos vamos servir um lanche aqui mesmo para que não interrompa o andamento da reunião. Tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Brigadeiro, faltou apenas a questão de algum contrato que não tenha sido previamente lícitado. Porque eu quero que os senhores entendam que muito do que a gente pergunta aqui a gente está baseado no que lê. A imprensa. E não há uma preocupação, Brigadeiro, de desmentido. A exposição técnica feita agora foi perfeita muito porque a gente começa a entender coisas que são divulgadas, ganham formas de verdade, e não há uma contestação e não há... Agora, eu quero fazer uma pergunta ao Ministro Waldir Pires e ao Brigadeiro, agora

quero de antemão fazer um acordo com o meu amigo Crivella. Eu estou complexado. Tudo que eu fiz hoje ele foi em cima de mim. Mas eu quero, caro Senador Crivella, qual a modéstia dos meus 600 mil votos, pedir permissão aos seus 3 milhões de votos para entrar no Rio de Janeiro. Como é que estão as obras do Pan? A questão da segurança nos aeroportos? Deixa eu entrar no Rio de Janeiro, deixa eu devolver tudo que o Rio de Janeiro faz por mim. Me dando aquelas praias bonitas para eu olhar, me dando aqueles restaurantes fantásticos. Me deixa, Senador Crivella e não me rebata dessa vez, pelo menos. Eu quero saber, eu estou preocupado. Os jornais estão dizendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Heráclito, naturalmente o Senador Crivella--

SENADOR MARCELLO CRIVELLA (PRB-RJ) – Mas é ele que me provoca o tempo todo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Os jornais estão dizendo que as obras estão atrasadas e que a licitação--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Vamos deixar fluir normalmente aqui a nossa reunião.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas essa pergunta é importante porque depende da segurança de voo. O Pan começa agora, daqui a 90 dias, e nós temos alguns questionamentos que precisam ser esclarecidos, com a devida vênia do meu querido amigo e orientador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, o Senador Heráclito Fortes, que é um debatedor eminente nessa Casa, me provoca o tempo todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Permita ele ingressar no Rio de Janeiro que vai acabar essa provocação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ele já falou aqui quase 50 minutos, e eu fiz pequenas... Agora é claro que o senhor é muito bem vindo no meu Estado. Deixa só uma pergunta para mim, por favor, no final.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Na sua vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – O Brigadeiro Juniti Saito quer fazer uma retificação da sua fala. Tem V.Ex^a a palavra.

SR. JUNITI SAITO – Quando eu falei no índice de acidente eu mencionei África do Sul. Engano meu, é Comunidade Africana. Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Brigadeiro, já havia concluído?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– O Brigadeiro também não respondeu a minha pergunta. Com relação aos investimentos. Brigadeiro J. Carlos.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Os três aeroportos principais do Rio de Janeiro, aliás, os três do Rio de Janeiro, o Galeão, Santos Dumont e Jacarepaguá, o Aeroporto Santos Dumont está prestes a iniciar uma operação assistida.

Então, com essa operação assistida agora em final de abril, ele estará completamente operacional por ocasião do Pan, inclusive com a instalação de equipamento de segurança. Segurança não é de vôo, segurança... Segurança contra terrorista. O Aeroporto do Galeão está sendo trabalhado na parte de segurança de vôo, e o Aeroporto de Jacarepaguá estão em obra já licitação adiantada e algumas obras para abrigar parte da força de segurança nacional, a Força Nacional de Segurança, Polícia Federal e isso é um trabalho feito em conjunto com a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Polícia Federal. Eu não tenho grandes preocupações em relação ao Pan, na parte de aeroportos.

Bom, o senhor fez outra pergunta sobre licitações. No momento, Senador, nós temos no Tribunal de Contas 16 auditorias sobre obras, sete denúncias, 36 representações e quatro tomadas de conta especial. Esse é o nosso balanço de hoje no Tribunal de Contas. Fora outras ações no Ministério Público, e assim por diante. A maioria dessas ações, a maioria não, praticamente a totalidade dessas ações no Tribunal não transitou em julgado. Quer dizer, não houve decisão de Plenário do Tribunal. E é muito comum que as pessoas pegam trechos do Tribunal, de acordãos do Tribunal e transformam aquilo numa decisão. Eu apenas vou ler para vocês, rapidíssimo, uma nota do Tribunal que diz o seguinte: Nos termos de nota anteriormente divulgada pelo Tribunal de Contas da União, em vista da importância dos temas ligados à fiscalização da INFRAERO o TCU reitera e esclarece o seguinte: 1) Nenhum dos processos mencionados recentemente pela imprensa foi julgado definitivamente pelo Plenário do Tribunal. Todos esses processos encontram-se sob exame e recebem do Tribunal atenção proporcional à importância que no momento apresenta. Os gestores da INFRAERO não foram condenados nesse processo por decisão final do Plenário do TCU. Há investigações de procedimentos instaurados em normal andamento que obedecem e exigem o respeito à Constituição Federal e o exercício da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal. Já foram designados novos auditores para acelerar esse processo. Isso é do dia 28 passado. Então isso mostra que o Tribunal está agindo,

e é o Tribunal ligado essencialmente a essa Casa, ao Congresso. Agora, os números que eu citei são números que hoje nós temos em relação ao Tribunal.

Com relação... Acho que esqueci alguma coisa, Senador? Acho que não, né? Com relação aos investimentos. Este ano, Senador, nós estamos prevendo um bilhão e trezentos milhões em investimentos diretos. Área de investimento. Não estamos falando de custeio. Dos quais em torno de 250 milhões serão aplicados em equipamentos. Ontem ficou uma dúvida na Câmara quando esse número 250 milhões foi colocado, não são equipamentos de... Exatamente. São equipamentos de pista. São iluminação, balizamento, papis(F). Essas coisas essencialmente de pista. Não sei se ficou ainda mais alguma dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Presidente Zuanazzi.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI

– Acho que o Senador deu uma pequena saída. Vou começar então pelo Senador César Borges. O Decreto 5.731, art. 45 que é o Decreto que regulamenta as atividades da ANAC ele dá uma determinação nova na relação do setor entre a agência e a administração aeroportuária.

Então, ela exige que qualquer modificação que mexa, que modifique alterações entre entes econômicos ou usuários precisa de Audiências Públicas e precisa de reuniões públicas de decisões da ANAC. Por isso eu quero fazer a defesa da INFRAERO que o Presidente J. Carlos já fez em relação às derrapagens e a obra que está em curso.

Na verdade, a primeira derrapagem foi em 21 de março de 2006. Um avião da BRA. Naquela época, em discussão com a INFRAERO as empresas aéreas, portanto, já cumprindo decisão desse Decreto, a conclusão da engenharia da INFRAERO é que nós tínhamos um problema de emborrachamento da pista. Excesso de aviões chegando, o emborrachamento, e as obras que a INFRAERO fazia de limpeza não estavam sendo suficientes. A INFRAERO abriu uma licitação, contratou um equipamento estrangeiro que fazia uma espécie que eu chamo assim de escarificação de daquela pista. Esse serviço que esse equipamento fez foram de grande resultado. Aumentava o atrito da pista significativamente. Porém ela tinha o problema de 30 dias depois o emborrachamento voltava. A máquina passava novamente, voltava o atrito ideal, inclusive ficando um atrito acima de 08 coisas que poucas pistas no Brasil tem, mas emborrachava novamente. Quando se verificou isso, nós estávamos entrando já no mês de setembro, início do período das chuvas em São Paulo. Época muito ruim para se fazer uma obra em São Paulo. Se atrasaria significativamente os me-

ses de obra. O que a INFRAERO fez conjuntamente conosco, conjuntamente com as empresas foi manter aquele processo de manutenção. Aí, em outubro nós tivemos mais uma derrapagem, em novembro mais duas. O avião da VARIG que derrapou na terceira vez, na primeira e na segunda vez ele foi verificado parte de pneus, verificações básicas. Quando ele derrapa, a mesma aeronave a terceira vez a ANAC mandou recolher essa aeronave. Essa aeronave foi paralisada, inclusive os passageiros estavam embarcados nesse dia, nós pedimos que todos se retirassem, era um avião de ponte aérea e ele foi realocado para o Rio de Janeiro para fazer toda a revisão, trem de pouso, enfim, todas as partes dos equipamentos. E agora iniciou-se a obra, primeiro na secundária para preparar a principal, exatamente quando, pós-carnaval, pós alta temporada, e pós o período das chuvas em São Paulo. A gente sabe que a partir da metade de março e início de abril as chuvas diminuem muito em São Paulo e as obras podem ser rápidas. Então acho que é uma resposta muito importante na pergunta do Senador César Borges.

O Senador Heráclito fez uma pergunta sobre a entidade dos controladores, a entidade internacional, a IFAC, mas na verdade ele falou em IATA. E houve uma visita oficial da IATA ao nosso sistema. Diferentemente dessas dos controladores que vieram na questão do acidente. Essa visita foi pedida à ANAC, na época o Comandante Bueno, Comandante da Aeronáutica e o Brigadeiro Hortêncio, Diretor do DCEA. Nós trouxemos os técnicos da IATA que é a entidade das empresas aéreas internacionais, no dia 5 de janeiro eles passaram o dia dentro do SINDACTA I de Brasília, inclusive eu os acompanhei pessoalmente, Coronel Aquino que comanda o SINDACTA nos acompanhou com toda a equipe, visitaram todos os equipamentos, fizeram toda a bateria de perguntas sobre como é que funcionava o sistema do espaço aéreo brasileiro, se era seguro, se não era seguro, e concluíram, e mais, está até no site da ANAC, coisa que a imprensa não noticiou, concluíram que o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro encontra-se entre os melhores equipamentos do mundo. Está escrito isso. Foi dito pelos técnicos da IATA. Porém, eu quero dizer aos Srs. Senadores, por isso a pergunta do Senador Heráclito, nem IATA, nem IFAC, nenhuma dessas entidades são auditagens que nós devemos profundamente acatar as decisões. Auditoria que vale para nós é da OACE(F) ou da ECAL, seja na sigla inglesa ou portuguesa. E essa fez em 2005 uma auditoria no Brasil, fez um conjunto com recomendações, ela depois fez uma auditoria nos aeroportos brasileiros e vai fazer novamente no início do ano que vem uma auditoria

no controle do espaço aéreo brasileiro. Essa entidade que o Brasil é filiado e que segue rigorosamente as suas normas. É importante dizer isso. Não há nenhuma norma estabelecida pela ECAL que o Brasil não a siga. Inclusive, já entrando na questão do Pan, você sabe que a partir do dia primeiro de abril foi introduzida a questão dos líquidos de 100 ml, a proibição nos vãos internacionais. Isso é uma determinação de quem? Da ECAL. Porque nós adotamos agora, nós tínhamos até março de 2008 para adotar, exatamente para nos começarmos a nos preparar para o Pan. Imagina se nós venhamos a ter algum problema. Ilícito, de algum ilícito, porque alguém entrou com o líquido acima de 100 ml e o Brasil não tivesse adotado essas medidas com a devida antecedência.

Então, adotamos, são poucos Países do mundo que adotaram até agora, nós já adotamos. E quanto ao Pan, Senador Heráclito e Srs. Senadores, o Pan tem uma informação centralizada pelo Comitê Olímpico, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e Ministério da Justiça, e pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Os aspectos de segurança estão todos centralizados, há um comitê lá que trabalha os aspectos de segurança aeroportuária. Mas a par disso, nós temos toda uma estrutura de segurança aeroportuária que é o PINAV SEC(F) que essa foi já toda ela montada, as nossas equipes das mais variadas áreas, porque eu gosto de dizer que não há lugar que tenha mais autoridade que um aeroporto. Aeroporto é cheio de autoridades. E são autoridades com papéis específicos e papéis que muitas vezes criam ambientes em que você não consegue ultrapassar.

Então todas as autoridades envolvidas num aeroporto, seja Polícia Federal, seja Receita Federal, seja ANVISA, seja Ministério da Agricultura, seja INFRAERO, seja Comando da Aeronáutica, seja ANAC, nós estamos até o dia 30 de abril fechando o plano de segurança que vai ocorrer durante o Pan-Americano. 30 de abril. Portanto eu disponibilizo já que a ANAC coordena esse plano, após essa data que nós estivermos com tudo isso montado, vir ao Senado da República prestar todas as informações sobre o Pan-Americano. E mais, refutando teses de que as coisas estão com ambiente de insegurança, que as coisas não estão sendo feitas. Não é a nossa opinião. A nossa opinião está se montando para termos um grande evento no Brasil e quem sabe estar candidatando o Brasil para os jogos olímpicos que acho que é o sonho de todo brasileiro e o do Rio de Janeiro em especial.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Presidente. O lanche está sendo servido. Desculpem se não podemos servir

um almoço, mas não vamos deixar os nossos convidados pelo menos em jejum absoluto. Nós vamos...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE) – O nosso Comandante merecia um sushi.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Merecia um sushi. Encerrada a participação dos autores dos requerimentos, nós vamos ouvir os demais Senadores. E nós estabeleceríamos uma regra ainda aquela de oitiva em bloco, mas com o tempo estabelecido para que todos pudessem participar. Então, os Srs. Senadores terão dois minutos para formular a pergunta...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Muito pouco, Presidente. Cinco minutos. Três minutos com a tolerância de dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Três minutos.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com a tolerância de dois, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – É porque se formular objetivamente a pergunta, sem uma conceituação mais extensa é possível fazer tranquilamente em dois minutos. Mas vamos fazer em três minutos e daremos cinco minutos para as respostas.

Começaríamos então com o eminente Senador Antônio Carlos Valadares. Tem V.Exª a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Tenho que engolir primeiro, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, Srs. e Srs. Senadores, efetivamente nós ouvimos com muita atenção os reiterados pronunciamentos dos convidados, principalmente aqueles mais ligados ao controle de voo, do sistema de segurança que envolve a navegação aérea brasileira. No, entretanto, apesar da confiabilidade da segurança, houve um acidente trágico que matou 154 pessoas que até agora não foi devidamente esclarecido. E até setembro, conforme já foi anunciado pelo Sr. Comandante, nós teremos desvendado o mistério deste acidente.

Agora, eu, na minha condição de um leigo nesta matéria, eu começo a matutar, a conversar com os meus botões, como numa imensidão como aquela da área amazônica, onde os corredores aéreos não têm tanta intensidade no tráfego como, por exemplo, Brasília-Aracaju, Aracaju-Brasília, onde eu vou todas as semanas. Eu começo a imaginar será que eu passei algum perigo nesses dez anos percorrendo esses corredores aéreos, também em viagens a São Paulo? Será que algum avião passou bem pertinho do meu a ponto de causar um susto no piloto e a gente não tomou nem conhecimento? Por falta justamente de

infra-estrutura e de condições de trabalho adequadas para os controladores de voo.

Ora, nós temos um sistema integrado, um sistema que eu posso dizer cumulativo de ações de militares na atividade de controlador e dos voos e também da participação de civis. Essa miscigenação, essa mistura entre civis e militares, pelo menos no que diz respeito à fixação de um plano de carreira fica um pouco complicado. Os militares (soa a campainha) Sr. Presidente, os militares eles têm uma carreira específica, onde um sargento, por exemplo, não pode ganhar mais que um Tenente. Um Tenente não pode ganhar menos que um sargento. Já os civis eles têm uma carreira um tanto diferente. Tanto na área da disciplina como na sua organização sindical. Os militares não podem ter organização sindical. Então eu perguntaria, para ser objetivo, ao Comandante Saito, V.Exª é favorável a uma separação entre controle de defesa aérea, que seria coordenada pelos militares e o Controle Aéreo Nacional envolvendo a aviação comercial. V.Exª é favorável? Porque há notícias da imprensa que existe uma divergência na defesa, entre o Ministério da Defesa, os controladores civis e aqueles que trabalham na área militar. Gostaria de saber objetivamente se V.Exª é favorável a acabar com essa história. Os militares vão cuidar da defesa do espaço aéreo brasileiro e os civis vão cuidar da aviação comercial. Porque o próprio Ministro falou, só existe três Países, Eritreia, Somália e Uruguai que adotam o sistema militar. Ou seja, os controladores são especialmente militares.

Agora, o Brasil tem essa mistura, como eu disse, entre civis e militares. Se V.Exª é favorável. Porque eu estive olhando aqui, por exemplo, a carreira militar, aqueles controladores militares eles podem começar com 2.230 de remuneração? Temos que falar em remuneração porque isso é importante. Isso causou insatisfação na classe. Começa com 2.230, com 25 anos de serviço o controlador militar pode chegar 4.625. Não é, Sr. Jorge Botelho? Isso aí. Enquanto que o civil começa com 3.000, depois de 30 anos de serviço pode atingir a uma remuneração máxima de 3.150. Então há uma diferenciação de remuneração para uma mesma atividade. Eu exerço a minha atividade do vizinho aqui, e o meu vizinho ganha mais do que eu.

Então, por que é que está acontecendo? A meu ver, está acontecendo isso porque são duas carreiras totalmente diferentes. Carreira militar e a carreira civil. É preciso que haja uma diferenciação. E só, a meu ver, só acabaremos com essa insatisfação que existe na classe dos controladores se houver a divisão das atividades. Como eu falei, os militares vão cuidar do espaço aéreo nacional, do espaço aéreo da segurança nacional, enquanto que os civis, como na maioria

esmagadora dos Países vão cuidar da parte específica da navegação comercial.

E por último eu queria elogiar o Dr. Ricardo Morishita, porque ele se referiu ao abuso das companhias aéreas. Que fazem *overbooking*, deixam os consumidores a ver navios, não dão nenhuma satisfação, recebem as multas que são dadas pelo Ministério da Justiça, recorrem à justiça e passam anos e anos discutindo e não acontece nada. Isto é, eles ficam imunes, eles podem fazer o que quiser as companhias. Se eu chegar atrasado 10 minutos do voo eu não consigo entrar porque eles não abrem mais. Mas eles podem atrasar quatro, cinco horas, oito horas e nada acontece. Nem a atenção, nem respeito ao consumidor que deve ser o alvo principal. Na verdade, o consumidor está sendo a vítima principal da desorganização que existe entre as empresas aéreas do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para concluir, Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Já concluí, Sr. Presidente. Agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito obrigado. Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. O próximo Flexa Ribeiro e Romeu Tuma.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Comandante, Sr. Presidente da INFRAERO e da ANAC, eu ouvi atentamente as questões já formuladas e portanto muitas delas que eu poderia formular já foram e foram respondidas pelo menos parcialmente no que possa equilibrar.

Eu gostaria de concentrar minha pergunta em dois pontos, em dois documentos, pelo menos. O Presidente da INFRAERO disse que existem vários processos no TCU e um deles me chegou à mão com mais de sessenta e poucas páginas, e que na verdade é um processo que recomenda, faz uma série de recomendações, e o número do processo é o TC 026804 de 2006-07 e a natureza dele é o relatório de levantamento da auditoria no sistema de controle de tráfego aéreo. Não vou ler obviamente as sessenta e poucas páginas. Gostaria de me cingir exatamente a conclusão e basicamente os dois tópicos da conclusão. Diz aqui: Em resumo, conclui-se preliminarmente que há indícios de fragilidade na articulação institucional de insuficiência de recurso para investimento no controle do tráfego aéreo, compatíveis com o aumento da demanda - inclusive demonstrada aqui - em função de contingenciamento e de discrepância na distribuição das receitas destinadas ao sistema de controle

do espaço aéreo brasileiro. E ainda, de deficiência na gestão de pessoal e de equipamentos do controle de tráfego aéreo.

Então, o próprio Tribunal fazendo uma auditoria, faz essa constatação e faz uma série de recomendações que estão aqui nas três últimas páginas. Recomendações que são para o Ministério da Defesa, (soa a campainha) para o comando aéreo da Aeronáutica, e para a Casa Civil. E que se enfocam basicamente que as taxas cobradas são retidas indevidamente, não são aplicadas adequadamente. Isso realmente demonstra, usando um pouco as palavras do Ministro da Defesa, que realmente a questão de gestão não está somente, digamos assim, no comando da Aeronáutica. Está no contexto do Governo. Porque quem contingencia recurso não é o Comando da Aeronáutica, não é nem o Ministério da Defesa. Então eu gostaria de saber primeiramente se essas recomendações feitas, que estão nesse processo, elas já estão sendo aplicadas no que tange o Ministério da Defesa, no que tange ao Comando da Aeronáutica e obviamente aqui não é o caso da Casa Civil que não está aqui representado.

Mas outro ponto que me chamou atenção também foi uma reportagem publicada na revista Carta Capital nessa semana, por sinal tem a fotografia do Presidente da ANAC, que fala de efeitos colaterais. E a última parte da reportagem, é três e três, um documento não oficial dos militares aponta entre as causas da pane a fragilidade da ANAC e o corte dos vãos regionais. E diz mais, diz especificamente. A explosão do tráfego aéreo nos últimos três anos - aqui demonstrada pelo Presidente da ANAC, a submissão do Sistema a Agência Nacional de Aviação Civil e o abandono da Aviação Regional que atualmente transporta apenas 2% dos passageiros seguiam os pontos principais que levaram a esse conjunto de problemas que hoje nós estamos vivendo. E aqui eu quero realmente me ater a uma pergunta objetiva sobre a questão da aviação regional. Também li nessa reportagem que, por exemplo, um passageiro que vem do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, para Londrina, tem que vir para São Paulo para depois pegar outro avião para ir para Londrina. E passageiro que vá, por exemplo, para o nordeste e que venha de uma cidade aqui do norte ele vai vir para Brasília para depois ir para o nordeste.

Então, eu pergunto: Esse desmantelamento da aviação regional não foi e não é um grande ingrediente para realmente agravar essa questão do tráfego aéreo no Brasil, e, portanto, um grande ingrediente para ser pensado no sentido de fortalecermos a aviação regional, nesses dias eu também, Ministro Waldir, fui malhado na imprensa por um Projeto que apresentei em 2002, visando restabelecer o adicional tarifário para

justamente fortalecer a aviação regional. Adicional que existia e que foi deixado de lado e com isso as pequenas empresas aéreas, eu apresentei inicialmente só para a Amazônia legal. Na Câmara ampliaram para o nordeste, centro-oeste inicialmente e depois para o Brasil todo.

Então, minha pergunta se fundamenta nesses dois pontos. Recomendações do TCU elas estão sendo já implementadas? E depois, com relação a essa questão da ANAC que está sendo aqui citada como um... E também a questão das Empresas Aéreas Regionais que pra mim, como homem da Amazônia, são de fundamental importância.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Mozarildo. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Três minutos, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Três minutos? Já passaram cinco segundos. Eu vou ser... Como o Senador Heráclito e o César Borges já ocuparam todo o tempo disponível, estou balançando na mão, sem o dedo em riste, Ministro. (risos) Eu aqui, eu queria primeiro prestar uma homenagem ao Brigadeiro. Sei que nós estamos atravessando um momento de tristeza, de amargura, de dificuldade, procurando se somar aqui em busca de uma solução que traga uma tranquilidade maior à sociedade. E cumprimentar o Brigadeiro pelo aniversário dele hoje. Acho que essas bebidas e esses salgadinhos além de matar nossa fome faz parte da comemoração que eu peço licença a V.Ex^a para cumprimentá-lo. E acho que quanto mais velho a gente fica, mais paciência a gente tem. E o cabelo branco indica isso.

Mas eu estou vendo aqui o documento que V.Ex^a trouxe, além disso cumprimentá-lo por vir acompanhado de todo o seu Estado Maior que é o que dá a demonstração clara da responsabilidade que tem e respeito ao Congresso, como o Ministro também o faz e o Presidente da INFRAERO, que eu tenho visto na televisão, na ANAC, as discussões e a tentativa de explicar os grandes problemas que houveram. Porque não dá para fugir deles, Brigadeiro, Ministro, não dá para a gente fugir e esconder. Qualquer um de nós que tem que viajar sofreu as consequências dos atrasos, das dificuldades. E agora falava com o representante da defesa do consumidor, e que o consumidor foi totalmente desrespeitado dentro das exigências legais. (soa a campanha) Já acabou o tempo, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É que eu tenho aqui... A gente tem acompanhado de perto. Eu sou um admirador da Aeronáutica e ninguém vai tirar isso de mim. Qualquer coisa que eu achar eu vou ligar e vou pedir explicações, trocar idéia, porque por vários anos trabalhei com a Aeronáutica, principalmente em regiões difíceis como a Amazônia, e sempre foram presentes a todo tipo de operação que exigia uma presença da autoridade constituída. E ninguém vive na Amazônia sem praticamente as Forças Armadas e principalmente a Aeronáutica.

Então, a gente... Eu conhecia de perto as grandes dificuldades que a Aeronáutica atravessa há muitos anos. A COMARA, por exemplo, estava sem condições de recuperar pistas que só elas podem operar em regiões inóspitas, Senador. E também cada embalagem dos aviões, aqueles aviões que transportavam... Eu não me lembro... O Búfalo. Que a gente tem saudades do Búfalo, porque ele fazia um vôo tranquilo e foram acabando ao longo do tempo porque não havia peças de reposição e acabaram. E agora, mesmo, eu fui Relator da aquisição, Brigadeiro, viu Ministro, eu fui agora Relator para a aquisição de 30 P3. Se não me engano 30. Nove P3. Devia ter 30. Para cuidar daquilo que eu vi a primeira vez, a Amazônia Azul, que são a plataforma marítima que hoje a Marinha e a Aeronáutica tinham a obrigação de vigiar pelas riquezas que o Brasil têm. Então eu pergunto: O *royalty* do petróleo vai indo para a Marinha, vai indo para a Aeronáutica? Não teriam direito a uma participação no *royalty* para recuperar os equipamentos das forças que dão essa proteção? E o contingenciamento...? Porque eu sei que ninguém, nem na polícia se fazia isso quando eu estava lá, como nas Forças Armadas, ninguém superestima o valor do orçamento por saber que vão cortar e chegar ao limite que querem. Fazem com honestidade e objetivando realmente as necessidades da força.

Então, quando contingencia, o senhor vai ter praticamente um buraco. Não digo buraco negro porque eu já vi a sua explicação sobre isso. Mas um buraco enorme, que se for branco ou negro, não sei, que traz uma dificuldade na administração.

Então, essas coisas a gente... Eu vou pedir só um segundinho, porque o Senador já falou sobre controladores civis e militares. Há divisão de administração dos civis e militares? Ou são todos administrados pela mesma chefia?

Segundo, eu consultei alguns oficiais da Aeronáutica e pergunto a V.Ex^a e ao Ministro, eu sei que as Forças Armadas antigamente formavam os profis-

sionais nas academias de uma das três forças. Com a evolução tecnológica, já se faz concurso para entrar oficiais que depois vão ter o treinamento militar de marcha, de continência e tal, mas já entram como Capitão e como Major pela profissão que exercem como médicos, e como engenheiros. Os controladores de voo não poderiam ter um concurso como oficiais para evitar essa diferença salarial e fazer um concurso especial para eles, pela especialização, especialização que eles obtêm? Eu conheci a Escola de Formação de Controladores em Guaratinguetá. Eu fui visitar. E sei a competência com que os oficiais são instrutores e professores civis trabalham com os operadores, controladores de vôos. E tem uma formação profissional, bastante séria. Nós não podemos queixar que não tem uma instrução vantajosa. Agora mesmo eu falava com o Brigadeiro sobre o NTSB que é o sistema de segurança de voo americano, e algumas vigilâncias depois do 11 de setembro que a Polícia Federal faz a vigilância do embarque do passageiro e alguns vôos das companhias americanas fazem outra internamente com o passageiro que vai embarcar. Não acredito que o FAA autorizaria qualquer companhia aérea americana a sobrevoar o território nacional se não contasse com a segurança que eles exigem. Eles exigem. Mesmo informações, até da polícia quando a gente ia, havia uma troca de idéias para saber como era feito o controle de passageiros ou de segurança. E eu acho que a Aeronáutica também faz parte do sistema internacional e a credibilidade do sistema aéreo nosso aqui.

Eu ainda perguntava sobre a eficiência do combate a aviões suspeitos. Que eu fui Relator do abate a aviões e que o Brigadeiro me explicou à época que assim que autorizado, e hoje é autorizado ia ter base, ele me disse que tem em Rio Branco e Porto Velho, se não me engano, de Super Tucanos para interceptar vôos e se isso está realmente funcionando a contento. E o SIVAM e o SIPAM, o SIVAM principalmente, quando foi instalado, V.Ex^a mostrou o quadro de cobertura de radares da Amazônia, que é o SINDACTA IV que é recente, é de 2005. Não é isso? Pelo menos está no gráfico que V.Ex^a distribuiu aqui no caderno. E à época, as informações, foram remanejados alguns radares da área do norte, do nordeste para o norte, para que pudesse haver a cobertura até a criação do SINDACTA IV. Então o que eu pergunto: Esses equipamentos são novos ou foram reaproveitados de outras regiões? Porque eu vi o preço que V.Ex^a teve a cautela de informar, o preço de cada radar aqui pelos sistemas de uso e o radar rodante. Hoje me falaram que tinha um radar, não sei se é verdade ou não, que os americanos colocaram sobre Cuba que é o radar de cima para baixo. Quer dizer, o radar sobe num balão e vigia a região

que eles querem. Que às vezes essas áreas brancas com dificuldade de cobertura--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para concluir, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu estou entusiasmado, Senador. Se o senhor quiser, eu já encerrei. Pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – São brilhantes as ponderações de V.Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tudo bem. Eu cumprimento e agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós concedemos os três minutos, mais dois de tolerância, mais um e mais dois.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então fica encerrado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Tuma. Acho que completa aí a tríade. Nós passaremos a palavra para o Brigadeiro Juniti Saito, se tem alguma resposta as considerações feitas, as perguntas feitas?

SR. JUNITI SAITO – Bem, Senador Valadares, V.Ex^a perguntou sobre plano de carreira dos controladores civis. Eles são regidos pelo regime estatutários. E nós agora estamos tentando colocar os controladores civis no regime de apoio à saúde no nosso sistema de saúde para que eles tenham uma assistência completa dentro da Aeronáutica. Não só os controladores civis, mas todos os funcionários do DACTA. E acredito que dentro de um mês, mais ou menos, já estejam todos cadastrados no nosso sistema de saúde.

Quanto aos valores de vencimentos, nós achamos que eles precisam ser revistos, desses funcionários civis. Principalmente dos controladores. Porque um suboficial, só para... Como comparação, um controlador civil nosso, no final de carreira, recebe menos de quatro mil reais. De maneira que é um estudo que nós estamos fazendo sobre apoio ao sistema de saúde, e também acredito que rever também a questão salarial deles.

Quanto ao pessoal militar, gostaria aqui de dizer o seguinte. Nossos militares entram na escola, saem terceiro sargento, segundo, primeiro, e eles podem prosseguir, tem que fazer uma prova, aqueles que não tem nível universitário, eles podem prosseguir até capitão.

Então, os nossos sargentos militares, especialistas, incluindo-se aí os controladores têm condições de ascender até capitão, mesmo os que não tem nível superior. E aqueles que têm nível superior, têm possibilidade de ascender até tenente-coronel. Hoje nós estamos revendo essa situação desse pessoal que

tem nível superior de tal maneira que ele possa seguir até Coronel.

Então, isso é que na próxima semana, o nosso Departamento de Pessoal deve dar uma solução para isso para ver o que é que a gente precisa fazer para que eles cheguem até nível Coronel. Então essa é a carreira deles.

Quanto à separação de controle de tráfego aéreo civil e militar, V.Ex^a pediu minha opinião. Eu gostaria de dizer o seguinte, que ainda hoje o Presidente disse que a decisão vai ser dele.

Então, vamos aguardar a decisão dele. O que eu posso dizer é que o nosso sistema é um sistema integrado, é um sistema que eu posso garantir funciona bem. Agora, na hora de separar nós temos que levar em consideração várias coisas. Inclusive investimento, inclusive tempo. E como eu disse agora há pouco, o nosso sistema mundial caminha para um sistema CNS/A TM que deverá entrar em operação dentro de no máximo oito ou nove anos. É um sistema controlado por satélites em que não há transmissão de vozes, de dados. Então, o piloto não precisa falar. Ele precisa navegar de acordo com os dados, de acordo com o controle de satélites. E esse controle certamente será... Certamente, não, tenho certeza que será um controle civil, de tráfego cooperativo, é aquele avião que quer ser controlado e que se identifica para ser controlado. Faz um plano de voo. Diferentemente da defesa aérea que eles não fazem plano e normalmente penetram em baixa altura para a defesa aérea. De maneira que eu permito a não dar a minha opinião pessoal que é uma decisão que cabe ao Presidente. E ele vai decidir, com certeza.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Quer dizer que não há divergência dentro do Governo quanto a essa separação?

SR. JUNITI SAITO – Absolutamente. Absolutamente. Porque eu acho que tudo depende do Presidente na hora que ele disser vai ser civil, nós vamos ter que trabalhar para isso. Lembrando que haverá investimentos e tempo de transição muito grande.

Quanto a insuficiência de recursos, Senador Mozarildo, eu gostaria de dizer que nós temos sempre insuficiência de recurso. Porque a necessidade é muita. Em todos os setores. Não é só no controle do espaço aéreo. Mas as taxas arrecadadas que pelo que me tem vindo nos últimos anos tem sido aplicado no sistema de controle espaço aéreo. As taxas arrecadadas. Quanto à pergunta do Senador Romeu Tuma, Senador, realmente muita gente entende que o avião não possa voar sem combustível. Mas poucas pessoas sabem que sem suprimento o avião também pára. E é a parte mais crucial nossa é a falta de recursos para suprimento e

manutenção. Tem peças que são trocadas queira por tempo, não é nem pelo uso, então, o rigor na inspeção é tão grande que as peças são trocadas calendarariamente, e não por... A COMARA, por exemplo, é uma Comissão de Construção de Aeroportos na Amazônia e é subordinada à Aeronáutica, é operada pela Aeronáutica porque a Amazônia é uma região muito difícil. Poucas companhias de construção conseguem sobreviver. O solo é diferente, o problema das chuvas é muito diferente. Enquanto chove na Ala norte não chove embaixo... Quer dizer, uma obra, muitas vezes, tem que levar material num ano e começar a construção no outro ano. Realmente é uma área muito difícil, mas a Aeronáutica já construiu mais de 150 pistas de pouso na Amazônia. Com todas essas dificuldades.

O senhor falou no *royalty* do P3, do mar. Nós gostaríamos de participar do *royalty*, sim. Porque nós participamos dessa... Mas a Marinha diz que ganha, mas não leva. (risos) Então eu não sei se vale a pena.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas aí que está o erro e acho que a nossa obrigação é colaborar para que se pague. Porque os Municípios que têm *royalty* estão recebendo. Tanto é que a discussão é a tentativa de estudar redistribuição dos *royalties* por Município. Agora, se não tiver a Aeronáutica, a Marinha, as forças que vigiem, daqui a pouco vai ter pirataria até por aí para tirar petróleo no mar.

SR. JUNITI SAITO – Já tem um estudo na Secretaria de Finanças sobre isso, Senador. Nós vamos reivindicar também.

Orçamento. Da mesma forma que a Marinha, Exército, a Aeronáutica também se sente na dificuldade de executar orçamento por causa dos contingenciamentos. Mas aí nós também estamos subornados a economia da Nação. Nós temos ciência disso, das dificuldades que o Governo tem para principalmente em termos de orçamentos, e nós estamos sempre tentando adequar aquilo que o Governo autoriza e aquilo que cada uma das forças vai até o Ministro da Defesa para reivindicar mais recursos. E por enquanto está dando, não é Ministro? Por enquanto está dando. Mas realmente recursos... É a mesma coisa orçamento familiar. Sempre falta.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só um minutinho. Eu estou roubando tempo. O Presidente vai chamar minha atenção. Mas aqui nós temos às vezes aprovado na área de Ciência e Tecnologia alguns benefícios fiscais. E lá se exige uma porcentagem para pesquisa, não só de caráter civil como militar também. E eu mesmo, ontem, perguntei ao Ministro de Ciência e Tecnologia se estava indo para a área militar onde se desenvolvem pesquisas importantíssimas para o País. Eu deixaria isso também no ar, se estão ou não

recebendo a parcela que é descontada das empresas, principalmente de *royalty* que é mandado para o exterior e se o Ministério de Ciência e Tecnologia cumpre com as Forças Armadas.

SR. JUNITI SAITO – Realmente nós temos já uma parceria com o MCT, e anualmente nós já temos recursos da ordem de mais de 30 milhões de reais para investimentos em projetos de desenvolvimento de alta tecnologia. Posso garantir isso ao senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Concluiu, Brigadeiro? Com a palavra o Ministro Waldir Pires.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Senador Romeu Tuma, eu creio que é muito boa a sua disposição em relação ao problema dos *royalties*, porque eu creio que essa deva ser uma ação conjunta de nós todos em relação aos *royalties*. Os *royalties* dos Municípios eles estão sendo distribuídos diretamente. E são obrigatoriamente por um conceito de natureza jurídica que é, digamos, a sua inserção na natureza exclusiva de receita do Município. De forma que isso tem um apoio até de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Eu creio que neste particular nós deveríamos fazer um grande esforço em relação aos *royalties* da Marinha e verificar o que se deva fazer em relação aos *royalties* da Aeronáutica. Isso pra mim faz parte um pouco da concepção de organizar o que é que é Ministério da Defesa. Fundar. O que é que é Ministério da Defesa, num País como o nosso. A base da experiência do que foi a construção do Ministério da Defesa nos Estados Unidos, Ministério da Defesa na França, Ministério da Defesa na grande maioria dos Países do mundo. Eu creio que neste particular, por exemplo, é uma grande batalha a travar-se coletivamente. Não apenas, digamos assim, pelos setores específicos das forças. Travar-se com a área econômica de cada Governo. A Marinha, por exemplo, ela tem um saldo de recursos de *royalties* extremamente significativo. Extremamente significativo. E eu creio que essa apreciação sobre a posição da Aeronáutica é uma coisa que se deva iniciar. Pela proteção que se tem o dever de assegurar a todos os recursos nacionais. Sobre tudo, os recursos nacionais que estão na Amazônia Azul, e na Amazônia continental, mesmo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ministro, o senhor permite? Nós recebemos aqui por esta Comissão uma Comissão do Senado francês, como V.Ex^a fez referência sobre o Ministério da Defesa da França, e um dos Senadores era da Comissão das Relações Exteriores, responsável pela fiscalização da aplicação financeira orçamentária das forças.

Então, ele nos explicou que lá todo ano os comandantes de cada força expõem o que fez, e o que

gastou e o que faltou. E a cada cinco anos, eles fazem uma reunião para reformular os projetos da força.

Então, eu não sei se isso seria viável nós fazermos aqui para colaborar com as Forças Armadas para discutir permanentemente. Eu pedi aqui, o Senador Heráclito vai me ajudar, criar uma Subcomissão de Modernização das Forças Armadas. Ele disse que vai autorizar a sua instalação na Comissão de Relações Exteriores. Eu acho que seria importante a gente poder tratar permanentemente que o Congresso fique do lado para atender alcançar os objetivos.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Sem dúvida, porque nós estamos em face de um mundo muito arriscado. Nosso planeta está arriscado. E nós somos um grande País do mundo. A civilização humana está em perigo, por falta de instituições. E essas instituições estão se deteriorando a tal ponto que a cada instante você vê surgir os atos de aventuras e de conflitos que vão explodindo aqui, ali e acolá. O sonho das Nações Unidas absolutamente forte fazendo delas, das Nações Unidas o centro da discussão, da paz, e consequentemente dos direitos que administram as nações do mundo. Esse sonho está se esboroando. Então um País como o Brasil é um País que tem o dever de estar construindo um conjunto de forças, de Forças Armadas, de Marinha, de Exército e de Aeronáutica capazes. E assegurar a soberania deste País e a defesa dos interesses fundamentais do País. Eu acho que isso é importante.

Senador Mozarildo, eu gostaria apenas de informar a V.Ex^a que no que diz respeito as recomendações do TCU nós estamos atentos a ela. Mas que hoje essas, digamos assim, aplicações de recursos dentro do Ministério da Defesa, e, sobretudo, dos organismos que estão compondo o Ministério da Defesa, hoje eles fazem parte de uma rotina, de uma rotina de conceito, de conceito de gasto público. De modo que nós estamos enviando invariavelmente para o exame da Controladoria-Geral da União, que é o órgão onde o controle interno, e que, portanto, quando chegar ao Tribunal de Contas, chega com as contas devidamente examinadas pela Controladoria-Geral da União. E é em função disso, inclusive, que nós fizemos e estamos fazendo alguns afastamentos de administradores, como fizemos uns três ou quatro meses atrás, e ainda recentemente fizemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para concluir, Ministro.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Para que o Tribunal de Contas seja, digamos assim, como órgão que é do Congresso Nacional capaz de trazer aos senhores as informações bastante já examinadas pelos órgãos internos do Poder Executivo.

Portanto, do Governo. No que diz respeito, por exemplo, a distribuição de recursos que foram noticiados como altamente contingenciados, nós temos informações e oferecemos informações ontem até bastante, digamos, abundantes. Infelizmente hoje eu não as trouxe, mas eu mando para V.Ex^a o quadro de que os contingenciamentos foram mínimos nesses últimos quatro anos. Inclusive foi nenhum em 2006. Nenhum em 2004, e muito reduzido, mínimo, não chegou a 4% em 2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para excluir, Ministro.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Concluí.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Estão inscritos para o próximo bloco o Senador Inácio Arruda, Flávio Arns, e Marcelo Crivella. Mozarildo, por favor.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Senador, eu queria dizer inicialmente que eu, particularmente, e a ANAC é totalmente favorável ao seu Projeto de Lei de suplementação tarifária. Eu vi manifestação de Parlamentares que não é a hora de discutir, porque tem uma crise. Mas acho que misturar essas coisas é misturar duas coisas totalmente distintas. E nesse sentido eu já lhe respondo que esse documento que eu não tive acesso a reportagem falava, que não está assinado, também fala dessa mistura. Eu não vejo nenhuma relação entre a diminuição da aviação regional que é real e houve de 2001 para cá com a questão de que nós estamos vivendo aí no tráfego aéreo. Pode ser até o contrário. Porque a aviação regional é responsável no máximo por 2% da aviação brasileira no seu histórico. O que houve com a aviação regional é que era um Decreto de suplementação tarifária e a partir de 2000, 2001, as empresas começaram a entrar na justiça e ganharam o fim dessa suplementação. Isso é que acabou a aviação regional. Acabou não, mas derrubou bastante o atendimento a vários Municípios, principalmente na Amazônia.

Ontem mesmo uma Deputada do Acre me questionava sobre isso. O Acre, em 2000, tinha 27 vôos diários. O Acre hoje há nove. Há muito custo. O ano passado o Senador Tião Viana aqui da Tribuna do Senado, depois o Governador Jorge Viana, tivemos uma batalha muito grande para ampliar alguns vôos para o Acre. Então, veja que é uma diminuição bastante significativa. Eu acho que o seu Projeto ele repõe a perspectiva da aviação regional. Por que é que ela não é viável economicamente? As nossas comunidades não têm recursos para pagá-la. Então os custos de um pequeno avião para transportar poucos passageiros são muito altos para realidade econômica das comu-

nidades interioranas no Brasil. Essa é a realidade. Não tem nada a ver com o que está ocorrendo.

Quanto à questão de gestão de sistema, como se a ANAC... Eu disse, não. Ao contrário. O que está escrito é o que a ANAC prega. A agência tem que ser o órgão fiscalizador e tem que ser o órgão regulador do sistema. Mas de todo ele, e não de partes. E nós devemos ser cada vez menos gestores. Gestor é a INFRAERO, gestor hoje é a Aeronáutica no espaço aéreo. Nós não devemos ser gestor. Hoje a gestão da ANAC é muito na área da formação profissional. Essa é mais a nossa gestão. Aí envolve relações com aeroclubes, envolve relações com escola de formação profissional. A outra parte nossa, por exemplo, na área, e até gostei que hoje nenhum Senador fez uma pergunta que sempre que eu venho aqui se faz, que é a questão da certificação de produtos aeronáuticos lá em São José dos Campos, e isso me deixa alegre, porque se não está havendo perguntas é porque não está havendo críticas. Acho que a solução de um problema que nós estávamos vivendo historicamente e considero ele na ante-sala da solução. Aquilo lá não dá para considerar gestão do sistema, é também um aspecto fiscalizatório. É fiscalizar as aeronaves fabricadas no Brasil ou aquelas que nós importamos sobre peças, equipamentos e a aeronave como um todo.

Então, eu acho, eu discordo um pouco do conteúdo do documento que a matéria não quis me passar, mas reforço o seu Projeto que foi modificado na Câmara já passou na Comissão de Constituição e Justiça. Tem que voltar a esta Casa, eu reforço, seria fundamental, não para o problema do tráfego aéreo, mas para o desenvolvimento do Brasil. Acho que é um Projeto que busca desenvolver as regiões longínquas do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, inicialmente quero hipotecar o meu apoio e a solidariedade ao Ministro Waldir Pires. A batalha que V.Ex^a tem travado juntamente com todos aqueles que são responsáveis pelo controle aéreo do nosso País, e especialmente pela defesa no Brasil. Não é fácil.

V.Ex^a já enumerou que a questão da defesa não é apenas a questão do controle aéreo. Nós precisamos constituir a questão da defesa no País. Não é o Ministério da Defesa. É o problema da defesa no Brasil. O que significa recuperar a atividade da Aeronáutica, da Marinha, do Exército, sobre um comando unificado, na defesa, entendendo o papel estratégico da defesa para o desenvolvimento do nosso País. Em tempos de programa de aceleração do crescimento,

digamos assim, a Defesa tem muito que fazer. Muito, muito que fazer. E seria um papel extraordinário que nós estivéssemos discutindo exatamente essa parte, e não uma crise de controladores do sistema de vôos do nosso País.

Eu acho que V.Ex^a, evidente que existe dificuldades, mas V.Ex^a. tem colocado no centro esse debate que não é uma coisa simples a gente enfrentar na hora da crise que se estende há muito tempo. Porque você tem um contingente enorme de problemas que vão se somando. Há sempre a idéia de que...

Bom, deve ser militar ou civil o controle aéreo? Quer dizer, a defesa está no Ministério da Defesa, e nós temos a participação dos militares na defesa. Disso não tem que ter dúvida. Ninguém tem que ter dúvida sobre isso. Agora, o serviço, esse que é o problema. O serviço não precisa ser militar. Acho que há uma discussão já que vem amadurecendo com muita clareza. Esse não precisa ser militar. Esse serviço pode ser civil. A transição ela pode demorar um pouco mais. Mas tendo a consciência de que ele pode ser civil, nós afastamos uma espécie de fantasma que a gente fica carregando. Tem que ser militar, tem que ser civil, fica nessa polêmica. Não. O serviço pode ser civil. Agora, a defesa e o controle do espaço aéreo nacional é uma questão de defesa e esse é militar e é do Ministério da Defesa.

Então, ficamos resolvidos nessa parte. Acho que aqui nós temos um problema. E voltamos, não só a Aeronáutica, mas as forças militares no comando junto com a defesa, a tratar de questões estratégicas do desenvolvimento do País. Eu acompanho há muito tempo a questão do nosso veículo lançador. Que é um problema do desenvolvimento do Brasil. Há pouco, numa das respostas, nós ouvimos uma intervenção mostrando aqui a questão da disputa de mercados. Nós temos um sistema de controle aéreo que tem um tipo de equipamento, que tem um modelo, esse modelo atende também a um tipo de material. E aqui também tem disputa. E na hora de uma crise, entra a disputa também. Ela se envolve. Entra aqui no meio. Nessa questão, se nós conseguirmos desenvolver, se a Aeronáutica, com o apoio da inteligência brasileira, ela tem um instituto tecnológico, aqui o ITA, está aqui o CTA, então o potencial nosso é enorme. Agora, significa orçamento, investimento. Quer dizer, é um trabalho enorme que nós temos que realizar para retomar o esforço do desenvolvimento que a Aeronáutica pode conduzir. Quer dizer, os militares brasileiros através da Aeronáutica podem dar uma grande contribuição, quer dizer, ainda maior do que já deram até hoje com o desenvolvimento do nosso veículo. Que ficou, digamos assim, está em curso, mas a gente teve atropelos, inclusive o maior

atropelo não é um veículo queimar no espaço, não. É o atropelo do orçamento. Normalmente. Esse é o principal atropelo nosso. A gente precisa retomar porque aqui você entra no PAC nosso, no desenvolvimento dessa área estratégica. Acho que aqui é a questão central. Acho que a gente deveria entrar aqui.

O outro problema que eu vejo na questão dos controladores é o problema da disciplina, que independe de ser militar ou ser civil. É uma área muito... Que exige muita disciplina. Muita disciplina. Porque você lida com um serviço que atende a população, quer dizer, na área da aviação que exige um trabalho de exclusividade. Tem que estar ali exclusivo. Dedicção total a esse tipo de trabalho. E independente de ser militar, porque às vezes se pensa o seguinte, porque disciplina só se for militar. Não. Disciplina civil para o exercício dessa atividade, para ter um controle adequado. Um trabalho adequado. Para atender bem a nossa população. Acho que aqui está uma questão chave. Acho que a gente tem que estar bem atento para isso. Porque fica parecendo que vai passar para civil e como se fosse ficar mais frouxo. Não, não vai ficar mais frouxo, não. Vai estar bem disciplinado. Não tem esse problema que vai ficar frouxo, vai ficar desordenado. Não. Vai estar bem disciplinado, bem controlado. Quer dizer, todo mundo vai estar de olho nisso aqui. Ou vai virar uma bagunça porque vai ser civil. Não senhor. Isso aqui não vai ser bagunçado, isso vai ter que ser bem organizado, bem estruturado sob o comando bem organizado para que a gente possa ter um bom serviço.

E uma questão também que fica sempre parecendo. Porque é militar criou-se a crise. Também não é verdade. Isso não é verdade. Quer dizer, até hoje esse serviço é um serviço de qualidade no Brasil. Porque senão fica parecendo... Agora, de repente, esse serviço não presta. Que conversa é essa? Esse é um serviço de qualidade que foi prestado até hoje ao Brasil e muito bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para concluir, Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Acho que é preciso a gente registrar esses aspectos positivos do serviço feito pelos militares que transita para um serviço civil e que tem grande qualidade. E que essa qualidade vai ser transportada para um serviço civil. E boa parte da formação vem exatamente da Aeronáutica. E a Aeronáutica pode continuar contribuindo na formação desse pessoal que vai prestar um serviço civil. Tem que botar as coisas no lugar. Porque senão fica parecendo que virou uma bagunça, vai virar uma bagunça porque vai ser civil e o serviço que estava sendo feito não prestava, não era qualificado. Não era um serviço qualificado, era um serviço bom que a

gente precisa reconhecer mesmo que transite para o serviço civil. Agora, tem que ter disciplina. E no caso de quando é militar, aí a disciplina ainda é maior, porque aí não pode ter quebra de hierarquia. Aí sim. Acho que é outro problema mais complexo que a gente tem que estar atento e acho que o Governo agiu corretamente. Nos dois momentos agiu corretamente. E acho que V.Exª colocou de forma muito justa. Acho que o Presidente agiu corretamente nos dois casos, num primeiro para atender exclusivamente a população. E o segundo para não deixar que a hierarquia fosse quebrada. Acho que aqui houve uma atitude correta do nosso Governo em relação a crise do espaço aéreo brasileiro, que eu acho que vai conseguir ser controlada sem precisar de maiores atropelos no nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Sr. Presidente, Sr. Ministro, querido Waldir Pires, Sr. Comandante da Aeronáutica, Sr. Brigadeiro José Carlos, Milton, Sr. Ricardo, Sr. Jorge Botelho. Já vão aí quatro horas e tanto de debate em que nós de maneira democrática e civilizada estamos procurando encontrar os caminhos para uma crise que nos afeta a todos. Mas soluções imediatas muitas vezes não são estratégicas. E concordo com V.Exª. Nós precisamos de um Projeto de Defesa Nacional. A princípio, a gente pensa que é o controle ou a proteção absoluta do território do povo. É um conceito. Mas será que produzir vacinas, por exemplo, ou controlar os meios, produção de alimento. Hoje somos os maiores produtores de soja, mas não dominamos mais a tecnologia das sementes. Nem dos adubos e agrotóxicos. V.Exª é sábio quando remete essa discussão a um Projeto de Nação que ainda não temos. E que clamei aqui da Tribuna do Plenário várias vezes quando vi a GOL cobrando passagens tão baratas. As passagens eram impraticáveis. Eu não sei quem colocou dinheiro ali. Mas quebraram a VARIG. V.Exª muito tempo atrás falava das linhas. Eu aqui falei do preço das passagens. Companhia estabelecida, mercado crescendo, o Brasil com perspectiva de crescimento, mercado internacional crescendo, e nós ficamos sem uma companhia... Hoje por exemplo, para o continente africano onde passei 10 anos como missionário, não temos uma companhia brasileira voando. Nenhuma. Não vamos para Angola, não voamos para Moçambique, não vamos para África do Sul, só companhias estrangeiras e nós queremos reatar nossos laços. O Presidente diz até em resgatar compromissos históricos, dívida histórica com três séculos e meio de escravidão que trouxeram milhões de irmãos africanos para trabalhar aqui.

Mas Sr. Ministro, a discussão política é fascinante porque ela pode ser vista por duas óticas. Sempre assim. Hoje vejo a oposição reclamando de investimentos. Equipamentos em pessoal. Pois apresentei aqui logo quando me elegi Senador um Projeto de Lei que foi defendido pelo Ministro Viegas e depois pelo Ministro, Presidente do meu partido, Zé Alencar, numa audiência que fizemos aqui com três comandantes na época dar um orçamento anual estável às Forças Armadas de 2,5% do PIB. Teve parecer contrário da oposição que hoje clama por mais investimentos.

Olha que Saturnino Braga, um grande Senador do meu Estado, abandonou a vida pública. Mas ele fez, queria transformar esse Projeto em Projeto de Comissão. A oposição bloqueou. A mesma oposição que hoje clama por mais investimentos. Chegou ao ponto de um Deputado do meu Estado escrever no meu jornal O Globo, jornal prestigioso, dizer o seguinte: “Temos que instaurar a CPI do Apagão porque o sangue dos inocentes clama por justiça”. Referindo-se ao acidente da GOL. “O sangue dos inocentes clama por justiça”. Meu Deus, parecia o vaticínio daquela sentença: Crucifica, crucifica. O nosso comandante já disse que o inquérito não chegou ao final. Mas eu cansei de ler na imprensa de que o transponder do Legacy estava desligado. Ora, o transponder é um rádio que recebe uma frequência no plano de voo. E ele tem que manter esse transponder ligado, porque senão não se consegue detectar aquela aeronave. O avião da GOL não viu? O CINDACTA de Brasília tentou contato sete vezes, não conseguiu. Meu Deus, será que com o controle aéreo civil ou militar, com o controlador ganhando cinco mil ou vinte, nós podemos colocar um transponder para funcionar em pleno voo quando o piloto não o fez? E é justo clamar o sangue dos inocentes culpando outros que mais inocentes são?

A verdade é que V.Exª tem sido um herói. E a política é fascinante por isso porque dá essa força, esse fôlego que inspira a gente. V.Exª está nesse debate há tantos anos. Mas se mantém firme e valente. E é uma inspiração para nós que estamos começando agora. Essa paciência infinita de sempre responder, de buscar a Constituição, e de buscar as medidas estratégicas que é aconselhado por seus comandantes, V.Exª vai encontrar.

Eu gostaria apenas de fazer uma só... Um só questionamento. Ao Presidente da ANAC e ao nosso comandante da Aeronáutica. Ao Presidente da ANAC, o problema da GOL. Sempre passagens mais baratas. Quebrou a nossa VARIG lá no Rio de Janeiro. Agora, não se vê um funcionário da GOL com a minha idade, por exemplo. Não se tem ali. Aos 40, 45. São todos jovens. É proibido pessoas acima de 40 trabalhar na

GOL. É a única companhia que a gente só vê jovens. E eu queria que V.Exª investigasse isso porque já veio ao meu gabinete um funcionário da VARIG que disse que preenchia todos os requisitos para trabalhar na GOL e foi excluído porque tinha 42 anos de idade. Num País onde a maior faixa de desemprego, Senador Tuma, está nessa idade.

Agora, comandante, uma preocupação. V.Exª vai ter aí pela frente que ver o problema dos controladores. Notícia já estamos desmilitarizando. V.Exª deu hoje a mensagem correta à Nação. Não se preocupem com desmilitarização do setor porque já está ocorrendo. Nós saímos da bússola, fomos para o GPS, esses satélites estão cada vez mais aperfeiçoados e mais cedo ou mais tarde nós vamos ter que chegar a isso.

Então, V.Exª já disse que é uma discussão já encaminhada. É tempo. É tempo. Mas eu achei que as coisas se colocaram no lugar certo quando os controladores pediram perdão. Um gesto de nobreza. Vibrei como brasileiro. Eles, que por juramento, se necessário fosse, teria que dar a vida pelas instituições. Entraram numa greve injusta, a meu modo de ver, e depois eles, sim, não o Presidente da República, recuaram e pediram perdão. O Presidente tentou, o caminho do diálogo, o regulamento. É assim na vida militar também. Muito bem. Se nós tivermos um endurecimento da crise e os nossos sargentos que terceiro sargento ganha pouco, um suboficial também ganha pouco, quatro mil reais pela... Esse País da desigualdade, mas comparado a níveis internacionais eu creio que seja pouco. Nós vamos formar daqui a um tempo, temos os civis que creio serem militares da reserva que prestaram concurso e passaram, por que não convocar a reserva? Por que não chamar aqueles oficiais ou sargentos ou praças que num prazo de cinco anos podem ser mobilizados em caso de necessidade. Eu fui oficial temporário. Durante cinco anos me apresentava ao Exército. Porque de repente precisariam de mim. Tinha que renovar meu endereço, condições de saúde, etc e tal. Num caso de emergência não podemos chamá-los para suprir um final de semana? Não podemos saber aonde eles estão? Aqui no Senado consegui aprovar uma lei que dá direito hoje ao Governador convocar a reserva da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros... O Senador Tuma foi Relator. V.Exª foi o Relator junto com o Senador Jefferson Péres. Para dar direito ao Governador chamar a reserva.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Brigadeiro já explicou que tem mais 60 da reserva e já há autorização presidencial para mais 100. Se não me engano...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sim. Mas esses são por contratação? Esse é aquela Medida Provisória que nós votamos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pessoal da reserva.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sim, da reserva porque são os qualificados, mas é uma Medida Provisória que nos dá direito a contratar. Mas suponhamos que não tenhamos condições--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É que o Senador está dizendo que não precisa dessa Medida Provisória.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Não, até precisa, mas vamos supor--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Basta convocar na emergência.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Isso. No caso de emergência. Parou 200. Será que a gente tem 200 ou 300, 400 que a gente sabe onde está morando e a turma vem para nos ajudar socorrer, é possível ou não é? Estou apenas aqui dando uma idéia. Mas queria terminar aqui a minha participação--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O plano de mobilização, Presidente, eu venho discutindo há muito tempo e por enquanto o Ministério da Defesa não tinha enviado. Não sei se já se preparou...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Plano de mobilização industrial, de pessoal...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – De pessoal na área militar, principalmente pelas grandes dificuldades que têm quando há um incidente, uma crise, uma greve.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Se de repente nós precisarmos ir à guerra, é uma hipótese remota. Mas as fábricas de ITU poderão fazer tubo de canhão, de morteiro, fábricas de alimento farão ração para nossos soldados, outras indústrias têxteis vão fazer o uniforme. Será a nossa mobilização industrial em larga escala.

Mas eu só queria terminar, Senador Tuma, dizendo que como brasileiro, como Parlamentar, acompanhei essa crise de perto, achei que nossas autoridades foram injustamente expostas, mas gostaria também depois das perguntas dizer o seguinte, não vi nenhuma nota à imprensa. Por exemplo, eu li em casa, mas amargurado aquele noticiário da Folha de São Paulo dizendo que nossos controladores não eram bons, nossos equipamentos obsoletos, o sistema de computador não prestava... Aí eu dizia pra mim: Onde é que estão os acidentes? Porque se é isso tudo aqui tinha que haver acidentes. Não tem. Teve um do transponder desligado. Um transponder desligado.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – O único de toda a vida da aviação civil brasileira, o único. Nos Estados Unidos já houve seis de choques. De choques de...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Ministro, em respeito à memória de V.Ex^a, não repita isso. É um engano histórico que V.Ex^a não tem o direito de cometer. Nós tivemos o Presidente Castelo Branco que morreu em colisão, nós tivemos o acidente que acabou com a banda de fuzileiros navais no Rio de Janeiro e nós tivemos o acidente de dois aviões bandeirantes na cidade de Imperatriz. Não vamos dizer isso para que...

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Veja bem, esses acidentes não são acidentes de passageiros.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Todos com passageiros, Sr presidente. Nós não temos ainda avião monitorado. Um matou o Presidente da República o outro era avião com passageiros com--

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Era um táxi aéreo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não. Um avião do Presidente da República, um avião militar, evidente, dois aviões bandeirantes de passageiros e o avião do Rio de Janeiro foi um avião de passageiro, um avião da Real Aerovias, um DC-3 com um avião militar americano. V.Ex^a está repetindo um erro que foi cometido aqui na audiência passada. É preciso que essas coisas não...

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Veja bem, se for dada essa dimensão que o nobre Senador está... Eu estava raciocinando em termos de aviões de passageiros.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador na segunda metade do mandato já pode chamar de Deputado.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Mas eu estava dando um conceito de grandes aviões. Aviões de passageiros.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para época o acidente do Rio de Janeiro foi grande. O que matou uma banda de música dos fuzileiros navais americanos chocou-se com um avião DC-3. Eu sou mais novo que V.Ex^a.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Mas veja bem, se for dado esse conceito assim de atribuir a esses tipos de conflitos aqui, eu estou recebendo aqui uma informação do Brigadeiro Juniti Saito, se for dado esse conceito, terão sido seis acidentes no Brasil contra 49 nos Estados Unidos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quais são os outros dois para eu colocar aqui na minha memória?

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – 49.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havia um treinamento, eu coloquei fora exatamente para não desmerecer a Força Aérea Brasileira nesse tipo de choque.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – 6 a 49.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu vou concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nesse caso é melhor usar essa nova estatística.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu concedi um aparte ao Senador, nobre e querido Senador Heráclito Fortes.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Fizeram as pazes, então?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nunca briguei com ele. Nunca briguei com ele.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a concorda?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V.Ex^a robusteceu meus argumentos. V.Ex^a mostrou que num prazo mais longo nós temos muito menos acidentes que os Estados Unidos que é padrão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para ver V.Ex^a como eu tinha razão, Deus nos une.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Deus nos une. E sempre unirá. V.Ex^a é brilhante, inteligente, eu gostaria de ter o poder de oratória que V.Ex^a demonstra aqui.

Mas só para concluir, então, conte com a solidariedade nossa. Conte com o espírito democrático dessa Casa em apoio e solidariedade a V.Ex^a que já foi dado pelo Senador Inácio Arruda. A biografia de V.Ex^a é uma inspiração para nós todos.

Parabéns e muito obrigado por ter vindo e ficar com a gente até aqui a essa hora que por culpa da oposição acabou se transformando num concurso de próstata. Aliás, o Senhor José Carlos Pereira, é o único que está invencível aqui, é o único que não levantou. O restante sujeito aqui as agruras de uma audiência tão longa. Muito obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria verificar com...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, permite só uma proposta. O Senador João Pedro, desculpa, é o próximo. V.Ex^a seria o outro e aqui presente...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Temos ainda o Senador Quintanilha que penso que vai falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Paulo Paim e o Eduardo Azeredo. Não sei se todos queriam fazer...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Façamos logo na sequência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para gente liquidar os perguntadores e aí eles terminariam. Concordam? Por favor, Senador João Pedro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Tuma, eu queria que V.Ex^a permitisse usufruir dessa minha repentina e espero que duradoura lua-de-mel com o Senador Crivella. Eu não posso perder essa oportunidade. E quero pedir ao Ministro Waldir Pires, embora não seja tema do assunto é que eu vou ter que me retirar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – V.Ex^a tem que ter cuidado para não exagerar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – V.Ex^a. já está querendo entrar em lua-de-mel.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Se houver ciúme de V.Ex^a será convidado a participar também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Aí já vira uma outra situação. Aí já não é exagero. É uma alegoria. (soa a campanha).

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a é que sabe.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Olha, eu pensei que o senhor ia pedir para assumir a presidência para--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É, eu queria apenas pedir... Eu vou ter que pegar um avião e espero que ele esteja saindo no horário. Eu queria pedir permissão--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O controle aéreo está garantido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) -- Para me juntar ao Senador Crivella e elogiar a humildade e atitude do Governador Sérgio Cabral e pedir forças federais para o Rio de Janeiro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Apoiado, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ministro Waldir, deixe de lado essa discussão jurídica. Deixe de lado. O Brasil dispensa a lei, vira a maioria. O Rio precisa das tropas imediatas. Nós temos o Pan prestes a acontecer, as tropas têm que chegar no Rio de Janeiro para tranquilizar a sociedade, para tranquilizar os que estão vindo de todo o continente.

De forma que eu queria fazer um apelo a V.Ex^a para que transmita ao Presidente da República que é sensível essas coisas que supere algumas dificuldades, mas dote o Rio de maneira imediata e rápida desse contingente federal. É uma questão social

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Um aparte.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – São os meus 600 mil votos a disposição dos seus três milhões.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Por favor. Só para dizer o seguinte, V.Ex^a tem toda razão. Sr. Ministro, não para os soldados subirem e trocarem tiro com bandido no morro. Ação de presença. Ação de presença na rua, para nos ajudar a baixar a violência no nosso Estado que é insuportável.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Se não houvesse outra justificativa, Sr. Ministro, só o fato do Brasil hospedar todo o continente que começará a chegar, os precursores que estarão chegando dentre os próximos dias, é necessário, e é digno de aplauso se o Governo de maneira rápida, diferentemente dessa crise que já rola há seis meses, tomar uma decisão e colocar as tropas no Rio a serviço do povo brasileiro e em homenagem ao povo carioca. Muito obrigado a V.Ex^a. Tenho certeza que vai tomar uma solução rápida dessa questão.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – O Presidente já nos deu uma instrução hoje pela manhã, ao Ministro Tasso Genro, a mim, ao Comandante Brigadeiro Juniti Saito, ao Comandante General Enzo, ao Almirante Comandante da Marinha Moura Neto, nós estaremos com o Governador do Rio de Janeiro segunda-feira já em audiência marcada para conversarmos sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ministro, caldo de galinha não faz mal a ninguém. Eu concordo com V.Ex^a, mas o emprego das Forças Armadas em serviço policial é muito mais sério do que a gente possa imaginar.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ação de presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas se tiver uma provocação, Senador, a presença passa a ter reação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a tem toda razão, Senador Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu quero a legalidade se um oficial matar um bandido no meio da rua. A que Justiça ele vai responder.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Já votamos aqui, justiça militar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Tuma, V.Exª tem toda razão. Agora, imagine se um bandido matar um atleta que vem de fora participar de uma olimpíada no nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas aí é uma coisa. A segurança do Pan é uma coisa diferente do que ficar na rua... Porque nós estamos enfraquecendo o sistema de segurança dos Estados. Os Governadores estão apelando muito ao Presidente da República.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Esse é um caso excepcional.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E esquecendo que tem responsabilidade a polícia local fazer um trabalho sério.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª tem razão, mas esse é um caso sério.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não estou criticando o Rio, não. Lá em São Paulo é tudo--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª. tem razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É muito mais fácil jogar para as costas de um outro setor do que eu assumir a responsabilidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª tem toda razão. Mas eu faço isso em nome do prestígio internacional do Brasil, numa situação muito especial. No dia seguinte ao final da Olimpíada, retira as tropas. Mas pelo menos até lá...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu participei da Rio 92, eu fiz a parte de segurança pela Polícia Federal. É claro que o Exército e as Forças Armadas tiveram um trabalho excelente. Por quê? Porque tinha o objetivo claro que era a proteção das autoridades presentes. Que se tiver o objetivo claro de proteger os atletas e aqueles que vão fazer parte do Pan, é um planejamento diferente do que o planejamento de rua.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Evidente. Mas é exatamente isso. O que vão fazer lá, não me cabe, sou leigo no assunto definir. Nós temos que encontrar a maneira da atuação. Agora o Senador Crivella tem razão. A presença, psicologicamente, ela é positiva num momento como esse. Agora, Senador Tuma...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E foi o que aconteceu com a ECO. Nós tivemos essa presença na época da ECO e com bons resultados.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Tuma, eu vou ter que me retirar, porque eu... Estou encaminhando um Requerimento de informa-

ções ao Ministro Waldir, estou solicitando... Ao Ministro Waldir para que autorize o Presidente da INFRA-ERO a mandar para essa Comissão todos os atos de nomeações feitas a partir de 27 de março de 2006. É para preservar o Brigadeiro José Carlos que afirmou ter feito apenas quatro nomeações. Então eu gostaria de no sentido de preservá-lo, estou oficializando, está chegando a mesa do Presidente e gostaria que V.Exª. deferisse minha solicitação o mais rápido possível. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Já pode responder agora se vai atendê-lo ou não. Se o Ministro quiser responder se vai atender o Requerimento...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Saber se V.Exª acolhe o meu pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ah, sim. Vai a Mesa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Está aqui. O ofício está aqui. Minha assessoria deve ter chegado. Estou mandando para ele. É o próprio Ministro que defere.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – No meu entendimento, Senador, nobre Senador, no meu entendimento não há ato público que seja sigiloso e que não possa chegar ao Senado e à opinião pública. Não há ato público. Isso é da República.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Então V.Exª defere? Que nós gostaríamos apenas é que chegasse às nossas mãos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Queria dar continuidade então, Senador João Pedro. Peço desculpas a V.Exª e... Tem a palavra V.Exª.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Sr. Presidente, senhores dirigentes do sistema aeroviário do nosso País que estão travando esse debate, essa reflexão, construindo saídas para esse momento de crise. E o meu sentimento é de que nessa adversidade de crise nós vamos ter, com certeza, uma saída qualitativa, para essa discussão que diz respeito a questões de um Estado moderno. De um Estado moderno. Nós estamos discutindo aqui estratégias, nós estamos discutindo aqui o direito do cidadão que está lá na fila que vai viajar uma relação de respeito, enfim, eu penso que é grande esse debate.

Entretanto, quero registrar com satisfação, o conteúdo das exposições aqui. Imagino que o conteúdo que foi exposto nesta Casa, a minha compreensão é de duas Comissões que provocaram esse debate, mas é o Senado da República. Inclusive, penso pela magnitude do debate, pela repercussão nacional, in-

ternacional, nós deveríamos ter uma Casa mais cheia. Com mais calor nesse debate.

Eu quero parabenizar as exposições dos nossos dirigentes aqui. E ressaltar pelo exemplo de vida pública do Ministro da Defesa, Waldir Pires, e considero um exemplo de homem público que engrandece lideranças estaduais, mas lideranças políticas que passaram pelo Congresso Nacional. Quero prestar minha solidariedade porque no calor do debate, ao longo desses meses, houve uma clara tentativa de desqualificar um homem público que tem uma história exemplar no nosso País. E venho lá do Amazonas, lá da Amazônia, as cidades que foram apresentadas aqui com a presença do SI-VAM, do SIPAM é significativo para nós daquela região, penso que a Aeronáutica tem um papel estratégico lá na região. Penso que poderíamos também construir políticas do ponto de vista da aviação estadual, levando em consideração o caráter estratégico da região. Embutir elementos sociais para estreitar as distâncias da Amazônia. É preciso construir isso, pensar sobre isso. Resgatar políticas que possam valorizar símbolos do nosso País, da história do nosso País, as distâncias das etnias que padecem de malária, de doenças endêmicas naquela região. É preciso construir isso. Mas no foco desse debate, eu reflito também como o Brasil é novo nisso. Na hora que foi exposto na década de 70, vejam só Srs. Senadores, na década de 70 nós tínhamos três radares. Três radares. Rio de Janeiro, Porto Alegre e Rio Grande do Sul. Perdão, São Paulo. Quer dizer, como é novo.

Então, nós temos que travar esse debate com muita tranquilidade. Com muita tranquilidade. Pensando no Estado moderno. Pensando na sociedade brasileira. E quando vejo esse debate com alguns componentes no sentido de transformar a crise e o Ministro Waldir Pires foi sincero em falar de crise, falou em várias vezes de crise, mas com muito otimismo em superação da crise. Eu fico preocupado quando se trabalha a crise com crise de Governo. E não existe isso. E as pesquisas mostram como está o Presidente Lula e como está o Governo brasileiro na opinião do nosso povo.

Rapidamente quero dizer que a atitude do Presidente Lula no episódio da greve é uma atitude da natureza do sistema presidencialista. Ou não? Me chama atenção na superação da crise a contratação de 500 controladores.

A pergunta que faço: Este é o número para superar a crise? É o número que atende as demandas? E até o final do ano de 2007, foi essa a exposição.

Então, é essa a minha reflexão. Eu pretendo e peço licença. Eu quero fazer ainda hoje um pronunciamento em defesa da Zona Franca de Manaus lá no Plenário do Senado, mas gostaria de deixar aqui essa

reflexão, essa opinião no sentido do meu otimismo, de nós sairmos para melhorar, não os aeroportos, mas para melhorar um padrão de uma política pública que possa engrandecer a sociedade e o Estado Brasileiro.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Waldir Pires, Comandante da Aeronáutica Juniti Saito, os demais representantes que estão nesta Mesa. Eu quero iniciar dizendo que estou muito feliz porque ontem à tarde estava eu ao lado da sala 2 da Câmara dos Deputados, mas estava observando à distância que V.Ex^{as}. estavam ontem na Câmara dos Deputados prestando informações da mesma natureza. E hoje aqui no Senado Federal já estamos por cinco horas, quase ultrapassando as cinco horas de audiência, isso mostra o respeito que têm com a Casa e especialmente para prestar os esclarecimentos necessários à sociedade para os procedimentos que estão sendo tomados para a superação desse problema.

Mas eu queria contar a minha experiência com a questão da aviação, Ministro. Porque quando criança, muito pobre na cidade de Teresina, a minha diversão de domingo à tarde era ir para o aeroporto ver os aviões pousar e decolar. (risos) Era a minha praia. E eu ficava impressionado com o grau da qualidade do atendimento que existia nas companhias aéreas da época e qual não foi a minha alegria quando eu pude ter a oportunidade de receber uma passagem aérea do INCRA para viajar de Teresina ao Pará quando meu pai recebeu um lote de terra lá. Viajaria pela VASP. Mas desisti porque eu tinha que escolher em viajar e continuar os estudos, então fiquei em Teresina.

Mas o serviço aéreo me deu um susto muito grande quando eu vi a PANAN falindo. A PANAN... Primeiro que eu não acreditava que empresa norte-americana fosse a falência. Poderia haver fusão, mas falência, não. Mas a PANAN faliu. E aquilo começou a me levantar na cabeça que o serviço aéreo do mundo não estava com... O quadro estava mudando. E segundo, é a queda da qualidade do atendimento que as empresas têm tido e não só as empresas brasileiras. As primeiras viagens que fiz em avião nós tínhamos uma refeição para cada voo com mais de uma hora de duração no intervalo do meio-dia ou à noite servia-se refeições quentes. Tinha até uísque e vinho de boa qualidade. Uma vastidão de coisas que era servido nos aviões. E agora nós estamos de um lado com uma coisa boa que é a popularização do serviço de transporte aéreo para a pessoa de mais baixa renda ter acesso, mas há

uma acomodação do serviço no mundo inteiro que do jeito que estava não tem como mais continuar. Impossível. As empresas têm que se readaptar. Os números que os Dr. Zuanazzi nos apresenta, eu já queria fazer uma pergunta aqui de imediato, que o número de aeronaves, me dê um dado aí, a partir dos últimos dez anos, e quais são as expectativas que nós temos do número de aeronaves do Brasil o número que cresceu, e qual é a perspectiva dos próximos cinco anos de crescimento que nós temos.

A outra, quando eu vi o Dr. Jorge Botelho falando do direito de conversar com o Ministro Paulo Bernardo, e eu fiquei aqui na dúvida dos números, que o Comandante apresentou, do número de controladores no Brasil. Qual é o número real de controladores que nós temos? Da esfera militar e o número real que nós temos de controladores da esfera civil. E veja esses dados aqui, Sr. Presidente, aqui tendo uma leitura da Legislação, nós temos desde 1975 que o Governo de Ernesto Geisel instituiu o Grupo de Defesa e Controle do Tráfego Aéreo dando ali já nesta lei a criação de um serviço civil. Mais à frente, do Governo já do General Figueiredo teve a Lei 7.139 de 1983 que tratou do salário dos controladores deixando muito claro ali o que era controlador civil e controlador militar.

No Governo Sarney em 85 foi criada a categoria funcional de controlador de tráfego aéreo no ambiente civil. O Governo Sarney ainda criou a Lei de Greve. Quem podia e quem não podia fazer greve e em que circunstância pode ter a greve.

Depois em 88 a Constituição Federal tratou como cargos públicos de natureza civil a situação dos controladores. Então nós temos desde 1975 a convivência de dois sistemas: Civil e militar.

O que deixa aqui a grande pergunta é: Por que só agora os controladores descobriram que precisa resolver da maneira que está sendo negociada, que realmente me chama muita atenção, da maneira que os controladores estão querendo negociar, o que eu julgo um direito. E vou fazer um esclarecimento. Eu militei na CUT durante muitos anos, e uma das vontades que eu tinha na minha vida era de ver a greve geral. E a greve geral pára todos os setores. E qual não foi a minha decepção quando descobri que o serviço de energia elétrica tinha que ser tratado de maneira diferente, o serviço hospitalar tratado de maneira diferente, porque tinha ali os chamados serviços essenciais que nós não podíamos tratar de igual para igual. Não podia ser daquele jeito. O transporte, inclusive, urbano. O transporte urbano não pode parar 100% pela própria instituição da Lei de Greve que foi colocada.

Então o que eu quero dizer é que se o regime pode prevalecer, desculpe o dedo, (risos) que o nosso

comandante já apresentou que menos de mil controladores civis, se eles podem ser tratado direto com o Ministro Paulo Bernardo e que eu não me lembro aqui o número dos controladores de ordem militar que vão tratar com quem, penso eu que com o comandante da Aeronáutica. Neste caso nós não podemos tratá-los iguais de jeito nenhum. Porque eu estou entendendo que o controlador militar ele é um controlador no exercício de uma função, mas ele não é tratado como profissional controlador. Ele é tratado como militar, um sargento da Aeronáutica.

Então, são dois aspectos completamente diferentes que nós estamos fazendo aqui.

Já para ir encerrando, Sr. Presidente, já com todo o quadro apresentado, dizer ao Ministro Waldir Pires que qual não foi a minha felicidade que no jantar da nossa bancada com o Presidente Lula, ele foi muito direto e objetivo quando tratou sobre V.Exª. Sobre V.Exª pesa a confiança absoluta do Presidente Lula. E digo para V.Exª que também a nossa confiança. Temos plena confiança no trabalho de V.Exª. aqui não vale a pirotecnia, aqui não vale jogar para a mídia, aqui não vale jogar para quem quer que seja só para dizer que está prestando um serviço aqui e acolá. Aqui tem seriedade, é um direito da população, é um serviço extremamente delicado e que eu vejo e que V.Exª. tem tratado a questão com toda a autoridade que ela merece. E, portanto, acho que todos nós temos aqui a compreensão e a solidariedade com V.Exª. Sr. Presidente, agradeço pela tolerância.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Sibá. Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim, eu quero submeter à apreciação do Plenário a inclusão Extrapauta e a própria aprovação do Requerimento subscrito pelo eminente Senador Heráclito Fortes que solicita ao Sr. Ministro da Defesa informações sobre todas as nomeações ou designações para cargos ou funções de direção e Assessoramento no âmbito da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, vinculada a aquela pasta feitas a partir de 27 de março de 2006. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Com a palavra Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Presidente dessa importante Audiência Pública, Senador Leomar Quintanilha. Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar a todos os senhores que aqui fizeram a exposição.

Começo lá pelo meu companheiro sindicalista, Jorge Botelho. Você está fazendo o papel que você tem que fazer mesmo. Você tem obrigação mesmo de defender sua categoria. Senão não tinha nem que ser

convidado para vir aqui. Em primeiro lugar. Então eu quero dizer que você está fazendo o seu papel. E é nesse debate que a gente vai apontar caminhos. Então não há problema nenhum. Fique tranquilo que você fez aqui o que tinha que fazer.

O Dr. Ricardo Morishita fez também a defesa do consumidor.

Meu amigo, se me permitir, Ministro Waldir Pires. Eu vou dizer meu amigo porque fomos Deputados um longo período. Aprendi muito com V.Exª e continuo aprendendo. Com essa tranquilidade, forma de falar, essa simpatia, e com certeza convencendo a todos. Eu não tenho nenhuma dúvida quanto a sua capacidade e estou muito feliz por ter participado pelo menos uma parte dessa reunião.

Tenente Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, você fez uma excelente exposição aqui, acho que quem tinha alguma dúvida da capacidade do trabalho das Forças Armadas aqui ficou convencido.

O Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira não é a primeira vez tivemos muita conversa na questão da VARIG. Não teve uma única vez que o Dr. José Carlos Pereira, Tenente-Brigadeiro, não esteve conosco aqui ajudando no debate querendo apontar caminhos.

O Milton Zuanazzi é parceiro meu do tempo de que eu era sindicalista lá em Canoas, numa oposição. Então por ele há um carinho especial.

Eu só queria dizer o seguinte, eu não sei como é que foi a exposição na Câmara. Porque aqui pra mim vocês fizeram uma belíssima exposição. Isso não quer dizer que não tem problema. Que vamos enfrentar juntos. Eu espero que na Câmara a exposição dos senhores tenha sido no nível que foi aqui. E eu confesso inclusive e reconheço aqui a paciência dos senhores. Eu tinha um almoço com o Ministro Paulo Vanucci, e saí, fui para o almoço, voltei, e os senhores estão aqui com o mesmo pique, com a mesma vontade de explicar a matéria e sem almoço.

Muitos Senadores, inclusive da oposição, perguntam comigo se devem assinar a perspectiva, está em debate de uma CPI aqui no Senado. Acho que depois desse debate aqui, não tem nenhuma dúvida, que nós temos é que discutir o problema, ver como é que a gente pode ajudar no encaminhamento e que não há necessidade alguma de CPI.

Eu tenho certeza, meu companheiro Jorge, que o problema dos controladores, me permitam dizer isso, é um problema, sim, salarial. Nós temos que construir uma política de salário para os controladores. Tendo uma política salarial para os controladores que atenda... Eu sempre digo que a proposta boa é a proposta aprovada, não só aquela apresentada, que atenda em parte os controladores, e claro que aí vai ter que ter

um entendimento entre os controladores que estão na área militar e civil. Eu sou pelo princípio da igualdade. E sou, senão estaria ferindo a minha história de ex-sindicalista. Eu acho que nenhum controlador deve ganhar um salário diferenciado. Não sei como é que vão construir esse caminho, mas eu acredito muito na capacidade, todos na mesma função, controlando e com a responsabilidade. A vida de milhões de brasileiros estão na mão dos controladores e eles sabem disso. E quero também cumprimentá-los e pedir perdão. Foi grandioso da parte de vocês. Pedir desculpas à Nação Brasileira, e quero também cumprimentar o Ministro Waldir Pires e o Tenente Brigadeiro-do-Ar pela intenção que para mim chegou que a negociação vão voltar com a normalidade. Normalidade dos vôos, vamos sentar, vamos conversar e construir uma política salarial para os controladores. Eu não vou separar aqui nem civil, nem militar. Acho que os controladores todos têm a mesma responsabilidade sendo civil ou militar. Consequentemente eles têm que ter um salário e qualidade de... Enfim, qualidade de operar com equipamentos modernos dentro do possível. Claro que todos nós queremos e um serviço de infra-estrutura.

Eu acho que estamos encaminhando bem, Senador... Ia chamar de Senador, vou chamar, Senador Ministro Waldir Pires. Acho que estamos indo bem. Já foi... E teve conosco durante um longo período. Acho que estamos encaminhando bem, estamos saindo da crise. Eu entendo também a situação dos controladores. Claro que eu entendo. A gente sabe que quem foi sindicalista que o direito de greve existe em todo mundo. Quando você aqui, Milton, falou da França, eu estava naquele momento, tivemos casos semelhantes na Argentina. Acho que nesse momento é o bom senso, equilíbrio, muito diálogo, muita negociação, e com certeza quem vai ganhar com isso é o povo brasileiro.

Por isso eu quero, se pudesse aqui, dar um abraço em cada um dos senhores pela forma como fizeram a exposição. Todos foram brilhantes. Isso é bom para o Senado. Acho que aqui no Senado, depois desse debate, não tem mais clima para discutir CPI. Vamos discutir formas para contribuir para que efetivamente o que os senhores aqui expuseram se torne dentro do possível e num processo natural, uma realidade que passa pela melhoria dos salários também dos controladores. Civil e militar. Muito obrigado a todos. Não tenho nenhuma pergunta a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra para já iniciar as respostas aqui, vamos passar a palavra ao Sr. Jorge Botelho. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo. Pode aproveitar também, Sr. Jorge, para apresentar já as suas considerações finais.

SR. JORGE BOTELHO – Ok. Mesmo porque eu tenho que me retirar porque está chegando a hora do voo. Respondendo primeiramente ao Senador Sibá Machado, eu quero dizer que realmente foi criado em 1975 a carreira do Grupo DACTA, onde está inserido tráfego os controladores de tráfego aéreo. Todo esse pessoal foi formado em São José dos Campos no Instituto de Proteção ao Voo hoje chamado, ICEA, Instituto de Controle do Espaço Aéreo. Eu fui da primeira turma de controladores de tráfego aéreo do Grupo DACTA de 1974. O ICEA formou uma 444 controladores civis e formou uma gama também enorme de engenheiros especializados no Sistema DACTA, como também técnicos de informações Aeronáutica e também técnicos de eletrônica.

Hoje esse grupo que no auge aí alcançou em torno de próximo de 800 servidores civis, hoje ele tem em torno de 220. Correto? Então, quando eu estou aqui falando, eu não estou falando só em nome dos controladores, eu estou falando também em nome desse pessoal que trabalha no sistema. E no Grupo de Trabalho o Ministro Waldir Pires tem plena... Ele sabe que a minha defesa não foi exclusivamente dos controladores. Tanto é que lá está colocado, que nós estamos pedindo a revisão das carreiras para os profissionais afeto ao controle de tráfego aéreo.

Por outro lado também, V.Exª citou a questão da Lei de Greve. Não há um ordenamento legal sobre a questão de greve para serviços essenciais de servidores públicos. Porém, eu digo que nós controladores civis fizemos greve em 92 foi a última. E nós sempre tivemos, observamos aquela Legislação colocada para a CLT que obriga a comunicação com 72 horas de antecedência e a colocação de no mínimo 30% do pessoal para atendimento ao que for necessário. Correto?

Bom, como consideração final, eu gostaria de agradecer também as palavras do Senador Paulo Paim e quero colocar aqui mais uma vez que nós estamos prontos, nós queremos negociar, nós queremos conversar com o Governo, expor toda a nossa situação, os anseios, com muita tranquilidade, sem nenhum radicalismo que na verdade nós não tivemos radicalismo. O Ministro Waldir Pires, eu sempre coloquei claramente as nossas posições para ele frente a frente, olho no olho. E assim que eu quero que seja, com sinceridade, com honestidade, com confiança de que pode sair uma solução a partir deste debate. Ok? Obrigada, senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra o eminente Ministro Waldir Pires para, aproveitando também ao responder as últimas questões levantadas, apresentar também suas considerações finais.

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – Eu creio que quase que a rigor são as considerações finais. Senador Leomar Quintanilha, muito grato a V.Exª pela firmeza da sua condução nesse nosso encontro. Muito obrigado ao Senado. Para mim foi uma honra estar aqui ao lado do Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Juniti Saito, todos os seus comandados aqui presentes. Ao meu companheiro, Brigadeiro J. Carlos da INFRAERO, ao meu companheiro Milton Zuanazzi da ANAC.

Nós tivemos um dia aqui no Senado de um esclarecimento amplo, aberto, inteligente. Esta Casa está dando um exemplo daquilo que é o dever de nós todos nesses tempos que vamos vivendo. A compreensão do Executivo, a compreensão do Legislativo, a redução dos nossos radicalismos que por vezes são inexpressivos. A superação das dificuldades do passado que mobilizaram certos voluntarismos inconvenientes. Muitas vezes até os determinismos que resultavam de compreensões teóricas que não levaram a nada na civilização humana. Este é um País extraordinário, o nosso País, com desafio gigantesco de ordem política, construir um regime de dignidade da pessoa humana, com tarefas enormes e nós vimos a conquistar não apenas em relação ao Executivo, em relação ao Legislativo, eu por vezes tenho dito isso aos meus amigos dos tribunais, até mesmo do Supremo Tribunal Federal, esse País se organiza a partir de uma idéia de noção de retrato da vida da sociedade e do homem. E se diz que é uma República com fundamentos essenciais, com objetivos essenciais, com princípios essenciais. Nós estamos nos aproximando dos 200 anos de Independência. Quem sabe se nós não chegaremos lá. O Senador Tuma e eu. Quem sabe se não chegaremos lá.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MINISTRO WALDIR PIRES – 200 anos da Independência. Construindo um País digno, um País sério. Um País integrado, País de irmãos e de irmãs. País com dignidade, País com exemplo. Exemplo que o mundo não está dando hoje. Exemplo. A partir de suas misturas, a partir de suas liberdades mais profundas que nos inspiraram. De forma que muito obrigado ao Senado. Muito obrigado por essa tarde de trabalho. Muito obrigado e vamos cumprir o nosso dever.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Brigadeiro Juniti Saito para suas considerações.

SR. JUNITI SAITO – Sr. Presidente, eu antes de encerrar minhas palavras gostaria de responder ao Senador Romeu Tuma sobre a questão dos Super Tucanos, que eu deixei de responder. Nós temos três unidades de Super Tucanos na Amazônia: Boa Vista,

Porto Velho e Campo Grande. São mais de 30 aeronaves operando naquela região, subordinado à terceira Força Aérea, com sede em Brasília. E a nossa intenção é, que tão logo cheguem novos aviões, ativar a base de Vilhena. E com isso nós praticamente fecharíamos a fronteira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNITI SAITO – É. Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNITI SAITO – E uma pergunta do Senador Marcelo Crivella, sobre a convocação do nosso pessoal da reserva. Nós temos catalogados todos os controladores que estão na reserva, graduados e oficiais. E por um ato do Presidente da República, consultado o Conselho de (inaudível) ele pode fazer a convocação. E finalmente gostaria de agradecer--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E o veículo, Brigadeiro? O nosso veículo? O veículo de transporte de foguete. O VLS.

SR. JUNITI SAITO – Ah, o VLS. O antigo Departamento de Pesquisa que hoje é o CTA fez uma licitação, a firma perdidora entrou com uma ação na justiça, e o assunto está no TCU. Mas pelo que eu entendi, na última reunião com o TCU, o TCU não só ia liberar a obra, mas também ia multar a empresa que entrou com recurso sem nenhuma razão para entrar. E do ponto de vista da construção do VLS, a coisa caminha normalmente. Do lançador.

Eu gostaria nesse momento de agradecer em nome... Em meu nome e também em nome do Comando da Aeronáutica, meus oficiais que estão presentes aqui, pela oportunidade de vir aqui expor o nosso Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, debater, e de maneira que nós juntos possamos resolver esta crise, porque quem vai ganhar com isso é a população brasileira, é o povo usuário desse sistema. De maneira que agradeço essa oportunidade. Muito obrigado a todos.

(palmas)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, eu pediria... Deixasse contar uma história de um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exª a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Waldir falou sobre Congonhas durante o depoimento dele. Eu não diria que vi nascer Congonhas porque eu já estaria do outro lado do mundo. Mas eu sempre frequentei Congonhas, moro perto, e tinha uma preocupação, inclusive, falei com o então Presidente da INFRAERO, o nosso Deputado, da preocupação em embelezar, é

claro que a gente queria conforto, mas que a pista era importante. Que era a área de segurança. Por que é que eu digo isso? Vou contar uma pequena história de um minuto. Eu estava em Xapuri, no julgamento do Chico Mendes. Eu chefieei a operação de prisão, e quando foi a julgamento eu fui para lá. E lá tinha um Líder Sindical. É que no retorno eu ofereci para ele voltar comigo para São Paulo que eu estava com o avião da Aeronáutica. Nós fomos a Rio Branco, lá pegamos o avião, lá descemos em Cuiabá, tinha a Esquadrilha da Fumaça, saímos de Cuiabá e tivemos que esperar os 40 minutos até que eles saíssem e viemos para Congonhas. O avião pousou e o piloto disse: Se segurem que estourou todos os sistemas de freio. Eu vou dar um cavalo de pau. A pista ainda era ótima. Tinha vôos internacionais, tudo saindo de Congonhas. Não tinha Viracopos, não tinha Cumbica, não tinha nada disso. Era Congonhas operacional, e realmente ele deu o cavalo de pau, estourou, e as duas rodas foram para uma valeta e saímos sãos e salvos. Aí o Líder Sindical, há época Deputado, me disse: Imagine Tuma e Lula morrem num acidente aéreo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra o Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da INFRAERO.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Eu queria apenas agradecer e espero que tenha podido contribuir de alguma forma para os trabalhos dessa audiência e os trabalhos do Senado.

De alguma forma eu, mais uma vez, um dia nessa Casa eu saí enriquecido e aprendi muitas coisas a mais nesse dia aqui. Espero que tenha podido contribuir para os trabalhos da Casa. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Dr. Milton Zuanazzi.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Eu tenho duas perguntas que eu tenho que responder, Senador Crivella. A questão dos vôos para a África. O Presidente Lula toda vez que eu me encontro com ele, ele me faz essa mesma cobrança. Aliás, faz duas. Vôos para a África e vôos a partir de Brasília e de outros pontos do Brasil que não seja Rio e São Paulo. Inclusive semana passada nós fechamos vôo da TAP direto Brasília-Lisboa, vai inaugurar dia 18 de julho. Então acho que estou respondendo esse esforço, esse pedido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas já tem de Fortaleza.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Fortaleza tem... Todo o nordeste hoje a TAP está voando direto e outras empresas européias começaram a entrar, inclusive as americanas também. Charter tem

milhares. E este ano, inclusive, batemos os recordes nos charters para o nordeste brasileiro.

Quanto à questão África, as questões econômicas são mais complexas. Porém nós, a OCEANAIR pediu frequências e está liberada para voar para África do Sul, para Angola e para o Senegal, se não me falha a memória. Ela tem seis meses para fazer essa operação. Está nos informando que pelo menos um desses Países ela vai operar.

Evidentemente que nesses Países, foi já uma conversa também com o Presidente Lula, nesses Países onde a viabilidade econômica não existe, talvez tenha-se que criar uma modalidade tipo a lei do Senador Mozarildo, uma lei talvez de suplementação tarifária, se há um interesse estratégico do País por aquele continente, que me parece que há.

Quanto à questão de idade de funcionários da GOL, acho que a Constituição Brasileira ela é absolutamente clara. Não pode discriminar por sexo, raça, cor e idade. Se isso está ocorrendo, eu peço que essas denúncias venham ao poder concedente para nós tomarmos atitudes. A empresa não pode cometer um ato contra a Constituição. Imagino que não...

Na questão da compra da VARIG, a GOL está reafirmando o compromisso de dar prioridade absoluta contratação de ex-funcionários VARIG. Esta é a prioridade que, inclusive o Ministro Waldir estava presente, eles assumiram na frente do Presidente Lula, também. E assumiram perante a ANAC. Então nós esperamos que isso ocorra com os funcionários da VARIG que aguardam, digamos, uma revitalização da empresa. A partir de agora.

Senador Sibá Machado, número de aeronaves e a perspectiva. O Brasil cresce em média, mais ou menos, cem aeronaves por ano. No nosso registro aeronáutico. Essa é uma média. Tem anos mais e outros anos menos. Mas uma média é de cem. No entanto, a ABAG, Associação Brasileira de Associação Geral, ela está nos comunicando que a perspectiva de crescimento da aviação geral é muito grande. Porque a perspectiva de compra de aeronaves de várias dessas nossas empresas, de táxi aéreo, outras, especialmente área de helicópteros, com essas prospecções da PETROBRÁS, hoje o movimento de tráfego aéreo, de helicópteros no Rio de Janeiro, especialmente em Campos, na Bacia de Campos, é extremamente intenso. São Paulo é a segunda maior cidade do mundo em helicópteros. Só perde para Nova York.

Então há uma perspectiva que esse número, que tem sido histórico já há uma média de cem, ele venha a crescer. Nas aeronaves civis de grande porte, aí o problema está no mercado de aeronaves. Hoje tem dificuldade. As empresas estão entrando na fila em

2010, 2011. A EMBRAER, por exemplo, quem quiser comprar uma aeronave na EMBRAER vai entrar lá na fila lá por 2010, 2011. Então veja que o mercado está demandado. Extrema demanda. E as companhias não têm capacidade de produção. Então nessa área aí tem busca de aeronaves e dificuldade grandes.

E aquelas aeronaves antigas, tipo 747, as famosas dos desertos, hoje não são mais economicamente viáveis para competição que está no sistema aéreo como um todo.

E eu queria encerrar agradecendo também, esses dias estive lá com o Senador Sérgio Cabral, hoje Governador do Rio, e ele me disse, eu fui teu eleitor e agora quero te cobrar algumas coisas. Então eu acho que nós na ANAC fomos indicados pelo Presidente da República e eleitos pelo Senado.

Então a nossa relação com o Senado é uma relação republicana, mas particularmente também de respostas constantes. Eu tenho um prazer imenso de vir aqui no Senado. Deve ser a sétima ou oitava vez que eu fui convidado e venho a toda hora, estou me dispondo na questão do Pan quando nós estivermos com isso depois do dia 30 de abril construída, voltar aqui, para tranquilizar os Srs. Senadores. Muito obrigado a todos.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a palavra o Dr. Ricardo Morishita.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Milton, vou encaminhar para o senhor a queixa do rapaz de quarenta e poucos anos que foi declinado lá na GOL. Agora é uma coisa que fica nítido. Se olhar os funcionários, só vê garoto lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Dr. Morishita.

SR. RICARDO MORISHITA – Obrigado, Presidente. As minhas considerações finais são no sentido de no primeiro momento relembrar que este ano nós temos 16 anos da edição e de vigência do Código de Defesa do Consumidor. E Ministro Waldir, o Código de Defesa do Consumidor caminhou junto com o processo de abertura democrática no nosso País. E o Código de Defesa do Consumidor trouxe para o cidadão toda uma incorporação extraordinária de direitos. E o cidadão passou a ter dimensão do exercício de direitos. É claro que isso trouxe todo um desafio para a sociedade de como implementar esses direitos. Mas é importante lembrar que essa implementação não depende apenas do Estado, ela depende também do compromisso e da responsabilidade das empresas. E nesse caso em especial das empresas aéreas.

Nos momentos delicados, nos momentos de crise é que os instrumentos legais, os instrumentos que incorporam a cidadania são fundamentais. Em todo esse episódio é importante sempre lembrar a responsabilidade das empresas aéreas para com os consumidores. Com o seu dever imperativo de assistência, garantindo a esse cidadão um patamar mínimo de respeito diante de uma circunstância como essa.

É um desafio, é um avanço da cidadania, um avanço da construção que o senhor tão bem fala do nosso País e do nosso futuro. Com essas palavras eu quero agradecer... Pois não, Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu só quero dizer, que a gente vai bater palma para o senhor. Mas vai bater junto com o Dr. Jorge ali ao lado, que foi o primeiro que falou e a gente não bateu palma. Só isso. Só para concluir.

SR. RICARDO MORISHITA – Muito obrigado, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Doutor, só para... Conjunto a ANAC não poderia ter a pressão da responsabilidade das companhias naqueles que sofreram prejuízo e tiveram moralmente que submeter a uma série de problemas sérios? A ANAC não poderia colaborar com essa parte e chegar a uma conclusão que pudesse realmente atender as reivindicações que V.Ex^a fez aqui?

SR. RICARDO MORISHITA – Muito obrigado, Senador Tuma pelo aparte. Acho que o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor vem trabalhando com a ANAC. É um diálogo sério, um diálogo transparente, um diálogo aonde nós avançamos nesse trabalho. Há um ponto, Senador, se o senhor me permite colocar, Presidente, se me permitem, o Código Brasileiro de Aeronáutica vai fazer 16 anos... Perdão, 21 anos. São 21 anos de vigência. O Código de Defesa do Consumidor incorporou novos instrumentos, incorporou novos mecanismos, seria importante que isso pudesse ter um debate maior. Há também um instituto que nos preocupa em especial que é a questão do *overbooking*, e era importante se buscar uma solução para que o cidadão, para que o consumidor tivesse uma Resolução imediata no próprio aeroporto diante de uma circunstância como essa. Há vários mecanismos, há todo um procedimento histórico para essa solução. Mas é importante porque também a defesa do consumidor empresta uma pedagogia cidadã. O cidadão ele exerce aqueles direitos, ele conhece a sua titularidade, ele também se sente mais digno, mais comprometido com o avanço da sociedade. Então, com isso eu quero agradecer a oportunidade, Senador Leomar Quintanilha por esse convite, agradecer aos Senadores toda a atenção que nós tivemos, e fazer votos com uma torci-

da muito forte para que a gente possa avançar nesse tema. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Ao encerrar esta reunião, proposta pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em conjunto com a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle que revelou-se num debate extremamente esclarecedor, profundo, democrático, amplo, aberto, onde não só os membros das duas Comissões, mas tantos quantos puderam ela acompanhar, quer em presença física, quer através dos meios de comunicação, puderam perceber que os esclarecimentos foram suficientes para apontar as soluções que já estão sendo encaminhadas para resolver o problema que agrava o setor aéreo nacional. Soluções já implementadas, soluções em implementação, cujo resultado não se colhe imediatamente, mas, enfim, providências que estão sendo adotadas por autoridades pertinentes para que essa crise realmente seja, finalmente debelada. Eu gostaria então por essa razão agradecer a presença do Ministro Waldir Pires, ilustre Ministro Waldir Pires, da Defesa, do Tenente Brigadeiro Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica e demais oficiais que o acompanharam, o Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da INFRAERO, Dr. Milton Zuanazzi, Diretor Presidente da ANAC, do Jorge Botelho, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção do Voo, e Dr. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça que com muita paciência, com muito espírito público, com muita compreensão, mas, sobretudo, com o desejo de cumprir os seus compromissos enquanto agentes responsáveis permitiram que esse debate fosse extremamente participativo e esclarecedor.

Agradeço muito a deferência, da paciência e da participação. Muito obrigado e está encerrada a Sessão.

(palmas)

(Sessão encerrada às 16h30.)

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DÉCIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA PRIMEIRA SESSÃO

LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA DEZESSETE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às dez horas e cinquenta e três minutos do dia dezoito de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Presença dos Senhores Senadores **INÁCIO ARRUDA, MOZARILDO CAVALCANTI, GILVAM BORGES, FERNANDO COLLOR, SERYS SELHESSARENKO, MÃO SANTA, FLEXA RIBEIRO, JOÃO RIBEIRO, FRANCISCO DORNELLES, MARCELO CRIVELLA, MARCO MACIEL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, GARIBALDI ALVES FILHO, PAULO DUQUE, DELCÍDIO AMARAL, IDELI SALVATTI, EXPEDITO JÚNIOR, VALTER PEREIRA, ELISEU RESENDE, JOÃO DURVAL, MARCONI PERILLO**, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, **FLÁVIO ARNS, ALOIZIO MERCADANTE, RENATO CASAGRANDE, JOSÉ AGRIPINO e MARISSA SERRANO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura das atas das reuniões anteriores que são dadas como lidas e aprovadas. A Reunião destina-se a ouvir em Audiência Pública o Senhor **Márcio Pereira Zimmermann**, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (justificou a ausência); o Senhor **Adriano Duarte Filho**, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia; representando, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia; o Senhor **Jerson Kelman**, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; a Senhora **Ivonice Campos**, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEE; representando, Adão Linhares Muniz, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, ABEE; e o Senhor **Manoel Polycarpo de Castro Neto**, Coordenador-Geral do Escritório Sede da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP; representando, Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, sobre “**Fontes Alternativas De Energia**” em atendimento aos Requerimentos Nºs 9 e 11, De 2007–**CRE**, Requerimento Nº 8, De 2007–**CMA** e Requerimentos Nºs 18 e 24, De 2007–**CI**, todos de autoria do Senador **Inácio Arruda**. O Presidente comunica a

ausência justificada do Senhor **Márcio Pereira Zimmermann**. O Presidente convida os participantes para comporem a Mesa. Em seguida, o Presidente concede a palavra ao Senhor **ADRIANO DUARTE FILHO** para fazer sua exposição. Em seguida, concede a palavra aos demais convidados na seguinte ordem: **JERSON KELMAN, IVONICE CAMPOS E MANOEL POLYCARPO DE CASTRO NETO**. Usaram da palavra de acordo com a lista de inscrição os Senadores **INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI, VALTER PEREIRA, DELCÍDIO AMARAL, MÃO SANTA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MARCELO CRIVELLA E GARIBALDI ALVES FILHO**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando a presente ata os Secretários **MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO E DULCÍDIA RAMOS CALHÃO** que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Marconi Perillo**, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a 11ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a 13ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Esta Audiência Pública tem como objetivo discutir tema relacionado a fontes alternativas de energia, em atendimento aos Requerimentos nº 08/2007, desta Comissão, 09 e 11/2007, da Comissão de Relações Exteriores, e 18/2007, da Comissão de Infra-Estrutura, todos de autoria do Senador **Inácio Arruda**. Foram elencados como convidados Dr. **Márcio Pereira Zimmermann**, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, que, em razão de outros compromissos não pôde comparecer e enviou-nos um expediente justificando a sua ausência, está acompanhando o Sr. Ministro de Minas e Energia em uma reunião, na III Reunião da Comissão Binacional de Trabalho do Grande Gasoduto do Sul, e é o chefe da delegação brasileira, então não poderia

estar nesta manhã conosco; Dr. Adriano Duarte Filho, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia, a quem convidamos para compor a Mesa; Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, a quem convidamos também para compor conosco a Mesa; Dra. Ivonice Campos, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica, ABEE, convidamos a Dra. Ivonice para compor a Mesa conosco; Dr. Manoel Policarpo de Castro Neto, Coordenador-Geral do escritório da sede da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP, em Brasília, a quem convidamos também para compor conosco a Mesa. Estou seguro que o momento é o mais oportuno para estarmos discutindo e, nesta oportunidade, ouvindo as autoridades que têm vivenciado essas questões sobre a oferta de energias alternativas no âmbito desta Comissão, o momento é o mais oportuno. E nós iniciáramos, nós vamos estabelecer um critério, nós temos quatro convidados, nós estabeleceríamos o critério de conceder até 20 minutos para cada um dos palestrantes, para fazerem as suas observações, as suas colocações preliminares, e então partiríamos para a segunda parte, aonde teríamos a participação dos eminentes Srs. Senadores. Nós começaríamos ouvindo o Dr. Adriano Duarte Filho, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia. Dr. Adriano, tem V. S^a a palavra.

SR. ADRIANO DUARTE FILHO: Bom dia. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha, e estender esse cumprimento a todas as autoridades presentes. Eu trouxe uma pequena apresentação, para tentar esclarecer as ações que o MCT vem tomando na área de energias renováveis. A nossa ação na realidade é propiciar o suporte tecnológico, o desenvolvimento tecnológico e de ciência que permitam o desenvolvimento das tecnologias desenvolvidas no Brasil.

Pode passar o primeiro *slide*, por favor. Se a gente estiver analisando os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento realizados no mundo, a gente nota que, no caso do Brasil, a gente tem praticamente meio a meio entre empresas e Governo. Nos outros Países mais avançados, esse percentual não permanece, não se confirma, havendo uma participação expressiva das empresas no desenvolvimento de pesquisa e tecnologia.

Ao longo dos anos, um outro problema que a gente tem é que o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil, a gente está vendo aqui desde 70 até agora, ele mostrou uma instabilidade muito grande, eu acho que o que a gente pode tirar daqui é uma instabilidade grande, com aumentos e diminuições, o que causa problema na estabilidade dos grupos de

pesquisas a que você atinja algum resultado, você não consegue fazer um desenvolvimento em um ano. Porque são normalmente cinco, dez anos para se conseguir alguma coisa. A gente tem um expressivo crescimento aqui ultimamente, mas, apesar de numericamente o valor estar bom, é importante, ou está havendo crescimento, mas ainda está na faixa aí de 0,9% do PIB. Quer dizer, o PIB está crescendo. A nossa meta seria conseguir, com o País em desenvolvimento, 1%, e aumentar isso para frente.

Em todo caso, o que a gente tem de disponibilidade, de nosso poder de Ciência e Tecnologia é na faixa de 80 mil Pesquisadores, sendo uma faixa de 50 mil Doutores. A gente publica artigos e a gente tem um desenvolvimento expressivo na área. Chama atenção esse dado aqui, que nas empresas a gente tem pouca atividade de pesquisa. Na parte de Pesquisadores, tem um pouco mais. O pessoal de engenharia é que se dedica a essa área. Mas o pessoal de alto nível, qualificado para fazer realmente avanço tecnológico tem pouca gente nas empresas.

A produção científica, vamos dizer, do Brasil, se você olhar aqui, a gente vem aumentando ano a ano a quantidade de Doutores formados. Nós temos na faixa de 10 mil Doutores por ano e, conseqüentemente, os artigos publicados em revistas internacionais, que têm revisão por pares, ou seja, de boa qualidade, ele vem crescendo também da forma, de uma forma expressiva, a gente está a 1,6% dos artigos publicados brasileiros.

No entanto, o quadro não é tão interessante assim. Se a gente olhar quem se dedica à atividade de Pesquisa e Desenvolvimento, se a gente olhar o Brasil, universidade ela... Da atividade em Pesquisa e Desenvolvimento, as universidades têm um maior, vamos dizer, esforço. Enquanto que as empresas - o vermelhinho aqui - têm 20% basicamente do pessoal que está se dedicando a essa área. Se você olhar os outros Países, acontece exatamente o contrário. As empresas executam grande parte do esforço de pesquisa e o Governo complementa isso. Principalmente com pesquisa básica, que dá suporte às outras.

Como conseqüência, não podia ser outra, a gente tem poucas patentes, isso aqui é uma amostra dos escritórios de patentes americanos, poucas patentes na realidade registradas lá, enquanto que os outros Países possuem muito mais. A gente desenvolve pouca atividade em empresa. Então um dos desafios que a gente tem em Ciência e Tecnologia no Brasil, apesar de fazer ciência de crescente e boa qualidade, é como transferir isso, ou como fazer esse conhecimento migrar para a produção.

Os instrumentos que o Governo tem, que dispõe, são incentivos fiscais, subvenção econômica, subvenção é um mecanismo novo criado basicamente há dois anos atrás por uma lei da inovação que permite apoio de dinheiro público em empresa privada para fazer Pesquisa e Desenvolvimento. Antes disso, isso era basicamente proibido. Então existe um mecanismo muito novo que permite, que reconsidera, reconhece que é necessário incentivar a Pesquisa e Desenvolvimento dentro das empresas, mesmo as privadas. Financiamentos com ou sem retorno, equalização, taxas de juros interessantes aí, mais baixas do que no mercado, para fazer Ciência e Tecnologia, capital de risco, a formação de Recursos Humanos capacitados para P&D, vocês viram o esforço está sendo feito, e projetos cooperativos, que a gente incentiva muito em cooperação entre universidade e empresa.

A Lei de Inovação, que eu citei agora pouco, ela muda esse panorama criando mecanismos novos, permitindo, por exemplo, que as empresas possam partilhar da infra-estrutura das universidades para fazer a sua pesquisa. Isso, aprovado em lei. E alianças estratégicas entre empresas e instituições de C&T. Isso era proibido antes.

A subvenção econômica, como eu já comentei, que implica alocação de recursos públicos, são projetos de parceria, a empresa entra com a sua parte, o Governo entra com a sua parte, permitindo na realidade o desenvolvimento tecnológico. Como eu disse, isso é muito novo. E um outro mecanismo interessante aqui, e essa lei tem esse nome, Lei do Bem, que é a Lei 11.196, de 2005, muito recente também, ela... As empresas que quiserem contratar Pesquisadores, Doutores - lembram? o número era muito pequeno - o Governo, através de projetos em edital, paga parte do salário desses Pesquisadores, incentivando assim que as empresas tenham Pesquisadores no seu quadro de pessoal. Então a gente está remunerando uma parte expressiva dos salários dos Pesquisadores. Então esses mecanismos são muito novos, são de um ano, dois anos atrás e a gente está começando a aplicá-los.

E para a subvenção econômica, quer dizer, esse específico recurso para pesquisa em empresas com ou sem universidade junto, porque a empresa pode querer fazer a pesquisa sozinha, ela tem basicamente esses valores aqui destinados para esse período, sendo que para apoiar a contratação de Pesquisadores da empresa tem 60 milhões, e isso aqui tudo por chamada pública, 300 milhões para projetos de pesquisa. As prioridades desse primeiro edital, que foi julgado ainda em dezembro do ano passado, quer dizer, é muito recente, foram essas aqui: semicondutores, fármacos, condensamento tecnológico, nanotecnolo-

gia, biotecnologia, energias alternativas e biomassa é que foram as prioridades para esse primeiro edital. Um outro edital deve ser lançado no meio do ano, em continuidade. Basicamente, a demanda que apareceu nesse edital, quer dizer, as empresas que propuseram projetos, basicamente terão dívidas essas áreas aí. Tem alguma coisa de energias alternativas, não tão pequena; interessante que semicondutores e software foi uma demanda expressiva de apoio à pesquisa, na realidade, empresas de *software* são pequenas, então trabalham muito bem nessa área; e algumas outras áreas aqui.

Bom, energias renováveis, agora voltando, depois desse panorama basicamente de onde a gente está, o Ministério da Ciência e Tecnologia ele tem várias ações encarando as energias renováveis como um todo. E pensando em energias, a gente tem as renováveis, solar, eólica, hidrogênio, biomassa... Outras aqui ainda, geotérmica, energia de marés e tal; as não renováveis, nuclear, petróleo e gás natural, e isso se mistura com recursos minerais aqui nessa área de renováveis. E a gente atua na realidade em termos de basicamente fomento, incentivo ao desenvolvimento desse conhecimento e tecnologia e ciência basicamente nessa área. E Recursos Humanos também.

Mapeando basicamente onde a gente tem, a gente tem energia hídrica, que é talvez a renovável que mais se usa no Brasil, tem a convencional, que são as grandes hidroelétricas, e tem a pequena central hidroelétrica, que são aproveitamento de pequenos cursos d'água. Em termos de biomassa, basicamente energia renovável, você tem ações de biocombustíveis; no Brasil, biodiesel e etanol é muito importante; processos termoquímicos, combustão e gaseificação, que é uma rota tecnológica que eu acho muito animadora para o futuro; biotecnologia envolve nova variedade hegemônica, e aqui realmente onde foi o grande aumento de produtividade no etanol, ao longo dos anos, foi justamente nessa área aqui que trouxe esse aumento de produtividade; energia solar, solar térmica normal, que a gente tem aproveitamento do calor do sol e foto solar fotovoltaica para a geração de energia elétrica; eólica, eu separei aqui grande porte e pequeno, médio porte, grande porte é basicamente grandes usinas geradoras e, pequeno, para pequenos aproveitamentos locais; hidrogênio, chamado combustível do futuro, ele tem queima limpa, a queima do hidrogênio produz basicamente calor e água, então existe um grande movimento mundial em termos do desenvolvimento da tecnologia de hidrogênio, através de células combustível, que são geradores elétricos, basicamente movidos a hidrogênio, e produção de hidrogênio que, aí é que está a novidade, ele pode ser produzido também através de energia

renovável, então ele se torna um hidrogênio renovável. Então ele faz parte do nosso elenco aqui.

Eu gostaria de chamar a que todo esse esforço não tem muito sentido sem se trabalhar a eficiência energética. Você pode gerar uma energia interessante, mas você usa mal essa energia elétrica, se o seu chuveiro for ineficiente, se a sua máquina for ineficiente, se os seus eletrodomésticos forem ultrapassados e gastarem muita energia. Então a eficiência talvez seja um investimento muito interessante para fazer em termos de se evitar o uso de energia desnecessária. E é muito barato também. Mais barato que construir uma central.

Na área de biomassa, vou comentar um pouquinho sobre o programa de biodiesel, que está mais recente, é mais novo.

Normalmente, quando a gente dá aula a gente leva sempre umas transparências, para poder atender a qualquer emergência. Mas aqui eu não vim preparado para isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)(inaudível)

SR. ADRIANO DUARTE FILHO: Por favor, vamos aproveitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – O Dr. Jerson, enquanto o computador se reajusta aí, fará um comentário sobre a exposição do Dr. Adriano.

SR. JERSON KELMAN: Se voltar, eu paro no meio. Só para aproveitar enquanto espera, fazer um comentário que nesse assunto Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética, as empresas concessionárias de energia elétrica também têm suas obrigações nesse campo. Elas têm que aplicar tanto em Pesquisa e Desenvolvimento quanto em eficiência energética, junto, da ordem de 500 milhões de reais por ano. E esses dois programas, quer dizer, são desenvolvidos pelas concessionárias e são supervisionados pela ANEEL. Até então a ANEEL examinava as propostas, são centenas de propostas de pesquisa, a gente examinava as propostas que são mais interessantes, aprovava, e dentre essas tinham muitas boas, uma parte de boas, algumas não tão boas, enfim, mas a avaliação estava no processo, na promessa, e não no resultado. Nós estamos lá na ANEEL mudando nossa metodologia para que os investimentos em P&D, Pesquisa e Desenvolvimento e investimentos em eficiência energética sejam de risco para as concessionárias, que só, digamos, irão se credenciar na ANEEL como... O seu investimento será reconhecido na ANEEL como aquele que tem que ser feito dentro de P&D e eficiência energética se atender ao critério do resultado. Nós vamos examinar o resultado. Se o

resultado for bom, é entendido como P&D e eficiência energética; se o resultado for mau, vamos dizer, o prejuízo é da concessionária, e não do consumidor. Eu só introduzi esse termo aqui, que não é o tema da minha apresentação, para aliviar um pouco a tensão do Windows sendo montado de novo.

SR. ADRIANO DUARTE FILHO: Se o senhor permite fazer um comentário em cima do seu comentário, esse mecanismo ele ocorre tanto para a ANEEL quanto para a ANP, a Agência Nacional de Petróleo também tem uma, vamos dizer assim, é compulsório as empresas que produzem petróleo no Brasil aplicar parte em Ciência e Tecnologia. Em pesquisa própria.

Bom, continuando, a gente estava falando da biomassa e ia entrar no biodiesel. Então o programa de biodiesel na realidade começou quatro anos atrás. É um programa novo, e a primeira tarefa na realidade foi fazer projetos em parceria com os Estados no sentido de identificar um programa estadual envolvendo as áreas estratégicas aí para domínio de uma nova realidade econômica, que envolve a agricultura, produção e armazenamento, os resíduos e controle de qualidade.

Então, e vou detalhar um pouquinho em seguida, mas de 2003 a 2005 a gente investiu 16 milhões basicamente na formação de encomendas com Estados parceiros, as Secretarias de Ciência e Tecnologia em cada Estado, e um edital de unidades piloto, e em 2006 e 2008 a gente já tem um valor maior, porque os projetos começam a se materializar, seriam 20 milhões em projetos de pesquisa em rede e capacitação de laboratórios, mais 12 milhões aí, que é uma parceria com a ANP.

Só para vocês entenderem, as áreas de atuação do biodiesel, que, como eu falei, é renovável--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ADRIANO DUARTE FILHO: Sim, também. Claro. O biodiesel, toda parte agrícola a gente considera renovável.

Então, você tem basicamente a área de atuação da pesquisa que agente desenvolve é a produção de matéria-prima, a gente faz parceria com a EMBRAPA; a produção do combustível, isso foi feito edital, basicamente aqui você aprimora a tecnologia existente de produção, catalisadores, balanço térmico; a produção gera resíduos, torta, farelo, glicerina, em grande quantidade, tem que se desenvolver tecnologia para lidar com isso; existem os problemas de armazenamento, estabilidade do produto, é um produto novo, não se conhece bem ainda no Brasil, então pode existir aqui necessidade de aditivos para aperfeiçoar esse produto; testes e ensaios de motores, a gente tem que pegar

esse produto e testar, a gente tem uma parceria com a ANFAVEA e vários produtores de veículos e SINDI-PEÇAS, e estamos testando já há algum tempo veículos com biodiesel na mistura, prevendo já os próximos aumentos de percentual de mistura; e a necessidade de investir em controle de qualidade. Quer dizer, é necessário que os laboratórios no Brasil sejam capazes de analisar esse produto e dar informações. A gente chama de serviço tecnológico isso aí. Isso forma uma rede de pesquisa na realidade, porque a gente apóia o desenvolvimento das pesquisas nessa área.

Então, a parceria com 23 Estados, na realidade, isso aqui são as contrapartidas por região, porque os Estados fizeram contrapartida apoiando o MCT. Mas o importante aqui é que criou um grupo de Pesquisadores, mobilizou um grupo de gente só pesquisando biodiesel e a formação de RH. E é em cima dessa primeira parceria, desse trabalho de resultados que a gente montou as redes de pesquisa, focando já nos gargalos tecnológicos da cadeia.

Um edital que a gente fez também, sem esquecer a área familiar, quer dizer, tentando testar o modelo de agricultura familiar com pequenas unidades. Isso foi avaliado agora um mês atrás junto com o MDA no sentido de ver se esse modelo é viável ou se existe alguma alteração a fazer.

Bom, as prioridades da rede brasileira de tecnologia, como de biodiesel são as seguintes: domínio de novas culturas, aí pinhão manso, macaúba, tem as culturas mais desconhecidas ainda, que não sabem produzir em grande escala; parceria com a EMBRAPA, a gente está aportando quatro milhões aí para o final do ano, final do ano passado; a parte de produção de biodiesel, a tecnologia das usinas, catalise, purificação, protótipos, rota de processamento contínuo, isso foi um edital julgado em dezembro do ano passado também, bem interessante, com várias parcerias de empresas já entrando junto com os Pesquisadores para dominar essa tecnologia; problema dos co-produtos, a glicerina principalmente, temos várias rotas estudando aqui, desde a produção de aditivo para gasolina, através da glicerina, até a queima simplesmente, com cuidados ecológicos; a parte de armazenamento e estabilidade, aditivos basicamente de produtos, tem também uma rede estudando isso; normalização e controle de qualidade, aqui a gente fez uma parceria com a Agência Nacional de Petróleo, a ANP tem uma rede de laboratórios no Brasil que ficam analisando os combustíveis dos postos de gasolina, vendo a qualidade deles, a gente, vamos dizer, aportou recursos para essa rede poder ter esses equipamentos (soa a campainha), eu pediria mais cinco minutos, tendo em vista a interrupção, ter os equipamentos necessários para analisar

o biodiesel, porque isso não era disponível no Brasil. Então, aí a gente está aportando esse recurso e vai fazer a continuidade ainda neste ano, com mais recursos ainda.

O teste de ensaio de veículos, agente já está fazendo essa parte, já temos um milhão de quilômetros rodados com o B-5, e estamos pesquisando o B-10 e B-20 ainda, para entender se existe algum problema do uso do biodiesel em veículos.

Eu vou tentar acelerar um pouquinho, devido ao tempo e, depois, alguma pergunta específica eu respondendo. Na parte de etanol na realidade a gente tem apoio aí à biotecnologia, a melhoramento genético, à aviação a álcool, pequenas usinas de álcool, envolvidos nessa faixa aqui mais de 20 milhões. Especificamente, na parte do álcool celulósico, que é uma fronteira tecnológica, o mundo inteiro pesquisa isso, a gente desenvolveu uma rede de pesquisa com mais de cem Pesquisadores também e está aportando nove milhões aí para desenvolver essa tecnologia de domínio, a tecnologia, pelo menos das nossas... Nosso bagaço de cana aqui no Brasil. Em termos de água e energia, também em parceria com a EMBRAPA, a EMBRAPA está criando a sua unidade de água e energia e está aportando 22 milhões em termos de apoio, em trabalho conjunto com a EMBRAPA.

Gaseificação e combustão, eu falei, é outra tecnologia importante, ela usa biomassa na verdade para produzir hidrogênio e até outros combustíveis, a gente formou dois editais, tem uma rede se consolidando para pesquisar gaseificação e combustão; aqui, basicamente as áreas que a gente atua no álcool, pequenas usinas, aviação, biofábrica, que eu já comentei; energia solar e eólica, a gente trabalha apoiando basicamente essas duas frentes de Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil. A gente aportou dois milhões e meio para criar um CB-SOLAR, que é um instituto de pesquisa que está envolvendo uma planta piloto de produção de módulo fotovoltaico - módulo fotovoltaico é esse elemento que gera, a partir do sol, energia elétrica. E isso envolve tecnologia de silício, tecnologia limpa, isso envolve salas especiais, e o objetivo, isso é uma parceria com várias empresas, inclusive PETROBRÁS, é desenvolver no Brasil o processo de produção industrial desses módulos e ter a produção brasileira disso.

Na parte basicamente de pesquisa em universidade, a gente investiu até 2006, em quatro editais, dois milhões, mais dois milhões em 2006 e 2007 nas universidades que pesquisam isso aí, fora esse centro específico. Aqui é o objeto do centro, que é fazer um painel fotovoltaico. É bem complexa a instalação, você vê que o pessoal usa roupas especiais para poder trabalhar com a dopagem do silício. Duas sema-

nas atrás na reunião de acompanhamento do Projeto eles conseguiram chegar a 14% de eficiência, então a gente vai conseguir talvez até o final do ano estar produzindo tecnologia para produzir painéis em nível internacional de qualidade. Aqui mais uma vista, isso aqui é a produção que eles estão fazendo.

Energia eólica, a gente também fez dois editais, na FINEP e CNPq... Na FINEP principalmente, aportando dois e meio milhões até 2006, mais dois milhões em seguida, no desenvolvimento de componentes e partes de aerogeradores. Na realidade é assim, financiar empresas que estão com a tecnologia, para dar o próximo passo e fazer uma parte comercial já, um componente para poder estar fornecendo para essa indústria. E aerogeradores de pequeno porte. Eu vou dar alguns exemplos aqui do que foi apoiado; aqui tem a visão bem longa de um, de uma parceria aqui entre uma empresa e a Universidade Federal do Rio de Janeiro; uma parceria da VEG com outras empresas também, apoiada pelo MCT; um aerogerador também de pequeno porte aqui, Tectrol e Eletrovento, que fabricam. Existe muito mercado para isso aqui no Brasil, então a gente está tentando ver se elas tiram do protótipo e lançam no mercado isso aí, com o apoio nosso; um meio diferente aqui, quer dizer, de eixo vertical, uma experiência aí que de repente é uma outra alternativa.

Hidrogênio. Como eu falei, hidrogênio é um combustível que pode ser produzido em energia renovável, que se fala que é a energia do futuro; a gente tem apoio aí à pesquisa, isso aqui é uma célula combustível, produz eletricidade a partir de hidrogênio, a gente tem projeto de dois ônibus funcionando a célula combustível e a hidrogênio em fabricação no Brasil, o protótipo naturalmente, um no Rio e outro em São Paulo, até o fim do ano eles estão rodando para testes. Ainda na fase de protótipos. A gente estabeleceu uma rede de pesquisa também, envolvendo vários Estados e várias universidades do Brasil, para fazer o desenvolvimento dessa tecnologia; com apoio também em 2004 e 2005, 12 milhões; recursos de 2006 e 2007, 17 milhões. A gente pretende, em trinta meses aí, começar a atacar os gargalos que nos impedem de produzir no Brasil. Hoje você tem que importar membranas, tem que importar catalisadores. E a gente já tem, já está começando a aparecer algumas patentes nacionais dos institutos de pesquisa apoiados para essa tecnologia. Isso aqui é futuro. O hidrogênio na realidade é o que vai, depois que a energia renovável tiver terminado o seu ciclo, o hidrogênio certamente vai estar forte. Deve estar na matriz energética brasileira em 2020 e existe um movimento mundial em aceleração de pesquisa nessa área e a gente não pode ficar de fora, sob pena de ser

só um importador no futuro. Cabe comentar que no hidrogênio, e o assunto é importante, muito importante, o Ministério das Minas e Energia já se mobiliza e já definiu um roteiro para a estruturação de economia do hidrogênio, como é chamada essa nova, e de economia do petróleo, quando ela terminar, vai ter a economia do hidrogênio, já preparando estudos prospectivos para a introdução do hidrogênio na matriz energética.

Cabe comentar aqui que ainda o Ministério da Ciência e Tecnologia apoiou a criação de 12 centros de referência em energias renováveis, que se ocupam, fazem Pesquisa e Desenvolvimento nessa área toda. O CRESEB exatamente, há um centro do MCT e do MME, mas a gente apoiou também. E eu gostaria de comentar o prazer que eu tenho aqui de ver a Dra. Ivonice, que trabalhou muito, quando trabalhava no MCT, na criação do desenvolvimento desses centros aqui de referência. Então é uma ação já tomada alguns anos atrás e esse pessoal está trabalhando e está se ocupando de energias renováveis.

Bom, eu corri no final, eu agradeço a atenção, o meu objetivo era dar um panorama geral (soa a campainha) basicamente da ação que a gente tem no desenvolvimento daquilo que não funciona bem ainda, que é o que vai funcionar, que é o nosso foco aqui. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Os nossos agradecimentos ao Dr. Luiz Antônio Rodrigues Elias pela sua participação inicial e--

SR. ADRIANO DUARTE FILHO: Sou o representante do Dr. Elias.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Dr. Adriano Duarte. Desculpe. Dr. Adriano Duarte Filho. Ouviremos agora o Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL. Tem V. S^a a palavra.

SR. JERSON KELMAN: Eu tenho só 10 transparências. Na realidade, oito, porque uma é de abertura e uma do final, só quero que coloque lá o *slide*. Não é esse. É que eu tinha tido o cuidado de deixar pronto. Vai subindo, por favor. Com a seta. Está escrito “A palestra P”.

Próximo, por favor. Eu vou só, em poucos *slides*, mostrar a qual é a atuação da ANEEL no que diz respeito ao detalhamento da legislação relacionada a fontes alternativas. Então, vou passar por alguns benefícios que tem as fontes alternativas. Quer dizer, são benefícios garantidos em lei, que simplesmente a ANEEL detalha, sob o ponto de vista técnico. Mas a garantia é dada por lei. Quem desenvolve uma fonte alternativa, essencialmente, como já disse, biomassa, produção de pequena central hidroelétrica ou usina eólica, vento,

tem direito a que o uso da linha de transmissão ou de distribuição tanto para ele como para os seus... Tanto para o gerador como para quem compra a energia, o pagamento dessa linha tem uma redução de 50%. Isso é garantido em lei. Nós agora estamos propondo que se essa fonte alternativa for queima de... For o lixo, o uso do lixo, que resolve dois problemas simultaneamente, quer dizer, resolve o problema de produzir energia elétrica se livrando do lixo urbano, aí nós achamos, estamos em Audiência Pública agora, para reduzir em 100%. Quer dizer, vamos dar incentivo total a quem... Tem algumas experiências bem interessantes--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JERSON KELMAN: Na transmissão e na distribuição. No uso da linha. No uso do fio. O uso do fio. Isso está em Audiência Pública. Tem algumas experiências já bem sucedidas de queima de lixo que não colocam resíduos na atmosfera. São muito bem-sucedidas. Então a idéia é seguir nisso.

O próximo, por favor. Outro benefício. Hoje, os consumidores são divididos em duas categorias: nós todos somos os chamados cativos, consumidores cativos, aquele que não escolhe de quem comprar energia elétrica, de quem comprar o quilowatt/hora, quer dizer, os eletros; e os livres, os livres são consumidores acima de três mil quilowatts que, por opção, podem decidir de quem vão comprar, de que gerador vão comprar, não necessariamente do mix da energia da distribuidora local, quer dizer, uma grande empresa, uma grande fábrica pode comprar energia produzida por um gerador que ela bem entender, faz um contrato bilateral. Isso naturalmente é um grande incentivo. Se essa fonte geradora for fonte incentivada, o limite, em vez de três mil, passou a ser quinhentos, então há uma possibilidade de comercialização direta, que é um grande incentivo para, vamos dizer, consumidores isolados ou agrupados. Pode ser, por exemplo, uma rede de supermercados. Várias unidades, vários supermercados que, conjuntamente, têm mais de quinhentos quilowatts de demanda instalada e aí eles se capacitam a fazer um negócio de compra de energia, direto com o gerador incentivado, que é biomassa ou eólica ou PCH. Além disso, como essas usinas são em geral de pequeno porte, elas em geral estão localizadas na rede não de transmissão de alta voltagem, e, sim, na rede de distribuição, de baixa voltagem, na distribuidora. Então há uma possibilidade da distribuidora comprar diretamente, como essas são incentivadas no ambiente regulada, quer dizer, a distribuidora compra diretamente de uma usina incentivada que esteja no seu território sem leilão. Quer dizer, ela pode comprar diretamente, limitada a 10% da carga da distribuidora,

quer dizer, de tudo que ela compra, de tudo que a distribuidora compra de vários geradores até 10% pode ser alternativas locais, e sem leilão, limitado naturalmente o repasse aos consumidores, não é qualquer tarifa, limitado a um preço de referência para passar aos consumidores.

As fontes incentivadas não têm que fazer aqui aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento, que eu fiz referência a que todos os geradores fazem, todas as concessionárias têm que aplicar em termos de Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética, têm que aplicar um percentual da sua receita operacional líquida. As fontes incentivadas não têm. As fontes incentivadas se forem talvez o principal incentivo na Amazônia, as fontes incentivadas podem ter até 75% do custo de investimento subsidiado. O que é quer dizer isso? Qual é a lógica? Isso é a lei também, lei da conta de combustíveis, hoje toda a geração de energia elétrica nos sistemas isolados, essencialmente a Amazônia, é caro e é pago pelos consumidores do Brasil inteiro. E essa conta em 2006 foi de 4,5 bilhões de reais. Para termos uma idéia do que é que é isso, o Bolsa Família é da ordem de oito bilhões, e nós estamos falando de 4,5 bilhões. E isso daí, se for uma usina de fonte incentivada, que substitua a queima de óleo, ela pode ter até 75% do seu custo de investimento subsidiado. Não têm que pagar a compensação financeira que todas as PCHs, Pequenas Centrais Hidroelétricas não têm que pagar a compensação financeira que todas as hidroelétricas têm que pagar, mas, se for pequena, isto é, abaixo de 30 megawatts não tem que pagar. E há um programa dedicado especialmente para essas três fontes: PCHs, Pequenas Centrais Hidroelétricas, até 30 megawatts, eólicas e usinas termoelétricas, que queimam bagaço de cana essencialmente. E o que foi contratado nesse programa de incentivado, programa do Governo, quer dizer, com recursos que são dos consumidores, foram aqueles números ali. Ali foi contratado PCH, 1. 191 megawatts, eólicas, 423 megawatts e biomassa, 655 megawatts, totalizando 3. 200 megawatts. E os custos unitários são bem altos, são bem acima, com exceção da biomassa, que é o chamado (inaudível), que está a cento e nove reais, o preço que está saindo em leilões e de fontes não incentivadas está na ordem de cento e trinta reais, então se verifica ali, por exemplo, que a eólica teve possibilidade de contratar a duzentos e trinta e dois reais o megawatt/hora, quando outras fontes não incentivadas, vamos dizer, as mais caras estão sendo vendidas a 130.

Nós, agora em maio, por determinação do Ministério de Minas e Energia, a ANEEL vai organizar um leilão só de fontes incentivadas. Qual é a principal motivação? Na ANEEL, a ANEEL já concedeu autorização

para instalação de PCHs, de mais de cem PCHs, que têm também licença ambiental, portanto, são empreendimentos que poderiam ir para frente, totalizando cerca de mil e quinhentos megawatts. Esses cerca de cem empreendimentos não saíram ainda do papel.

Então, procuramos naturalmente saber por que, e a explicação é que esses empreendedores não só de PCHs, mas de outras fontes que estão fora do PROINFA, os que estão dentro do PROINFA está resolvido, os que estão fora do PROINFA, fora daquele programa incentivado estavam sem condições de ter um contato de longo prazo que lhe permitisse construir a usina. Então agora o Governo definiu, corretamente, que em maio será organizado um leilão só de fontes incentivadas. Só para elas. Outras fontes não entram. E a intenção da ANEEL é que os detentores de autorização para construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas, que tendo sido dada autorização para construir a usina, tendo sido dada a licença ambiental e tendo sido dada a oportunidade de vender a energia, se não o fizerem e se não tomarem partido desta oportunidade nós iniciaremos o processo de, o termo certo eu não sei, mas de anular a autorização. Quer dizer, cassar a autorização, porque estão sentados em cima da cachoeira que é um bem público, sem fazer com que esse recurso, esse bem público, esse recurso natural renda benefício para a população.

Estou terminando. Isso aí é só do leilão, qual é a distribuição. Temos de 24 eólicas... Que estão inscritas para o leilão: 24 eólicas, 42 biomassa e 77 Pequenas Centrais Hidroelétricas, e vejam que eram 100 e 30 já estão começando a devolver suas as autorizações, porque nós não vamos permitir que fique indefinidamente alguém com uma autorização e com uma licença ambiental sem desenvolver a hidroelétrica.

Próximo. Aí é em termos de megawatts.

Próximo. Esse é o último *slide*, que mostra nas várias categorias o que é que nós temos de... Qual é a situação. Nós temos que... Ali temos Micro Central Hidroelétrica é abaixo de um megawatt, Pequena Central Hidroelétrica, entre um e trinta, eólica, biomassa, como eu disse, que é essencialmente bagaço de cana, e solar. O que temos ali, em operação, muito pouco, número de unidades, muito poucas. Em construção, muitas em PCH, nenhuma eólica, até porque demora pouco tempo para construir algumas em biomassa. E aquela última linha, outorga, são aquelas que não saíram ainda, aquelas que tiveram, foi dado autorização, mas que não se materializaram. Então há uma grande preocupação nossa e do Governo em fazer com que essas autorizadas, sejam micro centrais, pequenas centrais, eólicas ou biomassa decidam se querem fazer uso da autorização ou, se não querem, então devolvam

para que outros o façam. Era que o eu tinha a dizer. Muito obrigado, Senador Quintanilha, Presidente desta Comissão, pela oportunidade, e Sras. Senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nossos agradecimentos ao Dr. Kelman por essa sua participação inicial, e nós ouviremos agora a Dra. Ivonice Campos, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica. Tem V. Sª a palavra.

SRA. IVONICE CAMPOS: Bom dia, Senador Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, bom dia a todos. Senador, em nome do Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Adão Linhares Muniz, que justifica a sua ausência por conta de motivos supervenientes de um chamado também de Governo para atender hoje pela manhã. No entanto, nós estamos à disposição e vou me empenhar para fazer uma boa apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com certeza a senhora trará todas as informações que precisamos.

SRA. IVONICE CAMPOS: Muito obrigada. Me cabe aqui apresentar, em nome da Associação Brasileira de Energia Eólica, a questão do setor eólico numa perspectiva mundial e também situada no contexto do mercado brasileiro. A Associação Brasileira de Energia Eólica ela atua em parceria com a Associação Mundial de Energia Eólica, inclusive nós brasileiros ajudamos a criar a associação mundial e o Brasil representou durante por muito tempo, em nome das Américas, a Vice-Presidência da associação mundial. Por isso é um trabalho dinâmico que a gente desenvolve em âmbito global.

Os dez maiores Países que aproveitam energia eólica, da ordem de sessenta e três mil megawatts já instalados, e que nós podemos destacar, por exemplo, a Alemanha, em primeiro lugar, com vinte mil megawatts instalados, sendo que no último ano instalou cerca de dois mil e cento e noventa e quatro megawatts, a Espanha e Estados Unidos vêm em segundo lugar praticamente com cerca de onze mil megawatts, mas num regime bastante acelerado de implantação de centrais eólicas, a Índia encaminhou o seu programa de energias eólicas e também acelera bastante, com implantação mil e oitocentas e quarenta megawatts somente no ano passado, a China, que começou o seu programa muito depois do Brasil, já passou bastante à frente, implantando ainda no ano passado mil e cem megawatts.

E assim, classificando os dez maiores em potência instalada, com base no final do ano de 2006, nós ainda não aparecemos em relação aos dez maiores, embora tenhamos um grande potencial eólico no País. Não

sabemos também, nem junto à associação mundial, quem serão os dez maiores no ano 2020. No entanto, a inclinação, o desenvolvimento e o crescimento do mercado de energia eólica mundial está dando saltos, mas saltos muito representativos, expressivos, é a indústria que mais cresce no planeta, da ordem de 40% ao ano. Os senhores podem muito bem ver que a partir do ano de 2008 os investimentos estimados são de trezentos e quarenta e sete bilhões de euros ao nível mundial.

Analisando então a perspectiva de mercado, nós vemos que no Brasil nós tínhamos, como bem falou o Dr. Jerson até agora, instalados cerca de 237 megawatts, uma perspectiva com o PROINFA fase I de mil e quatrocentos e cinquenta e dois megawatts em dezembro de 2008, enquanto a China já tinha instalado, até dezembro de 2006, dois mil e quatrocentos e cinco megawatts, instalando num único ano mil e cento e quarenta e cinco megawatts, propondo ter instalado sete mil em 2008 e uma previsão de trinta mil megawatts no ano 2020, assim como a Índia. O Brasil tem na lei que estabelece o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia, o PROINFA, definido para os próximos 20 anos um crescimento da ordem de 10% ao ano.

O Brasil é muito bem aquinhoado do ponto de vista do potencial eólico, inclusive em áreas bastante estratégicas, como, por exemplo, o litoral da região Nordeste e da região Sul, que são extremidades do sistema interligado nacional.

O que nós podemos destacar como qualidade do nosso potencial eólico é a complementaridade energética decorrente da sazonalidade dos ventos e da hidraulicidade, que se complementam ao longo de todos os meses do ano. Naqueles períodos, por exemplo, na bacia do Rio São Francisco, e isso se cumpre de Norte a Sul do Brasil, inclusive do Amapá ao Rio Grande do Sul. No entanto, aqui um exemplo, por exemplo, na bacia do São Francisco, enquanto o regime hidráulico está em baixa, nós temos excelente potencial de vento para ser explorado.

Este é o potencial, é o atlas eólico brasileiro. Onde os senhores podem ver nas áreas mais escuras onde nós temos um potencial bastante significativo, e o litoral do Nordeste se destaca bastante, mas também o interior de vários Estados; uma região bastante nova, o Espírito Santo; e a região Sul do Brasil. Entenda-se que essa avaliação foi feita com as tecnologias de medição a uma altura apenas de 50m de altura. Hoje nós temos tecnologia de aerogeradores que já estão da ordem de cinco megawatts por aerogerador e que por certo vão traduzir num potencial ainda maior de

energia eólica, na medida em que nós aumentamos a altura desse aproveitamento energético.

Aqui por região. Então nós podemos destacar, por exemplo, a região Nordeste tem cerca de setenta e cinco mil megawatts de potência, seguida pela região Sudeste, com cerca de trinta mil, e a região Sul, com cerca de vinte e dois mil e oitocentos megawatts. O potencial eólico brasileiro é bastante expressivo então, da ordem de duzentos e três mil megawatts, com quatrocentos e dezenove terawatt/hora/ano, isso se nós considerarmos o potencial total dos ventos, ventos da ordem de sete a oito e meio metros por segundo. Convém destacar que a qualidade dos ventos brasileiros é muito superior aos ventos da Europa e dos Estados Unidos. Enquanto aqui nós ainda estamos aproveitando ventos de sete a oito e meio metros por segundo, de altíssima qualidade, porque são ventos bem comportados, nós não temos tufões e outras ocorrências, na Alemanha, são aproveitados de forma bastante competitiva ventos da ordem de cinco, cinco e meio metros por segundo.

Os contratos do PROINFA, o nosso Programa de Incentivo em Fontes Alternativas de Energia, conseguiram contratar, por cerca de vinte anos, mil e quatrocentos megawatts de energia eólica, representando cerca de oitocentos aerogeradores a serem implantados no Brasil no período até final de 2008. Essa demanda de instalação, quando nós pensarmos ao nível do mundo, significaria que nós precisaríamos ter, pelo menos, umas quatro indústrias de fabricação de componentes de aerogeradores.

A implementação e as vantagens dos aerogeradores, é uma montagem bastante simplificada, nós conseguimos com tecnologia, instalar um aerogerador no máximo em três dias, quer dizer, nós conseguimos instalar num tempo recorde uma central eólica. São vantagens bastante pertinentes quando nós pensarmos naquelas demandas e de juros durante a construção das nossas grandes hidroelétricas no Brasil.

Como é que o mercado mundial se estabeleceu? Ainda na década de 70, a Dinamarca, por necessidade energética, ela resolveu desenvolver a sua indústria eólica e tem uma indústria eólica bastante competente, com várias fábricas implantadas, produzindo aerogeradores e exportando para o mundo todo. Na Alemanha, por exemplo, que hoje é líder mundial, com mais de vinte mil megawatts instalados, foi a questão da consciência ambiental, que se refere bastante a essa Comissão do Meio Ambiente, Senador Quintanilha. Hoje nós estamos vivendo uma realidade de necessidade e de consciência. Uma necessidade energética, por tecnologias limpas de aproveitamento principalmente de energias renováveis e também por conta da questão

da consciência ambiental, visando inclusive a minimizar os riscos das mudanças climáticas globais.

Ao nível do mundo todo, nesse esquema, nesse modelo de consciente, os esquemas de incentivos variam. Nos Estados Unidos, nós temos (inaudível), temos (inaudível) na Alemanha, quer dizer, nós temos prêmio ao preço na Alemanha, Espanha e Itália, que inclusive motivaram como, por exemplo, na Espanha, o desenvolvimento da indústria eólica em praticamente todas as regiões do País. Onde tem instalação de centrais eólicas lá a política inclui a instalação da fábrica de componentes de aerogeradores. E na Inglaterra, e nós vamos ver os efeitos a seguir, a questão do mercado competitivo. A Índia se motivou pela falta de eletricidade, pela decisão política, baseada inclusive na questão das mudanças climáticas, ela estabeleceu um conjunto de cooperativas, no entanto, eles têm baixos ventos e alto nível de produção doméstica na questão dos aerogeradores.

Os novos mercados potenciais emergentes, China, Brasil, Egito, norte da África, África do Sul, Estados Unidos, Canadá e Turquia. E aí, por conta desses modelos de mercado, nós temos como um dos modelos, cujo pano de fundo é bastante político, é o sistema de preço fixo com prioridade para o desenvolvimento rural. Neste modelo nós vimos vingar os programas da Dinamarca, que hoje tem mais de duzentos e cinquenta mil investidores em cooperativas de turbinas eólicas; a Alemanha, que tem mais de três mil fazendeiros gerando eletricidade; e na Espanha, como eu já havia mencionado anteriormente, cuja prioridade é uma legislação industrial nas diferentes regiões do País. O que se diz é que não há investimento melhor em áreas rurais para desenvolvimento local do que projetos eólicos. E nós podemos destacar aqui no Brasil como, por exemplo, no Estado do Rio Grande do Norte o investimento em centrais eólicas autorizadas no programa PROINFA representam para o Rio Grande do Norte os maiores investimentos que aquele Estado já teve notícia de que pudessem acontecer, especialmente em áreas do interior do Estado, difícil de levar proposta de desenvolvimento.

E assim nós podemos também mostrar, por sistemas de licitação, a Inglaterra, o País de Gales e a Escócia e Holanda, e que tiveram problemas ambientais exacerbados e problemas também com Bancos, era o início do processo e, no entanto, eles deram prioridade também com terras que tivessem bons ventos. O Ministro da Energia inglês recomendou inclusive, numa reunião que tivemos em conjunto, que os proprietários rurais não dividissem suas terras, e, sim, aumentassem a renda das suas terras e da sua atividade econômica, colocando aerogeradores naquelas terras que tivessem

ventos. Porque a aplicação de aerogeradores não impede a continuidade da atividade econômica na área onde ela está sendo instalada.

Só para mostrar para os senhores, a correlação onde nós tivemos um sistema de preço fixo semelhante ao que nós já tivemos no Brasil na primeira fase, nós vimos um grande desenvolvimento das centrais eólicas naqueles Países, onde se incluem a Alemanha, a Dinamarca, a própria Espanha e, onde nós tivemos um sistema de licitação pura e simples, nós tivemos um baixo desenvolvimento de energia eólica como, por exemplo, a França, que conseguiu instalar apenas setenta e nove megawatts.

Os fabricantes de turbinas eólicas, na década de 70 e 80, eram a Boeing, a McDonald Douglas, a (inaudível), e era um desastre, porque realmente era um alto custo e uma sofisticação excessiva, até por conta da origem dessa tecnologia. Na década de 80, no entanto, houve um interesse dos fabricantes de implementos agrícolas, que simplificaram e reduziram o custo. E uma baixa flexibilidade estrutural na fabricação de aerogeradores.

Só para dar uma idéia, agora rapidamente nós vamos passar algumas fotos. As turbinas eólicas modernas são maiores do que um Boeing 747. Vamos lá rapidamente então. Um aerogerador, a montagem de um aerogerador, a montagem de um estator, o tamanho, a montagem do conjunto, o teste de desempenho em bancada, um cubo rotor na base de gôndola, um cubo rotor, eixo (inaudível) é uma gôndola na sua montagem, um conversor de frequência cavalete indutor, a parte elétrica, transformador a seco, e a montagem com base em cavalete (inaudível). Quer dizer, toda aquela complexidade tecnológica ela se reduz a uma simplicidade de instalação de um aerogerador nas centrais eólicas. A montagem começa com uma base como essa, em torno de oito por oito metros, quer dizer, mantendo toda a atividade econômica daquela área rural. A montagem é muito rápida. Os componentes da torre, por exemplo, a preparação da gôndola. Se o senhor puder me dar um pouquinho mais de tempo, eu agradeço. A preparação do gerador, o aerogerador parcial, a preparação do cubo, a preparação do rotor quando ele ainda está no chão, a ascensão e a montagem final do aerogerador.

Essas fotos, só para ilustrar que tamanho e que dimensão de indústria. Só a fase I do PROINFA vai demandar para o mercado brasileiro cerca de cem mil toneladas de aço. Então para vocês verem que é ele multi-setorial, é um desenvolvimento para o País como um todo, inclusive nos demais setores da economia. Para exemplificar, eu coloquei um exemplo de uma fábrica que pudesse produzir cem aerogeradores por

ano, porque seria o ideal que cada Estado pudesse ter a sua fábrica, ela gera cerca de duzentos e setenta empregos diretos e trinta subcontratados, ela exige um capital da ordem de dezesseis milhões de dólares e um capital de giro da ordem de vinte milhões, e ela precisa, sim, de incentivos como isenção de impostos, aqueles usuais já nos Estados, e incentivos também para capital de giro. O faturamento possível dessa indústria de fabricação de aerogeradores é da ordem de cento e noventa milhões de dólares anual e o custo estimado de investimento (inaudível), por exemplo, o “chave na mão”, é da ordem de dois mil e duzentos dólares. Essa fábrica demanda um terreno da ordem de sessenta mil metros quadrados. Enfim, para que os senhores possam ver a facilidade de se ter a indústria eólica implantada em todos os seus Estados.

A fabricação então de aerogeradores, como eu falei anteriormente, ela vai demandar, vai acionar e vai desenvolver toda a economia não só no parte do setor elétrico, da fabricação de equipamentos e sistemas, mas também nos outros setores, metal-mecânico inclusive.

As centrais eólicas então desenvolvem, o grupo de máquinas de construção é bastante complexa, é uma indústria de alta tecnologia, onde inclusive os Bancos internacionais hoje, a partir da certificação da qualidade dos ventos, eles dão garantias de riscos de faturamento.

Só para ter uma idéia de como é fácil também fazer a implantação de centrais eólicas marítimas, quer dizer, ela pode estar submersa, basta essa garra da base ser implantada, ancorada na base, e assim tem vários programas, grandes programas, inclusive, no litoral da Dinamarca, no litoral da França da ordem de cinco mil megawatts só submarino.

Projeções e perspectivas. Isso é só para nós sentirmos a evolução da curva de consumo. O que é que vai acontecer ao nível do mundo até o ano de 2040. De novo, a variação ao nível do mundo, todos os setores da economia que ele movimenta simultaneamente.

Do ponto de vista da política energética, nós podemos ver a variação que cada... Por exemplo, o mercado de carvão, desde a década de 50, a variação de participação percentual que cada alternativa energética pode sugerir. Por exemplo, o gás, a nuclear, como é que se comporta essa variação. Agora, para exemplificar e focar, por exemplo, na Alemanha, ela tem hoje da ordem de vinte mil e seiscentos e vinte e dois megawatts, olhem a densidade da instalação de centrais eólicas na Alemanha nos dias de hoje, para que os senhores entendam a viabilidade e a competitividade dessa alternativa na Europa hoje. De novo, focando que dá para ver que eles têm 26% de participação de

energia eólica na sua matriz e pretendem, já no ano 2011, uma participação da ordem de 50%.

Agora, se o senhor permitir, Senador Quintanilha, nós trouxemos algumas propostas do quanto precisamos dos senhores para ajudar a desenvolver no Brasil, a coordenar e organizar o setor eólico brasileiro. Muita coisa precisa ser feita. Nós precisamos de uma política industrial, nós precisamos de uma política energética como, por exemplo, a garantia governamental da implementação da fase II do PROINFA. Isso significa, nós precisamos sinalizar para os nossos investidores, especialmente aqueles, os fabricantes de equipamentos que se instalem no Brasil e se instalem nos nossos Estados, porque nós temos uma perspectiva de potencial eólico bastante competitiva, inclusive no curto prazo.

A outra questão que nós gostaríamos de colocar também, Senador Quintanilha, é que temos esse potencial eólico de qualidade como, por exemplo, na região Nordeste, no Espírito Santo e na região Sul, o Nordeste sozinho representa 52% do potencial e que são ventos reconhecidos internacionalmente como de boa qualidade e temos também uma produtividade energética semelhante à geração hidroelétrica nessas regiões, inclusive gozamos da oportunidade da complementaridade hidroeólica, porque no período seco nós temos os melhores ventos e assim por diante. Podemos fazer uma complementação importante na energia secundária excedente das hidroelétricas.

Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental local e global para a competitividade, as avaliações técnicas recentes que a Associação Brasileira de Energia Eólica conduziu mostram que para cerca de mil megawatts médios eólicos gerados no Nordeste, permite economizar, ou guardar no reservatório da bacia do São Francisco cerca de cento e vinte e quatro bilhões de metros cúbicos de água no período seco, de julho a novembro, firmando cerca de trezentos e cinquenta e três megawatts médios de energia secundária hidroelétrica, sem nenhum investimento público pelo lado da geração hidroelétrica e ainda evitando cerca de 12% das perdas de transmissão. Representa um acréscimo na oferta de energia firme a custo zero, compensando o custo maior da energia eólica.

A outra proposta que nós faríamos é que verificamos que no Plano Nacional de Desenvolvimento Energético, o PNDE de 2030, ele somente previu cerca de quatro mil e setecentos megawatts de geração eólica. E nós lamentamos muito, porque isso foi uma sinalização de desestímulo ao setor. Porque considerou apenas duzentos megawatts de implantação por ano de potência eólica. Então isso breca, limita, inibe os investidores que já estavam no Brasil pensando e

negociando ao nível dos Estados a instalação dos seus empreendimentos.

E por último, e muito agradecida pela paciência, nós gostaríamos de destacar que na Portaria MME-31, de 15 de fevereiro de 2007, ele motivou o setor eólico a apresentar projetos e somaram cerca de mil e setecentos e oitenta e cinco megawatts ali credenciados. Inclusive mil e setecentos e oitenta e cinco megawatts que seriam passíveis de serem concretizados num prazo relativamente curto de dezoito meses, representando uma alternativa de desenvolvimento enérgico, sem dúvida, capaz de minimizar o risco do abastecimento para os próximos anos, e essa solução é complementar, estrutural e, não, conjuntural. No entanto, as condicionantes estabelecidas, que indicam como teto para o preço da energia requerida, o valor equivalente ao custo marginal de operação e também o modelo de contrato e o prazo de contratação de quinze anos, citado na portaria referida, apontam para a impossibilidade da participação dos investidores na contratação desses empreendimentos no leilão proposto, pois essa condição não oferece a viabilidade econômica necessária para remunerar os investimentos eólicos.

Então a gente realmente diagnosticou que existe uma necessidade de ponderar e quantificar os benefícios da inserção eólica no sistema elétrico brasileiro, por meio da consolidação de mecanismos de contratação e equiparação realista, com índice de custo e de benefício para a geração eólica, que afere o valor global da energia para o consumidor final. Nós precisamos, sim, da ajuda dos senhores para que nós possamos cumprir a legislação do Programa de Incentivo das Fontes Alternativas de Energia na fase II e também cuidarmos e organizarmos uma política industrial, uma política tecnológica e uma política energética capaz de aproveitar todo esse nosso potencial brasileiro. Obrigada pela paciência e atenção. Bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Dra. Ivonice. Ouviremos agora o Dr. Manoel Policarpo de Castro Neto, Coordenador-Geral do escritório sede da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, da ANP, em Brasília. Tem V. S^a a palavra.

SR. MANOEL POLICARPO DE CASTRO NETO: Boa tarde. Primeiro cumprimentar o nobre Senador Leomar Quintanilha, e o restante da Mesa, expressar o agradecimento pelo convite feito ao Diretor-Geral, Aroldo Lima, a participar dessa Audiência Pública, e apresentar as desculpas da sua ausência devido a compromissos junto com a Diretoria, hoje nós temos a reunião de Diretoria Geral.

Então nós vamos apresentar aqui um pouco as questões ambientais, mais ligadas principalmente à

questão de combustíveis, principalmente o biodiesel e, um pouco, de álcool. Hoje nós temos uma realidade, que está aí nos jornais, dia a dia, que são realidades de mudanças climáticas extensas no nosso mundo, no nosso País, principalmente. Nós, num dia, vemos aí seca na Amazônia, em pouco tempo depois nós vemos enchente na Amazônia; conseqüentes quebras de safra em outras regiões, você vê aí o fenômeno do ciclone Catarina, que nos afetou aqui no Brasil em 2004, vimos o furacão Katrina, que atingiu aí a América do Norte com uma força muito grande, levando sérios problemas à Nova Orleans, nos Estados Unidos, e temos aí ondas de calor não só na Europa como no mundo todo.

Então nós temos aí uma realidade mundial hoje, do clima sendo modificado pelo efeito estufa. Boa parte desse efeito estufa é causado pelos gases chamados gases de efeito estufa, quais sejam eles, o dióxido de carbono, o metano, o óxido nitroso. Entre outros que estão aí, esses três são os principais, sendo que o dióxido de carbono é que apresenta maior problema, porque ele faz parte da queima de combustíveis fósseis. Hoje um problema muito grande. Você tem a matriz energética hoje mundial baseada mais de 70%, quase 80% basicamente em combustíveis fósseis não renováveis, criando problemas de todo o tamanho à natureza por emissão de carbono. A isso, nós podemos ver que os Países desenvolvidos são os principais emissores de poluentes no mundo. Os principais Países, estão por volta aí de 77%, se a gente não incluir a China, porque se incluir a China, que está num crescente muito grande, nós passamos a quase 90%, que é uma realidade hoje extremamente penosa. Por sorte, nós somos um País que hoje apresenta por volta só de 3%, mas estamos aí na frente, apresentando uma série de novidades e uma série de propostas de renovação e de melhoria nesse tipo de emissão no País, quais sejam eles, principalmente os biocombustíveis.

Aqui saiu errado, ali na marcação, é no lado. Só uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Nós emitimos duzentas e noventa e sete milhões de toneladas e os Estados Unidos cinco mil e duzentas e vinte e nove milhões de toneladas. É um disparate completo. Nós aderimos ao Protocolo de Kyoto, os Estados Unidos não aderiram ao Protocolo de Kyoto, e provavelmente não vai (risos) aderir.

Os impactos a gente tem visto aí no mundo todo. Você vê na África, você vê uma diminuição de produção, você vê na Ásia também uma diminuição de produção, aumento das desertificações na África, você vê na Nova Zelândia questões de diminuição da disponibilidade de água, na Europa você vê o desaparecimento de geleiras nos Alpes suíços e em outras regiões, até nos pólos, na América Latina você vê uma diminuição da produ-

ção, você vê um efeito estranho na América do Norte, que é um aumento da produção, devido ao aumento da temperatura, mas acompanhado a ele vem uma série de doenças que esse aumento de temperatura tem trazido e que tem trazido problemas seríssimos à produção de oleaginosas principalmente, e milho, que é o grande produto deles em termos de produção de etanol; o ciclo polar, a gente tem visto aí dia a dia nos jornais uma diminuição da calota polar com o respectivo aumento dos níveis do mar, acarretando ainda em pequenas ilhas inclusive a possibilidade de algumas deixarem de existir num breve tempo.

Próximo, por favor. Isso é uma foto ilustrativa, só para a gente ver a aí calota polar em 79 e a calota polar agora em 2003, o tanto que ela diminuiu. E essa água toda para dentro do Oceano, você tendo uma série de complicações.

Essa não saiu muito boa, mas é uma geleira da Patagônia, há 50 anos atrás e, hoje, essa segunda foto, que não aparece, você não vê mais essa área aqui, que é uma geleira, ela não existe mais, ela só está concentrada nos picos dos montes acima; aqui as neves eternas do Monte Kilimanjaro, que não são tão mais eternas, estão deixando de existir, a parte que é eterna hoje é pequena.

Bom, aqui a gente começa a discutir a função da Agência Nacional de Petróleo. Você tem, a partir de 97, na Lei 9.478, a criação da Agência Nacional de Petróleo, com as suas atribuições de regular, contratar e fiscalizar as atividades integrantes da indústria do petróleo. Qual é o papel da ANP? Implementador de política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, gerente das reservas de petróleo e gás natural da União, regulador e fiscal, agente de desenvolvimento, agente na defesa do consumidor e da livre concorrência, assegurador do abastecimento nacional de combustíveis.

Bom, nessa questão aí, nós nos englobamos aí à questão principal ambiental hoje, que é a produção dos biocombustíveis, principalmente falando na área de biodiesel, que é hoje o que a agência regula como toda propriedade; e aí algumas questões que são chaves, não têm nenhuma relação ao nosso amigo (risos) Chavez, qual o limite do mercado do biodiesel, apesar de todas as suas influências que ele tem causado aí, onde produzir oleaginosas, quais são as áreas que nós temos que produzir e se essa produção será sustentável.

Aqui o programa nacional de biodiesel, que é a Lei 11.097, de 2005, que determina que a progressividade da adição de biocombustíveis na mistura com diesel. A gente diz aí B2, que é uma mistura de 2% de biodiesel no diesel, B5 seria 5% e, progressivamente,

a gente vendo isso. Até o final desse ano nós temos aí o B2, que ainda não é obrigatório, só é obrigatório em função da demanda e a partir do ano que vem o B2 se torna obrigatório e, implicando um mercado firme, vai apresentar uma demanda de um bilhão, de quase um bilhão, dá oitocentos e noventa milhões de litros de biocombustível por ano. Quando a gente passar para o B5, em 2013, vai ter uma demanda de 2,4 bilhões de litros. Hoje, através dos leilões que a ANP tem realizado, os cinco os últimos leilões que a ANP tem realizado, já temos garantido oitocentos milhões de litros de biocombustíveis, assegurando a meta do Governo do B2 e temos uma projeção, no próximo *slide* nós iremos ver, existe uma projeção de que essa produção, a partir do ano que vem, vai ultrapassar um bilhão de litros, dando margem aí ao que o Governo tem comentado muito, que é a antecipação da mistura B5 para 2010, uma questão que está sendo discutida amplamente aí no Governo.

Próximo, por favor. Essa projeção ficou meio ruim, está... (risos). Mas é basicamente qual é o objetivo do Governo, que é a inclusão social, você tem o B2 com um bilhão de diesel, o B5 vai exigir 2,4 bilhões. E mostra a estratégia do Governo que é a implementação da discussão.

Próximo, por favor. Aqui nós estamos tratando do selo combustível social, que já é bem conhecido aqui, que é a forma de incentivo à produção de biodiesel em todo o País. Podendo chegar a 0%, dependendo da região e do tipo de cultura usada.

Essa é nossa matriz energética atual. Nós vemos aí que 43,6% da nossa matriz é baseada em recursos renováveis. Só para vocês terem uma idéia, a nível mundial isso fica por volta de 12%. É uma diferença muito grande a nosso favor, e nós estamos aí tentando que ela possa ainda crescer um pouco mais, tentando aí ultrapassar essa meta com incentivos, principalmente aqui nessa área de biomassa, que é a produção aí dos biocombustíveis de segunda geração, que já devem estar proximamente, ou nos próximos cinco anos devem estar entrando no mercado, cinco a dez anos, você tem uma entrada no mercado em substituição ao biodiesel, solucionando uma série de problemas que o biodiesel hoje traz principalmente na questão da produção de combustíveis concorrendo com a produção de alimentos.

Essa é produção mundial de óleo e gordura, nós temos observado um aumento aqui principalmente na palma, um aumento significado, você vê, aqui você tem a palma, você tem a entrada do girassol, que quase não tem, ele existe aqui, mas é muito pequeno.

Então, nós temos um aumento gradual exatamente da soja, na área de oleaginosas que vão servir para

produção de biodiesel, na área de gordura também. O pinhão manso ele ainda não consegue aparecer na estatística, ele é muito pequeno, a nível mundial ele é insignificante, não que não tenha importância, é que ele não aparece ainda a nível mundial como uma estatística.

Bom, essa cadeia produtiva, está aqui muito só para representar essa questão aqui. Quando nós mostramos aqui a produção de oleaginosas maior do que o restante, não é à toa, isso aqui representa por volta de 80% do custo da produção final de biodiesel. Isso é de extrema importância e que deve ser tomado com uma série de cuidados essa produção de oleaginosas.

Só para mostrar o leque de oleaginosas que nós podemos ter disponíveis no Brasil. E aqui está o pinhão manso, como o senhor disse, dentre outras, várias, desde o buriti, a mamona, a pequi, até o babaçu e outras fontes, que seriam óleos de fritura, resíduos de indústrias de refino de óleo, sebo ou gordura animal.

Capacidade instalada, produção e demanda de óleo. Isso aqui é só para a gente ver que até esse ano 2006, até 2005, 2006, a produção e o consumo estão muito próximos. E essa tendência de estar aqui muito próximo significa dar um problema para... Quer dizer, gera uma perspectiva de problema muito grande, que é exatamente a competição entre a produção de óleo e a alimentação, consumo de alimentação. Hoje já existe um crescente muito grande, e a gente vai, provavelmente agora esse ano a gente vai ver essa diferença aumentar bem aqui, porque já existe uma produção bem própria para o biodiesel, então ela já tem uma diferença, você consegue visualizar uma diferença entre o consumo, que aqui consumo entenda-se como consumo alimentício, não outro.

A capacidade de produção, você via que até 2002, basicamente 95% de toda a produção estava aqui na Europa. Você vê que agora em 2007, a gente, 2006, 2007 essa capacidade do resto do mundo cresceu, não significa que a Alemanha tenha diminuído, ou a Europa tenha diminuído, pelo contrário, ela aumentou aqui, significa que o mundo agora tem produzido muito mais, baixando essa liderança européia para 50%.

Outro que está aí com outro (risos) problema... Mas, basicamente, quando a gente... Deu problema. Mostrando aqui os biocombustíveis de primeira geração, a fonte, você vê aqui a fonte de oleaginosas em cima, a cana, e você já vê aqui nos biocombustíveis de segunda geração, você vê resíduos que não fazem parte da cadeia alimentícia, e já podemos apresentar aí, como foi apresentado aqui pela Ivonice, e pelo pessoal aqui, a produção de hidrogênio aqui, que é, a gente tem costumado a dizer, é uma coisa meio difícil de falar, a meta mundial de substituição de combus-

tíveis por biocombustível, é de por volta de 20%. Não existe no mundo uma idéia de que hoje você conseguiria discutir plenamente os combustíveis fósseis por biocombustíveis, até porque, para vocês terem uma idéia, para fazer isso, precisaríamos de uma área de aproximadamente quatro vezes o tamanho da terra, plantado basicamente com cana e oleaginosa, mas o que existe é que o biocombustível está aí, mostrando que pode, até os 20% ele tem condições de substituir tranquilamente a matriz energética, juntamente com essas inovações que estão sendo apresentadas, sem apresentar grandes problemas, você veja que dentro do próprio Brasil você pode ter uma expansão muito grande, você tem essa área aqui, que é a atual, ou você tem uma área de expansão no cerrado, e uma área de expansão de cultura permanente, que pode entrar na Amazônia não como uma invasora, e, sim, como uma solucionadora de problemas nas áreas, principalmente nas áreas devastadas da Amazônia e em algumas regiões de cerrado.

Potencial para produção de biodiesel. Você tem uma expansão. Só no cerrado, você poderia aumentar para trezentos bilhões de litros de biodiesel, é claro que aqui essa conta incluiria algumas áreas na área de alimentação. Mas se você esquecesse o resto do País e se tivesse só no cerrado você já teria uma produção quase que suficiente para abastecer o mundo todo.

Aqui são algumas oleaginosas, e só por questão mesmo de referência, é a produtividade que elas dão em termos de óleo por hectare.

O desafio inicial do B2 já foi transplantado, quer dizer, essa capacidade de oitocentos e sessenta milhões já foi atendida pelos leilões, não plenamente, mas já está praticamente com oitocentos milhões atendido, e os sessenta milhões são pequenos, e uma previsão de a partir do ano que vem, ter mais de um bilhão de produção. Só para mostrar a economia, com o B2 nós podemos economizar cento e sessenta milhões de dólares por ano, e com o B5 essa economia passa para quatrocentos milhões de dólares.

Os fatores críticos. Disponibilidade de óleo sementes, produtividade agrícola, redução da carga tributária, qualidade dos insumos, e aí nós entramos nessa parte, garantia da qualidade do produto, rendimento do processo de produção, garantia de desempenho dos motores, controle de qualidade da bomba de abastecimento, novos usos para a glicerina, sensibilidade e motivação da sociedade.

Diagnóstico. A sustentação legal e firme propósito do Governo na sua implementação, é o que nós temos visto; boa resposta do produtor de biodiesel de soja, em plantas (soa a campainha) em operação ou em projeto. Perspectiva de oferta crescente de biodiesel.

Só as preocupações finais, a qualidade de insu-
mos, que é uma preocupação que tem no mundo, não
podemos abrir mão da qualidade, porque você traria
um descrédito a todo o programa, todo o biodiesel
produzido apresenta algum tipo de incentivo econô-
mico, isso a nível mundial. Plantas de esmagamento
são estratégicas e a glicerina produzida como produto
ajuda a viabilizar o negócio.

A questão da produção mundial de onde estão
concentradas as produções mundiais de algodão, gi-
rassol, mamona... E aqui a gente tem apresentado só
também uma integração da agricultura com a energia,
quer dizer, você tem um aproveitamento do sistema
agrosilvopastoril, introduzindo oleaginosas em áreas
antes não utilizadas para esse tipo de atividade.
Soja. E gado. Era isso que eu tinha a colocar. Queria
agradecer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUIN-
TANILHA (PMDB-TO)** – Registramos nossos agrade-
cimentos ao Dr. Manoel Policarpo, bem como aos de-
mais expositores, que trouxeram aos membros desta
Comissão informações consistentes a respeito das
energias renováveis, dando um panorama do quadro
brasileiro em comparação com o que existe fora do
País. Nós passaremos agora à interação com os emi-
nentes Srs. Senadores. Nós estamos com a lista, vou
inscrever V.Ex^a, tem preferência o autor do Requeri-
mento, Senador Inácio Arruda, em seguida, inscrita a
Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, V.Ex^a.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr.
Presidente, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUIN-
TANILHA (PMDB-TO)** – Pela ordem, V.Ex^a.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Eu
solicito, Sr. Presidente, a minha inscrição.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUIN-
TANILHA (PMDB-TO)** – Perfeitamente, V.Ex^a será aten-
dido. Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr.
Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos convida-
dos, primeiro registrar aqui a nossa instabilidade nas
nossas Audiências Públicas, em face de termos que
participar, ao mesmo tempo, de várias atividades. En-
tão, nós estamos aqui nesta audiência e tivemos que
acompanhar também a reunião da Comissão de As-
suntos Econômicos, que estava acontecendo simulta-
neamente à nossa audiência. Como disse o Senador
Mão Santa, aqui a gente tem que operar quase que
milagrosamente. Não sempre usando a “Mão Santa”
dele, mas tendo que correr a alguns quilômetros por
hora nos corredores do Senado. E também a Comissão
de Agricultura e a Comissão de Educação, que estão
reunidas ainda as duas. Mas eu acho que cumprimos

a bom termo as nossas tarefas do dia de hoje. E dizer,
Sr. Presidente, que propus esta reunião porque nós
estamos num acelerado debate dentro do Congresso
Nacional acerca do problema do aquecimento global.
Eu venho de uma região que debate a questão do
aquecimento global há muitos e muitos anos. E que
não trata como uma questão meramente de coquelu-
che, do momento, das circunstâncias, mas como uma
questão presente nas nossas vidas a todo o instante,
desde que nós nascemos ali no semi-árido nordestino
que nós discutimos e aprendemos a conviver com o pro-
blema do aquecimento global, intenso na nossa região,
estamos ali bem próximos do Equador e numa região
semi-árida, buscando por todos os meios encontrar as
maneiras de aproveitamento de fontes de energia. E de
sorte que a discussão e o debate sobre o aquecimento
global nos permitiram abrir caminhos para essas alter-
nativas. Então, nós temos uma oportunidade para que
o nosso País, e a nossa região possam debater com
mais intensidade essas fontes alternativas. O Senado
da República tem vários especialistas, Ex-Governadores,
Ministros de Estado, pessoas que conviveram
intensamente com esses problemas de forma muito
objetiva e concreta e que têm que responder a essas
questões. Eu acho que era uma oportunidade de nós
convidarmos e acelerarmos também esse debate na
nossa Comissão de Meio Ambiente, de Infra-estrutura
e na Comissão de Aquecimento Global, porque nós
criamos uma Comissão Mista do Congresso Nacional,
da Câmara dos Deputados e do Senado da República
para debater essa questão.

Então uma das questões que eu gostaria de le-
vantar com os senhores convidados. A primeira ques-
tão, o financiamento para essas fontes alternativas,
tanto por parte do Governo diretamente como os me-
canismos da Agência Nacional de Energia e também
da Agência Nacional de Petróleo, o problema de in-
centivos, como a gente maximizar. Eu ouvi a questão
do lixo e fiquei numa expectativa muito positiva. Nós
tínhamos 50% e podemos chegar a 100. Então você
já tem uma puxada boa para que todos aqueles que
podem produzir energia a partir desse insumo vão ter
um incentivo adicional, mas, numa escala mais larga,
numa fonte de energia mais promissora como solar,
como eólica, é possível dar mais incentivos, é possí-
vel agregar mais incentivos, se eu tiver possibilidade
de ter um bairro inteiro com placas de silício já aqui
testado, e já está numa fase, e eu vi o Adriano mos-
trando as nossas placas, então se as placas de silí-
cio estiverem a postos eu posso emplacar um bairro
inteiro e a ANEEL me banca esse negócio e eu ven-
do ali na frente para uma... O Governo, ou o Estado
compra essa energia e coloca no sistema. Então, eu

acho que esses mecanismos para a população toda tomar conhecimento e dizer “não, eu posso fazer”. Um Plano Piloto. A Alemanha tem isso em vários bairros, em várias cidades, em vários Municípios. Quer dizer, nós podemos tomar essa iniciativa, nós podemos fazer isso mais com a energia eólica, no caso da nossa região, ali no Nordeste brasileiro, no Sul do País, nós podemos incrementar mais, incentivar mais esse setor da energia eólica, quer dizer, nós não tivemos, uma parte do Nordeste não tem água, então não vai ter hidroelétrica. Nós tivemos a sorte de ter ventos. Então ali aquela brisa marinha, nós temos os ventos. Quer dizer, sempre dizem para mim o seguinte: “Não, mas, Senador, é muito caro, essa energia eólica não dá, não, é cara demais”. Eu pergunto ao Diretor aqui da Agência de Energia, e pergunto também à Dra. Ivonice Campos: comparativamente, hoje, construir uma usina hidroelétrica e construir uma usina eólica, com a mesma quantidade de megawatts de produção, o custo de energia gerado é tão diferente assim esse custo? Eu não quero comparar à energia de Paulo Afonso, porque Paulo Afonso já foi amortizada. Eu quero comparar: vamos construir, aqui e agora, uma hidroelétrica e vamos construir uma usina eólica. Se eu tivesse condições de ter as placas de silício já do Dr. Adriano aqui na mão eu também gostaria de construir uma usina com a mesma quantidade de megawatts, e dizer: “Bom, nessas condições, o preço, a diferença de preço é essa (soa a campainha) e eu posso então bancar, o Estado pode entrar assim, assim e assim”. Isso para a gente sentir o que é essa diferença tão grande que impede que a gente possa tocar um empreendimento com jazidas tão boas, que a gente já tem provado na região Nordeste e na região Sul do País, e tenho a impressão que outras regiões podem ser exploradas também do ponto de vista da energia eólica, que é um potencial que está mais à mão. Porque eu vejo mesmo aqui na área da questão da biomassa, que talvez a gente não tenha que ter tanta terra, porque se a gente precisar de quatro Planetas Terra para poder suprir de energia, então é melhor a gente usar os ventos, que não precisa explorar tanto. Então se a gente tem o potencial dos ventos, então vamos utilizá-lo. Então, sinceramente, eu acho que a gente teria condições de explorar mais esse tipo de fontes de energia. Então eu estou assim entusiasmado com o potencial que tem o País. Agora, nós precisamos desse... Vamos pegar o custo disso e ver se a gente pode fazer com a eólica, solar, o que a gente pode fazer, ou que já está fazendo com a questão do lixo. Eu acho que é uma oportunidade rara e rica que a gente está tendo no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós adotariamos, para ra-

cionalizar e ter um melhor aproveitamento da audiência, nós ouviríamos três Senadores e aí teríamos as respostas. Ouviremos, em seguida então, a Senadora Ideli Salvatti, para os seus questionamentos. Tem V.Exª a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agradeço, Sr. Presidente, inclusive eu ia fazer uma questão de ordem, exatamente para fazer o bloco, e V.Exª já tomou a iniciativa. Eu queria inicialmente comentar que este assunto nós abordamos num seminário, inclusive com a participação do Dr. Jerson Kelman, também com o Ministro Silas Rondeau e o Diretor de Gás da Petrobrás, Dr. Ildo Sauer, que subsidiou de forma extremamente positiva a Bancada tanto do PMDB quanto do bloco de apoio ao Governo aqui nesta... Eu vou pedir, por favor, Presidente, eu vou pedir de público, eu preciso de água, porque eu estou com a minha garganta bastante--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – É do cerrado e pelo Nordeste.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Muito grata, muito grata. Essa parceria com o cerrado e o Nordeste é maravilhosa. Eu agradeço aí a água providencial aqui, porque a minha garganta está muito prejudicada. Mas nós tivemos a oportunidade de fazer um aprofundamento desta questão da energia, questões estratégicas vinculadas à energia no nosso País e nos animou muito quando o Ministro Silas Rondeau colocou a manutenção da diversidade, ou seja, no Plano Nacional de Energia 2030 está mantida e haverá um empenho para que esta diversidade seja mantida na nossa matriz energética. E uma das questões que foi já levantada naquela reunião, e agora o Dr. Kelman reforça, e eu queria até fazer uma provocaçãozinha maior, porque já ficou bastante identificado de que é impossível, nos leilões de energia, se manter nos leilões o conjunto da diversidade que a nossa matriz energética possui e, portanto, se você mantém a concorrência entre as diversas fontes de energia pela diferença até de custo você perde a competitividade e aí determinadas fontes de energia acabam sendo prejudicadas. Então me parece que nós já vamos ter de fontes renováveis. Mas ainda é pouco. Porque, se você colocar PCH com eólica continua tendo dificuldade de competitividade.

Então a minha primeira pergunta é nesse sentido. Nós temos como afunilar para termos leilões de energia bastante específicos para termos uma diferença entre PCH, eólica, solar? Porque a diversidade da matriz ela tem vários objetivos. Primeiro, é a gente não ficar tão refém de uma única fonte, podemos manter esta diversidade e depois incentivar a questão tecno-

lógica, a questão inclusive científica. Que eu acho que é muito importante.

E aí eu já queria colocar, primeiro saudar a Dra. Ivanice, por ser a única mulher aí na Mesa, mas também por ser catarinense, então saudando aí a presença do nosso Estado também nessa discussão toda da energia, eu achei ótimo o mapa, viu, Arruda? Porque é bastante lá no Nordeste e bastante lá no Sul, inclusive metade de Santa Catarina venta muito e nós queremos aproveitar muito esta possibilidade, mas eu queria (soa a campainha), por conta--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E venta na região da Ivonice.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E venta lá na região da Ivonice. E eu queria dizer assim, essa questão do viés tecnológico científico, no caso da energia eólica é muito importante, porque nós já temos conhecimento de setores empresariais que produzem e que estão saindo do Brasil. Estão deixando. Então essa história da gente poder trabalhar com um leilão específico talvez seja uma das formas principais da gente poder incentivar esse setor, porque, como eu percebi ali, tem País onde não venta tanto, mas está na matriz eólica pela questão da produção do equipamento. E o Brasil poderia conjugar isso na questão eólica, não só aproveitar a fonte dentro da matriz, mas, principalmente, fomentar e dar sustentabilidade a este setor.

E por último ainda, eu queria poder dizer que é muito gratificante quando a gente percebe a questão do selo verde, de você poder ter na bioenergia a agricultura familiar valorizada para a produção. Porque uma das grandes preocupações é esta questão da fronteira agrícola, da utilização do território brasileiro em grandes produções, a questão do álcool, do etanol e tal e o que mais que nós poderíamos fazer, além do selo verde, para vincular a produção da bioenergia à agricultura familiar. Porque eu acho que quando o Presidente Lula pensou o biodiesel não para substituir alimento, ele não pensou biodiesel para a utilização da terra em grandes canaviais, mas exatamente para fortalecimento da agricultura familiar. A Petrobrás--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para concluir, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Já vou concluir. A PETROBRÁS nos animou muito, porque está desenvolvendo uma produção de biodiesel no Rio Grande do Sul e agora vai começar em Santa Catarina, vinculada à agricultura familiar, inclusive, aproveitando aquela produção que os agricultores fazem, normalmente todo agricultor tem uma plantação de cana, para fazer o melado, para fazer a sua própria produção, da cachaça etc e tal, e eles estão desenvolvendo um projeto muito interessante com vários produtores associados

numa destilaria, que pode produzir um pré-álcool, que depois pode ser utilizado para a produção de energia. Então, eu queria saber se nós temos ainda algumas coisas a incentivar da vinculação da bioenergia com a agricultura familiar?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senadora Ideli. Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, nós estamos aqui hoje numa coincidência extremamente oportuna. Enquanto nós estamos aqui debatendo essas fontes alternativas, o Presidente da República está lá em Caracas, ouvindo os conselhos do concorrente nosso em matéria de combustível, que é a Venezuela. E lá na Venezuela, com certeza, o Presidente Hugo Chavez está dizendo: “olha, vocês vão produzir o biocombustível e vai faltar terra depois para produzir alimentos”. E curiosamente este que é o combustível do futuro, quer dizer, o etanol, o biodiesel, todos esses combustíveis, curiosamente, nós que estamos com o novo, nós que estamos com o combustível do futuro estamos na defensiva, explicando “não, não é bem assim e tal, e sofrendo as pressões daqueles que detêm o combustível velho, aquele que vai se acabar, e aquele que hoje, todos os cuidados nos recomendam que nós deveríamos nos acautelar, porque os combustíveis fósseis estão em localidades de muito risco para qualquer economia que analisa esse tipo de cuidado. E toda a economia tem que analisar o risco. A pergunta que eu gostaria de fazer é a seguinte. Como é - aqui está o representante da Petrobrás - como é que a Petrobrás está enxergando essa falácia de que nós estaríamos confiscando áreas que poderiam nos fazer falta amanhã na cultura de produtos alimentícios? E eu não poderia deixar também de aproveitar essa oportunidade para me dirigir ao Dr. Jerson Kelman, pela forma responsável que atendeu, poucas semanas atrás, a Bancada de Mato Grosso do Sul, quando enfrentou a gulodice de uma empresa distribuidora de energia elétrica, que queria um reajuste completamente fora da realidade e que, ouvindo a nossa Bancada prestou atenção nos pleitos e reduziu significativamente a avidez, a pretensão da Companhia de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul. Então, eu quero agradecer aqui de público a forma com que nos atendeu e gostaria de formular essa pergunta especialmente ao representante da Petrobrás. Outra indagação que eu gostaria de fazer é a seguinte. Se na cabeça da Petrobrás, não passa também a hipótese de que seria mais oportuno para que esse advento do biodiesel, se não seria mais oportuno que tivesse uma agência de fomento, uma agência que cuidasse especificamente da política de biodiesel, já que entre

o petróleo e o biodiesel existe uma certa concorrência, que é natural, pela origem de cada um dos combustíveis. Hoje nós temos uma Petrobrás que tem uma cultura fundada (soa a campainha) no petróleo. E o que nós estamos vendo agora uma nova cultura, uma cultura de combustível renovável. Então, como é que enxergaria essa questão do biodiesel sendo tratada por uma agência a ser criada para cuidar exatamente da política do biodiesel?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Valter. Iniciaremos as respostas. Com a palavra o Sr. Jerson Kelman.

SR. JERSON KELMAN: Muito obrigado, Senador Quintanilha, eu começo então respondendo à alegação muito objetiva do Senador Inácio Arruda, pergunta o Senador qual é a comparação de preço de uma nova usina, de um quilowatt/hora produzido por uma usina eólica nova não comparando com as usinas antigas, já depreciadas, já amortizadas, as hidroelétricas, mas, sim, com uma nova usina, seja térmica, seja hidroelétrica. Então os números são dessa natureza. No PROINFRA, que é um programa, como sabem, incentivado para fontes alternativas, quer dizer, é um programa que subsidia fontes alternativas, o megawatt/hora de eólica é pago a duzentos e trinta de dois reais e, nos leilões de usinas novas, não alternativas, usinas--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O megawatt?

SR. JERSON KELMAN: O megawatt/hora. Porque realmente no Brasil o que interessa é o megawatt/hora, unidade de energia, e não unidade de potência. As usinas eólicas, como as hidráulicas, têm uma potência muito maior do que em média conseguem produzir. Porque, no caso da eólica, nem sempre venta e, quando venta não se consegue armazenar o vento; no caso dos rios, nem sempre tem água nos rios, mas, quando temos, nós conseguimos armazenar nos reservatórios. É uma pequena vantagem da hidroelétrica em relação às eólicas, no sentido de se poder armazenar água e não se poder armazenar vento. Mas, de todo modo, eu fiz essa diversão para dizer que o que interessa efetivamente é o custo por unidade de energia, e não de potência. É essa, a unidade, que faz sentido para o nosso balanço. Então, repetindo, o custo de uma usina eólica pago, dentro do programa subsidiado do Governo, é de duzentos e trinta e dois reais por megawatt/hora, e, nos leilões que nós estamos realizando de fontes não incentivadas, quer dizer, ou térmicas ou hidráulicas de grande porte, está saindo em torno de cento e vinte. Então, grosso modo, objetivamente, Senador, o custo da eólica, de uma nova eólica, comparado com uma

nova, qualquer outra coisa não incentivada é praticamente o dobro, o dobro. É isso.

Bem, isso entra então, o Senador, assim fazendo uma brincadeira, diz “a ANEEL podia bancar este negócio da eólica”, me permita fazer um comentário. Na realidade, como sabemos, a ANEEL não banca nada, quem banca são os consumidores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JERSON KELMAN: Bom, a nuclear, segundo cálculos oficiais, está saindo, a nuclear Angra III, ignorando o que já foi investido, que é o que chama-se custo afundado em economia, porque o que já foi investido não tem como recuperar, os americanos chamam de (inaudível). Então, ignorando esses recursos afundados, está da ordem de cento e quarenta reais o megawatt/hora. Então é bem mais competitivo. A nuclear está agora, não porque ficou mais barata, mas porque as outras fontes estão mais caras, a nuclear ficou competitiva porque as outras se encostaram a ela, mas estão longe ainda da eólica em termos de competição.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Dr. Kelman, se o Presidente me permite, o senhor está com os números bem na cabeça. A hidroelétrica o custo é?

SR. JERSON KELMAN: Está saindo 120 reais por megawatt/hora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A eólica?

SR. JERSON KELMAN: 232.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A nuclear

SR. JERSON KELMAN: 140 reais por megawatt/hora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A solar.

SR. JERSON KELMAN: Solar eu não tenho, Senadora, mas eu imagino, talvez o Dr. Adriano tenha, mas é mais cara ainda do que a eólica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Termoelétrica a carvão.

SR. JERSON KELMAN: Termoelétrica a carvão é competitiva. Assim como gás natural, compete com a hidroelétrica. É da ordem de 120.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Termoelétrica a carvão e termoelétrica a gás competem com a hidroelétrica.

SR. JERSON KELMAN: Isso. Elas estão... Podem competir. Aí depende de caso a caso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então desculpe, só porque são números para--

SR. JERSON KELMAN: Nesse programa PROINFRA que está incentivado, dos mil e quatrocentos e vinte

e três megawatts que foram contratados, quer dizer, os empreendedores tiveram contratos que lhes garantem pagamento a esse preço, duzentos e trinta e dois reais o megawatt/hora, dos mil e quatrocentos e vinte e três megawatts contratados, só duzentos e trinta e dois foram construídos, por diferentes razões, a principal delas é que o programa de incentivo, o PROINFA, exige que o equipamento tenha um índice de nacionalização bem grande, enfim, que seja fabricado no Brasil (soa a campainha) e havia... Eu não sei se posso--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pode concluir, mas isso é para buscar a objetividade das respostas.

SR. JERSON KELMAN: Mas é que houve diversos Senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Estamos dando o desconto aqui da intervenção da Senadora Ideli Salvatti.

SR. JERSON KELMAN: Então, sendo mais objetivo, as razões são essencialmente nacionalização.

Só para fazer um comentário final, Senador, não posso escapar de mencionar o seguinte, no seu Estado, no Ceará, na minha visão, o principal obstáculo à disseminação de eólica é a política tributária do Estado, porque o Ceará junto com o Amazonas são os dois únicos Estados que cobram ICMS da geração de energia elétrica, e depois, naturalmente isso passa do preço que a distribuidora paga quando compra essa energia, e depois quando a distribuidora tem que se creditar desse pagamento do ICMS quando vende energia aos consumidores finais, aí é uma política de isenção. Na realidade, é a política de isenção aos consumidores que quem paga é a distribuidora, o que dá um forte incentivo para que ninguém queira fazer contratos com usinas do próprio Estado que, como sabem, se fosse uma geração fora do Estado não pagaria ICMS.

Então, me perdoe tocar num assunto que não foi o objeto da pergunta, mas há uma questão tributária, que é da alçada dessa Casa, é Lei Complementar que trata de ICMS, e que se destinasse, se limitasse o ICMS apenas ao consumidor final, grande parte da dificuldade de contratação dessas eólicas estaria sanado.

Agora me permite passar para a pergunta da Senadora Ideli Salvatti, que diz respeito a criarem cercados, quer dizer, fazer um leilão não das fontes alternativas como um todo, mas sim eólica... Senadora, eu penso que nós no Brasil devemos ter a preocupação em manter, nós temos que ter preocupação em duas coisas: uma é, interessa ter fontes alternativas, fontes, vamos dizer, que estão na fronteira do conhecimento? Sem dúvida nenhuma. Até a solar, que é muito cara. Nós devemos fazer isso. A dúvida está em

qual é a dimensão disso. Porque, como eu disse, sai o dobro do preço. Como o Senador Valter Pereira fez menção a uma conversa que tivemos recentemente, lá na ANEEL, com toda a Bancada do Mato Grosso do Sul, participou o SENADOR DELCIDIO AMARAL, o que é que era aquilo? Aquilo era uma preocupação, legítima, dos Parlamentares com uma subida crescente do preço da tarifa de energia elétrica no Brasil. A principal razão para subida de tarifa energética do Brasil é o custo de produção dessa energia, cada vez maior. Cada vez maior, porque temos menos hidroelétricas, porque os custos ambientais crescem, porque não temos gás e porque também incentivamos, damos incentivos a essas fontes alternativas, que são mais caras. Então, felizmente, não é um problema da ANEEL, é um problema de política energética, que cabe ao Congresso Nacional e ao Executivo decidir. Mas o que eu pondero (soa a campainha) é que essa Casa poderia se debruçar sobre qual é o tamanho que devem ter esses incentivos, que se forem muito grandes, a tarifa explode.

Finalmente, para terminar, uma questão que o Senador Valter Pereira levanta com relação a se vai faltar alimentos, a pergunta foi dirigida à ANP, mas me permita responder, se vai faltar alimentos por conta da produção de etanol etc, nós hoje temos seis milhões de hectares plantando cana, dos quais metade para a produção de etanol. Portanto, três milhões de hectares para cana. E nós poderíamos produzir etanol suficiente para substituir 5% do consumo mundial de gasolina, todo o mundo, multiplicando essa área por sete, isto é, chegando a vinte milhões de hectares. Vinte milhões de hectares é menos de 10% da área utilizada com pecuária, pastos, nós temos duzentos e vinte milhões de hectares em pastos. Então, é claro que o Brasil pode fazer isso, como diz no popular, “com o pé nas costas”, sem prejudicar um quilo de produção de alimentos. E finalmente, o caso do Rio Grande do Sul, nós apenas lá, fizemos o que cabe à agência reguladora, que tem uma posição neutra entre os interesses dos agentes, o interesse do Governo e os interesses dos consumidores. É a nossa obrigação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Dr. Kelman. Dra. Ivonice

SRA. IVONICE CAMPOS: A título de contribuição, complementando um pouquinho a apresentação e as respostas do Dr. Kelman e na direção do Senador Inácio Arruda e da Senadora Ideli Salvatti, é de que a atratividade da geração eólica nós temos que considerar o seguinte: o Brasil ainda não tem uma indústria eólica consolidada. A expectativa é de que no máximo em dois anos, se nós tivermos políticas firmes, política

industrial, enfim, que oriente isso, nós possamos ter ao nível dos Estados as indústrias de componentes e de aerogeradores, a competitividade realmente se amplia fatalmente, porque essas indústrias se implantam num prazo de oito a onze meses. É uma revolução. Além do que a atratividade desse leilão é de cento e quarenta reais por megawatt/hora, e as centrais eólicas já estão a um nível de duzentos a duzentos e trinta reais por megawatt/hora. De duzentos, porque nós temos sítios onde temos melhor qualidade de vento e melhor fator de capacidade, enfim. Além do que nós deveríamos comparar as alternativas do ponto de vista do desenvolvimento da indústria nacional e também do custo global da energia lá no consumidor final, considerando os aspectos das complementaridades todas, das diminuições dos riscos de perda, todas as condicionantes do ponto de vista dos ganhos de sazonalidade positiva entre eólica e hídrica e, do ponto de vista de Brasil, nós precisamos neste momento fazer essa análise, só que precisamos, sim, estimular, com políticas muito definidas, a questão de acelerar a industrialização do setor eólico no Brasil, para que realmente nós possamos ter, num curto prazo de tempo, níveis da ordem dos cento e quarenta reais de megawatt/hora, que não estão tão distantes assim, em função da velocidade com que se consegue instalar as centrais eólicas e a indústria eólica no País.

A outra questão interessante é que não valeria a pena, a gente comparar as outras fontes de energia como carvão e gás, porque elas estão debaixo da conta de consumo de combustíveis. São questões muito diferentes. Os combustíveis são pagos por essa conta. Então tem condições muito peculiares, tem regiões com potencial avantajado e com qualidade de ventos capaz de ter uma produtividade energética considerável, onde esses custos vão descer muito rapidamente. Aí é que está o incentivo, o foco onde a legislação pode entrar fortemente para buscar atender. A questão dos leilões específicos me parece muito oportuna, Senadora Ideli Salvatti, porque na ANEEL tem quatro mil e seiscentos e noventa e dois megawatts eólicos já autorizados. O que é que significa isso? São parques eólicos que já têm investidores, que já têm empresas e que já têm licenças ambientais. Então nós estamos a mais de meio caminho andado para poder empreender, precisamos das condições, sim, para que eles possam ser investidores de fato. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Dra. Ivonice. Com a palavra o Dr. Manoel de Castro.

SR. MANOEL POLICARPO DE CASTRO NETO: Só respondendo aqui rapidamente ao Senador Valter Pereira, é uma coisa comum acontecer, nós não so-

mos a Petrobrás, nós somos a Agência Nacional do Petróleo, regulamos a Petrobrás, então, em momento nenhum, nós podemos falar em nome da Petrobrás. Mas posso responder o seu questionamento. A preocupação com alimento eu acho que o Kelman já respondeu com boa propriedade, com muita propriedade. A diferença básica dessa preocupação é exatamente a questão de implementação do modelo americano, que é a produção de bioetanol por milho, porque, aí sim, pode ser um problema para a produção de alimentos no mundo, e o modelo brasileiro de implementação de bioetanol pela cana-de-açúcar, que é como o Kelman já disse, a gente tem condições de crescer muito, ainda, de atender toda a demanda sem fazer uma interferência grande na área de alimentação.

Na hipótese das agências reguladoras sobre biocombustíveis, é bom lembrar que a Agência Nacional de Petróleo é também a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Então, que nós já começamos, fazer a regulação de algumas partes de biocombustíveis, o biodiesel tem passado por parte na ANP. É lógico que ainda falta algumas implementações de legislações para aumentar o escopo de atuação da ANP, inclusive, diga-se de passagem, na questão do etanol, que nós ainda não somos exatamente a única agência a regular. E nisso aí, a Senadora Ideli Salvatti nos pergunta, ela já deu uma saída, mas na questão da ampliação do selo combustível social. Uma das discussões que existe hoje nesse meio é a ampliação da produção não só de mamona e de palma, para outras oleaginosas, é evidente definida aí pelo Ministério da Agricultura o tamanho da área chamada propriedade familiar, a agricultura familiar, nós poderíamos incluir nisso aí o girassol e outras oleaginosas que já são próprias da agricultura familiar hoje em dia. Eu acho que é isso. Eu não sei se lhe respondi, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito obrigado, Dr. Manoel. Voltamos à lista de inscrição. SENADOR DELCIDIO AMARAL, tem V.Exª a palavra. Naturalmente apelando para a capacidade de síntese de V.Exª.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito (risos) obrigado. Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V.Exª, cumprimentar a iniciativa também, o Senador Marconi Perillo me pediu para que eu falasse pela Comissão de Infra-Estrutura, até porque, infelizmente, existem mil Comissões funcionando hoje pela manhã, portanto, é absolutamente impossível que a gente tenha alguma eficiência, principalmente trabalhando nessas Comissões. Mas eu vou falar muito rapidamente, primeiro registrar a iniciativa. É muito importante. E eu acho que nós precisamos ter outras oportunidades para fazer essa discussão. Até para ter uma discussão mais ampla

de energias alternativas. Esse conceito de energia alternativa é um conceito amplo. Eu já ouvi aqui falar em energia alternativa, o gás, o carvão, o que não deixa de ser verdade, a nuclear, energia a base de metano, do lixo das cidades, que é uma energia muito explorada em outros Países, no mundo também, mas acho que é importante a iniciativa. Eu infelizmente não pude, em função dessa confusão das Comissões aqui pela manhã de hoje, não pude acompanhar a apresentação do Dr. Adriano, então fica um pouco prejudicado o meu questionamento, mas queria primeiro registrar ao Dr. Kelman o trabalho feito pela ANEEL, principalmente incentivando, e eu não posso deixar de destacar, não só energia eólica e outros tipos de energias alternativas, mas principalmente PCH. O Brasil se preparou para isso, os fabricantes se prepararam para isso, nós temos uma belíssima tecnologia, são projetos que em quinze meses, eu ouvi a Dra. Ivonice falar aqui da eólica em onze meses e uma PCH em 15, 16 meses nós podemos colocar em operação, cria a geração distribuída, portanto, o sistema como um todo ganha com isso, além de viabilizar outros atrativos, turísticos, de lazer, que é uma coisa extraordinária. E a forma como foi estruturado esse projeto, eu acho que é um dos pontos positivos da área de energia no Brasil, principalmente a implementação das PCHs.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Estimula inclusive o aproveitamento de potenciais menores.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Menores, usinas de dez megawatts, quinze megawatts, que, dependendo da região do País, têm um papel absolutamente extraordinário para garantir o desenvolvimento, para garantir uma energia compatível com o crescimento dessas regiões, desses Municípios. Então eu não posso deixar de destacar aqui as PCHs, e eu que sou um entusiasta desse programa de Pequenas Centrais Hidroelétricas. E acho que esse programa é exitoso e caminha, com velocidade, eu não tenho dúvida, o Brasil vai usufruir disso, a população.

Com relação à exposição da Dra. Ivonice, nossa querida Engenheira Ivonice Campos, como disse a Senadora Ideli, de Santa Catarina, tive a honra de trabalhar na ELETROSUL com ela, uma *expert* nessa área de energia, não poderia também deixar de destacar as ponderações que foram feitas nesse material que foi distribuído pela Dra. Ivonice. O primeiro ponto, Presidente, não dá, nós precisamos estruturar projetos eólicos através de sociedades com propósito específico. Elas precisam ser viabilizadas através de operações de *project finance*, e não dentro dessa lógica que está vigindo hoje, porque os custos crescem demais. Aí nós vamos começar a discutir aqui se é o 140 do Dr. Kelman,

se é o 230 da Dra. Ivonice, que está lá no PROINFA, esse valor é corrigido, e isso inibe efetivamente investimentos na área de energia eólica, que vão ser muito importantes para o Brasil. Eu ouvi aí a Dra. Ivonice falar, há inclusive uma sazonalidade diferenciada entre a sazonalidade hidráulica e a sazonalidade de ventos, região por região. Então elas podem inclusive atuar complementarmente. Mas eu acho que ainda é tímida a presença da energia eólica no Brasil e, é importante destacar, a Alemanha, a Espanha, vários Países hoje têm parques eólicos extraordinários. Eu tinha até... O número que eu tinha da Alemanha, Dra. Ivonice era de doze mil megawatts, já vi que foi para vinte, e eu acho que a Espanha vai a onze agora. Então, é uma possibilidade que se avizinha, que se apresenta. Agora, não vou fazer nenhum comentário nem citar nome, tem uma afirmação aqui, Dra. Ivonice, que preocupa muito, o monopólio de chapa de aço. Mas isso é uma conversa para um outro dia, para uma outra Sessão nossa. Isso é lamentável.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Se quiser, eu posso fazer as citações aqui. E V. Ex^a. vai só reafirmando.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Então (risos) esse é um assunto preocupante e encarece o custo. Porque inclusive existem barreiras comerciais para trazer chapa grossa para o Brasil.

Então acho que é um problema que nós precisamos nos debruçar sobre isso. E principalmente, tem muita gente que fala em competitividade, mas adora criar monopólio privado. Aí é bonito falar de eficiência, de produtividade, de qualidade total. É fácil. Principalmente com essas vantagens e com o mercado já todo ele carimbado. Mas eu não vou fazer essa discussão. Mas acredito na energia eólica, acredito nos projetos que estão sendo planejados, mas os instrumentos que estão sendo disponibilizados estão muito aquém. Principalmente no que se refere a financiamento, e questões como essa que o Dr. Kelman acabou de dizer, de aplicar ICMS na geração. Aí o distribuidor não vai querer, porque isso encarece violentamente o custo para o consumidor final.

E para encerrar, acompanhei atentamente a exposição do Dr. Manoel de Castro Neto sobre biodiesel, faltou aqui, nós falarmos de álcool também, mas quero fazer um destaque. Que é tecnologia. Eu não ouvi aqui uma abordagem (soa a campanha) tecnológica dessas questões, que, no meu ponto de vista, são fundamentais, porque a gente fala, Sr. Presidente, fala de mamona, fala de girassol, por exemplo, no meu Estado lá há uma onda de pinhão manso, fala de soja, fala de Hbio, mas, como é que está essa questão tecnologia do biodiesel, qual é a especificação que

efetivamente nós precisamos perseguir para atender o mercado consumidor? Hoje em dia eu sinto e vejo no meu Estado uma preocupação muito grande, não se sabe bem qual é a especificação, se eu for utilizar um veículo cujo motor seja adaptado ou construído para operar com biodiesel, daqui a pouco eu vou ter problema num veículo automotor, aí quem me vendeu vai dizer que o problema é do biodiesel e quem produz o biodiesel vai falar é do veículo automotor.

Então, eu acho que essa questão de caráter tecnológico é extremamente relevante e importante, de especificação da comercialização do biodiesel. E o Dr. Manoel de Castro mostrou claramente a ampliação do B2 para o B5, tudo aquilo que se avizinha nesse mercado. Então eu gostaria de ouvir também um pouco dessa questão tecnológica, que é uma preocupação fundamental e que nós precisamos incentivar. Agradeço V.Exª, Presidente, Senador Leomar Quintanilha, pela oportunidade, não passei muito do tempo, consegui me manter no prazo legal.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A contribuição de V.Exª é muito importante, Senador Delcídio, muito obrigado. Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr. Presidente, Leomar Quintanilha, eu já aprendi muito aqui e, aliás, eu acho que as minhas indagações não tem mais nem sentido. Mas me leva uma preocupação, Senador Leomar Quintanilha, porque tem um termo “economicidade”, e quem criou isso merece respeito, merece, para os técnicos brasileiros pensarem e refletirem. Eu sou Médico Cirurgião, mas às vezes penso, Juscelino era Médico Cirurgião e fez esse rolo todinho aqui, como ele. Mas um grande industrial, chegaram a ele e perguntaram: “Você não tem medo de fazer pobre, não, tocar fogo aí na sua fábrica de automóvel e você ficar pobre?” E ele parou e disse: “Não, eu ia ver uma necessidade da comunidade e ia fabricar essa necessidade com os princípios maior quantidade, menor tempo e menor custo”. E aí se basearam todos os princípios. Economicidade. Eu tenho as minhas preocupações, mas ele já tirou minhas dúvidas, os senhores é que são responsáveis. Eu conheço o Brasil e conheci a Ilha Fernando de Noronha, é muito vento. E eu vi isso daí, a prática, a gente observa e pensa-se, logo, se eu penso, eu existo, não é, Antônio Carlos Valadares? (inaudível), não é? Não foi V.Exª que disse, não, mas foi (inaudível). Então eu fiquei lá meditando em Fernando de Noronha, é onde Miguel Arraes foi preso, não é? Ali. Vento como o quê. Tem essa eólica, insignificante, eu me indaguei, e que funciona é uma termoelétrica, ela está lá como os moinhos do Cervantes, Dom Quixote de La Mancha, mas eu indaguei, por que é que não

está? É vento, é experiência. Talvez seja economicidade que o nosso Jerson Kelman foi bem claro, os números são... O resto é fantasia. E esse negócio de remédio eu posso ensinar a todos vocês, eu sou Médico. Esse negócio de fazer remédio, vegetais, óleo, desde o óleo de rícino, purgante (inaudível). Dr. Manoel nem tinha nascido, mas a gente já tomava óleo de rícino, todo medicamento com óleo é caro. Vá numa farmacinha, um vidrinho, vá lá, entre numa farmácia, tudo criado nesses óleos medicamentosos... Mas vamos do de comer, no supermercado, passe aí e veja o preço. Eu vi essa mamona, isso foi uma palhaçada, lá no Piauí, só mídia e demagogia, fracasso total, todo mundo arrasado, todo mundo falido, só mídia, não tem economicidade, tem óleo que dá, na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma. Já se sabe disso, que dá, dá. Mas sai cinco reais o óleo combustível. Então tu vai botar, para dizer que o Piauí vai ter mamona... Quem é que vai comprar esse óleo? É cinco. É a economicidade. Então é isso que nós queremos atentar. Outro lugar que tem vento que só o diabo, vento, Da. Ivonice, é esse tal de Aruba, os bicho são tudo virado, as Palmeiras, é vento. E se esse negócio fosse econômico, os holandeses não são burros, não, porque eles vieram aqui e ensinaram os pernambuco, não foi ali no Pernambuco? A criar cana, criar isso aí que está dando açúcar, cachaça, óleo, foi aquele... Como é o nome? Nassau. Então Aruba é deles, porque eles não são burros, não. E tem vento como o quê? Então nós temos que meditar se é da realidade, e eu sou muito “um quadro vale dez mil palavras”, os números do Jerson que a gente ficou meio vendo essa realidade, combustível (soa a campainha) é esse daí mesmo, é o petróleo, o do nosso amigo Morales está em segundo lugar, quer queiramos ou não queiramos, aí vêm os nossos outros. Essa é a realidade e que nós temos que enfrentar, porque, quem disse, até que se mude o Henry Ford está valendo aqueles princípios dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Mão Santa, pela exposição de V.Exª, parece que os holandeses gostam mais do vento para secar roupa e para soltar pipa. Senador Antônio Carlos Valadares, V.Exª com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, ultimamente têm acontecido alguns fatos em escala mundial que têm ajudado o projeto Brasil da produção de biocombustível que, como nós sabemos é um projeto que vem ao encontro dos interesses daquelas Nações que defendem o meio ambiente e estão preocupadas com o aquecimento global. Recentemente, no mês de março, o Presidente Bush reuniu as três grandes produtoras de carros, de veículos nos Estados Unidos, a General Motors, a

Ford e a Chrysler, isso aconteceu no mês de março, e fez uma recomendação a essas empresas que se debruçassem sobre os carros capazes de usarem o biocombustível, tal como acontece aqui no Brasil, uma tecnologia avançada que o Brasil desenvolveu e hoje é exemplo para todo o mundo.

Por outro lado, a Comissão de Bruxelas na Europa fixou que, até o ano de 2020, 10% do consumo de combustível deve ser oriundo da biomassa e, ainda, a Agência Internacional da Energia afirma que haverá uma multiplicação por cinco, ou até sete vezes da produção mundial de combustíveis verdes, que deverá ocorrer daqui até o ano de 2030. Quer dizer, isso, sem dúvida alguma, contribui para uma mudança de visão e também de um avanço na produção agrícola em todo o mundo, notadamente nos Países menos desenvolvidos, que podem se aproveitar dessa situação do ponto de vista econômico como o Brasil.

Eu leio hoje no Estado de São Paulo uma notícia, “Na corrida do álcool, acordo entre Brasil e Japão põe PETROBRÁS na frente”. Aqui o jornal fala de que enquanto Bush estava tentando convencer o Brasil, o Presidente Lula a entrar num acordo com os Estados Unidos, visando ao fornecimento de etanol para aquele País, muito embora os Estados Unidos tenham uma tarifa de, se não me engano, 0,3, 30 centavos sobre cada litro de álcool que entra nos Estados Unidos, essa tarifa alfandegária naturalmente que reduz substancialmente as possibilidades do fornecimento de álcool, pelo menos na quantidade que os americanos estão desejando, o Japão, pelo que eu estou vendo aqui, leva uma grande vantagem, porque, além de ter um pequeno território onde não há produção de álcool praticamente, o que não ocorre nos Estados Unidos, onde essa tarifa, imposta pelo Congresso, através dos pedidos que são feitos pelos produtores rurais que praticam a produção do álcool através do milho, o japonês deseja obter, e incluiu a PETROBRÁS, é isso aí que eu gostaria de saber, infelizmente não tem aqui um representante direto da PETROBRÁS, mas, quem sabe, o Dr. Manoel Castro poderá quebrar o galho mais uma vez e nos dizer se há realmente essa tentativa de acordo entre o Japão e o Brasil envolvendo a PETROBRÁS, para fornecimento de etanol para o Japão, sem a necessidade de uma cobrança de tarifa. O que seria altamente benéfico, do ponto de vista econômico, para o Brasil.

E também eu gostaria de fazer uma pergunta, para finalizar, Sr. Presidente, relacionada com a produção do álcool através da mamona. Me parece, que existe assim uma espécie de disputa intestina... Não, produção do biodiesel através da mamona, digo melhor, que existe (soa a campainha) uma disputa intestina entre

etanol e a produção de biodiesel através da mamona. Há um estudo que prova também que o etanol celulósico, o que eu quero falar, da produção do bagaço de cana. Há um cientista Luiz Augusto Barbosa Cortez da Unicamp e também Rogério César de Cerqueira Leite, dois grandes cientistas que trabalham em projetos de pesquisa sobre etanol celulósico, “reclamaram das verbas destinadas à pesquisa, muito embora elas ressaltem a capacidade do Brasil em aumentar em 10% a produção para atender a 5% de toda a gasolina consumida no mundo”.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para concluir, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Para concluir, assim eu pergunto, eu não sei quem poderia responder a essa pergunta, mas o Presidente poderia destacar. Em primeiro lugar, em que estágio estão atualmente as pesquisas no Brasil para a produção de etanol a partir do bagaço de cana? Quem investe mais nas pesquisas, as universidades ou o setor privado? E segundo lugar, onde está o valor percentual do investimento no setor? Atualmente é colocado aproximadamente 0,2% do faturamento no setor em Pesquisa e Desenvolvimento, o que é muito pouco. É possível colocar 1% pelo menos, como querem os Pesquisadores brasileiros?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Algumas dessas questões levantadas por V.Ex^a foram objeto da exposição inicial do Dr. Adriano, mas o assunto é relevante, e eu creio que não custará a ele, agora, nas considerações, responder às suas perguntas. Nós vamos dar a palavra agora ao último Senador inscrito... Penúltimo Senador inscrito, Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, eu quero primeiro pedir desculpas aos ilustres palestrantes, mas nós temos aqui no Senado muitas Comissões, e a gente fica correndo de um lado para o outro, essa Audiência Pública era imperdível, mas, por força de regimento, tínhamos de comparecer a outras. Eu queria colocar apenas algumas considerações à Mesa. A gente sabe que a idade da pedra terminou, não foi por falta de pedra, questões climáticas. Eu não creio que a fase dos combustíveis fósseis, e vi uma entrevista de um cientista com o Prêmio Nobel, dizendo que o petróleo não é um combustível fóssil, ele é um combustível renovável, ele vem de processos químicos, do magma da terra, aliás, foi até matéria no News Week, no princípio desse ano. Ele se reportando às várias crises onde se previa o fim do combustível, o declínio e nunca nenhuma delas aconteceu. Mas eu acho que a gente vai passar essa fase do combustível fóssil por causa de clima também. Por causa do

aquecimento, por tanto lançamento na atmosfera de dióxido. Os senhores já viram uma notícia que saiu recentemente na França de que eles vão conseguir agora em 2010, por cinco minutos, controlar a fusão nuclear. O que seria, quer dizer, na opinião dos cientistas do mundo todo, o nosso combustível do futuro. Nós, no Brasil, temos alguma pesquisa em relação a isso? O Jerson falou sobre o problema, eu sou um fã da energia eólica e sou um fã da energia solar, tenho projetos aqui relatados pelo eminente Senador Inácio Arruda nesse setor, mas nós temos o problema de armazenamento dessas matérias-primas. Mas, no meu Estado do Rio de Janeiro, Angra III, nós temos condições de armazenar e dominamos a mineração, o beneficiamento, o enriquecimento e o uso do urânio e somos a sexta reserva do mundo. Há planejamentos para a gente colocar a nossa usina nuclear III em funcionamento? Eram essas, Sr. Presidente, as minhas considerações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Agradecemos a contribuição de V.Ex^a, Senador Marcelo Crivella. Nós vamos incluir mais um Senador no bloco, que é o último inscrito, e assim nós daremos oportunidades aos convidados de responder em bloco essas perguntas. Senador Garibaldi Alves, tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu não tenho a convicção de que os últimos serão os primeiros, como diz o evangelho, mas quero fazer uma simples pergunta, que talvez já tenha sido respondida, porque eu cheguei atrasado e peço desculpas se eu vou ser repetitivo. Eu queria saber se há um planejamento estratégico no País por parte do Governo para a implantação do biodiesel, uma espécie de zoneamento, “naquela região cabe o pinhão manso, naquela outra cabe a mamona”, se há, se houve maturação para isso. É só a pergunta que eu quero fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – O Senador Garibaldi encerra os questionamentos então formulados pelos Srs. Senadores. Senador Garibaldi, de resto, eu creio que o País ainda deve, principalmente aos agricultores um zoneamento agrícola, o estabelecimento de onde se deve plantar o quê neste País

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Geral. Eu acho que o País ainda deve isso aos produtores, principalmente aos produtores, porque a atividade agrícola, além de ser uma atividade econômica, é uma atividade nobre, por-

que provê a mesa do cidadão num elemento essencial à vida que é o alimento.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – E isso na hora do almoço.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Na hora do... É importante que tenha esse zoneamento.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Zoneamento econômico e ecológico.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Que não existe ainda, alguns Estados estão realizando, mas não existe isso sem um planejamento nacional, eu acho que o planejamento tem que ser nacional, o estabelecimento desse zoneamento. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Presidente, deixa eu complementar a Bíblia que ele disse ali. Eu acho que todo mundo está naquela: “se a fé for do tamanho de um grão de mostarda nada é impossível”, está todo mundo nessa aqui. Tenha muita fé, Garibaldi.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Dra. Ivonice, poderia iniciar as respostas, por gentileza.

SRA. IVONICE CAMPOS: Pois não. Senador Delcídio do Amaral Gomes, é um prazer ouvi-lo, pela admiração que nós lhe temos, nós do setor energético. Senador Delcídio, muito oportuna a sua colocação no que tange à questão do setor siderúrgico nacional e nos fornecimentos para um índice de nacionalização, tão discutido na questão do PROINFA, na verdade nós já temos, a Associação Brasileira de Energia Eólica já tem agendado com o Ministro Silas e, a pedido, também com a Presidência da ELETROBRÁS, uma reunião com todo o setor siderúrgico nacional, visando exatamente à redução de custos para tornar mais competitiva a geração eólica. É claro que quando o senhor se refere a PCHs, eu também me encanto com PCHs, pela oportunidade que ela gera, é uma proposta, além de ser uma alternativa de desenvolvimento energético, ela é uma proposta de desenvolvimento regional integrado. A PCH realmente é multiuso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – São as Pequenas Centrais Hidroelétricas.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – É central de 10 megawatts, 15.

SRA. IVONICE CAMPOS: O senhor me desculpe por não ter feito... As Pequenas Centrais Hidroelétricas elas são até 30 megawatts.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Desculpe. É a minha ignorância.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – A minha ignorância também vai chegar no Piauí e no Maranhão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Aquela Boa Esperança que tem lá. Hidroelétrica.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Ali não é pequena, não. Ali é gigantesca.

SRA. IVONICE CAMPOS: Grande!

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – PCH é até 30 megawatts.

SRA. IVONICE CAMPOS: Mas as condições para PCHs e para eólica a gente precisa analisar com bastante cuidado, porque as PCHs têm uma indústria de fabricação de equipamentos totalmente consolidada no País e dominada ao nível dos Estados. Eu posso dizer, por exemplo, em Santa Catarina nós temos a indústria completa para a produção de PCHs. Então é uma indústria consolidada, nós temos PCHs em operação hoje, que foram repotencializadas, que têm 92 anos, como, por exemplo, a PCH Luiz Dias, que fica em Minas Gerais. E, do ponto de vista dos leilões, nesse momento--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Que nós podemos dizer que vem de Delmiro Gouveia. Então tem algum tempo. Foi a primeira hidroelétricazinha nossa em Paulo Afonso. Temos mais de 100 anos em PCH.

SRA. IVONICE CAMPOS: Pois não. Exato. No Brasil tem mais de 100 anos, exatamente, consolidou a indústria de fabricação de equipamentos e transformou realmente a questão de atratividade e competitividade pelo multiuso do investimento de PCHs. No caso da eólica, que é destituição entrante no Brasil, porque nós ainda não temos a fabricação de equipamentos de toda a cadeia produtiva no Brasil, por isso ela é mais onerosa, por isso que nós entramos na fila para comprar os equipamentos, os componentes lá fora e fica mais caro para nós, além do quê, o prazo de contratação das usinas eólicas está dito como de 15 anos e a de PCH é de 30 anos. Então tem algumas coisas e algumas condições que estão descritas na questão da aquisição como política que carece um pouquinho de cuidado quando ela se tratar de uma proposta de desenvolvimento de um setor importante para a economia nacional e importante para todos os Estados do Brasil. É só para chamar atenção das condições desiguais que nós ainda temos por conta que estamos com a necessidade de política industrial para desenvolver essa indústria no Brasil, para tornar mais competitiva, mas nós não podemos negar os projetos que já estão aí, com investidores querendo entrar, nós temos que criar pelo menos condições mínimas para

que naqueles sítios, ou naqueles Estados que realmente estão precisando, têm necessidade de energia e não têm outra alternativa elas possam entrar e serem analisadas numa condição de complementaridade energética, como é a condição de complementaridade da sazonalidade hídrico-eólica. O reservatório da hidroelétrica é a grande bateria para a sazonalidade das energias renováveis. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Dr. Kelman.

SR. JERSON KELMAN: Senador Delcídio, eu também sou entusiasmado por Pequenas Centrais Hidroelétrica, e fiquei muito feliz em ver que no leilão que vamos organizar no dia 24 de maio tem 77 PCHs inscritas, a maior parte delas já com licença, quer dizer, têm autorização, é claro, e já têm, a maior parte, licença ambiental. De forma que a perspectiva vamos dizer, de materialização dessas usinas é muito grande, e eu tinha feito a menção que aquelas que, tendo a autorização da ANEEL, tendo a licença ambiental, tendo oportunidade de comercializar essa energia a longo prazo não quiserem fazer nada disso e continuarem, digamos, no papel, a ANEEL está iniciando o processo de cassação da autorização. Senador Mão Santa, apenas uma curiosidade, não sei se... Eu tenho uma notícia de anos atrás sobre Fernando de Noronha, tinha lá um gerador eólico em Fernando de Noronha--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – É bonito para a gente tirar fotografia, como no livro de Dom Quixote. Mas eu perguntei, uma curiosidade natural, eu governava o Piauí e fui lá, é mínima. O que funciona. E eu fiquei imaginando Aruba, que o senhor ouviu eu falar, que é de holandeses. E é um vento... A termoelétrica é mínima, funciona, então não é economicidade, deve estar no que V.Ex^a permitiu aí.

SR. JERSON KELMAN: Eu ia só mencionar--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Como o óleo da mamona. Sai a cinco reais o litro. Quem é que vai comprar? Quem é que vai botar no carro?

SR. JERSON KELMAN: Eu só ia mencionar, Senador, uma curiosidade que anos atrás, eu tenho quase certeza que o assunto está solucionado, mas anos atrás houve um problema de licenciamento ambiental dessa pequena usina eólica, porque havia uma preocupação com acidentes com pássaros, era uma preocupação que tinha lá, que é uma preocupação comum com usinas eólicas, mas só para curiosidade. E com relação, Senador Marcelo Crivella, em relação à Angra III, é uma fonte energética que não é renovável, mas é estocável, o urânio é estocável e essa discussão sobre se Angra III vai para frente ou não vai para frente é uma decisão do Presidente da República, naturalmente, que será aconselhado pelo Conselho

Nacional de Política Energética em reunião que deve ocorrer brevemente. Era o que tinha a dizer.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Jerson, desculpe, sobre a eólica para o leilão do dia 24, qual é a expectativa?

SR. JERSON KELMAN: Eólica para o dia 24, estão inscritas vinte e quatro geradoras, que estarão competindo, mas como disse a Senadora Ideli, reconhecendo o que ela disse e concordando, a competição é um pouco desigual. Porque é claro que as PCHs elas podem até competir com grandes usinas hidroelétricas, e já estão ficando próximas, ou biomassa também pode competir, quer dizer, das três alternativas, biomassa, que é produzir eletricidade pela queima de bagaço de cana, eólica, vento ou Pequenas Centrais Hidroelétricas, que é uma central hidroelétrica de pequena escala, das três, a que é menos competitiva sob o ponto de vista de custo, é a eólica.

Então, quando você faz um leilão juntando essas, há de se reconhecer, o que disse a Senadora Ideli, que vamos ver o resultado, mas a expectativa não é muito favorável às eólicas.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Presidente, o homem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Muito obrigado, Presidente. O homem vamos dizer assim, é condenado a viver na mediocridade do seu avanço tecnológico. Nós desmatamos a nossa Mata Atlântica no Rio e no Nordeste, porque não sabíamos que o bagaço da cana podia ferver, a nossa garapa, e naquela época tinha escravidão, quer dizer, ninguém tinha, eu diria até inspiração para pensar, e cometemos esse crime ambiental contra o País, essa insanidade, o bagaço estava ali e podia ser um excelente combustível para aquela fogueira. E nós não precisamos ter cuidado para não cometer as mesmas coisas no futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Mas a questão da energia eólica, o vento, qual o comprometimento com o ambiente? Talvez fosse interessante que as pesquisas tivessem avançado mais, para reduzir esse custo de produção e nós temos o aproveitamento de um potencial que a própria natureza está nos oferecendo. Dr. Marcelo, teria algum questionamento direcionado? Tem sim. Sobre os japoneses.

SR. MANOEL POLYCARPO DE CASTRO NETO: Não, (risos) antes da questão que o senhor levantou, o Senador Delcídio Amaral também levantou uma questão aqui, que é extremamente importante, na questão da qualidade do biodiesel produzido e usado nos motores. Hoje quando se fala em biocombustível fala-se

no produto final da transesterificação, ou esterificação, o éster, transesterificado ou esterificado, que atenda às especificações da ANP, não pode ser qualquer éster, aí concordo com o Senhor, se amanhã ou depois começar a ser usado qualquer éster dentro do motor, produto de qualquer fabriqueta de fundo de quintal, com certeza a indústria automobilística não poderá garantir a qualidade do motor. Nesse termo de garantia, hoje a indústria automobilística já garante o uso do B5 com a tecnologia atual, quer dizer, todo motor atual usando até B5 ela diz que não tem problema nenhum de adaptação. O que você tem que ter problema, e aí é um problema que a ANP tem enfrentado no dia-a-dia, é a qualidade final do produto, e é por isso que todo o biodiesel produzido no Brasil, para ser comercializado, para ser considerado biodiesel, tem que ter o atestado de qualidade da ANP. Se ele não tiver o atestado de qualidade, ele pode ser um produto qualquer, um éster qualquer, que não o biodiesel, porque não vai atender às especificações, e aí sim, a indústria automobilística não teria como atender, de forma alguma, as condições tecnológicas de adaptação dos motores a essa nova tecnologia. É bom falar que hoje no Brasil a indústria automobilística já fala em B5, já autoriza B5, devido à idade da nossa frota, a nossa frota, infelizmente, é muito velha, é muito antiga. Na Europa, por exemplo, todo motor produzido a partir desse ano, a partir de 2007 já tem a garantia do B30, ele pode usar até B30, e a gente sabe que eles usam até B50 sem afetar nenhuma qualidade, e já há casos de uso de B100, 100% do biodiesel, sem grande comprometimento do motor, sem grandes adaptações a serem feitas. As adaptações são pequenas, são direcionadas principalmente nas partes plásticas dos motores, porque o éster ataca, e ataca com uma certa força quando você fala em B100, acima de B20. Então existe, sim, uma preocupação na qualidade, e essa é uma grande preocupação que a ANP tem colocado. Nós temos aí na questão que foi levantada pelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Ao encaminhar as respostas que V.Sª está produzindo às perguntas formuladas, já pode aproveitar para apresentar suas considerações finais.

SR. MANOEL POLYCARPO DE CASTRO NETO: Certo, só respondendo ao Senador Antônio Carlos Valadares, as informações que nós temos desse acordo da PETROBRÁS com o Japão são informações muito a nível de noticiário, ainda. Nós sabemos como é, nós sabemos, mas até porque é exatamente o que nós temos levantado aqui. A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível ainda precisam de algumas adaptações para entrar na questão do etanol, algumas

adaptações de legislação para entrar na questão do etanol. Então muitas vezes passa primeiro na Ciência e Tecnologia no Ministério do Desenvolvimento Agrário para depois chegar na ANP. Esse não é um assunto ainda tratado de forma ampla, oficial dentro da Agência Nacional de Petróleo, tem os seus encaminhamentos, que estão sendo levantado, mas nenhum conseguiria responder à sua pergunta específica.

Então, só fazendo as considerações finais, nós temos aí que levantar que o Brasil, que o mundo hoje passa por questões ecológicas e climáticas extremamente importantes e que o mundo tem dado resposta a isso. A grande resposta a isso têm sido os biocombustíveis, têm sido as energias alternativas como a energia eólica. E vemos aí o que Brasil tem despontado nessa tecnologia, com um potencial muito grande de ser o grande mestre desse desenvolvimento. Precisamos ainda ter alguma preocupação nesse desenvolvimento, preocupações sociais na questão do álcool, questões de desenvolvimento de pesquisa na área de biocombustíveis, biocombustíveis de segunda geração que estão nascendo, e não devemos perder, de forma alguma, a visão de que nós podemos e seremos os maiores produtores de biocombustível do mundo, sem que isso passe necessariamente pela quebra na produção de alimentos do País, ou do mundo. Nós podemos produzir perfeitamente bem, sem invadirmos nenhuma área na área de alimentos, perfeitamente bem, sem criarmos problemas sociais em cima disso. Só uma questão aí do Senador Mão Santa, é bom lembrar, é que o biodiesel que era produzido pelos meninos no Piauí, com o tal do “Saúde dos Meninos”, que era através do óleo de rícino, não é um biodiesel ainda especificado pela ANP, é antigo, mas ainda não é especificado pela ANP.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado Dr. Marcelo, nós passamos a palavra ao Dr. Adriano, para resposta às perguntas que lhe foram endereçadas e já podendo aproveitar para fazer as suas considerações finais.

SR. ADRIANO DUARTE FILHO: Eu vou fazer minhas considerações, eu agradeço as perguntas, eu tenho uma lição de casa, grande aqui, vou começar tentando responder a parte do Senador Delcídio. Sobre especificação, a ANP já falou bastante sobre isso, a legislação brasileira hoje autoriza 2% de biodiesel no diesel, qualquer posto de gasolina que a gente for comprar o produto tem 2% lá, a maioria tem, e a partir de 2011 autoriza 5% de mistura do biodiesel. Alguns fabricantes... Então, hoje o Ministério da Ciência e Tecnologia tem um acordo com a ANFAVEA e com o SINDIPEÇAS e com IPT e com TECPAR(F) e vários centros de pesquisas, e a gente está rodando uma frota,

já rodamos, eu mostrei na minha transparência, quase um milhão de quilômetros, alguns testes já terminaram, nas várias tecnologias de motores possíveis, o teste do B5, estamos testando isso. Então a ANFAVEA hoje ela não autoriza como corpo dos fabricantes brasileiros o B5, só o B2, ela dá a garantia do B2. Alguns fabricantes, até com base nos testes que já estão realizados, já estão falando: “olha, a gente também já entende que é possível autorizar B5 sem problema nenhum”. Como foi comentado. A gente também, de forma prospectiva, quer dizer, para entender o que acontece, está testando, aí sim em frotas cativas, B20, B30, o IPT já foi até B100. Então existe uma série de prospecção para ver o que acontece com os motores. Então a gente deve ter até o final do ano finalizado os testes com B5, aí a ANFAVEA pode ter dados para poder liberar a garantia dos motores. Então esse é um trabalho que a gente está coordenando. O problema é que em locais mais distantes o pessoal está misturando óleo vegetal puro, que não é nem o biodiesel próprio, e sim o óleo normal, que nem a gente usa na alimentação. Isso realmente os resultados são catastróficos, e o nosso medo é que o pessoal comece a chamar isso de biodiesel, porque, na realidade, não tem nada a ver, o biodiesel é um produto com uma especificação muita bem definida pela ANP. E que a gente até está capacitando os laboratórios brasileiros para poder analisar o biodiesel de acordo com essa especificação, está investindo bastantes recursos nisso.

Bom, Senador, então eu acredito que eu tentei responder a pergunta. E, Senador Valadares, casualmente eu conheço um pouquinho da história do álcool no Japão. Dois anos atrás o Ministro Furlan fez uma missão de comércio para tentar comercializar, incentivar a venda de álcool no Japão, e eu estava presente nessa missão, e junto, a PETROBRÁS ela fundou um escritório para fazer o comércio de álcool no Japão, uma *trading*, em parceria com uma *trading* japonesa. Então a gente assistiu a diversas reuniões, dentro do pessoal que discutia o problema de biocombustíveis no Japão, os fabricantes de petróleo diziam que não funcionava em veículos, as universidades japonesas falavam “funciona, sim, a gente já experimentou”, e era um jogo comercial muito interessante, e ficou clara a manifestação deles, o seguinte: “a gente não quer depender de uma única fonte de fornecimento”. Então, se o Brasil for o maior fornecedor possível, a gente não quer depender de um lugar só, como a gente depende hoje do petróleo, que o álcool seja uma *commodity*, que a gente possa ter vários fornecedores no mundo, isso é uma mensagem que foi clara, a PETROBRÁS, eu acredito, está fazendo a lição de casa e está conseguindo implementar a venda de álcool no Japão. Então

eu tenho essa informação casualmente, eu não sou da PETROBRÁS, mas eu estava presente lá durante esse evento.

A segunda pergunta que o senhor fez foi sobre etanol celulósico, e rapidamente, só para colocar todo mundo a par do que acontece, a cana-de-açúcar, você produz o álcool através da garapa da cana, você espreme a garapa, fermenta, aí se obtém o álcool, mas ainda sobra o bagaço e sobra a palha da cana, e se a gente pensar em termos de energia, 1/3 da energia está na garapa, 1/3 da energia está no bagaço e 1/3 da energia está na palha, a gente queima a palha, e o bagaço está começando a ser aproveitado nas usinas mais modernas. Saindo pouquinho da pergunta, se você fizer... Você produz hoje, através da queima do bagaço, o vapor, esse vapor toca a usina e ainda produz um pouco da energia elétrica que a ANEEL compra. Se você aumentar a tecnologia envolvida na queima desse bagaço e trabalhar com vapor de mais alta pressão você consegue duplicar ou triplicar a produção dessa energia. Ou seja, sobra mais para a ANEEL comprar. Então eu entendo que uma ação interessante é que a modernização dessas usinas levaria a uma grande produção de energia e a um incremento no desenvolvimento industrial também, porque toda a tecnologia é fornecida no Brasil, as indústrias brasileiras fornecem equipamentos para isso. Então é bem interessante aí essa área. Bom, e a celulose, é possível você, através de processos químicos ou bioquímicos transformar a matéria vegetal do bagaço ou da palha em álcool. Transforma em outro produto e depois fermenta isso e dá álcool.

Então, essa é uma rota de pesquisa que revolucionaria basicamente a produção de álcool, porque você pode produzir álcool de capim, pode produzir álcool de madeira... Então em cada País pesquisa, na realidade a sua matéria-prima principal. Por exemplo, a Suécia é muito boa em álcool de madeira, o Estados Unidos vem pesquisando álcool das biomassas que eles têm lá. O mundo inteiro pesquisa isso e não se chegou um valor econômico, e ainda não é econômica a produção, está mais ou menos o dobro do preço normal nas pesquisas mais avançadas. O ano passado, em fevereiro, o Ministério da Ciência e Tecnologia montou uma rede de pesquisa em etanol a partir da celulose, (soa a campainha) especificamente, me desculpe, a partir do bagaço da cana, que já está dentro da usina, então ele é muito fácil processar. Essa rede é coordenada pelo Professor Cerqueira Leite e participam mais de cem Pesquisadores, que já vêm pesquisando basicamente, o processo chama hidrólise, há muitos anos, então a gente está muito bem nisso. Eu acho que em laboratório a gente já constituiu bastante bons

resultados, eles não são divulgados ainda porque estão em fase de pedido de patente. Então a gente está na realidade trabalhando bem isso. Os investimentos sendo feitos nessas pesquisas são de nove milhões, no final da semana a gente vai ter uma reunião com a rede do MCT, para definir o (inaudível), quer dizer, a definição de equipamentos, já protótipos, desta produção. Então o processo está em andamento no Brasil, vamos dizer assim.

O Senador Crivella. Bom, eu não sou da área nuclear, não especialista na área nuclear, eu só vou dar duas informações rápidas. O Ministério da Ciência e Tecnologia investe na área do domínio do ciclo de produção nuclear. Então, a partir do minério até você ter o combustível nuclear. Então, a gente tem várias ações disso e a gente, ao longo dos anos, junto com os atores, principalmente a Marinha, investe nisso para dominar comercialmente a produção do ciclo. E esse é um processo longo, a gente está dominando, e eu acho que a gente está muito bem, está quase finalizando isso.

Com relação à pesquisa de alta tecnologia de ciência, que é a fusão nuclear, existe um consórcio mundial, que vários Países participam, para tentar desenvolver em conjunto essa ciência, essa tecnologia, porque é muito caro. E o Brasil participa também, temos os nossos cientistas lá, então a gente participa desse bolo, dessa cooperação internacional para desenvolver essa tecnologia, que certamente em 30, 40 anos pode mudar um pouco essa discussão que a gente está tendo aqui.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Tem notícia dessa experiência na França em 2010?

SR. ADRIANO DUARTE FILHO: Eles têm a proposta de construir um reator. Mas eu não tenho informação sobre o assunto, infelizmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para concluir, Dr. Adriano.

SR. ADRIANO DUARTE FILHO: Bom, como conclusão, eu acho que a gente em termos de energias renováveis, tem curto prazo, que são essas energias que já são comerciais. Médio prazo, algumas que estão nascendo como etanol celulósico e, um pouquinho mais longo prazo, tecnologias de hidrogênio, tecnologia nuclear, que vão estar na frente. A gente, como Ciência e Tecnologia, tem que pagar um pouquinho para cada santo e não perder a possibilidade de dispôr o Brasil de tecnologia para poder, as políticas públicas na realidade, se aproveitarem do que for desenvolvido aqui. Então essa é a nossa posição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Amanhã nós teremos uma nova Audiência Pública, promovida pela Comissão do

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para tratar de questões relacionadas com a produção e exportação de álcool, etanol e biodiesel, em atenção aos Requerimentos dos Senadores Sibá Machado e Osmar Dias. Estão convidados o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes; Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; Márcio Santilli, do Instituto Sócio-Ambiental; Roberto Rodrigues, Presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e Coordenador da Comissão Interamericana do Etanol; Dr. Antônio de Pádua Rodrigues, representante do Grupo Moema e da indústria da cana-de-açúcar; e o Dr. Manoel dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Concedo a palavra à Dra. Ivonice Campos, para as suas considerações finais.

SRA. IVONICE CAMPOS: Sr. Presidente, por oportuno, eu gostaria de trazer uma informação que pode ser útil. Eu faço a coordenação técnica do Programa de Desenvolvimento de Misturas Biocombustíveis, que é uma parceria entre Instituto Nacional de Tecnologia, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, PETROBRÁS Distribuidora e a B100, que é uma empresa de base tecnológica, e nós estamos rodando em São Paulo, desde outubro do ano passado, cerca de 2200 ônibus do transporte urbano usando B38, 38% de substituição do diesel de petróleo, com sucesso até agora e com redução da carga poluidora da ordem de 60%. É um programa de demonstração e desenvolvimento das misturas e está à disposição dos senhores as informações, inclusive para replicar essa alternativa para os demais Estados que se interessarem. E a outra notícia, que acho que pode ser útil também, é que tem um projeto, já em demonstração, do aproveitamento do hidrogênio da vinhaça de cana-de-açúcar com a tecnologia de célula combustível, com um rendimento energético bastante considerável e com ganhos ambientais importantes do ponto de vista dos créditos de carbonos que são possíveis comercializar.

E agora, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a fidalguia do convite que foi-nos dirigido, para a Associação Brasileira de Energia Eólica, e nós estamos muito felizes por ter participado dessa Audiência Pública de fontes alternativas e ter podido mostrar um pouquinho das perspectivas de sustentabilidade e da competitividade da energia eólica também para o Brasil e poder contar com o apoio de todas as autoridades aqui presentes no desenvolvimento deste mercado para o Brasil. Obrigada também aos meus colegas de Mesa, e um bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para expender as suas considerações finais, só resta agora o Dr. Jerson Kelman, a quem passo a palavra.

SR. JERSON KELMAN: Apenas para registrar que mais uma vez vim ao Senado com muita alegria e o Diretor-Geral da ANEEL virá tantas vezes, quantas for convidado. É a nossa satisfação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Estamos chegando ao final de mais esta Audiência Pública, rica em informações e subsídios, que manteve uma interação muito consistente com os eminentes Sr. Senadores, e eu quero agradecer aos ilustres convidados que abrilhantaram com as suas exposições e o seu debate essa Audiência Pública, Dr. Adriano Duarte Filho, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia, Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, a Dra. Ivonice Campos, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica, ABEE, e o Dr. Manoel Polycarpo de Castro Neto, Coordenador-Geral do escritório sede da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. E também aos eminentes Senadores que contribuíram com a participação efetiva para o escopo desta Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 13h54.)

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA DEZENOVE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia dezenove de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO, MARIA DO CARMO ALVES, AUGUSTO BOTELHO, JARBAS VASCONCELOS, CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO, MARCO MACIEL, SERYS SELHESSARENKO, PEDRO SIMON, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, WILSON MATOS, JOÃO TENÓRIO, MÃO SANTA, EDUARDO SUPLEY, INÁCIO ARRUDA, PAULO DUQUE e FERNANDO COLLOR**. Justificaram a ausência os Senadores Romeu Tuma e Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número

regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica que uma delegação de Parlamentares da Alemanha será recebida na Comissão. O Presidente dá início a apreciação das matérias constantes da pauta. **Item 01:** Discussão em Turno Suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação e de uso do colete salva-vidas em helicópteros destinados à operação sobre grandes extensões de água*. O Relator Senador **EDUARDO AZEREDO** “Ad Hoc”, faz uso da palavra. Discussão pelos Senadores **PEDRO SIMON** e **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**. Aprovado em Turno Suplementar. **Item 02:** Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências*. Retirado de pauta, pois não há número para deliberação. **Item 03:** Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que *acrescenta § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica das autoridades públicas com direito a porte de arma de fogo previsto em legislação própria*. Discussão pelos Senadores **CÉSAR BORGES** e **PEDRO SIMON**. Adiado. **Item 04:** Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002*. O Relator Senador **JOÃO TENÓRIO** faz a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 09:** Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento - BAD*. O Relator Senador **EDUARDO AZEREDO** faz a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 11:** Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana em 24 de setembro de 2002*. O Relator Senador **JARBAS VASCONCELOS** faz a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 06:** Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o governo*

da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Programa de Modernização do Setor Dendroenergético da Nicarágua”, celebrado em Manágua, em 22 de novembro de 2000. A Relatora Senadora **SERYS SLHESSARENKO** “Ad Hoc” faz a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 05:** Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004*. Adiado. **Item 07:** Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova os textos das emendas aos artigos VI e XIV.A do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), aprovadas por Resoluções da Conferência Geral da AIEA, em 1º de outubro de 1999*. Retirado de pauta a pedido do Relator. **Item 08:** Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos*. Adiado. **Item 10:** Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002*. Adiado. **Item 12:** Requerimento nº 14, de 2007-CRE, de autoria do Senador Marcelo Crivella que *requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue – Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) – que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo*. Adiado. Encerrada a pauta. O Presidente convida para compor a Mesa parlamentares da delegação da Alemanha. Convida, também, o ex-Deputado Werner Wanderer para compor a Mesa. Fazem uso da palavra o Senador **EDUARDO AZEREDO**, Deputado **KURT J. ROSSMANITH** (CDU/CSU), Chefe da Delegação e Presidente do Grupo Parlamentar Alemanha-Brasil, Deputado **NILSON PINTO**, Chefe

do Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha, Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**, Deputada **BÄRBEL HÖHN** (Aliança 90/Os Verdes), Vice-Presidente do Grupo Parlamentar Alemanha-Brasil, Deputado **LOTHAR MARK** (SPD), Senador **EDUARDO SUPLICY**, Senadora **SERYS SLHESSARENKO**, Deputado **CARL-CHRISTIAN DRESSEL** (SPD), Vice-Presidente do Grupo Parlamentar Alemanha-Brasil, Deputado **ALEXANDER ULRICH** (Os Esquerdistas), Vice-Presidente do Grupo Parlamentar Alemanha-Brasil e o Senador **MÃO SANTA**. Estiveram presentes, também, pela Delegação Alemã o Deputado Olav Gutting (CDU/CSU), Christine Schmatloch, Assessora da Presidência do Parlamento Federal da Alemanha, Georg Sperber, Intérprete, Embaixador da Alemanha Prot Von Kunow e o Conselheiro Roberto Dieter. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos agora à pauta da apreciação. Comunico aos senhores que deveremos dentro de poucos minutos estar recebendo aqui a delegação Parlamentar da Alemanha, e a sugestão é que ela seja recebida no próprio Plenário da Comissão. Quando a delegação chegar nós faremos a interrupção na pauta para o recebimento.

Item 01, turno suplementar de discussão da Emenda nº. 01, substitutivo, aprovado ao Projeto de Lei do Senado 301/2004, dispõe sobre a obrigatoriedade de dotação e de uso do colete salva-vidas em helicópteros destinados a operação sobre grandes extensões de água. O item não é terminativo. O autor, Senador Rodolpho Tourinho, e o Relator é o Senador Eduardo Azeredo, ad hoc. Com a palavra o Sr. Relator.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente... O substitutivo que nós estamos analisando já em votação suplementar ele dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção do uso de coletes salva-vidas em helicópteros em operação sob grandes extensões de água. E ficando da seguinte maneira: Art.

1º, sem prejuízo dos demais requisitos de segurança fixados em regulamento pela autoridade da Aeronáutica, os helicópteros destinados a operação sob grandes extensões de água devem dispor de um colete salva-vidas para cada pessoa a bordo. Considera-se grande extensão de água a superfície contida superior a 10km. Cada colete devidamente homologado pelos órgãos técnicos competentes deve ser equipado com lâmpada localizadora de sobrevivência, apito e dispositivo de sinalização pirotécnica. O uso de colete salva-vidas por todos os ocupantes da aeronave é obrigatório durante o sobrevôo de grandes extensões de água. Aí é o art. 3º fala na pena, as penalidades previstas, e ainda uma alteração no art. 4º no sentido de que tenhamos como pilotar aeronave sem exigir a dotação dos equipamentos de sobrevivência ainda quando obrigatório sem uso durante o vôo. De maneira que o voto é favorável na forma desse substitutivo em relação ao projeto em discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em discussão em turno suplementar. Os Senadores que queiram discutir. Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Apenas, Relator, o que levou o autor a apresentar esse projeto? Experiência pessoal ou que é que é?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – O autor é o Senador Rodolpho Tourinho. É mais em função da realização de acidentes. Teve um acidente fatal com helicóptero em julho de 2004, helicóptero da PETROBRÁS, a serviço da PETROBRÁS. E ele estava realizando uma operação em plataforma marítima e as mortes poderiam ter sido evitadas pelos portes dos coletes salva-vidas, segundo o relato do senador. Ou seja, na verdade isso já aconteceu problema com transporte para as plataformas marinhas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Simon, na realidade uma coisa não invalida a outra. Os senhores... Não há mais quem queira discutir? Encerrada a discussão. Não foram apresentadas Emendas na discussão em turno suplementar. O substituto é dado como definitivamente adotado sem votação.

Item 02. Projeto de Lei nº. 55/2005, dispõe sobre a criação... Vamos passar para o Item 03, porque esse item é terminativo e no momento nós não temos número para a deliberação.

Item 03, não deliberativo. Acrescenta ao § 7º ao art. 6º da Lei 10.826 de 22 de dezembro de 2003 para exigir a comprovação de capacidade técnica e aptidão

psicológica das autoridades públicas com direito a porte de arma de fogo previsto em Legislação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Calma, Presidente, calma. Vamos devagar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, eu estou calmo. O Relator do Item 03 não se encontra em Plenário. Vamos adia-lo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, pela ordem. É que eu sou autor desse Projeto e já algumas vezes vim, inclusive, esperando que o Senador Romeu Tuma--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Qual item?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – É o 03.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu indagaria o Senador Jarbas Vasconcelos se poderia relatar o Item 03. V.Exª poderia relatar o Item 03?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É que o Senador Jarbas capacitado pela competência ele é o Relator da moda agora. As coisas importantes é ele que vai.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (risos) Tem a palavra V.Exª.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, na verdade eu pediria ao Presidente, primeiro, que me considere a possibilidade de um explicação sobre esse Projeto, porque eu gostaria até do convencimento do Relator “ad hoc”, porque o Relator designado, que é o Senador Romeu Tuma, ele foi pela rejeição do Projeto. E é claro que eu tenho minha defesa da minha proposição. Então ou nós adiamos... Apenas eu ia dar uma explicação ao Senador Pedro Simon que me pediu e eu, se o Presidente conceder essa possibilidade explicar a razão do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª tem razão. Senador Jarbas então está dispensado da Relatoria, e passaremos o item para a próxima semana. Senador Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O termo dispensado não foi feliz. V.Exª fica para outra oportunidade, não vai ser necessária a sua participação dessa vez. É isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Simon está..., deixa todos nós muito feliz. Com a palavra...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu queria explicar os Srs. Senadores que estão aqui e a V.Exª a razão desse Projeto. É o seguinte, nós apresentamos o Projeto para que fosse exigido aptidão psicológica, inclusive de autoridades públicas com direito a porte de arma de fogo prevista em Le-

gislação própria. Isso significa o seguinte, que essas autoridades que têm uma Legislação própria, para o porte da arma, estariam dispensadas de aptidão psicológica. O entendimento do Senador Romeu Tuma é que o Estatuto do Desarmamento exige a todos aptidão psicológica. Entretanto, o que está existindo hoje é que a magistratura é dispensada à aptidão psicológica. E aquele fato, Senador Pedro Simon, de um Juiz portar uma arma lá no Ceará e ele lamentavelmente tirou a vida de um segurança porque não quis atender após o expediente, assim também como outro episódio numa boate no Estado de São Paulo, tudo isso nos levou a apresentar esse Projeto para não criar um certo privilégio, uma diferenciação entre um cidadão e magistrado. Porque aptidão para ser magistrado é uma, e para portar arma de fogo é outra. E recentemente nós tivemos episódios, como esse agora dos Estados Unidos, com a facilidade do uso de armas, nós estamos assistindo episódios que atingem a magistratura como um todo nessa Operação Furacão.

Então, eu acho que exigir também daqueles cuja Legislação permite o porte de arma, mas após a aptidão técnica e psicológica. É essa a razão do nosso Projeto que eu espero que quando apreciado aqui e relatado pelo Senador Romeu Tuma possa ter a aprovação dos membros dessa Comissão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Feito os esclarecimentos, está adiado para a próxima.

Passamos ao Item nº. 04 que é o Projeto de Lei não terminativo, que aprova o texto de acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos celebrados em Brasília em 7 de março de 2002. Lembrar aqui, Senador Eduardo Azeredo, um acordo de 2002 nós estamos votando agora. Autoria, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator Senador João Tenório pelo sobrestamento da matéria, a fim, o seu parecer é pelo sobrestamento da matéria a fim de aguardar informações do Ministério da Previdência Social nos termos do Requerimento que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador João Tenório, Relator do Projeto para dar o seu parecer.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o Poder Executivo por meio da mensagem 414 de 27 de maio de 2002, submete ao Congresso Nacional o texto do acordo de Previdência Social entre as República Federativas do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília em 7 de março de 2002. Cuida-se de instrumento internacional por meio do qual os Países signatários estabelecem normas que regulamentam suas relações em matéria de Previdência Social. Aplicando-se a todas

as pessoas que estiverem ou tenham estado sujeito à Legislação de ambas as partes contratantes, bem como aos seus dependentes legais. O pacto que tem vigência ilimitada define os tipos de benefícios concedidos ao Brasil e nos Países Baixos abrangidos pelo instrumento e fixa os procedimentos básicos para a concessão em cada um dos países. A formalização de instrumentos normativos dessa natureza asseguraria direito aos brasileiros emigrantes que já são mais de quatro milhões trabalhando no exterior.

O Brasil já mantém acordo semelhante com inúmeros Países, como Estados Unidos, China, Argentina, Uruguai, Portugal e Espanha. Contudo, nada obstante o acordo não crie novos eventos ou novos benefícios previdenciários, deve-se ressaltar que à luz do seu art. 13 e 16, detectou-se desequilíbrio nas obrigações pactuadas em desfavor do Brasil. Nosso País reconhece os períodos de vinculação e contribuição ao ordenamento jurídico holandês enquanto aquele País só reconhece os períodos que o seu próprio ordenamento jurídico determina. Em razão desse desequilíbrio, a Assessoria de Assuntos Parlamentares do Ministério da Previdência Social, órgão que liderou as negociações do acordo informou que se encontra em negociação pela via da troca de notas aditivas para armazenar esse desequilíbrio. Nesse sentido não é aconselhável que se aprove neste momento o acordo objeto do Projeto de Decreto Legislativo em apreço sem que se tome conhecimento do aditivo vindouro, ademais se cuidando de novo acordo que ocorrerá em gravames para a nação brasileira, seguramente será encaminhado também para aprovação congressional como prescreve a Constituição. Portanto, o voto é o seguinte, com base no exposto, considerando a conveniência de não se aprovar o acordo em tela, antes do conhecimento do aditivo em negociação pelo Poder Executivo, opino pelo sobrestamento da presente proposição nos termos do Requerimento abaixo ao mesmo tempo em que solicito que essa Comissão aprove e encaminhe a Mesa Diretora o Requerimento de informação ao Ministério da Previdência Social também em anexo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É o Parecer. Em discussão. Os Srs. Senadores que queiram discutir... Não havendo discussão, encerro a discussão colocando em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 09. Não terminativo. Projeto de Decreto-Lei do Senado nº. 27/2007 aprova o texto das Emendas do Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, BAD. Autoria, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator, Senador Eduardo

Azeredo com o parecer favorável. Concedo a palavra ao Sr. Relator para proferir o seu Parecer.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, não paira dúvida sobre a necessidade que todas as modificações de atos internacionais celebrados pelo Executivo dê o seu objeto de nova chancela legislativa. Do que concerne a modificação de que trata a matéria sobre exame diz respeito a 22 artigos do texto fundacional do convênio do Banco Africano de Desenvolvimento, BAD, no sentido de atualizá-lo em face da presença de novos membros partícipes, e removendo suas disposições obsoletas. Buscam igualmente as modificações em comento prover a harmonização normativa aos atos constitutivos de outras instituições congêneres, facilitando o intercâmbio e a interação com outros Bancos de desenvolvimento. Não há nas modificações propostas, nada que comprometa os interesses nacionais, podendo o Brasil usufruir uma série de vantagens econômicas e de parcerias estratégicas com Países africanos em função de sua participação na instituição financeira internacional. O Brasil é membro do Banco Africano de Desenvolvimento desde 1983, o que permite que empresas brasileiras participem de projetos e de concorrência nos países africanos que de resto tem se verificado com grande frequência, especialmente quando a África começa a ter um melhor período de desenvolvimento. Obras de infra-estrutura e de engenharia de grande porte nas áreas de transporte e de saneamento em especial têm proporcionado contratos para empresas brasileiras na África, que empregam de forma maciça mão-de-obra brasileira especializada redundando em vantagem para a sociedade.

Ademais, a presença brasileira no continente africano é de significativa importância política na sua agenda externa, sendo compromissos de reiterar governos brasileiros haja vista a origem e os infungíveis laços que nos unem ao continente berço da humanidade.

O voto. Por todo o exposto, por considerarmos conveniente e oportuno os interesses do País, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 27/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em discussão. Os Srs. Senadores que queiram discuti-la manifestem-se. Não há discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 11. Aprova o texto do acordo de cooperação judicial em matéria penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002. Autoria, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator, Senador Jarbas Vasconce-

los. Cujo parecer é favorável. Concedo a palavra ao nobre Senador.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sr. Presidente, a matéria é uma matéria defasada que chega à Comissão de Relações Exteriores de 24 de setembro de 2002, com certeza já em plena execução o texto do acordo de cooperação judicial em matéria penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, é uma medida elogiável e trata-se de ato internacional cuja negociação e assinatura reflete a cooperação jurídica penal, cujas diretrizes gerais foram estabelecidas pela convenção da ONU contra o crime organizado transnacional.

O acordo em tela configura, portanto, instrumento de grande importância para apuração e sanção dos ilícitos(F) penais cujas práticas, consequências e apurações não se limitam às fronteiras físicas e geográficas do Brasil.

Por todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 32/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É o parecer do Senador Jarbas. Srs. Senadores que queiram discutir manifestem-se. Não há discussão. Encerrada. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu queria saber se a Senadora Serys Slhessarenko poderia relatar o Item nº. 06, não terminativo.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Com certeza, Sr. Presidente. Só preciso encontrar a página aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Item 06. Projeto de Decreto Legislativo 21/2007, aprova o texto do ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica e do Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para implementação de Projeto, programa de modernização no setor energético da Nicarágua, celebrado em Manágua em 22 de novembro de 2000. Mais uma vez nós estamos votando Senador Valadares, acordos de sete anos.

Como disse o Senador Jarbas, muitas vezes o efeito já... Mas temos que cumprir com as obrigações e os deveres regimentais. Autor, Comissão de Relações Exteriores, Relator Senador Edison Lobão. Por estar ausente, nomeio “ad hoc” a Senadora Serys, a quem concedo a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Obrigada, Presidente. Conforme mandamento constitucional, art. 49, inciso I, ao Congresso Nacional compete atribuição exclusiva aprovar atos internacionais razão que o Poder Executivo enviou às casas le-

gislativas a mensagem 223 em 14 de maio de 2001, a qual deu início ao trâmite Parlamentar de análise do acordo em epígrafe.

Análise. O desenvolvimento da dendroenergia vai ao encontro dos objetivos do desenvolvimento milênio ou metas do milênio. Documento que orienta a atuação da Organização das Nações Unidas, ONU para os anos vindouros até 2015. Segundo o relatório da ONU para agricultura e alimentação, fau(F) a dendroenergia constituída principalmente pela lenha, pelo carvão vegetal e pelos licores negros, produtos secundários da indústria do papel é a principal fonte de energia para mais de 2 bilhões de pessoas no mundo. Embora usualmente possua maior relevância para os países em desenvolvimento, alguns dos quais já tem como verdadeira matriz energética, existem Países desenvolvidos que dela dependem relativamente mais que outros. Na Finlândia, Suécia e Áustria, esses combustíveis satisfazem 17% da demanda nacional de energia. A madeira e o carvão vegetal, dendrocombustíveis mais comuns são essenciais para localidades rurais e urbanas pobres nos Países em desenvolvimento no uso para a cozinha, calefação e elaboração alimentar, do qual o processo de panificação é exemplo. Nos Países desenvolvidos a dendroenergia usada na produção de calor e eletricidade em substituição ao uso de combustíveis fósseis, o que contribui para a diminuição de emissão de gases de efeito estufa. Existe forte correlação entre demanda de dendrocombustíveis e os produtos de origem florestal consumidos.

Segundo a Fau(F), 60% das extrações mundiais totais de madeira dos bosques tem fins energéticos. Nos Países desenvolvidos 30% da produção madeira serve a esse fim, enquanto que nos Países em desenvolvimento 80%. Essa correspondência exige que o estímulo a dendroenergia seja acompanhado das devidas precauções de reflorestamento e estudo de impacto ambiental conforme princípios e normas esculpidas na Constituição Federal.

Aí cita-se a questão do mecanismo de desenvolvimento limpo, o acordo do Protocolo de Kyoto e a necessidade da cooperação bilateral para o desenvolvimento da dendroenergia encontra-se assim em consonância com as diretrizes multilaterais.

A ONU por intermédio da Fau(F), mantém programa para o desenvolvimento do sistema dendroenergia sustentáveis visando o uso ordenado sustentável dos recursos florestais a promoção de meios de subsistência local e a segurança alimentar por ações multilaterais e de cooperação e auxílio aos Países. Trata-se de cooperação a qual o Brasil exercerá papel de provedor de conhecimentos e técnicas sobre dendroenergia, Nicarágua se comprometerá a providenciar toda forma

de facilidades para que a cooperação se desenvolva. A designação de técnicos para acompanhar os trabalhos de especialistas brasileiros a elaboração de publicações e o fornecimento de material de apoio direcionado à formação de técnicos nicaraguenses. A disseminação e instituição de fundo rotativo para financiamento de eco fogões, a instituição de associações de reposição florestal, isenção de licenças de direitos de importação e reexportação e demais encargos fiscais sobre o material fornecido pelo Brasil entre outros. Em respeito aos princípios da economicidade e da publicidade o art. 7º do ato em apreço estabelece o dever de publicação de Relatório semestrais sobre os resultados obtidos do projeto decorrente ajuste complementar em apreciação. O que atende os anseios da sociedade encampados pelo Tribunal de Contas da União de que as verbas públicas sejam adequadamente utilizadas.

No que tange os direitos autorais, documentos elaborados em virtude da cooperação serão creditadas as partes indistintamente (inaudível) execução do ajuste serão dirimidas por negociação bilateral.

O ajuste complementar que terá vigência de dois anos prorrogáveis poderá ser denunciado a qualquer momento. A denúncia porém não afetará as atividades em andamento, salvo com a determinação expressa das partes das partes.

Sr. Presidente, voto. Por tudo aqui explicitado na Relatoria do Senador Edison Lobão, por julgá-lo oportuno e conveniente, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 21/2007. Com sete anos de demora, mas o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Esse é o parecer. Srs. Senadores que queiram discutir manifestem. Não há discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Acesso a essa Comissão a delegação de Parlamentares da Alemanha que nos visita nessa manhã. Convido a tomar parte da Mesa o Deputado Kurt Rossmann, chefe da delegação, Deputado Nilson Pinto, Presidente da Comissão de Amizade Brasil-Alemanha, o Sr. Embaixador Prot Von Konow, Embaixador da República da Alemanha, e solicitar aos demais companheiros visitantes que tomem lugar...

SR. GEORG SPERBER : (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Queremos registrar com muita alegria e satisfação a presença dos Parlamentares alemães nessa Comissão de Relações Exteriores.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A nossa tradição de amizade é antiga e alicerçada em propósitos de interesses comuns e acima de tudo de amizade.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Portanto, tenho o prazer de, como Presidente desta Comissão, recebê-los aqui.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E solicitar ao meu colega Senador Eduardo Azeredo que é o Vice-Presidente da Comissão que faça uma saudação aos senhores em nome da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – É com satisfação que recebemos a delegação do Congresso Alemão e a presença também do Embaixador. A Alemanha é um tradicional parceiro do Brasil, na economia, nas relações comerciais, nas relações culturais tendo também uma grande presença em meio a nossa população de imigrantes alemães.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – A nossa Comissão de Relações Exteriores é também Comissão de Defesa Nacional, tendo reuniões semanais e responsável pela aprovação de todos os Embaixadores e também dos acordos internacionais.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Azeredo, eu pediria uma interrupção apenas para convidar o ex-Deputado Werner Wanderer para tomar assento aqui à Mesa. O Sr. Deputado Wanderer enquanto Parlamentar foi um dos responsáveis nesta Casa, do Congresso, pelo estreitamento das relações do nosso País com a Alemanha. Daí porque considero da maior justiça, ele que hoje o Presidente da Câmara Brasil-Alemanha que participe desse encontro sentado aqui na Mesa.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O Senado é composto de 81 Senadores que representam os 27 Estados brasileiros. São 3 Senadores por Estado.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sou interrompido aqui pela nossa Senadora Serys para dizer que são 10 Senadoras e 71 Senadores.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Existem hoje representados nesses 81 Senadores, 13 partidos.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Mas, quatro são os maiores partidos, que são o partido do Presidente Lula, o PT, o PSDB, os democratas de oposição, e o PMDB. São os quatro maiores partidos.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sejam muito bem vindos.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao Presidente da delegação, eu queria, dentro dessa, a Senadora Serys, lembrar aos senhores que hoje são 10 Senadoras, mas nós tivemos aqui até 1978 não havia na história nenhuma Senadora ocupando assento no Senado. Tivemos o primeiro evento em 1978. De lá pra cá nós chegamos a um número de 10. Nessa proporção, dentre muito pouco nós seremos minoria nessa Casa, o que para nós será um motivo de muita alegria.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Deputado Kurt Rossmanith, Presidente da delegação do Grupo Parlamentar Alemanha-Brasil.

SR. KURT J. ROSSMANITH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Prezado Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, amigas e amigos do Senado do Congresso Brasileiro.

SR. KURT J. ROSSMANITH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Prezado, Sr. Presidente, Excelências, Sr^{as}. e Srs. Senadores, amigas e amigos do Senado do Congresso brasileiro.

SR. KURT J. ROSSMANITH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Em primeiro lugar quero agradecer a todos pela oportunidade que nos é dada de mantermos esse diálogo e simultaneamente quero pedir desculpas pelo nosso atraso.

SR. KURT J. ROSSMANITH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Nós estivemos numa reunião com a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e tivemos um debate tão extenso quanto qualitativamente elevado que não pudemos interrompê-lo antes de chegar a alguma conclusão. Por isso novamente desculpas pelo atraso.

SR. KURT J. ROSSMANITH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Eu falo aqui em nome dos colegas e das colegas que fazem parte dessa delegação do Parlamento alemão. Nós representamos o Grupo Parlamentar Teuto-Brasileiro um entre mais cem grupos interparlamentares com que contamos dentro do nosso Parlamento. Mas entre essa centena de grupos, o grupo Teuto-Brasileiro um com certeza é um dos mais importantes, um dos mais atuantes. Nós temos aqui representadas todos os partidos, todas as bancadas que estão existindo atualmente no Congresso Alemão. Somos sete representantes e representamos todos os partidos que têm Deputados no nosso Parlamento.

SR. KURT J. ROSSMANITH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Todos nós trabalhamos em diversas Comissões Parlamentares, Comissões de Atividades Parlamentar, alguns de nós na Comissão de Relações Exteriores, outros na Comissão de Defesa porque Relações Exteriores e Defesa são duas Comissões separadas no Parlamento Alemão.

SR. KURT J. ROSSMANITH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Sabemos que no momento esta Comissão está tratando da aprovação de diversos acordos internacionais de grande importância. Nós não queremos atrapalhá-los no seu trabalho, mas mesmo assim não queremos deixar de aproveitar a oportunidade de termos uma conversa pela qual estamos muito interessados.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A seguir, a palavra ao Deputado Nilson Pinto, que é o Presidente do Grupo Brasil-Alemanha representando a Câmara dos Deputados.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Na realidade, o grupo é bicameral e é presidido pelo Deputado Nilson Pinto.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

DEPUTADO NILSON PINTO (PSDB-PA) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar Sr^a. Senadora, Srs. Senadores, e dizer que nós estamos hoje completando uma Sessão de trabalho muito interessante que começou ontem com a chegada dos membros da delegação alemã a Brasília.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

DEPUTADO NILSON PINTO (PSDB-PA) – Ontem o dia foi dedicado à observação de atividade produtiva na área rural, em uma fazenda, e visita a Ministérios. Hoje o dia é dedicado ao Parlamento brasileiro.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

DEPUTADO NILSON PINTO (PSDB-PA) – Tivemos há pouco uma reunião com a Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, e com membro do grupo Parlamentar Brasil-Alemanha e tratamos de questões importantíssimas que dizem respeito a todos nós.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

DEPUTADO NILSON PINTO (PSDB-PA) – Particularmente as questões referentes ao aquecimento global e as medidas legislativas que se impõe e precisam ser discutidas para que o Brasil possa enfrentar corretamente esse assunto e a questão da Reforma Política foram temas que foram levantados e que são assuntos da nossa pauta permanente de discussão com os colegas alemães.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

DEPUTADO NILSON PINTO (PSDB-PA) – E eu gostaria de convidar os colegas Senadores a estarem conosco nesse trabalho. Nós temos aqui no Senado ilustres membros do Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Suplicy, a Senadora Serys, o Senador Marco Maciel e o nosso grande companheiro, Presidente dessa Comissão, Senador Heráclito Fortes.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

DEPUTADO NILSON PINTO (PSDB-PA) – E, para concluir, quero convidar aos interessados nessa discussão de cooperação Parlamentar Brasil-Alemanha a participarem de um almoço que estaremos oferecendo à Delegação Alemã às 12h30 no restaurante do anexo 4 da Câmara dos Deputados.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

DEPUTADO NILSON PINTO (PSDB-PA) – Este grupo tem duas décadas de existência, é um grupo com número restrito, 38 Parlamentares alemães, 38

Parlamentares brasileiros e a participação e cooperação daqueles interessados é muito bem-vinda. Muito obrigado.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Passamos agora à segunda etapa que é a troca de idéias entre brasileiros e alemães. O primeiro inscrito é o Senador Antônio Carlos Valadares, a quem passo a palavra. Vamos intercalar entre... Caso haja interesse um brasileiro e um alemão para que possa haver esse intercâmbio.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sou integrante do Partido Socialista Brasileiro...

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, eu aproveito o ensejo para homenagear a todos os participantes desta delegação alemã que vem ao Brasil para um relacionamento político Parlamentar que considero importante com as nossas instituições.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Após a Segunda Guerra Mundial a Alemanha conseguiu construir não só uma economia que constitui exemplo para todo mundo, uma economia forte, fazendo parte de um grupo de Países que detêm importância política estratégica no mundo, e além do mais, conseguiu construir instituições muito fortes, permanentes, equilibradas, que para o Brasil representam um padrão a ser seguido, pelo menos em termos do prestígio do Poder Legislativo, porque lá existe o Sistema Parlamentar de Governo e um sistema eleitoral, edificante, com a presença do voto distrital misto, onde aqui no Senado Federal e na Câmara dos Deputados muitos Parlamentares são favoráveis.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A fim de dar oportunidade a outros Parlamentares que possam participar desse debate, dessa discussão, eu gostaria apenas de fazer apenas uma pergunta.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Como a Alemanha interpreta, como a Alemanha está vendo, face ao aquecimento global, a

Política Econômica do Governo do Presidente Lula, criando um programa que considero aqui em termos do Brasil muito importante, que é o fortalecimento da produção do etanol?

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E se a Alemanha pretende estabelecer algum acordo com o Brasil visando o aproveitamento da nossa produção do etanol combustível para mistura no combustível gasolina, na Alemanha, automotivo. Era só. Muito obrigado.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. KURT J. ROSSMANITH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Proponho que a colega Deputada Bärbel Höhn responda essa pergunta. Ela é especialista na questão.

SRA. BÄRBEL HÖHN: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Eu me chamo Bärbel Höhn, sou membro da Comissão de Agricultura do Parlamento Alemão e nessa Comissão nós tratamos extensamente da questão da utilização do etanol como combustível renovável.

SRA. BÄRBEL HÖHN: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Nós vemos com muito interesse o desenvolvimento do Brasil no setor da produção de biocombustíveis, especificamente etanol, e as tentativas de suplantar aos combustíveis fósseis por combustíveis renováveis de origem natural. Embora não posso calar a respeito de que também há um debate no sentido de se saber até que ponto a produção de cana-de-açúcar não desloca e ocupa espaços que poderiam ou deveriam estar dedicados à produção de alimentos.

SRA. BÄRBEL HÖHN: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Por isso não vamos nos furtar à discussão sobre a oportunidade da criação de certificados, certificações ecológicas e sociais para etanol produzido como combustível como norma a ser exigida pela União Européia para a importação de tal tipo de combustível.

SRA. BÄRBEL HÖHN: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Eu mesma voltarei em poucos meses ao Brasil para tratar especificamente dessa questão. No que se refere a um acordo internacional entre Alemanha e o Brasil, nos termos que o senhor propôs, devo dizer que esse tema ainda não

foi abordado no seio da nossa Comissão, mas eu levo comigo essa sugestão e apresentarei tão logo for possível.

SR. KURT J. ROSSMANITH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Queria mencionar que a Sr^a. Bärbel Höhn também é Vice-Presidente do nosso Grupo Parlamentar.

SR. KURT J. ROSSMANITH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: E eu agradeço pessoalmente a ela aqui de público que ela assuma esse tema de um eventual acordo nos termos que o Senador sugeriu.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, quero dizer à Deputada que nós estamos aqui à disposição para quando desejar, quando vier ao Brasil, continuar essa discussão que é da maior importância no momento que vivemos.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Deputado Lothar Mark.

SR. LOTHAR MARK: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Caros colegas, estimado Sr. Presidente.

SR. LOTHAR MARK: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Em primeiro lugar quero exprimir o meu agradecimento pela oportunidade que temos aqui de fazer um trabalho interparlamentar, uma conversa interparlamentar. Eu estou plenamente convencido que nesse mundo globalizado os contatos entre os Parlamentares dos diferentes Países são escassos, e deveriam ser mais intensos para nós também podermos nos posicionar de uma forma global no mundo globalizado.

SR. LOTHAR MARK: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Quanto aos temas do meio ambiente, eu quero dizer que nas Sessões que tivemos recentemente nós nos aprofundamos bastante nessa temática. Mas acho que nesse encontro com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal nós temos que aprofundar também esse tema porque faz parte justamente também do campo de interesse dessa Comissão.

SR. LOTHAR MARK: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: No que se refere às Relações Exteriores há três temas que é quero abordar brevemente.

SR. LOTHAR MARK: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Em primeiro lugar gostaria de mencionar que as relações bilaterais entre a Alemanha e Brasil são realmente excelentes. Mas por mais excelentes que sejam sempre vale a pena pensar em ampliá-las e aperfeiçoá-las ainda mais, sobretudo, no que se refere ao relacionamento comercial.

SR. LOTHAR MARK: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: O comércio exterior entre a Alemanha e o Brasil, perdão, entre a América Latina do ponto de vista do comércio exterior alemão representa apenas 2% do volume total desse comércio, o que é um claro indício que existem potenciais para ampliação é praticamente inimagináveis.

SR. LOTHAR MARK: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Para que os senhores tenham uma idéia da proporção a qual me refiro, o comércio exterior entre a Alemanha e um País como a Suíça, também representa apenas 2% do comércio exterior como um todo.

SR. LOTHAR MARK: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Em segundo lugar, o Brasil e a República Federal da Alemanha demonstraram sempre uma forte União no seio das Nações Unidas, e sempre tem cooperado estreitamente em termos multilaterais.

SR. LOTHAR MARK: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Eu estaria interessado em saber qual é a posição do Brasil com respeito à questão de ser membros, ambos os Países, a Alemanha e o Brasil, do Conselho de Segurança das Nações Unidas e quais são as estratégias que o Brasil está acompanhando, perseguindo para obter sucesso nessa meta.

SR. LOTHAR MARK: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: E a terceira pergunta refere-se à posição do Brasil dentro do Mercosul, qual é a posição que o Brasil tem no sentido de aprofundamento e/ou ampliação do Mercosul, quais são os passos concretos previsto para um futuro próximo nesse campo?

SR. LOTHAR MARK: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: E quando os senhores acham que um acordo global entre Mercosul e União Européia estará maduro para ser assinado.

SR. LOTHAR MARK: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Obrigado pela atenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. GEORG SPERBER: Os três temas são: Um era comércio exterior, ampliação do comércio exterior, outro Conselho de Segurança das Nações Unidas e o terceiro o Mercosul.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu gostaria de solicitar o Senador Suplicy, que respondesse em nome da Comissão a questão envolvendo o comércio exterior e a participação do Brasil no Conselho de Segurança.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador e membros da delegação da Alemanha que nos visita. Objetivamente, primeiro quero dizer que é muito importante que nós tenhamos um desenvolvimento do comércio exterior e de investimentos com uma parceira muito grande com a República Federal da Alemanha. Nós já temos tido isso extraordinariamente nos últimos 40 anos, mas é propósito do Governo do Presidente Lula, mas com o apoio suprapartidário de todos nós e desta Comissão de Amizade entre... De Parlamentares tanto brasileiros, quanto alemães, de estarmos desenvolvendo muito melhor com todas as possibilidades de conhecimento e cooperação mútua.

SR. GEORG SPERBER: Posso traduzir até aqui, Senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois não.

SR. GEORG SPERBER: Me desculpa. (pronunciamento em alemão)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Para nós, do Brasil, acho que isso também é uma questão que tem o maior apoio de todos os partidos, avaliamos como importante que possa o Brasil e vemos como adequado que possa a República Federal da Alemanha, ambos os Países estarmos cooperando no Conselho de Segurança da ONU. O Presidente Lula tem colocado este objetivo para que, de maneira permanente, possa o nosso País e juntamente com a Alemanha estarmos ambos participando do Conselho e cooperando para os propósitos de paz no mundo. Se me permite o Presidente, além de responder brevemente essas duas questões...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Entrarei na sua perguntas, pegarei carona.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Eu gostaria de dar uma informação aos queridos membros do Parlamento alemão. Quando acerca de um mês estive aqui presente visitando o Senador o Presidente Collor, então ele próprio apresentou-me o empresário Gets Werner(F) que tinha acabado de lançar um livro denominado (pronunciamento em alemão), uma renda básica para todos, e nós então dialogamos bastante a respeito, e eu recebi ontem uma carta do Sr. André Press que eu vou passar às mãos da delegação e do Embaixador convidando-me para que eu possa ir a (inaudível) em 6 de junho próximo, para um diálogo com justamente o Prof. Gets Werner(F), com o professor (inaudível) que estará presente e com o Presidente Köhler para debater justamente o tema da renda básica para todos. E infelizmente eu não tenho ainda em alemão, mas em inglês... Acredito que muitos aqui compreendem. Eu tenho o texto que eu gostaria de distribuir, acho que são oito Parlamentares, ou nove.

SR. GEORG SPERBER: Sete.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Então para os sete Parlamentares e para o Embaixador uma cópia do mesmo e gostaria de dizer que me coloco à disposição do Parlamento alemão para quem sabe até nessa visita, se quiserem para debater essa proposta. Me informa o Prof. André Press que o livro do professor Gets Werner(F) está tendo na expressão dele um *skywalker into the best seller in list*(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Supply. Colabore com as taquigrafas, guardando o seu inglês para outras ocasiões e traduzindo para que não haja nenhuma dificuldade.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Eu quisera saber tão bem alemão quanto Dr. (inaudível), espero e agradeço e gostaria de aprender alemão com o senhor. (risos)

SR. GEORG SPERBER: Muito obrigado. Podemos conversar a respeito. Desculpa, eu preciso traduzir.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Só uma... Senador Supply, os seus colegas brasileiros ficaram curiosos e invejosos de V.Exª não anunciar que vai distribuir entre a bancada brasileira. Como sei que V.Exª, a sua grife é exatamente a igualdade, eu gostaria que estendesse aos colegas essa distribuição.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Pelo menos o livro em português eu dou...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não é o livro. É o documento que

V.Exª recebeu e acabou de comunicar que passará cópia aos...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Tá certo. Mas é uma correspondência convidando-me...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas todos querem comemorar o seu sucesso. Por que só os outros têm direito? É igualdade. Nós vibramos com o seu sucesso.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Peço à secretária Lúcia que possa tirar cópia a seu pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Muito obrigado.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Sr. Presidente, só muito brevemente. Com respeito ao intercâmbio entre o Brasil, o Mercosul e a União Européia, para que avance, para nós brasileiros é muito importante que haja a disposição dos Países da União Européia de diminuir os subsídios e possibilitar o incremento das exportações e diminuindo as barreiras e dificuldades para o desenvolvimento das exportações brasileiras e do Mercosul para a Europa.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pergunto ao Deputado Lothar se ele está satisfeito com as respostas que lhe foram dadas.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E apenas acrescenta que está em fase de instalação o Parlamento do Mercosul. Com a participação dos Países envolvidos no Projeto.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A princípio, não será um Parlamento exclusivo, como o Parlamento europeu, mas será um Parlamento formado por Senadores e Deputados.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADORA SERYS SLHESARENKO (PT-MT) – Obrigada, Presidente. Saúdo o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar Alemanha-Brasil, especialmente o nosso Presidente Heráclito Fortes que preside essa

Sessão. Nosso, porque ele está aqui no Brasil. Uma pessoa muito cara para nós, Embaixador da Alemanha aqui no Brasil, saúdo a todos os Parlamentares, Deputados alemães e uma saudação muito especial a Sr^a. Deputada.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Vou tentar ser bastante breve. Eu tenho muitas questões a colocar, mas eu inclusive tenho que me retirar da reunião, infelizmente por outros compromissos. Mas, eu vou ser breve. Eu estive em junho a convite do G-8 mais 5 na reunião de Parlamentares que trataram de mudanças climáticas aquecimento global em Washington.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Fui coordenando a missão que foi composta da minha pessoa, do Senador Casagrande do Espírito Santo e do Deputado Antônio Palocci, de São Paulo.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Foi uma reunião de Parlamentares do G-8 mais 5, e lá tivemos a participação através de vídeo, ela não esteve presente, da primeira Ministra alemã, Angela Merkel.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Que nós saudamos com alegria, inclusive na época em que ela assumiu como Primeira-Ministra na Alemanha porque é a força da mulher no poder político.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – E nós no Brasil também já temos uma mulher como a Primeira-Ministra da Casa Civil, que é a nossa Ministra Dilma Rousseff, que também muito honra as mulheres.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Mas, voltando à questão, os Srs. Senadores estão aqui ao meu entorno reclamando que eu só falo de mulher.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Mas acontece que nós queremos conquistar o poder, sim, e vamos chegar a 50% em todas as instâncias.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Em Washington a discussão foi bastante acalorada, com relação a mudanças climáticas e aquecimento global.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – E com certeza a questão do etanol, álcool, biocombustível e HBIO estiveram na linha de ponta nessa discussão.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – E inclusive nós deveremos estar, esse mesmo grupo de Parlamentares, talvez acrescido de mais alguns no mês de junho, na primeira quinzena, se não estou equivocada, 6, 7 e 8, não tenho bem certeza, de junho em Berlim, continuidade desse encontro.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – E saímos do encontro de Washington já com a propositura que deverá se concretizar de que a gente consiga fechar em Berlim propositura de um seminário também com a participação promovida pelo G-8 mais 5 no Brasil no início de 2008.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Falei pelo Brasil neste encontro, em Washington, e lá nós para sintetizar dissemos que essa questão tem que ser buscada a sua superação, minimização da questão das dificuldades que o meio ambiente vem sofrendo com responsabilidade diferenciada.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – A empolgação dos Países do G8 e os mais 5, foi bastante significativa com relação à questão dos combustíveis alternativos, carro flex, e etc. E daí talvez a gente vir, conseguir fazer esse encontro no Brasil no início do próximo ano.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – E finalizando, uma pergunta. Como é feita, muito resumida, a tributação ecológica na Alemanha.

SR. GEORG SPERBER: Perdão? Hã?
Tributação ecológica. Não sei se eu posso chamar assim. Tentando resumir.

SR. GEORG SPERBER: Tributação ecológica. Entendi. Sim. Pode. (pronunciamento em alemão)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Um abraço carinhoso a todos e a todas, dizer que nós estamos muito felizes com a presença de todos aqui no nosso País. Obrigada.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa indaga quem responderia por parte da delegação da Alemanha?

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. KURT J. ROSSMANITH: (pronunciamento em alemão) (risos)

SR. GEORG SPERBER: A colega Höhn. Ela também cometeu esses impostos. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra a Suplicy alemã da ecologia.

BÄRBEL HÖHN: (pronunciamento fora do microfone)

SR. GEORG SPERBER: É bom termos mulheres fortes. (risos)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– (pronunciamento fora do microfone)

SRA. BÄRBEL HÖHN: (pronunciamento fora do microfone)

SR. GEORG SPERBER: Para lhe fornecer mais detalhes a respeito dos eco impostos na Alemanha, eu lhe dou meu cartão e a senhora poderá entrar em contato comigo para lhe dar todas as informações detalhadas que não cabem nessa breve Sessão. Resumidamente, o imposto ecológico na Alemanha significa: A energia ficou mais cara e os impostos recolhidos através dessa via são usados para financiar o setor de seguridade social. Ou seja, esse Projeto tem o aspecto ecológico e tem o aspecto social. Os eco impostos na Alemanha foram objetos de uma discussão acirrada, no final a gente ganhou, eu sou a favor, o colega ao meu lado é contra, e assim é a vida nos parlamentos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: O que eu quero acrescentar é o seguinte. Isso não significa que quanto mais combustível a gente puser no tanque do nosso carro os aposentados vão ganhar mais dinheiro.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– (pronunciamento fora do microfone)

SR. GEORG SPERBER: O imposto recolhido como, digamos, como castigo por uso indevido da

energia flui em benefício da Previdência Social. E as contribuições são diminuídas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o próximo inscrito, que é o Deputado Carl-Christian Dressel.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. CARL-CHRISTIAN DRESSSEL: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Eu gostei muito de que tenha sido mencionada aqui uma questão diferente, a questão do sistema eleitoral alemão. Esse sistema da Legislação Eleitoral Alemã já foi objeto de debates no nosso encontro anterior, na Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, e eu me comprometi com o Deputado Nilson Pinto de fornecer informações detalhadas a esse respeito porque eu sou membro da Comissão de Justiça e sou vice-Presidente de Controle Eleitoral do Parlamento Alemão. Eu estarei disposto e farei com muito prazer a transmissão de informações as mais detalhadas possíveis sobre o nosso sistema eleitoral e a nossa experiência como o mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Algum questionamento sobre esse item?

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Passamos então ao próximo. Com a palavra o Deputado Alexander Ulrich.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. ALEXANDER ULRICH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Mesmo que eu peça desculpas por ser homem?

SR. ALEXANDER ULRICH: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não está arrependido, né?

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. ALEXANDER ULRICH: (risos)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– (pronunciamento fora do microfone)

SR. GEORG SPERBER: Eu gostaria de dizer que os homens também estão interessados em preservar o planeta.

SR. ALEXANDER ULRICH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Eu queria perguntar ou deixar a pergunta no ar a respeito de quais foram os

resultados da cúpula sobre meio ambiente do Mercosul que se não me engano ocorreu faz alguns dias, ou algumas semanas. E quais são as expectativas dos quais o Brasil vai ao encontro do G8 mais 5, quais são as expectativas que o Brasil leva para esse encontro. Além disso, eu gostaria de retomar o tema da visita de uma delegação do Parlamento Brasileiro à Alemanha para 6 a 8 de junho, se entendi corretamente, e perguntar se nos planos de viagem está previsto também além de (inaudível) e uma visita a Berlim para darmos continuidade aos nossos contatos que estão sendo tão bem iniciados aqui. Acharei uma pena que vocês fossem para a Alemanha e não viessem para Berlim para o nosso Parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra...

SR. ALEXANDER ULRICH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Como os senhores sabem muito bem, hoje estamos em excelente contato com o Embaixador brasileiro em Berlim ele com certeza saberá da agenda e do programa da viagem da sua delegação. Para nós será um imenso prazer poder cumprimentá-los, poder continuar essa conversa em Berlim, sobretudo porque essa delegação vai ser presidida pela Senadora.

SR. ALEXANDER ULRICH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Eu acho que eu, como todos os homens estamos muito satisfeitos com a existência das mulheres. O que seria a vida sem a mulher? Nada.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. ALEXANDER ULRICH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Também isso é um assunto muito importante como a senhora muito bem lembrou.

SR. ALEXANDER ULRICH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Talvez eu tenha o direito de quebrar um pouco o protocolo e diferentemente do que o cerimonial prescreve aproveitar essa oportunidade para, através da senhora, homenagear todas as 10 Senadoras do Senado Brasileiro, fazendo-lhe a entrega de uma pequena lembrança do Parlamento alemão.

SR. ALEXANDER ULRICH: (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Quero lhe fazer a entrega de um livro que é uma publicação que conta a

história do Parlamento Alemão no tempo em que era Reichstag até 1949 e de depois, e da presença da mulher no nosso Parlamento alemão. Presença esta que começou no início do Século 20 e que se mantém até hoje em cifras crescentes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Junho, em Berlim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Srs. Senadores, permita-me de que lhe diga mais apenas uma frase, uma frase de agradecimento pela oportunidade que nos deu dessa conversa tão vivaz. Eu tenho certeza que essa conversa não vai ter sido apenas duas, a saber a primeira e a última. Eu tenho certeza que nós vamos ter mais oportunidades de conversar uns com os outros, seja aqui no Brasil ou, espero assim, da próxima vez na Alemanha. Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: E para que a gente não se mantenha em contato apenas telefonicamente ou por via eletrônica, mas também por escrito usando esse meio um tanto quanto antiquado, eu gostaria de fazer presente de uma caneta do nosso Parlamento Alemão para que o senhor possa nos escrever.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Queremos agradecer, finalizando a presença da delegação e dizer que pela descontração havida aqui já fica patente o amadurecimento e a fraternidade com que essa relação vem se tornando cada dia mais estreita--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Presidente Heráclito, poderia fazer uma indagação?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Só para ele fazer a tradução, em seguida passo V.Ex^a.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Segundo lugar, felicitar a Senadora Serys pela ida à Alemanha em junho, e a inclusão de Berlim no roteiro. Que V.Ex^a aproveite as belezas da Berlim reconstruída, unificada, talvez que no ocidente seja o maior canteiro de obra existente hoje, mas lhe dou um Conselho, passe longe do KDV, porque V.Ex^a não vai resistir.

SR. GEORG SPERBER: (risos) (pronunciamento em alemão)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Presidente Heráclito, eu gostaria de fazer uma indagação por curiosidade. A Alemanha impressiona a todos nós, a civilização alemã. Uma guerra, Segunda Guerra, e ressurgiram com toda potência, com toda inteligência. Eu uma vez visitei a convite de uma multinacional, a (inaudível), mas o que me impressionou e é interessante passar isso, foi que eu tinha um intérprete, era o Prof. Basedol(F), Diretor Industrial da Merck, uma potência de medicamento. Eu que sou médico e avalio. Mas todo lugar que eu ia tudo era facilitado. Ele era um homem muito poderoso, economicamente, Diretor da Merck, mas ele se apresentava Prof. Basedol(F), o restaurante... Melhor cadeira, teatro, Prof. Basedol(F), o trânsito estava complicado, ele dizia Prof. Basedol(F). Aí, Heráclito nós lá do Piauí--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Mão Santa, precisa só espacrar para não engarrafar a cabeça do...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Não, mas o tradutor é mais inteligente do que nós--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, mas...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Esse povo é muito inteligente, Heráclito, nós somos do Piauí, e eu queria apresentar aqui uma das maiores inteligências do Piauí, que é o ex-Prefeito Firmino Filho, um dos maiores administradores do Brasil. Mas o que me impressionou, aí eu parei, “mas o senhor, diretor químico”. Muito dinheiro, ele pagava todas as minhas contas, eu nunca vi tanta mordomia. A Merck garantia. E com esse negócio de professor. Aí ele parou e disse. “É porque professor é o título mais honroso na Alemanha”. Aí me convidou para ir à Heidenberg visitar e eu gosto da universidade. Aí eu aceitei e ele disse. “Duas guerras e o mundo respeitou Heidenberg, mas não sou por acaso. Eu era professor de química, passei a ser um concurso, diretor, e realmente a minha condição financeira é hoje muito melhor. Mas para poder usar o título de professor, eu toda semana eu vou dar uma aula de química”. E foi encantado. Agora pergunta, as nossas professoras está Serys, ela está na boa porque é Senadora, mas professoras e professores do Brasil ganham muito mal. Quer dizer, eu queria saber se lá o nível salarial, é só glória ou honra ou eles têm um nível salarial respeitoso, que infelizmente no Brasil é caótico o que ganha a classe dos professores em relação aos outros, aos magistrados, a nós políticos. Era essa a indagação.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: Não posso saber quanto que ganha um professor no Brasil, mas eu posso dizer que um salário de um professor na Alemanha é mais do que aceitável. Professor universitário, bem entendido.

SRA. BÄRBEL HÖHN: (pronunciamento em alemão)
(risos)

SR. GEORG SPERBER: Também as professoras ganham bem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento em alemão)

SR. GEORG SPERBER: O salário é igual, independente do sexo, do gênero.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Bom, a delegação encontra-se com o horário no limite. Queremos agradecer, finalmente, e dizer que esta Comissão e o Congresso continuam abertos para esse estreitamento da nossa relação. Quero, por dever de justiça, fazer uma referência muito especial ao Embaixador Konow que tem sido um esteio nessa nossa relação. E evidentemente que ao nosso Embaixador Seixas Corrêa que responde pela nossa Embaixada em Berlim e juntar ao Senador Mão Santa, registrando a presença do ex-Prefeito de Teresina, Firmino Filho, que encontra-se neste recinto. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, agradecendo a todos. Muito obrigado.

SR. GEORG SPERBER: (pronunciamento em alemão)

(Sessão encerrada às 12h56)

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, em exercício, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **INÁCIO ARRUDA, MARCELO CRIVELLA, JEFFERSON PÉRES, WILSON MATOS, GILVAM BORGES, JARBAS VASCONCELOS, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESARENKO, FLEXA RIBEIRO, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO RIBEIRO, EDISON**

LOBÃO, VALDIR RAUPP, AUGUSTO BOTELHO, EDUARDO SUPLICY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MARCO MACIEL, FRANCISCO DORNELLES, MÃO SANTA, PAULO DUQUE e FERNANDO COLLOR.

Justificaram a ausência os Senadores Heráclito Fortes e Romeu Tuma. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente dá início à apreciação das matérias fazendo a inversão da pauta para votação da **Pauta Extra. Item 01:** Mensagem (SF) Nº 68 de 2007, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia.*”. O Senhor Presidente convida o Embaixador para compor a Mesa. O Senador MOZARILDO CAVALCANTI assume a Presidência, em exercício. Faz uso da palavra o Senador **MARCELO CRIVELLA** para a leitura do seu relatório. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **MANOEL ANTÔNIO DA FONSECA COUTO GOMES PEREIRA** para fazer sua exposição. O Senador **EDUARDO SUPLICY** faz uso da palavra. A sessão torna-se secreta. Reaberta a Sessão o Presidente comunica a aprovação do indicado. O Presidente comunica que os demais itens da pauta ficam adiados. **Item 01:** Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que acrescenta § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica das autoridades públicas com direito a porte de arma de fogo previsto em legislação própria. Discussão pelos Senadores César Borges e Pedro Simon. Adiado. **Item 02:** Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que aprova o texto do *Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, assinado na cidade do Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 2000.* Adiado. **Item 03:** Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que aprova o texto do *tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995.* Adiado. **Item 04:** Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que aprova o texto do *Tratado*

de Extradicação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995. Adiado. **Item 05:** Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que aprova o texto da *convenção interamericana sobre assistência mútua em matéria penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu protocolo facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.* Adiado. **Item 06:** Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que aprova o texto do *ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica, científica e tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para implementação do projeto manejo da Bacia do Rio Yaque do norte: parques florestais, ecoturismo, educação ambiental e investigação hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.* Adiado. **Item 07:** Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que aprova o texto do *Acordo de Cooperação Cultural entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.* Adiado. **Item 08:** Requerimento nº 14, de 2007-CRE, de autoria do Senador Marcelo Crivella que requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue – Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) – que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo. Adiado. O Senhor Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente, em exercício – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Presidente, em exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada um e a cada uma. Bom dia. Havendo número regimental declaro aberta a 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata. Está dispensada. Submeto a deliberação do Plenário, a inversão da pauta para vo-

tarmos o item 01 da pauta extra. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado.

Então, eu ponho em discussão a mensagem nº. 68/2007 que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Manoel Antônio da Fonseca Couto Gomes Pereira, Ministro de primeira classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia. O projeto é de autoria do Presidente da República, a Relatoria do Senador Marcelo Crivella, eu peço o ingresso na sala do Sr. Embaixador. Ao mesmo tempo, gostaria de pedir ao Senador Mozarildo, se possível, para vir presidir a Sessão porque vou ter que me retirar num certo momento. Passo a Presidência ao Senador Mozarildo, pedindo desculpas ao embaixador... Porque eu vou ter que me retirar em algum momento durante a Sessão.

(troca de presidência).

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Cumprimentando o Sr. Ministro Manoel Antônio Fonseca Couto Gomes Pereira, quero passar a palavra ao Relator, Senador Marcelo Crivella para proferir o seu Relatório.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sim senhor, Sr. Presidente. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional atendendo à mensagem nº 68/2007, do Sr. Presidente da República, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Manoel Antônio da Fonseca Couto Gomes Pereira, Ministro da Primeira classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia. Essa Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Manoel Antônio da Fonseca Couto Gomes Pereira, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia. A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Atendendo ao preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o curriculum vitae do interessado, segundo o qual o Sr. Manoel Antônio da Fonseca Couto Gomes Pereira, filho de Antônio Gomes Pereira e Maria Helena da Fonseca Costa Couto Gomes Pereira, nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em primeiro de maio de 1949. É bacharel de Direito pela universidade do Estado da Guanabara. Após concluir o curso Rio Branco foi nomeado terceiro secretário em 1974. Foi promovido a 2º secretário em 77, a primeiro em 81, a conselheiro em 87, a Ministro de segunda classe em 96 e Ministro

de primeira classe em 2005. Defendeu a tese e o turismo como fator de desenvolvimento e integração do Brasil no Mercosul. No 26º curso de altos estudos do instituto Rio Branco em 1993. No âmbito da Secretaria de Estado exerceu função de relevância, como chefe da divisão de protocolo, chefe da divisão de pessoal, da divisão jurídica e Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no exterior. Em 1997 assumiu a chefia da Assessoria do gabinete do Ministério da Justiça, foi Coordenador-Geral de estudos da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República em 2002. Em representações diplomáticas do Brasil no exterior, serviu na Embaixada em Roma 1977. Na Embaixada em Port of Spain 1980, na Embaixada em Lima 82, na Embaixada em Madri, 88, Bissau como encarregado de negócios em missão transitória em 1990, e no consulado em Sidney-Austrália, como cônsul em 1991. Chefiou a delegação brasileira, a terceira reunião Comissão Mista Brasil-Peru sobre o narcotráfico em Lima, em 1998. A segunda e terceira reuniões da Unidade Especial de Trabalho de Reunião de Ministros do Interior do Mercosul, Buenos Aires em 1998. A reunião do grupo de trabalho para a elaboração do Projeto de mecanismo regional de registro de compradores e vendedores de armas de fogo da reunião de Ministros do interior no Mercosul, Buenos Aires, em 98. Primeira, segunda, terceira, quarta, quinta e sexta reuniões técnicas da Subcomissão de Acompanhamento e controle do plano geral de segurança na Tríplice Fronteira, Assunção. Todas em 1999. A sexta e sétima reunião de Ministro da Justiça do Mercosul, Montevideu, ambas em 99. A reunião de negociação de acordos sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais com a Albânia e a federação da Rússia em Brasília e Moscou, respectivamente em 2004. A segunda reunião dos grupos de trabalho Brasil-Bolívia, sobre assuntos migratórios e fundiários em La Paz em 2006, entre muitas outras.

No que se referem as missões no exterior, ainda merecem registro a desempenhada pelo ilustre Ministro Manoel Antônio da Fonseca Couto Gomes Pereira, na companhia de uma comissão de parlamentares, presidida por este ilustre Relator, em visita a presídios norte-americanos onde se encontravam detidos brasileiros acusados de imigração ilegal. Durante longas e exaustivas jornadas o Ministro, incansável, não desanimou ante as inúmeras circunstâncias adversas enfrentadas, sempre demonstrando irreduzível disposição para superar obstáculos, a fim de que obtivéssemos a melhor solução diplomática para viabilizar o retorno seguro e digno, de nossos cidadãos ao Brasil. Foram dias peregrinando por centros de detenção nos deser-

tos do Texas, Arizona e Califórnia. O apoio consular ao Presidente da comitiva, aos presos e suas famílias, as tratativas com as autoridades locais, a logística para a repatriação, os contatos com a imprensa nacional e internacional, os acordos encaminhados, enfim, em todos esses episódios passando pelo embarque nas aeronaves fretadas pelo governo Estado Unidense até o abraço fraterno dos familiares em solo brasileiro, sempre pudemos contar com a dirigente e ponderada participação desse ilustre Diplomata.

Por sua consumada destreza, o Ministro Manoel Antônio da Fonseca Couto Gomes Pereira fez jus ao reconhecimento, a admiração e o respeito que nutrimos pela nobre função cometida aos integrantes da Casa do Rio Branco. Essa que acumula em sua história, vitórias gloriosas da chancelaria brasileira. Nesta missão a que reporto, o Ministro Manoel Pereira demonstrou sua capacidade de vislumbrar no vasto e intrincado horizonte que compreende as relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América, a importância de se priorizar o respeito à saga dos brasileiros que para lá se dirigem em busca de melhores oportunidades de trabalho, sem, contudo, comprometer no mínimo que fosse os interesses estratégicos, econômicos e sociais envolvidos preservando, assim a tradição de Excelência dos serviços prestados ao País pelo Ministério das Relações Exteriores. Consta ademais do processado, informação anexada pelo Itamaraty sobre a Nova Zelândia. Do documento, cabe destacar no que tange o relacionamento diplomático do Brasil com aquele País, que o diálogo bi lateral beneficiou-se da abertura da nossa Embaixada em Wellington em 1994, e da inauguração da embaixada Neozelandesa em Brasília em 2001. Em 2000 foi lançada a estratégia latino-americana pelo Governo da Nova Zelândia. O documento informa que a cooperação em ciência e tecnologia com a Nova Zelândia oferece inúmeras oportunidades particularmente em áreas como processamento de laticínio, genética animal e vegetal, entre outras. A cooperação tem lugar também no meio acadêmico, com grande número de estudantes brasileiros fazendo curso de pós-graduação nas Universidades de Massey e Lincoln em áreas agro-pastoris ou de biotecnologia.

A escola de medicina da cidade de Otago mantém desde 99 mecanismos de cooperação com a Universidade de Santa Catarina na área de saúde pública. Cabe ressaltar também, a grande presença de estudantes brasileiros na Nova Zelândia interessados no estudo da língua inglesa. No tocante às relações econômicas cumpre destacar que as trocas comerciais entre Brasil e Nova Zelândia, embora modestas em termos absolutos, 83,4 milhões nos dois sentidos apresentam potencial de crescimento. Em 2006 as

exportações brasileiras registraram crescimento de 3%, com relação ao ano anterior, e as importações provenientes da Nova Zelândia caíram 8% no mesmo período. Com considerável redução das importações de caseinato de sódio, os principais produtos exportados pelo Brasil para a Nova Zelândia, são os derivados do complexo, soja, suco de laranja, motocicleta, moto compressores, produtos de aplicação veterinária, fios de alumínio, café, refrigeradores e fumo.

Brasil e Nova Zelândia são parte dos 17 países que compõem o grupo de Cairns. E no âmbito da Organização Mundial do Comércio fazem estreita coordenação de posições, produzindo propostas negociadoras comuns com vistas à liberalização do comércio de produtos agrícolas. A exemplo do Brasil, a Nova Zelândia apóia as forças de paz da ONU, as quais participa ativamente. Tendo em vista a natureza da matéria ora aprecia, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório.

Portanto, Sr. Presidente, votamos favoravelmente. E ao concluir, esse meu emocionante Relatório, Sr. Presidente, ressalto àqueles parágrafos em que pude testemunhar e documentar aqui a participação extraordinária desse Embaixador, desse Ministro na repatriação dos brasileiros.

A Casa de Rio Branco tem muitos servidores distinguidos, destacados. Tem muitas pessoas, muitos intelectuais. Eu diria que há vultos que podemos citar no passado e no presente. Mas nessa galeria Sr. Presidente, não tenho a menor dúvida de incluir um proficiente e modesto, mas brilhante membro daquela academia. O Embaixador Manoel é orgulho para a diplomacia brasileira. Embaixador Manoel é incansável na defesa dos interesses dos brasileiros e do Brasil, e é uma honra pra mim poder relatar a sua indicação pelo Presidente da República, para ser nosso Embaixador em uma terra tão distante, mas que com certeza ele saberá fazer com que essa distância diminua entre nossos povos. E seguramente, Sr. Presidente, representar as melhores tradições da diplomacia brasileira naquele País e naquele continente. Com muita emoção e com sentimento de justiça e dever cumprido, eu apresento o meu Relatório e peço aos meus pares para que com unanimidade possamos consagrar a indicação desse nobre embaixador para a Nova Zelândia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Concedo a palavra ao embaixador Manoel Antônio da Fonseca Couto Gomes Pereira para fazer a sua exposição.

SR. MANOEL ANTÔNIO DA FONSECA COUTO GOMES PEREIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores. Em

particular, meu amigo Senador Marcelo Crivella, companheiro de viagens e com que eu tenho aprendido muito sobre as comunidades brasileiras no exterior. Eu não posso deixar de agradecer toda a sua generosidade nesse relatório. São as palavras de um amigo verdadeiro. Muito obrigado Senador.

Eu queria em primeiro lugar, dizer da minha honra de me submeter por determinação constitucional ao exame da Comissão de Relações Exteriores do Senado. É realmente um dever constitucional que eu cumpro com todo o prazer. E ao cumprir esse dever, e se merecer a aprovação dessa Comissão e do Senado, eu passo a ser representante dos poderes da República, o Executivo que me indicou e o Legislativo que me aprovou. Então eu vou para o posto com muito maior respaldo do que teria se fosse Embaixador de um País onde as indicações dos seus chefes de missão não passam pelo Poder Legislativo.

Eu vou falar brevemente sobre a Nova Zelândia, eu escolhi dois ou três assuntos que acho que são importantes. Vão ser parte do meu trabalho lá e que depois os Senadores quiserem sabatinar sobre os outros temas eu estarei à disposição. Como os senhores sabem, a Nova Zelândia realmente é aquele País distante do Brasil. É hoje em termos de fuso horário o mais distante posto diplomático do Brasil. São 15 horas de diferença entre o Brasil e a Nova Zelândia. No entanto é um País, se nós olharmos para a Europa, é um País de dimensões européias. É do tamanho da Itália ou do tamanho da Grã-Bretanha. É um País de 270 mil km², é um país de população escassa. Evidentemente são pouco mais de quatro milhões e duzentos mil habitantes. A Nova Zelândia foi... O primeiro europeu, perdão, que chegou à Nova Zelândia foi o holandês Abel Tasman, dono do nome do mar que separa a Nova Zelândia da Austrália, chamar-se mar da Tasmânia, há aquela ilha também no sul da Austrália, chamada Tasmânia. Ele não ocupou. Ele fez uma viagem de descoberta de produtos naturais por conta da companhia holandesa das índias orientais. Não chegou a descer na Nova Zelândia porque ele foi atacado pela população local, são os Mauris, os indígenas neozelandeses, e foi embora. A Nova Zelândia depois foi visitada pelo célebre capitão Kooker, que esteve lá três vezes. Foi quem primeiro conheceu as possibilidades econômicas da Nova Zelândia.

A Nova Zelândia então foi pouco a pouco ocupada durante a primeira metade do Século 19 pelos ingleses e é um País singular, Sr. Presidente. Os ingleses não conseguiram vencer os indígenas. Em 1840 a Inglaterra e os Mauris assinaram um tratado de paz. E a data desse Tratado de Paz, 06 de fevereiro é a data nacional da Nova Zelândia. Os Mauris foram dizima-

dos efetivamente, houve guerras entre os ingleses e os Mauris e houve também o problema de doenças européias, que os dizimaram. Eles se reduziram a quase nada. Eles praticamente foram extintos. Hoje são 20% da população. E tem participação ativíssima no Governo, na economia e na sociedade neozelandesas. Para dar uma idéia aos Srs., o Chanceler neozelandês é um Mauri.

Eu não vou me externar sobre a questão comercial, que o Relator, meu querido Relator, já mencionou, o comércio é pequeno. O Brasil e a Nova Zelândia são... Antes são competidores e não complementares no mercado internacional. A Nova Zelândia exporta basicamente produtos primários agropecuários transformados. Quer dizer, o leite, carnes de ovelha e de vaca e lã. A Nova Zelândia... Nós compramos a lã da Nova Zelândia para melhorar a qualidade dos nossos tecidos de lã. Ela é misturada com a lã brasileira e melhora a qualidade dos tecidos de lã. Então somos nesse ponto muito mais competitivos. O único contencioso comercial que nós temos com a Nova Zelândia é exatamente decorrente da exportação de produtos lacto. Desde 2001 o Governo Brasileiro aplicou um direito, compensatório de quase 4%, 3,9% sobre a importação de leite em pó da Nova Zelândia. Não foi só os da Nova Zelândia, também Argentina, Uruguai e União Européia. Porque essas importações estavam destruindo a indústria leiteira brasileira. Então, não há proibição de importação, mas sim há um direito adicional a tarifa de importação.

Os assuntos que eu prometi mencionar aqui são basicamente três, e são assuntos com que eu vou ter que lidar, Senador Mozarildo, na Nova Zelândia. O primeiro deles é o quarto ano polar internacional. Os senhores sabem que a Nova Zelândia tem uma longa tradição, porque é o País mais ao sul no planeta, tem uma longa tradição de exploração polar, de conhecimento polar. Eles têm uma base, a base Scott na Antártida e tem um grande instituto que foi criado em 1996 na ilha do sul, chamado Instituto Neozelandês para a Antártida. Eles fazem pesquisas basicamente ligadas ao clima, a fauna, aos regimes do mar, e nós temos nos associado, é um dos pontos de contato com eles essa associação. O quarto ano polar internacional começou em Março passado e vai levar dois anos. Termina em março de 2009. Nós temos... Há 227 projetos selecionados para esse ano polar internacional. Dos quais 12 o Brasil e a Nova Zelândia participam. São basicamente projetos ligados a clima, fauna, a vegetação, vegetação eu não diria porque lá é muito difícil ter vegetação. Mas enfim, a terra, o solo que eles fazem e nós faremos conjuntamente e com outros Países. Então esse é um assunto de que eu pretendo me

ocupar e estimular a aproximação maior entre o Brasil e a Nova Zelândia.

Outro assunto que também foi mencionado pelo Senador Crivella é a questão da atração dos brasileiros pela Nova Zelândia. Quer dizer, a partir do 11 de setembro e com as restrições que o Senador Crivella bem conhece, a entrada dos brasileiros na Europa. Houve uma descoberta da Nova Zelândia. Nós temos desde 2004, em vigor, um acordo que prevê isenção de vistos em passaportes comuns, vistos de turistas. Então a entrada ficou muito fácil. Hoje para o senhor ter uma idéia, Senador Crivella, nós temos cerca de cinco mil brasileiros na Nova Zelândia. Proporcionalmente à população é a mesma quantidade de brasileiros que nós temos, hoje nós teríamos na Espanha. E eu tive informações dos meus colegas de Wellington, que uma grande parte desses brasileiros são jovens. Cerca de mil brasileiros estão trabalhando num Resort de montanha e de neve, chamado Queenstown na ilha do sul, absolutamente Senador Crivella, irregulares. E não acontece nada com eles por quê? A Nova Zelândia está numa situação de plena prosperidade econômica. Eu nunca tinha visto isso, a não ser em livro de economia, é um País de pleno emprego. Não falta emprego para ninguém. A taxa de desemprego é coisa de 0,5%, 1%. Então não há porque tirar estrangeiros irregulares, se essas pessoas ocupam postos de trabalho que os neozelandeses não podem ocupar. Então não há nenhum problema. Eles ficam lá um ano, um ano e meio e voltam. O Governo neozelandês nos propôs a assinatura de um acordo de vistos, que eles chamam de vistos de férias e trabalho. É um acordo pelo qual, pessoas jovens de entre 18 a 30 anos vão à Nova Zelândia ou neozelandeses vêm ao Brasil, para passar um ano. Podem, estudar inglês, podem estudar português e podem trabalhar durante seis meses em períodos de três meses para que não se caracterize como visto de trabalho. E aí volta.

Essa... Eles têm experiências com a Argentina, Chile, Uruguai, Países europeus, com Japão. O regime aplicável ao acordo é cotas. Eles começam geralmente com 200 pessoas por ano. Se necessário, aumentarão. É um acordo sobre qual nós temos trabalhado, não temos experiência, então estamos levando muito lentamente, porque não temos experiência nesse tipo de acordo e nem nesse tipo de estrangeiro entrando no Brasil. Parece-me que é uma coisa interessante e que se assinarmos seguramente será submetido à apreciação do Legislativo.

Senador Mozarildo, Senadores, creio que eu pararia por aí, a minha exposição e estaria a disposição de V.Ex^as. para perguntas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Agradecendo ao Sr. Embaixador, concedo a palavra para as arguições. Vou transformar, então, a reunião da Comissão em sessão secreta, a fim de que os Senadores possam fazer as arguições que desejarem. Portanto, a partir desse momento solicito - -

Sessão secreta às 10h34

Sessão reaberta às 10h44

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas como houve números de suplentes que já votaram. Eu queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Declaro reaberta a Sessão. Foi aprovado o nome do Embaixador Manoel Antônio da Fonseca Couto Gomes Pereira para Embaixador na Nova Zelândia, por unanimidade de votos. E quero comunicar que os itens da pauta normal de 01, de nºs. 01 a 08 ficam adiados para a Sessão da próxima semana. Portanto, nada mais havendo a tratar, quero agradecer a presença do Embaixador Manoel Antônio, e de todos os Srs. Senadores. Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 10h45.)

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA DEZ DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia dez de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **GILVAM BORGES, CÉSAR BORGES, JOAQUIM RORIZ, MARIA DO CARMO ALVES, EDUARDO AZEREDO, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JARBAS VASCONCELOS, FLEXA RIBEIRO, SERYS SLHESSARENKO, JOÃO RIBEIRO, CRISTOVAM BUARQUE, EDUARDO SUPLICY, AUGUSTO BOTELHO, ROSALBA CIARLINI, MARCO MACIEL, PAULO DUQUE, MÃO SANTA, EDISON LOBÃO, PEDRO SIMON, INÁCIO ARRUDA, JOÃO TENÓRIO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MARCELO CRIVELLA E FERNANDO COLLOR**. Justificou a ausência o Senador Romeu Tuma. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente dá início a

apreciação das matérias fazendo a inversão da pauta.

Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 5 de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, assinado na cidade do Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 2000.*”. O Relator Senador **PAULO DUQUE** faz a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 06:** Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*” O Relator Senador **PAULO DUQUE** faz a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 02:** Requerimento nº 79, de 2007, que “*Requer, nos termos do art 222, do regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata, de voto de solidariedade aos Presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, pelo Tratamento dispensado ao Congresso Nacional pelo Presidente da Bolívia, Evo Morales.*” O Relator Senador **EDUARDO SUPPLY** faz a leitura do seu Relatório. Discussão pelos Senadores **EDUARDO AZEREDO, MÃO SANTA e FLEXA RIBEIRO, PEDRO SIMON e SERYS SLHESSARENKO**. O Presidente coloca a matéria em votação, sendo Rejeitado o Relatório. O Presidente determinou a recontagem dos votos, pois constatou-se que o voto do autor da proposição não pode ser computado, sendo, então, definitivamente Aprovado o Relatório do Senador Eduardo Suplicy, pelo arquivamento. **Item 07:** Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*” O Relator Senador **FLEXA RIBEIRO** faz a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 05:** Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), “*Aprova o texto do Tratado de Extradicação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995.*” O Relator “Ad Hoc” Senador **EDUARDO SUPPLY** faz a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 08:** Projeto de Decreto

Legislativo nº 28, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.*” O Relator “Ad Hoc” Senador **PEDRO SIMON** faz a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 09:** Requerimento nº 14, de 1997 – CRE, de Autoria do Senador Marcelo Crivella e subscrito pela Senadora Serys Slhessarenko, que *Requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue – Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) – que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo.* Aprovado. O Presidente coloca em votação como Extra Pauta o Requerimento nº 29, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que “*Requer, na forma do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e no art. 93, II, do Regimento Interno, seja convidada a Senhora Len Ishmael, Diretora-Geral da Organização dos Estados do Caribe Oriental (Organisation of Eastern Caribbean States), a comparecer a reunião desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para expor sobre essa importante Organização Internacional, com ênfase nos projetos de cooperação desenvolvidos com o Brasil e nas relações estratégicas com nosso País.*” Aprovado. O Senador **EDUARDO SUPPLY** faz uso da palavra com relação à viagem ao Chile. **Item 01:** Proposta dos Senhores Senadores Heráclito Fortes e Eduardo Azeredo para discutir as “últimas medidas tomadas pelo Governo da Bolívia sobre a exploração de gás natural realizada pela Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras – naquele país”. Esse debate justifica-se pela repercussão da matéria na imprensa nacional e internacional e pelas graves consequências que tais medidas do governo boliviano poderão causar aos investimentos da Petrobras naquele país e ao fornecimento de gás natural ao Brasil, como fonte energética não poluidora. Usam da palavra os Senadores **EDUARDO AZEREDO, PEDRO SIMON, EDUARDO SUPPLY e ANTÔNIO CARLOS VALADARES**. O Senador **EDUARDO AZEREDO** faz uso da palavra sobre Requerimento de sua autoria aprovado desde 2005 sobre a posição do Brasil de adesão a Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional. O Presidente sugere que a discussão do Item 01 continue na próxima reunião. O Senhor Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO,

Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos agora à discussão da pauta. Queria pedir permissão aos Srs. Senadores para, atendendo a solicitação do Sr. Senador Paulo Duque, que vai se deslocar para o Rio agora. Ele me pediu que fizesse uma inversão da pauta atendendo ao seu pedido para que déssemos preferência ao item que ele relata. Item 04 e item 06. Se todos concordarem, assim vou proceder. Havendo concordância, passo a palavra ao nobre Senador para relatar o Decreto Legislativo nº. 05 que aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil, e o Governo da República da Polônia, assinado no Rio de Janeiro, em 13 de março de 2000. Relator, com o parecer favorável, Senador Paulo Duque, a quem passo a palavra.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o parecer sobre o Projeto Decreto Legislativo é o seguinte. Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição, que estabelece atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar os atos internacionais, o Poder Executivo enviou à Casa Legislativa... Às casas legislativas a mensagem 1677, em novembro de 2000, solicitando acordo descrito na Emenda, que é exatamente entre o Governo do Brasil e o Governo da Polônia. Na Câmara dos Deputados a mensagem foi aprovada em Plenário no dia 7 de dezembro de 2006, do ano passado. Na forma do Decreto Legislativo formulado e aprovado por sua Comissão de Relações Exteriores. Após a apreciação das Comissões de Constituição e Justiça e Cidadania e Finanças e Tributação, Viação e Transportes, foram várias comissões na Câmara dos Deputados que aprovaram esse Decreto Legislativo. No Senado Federal a proposição foi recebida em 02 de fevereiro de 2007, distribuída a essa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia 14 de fevereiro seguinte, e a esse Relator no dia 28 de fevereiro subsequente. Não foram oferecidas Emendas. Cuida-se de acordo internacional bilateral sobre a aviação, focado principalmente em duas vertentes. O estabelecimento

do regime de quinta liberdade entre Brasil e Polônia e o tratamento de compensação de dívidas tributárias incidentes das operações. Esse caráter do acordo, que foi negociado em 77/2000, está bem delineado na exposição de motivos que acompanham a mensagem presidencial, preparada no Ministério das Relações Exteriores. O objetivo da chancelaria brasileira tem sido, em múltiplas frentes, ordenar o serviço de transportes aéreos de forma a trazer benefícios efetivos nos campos do comércio e turismo. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, nas tentativas mantidas com os poloneses, foi possível lograr dispositivos de particular interesse para o País, à luz da política comercial exterior traçada pelo comando da Aeronáutica, ao longo dos últimos anos. Especificamente destacam-se os seguintes pontos, nesse acordo, que revela o caráter desse tipo de política.

O art. 2º prevê, no próprio corpo do acordo, o exercício do direito da quinta liberdade, qual seja, o direito de embarcar e desembarcar nos territórios de terceiros países, conforme rotas a serem especificadas posteriormente pelas autoridades Aeronáuticas.

O art. 3º institui a possibilidade de designação pelas partes de mais de uma empresa para prestação dos serviços acordados, normalmente difíceis de ser negociada, dada quanto ao surgimento de quadro de desvantagem ao tráfego multilateral.

O art. 6º, referente a direitos alfandegários, reflete em sua totalidade os mais recentes entendimentos havidos com a Secretaria da Receita Federal a respeito do tratamento da questão fiscal em acordos aéreos.

O art. 9º, dispõe sobre conversão e remessa de receitas, em perfeita linha com as recomendações do Banco Central para acordos do gênero.

Art. 13, finalmente, trata da incorporação da questão de segurança da aviação civil, obrigando-se as partes mutuamente à proteção contra os chamados atos de interferência ilícita, conforme prescrição recorrente da organização civil internacional a todos os seus Estados integrantes. A questão da remissão de débitos tributários por parte de empresas aéreas, tem constituído tema recorrente nas reuniões de alto nível, para acordos de aviação e encontrou no presente acordo encaminhamento condizente com o dinamismo das relações econômicas e comerciais, bilaterais e com a necessidade de intensificação do intercâmbio turístico. O acordo estabelece que, respeitado o princípio de reciprocidade, os pactuantes isentarão as empresas aéreas de direitos aduaneiros. Monumentos de inspeção e outros direitos ou impostos sobre a aeronave, combustíveis e outros itens da atividade aeroviária incluindo provisões de bordo.

No instrumento são prescritas as condições de conversão e remessa de lucros para o exterior pelas empresas aéreas com isenção de encargos administrativos e cambiais, exceto as normalmente cobradas pelos bancos para sua execução. O acordo não implica concessão de benefícios fiscais ou tratamento tributário privilegiado, em relação às concessões normais às demais empresa de transportes aéreos nacionais e internacionais. Motivo pelo qual não conflita com as normas de finanças públicas em vigor.

Não obstante a previsão de múltipla designação de empresas aéreas, as partes não se olvidaram de assegurar igualdade de oportunidade e justiça para que as empresas operem seus serviços nas rotas especificadas, em igualdade de condições. O acordo que está vazado em 20 artigos e um anexo se aperfeiçoa com as cláusulas formais de praxe, que apresentam boa solução técnica dentro dos cânulos do Direito Internacional. Prevê sua vigência por prazo indeterminado, ressalvado o direito de renúncia. Estabelece a arbitragem como mecanismo para a solução de eventuais controvérsias decorrentes, caso a negociação direta não seja bem sucedida. O meu voto pelo exposto: opino pela aprovação do Decreto Legislativo nº. 05/2007 nos termos da redação oriunda da Câmara dos Deputados. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em discussão. Os Senadores que queiram discutir manifestem. Não há quem queira discutir. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item Seis. Projeto de Decreto Legislativo nº. 24, aprova o texto da convenção interamericana sobre assistência mútua em matéria penal assinada em Nassau em 23 de maio de 92 e de seu protocolo facultativo assinado em 11 de junho de 93. A autoria Comissão de Relações Exteriores, Relator, Senador Paulo Duque é que apresenta parecer favorável a quem concedo a palavra.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – A convenção sobre assistência mútua em matéria penal, assinado em Nassau, em maio de 1992, e seu protocolo facultativo assinado em Manágua, em 11 de junho de 1993. Relatório é o seguinte. Com fundamento no disposto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da mensagem 298, submete ao Congresso Nacional o texto da convenção interamericana sobre assistência mútua em matéria penal assinado em Manágua em 11 de junho de 93. Acompanha a mensagem presidencial exposição de motivo do Sr. Ministro de Relações Exteriores, no qual se destaca que a convenção em tela corresponde a instrumento útil para apuração e sanção de ilícitos penais, importante para a política criminal brasileira, como

um todo. A vista de suas implicações para crime, cujas práticas, conseqüências e apurações não se limitam às fronteiras físicas e geográficas do Brasil. Afirma ainda a sua exposição de motivos que no âmbito da OEA o mecanismo de avaliação multilateral da convenção interamericana, para o controle do abuso de drogas, vinha reiterando a recomendação para que o Brasil ratificasse a convenção. Trata-se de ato internacional que reporta importante campo da cooperação penal internacional, permitindo que o Brasil interaja junto a seu novo parceiro, Nassau, em pacto celebrado sobre as auspícias da OEA.

A prestação de assistência mútua em matéria penal, em especial em relação a Países membros da OEA, além de promover o aperfeiçoamento das relações continentais, reforça a atuação coletiva em prol da segurança comum, que a todos aproveita. Versado em 40 artigos que abordam temas de Direito Penal, processo penal e administração judiciária, a convenção é conveniente e oportuna aos interesses nacionais. Tendo de resto sido firmada e ratificada por significativa parcela de Estados Americanos. O Brasil não poderia eximir-se de figurar ao lado de seus vizinhos hemisféricos no sentido de permitir o aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação penal e internacional, aptos a combater crimes, particularmente insidiosos como o tráfico de drogas, de armas e a lavagem de dinheiro.

A segurança hemisférica exige que os Países não poupem esforço no sentido de aproximar diálogo e soberania sem o qual não poderia combater adequadamente a criminalidade internacional. Por todo o exposto, consideramos conveniente nos interesses do País. O voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 24/2007. Esse é o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em discussão. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 02 da pauta. Senador Marco Maciel que é o interessado em direito público internacional. O item 01 é uma discussão solicitada pelo Senador Eduardo Azeredo e por mim. É uma discussão sobre os últimos episódios envolvendo o Governo da Bolívia e a PETROBRAS. E vamos deixar então para o final. Item 02. Autor, Senador Flexa Ribeiro, Relator Senador Suplicy. Estando ausente, nomeio a Senadora Serys para substituí-lo. Requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em Ata de voto de solidariedade aos Presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, pelo tratamento dispensado ao Congresso Nacional pelo Presidente da Bolívia Evo Morales. Quero

crer, Senadora Serys, que diante dos últimos acontecimentos o próprio parecer do Senador Suplicy já não seria mais o mesmo. Diante do exposto... Concedo a palavra a V.Ex^a para o seu parecer.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Parecer do Senador Suplicy. Vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nos termos do Regimento Interno art. 222 o Requerimento nº. 79/2007 que solicita a inserção em Ata de voto de solidariedade aos Presidentes do Senado Federal Renan Calheiros e da Câmara dos Deputados Arlindo Chinaglia pelo tratamento dispensado ao Congresso Nacional pelo Presidente da Bolívia Evo Morales, abduz o requerimento em apreço apresentado no dia seguinte... O Senador chegou... Posso passar, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Desde que o Senador assim o queira. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, trata-se de proposta Legislativa... Primeiro muito obrigado à Senadora Serys. Eu fui fazer uma observação ao Ministro Reinold. Na Comissão de Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero lembrar ao Senador Suplicy que eu avisei que nós teríamos nos primeiros itens matéria de seu interesse.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu procurei ser rápido lá e estar aqui. Por vezes nós temos que ser duas, três pessoas. Trata-se de proposta legislativa bem intencionada, a bem da manutenção de parâmetros da cortesia internacional que deve permeiar as relações entre Estados soberanos a par do respeito às instituições democráticas tão arduamente conquistadas em nosso sofrido continente. No entanto, conforme carta enviada ao Presidente deste Congresso Nacional pelo Embaixador da República da Bolívia, Felipe Tredinnick, já no dia 15 de fevereiro de 2007, subsequente à visita frustrada, cuja cópia segue em anexo, e aqui está, explicaram-se de forma adequada as razões que impediram a vinda do Presidente boliviano. E a carta está aqui para o conhecimento de todos os Srs. Senadores.

A considerar que os motivos que impediram a visita foram imponderáveis, configurando-se como justificadas as razões de Estado, já que sua Excelência foi obrigado a permanecer em negociações que se realizavam em Brasília, envolver temas delicados da agenda bilateral, cremos não ser apropriado o desagravo que o Requerimento provê. Louva-se ainda a iniciativa do Embaixador da Bolívia em encaminhar um presente oficial que foi trazido pelo Presidente da Bolívia para o Presidente do Congresso Nacional Brasileiro e que

por razões alheias à vontade do visitante não puderam ser entregue em pessoa. Esperando que na próxima visita do Presidente Evo Morales se inclua, de forma prioritária, a visita ao Congresso Nacional, de forma a podermos debater temas de comum interesse a nossos povos, estimam adequadamente o fato que originou o Requerimento ora em exame.

Pelo exposto somos pelo arquivamento da matéria, uma vez que o Requerimento 79 perderia seu objeto com as justificativas formalmente exaradas pelo Governo boliviano, uma vez que de início se disse que não... Com todo respeito ao Senador Flexa Ribeiro, mas talvez V.Ex^a não soubesse das informações que foram colocadas pelo Embaixador Felipe Tredinnick. E, portanto, eu espero, Sr. Presidente, que na próxima visita, e certamente haverá, do Presidente Evo Morales ao nosso País, ainda mais diante deste episódio, que possa o Presidente Evo Morales ser recebido aqui ao Senado Federal. E inclusive tendo a oportunidade, na medida do possível, de conhecer o pensamento dos Senadores num diálogo como o que normalmente acontece quando os chefes de Estado aqui comparecem. Ocasão em que poderíamos inclusive estar tratando de assuntos como este que causou preocupação a V.Ex^a, ao Senador Eduardo Azeredo, e que estão sendo objeto de diálogo, de negociações. Nesta semana mesmo, jornais de hoje informam que o Presidente Lula e o Presidente Evo Morales estão tratando do assunto referente à negociação com a PETROBRAS e em termos que foram objeto, inclusive, de análises de inúmeros Senadores. Mas a informação que se tem hoje é que com iniciativa direta do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, está havendo uma negociação para a recompra das duas refinarias da PETROBRAS no País vizinho e provavelmente com entendimento de acordo entre ambas as partes. Isso não é exatamente o assunto do Requerimento, mas está relacionado, de maneira que eu, com todo respeito ao autor Senador Flexa Ribeiro, do Requerimento... Eu quero dizer que, inclusive eu conversei pessoalmente com o Embaixador da Bolívia no Brasil, que fez questão de me entregar pessoalmente esta carta com as explicações devidas. Gostaria de informar ao Senador Flexa Ribeiro, não sei se tomou conhecimento, mas no dia da visita do Presidente Evo Morales, houve, por razões climáticas, um problema com o avião que trazia os Ministros. Os Ministros que deveriam chegar com o Presidente só chegaram ao final do almoço e do encontro. E por isso é que, no momento em que se deveria ter a reunião no Congresso Nacional, é que então se iniciou a reunião da comitiva com os Ministros e o Presidente Evo Morales, que se estendeu mais tempo, impedin-

do que pudesse haver aquela reunião que estava em princípio marcada.

Então, quero aqui transmitir, especialmente a V.Exª autor do Requerimento, estas explicações.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em discussão. Com a palavra... O Senador Mão Santa pediu, mas pela procedência, com a palavra o Senador Eduardo Azeredo que já havia solicitado. Em seguida o Senador Mão Santa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, eu quero apenas dizer que, na verdade, essa iniciativa do Senador Flexa Ribeiro foi tomada oportunamente, foi na época que foi feita, ainda não havia esta carta de escusas do Embaixador da Bolívia. Mas convidado na qualidade de Vice-Presidente dessa Comissão eu estava junto na porta, na entrada do Congresso quando realmente chegou a informação de que o Presidente da Bolívia não mais viria. Lá estava o Presidente do Senado e lá estava o Presidente da Câmara. Foi do ponto de vista dos bons modos da diplomacia, extremamente lamentável. E como se trata de uma atitude, que não é a primeira, do ponto de vista do Presidente Evo Morales, eu digo não é a primeira dos bons modos, porque ele já tinha ordenado a invasão das instalações da PETROBRAS, que é objeto de outro tema nosso aqui, eu considero que foi realmente muito grave, do ponto de vista das relações, do respeito ao Congresso, do respeito às instituições democráticas, a posição dele. Porque na verdade ele já era reincidente pelo que tinha feito anteriormente, por declarações contrárias a uma convivência mais democrática entre os Países.

Nós não temos nada contra a Bolívia, pelo contrário. Temos a favor do povo da Bolívia. O problema é que o governante que está dirigindo o País nesse momento tem tido atitude contrária aos interesses dos brasileiros, e nesse caso específico, ele seguramente, eu quero apenas dar o meu testemunho, porque eu estava junto e vi realmente o constrangimento causado com a notícia, com todos os militares já prontos na entrada, na rampa. Foi extremamente constrangedor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Senador Heráclito, um brasileiro disse que o preço da liberdade democrática é eterna vigilância. Eduardo Gomes, que combateu a ditadura e que era até boa, serviu de Vargas, um estadista. Mas o Suplicy tem que atentar bem que nós estamos vigilantes. Eu conheço o Parlamento de Cuba. Eu vi lá, visitei, 300 votos para o Fidel e 300 para o irmão dele. Tem 300. Eu conheço o da Venezuela. Fui lá. Representando e para entrar tinha um Coronel, eu tive que dizer que era Senador, vi, pegaram aque-

le Jarbas e juntaram, era assim bicameral. Deixaram uns 20 da oposição. Juntaram os dois e se reúnem no meio da rua. No meio da rua o povo foi contra os reis e gritou liberdade, igualdade e fraternidade para dividir esse poder. Aí eu conheço o do Equador que é o mais grave. 90 dias, atentai bem, Suplicy, o senhor é responsável pela democracia. Você é do PTB, não é dos aloprados. PT. O PT é uma honra. Eu fiz aí... Mas pela emoção da brasilidade e olhando para a grandeza do Suplicy, porque eu disse isso, PTB. Mas espera, aí nós vamos ao Equador. O Equador, o cara ganhou em 90, 60 dias. Pediu um plebiscito, ganhou do povo, reuniu na Câmara, cassou 19, aí os pobres cassados foram à justiça. Aí o Juiz deu uma liminar para eles voltarem. Cassaram o Juiz, prenderam 9 e oito fugiram para a Colômbia. E aí vem esse danado e desmoraliza. Eu não ia esperá-lo não, mas eu voltei, foi Deus que botou, estava lá o tapete vermelho, guarda, tudo. Foi um desrespeito, foi uma desconsideração. E ontem o Jarbas teve aquele conto que é russo, é de origem russa. Daqui a pouco nós não existimos. Eu acho que você foi até... Não foi nem paraense. Porque paraense é lutador. Foi mineiro. Foi uma solidariedade. O Renan que estava sofrido e merece a nós. Eu, se tivesse feito, eu tinha pedido era o repúdio ao Morales, e mais ainda nome é Francisco Morais de Sousa. Aí confunde. Então eu acho uma solidariedade para o Renan que estava sofrido, deprimido. E nos representa. Representa a democracia.

Então, eu estou com o Flexa Ribeiro aí. Foi muito... Eu, se tivesse conversado com você, botava repúdio.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Flexa Ribeiro. Antes eu queria até com a permissão do Senador Suplicy dar meu testemunho.

Eu participei do almoço no Itamaraty com V.Exª, tivemos tempo suficiente, ficamos batendo papo depois do almoço. Não justifica a atitude do Evo Morales no Congresso Nacional. A não ser quem tem desprezo com a democracia e com o Parlamento. Compreendo a posição de V.Exª como homem de proa do Governo, e fazer uma defesa. Mas sabe de antemão que está defendendo um Presidente que desacatou o nosso Legislativo. No mínimo, deveria ter tido a consideração de ter mandado o seu Ministro das Relações Exteriores pelo menos vir ao Congresso pedir desculpas para justificar. As cenas aqui contadas são perfeitas. Toda a estrutura do cerimonial foi montada para receber um Chefe de Estado. E soubemos, pelo disse me disse, pela contra informação, ficamos aí algum tempo com banda montada, com todo o aparato que merece um Chefe de Estado. Na realidade, a solidariedade aqui

proposta, Senador Suplicy, V.Exª há de me permitir, é leve para o fato. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Heráclito Fortes, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Eu quero aqui parabenizar o esforço permanente do Senador Suplicy. O Senador Suplicy, é sem sombra de dúvida...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Esforço permanente em defesa do Partido dos Trabalhadores. E do Governo. Ele quase que é onipresente, como ele mesmo disse, que tinha saído para dar apoio à Audiência Pública do Ministro da Agricultura, e volta rapidamente para poder fazer a leitura do seu parecer neste processo. Mas Senador Suplicy, V.Exª, como democrata que é, e o nobre Senador Mão Santa, quando acrescentou um B ao seu partido, B de brasileiro. Então V.Exª deveria ter ficado exultante em relação a isso. Ele não o quis confundir com o PTB, partido, mas sim dizendo Senador Suplicy é do PT e é brasileiro. Entenda esse B como de brasileiro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Assim eu aceito. Que sou brasileiro e do PT.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Por dever de justiça eu quero que registre nos anais da Casa que o Senador Suplicy aceita a nova versão e repudia a versão anterior do PTB, embora seja da base de apoio do seu Governo. Fica nos anais.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu tenho todo respeito ao PTB mas eu sou do PT e brasileiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas Senador Suplicy, S.Exª, Presidente constitucional da Bolívia, Sr. Evo Morales, ele tem um desrespeito total com o Brasil. Ao contrário, como bem disse o Senador Eduardo Suplicy, nós brasileiros temos um carinho e uma admiração e respeito pelo povo boliviano. Mas não temos com relação ao Presidente atual, Sr. Evo Morales. Que tem, em todas as oportunidades, mostrado ser um adversário dos interesses brasileiros. Lamentavelmente, a Nação brasileira não se posicionou como deveria no episódio de um ano atrás, quando da invasão das instalações da PETROBRAS pelo exército boliviano. Lamentavelmente não se posicionou em defesa dos interesses brasileiros quando foi expropriada uma... Um investimento brasileiro numa planta de produção de ferro-gusa na Bolívia, por empresário brasileiro. Foi ciente em relação a essa questão. E foi conivente em relação à planta da PETROBRAS. Naquela altura o Governo Brasileiro disse que não aceitaria aumento do preço do gás fornecido ao Brasil. Naquela altura,

o Governo Brasileiro disse que não aceitaria a expropriação a não ser com a devida indenização dos investimentos brasileiros da PETROBRAS na Bolívia. E o que se viu? Se viu que, lamentavelmente, a vontade do Presidente Evo Morales foi feita, houve um aumento do gás brasileiro, e agora nós estamos discutindo que o Governo boliviano quer pagar 60 milhões para a PETROBRAS quando a própria PETROBRAS adquiriu as instalações por 102 milhões de dólares e investiu mais outros, mais de 100 milhões de dólares para modernizar aquelas instalações.

Então, Senador Suplicy, o que nós estamos fazendo aqui, eu acho que nós devemos votar, é um voto de solidariedade ao Congresso Brasileiro. Ao Presidente Renan e ao Presidente Chinaglia. Nós não estamos, como bem disse o Senador Mão Santa, e poderíamos ter pedido, um voto de repúdio ao Presidente Evo Morales. Então acho que é o mínimo que nós podemos fazer para defender os interesses brasileiros, e mais, defender o Congresso Nacional.

Então, eu lamento, mas mantenho o meu Requerimento e peço aos membros da Comissão de Relações Exteriores que seja dado ao Presidente Renan, ao Presidente Arlindo esse voto de solidariedade do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de colocar em votação, já que não há mais quem queira discutir, eu quero lembrar apenas, Senador Suplicy, que o item 01 da pauta que foi invertido, foi colocado outro item, exatamente para discutir-se as últimas medidas tomadas pelo Governo da Bolívia sobre a explosão de gás natural PETROBRAS. É outro assunto, mas há conexão. Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permite apenas, Sr. Presidente, é possível que alguns Senadores então votem favoravelmente ao Requerimento em que pese as explicações do Embaixador Felipe Tredinnick, mas é importante que possa o Embaixador então estar ciente de que, conforme o próprio Senador Eduardo Azeredo, V.Exª, eu próprio estava ali também aguardando a chegada do Presidente Evo Morales após o almoço que houve no Itamaraty, mas que esta explicação então chegou posteriormente ao episódio em que os Presidentes da Câmara e do Senado estavam aguardando o Presidente Evo Morales. Mas portanto, com todo o respeito ao Senador Flexa Ribeiro, que tem o direito de fazer isso, eu sempre sou solidário ao Senador Renan Calheiros e ao Senador Arlindo Chinaglia. Acho que teria sido positivo se tivesse, conforme V.Exª sugeriu, a visita aqui de por exemplo do Ministro de Relações Exteriores, que pudesse aqui dar a explicação da continuidade da reunião do

Presidente Evo Morales com o Presidente Lula, que teria impossibilitado, mas isso infelizmente não aconteceu. Mas pelo menos que saiba bem o Embaixador Felipe Tredinnick das razões desta votação aqui no Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em votação. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Aprovada a proposta do Senador Flexa Ribeiro. Com... Não, espera aí. Em votação o Relatório do Senador Suplicy. V.Exª tem razão. Em votação. Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. Rejeitado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Está votando a favor do Requerimento do Senador Flexa Ribeiro. Contra o parecer. Portanto, derrotado o parecer do Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É da democracia, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu fui chamado para dar presença, e quando cheguei aqui... Mas eu queria dizer que o meu pronunciamento, meu voto é a favor da manifestação do Senador Suplicy. Com todo respeito ao nobre Senador, eu acho que há momentos na vida em que nós temos que ter a devida compreensão do nosso papel. Na verdade, quer dizer, se nós formos analisar o que aconteceu, o Senador Flexa Ribeiro tem razão. Por um ato de grosseria do Presidente, e a solidariedade aos nossos dois Presidentes é correta. Mas acho que não fica bem para nós botar nos anais da Comissão de Relações Exteriores a repercussão desse ato. É muito mais interessante não tomar conhecimento desse ato, não ligar, dar a ele o desmerecimento que ele merece. Quer dizer, não vai ser o Sr. Morales, sei lá, que faz um ato grosseiro desse e que vai nos assistir. Fora lá uma outra autoridade, outra representatividade, eu era o primeiro a dizer: Vamos tomar uma providência. Mas essa é uma pessoa que está tomando atitudes grosseiras, está criando situações. E repare que no Brasil, que no início, e teve até um gesto que eu achei muito bonito, do líder do PSDB, que entrou com voto de protesto, repudiando, quase que rompendo relações com ele pelo que ele fez na questão da PETROBRAS. E naquela ocasião eu fiz um apelo para ele retirar, ele retirou e o que aconteceu? Aconteceu que hoje o Brasil está tomando as medidas que tem que tomar. É para valer? É para valer. O Brasil vai entrar em juízo se necessário, a nível internacional, mas as desapropriações das usinas da PETROBRAS,

nós vamos exigir o preço justo e se não quiserem dar o preço justo, nós vamos exigir a nível internacional que seja fixado... O problema é sério ali, Sr. Presidente? Algum problema sério ali, Sr. Presidente? Não há problema nenhum?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senadora Serys aqui nervosa, emocionada.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Fico com certeza que a Senadora Serys, aqui no Senado, a mulher tem o respeito que merece. Pelo amor de Deus. Ninguém atinge a Senadora Serys. Não sei o que, mas estou com V.Exª, Senadora. Então eu apenas diria o seguinte...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O parecer foi rejeitado.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – O parecer de quem?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O parecer do Senador Suplicy. Ele inclusive fez uma apologia à democracia consignando na Ata um voto em separado do Senador Pedro Simon.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Me permite, Senador. Eu gostaria de dizer, eu estava olhando para V.Exª. Eu não cheguei a contar os votos. A Senadora Serys observa que ela tem a impressão de que na contagem dos votos, todos estão aqui, pode ser que V.Exª tenha se enganado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós não podemos tratar nessa Comissão por ter impressão. Ou a gente trata por fatos concretos... E o que estranha é que a impressão da Senadora Serys tenha sido posterior. Eu até gostaria de que ela tivesse se manifestado--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ela só pede para que V.Exª--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – é matéria vencida. V.Exª me desculpe. É matéria vencida. V.Exª reconheceu, inclusive, louvou a democracia e nós estamos ouvindo o voto em separado do Senador Pedro Simon. Senador Pedro Simon com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu estou dizendo o seguinte, eu voto com o Senador Suplicy e vou além. V.Exª tem toda razão. Nós não podemos votar de disse que disse. Essa coisa toda. V.Exª tem toda razão. Agora, se desse pra gente fazer uma reconsideração, V.Exª decide, se nós pudéssemos... Até o Senador Flexa retirar essa moção, eu acho que seria muito bom para nós. Que é um negócio muito vexatório. Quer dizer, o Presidente lá da Bolívia, nós

estamos aqui esperando ele, ele não vem... Não vem, não veio. O que vamos fazer? Agora, uma questão muito mais séria. Nós vamos entrar em juízo, a PETROBRAS, aquilo quando se falou um mês atrás que a PETROBRAS não respondeu como devia, que o Presidente Lula não deu a resposta, eles invadiram a PETROBRAS, botaram militares lá e nós não fizemos nada... Estamos fazendo na hora precisa. Na hora que tem que fazer o Brasil está tomando a resposta que tem que fazer. Vamos responder, queremos tanto, 120 bilhões de dólares, se o senhor não quiser dar, vamos para o internacional. Agora, essa moção eu não estou discutindo. É pequena demais. Não soma para esse Congresso nós estarmos aqui discutindo um ato grosseiro do Sr. Morales, que faça bom proveito. Então eu voto com o Senador Suplicy. Mas se fosse possível dar um apelo, eu até retiraria essa moção e esqueceria dela.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Permita com todo respeito a V.Exª, ponderar o seguinte. Me parece que V.Exª contou o voto do Senador Pedro Simon como tendo sido a favor do Requerimento do Senador Flexa Ribeiro porque ele havia levantado a mão, mas conforme expressou agora com muita clareza, a sua intenção era de votar de acordo com o parecer que eu proferi. Portanto é possível que tenha havido uma contagem inadequada. E V.Exª teria contado como que cinco a quatro numa direção, quando a realidade foi cinco a quatro na outra direção.

Então, isso pode ser dirimido. V.Exª tem todos os elementos para dirimir a questão, porque os que votaram estão todos presentes. De maneira que é uma questão de respeito à democracia mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em homenagem aos milhões de votos que São Paulo lhe deu, queria que V.Exª contasse por mim aqui os votos. Lhe delego o direito de votar. Em homenagem a São Paulo. Conte os votos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas então precisaria que V.Exª pedisse aos senadores para votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Conte os votos. V.Exª está colocando em dúvida a decisão da Mesa. Contei cinco votos. Está aqui. Senador Eduardo, Senador Flexa, Senador Mão Santa, Senador João Tenório e Senador Paulo Duque. Agora eu gostaria de pedir à Assessoria tão interessada em defender o Sr. Morales que não se manifestasse. Acho fantástica a sua participação, mas no momento devido. Aqui é uma manifestação restrita aos que vieram para cá ungidos pelos votos do povo do seu Estado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então podemos contar os nossos?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Suplicy, V.Exª está fazendo uma coisa... Eu compreendo a ansiedade da Senadora Serys. Ela já acabou uma Sessão aqui--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V.Exª me deu o direito de fazer a contagem. Pela contagem deu cinco a cinco. V.Exª tem o direito de desempatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Desempato a favor do... V.Exª me obrigou a isso. Não gostaria de tomar essa decisão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Vou respeitar V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Acho uma atitude infantil porque já tinha sido tomada a decisão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Infantil não é.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª inclusive reconheceu a democracia, acatou o resultado, e aí, inspirado pela Senadora Serys que foi acudida pela sua Assessoria que é muito atenta com essas questões, lhe trouxe as informações e então reviu. Mas já como matéria vencida. Quero deixar isso registrado para que esses fatos não se repitam. Item 03--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Questão de Ordem, Sr. Presidente. Deixa só eu esclarecer que está havendo uma certa confusão. Na hora que o senhor contou, ficou a impressão de que tinha seis votos e o senhor tinha toda razão de ter dado aquele resultado primeiro, não estou negando isso. Com todo respeito. Porque pelo que eu entendi, o Senador Pedro Simon estava levantando o braço porque ele queria se pronunciar. E aí o senhor contou o voto dele. Não foi um equívoco. Foi seis a quatro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu contei o voto do Senador Pedro Simon como favorável ao Senador.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Então era cinco a cinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não era. Na hora tinha... Quem era o outro Senador que estava aqui presente?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Era o Eduardo. Foi cinco a cinco. Só para deixar claro. Foi cinco a cinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Bom, a verdade é a seguinte, houve erro, não houve erro, a questão só foi levantada quando já era matéria vencida. Evidente que...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Questão de Ordem. V.Exª conduziu com sabedoria a votação e deu oportunidade ao Governo de ter um segundo turno. E no segundo turno novamente V.Exª confirmou o resultado do primeiro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Heráclito, só uma questão que... Eu queria apenas ainda nós vamos discutir a questão da Bolívia mais à frente, mas o Senador Pedro Simon--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu preciso nomear agora o Relator, Senadora Serys não saia que esse assunto é de seu interesse. Nós vamos ter que nomear um Relator para ratificar o parecer do Senador. V.Exª não saia. Pois não, tem V.Exª a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Só porque o Senador Pedro Simon colocou a questão de que o Governo Brasileiro está reagindo agora corretamente. Está reagindo agora de maneira mais firme. Mas veja bem, a solução que está sendo encaminhada, Sr. Senador, não é a solução que o Brasil queria. O Brasil não queria vender as refinarias, não. O Brasil queria continuar trabalhando na Bolívia. A PETROBRAS queria continuar explorando os postos, queria continuar com a distribuição. Na verdade é uma consolação que está ficando, que é essa indenização que está em discussão, se o preço é justo ou não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O problema, Presidente, é que o Brasil queria continuar. Mas no Direito Internacional é um direito da Bolívia desapropriar as nossas refinarias, isso é um direito absoluto. O problema é desapropriar e não pagar. Ela tem que pagar o que vale. Agora, nós queríamos ficar para nós. Agora, se a Bolívia resolve desapropriar, isso, no direito internacional, existe. Em qualquer lugar do mundo o País pode nacionalizar uma empresa estrangeira. Agora, não pode é não querer pagar como a Bolívia está querendo. Então o Brasil fixou uma importância X, se dá, dá, se não dá, o Brasil vai recorrer à corte internacional. Concordo com V.Exª que nós queríamos ficar. Agora, existe um direito. Mas não botar a mão como estão querendo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Queríamos ficar. Está se buscando o menos mal.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para ratificação do parecer apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para relatar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Relatório portanto é favorável ao Requerimento do Senador Flexa Ribeiro na questão de que se trata de uma solidariedade aos dois Presidentes, não se trata de um voto de repúdio. Acho que poderíamos até en-

tender dessa maneira. Existe um abrandamento como colocou o Senador Mão Santa, portanto é favorável o Relatório *ad hoc*. O novo Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aprovado, portanto, a matéria. Passamos ao item 03. Comunico que por solicitação do Sr. Relator, será retirado de pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tem V.Exª a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Solicitaria V.Exª a inversão de pauta para votarmos o item 07. Eu tenho que ir a uma Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional. A Senadora Lúcia Vânia está me convocando.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Se não há discordância, é atendido. Item 07. Projeto de Decreto Legislativo nº 25. Aprova o texto de ajuste complementar ao acordo base de coordenação técnica, científica e tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Florestas, ecoturismo, educação ambiental e investigação hidrológica. Celebrado em 11 de novembro de 2002, em Santo Domingo. Autoria, Comissão de Relações Exteriores, Relator, Senador Flexa Ribeiro com o parecer favorável, a quem eu concedo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Heráclito Fortes...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Homenagem ao Embaixador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Homenagem ao embaixador e que muito me honra. Srs. Senadores, em atenção ao disposto no inciso primeiro do art. 49 da Constituição, que estabelece atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar os atos internacionais, o Poder Executivo enviou às casas legislativas a mensagem nº. 88 de 20 de março de 2003 solicitando a apreciação do ajuste em tela. O acordo se faz acompanhar de exposição de motivo do Ministro das Relações Exteriores da qual cabe destacar que a assinatura desse instrumento atende a disposição de ambos os governos de desenvolver a cooperação técnica em área de recursos hídricos.

Vamos à análise. O ajuste ora apreciado de natureza complementar ao acordo que lhe é procedente, tratado quadro de cooperação na área científica entre Brasil e República Dominicana, visa a específica cooperação na gestão ambiental e de recursos hídricos para a implantação de Projeto em parque localizado em território dominicano. Trata-se especificamente de

Projeto de manejo ambiental da bacia do rio Yaque do norte para o qual deverão contribuir técnicos brasileiros. Incumbe a esta Comissão cuidar prioritariamente dos aspectos de conveniência e oportunidade dos atos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil. No caso em tela, trata-se de acordo manifestamente ao encontro dos mais legítimos interesses de aproximação com o parceiro político e comercial de grande interesse para o Brasil. A República Dominicana é, com efeito, país que apresenta índices muito positivos de desenvolvimento econômico e estabilidade política, devendo estar presente na agenda da política externa brasileira. Como tem o final previsto para 30 meses após a incorporação, com o termo final previsto para 30 meses após a incorporação bilateral do ajuste, possui este o condão de prover aproximação com o País que pode se constituir um parceiro estratégico para o Brasil. O Caribe é a região na qual a presença brasileira está muito aquém das reais possibilidades da nossa política e economia. Região com a qual o Brasil realiza pouco intercâmbio cultural e tecnológico. Voto: Em face do exposto, por considerá-lo conveniente e oportuno o projeto de Decreto Legislativo nº 25/2007, somos pela sua aprovação. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em discussão. Senadores que é queiram discutir manifeste-se. Não há discussão. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ao item... Item 05. Trecho do tratado de extradição celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília 27 de janeiro de 95, Senador Suplicy. Veja a quanto tempo esse tratado encontra-se nos escaninhos burocráticos do País. Aatoria, Comissão de Relações Exteriores, Relator, Senador Crivella. Encontra-se ausente. Transfiro a Relatoria para o Senador Eduardo Suplicy, a quem passo a palavra. Item 06. Pelo contrário, ele está recebendo aqui um up grade em assunto nobre. Item 05. V.Ex^a está tendo dificuldade de encontrar o nº. 45. Nós compreendemos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Relatório do Senador Marcelo Crivella. Essa Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo 19 que aprova o trecho de tratado de extradição celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá em Brasília em 27 de janeiro de 95 que visa regulamentar o processo de extradição de pessoas acusadas de crimes em qualquer dos Países signatários tendo em vista para tanto as regras do direito internacional e as legislações domésticas das partes. Na Câmara dos Deputados a matéria foi distribuída

à Comissão de Relações Exteriores passando ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Levado ao Plenário em 23/96 foi o Projeto retirado da pauta de ofício em 8 de fevereiro de 2007, submetido à discussão e votação do Plenário em turno único, o PDS 19 foi aprovado com Emenda. A Emenda aprovada no Projeto de Decreto Legislativo pela Câmara dos Deputados introduz três alterações no tratado. A primeira é a supressão da linha B do item 06 do art. 06, expressão do item 02 do art. 22. A segunda condiciona a aprovação no Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do tratado sem quaisquer ajustes complementares que nos termos do inciso 01, do art. 49 da Constituição acarreta em cargos ou compromisso gravoso ao Brasil. A última prescreve que o Brasil não considera extradição para crimes definidos pelo art. 02, item 05, enfim, do tratado do qual se refere dos crimes cometidos fora do território do Estado requerente para os quais a extradição deverá ser concedida se a Legislação do Estado requerido prever pena para crime cometido fora de seu território, em circunstâncias semelhantes. Essa parte final do item 05 do art. 02 objeto de supressão tácita efetuada pelo art. 2º do projeto de Decreto legislativo aprovado pela Câmara faculta ao Estado requerido conceder a extradição, ainda que sua Legislação não puna crime dessa natureza.

O art. 01 do tratado dispõe sobre a obrigação contraída pelas partes, de acordo com suas respectivas legislações internas de extraditar reciprocamente a pedido pessoas presentes em seus territórios, para que responda ao processo penal ou para execução de sentença no Estado requerente crime passivo de extradição.

O art. 02 define que sejam crimes passivos de extradição. Condutas definida nas legislações de ambas as partes como crimes passíveis de punição na forma de privação da liberdade, por prazo não inferiores há um ano ou de pena mais grave. Os casos de crimes de natureza fiscal estão contemplados no diploma internacional como, por exemplo, questões referentes a impostos, direitos alfandegários controle cambial e outros. A extradição por um crime poderá ser concedida desde que o crime seja considerado como tal, no Estado requerente, na ocasião da ocorrência da conduta constitutiva do crime, desde que a conduta, caso ocorresse no território do Estado requerido, na ocasião da prestação do pedido de extradição, constituísse crime contra a Legislação em vigor no território do Estado requerido. Os Estados signatários deverão obrigatoriamente negar a concessão da extradição em casos específicos.

Conforme elencados no art. 03, estando vedada a sua concessão nas seguintes circunstâncias. Se em relação à pessoa cuja extradição for requerida houver sido proferida sentença definitiva no território do Estado requerido, pelo crime que deu origem ao pedido de extradição. Se na ocasião do recebimento do pedido de extradição, segundo a Lei de Uma as partes, se houver ocorrido a prescrição do crime ou da execução da sentença que tem imposto a pena privativa de liberdade. Se a pessoa requerida para extradição tiver sido condenada ou deva ser julgada na parte requerente por um Tribunal de exceção ou *ad hoc*. Se o ato pelo qual a extradição tiver sido requerida for de natureza exclusivamente militar, se a parte requerida tiver fortes razões para supor que a extradição for requerida com vistas a sua perseguição por motivos raciais, religiosos ou étnicos ou por suas convicções políticas. A extradição não deverá ser concedida ademais quando o ato que deu origem ao pedido de extradição for considerado crime político pelo Estado requerido.

A caracterização de crime político não deverá incluir atentado ou tentativa de atentado contra a vida de Chefe de Estado, de Governo ou membro de sua família. Crime com relação ao qual cada Estado contratante tem a obrigação em função de convenção multilateral de extraditar a pessoa reclamada ou de submeter o caso a consideração de suas autoridades competentes para fins de processo penal. Homicídio qualificado simples ou culposos, golpes ou ferimentos intencionais ou lesões corporais graves, rapto, seqüestro ou tomada de refém, ato de terrorismo.

O art. 04. Enumera a circunstância que torna facultativa a recusa pelo Estado requerido da extradição, como por exemplo quando o crime for punível por pena de morte no Estado requerente, quando o Estado requerido julgar, em função das circunstâncias pessoais, o indivíduo reclamado que a extradição será incompatível com considerações humanitária. Quando o Estado requerido se responsabilize pela instauração de processo penal relativo ao crime em questão.

O art. 05 dispõe que a extradição poderá ser recusada quando a pessoa cuja extradição estiver sendo solicitada em fórum nacional do Estado requerido. Art. 6, 7 e 8 versa sobre pedido de extradição seu encaminhamento e os documentos e o art. 09, sobre o idioma devem ser redigidos os documentos. O 12, trata da prisão para fins de extradição estipulando que, em caso de urgência, a parte requerente poderá encaminhar o pedido de prisão da pessoa se reclamada para a extradição até que seja recebido o pedido formal.

O 13 contempla a hipótese de haver a extradição de uma mesma pessoa sido requerida por vários estados, em pedidos concorrentes apresentando seqüên-

cias, segundo a qual serão dadas as preferências. Os 14 a 16 tratam da entrega do extraditando, seu adiamento e entrega de objetos. O 18 trata da extradição para um terceiro Estado, o 19 determina que o Estado requerido deverá informar o Estado requerente do tempo que a pessoa procurada esteve presa no Estado requerido, para que seja considerado para fins de redução de qualquer pena de privação de liberdade. O 20, determina que o Estado requerido arcará com despesas decorrentes de obtenção e custódia do extraditando até sua entrega ao Estado requerente, enquanto que este último arcará com as despesas decorrentes do transporte da pessoa para fora do território requerido. Do Estado requerido.

O 21, dispõe sobre os trâmites processuais e o 22 sobre a entrada em vigor e denúncia do diploma internacional em exame. O acordo visa coibir a criminalidade apresentando mecanismos que evitam o deslocamento do criminoso de um território para outro. Hoje, extraordinariamente, facilitado pelo grande avanço dos meios de comunicação possa gerar impunidade. Tal questão tem merecido crescente atenção por parte dos formuladores da política externa brasileira tendo o Brasil firmado um grande número de tratados de extradição com os mais diversos Países.

Ao permitir a recusa pelo Estado requerido à extradição de nacionais e proibir a extradição de perseguidos políticos ou de vítimas de perseguição, religiosa ou racial, ou ainda extradição por julgamento por Tribunal *ad hoc*, o texto respeita os dispositivos constitucionais pertinentes, bem como a lei 6815/80 conhecida como Lei do Estrangeiro. Ressalta-se ademais a presença no texto do ato internacional em exame de previsão quanto à extradição daquelas pessoas que tenham cometido crimes de natureza financeira, como as questões relativas a impostos e as finanças públicas. Trata-se portanto de matéria de elevada relevância social pois pretende elevar a impunidade de criminosos, configurando também importante instrumento de cooperação entre Países soberanos. Por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 19/2007 assina o Relator Senador Marcelo Crivella. É o Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Srs. Senadores que queiram discutir que o façam. Não havendo discussão, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos, portanto, ao item 08, Projeto de Decreto Legislativo 28 de 2007. Aprova o texto de acordo de cooperação cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e Armênia celebrado em Brasília em 7 de maio de 2002. Autoria da Comissão de Re-

lações Exteriores, a Relatoria pertence ao Senador Quintanilha que estando ausente foi substituído pelo Senador Pedro Simon a quem concedo a palavra para proferir o seu parecer.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Diz o voto do Senador Leomar Quintanilha. Trata-se de um acordo bilateral de natureza cultural, versado em nove artigos, dispondo um breve preâmbulo. Se evocar cláusulas imperativas o documento possui claro intuito que busca promover o incremento das relações culturais, mormente no âmbito da cultura popular, das artes plásticas e do cinema. Particular importância ao ato analisado injustamente, por ser a República da Armênia, ilustre ausente da política externa Brasileira. Em relação a qual tudo resta por fazer. Como nova fronteira a ser desbravada por nossa política externa, a Armênia constitui foco de interesse e de convivência pela ampliação de nossas relações. Consideramos o acordo digno de aprovação. Podendo ser denunciada a qualquer tempo por qualquer das partes. O acordo cultural contribui ainda para a aproximação do Brasil com potenciais radiados dos foros internacionais dos quais a Armênia participa. Por todo o exposto, consideramos conveniente a votação da matéria, Sr. Presidente. É o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em discussão. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aliás, em discussão. Os Senadores que é queiram discutir se manifestem. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº. 09. Requer nos termos regimentais seja apresentado voto de solidariedade aos membros do partido de oposição do Zimbábue, movimento para mudança da democracia da Assembleia Nacional Constituinte que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo. Aatoria, Senador Marcelo Crivella, não se encontra presente, transfiro a Relatoria à Senadora Serys Slhessarenko a quem passo a palavra para proferir o seu parecer. Item nº. 09, Senadora.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Requerimento nº. 14/2007. Requeiro nos termos regimentais seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de oposição do Zimbábue, movimento para mudança democrática e da Assembleia Nacional Constituinte, que estão sofrendo um grave cerceamento sem liberdade materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo. Justificação: As notícias que chegam de Harare dão conta que os membros dos partidos de oposição ao Governo do Presidente Robert Muga-

be, que planejavam fazer da polícia e do Governo um protesto, denominado dia de oração, foram detidos e sofreram por parte da polícia e do Governo agressões físicas de profundas gravidades. O líder da oposição, Sr. Morgan Tsvangirai, encontra-se hospitalizado com fratura de crânio, lutando pela vida, segundo o portavoz do partido Willian Bango, conforme notícias das agências de notícias, o Sr. Lovemore Madhukuo, Presidente da ANC, libertado da prisão sob custódia, encontra-se com um corte na cabeça, rosto inchado e um dos olhos praticamente fechado.

Sendo assim, urge que o Governo do Zimbábue, em respeito aos mais basilares Direitos Humanos, dê um tratamento humanitário aos políticos que labutam na oposição. O parlamento brasileiro, emanado com as causas democráticas solidariza-se com a luta desenvolvida pelos políticos de oposição do Zimbábue. Sala das sessões, Senador Marcelo Crivella, líder do PRB.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É o parecer em discussão. Os Senadores que é queiram discutir... Manifeste-se. Não havendo quem queira fazê-lo, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Srs. Senadores, nós temos o Requerimento aqui, mas antes eu quero Senador Simon, fazer um esclarecimento. Senadora Serys vai lhe alegrar muito. Eu não tenho compromisso com o erro. E lamento que nós tenhamos incorrido em um erro e somente agora a Assessoria da Mesa, agora pouco, 10 minutos, me chama atenção para o fato que é preciso ser revisto. O voto do Senador Flexa Ribeiro, como autor do Requerimento, não pode ser contado. Flexa Ribeiro. Não pode ser contado. Em sendo assim, regimentalmente havendo esse impedimento, eu quero consultar a Mesa... Eu quero consultar ao Plenário a decisão a ser tomada. Evidentemente que a matéria vencida é vencida.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – V.Ex^a me permite me inspirar em Petrônio Portela que nos oriente? Petrônio Portela só não muda quem demite do direito de pensar. Então V.Ex^a está pensando. Só não muda quem se demite do direito de pensar. Petrônio Portela.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aí, veja bem, uma vez não havendo empate deixa de ser computado o voto de desempate da Presidência. Lamento o equívoco. Não temos outra saída a não ser acatar. Lamentando, Senador Suplicy, que a Assessoria de V.Ex^a tão atenta não tenha lhe chamado atenção por esse pecado regimental cometido pelo Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes. Eu quero aqui manifestar meu respeito pelo seu procedimento. Assim como eu havia reconhecido que era democrática a decisão, e assim expressei, mas eu acho louvável que V.Exª, ainda nesta reunião, tendo tomado conhecimento de que houve este percalço na hora de interpretar os votos, tenha nos chamado atenção que isso foi objeto da não percepção, não apenas da Presidência, mas de todos nós, então nós somos co-responsáveis, mas em sendo V.Exª, inclusive tendo outro ponto de vista, quem está reconhecendo que assim deveríamos reconhecer que os votos então foram a favor do meu parecer, queria até dizer, eu já estava aqui fazendo uma ligação para o Embaixador da Bolívia para dizer para ele: Olha, infelizmente... Eu ia fazer, agora vou fazer com o sentido que vou relatar o que aconteceu e até vou ver se... Como nós vamos entrar no outro ponto, pelo menos para que ele saiba das coisas. Mas ele também vai ficar sabendo do sentimento que aqui houve de tantos. Porque todos nós, eu fui testemunha, estava ao lado de V.Exªs. naquele dia quando estávamos esperando o Presidente Evo Morales. Eu tinha a maior disposição de conversar com ele. V.Exª sabe que poucos dias antes da sua posse eu recebi o Presidente Evo Morales aqui no Brasil. Na verdade eu fui até o hotel onde ele se encontrava e entreguei uma carta a ele propondo que ele utilizasse algum instrumento que guardasse semelhança com o que lá acontece, V.Exª sabe e como todos aqui, de utilizar o sistema que ocorre tão bem sucedido ali no Alasca. Ele poderia fazê-lo. E gostaria de conversar com ele mais profundamente.

E infelizmente ele não veio aqui. Mas eu quero cumprimentá-lo, Senador Presidente Heráclito Fortes, pela atitude, reconhecimento e assim reconsiderar o resultado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tem V.Exª a palavra, Senadora.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Eu quero ser bastante breve, mas não poderia deixar de usar a palavra. Eu já havia dito no começo do certo desentendimento que nós tivemos aqui, que o Senador Heráclito Fortes era um democrata. Mas eu disse honestamente, sinceramente. Acho que ele percebeu isso inclusive. Podem alguns ter pensado que eu estava com outras intenções. Apesar dos entrevistos que a gente tem às vezes, as divergências com o Senador Heráclito Fortes, ele sabe da minha admiração que eu tenho por ele e que hoje Senador, o senhor cresceu muito no meu conceito. O que o senhor fez aqui hoje é uma coisa para marcar a posição diante de todos os Senadores. O que não é qualquer um que faz, que tem

esse tipo de atitude tão democrática como o senhor teve. Meus Parabéns. Minha saudação que eu tinha que deixar registrado aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradeço, mas quero dizer que não mereço nenhuma atenção a mais. Apenas cumpri com o regimento e acima de tudo, com o dever de consciência, coisa que, aliás, eu faço nos meus 25 anos de exercício de mandato Parlamentar no Congresso Nacional. Aliás, é uma coisa que eu procuro preservar exatamente o regimento dessa Casa. Há um Requerimento de minha autoria, convidando Srª. Len Ishmael, Diretora-Geral da Organização dos Estados do Caribe Oriental, para uma visita a esta Casa. Recebi a Srª. Ishmael acompanhado por um Diplomata, aonde, nesta visita, ela mostrou o interesse em dispor o sentimento de integração promovido por esta organização do Caribe. No espírito do bom relacionamento e dessa integração, achei por bem trazê-la para que a Comissão, numa data a ser combinada, pudesse ouvi-la. Portanto coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos agora ao item 01 da pauta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, sugiro que possa ser dada a informação por V.Exª sobre a missão da Comissão de Relações Exteriores que, em retribuição à visita recente do Congresso chileno, vai agora retribuir em missão ao Chile na próxima semana. Acredito que V.Exª possa dar a informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Apreendi com o PSDB mineiro que aqui está ao meu lado, o Senador Eduardo, que assunto de viagem a gente só fala quando volta. De qualquer maneira, quero dizer a V.Exª que esse assunto eu não posso tratar agora porque ainda está sendo fechado aqui, inclusive com o Presidente Renan Calheiros. De forma que me comprometo a esclarecer aos demais companheiros e a V.Exª logo que tenhamos todos os esclarecimentos sobre a questão.

O item 01 da pauta. Destina-se a discutir as últimas medidas tomadas pelo Governo da Bolívia sobre a exploração de gás natural realizada pela Petróleo Brasileiro, PETROBRAS, naquele País. Esse debate justifica-se pela repercussão da matéria na imprensa nacional e internacional e pelas graves consequências que tais medidas do governo boliviano poderão causar aos investimentos da PETROBRAS naquele País e ao fornecimento de gás natural como fonte energética não poluidora. Concedo a palavra ao autor, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado pela lembrança do Renato também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Lembro-me sempre dele, talvez mais do que V.Ex^a.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado. Srs. Senadores, Sr. Presidente, Sr. Relator, a questão realmente da Bolívia, a questão da PETROBRAS na Bolívia está se agravando, pelo que acompanhamos na imprensa e pelas informações agora colocadas. É evidente que o Governo Brasileiro, neste momento, está tendo a posição mais firme do que teve há um ano atrás, na defesa desses interesses. Mas a questão não se resume à PETROBRAS. Existem dificuldades também com os brasileiros que estão assentados ou que estão utilizando terras na Bolívia. E nós já tivemos a aprovação de uma Medida Provisória, de 20 milhões, para ajudar esses brasileiros que lá estão, mas as informações também são preocupantes. O Governo boliviano continua com ações hostis a estes brasileiros que lá estão. De maneira que a discussão por essa Comissão de Relações Exteriores se justifica para que nos possamos acompanhar um ponto da política externa que se mostra realmente muito grave nesse momento.

A posição da Comissão é importante para, eu diria que nesse momento, respaldar até mesmo a posição do Governo Brasileiro, depois do alerta que foi feito por diversos Parlamentares, ainda no ano passado. De maneira, Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, é que eu considero que nós não podemos estar fora dessa discussão que diz respeito aos interesses brasileiros na Bolívia, quer seja em relação à PETROBRAS, quer seja em relação aos brasileiros que estão em terras bolivianas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu acho que o que nós temos que manifestar aqui é um voto de confiança no Governo Brasileiro e na PETROBRAS de que deverão agir de acordo com os interesses do povo brasileiro. Eu, desde o início, recebi com muita estranheza a manifestação do Presidente da Bolívia. Porque ele tinha tido toda a simpatia do Presidente brasileiro. Tinha ido lá na sua eleição, até exagerando um pouquinho, lhe dando apoio, e votando a favor, manifestações a favor do povo boliviano, solidariedade do povo boliviano, e ação do Presidente, as manifestações e os discursos do Presidente foram realmente, absolutamente inconcebíveis e incompreensíveis. S.Ex^a quis prestar credibilidade, respeito a seu povo, alegria a seu povo eleitoralmente, ficar bem com o seu povo, mas não podia fazer isso em detrimento da amizade com o Brasil. O Brasil tem interesses, eu tenho dito isso

eu estou chegando agora como membro integrante do Congresso do Mercosul, e eu vejo de certa forma como é diferente. Enquanto o Brasil tem uma preocupação com a unidade da América Latina, isso não é bem o interesse da maioria dos outros povos. Parece quase que, de certa forma, o Brasil é o único País que eu vejo com vontade, mesmo que haja no Brasil, assim como tem na Europa, uma unidade da América Latina. O Governo, aquela altura, reagiu na verdade com muita sensibilidade, com muita calma. E até muita gente estranhou achando que, tanto o Lula e principalmente o Chanceler tinham que ser mais duros na resposta. E eu disse naquela oportunidade que achava que se chegaria ao entendimento, e nós, que temos essa tese de buscar a tentativa da unidade da América Latina, nós temos que ter cuidado, porque os que não querem isso são muitos. Quer dizer, e o americano joga com isso. E vai lá, e pega, quer fazer um acordo unilateral com o Uruguai, daqui a pouco o Chile... Nós temos que ter preocupação nesse sentido.

Mas agora é diferente. Agora é um fato concreto. Estão desapropriando a nossa PETROBRAS de lá. Mas tudo bem. O que o Senador de Minas Gerais disse que nós preferiríamos continuar. Mas é um Direito Internacional deles desapropriarem. Mas é o Direito Internacional eles pagarem o justo valor. E o que fica ruim, o Governo da Bolívia quer colocar nível internacional o Brasil e a PETROBRAS, uma situação imperialista, como as empresas americanas. O que absolutamente não é o que aconteceu. Quer dizer, a PETROBRAS foi lá na Bolívia, explorar o petróleo boliviano no sentido da solidariedade, do entendimento, do diálogo, da amizade. Não tivemos sentido das grandes empresas americanas que saem por aí a explorar o petróleo. Então acho que o Presidente da Bolívia foi infeliz ao querer nos colocar, o Brasil, como imperialista e colocar a PETROBRAS como uma empresa americana que está lá para explorar o petróleo boliviano, o que não é verdade.

Acho que nessa altura o Brasil fez a proposta dele e reparei que a proposta que o Brasil fez, claro que é bem superior que os bolivianos estão oferecendo, mas é inferior aos valores que se achariam que valeriam. Então, a Bolívia tem a palavra. Responder se quer ou não quer. O Brasil já disse e, acho que está correto, que vai recorrer aos organismos internacionais e os organismos internacionais vão fazer o devido preço que eles acham, fazendo o papel de terceira proposta que deverá ser aceita. Acho que nós devemos dar força ao Itamaraty, força ao Presidente da PETROBRAS, que eles negociem como eles estão fazendo. Com elegância, com capacidade, com respeito, mas defendendo

os interesses do povo, e do Governo Brasileiro que não podia ser diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a tem absoluta razão. Esse é um fato que não se esgota agora. Eu gostaria inclusive de pedir ao Senador Eduardo Azeredo que nós continuássemos essa discussão na próxima Sessão. Até porque nós estamos diante de um fato que é o limite marcado pelo Governo Brasileiro de meio-dia para uma manifestação da PETROBRAS. Enquanto isso, Senador Simon, vê-se aí o Presidente Evo Morales numa inabilidade diplomática, dizendo que está negociando com o Presidente Lula o preço da PETROBRAS, das refinarias na Bolívia, e que o Presidente está baixando, baixando, mas não chegou no preço que ele queria. Ora, a PETROBRAS é uma empresa privada, uma empresa de capital aberto. Quem sobe ou baixa preço das suas ações, ou do seu patrimônio é um Conselho. E não o Presidente da República. Daí porque acho que o Presidente Evo Morales coloca a nós brasileiros, coloca o Presidente da República, numa situação pelo menos delicada. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acho importante que tenha V.Ex^a, Senador Heráclito Fortes, Presidente, e o Senador Eduardo Azeredo, proposto esse debate. Porque é importante que o Governo boliviano, o Congresso boliviano, saiba que nós aqui estejamos atentos e estou de acordo com a manifestação do Senador Pedro Simon, no sentido de que possamos expressar a nossa confiança nas ações do Presidente Lula, da PETROBRAS, para que façam esta negociação da melhor forma possível. Eu acho que seria mais adequado por parte do Governo boliviano que continuasse a colaboração estreita com a PETROBRAS, ainda mais porque eles têm aprovado uma Lei de Hidrocarbonetos que proporciona ao Governo boliviano uma proporção muito acentuada dos royalties, dos impostos das receitas de gás e petróleo e poderiam estar continuando com a cooperação da PETROBRAS. Mas faz bem V.Ex^a de colocar este assunto para continuarmos o debate a respeito nas próximas reuniões.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, desde o início do Governo Morales que nós temos observado uma certa leniência, um certo fechar de olhos, do Governo Brasileiro com relação às atitudes comprovadamente ilegais no plano do relacionamento entre as nações, no plano econômico, prejudicando as atividades de várias em-

presas no País boliviano, e inclusive a PETROBRAS, a nossa maior estatal, que tem investimentos marcantes naquele País. Mas eu quero fazer justiça ao Presidente da PETROBRAS. O Presidente da PETROBRAS tem sido um defensor intransigente, duro, dos interesses da PETROBRAS. Desde o primeiro momento que ele tem se posicionado de forma firme contra as ameaças e as apropriações indébitas do Governo boliviano. O Presidente da PETROBRAS houve por bem, desde há primeira hora, representar os interesses da empresa de forma muito consistente. O contrário aconteceu com relação ao Ministério das Relações Exteriores e o próprio Governo. Que talvez levado por possíveis identidades ideológicas, tenha se firmado de forma frágil perante uma Nação, cujo Governo não tem tido o menor respeito com relação aos interesses legítimos do povo brasileiro, representados pela ação bem feita e positiva naquele País da PETROBRAS.

De sorte que, Presidente, a PETROBRAS é um orgulho do povo brasileiro. Construiu o seu patrimônio com muito esforço, exercendo a competência de seus técnicos, e hoje se tornando a maior empresa de petróleo, a maior empresa estatal do Brasil, desenvolvendo de forma científica, aproveitando o avanço tecnológico da exploração, e transformando o nosso País pioneiro em exploração de poços profundos, dando exemplos e servindo de padrão para várias nações do mundo inteiro que têm auscultado o Brasil no que se relaciona a esta exploração de poços profundos. De modo que eu quero felicitar a V.Ex^a e ao Senador Eduardo Azeredo por essa iniciativa em propor um debate em torno dessa questão que eu considero crucial. Porque ela representa, não só uma ameaça, mas uma afronta à autonomia do nosso País.

A empresa PETROBRAS é do Brasil. Se fosse uma empresa americana, por exemplo, prejudicada aqui no nosso País, da forma como a PETROBRAS está sendo prejudicada na Bolívia, não haveria apenas o protesto, no campo das relações internacionais, como ações específicas nos tribunais judiciais, nos organismos internacionais. Eu acho que, agora sim, o Governo Brasileiro está tomando uma atitude mais enérgica, usando dos mecanismos que estão às suas mãos para fazer face a esta invasão pretensiosa da Bolívia, nos setores que contribuem para o engrandecimento da nossa Nação, como é a PETROBRAS.

Eu quero então somar às providências que certamente vão ser tomadas pela PETROBRAS e pelo Governo Brasileiro, e esperar que a Bolívia se contenha na sua ação nefasta no relacionamento péssimo que mantém com o Brasil. Que tem sido um País leal, que tem sido um País que observa estritamente as regras internacionais, no respeito às nações do mundo inteiro,

principalmente as nações latino-americanas. E que se contenha na sua ação. E que o Governo brasileiro, de certa forma, depende da Bolívia no fornecimento do gás, se prepare para a montagem de uma infra-estrutura e o aproveitamento industrial de nossas riquezas que estão aí debaixo do nosso solo. Que o gás natural não seja utilizado pelo Governo da Bolívia para humilhar o povo brasileiro, para humilhar a nossa Nação. Por esta razão, Sr. Presidente, o Governo deve se preparar para o futuro, construir, através de suas próprias premissas, através da capacidade tecnológica que dispõe, a própria PETROBRAS e também dos poços que ainda não foram explorados, para que diminua, de uma vez por todas, essa dependência do gás que temos em relação ao gás da Bolívia. Parabéns a V.Exª e parabênizo a sua iniciativa e do Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não havendo quem queira discutir o assunto, eu vou encerrar a Sessão dizendo que na próxima reunião, quinta-feira, nós iremos iniciar com o mesmo assunto, uma vez que fatos estão ocorrendo e que é preciso que a gente acompanhe de perto esse episódio. Com a palavra V.Exª.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Antes de encerrar a Sessão, eu queria pedir a V.Exª que fizesse sugestões, através da Secretaria da Comissão junto à Mesa, porque existe um Requerimento de minha autoria, e já aprovado desde 2005, aguardando a decisão da Mesa ainda sobre a posição do Brasil de adesão a Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional. Essa Comissão, ela trata exatamente das questões ligadas ao Direito Internacional sobre vendas e compras e o Brasil não participa, apesar de 80 Países e dos principais parceiros brasileiros todos participarem desse organismo internacional. Os Países membros do Mercosul participam, quase a totalidade dos Países europeus, todos os Países da América do Norte e o Brasil não participou dessa entidade. E o meu Requerimento foi aprovado, mas ainda não há uma manifestação da Mesa em relação ao envio ao Itamaraty. Na verdade a falha não é do Itamaraty, a falha, no caso, é da Mesa que não encaminhou ao Itamaraty essa solicitação. Sem prejuízo da atuação, sempre eficiente do Embaixador Marco Antônio, eu gostaria que houvesse uma posição oficial a esse respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Fica feito o registro e a solicitação à secretaria da Comissão que coloque em pauta o assunto que V.Exª requer. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente Sessão.

(Sessão encerrada às 12h23.)

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA DEZESSETE DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às onze horas e doze minutos do dia dezessete de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores INÁCIO ARRUDA, MOZARILDO CAVALCANTI, VALDIR RAUPP, AUGUSTO BOTELHO, MARIA DO CARMO ALVES, SERYS SLHESSARENKO, MARCO MACIEL, FLEXA RIBEIRO, JOÃO RIBEIRO, PAULO DUQUE, ROSALBA CIARLINI, ROMEU TUMA, PEDRO SIMON, MARCELO CRIVELLA, WILSON MATOS E CRISTOVAM BUARQUE. Justificaram a ausência os Senadores Fernando Collor, Eduardo Azeredo, Mão Santa, Antônio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Sérgio Guerra e Eduardo Suplicy. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente dá início a apreciação das matérias da pauta. Item 01: Proposta dos Senhores Senadores Heráclito Fortes e Eduardo Azeredo de discussão das “últimas medidas tomadas pelo Governo da Bolívia sobre a exploração de gás natural realizada pela Petróleo Brasileira S/A – Petrobrás – naquela país”. Esse debate justifica-se pela repercussão da matéria na imprensa nacional e internacional e pelas graves consequências que tais medidas do governo boliviano poderão causar aos investimentos da Petrobrás naquele país e ao fornecimento de gás natural ao Brasil, como fonte energética não poluidora. O Presidente comunica que a discussão desta matéria continua na próxima reunião. Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 23 de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “Aprova os textos das emendas aos artigos VI e XIV.A do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), aprovadas por Resoluções da Conferência Geral da AIEA, em 1º de outubro de 1999.” O Relator Senador CRISTOVAM BUARQUE faz a leitura do seu Relatório. O Senador Mozarildo Cavalcanti assume a Presidência. Aprovado. O Senador Heráclito Fortes volta a presidir os trabalhos. Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de

Apatridia, celebrado em 30 de agosto de 1961.” O Relator “Ad Hoc” Senador ROMEU TUMA faz a leitura do Relatório. Aprovado. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.” A Relatora Senadora ROSALBA CIARLINI faz a leitura do seu Relatório. Aprovado. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.” O Relator “Ad Hoc” Senador MOZARILDO CAVALCANTI faz a leitura do seu Relatório. Aprovado. Item 07: Projeto de Resolução do Senado nº 12, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Guiana e dá outras providências.” O Relator Senador AUGUSTO BOTELHO faz a leitura do seu Relatório. Fazem uso da palavra para discussão os Senadores FLEXA RIBEIRO, ROSALBA CIARLINI, ROMEU TUMA e MOZARILDO CAVALCANTI. Aprovado. Item 08: Requerimento nº 28, de 2007 - CRE, de autoria do Senador César Borges, que “Requer, nos termos do inciso II do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, a fim de ouvir o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, para debater a apelação apresentada na Organização Mundial do Comércio – OMC, pela União Européia contra o Governo Brasileiro, pleiteando a abertura do mercado brasileiro à importação de carcaças de pneus ou de pneumáticos reformados.” Adiado. Item 09: Requerimento nº 27, de 1997 – CRE, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de ilustrar aos membros da referida comissão sobre a geopolítica mundial, em palestra a ser proferida pelo General de Exército Benedito de Barros Moreira, intitulada “A Nova Geopolítica Mundial e seus Reflexos para o Brasil”, com data a ser estabelecida.” O Senador ROMEU TUMA faz uso da palavra. Aprovado. Item 10: Requerimento nº 28, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Ministro Evandro Didonet, diretor do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério de Rela-

ções Exteriores, para explanar nesta comissão sobre as negociações do acordo entre o Mercosul e a União Européia.” Aprovado. Item 11: Requerimento nº 30, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Requer, nos termos dos artigos 90, inciso V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para esclarecer as graves informações emanadas pelo jornal Folha de São Paulo do dia 06 de maio próximo passado, segundo o qual “a privatização de satélites compromete a segurança nacional”. Torna-se necessário discutir as áreas de atuação dos satélites Brasilsat e a segurança nos serviços prestados pela banda X – usada para o tráfego de informações sigilosas e militares – após o processo de privatização ocorrido nesta estratégica área, convidando os representantes dos seguintes órgãos: Ministério da Defesa, Ministério das Comunicações, ANATEL e CADE.” Aprovado. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.” O Relator Senador MARCELO CRIVELLA faz a leitura do seu Relatório. Fazem uso da palavra para discussão os Senadores CRISTOVAM BUARQUE, PEDRO SIMON, MARCELO CRIVELLA. Aprovado. O Presidente da Comissão acata sugestão do Senador Cristovam Buarque para formação de Comissão de 3 Senadores para visitar a Bolívia. A Comissão será formada pelos Senadores Cristovam Buarque, Pedro Simon e Marcelo Crivella. O Senador PAULO DUQUE faz uso da palavra com relação ao Item 08 da pauta. O Presidente coloca em votação, como Extra Pauta, o Requerimento nº 32, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “Requer nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Doutora Rosália Arteaga Serrano, Secretária-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, para debater perante esta Comissão e a Subcomissão da Amazônia assuntos referentes aos problemas e soluções para o processo de desenvolvimento da Região Amazônica.” O Senador MOZARILDO CAVALCANTI faz uso da palavra. Aprovado. O Senhor Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e sete minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informati-

zada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Havendo número regimental declaro aberta a 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1º Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da Sessão da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à apreciação da pauta. Informamos que continua aberta, Senador Cristovam Buarque, o debate sobre os últimos acontecimentos envolvendo Brasil e Bolívia. Esse debate se estenderá também para a próxima reunião.

Item 02 da pauta, não terminativo, projeto de Decreto Legislativo 23. Aprova o texto das Emendas ao art. 6º e 9º... 6º e 14 do Estatuto da Agência Nacional de Energia Atômica, aprovado por resolução da Conferência Geral da agência em 1º de outubro de 1999. Autoria, Comissão de Relações Exteriores, parecer favorável do Senador Cristovam Buarque, a quem passo a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Sr. Presidente, esse é um Projeto, que como reza o processo, o Governo... O Poder Executivo assinou e nos submete para aprovar. Ele aprova os textos das Emendas do art. 6º e 14 pontuando o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica aprovadas por resoluções da Conferência Geral da AIEA em outubro de 99. O adiamento dessa aprovação deixa o Brasil numa posição indelicada, para dizer o mínimo, junto da Agência Internacional de Energia Atômica. O que é muito ruim. Porque com a crise ecológica o assunto da energia nuclear voltará certamente. É muito ruim porque nesse clima de pós 11 de setembro tudo que fala em nuclear geram suspeitas, e ficar fora desse acordo deixa, como eu já disse, o Brasil em situação incômoda. Na Câmara dos Deputados a matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores que elaborou o presente Projeto de Decreto Legislativo e emitiu parecer favorável à sua aprovação. Foi examinada também pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e a Comissão de Minas e Energia. Sendo afinal aprovado pelo plenário em 8 de fevereiro de 2007. Nesse sentido, o Senado está dando prova de agilidade e que eu felicito nossa Comissão que em poucos meses já está trazendo para a discussão quando lá na Câmara dos Deputados transcorreu ao longo de cinco anos para que houvesse a aprovação. A exposição de motivos nº. 169 do Ministério das Relações Exteriores de 17 de maio de 2002 que por coincidência faz aniversário hoje, explica que o art. 6º do

Estatuto da AIEA, objeto dessa Emenda determina a composição da junta de Governadores da instituição. À luz desse art. 6º, é importante lembrar, parte dos integrantes da junta é designada pela junta do exercício anterior. E a outra parte eleita pela Conferência Geral da Organização onde estão os Países.

Com base nesse critério de distribuição, compõe-se por 35 membros a junta, conta com 22 dos (inaudível) eleitos e 13 designados. A Emenda em tela acrescenta oito membros à junta que passa a contar com 43 ampliando proporcionalmente regional da Europa Oriental, África, País do Oriente Médio e Ásia Meridional.

Então é uma mudança, uma Resolução democratizante na tomada de decisões em caráter internacional. Segundo informa também a exposição de motivos, o grupo da América Latina do Caribe foi contemplado com um acento adicional a cada duas eleições em revezamento com os Estados, parte da Europa Oriental. O estatuto em vigor atribui à América Latina e Caribe seis vagas, sendo uma por designação e cinco eleitos. Esta que hora examinamos, dispõe que a região passará a contar com duas vagas a serem preenchidas por designação permanente e cinco vagas a serem preenchidas por eleição, com que estamos aumentando em uma vaga.

A Emenda do § A altera a periodicidade determinada para a Subcomissão pela junta de Governadores a Conferência Geral do Projeto de orçamento. Ou seja, ao invés de anual, essa passará a ser bienal. Objetivando harmonizar os ciclos de programas da agência. A junta de Governadores, com efeito, decidiu instituir programa bienal em lugar de anual, fazendo-se necessário tomar também essa medida no orçamento.

O parecer, Sr. Presidente, lembra que fundada em 1957, a Agência Internacional de Energia Atômica tem por objetivos a promoção da cooperação internacional nos usos pacíficos da energia nuclear e a garantia por meio da aplicação de salvaguardas de matérias nucleares sob a supervisão da agência não sejam desviados para a produção de armamentos. O Brasil é membro fundador da organização. Lembro também que além de não deixar que sejam desviados para produção de armamentos. A agência cuida de onde colocar os resíduos atômicos, que a gente sabe, é um problema crescente do planeta e nós fomos vítimas disso não faz muito tempo na cidade de Goiânia, em que pequenos resíduos geraram aquela tragédia que nós vimos. É por isso que tudo que diz respeito à Agência Internacional de Energia Atômica merece nossa rapidez na decisão. A Emenda ao art. 6º não reduz a representação brasileira e aumenta o número de vagas na junta para Países da América Latina e do

Caribe. A Emenda ao art. 14 visa simplesmente harmonizar ciclos de programa e orçamento, a exemplo de iniciativas semelhantes que estão sendo adotadas aos poucos por outros órgãos do sistema das Nações Unidas. Nenhuma das duas Emendas acarreta impacto orçamentário, segundo informa a exposição de motivo do Ministério das Relações Exteriores.

É por isso, Sr. Presidente, que o meu parecer é favorável à aprovação do Projeto Legislativo nº. 23/2007, considerando que não só deve ser aprovado, mas o mais rápido possível sancionado para que o Brasil fique em paz no conjunto das nações do mundo no que se refere aos cuidados com a energia atômica.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Item 03 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo 26/2007 aprova o texto da convenção para a redução dos casos de apatridia celebrado em 30 de agosto de 61. Autoria, Comissão de Relações Exteriores, Relator, Senador Suplicy. Eu queria apenas conferir. Essa data do acordo é 61? Senador Cristovam imagine um acordo de 1961 somente agora que está sendo discutido. Ausente o Senador Suplicy, nomearei o Senador Romeu Tuma como Relator “ad hoc”. Com a palavra o nobre Relator.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Determina o art. 49, inciso I, compete ao Congresso Nacional atribuição exclusiva de aprovar atos internacionais. Então, chamo atenção aqui a recente evolução do sistema regional de proteção aos direitos da pessoa humana. Na Europa e nas Américas no sentido de reconhecer o indivíduo à legitimidade da participação direta sem a intermediação do Estado nas suas instâncias contenciosas e consultivas respectivamente visando à proteção de seus direitos. Não retira do vínculo de nacionalidade sua importância como o amparo e a proteção primordiais ao indivíduo em face de seus contratempos e do próprio aparelho estatal contra a violação de seus direitos. Em âmbito internacional a personalidade jurídica dos Estados é ainda proeminente. E por seu intermédio às postulações dos seus súditos como empresas, no âmbito da OMC, ganhem vozes e são conduzidas. Observa-se que esses mesmos sistemas regionais de proteção dos direitos da pessoa humana e outros mecanismos como Tribunal Penal Internacional reconhece a jurisdição internacional

como complementar à nacional, motivo porque exige o esgotamento dos recursos internos como condição de reconhecimento das demandas que lhe são encaminhadas. Esta convenção para a redução de casos de apatridia em vigor desde 13 de dezembro de 75, resultante... Essa convenção é anterior a esse acordo. É de 75. E o acordo é de agosto de 61.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Está em vigor desde 75.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Desde 75, então nós estamos com um atraso infortúnio. Então aqui segue praticamente todos os itens do acordo. Não sei se muitos deles já foram praticamente esgotados na sua necessidade de constar aqui, mas por tudo quanto explicado por julgá-lo oportuno e conveniente somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 26, segundo o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Os Senadores que queiram discutir com a palavra. Ninguém quer discutir, encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 03. Não terminativo. Projeto de Decreto Legislativo...

Item 04. Projeto de Decreto Legislativo nº. 30/2007. Aprova o texto de memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo República de Cuba para cooperação técnica em matéria de saúde animal e sanidade vegetal celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2006. A autoria Comissão de Relações Exteriores, Relatora, Senadora Rosalba Ciarlini, a quem passo a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Projeto de Decreto Legislativo com fundamento no disposto do art. 49 -I da Constituição Federal o Poder Executivo por meio da mensagem nº. 3.394 de 13 de junho de 2004 submete ao Congresso Nacional o texto do acordo em epígrafe. O acordo foi apreciado pela Câmara dos Deputados que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da mensagem formulada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após exame também das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e Agricultura, Pecuária, Abastecimento e desenvolvimento rural. O Projeto de Decreto Legislativo derivado recebeu a chancela daquela Casa em 26 de fevereiro de 2007. Acompanha a mensagem presidencial a exposição de motivos do Sr. Ministro de Relações Exteriores na qual se dá destaque para o fato de que a assinatura desse instrumento atenderá a disposição de ambos os governos de detectar e dar prioridade às ações de

cooperação técnica em matéria de interesse comum tendo como objetivo lograr melhor controle das pragas das plantas ou doenças dos animais existentes e facilitar o comércio de bens agrícolas e pecuários entre os dois Países; Item B. Elaborar planos para prevenir a introdução e propagação nos respectivos territórios de praga das plantas e doenças dos animais sujeitos aos regulamentos quarentenários, bem como harmonizar conforme o caso, seus limite de tolerância; Item C, promover adoção de seus respectivos territórios de regras harmonizadas sobre higiene e tecnologia, no que diz respeito aos controles oficiais de produtos de origem animal e vegetal.

Análise do Projeto. O memorando analisado representa importante passo no sentido do aprimoramento das relações comerciais com Cuba ao normatizar temas de saúde animal prevenindo a invocação de normas fitossanitárias como barreiras não tarifárias ao comércio. Embora a nossa densidade comercial com Cuba esteja muito aquém das potencialidades dos dois Países, o memorando é o instrumento a mais no aperfeiçoamento do aparato técnico para o comércio exterior o qual há muito por fazer. Versado em 15 artigos memorando de entendimento, é documento padrão para classificação técnica de temas de saúde animal nos moldes dos acordos que o Brasil possui com mais de 20 Países. As normas invocadas estão dentro dos padrões internacionais sobre a égide de organizações internacionais especializadas da Organização Mundial do Comércio, da Organização Internacional de Epizootia que se ocupa da prevenção e do combate de zoonoses no âmbito internacional. Convém ainda destacar que o memorando aborda setor que interessa particularmente à economia brasileira haja vista a grande participação dos produtores nacionais no mercado internacional agropecuário.

Por todo o exposto, por considerar conveniente aos interesses do País o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 30/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 05. Há uma divergência aqui na numeração. Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre isenção parcial de vistos celebrado em Bucareste em outubro de 2004. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é sua autora.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Presidente, desculpa. É que o cinco é outra coisa. É Moçambique, na África.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V.Exª tem razão. O cinco foi retirado de pauta a pedido do Relator, que é o Senador Marcelo Crivella. Por isso que... Estamos no 6º. Mas mesmo assim é uma divergência de numeração. O Relator é o Senador... Comissão de Relações Exteriores, o Relator é o Senador Garibaldi Alves que se encontra ausente. Eu transfiro, portanto, a Relatoria para o Senador Mozarildo Cavalcante.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, com fundamento no disposto no art. 49 inciso I da Constituição Federal o Poder Executivo por meio da mensagem nº. 142 de 15 de março de 2005. Submete ao Congresso Nacional o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sob isenção parcial de vistos celebrado em Bucareste em 16 de outubro de 2004. O acordo foi apreciado pela Câmara dos Deputados que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da mensagem formulada por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Após exame também da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 17 de março de 2005. A mensagem presidencial foi recebida pela Câmara dos Deputados e o Projeto de Decreto Legislativo derivado recebeu a chancela daquela Casa em 8 de fevereiro de 2007. No Senado a proposição sobre comento foi distribuída a essa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 6 de março de 2007 e o Relator signatário após o prazo regimental de 15 dias no qual não recebeu Emendas, passou a seguinte análise. Cuida-se da apreciação de singelo, mas importante acordo internacional. Para estabelecer um fluxo mais ágil de pessoas Brasil e Romênia decidiram firmar um instrumento em análise em que definem a isenção de vistos em passaportes comuns no trânsito entre os dois Países. A relação diplomática entre Brasil e a Romênia tiveram início em 1880. Em 1927 a Romênia estabeleceu no Rio de Janeiro sua primeira Embaixada na América do Sul, e em 1929 o Brasil instituiu sua Embaixada em Bucareste.

Entretanto, a densidade do relacionamento ainda não traduz o potencial de intercâmbio entre os dois Países. O que pode vir a acontecer com os novos esforços diplomáticos e com o ingresso na Romênia na União Européia em 1º de janeiro de 2007. Após 50 anos de alinhamento da Romênia com o bloco soviético. Esse caráter do acordo está bem resumido na exposição de motivos do Ministro de Relações Exteriores que acompanha a mensagem presidencial no trecho transcrito abaixo. A assinatura do referido acordo reflete o interesse dos dois governos em desenvolver o relacionamento bilateral que se encontra em franca

intensificação facilitando mutuamente o deslocamento de nacionais brasileiros e romenos entre os territórios de ambos os Países. O presente acordo se faz oportuno ao tempo em que a Romênia passará a integrar o grupo de Países da União Européia que contempla livres transições(F) nacionais. O acordo está vazado em um breve preâmbulo e nove artigos nos quais se anotam as cláusulas de praxe. As mais importantes e dignas de notas são a isenção recíproca de vistos para o período de até 90 dias. A necessidade de comunicação à outra parte quando houve a modificação na lei interna sob entrada e permanência de estrangeiros. O direito de encurtar entrada em seu território de quem seja considerado indesejável e a hipótese de suspensão parcial do instrumento nos casos de segurança nacional, ordem pública ou proteção à saúde com a necessária notificação à outra parte.

O voto. Por todo o exposto, por considerarmos conveniente ao interesse do País, o voto é pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo nº. 33/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Problema de som aqui. Em discussão. Os Srs. Senadores que queiram discutir se apresentem. Não há discussão. Encerrada. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 08. Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Guiana e dá outras providências. Autoria, Senador Mozarildo Cavalcante, Relator Senador Augusto Botelho com parecer favorável a quem passo a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Relatório. Sr. Presidente, vou ser o mais rápido possível. Vem a esta Comissão para exame nos termos do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal o Projeto de Resolução do Senado nº. 12/2007. A proposição de autoria do Senador Mozarildo Cavalcante foi apresentada em 26 de março de 2007 e encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na mesma data. Acompanha a proposta justificção de seu autor da qual cabe destacar o seguinte. A Guiana é um País limítrofe ao Brasil especificamente na região norte do País e é de vital importância para escoamento de produtos brasileiros pelo Atlântico. Vou fazer um parêntese aqui. Porque entre Roraima, a Venezuela e Guiana existe uma área de lavrado, como nós chamamos, que é o cerrado, que tem um grande potencial para produção inclusive de cana-de-açúcar. Existe a possibilidade de num futuro próximo nós termos inclusive que fazer um alçooduto do Brasil de Roraima até o oceano. São apenas 500 quilômetros. Flexa, não fique rindo não, porque isso é uma coisa que você vai ver. (risos) Eles riem do gasoduto Brasil Venezuela que acho que no fundo não vai sair também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Ta bom. Obrigado. Vocês verão. No momento...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Nunca abandonou o sonho com os pés no chão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – No momento em que se buscam alternativas para alavancar exportações brasileiras é importante estreitar as relações como um País que pode auxiliar e facilitar o acesso dos produtos brasileiros aos grandes mercados consumidores.

Além dos aspectos econômicos, os intercâmbios científicos e culturais são metas que os brasileiros e guianenses aspiram e que poderão colaborar para o desenvolvimento de ambos os povos. O grupo Parlamentar ora proposto contribuirá bastante para alcançar os objetivos acima mencionados.

Análise. Mostra-se de todo conveniente e oportuna a proposta em apreço com estabelecimento de um grupo Parlamentar bilateral visando o desenvolvimento das relações Brasil-Guiana como decorrente aproximação dos poderes legislativos. O adensamento das relações não só políticos do Brasil com seus vizinhos, em especial aos Países com relação aos quais possuímos fronteiras setentrionais é de grande urgência e importância. Para os Estados da Federação localizados na região fronteira, tal aproximação poderá redundar em grandes benefícios como acesso ao comércio marítimo e a facilitação da inserção internacional de suas economias. Crises que no biênio 2004 e 2005 as exportações do Estado do Pará, Senador Flexa, e de Roraima cresceram em níveis muito superiores às exportações totais do Brasil. 26.4% o Pará e 60.9 Roraima. Em plano mais amplo o Brasil estenderá seus laços de cooperação e amizade com o vizinho hemisfério. Ademais, fomenta a parceria estratégica e regional, e sedimenta alianças importantes a serem úteis em nossos pleitos junto a organizações internacionais onde pelo princípio da igualdade das nações todos os votos de Estados soberanos independentemente de seus tamanhos, suas economias, seus poderes militar ostentado, sem distinção, tem o mesmo valor. Com níveis de comércio bilateral muito abaixo de nossas potencialidades, o mesmo ocorrendo com a cooperação tecnológica e cultural, Brasil e Guiana carecem de políticas conducentes a maior aproximação e interação em fronteira diplomática onde tudo resta por fazer Países. A criação do grupo parlamentar colaborará para maior aproximação política dos dois países fazendo na diplomacia o que a natureza já se encarregou de prover. Vale salientar por derradeiro que o Congresso Nacional tem buscado criar e dinamizar a atuação de

grupos parlamentares com as nações amigas. Fazendo da diplomacia parlamentar uma importante ferramenta na política externa. A maior participação do Poder Legislativo na condução da política externa não apenas com o controle das atividades do Executivo, é tendência das democracias modernas e devem ser implementadas também em na nossa cultura política.

O voto, Sr. Presidente. Em face ao exposto somos pela aprovação do projeto de resolução do Senado nº 12/2007, por sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, conveniência e oportunidade. Sendo ademais versado de boa técnica legislativa. É o que eu tinha a relatar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Heráclito Fortes, só para parabenizar o Senador Mozarildo Cavalcante, autor do Projeto que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Guiana e o Senador Augusto Botelho pelo seu parecer.

A relação entre o Brasil e a Guiana é importante, como já explicitou o autor no seu Projeto e o Relator no seu parecer, principalmente para a nossa região, a Região Amazônica, que é limítrofe com as Guianas. Então acho que essa proximidade, além de estreitar os laços comerciais, vai possibilitar o estreitamento dos laços também culturais e de amizade. Então quero só me colocar favorável ao Projeto e parabenizar tanto o autor quanto o Relator.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Presidente, se permitir...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Tuma para discutir.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – É que a gente, sempre nesta Casa surgem alguns relatórios que mexem com a história no nosso passado, na nossa atividade. Então, eu cumprimento o Senador Mozarildo por esse Relatório, porque alguns anos atrás na direção da Polícia Federal, eu fui com o Secretário-Geral do Itamaraty lá na Guiana. É sempre um sofrimento muito grande, pela miséria, garimpeiros brasileiros trabalhando na região e um tráfico de drogas muito intenso, saindo da região trocando por produtos... Por pimenta, especiarias, por cocaína. E faziam trecho Guiana entrando pelo Pará pelo Rio Amazonas na entrada do Rio Amazonas com a cobertura de várias ilhas que lá existem. Então acho que esse acordo tem uma importância muito grande para a Guiana que vai ter, sempre teve o apoio do Brasil, houve... Lá teve numa época que fomos, tinha dois governos. Um General e o Presidente. Então era uma coisa terrivelmente a composição de confronto. E o Brasil intermediava para realmente

trazer maior tranquilidade. Eu acho que isso servirá à Guiana como também ao Brasil, principalmente no aspecto da segurança e colaboração efetiva com a Guiana e aqueles brasileiros que lá vão buscar alguma forma de sobrevivência. Parabéns, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Mozarildo com a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero aqui ressaltar realmente a importância desse... Da criação desse grupo Parlamentar porque o Presidente Lula, quer dizer, o Poder Executivo tem procurado estreitar os laços, tanto diplomático quanto comerciais com a Guiana. Agora, nós de Roraima estamos realmente, é a parte do Brasil que faz fronteira com a Guiana. Aqui é bom explicitar que se trata da ex-Guiana inglesa. Portanto, a Guiana que era colônia da Inglaterra. Essa depois da sua independência passou por período de declínio da sua economia e realmente a população sofreu bastante. E agora o Governo realmente está, vamos dizer assim, procurando deslanchar o desenvolvimento e essa diplomacia Parlamentar, como foi ressaltada, é fundamental, não só no aspecto econômico como no aspecto social, no aspecto cultural haja vista que até há um Projeto já elaborado pelo Governo Federal de fazer o chamado Projeto Arco-Norte que vai sair, portanto, ligar a capital do Amazonas, capital de Roraima, passando pela Guiana, ex-Guiana inglesa que é atual Guiana, o Suriname, a Guiana Francesa e ligar até o Amapá. Então isso é uma integração efetiva da região, digamos, mais estratégica do País que eu considero que é justamente a região extremo norte do País. Portanto, eu gostaria de pedir o apoio de todos os companheiros para a aprovação desse Projeto de Resolução.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item 08 está sendo retirado de pauta pela ausência do autor que é o Senador César Borges.

Item 09. Requerimento nº. 27/2007. Requer nos termos regimentais a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com o objetivo de ilustrar os membros da referida Comissão sobre a geopolítica mundial em palestra a ser proferida pelo General de Exército Benedito Barros Moreira, intitulada a nova geopolítica mundial e seus reflexos para o Brasil com data a ser estabelecido. A autoria é do Senador Romeu Tuma. Em discussão, os Srs. Senadores que queiram discutir--

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Sr. Presidente, só houve uma recomendação desse Gene-

ral que conhece bem as mudanças geopolíticas que vem a ocorrer no mundo e inserção do Brasil. Então eu sugeri, se possível, fosse ouvido e dar uma explicada sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Já fez a explicação. Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Nós solicitaríamos ao Senador Tuma que se encarregue de articular data da vinda do General Benedito Barros Moreira a esta Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A Mesa indaga ao Senador Marcelo Crivella se ele encontra-se em condições...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É o seguinte, V.Ex^a lendo o item que foi cancelado, a pedido da sua Assessoria, V.Ex^a tem mais três itens do qual é Relator. Podemos...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sim, senhor. Presidente, posso fazer esse relatório--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Então pronto. Vamos ao Item 10. Requerimento 28. Requeiro nos termos do regimento que seja convidado o Ministro Evandro Didonet, Diretor do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores para explanar nessa Comissão sobre negociações do acordo entre o Mercosul e a União Européia. O autor é o Senador Marcelo Crivella. Está em discussão. Srs. Senadores que queiram discutir a matéria o faça agora. Não existindo discussão, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Item 11. Requerimento nº. 30. Requer nos termos do art. 90, inciso V e 93 inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão para esclarecer as graves informações emanadas pelo Jornal Folha de São Paulo do dia 6 de maio próximo passado, segundo qual a privatização de satélites compromete a segurança nacional. Torna-se necessário discutir as áreas de atuação dos satélites BRASILSAT e a segurança dos serviços prestados pela banda X - usada para o tráfico de informações sigilosas e militares. Após o processo de privatização ocorrido nessa estratégica área convidando os representantes dos seguintes órgãos. Ministério da Defesa, Ministério das Comunicações, ANATEL e CADE. O autor é o Senador Marcelo Crivella e coloco a matéria em discussão. Não havendo quem

queira discuti-la, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Vamos agora...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Item 05, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Item 05. Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Moçambique sobre a cooperação técnica e procedimento nas áreas sanitárias e fitossanitárias celebrado em Maputo em 05 de novembro de 2003. A autoria é Comissão de Relações Exteriores, o Relator cujo parecer é favorável é o Senador Marcelo Crivella a quem passo a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, esse acordo foi feito na primeira viagem do Presidente Lula em 2003 para África. É o acordo de cooperação na área fitossanitária, na área também de alimentos. Sr. Presidente, o voto é favorável. Mas eu gostaria apenas de uma rápida reflexão. A África começa o seu processo de colonização desde a época dos fenícios, século X antes de Cristo. Depois passa pela África os gregos, os romanos, há um período em que esse processo de colonização se esfria e volta com o final da Idade Média, com as potências marítimas européias ocupando parte do litoral africano. Sr. Presidente, nós temos incrustações francesas, e portuguesas, a África Ocidental, a África... Portugal. Em Angola e Moçambique, e os ingleses e holandeses na província do Cabo. Depois, Sr. Presidente, ao linear do século XX vem o processo de colonização há mais ou menos cem anos.

O homem africano, Sr. Presidente, sempre foi o homem da sua família. Do seu clã, da sua tribo. Ele dava em primeiro lugar lealdade a isso. Ele nunca foi o homem da sua região. Com a colonização das potências européias começa a existir na África uma divisão geográfica que não faz sentido a esse homem. E quando esse processo de descolonização se inicia, 50 anos depois, após a Segunda Guerra Mundial, Senador Cristovam Buarque, nós começamos a ver um processo de balcanização na África. Porque aqueles líderes que são os revolucionários das independências, que estudaram na França, no Reino Unido, na União Soviética, na Alemanha Oriental, alguns nos Estados Unidos herdaram a pior doutrina política já produzida na Europa que é a teoria da nacionalidade. Eles voltam, e criam os Estados. Para cada Nação um Estado. Ora, essa estrutura de poder tem um custo. Mas a África, nessa altura, ela é uma África agropecuária. Do homem do campo. Que começa então a pagar todo esse custo. É a luta do produtor de riqueza contra o produtor de poder. E começa a haver um

esvaziamento, a transferência cambial que o Brasil viu também. Das riquezas agrícolas levadas para as zonas urbanas. O homem do campo desestimulado sai da produção agrícola, vem para a capital, ali onde se distribui as benesses do poder, principalmente se ele for da tribo do governante, da etnia do governante, ou até da família do governante. Eles fazem isso através daquelas caixas de controle de preços do cacau, do algodão, do café... Mas o que ocorre é um confisco, uma transferência cambial vultuosa, levando a uma situação de pobreza e miséria e muita fome. Muitas guerras civis e problemas de toda ordem. Esses líderes assumem, se perpetuam no poder. Até hoje nós temos Roberto Mugabe no Zimbábue, até hoje. (inaudível) saiu quando morreu. (inaudível) saiu só quando morreu. Zé Eduardo está até hoje na Angola.

De tal maneira, Sr. Presidente, que esse acordo que fazemos de cooperação agrícola é para resgatar um pouco dessa grande, eu diria, tragédia que a África sofreu. Vivi lá 10 anos que foi o esvaziamento da sua produção agrícola, da sua extração, do seu extrativismo, da sua pecuária em função desses novos líderes que eram os produtores de poder.

É assim, Sr. Presidente, que dou meu voto favorável e peço aos companheiros que votem também porque é uma maneira da EMBRAPA ajudar essa Nação Moçambique.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (DEM-PI)** – Com a palavra, para discutir a matéria, o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)
– Presidente, eu creio que a fala do Senador Crivella é uma das mais lúcidas, Senador Crivella que eu vi aqui em muitas Sessões nossa. Ele traz uma história que é verdadeira. A formação das nações africanas foi fruto de imposição de fronteiras. Muitas vezes definidas pelos próprios líderes. Mas artificialmente. Algumas etnias, clãs foram divididas. Metade de um País, metade de outro País como o Senador Crivella sabe tão bem. E ao mesmo tempo ficaram lutando dentro dos Países. Então ao fazer esse Projeto o Brasil está podendo dar a sua contribuição para esse continente que a gente tem tão rico e ao mesmo tempo com tanta pobreza. Eu só quero aproveitar a fala do Senador Crivella e lembrar que nós precisamos tomar cuidado com algo que acontece aqui na nossa fronteira. A Bolívia hoje é um País ameaçado de secessão. A gente está concentrando a nossa discussão entre PETROBRÁS e Brasil. Na verdade, o Brasil, independente de qualquer empresa tem que se preocupar com que vai acontecer na Bolívia. Há hoje uma clara manifestação da chamada meia-lua de Tarija a Santa Cruz de manifestar-se independente da Bolívia, se a Constituição

que terminará de ser feita em agosto não reconhecer a binacionalidade dentro de um só País.

Imagine, Senador, se a gente aceitasse que no Brasil a gente tivesse três, quatro Países juntos. E não Estados apenas. Eles têm declarado, Senador Pedro Simon, Senador Crivella, Mozarildo, de que se a Constituição não prevê que haverá duas nações, dois Países e aí o petróleo e o gás pertencem só a um. Que só um tem, o altiplano não tem petróleo, nem gás que onde mora a população pobre que se beneficia hoje da distribuição que ocorre com os *royalties* do gás, eles querem ficar com isso. Hoje se fala em uma entidade chamada Arcon Latino Americana que eu li recentemente fala em 15 mil pessoas armadas prontas para serem mobilizadas numa guerra que vai colocar o exército boliviano que está solidário a Evo Morales com a população que quer se tornar independente, até o nome já tem. Chama-se República Camba, que é o nome que se usa para as pessoas dessa região. Não tenha dúvida que imediatamente haverá uma interação de apoio do Governo venezuelano na parte norte pelo acordo que existe e é óbvio que os Estados Unidos vão entrar na parte sul. O Brasil não pode imaginar que vai se beneficiar dessa tragédia. E aí? Imagine quantos refugiados virão se houver essa guerra para a fronteira mais próxima que é o Brasil. 200 mil, 300 mil, 500 mil? O que é que vai acontecer com os estudantes brasileiros que lá estão? Nós não estamos atentos a isso. Eu creio que a gente deveria, aproveitando a lição da África, tentar dar mais atenção à Bolívia. Não apenas na relação com a PETROBRÁS, mas na relação de Estado. Daqui a mil anos não vai haver mais PETROBRÁS, mas vai haver Bolívia e Brasil convivendo com a fronteira que nos amarra mais do que nos separa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas o que o Itamaraty fala disso que o amigo está apresentando?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)
– Não tenho conhecimento. Mas seria o caso da gente... O Senador Heráclito já abriu aqui essas audiências sobre a Bolívia, mas a gente ainda está concentrado, sobretudo, na parte da PETROBRÁS. Eu creio, Senador, aproveitando a fala do Senador Crivella, a gente deveria ir além. Talvez criar uma Comissão de Senadores que aceite ir a Bolívia aqueles que tem coração bom por causa da altura, para ouvir os dois lados todas as pessoas. Eu sei que hoje já começa a ter jornalistas brasileiros conversando com os líderes dessa tendência separatista. É um risco que o Brasil vive. E a gente tem que ver como é que nesse processo se comporta. E não pode. Pode até ser neutro, mas não alheio.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V.Ex^a está autorizado a criar essa Comissão com até três Senadores.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Terei o maior prazer, mas nesse caso teremos que pagar a passagem do meu cardiologista para enfrentar os quatro mil metros de altura. Mas a gente leva um médico. Leva o Mão Santa que ele cuida disso. Mas eu fico satisfeito e vou cuidar disso. Não sei se o Senador Crivella tem interesse, Pedro Simon, mas seria bom que a gente fizesse uma visita para tentar ouvir essas pessoas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O assunto que V.Ex^a está expondo é sério demais. A gente vê isso no jornal, a gente vê essas informações, e não tem contra-informação nenhuma. O problema do Brasil Bolívia com relação à PETROBRÁS é... A rigor pode ser até um problema que já resolvido. Quer dizer, era uma onda não sei o que. Agora, essa divisão da Bolívia é o que o americano quer. É o que o americano quer. Pegar aí e bota duzentos para ficar e fazer a linha de neutra desses dois lados. Isso é uma gravidade. Agora, é o Brasil, é o Chile, é a Argentina, é o Paraguai. Ninguém tem interesse nisso.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Vou dizer mais, o Peru é ameaçado. Porque se isso acontecer, o sul do Peru que é de aimaras que é de (inaudível) vai se unir a essa parte do sul do Peru a essa parte do norte da Bolívia.

Então, a gente está nas vésperas de um processo de balcanização, como disse o Senador Crivella, mas não da forma que na África era positivo, então, se ninguém mexesse neles os clãs funcionavam. Aqui é um retrocesso que pode trazer conflitos muito sérios e com migrações fortes para o Brasil.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu acho que comportava uma conversa com o Chanceler.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V.Ex^a aceita ser voluntário dessa missão?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Acho que o espírito do... O espírito do Dr. Ulysses encarnou no nosso Presidente. Na nossa regional executiva houve um determinado momento que o Chico Pinto não podia apresentar uma proposta nenhuma. Era uma época de ditadura, época difícil, fazia propostas duras. O Dr. Ulysses não tinha dúvida. A proposta está boa. O senhor está encarregado. Vá fazer. O espírito do velho Ulysses encaixou em ti. Mas eu aceito e vou falar com o Chanceler o mais breve possível.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Porque não vamos os três ao Chanceler, em primei-

ro lugar? Indica três pessoas e vamos conversar com ele primeiro antes de passar por cima.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E eu aceito.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E eu aceitarei também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Então... Com a devida concordância da Comissão designados para essa Comissão. E quero parabenizar todos, ao Senador Cristovam pela idéia da discussão desse tema que é um tema do qual não podemos livrar no momento, e ao Senador Crivella por essa iniciativa, com relação aos irmãos africanos. V.Ex^a que tem uma vivência grande lá no continente, mais do que ninguém pode falar sobre o que acontece naquela área. E acho que nós brasileiros temos uma responsabilidade histórica relevante com relação a todo esse questionamento. Daí porque me congratulo com V.Ex^a por ter tido a oportunidade de trazer e de relatar matéria dessa relevância nesta Casa. A escolha de V.Ex^a como Relator é exatamente por tudo que aqui foi dito. Senador... Encerrada a discussão. Senador Crivella com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Se entendi então, Sr. Presidente, o senhor acaba de designar uma Comissão composta pelo Senador Cristovam Buarque, por mim e pelo Senador Pedro Simon...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Exatamente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E pelo senhor próprio?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não. Está delegado... Senador Simon, ninguém se atreve presidir uma delegação da qual V.Ex^a faz parte. V.Ex^a é o Presidente nato. Está definido. Imagine. V.Ex^a invocou Ulysses Guimarães. Imagine. Até em respeito a Ulysses, eu me atreveria a presidir uma Comissão no qual V.Ex^a está... Está nomeado. Não tem jeito. Irrecusável até o convite.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Por aclamação. Então, Sr. Presidente, a Secretaria da nossa Comissão faria o comunicado ou V.Ex^a me incumbem de marcar essa...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V.Ex^a tem poderes para juntamente ouvindo o Senador Simon, que é o nosso chefe, fazer as tentativas no sentido.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E faríamos um Relatório para a Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Exatamente. Se achar conveniente convidar alguém posteriormente para vir aqui ou se

deslocar até a Bolívia. Aí os passos seguintes serão tomados de acordo com a necessidade de acordo com que os senhores acham, mas conveniente e necessário. Mais alguém querendo discutir o assunto? Não. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Nada mais havendo a tratar... Senador Paulo Duque com a palavra.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Foi retirado da pauta um Requerimento a respeito de um determinado assunto que é uma preocupação muito grande em todos os Estados, creio que da maioria dos brasileiros. Que é o Item 08, requerimento que convoca ou convida o Ministro das Relações Exteriores para prestar esclarecimento sobre uma matéria que deve preocupação sua e todos os membros da Comissão, de todo o Senado, de todo o Congresso e vai por aí. Aquela que há um Requerimento contra o Brasil ou uma iniciativa contra o nosso País que não quer permitir a abertura do mercado brasileiro à importação, a vinda de carcaças de pneus usados de todas as partes. A idéia é botar o Brasil como lixo das carcaças dos pneus usados. Esse Requerimento eu gostaria de saber se voltará à pauta brevemente, se... Qual é a finalidade dele... Porque foi retirado...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, V.Exª talvez não estivesse ainda. Retirou-se da pauta pela ausência do seu autor, que é o Senador César Borges. Mas ele retornará à pauta na próxima semana. Acho da maior importância essa discussão. Tem absoluta razão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Essa proibição está existindo na parte do Governo Brasileiro. Não se pode aceitar carcaças de pneus usados aqui. Não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É verdade. É uma questão polêmica aonde existem posições inclusive conflitantes dentro do próprio Governo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Eu pergunto a V.Exª, algum País, é de seu conhecimento que algum País permita esse tipo de operação comercial?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Evidente que infelizmente existe Países que permitem. Agora é preciso exatamente que essas circunstâncias sejam analisadas. Nós temos Países vizinhos, pelo que eu li aqui. Eu conheço muito pouco esse assunto e essa matéria. Mas é uma questão que... Daí porque feita a opção de colocar para próxima Sessão para que o Senador César Borges possa inclusive prestar esclarecimentos sobre essa matéria.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sobre a Mesa Requerimento de autoria do Senador Mozarildo Cavalcante.

Requeiro nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Drª. Rosalia Arteaga Serrano, Secretária Geral da Organização, Tratado de Cooperação Amazônica para debater perante a Comissão e Subcomissão da Amazônia esta Comissão e Subcomissão da Amazônia, assuntos referentes aos problemas e soluções para o processo de desenvolvimento da Região Amazônica. Sala das sessões, 17 de maio de 2007, Senador Mozarildo Cavalcante. Coloco em discussão o Requerimento. Com a palavra o autor.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma breve defesa desse Requerimento, porque nós todos estamos ouvindo toda hora em todos os meios de comunicação e aqui mesmo na Tribuna do Senado, a preocupação com o aquecimento global, e a Amazônia sempre colocada como um ponto importante com relação à questão das queimadas, etc. Mas, a Amazônia que nós estamos aqui nos referindo é a Amazônia de todos os Países que têm essa região. O Brasil, Venezuela, Peru, Bolívia... Enfim. E essa Drª. Rosalia Arteaga Serrano, é justamente quem coordena todas as ações nesses Países. Eu tive a oportunidade de ouvir uma palestra dela e como Presidente da Subcomissão achei que é muito importante para a nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ouvi-la e termos, inclusive, uma noção do que está sendo feito nesse particular no Tratado de Cooperação Amazônica de todos os Países envolvidos.

Portanto, eu gostaria de pedir o apoio dos colegas para que possamos ouvi-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Mozarildo Cavalcante, V.Exª fica encarregado de fazer as tentativas no sentido da marcação da data da vinda da sua convidada a esta Comissão. Parabênio pela permanente vigilância que tem com os assuntos da Amazônia. V.Exª tem se destacado nesta Casa como um defensor da sua região que merece de todos nós nessa Comissão o respeito por essa sua determinação.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente Sessão.

(Sessão encerrada às 12h07.)

SECRETARIA DE COMISSÕES**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL****SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE
ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE
MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, REALIZADA NO DIA OITO DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS ONZE HORAS.

Às onze horas do dia oito de março do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **FERNANDO COLLOR**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senhores Senadores **MÃO SANTA, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, INÁCIO ARRUDA E JEFFERSON PÉRES**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. O Presidente faz a leitura da composição da Subcomissão e instala os trabalhos. **Item 01:** Requerimento Nº 1, de 2007 – SSPMC, de autoria do Senador Fernando Collor, que *Requer, na forma do disposto no Art. 58, § 2º, Inciso V, da Constituição Federal e no Art. 90, Inciso V, do Regimento Interno, seja convidado o Sr. José Goldemberg para participar de Audiência Pública nesta Subcomissão de Mudanças Climáticas e proferir palestra sobre o tema “Perspectivas da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto e o Papel do Brasil”*. Aprovado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHA-

MENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, REALIZADA NO DIA OITO DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS ONZE HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Mão Santa. Então eu levarei pessoalmente às suas mãos para colher a sua assinatura. O Senador Joaquim Roriz, o Senador Romeu Tuma, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Cristovam Buarque. E como Suplentes o Senador Inácio Arruda, o Senador Augusto Botelho, o Senador Valdir Raupp, Senador Leomar Quintanilha, Senadora Rosalba Ciarlini, e Senador Papaléo Paes, além do nosso grande Senador Jefferson Péres.

Então o Presidente interrompeu a reunião da Comissão de Relações Exteriores para que fosse realizada a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Mudanças Climáticas.

Havendo número regimental declaro aberta essa 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A pauta é exatamente a instalação da Subcomissão que acaba de ser feita e a votação de requerimentos. Eu me permitiria apresentar um primeiro Requerimento para a 1ª reunião de trabalho que seria na próxima quarta-feira, dia 14 de março, às 10h da manhã, aqui na sala de reuniões das Sessões da Comissão de Relações Exteriores.

Eu gostaria de apresentar aos senhores um Requerimento de convite ao nosso primeiro palestrante que eu peço a permissão de sugerir aos senhores.

Requerimento 01/2007 da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas vinculada à Comissão de Relações Exteriores.

Requeiro na forma do disposto no art. 58, § 2º inciso V da Constituição Federal e no art. 90, inciso V do Regimento Interno, seja convidado o Sr. José Goldemberg para participar de Audiência Pública dessa Subcomissão de Mudanças Climáticas e proferir palestra sobre o tema: “Perspectivas da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto e o Papel do Brasil”. Justificação: O físico e Prof. José Goldenberg personifica hoje no Brasil uma das maiores autoridades nas questões ligadas ao meio ambiente, especialmente no que tange as tratativas, acordos e relacionamentos entre as nações quando na busca de soluções para os graves problemas ambientais enfrentados em todo o planeta. Além de coordenador da Conferência Mundial do Meio ambiente Rio 92, foi Ministro da Educação, Secretário de Ciência e Tecnologia da Presidência da

República, Secretário do Meio Ambiente da Presidência da República e do Governo de São Paulo, Reitor da USP, e atualmente ocupa a cadeira de professor do Instituto de Estudos Avançados daquela Universidade de São Paulo.

Seu currículo profissional e experiência de Governo, inclusive de âmbito internacional por si só já o credenciam a subsidiar de forma altamente qualificada os trabalhos e debates dos temas relevantes dessa Subcomissão, como é o caso aqui proposto das perspectivas e do papel do Brasil diante dos resultados e acordo da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto. Sala da Subcomissão, 08 de março de 2007, por mim subscrito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem. Então eu convocaria todos os Srs. Senadores membros da Subcomissão para a próxima e 1ª Reunião com Audiência Pública em que será ouvido o Prof. José Goldenberg na próxima quarta-feira, dia 14 de março, às 10h na sala da Comissão de Relações Exteriores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, REALIZADA NO DIA QUATORZE DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas do dia quatorze de março do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **FERNANDO COLLOR**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senhores Senadores **JOÃO RIBEIRO, MÃO SANTA, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, AUGUSTO BOTELHO E VALDIR RAUPP** e dos seguintes convidados: Senadores **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, ARTHUR VIRGÍLIO, EPITÁCIO CAFETEIRA, EXPEDITO JÚNIOR, FLEXA RIBEIRO, MARCO MACIEL, MARCONI PERILLO, MARIA DO CARMO ALVES, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** e Deputados **REBECCA GARCIA, CARLOS SOUZA, FERNANDO GABEIRA, EDUARDO GOMES E FLÁVIO RAMALHO**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente faz a leitura do Plano de Trabalho da Subcomissão para próximas

reuniões e distribui aos membros para ser votado na próxima reunião. O Senhor Presidente concede a palavra ao Professor **JOSÉ GOLDEMBERG** para fazer sua exposição. Fazem uso da palavra para discussão da matéria os Senadores **MARCO MACIEL**. O Presidente da Subcomissão convida o Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas para compor a Mesa. Continua a lista de oradores com os Senadores **AUGUSTO BOTELHO, Deputada REBECCA GARCIA, ARTHUR VIRGÍLIO, FLEXA RIBEIRO, Deputado EDUARDO GOMES, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, MARCONI PERILLO, MÃO SANTA, Deputado CARLOS SOUZA, Deputado FERNANDO GABEIRA e EDUARDO AZEREDO**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e treze minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada da presente reunião. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, REALIZADA NO DIA QUATORZE DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Srs. Senadores, Sr. Prof. José Goldemberg, havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Aqueles que concordarem permaneçam como estão. Está dispensada a leitura da Ata. Em votação. Aprovada a dispensa.

Passamos agora à apreciação da pauta. Eu me permitiria trazer aos senhores, e eu vou pedir para que o Secretário da Comissão distribua para a crítica de cada um dos Senadores membros desta Comissão a proposta de plano de trabalho da Subcomissão Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Proposta do plano de trabalho. Primeiro: Tratamento do tema da mudança climática pela Subcomissão. A Subcomissão pretende examinar o tema sob o

ponto de vista das questões de relações internacionais para a construção do regime das mudanças climáticas que se iniciou com a Conferência-Quadro assinada no Rio de Janeiro em 1992. As questões centrais que se colocarão são:

Um: Compreensão do fenômeno da mudança climática de acordo com as concepções científicas mais atuais que se disponham;

Dois: Análise das respostas institucionais das nações, tanto no nível dos tratados como nas políticas nacionais e mais especificamente as respostas do Governo Brasileiro sempre no sentido de sua repercussão na consolidação do regime internacional;

Três: Avaliação sobre as necessidades atuais para o avanço do regime no sentido de obter melhores resultados ante o agravamento da situação e das recentes comprovações das causas humanas do fenômeno. O regime internacional sobre mudanças climáticas nasceu com as negociações e a assinatura da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática no Rio de Janeiro em 92, passando pela negociação e assinatura do protocolo de Kyoto em 97 pela conclusão das questões pendentes do protocolo da 7ª Conferência das Partes em Marrakech em 2001, culminando com as mais recentes negociações que tem como pano de fundo os resultados do painel intergovernamental sobre mudança climática que vem sendo praticados desde fevereiro de 2007. O Brasil teve uma posição de liderança no processo de negociação da Convenção-Quadro sobre Mudança Climática entre 90 e 92 quando sua política externa se diferenciou das posições estritamente economicistas predominantes até então.

Entretanto a Convenção permaneceu, dadas as condições políticas vigentes como uma declaração de intenções e não chegou a firmar compromisso global de redução de emissões como estava sendo negociado pelo Brasil.

Nos anos seguintes, nas negociações do Protocolo de Kyoto, o Brasil se opôs a compromissos de redução da taxa de crescimento futuro das emissões de carbono por parte dos Países emergentes. Ao estabelecimento de mecanismos flexibilizadores de mercado e a inclusão das emissões derivadas de mudanças de uso da terra.

Em maio de 97 o Brasil fez uma proposta original, a criação de um Fundo de Desenvolvimento Limpo - FDL, que se abasteceria das multas aos Países desenvolvidos que não cumprissem as metas de redução de emissões. A proposta foi apoiada pelos Países em desenvolvimento e rejeitada pelos Países desenvolvidos.

Em outubro de 97 os Estados Unidos e o Brasil elaboraram uma nova versão do FDL que passou a ser chamado de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. O MDL criou a possibilidade dos Países desenvolvidos cumprirem parte de suas metas de redução de emissão condicionada ao financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável nos Países em desenvolvimento. Os principais instrumentos do regime são, portanto: A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climática assinada no Rio de Janeiro em junho de 92 e o Protocolo de Kyoto, assinado em Kyoto em dezembro de 97.

Um dos problemas fundamentais da viabilidade desse protocolo deriva do fato dele ter sido resultado de uma negociação difícil e emergencial, além disso, vários artigos chave ficaram em suspenso para serem discutidos em Conferência posterior.

Desde a IV Conferência das Partes realizada em Buenos Aires, em 1998 até a sexta em Haia, de 2000, tem predominado o impasse na negociação dessas questões pendentes.

O Protocolo de Kyoto dividiu os Países em dois grupos. Os pertencentes, membros da OECD e Países do ex-bloco comunista do leste europeu e os não pertencentes ao anexo um. Os dois primeiros grupos, ao contrário do segundo, tem compromissos obrigatórios de emissões máximas para o ano de 2010, ainda que as do segundo grupo possam tê-los em data posterior a essa. Nesses cenários de impasses institucionais os câmbios climáticos apresentaram no período recente crises agudas que rapidamente difundiram a existência do problema para o conjunto da sociedade.

Ao mesmo tempo, os cientistas alcançaram demonstrar que a ação do homem tem sido a principal causa do aquecimento global e que a profundidade dos efeitos já materializados acarretará décadas para que se possa conseguir alguma recuperação. Cabe a todos a partir de agora colaborar no sentido da superação dos impasses e na construção passo a passo das medidas que desmontem essa bomba relógio para o planeta. A Subcomissão sobre Mudanças Climáticas do Senado Federal reivindica-se à missão de proporcionar o entendimento da questão do clima como um problema global, planetário, que, portanto, incorrerá na demanda para a ação consertada das Nações, arranjo de tratados, estabelecimento de compromissos com toda a carga de negociação internacional que isso implica. Inserir-se, portanto, nesse processo e propiciar-lhe transparência e com isso auxiliar a divulgação e a construção das ações políticas necessárias, será a nossa missão.

Objetivo da Subcomissão: A Subcomissão destina-se ao “Acompanhamento, estudos e monitoramen-

to da implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre mudança climática assinado no Rio de Janeiro em 92, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação sobre a perspectiva da política externa brasileira por meio da formulação de proposições e normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo”.

Ainda no Requerimento, sua justificação destaca que a Rio 92 representou a primeira abertura mais concreta para um debate sobre as severas agressões que o planeta está sofrendo, livre de antigos antagonismos ideológicos de forma a se permitir à consecução dos objetivos globais de passe e desenvolvimento sustentável.

Terceiro: O escopo. O Requerimento para a criação dessa Subcomissão Permanente determina com bastante eficácia o seu âmbito de atuação. O aprofundamento do conhecimento sobre o assunto agregou conhecimento à perspectiva das relações externas do Brasil e capacitou os Senadores para a formulação e suporte de proposições eficazes no manejo do tema.

A Subcomissão há de servir como um colegiado técnico político no Senado Federal que funcione como uma caixa de ressonância do tema de modo a repercuti-lo para toda a sociedade e assim trazer maior conscientização sobre o assunto e possíveis formulações legislativas que auxiliem a implementação das medidas.

Porém, principalmente, pretende-se que a Comissão funcione como um Fórum sobre os instrumentos internacionais em vigor e em negociação para que se permita o aprofundamento do compromisso brasileiro com as metas de combate ao aquecimento global. Para exercer suas atribuições, a Subcomissão realizará basicamente Audiências Públicas externas e no Senado Federal, além de seminários, podendo ser conveniente executar outros tipos de atividades.

Preliminarmente destacam-se os seguintes setores a serem auscultados em Audiências Públicas e seminários.

Um: Universidades e centros de pesquisas;

Dois: Sociedade civil e Organizações Não Governamentais;

Três: Imprensa especializada;

Quarto: Autoridades e representantes estrangeiros;

Quinto: Setor industrial;

Sexto: Ministério das Relações Exteriores.

Deve-se promover a mais ampla difusão das atividades da Subcomissão, e inclusive se for possível com a requisição de jornalista do Senado Federal para

cobertura integral de seus trabalhos. Deve-se prever a elaboração de relatórios parciais e final, ao término de cada período em que se considere inclusive a formulação de proposições legislativas para a apreciação pelo Senado.

Além disso, as transcrições dos debates poderão ser impressas e filmadas para a mais ampla difusão quando a abordagem merecer. Sala da Comissão.

Isso aqui com a permissão dos Srs. Senadores, e, sobretudo, do Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Azeredo, aqui presente, Prof. Goldemberg, eu gostaria de que fosse distribuído para cada um dos Senadores membros e suplentes da Comissão e de modo que na Sessão seguinte dessa Subcomissão nós pudéssemos aprovar com os acréscimos, retificações dos senhores membros Senadores dessa Subcomissão, e para dar tempo também para que nós levemos essa sugestão de agenda e de pauta à consideração da Comissão de Relações Exteriores a qual nós estamos submetidos.

Hoje está previsto uma Audiência Pública com o Prof. José Goldemberg. Lerei o Requerimento. Requeiro na forma do disposto no art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal e no art. 90, inciso V do Regimento Interno, seja convidado o Sr. José Goldemberg para participar de Audiência Pública nesta Subcomissão de Mudanças Climáticas e proferir palestras sobre o tema Perspectivas sobre a Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto e o papel do Brasil. Justificação: O físico e Prof. José Goldemberg personifica hoje no Brasil uma das maiores autoridades nas questões ligadas ao meio ambiente especialmente no que tange as tratativas acordos e relacionamentos entre as nações quando na busca de soluções para os graves problemas ambientais enfrentados em todo o planeta. Além de coordenador da Conferência Mundial do Meio Ambiente Rio 92, foi Ministro da Educação, Secretário de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, Secretário do Meio Ambiente da Presidência da República e do Governo de São Paulo, Reitor da Universidade de São Paulo, e atualmente ocupa a cadeira do professor do Instituto de estudos avançados daquela universidade.

Seu currículo profissional e experiência de Governo inclusive de âmbito internacional por si só já o credenciam a subsidiar de forma altamente qualificada os trabalhos e debates de temas relevantes dessa Subcomissão como é o caso aqui proposto das perspectivas e do papel do Brasil diante dos resultados e acordos da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto.

Tenho o prazer, portanto, de passar em nome dos Srs. Senadores, membros desta Subcomissão, a palavra ao Prof. José Goldemberg, que muito nos honra

com a sua presença e que tenho certeza com as suas palavras irá estabelecer um diálogo fluído com essa Subcomissão e esclarecer diversos aspectos do tema que foi escolhido para ele tratar nesta 1ª Audiência Pública da Subcomissão de Meio ambiente vinculada à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Eu passo a palavra ao Prof. José Goldemberg.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus amigos. Sr. Presidente, eu tomaria a liberdade e não fazer uma apresentação formal, com números e dados que podem ser encontrados em literatura, e, sobretudo, depois que a internet tomou conta do mundo graças a medidas que nós tomamos sorrateiramente em 1991, essa informação está disponível amplamente. E o próprio Requerimento que o senhor leu e a justificativa para a criação da Comissão coloca, eu creio que relativamente bem qual é a atualidade do problema.

Sr. Presidente, o problema é o seguinte: O problema é que as mudanças climáticas deixaram de ser uma curiosidade científica, o que elas eram até 1980, aproximadamente que para se tornar uma realidade que nós todos estamos começando a presenciar. Não sei se os senhores tiveram oportunidade, seguramente alguns dos senhores tiveram a oportunidade de assistir o filme que o ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, Albert Gore preparou e que não só um filme muito bonito, mas que dá informações científicas acuradas em relação ao que se passou até o presente. O filme exagera um pouco nas projeções. Eu não sei se algum dos senhores já assistiu o filme. Ele pinta um futuro um pouco cataclísmico. Mas eu não creio que seja preciso fazer qualquer esforço de fazer projeções cataclísmicas, porque a situação como ela está atualmente ela já é suficiente para dar origem a preocupações. E eu estava mencionando há pouco, na ante-sala, um dado novo que foi identificado pelo Institucional Nacional de Pesquisas Espaciais, em relação ao nível médio do mar na Costa Brasileira. Como a gente lê sempre notícias de que uma das primeiras consequências de aquecimento global será o aumento do nível do mar, nada mais relevante do que perguntar como é que isso afeta o Brasil. E de fato o Instituto Nacional de pesquisas espaciais fez uma análise de dados que existem há mais de cem anos, porque a Capitania dos Portos ela mede creio que desde o século 19 o nível do mar nessas diversas... Em diversos pontos da Costa Brasileira. É difícil medir o nível do mar, como os senhores sabem, porque existem essas oscilações e o aumento do nível do mar é pequeno. De modo que é preciso fazer estudos ao longo de muito tempo. Eles foram feitos, meus amigos, e o resultado é um resultado muito interessante.

Durante o século 20, o nível do mar na Costa Brasileira subiu em média 4 milímetros por ano. 4 milímetros por ano não é muito. E por isso que é difícil de apresentar evidência conveniente. Mas a evidência convincente é apresentada quando a gente olha no período de cem anos. Porque nos últimos cem anos o nível do mar na Costa Brasileira subiu aproximadamente 40 centímetros em média. Felizmente a Costa Brasileira ela é uma Costa que tem um declive razoável na maioria dos locais aqui no País. Mas se isso tivesse acontecido em Bangladesh, por exemplo, uma parte importante do território de Bangladesh já teria sido coberto pelo mar. E justamente um dos grandes problemas que nós estamos começando a enfrentar, é que se esse processo continuar e está continuando até o presente, haverá um aumento do nível do mar e seguramente mais um metro no século 21. Porque no século 21 estão sendo emitidas quantidades muito maiores de gases que provocam efeito estufa do que foram emitidos no século 20. Ou seja, os problemas que nós estamos começando a enfrentar eles são reais, eles não são problemas que representem um tema de interesse dos cientistas, mas é algo que vai afetar a vida de todas as nações e dos brasileiros em particular.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):
[pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Isso mesmo. Vai todo mundo para Minas Gerais. Existe uma estimativa, Senador, do que acontecerá até o final do século 21 se continuarem às tendências que estão sendo verificadas hoje. Haverá 200 milhões de refugiados ecológicos. No mundo todo. E muitas daquelas ilhas do Pacífico desaparecerão. Eu achei muito interessante esse número que eu descobri recentemente porque de fato basta ler notícias de jornais dessas capitais que ficam situadas na beira do Atlântico para verificar que a Praia de Piedade está desaparecendo. É fácil converter esses quarenta centímetros em coisas que nós podemos presenciar e presenciamos. Esse número é um número médio. Em alguns lugares ele pode ser maior e alguns lugares ele pode ser menor. É como a variação de temperatura, meus amigos. O que se prevê é que com o aumento dos gases de efeito estufa na atmosfera, a temperatura da Terra vai aumentar um mínimo de 1,5 graus e o máximo de 5 graus nos próximos cem anos. Há uma faixa de incerteza entre o mínimo de 1,5 grau e o máximo de 5 graus. Vamos tomar o mínimo. 1,5 grau. As pessoas podem achar que 1,5 não é nada de extraordinário porque nós sabemos perfeitamente que nós podemos suportar temperaturas um pouco mais altas, um pouco mais baixas. Sucede meus amigos que esse é um aumento médio da tem-

peratura. E 1,5 grau no momento médio da temperatura da Terra é uma enorme variação das condições da terra. E a maneira de convencê-los disso é o seguinte: Há dez mil anos atrás houve a última das glaciações. Na última das glaciações todo o hemisfério norte foi coberto por gelo e neve, e na Europa, em particular, havia uma camada de cerca de um quilômetro de neve e gel. Isto é, o que nós estamos vendo no Ártico hoje se espalhou por todo o hemisfério norte.

Há oito mil anos atrás a temperatura média da Terra caiu 8 graus, o que provocou a última Idade do Gelo foi uma queda de temperatura de oito graus na média. Em alguns lugares é claro que ela foi 40 graus inferior à média, em outros lugares ela foi menos. Mas em média foi isso. Ou seja, o sistema em que nós vivemos é extremamente sensível a variações médias da temperatura. E esse é o problema que nós estamos enfrentado. Quem causa este problema? Quem causa este problema, principalmente, é a emissão de combustíveis fósseis. Cerca de 80% da energia que é gerada no mundo provém de combustível fósseis. Não é a situação do Brasil. O Brasil nesse ponto de vista tem uma situação privilegiada e eu abordarei essa questão um pouquinho mais adiante. Mas globalmente, 80% da energia, não só elétrica, como energia usada para transporte vem de combustíveis fósseis. E os grandes consumidores de carvão no mundo são os Estados Unidos, a China e a Índia. A Europa também, mas em menores quantidades. E esses Países são grandes emissores e não são parte desses instrumentos que foram adotados em 1992 na Conferência do Rio de Janeiro.

Como foi dito no documento que o senhor leu, de uma maneira correta, o que ocorreu em 1992 foi à adoção de uma Convenção sobre Mudança do Clima, e sob a sua Presidência. O senhor era o Presidente da República. E nos preparativos para a Conferência do Rio, houve um enorme trabalho preparatório porque as grandes nações estavam se mostrando extremamente reticentes em aceitar qualquer compromisso. O senhor provavelmente lembrará, Presidente, que numa determinada ocasião o senhor convocou o Itamaraty e enviou uma missão do qual eu chefiar a missão como Ministro da época que foi à China, a Índia e aos Estados Unidos conversar com os Presidentes ou Primeiros-Ministros desses Países para sensibilizá-los para o fato de que a Conferência de 1992 era uma Conferência importante e que precisava tomar medidas para evitar o que se entendia na época iria acontecer.

São passados 15 anos, as previsões de 1992 não só se confirmaram, mas elas se mostraram piores do que se acreditava naquela ocasião. A Conferência se realizou no Rio de Janeiro, foi uma mega Conferência

das Nações Unidas, eu creio que foi a Conferência a qual o maior número de Chefes de Estado compareceu. De todas as mega Conferência das Nações Unidas. E foi adotado este documento que é a Convenção sobre Mudança do Clima.

Esse documento ele é um documento muito interessante, ele tem a retórica correta. Toda retórica do documento é correta. No, entretanto, os Países industrializados resistiram a adotar medidas concretas e curiosamente os Países em desenvolvimento contribuíram de uma maneira bastante significativa para que isso ocorresse. Isso é mencionado no documento que o senhor leu. E eu creio que isso foi um equívoco. Os senhores vejam, o artigo que eu considero central nessa convenção é o art. 4º, § 1º. Todas as partes, partes da convenção. Levando em conta as suas responsabilidades comuns, mas diferenciadas e suas prioridades de desenvolvimento, objetivos e circunstâncias específicas nacionais e regionais devem... E aí tem uma lista de coisas que elas devem fazer. Fazer inventários, tomar providências, e há um apelo para que as nações desenvolvidas, as nações industrializadas reduzam as suas emissões.

Bom, meus amigos, a linguagem desse artigo ele acabou dando origem a um período de grande imobilismo, porque responsabilidades comuns, mas diferenciadas é tão genérico que acabou sendo interpretado por muitos Países como um passaporte para a inação e houve durante vários anos então uma troca de acusações que não levou a nenhuma solução positiva. Os Países em desenvolvimento argumentando que os responsáveis pelo aquecimento global eram os Países industrializados, porque eles começaram a poluir antes, e basearam o seu desenvolvimento no uso de combustíveis fósseis, e agora que chegou a vez dos Países em desenvolvimento se desenvolverem, eles não poderiam fazê-lo porque isso contribuiria para o efeito estufa. E, portanto, a China, a Índia e o Brasil e os demais Países em desenvolvimento se recusaram a assumir qualquer compromisso e os Países industrializados assumiram compromissos vagos. Isso se tornou evidente e houve um grande movimento de reação a essa linguagem vaga e no Protocolo de Kyoto em 1997 se tentou corrigir essa situação. Quem foi importante na Conferência de 1997 foi o então Vice-Presidente dos Estados Unidos, Albert Gore, que chefiou a delegação americana. E de fato ele conseguiu convencer os Países industrializados a aceitarem metas e um calendário para a redução das suas emissões. E foi adotado o Protocolo de Kyoto. Que, simplificando, as decisões dele diz o seguinte: Que até o ano 2012 os Países industrializados deveriam reduzir suas emissões em média 5,2% abaixo do nível de emissões de

1990. Como as emissões estão crescendo, reduzir 5,2 abaixo de 1990, na realidade, representa uma redução maior, representa uma redução de cerca de 20%. E há uma lista então no fim do documento dos Países que são obrigados a reduzir suas emissões, que são os Países industrializados. É o anexo 1. E o anexo 2 são os outros Países que não são obrigados a reduzir as suas emissões. Entre os quais, o Brasil.

O Protocolo de Kyoto foi um passo à frente muito importante porque foi à primeira medida concreta e ele deu dentes à Convenção. Ele fixou obrigações que os Países deveriam cumprir. Sucede o seguinte. O Presidente Clinton, do qual o Vice-Presidente Albert Gore tinha sido um dos arquitetos do Protocolo de Kyoto não enviou o Protocolo de Kyoto para ratificação pelo Senado Americano. E daí, Sr. Presidente, que eu repito ser da maior importância à instalação dessa Subcomissão no Senado da República do Brasil. Porque foi o Senado Americano que teve um papel crucial para essa questão. Antes do Presidente Clinton enviar para ratificação o protocolo, o Senado Americano que contém cem membros, adotou uma Resolução que eles chamam de Resolução que é não mandatória que é... Eu não sei se... É uma indicativa. Eu creio que existe isso no... Indicativo. O Governo não é obrigado a cumpri-la, mas ela representa a opinião do Senado. Ele adotou a Resolução de 98 a zero, uma Resolução assinada por dois Senadores Bird e Reagel, que declarou que o Senado não ratificaria o Protocolo de Kyoto, porque grandes emissores que eram a China, Índia, Brasil e outros, não estavam submetidos a nenhuma medida restritiva. E que, portanto, havia uma desigualdade completa no Protocolo de Kyoto.

O Presidente Clinton não enviou para ratificação até o fim do seu mandato e o Presidente Bush, como é notório, tem se declarado radicalmente contrário a que os Estados Unidos adotem o Protocolo de Kyoto. É por isso que o Protocolo de Kyoto não entrou em vigor até 2005. Observem os senhores, ele foi aprovado em 1997, no Brasil foi ele ratificado no Senado Federal como em muitos outros Países, mas só entrou em vigor em 2005. Ou seja, os 15 anos que seria o período de vigência do Protocolo de Kyoto de 1997 até 2012 foram reduzidos à metade porque o Protocolo de Kyoto entrou em vigor em fevereiro de 2005. Porque a duras penas a Rússia acabou ratificando o tratado. E ele se esgota em 2012. E a situação no momento então é a seguinte. Os Países que adotaram o Protocolo de Kyoto e estão fazendo ele funcionar são os Países da Europa, são os Países da União Européia. E um dos mecanismos do Protocolo de Kyoto é o mecanismo de desenvolvimento limpo, que beneficia o Brasil. Porque empresas européias que têm dificuldades em

reduzir suas emissões podem promover projetos aqui no Brasil para a redução de emissões. E eles com isso ganham créditos que eles utilizam para justificar que estão fazendo alguma coisa com os seus governos. Esses aterros sanitários que estão sendo modernizados aqui no Brasil e onde é captado gás metano para produzir eletricidade, todos eles se qualificam para o mecanismo do desenvolvimento limpo. O primeiro deles foi na Bahia, há um outro em São Paulo, eu creio que há um em Contagem, há em vários Estados do Brasil. Acabou se transformando numa atividade industrial corriqueira. E representa transferência de recursos em alguns casos de tecnologia dos Países industrializados para cá.

Há uma vacilação dos empreendedores em continuar a fazer isso. Porque para captar o metano e gerar energia elétrica eles precisam fazer investimentos que se amortizam ao longo de 10, 15 anos. Se o Protocolo de Kyoto acabar no ano de 2012 eles vão deixar de faturar os créditos de carbono, porque os créditos de carbono são todo o ano. Quer dizer, à medida que o metano não é emitido, eles vão gerando crédito. Então é urgente que o Protocolo de Kyoto seja renegociado e estendido. Essa é a primeira prioridade. E naturalmente há uma pressão enorme para não só renovar o Protocolo de Kyoto, como também ampliar o seu escopo. Ampliar o seu escopo sob dois pontos de vistas. O primeiro, reduzir ainda mais as emissões, quer dizer, o que o Protocolo de Kyoto determinou que a redução de 5% abaixo do nível de 1990 deverá ser aumentado ainda mais. Os cálculos que os meus colegas fazem é de que até o ano 2050 seria preciso reduzir as emissões em 60% para evitar as graves consequências do efeito estufa. Isso é improvável que ocorra. Reduzir 60% as emissões de gases de efeito estufa até o ano de 2050, é improvável que ocorra. Mas quanto mais próximo nós estivermos desse número, mais evitaremos problemas como o aumento do nível do mar que já está começando a se tornar uma realidade aqui na Costa Brasileira ou derretimento das calotas polares e outros efeitos que são evidentes na imprensa. De modo que essa é a primeira decisão que precisa ser tomada. É como ampliar o Protocolo de Kyoto e sob esses dois pontos de vista.

A União Européia na semana passada tomou uma medida extremamente importante. Ela tem o seu próprio Protocolo de Kyoto. Internamente ela acabou criando o Protocolo de Kyoto. E já decidiu sob a Presidência da Primeira-Ministra da Alemanha, Angela Merkel, que a União Européia vai reduzir as suas emissões de carbono de 20% até o ano 2020. E mais ainda, vai fazer isso introduzindo energias renováveis em 20% até o ano 2020. Alguns dos senhores, eu

estou vendo aqui pessoas que acompanharam esse problema de perto, sabem que em Johannesburg o Brasil finalmente fez a coisa correta. Em geral a gente se queixa do Itamaraty ou em geral do Governo. E na realidade em Johannesburg não só as Organizações Não-Governamentais como o Governo de São Paulo, como o Governo Federal, tomaram a medida correta. Nós propusemos em base de estudos feitos que havia sido feito pelos nossos colegas de que a Conferência de Johannesburg que era uma Conferência sobre... De 2002 que marcava os dez anos da Conferência do Rio, adotasse uma meta para energias renováveis. Isto é, energias renováveis que em 2002 representavam 5% do consumo mundial, fosse aumentado para 2010 até o ano... Fosse aumentado até 10% no ano 2010. Há uma proposta inclusive extremamente inteligente e a imprensa captou isso muito bem. Houve um apoio considerável a essa proposta da União Européia, o Itamaraty batalhou pela proposta, ela acabou sendo... Eu não sei se a palavra derrotada ou não aceita. Por causa da oposição séria dos Estados Unidos e dos Países produtores de petróleo que temiam na adoção da proposta uma redução do consumo de petróleo. E uma incompreensão grande dos Países africanos. E realmente que foi, digamos, o que mais me afetou. Na ocasião era Ministro do meio ambiente o nosso amigo José Carlos Carvalho, de Minas, e oposição dos africanos eu creio que é o que me mais marcou.

Porque os africanos, e são muitos os Países africanos, eles argumentavam que para que eles se desenvolvessem, eles precisavam adotar as tecnologias que os Países desenvolvidos adotaram no passado para se desenvolver. Isso é incorreto. Aliás, se há um País que mostra que isso é incorreto, é o Brasil. O melhor exemplo de que é possível se desenvolver usando tecnologias limpas e, portanto, renováveis, é o próprio Brasil com sua matriz de energia hidrelétrica para a produção de eletricidade e agora com o programa de etanol. De modo que a idéia de que a única maneira de progredir é usando carvão, petróleo como fizeram os Países industrializados no início da sua industrialização, é simplesmente incorreta. E o que esses Países em desenvolvimento devem fazer é... Se criou até uma expressão para isso. É saltar na frente. À medida que eles se desenvolvem, eles devem incorporar cedo no processo de desenvolvimento as tecnologias adequadas. Quando nós introduzimos aparelhos de ar-condicionado aqui no Brasil, e isso ocorreu, quando aparelhos de ar-condicionado começaram a se disseminar aqui no Brasil eles não utilizavam CFCs que são os gases que provocam efeito estufa. Eles já eram tão modernos. Havia uma fábrica em São Carlos, em São Paulo que fabricava esses aparelhos de ar-condiciona-

do. Assim que o problema da camada de ozônio ficou bem configurado, a fábrica mudou sua linha de transmissão. Não há nenhuma razão para vender geladeira, ar-condicionado e automóveis obsoletos aqui no Brasil. E agora esse Presidente da República há de lembrar as suas observações sobre os automóveis brasileiros. Que agora são modernos. Por que, não? Os automóveis brasileiros agora com combustíveis flexíveis, eles são os mais melhorados. O Brasil está sendo exportador de automóveis... Ele está na vanguarda da produção desses automóveis. Os africanos não entenderam e a proposta foi derrotada. Ela agora foi adotada pela União Européia. E aumentou 20%.

De modo que eu acho que essas considerações eu estou fazendo porque eu acho que elas se ligam imediatamente ao papel que o Brasil pode exercer.

Agora vejam, meus amigos, está aberto o período de negociação porque o Protocolo de Kyoto precisa ser renegociado porque senão ele esgota em 2012 e isso já está gerando problemas concretos porque os empreendedores não querem mais investir ou estão inseguros se devem investir ou não.

Agora com essa atitude da União Européia, eu creio que as coisas melhoraram um pouco, mas certamente haverá uma renegociação importante com os Estados Unidos, após as eleições de 2008, porque o próprio Senado Americano está começando a tomar medidas que na prática revogariam aquela decisão que ela tomou em 1998, eu creio.

Houve uma decisão aprovada pelo Senado recentemente proposta por um Senador Republicano, o Senador Democrata, e o Senador Republicano é o McCain, que é um dos candidatos a Presidente, e mais, eu creio que Bidermen, eu creio, que teve 43 votos do Senado.

No Senado Americano a gente mede o número 50 é o número crítico. 50 não, 51, porque o Presidente do Senado tem voto de desempate. [risos] Mas a última resolução revogando a decisão [inaudível] teve 43 votos. Ou seja, vão ocorrer modificações. E aqui, meus amigos, seria preciso que o Senado Brasileiro se debruce sobre essa questão junto com o Itamaraty. O que é o seguinte: Os grandes emissores de gases que provocam o efeito estufa, não são muitos. Apesar de todos os Países serem membros da Convenção do Clima e quase todos do Protocolo de Kyoto, o fato é o seguinte: É que se nós pegarmos os 10 Países que são os maiores emissores de gases que provocam o efeito estufa, nós teremos a seguinte relação: Estados Unidos é o primeiro deles, que é responsável pela emissão de 23% dos gases de efeito estufa. O segundo é China, com 17%. Não era em 1992. Quando colegas meus e eu mesmo menciono esse número, eles... As pessoas

dizem: Por que é que vocês não chamaram atenção das pessoas em 1990 ou 1992? Porque a China era uma emissora modesta em 1990. Ela está crescendo 10% ao ano. Se nós pegarmos as emissões de hoje e decrescemos ela em 10% ao ano, os senhores verão que ele era uma emissora modesta. A China vai ultrapassar as emissões dos Estados Unidos no ano 2015. Logo depois vem um grupo de Países, é um grupo de Países que são a Rússia, o Japão, a Índia, o Brasil e Alemanha. Todos juntos. Eles ocupam o terceiro lugar. Todos eles contribuem aproximadamente 4% para as emissões mundiais.

Ou seja, o Brasil apesar de emitir apenas 4%, ele está na categoria que são os terceiros grandes emissores. Por quê? Não por causa do sistema industrial brasileiro, e por causa dos veículos, porque os próprios veículos brasileiros automóveis, sobretudo, estão se tornando limpos. Porque 40% da gasolina que se usava no Brasil já foi substituída por etanol da cana-de-açúcar, e etanol da cana-de-açúcar não é como etanol do milho. Etanol de cana-de-açúcar é realmente energia solar. Ele efetivamente é uma energia que é renovável. Etanol do milho não é renovável, não completamente, mas é quase não renovável. A razão é a seguinte, é que milho não tem bagaço. De modo que para produzir o etanol precisa de um processo químico lá, precisa trazer carvão ou petróleo para aquecer. A produção de álcool, como os senhores sabem, desde a época que se produzia cachaça ou uísque precisa de grandes caldeirões. Porque os microorganismos que convertem o açúcar em álcool não prosperam depois que tem 10% do álcool. Quer dizer, o pessoal que produz açúcar e cachaça sabe disso perfeitamente. Quer dizer, há um problema com os microorganismos. De modo que quando o álcool é produzido, ele é diluído em quantidade enorme de água. Precisa evaporar. E para evaporar precisa de madeira, carvão ou petróleo.

No caso da cana-de-açúcar, tem o bagaço. E o bagaço é o combustível. E é tão bom combustível que as atuais usinas que produzem etanol, no Brasil todo, São Paulo, em Pernambuco, Alagoas, etc, elas exportam energia elétrica. O programa do álcool no Brasil está se tornando um exportador de energia elétrica, porque eles produzem suficiente energia para eles e vendem para as companhias também. E com o milho não há isso, porque... E é preciso então numa destilaria de milho é preciso importar. De modo que eu não vejo o programa de milho dos Estados Unidos como indo muito longe mesmo porque milho é um alimento importante para ração animal e nos Estados Unidos já há uma competição séria por milho. Eu aposto que o programa do álcool aqui no Brasil ainda tem boas possibilidades de expansão. Mas de qualquer forma,

senhores, o que eu queria chamar atenção é o seguinte, é que o Brasil não é um grande emissor por causa do sistema industrial. Ele é um grande emissor pelo que está ocorrendo na Amazônia. 70% das emissões brasileiras se originam no desmatamento da Amazônia. E é isso que torna o Brasil o quarto emissor mundial. E, portanto, ele junto com a Rússia, o Japão, a Índia e a Alemanha estão nessa categoria logo depois dos Estados Unidos, da China, logo depois dos Estados Unidos, da China e da Índia. Que são Países cuja matriz energética é baseada essencialmente no carvão. E a situação que nós estamos enfrentado agora meus amigos é o seguinte, os Estados Unidos, pelo menos agora o atual Presidente, declara apoiado na Resolução do Senado Americano, que eu acho que vai caducar, de que eles não assinarão um novo Protocolo de Kyoto ou qualquer outro nome que seja dado a esse, enquanto a China a Índia e o Brasil não assinarem. E a China usa esse argumento exatamente da mesma maneira. Que eles não assinarão porque os Estados Unidos não estão assinando. Ou seja, nós estamos no momento no pior dos mundos, porque os dois um culpa o outro. E seria preciso que, a meu ver, o Brasil tentasse quebrar essa dicotomia de posições.

O País tem condições de exercer uma liderança, mas ele precisa naturalmente provocar uma discussão que seja uma discussão que eu diria conseqüente e não uma discussão baseada no art. 4º da Convenção do Clima, que diz que as responsabilidades são comuns, mas diferenciadas e a responsabilidade diferenciada acaba sendo a... A maior das contribuições que eu vi foi à produção do inventário. E de fato o Brasil publicou um inventário nas suas emissões em 1994, com dados de 1994. Que naturalmente são completamente obsoletos. Com isso ele cumpriu uma das obrigações da Convenção. Mas não se trata disso. A Convenção do Clima ela não foi inventada por intelectuais perdidos no mundo. A Convenção do Clima ela foi inventada por pessoas que perceberam que nós estamos mudando a composição da atmosfera. E o que nós aprendemos no ginásio de que a atmosfera é formada por oxigênio e nitrogênio com pequenas impurezas, está deixando de ser inverdade. Essas pequenas impurezas estão aumentando. A principal é CO, dióxido de carbono porque ele faz parte da composição da atmosfera e tem uma característica física que é impossível mudar. CO, o gás, ele é transparente à luz. Mas ele não é um bom condutor de calor.

Então, o CO na atmosfera deixa a radiação solar entrar, quando ela bate no solo, ela se transforma em calor, tenta sair e não consegue. Ou seja, lançar gases de efeito estufa na atmosfera, principal dos quais é CO, está aumentando o cobertor sobre a Terra. Quer dizer,

a Terra é em volta por um coberto que é a atmosfera. Se não houvesse o CO na atmosfera, seria melhor. Acontece que existe já centenas e milhões de anos e desde o começo da era industrial nós estamos tornando a quantidade de CO maior na atmosfera.

Então, Sr. Presidente, eu acho que a colocação é a seguinte: O Brasil não pode ficar, digamos, numa posição imobilista, mesmo porque o desmatamento da Amazônia não vai causar só prejuízo para a humanidade, ele vai causar prejuízo para o povo brasileiro que vive naquela região. E mais ainda, transformações importantes na Amazônia vão mudar o clima do resto do Brasil. Existem esses estudos agora e do mundo também, claro, esses estudos novos agora que estão sendo publicados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e outros colegas, eles mostram que haverá uma savanização da Amazônia e o clima é que vai piorar. Quer dizer, o nordeste, por exemplo, será duramente afetado porque ele se tornará mais seco do que é atualmente. E esse processo ele precisa ser revertido, não é só o Brasil é claro que vai causar isso, quer dizer, o desmatamento da Amazônia é parte do problema, mas como ele é um dos participantes importantes, ele terá que ser ouvido em qualquer grupo sério que discuta o problema.

Concluído, Sr. Presidente, nas negociações que estão se esboçando e porque já há um mecanismo de negociação, a última Conferência das Partes que se reuniu agora em Nairóbi criou grupos de trabalho que devem preparar então proposta que deverão ser adotadas até 2010 para entrar em vigor em 2012. Porque 2012 é o prazo fatal. Por que 2010? Porque ninguém acredita que algo vai acontecer enquanto não mudar a Presidência do Estados Unidos. Acho que é impossível esperar até este período. E negociações precisam ser feitas. Uma das propostas que o Secretário-Geral das Nações Unidas fez é de que fosse feito um mini, um mini Rio, o que eles chamam de mini Summit que eu acho que é uma idéia interessante, mas eu acho que a idéia acabou sendo perdida nas “n” declarações que o Secretário-Geral das Nações Unidas faz sobre todos os problemas. Eu não vi nenhuma ação concreta. Seguramente o Brasil participará desse mini Summit. Uma das coisas que o Brasil poderia fazer é convocar uma Conferência dos 10 Países maiores emissores e começar a discussão seriamente aqui. Seria uma discussão entre os maiores emissores. E eu não sei se os Estados Unidos viriam, mas é assim que se criam constrangimentos para esses Países.

As duas propostas concretas das quais eu tenho conhecimento que poderiam servir de moeda de negociação para o Brasil são as seguintes: O Brasil tem adotado a postura até o momento de não adotar

metas. O Brasil se recusa terminantemente a adotar metas como estipuladas pelo Protocolo de Kyoto. E tem sido uma espécie de tabu discutir esse tipo de proposta aqui no Brasil. Eu não vejo porque, porque a União Européia tem feito isso com... Aliás, tem feito isso de uma maneira extremamente agressiva até, e... Mas enfim, isso tem sido de modo geral a posição do Governo Brasileiro. Mas acontece que essa não é a única solução. Há outras soluções e elas precisariam ser investigadas em profundidade. A primeira delas é a seguinte, é que o Brasil não precisaria adotar uma meta de reduzir suas emissões em 5%, 8% ou 12%, porque poderia ser argumentado que isso prejudicaria setores industriais, mas ele pode adotar uma meta de redução do desmatamento da Amazônia. Que é o que todos desejam. Não só por causa do efeito estufa, mas por outros motivos.

Então, seriam metas setoriais. Há áreas aqui no Brasil que são extremamente eficientes. Outro dia eu descobri, para mim foi uma surpresa porque eu não esperava que fosse assim, a produção de cimento no Brasil é eficiente. A tecnologia que foi adotada é uma tecnologia mais eficiente do que a tecnologia utilizada nos Estados Unidos.

Então, o Brasil nesse setor ele é eficiente. Há outros setores em que ele não é eficiente. E as metas então poderiam ser setorizadas. Para a China, a meta é clara. A China é claro que não vai aceitar que os outros Países determinem um limite de quanto ele pode crescer economicamente. Mas a China pode adotar uma meta de reduzir a queima de carvão de 10% em cinco anos. Um número que poderia ser negociado porque há tecnologias para fazer isso.

Em relação à China há um número muito interessante que eu queria mencionar aqui. A China gera quase totalidade da sua energia elétrica com carvão. Usinas termoelétricas, como é feito no sul, em Candiotá e em outros lugares. A eficiência média das usinas termoelétricas da China é 23%. A eficiência média no mundo é 28%. Isto é, cinco pontos percentuais acima. E a eficiência da melhor tecnologia disponível no mundo, que é da SIEMENS e das grandes empresas, é 42%. As modernas, as bem modernas têm eficiência até 42%. A China está com 23%. Bastaria a China melhorar a eficiência das suas atuais usinas para que ela passasse a reduzir as suas emissões.

Então essa proposta é uma proposta que eu acho que deve ser discutida em profundidade. Há outras que são mencionadas e que estão muito no começo e que são idéias de discutir a responsabilidade histórica. Esse argumento é levantado de vez em quando. Qual é a responsabilidade histórica? Mesmo porque os Países industrializados têm emitido há muito tempo. E

eles se desenvolveram à custa da queima de combustíveis fósseis. E, portanto, a responsabilidade histórica é diferente. Essa é uma idéia que foi discutida também e ela pode ser feita, ou seja, no lugar de utilizar as emissões ano a ano, pode ser feita uma análise das emissões históricas. Isso não muda muito a situação. E seria um passo à frente também.

De modo que, Sr. Presidente, concluindo, essa é a visão que eu posso dar aos membros dessa Subcomissão sobre as perspectivas da Conversão do Clima e do Protocolo de Kyoto e eu tomei a liberdade de fazer algumas sugestões acerca do papel que o Brasil poderia exercer.

O Brasil em 92, eu quero dar o meu testemunho pessoal porque eu era o Secretário de Meio ambiente da Presidência da República na época em que a Conferência se realizou. Essas Conferências só funcionam com liderança. Essa idéia de fazer uma Conferência em Nairobi, uma Conferência em Montreal, aqui e lá etc e tal, e que simplesmente se reúnem cinco mil delegados e ficam discutindo durante duas semanas, já foi feito até a brincadeiras de que eles produzem mais gases de efeito estufa do que o resultado das suas deliberações. O que resolve nessas conferências é liderança.

Quer dizer, é preciso batalhar como foi feito em 2002. Em Johannesburg. E o Brasil, apesar de não ter vencido a batalha, acho que moralmente nós saímos muito bem. Agora a União Européia acaba de validar o que nós fizemos. E acho que esse processo precisaria ser retomado. O problema do efeito estufa está aí, ele é real, não é uma curiosidade científica, deixou de ser uma curiosidade científica, e ele precisa ser enfrentado e mais ainda, as pessoas já sabem o que fazer para enfrentá-lo. Quer dizer, não é um problema insolúvel, e eu acredito que medidas tomadas a tempo e a hora, eles seguramente atenuariam muito esses efeitos cataclísmicos que são estão na imprensa de todo dia e eu não vou me... Tomar o tempo dos senhores repetindo quais seriam essas conseqüências. Acho que citar o fato de que as praias de Alagoas estão sob o risco por causa do aumento do nível do mar em 4 milímetros por ano, Senador, vai seguramente sensibilizar a população de Alagoas e evidentemente dos outros Estados. Sobre tudo a praia de Piedade. [risos]. Senhores, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Prof. Goldemberg pela sua explanação, e agora inscritos aqui para fazer perguntas ao Prof. Goldemberg, o primeiro inscrito o Senador Marco Maciel.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, peço que V.Exª me inscreva, por favor.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, Presidente Fernando Collor, Srªs. e Srs. Senadores, meu caro Prof. José Goldemberg. Antes de mais nada eu gostaria de cumprimentá-lo pela exposição que acaba de fazer, e os subsídios que trouxe que ajudam a fertilizar o debate aqui nesta Casa em boa hora por proposta do Presidente Collor criou uma Subcomissão na Comissão de Relações Exteriores para discutir essa questão que é talvez, para usar uma expressão de Roberto Campos, é o grande mal do século 21. Que é a questão ambiental. E por isso eu quero mencionar que a presença do Ministro Goldemberg aqui foi muito útil e trouxe informações importantes ao debate do tema.

Eu gostaria de aproveitar a ocasião para fazer uma indagação e ouvir o que é que ele pensa do que eu acho que, se procedente, poderíamos talvez trabalhar. Não se trata de nada diretamente com relação ao processo de redução do efeito estufa, mas antes uma providência que eu a classificaria como de caráter político. Nós sabemos que o Brasil sediou a maior Conferência de Meio Ambiente em 1992, na época era inclusive o Presidente da República o Presidente Collor. Foi como todos nós sabemos a ECO 92 o evento que reuniu maior número de Chefes de Estado e Chefes de Governo. É algo sem precedentes na história da própria ONU, quer dizer, fora da sede da ONU.

Bom, e não somente o grande número de Chefes de Estado de Governo, mas também os mais importantes Chefes de Estado de Governo estavam ali presentes. E também não podemos deixar de reconhecer que foi uma Conferência exitosa sob todos os aspectos, inclusive porque foi muito bem organizada, muito bem preparada, e deu ao Brasil um certo protagonismo, uma certa projeção e um reconhecimento internacional.

De outra parte, nós sabemos que o Brasil é talvez o País que é o maior santuário da biodiversidade do mundo. Eu às vezes penso isso, não só pela sua extensão, mas é pela diversidade que esse santuário ecológico abriga. Desde alguns biomas pouco conhecidos como a caatinga, por exemplo, até esses mais notórios como da Floresta Amazônica ou Mata Atlântica, etc. E eu percebo, por outro lado, que a ONU tem uma série de agências fora de sua sede em Nova York, desde que estabelecida em 1945 para 46, a Carta da ONU na realidade foi logo após a guerra, a sua Constituição de 46, se não estou equivocado, abrigava naquela época 45, 46 Países, hoje já está perto de 200 Países e ao longo da sua história a ONU foi abrindo instituições, organismos que a elas são vinculados ou... Em diferentes Países do mundo. Por exemplo, a FAU funciona em Roma, por exemplo, OMC que já é um caso não muito

bem aplicável, mas de toda maneira que funciona em Genebra, tem sede em Genebra, a Unesco que tem sede em Paris. Poderia mencionar até outras. Eu certa feita escrevi alguma coisa sobre esse assunto estou lembrando... Já citei a FAU, a OMS, Organização Mundial de Saúde, OIT, Organização Internacional do Trabalho etc. Tem muitas agências importantes. Mas uma coisa que eu observo é que a ONU não tem nenhuma agência de grande significação, de grande porte fora dos Estados Unidos no continente americano, no nosso hemisfério. Quer dizer, e aí excluindo logo os Estados Unidos, América do Norte, Central, Caribe e América do Sul. A idéia então que eu queria propor, mas acho que só deveríamos levar a frente, aliás, como algo da Comissão ou da Subcomissão se for viável, era que nós deveríamos advogar que a ONU instituisse, ela já tem um programa, o PNUMA, sobre o assunto, mas que estabelecesse uma instituição e que essa instituição para tratar da questão meio ambiente, etc, mas que essa instituição ficasse localizado no Brasil. Que seria a primeira assim, a primeira e única na América do Sul, Central e Caribe, e de alguma forma não deixaria de ser um reconhecimento ao trabalho que temos feito ao longo da... E após a ECO 1992, que foi como todos nós sabemos uma Conferência muito bem sucedida e que o Brasil vem em sucessivas reuniões de alguma forma também participando ativamente desse debate.

Então, eu não sei se seria viável, mas eu acredito que isso credenciaria muito o Brasil se acontecesse, é lógico que isso envolve uma grande negociação e naturalmente a adesão de muitos outros Estados membros da ONU que são cada vez mais numerosos, a ONU nasceu em 45, como disse há pouco, 45, 46 Países, hoje já tem perto de 200, a última vez que observei estava em 188 Países Membros, etc. Mas de toda maneira pudéssemos com tudo isso por um pouco de luz na posição brasileira e quem sabe também criar condições para gerar uma consciência mais forte sobre essa questão ambiental. Eu sempre fico pensando que os problemas só começam a ser resolvidos quando se geram uma forte consciência em torno da sua importância, da sua imprescindibilidade, etc. E acredito com a criação de uma agência desse tipo, que é uma coisa meramente adjetiva, nós poderíamos também trazer o foco para o Brasil e também para a América do Sul, Central, Caribe, etc. Era essa a proposta e queria ouvir a opinião do Ministro Goldemberg, já que é um grande especialista em questões ambientais, eu leio os seus artigos que saem com certa assiduidade eu acho no Estado de São Paulo, e dizer que há muito tempo, como todos nós brasileiros nos preocupamos com essa questão ambiental e acho que está na hora

de assumirmos uma atitude mais ativa, mais ousada na questão ambiental.

O Brasil é alvo de muitas denúncias que vem do exterior, sobretudo, a questão da Amazônia que é talvez a questão preferida quando se coloca o debate a nível internacional, mas tem sido pouco, a meu ver, posso estar equivocado, pouco ativo nessa questão de talvez tomar essa bandeira e apresentar proposta concretas inclusive defender a criação de uma instituição desse porte. Porque... Do porte de uma OMC ou de uma OIT, etc, qualquer outro desse tipo ou de UNESCO para tratar especificamente dessa questão. É o que eu gostaria de indagar de V.Exª e ouvir os seus ajuizados comentários.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Senador, o Brasil teve essa oportunidade em 1992 e perdeu. Na ocasião se falou nisso e o Itamaraty... Era no Rio, evidentemente qualquer organização que se originasse da Conferência de 92 seria no Rio que tem um papel simbólico nessa questão toda. E tinha até o palácio do Itamaraty que foi pensado na época como algo que poderia...

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: A rigor... Agora acho que é o escritório do Itamaraty. A rigor ainda é recuperável para uma coisa dessa. O que acontece é o seguinte, é que os Países disputam sediar esses organismos internacionais até por presença econômica. O senhor vê, o Secretariado da Convenção do Clima foi para Bonn, não foi para Berlim que é a capital da Alemanha, nem para Colônia, foi para Bonn. Bonn é uma cidadezinha como os senhores sabem, perdida no mundo, difícil de chegar lá. Porque era lá que o Governo Adenauer onde ficava o quartel General das forças de ocupação americana. Havia uma enorme quantidade de prédios públicos lá vazios. E o governo alemão fez um esforço tremendo de popular esses prédios públicos, com a transferência da administração para Berlim eles ficaram ociosos. Então o Governo fez uma força danada, o Governo Alemão, e oferece uma porção de vantagens.

Quer dizer, há uma competição por essas coisas. E o Brasil nunca entrou na competição. Acaba custando um pouco de dinheiro, mas é um dinheiro que retorna, porque o movimento que ele gera é tal. Como em Genebra, Genebra é uma cidade que vive disso. Só a indústria hoteleira de Genebra deve sustentar a cidade toda. De modo que todos esses lugares estão ocupados. Biodiversidade... A Comissão da Biodiversidade sediada, eu creio que em Barcelona, e não tem nenhuma disponível. Exceto uma, e eu queria responder ao senhor lembrando que ela existe e talvez isso o Governo Brasileiro poderia explorar. É que o programa

das Nações Unidas para o meio ambiente é um programa. PNUMA. Não é uma agência. É um programa. Que tem um status dentro da hierarquia da ONU tem um status baixo--

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Terceiro nível.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Terceiro nível, porque são contribuições voluntárias desses Países. Se os Países não colocarem dinheiro ela pára de funcionar. Ou seja, o PNUMA, o Secretário-Geral, o Secretário-Executivo do PNUMA está permanentemente correndo o mundo. Outro dia passou aqui pelo Brasil a tentar pegar dinheiro dos grandes doadores. Não é como a Organização Mundial de Saúde, o qual o Brasil é membro que contribui para a manutenção. Se fala, essa é uma idéia que tem sido sugerida de transformar o programa das Nações Unidas para o meio ambiente numa agência como uma Organização Mundial da Saúde. Atualmente o Secretariado está em Nairobi, e eu não conheço ninguém que não se queixe, exceto o Governo do Quênia, porque participar de uma Conferência em Nairobi é uma aventura em si. E eu acredito que o Governo Brasileiro poderia explorar essa possibilidade. É a única que me ocorre. Acho uma idéia muito interessante, atrairia um enorme suporte, porque todo mundo reconhece o papel que o Brasil teve em 1992. Seria uma forma de reconhecer o trabalho do Brasil e naturalmente dinamizar os trabalhos que são feitos nessa área. É o comentário útil que eu posso fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A idéia do Senador Marco Maciel ela vem bem de acordo conforme nós vimos pela resposta do Prof. Goldemberg, e se associa também a um Requerimento indicativo aprovado pela Comissão Mista destinada a Comissão Mista do Congresso Nacional, destinada a acompanhar e monitorar as mudanças referentes ao clima, cujo Presidente aqui está ao nosso lado, que é o Deputado Eduardo Gomes, ontem empossado, que é a de também sugerir ao Governo Brasileiro que sedie no Rio em 2012 que exatamente completará em 2012 20 anos da Conferência de 92, então seria “Rio mais vinte” que coincide também com o fim do prazo de vigência do chamado Protocolo de Kyoto, para que nós pudéssemos aqui sediar essa que seria uma terceira Conferência. Talvez não tão elástica, não tão abrangente como foi a de 92, resumindo mais o seu número de participantes, e se isso o Governo Brasileiro achasse conveniente e determinasse o engajamento do Itamaraty nesse processo e as Nações Unidas se sensibilizassem, a partir desse momento talvez nós pudéssemos fazer com que esse organismo preconizado pelo Senador Marco Maciel se criasse em definitivo e se instalasse aqui no nosso País.

Essa sugestão da realização da Conferência em 2012 é também a proposta de uma constatação que nós fizemos: de que os Países avançaram muito mais, os Países que estiveram presentes na Rio 92, eles avançaram muito mais nas suas preocupações e com ações efetivas na área ambiental nesse período que levou da decisão das Nações Unidas até 92 do que posteriormente. É como se depois de 92 todo mundo já tivesse feito o seu dever de casa, chegaram na Conferência, cada um apresentando o esforço que tinha empreendido ao longo dos anos que se passaram, foram assinadas convenções, tratados e tudo isso, saiu daí a Agenda 21 com uma série de recomendações para que cada um dos Países seguisse, e foi como se tivesse havido um relaxamento. Todo mundo achando que já tinha feito um esforço muito grande e os Países em desenvolvimento a quem havia sido prometido recursos para financiar equipamentos modernos de filtros e despoluição não tiveram esses financiamentos a tempo e a hora, e o resultado é que de 92 para cá, portanto 15 anos depois da Conferência do Rio, nós estamos aí com todos os sinais de alarme acesos em todo o planeta. E não era para isso acontecer. Se o que foi proposto em 92 tivesse sido seguido por todos os Países, nós não estaríamos 15 anos depois desta Conferência vivenciando a véspera de uma catástrofe anunciada que nós esperamos poder evitar.

Então, muito obrigado pela sugestão do Senador Marco Maciel, e eu acredito que o Senador deverá levar essa proposta--

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Eu acho até, Sr. Presidente, que V.Ex^a como Presidente da Subcomissão podia empunhar essa bandeira já porque V.Ex^a inclusive era Presidente da República à época da ECO 92. E quero também dizer que quando o Prof. Goldemberg se referiu ao PNUMA, ano passado, houve uma intervenção aqui no Senado, em Plenário, eu fiz menção a essa idéia. E quando cheguei no meu gabinete encontrei uma mensagem de e-mail de uma pessoa que dizia: “Olha, eu estranho que o senhor esteve propondo isso que já existe o PNUMA”. “Aí eu disse, o PNUMA é um mero programa, onde tem “n” programas e como o Estado Brasileiro tem outros programas. Uma coisa é um programa outra coisa é uma instituição. Os programas passam, as instituições ficam”. Pois bem, e este ano eu voltei esse assunto, já com discurso e argumentando um pouco mais em fevereiro, acho que foi o discurso foi dia 26 de fevereiro, publicado no Diário Oficial de 27 de fevereiro onde explicitava mais essa idéia. E isso ajudaria também a dar maior visibilidade ao País, mas também a captação de meios para enfrentarmos essa questão, porque às vezes começa a se exigir muito do Brasil em função

da questão, sobretudo, da Amazônia etc, mas nem sempre nós temos os mesmos instrumentos para enfrentar essa questão que é de enorme complexidade. Desculpe a interrupção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, por favor, Senador. Acho que então, Senador, de acordo com a sua sugestão, a Comissão Mista do Congresso Nacional poderia acaatar essa sugestão do Senador Marco Maciel e o Presidente Eduardo Gomes levaria ao Plenário na nossa próxima reunião, mas com a proposta sendo de sua autoria. Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria a inscrição a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente. Professor, eu sou da Amazônia. Eu... Temos três aqui da Amazônia. E o senhor deixou bem claro aí que a Amazônia é a principal responsável pela emissão de carbono no Brasil. Mas será que os nossos 700 milhões de barris de petróleo que a gente queima por ano, nós queimamos quase 2 milhões de barris por dia, 1,8, 1,9 mais ou menos, a Amazônia produz mais carbono do que isso? Matematicamente fazendo. Estou lhe perguntando porque o senhor é professor...

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: O Brasil, excluindo a Amazônia, isto é, as atividades industriais urbanas, etc, somando tudo, o Brasil emite 80 milhões de toneladas de carbono por ano. 80 milhões de toneladas. E a Amazônia emite, sozinha... O Brasil total sem a Amazônia. 80 milhões. A Amazônia 200 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Nossa!

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Sozinha. É o desmatamento da Amazônia, 200 milhões. É matemático. É um número matemático. Não é só... A Indonésia também emite. A Indonésia também tem um problema sério com as florestas dela. Não é só o Brasil que tem. Mas aqui no Brasil é assim. O sistema brasileiro, excluindo a Amazônia, é um sistema limpo. Excluindo a Amazônia, o Brasil seria o 18º emissor mundial. Lá embaixo da... O Brasil, sozinho, sem desmatamento, emite 1% das emissões mundiais. O Brasil. O Brasil industrial, digamos. O Brasil industrial, comercial. E a Amazônia contribui 3%. Três mais um, 4%. Lamentavelmente é isso, Senador, quer dizer, o Governo tem se sucedido, diminui um pouquinho o desmatamento, depois aumenta um pouquinho, etc. Se o Presidente me permite, o Presidente da República me permite, foi em 1992 que efetivamente se conseguiu uma redução real. Eu tenho a impressão que o Senador Marco Ma-

ciel também sente isso. Porque houve uma redução do desmatamento da Amazônia porque nós tomamos medidas fiscais reduzindo subsídios, e o Presidente mobilizou a Polícia Federal. O senhor lembra de uma ocasião que o Senador Romeu Tuma dinamitou pistas, etc e tal que foi uma coisa simbólica porque mostrou que o Poder Público estava lá presente.

Afora isso, o desmatamento depois aumentou no Governo Fernando Henrique ele aumentou apressadamente, depois caiu de novo, e agora subiu de novo também. E tem caído, mas aí cai ao sabor do que acontece com a soja e por aí afora. Quer dizer, não é uma coisa estrutural. Seriam preciso medidas estruturais para reduzir o desmatamento da Amazônia.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado. A Deputada está querendo...

DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Eu gostaria de pedir um aparte. Eu, como o Senador, eu sou Deputada pelo Amazonas, então somos muito cobrados em relação a isso. Só que nós temos o privilégio de falar que o Estado do Amazonas, diferente do resto da Amazônia, ele é preservado em 98%. E a gente tem plena consciência que tudo se deve ao nosso modelo econômico pólo industrial de Manaus.

Então, é por isso também que a gente está batilhando para essa preservação. Achar que é um egoísmo do Estado querer manter tudo, mas na verdade o nosso discurso é um discurso ecológico e que eu acredito que deve ser criado um modelo econômico que privilegie todas as outras regiões que compõem a Amazônia. Que de fato a gente tem números que comprovam que dá resultado e que talvez seja por aí.

Então, uma sugestão à Comissão que para que sente, para que converse e que encontre um caminho para a sobrevivência da Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A Deputada Rebecca Garcia, Prof. Goldemberg. Depois, pela ordem de inscrição o Senador Arthur Virgílio.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Deputada, desculpe, eu queria confirmar os seus números, é isso mesmo. É verdade. O Estado do Amazonas tem um índice de desmatamento pequeníssimo. Isso é devido à concentração das atividades produtivas na região de Manaus. É tecnicamente correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, em seguida o Senador Flexa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, Prof. Goldemberg, fico feliz de revê-lo e com essa inteligência brilhante de sempre. V.Exª eu o comparo muito ao Prof. Hélio Jaguaribe, pensa, pensa, formula, formula, eu não preciso concordar com tudo,

mas eu gosto de saber que está ativo e pensando. É verdade. E é uma feliz coincidência, Presidente Fernando Collor, Presidente da Subcomissão e esse seu reencontro com um auxiliar tão prestimoso, tão talentoso como foi no seu Governo, o Prof. Goldemberg. Mas professor, retomando a deixa aqui... Propiciada pela intervenção da Deputada Rebecca Garcia, nós temos que... Há uma concentração sim, em Manaus, das atividades produtivas, mas ao mesmo tempo o modelo industrial lá praticado isso tem sido tão contestado ao longo do tempo se vale a pena ou não vale, conceder incentivos fiscais para a região, como não se não houvesse incentivos fiscais para a indústria automobilística em São Paulo e no resto do centro-sul, como se não... Como se nós tivéssemos no País alguma indústria, algum setor econômico industrial que tivesse vicejado sem ser a base de incentivos fiscais. Desde que meu avó namorava a minha avó, ela ainda não debutante. Parece que eles começaram antes de ela ser debutante. Valeu a pena. Ao fim ao cabo nós vimos que valeu a pena. Resultado dessa concessão que o Brasil fez a Amazônia sediando no Amazonas essa expectativa dos resultados dos incentivos fiscais, resultou nessa poupança de desmatamento, ou seja, 98% poupados.

Eu entendo que não tem mesmo economia sem ecologia. Não tem. E V.Ex^a usou, Prof. Goldemberg, uma expressão que me chamou a atenção. Eu só inverteria. V.Ex^a diz assim: O desmatamento da Amazônia não vai causar prejuízo só para humanidade, causa para o Brasil. Eu inverteria porque para mim aí está a chave para a preservação da região, para a defesa da soberania nacional, eu diria que o desmatamento irresponsável da região ele não só causa prejuízo para o Brasil como e isso é gravíssimo, ele causa prejuízo para a humanidade. E se nós não tomarmos a consciência plena disso, não seremos capazes de garantir a soberania brasileira sobre a região. Dentro de poucos anos vira um protetorado sob os cuidados da ONU, enfim. E, portanto, eu compreendo que tudo que se disse, tudo que se teve de preconceito, tudo que se propalou de desenvolvimento falso, desenvolvimento fictício, desenvolvimento econômico de curto prazo, falando de uma racionalidade, que eu não duvido que seja racional, mas a racionalidade de uma madeira coreana que quer tirar o maior número de toras para vender rapidamente e ganhar o máximo de dinheiro possível, é racional? É. Do ponto de vista da contabilidade, do ponto de vista da análise de custo e benefício para ela, é.

Mas eu pergunto se essa racionalidade é boa para a humanidade. Não é. Eu pergunto se é boa para nós da Amazônia e para nós do Brasil. Não é. Então eu

questiono que caráter de racionalidade que nós temos que imprimir, primeiro, para ter o desenvolvimento sustentável que garanta os 25 milhões de habitantes da região brasileira os que moram lá e precisam comer, vestir e viver, e ao mesmo tempo poupando-se a galinha dos ovos de ouro que vai nos oferecer sempre os lucros da sua biodiversidade, sempre a oferecer a garantia de não contribuir para o aquecimento global. Nós que estamos contribuindo, sim, com o desmatamento desenfreado e irresponsável que já tem acontecido lá e que a meu ver cai por terra a argumentação daqueles que dizem: Há, vamos desmatar porque depois regenera. Não é verdade. A grande verdade é que nós temos colaborado sim para essa crise do aquecimento global. Precisamos encarar isso com coragem até para cobrarmos dos Países ricos que eles também mudem a sua forma de produzir. Mudem a sua forma de encarar o lucro. Eu não sou contra o lucro, ao contrário, já passei dessa fase há muito tempo. Mas entendo que é fundamental darmos a ele a legitimidade preservadora da humanidade. Nós não podemos tolerar que a humanidade marche como se irracional ela fosse, marche para o cadafalso. Ela está marchando para o cadafalso. E se fizermos tudo direito agora teremos frutos quem sabe daqui a 80 anos daqui a 100 anos. Se tudo for feito corretamente daqui para frente.

Eu não tenho como, já que eu não consigo realizar o sonho de estar vivo daqui a 100 anos, eu não posso deixar de imaginar que eu tenho direito de sonhar com um País decente ou um mundo justo para os meus filhos, meus netos, meus bisnetos, enfim, por aí afora. Eu entendo que V.Ex^a tem razão, Presidente Fernando Collor, quando se reporta a 92. É incrível como as coisas se deterioraram. É incrível como nós permitimos, nós todos em conjunto que o egoísmo, o imediatismo, a falta de perspectiva de mais longo prazo, nesse curto espaço de tempo que nos separa para uma vida humana 15 anos representam muito. Mas para a história da humanidade, para a gravidade dos fatos que aconteceram de 92 para cá chega a ser um crime de lesa-humanidade cometido por governantes bem intencionados, no mundo inteiro, governantes que não queriam fazer mal aos seus povos. Mas enfim, eu vejo assim. Eu quero saudar a presença dos Deputados do meu Estado, Carlos Souza e Rebecca Garcia e lhe dizer... Que ainda há pouco eu consultei aqui o Deputado Fernando Gabeira, e eu conto aqui a história toda. Até as coisas mais prosaicas estão me preocupando. Eu não tinha nenhum preconceito a mais em relação àquela fabricas de pneus reciclados que funciona no Paraná. Certa vez parlamentares me convidaram para ir lá, Senadores me convidaram para ir lá, eu estive lá, o Senador Flexa Ribeiro estava

comigo e vimos. O que é que me pareceu Deputado Gabeira? Pareceu uma empresa com processo produtivo moderno, com isso que V.Ex^a me disse agora no seu bilhete com enunciado ecológico, e eu saí de lá sinceramente sem opinião formada. Saí de lá sem preconceito. Eu não vivo à base de preconceitos. Então eu não saí de lá dizendo que eu deveria partir para o [inaudível]. Agora mesmo fui abordado por um repórter que me perguntou sobre isso. E eu me dei conta de que até as coisas mais prosaicas nós temos que parar para pensar.

Então, eu que estava distante, olímpicamente distante desse tema, não estou mais. Eu entendo que nós temos que ter uma maturação, uma discussão absolutamente fina, de sintonia fina, de pente fino, mesmo, sobre esses temas. Não podemos colaborar com nada que não seja bom para a garantia do desenvolvimento sustentável, e, portanto, para a contribuição que o Brasil tem que dar para a sobrevivência da humanidade. Sobrevivência em termos dignos. Nós não somos dinossauros para simplesmente o mundo decidir o que vai acontecer conosco. Nós temos plena capacidade de decidir o que vamos fazer com o mundo. Essa é uma diferença essencial. Provar que nós não somos dinossauros, provar que nós somos realmente aqueles capazes de conduzir com a tecnologia que somos capazes de manipular e de inventar e de reciclar. Somos capazes de conduzir a humanidade.

Portanto, eu sinto que não tem nada mais importante do que essa discussão e fico feliz de no meu Estado nós termos tido a possibilidade de termos encontrado o modelo de desenvolvimento que nos tem poupado. Eu quero fazer justiça. Combati o Marechal Castelo Branco e combateria de novo, porque não aceitaria nunca compactuar com ditadura e nem com ditador, portanto, mas reconheço que ele foi extremamente lúcido quando pensou em dotar a Amazônia de um regime de incentivos fiscais, no Amazonas, que terminou dando nessa vantagem ecológica para que qual ele não atentou à época. Ele foi alertado por uma outra figura que nos meus tempos de estudante, no tempo que eu quebrava vidro da Embaixada americana, e eu já passei dessa época também, graças a Deus, tem gente que não passou, que os cabelos vão ficando brancos e continuam psicologicamente quebrando vidros da Embaixada americana, mas o fato é que eu tinha aversão a tudo que dizia o Embaixador, Deputado, Senador Roberto Campos. Depois me aproximei muito dele aqui na Câmara Federal. Morreu deixando em mim um amigo muito saudoso. A visão dele para a região é responsável e muito por essa situação que nós temos de 98% da Floresta Amazônica no meu Estado preservadas. E, portanto, eu quero aproveitar pra

fazer essas duas homenagens. A um adversário que seria meu adversário a vida toda e a um Economista polêmico que sabia enxergar à frente do seu tempo, como no caso do Embaixador Roberto Campos. Aliás, eu vejo V.Ex^a assim. Eu tive muita felicidade de poder ouvi-lo, de poder vê-lo e daqui a pouco de poder abraçá-lo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Arthur Virgílio pelas suas palavras. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Fernando Collor, Deputado Eduardo, Prof. Goldemberg, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu quero que as minhas primeiras palavras, Presidente Collor, seja de agradecimento pelo convite de V.Ex^a para eu participar da reunião dessa Subcomissão. Não faço parte dela, mas face à importância do tema, o interesse nosso, Amazônia que somos, por ele, de pedir já previamente a autorização de V.Ex^a. para que sempre que possível participar das reuniões da Subcomissão. Acho que ela é da maior importância e quero parabenizá-lo pela proposta da criação dessa Subcomissão Permanente sobre Mudanças Climáticas. Eu não tive a oportunidade de assistir a palestra do Professor Goldemberg, porque estava na CCJ e vou retornar até lá, porque temos projetos importantes em pauta. Mas fiz questão de vir aqui para dar uma contribuição a respeito deste tema que é de interesse mundial. E a Amazônia, ela é uma área, eu diria, com destaque internacional. Os olhos do mundo estão voltados para a Amazônia. Sempre estiveram, e continuam estando e cada vez com uma maior influência. Eu era Presidente da federação das indústrias do Estado do Pará quando V.Ex^a., Presidente da República, realizou a eco 92. Nós fizemos uma... No Rio de Janeiro. Nós fizemos naquela altura um seminário preparatório que chamamos de Eco Amazônia, preparando os temas que nós levaríamos como contribuição via CNI para a eco 92. V.Ex^a. tem toda razão de que lamentavelmente, a partir daquele movimento muito pouco foi feito a nível mundial para que se evitasse todas essas tendências ruins que são anunciadas permanentemente. Eu diria até diariamente à sociedade do planeta Terra.

Eu concordo e parabenizo V.Ex^a. também pelo Requerimento que foi feito e lido no Plenário sobre uma nova rodada da Rio mais 20, aqui no Brasil, em 2012, para que a gente possa então auferir os resultados e determinar novos rumos. Quero parabenizar o Senador que propôs, o Marco Maciel, que nosso Vice-Presidente, que propôs a criação de um organismo ao modo da OMS para que permanentemente essa questão que é tratada de forma difusa por vários fóruns possa

ter uma centralização e uma discussão com a participação de todos os Países interessados e são todos que compõem o nosso planeta. Então acho que esta Comissão pode encaminhar a proposta com, se assim entenderem os membros, com o parecer favorável para que o Governo Brasileiro possa até dar um subsídio a nível mundial propondo essa criação desse organismo que é da maior importância para a questão ambiental mundial. E eu queria, por último, Presidente Collor, dizer que com relação à Amazônia, o Governo Brasileiro tem que entender que há necessidade de se fazer um zoneamento econômico e ecológico da região, definitivo, aprofundado, de tal forma que nós possamos definir quais as áreas já alteradas, quais as áreas que devam ser tornadas intocáveis e quais as áreas que possam ter a utilização, Professor Goldemberg, parcial. Então, através de um zoneamento econômico e ecológico, nós vamos poder frear, frear o desmatamento. Frear o desmatamento, frear a invasão e a degradação da floresta. Porque as leis têm se mostrado insuficientes para conter isso. Porque o que leva a invasão, o que leva é a perspectiva de ganho.

Então, havendo a perspectiva de ganho, o elemento, ele se submete ao risco de fazer a invasão, de fazer o desmatamento, porque ele sabe que no futuro ele pode, em função da área que está hoje agredindo, ele pode tirar alguma vantagem. No momento que tiver o zoneamento econômico ecológico ele sabe que aquilo naquela área ele não vai poder em hipótese nenhuma ter nenhuma função comercial ou de ação produtiva naquela área. E o Governo, lamentavelmente, o Governo Federal, não apóia os programas de zoneamento econômico ecológico. O meu Estado aprovou por unanimidade, depois de discutir com a sociedade, com a academia, com o setor produtivo, com os trabalhadores, com os parlamentares, um zoneamento econômico ecológico para o Estado do Pará. E lamentavelmente esbarrou na aprovação por parte... No reconhecimento por parte do Ministério do Meio Ambiente para que ele fosse implementado. Então, enquanto isso não ocorre, estão sendo criadas zonas de proteção em cima de áreas que foram discutidas pela sociedade e que já estão, muitas delas é preciso que a sociedade reconheça isso, muitas delas já alteradas. Muitas delas já alteradas. Não adianta criar uma área de conservação onde já foi modificada pelo homem. Então eu acho que é fundamental essa Comissão apoiar, não somente no Pará, mas a nível nacional, um zoneamento econômico ecológico para que a partir desse instante tenha um freio em relação a essas áreas a serem modificadas. Uma outra proposta que faço, que para evitar, é lamentável os dados que o Professor Goldemberg nos dá que a Amazônia contribui com três vezes que

contribui o resto do País, com a emissão de carbono, mas nós temos hoje no Pará, que é um Estado que tem um grave problema de desmatamento, nós temos hoje no Pará áreas já alteradas, já antropizadas que são suficientes para manter o setor produtivo. Não há necessidade de invadir a floresta mais. Lamentavelmente o Código Florestal, hoje existente, ele induz a que se avance sobre a floresta por que ele só permite utilizar 20% das áreas. Ora, se a área está 100% alterada, não há lógica, não há bom senso que leve a obrigar a só usar 20% porque ele vai buscar o restante em áreas que ainda não foram alteradas.

Eu fiz uma proposta, um Projeto de Lei propondo que se pudesse usar 100% das áreas já alteradas para uso econômico e evitando com isso, e as reservas que possam ser exigidas, sejam feitas em áreas dentro do zoneamento em áreas que vão ser mantidas preservadas. O que tem lógica. Então, é preciso que se altere o Código Florestal. Lamentavelmente o Projeto está há dois anos tramitando, foi aprovado por unanimidade no Senado, dormita na Câmara por ação do Governo Federal, por ação do Ministério do Meio Ambiente que eu não entendo por que é que não aprova o Projeto que vem ao encontro do interesse de todos nós no sentido de preservar a Amazônia e não de manter a sua destruição. O importante disso tudo é que o meu Projeto, inclusive foi enriquecido, Professor Goldemberg, porque ele não dava prazos para que essas áreas alteradas pudessem ser usadas. Então uma proposta da própria Vale do Rio Doce fez com que ao propor ao Governo um plano de um arco de reflorestamento, ele usou a mesma tese do meu Projeto e limitou a utilização da área como imagem de satélites de 2003, que eu achei excelente. Quer dizer, para evitar que se possa avançar e depois usufruir o benefício da lei. Então se limita o prazo, as imagens de satélite serão emitidas naquele instante, a partir daí o que for alterado não será permitido o uso e será penalizado. Dentro se houver o zoneamento nem será alterado. E aquelas que já estão alteradas permita-se o uso na sua totalidade e se faça a reserva na frente. Então essa proposta eu gostaria de trazer à Subcomissão para que tivesse o apoio na Subcomissão no sentido de que na Câmara ela pudesse tramitar. Ela está na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, conversei com o Deputado Nilson, que é o Presidente, para que ele agilize isso e que o Governo não vete. Para que a gente possa ter um instrumento real de diminuição do desmatamento.

E por último, Presidente, eu que gostaria, eu li aqui rapidamente o seu, a sua proposta aqui, o seu plano de trabalho, V.Ex^a. diz que a possibilidade da Subcomissão realizar Audiências Públicas externas e

seminários fora daqui, eu queria colocar o Estado do Pará e a Amazônia em especial e o Estado do Pará em particular, para que a gente pudesse começar pela Amazônia, já que ela é a vilã na questão da emissão, que se comece a corrigir isso e se faça esse seminário, esse primeiro seminário externo da Subcomissão no Pará para discutirmos basicamente o que devemos fazer para a Amazônia. Porque eu não acho justo também que os Países desenvolvidos tenham praticado crimes ambientais bem maiores do que aqueles que nós estamos hoje, se estivermos, praticando e deram à sua população uma qualidade de vida que lhe dá tranquilidade e que os brasileiros e os amazonas não tenham direito a essa qualidade de vida também. Então, que para isso seja criado um imposto verde, algo que esses Países possam vir já desenvolvidos, contribuir para que a gente possa desenvolver a Amazônia dentro desse zoneamento e mesmo dentro do zoneamento, com tecnologia que existem, que agridem minimamente e que possam essa agressão ser mitigadas por ações outras o desenvolvimento da nossa região. Era a proposta que eu queria fazer e parabenizar mais uma vez a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Professor Goldemberg, algum comentário? Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Senador, eu queria fazer um comentário. Eu queria fazer apenas um comentário. Acho que suas observações são corretas, mas eu queria fazer uma observação que eu acho que reforça o que o Senhor disse. Eu fui Secretário do meio ambiente do Estado de São Paulo nos últimos 5 anos. E nós fizemos o zoneamento ecológico e econômico da região do litoral norte. É uma coisa muito trabalhosa fazer zoneamento ecológico e econômico. Porque precisa... Dá uma mão-de-obra danada, o senhor sabe disso. Precisa olhar os diversos interesses, consultar todo mundo, etc. e tal. Nós fizemos. O Senhor sabe que funciona, Senador? Eu queria dar o meu depoimento. Há um problema no litoral norte de São Paulo que tem praias muito atraentes e ilhas e etc. e tal, e uma quantidade enorme de pesca ilegal e coisas desse tipo. E as pessoas que têm iates encostam os iates no lugar lá e destroem a fauna marinha, tudo. Nós fizemos o zoneamento ecológico e econômico e acabou a discussão. Porque como não havia regras, o pessoal fazia de tudo. E iam a justiça, iam aqui ou lá, nós mandávamos a polícia ambiente prender, segurar, etc. e tal e não tinha resultado. No momento que foi publicado o Decreto, que é de um decretão, naturalmente, eu fiquei admirado porque funciona. E os meus amigos da aristocracia paulistana que têm iates

e que me telefonavam, pararam de me telefonar. Por que eu digo: Olha aqui, você procure um lugar onde você pode encostar o seu iate porque há lugares. Ele disse: Não, mas eu estou acostumado a encostar lá. Eu falei, mas lá não pode mais. Tem uma espécie lá de peixes que está em extinção e não pode. De modo que eu queria dar o testemunho, Senador, de que zoneamento ecológico econômico, sobre o qual se tem falado muito no passado, ele até agora não funcionou porque ele não foi implementado. Quando ele é implementado, ele funciona.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Algum comentário adicional, Senador, que o Senhor queira fazer? Não. Senador, a sua sugestão de oferecer o Estado do Pará para um seminário na órbita do meio ambiente, ela está devidamente anotada e a solicitação que o Senhor faz em relação ao zoneamento econômico e ecológico do Estado do Pará que tramita na Câmara, o Presidente da Comissão Mista... Desculpe.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, o que tramita na Câmara é um Projeto de minha autoria para a utilização das áreas alteradas. O zoneamento econômico ecológico está aprovado, o do Pará, por unanimidade e precisa de reconhecimento do Ministério e recurso para ser implementado. Agora a proposta seria que a Subcomissão, ela assumisse essa bandeira de fazer com que o Governo Federal apoiasse todos os Estados da federação a que fizessem os seus zoneamentos e que dessem recursos para ser implementado, que aí, como disse muito bem o Professor Goldemberg, vai minimizar e muito o acesso às áreas a serem preservadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Perfeitamente. Então em relação ao Projeto que tramita na Câmara em relação a este apoio que o Senhor solicita do Ministério do Meio Ambiente, o Presidente da Comissão Mista aqui está presente, o Deputado Eduardo Gomes, a quem eu passarei a palavra em seguida, poderá dizer das providências que ele irá tomar como Presidente da Comissão Mista do Congresso. Com a palavra o Deputado Eduardo Gomes.

DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Saudação ao Presidente da Subcomissão, Senador Fernando Collor, Professor Goldemberg, Senadores, Deputada Rebeca, Deputados. Primeiro eu gostaria de dar alguns informes sobre a instalação da Comissão Mista de mudanças climáticas feita no dia de ontem aqui no Senado e uma das primeiras providências foi a Questão de Ordem do Deputado Sebastião Rocha acerca do número de integrantes desta Comissão. Já que no Requerimento que solicitava a criação da Co-

missão Mista havia a solicitação de uma Comissão composta por seis Senadores e seis Deputados Federais. De pronto, na interpretação do regimento comum do Congresso Nacional foi observada a possibilidade de ampliar esse número para 11 Senadores e 11 Deputados Federais. Por isso a informação de que na reunião de terça-feira, às duas horas, uma das providências é realmente a correção do ato conjunto das mesas da Câmara e do Senado para ampliar o número de Senadores e Deputados. Por isso acho que presta uma informação à Deputada Rebeca também com relação à participação na Comissão.

E tenho observado, Professor Goldemberg, quanto esse tema tem movimentado outros olhares e outros setores da sociedade brasileira e outras correntes políticas. Sempre tive uma atuação muito voltada à área de infra-estrutura, energia, e na interface do debate sobre o efeito estufa, o aquecimento global e as fontes de energia, a discussão sobre combustíveis, fui atraído para o debate para que não só a visão ambiental, mas também a visão econômica e social desse tema, pudesse ser discutida. Principalmente sob o aspecto de Estados da região norte, nordeste, Estados ainda em desenvolvimento que vão ter que debater fortemente essa questão no aspecto positivo. Aspecto da solução. E fiquei aqui atento à parte que assisti da sua palestra observando algumas coisas interessantes, como as metas setoriais de redução de emissão, acho que é uma atitude prática com relação à participação do Brasil e é informação do Brasil no contexto mundial se isso for feito de maneira... Setorial. Acho que avançamos e uma curiosidade, a questão da informação e da tradução da informação. Deputado Fernando Gabeira esteve no meu Estado há um ano e meio, aproximadamente, falando tudo aquilo que o meu Estado comentava na semana passada, um ano e meio depois por conta do documentário, por conta do Relatório, das informações que a gente tem sobre o Relatório, e uma preocupação que eu tenho é a questão da tradução e da comunicação com a sociedade. Se foi tão simples para mim entender agora a relação entre as emissões do resto do País e da Amazônia, eu fico assustado de ter compreendido de forma tão concreta. E essa pergunta, ela é constante na sociedade brasileira, no meu Estado, no Estado do Amazonas e o Senador Augusto Botelho o fez, colocou a questão e colocou muito bem e a resposta foi tranquila. 3 por 1. 3% contra 1.

Então, acho que a Comissão Mista terá essa função de tentar organizar as iniciativas legislativas das duas Casas, no sentido de cooperar, sem anular as iniciativas, a coerência, a importância de todas elas, mas para que o Congresso não sofra a mesma dificuldade que está ocorrendo agora com a questão da segurança

que a Comissão Mista não funcione como uma instância posterior às confusões e os problemas legislativos. Que ela tenha a capacidade da organicidade Legislativa e também uma outra questão que eu gostaria de deixar como pergunta ao Professor Goldemberg é a agenda, a velocidade como todos na Casa, tanto na Câmara, como no Senado estão aderindo à proposta de agenda com a proposta do Senador Collor da Rio mais vinte, a discussão levantada pelo Senador Marco Maciel, em que o organismo da ONU, um programa que teria já uma versão de organismo para ter sede no País, o PINUMA(F) e essas providências internacionais, já que é um problema do planeta, como é que a gente poderia montar uma estratégia para a discussão interna, para que as pessoas tivessem condição de entender que, como o Senhor disse, deixou de ser uma curiosidade científica a questão do aquecimento global. Para que essa agenda interna também funcione como forma de satisfação à população brasileira e de convocação para que nós possamos resolver o problema.

E finalizando, dizer que essa Comissão, em menos de 24 horas de instalação, tem recebido propostas diversas, eu dizia ontem ainda ao Deputado Fernando Gabeira que já há um movimento na Câmara de uma proposta de conciliar, a exemplo do que disse o Senador Flexa Ribeiro, uma proposta de desoneração fiscal com investimentos na redução de gases do efeito estufa, uma redução gradativa do imposto que incide sobre geração de energia e outros serviços, já para ser debatido no bojo da discussão da reforma tributária.

Então, são várias idéias, e eu, a minha preocupação que deixo registrada neste sentido, é que a população tenha essa oportunidade de compreender melhor o problema, já que a gente vive já mais ou menos na agenda da mídia. Esse assunto ficou muito claro e é o que eu disse. O que o Deputado Fernando Gabeira disse há um ano e meio, o meu Estado começou a discutir na semana passada. Ele disse exatamente a mesma coisa. Então, era essa a minha observação, Presidente Collor, e agradecer pelo convite e eu tenho certeza que a reunião de terça-feira da Comissão Mista também será produtiva e estão aí abertas as quatro vagas no Senado e na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Muito obrigado ao Presidente Eduardo Gomes. Gostaria de registrar aqui a presença do Presidente da Comissão de Infra-estrutura, o Exmo. Senador Marconi Perillo, que nos honra com a sua presença e também do Deputado Fernando Gabeira, do Senador Mão Santa e do Senador Wellington Salgado, a quem eu passo a palavra neste momento depois que o Professor Goldemberg responder

a indagação feita pelo Presidente da Comissão Mista, Eduardo Gomes.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Olhe, Sr. Presidente, o Executivo, tanto no nível federal como no nível estadual, em vários Estados, tem criado fóruns brasileiros de mudanças climáticas. O Governo Federal tem um e alguns governos estaduais têm. O Governo de São Paulo tem, o Governo de Minas tem, da Bahia também, eu creio e alguns outros. Eu acho que esses fóruns, eles não têm tido, de parte do Executivo, um grande apoio. São colegas meus que são os coordenadores desses fóruns. O Deputado Fernando Gabeira conhece bem essa situação. Eles, dentro do governo, dos vários governos, eles são uma espécie de peixe... Digamos, um enfeite. E agora vocês vão me permitir fazer um tributo aqui ao nosso Presidente. A única ocasião em que eu vi o Presidente da República intervir nessa questão foi em 1992. Porque naquela ocasião havia um amplo movimento da imprensa também como o Senhor está descrevendo agora. Uma conscientização, está todo mundo mais ou menos consciente, a imprensa perguntando, etc. e tal e o que é que faz e o Itamaraty fazendo coisas aqui e lá e etc. Eu me lembro numa ocasião que o Presidente me chamou no palácio, pegou um pedaço de papel, olha, eu aprendi esse método e depois não sei como Reitor da universidade. Peguei e disse: O professor, o Senhor descreve aí o que precisa fazer. Porque eu vou telefonar para o Itamaraty e me mandou para a China onde fui recebido pelo Primeiro Ministro chinês, que tomou as medidas. Porque ele não vinha. Eles não queriam vir na conferência do Rio. Nem o Presidente Bush dos Estados Unidos queria vir. Havia uma forte pressão do movimento ambientalista, mas eles não queriam vir.

O governo brasileiro, então, quer dizer, o Presidente da República, os Governadores dos Estados tomam uma medida. Eu acho que em algum momento o Presidente da República vai ter que se engajar e dizer em alto e bom som que essa é uma questão importante e que o Governo Brasileiro fará tomar medidas nesse sentido. Outro dia eu vi uma declaração que ele fez nesse programa de rádio em que era completamente, a observação dele era incorreta. Ele disse: Há, pois é, ficam os Países ricos nos criticando porque nós não fazemos as coisas, por que é que eles não fazem primeiro? Escuta, não é o problema, quer dizer, simplesmente o problema é que nesse caso, Deputado, há um problema comum. Se apareceu o Prefeito de Contagem aqui porque tem um problema com aterro sanitário, ou Prefeito de Carapicuíba lá em São Paulo um aterro sanitário, ou o Prefeito de Carapicuíba, lá em São Paulo, um aterro sanitário, o Presidente da República não tem que se envolver. O Senado Federal também

não tem que se envolver. A Prefeitura que resolva o problema. As autoridades locais que resolvam. Este problema não é um problema local nem regional. Ele é um problema global. E, portanto tem que ser tratado nessa maneira. Uma das idéias que foi lembrada algum tempo atrás, além do engajamento direto do Presidente da República era a designação por parte do Presidente da República de um interlocutor claro para essas questões. Eu não sei se o senhor chegou a ver na mídia a indicação de um Embaixador especial que participou de nossas discussões. Não é uma idéia. Não seria necessariamente o Embaixador, mas um interlocutor. Porque atualmente ninguém fala pelo Governo Federal. A linguagem é uma linguagem cruzada. Um fala contra o outro. E de modo que isso talvez ajudasse. Mas eu diria que pela ordem seria uma doação de uma postura clara do Presidente e eventualmente a designação de uma pessoa, no nível da Presidência, que fosse o interlocutor com a sociedade.

Veja, o Senador não está mais aqui, mas suponhamos que a Comissão resolva fazer uma discussão sobre zoneamento ecológico e econômico no Pará. O Estado do Pará, aliás, tem feito um esforço razoável nesse sentido. Porque como já tem uma grande área degradada, bastaria utilizar a área degradada sem degradar as novas, o que é uma idéia razoável. Suponhamos que haja uma reunião lá e que a comissão vá lá, o Presidente da Comissão vá lá. Era bom que tivesse uma pessoa falando pela Presidência da República também. De modo que acho que essa seria a maneira de dar maior viabilidade para um problema que está adquirindo visibilidade de qualquer forma e eu acho que o Senado no caso nosso aqui realmente acabou tomando a medida correta. Eu acho que de uma certa maneira acompanhando o que fez o Senado americano. Como o Executivo... Só que nós fizemos o contrário. Na outra direção. Mas ainda assim o Senado Brasileiro, eu acho que tem toda a autoridade não só moral como legal de efetivamente tomar uma liderança nesse sentido. Senado e Câmara, claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente Fernando Collor, Sr. Deputado Eduardo Gomes, primeiramente eu queria parabenizá-lo por essa Subcomissão. Eu vejo o Presidente Collor em forma outra vez e participando de algumas comissões bem à frente de nosso tempo, com todo respeito ao Deputado Gabeira que sempre lutou por essas questões. Agora, eu fiquei muito entristecido, Professor, porque eu tenho visto a questão da Ministra Marina Silva lutando quase que solitária contra essa

questão toda, procurando criar Legislação, obrigando a cumprir as questões de não desmatamento. Tenho sentido que tem a ver também com alguma consequência que vai causar nas mudanças climáticas a invasão dos usineiros na questão no meu Triângulo Mineiro. E todo mundo satisfeito, eu tenho participado de alguns eventos onde é como se nós recebêssemos de braços abertos todos aqueles que vão levar mais impostos, mais dinheiro para a região. E a região sendo plana, onde está comprovada melhor produtividade, porque a terra é mais fértil, melhor manejo, mais fácil de manejar o maquinário, conseqüentemente maior rentabilidade. Isso tem me deixado preocupado. Não existe uma Legislação que diga quanto tem que ser protegido. E eu tenho passado bons momentos com o Ministro Hélio Costa, como nós fizemos em campanha, em caminhar passamos de helicóptero e o Hélio sempre comunicava para mim: Wellington, isso é a Califórnia brasileira. Aqui no Triângulo Mineiro. E todo evento que eu vou eu fico muito preocupado, realmente, porque está todo mundo só pensando em dinheiro e em recurso dos impostos e eu vejo que essa Califórnia brasileira vai vagarosamente... Ela vai ser extinta, vai acabar.

Daqui a pouco vamos estar fazendo também aqui uma Subcomissão ou talvez na Assembléia Legislativa de Minas Gerais para proteger o Triângulo Mineiro. Agora, com a colocação do professor quanto à questão de que 3% é só a Amazônia, 1% é o restante do País, eu quero ser bem rápido porque eu já adquiri bastante conhecimento aqui nessa Comissão durante o período que eu estive presente aqui. O Senhor não tem sentido nenhuma melhora com toda essa luta da Ministra Marina, o Senhor não tem sentido... Não queria... Eu queria que o Senhor falasse pra mim bem matematicamente, sem filosofia, como o Senhor fez com a questão de 3 por 1, 3% e 1%. O Senhor não tem sentido matematicamente o resultado de todo o trabalho da Ministra com relação a tentar acabar com o desmatamento, com a aplicação e utilização da Polícia Federal, temos visto também a aplicação com relação a trabalho escravo em algumas fazendas na região do centro-oeste e também na região amazônica. Eu queria ficar um pouco mais animado depois da explanação do professor ou sair completamente desanimado. Então eu queria que o Senhor me falasse, professor, sobre o que o tem sentido nesses últimos quatro anos, digamos assim, do Ministério da Ministra Marina.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Senador, rapidamente. A questão do triângulo mineiro é séria, essa euforia de etanol agora que tem aspectos positivos, vai acabar gerando problemas, porque na comunidade européia que são possíveis importadores de etanol, estão começando a surgir questões sobre a sustentabilidade

da produção de etanol e ao risco de se colocarem barreiras não alfandegárias. Porque no momento existem barreiras alfandegárias. É preço. É como nos Estados Unidos. Acontece que o álcool brasileiro é tão eficiente que ele está conseguindo ser exportado mesmo com tarifas alfandegárias. O perigo é introduzir barreiras não alfandegárias. E por isso é que é importante que a gente tente conduzir o programa de expansão do álcool de maneira que ele não seja predatório. Só tem uma resposta para isso, Senador, que seja de meu conhecimento. É a resposta que eu dei ao Senador e que levantou essa questão. Zoneamento ecológico econômico. Quer dizer, no caso de Minas, a Secretaria de Agricultura, Secretaria de Indústria e comércio, Secretaria de Planejamento, meio ambiente, precisam sentar e aí é trabalho. É um horror. Porque o Senhor precisa pegar uma imagem de satélite numa escala que permita ver o que é que tem lá e dizer: Olha, aqui pode, aqui não pode e que é o zoneamento ecológico econômico. Isso pode ser feito, e aí se o indivíduo pedir a autorização porque em alguma autorização ele vai ter que pedir para colocar uma destilaria de álcool ele vai ter que pedir autorização para o órgão ambiental e aí ele diz: Não, aqui não pode. É como o Senhor tentar construir um hotel aqui na Esplanada dos Ministérios. Ou construir um prédio de 30 andares no jardim América, em São Paulo. Jardim América só pode casas térreas. O zoneamento urbano funciona. Exceto na ocupação por favelas que é um problema social terrível, mas zoneamento nas grandes cidades, zoneamento urbano, eu creio que funciona muito bem. Olha para o Rio de Janeiro. Todos aqueles prédios têm a mesma altura. Eu acho extraordinário. Olha para qualquer cidade, como Amsterdam, é uma cidade que existe a 400 anos, pelo menos, não tem um prédio que seja mais alto que os outros. Por quê? Porque a Prefeitura não deixa. Esse zoneamento ecológico econômico pode ser feito e eu acho que é a resposta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só um aparte, me permita professor, Sr. Presidente. Quer dizer que V.Ex^a. já vem acompanhando também, como grande estudioso do assunto, que o Triângulo Mineiro está sofrendo esses ataques violentos e tem sido, digamos assim, observado por V.S^a. como uma área de ataque, digamos assim?

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Sem dúvida. Sem dúvida. O argumento que esses usineiros, quero repetir aqui, eu fui secretário do meio ambiente do estado durante os últimos anos, os usineiros iam lá porque precisavam de licença nossa para instalar novas usinas. E estão sendo feitas em áreas de pastagem. A expansão está sendo feita em áreas de pastagem. E de vez em quando nós fazíamos mil exigências, pre-

cisa de água, não pode jogar água no rio, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. E alguns deles, com a educação que os caracteriza às vezes, diziam: Olha aqui, vocês são muito exigentes. Eu vou para Mato Grosso, vou para Minas Gerais, etc. e tal. Então vai. Acabava não indo na realidade. Mas era uma ameaça freqüente. Mas eu ouvia isso com alguma freqüência. Ou seja, as autoridades ambientais e outras autoridades, autoridades que licenciam o Presidente precisam ficar atentas. Mas elas não têm armas. A arma é um zoneamento ecológico econômico. O zoneamento ecológico econômico é um conjunto de mapas que diz em detalhe olha aqui a zona industrial, aqui é zona de pecuária, aqui é zona... É como o distrito industrial. Qualquer cidade tem distrito industrial. De modo que eu acho que esta é a resposta. E é factível, viu Senador? Isso pode ser feito e eu acho que é a proposta que deveria ser seguida.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Professor, eu queria dizer para V.S^a. o seguinte, não tanto quanto o Deputado Gabeira, porque eu sou um progressista, capitalista, eu acho que as coisas têm acontecido, mas não da maneira como está sendo conduzido. Eu acho que essa valorização do meio ambiente, ela está sendo obrigada a acontecer. Então eu queria dizer que a partir desse momento, Sr. Presidente, eu vou tomar a bandeira com relação ao Triângulo Mineiro dessa criação de normas e queria colocar, Presidente, que o professor será o meu grande Consultor, digamos assim. Porque já tem conhecimento, tem sensibilidade e eu vou levar essa bandeira com os meios de comunicação de que eu tenho acesso para levar esta luta, para tentar regulamentar essa questão da prostituição, porque todo mundo recebe de braços abertos quando chega uma usina, porque vem dinheiro, da terra do Triângulo Mineiro.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Em relação à segunda pergunta, Senador, se a ação da Ministra Marina tem sido eficaz ou não. Olha. Eu vou responder de uma maneira completamente objetiva. Esse aqui é o mapa do, é o resultado das análises do Instituto Nacional de pesquisas espaciais que mostram... Aqui o ano, até 2005, e aqui é o desmatamento em quilômetros quadrados. Eu vou deixar com o senhor, Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: 2002 está aqui. Está em ascensão. Continua subindo. Depois em 2005 houve uma queda. Mas o senhor veja aqui o que o período que o Senhor era Presidente. O senhor mostra para o Senador Romeu Tuma. Olha aqui, é uma queda vertical do período que o Senhor foi Presidente. Depois--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Depois o período do Plano Real, Fernando Henrique, aqui depois... Isso aqui não tem nenhum conteúdo político. Esses aqui são os dados do Instituto Nacional de pesquisas espaciais. E 2006, não tem 2006 aqui. 2006 caiu um pouquinho mais. Mas essa é a resposta, Senador. Eu deixo com o Senhor, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Wellington Salgado. Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Fernando Collor, Sr. Presidente da Comissão Mista, Eduardo Gomes, Sr. Professor, ilustre conferencista desta manhã, professor José Goldemberg, uma das pessoas, uma das personalidades mais respeitáveis no Brasil e um dos maiores estudiosos nessa área, Srs. Senadores. Eu desejo, preliminarmente, Presidente, saudar V.Ex^a. pela iniciativa de propor a criação dessa Subcomissão Permanente de mudanças climáticas. Em uma outra Comissão, a Comissão de Meio Ambiente, também foi proposta a criação de uma Subcomissão para debater o aquecimento global, foi aprovada e da qual faço parte como Vice-Presidente. Embora não pertencendo à Comissão de Relações Exteriores e nem tampouco a esta Subcomissão, fiz questão de comparecer, pelo menos em parte a esse debate pelo respeito que tenho por V.Ex^a., pelo trabalho que foi realizado por ocasião da Rio 92. À época, na condição de Deputado Estadual pelo meu Estado, o Estado de Goiás, compareci à ECO 92 representando a Assembléia Legislativa de meu estado na condição de ouvinte. Pude participar de alguns debates e aprender um pouco em relação ao que estava sendo debatido. Mas é importante que o Relatório do painel intergovernamental de mudanças climáticas, o primeiro Relatório, foi muito importante no sentido de embasar a formulação da convenção quadro das Nações Unidas sobre mudanças do clima, foi lançada no Rio em 92 durante o Governo de V.Ex^a. sob a coordenação do Ministro Goldemberg.

A consequência dela, todos nós sabemos, é que ela gerou um importante marco dessas iniciativas que foi o capítulo nove da agenda 21 global sobre a proteção da atmosfera. Depois veio o segundo Relatório de 1995 que confirmou que as evidências indicam que existe uma influência detectável da atividade humana sobre o clima global. Depois veio o Protocolo de Kyoto que estabeleceu metas concretas para os Países desenvolvidos quanto à redução de emissão de ga-

ses de efeito estufa em pelo menos 5% comparáveis aos níveis de 90 para os períodos de 2008 a 2012. Lamentavelmente, como nós todos sabemos, os que mais, os países que mais poluíam e poluem, alguns deles se recusaram a assinar esse protocolo. Depois veio o terceiro Relatório que foi também incisivo ao afirmar que o uso acelerado de combustíveis fósseis, os desmatamentos e a intensificação das atividades agrícolas e industriais já eram um sinal de alerta ao modelo insustentável que predomina ao nosso atual padrão de produção e consumo. E mais recentemente esse quarto Relatório foi muito incisivo e eu acho que acabou suscitando um debate mais profundo, a criação dessa Comissão, na medida em que ele afirma, categoricamente, que o aquecimento produzirá milhões de pessoas famintas e desabrigadas.

Em outras palavras, segundo esse Relatório, a terra está com alta febre, altíssima febre por não termos cuidado bem da sua saúde. O Brasil é um País que tem um singular mega diversidade biológica. E por isso mesmo não pode prescindir do seu papel e desta oportunidade de definir medidas muito enérgicas de combate a essas degradações. Acho que essa Comissão, Sr. Presidente, poderá sem dúvida colaborar muito. Acho que essa Subcomissão, em conjunto com a nossa Subcomissão, poderão ou poderá colaborar no sentido de apresentar um Projeto como sendo uma contribuição desta Casa ao Brasil. No sentido de definir uma série de questões, dentre elas o zoneamento ecológico e econômico tão bem aqui comentado pelo Dr. José Goldemberg. Eu conversei recentemente, Senador Wellington, com o ilustre Governador Aécio Neves, Governador de Minas e senti da parte dele muita preocupação em relação a essa atividade canavieira e de produção de etanol e açúcar no Estado de Minas Gerais. E nessa conversa que aconteceu a cerca de seis meses atrás ele já estava preocupado com a criação de uma Legislação em relação ao zoneamento ecológico ambiental prevendo, exatamente, a monocultura da cana. O mesmo já acontece no meu Estado, o Estado de Goiás. A Prefeitura de Rio Verde tomou essa iniciativa algum tempo atrás e o Governador do Estado, o governador Alcides Rodrigues, também já estuda a possibilidade de apresentar ao Poder Legislativo o Projeto de Lei que defina o zoneamento ecológico econômico.

Eu gostaria de antes de encerrar, Sr. Presidente, o senhor me permite apenas contar algumas medidas adotadas no meu Estado durante os dois mandatos como Governador. Apenas para reafirmar a importância de que não só o todo, não só a União, mas as partes, os Estados, já que essa Casa representa o pacto federativo, devem tomar iniciativas. E não só os

Estados, os Municípios também, todos nós devemos tomar iniciativas. Dentro de uma perspectiva de planejamento estratégico, durante esses dois mandatos, nós ampliamos de 1 para 5% do total de volume de áreas protegidas no meu Estado. De 1 para 5%. Lançamos o edital de florestas energéticas e de recuperação de nascentes pelo fundo estadual do meio ambiente, implantamos o plano de controle da poluição veicular e o prêmio Goiás de gestão ambiental. Foi importante a criação desse prêmio. Implantamos o sistema integrado de alerta ao desmatamento e a definição de áreas prioritárias para a conservação do cerrado que é um importantíssimo ecossistema, elaboramos os programas estaduais de bioenergia, de combate a incêndios florestais, criamos o financiamento de empresas que adotem o chamado mecanismo de desenvolvimento limpo, bem como eliminamos neste âmbito o crédito a atividades que envolvam o desmatamento.

E por fim enviamos ao Poder Legislativo, antes de deixar o Governo, o Projeto de imposto ecológico. De modo que acho que fizemos a nossa parte, ainda há muito que fazer, eu confio muito na direção de V.Ex^a., no vosso discernimento, até por que lá atrás alertava o mundo para a necessidade de se debater essa questão e de modo que quero estar presente a esses debates, acho que a decisão de V.Ex^a. e dessa Subcomissão em trazer aqui hoje o físico José Goldemberg para debater ou para iniciar esse conjunto de debate é da mais alta relevância. Eu parablenizo a V.Ex^a., parablenizo ao Presidente da Comissão Mista e quero me colocar a disposição, modestamente, para ajudar nessa discussão. Talvez a mais importante para a vida do planeta nos próximos anos, nas próximas décadas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Muito grato ao Senador Marconi Perillo pelas manifestações tão generosas e os cumprimentos pelas iniciativas que tomou quando Governador do Estado de Goiás para minimizar os efeitos danosos do avanço que se faz em todos os recantos do País contra a natureza. Parabéns ao Senador Marconi Perillo. Passo a palavra ao Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente Collor, que preside essa coisa e o nosso cientista aqui, Professor Goldemberg, Deputados e Senadores e Senadoras, Deputados. Presidente Collor, V.Ex^a. foi um extraordinário Presidente da República. Eu era Prefeito. A sua história ainda vai ser contada ou o período. Eu era Prefeito. Eu governei com Sarney, com Collor, com Itamar e depois governei o Piauí seis anos, dez meses, sete dias e dez horas com o Fernando Henrique Cardoso. O Presidente Collor foi extraordinário Presi-

dente da República. Eu era Prefeito. Olha, eu trabalhei loucamente por V.Ex^a. Eu ainda vou trazer o resultado. Que o que vale é isso, um quadro vale por dez mil palavras. Confúcio. Está aqui um quadro. Marconi, está aqui um quadro, vale por dez mil palavras. Sente-se aí para você ver. Primeira coisa de um Presidente: Autoridade, por que é que eu trabalhei muito por V.Ex^a.? V.Ex^a. tinha três Deputados Estaduais no Piauí. Um era meu irmão, Antônio José de Moraes Sousa, que era Deputado, que adoeceu. O Júlio César Xavier Neto, e eu. Por quê? Medo. E eu tenho medo de ter medo. Sabe por quê? Foi com medo que eu trabalhei. Eu era Prefeito e o Lula vivia o seu apogeu. Eles invadiam a Prefeitura. Tudo que era Prefeitura era invadida. Nós estávamos vivendo uma falta de autoridade nesse País. Era invadida. E eu cheguei com a liderança que tinha, eu cheguei e digo: Nós temos que votar nesse Collor porque a minha não foi invadida. Mas eu vi as menores. A minha era a maior do Piauí. Médico e tal. Não vai. Se esse Collor não ganhar, ninguém termina esse mandato.

Aquela ordem já tinha acabado. Era sem terra. Invadiam as Prefeituras e nós estávamos com medo, Perillo, está entendendo?. Se não der o Collor, vão invadir aqui. Não tinha autoridade. O Collor entrou, aí a autoridade dele, que ele está aí, que ele teve, passou-se. Eu governei e fui prefeito com ele. E tanto é, e foi bom para Prefeito que eu fui, logo depois eu saí para o meu consultório, dois anos depois era candidato a Governador do Estado e tirei 93,84% dos votos da cidade minha que fui Prefeito. E eu governei com V.Ex^a. Esse negócio de creche que não tem hoje, era só pedir. Era LBA e tudo e tinha. Então, quero lhe dizer que V.Ex^a passou o que é mais importante para o Governo, autoridade. Talvez Deus escreva por linhas tortas o certo, o Lula aprendeu com os exemplos até de V.Ex^a. passou o que é mais importante para o governo: Autoridade. Porque naquele tempo era medo. Ô Gabeira, você sabe que a gente tem medo. Você macho, liderou preso, político e tal, mas tem medo. Eu tinha. Se esse homem não for eleito, ninguém vai governar não. Invadiu. Era confusão o País estava vivendo esse, eu estou dizendo, eu fui.... E ganhamos e ganhamos muito. Mas V.Ex^a. irradiou foi muitas coisas. Não foi só o negócio da carroça, não, que mexeu com a indústria aqui que se modernizou, não, essa globalização. V.Ex^a., eu estava perguntando ao Gabeira que sabe de tudo. Mas ele não soube. Aí de repente eu saio da Prefeitura, fui Governador do Estado. Então, Marconi, eu quero lhe dizer que essa influência, esse 92 entrou na cabeça da gente. Eu criei só uma secretaria no meu Governo. Porque eu acredito é naquele livro Reinven-

tando o Governo [inaudível] feito pelo Bill Clinton, que diz o governo não pode ser grande demais.

Assim grande demais é que nem o transatlântico Titanic que afundou, imagine o Governo. Tem que ser menor. [inaudível]. Mas eu só criei uma secretaria e foi de meio ambiente. Influenciada por aquele simpósio que foi feito no Brasil. Agora, eu acho que as coisas tem que evoluir. Acho que hoje, isso quando Governador, a minha Prefeitura não tinha. E eu venho recordar. Eu estou aqui, essa tem que ser a Casa dos pais da Pátria. Eu tenho uma experiência a contar. Eu quero dizer que a minha cidade, a maior cidade do Piauí, a cidade de João Paulo Reis Veloso, cidade de Evandro Lins e Silva e era um parque industrial. João Paulo Reis Veloso trabalhou na fábrica do meu avô. E eu era menino e vi, Gabeira. Atentai como é importante a sua pastagem. Eu fui Governador, eu criei a Secretaria do Meio ambiente. Talvez influenciado pelo 92 que V.Ex^a. despertou o Brasil a de meio ambiente só criei... Mas vou dizer o que é isso. Eu era menino, essa cidade Parnaíba que era a maior industrial, e a Federação das Indústrias lá que era dirigidas pelo meu irmão que era Deputado, então tinha aquelas usinas a lenha e tinha duas na minha cidade. Teresina também só tinha uma usina dessa e eu era menino e morava na avenida e os caminhões passavam cada hora cheio de lenha, lenha, lenha, era a do Município e da fábrica do meu avô. Olha, é quente. É quente Teresina. É quente.

Talvez se tivéssemos antes e eu acho que é época de a gente pensar e V.Ex^a. influencie para que cada Município tenha sua Secretaria de Meio ambiente. Quer dizer, eu estou dando um quadro bem real. Então, eu o parabenizo e o Professor Goldemberg e V.Ex^a. enriquece com a presença e V.Ex^a. foi grande. O, Marconi, então eu estava pensando aqui, vou te dizer por que ele foi grande. V.Ex^a. despertou esse País que ainda hoje nós não temos capacidade de resolver, Marconi, as diferenças salariais. Essa que é a vergonha. Essa que é a indignidade. Uma elite ganha duzentas vezes, 150, as vezes, ao menor. V.Ex^a. com aquela conversa de... E vou dizer o que passou. Arrastado pela [inaudível] de V.Ex^a. Em junho eu governei como se V.Ex^a. sonhou. V.Ex^a. foi o Tiradentes. Eu consegui dizer ao povo pertence uma liminar e coloquei um redutor. O Piauí tinha funcionários públicos que ganhavam 27 mil dólares. Quando eu governei era casado dólar. 27 mil dólares. E não podia. E eu me inspirei também em Castelo Branco, a gente aprende. Castelo Branco olhou para a folha de pagamento e disse: Ninguém ganha mais do que eu. Tacou o pau. O Collor tentou, mas não deu certo, tiraram, mas ele deu a idéia. E Sepúlveda Pertence me deu uma liminar. Eu taquei um redutor. Ainda hoje os poderosos não gostam não,

mas os pobres eu tirei aquele dinheiro dos grandes e dei para os pequenos que eles ganhavam meio salário mínimo. Mas eu consegui. E sabe como? Pergunte ao Sepúlveda Pertence. Eu pedi uma audiência e na hora evocaram: Ah, mas o Collor e não deu certo. Depois voltou tudo a justiça. Eu digo: Olha, Collor aí é outra história. Minha é essa. E ele deu. Sabe qual foi a pergunta que eu fiz a Sepúlveda Pertence? É, Marconi, eu tenho que ensinar aqui. Esse Brasil.

É todo dia que eu peço licença, vou para a minha praia com a minha Adalgisa aí eu pedi uma audiência seis horas da tarde. Parecia o Miterrand, porque julho não tinha ninguém. Foi esse baiano me acompanhou aí o recém Ministro, do PMDB. Gedell. Era vice-líder. Ele é testemunha. E treinei. Na hora a imprensa não tinha em julho nada aqui, tudo parecia o Miterrand. Você falando no Collor. Não, ali é outra história. A minha eu vou conseguir. Aí eu pedi uma Audiência Pública a Pertence e está aí. Está gravado. Foi a história bonita. Mas é uma consequência. V.Ex^a. sonhou com isso que é a maior imoralidade. Aqui tem salário no Brasil, o País organizado, a diferença do maior para o menor é dez vezes. E V.Ex^a. e seis horas da tarde está aí o Gedell para contar que é meu Procurador. Aí o Sepúlveda, aquela moral toda que ele tem, é um homem que [inaudível], que ri, aquelas cadeiras ninguém no Tribunal em julho, eu disse: Excelência, você me permite uma pergunta? Aí ele ficou calado. E eu fiquei calado também, Professor Goldemberg. Olha que demora. Eu nunca vi um negócio de demora. Aí eu digo: O Senhor me permite fazer uma pergunta? Aí ele ficou calado e eu fiquei calado. Gabeira, demora. Foi um minuto. Aí ele viu que eu não ia falar e disse: Fale Governador. Eu disse: Quanto ganha V.Ex^a? Aí ele: Seis mil, quinquênio para dar oito mil reais, oito mil dólares que naquele tempo era casado demorou. Eu digo: Pois eu quero lhe dar um prêmio aqui. Lá no Piauí é um bocado de gente ganhando 27 mil, é DAS, é não sei o quê, Procurador e eu estou no avião e eu lhe dou um.

Foi tudo dado concurso. Aí trouxe o Catatau de gente que ganhava aqueles altos salários que V.Ex^a. foi o primeiro a denunciar nesse País que ainda está aí. O Lula não teve coragem de fazer essa justiça social salarial, aumentou a diferença. Os mais estão ganhando mais, os poderosos e os pequenos estão ganhando menos. E aí eu digo: Olha, Sepúlveda, eu não se como não tem uma revolução. Esses militares aí. Porque está aqui. Era General Oliveira, era o meu Secretário de Obra foi do nordeste do Pernambuco. E ele tinha me mostrado. Ele ganhava menos, ele ganhava uns quatro mil dólares, quatro mil reais. E os oficiais da polícia ganhando mais de 20 mil. Eu não sei como não

tem uma... Esses militares não voltam de novo porque eu sou médico e eu não ia conseguir que o, permitir que um enfermeiro ganhasse mais do que eu. A polícia é uma força auxiliar. Eu sou oficial da reserva, fiz o [inaudível]. Eu sei que ele me deu o Collor uma liminar e eu consegui governar e aqui estou. Mas V.Ex^a. foi o primeiro e nós não tivemos coragem, não. Nós fomos atropelados. Aí os grandes aumentos salário passam ligeiro que você vai ver, Marconi e aquela diferença aumentou. Então, V.Ex^a. foi uma pessoa muito importante. E continua quando traz para o Senado esse tema que é importante. Eu só queria lembrar a V.Ex^a. Sófocles que já se lembrou do ambiente. Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Com esse aí para que V.Ex^a. com a sua inteligência leve esse País a defender a natureza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Muito bem, Senador Mão Santa. Muito grato pelas palavras bondosas e sobretudo por essa contribuição que o Senhor deu a essa nossa Subcomissão trazendo esse enxerto de Sófocles. Muito obrigado. Tem aqui ainda inscritos os Deputados Carlos Souza--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Carlos Souza. Sim, pois não.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu apenas gostaria de pedir licença a V. Ex^a., [inaudível], Presidente, em virtude de um compromisso inadiável. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Pois não, nobre Senador. Muito obrigado pela sua presença. Deputado Carlos Souza com a palavra. Em seguida o Deputado Gabeira.

DEPUTADO CARLOS SOUZA (PP-AM): Deputado Eduardo Gomes, Deputada Rebeca, Deputado Gabeira, Srs. Senadores, Professor José Goldemberg. Vou tentar ser rápido, professor, dentro do que me chama a atenção nesse debate, nessa discussão a respeito de emissão de gases. Eu tenho uma ponderação a fazer, professor, a respeito da sua colocação, onde me deixou alarmado pela quantidade de dióxido de carbono que a nossa Floresta Amazônica libera para a natureza. 200 milhões, o Senhor colocou aqui, de toneladas de moléculas de carbono. Nós temos 550 milhões de hectares de floresta na Amazônia e existe o estudo, professor José Goldemberg, o Senhor sabe melhor do que ninguém, por parte de Instituto de Alta credibilidade que diz o seguinte: Nós temos dois processos foto sintéticos, a fase clara e a fase escura. A cada um

hectare de floresta nós temos um saldo nessas duas fases porque na fase clara nós liberamos oxigênio, na fase escura nós capturamos, é o inverso, há um processo inverso nessa situação, o Senhor sabe melhor do que eu, há um saldo de meia tonelada de dióxido de carbono que é capturado por essa floresta. Esse saldo, essas duas fases foto sintética. Se nós multiplicarmos isso, professor José Goldemberg, de 550 milhões de hectares de floresta, nós vamos ter mais ou menos 275 milhões de toneladas de saldo de dióxido de carbono que é capturado por essa floresta.

Portanto, segundo esses dados, nós temos um saldo acima dos 200 milhões que a floresta libera para a atmosfera. Nós temos 275 milhões de saldo. Segundo esse entendimento, a Floresta Amazônica não é essa grande vilã na questão da poluição do meio ambiente. Outro questionamento é mais uma pergunta, professor José Goldemberg, que eu quero fazer a V.S.^a, é em relação ao Protocolo de Kyoto. No meu entendimento, o Protocolo de Kyoto não traz grandes benefícios para a Floresta Amazônica. Mesmo porque, segundo o que consta dentro do Protocolo de Kyoto, o benefício que nós poderíamos ter a mais na Floresta Amazônica seria fazer o reflorestamento para poder tentar ganhar os créditos de carbono através dos Países industrializados. Como nós temos ainda, graças a Deus, uma grande floresta de pé, mais ou menos, acredito eu, 386 milhões de hectares de floresta contínua, seria necessário esse povo da floresta, o nosso caboclo, o nosso ribeirão, continuar desmatando essa floresta para poder fazer um replantio se tivesse a condição financeira e econômica para tal para poder usufruir desse crédito de carbono que é determinado pelo Protocolo de Kyoto. Eu não vejo grande vantagem. Seria interessante se houvesse a possibilidade de modificar essa cláusula, essa lei, seja o que for esse inciso, dentro do Protocolo de Kyoto para que fosse prestigiada as florestas que estão de pé, no caso a Floresta Amazônica para que não fosse desmatada. Que não fosse necessário desflorestar para poder termos o ganho do crédito de carbono. Seria muito mais adequado, seria muito mais providente, seria muito melhor para a nossa Floresta Amazônica porque teríamos dividendos para continuar mantendo a floresta de pé. Esse é uma pergunta que eu faço, é um questionamento ao Senhor.

A outra, já que a Floresta Amazônica, Professor José Goldemberg, ela é pauta de discussão no mundo todo em relação aos benefícios que ela proporciona à humanidade, como acabei de falar dessa pesquisa que foi feita, não seria interessante nós criarmos um fundo de preservação, um fundo internacional de preservação da Floresta Amazônica? Em que esses Países industrializados pudessem participar com uma

quantia qualquer como foi feita uma pesquisa agora em Londres pela universidade de Londres dentre as famílias de classe média e classe alta, se estariam predispostas a participar anualmente com uma quantia X na preservação da Floresta Amazônica e essa pesquisa foi altamente, amplamente aceita por essas famílias de classe média alta, aonde a propositura dessa pesquisa seria uma parcela, uma quantia de 50 euros, ou 50 dólares, a participação anual de cada uma família de classe média alta, família européia na preservação da floresta aonde estes 50 euros ou 50 dólares seriam investidos 30 na preservação da floresta e 20 na bioprospecção. Na parte da ciência e tecnologia para desenvolver aquelas áreas com responsabilidades auto-sustentáveis? Não seria um momento adequado para que nós trabalhássemos em cima da criação também desse fundo? Estes são os questionamentos que eu faço, Professor, ao senhor e que eu gostaria de ouvi-lo.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Olhe, Deputado, são três as suas colocações. A primeira é inútil discutir aqui. Se o Senhor tem algum trabalho técnico que tente convencer as pessoas de que a Floresta Amazônica absorve carbono, o Senhor me envia que eu providenciarei um parecer adequado. Mas eu posso argumentar de uma maneira simples que é a seguinte, a Floresta Amazônica, intocada, ela é estável. O Senhor tira uma fotografia da Floresta Amazônica há 30 anos atrás, há 40 anos atrás, 50 anos atrás e tira agora, ela é igual. Ou seja, a floresta intocada, ela não está nem aumentando nem diminuindo. Então se ela tivesse absorvendo carbono ela estaria crescendo. Quer dizer, esse tipo de análise... Eu já ouvi falar desses estudos. Esses estudos não têm base na realidade. A floresta estável que é a floresta intocada ela é um reservatório de carbono. Em cada hectare, um hectare é um campo de futebol. Em cada hectare, existem aproximadamente cem toneladas de carbono. Quando a gente queima, ele se transforma em CO₂ e vai para a atmosfera. É fazendo essa conta que se obtém isso aqui. Isso aqui é área desmatada em quilômetros quadrados. Isso aqui é medido com satélites e é um número absolutamente inquestionável. Se o Senhor pegar 20 mil quilômetros quadrados, que é mais ou menos o que é desmatado por ano, que são dois milhões de hectares e multiplicar por cem toneladas, o Senhor obtém 200 milhões de toneladas. É o que é emitido. A floresta intocada, ela é estável. Ela nem absorve e nem perde. Então, se há questionamento técnico, o Senhor me envia.

DEPUTADO CARLOS SOUZA (PP-AM): Nessa questão do que é emitido 200 milhões de moléculas de carbono, de toneladas de moléculas de carbono a

Floresta Amazônica não faz um processo foto sintético aonde ela absorve o CO₂ e libera o oxigênio?

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Não na área desmatada. Quando a gente desmata a área.

DEPUTADO CARLOS SOUZA (PP-AM): Não. Não. Na área contínua de 386 milhões de hectares de floresta. Nessa área contínua que nós temos.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Essa área contínua é neutra, é o que eu estou dizendo. Essa área contínua, ela nem emite nem absorve. É neutra. Se ela não fosse neutra, ela estaria aumentando ou diminuindo. Só uma coisa. Faz anos que eu não venho a Brasília. Se é uma coisa que eu notei em Brasília é que as árvores estão muito maiores. As árvores cresceram. Mas na Floresta Amazônica elas não crescem, Deputado. De modo que... Agora, quando a gente pega o hectare de floresta e corta e queima, aí vai para a atmosfera e não volta. Essa é a primeira observação. A segunda eu vou responder a terceira. É a questão de proteger a floresta. E a sua colocação é muito boa. Se as pessoas estão tão interessadas em que a Floresta Amazônica se mantenha, porque vai beneficiar eles também, não só nós, como eles, por que é que eles não pagam por isso? É por causa do seguinte, Deputado, é porque filantropia nesse nível não funciona. Para proteger a Floresta Amazônica a quantidade de carbono que tem em cada hectare que eu disse há pouco, são cem toneladas, ela é difícil eu dar um preço para isso. Mas existem esforços para dar um preço. Ela vale uns mil dólares. Seria preciso que as pessoas pagassem mil dólares para conservar um hectare de floresta. Ou seja, seriam precisos bilhões de dólares. O Ministério do Meio Ambiente recentemente fez uma proposta nesse sentido de que a floresta em pé seria remunerada, quer dizer, mantendo a floresta em pé a pessoa receberia dinheiro. O Brasil lançou essa proposta. Essa proposta foi recebida com completa indiferença. Mesmo porque não existe dinheiro para filantropia nesse nível. Agora, existe mecanismo de desenvolvimento limpo que foi mencionado aqui. Nesse é o seguinte, se o Senhor fizer alguma coisa aqui no Brasil que reduza as emissões, o Senhor pode gerar um certificado e vende esse certificado lá em Portugal, na Espanha, etc. Essa proposta foi feita ao Itamaraty. Eu fiz. O Gabeira estava em Montreal. Coloca a proteção da Floresta Amazônica dentro do mecanismo de desenvolvimento limpo. Que é um mecanismo de mercado.

O Governo Brasileiro não aceitou essa proposta. A proposta que existe que é a proposta da Ministra Marina e lançada pelo Itamaraty, é uma proposta de filantropia. E Oxalá houvesse dinheiro para isso. Mas não há. E a outra é a pergunta intermediária que o Senhor fez é acerca do reflorestamento. O reflorestamento

não vale para o mecanismo de desenvolvimento limpo. Desmatar e cobrir de novo, etc. e tal não entra no mecanismo de desenvolvimento limpo. A única maneira de colocar florestas no mecanismo de desenvolvimento limpo, além desses que eu mencionei, da filantropia, seria o de recuperar áreas degradadas em 1990. Se uma área estava degradada em 1990, 17 anos atrás, e se ela for recuperada, então as pessoas podem propor um crédito. Isso pode ser feito. Não é fácil, porque tecnicamente inventam mil dificuldades. Eu acho que nisso o Senhor tem toda a razão. Acho que desarmamento devia ter maior atenção... não desmatamento. Reflorestamento de áreas que foram degradadas no passado deveriam receber mais atenção. Mas degradar e recuperar realmente não ajuda muito. Há alguns casos de recuperação de áreas degradadas no passado, estão sendo objeto do mecanismo do desenvolvimento limpo. MDL.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Com a palavra o computado Fernando Gabeira, o último inscrito para esta Audiência Pública.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Mais um estímulo para ser breve, Sr. Presidente. Eu vou ser bastante breve, eu queria agradecer ao Presidente da Comissão que me convidou para essa atividade, agradecer também ao Presidente da Comissão Mista, agradecer ao conferencista que mais uma vez nos brindou com a sua, o seu conhecimento sobre o tema, a sua luta também no tema e dizer que estamos aí para contribuir. Contribuir com a Subcomissão, especificamente num ponto que é de tentar recolocar o Brasil na vanguarda do processo. Nós temos observado oscilações na posição brasileira. Ora o Brasil vai a vanguarda, ora ele recua e se limita nos órgãos internacionais apenas a dizer que está cumprindo, está fazendo o seu dever de casa. O que é pouco. Mais do que fazer o dever de casa é preciso de uma proposta para a humanidade como foi feita em 2002. E contribuir com a Comissão Mista é no sentido de nós afinarmos um pouco já o caminho e partirmos para a produção de uma Política Nacional de mudanças climáticas. Essa política vai influenciar o Governo, talvez possa até orientar o Governo, e nós estamos dispostos a contribuir com ela. Não vou evidentemente mencionar todos os seus aspectos, mas hoje já apresentei um Projeto nessa direção que é de obrigar o Governo a apresentar ao Congresso um inventário periódico. Nós precisamos saber o quanto estamos emitindo para podermos tomar posições. Saber se estamos avançando, se não estamos.

Enfim, se nós vamos ter metas precisamos ter também um modo de aferir por que a nossa aferição é

bastante antiga e as coisas já mudaram muito. A outra coisa que nós poderíamos fazer, eu sugiro ao Senador e ao próprio Deputado, é tentar fazer andar alguns projetos que, no meu entender, iam contribuir com a sua simples aprovação a reduzir as emissões brasileiras. Por exemplo, o Projeto de inspeção veicular. A gente não consegue aprovar isso porque há uma briga entre o Município e o Estado como havia com o saneamento. Mas num contexto de aquecimento global, se a gente consegue dar esse passo, nós já teríamos contribuído, do ponto de vista parlamentar, enormemente para reduzir um pouco as emissões. Então estou muito satisfeito com todo esse movimento, nós temos aí como o Dr. Goldemberg demonstra um *know-how* brasileiro, uma participação brasileira já nesse processo e acho que nós vamos poder fazer muito com a contribuição dessa Subcomissão e da Comissão Mista. Estou aí disposto a contribuir com ela. Não sou nem membro, porque por esses caminhos de política partidária o meu partido resolveu não me indicar nem para suplente. [Risos] Mas imagine, nós vamos contribuir de qualquer maneira e estaremos contribuindo aí com todo prazer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Muito bem, Deputado Fernando Gabeira. Nós todos é que temos que agradecer a sua longa militância ambientalista e V.Ex^a. que tem sido um guia na luta que todos nós estamos enfrentado na tentativa e vamos conseguir, de salvar nosso planeta. Eu falei que o Deputado Fernando Gabeira seria o último orador inscrito, mas o Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o Senador Eduardo Azeredo gostaria de fazer uma outra inquirição.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Professor Goldemberg, Srs. Senadores e Deputados, eu quero registrar a importância dessa Subcomissão, dessa discussão, eu assisti toda a participação, mas tive que me ausentar na fase de debates por outro compromisso que tive agora ainda na Comissão de Constituição e Justiça. Mas as propostas que foram colocadas de nós continuarmos discutindo, ampliarmos a discussão, o Presidente Collor já propôs que nós possamos ouvir o Vice-Presidente Al Gore aqui que ele possa fazer uma visita, não sei em que estágio está o convite, se já foi contatado, já? Aguardando a agenda dele para poder vir. Vai ser muito interessante. Aliás, o filme dele agora que está entrando no ciclo das locadoras. Estava só nos cinemas, agora que está entrando nas locadoras e vai ser mais fácil poder assistir a quem não viu. Eu também não vi ainda. Só tive notícias realmente positivas sobre ele. Mas nós temos que realmente nos preparar e o Brasil poder realmen-

te dar o exemplo que tem dado, o Brasil é avançado nessa questão da bioenergia, o Brasil é avançado na questão do crédito de carbono lá em Minas Gerais mesmo empresas mineiras foram pioneiras em conseguir vender a questão de crédito de carbono, então são vários os modelos que nós temos da questão da eco 92 que foi fundamental e a o meu cumprimento, portanto aqui a essa Comissão, Subcomissão, e especialmente ao Professor Goldemberg que pode aqui nos brindar com as suas informações que são muito proveitosas para o melhor entendimento do assunto. E só para terminar eu quero dizer que nós temos também que nos preparar, em Minas Gerais, porque vai ser tanta gente saindo do litoral, que vai para Minas Gerais depois que subir o rio, subir o mar, que então nós temos que estar preparados para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Eduardo Azeredo, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores a que está subordinada essa Subcomissão de Mudanças climáticas do Senado Federal, os meus agradecimentos a todos os Senadores, a todos os Deputados e Deputada que compareceram, ao Presidente da Comissão Mista, Deputado Eduardo Gomes pela honrosa presença e ao Professor José Goldemberg que fez um enorme esforço para deixar os seus afazeres que são inúmeros lá em São Paulo tanto na área privada, na área acadêmica, como na área do seu interesse profissional e que atendeu prontamente a esse nosso convite. O Professor Goldemberg foi quem coordenou e, portanto a Rio 92 e, portanto é ele quem merece todos os créditos pelo sucesso daquela conferência. É um homem extremamente prático, é um cientista, um acadêmico, mas dotado de uma absoluta praticidade e um absoluto pragmatismo. E foi graças a essa sua determinação que nós conseguimos vencer várias barreiras para que chegássemos a 92. Depois quando chegamos lá tivemos que quebrar outras barreiras, inclusive a vinda do Presidente americano, que até a primeira semana da conferência não havia confirmado se viria ou não, se participaria o ou não da conferência e se assinaria o tratado da biodiversidade. Portanto, Professor Goldemberg, sinta-se homenageado por todos os integrantes desta Comissão que agradecem ao Senhor essa palestra que o Senhor nos brindou na manhã de hoje e sobretudo, extremamente claro. O bom do Professor Goldemberg é que ele fala as coisas claras, ele não vai contornando, ocupando espaços sinuosos, ele vai diretamente no assunto. Me impressionou bastante a resposta que ele ofereceu quanto à emissão de CO₂ no Brasil. Me impressionou. Este número eu não dispunha.

É impressionante. 80 milhões de toneladas todo o Brasil menos a Amazônia. A Amazônia sozinha 200 milhões de toneladas de emissão de CO₂, fruto único e exclusivamente do desmatamento. Ou seja, como é... Isso nos coloca na posição de quarto ou quinto poluidor do mundo em CO₂. Se nós estivéssemos impedindo o desmatamento nessa proporção estaríamos em 18º lugar como emissores de carbono. Então, são essas respostas objetivas, práticas, sinceras, que nos faz, mais uma vez, acordar para a enorme responsabilidade que nós temos no Senado da República, na Câmara dos Deputados, para trabalharmos agora, junto ao Governo Federal, para que ele tome iniciativas concretas no sentido de podermos, como disse o Deputado Gabeira, estarmos novamente na vanguarda, como estivemos a partir de 92 e perdemos essa condição, talvez por uma falta de maior interesse do tema dos outros governos. Mas, enfim, é importante que mantenhamos essa questão ambiental na nossa agenda pessoal, na nossa agenda como parlamentares, na nossa agenda como cidadãos brasileiros.

Muito obrigado a todos os Srs. Senadores, a Sra. Deputada, os Srs. Deputados, ao Sr. Presidente da Comissão Mista, mais uma vez, Deputado Eduardo Gomes e ao Professor José Goldemberg, mais uma vez o nosso abraço e os nossos cumprimentos pelo grande trabalho que o senhor vem realizando. Obrigado pela sua presença. Faltou dizer “está encerrada a reunião”, para cumprir o que determina o protocolo.

Sessão encerrada às 13h13.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CONJUNTA COM A QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO AQUECIMENTO GLOBAL E A QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL “MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL”, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e oito de março do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Ala Senador Nilo Coelho, Plenário 2, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, **CONJUNTA** com a Subcomissão Permanente do Aquecimento Global e a Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas no Brasil”. Presença dos Senhores Senadores **FERNAN-**

DO COLLOR, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, **JOÃO RIBEIRO, MÃO SANTA, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, VALDIR RAUPP, LEOMAR QUINTANILHA, JEFFERSON PÉRES, VALTER PEREIRA, MARCONI PERILLO, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, JOÃO RIBEIRO, DELCÍDIO AMARAL FÁTIMA CLEIDE** e Deputados **IRAN BARBOSA, EDUARDO GOMES**, Presidente da Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas no Brasil”, **LUIZ CARREIRA E JORGE KHOURY**. Deixam de comparecer os demais Senadores e Deputados. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos. A presente reunião destina-se a ouvir o Senhor João Paulo R. Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, representando a Ministra Marina Silva, e o Senhor Everton Vieira Vargas, Subsecretário para Assuntos Políticos do Ministério de Relações Exteriores, para debater acerca das conclusões contidas no Relatório das Nações Unidas, divulgado no último dia dois de fevereiro do corrente ano e sobre o ponto de vista da Política Externa Brasileira, especialmente sobre as negociações e implementação pela nossa Chancelaria dos Atos Internacionais pertinentes, em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Inácio Arruda, aprovado dia 22/07/2007 e Requerimentos nº 1 e 2/2007 – CMAAQ, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovados dia 27/02/2007. O Presidente convida para compor a Mesa o Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas no Brasil”, o Senhor João Paulo Capobianco, o Senhor Everton Vieira Vargas e o Senador Fernando Collor, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas. Faz uso da palavra o Deputado **EDUARDO GOMES** e o Senador **FERNANDO COLLOR**. O Presidente concede a palavra ao Senhor **JOÃO PAULO CAPOBIANCO** para fazer sua exposição, e em seguida, ao Senhor **EVERTON VIEIRA VARGAS**. Fazem uso da palavra os Senadores **RENATO CASAGRANDE, FERNANDO COLLOR**, Deputado **ANTONIO CARLOS MENDES THAME**, Senador **INÁCIO ARRUDA**, Deputado **FERNANDO GABEIRA** e o Senador **MÃO SANTA**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e treze minutos, lavrando a presente Ata os Secretários **MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO** e **VERÔNICA DE CARVALHO MAIA BARAVIERA** que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada

da presente reunião. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas. – Senador **Renato Casagrande**, Presidente Subcomissão Permanente do Aquecimento Global. – Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente da Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas no Brasil”.

REGISTRO DA ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CONJUNTA COM A QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO AQUECIMENTO GLOBAL E A QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL “MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL”, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS NOVE HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Vamos dar início à nossa reunião, cumprimentar os Deputados, as Deputadas, os Senadores presentes. Está aqui comigo o Presidente Eduardo Gomes, o Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista que está debatendo o aquecimento global, e o Presidente da Subcomissão do Aquecimento Global na Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Collor de Mello, está chegando e também vai fazer parte da nossa Mesa. Então, eu quero dar início ao nosso trabalho, nós já estamos com alguns minutos de atraso, peço desculpas, e iniciaremos convidando para fazer parte da nossa Mesa, o Senhor João Paulo Capobianco, que está aqui hoje Secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, está aqui hoje representando a Ministra Marina Silva que estava agendada até ontem à tarde para participar dessa audiência, mas foi convocada pelo Presidente Lula, para uma agenda agora na parte da manhã e ficou impossibilitada de estar presente. A sua Assessoria entrou em contato e sugeriu que o João Paulo Capobianco pudesse participar, então nós queremos convidá-lo a participar da Mesa e vai aqui representar o Ministério e a Ministra; irá fazer a exposição com relação ao tema.

Quero também fazer o convite ao Embaixador Everton Vieira Vargas, também aqui representando o Ministro Celso, Embaixador Celso Amorim. O Embaixador é Subsecretário Geral de Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores. Tem tratado nos encontros multilaterais, nos fóruns multilaterais da po-

sição brasileira com relação ao tema do aquecimento global, e com certeza vai dar uma boa contribuição para todos nós. Nós estamos com diversos fóruns de debate do Congresso Nacional, mas estamos unificando a nossa ação. O Presidente Eduardo Gomes, que é o Presidente da Comissão mista, que é a Comissão mais ampla porque é a Comissão das duas casas, tem trabalhado para que nós possamos unificar a nossa ação. A audiência de hoje que é da Subcomissão permanente ligada, vinculada à Comissão do Meio Ambiente, ela se transformou... Senador Collor, por favor. Transformou-se numa Comissão, numa audiência conjunta da Subcomissão de Relações Exteriores e da Comissão Mista, para que nós não precisemos repetir trabalho nessas comissões. A audiência de hoje já é uma audiência que vai atender... Na reunião de hoje nós já iremos atender a estas outras comissões.

Então, havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, conjuntamente com a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Aquecimento Global e 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas no Brasil. Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto às comissões, a dispensa da leitura da Ata das reuniões anteriores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Requerimento colocado em apreciação. Quem for favorável permaneça como está. Aprovado. A Ata está... A leitura da Ata está dispensada.

Então, passamos no primeiro momento, às exposições dos nossos convidados perguntando aqui ao Presidente Eduardo Gomes, se ele quer fazer uma saudação aos presentes e ao Presidente Collor, que também faça uma saudação. Então com a palavra o Presidente Eduardo Gomes e depois com a palavra o Presidente Senador Collor de Mello.

DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Bom dia, Presidente Senador Renato Casagrande, Presidente da Subcomissão de Aquecimento global, Presidente Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Subcomissão no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, Dr. João Paulo Capobianco, que representa nesta audiência a Ministra de Estado de meio ambiente Marina Silva, Embaixador Everton Vieira Vargas, Subsecretário geral de assuntos políticos do Ministério das Relações Exteriores, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Presidente, primeiro para registrar a forma como tem sido discutida toda... O assunto aquecimento global, mudanças climáticas na Câmara e no Senado. A importância de unirmos esforços e que as iniciativas, todas elas legítimas no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado, e aí reforço o meu cumprimento, Deputado Mendes Thame, Presidente da Comissão de Mudanças climáticas na Comissão do Meio Ambiente, na Câmara dos Deputados, a importância que nossos esforços sejam... Estejam concentrados numa pauta que dê resposta a tempo de tudo aquilo que a sociedade brasileira espera do Brasil, no que nós podemos contribuir para amenizar a emergência que o assunto implica.

Quero dizer que no dia de ontem a Comissão Mista especial de mudanças climáticas aprovou um plano de trabalho apresentado pelo Relator, Senador Renato Casagrande, acrescido com sugestão de vários Senadores e Deputados. E que a partir dessa semana, a Comissão entra numa agenda objetiva que se inicia com a visita ao INPE, na segunda-feira, dia 2 de abril, e a partir desse momento o contato com as iniciativas de outras comissões. O contato para alcançar o nosso objetivo das diversas pautas e das diversas audiências solicitadas, o desejo de conseguir do Presidente Lula, apoio para as iniciativas destas comissões, tem nesta audiência mais um passo importante. Portanto, fica registrada a nossa satisfação em darmos conta desta agenda convergente, com o apoio das diversas comissões. E a Comissão Mista estará sempre presente, quando convocada, para que não haja essa dispersão, já que é tão difícil, na Casa, um dia como hoje, quarta-feira, com todas as comissões permanentes da Câmara, em funcionamento conseguirmos reunir um nº. suficiente de Parlamentares, mas a exposição ela é importante e ela vai ser amplamente divulgada entre os membros efetivos da Comissão. Portanto, fica registrada, Presidente, a minha satisfação de darmos mais esse passo para compreender esse assunto, que é novo e que é urgente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Presidente Deputado Eduardo Gomes. Com a palavra o Senador Collor de Mello, que é Presidente da Subcomissão na Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Renato Casagrande, da Subcomissão de Aquecimento global, Sr. Presidente Eduardo Gomes, da Comissão Mista do Congresso Nacional, Sr. Representante do Ministério de Relações Exteriores e do meio ambiente, Sras. e Srs. Deputados, senhores e senhores.

Eu entendo, senhores Presidentes, que o Congresso Nacional vem realizando um trabalho hercúleo, no sentido de tentar transmitir à sociedade brasileira a catástrofe que se avizinha. Nós estamos literalmente às voltas com uma bomba relógio prestes a explodir, sem nenhuma... Sem utilizar nenhuma carga emocional maior do que essa que eu estou exatamente colocando, que é a verdadeira. O Brasil, hoje, nesses últimos tempos, não perdeu ainda o cacoete de tratar sempre das suas questões internacionais, com um enfoque muito grande na economia. Hoje, se fala muito em superávit primário, se fala muito nos indicadores macro econômicos, se fala muito na questão, agora mesmo, do etanol, e diferentemente do que alguns imaginam que o etanol possa ser algo ambientalmente saudável, há dúvidas quanto a isso, pela expansão que vai ter que ocorrer na plantação da cana-de-açúcar. Novas fronteiras agrícolas sendo abertas sem um zoneamento ecológico realizado, sem nenhum estudo prévio.

O Ministério do Meio Ambiente, apesar dos esforços da Ministra Marina, não está devidamente aparelhado ou com o apoio suficiente para combater o desmatamento na Amazônia, que como todos nós sabemos é causador maior de emissões de CO2 dentro do Brasil. Enfim, não há uma concentração de ações por parte do Governo Federal no sentido de dar suporte, seja aos seus Ministérios diretamente envolvidos com a questão ambiental, Itamaraty e Meio Ambiente. E também não está ainda havendo o suporte necessário para os trabalhos que as comissões aqui vêm realizando e que nós estamos desaguando todos os trabalhos, na Comissão Mista do meio ambiente. Na questão da Amazônia, no momento em que o Governo, e somente com o peso do Governo, de uma decisão do Presidente da República, ele coloca a sua decisão política e a sua vontade determinada de combater essas queimadas na Amazônia. Ele só conseguirá isso se colocar numa Mesa a Ministra Marina, se colocar junto com ela o IBAMA, a FUNAI, a Polícia Federal, o Ministério da Marinha, Aeronáutica e do Exército, sentá-los todos numa Mesa, determinar que o desmatamento da Amazônia tem que estar reduzido a menos de 30% até o final do ano, o que cada um deles deseja ou necessita para que essa meta seja atingida, e ele diariamente ficar cobrando de cada um, as ações que ficaram estabelecidas para que cada um executasse. Porque o Brasil, hoje, como quarto maior emissor de CO2 na atmosfera, é um dos maiores causadores, portanto do aquecimento global, ele tem que mostrar que está fazendo o seu dever de Casa. Não adianta, nós ficarmos aqui dizendo que o País tal ou o País Y está poluindo mais que o Brasil, não adianta dizer que não assinaram o Protocolo de Kyoto ou isso e aquilo, e

colocar a culpa nos outros. Não. Nós temos que tratar dessa questão de uma maneira mais ampla, de uma maneira global, sim. Mas, nós temos que fazer o nosso dever de Casa. Isso em relação ao Ministério do Meio Ambiente e a posição do Presidente da República é fundamental e determinante para dar ao Ministério do Meio Ambiente um mínimo de condições para que reduza drasticamente as queimadas que vem sendo, hoje, feitas na região amazônica. Em relação ao Itamaraty, nada se resolve, nada, absolutamente nada se resolve no âmbito externo, nessa concentração com outros Países dos tratados. O que hoje nós estamos vendo é um cenário de impasses institucionais, porque ninguém consegue chegar a um acordo. Se fazem, reuniões e mais reuniões depois do Protocolo de Kyoto, depois da conferência do meio ambiente e é algo que se precisa fazer notar, quer dizer, a Conferência do Meio Ambiente em 1992. Nós estamos há 15 anos da maior conferência já realizada no planeta, se levar em conta o número de chefes de Estado e chefes de Governo presentes. Todos estiveram ali presentes. Todos. Todos assinaram os diversos tratados e as diversas convenções. E como é que se pode imaginar que 15 anos depois dessa conscientização planetária sobre os problemas que nós estávamos enfrentando. Somente 15 anos depois, nós estejamos vivenciando uma catástrofe anunciada? Única e simplesmente, porque não houve depois da conferência do Rio, uma concentração articulada entre os Países. Não diria nem todos os Países signatários, mas entre os principais protagonistas ou atores daquela conferência. E dentre elas, claro, o Brasil.

O Brasil fez algumas proposições, não assinou lá na questão do Protocolo de Kyoto em função... É tal coisa. Um empurra para o outro. Se os Países desenvolvidos não vão assinar, por que é que eu estou em desenvolvimento sou assinar? Se eu estou precisando crescer para dar vida digna à população do meu País. Por que eu vou fazer isso, me sacrificar e o outro não vai? Então hoje, nós estamos vendo esse jogo de empurra. Empurra para cá, empurra para lá, faz isso, o outro não faz, e o resultado é que nós estamos às vésperas dessa catástrofe.

O Ministério das Relações Exteriores brasileiro, não faz nada. Absolutamente nada, nessas áreas, que não seja com a determinação expressa do Presidente, sobretudo nesse campo ambiental. O dia-a-dia, o feijão com arroz, o Itamaraty, que é formado por excepcionais profissionais, competentíssimos, a melhor diplomacia do mundo, é a diplomacia brasileira. Mas talvez até por isso, por ter... Por levar muito a sério essa questão da hierarquia, da formação, da obediência à política de Estado, que é traçado pelo Presidente da República,

não avança além dos limites que são estabelecidos para ele atuar. Nessa questão ambiental, como é uma questão sensível, o Itamaraty também não está agindo como deveria agir. É necessário, portanto, mais uma vez, que o excelentíssimo Sr. Presidente da República chame o Itamaraty e determine ao Itamaraty, o engajamento absoluto na questão das tentativas com vistas à diminuição da emissão de CO2 no Brasil e fora do Brasil, com essa concentração a que eu me refiro, interna e externa. E que faça, e atente, para o que aqui vem sendo discutido. Que ele mantenha um representante do Itamaraty, como também o Ministério do Meio Ambiente poderia deixar um representante permanente junto à Comissão Mista, para que eles acompanhem o que aqui vem sendo debatido. Para que eles acompanhem o que aqui vem sendo decidido e sugerido ao Governo, e dêem sequência a isso. Porque esta Casa é a Casa do povo. É a Casa... Nós estamos ouvindo, estamos sentindo, estamos percebendo a angústia que hoje domina a sociedade, que finalmente acordou para esse grande problema.

Um outro ponto que me causa estranheza é essa questão nuclear. Eu tenho ouvido de algumas áreas, tenho ouvido de algumas áreas, e áreas extremamente importantes e influentes dentro do Governo, de que há um recrudescimento daquela... Do enriquecimento do urânio, com vistas à fabricação desses apetrechos nucleares, dentro de um conceito extremamente perigoso de que os Países só são respeitados hoje, se tiverem o conhecimento do átomo. Se tiverem condições de enriquecer urânio, e enriquecendo urânio é um passo que antecede, a elaboração de um artefato atômico. E isso tem me preocupado. E talvez, por isso também, eu digo isso com conhecimento de causa e é algo muito sério e muito grave. Essa questão da usina de Angra 3, que é uma usina inteiramente obsoleta, mas que já está com 70% do seu equipamento aí comprado. Prestes a funcionar, parece que é uma bobagem, mais uma usina para fornecimento de energia elétrica, mas não é. Porque com Angra 3 vai se ganhar, em escala a questão produção do urânio e, portanto do enriquecimento do urânio. E como todos nós sabemos, as grandes reservas de urânio que nós temos estão lá na Amazônia, estão lá na cabeça do cachorro, lá em cima, daquela região extrema da região amazônica. E isso é outro fator que pode complicar muito as negociações do Brasil, com essas outras nações, que são importantíssimas, para que nós possamos trazer uma proposta de ação.

Nós estamos muito no campo da declaração de intenções. Os governos sempre declaram intenção. Vamos assinar aqui uma declaração. Os dois Presidentes aqui reunidos declaram sua intenção de promover

todos os esforços no sentido diminuir as emissões de CO₂, nos seus respectivos países. Declaração de intenção. Nada. Vazio. Nós precisamos sair das declarações de intenção e partirmos para uma proposta efetiva de ação. E essa proposta efetiva de ação só poderá dar certo, só poderá ter curso e consequência, se o Presidente da República estiver diretamente envolvido no processo. Agora mesmo o Presidente terá a oportunidade de fazer algum gesto mais objetivo nesse campo, na reunião que terá, não digo nem com o Presidente americano, mas na reunião que ele terá com o G8. Ali estarão os oito Países mais ricos do mundo. E é o momento, talvez, do Presidente chegar e fazer uma proposta de ação e mostrar que o Brasil não tem receio de estar na vanguarda desse processo, de que o Brasil não tem nada a esconder. Inclusive sobre essa questão nuclear que precisa ficar clara. Eu não sei se o Itamaraty tem acesso a esse tipo de informação, o Meio Ambiente, seguramente, acho que não tem. Mas setores importantes do Governo Federal precisam vir a público, para dizer que os compromissos assinados lá atrás, os tratados assinados lá atrás do Brasil em relação à Argentina, temos a fiscalização mútua das nossas agências, a assinatura do tratado de não proliferação nuclear e todos esses mecanismos. O banimento de fabricação de qualquer artefato nuclear e de qualquer artefato de bomba biológica ou armas biológicas e químicas, essa coisa toda, que o Brasil baniu, já. Se há um recrudescimento desse sentimento de que o Brasil, para alçar a uma posição de destaque no primeiro mundo, voltou a discutir esse assunto ou não. Essa é uma resposta que o Governo Brasileiro deve oferecer à sociedade. E eu espero que o Presidente da República se envolva pessoalmente colaborando com o Ministério do Meio Ambiente, dando a Ministra Marina Silva, o instrumental necessário para que ela possa atingir as metas que nós desejamos, de reduzir até o final do ano em pelo menos 70% as queimadas da Amazônia. E determinar ao Itamaraty que coloque um representante permanente, nas nossas comissões, para ouvir o que aqui ficou decidido. E determinar o engajamento do Ministério das Relações, para que nós possamos reunir aqui no Brasil, no ano de 2012, quando termina a vigência do Protocolo de Kyoto, reúna aqui no Brasil, se não todos aqueles países, mas, o grupo de Países, por exemplo, os mais poluidores do planeta, para que nós possamos ter uma proposta de ação, não mais declaração de intenção. Porque isso não vai resolver o problema do planeta. Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Fernando Collor de Mello. Nós teremos depois das expo-

sições do representante, do João Paulo Capobianco e do Embaixador Everton, a fase de explorações e de perguntas dos Parlamentares. Vou sugerir que cada expositor tenha 20 minutos de exposição, até 20 minutos. E começaremos com nosso Secretário, João Paulo Capobianco. Com até 20 minutos, João Paulo.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Alô, alô. Prezado Senador Renato Casagrande, prezado Senador Fernando Collor, caro Deputado Gomes. Caro Everton Vargas, Embaixador do Itamaraty. Demais Parlamentares aqui presentes. Senhoras e senhores.

Inicialmente eu gostaria de reforçar aquilo que já foi dito na abertura dessa Sessão em relação à impossibilidade da presença da Ministra Marina Silva, que solicitou e ainda insistiu por telefone, antes de eu iniciar e aqui me sentar nessa Mesa, para que transmitisse as desculpas da sua não participação. Ela de fato está agora numa reunião no Palácio do Planalto, preparatória para a viagem do Presidente Lula aos Estados Unidos. E solicito, então, que eu transmitisse aqui a sua... O seu pesar por não estar aqui participando desse momento que ela considera de extrema importância, que traduz o engajamento decisivo do Congresso Nacional num debate da maior importância. Que na visão da Ministra é um debate que... De importância estratégica para o Brasil, para o presente, para o futuro do Brasil. E ela, portanto, manifestou aqui a sua disposição de estar aqui presente, numa reunião formal da Comissão ou numa reunião informal, caso os senhores Senadores e Deputados tenham interesse, que ela está totalmente disponível, porque ela considera, repito, que essa iniciativa é essencial e ela está plenamente disponível para colaborar com o Congresso Nacional, para avançar com esse debate.

Senhoras, senhores Parlamentares, esse assunto das mudanças climáticas não é um assunto novo. Todos, muitos que estão aqui acompanham esse debate há muito tempo. Aliás, como já nos lembrou nosso Senador Fernando Collor, esse debate é pré Rio 92, tanto que, durante a conferência do Rio, foi assinada a Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas. Portanto, é um debate já que se estende a partir da década de 80. É... O fato agora desse assunto ter ganhado a dimensão política que ganhou, graças ao último relatório do IPCC, do Painel inter-governamental sobre Mudanças Climáticas, da convenção sobre Mudanças Climáticas é muito importante. Quer dizer, na realidade, esse relatório trouxe várias informações que não surpreenderam aqueles que estão trabalhando com o tema há muito tempo, como nós no Ministério do Meio Ambiente. Mas, digamos assim, surpreenderam aqueles que não tinham a percepção da gravidade do problema. Todos sabem que entre os maiores, as

maiores revelações ou as maiores contribuições deste quarto relatório está, primeiro, a constatação de que, praticamente, não restam dúvidas sobre a efetiva contribuição da atividade humana para que esse problema esteja ocorrendo e se agravando. Ou seja, é prática, esse relatório praticamente enterrou e encerrou, ou retirou o argumento de setores que vinham alegando: De que esse era um fenômeno natural e que, portanto, não exigiriam uma ação firme, decisiva e radical, nos termos aqui colocados na abertura dessa reunião, para que houvesse uma reversão do problema.

Outro aspecto fundamental desse relatório é que ele mostrou, pela primeira vez, de forma mais, digamos, segura em termos científicos, que a situação de aquecimento global pode chegar num pior cenário neste século a um aumento de 4. 6 graus centígrados na atmosfera. – o que significa uma consequência de proporções catastróficas em relação ao futuro. E a elevação do nível do mar, que pode chegar até 43 centímetros, o que também significaria a eliminação de extensas áreas do planeta Terra, áreas de produção e áreas de habitação de um contingente enorme da população mundial, além do agravamento dos chamados eventos extremos climáticos. Isso é um fato que tem sido pouco discutido, mas é um fato fundamental. Porque mesmo que seja suportável um aumento, digamos, na temperatura em dois ou três graus, as consequências sobre os eventos climáticos extremos, temporais, vendavais, todos esses problemas de alterações de correntes marinhas, podem gerar e podem potencializar essas consequências, agravando de forma dramática o problema. Portanto, o que nós temos hoje, e, aliás, nós participamos inclusive, o nosso Senador Fernando Collor lembrou aqui, que o Presidente da República participará, em junho, da reunião do G8 mais 5, que eles estão chamando. E informo ao senhor Senador que nós tivemos uma reunião preparatória para essa reunião do G8 mais 5, que acabou de ocorrer em Berlim, onde o Brasil esteve representado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério das Relações Exteriores. Uma reunião de Ministros preparatória sobre dois temas: Mudanças climáticas e Biodiversidade. E, antes dessa reunião, nós tivemos uma audiência específica com o Presidente da República, que nos orientou exatamente na linha daquilo que aqui o senhor destacou. De que o Brasil tenha um posicionamento forte nessa reunião preparatória e que prepare para o Presidente uma participação forte sobre esse tema. Nós estivemos lá nessa reunião. Considero que o Brasil tem uma participação importante, esclarecendo pontos relevantes da agenda. E temos certeza que o Presidente da República já está completamente consciente de que a sua participação como Presidente da

República é essencial na linha do que o senhor está colocando. Quer dizer, ele tem clareza que ele deve liderar um processo nesse sentido.

Do ponto de vista da questão de mudanças climáticas é importante destacar que nós temos que lidar com esse tema de forma é... Digamos, muito severa e muito atenta ao que de fato está em jogo. Quer dizer, na realidade não é uma questão simples. A questão de mudanças climáticas diz respeito à atividade econômica, quer dizer, na realidade as mudanças climáticas e as alterações climáticas são decorrência de processos de zoneamento econômico, de práticas econômicas que são hoje a sustentação da qualidade de vida de todo o planeta, por assim dizer. O que ocorre é que nós não podemos lidar com esse tema. Primeiro, como o senhor disse, sem reconhecer o papel do Brasil. Quer dizer, o Brasil tem o compromisso, mesmo porque ele é signatário da Convenção, portanto, ele tem o compromisso com a redução das emissões. O Brasil não pode se escudar, utilizando o fato de ser um País em desenvolvimento, para deixar de assumir compromissos. Muito bem. O Brasil não tem feito isso. E eu vou mostrar daqui a pouco. Mas, por outro lado, nós não podemos deixar de manter, no debate, o fato de que os países desenvolvidos são, foram historicamente e continuam sendo, no presente, os maiores responsáveis pelo volume de emissão de gases de efeito estufa, que ameaçam o planeta, conforme o relatório do painel demonstrou. Para se ter uma idéia em nº.s, se nós pegarmos os relatórios e analisarmos e compararmos os países do anexo 1, que é o que reúne todos os países desenvolvidos ou próximos a desenvolvidos, reúne 41 países. Esses 41 países, sozinhos, emitem 16.6 bilhões de toneladas de gás de efeito estufa. Os demais países, ou os países não anexo 1, que são 122 países, portanto, três vezes mais em nº. a quantidade de países do anexo 1, entre os quais está o Brasil, emitem 11. 9. Portanto, esse desbalanço é um desbalanço inequívoco. Nós não estamos falando da contribuição histórica, estamos falando da contribuição atual. Quer dizer, os países, os 41 países do anexo 1 continuam emitindo 16. 5 bilhões versus 11. 9 dos 122 países do não anexo 1. Portanto há um desbalanço dramático nessa questão.

Além do mais, historicamente, os países desenvolvidos que iniciaram a sua revolução industrial, seus processos de desenvolvimento muito anterior ao nosso, acumularam o gás de efeito estufa na atmosfera. Portanto, o quadro que se tem hoje. Por isso, é importante ressaltar que o nosso trabalho tem que se dar de forma a assumir que nós temos que reduzir a emissão, mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de cobrar, em todos os processos internacionais e no

debate, que os países do anexo 1 façam a maior parte. Eles estão obrigados, pela sua contribuição histórica e pela sua contribuição atual, que continua crescendo em muitos países, a fazer a maior parte. Muito bem. Mas, o que o Brasil está fazendo? Esse é o que eu acho que é o ponto central do nosso debate. O Presidente da República, que preside o fórum brasileiro de mudanças climáticas, que é um colegiado que envolve setores do governo, da comunidade científica, do setor empresarial e das organizações não-governamentais, em sua última reunião, sob a presidência do Presidente da República, determinou a elaboração de um plano nacional de mudanças climáticas. Esse plano nacional de mudanças climáticas visa criar as interações e as sinergias entre os diferentes Ministérios no sentido de criar oportunidades, intensificar oportunidades para a redução de emissões, para a adaptação, ou seja, planejar as ações que o Brasil precisa implementar no sentido de se preparar. Porque um fato que é importante aqui reforçar, embora não seja novidade para os senhores evidentemente, mas é importante reforçar, é que as mudanças climáticas já estão ocorrendo. Nós não estamos mais no momento de efetuar-las. Nós estamos, segundo o relatório do IPCC, no momento de minimizá-las. Portanto, as mudanças ocorrerão. Esse plano nacional de mudanças climáticas, que inicia a sua elaboração formal, na realidade não significa que o País parta do zero. Ao contrário, não é? Por que é que eu posso afirmar isso?

Vamos aos nº.s e aos fatos. Primeiro: Todos sabemos que das emissões brasileiras, a maior contribuição de emissões diz respeito às mudanças no uso do solo. Desmatamento, queimadas, por exemplo. Nós sabemos que com o desmatamento, e aí eu queria ressaltar, senhores Senadores, isso é muito importante na minha opinião, de que nós, quando falamos de mudanças climáticas e de emissões de gases por desmatamento, nós sempre falamos da Amazônia. Mas isso é um equívoco. A Amazônia contribui muito, mas o cerrado, infelizmente, no relatório nacional, na comunicação nacional, aparece em nº.s impressionantes. Para se ter uma idéia, em nº.s que estão em fase inclusive de verificação final, mas se nós considerarmos as contribuições que dizem respeito a mudanças da Terra ou o desmatamento, nós temos 32% da contribuição da Amazônia e 15% do cerrado. Portanto, não bastará, não é, sim, não bastará um trabalho de controle do desmatamento da Amazônia. Nós temos que assumir. Esse, aliás, é um fator importante que a Ministra tem colocado inúmeras vezes, tem esclarecido à opinião pública, que a Amazônia não pode ofuscar o conhecimento da sociedade brasileira sobre as consequências dos demais biomas: Cerrado e caatinga,

inclusive. Nós temos hoje a caatinga como um elemento preocupante do ponto de vista de aumento de desmatamento. Muito bem. Mas a Amazônia, de fato, é o grande contribuidor.

Bom, como que o governo enfrentou isso? Nós, nos últimos dois anos, senhoras e senhores, reduzimos em mais de 50% o desmatamento na Amazônia. É um nº. extremamente expressivo. Esse resultado só foi possível em função da determinação do Presidente da República que, em março de 2003, portanto, logo no início do seu governo, por Decreto, criou o grupo interministerial, inclusive, com o título: Grupo interministerial para a redução no desmatamento da Amazônia. Esse grupo interministerial, inicialmente composto por 11 Ministérios, hoje composto por 13 Ministérios, implementou um conjunto de ações, que permitiu uma redução expressiva no desmatamento da Amazônia, como eu disse aqui na, ordem de 50%. Se nós pegarmos a tonelagem de gás carbônico, emitida em 2004 e a emitida em 2006 de acordo com esses dados, isso significa dizer, que o Brasil deixou de emitir, em dois anos, 400 milhões de toneladas de gás carbônico para a atmosfera. Quer dizer, a contribuição do Brasil, voluntária, porque o Brasil, é importante deixar claro, sendo um País não anexo 1, ele não tem obrigações quantificadas de redução. Ele está comprometido com a redução em função de ser signatário da convenção, mas ele não tem como os países do anexo 1, um valor a reduzir obrigatório. Nós não temos esse valor obrigatório. No entanto, só com a redução de emissões na redução do desmatamento nós poupamos o planeta em 400 milhões de toneladas. Que significam um percentual extremamente alto. Segundo ponto de vista da matriz energética. Esse é um aspecto fundamental.

A matriz energética brasileira é exemplar, comparada com os padrões mundiais. Setenta e seis por cento da nossa capacidade instalada, para a geração de energia elétrica, é baseada em hidrelétricas. Ou seja, nós temos hoje uma matriz elétrica extremamente vantajosa e exemplar em termos mundiais. E, quarenta e três por cento da oferta total de energia, no Brasil, é de fontes renováveis. Portanto, enquanto nós temos países com 2%, 4%, nós tivemos uma participação brasileira intensa há dois anos atrás nas negociações internacionais, para que se assumisse o desafio de 12% como um padrão internacional, 12. Nós temos 43%. Nós sugerimos 12% e não foi aceito. Não se aceitou, porque se considerou que seria impossível para países desenvolvidos, vários deles assumirem esse compromisso.

Nós temos hoje, senhoras e senhores, um programa nacional de biodiesel que vai de forma extremamente inovadora. Ela traz, abre uma janela de oportu-

nidades para o Brasil, que vem se somar ao programa de biocombustíveis mais bem implementados, hoje, no mundo que é o Pró-álcool. Quer dizer, a nossa produção de etanol, que é realizada sem subsídio, e que está validada pela sociedade brasileira, que surpreendeu a todos nós, surpreendeu ao governo e surpreendeu a todos os analistas quando, por interesse próprio, fez com que o volume de veículos *flex-fuel* vendido atingiu dois milhões de unidades, quando ninguém esperava, num tempo recorde. A sociedade brasileira estourou todos os nossos prognósticos. Nós tínhamos uma expectativa de introdução desse modelo no Brasil, num prazo muito maior. E a sociedade brasileira, por conta própria na decisão na hora de compra decidiu pelo *flex-fuel*, de forma unilateral. Por quê? Por que é que eu digo que isso é importante? Porque esta decisão reforça a segurança que esse modelo tem. Quer dizer, é um modelo que está implantado, funcionando, que oferece a segurança ao cidadão brasileiro de que ele pode contar com esse combustível na posto. Só essa contribuição, da mistura de etanol no combustível e do uso de etanol significou no ano base 2003, onde foi isso analisado, uma economia, uma redução de emissão de 27.5 milhões de toneladas de gás carbônico. Isso significa, corresponde a emissão anual de um País como a Noruega. [soa campainha]... Quer dizer, apenas um País, quer dizer, um programa brasileiro equivaleu à emissão de um País inteiro como a Noruega.

Eu entendi que seriam 20 minutos, Senador. Agora foram 10, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): 20.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Já foram 20. Poxa, mas o ambiente é tão estimulante. Eu estou achando --[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Na verdade foram 19:30.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Eu estou encerrando.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Aqui não tem tanta rigidez como tem no Meio Ambiente, aqui é mais flexível.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A vantagem é o que senhor está falando para todo o Brasil. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Eu só quero--

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Agora fica mais difícil eu reduzir o meu tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Eu que o Senhor seja mais sucinto, depois a gente continua o debate.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Na verdade eu estou aqui encaminhando para o final realmente.

Com relação aos projetos de M D L, que, aliás, diria o Senador Fernando Collor fez aqui uma... Destacou, cobrou, digamos assim, uma maior participação do Brasil nos fóruns internacionais, não podemos esquecer, que o MDL é um mecanismo importantíssimo, foi iniciativa do Governo Brasileiro, do Brasil na negociação. E o MDL, a participação do Brasil no MDL, que é o terceiro País com maior nº. de projetos aprovados no âmbito do MDL, significa redução de mais de 25 milhões de toneladas. O plantio de florestas no Brasil, senhoras e senhores, que é um outro mecanismo de retirada de gás carbono por seqüestro. Nós tivemos em relação ao uso de etanol, seja misturado ao uso bruto, uma economia para o ano base 2003 de 27.5 milhões de toneladas, que equivale à Noruega. E o MDL, os projetos de MDL, prevê uma redução de 25 milhões de toneladas no seu período de obtenção de créditos.

O plantio de árvores no Brasil. Senhoras e senhores, nós tivemos nos últimos quatro anos o crescimento de área plantada, de florestas plantadas no Brasil extremamente expressivo. Que implicou no plantio de 3.4 bilhões de árvores em quatro anos. [inaudível], que todos conhecem, ganhou o Prêmio Nobel da paz com o programa de um bilhão de árvores, em 10 anos. O Brasil plantou, em 4 anos, 3.4 bilhões de árvores para a produção do programa de seqüestro de carbono. Além disso, o Brasil, através do PROINFA, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, estabeleceu contratação de forma inédita no mundo, de 3.3 milhões de quilo watts de energia, interligado ao sistema nacional, produzidos de fontes alternativas: Eólica, biomassa, e pequenas centrais hidrelétricas, as famosas PCHs. Sendo 1.1 milhão de kw para cada fonte. Só o PROINFA tem o potencial de operação de redução de 2.9 milhões de toneladas de CO₂. Portanto, nós estamos com um volume de ações em implementação, extremamente importante. O Brasil, que em tese não está obrigado, objetivamente, não está obrigado a reduções mandatórias ou obrigatórias para Convenção, não só não está deixando de atuar, como está reduzindo emissões de forma significativa e está intensificando os programas e está assumindo... [soa a campainha]. pela coordenação do próprio Presidente, o desafio de avançar ainda mais na redução. Portanto, eu queria encerrar dizendo que o Brasil, possui evidentemente... Tem uma agenda enorme a ser implementada. Nós temos que avançar muito, o debate tem que ocorrer, nós temos que avançar no campo legal, inclusive, nessa área. Nós temos projetos de iniciativas, com o Ministro Thames, nessa linha, que temos que colaborar e queremos colaborar para que avance. Mas, eu queria deixar claro que o Brasil não

tem sido omissos, nem sua responsabilidade no Plano Nacional nem na sua atuação no plano internacional.

E finalmente, queria lembrar a todos que o Brasil, além da sua contribuição e após ter feito uma redução voluntária nas emissões por desmatamento, que economizou 400 milhões de gás carbônico, o Brasil propôs no âmbito da Convenção um novo mecanismo, um novo procedimento, para que os Países desenvolvidos possam fornecer, transferir, incentivos financeiros positivos para os Países detentores de floresta tropical que reduzirem efetivamente suas. Nós propusemos um mecanismo inovador. A Ministra levou à reunião de Nairobi, a última reunião das páginas da convenção. Nós apresentamos na reunião do dia 08 em detalhe, para os países dia 08, pedindo apoio. O Presidente deve tratar desse assunto na sua visita aos Estados Unidos. Nós queremos apoio dos Países desenvolvidos, que estão obrigados pela convenção, a nos dar esse apoio, esse é o acordo da convenção, para que nós tenhamos investimentos para que a redução do desmatamento, caro Senador, não seja episódica. Quer dizer, nós reduzimos em mais de 50% no esforço enorme do Poder Público, onde o comando e controle pesou de forma muito forte. Sabemos que não é a solução definitiva. Nós temos que investir, na Amazônia, no Cerrado, na Amazônia. Mas, na Amazônia, que é a bola da vez, digamos assim, de forma a oferecer à população amazônica, condições para que a floresta em pé, tenha mais valor do que a floresta derrubada e transformada em pecuária ou soja. Nós precisamos investir. Isso não será feito sem investimento. E nós apresentamos, no âmbito da convenção, um instrumento, tranquilo, simples, objetivo, para que esse recurso venha e o Brasil possa mudar a história. Porque, na realidade estão pedindo a nós, e nós queremos fazer. Que nós mudemos a história da humanidade. A humanidade toda se desenvolveu, derrubando e destruindo seus recursos naturais, e querem que o Brasil, e nós queremos. Faça diferente. Nós não queremos repetir os mesmos erros, mas, nós não iremos deixar de repetir os erros, sem investimento e sem a cooperação internacional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Secretário, João Paulo Capobianco. Vamos então passar a palavra ao Embaixador Everton Vieira Vargas, que também tem até 20 minutos para a sua exposição.

EMBAIXADOR EVERTON VIEIRA VARGAS: Muito obrigado, excelentíssimo Sr. Senador Renato Casagrande, Presidente da Subcomissão Permanente de aquecimento global, Sr. Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Subcomissão permanente Acompanhamento regime Internacional Sobre Mudança de

Clima, Sr. Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista Especial Sobre Mudanças do Clima.

Eu também queria inicialmente, apresentar aqui as escusas do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, que desejaria estar aqui hoje, para tratar desse assunto de enorme importância para a política externa brasileira. Todavia, também em função dos preparativos da visita do Presidente Lula a Washington, ele não pode aqui estar e pediu-me que eu o representasse.

Sr^{as.} e Srs. Senadores, senhores Presidentes, meu caro colega João Paulo Capobianco, certamente essa questão de mudança do clima é uma das questões mais transcendentais que nós encontramos, hoje, no plano internacional. Talvez, não haja nenhum outro desafio tão complexo, do ponto de vista jurídico, do ponto de vista político e do ponto de vista estratégico, para os Países, independente da sua condição econômica, tecnológica ou política no mundo. Nós temos, como, aliás, bem apontou o João Paulo, tivemos no início deste ano, a apresentação do Relatório do Grupo de Trabalho 1 do painel intergovernamental sobre mudança do clima, relatório esse que teve grande repercussão. Ele é uma atualização do terceiro Relatório que foi feito e apresentado em 2001, e, portanto ele se dá hoje, num contexto político e diplomático, muito diferente daquele que prevaleceu, quando o terceiro Relatório foi apresentado. Esse Relatório do Grupo de Trabalho 1 confirmou as expectativas sobre os efeitos adversos da mudança do clima e reafirmou que as emissões históricas são responsáveis pelas alterações do sistema climático global.

O valor desse Relatório é o de dar base científica às deliberações políticas a serem tomadas por governos e pela conferência das partes da convenção e reunião das partes do Protocolo de Kyoto. Ao confirmar agora, de maneira praticamente inequívoca, de que o aquecimento global é resultado de emissões antrópicas. O trabalho do IPCC, não concluído, isso é importante destacar. Além do relatório, já apresentado do grupo de Trabalho 1, serão apresentados ainda, os Relatórios do Grupo de Trabalho 2 a respeito de impactos, adaptação e vulnerabilidade, o que acontecerá, agora, na outra semana em Bruxelas, de 2 a 5 de abril. Será apresentado, também, o Relatório do Grupo de Trabalho 3, sobre mitigação, que acontecerá em Bangcoc, na Tailândia de 30 de abril a 3 de maio. E finalmente, haverá uma síntese do Relatório que será feita, será preparada em Valencia na Espanha, entre 12 e 16 de novembro, vindouro. Uma vez aprovado em Valencia, esse quarto Relatório de avaliação vai subsidiar as negociações, no âmbito do regime multilateral, sobre mudança do clima e que terá sua próxima reunião maior,

a Conferência das Partes da Convenção, a 13ª edição da Conferência das Partes, em Bali na Indonésia em dezembro de 2007.

Esse sumário, para tomadores de decisão, que foi adotado pelo de Grupo de Trabalho sobre fundamentos científicos, recebeu como exemplo de divulgação, e talvez, a mais importante revelação dele, é o fato de que a concentração atmosférica global de dióxido de carbono, metano e óxido nítrico, aumentou consideravelmente em função das atividades humanas desde 1750. Naquela época, a concentração era de 280 partes por milhão e hoje, em 2005, o dado que nós temos é de 379 partes por milhão.

Outra coisa importante que resultou do Relatório, é a confirmação, a reiteração de que a principal fonte de emissões históricas de gás carbônico é a queima de combustíveis fósseis. A segunda fonte, porém muito menos significativa, são as mudanças no uso da terra. A agricultura e a pecuária são, porém, a principal atividade responsável pela emissão de gás metano. Para o IPCC, o aquecimento do sistema climático é inequívoco. A maior contribuição para o aumento da temperatura, desde a metade do século 20, é devido à concentração, antropogênica, de gás de efeito estufa na atmosfera. O IPCC revela, uma confiança muito elevada, e essas são as palavras do Relatório, de que a média global dos efeitos das atividades humanas tem contribuído para o aquecimento. A manutenção ou o aumento dos níveis de emissão atuais, acarretaria alterações ainda maiores, no sistema climático, com fenômenos extremos ainda mais intenso. Elevação do nível do mar, furacões, alterações drásticas nos padrões das precipitações, etc.

Para o Brasil, a questão da mitigação das emissões futuras, não pode ser tratada, sem claramente, ser abordado o papel das emissões passadas. Isso inclui a aceitação, pelos Países industrializados, da sua maior responsabilidade pelo problema que hoje, enfrentamos. Responsabilidade essa, que está substanciada no art. 3º da convenção e que é um dos pilares do regime internacional sobre mudança do clima. A responsabilidade comum, porém, diferenciada dos Estados, é a base para a discussão internacional da questão da mudança do clima. Isso não significa, eximir-se da participação na busca de soluções para o problema, mas antes de tudo, estarmos todos cientes de que não é possível que Países que pouco contribuíram para causar o problema, tenham que pagar na mesma medida, na mesma moeda que aqueles que historicamente o fizeram em função de seus processos de produção e consumo insustentáveis, que levaram ao aumento drástico, da concentração de gás de efeito estufa na atmosfera.

Nós vamos ter ou já estamos num processo de negociação para o segundo período de cumprimento, os quais vão do Protocolo de Kyoto, após 2012, que devem pautar-se pela transparência e previsibilidade. O que é fundamental para garantir a operação e continuidade dos instrumentos de mercado previstos no protocolo, em particular o mecanismo de desenvolvimento limpo, de grande interesse para o Brasil. O Brasil defende que as nossas metas... Que as novas metas de redução, no âmbito do Protocolo de Kyoto, para os Países do chamado anexo 1, após 2012, sejam definidas a partir de uma abordagem científica, e aí o Brasil fez, já em 1997 quando se negociou o Protocolo de Kyoto, a chamada proposta brasileira para determinação das responsabilidades históricas pelo aumento da temperatura global em estrita correspondência, com o princípio das responsabilidades comuns, porém, diferenciadas e com o princípio do poluidor pagador. A proposta brasileira, hoje, encontra-se em discussão no âmbito do órgão subsidiário para assessoramento científico e tecnológico da Convenção. Está sendo estudada pelos maiores santistas do mundo, e ela se constitui num critério técnico, que a nosso ver, é necessário para que nós possamos efetivamente poder avaliar como distribuir as responsabilidades para a mitigação e para enfrentar a questão da mudança do clima.

Há uma questão que eu gostaria de sublinhar aqui, e que freqüentemente nós vemos na mídia ou nas pessoas que têm grande interesse nessa questão a firmar. Não existe uma expiração em 2012 do Protocolo de Kyoto. Nem tampouco existe a criação de um regime pós Kyoto. O art. 3.9 do protocolo estabelece claramente, que em 2012 haverá o estabelecimento de um segundo período de cumprimento, com metas para os Países que já as possuem, isto é, os Países do anexo 1. E é disso que se trata hoje, no âmbito das negociações para o próximo período de cumprimento. Todavia, inclusive por iniciativa do Brasil, no âmbito da convenção, no âmbito da conferência das partes, nós fizemos como, aliás, ressaltou o Secretário Capobianco, uma proposta de incentivos positivos para políticas públicas que levem à redução do desmatamento. Nós acreditamos que, ao abrigo do art. 4.1A da convenção, nós podemos trabalhar de maneira eficaz, para dar uma contribuição significativa e dentro da proporção da nossa responsabilidade global, para a mitigação dos problemas da mudança do clima.

Nós temos, hoje, um esforço voluntário significativo dos Países em desenvolvimento a redução das emissões de gás efeito estufa. As ações unilaterais do Brasil, da Índia e da China equivalem à quase totalidade do programa voluntário norte-americano e a 40% das ações da União Européia até 2010. Tendo presente o

princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, as contribuições adicionais dos Países em desenvolvimento devem obrigatoriamente, em segundo e determinado pela convenção, ser apoiados por meio da maior intensificação do fluxo de incentivos financeiros e tecnológicos por parte dos países envolvidos, incluídos no anexo 1. Esse é um aspecto que eu gostaria de colocar, sublinhar, inclusive em função dos disse do Senador Collor, na abertura da Sessão.

Efetivamente, Senador, nós tivemos, e infelizmente digo eu que participei da convenção, uma redução das expectativas em relação àquilo que nós tivemos em 92. Quando estivemos todos em 92 no Rio de Janeiro, havia ali, um clima político de renovação da vida internacional com o final da guerra fria, e esperávamos que houvesse os chamados, dividendos da guerra fria, que pudessem ser aplicados em uma causa mudança do clima. Mas a verdade é que com o tempo, o que se verificou foi que da parte dos Países industrializados que tinham a obrigação, e têm a obrigação, ainda sob a convenção de transferir tecnologia, prover recursos financeiros novos e adicionais e reduzir suas emissões, nada disso, nós conseguimos nos níveis que fossem adequados ou consentâneos, a magnitude do desafio que temos pela frente. Então, o que nós tivemos sem dúvida e foi muito importante, foi a negociação do Protocolo de Kyoto, foi um marco na vida internacional, nenhum outro acordo tem a amplitude e a ambição do Protocolo de Kyoto. O Protocolo de Kyoto tem até mesmo um mecanismo de cumprimento, um regime internacional de cumprimento do qual eu também tive o privilégio de participar da negociação, e é o primeiro tratado internacional no qual existem consequências para Países que não cheguem a cumpri-lo. Ora, mas nada disso infelizmente ainda surtiu efeito. O Brasil tem historicamente trabalhado de maneira muito ativa. O Itamaraty junto com o Ministério de Ciência e Tecnologia que também tem aqui no Brasil enorme responsabilidade no sentido da implementação da convenção e o Ministério do Meio Ambiente tem procurado buscar uma posição ao mesmo tempo de equilíbrio, firmeza e ambição, dentro das negociações que nós estamos envolvidos, seja no âmbito da Convenção, seja no âmbito do Protocolo de Kyoto. Nós temos freqüentemente, chamado atenção dos Países industrializados, de que eles não podem se furtar à sua responsabilidade, à sua obrigação, na verdade, porque foi isso que assumiram ao ratificar a convenção, e todos os Países ratificaram a convenção, inclusive Estados Unidos e Canadá, Estados Unidos e Austrália que não ratificaram Kyoto. E nós temos, exatamente por essa razão, por esse fundamento da obrigação que eles têm, procurado apresentar propostas que nos permitam também fazer a

nossa parte. E aí essa é uma das razões porque foi apresentado no ano passado, na conferência das partes em Nairobi, pela Ministra Marina, a proposta brasileira no sentido de termos incentivos positivos para políticas de preservação das florestas.

Uma das coisas que é importantíssimo salientar, quando se fala de florestas, e que o Relatório do IPCC, do grupo 1 do IPCC, ratificou que as principais fontes globais, de emissões globais são os combustíveis fósseis. Se nós acabássemos, hoje, com o desmatamento no mundo inteiro, a situação não mudaria. Nós continuaríamos a ter um problema muito grave, praticamente insolúvel a curto prazo, mas, para o qual nós teríamos que ter uma política de mitigação que leve ao controle das emissões de gases de efeito estufa; 75% das emissões de gases de efeito estufa vêm dos combustíveis fósseis. Existe uma previsão, uma estimativa feita, inclusive, por cientistas brasileiros, no final do ano passado numa reunião realizada em São Paulo, de que: O desmatamento causado pelas florestas tropicais, seria responsável apenas por 9%, ao invés, de outros dados que têm sido divulgados. Derrubada das florestas. Mesmo assim, eu não apresento esse dado apenas como uma desculpa, de forma alguma. Não há desculpas para o desmatamento. O que esse dado mostra, porém, é que nós precisamos ter proporções, e nós aqui no Brasil, em política internacional, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras e Deputados e Deputadas sabem muito bem, nós precisamos ter na proporção. É como na política interna. Nós também não temos como muitas vezes resolver graves problemas nacionais sem aplicarmos um grau de equidade, um grau de proporcionalidade. E nós estamos procurando trabalhar nisso.

Eu sei que o meu tempo está terminando, eu queria fazer duas últimas colocações. Uma é a seguinte: Existe uma idéia que tem circulado e tem ganhado grande repercussão, que é a idéia de se estabilizar a temperatura do planeta num patamar de dois graus. Isso consta, inclusive, de um documento da União Européia recentemente divulgado, e que seria entre outras um aumento aceitável da temperatura média do planeta no século atual. Mas, trata-se de uma medida muito controversa. Ela em primeiro lugar não encontra amparo nos instrumentos legais e nem tampouco é endossado pelo IPCC. Não há no IPCC, nenhum endosso científico a que este aumento de 2 graus fosse algo palatável. O segundo aspecto é que a adoção de um patamar fixado em dois graus [soa a campainha] reforçasse a tese de que, mesmo com esforços consideráveis de redução por parte dos Países do anexo 1 seria necessário estabelecer um limite global. O que o incluiria os Países em desenvolvimento, o que

está em claro conflito com a Convenção Quadro Sobre Mudança do Clima. O grande aspecto político, jurídico dentro da Convenção Quadro, foi exatamente o de buscar essa proporcionalidade através do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Portanto, não está se eximindo ninguém da responsabilidade e reconheço-se que há um desafio comum, mas reconhece-se também, que as capacidades e as possibilidades são diferenciadas de acordo com aquilo que os Países podem apresentar.

Eu queria como último ponto salientar algo que também o Senador Collor levantou na sua brilhante intervenção logo no começo, sobre a atuação do Itamaraty, Senador. Nós temos, obviamente, o senhor colocou muito bem, nós temos obviamente um dever de disciplina, um dever de visão de Estado e visão de futuro. E é exatamente um pouco disso que o Brasil tem apresentado lá fora e eu devo lhe dizer que essa visão de Estado. Eu fico muito contente por ter tido nos últimos anos, que eu tenho participado desses esforços, de ver que ela é compartilhada pelos colegas do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério de Ciência e Tecnologia, de vários outros órgãos do Brasil. E exatamente com essa visão de Estado, é que o Itamaraty tem buscado uma participação ativa seja nos fóruns internos, como Comissão interministerial sobre mudança do clima, presidida pelo Ministro de Ciência e Tecnologia, bem como no fórum brasileiro de mudança no clima e também em diversos fóruns internacionais, sejam eles os fóruns estabelecidos na convenção, seja em fóruns mais informais. E efetivamente na questão do G8 existe já uma determinação do Presidente da República de que nós sejamos ativos nisso. Eu mesmo deverei estar viajando na qualidade de representante especial do Brasil para a preparação do G8 no próximo dia nove na Índia, onde faremos uma articulação com os nossos colegas do chamado grupo ampliado, China, Índia, África do Sul e México. E depois, uma reunião na Alemanha, em que vamos discutir como tratar isso no âmbito da reunião de que o Presidente Lula participará na Alemanha em junho próximo.

Eu concluiria dizendo que o Itamaraty também tem procurado estimular muito no plano bilateral, a cooperação em matéria de mudança do clima. E nós temos aí múltiplos memorandos de entendimentos assinados com os mais diversos Países para a promoção de projetos no âmbito de mecanismo de desenvolvimento limpo. O que significa geração de investimentos, a geração de renda, geração de empregos, o estímulo do setor privado, e também uma contribuição significativa que o Brasil vem fazendo para enfrentar esse desafio genuinamente global. Muito obrigado e desculpe passar do tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Embaixador Everton. Agradeço pela sua exposição e vamos agora entrar na fase do debate. Quero inicialmente fazer alguns questionamentos e algumas colocações. O Brasil, sem dúvida, tem uma posição de destaque quando se trata do tema mudanças climáticas. Pelo potencial que tem, pelo potencial de recursos naturais, pela... Pelo percentual de água doce, pelas riquezas naturais, pelo que nós temos ainda preservado no nosso País, e temos o potencial por aquilo também que se pode ser destruído pelo que se tem preservado. E além de algumas políticas implementadas que o Capobianco já relatou que são políticas que nos coloca numa posição diferenciada, com demais Países que não avançaram tecnologicamente tanto, como nós avançamos em alguns pontos. Então nós temos uma posição que pode ser uma posição de vanguarda no debate global. E o Brasil; acho que não deve perder isso. Não deve perder pela nossa responsabilidade com a governança global, não deve perder pela oportunidade que nós temos até desse debate, de ganharmos com essa visão da parceria e das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Acho que nós temos que ganhar com isso. Na hora que nós adotemos num processo de convencimento nos fóruns multilaterais, a idéia da necessidade da floresta em pé, da remuneração e do que custa, do que vale a floresta preservada, tem que valer mais, como o Secretário disse, do que a área limpa sem a floresta para atividade agrícola ou qualquer outra atividade.

Então, nós temos uma posição, estamos numa posição que não podemos perder essa posição. Não podemos enquanto Governo, não podemos enquanto Congresso, tanto é que o Congresso na minha avaliação dá uma demonstração clara de sensibilidade com relação ao tema, e não podemos perder enquanto sociedade. Não podemos e não... Também não devemos tratar desse tema como tema de momento. Esse tema tem que ser um tema que possa estar permanentemente em debate, até porque ele vai ter aqui para frente uma atenção de muita gente, de muitas lideranças, de muitos chefes de Estados. Estamos vendo já posições adotadas pela comunidade européia, pela Grã-Bretanha em especial, estamos vendo o debate que a comunidade americana faz pressionando o Presidente Bush, para que os Estados Unidos adotem políticas de metas de reduções de emissões. Então, nós estamos acompanhando todo esse debate e esse debate não pode ser um debate que seja episódico para nós, tem que ser um debate permanente. Por isso nós precisamos efetivamente de políticas. Eu fiquei feliz quando o Capobianco colocou de que está sendo debatida

uma Política Nacional de mudanças climáticas. Isso nós não tínhamos. O próprio Fórum que o Presidente Lula preside de mudanças climáticas, Capobianco, é um Fórum que se reuniu há muito tempo, se reuniu no início do governo passado e não se reuniu novamente. Eu até sugeri ao Presidente Lula, há 15 dias atrás em uma reunião do conselho político, que ele pudesse fazer uma reunião do Fórum, até para demonstrar a importância que o Presidente deve dar ao tema neste momento.

Então, a primeira questão, eu acho que é essa. A política nacional de mudanças climáticas que o Ministério está debatendo é um tema que está em debate dentro do Ministério, é um tema que está já permeando os outros Ministérios e deverá ser um tema colocado dentro do Fórum Nacional de mudanças climáticas que o Presidente Lula preside, preside esse Fórum. Então, primeira questão é essa. A segunda questão, que o Brasil está num processo de crescimento. Mais ou menos, tende a crescer mais, mas o nosso consumo de energia per capita é um consumo baixo, um País ainda pobre, com muitas desigualdades, algumas regiões consomem mais, outras menos, algumas famílias consomem muito, outras menos, mas... Nós assistimos, aqui, a poucos dias atrás, uma exposição do Ministro Silas Rondon. Uma bela exposição falando da matriz energética e do futuro da matriz energética nosso. O que a gente observa é que o futuro da matriz energética nossa. O que a gente observa, é que o futuro da nossa matriz energética é diferente dessa matriz energética que nós temos hoje. Quando colocado pelo Ministério de Minas e Energia. Nós não tivemos, nessa apresentação do Ministro, não na apresentação do Ministro. Nós não temos ainda por parte do Governo, uma preocupação em estar incluindo sempre no debate as medidas deste Plano Nacional, que nós teremos ou sem termos o Plano Nacional, mas nós não temos ainda a vertente das mudanças climáticas colocadas nesse debate. A tendência da nossa matriz energética é caminhar cada vez mais para fontes não renováveis. Gás natural, carvão mineral, energia nuclear. Com esgotamento das fontes de energia hidráulica.

Então, qual é... Qual o debate que o Ministério do Meio Ambiente faz ou que deveria fazer com relação a essa definição? Porque o Governo já definiu, o Governo através do Ministério de Minas e Energia, já definiu a quantidade de mega watts que vamos gerar até 2030, e quais são as fontes.

Então, acho que falta um debate sobre a matriz energética, nesta visão que nós precisamos ter, da ação que permeie todas as outras medidas do Governo, que é essa visão de nós estarmos reduzindo as emissões de gás do efeito estufa.

A outra questão é com relação a metas. Embaixador Everton colocou que nós temos até 2012 uma meta, o protocolo não acaba em 2012, ele continua com redefinição de metas. O Brasil defende que a partir de 2012, o Brasil como um país em desenvolvimento, ele vai ter uma meta assumida neste Fórum e nos fóruns multilaterais, uma meta de redução das emissões? O Brasil, no debate que vai fazer com a China, com a Índia, com a África do Sul e com o México, o Brasil aceita esse debate? Até 2012, nós poderemos avançar na definição de algumas metas setoriais? Senador Collor colocou que no início, podemos avançar na redefinição de uma meta de redução do desmatamento? Claro. Agora, anualmente, daqui para frente, podemos pegar setor da siderurgia, por exemplo, ou definirmos alguns setores agressivos ou potencialmente poluidores, que nós poderemos por setor definir um inventário de emissões e uma meta de redução dessas emissões? Se não for uma meta global para a Nação, mas seja uma meta para a área de floresta brasileira, e uma meta para setores que emitem, que são responsáveis pela emissão maior.

Então, esse é um caminho que nós podemos trabalhar. Acho que o Brasil precisa aceitar o debate e defender o debate da responsabilidade comum e diferenciada, está correto. Acho que os Países que já fizeram o papel de destruidores acabaram com as florestas, emitem maior volume, maior tonelada de gases do efeito estufa, tem responsabilidade maior. E aí tem que entrar o mecanismo de desenvolvimento limpo, que pode ser aperfeiçoado. Financiamento e transferência de tecnologia, a questão da política da proposta sobre o desmatamento que o Ministério do Meio Ambiente defende, que o Ministério das Relações Exteriores defende, o Brasil tem uma posição clara. Mas, eu acho que a minha impressão de quem está de fora, em algumas...

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):
[pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não entendi.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):
Não está de fora. O Presidente da Comissão do Congresso Brasileiro está muito dentro. Está dentro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não. O Governo Brasileiro precisa dar, acho que passos, em assumir algumas responsabilidades, que não seja só responsabilidades voluntárias. Tem que dar mais algumas...

Então, eu abro com essas questões e passo ao Presidente Collor que também está inscrito, depois o Deputado Thame e depois o Senador Inácio Arruda e depois o Deputado Gabeira.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, senhores representantes dos Ministérios de Minas e Energia e das Relações Exteriores, apenas alguns comentários a respeito do que aqui foi dito.

Esse painel das Nações Unidas, o chamado IPCC, quer dizer, eles têm prazo. O primeiro Relatório já saiu aqui, agora em fevereiro que foi exatamente a constatação dos está aí havendo. E vai aí por mais dois relatórios, a mitigação, depois mais um outro até novembro quando acho que em Bangcoc vai se oferecer, a síntese de tudo que foi estudado, levantado e essa coisa toda.

Bom, o que eu defendo é que independentemente disso, que nós... A nossa agenda não esteja, ela vinculada a essas... A esses relatórios que surgirão de dois em dois meses ou de três em três meses até novembro. Nós precisamos apressar o passo. O Brasil precisa apressar o passo. O Brasil não pode ficar esperando que os outros Países desenvolvidos que não vêm cumprindo as suas metas, se apoiar nisso como uma desculpa para que não acelere o seu passo. Como eu disse aqui no início. Todos nós reconhecemos o maior esforço que o Ministério do Meio Ambiente vem realizando. Acho apenas que, tudo isso está sendo burocratizados. Essa criação de grupos, institucionalizar esses grupos. Isso funciona de uma maneira muito lenta, de uma maneira que não está de acordo com a velocidade que nós queremos imprimir a solução de problemas emergenciais como a questão do desmatamento da Amazônia. E como disse aqui também o Secretário do meio ambiente, Dr. Capobianco, também no cerrado. Enfim, é tudo. Se formos levar também na caatinga, no nordeste, no cerrado no centro-oeste, enfim, a região amazônica como um todo, ela que é o foco. Os Países industrializados, a diferença que há, é que os Países industrializados emitem CO₂, emitem metano, outros gases que constituem e agravam a questão do aquecimento global em função basicamente do processo altamente industrializado das suas economias. Diferentemente do Brasil.

O Brasil tem essa emissão extraordinariamente elevada, em função do desmatamento, em função das queimadas. E que dependem de nós resolvermos o problema. E é por isso que eu insisto: O Presidente da República, por mais que já tenha dado sinais e indicativos de que tem preocupação, constituindo esses grupos e manifestando aqui e acolá suas preocupações. Poderia deixar de lado o trato, o tom de economicidade que vem dando aos seus pronunciamentos, e se engajar de uma maneira pessoal, colocar o seu peso político, a sua vontade pessoal no sentido de resolver rapidamente esse problema, por exemplo, das queima-

das que hoje existem na Amazônia. Reúna esse pessoal ali, coloque a FUNAI, o IBAMA, Polícia Federal, as três forças, numa Mesa e determine uma meta: Eu quero até... Novembro vai ser a síntese, o Relatório do IPCC, muito bem, então eu quero até novembro uma redução de X por cento, nas queimadas da Amazônia. Só depende da gente. É muito mais complicado para os Estados Unidos, por exemplo, convencerem o seu aparato industrial de que têm que deixar de poluir e com isso significa deixar de produzir, significa deixar de vender, significa deixar uma série de cadeia produtiva, do que na questão do desmatamento da Amazônia. Então é preciso engajar e ele comandar o processo. Não adianta, nesse caso, delegar. Tem que ele comandar o processo. Como tem também volto a insistir que ele junto com o Itamaraty, vir tratar do engajamento do Ministério das Relações Exteriores.

A questão do fundo de desenvolvimento limpo, essa foi uma iniciativa vinda lá atrás em 1997, que foi proposta pelo Brasil, vetada pelos Estados Unidos. Em 97 os Estados Unidos e o Brasil lançaram esse mecanismo de desenvolvimento limpo, o chamado MDL, que vem dando resultados em outros Países. Mas, que essa é uma boa iniciativa, esse mecanismo. É uma boa iniciativa. Que vem de 97. Portanto, há 10 anos. E isso vem dando resultados positivos em Países, também poluidores. Mas, no Brasil, a excessiva burocracia e a falta de conhecimento do público de como utilizar esse mecanismo é total. Não existe uma explicação do que isso significa e não existe também, uma preocupação de desburocratizar para tornar isso mais efetivo.

A questão que colocou o Presidente Renato Casagrande é um tempo da matriz energética é outro ponto extremamente preocupante. Concordo em gênero, nº. e grau, que a nossa matriz energética ela está prestes a se esgotar e nós não sabemos para onde nós vamos. Porque essas fontes de energia renováveis, elas estão se esgotando. E acho que essa já é uma preocupação também do Ministério do Meio Ambiente pelo que falou aqui o Dr. Capobianco, mas é necessário que a gente reavalie e reexamine essa questão para nós decidirmos isso. Na questão do anexo 1 eu comentava aqui com o Dr. Capobianco. A diferença do anexo 1, dos participantes do anexo 1, é que aqueles que estão no primeiro bloco dos Países desenvolvidos, eles têm compromissos de redução das suas emissões de CO₂. Diferentemente de nós outros, que temos o compromisso, mas não obrigatório. É esse linguajar que sempre a burocracia coloca. Uns tem compromisso obrigatório, outros têm compromissos que não é obrigatório.

Então, é uma... Sempre uma colocação vernacular que é quer mascarar, na realidade, o que caberá cada

um fazer. Ou seja, os Países em desenvolvimento têm um compromisso, mas não é obrigatório então, esse compromisso deixa de existir. Os Países em desenvolvimento obrigatório têm que cumprir. E eles estão em cima disso. Agora mesmo, a Primeira-Ministra Chanceler alemã reuniu a comunidade européia, e estabeleceram redução de 20% na emissão até o ano de 2020. Enfim, e o que foi dito aqui em relação ao Protocolo de Kyoto está muito bem. O Protocolo de Kyoto ótimo. O seu espírito é correto, é perfeito. Mas, no momento que os Estados Unidos não assinam e acolitado pela Austrália, ele abre um precedente seriíssimo, porque todos dizem: Se os Estados Unidos não assinaram, por que é que eu vou assinar? Ou, se eu assinei e eles não assinaram por que é que eu vou cumprir com aquilo que eu assinei? Está havendo uma grande... Acho que está faltando uma concertação global. Planetária, para equacionar essas questões de uma vez por todas. Não mais, declaração de intenções, mas uma proposta de ação efetiva.

O que nós verificamos em 92, outro dia eu havia colocado isso também, me surpreende que em 15 anos, prazo que nos leva de 92 até 2007, nós estejamos vivenciando essa catástrofe anunciada, quando que se imaginaria é que depois daquela conferência os Países tomassem consciência do que ali foi tratado, das metas que foram traçadas, e trabalhassem arduamente para atingir suas metas. E é por isso que eu mais uma vez insisto para que o Presidente da República, ele se envolva pessoalmente, ele assuma para si a condução deste processo. Não mais com comissões, com grupo de trabalho, porque isso, por experiência própria, não funciona. Quando eu exerci a Presidência, por exemplo, quando eu não queria que uma coisa... Algum assunto, não desse resultado rapidamente eu constituía um Grupo de Trabalho. Porque eu sabia que o Grupo de Trabalho ia demorar 10 anos e não sairia dali. Quando queria resolver o assunto, o presidente tem que trazer para si. Tem que chamar para si e chamar o Ministério das Relações Exteriores e determinar ao Ministério das Relações Exteriores, um engajamento ainda maior, ainda maior. Não basta apenas a participação nesses fóruns, não basta apenas, a participação sempre competente, é verdade, fruto da qualificação dos nossos Diplomatas, mas é preciso que haja um engajamento de missão, de missão. Nós temos uma missão a cumprir. O Brasil tem que mostrar ao mundo que está e quer estar na vanguarda desse processo. E o Brasil tem tudo para isso, porque não nos falta competência e nem capacidade para realizar esse trabalho. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador. Com a pa-

lavra o Deputado Mendes Thame. Nós vamos ouvir o Secretário Capobianco e o Embaixador Everton, nós vamos ouvir... Depois vocês façam os comentários de vocês.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP): Sr^{as.} e Srs. Deputados, vou direto às perguntas partindo do pressupostos que todos que aqui estão, já tem profundo conhecimento do assunto.

Primeiro lugar, nas colocações do Dr. Capobianco, não vi nenhuma surpresa. Ele reproduziu exatamente aquilo que o Ministério, que ele faz parte, defendeu em todas as últimas reuniões em Buenos Aires, Montreal, Nairobi. E agora ele disse: A idéia é o Brasil assumir a sua parte, a sua responsabilidade na redução das emissões, porém, cobrar que os Países industrializados reduzam muito mais. Foi isso que a Ministra disse, meio constrangida nas reuniões, nas três COPS(F) e que o senhor está dizendo hoje. Qual a minha grande surpresa? A posição do Embaixador, Dr. Everton. Que espero que, como vi que trouxe por escrito, seja uma posição oficial do Itamaraty, possa até ser distribuído para nós, porque significa um brutal avanço. Um brutal avanço e uma virada de 180 graus em relação à posição do Itamaraty nas três COPS(F) anteriores, das quais participei e das quais sou testemunha das posições tomadas pelo Itamaraty. Na última em Nairobi, participei de reuniões na qual foi dito de que o Brasil não se dispunha a assumir compromissos de redução de emissões de gases do efeito estufa, porque se assim o fizesse, em lugar de poder ser um provedor de projetos no âmbito do MDL, poderia caso não cumprisse a cotas, inverter e ficar do outro lado da Mesa, e ter que comprar esses projetos. Essa foi a alegação. E hoje, o que nós estamos assistindo e estou realmente extremamente entusiasmado, é de que o Brasil já elaborou uma proposta que está sendo discutida por técnicos, na qual se estudam os mecanismos e os critérios para diferenciar essas responsabilidades por todos. Portanto, é um grande avanço. Nós não temos conhecimento dessa proposta. Então, minha primeira pergunta é para o Dr. Capobianco.

O senhor conhece essa proposta? O seu Ministério conhece essa proposta? Depois o senhor responde. Estou fazendo isso, porque fiquei surpreso também com as colocações do Vice-Presidente desta Comissão, Senador Collor, relacionando algo que estava implícito até hoje, mas pela primeira vez eu escuto alguém dizer que: O Ministério das Relações Exteriores é um órgão diretamente ligado à Presidência da República. Isso ficou claro. E é o testemunho de alguém que foi Presidente, e que o Ministro Everton, uma das pessoas mais influentes do Ministério, confirma. O que é surpreendente. A maioria dos Países, o Ministério das

Relações Exteriores leva a posição dos Ministérios fins. Do Ministério de desenvolvimento, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Meio Ambiente. Leva a posição conjunta desses Ministérios e não fica na mão da clarividência de um Presidente, que se for mais letrado, terá a capacidade de conduzir o Itamaraty nas relações internacionais. Se for menos letrado, se não entender como ocorrem em alguns Países em que o Presidente da República não sabe o que é um duodécimo, se isso ocorrer fica difícil para o Presidente da República conduzir a política externa determinando, como foi aqui bem claro, de uma forma didática, os rumos tomados pelo Ministério das Relações Exteriores. Portanto, essa é uma pergunta que a gente gostaria de saber: Como é que funciona a tomada de decisão? Nas últimas reuniões nós vimos a Ministra numa saia justa. Para uma mulher não tem problema nenhum ficar numa saia justa. O maior problema é para nós. Mas, vendo o Ministério das Relações Exteriores posições bem firmes contra os países em desenvolvimento assumirem metas no pós Kyoto. E o pós Kyoto, embora o art. 3.9 do protocolo, defina a mudança nas cotas que serão de redução, que serão assumidas pelos Países do anexo 1, ele não disse que só os do anexo 1 que vão assumir responsabilidades depois de 2012. Ao contrário, nas discussões de 97 ficou implícito, de que as metas de 5, 5,2% previstas na primeira etapa do protocolo, era para facilitar sua aprovação, iniciar esse processo de combate efetivo ao efeito estufa e que, posteriormente, todos os Países com metas diferenciadas, em função das suas responsabilidades assumiriam a sua participação nesse esforço global para evitar essa catástrofe anunciada. Portanto, nós gostaríamos de ter uma clareza quanto à posição do Brasil e realmente saber se vai se confirmar essa notícia tão auspiciosa que nos trás o Dr. Everton.

A segunda pergunta é para o Dr. Capobianco. Nós falamos aqui em queimadas da Amazônia, como se todas as queimadas fossem ilícitas. Eu queria esse esclarecimento justamente do Senhor, porque é um ponto chave. O Código Florestal dá uma percentagem de áreas privadas que podem ser desmatadas. Uma percentagem. Não sei se 20, 50. Gostaria até que o senhor nos esclarecesse. Eu queria saber se o senhor tem conhecimento, se o senhor tem lá no seu gabinete, na primeira... Em cima da mesa, o rol das autorizações já concedidas legalmente pelo IBAMA, para desmatar. Quais são as ordens que o IBAMA já concedeu? Qual o histórico? Daquele desmatamento legal autorizado. E se esse desmatamento vai ser feito por motosserra, correntões? Portanto causando problemas que o uso do solo somente. Ou se há uma autorização também, só para desmatar? Causando dessa forma, um pro-

blema ainda maior pela emissão do CO₂, decorrente da queima da biomassa. Essa é a segunda pergunta. Terceira, O que o Ministério, na sua pasta, elaborou, quais os estímulos para desenvolver uma tecnologia relacionada com a economia da floresta de que tanto se fala? Que seriam esses mecanismos para que as pessoas tivessem maior lucro não desmatando nada dessas florestas, ganhando com a preservação da floresta intacta em lugar de substituir, fazer uma mudança do uso do solo para atividades de lavoura ou pecuária. E por último, a preservação da floresta está intimamente ligada a ter a preservação da biodiversidade. E a preservação da biodiversidade, no mundo inteiro nós sabemos, está relacionada a nós temos aprovado no País, um projeto de partição de benefícios. Gostaríamos de saber se essa partição de benefícios decorrente das pesquisas, se isso já vem sendo elaborado, se nós vamos ter um Projeto nacional de partição de benefícios decorrentes da utilização do patrimônio genético? Essas são as perguntas que se me permite gostaria que esclarecesse.

Para o Ministro Everton, que tenho sempre uma satisfação imensa de ouvi-lo. Sempre bebo cada uma de suas palavras, porque não tem uma palavra desnecessária, não usa um adjetivo. É tudo, aproveita tudo. O senhor colocou uma coisa que me chamou muito a atenção. Setenta e cinco por cento das emissões de gases do efeito estufa advém de combustíveis fósseis. Então, a minha pergunta é a seguinte: Na declaração de Doha, nesse rascunho inicial, não é declaração, rascunho inicial que serviu para a rodada, está servindo para essa rodada de Doha que ainda continua, alguns artigos, não chega a ser um capítulo, que fala dos bens ambientais. Bens ambientais, bens de serviços ambientais são aqueles que pela sua natureza contribuem para preservar o ambiente. E nesse rascunho está lá previsto, que estes bens e serviços não poderão sofrer taxações no comércio internacional. Ou sofrerão uma redução gradativa até chegar à tarifa zero. Nenhuma tarifa alfandegária nesses bens ambientais.

A nossa pergunta é a seguinte, o que é que o País, que o Itamaraty está fazendo, orientado ou não pelo nosso guia, o nosso ilustre Presidente da República, ou pelos outros Ministérios, o que é que o Itamaraty está fazendo para incluir os biocombustíveis nessa relação de bens ambientais. E a próxima pergunta, o Ministério das Relações Exteriores tem uma das missões é justamente identificar nos outros Países, tecnologias para fazer convênios, transferência de tecnologia, levar e trazer tecnologia. Nós gostaríamos de saber se o Ministério tem trabalhado no sentido de identificar no mundo todo, projetos de pesquisa ou pesquisa já desenvolvida ou em desenvolvimento, no sentido da

hidrolise enzimática, que vai permitir fazer biocombustíveis, fazer álcool, fazer etanol, metanol de material celulósico. Que vai ser, ao que tudo indica no futuro, e no qual nós brasileiros estamos atrasados, que pode ser feito um álcool muito mais barato do que o etanol que está aí de cana. E por outro lado, na outra mão de direção, se nós já temos, não temos conhecimento, mas possivelmente os senhores já estejam trabalhando nisso, quais os esforços com Países africanos e outros Países pobres, tropicais, que estão em contato, via Itamaraty, para nós podermos transferir a tecnologia da EMBRAPA de produção de cana e de outras oleaginosas, capazes de oferecer a esses Países pobres, a oportunidade de produzirem biocombustíveis e se transformarem numa plataforma mundial de biocombustíveis, para substituir o petróleo que está com os dias contados. Por último, gostaríamos de saber se nós podemos vir a ter direito de conhecer essa proposta, que os senhores estão estudando com os cientistas, responsabilidades compartilhadas, porém diferenciadas. Os critérios para diferenciar as responsabilidades? Se isso é segredo de Estado? Ou se nós já podemos ter conhecimento? E a última pergunta é ao Senador Collor. Os dados de diversos cientistas, entre os quais o nosso professor Goldenberg mostra que o Brasil tem uma imensa capacidade ainda, para produzir energia elétrica de hidrelétricas, ainda não exploradas. Nós teríamos 30% de capacidade nas grandes hidrelétricas, nem começamos a explorar as MCH, médias centrais hidrelétricas, são pequenas centrais hidrelétricas. Nem começamos explorar as MCHs, as Médias Centrais Hidrelétricas, e o Brasil nem cogita. A Europa já está entrando nas NCH, nas Nanos Centrais Hidrelétricas, para aproveitar cada quedinha de água. O senhor é a favor ou é contra a energia nuclear. O senhor é a favor ou é contra a Angra 3. Não ficou muito claro. Só isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Inácio Arruda. Depois desse tratado do Deputado Mendes Thame. Vamos ouvir o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): É sempre um orador que traz muitos temas para o debate, daria digamos assim, mais umas duas Audiências Públicas bem preparadas. Por isso que é muito oportuno tê-lo sempre presente.

Mas, eu gostaria, Sr. Presidente, e Relator da nossa Comissão Mista, primeiro de anunciar que vou ter que infelizmente me ausentar imediatamente, porque estamos tendo uma reunião de líderes agora, no Senado, para definir nossa pauta de votações. Eu e V.Ex^a. deveríamos estar presentes, mas essa reunião aqui, digamos assim, nos contém. Eu queria primeiro

dizer que nestes últimos anos, o Brasil tem agido com muito rigor nessa área. Acho que desde o tratado de Kyoto, que foi um êxito pós Rio 92, é um grande êxito o tratado de Kyoto, o Brasil tem atuado com força tanto através da sua diplomacia, como tem agido internamente, com dificuldades. Externamente, nós tivemos algumas dificuldades porque, chegamos ao ponto até de nos órgãos internacionais, que participamos estarmos endividados, nós tínhamos dívidas externas e dívidas com os órgãos internacionais, e nesse Governo atual de Lula conseguimos liquidar algumas dessas dívidas. Então, você imagina, Presidente Collor e Senador da República, nós estarmos lá no órgão das Nações Unidas, numa convenção dessa, convenção internacional, convenção quadro, discutindo e debatendo, e um devedor, todo endividado. Era uma situação dramática. Alguém olhava para gente: Você já pagou sua cota? Não, não paguei não. Estou devendo. Então, o senhor podia deixar para falar depois? Então, era uma vergonha. Hoje não, hoje já estamos mais tranquilos. Algumas já pagamos, já estamos mais à vontade, com mais autoridade no ambiente internacional. Então, o Presidente da República, com a sua capacidade, a compreensão desse tema talvez, um dos que mais compreende porque, viveu diretamente a circunstância do clima. Porque tem gente que num ambiente diferenciado não conhece muito a realidade. Fala muito, mas não conhece a realidade. O Presidente da República, atual, viveu a realidade do clima. Viveu na sua terra, onde nasceu, a realidade do clima, e depois participou de atividades numa área, que nós estamos debatendo hoje de forma mais efusiva, que é a realidade amazônica, lá com o Chico Mendes. Um homem que também, por outras circunstâncias, ligado à nossa terra lá, o Ceará. Então, o Chico Mendes lá no Acre, fez um movimento chamado de: EMPATE, que era exatamente um programa de como conviver na floresta tendo o desenvolvimento econômico, e a floresta em pé. E o Presidente da República, também conviveu com aquilo ali. Então, querendo ou não também viveu essa realidade. Tem conhecimento de vida direto, sentindo essa realidade. E colocou no Ministério, mais importante nessa discussão, a Senadora Marina Silva, que é das mais sensíveis com o problema. Então, eu acho que respondeu de forma significativa, tem todo o problema ao lado, são variadas, porque tem o problema do percentual, que a gente sempre vai examinando que temos que tratar, mas tem o problema concreto aqui da luta política no Brasil, das várias forças políticas no Brasil. Umas querem dar passo mais adiantado, outros querem atrasar um pouco o passo. Tem uma batalha política sendo travada. O Presidente precisa ter mais disposição, mais vontade. Mas, tem todo um quadro

de forças política que participa também, dessa disputa. Eu considero um pouco nesse sentido, que nós temos que examinar o quadro no conjunto. E no conjunto, digamos que o Presidente colocou no Ministério do Meio Ambiente, a pessoa com a maior sensibilidade. E o conjunto do Ministério é engajado, digamos assim, nesse Projeto e digamos assim também do Protocolo de Kyoto. Juntamente com o Ministério das Relações Exteriores que acho, que faz um trabalho muito combinado, acho que muito de acordo. Claro que existem diferenças, porque a diplomacia brasileira vem tratando do assunto muitos e muitos anos. Talvez o Ministério do Meio Ambiente não viesse tratando do assunto a muitos e muitos anos. Mas, é um trabalho combinado e essa é a impressão que eu examino que tem.

Outro problema concreto, objetivo, é que o Brasil precisa: Como se aproveitar da situação, aumentar o seu crescimento, se desenvolver num passo muito largo, um País que em 70 tinha 90 milhões de habitantes, e que dobrou a população em 30 e poucos anos. Nenhuma Nação continental com população muito grande, como era já a população do Brasil em 1970, dobrou a população. Nenhuma dobrou. Vocês imaginem um País desse dobrando a população. Os Estados Unidos dobrando a população de 70 para 2000. Ou a China, ou a Índia ou a Indonésia. O Brasil dobrou sua população. E teve um crescimento menor. À medida que dobrava a população, o crescimento diminuiu. Então, nós precisamos crescer mais, se desenvolver mais, mas, aproveitar a oportunidade de fazer esse crescimento, com um grau de sustentabilidade muitíssimo maior. E tem, digamos assim, os mecanismos tecnológicos. Eles estão, digamos assim, na nossa mão. Nós podemos aproveitar a oportunidade de ter esses mecanismos na nossa mão. E talvez, assim, ao invés, de ficar cobrando dos outros, dos desenvolvidos, que diminuam mais ainda suas emissões, nós temos que colocar o nosso Projeto. Não que a gente faça isso como um compromisso para a gente perder as nossas vantagens. Eu acho que nós não temos que fazer isso para que a gente... Quer dizer, o Brasil perca suas vantagens dentro de um acordo internacional. Nós não estamos para isso. Nós temos as nossas vantagens no acordo internacional. E devemos mantê-las. Acho que é bom para o Brasil. Manter as vantagens, como País em desenvolvimento. Tem os desenvolvidos, são muito desenvolvidos, e estão muito à frente economicamente do Brasil. E por que é que nós temos que nos comparar a eles? Acho que não temos. Acho que nós devemos manter a nossa posição de País desenvolvido, mas sabendo que nós podemos diminuir as emissões, porque temos um potencial tecnológico na nossa mão, e condições para se desenvolver e cres-

cer usando essa tecnologia. Que nos diferencia. Que permite a gente avançar com mais vantagens. Acho que é uma oportunidade raríssima que nós estamos tendo na nossa mão. Em todas as áreas. Todas. Se você pegar a questão urbana, você pode entrar na questão do transporte público e diminuir emissões, que é exatamente a emissão de combustíveis fósseis. Nós podemos substituir tudo na área de transporte público. Nós podemos substituir com o gás, nós podemos substituir com o biocombustível e nós podemos substituir com um grande programa que gera desenvolvimento, que é programa nas grandes metrópoles de aumentar o transporte de metrô. Quanto mais metrô, menos combustível fóssil. Você gera desenvolvimento, gera crescimento, melhora o transporte público e diminui essas emissões.

Você pode fazer um grande programa de aproveitamento do metano nos resíduos sólidos. Isso tem sido fator de resgate também, dos créditos de carbono se você utilizar bem os antigos lixões e os novos... As novas estações de tratamento de resíduos sólidos podem também entrar dentro dos programas de resgate de carbono. Isso é na área urbana, nas áreas centrais que programas você pode desenvolver. O programa de esgotamento sanitário. Se você amplia, o programa de esgotamento sanitário você tira energia daí. Você tem um potencial de geração de energia fantástico, que você pode aproveitar, utilizando todos os mecanismos que vão dá vantagens competitivas ao Brasil. Nós, não estamos entrando ainda no etanol, que você pode até melhorar o tipo de álcool produzido, porque não só a EMBRAPA, como as universidades brasileiras, tem investido muito nessa pesquisa. Eu cito que nós somos importadores de aditivo para a combustão. A PETROBRÁS importa cem por cento do aditivo. Desse famoso aditivo, que a gente confunde porque, as distribuidoras põem lá uma máquina de aditivos separada. É um aditivo A+. Mas, toda a gasolina é aditivada. E esse aditivo é todo importado. Nós estamos desenvolvendo com o apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia, EMBRAPA, Fundação de Pesquisa da PETROBRÁS, Agência Nacional de Petróleo, Universidade Federal do Ceará, um aditivo biocombustível, biodegradável, do LCC, do líquido da castanha de caju, lá na Universidade Federal do Ceará. Isso está sendo desenvolvido, discutido, debatido, quer dizer, é uma iniciativa brasileira. Isso pode substituir até 100% da importação de aditivo. É uma guerra comercial. É uma disputa material, em que nós entramos com uma vantagem e nós podemos ser... Substituir essa importação e passarmos a ser exportadores de aditivo de biodegradável numa situação de vantagem para o Brasil. Isso sem entrar nas outras energias. Porque o problema central, aqui, que nós te-

mos emissão maior, digamos assim, a emissão maior no mundo é do combustível fóssil, mas a emissão maior do Brasil é da floresta. Então, nós temos que resolver os nossos dois problemas. Nessa questão é fato. Nós ainda temos um espaço aberto na área da produção de energia hidrelétrica enorme. Potencial na área de energia nuclear que acho que tem potencial para o Brasil, podemos nos desenvolver, o Brasil já produz energia nuclear para fins absolutamente pacíficos de geração de energia para consumo tranqüilamente pacífico, até hoje não vi nenhuma menção que a gente fosse utilizar para outros fins [soa a campainha] E o programa...

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):

[pronunciamento fora do microfone].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE):

Claro. Mas, isso é que deu ao programa a tranqüilidade. Então acho que hoje, a gente pode avançar mais. E temos as energias vindas da eólica, vinda da maré. Nós temos alguns gigas de... Giga watts que podemos produzir de eólica, às vezes, mais rápidos e mais baratos do que a hidrelétrica, ou do que os fósseis, do que o combustível fóssil, que está à disposição. Depende de um bom programa, porque a gente diminui imensamente a emissão de C O 2 na atmosfera vindo do combustível fóssil. É um potencial energético do Brasil. Uma vantagem extraordinária que tem o Brasil, claro, aí sim acho que aqui exige determinação do Presidente da República. Aqui se o Lula pegar e dizer: Vamos fazer aqui. Aí diminuirmos a emissão. Essa que é a determinação. Podemos ter determinação na floresta e na produção de energia. Isso não é que vai mudar rapidamente a matriz energética, mas vai dar uma qualidade significativa na nossa matriz energética.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito bem, Senador Inácio Arruda. Temos o último inscrito, depois vamos ouvir os nossos expositores. Todo mundo muito animado hoje, falando bastante em termos de tempo. E, mas todos com conteúdo. Então, com a palavra o Deputado Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):

Eu vou procurar ser sucinto, porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Já chegamos a meio-dia.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):

Na verdade, a tese que indiretamente circulou aqui, é uma tese que eu aceito e defendo, de que o Brasil pode ser uma vanguarda internacional nesse campo. Agora, para nós sermos uma vanguarda internacional, é importante também que a gente se desfaça de toda a visão apologética. Que a gente fale com um pouco mais de sinceridade entre nós, porque é o caminho do nosso crescimento. Porque só um exemplo, meu

querido Senador Inácio, que eu lamentei ser Senador que eu o queria na Câmara, para nós discutirmos mais. Não é o fato de ter vivido o clima que transforma um Presidente sensível a isso. Se essa fosse uma verdade os africanos teriam fechado esse processo de debate sobre aquecimento global. Não é isso exatamente. O que nós precisamos superar é um pouco da nossa linguagem dupla no Brasil. Veja você... V.Ex^a., imagina. Estou me lembrando dos tempos de Câmara e agora é um Senador da República. Na Câmara dos Deputados, sepultaram uma CPI, sob o argumento de que ela não tinha uma causa determinada. Tudo bem. Ontem, o Presidente da República foi à televisão dizer que não sabia, que não era apenas uma causa, eram várias as causas do apagão aéreo. Então, na verdade nós fomos, na verdade esmagados pela maioria apenas com um jogo de palavras. Porque no fundo eles pensam como nós, que nós não sabemos, não temos uma única causa para o apagão aéreo.

Então, o primeiro ponto que vamos ter que tratar é que no caso do aquecimento global existem duas dificuldades. A primeira, eu acho que já foi superada que são os céticos. As pessoas que acreditavam que nós estávamos inventando... A segunda dificuldade, essa diz respeito ao Itamaraty e vai diz respeito ao Brasil também, é o confronto norte, sul. Supor que nesse específico problema, o confronto norte, sul tem um peso fundamental. Eu acho que não tem. Eu reconheço a existência de responsabilidades diferenciadas, mas, na verdade, é preciso dizer também, que existem possibilidades ilimitadas. E a possibilidade ilimitada do Brasil, o Brasil tem condições de determinar e dizer assim: Nós podemos reduzir nossas emissões e teremos metas. Por que não? Por que não? O Brasil não pode ter metas de redução de emissão? É verdade que as nossas emissões são basicamente de queimadas e de desmatamento? Vamos reduzir o desmatamento. Nós temos, e eu acho que durante um certo tempo, pelo menos em 2002... Primeiro 92 nós chamamos a conferência. A história no Brasil é antiga, e o tempo não me permite memorar. Nós chamamos a conferência do meio ambiente aqui no Brasil. Foi uma conferência importantíssima. Em 2002 creio que o Embaixador Everton estava também na África do Sul, nós propusemos, fizemos uma proposta de redução das emissões, especial de uso de energia alternativa para todos os Países, e depois o Brasil começou a se limitar a apresentar apenas o dever de Casa. Deixou de fazer proposta para o planeta. E isso nós temos que retomar. Eu creio que a base, uma base importante que eu me apoiaria, seria a proposta da Ministra Marina Silva, para um Projeto internacional de salvação das florestas tropicais. Eu apenas acho que o Projeto

dela poderia ter uma dimensão maior, se ela explicasse um pouco mais. [soa campainha] Nós temos do tamanho, um espaço do tamanho de Santa Catarina de floresta destruída. Então por que não abrir para a possibilidade dos grupos internacionais, sob controle no Brasil, replantarem uma parte da floresta que foi destruída? Nós poderíamos atrair Países, poderemos atrair empresas, poderemos atrair até grupos de rock'n roll. Cada um teria sua parte lá. Eu replantei um pedaço da Amazônia. Nós teríamos como projeto apenas a segurança, empregariamos gente no replantio e na segurança.

Então, eu acho que nós temos esse caminho. Precisamos ver o processo do aquecimento global como o limiar de uma revolução industrial. Hoje, acordei com uma notícia de que o cientista alemão formulou já, uma pílula para a vaca não arrotar mais, ou pelo menos reduzir o arroto da vaca no nível bastante significativo, menos metano.

Então, o processo de descoberta, o processo de trabalho que existe nisso é muito grande. Nós precisamos entrar por aí. O Brasil não só aceitar ser a vanguarda internacional como aceitar essa revolução industrial, entrar nela de cabeça. A idéia dos biocombustíveis é importantíssima, mas os americanos vão nos passar à frente muito rápido. Já estão passando. A Greenfield está fazendo. Está usando algas, as algas comem o CO₂ e expelem oxigênio. Quer dizer, vai acontecer conosco, muito possivelmente, os mais novos não se lembram todos, mas, eu já sou da velha geração sou obrigado a relatar o que aconteceu com a borracha. Lembrem-se da borracha. A borracha foi levada para a Malásia, e com capacidade técnica muito maior, nós somos superados. Então, nós vamos ter que ter uma capacidade de entrar nisso realmente, com vigor científico e com decisão. É o Presidente da República que tem que tomar a vanguarda? É. O Presidente da República... É como se a gente diz: No futebol o pênalti é tão importante que o Presidente do clube que devia aberto. Então, o aquecimento global é tão importante que o Presidente da República que deveria... Existem dificuldades. Qual é a dificuldade do Presidente da República compreender a dimensão desse drama? Ele é basicamente voltado para a solidariedade humana. Para os problemas ligados à solidariedade humana. E ele tende a ser, como são as pessoas voltadas para a solidariedade humana e voltadas até para uma visão católica do mundo, um pouco antropocêntrico, já que o problema central é o ser humano e vamos trabalhar pelo ser humano. [soa campainha] Então, ele precisa compreender com o tempo que isso é a chave do entendimento. Ele vai precisar compreender, com o tempo, que o aquecimento global é uma ameaça para os seres

humanos também. E que essa é uma grande ameaça para os seres humanos. Eu acho que esse trabalho é um trabalho que o próprio Presidente da Comissão de Aquecimento já fez na reunião do conselho político, pedindo que o Fórum se recuperasse, que ele avançasse. Acho que é o que vamos fazer. De um lado convencer o Governo da importância, do outro lado recuperar a nossa posição internacional que acho que não é mais a mesma posição anterior, e de outro tentar avançar na revolução industrial. Trazer o Ministro de indústria e comércio, Ministros ligados à área econômica, para mostrar a eles que o mundo está se movendo nesse caminho. V.Ex^a. mencionou a necessidade de nós transformarmos o transporte urbano. É importantíssimo. A minha tese anterior, quando fui candidato no Rio era de não transporte. Não só transformar o transporte urbano como evitar que o transporte aconteça o máximo possível, através de todos os mecanismos que nós temos. Na época era o fax, hoje é a Internet. Nós temos a possibilidade de suprimir as viagens enormemente. Então, estamos caminhando para um mundo diferente, onde realmente esse processo é uma revolução industrial, na qual nós temos que estar colocados. Acho que o Brasil pode estar no bojo dessa revolução industrial, com uma posição muito clara e muito avançada. As oportunidades são muito grandes. Agora, era todo o País que tinha que se redimensionar em função do que está acontecendo.

Eu imagino que na própria revolução industrial real que houve, no passado houve grandes tumultos, grandes confusões. Houve até a revolta contra as máquinas, quando as máquinas foram instaladas. Então, é um processo muito intenso que a gente tem que tentar atrair o Presidente da República, atrair os outros Ministros e aí eu entro na questão: Uma política de mudanças climáticas, eu conheço o Projeto do Deputado Mendes Thame, conheço também o Projeto do Deputado Ronaldo Vasconcelos, uma política de mudanças climáticas no meu entender seria uma, digamos assim, um redimensionamento da Política Nacional. Ela não vai atacar apenas mudanças climáticas. Seria uma revisão da Política Nacional. Eu creio que, se houver uma eleição em 2010 adequada, o tema tem que ser o tema central. Porque não se pode mais. Não é possível que o País continue falando de crescimento econômico, continue falando de PIB achando que o PIB é uma expressão de uma realidade completa. Muitas vezes você pode aumentar o PIB aumentando a pobreza. Você destrói a floresta, aumenta o PIB e está reduzindo a riqueza do povo brasileiro.

Esse debate é um debate fora de foco. Não quero dizer que a gente não deva crescer, que não deva ampliar o desemprego. Mas, não é essa a questão. O

critério é o desenvolvimento sustentável. O Projeto é o desenvolvimento sustentável. Então, temos que acordar em todas as dimensões. Não é possível, hoje, você não ter um Projeto de gerenciamento costeiro no Brasil, que não leve em conta essa questão. Eu até digo, o Presidente da República vai anunciar essa semana que vai construir Angra 3. Tudo bem. Mas, o que vai acontecer com os mares naquela região? Temos que saber. E nós temos que prever isso. A própria situação do semi-árido tem que ser pensada também, quais são as consequências no semi-árido, o que vamos fazer nessa situação?

Então, a é política brasileira toda que tem que mudar. Não cabe... O Ministério do Meio Ambiente no Brasil ele começou com a gestão da Ministra Marina Silva, com uma idéia muito boa: Que é a idéia da transversalidade, mas, a transversalidade é nome muito complexo para a gente desenvolver facilmente. Eu acho que agora a transversalidade é uma realidade. Como era na Noruega, por exemplo, quando a Ministra apresentava um Projeto, ela nunca apresentava um Projeto econômico só com o Ministro da Economia, ao lado estava o Ministro do Meio Ambiente. Ele estava respaldando essa proposta. Porque todos acreditavam. Se estão falando num Projeto de crescimento com o Ministro do Meio Ambiente ao lado é porque a questão já foi discutida de uma forma bem semiótica. Então, essa é a questão que me coloco. Como é que nós retomamos a nossa vanguarda internacional? E como é que isso não é uma questão de ganhar louros e admiração? Mas, como é que nós reconduzimos o Brasil para esse processo. Porque se há um País que tem chance nesse novo mundo da revolução industrial, nessa terceira revolução industrial. Um País que tem recursos naturais é o Brasil. Nós vamos perder essa oportunidade ou não vamos? Essa é a questão que até certo ponto me angustia, porque às vezes eu sinto que a gente pode perder. A gente pode deixar que se escape.

Então, a minha posição é que o Brasil deveria ter, eu acho que a solidariedade do Brasil com os Países em desenvolvimento não é o aspecto principal na nossa posição. A solidariedade do Brasil sul, sul não é o aspecto principal. Isso já na reunião de 92, nós já incluímos. Que era assim: Reunião para discutir o meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Nós já incluímos essa preocupação. Nós temos essa preocupação. Mas, o aspecto principal do Brasil agora é se destacar, é ser ele. E a partir da sua singularidade, propor uma solução para a questão mundial, e não pura e simplesmente ficar perto da Índia, perto da China que na verdade são Países que estão um pouco distante desse processo. A própria China começa a

compreender. Reduz o seu crescimento, a própria China começa... Percebeu que existe um espaço enorme para modernizar sua indústria. Então, eles começam a perceber pouco a pouco. Então não vamos ficar do lado, no meu entender, daquelas pessoas que ainda não compreenderam totalmente o assunto. Vamos ficar ao lado daqueles que já compreenderam e vamos um pouco a diante. Essa é a minha proposta. Eu sei que desfaz um pouco essa visão norte, sul, mas nesse caso do planeta, com todo o problema diferenciado, a visão norte, sul não é mais importante. A visão é planetária mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CAGLIARI (PSB-ES): Obrigado, Deputado Gabeira. Tem um questionamento ao Senador Collor, vou passar para ele, para que ele de forma sucinta faça a resposta. Depois eu transfiro ao Capobianco e ao embaixador Everton.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas para responder os questionamentos feitos pelo Deputado Mendes Thame. Primeiro lugar a questão do Itamaraty. Num sistema presidencialista, o Presidente associa a chefia de Estado com a chefia de Governo. Então o Itamaraty, Relações Exteriores e Forças Armadas são as únicas duas carreiras de Estado, que têm uma interface com o mundo exterior, o mundo externo. E são as únicas que tem essa interface com o mundo exterior e que cuja progressão na carreira é feita mediante provas, ascensão, é feita mediante o mérito. Então, em um regime presidencialista, o Presidente da República é em relação a essas duas carreiras, o chefe, um termo assim bem antiquado e fora de propósito, o chefe Supremo das Forças Armadas. Em relação ao Itamaraty é ele quem dita a política externa que o País vai adotar. No Parlamentarismo é diferente. No Parlamentarismo, o Chefe de Estado determina essa política externa e também na questão das Forças Armadas e o chefe de Governo trata das questões internas do País.

Em relação a essas pequenas hidrelétricas, alguns anos atrás eu acho que foi ainda no Governo Fernando Henrique, houve uma... Um Projeto de incentivo à construção de pequenas hidrelétricas. E isso motivou muito, a iniciativa privada. Algumas grandes indústrias, motivada por esse incentivo, construíram pequenas centrais hidrelétricas e aproveitando pequenas quedas d'água iam... Isso, eu não sei em que ponto está. Em relação à energia nuclear, eu sou inteiramente contra Angra 3. Absolutamente contra. É um posicionamento pessoal meu. Até porque, eu acho que é uma fonte energética já extremamente antiquada, extremamente já em desuso. Quer dizer, ninguém mais hoje, acha que essa seja uma vertente para resolver os problemas de

abastecimento de energia elétrica de seus Países. E eu diria que é uma carroça do sistema elétrico. É uma coisa inteiramente ultrapassada. E ao mesmo tempo, o que me preocupa mais ainda com a questão de angra 3, é que com angra 3 o Brasil vai ganhar em escala, na questão da necessidade do urânio enriquecido. E essa questão de se fazer angra 3, e concluir angra 3, 70% do equipamento todo adquirido, isso está encontrando eco, em algumas áreas do Governo, áreas extremamente importantes, baseado naquele axioma, falso, no meu entender, de que um país hoje no mundo, só é respeitado se tiver o conhecimento do átomo e com isso possibilidade de fazer o seu artefato atômico, com base nessa suposição inteiramente falsa, existem pessoas querendo emular essa questão--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente Collor, poderia interrompê-lo, eu queria dar ao Presidente Casagrande, ele é muito novo, um testemunho. Eu entendo que só Olavo Bilac teve uma visão maior do que o Presidente Collor, sobre a natureza. Aquele negócio. Em 1992, eu era Prefeito. O exemplo arrasta. V.Ex^a. na vanguarda da Eco 92, eu era Prefeito lá no Piauí em Parnaíba, logo depois eu era Governador do Estado. Presidente Casagrande, só criei uma secretaria. Meio Ambiente. Eu tive a oportunidade, Presidente Collor, estar longe de imaginar, só Olavo Bilac, com a capacidade poética ele, deu a mensagem melhor. E dirigiram um Fórum de meio ambiente, já na Secretaria de Meio Ambiente Nacional na Universidade Federal Campos Reis, Ministro João Paulo Reis Veloso, da minha cidade. E eu sou médico, fui professor de biologia muito tempo. Esse dias eu fiquei encantado, Casagrande, com o desenvolvimento depois da Eco 92, do termos de meio ambiente. Do nível cultural dos técnicos. Tudo começou com aquilo.

Então, só queria dizer que faz apenas 15 anos. Foi essa grande transformação. E ao Presidente Casagrande que está aí, eu vi como o Piauí, como o Brasil melhorou. Eu acho que outros Governadores criaram. Eu criei a Secretaria de Meio ambiente. Eu acho que nós somos 5560 Municípios. Casagrande, se V.Ex^a. iniciasse uma campanha de que todos os Municípios tivesse a sua secretaria meio ambiente, eu entendo que o Prefeito, o Presidente Collor também foi Prefeito, é o grande artífice. O Presidente Lula tem suas qualidades, suas sensibilidades. Ninguém nega. Presidente Casagrande falhou, o Fome Zero e eu o adverti. Porque eles afastaram o organograma. Eles queriam criar a roda. É o Prefeito. Eles não buscaram o Prefeito. Eu adverti que não ia dar certo. Porque o PT tinha muito poucos Prefeitos. Então, eles não se aproximaram dos Prefeitos. Então V.Ex^a. eu acho que se iniciar uma campanha de que todos os municípios terem uma secretaria de meio

ambiente, como influenciado pelo Presidente Collor, nós criamos no Piauí e ele melhorou. Então V.Ex^a., Presidente Collor, é os aplausos V.Ex^a. contribuiu e mostrou ser um Presidente de muita investigação que agora que estamos, o mundo se preocupando, com que V.Ex^a. se preocupou 15 anos atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado Senador Collor, obrigado Senador Mão Santa. Com a palavra Secretário Capobianco.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Bem, Sras. e Srs. Deputados, Senadores, agradeço mais uma vez a oportunidade.

De fato, as várias intervenções aqui, as várias participações dos Parlamentares nos levam, ou me leva, me estimula a debater pontos extremamente importantes que foram aqui colocados, mas eu vou buscar me ater às perguntas objetivamente para darmos mais objetividade, para ser mais rapidamente. Primeiro com relação ao Senador Casagrande, quer dizer, a questão do Plano Nacional de Mudanças climáticas, gostaria de comentar até de comentar a fala do Senador Collor. Na realidade, o que se pretende é repetir a experiência que nós temos com a avaliação positiva, do grupo interministerial de combate ao desmatamento. O que acontece? A avaliação do Governo, todos nós, eu concordo e todos nós concordamos de que: Criar Comissões, via de regra, se destina a adiar decisões, mas no caso do plano de prevenção e controle do desmatamento foi diferente, um plano onde o presidente, por Decreto, determinou o objetivo, determinou as diretrizes do plano e determinou que no prazo de três meses elaborado fosse um plano detalhado, uma ação detalhada com orçamento para ser implementado. A vantagem que nós tivemos no plano de prevenção e controle do desmatamento, acordado pela Casa Civil, o Presidente da República determinou ao Ministério da casa Civil que se acordasse o plano, foi que era um plano de ação, não era uma Comissão para discutir o problema. Era um grupo interministerial para implementar um plano de ação que justamente tinha essa missão: De reduzir. Naquela ocasião não foi possível quantificar, não foi possível definir uma meta, na realidade nós não tínhamos elementos para definir, vamos reduzir em tantos por centos, reduzir o desmatamento, eu acredito que hoje, Collor, Gabeira, estabelecer metas internas, compromissos internos de redução. O Brasil deveria fazer esse exercício. Não seria fácil, teríamos que promover um debate amplo, nós temos que envolver os setores que contribuem para esse processo de desmatamento. Nós temos que chamar a responsabilidade dos Governadores, os Prefeitos como bem colocou, os atores locais, as comunidades de classe,

o setor empresarial, para construirmos essa meta, eu acho que o Brasil deveria fazer isso e pode fazer, nós demonstramos para nós e para o mundo, queria dizer que o Brasil tem sido citado seguidas vezes por líderes internacionais como um exemplo de que quando há vontade política há possibilidade, redução do desmatamento, foi algo, era algo que ninguém acreditava. E isso foi possível.

Então, eu acredito, que eu sou favorável de que se faça, que o Brasil experimente estabelecer metas internas, metas internas, construídas com a sociedade brasileira e que passa a cumpri-las.

Então, a proposta do Plano Nacional de mudanças climáticas não é uma Comissão, é um plano, o Presidente da República, e o objetivo é construir esse plano e integrar... Está sendo elaborado. Agora, a fase inicial desse processo decorreu de um entendimento entre três Ministérios. Nós temos nessa questão, de mudanças climáticas, nós temos o Ministério de Ciência e Tecnologia como o Embaixador Vargas, já esclareceu, tem um papel central nesse debate, aliás, é o ponto focal no Brasil técnico desse tema.

Então, nós temos o MCT, o Ministério de Relações Exteriores e Ministério do Meio Ambiente. A Ministra Maria Silva esteve discutindo e tratando preliminarmente desse assunto com o Ministro Celso Amorim, devemos ampliar isso agora de forma intensa com MCT, para iniciarmos um processo que foi autoridade pelo Presidente da República.

Então, não há ainda, certamente Senador Casagrande, esse debate, esse plano dependerá de uma discussão com os atores envolvidos, o Parlamento é essencial nesse processo e está previsto, inclusive, que o fórum de mudanças climáticas, faça relação direta com a sociedade, traga os inputs, as propostas da sociedade e do setor empresarial e acadêmico, para este plano. Eu imagino que nos próximos meses, nós vamos ter um intenso debate com todos atores para que esse plano represente de fato, as idéias de todos.

Com relação a metas internacionais, o senhor perguntou se o Brasil, ah, sim, falou sobre a questão muito importante sobre matriz energética. Eu concordo plenamente, o Ministério do Meio Ambiente defende um debate aprofundado sobre matriz energética. Isso tem a ver, inclusive, com o que o Deputado Gabeira colocou. O Brasil, ele tem que fazer opções. Essas opções dependem de investimentos político, institucional e financeiro. O Brasil tem que fazer opções. Para onde vai a geração de energia elétrica do Brasil? Nós temos vantagens claramente colocadas. Se nós não analisarmos aquilo o que o Senador Collor colocou, quer dizer, o Brasil diferentemente de um país como os Estados Unidos, dos países da União Européia, o

maior problema na emissão daqueles países decorre da geração de energia, da atividade econômica, da atividade econômica. No nosso caso não, nossa emissão não depende, depende do desmatamento. Veja bem, o Brasil tem, portanto, uma vantagem de cara, isso não pode ser visto como um problema, é uma vantagem, quer dizer, o Brasil, a sociedade brasileira, o Parlamento brasileiro, o Governo Brasileiro, os poderes todos já decidiram que o desmatamento tem que ser votado, não estamos discutindo isso no Brasil, não há setores que defendem o desmatamento, de forma ativa. Tem alguns segmentos menos esclarecidos que em vez em outra defendem isso, majoritariamente há uma decisão pela redução, estamos num caminho bom, ótimo, vamos ter que reduzir, não vamos ter que cortar na carne, digamos assim, para ter que reduzir. Segunda questão. O Brasil com o biocombustível, etanol, toda sua potencialidade ambiental, ele tem objetivamente, tem efetivamente um caminho para frente diferente dos outros países. Nós temos países hoje, que a sua economia depende da queima de combustível fóssil e não tem nenhuma alternativa na Mesa. Nós não dependemos de combustível fóssil, em grande parte, dependemos parcialmente e temos alternativa na Mesa. O Brasil de fato tem como assumir o papel tem como consolidar, não é uma bravata, o Brasil tem efetivamente um horizonte promissor, em relação a matriz energética principalmente. Ora, o Brasil lançou o programa do PROINFA, para estimular objetivamente produção de energia elétrica por fontes alternativa. Onde o PCH é o carro chave importante nisso aí. O Brasil tem que investir nisso, está correto o Deputado Mendes Thame, o Brasil tem que investir mais, o Brasil tem que investir, nós temos tecnologia para isso e, portanto, nós não concordamos de que o futuro da geração de energia elétrica no Brasil é obrigatoriamente renovável. Nós não concordamos. Nós temos certeza que uma decisão firme do poder público, da sociedade brasileira, possa fazer com que o Brasil desenvolva, amplie ainda mais o seu potencial em energias renováveis.

Com relação se o Brasil aceita metas internacionais em redução desmatamento, eu queria dizer o seguinte, de fato eu concordo plenamente que o debate não é uma questão Norte versus Sul, esse não é o debate. Concordo com isso. O problema é o seguinte, como disse muito bem o Embaixador Everton Vargas, queremos deixar claro que a posição do Ministério do Meio Ambiente, inclusive, já de certa forma, Senador Thame, em vários momentos, como se houvesse uma diferença intrínseca entre o MA e o Relações Exteriores, eu queria dizer ao Senhor que isso não é realidade. Queria dizer isso francamente, de espírito aberto, não é verdade. O Ministério do Meio Ambiente, o Ministé-

rio das Relações Exteriores, comungam, no princípio fundamental no seguinte: Se o Brasil reduzir a zero suas emissões, se o Brasil reduzir a zero, o desmatamento nós vamos perder a Amazônia e nós vamos todos perder o Rio de Janeiro, perder Recife, perder Guarujá, perder Santos, São Vicente. O problema não é esse, o problema é o seguinte: O Brasil, não se trata de uma guerra norte, sul. Se trata objetivamente de que para resolver os problemas de mudanças climáticas, os países emissores terão que reduzir muito mais. Não se trata de uma disputa política. Ora, se o Brasil aceita metas de redução, se aceitar metas de redução implicará em que os países mais emissores assumam compromissos muito maiores do que eles têm hoje? Porque não. Não tem nenhum problema. O problema é que essa discussão não está colocada, Em Nairobi, que o Senhor estava e eu também estava, se jogou uma cortina de fumaça, tentou-se colocar o Brasil numa posição defensiva, no Banco dos réus, acusando o Brasil, de não querer assumir metas, esse seria o grande responsável pelo fracasso da discussão. Porque os países desenvolvidos, não coloca o seu compromisso em mudar radicalmente sua matriz energética, em assumir compromissos radicais de redução de emissão. Não, se jogou tudo nas costas do Brasil, graças a uma ação pró-ativa nossa, nós revertermos. Porque nós poderíamos ter saído de Nairobi como o País... Olha só, o país que mais tem reduzido, o país que está levando propostas concretas. Claro, que com isso daqui Deputado Gabeira, não estou fazendo um discurso que está tudo maravilhoso. Pelo contrário. Eu defendo que o Brasil tenha uma liderança mais construtiva, o Brasil pode fazer isso. Pode, concordo plenamente. Temos que fazer muito mais. Agora, o que se tentou fazer ali era inverte era o jogo. Porque o Brasil e outros não querem assumir metas. Ah, então, está acabada a convenção. Ora, pelo amor de Deus.

A pergunta é: Porque os países envolvidos não assumem pelo menos cumprir o que assumiram de compromisso? Nem isso. Essa que é a realidade. Portanto, eu queria dizer Deputado Mendes Thame, com toda a transparência, a liberdade que eu tenho com o Senhor. Parlamentar que todos nós admiramos muito: É que nós precisamos por um fim a essa pretensa pseudodivergência do Governo, que o Ma defende uma coisa, o Itamaraty defende outra, o MCT defende outra. Não é verdade. Neste Governo, eu posso dizer, me sinto, orgulho como cidadão de ter participado de um Governo, onde os assuntos foram debatidos. Onde as posições foram debatidas e as divergências que ocorrem são tratadas dentro do Governo, e prevalece a decisão no Governo. Ora, porque o Ministério do Meio Ambiente tem sempre que prevalecer a sua posição?

Nós estamos discutindo uma questão de Estado. E o debate que tem ser feito de forma clara. E se o Estado Brasileiro entende que, no momento a posição tal é melhor para o País, todos nós que operamos no Governo temos que trabalhar nessa mesma direção, para construirmos o melhor para o País. Portanto, eu acredito sinceramente o que o Brasil tem dado uma contribuição. Temos que avançar mais, mas, nós estamos dando uma contribuição.

Com relação ao que o senhor perguntou Deputado Mendes Thame, sobre a questão da legalidade do desmatamento, o senhor colocou um tema central, extremamente importante, eu agradeço ter colocado isso. O nosso problema no desmatamento, no nosso ponto de vista, nós temos dois clientes, digamos assim, quando nós enfrentamos o desmatamento. O primeiro é o desmatador ilegal que infelizmente, constitui a grande maioria. Quer dizer, se nós, nós temos os dados que o senhor perguntou, aliás, são dados que eu analiso, é o meu drama. Eu no Ministério do Meio Ambiente sou encarregado de gerir o plano e prevenção e controle ao desmatamento. E eu junto com o INPE, sou responsável por fazer o relatório de avaliação do desmatamento. Portanto, esse é um dado que eu avalio permanentemente. E lamentavelmente, lamentavelmente, 85% do desmatamento verificado nos últimos anos, são ilegais. São ilegais porque não foram autorizados, ou seja, se você cruza as autorizações emitidas, não só pelo IBAMA. Eu queria dizer que o IBAMA é o que menos emite. Mas você pega as emissões dos Estados, porque órgãos Estaduais podem emitir, no caso do Mato Grosso, por exemplo, no caso Rondônia. Soma as autorizações emitidas no Estado, soma ácido IBAMA, cruza com o desmatamento efetivado, a constatação é que oitenta e cinco por cento no mínimo é ilegal, é ilegal porque não foi autorizado. Portanto, nós temos a obrigação nesse caso, de combater com todo o rigor da lei esta ilegalidade. Agora, nós temos 15% do desmatamento legal que o proprietário ele tem o direito a desmatar, segundo a Legislação brasileira, e se ele solicitar autorização e o órgão ambiental não der, ele pode ir à justiça obter por via judicial, ele tem o direito legal. Este é o segundo cliente, que eu digo que é no convencimento. Nós temos que mostrar para ele, que ele ganha mais se ele não desmatar, para isso, entra na sua próxima pergunta. O que o Ministério do Meio Ambiente tem feito para viabilizar isso? Eu diria ao Senhor que a resposta não é só o Ministério do Meio Ambiente. É EMBRAPA, o poder do Ministério da Agricultura, é o MCT, que tem feito um trabalho enorme e o MA principalmente, são esses três Ministérios que estão sendo trabalhados. O que nós temos buscado fazer? Tornar o manejo florestal viável no Brasil, o manejo florestal

e não o madeireiro, o madeireiro e não madeireiro, ou seja, amplo, serviços ambientais inclusive. Para isso, nós trabalhamos em duas frentes, uma na capacitação na criação de metodologia e de capacidade para o manejo. O resultado disso pode ser mensurado em números. Em 2002 nós tínhamos 200 mil hectares de florestas na Amazônia manejadas sob a certificação do [inaudível] que é o sistema internacional de gerenciamento e credenciado do manejo. É o mais rigoroso que existe, ele verifica se aquele manejo está de fato ocorrendo de forma sustentável, ponto de vista ambiental, social e econômico, nós tínhamos 2000 hectares, hoje nós temos quase 2 milhões.

Então, a resposta é muito clara: O Brasil tem capacidade, o Brasil tem tecnologia para fazer, o que o Brasil não tinha? O Brasil não tinha uma Legislação que permitisse que a exploração das florestas se desse de forma estável do ponto de vista institucional, o que acontecia na Amazônia, Deputado, é que lamentavelmente, não, graças a Deus, afortunadamente, a grande parte do território do Amazonas é de floresta pública, Estadual ou Federal. O que ocorria? As empresas sérias que é queriam fazer o manejo, não entravam na Amazônia, não havia como obter terra para fazer o manejo florestal. Você não faz manejo florestal em 100 hectares, que é o que fácil de se obter pelo INCRA, ou 400 hectares, hoje. Você faz manejo florestal em 10, 20 mil, 100 mil hectares, para que isso seja economicamente viável e sustentável. O manejo florestal na Amazônia de madeira implica em retirar seis árvores por hectare a cada 30 anos, eu não sobrevivo, em uma atividade econômica tirando seis árvores por hectare a cada 30 anos em 100 hectares. São áreas extensas necessariamente. O que acontecia era que, como isso era de Poder Público, não havia possibilidade de atuação ali, havia uma indústria da grilagem, só enfrentava na Amazônia, empresa que estava disposta, através de grilagem, operar na clandestinidade, no manejo predatório. Que é a realidade Amazônia de grande parte hoje. Com a lei de gestão de florestas públicas, se permitirá finalmente agora... Nós estamos aqui, inclusive, vamos submeter ao Congresso, o primeiro relatório, do primeiro ano de gestão de florestas públicas, que está pronto. Estamos fechando hoje. Hoje tem uma reunião da Comissão de florestas públicas que eu presido, não estou lá, porque estou aqui, mas, justamente para fechar o relatório que virá do Senado, para mostrar os resultados, do primeiro ano de gestão de florestas públicas, conforme diz a lei, onde nós vamos ter finalmente a possibilidade de que empresas sérias que de fato tenham todos os procedimentos adequados possam, operar na Amazônia, sob um grau de institucionalidade adequado. O que acontece? Com

isso nós vamos responder a pergunta, ao comentário do Senador Collor, que muito me preocupou, que é o seguinte, Senador, o Senhor disse o seguinte: O Brasil, o senhor disse o seguinte: se eu anotei corretamente, que é mais fácil o senhor induziu, deu a entender que é mais fácil reduzir o desmatamento, depende só de nós, do que um País desenvolvido mudar sua matriz energética, a sua economia. Não é, Senador. Não é. A nossa pesquisadora Bertha Backer que todos aqui conhecem, uma pessoa de profundo conhecimento da Amazônia, publicou um artigo no Jornal O Globo, recentemente, que fez todos nós do Ministério do meio ambiente ficarmos profundamente desolados. Ela demonstrou aquilo que nós já sabíamos empiricamente, mas, ela provou que o resultado do plano de prevenção e controle do desmatamento, que reduziu 50% do desmatamento na Amazônia, aumentou a pobreza. Isso é lamentável. Isso é lamentável. A economia da Amazônia, Senador, está baseada no manejo predatório. O problema é que ela gera emprego, empregos de péssima qualidade, é verdade. Mas, ela gera economia. Em karajás, no pólo de karajás, o pólo guseiro de karajás movimenta 1.7 bilhões de reais na economia informal da produção de carvão de origem madeireira ilegal. Temos empregos mais 100 mil empregos diretos e indiretos vinculados diretamente a isso. Nós temos que oferecer alternativas a essas pessoas. Portanto, dizer que reduzir desmatamento depende apenas de uma decisão de fazer acontecer e acabou, não é assim, nós temos que investir, investir muito para que essas pessoas, que vão ter que sair da economia predatória, que elas tenham economia não predatória para realizar. As pessoas precisam sobreviver. Infelizmente a economia foi montada num processo predatório de grilagem de terra, de corrupção, de desmatamento ilegal e assim, as pessoas estão sobrevivendo. Portanto, nós temos que inverter isso.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Se o senhor me permitir, eu diria o seguinte: Seria o mesmo raciocínio de que causaria um desemprego como realmente causou, não é, quando nós lutamos tenazmente para acabar com o garimpo na Amazônia. O garimpo na Amazônia dava milhares e milhares de empregos e subempregos, mas poluíam os rios, desmatavam para fazer as avionetas descerem. O fato de isso gerar um desemprego, isso não justificaria uma não ação de vossa parte.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: De forma nenhuma.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): No caso aí também o senhor está falando nisso tudo, mas tem aí o trabalho escravo. Tem o

trabalho, o trabalho com crianças. Que são utilizadas para isso.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Claro, claro.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Então, quando eu digo que a redução do desmatamento, a redução drástica do desmatamento, só depende de nós, depende de nós sim, em todos esses aspectos, em todos esses aspectos. Se isso vai gerar um desemprego na área, um desemprego que a gente não pode dar sequer esse nome porque é uma coisa degradante.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Subemprego.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): O trabalho escravo é degradante, nós temos que dar compensações sociais.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Exatamente.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Agora, isso tem que ser feito a partir de um trabalho conjunto. Agora, o fato de isso, nós cruzarmos os braços, vamos deixar desmatar porque senão, o pessoal vai ficar desempregado. Essa é uma afirmativa que eu não posso concordar.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: De forma alguma essa é uma afirmativa, eu quis dizer para o Senhor, não foi isso. Eu quis dizer o seguinte: A decisão de redução está mantida, nós continuamos a manter, vamos reduzir ainda mais. Essa é a meta do Governo, o Presidente da República determinou redução maior, nós queremos reduzir a zero o desmatamento ilegal. A zero, essa é a meta do Governo.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Estamos falando de desmatamento ilegal.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Eu não quis dizer que nós não devemos fazer, eu quis dizer que há um custo enorme, para isso. Por isso o Brasil foi, no âmbito da Comissão de clima, buscar uma ferramenta de incentivo financeiro positivo para isso, nós precisamos ter recursos para investir na economia da floresta em larga escala, em pequena escala já investimento, e temos resultados em larga escala na economia da floresta. Aí, mais uma vez, encerrando Senador Casa-grande. Mais uma vez que eu digo que a nossa posição no fórum internacional Senador Mendes Thame, é uma posição de Governo, não é de Ministério. Nós dizemos aos países desenvolvidos que deixamos de emitir 400 milhões de toneladas de forma voluntária, vamos continuar reduzir a missão. Mas nós precisamos no âmbito do acordo da convenção, receber incentivos positivos por isto, porque a compreensão prevê isso daí, nós não estamos vendendo a nossa ação. O Senhor

disse: Vocês reduziram, mas estão cobrando. Nós não estamos cobrando nada, nós estamos dizendo que no âmbito da cooperação internacional--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP): Ambientais, porque não...

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Mas, veja bem, não é nem o caso, deu a entender que quase fosse uma chantagem. Mas não é isso. Objetivamente, a convenção diz, determina que os signatários, e todos são signatários, como bem disse o Embaixador Everton Vargas, os Estados Unidos também é signatário, embora não ratificou Kyoto. Lá diz que é sim compromisso e obrigação, que haja cooperação internacional, haja transferência de recurso tecnológico para que se atinja o objetivo da convenção que é redução da emissão. Se o Brasil por conta própria, recursos próprios, com decisão própria, voluntariamente, decidiu reduzir o desmatamento em 50% e quer continuar reduzindo. Porque não isso não tem valor no âmbito da convenção? Porque o Brasil não pode com isso, receber recursos, investir mais para aprofundar a redução do desmatamento e aí sim, com geração de alternativa de emprego e renda, manejo adequado da floresta. Esse é o nosso desafio. Portanto, mais uma vez, queria dizer que é o momento que mostra uma unidade entre o Governo, o Governo Brasileiro como um todo, o Estado Brasileiro está discutindo isso no âmbito da convenção de forma integrada. E encerrando, eu não entendi, Deputado Mendes Thame, sobre a proposta que o Embaixador teria apresentado, quer dizer, o que eu entendi que o Embaixador apresentou, foi essa proposta. Quer dizer, a proposta o que o Brasil hoje está debatendo no foro internacional é de compensação por redução de emissão de desmatamento para todos os países em desenvolvimento. Não só do Brasil. É essa proposta. Agora, se há uma outra proposta que eu não percebi, após o Embaixador esclarecer, posso dizer ao senhor se conhecemos ou não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP): O Senador Collor, fez uma observação, importantíssima, que talvez tenha passado despercebido. Falou da dificuldade em recuperar das áreas já degradadas. O que está impedindo que esses incentivos o que o Senador colocou...

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Desculpe, até aqui devido ao meu papel, eu acabei pulando uma questão que o Deputado Gabeira colocou extremamente importante.

Nós temos a possibilidade, inclusive, previsto no MDL de recuperação de florestas antigas. O Brasil, nós tivemos agora... Acabamos, graças a uma contribuição do Brasil, inclusive, conseguimos nos acordos, na negociação necessária, a implementar essa... O MDL

florestal que a gente chama, nós temos agora os critérios para isso. Uma condição fora do Brasil, e nós já estamos iniciando o desenvolvimento de uma proposta nessa linha. Qual é a idéia? A idéia é elaborar um programa ambicioso, no sentido que a gente possa se utilizar, nos utilizarmos desse mecanismo do MDL. Na linha do que se colocou, Deputado Gabeira, quer dizer, se eu tenho, se eu posso fazer esse [inaudível] carbono, se isso gera crédito, e eu obtenho na venda do crédito recurso para fazer o serviço, eu vou poder criar um mecanismo extremamente promissor não só para Amazônia, para Mata Atlântica, para as encostas, Rio de Janeiro, nós temos um espaço enorme para isso. Exatamente.

Então, de fato me desculpa, responder isso aqui, me permitiu colocar isso, nós estamos trabalhando seriamente nessa linha. Inclusive, temos até uma [inaudível] especialista brasileira, importantíssima, que está nos ajudando a desenhar uma proposta nesse sentido, para que a gente possa de fazer, o Brasil possa competir e com projetos desburocratizantes exatamente, porque ele é dirigido, inclusive, a pequenos proprietários, principalmente. Para que a gente tenha o replantio de florestas, seqüestro de carbono, com geração de emprego e renda na linha do que você colocou, Deputado.

DEPUTADOR FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): com todo nosso apoio. Trinta segundos só... Sobre a relação do Brasil com os outros países, sobre tudo os países chamados desenvolvidos, nesse campo. O modelo que eu tenho na cabeça é o modelo que nós temos no nuclear. Nós assinamos o tratado de não proliferação e continuamos a lutar para que os outros reduzam seus armamentos, não lutamos tanto, porque não temos ainda essa desenvoltura, mas o Brasil além de assinar o tratado de não proliferação, ele, por exemplo, foi um dos primeiros países a aceitar as indicações da ONU para restringir algumas ações do Irã, porque faz parte da visão.

Então, o modelo é esse, quer dizer, a gente faz e exige que o mundo faça, é essa a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Vamos passar a palavra agora para que a gente possa partir para o encerramento da nossa audiência, para o Embaixador Everton e solicitando que ele possa usar o máximo poder de síntese que ele tem, já foi aqui exaltado pelo Deputado Mendes Thame.

EMBAIXADOR EVERTON VIEIRA VARGAS: Muito Obrigado Senador. Como eu vi uma vez numa peça sobre o funcionamento do Congresso Americano, que deram a palavra ao Senador e pediu para que fosse breve. Eu vou repetir a frase: Eu serei tão breve,

quanto eu serei. Eu vou procurar ser o mais conciso possível.

Vou ir diretamente aos pontos que me foram colocados. Na questão de metas, houve aqui uma questão direta sobre... O Brasil defende que após 2012 sejam estabelecidos, para ele, metas de redução de emissões? Essa questão de metas, para os países em desenvolvimento, tem que ser vista dentro do regimento internacional sobre mudança do clima. Esse regime foi estabelecido pela Convenção, Quadro sobre Mudança do Clima e pelo protocolo de Kyoto. Mas, a pedra angular disso é a convenção. Na convenção exatamente em função das responsabilidades comuns, porém, diferenciadas dos Estados, foi estabelecido que apenas os países do chamado anexo um, isto é, os países industrializados e as antigas, antigos países socialistas chamados de economias em transição, tivessem metas. Então, pelo tratado internacional, apenas eles têm metas, o compromisso deles de meta é esse. Portanto, qualquer estabelecimento de uma meta internacional não só para o Brasil, mas para qualquer País em desenvolvimento. Qualquer País que não esteja no anexo 1, representaria, renegociar a Convenção. Renegociar a Convenção significa reabrir todo o processo político de negociação, desse tratado internacional com consequências inimagináveis para a sobrevivência do regime internacional. Sim Deputado.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Senador, jamais interromperia. Mas, não é totalmente verdade se um País decide unilateralmente determinar metas.

EMBAIXADOR EVERTON VIEIRA VARGAS: A segunda parte da minha exposição seria esta. Esse é o que eu estou dando aqui é o marco legal, é o marco legal em que nós estamos atuando. Portanto, o Brasil chegar dentro da convenção, no âmbito da convenção e dizer: Nós vamos ter metas dentro da convenção. Isto não tem amparo legal dentro da convenção, não há como a conferência das partes, não há como o secretariado monitorar isso da maneira que ele faz com os países do anexo 1. Todavia, como disse o Secretário Capobianco é obvio o que o Brasil é um País soberano, para estabelecer metas internas. Isso ele pode fazer. É uma decisão de Governo, é uma decisão que depende de vontade política. Existe toda uma complexidade em matéria de metas, não nos iludamos. Essa complexidade decorre de qual é o percentual que se vai estabelecer? Que setores serão contemplados? Quais são as reais medidas que têm que ser tomadas do ponto de vista do monitoramento dessas metas e do seu efetivo cumprimento? Que não é uma coisa simples.

O caso do desmatamento eloqüentemente colocado aqui pelo Secretário Capobianco é bastante

elucidativo nisso. Mas, eu acho que o Brasil por outro lado tem já um trabalho feito. Nós temos na questão, por exemplo, dos biocombustíveis e na questão do mesmo do desmatamento, antes, tivemos antes de tudo vontade política. Vontade política que se traduziu em nº.s. Se traduziu em nº.s. Nós temos hoje dentro, se tomarmos alguns dados, apenas do que significou adicionar etanol à gasolina ou substituir parte da gasolina pelo etanol, nós temos alguns dados significativos. Eu vou tomar a liberdade de ocupar algum momento a sua atenção, para dizer o seguinte: Que, por exemplo, em 2004, o uso do etanol em substituição à gasolina, evitou a emissão de 27 e meio milhões de toneladas de CO2 equivalente. De acordo com estudos da CETESB realizados no Estado de São Paulo, esta adição de etanol significou uma redução de 1,4 microgramas por metro cúbico de chumbo para menos, para menos de 0,10 microgramas de chumbo. E 1,4 microgramas, era o valor de 1977. Menos de 0,10 microgramas por metro cúbico, é o valor de 1991, conforme estabelecido, conforme chegado na comunicação nacional sobre mudança do clima.

No caso de enxofre, de 1984 a 2003 foi possível reduzir o conteúdo, as emissões de enxofre de 50 microgramas por metro cúbico para 15 micrograma por metro cúbico. Material particulado: Reduzimos de 90 microgramas em 86 a 50 microgramas em 2006. Isso apenas para mostrar que, com vontade política, se alcança também metas. O fato do Brasil não ter uma meta específica dentro da convenção e nem dentro do protocolo, não quer dizer que ele não possa estabelecer metas que ele possa atingir. A questão é que aí será para o Parlamento, será para o Executivo. Nós todos teremos que trabalhar juntos para ver o que é possível, porque também há um aspecto de política externa com metas internas. Se você estabelece uma meta interna e você não a cumpre, a sua posição negociadora no plano internacional é muito mais vulnerável, não tenha dúvida disso. Nós dificilmente teremos protagonismo internacional, liderança internacional unicamente porque estabelecemos uma meta interna. Nós só teremos protagonismo internacional, se essa meta for efetivamente cumprida.

No caso do desmatamento, o Brasil teve nos últimos anos uma oportunidade ímpar em termos de reforço da sua participação internacional. Por quê? Porque ele tem algo a mostrar. O fato de nós, hoje, sermos vistos como um paradigma na área de energia é uma questão extremamente importante do ponto de vista da política externa. Então, esse é um aspecto que eu queria colocar.

Um outro aspecto que é importante, relacionado com essa questão de metas é o seguinte: O que diz

a Convenção a respeito das obrigações de todos os países. Não apenas do anexo 1, de todos? O art. 4.1 B da convenção diz o seguinte: Que todas as partes de acordo com suas responsabilidades comuns, porém diferenciadas irão, formular, implementar, publicar, e atualizar regularmente, programas nacionais que incluam medidas para mitigar a mudança do clima enfrentando as emissões de gás de efeito estufa. Portanto, aí está o local onde nós podemos trabalhar, e o local onde o Brasil está se estribando, para apresentar a proposta que a Ministra Marina apresentou em Nairobi, sobre os incentivos, positivos para políticas para redução do desmatamento.

Além do mais, e aqui eu entro um pouco, já numa resposta, mais à frente, responder totalmente, do Deputado Mendes Thame. Também os países, todos eles, são convidados a promover e cooperar para o desenvolvimento, aplicação e difusão, inclusive, transferência de tecnologias, práticas e processos que controlem, reduzam e previnam as emissões de gases do efeito estufa. O Brasil está fazendo isso, por exemplo, no caso do etanol, nós estivemos, agora, esse memorando entendimento, assinado durante a visita do Presidente Bush a São Paulo, mas temos também, ações concretas, por exemplo, a EMBRAPA acaba de abrir, em Gana, um escritório na África. Exatamente para promover cooperação internacional com a África em vários setores, obviamente, não só na área de biocombustíveis, mas os biocombustíveis são certamente uma área fundamental para isso.

É preciso ter presente que a própria convenção, o texto negociado diz o seguinte. No art. 4.7 que o grau de efetivo cumprimento de compromissos assumidos sob a convenção por países em desenvolvimento, dependerá do compromisso efetivo e do cumprimento pelos países desenvolvidos, no que se refere as recusas financeiras, transferência de tecnologia. E mais. O cumprimento dos compromissos dos países em desenvolvimento levará plenamente em conta, o fato de que o Desenvolvimento Econômico e Social e a erradicação da pobreza são as prioridades primordiais e absolutas das partes, países em desenvolvimento. Portanto, existe um marco jurídico dentro do qual nós temos que nos organizar, temos que trabalhar para fazer. Esse marco jurídico é amplamente flexível, ele é amplamente capaz de nos dar uma base para a elaboração de uma política nacional na área de mudança do clima, que eu concordo com o Deputado Gabeira, é uma, não se trata apenas de uma política ambiental, trata-se antes de tudo de uma política estratégica, porque mudança do clima não tem haver apenas com a questão ambiental, per ser(F), mas tem haver com a

economia, tem haver com o comércio, tem haver com a tecnologia e isso é extremamente importante.

Outro ponto que me foi levantado aqui foi a questão do MDL sobre excessiva burocracia e falta de conhecimento. Eu devo dizer o seguinte, a Legislação brasileira sobre MDL ela é a cópia exata do que resultou do processo negociador no âmbito da conferência das partes da convenção. O Brasil não fez nenhuma, nenhuma adição àquilo que foi negociado dentro da convenção. Exatamente porque nós não queríamos ter maiores burocracias. Eu aceito a crítica de que ele é um pouco burocratizado, sim. Mas, foi o que se pôde fazer para evitar que o MDL fosse pervertido por aqueles, por aqueles que queriam utilizá-lo de uma maneira insidiosa, para fugir aos seus compromissos de redução doméstica. Porque essa foi a grande questão que se colocou, quando regulamentamos o protocolo de Kyoto, que os países que tinham obrigação de redução de emissões, queriam evitar tomar as medidas internas que são custosas por meio de projetos em países em desenvolvimento.

Um outro aspecto que eu gostaria de colocar aqui e aí eu entro um pouco nas questões do Deputado Mendes Thame. A questão dos bens ambientais, eu devo lhe dizer, Deputado, que efetivamente isso é um dos temas que está na declaração de Doha. Mas, nós enfrentamos um desafio muito grande no plano internacional que é a definição do que são bens ambientais. Não há consenso. Isso é estar sob uma discussão muito acirrada e complexa no âmbito do comitê de comércio e meio ambiente da OMC e enquanto nós não tivermos uma definição clara do que são bens e serviços ambientais, nós não temos como colocar qualquer produto lá. Agora, sou o primeiro a concordar com V. Exa de que se trata de um assunto da maior importância para o Brasil, porque não se trata apenas do etanol, dos biocombustíveis, mas trata-se também do fato que nós temos a maior biodiversidade do mundo. E essa biodiversidade tem que ser valorada, ao valorar a biodiversidade por aí, que nós vamos evitar o desmatamento, o desmatamento não vai ser evitado cercando a Amazônia, uma coisa impossível, mas ele vai ser evitado dando valor aos bens que estão na Amazônia, agregando valor a eles no local, atraindo empresas que possam trabalhar lá e, sobretudo, treinando o nosso homem, treinando a população, educando-a para valorizar aquele produto.

Segundo ponto também o que o senhor me colocou, foi a questão tecnológica. Eu devo lhe dizer apenas o seguinte: A missão do Itamaraty não é identificar tecnologias, essa é uma missão ampla que eu acho que atribuiria mais a outros órgãos, inclusive, do Governo, o Itamaraty é muito atento à questão tecnológica, por-

que a tecnologia é um diferencial de poder. Agora, obviamente nós estamos atentos àquilo que se vai fazer. Agora, nós trabalhamos muito não só em coordenação com outros Ministérios, mas também com iniciativa privada. E no caso específico do etanol celulósico, sem dúvida estamos trabalhando para isso, inclusive, é uma das áreas que estamos mais empenhados em cooperar. Inclusive, no Brasil, nós temos projeto significativo sobre isso e o Brasil nessa questão de etanol, ele tem uma postura tecnológica que não é a de um País que recebe cooperação, mas, é de um País que pode, não só oferecer cooperação, mas também compartilhar, discutir, inclusive, com outros países em nível adequado. E uma das coisas que é importante aí é a questão de normas e padrões para transformar o etanol numa *commodity* internacional. E isso é uma das coisas que nós estamos muito empenhados e recentemente lançamos um fórum internacional em Nova Iorque, a 1ª reunião ocorrerá em abril, em Bruxelas, com Estados Unidos, Índia, China, África do Sul e União Européia, que vamos trabalhar com isso com vistas a desenvolver um padrão internacional, o senhor que é um professor nessa área, sabe muito bem que uma coisa é ter etanol derivado da colza, outra coisa o etanol do milho, outra coisa da cana. Então, nós precisamos ter uma forma de negociar o etanol dentro de uma Bolsa de Mercantilismo de Futuro, dentro de uma Bolsa de Chicago e etc. Outra pergunta o que o senhor me colocou foi a questão da proposta brasileira que eu me referi. Eu quero deixar claro o seguinte, nós temos na verdade, o Brasil tem na verdade duas propostas sobre a Mesa, que lhe fez. Vamos até ser mais preciso. Três propostas. Uma proposta foi aprovada em 1997 que foi o MDL. O mecanismo de desenvolvimento limpo. Isso está aprovado, adotado, regulamentado e funcionando. Segundo, o Brasil também em 1997 apresentou à terceira Conferência das Partes, uma proposta com vistas a estabelecer critérios para definir a responsabilidade dos Estados pelo aumento da temperatura da superfície do planeta. Por quê? Porque essa proposta tinha o objetivo de ser uma metodologia para se assinar a responsabilidade de cada País e a partir daí estabelecer as metas para os Países que têm metas, que são os Países do anexo 1. Essa proposta está, desde que ela foi apresentada, ela está na página da convenção quadro sobre mudança do clima. Ela sempre esteve, e devo-lhe dizer que ela tem sido examinada em diferentes seminários internacionais, diferentes discussões no âmbito do órgão subsidiário, sobre Assessoramento Científico e Tecnológico da Convenção e, inclusive, há um grupo de peritos que está fazendo um trabalho científico e que deverá ser completado no terceiro trimestre de 2007, e deverá ser apresentado

um Relatório até 30 de outubro de 2007. E esse Relatório, obviamente, será examinado na próxima Sessão do órgão subsidiário sobre assessoramento científico e tecnológico.

Eu devo lhe dizer que essa proposta é uma proposta extremamente técnica, ela é algo que eu devo lhe confessar, com toda a honestidade, que não me aventuraria aqui, a fazer uma exposição sobre ela, permito-me sugerir que um dia convidassem a Dra. Telma Crug, que é uma grande especialista nisso, ou o Dr. Gilvan Meira, por exemplo, o Dr. Migueis que são pessoas que estiveram no coração dessa proposta. Mas ela teve esse objetivo, de que as metas não fossem como foram em Kyoto, estabelecidas por um critério político. Porque assim, é que foram as metas definidas em Kyoto. As metas que estão lá no protocolo, elas não são metas definidas com base em qualquer critério objetivo.

Bom, a terceira proposta que nós temos é essa proposta que o Dr. Capobianco e eu nos referíamos, que é a proposta referida pela ministra Marina Silva, que é a mais recente, que se refere aos incentivos positivos. Então, não se tratam de propostas excludentes, mas, são complementares. Todas elas representam o esforço que o Brasil vem fazendo ao longo dos anos, dentro do debate internacional sobre mudança do clima.

Quero, eu quero completar com duas, duas respostas aqui, uma é a questão dos esforços da África que o Deputado Mendes Thame me falou, sem dúvida a questão de oleaginosas é extremamente importante. O trabalho do Brasil com outros países, em terceiros países é algo que o governo brasileiro considera politicamente importante. Mas eu quero dizer também, já que eu estou aqui no Senado, e com Deputados e coisas, de que isso vai representar também a necessidade de maiores recursos financeiros para o Itamaraty. Precisamos de recursos financeiros novos e adicionais ao nosso orçamento, porque nós precisamos, por meio da agência brasileira de cooperação, poder pagar co-operantes que vão lá, poder assumir os gastos que são inerentes a isso. Não se faz política externa sem dinheiro. Política externa tem duas coisas, dinheiro e gente. Gente o Itamaraty tem uma história de formar, dinheiro nós dependemos dos senhores e eu tenho certeza de que os senhores trabalharão e o secretário geral do Itamaraty, inclusive, é muito conhecido nessa Casa por ser um combatente pelo orçamento do Itamaraty. E eu sei, porque eu trabalhei com ele muito tempo, e sei quando ele se dedica a isso. E também, da cooperação dos senhores Deputados e dos senhores senadores.

Finalmente eu queria falar um pouquinho sobre a questão levantada pelo Deputado Gabeira, que é essa

questão que nós estamos no limiar de uma nova revolução industrial. Olha Deputado, nós tivemos, já tivemos a oportunidade de conversar, inclusive pessoalmente sobre isso, eu acho que o senhor não poderia estar mais certo. E devo lhe dizer que o Itamaraty que pensa que, o Brasil não como uma situação de momento, mas pensa o Brasil à luz da sua tradição ao abrigo do presente, mas com os olhos no futuro. Nós precisamos sim, debater o futuro desse País em termos de décadas, não em termos de um período, um mandato governamental, ou um mandato de... Uma Sessão legislativa, uma Legislatura. Nós precisamos pensar a longo prazo. E para pensar a longo prazo, nós precisamos reunir no Brasil, as melhores cabeças que nós temos, o Brasil tem capacidade para isso, nós somos uma sociedade capaz de fazer. Nós não estamos felizmente na da situação de outros Países que dependem, muito, da cooperação internacional para pensar a si próprio. Nós podemos pensar a nós mesmos a partir da nossa realidade e dizer ao mundo como é que nós queremos que ele seja a partir das nossas realidades dos nossos interesses, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito bem, embaixador Everton. Então chegamos ao fim da nossa audiência.

E a Comissão Mista de Mudanças Climáticas pediu audiência com o Presidente Lula, para que nós possamos ir lá e fazermos um debate, uma conversa com ele sobre as ações do governo nesta área. O Capobianco trouxe a informação de uma idéia que está sendo iniciada, e uma ação iniciada, do programa nacional sob mudanças climáticas. Acho que nós precisamos aglutinar forças em torno desse programa. O Presidente Lula precisa com a mesma empolgação que lançou e acompanha as ações do Programa de Aceleração do Crescimento, precisa estabelecer com empolgação, com determinação as ações inerentes ao governo brasileiro até para que isso possa se reproduzir para os governos estaduais e municipais. Mas as ações necessárias, para que nós possamos de fato ter uma ação concreta do Brasil nessa área, independente até do estabelecimento de metas, assumidas em fóruns multilaterais, como informou o embaixador Everton, da sua complexidade. Mas, isso não nos exime de fato, de termos os nossos objetivos pré-determinados aqui, por ação do governo. Acho que nós precisamos estabelecer que a ida o Presidente e a nossa ação no Congresso é para juntar força em torno de políticas claras do governo, com apoio da sociedade que tem objetivo de implementar estas ações. Então, eu acho que a nossa ida ao Presidente vai ser importante, o nosso debate aqui, que no dia-a-dia. E a ação que nós vamos fazer que durante todo esse tempo, vai ser

fundamental para fortalecer essas posições dentro do governo e de envolver outras lideranças importantes nas ações de implementação na área de mudanças climáticas. Então, eu quero agradecer ao Capobianco, agradecer ao embaixador Everton, transmita a ministra Marina e ao Ministro Celso Amorim, que nós teremos também oportunidade outras, para que eles possam também estar aqui, nas nossas comissões, para continuar o debate que nós iniciamos hoje.

Obrigado, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento sobre Mudanças Climáticas, Senador Collor, Deputado Gabeira, Deputado Thame, que ficaram aqui até o final.

Boa-tarde a todos vocês.

Sessão encerrada às 13h13.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2007.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e sete, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **JOAQUIM RORIZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JOÃO PEDRO, PEDRO SIMON, NEUTO DE CONTO, JONAS PINHEIRO, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, JOÃO RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO, VALTER PEREIRA, JOÃO TENÓRIO E JOÃO DURVAL**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Sibá Machado, Expedito Júnior, Leomar Quintanilha, Heráclito Fortes, César Borges, e Kátia Abreu. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Joaquim Roriz, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 2005. TERMINATIVO. EMENTA:** Dispõe sobre arrendamento compulsório de parcelas de imóvel rural, para os efeitos que especifica. **AUTOR:** Senador Pedro Simon. **RELATOR:** Senador Antônio Carlos Valadares. **RELATÓRIO:** Pela aprova-

ção, com quatro emendas que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores(as): João Pedro, Antônio Carlos Valadares e Osmar Dias. **RESULTADO:** Concedido vista ao Senador João Pedro. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2007. TERMINATIVO. EMENTA:** Altera o art. 47 da Lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola.

AUTOR: Senador Álvaro Dias. **RELATOR:** Senador Paulo Paim. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores(as): Marisa Serrano, Paulo Paim, Osmar Dias, Flexa Ribeiro, João Pedro e Jonas Pinheiro. **RESULTADO:** Aprovado. À Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2006. NÃO TERMINATIVO. EMENTA:** Dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca. **AUTOR:** Deputado Luiz Antônio Fleury. **RELATOR:** Senador Pedro Simon. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores(as): Pedro Simon, João Tenório e Flexa Ribeiro. **RESULTADO:** Aprovado, com as emendas nº1-CRA e nº2-CRA. À SGM. **ITEM 4: OFÍCIO “S” Nº 4, DE 2007. NÃO TERMINATIVO. EMENTA:** Encaminha cópia do Relatório Final da Comissão Especial de Investigação das Invasões de Fazendas do Oeste do Paraná. **AUTOR:** Deputado Estadual Elio Rusch – Presidente da Comissão Especial de Investigação das Invasões de Fazendas no Oeste do Paraná. **RELATOR:** Senador Antônio Carlos Valadares. **RELATÓRIO:** Pelo arquivamento. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores(as): Jonas Pinheiro e Antônio Carlos Valadares. **RESULTADO:** Aprovado. À SGM, com destino ao Arquivo. **EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO 12, DE 2007. ASSUNTO:** Requer seja realizado encontro conjunto deste colegiado com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, para discutir os problemas enfrentados pela cadeia produtiva da carne, durante a Expozebu, 73ª Exposição Internacional de Gado Zebu, a realizar-se dia 4 de maio de 2007, sexta-feira, às 10:00 horas, no Salão Nobre da ABCZ, Parque Fernando Costa, na cidade de Uberaba, Minas Gerais. **AUTOR:** Senador Joaquim Roriz. **RESULTADO:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secre-

tário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Joaquim Roriz**, Presidente da Comissão.

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2007, ÀS 11 HORAS E 21 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da primeira Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Como de praxe, requeremos a dispensa de leitura da Ata da reunião anterior, e com a anuência do Plenário, se assim os senhores desejarem, fica aprovado. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, comunico à Comissão que será realizada no dia 10 de maio do corrente, Audiência Pública com o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para prestar informações sobre o fundo de estabilidade do Seguro Rural, bem como dos programas de sanidade animal de 2007, especialmente sobre o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. Nos termos do Requerimento nº. 01/2007, de autoria do Senador Osmar Dias, com o adendo da Senadora Kátia Abreu, que requer informações afirmativas ao concurso público para admissão de fiscais federais agricultores.

Sobre a Mesa há um ofício do INCRA nº. 187, datado de 13 de abril do corrente, do Presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária, INCRA, Dr. Rolf Hackbart, o qual confirmo Audiência Pública para o dia 15 de maio de 2007, referente ao objetivo do INCRA que pretende vistoriar propriedades rurais sujeitas à ratificação dos seus títulos de domínio, localizados na faixa de fronteira dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, em cumprimento ao Requerimento nº. 07/2007. De autoria do Senador Joaquim Roriz, Osmar Dias e Sibá Machado. A presente reunião destina-se à apreciação de matérias.

Item 01. O Projeto de Lei do Senado nº. 52/2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre o arrendamento compulsório de parcela de imóvel rural para os efeitos que especifica. Esclareço que o presente Projeto é de natureza terminativa, e exige *quorum* qualificado e votação nominal. Como não há número suficiente para a votação para esse Projeto terminativo, nós passamos para a matéria seguinte, que é o item 03.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu gostaria de me ater a essa... O item 01, a essa matéria. Inclusive, a minha iniciativa aqui é de pedir vista.

Primeiro eu acho interessante e importante que o Poder Público tenha esse mecanismo do arrendamento. Mas eu gostaria de ver o parecer do Relator para eu ter acesso ao desdobramento dessa proposta, e quem sabe contribuir com esse Projeto. Eu passei parte da minha vida no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e esse é um tema muito importante para a Reforma Agrária, e esse é um tema muito importante para a Reforma Agrária, um tema muito importante para você executar a política de Reforma Agrária, e gostaria de pedir vista dessa matéria para contribuir com esse Projeto. Quero dizer para esta Casa, para esta Comissão, que é importante esse mecanismo do Poder Público, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA, ter em mãos esse poder, esse mecanismo de fazer o arrendamento para fins de Reforma Agrária.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu, assim sendo, eu queria comunicar aos Srs. Senadores que acaba de chegar o Relator do Projeto, Senador Antônio Carlos Valadares, por esta razão nós vamos ler o Projeto do item 01. Em seguida vamos passar a palavra ao Relator para que possa fazer a leitura do seu Relatório. Projeto de Lei do Senado nº. 52/2005 de autoria do Senador Pedro Simon, que está presente, que dispõe sobre o arrendamento compulsório de parcela de imóvel rural para os efeitos que especifica. Esclareço que o presente Projeto é de natureza terminativa e exige *quorum* qualificado e votação nominal. Por esta razão vou passar a palavra ao Relator do Projeto, Senador Antônio Carlos Valadares, para proferir seu Relatório.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, submete-se a exame o Projeto de Lei do Senado nº. 52/2005 de autoria do nobre Senador Pedro Simon, o qual reproduz o Projeto de Lei do Senado nº. 58/1990, elaborado e apresentado pelo saudoso Senador Jutahy Magalhães, tendo sido este arquivado ao final da Legislatura daquele mesmo ano em atendimento a dispositivo regimental vigente na época.

O PLS tem por objetivo a instituição no País do arrendamento rural compulsório sobre parcelas de imóveis rurais improdutivos a ser utilizado pela União para ampliar a possibilidade de acesso à terra a trabalhadores rurais privados dos meios de produção.

A proposição compõe-se de cinco artigos descritos a seguir resumidamente. O art. primeiro indica o objeto da lei ao estabelecer que a União poderá impor ao proprietário rural o arrendamento em favorável do INCRA de área não superior a 20% do seu imóvel caso este não seja cumprindo a sua função social. Tal área deverá ser utilizada por trabalhadores rurais sob a forma de subarrendamento. O § 1º do art. primeiro prevê que imóveis rurais loteados, ainda que de acordo com a Legislação vigente, também estarão sujeitos ao arrendamento compulsório, prevalecendo nesse caso para aferição da área arrendável a extensão total da propriedade em divisa. Estipula no o § 2º do art. primeiro, que no caso do imóvel rural não possuir cadastro, prevalecerá sua área total para a aplicação do percentual máximo de 20% a que se refere o caput do artigo. O art. 2º determina ao INCRA que após oitiva da Comissão Agrária competente proceda a individualização da área arrendável, de modo a não prejudicar a exploração agrícola da área restante. Já o § Único do art. 2º preceitua que o arrendamento incidirá tão-somente sobre áreas agricultáveis não cultivadas. Com o art. terceiro ordena-se à União que pague ao proprietário anualmente um aluguel equivalente a 15% do valor da área arrendada declarado para efeito de tributação. Esse aluguel será pago sob a forma de títulos da dívida agrária com cláusula de preservação de seu valor real resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do segundo ano de sua emissão. O § Único do art. terceiro permite a utilização desses específicos para o pagamento de tributos a partir de sua emissão. A vigência do arrendamento rural compulsório ao objetivo do art. 4º que prevê um prazo inicial de cinco anos prorrogável de modo contido por mais cinco a critério do INCRA. Finalmente, ao art. 5º define que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Análise. Nos termos do art. 104 B, incisos 1 e 2 acrescidos ao Regimento Interno desta Casa pela Resolução do Senado Federal nº. 01 de 28 de fevereiro de 2005, cabe à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre proposições do direito agrário, mais especificamente sobre aquelas que digam respeito ao planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e fundiária. Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade nada há a opor ao PLS nº. 52/2005 tendo em vista que, primeiro, compete privativamente à União legislar sobre direitos agrários a teor do disposto do art. 22, inciso 01 da Constituição Federal segundo cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. Constituição Federal, art. 48 caput. E terceiro, os termos da proposição não importa violação da cláusula pétrea, ademais não há visto de iniciativa nos

termos do art. 61 da carta magna. No que concerne a juridicidade o projeto se figura correto por quanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, normalização via adição de lei é adequado. A matéria nele vertida em novo ordenamento jurídico possui o atributo da generalidade e é consentâneo com os princípios gerais do Direito e se a figura dotada de potencial, coercitividade. No mérito entendemos pertinente a iniciativa consubstanciada no PL nº 52/2005. O instituto do arrendamento rural compulsório poderá ter o condão de apaziguar ânimos no campo, pois além de permitir uso de terras por camadas menos favorecidas na população, oferece aos fazendeiros um sedutor alento. Eles não apenas permanecerão proprietários como também deterão a posse direta sobre pelo menos 80% da parcela não arrendada do imóvel. Visto que, conforme preso tua o art. primeiro do PLS, o arrendamento deverá recair sobre a área não superior a 20% da propriedade. E auferirão o respectivo aluguel sob a forma de títulos da dívida agrária por quanto a lei acena aos fazendeiros com razoáveis compensações, é possível igualmente prever que processos judiciais contestando os arrendamentos não serão tão numerosos como tem sido aqueles intentados para a revisão de desapropriações. Ademais, por meio do arrendamento rural compulsório, será possível ao INCRA o arrendatário consoante ex-PLS avaliar se os camponeses beneficiados ou subarrendatários tem de fato abalado e conhecimentos indispensáveis ao trato da terra. Em certos casos, emprestar em caráter experimental período o qual perdure o arrendamento compulsório poderia mesmo a servir como baliza a definir se aquele subarrendatário deve ser incluído entre os beneficiários de futuros assentamentos. A proposta não se deve, período de vista que o PLS em tela, não propõe a abolição das desapropriações para fins de Reforma Agrária. Sugere antes uma solução alternativa para a questão dos imóveis rurais improdutos.

De início percebe-se que no caput do art. primeiro foi perpetrado um equívoco de natureza apenas formal, muito provavelmente em sua parte final estabelece que o INCRA, na condição de arrendatários de áreas do meio rural, que não seja cumprindo o sua função social, possibilitará a sua realização por trabalhadores rurais mediante o subarrendamento. O Decreto nº. 59566 de 14 de novembro de 66 estabelece ao art. terceiro do § 1º que o subarrendamento é o contrato pelo qual o arrendatário transfere a outrem, no todo ou em parte, os direitos e obrigações no seu contrato de arrendamento. Ora, não nos parece razoável supor que a intensão do Senador proponente, nobre Senador Pedro Simon, seja de que o trabalhador beneficiado com o arrendamento compulsório na qualidade de subarrendatário

deva assumir para com o INCRA, o que é ainda menos plausível, para com o proprietário rural a obrigação de pagar aluguel. Ainda mais porque sabemos que a maioria daqueles que no Brasil pleiteiam o acesso à terra é constituída por gente de poucos recursos, gente humilde, simples e pobre.

Creemos que, por mais sensata e mais acorde, com as intenções do legislador original a idéia seria de que área fosse repassada sem ônus aos trabalhadores, vale dizer, mediante comodato, para que tal idéia se efetive independente-se apresentação de Emenda. Há uma importante observação a ser feita que guarda identidade também com o art. 1º. As propriedades a serem alcançadas pelo arrendamento rural compulsório são exatamente as mesmas que hoje podem sofrer desapropriação por interesse social. É a justificação do PLS que explicita esse ponto no trecho destacado. É necessário dizer, porque objeto de norma constitucional que as propriedades produtivas, bem a pequena e média propriedade rural, assim definido em lei, em suscetível desapropriação para efeito de Reforma Agrária também não serão objeto de arrendamento compulsório, apenas os Lato fundos muito portanto, por exploração ou dimensão, estarão sujeitos a medida ora proposta.

Como então impedir favorecimentos? Como evitar que se utilizem critérios escusos para discutir quais imóveis rurais serão expropriados e quais terão parcelas meramente arrendadas. Limitar um universo próprio de incidência para a lei que se pretende decorrente do Projeto em análise parece uma boa resposta. Por isso, na mesma Emenda acima mencionada propomos a inserção no caput do art. primeiro de trechos que contradiga a idéia subjacente ao trecho da justificação acima transposto e torne expressa a circunstância sob as quais as propriedades estarão passíveis de ter parte de suas áreas arrendadas. Assim, à luz da Constituição art. 181, inciso I, parte final, parece bastante judiciosa a sugestão de que se considera suscetível de arrendamento rural, compulsório apenas a pequena e média propriedade rural improdutiva, cujo proprietário possua outra, esta produtiva ou improdutiva. Quanto ao art. terceiro, a caracterização dos títulos da dívida agrária com que a União pagar o aluguel ao proprietário meramente repete os termos do art. 184 da Constituição Federal. O aluguel fixado em 15% do valor da área arrendada afigura-se bem alçado. Está de acordo com o Estatuto da Terra no seu art. 95 e com Decreto nº. 59566/66 que prevê para os casos de arrendamento parcial preços não excedentes a 30% do valor das áreas arrendadas. No que se concerne a § Único do art. 3º, porém constata-se ali um evidente conflito. A autorização para que se paguem tributos

da ação em TDAs, colide não apenas com o art. 9º da lei 6830 de 22 de setembro de 1980, mas também e notadamente com o art. 162 do Código Tributário Nacional. E caso se pretenda aventar essa possibilidade para o caso específico do arrendamento rural compulsório disso advirá uma fatal e insustentável discrepância em relação às hipóteses de desapropriação, nas quais os TDAs, pagos pela União conforme pacificado pela Justiça, não se presta à dação de pagamento de dívida tributária.

Oportunamente o Superior Tribunal de Justiça já decidiu, de modo reiterado, que tal forma de adimplemento não é possível para a obrigação tributária a título de ilustração e esclarecimento nós transcrevemos aqui o voto no Relator Ministro Luiz Fuchs, que está no parecer. Dispensando portanto a leitura deste voto do nobre Ministro Luis Fuchs. Resta-nos alvitrar Emenda que promova a supressão pura e simples do § Único do art. terceiro.

Sobre análise. No art. 4º, o prazo de cinco anos é consentâneo com o art. 13, inciso II, alínea A do Decreto 59566 que estabelece o mesmo período com prazo mínimo para os arrendamentos de natureza privada em que ocorra a atividade de exploração de lavoura permanente. A possibilidade de prorrogação do arrendamento é também oportuna, já que o INCRA, de acordo com os critérios técnicos que orienta sua ação, pode considerar pertinente ou necessária, mas parece sensato restringir expressamente tal renovação a única vez. De outro modo, a relação surgida a partir do estabelecimento do arrendamento compulsório porque, indeferida no tempo, será marcada pela insegurança jurídica. O art. quinto do PLS traz simplesmente a cláusula da vigência. Conclui-se que será concisa a lei resultante do PLS 52, o que pode ser uma virtude. Entretanto, para dar guarida, entre outros aspectos, a questão ambiental, ou a possibilidade de ressarcimento por benfeitorias patrocinadas pelo subarrendatário, comodatário em nosso entender, sugerimos por Emenda o acréscimo de um art. que preveja para os casos omissos a aplicação subsidiária da Lei 4504/64 estatuto da terra da lei 4966/66 e do Decreto nº. 59566/66.

O voto é o seguinte: Pelos motivos expostos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 52 com as seguintes Emendas: dê-se ao art. primeiro do PLS nº. 52/2005 a seguinte redação: Art. 1º, A União poderá determinar o arrendamento compulsório em proveito do instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária, INCRA, de área não superior a 20% da pequena e média propriedade rural improdutiva cujo proprietário possua outra. Esta produtiva ou improdutiva, para utilização por trabalhadores rurais sob a forma de comodato. Emenda nº. 02, suprima-se

o § Único do art. 3º. E a Emenda nº. 03, dê-se ao art. 4º a seguinte redação: O arrendamento será constituído inicialmente pelo prazo de cinco anos prorrogável uma única vez, a critério do INCRA. E a Emenda nº. 04 da CRA acrescenta-se o seguinte Art. 5º ao PLS 52/2005, remunerando-se o artigo remanescente, o art. quinto: Aplicam-se subsidiariamente as exposições da Lei nº. 4504 de 31 de novembro de 1964, da Lei de nº. 4947 de 6 de abril de 1966 e Decreto nº. 59566 de 14 de novembro de 1966. É o Relatório salvo melhor juízo dessa Comissão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu quero comunicar aos Srs. Senadores e Senadoras que nós tínhamos anunciado que esse processo seria transferido para a próxima reunião em razão da falta de nº. para decisão. Mas, como foi... Houve este comparecimento de demais Senadores, há número regimental para decidir por votação nominal, e também não tinha ainda chegado o Relator do processo. Como o Relator compareceu e já fez o seu Relatório, nós vamos comunicar o Senador João Pedro que tinha... Se manifestou desejo de pedir vista do processo, eu queria então comunicar ao Plenário desta Comissão que este processo passa nesse instante à sua discussão, pelo fato de ter o Relator lido o seu relato, e ter número suficiente, não só para discussão, mas também para a votação nominal. Portanto, está livre o Relator, como os senhores viram, concluiu pela aprovação.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): E com quatro Emendas, naturalmente. Aqui pela ordem está com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu consulto V.Exª, já que houve um pedido de vista anterior até ao Relatório e ele vai se repetir, se nós não poderíamos adiar a discussão também para a próxima Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu submeto então à apreciação dos senhores, os demais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu acho razoável a sugestão do Senador Osmar Dias, de vez que o Projeto não pode ser votado em face do bloqueio ocasionado pelo pedido de vistas. Ficando para a próxima Sessão, será melhor porque nós teremos mais tempo para a discussão e em cima de um processo que já pode ser votado. Agradeço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Então está em discussão e votação

a solicitação do Senador Osmar Dias, que solicita que este... Que a discussão também desse processo fique prorrogado, inclusive a sua discussão. Com garantia de pedido de vista, naturalmente. A vista está concedida, dependendo apenas da aprovação do Plenário, se está de acordo também com que a discussão seja transferida. Não havendo nenhuma restrição, fica aprovada a solicitação do Senador Osmar Dias, transferindo esta matéria para a próxima Sessão com o pedido de vista ao Senador João Pedro.

Passaremos então para o item 02. Projeto de Lei do Senado nº. 91/2007 de autoria do Senador Álvaro Dias que altera o art. 47 da lei 8171 de 17 de janeiro de 91 que dispõe sobre política agrícola.

Com a palavra o Relator, Senador Paulo Paim. V.Exª é o Relator, a quem nós gostaríamos de passar a palavra, Senador Paulo Paim, para fazer a leitura do Relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, Senador Roriz, vamos ao Relatório. Vem a esta Comissão para exame no que dispõe Regimento Interno do Senado Federal, artigos 91 e 104 B, o Projeto de Lei do Senado PLS 91/2007 de iniciativa do nobre Senador Álvaro Dias. Quero aqui só registrar, Sr. Presidente, está afastado porque fez uma operação simples, mas teve que se afastar. Então por motivo de doença. Do Senador Álvaro Dias que altera o art. 47 da Lei de 8171 de 17 de janeiro de 91 que dispõe sobre a política agrícola.

A proposição consiste, conforme o seu art. Primeiro, na inclusão de § Único ao art. 47 da Lei 8171 de 17 de janeiro de 91 com o objetivo de tornar prioritários no contexto da política agrícola os investimentos públicos e infra-estrutura nos assentamentos de Reforma Agrária. Faremos a seguir a análise da proposição apresentada.

Análise. O art. 22 da Constituição Federal estabelece que legislar sobre direito agrário é competência exclusiva da União, enquanto o art. 48 da carta magna atribui ao Congresso Nacional a responsabilidade de dispor sobre todas as matérias de competência da União. Assim, o PLS 91/2007 preenche os requisitos formais e materiais da constitucionalidade, não configurando vícios administrativos nos termos do art. 61 da Lei Maior. Quanto ao mérito, julgamos oportuna a iniciativa deste PL, o PL 91/2007 por razões que expomos a seguir.

Como o advento da Lei 8171 de 17 de janeiro de 91 a política agrícola obteve o instrumento de planejamento e execução assegurado no art. 187 do texto constitucional. No entanto, a Constituição Federal previu em seu art. 188 a compatibilização entre a política agrícola e o Plano Nacional de Reforma Agrária. A proposição

do exame, ao alterar a Lei de Política Agrícola alcança esse aperfeiçoamento, e, de forma, coaduna-se com o espírito que norteou a elaboração da Lei maior. O PLS 91/2007 confirma a compreensão de que o modelo de desenvolvimento rural brasileiro deve ser fruto de uma decisão política da sociedade. Pautada no questionamento das peculiaridades do País que leve em conta o desenvolvimento tecnológico.

Trata-se de escolher um paradigma que reconheça o papel da agricultura familiar no contexto do agronegócio brasileiro. Torna-se importante registrar que a agricultura familiar detém cerca de 30% da área agricultável do País. E responde por mais de um terço de toda a produção agropecuária brasileira. Outra informação extremamente relevante é que alguns dos setores mais dinâmicos do complexo agroindustrial como setores de aves e leite, estrutura-se sobre os produtores da agricultura familiar. A proposição, ao classificar como prioritários os investimentos públicos em infra-estrutura dos assentamentos de Reforma Agrária, faz justiça a um segmento social que, não bastasse a participação na produção de alimentos básicos para a população, luta atualmente para se inserir no processo de diversificação da matriz energética nacional. Gerando trabalho, renda, contribuindo simultaneamente para a preservação ambiental e para a ocupação equilibrada do território brasileiro. Também por isso insiste que os assentados da Reforma Agrária merecem a oportunidade a eles oferecida no Projeto em foco repito, do nobre Senador Álvaro Dias. Recorro finalmente à sensibilidade das senhoras e Srs. Senadores para o apoio à iniciativa do Senador Álvaro Dias lembrando que, dadas as características da agricultura familiar que permite uma ocupação de mão-de-obra de oito vezes maior do que obtida pela agricultura de maior escala, estimular a infra-estrutura nos assentamentos de Reforma Agrária é imprescindível para a fixação do homem à terra, sem prejuízo da sua qualidade de vida. Pelo exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº. 91 do nobre Senador Álvaro Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): O Relator concluiu pela aprovação. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, o mérito do Projeto não se discute. Mas eu fiquei com uma dúvida. Porque o que está sendo acrescentado no art. 47 com a lei é um § Único que diz: Serão considerados prioritários os investimentos públicos em infra-estrutura nos assentamentos da Reforma Agrária. Mas o art. 47 da lei, ele é mais amplo do que o §. Porque ele diz o seguinte: O Poder Público deverá implantar obras que tem como objetivo bem-estar social das co-

munidades compreendendo entre outros: A, barragem, açudes, perfuração de postos, diques e compostos para projeto de irrigação, retificação de cursos de água e drenagem de áreas alagadiças, armazéns comunitários, mercado do produtor, estradas, escolas e postos de saúde rurais, energia, comunicações, saneamento básico e lazer. No meu entendimento o § único repete o que está escrito no art.. Porque tudo isso aqui é investimento em infra-estrutura. O art. já está dizendo que é obrigação do Poder Público implantar. E o § diminui dizendo que é prioridade.

Então, me parece que ao colocar o § Único, a lei fica menos incisiva do que é hoje. Porque hoje o Poder Público deverá implantar obras que tenham como objetivo o bem-estar social. E enumera todas essas que eu enumerei. Parece-me que o § Único diminui o que a lei já determina.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão. Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, eu queria até discutir a questão levantada aqui pelo Senador Osmar Dias, é interessante que no 47 ele diz obras nas comunidades rurais. Então todas as comunidades rurais. E aqui diz nos assentamentos da Reforma Agrária. Então eu acredito que esteja aí a diferença que provavelmente o Senador Álvaro Dias quis colocar. Não sei se é essa...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Me permite um aparte? Não concordo. Porque o que está sendo colocado é um § no art. 47. E o art. 47 diz que o Poder Público deverá implantar obras que tem como objetivo o bem-estar social de comunidades rurais compreendendo entre outras. E nós estamos falando da Lei Agrícola. Nós estamos falando da lei que dispõe sobre a política agrícola.

Então, já está na lei que nos assentamentos rurais essas obras são prioritárias. Mas também não há...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nas comunidades rurais. Eu acredito que talvez o Senador Álvaro tenha pensado de todas as comunidades rurais colocar--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas o exatamente rural é uma comunidade rural.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pois é. Não deixa de ser. Foi uma discussão aqui entre a semântica da expressão Assentamento de Reforma Agrária e comunidade rural.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Ok. Continua em discussão. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Joaquim Roriz, eu quero aqui pa-

rabenizar o Senador Álvaro Dias e o Senador que foi autor do Projeto, Senador Paim, pelo parecer, Relator. E também a preocupação que o nobre Senador Osmar Dias levantou. Eu entendo, Senador Osmar Dias, que o Senador Álvaro Dias, ele, ao fazer o Projeto priorizando as obras de infra-estrutura nos assentamentos do INCRA, ele busca sanar uma questão da maior gravidade que todos nós conhecemos, pelo menos aqueles que, acho que todos já visitaram o assentamento do INCRA. V.Exª é um dos líderes da área agrícola e com certeza absoluta tem conhecimento sobre a situação de indigência que vive aqueles brasileiros que lá são assentados. E isso para fazer justiça não é de hoje, não. Isso vem já de governos anteriores em que o trabalhador rural é assentado sem a menor condição de infra-estrutura, como foi dito pelo Relator, de que ele faz a sua produção na agricultura familiar e às vezes não tem nem como comercializá-la, porque não tem como ter acesso à comercialização.

Então, me parece, V.Exª tem razão quando diz que o artigo... Que o art. 47 ele já abrange o que se quer colocar como o § Único, porque subentende-se que em comunidade rural, o assentamento também o é. Aí eu acho que o Governo não está cumprindo a lei. Porque a realidade é exatamente diferente do que a lei determina, no sentido de que... Não existe.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas se o governo não está cumprindo a lei, colocando o § único ele vai cumprir a lei?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos encontrar uma forma...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Quer dizer que não é falta de lei, é falta de cumprimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É falta de cumprimento. Exatamente. V.Exª tem toda razão. O art., quando diz deverá, e aqui diz prioritariamente, eu acredito que deveria ter a obrigatoriedade, ou seja, não poderia haver o assentamento, ou seja, os colonos não poderiam ser assentados, se, Senador João Pedro, se antecipadamente essa infra-estrutura não estivesse pronta. Ou seja, teria que preso der o assentamento. Porque demagogicamente é dito que as famílias são assentadas e sem que elas tenham as suas condições de trabalho e de sobrevivência.

Então, não sei, Senador Paulo Paim, de que forma a gente poderia, V.Exª poderia no seu parecer atender o nobre interesse do Senador Álvaro Dias. É de dar condições de dignidade aos assentados pelo INCRA.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, se me permitir, a justificativa do Projeto do Senador Álvaro Dias está muito bem fundamentada. Ele dá dados e números que vai à preocupação, Senador Flexa

Ribeiro, do que aqui foi colocado. E eu sei também a posição do Senador Osmar Dias, e tenho dito sempre que V.Exª é meu orientador nessa área. Por isso que o senhor balançou aqui o meu Relatório. Eu estou com o maior carinho a esse Projeto, eu aqui entendi que o Senador Álvaro Dias disse: Serão considerados prioritários os investimentos públicos em infra-estrutura nos assentamentos de Reforma Agrária. Que aqui ele faz na sua justificativa que efetivamente não estão dando prioridade. Essa foi a intenção. Eu quero aqui entender que no aspecto social e da distribuição desses recursos para os que mais precisam, esse § Único fortalece esse investimento. Foi nessa linha que eu entendi. Mas como eu tenho um respeito muito grande a V.Exª, eu faria o seguinte encaminhamento. Que a gente aprovasse o Projeto numa homenagem ao Senador Álvaro Dias, e levando em consideração que se, durante o prazo de recurso, se nós entendermos consultando o Senador Álvaro Dias que deva se fazer alguma alteração, a gente faria até em Plenário.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Pela ordem, a palavra ao Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Até porque o Senador Álvaro Dias é mais velho, então, em respeito a isso, eu vou seguir o Relatório, o parecer do Senador Paulo Paim, apenas o que eu quis considerar é que a lei já prevê isso, e que se os assentamentos não estão sendo dotados de infra-estrutura, não é por falta da lei. E que o § Único apenas mantém o que está escrito na lei. Mas não há porque não votar a favor. Quer dizer, não vai tirar nada da lei. Apenas manter o que já existe. Se o § Único obrigar o Governo a aplicar mais recurso em infra-estrutura, ótimo. Não vou criar caso, vou votar a favor até em respeito do irmão mais velho.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão. Com a palavra, pela ordem, e pela... Que pediu em primeiro momento, Senador João Pedro. Em seguida a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu vivi como gestor da superintendência do INCRA no Amazonas, a angústia de trabalhar infra-estrutura. Principalmente na Amazônia, com o índice pluviométrico que todo o Brasil conhece o tamanho, o volume das chuvas naquela região. E fui o Superintendente nesses... No Governo do Presidente Lula. Saí para participar da última eleição. E cá estou.

Então, essa é uma exigência dos movimentos sociais, e a infra-estrutura, e infra-estrutura na Amazônia é um desafio. Você constrói uma ponte, você abre

uma estrada, recupera uma vicinal, num ano. Dois anos depois você tem que fazer de novo. Ou então em função do perfil florestal da Amazônia, você padece com a angústia das pessoas, das famílias adentrarem no interior das regiões da Amazônia, quer na parte de rios, quer na parte de estradas, e a gente se deparar em assentar as famílias e não construir imediatamente uma vicinal, uma estrada para que ele tenha produção. Algumas espécies... A produção pode chegar com três meses, com 120 dias. No caso do feijão. E com seis meses e você fica ali sem o recurso. Eu penso que nós... Que essa iniciativa, que o Projeto de Lei... Colocar esse § Único, ele reforça. Ele reforça, aponta para o gestor, aponta para a instituição o que é prioritário. Penso que a prioridade é para todo o Brasil. Mas na Amazônia ela se faz necessária. Obedecer, ter um olhar rigoroso, porque esse § Único aqui diz respeito a um olhar social.

Então, ajuda o INCRA, ajuda a Reforma Agrária, ajuda as famílias que lá estão porque também não é só para o escoamento da produção, é para você ter acesso a escola, para você sair com rapidez quando estará doente, para você receber a assistência técnica... Hoje é comum. A assistência técnica você não tem acesso ao crédito. Inclusive na exigência da Lei do Crédito, você não tem acesso ao crédito porque não tem infra-estrutura, não tem estrada, porque não tem energia.

Então, eu penso que a redação aqui, ela é correta. Quem sabe nós não poderíamos precisar essa prioridade? Porque luz, ponte, estrada, recuperação, abertura de estrada, tudo isso é prioridade. E tudo isso é infra-estrutura.

Então, ajuda na Reforma Agrária e prioriza, dá um norte para o gestor o cumprimento dessa lei. Eu tenho concordância com o parecer do Relator Paulo Paim, e com o espírito da lei do Senador Álvaro Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Muito bem. Com a palavra, portanto, e também ao Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, o Projeto apenas reforça aquilo que já é o art. 44, 47 da Lei Agrícola. Essa lei, nós trabalhamos muito nela, logo após a Constituição, lançamos mão em cima dessa lei e ela já abrange o que é que é o eminente Senador Álvaro Dias. Entretanto, Sr. Presidente, ela reforça. E aqui ela não vai prejudicar. Portanto, vamos votar favoravelmente porque esse caso aqui é a famosa expressão: O que abunda, não prejudica.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão. Não havendo mais nenhum dos Srs. Senadores e Senadoras que queira discutir, faremos a chamada nominal, uma vez

que trata-se de matéria terminativa. Vamos chamar inicialmente o Deputado... O Senador, desculpa, vamos chamar inicialmente o Senador João Pedro. Se vota... Como vota? Sim ou não?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): João Pedro sim. Senador Pedro Simon. Sim. Senador Neuto de Conto. Sim. Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com o Relator. Sim. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com o Relator. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Sim. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Aprovado. O Projeto foi aprovado. Passamos para o item nº. 03. O item 03 é o Projeto de Lei da Câmara nº. 85/2006 de autoria do Deputado Luiz Antônio Fleury que dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na de mandioca. Vamos passar a palavra ao Relator, que é o nobre Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, colegas, Senadores e Senadoras. O Projeto de Lei da Câmara de autoria do Deputado Antônio Fleury obriga a adição de ferro e de ácido fólico nas farinhas de trigo, milho e mandioca produzidas e comercializadas no território nacional, inclusive aquelas destinadas a uso industrial, bem como a informação na embalagem das quantidades adicionadas e sobre os efeitos decorrentes de suas propriedades.

Dos cumprimentos da disposição, nele instituídos, é tipificado como infração à Legislação Sanitária Federal, sujeitando os infratores as penalidades previstas na legislação correspondente, sem prejuízo de sanções civis e penas cabíveis. Os produtos apreendidos em razão de descumprimento da lei serão destinados a programas federais de combate à pobreza, depois dos referidos aditivos terem sido a eles adicionados

na proporção determinada pelo órgão competente. A lei em que o Projeto vier a se transformar entra em vigor no prazo de seis meses a contar da data de sua publicação. Aprovado na Câmara dos Deputados com pareceres favoráveis. Das Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, Agricultura e Política Rural, Desenvolvimento Econômico e Indústria e Comércio e de Constituição e Justiça e Cidadania vem a revisão dessa Casa distribuída apreciação. Não recebeu Emendas. Análise. A proposição tem mérito, uma vez que a medida permite aumentar a ingestão de ácido fólico ou folato de complexo de vitamina B e de ferro pela população especialmente por crianças e mulheres em idade fértil. A mencionada vitamina previne a má formação do [inaudível] neural, estrutura precursora do cérebro e da medula espinhal. No feto prevenido a ocorrência da deformação como anicefalia, ausência de cérebro, espinha e defeitos da coluna. Que pode resultar em morte, paralisia dos membros inferiores, retardo mental. A adição de ferro visa prevenir a anemia.

O Ministério da Saúde estima que cerca de 45% das crianças com até cinco anos de idades, aproximadamente dez milhões de pessoas apresentam algum grau de anemia, carência essa que deve ser prevenida e tratada mesmo quando leve porque interfere no desenvolvimento e no desempenho intelectual da criança, além de aumentar a vulnerabilidade às infecções. Gestantes também constituem um grupo de risco para essa carência, pois ela pode levar o recém-nascido a ter baixo peso ao nascer. O custo da fortificação das farinhas é baixo, cinco centésimo de centavos de Real por quilo de alimento fortificado segundo o Ministério. Um valor irrelevante no custo final do produto, ainda que venha a ser transferido para o preço final ao consumidor. Não há óbice quanto à constitucionalidade, jurisdição e técnica Legislativa. Somos favoráveis ao Projeto. Sabendo que o companheiro vai apresentar uma sugestão, uma proposta, no sentido de que a obrigação seja feita na farinha de milho e trigo. E não na questão da mandioca como o nobre companheiro vai apresentar. Eu quero dizer antecipadamente que a argumentação que ele está expondo me parece lógica, se for o caso eu concordo na retirada da farinha de mandioca ficando apenas as outras. É o meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão. Com a palavra o Senador João Tenório. Em seguida a palavra com o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, eu acho que essa iniciativa do Relator de excluir a questão da farinha de mandioca para apreciação desse voto é muito importante, por conta de

que, em algumas regiões do País, como é o caso do nordeste, o semi-árido nordestino mais precisamente e na Amazônia eu acredito como um todo, essa atividade é uma atividade artesanal. Não é uma indústria. O pessoal faz a sua farinha para a família ou para a comunidade próxima aonde se produz essa farinha. E outro detalhe importante é o seguinte, que no caso do milho e do trigo, já existe uma determinação da ANVISA que obriga a colocar. Hoje a indústria de trigo e a indústria de milho já utilizam esses produtos para fazer o que eles chamam de fortificação das farinhas de milho e trigo.

Então como se trata de atividade industrial nesses dois casos é perfeitamente possível, é saudável, eu diria. Mas eu gostaria de reforçar a posição do nobre Relator quando exclui a questão da farinha de mandioca exatamente por esse aspecto, porque numa boa parte do País, isso é absolutamente artesanal. Não é possível. Imagine, Sr. Presidente, lá na Amazônia do Senador Flexa Ribeiro, no meio da mata, de uma pequena localidade, você mandar buscar esses produtos na cidade, é muito complicado. Então a pessoa faz a farinha para a família, para a pequena comunidade. Se dessa maneira não se proceder, ele estaria exatamente colocado segundo a proposta, dentro de leis que o coloca na marginalidade. Então eu sugiro que essa última visão, essa última proposta, seja refletida e aprovada exatamente por essas questões que foram colocadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Sr. Senador Joaquim Roriz, Srs. Senadores, eu quero parabenizar o Senador Pedro Simon pelo seu parecer. Eu, conversando com o Senador Pedro Simon, expliquei a ele que a inclusão no Projeto de Lei do nobre Deputado Luis Fleury, quando obrigava a farinha de mandioca também ter a inclusão dos produtos de adição de ferro e ácido fólico inviabilizaria a produção dessa farinha de mandioca porque, como bem disse o Senador João Tenório, ela é no nordeste e na Amazônia, aonde são consumidas, artesanal. Então diferentemente da farinha de trigo e de milho que são industrializadas.

Então, o Senador Pedro Simon entendeu e já se colocou à disposição para excluir da obrigatoriedade da adição de ferro e de ácido fólico às farinhas de mandioca. Agora, Senador Pedro Simon, o Senador João Tenório também levantou aqui um assunto da maior importância. Quando o Deputado Fleury propôs o Projeto de Lei em 2003, não havia ainda a regulamentação pela ANVISA da obrigatoriedade da adição

desses produtos na farinha de trigo e de milho. O que já é feito desde 2004. Só que V.Exª vai aperfeiçoar transformando em lei o que é uma Resolução. Acho que cabe muito bem a gente transformar em lei. Com relação à questão das quantidades que o Projeto de Lei do Deputado Fleury determina que sejam informadas as quantidades de ferro e ácido fólico, essas quantidades são definidas já pela ANVISA, e elas não podem sofrer alteração. Então já é de conhecimento pela Resolução. Acho que o Projeto de Lei deveria atender o que a ANVISA já colocou pela sua Resolução e atendendo as recomendações da OMS. Mas de qualquer maneira, eu agradeço a V.Exª da obrigatoriedade da adição de ferro e ácido fólico na farinha de mandioca.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão. Nós gostaríamos de voltar... Passar a palavra ao Senador Relator Pedro Simon para saber se ele quer modificar o projeto, ou se nós votamos o Projeto excluindo a inclusão na farinha de mandioca. Eu solicito do Senador Pedro Simon que se manifeste.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): De acordo com o Relator, ele sugere que nós botemos em votação sabendo que sendo aprovado fica excluído a inclusão na farinha de mandioca. Portanto, está em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que desejam, que estejam de acordo com o Relatório, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. Então fica a secretaria para tomar as providências de ordem de substituição ou outro Projeto que exclua para a farinha de mandioca os produtos.

Vamos ler o requerimento antes porque eles vão embora.

Srs. Senadores, eu queria fazer uma reversão de pauta aqui para ler um Requerimento que pode os senhores ter interesse desse evento. O Requerimento nº. 12/2007 de nossa autoria que requer nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal Audiência Pública conjunta desse colegiado com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados para discutir os problemas enfrentados pela cadeia produtiva da carne durante a Expo Zebu Internacional do gado zebu a realizar-se dia 4 de maio de 2007, sexta-feira às 10h00 no salão nobre ABCZ, parque Fernando Costa, na cidade de Uberaba, Minas Gerais.

A votação... Eu queria também ler aqui esse... Primeiro esse Requerimento é de nossa autoria porque recebemos aqui um Requerimento do Deputado Abelardo Lupion que seja realizado encontro da Comissão dos Deputados no início de Maio, na cidade

de Uberaba para discutir os problemas enfrentados pela cadeia produtiva da carne durante a Expo Zebu. Recebemos também Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, do Deputado Marcos Montes, que é o Presidente da Comissão da Câmara dos Deputados e faz também, esta Comissão aprovou Requerimento de autoria do Deputado Abelardo Lupion que solicitava a realização na cidade de Uberaba com o objetivo de discutir os problemas enfrentados pela cadeia produtiva da carne durante a Expo Zebu. É com enorme satisfação que convidamos V.Exª para participar do encontro supra citado que pela primeira vez essa Comissão realizaria na cidade de Uberaba e que coincidirá com a Exposição Internacional de Gado Zebu em 4 de maio de 2007, sexta-feira às 10h00 no salão nobre ABCZ, no parque Fernando Costa em Uberaba, Minas Gerais. Contamos com a participação de V.Exª ser recebido não só pelos uberabenses, mas também por agropecuaristas nacionais e internacionais e por dezenas de Deputados Federais dos mais variados partidos que já confirmaram presença no nosso encontro. Também queria fazer convite a todos os Srs. Senadores que se quiserem participar dessa reunião conjunta em Uberaba no dia 10 a esta Presidência e a sua Assessoria para tomar as providências necessárias para fazer o transporte dos Srs. Parlamentares para realizar este encontro na cidade de Uberaba. Aquele que desejar participar, naturalmente comunicar à Mesa para que ela providencie naturalmente a passagem para os senhores. Portanto, está em votação.

Aqueles que desejarem aprovar esta matéria, permaneçam como estão. Os que discordarem que se manifestem. Aprovado por unanimidade. Será cumprida a deliberação da Comissão. Então por isso que nós fizemos a inversão de pauta para que se por acaso alguns dos Srs. Senadores ou Senadora se retirar do recinto já tem conhecimento desse convite.

Passamos para o item 4. Ofício S nº. 04/2007, nº. 47 de 19/12/2006 na origem, de autoria do Deputado Estadual Hélio, Presidente da Comissão especial de Investigação das invasões de fazendas no oeste do Paraná, que encaminha cópia do Relatório final da Comissão Especial de investigação das invasões de fazendas do oeste do Paraná. Com a palavra o Senador... O Relator, Antônio Carlos Magalhães... Nós gostaríamos então de solicitar do Senador Jonas Pinheiro que fizesse a leitura, se for possível, do Relatório elaborado pelo Senador Antônio Carlos Magalhães. Ele justificou a sua retirada porque faz parte da Comissão de Constituição e Justiça, e foi solicitado que lá comparecesse que tem uma matéria relevante que ele estava participando da discussão.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, o Deputado Hélio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná encaminhou ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, o ofício datado de 17 de janeiro de 2007, mediante o qual encaminha relatório final da Comissão Especial de investigação das invasões de fazendas do oeste do Paraná constituída pelo ato nº. 01/06 do Presidente daquela Assembléia que teve por objetivo levantar dados e informações acerca da grave situação em que se encontram as fazendas no Município de Matelândia, invadida pelo MST, a fazenda da semente Syngenta, no Município de Santa Tereza do Oeste, conhecida como fazenda experimental e de pesquisa do plantio de soja transgênica, e a fazenda Kelly ambos no Município de Cascavel invadido pelo MST.

Análise. O envio do Relatório final da Comissão Especial de investigação das fazendas do oeste do Paraná, Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decorre da conclusão daquela Comissão quanto à necessidade de se promoverem alteração na lei 11079/2004. O Relatório propõe tornar o arrendamento rural uma das modalidades de Parceria Pública-Privada, criando solução, alternativas de imóveis rurais para fins de Reforma Agrária e a solução de conflitos. Sabe-se que a posse ou o uso temporário da terra poderá ser exercida por meio de contratos expresso ou tácito estabelecido entre os proprietários rurais e aquele que pretenda o exercício da atividade agrícola ou pecuária sobre forma de arrendamento rural. A presente análise visa, portanto, identificar-se o financiamento pelo Poder Público do arrendamento privado de terras, pode ser considerado uma ação PPP. A lei 11079 esclarece que a Parceria Pública-Privada tem por objetivo a aceleração do conjunto administrativo de concessão na modalidade patrocinada ou administrativa. O art. 2º da lei 11079 dispõe que... § 1º. Concessão patrocinada é a concessão de serviço público ou de obras públicas de que trata a Lei de 8937 de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver adicionalmente a tarifa cobrada dos usuários, contra prestação pecuniária do parceiro público ou parceiro privado. E o § 2º, concessão administrativa, é o contrato de prestação de serviço de que a administração pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva exceção de obras ou fornecimento de instalação de bens. A Lei de 8937/1995 menciona no § 1º dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviço público. O arrendamento de terra não figura a modalidade do serviço público ou obra pública de que trata essa lei.

Por outro lado, em função do estabelecido no § 2º acima, não vislumbramos situações em que a administração pública seja usuária direta ou indireta de

arrendamento de terra, razão porque esta também não se enquadra na modalidade da prestação de serviço.

Não obstante, o caput do art. 95 A da Lei 4504 de 30 de novembro de 64 que é o Estatuto da Terra, acrescida pela Medida Provisória de 2183/56 de 2001 institui o programa de arrendamento rural destinado ao atendimento complementar de acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais qualificados para participar do Programa Nacional de Reforma Agrária. O Decreto 3993, de 30 de outubro de 2001, regulamentou o programa de arrendamento rural para agricultura familiar e estabeleceu como beneficiário os grupos organizados de: A, trabalhadores rurais não proprietários de estabelecimento rural que, comprovadamente por sua experiência, na atividade agropecuária. B, famílias que vivem em condições de subemprego, residentes na periferia das cidades, que comprove experiência na atividade agropecuária. E C, agricultores proprietários de imóveis, cuja área seja comprovadamente insuficiente para gerar renda capaz de lhes propiciar o próprio sustento e da sua família. E por fim, o item D, filhos maiores de pequenos proprietários rurais que desejam iniciar seu próprio empreendimento rural.

O mesmo Decreto atribuiu ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a competência para baixar os atos que se fizerem necessários à execução do programa, cabendo ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável a sua implementação nos Estados e Municípios. Fica evidente que a proposta de alteração Legislativa suscitada no Relatório final da Comissão Especial de Investigação carece de juridicidade, vez que já existe Legislação que regulamenta o arrendamento rural a agricultores familiares.

Outrossim, coube destacar que não há nenhum estudo que comprove a tese lançada, de que o arrendamento rural possa constituir-se numa alternativa viável a solução de conflitos agrários de menor custo para o Poder Público. Acrescenta-se ainda o fato de que, na maioria dos casos, os trabalhadores rurais sem terra pretendem, com a Reforma Agrária, tornar-se efetivo proprietário da terra, constituindo-se este um dos objetivos pelos quais se organizam movimentos sociais.

Finalmente, embora o mérito da proposta seja clara, seu propósito pode ser alcançado com a plena implementação do programa de arrendamento rural para a agricultura familiar criado em 2001.

Voto. Diante de todo o exposto, acreditamos que não há necessidade de promover alteração na lei 11079/2004, razão pela qual votamos pelo arquivamento do ofício S nº. 04/2007. Esse é o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Devo comunicar aos Srs. Senadores e Senadora que continua sendo Relator o Senador An-

tônio Carlos Valadares. Nós apenas solicitamos que o Senador Jonas Pinheiro fizesse a leitura pelo fato do Senador estar fora do recinto. Mas continua ele como Relator e que votou pela... Pelo arquivamento da matéria. Portanto, continua em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, passamos à votação. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam o Relatório do Senador Antônio Carlos Valadares, permaneça como estão. Os que não aprovarem, se manifestem. Aprovado por unanimidade.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente. Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Em face de ter recebido um ofício do Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca do Estado da Paraíba, onde pede que façamos um registro, algo que é considerado bastante relevante, não apenas para o Estado da Paraíba, mas para o nordeste como um todo. Ele traz ao nosso conhecimento que vem de um problema que vem causando dificuldades para a agricultura familiar do nordeste, que sempre teve no cultivo do algodão o diferencial para melhorar a qualidade de vida dos membros desse segmento da sociedade rural que está em processo acelerado de extinção. Trata-se do problema gerado pela portaria nº. 607 de 14 de dezembro de 2001, do MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com cópia aqui em anexo, que estarei encaminhando à Mesa, que proíbe em todo o território nacional a comercialização de sementes de algodão. A portaria tem o valor técnico econômico para a região sul e centro-oeste, pois o manejo técnico de semente é completamente diferente em relação ao nordeste, onde a precipitação média tem como parâmetro de 600 a 800 milímetros para o algodão herbáceo e abaixo para o algodão arbóreo. No nordeste, a semente favorece a germinação ao reter a umidade mesmo com a perda da mesma pelo solo, e não sofre outros prejuízos, faz-se a ausência de pragas e outras doenças do solo. A obrigatoriedade imposta pela portaria 607 tornou o custo da semente do algodão, que tem que ser sem linter(F), proibitivo para o nordeste, uma vez que atualmente só existe uma unidade de deslinteramento em Uberlândia, no Estado de Minas Gerais. O que eleva o custo da semente do algodão sem linter para nove reais e cinquenta centavos, o quilo, quando poderíamos plantar sementes de algodão com linter de no máximo três reais e setenta centavos o quilo. E o pior, sem acrescentar nenhuma vantagem técnica ou econômica. O preço da semente do algodão sem linter, por nove reais e cinquenta,

inviabiliza o processo manual em área de cultivo de até meio hectare, gastando, só com esse insumo, 114 reais por hectare. De um custo total de produção de cerca de 700 reais. Em nada aumentando a sua produtividade histórica média de 1260 hectares... Quilos por hectare. Aplicando a semente de algodão com linter, a sua despesa com esse insumo seria apenas de sessenta e três reais o hectare. Diante do exposto, o Sr. Secretário faz solicitação não só a mim, mas a essa Comissão, dentro do nosso entendimento, a relevância do problema para a agricultura familiar, que interceda junto ao MAPA, no sentido de que a portaria 607 de 14 de dezembro de 2001 seja alterado levando em consideração as condições do edafo-climáticas do nordeste, liberando da obrigatoriedade de só plantar semente de algodão sem linter, e também o fator histórico-cultural que ao longo do século consultiva os dois tipos arbóreos e herbáceos como o uso de semente com linter para o plantio, que o garantia o surgimento do ciclo do ouro branco, tão rico quanto o ciclo do couro e da cana-de-açúcar, este último agora voltado em toda força proporcionada pelo etanol.

Por fim, o Brasil é muito grande para ser regido por uma portaria, no caso a portaria 607 de 14 de dezembro de 2001. Essa é a solicitação que faz o Secretário de Agricultura do Estado da Paraíba, o atual Deputado Francisco de Assis, que eu considero também de todo o nordeste. Então fazemos esse registro para que seja encaminhado ao Ministério, para, se for o caso, debatermos, discutir e adotar as medidas corretas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Essa Mesa tomara todas as providências solicitadas. Com a palavra, o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, tramita nessa Comissão, como é do conhecimento de V.Ex^a, inclusive com o parecer favorável do Senador Jonas Pinheiro, uma matéria da mais alta relevância e inovadora nos temas da Legislação Brasileira, que trata do estatuto do produtor rural, que traz benefícios e também impõe deveres aos produtores mini, pequenos, médios e aqueles detentores de maior poder econômico também. Eu gostaria de saber, em face do Requerimento já aprovado da autoria do Senador Sibá Machado e subscrito por mim, convocando uma Audiência Pública, se essa audiência já tem data marcada. Porque eu considero realmente o debate dessa matéria importante de vez que se trata de um Projeto novo, muito embora nós tenhamos outros estatutos, outros diplomas legais que tratam de outros segmentos. Entretanto, é de bom alvitre que a gente possa realmente fazer esta... Este debate com

o objetivo não só de aperfeiçoá-lo, como também de ouvir autoridades especializadas em agricultura no Brasil. Agradeço a V.Exª pela informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Senador Antônio Carlos Valadares, no dia 24 de maio está prevista... Nós estamos aguardando a confirmação. Mas de princípio está marcado para o dia 24 de maio. Nós comunicaremos assim que tiver a resposta definitiva aos Srs. Senadores.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V.Exª.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senhor Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Só para conhecer os convidados para a participação dessa Audiência Pública. Quem são esses convidados?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Nós vamos oficializar a todos os membros desta Comissão.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para fazer o debate do estatuto mencionado pelo Senador Valadares, gostaria de saber quem são os convidados que vão participar dessa audiência.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu não sei assim de cabeça, mas a CONTAG, a Confederação Nacional da Agricultura e têm mais dois. Duas autoridades que eu não me recordo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Acho importante a participação da CONTAG.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com relação ao expediente do Senador Cícero Lucena, esta Presidência cuidará para tomar todas as providências necessárias. Senador João Pedro... Para dar...

As autoridades que estão sendo convidadas para o debate é o Ministro de Desenvolvimento Agrário. Dois, Ministro da Fazenda, três, Ministro de Meio Ambiente, quarto, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. Quinto, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e o sexto é a Federação dos Trabalhadores da Agricultura. Esse último está substituindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que foi excluído e incluiu a Federação dos Trabalhadores da Agricultura. FETRAG, Nacional.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): A Federação Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): É nacional. Isso aí foi a solicitação do... é

o Requerimento do Senador Sibá Machado. E o autor do Projeto, que é Antônio Carlos Valadares.

Não havendo nada mais a tratar, essa secretaria declara encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h44.

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2007.

Às dez horas e vinte e seis minutos minutos do dia dez de maio de dois mil e sete, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senador **JOAQUIM RORIZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores: **SIBÁ MACHADO, DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, NEUTO DE CONTO, HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES, JONAS PINHEIRO, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, EDUARDO SUPPLY, PAULO PAIM, JOÃO PINHEIRO, AUGUSTO BOTELHO E EDISON LOBÃO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Kátia Abreu, Expedito Júnior, Leomar Quintanilha e Pedro Simon. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Joaquim Roriz, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: Item Único - Audiência Pública com o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **DEP. REINHOLD STEPHANES**, a fim de prestar informações sobre o funcionamento e aportes financeiros referentes ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, além de esclarecimentos acerca dos programas de sanidade animal, andamento, execução e orçamento destes programas para 2007, especialmente sobre o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa - PNEFA, explicitando as ações que tomou no sentido de adotar uma política sanitária homogênea para os países produtores de bovinos que mantém fronteira com o nosso país, em cumprimento ao **REQUERIMENTO Nº 1, DE 2007 - CRA**, de **AUTORIA** do Senador Osmar Dias, com adendo da Senadora Kátia Abreu, que requer informações relativas ao concurso público para admissão de fiscais federais agropecuários, especialmente sobre um texto de autoria do Presidente da ABIFINA – Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas especialidades, que trata do registro de defensivos genéricos, no qual serviu de base para a

prova de português. **Autoridade Convidada: Ministro Reinhold Stephanes** – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e que vem acompanhado pelos seguintes membros de sua assessoria: **Edílson Guimarães** – Secretário de Política Agrícola; **Inácio Afonso Kroetz** – Secretário de Defesa Agropecuária; **Jamil Gomes de Souza** – Diretor do Departamento de Saúde Animal; **Luiz Eduardo Pacifi Rangel** – Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins. Após a exposição do Exmo. Sr. Ministro, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Osmar Dias, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Sibá Machado, César Borges e Neuto de Conto. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Joaquim Roriz**, Residente da Comissão.

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE MAIO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 26 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Havendo número regimental declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1a. Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do plenário, é dada como aprovada.

Nesse instante passarmos a convidar para compor esta Mesa o Secretário de Política Agrícola, Dr. Edílson Guimarães.

Convido também para compor a Mesa o Secretário de Defesa Agropecuária, Dr. Inácio Afonso Kroetz.

Convido também para compor a Mesa o Coordenador-Geral de agrotóxicos e afins, Dr. Luis Eduardo P. Rangel.

Srs. Senadores, informo que a Comissão que será realizada, Audiência Pública, com a presença do Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, Dr. Rolf Aguibar, será no dia 15 de maio corrente, nesta terça-feira, às 11h00. Os requerentes ao objetivo do INCRA que pretende vistoriar propriedades rurais sujeitas à ratificação de seus títulos e de domínio, localizado nas faixas de fronteira nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, em cumprimento ao Requerimen-

to nº. 07 de autoria dos Senadores Osmar Dias e Sibá Machado.

Srs. Senadores e Senadoras, a presente reunião, esta, destina-se à Audiência Pública com o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para prestar informações sobre o fundo de estabilidade do seguro rural, bem como dos programas de sanidade animal, 2007, especialmente sobre o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, nos termos do Requerimento nº. 01/2007, de autoria do Senador Osmar Dias, com adendo da Senadora Kátia Abreu, que requer informações relativas ao concurso público para admissão de fiscais federais agropecuários, especialmente sobre um texto de autoria do Presidente da ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas especialidades, que trata do registro de defensivos genéricos, no qual serviu de base para a prova de português.

Contamos com a presença, a quem agradecemos, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Deputado Reinhold Stephanes, bem como dos senhores que compõem esta Mesa, que é o Sr. Edílson Guimarães, Inácio Afonso e Luis Eduardo P. Rangel.

Assim sendo, nós passaremos a palavra a S.Ex^a., o Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Deputado Reinhold Stephanes. Com a palavra o Deputado Ministro Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES (PMDB-PR): Bom, meus cumprimentos a todos, meu caro Presidente da Comissão, Senador Roriz, eu quero dar um abraço especial ao Senador Jonas, porque é com que eu tenho relacionamento há mais tempo, quase 40 anos, né, Jonas? E pelo fato também de em todas as reuniões que eu vou, quer aqui, quer em São Paulo, quer em Minas, onde ele está a gente encontra o Jonas presente. Então, cumprimentando o Jonas, quero dar meu abraço carinhoso a todos os presentes aqui.

Nós vamos falar rapidamente sobre os assuntos que são temas da convocação, e trouxemos juntos os especialistas de cada área que poderão aí oferecer os esclarecimentos adicionais, se assim o for solicitado.

A primeira questão é sobre o fundo de estabilidade do Seguro Rural, atividade de Seguro Rural, acho que não estamos trazendo nenhuma novidade, é uma atividade que não tem conseguido evoluir, não tem conseguido atingir os seus objetivos, a área segurada é extremamente pequena em relação ao tamanho necessário. Este ano, se nós conseguirmos desbloquear todos os recursos previstos nós chegaremos a mais ou menos 5% da área cultivada apenas sendo segurada. Nós temos, inclusive, trouxemos uma tabela mostrando

o que aconteceu nos últimos anos, e a gente observa claramente que por falta de um fundo de estabilidade para sustentar esta atividade, as próprias seguradoras que estavam no mercado, as resseguradoras começaram a se retirar, porque o prejuízo tem sido extremamente grande. Nessa tabela fica muito claro o prejuízo que as seguradoras vêm tendo.

Então é uma questão que tem que ser ainda discutida, tem que ser reestudada, e até já se pensa, depois o Edilson pode falar nisso, num Projeto de Lei que venha a criar uma melhor situação para essa questão do seguro rural. Portanto, hoje isso é uma coisa extremamente incipiente ainda.

A segunda questão é a erradicação da febre aftosa. Bom, a febre aftosa é um programa que se desenvolve no Brasil há quase 40 anos. Nos últimos dez anos o Brasil tem avançado muito nisso, na questão da erradicação, chegamos a ter dois anos sem nenhum foco nas áreas liberadas do país, ressurgiu a questão com os focos no Mato Grosso do Sul e, por extensão, ao Paraná que havia comprado gado do Mato Grosso do Sul, três fazendas que haviam comprado gados em leilão do Mato Grosso do Sul, e o que criou evidentemente problemas muito grandes para o país que todos já conhecem o que aconteceu.

Bom, nós tomamos a decisão em conjunto com o Governo, e essa decisão foi discutida com o Presidente, foi discutida com a coordenação de Governo, a Ministra Dilma e também com o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo e também com o Ministro Mantega da Fazenda de que a questão de defesa sanitária animal e vegetal são questões, não diria nem prioridade, é a questão nº. 1 que temos que tratar dentre todas as prioridades que nós temos. E que não faltarão recursos para isso à medida que tenhamos projetos e condições de avançar nos nossos trabalhos em relação à questão da defesa sanitária tanto vegetal quanto animal.

Claro que está em discussão no momento, o que está mais em foco é a questão da febre aftosa, mas não menos prejuízos, não menos problemas causam todas as outras doenças que têm acontecido historicamente e que ainda temos hoje algumas no Brasil.

Em relação à aftosa especificamente, quer dizer, os focos já estão hoje erradicados, estamos fazendo um trabalho muito grande na área de fronteira para criar uma faixa de segurança em toda a área de fronteira com a Bolívia, com a Argentina e com o Paraguai. Todos os entendimentos para isso já estão bastante adiantados, e as ações começando a serem desenvolvidas. O Mato Grosso do Sul mais especificamente, onde a questão foi mais grave, já tem um Projeto de atuação consistente, os recursos, parte já foram destinados, parte estarão numa Medida Provisória que está

sendo encaminhada hoje ao Palácio, que são mais 25 milhões, inclusive com uma atitude que se adotou que em toda a faixa de fronteira não há necessidade dos Estados participarem com 1/3 de recursos, já que essa é sempre uma questão muito delicada, muito sensível e às vezes os Estados não tem os recursos, que foi que aconteceu com o Mato Grosso do Sul e aí o programa acaba não se desenvolvendo na velocidade que precisa se desenvolver. Então, essa questão está sendo superada também através de uma Medida Provisória. E os entendimentos com a Bolívia e com o Paraguai já estão bastante avançados. Quer dizer, então eu acho que também a própria reformulação da equipe central, agora sob a direção do veterinário Inácio Kroetz, eu acho que nós vamos conseguir dinamizar bastante essa área de defesa sanitária, tanto vegetal quanto animal. À medida que tenhamos recursos técnicos à disposição, pessoas à disposição, com o concurso agora entrarão muitas pessoas no nosso quadro, e também recursos financeiros à disposição. Uma integração entre os Estados e a União, essa integração eu considero que está correndo de forma muito boa, tanto o Mato Grosso, como o Mato Grosso do Sul e o Paraná, que é essa faixa de fronteira, e também a integração que nós precisamos ter com os outros países.

Além disso, já está em discussão como erradicar a febre aftosa em todo o continente. Porque temos ainda alguns focos em alguns países vizinhos e não vizinhos, quer dizer, que pertencem aqui ao nosso continente. Então essa discussão também já está evoluindo. Acho que a gente está avançando bastante. De qualquer forma, maiores detalhes depois, tanto o Inácio quanto o Jamil, que está na outra ponta, podem fornecer que estão bastante envolvidos nessa questão.

A terceira questão que nós fomos solicitados a esclarecer é a questão do concurso público realizado pelo Ministério, exatamente para nós suprimos em grande parte essa área de defesa sanitária animal e vegetal e a fiscalização. Todas as explicações que eu consegui obter a respeito disso é de que a dispensa de licitação foi adotada dentro de critérios já reconhecidos pelo Tribunal de Contas, pela Advocacia Geral da União, portanto sob o aspecto legal parece que a lisura pode ser considerada total, quem ganhou foi um Instituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizou concurso, tivemos quatro ações que suspenderam o resultado final, quer dizer, a nomeação, a homologação final do concurso, perdão, das Procuradorias do Rio de Janeiro, do Mato Grosso do Sul, do Rio Grande do Sul e da Bahia. Sendo que as do Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul já suspenderam as ações, portanto já consideraram que o concurso está correto, e as do Rio Grande do Sul e Bahia estão em

fase final com as informações que já foram prestadas. É possível que também levistem as restrições que foram impostas.

A discussão final que surgiu é quanto ao texto que foi utilizado na prova. As explicações, pelo menos nos foram dadas, que a decisão foi técnica, que consideraram esse um texto interessante, e um texto, e que não houve nenhuma idéia, enfim, de uma interpretação que eventualmente tenha surgido em relação a esse texto.

Em síntese seria essa introdução minha em relação às três questões que foram levantadas.

Talvez, dependendo das indagações dos Senadores, passaria para os técnicos específicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Então, pela ordem de solicitação, nós vamos passar a palavra ao Senador Osmar Dias. Com a palavra Osmar Dias. Senador.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, Sr. Ministro Reinhold Stephanes--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Data vênha, quero comunicar que o Senador Osmar Dias é autor do Requerimento em que solicitou a presença do Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, subscrito também pelo Senador Sibá Machado. Com a palavra, portanto, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu quero cumprimentar a todos os componentes da Mesa, membros do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em especial o Inácio Afonso, que é também do Paraná, e trabalhou comigo no tempo em que eu fui Secretário de Agricultura do Paraná. Técnico de competência comprovada, o Ministro está muito bem assistido nessa área, com a presença do Inácio.

Eu tomei a iniciativa de fazer esse convite ao Ministro porque são dois assuntos que, na verdade, tomam conta dos debates de todas as discussões do setor agropecuário brasileiro. São duas preocupações antigas.

Primeira, essa questão do seguro, que nós estamos evoluindo numa nova tese e que eu gostaria que até o Ministro recebesse, quando for possível, uma delegação do Paraná representada pelo João Paulo, Presidente da OCEPAR, que também é amigo do Ministro Reinhold Stephanes para que ele pudesse apresentar uma nova proposta de seguro de renda para a Agricultura. Nós evoluiríamos do seguro da produção para o seguro de renda do produtor, que é uma modalidade que está sendo implantada em vários países do mundo, e que o Brasil precisa analisar com bastante atenção essa proposta que seria, no meu entendimento, o grande suporte para manter os agricultores, especialmente os agricultores familiares

na sua atividade, esse seguro de renda. Eu acho que nós não podemos prescindir de um seguro de renda para a agricultura.

Nesta área do seguro, nós aprovamos neste Governo anterior, aqui no Congresso Nacional, uma lei que, na verdade, se tornou inócua, porque sem o fundo de catástrofe, ela praticamente deixa de existir. Não há como atrair seguradoras estrangeiras e nem mesmo as nacionais para investirem num segmento de alto risco, que é a produção agropecuária. Não há como atrair, como outros países fazem, seguradoras que operam no mundo inteiro, para darem sustentação à produção e ao seguro, se nós não tivermos esse fundo de catástrofe. Porque, é claro que quando ocorre uma perda localizada numa propriedade ou em várias propriedades, a seguradora pode dar conta do recado pelo prêmio que recebeu. Mas quando a catástrofe é estadual, regional, isso leva a seguradora a praticamente quebrar se for atender a todas as demandas. E por isso ninguém investe em seguro.

Nós tivemos recentemente uma seguradora de São Paulo, a COSESP atuando no Paraná e atendia um número significativo de produtores. Mas quando, o Ministro se lembra, nós tivemos aquele problema climático de 2003, 2004, eu mesmo fui um dos Senadores que tive que interferir para que a seguradora cumprisse os seus compromissos com os produtores. Foi muito difícil receber o seguro naquela oportunidade. Porque a seguradora disse: "Olha, se nós formos indenizar todo mundo nós vamos quebrar", esse é o maior exemplo que o seguro de catástrofe precisa ser colocado em prática, e acho que esse é o grande anseio da classe produtora brasileira em relação ao novo Ministro para que ele seja, e eu tenho certeza que está sendo um parceiro na luta, para que nós possamos em conjunto, e o Congresso tem responsabilidade nisso, implantar esse fundo de catástrofe.

E em relação a esse seguro de renda, eu vou deixar, portanto, não a proposta que eu vou fazer aqui, porque o tempo é curto, mas o pedido ao Ministro para que receba essa delegação do Paraná, para que eles possam apresentar essa nova modalidade, essa proposta de um seguro de renda para os produtores, e dentro desse seguro de renda há algumas inovações que são muito interessantes, que são implementadas em outros países do mundo.

Em relação à sanidade, a gente não deve ficar reclamando dos erros do passado. Mas erros ocorreram, principalmente em relação aos focos de febre aftosa, Mato Grosso do Sul e Paraná. Anúncios precipitados que não deveriam ter ocorrido, e isso acabou fazendo com que o Paraná, que não teve efetivamente a febre

aftosa, pagasse um preço muito alto, e continua pagando porque está fora do mercado internacional.

Então, a grande questão que eu queria levantar nesse conjunto de medidas que são necessárias para a questão sanitária, não é só em relação aos recursos, porque os recursos do ano passado eu tenho aqui, e até um Ministro deu uma entrevista lá na exposição de Londrina, e ele foi bastante incisivo nisso, e fez bem em ser. No ano de 2006, nós tínhamos no orçamento 174 milhões, mas efetivamente foram pagos 64 milhões. Então não adianta ter no orçamento se depois fica contingenciado. Então em relação aos recursos, acho que o Ministro quando pede mais 80 em relação àquilo existe é para equiparar ao ano passado, que vai dar mais ou menos o mesmo valor. E a grande luta nossa e o Congresso também tem que atuar é cobrar que esses recursos sejam efetivamente colocados à disposição do Ministério. Porque senão não adianta querer falar em sanidade.

E a grande responsabilidade que é essa questão porque o Uruguai, por exemplo, quando teve um problema sanitário ele ficou dois anos fora do mercado e teve um prejuízo de um bilhão e quinhentos milhões de dólares. O prejuízo que o Paraná teve com a febre aftosa, que foi anunciada, embora não existisse, é de um bilhão de reais. Então os valores que se perdem quando tem a ocorrência de uma doença, e aqui a gente está falando de febre aftosa, mas tem outras doenças que podem ingressar, doenças exóticas que podem entrar e trazer prejuízos, imagine uma doença no setor de avícola no Brasil. É uma catástrofe social. Então, para proteger esse patrimônio que nós temos e principalmente porque quando se perde mercado se perde um conceito de mercado e para reconquistar é muito mais difícil do que conquistar o mercado. E o grande prejuízo que o Paraná sofreu não é só o financeiro, tem que avaliar o de imagem que se perde, para evitar tudo isso eu acredito que tem que ser uma obrigação do Governo colocar dinheiro e instrumentos para o Ministério da Agricultura, não ser o Ministério da Agricultura depois acusado de “olha, não deram conta nem da sanidade”. Mas como é que vai dar conta de sanidade se coloca no orçamento 172 e libera 64? Como é que vai dar conta do recado se para este ano de 2007, o que está sendo previsto no orçamento é um valor muito inferior àquilo que foi colocado no ano passado? Um valor muito inferior. Então, se não me engano, 92 milhões que estão sendo colocados. Isso não dá. O cálculo que se faz tecnicamente é que só para a febre aftosa seriam necessários 90 centavos para cada cabeça de bovino existente no país. Isso já chegaríamos próximos a 200 milhões. Quer dizer, o dinheiro que tem para a sanidade animal dá muito

mal para fazer um controle da febre aftosa. E as outras doenças? E os outros animais? Então tem que investir mesmo nessa questão porque se trata do mercado brasileiro. E, aliás, a nossa... O nosso convite ao Ministro aqui tem o intuito muito mais de dar apoio ao Ministério da Agricultura. Dar apoio ao Ministro junto às outras esferas do Governo para sensibilizar. Porque aqui precisa realmente conhecer melhor o problema para ter sensibilidade e atuar.

Outra questão, o Ministro tocou dos técnicos, a Senadora Kátia Abreu pediu para que se incluísse esse assunto, mas se a gente viajar na fronteira fazendo um levantamento de técnicos, não precisa ir longe, só no Paraná mesmo, não tem técnico suficiente para fazer, e V.Ex^a. sabe disso, não tem técnico suficiente para fazer o controle sanitário dessas regiões de fronteira. E não adianta, se nós não tivermos o controle sintonizado com os países do continente, e aí eu chamo atenção que o Brasil deve liderar e deve ser o Ministério da Agricultura e aí o Ministro deve liderar, isso é muito importante que a gente discute isso há 20 anos, um grande programa de atuação conjunta homogeneizar as políticas sanitárias dos países do Mercosul. Caso contrário, nós vamos ficar sempre tendo esse risco, Senador Roriz, de ter o ingresso desse vírus pelas fronteiras secas, o Paraguai, Bolívia, etc.

Vou só lembrar, o Senador Roriz não estava aqui, era Governador do Distrito Federal, o Senado aprovou a doação de um milhão de dólares de vacinas para Bolívia e mandou técnicos para ajudar a vacinar o rebanho. Nem assim a Bolívia vacinou o rebanho. Como é que nós vamos manter o nosso país livre da febre aftosa, se os países vizinhos não têm essa mesma consciência? Não adianta. Tem que ter investimento interno, mas tem que ter um investimento na política externa, e aí eu acho que o Ministro é bastante competente para dar um avanço nisso, porque nós precisamos ter a companhia dos outros países do Mercosul.

Agora, eu tenho uma preocupação de um programa que, no meu entendimento, aqui é uma crítica que eu faço, uma crítica, mas no sentido de chamar atenção, Lobão, me ajuda, construtiva, é a questão da rastreabilidade. Eu acho que anda devagar esta questão da rastreabilidade. A rastreabilidade pode ser um instrumento poderoso e eficiente mesmo no controle de doenças. Controle de rebanho e, por consequência, de doença. Acho que o Ministério deveria investir junto com essa luta do Ministro, por mais recursos técnicos e laboratórios investir na rastreabilidade. Acho que é uma sugestão que todos devem concordar, porque sem ela vai ser muito difícil ter um controle até de vacinação. E essa questão de laboratórios. Veja, para nós fazermos análise de um material do Paraná tem que ir para uma

área que fica em Belém do Pará, eu acho que não dá mais para continuar e acho que o investimento é tão pequeno diante das divisas que se arrecadam com as exportações de carne e tudo mais, que não dá para ficar sem laboratório no sudeste do país ou sul do país. Acho que em Porto Alegre tem laboratório, né, Inácio? Mas não pode atuar.

Então, eu queria saber, até para permitir que os outros Senadores participem, eu queria saber basicamente o seguinte: quais serão as medidas adotadas pelo Ministério para fazer com que o programa de rastreabilidade avance?

Segundo, se há no planejamento do Ministério a construção de novos laboratórios para dar atendimento a essa necessidade.

E, terceiro, qual é a estratégia para trazer os outros países do Mercosul nessa disposição de se combater em conjunto essas doenças exóticas, em especial a febre aftosa.

Essas três perguntas eu deixo e deixo à vontade para o Ministro escalar quem vai dar a resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu solicito... Eu pergunto aos Srs. Senadores, se eles querem...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite, pela ordem, Sr. Presidente. Em consonância com o Senador Osmar Dias, se ele me permite, sendo esta a primeira visita do... Segunda visita já, mas infelizmente não pude estar na primeira que o Ministro Reinhold Stephanes aqui comparece, e tendo em conta que o Senador Osmar Dias tem se empenhado muito para que possamos logo no Senado estarmos apreciando e votando o Projeto sobre as sociedades cooperativas, sendo eu também autor de proposição que difere um pouco da dele, mas gostaria de informar ao Ministro Reinhold Stephanes que ainda nesta semana, num diálogo com o Ministro Luiz Dulce ele disse juntamente com pessoas que gostariam muito e organizações, que esse assunto seja objeto de tramitação, gostaria de informar da disposição da minha parte, como autor de uma das proposições e certamente do Senador Osmar Dias, de que possamos chegar a um entendimento, seja entre nós, o Ministério da Agricultura, também da Fazenda, das... Do Ministério do Trabalho, onde há a Secretaria de Economia solidária, o professor Paul Singer, e, enfim, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, todas as partes interessadas, é importante que possa V.Ex^a. também estar neste diálogo e para que possamos logo chegar a, se possível ainda neste semestre, à votação deste assunto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): A solicitação que se faz é que o Ministro

gostaria de saber se ele responde indagação por indagação ou se deixa para responder depois de todos os Srs. Senadores indagarem, aí ele responde e passará para seus assessores se for o caso. Agora ele deve uma resposta ao Senador Osmar Dias. Mas nós fizemos questão de estender essa solicitação a todos os Srs. Senadores, se preferem que ele responda a todos ao mesmo instante após a indagação de todos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu sei que o Ministro veio com a maior boa-vontade, inclusive rapidamente atendeu ao convite de V.Ex^a., mas eu sei também que o Ministro tem um compromisso com o Ministro da Fazenda muito importante, porque eu estive com o Ministro essa semana e nós estivemos discutindo a questão dos juros da agricultura. Ele vai discutir esse assunto com o Ministro. No momento que a taxa SELIC cai, é preciso também discutir os juros, a taxa de 8,75 já não cabe mais para o crédito rural, assim como 10,75 não cabe mais. E o Ministro tem esse compromisso. Então o que for possível fazer para agilizar e obtermos as respostas do Ministro seria interessante. Então, mesmo sendo autor do Requerimento e tendo interesse de ter as respostas de pronto do Ministro, acho que seria interessante que todos os Senadores fizesse as perguntas e o Ministro respondesse de uma vez só, depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Assim sendo eu passo a palavra por ordem de solicitação ao Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quero cumprimentar o Presidente, Senador Joaquim Roriz, cumprimentar o Ministro, Reinhold Stephanes, toda a equipe técnica, desejar um bom trabalho à frente dessa pasta tão importante que é o Ministério da Agricultura. Saudar a iniciativa do Senador Osmar Dias e do Senador Sibá Machado, e especialmente parabenizar o Senador Osmar Dias, até porque não é sempre que se faz 38 anos de idade. E o Senador Osmar Dias, hoje é um dia importante, porque é o dia do aniversário do nosso querido Senador Osmar Dias.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de... O Senador Osmar Dias é um homem competente, conhece o setor como poucos, então ele foi extremamente lúcido, claro, em todas as ponderações que aqui apresentou, e então eu vou resumir um pouco a minha fala até porque nós, em Mato Grosso do Sul, como disse muito bem o Ministro Reinhold Stephanes, talvez o Estado que tenha mais sofrido, além do Paraná, com a febre aftosa é o Mato Grosso do Sul. Os prejuízos que o Estado sofreu nesses últimos anos são prejuízos que trouxeram graves problemas para a nossa economia, para o nosso futuro, para o nosso crescimento.

Quero aqui registrar, Sr. Ministro, a determinação do Ministério da Agricultura com o Ministro do Planejamento, a Casa Civil, o Ministro Walfrido também, pela iniciativa do encaminhamento da Medida Provisória, os 25 milhões de reais, a serem utilizados principalmente na política atualmente implementada pelo Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, no sentido de afastar esse problema da aftosa que atingiu vários Municípios do Cone Sul do meu Estado, especialmente a região de Eldorado e outros Municípios que fazem... Que estão próximos e fazem fronteira com o Paraguai. E isso vai ser muito importante, até porque nós estamos recebendo uma missão russa, como disse o Senador Osmar Dias, quando veio o anúncio da aftosa nós paramos de exportar e isso, como disse o Senador Osmar Dias, isso não afeta só boi. Isso não afeta só carne bovina. suinocultura também entra na mesma... Passa a ter o mesmo tratamento. E o preço caiu inclusive. Então, é, assim como foi muito bem destacado aqui o caso da avicultura, porque nós temos outros tipos também de males, mas os senhores imaginem o que representa para um Estado como o Mato Grosso do Sul ter problema de aftosa e também sofrer com a suinocultura, principalmente em função de projetos que nós temos lá na região da grande Dourados. Hoje há um *boom* nessa área de suinocultura também no Mato Grosso do Sul.

E Ministro, o senhor atendeu prontamente a solicitação da bancada federal do nosso Estado, e ao Governador. E ontem, quando estive em audiência com V.Ex^a, anteontem, também recebi a notícia que já estava sendo encaminhada, a Medida Provisória já foi encaminhada à Casa Civil. E isso é de fundamental importância pra gente sair desse pesadelo que representou a aftosa para o nosso Estado, o Mato Grosso do Sul.

Mas eu queria, eu estava conversando com o Senador César Borges aqui, algumas coisas são óbvias, aparentemente. Aqui nós falamos de técnicos, aqui nós falamos de recursos, aqui nós falamos dessa interação com os países vizinhos, Paraguai, Bolívia, assim por diante. Eu sou da região fronteira com a Bolívia. A nossa região ficou meio assustada porque surgiram focos na Bolívia. Mas a 600 quilômetros de distância, próximos de Santa Cruz de La Sierra. Mas no Paraguai a crise está ali próxima. Por isso é que esses Estados que fazem divisa com o Paraguai têm sofrido esses Municípios, têm sofrido. E os Estados também como é o caso de Mato Grosso do Sul e o caso de do Paraná. E aqui foi falado de técnicos, eu achei importante um comentário que o Senador Osmar Dias fez sobre seguro. Acho que houve um avanço, uma coisa que passou meio despercebida, Senador Osmar Dias, o

ano passado nós quebramos o monopólio do IRB aqui no Congresso. Isso é uma medida de extrema relevância, extrema importância para o agronegócio também. E falamos de técnicos, enfim. Mas o que a gente vê, Ministro, é o seguinte, parece que há um consenso de que as medidas precisam ser implementadas pelos prejuízos que esse males, vamos falar especificamente a aftosa, trazem para o país. Mas as coisas não caminham. Eu sei o que o Ministério da Agricultura sofreu, nesses últimos anos, com problemas orçamentários, manifestando sistematicamente as preocupações com os países vizinhos. Presidente Senador Joaquim Roriz, os Estados Unidos acabou com a aftosa no século passado, no início do século passado, ele chamou o Canadá, o México, resolveram averiguar, fizeram uma avaliação do que tinha que ser vacinado, quanto que teria que ser financiado, e as coisas caminharam. E nós... Não adianta tomar medidas, por mais hercúleo que seja o esforço do Ministério da Agricultura, do Governador do Estado, da polícia que controla lá o nosso querido DOF, Departamento de Operação de Fronteira. Nós temos uma fronteira seca. É absolutamente incontrolável a situação na região de fronteira, inclusive porque existem propriedades que têm interface com país vizinho também. E nós temos que atuar em determinadas frentes que, na minha leitura, são fundamentais. Primeiro, não economizar com sanidade animal, e nem vegetal como foi dito aqui. Isso é absolutamente prioritário. Isso é um caso grave para o país. Nós não podemos cortar recursos para uma área sensível. E o agronegócio tem um papel fundamental no futuro do Brasil. E tem desempenhado um papel absolutamente importante. E eu não sei o que acontece...

Bom, além disso, o trato da informação. Senador Osmar Dias citou aqui, às vezes no caso do Paraná, e Mato Grosso do Sul, exatamente por um tratamento inadequado da informação, o fato tomou uma dimensão absolutamente fora de controle. Eu quero dizer aqui que no Paraguai, quando alguém fala em aftosa, parece que nós voltamos aos tempos da censura à imprensa. O jogo é pesadíssimo. Há uma operação absolutamente sincronizada para evitar qualquer palpite antes de uma avaliação mais positiva do assunto. Então é um outro desafio que nós temos.

E o último, para concluir, o Ministério das Relações Exteriores, meu caro Ministro Reinhold Stephanes, tem um papel fundamental nesse trabalho. Nós precisamos conversar com a Bolívia, com o Paraguai, está aí o Uruguai e a Argentina também. E todo mundo sabe o que tem que fazer. Mas a realidade é que as coisas não caminham. E isso não é um problema do Estado do Paraná só, ou do Estado de Mato Grosso do Sul.

Esse é um problema do Brasil e tem que ser tratado diplomaticamente com os países vizinhos.

Então, eu espero, Ministro, que V.Ex^a. tenha muito sucesso com a nova equipe, e que realmente nós tenhamos, e aproveitando esse foro, esses debates, nós tenhamos uma política efetiva, mas não só do Ministério da Agricultura, dos outros Ministérios aos quais... Ministérios que o Ministério da Agricultura depende para fazer uma política de defesa da sanidade animal no nosso país. Se não houver essa integração, Ministro, o senhor pode ser um super-homem. E o senhor é um homem experiente e um homem que tem uma grande carreira, não só como político como executivo. Mas se não houver uma integração com os demais Ministérios vamos repetir anualmente aqui essa ladainha de uma coisa sem solução, que é o problema da aftosa no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra, pela ordem de solicitação, o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, Sr. Ministro Reinhold, senhores que aqui participam da audiência, Srs. Senadores.

Sr. Ministro, em primeiro lugar eu queria ouvir de V.Ex^a. qual é o quadro comparativo que nós temos hoje do montante da participação do setor agrário brasileiro na construção do PIB nacional. Que tenho alguns números que já estão meio antigos, queria saber de V.Ex^a. se tem um número mais atualizado.

E segundo, é notório que Brasil tem conseguido avançar com baixo índice de subsídios para o setor agrário, falo assim porque aí eu junto tudo falando essa palavra, em relação a países da Europa, do norte do mundo, que é sabido por todos que tem pesados subsídios para esse setor produtivo. E neste caso, qual é o volume total que nós poderíamos dizer de investimentos ou reinvestimentos para o país para manter o setor nessa linha de competição? Que é para a gente fazer uma comparação do tamanho do bolo.

A outra é de demanda mais localizada. Eu queria saber de V.Ex^a. os itens, no caso pecuária bovina ou outros, quem melhor responde hoje para a construção desse montante desse PIB? Quem é que está construindo, participando com maior presença?

E uma outra curiosidade que eu tenho, para poder corroborar aqui com as perguntas do Senador Osmar Dias, é que a gripe aviária não chegou ao Brasil. E eu ainda desconheço o que de fato foi feito para evitar que este problema chegasse até nós. Mas o que eu fiquei sabendo é que, embora tendo países consumidores desse produto nacional, é irrecusável o consumo deste produto, não ouvi falar em crises maiores. Eu queria saber que o que aconteceu que nenhuma empresa

brasileira sofreu drasticamente com o problema da comercialização de aves.

E ainda sobre as fronteiras, Sr. Ministro, eu estou devidamente preocupado porque encontrar agentes de outros pontos do país para ir para o interior do país é um negócio complicado. Digo para V.Ex^a. porque na abertura da BR 317, que passa pelo Estado do Acre e vai se interligar ao Pacífico, vai ao litoral peruano, foi construído um posto alfandegário, bem na fronteira, prédio muito bonito, mas nós não conseguimos ainda pôr aquela coisa para funcionar. E, portanto, eu fui perguntar o que está faltando. Um principal problema é de pessoal. Então, se não tem como se pensar num incentivo, numa facilitação melhor para que a gente possa ter esses agentes da fiscalização nestes postos. Nós temos quatro pontos básicos de interligação do Acre com a Bolívia e com o Peru, e voltando aos problemas das fronteiras, elas são geodésicas é uma linha imaginária. Não tem nenhum tipo de barreira, um igarapézinho que um pequeno riacho, faça a separação. Você está andando não sabe nem se já cruzou a fronteira para por outro lado. Então é uma dificuldade muito grande de pessoal e fui informado de que convencer alguém de deixar a cidade e ir para aqueles lugares não é fácil. Então a pergunta que faço a V.Ex^a. se nós poderíamos nos esforçarmos para ter um programa de incentivo, como já soube que na área médica já tem alguns incentivos de sediar médicos no interior, doutores, interiorização de doutores, se não era pensável ter algo nessa direção para a fiscalização sanitária.

No demais, para finalizar de vez, era uma pergunta que mais me chamou atenção da audiência de hoje, é essa do juros, Sr. Ministro. Porque se o Brasil está gradativamente derrubando a sua taxa SELIC, nós não podemos conviver com os números do passado. Então é preciso haver uma concordância da queda da taxa SELIC com a questão da taxa de juros, crédito bancário, qualquer outro tipo de dispositivo que do passado poderia ser, digamos assim, a única alternativa que nós tínhamos, mas que não tem sustentação jurídica, política ou econômica para os indicadores que nós temos hoje. Era isso e parabeno aqui o nosso aniversariante, Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, que eu digo que estão todos aqui convidados a almoçar com o Senador Osmar Dias, por conta do Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero só fazer uma correção, Presidente, que o Senador Augusto Botelho está preparando dois carneiros para que nós, comemorando a chegada do Papa, e o nosso querido Osmar Dias comemoremos hoje à tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continuando, vamos passar a palavra para o próximo solicitante, o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Ministro, senhores membros da equipe do Sr. Ministro que acaba de assumir essa espinhosa tarefa de conduzir o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária do nosso país. Eu quero desejar a V.Exas e V.S^{as}, total sucesso nessa missão. Entretanto, há um receio muito grande de que V.Ex^a, Ministro Stephanes, possa unificar uma situação que nós temos acompanhado com relação ao desempenho do Ministério no atual Governo. Eu fui algumas vezes ao gabinete do seu antecessor, Ministro Alberto Rodrigues, e sentia nele uma angústia profunda, porque era um homem competente, capacitado, imbuído dos melhores propósitos e um conhecedor profundo da área. Sem sombra de dúvidas. Coisa que V.Ex^a. também tem esses créditos, esses méritos e essas qualidades. Entretanto, me parece que falta uma sensibilidade por parte da equipe econômica do Governo, diria aí Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, de entender que a agricultura num país das dimensões continentais como a nossa é uma vocação que é própria do nosso país. Quer dizer, não é nada que você esteja forçando. Porque é um país que é essencialmente agrícola. Você pode ter ilhas de Estados, de industrialização, de uma economia no setor secundário, terciário que se desenvolve, é importante fundamentalmente para gerar renda, essencialmente, mas a agricultura é que gera o maior número de postos de trabalho no nosso país. E é um setor que precisa de um apoio muito grande. Porque assim todo mundo. Mas lamentavelmente, Senador Sibá Machado, V.Ex^a. que é do partido do Governo, não há essa percepção por parte das autoridades econômicas. Eu senti essa angústia do Ministro Roberto Rodrigues, que disse a mim e a outros Senadores que por diversas vezes ele tinha levado pleitos, Senador Osmar Dias, ao Presidente da República que tinha se mostrado sensível e tinha autorizado ao Ministro da Fazenda, na época Antônio Palocci, autorizado inclusive publicamente, que alocasse recursos para fazer a nossa proteção das fronteiras e principalmente manter uma vigilância agropecuária que protegesse toda a nossa pecuária e a nossa lavoura. Entretanto, apesar daqueles anúncios serem feitos até publicamente, determinando ao Ministro da Fazenda que alocasse recursos, ele precisava de 50 milhões na época, ele não conseguia esses recursos. E ficava numa angústia terrível. Olha a responsabilidade de alguém que é que tem comprometimento com o setor, conhece a dificuldade e não tem recurso.

Eu quero dar um breve exemplo, sem nenhum cabotismo, eu fui Governador da Bahia, Bahia era

um Estado com febre aftosa, e com minha equipe o que decidimos? Criar uma agência de defesa que é a ADAB, acho que o Secretário de Defesa Agropecuária conhece bem. Nós criamos a ADAB. Eu perguntei ao meu Secretário da Agricultura, quanto é que você precisa para um programa para erradicar a aftosa da Bahia efetivamente? Ele me deu o valor em torno de 20 milhões, e aquilo foi uma determinação política. Eu disse: é uma prioridade do Estado, é uma prioridade. Acabou-se. Em menos de três anos a Bahia estava livre de febre aftosa, com vacinação, claro. Nós conseguimos isso. E tivemos na época uma parceria importante do Ministério da Agricultura que dividia os custos através da Secretaria de Defesa Agropecuária que repassava para o Estado. Parece que hoje essa parceria já não tem a força que teve no passado. Já está bastante pequena ajudando os Estados brasileiros. Porque o papel do Ministério é a Coordenação-Geral, mas quem vai executar, tem que ser os Estados, junto com os pecuaristas no combate da febre aftosa. Agora, o que aconteceu? A Bahia fez o seu papel. Mas lamentavelmente outros Estados não fizeram. Então não é apenas a questão que é grave com relação às fronteiras com outros países que não combatem a febre aftosa. Nós temos também o problema das fronteiras internas com outros Estados e acho que o Ministério da Agricultura tem que, de alguma forma, forçar com que os Estados que não estejam determinados a combater a febre aftosa possam ter um programa. Mas o papel do Ministério é exatamente esse. Agora, tem que ter uma execução.

Dito isso com relação à febre aftosa, e eu acho que o prestígio do próprio Ministério que tem que ser olhado com outros olhos por parte do Governo Federal, aí eu quero falar do setor macroeconômico, da Fazenda e do Planejamento que merecem recursos, eu quero tratar um pouco da minha região do nordeste. Porque quando se fala em agricultura, e mesmo pecuária no país, sempre a visão está voltada para o sudeste, para o sul, para o centro-oeste que tem uma pujança nesses setores muito maior do que o nordeste brasileiro. Então, no nordeste, a agricultura e a pecuária eu acho que na visão aqui de Brasília, é tratado como algo marginal, periférico. Não há políticas específicas para esta região. De modo geral. Hoje vive o nordeste brasileiro que sofre lamentavelmente com as crises climáticas, falta de chuva, as secas que são repetidas e constantes, vive com problema sério na negociação ou renegociação de dívidas. Nós votamos aqui o ano passado uma lei 11.322, de julho de 2006, tentando uma renegociação das dívidas agrícolas do nordeste brasileiro, principalmente na região da ADENE, Agência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste, que seria a

sucessora da SUDENE. Entretanto, a dificuldade para implementação tem sido enorme. E não sei se V.Ex^a. sabe o que seria dívida agrícola foi transformada em dívida fiscal, no momento onde houve absorção por parte do Tesouro Nacional dos créditos dos Bancos. Bancos oficiais, inclusive Banco do Brasil, que estão executando os agricultores em todo o nordeste.

Então eu tenho aqui em minha mão, foi entregue ontem aqui uma solicitação de agricultores do nordeste que estão sendo executados, e que trazem a solicitação, que haja uma prorrogação de pelo menos 180 dias na renegociação, que estava prevista na Lei 11.322 e que está se encerrando. E que possa ser enquadrados os produtores acima de 15 mil reais, porque a interpretação foi de que apenas seriam enquadrados aqueles até 15 mil reais, e que esses processos inscritos na dívida ativa da União possam ser devolvidos aos respectivos Bancos para o enquadramento nas condições que agora se solicita.

Com relação também à carência, que eles solicitam de quatro anos de carência, e Senador Osmar já falou que os juros sejam reavaliados. Porque na medida que você tenha uma redução na taxa SELIC não é possível que se mantenha taxas de 8,5% mínimas para serem cobradas para os agricultores e pecuaristas do nordeste brasileiro.

Então, Sr. Ministro, eu pediria, além desses comentários com relação ao aporte de recursos para os Estados que fizeram seu dever de casa no combate à febre aftosa e que estão ameaçados por conta de outros Estados que não fizeram, seria indispensável a participação até financeira no programa do Ministério da Agricultura através do Secretário de Defesa Agropecuária que pudesse também o Ministério da Agricultura se voltar um pouco para a potencialidade agrícola do nordeste brasileiro que é vasta. Entretanto, não há política específica. Muito pelo contrário. Sempre há dificuldades. Se é no cacau, se considera uma lavoura quase em extinção. Se é com relação ao etanol, a cultura da cana, se considera que o nordeste brasileiro não tem vocação e os custos são superiores ao custo do sudeste e é preferível investir nessa região. Se é com relação à agricultura existente no semi-árido, também a maneira de proceder dos Bancos oficiais é essa de executar aqueles produtores onde não há o seguro agrícola que é o motivo dessa reunião inclusive que possa sustentar as crises, que são periódicas, vividas pela relação do nordeste brasileiro.

Enfim, pedir que o Ministério da Agricultura possa olhar também pela região nordestina, que tem na agricultura e na pecuária uma base importante para a sua sustentabilidade econômica e geração de emprego. No meu Estado, 38% dos empregos são gerados pela

agricultura. Apesar de se representar apenas 12% no Produto Interno Bruto.

Então são essas solicitações. Muito obrigado. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Pela ordem de solicitação passo a palavra ao Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Senador Presidente, Senador Joaquim Roriz, Srs. Senadores, cumprimentar o Ministro Reinhold Stephanes, cumprimento os Srs. Secretários, Srs. Diretores, e nos parece que praticamente esgotaram quase que as perguntas. Mas eu tenho algumas preocupações e delas eu queria fazer uma manifestação. Fui Secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina, contemporâneo do eminente Senador Osmar Dias, e há mais de 20 anos, ou há 20 anos. Nós assinávamos o nosso rebanho com a polícia. Principalmente a pequena propriedade rural. Porque movimentos populares impediam que se vacinasse porque realmente o animal ao receber a vacina tinha um pouco de febre e dessa febre reduzia o leite por dois ou três dias. E isso parecia que era para sempre. Mas, gratificado nesse momento em que o Ministro já sabe, não sei se está viajando, Santa Catarina é o primeiro Estado do Brasil e talvez a única região da América que hoje está livre de febre aftosa sem vacinação. Já provado cientificamente e tecnicamente para a OEA e também deverá no dia 20, nos parece, ser votado em Plenário esse fato. Ora, nós que perdemos só no ano passado deixamos de exportar para um único país que nos comprava carne suína, que é a Rússia, 750 milhões de dólares, prejudicando o pequeno produtor rural que tem nesta atividade o seu grande trabalho.

Ora, quando nós estamos num grande debate nacional, numa reforma tributária, quando os governos não querem perder recursos, às vezes a solução dos recursos, quer seja para a economia, quer seja até para o Governo, estão nas ações que deixam de ser realizadas pelo Governo. Que trazem economia, traz recurso e traz desenvolvimentos.

Então é um dos fatos que eu gostaria de registrar porque é uma... É um fato auspicioso, nos parece, porque nós não só vamos vender para a Rússia, certamente vamos vender para o mundo com essa certificação.

Outro ponto que eu gostaria também de fazer uma pequena referência é a reunião que nós tivemos ontem aqui nessa Comissão de Agricultura que se tratou sobre o biodiesel, o álcool. E eu participei também no dia de ontem numa reunião com os fruticultores, aonde já ocupam cinco milhões de hectares de terra. E a previsão para chegar aos próximos três anos para oito

milhões de hectares e que vão empregar mais três milhões de pessoas nesta atividade. Participei há poucos dias sobre reflorestamento, que também está tomando muitas áreas do Brasil, as terras que era para bovino-cultura, estão avançando aceleradamente em função da economia e até por ser o Brasil um dos países que mais rende com menos espaço de tempo, temos as árvores para industrializá-las. E também está numa expansão muito grande. E assim eu podia citar vários outros segmentos. E com o álcool, essa demanda que o mundo está se propondo a utilizar como energia alternativa. O biodiesel, e poderíamos entrar uma série de outros fatos. Será que nós não vamos tirar o espaço do milho, soja, trigo, do arroz, da pecuária, enfim. Porque nós temos clima, chuva, terra, gente... E esse país acho que está, a sua grande redenção de todos seus problemas... Porque até pouco tempo, Srs. Senadores, a terra praticamente se usava para produzir alimento, o combustível do ser humano. Hoje nos parece que a terra passou a ser o grande fenômeno para o futuro, que é dela que se tira quase todos os segmentos econômicos para a sobrevivência, para o crescimento e para o desenvolvimento dos países. E dentro dessa linha que eu deixo a minha reflexão, não é nem pergunta, mas zoneamento... Vamos ter um zoneamento? Vamos ter terra suficiente no futuro para toda essa demanda que o mundo quer? Pelas condições que o Brasil representa? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Não havendo mais nenhum dos Srs. Senadores que solicita a palavra, eu passo a palavra naturalmente para S.Exa., Sr. Ministro da Agricultura, Deputado Reinhold Stephanes para as respostas esperadas. Com a palavra o Ministro Deputado Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES (PMDB – PR): Bom, começando pelo Senador Osmar Dias, que acho que abrangeu vários temas e de forma quase perfeita. Quer dizer, até é difícil dar alguma resposta àquilo que foi tão bem colocado. E não há um ponto a ser discordado às suas colocações. Só apenas reforçar alguns pontos. Não há nenhuma dúvida que os prejuízos, à medida que eles sejam dimensionados sobre cada doença animal ou vegetal, são extremamente elevados. Talvez o que tenha faltado é essa colocação mais clara em termos do custo e benefício de uma ação.

Então, evidentemente alguns dados aqui colocados, um bilhão de prejuízo ao Paraná com uma aftosa que não existiu. Quase 700 milhões deixamos de exportar com a crise na suinocultura brasileira, e principalmente catarinense, por um problema que não soubemos atuar ou prevenir ou vamos dizer até que

aconteceu. Não vamos entrar muito nisso. Mas por fato aconteceu. Se formos à Bahia, o que a nossa vassoura de bruxa lá trouxe, a economia do cacau é algo extraordinário quando se dimensiona isso. No momento a ferrugem asiática da soja são três bilhões e meio de prejuízo por ano. Três bilhões e meio. E assim nós poderíamos ir, afinal de contas são tantas coisas que vem acontecendo através da história. Então, são questões que nós temos que realmente nos concentrar nelas. É tomar aquela decisão política que falou o Senador César Borges. Eu acredito que agora se tomou efetivamente uma decisão política em relação à defesa. Eu acredito nisso. Estou convicto disso. Eu, pelo menos, já tomei e acredito que o Governo a tomou. Por todos os contatos que eu tive e por tudo que eu vi das autoridades de Governo em relação a esse assunto. Acho que se tomou. Eu tenho apenas uma preocupação que eu tenho discutido com o Inácio, que não é só o Inácio que está mudando, reformulando, o Diretor de programas dele também esta unidade. Está reformulando algumas questões dentro da secretaria para dar ma visão mais objetiva, mais operacional, mais capaz.

E aí vem até uma história interessante. Bom, nós não aplicávamos recursos porque não eram colocados à disposição. E porque não eram colocados à disposição, nós também não nos preparávamos para aplicar o recurso. Nós não vamos ter problemas de recurso. Nós precisamos agora é que os projetos e ações sejam muito claros e objetivos e muito bem definidas. Precisamos de mais laboratórios? Sim. Se precisamos, aonde vamos colocar esses laboratórios? Vamos construí-los. Mas precisamos definir isso. Precisamos de melhores programas na fronteira? Sim. Mas precisamos definir esses programas em conjunto com os Estados. Normalmente esses programas são de Estado, nós apenas damos o suporte técnico e diretrizes e participamos com recursos.

Então, a questão, eu diria, que em termos de decisão política está tomada. Agora nós temos que demonstrar capacidade para enfrentar isso. Eu diria que até a questão da aftosa está mais fácil, está mais objetiva, está mais já determinada. Porque toda a faixa de fronteira, isso foi levantado por vários Senadores, principalmente pelo Senador do Mato Grosso, quer dizer, o que precisamos fazer, quer dizer, o georeferenciamento será implantado, a vacinação será assistida. Dos dois lados. Esses acordos já foram feitos. Isso dos dois lados. No caso específico do Paraguai, que seria o caso mais sensível, nós tivemos já a primeira reunião com toda a equipe, com o Ministro do Paraguai, com todos juntos, e já teremos a próxima reunião agora no dia 21. E hoje está tendo uma mais a nível técnico.

Ou seja, as coisas efetivamente estão caminhando de forma muito objetiva e muito determinada.

Eu acredito, por toda a minha experiência de atividade pública, que eu acho que nós vamos encaminhar na direção correta. Agora, é claro que ficou muito claro a necessidade e a importância do apoio político e do apoio em termos de recurso por parte do próprio Congresso. Quer dizer, isso nós temos colocado bem na Comissão de Agricultura da Câmara e temos colocado bem aqui também. Então este apoio que os senhores estão dando é extremamente importante. Essa sensibilização que se cria em torno desse fato também é extremamente importante. Quer dizer, então, quando vem toda a bancada do Mato Grosso com o seu Governador e se reúne com o Presidente, comigo, com o Ministro do Planejamento... todos, e colocam a dramaticidade do problema, isto é importante. Isso ajuda a criar exatamente a força para essa decisão política. E depois, evidentemente, a única coisa que eu peço ao Congresso em termos de recursos, ajuda em recurso para a defesa. Porque este é o ponto nosso. O resto a gente dá um jeito. Mas a defesa nós precisamos efetivamente este apoio e acho que isso tem sido muito importante.

A questão de pessoal, claro que a defesa em si, o pessoal que será envolvido é o pessoal dos Estados, nós participamos mais com recursos. Já na inspeção e também algumas pessoas para reforçar a área de defesa nós vamos contratar agora 390 novos técnicos desse concurso. Mas se houver necessidade de mais, se a demanda for assim demonstrada pelos órgãos operacionais, nós evidentemente temos que fazer isso. E quando falo nisso eu já entro num outro tema, que é uma outra questão extremamente importante, é a questão dos genéricos. A dificuldade, por incrível que pareça, havia várias dificuldades operacionais, não de determinação, mas sim dificuldades operacionais. Hoje está mais ou menos equacionado. Mas outra dificuldade por incrível que pareça, por falta de meia dúzia de químicos, as coisas não andam. Meia dúzia de químicos? Põe lá. Tem colocar. Então há muitas decisões que tem que se tomar efetivamente no sentido também operacional dessas coisas.

A rastreabilidade, também muito bem levantada, quer dizer, é uma preocupação nós temos que caminhar muito nisso, na rastreabilidade. Sem dúvida nenhuma quanto a isso. Nós só vamos efetivamente nos tornarmos capazes efetivamente sermos os grandes exportadores de carne do mundo, na hora que tivermos rastreabilidade implantada, efetivamente funcionando. Então não há...

Agora, a estratégia, essa questão foi muito bem levantada. Alguém até me perguntou: Qual é a estra-

tégia que nós temos com os países vizinhos nossos? Evidentemente que eu acho que até cada caso é um caso. Em relação à Bolívia, o próprio Estado do Mato Grosso conseguiu um bom entendimento, as coisas estão caminhando bem. Em relação ao Paraguai, nós fizemos o trabalho, quer dizer, via Itamaraty de um lado, mas via Itaipu de outro. Porque Itaipu é uma agência binacional de uma grande integração com o Paraguai e isso facilitou o trabalho. Então evidentemente nós temos que trabalhar muito com o Itamaraty e temos que trabalhar também de outras formas de integração que pode ser a nível às vezes dos Secretários ou dos governos das fronteiras, ou de outras formas. Mas nós estamos muito determinados. Mas em relação aos demais países, não aos limítrofes, aí estamos nos articulando, tivemos a primeira reunião já com a FAU (F) no sentido de ela articular esse trabalho em relação aos demais países. E já houveram também várias reuniões, não só bilaterais como reuniões também dentro do Mercosul onde tem uma Comissão para tratar desse tema. Então todos esses mecanismos evidentemente estão sendo acionados.

O Senador Sibá Machado nos perguntava da representação da agricultura no PIB brasileiro. Dependendo do critério que se utilize, quer dizer, a agricultura em si e o agronegócio em si decorrente da agricultura representa em torno de 1/4 de economia brasileira. E em alguns Estados quase 50%. Goiás é quase 50%. O Paraná é 36, 38%. Agora, dependendo dos critérios que adote alguns economistas chegam a calcular que a influência da agricultura chega até 36% da economia brasileira. Porque aí já os serviços que gera outras economias externas, que geram pela renda agrícola em si. Então, efetivamente o tamanho da agricultura é muito grande. A importância da agricultura, claro que esses dados todos dominam, mas de repente passam às vezes despercebidos. Dos 50 bilhões de superávit da balança de pagamento, 48 bilhões são gerados pela agricultura. Quer dizer, veja que dado extraordinário. Claro que ele não é o maior exportador, mas é o menor importador, ou seja, o saldo líquido da agricultura dá praticamente o superávit da balança. E os setores que foram perguntados, quem mais contribui para o agronegócio. E quando eu defino o agronegócio aqui, nós estamos definindo o agronegócio é tudo, o pequeno, o médio, o grande, todos participam do agronegócio. Porque a gente tem essa ilusão que o agronegócio é o grande... Não. Agronegócio é tudo. O preconceito que nós temos um pouco em relação... Não. Agronegócio é tudo. Quando nós definimos isso, bom, o que são os grandes... Bom, complexo soja, milho, carnes... Esse ano, o maior crescimento e o nº. 01 da pauta de exportação brasileira na área agrícola é carnes. Até o

momento está superando o complexo soja. Até porque a soja já está entrando não com a força total. Café, açúcar, álcool, laranja, sucos, madeiras, papéis, celulose, se nós incluirmos. Quem é que ajuda, Samuel? Faltou algum dos importantes? Os importantes são mais ou menos esses. Dentro do complexo carne, o frango está hoje liderando em volume, depois vem a pecuária, já praticamente junto e a suinocultura com os problemas todos que foram aqui colocados, principalmente com relação ao mercado da Rússia. E aí o Deputado Neuto de Couto, Senador, desculpe, é o hábito, mas somos contrerrôneos. Mas efetivamente Santa Catarina é um exemplo, agora vai se tornar livre da aftosa sem vacinação. O que deve reabrir mercados para o Chile e deve reabrir o mercado possivelmente para a Rússia. O que aí dilui em muito a crise da suinocultura.

Bom, a questão da competição, capacidade de competição da agricultura brasileira. A agricultura brasileira de forma geral é extremamente eficiente. É uma das mais eficientes do mundo. No geral acho que é mais eficiente. Dentro da porteira. O problema nosso começa fora da porteira. Quer dizer, você imagina um produtor do centro-oeste brasileiro, ou mais especificamente, do Mato Grosso, os problemas que ele tem de logística de infra-estrutura e de custos para competir e mesmo assim, até certo ponto ele está competindo. Claro que Paraná tem... Não tem os mesmos problemas. Mas também temos problema de custos depois que nós saímos. Começando pela estrada, que já acaba nos dando custo. Ou porque é pedágio ou porque é estrada ruim. Começando por impostos, juros, enfim. Preço do combustível. É igual competir com a Argentina, preço bem mais baixo que o nosso. E assim por diante. Mas de maneira geral nós somos competitivos. E temos uma perspectiva, se soubermos nos estruturar melhor, enfrentar algumas dessas questões, algumas são... Podem ser resolvidas a curto prazo, outras a gente sabe que não, mas se a gente caminhar na direção correta, efetivamente o Brasil tem um grande potencial.

E aqui eu queria apenas desmistificar uma questão que foi levantada como uma preocupação, uma reflexão, e acho que é corretíssima a reflexão, que é a questão de vamos transformar o Brasil numa grande plantação de cana? Ou de plantas para o biodiesel? Eu diria que não. Essa preocupação nós não temos. Acho que nós temos a capacidade hoje de fazer o zoneamento, de controlarmos esse crescimento, até porque, vejam bem, nós só usamos para produzir álcool três milhões de hectares. Quer dizer, menos que usamos para a fruticultura. A metade que usamos para a fruticultura. Álcool e açúcar são seis milhões de hectares. E nós temos condições de avançar em

áreas sem derrubar uma árvore, esse pelo menos é o conceito, nós não queremos derrubar nenhuma árvore para isso, mas aproveitando melhor áreas hoje degradadas. Isso ainda é um conceito, alguém pode dizer que é um pouco teórico, mas nós podemos, não em todo o Brasil, evidentemente que o crescimento que se dá hoje na região de Ribeirão Preto, ela vai se dar efetivamente talvez avançando em outras áreas de produção. Embora haja um fenômeno interessante na região de Ribeirão Preto. Você planta cana, quando você termina o ciclo da cana, você vai lá e planta soja. Depois volta a plantar cana. Mas principalmente avançando em áreas de pecuária. Porque nós temos hoje mais de 150 milhões hoje em áreas de pastagem. Então se nós tirarmos dali três, quatro, cinco milhões de hectares para a ampliação da cana, o que levaria praticamente dez anos para esse fenômeno acontecer, isso não se daria antes de dez anos, aumentar mais cinco seis milhões hectares isso não nos traria nenhum prejuízo ambiental. Pelo contrário. Isso nos ajudaria a recuperar áreas... Então nós precisamos apenas sermos inteligentes em permitir essa expansão de forma racional. Mas eu acho que existe uma consciência muito grande em relação a isso, de todos que tratam dessa questão. Inclusive com os produtores. Nós já estamos mantendo entendimentos em reuniões com os produtores, para que eles tratem tanto a questão social como da questão ambiental. Quer dizer, está se ajustando isso. De forma muito madura.

Bom, a gripe aviária, eu penso até onde, depois os técnicos podem falar isso com mais segurança, mas até onde eu consegui já penetrar neste assunto e obter todas as informações, nós efetivamente já temos montado uma rede de proteção e de vigilância muito ágil para detectar qualquer foco de gripe aviária se ele vier a acontecer. Acho que já temos isso bem delineado, bem estruturado. E se ela efetivamente vier a acontecer, que será basicamente por aves migratórias, basicamente, ou predominantemente pode surgir de outro, mas basicamente por isso, ela dificilmente atingiria as nossas granjas ou a nossa estrutura de produção. Porque isso poderia ser isolado e controlado com muita rapidez, com muita facilidade, porque isso deverá acontecer normalmente nessa criação de fundo de quintal, não na nossa estrutura efetivamente de produção e exportação de frangos. Mas de qualquer forma, se ela aparecer num lugar o impacto que isso dá é extraordinariamente elevado. Até que se explique, até... Nós temos uma estrutura de vigilância adequada, até onde eu consegui entender isso.

A questão da execução dos agricultores, veja bem, é a questão da dívida de forma geral, agrícola de forma geral. Nós já temos estudos de cada estado

brasileiro tentando medir a capacidade de renda que tem os nossos produtores em pagar as suas dívidas. Desde as dívidas que começaram desde 95, tanto de investimento como de custeio. E estamos tentando discutir essa questão não no geral, até porque é difícil convencer a área econômica, ou até o Banco do Brasil, quando se fala em tese. Para se convencer, você tem que falar concretamente e objetivamente. Então, é claro que a capacidade de suportar o endividamento do Mato Grosso é menor do que a do Mato Grosso do Sul que por sua vez é menor do que do Paraná e assim por diante. Quer dizer, nós estamos... Nós já estamos medindo, já temos estudos sobre cada área para tentar discutir a questão mais regionalmente.

A questão das dívidas que passaram para o Tesouro, através da securitização. Eu acho difícil voltar, porque securitização julgou, mas tem que voltar para os Bancos. Também é difícil, Senador César Borges, eu defender essa questão em tese. Eu tenho que defender essa questão, mas vendo qual é o perfil dos devedores e aonde estão localizados para que eu possa ter argumentos suficientes para defender essa questão. Porque dificilmente eu conseguirei num fórum econômico uma decisão generalizada. Mas acho até com certa facilidade conseguirei sucesso se eu localizar melhor e ver melhor o perfil dos devedores. Porque, segundo informação que me deram, dentro desse perfil você tem pessoas que efetivamente agiram de forma correta, foram vítimas de toda a estrutura de produção e tem pessoas ou proprietários que não foi por esta razão. Então por isso que é muito difícil abordar a questão em tese junto ao fórum de decisões. Mas se levarmos isso com mais objetividade, e esses estudos eu já pedi. E pedi urgência nesses estudos para eventualmente ir na direção que o Senador colocou. Que eu acho que é preocupante esse assunto.

Em relação ao nordeste, eu não diria que há uma ausência de política em relação ao nordeste. Talvez ainda estejamos longe de fazer tudo que é preciso. Tanto na região do cacau, que é uma região, nós vamos nos debruçar em cima desse assunto agora nos próximos dias, porque os estudos que foram feitos anteriormente, respeitando, inclusive, os técnicos que o fizeram, ele está muito burocrático. Quer dizer, você chega e apresenta cem medidas necessárias para... É muito difícil. Parece que todo mundo sentou na Mesa, cada um deu um palpite, foi anotando e foi... acho que não tem a consistência necessária. Mas nós vamos nos debruçar em cima desse assunto logo nos próximos 10 ou 15 dias.

Agora, em relação ao nordeste como um todo, o programa biodiesel para a pequena propriedade, ela está atingindo 250 mil propriedades no nordeste. O

nordeste está com 80% praticamente do esforço que se faz para a produção das plantas que sirvam de suporte para a produção do óleo. Quer dizer, é o nordeste. Então, eu acho que há uma preocupação do Governo, isso é anterior a mim, não é do Ministério, é do MDA, mas eu que já procurei analisar o que fazem para ver a compatibilização que nós podemos ter entre os dois Ministérios, deu para observar que há um esforço extraordinariamente grande, pode ainda não estar atingindo, mas há uma decisão e esforço em relação ao nordeste para o pequeno proprietário.

Eu acho que o que cabia a mim responder está colocado. Agora podia ter ficado alguma coisa talvez mais específica que aí então eventualmente o Secretário de Defesa e o Samuel poderiam eventualmente acrescentar alguma coisa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): O Dr. Inácio Afonso, Secretário de Defesa Agropecuária solicita naturalmente a palavra para levar algumas respostas que foram solicitadas.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES (PMDB-PR): Eu só deixei de abordar a questão do fundo de catástrofe, mas não foi intencional. Esqueci. Mas as questões levantadas também foram corretas. Toda a análise feita foi correta. Inclusive eu tenho a tabela de prejuízos e porque é que algumas seguradoras saíram do mercado. Então evidentemente sem um fundo de catástrofe dificilmente nós vamos progredir nessa área. Foi a questão levantada acho que pelo Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Secretário de Defesa agropecuária, Dr. Inácio Afonso Kroetz.

SR. INÁCIO KROETZ: Sr. Presidente, componentes da Mesa, bom dia. Senadores, especialmente cumprimentando aqui o Senador Osmar Dias, com quem eu tive o prazer de trabalhar no Paraná e registrar que muito aprendi também dentro das dificuldades inerentes ao nosso trabalho lá. Nós conseguimos fazer, chegar a um resultado que a gente esperava para aquele momento. E assim cumprimento todos os Senadores aqui dizendo que a Secretaria de Defesa Agropecuária está à disposição para maiores esclarecimentos, seja formalmente ou seja na informalidade, seja por contato, nós estamos à disposição, temos pessoal que pode ajudar a detalhar melhor alguns questionamentos que aqui foram feitos e que precisam naturalmente ser melhor trabalhados tendo em vista que nós também assumimos há poucos dias esse cargo e muitas informações, naturalmente, não teríamos para fornecer com maiores detalhes. Mas eu gostaria de responder ao Senador Osmar Dias quanto à necessidade de enviar material de risco suspeito de febre aftosa para laboratórios no

norte e no nordeste. Isso trata-se principalmente de uma questão sanitária, visto que nós não podemos manipular esse vírus na área livre. Então, só com alta biossegurança que nós podemos manipular vírus ou tratamento de material suspeito. Então não é porque não tenha laboratório na região centro-sul do país, é porque material suspeito de febre aftosa não pode ser manipulado dentro da área livre. Então, por isso que os laboratórios de análise de Belém e de Recife são mais utilizados para qualquer eventualidade e necessidade de fazer confirmação laboratorial de diagnóstico de suspeita de doença vesicular. É por causa disso e em breve esses laboratórios terão que ter um nível de biossegurança máximo para trabalhar com isso. Quando nós chegarmos no momento de não termos mais área contaminada ou área infectada no Brasil nós não necessitaremos mais trabalhar com material suspeito, porque não existirá. Mas, de qualquer forma, precisamos manipular os vírus e a suspeita de vírus, esses materiais têm que ser em área não livre ou em laboratório de altíssima segurança. É o único motivo que tem de nós enviarmos os materiais para o Pará ou para o Pernambuco.

Quanto à questão da prevenção do ingresso do vírus de alta patogenicidade para influenza aviária, nós temos tomado algumas medidas. Primeiro, a proibição do ingresso de qualquer materialização de risco, aves e seus produtos provenientes de países que declararam infecção por esse vírus. Segundo, uma vigilância permanente nos pontos de ingresso, seja nos aeroportos, nos portos e demais pontos de ingresso, onde possa entrar material de risco. O monitoramento dos sítios de internada, onde as aves migratórias poderão entrar sem permissão. Elas não usam permissão para ingresso, chegam por conta própria, mas chegam a mais de cem anos que tem o vírus diagnosticado no mundo e nunca teve qualquer episódio relacionado com influenza aviária de alta patogenicidade, mesmo há mais de um século existindo esse vírus, o entorno desses sítios perfeitamente delimitados estão sendo monitorados tanto pelo Ministério da Agricultura em parceria com o Ministério da Saúde e com o Meio Ambiente. Porque são aves silvestres onde esses órgãos têm que se integrar para trabalhar capturar, coletar materiais. Os entornos desses sítios de internada não é permitido a produção industrial. Não é interessante. Ninguém se interessa também de produzir ave comercial no entorno desses sítios de internada perfeitamente delimitados. Isso faz com que, se nós tivermos um episódio no Brasil, possivelmente ele terá como primeiro local de detecção nesses pontos de internada, porque os outros pontos temos como controlar um pouquinho melhor. E mes-

mo assim sempre considerar que o Brasil jamais teve algum episódio de influenza aviária.

Quanto às ações feitas rapidamente um minuto sobre as ações que o Brasil, o Ministério da Agricultura está fazendo para que se avance no controle, na erradicação continental do vírus da febre aftosa, nesse momento, hoje, amanhã estão ocorrendo ações conjuntas com os Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, o Brasil e o Paraguai lá em Pedro Ruan Caballero, onde sob recomendação da OIE estão sendo delimitadas áreas, onde deverão atuar em uniformidade os países e os estados para que ali, com vacinação assistida, com identificação individual dos animais, com rastreamento mais acentuado, com as ações de vigilância nas fronteiras muito mais intensificadas e com a participação muito maior do setor privado, que é o maior interessado de que lá não ocorra mais aftosa. Então organismos como PANAF-TOSA o Centro Pan-Americano de Erradicação de Febre Aftosa, o CAS, o CVP, Conselhos como COSALFA por recomendação da OIE e por interesse brasileiro e paraguaio e boliviano nós estamos tomando as medidas conjuntas para que se chegue num programa continental de erradicação da febre aftosa. Aqui dentro do Brasil nós temos uma tarefa muito grande para fazer. A ampliação da estrutura capaz de ser considerada um bom serviço veterinário no circuito pecuário norte-nordeste, porque aí temos áreas que se quer tem o risco sanitário conhecido e outras são de risco alto e risco médio. Tivemos essa semana a reunião junto no AGROPAC em Fortaleza onde foi acordado um plano de ação conjunta, pelo menos no circuito pecuário nordeste para que nós possamos avançar também nessas áreas. Nós temos atividades com o Paraguai e Bolívia e nós temos o nosso Norte-Nordeste em situação ainda de risco. Nós temos que trabalhar. É um trabalho árduo, é complexo, requer muito interesse, muita disposição dos Estados, como bem falou o Senador da Bahia, o Estado tem que demonstrar o seu real interesse para que se acabe com isso, porque senão não podemos avançar além daquilo que o Ministério da Agricultura tem para fazer.

Para encerrar o seguinte, as ferramentas para erradicar a febre aftosa no país e na região da América Latina existem. Nós temos que saber utilizá-las corretamente. Temos que fazer o possível para usar essas ferramentas. Não precisamos reinventar a roda.

E para lembrar a todos aqui presentes, queria só uma questão de reflexão. Para erradicar a aftosa, nós temos dois exemplos para olhar. E nos estimular. Com exemplo de Santa Catarina, meus parabéns ao Estado de Santa Catarina. Enfrentou vontade política diferente, mas fez o que tinha que fazer e deverá ser agora na próxima Assembléia da OIE, deverá ser

reconhecida internacionalmente como livre de febre aftosa sem vacinação. E por outro lado, basta olhar o exemplo do Mato Grosso do Sul, que há quase dois anos foi diagnosticado e ainda não está liberado. Nós temos dois Estados, dois exemplos de funcionamento. Um que nos anima muito e outro que nos entristece muito. Então, cada um escolhe qual exemplo gostaria de ver o seu Estado no futuro.

Então, esse era o meu pedido, esse é o anseio de toda a Secretaria de Defesa Agropecuária e mais uma vez nós nos colocamos à disposição, se pudermos ser a qualquer momento úteis para esse Senado e contribuir para que nós alcancemos o alto status de sanidade animal e vegetal para o nosso país. Muito obrigado.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES (PMDB-PR): Deixando apenas bem claro que neste momento o Mato Grosso do Sul está fazendo o seu dever de casa. Nós tivemos problema durante dois anos por questões operacionais, mal-entendido, mas nesse momento eu não tenho nenhuma dúvida que o Mato Grosso do Sul está fazendo rigorosamente o seu dever de casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Muito bem. Mais alguém? Agora com a palavra o Sr. Edilson Guimarães, Secretário de Política Agrícola.

SR. EDILSON GUIMARÃES: Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente, componentes da Mesa, Senadores, senhoras e senhores. Queria só fazer alguns comentários com relação ao seguro. Primeiro deles, seguro de renda, Senador Osmar Dias. Realmente é uma preocupação nossa no Ministério da Agricultura que a gente consiga avançar para um seguro de renda. Nós já estamos trabalhando, existem em alguns países esse tipo de seguro, um exemplo é o Canadá, nós já estamos estudando essa forma de fazer o seguro, e o João Paulo já esteve conosco lá, a equipe dele, nós estamos trabalhando junto, trabalhando aquela idéia que ele já tem, um pouco avançada para ver se a gente num futuro próximo consegue então implementar o seguro de renda que é o desejo de todo mundo.

Com relação ao seguro agrícola, queria fazer alguns comentários porque depois da lei aprovada em final de 2003 e regulamentada em 2004, nós estamos fazendo um esforço muito grande para implementar o seguro. Nós temos ainda muitas críticas de que o seguro é pequeno, o seguro só atinge alguns produtos, só atinge algumas regiões do Brasil. Eu diria que hoje já é possível fazer seguro para todos os produtos, desde que as seguradoras apresentem produtos. Apresente o produto seguro. É um desafio muito grande. Nós temos dois problemas. Do lado da oferta de seguro, as

seguradoras que faziam o seguro agrícola no Brasil tiveram grande prejuízo no passado, fugiram do Brasil e muito por causa do fundo de catástrofe, que nós estamos discutindo hoje, que existe hoje o fundo de estabilização do Seguro Rural mas ele não funciona. E por quê? Porque é um fundo que não é um fundo. O recurso entra num ano, se não é usado naquele ano, ele entra no caixa único do Tesouro e desaparece. Então no ano seguinte ele começa de novo. E não há como fazer um seguro de catástrofe com um fundo desse tamanho. Então não há como.

Então, um desafio nós já estamos vencendo que é trazer resseguradora para o Brasil. A quebra do monopólio do IRB foi um marco importante para isso, nós estamos agora trabalhando no sentido de trazer as resseguradoras, duas das maiores seguradoras do mundo saíram do Brasil nos últimos prejuízos que elas tiveram. Então nós estamos do lado da oferta, discutindo e trazendo, tentando trazer seguradoras para dentro do país.

Temos também o desafio de formar pessoal. Não existe no Brasil gente capacitada para operar seguro. Uma seguradora que resolveu entrar no Brasil foi lá no Ministério e contratou o nosso coordenador geral que era uma das duas, três pessoas no Brasil que tinha condições de operar seguro. Já nos deixou sem gente para operar. Então esse é um desafio, estamos trabalhando já com as universidades, já conseguimos fazer cinco cursos, estamos preparando mais cursos para formar gente para que as seguradoras consigam operar. Isso do lado da oferta.

Do lado da demanda também trabalhando. Porque também os produtores resistem um pouco para entrar no seguro. Eles falam: esse produto não serve pra mim. Em alguns casos é verdade. Não serve mesmo. Mas nós temos que trabalhar para melhorar esse produto. Por exemplo, nós tivemos um caso o ano passado em Goiás. Nós ofertamos o seguro e a seguradoras não ofertaram produto para Goiás e veio uma pressão muito grande. Nós discutimos e duas seguradoras resolveram fazer a oferta de produto para Goiás. Soja e milho. E pouquíssimos produtores procuraram e fizeram o seguro. Nós temos esses desafios a cumprir.

E do lado do fundo de catástrofe nós fizemos uma proposta consensuada dentro do Governo e terminamos em novembro do ano passado. E aí começamos a discutir com as seguradoras e a resseguradoras. Porque a rigor o que imaginamos é um consórcio administrado pelas seguradoras e a resseguradoras que, num primeiro momento terá recurso do Tesouro e com os anos o Tesouro deve sair, paulatinamente, até no momento que esse fundo possa ser um fundo somente privado.

Nós estamos nesse momento trabalhando as sugestões e as propostas vindas do setor privado, e a gente imagina que mais um ou dois... Eu imagino que ainda nesse mês de maio, quem sabe até começo de junho, a gente já tenha esse Projeto de Lei pronto para encaminhar para o Congresso para ser examinado e aprovado. E aí então ter no Brasil o fundo de catástrofe, que sem isso realmente não há como fazer seguro agrícola em lugar nenhum do mundo, principalmente no Brasil. Era isso. Muito obrigado. São os comentários que eu gostaria de fazer. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Não havendo mais nenhuma solicitação e aqui o Ministro comunica que não haverá mais nenhuma explicação por parte dos componentes da Mesa, e não havendo mais nada a tratar--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, só mais um minuto. Apenas para agradecer o Ministro Reinhold e sua equipe, e V.Ex^a. por atender ao nosso requerimento prontamente, dá essa oportunidade do debate e colocar também a nossa Comissão, talvez eu falo até em nome de todos e V.Ex^a., para que nós possamos contribuir, não só com o debate, mas na implementação dessas medidas que são muito fortes para o país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Muito obrigado, Senador do Paraná, Osmar Dias, por esta... Nesse momento de encerrar esta Sessão e desejar a ele, que é hoje o seu aniversário, muito sucesso, muita paz e que Deus lhe proteja. E não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 12h12

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2007.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia quinze de maio de dois mil e sete, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senador **JOAQUIM RORIZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores(as): **SIBÁ MACHADO, DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO PEDRO, CÉSAR BORGES, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, ALOIZIO MERCADANTE, JOÃO RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO e VALTER PEREIRA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Neuto de Conto, Heráclito Fortes e Cícero Lu-

cena. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Jonas Pinheiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Joaquim Roriz, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: Item Único - Audiência pública com a presença do Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Sr. Rolf Hackbart - para prestar esclarecimentos sobre correspondência recebida pelo Senador Osmar Dias, da Federação de Agricultura do Estado do Paraná, datada de 27/3/2007, referente ao objetivo do INCRA, o qual pretende vistoriar propriedades rurais sujeitas a ratificação de seus títulos de domínio localizadas na faixa de fronteira dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, sob os termos da Instrução Normativa nº 27/06, em cumprimento ao **REQUERIMENTO Nº 7, DE 2007-CRA**, de **AUTORIA** dos Senadores Joaquim Roriz, Osmar Dias e Sibá Machado, aprovado em reunião realizada em 28.03.2007. Após a exposição do Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Sr. Rolf Hackbart, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Osmar Dias, Sibá Machado, Expedito Júnior, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, João Pedro, Augusto Botelho e Flexa Ribeiro. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião as quatorze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Joaquim Roriz**, Presidente da Comissão.

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 25 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Havendo número regimental declarado aberta a 12ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Naturalmente requero a dispensa da leitura da Ata anterior. Não havendo nenhuma contestação pelos Srs. Senadores, declaro aprovada a Ata da reunião anterior.

Sobre a Mesa encontra-se um Ofício nº. 026/2007, subscrito pela Dr^a. Carolina Tavares da Silva Rockembach, Promotora de Justiça da Comarca de Manguei-

rinha, Paraná. Encaminhando termo de declarações que revela a possível prática de crime por parte do Sr. Adir da Luz, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST e outros. Informando ainda que a Promotoria de justiça já tomou as medidas relativas à apuração dos crimes de competência da justiça estadual naquela Comarca de Manguueirinha, Paraná.

Srs. Senadores, a presente reunião destina-se à Audiência Pública com a presença do Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, Sr. Rolf Hackbart, para prestar esclarecimentos sobre correspondência recebida pelo Senador Osmar Dias, da Federação de Agricultura do Estado do Paraná, datada de 27/03/2007, referente ao objetivo do INCRA, o qual pretende iniciar trabalho de vistoria em propriedades rurais sujeitas à ratificação dos seus títulos de domínio, localizado na faixa de fronteira dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Identificar as não produtivas, promover as nulidades dominiais após apossar-se das terras. Sem promover as respectivas indenizações sobre os termos da Instrução Normativa nº. 27/06 conforme Requerimento nº. 07/2007 de autoria dos Senadores Osmar Dias e Sibá Machado, encontra-se subscrito por este Presidente que foi aprovado 28/03/2007.

Nós, por solicitação do mesmo, eu gostaria de comunicar os Srs. Senadores que por solicitação do Presidente do INCRA ele nos solicitou que ele gostaria de antes das indagações, ele gostaria de fazer um Relatório sucinto dessa questão que ele considera esse assunto muito delicado e que ele gostaria de fazer um relato antes de qualquer indagação. Mas posteriormente ao seu relato, ele fica à disposição dos Srs. Senadores para qualquer indagação que for necessário. E eu cedi essa solicitação e vou passar a palavra com todo respeito ao Presidente do INCRA, Dr. Rolf Hackbart. Com a palavra o Dr. Rolf.

SR. ROLF HACKBART: Obrigado, Senador, obrigado pelo convite, Senador Osmar Dias e eu gostaria de ir direto ao ponto e deixar algumas coisas já encaminhadas.

Primeiro que esse material que vou apresentar é um esforço de situar o problema. Situar o tema que está aqui em debate. Em segundo, imediatamente disponibilizar o material para toda a Comissão de Agricultura. Então o material estará disponível, está aqui no power point, e o terceiro, Senador Roriz, eu falarei isso no final, mas de cara, de imediato, eu pedir ajuda da Comissão. Nós precisamos de ajuda, nós, o Poder Executivo, INCRA, para solucionar as questões que vou levantar aqui. Então estou aqui também numa postura de pedir ajuda, colocar o problema e ver como

solucionar. Eu gostaria então passando o power point direto. E de uma forma muito telegráfica.

O que é faixa de fronteira? É uma linha imaginária constituída por uma faixa interna de terras que se estende de zero a 150 quilômetros paralelamente a linha divisória terrestre do território nacional com outros Países desde 1955, identifica-se fisicamente como a zona de segurança nacional.

Para que serve? Serve para materializar o antigo objetivo de exteriorização da posse do Estado Brasileiro em relação aos Países confrontantes para especificar a dominialidade pública federal das terras indispensáveis a defesa do território nacional, segurança nacional, e para eleger áreas essenciais ao desenvolvimento econômico.

Recentemente teve um debate na Presidência da República sobre faixa de fronteiras, envolveu diretamente o Gabinete de Segurança Institucional, a AGU, o Ministério Público, INCRA, vários outros organismos, universidades têm debatido esse assunto... Nós temos os Procuradores do INCRA estão aqui, o pessoal da Presidência da República, na minha idéia, Senador, esse é um debate que deve prolongar. Eu andei pesquisando um pouco na madrugada e cheguei a algumas conclusões que foram ditas por muitos estudiosos. A origem do termo faixa de fronteira remonta ao feudalismo. Em que a partir depois dos muros dos feudos havia uma insegurança para aquela comunidade se desenvolver. Isso foi evoluindo ao longo da história do mundo e foi tratado em comunidades, condados, na história do Brasil, tem toda uma visão sobre faixa de fronteira ainda que permanece uma visão de segurança nacional por parte do Ministério da Defesa, há outras visões diversas e o governo brasileiro, Governo Lula está tratando esse tema no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional envolvendo o INCRA e outros órgãos.

As faixas de fronteira ao longo tempo. 66 quilômetros, mil oitocentos e cinquenta, lei de terras, Império, Constituição da República, cem quilômetros na Constituição de 1934, 150 quilômetros na Constituição Federal 1937, 46, 67 e a Emenda nº. 0169 e recentemente em termos de história na Constituição Federal de 88.

Para ter uma idéia geral, essa é a faixa... Estas são as faixas de fronteira que percorrem o território brasileiro. Então muita gente às vezes acha e até algumas pessoas me perguntaram, Senador Osmar Dias, é só no Paraná? Não. O Requerimento é se vai discutir a questão do Paraná, mas ela envolve o País inteiro nesse desenho aí. Essa aqui, o dado mais recente que nós temos do IBGE, e aqui eu fiz questão em sendo o Requerimento do Senador Osmar Dias, a faixa de

fronteira e a população urbana e a densidade rural na faixa de fronteira. E aí nós vemos onde o verde é mais escuro, onde a densidade populacional é maior. Mais intensa. Então pega o noroeste do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina, o Estado do Paraná, percorrendo toda a faixa de fronteira no Brasil. O que é a ratificação dominial? Trata-se de um instrumento jurídico de que se serviu o legislador ordinário para confirmar o domínio federal sobre a faixa fronteira e ao mesmo tempo proteger a posse exercida pelo possuidor de boa-fé. Alguns diplomas legais pertinentes. A Lei 4.947 de 66 ela fixa normas de direito agrário, ela autoriza a ratificação a 663479 dispõe sobre faixa fronteira e concessão de terras públicas, o Decreto-Lei 141475 estabelece o processo de ratificação das terras de faixa fronteira. Ele é conhecido como 14 Bis. Ele é um marco na Legislação. A Lei 9.871/99 ela estabeleceu um prazo para a ratificação das concessões feitas pelos Estados Membros. Alerto a esse Plenário que esse prazo já expirou. Acho que esse é um dos pontos do nosso debate. Se estiver indo muito rápido depois... Eu queria ser sabem didático.

Quem pode ser sujeito da ratificação? Os detentores da Legislação estadual ilegítima, fruto da indevida atuação dos Estados Membros na faixa de fronteira. Aqui nós encontramos um grande desafio, um grande nó. Isso é o que a Legislação fala. Estados Membros titularam em terra pública federal. Então essas áreas podem ser ratificadas ou não? Estão sujeitas à ratificação mediante critérios. Mais adiante nós veremos. Por que ratificar? Porque é necessário confirmar ou validar as titulações feitas pelos Estados Membros em terras de domínio da União, os juristas chamam titulação a *non domino*, o Estado não era, mas fez, então. Segundo, titulações feitas pelos Estados Membros sem o consentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional. São esses dois grandes... Duas grandes razões porque temos que ratificar. E aqui deixar de antemão claro que o objetivo do INCRA, o objetivo do Governo Federal é ratificar dentro dos critérios para dar legalidade, estabilidade, tranquilidade e ordem.

Aqui é um quadro, mais acho que para leitura posterior, é os limites da ratificação na faixa de fronteira. Nos diversos períodos, 81, 34, 34... 66 quilômetros. 13 mil hectares. Só a União poderia. Os Estados passivos de ratificação. E aqui eu andei olhando a literatura, por que surgiu 66, 150 quilômetros? Era a estimativa de alcance de um tiro de canhão. Tem toda uma concepção antiga por trás. O canhão alcança, como proteger a fronteira? Então até 66 vocês vêm essa tabela, sempre é da União. A terra é da União. O conceito de segurança nacional então vigente, mas alerta, ainda permanece isso muito forte isso no Es-

tado brasileiro. Eu não vou gastar muito tempo, mas aqui está o art. 2º da Instrução Normativa 27 que é o objeto do debate, a gente pode voltar a esse... Mas aí estão os limites.

Esse é o mapa do Brasil com a linha da faixa de fronteira em cada Estado da Federação. Então nós podemos clicar, por exemplo, Rio Grande do Sul. Olha a faixa de fronteira aonde pega. Puxa o Paraná aí... Paraná são vários Municípios. Tem um programa que a gente pode clicar em cima do Município e vêm os dados todos do Município, quantos imóveis têm, etc. Não vou cansá-los nisso. Gostaria que mostrasse o Acre. Todo o Estado do Acre praticamente está dentro da faixa de fronteira. São aquelas duas pontas que ficam fora. Roraima, por favor. Estou selecionando alguns aqui aleatoriamente, dado os Senadores que estão aqui. Roraima, essa parte de baixo, sul, que não está na faixa de fronteira. Toda a outra parte está na parte de fronteira. Rondônia, por favor. Metade. Quase a metade do Estado. Incluiu-se na faixa de fronteira. E assim percorrendo todo o território. Amazonas. Essa é a faixa de fronteira. Adiante. Faixa de fronteira de zero a 150 quilômetros por Estados Membros. Fonte IBGE INCRA. Esse é o dado oficial por Estado, quantos hectares.

Então, Paraná, são 19.9 milhões de hectares. Desculpa, é área total do Estado. Fronteira, 5.5. 27,8% do Estado do Paraná está situado dentro da faixa de fronteira. Acre, 99,32%. Amazonas, 23. Roraima 70%. No total do País, o Brasil tem 851 milhões de hectares dos quais 143, eu estou arredondando os números, encontram-se dentro da faixa de fronteira, perfazendo o total de 17% do território nacional. Esses são os dados oficiais do Estado Brasileiro que estão disponíveis hoje. IBGE trabalha com isso, o INCRA, Ministério da Defesa, Integração...

Totais de Municípios por região. Região norte então. Rondônia são 27 Municípios. São 98 na região norte, região sul 413. No Paraná são 139 Municípios, no Rio Grande do Sul 182. O total de Municípios no Brasil são 570 estão situados dentro da faixa de fronteira.

Quadro comparativo entre... E aqui acho que agora nós vamos ao ponto. Acho que seria no meu entender o objeto grande do início do debate aqui. Instrução Normativa nº. 42/2000 e a Instrução Normativa 27-A de 2006. A 42 estabeleceu diretrizes para a ratificação de terras públicas na faixa fronteira. A 27 alterou a 42 para adaptá-la à legislação federal e à Constituição. Senador Osmar Dias, com todo respeito, para mim esse é o ponto. Por que o INCRA aprovou a Instrução Normativa 27-A? Porque nós tínhamos inúmeras ações civis públicas do Ministério Público Federal e um debate enorme dentro da Advocacia Geral da União, cobrando

do INCRA a adequação dessa Instrução Normativa ao que preceitua a Constituição Federal e a Lei Agrária. O ponto está na linha de baixo. Os índices de exploração do imóvel rural na 42 eram 50% e agora o GUT, que é o Grau de Utilização da Terra de 80 e o GEE que é Grau de Eficiência Econômica é de 100%. Isso foi uma exigência da Advocacia Geral da União, várias ações civis. E aqui indo mais direto ao ponto, documento da FAEP e a Instrução 27 o que diz em linhas gerais o documento da FAEP que é a Federação Patronal do Estado do Paraná? Que não há vasos comunicantes, se me permite, entre a Constituição, a Lei Agrária e essa Instrução Normativa. A nossa Procuradoria, a Advocacia Geral da União, o Ministério Público, entendem que sim. O critério de cumprimento da função social de um imóvel rural ele tem que ser o mesmo. Tanto para efeitos de desapropriação para fins de Reforma Agrária como para ratificação. Eu gostaria de chegar bem no ponto. Acho que esse na minha opinião é o ponto. Muitos proprietários, muitos setores dizem... Não. Esse critério é para efeitos de cumprimento da função social para fins de desapropriação. Outra coisa é a ratificação em faixa de fronteira. Sempre alertando esse Plenário, evidentemente que os Parlamentares aqui presentes sabem, mas existem muitas iniciativas e Projeto de Lei tramitando no Congresso Nacional que têm outras propostas sobre esse tema. Esse é um assunto antigo que esse Governo está encarando na medida do possível.

Bom, a Lei 4.966 subordina... Bom, o procedimento de ratificação, ele está previsto em que lei? 4.947/66 que subordina as alienações e as concessões a serem ratificadas aos objetivos do Estatuto da Terra. O que é que diz o estatuto? É assegurado a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra condicionado pela sua função social na forma prevista na lei. É dever do Poder Público zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social.

Constituição 88. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus e exigências estabelecidos em lei aos seguintes requisitos: Um: Aproveitamento racional e adequado. É aí que está o GUT e o GEE. Na nossa Instrução Normativa nós estamos levando em conta só o inciso I, deixando de lado os recursos naturais, relação de trabalho, bem-estar entre proprietários e trabalhadores. Dentro do inciso, aproveitamento racional adequado, que entra o grau de utilização, e grau de eficiência econômica. Grau de utilização é área aproveitada sobre a área aproveitável. Tira a reserva, tira parque, tira cerca, tira casa. O que é que é aproveitável? Então o que ele aproveita da área sobre aproveitável vai dar o grau de utilização, o mínimo então

é de 80%. Na Lei Agrária 862993 que regulamenta a Reforma Agrária. Considera-se propriedade produtiva aquela explorada econômica e racionalmente, atinge simultaneamente grau de utilização de eficiência segundo índices fixados pelo órgão federal competente. Aqui que tem também todo esse debate sobre os índices de produtividade, que é um outro assunto. O grau de utilização da terra para efeito do caput desse artigo deverá ser igual ou superior a 80%. Esse é o ponto. E o grau de eficiência, segundo os índices de lotação animal ou para grãos ou para vegetais têm que ser de 100%, segundo a equação montada. Providências que a Lei 987199 determina ao INCRA. Aqui eu queria deixar muito claro. Cabe ao INCRA cumprir a lei. Essa é a lei que está em vigor. Decorrido o prazo que está estabelecido no caput sem que tenha sido requerido a ratificação autorizada a União, gostaria que prestassem bem atenção. Passou o prazo, autorizado à União ou não sendo essa possível por desatendimento às disposições no Decreto 14 Bis 75, o INCRA deverá. Isso que está sobre a minha Mesa, declarar nulo o título de alienação ou concessão em ato motivado no qual demonstrada a nulidade originária do título e a impossibilidade da ratificação. Se for impossível. Dar carência à decisão do interessado e publicá-la no Diário Oficial da União, promover o cancelamento dos correspondentes registros na forma do disposto da 6.739, procedendo-se em relação a eventuais ocupantes do imóvel conforme previsto... Do referido lei. Requerer o registro do imóvel em nome da União no competente registro de imóveis.

Por fim, e aí gostaria de abrir o debate. A disposição e a determinação do Governo nesse ponto vai na seguinte linha. Primeiro, deixar claro que a lei ela é muito clara. Que a pequena e a média propriedade, desde que não possua outra deve ser ratificada de ofício. Então isso é muito importante. É a pequena e a média de ofício. Desde que não possua outra. Sempre lembrando para efeito de pequena, médio e grande, até quatro módulos fiscais pequena, de quatro a 15, média, e acima de 15 módulos fiscais é grande propriedade.

Segundo. Nosso objetivo é ratificar as grandes propriedades rurais e os grandes imóveis rurais na faixa de fronteira mediante essas condições. Ou outras que forem impostas pela Legislação. E aí é um ponto que eu peço ajuda dessa Comissão e desta Casa, se tiver que mudar a lei, dispositivo constitucional, aqui é um bom ambiente para fazer essa mudança. Agora, nós temos que cumprir a lei. Segundo, nós estamos analisando e vamos analisar caso a caso. É muito fácil mostrar um mapa, mas cada caso é um caso. Cada imóvel tem uma história de ocupação, de documentação,

existem imóveis rurais com mais de 20 documentos na mesma área. Terceiro. É uma decisão da direção do INCRA. No que a gente conseguiu em termos de alçada, é considerar a situação hoje desse imóvel. Isso é muito importante. Se formos lá na origem, tem todo um debate de como essa área foi ocupada em 1930, 1920, 1880. Nós estamos para efeito de vistoria de avaliação, considerando a situação hoje. Situação real encontrada hoje. Quarto. Não existe um plano massivo maquiavélico de retomar todas as áreas grandes situadas em faixa de fronteira. Isso não existe. Não é determinação, não está sendo feito em nenhum Estado. Nós temos perfeita consciência da complexidade desse assunto. Mas, para efeitos de Reforma Agrária, nós vamos avaliar inclusive se os imóveis servem para Reforma Agrária ou não. Tem muitas áreas que podem inclusive ser ratificadas ou não, mas nem interessam para a Reforma Agrária. Então nós também vamos avaliar do ponto de vista do Programa Nacional de Reforma Agrária do que estabelece a legislação se aquele referido imóvel rural é viável para realizar o assentamento, que se desenvolva, que tenha renda, que tenha cidadania e que progrida. Não existe nenhuma determinação e nós estamos aqui no encontro nacional de todo o INCRA, ontem, hoje e amanhã, todos os Estados, todas as superintendentes, isso já foi passado para todos os superintendentes, e nós não temos um plano de retomada de criar instabilidade, não. Ao contrário. Nós queremos dialogar.

O que eu acho fundamental e aí encerro dentro do meu prazo, Presidente, fazer o ordenamento fundiário nesse País. Meses atrás eu estive no Uruguai. Claro, o tamanho do Uruguai não se compara em termos de território. Não tem um centímetro do Uruguai que não está titulado devidamente georeferenciado. No Brasil não. Nós temos um vazio enorme nessa área. E este Governo e o Estado Brasileiro através desse Governo está enfrentando ordenamento fundiário do País. Dizer o que é terra pública federal, o que é estadual, o que é terra privada. Qual é o destino para essas áreas. Isso que é fundamental. Serve para desenvolver um pólo de desenvolvimento de grãos, floresta, reserva ambiental, é área indígena, e de comunidade tradicional de quilombola, serve para Reforma Agrária ou não serve? Tem muita terra no País. O País é muito rico. Nós temos duas grandes vantagens, muita terra, muita energia, muito sol, uma fotossíntese fantástica, no bojo da discussão de uma nova matriz energética para o mundo, que o mundo está de olho no Brasil. Na Amazônia legal, no cadastro do INCRA são 142 milhões de hectares de terras públicas federais não destinadas. Não destinadas, não quer dizer que não estão ocupadas. Mas elas nunca foram destinadas.

Então, devem... Hoje as parcerias com os governos estaduais ela melhorou muito. E sempre se tratando de faixa de fronteira no INCRA em qualquer legislador, nós trabalhamos com... Qual é o binômio? Obtenção, ratificação, legalização, e destinação. Esses são os dois pontos.

Eu encerraria por aqui dizendo, me colocando à disposição, não só o INCRA como as outras áreas do Governo Federal, o Presidente da República tem me dito sempre, eu quero regularizar, eu quero titular tudo que for possível para gerar tranquilidade e estabilidade no País para que se tenha paz e produção.

Nós do INCRA estamos dispostos a ouvir, acatar sugestão, ver o que depende de legislação, o que depende de norma interna para que a gente consiga desenvolver o País de forma sustentável, com paz e produção. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Assim sendo, eu vou passar a palavra ao primeiro Senador que solicitou, autor do Requerimento de convite ao Presidente do INCRA pelo seu comparecimento a essa Comissão, que é o Senador Osmar Dias, a quem eu passo a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, Senador Joaquim Roriz, Presidente do INCRA, Rolf Hackbart, alguns pontos que eu bordaria na minha participação aqui já foram esclarecidos pelo Presidente do INCRA. Mas eu gostaria de deixar claro de minha parte o seguinte. Eu sou representante de um Estado onde 139 Municípios estão na faixa de fronteira, e 40 mil proprietários rurais estão garantindo a segurança da faixa de fronteira com suas famílias há décadas. Alguns mais de um século. Eu quando trouxe o assunto à Tribuna do Senado, eu não trouxe concordando com todas as afirmações que havia no ofício encaminhado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná. Mas trouxe principalmente pela preocupação da Federação da Agricultura do Estado do Paraná em relação ao tema, porque se no Paraná são 40 mil proprietários rurais e 27% do território, a gente viu pelo mapa apresentado pelo Presidente do INCRA que no Brasil esse número não é tão diferente. Se não me engano são 26% do território nacional que estão na faixa de fronteira. 17%.

Bom, de qualquer forma é um percentual expressivo. Onde estão localizados principalmente na região que foi mostrada na região sul do País, onde se concentra mais também atinge o Mato Grosso do Sul com mais incidência de propriedades e famílias até pelo extrato fundiário do Paraná naquela região sudeste que é o minifúndio, mesmo, e onde já foi feita uma grande Reforma Agrária. Pois bem, o próprio Presidente do INCRA na sua explanação disse que as pequenas e

médias propriedades, ou seja, aquelas qualificadas abaixo de 15 módulos fiscais, elas poderão ter seus títulos ratificados de ofício. No caso do Paraná, são 30 mil propriedades que se incluem neste cenário. No Brasil certamente um número significativo de propriedades que poderiam já ter seus títulos ratificados. Eu não vou focar a minha questão naquilo que o Presidente do INCRA disse que seria o objeto principal. Porque eu concordo que o INCRA tem que obedecer a lei. E a lei determina a que está em vigor que o grau de utilização da terra tem que ser 80% e a eficiência 100% ou mais. Isso tudo é legal, combina, sim, com a Constituição, eu também concordo com isso. Mas o que hoje leva uma grande insegurança para os proprietários rurais da faixa de fronteira é que 99 obrigou os proprietários a procederem e eles tiveram um custo para fazer os procedimentos, a medição, a locação da sua propriedade, o levantamento das características agrônômicas, um processo que foi produzido para cumprir a lei de 99, que já completa, portanto, oito anos de lei, obrigando os proprietários a contratar engenheiros agrônomos, topógrafos, fazerem o levantamento da cadeia domínial de suas propriedades. Tudo isso gerou um custo. Uma propriedade pequena no Paraná, abaixo de 50 hectares, por exemplo, eu peguei esses dados para ver quanto tinha custado para o proprietário fazer isso, cinco, seis mil reais. Para fazer esses procedimentos exigidos pela lei. Uma propriedade média, grande, 10, 12, 15 mil reais para fazer esses procedimentos. Porque os técnicos foram contratados, fizeram Projeto, esse Projeto foi encaminhado ao INCRA. O que está gerando a insegurança, Presidente, não é o fato de se levar a lei em conta e chegar numa propriedade que não esteja cumprindo proceder a desapropriação. Mas, primeiro, é que a notícia que correu que não seria a propriedade desapropriada. Seria a propriedade expropriada e voltaria para o domínio da União. Essa foi a notícia que correu. E isso gerou insegurança. Isso para a grande propriedade, não estou falando para a pequena, não. Que a lei protege a pequena. Ouvimos o senhor fala aqui. Agora, o grande problema mesmo é a questão que fica, por que até hoje não houve a ratificação de nenhum título de propriedade? Oito anos. Há proprietários que no primeiro ano, 99, já cumpriram a determinação do INCRA e encaminharam os seus processos para o INCRA. E eu pediria licença ao Presidente para ler só uma página do documento da Federação da Agricultura porque está muito simples de entender e fica até mais fácil de entender qual é o espírito que me trouxe, que me motivou a convidar o Presidente do INCRA para a gente ter esse debate aqui e não é no sentido, Presidente, de contestar o INCRA ou promover aqui um debate de crítica ao INCRA. Pelo contrário, é

para atender aquilo que o senhor disse no começo da sua exposição, que essa contribuição contribua com o INCRA para o cumprimento da legislação e desses objetivos aqui de dar segurança, principalmente, aos proprietários de faixa de fronteira. Eu vou ler uma página só que é a seguinte. Ele fala: A situação atual da ratificação do Paraná e eu transformo isso em a situação da ratificação no Brasil, porque é a mesma coisa. “Com edição da Lei 9.871 de 99 a partir de meados do ano 2000 os produtores rurais situados na faixa de fronteira, passaram a protocolar no INCRA requerimentos para a ratificação de seus títulos de domínio. Se por um lado, segundo dados aproximados do INCRA são 40 mil os processos existentes na autarquia no Paraná, por outro consta-se que já se passaram sete anos e o INCRA não promoveu nenhum trabalho organizado de vistoria para efetivar as ratificações. Dada a situação de indefinição do processo ratificatório que vem gerando intranquilidade junto aos produtores rurais, a Federação da Agricultura formalmente solicitou ao INCRA por duas vezes informações sobre a questão. Foi somente por força de interpelação judicial - está aqui os números dos autos inclusive - que a superintendência regional do INCRA respondeu de forma vaga e evasiva, o pleito requerido pela federação. A situação atual da ratificação no Paraná e acredito que seja nos outros Estados também, é de que o órgão federal responsável não sabe em números exatos quantos são os processos, quantas propriedades devem ser ratificadas de ofício, as pequenas e médias, e não sabe precisar também quando os trabalhos serão iniciados - São essas as dúvidas - Mesmo sem querer especular na inexatidão dos números, é possível estimar pelo perfil fundiário das regiões que compõe a faixa de fronteira que dos 40 mil processos existentes no Paraná, cerca de 30 mil são de propriedades que podem ter seus títulos ratificados de ofício mediante ato administrativo do INCRA. Há por outro lado uma questão que até o momento não foi discutida e vai se apresentar quando da execução da ratificação. É a questão das situações legais que se dão sobre o imóvel, domínio e posse. - Então, as questões legais que se dão sobre o imóvel, domínio e posse - A legislação determina que quando o imóvel rural não estiver sendo explorado, ele venha a ter o seu domínio anulado. Fica a posse que está sendo exercida pelo proprietário independentemente de índices de exploração e de moradia habitual. Anula o domínio, mas fica a posse. Essa é uma confusão que vai se estabelecer. Portanto, é de se prevê exaustivas demandas judiciais quanto à discussão da posse o que irá redundar a prevalecer a instrução 27 em verdadeiro teatro do absurdo. Isso é o que está escrito aqui. Vejamos, com base na Instrução

Normativa nº. 27 se a propriedade vistoriada não for produtiva, o INCRA promoverá anulação do domínio. Como resta a posse ele só poderá se emitir nesta por meio da desapropriação. Mas o que desapropriar se o domínio foi anteriormente anulado? Ou será que o INCRA vai ajuizar uma ação processória? Ou ainda a posse ilegítima será usurpada mediante as invasões sob o comando do MST? - Isso é o que está escrito esqui, viu Presidente. Não sou eu que estou afirmando, não. Estou lendo o documento da federação. - Enfim, a ilegalidade da Instrução Normativa 27 o total desconhecimento do INCRA quanto à realidade da ratificação e sua inércia executiva, a questão do binômio, domínio e posse e a desenvoltura com que os movimentos de sem terras tendo em confronto com a lei permite nos afirmar com certeza que o cenário está armado para um grande conflito fundiário”.

Aí vem alguns questionamentos. E eu vou resumir esses questionamentos para tornar mais fácil até para o Presidente do INCRA, centrando o foco exatamente na questão da ratificação. O INCRA através da lei, quer dizer, o proprietário tem que cumprir a lei. Ele tem que produzir, ele tem que ter o grau de utilização cumprida, ele tem grau de eficiência cumprida, tudo. Mas o INCRA que é o executor ou o fiscalizador da lei precisa cumprir a lei também. E qual é a parte do INCRA nessa lei? É fazer a ratificação. Porque se o proprietário já apresentou os processos, já gastou para apresentar esses processos e está lá vivendo na insegurança, tem que haver um motivo pelo qual o INCRA não fez ainda essas ratificações quando já se passaram oito anos do início desses procedimentos.

Então, essa é a principal pergunta que eu faço. E claro aqui a Federação da Agricultura faz outras perguntas que eu vou deixar com o Presidente, porque eles inclusive colocam uma pergunta aqui a seguinte: É orientação da direção do INCRA o não atendimento a pedidos formais feitos por entidades e produtores rurais que têm CNPJ, estatutos e diretoria conhecidos? Se não, quais as providências que serão tomadas pelo Presidente do INCRA junto a Superintendência Regional do Paraná? Então isso aqui dar-se em relação a aquilo que foi preciso uma interpelação judicial para obter a resposta.

O que existe Presidente, é que nós, pelo menos da minha parte eu estou aqui para atentar levar para o meu Estado, informações concretas do INCRA a respeito de quando se dará o procedimento administrativo para de ofício ratificar os títulos de propriedade de pequenas e médias propriedades E segundo, tomando os procedimentos legais, ratificar as propriedades que já cumpriram as determinações legais e o processo se encontra no INCRA já há cinco, seis, sete, oito anos. E

se o INCRA tem estrutura para fazer, para adotar essas providências. Se não tem estrutura, como é que o INCRA vai fazer para cumprir a lei. Essas são as perguntas que eu deixo a princípio.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Presidente do INCRA para responder as solicitações do Senador Osmar Dias.

SR. ROLF HACKBART: Eu agradeço muito os questionamentos e as contribuições do Senador Osmar Dias que sempre publicamente fala de forma determinada e com muito conhecimento e quem vive a situação. No caso o Estado do Paraná. Nós, a gente não consegue divulgar tudo que a gente faz, mas nós estamos com um avanço enorme em termos de georeferenciamento de território brasileiro. Esses dias eu recebi a ligação de um militar de alta patente da antiga parabenizando o Estado Brasileiro por finalmente nós comprarmos mais de 90 estações geográficas. Estão sendo instaladas no País inteiro. Isso significa que esses marcos, o percentual de erro vai ser de no máximo três a cinco metros. E qualquer GPS fixado nesse ponto tendo esse ponto como referencial nós podemos ter uma precisão muito maior do território brasileiro e conseqüentemente dos imóveis rurais. O que a lei determina do georeferenciamento dos imóveis rurais para que todos entendam, além agora da escritura, do documento no cartório tem que ter o mapa. E muitos proprietários rurais no País inteiro estão fazendo. E hoje como nós vivemos num mundo com a tecnologia da informação muito sofisticada e avançada, com as fotos de satélites, não existe mais... Pelo menos lá na minha terra, a minha propriedade vai até aquele monte, vai até aquela árvore, aquele rio. Agora não. Nós vamos saber exatamente o tamanho. E esse trabalho de georeferenciamento precisa ser feito no País. Qual é o ponto central? E a minha proposta, Senador, eu me proponho como Presidente do INCRA enquanto estiver no cargo, evidente, fazer uma reunião no Paraná com a FAEP, com os técnicos do INCRA, e a FAEP e outros setores interessados para organizar o trabalho de ratificação no Estado do Paraná. Qual é o nosso desafio? E o senhor sabe muito bem. Capacidade operacional. Esse é o grande desafio. O INCRA estava sendo desmontado. Nós hoje estamos com 1.500 servidores novos. Estamos pleiteando chamar mais 650, computador, GPS, carro, são processos antigos, não existe aí, o senhor tem razão, pode até ter explicação, nós temos. Agora, não existe justificativa, o Estado Brasileiro demorar tanto tempo para ratificar. Que isso cria instabilidade. Qual é o nosso desespero? Tocantins, Mato Grosso, toda essa faixa aí, Rondônia, Acre, deslocando equipes e técnicos, capacitando, usando a

tecnologia, recepcionando a documentação. No Mato Grosso é um caso clássico. Proprietários rurais. Na maioria grande em condições de fazer o georeferenciamento entraram com a documentação no INCRA e o INCRA não consegue analisar e dar conta. Esse é o ponto. Do nosso ponto esse é o maior gargalo. Capacidade operacional. Como resolver? Organizar a demanda por Estado. E a minha proposta é começar pelo Paraná. Iremos lá nós dois publicamente numa reunião de trabalho e depois anunciarmos publicamente o calendário. Quantas vão fazer esse mês, quantas no mês que vem. As pequenas e as médias, basta o INCRA checar se o proprietário tem outra ou não. Registra no cartório. É quase de ofício, digamos. Isso é fácil de ver. E organizar essa demanda no Estado do Paraná, mas no País inteiro. Buscando parcerias com os governos estaduais, parcerias com universidades, para ter mais gente para organizar esse trabalho. Evidentemente que a responsabilidade é do INCRA.

O que diz a lei, acho que esse é o ponto, Senador, decorrido o prazo, questão da posse do domínio, sem que tenha sido requerida a ratificação autorizada à União ou não sendo esta possível, o INCRA deverá declarar nulo o título de alienação ou concessão em ato motivado no qual demonstrada a nulidade originária do título e a impossibilidade de ratificação. Ele vai declarar nulo o título de alienação ou concessão. Dois, dar ciência ao interessado e publicar no Diário Oficial, promover o cancelamento dos correspondentes registros na forma da lei procedentes em relação a eventuais ocupantes, conforme previsto. E requerer o registro do imóvel em nome da União.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): E a posse. No caso. No caso desse, a posse como é que fica? Porque tem o domínio e a posse.

SR. ROLF HACKBART: Se eu entendi bem ela é nula. Mas estou aberto a discutir. Eu tenho que consultar a Procuradoria... Essa é uma questão...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu sou agrônomo. Não sou Advogado. Então não vou discutir. É que eu li aqui no documento escrito por um Advogado da Federação da Agricultura colocando essa dúvida, e coloquei essa dúvida ao senhor.

SR. ROLF HACKBART: Ele vai ser indenizado das benfeitorias e desentrosado. Esse que é um termo feio, mas tecnicamente é esse.

Por fim, Senador, não há nenhuma determinação do INCRA em promover instabilidade, desorganizar a questão jurídica e a situação dessas áreas. O que me proponho nesse caso do Paraná como ele é muito evidente, mas não é só... É irmos ao Paraná, organizarmos o trabalho lá, organizar essa demanda, ver quantos processos têm no INCRA, quantos que já estão pron-

tos para responder. Criar uma força tarefa lá no Estado. Porque para região sul com certeza o Paraná seria e será um bom exemplo de como resolver.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, só para concluir a minha parte, permitir que os outros Senadores façam as suas perguntas, a questão principal que eu coloquei não diz nem respeito a discutir aquelas questões técnicas de grau de utilização e tudo mais, porque eu também estou de acordo que a lei que está em vigor tem que ser obedecida e o INCRA é o órgão do Governo que tem que fazer obedecer nessa área. Mas a questão da ratificação, é que não está bem clara pra mim. Vamos supor que a gente faça lá uma reunião com a Federação da Agricultura. E depois o INCRA não tenha estrutura suficiente e necessária para fazer as ratificações. Nós não vamos criar uma expectativa que vai exacerbar ainda mais os ânimos de uma região que já está com a intranquilidade assentada. Quer dizer, nós temos já hoje uma insegurança. De repente nós vamos fazer uma reunião na Federação da Agricultura e dizer: Vamos fazer um cronograma e depois esse cronograma não é cumprido porque na verdade a lei já estabelecia o cronograma. Ela dava prazos também para o INCRA para fazer a ratificação. E não houve o cumprimento de prazos por parte do INCRA.

Então a minha preocupação é se fazemos uma reunião e combinarmos, vamos fazer aqui um esforço concentrado para fazer as ratificações, se depois nós vamos conseguir cumprir essa expectativa. Porque senão fica mal eu e fica mal o INCRA. Essa é a minha preocupação.

Se a resposta for: Não, isso não vai ocorrer, nós vamos cumprir o que for predeterminado, eu topo fazer a reunião.

SR. ROLF HACKBART: Só aproveitando. Acho, Senadores, do jeito que está é ruim. Então eu prefiro organizar o trabalho e assumir compromissos e essa é a nossa obrigação. A forma como a gente vai fazer, falar primeiro com o INCRA do Paraná, organizar, ver o número de processos, estabelecer um ritmo de trabalho. Eu acho que ele tende a ajudar para dar mais transparência, mais tranquilidade, orienta... Declarar publicamente que não existe esse plano de desestabilização. Esse a notícia aqui da Procuradoria é que o STF não reconhece posse. Só a de boa-fé. Então o debate começa... Então nós temos que fazer uma reunião e analisar esses... Agora... Só as benfeitorias de boa-fé e não reconhece a posse. Essa é a resposta hoje.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas então eu aceito a sugestão de fazermos uma reunião na Federação da Agricultura e espero com a sua Assessoria combinar então a data dessa reunião.

SR. ROLF HACKBART: Desculpa, só Senador. O Governador do Estado do Paraná, eu já procurei ele para pedir ajuda de técnicos, equipamentos, prefeituras, universidades, EMBRAPA, para fazer o mutirão. Qual é o nosso desafio, Senador? Não é só o Paraná. É o País inteiro. Ou o País dá legalidade, estabilidade e ratifica, e a determinação do Presidente da República é, não poderia ser outra, é ratificar dentro dessas condições. E com certeza em termos de número de imóveis, nós vamos ratificar mais de 90%. Qual é o desafio? Chegou a hora. Parece depois de 500 anos, quem leu Darcy Ribeiro e outros livros de como o nosso território foi ocupado, como foi constituído o seu povo, ou se legaliza de uma vez por todas ou essas pendências vão continuar. E eu quero fazer aqui um registro, o que governo passado fez foi muito correto. Os Ministros Jungmann na época estabeleceram as regras, estabeleceu prazos, chamou... Mesmo no Estado do Paraná foram ratificados vários imóveis rurais. É que cada imóvel é um processo. Ele tem que ser analisado, tem que ser avaliado, tem ser do ponto de vista jurídico. O Ministério Público, o Tribunal de Contas da União, a Advocacia Geral da União acompanham todo o nosso trabalho, o que é bom para dar legalidade e transparência. O nosso desafio é: Celeridade. Não é por falta de legislação. É celeridade para dar tranquilidade e resolver os problemas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Vou passar a palavra para o próximo solicitante que é o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, primeiro lugar eu quero dizer que a reunião foi bastante esclarecedora, já me sinto contemplado bastante pelas explicações feitas pelo Presidente do INCRA, Dr. Rolf Hackbart, e o que me consta aqui primeiro é dizer que parabênz por ter reconhecido que parte dessa legislação ainda não foi levada a cabo por dificuldades de infra-estrutura que a instituição ainda sofre bastante com isto, nós temos aqui 17% do território nacional em 27% dos Estados atingidos pela área de fronteira. Em termos populacionais eu ainda não vi aqui, mas em termos de proporcionalidade ao tamanho de cada território, vide o caso do Acre com quase 100% de sua área envolvida no procedimento dessa natureza.

Eu queria ainda a título de tirar dúvidas, Sr. Presidente, a situação da Portaria nº. 10. Se ela vem colaborar e em que tipo de colaboração a Portaria nº. 10 ela se associa da Portaria da Instrução Normativa nº. 27. Segundo, é o custo que o INCRA teria para dentro de um prazo não muito longo, ter de investimentos para que ele pudesse cumprir rapidamente com que preceitua a lei. E se tem assim a grosso modo o nú-

mero de propriedades, a grosso modo, pelo menos a aproximação de número de propriedades que teremos que passar por todo este processo até agora. E destas, qual é o número de propriedades que já se adiantou, que já procura o INCRA para a solução deste problema. E se poderia num caso, que eu considero as duas pontas do problema, considero o Paraná realmente pelo número de propriedades de Municípios, mas representa ainda em relação a tamanho do Estado 27%. No caso do Acre, 99%. Se não poderíamos também fazer um debate mais específico da situação do Estado do Acre, indo ao nosso Estado para que a gente pudesse também absorver a preocupação que hoje é muito grande lá do nosso Estado, que envolve não só a nossa bancada, mas o conjunto de instituições que se envolvem nisso e que nós pudéssemos também fazer uma conversa dessa natureza lá no Estado do Acre. E na medida do possível, acho que cada Estado pudesse ter um esclarecimento mais de público, Presidente, através do INCRA local ou das instituições locais fazer de imediato uma explicação parecida como essa. 11 Estados, é claro, teria que ter 11 reuniões, não sei se daria tempo para isso, começando pelo Paraná, reivindico no caso da Amazônia começar pelo Estado Acre, mas que acho que nivelando essas preocupações nós adiantaríamos ao máximo a uma preocupação que evitaria até no meu entendimento qualquer conflito desnecessário por conta até talvez de uma desinformação ou de uma informação que esteja, digamos assim, extemporânea.

Acredito que eram essas minhas preocupações, e se necessário for, Sr. Presidente, surgir alguma que eu pudesse perguntar no decorrer da explanação do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Olha, por se tratar de... Nós estamos discutindo aqui com o Vice-Presidente, o Osmar Dias e o Sibá Machado foram os autores da solicitação da presença do Presidente do INCRA.

Então, nós estamos dando o privilégio do Presidente respondê-los individualmente. Mas posteriormente se os senhores entenderem que pode falar todos, ou grupos de cada dois ou três aí ele poderia anotar e responder. Facilitaria o nosso trabalho. Ele concordando, então está com a palavra o Presidente do INCRA para responder as solicitações do Senador Sibá Machado.

SR. ROLF HACKBART: Agradeço a pergunta do Senador Sibá Machado que conhece o País, conhece a região norte, de um Estado que praticamente 100% da sua área está dentro da faixa de fronteira, gostaria de aproveitar e comentar rapidamente alguns pontos.

O termo faixa de fronteira ele surgiu em 1777 com o Tratado de Santo Ildefonso. Isso é uma idéia dos espanhóis, dos portugueses para preservar as fronteiras em termos de segurança. E da igreja. Das igrejas. Na época mais da igreja católica. Eu acho Senador que um bom debate aqui no Congresso Nacional, na verdade, perpassa pelo conceito de segurança nacional e o que é uma faixa de fronteira hoje em 2007. Nós, o INCRA, estamos agora vivendo a situação dos brasileiros residentes na Bolívia que estão retornando a seu Estado. É um assunto, mas eu não encaro ele como um assunto de segurança nacional. Nós precisamos obter terra nessa região para assentar os nossos cidadãos. Eles reivindicam terras. Muitos. São famílias muito pobres. Eles não querem todo mundo para Rio Branco, para Manaus, querem terra. Querem produzir. Sabem. São castanheiros, são seringueiros que querem viver naquela região. Segundo, eu estou à disposição aí para o Acre também. Agora, qual é o difícil em sendo o Poder Executivo e aqui estou numa sala em que muitos aqui foram Governadores e têm larga experiência no Executivo. Eu não posso, e aí o Senador Osmar Dias tem razão, ir para um Estado como o Paraná, qualquer um, Acre etc, e fazer um amplo debate sobre o tema. Tem que executar. Essa é a minha tarefa. Minha obrigação legal. Tem que chegar num Estado desse e dizer: O que vamos fazer.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Senador Sibá, me permite um aparte só bem pequenininho, aproveitando esse trecho da sua fala. Que é o seguinte: Duas questões que ficaram assim na minha cabeça. Primeira delas é a seguinte. Me parece que a resposta à pergunta por que é que não foram ratificados os títulos, o INCRA não tem estrutura. Me parece que a resposta é essa. Se for, eu gostaria que o senhor confirmasse. Segundo. Se 150 quilômetros é o que media um tiro de canhão, agora que tá na era do míssil e tudo mais, não vai ter que aumentar essa faixa de fronteira? Será que a gente não tinha que rever isso? Porque agora nem canhão tem mais.

Então, não é diminuir também essa distância? Será que precisa de 150 quilômetros?

SR. ROLF HACKBART: O INCRA está construindo uma estrutura. Falta muita gente? Falta. Porque o passivo é enorme. Os senhores conhecem, o INCRA. Nos Estados, esses processos estão lá organizados. Agora, qual é a prioridade? Eu vou trabalhar sempre assim, Senador, com transparência e objetividade. Pelo menos tentando. A prioridade nossa nesse período foi obtenção de imóveis rurais para assentar as famílias. E o número de técnicos disponíveis e equipamentos disponíveis não são suficientes para fazer tudo. Há também um debate interno com os servidores. Mas

não só do INCRA. É de acelerar a ratificação. Eu ando por esse País inteiro, os senhores andam também. Na maioria são pessoas de boa-fé, as benfeitorias são boa-fé, as pessoas vivem nos imóveis, trabalham nos imóveis, a duras penas. Isso é real. No País inteiro. E o nosso objetivo é dar estabilidade e ratificar. O número de propriedades que já entraram com esses pedidos, eu não tenho aqui e vou fornecer. Mas com certeza em alguns Estados ele é bem maior. Por quê? Em função da organização dos proprietários. O que é bom. Se organizam, contratam Advogados, contratam agrônomos, contratam equipamentos e georeferenciamento... E fazem o trabalho. Por quê? Para efeitos de crédito, para efeitos de legalidade... Para efeitos de ratificação, isso acelera o processo. Nós podemos fazer parcerias com as organizações. A responsabilidade sempre é do INCRA. É isso que a lei estabelece. Nós podemos fazer para adiantar o trabalho. O custo, o custo é tempo de trabalho. E equipamento. Nós estamos agora definindo o nosso orçamento para o País inteiro. Certamente o orçamento é insuficiente. É insuficiente. Mas qual é o meu trabalho como Executivo? Responder ao Presidente da República, é começar gastando dinheiro e depois pedir a suplementação. Mas se a gente organiza a demanda ao longo tempo dá uma previsão para o Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda de organizar os recursos para esse programa. E é fundamental a parceria com os governos estaduais. Os institutos de terra, os cartórios, a gente recuperar essa documentação e em alguns Estados, como em São Paulo nós avançamos muito, dá para georeferenciar já uma região toda, dar estabilidade, entregar o título e todas as implicações que essas políticas têm de crédito, cidadania e acesso às políticas públicas. Eu tenho que ter... óbvio, é minha responsabilidade. Mas na minha opinião, Senador, eu tenho que diminuir o tamanho da faixa. Agora quem sou eu para dizer. Então tem que envolver o Gabinete de Segurança Institucional, o conceito de segurança, o tamanho dessa faixa. E realmente o critério era o alcance de um tiro de canhão. Hoje pode ser internet. Se for internet é tudo uma faixa de fronteira. Mas essa Casa pode contribuir muito porque isso depende de legislação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu pergunto ao Senador Sibá Machado se o que ele respondeu lhe satisfaz.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ok, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Tá ok. Nesse instante vamos passar a palavra para o Expedito Júnior, o Vice-Presidente da Comissão, e para o Senador Suplicy pela ordem de solicitação. De maneira, Sr. Presidente do INCRA, o

senhor pode anotar o que os dois vão solicitar e fazer uma resposta aos dois ao mesmo tempo.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu quero iniciar as minhas palavras agradecendo, cumprimentando o Senador Osmar Dias e também o Senador vizinho de Rondônia, Senador Sibá. E ao Presidente do INCRA de ter vindo debater conosco hoje assunto tão importante. Eu acredito que é que o Estado de Rondônia não seja discriminado. Eu até acho que isso não acontece. Mas dos maiores responsáveis pelo não crescimento do meu Estado, o Estado de Rondônia, pela não industrialização do Estado de Rondônia, é o INCRA. Porque infelizmente nós não temos a titularização das nossas terras. Eu na semana passada discuti com o Ministro junto com a bancada federal do meu Estado, com a bancada estadual e com o Governador do Estado onde nós agendamos uma data que o Ministro está, ia até conversar com o Presidente do INCRA, nós vamos fazer as nossas reclamações, que ele estaria determinando a ida de um Diretor do Ministério para uma discussão aonde iria envolver todo o Poder Legislativo do nosso Estado, os companheiros do INCRA também lá do Estado de Rondônia. E também a nossa bancada federal.

O primeiro Estado brasileiro que fez o seu estudo de zoneamento aprovado que tem o seu estudo aprovado pela Assembléia Legislativa, pela comunidade de Rondônia, discutido com a comunidade foi o Estado de Rondônia que é o zoneamento sócio-ecológico e econômico aprovado. Eu vejo aqui os índices sobre a questão da exploração de imóvel rural, isso foi o que nós mais discutimos no nosso Estado de Rondônia. E hoje a nossa... O nosso zoneamento já define isso. O zoneamento já demonstra e já aponta quais são as áreas que nós inclusive possamos ultrapassar além dos 50% chegando até a 80%. Mas o que eu ouvi aqui do Presidente do INCRA foi duas frases, duas palavras que ele repetiu várias vezes aqui e é o que estamos tentando buscar. É a parceria com os Estados, inclusive estamos indo mais além, nós estamos tentando discutir com o Presidente da República para que as faixas de fronteiras fique o INCRA, e as demais terras, a regularização dentro de um convênio, dentro de uma parceria, repasse isso para os Estados. Eu sei que seria muito bom para o Estado do Acre porque o INCRA ia ficar praticamente com 100%. Em Rondônia já é bem diferente. Mas estamos buscando essa parceria por intermédio de convênio e esse é uma das idas da equipe do Ministro lá em Porto Velho, Rondônia, para que nós possamos começar a discutir aí a possibilidade de construirmos um entendimento para que o Estado possa ajudar na titularização das terras lá em Rondônia.

E outra palavra aqui que o Presidente usou bastante é a celeridade. Infelizmente lá em Rondônia, eu não sei até de repente entendo a dificuldade da infraestrutura, de pessoal, que o INCRA atravessa, mas o INCRA lá em Rondônia é moroso e lento. É complicado. Nós temos várias áreas de conflito em Rondônia, nenhuma delas até hoje o INCRA conseguiu resolver. Nenhuma. O INCRA não conseguiu resolver as áreas de conflito do meu Estado. Então é uma discussão que nós temos que travar aqui. Acho que nós temos que... Esta Comissão é uma das Comissões mais importantes dessa Casa. Se o INCRA está com dificuldade de orçamento, acho que nós aqui da Comissão poderíamos estar discutindo sobre isso, quem sabe estarmos apresentando solução, discutindo junto com o Presidente do INCRA, junto com o Ministro para que nós possamos ajudar aí, essa que acho que é das mais importantes. Rondônia hoje sem a titularização das terras nós não industrializamos o nosso Estado. Porque praticamente qualquer financiamento que vai se fazer no Estado a primeira coisa que exige é a documentação da terra. E nós não temos a documentação da terra.

Então eu faço aqui o apelo e quero incluir Rondônia aqui nessa discussão que o Presidente do INCRA e coloca até com uma certa cautela, até sugerido pelo Senador Osmar Dias que é negócio complicado. Você criar expectativa no Estado e depois essa expectativa sair frustrada. Então eu acredito que nós temos que daqui para frente realmente unirmos aí as nossas forças, e esse problema não é do Paraná. Eu dizia que agora pouco quando o Presidente estava fazendo a colocação e ele referiu várias vezes ao Paraná, e eu entendo, mas é um problema do País. É um problema do Brasil. Praticamente todos os Estados da federação atravessam esse problema da titularização das terras.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Joaquim Roriz, quero cumprimentar o Presidente do INCRA, Rolf Hackbart que por diversos anos antes de ir para o INCRA foi um dos principais Assessores de nosso Parlamentares aqui no Congresso Nacional, e então quando foi designado eu tive muita convicção de que ele estaria muito bem preparado como tem demonstrado para exercer esta função. E gostaria de cumprimentá-lo pela forma como respondeu as questões até agora dos Senadores Osmar Dias e Sibá Machado, e da sua disposição de ir tanto ao Paraná quanto ao Acre para ali com os agricultores estar dirimindo as dúvidas.

Gostaria no que diz respeito à questão da faixa de fronteira, e com respeito aos agricultores que estão inclusive do outro lado da fronteira, como V.Exª se refe-

riu à questão de brasileiros na Bolívia, e este assunto tem sido objeto de interesse do Senado Federal, que inclusive apreciou aqui uma disponibilidade de recursos para que o Governo Brasileiro possa estar ajudando os brasileiros na Bolívia, que possa nos dar uma informação mais completa, se tiver, sobre a situação de brasileiros, se, porventura, conhece que continuarão a trabalhar na Bolívia, sendo agricultores lá ou se, porventura, como mencionou há pouco a intenção de diversos deles de então vir para o Brasil e estarem demandando áreas para continuar o seu trabalho com agricultura. Essa é a primeira questão.

Sr. Presidente, embora o tema principal hoje objeto do Requerimento seja a faixa de fronteira, como nós estamos recebendo o Presidente do INCRA Rolf Hackbart pela primeira vez no Senado neste ano se todos considerarem adequado, especialmente o Sr. Presidente, mas acho que seria muito propício se pudermos aproveitar a oportunidade para pedir ao Sr. Rolf Hackbart que nos faça um breve balanço da realização da Reforma Agrária havida neste segundo mandato do Presidente Lula, e se, porventura, já há a definição de metas para... Seja o ano 2007 e para o quadriênio 2007, 08, 09 e 10, e como é que está se desenvolvendo, pois que no primeiro quadriênio foi possível, pelo que foi publicado pelo INCRA, a realização de aproximadamente ou de quase os 400 mil famílias assentadas conforme estava se prevendo. Mas relacionado à questão do que está se realizando até o presente e para 2007 e anos vindouros, tanto do ponto de vista de assentamento, mas também se puder nos dizer daquilo que tem sido uma preocupação do Presidente que é a Reforma Agrária seja realizada também com qualidade. Ou seja, com a devida assistência creditícia, através de instrumentos como o PRONAF, como também com a devida assistência técnica de educação para... De oportunidades de educação para as famílias que estejam sendo assentadas nas mais diversas localidades, enfim, se puder nos fazer um balanço.

E finalmente, Sr. Presidente, como há poucos dias surgiu uma questão com destaque na imprensa, acho que quem sabe possa o Sr. Presidente Rolf Hackbart, também nos dar uma informação a respeito da questão da Ouvidoria. Eu sou testemunho da cooperação que o Ouvidor o Sr. Gersino teve para com o INCRA, inclusive no relacionamento com o próprio Presidente do INCRA ao longo de alguns anos, e na última semana devido a um procedimento cujos detalhes eu não conheço, apenas li na imprensa tendo havido a saída da Sr^a. Maria de Oliveira ali como Superintendente do INCRA em... Na região de Pernambuco, do Estado de Pernambuco, e em função disso teria o Sr. Gersino se afastado depois de muitos anos como Ouvidor, se

puder nos dar uma informação, um esclarecimento e também dado que na área da Reforma Agrária a posição do Ouvidor é muito relevante, importante, inclusive para contribuir na hora de dirimir, superar conflitos, se puder o Presidente nos dar uma informação a respeito eu agradeço.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Pela ordem com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de fazer uma consideração na proposta do Senador Suplicy com relação ao objeto desta Audiência Pública. O objeto dela é bastante específico. E nós não tratamos nesse Requerimento de um balanço e de um Relatório da Reforma Agrária no Brasil. Que eu até acho muito importante a sua demanda. Mas eu acho que nesse momento nós estamos obedecendo o regimento e o conteúdo do Requerimento do Senador Osmar Dias e discutindo inicialmente problemas específicos do Paraná e da Reforma Tributária em todos os Estados de modo geral problemas que no andar dos procedimentos não estão acontecendo de acordo com a lei. Então eu gostaria se nós pudéssemos fazer uma outra Audiência Pública para ouvir um balanço do Ministro ou que ele apresentasse até mesmo em forma de Relatório. Ou no final de Audiência Pública depois que os Senadores todos cumprissem o conteúdo do Requerimento com as perguntas que estamos aqui para fazer e no final então ele poderia fazer essa apresentação ao Senador Suplicy e aos demais Senadores que estiverem interessados. Obrigada.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): V.Ex^a. permite, pela ordem. Sr. Presidente, eu não quero prejudicar o objeto da audiência e estou de pleno acordo que as minhas questões relativas à questão do balanço da Reforma Agrária sejam respondidas após esgotado o tema objeto do Requerimento e conforme disse, se não houver objeção de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Ok. Eu fico grato pela sua aceitação com relação à proposta da Senadora Kátia Abreu. E, portanto, passo a palavra ao Presidente do INCRA para que possa responder não só o Suplicy, mas também aqui o nosso Vice-Presidente que também solicitou, o Expedito Júnior.

SR. ROLF HACKBART: Senador Expedito, Rondônia já está agendada a ida do Ministro e a minha com a equipe técnica lá. É importante ressaltar aqui que quando a gente ouve a história do INCRA, todo servidor antigo do INCRA com mais tempo afirma: Quem criou o Estado de Rondônia foi o INCRA. E se eu não

me engano, 93%, e aí que vai ser o nó, das terras do território de Rondônia estão matriculados em nome da União e estão sob administração do INCRA. Rondônia é um outro caso que nós temos que encaminhar. Muitas dessas áreas já são urbanas. Não são nem mais rurais. E para minha alegria, Senador, o trabalho que o Olavo desempenhou lá em Rondônia, ele está saindo agora da superintendência regional, esses dias conhecemos o trabalho, todas as áreas, todo o Estado de Rondônia está georeferenciado hoje. E eu já vi o programa. Um programa feito, trabalho todo ele digitalizado, você clica em cima de um lote vai parecer o documento original daquele lote. Para Rondônia o trabalho de base, digamos, está pronto. E aí eu peço ajuda desta Comissão, vou pedir ajuda do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, de como resolver Rondônia. Porque o agradecendo desafio agora em Rondônia é o destino dessas terras públicas. Elas estão todas identificadas. E aí, Senador, nós vamos ter um belo trabalho no Estado de Rondônia porque grande parte dessas terras estão matriculadas em nome da União. A matrícula é da União. E o senhor sabe muito bem, todos aqui sabem, uma coisa é ter documento em cartório. Eu registrei em cartório A, B, C, D. Outra coisa é a matrícula. Agora, eu quero superar esse desafio. Tá bom, a matrícula da União. Agora, qual é o destino dessa área? Nós podemos repassar terras para o Governo do Estado, nós podemos fazer cooperativas, nós podemos limitar o que é da Reforma Agrária. Tudo isso é possível. Então está agendado e Rondônia vai ser um bom exemplo também de ratificação de ordenamento fundiário no Estado de Rondônia, num Estado em que nesse movimento, se eu não me engano, serão cinco ou seis grandes obras referenciadas ao PAC. Então vai ter muita mobilização no Estado de Rondônia.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu preciso reconhecer que Rondônia realmente foi o maior assentamento que deu certo. Foi feito pelo INCRA. Isso eu concordo com o Presidente.

SR. ROLF HACKBART: Nós temos muitos desafios aí nos assentamentos. Segundo ponto, eu quando era Assessor, Senador, aqui, um dos meus sonhos em 91, não meu, mas de várias bancada, é um sonho e uma sugestão também, Presidente, que a gente consiga fazer o que estabelece o art. 51 das disposições transitórias da Constituição. O Congresso não fez isso até hoje. Desde 88. O que nos ajudaria muito. Nós eu digo, o Poder Executivo. Serão revistos pelo Congresso Nacional, através de Comissão Mista, nos três anos a contar da data da promulgação da Constituição, todas as doações, vendas, concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares. E a gente propôs à época, o Senador participou na bancada, eu me lembro

disso. Era o sonho fazer a Comissão, fazer a revisão. Que nos ajudaria muito. É uma Comissão Mista--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, me permita. Porque eu acredito que um dos papéis das nossas Comissões do Congresso Nacional também é propor medidas que venha a colaborar com a atuação pública naquilo que interessa muito à população brasileira. Então solicito a V.Exª que pudesse esta Comissão de comum acordo com todos os Parlamentares, encaminhar soluções nessa direção, aquilo que é passível ainda de regulamentação ou de interesse, que seja do Congresso Nacional e que a gente proponha de imediato a solução destes graves problemas.

SR. ROLF HACKBART: Seria, Senador, uma Comissão Mista para fazer a revisão. Porque muitos Estados no passado emitiram títulos. Se foi de boa-fé, se não foi. Quer dizer, fazer todo esse levantamento para que a gente consiga fazer o ordenamento fundiário.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Só um detalhe. O Estado do Acre é um dos mais complexos, porque nós temos tido lá... Na época que considerava Governo do Estado do Amazonas, tem títulos quando ficou sob a batuta do Governo da Bolívia, tem títulos quando se tornou Estado independente do Acre por Plácido de Castro e tem os títulos quando voltou ao Brasil como território federal e depois posteriormente as constituições.

Então, é um problema dos mais graves que nós temos para resolver é o Estado do Acre, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Muito bem. Determinamos à Assessoria para providenciar a sugestão que naturalmente foi... Todos os Senadores estão de acordo, que a Assessoria já inicie as primeiras providências para a criação da Subcomissão proposta pelo próprio Presidente do INCRA, e com o aplauso do nosso Sibá Machado, Senador.

SR. ROLF HACKBART: Isso ajudaria muito o nosso trabalho. Muito. A esclarecer, levantar documento, fazer o debate e cobrar do Poder Executivo.

Brasileiros na Bolívia, Senador, Suplicy, não só na Bolívia. Os brasileiros migram muito. Mas no caso específico da situação da Bolívia, quem mais conhece o assunto aqui é o Senador Sibá Machado. Conhece a situação. Do ponto de vista do INCRA, e do Governo Federal, nós não temos dúvida nenhuma, uma das tarefas nossas é acolher os brasileiros que eventualmente, porventura, sejam expulsos do território boliviano respeitando a autonomia de cada País sem gerencia nas suas políticas. A estimativa, Senador, é que vivam do outro lado do rio da fronteira cerca de 20 a 30 mil brasileiros. Ao longo de 20, 30, 50 anos. Que já têm

famílias lá. Que já estão estabelecidos. Mas entendo que sair de lá nós temos já organizando um programa através da Superintendência do Acre do INCRA já o Superintendente Cardoso já reuniu com várias dessas famílias, vendo a possibilidade daqueles que são clientes, eu não gosto desse termo, mas a lei fala, da Reforma Agrária, vemos a possibilidade de assentar essas famílias. São brasileiros. Pobres, pobres, pobres no geral. O que eles sabem fazer muito bem? Borracha, castanha, agrossilvicultura... O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília tem esses dados. Acho que a iniciativa do Governo Brasileiro em aportar recursos para ajudar o Governo boliviano a resolver situações vai resolver muito em Santa Cruz de La Sierra que é outra região. Mas não na faixa de fronteira. Onde há base social de povos indígenas reivindica aquelas terras. E eles têm a lei. Eles têm a faixa de fronteira deles também. Então essa é a nossa disposição. Terra nós temos e vamos acolhê-los muito bem.

No que diz respeito à ouvidoria, o trabalho do Desembargador Gersino ele é fundamental para o trabalho do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nós estamos fazendo todos os esforços para que ele continue na Ouvidoria. Nós precisamos ampliar a Ouvidoria. O Ministro está empenhado nisso. Existe uma pequena ligação em relação à saída da Maria de Oliveira de Recife, eles são colegas, trabalham muito tempo na ouvidoria. A nossa disposição é que ele continue e a gente reforce o trabalho da ouvidoria para que a gente continue a linha desse governo que é o diálogo. Se antecipar os conflitos, se antecipar os problemas porque tem muita gente buscando terra nesse País. Ainda mais com as possibilidades que ora se avizinham em termos de rentabilidade do setor de alguns produtos em algumas regiões. E o grau de tecnologia utilizado na economia brasileira que cada vez menos emprego na cidade. Então todo mundo... Existem várias pesquisas de universidades em que os jovens, notadamente os recém-casados querem voltar para o meio rural. E querem viver no meio rural.

E quanto à sugestão da Kátia Abreu, estou totalmente à disposição para prestar contas do que a gente fez, a gente não, o Estado Brasileiro, mas principalmente Senador, é o que estamos programando para os próximos quatro anos. E eu fiquei muito feliz como ex-Assessor aqui da Casa e hoje no INCRA, é que existe uma Comissão da Agricultura e da Reforma Agrária no Senado Federal. Esse era um sonho nosso da época também. Nós temos que tratar o meio rural. Buscar o desenvolvimento rural sustentável. Agora com o tema do aquecimento global tem diretamente a ver com a agricultura e Reforma Agrária. Existem vários economistas para minha surpresa da minha categoria

do Banco Mundial, da Europa, dizendo que uma das soluções para mitigar os efeitos do aquecimento global é a Reforma Agrária. Para evitar migrações, para ter geobiodiversidade, proteger o meio ambiente, e são essas populações tradicionais que vivem há séculos, os ribeirinhos, os castanheiros, os borracheiros, os da borracha, os quilombos, as comunidades indígenas, as quebradeiras de coco, que vivem muitos desses nessa faixa de fronteira, tema da nossa audiência hoje, que vem preservando o meio ambiente. Então eu me coloco à disposição, conforme combinado, para uma próxima oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Muito bem. Em seguida vamos passar a palavra pela ordem de inscrição o Senador Valter Pereira, mas ele está ausente. Então nós passamos a palavra para o Senador Delcídio Amaral, e em seguida para o Senador João Pedro. Todos estão inscritos.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, Senador Joaquim Roriz, Sr. Presidente do INCRA, Dr. Rolf, eu ouvi atentamente as ponderações de cada Senador, e da Senadora Kátia também. E as explicações da Presidência do INCRA com relação a essas, com relação às ações promovidas pelo INCRA. Não só na priorização dos assentamentos, na priorização da Reforma Agrária como foi dito aqui, e de certa maneira esse atraso na não ratificação, principalmente dessas áreas e esses títulos dominiais em área de fronteira.

Eu quero primeiro registrar a sinceridade do Presidente Rolf, dizendo com todas as letras das dificuldades que o INCRA enfrenta. Que raramente a gente encontra uma... Houve um posicionamento desse sincero dizendo da vulnerabilidade do INCRA para fazer frente a todos esses desafios que não são poucos, e não são pequenos. O meu Estado, o Mato Grosso do Sul, passa por dificuldades muito parecidas ou semelhantes aos demais Estados fronteiriços, aqui o Senador Expedito falou sobre Rondônia, o Senador Osmar pelo Paraná, o Senador Sibá pelo Acre. Mas isso realmente tem trazido, essa não ratificação tem trazido, e os produtores se prepararam para isso, tem trazido muitas preocupações. E isso prejudica a todos. Prejudica não só o processo de Reforma Agrária no Estado, mas também prejudica os produtores que já vivem nessa região de fronteira há muito tempo e com um complicador, Dr. Rolf, que não está único e exclusivamente associado à ratificação das áreas, mas com conflitos que tem ocorrido no meu Estado, especialmente com as etnias indígenas.

Portanto, nós estamos vivendo o pior dos mundos. Uma insegurança grande na ratificação dessas áreas, desses títulos, questionamentos com relação se his-

toricamente ou não essas áreas pertenceriam ou não a etnias indígenas, e com um segundo complicador. É importante até destacar, o meu Estado ele faz fronteira com o Paraguai e faz fronteira com a Bolívia. Com os dois. Eu sou fronteiro também, mas fronteiro da Bolívia. E além de todas essas inseguranças, infelizmente por aquela fronteira é que nós estamos enfrentando não só problemas ligados à aftosa que prejudicam, que tem prejudicado o Brasil especialmente a fronteira com o Paraguai porque é uma fronteira seca e também problemas de violência. Porque infelizmente uma das rotas do narcotráfico e do contrabando essas rotas, uma dessas rotas passa pelo meu Estado.

Então, para o senhor entender um pouco a angústia e acho mais do que nunca, a pertinência do Requerimento assinado pelo Senador Sibá, pelo Senador Osmar Dias, porque esse tema é de absoluta relevância. E eu sei das dificuldades que o senhor como executivo tem, e deixou muito claro essa questão aqui, mas eu vou procurar conversar com o Senador Osmar e o Senador Sibá, porque é interesse absoluto, principalmente dos produtores, dos pequenos, dos médios, dos grandes, de conversar com o INCRA e ouvir do INCRA quais são os procedimentos, o que é que se pode efetivamente fazer até porque a posição do senhor foi taxativa. O senhor não poderia assumir nenhum compromisso com prazo sob risco de assumir irresponsavelmente um compromisso que não viria a ser cumprido. Eu acho isso uma atitude extremamente equilibrada. Uma atitude profissional. Mas entendo que o meu Estado tem o máximo interesse também em se associar aos Estados que merecerão, não só a oportunidade de discutir isso com o senhor no INCRA, se não for isoladamente, conjuntamente e eu vou conversar com os demais Senadores para ver como é que nós poderíamos organizar essa reunião no sentido de, tendo a oportunidade de conversar com o senhor, nós pelo menos ouvindo do Presidente do INCRA quais os procedimentos, ter pelo menos uma expectativa do que vai acontecer.

E eu quero também, como fronteiro com a Bolívia, a situação no nosso Estado é uma situação também muito complicada. Porque muitos brasileiros corumbenses, ladarenses, mirandenses, se transferiram para a Bolívia. O problema não é só lá no Acre, não. Mato Grosso do Sul é grave essa questão. E nós fazemos divisa com o Departamento de Santa Cruz de La Sierra que é o departamento mais importante da Bolívia, não só com relação a hidrocarboneto, mas inclusive com relação ao agronegócio, com relação à agricultura. E eu também me surpreendo, Sr. Presidente, quando fomos informados agora recentemente de uma reestruturação que está sendo feita em Mato Grosso do

Sul suspendendo uma série de postos do INCRA no nosso Estado. E quando eu ouço V.S^a falar das preocupações do INCRA com a Bolívia, pasmem, um dos postos que estão sendo colocados como extintos numa reunião que nós não tivemos acesso, soubemos pelos corredores dessa reunião, mas um dos postos principais que é o posto de Corumbá, colocado como um dos braços do INCRA que serão fechados. E V.S^a conhece bem o Brasil, o senhor imagine uma cidade fronteira com a Bolívia com essa provável crise com as questões agrárias que o INCRA enfrenta no dia-a-dia naquela região, alguém tendo que sair de Corumbá, um pequeno produtor, um médio produtor tendo que sair de Corumbá, andar 400 quilômetros para ser atendido em Campo Grande. Quando alguém que está lá na fronteira do Paraguai, como Jardim, Bela Vista e outros Municípios, tem que correr para dourados para resolver os seus problemas do INCRA.

Eu até entendo que V.S^a deve ter um programa racional, lógico, de reestruturação do INCRA até em função das dificuldades de custeio, das dificuldades de recursos. Mas eu entendo que precisa ser feita uma reestruturação com o mínimo de bom senso conhecendo-se muito bem a realidade de cada Município e de cada região dos Estados. E eu me preocupo muito que é a segunda investida. Já houve uma primeira investida. O ano passado em meados do ano passado houve agora uma segunda deliberação, e isso tem trazido uma insegurança grande e o curioso é que nós não conseguimos encontrar ninguém do INCRA que explique qual é a lógica dessas medidas.

Portanto eu queria registrar a minha preocupação, ressaltar a sinceridade de V.S^a, mostrando claramente os desafios que se tem e as limitações e ao mesmo tempo também ponderar com relação à essa reestruturação administrativa que o INCRA vem fazendo porque eu acredito que alguns Municípios, especialmente algumas regiões complexas lá de Mato Grosso do Sul podem vir a sofrer muito com decisões que às vezes um administrador toma mas sem... Em algumas situações perceber a gravidade dos problemas acarretados por esse tipo de decisão.

No mais, eu quero agradecer, louvar, Sr. Presidente, Senador Joaquim Roriz, a oportunidade dessa Audiência Pública também, e louvar aí a iniciativa dos Senadores que apresentaram esse Requerimento para que nós fizéssemos esse grande debate com a presença do Presidente do INCRA. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Muito bem. Em seguida com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente da Comissão, Senador Joaquim Roriz, Presi-

dente do INCRA, Presidente Rolf, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, é um debate importante esse. Debate importante, porque se o foco que suscitou a preocupação do Senador Osmar Dias e do Senador Sibá era o Paraná, mas diz respeito a interesse de todo o País. De todo País.

Então, eu quero registrar a sensibilidade dos Senadores em levantar a questão, e quero registrar também com satisfação já a iniciativa do Presidente do INCRA em ir até o Paraná e discutir essa questão com os interessados diretos, que são os proprietários, os ocupantes de lotes. E da postura do Presidente Rolf em tranquilizar o Senado da República em colocar que não há nenhuma iniciativa do INCRA açodando esse confronto. O que há evidentemente que não poderia ser diferente o respeito a normas.

Então eu penso que a posição do Presidente do INCRA ela é muito tranquila e nos deixa a todos aqui tranquilos do ponto de vista dessa vigilância em relação aos interessados e a esse debate.

Gostaria de fazer uma reflexão aqui sobre a faixa de fronteiras. Eu represento um Estado que é o Amazonas aonde tem inclusive 22 Municípios incluídos na faixa de fronteiras.

Com Bolívia, com Peru, com a Venezuela... São as fronteiras ali com o Amazonas. O Estado do Amazonas. E gostaria que desse debate nós refletíssemos sobre a faixa de fronteiras. Está na hora, Sr. Presidente Joaquim Roriz, de nós diminuirmos a faixa de fronteiras. É verdade que quando os europeus chegaram no Brasil nós já tínhamos ali o Tratado de Tordesilhas. O Brasil, a história do nosso País, da construção da sociedade brasileira e do Estado Brasileiro é de concentração de terras. É de concentração. Inclusive, a União. O último... A última grande ação da União foi o famoso Decreto dos anos 60, o 1164. E logo em seguida 67, 1967, com faixa de fronteiras. Cem quilômetros e 100 quilômetros das BRs. A União concentrou isso. E eu penso que o Brasil mudou, a economia mudou, e vem mudando. O Governo do Presidente Lula tem avançado de forma significativa na questão da Reforma Agrária, nas políticas de Reforma Agrária. Antes de vir para o Senado eu passei pelo INCRA e quero dar um testemunho do empenho, do esforço, do zelo do Presidente Rolf em conduzir a Reforma Agrária que é tensão, que é reafirmar políticas. O Brasil existe um passivo muito grande.

Então eu quero dar esse testemunho do compromisso do Presidente Rolf na condução junto com sua equipe das questões das políticas agrárias no nosso País. Mas esse debate tem que sair daqui apontando para a necessidade de nós rompermos com a lógica da política que norteou o início do período do regime mili-

tar que tratou as fronteiras com a lógica da segurança nacional. E daí implantou esses 150 quilômetros. Está na hora de nós reduzirmos. Mas reduzirmos, mesmo, para nós disponibilizarmos dentro de uma política social, econômica, ambiental, este restante da faixa. Não cabe no Brasil de hoje nós termos o Estado do Paraná que suscitou o debate com essa faixa toda fazendo parte da política de 150 quilômetros. E todos os outros Estados 50% de Mato Grosso, 49%. Três Estados aí com 50%. O Acre já é pequeno. Com mais a política de faixa de fronteiras ocupou praticamente todo o Acre. O Amazonas é grande, mas tem um percentual pequeno. Então eu penso que nós precisamos fazer um esforço, um debate para encontrarmos um número que possa reduzir essa concepção de segurança nacional que trabalhou os 150 quilômetros. Está na hora do Brasil fazer um debate e nós reduzirmos a faixa de fronteira. Para democratizar. Para produzir, para dialogar com parcelas significativa, principalmente da agricultura familiar, é preciso criarmos uma dinâmica. O Brasil diminuindo isso vai alavancar a economia e democratizar. Não tem porquê essa concepção dos anos 60 perdurar até hoje com essa concentração imensa de terras com a União.

E dizer, aproveitar aqui, o Senador Delcídio já levantou na condição de homem público lá do nosso Estado, de chamar atenção do nosso Presidente Rolf para essa iniciativa do fechamento de unidades avançadas.

Eu gostaria de fazer um apelo. Eu trabalhei no INCRA, nesse imenso Estado que é o Amazonas. O Amazonas tem 62 Municípios. No Amazonas existem 11 unidades. E a presença do Estado, a presença do INCRA, ela é fundamental para garantir o acesso a terra, a regularização fundiária com respeito, principalmente aos trabalhadores, ao povo ribeirinho que ali trabalha, aos povos indígenas de manter essas unidades. Todas as unidades são estratégicas. Parte dessas unidades está na faixa de fronteiras. Uma, inclusive, que está na relação para fechar é Benjamin Constant, justamente na fronteira com Peru e Colômbia. Brasil, Peru e Colômbia. É a presença do Estado, a presença do INCRA ela é tão forte ali na fronteira que tranquiliza a todos. Então manter essas unidades, fazer um esforço, é reafirmar o compromisso com a Reforma Agrária na Amazônia. Reforma Agrária de qualidade.

Existem algumas unidades, não sei se a Comissão que andou por lá levantou o Município de Borba que é mantido pela Prefeitura. O prédio é da Prefeitura. Nós entramos com um grupo pequeno. O Estado Brasileiro entra com poucos servidores ali, e representando um imenso território. Borba. A unidade de Borba.

Então, eu gostaria de fazer esse apelo, abusando aí do foco da discussão, mas dizendo da minha alegria de mais uma vez ouvir o Presidente Rolf, não só respondendo a questão específica do Estado do Paraná, mas de todo o Brasil, mas de ouvir aqui, por exemplo, essa política do INCRA de ter contratado 90 estações geográficas que isso vai dar uma precisão e atualizar o INCRA no que diz respeito a nós garantirmos o respeito ao passado, ao presente e ao futuro daqueles que estão na terra aqui no nosso País. Então quero parabenizar a postura do Presidente Rolf, mas acima de tudo as políticas que o INCRA vem adotando ao longo desses últimos cinco anos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Presidente do INCRA para responder as perguntas do Senador Delcídio Amaral e do Senador João Pedro.

SR. ROLF HACKBART: Eu agradeço as contribuições do Senador Delcídio Amaral e vou começar pela última porque nós temos tratado seguidamente que é das unidades avançadas do INCRA. Qual é a origem? A minha opinião, muito franca e sincera é que ainda prevalece na burocracia do Estado Brasileiro uma visão de Estado mínimo. E a minha opinião, não é Estado máximo, nem mínimo. É o tamanho do Estado necessário para os problemas do povo brasileiro. Esse é o ponto. No caso do INCRA, eu não tenho dúvida nenhuma de que o trabalho do INCRA ele tem que ser fortalecido. Precisamos de uma estrutura maior, melhor, mais eficiente. Cortando gorduras, cortando gastos. Assim que nós recebemos servidores novos, também cargos foram cortados. Então nós temos que adequar a gestão do INCRA, com a capacidade operacional do INCRA aonde tem mais assentamentos, onde tem mais conflitos, onde nós temos que ter um trabalho maior. Em função de menos cargos, por um lado de diminuir unidades avançadas e na burocracia se chama de UG, Unidade Gestora. Na burocracia estatal. Burocracia no bom sentido. Ou estou numa UG ou não mando. UG é Unidade Gestora que ordena despesa e tem orçamento e tem financeiro.

No caso do INCRA, a minha, o meu envolvimento dentro do Governo é o contrário. É fortalecer as estruturas do INCRA. Eu quero criar as superintendências regionais. Como criamos a de Santarém. É preciso no norte... O Mato Grosso tem uma Superintendência. Mato Grosso. Uma em Cuiabá. Alguns escritórios, unidades avançadas. Eu quero criar uma Superintendente no norte do Mato Grosso. Acho que no Mato Grosso do Sul, a unidade de Corumbá não deve ser extinta. Eu vou trabalhar nesse sentido. Eu quero voltar a dialogar com o senhor, ver qual é a situação real de lá. Porque a minha visão não é só se tem muito assentamento ali

perto ou não. E faixa de fronteira. É isso. Nós temos que ter uma visão mais ampla. Eu tenho que dizer, existe ainda uma cultura muito... O Estado para mudar é lento. Quantos assentamentos têm? Então ali tem que ter uma unidade. Às vezes não precisa estar ali. Agora eu tenho que ter uma visão de ordenamento territorial, ordenamento fundiário, me antecipar aos problemas. Bolívia tem tudo a ver com Mato Grosso do Sul, Paraguai, a questão da segurança, do controle da fronteira, o INCRA pode colaborar. O meu sonho é nessas regiões é ter as casas do Governo. O Presidente da República sempre fala nisso. Que o cidadão vá lá e se encontre o INCRA, a FUNAI, a Polícia Federal, faça o documento, resolva os seus problemas, principalmente nessas regiões, norte-centro oeste. Mas não só lá. No sul também. E ainda existe o movimento de diminuir. Menos servido porque isso baixa o custo. Não, isso não é custo. Isso é investimento. Nós teremos dificuldades, a minha proposta interno aqui mantém a unidade de Corumbá. Já foi objeto de debate de ida, de volta, de... Ter maior cuidado nisso. Vou dialogar isso com Bonelli, com o Governador atual lá do Estado. Mas é uma decisão nossa do INCRA aqui, e é uma reivindicação do senhor. Não só o senhor que representa um trabalho feito, uma preocupação que é da região e nós vamos fazer isso.

Segundo o meu objetivo, já quero também aproveitando em função do horário, o meu objetivo, do INCRA, nosso, é ratificar. No caso de diminuição de faixa de fronteira. Eu não tenho dúvida nenhuma. Agora quem sou eu para dizer isso. Que a maior segurança é dar título nessa faixa de fronteira, é dar estabilidade na faixa de fronteira. Não só na faixa de fronteira, mas lá é importante. Eu tenho certeza que esses fatos citados pelo senhor como violência, aftosa, outros mercados que existem por aí, a titulação, a estabilidade jurídica vai garantir mais segurança, mais controle. Por exemplo, no controle da aftosa. Se sou um proprietário que não tenho título, na hora de responsabilizar não tem documento, não é comigo. Vai lá no outro. Ou não encontra o ocupante para notificá-lo, para ter o controle, para colaborar com o Ministério da Agricultura, com a defesa sanitária. É muito pior. Então o nosso objetivo é ratificar, regularizar, fazer a regularização fundiária. O desafio é enorme. Por isso, Senador, essa Comissão pode colaborar e muito em termos de revisão da legislação. O que precisa mudar na legislação? Melhorar orçamento, discutir os Estados prioritários e começar o trabalho. E com isso não estou fazendo o papel de... Não, a responsabilidade é do Senado. Não! A responsabilidade é do Poder Executivo. Agora, como cidadãos, como Senadores, como Poder Executivo para resolver

os problemas concretos, nós podemos e devemos nos ajudar para o bem do País.

Eu acho, Senadores, também, que vou aproveitar essa audiência e implementar no INCRA e trabalhar com essa... Uma Campanha Nacional. O Senador levantou como é que faz para... Eu tenho todo o manual, como é que faz para solicitar ratificação. E nós no INCRA ainda somos muito tímidos em função do que o Senador João Pedro falou há pouco da nossa agenda do dia-a-dia. Mas esse assunto tem que ser objeto de uma campanha pública nos meios de comunicação. A começar pelos de chapa branca. Olha, ratificação, o que é, como se faz, procurem aonde, façam o que, ter um debate interno na cultura do INCRA. Isso é prioridade. Explicar da estabilidade, da oportunidade de obtenção de imóveis rurais pode aparecer nessa região também para dar legalidade. Sabendo de que nós vamos enfrentar e estamos enfrentando em todos os que dizem respeito a faixa de fronteira, no caso de Rondônia, por exemplo, situações muito desagradáveis. Mas nós vamos enfrentar. Que é a matrícula do imóvel rural. O trabalho feito na Superintendência do Paraná é muito bom. Nem se compara com os últimos anos. Assentamento, qualidade, solução, resolução de conflitos nós resolvemos 94 áreas emblemáticas nos últimos quatro anos onde teve muito acampamento, violência... Resolvemos os conflitos para um lado ou para o outro. No caso do Paraná, a Fazenda 7000 foi resolvido. A Fazenda Araupel, várias outras. Hoje tem lá produção de alimentos, as famílias vivem, tem casa, tem energia. Como queríamos? Não. Reforma Agrária, ordenamento territorial não é uma Disneylândia, não é presépio. Não está tudo bonitinho lá. Ela vai se construindo. No Estado do Mato Grosso do Sul, a Itamaraty II e outras áreas, a Santo Antônio, agora, na verdade vão ser grandes novos Municípios. Está chegando lá e são milhares de famílias, a seleção das famílias é complexa também. Onde vem o pessoal do Paraguai, Bolívia, alguns com ficha corrida. Nós temos que selecionar as famílias, fazer o desenvolvimento do assentamento também. Porque nós estamos tratando de dinheiro público. E de recursos públicos. Encerra por aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Em seguida, Presidente, nós vamos passar a palavra para o Senador Augusto Botelho e Flexa Ribeiro. Podemos fazer para os três. E depois do Flexa Ribeiro a Senadora Kátia Abreu que é a última inscrita. Portanto, com a palavra Augusto Botelho, Senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Joaquim Roriz, Sr. Presidente do INCRA, Rolf. Eu acredito na sua sinceridade de agir dessa forma porque tenho dialogado bastante com V.S^a. E

nessa intenção de que a gente participe, que ajude também a achar soluções para esse problema da fronteira. Houve duas Comissões, uma do Senado e uma da Câmara que foram em Roraima naquele conflito em Raposa Serra do Sol e justamente saiu de lá a idéia de fazer fronteira de apenas 15 quilômetros. O Senador Delcídio foi Presidente de uma delas e tudo. Mas a gente reduzir só para 15 quilômetros também não vai solucionar tudo de uma vez. Nós sabemos que a dificuldade realmente é de soluções. O georeferenciamento que custa seis mil reais para uma propriedade de 60 hectares lá no Paraná deve custar mais lá em Roraima. Lá é mais difícil a coisa. E nós sabemos que... Vou falar dessa ratificação, mas Roraima só tem menos de 6% com título definitivo no Estado. Mas tem que ratificar. Mas os pequenos proprietários não conseguem recursos para fazer o georeferenciamento. E os prazos já se esgotaram. Eu acho que é hora de nossa Comissão tomar uma posição para tentar criar novos prazos. Tanto para o INCRA dar a solução, como para os... A lei, se não me engano, a lei é de 99 que deu os prazos. Mudar os prazos. Porque o INCRA nós sabemos que não tem condição de gestão para resolver isso. E muitos produtores em sua maioria não fizeram o georeferenciamento. A não ser que o Governo faça. Também não vai ter dinheiro para fazer isso.

Então eu acho que a gente poderia daqui dessa Comissão sair com uma sugestão de fazer um Projeto para criar novos prazos. Agora, o tempo que seria de prorrogação tanto para ratificar como para apresentar o georeferenciamento teria que ser discutido com o INCRA e com organismos que representam os produtores para a gente poder fazer isso. Então a minha sugestão é essa. E dizer que eu acredito realmente que quando você regulariza a situação fundiária de uma terra, Senador João, você dá condições de aquela pessoa ter acesso ao crédito também. Lá no meu Estado eu fico com vergonha e fico triste. O ano passado voltou 80 milhões de reais do nosso querido PRONAF... Incluindo o PRONAF também, mas dentro da Amazônia. Do FNO. Quer dizer, isso é dinheiro que... Pôxa vida, quantos empregos geraria no meu Estado que é carente de emprego, esse dinheiro? Por quê? Porque as pessoas não têm garantias para fazer projetos. E do PRONAF, mas o PRONAF no meu Estado graças a Deus tem crescido muito. Eu acho que o Estado que ele cresceu mais foi lá em Roraima. Tanto através do BASA e do Banco do Amazônia. Mas eu gostaria de sugerir isso, Sr. Presidente, que a gente pudesse fazer alguma coisa para tentar modificar esses prazos. Um monte de ações que existe. A justiça fica aquela briga e aí ninguém resolve nada. Nós temos que achar soluções. Reduzir a faixa de fronteira? Meu Estado tem mais

de 70% de fronteira. Reduzir para nós é ótimo. Para o Acre é melhor. Talvez diminua. Mas mesmo reduzindo vai ter que ratificar as propriedades? É claro que vai ter que ratificar todas as propriedades. Só a redução em si não vai resolver. Porque nós temos que ratificar, temos que readequar realmente as nossas terras para ficar como o Uruguai. Todos os centímetros são definidos, são demarcados e são georeferenciados. É isso que eu tinha que dizer, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Joaquim Roriz, eu vou fazer uma permuta com a nobre Senadora Kátia Abreu para que ela possa usar a palavra agora e eu falarei em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada Sr. Presidente, obrigado Senador Flexa. Presidente Rolf, obrigada pela presença e toda a sua equipe. Parabéns ao Senador Osmar Dias pelo Requerimento e pela oportunidade que estamos tendo aqui hoje.

Eu tenho algumas perguntas, talvez muitas Sr. Presidente aproveitando a sua presença aqui. Algumas mais simplificadas, e algumas outras que eu julgo mais complicadas.

Primeiro lugar, produtores rurais estão recebendo a vistoria antes do comunicado. Nós temos várias ações sendo já preparadas de produtores de todo o Brasil que recebem a vistoria antes do comunicado. Movimentos sociais de acordo com o Decreto-Lei 2.250 de 11 de junho de 97 diz que quando os movimentos sociais indicam alguma área para Reforma Agrária, o INCRA é obrigado a notificar as entidades de classe que representam esse produtor rural, e isso não está sendo cumprido. A Confederação Nacional da Agricultura não tem sido notificada a respeito dessas áreas que serão desapropriadas, que serão em princípios vistoriadas.

Problemas com os laudos técnicos. No Brasil tem às vezes pessoas que gostam muito de achar. E as vistorias do INCRA, alguns fiscais, não são todos, claro, não tem considerado as provas cabíveis que os produtores têm de acordo com o rebanho principalmente. São as fichas de vacina, a própria contagem no curral. Sei que dá trabalho. É difícil isso. Mas é um direito que o produtor rural tem. Então está tendo cálculos empíricos por parte da fiscalização.

Quando o senhor fala de Estado mínimo, ou Estado máximo, em si o Estado necessário, eu discordo. Eu sou a favor do Estado mínimo. E se V.Sª fizesse de acordo com a lei que a lei permite os convênios com

os institutos de terra dos Estados que são institutos confiáveis tanto quanto o INCRA. Ninguém aqui nasceu primeiro do que a galinha ou o ovo. São órgãos competentes em todos os Estados do Brasil. Hoje os órgãos ambientais já estão todos terceirizados, já estão todos em parceria com o órgão ambiental nacional que é o IBAMA. Então por que essa resistência do INCRA? Então por que essa vontade de ficar com o controle absoluto de tudo e recusa-se a fazer esses convênios com os institutos de terra? Lá no Tocantins, se o senhor for observar, nos últimos 10 anos nós devemos ter intitulado terra no mínimo 20 vezes mais que o INCRA com o nosso órgão ambiental, e é um Estado pacífico, não tem problema de litígio. Então eu acho que poderia muito bem ajudar nessa diminuição do Estado se o senhor aproveitasse as estruturas estaduais.

Com relação a orçamento que o senhor fez um pedido agora pouco eu quero lembrar ao senhor que nós temos que reclamar o Presidente. O orçamento essa Casa faz, o Congresso Nacional faz. Só que o orçamento aqui é ficção. É tudo contingenciado e as Medidas Provisórias vem a todo momento para... Trazendo crédito suplementar e fazendo um orçamento impositivo de lá pra cá.

Acho que o Presidente poderia, com a mesma rapidez que fez a Medida Provisória para regularizar na Bolívia, que ele podia fazer uma também para regularizar de fato as terras do País que ele preside.

Com relação ao Relatório que o Suplicy pediu, o Senador Suplicy, desculpe, eu gostaria muito que o senhor acrescentasse nesse Relatório, se possível, a partir daquela pesquisa que mostrou os índices terríveis nos assentamentos no Brasil, não é feito nesse Governo, mas também do Governo anterior principalmente, com relação às estradas, as casas, a energia elétrica, a condição de vida, condições mínimas de um ser humano sobreviver de lá pra cá o que é que o INCRA fez para minimizar aquela pesquisa terrível que se não me engano é de 1998, talvez, não tenho aqui e não quero errar. E apenas registrar, Sr. Presidente, que os Prefeitos do Brasil, principalmente do interior do Brasil que é o Brasil que eu represento aqui, os Prefeitos estão desesperados, ficam desesperados quando é anunciado a instalação de um assentamento no seu Município. Isso que alguns anos atrás, no início da formulação da Reforma Agrária poderia ser uma alegria aos Prefeitos aonde podia dar um pedaço de terra a pequenos agricultores, assim minimizando a questão do desemprego, hoje é desespero total e absoluto. Porque, Sr. Presidente, toda a despesa e toda a dificuldade está ficando nas costas dos Prefeitos. É a cesta-básica que não chega na hora certa, a casa que não chega na hora certa, é a estrada que não

tem, é busca pelo posto de saúde, a escola pública, só um Município do Tocantins que chama Araguatins tem 25 assentamentos, num total de mais de quatro mil e quinhentas famílias. O senhor imagina como esse Prefeito vive no dia-a-dia. E assim está a situação que não deveria ser essa. Muito pelo contrário, os Prefeitos deveriam dar boas-vindas aos assentamentos, mas eu concordo com eles, eles estão pagando, desculpe a expressão, eles estão pagando mico na Reforma Agrária. O Governo anuncia quantas famílias foram assentadas e o Prefeito carrega o ônus. Vocês ficam com o bônus e o Prefeito com ônus no Município. Isso aqui foi questão de debate, inclusive na marcha dos Prefeitos. Não sou eu que estou dizendo, nunca fui prefeita, mas sou uma Senadora municipalista e convivo com ele no dia-a-dia, conheço os assentamentos, freqüente e sei da realidade.

Outra questão, Sr. Presidente, é eu acho que o senhor tem boa memória, nós tivemos um encontro na Confederação Nacional na Agricultura, ainda era o Ministro Miguel Rossetto. E na ocasião nós estávamos reunidos todos os presidentes de Federação de Agricultura do País, na ocasião eu era Presidente da Federação de Tocantins, e eu levantei a questão para V.Sª com relação ao número de hectares de terra a ser titulado no Brasil. A Constituição permite que titule até 2.500 hectares. Mas o Brasil, não só desse Governo, mas do Governo anterior, insiste em continuar intitulado apenas cem hectares. E eu naquela ocasião cada Presidente tinha direito de fazer uma pergunta e a minha foi exatamente essa. Se o senhor não poderia subir no mínimo para 500 hectares que eu acho que resolveria 50 ou 60% dos problemas do País. Se isso tiver mudado eu gostaria muito que o senhor me respondesse, talvez o senhor já tenha mudado esse Decreto eu vou ficar muito feliz. Tanto é que os institutos de terra e dos Estados eles já titulam até 2.500 hectares. Tocantins titula. Quase todos os Estados do Brasil titula até 2.500. Isso é sinal que a Constituição permite. E naquela ocasião que eu lhe pedi 500 hectares que o senhor titulasse que resolveria as terras pacíficas de produtores que estão há 30, 40, que ainda fizeram acordo na época com o INCRA ajudando pedaço da terra e ficando com uma parte nem esses receberam a sua intitulação. E então na época para minha alegria, embora momentânea, o senhor teria dito que não ia fazer 500, o senhor e o Ministro. O senhor esse disse que ia fazer 800 hectares. E realmente nós comemoramos muito. E ainda insisti e perguntei. Presidente daqui quanto tempo o senhor acha que isso pode ser efetivado? O senhor falou no máximo 30 dias. Deve ter mais ou menos três a quatro anos, Presidente, três anos talvez que nada foi feito. Isso nós temos gra-

vado na reunião, mas eu tenho certeza que o senhor se lembra desse dia porque foi um dia muito especial para mim e eu não teria esse tipo de problema e meu Estado resolveria 80% acho de todo o País.

Bom, com relação a essa questão da Federação de Agricultura do Paraná, e que isso diz respeito a toda a faixa de fronteira do País, eu queria dizer uma coisa muito simples, e óbvia. Que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Nós falamos de faixa de fronteira e de titulação, de concessão de títulos, e nós temos desapropriação de terra. Uma coisa é titular as áreas de faixa de fronteira. E a outra coisa é desapropriar. São duas leis totalmente diferentes. Então o senhor veja bem, só no Paraná 40 mil produtores rurais fizeram protocolo no INCRA pedindo a ratificação. Desses 40 mil, 30 mil o senhor podia fazer de ofício, que era pequeno e médio produtor. Só lá são 10 mil produtores que pediram. Fora os que não tiveram condição, estão lá há 50, 100 anos na faixa de fronteira, agüentando toda a sorte de dificuldades de falta de estrada, de falta de energia, de falta de tudo, de saúde, de educação, mas agüentaram firme na faixa de fronteira. E agora castigados e penalizados por ter tido a bravura de defender a fronteira brasileira.

Então, Sr. Presidente, o Decreto-Lei 1.414 ele trata exatamente do cumprimento que o produtor tem que ter com relação à titulação.

Então, ele tem que a concessão de títulos em área de fronteira no art. 4º, o senhor conhece bem do Decreto-Lei 1.414, diz que ele tem que cumprir as cláusulas do título de alienação e consecução, e concessão, e tem que estar explorando a terra e nem a moradia habitual é necessária.

Bom, o que é que a sua Instrução Normativa 27 diz? Eu digo que é sua porque é de 28 de novembro de 2005, ela vem misturar uma coisa que é outra coisa com outra coisa que é outra coisa. Então ela veio misturar e dizer que essas terras na faixa de fronteira serão aplicados o GUT e o GEE que são dois índices totalmente diferentes. Eu não me incomodo que o senhor aplique lá o GUT e o GEE. Mas que o senhor aplique para efeito de desapropriação como a lei permite e indica. O senhor titula o povo primeiro e depois vai lá dizer se ele é improdutivo ou não e desapropria. E não confisca suas terras como está querendo fazer. Então o que essa Instrução Normativa 27, nós já estamos em estudo na Confederação Nacional da Agricultura e vamos entrar com uma ADIN no Supremo Tribunal Federal para cancelar, e se Deus quiser vamos ganhar, aonde vocês estão misturando dois conselhos jurídicos que são bastante distintos, né, Presidente.

Então eu gostaria muito que o senhor me respondesse isso com clareza. Não existe lei que man-

de o senhor aplicar a GUT e GEE, não. Existe a sua Instrução Normativa que está aplicando GUT e GEE indevidamente em terras de fronteira. O que isso quer dizer? Senador Flexa. Quer dizer que o seguinte: Que eu produtor rural eu tenho que protocolizar no INCRA um pedido de ratificação da minha propriedade rural. E o INCRA por um motivou ou não, INCRA não só desse governo, mas de todos os governos não tem a capacidade e agilidade de fazer essa titulação. Então em cima disso, se eu perder o meu título, eu serei, ficarei sem a minha propriedade rural. Mas em cima da minha propriedade rural que estou na faixa de fronteira pedindo ratificação, para que eu possa perder esse título, não pode ser aplicado o GUT e GEE que é grau de utilização da terra, e de produtividade. Então vocês estão misturando dois conceitos que não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Então, o que eu quero é uma resposta bastante clara, Sr. Presidente. O que o senhor acha da Instrução Normativa 27? Eu não sou Advogada, mas estamos em estudo e nós achamos ela inconstitucional. Ela não se aplica a esse fato. Dê o título e depois vai lá ver se é produtivo ou não, aí o senhor tá certo em cumprir a lei.

E por falar nisso, eu nunca ouvi falar o seu Assessor que eu tenho certeza que é uma pessoa competente, pois está no INCRA, eu nunca ouvi falar de posse de benfeitoria. Sinceramente, eu não conheço esse termo. Eu já ouvi falar posse de terra que consequentemente tem benfeitoria. Agora, ter posse de benfeitoria e não ter posse da terra e não conheço. Gostaria que o senhor me explicasse porque eu achei interessante esse termo.

Agora, ainda continuando na questão de que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa, eu quero aqui lembrar, Sr. Presidente Joaquim Roriz, do nosso Projeto de Lei que está aqui já em tramitação do Comissão que trata dos índices de produtividade aonde nós entramos com a ADIN, e eu repito a ADIN aqui no Projeto de Lei, aonde também não foi esse Governo, foi o Governo anterior, aonde uma lei misturou o conceito de dois artigos da Constituição e exigindo também que o produtor rural cumpra simultaneamente o GUT e o GEE, e a constituição o senhor sabe que ela é clara. O art. 185 da Constituição por ser tão importante como ele é, ele já começa colocando a exceção. São insuscetíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária, a pequena e a média propriedade rural, desde que o cidadão não tenha outra, e a propriedade produtiva e ponto final. Se eu cumprir esses três requisitos a Reforma Agrária não poderia nem andar para frente, tinha que paralisar naquele momento da exceção aonde me coloca como produ-

tora produtiva. Mas infelizmente a lei agora exige a simultaneidade dos dois artigos e consequentemente faz letra morta ao art. 185 da Constituição porque no 186 é que vem realmente efetivar e tratar da função social da terra que estabelece as condições de aproveitamento racional e adequado que é o GUT. Só para ter um exemplo simples, Sr. Presidente Joaquim Roriz, se eu tenho uma propriedade rural e eu cumpro o GUT de 80% e produzo o limite de produtividade indicado pelo Governo de 800 toneladas por hectare, imagino, cumprir os dois itens, eu cumpro 80 de GUT e cumprir 100% de produtividade. Agora, se o senhor estiver na minha vizinhança e tiver apenas 79,9% de GUT, mas produzir 1.200 toneladas por hectare o senhor está desapropriado e eu não. É uma lei que castiga a produção. Uma lei que não é inteligente, e eu espero muito do Supremo Tribunal Federal que possa decretar a inconstitucionalidade dessa lei, mas nós temos a opção de mudá-la aqui no Congresso Nacional. Aí, sim, não cumpro o GUT, não cumpro a produtividade, é claro que vai para a Reforma Agrária. Mas matar uma letra da Constituição e nós ficarmos de braços cruzados eu acho que a gente deve. Vamos pelo menos tentar convencer os colegas da Casa, na Câmara e no Senado da importância que essa modificação pode trazer para o Brasil. O que nós não podemos é arrumar artifícios para desapropriar as pessoas. Nós não podemos usar o artifício de que não se escreveu para pedir a sua ratificação, usar o artifício de GUT e GEE, usar artifício de trabalho escravo, usar artifício dos mais variados possíveis para fazer uma Reforma Agrária na marra. E o senhor sabe que com o desenvolvimento do agronegócio eu sei que o senhor está em dificuldade de achar terra improdutivo. Eu sei que é difícil. Não é fácil. Os produtores por sua conta própria têm trabalhado direitinho, feito o dever de casa, um terço do emprego, um terço das importações, um terço do PIB. Então eu acho que realmente o senhor deve estar numa angústia muito grande pelas promessas feitas em campanha com relação ao número de assentamentos que por sinal quero aqui dizer muita sinceridade ao senhor, com muita franqueza. Não sou contra de forma nenhuma à Reforma Agrária. Sou contra a modelos que criem favelas no campo e deixe para que nós lá, os políticos, os prefeitos, a sociedade civil local fique com os problemas na mão sem ter condição financeira, que se nós tivéssemos nós assumiríamos com prazer porque são pessoas que moram nos nossos Estados, que convivem com nossos filhos fazem parte de nossas vidas.

Então eu gostaria aqui de deixar esses questionamentos e gostaria muito de ouvir as suas respostas. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Senador Joaquim Roriz, Presidente do INCRA Dr. Rolf, seu Assessor, Senadora Kátia Abreu, Senador João Pedro. O Governo está em minoria aqui, João Pedro. Ele estava sempre em maioria. A Senadora Kátia dizia há pouco. Flexa, estamos nós dois aqui. E temos cinco petistas. E eu cedi à Senadora Kátia Abreu para que ela fizesse as suas perguntas antes de mim até pela competência e pelo conhecimento que a Senadora tem do assunto.

Mas Dr. Rolf, primeiro é um prazer reencontrá-lo. Já tivemos várias reuniões e lamentavelmente o Estado do Pará talvez seja da Federação Brasileira aonde tenhamos um incremento da questão conflituosa da Reforma Agrária. Lá me parece nós temos maior número de assentamentos no Brasil. E lamentavelmente nós continuamos pecando, e eu quero dizer por uma questão de justiça, que isso não é deste Governo, mas lamentavelmente foi continuado por este Governo, de se procurar quantidade e não qualidade. Eu não sei se os brasileiros que nos assistem pela TV Senado, Presidente Roriz, ou os ouvem pela Rádio Senado, já tiveram a oportunidade de visitarem um assentamento do INCRA. Eu diria que se algum brasileiro tivesse tido essa oportunidade, ele seria o primeiro a se posicionar contrariamente à política de assentamentos praticada pelo INCRA de tal forma que leva aquelas pessoas necessitadas a uma situação de total abandono nas áreas em que para lá são deslocadas.

Eu diria também, Senadora Kátia Abreu falou há pouco aí sobre a questão da qualidade do assentamento, eu diria que é um... A sala de espera do inferno. Porque aquilo não é a forma humana de tratar as pessoas ou tratar irmãos nossos. Eu acho que nós deveríamos parar o assentamento para melhorar aquilo que já está sendo feito no sentido de dar qualidade ao que foi feito por governos anteriores, por este Governo, e olhar a qualidade e não a quantidade.

Eu queria dentro daquilo que a Senadora lhe perguntou, resumir a primeira pergunta que diz respeito às áreas de fronteira com questão da ratificação dos títulos de domínio. E eu perguntaria ao senhor, Dr. Rolf, se há intenção do INCRA em desapropriar propriedades de áreas de fronteira sem pagamento de indenização. Se não estamos criando um caldo favorável para que haja realmente os motivos para que sejam feito a retirada daquelas pessoas que lá se encontram, ou seja, desapropriação sem que para isso sejam indenizados das suas posses ou das suas benfeitorias. Outra questão que eu lhe pergunto é com a lamentável pedido

de exoneração do Desembargador Gersino, Ouvidor agrário. Eu tenho tido com ele inúmeras reuniões no Pará, reuniões com a presença de V.S^a, e ele tem se empenhado em buscar, até pela sua função, buscar um consenso, um equilíbrio. Não tem sido feliz, não. Ele não tem conseguido êxito. Mas ele tem buscado resultado nesse sentido. E eu li na imprensa que isso ocorreu em função e V.S^a confirmou aí pela demissão da ex-Superintendente lá de Pernambuco. E que após a sua demissão fez uma citação aqui que eu vou ler. “Não há ousadia no enfrentamento fundiário do País. Não combatemos a criminalidade. Não combatemos os grileiros que ocupam indevidamente terras federais que deveriam estar nas mãos dos trabalhadores. Precisamos compreender que a questão fundiária no País acoberta e acumula corrupção”. São palavras da ex-Superintendente. A Sr^a Maria de Oliveira. Aí eu perguntaria a V.S^a quais os motivos da demissão da Sr^a. Maria de Oliveira? Seria pelo fato dela denunciar o fracasso da Reforma Agrária que vem sendo conduzida pelo Governo? Ou será por denunciar o acobertamento da corrupção? Quais os dois motivos que levaram à demissão da Superintendente de Pernambuco e a lamentável solicitação de exoneração do Dr. Gersino?

Saindo aqui com a autorização do Presidente Joaquim Roriz da audiência, eu quero ir ao meu Estado, o Estado do Pará. V.Ex^a tem conhecimento e o INCRA participou, não através de V.S^a, mas de outros técnicos do INCRA, de um acordo que foi firmado no Ministério da Justiça com a presença do INCRA, do IBAMA, sobre uma área que estava sendo uma questão de litígio na região da PA 279, São Félix de Xingu da [inaudível]. Em que houve um compromisso do Governo Federal assinado por todos esses organismos no sentido FUNAI, inclusive, de que não seria feito a homologação da reserva indígena sem que antes o INCRA concluísse o levantamento das propriedades dos assentados naquela região, de tal forma que pudesse se fazer um acordo entre as partes já que a área da reserva indígena de mais de 700 mil hectares para algo em torno de duzentos e poucos índios pudesse atender o interesse de cinco mil brasileiros que lá estavam produzindo há décadas e que ocupavam apenas e tão-somente 170 mil hectares desses 700 e pouco mil hectares que foram transformados em reserva indígena. E lamentavelmente, apesar de ter sido lembrado por mim da Tribuna do acordo, porque eu tive a informação de que no dia 19 de abril seria feita a homologação, sem que tivesse sido concluído o levantamento, para que isso não ocorresse em função de um possível conflito. Aí dizem que o Estado é violento. O Estado não é violento. O Estado é ordeiro e o povo é pacífico. Apenas que o Governo incita através

do, nesse caso específico, através do representante do IBAMA na região ele incita a violência entre as partes. E foi feita a demarcação, os Prefeitos, como disse a Senadora Kátia, estão lá tentando resolver o problema com mais de mil e quinhentas pessoas se deslocando dessa área para a sede dos Municípios.

Gostaria de saber por que a demarcação foi feita segue que houvesse a conclusão do acordo que foi firmado entre as partes.

E por último, Presidente Rolf, V.S^a conhece o Projeto, acho que tem 30 anos da Usina Pacal na Transamazônica. O Projeto esse que já foi símbolo da Reforma Agrária. A Reforma Agrária exitosa, eu diria até tomando palavras recentes agora seria o espetáculo da Reforma Agrária e que lamentavelmente não conseguiu se sustentar. A usina está abandonada, foi feita uma tentativa de passar para a iniciativa privada, também não deu certo. Eu recebi semana passada no meu gabinete uns 15 trabalhadores rurais da região do Pacal. Eles não tinham condições de saírem de lá para chegarem a Belém. E bravamente chegaram a Brasília. E estão hoje aqui, nós temos uma reunião no INCRA às 14h30 uma audiência no INCRA. Não sei se o senhor participará dessa audiência, e eu queria lhe fazer um apelo aqui, no sentido de que se consiga, já que a política de produção de etanol é uma meta que o Presidente Lula coloca como prioritária, consigamos levar de volta a essas pessoas que foram levadas para lá pelo Governo, a esperança de terem as suas terras novamente produzindo a cana, a usina novamente produzindo açúcar e álcool. É o apelo que eu faço a V.S^a, já antecipando aquilo que na reunião que vamos ter o início da tarde daqui a pouco lá no INCRA. Eram essas questões, Presidente Joaquim Roriz.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Assim sendo passo a palavra para suas colocações finais e as respostas também ao Presidente do INCRA, Rolf Hackbart.

SR. ROLF HACKBART: Vou começar, tentar de uma forma sucinta, responder e fazer alguns comentários inicialmente a Senadora Kátia Abreu cuja trajetória acompanho desde a Câmara dos Deputados na Comissão de Agricultura, hoje no Senado, sempre contribuindo de forma direta e objetiva no debate do desenvolvimento rural do País, tanto da agricultura como da Reforma Agrária. Então eu vou ser como sempre sincero e tentar responder as questões e colocar as minhas opiniões.

A primeira, Governo Lula, o INCRA, nossa gestão no INCRA de forma alguma achamos que está tudo ótimo, está uma maravilha, tudo indo muito bem. Precisamos fazer muita coisa. Agora, não temos dúvida de que fizemos, estamos fazendo e resolvendo proble-

mas concretos lá na ponta dos trabalhadores rurais. Nós assentamos 381 mil famílias, nós criamos 2.343 projetos de assentamentos. Hoje o INCRA tem mais de sete mil projetos de assentamentos no País onde vivem um milhão de pessoas e cerca de 50 milhões de hectares de terra. Então uma das tarefas nossa é criar assentamento, fazer o desenvolvimento sustentável e outra é coordenar o ordenamento territorial, fundiário do cadastro dos imóveis rurais. Nós destinamos 31,6 milhões de hectares de terras para a Reforma Agrária nesse País. Nós aplicamos 4,1 bilhão de reais para a obtenção de imóveis rurais, investimos mais de dois bilhões de reais em infra-estrutura nos assentamentos. Falta muito? Claro que falta. Falta muito. Nós encontramos a grande parte dos projetos de assentamentos em péssimas condições. Nós atendemos mais de 555 mil famílias com assistência técnica. São um milhão de famílias que estão vivendo nesses assentamentos. Nós retomamos terras públicas, nós resolvemos áreas conflituosas. Nunca se construiu tanta estrada, estradas vicinais dentro dos projetos de assentamentos. Nós atendemos mais de 180 mil alunos desde alfabetização até cursos superiores e entregamos mais de 871 milhões de reais de crédito de instalação.

Uma notícia boa, Senadora, já começando pelo final. Hoje o INCRA, e conforme prometido nós estamos habilitados pela Lei 11.296 de 05 a titular até 500 hectares. Eu queria 800, eu queria 1.000. Mas a decisão de Governo foi de 500 hectares. Então isso já é possível. O que falta? Falta capacidade operacional de agilizar esse trabalho. Isso eu reconheço e sempre vou reconhecer. Está tudo mil maravilhas? Não. Agora o arcabouço legal já nos permite até 500 hectares que na Amazônia Legal contempla 92,5% do número de posses agrárias em terras públicas federais. Isso é bom deixar claro. Não são terras públicas estaduais. Nem as privadas. Aqui nós estamos falando só de terra pública federal.

Outro ponto. Uma coisa tem a ver com a outra coisa. A senhora pediu de forma gentil de que eu me posicionasse. Mas não é só eu, não é o Rolf, o Presidente do INCRA. É o Supremo Tribunal Federal. Uma coisa tem a ver, sim, com outra coisa. Por que é que eu exijo cumprimento, uso racional da terra? Do imóvel rural e cumprimento da função social para fins de obtenção de imóveis para assentamento da Reforma Agrária e não para ratificação? Por que é que eu vou exigir isso de quem legitimamente tem o domínio daquele imóvel e outro que ainda está para ser ratificado? O Supremo respondeu. E eu respeito, não estou aqui para ser dono da verdade nem nada, a posição da CNA, entrando com ADIN... O Supremo vai resolver isso. Mas hoje está resolvido pelo Supremo. E por isso

talvez no início a senhora não estava aqui na apresentação, a IN 27 ela vem resultar de várias ações civis públicas feitas pelo Ministério Público contra a nossa gestão, contra o INCRA. Olha, adequem aquela norma a IN 42 a norma vigente de uma visão sistêmica, uma visão da Constituição com base no Supremo. Então hoje a interpretação do INCRA, da AGU, do Ministério Público e do Supremo é: Uma coisa tem a ver com a outra coisa, sim. Eu tenho o julgado, o número do julgado, eu tenho os dados, eu não quero me alongar muito. Mas é 23.312 do Supremo Tribunal Federal. A leitura da Constituição felizmente, no meu entendimento, Senadora, vários juízes já têm... E eu tenho recebido várias aulas de vários Juizes, nossos Procuradores cada vez mais qualificados, e tem uma visão sistêmica da Constituição. Não só ler o art. 185. Ler o art. 185 junto com o 186, junto com o art. 5º da Constituição Federal que está claro lá é garantido o direito de propriedade privada, desde que ela cumpra sua função social e do ponto de vista econômico, para pegar um aspecto, a terra é um bem finito. A sociedade brasileira escreveu na Constituição. Está aqui. Ela tem que cumprir a função social. E hoje, dadas as condições de GUT, de GEE, de condições de utilização, ela é muito baixa. Aliás, o INCRA tem colaborado com vários proprietários ao fazer o cálculo de eficiência econômica dizendo: Olha, vocês não estão sendo eficientes. Estão perdendo dinheiro. Estão perdendo dinheiro. Então a aplicação da Constituição porque é um bem finito. Não se reproduz terra. Nenhum cientista que eu saiba cria terra. É um território, um tamanho, e ele tem que cumprir a sua função social por o bem do País, para todos os brasileiros. Também é verdade, Senadora, que nós precisamos aprimorar o nosso planejamento na Reforma Agrária. Isso não quer dizer que todo o imóvel serve para Reforma Agrária. Não. Uma coisa é política de Reforma Agrária. Agora, que a terra tem que ser... O imóvel rural tem que cumprir a sua função social e a leitura de vários Juizes, vários, isso na verdade, Senadora, se decide no judiciário. O arcabouço legal hoje, a lei existente para Reforma Agrária, tudo passa pelo Juiz. E até acho bom. É lá que vai se decidir. Mas muitos Juizes estão lendo os quatro incisos do art. 184... Um 186. O uso racional que é o GEE e o GUT, meio ambiente, legislação trabalhista e o bem-estar entre trabalhadores. Lêem os quatro critérios combinados. E nós já obtivemos imóveis rurais para fim de Reforma Agrária por crime ambiental, por exemplo. E a sociedade aplaudiu dizendo: Olha, é isso mesmo. A terra tem que ter um uso social justo também do ponto de vista ambiental.

Nós utilizamos na gestão pública, Senadora, para também não ficar tão mal entendido, a conveniência e

a oportunidade. Evidente que nem todo imóvel serve para Reforma Agrária. Evidente que nos temos que ter um plano e vários Estados têm esses planos. Então, é conveniente a obtenção desse imóvel ou não? Nós estamos sendo criticados por vários setores de não agilizarmos na Reforma Agrária. Mas é o contrário da sua visão. Nós precisamos agilizar e qualificar. E estamos trabalhando muito na qualificação.

Eu tenho recebido vários Prefeitos, visitado muitas regiões do País que agradecem a instalação dos assentamentos da Reforma Agrária. São Miguel de Oeste em Santa Catarina, várias regiões, porque a criação e eu tenho estudos da FAO, tem estudos de institutos de pesquisa que mostra o quê? O dinheiro circula, as pessoas não vão para os grandes centros. A não ser que eu queira que todo mundo viva em Cuiabá, nas grandes capitais, nas grandes periferias. Gera economia, os Prefeitos podem arrecadar mais tributos, eles podem organizar um plano diretor. O açougueiro “puxa, eu só vendia carne de costela. Agora estou vendendo filé”. Quem está construindo casas, mais de cem mil casas nós construímos nos assentamentos. Vende telha, vende areia, vende tijolo... Movimenta a economia daquela região. Conta para receber verba da saúde. Os Prefeitos têm que contribuir também com educação nesses assentamentos.

No fundo, Senadora, o que nós estamos debatendo aqui e é bom o debate franco, aberto, e direto, é que tipo de sociedade nós queremos. De forma concentrada, com a renda concentrada ou democratizada com distribuição da renda, da riqueza, do poder? E a sociedade brasileira está mostrando. Ela cobra do Estado. Tem questões polêmicas? O judiciário está decidindo. O Supremo, o Congresso está fiscalizando. Outro ponto. Há problemas dos laudos técnicos do INCRA? Certamente há. Eu seria mentiroso aqui, não é o meu jeito de trabalhar dizer: não está tudo ótimo. Não. Deve ter. Porque é um trabalho difícil, ele é complexo, mas ele tem norma, ele critérios e tem prazos e períodos de defesa de questionamento para todos esses laudos. A lei manda, desculpe Senadora, estou sendo meio telegráfico por causa do tempo. Estou disposto a... Não quero também... A lei manda notificar a entidade que indicou a área. Se a CNA, como citada pela senhora, indicar alguma área para Reforma Agrária, nós somos obrigados a notificar a CNA. Informar a CNA. Só a entidade que indicou. Tem o julgado também. Mandado de segurança. 23.391. Aqui tem tudo com a Procuradoria, todos os detalhes da... O que mais? Questão da faixa de fronteira. Não existe nenhuma determinação de confisco de imóvel rural. E de não pagamento. Ao contrário. Nós queremos ratificar. O que não for possível ratificar, a lei é muito clara. Passa a propriedade

para a União e indeniza só as benfeitorias de boa-fé. Então não existe indenização de posse. Existe indenização de benfeitorias de boa-fé.

Índices de produtividade. Tem projetos tramitando aqui na Casa. Eu gostaria de destacar um dado. 1985, o País a grosso modo plantava grãos e cerca de 48 milhões de hectares uma safra de 85 milhões de toneladas. 2005, 52 milhões de hectares, uma safra de 123 milhões de toneladas. Isso mostra o quê? Que a agricultura brasileira evoluiu muito. Basicamente não usa tecnologia de insumos, de produtividade, rentabilidade, contribui muito para a economia brasileira, contribui com o saldo da balança comercial. De um lado. Do outro lado, a lei é muito clara. É preciso de tempos em tempos atualizar os critérios de verificação do grau de eficiência econômica desses imóveis rurais. Para todos os fins. Um dos fins para Reforma Agrária. Nós estamos utilizando ainda os índices estabelecidos em 75. Eles já estão superados em muito. A minha leitura, Senadora, disso, é o quê? A sociedade brasileira no seu arcabouço legal, aqui eu estou submetido, disse: Olha, Estado, de tempos em tempos avalie, atualize esses índices. Para que com o progresso técnico, o avanço da tecnologia, se tenha critérios mais apurados do que é o uso racional e a eficiência econômica no uso de imóveis rurais. Esse é o ponto. Acho que não é nenhum drama. Isso não vai ser nenhum desastre. Ao contrário, vai modernizar a legislação, vai ajudar os proprietários a ver se são produtivos ou não são. Vai destinar alguns imóveis para Reforma Agrária? Eu acho que sim. Mas há uma demanda na sociedade que nós não podemos ignorar. Existe uma demanda enorme de mais de 200 mil famílias acampadas no País que querem terra. Todas são aptas, todas são clientes da Reforma Agrária? Não. A pergunta que se coloca. Qual é a solução para essas famílias? Vamos fazer o quê? Todo mundo ir para o serviço, para a indústria, para o comércio? Não. Não cabe todo mundo. E os estudos mais recentes e esse momento está voltando agora aponta o quê? O desenvolvimento do meio rural, no caso do Brasil, é um grande momento, oportunidade, geração de emprego, renda e proteção do meio ambiente nesse País. Tem muita terra, tem muita biodiversidade, fotossíntese, tem disponibilidade de trabalho para continuar esse trabalho.

Convênios com instituto de Terras. Sim. Nós deixamos muito a desejar. É preciso fazer mais convênios com institutos de terra. Qual é o drama, Senadora? O que os institutos aplicam de legislação e o que o INCRA. Em alguns Estados nós avançamos já. E aí essa Comissão pode nos ajudar e muito. Quando a Senadora diz: Lá no Estado estão intitulado. Tem muito erro feito. Não sei no caso de Tocantins. Mas, em

outros Estados, eu tenho conhecimento de Estados titularem terras públicas federais. As terras da União, eles vão lá em cima e titulam. São nulos esses títulos. Qual é a saída? Entrar no entendimento. A saída é o georeferenciamento. É ordenamento fundiário. É terra da União ou do Estado? Bom, essa aqui é do Estado, essa é da União, pode passar um para o outro, pode fazer convênio, pode chegar num acordo. Então é uma bela oportunidade de avançar tanto na ratificação como na regularização e titulação dos imóveis rurais. Nós estamos tratando aqui de patrimônio da União. No caso de terras públicas federais e nós estamos subornados a uma legislação. Não tem dúvida nenhuma, Senadora, e eu me coloco à disposição aqui, tanto para essa Comissão para mostrar o que foi feito e principalmente o que vamos fazer nos próximos quatro anos. Isso é importante esclarecer.

Qual é o rumo? Nós estamos com seis rumos para os próximos quatro anos que gostaria de adiantar. Seis diretrizes: Uma, assentar as famílias que precisam de terra; Dois, isso não é ordem, tá. Qualificar os assentamentos. São mais de sete mil projetos de assentamentos no País. Nós fizemos muito, mas precisa muito. Na verdade são novos Municípios. E ainda e a minha observação é que o INCRA ainda é meio que uma entidade total em termos de Estado. Ele obtém a terra, assenta família, seleciona crédito, casa, assistência técnica, é muito com o INCRA, INCRA, INCRA. Não dá, não resolve. Cadê o Governo do Estado, cadê os Municípios, cadê os outros Ministérios? Já temos várias parcerias como no "Luz para todos". Chegando energia, chegando estrada, começa a chegar o cimento, chega telha, chega escola, sai a produção, assentamentos das famílias, a qualificação, a recuperação dos assentamentos, a resolução do passivo ambiental nos projetos de assentamentos da Reforma Agrária é outra diretriz. 99% dos imóveis rurais que o INCRA obtém estão destruídos do ponto de vista ambiental. São assentadas famílias que nem sequer tem documento. Vão fazer a documentação, etc, etc, e resolver todo o passivo ambiental. A educação no campo é outra diretriz. Assistência técnica, técnicas agrícolas, capacitar os assentados, os seus filhos, alfabetizar, essa é uma diretriz que vamos seguir muito. Outro, trabalhar por bioma, por regiões e chegar nos Estados, anunciar nos Estados, dialogar com os governadores, todos os governadores, todos os Prefeitos. Quais são as prioridades no Tocantins? Onde nós precisamos de áreas para Reforma Agrária e onde não precisamos. Qual é a real demanda por terra? Discutir com os governos estaduais qual o modelo de desenvolvimento dessa agricultura? Onde vai ser grão, onde vai ser floresta, onde vai ser agricultura familiar, como desenvolver

esses assentamentos. E eu quero destacar aqui que no Governo do então Governador Joaquim Roriz nós iniciamos um convênio de georeferenciamento de todas as terras públicas do entorno. Ele está andando esse convênio. Vamos dizer o que é terra da União, o que é Distrito Federal, dar o destino, titular centenas de imóveis rurais, pequenos, médios e grandes aqui nesse entorno para dar essa estabilidade. É a nossa ofensiva agora. Mudar a gestão, melhorar a gestão para resolver os problemas concretos.

Adiantando, então. Se eu esquecer alguma questão. Senador Flexa Ribeiro. Parte eu já comentei. Quem dera, Senador, a gente conseguisse fazer no INCRA e no Estado Brasileiro, desculpe um pouco o comparativo meio grosseiro, mas tipo uma fábrica. Bom, agora a gente pára de assentar famílias e a gente vai cuidar só da qualidade. A sociedade está em movimento. Nós temos que fazer as duas coisas. Sem dúvida na próxima gestão a nossa prioridade será a qualificação dos assentamentos. Sem dúvida nenhuma. E no Estado do Pará. Só na região do senhor lá, se não me engano sul do Pará, nós temos 492 projetos de assentamentos. Tudo precisa ser feito. Desde o passivo ambiental. Para o senhor ter uma idéia, toda oferta de carvão para ferro-gusa, hoje no Estado do Pará, eu não digo todo, nunca gosto dessa observação, tudo, 100%, mas noventa e tantos por cento dependem dos assentamentos que estão com o passivo ambiental que nós estamos recuperando e fazendo parcerias com as empresas, com o Governo Estadual e com as Prefeituras para resolver.

Questão do Gercino e Maria de Oliveira. A Maria de Oliveira ela foi substituída no Recife por várias razões. Principal que ela cumpriu uma missão, nós tínhamos, um passivo enorme na Superintendência de Recife. Quero elogiar o trabalho da Superintendente Regional, ex, Maria de Oliveira que tem uma história de trabalho na Reforma Agrária. Ela organizou a Superintendência do Recife. Resolveu muitos conflitos em várias áreas e ela cumpriu uma missão. E na gestão pública tem questões que a gente internamente discute onde as pessoas podem contribuir melhor em determinado momento. Assim também a permanência do Desembargador. O Ministro quer a permanência do Desembargador. Nós do INCRA precisamos vários Gercinos, vários Desembargadores. No mínimo tratar com o judiciário, se antecipar aos conflitos. Essa é a nossa intenção. E ela não saiu por corrupção. Ao contrário. Ela enfrentou a corrupção, a grilagem, o narcotráfico... Denúncia de?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A notícia diz que denunciaram o acobertamento da corrupção.

SR. ROLF HACKBART: Eu não conheço essa matéria. Mas não... Pacal.

Bom, a questão da terra indígena, essa eu fico lhe devendo. Eu não tenho resposta aqui, mas eu lhe forneço a resposta. Certamente foi uma decisão da FUNAI, passa pela FUNAI, Ministério da Justiça e pelo que o senhor colocou um acordo ou pré-acordo não foi cumprido. Assinado. Eu vou averiguar e dar. Mas eu não tenho a resposta. Talvez mais tarde a gente possa fazer. Pacal, hoje a reunião, qual é o objetivo nosso da gestão do INCRA com o Projeto Pacal? Que vem lá de Roosevelt se não me engano. Que vem dos Estados Unidos, terra roxa, área boa, Altamira... Só dando os flashes. Nova matriz energética, etanol, potencial enorme. Na minha opinião aquele Projeto nunca deveria ter sido do INCRA. Isso foi em 1970 ou 1972. Não cabe ao INCRA ter uma usina de álcool e açúcar. Eu não vejo isso. Nas prioridades que nós temos hoje no País, imagina naquela época. Então o objetivo é desfazer da Pacal. Não tem como. Ela consta do patrimônio do INCRA, na contabilidade do INCRA. São equipamentos, são vários produtores que devem a Bancos, tem dívidas de ICMS. Nós temos que fazer todo esse passivo e agora temos uma decisão da justiça que nos permita a desfazer da Pacal. Então o nosso objetivo é passar para a iniciativa privada, de acordo com a legislação, com o acompanhamento do Ministério Público, negociando as dívidas, e eu tenho certeza de que o grupo que assumir a Pacal em Altamira tem grandes chances de obter uma boa lucratividade dado as condições edafoclimáticas de mercado daquela região.

Eu encerraria por aqui, devo ter passado por cima de algum ponto, mas me coloco à disposição para o debate.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, só para um comentário breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Tá bem. Com a palavra a Senadora para nós encerrarmos dado o avançado da hora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, muito obrigada pelas suas respostas, pela sua atenção. Eu não vou me ater aqui à questão ideológica essa discussão, esse debate que acho que não cabe aqui com relação a índices de produtividade, ninguém no mundo vai me convencer que é melhor ter 10 vacas que produzem cinco litros a ter cinco vacas que produzem 20. Então eu acho que esse tipo de índices não é índice inteligente. O índice físico eu acho que subestima a nossa capacidade de inteligência.

Bom, o art. 186 ele não trata de produtividade. Produtividade é tratada no art. 185. Com relação a ADIN, que está superada no Supremo Tribunal Federal, ela não trata da simultaneidade da aplicação dos

dois índices de GEE e GUT. Ela tratou apenas no art. 6ª da Lei 8.629, quando o Supremo julgou procedente o direito do INCRA de ser o órgão competente com relação a determinar os índices de produtividade. E não com relação a simultaneidade que é a ação hoje objeto no Supremo Tribunal Federal. Que é a simultaneidade da aplicação dos dois artigos de GUT e de GEE. E racional e adequado acho que qualquer ser humano inteligente que tem o mínimo de preparo sabe que racional e adequado nós temos que levar em conta mercado, preço, tecnologia, diferenças que não são levadas e sim pura e simplesmente 80%.

E para finalizar, o senhor me lembrou de uma coisa que eu tinha esquecido. A aplicação da Reforma Agrária também na questão ambiental. Porque, Senador César Borges, se o senhor tiver a sua reserva legal de 20% na sua propriedade rural, mas não tiver averbado ela no cartório, o INCRA chega lá e avalia ela como terra aproveitável não utilizada e ele desapropria mesmo ela estando lá reservada, pronta e você estando produtivo. E o senhor ainda fez um complemento que a sociedade aplaudiu essa questão do INCRA exigir a averbação em cartório que o produtor tem o direito de fazer e apenas repassar quando vai vender sua propriedade rural.

Quero dizer ao senhor que nem sempre a sociedade aplaude corretamente. Se ela sempre aplaudisse corretamente, quem tinha sido crucificado não era Jesus Cristo, e sim Barrabás. Muito obrigada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Rapidamente um comentário. O Dr. Rolf falou a respeito que na próxima gestão a qualificação é prioritária. Eu indagaria a V.Sª se não seria muito mais racional já cuidar de que nos novos assentamentos eles sejam feitos dentro dessa qualificação que vai se buscar no futuro para evitar de que a gente continue aumentando a dificuldade para trás. Aí vou usar a expressão da Senadora, uma coisa uma coisa, outra coisa outra coisa. O que está para trás é outra coisa. O que está para frente é outra coisa. Vamos fazer para frente o certo. Porque aí não temos que corrigir daqui para frente, e sim daqui para trás.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Muito bem. Nós queremos, Sr. Presidente do Instituto de Colonização, Dr. Rolf Hackbart, agradecer pelo seu comparecimento e demonstrar aqui a esta Comissão através da Presidência que ficamos satisfeito com a sua competência e com seus esclarecimentos, e lhe desejar muito sucesso, porque o senhor está com uma missão muito grande neste País, árdua e que merece um trabalho e merece a frente dessa instituição um homem com suas qualidades. Parabéns e obrigado por ter vindo aqui por nossa convocação.

E fica, portanto, não havendo nada a tratar, está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 14h18.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 2007.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia nove de maio de dois mil e sete, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senador JOÃO TENÓRIO, reúne-se a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO, com a presença dos Senadores: SIBÁ MACHADO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JONAS PINHEIRO, NEUTO DE CONTO, CÉSAR BORGES, JOÃO RIBEIRO E CÍCERO LUCENA. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Marisa Serrano e Valter Pereira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador João Tenório, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: Item Único - Audiência Pública com a finalidade de discutir as perspectivas de mercado e as projeções e cenários futuros para o setor de Biocombustíveis, em cumprimento ao REQUERIMENTO Nº 2, DE 2007/CRABIO, de autoria do Senador João Tenório, com a presença das seguintes autoridades: Sr. Sillas Oliva Filho – Gerente de Comércio de Álcool e Oxigenadas do Abastecimento - PETROBRAS; Sr. Roberto Gianetti da Fonseca - Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp e Presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX; Sr. Ângelo Bressan Filho – Diretor do Departamento de Cana de Açúcar e Energia – DCAA/SPAIE – Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores: César Borges, Jonas Pinheiro, Sibá Machado e Neuto de Conto. RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Tenório**, Presidente da Subcomissão Permanente.

3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE MAIO DE 2007, ÀS 09 HORAS E 52 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião da Subcomissão Permanente de Biocombustíveis, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sobre a Mesa encontra-se um Requerimento da Senadora Marisa Serrano, que requer seja convidado o Sr. Eduardo Yojiro Koizumi, engenheiro de segurança e trabalho e Chefe de Segurança Agro Industrial do Centro de Tecnologia da COOPERSUCAR para participar como expositor da reunião de Audiência Pública, objeto Requerimento nº. 04/2007 da CRABIO de autoria do Senador Cícero Lucena a ser agendado para o dia 31 de maio do corrente. Em votação o Requerimento. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, quero informar a Comissão que nos termos do Requerimento nº. 04/2007 da CRABIO de autoria do Senador Cícero Lucena, aprovado dia 11 de abril do corrente ano, que requer seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Subcomissão de Trabalho e Previdência com a finalidade de discutir e analisar a situação atual do setor de biocombustível do Brasil sob a ótica social e trabalhista. Informa que a referida audiência está agendada para o dia 31 de maio do corrente dependendo da confirmação dos convidados.

A presente reunião, na verdade, é a primeira Audiência Pública que nós temos na Subcomissão, e na verdade nós dividimos, fatiamos, digamos assim, esse trabalho em vários setores, em vários blocos. Porque trata-se de uma atividade, eu diria, muito complexa e multifacetada. Então nós combinamos aqui na Sessão anterior que faríamos um trabalho em bloco. Primeiro bloco seria discutir a questão do mercado, o outro bloco seria impacto no meio ambiente, terceiro bloco seria relação trabalhista entre o setor produtivo e particularmente, no que diz respeito ao etanol, e os trabalhadores, a infra-estrutura seria o quinto bloco.

Então, o bloco de hoje diz respeito à questão de mercado. Há uma preocupação muito grande do setor de um modo particular e de um modo geral da socie-

dade como um todo sobre o equilíbrio entre o crescimento vertiginoso da produção de biocombustível no Brasil, muito particularmente da questão do etanol de um lado e do outro lado ainda uma insegurança no que diz respeito à questão de abertura de novos mercados. Há uma certa assimetria entre o crescimento da produção já estimada, inclusive com essas usinas que estão se propondo a ser instalada de um lado e do outro lado uma abertura de mercado efetivo. Existe muita expectativa, muito estudo sendo realizado, mas há um Gap(F) aí que preocupa muito todos os produtores, de modo geral. Cana e biodiesel. Estive com o pessoal do biodiesel agora nos Estados Unidos e eles também manifestam essa preocupação. Então, essa Audiência Pública de hoje diz respeito tentarmos identificar exatamente qual é o tamanho desse mercado de um lado para tentar ver se está havendo uma coerência entre o crescimento da produção que efetivamente é muito grande de um lado e do outro lado a questão da abertura desse novo mercado.

Então, nessa audiência participam... Nossos convidados que começarão a falar imediatamente são os seguintes: Dr. Silas Oliva Filho, é Gerente de Comércio de Álcool e Oxigenados de Abastecimento da PETROBRAS; Dr. Roberto Gianetti da Fonseca, diretor do departamento de relações internacionais e do comércio exterior da FIESP e Presidente da FUNSESP(F) e Dr. Ângelo Bressan Filho, Diretor do Departamento de Cana-de-açúcar e de Energia do Ministério da Agricultura.

Dando início, nós passamos a palavra ao Dr. Silas de Oliva Filho para expor a sua visão dessa questão de mercado e pode fazê-lo, Dr. Silas, por 15 minutos.

SR. SILAS OLIVA FILHO: Bom dia. Espero trazer à luz dos senhores um retrato do que é o mercado hoje de biocombustíveis no Brasil e no exterior e quais são as ações que a PETROBRAS está fazendo para a abertura desses novos mercados a um insumo energético tão importante para o País.

Bem, antes falaremos um pouquinho sobre a PETROBRAS e os biocombustíveis, uso dos biocombustíveis no mundo qual é o seu panorama, a motivação para os biocombustíveis, por que é que o mundo está querendo tanto os biocombustíveis e as atividades da PETROBRAS nesse setor.

Bem, desde 2006 a PETROBRAS tem, dentro do seu planejamento estratégico, a sua posição clara com relação aos biocombustíveis. A estratégia da PETROBRAS passa a dar maior viabilidade ao foco no seu posicionamento de energias renováveis, olhando sempre o crescimento, a rentabilidade, bem como à responsabilidade social ambiental, como três pilares para a nova estratégia corporativa da empresa. E den-

tro das suas ações está a expansão da participação da PETROBRAS no mercado de biocombustíveis, liderando a produção nacional de biodiesel e ampliando a sua participação no negócio de etanol, principalmente no negócio internacional.

Dentro do seu alinhamento estratégico que nós fizemos e da necessidade de novos investimentos, a PETROBRAS está hoje concluindo a conclusão de três plantas, o que vai totalizar uma disponibilidade de 855 mil metros cúbicos por ano de biodiesel, nós já temos quatro refinarias adaptadas para utilização do óleo vegetal em conjunto com o diesel nas refinarias da PETROBRAS, cujo processo é denominado HBIO, e é o início do que nós estamos conceituando dentro da empresa que é a bio refinaria, e nosso objetivo é ter uma capacidade processamento de óleo vegetal de um milhão de metros cúbicos por ano. Nós estamos estudando o poliduto de etanol que vai ligar a região de Goiás, Senador Canedo, até o porto de São Sebastião em São Paulo. E nossa meta de exportação não é a capacidade do duto, é de 3,5 milhões de para 2011. Nós temos Projeto de construção de um a dois navios específicos para etanol, de grande capacidade, em torno de 60 a 70 mil metros cúbicos, a capacidade do navio. Temos investimentos em energia eólica, em energia solar e outras fontes de energia renovável que totalizam 240 megawatts de fontes e de energia elétricas renováveis. Então o grande investimento na questão do álcool é o poliduto de etanol e os projetos de navio para a exportação de etanol.

Bem, a PETROBRAS já atua hoje em 23 Países, os biocombustíveis eles entram dentro do portfólio de produtos da PETROBRAS, agregando valor a suas atividades tradicionais de exploração, produção, refino e comercialização de derivados de petróleo alavancando oportunidades e sinergia com novos mercados de biocombustíveis. Nós estamos buscando uma liderança no mercado da América Latina, como empresa integrada de energia. Vou falar dos diversos acordos que, hoje, a PETROBRAS já tem nessa área com outras empresas e Países. Estamos expandindo as atividades nas áreas que contribuem para o crescimento e edificação do portfólio de produtos. Isso é o caso que eu tenho falado da sinergia que o biocombustível traz para os outros negócios da PETROBRAS com relação à exploração e produção de petróleo nos Países da África e outros Países do Oriente. A companhia tem uma forte atuação hoje no Golfo do México, nós temos 54 campos de exploração de petróleo e no oeste da África, notadamente na Nigéria e Angola. Nós temos um forte objetivo de internacionalização da marca PETROBRAS agregando valor a seus produtos.

Vamos falar um pouco dos biocombustíveis no mundo e dessa nova febre que nas principais economias mundiais e jornais você tem diariamente notícias. Ou sobre etanol ou sobre biodiesel. Hoje você tem praticamente quase todos os Países com programas existentes de etanol. Nós temos aí a América como um todo, a América do Norte, o próprio México já tem uma discussão grande, a PETROBRAS já recebeu duas missões do Governo mexicano, de Senadores, para conhecer o Programa Brasileiro do Etanol, nós desenvolvemos o programa de álcool na Venezuela, e estamos dando apoio também na Colômbia, Peru, Chile, Paraguai e alguma coisa na Bolívia também. Temos uma parceria também no Uruguai e na Argentina a PETROBRAS Energia que é a nossa empresa na Argentina está subsidiando o Governo, ajudando o Governo argentino com novas plantas de biodiesel. Nós temos uma forte atuação na Nigéria, que já tem um programa estabelecido, introduzimos o programa na África do Sul e estamos discutindo isso hoje com Angola e Moçambique. Hoje a PETROBRAS deve fechar uma parceria com Portugal para a introdução dos biocombustíveis, já vem sendo vinculada na imprensa, nós temos algumas negociações em discussão com Espanha, França está fortemente voltando para os biocombustíveis, a Suécia, Índia, China, Austrália, Filipinas, Indonésia, Japão e agora recentemente Coreia do sul.

Bem, os limites de misturas têm variado muito de País para País. Particularmente somente o Brasil tem adotado 20% mínimo de álcool na mistura com a gasolina. Os Estados Unidos até 10%, alguns Estados podendo atingir até mais. O Japão ainda está com 3% autorizativo e temos a Europa com 5% em média de utilização de álcool na mistura. A Europa 5%. Comunidade Européia. Autorizativa até se não me engano até 2010. Aí depois passa a ser obrigatório. Ainda está em discussão. Nós temos aqui já, para biodiesel, os Países que utilizam biodiesel que são os verdinhos aí e outros Países em vermelho que estão em testes como a própria Indonésia, Austrália, Índia, China e Japão também. Pode seguir.

Bem, senhores, é uma febre mundial, a questão dos biocombustíveis, não só está ligada à questão meio-ambiente, mas também muito ligada à questão econômica, a redução da dependência do petróleo, e uma questão não muito sensível que tem alavancado as economias locais, principalmente a americana e a européia, é o desenvolvimento do agribusiness local. Ou seja, geração de emprego, geração de uma economia diferenciada com a produção de biocombustíveis, seja álcool de milho, a partir do milho ou da própria beterraba, ou biodiesel de outras fontes como a canola.

Os biocombustíveis ainda representam um pequeno volume, considerando só o setor de transporte. Ainda um volume muito pequeno. É menos do que 4% da demanda mundial de combustíveis, no setor de transporte, a grande demanda ainda é a gasolina puxada pelo mercado americano e o diesel pelo mercado europeu. Agora espera-se que até 2012 os biocombustíveis tenham uma forte presença atingindo aí talvez 5 a 6% do mercado mundial de combustíveis para o uso no setor de transportes. Vários institutos têm analisado a questão da produção hoje de álcool, futura, e hoje os Estados Unidos ultrapassaram a produção brasileira de etanol, hoje os Estados Unidos representam 38,3% da produção nacional. O Brasil hoje tem apenas 33,5, mas esse instituto que é um instituto americano que analisa mercado de combustíveis visualiza que para 2010 bilhões de nós teremos 77,3 bilhões de litros de produção de etanol no mundo. É um grande salto, praticamente duplica a capacidade que a gente tinha no ano de 2005. Qual que é motivação para os biocombustíveis? Como eu tenho falado para os senhores, a grande questão dos biocombustíveis está associado com a segurança energética, a dependência hoje que os Países têm do petróleo. Os Estados Unidos está importando cerca de 60% do seu petróleo, principalmente da Venezuela e do Oriente Médio. A Europa depende quase que 80% do petróleo, basicamente importado do norte da África e da Rússia. O Japão depende 90% do seu petróleo importado do Oriente Médio. Então os Países estão muito preocupados com a instabilidade política e econômica dessas regiões. E estão buscando aquilo que o Brasil, há 30 anos atrás buscou, que chama-se diversificação energética. Ou seja, diversas fontes de energia para atender a necessidade do País. Então, hoje os Estados Unidos está promovendo a utilização dos biocombustíveis, especialmente o etanol, para reduzir a importação de gasolina e principalmente importação de petróleo para produzir a gasolina. A Europa, por sua vez, está incentivando a produção de biodiesel internamente para reduzir a sua importação de diesel. Os Estados Unidos é um grande importador de gasolina mundialmente e a Europa de diesel.

Estão buscando desenvolvimento do agronegócio, gerando emprego nas suas próprias economias internas. E um outro ponto importante é a redução de emissão de CO₂ e o impacto que as mudanças climáticas têm trazido já a algumas economias em alguns Países, como o avanço das marés, a redução das geleiras, como a redução de alguns pontos turísticos e que isso tem impactado a economia local dos Países.

Então, os biocombustíveis passam a ser uma alternativa sustentável para a demanda crescente de energia que poderá ser de 40% até 2020, conforme

diversos órgãos, institutos de pesquisa da área de energia internacional. Pela capacidade de refino de petróleo saturada mundialmente. São poucas as refinarias em construção, hoje no mundo, para atender a demanda que se vislumbra para a gasolina e diesel. O aumento do uso do petróleo representa aumento de gases estufa na atmosfera, o aumento de gases de efeito estufa na atmosfera. Então, as economias estão... Os Países, principalmente os Países industrializados estão buscando reduzir a emissão de CO₂, nesse caso nós temos o Japão. O tratado de Kyoto e as mudanças climáticas, como eu tenho falado. Existe uma clara noção de que é fácil adaptação da frota atual de gasolina para a adição de até 10% de álcool na mistura. E é por isso que vários Países têm adotado a mistura até 10%. E no caso do biodiesel pode-se chegar até 20% em alguns Países. Então é facilmente utilizar a mesma frota. [soa a campainha] Ou seja, não tem que esperar 20 anos, eu não posso esperar 20 anos para trocar a frota para entrar com esse novo combustível. Existe uma facilidade de uso da mesma infra-estrutura dos combustíveis líquidos para os biocombustíveis. Ou seja, eu posso utilizar o mesmo sistema de tancagem, o mesmo porto, mesma linha de transporte por duto para bombear biodiesel e etanol. Então, a entrada desses combustíveis alternativos facilita a sua utilização.

Apresenta aí o gráfico de demanda e oferta de energia no mundo e a resposta aos biocombustíveis pode atender essa diferença que até 2030 está se vislumbrando o crescimento de 2,1% de energia no mundo, mundial, e nós vamos ter uma produção de petróleo gás em torno de 1,9% ao ano. Os biocombustíveis entram exatamente para complementar essa diferença entre produção e consumo de petróleo. Pode seguir.

E por que o Brasil tem sido tão aplaudido na imprensa internacional? Hoje o Brasil tem uma economia estável, ele tem disponibilidade de terra para atender o crescimento da produção dos biocombustíveis, existe uma mínima infra-estrutura para a exportação, hoje, por Santos, por alguns portos no nordeste, Espírito Santo, Paranaguá, no Paraná, e existe a experiência no uso de combustíveis alternativos. A experiência que o Brasil tem de 30 anos de PROÁLCOOL é muito reconhecida por demais Países que é querer iniciar algum programa de utilização de etanol na sua mistura à gasolina. E as atividades da PETROBRAS, passarei rapidamente. No caso do biodiesel nós estamos comprando biodiesel nos leilões da ANP para atender a meta de até 2% que deve ser introduzida a partir de 2008, a partir de janeiro de 2008 será obrigatório o uso de 2% de biodiesel em mistura com o diesel. Hoje a PETROBRAS está comprando em leilão da ANP toda

a produção de biodiesel hoje consumida no País. Em 2013 deverá ir para 5% totalizando essa demanda de biodiesel para o futuro conforme a demanda brasileira de diesel. A PETROBRAS está implementando três plantas de biodiesel no nordeste, para utilização de diversos tipos de oleaginosas, as plantas são Quixadá, Candeias e Montes Claros, o objetivo é produzir os 850 metros cúbicos por ano. Estão sendo consideradas, para novas plantas, parcerias com o setor privado, empresa já que estão querendo atuar nesse setor e o objetivo é ter essas plantas já em operação a partir de 2008.

O HBIO é um processo que permite utilização de óleo vegetal dentro das refinarias da PETROBRAS em processo conjunto com o petróleo. Adição desse óleo vegetal ali naquela seta vermelha, ocorre após os primeiros processos de destilação do petróleo, onde a gente adiciona o óleo vegetal das correntes que são levados a um processo chamado de hidrotratamento onde eu bombardeio alta temperatura com hidrogênio e que é com isso que elimino todas as impurezas e ligações químicas desnecessárias e não desejadas para a formação do diesel. O diesel produzido nesse processo ele... Você não consegue distinguir de outro diesel puramente de petróleo, praticamente é um diesel com características iguais a do diesel.

Ele é um processo complementar hoje do biodiesel, que você tem as plantas de transesterificação, você produz o óleo para ser fornecido à refinaria da PETROBRAS ou para ser fornecido a diversas plantas de transesterificação. O biodiesel é adicionado nas distribuidoras de combustíveis, assim como ocorre com o álcool para a formação do B2 ou futuramente o B5. Pode seguir. No caso do etanol nós estamos desenvolvendo o etanol pelo mundo afora. Nós fizemos a primeira carga em 2005 e devemos retornar o fornecimento de etanol para a Venezuela ainda este ano. Criamos uma empresa no Japão para o estabelecimento dos 3% de gasolina, de álcool na mistura com a gasolina japonesa em 2006, nós tivemos essa parceria com a NNPC que é a estatal de petróleo nigeriana para a introdução de 10% de álcool na gasolina nigeriana, esperamos começar ainda esse ano, estávamos esperando concluir o processo de eleição naquele País. Nós temos uma parceria com a estatal, que é uma estatal do Governo sul-africano que está promovendo toda a parte de Legislação e a criação do ambiente regulatório para a introdução de 10% de álcool na gasolina da África do Sul. Estamos com uma parceria junto ao Governo da Indonésia para o desenvolvimento do mercado de biocombustíveis naquele País e temos também uma forte ligação com Moçambique e já discutindo a implantação de plantas de biodiesel e etanol daquele País.

Recentemente fechamos um acordo com o Banco estatal japonês para financiamentos de projetos de biocombustíveis em parcerias com empresas japonesas da PETROBRAS aqui no Brasil e a diversos outros acordos de importância com Chile, Colômbia, Itália, tem também a Tanzânia, onde a PETROBRAS tem uma área de exploração de petróleo...

Existe, hoje, falando um pouquinho da logística, olhando todo esse mapa hoje da logística e das novas fronteiras de produção de álcool no País, a PETROBRAS está considerando implantar, ainda te ano o início do que seria de duto de etanol ligando Senador Canedo até o terminal de São Sebastião, em São Paulo. Essa é uma obra de infra-estrutura muito importante para o estabelecimento do País como grande exportador de etanol para o mundo. Pois a expansão da produção de álcool para exportação está ocorrendo nos Países, nos Estados do interior do País e precisa ser... Chegar até o litoral para ser exportado com o menor custo possível. É uma obra de risco, pois não tem mercado João Tenório nos colocou, e a PETROBRAS está se associando à empresa Camargo Corrêa para viabilizar esse empreendimento de risco pois esse mercado pode estar maduro o suficiente para transportar 8 milhões de metros cúbicos em 2011, 2015 ou 2018. Não se sabem. Então é um investimento de risco implantar um empreendimento que está hoje orçado em 750 milhões de dólares.

Bem, a PETROBRAS é uma empresa de energia, como os senhores já conhecem, e tem atuado em diversas áreas, e hoje um grande foco da PETROBRAS é os biocombustíveis. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Muito obrigado, Dr. Silas, pelas colocações claras e objetivas que V.Sª proferiu. E passamos a palavra agora ao Dr. Roberto Gianetti. Ele é Diretor do Departamento de Relações Internacionais de Comércio Exterior da FIESP, Presidente da FUNSESP(F) e também tem uma experiência privada bastante interessante quando trata-se de alguém que lida com o mercado de álcool, no lado privado, e conhece profundamente exportação de um modo mais amplo e particularmente no que diz respeito a esse item. Dr. Roberto.

SR. ROBERTO GIANETTI DA FONSECA:

Muito obrigado. Prazer estar aqui. Muito obrigado pelo convite, cumprimento os Srs. Senadores, senhores e senhoras. Eu começaria dizendo o seguinte, que hoje nós vivemos num mercado internacional de energia com dois sentimentos que predominam entre os operadores de energia e a sociedade em geral. Um é insegurança energética e outro é a ansiedade ambiental. As previsões mais conservadoras sobre consumo futuro de petróleo indicam que vamos sair de um patamar de

83 milhões de barris por dia no mundo para algo ao redor de 125 milhões de barris por dia em 2030. Portanto, temos um aumento de praticamente 50% dos próximos 25 anos no consumo de combustível líquido, no consumo de petróleo, energia fóssil no mundo. 55% desse consumo está ligado ao transporte. E o transporte exige, portanto, o combustível líquido para que os veículos, os navios, os aviões possam trafegar pelo mundo. E daí que entra a questão do combustível renovável, do etanol sobre o qual que nós temos que falar. Entre todas as alternativas que tem sido estudado pelo mundo científico, aquela que parece mais factível e plausível hoje é o etanol ou o combustível líquido renovável. Porque as experiências de laboratório, as experiências com carros elétricos ou carros de célula de hidrogênio, até agora, se mostram de difícil implementação em escala comercial. Portanto, a utilização do etanol como combustível líquido é de longe, hoje, a alternativa eleita preferida entre as grandes empresas de energia e pelos próprios governos, como fez recentemente o Governo americano que tomou uma opção clara pelo etanol e pelo biodiesel na medida que percebe que a própria infra-estrutura que já existe para distribuição e varejo desses combustíveis não tem que ser alterada para que esses combustíveis possam ser utilizados em substituição ao petróleo.

Em relação ao etanol aqui no Brasil, nós hoje assistimos uma situação que é uma verdadeira corrida... Corrida ao ouro, como se fala, *Golden rush*, se tornou de fato um tema central em todas as deliberações econômicas e hoje é um grande atrativo de investimento no nosso País. Hoje, nós estamos produzindo, devemos produzir em 2007 algo entre 18 e 19 bilhões de litros no Brasil. É uma produção que está crescendo em função exponencial. Nós devemos atingir em 2011 cerca 28 a 30 bilhões de litros com os projetos já existentes. Portanto, estamos aumentando também em poucos anos, em quatro, cinco anos, em cerca de 50% a nossa produção de etanol no País. A preocupação que fica, muito bem colocada pelo Senador João Tenório, como é que... Para onde esse etanol será escoado e como é que nós vamos ter que... Tanto do ponto de vista logístico como comercial dispor desse etanol no mercado. O aumento do consumo interno também está vertiginoso. O sucesso do carro flex fuel, tecnologia desenvolvida aqui no País, é uma realidade. Mais de 80% das vendas de carros novos hoje são carros flex fuel. Isso leva que o nosso consumo interno hoje na casa de 16 bilhões de litros em 2007, passe para 22, 23 bilhões de litros em 2011. O que significa que hoje nós temos, portanto, uma disponibilidade para exportar da ordem de 3 a 4 bilhões de litros. Essa disponibilidade vai dobrar para algo entre sete, oito bilhões

de litros em três, quatro anos. Então pergunta-se de novo. Existe mercado para dobrar a exportação de etanol do Brasil? Bom, de fato existe porque o mercado mundial de etanol está crescendo a taxas muito superiores que essa, o problema é termos acesso ao mercado. Em breve eu já vou chegar na questão do mercado americano, mas quero falar ainda sobre o aumento de produção no Brasil e o que leva isso de uma forma, até que eu diria, com muito otimismo e muita perspectiva de sucesso na nossa indústria de etanol. Hoje nós temos um aumento de produção, previsto, baseado em duas variáveis. Uma delas há aumento de produtividade. Aumento de produtividade no Brasil tem sido notável. Eu não sou realmente um especialista na parte científica, mas tenho aprendido com as pessoas que são, e eu ouvi, por exemplo, do pessoal do CTC ligado à COOPERSUCAR que cerca de vinte anos atrás existia apenas três tipos de cana no Brasil. Hoje em dia existem mais de 160 variedades de cana. As variedades criadas em engenharia genética têm permitido um aprimoramento da produtividade de forma notável. Além disso, novas tecnologias agrícolas e industriais têm também permitido a nossa indústria de etanol extrair muito melhor com muito mais vantagem, com muito mais produtividade o teor de sacarose aumentado e, enfim, a produtividade indústria nacional também tem levado a um aumento da produção de etanol no País.

Em termos agrícolas, nós saímos de 60 toneladas por hectare há alguns anos atrás, hoje já estamos por volta de 80 a 90 toneladas por hectare. E vamos passar de cem toneladas por hectare, em breve. A média nacional. Isso leva a um aumento da produção de etanol por hectare e esse é um número importante a ser lembrado, de sete mil litros por hectare para cerca de dez mil litros por hectare. A área plantada de cana-de-açúcar operacional no Brasil é de cerca de seis milhões e meio de hectares. Metade dedicada a açúcar, mais ou menos, e metade dedicada a etanol. Portanto etanol são 13 e 200 a 13 e 500 milhões de hectares de etanol. A área plantada de açúcar vai chegar nove milhões de hectares em quatro, cinco anos. Vamos adicionar cerca de dois milhões e meio de hectares a mais nos próximos anos, especialmente nas regiões do Triângulo Mineiro, oeste paulista, Mato Grosso do Sul e sul de Goiás.

Isso tudo leva a uma certeza de que a nossa produção de etanol não só crescerá em termos quantitativos de forma significativa, como eu falei, para algo próximo ai de 30 bilhões de litros por ano em 2011, como nós vamos continuar tendo custos declinantes ou custos decrescentes em termos comparativos com outros Países do mundo, o nosso etanol hoje custa

cerca de 25 cents por litro, enquanto as outras tecnologias de milho e de beterraba e de outras matérias-primas variam entre 40 a 70, até 80 cents por litro. Portanto nós estamos, do ponto de vista competitivo, extremamente bem posicionados, continuamos a ser o produtor mais competitivo do mundo.

O que resta a falar aqui do Brasil é que nos preocupa o desequilíbrio entre o investimento que está sendo feito em produção e o investimento que deve ser feito em logística. Porque o investimento em logística não está acompanhando o volume crescente de produção que nós temos no País. E empreendimentos como esse que o Dr. Silas oliva acaba de citar como o poliduto de João Canedo até Porto de São Sebastião, são investimentos absolutamente imprescindíveis que nós não deveríamos demorar mais que poucos meses para dar início. Caso contrário vamos ter um gargalo logístico sério que pode levar a um significativo aumento do custo da nossa produção, tanto para o mercado interno quanto exportável.

Só para dar uma idéia de referência, hoje nós, exportadores de etanol, pagamos cerca de 50 dólares por metro cúbico, ou 50 dólares por mil litros para levarmos da porta da usina até a situação dentro do navio. Esse número pode ser reduzido para 25 ou 30 dólares a partir do momento que nós tivermos a logística adequada. Porque hoje se paga uma fortuna de caminhões, milhares de caminhões transportando esse etanol da zona de produção até os portos, em filas intermináveis, com tancagens hoje limitadas no porto de Santos. Santos já está no limite da sua capacidade física especialmente porque a exportação é concentrada no segundo semestre que é o período forte da safra, e não há mais capacidade de vazão do que uns três bilhões de litros por ano que é o que está se fazendo em Santos, no limite da sua capacidade.

No ano passado, nós, brasileiros, desperdiçamos dezenas de milhões de dólares, ouvi falar que foram 60 milhões de dólares de pagamento de multa de navio, por atraso de embarque. Que poderia ter sido evitado se tivéssemos melhor eficiência logística. Então esses números e essa situação têm que ser destacada. Não adianta só incentivarmos a produção, investirmos em tecnologia, se não formos acompanhado de investimento em logística, em dutos e portos que transportem o nosso etanol a custo competitivo de forma eficiente para o mercado internacional.

Bom, temos uma questão muito interessante analisar que é o mercado americano. Do lado do mercado brasileiro, o mercado americano é hoje o que mais cresce no mundo. Os Estados Unidos consomem hoje 18 bilhões de litros e até 2010 estará ultrapassando 30 bilhões de litros por ano. Essa produção, esse consumo

americano tem sido atendido em grande parte, cerca de 85 a 90% dele, pela produção de etanol de milho. Só que o etanol de milho tem grandes inconvenientes. É absolutamente fora de competição com o etanol de cana-de-açúcar. Por exemplo, na troca de energia, para se produzir... Uma unidade de energia fóssil, se consegue produzir apenas uma e meia unidade de energia renovável com o etanol de milho. Enquanto que o etanol de cana-de-açúcar essa troca de energia é de um para oito. Portanto o etanol de milho não traz nenhuma vantagem ambiental na medida que quase não adiciona nada em termos de energia àquela energia fóssil que foi gasta. Especialmente gás. Eles gastam muito gás ou óleo combustível na produção do etanol de milho. O custo da produção do etanol de milho é de cerca de 50 centavos por litro. Se não fosse o subsídio dado pelo Governo americano de 51 cents por galão, que dá mais ou menos 17 cents por litro, o etanol de milho não teria forma de competir com o etanol de cana de açúcar. E o custo do milho hoje atinge a um preço de quatro dólares por [inaudível]. Preço esse que era dois dólares, dois dólares e cinquenta, a cerca de um ano atrás, portanto começa a encarecer toda a cadeia alimentícia que vem em paralelo à agroenergia, tem a agroalimentação e o milho certamente se confunde o lago, vamos dizer, da demanda energética com a demanda alimentar encarecendo a carne de frango, toda a produção de farinha de trigo e pães e toda... A própria soja que está perdendo área de produção para o milho, encarece todos os produtos agrícolas de uma maneira geral porque o milho hoje está num preço recorde da história e por conta da demanda do etanol que já é 30% da produção americana, já está dedicada ao etanol, e certamente chegará aos 50 nos próximos anos, o que retornará inviável o uso do milho ou pelo menos terá que reduzir a produção de etanol de milho para que o preço encontre um equilíbrio em outro patamar e viabilize a produção. Na questão da área também, o milho produz três mil e quinhentos litros por hectare. É a metade do que produz a cana-de-açúcar hoje. Então você precisa do dobro da área para produzir a mesma quantidade de etanol de milho do que cana-de-açúcar. E os Estados Unidos com a tarifária de 54 cents por galão, de certa forma, dificulta, não impede, mas dificulta a nossa entrada no mercado americano. Eu disse que não impede porque no ano passado o Brasil exportou dois milhões de litros para os Estados Unidos pagando imposto. O que precisa ser pensado, e nós temos trabalhado com ênfase, a FIESP tem feito um trabalho forte nos Estados Unidos a esse respeito, é esclarecer as autoridades americanas das vantagens que eles teriam em permitir uma cota livre de impostos para o etanol brasileiro. Esse é

o nosso pleito hoje dentro dos Estados Unidos. Algumas pessoas se surpreendem e dizem assim: Mas a FIESP não é a favor do fim da tarifa nos Estados Unidos? Do ponto de vista teórico, sim. Essa tarifa tem que ser encerrada em algum prazo, de quatro ou cinco anos. Mas não proporíamos o encerramento dela, já, como pregam algumas pessoas. Por quê? Porque isso seria o caos, a desestruturação dos dois mercados. No mercado americano os produtores de milho, que são centenas de produtores, não poderiam mais concorrer com o etanol de cana e nós teríamos grande parte da nossa produção não mais dirigida para o mercado brasileiro, mas para o mercado americano. O que causaria um desabastecimento para o Brasil e algo que devemos evitar a qualquer custo, e peço atenção dos senhores para esse ponto, que é a eventual intervenção do Governo Brasileiro no mercado de etanol impondo cotas de exportação, ou contingenciamento de exportação. O que seria péssimo para a nossa imagem como credibilidade de fornecedor confiável no mercado internacional. Mercado de etanol tem que ser tão livre quanto possível das intervenções do Estado, da ANP ou do Governo do Executivo em termos de imposição de cotas ou preços ou impostos de exportação, o que seja, que venha a causar uma mudança de regra para o mercado que está se criando e precisa se criar com a confiabilidade de que ele é um fornecedor permanente e regular e confiável.

Então, a cota... Nos Estados Unidos nós não podemos pedir imediatamente o fim da tarifa. O que temos que pedir é a implantação de uma cota de importação, livre de impostos, da ordem de 15% do consumo americano do ano anterior, o que seria mais do que suficiente para que nós pudéssemos lá vender cerca de três a quatro, cinco bilhões de litros por ano nos próximos anos, conforme o mercado vai crescendo, e que dá vazão a nosso excedente insuportável que é mais ou menos dessa ordem. Além daqueles que o Dr. Silas já falou, o Japão, a África, a América Latina, que o Brasil já tem hoje mercados, de certa forma, cativos ou conquistados para consumo do nosso etanol. Não poderia de falar rapidamente aqui algumas palavras sobre o que se assiste no mundo científico sobre o etanol celulósico. É uma segunda geração de etanol. E aí reside de fato a grande esperança mundial em termos de substituição energética do combustível fóssil para o combustível renovável. O etanol celulósico será uma grande revolução na área de energia e eu estou absolutamente convicto de que acontecerá nos próximos cinco a dez anos. Recentemente eu participei de uma reunião em Seattle com grandes especialistas nessa área, empresas como Du Pont, Nova Enzima, da Dinamarca, que estão gastando bilhões de dólares por

ano para desenvolvimento de um novo processo enzimático que permitirá a produção de etanol a partir de qualquer biomassa disponível, que possa ser, portanto, transformada através de um processo enzimático em etanol. Isso permitirá que não só um número crescente maior de Países possam produzir etanol quanto nós que usamos a cana e temos uma enorme biomassa nos trópicos... Porque biomassa precisa de água, luz, sol e terra. E ninguém melhor que os Países nos trópicos serão os produtores de biomassa no futuro e portanto os beneficiários do sistema do etanol celulósico. Só que como ele vai gerar produção em pequena escala em muitos Países no mundo, certamente o etanol será produzido numa escala surpreendente maior do que a atual. Será disseminado o uso de etanol em muitos Países do mundo, diria quase todos os Países do mundo e nós seremos exportadores mais competitivos do que qualquer outro nessa área. E aí nós não estamos falando de dezenas de bilhões de litros, estaremos falando de centenas de bilhões de litros. O etanol deixará de ser o aditivo da gasolina para ser o substituto da gasolina. As companhias de petróleo têm consciência disso, sabem que hoje as reservas líquidas de petróleo estão caindo, as reservas de petróleo, por exemplo, do mar do norte, do México e do Iran hoje são declinantes. Então a insegurança energética levará com que o etanol passe a ser a opção de substituição crescente da gasolina para o combustível renovável e o Brasil tem que investir no celulósico também no desenvolvimento do celulósico, tanto a nível público quanto privado. Acho que aqui exigem as universidades federais, a EMBRAPA, os órgãos privados como a CTC, a empresa, uma empresa subsidiária do grupo VOTORANTIN que tem feito um trabalho notável nessa área, nós temos que unir a inteligência nacional nessa área científica para estarmos juntos na frente desse processo de do etanol celulósico que vai usar todo o bagaço e toda a pastagem, tudo que for biomassa possível no processo de produção de etanol no nosso País.

Finalmente eu quero falar aqui também de uma coisa que muitas vezes as pessoas só pensam nos mercados desenvolvidos para o etanol. Se fala muito na imprensa, na mídia, claro, dos Estados Unidos e também do Japão e da Europa. Mas os mercados, vamos chamar assim de periféricos, são tão importantes quanto. Por exemplo, o Dr. Silas falou da Nigéria. A Nigéria tem um consumo de gasolina maior do que a sua produção de gasolina. Ela importa gasolina. Então, para ela, importar etanol passa a ser uma opção extremamente interessante. Por duas razões. Uma porque ela substitui parte da importação de gasolina eventualmente a custo menor. Segundo porque ela tem o estímulo de começar a produzir etanol também

na Nigéria. E vamos vender não só o etanol que hoje é exportado para lá, mas vamos vender a tecnologia, os equipamentos, os serviços agrícolas, e esse é um outro tema de interesse nacional. O Brasil como pólo de conhecimento, de difusor desse conhecimento de produção de etanol liderando a implementação desse tipo de Projeto, de produção de combustível renovável em outros Países podendo se associar inclusive a capitais locais, capitais internacionais na África do Sul, Nigéria, Angola, Moçambique, Peru, Colômbia, Paraguai. São todos Países potencialmente produtores, onde nós devemos também tomar um papel protagonista de estímulo para que consumam etanol, importem etanol num período temporário e produzam etanol localmente com a nossa participação. Essa é uma estratégia que nós brasileiros devemos atentar e contribuir para que ela ocorra através das missões comerciais, o trabalho do Itamaraty, Ministério do Desenvolvimento, Ministério da Agricultura, e o nosso privado das instituições promovendo esse tipo de associação com capitais internacionais para promover o consumo e a produção de etanol por todo o planeta. Acho que é isso que eu tinha que falar e contribuir para esse debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Dr. Gianetti pelas informações, sobretudo pela mensagem otimista que V.S^a traz a esta Casa. Ouviremos agora o Dr. Ângelo Bressan Filho, Diretor do Departamento de Cana-de-açúcar e Energia do Ministério da Agricultura.

SR. ÂNGELO BRESSAN FILHO:: Bom dia. Eu sou do Ministério da Agricultura, até queria fazer dois pequenos comentários antes de começar minha palestra. Eu quero agradecer o convite, de poder falar um pouquinho da nossa visão da questão dos biocombustíveis do mundo. Na verdade nós estamos entrando na era da biomassa que é um mundo novo que está surgindo. Eu queria esses dois pequenos comentários. O primeiro deles é exatamente esse. Quando se fala em biomassa como combustível, a gente começa a misturar os engenheiros. Nós somos agrônomos, nós sabemos plantar cana, enfim, plantar arroz. De repente nós temos que falar de combustíveis. Isso acontece com outro lado também. O Silas provavelmente é engenheiro de petróleo, alguma coisa parecida, é meu amigo já, trabalha viaja junto por aí. Mas ele tem que começar a discutir questões agronômicas, rendimento da... Enfim, se cria um mundo novo e muito atraente e muito interessante. E nós, da agricultura, temos um papel importante porque sem matérias-primas agrícolas de baixo custo e alta produtividade, não teremos combustíveis em grandes dimensões como nós

vamos ter. Tenho alguns dados sobre isso, quero falar em seguida.

Um outro comentário que eu queria fazer, aliás uma coisa que nos enche de orgulho como brasileiro, porque o álcool ganhou, na verdade, o que nós chamamos de álcool o mundo está chamando de etanol. E talvez de forma até mais correta porque de fato o álcool que nós usamos no Brasil é um álcool etílico é um tipo de álcool e acho que tem 20 tipos de álcool diferente na química e são classificados de acordo com a composição de carbono e hidrogênio. O nosso álcool é o álcool etílico e chamá-lo de etanol talvez seja do ponto de vista químico seja mais correto. Eu não sou químico. Sou burocrata de carreira. Estou a 30 anos no Governo. Talvez seja mais correto chamar de etanol. Mas o etanol é a nosso álcool que tem a cara do Brasil. Por isso que a gente sabe. O álcool é... Nós estamos habituados a usar álcool como combustível. Coisa que não acontece no mundo.

Então, o nosso álcool agora está sendo, foi internacionalizado com o nome de etanol. Quando se fala em etanol é o nosso álcool no Brasil. É o álcool etílico. Eu trouxe alguns slides e queria dar... Aliás, a minha apresentação aqui está na mesma linha do Roberto e do Silas que é mais ou menos ter essa visão um pouco geral do que está se passando nesses mercados e como isso é uma revolução no mundo hoje. E isso não é uma questão de escolha, digamos assim.

Recentemente lá nós vimos na imprensa o comandante Fidel reclamando que está... Nós estamos usando alimentos para produzir combustível. Isso vai criar fome e tudo mais. Essa preocupação é importante só que não é uma escolha. Os valores, os conceitos que estão subjacentes ao raciocínio do comandante Fidel já não são mais válidos, porque não há escolha da humanidade e do planeta produzir ou não combustível de outras fontes não seja o petróleo, o carvão. Que são combustíveis fósseis. Nós temos que administrar isso. Não como um problema, mas como uma oportunidade, porque quando se fala em... Esse que vou começar a mostrar nos dados, quando se fala em combustíveis, nós estamos falando em coisas de dimensões muito grandes e aqui nós temos só os combustíveis líquidos, que na verdade é que o é importante hoje quando se pensa nos produtos da biomassa, que são os combustíveis líquidos. Porque tem várias fontes alternativas de gerar energia. No Brasil nós usamos os rios, a briga do Rio Madeira que está na imprensa, as usinas atômicas, usinas eólicas, marés, energia solar. São energias alternativas que poupam o uso de combustíveis fósseis. Basicamente carvão e petróleo. O que está em discussão no mundo inteiro é mais os combustíveis líquidos. Por quê? Porque os motores que nós conhecemos hoje

usam um tipo de combustível líquido que não tem jeito. Não dá para botar vento, sol, maré, nada disso dentro do motor. Tem que colocar um combustível similar ao que se usa. E a similaridade vem, é isso que vou falar um pouquinho aqui, no caso do diesel, do biodiesel, e no caso da gasolina, o nosso álcool etílico. E para ter uma idéia de dimensão, e isso é muito importante, quando se fala em agricultura, nós estamos sujeitos as leis da natureza. Ao rendimento, os espaços que nós temos, se são áreas planas, se tem clima, chuva, o solo é bom, ruim, acidez, essas coisas todas.

Para ter uma idéia de dimensão, esse aqui é um dado de 2003, hoje não é muito diferente disso o consumo, talvez um pouquinho maior provavelmente, mas para ter uma idéia de dimensão acho que faz sentido. É, mais ou menos, 1.2 trilhões litros de consumo anual de gasolina no mundo. E quando se fala de diesel em 2003 estava em 1.25 trilhões de litros. Isso é informação da Agência Internacional de Energia, informação pública. Dá uma idéia da grandeza. Então se nós somarmos os dois dá aproximadamente hoje 2,5 trilhões de litros. No Brasil esse ano nós vamos produzir torno de 20 bilhões de litros de álcool. Hoje os americanos pouco mais que isso. Então, se nós tivermos quarenta bilhões de litros de consumo, em dois e meio trilhões, nós ainda estamos engatinhando no uso de combustível de fonte de biomassa, o nosso biodiesel e o nosso álcool no consumo de combustível líquido no mundo. Eu tenho um dado aqui que mostra também o que se tem de áreas de cultivo no mundo. Aqui teria as principais colheitas. Isso está em inglês. Aqui, no caso é o trigo, 207 milhões de hectares é a área de cultivo do trigo. O arroz. Esses quatro produtos são os grandes produtos de produção no mundo. Os três cereais, o milho, o milho, o arroz e o trigo, são mais ou menos equivalentes em termos de produção em torno de seiscentos, setecentos milhões de toneladas que se produz no mundo num ano e são os grandes produtos das lavouras no mundo. Depois vem a soja que tem área um pouco menor, a produção também bem menor que seria uma quarta lavoura. Enfim, as quatro principais lavouras do mundo estão aqui. Essa é a área que se usa para isso no mundo inteiro. No Brasil nós temos aqui a... Esse dado eu tenho usado aí porque o Brasil hoje passou a ser muito importante nessa questão desses biocombustíveis, e nós temos sido convidados, não só o Ministério da Agricultura, mas todo o Governo Brasileiro a visitar outros Países, a receber visitantes de outros Países, isso tem delegações praticamente todas as semanas no Brasil. Essa informação tenta mostrar qual é a relação entre o que nós... O que o mundo gasta hoje de área de cana com relação ao que se gasta com áreas... Enfim, a terra

que está ocupada com cana e a terra que está ocupada com outro tipo de plantas, outro tipo de culturas. E também a mesma coisa no Brasil. Aqui nessas discussões que o Brasil está virando um grande canavial e vai destruir a Amazônia para plantar cana são coisas que não faz nenhum sentido quando nós olharmos o tamanho do Brasil e quando nós vemos as áreas disponíveis muito longe dos nossos santuários ecológicos como o pantanal, Amazônia, Floresta Atlântica... Não faz nenhum sentido imaginar ter que destruir isso para plantar cana. A nossa área de cana nas proporções do Brasil, na verdade aquele dado é 2004, hoje isso já passou de seis milhões de hectares. Aliás estamos fazendo nessa semana uma avaliação disso junto com a CONAB dentro de talvez duas semanas dados concretos sobre a área de cana no Brasil esse ano. Está crescendo muito rápido. Se nós olhamos quantas áreas nós precisaríamos para substituir 10% dos combustíveis fósseis que nós usamos no mundo hoje o diesel e a gasolina nós teríamos aqui se nós tivermos no caso do etanol claro, 3,5 a 6... Um número médio. Precisaríamos de 140 bilhões de litros para substituir 10% e precisaríamos de 23 a 40 milhões de hectares de áreas novas para produzir combustível.

Enfim, dá para perceber as proporções ali. No caso do biodiesel é muito pior do que isso porque o rendimento do biodiesel, das plantas e que nós temos hoje é muito menor do que o rendimento no caso da cana-de-açúcar, que rende hoje sete mil litros por hectare. Precisaríamos de áreas bem maiores para substituir 10% dos combustíveis líquidos e que nós usamos no mundo hoje, de origem fóssil, que é o diesel e a gasolina.

Isso está aqui para dizer o seguinte, isso é um esforço monumental. Não é um esforço do Brasil nem dos Estados Unidos nem da Europa. Se nós quisermos, e isso vou falar um pouco em seguida, quisermos de fato reduzir o uso de combustíveis fósseis e começar a resolver, se não resolver, pelo menos minimizar esses efeitos catastróficos que tem... Nós temos visto na questão do clima, isso exige um esforço monumental, digamos de toda a humanidade. Substituir uma parte pequena dos combustíveis fósseis o que cria também um conjunto enorme de oportunidades. Por isso que eu acho que aquele discurso do comandante Fidel, do Fidel Castro ele é um discurso já superado. Por quê? Porque nós temos tecnologia no mundo para aumentar isso. Hoje, tecnologia agrônômica. E no futuro vamos ter tecnologia industrial para tirar álcool de outras matérias primas, principalmente lignocelulose e no futuro mais distante nós vamos ser capazes de produzir gasolina sintética que é outra linha de pesqui-

sa que está se desenvolvendo no mundo e no Brasil também. Bom...

Então, o que nós temos dito no mundo é o seguinte. Isso é uma coisa que já parece óbvio para todos nós que a adoção dos combustíveis derivados de biomassa como opção energética é uma decisão irreversível no mundo. Mas antes de falar por que é que é irreversível, o Silas já mencionou. Quando nós estamos falando em biomassa nós estamos falando de trópico. E o trópico, a região tropical do mundo está entre o trópico de câncer e capricórnio. É exatamente onde está o Brasil.

Então, biomassa é o quê? É sol, luz, terra, água, essas coisas. É agricultura de modo geral. Não só agricultura, mas é basicamente agricultura. E isso está nos Países tropicais. Então, especialmente os Países que, tropicais que podem produzir cana, que é o grande produtor, de produzir combustível de fonte de origem renovável. Isso pega a América toda aqui, a América Central, uma boa parte da América do Sul, pega a África, e pega lá uma parte da Oceania, que é onde tem cana hoje. E isso é um fato importante porque isso muda o eixo de decisão de produção de combustível. E o Brasil certamente... Nós até temos uma expressão um pouco, talvez até um pouco arrogante, olha o Brasil nesse negócio é muito importante. Pelo que foi, pelo que é e pelo que será. Porque nós temos... Vou falar um pouquinho à frente, nós temos área, temos tecnologia, toda uma tradição nesse assunto e vamos ser referência no mundo ainda por muitos anos nessa questão.

Então, mas por que é que... Isso aqui na verdade sintetiza o que já foi falado antes. Mas eu queria falar rapidamente, nós temos essa questão ambiental, o Protocolo de Kyoto, e tem um ponto muito importante. Quando se fala em aquecimento, efeito estufa, essas coisas todas, isso nem sempre é de entendimento fácil. Enfim, isso é coisa dos ambientalistas, dos químicos, engenheiros e tal. Mas é muito fácil de perceber o que está se passando nisso. Eu também não sou engenheiro e repito isso porque eu ouço do pessoal da engenharia. A questão ambiental que nós estamos enfrentando é muito simples. O mundo está 200 anos, desde a revolução industrial, tirando combustível fóssil, primeiro o carvão, mais recentemente a uns cem anos o petróleo, tirando esses combustíveis do fundo do chão que estava tudo dormindo lá, digamos assim.

Então, no planeta tem o equilíbrio entre os gases que formam a nossa atmosfera, oxigênio, hidrogênio, o carbono... O carbono na verdade é o dióxido de carbono. É um gás inerte, não é letal para a vida, ao contrário do monóxido de carbono que é letal, só que cria esse tal de efeito estufa.

Então, o que nós estamos fazendo? Tira esses combustíveis do fundo do chão nós estamos trazendo o carbono que estava dormindo para a atmosfera. É isso que cria esse efeito estufa. E é isso que o mundo inteiro hoje discute e se procura como começar a reduzir isso, como começar a administrar esse problema para as gerações que virão à nossa frente. Então a questão ambiental básica é essa. Esse carbono que estamos tirando do fundo do chão e trazendo para a atmosfera. Claro. Porque o álcool também, isso se vê na empresa, o álcool também emite carbono? Emite. Mas é o carbono que já estava na atmosfera que a planta quando ela se envolve, pelo fotoperiodismo, ela absorve esse carbono. Não é um carbono novo. Exatamente. Então, mesmo que tenha carbono, já era conhecido nosso. É o que se faz. Quando se usa um litro de álcool você está evitando usar carbono novo. Na verdade é essa que é a questão importante. A questão macroeconômica é o preço do petróleo que está aí, hoje em torno de 65, 70 dólares. Existem muitas previsões para o petróleo. A maioria delas prevê preço acima de 50 dólares no futuro. Petróleo a 15, 10 dólares como nós tivemos cinco, seis anos atrás, aparentemente não tem mais chance. Além disso, por que é que uma decisão irreversível? Além das questões de preço de petróleo e as questões que estão ligadas ao meio ambiente, essa questão da segurança energética que o Silas mencionou aqui. Os Países estão querendo diversificar a matriz energética. Esse frenesi americano pelo álcool e o álcool de milho, como mencionou o Roberto Gianetti, não é um produto do ponto de vista ambiental muito positivo, porque ele consome combustível fóssil quase na mesma dimensão do álcool que ele produz. O balanço energético é muito pobre, mas os americanos não estão interessados em meio ambiente. Tanto que nem assinaram o Protocolo de Kyoto. Estão preocupados com questões estratégicas, porque eles dependem de importação de petróleo de áreas que têm conflito. O Iran, Venezuela, enfim, coisas dessa natureza que tem questões estratégicas associadas a isso. E eu tive recentemente no Chile, o Chile estava com um problema sério, estão fazendo um programa muito rápido lá, estão tentando usar biomassa, porque eles dependiam também de gás da Argentina...

Descobriu-se o seguinte. Não dá para depender de fontes exclusivas de energia. Tem que diversificar a fonte. E a biomassa é um produto disponível para qualquer País. Mesmo que não esteja nos trópicos, você tem madeira, plantas oleaginosas... Enfim,. E por último você tem as questões micro econômicas de emprego e renda. Essa é importante aparecer pelo seguinte, de um modo geral, todos os Países que estão desenvolvendo programas de substituição do combustível fóssil

para combustível de fonte renovável estão tentando produzir o seu próprio álcool, o próprio biodiesel. Isso limita a expansão do mercado. Enfim, é o problema que está aí que também tem que ser colocado na agenda. E o Brasil obviamente como tem muito interesse na exportação não apenas do álcool. O biodiesel vai ser um produto de exportação no futuro. Mas interesse de exportar equipamento e serviços. Porque o Brasil é a referência mundial nesses combustíveis hoje. Nós sabemos como armazenar, transportar, produzir, pesquisar... Enfim, somos referências e estamos na fronteira desse conhecimento. E temos como exportar serviços de consultores, de... Exportar material genético, enfim o Brasil é referência nisso e temos como tirar ponto de vista comercial, ao mesmo tempo em que estamos ajudando a limpar o planeta produzindo esses combustíveis renováveis.

Eu vou falar um pouquinho sobre as qualidades intrínsecas do álcool e do biodiesel. São produtos diferentes. O biodiesel ele tem algumas restrições hoje. Digamos, de alavancagem da produção. Primeiro aqui custa caro ainda. Nos leilões que o Governo fez aí com a ANP, a PETROBRAS, nós estamos comprando biodiesel a 1.70, 1.80, acho que até 1.90 foram arrematados. Ainda é um produto caro. E segundo, é um produto que, nós vamos fazer um biodiesel soja, isso dá 500, 600 litros por hectare, isso ainda é muito baixo. Se nós quisermos produzir muito, precisa ter tanto óleo, tanta soja, tanta área que acaba ficando complicado. Só que o biodiesel é estratégico especialmente para Países pobres que usam o óleo diesel para transporte coletivo, motores estacionários, geração de energia, essas coisas todas. Então o biodiesel tem esse lado estratégico. E ele tem essa outra vantagem. No álcool que se recomenda pelo fato de já ter uma tabela, até 10% de mistura do álcool na gasolina não tem nenhuma consequência. Acima disso tem que mudar a regulagem dos motores. O que é um complicador. Nós até costumamos dizer que, pelo menos eu ouvi isso de um químico, que álcool e gasolina são primos. O biodiesel e o diesel mineral são irmãos. Então você pode usar biodiesel em proporções maiores. Nós vamos usar 2%. Estamos usando já 2%, se não aumentarmos, a partir de janeiro de 2008 para que já do que o enfim, tem algumas... O biodiesel hoje é um produto que está aí, na mão dos pesquisadores. Nós precisamos ter produtos que rendam mais por unidade de área e que sejam mais baratos. Está surgindo uma novidade internacional, não sei qual é o potencial disso que é a produção de biodiesel a partir de algas. Parece que é uma revolução isso. Surgiram algumas notícias recentemente ao invés de plantas agrícolas, seriam algas que se pode produzir em determinados

ambientes. Parece que a produtividade é 20, 30 vezes maiores do que o que nós conseguimos nos óleos vegetais. Enfim, as coisas estão acontecendo e os pesquisadores vão dar o caminho no futuro. Inclusive nós costumamos dizer que precisamos descobrir a cana-de-açúcar do biodiesel que dê um produto barato e de muito volume.

Então, eu queria só falar rapidamente sobre o álcool que é o próximo slide, o álcool é o produto mais pronto que temos aí para isso tudo, para substituir os combustíveis fósseis, os combustíveis líquidos. Porque nós já sabemos no Brasil o álcool é produto seguro, eficiente, fácil reproduzido em grandes volumes. Não tem segredo tecnológico na produção de álcool. E ele é muito fácil de ser introduzido. O Silas mencionou aqui de que se pode usar a mesma infra-estrutura física, os mesmos armazéns, mesmos transportes e tudo isso. Isso ajuda muito. É muito fácil. Qualquer País pode fazer um programa desde que tenha fontes para misturar álcool na gasolina, e reduzir o uso de gasolina e de combustível fóssil. Eu tenho mais um slide aqui que diz o seguinte: Por que é que o Brasil é muito importante nisso? Porque nós temos todas as condições para aumentar o nosso espaço nesse mundo. Não só como exportadores de álcool, mas exportadores, como eu disse, exportador de tecnologia, exportador de serviço. Temos áreas disponíveis. Hoje estamos com uma quantidade enorme de novas usinas sendo construídas. Esse ano se espera acho que 16 ou 17 novas unidades entre operação o ano passado acho que foram 12. Estão expandindo muito rapidamente a nossa capacidade de produção, e temos todas as condições para que isso ocorra. E no outro lado do slide, vai surgir lá a questão da nossa distribuição territorial e a imensidão de área que é esse País. O Brasil com 850 milhões de quilômetros quadrados, desculpa, 850 milhões de hectares, tem muita área disponível e longe dos nossos santuários. Nós temos inclusive nós temos as nossas pastagens, que nessa estatística, que é uma estatística que todo mundo usa, tem 220 milhões de hectares uma boa parte delas são áreas nativas e áreas pouco degradadas. Isso tem, todos os Estados que tem, mesmo em São Paulo, que é as áreas mais favoráveis hoje para produzir cana. São áreas já prontas, digamos assim, para serem cultivadas, e terras muito mais baratas do que terras de soja, de laranja e café. Essas terras. Enfim, então o Brasil tem todas as condições para crescer a produção muito. Isso é um assunto muito importante para nós porque nós somos questionados disso, especialmente pela União Européia de que nós estamos destruindo florestas, invadindo áreas... Enfim... A frase que eu ouvi, nós não vamos, tentando limpar o planeta, não vamos destruir

o planeta. Então nós temos recentemente a Única em São Paulo editou uma cartilha sobre essas questões ambientais, estamos tentando fechar com eles como fazer uma divulgação maior disso de que como é que nós estamos enfrentando as questões ambientais, ao mesmo tempo em que aumentando a produção. Isso é muito importante para o futuro não só do biocombustível no Brasil mas no mundo. Porque não faz sentido imaginar que tenha que plantar cana no jardim das igrejas para conter álcool, para substituir a gasolina. Isso tudo tem que ser administrado e acho que o Brasil tem condições de ser uma referência nisso. Acho que terminou. Eu termino aqui e estou à disposição para discutir, responder questões que eventualmente os senhores possam ter. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Dr. Ângelo pela precisão de suas informações e também sobretudo porque a mensagem que V.S^a nos traz tira um bocado de culpa nossa. Nós temos muitas informações, muita veiculação de considerações pela mídia que pressupõe um lado muito negativo da produção de biocombustíveis, e V.S^a traz informações que nos tranquiliza e nos tira uma parte grande dessa culpa que tem sido desenvolvida principalmente pela mídia.

Bem, estamos queremos abrir a discussão entre os Srs. Senadores. Fica facultada a palavra. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente, eu queria em primeiro lugar saudar a iniciativa dessa Comissão em propor essa Audiência Pública, saudar os participantes, e dizer que realmente estamos diante de uma grande oportunidade que se abre para o desenvolvimento do nosso País. Eu vejo, com entusiasmo, que todo esse movimento, podíamos chamar usando a palavra em inglês de *boom*, com que acontece com relação ao etanol de nosso País, felizmente até agora não dependeu de políticas públicas. Foi graças à iniciativa privada. Os empresários ligados ao setor, os usineiros que, no passado, eram tão condenados, e que agora o próprio Presidente da República os elevou a condições de heróis da República. Realmente uma mudança substantiva que tem que ser saudada porque significa um avanço na maneira de pensar do Presidente, do seu próprio partido. Olhando de que aqueles que produzem nesse País estão dando uma contribuição à geração de emprego, de renda no crescimento do nosso País, que é extremamente necessário. Nós precisamos crescer. Claro que crescer de forma justa, distribuindo renda, mas precisamos crescer. É essencial o crescimento econômico. Ele tem como consequência o crescimento social e desenvolvimento. Aí sim entram as políticas públicas. Mas, o crescimento

do etanol, ele se revela esse sucesso. E eu ouvi aqui as exposições, mas duas questões, eu gostaria de me dirigir ao Roberto Gianetti. Ele... A primeira me deixou uma certa preocupação gostaria que ele esclarecesse melhor. Que ele tem receio que o Governo intervenha nesse processo que até agora tem sido de êxito. Como ele não revelou exatamente detalhes do seu ou dos seus receios, é que eu gostaria de saber que receios são esses? De que forma o Governo estaria intervindo de certa forma para criar disciplinas, cartórios, etc. Que é muito típico de Governo querer intervir naquilo que está dando certo para criar estruturas de poder em torno de algo que o setor privado conduz muito bem. Então, recentemente apareceu dizendo que haveria o interesse de se criar uma CANABRAS. Porque o etanol estava dando tanto certo, veja a PETROBRAS, hoje essa grande empresa brasileira que é de todos os brasileiros, mas que avança em todos os setores energéticos. A PETROBRAS hoje não descuida de nada. Falou de energia a PETROBRAS está ali presente. Seja do álcool, seja do biodiesel, seja da termoeletrica, seja da eólica com a... Então a PETROBRAS vai dominar inteiramente esse setor. E o setor privado já viu que a PETROBRAS é uma grande parceira, porque ela consegue aliar de um lado a estrutura governamental por ser uma empresa que o Governo tem participação, sócio majoritário, então é muito bom ser sócio da PETROBRAS. E ao mesmo tempo ela defende a política do setor privado que temos que dar lucro e quanto maior melhor. Mesmo que a população venha a pagar por esse lucro da PETROBRAS. Então, eu perguntaria ao Roberto Gianetti exatamente, que receios são esses? Até onde o Governo está interferindo, pretende interferir para a criação de cotas e limitações para o crescimento do negócio etanol. Em segundo, também a questão da logística. Quer dizer, a logística se mostra um fator limitante para o crescimento do setor. E não apenas do setor de etanol, diga-se de passagem. Se abre aqui em qualquer área do País hoje a grande preocupação é a infra-estrutura. E por mais que o discurso seja não, não vai faltar energia, nós vamos fazer infra-estrutura, nós vamos investir, cria-se um PAC, que nada mais é que programas existentes que você dá apenas uma nova versão, bota no pacote, apesar disso, o tempo vai se passando, é um ano, dois anos, o Governo já está no seu segundo mandato, e a infra-estrutura não avança. Lamentavelmente não avança. O que nos leva a ficar extremamente preocupados. Que o País possa ter um problema sério lá pelo, idos de 2008, 2010, no máximo, com relação a esse problema de logística.

Agora o Governo crie a Secretaria dos Portos. É porque o País precisa de atenção especial nos Portos? Não necessariamente. É porque o País... Aliás,

o Governo precisa dar a um ex-Ministro que saiu do Ministério da Integração Nacional, um cargo. E é um partido, o PSB. E vamos criar a Secretaria de Portos. Porque se queria dar atenção aos portos brasileiros que é fundamental para um País que se pretende exportador, já poderia ter dado, nesses últimos quatro anos através do Ministério dos Transportes. Não é Secretaria dos Portos que vai resolver problema nenhum. Pois bem, eu queria um comentário um pouco mais detalhado.

Agora, última questão, eu volto a repetir última Sessão de audiência com relação a essa questão. É que eu vejo todo esse desenvolvimento no etanol, todos os palestrantes falaram muito de etanol, quase nada de biocombustível, no caso específico se falando aqui do biodiesel, o biodiesel foi apresentado para nós nordestinos, eu estou falando como nordestino. Sou da Bahia e V.Ex^a é de Alagoas, que seria uma redenção social para esta região. Entretanto, eu não vejo acontecer absolutamente nada. O etanol, 91% da produção se dá no sudeste e centro-oeste. E aqui foi colocado muito bem. As áreas de Excelência estão em São Paulo, sul de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais. Triângulo Mineiro. Nada no nordeste. Lá nós produzimos cana muito bem. Mas não temos nenhum incentivo. Porque nossos custos são diferenciados. Nós temos, no nordeste, nos setores de irrigação da CODEVASF. Cito a empresa Agrovale. Produz muito bem. Muito bem. Mas entretanto tem um custo energético que dificulta a sua competitividade. Então não há uma política pública para incentivar no nordeste, Senador Cícero Lucena, V.Ex^a é da Paraíba, para incentivar que também o nordeste participe dessa onda favorável do etanol. No biocombustível, absolutamente nada. O representante do Ministério da Agricultura falou muito bem que é preciso se criar a massa crítica da agricultura para que se tenha a produção do biocombustível. Entretanto, não é feito nada para se desenvolver uma agricultura... Pião manso. Eu não conheço. Só de nome. Eu sou homem do campo e nunca vi um pião manso. Não sei quantos já viram. Se alguém aqui... Eu nunca vi. Eu gostaria até que alguém do Ministério da Agricultura me trouxesse um pião manso para conhecer. Porque eu não conheço o pião manso. Porque na questão, por exemplo, do biodiesel a partir da mamona, o que se ouve do Banco do Nordeste é que é inviável. O Banco do Nordeste não financia ninguém que for produzir biodiesel a partir da mamona. Vai fazer uma usina piloto para verificar a viabilidade econômica. Aí chegou um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e disse que só essas usinas já implantadas ou em fase de implantação pela PETROBRAS lá na Bahia são três, uma em Candeias, duas no interior, já estavam melhorando e

o preço da mamona no Estado, eu perguntei: Quantas estão usando mamona? Nenhuma. Por enquanto só usamos sonha. [risos] Não há tecnologia definida para dar viabilidade técnica e econômica para o uso da mamona.

Então, não vejo uma política específica para induzir uma região que é extremamente necessária. De aproveitar esses booms. Lamentavelmente quando vem no País sempre vão beneficiar aqueles que já têm a liderança econômica no País, que estão situados no sudeste e sul, aumentando aquele gap que existe entre a região nordeste e o restante do país. É também uma outra questão que me preocupa muito. Eu pediria inclusive ao Senador João Tenório que pudesse fazer um debate específico em relação a essa produção do etanol e do biodiesel no nordeste brasileiro. Porque, por enquanto só tenho visto discurso. Proselitismo político. Prática para desenvolver uma agricultura sustentável que tendo no agronegócio biocombustível para desenvolver socialmente o nordeste eu não tenho visto. Deixo a sugestão aqui a V.Ex^a e gostaria de ouvir aí no caso o Dr. Gianetti sobre essas questões que levantei.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Com a palavra o Dr. Roberto Gianetti para responder as ponderações e dúvidas do Senador César Borges.

SR. ROBERTO GIANETTI DA FONSECA: Senador, acho que essas questões que o senhor colocou realmente são relevantes. Se o etanol deu certo até hoje, exatamente foi porque teve pouca ou nenhuma intervenção de políticas públicas que viesse a inibir ou questionar ou gerar incertezas sobre a produção e comercialização do etanol no País. Há muitos anos, creio que desde 92 ou 93 não tenho certeza que há um mercado livre de açúcar e álcool e isso tem permitido que cresça, expanda e possa projetar as suas demanda e produção com a certeza de que haverá aquela normalidade de mercado. O que me inquieta é como o etanol é um produto sazonal e é um produto de uma demanda, de certa forma explosiva, agora inclusive com a introdução do flex fuel e esse boom internacional de importação e consumo de etanol, a escassez cria certas inquietudes em hora relação ao mercado. E o Governo Brasileiro já por duas ou três vezes aceitou em reuniões de crise, quando o preço aumenta ou começa a haver dúvidas acerca da disponibilidade do produto na entre safra sobre o cerceamento das importações. Seja através da criação de um imposto de exportação, seja através de cotas de exportação. O perigo de isso acontecer é a perda de credibilidade do Brasil como fornecedor internacional. Porque o consumidor lá fora não é um consumidor eventual que de repente resolveu comprar o etanol no spot como

se fala para uma partida. Para um momento. Ele é um consumidor habitual, regular, permanente. Porque ele implantou uma política de mistura no combustível, gerou provavelmente uma lei, um regulamento a respeito desse combustível, e não pode ter esse combustível de repente descontinuado. A quebra de contrato que se ouvisse, graças a Deus não houve, mas se houvesse uma quebra de contrato por exemplo com o Japão ou com um grande cliente americano ou com esses Países africanos que está tomando a decisão de implantar etanol a partir de um apoio brasileiro. Seria de consequências drásticas para a credibilidade do País como fornecedor de etanol no mercado internacional. Daí eu chamo atenção que tem que existir entre o setor privado e o Governo um diálogo equilibrado, racional. Temos que fazer reuniões periódicas de previsão de mercado para que a gente organize essa oferta exportadora e esse mercado de maneira segura. E que se faça estoques reguladores. É algo que tem faltado também. Aí acho que a PETROBRAS pode ter um papel muito importante; a PETROBRAS, quero dizer até de viva-voz na frente do Dr. Silas é um parceiro desejável para o setor privado pois tem grande experiência no transporte, logística no transporte de grãos líquido. Ninguém tem mais experiência no transporte de grãos líquido no País do que a PETROBRAS, a utilização de infra-estrutura da PETROBRAS é absolutamente necessária, agora, ela tem que fazer isso em parceria com o setor privado, e não de uma forma monopolista, que venha também a causar inquietude ou hesitação no setor privado a respeito da dependência da excessiva dependência que poderia ficar em relação à logística da PETROBRAS. Mas acho que a PETROBRAS tem agido com essa postura de buscar parcerias, buscar apoios. Acho que a questão do alcoolduto em São Paulo, Dr. Silas falou da presença da Camargo Corrêa e a PETROBRAS como empreendedores desse Projeto, eventualmente podia ser um empreendimento mais aberto. Eu vejo a possibilidade de participação também de tradings, participação dos produtores, aliás a participação dos produtores é tão essencial que eles acenam com a possibilidade de fazer um segundo duto paralelo ao da PETROBRAS, o que não tem nenhum cabimento. Vamos estar desperdiçando recursos escassos da nossa economia na criação de uma dupla infra-estrutura que poderia ser melhor otimizada numa só.

Então eu acho que há que se conversar sobre esse assunto, eu até provoco aqui o Dr. Silas para que a gente faça posteriormente uma reunião em São Paulo ou no Rio como referir colocando a Única, colocando outros parceiros que estejam dispostos a investir conjuntamente com a PETROBRAS na

formulação dessa infra-estrutura que, inclusive, deve ser mais abrangente do que apontada até hoje pela PETROBRAS. Porque deve pegar não só o eixo que vai para Goiás, para Senador Canedo, mas também não sei, não vi citar isso, mas o eixo que vai para ligar a hidrovía. Acho que a cidade de Conchas, a hidrovía do Tietê Paraná, que vai dar acesso para o duto para toda a região do oeste paulista e sul de Mato Grosso. Acho que é fundamental que haja uma aplicação, uma maior abrangência tanto da participação das partes interessadas relacionadas a etanol, quanto da extensão desse Projeto logístico aumentando o seu grau de atingimento de áreas potencialmente produtoras de etanol no País. Agora, Senador César Borges, a questão do nordeste. Eu me permitiria fazer uma sugestão. O senhor falou do biodiesel, o biodiesel, sem dúvida, é um item importante na nossa matriz energética futura, mas ainda tem uma dimensão extremamente tímida hoje em dia. Por isso nós não estamos tão empolgados com o biodiesel como estamos com o etanol. O etanol já é uma realidade, não só para o País, mas mundial. O biodiesel poderá ser e deverá ser com certeza. Mas acho que ainda exigirá muitos investimentos e muitos anos para que ele tenha dimensão econômica massa crítica que o etanol já tem. Agora, me permita uma sugestão. Acho que na área do etanol existe uma grande possibilidade no nordeste que não está sendo objeto de atenção, seja do Governo, seja dos empresários. Que é o etanol de mandioca. E aqui eu acho que a EMBRAPA tem um papel fundamental, porque a EMBRAPA tem um conhecimento da tecnologia da mandioca hoje muito grande. Tanto do ponto de vista agrícola, quanto da sua utilização industrial. E já ouvi relatórios e experimentos com relação ao etanol de mandioca que seja ser quase tão competitiva quanto o etanol de cana-de-açúcar. Quando o rendimento atinge cerca de 25 a 30 toneladas de mandioca por hectare. Então a mandioca tem outra qualidade importante, outra virtude, em relação à cana-de-açúcar que a mandioca permite o plantio em pequena escala por milhares ou até diria milhões de produtores. Poderia ter um aspecto social de uma importância enorme para o nordeste a criação de pólos produtores de mandioca com pequenas e médias propriedades onde essa mandioca então colhida e utilizada para a produção de etanol poderia criar novos centros de geração de renda no País. Acho que, não sei se talvez o Dr. Ângelo queira falar alguma coisa a respeito disso, o Ministério da Agricultura deve conhecer esse assunto muito mais do que eu, mas eu me atrevo a sugerir que essa talvez seja a melhor opção de energia renovável hoje para o nordeste do que qualquer outra que eu tenha

ouvido falar. Essa é a contribuição que eu gostaria de trazer ao debate. Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ÂNGELO BRESSAN FILHO: A primeira, seguinte, essa questão de intervenção do Governo, eu acho que isso é muito importante. Possivelmente o Governo vá ter que ter alguma regra mesmo, porque nós não podemos, por exemplo, correr o risco de desnacionalizar a nossa produção de cana. De repente os estrangeiros vêm aqui comprar as terras e produzir álcool, como é que fazemos. Acho que essa preocupação não só do Governo, tem que ser nossa, de Brasil. E essa preocupação existe. Eu só queria dizer o seguinte, nenhuma decisão desse nível de intervenção do Governo será tomada a não ser por um Projeto de Lei. Então será discutido amplamente nessa Casa. Isso é um assunto que se discute no Governo, eu faço parte dos grupos que é um assunto de uma preocupação, e posso dizer pelo que eu conheço, pelo que eu vivo. Não será tomar nenhuma decisão nesse sentido de intervenção com esse nível de intervenção sem que seja por Projeto de Lei. Então acho que dá uma salvaguarda. Nessa Casa se discute o que é melhor para todos.

Na questão do nordeste eu gostaria de agregar algumas coisas. Na verdade nós temos um outro nordeste que não foi mencionado aqui, que tem um potencial muito forte. O sul do Maranhão, sul do Piauí, Tocantins, enfim, que nós temos interesse que se desenvolvam pólos novos de produção de cana nessas regiões. O que está segurando é que nós temos que ter o zoneamento agro climático para saber a questão de quantidade de chuvas que você tem, se precisa irrigar ou pelo menos uma irrigação, a gente chama de irrigação de salvação depois do corte da cana. Esse zoneamento já está... Nós fizemos um convênio com a EMBRAPA, estamos começando a desenvolver nos Estados, não só lá, Mato Grosso, Goiás, para ter um zoneamento disso para ver o potencial de produção dessas áreas que seriam virgens para a cana e não tão virgens, já existe alguma produção, mas para criar pólos novos. Na questão do álcool, não só da mandioca, mas da batata doce também, não só nisso, também as microdestilarias, é um assunto que está na agenda. Mas infelizmente a nossa tradição no Brasil do PROÁLCOOL se concentrou nesse modelo que já conhecemos, da cana, que é um produto que produz um álcool muito barato, e em grandes unidades. A média da produção no Brasil é mais ou menos quanto? Um milhão e trezentos, um milhão e quatrocentos mil toneladas de cana na média por unidade. Não existe mais...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ÂNGELO BRESSAN FILHO: O padrão são dois milhões. A unidade padrão que se recomenda são dois milhões de toneladas. Que é tudo investimento muito grande. Então teria as microdestilarias, hoje tem uma tecnologia nova que não é de moenda, é de difusora, processo mais químico que facilitaria isso. Você ter pequenas unidade e unidades regionais que atendam mercado bem determinado. E como eventualmente com outras matérias-primas. Nós estamos junto com o pessoal de Tocantins estão fazendo experimentos com batata doce, e não só no nordeste, o Pará também produz muita mandioca, lá na região Amazônia, Acre. Você tivesse... Só que infelizmente nós perdemos esse conhecimento do PROÁLCOOL. E essa coisa não prosperou e infelizmente se perdeu isso. Mas agora com esse crescimento, com esse boom todo de uso, acho essas coisas voltaram para a agenda e estão sendo discutidas. Mas não se prevê num prazo muito curto que isso passe a ser realmente, ter uma participação grande nesse mercado. Mas isso voltou para a agenda e está sendo discutido. Inclusive agora no dia 21 lá na CNA nós vamos promover um seminário sobre essas tecnologias novas de micro destilarias. Como é que... Enfim quanto custa, como é que... O tamanho ideal de uma pequena produção, e principalmente como é que você faz a questão produção integrada. Não só a produção do álcool, como também a uma indústria associada no uso da matéria-prima, geração de energias... Todo esse processo de... Integrado. Não só criar fazer álcool e vender na esquina. Esse assunto voltou para a agenda e acho que no futuro teremos condições de ter coisas mais ligadas a pequenos, à produção mais... Nós temos definido esse ponto de vista que é a questão do Fidel Castro. Combustível você tem produzir muito e barato. É básico. Mas precisa da grande produção, mas não precisa do grande produtor. Você tem que organizar os pequenos para produzir tecnologia e com baixo custo. Isso é possível. É uma revolução no futuro do mundo. Eu até tenho dito o seguinte, nós temos que fazer uma reforma agrária benigna, é aquela que você cria condições para pequenos produtores, dá a tecnologia, financiamento, crédito e logística para que eles produzam muito, barato e eleve o seu padrão de vida. Isso pode acontecer no mundo inteiro com os biocombustíveis. Essa que é a mensagem que a gente tem tentado passar por aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Um breve comentário sobre essa questão regional nordestina, sobretudo, na verdade existe esse potencial de produção em outras regiões, sobretudo no nordeste, nessa região do Maranhão e Piauí, agora,

não acontece a migração. A migração está acontecendo do nordeste para o centro-oeste.

Então, porque é que está acontecendo isso? Fica muito claro para nós que conhecemos um pouco mais de perto o setor que não existe poder de competição direta entre a posição de cana-de-açúcar nas outras produções no País com a região centro-oeste e a região centro sul do País. É muito claro e muito evidente. Tanto é verdade que a migração não está acontecendo para o Maranhão, muitos empresários do meu Estado, Estado de Pernambuco, tem vindo instalar unidades em São Paulo, unidades em Minas Gerais. Isso, fica muito claro que há necessidades de políticas públicas que restabeleça a possibilidade de competitividade entre essa região nordeste e as demais regiões norte do País e as demais regiões... Aonde de fato está acontecendo... Está muito concentrado esse desenvolvimento no centro-oeste e no centro-sul do País. Do ponto de vista estratégico talvez seja até conveniente porque facilita os investimentos em infra-estrutura. Agora, no que diz respeito à questão de oportunidades econômicas nós estamos perdendo um grande instrumento de redistribuição de oportunidades econômicas no País que seria a produção de álcool. E outro ponto importante eu queria só lembrar o Gianetti e o Dr. Ângelo que essa questão de usar a mandioca e essas coisas nós cairíamos, de certa forma, no problema do milho americano. Tem que buscar o carbono lá embaixo como o senhor disse muito bem para colocar na atmosfera e fazer o álcool. Isso é um fato que realmente acontece. Passo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro para fazer a sua intervenção.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, senhores expositores, essa semana, Dr. Gianetti, a semana passada, estive em Uberaba lá na Expo Zebu, e ouvi um diálogo entre Murilo Biagi e o Ministro Pratini de Moraes. Exatamente nessa área da produção excessiva de álcool no Brasil, que poderá voltar na autofagia entre os produtores e o Bressan está rindo aqui porque ele já participou disso, entre os produtores de álcool em afundar o preço para vender, porque tem necessidade de vender. Este diálogo foi sobre essa preocupação do Murilo Biagi, negociando com o Ministro Pratini de Moraes para assumir a função de caixeiro viajante de álcool no Brasil lá fora, como já faz com a carne. E eu participei do consagra lá na FIESP na segunda-feira e aí eu estive com... Da COPERSUCAR, ele estava me propondo que eu faça aqui o que eu fiz alguns anos atrás e o Bressan sabe disso. Quando havia excesso de álcool no mercado e tinha uma Medida Provisória e eu fui Relator dela, quando orientado pelo setor alcooleiro, e aqui nós tínhamos uma frente Parlamentar muito... Que trabalha-

va mesmo em função do alcooleiro, nós conseguimos elevar a mistura do álcool à gasolina de 20 para 25%. Foi uma Emenda que nós pegamos carona numa Medida Provisória. Então, o Ermelindo(F) já estava pensando nisso. Já não de 25, mas ele já estava pensando propor uma Emenda que elevasse isso a 30% exatamente preocupado com o excesso de álcool que vamos ter nesses dias no Brasil, porque só este ano deve estar aumentando três bilhões de litros de álcool na nossa produção.

Sr. Presidente, eu fiquei agora preocupado com a PETROBRAS. Ou com o Dr. Silas. No Mato Grosso, e lá tem as condições de produzir biomassa, que são aqueles quesitos principais que foram falados aqui, que é terra, que é sol e que é água. E tem surgido interesse de muitas plantas de álcool como muitas plantas de biodiesel. Mas toda essa pauta, num possível álcool duto de Cuiabá para Senador Canedo para integrar o que já tem da PETROBRAS aqui ou esse álcool duto saindo de Cuiabá passando por Mato Grosso do Sul indo para o Paraná. E quando se discutia aqui logística, não se falou nada sobre esse álcool duto a não ser o poliduto, a parte de Senador Canedo. Não existe nenhum estudo sobre esse álcool duto, poliduto, a partir de Cuiabá? Porque esse aí seria jogar por terra a logística da produção de álcool no Estado do Mato Grosso onde disse há muito interesse, há muito grupo econômico correndo para Mato Grosso, aproveitando tudo a natureza nos deu para a produção de biodiesel ou álcool naquele Estado. Muito obrigado.

SR. SILAS OLIVA FILHO: Desculpe, Senador, acho que é um prazer trazer essa notícia. Infelizmente trouxe aquelas notícias que são de conhecimento de público. Nós temos sim um grupo estudando fortemente essa logística de exportação de biocombustíveis de Cuiabá via Campo Grande indo para Paranaguá. Bem como levar derivados de petróleo da nossa refinaria do Paraná pelo caminho inverso até Cuiabá. Mas também nós estamos considerando esse trecho Cuiabá Senador Canedo.

Então, hoje nós estamos na fase de levantamento de quais produções estão sendo consideradas na região. Nós temos uma forte interação com a Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Mato Grosso que deve estar nos caminhando quais são os novos investimentos que estão acontecendo para a produção de etanol principalmente nesse trecho. O que o Estado considera mais prioritário, essa saída do duto de Cuiabá por Goiás do que por Campo Grande.

Também o Estado de Mato Grosso do Sul tem um grande fluxo de investimentos e pelos volumes que estão se considerando de investimentos nessa região já viabilizaria um duto. A questão do duto e retomando

a discussão, ela não é... Ela depende de uma questão chamada mercado. Mas ficar falando que vai ter o mercado para viabilizar o duto ou precisa do duto para viabilizar o mercado, vamos ficar naquela questão do ovo e da galinha. Por isso que eu chamo de investimento de risco. Então hoje as empresas, estamos conversando com várias empresas, e outras empresas colocamos a questão duto é investimento de risco. Ou seja, quem for entrar nesse investimento tem que saber que vai aportar dinheiro, vai botar dinheiro nessa infra-estrutura, mas que pode reaver em cinco, seis anos, ou dependendo de como o mercado se desenvolver, ele pode perder esse dinheiro. Isso a gente tem que ter bem claro e acredito que o Governo Federal e os governos estaduais vão estar dando os incentivos necessários cabíveis para o desenvolvimento dessa logística para que se busque o melhor preço de competitividade dos nossos produtos. Mas tem que ter claro de que essa logística, ela pressupõe investimento de alto custo e esse investimento de alto custo ele vai ser bancado por investimento não-governamental, mas por empresas que vão buscar o mínimo de retorno. Hoje existe uma Legislação muito clara com relação aos dutos, que ele tem que ser regulamentada pela Agência Nacional do Petróleo e existe todo um trâmite no qual você vai fazer a... A Sessão de capacidade desses dutos.

Então, hoje, não tem como dizer a PETROBRAS vai ser monopolista do duto ou vai botar uma tarifa muito mais cara desse duto de tal forma de que o produtor ou aquele que está produzindo o etanol não tenha condição de entrar, de ter acesso a esse investimento da infra-estrutura, não possa participar. Muito pelo contrário, ele vai ter como participar e o objetivo da PETROBRAS é trabalhar com uma capacidade tanto nesse duto que nós estamos falando Senador Caneido, como outro que virá de Mato Grosso suficiente não para hoje nem para amanhã, mas depois de amanhã. É como obra. Costumo brincar na PETROBRAS que é como obra de aeroporto. É uma obra de infra-estrutura que você tem que fazer o aeroporto não pensando na população que vai utilizar o aeroporto hoje ou amanhã, mas daqui a dez anos. Qual o volume de pessoas que nós vamos estar utilizando nessa infra-estrutura daqui a dez anos. Porque se daqui a dez anos tiver que fazer uma aplicação de aeroporto é muito caro. E hoje o País sabe o custo disso via Congonhas, outros aeroportos que estão em expansão e ampliação.

Então, o duto desse, nós temos experiência do gasoduto Bolívia Brasil que hoje fora as questões políticas e disputa que está tendo entre Brasil Bolívia, o duto hoje está praticamente com essa capacidade de tomada. Nós não imaginávamos em 1998, 99, quando iniciávamos todos os estudos do gasoduto que teria-

mos essa capacidade tomada em 2006. Acreditaríamos que essa capacidade somente estaria toda tomada em 2012. Mas foi feito todo um esforço da PETROBRAS para a inserção do gás natural na matriz energética. Esse esforço a PETROBRAS também está fazendo no mercado internacional de tal forma a garantir mercado para essa nova infra-estrutura. Costumo dizer, dentro da PETROBRAS para meus pares que a produção mercado e a infra-estrutura tem que caminhar passo a passo e crescer em conjunto. É óbvio que, em certos momentos, tem um que cresce mais e outro que cresce menos. Mas o País tem que buscar internacionalizar o álcool, buscar novos mercados, buscar a parceria, mostrar que é uma fonte confiável de fornecimento energético, que é o etanol de biocombustível, mostrar que não vai ser uma Arábia Saudita do álcool, ou seja, que ele vai monopolizar o álcool, que vai ditar o preço do álcool no mercado internacional, esse é o grande medo das grandes nações para a utilização do etanol.

Nós temos que mostrar que o etanol não é uma *commodity* agrícola, mas energética. E *commodity* energética no mundo não tem a tarifação que hoje o etanol ou o biodiesel tem. Hoje você exportar etanol para a Europa você paga 193 euros por metro cúbico. Hoje você está pagando aproximadamente 160 dólares por metro cúbico para os Estados Unidos. Você não tem a mesma tarifação quando se exporta gasolina ou quando se exporta diesel para esses mercados. Mas a infra-estrutura é um ponto chave. A experiência da PETROBRAS é fundamental para isso, mas em nenhum momento ela quer fazer isso de uma forma monopolista. E com certeza nós vamos estar discutindo com os outros setores que têm interesse em participar ou até pequenas empresas, pequenos empresários que queiram ter acesso a esse investimento, de como participar do investimento dessa infra-estrutura. E a PETROBRAS por si só ela também não tem condição de fazer esse duto para atender todo esse volume de produção que nós estamos vendo no mercado interno. E esperamos que amanhã podemos discutir junto com outra empresa, como escoar álcool de produção da região da CODEVASF, da região de Petrolina e outras da Bahia, Rio São Francisco, exportação de álcool que estão hoje no norte de Tocantins, sul do Maranhão, parte oeste do Piauí que são áreas potenciais, sul da Bahia que é outra área que está sendo muito estudada, sediadas por grupos nacionais e estrangeiros. Ou seja, nós estamos olhando a situação como um todo e nós sabemos que a PETROBRAS tem uma posição chave pela suas condições de portos que é o caso do nordeste. Nós temos hoje três portos que trabalham com etanol. Maceió, Recife da PETROBRAS e o Porto de Cabedelo, na Paraíba. E temos condições de co-

localar o porto de Paranaguá em operação também e estamos analisando se o porto de Santos da PETROBRAS também pode ficar disponível para exportação de etanol.

Hoje a PETROBRAS vê extrema importância à exportação de etanol do País. E ela não vai trabalhar com capacidades mínimas de estrangulação de mercado para que esse álcool fique retido aqui dentro que só prejudicaria, não só os produtores, os governos locais, as condições dos trabalhadores, mas também a própria PETROBRAS, que ela vai ter uma [inaudível] não só do álcool, mas também o mercado de gasolina que hoje ela tem e que no passado foi de álcool e hoje estamos trabalhando até para buscar novos mercados para a nossa gasolina que é produzida pelas refinarias da PETROBRAS. E nós estamos abertos, gostaríamos de discutir com outros setores essa questão de infra-estrutura como viabilizar essa estrutura e nosso objetivo para esse álcool duto, essa parte que nós falamos é iniciarmos o mais rápido possível. E fazermos quiçá no futuro essa parte para Mato Grosso que é muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Ok. Próximo inscrito, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, nossos colegas convidados para este debate é o primeiro as série que essa Subcomissão está tentando estudar mais aprofundamento os detalhes de cada ponto de vista que essa matéria nos remete. Eu tenho tratado essa matéria de maneira bem desapaixonada, embora que tenha uma militância eminentemente rural e ambiental. Mas eu estou procurando deixar o meu coração em casa. Para ver se a gente estuda isso de maneira muito consistente e tomar as melhores decisões possíveis. Então, os quadros que a gente compreende nessa Subcomissão, é do ponto de vista geopolítico, econômico, ambiental e social. São os quatro temas que nos remetem a compreender melhor a dinâmica dos biocombustível. Primeiro convencimento, nós não temos um substituto do petróleo porque do petróleo se extrai aí pelo menos pelo site da PETROBRAS, 12 subprodutos de alta presença no dia-a-dia da sociedade no mundo inteiro. Até goma de mascar, o chiclete tem componentes extraídos do petróleo.

Então, falar de substituto do petróleo por enquanto é uma vontade que não é para amanhã.

Então, este é o ponto de partida. Então nós estamos falando de dois produtos que não vêm nem de longe pensar em substituir dois subprodutos do petróleo. Biodiesel e álcool para substituir gasolina e óleo diesel. Os números são astronômicos quando a gente olha para cá. Tem um dado bom aqui, Ângelo, 1,2 trilhão

de litros/ano para a gasolina e o mesmo volume mais ou menos para óleo diesel. Então vamos falar que o mundo chegue em 2015 com 10% do seu volume de mistura. Estamos falando de mistura. E isto colocaria multiplicar por dez, tudo que nós temos hoje. Então seis milhões de hectares de cana virariam 60 aqui no Brasil, os 20 bilhões de litros de álcool de milho dos Estados Unidos virariam 200 bilhões, e no somatório aqui nós estaríamos ainda a 10% do tamanho dessa demanda. Então se amplia a área, amplia a tecnologia, multiplica tudo por 10 toda a logística, tudo que se imaginar para apenas complementar em 10% dos subprodutos do petróleo.

O segundo grave problema é este da geopolítica. Quem é dono de quem e do que, dos processos. Então aqui ninguém quer entregar o osso para ninguém. O mundo vai nos olhar com um ciúme normal e natural. Eu fico muito feliz porque sou convicto nacionalista quando diz: Pagamos a conta do FMI, foi caro. Não interessa. Só o fato da simbologia, da autonomia em relação às interferências internacionais na nossa economia, isso já é pra gente sorrir e dormir mais feliz. Segundo, dizer que a PETROBRAS nos trouxe a auto-suficiência do petróleo, por mais que discuta que tem mil e um processos para serem vencidos, mas esse nos dá essa vontade de abraçar melhor a bandeira nacional.

Então nós estamos num curso de coisas que elas são tão grandes, tão astronômicas que eu infelizmente gostaria de estar falando isso para o nosso Senador César Borges. Compreendo que a forma da fala dele é uma fala muito da oposição e é um papel da oposição. Mas se a gente olhar o processo para o seu curso, o Brasil deu salto de canguru. Do que foi tentativa do pro-álcool e daquele momento que Expedito Parente apresentou, como ele chamou, biosene. O bioquerosene, é uma querosene para avião. E fez, segundo ele, uma aeronave voar de São José dos Campos a Brasília. Teve que ficar incomunicável, porque não podia nem ir em casa, segredo de Estado, tantas coisas e nada. Não rolou nada nesses 20 anos. Então a jaca cai quando está madura. Então agora que o mundo entendeu e começa a trabalhar no sentido de que é preciso esse assunto voltar à tona. E felizmente o Dr. Expedito está aqui conosco para ajudar a trazer suas idéias e tudo mais. Então é uma oportunidade. Agora nós estamos diante de uma oportunidade, acho que a palavra de todos os senhores confirma isso. Está aqui uma oportunidade nova. E segundo, ela socializa um pouco mais das coisas aqui no ambiente social, acredito que nós estamos diante de uma oportunidade. Na matriz do biodiesel, a lei já determina que é preciso considerar a participação de setores tradicionalmente alheio a tudo que no máximo participa das cadeias produtivas como

empregados e ganhando aquilo que as forças das circunstâncias lhe permitem. Então a cadeia produtiva no Brasil de origem rural são muito draconianas na nossa história. Saímos de um regime de escravocrata no Século 18 e 19 para pular da frigideira para o fogo. E de Getúlio Vargas para cá que as leis trabalhistas foram colocadas, maior exigência, maiores cuidados e tal. Mas não estou falando disso. Isso é pequeno demais. Eu estou falando da propriedade do negócio. Como é que os pequenos participam como donos do negócio? Num pedaço. Não sei que tamanho.

Então, nós estamos falando aqui de alguns bilhões de dólares circulantes novos na nossa economia a partir de um produto que deveria, no meu entendimento, dar um percentual X desta cadeia produtiva para esse setor. Porque senão inevitavelmente o Movimento dos Sem Terra vai ter muito que fazer daqui pra frente na disputa pelas terras, porque se nós pegarmos, é um debate que fiz com a Vale do Rio Doce, ainda em 2003 quando a história do biodiesel estava dando seus primeiros passos, estavam fazendo estudo de como substituir parte dos seus setecentos milhões de litros de diesel de consumo/ano para biodiesel. E estavam pensando em comprar terras no Pará para produzir. Não façam essas coisas. A Vale do Rio Doce já tem dinheiro demais. Este negocinho tão pequeno passa este assunto para quem já está na sua terra. Inclusive o grande pecuarista para substituir o boi por uma oleaginosa. Põe os beneficiários da reforma agrária para produzir essa oleaginosa. Aí tu produz o biodiesel nas tuas máquinas. Mas vamos partir um pouco dessa rapadura. Acho que está na hora do País amadurecer muito mais do que apenas o economicismo que às vezes a gente trata as matérias aqui. Então não é pela cor dos olhos de ninguém. Nós estamos falando de negócios. E eu digo hoje para o mundo ambientalista. Eu digo: Não fale do meio ambiente a partir do meio ambiente. Fale do meio ambiente a partir dos negócios. Quanto que um negócio, ambientalmente falando, dá mais lucro se a natureza for melhor preservada do que se ela não for melhor preservada. Então os Estados Unidos não está querendo contar piadas. É claro que sabem muito bem o que estão fazendo, jogando dinheiro no mato produzindo álcool do jeito que produz, assim como joga dinheiro pela janela produzindo arroz da forma que produz, mas tem um princípio. Não querem ficar 100% defendendo do mundo para uma eventual crise de abastecimento no futuro. Ninguém quer isso. Nós também não queremos. Então como é que a gente participa desse negócio? O G 21 criado pelo Governo Brasileiro acho que tem que avançar realmente nesta margem que foi colocada ali entre os trópicos. Nós pegamos então quase 100% da América do Sul,

quase 100% da África e quase 100% da Oceania com um pedaço do sul da Ásia. Então são os lascados do mundo que tem que discutir o assunto. São os quebrados. Como é que os quebrados participam agora de uma nova oportunidade?

Então estamos falando aqui de geopolítica pura. Como é que o mundo se comporta diante deste novo momento? Antes que os americanos descubram o pulo do gato de extrair um novo álcool a partir da lignocelulose como o senhor acabou de dizer, o Dr. Roberto. Então, investimento em tecnologia. Queria que o senhor pudesse nos disser o que é que tem de prático hoje, de onde estão vindo, quem está financiando, financiando aonde e o quê? Porque todo lugar que eu ando tem alguma universidade, um maluco qualquer em algum lugar doido para descobrir alguma coisa.

Eu também aproveitei a onda e incentivei a universidade do meu Estado, nós temos um centro desse tamanho, mas está lá. O pessoal debatendo o que fazer com essa onda toda que nós estamos falando e por mais que se disse que a Amazônia vai ou não vai ter a participação de um empreendimento dessa natureza, é desrecomendado para a Amazônia, eu digo para os senhores que nós temos já uma área muito grande que foi desmatada na região e que está ociosa. Virou terra degradada. Essas terras, no meu entendimento, tem que ser repensada para um uso de alto grau de economia. Então a segunda pergunta é: Há algo nessa direção para reaproveitamento? Para onde está o mapeamento da cana-de-açúcar e do biodiesel? Qual é, digamos assim, o zoneamento meio que espontâneo que está saindo para as novas áreas de cultivo?

O Senador ainda estava preocupado com o problema da participação da mamona e de outras oleaginosas. Eu tomei por decisão uma vez ao mês, no mínimo visitar também todas essas maluquices que me chegam pela imprensa ou por alguém que me fale em algum momento. E foi através da história do pião manso. E o que eu ouvi do pião manso? Uma planta que praticamente se extinguiu da face da terra, ela é extremamente natural mesmo, não tem nenhuma espécie de melhoramento genético, portanto tem uma expectativa que vai levar pelo menos 10 anos para se dar uma resposta crível sobre a sua viabilidade. E o que também foi-me dito pela EMBRAPA de Pernambuco é que as empresas não estão tendo tempo para esperar estes resultados de pesquisa e estão arriscando plantar aloucadamente. Então, o que teria biodiesel hoje, se é do conhecimento dos senhores, mas digamos assim, positivo na área da produção de biodiesel? E o último, o que mais me preocupa, e aí estou conversando com a PETROBRAS também iniciando uma conversa com a PETROBRAS e com outras empresas para a gen-

te se instalar no Acre. O meu Estado quer participar do processo. Eu defendo intransigentemente que, por mais que interligue toda a energia elétrica do Brasil, pode interligar a vontade. Os 5561 municípios podem estar tudo em rede nacional. Mas com uma condição. Eu acho que todos os Estados têm que gerar energia elétrica também.

Se o mundo, quando eu olho para o mundo eu comparo lá com a minha experiência tupiniquim, se o mundo não quer arriscar ficar na mão do Brasil, na mão de ninguém, por que é que o meu Estado do Acre tem que ficar na mão dos outros? Me diga. Nós queremos produzir energia também.

Então nós pegamos a usina de cana que nunca funcionou, essa coisa vai funcionar, nós estamos em negociação franca com PETROBRAS e outras empresas para se instalarem no Estado do Acre para a produção do biodiesel. E nós queremos entrar no jogo. E nós não queremos ficar comprando energia elétrica de Rondônia. Não tem conversa. Rondônia pode ter quantas hidrelétricas quiserem porque o rio lhe permite. Pode ter a térmica lá de quase meio... Quase 500 megawatts que é, que queimam óleo diesel. Mas nós também queremos. Naquilo que nós pudermos ter como geração de energia. Então é outra dinâmica que eu queria que a gente quando fosse tratar da partilha do bolo, pensar todas as escalas.

Só para referendar. Ponto um. O Brasil no mundo. O Brasil precisa avançar a partir dos pobres apresentados na tela do Dr. Ângelo. Ponto dois. Internamente falando, como é que a FIESP poderia, como hoje, acho que responde até mais à altura do que a própria CNI sobre essa demanda. Eu quero até parabenizar por isso, esse processo, se é pensável que a gente comece a discutir do empresariado brasileiro para que a gente adote este critério de participação dos pequenos em algum tamanho de uma cadeia produtiva dessa natureza. Essa é uma coisa que eu gostaria ver se é possível se pensar. Vou encerrar dizendo ainda por que. E do ponto de vista dessa macro engenharia, como é que a gente absorve o Brasil inteiro, seus 27 Estados numa matriz dessa natureza. Já que eu estou convencido de que o jogo é pesado e é para valer e não veio para... Não é uma chuva passageira, eu queria que a gente se preparasse em todos os níveis.

Eu vou encerrar fazendo a seguinte defesa. Esta maluquice eu estou em debate com o Governo do Estado do Acre desde... Estamos no terceiro mandato do Governo, dois mandatos do Jorge Viana, o PT administra pela terceira vez o Estado do Acre. Alimentamos essa tese de que, no Estado do Acre, como as disputas pela terra durante os anos 70 e 80 foram tão violentas como em muitos lugares do Brasil, com mortes como

do Chico Mendes e tantas outras lideranças, mas essas lutas trouxeram 30% do território do Estado para a mão da reforma agrária. Como é que se explica que uma empresa vai para o Acre, compra tudo, e a gente fica olhando o navio passar? Assim como uma pergunta foi feita aqui: Os americanos vão comprar as nossas terras, vão comprar as nossas usinas? Os europeus, japoneses, e a gente ficar fazendo o que depois? Então, é outra pergunta que eu faço aqui bem precisa para os colegas da FIESP. Nós temos que pensar até onde é possível. Eu defendo sim a flexibilização no capital. Precisa atrair interesse internacional. Mas até quanto volume? 49? Ou vão ficar com mais de 50? Até 49 é permitido ou vamos permitir a quanto? Até 100%? A defesa lá no Acre foi essa. As empresas no Estado se instalam da seguinte maneira: Até 70% é o limite máximo permitido para uma empresa de qualquer porte se instalar no nosso Estado. Os outros 30% dividido entre empresários locais que pode chegar a no máximo 25% e pelo menos 5% do negócio entregue para uma cooperativa de pequenos que vai participar da cadeia produtiva. Esta regra está na quarta empresa, nessa de cana-de-açúcar, que é do grupo Eduardo Farias, uma de pisos de madeira que é de uma empresa do Paraná, uma de preservativos masculinos e uma outra que vai iniciar um trabalho com frango, a quarta empresa que a gente instala a partir desse modelo e que nós chamamos lá como o Brasil chama de PPP para a infra-estrutura nós estamos chamando de PPC para os empreendimentos econômicos em geral. Então PPC é público, privado e comunitário. É uma regra também que a gente gostaria de trazer para a apreciação dos senhores neste momento em que o Brasil desafia o mundo com uma tecnologia tão inovadora. Era isso, Sr. Presidente.

SR. ROBERTO GIANETTI DA FONSECA: Senador, vou responder parcialmente as suas perguntas que foram muitas e eu não tenho conhecimento para responder todas. Porque tem perguntas dirigidas à PETROBRAS e o Ministério da Agricultura. Mas agradeço seus comentários em, primeiro em relação à FIESP. De fato a FIESP tem feito um trabalho bastante abrangente que extrapola as fronteiras do Estado de São Paulo, porque no Estado de São Paulo estão instaladas empresas que investem no Brasil inteiro. Então a FIESP tem que ter uma visão abrangente e a posição nossa é que a FIESP interessa o que é interesse nacional, interesse do País. Segundo lugar, nós vamos ver o que é de São Paulo, o que é da indústria paulista. Essa é a visão que a gente tem dentro da FIESP.

Bom, o senhor tem toda razão quando coloca que a indústria e essa oportunidade histórica que nós estamos tendo no País em relação ao etanol, ela tem que

distribuir riqueza. Ela não pode ser um concentrador de riqueza. Em duas dimensões. Primeiro na dimensão internacional. Na dimensão internacional, é uma oportunidade que Países em desenvolvimento, na faixa dos trópicos vão ter acesso, vão ter a possibilidade de se tornar grandes produtores de commodities energéticas, de bens energéticos e estamos aqui falando de um mercado de centenas de bilhões de dólares que é substituir todo esse petróleo e gasolina ao longo tempo. Que um dia ele acaba. E volto a dizer, as reservas líquidas de petróleo do mundo já estão declinantes. O que significa que o consumo marginal é maior do que a produção marginal. O que se acresce de produção é menor do que o consumo. Especialmente porque a China e a Índia hoje são responsáveis por quase 50% da demanda incremental de petróleo no mundo inteiro. E portanto é uma oportunidade para nós distribuímos a riqueza do mundo, vir mais para cá do que tem ido para as grandes produtoras de petróleo e que estão espalhadas pelo mundo inteiro. Mas e dentro do Brasil? Que é isso que nos interessa. Vai concentrar aqui dentro a riqueza ou vamos distribuir a riqueza? Bom, o setor de cana-de-açúcar ele vem de uma história, de uma estrutura tradicional. É um setor disperso. Hoje no País são cerca de 350 produtores. A maior parte empresas familiares, e portanto uma estrutura fechada. Agora, a indústria está passando por uma transformação que a própria história está impondo. Está impondo uma reestruturação e uma consolidação do setor. As empresas, primeiro, estão se profissionalizando, tendo uma estrutura, portanto, não mais de dirigentes familiares, mas dirigentes profissionais que melhora o nível de eficiência, transparência, de governança da empresa. Segundo, estão abrindo capital, já umas quatro ou cinco abriram capital na bolsa. O que permite que pequenos e médios investidores também tenham acesso a essa possibilidade de valorização dessas empresas, mas isso tudo é suficiente? Não. Também não é suficiente. Vamos olhar o uso da terra. Não vou tirar o mérito da agropecuária que abriu as fronteiras agrícolas do País, expandiu as fronteiras agrícolas do País. Para oeste, para Mato Grosso, para a área do cerrado. Só que nada mais improdutivo do ponto de vista de uso da terra do que a pecuária extensiva, tanto do ponto de vista da renda que gera poucas cabeças de gado por hectare, como de mão-de-obra por... Mão-de-obra utilizada por hectare. É menos de um homem por hectare. Então, não utiliza nada. É uma atividade do ponto de vista social até quase nociva que usa muito a terra e não gera emprego. Já a cana tem essa vantagem de ter emprego. Mas ainda o emprego que eu considero precário. Eu tenho que admitir isso. É uma realidade. É uma atividade precária, o corte de cana.

Espero que ela seja tanto quanto possível mecanizada e acabe com esse dilema que temos hoje que ainda temos um sistema colonial de utilização do corte de cana por pessoas que fazem um trabalho quase insano. Temos consciência disso, mas é uma realidade que não se consegue terminar do dia para noite.

Agora, como nós podemos melhorar ainda mais a distribuição? Por novas tecnologias. A questão aqui que o Dr. Ângelo falou das micro destilarias, sem dúvida é uma maneira de criar novos pólos de produção onde você pode colocar a produção integrada de vários produtores rurais com plantações de pequeno e médio porte, integrado a micro destilarias que produzem o etanol para o seu próprio consumo ou para vender para fora outros Estados ou exportação. Depende de como a logística pode tratar a distribuição desse etanol, dessa produção regional ou local que poderia se difundir pelo Brasil inteiro. É um absurdo que Acre esteja importando etanol de Mato Grosso ou de São Paulo ou de Minas Gerais. Não sei. O etanol de lá deveria ser produção local. Para que importar etanol se tem terra, água, luz, tem tudo. Há que se fazer realmente uma reflexão a respeito disso, a forma de se distribuir a produção de etanol pelo País. E aí entra tanto o conceito do tamanho da dimensão da empresa produtora e infelizmente cada vez mais hoje o modelo econômico vigente é das grandes usinas produtoras, o módulo de dois a três milhões de toneladas de moenda é o que se tem hoje como padrão para os novos empreendimentos no centro-sul, e não há ainda... Quer dizer, a tecnologia aplicada da pequena empresa da micro destilaria. É algo que nós deveríamos incentivar e o Ministério da Agricultura tem na pauta.

Mas volto a repetir também a questão das novas culturais. A mandioca. Acho que a mandioca poderia ser uma revolução energética no nordeste e em outras áreas do Brasil. Quem sabe no Acre, Tocantins, Goiás, Bahia. Certamente a mandioca poderá ser uma matéria-prima para a produção de etanol em larga escala envolvendo milhões de pequenos produtores. É uma revolução fundiária produtiva, racional. Não a invasão irracional e improdutivo que às vezes não gera nada. Simplesmente toma a terra e não produz nada em retorno. Quantas invasões do MST nós vimos que acontece isso. Invadem, tomam a terra e depois a terra fica desocupada. Vendem o terreno para os outros. Eu gostaria de ver, Senador, uma revolução que a produção realmente se estabelecesse sustentável. E acho que, sem dúvida, a energia pode proporcionar, a agroenergia pode proporcionar modelos sustentáveis de pequenas propriedades fundiárias. Seria uma fantástica evolução para o Brasil isso se viabilizar. E eu tenho a esperança que nós vamos encontrar na man-

dioca essa resposta. E na micro destilaria de cana, talvez fosse a melhor sugestão que eu pudesse fazer aqui nesse debate.

Agora, quero falar sobre os estrangeiros. A presença dos estrangeiros na produção de etanol ainda é muito pequena. Mas crescente. O mundo hoje está olhando para o Brasil com uma grande oportunidade de investimentos. Fundos estão se organizando com bilhões de dólares de capitais estrangeiros para investir no etanol no Brasil. É uma preocupação, sem dúvida. Já compraram algumas usinas mas a presença ainda é diminuta. Não chega a ser de 5% do total produzido na mão de estrangeiro. Portanto não é algo que esteja numa fase grave. Mas nós temos que estar atentos. Agora, existe uma defesa natural do etanol. Vou lhe dizer qual é. Para a produção do etanol tem três alternativas de fornecimento de cana. Ou você tem grandes extensões de terra e produção própria, ou você compra de fornecedores que produzem e te vendem a cada safra sua produção ou você aluga a terra dos proprietários, especialmente de pecuária, transforma essas pastagens em produção de cana, a própria usina faz a plantação e usa a terra do locatário. Para fazer essa estrutura de produção num raio que não vai mais do que 50 quilômetros da usina porque a cana é perecível e não pode estar a grande distância, tem que trabalhar dezenas, quando não centenas de produtos rurais para se agregarem para serem incorporados e integrados a essa usina de produção. E o estrangeiro não sabe fazer isso. Não adianta ele ter o dinheiro. Ele não consegue trabalhar na zona, mesmo que ele contrate brasileiros. É muito difícil. Precisa do empresário brasileiro que sabe fazer essa agregação dos produtores rurais, que tem a confiança, a relação às vezes de décadas de relacionamento como vizinho, como conhecido... Que consegue agregar essa produção e criar esse tipo de produção.

Ainda é uma defesa natural e eu vejo isso porque eu já assisti estrangeiros com essa preocupação. Não, vamos associar o brasileiro porque ele sabe organizar a produção agrícola. Nós sozinhos não vamos conseguir. Ainda é a nossa defesa, é essa. De permanecer em mãos brasileiras a produção de etanol. Agora, o Brasil é uma economia aberta, de mercado, integrada no mundo. Nós somos membros da OMC, da ONU, etc, que não tem como dizer estrangeiro não pode investir no Brasil. Eles virão, nós temos que admitir que é uma oportunidade que os atrai, mas nós temos que na medida do possível certamente trabalhar com esse capital estrangeiro de uma forma que ele esteja voltado aos nossos interesses. E não interesse desses produtores. Eu, por exemplo, quando vejo produtor... Não vou falar mas que vem no Brasil querer investir

para a produção cativa para seu mercado externo, a custo, ou seja, é preocupante. Porque aí está explorando a natureza brasileira, a vantagem comparativa da natureza brasileira, agregando muito pouco para nós. Existe esse risco e a gente tem que ficar atento e se for o caso, não sei como, tomar alguma precaução para que isso não se extrapole níveis razoáveis de tolerância, vamos dizer assim. Muito obrigado.

SR. SILAS OLIVA FILHO: Eu gostaria de falar sobre um tópico aqui muito importante que é a questão da tecnologia. A PETROBRAS está investindo na tecnologia da lignocelulose, eu faço parte do grupo que foi formado agora, recentemente, pela Diretoria da PETROBRAS para acelerar ainda mais nossos trabalhos. PETROBRAS hoje tem três pacientes de enzimas que processam a lignocelulose para transformar em açúcares que vão ser fermentados. Hoje a grande questão do desenvolvimento dessa tecnologia consiste no desenvolvimento do processo, ou seja, para que o processo seja econômico o álcool produzido a partir da lignocelulose seja econômico, dando em termos de números, comparando com a cana-de-açúcar você hoje tira em média 85 litros por tonelada de cana. Você utilizando a lignocelulose, você poderá tirar de 220 a 250 litros por tonelada de cana. Então é um grande avanço. Todo o cenário americano aponta para a lignocelulose como a grande alternativa americana para a auto sustentabilidade energética do País. E esse é a questão que vem a tona e eu conheço a região do Acre muito bem porque eu trabalhei pela PETROBRAS no fornecimento de diesel para as termoeletricas, da Eletro Acre para energia, conheço o dilema na região. E eu gostaria de colocar uma proposta para o Senador que acho que será muito bem vinda. O diesel chega naquela região muito caro. E eu costumava brincar nas reuniões que eu tinha com a ELETROBRAS de que diesel valia mais do que ouro na região. Porque é essencial para você manter os alimentos, a pesca, toda a geração de energia elétrica que você coloca, desenvolve, seja pela Manaus Energia, Eletro Acre, ELETRONORTE é saturada em menos de um ano, porque é um frigorífico novo, é um supermercado novo, ou seja, a economia cresce. Por que não criar uma indústria de biodiesel na região para abastecer a geração a diesel? Por que não fazer um estudo de viabilidade utilizando até mesmo uma produção sustentável como eu tenho visto de algum trabalho recentemente no Maranhão onde estão usando diversos tipos de óleo de palma, no caso a carnaúba para produzir biodiesel. E o objetivo deles é exportar, porque se sabe que a comunidade européia, uma das restrições que vai fazer o biodiesel é que o biodiesel que competir com alimento vai ser extremamente sobre tachado. Ou seja, aquele biodiesel que eu extraí

da mesma matéria-prima que pode servir de fonte de alimento ele vai ser sobre tachado sendo que outros não. É o caso da soja. Ele vai ser sobre tachado na frente. Não é o caso da carnaúba, do óleo da carnaúba ou óleo do pião manso.

Conheço essa discussão do pião manso, tem entrado junto com a EMBRAPA, estive recentemente na Indonésia, to tentando fazer um link do Governo da Indonésia com a EMBRAPA porque eu descobrir lá que o exército japonês já fazia biodiesel de pião manso na Segunda Guerra Mundial porque não tinham petróleo. Para mover os seus caminhões Toyota se fazia biodiesel de pião manso. E a grande dificuldade do pião manso é que é uma... Digamos, uma oleaginosa não estudada. Não tem, não se sabe os impactos de doenças e nenhum Banco quer investir num Projeto onde não sabe se daqui a quatro, cinco anos tenha uma praga e venha perder toda a produção. Mas eu acho que a relação amazônica tem condição de fazer um trabalho de inserção do trabalhador via cooperativas até para o auto-sustento energético da região de forma competitiva. Que hoje você tem biodiesel, tem o diesel vindo e muitas vezes o diesel é importado para atender o Acre e aquela parte oriental do Amazonas ou ele vem de refinarias da Bahia ou da própria refinaria do Rio de Janeiro. Então imagine o custo que chega esse produto lá. Acho que o Dr. Gianetti colocou um ponto muito importante, 70% do custo da produção do álcool ela vem do campo. Então não existe produção de álcool sem envolvimento do campo. A formação de cooperativas e uma melhor distribuição dessa renda vai ser necessária para que nenhum País que tenha intenção de comprar álcool, e isso eu tenho trabalhado fortemente com grupos japoneses, com empresas americanas, têm essa preocupação. Não quero comprar álcool para reduzir impactos de emissões ou de poluição que venha de mão-de-obra forçada. Escrava. Com degradação de meio ambiente. Hoje, se falar num mercado japonês de que a produção de álcool que vai para lá vem de uma queimada, eles não querem de forma alguma que tenha queimada para depois haver o corte. Eles querem que seja tudo mecanizado para evitar mais emissão de CO₂. Existe também, por parte desses organismos, a forma de como regulamentar ou criar um selo ou criar uma certificação de que o produto está ambientalmente correto. E a Indonésia, nesse ponto, está extremamente preocupada, porque a forma de colheita do óleo de palma do dendê deles para a produção do biodiesel não é um manejo ambientalmente correto. Eles estão com medo de ser sobre tachado e são grandes exportadores, eles e a Malásia de óleo de palma para o mundo.

Então a questão, esses pontos vão fazer com que a introdução de novas práticas corretas, ambientalmente corretas e a inserção de grupos agrícolas que estão bem localizados, e um exemplo disso é do Triângulo Mineiro, aonde nós vimos um grupo do nordeste instalar e temos utilizado essa usina como até uma jóia do que pode ser a produção de álcool no futuro. E seria interessante, Senador, você conhecer que é a Usina Coruripe Campos Lindos, onde 100% do fornecimento de cana é de terceiros. E é um sistema que eles negociaram com o empresariado nordestino, onde fazem o acompanhamento da produtividade e do custo da produção ano a ano safra a safra. E eles negociam. Por quê? Nessas novas áreas de produção que a gente está vendo no centro-oeste e eu sou do centro-oeste, eu sei como é que é, ninguém vai vender uma fazenda que é da minha família há quatro, cinco gerações por causa eu estou indo mal na agropecuária, por causa de uma usina que está me oferecendo. Não, ele vai oferecer cana. E vai continuar o negócio dele de agropecuária ou ele vai para o café, ou vai ter soja... Tem flexibilidade, hoje na região. Na questão da região norte, existe grande possibilidade de fazer desenvolvimento e a grande fundos internacionais, principalmente alemãs, procurando essas oportunidades de negócios. Eu acho que tem como associar buscar oportunidades sem que tire o homem do campo. Sem que ele não participe do capital que vai até o final, que vai ser o preço de venda. É muito importante que ele tenha participação. Porque não tem como se rediar. Não é como a produção de álcool de milho que é uma vantagem que milho você se estoca. Então se você tem uma super safra, se estoca aquele milho que vai utilizar ou no inverno ou em outro ano para produzir álcool. Cana não dá para estocar. Você cortou tem que processar. Então é importante que existe essa interação do homem do campo, do produtor, com as usinas. E as usinas vão ter que estar preparadas para, a partir de 2010 a qualquer momento, entrar a nova tecnologia que é lignocelulose que vai mudar completamente essas relações. E vai mudar completamente o mercado. Porque amanhã mesmo pode se ter grandes produções de álcool de outras fontes energéticas que não só da cana. A cana tem uma grande vantagem, mas outras matérias-primas de lignocelulose pode ser um grande fornecedor como o sorgo, em termos de lignocelulose, o sorgo tem uma potencialidade grande e uma cultura que pode ser plantada em várias áreas do País. É um mercado novo, é um mercado mutante, tem muita coisa para acontecer nesse mercado. Mas é importante que o Estado e os senhores façam as proposições no momento certo para que ele saía ainda mais benefi-

ciando a todos. Não só parte da sociedade ou do empresariado. Mas que todos possam participar.

SR. ÂNGELO BRESSAN FILHO: Essas áreas mais afastadas elas têm algumas vantagens e algumas desvantagens. A vantagem é, que como você está longe, as nossas refinarias estão todas no litoral. Para levar diesel e gasolina para o Acre é um custo imenso. Isso cria uma oportunidade. Agora, claro, você tem dificuldades. Por exemplo, vou mencionar aqui na... Nós temos uma usina de açúcar e álcool instalada no coração da Amazônia que fica a cem quilômetros em cima de Manaus. Já fui três vezes lá. São meus amigos. É uma dificuldade imensa. Primeiro a questão da cana. Que eu costumo disser, o pessoal costuma dizer: ah, vocês vão plantar cana ali. Olha, cana é igual uva. Qualquer lugar que você plantar cana você vai colher cana. Agora, o volume de sacarose para ser competitivo não é qualquer lugar que se produz. Você tem que ter um clima adequado. Esse é um dos problemas da Amazônia. Como é úmido, os canaviais são lindos. Quatro, cinco metros aquela cana bonita. Só que quando processa, só tem água. A concentração de sacarose é menos de cem quilos. Em São Paulo se consegue 150 quilos. No nordeste 130. Lá são cem quilos. Então, acho que tem a oportunidade. Como estão distantes dos centros de produção desses combustíveis fósseis, de produzir combustível. Agora, não sei quer a matéria-prima adequada. Talvez não seja a cana por essas condições ambientais. Talvez a mandioca ou a batata doce que o pessoal de Tocantins está investigando. Enfim, ou pião manso. Você tem tanto o álcool como o biodiesel. Vocês consomem diesel e consomem gasolina, tem como fazer essas misturas. Tem que descobrir essa oportunidade. E na Amazônia, oleaginosas é o que tem lá.

Então, acho que podemos contar com a EMBRAPA, para dar apoio essas iniciativas. Acho que tudo isso é viável. Mas tem que descobrir qual é o caminho mais sustentável, digamos assim. Porque tem várias opções. A cana, a cana de pequeno, é complicado porque a cana ou você tem uma extensão grande, e aí para fazer aquilo, como é que se planta cana? No nordeste se planta ainda com animais e tal. Mas acaba sendo uma coisa pequena. Agora, pode ser que mandioca você consegue 30 ou 40 toneladas por hectare e consegue uma produção de álcool muito grande. E é mais fácil ter família. Tem que estudar qual é o melhor caminho. Porque vocês têm essa vantagem. Como estão longe dos centros de produção de gasolina e diesel, toda essa diferença de custo pode ser um benefício na hora de produzir o combustível local. Que não é só questão do Acre, é no mundo inteiro. Nós estamos junto com o Banco Mundial tentando fazer um Projeto em Mo-

çambique que é a mesma coisa. Moçambique importa petróleo, mas tem área disponível para produzir, algumas matérias-primas que possam fazer combustíveis domesticamente. Enfim, essas coisas estão sendo discutidas no mundo todo. Acho que o importante é capturar as novidades e saber qual é o caminho mais, digamos, mais associado, mais em harmonia com as condições locais. Não só de clima, de área, de regimento, essas coisas todas. Acho que oportunidades existem e temos estar antenados para descobrir qual o melhor jeito para fazer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): O último Senador inscrito, Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Senador Presidente João Tenório, Srs. Senadores, senhores que vem aqui nos trazer a importante e significativa palestra. Parece que sobrou muito pouco para nós. E até o adiantado da hora faz com que o Presidente e nós ficamos bem sucintos e breves. Eu estava querendo refletir os grandes debates da humanidade principalmente no fim do Século 18, quando se debatia o vapor, o carvão, a ferrovia, e se pularmos um século, chegamos no fim do Século 19, os grandes debates para o petróleo. Para a química e para a energia. E chegamos no fim do Século 20, 21, início do 21, com debate tão importante e tão profundo praticamente trazendo a ciência e a tecnologia, competência e principalmente o armazenamento de conhecimentos, que talvez seja o grande diferencial neste momento da história do Brasil e até do mundo. E que tudo isso gira, por incrível que pareça, sobre a terra. Que até pouco tempo era só praticamente utilizada para produzir alimentos. A terra era o grande responsável pelo ciclo vital do ser humano. E hoje nós estamos a cada dia mais avançando para que ela seja o grande instrumento para todo o desenvolvimento da sociedade. Isso pra mim é fantástico. E eu saí de uma reunião há pouco, Presidente, com os fruticultores do Brasil. Onde criaram a bancada do Congresso para tratar da fruta. Que hoje já utiliza cinco milhões de hectares e querem terminar essa década até mais três anos com mais três milhões de hectares para fruta.

Eu participei, há poucos dias, numa reunião importante sobre o reflorestamento. Que é um nicho extraordinário e tão forte e tão grande, até maior do que o petróleo. Aonde o mundo precisa desta pasta mecânica e o mundo tem necessidade, principalmente com essas restrições do meio ambiente. E eu vejo que no Brasil e principalmente no meu Estado, Santa Catarina, no caso, ele com um terço do tempo da Europa ou dos Estados Unidos ele já produz aqui. Se lá precisa de 30 anos, aqui se produz com 10. E rende

dez vezes mais do que a pecuária. Dez vezes. Nós vamos examinar o nosso vizinho País, o Chile aqui na América, maior potencial da sua exportação vem da madeira. Principalmente dessas celuloses, dessas pastas mecânicas. E poderíamos entrar numa série de outros itens que aterra seu grande diferencial. E por isso que eu fico aqui bastante satisfeito e fiquei todo tempo aqui, ficaria mais para aprender.

E eu tenho, meu caro Deputado, ou melhor, Senador perdoe que eu tenho ainda o hábito da Câmara, realmente para a pequena propriedade a mandioca é fantástica. Porque ela é cultura de pequenas propriedades. Ela tem alguns fatores que ela se diferencia. Ela cresce até os 30 meses. Mas pode se começar a colher com 10 meses. Ela não precisa ser armazenada porque a terra é o grande armazém dela. O sujeito só arranca quando precisa do dinheiro. E ela tem... E ela dá mais renda do que no petróleo através do amido. O amido é diferenciado. E rende mais do que fazer combustível. Porque ela hoje é um fator de agregação em quase toda a alimentação. Ela está no chocolate, no sorvete, na salsicha, está em quase todos os embutidos que esse País tem. É uma cultura que eu admiro e gosto. Por isso eu quero só cumprimentar, dizer que eu fiquei imensamente gratificado, estamos preocupados, sim, que não vai ter terra que chega. Embora que nós achamos que temos bastante. Preocupado sim, pelo zoneamento e pela melhor utilização. Nós não vamos ter porque o mundo precisa das terras do Brasil. E de outras terras. E o mundo, ele vai de cada vez mais ter esta necessidade e dessa necessidade as nossas terras ficam poucas. Por isso eu quero cumprimentar e parabenizar a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Senador.

Bom, eu gostaria de agradecer os Senadores presentes, sobretudo os conferencistas que trouxeram tantas informações importantes, e esclarecedoras. E informar que nós vamos, pelo... Nós temos uma competição muito grande hoje de comissões. Daí porque o nosso *quorum* terminou baixo. Uma coisa aqui no Senado, uma disputa. Mas vamos veicular todo esse material oriundo dessa Sessão aqui com todos os companheiros da subcomissão e as demais comissões têm a ver com esse tema. Qual seja agricultura, meio ambiente... Enfim, trabalhista... Enfim, todos que de uma maneira ou de outra estão interligados com esse assunto. Agradecer fortemente aos senhores que aqui estiveram presentes e trouxeram informações tão importantes. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h39.

COMISSÃO MISTA ESPECIAL - MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL

ATA DA 6ª REUNIÃO – REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2007.

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, criada pelo Ato nº 01, de 2007, “destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”, realizada em 17 de Abril de 2007, terça-feira, às 14h30h, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à exposição do Senhor José Domingos Gonzalez Miguez - Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima do Ministério de Ciência e Tecnologia e do Senhor Eduardo Delgado Assad - Chefe-Geral da Embrapa Informática Agropecuária.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão: Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) – Presidente, Senador Fernando Collor (PTB-AL) – Vice Presidente, Senador Renato Casagrande (PSB-ES) – Relator, Deputado Dr. Adilson Soares (PR-RJ), Deputado Fernando Ferro (Bloco PT-PE), Deputado Iran Barbosa (Bloco PT-SE), Deputada Rebecca Garcia (PP-AM), Deputado Luiz Carreira (PFL-BA), Deputado Rodrigo Rollemberg (Bloco PSB-DF), Deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Deputado Jorge Khoury (PFL-BA). – Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente.

6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA PELO ATO Nº 01 DE 2007, “DESTINADA A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2007, ÀS 15 HORAS E 07 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista Especial Criada Através do Ato Conjunto nº 001/2007 do Congresso Nacional, da Comissão Mista Especial Destinada a Acompanhar, Monitorar e Fiscalizar as Ações referentes às Mudanças Climáticas no Brasil.

Faço alguns esclarecimentos antes de passar à pauta, primeiro que por uma questão de organização da Secretaria-Geral da Câmara e me parece que do Senado, somente nesta Reunião de hoje, na 6ª Reunião, é que a Comissão tem todos os nomes dos integrantes titulares, da Câmara e do Senado, uma vez que foi ampliado o número de sete para doze. Informo ainda que vamos iniciar a audiência com a informação de que alguns Parlamentares estão vindo da Câmara

dos Deputados, onde há votação nominal, e isso, por consequência, faz com que esta Comissão estude algumas possibilidades de encaminhamento das próximas Audiências Públicas. Primeiro, requeiro à Secretaria da Comissão o estudo para viabilidade de reuniões a serem realizadas e audiências a serem realizadas no período da noite. Passamos um momento de tumulto legislativo na Câmara e no Senado por conta das Medidas Provisórias, pauta trancada, votação extensiva, e nós sentimos que, para facilitar, é possível que algumas das audiências ocorram no período noturno. Isso para facilitar a vida dos membros do Governo, que estão sendo constantemente convidados às Audiências Públicas, e também os próprios Parlamentares, que têm dificuldade com esse volume de votações nominais. O Parlamentar precisa voltar ao Plenário da Casa, voltar para a audiência, mas eu quero tranquilizar os convidados que, rigorosamente, todo o material exposto nesta exposição será repassado a cada Parlamentar, titular e suplente, desta Comissão. Também determinei à Assessoria da Comissão que providencie o convite oficial às entidades que têm acompanhado os trabalhos da Comissão, Organizações Não-Governamentais e todos aqueles que pretendem colaborar com os trabalhos da Comissão. No dia de hoje, por solicitação de membros do Green Peace, está sendo distribuído um relatório, um breve Relatório a todos os membros desta Comissão. Outras entidades que trabalham na área de meio ambiente e fazem algumas observações e alguns trabalhos sobre aquecimento global têm procurado a Comissão e nós estamos disponibilizando o espaço e as condições para que esse debate seja ampliado. Quero passar então a palavra ao Relator, para alguma observação e para que, em seguida, já inicie. Por sugestão do Relator, nós vamos iniciar a pauta, e há uma solicitação de inversão de pauta, previamente conversada, nós vamos convidar para fazer a sua exposição, estamos aqui já na Comissão com a presença honrosa do Sr. José Domingos Gonzalez Miguez, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, do qual nós agradecemos a presença, e o Sr. Eduardo Delgado Assad, Chefe-Geral da EMBRAPA Informática e Agropecuária. Na solicitação de audiência foi previamente consultada pelo Relator a Comissão e preferiu e achou importante que os debates se dessem, e as audiências, com os membros do Ministério que estivessem tratando especificamente do assunto. Isso para que desse realmente a visão objetiva de uma audiência voltada para a questão do aquecimento global. E nós agradecemos os Ministros que haviam sido convidados, nós guardamos o convite para o grande seminário que será realizado em agosto, mas ficamos muito satisfeitos com a resposta e com a presença dos

membros desses Ministérios. Posso então passar... Antes há uma informação. Informo que a Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa e coloco em votação, propondo a dispensa de sua leitura. Com a proposta do Deputado Rodrigo Rollemberg, dispensamos a leitura. Passamos à sua discussão. Passamos à sua votação. Os Srs. Deputados e Srs. Senadores e Sras. Deputadas e Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado. Convido nesse momento o Sr. José Domingos Miguez e o senhor Eduardo para tomarem assento à Mesa. Passamos nesse momento a palavra ao Sr. Eduardo Assad, Chefe-Geral da EMBRAPA Informática e Agropecuária. V.Exª tem a palavra para exposição e, em seguida, a participação dos Parlamentares.

SR. EDUARDO DELGADO ASSAD: Boa tarde a todos. Exmo. Sr. Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão, Senador Renato Casagrande, Relator, Dr. Miguez, representante do Ministério, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, incumbiu-me o Presidente da EMBRAPA, Dr. Silvio Crestana, de vir apresentar aos senhores aqui o que nós estamos fazendo em termos de algum tipo de diagnóstico e propostas que a ciência brasileira na área agropecuária está conseguindo mostrar no que diz respeito a esse problema que nós estamos nos defrontando que é o aquecimento global do planeta.

Eu vou pedir para começar a projeção, porque vou tentar passar para vocês alguns *slides* e a gente vai tentando discutir um pouco o que nós estamos fazendo e de que maneira nós estamos propondo enfrentar esse problema que vai atingir o Brasil inteiro. Só começar aqui na projeção, que a gente vai mostrar para os senhores o tipo que trabalho que a gente vem desenvolvendo aí em conjunto. São várias unidades da EMBRAPA, em torno de vinte unidades da EMBRAPA. Várias instituições de pesquisas estaduais, que estão trabalhando junto também com a gente, e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, mais o INMET, enfim, uma série de instituições do Brasil estão envolvidas nesse trabalho.

Então, o que nós vamos discutir aqui hoje seriam os efeitos dessas mudanças climáticas na agricultura brasileira. Na verdade, nós vamos discutir um pouco mais do que isso. Os efeitos e o que é que a gente tem procurado fazer para, desde já, buscar apresentar algum tipo de solução ao problema. Certamente, nas discussões anteriores, os senhores se depararam com esse tipo de gráfico, que é o que diz o Relatório do IPCC 2001, onde ele mostra que nos próximos cem anos a gente teria aí um acréscimo de um grau na temperatura, num cenário mais positivo, mais otimista e, num cenário mais pessimista, 5,8 graus. No último

Relatório isso baixou um pouco, para quatro graus, em algumas regiões, em outras subiu, mas o fato é que todos os cenários e todos os modelos apontam para aumentos de temperatura.

Alguns tempo atrás, nós estudávamos essa questão das mudanças climáticas, e um grupo composto de Pesquisadores da EMBRAPA, do CEPAGRI da UNICAMP, colegas do IAC, nós estávamos um pouco equivocados com relação ao entendimento do problema e nós estávamos focando exatamente a chuva, nós estávamos tentando entender o fenômeno a partir da precipitação pluviométrica. E havia naquela época uma discussão de que se você reduzisse o tapete vegetal você reduziria a oferta de chuva. E, de fato, quando a gente pega aqui, isso aqui é a estação de Campinas, é uma estação que tem uma série muito longa de dados, que vão mais de cem anos de dados, e se nós pegarmos esse verde aqui, significa a taxa de cobertura vegetal do Estado de São Paulo, ao longo dos anos, desde 1890 até 1996. Então, se analisarmos esse gráfico nessa posição aqui, a gente percebe que a precipitação, a chuva decai com a redução do tapete vegetal. Mas, se eu vier para essa situação aqui, continuo reduzindo o tapete vegetal e a chuva aumenta. Em velho aqui é a média de trezentas e noventa estações pluviométricas do Estado de São Paulo.

Imediatamente, a conclusão que nós tiramos naquela época, 1996, se não estou equivocado, o Dr. Miguez esteve com esse trabalho na mão algum tempo, naquela época, quando se estava começando a organizar todas as questões de mudanças climáticas, nós chegamos à conclusão então que se reduzir o tapete vegetal não vai acontecer nada com a chuva e que nós não estávamos nos deparando com um problema grave. Esse mesmo estudo foi feito para a região ao longo da Rio-Bahia, ao longo Rio-Juiz de Fora, Brasília-Belo Horizonte e, quer dizer, você teria uma variação de precipitação, mas isso não estava implicando mudanças climáticas. Era uma variação normal.

Bom, o fato é que depois nós começamos a discutir isso com alguns colegas do INPE e colegas da USP, e falávamos assim: “você estão equivocados, vocês estão atacando o problema pelo lado mais difícil, que é a chuva. Este parâmetro não está muito bem entendido, e ele é aleatório. Eu estudo chuva há vários anos, precipitação há mais de 20 anos e realmente é um problema aleatório. Você não consegue parametrizar com perfeição a distribuição pluviométrica”. E eles falaram: “você estão errados, vocês têm que mudar essa visão de vocês, vocês têm que estudar temperatura, o problema está na temperatura”. E aí, quando a gente mudou para temperatura, a coisa mudou de figura. Aqui, por exemplo, é a mesma estação de Campinas,

de 1890 até 2006, a média das mínimas em Campinas subindo de quatorze graus até quase dezessete graus aqui, nós temos dezesseis graus e meio. A temperatura mínima. As mínimas. Nas máximas, nós estamos observando muito pouco coisa, muito pouca diferença. Aí falamos: “bom, aqui está parecendo que tem alguma coisa acontecendo, quase dois graus em cem anos é uma coisa meio séria, nós precisamos olhar isso com mais cuidado”. E para a temperatura, esse aumento da temperatura mínima é fundamental no funcionamento das plantas, da fotossíntese das plantas.

Aqui é um trabalho recente, feito pela EMBRAPA Milho e Sorgo, onde um colega pegou, ele já melhorou o trabalho nosso e, ao invés de trabalhar com a média anual, média anual das mínimas, ele fez por mês. Mês a mês. Então, ele espera em 2020 que a gente chegue a 1.8 graus, no máximo, no mês de agosto, 0.5, 0.6 graus aqui em fevereiro, desce um pouco em março, abril, quer dizer, ele começou a mostrar essas variações mês a mês. Se nós atentarmos para 2050, já sobe para quase três graus e, 2100, vai lá quase a quatro graus, o que corrobora os resultados que estão sendo mostrados pelo Relatório do IPCC. Isso é bastante interessante, porque a região de Sete Lagoas é limite, ali perto de Belo Horizonte, é limite, já na entrada do cerrado brasileiro, e nós temos aí uma condição de comparação com várias superfícies, inclusive cultivadas, do Brasil.

Então nós teríamos aí, até 2100, naquela estação de Sete Lagoas a temperatura mínima subindo 2.7 graus, a média, 2.6 e a máxima, quase nada, um grau. E entre, mínima, julho e agosto, 4.2, quatro e 1.7.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] [inaudível]

SR. EDUARDO DELGADO ASSAD: Um grau já é bastante. Ele quase não mexe com relação às outras, quer dizer, a dinâmica de crescimento da temperatura máxima é muito mais lenta do que a mínima.

Aqui é um gráfico muito interessante. Desculpa por esse *slide*, eu tive que mexer no *slide* e não consegui. Esse gráfico azul é Sete Lagoas hoje; em vermelho, é Montes Claros, que está a quinhentos quilômetros de Sete Lagoas, é uma região muito mais quente, está na porta do polígono das secas, na região de Minas Gerais. E aqui, é como ficaria Sete Lagoas em 2020. Ou seja, praticamente ele bate com Montes Claros, havendo então um deslocamento das isotermas. É um negócio interessante isso. Porque este mesmo fenômeno aconteceu na África do oeste, 45 anos atrás, na região chamada região celiana, regiões hoje que são desérticas, numa região do Senegal e na Mauritània, tiveram esse comportamento. E a gente tem esses registros históricos.

Então, é mais ou menos isso que nós estamos começando a detalhar nos nossos estudos. Estamos saindo daquela visão global e começando a detalhar isso região por região, ponto por ponto.

Aqui é onde eu vou tentar mostrar para vocês os impactos, o que pode vir a acontecer. Isso aqui é uma coisa que se usa demais em agricultura, que é o balanço hídrico. Então, hoje a situação do balanço hídrico mensal em Sete Lagoas. Nós fazemos esse balanço hídrico para quatro mil e oitocentas estações no Brasil. Para efeito do estudo que vou mostrar para vocês, nós fazemos isso para quatro mil e oitocentas estações no Brasil.

Então, o que é que acontece? Hoje é essa a situação. Se subir a temperatura, no ano de 2020, essa deficiência hídrica, que é a que está em vermelho, aumenta. E, se subir a temperatura mais um pouco, para 2050, a deficiência hídrica aumenta e a oferta de água aqui nos extremos diminui. Em 2100, a coisa fica crítica. É esta faixa aqui, chamada de deficiência hídrica e ligada ao excesso de água nos extremos que vai definir o que plantar, quando plantar, como plantar. A partir desse cenário que nós vamos ver daqui para frente.

Aqui é um outro estudo feito pelo pessoal da EMBRAPA, junto com o pessoal da INTA, da Argentina e do Uruguai, bastante interessante. Isso também nos chamou muito a atenção. Agora eu vou sair de um ponto, que é Sete Lagoas, e vou olhar uma região. Aqui, o que é que se fez? Pegou-se uma série de dados, 1930 a 1960, e calculou-se a temperatura mínima, entre 1930 e 1960. Depois, deslocamos dez anos e foi de 1970 a 2000. Tudo que está em laranja para vermelho significa um incremento de temperatura. Ou seja, a temperatura entre 1930 e 1960 e 1970 e 2000 aumentou. Nós temos uma situação positiva em todos os meses do ano. Ou seja, houve um aumento de temperatura em toda a região sul. Mês a mês. Em toda a região sul. Quer dizer, está claro que nós estamos nos deparando, num horizonte de 30 anos, com alguma coisa acontecendo. Alguma coisa está acontecendo. E isso tem chamado muito a atenção da gente, e a gente parou então de dizer “não, não está acontecendo nada”. Está sim. Estão acontecendo as modificações nas temperaturas mínimas. Se eu vou para máxima, não está acontecendo quase nada. Então isso aqui é a mesma coisa para a máxima temperatura. Praticamente estável e, em alguns casos, até negativa. Ela fica negativa principalmente quando chega na Argentina. Então, quer dizer, qual é o nosso foco? A temperatura mínima. E é lá que nós vamos focar todos os nossos estudos.

Quais seriam os impactos disso na agricultura brasileira? Hoje nós temos uma política pública no

Brasil chamada zoneamento de risco climático, que diz o que é que se deve plantar. E a gente trabalha com temperaturas baixas, temperaturas altas, excesso de água e um índice de satisfação, que é esse índice que está aqui, que depende de um parâmetro chamado evapotranspiração real. Essa evapotranspiração real é quanto que a planta evapora e quanto ela transpira em função da temperatura. Se a temperatura subir, ela vira uma bomba de retirada de água do solo e se sequer mais rápido ela morre. Então hoje, e vocês já ouviram falar de veranico, se você tem um veranico de dez dias, a planta sobrevive bem, porque ela evapotranspira três a quatro milímetros/dia; se você aumenta a temperatura, nos dez dias ela vai evapotranspirar sete milímetros/dia. Então você vai secar mais rápido o solo, que já tem deficiência. Então ela morre. Essa é a lógica. É uma contabilidade que depende diretamente da temperatura. E aí a gente trabalha com aquela fase da planta aonde não pode faltar água, que é na frutificação. Florescimento e frutificação. Se faltar água aqui, morre.

Vamos para frente. Nós vamos mostrar para vocês arroz, feijão, soja, milho, café, algodão e cana-de-açúcar, e vamos trabalhar basicamente com solo médio. O que é que é isso? Nós vamos pegar um solo que tem um reservatório médio, mais ou menos de 50 centímetros, que é uma boa profundidade de exploração por essas raízes. A gente trabalha com vários cenários, com solos arenosos, com solos médios e solos argilosos. E fizemos uma simulação. Caso a temperatura aumente um grau, três graus ou 5,8 graus, como é que este zoneamento de risco climático ficaria hoje. Então imagine a política pública hoje que financia a agricultura brasileira, hoje tem um milhão e oitocentos mil agricultores familiares que dependem desses ditames desse zoneamento do Ministério da Agricultura e do Ministério do Meio Ambiente, o que é que acontece se a temperatura subir, se nós estivéssemos hoje com um grau a mais, três graus ou 5,8 graus. Então nós trabalhamos com esses três cenários.

Soja. A soja, hoje, a situação é mais ou menos a seguinte. Isso é a situação ideal. Imagine que todo mundo fosse plantador de soja. Então nós teríamos aqui: plantando soja um a dez de dezembro, nesse solo de textura média, nós teríamos aí mais ou menos 3,3 milhões de quilômetros quadrados que teriam condição de plantar soja com 80% de chance de sucesso. Isso, hoje. Se a temperatura subir, um grau, isso já cai para 2.9; se subir três graus, ela já cai para 2.2. Eu chamaria atenção para esta região aqui. Eu vou sempre chamar a atenção de vocês... Eu vou chamar atenção para duas regiões: esta região aqui, esta região nordestina e o Rio Grande do Sul. Na região amazô-

nica, esse dado ele não é um dado correto, porque o zoneamento depende do ecológico-econômico. Não existem indicações de plantio na Amazônia, porque o zoneamento ecológico-econômico não está pronto. Quando ele estiver pronto, nós vamos fazer esse estudo a partir do ecológico-econômico. Vamos para frente. Com 5,8, fica assim. Essa é a situação. Praticamente, a soja desaparece do Rio Grande do Sul, de São Paulo, toda essa região produtora e fica forçada aqui nessa região do Mato Grosso.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Estão perguntando se senhor vai disponibilizar esse material.

SR. EDUARDO DELGADO ASSAD: Sim. Essa palestra é pública. Está à disposição do Senado. Por favor. Já está aqui à disposição do Senado. Isso é dado público, pertence ao povo brasileiro. É pago [risos] pelo contribuinte. Por favor.

Então, aqui é Mato Grosso, por exemplo, o que aconteceria. Na situação atual, onde nós teríamos oitocentos e noventa e três mil quilômetros quadrados com possibilidade de plantio de soja, a partir de um grau cai para 95, 71 e 37, com 5,8. Paraná, vai de 7%, sai de 100% para 7%, e São Paulo, 32%. A soja sofre um impacto fortíssimo, a gente reduz quase 70% do nosso potencial de produção de soja, com esse cenário extremo de aumento 5,8 graus. Faço uma ressalva, se nada for feito. Se nada for feito. Se a gente que não tem mudança climática, se achar que isso é conversa, se a gente achar que - isso aí ninguém está falando nada - os dois mil e quinhentos cientistas que fizeram isso estão errados, vai ficar desse jeito. A situação é essa. E se não atentarmos para começar desde já. Nós temos que começar desde já, estamos um pouquinho atrasados.

O café é uma situação interessante. Tem dado uma polêmica bastante interessante e estimulante, porque é uma discussão científica muito legal. Nós temos aqui a temperatura do ar, o café vai bem entre 22 e 18 graus, a temperatura máxima, 23 graus. O excesso de calor no florescimento do café, ele aborta flor, ele perde a flor. Então, se a cultura do café, durante três dias seguidos, tiver uma temperatura, sofrer a ação de uma temperatura acima de 34 graus, ele aborta flor, ele perde toda a produção.

Então, com esse cenário de aumento de temperatura média, a chance de você obter essa temperatura é muito grande. E a gente então trabalhou com essa probabilidade da temperatura alta e a redução da probabilidade de geada. A temperatura vai subir e vamos ter uma redução na probabilidade de geada.

Aqui são as equações, rapidamente, que nós estamos usando, são equações do Instituto Agrônomo de Campinas, que nós estamos usando para

fazer essa simulação. E essa é a primeira situação, Minas Gerais, isso foi feito pela Universidade Federal de Viçosa e nós então pegamos esses resultados e trabalhamos em cima deles. Hoje é essa a situação: aqui, café irrigado; aqui, café com pouca tolerância a temperatura elevada; aqui, sem problema; e aqui, com risco de geada. Se subir um grau, já some o café irrigado daqui, já some do Triângulo Mineiro e essa área reduz; três graus, fica desse jeito; 5,8 graus, café só no sul de Minas, nas regiões mais altas. Isso para o café arábica plantado em Minas Gerais hoje.

São Paulo. É essa a situação. Aqui, precisa de água; aqui, nós temos o café bem plantado, sem nenhuma restrição; e, em amarelo, restrição à geada. Se subir um grau, fica desse jeito; se subir três graus, ele se limita quase que à região mogiana; e, se subir 5,8 graus, o café em São Paulo fica condenado. Esse arábica que está aí, com essas cultivares, com essas variedades de café que nós temos aí. Hoje. De novo, se nada for feito. As variedades que estão aí são variedades mais antigas e que a gente tem feito um esforço muito grande, o IAC tem feito um esforço muito grande de melhoramento genético, a própria Universidade de Viçosa, a EMBRAPA têm trabalhado muito nessa linha. O que é que significa isso? Que quem responde por 85% da produção de café no Brasil deixa de ser produtor de café, que é Minas Gerais e São Paulo.

Paraná. Num primeiro momento, com o aumento de temperatura, aumenta a área plantada, porque o risco é de geada nessa região e, se você aumenta a temperatura, reduz o risco de geada, então amplia a sua área. Com três graus, já vai para o sul e, com cinco graus, ele fica confinado naquela região ali.

O que é que vai acontecer? Goiás. Com um grau, já some o café no Estado de Goiás, praticamente, você reduz bastante a área; Minas Gerais, vai para 2,6% da área favorável, no caso extremo; Paraná, 25%; e São Paulo 3,4%. É crítico. Como o café vai procurar temperaturas amenas, nós já estamos fazendo simulações para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E Santa Catarina e Rio Grande do Sul vão ter condições favoráveis para receber as variedades que nós temos hoje aí. Vai ser muito engraçado. E interessante. Porque já existem áreas no Rio Grande do Sul que têm aptidão para café, com baixo risco de geada. Nós vamos tomar café gaúcho com chimarrão. E os argentinos já estão procurando a gente, isso é recentíssimo, tem uns quinze dias, nós já estamos sendo procurados por empresas argentinas, para verificar quais são, dentre as variedades de café que existem hoje no Brasil, quais aquelas que a gente recomenda para pôr lá. E café argentino [risos] vai ser complicado.

Um dado interessante é esse aqui. Só com possível alteração de um grau na temperatura, a perda econômica do café é em torno de trezentos e setenta e cinco milhões de dólares em sacas. Só em sacas. Não estamos nem falando do agronegócio do café, que gira torrefação, colheita, adubação, enfim. A coisa é bem complicada. Se mudar então, vou sair do arábica e vou para o robusta [soa a campainha], eu saio do arábica e vou para o robusta. Não alivia muito. Você vai ter robusta na região noroeste de São Paulo, com um grau, vem para cá, com três graus, vem para cá e com 5,8, vem para cá. Há uma possibilidade, sim, de, temporariamente, você jogar com o arábica e com o robusta, mas nós vamos trabalhar com um café que é produzido, por exemplo, na Colômbia, e é um café que o Brasil tem o diferencial de qualidade. Minas Gerais, o robusta também nessa situação. Aqui, a situação atual, com um grau, com três graus, com 5,8. Com três graus, facilita muito a produção de café em Minas, o robusta.

Cana-de-açúcar. Cana-de-açúcar, nós temos a situação das possíveis áreas de expansão, eu mostrei para vocês lá atrás essa região aqui com forte deficiência hídrica. Hoje nós estamos tendo uma pressão de expansão de cana nessa região e essa região aqui, sul do Mato Grosso e pantanal são regiões que têm um problema sério de deficiência hídrica. Então, qual é o corte que nós estamos dando? Oitenta toneladas por hectare. A partir daí, vai ter problema. Então, não estamos recomendando essa expansão para esse lado de cá, não. Não plantem cana no Pantanal. Pelo amor de Deus, não façam isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] [inaudível]

SR. EDUARDO DELGADO ASSAD: Aqui embaixo, nessa região aqui. Tocantins há possibilidade. O problema todo é que você passa a ter um solo muito frágil, você tem solos arenosos. Toda a parte leste de Tocantins, toda essa parte para cá de Tocantins, toda ela tem condição favorável de plantio. Climática. E toda a parte oeste, é ruim. É desfavorável. Aqui nós temos problema de solo. São solos arenosos. Aí nós vamos ter que tomar muito cuidado. Gente, a cana ela tem, a equação tem quatro componentes: o componente econômico, eu concordo, o componente tecnológico, o componente social e o componente ambiental. Nós não podemos deixar de discutir a cana somente em cima somente do componente econômico. Não é possível isso. Então hoje, “vamos produzir 10% da demanda de etanol do mundo”. Calma, calma. Vamos ver onde é que nós vamos produzir isso. Porque nós temos que trabalhar com esses quatro componentes da equação. Senão vai dar problema ambiental sério e problemas

sociais sérios. A gente já está recebendo pedidos de Prefeitos para tirar a cana do zoneamento do Município deles. Os senhores são Deputados, os senhores sabem que na hora que a cana entrar o eleitor sai. Então tem que tomar cuidado. Vamos [risos] pensar nisso. São problemas que devem ser vistos com calma. Esse aqui é a produtividade da cana no Estado do Piauí, aqui a gente consegue produzir, aqui vai ter restrição, mas é possível produzir no Piauí.

Aqui é Tocantins. O caso de Tocantins, toda essa região aqui é favorável, porém, nessa região que é tipicamente pecuária, o senhor tem aqui todo aquele andropogon enorme que está plantado ali, e aqui são solos arenosos, que vão ter dificuldade de sustentar. Vai ter dificuldade de sustentar. É possível? É. Mas vamos discutir a sustentabilidade disso em dez anos, vinte anos.

Goiás. Essa é a situação da cana no Estado de Goiás, hoje posso plantar cana em todo o Estado de Goiás. Não há restrição climática. Com aumento de um grau de temperatura, já pega aquela região lá de cima, que é região de pecuária; com três graus, ela desloca para as regiões altas, Cristalina, Vão do Paranã, bem aqui em cima, mil metros de altitude, na região sudoeste de Goiás; e, com 5,8 graus, fica desse jeito.

São Paulo. É uma situação extremamente favorável. Você tem essa situação de São Paulo hoje. Com um grau, fica desse jeito; com três graus, qualquer região do Estado de São Paulo pode plantar cana; e, com 5,8 graus, começa a ter restrição hídrica nessa região aqui. Mas, de novo, essa aí é a única restrição climática com corte em produtividade. Atenção aos quatro componentes da equação, porque nós temos que trabalhar com elas.

O arroz. [soa a campainha] Essa é a situação aqui: temperatura normal; aumento de um grau; Três; 5,8 graus. Toda essa região é atacada, aqui também é restrita e no Sul do País também é restrita.

Feijão. Aqui nós estamos refazendo esse estudo, é mais grave do que está aqui. Mas isso aqui é com temperatura normal; um grau; três graus; 5,8 graus.

Milho. A mesma coisa. Sempre na mesma direção: normal; um grau; três graus; 5,8 graus. E acabou.

Algodão. Chamo atenção para a região nordestina, esse dado aqui não está correto, no Sul do Brasil a gente ainda não tem essa produção toda, mas eu chamo atenção para isso aqui. A base da produção, na Paraíba e em Pernambuco nós temos muita gente produzindo algodão. Com um grau, fica desse jeito; com três graus; e com 5,8 ele praticamente some da economia nordestina.

Resumindo tudo isso aqui, o arroz sai de treze milhões de toneladas para 7.7 no caso extremo; feijão,

de 2.8 para 2.2; soja, de sessenta milhões de toneladas para vinte e duas; milho, de 39 para 33; café, de trinta milhões de sacas para 2.4.

E a população brasileira, até 2100, tendência de sair de cento e sessenta e cinco milhões para quatrocentos milhões de pessoas. Esse é o quadro. Quando se faz um estudo de vulnerabilidade, esse é o quadro que nós temos.

Mas o que é que a gente vai fazer? Só dizer que está ruim? Não. Nós podemos fazer uma série de coisas. Tem solução. Primeiro, nós temos que reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Essa é a primeira coisa, que depende de uma ação eficiente de Governo. Vamos parar com as queimadas. Segundo, trabalhar com sistemas mais eficientes e limpos, eu vou tentar mostrar e trabalhar no sentido da adaptação.

A mitigação. Nós temos que reduzir as queimadas e tentar eliminar as queimadas. Substituição, e todos vocês já viram isso, substituição dos combustíveis fósseis por biocombustíveis - cana-de-açúcar, soja, mamona etc -, adoção de práticas conservacionistas, redução de erosão, produção de água, sistemas de estoque de carbono mais eficientes, eu vou mostrar uns dois para vocês aí, muito florestamento e muito reflorestamento, aqui a gente pode até discutir essa questão da produção de etanol a partir das florestas energéticas, é mais eficiente que cana-de-açúcar, reanalisar nossa matriz e trabalhar com energias alternativas. E buscar no melhoramento genético variedades resistentes a altas temperaturas, tolerantes a altas temperaturas e a seca.

Exemplos de mitigação. Sistemas de plantio direto, trabalhar com prospecção de gens, introdução desses gens durante a seca e alta temperatura.

Esse aqui é um caso do plantio direto. No décimo quarto ano você já consegue retirar de um hectare 2.2% de carbono. E no segundo ano 1.2. Então você tem um sistema muito eficiente, aonde você, nos primeiros dez centímetros de solo, você consegue tirar quinhentos quilos por hectare/ano de carbono, no balanço final. Onde você tem então, na escala de plantio direto, e nós temos vinte e tantos milhões de hectares de plantio direto, a gente consegue tirar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] [inaudível]

SR. EDUARDO DELGADO ASSAD: Qualquer uma. Qualquer grão. Milho, principalmente, soja, sorgo são as culturas principais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] [inaudível]

SR. EDUARDO DELGADO ASSAD: Positivo. É o mesmo. É o sistema, é a palhada que segura esse carbono. O problema é que isso aqui não é conside-

rado em Kyoto. Começou a ser considerado agora como um mecanismo de seqüestro. E isso aqui pode ser considerado também, se a gente for mais criativo, num serviço ambiental. Nós estamos deixando de emitir e estamos limpando a atmosfera. É a agricultura revertendo a situação. Deixa de ser poluidora e passa a ser limpadora.

Em termos de prospecção de gens. Esse aqui é um gen de soja, é uma soja sem um gen resistente à seca e esse aqui é uma soja com um gen resistente à seca. Veja que situação. Plantadas no mesmo período, e essa aqui resistiu. Todos dois com baixíssima umidade solo. Isso, gente, onde é que eu vou achar esse gen? Tem dois caminhos. O mais rápido, eu chamo uma multinacional, "me traz um gen aí, que eu boto na planta [soa a campainha] brasileira". E o mais eficiente é na nossa biodiversidade. Esse gen está na nossa biodiversidade. Então aquilo que grandes extensões de áreas plantadas conseguiram eliminar do cenário vegetal brasileiro, hoje nós dependemos deles para encontrar uma solução sustentável para a nossa agricultura. Se derrubar o cerrado brasileiro hoje, nós estamos dando um tiro no pé. Nós estamos deixando de ter a nossa solução.

Onde estão esses gens tolerantes? Só no cerrado são seis mil e seiscentas espécies aí que podem nos dar esses gens. Aqui nós temos quinhentos e poucos pontos que foram levantados e existem trinta e oito plantas que repetem em toda essa região, que tem duzentos e quatro milhões de hectares. Com chuva variando de seiscentos milímetros até dois mil milímetros. E você encontra várias plantas que têm esse gen, e que pode, se nós fizemos um trabalho importante de técnicas de biotecnologia, a gente pode encontrar esse gen e colocar na soja, colocar no milho, colocar no café e conseguirmos resistir a esse aumento de temperatura a partir de uma prospecção de gen--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] [inaudível]

SR. EDUARDO DELGADO ASSAD: Não. Ainda, não. São dois caminhos. Esse é o caminho mais longo, mas é o mais sustentável, o mais eficiente, o perene. E o outro caminho é pegar plantas hoje que têm esse gen, por exemplo, o caupi resiste bem ao aumento de temperatura, que é o feijão, a *Vigna unguiculata*, que a gente planta lá no Nordeste e, a partir dessa planta introduzir nos outros. Esse é mais rápido, esse leva dois anos. E esse aqui leva dez. Mas esse é melhor, ao longo do tempo. Esse aqui, por exemplo, pau-terra da folha grande, é um deles, um das cinco plantas que têm maior resistência a todas essas variações climáticas; o pau-terra da folha miúda é o outro, é o segundo; aqui nós temos a sucupira preta, também

que resiste muito a essa variação de temperatura; o pacari, e aqui é pacari, de novo, que apresenta essa mesma resistência.

Eu já estou acabando. E as especialistas são aquelas que ocorrem só numa região, que também têm alta resistência. Todas essas plantas acontecem aqui com alta resistência a temperatura, tolerância a temperatura.

A EMBRAPA, preocupada com isso, está lançando uma plataforma de pesquisa e mudanças climáticas. Essa plataforma hoje já está inclusive introduzida na linguagem do Ministério da Ciência e Tecnologia, que criou uma rede nacional de pesquisa em mudanças climáticas, ou está criando, ou está materializando isso, e nós estamos pensando em trabalhar aqui com as entradas que vêm, dados de clima, agrogases, a plataforma de água e energia, e tudo isso dirigido para mitigação e adaptação de novos sistemas, eu posso ficar uma tarde inteira aqui explicando essa plataforma para vocês, porque cada item desse aqui é um esforço de pesquisa monstruoso. Aqui nós estamos pensando em termo um batalhão de dois a três mil Pesquisadores no Brasil, tentando trabalhar com todos esses itens, para a gente apresentar respostas. De olho em quê? Nos mecanismos de seqüestro de carbono e nos serviços ambientais. É mais ou menos aí que a gente está querendo chegar, oferecendo ao agricultor uma renda adicional. Se ele conseguir trabalhar com mecanismos limpos e se ele puder prestar um serviço adicional, ele passa a ser remunerado por isso. Se ele não for remunerado, vejo com muita dificuldade que seja assimilado pelo agricultor essas técnicas. Nós temos que mudar o nosso padrão de visão com relação aos nossos agricultores e ao tipo de sistema que nós temos pela frente. Eu acho que é só. Excedi meu tempo. É isso mesmo. É isso que eu queria apresentar para vocês. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Quero agradecer ao Dr. Eduardo Delgado Assad, Chefe-Geral da EMBRAPA Informática e Agropecuária. Perdão, é porque tinha uma correção aqui na denominação do Dr. Miguez, então, corrigindo aqui para a Ata da Comissão, é Secretário-Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima. Eu quero agradecer ao Dr. Eduardo, passar a palavra ao Relator, para algumas considerações e, em seguida, ao bloco de Parlamentares. Ou vocês preferem já ouvir o Dr. Miguez? É porque ele está viajando. Então vamos ouvir o Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, Secretário-Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ: Boa tarde a todos. Deputado Eduardo Gomes, Presi-

dente da Comissão, Senador Casagrande, Sras. Senadoras e Deputadas, Srs. Senadores e Deputados. É um prazer estar aqui. Eu não estava preparado com uma apresentação, achei que não houvesse apresentação, eu simplesmente tinha feito um roteiro do que vou falar, mas eu trouxe power point, então, não é bem uma apresentação, mas é um roteiro para a gente ter algo organizado para discutir. Eu vou mostrar o que é que o Governo vem fazendo e, em paralelo, o que é que está acontecendo internacionalmente, para ter o quadro geral do que é que é mudança do clima e como a gente vem desenvolvendo os trabalhos no Brasil e no exterior.

Bom, eu vou falar sobre o IPCC, que ficou em moda agora por causa de relatórios, porque é o quarto relatório de avaliação, convenção, Protocolo de Kyoto, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e p futuro do regime, rapidamente, são os grandes tópicos, o que é que é importante para discutir aqui.

Bom, IPCC, na verdade, o IPCC não faz ciência, essa é uma primeira confusão que acontece na imprensa. O IPCC é criado em 1988 pela Organização de Meteorologia(F) Mundial e pelo Programa das Nações Unidas de Meio Ambiente. A idéia é fazer uma revisão da bibliografia que estava sendo publicada sobre a mudança do clima. Então o primeiro esforço organizado na ONU, em 88, que é estudar o que é que estava acontecendo na mudança do clima, ele não faz ciência, como eu falei, ele faz uma revisão do que é que se publica no mundo em ciência da mudança do clima, ele está dividido em três grupos, o grupo um cuida da ciência da mudança do clima, o grupo dois cuida de adaptação e vulnerabilidade aos impactos da mudança do clima e o grupo três cuida de mitigação, quais são as maneiras que você tem para tornar os efeitos menos severos, mitigando, reduzindo as emissões.

Esse processo do IPCC ele foi originalmente pensado ter um relatório a cada cinco anos, o primeiro relatório foi em 90, nesse primeiro relatório falava que o Brasil era o responsável pela mudança do clima. Isso foi contestado pelo Governo. Então eles tiveram que fazer uma correção em 92. Então o primeiro relatório, houve uma correção, voltando atrás que o Brasil era responsável pela mudança do clima por causa do desmatamento. Estava errado isso no relatório, e eu vou falar mais à frente.

O segundo relatório foi em 95. Quer dizer, era uma periodicidade de cinco anos dessa revisão bibliográfica. O terceiro acabou saindo em seis anos e agora em 2007 nós estamos com o quarto relatório, também com seis anos. Então eles aumentaram a periodicidade. O Relatório do grupo 01 foi apresentado recentemente em Paris. Os principais resultados, ele

fala que é muito provável, uma probabilidade acima de 90%, que o aumento de temperatura observado desde a metade do século XX, ou seja, a partir de 1950, seja resultado do aumento das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, provocado por atividades humanas. Então é a primeira vez que o IPCC fala claramente que há uma relação de causa e efeito. Essas concentrações cresceram consideravelmente desde a revolução industrial, como resultado das atividades humanas, sendo que as emissões de CO₂ são resultados da queima de combustíveis fósseis, basicamente derivados de petróleo, gás natural e carvão mineral, e, em menor escala, mudanças do uso da terra, basicamente aqui a conversão de florestas para outros usos. E as emissões de metano e óxido nitroso são resultados basicamente de atividades agrícolas.

Bom, olhando as observações, o Relatório conclui que o aquecimento do sistema do clima é inequívoco, comprovado pelas observações da temperatura do ar e dos oceanos, pelo derretimento das geleiras e pelo aumento do nível do mar. Eu tenho que só fazer um pequeno lembrete aqui que eu esqueci, é que, no IPCC, a definição de mudança do clima ela é bem ampla. Ela inclui as mudanças naturais e as mudanças causadas pelo homem. E a dificuldade no IPCC é você separar o que é que é causado pelo homem e o que é que é causado pelas mudanças naturais. Você tem diversos efeitos das mudanças naturais. Por exemplo, a intensidade de raios solares ela varia, dependendo de se há mais atividade no sol ou não. A trajetória elíptica da terra ela varia também, os eixos variam. Então às vezes o sol está mais próximo ou o sol está mais afastado. A inclinação da terra ela tem um $\text{tiotê}(F)$, então ela acaba variando. E tem o problema dos vulcões, porque quando há uma atividade grande de erupção vulcânica os vulcões jogam particulados na estratosfera, então há um esfriamento da superfície da terra, porque ele forma como se fosse um refletor e não deixa o raio de sol entrar, ele coloca uma barragem. Mas esse efeito, pela gravidade, ele vai atraindo os particulados e, em dois três anos, acaba havendo essa deposição na superfície da terra e esse efeito acaba. Isso foi acompanhado muito de perto num pinatubo(F), e a avaliação é que isso demora de dois a três anos.

A partir dessas observações, são feitas projeções por modelos, normalmente são modelos de supercomputador, que olham da ordem de cinquenta mil pontos na superfície da terra, vinte pontos na atmosfera, isso dá um total de um milhão de pontos, e eles fazem a avaliação desses um milhão de pontos, em média, cerca de cem anos, com saídas semanais. Então são modelos muito pesados em computador, o do Hadley Center, que foi citado aqui pelo Eduardo Assad, ele

demora três meses para fazer uma rodada, em tempo real, ele fica rodando três meses para ter uma rodada completa. Essas projeções elas apontam para um aumento esperado de 0,2 graus por década, mesmo se as concentrações se mantivessem constantes no nível de 2000. Então vai haver um aumento de temperatura, mesmo se houver, se a concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera for mantida constante. Se houver aumento dessa concentração, dado o aumento de emissão pelos Países no mundo, isso, como foi dito, conduziria a aumentos de temperatura até 2100 na faixa de 1,8 graus a quatro graus centígrados. Isso depende do cenário socioeconômico.

Os cenários socioeconômicos do IPCC, e são vários, eles basicamente têm dois grandes eixos que foram discutidos. Um eixo, eu vou falar em seguida, é como vai se desenvolver a economia. Se vai ser com mais globalização ou com menos globalização e mais regionalização. Se for com mais globalização, você tem uma otimização do uso de recursos; se for com mais regionalização, a China, por exemplo, vai usar mais a sua fonte endógena de combustíveis, que seria carvão mineral com mais emissão. No outro eixo seria se há maior preocupação ambiental ou se há maior preocupação com desenvolvimento e crescimento econômico.

Então, fazendo essas combinações, eles têm diversos cenários, e esses cenários é que dão essa faixa de variação de 1,8 graus a 4 graus Celsius. O Eduardo falou que essa faixa diminuiu. Na verdade, a faixa não diminuiu. O resultado desse modelo seria basicamente o mesmo. O que eles fizeram foi mudar o grau de certeza. No terceiro relatório de avaliação, eles faziam a faixa com 95% de probabilidade, então uma faixa maior. Agora, nesse relatório, eles fizeram uma faixa com probabilidade de 90%, então a faixa é menor. Há um alto grau de confiança em aumento de eventos climáticos extremos, isso é uma novidade, incluindo aumento de episódios de temperaturas muito altas e chuvas abundantes e, ainda, aumento de intensidade de ciclones tropicais.

Bom, em Bruxelas, recentemente, aconteceu a reunião do segundo grupo do IPCC, para apresentar o relatório. Basicamente, o relatório desse grupo ele lida com adaptação aos impactos da mudança do clima e com a vulnerabilidade. A diferença do grupo um, que é um grupo mais de ciência da mudança do clima, mais teórico, é que aqui tem que se basear em estudos que são basicamente locais e regionais, como esse do Prof. Eduardo Assad. E há uma escassez de dados e publicações sobre as mudanças observadas, e principalmente no terceiro mundo, nos Países em desenvolvimento. Porque há muito pouco estudo sobre qual

vai ser o impacto desses cenários do IPCC no terceiro mundo. Há uma confiança alta, probabilidade maior de que 90%, de que as mudanças regionais recentes na temperatura têm impactos discerníveis em muitos sistemas físicos e biológicos. Então isso já é um resultado importante. De novo, aqui ele não tenta separar o que é que é antrópico e o que é que é natural. As evidências obtidas por observação dos Continentes e oceanos mostram que muitos sistemas naturais estão sendo afetados pelas mudanças climáticas regionais, principalmente pelo aumento de temperatura. Ainda é difícil de identificar outros efeitos, em função não só de adaptação natural, a gente tem, como o Eduardo está falando, as variedades já se adaptam, e também por outros impactos, que são fatores não climáticos. Por exemplo, no caso de eventos extremos de chuva, por exemplo, existem vulnerabilidades que são socioeconômicas, e a gente tem favelas, por exemplo, nas encostas, com situação precária, então, na verdade, a vulnerabilidade já existe antes da mudança climática, e a mudança climática só vem reforçar uma vulnerabilidade que já existe. Então é difícil separar qual vulnerabilidade que é devido a mudança do clima e qual vulnerabilidade que é devido a outros fatores como o socioeconômico, por exemplo.

Existem agora informações mais específicas, começa a haver estudos, como foi mostrado aqui, sobre impactos futuros, especialmente em recursos hídricos e suas gestões, ecossistemas, alimentos, sistemas costeiros de saúde. Por quê? Esses são setores que se vislumbra que vá haver grande impacto, então nessas áreas é que já começa a ter uma preocupação muito grande de toda a sociedade e se começa a trabalhar.

Na América Latina é projetado aumento de temperatura. O relatório ele aborda cada região. Eu fixei aqui só na América Latina, que é o que nos interessa, projetado aumento de temperatura e reduções de água no solo, como foi dito na exposição anterior, que acarreta uma substituição gradual de florestas tropicais por savana, no leste da Amazônia, e as terras de semi-árido devem ir para terras de vegetação árida.

Bom, os cenários futuros, como eu falei, eles são baseados em mais globalização ou mais regionalização num eixo e, no outro eixo, mais preocupação ambiental ou mais desenvolvimento econômico. Esses cenários, se isso é importante de lembrar, eles não incluem medidas de mitigação, tais como o Protocolo de Kyoto. Eu gostei do Eduardo, que falou que se não se fizer nada. Esses cenários são, se não se fizer nada. Eles são propositais. Por quê? A idéia é que você tenha uma análise científica sem viés político. Por exemplo, os Estados Unidos são contra o Protocolo de Kyoto. Então, na medida que você colocasse que os cenários

têm medidas de mitigação do Protocolo de Kyoto, os Estados Unidos iam proibir que as universidades fizessem rodadas com os cenários do IPCC. Então, para evitar esse tipo de problema político, os cenários do IPCC, que foram definidos por um grupo específico do IPCC, eles não incluem medidas de mitigação. Então ele não é um cenário auto-profético, porque, a gente lendo na imprensa, parece, primeiro, que vai acontecer amanhã a catástrofe e que é inevitável. Não. Esses cenários eles são construídos com um leque enorme de diferentes variáveis, na suposição que não vai haver mitigação. Que nós vamos ficar passivos, assistindo, como foi dito aqui pelo Prof. Assad, mas, na verdade, a idéia é para ter esse pano de fundo catastrófico, em certo sentido. Quais seriam os impactos, se nós não fizéssemos nada, em diferentes tipos de cenários. E também esses cenários não prevêm aumento de capacidade adaptativa. Ou seja, e esse trabalho que a EMBRAPA está fazendo hoje, isso não está previsto nos cenários do IPCC. Os cenários do IPCC são os cenários que são, na verdade, um pano de fundo que a gente trabalhe contra ele, trabalha para que eles não se realizem. Essa é que é a idéia. Os resultados são praticamente os mesmos do terceiro relatório de 2001. Os cenários são os mesmos e os resultados são praticamente os mesmos. O que mudou do terceiro relatório de avaliação para o quarto, 2001 para cá, é simplesmente a precisão. Esses modelos são mais precisos e estão ajustando melhor o que está sendo observado. E são praticamente os mesmos desde o resultado do segundo, no caso de resultados. O Prof. Artacho, recentemente no Rio, fez uma demonstração comparando os resultados em termos de aumento de temperatura de um cenário especificamente, e eles são praticamente coincidentes, os três relatórios. Vai aumentar apenas a precisão.

Convenção. Então eu falei sobre IPCC. O IPCC é um esforço de especialistas. Na verdade, o IPCC, na estrutura dos grupos, ele em cada definição de tema que é feito pelos Governos eles escolhem os melhores cientistas que existem em cada área do tema que foi selecionado para ser analisado no relatório de avaliação, e esse especialista conhece toda a bibliografia e ele faz o relatório. E esse relatório é um Relatório do especialista, assinado pelos especialistas, pelos diversos especialistas que participam desse trabalho de revisão bibliográfica. O que os Governos fazem no IPCC é simplesmente discutir como vai ser feito o sumário para apresentação aos Países, aos formuladores de política dos Países. Então isso é um ajuste na verdade linguagem, aonde os Países olham o que está no documento dos cientistas e adequam à linguagem do

que está sendo feito, e isso é feito numa plenária com os 200 Países.

Na convenção, nós temos uma outra linha. A linha política de tentar resolver o problema da mudança do clima, são os Governos que estão reunidos na ONU, e aqui é uma convenção, a convenção foi assinada aqui na Rio 92, que foi presidida pelo Presidente Collor, e nessa convenção, na conferência do Rio 92 foram assinadas duas convenções, a Convenção de Biodiversidade e a Convenção de Mudança Global do Clima. Nos compromissos do Brasil na convenção, eles são bastante amplos. O art. 4.1 ele vai de “A” a “H”. Nós temos esses compromissos todos. Mas o compromisso principal do Brasil era fazer a sua primeira comunicação nacional, o Brasil tem que fazer um relatório, todos os Países têm que fazer esse relatório, esse relatório basicamente ele diz o que é que o Brasil está fazendo para implementar a convenção e quais são as emissões, a gente faz um diagnóstico de emissões dos principais gases de efeito estufa, e dos principais setores que emitem esses gases de efeito estufa.

Então isso foi feito, há um esforço grande, nós no Brasil envolvemos cento e cinquenta instituições, envolvemos a EMBRAPA já em 94, diferente do que sai na imprensa, que o Governo foi pego de surpresa, nós estamos trabalhando com isso desde 94, o Prof. Assad já se referiu aos estudos, a EMBRAPA coordenou o trabalho do inventário brasileiro, em termos de emissões do setor agropecuário, esse trabalho foi feito em 94, nós começamos em 94, o inventário começou em 96, e os senhores podem ter idéia do que era fazer um inventário brasileiro de emissões de metano, por exemplo, de gado bovino, na EMBRAPA, em 1996, quando não havia nenhuma notícia sobre mudança do clima. Mas nós fizemos esse trabalho, esse trabalho foi apresentado na convenção, em 2004, na conferência da Argentina, na COP 10, em Buenos Aires, e o resultado principal são avaliações das emissões do Brasil. Em termos de CO₂, o Brasil emite da ordem de 1.03 bilhões de toneladas de CO₂, isso é o ano de 1994, e sendo que a conversão de florestas e abandono de terras manejadas - conversão de florestas é uma emissão e quando se abandona a terra manejada e a floresta retoma, isso é uma absorção, é um efeito negativo - e, desses um bilhão e trinta milhões, cerca de setecentos e vinte e dois milhões são responsáveis por desmatamento. Quer dizer, o grande problema de emissões do Brasil é desmatamento, é conversão de florestas e sendo que dois terços disso, quatrocentos e vinte e oito milhões, são devido a desmatamento da Amazônia e, um terço, pelo cerrado.

Eu só lembro aqui que nós temos que ter cuidado no leste de Tocantins, quando a gente está discutindo

maior penetração do álcool, o leste do Tocantins é cerrado, e é um cerrado virgem, tem a área do Jalapão, inclusive. Para os senhores verem que se nós diminuirmos o desmatamento da Amazônia, o desmatamento no cerrado ainda é muito importante. É um terço das emissões do Brasil de conversão de florestas. Se houver um aumento significativo do desmatamento do cerrado, é capaz de a gente inverter essa equação. Então isso é algo para se tomar em conta.

O problema que nós não sabemos como é o desmatamento no mundo. O Brasil, nós temos um sistema que é bastante desenvolvido, eu diria que é o melhor sistema de monitoramento de desmatamento no mundo, foi desenvolvido pelo INPE, e a gente avalia, desde 1978, qual é a área desmatada. É um trabalho muito grande, a gente usa todas as imagens do Landsat da Amazônia. Nesse trabalho do inventário nós fizemos, estendemos esse levantamento do INPE em duas maneiras: primeiro, o INPE só calcula área desmatada; para calcular a emissão, nós temos que multiplicar por um fator de carbono, quanto de carbono tem naquela área desmatada, então a área desmatada seria a minha variável de atividades, digamos assim, e eu preciso de um fator de emissão, quanto de carbono tinha na vegetação original, que foi cortado e foi emitido, e o IPCC assume, porque o IPCC é que faz a metodologia, esse grupo de especialistas eles assumiram que quando você corta por simplificação todo o carbono é imediatamente emitido. Então isso aí é uma simplificação que, ao longo tempo, na medida que você inventários repetidos, esse efeito fica equivalente a você ter o uso da madeira e a emissão decorrente de cada uso. Então, por simplificação, a gente faz que, na hora que cortou, todo o carbono foi emitido. E a gente precisa fazer esse trabalho. O Brasil, na verdade, usa um levantamento que foi feito no Radam, de três mil e oitocentos pontos, que nós temos qual é o teor de carbono por tipo de vegetação na Amazônia, em áreas de um hectare, em três mil e oitocentos plotes de um hectare, foi feito esse levantamento na década de 70 pelo Ministério de Minas e Energia e a gente usa esses estudos.

Agora, a gente não sabe qual é o desmatamento no mundo. Então aí entra uma grande discussão política. Qual é a participação do desmatamento no total das emissões no mundo, e aí eu falei que no primeiro relatório do IPCC eles falaram que o Brasil era o grande responsável pelo efeito estufa. Isso é recorrente. Por exemplo, eu só estou ali ilustrando que no filme de Al Gore ele fala que a mudança no uso da terra é responsável por 30% das emissões do mundo, no relatório externo e que, os senhores devem saber, é o relatório encomendado pelo Primeiro-Ministro do Reino Unido,

dos impactos econômicos da mudança do clima, ele estima em 18%, e a nossa estimativa, feita pelo MCT, é que é da ordem de 9%, é 0,6 bilhões de toneladas de carbono contido no CO₂. Por que é que a gente tem essa estimativa? A nossa estimativa em carbono é que o desmatamento da Amazônia em 94 era duzentos milhões de toneladas de carbono, é aquele número que eu mostrei, anterior, setecentos é o CO₂, isso daria duzentos milhões de toneladas de carbono.

Se nós pensarmos que o Brasil é um terço das florestas tropicais no mundo eu tenho que imaginar, a grosso modo, que o mundo está emitindo, se todos forem eficientes que nem o Brasil no desmatamento, estaria emitindo da ordem de três vezes mais do que o Brasil está emitindo. Então isso daria da ordem de 0,6. O IPCC tem muito pouca bibliografia sobre qual é o desmatamento no mundo. Tem quatro bibliografias que são referenciadas nesse relatório do grupo 01. Os senhores podem olhar o relatório do grupo 01. A faixa que é dada no relatório do grupo 01 é de quinhentos milhões de toneladas até 2,7 bilhões de toneladas. Só que com o seguinte detalhe. Três dos estudos, são quatro estudos, três deles apontam uma faixa entre 0,5 e um. Ou seja, quinhentos milhões de toneladas de carbono e um bilhão de toneladas de [inaudível] e um, que é de um americano, Richard Ralph(F), ele joga essa faixa lá para cima. Ele joga de um a 2,7.

Então, na verdade, o IPCC pega o valor médio dessa faixa de 0,5 a 2,7, que é destorcida, na nossa opinião, por esse estudo desse americano, e coloca que a emissão média, o ponto central, nem seria a média, porque são quatro estudos, é 1.6, e isso daria que há um total de sete bilhões de toneladas de carbono que é emitido anualmente para a atmosfera, e o desmatamento seria da ordem de 20%. Você vê que a nossa estimativa grosseira ela é perto da faixa inferior desses três outros estudos. O que mostra que há muita incerteza ainda sobre esse valor e, na verdade, se superestimar o desmatamento no mundo, na verdade, você tira o peso da queima de combustíveis fósseis para deslocar esse peso para o desmatamento. Então isso é de interesse dos Países desenvolvidos, porque eles não têm desmatamento e têm grande queima de combustíveis fósseis. Então você tira o problema político e joga nos Países em desenvolvimento. Claro que o problema existe, nós estamos quantificando isso e, no segundo inventário, nós estamos tentando fazer um inventário completo. Usar todas as imagens de satélites do Brasil inteiro. Então, no primeiro inventário nós usamos as imagens completas da Amazônia [soa a campainha] e fizemos cerrado e caatinga por amostragem; no segundo inventário, nós estamos fazendo um contrato com o FUNCATE, que é uma fundação do

INPE, para fazer o inventário completo, usando todas as imagens do Brasil inteiro.

Em termos de metano, as emissões são 13,2 milhões de toneladas, basicamente 71% é fermentação entérica dos ruminantes. E a fermentação entérica dos ruminantes, os ruminantes têm o rúmen, que é um pré-estômago, e essa fermentação entérica eles emitem metano pela boca e pelo nariz. Não é o que sai na imprensa.

E, finalmente, quinhentas e cinquenta mil toneladas de dióxido nitroso, basicamente deposição de dejetos de animais nas pastagens e fertilização do solo. Então as emissões basicamente do Brasil de metano e dióxido nitroso você são basicamente devido à agricultura.

Há um problema de como soma isso. Você vê que é somar laranja com banana e com maçã. O IPCC definiu um fator, que é o *Global Warming Potential*, que ele atribui o poder de aquecimento global por metano, vinte e uma vezes maior do que o CO₂ e, o do N₂O, cerca de trezentas e dez vezes maior do que o CO₂. Então eles fazem essa soma. Nós mostramos na proposta brasileira, que eu vou falar em seguida, que esse fator de conversão ele está errado em termos de impacto de temperatura. Então nesse relatório agora do IPCC eles já criaram um novo fator de conversão chamado fator *Global Potential*, em termos de temperatura, eles fizeram um potencial global de temperatura. Eles criaram um novo fator que é seguindo o que a proposta brasileira de 97 falou, e eu vou falar em seguida agora sobre isso, eles já estão avançando nessa linha. Mas, como esses fatores ficaram congelados pelo Protocolo de Kyoto, o IPCC não quer levantar esse problema, porque você estaria mudando o que está convencionado dentro do Protocolo de Kyoto, com um impacto grande para a opinião pública, então, esse assunto ainda continua posto de lado. Mas a gente não soma isso, porque, na verdade, quando você superestima o metano, que esse fator de vinte e um do metano, que é usado no Protocolo de Kyoto, cairia para algo entre quatro e cinco em termos de temperatura, você acaba, como basicamente é agricultura e agricultura é basicamente em Países em desenvolvimento, você acaba superestimando a contribuição dos Países em desenvolvimento. Então isso é uma discussão grande e que tem impactos na negociação política.

A segunda comunicação nacional, só uma notícia, nós começamos agora esse ano pela convenção, existe uma decisão que nós temos que fazer o segundo inventário, vai cobrir os anos de 95 a 2000, nós vamos olhar a série inteira de 90 a 2000, vamos tentar atualizar, usando as novas metodologias, a série inteira,

para tentar ter uma visão melhor do que é que está acontecendo no Brasil em termos de emissão.

O último comentário que eu quero fazer sobre o inventário é que nós tentamos no Brasil ser extremamente abrangente. Nós envolvemos todas as instituições como a EMBRAPA, CETESB, o INPE, PETROBRÁS, ELETROBRÁS, a COOPERÇÚCAR, na época, todas as instituições, o Sindicato de Carvão, ABAL, ABIQUIM, todas as instituições que conheciam os setores que são grandes emissores e eles participaram do inventário. Então nós não fizemos nada. Foi feito pelos maiores especialistas em cada assunto.

A idéia é que a gente tinha uma limitação de recursos e a gente tentou olhar quem eram as principais emissões e os principais setores. Nós fizemos um inventário bastante abrangente. E isso não foi feito nos outros Países. Então quando você faz a comparação e o ranking, você tem dois problemas, eu vejo na imprensa saindo que o Brasil é o quarto maior emissor do mundo, e tem dois problemas com isso: primeiro, é essa equivalência do metano, que joga o Brasil para cima, porque nós somos um País bastante agrícola, e, segundo, é que os inventários, por exemplo, da Índia, são muito iniciais, porque eles não têm dados, por causa do nível de desenvolvimento da Índia. Então, por exemplo, a parte de lixo e esgoto, a parte agrícola na Índia... O inventário é bastante abrangente. E você vê que as nossas emissões de CO₂ que não são florestas, é a diferença ali, é na ordem de duzentos e poucos milhões de toneladas. O Brasil, se fosse só pela energia, ele seria da ordem de 18º maior emissor do mundo. Por quê? Nós somos muitos limpos no setor energético. No setor elétrico, a nossa geração é basicamente com hidroeletricidade, 90%, e tem anos que chega a 95. E no setor transporte você tem uso intensivo de álcool, no transporte individual, e agora vamos tender a ter biodiesel. É o único que... Pela convenção você tem que... Por que é que é tão atrasado? Por que é que é 94? É porque você não tem essas informações, metano, N₂O, desmatamento, a gente tem informação da área desmatada, a gente não tem informação de qual é o teor de carbono daquela área desmatada. Então são trabalhos... Só para vocês verem, nós estamos fazendo um piloto para a segunda comunicação nacional, com uma imagem só. Na tipologia que nós criamos de tentar individualizar as células a gente chega, nessa imagem, a duas mil e duzentas células diferentes. E você tem que saber o teor de carbono de cada célula dessa.

Então é um trabalho grande e por isso [soa a campainha] que na convenção você tem essa defasagem temporal para permitir que você tenha os dados. Se você pedisse, por exemplo, 2006, você não tem as

imagens ainda do Landsat processadas, você precisa de um tempo, então na convenção... E se colocar isso nos Países africanos e nos Países asiáticos é pior ainda, porque o Brasil ainda é um País avançado. Então na convenção o que se convencionou foi isso, um primeiro inventário de 90 a 94 e agora, o segundo, a gente começou, de 95 a 2000.

Bom, eu vou falar um pouquinho do Protocolo de Kyoto. O Protocolo de Kyoto, o Brasil apresentou uma proposta em 97. Isso é só para marcar que nós estávamos preocupados com um problema, para nós o problema é bastante grave, nós estamos acompanhando o IPCC desde 88 e, como nós estávamos preocupados com a negociação, porque a gente estava vendo que a negociação de Kyoto ia acabar em impasse, nós fizemos uma proposta, porque os Estados Unidos já haviam passado uma resolução do Senado, por acaso, a nossa proposta de maio de 97, e a resolução do Senado americano é de junho de 97, a nossa proposta é anterior à resolução do Senado, foi uma resposta antecipada ao que o Senado americano fez depois, para evitar o impasse, em vez de ficar discutindo quem é o responsável pela mudança do clima, nós fizemos uma proposta, do Fundo de Desenvolvimento Limpo, que seria originado a partir de multas pelo não cumprimento das metas do eventual Protocolo de Kyoto, que acabou sendo feito. Então, se os Países não desenvolvidos não cumprissem com as metas, eles teriam que pagar uma multa, essa multa geraria um fundo, que seria aplicado em redução de emissão nos Países de terceiro mundo. Por quê? Porque a lógica da convenção é que a prioridade dos Países em desenvolvimento é erradicar a pobreza. Então você não vai divergir recursos de pobreza, de desenvolvimento sócio-econômico para mudança do clima, porque não fomos nós que causamos o aquecimento global.

E isso era segunda parte da proposta brasileira. Como existia o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, porque, desde a revolução industrial os Países desenvolvidos vêm emitindo pela queima de combustível fóssil, basicamente carvão, no início da revolução industrial, depois mudou para óleo combustível e agora está mudando para gás natural. Mas há uma emissão muito grande dos Países desenvolvidos desde 1750. Os Países em desenvolvimento eles têm um desenvolvimento recente. Se a gente pensar o Brasil, a industrialização no Brasil começa em 1950; o desmatamento do Brasil começa em 1970, com a transamazônica, é o grande ponto que a gente pode imaginar. Se você pensa na Europa, por exemplo, eles estão emitindo na parte energética e industrial desde 1750 e, desmatamento, já anterior até. Eles acabaram praticamente com todas as florestas

naturais deles, eles estão hoje com algo como 3.8% das florestas deles. Basicamente eles usaram para fazer caravelas, era um outro período, outro tipo de desenvolvimento tecnológico.

Então a nossa proposta era de duas partes. Primeiro, esse Fundo de Desenvolvimento Limpo, que, se houvesse transferência de recursos e tecnologia, a gente não se oporia a nenhuma medida de redução de emissão, muito pelo contrário, a gente faria medida de redução, desde que houvesse um aporte tecnológico e de recurso, para permitir esse avanço sem criar nenhum obstáculo ao desenvolvimento social e à incorporação das pessoas que estão abaixo da linha de pobreza na economia. Isso foi aceito, os Estados Unidos eles tinham uma oposição à nossa proposta, basicamente por dois motivos, primeiro, porque eles não aceitavam penalidades em tratado internacional, e o nosso era uma multa, e, segundo, porque eles falavam que a idéia de fundo era idéia de orçamento e os Estados Unidos achavam que não era o contribuinte que tinha que pagar pelo combate à mudança do clima e, sim, as empresas que causavam a mudança do clima. Então nós incorporamos, numa proposta conjunta Brasil-Estados Unidos, em novembro de 97, nós incorporamos esses dois comentários americanos e mudamos de fundo para Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e essa proposta conjunta Brasil-Estados Unidos foi apresentada em Kyoto e ela, modificada nas negociações em Kyoto, foi adotada como o art. 12, o MDL. Então ele nasce da proposta brasileira.

A idéia do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo é um mecanismo de compensação. Você faz a redução de emissão no País em desenvolvimento e os Países desenvolvidos usam esse crédito que ele compra contra as metas dele de Kyoto. Então é simplesmente uma transferência de ônus dos Países desenvolvidos para os Países em desenvolvimento e, do ponto de vista de Meio Ambiente, de resolver o problema de mudança do clima é neutro. Porque nós fazemos a redução e eles deixam de fazer a redução. Eles cumprem a meta de Kyoto sem fazer a redução. O que o Prof. Assad falou de plantio direto tem que ser olhado com muito cuidado, porque plantio direto dentro do MDL, na verdade, pelo nível de carbono que você absorve é muito pequeno, é difícil de mensurar por causa da viabilidade de solo e depois você teria que fazer o rastreamento desse carbono de solo durante toda a vida útil do projeto. E não poderia haver reversão. Então se você tivesse mudança de dono e, por exemplo, o novo dono fizesse uma aração do solo, você teria a emissão desse carbono que você levou tantos anos para acumular, você, se fizer a aração, você devolve. E isso no protocolo de Kyoto, como você autorizou uma emissão no anexo

um, nos Países desenvolvidos, se você permitir essa aração no plantio direto, você tem a dupla emissão. Então, florestas e essas medidas de uso da terra são difíceis de colocar no MDL. Elas são mais apropriadas num outro tipo de incentivo de política dos Países em desenvolvimento, que nós estamos propondo agora em 2005, e eu vou chegar nisso depois. É só um comentário ao que o Prof. Assad falou.

A segunda parte da proposta brasileira era critério objetivo para medir a responsabilidade histórica. Ou seja, nós tentamos quantificar qual o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada. Exatamente por causa disso. Dos Países em desenvolvimento é recente, e o Japão segue é exatamente, nós fizemos isso para todos os Países, o Japão é exatamente igual ao Brasil, China e Índia. Ele se desenvolve muito rapidamente a partir de 1950. Então o Brasil não contribuiu para o aumento de temperatura. Porque é uma dupla acumulação. Você emite, e os Países desenvolvidos estão emitindo fosso do carvão mineral desde 1750, essas emissões vão acumulando na atmosfera, vão aumentando essa camada, como se na estufa, na casinha estufa com vidro eu a cada ano estivesse aumentando a espessura do vidro, cada ano entra mais sol e a casinha vai ficando mais quente. Exatamente essa analogia. Só que o vidro que aumentou, eles estão aumentando desde 1750, e nós começamos em 1950. Eu costumo mostrar a curva da emissão do Brasil no setor energético e CO₂, comparando com Estados Unidos, a emissão do Brasil de 1960, no setor energético mais CO₂ é equivalente à dos Estados Unidos de 1860. Ou seja, nós estamos cem anos defasados em relação aos Estados Unidos em termos de emissão. Claro que essa comparação é só para mostrar a ordem de grandeza, porque nós não temos calefação, então os Países são diferentes.

No filme do Al Gore, só fazendo uma ilustração de novo, ele estima a contribuição ao aumento da temperatura dos Estados Unidos, ele pega o mapa-mundi e aumenta os Países e diminui os Continentes, África e América do Sul encolhem e Estados Unidos fica bem grande. A contribuição dos Estados Unidos, segundo o filme do Al Gore, seria da ordem de 30% e da América do Sul, 3,9. Se a gente pensar que a América do Sul metade é América espanhola e metade América portuguesa, de língua portuguesa, a gente pode pensar, em termos de população, em termos de PIB, que o Brasil teria algo ali como meio. Que é estimativa que nós fizemos na proposta brasileira. Que a nossa responsabilidade seria algo entre um e dois por cento. Estaria compatível com esse cálculo que aparece na proposta brasileira. O que é que é importante isso? Que a contribuição do Brasil para o efeito

estufa, para o aumento de temperatura hoje é de 2% no máximo. É dessa ordem de grandeza. Se fizermos um esforço, violentíssimo, de zerar todas as emissões do Brasil, e zerar a emissão no Brasil seria: transporte aéreo tem que ser com biodiesel, com bioquerosene... E vai por aí. Não pode ter barco queimando óleo, não pode ter nada, emissão zero, não pode ter desmatamento, nenhum desmatamento, nós resolveríamos 2% do efeito estufa. Se os Estados Unidos continua dando “tchau pra gente”, a temperatura vai embora e a Floresta Amazônica vai ser a primeira, como o Prof. Assad falou, a sofrer. Porque se o nível de concentração subir muito, e no cenário dos 5.8, a concentração chega a mil PPMV, mil partes de CO2 por um milhão de partes de moléculas da atmosfera. Hoje é da ordem de trezentos e oitenta. Na revolução industrial era da ordem de duzentos e oitenta. É um outro mundo para as plantas. Então a gente não sabe nem se a floresta, se as espécies conseguem sobreviver nessa temperatura. E nessa concentração.

Então o impacto seria muito grande, sócio-econômico, sem nenhum benefício em termos da mudança global do clima se os outros Países desenvolvidos, principalmente, não atuarem.

MDL, eu estou chegando ao final da minha apresentação, eu só quero mostrar a situação atual do MDL, em 04/04/07, e também comentar algumas coisas que são ditas na imprensa, o Brasil é o terceiro País em número de projetos. Tem hoje, nesse dia aí, 04/04, hoje ele tem mais um, tem 217 projetos, 142 já aprovados na Comissão. Isso é para mostrar, primeiro, que quase todos os projetos que foram submetidos foram aprovados pela Comissão, porque são projetos bons, às vezes alguns projetos não estão bem feitos, então a Comissão põe esses projetos em revisão, até que eles estejam numa forma correta para ser submetido no Protocolo de Kyoto. O Brasil ser o terceiro País é extremamente honroso. Eu ouço algumas pessoas falarem que não é honroso. É extremamente honroso. Por quê? Pelas razões que estão ditas abaixo.

A linha de base do Brasil é extremamente limpa no setor energético. Por quê? Por causa do álcool, biodiesel, hidroelétrica, uso de bagaço na indústria, uso de carvão vegetal. Na China e na Índia, a linha de base do setor elétrico é toda carvão mineral. Então, se você coloca uma energia eólica na China ou na Índia você reduz uma barbaridade de emissão. Se você colocar a mesma usina eólica no Brasil você não reduz praticamente nada, porque você vai estar deslocando água, você vai estar acumulando água nos reservatórios brasileiros. Você não vai estar resolvendo o problema do efeito estufa. Assim como, se você aumenta a eficiência do carro no Brasil, se o carro está usando

100% a álcool, você usa melhor o álcool, mas não reduz o efeito estufa. No filme do Al Gore ele fala que a grande medida é aumento da eficiência dos carros. No Brasil, não, porque a gente pode zerar a emissão dos carros com o etanol e com o biodiesel no transporte coletivo e de carga.

A Índia e a China têm 619 projetos, a Índia tem basicamente 34% dos projetos, o Brasil está ali na ordem de, o total é 1.847 e nós estamos na ordem de 10%, 11%. E a China tem 411 projetos, é 22%. Mas é muito mais fácil fazer um projeto MDL na China e na Índia, por causa da linha de base que é muito emissora de gases de efeito estufa, do que fazer no Brasil.

O outro ponto que eu gosto de levantar é que 65% dos projetos são unilaterais no Brasil. Isso quer dizer que não tem nenhum investidor do primeiro mundo comprando crédito ainda. Eles não acreditam que esses projetos vão ser implementados. Então eles não estão comprando. E os projetos brasileiros estão sendo feitos pelos próprios empreendedores brasileiros. E o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo é um mecanismo voluntário. Então os empreendedores estão vislumbrando uma oportunidade e estão fazendo esse esforço. Dos projetos que não são unilaterais, a maior parte é o Reino Unido que está investindo em Países Baixos, 12% e 8%. Dos projetos que já estão aprovados na Comissão, os 142, 99 já foram submetidos ao registro no Conselho Executivo do MDL, em Bonn, do protocolo, hoje tem 575 projetos registrados no mundo, e o Brasil tem quase cem, está que nem o Romário, 99, mas que representa 17% dos projetos registrados no mundo. Quer dizer, a nossa participação é de 12 no total de projetos e, dos registrados, sobe para 17. A redução esperada desses 17% dos projetos é de 195 milhões de toneladas de CO2. Comparando com o inventário, você vê que, tirando o desmatamento, que não está coberto no MDL, seria uma redução significativa, comparando o inventário de 94. Isso aqui é em sete anos, o que corresponderia a 25 milhões de toneladas de CO2 por ano. E 25 milhões de toneladas em sete anos, para ter uma idéia, o é que o esforço por ano.

A China, em sete anos, estaria reduzindo 1,3 bilhões e a Índia, 852 milhões. Só para lembrar que na proposta original brasileira, quando a gente fez a proposta do Fundo de Desenvolvimento Limpo, nós estimamos que o mercado do Brasil seria da ordem de 3%. Por quê? O Brasil é limpo e você tem que comparar com o crescimento das fontes brasileiras que são, até um futuro previsto aí vai ser muito limpo. Ao passo que China e Índia, não. China e Índia responderiam por 50% do mercado MDL, ao passo que o Brasil é 3%. Como nós estamos em 12, no registrado 17 e, no

emitido, que eu vou mostrar agora, são 33%, o Brasil é o segundo lugar, nós estamos muito bem. Por isso que eu acho que honroso. Porque nós estamos muito acima do que nós tínhamos vislumbrado de redução de emissão. E nós já reduzimos em unidades emitidas, no MDL, isso já é unidade emitida, 6,8 milhões de toneladas de CO₂. Só para os senhores terem idéia do impacto econômico disso, se a gente pensar em dez dólares por tonelada, um valor bem conservador, nós estamos falando de sessenta e oito milhões de dólares por ano, e um potencial, em sete anos, de um bilhão e novecentos e cinquenta milhões com MDL. Isso aí é o potencial econômico dessas transferências de recursos devido ao MDL. E, além disso, está reduzindo emissão, está criando capacidade no Brasil, gerencial, de fazer projetos de redução de emissão e avançando tecnologicamente.

Para terminar, o futuro do regime, o que é que vai acontecer depois de 2012. Então, o que é que aconteceu na negociação da convenção, isso aí é o que está acontecendo de real. Em Montreal, em 2002, o Protocolo de Kyoto tem um artigo que fala que em 2005 teria que ter sido iniciada a negociação do segundo período do compromisso. Isso foi feito. Então nós estamos seguindo esse artigo do protocolo, o 3.9, e, além disso, em Montreal foi definido, por causa de uma nova proposta brasileira, que nós fizéssemos essa negociação em dois trilhos, um trilho da convenção e um trilho do Protocolo de Kyoto. Na convenção, o que nós estamos advogando é que sejam feitos incentivos positivos para medidas voluntárias. Então, se a gente fizesse medidas voluntárias adicionais para reduzir a emissão, que houvesse uma contrapartida dos Países em desenvolvimento, para permitir que a gente faça mais. Então a gente está querendo que redução do desmatamento seja nessas medidas voluntárias que não gerem créditos para os Países desenvolvidos. Ou seja, que sejam reduções adicionais e verificadas em relação ao passado. Quer dizer, você tem que reduzir em relação ao que você tem feito historicamente. E não uma hipótese para o futuro. E no protocolo, você seguiria o Protocolo de Kyoto. Há uma discussão no protocolo, basicamente as discussões são três, quem é anexo um, quem é que vai ter meta, qual é o percentual que eles vão ter que reduzir no próximo período do compromisso e onde termina o próximo período do compromisso. Então isso é o que está sendo discutido hoje. E, eventualmente, se o MDL continua ou não.

A Europa saiu na frente com uma proposta de redução de 20% até 2020 e ela faz uma condição, se Estados Unidos, Brasil China e Índia tiverem compromisso de redução ela aumenta esse 20% de redução para 30% até 2002. E o Reino Unido, além disso, fez

uma proposta secundária, que ele se propõe a reduzir até 50% até 2050. Agora, isso é jogo de cena. Por que é que eu acho que é jogo de cena? Eu vou mostrar o que é que tem no passado. Isso aí aconteceu no passado. O que é que aconteceu na convenção? Na convenção eles falaram que eles iam estabilizar as emissões num nível de 90, por volta do ano 2000. O que é que eles fizeram? Subiram 13%. “Não, temos que renegociar, temos que fazer um Protocolo de Kyoto, porque isso era voluntário, voluntário não funciona, tem que ser mandatório. O que é que foi o Protocolo de Kyoto? Redução de 5%, então ficou mais forte, centrado em 2010, o período é 2008 a 2012, e a Europa, só para lembrar, a proposta inicial da Europa para Kyoto foi exatamente 20%. Quanto ela se propôs no final da negociação de Kyoto? 8%. O que é que está acontecendo? Vamos olhar em 2013. Mas a maioria dos Países da Europa ocidental, o núcleo da Europa, os 15, estão aumentando as emissões. O esforço adicional dos Países desenvolvidos no segundo período do compromisso, por quê? Qual é a lógica disso? Para reduzir mais, que é a lógica da Europa, mas, por outro lado, do nosso ponto de vista de MDL, se não houver uma meta mais forte de redução de emissão dos Países desenvolvidos, o MDL perde o sentido. Por quê? Porque ninguém vai querer comprar crédito, porque não tem demanda por crédito, se não for maior. E a continuação do MDL. Está em jogo a continuação do MDL.

Essa é a última. Estou tomando muito tempo também. Qual é a discussão da nova definição do anexo um? Existe o art. 9 do Protocolo, que fala que periodicamente você tem que rever o anexo um. Então eles querem obrigar que China, Índia e Brasil sejam promovidos para o anexo um como condição para os Estados Unidos voltarem, porque essa é a Resolução do Senado americano. Só lembrando que na convenção o anexo um foi definido como os Países desenvolvidos, basicamente o critério usado foi que pertencessem à OCDE, ou Países ocidentais, mais os Países desenvolvidos da antiga União Soviética, e isso é basicamente Rússia, Ucrânia e Belarus, e os Países desenvolvidos no leste europeu, Hungria, República Checa etc. E esses Países tinham de comum o quê? Alta renda per capita e população estável ou declinando. O grosso deles está, você pode dizer que, isso não se aplica à Turquia, a Turquia se recusava a ratificar a convenção e o protocolo, exatamente por causa disso, porque ela não se via como anexo um, ela foi forçada agora nas negociações para a entrada na União Européia, ela ratificou o anexo um, e você pode dizer que isso não se aplica em parte para a Nova Zelândia e para a Austrália, que ainda são, de alguma maneira, Países em desenvolvimento, que ainda estão desmatando,

que estão ainda incorporando área nova. Mas esse foi o critério geral. Então China, Índia e Brasil não estão dentro desse critério. Isso é só um comentário.

Continuação do MDL. Primeiro, dependerá da definição do anexo um. Se China, Índia e Brasil estiverem no anexo um, o Brasil não vai ter mais crédito de MDL, porque eu vejo as pessoas discutindo nos jornais que nós estamos contra o MDL, estamos parando os projetos, mas é um absurdo, que nós estamos contra metas no Brasil. Essas coisas não são compatíveis. Ou a gente faz redução voluntária com transferência de recursos e tecnologia dos Países desenvolvidos para a gente e a gente avança, como estou mostrando no MDL, ou você tem meta, e aí você vai comprar MDL. Eu vou comprar MDL do Butão, da Coréia, dos Países que não forem anexo um, para cumprir as minhas metas. Porque eu vou ter uma meta de redução de emissão. Porque é sonho também achar que a gente vai ter uma meta de aumentar 40% as nossas emissões. Na medida que você passa para anexo um, a nossa meta vai ser limitada. Então vai depender dessa definição.

O segundo problema é que os Países desenvolvidos eles já estão no topo da curva de desenvolvimento. Ou seja, a infra-estrutura está feita, a população está estável ou declinante. Então é muito mais fácil você ter metas de redução de emissão, porque você tem a produção serviços dados. No caso dos Países em desenvolvimento, normalmente nós estamos na ascensão da curva, isso é uma logística normalmente, você chegar a uma estabilização de crescimento econômico, de desenvolvimento com crescimento e nós estamos pegos na mudança do clima no meio dessa curva. Tanto China, Índia e Brasil. O Brasil hoje, só para lembrar, os senhores sabem disso, temos trinta milhões abaixo da linha da pobreza. Na medida que a gente incorpora essa população ao mínimo de necessidade básica, que eles passem a andar de ônibus, que eles passem a ter um ferro de passar, luz, uma lâmpada na casa, você vai aumentar as emissões. Você vai aumentar as emissões e tem metas. Isso vai implicar comprar créditos. Então não tem essa discussão, para mim, não tem essa discussão de MDL, nós vamos ter MDL e ao mesmo tempo vamos ter que reduzir meta. Vai ser muito difícil se o Brasil estiver nessa situação.

A quem interessa metas para o Brasil? Eu queria lembrar que se o Congresso começar a estabelecer legislação mandatória o impacto inicial vai ser sobre o MDL. Toda medida que é obrigatória por lei ela não é adicional. Ou seja, o País vai fazer, de toda maneira. Porque é obrigatório por lei. O exemplo nosso aqui é o 25% de álcool anidro e agora o 2% do biodiesel.

Então, automaticamente perde a adicionalidade do MDL. Então as pessoas também falam isso. Querem

estabelecer legislação, queimar o metano do aterro sanitário... Isso vai ser ônus, porque nós vamos perder receita para fazer isso pelo MDL, pelo Protocolo de Kyoto e vamos ter que fazer isso com custo nacional. Essa discussão é basicamente uma discussão que vem da União Européia, por quê? Porque as empresas da União Européia estão achando que estão perdendo competitividade para a China, Índia e Brasil, porque elas são submetidas a metas de redução de emissão no ETS, no esquema de comércio de emissão europeu para forçar que a Europa atinja o patamar da Europa em 2012 e elas estão achando que estão perdendo competitividade, então começam um movimento de elas saírem da Europa e virem para os Países em desenvolvimento, porque elas não têm metas aqui no País de desenvolvimento, nós estamos vivendo isso, o exemplo é da Arcelor, por exemplo, e, o outro, é que elas trazem uma cultura de emissão de queima de combustível fóssil. Então eu vejo com muita preocupação que empresas européias estão vindo para o Brasil com essa cultura de combustível fóssil, estão falando em usar carvão mineral no Brasil, que é uma cultura que não é brasileira. A cultura brasileira é de uso de energia renovável tradicionalmente. Você está vendo já no jornal que as empresas de origem européia elas já vêm com uma cultura de queima de combustível fóssil, o que vai aumentar as emissões do Brasil.

Então eu acho que essa é a mensagem que eu queria deixar, um panorama amplo do que é que está acontecendo, o que é que nós estamos fazendo, e nós estamos fazendo isso há muito tempo, com um envolvimento total da sociedade brasileira, todos os atores importantes foram sempre envolvidos pelo MCT nesse trabalho e eu acho que nós estamos preparados para os próximos anos ao enfrentamento da mudança do clima.

Eu só queria voltar a dizer que para nós o problema é bastante grave, nós nunca questionamos o IPCC. Isso é falso. Nós temos sempre agido pró-ativamente dentro da convenção no sentido de fazer proposições, o MDL é uma proposta brasileira no sentido de tentar evitar impasse na negociação e no sentido de fazer medidas que antecipem ao enfrentamento da mudança climática. Se você pensar o MDL no Protocolo de Kyoto ele começa no ano de 2000. Ele só começou em 2005, porque a Rússia não ratificou o Protocolo de Kyoto e o Protocolo de Kyoto não entrou em vigor. Mas o Protocolo de Kyoto, o primeiro período é de 2008 a 2012. E nós já estamos fazendo redução desde 2004. O Projeto da Nova Gerar, o primeiro projeto registrado no mundo em MDL, foi registrado em novembro de 2004. Então nós já estamos fazendo redução de emissão desde 2004, quando o Protocolo de Kyoto para

os Países desenvolvidos só começa em 2008. Então a nossa idéia sempre foi antecipar o enfretamento da mudança do clima e, nunca, ficar passivo olhando, ao contrário, nós estamos sempre propondo medidas e tentando avançar no processo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu quero agradecer ao Dr. Miguez pela brilhante apresentação, extensa, posso dizer que tudo que a gente tem visto aqui na Comissão, bem provocativa, e quero também agradecer ao Dr. Eduardo Assad, e, como vou passar a palavra para o Relator e para os Deputados e Deputadas que se inscreveram, eu deixo só duas perguntas, mais para registrar aqui algumas preocupações, ao Dr. Eduardo, se foi equacionado, ou como está a avaliação da EMBRAPA com relação à disponibilidade de recursos, orçamento para ampliação das pesquisas e, principalmente, esse debate de investimento, nova matriz energética, combustíveis de fonte renovável, esse mega mercado que se formou, a quantas anda e o que a gente pode prever de garantias de recursos para pesquisa, divulgação e as preocupações que foram registradas aqui. Nem vou falar da preocupação do café argentino, que foi grande aqui de todos.

E ao Dr. Miguez, eu queria fazer uma pergunta também, aqui a Comissão teve oportunidade de acompanhar um seminário sobre crédito de carbono, promovido pela Câmara de Valores Mobiliários, e há ainda, por parte da Assessoria da Casa, das pessoas que participaram do seminário, os membros dos vários Ministérios que foram convidados e Parlamentares, uma completa confusão sobre o mercado de carbono no País e realmente ou uma falta de informação ou de estratégia objetiva sobre esse mercado.

E a minha curiosidade sobre aquilo que já é discutido em alguns Países, e a gente sabe que não é uma atitude apenas isolada, ou do Congresso ou de segmentos da esfera ambiental e econômica, mas talvez a adoção de um critério mais justo, não sei se para evoluir, para termos um dia uma taxa de carbono, que quem emite paga, e objetivamente a realidade dos Países que reduzem emissões e os que emitem mais, já que o efeito é global, um equilíbrio maior, uma objetividade maior nesse mecanismo. Então, se eu vou emitir eu vou pagar e aquele recurso vai ser investido, porque me parece que esse critério é muito subjetivo, das emissões, do aproveitamento ou não dos créditos de carbono, dado ao tempo das espécies, das modalidades. Então eu vejo esse mercado ainda de uma maneira muito confusa. E vejo com muita curiosidade essa perspectiva de chegarmos um dia ter a taxa de carbono.

Então eu vou passar a palavra ao Relator, peça que registrem essas duas perguntas e, em seguida, ao bloco de Parlamentares, a gente vai pedir um pouquinho de esforço dos dois para responder tudo de uma vez só, porque daqui a pouco nós começamos também a Ordem do Dia na Câmara e os Parlamentares estão ansiosos para falar. Eu quero agradecer e pedir até ao Relator que interceda junto à TV Senado, achei muito importante a exposição dos dois convidados, para que a gente tenha de maneira repetida isso na nossa TV Senado e na TV Câmara também, porque considero de muita importância tudo isso que nós ouvimos nessa tarde. Muito obrigado aos dois. Passo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentar o Eduardo, agradecer a ele pela sua exposição, cumprimentar o Miguez e agradecer também pela brilhante exposição que os dois fizeram. Nossos Parlamentares, nossos Deputados e Deputada presentes, primeiro, rapidamente, duas questões ao Eduardo e, depois, também rapidamente, ao Miguez. O Eduardo colocou que a EMBRAPA está pesquisando muito a questão da adaptação de variedades de culturas, devido ao aumento da temperatura, especialmente o aumento da temperatura e a escassez de água. Salinização, como é que a EMBRAPA está tratando essa questão da salinização que, segundo os últimos estudos, é um problema que já estamos enfrentando e enfrentaremos nos próximos anos. A outra questão é a questão se a EMBRAPA tem debatido e tem investido em biotecnologia, para que nós possamos, além de fazer a fiscalização do desmatamento, se nós temos alternativa para o desenvolvimento e para a sobrevivência das pessoas que moram em áreas em regiões com percentual de floresta elevado. Quais são os investimentos que a EMBRAPA faz hoje na busca de modelos alternativos de desenvolvimento, que estudo que nós temos hoje, especialmente na região Norte do nosso País.

Ao Miguez, o que eu posso questionar e perguntar, para que a gente possa aprofundar o debate, e ele já colocou ali, e eu tenho uma preocupação com o MDL, porque o MDL parece o retorno àquela época onde a igreja cobrava o dízimo para a pessoa ir para o céu, onde os Países ricos pagam, e pagando acalmam todos os pecados.

Eu acho que eu gostei ali. Você está anunciando ali que há uma proposta de que isso não gere um crédito, que isso entra em termos de financiamento de projetos no País em desenvolvimento, mas não gera um crédito automático e na mesma proporção nos Países desenvolvidos. Acho que esse mecanismo é um mecanismo que não ajuda ao processo global. Do

jeito que está hoje, dizer que não ajuda é muito forte, mas ele, no geral, ele acaba desobrigando os Países ricos de um investimento mais permanente na sua base. Acho que isso mereceria um acompanhamento e um debate sobre o que nós teremos em termos de MDL a partir da próxima etapa de discussão do Protocolo de Kyoto.

A outra questão é o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, que você colocou aí, mas também, como outros que nós já ouvimos aqui, não defende o estabelecimento de uma meta para os Países desenvolvidos. Pelo que eu entendi, mesmo a partir de 2012, não defende o estabelecimento de uma meta geral de redução de emissões. O que eu lhe pergunto o seguinte: não é possível nós estabelecermos metas setoriais? Não é possível, por exemplo, nós estabelecermos metas para o setor de siderurgia, para que o setor possa ter responsabilidade na redução? Eu estou citando siderurgia só como exemplo. Pegarmos setores que têm uma contribuição na emissão mais forte e estabelecermos metas, não é possível nós avançarmos no estabelecimento de metas de redução de desmatamento? Então, setorialmente, é possível estabelecer metas para um País como o Brasil, que precisa de fato de aumentar o seu consumo, porque nós temos muita gente fora ainda do poder de compra e da capacidade de consumir alguma coisa? E o debate e a discussão que o Brasil faz com relação ao retorno pelo não desmatamento, pela inclusão da contrapartida financeira para a manutenção da floresta em pé, você acha que isso vai sensibilizar esse debate nos fóruns internacionais que nós estamos defendendo? Acho que é uma proposta importante para o nosso País.

E a última questão é se nós, considerando que Países em desenvolvimento como Brasil, China, Índia, México, África são Países com baixo nível de consumo, nós vamos fazer, especialmente a China e a Índia, que têm um terço da população mundial, um pouco mais, têm um nível de consumo muito baixo, a hora que eles entrarem num poder de consumo maior a repercussão disso é muito grande, sim. A nossa única salvação está na eficiência energética, na eficiência de produção, a nossa única saída, ou você acredita numa educação capaz de alterar a cultura nessa área do consumo da população mundial? São essas questões, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Passo a palavra ao Deputado Fernando Ferro, primeiro inscrito.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas. Realmente essa discussão ela, para mim, tem um caráter dramático. Primeiro, porque os Países que mais estão sendo e que

mais serão afetados pela mudança climática são os que têm menos peso militar, econômico no mundo.

Então, haverá que se construir uma consciência ética, solidária e política entre nações? Até porque não há solução isolada para tratar desse assunto. Não há solução setorial. Ou se enfrenta isso de uma maneira articulada no plano internacional ou não se tem saída para isso. Então a primeira preocupação que me assusta é exatamente essa capacidade do concerto das nações que poderia modificar isso. E a rapidez com que se reage no chamado primeiro mundo aí, e essas mudanças são visíveis. A postura dos Estados Unidos e, de uma maneira ou de outra, até da própria Europa são posturas muito, digamos assim, que não combinam com a necessidade e com a urgência do momento que nós estamos vivendo. Então, uma ação diplomática e política tem que ser tomada pelos Países em desenvolvimento e os Países pobres, ou se criar algum mecanismo, porque serão os primeiros mais atingidos.

Para o nosso Dr. Assad, da EMBRAPA: foi falado aqui no melhoramento genético, biotecnologia e no tratamento de constituição de variedades, a partir de intervenções genéticas, para plantas resistentes ao calor e à escassez d'água. As plantas xerófilas, a caatinga, ela tem uma variedade impressionante disso, eu não sei se eu peguei fora da palestra, eu cheguei atrasado, mas me parece que ali está também um imenso potencial de exploração de alternativas, porque são plantas que constituem essa característica e elas... Em que pé estaria a EMBRAPA na utilização dessas variedades e dessas espécies do semi-árido brasileiro?

A outra preocupação, eu participei de um debate, o Brasil está, a despeito dos nossos esforços, da nossa matriz energética limpa, mas nós estamos partindo para uma matriz energética com maior intensidade e, provavelmente, para combustíveis fósseis. Contraditoriamente. Mas nós temos um cenário que a matriz energética brasileira pode ter 40 a 42% de combustíveis fósseis, o que é uma reversão preocupante. E isso está possível, na medida em que nós estamos com problemas de licitação e problemas de definição das nossas fontes hidroelétricas, estão, sim, tendo crescentes dificuldades de aproveitamento. E os aproveitamentos de Belo Monte e Madeira encontram resistência muito grande. O Ministério Público e algumas áreas estão colocando isso. Nós teremos problemas sérios a continuar essa resistência. Porque a alternativa vai ser gás natural e as fontes, essas fontes fósseis, que estão para responder no curto prazo, senão nós vamos ter outro apagão em cinco ou seis anos, quatro a seis anos nós teremos um outro problema sério. Então está colocado esse debate. E isso significa que nós temos que ter,

uma discussão como essa, Sr. Presidente, tem que incorporar o Ministério Público e o Poder Judiciário. É evidente que o Ministério Público são várias cabeças, mas é possível tratar, essas pessoas têm que saber o que é que está acontecendo no mundo. Eu sei que o Ministério Público toma decisões em cima das leis que nós votamos aqui, então nós temos que discutir o que é que essas leis, por exemplo, de licitação, licenciamento, que nós temos para enfrentar essa realidade. Nós não podemos partir para um processo anárquico e frouxo de licenciar a troco de qualquer iniciativa, mas também não dá para ficar criando óbice permanente a isso. Então há que se ter uma discussão com o Ministério Público nesse quadro.

Então, eu queria concluir, e me preocupa, porque também falou-se aqui, a mudança, e nossa grande fonte hidroelétrica, mais de 65%, é a região Norte. Os inventários da energia hidroelétrica é a região Norte. Com o agravamento dessa situação esse inventário tem que ser recalculado, ou ser redimensionado. O que é que nós poderemos pensar em termos de inventários e cenários para as nossas fontes hidroelétricas, com o agravamento dessa situação da mudança climática? É possível dizer que nós vamos ter que rever os cenários de nossa matriz energética, em particular nossa matriz elétrica, com a redução disponibilidade das fontes hídricas na região Norte?

O Presidente da ANEEL me falou há poucos dias numa reunião que tinha verificado que a série hidrológica dos rios sul estava aumentando a vazão. Mas eu acho que não dá para você tratar isso em cinco, seis anos. As séries históricas que estão sendo tratadas têm que ter... Para mim, um modelo matemático que trata disso, para reaplicar essas séries, ela tem que levar em consideração uma variedade muito grande disso. Então, o é que nós poderemos pensar em termos de mudanças de vazão das nossas fontes hídricas, que, no limite, vai implicar redução de nossa disponibilidade de hidroelétricas e, conseqüentemente, a necessidade de apelar ou para a nuclear, que é uma alternativa que nós poderemos ter colocada, ou para outras variantes de fontes renováveis que nós deveremos explorar.

Então, eu concluo, solicitando um comentário sobre isso. Se é plausível, ou faz sentido pensar que nós estamos encaminhando para alterar nossa matriz energética em função dessa realidade de redução e da savanização, digamos assim, da Amazônia e da redução dos nossos recursos hídricos.

E concluindo, Sr. Presidente, está claro que esse debate ele tem que ter como um dos objetivos um amplo programa de educação ambiental, em escala nacional e planetária. Se não tiver mudança de consciência de padrões de consumo e consciência do que está acontecendo,

é evidente que, por mais que se procurem técnicas, nós estaremos diante de um problema, que é um problema de cada um e de todo mundo, que é uma mudança de consciência no plano planetário, nacional e planetário. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado, Deputado Fernando Ferro, passo a palavra ao Deputado Rollemberg e, em seguida, ao Deputado Iran Barbosa, para concluirmos e recebermos a resposta do Dr. Eduardo, que vai se ausentar um pouco mais cedo da audiência. Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero cumprimentar esta Comissão, na figura dos dois palestrantes, pela qualidade das contribuições trazidas a esta Comissão. Quanto mais eu ouço, quanto mais eu leio sobre o tema, mais me interessa e mais me parece importante. Eu queria fazer duas perguntas apenas, uma para o Eduardo Assad e outra para o José Miguez. Primeiro é em relação à questão da cana-de-açúcar, do etanol. Esse debate está crescendo, tomou uma dimensão mundial em função da procura de Países europeus e dos Estados Unidos pelo etanol brasileiro, ao mesmo tempo, por declarações de Hugo Chávez, Fidel Castro, contra, preocupados com o fato da cana-de-açúcar ocupar áreas de produção de alimentos, e é claro que o Brasil, que dominou, desenvolveu e domina a tecnologia de produção do etanol a partir da cana-de-açúcar, tem nesse momento uma grande oportunidade. Uma grande oportunidade, que vem acompanhada de muitas preocupações e de alguns riscos. Sobre tudo, com a possibilidade do aumento pela procura de cana-de-açúcar, uma pressão sobre novas áreas de cerrado e de Floresta Amazônica. Ao mesmo tempo, nós temos aqui no Brasil uma grande quantidade de terras, de áreas de pastagens degradadas no nosso País. E sei que a EMBRAPA desenvolve tecnologias de integração lavoura-pecuária, o que poderia permitir que grande parte dessas áreas fossem utilizadas para a produção de biocombustíveis, consorciados com pastagens, sobretudo, soja e outros tipos. O que eu quero perguntar é o seguinte: Ao mesmo tempo, se a gente, através da pesquisa, conseguir aumentar os índices de sacarose da cana-de-açúcar, nós poderemos ter uma produção e uma maior quantidade de álcool por tonelada de cana, o que também diminuiria a pressão sobre novas áreas de fronteira agrícola para a produção do etanol. E também sei que a EMBRAPA envolve pesquisas para a produção de combustíveis a partir da palha da cana. Eu gostaria de saber, o estado da arte, hoje, na EMBRAPA, dessas três questões. Como estão as pesquisas com biotecnologia no

sentido de aumentar a produtividade de álcool por tonelada de cana, como estão as pesquisas para a produção de combustíveis a partir da palha da cana e se a tecnologia de integração lavoura-pecuária já poderia ser disseminada em grande escala no País e o que precisaria para isso.

Em relação ao José Miguez, tive a oportunidade de conversar recentemente, longamente, com o José Miguez, em relação a essa pressão que vem de fora e que ganha adeptos, com razões justificadas, aqui dentro, de que o Brasil deve reduzir as suas emissões. Eu acho que não há dúvida alguma que o Brasil deve reduzir as suas emissões. A questão que se coloca é: nós devemos reduzir as nossas emissões por decisão própria, por uma decisão de inteligência e de soberania nacional, ou se nós devemos reduzir nossas emissões por uma obrigação internacional. E aí, é claro que isso fica muito claro, porque, pelo fato de nossas emissões serem recentes, a nossa responsabilidade pelo aquecimento atual é muito pequena, o que também não nos desanima a procurar reduzir as nossas emissões.

Por outro lado, 75% das nossas emissões são provenientes das alterações de uso de solo, sobretudo, desmatamentos e queimadas. O que faria com que, se nós tivéssemos a competência de reduzir o desmatamento, nós estaríamos reduzindo significativamente nossas emissões, ao tempo que estaríamos preservando aquilo que o Dr. Eduardo considera a nossa maior riqueza nesse momento, que é a nossa biodiversidade. Ali, em algumas espécies do cerrado, poderão estar as soluções para muitos dos problemas, para buscar essas plantas resistentes a altas temperaturas, resistentes a estresse hídrico e tal. Eu pergunto: se nós, o Brasil for colocado no anexo um, nós perderemos a condição de, através de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, recebermos um aporte de recursos. Ao mesmo tempo, a gente sabe que se a próxima rodada do Protocolo de Kyoto, se definir que os Países têm que aumentar em muito as suas reduções, eles farão um esforço, terão que fazer um esforço para fazer a sua redução. Mas se o Brasil continuar na situação que está poderá ter um benefício maior ainda através dos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Eu pergunto: se o Brasil reduzir as suas emissões de forma soberana, sem estar obrigado por lei e sem estar obrigado pelo protocolo mundial, ele continuará, ele poderá continuar se utilizando do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, e com isso atraindo recursos e cumprindo a sua parte? É essa a pergunta que eu gostaria de fazer, parabenizando o Presidente e aos palestrantes por essas belíssimas apresentações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço ao Deputado Rodrigo Rollemberg. Passo a palavra ao Deputado Iran Barbosa, do PT de Sergipe.

DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE): Eu quero inicialmente, Sr. Presidente, cumprimentá-lo, cumprimentar os membros da Mesa, os colegas Congressistas, e dizer que a cada etapa de discussão que a gente produz aqui nesta Comissão a respeito do tema, nós vamos evidentemente aprofundando o caldo de informação acerca dessa problemática e isso vai elevando também o nível de preocupação que todos nós temos com o tema. Eu queria, especificamente sobre o que foi debatido hoje, aí na primeira questão, me direcionar ao Dr. Eduardo Assad, porque acho fundamental, entre muitas coisas, duas eu queria destacar da sua apresentação. Uma, o fato de chamar atenção de que há possibilidade de nós não chegarmos à construção desses cenários que V.S^a especificou aqui. Ou seja, se houver ação, se houver atuação da nossa parte, o cenário descrito, que é um cenário preocupante, ele poderá não ser real, poderá não ser construído. Isso eu acho fundamental para que nós possamos saber da importância da necessidade de atuação concreta nesse sentido.

Mas, outro aspecto que eu destacaria é exatamente do cenário descrito. Importante dizer que temos como fugir dele, mas importante mostrar, se não fugirmos, onde chegaremos. Porque as pessoas conseguem, a partir desses exemplos que foram lançados aqui, visualizar concretamente o que é a construção que está em andamento se não houver a reversão do cenário atual. Isso eu acho que instiga, estimula e desafia todos que têm esses dados a buscar alternativas.

Então, quero aqui dizer que esses dois aspectos são fundamentais. Cada momento em que nós temos acesso a informações como as que foram colocadas aqui, nós passamos a entender melhor o que é que no real, no dia-a-dia, no cotidiano da vida das pessoas e da economia do País e do mundo a gente vai sofrer com a alteração que está em andamento, se não houver reversão dela.

Nesse diapasão, eu queria fazer a seguinte questão: em relação especificamente ao Nordeste, que já é uma região, sabemos, castigada por problemas de ordem climática, e eu pergunto: que acúmulo a EMBRAPA já tem nessas projeções que foram feitas? Relativamente às regiões e, nas regiões, em relação aos Estados, e aí especificamente em relação a duas questões, uma, a disponibilidade de água, água para a dessedentação animal, para o abastecimento humano, e a segunda em relação às várias culturas econômicas

que nós temos ali na região, que efeitos produzem. Essa é uma questão.

A outra, que eu diria que vale para ambos, é o seguinte: está claro para todo mundo que o desafio do aquecimento global não pode ser tratado apenas, embora seja fundamental destacar isso, mas não apenas uma questão ambiental. A partir do momento que a gente percebe isso, fica claro que é necessário que a gente dê um tratamento a essa questão a partir da perspectiva e do desafio de construir um novo modelo de desenvolvimento. Porque nós sabemos que há uma causa para isso. E essa causa não é o acaso. Há uma construção histórica que foi feita e que o modelo de desenvolvimento que nós adotamos ele tem responsabilidade sobre isso. Muito bem. Então teremos que discutir isso e tentar construir um outro modelo. A pergunta é a seguinte: a partir daí então fica claro, no meu ponto de vista, a necessidade de nós adotarmos uma política mundial, mas uma política também nacional de mudanças climáticas. Como é que os senhores vêem essa perspectiva da construção dessa política e que aspectos destacariam como prioritários na formulação dessa política nacional de mudanças climáticas?

Era isso, Sr. Presidente, agradecer e já dizer que talvez não possa... Fiz a pergunta e talvez não possa nem ouvir até o final, porque tenho um compromisso no Palácio do Planalto daqui a pouco, vou ficar até o limite, porque tenho interesse em ouvir as respostas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Passamos a palavra ao Dr. Eduardo Assad. Deputado Luiz Carreira, apenas só para complementar.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (PFL-BA): Eu quero só complementar. Eu acho que as questões já foram bem amplas e abordam praticamente todos os temas que foram colocados. Apenas duas coisas, a posição do Brasil, hoje, é ter metas internas, ou se discute a possibilidade de ter metas externas também? E a outra, a questão do Nordeste, especificamente. Quer dizer, eu quando vi aquele mapa ali, me chamou atenção inclusive, porque algumas culturas não foram abordadas, tipo soja, por exemplo, naquele cenário praticamente está inviabilizada a cultura da soja na Bahia.

SR. EDUARDO DELGADO ASSAD: Todas as culturas naquele cenário.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (PFL-BA): No cenário de 5.8.

SR. EDUARDO DELGADO ASSAD: Isso.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (PFL-BA): Eram basicamente essas duas questões.

SR. EDUARDO DELGADO ASSAD: Eu vou tentar responder essas perguntas, de amplo espectro, [risos] mas eu acho que é interessante, o debate interessante e acho que o contraditório também, e é isso que faz a gente avançar. Recursos para pesquisa. Srs. Deputados, eu lamento, mas o Brasil está na contramão da história em termos de recursos para pesquisa. Eu sou obrigado a dizer isso. Nós estamos com recursos contingenciados, os fundos setoriais, os recursos não chegam à pesquisa, nós precisamos ampliar isso, porque nós temos, uma única empresa americana está investindo quinhentos milhões de reais numa única universidade para estudar o biodiesel. Quinhentos milhões de reais, é meia EMBRAPA... De dólares, perdão, é uma EMBRAPA inteira, e nós estamos discutindo se vamos investir cinco, dez, vinte milhões. A FAPESP esse ano está com um programa de investir trinta milhões, e o número que eu tenho na cabeça é o seguinte: é para valer? Então vamos botar duzentos e cinquenta milhões, para já, este ano, para começarmos algum projeto nessa linha. Porque exige tempo, exige esforço, exige estrutura. Por exemplo, nós precisamos colocar câmaras de crescimento em vários centros de pesquisa para simular essas temperaturas, para simular a seca, para ver até onde a planta aguenta, até onde não aguenta. Isso está precisando renovar, está precisando colocar coisa nova ali. Temos que botar gente, temos que botar Recursos Humanos nessa coisa. E está aí, nós estamos formando quatro, cinco, seis mil Doutores por ano. E esses Doutores estão ficando desempregados. Temos que absorver essas pessoas para colocar. Nós temos inteligência, temos capacidade, temos estrutura. Falta aquele sopro do recurso. Então a EMBRAPA hoje ela está mantida. Está o *status quo* dela. É a mesma coisa. Entra recurso para pesquisa, porque está entrando todos os anos, aumenta um pouquinho ali, aumenta um pouquinho acolá, mas não resolve. E não é só a EMBRAPA. É o sistema nacional de pesquisa agropecuária que precisa ser fortalecido. Então temos que pôr recursos, sim. Temos que pôr recursos no INPE, temos que pôr recursos na EMBRAPA, temos que pôr recursos no IAPAR, é lá que a gente vai ter condição de buscar essas soluções. É muito pouco o que nós estamos recebendo. Isso realmente... Eu imagino que com vocês aqui deve ser uma choradeira interminável com essa questão de recurso, mas eu não posso me furtar de falar isso. Porque é complicado. Eu botaria algo próximo de 250 milhões, para começar. E aí a gente faz um projeto, já tem plataformas estabelecidas, nessa rede nacional de pesquisa em mudanças climáticas, já existem plataformas estabelecidas, os cientistas já estão parando e pensando. E dando rumo: "olha, vamos nessa linha

aqui. Isso é mais rápido, e isso aqui é mais devagar”. Então vamos estabelecer isso e vamos em frente que a gente chegar lá.

Com relação à adaptabilidade, de novo, nós estamos iniciando. Até então, a maioria das pesquisas em melhoramento genético e biotecnologia eram dirigidas a plantas adaptadas a doenças. Pragas e doenças. Não é isso. Eu estou falando em planta adaptada a estresse ambiental. É outra conversa. É a segunda geração. A gente falava isso para alguns colegas que mexem muito com biotecnologia, “não, o que dá dinheiro é planta adaptada a doença”. Eu falei: “sim, mas o que vai salvar a gente é planta adaptada a estresse ambiental”. Isso demora, leva mais tempo, e aí é que a gente tem que investir. Nós estamos iniciando. Aquele resultado que eu mostrei para vocês é o primeiro. Tem seis anos que nós estamos com esses resultados. Já nos dois últimos anos começou-se a investir. Soja é mais rápido. Mas, e o café? São dez anos que eu preciso para fazer o melhoramento. E uma castanheira? Falou-se na Amazônia aqui. São vários anos. Então nós temos que começar a fazer prospecção de gen, começar a trabalhar com essas plantas todas, para poder identificar corretamente. O esforço e a adaptabilidade têm dois caminhos. Para as plantas que são mais rápidas, onde eu vou conseguir achar esse gen mais rápido, e aí o Nordeste tem uma contribuição fantástica, no caso do caupi, que é a *Vigna unguiculata*, porque ela consegue ter uma resistência maior, um ciclo menor e uma resistência maior, ao invés de eu ficar prospectando, neste primeiro momento... O cenário é o seguinte, a figura que a gente faz é a seguinte, o paciente está na UTI. Vamos tirar ele da UTI. Então, num primeiro momento, você busca essa planta, uma dessas plantas, que você já tem contraste genético, e acha esse gen e pode colocar no milho ou na soja para poder resolver. Isso é hipótese. Paralelo a isso, vamos trabalhar com as plantas nativas, onde nós temos essa identificação. E aí, Deputado Fernando Ferro, mil desculpas, eu tenho 40 anos de cerrado, eu quase nasci em Brasília, então toda a minha cultura é cerrado. Eu conheço isso aqui bastante. Então, além de ser um defensor disso aqui, acirrado, eu apresentei o que eu conheço mais. Mas o senhor está coberto de razão. As plantas na região nordestina têm também uma resistência muito maior. Os estudos que são feitos no Brasil e que foram pagos pelo PROBIO, do Ministério do Meio Ambiente, envolvem a cobertura vegetal, Nordeste, Centro-Oeste, Sul do Brasil e pantanal. Só com esses três componentes, Nordeste, Centro-Oeste e pantanal nós temos condições de fazer uma verdadeira farra em termos de prospecção de gen para identificar qualquer tipo tenho planta. Agora, é lento. Porque são plantas nati-

vas. Nós temos buscar contraste, temos que levar para laboratório, ver onde é que nós vamos entrar. Esse é um procedimento lento. Mas eu vou morrer defendendo esse procedimento. Porque eu acredito muito nele. É ele que vai nos dar... É difícil. Os melhoristas não gostam disso, não, porque é difícil. Não dá resultado em curto prazo. Mas, no longo prazo, em vinte, trinta, quarenta anos essas plantas vão ter muito mais resistência, elas estão aí há milhares de anos e já passaram por flutuações climáticas importantes. Mas o senhor tem razão. No Nordeste, eu me furtei de falar porque eu conheço muito menos do que o cerrado. Mas o senhor tem razão.

Com relação à salinização, o estudo da EMBRAPA é pequeno. É pouco. Ele não é muito grande. Quem tem uma experiência muito grande com relação à recuperação de áreas salinizadas é o DNOCS, o DNOCS fez um trabalho fantástico nessas áreas recuperando solos que foram salinizados com técnicas de gessagem. A EMBRAPA talvez, aí eu estou indo um pouco pelo conhecimento que eu tenho de programação de pesquisa, deve trabalhar com algumas plantas mais resistentes à salinização. É um problema importante. Mas ele não teria a escala tão grande que tem a seca. Então, numa prioridade, eu colocaria a resistência à seca maior do que a salinização. Eu sei que ela é grave. Mas, para começar, eu iria primeiro na seca.

Foi falado aqui na Amazônia. Se a gente já tem modelo de desenvolvimento. Sim. Já existem estudos importantes de sistemas agroflorestais. Se a gente for lá no IMPA, se a gente for no Museu Emilio Goeldi, se a gente for na EMBRAPA Amazônia Oriental, ou Ocidental, nós temos sistemas agroflorestais que já estão testados. Agora, olha que coisa interessante, eu vou entrar com o sistema agroflorestal, que é lento. Você tem que implementar essas florestas, fazer cultivos de agricultura entrelinha dessas plantas que são nativas. Então é um desenvolvimento mais lento. E aí a gente implementa imediatamente um programa de álcool. Etanol. Como é que fica isso? Isso vai me remeter a uma pergunta lá do Deputado Rollemberg, o cara não vai fazer o sistema agroflorestal. Ele vai aonde dá dinheiro. Aí, numa região como essa tem que ter incentivo. Tem que ter incentivo, tem que ter renda, tem que ter alguma coisa que remunere esse tipo de trabalho para o agricultor. A solução técnica existe. Existem vários sistemas agroflorestais, nós já fizemos esse levantamento na EMBRAPA e nas outras instituições e existem vários sistemas. Eu poderia listar alguns, mas envolve açaí, envolve castanha, enfim, das plantas iniciais que a EMBRAPA tem recomendado, tem pelo menos oito ou nove espécies madeiras que estão prontas,

com muda, com sistema de reprodução, prontas para serem incluídos num sistema como esse.

A caatinga, já respondi. Etanol. O etanol é um negócio interessante. É claro que se a gente trabalhar hoje... Existe um número aí que eu olho ele com muito cuidado. Outro dia o Prof. Cerqueira Leite escreveu que nós temos trezentos milhões de hectares de pastagens degradadas no Brasil. Está bem, podemos até ter. Mas desses trezentos milhões aí, várias estão em áreas protegidas. Não pode mexer. No cerrado brasileiro o número eu conheço, são quarenta e cinco a cinquenta milhões de hectares degradados, de pastagem. Dez milhões eu sei que estão no Rio Grande do Sul. E alguns estão no Nordeste, parte do Nordeste e na região Sudeste. Chegando aí com bom cálculo e podendo mexer é algo próximo de cem milhões de hectares e pasto que nós podemos mexer. Os outros cem milhões, porque não são trezentos, são duzentos milhões, os outros cem milhões nós não podemos mexer. É área de reserva. Não pode mexer. É lei. Essa Casa é que fez as leis. Então nós não podemos mexer. O número que eu tenho são esses. Dos quarenta milhões do cerrado, por exemplo, se nós fizermos uma integração lavoura-pecuária, e aí gostaria depois de até conversar um pouco melhor com Miguez, a lavoura pecuária é bom sistema de plantio direto, só que muito mais eficiente no sistema de seqüestro de carbono. Você já tem hoje essa integração em cima de soja, girassol e amendoim, que são plantas que podem atender ao biodiesel. Já é possível fazer isso. Só nessa brincadeira, nós introduziríamos na nossa agricultura oitenta milhões de toneladas de grãos, sem abrir um hectare de área nova. Nós podemos trabalhar nesse sentido. Essa é a grande vantagem do Brasil. Essa é a grande vantagem. Então fica a dúvida, e eu não vejo conflito nisso, entre a agricultura energética e a agricultura de grãos. Não vejo um grande conflito. Ele vai existir. Eu não vejo um grande conflito, porque nós temos espaço para poder fazer os dois. A questão é decidir onde e ter um mínimo de ordenamento territorial para fazer essas propostas. Aonde que eu produto produzir cana, aonde eu vou produzir biodiesel.

O etanol é uma boa solução. Acho fantástico. Sou um defensor da cana-de-açúcar. Eu acho que é uma planta fantástica. Inclusive a temperatura vai subir e ela vai passar. Ela é altamente resistente a isso tudo. Porém, quando eu trabalho com as florestas energéticas, que é a transformação de celulose em etanol, ou etanol em celulose, porque nós ainda estamos engatinhando. Os Países desenvolvidos estão enfiando um baba de dinheiro nos estudos de floresta energética. E o Brasil está engatinhando.

Então, quer dizer, vamos trabalhar com cana para melhorar o teor de sacarose, aumentar? Concorro. Mas eu, se fosse colocar prioridade, eu colocaria nas florestas energéticas. Porque meio, ou um quarto de hectare de floresta energética equivale a um hectare de cana. É muito mais eficiente. Só que a nossa tecnologia ainda está incipiente nesse aspecto. Então hoje, se eu fosse fazer algum balanceamento nisso, aumenta a sacarose? Aumenta. Mas eu atacaria nas florestas energéticas, que ainda dão opção para você fazer agricultura embaixo. Então, árvore e grão, por exemplo, você pode fazer em cima desses pastos degradados. Nós temos soluções fantásticas.

Bom, Deputado Iran, essa construção, o que é a construção em andamento se não houver mudança no cenário atual? É uma catástrofe. A agricultura brasileira vai ter no máximo 30% da pujança que ela tem hoje. No máximo. Se nada for feito. E mais fome. É isso. Agora, é possível reverter o quadro? Claro. Não fazemos aquele discurso alarmista, nada disso. É possível reverter o quadro. Fazendo todas essas questões. Eu não quis falar muito, mas duas regiões no Brasil me preocupam muito nesse quadro. Duas. Uma é o Rio Grande do Sul, outra é o Nordeste. Essas duas me preocupam demais. Porque nessas plantas exóticas, exóticas em relação ao que eles têm lá, nas simulações feitas, nenhuma delas sobrevivem. Nenhuma delas. E aí é aumentar o quadro de miséria. Então, o que é que nós temos que fazer? Já existe, por exemplo, um milho no Nordeste, lá em Sergipe, que um milho de ciclo curto, é o milho de cem dias. Esse milho consegue sobreviver à seca com alguma resistência e ele vai a três toneladas por hectare. Nós estamos apostando fundo nesse milho. Existe uma outra cultura bem resistente, que é o sorgo. O sorgo pode substituir o milho. Isso nessa primeira situação. Mas a gente começou a falar muito em sorgo em Pernambuco, está sendo um sucesso o plantio de sorgo em Pernambuco, muita gente plantando, aí um dia uma pessoa chegou para mim e disse: “tudo bem, vou plantar sorgo. Mas cadê o milho para fazer a pamonha de São João?” Os aspectos [risos] culturais começam a aparecer. Você não pode deixar de ter o milho. Então nós temos que trabalhar nas duas linhas. E o feijão caupi. Agora, nós temos uma infinidade de culturas que precisam ser melhor pesquisadas e que são base da alimentação do nordestino. É o cajá, a siriguela, o umbu... Tem várias frutas ali que são nativas e se adaptam. Nós estamos trabalhando com palma forrageira também, para dar opção para o rebanho. Então tudo isso está sendo feito. Talvez a gente consiga, com um pouquinho mais de dinheiro, ter resposta nuns cinco, dez anos, mas tudo isso está sendo feito, está sendo trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Quero agradecer ao Dr. Eduardo Assad, me permita, porque há votação nominal na Câmara, mas eu quero agradecer e passar a palavra ao Dr. Miguez, e quero dizer que nesse debate que a Comissão inicia agora a presença de vocês dois será sempre bem-vinda e solicitada, sem nenhuma cerimônia, porque é tema eixo e são profissionais que têm colaborado muito com o tema do aquecimento global. Passo a palavra ao Dr. Miguez, para, em seguida, encerrar a Sessão.

SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ: Eu vou tentar responder rapidamente, começando, ao contrário, para tentar responder.

Bom, métodos internos ou métodos externos? Deputado Luiz Carreira, eu acho que o Brasil deveria ter metas internas de desenvolvimento sustentado. Não de redução de emissão. Quer dizer, eu acho que o dilema não é redução de emissão. Nós não contribuímos com o problema, ainda é prematuro nós sermos chamados para combater o problema. Eu acho que nós podemos ajudar muito ao combate ao problema. Através de desenvolvimento de uma maneira sustentada, contribuindo através do MDL, através de exportação de álcool, de biodiesel. E eu acho que a gente pode contribuir muito para o mundo, mas tentando priorizar o desenvolvimento sustentável, não a redução de emissão.

Deputado Iran Barbosa. O cenário poderá não ser construído. Essa que é o resumo do que eu quis falar. Nós estamos trabalhando para não construir os cenários do IPCC. Mas tendo em mente que aquele cenário pode acontecer. Como as pessoas podem contribuir? Eu estava assistindo outro dia à entrevista do Diretor do PNUMA, Dr. Achim Steiner, ele falou que as pessoas podem contribuir de três maneiras: lâmpadas fluorescentes compactas, comprando madeira certificada e comprando veículos mais eficientes como o Toyota. Eu acho que essa é uma visão tecnológica de País desenvolvido. Que é pertinente. Agora, se você pensar num País pobre, a lâmpada fluorescente compacta custa vinte vezes mais do que uma lâmpada incandescente. Quer dizer, há renda para essa pessoa pobre comprar lâmpada fluorescente? Comprar madeira certificada, há problema de regulamentação ainda, a gente conhece o que é que acontece aqui no Brasil; veículos eficientes, eu acho que no Brasil o conselho seria comprar veículos que usam energia renovável, não veículos eficientes, porque, eficiência, nós estamos falando em aumentar um, dois por cento ao ano; usando energia renovável, nós estamos falando em emissão zero. Quer dizer, então é um outro modelo. Não é ambiental, é desenvolvimento. Desenvolvimento

sustentável. Eu acho que isso que é a diferença. Por que é que no Brasil esse tema de mudança do clima está sendo tratado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia? É exatamente por isso. Porque a gente enxerga o problema como problema de ciência, porque ainda há incerteza científica, e tecnologia, porque a tecnologia você tem que desenvolver tecnologia de adaptação e de mitigação para resolver o problema. Não é um problema ambiental. O problema ambiental é o problema último. Se você não fizer nada. Em 2100. Aí vai ter o problema ambiental sério. Mas nós vamos trabalhar para evitar esse problema último.

Política mundial, política nacional. De novo, o que é que seria a minha escolha pessoal, seria uma política nacional voluntária que incentivasse... Incentivos a desenvolvimento sustentável. Eu acho que o modelo de política que foi feito no Brasil e que é excelente do ponto de vista de combate à mudança do clima é o PROINFA. O que é que se fez no PROINFA? Não fez metas obrigatórias. Você simplesmente deu um incentivo para quem quisesse se candidatar teria uma compra de energia garantida. Há uma taxa maior. Há uma tarifa maior. Eu acho esse tipo de política que é o que nós devemos adotar em termos de mudança do clima. Políticas de incentivo, que criem incentivos a que os agentes trabalhem no sentido de diminuir a emissão. Foi o que nós fizemos no MDL. Se a gente pensar o que é que é o resultado do MDL do Protocolo de Kyoto, é isso. É uma política de incentivos que faz que toda a sociedade se mobilize para criar capacidade, criar formação. Eu acho que se hoje o Brasil tivesse meta obrigatória de redução, digamos, um por cento, que seja, uma coisa bem pequena, nós não temos capacidade de controle desse um por cento, nós não temos capacidade gerencial, não temos formação de capacidade humana. Quer dizer, por que é que eu acho que é prematuro? Por causa disso. Porque eu acho que você precisa de um tempo de transição de capacitação, nós já estamos trabalhando desde 94, treze anos, é pouco em adaptação, nós estamos começando agora, esses treze anos nós trabalhamos montando a instituição de mudança de clima no Brasil e sabendo onde nós estávamos. Nós não tínhamos idéia onde nós estávamos. E ao mesmo tempo formulando políticas internacionais, mas tentando construir onde nós estávamos. Agora, eu acho que o Prof. Assad definiu muito bem, a gente está num novo patamar, a gente já tem um certo nível de conhecimento, um certo nível de formação de pessoas no Brasil, podemos ir avançando. Mas eu acho que esse avanço tem que ser, como ele falou, com mais incentivo, com mais recurso. Falta recurso. Nós temos trabalhado historicamente desde 94 com recurso zero. Eu costumo falar, o esforço do

inventário brasileiro foi em grande parte, porque nós tínhamos recursos externos através do *Global Environment Facility*, mas em grande parte pelo entusiasmo de todas as pessoas que participaram. Da EMBRAPA, da CETESB, da FUNCAD, as pessoas deram muito mais de si e puseram muito mais horas de trabalho do que elas foram pagas para isso. Então foi um esforço muito mais voluntário do que em outra medida.

Deputado Rodrigo Rollemberg. Álcool. Eu costumo falar que se o Japão tivesse na lei, eles criaram uma lei usando 3%, e é a maior briga no Japão usar 3% de álcool. Se eles tivessem colocado 10%, o transporte individual no Japão representa 30% das emissões do Japão. Se eles botarem 10% de álcool eles cumprem com 3% da meta, que é a metade da meta de Kyoto. Sem fazer absolutamente nada, só comprando álcool do Brasil. Eles acabaram de comprar 30% da produção de uma usina, destilaria do Brasil. É a maneira mais fácil.

Então eu acho que vai haver uma pressão enorme de fora para dentro para ter essa solução, que é a solução de mínimos custos. Eu escutei outro dia uma entrevista de um produtor de álcool falando sobre a produção de milho no Estados Unidos, que ocupa uma área de trinta e cinco milhões de hectares, e ele estava falando que se o Brasil tivesse trinta e cinco milhões de hectares, e agora contra os cem milhões de hectares do Prof. Assad, dá para a gente dimensionar bem, o Brasil conseguiria produzir trezentos bilhões de litros. Isso multiplica por quinze vezes a capacidade de produção brasileira. Esse é o tipo de meta que eu defendo. Quer dizer, a gente aumentar a nossa contribuição internacional, mas não em termos de redução de emissão. Eu acho que seria o contrário. Mesmo setorial. Eu não acho que a contribuição setorial vai resolver.

A pressão de fora, o Deputado Rollemberg falou emissões, ganha crédito se reduzir as suas emissões, por decisão própria ou por obrigação internacional. Eu acho que nós não devemos ter internacional, pelo motivo ético que nós não contribuimos para o problema. Eu acho que nós temos que ter por decisão própria, porque, para nós, não nos convém desmatar a Amazônia. Para nós, não nos convém muitas das emissões que temos hoje. Por exemplo, emissão veicular, por veículos antigos que não têm eficiência energética. Eu acho que não convém. Então nós temos é que ter regulamentação no sentido de aumentar eficiência, de proibir algumas coisas, tipo veículos pesados que estão vindo, porque os Estados Unidos, eles não conseguem vender nos Estados Unidos e estão começando a vender aqui no Brasil. Transferindo esse tipo de tecnologia, que não beneficia em nada o Brasil. Você

está mudando a cultura de novo, a cultura de veículos pequenos para veículos pesados e enormes utilitários no transporte individual na cidade. Eu acho que isso não ajuda.

O Deputado Rodrigo Rollemberg falou que 75% das nossas emissões vêm do uso do solo. Eu queria só lembrar que é 75% não das nossas emissões, mas, sim, das emissões de CO₂. Isso em termos das emissões totais, usando esse fator de equivalência que nós não concordamos, daria da ordem de 54%, é menor. Por causa que o metano acaba tendo uma participação maior. E ele fala: temos que reduzir o desmatamento. O problema de reduzir desmatamento, ou de conservar floresta, como também foi falado, o problema é que a vulnerabilidade grande de Brasil, se os Países desenvolvidos continuarem emitindo por queima de combustíveis fósseis, os cenários altos do IPCC levam para mil ppmv e a floresta não sobrevive. Vai savanizar e vai virar semi-árido. Quer dizer, na verdade, o que nós temos que brigar é que haja um regime internacional que os Países desenvolvidos assumam a responsabilidade do que eles fizeram. Não a gente assumir a responsabilidade por eles. Eu acho que a gente está distorcendo o debate que foi sempre o debate brasileiro.

O Brasil, como parte do anexo um, o MDL vai receber aporte de recursos? Eu acho que não. O Brasil vai poder receber aporte de recursos na MDL se o Brasil for anexo um, desde que nossa meta seja frouxa. Seja uma meta que nem da Rússia, que eles já tinham reduzido as emissões para 70% e eles se propuseram a estabilizar em 100%. Então eles criaram o que internacionalmente o Greenpeace chamou de HotAir, um ar quente internacional. Que é uma brincadeira, porque eles não vão reduzir nada, eles vão é poder aumentar 30%. Eu acho que a gente, se for atender a uma meta nesse espírito, que é um blefe, teria que ser 50, 60% de aumento, que é defensável politicamente, internacional e internamente, eu acho que não. Então eu acho que temos que olhar com cuidado a definição de metas.

Deixa eu tentar resumir aqui. O Deputado Fernando Ferro, os Países mais afetados, nós somos e com menos peso militar e econômico. Eu acho que isso que é o grande problema da negociação internacional. Por isso que eu acho muito difícil assumir compromissos internacionais obrigatórios. Por quê? Primeiro, transferem o ônus para a gente, os Estados Unidos acham que a tecnologia vai resolver, então eles não se propõem a fazer nada, porque eles vão esperar a tecnologia para não ter custo. E o que é que acontece? Nós assumimos o ônus, eles aumentam as emissões e depois eles vão pedir o direito de emitir, porque eles chegaram antes.

Então eles estão querendo a política do [inaudível] que é “eu cheguei primeiro, eu tenho direito”. É o direito de herança. Eu tenho direito de emitir”. E eu acho que se a gente assumir compromissos, ou assumir cada vez mais MDL como a única forma do Brasil, a gente vai simplesmente corroborando essa noção do [inaudível], deles assumirem, cada vez emitirem mais e a gente tentar compensar a emissão deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Dr. Miguez, eu vou usar o privilégio de estar na Presidência da Comissão para lhe pedir a resposta sobre a taxa de carbono posteriormente e passar para a Comissão, porque nós temos a votação nominal e os Deputados têm que se movimentar.

SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ: Eu já estou chegando a isso. Então a última era exatamente isso, crédito de carbono, CVM. O crédito de carbono CVM está em confusão, e eu acho que é uma mistura de duas coisas. Uma coisa são os derivativos que estão sendo criados em cima das unidades de redução de emissão, o que é chamado crédito de carbono. Estão sendo criadas opções de compra, outras unidades que são feitas aqui no Brasil, BM&F, a CVM, é o foro dela e ela pode regulamentar isso. Agora, o MDL, na verdade, é uma unidade que é criada em Bonn, onde é a sede do secretariado da convenção, a CVM não tem como regulamentar isso, a regulamentação do crédito de carbono no MDL é feita pelo Protocolo de Kyoto, pelas conferências, a CVM não tem como fazer isso. Então eu acho que essa confusão é em parte pelo desconhecimento. E eles estão misturando as unidades, porque eles falam “não, as ADRs das empresas brasileiras na Bolsa de Nova Iorque nós regulamos. Claro, porque o título é um título brasileiro. Agora, a unidade de crédito de carbono do MDL não é título, é uma unidade num banco de dados em Bonn, que ela não tem nenhuma ingerência, nenhum controle. Então acho que há uma confusão sobre isso. A taxa de carbono seria uma ótima solução, mas primeiro os Estados Unidos não aceitam. Então ela nunca foi discutida na convenção nem no protocolo porque os Estados Unidos não aceitam. E o problema da taxa de carbono, ela é defendida pela União Européia basicamente, é que ela acaba sendo uma taxa tipo o IPI, que você aplica horizontalmente, é um percentual sobre carbono, afeta o pobre e o rico.

Então, tem que olhar, a União Européia está defendendo, por exemplo, na aviação. Na aviação. Na União Européia seria razoável, porque é um tipo de consumo de uma classe alta. Agora, você afeta, por exemplo, se você aplicar isso em todos os aviões de todo o mundo, você afeta todos os Países em desenvolvimento que estão tendo que viajar a serviço. Eles

vão ter que pagar um custo adicional. Então essa discussão, todos os problemas são difíceis, nós temos que olhar com cuidado. Eu acho que o maior problema da mudança do clima é que ele muda a maneira de pensar. O problema é de intergerações. Então, o que eu estou fazendo hoje vai afetar várias gerações futuras, e o que eu estou sofrendo hoje é resultado de gerações passadas, que fizeram e eu não tenho como corrigir. E os Governos estão preocupados com o curto prazo. Quatro, cinco, seis anos, depende do País. Então esse dilema, como é que você lida com muito longo prazo, cem anos, com Governos que estão olhando, focados com recursos do curto prazo, que o benefício não vai estar dentro do período do Governo, é que é a dificuldade. Eu acho que temos que dar maior prioridade à mudança do clima. Eu acho isso, que falta orçamento, falta institucionalização, esse não é um problema que o Ministério do Planejamento, por exemplo, tenha atacado historicamente. Ele tem deixado a o problema do aquecimento global, de mudança do clima de uma maneira espontânea dos Ministérios, não existe uma organicidade no Governo para atacar o problema. E eu acho que faltam recursos. Nós temos trabalhado muito mais no voluntarismo de pessoas, que no início cabiam numa Kombi, como foi dito outro dia no Rio, mas que hoje já deve estar aí por volta de milhares de pessoas, que são abnegadas, que gostam do tema e estão trabalhando dia e noite em cima do tema. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Quero agradecer ao senhor. Nada mais havendo a tratar, encerro a presente Sessão, convocando reunião da Comissão para a visita que faremos ao Estado do Pará, em Belém, no dia 7 de maio, ou Reunião Extraordinária nesse período intermediário. Está encerrada a Sessão. – Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente.

Sessão encerrada às 17h44.

ATA DA 7ª REUNIÃO – REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2007

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião de 2007, Administrativa, da Comissão Mista Especial “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, criada pelo Ato nº. 01, de 2007, “destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”, realizada em 26 de Abril de 2007, quinta-feira, às 10h, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa. Justificaram suas ausências os Deputados Eduardo Gomes, o Senador Fernando Collor e o Senador Romeu Tuma, que estavam em Missão oficial fora desta Capital.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão: **Deputado Rodrigo Rollem-**

berg (Bloco PSB-DF) – *Presidente Eventual*, **Senador Renato Casagrande** (PSB-ES) – *Relator*, **Senador Inácio Arruda** (PCdoB-CE), **Senador Jefferson Péres** (PDT-AM), **Senador Delcídio Amaral** (PT-MS), **Senador Arthur Virgílio** (PSDB-AM), **Senador Eduardo Azeredo** (PSDB-MG), **Senador Valter Pereira** (PMDB-MS), **Senadora Fátima Cleide** (PT-RO), **Deputado Dr. Adilson Soares** (PR-RJ), **Deputado Iran Barbosa** (Bloco PT-SE), **Deputada Rebecca Garcia** (PP-AM), **Deputado Luiz Carreira** (PFL-BA), **Deputado Sebastião Bala Rocha** (PDT-AP). – Deputado **Rodrigo Rollemberg**, Presidente.

7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA PELO ATO nº 01, de 2007, “DESTINADA A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL”, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2007, ÀS 11 HORAS E 01 MINUTO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do ato conjunto 001/2007 do Congresso Nacional, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. Esclareço que a pauta dessa reunião administrativa destina-se à apreciação e votação dos requerimentos 14, 15 e 16 dessa Comissão, constante na planilha entregue aos Srs. Parlamentares. A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. A colocó em votação propondo a competência de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Passo a palavra ao Sr. Relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Sra. Deputada, temos três requerimentos na pauta, Sr. Presidente, eu sugiro que a gente possa ler os três requerimentos e V.Ex^a. colocar em votação em bloco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Pois não, pode fazer a leitura.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O primeiro Requerimento é solicitando... Do Senador Fernando Collor, solicitando um representante do Ministério das Relações Exteriores e um representante do Ministério do Meio Ambiente para que façam presentes e acompanhe todas as reuniões e audiências do trabalho dessa Comissão Mista especial.

O segundo Requerimento é do Deputado Eduardo Gomes, Presidente dessa Comissão, que solicita a tradução e publicação dos sumários executivos para elaboradores de políticas de desenvolvimento pelos grupos de trabalho 1 e 2 do I P C divulgados em Paris no dia 2/2/2007, e no dia 6/4/2007 em Bruxelas, respectivamente.

E um terceiro Requerimento de autoria de V.Ex^a., que solicita autorização para representar Comissão Mista de Mudanças Climáticas no seminário promovido pelo jornal Valor Econômico, em São Paulo no dia 9 de maio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Se alguém... Alguém quiser se pronunciar, estão abertas as inscrições. Ninguém querendo se pronunciar, eu vou colocar em votação em bloco, os requerimentos de nº. 14, 15 e 16. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Estão aprovados os três requerimentos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, só para lembrar que nós temos no dia 7 de maio a visita a Belém. A visita consta de um... Uma visita ao Museu Emílio Goeldi na parte da manhã, segunda-feira. E à tarde, a partir das 2:30... 14:30 no mesmo local no Museu Emílio Goeldi, nós teremos uma Audiência Pública envolvendo as entidades e órgãos públicos do Estado do Pará e de outros Estados vizinhos que estão sendo convidados. Gostaríamos de contar com a participação da Deputada e da sua participação nesse dia, e os demais membros da Comissão nesse dia 7.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião. – Deputado **Rodrigo Rollemberg**, Presidente.

Sessão encerrada às 11h04.

ATA DA 8ª REUNIÃO – REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2007

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, criada pelo Ato nº. 01, de 2007, “destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”, realizada em 07 de maio de 2007, segunda-feira, às 14h30, na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, destinada à debater o tema Aquecimento Global: diagnósticos e perspectivas para o Brasil. Convidados palestrantes: Dr. Sandro Lemanche, da Secretaria de Estado de Agricultura; Dr. Valmir Gabriel Ortega, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente; Dr. Roberto Araújo, do Museu Paraense Emílio Goeldi; Dr. Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; Profº Dr. Everaldo Barreiros de Souza, da Universidade Federal do Pará; Dr. Cláudio José Reis de Carvalho, da EMBRAPA – Amazônia Oriental; Dr. Guilherme Carvalho, do Fórum da Amazônia Oriental; Dr. Ubiratan Cazetta, Procurador da República.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão: **Deputado Eduardo**

Gomes (PSDB-TO) – Presidente, Senador Renato Casagrande (PSB-ES) – Relator, Deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), Deputado Rodrigo Rollemberg (Bloco PSB-DF).

Estiveram ainda presentes os Srs. Senadores e Deputados não membros da Comissão: Deputados Federais Paulo Rocha, Nilson Pinto e Lira Maia; e o Senador José Nery. – Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente.

8ª REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA PELO ATO Nº 01, DE 2007, “DESTINADA A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL”, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2007, ÀS 15 HORAS E 25 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Boa tarde a todos. Queria em nome da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional agradecer a acolhida da Assembléia Legislativa do Pará, através dos seus Deputados Estaduais, do conjunto da Casa, o Deputado Domingos Juvenil, o Deputado Estadual Cássio Andrade que preside Comissão semelhante nessa Casa de leis, o Deputado Estadual Parsifal Pontes, o Deputado Estadual Joaquim Passarinho, amigo já de longas datas. É um prazer estar aqui. Deputado Estadual Airton Faleiro, a Deputada Estadual Ana Cunha, o Deputado Estadual Arnaldo Jordy. Quero agradecer também e registrar com satisfação a presença do Deputado Nilson Pinto, Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Joaquim Lira Maia, Srª. Silva Santos, Secretária Municipal de Meio Ambiente da cidade de Belém, que representa neste ato o Prefeito Municipal de Belém, o nosso Relator da Comissão Especial, Senador Renato Casagrande, Senador do PSB do Espírito Santo, o Deputado Rodrigo Rollemberg, do PSB do Distrito Federal, Deputado Federal, o Deputado Federal Augusto Carvalho do PPS do Distrito Federal.

Quero no início fazer desta reunião da Comissão, conforme seu objetivo de interagir e discutir a Política Nacional de Mudanças Climáticas, agradecer a presença dos representantes de Organizações Não-Governamentais, vejo aqui o Moutinho, e a presença de todos aqueles que assistem essa reunião. Faço um primeiro registro de pesar e é importante que se diga que a Câmara dos Deputados hoje está em luto oficial por consequência do falecimento do Deputado Enéas Carneiro, Deputado do PRONA, do Estado de São Paulo, que faleceu na tarde de ontem. Fica aqui registrado o nosso pesar à família e seus eleitores, e

como é de praxe, havendo número regimental eu declaro aberta a 8º Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do ato conjunto 001/2007 do Congresso Nacional, da Comissão destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que essa Audiência Pública destina-se a discutir o tema do aquecimento global, e analisar o que pode ser feito no Brasil, verificando o avanço da fronteira agrícola e o desmatamento. Tanto diagnóstico como medidas de controle assim como as alternativas para o desenvolvimento econômico e sustentável da região.

Aproveito para agradecer a excelentíssima Governadora, Srª. Ana Júlia Carepa, e o excelentíssimo Deputado Domingos Juvenil, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, e o excelentíssimo Sr. Deputado Cássio Andrade, Presidente da Comissão Temporária de Mudanças Climáticas da Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Pelo apoio oferecido a essa Comissão sem a qual não seria possível realizarmos este evento.

Passo a palavra iniciando os nossos trabalhos ao Deputado Estadual Cássio Andrade, Presidente da Comissão Temporária de Mudanças Climáticas da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, para as suas considerações iniciais, ao passo que agradeço também a toda a Diretoria, funcionários, do Museu Emílio Goeldi pela receptividade que tivemos esta manhã e por constatar a eficiência e a dedicação dos profissionais dessa importante instituição e levamos daqui a consciência firme de apoio às suas iniciativas no que tange a responsabilidade do Congresso Nacional de elaborar um orçamento que contemple como medida importante para o nosso País às ações de instituições da credibilidade da importância como é o Museu Emílio Goeldi através da sua diretora, dos seus funcionários, em nome dessa Comissão registro essa gratidão. Passo a palavra ao Deputado Cássio Andrade.

DEPUTADO CÁSSIO ANDRADE (PSB-PA):

Primeiramente gostaria de agradecer em nome do Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, Deputado Eduardo Gomes, quero saudar toda a Mesa em seu nome. Saudar a todos os convidados e convidadas que se fazem presentes, Deputados, autoridades, secretários, a imprensa também está se fazendo presente. Quero primeiramente demonstrar a minha satisfação e a minha gratidão por esse dia tão especial e importante para o Estado do Pará, porque a Comissão que foi criada no Congresso, está Comissão mista está fazendo sua primeira Audiência Pública e foi feita na cidade mais importante da região norte. E é com gratidão que eu quero saudar a

todos os Deputados presentes. E quero dizer nesse ato que o Pará é um Estado continental, um Estado que tem muito a contribuir no debate sobre o avanço e o aumento do aquecimento global do nosso País. Porque, hoje, nós temos que enfrentar fatos que ocorrem nesse Estado e que os seus governantes têm um papel fundamental no impedimento desses atos. Hoje o Brasil, em geral, é o quarto País que mais contribui com o aquecimento global em todo mundo. Nós emitimos de 200 a 300 milhões de toneladas de gás carbônico todos os anos e o Pará contribui fortemente para essa emissão. Seja através dos desmatamentos, seja através das nossas queimadas, muitas delas feitas de forma ilegal no nosso Estado, e principalmente para abastecer boa parte, para abastecer no desmatamento as usinas que são fonte de renda e de produção no sul do Pará pela região no entorno da cidade de Marabá. Nós sabemos, Deputado, que essa região é uma região que tem uma demanda muito grande por carvão e hoje esse carvão que é feito para essas usinas, cerca de 50% da sua produção é retirada de forma ilegal. E isso ocorre no segundo maior Estado do nosso País. Isso ocorre num Estado onde os seus governantes historicamente e a sua população nunca enfrentaram de frente o debate sobre o meio ambiente. Mesmo porque apesar de nós vivermos num Estado imenso, onde a biodiversidade é uma das maiores do planeta, nós vivemos num Estado onde a nossa população não tem a cultura de debater o meio ambiente. Cultura essa que está sendo posta em debate, será um desafio não só para os nossos governos, mas também para as entidades e para a população em geral. E hoje, esse passo importante que a Comissão está fazendo aqui na nossa capital, na Assembléia Legislativa, é importantíssimo. E eu espero que, ao final, a Comissão retorne a Brasília, leve propostas, conheçam os problemas do nosso Estado, e vejamos de que forma nós possamos contribuir também para o avanço desse debate.

Eu, seguindo uma orientação do nosso companheiro Líder do Senado, Líder nosso do PSB no Senado, Senador Renato Casagrande, também apresentei aqui na Assembléia Legislativa a criação de uma Comissão temporária para debater o assunto que tanto está na pauta da mídia mundial e nacional, que é o aquecimento global.

Então, eu espero que essa Comissão que ainda não foi composta, venha a contribuir e que no final do seu Relatório seja enviado à Comissão em Brasília das problemáticas do Estado do Pará e de que forma o Pará pode contribuir para que o avanço das nossas queimadas, do nosso desmatamento que tanto contribui para o aquecimento global venham a contribuir para que sejam diminuído.

Então eu quero aqui de antemão agradecer a presença de todos, para mim é uma honra e um orgulho principalmente terem companheiros do PSB, Senador Renato Casagrande, Deputado Rodrigo Rollemberg, V.Ex^a como Presidente desta tão importante Comissão, eu agradeço a presença de todos e espero no meu humilde mandato estar contribuindo para que a Comissão de Brasília possa, no final, ajudar o nosso País e conseqüentemente o mundo para a diminuição da emissão de gases carbônicos. Então eu quero agradecer a todos e a todas presentes em especial ao Presidente da Comissão pelas vindas aqui primeira cidade a sediar essa Audiência Pública. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Passo a palavra para uma breve saudação, Deputado Nilson Pinto, Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.

DEPUTADO NILSON PINTO (PSDB-PA): Obrigado, meu caro Eduardo. Eu quero em seu nome e em nome do Senador Renato Casagrande, saudar a Mesa, quero saudar os Deputados Federais aqui presentes, dirigentes de instituições, representantes de organizações, a todos os participantes. Eu serei breve. Eu tenho uma enorme alegria, Eduardo, de estar aqui hoje como paraense, não apenas como Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara para saudar a presença em solo paraense da Comissão Mista do Congresso Nacional que trata do aquecimento global. É uma honra, é um privilégio, mais do que isso, é uma oportunidade que essa Comissão tem e eu espero que seja muito bem aproveitada porque as cabeças que são aqui são muito representativas para recolher contribuições para o trabalho que eu sei importantíssimo que a Comissão tem que fazer. A Comissão tem que dar respostas legislativas para orientar o País a se preparar melhor para enfrentar o drama do aquecimento global. Eu quero muito brevemente salientar que já que nós estamos no Pará, o Pará é certamente de todos os Estados da União, aquele que mais foi influenciado do ponto de vista ambiental pelas políticas federais de desenvolvimento. Quando nós hoje de manhã ouvimos lá no Museu Goeldi que são várias Amazonas do ponto de vista de formação geológica, do ponto de vista de estilo de desenvolvimento, eu só faço paralelo o Pará e Amazonas.

Enquanto o Estado do Amazonas teve o seu desenvolvimento calcado na instalação de uma Zona Franca, consumidora de incentivos fiscais, mas que concentrou a população na capital, praticamente esvaziou o interior do Estado do Amazonas e com isso praticamente preservou a floresta, aqui no Pará o modelo foi diferente. Aqui se incentivou a extração

de recursos naturais, se incentivou a exploração das nossas riquezas, e boa parte que nós temos hoje é de desmatamento, de devastação é consequência de um Projeto programado, um Projeto de desenvolvimento com estilo próprio planejado pelo Governo Federal. Esse Projeto avançou, se consolidou em algumas partes, agora não tem retrocesso. Ele tem que ser consolidado de forma sustentável. E esse é o nosso grande desafio. Não basta dizer vamos fechar tudo. Temos que trabalhar o que temos aí, colocar no caminho da sustentabilidade e com isso prover as populações que aqui moram, sete milhões de paraenses das condições necessárias para viver com dignidade. Eu tenho certeza, Senador, que aqui a experiência desses pesquisadores, desses militantes do movimento ambientalista, dos conhecedores da região. Eu tenho certeza vai enriquecer bastante o trabalho da Comissão e o seu Relatório vai ser muito enriquecido para realmente contribuir para o Brasil, contribuir para o Pará e a Amazônia, e para o mundo porque nós estamos discutindo enfim a sorte desse nosso mundo que é um só para todos. Obrigado, sucesso ao trabalho da Comissão e bom trabalho para todos os participantes dessa nossa tarde de hoje. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Dando sentido prático à nossa reunião a partir de agora, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Renato Casagrande, Relator da Comissão, que irá fazer o convite aos palestrantes dessa primeira etapa da Audiência Pública. Portanto, com prazer que passo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o Presidente Eduardo Gomes, Deputado Eduardo Gomes, cumprimentar o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Deputado Nilson Pinto, cumprimentar Rodrigo Rollemberg, cumprimentar Augusto Carvalho, nosso Deputado, e cumprimentar o Lira Maia, Deputado Federal, cumprimentar o Cássio, Deputado Estadual, e em nome do Cássio cumprimentar todos os Deputados Estaduais aqui presentes, nossa Deputada Ana, e transmita o agradecimento ao Presidente Domingos Juvenil também em meu nome junto com o Presidente Eduardo Gomes pela cessão do espaço e a participação de vocês aqui nessa Audiência Pública. Nós estamos fazendo a 1ª Audiência Pública no Pará. Então, isso a Audiência Pública da Comissão Mista, Câmara e Senado, aqui em Belém do Pará. Por uma razão muito óbvia, e simbólica. É óbvia e é simbólica. É óbvia porque pela importância do Pará. Pelo tamanho, pela dimensão geográfica, e pela importância econômica e importância ambiental

do Estado do Pará. Estado com uma área ainda com a cobertura florestal significativa, mas também um Estado com muitos focos de problemas do avanço do desmatamento. E o Estado que tem instituições como a que nós visitamos hoje na parte da manhã, que é o Museu Emílio Goeldi e que tem diversas entidades da sociedade, que trabalham, nós vamos ouvi-las aqui hoje, que trabalham pesquisando, levantando, fiscalizando, propondo. Então nós viemos aqui aprender porque vocês têm muito que nos repassar em termos de informações, de Projeto, e eu como Relator-Geral, a nossa Comissão está aqui, nós temos que compor um Relatório que extrapole o diagnóstico. O diagnóstico a gente vai na internet, lê e pronto.

Então, nós temos que ter propostas concretas para a sociedade brasileira com relação a este tema. Tema de mudanças climáticas. E se o tema de mudanças climáticas no Brasil, o ponto mais importante dentro desse tema é o uso do solo, uso inadequado, desmatamento e queimada especialmente, debater isso aqui neste bioma é fundamental para nós. Não é só a Floresta Amazônica. O cerrado tem o mesmo nível de destruição, quase, da Floresta Amazônica. Mas, gostemos ou não gostemos, a vitrine do Brasil é esta região. Concordemos ou não concordemos, vocês são... Vocês que moram aqui, que militam aqui, que trabalham aqui, e nós brasileiros sabemos que esta é a região mais visível do Brasil. Tanto pela parte positiva, como pela parte negativa.

Então é importante que nós possamos conhecer um pouco mais e levar para o nosso Relatório, a nossa equipe técnica que está aqui levarmos o Projeto, as propostas, o que vocês já têm de conhecimento e o que a gente pode fazer para ajudar a achar o caminho de se estancar o desmatamento ilegal, a exploração ilegal de madeira e ao mesmo tempo buscarmos um desenvolvimento que permita que as pessoas possam sobreviver morando aqui nesta região.

Então para nós darmos início, nós vamos ter duas Mesas, a primeira Mesa nós vamos contar com a colaboração do Dr. Valmir Ortega, que é Secretário de Estado do Meio Ambiente, aqui também está representando nossa Governadora Ana Júlia. Podia chamá-la para Mesa, não é Valmir? Nós vamos ter 10 minutos cada um de apresentação. [palmas] Também nessa primeira etapa também o Dr. Roberto Araújo, representando o museu... Então já poderia também se dirigir aqui para a Mesa. [palmas] Dr. Paulo Moutinho, representando o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Eu gostaria também que já pudesse participar junto conosco aqui.

Então, depois nós vamos ter uma outra parte. Essa parte é uma parte... Essa primeira Mesa o tema

geral, lógico que não vamos ficar presos a isso, mas é o avanço da fronteira agrícola e o desmatamento, diagnóstico e medidas de controle, e a segunda Mesa são as alternativas para o desenvolvimento sustentável da região.

Então, vamos... A referência são 10 minutos. Contando com a nossa flexibilidade, naturalmente.

Então, vamos por ordem de chamada. Vamos passar a palavra para o nosso Secretário de Estado de Meio Ambiente, aqui representando a nossa Governadora Ana Júlia. Então, Dr. Valmir com a palavra.

SR. VALMIR ORTEGA: Boa tarde a todos e a todas. Na pessoa do Senador Renato Casagrande, Presidente desta Mesa, Deputado Eduardo, cumprimentar todos da Mesa, Deputados presentes, aos nossos Deputados Estaduais. Parabenizar a Comissão por ter escolhido o Estado do Pará e o Município de Belém para essa primeira Audiência Pública, acho que o que o Senador Renato Casagrande destacou é real, o Pará tem um peso na Região Amazônica tem um peso significativo, seja porque aqui nós temos os maiores problemas do ponto de vista dessa pressão do desmatamento, etc, mas também temos aqui na região um patrimônio em termos de unidade de conservação, de terras indígenas e de recursos naturais protegidos bastante significativos. Então se temos problemas, se temos passivos, se temos também ativos construídos por políticas públicas federais, por políticas públicas estaduais, por um conjunto de acúmulos das últimas décadas. Agora, no que compete ao tema dessa Mesa e desse primeiro momento, Senador Casagrande, primeiro colocar o Governo do Estado e a Secretaria de Estado e de Meio Ambiente à disposição da Comissão. O tempo hoje aqui é curto, então é mais uma contribuição refletindo sobre os principais problemas que afetam o tema proposto para Mesa, mas para além disso colocar a Secretaria Estadual de Meio Ambiente à disposição da Comissão para quaisquer dados, informações, detalhamento naquilo que nós poderemos contribuir na elaboração do laboratório, remeter dados para que a Comissão possa ter um Relatório bastante consistente sobre a realidade do Pará, sobre a realidade do nosso Estado. Os órgãos do Governo do Estado, mas, sobretudo, a Secretaria de Meio ambiente está completamente à disposição da Comissão. Iniciando então um pouco da nossa discussão, nós enfrentamos hoje um momento que é bastante simbólico do conjunto de problemas que o nosso Estado vive. Nós estamos hoje no meio de uma crise florestal bastante significativa, o setor florestal do Estado extremamente ansioso quanto ao seu... As condições do seu funcionamento no curto prazo, para a safra de madeira de 2007, 2008, estamos vivendo

um debate bastante forte sobre a situação das indústrias de ferro-gusa do nosso chamado pólo guseiro da região de Carajás como foi exposto inicialmente pelo Deputado Cássio, um passivo acumulado de anos, e décadas, de um ponto de vista de pólo industrial siderúrgico que se desenvolveu sem fontes de suprimento de carvão vegetal que fossem legais e, portanto, hoje acumulando um passivo, mas por outro lado gerando emprego e renda para dezenas e milhares de famílias daquela região. Portanto, não é uma equação simples de se resolver. Não é uma equação fácil de se resolver. E o histórico que nós... E esses dois elementos, a crise madeira que nós vivemos hoje e esse elemento do pólo siderúrgico, do pólo de ferro-gusa é exemplar do acúmulo de crises que nós vivemos nesse período porque ele representa bem a encruzilhada que nós vivemos. Ou seja, nós temos um processo de ocupação da Região Amazônica, sobretudo, aqui na região do Estado do Pará, impulsionado por um modelo de desenvolvimento das últimas décadas que todos nós temos forte lembrança dele do esforço para integrar a Região Amazônica no território nacional, o esforço para ocupar essas terras do ponto de vista de modelo baseado em formas de produção que não eram as mais adequadas para a região como a nossa com uma densa floresta equatorial, e isso fez com que nós tivéssemos nessas últimas décadas um forte processo migratório para a região, tivéssemos um processo de avanço da fronteira agrícola bastante desordenado, afetado por alguns elementos significativos. Um deles a disputa pela terra. Nós temos ainda na nossa região ao maior parte das terras sendo terras públicas, sem uma titulação definitiva por uma situação fundiária extremamente fragilizada, por uma indefinição ao longo das décadas da titulação e da efetivação dessas posses em títulos definitivos. Portanto isso agravando a disputa pela terra, agravando a disputa pela ocupação do território, com todo um ciclo de violência associado a essa disputa pela terra, e, além disso, a disputa pelos recursos naturais. Quer dizer, o que nós assistimos dos índices de desmatamento nas últimas décadas refletem como nessa região se avançou à disputa pelos recursos naturais a partir do desenvolvimento da indústria madeira. Uma parte dela tentando se estruturar em bases legais a partir de modelos de negócios obviamente sustentáveis, sobretudo, nos últimos anos, mas a grande maioria baseada no modelo de negócio em terra pública, com ocupação irregular, alimentando e retroalimentando o processo de grilagem de terra na região e ocupação desordenada no nosso território. Portanto uma associação entre a disputa pela terra, a disputa pela ocupação do espaço com processo de desmatamento que alimenta e

retroalimenta esse processo. Isso, portanto, acumulando um passivo em termos de violência no campo, de ocupação desordenada da terra, de destruição dos nossos recursos naturais muito significativos. E obviamente com enorme efeito sobre a contribuição para emissão de carbono, quer dizer, o desmatamento hoje no Brasil é sem dúvida o maior emissor de carbono, e isso coloca o Brasil agora no momento em que se inicia a rodada para a revisão ou para atualização do Protocolo de Kyoto, para nova rodada pós Protocolo de Kyoto, coloca o Brasil em posição de fragilidade. Porque se até hoje nós éramos indicados como um dos Países que poderia fortemente contribuir para a solução da crise de mudanças climáticas por conta de manter ainda grandes remanescentes florestais é bem provável que essa nova rodada para a sucessão do Protocolo de Kyoto o Brasil possa parecer como um vilão no sentido de que também é um grande emissor de dióxido de carbono e, portanto, tem aí talvez uma conta a pagar que nós venhamos a ser pressionado nesse novo momento, nessa nova rodada.

No caso nosso do Estado do Pará, quais são nossos grandes desafios, em que medida esses desafios dialogam com essa agenda para a redução das emissões ou para a minimização dos danos relacionados a mudanças climáticas?

Primeiro que nós precisamos redesenhar o modelo de desenvolvimento para a região. Esse é um grande esforço da sociedade paraense, é um grande esforço do atual Governo, esse é um debate permanente aqui no Estado, de como encontrar um caminho que diferencie do que foi um passado de atividades de degradação e ocupação desordenada. Esse caminho hoje passa obrigatoriamente por um esforço muito grande de regularização fundiária e ordenamento territorial, é impensável que nós possamos avançar significativamente para o novo modelo de desenvolvimento desse Estado que não passe pela regularização das terras, que não passe pela destinação das terras públicas, que não passe pelo uso adequado dos nossos recursos naturais. Nisso nós tivemos um grande avanço no ano passado, a partir da Lei de Gestão de Florestas Públicas aprovada pelo Congresso, a Lei de Gestão de Florestas Públicas foi um marco fundamental porque a indefinição dos marcos legais do ponto de vista de como se fazer o uso da floresta, de como manter a floresta pública e manter a floresta foi um dos motores que nessa lacuna, nesse vazio de legalidade se avançou à atividade ilegal de exploração madeireira. Portanto hoje, finalmente, nós temos um marco legal que permite imaginar a possibilidade e no caso aqui mais do que a possibilidade, a necessidade de estruturar um setor florestal forte, uma economia florestal

dinâmica, assentada no marco legal que dê segurança para as comunidades que vivem nessa região, que dê segurança para o setor empresarial que queira investir de forma conseqüente no desenvolvimento florestal e que dê segurança para nós enquanto cidadãos brasileiros e paraenses de que a Floresta Amazônica continuará em pé e em pé estará gerando renda, emprego e qualidade de vida para a região.

Portanto, o novo modelo florestal a partir da Lei de Gestão de Florestas Públicas aqui no Estado do Pará a nossa Assembléia Legislativa em tempo recorde em esforço concentrado com o Governo instituiu e criou o Instituto de Desenvolvimento Florestal que deve ser o principal instrumento nosso na gestão de florestas estaduais e nós podemos dizer hoje que temos um caminho legal para reordenar o setor madeireiro, coisa que não tínhamos até o ano passado. Portanto hoje o setor madeireiro tem uma porta de legalidade para se estruturar e para avançar e nós precisamos que esse setor avance no Estado no novo marco, seja pela questão do uso sustentável das nossas florestas nativas, seja pelo caminho do reflorestamento. Porque obviamente nós temos enormes passivos de reserva legal, de áreas de preservação permanente para ser recuperada. Portanto recuperar esse passivo tem que ser feito dentro de uma modelagem que seja capaz de gerar renda para as populações que estão nessas áreas hoje chamadas degradadas, que sejam capazes de gerar novos negócios e que sejam capazes de recuperar ecossistemas ou paisagens que cumpram a sua função ecológica, e que nesse momento podem inclusive contribuir para a absorção de carbono, para retenção de carbono e, portanto, esse chamado passivo que nós temos aqui no Estado do Pará que são alguns milhões de hectares que terão que ser reflorestado, recompostos em termos de reserva legal e área de preservação permanente, podem nesse momento talvez virar um ativo no sentido do seu potencial de retenção de carbono e de redução de emissões.

Portanto esse é o grande desafio. Do ponto de vista do ordenamento territorial e fundiário, nós estamos trabalhando hoje muito fortemente para a readequação do marco zoneamento ecológico econômico do Estado, negociando com o Governo Federal a possibilidade de que nós possamos fazer o zoneamento ecológico de porções do território paraense no marco da nova regulamentação que o Presidente Lula está discutindo com o Ministério do Meio Ambiente do zoneamento ecológico econômico, do instrumento do zoneamento ecológico econômico, portanto nós concluímos com o apoio do Governo Federal, agora no início desse ano o zoneamento ecológico econômico da BR-163 e estamos iniciando agora numa ampla parceria com EMBRAPA,

e com... Liderando um consórcio com várias instituições federais aqui na região, o zoneamento ecológico econômico do lado leste do Estado do Pará, a região polarizada por Marabá, mas que se estende por toda essa região leste, também com expectativa de que nós possamos dinamizar essa região distrito florestal sustentável estimulando uma política de reflorestamento que para além de recuperar o passivo ambiental gere uma economia florestal madeireira forte nessa região assentada na atividade do reflorestamento e que possa criar com isso a viabilidade da verticalização da nossa produção mineral, como já é feito hoje pelas indústrias de ferro-gusa que as indústrias possam no médio prazo se tornar auto-sustentáveis num programa amplo de reflorestamento na área, e que possam permitir obviamente a consolidação e a verticalização da atividade mineral nessa região.

Portanto, para encerrar, resumindo numa frase talvez o nosso grande desafio nesse momento e que pode enormemente contribuir, seja para a redução do desmatamento, seja para uma agenda positiva no futuro em termos de serviços ambientais que a região pode prestar para a redução de carbono, que nós possamos avançar no ordenamento fundiário e para isso o Congresso Brasileiro deverá ter um papel importante porque o limite para regularização do Estado é 2.500 hectares, e, portanto, o Congresso poderá ser chamado apoiar o Estado no processo de regularização no reconhecimento de títulos de áreas maiores, precisamos rediscutir a questão do instrumento da reserva legal. Obviamente foi um instrumento importante na época em que foi instituído como elemento de barramento de uma tendência degradadora e depredadora na região, mas hoje esse mesmo instrumento que é a nossa reserva legal de 80% e de 20 como área passível de alteração do uso do solo. Hoje esse mesmo instrumento, sobretudo, para essas regiões já desflorestadas, ela se torna um obstáculo para implementação de políticas de proteção ambiental mais efetivas, uma vez que o passivo nosso é tão grande e tão gigantesco que neutraliza a capacidade de um efetivo enfrentamento.

Portanto pensar isso nós estamos discutindo com várias instituições a possibilidade de ter mecanismos de controle da reserva legal que esteja associado à redução de desmatamento, que esteja acentuado a busca do desmatamento zero na região e, portanto, associado ao regime de metas seria muito mais efetivo para que nós pudéssemos implantar talvez o mecanismo de efetivo controle ambiental na área.

Portanto, é um conjunto de ações, algumas delas cabem ao Governo do Estado e nós estamos nos esforçando para fazê-la cumprir, e outras delas exigirão grande esforço conjunto com a sociedade, com a

Assembleia Legislativa e com o Congresso que obviamente nós estaremos buscando no devido tempo esse espaço de diálogo e interlocução. Muito obrigado, Senador.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, Secretário. Está aqui conosco o Deputado Paulo Rocha, seja bem-vindo. E também já está conosco, depois vai também ter a oportunidade de se manifestar o Sr. Sandro Lemanche, que está representando o Secretário de Agricultura. Daqui a pouco o senhor terá a oportunidade de se manifestar aqui em nome do Secretário de Estado de Agricultura.

Vamos passar a palavra ao Roberto Araújo, representando o Museu Emílio Goeldi.

SR. ROBERTO ARAÚJO: Eu vou falar daqui porque eu quero apresentar umas imagens, então prefiro falar daqui. É mais simples.

Essa apresentação... Eu não sei se vocês conseguem ver aí da Mesa. Infelizmente a tela está voltada para lá e... Enfim, vai se chamar... É uma apresentação que o que foi gerada por uma série de pesquisadores, cuja lista eu apresento em seguida, sobre o avanço da fronteira agrícola e o desmatamento da Amazônia. Essa apresentação eu dizia então foi gerada, sobretudo, mas não apenas no quadro do Projeto Geoma do qual o Dr. Peter Toledo já falou hoje de manhã.

Então, basicamente vou fazer alguns comentários. Nós temos aqui nesse quadro uma espécie de tentativa de sintetizar, claro, de maneira muito simplória, mas as diferentes fases do modelo de desenvolvimento da Amazônia que vão desde o modelo colonial até a época atual como modelo sócio-ambiental, passando pelo aviamento, pelo desenvolvimentismo dos anos 70 e 80 e finalmente por que nós estamos vivenciando atualmente que é o desenvolvimento sócio-ambiental. Basicamente nós passamos de... No que diz respeito aos recursos naturais de uma exploração irrestrita do ecossistema regional, a introdução de cultivos e espécies exógenas acompanhada por genocídio e importação de populações também na época colonial até hoje em dia nós chegamos ao desenvolvimentismo nos anos 70, 80, 50, 70, 80, com destruição do capital natural e substituição dos ecossistemas por consultivos exógenos. Nós vamos falar um pouco das consequências que até hoje são visíveis desse desenvolvimentismo dos anos 70 e 80 e esperamos viver atualmente uma fase de valorização da biodiversidade na tentativa de criação de agrossistemas sustentáveis na região.

Essa fase do aviamento, como vocês sabem, é basicamente a fase da borracha que nos deixou a seguinte demografia na região nos anos 50. Quer dizer, uma população que explorava a [inaudível] brasilien-

ses, era uma economia extrativa, basicamente, que era muito pouco destrutiva da floresta, mas extremamente injusta do ponto de vista da distribuição da renda e do sistema social que ela gerou esse sistema do aviação. E nós temos aí nos anos 50 esse dado é do IBGE de 1957 a distribuição da população na Amazônia, basicamente em torno, sobretudo na zona bragantina, em torno de Belém, e acompanhando os grandes rios da região. Essa situação vai mudar completamente com a abertura da Belém-Brasília, da Cuiabá-Santarém, da Transamazônica e da BR-163, desses eixos rodoviários que vão dar origem a um novo tipo de ocupação da região. E dando origem a um desmatamento que vai se acentuar cada vez mais. Vocês podem ver ali nessa área roxa ali a leste e a sudeste da região, o que nós tivemos chamando durante uma época do arco do desmatamento. Essa área muito desmatada, do sudeste paraense na Região de Marabá que desde anos 20 já começa um processo acelerado de transformação de terras públicas em patrimônio privado de maneira um pouco irregular, e com a destruição dos castanhais que era o patrimônio dessa área, a criação de grandes fazendas, esse desmatamento vai se acentuar no sudeste paraense no rastro da expedição roncador Xingu e da Fundação Brasil Central que vai começar a descobrir potenciais econômicos dessas áreas do centro-oeste do País e do sudeste do Pará e da Região Amazônica, a partir daí já desde os anos 60 uma série de incentivos fiscais e de financiamentos e subvenções para a atividade pecuária vai ajudar a transformar pouco a pouco essas áreas em pastagens, e em lugares de criação de gado. Esse avanço da fronteira agrícola continua, nós vamos rapidamente ver um caso mais de perto, um caso atual que é essa área que se convencionou chamar de Terra do Meio, que é o interflúvio entre o Xingu e Iriri. Vocês estão vendo onde é que fica no mapa essa área, vocês têm algumas imagens dessa área. Para que vocês tenham uma idéia da evolução do desmatamento, vejam essa área em 1994, e em 2000. Em seis anos. De 2000 para cá o desmatamento foi ainda mais acentuado, inclusive depois a oeste do rio Xingu que é esse rio que passa aí. Mas vocês têm uma idéia da velocidade do desmatamento. Aqui nós temos em 1994 uma área norte de São Félix do Xingu, e em 2000. Quer dizer, esse desmatamento acompanha a abertura das estradas, essas estradas que são estradas de circulação de mercadorias, mas muitas vezes como na área ali a Oeste de São Félix ligadas também à exploração mineral são estradas abertas por companhias minerais que logo depois servem para a exploração da madeira em terras públicas, exploração muitas vezes ilegal, na época não tinha nenhum controle sobre a exploração

da madeira e tão logo a madeira da área explorada, sobretudo o mogno nessa região ali ao oeste do Rio Xingu, nós temos a apropriação dessas terras para a expansão das fazendas de gado nessa área de São Félix e do Xingu.

Aqui nós temos a oeste de São Félix essas estradas das quais eu estava falando, as estradas que serviram para a exploração de minério, depois para a madeira e seguida para penetração da pecuária. Vocês vêem a mesma área em 1994 e área em 2000. Quer dizer, mesmo que a gente não dê os números, parece visivelmente impressionante. Inclusive aquelas aberturas únicas ali em torno da estrada, aquelas aberturas contínuas, são aberturas que são abertas de uma vez só. O que tem uma influência no estudo do problema do desmatamento. Aqui é uma propriedade, em 94 e 2000, colocando lado a lado a evolução da cidade São Félix do Xingu. 88, 92 e 99. Tudo isso acaba sendo, acaba dando espaço, acaba criando espaço para a evolução no caso dessa região da criação de gado. Como ali vocês vêem, é difícil ver talvez, mas aquelas grandes bolas na área de São Félix do Xingu para quem conhece mostra a evolução do rebanho entre 77 e 2001. À esquerda, em 77, vocês vêem quase nenhum gado na Região Amazônica, a não ser ali no sudeste na área de Marabá e já em 2001 um grande avanço da criação bovina nessa área do Pará.

A localização do rebanho entre 75 e 2003, no Pará, vocês vêem... São outras maneiras de mostrar a mesma coisa e nós passamos aqui a essa área de São Félix do Xingu. Então nós temos o desmatamento acumulado, as taxas anuais de desmatamento, até 2004, e aqui é a evolução do rebanho. Esse rebanho ali na área de São Félix do Xingu cresceu 780% em sete anos. Inclusive a oeste do Rio Xingu. Vocês vêem em azul essas barretas em azul aí são número de cabeças de gado do Município de São Félix. As outras barretas ao lado são os Municípios vizinhos. Então a evolução do rebanho nos Municípios vizinhos, Tucumã, etc, a São Félix é interessante. Porque ou ela estaciona o número de cabeças de gado, estaciona, ou ele decresce. Então isso mostra uma estratégia aqui que é uma estratégia usada por muitos criadores de gado da região de expansão das fazendas para o outro lado do Rio Xingu. Quer dizer, o número de cabeças de gado cresce em São Félix porque se desloca o gado de fazendas que o mesmo proprietário ou sócios têm em municípios vizinhos para municípios em São Félix do Xingu abrindo estradas que a gente chama de estradas endógenas. Aqui nós temos, por exemplo, a relação de empresários e criadores de gado que contribuíram, fizeram consórcio para abrir uma estrada para terras

novas a oeste do Rio Xingu para que pudessem abrir fazendas aí.

Então é uma estratégia, é uma estratégia na verdade muito profícua, porque como vocês podem ver aqui nessas estradas endógenas, quer dizer, não são estradas planejadas pelo Estado, não são estradas planejadas pelo Governo Federal, são estradas que os próprios empresários abrem para entrar em novas terras. Essas terras são públicas.

Então, essas terras vocês vêem aqui nós temos aqui um estudo sobre o tamanho das aberturas ao longo das estradas. Essa estrada amarela aí é a estrada principal que vai de São Félix do Xingu, atravessa o Rio Xingu e vai a oeste do rio. Que é a estrada que o pessoal chama de Estrada dos Fazendeiros. Nessa estrada, ao longo da estrada, vocês vêem pequenas propriedades, propriedades menores que estão imediatamente ao lado da estrada que são vendidas pelas pessoas que entram, que chegam ali primeiro. Essas pessoas abrem a estrada, vendem essas pequenas propriedades e pegam eles próprios grandes propriedades mais afastadas da estrada, maiores fazendas mais afastadas da estrada. Claro que essas manchas que vocês vêem aí não significam propriedade, significa um tamanho de abertura. Mas pelo tamanho da abertura, quer dizer, nenhum pequeno colono tem capacidade de abrir mil, dois mil hectares para pasto de uma vez só. Então pelo tamanho das aberturas a gente tem uma indicação estratégica que o proprietário, da pessoa que está investindo naquela área. Então nós temos os pequenos que ficam ao lado das estradas, compram os lotes das pessoas que abrem estradas, criam, fazem as pontes, etc, e que ao mesmo tempo pegam grandes fazendas um pouco mais afastadas, quer dizer, criando uma espécie também de zona tampão, mas ao mesmo tempo cobrindo os custos da expansão da fazenda com a venda dessas terras que são terras públicas e que eles não necessariamente têm o direito de vender. Mas que adquirirem e defendem porque estão tendo custo com a abertura da estrada e da infra-estrutura para chegar lá. Quer dizer, esse é o discurso que se ouve. Nós estamos trazendo progresso, nós tivemos o custo da abertura da estrada, e, portanto, nós temos o direito de vender essas terras.

Então, apenas para mostrar através de um exemplo, de alguns exemplos o quanto o problema do desmatamento relacionado a determinadas atividades econômicas ou estratégias de grupos sociais, no caso aqui a pecuária, mas existem outros, a madeira, o agronegócio, etc, implica em estruturas sociais, implica em relações sociais. Aqui nós estamos vendo, por exemplo, uma abertura que foi identificada pelo DT que é um sistema do INPE que é detecção em tempo real.

Um programa do INPE que identifica grandes aberturas na floresta e vocês vêem essa abertura é ao sul da Transamazônica, perto do Rio Iriri, mas enfim, essa abertura aí é uma abertura de seis mil e poucos hectares na floresta, num lugar afastado, de difícil acesso que foi essa floresta foi cortada, essa abertura foi feita em menos de duas semanas.

Quer dizer, vocês imaginam o custo em equipamentos, em homens, em capital que é necessário para chegar numa área onde não há estrada, ou apenas picadas, os correntões e o equipamento necessário, número de homens/hora, a infra-estrutura necessária para abrir em menos de duas semanas seis mil e poucos hectares de floresta. Só quem já viu isso, sabe, imagina o quanto é difícil de fazer. De onde o fato de que muitas dessas aberturas ilegais elas recorrem a formas de recrutamento de mão-de-obra que são conhecidas às vezes como trabalho escravo, mas que em todo caso são formas muito... É uma imobilização física da mão-de-obra. Com constrangimento físico da mão-de-obra. É muito difícil encontrar pessoas que trabalhem naquelas condições em que se necessita que elas trabalhem. Não só o desmatamento como nesse caso, por exemplo, vocês vêem ali o Município de São Félix do Xingu que foi um Município que mais, nos últimos anos, um dos Municípios do Pará onde houve a maior taxa de desmatamento também é o Município onde houve um dos Municípios onde houve maior número de trabalhadores liberados em operações contra o trabalho escravo. Da mesma forma nós temos a violência rural. Assassinatos de trabalhadores rurais, assassinatos de sindicalistas, etc, está muito associado a esse avanço da fronteira e aos Municípios em que há desmatamento.

Bom, uma outra... Eu estava me referindo a um estudo de caso aqui da pecuária, eu vou passar mais rapidamente, outro grande fator também atualmente que tem encorajado muito o desmatamento na região é o agronegócio que tem se expandido timidamente, com relação aos números do Brasil, nós temos a soja, mas com consequências importantes para a Amazônia. Isso aqui é uma abertura para não necessariamente a soja, que o preço da soja caiu, mas a gente pode plantar milho, várias outras coisas, perto de Santarém. Então essas atividades do agronegócio também têm um impacto considerável sobre a floresta, forma de vida das populações, etc.

Então, isso dá uma idéia do problema. Nós temos aqui um outro slide que é interessante de um colega, o Diógenes Alves do INPE, que mostra uma coisa interessante. Aquele colorido ali são os tamanhos das aberturas no arco do desmatamento a grosso modo. Entre Rondônia e o sudeste e o leste do Pará. Então

nós vemos o seguinte, é que o total, quer dizer, quando a gente soma as aberturas maiores do que 50 hectares e menores do que 100 hectares, nós vamos ver que elas compõem na verdade uma porcentagem minoritária do total da área aberta. As grandes aberturas contrariamente ao que se pôde dizer durante um certo tempo são responsáveis por uma maioria da área total aberta. E não a soma das pequenas aberturas em projetos de colonização, etc, que apesar de essas também contarem com uma fração importante, como, por exemplo, Rondônia ao longo da Transamazônica, etc. Todas essas coisas, quer dizer, o desenvolvimento do agronegócio, da atividade madeireira, a pecuária, obviamente tem tido... Para não falar que eu não estou falando aqui na exploração mineral, tem tido obviamente uma importância muito grande para o crescimento do PIB do Pará. O PIB do Pará tem crescido mais do que o PIB do Brasil. O problema é que esse PIB tem crescido sem distribuição de renda. A renda tem se concentrado apesar de ter crescido mais do que a média brasileira, esse modelo de desenvolvimento tem contribuído a concentrar a renda cada vez mais e não tem contribuído a tirar o Pará da pecha de estar entre os Estados com pior índice de desenvolvimento humano como é o caso aí, a gente vê em azul estão os Municípios com pior índice. Em vermelho os com melhor índice. Então o Pará não está apesar do crescimento do PIB muito bem situado. Quer dizer, vocês vêem que o modelo de desenvolvimento a par de ser um modelo de desenvolvimento muito ruim para o meio ambiente, que destrói a floresta, também em termos das relações sociais e em termos da distribuição da renda, não vale nada.

Bom, ao contrário disso, nós temos um trunfo que é o fato de que a agricultura familiar, pelos estudos que vêm sendo feitos, mesmo dispondo apenas de 30% da área é responsável por 77 praticamente por cento do pessoal ocupado. Isso no Brasil. É um estudo do INCRA e FAO. Ora, atualmente os sistemas de unidade de conservação que eu vou mostrar muito rapidamente aqui, isso aqui é o zoneamento que foi feito para a BR-163, nós temos a evolução da situação fundiária nessa área... Então a situação fundiária, a evolução da situação fundiária nessa área da BR-163 vocês vêem aqui muito rapidamente ela vai toda ser feita em função de unidades de conservação. Ou seja, essas unidades, nessas unidades de conservação nós devemos ter um novo modelo de desenvolvimento que seja capaz de, a partir de uma diversificação da produção, de sistemas de manejo, etc, poder dar aos moradores dessas áreas uma melhor distribuição de renda.

Bom, o problema aqui é que nós temos, vocês vêem nesse quadro aqui o extrativismo está ali à es-

querda e algumas outras atividades. Esse quadro é um quadro hipotético das estratégias sociais. Você vê que a pessoa está no extrativismo, digamos que a pessoal seja um seringueiro, ele passa pelo garimpo. Se ele consegue acumular alguma coisa no garimpo ele não volta para o extrativismo. Ele fica na produção familiar agropecuária. Ele pode passar pela extração de madeira. Se ele consegue acumular alguma coisa na extração de madeira, se ele é uma pessoa que tem geralmente agricultores do sul, ele vai para o agronegócio, para a soja ou para a agricultura mecanizada e muitas vezes para a grande pecuária extensiva. Esses setores como a grande pecuária, a extração de madeira, o agronegócio, recebem investimentos e recebem muitos subsídios do Governo. Mas não o extrativismo. No estado atual das coisas nós temos um sistema que é todo baseado onde a sustentabilidade deve ser baseada nas unidades de conservação, existem políticas como mencionava o Dr. Valmir Ortega que estão destinadas a isso, mas a situação real, a situação concreta é que não existe por enquanto nenhuma viabilidade real desse extrativismo vegetal fora o extrativismo madeireiro. O extrativismo dos produtos florestais não madeireiros eu não vejo a viabilidade. Tanto que as pessoas quando saem do extrativismo não voltam. O cara vai para outra coisa. Então isso é um problema também, mas essas análises de cenário o Paulo Moutinho com certeza vai falar, é um problema também de convergência real das políticas públicas e de governança. Eu ia me deter um pouco mais sobre esse problema, que é acho que é um problema fundamental. Vocês têm aqui uma área da Amazônia, do oeste paraense com vários PDSs que estão ali numa linha amarela. São projetos de desenvolvimento sustentável. O INCRA criou agora uma série de projetos sustentável onde não é mais, quer dizer, o lote individual não é mais a base da distribuição fundiária. Tem que se criar uma associação, o lote é gerido por uma associação de pessoas.

Bom, dentro desses PDSs, e ali vocês têm mais a oeste o Projeto de assentamento antigo que há dez anos foi criado pelo INCRA para funcionar como uma verdadeira vila operária fornecendo mão de obra para uma madeireira ilegal que está instalada há dez anos nessa área. Quer dizer, os recursos do INCRA e a política pública do INCRA foi criada para criar no meio da floresta 30 quilômetros da estrada uma vila operária, porque não há outra definição por essas fotos que vocês vêem uma vila operária para fornecer mão-de-obra para madeireira. Esses PDSs por sua vez tem um sujeito que grila uma área ali dentro, que ameaça as pessoas que estão ali vivendo, e que ao residirem nesse PDS tem que normalmente viver da

madeira extraída do PDS. Mas esse homem está ainda hoje explorando a madeira ilegalmente. Quando as pessoas forem querer explorar essa madeira já não vai ter madeira nenhuma. O problema da governança não é uma coisa abstrata a governança. O problema da governança é uma coisa muito concreta. Quer dizer, é as instituições que estão ali simplesmente estarem fazendo aquilo que corresponde ao ideal da instituição que é de fato implementar as políticas públicas concretas que devem ser implementadas e não apenas ficarem para efeitos meramente estatísticos no papel dizendo que estão fazendo alguma coisa. Então eu vou terminar aqui com essa provocação um pouco para os senhores da Comissão. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Paulo Moutinho agora. Paulo vai usar também a projeção, Paulo?

SR. PAULO MOUTINHO: Bom, eu gostaria de agradecer em meu nome e em nome do Diretor Executivo do IPHAN, Dr. Marcos Ximenes, presente aqui na sala, ao Deputado Eduardo Gomes e aos membros da Comissão pelo convite, a ansiedade aqui de mostrar tanta coisa era tanta que eu comecei a deletar, vamos ver se eu consigo mostrar em dez minutos. Mas a ansiedade se justifica porque eu gostaria de aproveitar e parabenizar a Comissão por essa iniciativa que eu acho fundamental, quer dizer, o Congresso Nacional mergulhando de cabeça num assunto que certamente é um assunto infelizmente para sempre.

Eu vou fazer uma explanação geral e depois entrar em alguns dados dos nossos trabalhos junto com vários colaboradores. Fazer uma explanação geral sobre o problema. Todo mundo se lembra do Furacão Katrina, cada vez que acontece um furacão naquela região representará seca muito forte na Amazônia. Nós enfrentamos o primeiro furacão brasileiro que se tem notícia que atingiu a Costa de Santa Catarina, e esse furacão seguiu um percurso que é exatamente o percurso que os cientistas estão prevendo que os furacões vão seguir, caso o aquecimento continue.

O grande problema da situação do clima hoje, embora o efeito estufa todo mundo tenha que lembrar que é um efeito extremamente importante para a sobrevivência humana, sem o efeito estufa estaríamos vivendo a 40 graus abaixo de zero. O problema é que estamos exagerando esse efeito estufa e aumentando a temperatura da terra. O grande problema como vocês sabem é a queima de combustíveis fósseis nos Países desenvolvidos tidos como industrializados do primeiro mundo, mas 20 a 25% do problema é o uso da terra e especialmente o desmatamento. Como todos sabem, o Protocolo de Kyoto não trata da parte

de baixo. Ou seja, não entrou na conta para reduzir as questões... As emissões de gases de efeito estufa, o uso da terra ou a redução do desmatamento. Apenas plantio de florestas.

Eu queria colocar algumas premissas em relação à reunião e que espero nortear um pouco a minha fala em relação a isso. Nós somos únicos nesse cenário de mudança climática. A Amazônia é o último grande bloco de floresta contínua, o grande armazém de carbono, e portanto, embora sejamos acusados de não estarmos cuidando bem da região ou promovermos o desmatamento, ela representa talvez a maior oportunidade e aí vou dizer uma coisa que todo mundo às vezes não entende muito bem, mas a maior oportunidade se mantermos a Amazônia, a floresta em pé de crescimento do PIB da região. Isso é fundamental nesse cenário de mudança climática. Com floresta em pé e com conservação, certamente nesse mundo em mudança teremos crescimento econômico se nós agirmos na direção correta. Eu não vou detalhar os problemas, o arco do desmatamento está lá, enfim, vocês todos, mais do que eu sabem da importância da região. A questão toda do Brasil é que ela tem... O Brasil tem um perfil de emissões de gases de efeito estufa invertido em relação a dois grandes poluidores do mundo em desenvolvimento que é China e Índia. Mais de 90% da China e Índia das emissões provem da queima de combustíveis fósseis, enquanto no Brasil 70% vêm do desmatamento. Isso de novo a segunda premissa. Representa uma coisa ruim para o País, mas representa nesse mundo em mudança uma oportunidade muito grande porque reduzir emissões através de redução de desmatamento é extremamente barato e factível. Portanto o Brasil pode ter uma oportunidade aí inclusive financeira internacional bastante grande. Vai tentar falar um pouquinho disso no final.

Outra coisa importante é que não é só o problema do aquecimento global, nós precisamos entender que a dinâmica na região e a transformação da região e a perda de riqueza dessa região ela é um somatório, uma combinação do desmatamento com o aquecimento global. Um agrava o outro em ciclos que nós chamamos de ciclos de empobrecimento. Eu tinha para mostrar, mas resolvi tirar para não alongar demais. As previsões não são nada boas, a combinação desse desmatamento com o aquecimento global é que em cenários dos piores que o IPCC faz que é o painel intergovernamental de mudanças climáticas que reúne mais de mil cientistas do mundo prevê naquele canto inferior à direita áreas de aquecimento de até 5 graus a 6 graus de aumento da temperatura média. Isso representaria quem mora aqui em Belém, eu morei 12 anos em Belém pode imaginar o que é o

aumento de 6 graus na temperatura média. Seria uma coisa bastante complicada. Então nós temos um problema sério. A mesma coisa é a previsão de redução de chuva, que também essa redução é resultado da combinação de aquecimento global e desmatamento. Acho que em 2005 todo mundo lembra da grande seca na Amazônia. 250 mil pessoas foram afetadas. Eu estava no Acre nessa época. Você atravessava o Rio Acre a pé. Isso traz consequências e traz preocupações bastante grandes porque não só de mitigação, e aí acho que a Comissão certamente vai tratar disso, nós precisamos ver mecanismos de adaptação. Situações como essa aonde nós detectamos naquela época gente passando sede na Amazônia. Então essa é uma coisa bastante impressionante e isso pode se tornar bastante freqüente.

Nós sabemos também dos vetores, não é problema mais entender a dinâmica do desmatamento, isso está mais do que batido, portanto precisamos partir para soluções e alternativas. O Araújo colocou muito bem que a questão é uma questão de... E outras pessoas uma questão de modelo de desenvolvimento. Nós temos aí os principais vetores, a soja é o mais recente deles, mas ainda na Amazônia 70% do desmatamento é resultado da conversão de floresta para pastagem extensiva. É o mesmo índice de quase 20 anos atrás. Então nós não conseguimos aprender com o processo que gera concentração de renda e dano ambiental bastante grande. Temos novas ameaças ou soluções, eu não queria jogar pedra em biocombustível, porque particularmente eu acho uma saída importante, mas nós precisamos avaliar a questão de segurança alimentar ou geração de mais desmatamento para plantio de cana, soja, e outros produtos para gerar biocombustível. Um outro componente na paisagem Amazônica é o fogo amazônico. Aqueles que acham que a Amazônia é uma Amazônia úmida, 30 a 40% da região, principalmente na região oriental sofre uma seca muito forte. Quem mora aqui em Belém sabe muito bem disso, ou ali no sul do Pará sofre secas de vários meses, e você tem com o agravamento do aquecimento global mais períodos de seca devido ao evento de El Nino. O El Nino está se tornando mais freqüente e mais intenso, o que torna as secas na Amazônia e o fogo na floresta muito mais comum. Para vocês terem uma idéia em julho de 2004 o Estado do Acre, cada pontinho é um foco de incêndio, e isso seria em setembro do mesmo ano. Quer dizer, os prejuízos que isso causa em floresta intacta ou em plantações ou investimentos do Governo ou de proprietários é imenso. Nós calculamos isso, chega a quase 10% do PIB amazônico virando cinzas em anos de El Nino.

Nós temos uma nova situação também que é a inflamabilidade florestal, esse é um outro mapa onde está tudo azul é onde você tem muita água no solo, não há problema de fogo ou de risco de incêndio. Mas as áreas que estão em laranja são as áreas ou brancas as áreas em alto risco de incêndio. Isso era em fevereiro de 2001. Isso é em dezembro de 2001. Ou seja, não são áreas que pegaram fogo, mas se for lá e pôr fogo o fogo anda na floresta e causa uma série de danos.

Nós estamos junto com várias instituições tanto do Pará quanto brasileiras e internacionais tentando prever o desmatamento futuro exatamente para criar um sistema de tomadas de decisão.

Então, já disponibilizo esses tipos de modelos para a Comissão para que avalie tomadas de decisão. O modelo é possível você manipular incluindo as decisões que fizemos e avaliar o que quanto essa decisão influencia no desmatamento futuro. Aqui é só um exemplo. Se nós continuarmos, vocês vêem um relógio passando o tempo lá, 2005, o que está em amarelo é desmatamento, o que está nas linhas vermelhas são as estradas. Nós estamos lá em 2011. Esse é o modelo pior. Ou seja, se nós repetirmos 20 anos atrás de desenvolvimento, nós teríamos uma situação em que já que as estradas são grandes vetores de desmatamento, seja elas oficiais ou endógenas, nos teríamos uma situação bastante graves. Estes modelos foram publicados, nós estamos trabalhando em algum nível com o Ministério do Meio Ambiente para usá-los para o planejamento dos distritos florestais, por exemplo. Mas o uso é bastante amplo. Isso seria o que nós estamos prevendo em 2050 para a bacia inteira. O que está em vermelho é desmatamento. Caso continuemos com o mesmo ritmo dos últimos 20, 30 anos, o mesmo estilo, eu não vou explicar o modelo, mas é feito com a participação do INPE, da Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal do Pará, enfim, outras instituições.

Fizemos um grande experimento junto com a EMBRAPA, nós temos um grande colega, Cláudio Reis vai falar depois onde avaliamos o efeito da seca futura na floresta. Vejam bem, não é só desmatamento. Manter florestas protegidas em unidades de conservação, numa região que está mudando de clima como nós estamos prevendo, não basta para preservar a floresta. Ou seja, não adianta fazermos pequenas unidades de conservação e esperar que a floresta vá agüentar a seca que está vindo. Nós simulamos essa seca instalando painéis plásticos em um hectare para excluir a chuva na mesma proporção que está sendo previsto que a chuva vai ser reduzida no futuro.

Para vocês terem uma idéia, foi um experimento bastante trabalhoso, e as principais conclusões foram as seguintes. Primeiro que a Amazônia é muito resistente à seca. O problema é que se nós continuarmos tendo secas cada vez mais severas em anos seguidos você passa o limite de resistência, e assim como nosso vaso na planta, se você não põe muita água ele vai morrer, a floresta também definha. Um dos resultados mais importantes foi que 60% da vegetação sobre estresse hídrico que está sendo previsto para de produzir flores e frutos. Ou seja, ela para de se reproduzir e isso tem implicações grandes para a fauna, para a flora, e, portanto, um problema sério para a floresta que está dentro de áreas de conservação.

Uma outra importância muito grande é que a Amazônia, e aí um terceiro princípio, a agricultura, Srs. Deputados, na região só vai progredir se nós mantivermos a floresta em pé. Se nós reduzirmos drasticamente o desmatamento. Isso porque grande parte da umidade que... Aqui vocês vêem uma simulação da NASA onde se tem o fluxo de vapor de água. Aqui na Amazônia você tem o oceano trazendo bastante água, entrando no continente, esse vapor, essas correntes de ar batem nos Andes e vão lá para baixo regar sudeste do Brasil e a Bacia do Prata. 80% da água que cai como chuva na Bacia do Prata passou pela Amazônia. Se nós substituirmos isso por pastagem ou outro tipo de vegetação teremos complicações não só na região, mas complicações bastante grandes em outras regiões principalmente da América do Norte e América do Sul.

E finalmente se falou muito como evitar isso. Nós temos todo um processo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade, no tal desenvolvimento sustentável, no uso correto dos recursos madeireiros e não madeireiros da floresta. Mas nesse momento em que o mundo está mudando ou o clima do mundo está mudando, uma coisa, Srs. Deputados, é fundamental: Nós precisamos lutar pelo reconhecimento, tanto nacional quanto mundial de que a Amazônia preservada presta um serviço ambiental fundamental para o próprio País e para o planeta como um todo. E os esforços que o Governo Brasileiro e a sociedade brasileira fizer para reduzir esse desmatamento ele precisa ser compensado e compensado de maneira justa.

Portanto, em grande parte a floresta continua sendo derrubada porque ela não consegue um valor adicional além daqueles produtos que ela fornece. É preciso que o mundo entenda que manter floresta em pé seja tão caro quanto um País desenvolvido mudar a sua matriz energética. Porque nós temos uma série de custos de oportunidade. Portanto alguém precisa reconhecer isso e eu acho que é uma luta certamente

vai ser uma luta da Comissão nesse sentido. Um dos modos de fazer isso seria a compensação por redução do desmatamento, ou conservação de floresta, o IPHAN com outras instituições lançou em 2003 durante a conferência da ONU em Milão essa proposta, o Governo Brasileiro agora tem uma proposta que integra muito desses compromissos, ou dessas premissas. Não sabemos ainda como nós vamos compensar, se nós vamos compensar com crédito de carbono ou fundos de doação, ou seja, um País que reduza a sua taxa de desmatamento demonstra que reduziu poderia acessar um fundo de financiamento para obter compensações por aquele esforço feito. Ou poderia acessar o mercado de carbono para obter a sua compensação.

Esse é o último slide. Eu queria só atentar com vocês um pouco aqui fazer um cálculo dessa redução compensada. Para vocês terem uma idéia, pelo sistema que a gente imagina, 10% de redução abaixo da taxa média de desmatamento na Amazônia que está por volta de 20 mil quilômetros quadrados. O que daria 24 milhões de toneladas de carbono que a gente deixaria de emitir para a atmosfera, fazendo essa redução de 10% abaixo dessa linha de base. Se o mercado internacional se depusesse a pagar cinco dólares que é o preço médio por tonelada de CO₂, nós teríamos num período de um ano, 500 milhões de dólares sendo atraídos ou de compensação para a Amazônia. Isso em cinco anos, pegando o período de Protocolo de Kyoto, seria por volta de 2.5 bilhões de dólares. Isso com 10%.

Portanto, senhores, como eu falei antes, nós estamos na berlinda, mas temos uma chance enorme, se os passos corretos forem dados de termos... Aproveitarmos a oportunidade que está nas nossas mãos. O IPCC, para concluir, estabeleceu que sem a redução do desmatamento tropical e aí a Amazônia é o ícone nessa história, nós não vamos conseguir evitar as interferências perigosas no sistema climático global. Não adianta continuar reduzindo as emissões por queima de combustível fóssil se nós não obtermos mecanismos de redução de desmatamento. É isso. Muito obrigado pela oportunidade.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, Paulo Moutinho. Vamos pedir então a contribuição do Sandro Lemanche, que está representando o Secretário de Agricultura do Estado. Secretário Cássio Alves Pereira.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

A sugestão que nós estamos dando é que a gente possa ouvir os expositores todos e depois quem for tendo alguma dúvida vai anotando para a gente não perder

o ritmo das exposições e no final a gente faz o debate. Pode ser? Plenário concorda? Então vamos lá.

SR. SANDRO LEMANCHE: Boa tarde. Em nome do Secretário Cássio Alves Pereira gostaria de agradecer o convite, cumprimentando a Mesa no nosso Deputado Federal Paulo Rocha e o Plenário em nome do Deputado Federal. A missão da delegada hoje pela SAGRE basicamente... Imagine a complexidade que é pensar em agricultura no Estado do Pará considerando todas as falas anteriores. Então mais ou menos é esse o desafio que a gente tem enfrentado lá. Basicamente a gente tem considerado dentro das diretrizes para a política de desenvolvimento sustentável da agropecuária no Estado do Pará a gente tem pontuado a questão de fortalecer a transversalidade como forma de otimizar a ação de Governo, a presença do Governo de fato distribuído em todo o Estado do Pará, em todos os territórios, adotar o planejamento territorial como ferramenta básica para o desenvolvimento da agropecuária, regiões de integração como referência. Considerando a dimensão do território paraense, 1,24 milhões de quilômetros quadrados, a diversidade que é social, econômica e ambiental, e o aumento da precisão das políticas públicas. É a presença do Estado de fato nas regiões.

Aqui só para ilustrar a questão territorial o pensamento hoje do Estado do Pará isso está sendo bem debatido dentro da Secretaria de Agricultura é trabalhar a questão da integração dos territórios, respeitando as aptidões locais, respeitando as culturas já implementadas, considerando toda a questão social e ambiental.

Diretrizes gerais: A nova geografia da agropecuária paraense, temos um mapa em seguida. A lógica do crescimento, a questão do crescimento extensivo pelo crescimento intensivo, aumentar a competitividade do setor agropecuário. Quando a gente fala agropecuária, não é só a questão do gado, mas aqui se falou da soja, e do milho também. Isso tudo perpassa lá nas discussões. O compromisso com o desenvolvimento da agropecuária como um todo. Mas a produção de base familiar tendo como prioridade. Já foi colocado aqui a questão não só da ocupação de postos de trabalho, pela área reduzida, ocupada pela agricultura familiar de 30% ela corresponde a quase que 80% da ocupação no campo. Considerando políticas diferentes para atores diferentes. E esse aqui eu acho que é o marco principal da política que quer ser implementada pela SAGRA, pela Secretaria de Agricultura. Nós temos hoje no Estado duas matrizes. A matriz produtiva e a matriz que é essa que é o grande desafio, que é a matriz sócio-ambiental. A consolidação da matriz produtiva ela já ocupa no território paraense em torno de 35 a 40% do território, correspondendo de 400 a

500 mil quilômetros quadrados. E o grande desafio é a implantação da nova matriz sócio-ambiental. Considerando a economia amazônica, ocupando entre 60 e 65% do território paraense. O grande desafio que está posto para todos nós, que acho que é assim clamando todas as falas que já escutamos aqui hoje, seria qual a existência das duas matrizes produtivas. Considerando aqui o mapa do Estado, aí aonde se dariam essas matrizes? A matriz produtiva ela já existe dentro do Estado, com seus impactos maiores ou menores, mas ela já existe. Então qual é a discussão, qual é o desafio? É consolidar essa matriz produtiva. Que seria essa zona em amarelo mais forte, levando aí um amarelo mais claro. Essas regiões já estão alteradas. Como foi dito aqui, tem áreas aí que deverão ser recuperadas? Com certeza. Mas a grande questão é essas áreas em verde e ali a zona de interstícia aquele verde mais clarinho, justamente a implementação dessa nova matriz sócio-ambiental. Tem todas as questões de manejo florestal, do uso sustentável da floresta, e todas essas discussões que a gente está interagindo em discussões lá com todos os segmentos, o Dr. Cássio participou efetivamente no início dos trabalhos lá do zoneamento ecológico econômico da BR-163, então há uma interface muito grande com a política implementada hoje pela SAGRE com essa questão ambiental. Sem desconsiderar que essa matriz produtiva ela já está instalada. Então a gente não tem como simplesmente também não focar. Nós reduzimos o máximo considerando o tempo, a gente deixa aos questionamentos e outras explicações para o debate. Obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado. Vamos então passar à exposição da segunda Mesa. O Dr. Ubiratan está aí? Segunda Mesa Dr. Ubiratan, Procurador da República, Prof. José Geraldo Alves, da Universidade Federal. Pode vir para cá, por favor. Dr. Cláudio José Reis de Carvalho, da EMBRAPA, e Dr. Guilherme Carvalho do Fórum da Amazônia Ambiental. Poderia já compor a Mesa e vamos passar a palavra então para o Dr. Ubiratan, por até 10 minutos.

SR. UBIRATAN: Boa tarde a todos. Sr. Senador Renato Casagrande, demais Parlamentares. É primeiro um prazer em nome do Ministério Público Federal compor essa Mesa, e na realidade como não sou propriamente um especialista em desenvolvimento econômico, trago aqui a forma como nós do Ministério Público Federal temos enfrentado essa questão e como vemos essa questão especialmente na atuação na Região Amazônica. Acho que a exposição, as exposições anteriores foram muito ricas. Eu me apego às exposições do Roberto e do Moutinho para chamar atenção que

nós estamos de fato diante de uma janela de oportunidades extremamente importante. Nós estamos diante de um momento crucial da definição de políticas, da definição de rumos. Embora seja um chavão comum, nós não temos mais tempo para indefinições. E aqui talvez seja o ponto central da preocupação do Ministério Público em relação à questão ambiental.

Num Estado como o nosso, num Estado como o do Pará em que boa parte ou grande parte das áreas, tantas degradadas quanto das ainda em condições de sustentabilidade, condições de manejo, condições de proteção, constitui-se de alguma forma de terras públicas. Seja unidades de conservação, seja terras indígenas, sejam áreas públicas não destinadas. E a despeito desse quadro, que seria um quadro em princípio alentador, seria um quadro que nos daria a oportunidade de planejar a ocupação, de planejar a utilização dessas áreas, o que se tem visto nos últimos anos é que o fato de ser pública torna essas áreas terra de ninguém e exatamente por serem terra de ninguém a presença do Estado neste momento tem sido uma presença de reação. Rigorosamente se nós pegarmos boa parte dessas exposições e os avanços das fronteiras, e os modelos expostos tanto pelo Roberto como pelo Paulo Moutinho, demonstra que a presença da política de Estado ou ela serviu como um elemento de incentivo a política desenvolvimentista, a uma ocupação desordenada ou ela simplesmente veio após a consolidação de opções empresariais feitas em cima de terra pública. O exemplo da Trans Iriri, o exemplo daquela estrada, aquela foto emblemática que o Roberto Araújo nos trouxe dos que financiaram a abertura das estradas é exemplo clássico do que nós não fizemos na condição de órgãos de poder executivo obviamente aí ingressando também o judiciário e o Ministério Público pela sua inação ou pelo insucesso nas oportunidades que teve. É esta falta de reação, essa falta de política clara que nós não podemos permanecer. E essa falta de política ela se reproduz infelizmente em diversos momentos da nossa atividade. Ela se reproduz no maniqueísmo do debate que se dá quando se discute prazo de licenciamento ambiental, por exemplo. Nós estamos agora no meio de uma intensa alteração nos órgãos públicos federais na questão ambiental com a criação de um novo instituto, a divisão do IBAMA, e isso é vendido apenas como uma discussão para viabilizar ou não a implementação de um Programa de Aceleração do Crescimento, mas não com aquilo que está no entorno dessa discussão e talvez fosse o mais importante e que, portanto, não é entorno.

O licenciamento ambiental e as diversas maneiras de discussão ambiental são instrumentos ou deveriam ao menos ser instrumentos para que se pu-

desse colocar na seara pública, na seara da discussão com a sociedade quais são os caminhos que se espera. Quando infelizmente o Presidente da República mal ou bem assessorado, não importa, reduz uma discussão do licenciamento ambiental como é o caso das hidrelétricas do Rio Madeira, descobrir qual é a cabeça de bagre, ou não me ponham o bagre no colo para impedir a existência de hidrelétrica, e reduz uma discussão que é muito mais ampla do que isso a um chavão, nós perdemos uma janela de oportunidade, nós perdemos uma chance de discutir efetivamente o que nós queremos. As discussões que se travam e essas discussões judiciais aumentam nos últimos anos e geram um desconforto na questão do licenciamento, muitas vezes não chegam ao objeto, não chegam àquilo que efetivamente se discute. Quando se discute modelo de licenciamento para um porto em Santarém como o caso da CAGILL, quando se discute de modelo de licenciamento para hidrelétrica no Rio Madeira ou para hidrelétricas de Belo Monte, o discurso, o debate se torna polarizado entre defensores de modelo de desenvolvimento e defensores de um modelo de redoma de uma floresta. Nós não estamos entre esses dois modelos. Nós precisamos encontrar exatamente o que se pretende. Acho que o que o Paulo Moutinho nos colocou aqui é muito claro. Nós temos um potencial sócio-ambiental na floresta em pé que é absolutamente desprezado quando se discute licenciamento, quando se discute políticas públicas, quando se discute modelos de desenvolvimento e se despreza outras formas de modelos. O problema é que nós temos uma ânsia por respostas, uma ânsia por soluções que nos impede de ver isso. Estamos sempre correndo atrás, uma expressão que se imputa ao Presidente Fernando Henrique tentando trocar o pneu furado do carro com o carro em movimento sem pararmos exatamente para saber qual é a rua que nós vamos pegar. E é neste papel, é neste momento que nós no Ministério Público nos vemos numa situação extremamente problemática. Porque nós rigorosamente não temos modelos a propor, mas temos claro que esta falta de definição sobre modelos, esta falta de discussão social sobre qual o modelo e qual a importância da floresta, quais os modelos econômicos, alternativos a esse modelo de reprodução dos últimos 30 ou 40 anos, não pode simplesmente ser implementado na base do discurso. Boa parte das nossas dificuldades não decorre da falta de Legislação ou não decorre da falta de conhecimento. Isso ficou claro nas duas exposições, nas várias exposições, mas nas exposições do Roberto e do Paulo, nós conhecemos o problema, nós sabemos a dinâmica desse problema, nós temos os atores muito bem identificados, mas nós não temos

tido capacidade do ponto de vista governamental de gerenciar esse debate. E o Estado ainda e aí Estado, tanto Estado unidade federativa quanto União, ainda é um mero espectador e ver reproduzir no âmbito da sua própria estrutura esse debate que é meio que leva a desconsiderar os verdadeiros temas em discussão. Enquanto nós continuarmos numa polarização entre celeiro ou redoma, enquanto nós continuarmos numa polarização falsa entre desenvolvimento e manutenção de floresta, nós não teremos capacidade de gerar políticas, capacidade de pensar estruturas. Isso parece algo óbvio, mas isso se reflete, por exemplo, na consecução do orçamento. Quando se estrutura um órgão como o IBAMA, como seu sucessor ou com as suas divisões de hoje e não se dá a esse órgão uma estrutura orçamentária capaz de fiscalizar ou de licenciar grandes empreendimentos em tempo, o que está se dizendo em outras palavras é que a minha intenção pode ser boa, mas a minha capacidade de entornar essa intenção num ato concreto é nenhuma. Isso se dá também, insistindo numa questão simples, ou não tão simples, numa questão do orçamento, quando se pensa em obras e se estabelece orçamento para obras, mas não se estabelece nessas obras orçamento para as medidas compensatórias, orçamentos para tudo aquilo que está no bojo de uma discussão. E eu me sento na questão do licenciamento apenas como é um dos modelos. O modelo de gestão de florestas públicas do qual nós participamos da discussão durante muito tempo é um modelo bastante interessante, um modelo possível de ser aplicado, mas é um modelo que exige do Estado uma atuação agora. Esperar para daqui a dois ou três anos, para se efetivamente implementar os instrumentos que a Lei de Gestão Florestal nos coloca implica em buscar manejo florestal em área que já está degradada. E mais uma vez discutindo questões de áreas degradadas, o Deputado Nilson Pinto, repetiu um discurso que é um discurso importante e efetivo, que nós devemos trabalhar em cima daquilo que já está degradado porque não há forma de retroagir. Primeiro há em determinados locais, sim, necessidade de retroagir. Há determinados ecossistemas que precisam de um tratamento de recuperação. E aí a questão da água, a questão das matas ciliares, a questão de zona costeira é preciso uma atenção especial. Mas nós precisamos lembrar que esta área degradada tem hoje uma quantidade tão grande de projetos ou de utilizações que ou nós escolhemos efetivamente para que ela vai ser utilizada ou desenhamos nichos claros de utilização dessa área degradada ou vai faltar área degradada para se implementar todos os projetos que se cogita. A Vale do Rio Doce tem um grande Projeto de reflorestamento, uma parte nativa, uma parte de tipos

exóticos para a produção de carvão daquele eixo que vai de Paragominas até o sul do Pará, naquilo que podemos chamar hoje de modelo de distrito florestal de Carajás. Mesma área ou área na utilização dessas áreas degradadas como produção de soja, como produção de arroz, como produção de grãos. Se fala em outro momento na utilização dessas áreas... Enfim, qual é o modelo? Rigorosamente nós não temos políticas públicas em condições de serem aplicadas e mais grave talvez do que a ausência dessas políticas, nós não temos gestão sobre o nosso território. Não há como o Estado do Pará enquanto não fizer uma efetiva tomada de decisão em relação, por exemplo, à questão fundiária, em não tiver uma política pública que faça um freio em relação a essa indefinição fundiária não há como se cogitar de gestão, porque a gestão não se dá em cima do que não se conhece. A gestão só se dá em cima daquilo que se conhece, daquilo sobre o qual se tem autoridade. Não basta que nós saibamos que 75% dessa área seja pública se o Estado e a União não tem capacidade de impedir que particulares se apossessem dessas áreas públicas e façam delas projetos também intencionados, eventualmente, mas que façam uso dessas áreas desprezando o Estado e depois cobrando do Estado a necessidade de infra-estrutura, a necessidade de uma presença maior.

Enquanto não tivermos um choque de gestão efetivo, uma posição clara de Estado de que na questão fundiária esta é área pública, esta parcela da área pública será destacada para uso privado, ou esta outra será destacada para uma outra utilização. Nós não teremos condições efetivas de planejar. Todo o restante, seja estrutura de controle, seja estrutura de fiscalização, somente será capaz de dar uma resposta e uma resposta urgente porque não se cogita mais de 10 anos para novas posições, e sim de poucos anos para resultados, enquanto nós não tivermos capacidade de gerir e aplicar políticas públicas, as discussões continuarão sendo maniqueístas e continuarão retirando a possibilidade de um efeito concreto.

Nós temos, em suma, capacidade de conhecimento. Nós temos estudos suficientes, nós temos políticas passíveis ou possíveis de serem implementada. Mas nós precisamos de uma presença do Estado que seja capaz, seja pela fiscalização, seja pela implementação de políticas públicas de dar um norte, de dar a direção para a sociedade que em terra que não tem dono não há solução. Cachorro de muitos donos morre de fome, áreas ricas como nossa continuarão a ser palco de trabalho escravo, continuarão a ser palco, conflitos fundiários, continuarão a ser palco de debates intermináveis e nós não teremos condições daqui a cinco ou

dez anos de enxergar qual é o futuro da nossa região. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, Dr. Ubiratan pela sua contribuição. E vamos ouvir agora o Prof. Everaldo Barreiros de Sousa. Da Universidade Federal do Pará.

SR. EVERALDO BARREIROS DE SOUSA: Boa tarde a todos. Quero em nome do magnífico Reitor da UFPA, Prof. Alex Fiuza de Mello e também o Prof. Geraldo, Diretor do Centro de Geociências, agradecer a participação da UFPA aqui nessa discussão.

Bom, eu sou Everaldo, eu lá do Departamento de Meteorologia. Na verdade, por que é que estamos aqui? É em função de toda essa discussão de mudanças climáticas, aquecimento global, efeito estufa. E na verdade isso quem levantou foram basicamente esses três relatórios do IPCC lançados em 2007, lá em Paris no dia 2 de fevereiro do grupo 1 que forneceu a base científica e divulgou as previsões climáticas de aquecimento global, de pouca precipitação na Amazônia, de temperaturas mais altas, por exemplo, também na Amazônia. Depois veio o Relatório de Bruxelas no dia 6 de abril, sobre adaptação e vulnerabilidade, e o último foi no dia 4 de maio, sobre os aspectos de mitigação das mudanças climáticas.

Então, eu acho que estamos aqui e parablenzo a formação dessa Comissão Parlamentar, porque acho que há medidas necessárias a serem tomadas em que basicamente surgiu devido o IPCC.

Bom, como sou climatologista preciso também das imagens para falar. Esse é o sistema climático complexo global em que nós temos todos os ciclos físicos, químicos e biológicos do sistema climático. Basicamente o furor dos relatórios do IPCC está nessa componente aqui que é a parte da atmosfera. Mais precisamente por falta do efeito estufa natural. Então o efeito estufa natural já foi falado, isso aqui todo mundo sabe que é uma propriedade natural do sistema da terra. O efeito estufa natural é benéfico. Por quê? Porque a energia que vem do sol que aquece o sistema climático, parte dessa energia volta para a atmosfera na forma de radiação e onda curta na atmosfera, rebate essa radiação para o sistema climático e mantém o planeta atual nas condições atuais em que nós vivemos. O problema é que as últimas décadas alguns elementos desse efeito estufa natural foram modificados. Por exemplo, CO₂, dióxido de carbono. Mas o meteorologista sabe que o principal gás do efeito estufa é o vapor d'água, aquele elemento que está nas nuvens. E por que o vapor d'água é o vilão? Porque o vapor d'água é volátil na atmosfera. Então a Amazônia tem muitas nuvens, chuva, mas a propriedade, o tempo de retenção de vapor

d'água na atmosfera é muito rápido em relação, por exemplo, ao dióxido de carbono. Aí sim esse elemento é de fato o vilão dessa história. Então emissões do CO₂ na atmosfera é basicamente por dois processos. Mudança de uso do solo, por exemplo, desmatamento e principalmente emissão de combustíveis fósseis, ou seja, queima de petróleo. Emissão de CO₂ na atmosfera. Quanto mais CO₂ eu tenho da atmosfera mais eu tenho potencializado esse efeito estufa. E aí já não é nem mais efeito estufa natural, já é o efeito estufa antropogênico. Eu estou modificando esse efeito estufa natural. Emissão de CO₂. Capacidade de CO₂ na atmosfera, parece que é um amigo inseparável lá de temperatura. Então aumenta CO₂ na atmosfera, aumenta também a temperatura global.

Bom, esses são os cenários do IPCC, basicamente utiliza cenários, o ar que é o pessimista, ou seja, altas emissões de CO₂ na atmosfera, e o [inaudível] é pessimista, relativamente baixas emissões na atmosfera. E essas são as previsões para o Brasil. Então na Amazônia ali basicamente a temperatura vai aumentar em algumas regiões chegando a quatro ou 6º Celsius a mais. E precipitação, precipitação não há um consenso. Alguns dizem que vai aumentar, ou seja, que vai chover muito mais e alguns dizem que vai chover muito menos. E nessas previsões isso aqui é um fator de incerteza. Por quê? Porque nessas previsões de mudanças climáticas, por exemplo, vai aumentar a temperatura, vai diminuir a precipitação. Como que é feito isso? Através de um modelo matemático. Nesse modelo eu consigo representar o sistema climático mais ou menos. Por quê? Porque nesse modelo climático eu trabalho como se fosse em blocos ou pontos de grade. Os pontos de grade nesse modelo são muito grandes e não percebem a particularidade regionais. Então todos os resultados de modelos globais há uma certa incerteza porque eu não consigo representar fisicamente, completamente o sistema climático regional, por exemplo, da Amazônia.

Bom, nós meteorologistas, climatologistas aqui do Pará estamos fazendo o dever de casa no sentido de analisar, por exemplo, dados de temperatura e no caso aqui de Belém do Pará. Esse é um gráfico desde 1923 até esse ano, até fevereiro de 2007, nós estamos atualizando ele que me diz o quê? Diz o valor da temperatura nesses anos aí, nesses últimos... Sei lá, 50, 60 anos. Desde a década de 20. O que se observa nele? Aquela linha ali laranja, tendendo ao vermelho. Que pelo menos nas últimas duas décadas a temperatura de Belém está relativamente mais quente em relação às medições, por exemplo, da década de 20, 30 e 40.

Bom, isso a gente pode ficar o dia inteiro discutindo causas desse fato. Isso aqui é uma observação da estação meteorológica do INMET.

Bom, parte dessa discussão já foi feita. Então existem modelos de uso do solo, próprio processo de industrialização da cidade. Isso altera micro clima local ou mesmo regional e tem um efeito na temperatura. Então o que é importante tirar disso aqui? Além de discutir a causa disso aí é que mudança climática futura possivelmente já esteja ocorrendo nesse momento agora. Por que eu falo isso? Porque temperatura, e temperatura é variável que o IPCC utiliza muito. Então os cientistas do IPCC traduzem clima global como temperatura. Então isso aqui já é um resultado para o IPCC no sentido de que estamos caminhando ou já estamos sentindo o efeito desse aquecimento global.

Bom, eu posso mostrar isso aqui, essa figurinha para várias cidades. Vocês vão ver que a contribuição de várias cidades no sentido de aumentar a temperatura nas últimas duas, três décadas é exatamente esse o pensamento do IPCC. Isso aqui vai continuar, ou seja, vai aumentar e vai realmente ter repercussões muito graves. Bom, isso é temperatura, e precipitação? Precipitação cada barrinha dessa daí para cada mês significa média de cada 30 anos na estação de Belém.

Então, por exemplo, se você olhar a amarela, está muito maior do que as verdinhas. Significa o quê? Que antigamente chovia muito mais do que hoje. Só que isso não dá para generalizar o ano inteiro. Você tem que analisar do ponto de vista dos meses da estação chuvosa e dos meses da estação seca.

Então, nesse sentido analisando os dados e essa é a contribuição dos climatologistas, meteorologistas, isso é trabalho do pessoal do Pará, que alguns meses, sim, já está havendo esse decréscimo de precipitação em outros meses não, ocorre o contrário, ocorre inclusive que a última década a precipitação está aumentando ao invés de diminuir, como são as projeções.

Então, essa é a contribuição que eu queria mostrar para vocês dizendo que parece, há indícios realmente que temperatura do ar e eu tenho essa figura aí para várias estações, temperatura do ar nós já estamos sofrendo essa modificação. Possivelmente alteração de mudança climática. Por quê? Porque antigamente na década de 20, 30, a média de temperatura chegava a 25. Hoje já está 0,5º a 1º Celsius acima dessa década.

E outra coisa que eles reportam nesses relatórios e hoje nós sentimos isso, é eventos extremos. Então nesse ano por incrível que pareça está chovendo muito, mas teve um episódio de El Nino. Teve episódio El Nino moderado. E choveu muito na Amazônia. Então lembra daquela idéia de que quando tem El Nino tem

períodos de seca? Esse ano se você olhar os últimos meses está chovendo muito. Só que esse aspecto é um outro resultado que parece que é uma projeção de cenário climático futuro. É eventos extremos. Então por exemplo, chuva de Belém no mês de maio, 350 milímetros é o valor esperado na média. Hoje choveu 60,70... 80 milímetros em poucas horas. Esse ano a gente está fazendo alguns estudos e os resultados preliminares já mostram que eventos extremos estão aumentando no que se refere, por exemplo, a essas pancadas, essas tormentas de precipitação que vocês viram, vocês sentiram hoje antes de chegar aqui. Inundações, enchentes, aí têm toda a repercussão ao impacto social e econômico.

Bom, basicamente é essa nossa contribuição para essa discussão aí.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Muito obrigado, Prof. Everaldo pela sua contribuição. E passo a palavra ao Dr. Cláudio José Reis de Carvalho, da EMBRAPA. Registro a presença do ex-Senador Ademir Andrade, junto conosco. Obrigado, Ademir, pela sua presença. Não pode sair todo mundo de uma vez, mas tem uma água e cafezinho lá fora. Quem quiser tomar um café. [risos] Na entrada ali.

SR. CLÁUDIO JOSÉ REIS DE CARVALHO: Boa tarde Srs. Parlamentares e prezados colegas. Eu queria inicialmente agradecer a oportunidade que foi dada por essa Comissão, e eu fui encarregado de apresentar o segmento da EMBRAPA relacionando à agricultura e mudanças climáticas com foco na Amazônia Oriental. Claro que a minha missão não é pequena e não é fácil. Porque uma coisa é preservar, e outra coisa é produzir riqueza e alimento numa região sob pressão atropical muito grande e com todos os focos da crítica mundial voltados para ela. Então não é uma tarefa fácil. Durante 34 anos a EMBRAPA gerou tecnologia que levou esse País a uma posição de ponta em produção agrícola. Só que atualmente nós temos que mudar nossos paradigmas, nós temos que mudar os modelos e gerar, na verdade, novas tecnologias que continuem sendo produtivas e que sejam mais ambientalmente amigáveis. Isso é um desafio muito maior do que aquele que nós já enfrentamos desses 30 anos passados.

O foco na Amazônia Oriental por questões óbvias, você vê que é uma das regiões de pressão atropical mais fortes na nossa região, as palestras anteriores disseram isso. E eu pretendo mostrar para vocês, contextualizar primeiro a questão das mudanças climáticas, agricultura, que foi muito falado sobre as questões ecológicas da mudança climática, mas pouco em agricultura. As implicações que nós temos dos principais usos da terra, tecnologias que nós já temos, tecnolo-

gias alternativas de uso da terra voltados a mitigação e também futuras tecnologias que nós estamos já desenvolvendo visando a adaptação de novos cultivares de cenários futuros e perspectivas futuras de pesquisa para a região. Os principais usos da terra que nós temos da Amazônia são esses que vocês estão vendo aí, agricultura convencional, pecuária, exploração madeireira, e na exploração madeireira você tem exploração em florestas plantadas, reflorestamento e agricultura intensiva. Todos esses usos da terra levaram a taxas de desmatamento bastante elevadas, vocês vêem, por exemplo, nesse gráfico aqui e, sobretudo, baseados em um sistema de derruba e queima. E por que é que se queima na Amazônia? Por que é que se queima biomassa? Se queima biomassa simplesmente porque nossos solos a maioria são pobres e são ligeiramente ácidos e precisam de uma reposição de nutrientes, com métodos de limpeza diária também, reposição de nutrientes que é dada pela queima da biomassa. Com a queima da biomassa restaura, devolve uma parte dos nutrientes para o solo e eleva um pouquinho a acidez fazendo com que nutrientes muito importante como, por exemplo, o fósforo fique mais disponível para futuras culturas. E também se queima muito porque é um método mais prático e rápido de limpeza de área. Na verdade o que aconteceu foi isso e resultando o que nós temos hoje nesse arco grande de queimadas que coincide justamente com esse arco de pressão antrópica no nordeste e sudeste, e sul da Amazônia. Agora, a queima não é um método racional de preparo de área. Se você observar, por exemplo, quando você queima uma área você perde muito.

Primeiro você perde nitrogênio, que é um nutriente importante. Você perde quase todo o nitrogênio que estava na biomassa, você perde. Teve uma perda de 96%. Que isso vira fumaça, isso vai para o espaço. Você perde um pouco de fósforo, que o fósforo não é volátil, mas aí é perdida na forma particulada de partículas que vão para as camadas superiores da atmosfera e você tem uma perda de 47% de um recurso que é extremamente importante para a produção agrícola. E juntamente com outros que são cálcio e magnésio. Sem esquecer de uma emissão enorme que é a emissão de carbono que você emite 98% da biomassa que você queima, você emite na forma de particulado na forma de CO, CO₂. Isso fez com que você tivesse um cenário, isso resultados isso num cenário aqui nessa região que eu vinha falando para vocês justamente por questões outras, sócio-econômicas, culturais, etc, houvesse uma concentração muito grande de áreas que já foram antropizadas de alguma maneira. Isso correspondendo àquele famoso arco de reflorestamento. E resultando aqui na nossa

região, em mais de 25 milhões, nós temos hoje mais de 25 milhões de hectares de florestas secundárias em diferentes estágios de desenvolvimento. Já são áreas alteradas. Mas, com um detalhe, nessa região nós temos também uma população um contingente de aproximadamente seiscentos mil a um milhão de família dependendo de agricultura familiar tradicional de derruba e queima. Porque é o grande problema que nós temos. Gerar tecnologia para produtores grandes é relativamente mais fácil do que gerar tecnologia para produtor pequeno que não tem acesso a insumo. Tem renda baixa. E o contingente muito grande que depende desse sistema de derruba e queima que é um sistema que nós pretendemos mudar no futuro. O que resulta disso tudo é com a agricultura tradicional de derruba e queima, você tem três safras razoáveis mais ou menos, porque a capacidade de suporte é essa, e depois você entra numa fase de abandono da área e pousio, se formando o que nós chamamos de capoeiras, que são, na verdade, vegetações, são florestas secundárias em diversos estágios, como você vê essa foto aí ela é emblemática, esse é um *partwork*, é uma colcha de retalhos numa região aqui próxima de Belém, isso é Igarapé Sul ou então se formam pastagens que é uma das grandes aplicações na Amazônia e que se pode explorar de quatro a oito anos de pastagem com boa produtividade, mas que depois por declínio da produtividade elas ou são abandonadas, entram em pousios, se transformam em pastagens abandonadas ou são reformadas ou então atualmente usadas com grãos em agricultura intensiva em larga escala. Uma coisa que chama atenção para nós é a questão do conceito de área degradada. Nós temos aqui na Amazônia áreas degradadas que nós temos que definir como áreas degradadas áreas que são para a agricultura de baixa capacidade de suporte. Não é como na África, por exemplo, que você tem problema de sobrepastejo, exposição de solo. A nossa grande sorte é que o vigor da nossa vegetação é tão grande que normalmente a vegetação tende a se recompor. O que faz com que nós não tenhamos muitas áreas de solo descobertas. Isso levaria um problema muito maior ainda que seria de erosão e perda de solo. Porque para você recompor um centímetro de solo você leva centenas de anos. E esse é um capital, único capital que o agricultor tem e a perda disso é irreversível.

A agricultura apareceu recentemente na mídia como uma das principais vilãs do efeito estufa. E quais são os principais impactos decorrentes disso? Um grande impacto que existe é a perda de carbono. É o imediato pela queima da biomassa e também pela mineralização da matéria orgânica do solo. Durante anos e anos se importou de regiões do sul-sudeste e até

da Europa, método de cultivo em que você trabalhava muito a terra. Você arava, gradeava e isso fazia com o quê? Você acelerasse a perda de matéria orgânica, a mineralização de matéria orgânica e o influxo de gás carbônico era muito grande. Hoje nós temos métodos que conservam mais o carbono no solo. E também outro impacto grande que existe na agricultura é a emissão de gases traço pelos sistemas produtivos. Todos os sistemas produtivos agrícolas emitem gases traço em mais ou menor quantidade. Por exemplo, a pecuária, você tem emissão de metano, uma grande emissão de metano através de fermentação entéricas que saem pela boca do ruminante. Isso é um grande problema no mundo e pior, nós não temos nenhuma solução imediata. Na Austrália já está se tentando e tentou várias saídas que a Austrália tem um problema com emissão de metano, por exemplo, formulação de micro organismo para tentar mudar a população e micro organismo do rúmen dos bois. Também aplicação de ionóforos que são substâncias baseadas em cana-de-açúcar que podem aumentar a eficiência de conversão da biomassa no rúmen do ruminante. Mas o certo é que para muitos dos sistemas nós não temos muitas saídas até agora. Não só nós, mas o mundo todo. Mas esse quadro representa aquela figura ali embaixo, ela representa um dos resultados do Programa LBA de que a EMBRAPA foi parceira que mostra que com a modificação do uso da terra você tem implicações enormes na química e na física da atmosfera, inclusive gerando problemas de nucleação de nuvens fazendo com que as nuvens que passam sobre a Amazônia, como o Paulo Moutinho mostrou ainda há pouco, não sejam nucleadas quando você queima e resultando, podendo resultar posteriormente numa redução inclusive do número de eventos de chuva e no volumes de chuvas para a região.

Então, todas essas mudanças elas alteraram a química da atmosfera próxima e podem ter efeito bastante marcante. Agora, quais são esses gases de efeito estufa que nós tanto falamos? O grande vilão realmente é o gás carbônico, porque é ele que é emitido em maior quantidade. E ele é emitido em maior quantidade principalmente pela queima de combustíveis fósseis dos Países industrializados. Em segundo lugar somos nós que emitimos com queima de biomassa. Mas eles também queimam biomassa. Porque queimar em agricultura é método praticado não só aqui no Brasil, é no mundo todo. Por exemplo, em lavoura de soja chega no ponto que você tem queimar para eliminar pragas e doenças.

Então, isso não é uma peste só nossa. É o grande vilão, ele tem um tempo de residência muito grande na

atmosfera, ele pode ficar por cerca de 50 a 200 anos na atmosfera, é um gás de remoção muito difícil, e...

Bom, ele tem o efeito estufa desse gás ele é decorrente de um fato da sua estrutura química. Toda e qualquer molécula que seja heteroatômica, ela interage com a radiação infravermelho e produz potencialmente tem efeito estufa. Então o CO₂, dois átomos, carbono e oxigênio heteroatômica, N₂O, heteroatômica. Todas essas moléculas são importantes na formação do efeito estufa. Outro gás importante como eu falei para vocês, o segundo colocado em importância seria o metano. O metano ele pode ser emitido muito nas culturas de arroz, pecuária, em dejetos agropecuários, etc. E também tem um tempo de residência relativamente longo, de 10 anos. O terceiro gás, óxido nitroso, N₂O, a emissão de óxido nitroso está muito ligada à aplicação de fertilizantes, sobretudo fertilizantes nitrogenados e fertilizantes nitrogenados são fundamentais para a produção agrícola.

Então, como fazer? Aduar para aumentar a produção e ainda conseguir reduzir a emissão de dióxido nitroso. Esse gás, embora a quantidade emitida seja pequena, ele é um gás muito importante porque comparando molécula por molécula ele é 300 vezes mais eficiente em efeito estufa do que o CO₂. Então ele é muito mais importante, ele tem uma importância muito grande para efeito estufa. E temos depois os outros gases, inclusive, como citou o colega anterior, o vapor d'água que também é o nosso grande gás de efeito estufa. Todos esses gases são emitidos por operações agrícolas, qualquer interferência agrícola. Esse gráfico mostra também as aplicações que mais emitem gases de efeito estufa. Por exemplo, as principais atividades geradoras de metano. A gente pode ver que em amarelo aqui são as fermentações entéricas. Então se você partir do pressuposto que o Brasil tem um contingente bovino de ruminantes de 160 milhões de cabeças, vamos supor, a quantidade emitida de metano é qualquer coisa enorme. Então são coisas que têm que ser levadas em consideração também. E aqui com o óxido nitroso você vê que essa fatia em azul da pizza ela equivale a emissões do solo. Quando você mexe com agricultura você normalmente está emitindo. Baseados nisso, em 2003, a EMBRAPA já preocupada. Desde 2001, por exemplo, já existem ações concretas da EMBRAPA já antevendo cenários de mudanças climáticas. E em 2003 foi formatada uma rede de pesquisas que é a Rede AGROGASES que ela tem a missão de fazer a captação de dados, a EMBRAPA tem uma rede enorme de instituto no Brasil todo. Todos trabalhando. Uma das funções principais dessa rede foi sistematizar os dados que existiam de carbono no solo e de possíveis emissões de gases em aplicações

agrícolas. Essa rede já vem funcionando e para vocês terem uma idéia da dispersão dela no Brasil, esse mapa mostra os pontos onde a rede atua. Atualmente nós temos grande número de informações sistematizadas e serão colocadas à disposição da sociedade.

Agora, como grande vilão é a queima, um dos nossos programas principais está voltado justamente para alternativas a método de queima. Aqui chegamos ao ponto de perguntar não o porquê, mas por que não. Ou seja, começar a conceber métodos que funcionam em outros lugares, melhorar esses métodos e adaptar para nosso uso. Já existem sistemas de não queima que são usados na América Central, por exemplo. O sistema de tapado(F). Mesmo os produtores rurais, algumas associações já começaram a trabalhar alternativas da queima como é o caso da fundação, viver, produzir e preservar da Transamazônica que tem um trabalho muito importante com alternativas ao cultivo de culturas perenes sem queima.

Então, como alternativas à queima, um dos principais projetos que nós temos hoje, que já tem aproximadamente uns 10, 12 anos de idade, é o Projeto de Pitamba(F), é um projeto institucional em que nós não cortamos e tocamos fogo na biomassa para preparar o solo. O solo é preparado, é limpo com trator que faz a... Ele pica a vegetação e deixa a vegetação depositada sobre o solo. Quais são as vantagens disso. Primeiro, as raízes ficam vivas. Segundo, você tem uma deposição de matéria orgânica que é extremamente importante para a produtividade dos nossos solos que fica no solo. Terceiro, você emite muito menos porque você emite de alguma maneira alguma coisa com trator, você emite com fermentação da biomassa, etc. E quarto, você mantém nutriente, porque nutriente não são mais volatilizado não perde mais lá, como está na figura lá em cima não vão mais para o espaço, que era um método extremamente irracional. O núcleo que nós temos hoje comparando já sistema com sistema, esse quadro mostra, aqui embaixo vocês podem ver tem aquele quadrinho em vermelho, ele compara por exemplo, a agricultura usando o sistema de derruba e queima e o nosso sistema. Então se vocês olharem o total de CO₂ equivalentes aqui são o quê? São quilos por hectare. E total de CO₂ e equivalentes vocês têm 21 mil quilos de CO₂ equivalentes emitidos com sistema de queima convencional e somente 3.800 quilos emitidos com o nosso sistema, um sistema atual, do sistema de Pitamba(F). Ou seja, mesmo contando as emissões pelo trator, uso de adubação que nós precisamos de uma adubação mínima nesse sistema e todos os fatores, você ainda tem uma relação de um

para cinco. Ou seja, nós reduzimos cinco vezes as emissões somente usando esse sistema aí.

Qual é o grande calcanhar de Aquiles desse sistema? É a questão do trator. O trator é caro, como fazer? Aí seria mais uma questão mais de políticas públicas, etc, e para isso é uma sugestão para a Comissão inclusive pensar com muito carinho nisso aí.

Esse sistema prevê o plantio direto, você planta diretamente sobre o que foi picado, e prevê também uma adubação.

Bom, isso para o grande, médios produtores ou para associações podia ser viável. Mas nós temos que pensar também no agricultor que não tem acesso a insumo. Porque esse povo precisa viver, produzir alimento, comer e produzir riqueza de alguma maneira para eles. Nós estamos desenvolvendo já um sistema que é o sistema de plantio direto na palha com leguminosas. Esse sistema ele já foi usado de uma forma diferente pelo ICRAF na África em solos pobres parecidos com o nosso. E nós estamos adaptando agora para o nosso uso. Nós estamos usando leguminosas que são plantadas num espaçamento bem pequeno, formam uma biomassa grande. Essa leguminosa, qual é o raciocínio? É fixar o nitrogênio atmosférico, o adubo que existe, a maior parte da atmosfera é nitrogênio, e essas plantas elas conseguem fixar nitrogênio sem nada. Ela simplesmente por um processo biológico. Depositar matéria orgânica, e associando a isso também nós temos que colocar um pouco de fosfato de rocha, que é um fosfato de liberação lenta para permitir com que esse, o benefício desse fósforo e desse nitrogênio seja usado por um bom tempo. Com o esquema que nós temos já planejado, o agricultor não precisa mais queimar. Ele alterna áreas com pousio apressado, pousio de um ano, com essas leguminosas e com áreas de exploração e não precisa mais queimar.

Eu tenho que correr porque o tempo é curto. Outro sistema que é o sistema bragantino, que é um sistema em que você prepara realmente a área com trator e você usa calcário, você usa adubação de fundo, etc. Mas você prepara isso de uma vez só. E começa a manejar esse terreno utilizando variações, ou associações de espécies. Você planta milho, caupi, ou em sequência ou associado. O importante disso tudo que nós vimos é manter sempre uma diversidade de cultivos convivendo juntos. Por exemplo, o feijão fixa nitrogênio. Já o milho não fixa. Ele absorve o nitrogênio que é fixado pelo feijão-caupi. E esse sistema bragantino é um sistema de grande sucesso, vocês podem ter ele na nossa página na internet, vocês podem ter toda a descrição dele na página da EMBRAPA Amazônia Oriental. Outro sistema que é muito usado, agora não só aqui no norte como no Brasil todo, é o sistema de

plantio direto. Que foi uma outra grande sacada que a EMBRAPA teve alguns anos. O plantio direto ele não prevê mais a manipulação do solo ou aração e gradagem do solo, você faz isso uma vez e depois planta em cima do resíduo da palhada da cultura anterior. Isso proporciona uma redução também de emissão de gases estufa e pode ser usado para a nossa região.

Agora, isso tudo tem que ser feito baseado num zoneamento que já foi feito, nós sabemos onde plantar, o que plantar, o que tem maior potencial de dar certo, aplicando também boas práticas no âmbito desse território que foi mapeado, ou seja, reduzindo ou aplicando racionalmente adubos que isso é outro problema que nós temos. Nós temos muitos agricultores que vieram do sul, sudeste e que aplicam fórmula de adubação que são fórmulas de adubação às vezes exageradas. Nós estamos procurando adequar essa forma de adubação para reduzir esse uso, e, sobretudo, ter uma ênfase muito grande em plantio direto para conservação de matéria orgânica e carbono no solo.

Os sistemas também que associem culturas perenes com culturas temporárias são muito utilizados. Um outro grande desafio é a pecuária sustentável. O manejo sustentável de pastagem como fazer para que elas não percam a sustentabilidade? Existem pessoas já trabalhando com esse tipo de saída. Uma grande saída é a integração lavoura-pecuária em que você cultiva uma área com grão durante um certo número de tempo, então logicamente você aduba, e depois na última cultura, no caso ali de arroz e braquiária você já planta, na última cultura você já planta a braquiária por baixo. Então o que vai acontecer? Quando você colher o arroz, o pasto está saindo, vai ficar pronto e você fica com a palhada e o capim ele utiliza o resíduo de adubação que foi usado na cultura. E ao mesmo tempo o gado trabalhando naquele solo ele vai começar um processo de paragem, defecação e colocação de matéria orgânica, etc, e pode ter associado as duas grandes formas de exploração. Você pode ter a pecuária e a agricultura juntas convivendo de uma forma mais sustentável.

Isso aqui é o esquema da lavoura pecuária. Outra coisa que é mais complexo também é a integração lavoura, pecuária e silvicultura, sistemas agrosilvopastoris também procurando aumentar o conforto animal, procurando produzir mais etc e plantações florestais e agroflorestais. Nós temos um certo número de espécies que podem ser aconselhadas com boa segurança para a plantação e uma coisa que está acontecendo agora aqui na Amazônia é o plantio maciço de espécies como paricá. Hoje nós temos estimado por baixo 45 mil hectares de paricá já plantados aqui. E agora outra espécie que está começando a ser muito expan-

didada é a *Acacia mangium*, atualmente. A *racosperma mangium* também. Outra leguminosa de crescimento muito rápido.

Qual é o problema disso tudo? Nós conseguimos quantificar quais são os reais ganhos de carbono. O seqüestro de carbono dessas plantações, porque como sendo leguminosas, é muito provável que essas leguminosas estejam proporcionando condições também de emitir N O. Então se nós queremos falar de crédito de carbono, nós temos que fornecer nesse balanço o que nós estamos realmente seqüestrando e descontar os gases do efeito estufa que estão sendo emitidos como óxido de nitrogênio, etc. Agora, uma grande saída na região por exemplo de Tomé-Açu isso é muito flagrante são os sistemas agroflorestais O aumento da diversidade, a composição de renda sobretudo para o pequeno produtor, é muito importante, se você diversificada a renda dele. Você aumenta muito a fixação da pessoa no campo, e fazendo isso você diminui o avanço dessa agricultura migratória sobre os outras fronteiras fazendo com que você tenha emissões evitadas. Que é um dos grandes objetivos nossos é também evitar as emissões.

Como ações da EMBRAPA, do ano de 2001 a 2007 nós podemos comentar que foram feitos desde 2001 a EMBRAPA esteve sempre preocupada com a questão de agricultura e mudanças climáticas porque nós sabemos que o nosso negócio é o negócio que emite gases de efeito estufa e é uma coisa flagrante que você vê um campo arado isso chama atenção. Você desmata para plantar você chama atenção, etc. Já há muito tempo nós temos convênios planejando ações, já foram feitos vários eventos, a EMBRAPA promoveu e participou também de vários eventos sobre mudanças climáticas, etc, durante esse tempo, e parcerias com projetos LBA e também através de nossos escritórios nos Estados Unidos, o LABEX, nós temos o escritório nos Estados Unidos, que trabalha juntamente com o serviço de agricultura dos Estados Unidos procurando também mitigações. E por últimos, a contratação de novos pesquisadores. Eu pediria só um pouco de paciência para vocês para mostrar a última, meu último slide. Isso aqui é a nossa nova plataforma de mudanças climáticas que está sendo formatado na EMBRAPA. Na verdade é uma plataforma que leva em considerações os banco de dados que estão aqui, e ela vai tratar de modelar cenários futuros baseados já em experiência passadas. E também nós vamos propor ações de mitigação e ações de adaptação como a adaptação usando a biotecnologia, a nanotecnologia, ações de obtenções de novas cultiváveis(F) da seca, pensando exatamente no aumento de temperatura e na escassez de chuva que nós teremos no futuro. Essa plataforma

é muito importante para nós, ela está sendo formatada com muito cuidado pela EMBRAPA, e vai nos permitir daqui a alguns anos ter novos cenários, projetar cenários com muito mais segurança para a agricultura no Brasil. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Muito bem. Muito obrigado, Dr. Cláudio. E agora Dr. Guilherme Carvalho. Do Fórum Amazônia Oriental.

SR. GUILHERME CARVALHO: Ao citar o Deputado Eduardo Gomes e Senador Renato Casagrande, faço minha saudação aos membros da Mesa e todas as pessoas que estão no Plenário. Quero agradecer pelo convite, o Fórum da Amazônia Oriental é um entidade que congrega movimentos, sindicatos, organizações sociais do Pará, Amapá, Tocantins e Maranhão.

Bem, o debate aqui ficou claro de que a discussão sobre mudanças climáticas está profundamente vinculada e articulada ao debate sobre o modelo de desenvolvimento. Então é nesse aspecto que vou fazer algumas considerações em cima de uma plataforma que o FAO mais um conjunto de organizações da Amazônia estão tentando construir para apresentar ao Congresso Nacional para um debate sobre a questão de desenvolvimento que nós queremos para a Amazônia.

Em primeiro lugar, nós hoje na Amazônia nós estamos passando por um processo em que nós estamos sendo, a Amazônia está sendo colocada como palco de grandes projetos de infra-estrutura por dois grandes movimentos, por duas grandes estratégias que se complementam. Uma é o PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, que prevê uma série de projetos de infra-estrutura para a Amazônia, e o outro é a iniciativa para Integração da Infra-Estrutura da América do Sul, a IRSA, que é uma estratégia que envolve os 12 governos sul-americanos mais a Guiana Francesa que também prevê a articulação de toda a infra-estrutura sul-americana nas áreas de comunicação, transporte e energia. E no caso da Amazônia, muitos desses grandes empreendimentos previstos pela IRSA vão ser postos em execução na nossa região. Ocorre que tanto o PAC quanto a IRSA eles consolidam três condições para a Amazônia. Uma é da Amazônia se constituir, se afirmar como exportadora de produtos primários. A outra é como exportadora de energia elétrica para os centros mais com economia mais dinâmica do País e a outra como corredor de exportações. Então todos os projetos de infra-estrutura na Amazônia prevê uma articulação, principalmente com os mercados internacionais, envolvendo, e aqui no nosso caso na Amazônia, não somente a Amazônia, como a Panamazônia, uma integração dos mercados para favorecer principalmente o acesso dos produtos

nacionais aos mercados asiáticos, norte-americanos e europeu em particular.

Nesse processo, uma coisa que vem se dando não somente no Brasil, mas outros Países sul-americanos, é uma tentativa de colocar a questão ambiental como um problema, como obstáculo ao desenvolvimento. Esse discurso não é só no Brasil, mas também no Uruguai, na Argentina, na Colômbia, na Bolívia, Venezuela, é um discurso que vem ganhando corpo principalmente no meio da imprensa. Entre a imprensa. Só que este para nós não é o principal obstáculo como bem falou o Paulo Moutinho, a questão ambiental na Amazônia, ela pode de fato se constituir ao invés de como se coloca como obstáculo, mas a questão ambiental se constitui num aspecto do desenvolvimento da nossa região e não só da região como do País. E aí uma questão que é preciso ser levado em consideração é o papel do Poder Público como um indutor de um novo modelo de desenvolvimento que se adeque a uma realidade tão diferenciada como é a nossa. E nessa discussão sobre o papel do Poder Público há uma questão relacionada ao planejamento, e me parece que esse é um problema muito grave que a Comissão ela precisaria se deter. Por quê? Porque hoje nós temos os Municípios planejam, os Governos dos Estados planejam, o Governo Federal planeja. Acontece que esse modelo de desenvolvimento baseado nos grandes projetos de infra-estrutura eles não têm o recorte, esse recorte espacial de Municípios, Estados, como unidade de planejamento. Então os eixos de integração, por exemplo, do caso do Pará, os eixos de integração que foram pensados na época do Fernando Henrique Cardoso, o Pará fazia parte de três grandes eixos. E aí acaba que esses eixos eles ultrapassavam o limite geográfico do Estado abarcando muitas vezes mais de um, dois, três Estados. E isso quando você discute o planejamento do Poder Público, isso tem uma incidência muito grande. Só que não se articulam. E esse é um problema grave que a gente precisa debater sobre ele. Quando você vê agora a iniciativa para integração da infra-estrutura da América do Sul e o PAC, essa questão volta a tona novamente. Ou seja, não é a unidade de planejamento tradicional baseada em Municípios e Estados. E aí com um outro agravante. Quando você pega os órgãos do Governo Federal, você pega o seguinte. Qual é a unidade... Todo mundo fala em desenvolvimento territorial. Mas se você pega o Ministério do Meio Ambiente, a unidade territorial para eles é uma coisa. Se pega o Ministério do Desenvolvimento Agrário é outra. Se você pega o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, é outra. Nós não temos no plano federal uma unidade sobre qual é a base do planejamento governamental. Aí você vê aqui no Estado do Pará, o

Secretário colocou num dos slides o Estado do Pará também está fazendo o seu modelo de planejamento. Que não é o modelo de planejamento do Governo Federal. Não tem a mesma unidade de planejamento. Não tem a mesma base.

Então, nós temos uma proliferação de bases de planejamento que não se articulam, que não conversam, que não dialogam. O que significa uma irracionalidade do ponto de vista do uso dos recursos, dos recursos públicos, e ao mesmo tempo as conseqüências provocadas por diversas ações governamentais ou mesmo da iniciativa privada acabam incidindo, mas não por parte do Poder Público um enfrentamento sobre esses problemas porque ele está todo pulverizado. Então parece que a Comissão ao debater essa questão da mudança climática articulada com a questão do desenvolvimento nós podemos discutir, nós precisamos discutir a questão do planejamento. Porque virou um problema muito sério no Brasil.

Como o tempo é curto, vou passar a levantar a partir da nossa plataforma algumas questões que nós consideramos importantes para que a Comissão leve em consideração nesse debate.

A medida nº. 01 nós achamos que é preciso garantir uma articulação interinstitucional envolvendo tanto os órgãos do Governo Federal, os diversos órgãos que atuam na Amazônia, como também com os governos dos Estados e os governos municipais. E para nós a experiência que está sendo desenvolvida na BR-163 na Santarém-Cuiabá conhecida como BR-163 sustentável, essa experiência ela não pode ser uma experiência localizada. Ela precisa ser constituído numa política do Estado Brasileiro para a Amazônia. Por quê? Porque na Amazônia a abertura de uma estrada não pode ficar sob responsabilidade do Ministério dos Transportes. A abertura de uma estrada como bem fez o Roberto Araújo na exposição dele ficou muito evidente, ela tem impacto sobre a questão da migração regional, tem impacto sobre a conformação da rede urbana, tem impacto sobre a questão ambiental e por aí vai. Sobre os recursos hídricos.

Então, somente uma ação articulada que envolva os diversos Ministérios é possível e em parceria com a sociedade civil como ocorre na BR-163 sustentável é possível você discutir na sua totalidade, tanto os impactos como a necessidade da construção das medidas mitigadoras.

Então, para nós, a experiência da BR-163 deve ser constituir uma política do Estado Brasileiro para a Amazônia. Ou seja, a ação governamental que envolva grandes projetos com forte impacto é preciso uma ação articulada entre os diversos Ministérios, entre os

Ministérios e os Governos dos Estados, os Governos Municipais e a sociedade civil.

E segundo lugar, investimento maciço em Ciência e Tecnologia. Aí a fala do Paulo Moutinho nem é preciso dizer porque ficou muito evidente a importância do investimento em Ciência e Tecnologia que no Brasil recebe o recurso baixíssimo e no caso da Amazônia, esse quadro é pior ainda, dada a situação em que vive o Museu Emílio Goeldi, em que vive o INPA e muitos outros órgãos em instâncias científicas aqui na região que não contam com o apoio necessário. E a Amazônia nós precisamos construir um modelo de desenvolvimento baseado no conhecimento, e não somente na exploração predatória de recursos naturais como tem se dado até hoje.

Em terceiro lugar, é preciso fazer um resgate do Programa Amazônia Sustentável. Por exemplo, depois que o PAC saiu, ninguém mais fala do Programa Amazônia Sustentável. Quer dizer, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Meio Ambiente, órgãos como a SUDAM, a sociedade civil participou de um debate sobre um programa de desenvolvimento para a Amazônia onde foram construídos documentos, foram definidas estratégias, e simplesmente não existe mais. Ninguém fala mais no programa Amazônia sustentável. Então é preciso o nosso ponto de vista neste debate também resgatar o Programa Amazônia Sustentável, PAS, para que a gente possa fazer as mudanças necessárias nele e que ele se constitua no elemento do planejamento da ação do Poder Público na região.

Em quarto lugar, o fortalecimento do sistema ambiental brasileiro. A questão ambiental não é empecilho para o desenvolvimento econômico da região. E nos parece que esse é um elemento fundamental.

Em quinto lugar, a Comissão visitou o Museu Emílio Goeldi e existe outra instituição aqui no Pará que é o SIPAM, o Sistema de Proteção da Amazônia que também se coloca como elemento de apoio ao planejamento da ação do Poder Público na região. Mas, nos parece que o SIPAM precisa ter uma maior articulação com a região. Que ainda é muito deficiente. Para auxiliar os governos da região, discutir com a sociedade, fazer esse debate que nós estamos fazendo hoje. Que ainda o SIPAM em que pese os avanços que ocorreram nos últimos tempos, ainda é algo a parte do debate que se desenvolve aqui na região.

Uma sexta medida que nós propomos é a revisão das políticas de incentivos fiscais ou outros tipos que resultem na degradação ambiental. É preciso discutir essa questão do incentivo fiscal, tributário e de outro tipo e que incidam e que provoquem degradação ambiental. Para nós isso é muito importante. Uma sétima medida é a participação da sociedade civil no plane-

jamento governamental, isso precisa ser constituído, precisa ser de fato algo que seja uma política do Estado Brasileiro, tanto nos diversos planos, na União, nos Estados e nos Municípios, uma oitava medida é o maior controle do Legislativo sobre os financiamentos externos e a implementação da IRSA. E aqui eu queria me deter rapidamente numa questão. O Legislativo, o Congresso Nacional, e aí os Deputados Federais, os Senadores precisam discutir de fato essa questão. Por quê? Porque, por exemplo, o Banco Mundial tem a sua estratégia de assistência para o País, aprovou o ano passado. O Congresso Nacional não é chamado para debater, somente o Executivo. O BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, aprovou no ano passado o seu documento de País, que é a estratégia do Banco no País. O Congresso Nacional simplesmente não existe no debate sobre os acordos internacionais que diz respeito principalmente à ação dos Bancos multilaterais. E o Banco Mundial tem grande incidência na Amazônia os projetos financiados por ele como no caso agora do Frigorífico Bertin que pode provocar uma nova onda de expansão da agropecuária no sul e sudeste do Pará. Então o Banco Mundial tem uma política, implementa, mas o Congresso Nacional que é um dos poderes da República não discute. Não participa. É aliado.

Então, isso não pode ficar assim. Então a Comissão de Assuntos Econômicos que inclusive uma vez já foi presidida pelo Senador Ademir Andrade, essa Comissão precisa ser fortalecida.

Por fim, nesses acordos de implementação da IRSA que são esses grandes projetos de infra-estrutura que envolvem os 12 Países sul-americanos, também o Congresso Nacional não tem tido participação ativa porque não participa do processo de negociação dos acordos que envolvem os diferentes governos e que tem uma incidência indireta sobre a Amazônia.

E os dois últimos itens de medidas que nós achamos importante, a primeira é em relação ao BNDES. O BNDES, enquanto o Banco Mundial e o BID dispõe de dois a três bilhões de dólares anuais para financiamento do Brasil, o BNDES tem 62 bilhões de reais. É o maior financiador. Inclusive financia diversas obras de infra-estrutura nos países pan-amazônicos. Entretanto, o BNDES não tem uma política ambiental. Quer dizer, nós temos o Banco, que é um dos maiores Bancos de fomento do mundo, que cujos recursos são infinitamente maior do que os recursos do Banco Mundial e o BID para o Brasil que está financiando e vai financiar diversas obras de infra-estrutura na Amazônia, como o complexo do Rio Madeira lá em Rondônia, e o BNDES não tem política ambiental.

Então, isso é um elemento. Como é que você discute mudança climática aqui e o BNDES financia uma série de empreendimentos que vai causar todos os problemas levantados pelas pessoas que com garbo já falaram aqui.

E por último, um problema sério que precisa ser levado em consideração nesse debate é de que o Governo Federal equivocadamente não vê a questão dos recursos hídricos na Amazônia. O que é quer dizer isso? Se pegarmos o PAC e em relação aos recursos hídricos, a única coisa relacionada a recursos hídricos na Amazônia diz respeito a três projetos de irrigação no norte do Tocantins. Não existe uma política de recursos hídricos para a Amazônia.

Então, o problema está todo... Se você pega os documentos do Ministério de Integração Nacional os recursos hídricos é nordeste, porque é escassez. Aqui na Amazônia a visão é como tem em abundância não tem problema. E isso não é verdade. Então uma das coisas que nós da sociedade civil queremos e a Assembleia Legislativa precisa avançar nisso também é a Constituição dos Comitês de Bacia na Amazônia, para que as bacias hidrográficas se constituam numa unidade de planejamento da ação da iniciativa privada e do poder público na nossa região. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, Dr. Guilherme pela sua contribuição organizada. E já registrada em papel para repassar para nós para nos ajudar na composição do Relatório.

Registro ainda do Dr. José Mauro de Lima, que é Advogado da Advocacia Geral da União, é o Procurador Chefe da União no Pará. O Deputado Estadual Miriquinho Batista, o Deputado Estadual Carlos Martins e do Vereador Iran Moraes, que é Vice-Presidente da Câmara de Belém.

Bem, nós vamos... São seis e seis. Nós vamos abrir para pelo menos umas cinco intervenções. Tentando ver se a gente limita o tempo a dois minutos cada intervenção. Vamos fazer as cinco intervenções. Se tiver questionamento, vai ser dirigido à pessoa e a pessoa ao final da intervenção faz o esclarecimento devido.

Então, o primeiro que está inscrito aqui é o Dr. Ibraim José das Mercês Rocha. Que é o Procurador-Geral do Estado. Então está com a palavra como primeiro inscrito. Como já são... Já passou das seis horas, daqui a pouquinho para gente não acabar antes de terminar, vamos pedir para que nós sejamos objetivos.

SR. IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS ROCHA:

Sr. Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, Relator, Senador Renato Casagrande, do

Partido Socialista Brasileiro do Espírito Santo. Muito me honra ter essa oportunidade de falar aqui brevemente e obedecerei o tempo.

É exemplar que a Amazônia tenha, e aí acho que é uma inovação que esperamos tem um reflexo concreto no Senado e no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, de que essa Comissão Mista venha aqui à cidade de Belém do Pará escutar o povo paraense. Nós vemos agora pouco, por exemplo, os jornais noticiam que os Estados Unidos investem 30 bilhões de dólares que é o custo para eles retirarem a máquina de guerra do Iraque. Você tem não sei quantos bilhões investidos, apoiados pelo Congresso Nacional por aquele País para pesquisas espaciais. O Brasil, inclusive, é um dos parceiros dessas pesquisas espaciais na chamada estação orbital internacional. No entanto, se fala em mudanças climáticas globais e aí os números demonstram o apoio internacional e os orçamentos destinados a pesquisa na Amazônia são epífitos(F) como já se disse muito bem claramente aqui.

Então, se verifica que na verdade enquanto a sociedade brasileira não tomar pé que investir na Amazônia é fundamental para Nação brasileira e para o mundo de forma séria, concentrada, e não se trata de disputa de um Estado para ter investimento local, mas se trata de investimento da Nação, inclusive demonstrado aqui que o clima da Amazônia influencia em Estados da região sul, e aí temos aqui o nosso Deputado Relator Senador Renato Casagrande que é o Relator, enquanto a sociedade brasileira não perceber isso, nós não poderemos ter efetivamente o desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Como o tempo é curto, feito esse breve preâmbulo, eu acho que teriam três propostas a encaminhar no sentido de tentar viabilizar as muitas coisas que foram colocadas entre manter a viabilidade da chamada matriz econômica já instalada, e contribuir para a implantação da nova matriz. Dois pontos que eu... São três pontos que eu queria ressaltar.

Primeiro, é reclamação contínua do chamado setor produtivo tradicional. Compensação de reserva legal. Nós temos um passivo ambiental de convenção de reserva legal que nos moldes que hoje estão postos no art. 16, § 2º do Código Florestal Brasileiro, eu considero insolúvel. Por quê? Porque nós vemos que os grandes passivos ambientais de reserva legal no Estado estão no nordeste e os grandes ativos ambientais que nós dois temos estão em outras bacias hidrográficas. Especialmente Calha Norte e outras regiões. Com aquela caracterização de que a compensação de reserva legal só pode ser na mesma micro bacia que é absolutamente inviável ou na mesma bacia enquanto nós temos o Estado do Pará, exemplificativamente,

cortado por três grandes bacias, jamais se poderá ter uma política séria de compensação de reserva legal. Então é preciso a Nação Brasileira discutir o critério de compensação de reserva legal de localização de unidades de conservação para fins de compensação de reserva legal.

O outro ponto que eu queria ressaltar é que o chamado regime de servidão sob reserva legais particulares, previsto no art. 44 A do Código Florestal. Ora, se o particular pode fornecer a área de reserva legal dele para que outro em servidão, outro particular faça compensação de reserva legal, por que as unidades de conservação tirada daquelas limitantes que eu falei anteriormente que devem ser sustentadas pelo Poder Público não possam também servir como instrumento de compensação de reserva legal? Inclusive as unidades de conservação de proteção integral? Por quê? Porque a servidão ela nada mais é que reter um patrimônio para que eu faça uma compensação ambiental para que aquela determinada área possa ter o seu ativo, a sua produtividade de maior exploração.

Por fim, concluindo, porque o tempo é curto, como já disse, reflorestamento. Sem reflorestamento não será possível se compensar o ativo ambiental no que diz respeito à atividade guseira, a atividade mineral no País, e no Estado. Que é o maior produtor mineral e também coincidentemente é o maior produtor florestal. Então eu acho que é urgente ter um regime diferenciado para reflorestamento. O reflorestamento para utilização em manejo florestal para seja qual for a atividade e deve ser 100% porque é inerente a atividade de manejo, que seja utilizado e reposto. Então não faz sentido ter 8020, 2080, 5060. Então acho que o Congresso Nacional precisa analisar com seriedade essas questões. São duas questões pontuais que eu coloco aqui ao debate. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Muito bem, Dr. Ibraim. Muito obrigado pela sua contribuição. O Dr. Ibraim ele é Procurador Geral do Estado. Usou mais de 10 minutos. [risos] Nós temos que ir racionalizando o tempo. Foi bela a sua contribuição, foi excepcional. Mas eu só estou de fato com a parte chata do serviço aqui preocupado com o nosso tempo. Nós tínhamos dois Parlamentares aqui que tinham se ausentado e retornaram que é o Arnaldo Jordy, está inscrito, e... Joaquim está aí? Então tá, Arnaldo, Parsifal que não está aí. Parsifal está aí também. Então nós estamos tentando fazer em dois minutos. Arnaldo Jordy com a palavra. Deputado Arnaldo Jordy.

DEPUTADO ARNALDO JORDY (PPS-PA): Boa noite a todos e a todas. Queria rapidamente, Senador Casagrande, e em seu nome e em nome dos demais

do Deputado Eduardo Gomes, cumprimentar a todos os Parlamentares que estão aqui presentes, fazer uma saudação ao meu amigo Deputado Augusto Carvalho, retorna aqui à terra. E dizer que é muito importante a presença dos senhores nessa reunião. Nessa visita ao nosso Estado. Muito importante. E acho que reflete exatamente essa prioridade e a sensibilização de começar esta audiência, às instituições, a sociedade civil, aos atores principais desse desafio que é global, que é civilizatório de nós enfrentarmos a aventura da superação dessa forma agressiva, predatória que tem produzido esse aquecimento global que é objeto da preocupação de todos hoje. E evidentemente que muito já foi dito aqui, a exposição, as colocações feitas pelo Dr. Ortega, Secretário de Meio ambiente, pelo Roberto do Museu Emílio Goeldi, tive que depois me ausentar e não vi as outras exposições, mas acho que já mostraram talvez uma boa, já foi uma boa amostra dos desafios que nós temos aqui. Mas eu considero o mais importante dessa visita dos senhores é que enquanto este tema não sair da periferia do debate, da agenda do Brasil, nós não temos chance nenhuma de fazer as mudanças de paradigmas que todos aqui preceituaram. Esta questão enquanto for debatida exclusivamente ou predominantemente na Comissão da Amazônia, nos debates dos Estados da Amazônia, nós não vamos avançar muito. E, portanto, daí essa Comissão que é uma Comissão de Diversos partidos políticos, de diversas regiões com figuras exponenciais do Congresso Nacional tentarem ajudar nessa agenda.

Eu queria só fazer duas pontuações em função do tempo. Nós, quer dizer, esse debate tem diversos caminhos. A Amazônia de uma maneira geral, o Estado do Pará, já foi dito aqui, um Estado com um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil quilômetros quadrados de extensão, sete milhões de habitantes, e o que vai se dizer para o Estado se pode reproduzir para a Amazônia como um todo. Uma região que tem quase 60... Mais de 50% do território nacional, 15% da população do País e em torno de 5% de participação do PIB. Uma região que tem as vantagens comparativas que já foram aqui anunciadas. A segunda maior fronteira agrícola produtiva contínua do planeta, o maior Banco genético do mundo, a maior rede de aquíferos do planeta. Isso tudo tem na verdade uma participação e uma significação periférica nesse modelo de desenvolvimento adotado no País desde o Estado Novo para cá. É uma fronteira de expansão dos interesses que na verdade se desenvolvem no sul e no sudeste do País. Virar esse jogo depende do redesenho do pacto federativo, de políticas compensatórias que possam reduzir as chamadas desigualdades regionais, e isso enfrenta *lobbies* muito poderosos. Muito poderosos.

Uma discussão que pode inibir isso que foi dito aqui, o Brasil é o quarto maior produtor de gás carbônico e as queimadas na Floresta Amazônica é o segundo fator que coloca esse País, o Brasil no quarto lugar, nos revela os dados estatísticos aqui mostrados que esse modelo de desenvolvimento adotado até agora não tem produzido muita coisa. Porque se tenta estabelecer uma dissociação entre desenvolver e preservar. E a gente ouve com muita frequência toda a preocupação de preservar sendo contrária aos investimentos produtivos, ao desenvolvimento da atividade produtiva. Só que o que nós temos assistido nos últimos 40, 45 anos como fruto deste modelo, são os menores índices de desenvolvimento humano do País, os menores indicadores de renda per capita do País, a Amazônia no último decênio tem recebido em média 1,5% de investimento de ciência, pesquisa e tecnologia de orçamento da União, apesar de ter o maior banco genético do planeta, e, portanto, tem gerado esses indicadores todos, e privilegiado uma elite que tem privatizado, saqueado esses recursos.

Então eu acho que uma unanimidade ou quase uma unanimidade é de que esse modelo precisa ser mudado. E eu quero deixar aqui uma sugestão de que uma questão importante que é, e que não é uma questão de Governo, é uma questão de Estado, que me parece a questão do zoneamento ecológico econômico. Esse me parece ser um ponto fundamental para que se possa começar a descobrir um outro caminho, um outro modelo. Nós temos um terço desse território do Estado do Pará já rigorosamente antropizado, totalmente destruído do ponto de vista dos seus recursos. Outro um terço uma média de antropização e o outro terço absolutamente integralizado. Então fazer isso. O Estado não tem condições de fazer pelos investimentos que isso requer. É preciso que haja uma parceria, acho que o Congresso Nacional, o Governo Federal pode ser um bom parceiro para a superação desses desafios e dessa mudança de paradigma. Então era essa a contribuição que nós gostaríamos de fazer e o apelo a V.Ex^{as}. Muito obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Muito obrigado, Deputado. Passo a palavra agora ao Deputado Rodrigo Rollemberg, em seguida o Deputado Parsifal e aos nomes aqui. Deputado Rodrigo.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF):

Presidente dessa Comissão, em seu nome eu quero cumprimentar toda a Comissão, e quero parabenizar a iniciativa de fazer Audiências Públicas no Estado. Pra mim foi muito importante ouvir a contribuição de diversos pesquisadores, representantes de diversas instituições, de membros do Governo Estadual, do Ministério Público. Quero cumprimentar todos

os pesquisadores aqui presentes, todos os Deputados Estaduais, enfim, toda a comunidade do Pará.

A cada dia, a cada Audiência Pública, a cada momento que eu tenho oportunidade de me aprofundar sobre esse tema, mais percebo a sua gravidade e ao mesmo tempo mais me animo com as imensas oportunidades que esse tema oferece ao Brasil.

Aqui foi dito que nós temos uma vantagem comparativa enorme em relação aos demais Países desenvolvidos e em desenvolvimento do mundo que é a nossa matriz energética. Nós grande parte da nossa energia vem de hidrelétricas, grande parte dos nossos combustíveis utilizados são de combustíveis de origens renováveis, e isso nos dá uma imensa vantagem comparativa. Por exemplo, grande parte da energia da China vem de carvão mineral, Estados Unidos, Europa, grande parte de sua energia vem de combustíveis fósseis. E aquilo que é o nosso maior problema, ou seja, 70% das nossas emissões, advém do desmatamento da Floresta Amazônica. Ou seja, nós temos condições de reduzir drasticamente as nossas emissões sem mexer na nossa matriz energética. É claro que isso não é fácil. Se fosse fácil, já teria sido realizado. Mas sem dúvida é muito mais fácil de ser realizado do que outros Países que vão ter que reduzir suas emissões mexendo na sua matriz energética.

Mas, ao mesmo tempo, a gente percebe aqui com o conjunto de exposições que um grande problema do desmatamento no Brasil, e, portanto, o maior componente das nossas emissões está na ausência do Estado. O Secretário de Meio ambiente teve a oportunidade de me dizer ali que em torno de 70% das áreas de pecuária no Estado do Pará são áreas públicas griladas.

Então, é claro que se a gente tiver uma participação mais efetiva do Estado, nós temos como começar a contornar este problema. E aí a experiência das diversas Audiências Públicas, das nossas exposições hoje pela manhã no Museu Goeldi agora tarde aqui na Assembléia Legislativa nos mostram que grande parte das ações necessárias que são aceitas por todos tem uma participação fundamental do Estado. O zoneamento ecológico econômico, o detalhamento desse zoneamento ecológico econômico, a remuneração por serviços ambientais, o pagamento pelo desflorestamento evitado, é uma questão que tem que ser incorporada na agenda nacional e na agenda internacional, e isso já foi colocado agora pelo último Relatório do IPCC dando uma grande oportunidade ao Brasil, Ministério do Meio Ambiente já vem defendendo esse tema. A necessidade de termos taxas de juros baixíssimas, incentivos para promover o reflorestamento de áreas degradadas, a necessidade de

certificar as produções... Certificar a soja, certificar a madeira, certificar o gado, que são os principais produtos que hoje avançam sobre áreas de floresta, então a necessidade de certificar esses produtos para que eles sejam produzidos adequadamente. Agora, eu diria que talvez o maior de todos os desafios seja o resgate dos investimentos em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico no nosso País. Eu diria, Eduardo, que eu me sentirei um grande brasileiro, me sentirei um bom Deputado se ao final desta Comissão dos trabalhos dessa Comissão ou deste mandato nós conseguirmos articular forças políticas no Congresso Nacional para garantir recursos significativos para a produção e a difusão do conhecimento científico e tecnológico do nosso País.

Aqui foi dito da necessidade de se buscar implantar políticas públicas com base no conhecimento. O conhecimento de uma região extremamente complexa. E aí a gente começa a perceber que embora a situação não seja uma situação que deva ser aplaudida, mas que nós temos todas as possibilidades de reverter esse quadro. Todos aqui conhecem a revolução que a EMBRAPA promoveu neste País através das pesquisas em agricultura tropical. Todos aqui reconhecem o que aconteceu no País quando o Estado investiu em instituições públicas de pesquisa, como a PETROBRAS, como a EMBRAER, como a própria EMBRAPA, como a Rede Sarah de hospitais. Então eu diria que a primeira questão nesse momento é resgatar o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Onde as universidades têm o papel de desenvolver a pesquisa básica, a EMBRAPA o papel de coordenar a produção de novas tecnologias, as organizações estaduais de pesquisa de adaptar essas tecnologias às situações locais, e a área de extensão, a necessidade da assistência técnica e promover a difusão de tecnologias no nosso País.

Coisas muito simples e baratas ali a exposição da EMBRAPA demonstrou, mostrou através do Projeto Tipetanga(F) uma tecnologia simples, barata, um trator com aquela máquina trituradora não custa mais do que cem mil reais, mas capaz de desenvolver, de triturar as capoeiras onde estão os nutrientes, evitando a queimada, a derrubada e a queimada, reduzindo em alguns anos em cinco vezes a emissão de gases de efeito estufa, além de estar mantendo os nutrientes no solo.

E veja bem, e a EMBRAPA, eu estive na EMBRAPA sexta-feira, tem apenas uma máquina dessa que tem que viajar este País demonstrando a tecnologia. Então são coisas muito simples. E eu gostaria que esta Comissão tivesse como grande compromisso se articular no Congresso Nacional. Acho que é

uma contribuição que a gente já pode dar este ano, se articular com as outras comissões, a Comissão de Orçamento para garantir recursos significativos para a produção do conhecimento e a difusão do conhecimento no nosso País.

E para concluir, Sr. Presidente, tem uma outra questão que eu considero fundamental. O Congresso Nacional aprovou a Lei de Inovação. A Lei de Inovação foi um marco legal importante, um avanço importante do Congresso Nacional. O Brasil, dos grandes movimentos patrióticos da história desse País se deu quando da construção da implantação da PETROBRAS. E quando havia um descrédito enorme no País se tinha petróleo no Brasil, se era possível descobrir petróleo e explorar petróleo no Brasil. Hoje o Brasil é auto-suficiente no petróleo. Infelizmente alcançou essa auto-suficiência quando o petróleo já não se mostra mais como o combustível ou a energia mais adequada do País. Mas hoje nós temos outros mecanismos, e hoje através da Lei da Inovação nós podemos estimular empresas de propósitos específicos aliando iniciativa privada, com as instituições de pesquisas que entram como capital com o seu conhecimento para produzir de forma sustentável, energia para explorar de forma sustentável a nossa biodiversidade gerando riqueza no nosso País.

Eu tenho certeza, Sr. Presidente, que esse conjunto de Audiências Públicas realizadas nos Estados ouvindo o que essas instituições de pesquisas têm a contribuir, certamente darão uma contribuição extremamente significativa a esta Comissão para que o seu Relatório final possa de fato contribuir com essa mudança e que a gente possa viver um novo momento em nosso País. Muito obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, Deputado Rodrigo Rollemberg. Passo a palavra ao Deputado Parsifal Pontes.

DEPUTADO PARSIFAL PONTES (PMDB-PA):

Vai ser bem rápido. Sr. Presidente, permita em nome de V.Exª saudar os demais membros da Mesa. Senhoras e meus senhores, Deputados aqui presentes.

Eu quero dizer o seguinte, eu não acredito que este modelo que aí está possa ser transformado no modelo sustentável. Eu não tenho esta crença. Eu quero dizer que para nós darmos sustentabilidade à Amazônia, para nós desenvolvermos a Amazônia com sustentabilidade, nós precisamos mudar o modelo. Eu não acredito nesse discurso que se quer fazer. Nós precisamos tornar este modelo sustentável. O modelo que está ali está falido. Tão falido que a partir do momento em que ele se implantou, os Índices de Desenvolvimento Humano do Estado do Pará caíram. Ele já teve tempo suficiente este modelo que está aí para se

mostrar viável. Está provado que ele é inviável. Então o que precisa esta Comissão colocar neste Relatório é que este modelo de desenvolvimento da Amazônia, na base de motosserra, na base de inchada, na base de foice, na base de correntão, na base de D8, isso está ultrapassado. Isso aí é o triunfo da entropia, a entropia nos venceu. Nós precisamos mudar completamente o modelo. Esse negócio de dizer que motosserra, D8, foice, enxada e trator gera emprego, cocaína também gera. Nós precisamos fazer este tipo de reflexão. Para quem está sendo gerado este PIB que se diz que aumentou no Estado do Pará? Por que estes sinos estão dobrando? PIB do Pará triplicou, vai triplicar ainda mais. Para quem e por quem? Quem está ouvindo esse sino não é o povo do Pará. Não é aquele que mora no Estado do Pará. Isso pode ser bom para a União, para a federação ou para as empresas que tocam o sino. Para o Pará, para o paraense, para o Amazonas, não é. Nós precisamos mostrar este tipo de realidade para o Brasil e para o mundo. Da forma que isto está sendo feito. A busca de sustentabilidade deste modelo nós vamos jogar a floresta toda embaixo até conseguir fazer com que alguma coisa seja feita neste País para deixá-la em pé porque a mentalidade do empresariado nacional e para aqueles que chegaram no Estado do Pará é que floresta em pé não vale nada. Não sabe trabalhar com a floresta. Chega e tem que derrubar ela porque ela está atrapalhando.

Nós precisamos mudar este modelo. Eu não acredito em desenvolvimento, como foi colocado aqui por quem me antecedeu, sem conhecimento, sem tecnologia. A grande riqueza do Estado do Pará, o grande patrimônio da Amazônia é a sua biodiversidade. E nós estamos jogando ela no chão e tocando fogo nela.

É preciso então que nós tenhamos condição de fiscalizar e de verificar isto. O Estado do Pará é muito grande. As forças que trabalham neste Estado para fazer com que esta entropia esteja vencendo são muitos maiores, tem muito mais instrumentos do que o próprio Estado. E por isso também passa a revisão do pacto federativo. Por isso também passa a redivisão territorial do Estado do Pará e do Brasil. O Estado deve ser do tamanho de onde o seu braço alcança. O braço do Estado do Pará não chega lá no oeste do Pará, não chega no sul do Pará, não chega lá naquela região que mostrou aqui o palestrante do Goeldi que em duas semanas se derrubou seis mil hectares. Isso é só uma amostra grátis do que ocorre nesse Estado sem o Estado ver. Não chega a justiça, não chega a polícia. Os assentamentos que estão se fazendo no Estado do Pará é jogar gente à sua própria sorte no meio da floresta. Aí eles se mancomunam para sobreviver com a indústria madeira, com a motosserra, com

o correntão, como foi mostrado aqui. E aqueles que não querem fazer isso saem correndo da pistolagem. Porque o Estado não chega lá. E aí o resultado é este. Do nosso grande desenvolvimento, do nosso grande PIB. O maior contribuidor de emissão de carbono para o Brasil que já é o quarto do mundo. O quarto pior Estado em desenvolvimento humano no Brasil. E o PIB é enorme. Nós precisamos perguntar por quem estão dobrando estes sinos. Nós precisamos ouvir o dobrar destes sinos. E só vamos ouvir se mudar este modelo. Este modelo que está aí é falido. No PAC não tem um tostão para pesquisa na Amazônia. Ou a União resolve investir na Amazônia através de pesquisa, conhecimento, investimento em tecnologia, a descoberta de como usar esta maravilhosa biodiversidade que nós temos, transformar isso em recurso, em dinheiro, deixar a floresta em pé, este negócio de reflorestamento é conversa fiada. Querem é plantar floresta energética. Plantar mil para derrubar mil. Nós precisamos falar em recomposição florestal. O reflorestamento que se fala aqui é plantar floresta energética. Só isso. E nada mais. Isso não recompõe a floresta, isso não recompõe a biodiversidade que já tocaram fogo. É preciso que se tenha a gravidade do que está acontecendo aqui. É preciso que esta Comissão leve esta gravidade do que ocorre aqui para o Brasil. É preciso que o Brasil descubra esta Amazônia e saiba como trabalhar com ela. Ou nós vamos perdê-la. Não perder para os Estados Unidos ou lá para quem quer que seja que digam que vão invadir. Perder para nós mesmos. Nós não estamos tendo a competência de explorar as nossas riquezas. Elas estão sendo degradadas dia-a-dia na base do machado, da motosserra e do fogo.

Desculpem se eu passei, desculpe a gravidade do discurso, mas é preciso que ele seja colocado desta forma grave no Relatório de V.Ex^{as}. Muito obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Muito obrigado, Deputado. Com a palavra o Deputado Joaquim Passarinho.

DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO (PTB-PA):

Boa noite a todos, a todas. Meu amigo Eduardo Gomes, prazer tê-lo aqui na terra novamente, e principalmente numa Comissão como essa presidindo essa Comissão. Deputados Federais, Senador Renato Casagrande, Deputado [inaudível].

Depois desse emocionado discurso do Parsifal quase não vim a Tribuna. Mas corroborando com ele, desse modelo falido, meu Presidente Eduardo, eu queria dizer só que o que nos aflige é porque temos certeza que o que desmata, o que está acabando com a floresta é principalmente a pobreza e a miséria do nosso povo no interior desse Estado que fica pela ausência do Estado, já tão falado aqui, a completa e absoluta

ausência do Estado em todas as suas esferas. Fica a sorte através de empresas ou empresários mal-intencionados que vem para esse Estado fazer com que a miséria cada vez aumente mais. Precisamos, sim, transformar todo esse conhecimento que nós temos aqui e que foi comprovado por todos esses institutos que aqui passaram. Trazer esse conhecimento tecnológico que nós temos, levá-lo ao povo do interior. Levá-los à nossa Floresta Amazônica. Aquele caboclo que lá vive. Porque eu tenho certeza que ele não vai queimar a floresta e fazer carvão se ele tiver uma outra oportunidade de vida. Ele vai pela necessidade de sobrevivência muitas das vezes. Por falta de uma opção, falta do Poder Público estar próximo da nossa população. Então é isso que nós estamos precisando. Que o Governo Federal, principalmente, possa trabalhar mais, possa investir mais, que o Brasil possa olhar que a Amazônia ela pode ser seja lá o que for para o mundo, que já se falaram, grande reserva, mas nós não podemos deixar o povo tem o Estado tão rico continue tão pobre morando, apenas eu vendo a floresta permanecer. Temos que ter qualidade de vida para o povo. Precisamos da nossa floresta intacta, precisamos dela recomposta, mas precisamos também da qualidade e dignidade que o povo aqui vive. E a gente espera que essa Comissão possa dar um alento, dar uma resposta, pelo menos o norte do Estado para que o Estado do Pará, a Amazônia como um todo possa ver vista de outros olhos, e não apenas como uma grande empresa e o povo daqui fique vendo a riqueza passar e continue cada vez mais pobre. Precisamos melhorar a qualidade de vida do povo para que a gente possa ter dignidade e tranquilidade para viver com nossas famílias. Muito obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Muito obrigado. Grande amigo, Deputado Joaquim Passarinho, passo a palavra nesse momento ao Sr. José Carlos Lima. Presidente Executivo Estadual do Partido Verde.

SR. JOSÉ CARLOS LIMA: Sr. Presidente Eduardo, da Comissão, Senador Casagrande, Deputado Rodrigo Rollemberg, meu querido amigo Ubiratan, nosso grande combatente, em nome do Ministério Público Federal queria fazer uma homenagem a Ubiratan pela luta que trava o Ministério Público nesse Estado. Eu queria ser breve, bem breve, mesmo, só para dizer o seguinte.

Algum tempo aqui no Estado nós temos uma lógica de ocupação da terra que é mais ou menos o seguinte. Madeireiros grilam terra, derrubam a mata e entregam essa área devastada para o boi. É mais ou menos esse o processo. Com a perspectiva de que depois de ser multado pelo IBAMA ele pegue a multa

do IBAMA e na justiça comprove que ele tem a posse da terra com a multa do IBAMA. É assim que funciona aqui. Vocês sabiam disso, né? O Ministério Público Federal sabe disso. Porque assim que funciona aqui a ocupação da terra no Estado do Pará.

O Governo Federal, a única vez que teve um plano global para Amazônia foi na ditadura militar. Durante o governo militar. Errada. Mas teve. De lá pra cá nós temos suspiros. Suspiros de Projeto para a Amazônia que mudam a cada momento de lá pra cá. Por exemplo, nós não temos condições de ver o Presidente da República ameaçar a Ministra Marina e o Ministério do Meio Ambiente ou a área de meio ambiente porque se está discutindo e estudando licenciamento ambiental das hidrelétricas. E dizer que ou libera as hidrelétricas ou ele vai passar a investir na Usina Angra III. Ou libera as hidrelétricas ou eu vou para Angra III. Ou o Brasil se aliar à China na discussão do documento internacional, quando nós não temos absolutamente nada a ver com a China. E não podemos fazer aliança com a China nem com a Índia nesse processo do aquecimento global das emissões de gases. Mas o Presidente ameaçou. Agora veja qual é a nossa situação. Quando você pega o estudo de Belo Monte, todo o estudo diz que vai produzir 11 mil megawatts. Está no Relatório. Quando verifica as condições técnicas, você vai ver que a média vai ser menos de 2 mil megawatts. E quando pergunta para a ELETRONORTE como é que vocês mantêm os 11 mil megawatts eles calam e aí gera uma desconfiança de que a primeira usina é apenas a primeira usina. E que outros lagos vão ser construídos na região.

Então, ou discute isso, ou esclarece isso ou não tem como a gente sofrer ameaça ou você libera Belo Monte do jeito que a ELETRONORTE está querendo ou você tem a usina de Angra III. Não é possível se discutir e se debater nessa discussão diante de uma gravidade tão alta como essa. Então para finalizar eu queria dizer o seguinte.

O Estado do Pará desenvolveu junto com a academia um programa chamado Macro Zoneamento, que não está no SISNAMA, não está na lei, porque nós temos a Medida Provisória que prevê para a Amazônia 8020. Nós não podemos de uma forma sob pena de a gente correr o risco, acabar com essa Medida Provisória sem que a gente tenha certeza do que vai colocar no local. Porque vai ser o caos. Então o que é que acontece? O modelo de macro zoneamento não é aceito. Porque não é o que está regulado. O que está regulado é o zoneamento. Só que o Acre tentou zonear e não conseguiu. Rondônia tentou zonear não conseguiu, porque é muito caro e leva muito tempo. Então o que é que nós tínhamos de fazer? Porque essa é uma

medida federal que a Comissão pode sugerir. Separamos da Amazônia o que nós não achamos que deve ser alterado. E de uma tacada só nós colocamos isso disponível para qualquer tipo de especulação. E vamos discutir o resto porque a gente tem tempo para discutir, para se socorrer da ciência, para fazer modelo, para discutir outro. Sobre pena se a gente não fizer isso, quando nós tentarmos fazer não tem mais nada o que preservar. Então era essa a sugestão que eu queria deixar e parabenizar a iniciativa da Comissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Muito obrigado, Presidente. Eu passo a palavra ao Deputado Lira Maia, já que a gente está alternando as falas, e passo a palavra ao Deputado Lira Maia.

DEPUTADO LIRA MAIA (PFL-PA):

Sr. Presidente, em seu nome gostaria de cumprimentar os demais companheiros da Mesa, cumprimentar nossos Deputados Estaduais e presentes técnicos do setor, diversos setores que aqui se manifestaram, demais convidados, imprensa, enfim. Eu não vou fazer nenhum discurso porque eu saio dessa reunião extremamente feliz e satisfeito com o resultado que ela trouxe, Sr. Presidente. Eu não sou membro da Comissão que aqui veio promover essa Audiência Pública. Vim porque esta audiência é no meu Estado do Pará e como representante político desse Estado no Congresso Nacional fiz questão de vir, mas quero revelar que sempre que for possível, em qualquer parte desse País se eu for convidado, faço questão de fazer presente pelo fato de há muito tempo eu não participava de alguma reunião que falasse em meio ambiente em preservação ambiente em aquecimento global que a gente não visse uma série de depoimentos emocionais, falando muito mais com o coração do que com a razão, e nesta reunião foi totalmente diferente. As pessoas escaladas, convidadas, que participaram aqui conosco trouxeram de fato informações técnicas, informações racionais que, com certeza, se bem trabalhadas, se bem sistematizadas darão oportunidade de nós que estamos nessa função discutir aquecimento global trazer algumas sugestões.

Então eu queria parabenizar a Comissão pela iniciativa de fazer essa reunião aqui no meu Estado, em Belém, agradecer e parabenizar a todos aqueles que participaram com suas contribuições, e dizer que particularmente concordo com muito daquilo que aqui foi dito. Dito pelo representante da EMBRAPA, por exemplo, em outras palavras, que o caboclo da Amazônia queima porque nós aqui na Amazônia não fazemos muito agricultura agropecuária. Nós temos feito principalmente pelo mini e pequeno produtor extrativismo de solo. É muito mais queimar, derrubar e plantar e trazer aquilo que o solo tem sem nele incorporar nada. Quando há

tecnologia e mais, grande problema do desenvolvimento da Amazônia com a pequena produção é exatamente a falta de investimento. O caboclo não quer queimar, não. Ele quer produzir, e a única forma é queimando. Se o Governo, se os programas governamentais fosse mais presentes pudesse promover e fazer com que o pequeno produtor executasse a tecnologia gerada com certeza ele não derrubaria.

Recentemente o Presidente Bush esteve no Brasil, e eu fiquei preocupado, José Carlos, Presidente Bush veio ao Brasil discutir bioenergia que acaba sendo agroenergia e muito mais depois que ele saiu porque as discussões se deram em torno de plantio de cana-de-açúcar. E eu fico me perguntando o que é que queima mais hoje se é o produtor da Amazônia queimando mata ou se é o grande produtor do sudeste brasileiro queimando canavial para colher? Cuja metodologia é colhendo cana. E dez dias depois o Presidente do nosso País começou a chamar os grandes usineiros dos heróis da Pátria. Será que se o Presidente Bush tivesse vindo discutir pequena produção, pequena tecnologia, preservação ambiental, nós não estaríamos tendo conversado também sobre esse assunto depois.

Então eu trago essa preocupação. Acho que nós temos saída, sim, e hoje eu via na Veja, o terceiro Relatório. Animador dando saídas, dando sugestões para que a gente compense e imediatamente possa tomar providência em relação à diminuição dos nossos danos ambientais. Acho que na Amazônia a fórmula mágica que o Governo tinha que encontrar era ir imediatamente parar onde está. Vamos parar. Realmente define o que tem que ser definido como preservação e vamos preservar. Não podemos é criar áreas de preservação ambiental em cima de fazendas que já existem. De grandes plantios de capim. Nós vamos preservar permanentemente aqueles capins lá de novo progresso, por exemplo, que foram criados. Então tem que haver o mínimo de sensatez e o zoneamento agroecológico é importante.

Um mês atrás, recentemente, a FUNAI através de um Decreto está tentando juntar, Parsifal, duas tribos totalmente inimigas uma com a outra na região de Uruará. Duas tribos indígenas em que no meio das duas tem três mil produtores assentados pelo INCRA. Uma antropóloga fez um sobrevôo e detectou que o bom seria juntar e emendar as reservas indígenas. E através de um Decreto criou, juntou, emendou as reservas que são totalmente adversárias e inimigas. Então nós temos realmente que agir com a razão. Agir através da geração de conhecimento. E eu acho que a reunião de hoje ela traz o início de um processo de mudança que nós poderemos provocar se exercer um bem se sentimentalismo essa função. Obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Agradeço as palavras do Deputado Lira Maia. Passo a palavra nesse momento ao professor Dr. Sandro Mesquita, coordenador do curso de Engenharia Ambiental da UEPA representando o Reitor magnífico Reitor Fernando Palacios e quero registrar com muita satisfação a presença da Deputada Estadual Regina Barata. Vou passar para Edna Marajoara que se inscreveu também para fazer uma participação. Temos alguns oradores.

SRA. EDNA MARAJOARA: Boa noite a todos e a todas, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Rodrigo Rollemberg, meu querido, mais uma vez vai ser adiada a nossa viagem para o Marajó, mas na próxima você não me escapa. [risos]

Bom, eu sou Presidente da Cooperativa Ecológica das Mulheres Extrativistas do Marajó, as mulheres anti lobeiras(F) e sou Coordenadora do Foro Internacional de Comunidade Locais no âmbito da CDB, Convenção da Diversidade Biológica. E dentro da Convenção da Diversidade Biológica defendemos mudanças climáticas, defendemos o art. 8J, o ABS e principalmente o desenvolvimento sustentável que nós tivemos que essa projeção nacional como vários dos senhores já me conhecem, os Deputados Estaduais alguns me conhecem bem, e saímos de lá para o palanque internacional sem ter passado pelo nosso estadual. E estamos falando de mudanças climáticas e eu estou muito preocupada com as populações que serão atingidas pelas mudanças climáticas, que tem estudo que diz que dentro de 30 anos o Marajó está 30% coberto por água. Nós somos populações tradicionais, somos mulheres anti lobeiras(F), e elas serão atingidas em cheio por essa mudança climática.

Aí eu fico... Eu tenho algumas questões para botar como população tradicional. Como fica a transferência das populações das áreas atingidas? Porque a gente fala muito que as áreas vão ser atingida. No Marajó nós já temos necessariamente áreas baixas e temos os pesos que foram feitos pelas populações indígenas antes das colonizações. Como vão ficar essas populações? Como fazer o desenvolvimento sustentável das populações tradicionais que têm o seu saber e fazer relacionado com a biodiversidade local? Alguma área das mulheres anti lobeiras(F) vai ser atingida? Elas vão ser transferidas para outro lugar? Esse Governo vai ter esse cuidado de saber que esses fazeres tradicionais não sejam perdidos? Afinal de contas a gente luta tanto por uma proteção ou conhecimento tradicional, a gente luta tanto por uma repartição de benefício, o Deputado Rodrigo Rollemberg quando era Secretário de Tecnologia Social era assim, um herói nosso, porque ele tinha uma visão da tecnologia para nós.

Nós não podemos desenvolver sustentavelmente se não tivermos tecnologia. Não vamos participar de um mercado. E nós precisamos dessas tecnologias sociais. O nosso Projeto com gaseificador, com a biomassa do caroço de açaí, uma usina de extração de óleos vegetais acoplado a uma pequena fábrica, isso é desenvolvimento sustentável. Isso é prática nossa. É o nosso dia-a-dia. Não vamos tentar um modelo. Nós temos esse modelo. Nós temos que separar desenvolvimento daquela coisa de subsistência. Nós temos a subsistência, mas nós queremos desenvolver. Para nós é muito difícil esse desenvolvimento. Nós não temos recursos. Os editais iam até 500 mil, o projeto social coordenado pela EMBRAPA, pela UFRA e pela UFPA ficava muito maior do que isso. Conseguimos um apoio agora no PROINPE no BNDES, através dessa ação do Presidente Lula, desse Decreto para o Marajó quando o Ministério do Desenvolvimento Social nos classifica como baixa renda estagnada. Isso quer dizer que nós não temos condições de desenvolver. Não é verdade. Nós queremos a oportunidade, nós queremos o insumo. Nós podemos mostrar como se faz o desenvolvimento sustentável em base na comunidade. Preocupa-me muito a falta das populações tradicionais aqui. Preocupa-me muito de não ver, estar aqui defendendo os nossos direitos. Agora no momento eu sou Assessora Especial da Governadora num posto, Assessoria Especial para Povos Tradicionais. Pela primeira vez um Governo do Estado nos deu um olhar. E nós pensamos que dentro do Governo nos podemos fazer alguma coisa já que fora era uma coisa impossível.

Eu vi várias projeções aí, eu gostei muito daquela projeção quando está prevendo o desmatamento do futuro. É por isso que nós queremos saber o que o Governo pretende da gente. Porque quando os bagres são empecilhos, nem empecilhos nós somos. Nós não somos citados. Não existimos. E agora foi assinado pelo Presidente Lula a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

O tempo das comunidades tradicionais são outros. Nós estamos fazendo agora os movimentos dos atingidos pelas mudanças climáticas. Que não é uma ação nossa. Nós também não podemos pretender. Nós vamos ser os afogados. Vem tudo, afoga... Já estamos fora da coisa. E sobre desenvolvimento sustentável. O que podemos fazer para desenvolvimento sustentável se nós não temos políticas públicas para os produtos florestais não madeireiros? Se trabalhamos com plantas medicinais, Dr. Rodrigo Rollemberg, o senhor sabe disso, fizemos um Projeto no PPG 7 e no CNPq e depois esbarramos que a nossa universidade é de farmácia, não tem o seu laboratório averbado pela ANVISA. Esbarramos na feira da mata, não é José Car-

los? Esbarramos na feira da mata, que está até hoje, ele impediu meu processo que eu ia denunciar e ele se meteu com o PV e acabou. [risos]

SRA. EDNA MARAJOARA: Eu fui numa reunião do PV com o Presidente do PP aqui em Belém dizer que quando os rapazes levavam as moças para trás da moita, comiam as moitas. Acho que já tem mudado, não é José Carlos? E nós queremos que as nossas boas práticas virem políticas públicas e que essas políticas públicas sejam Projeto de Lei. Eu fui a um plano de manejo, um seminário de manejo sustentável feito pelo GTA e o meu plano de manejo era o único diferenciado. Porque era para produtos florestais não madeireiros. O Estado só prioriza madeira de lei. E nós cara pálida? E nós? Que vivemos da safra da floresta? Como podemos desenvolver sustentavelmente quando o MDA me vem aí com safras? Que safras são essas se o nosso açaí não faz parte? Que safra são essas, se a andiroba, planta do futuro, pelo PROBIO que é a única planta medicinal da Amazônia direcionada ao SUS nessa política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos para o SUS? Como é que nós podemos desenvolver se não somos considerados? Eu tenho a impressão que nos querem voltar pendurados para as árvores. Não tem condições. Nós temos que ter uma proteção ao conhecimento tradicional e repartição de benefício. E gostaria muito que a Câmara Federal pudesse levar para consulta pública o nosso Projeto de Lei sobre conhecimentos tradicionais que está preso na mão da Ministra Dilma. Se não for para consulta pública nós não temos nem como nos manifestar. Esse Projeto de Lei foi criado sem o nosso conhecimento, sem a nossa participação. E isso não é justo. Não é justo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado pela sua contribuição. Passo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

SENADOR ADEMIR ANDRADE (PSB-PA): Meu caro Presidente Eduardo, companheiro Senador Casagrande, parabéns pela iniciativa da criação desta Comissão Especial. A questão das mudanças climáticas a gente percebe hoje no nosso dia-a-dia de maneira especial eu que também sou um produtor rural, sou um homem do campo, eu gostaria de levantar para essa Comissão a necessidade de se avaliar. Se essas mudanças climáticas que nós estamos enxergando no nosso dia-a-dia, quanto delas efetivamente cabem à ação do homem na sua luta por ocupar espaço de terra, e como não há regra na derrubada das nossas florestas, e quanto cabe efetivamente as mudanças da nossa estrela, as mudanças energéticas do nosso sol? Que não é estável, que não é permanente e que muda dia-a-dia. É preciso levar em conta este estudo. Quanto cabe, quanto dessas mudanças climáticas cabem à

ação do homem, quanto cabem à mudança da nossa estrela maior que é o sol? E que muda naturalmente. O nosso planeta já passou por inúmeras mudanças. Nosso planeta já teve dinossauros a 60 milhões de anos atrás e a vida praticamente se extinguiu na face da terra. Nós estamos num novo ciclo e o mundo e suas florestas vêm sendo destruídos há muito tempo. Será que é o que está acontecendo na Amazônia é o que está provocando essa mudança climática? Quanto cabe a cada um?

Depois, é preciso que a Comissão se aprofunde numa questão. Entre a nossa realidade, a realidade do dia-a-dia do cidadão, e a realidade das leis que lhes são impostas relacionadas à questão do meio ambiente. Eu fui constituinte. A Constituição Brasileira colocou limitações enormes na questão da defesa do meio ambiente. Mas as leis ligadas ao meio ambiente são praticamente letras mortas. Ninguém leva a sério as leis ambientais desse nosso País. Porque elas também estão muito distantes da nossa realidade. A questão da sobrevivência e a questão da economia e a independência que tem o processo econômico em si, que é mais autônomo do que a gerência de qualquer Governo e a imposição de qualquer lei, tornam a realidade completamente diferente e fazem com que haja um desrespeito total e absoluto às nossas leis. É brincadeira. Qualquer região do nosso Estado a madeira continua sendo retirada dia e noite sem parar, serrarias continuam funcionando e isso não pára e nem vai parar. Não há como. Enquanto as pessoas não tiverem convencidas ou não tiverem outro meio de sobrevivência, não há como se paralisar isso. Essa coisa de 80% de você poder explorar a sua terra é brincadeira. O INCRA hoje dá documentos a pessoas dizendo que ela tem 80% de mata virgem e elas não têm nenhum metro de mata virgem. É tudo já pasto, é tudo plantio. Mas ele está lá, dá um documento, um título definitivo dado agora nesses dias como se houvesse dentro daquela terra que o INCRA está intitulado 80% de mata virgem. Hoje em toda a Transamazônica, aqui na Transcimetá já acabaram as madeiras nobres, agora os colonos, os proprietários estão vendendo as castanheiras. As castanheiras estão sendo cortadas e vendidas, descascadas e vendidas no nosso dia-a-dia. Os colonos estão fazendo isso de maneira aberta, sem nenhum receio. É só andar na Transcimetá, é só andar na Transamazônica. E não estou dizendo porque me disseram, não. Eu estou dizendo, porque eu estou vendo no meu dia-a-dia acontecer isso. Então há uma distância enorme entre o que se prega na lei e o que está acontecendo na realidade. A lei está a cem quilômetros de distância da realidade. É preciso ver. Todos nós precisamos aprofundar os nossos conhe-

cimentos para ver até onde está a razão das coisas. Na época da Eco 92, se derrubava as florestas e se tocava fogo nelas, nem o aproveitamento da madeira se fazia porque a dificuldade de transporte era tamanha que era mais fácil queimá-las. O tempo, o progresso veio chegando, as estradas foram sendo feitas, e hoje economicamente se aproveita a madeira no momento das derrubadas. As carvoarias estão funcionando com a indústria de ferro-gusa. Elas precisam e vão continuar precisando do carvão. Será que há uma diferença entre você aproveitar as árvores que estão secas nos pastos, economicamente gerando renda ao proprietário e gerando a possibilidade do trabalho do ferro-gusa, será que há uma forma de buscar a legalidade para que essa gente possa trabalhar ou vai se fechar as indústrias de ferro-gusa?

Então é preciso diminuir a distância entre a lei e a realidade. Eu me lembro que mais ou menos 84, 85, eu e muitas pessoas do Pará, eu era Deputado Federal na época, participamos de comícios, de eventos, tentando impedir o fechamento da hidrelétrica de Tucuruí porque os cientistas e pesquisadores diziam que o lago ia apodrecer, que ia ser um inferno, que ia acabar com tudo, que ia virar isso e virar aquilo. E hoje o lago de Tucuruí, hoje não, imediatamente após o fechamento da barragem se transformou no maior criatório de peixe, um peixe nobre inclusive que é Tucunaré e é um dos lagos mais piscosos do Estado do Pará onde sobrevivem milhões e milhões de pescadores e agora inclusive está se implantando o criatório nessas caixas de...

Então é preciso ver onde está a verdade de tudo isso. E tentar encurtar a diferença entre as leis que nós queremos e aquilo que nós pensamos que estamos protegendo e a possibilidade ou não dela ser realizada. Eu não vejo nenhuma possibilidade das leis ambientais hoje serem respeitadas enquanto houver tamanha dificuldade de emprego e de sobrevivência do povo trabalhador brasileiro, porque mesmo que poucas pessoas que estejam ganhando nesse modelo que aí está, mas o cidadão comum se ele não trabalhar o seu dia-a-dia ele também não sobrevive. Não tem quem lhe dê comida de graça. E as pessoas estão lá produzindo, trabalhando porque querem efetivamente sobreviver.

Então é preciso que a Comissão se aprofunde nessa questão. Primeiro a realidade daquilo que efetivamente se quer. É correto, há exageros? Não há exageros. E segundo ver que alternativas vão se dar a milhões de pessoas que estão envolvidas na atividade de trabalho, na atividade de ganhar dinheiro, e para isso fazem, trabalham na pecuária, trabalham na agricultura, enfim, e conseqüentemente destroem as

florestas. Acho que esse ponto é da maior importância diminuir essa diferença entre o desejo e aquilo que se escreve nas leis e a possibilidade de realização daquilo que essas leis querem que sejam efetivamente cumpridas. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Passo a palavra ao Sr. Marcelo Dourado, que é o último. Depois é o Jorge. Penúltimo.

SR. MARCELO DOURADO: Marcelo Dourado, servidor da Câmara dos Deputados. É uma cogitação e uma pergunta. Uma pergunta muito simples para o pesquisador do INPA. O pesquisador Paulo Moutinho. Eu fiquei muito interessado na sua última... Seu último slide sobre instrumentos de compensação da redução do desmatamento. Eu queria que você detalhasse mais essa questão que achei interessante. E uma contestação em relação a ineficácia e a omissão do Poder Público. E aí me reporto à exposição do Procurador do Ministério Público que em parte tudo que acontece, muita coisa que acontece em relação a não mitigação e o que vem acontecendo em relação a efeito estufa é a não presença do Estado. Então é fundamental que os três poderes e o Ministério Público tenham ação mais eficaz em relação a isso.

Então vai a pergunta em relação ao detalhamento sobre esses instrumentos de compensação. Tanto em nível regional e nacional como em nível internacional. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito bem Marcelo. Sei que o Paulo Moutinho vai lhe dar essa informação aqui entre nós. Passo a palavra ao Jorge Luiz Araújo de Sousa, nosso último inscrito.

SR. JORGE LUIZ ARAÚJO DE SOUSA: Boa noite a todos. Saudar a Mesa e as pessoas que estão presentes, e já deixar o meu protesto porque me parece que a lógica não muda. Passa Governo, entra Governo e a lógica não muda. As coisas sempre são trazidas e colocadas aqui para gente e nós temos que engolir. E aí o protesto é porque como disse a companhia que veio falar em nome dos povos tradicionais, é que nós não somos ouvidos.

É importante estar numa Casa que se diz que representa o povo. E aí a gente ouve Deputados aqui falar em defesa desse povo, mas sustentavam governos e sustentam ainda *lobbies* que justamente são os causadores do que aí está. Quando se fala em racionalidade e sou pesquisador também, sou estudante, estou me formando agora, e se vê que alguns filósofos hoje falam na lógica da decadência dessa racionalidade. E foi essa racionalidade que está nos levando ao

extermínio do planeta. Então não podemos falar só em racionalidade. Quando eu me sinto indignado, quando eu vejo a violência que está imposta e não vou protestar contra ela, e não fazer alguma coisa contra ela, é porque eu estou sendo racional e acho que tudo é normal. Hoje está posto aí o PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, mas em nenhum momento se vê posto lá a questão do meio ambiente e muito menos a classe que mais dá emprego nesse País, que é o micro e pequeno agricultor. Não tem um centavo disponibilizado para isso.

Então, como o colega aqui da fase colocou, o problema é a lógica desse desenvolvimento. Se não mudamos a lógica desse desenvolvimento vamos continuar degradando. E aí é importante a presença de vocês aqui dessa Comissão, mas para refletir e levar que nós aqui, o povo amazônida, os movimentos sociais, nós temos uma plataforma que se contrapõe a esse modelo. E é preciso ser ouvido.

Então é interessante que também essas audiências sejam espaço público de verdade onde que nós possamos ser ouvido com mais tempo. Porque aqui um Deputado fala dez minutos, mas se falar três já estão querendo que a gente pare. Porque isso incomoda. Gente do povo falando incomoda. E nós não queremos esse modelo. Nós temos alternativas. Ainda há pouco estivemos reunidos e apresentamos um vídeo e que vocês podem depois adquirir no centro popular, CEPEP que editou e que está em disponibilidade dos cidadãos, que possam ver que alternativa é possível. Outra alternativa é possível. Mas, para isso, é preciso ser que o povo do Estado e da Amazônia sejam ouvidos também, porque ele tem alternativa e alternativas concretas a esse modelo de desenvolvimento. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Passo a palavra ao Relator, Senador Renato Casagrande para suas considerações para em seguida possamos promover o encerramento da reunião.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Primeiro, só em correção ao Jorge porque acho que ele foi injusto conosco. Foi injusto, Jorge. Nós estamos tendo paciência aqui. Ouvimos gente que tem mandato, gente que não tem mandato com a mesma paciência.

Então, a gente tem que falar as coisas com base numa realidade, senão a gente fica desacreditado. Então só queria corrigir da minha parte e da parte do Eduardo, que nós estamos conduzindo e da Comissão, de que nós tentamos aqui ser o mais complacente possível na fala. E tivemos exposição inicial que foi indicação

dos institutos aqui. Mas para fazer essa correção que acho que é importante para não parecer que a gente deu mais espaço para um do que para outro.

Bem, acho que a audiência está cumprindo um papel. Papel para nos dar mais conhecimento, para ser um espaço de manifestação de lideranças aqui do Pará, para que nós possamos conhecer entidades, liderança, instituições, para que a gente possa incorporar conhecimento, mas eu saio daqui talvez com mais dúvida do que quando eu cheguei. Acho que é natural também porque o sistema é muito mais complexo do que a gente possa imaginar. Mesmo que a gente estude que eu seja engenheiro florestal, conheça uma parte, mas a realidade de cada um, a verdade de cada um ela tem a sua legitimidade. Cada um tem a sua legitimidade na hora que faz a sua defesa do seu ponto de vista, de onde você esteja, se é pela sobrevivência, se não é pela sobrevivência, se é apenas por um ato ilegal, mas todo mundo tem suas argumentações.

Eu acho que tem debate de temas, debate do tema da reserva legal e a compensação da reserva legal, eu pedi até ao Procurador que nos subsidie com relação ao tema, acho que é um sistema importante. O debate da ocupação de terras públicas que 75% do Estado do Pará, ou é da União ou é do Estado, é um debate que nós temos que fazer no Congresso, não é só o debate do Pará, isso é um problema da Amazônia.

Então, acho que nós temos que a Comissão pode muito bem aprofundar esse debate, e eu sinto uma divisão. Mesmo que não seja explícita é implícita nas pessoas aqui do Pará. Nós ouvimos lá no Emílio Goeldi e ouvimos aqui matriz produtiva versus matriz sócio-ambiental. Tem gente que defende a matriz produtiva com 20% da área do Estado que seria a reserva, teria a possibilidade de ocupação de 20% do solo, do Estado, dessa região... O nosso representante o Secretário que está aqui falou nesse percentual de 40%... 35 a 40...

Então, eu sinto uma diferença. Porque nós não temos um modelo, nós não temos uma proposta única. Eu sinto uma diferença mesmo que não seja explicitada, mas tem uma diferença com aquilo que é o modelo de desenvolvimento. Agora, eu estou muito aqui no caminho do Deputado nosso amigo aqui. Parsifal. Que tratou da questão de qual modelo que a gente quer para o nosso País e para o nosso Estado, sabendo que mesmo que parte das mudanças climáticas sejam decorrentes das mudanças naturais do planeta, mas ninguém é, ninguém vai desconsiderar o crescimento da concentração de gases de efeito estufa no planeta, e o aumento vertiginoso das temperaturas, especialmente as temperaturas mínimas, as médias e as

mínimas dos últimos anos devido a esse aumento da concentração de gás.

Então, nós temos que considerar todas as coisas, mas está claro que esse modelo que nós adotamos, é o modelo que depreda e que concentra. E que isso cria dificuldade e problemas para nós. Nós vamos fazer mais duas audiências na região. Vamos fazer uma audiência em Manaus e vamos fazer uma audiência em Cuiabá. Na região toda a Região Amazônica. Vamos fazer mais duas reuniões. Para que a gente possa ir aprofundando.

Mas eu vejo assim, eu vim para cá com informação do INPE de que nós conseguíamos reduzir 50% do desmatamento em dois anos, saio daqui com a impressão de um descontrole generalizado com relação à exploração madeireira na região pelo relato de entidades e membros do Governo. Não vi ninguém aqui destacando a eficácia da fiscalização dos últimos anos. Só vi aqui as pessoas fazendo relato de um movimento caótico que tem onde a exploração ilegal de madeira ela é presente e sem nenhum controle. É essa a realidade a mensagem que eu recebi aqui, recebemos outra mensagem lá no INPE e os dados do Governo indicam isso, vamos ver se isso vai se confirmar, mas pelo relato aqui acho que nós temos muito que avançar em termos de controle da exploração ilegal de madeira aqui na região e pelo nível de agressão que nós estamos tendo acho que nós na Comissão vamos ter que ser muito duros nas sugestões com relação a esse controle aqui na região e ao mesmo tempo estabelecendo mecanismos de desenvolvimento para a região. Sei que não é fácil. Falar em mecanismo... Nós estamos com a cabeça focada numa direção. A gente pensar coisas novas não é uma coisa fácil para nós. Para todos nós. Para nós que temos capacidade de receber informação todo dia. Imagina o agricultor que está lá sem receber informação nenhuma.

Então, as pessoas têm dificuldade de enxergar oportunidades diferentes, novas. Mas é uma tarefa nossa de tentar buscar essas alternativas de desenvolvimento aqui para a nossa região. Então queria agradecer a oportunidade, o nosso Presidente vai se manifestar, queria agradecer. Aprendi algumas coisas e fiquei com dúvidas em diversas. Dúvida de como fazer. A pergunta do Marcelo, depois quero falar com você sobre a questão da compensação. Mas como na prática nós vamos fazer? Nós vamos compensar o quê? Vamos compensar o agricultor? Nós vamos compensar o Estado? Nós vamos compensar quem? Porque uma das ações de você manter a floresta de pé é alguém pagar o produtor que não está podendo usar aquela área. Uma das formas de você manter é você remunerar o agricultor que não pode utilizar a área. Se não

pode utilizar a área, num regimento econômico tradicional e conservador o que é que ele pode fazer para poder ter um rendimento? Acho que esse debate da compensação e da remuneração é um debate fundamental e importante para nós durante esse ano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu quero já encaminhando para encerrar essa nossa Audiência Pública, agradecer ao Deputado Cássio Andrade, ao Deputado Joaquim Passarinho, Deputado Parsifal, a todos os Deputados e Deputadas, aos técnicos que deram a sua contribuição, aos Deputados Federais Lira Maia, Deputado Augusto Carvalho, Rodrigo Rollemberg, Deputado Nilson Pinto... O nosso Relator Senador Renato Casagrande, e passar a população do Estado do Pará, especificamente a cidade de Belém, que a Comissão tem poucos dias de instalada, tem algumas providências já votadas pela Comissão e adotadas pelo Relator que são... Nós consideramos importantes para esclarecer toda essa questão de aquecimento global que é um assunto que tem dificuldade de informação, e determinados terrenos de debate que causam a toda a população a impressão de que ninguém sabe exatamente o que está discutindo. Mas pedimos e a Comissão aprovou e vai ser... Está sendo providenciado a publicação dos três relatórios executivos sumários do IPCC com os devidos comentários para dar tradução e publicidade a tudo que a população brasileira tem acompanhado com relação a mudanças climáticas. Até porque eu saio dessa audiência com algumas certezas e isso é muito perigoso, porque quem tem muitas certezas não tem nenhuma. Mas especificamente a questão de investimento em tecnologia e expansão, através da visita que nós fizemos hoje ao Museu Emílio Goeldi, as outras entidades que devem ser procuradas e amparadas pela Comissão, isso é uma situação que precisa ser encarada de maneira prática, com a adoção de inclusão no orçamento, acompanhamento na liberação e que todo o nosso aparato científico, a academia brasileira se sintam confortáveis. Parece que não, mas o que a Comissão tem acompanhado pelo menos com relação à EMBRAPA, ao próprio... O INPE até que nem tanto, mas as instituições que estão à frente de pesquisa e de sugestões importantíssima para o tema, eles fazem um verdadeiro milagre.

Então, a gente sai daqui com essa certeza de que é preciso apoiar, tem a preocupação que tem o Senador Ademir Andrade com relação à referência e a noção de realidade, porque acompanhando como nós estamos acompanhando o debate sobre mudanças climáticas vale a pena uma ressalva.

Na semana retrasada nós participamos de um Fórum de Desenvolvimento Sustentável na cidade de

Nova York. Acho que alguns puderam acompanhar com a presença de sete Governadores, uma palestra de um ex-Presidente Bill Clinton e todo o PIB ligado a agroenergia, produção de etanol... E é incrível como a plenária, como esta e como esta audiência você tem muito mais senso de realidade, para não dizer nada tinha um projeto em andamento com financiamento de quase um bilhão de dólares para que as 300, 400 famílias mais ricas da Europa comprem terras na Amazônia para dar sua manutenção e ganhem o direito de morar numa balsa, ter uma balsa para lazer no rio. Coisa mais absurda impossível. Mas esse detalhe é importante, esse detalhe é importante para dizer o seguinte, nesse momento, em centenas de cidades do mundo está sendo debatido o tema mudanças climáticas e aquecimento global. Podem levar a discussão para onde eles quiserem, só não vão dar conta de discutir sem falar a palavra Amazônia, sem falar a palavra Brasil e sem falar a palavra desmatamento. Daí amplia-se a nossa responsabilidade porque é um debate e a gente não tem como correr desse debate.

Eu estava com o Moutinho nessa semana no debate na TV Câmara e um dos debatedores fez uma observação estranha, nós hoje ligamos a internet lá, o computador, e está lá uma agência que está se especializando, e aí já serve o que falou a nossa amiga, a Edna, uma agência de turismo que está se especializando em pacotes para destinos que vão acabar. É uma espécie de chamada “conheça antes que acabe” de vários Países e de praias. Uma coisa absurda. Um mercado macabro do aquecimento global.

Então, a nossa preocupação na Comissão, e isso tem sido... Ficou claro com a participação dos Senadores, dos Deputados, são 12 Senadores e 12 Deputados, eu acho que a grande vantagem dessa Comissão é a forma e a estratégia de trabalho de conhecer a realidade brasileira, de discutir as suas possibilidades, e até agora também, Senador Renato Casagrande, de combatermos o aquecimento holofótico, se isso pode ser considerado um perigo na política brasileira. Que esse negócio de você antes de conhecer a realidade, de correr os Estados, de trabalhar numa Política Nacional de Mudanças Climáticas, recorrer a facilidade que a mídia oferece hoje e até em alguns pontos até com uma certa discriminação, com um certo desvio ao debate do aquecimento global. Então saio desta audiência empolgado com que nós observamos. A observação de proposta para a nova composição de áreas para reflorestamento que o Moutinho trouxe eu não tive a oportunidade de ver antes. Estou vendo agora fiquei muito interessado. As palavras do Dr. Ortega com relação ao marco legal, a discussão do que a gente quer e do que é possível nesse atual status

de lei, então não adianta muito tentar inverter a lógica. O que eu conversei com o Joaquim sobre quem realmente tira a madeira. Quem é que está retirando a madeira. Aquela informação impressionante do MDS. Uma linha de produção de madeira no meio da mata. Acho que é isso que o Brasil precisa conhecer e essa observação, esse olhar. O que vai fazer o caboclo da Amazônia diante da necessidade de comer e com informação que o Al Gore vem sábado ao Brasil e cobra 250 mil dólares numa palestra. Então, esse ambiente que nós estamos vivendo e que precisamos enfrentar é que nos deixa estimulados e conscientes de que estamos enfrentando uma realidade muito difícil, e se a gente não tomar cuidado, além de não resolvermos de maneira interdependente a questão do aquecimento global e das mudanças climáticas, vamos colocar o Brasil e a Amazônia e os Estados mais pobres no contexto de dificuldades ainda maiores.

Portanto, apoio e financiamento expressivo, claro, objetivo, não pode o Museu Emílio Goeldi ter um orçamento de seis milhões por ano e a PETROBRAS ter gastado 150 milhões na campanha de divulgação da auto-suficiência. Tem alguma coisa errada nisso e o Congresso pode atuar na questão do orçamento, o Congresso deve atuar nesse sentido e eu acho que começamos bem a nossa caminhada das Audiências Públicas. Essa é a segunda visita, a primeira foi no INPE, visita mais específica do ponto de vista científico, mas dessa vez deu para sair daqui, como disse o Senador Renato Casagrande mais preocupados do que nós chegamos, mas mais esperançosos de que o Congresso está no caminho certo. Muito obrigado. Agradeço a todos vocês.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 19h35.

VISITA EXTERNA AO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI:

SENADO FEDERAL

COMISSÃO MISTA ESPECIAL MUDANÇAS CLIMÁTICAS

VISITA EXTERNA AO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA PELO ATO Nº 01, DE 2007, “DESTINADA A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL”.

REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 10 MINUTOS.

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Aqui estão presentes o Presidente da Comissão, Deputado Eduardo Gomes, o Deputado Rodrigo Rollemberg que também faz parte da Comissão, o Deputado Augusto

Carvalho, o Senador Nery, o Relator da Comissão é o Senador Renato Casagrande que ainda não chegou. Então estão aqui presentes os consultores da Comissão, seus Assessores e os coordenadores dos departamentos de pesquisa e comunicação aqui do Museu Goeldi, além de três pesquisadores convidados para estarem aqui e apresentarem 15 minutos alguns resultados de pesquisas e de sua experiência com relação à temática.

Então nós dividimos aqui essa apresentação da seguinte forma. Eu vou fazer uma apresentação institucional breve para que vocês conheçam melhor a instituição, o Museu Goeldi, e depois nós entramos na temática, na discussão das questões de mudanças climáticas.

Então, se houver alguma outra sugestão de como começar estarei aberta para que a gente possa fazer da melhor, da maneira mais informal como vocês mesmo querem esse primeiro contato aqui no museu. Depois daqui nós vamos levá-los até o prédio da Rocinha onde tem uma exposição de longa duração e depois nós vamos conversar um pouco na sala de reunião e aí nós vamos para o almoço às 12h, 12h30. Tá bom assim?

Então, o Museu Paraense Emílio Goeldi é uma instituição muito antiga, ela foi criada em 1866, é um museu voltado para a pesquisa, nas áreas de ciências humanas, ciências da terra e ecologia, zoologia e botânica. E tem estudado durante todos esses anos a diversidade biológica, diversidade cultural e também é uma instituição formadora de recursos humanos em vários níveis. É também o museu voltado para a comunicação e extensão. As áreas principais de educação, museologia e comunicação da ciência.

O Museu Goeldi, uma unidade de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia, é a instituição mais antiga, instituição de ciência, casa de ciência mais antiga em atividade hoje na Amazônia e no planejamento estratégico de 2006 que nós terminamos o ano passado nós definimos uma nova missão para o Museu Goeldi que é essa de realizar pesquisas, promover inovação científica, formar recursos humanos conservar acervos e comunicar conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionadas à Amazônia. Nós temos três bases físicas. Uma delas é essa aqui, o Parque Zoológico, um parque antigo, mais de cem anos de existência, cerca de 120 anos, um campo de pesquisa mais recente na avenida perimetral próximo à EMBRAPA, com dez hectares, esse parque tem cinco hectares e pertence ao Governo do Estado, é um comodato com o Governo Federal com o Ministério de Ciência e Tecnologia. E a nossa estação científica dentro de uma floresta nacional do IBAMA

também um comodato com o IBAMA que já duram 13 anos. O campus de pesquisa vocês têm uma idéia da localização, dos prédios aonde funcionam os laboratórios, as coleções, os serviços de processamento de dados, coordenação de documentação e informação e as salas de pesquisadores. A estação científica ela fica 400 quilômetros de Belém no Município de Melgaço um Município que tem um dos menores IDHs do País. É uma floresta nacional, dentro de uma floresta nacional de 330 mil hectares. Aí a localização, é um zoom que vai dar exatamente na estação e vocês podem ver ali em cima, próximo a... Não tem aquela área mais aberta aí é a sede da estação com três mil metros quadrados de área construída, um laboratório natural muito importante para a realização de pesquisas. Aqui vocês podem ver um pouco dessa base. É uma base física muito boa, uma das melhores do mundo tropical. Essa é uma ala do alojamento da estação científica.

O esforço de coleta na Amazônia nossas coleções e acervos esses dados já estão um pouco ultrapassados, mas aqui dá uma idéia por onde o Museu Goeldi andou buscando informações e conhecimento sobre biodiversidade e sistemas culturais. Aqui são nossos levantamentos arqueológicos, etnográficos, antropológicos e biológicos. Vejam que há alguns lugares que têm lacunas de coletas de informação, mas principalmente nas regiões de Belém, ao longo dos rios nós temos informações em nossos acervos. Aqui a coordenação de zoologia tem inúmeros acervos, zoológicos, de invertebrados e vertebrados, tem duas grandes linhas de pesquisa, sistemática zoológica e biogeografia, ecologia e conservação de fauna. As coleções zoológicas então de répteis, de peixes, de invertebrados, de mamíferos e de aves. São acervos importantes referências para o mundo tropical. Coordenação de botânica são quatro linhas de pesquisa na área de sistemática, morfologia, botânica econômica e manejo, tem um grande acervo que é o herbário, um dos maiores herbários da Amazônia, são três grandes herbários aqui na região do INPA, EMBRAPA e Museu Goeldi, e temos também outras coleções de botânicas associadas que são as coleções de madeira, de pólen e de tecidos. A coordenação de Ciências Humanas é uma coordenação que tem três grandes áreas de atuação. Antropologia, arqueologia e lingüística indígena. Temos acervos muito importantes de arqueologia, de etnografia, e mais recentemente formamos um centro de documentação indígena com o resgate de inúmeras línguas ameaçadas de extinção e todas documentadas em CDs, e em livros e filmes. Então é um centro muito importante de documentação lingüística aqui na instituição. A coordenação de ciências da terra e ecologia tem três grandes linhas de pedologia, geomorfologia e

geoquímica, ecologia de paisagem e geologia histórica. Tem duas grandes coleções, importantes coleções de paleontologia e de minerais e rochas. Nós temos hoje quatro cursos de pós-graduação, todas em parceria com instituições de ensino daqui do Estado do Pará. Então o mais antigo é o mestrado e doutorado em zoologia com a Universidade Federal do Pará, o mestrado em botânica que abriu no ano de 2002, o mais recente, o mais recente deles é o mestrado em ciências ambientais, uma parceria entre o museu, a Universidade do Pará e a EMBRAPA, e o mestrado e doutorado em ciências sociais junto a Universidade Federal do Pará.

Aqui onde nós estamos, o Parque Zoobotânico é desafio muito grande a conservação desse espaço e a formação, a revitalização desse espaço, desse parque. Nós somos... Esse parque é tombado pelo IPHAN, ele é tombado pela Secretaria de Cultura do Estado, ele é um Jardim Botânico pela resolução do CONAMA e ele faz parte do centro da rede brasileira de jardins botânicos. Nós temos que atender a várias legislações e isso tem nos causado uma série de desafios para a manutenção desse parque urbano no centro da cidade que teima em sobreviver há mais de 100 anos aqui no centro de Belém. Então aqui nós temos inúmeras ações educativas, eu estou citando algumas aqui apenas que dão idéia para vocês do potencial desse parque, da instituição e a importância que tem com relação a ações educativas de educação em ciências, educação para a cidadania. Temos então aqui o Clube do Pesquisador Mirim são um uma coleção didática, temos a biblioteca aqui ao lado, de ciências, temos várias exposições, nesse momento apenas uma, mas temos previsto mais duas grandes exposições para o parque, temos o minuto zoobotânico, a formação de monitores ambientais, o Prêmio José Márcio Ayres para jovens naturalistas, educação e conservação de espécies aromáticas e outras iniciativas. Aqui é para vocês terem uma idéia do índice de visitação do Parque Zoobotânico, esse é um índice pago, como se fosse apenas os visitantes que pagam a bilheteria, que pagam para entrar e visitar o parque. Hoje está na faixa de 167 mil e é um dos maiores índices de visitação do Brasil em museus. Temos aqui alguns desafios de aumentar essa visitação. Houve uma queda por conta do fechamento do aquário por problemas de infra-estrutura e agora vamos tentar revitalizar esse aquário ainda esse ano e eu tenho certeza que esse número vai crescer. Fora esses visitantes temos mais ainda cerca de 60 ou 70 mil crianças, estudantes que vem aqui todos os anos. Esse é o índice anual, estudar e participar das atividades educativas no parque, não estão contabilizados aqui. Aqui nós temos então o plano de revitalização para

esse parque. Já iniciou em 2005, tem algumas áreas do parque que já foram revitalizadas, como a própria Rocinha que é a logomarca da instituição, hoje abrigando uma importante posição. São setores que já foram revitalizados. E aqui a idéia a partir do ano 2007 revitalizar alguns dos setores, é para dar uma idéia para vocês, aqui como ficará a área de restaurante, uma área de lanchonete. Aqui dois recintos que estão desativados hoje. Lago dos Pirarucus, Lago das Tartarugas, aqui nós estamos conseguindo fazer isso com recursos do Tesouro, mas só para terem uma idéia do desafio que é revitalizar esse parque. Já estamos com... Aqui é o aquário, também conseguimos agora o recurso do Ministério do Turismo de 250 mil reais, estamos tentando junto a Mineração Rio do norte o restante do apoio para revitalização e abertura do aquário que é o aquário mais antigo desse País. Aqui, Deputado Rollemberg, é o Centro de Exposição Eduardo Galvão que graças à ação de Secretaria de Inclusão social a época que o Deputado era Secretário nós conseguimos recursos do Ministério para a reforma desse importante Centro de Exposição que vai ter mil e duzentos metros quadrados, duas salas novas de exposição, auditório de 60 lugares. Um anfiteatro, uma cafeteria, banheiros, e agora estamos na fase de... Já ganhou Projeto da DPJ, arquitetos associados de Belém, estamos na fase de terminar o projeto, tem uma comissão avaliadora, e depois partimos para a licitação da obra e devemos inaugurar, espero, no ano que vem, no início do ano que vem. Aqui é uma idéia da revitalização do espaço da onça. É uma espécie ameaçada de extinção que precisa ter um espaço adequado. O nosso está fora da Legislação. Então nós estamos agora tentando buscar recursos para a revitalização desse espaço e também do recinto do peixe-boi que é outra espécie ameaçada de extinção está aqui há 44 anos e devemos fazer alguma ação de melhoria para esse animal. Aqui é uma programação visual de como também ficará a identificação das espécies da fauna e flora do parque e ainda a adaptação do Parque Zoobotânico aos portadores de necessidades especiais. Também outro grande desafio e que nós estamos tentando conseguir fazer isso até 2008, início de 2009. Aqui dessas considerações sobre a instituição, eu gostaria de lhes falar que essa instituição tem um planejamento estratégico ou um plano Diretor 2006, 2010 que coincide com essa gestão que iniciou em 2005 e termina em 2009, então nós temos muito claras as metas que nós queremos alcançar, todas as atividades, e estamos caminhando para tentar realizar todas essas metas. Temos hoje uma maior sinergia com os problemas do Ministério da Ciência e Tecnologia para a Amazônia. Alguns deles vocês vão ver aqui, o resultados dessas pesquisas

que diz respeito à temática discussão da Câmara, da Comissão. Temos uma agenda científica muito grande. Vocês viram pelas áreas de atuação do museu nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Naturais. Então atender as demandas da Amazônia, elas são muito difíceis com infra-estrutura, com os recursos e com o pessoal que nós temos aqui, mas nós tentamos atender essas demandas que são de diversas ordens, desde demandas de Municípios, de organização de produtores, demandas do Governo Federal, do Governo Estadual, participação em Comissões, então nós temos realmente um desafio muito grande juntamente com o INPA em Manaus as duas maiores instituições do Ministério Ciência e Tecnologia aqui em atender uma demanda por conhecimento da Amazônia que é muito grande e cada vez mais com essa questão de mudanças climáticas requer um esforço do nosso quadro científico e de parcerias e buscar parcerias e formação de redes de pesquisa para que nós possamos atender a essa demanda.

A recuperação da infra-estrutura física por um tempo ficou negligenciado. Nós agora há três anos, nós estamos tentando através dos fundos... Ceteinfra(F) principalmente dos fundos setoriais e da ação transversal do MCT estamos conseguindo recuperar parte dessa infra-estrutura física, mas ainda falta muito mais. A recuperação do orçamento eu estava lhes dizendo na minha sala há pouco que o grande problema dessa instituição é a questão orçamentária. O orçamento do Tesouro é da ordem de 6 milhões de reais/ano. Portanto é muito baixo. Não tem crescido na medida do crescimento da instituição. Nosso orçamento hoje deveria ser pelo menos o dobro. 12 milhões de reais/ano. E isso tá fazendo com que nós deixemos de fazer muita coisa. E tem me preocupado muito porque muitas coisas são fundamentais para o funcionamento dessa casa de ciência. Então nós estamos tentando agora essa semana começa a discussão do PPA no MCT 2008, 2011 nós devemos levar essa demanda do orçamento para o Ministério. A fixação de Recursos Humanos, novas contratações assim como outras instituições vocês já devem e já me disseram ali no meu escritório, na minha sala que isso também, várias instituições sofrem desse problema, e nós temos aqui algumas especialidades que são realmente únicas. Por exemplo, na área de Ciências Humanas nós temos muito pouco antropólogos. Na área de etnografia nós temos uma etnógrafa que agora está saindo para acompanhar o cônjuge que é o Presidente da FUNAI que é pesquisador do Museu Goeldi, então nós vamos ficar sem nenhuma etnógrafa. Então, é complicado isso para a instituição. Nós temos um acervo etnográfico muito grande e importante então isso nos preocupa. Antropólogos indígenas nós temos

apenas dois. Na área de biodiversidade também temos poucos pesquisadores. Proximamente esse ano temos cerca de 21 pesquisadores... 11 pesquisadores que já estão em tempo de serviço para se aposentar. Só na área de biodiversidade.

Então, é uma instituição que é necessária uma revisão desse quadro e o aumento que na nossa estimativa hoje é da faixa de 150 servidores. E a questão de sustentabilidade institucional com todas essas outras questões que eu falei aqui, é hoje um ponto importante de discussão como sobreviveremos mais 140 anos. Então é uma discussão que nós temos aqui, qual é o tamanho da instituição, por exemplo. Qual o tamanho ideal do Museu Goeldi. Hoje nós somos 270 funcionários, mas temos aqui diariamente cerca de 800 a 900 pessoas entre terceirizados, bolsistas, estudantes de diversos níveis, desde iniciação científica até pós-graduação que estão trabalhando conosco, bolsistas de capacitação institucional também que é um programa do MCT trabalhando conosco diariamente. Então é uma instituição grande, uma instituição que requer uma revisão periódica do seu tamanho, do tamanho da infra-estrutura, dos apoios e das parcerias que nós temos para poder continuar com a nossa missão e com uma visão de futuro de ser referência em centro de excelência e referência também em políticas públicas para a região.

Com essas palavras finais eu gostaria de dizer que nós temos um desafio grande diante da problemática da Amazônia, tanto de conhecimento como de viabilização eu diria da produção econômica na Região Amazônica, a questão ambiental, produtiva e ambiental, e é esse desafio ele não é só do gestor, ele é de todos nós. E aqui eu apelo para que nós possamos em outro momento aprofundar um pouco as discussões de sustentabilidade das discussões de pesquisa da Amazônia que requerem um cuidado muito especial.

Obrigada por estarem aqui conosco conhecendo um pouco do Museu Goeldi, e nessa segunda etapa nós vamos iniciar, não sei se vocês quiserem... Tem algum comentário antes de passar a essa segunda etapa da discussão da problemática da...

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Vou cumprimentar a todos aqui em nome do nosso Presidente Eduardo Gomes, justificar a ausência ainda temporária do Relator, Senador Renato Casagrande, que teve um problema no Espírito Santo, problema de família, e retardou o voo, mas está vindo para a segunda parte das apresentações, dizer da imensa satisfação de estar aqui novamente no Museu Goeldi que é um Instituto de Pesquisa que é referência da Amazônia. Acho que é uma grande oportunidade, uma oportunidade para que esta Comissão Especial

sobre Mudanças Climáticas conheça o que já vem sendo feito na Amazônia, pelos institutos de pesquisa da Amazônia, pelo Goeldi, pelo INPA, pela EMBRAPA, pelas universidades, é importante a gente conhecer as necessidades desses institutos de pesquisa que têm uma contribuição enorme a dar não apenas ao enfrentamento do problema das mudanças climáticas, mas a toda a viabilidade econômica e sustentável da Amazônia, as alternativas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, como melhorar a qualidade de vida deste povo preservando a floresta ou utilizando de forma sustentável a floresta, e ao conhecer essas necessidades nós temos que construir um grande leque de parcerias entre a comunidade científica e o meio político no sentido de garantir recursos para que essas instituições possam desempenhar o seu papel com toda a capacidade que tem e que não estão podendo utilizá-la na sua totalidade em função da falta de recurso. Acho que essa é uma oportunidade de nos conhecermos melhor, de trocarmos experiências e fazer a aliança entre o meio científico e político no sentido que a gente possa utilizar os nossos trabalhos e posamos também com bases e informações científicas traçarmos políticas públicas e novos marcos legais que permitam o Brasil enfrentar esses novos desafios de tempos de aquecimento global. É com muita satisfação que eu, em nome da Comissão, saúdo a presença de todos aqui. Muito obrigado.

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Obrigada, Deputado. Bom, vamos começar então essa segunda etapa. Eu gostaria de chamar aqui primeiramente o Dr. Ulisses Confaloniere que é pesquisador da FIOCRUZ e pesquisador visitante do Museu Goeldi que desenvolve importante trabalho na área de saúde, participou do Relatório, participou como membro do painel de mudanças climáticas e vai nos falar sobre o Relatório e os principais problemas associados à Amazônia e também ao nordeste. Por favor.

SR. ULISSES CONFALONIERE: Bom, um bom dia. Obrigado Ima, pelo convite. Que o eu vou mostrar para vocês aqui é um sumário do sumário. Isso já foi apresentado em outras partes no Brasil recentemente, e obviamente mostrando uma ênfase maior nos problemas das mudanças climáticas relacionado à saúde que é minha área, mas algum contato com outros setores porque setores esses que são importantes impactados pela mudança climática e que são importantes para a área de saúde. Eu na realidade eu coordenei o Comitê de Saúde do IPCC. Aliás, ainda coordeno. Não acabou o IPCC. O que foi divulgado em 6 de abril foi o sumário para tomadores de decisão, mas o Relatório completo ainda não foi dado à publicidade a ele.

Então, eu vou apontar aqui o que o sumário do Relatório mostrou em relação... Quais são os grandes problemas associados à mudança climática que têm relevância para o setor saúde. Eles são relevantes em si mesmo, mas também para o setor saúde.

Então, primeira questão, indisponibilidade de água. Então, com o impacto na produção de alimentos. Isso está projetado para ocorrer nos trópicos, principalmente nas áreas mais secas do trópico, isso no mundo inteiro. Não é uma projeção específica para o Brasil nem para a América do Sul. Uma outra questão importante tem a ver com os recursos hídricos. Então as áreas afetadas pela seca terão problemas de disponibilidade de água. Existem projeções feitas com base nos modelos adotados pelo IPCC, mas feita por instituições brasileiras basicamente o CPTEC que regionalizou essas projeções para a América do Sul. E aqui na América do Sul, no Brasil basicamente, se espera uma redução de chuvas e aumento de temperatura principalmente nas regiões norte e nordeste do País. Em relação ainda a recursos hídricos, as mudanças hidrológicas vão afetar a qualidade de água de lagos e rios. Afetarão outras coisas, eu estou só enfatizando o que tem relevância para o setor saúde. Ecossistemas. Alteração na fenologia. Quer dizer, reprodução, migração, distribuição geográfica de espécies de plantas e animais. Isso já está ocorrendo na realidade. Eu não incluí aqui a lâmina com os impactos já observados porque todos eles são na Europa. Não tem nada observado fora da Europa, por quê? Porque investimento em Ciência e Tecnologia da mudança climática é maior na Europa. Os americanos não gostam muito de falar desse assunto, mas existe pouca coisa no Canadá, pouca coisa no Japão, mas a grande preocupação e todos os achados de mudanças no sistemas biológicos relevantes são todos estudos europeus. Sistemas costeiros se projeta à vulnerabilidade de milhões de pessoas que vivem próximo do nível do mar por conta do aumento do nível do mar que é projetado, e principalmente as áreas mais baixas, mais vulneráveis à inundação, mais populosa e obviamente com a população mais vulnerável que é aquela que tem menor capacidade adaptativa, ou seja, a população mais pobre.

Nas zonas urbanas também existem comunidades extremamente vulneráveis, se a gente olhar o que acontece no verão no Brasil, esse ano mesmo no início do ano a quantidade de deslizamentos de terra e zona urbana matando gente, inundações e transbordamento de rios... Então zonas urbanas por terem problemas de drenagem e condensaram a população muito grande no mundo inteiro, são consideradas áreas bastante vulneráveis.

Então, em relação especificamente à questão da saúde. Existem vários problemas de saúde que são projetados, os observados mais uma vez já foram observados na Europa, foram ondas de calor com alta mortalidade, aumento de concentração de pólen na atmosfera causando alergia e também algumas doenças que estão migrando mais para as latitudes norte na Escandinávia e na Europa central nas montanhas, doenças transmitidas por vetores. Então existem alguns grupos de população em todo mundo, não é só nos Países pobres, populações pobres de zona urbana, idosos, crianças, sociedades tradicionais tipo indígenas, sociedades de subsistência e comunidades costeiras de modo geral são consideradas os segmentos populacionais mais vulneráveis aos impactos do clima em geral e particularmente na questão da saúde.

Como efeitos futuros à saúde vai ser afetada com questão da indisponibilidade de alimentos, ou perda da produção, aumentando problemas nutricionais, a carga de doenças e mortes causado por eventos extremos que a gente chama, ondas de calor, inundações, tempestades, secas e incêndios. E também aumento na carga de doenças diarreicas. Toda menor disponibilidade de água sempre implica aumento na carga de doenças diarreicas. Ainda como efeitos futuros aumento das doenças cardiovasculares devido à concentração de ozônio que é um poluente veicular. Um smog fotoquímico, ele é acelerado a formação do smog em função do aumento de temperatura e como esses basicamente se concentra nas zonas urbanas isso seria um problema mais urbano. E também alterações na distribuição espacial da população de vetores de doenças infecciosas. Existe um pouco de desinformação na imprensa em relação a isso. As pessoas às vezes me perguntam: Mas com o aquecimento global vai ter malária em Santa Catarina, ou no Rio de Janeiro? Não é bem assim. A malária está na Amazônia porque os sistemas naturais suportam a doença. Até 1957 tinha malária em Santa Catarina. Litoral de Santa Catarina era cheia de malária e a malária foi erradicada porque eles urbanizaram, desmataram e controlaram os mosquitos e acabou a malária. Não é porque a temperatura vai aumentar que vai ter malária na redução sul e sudeste do País. Essa é uma preocupação da Europa, quer dizer, da temperatura ficar mais quente e a malária sair da África e ir para a Europa. Aliás, tem uma doença viral que já foi, já saiu da África e atravessou o Mediterrâneo e esse é um dos problemas que os europeus estão tendo. Só que não é uma doença humana, é uma doença de ovelhas. É um vírus.

Bom, então algumas situações problema no Brasil. Projetadas. Isso não foi observado ainda. Doenças de veiculação hídrica. Você imagina o semi-árido brasileiro

com menos chuva a gente tem alguns problemas sérios ali. Indisponibilidade de alimento, indisponibilidade de água, e eventualmente migrações para fora da região em busca de sobrevivência. Deficiências nutricionais, e migrações com a possibilidade de redistribuição de doenças endêmicas da região nordeste para norte, para sudeste ou da norte para nordeste assim por diante tipo malária. Aí é redistribuição porque as pessoas doentes migram de um lugar para outro. Não é o mosquito que apareceu de repente.

Ainda como situações problemas, os eventos extremos nas cidades eu já falei. E também as epidemias de doença veiculada pela água que não são raras no Brasil. 1996 teve uma epidemia dessa no Rio de Janeiro com mil e oitocentos casos. Talvez tenha sido a maior epidemia de leptospirose da história da saúde pública no mundo inteiro. Então ainda como situações problema no Brasil, as doenças mais vulneráveis à mudança do clima são a malária, que está basicamente na região norte e um pouco no centro-oeste, a dengue no País inteiro e a leishmaniose praticamente no Brasil inteiro. Então o quadro das doenças futuro ele é ainda uma incerteza porque não existem estudos específicos sobre isso. Ainda como ponto de maior vulnerabilidade, já falei. Aumento da aridez, isso aqui já é um pouco a projeção do IPCC para junto com os estudos do CP-TEC, o aumento dos eventos climáticos extremos na região sudeste, a perda de espécie no cerrado, isso aqui é um estudo específico, já existem projeções de que o zoneamento agrícola do País, vocês já devem ter ouvido o pessoal da EMBRAPA falar sobre isso, que não vai conseguir plantar mais café em São Paulo, vai ter que plantar café no Uruguai ou Rio Grande do Sul alguma coisa desse tipo. E no Pantanal alterações do ciclo da água e perda de biodiversidade.

Em relação à Amazônia existe uma possibilidade da Ilha de Marajó a parte leste perder área pela invasão do oceano. Os manguezais Costa norte são vulneráveis, principalmente nas áreas mais baixas, a savanização da Floresta Amazônica que parece que no Executivo Federal virou uma palavra maldita, não sei, não pode se falar de savanização, tem que falar de perdas de árvores. Não sei, o Leonardo é que sabe. Eu tenho ido a reuniões no MCT, no MMA e não, savanização não pode. Aliás o delegado brasileiro no IPCC foi a única objeção que ele fez ao sumário foi a palavra savanização. O delegado é do MCT. Aí tirava a questão para discutir. Não, vamos discutir paralelamente isso aí e depois a savanização não foi bem aceita.

Alterações no nível de chuva e invasão dos rios na Amazônia com enormes... Essas mudanças projetadas vocês podem imaginar a situação amazônica ela tem enorme repercussão para a população extrativista.

A população agrícola, de agricultura de subsistência, populações tradicionais. Quer dizer, um ressecamento de larga escala na região como diminuição de chuva, etc, vai ter implicações enormes em relação à disponibilidade de recursos naturais e na região nordeste mais ainda.

Isso aqui é outra questão. Eu tive uma reunião no Ministério do Meio Ambiente há umas poucas semanas atrás a gente não ouve essa discussão no Brasil, o que é espantoso. A África do Sul, por exemplo, eles fizeram um planejamento de área de conservação de fauna e flora endêmico, ameaçada de extinção junto com os países vizinhos. Porque daqui há 50 anos... Aqui estão as nossas flores, daqui 50 anos elas vão estar no país vizinho, porque elas vão migrar. Então aquela área com aquelas espécies de hoje não vai servir daqui para 50 anos porque há uma projeção de migração em direção ao norte de fauna e flora.

Então, eles fazem o planejamento junto com a Namíbia, junto com Botsuana e com Moçambique. Planejamento é para 50 anos e as áreas têm os corredores migratórios já sendo projetados. Nós temos uma quantidade enorme de área de conservação na Amazônia, principalmente, e tem que ser discutido isso. Quer dizer, a reunião do Ministério do Meio Ambiente há poucas semanas atrás também ninguém falava nisso. Aí o Secretário perguntou: Qual é a lacuna que tem? A lacuna é discutir a área de conservação a longo prazo. Faz-se uma reserva enorme agora que teve aqui no Pará no norte, bom, daqui a 50 anos aquela fauna vai estar na Guiana. Então você tem que conversar com a Guiana se vocês querem salvar os bichos e as plantas.

Bom, já estou acabando. Aí parece que o Ministério do Meio Ambiente está puxando a história do Plano Nacional brasileiro de adaptação. Acho isso muito bom. É preciso começar logo, embora a ciência brasileira seja insuficiente ainda. Isso a gente tem que produzir mais conhecimento científico e essa produção tem que ser integrada para nós do setor saúde eu tenho que saber o que vai acontecer com a produção de alimentos, com a água. Senão não posso dar nenhuma opinião, cenário de saúde para o Brasil.

Só para terminar, isso aqui foi um estudo encomendado. São três laminas só. Um estudo encomendado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e concluído há dois anos atrás que não teve muita divulgação ainda só na imprensa. Foi um mapa brasileiro de vulnerabilidade setor saúde aos impactos das mudanças climáticas. Então a gente usou índices socioeconômicos, aqui aparece o componente socioeconômico. Quanto mais escuro a cor maior a vulnerabilidade socioeconômica.

mica. E depois se alguém se interessar a gente pode disponibilizar o relatório.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Quanto mais escura a cor...?

SR. ULISSES CONFALONIERE: Mais vulnerável. Em suma são piores os indicadores socioeconômicos. A gente compôs isso com os mapas das doenças vulnerabilidade epidemiológica e existe uma série de critérios. A gente trabalhou com doenças tropicais. E somou isso tudo para obter o chamado Índice de Vulnerabilidade Geral. E é a vulnerabilidade do momento do estudo. Isso não é para 10, 20, 50 anos. O ranking dos Estados foi esse, o Estado de Alagoas foi o que somou maior... Piores indicadores sociais, problemas de doenças endêmicas e também a presença de eventos climáticos extremos. A gente divulgou isso ano passado basicamente na imprensa, saiu em São Paulo, dois dias me ligou alguém do Governo de Alagoas querendo saber que história era essa. Não o que eu fiz foi ciência. Não é política não. Eu posso mostrar os números. Não inventei, são dados do IBGE, do Ministério da Saúde e do DATASUS. E o mapa final que a gente obteve foi esse. O Índice de Vulnerabilidade Geral concentrado mais na região norte um pouco menos na região sudeste e os melhores índices de vulnerabilidade, ou seja, a menor vulnerabilidade ficou por conta dos Estados do Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Se alguém tiver interesse... A gente está refazendo esse Projeto, em outras bases para a região norte e nordeste, mas aí trabalhando com cenário econômico, demográfico e de saúde. É um Projeto da Fundação Oswaldo Cruz com o [inaudível] da Universidade Federal de Minas Gerais numa parceria. Esse projeto está sendo financiado por um Governo estrangeiro. Só para informação de vocês. Não pelo Governo Brasileiro, que foi mais fácil conseguir os recursos dessa maneira. Acho que esse é o último. Tem mais um? Obrigado.

[palmas]

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Quero então uma questão a ser colocada agora? Segue? No final, é melhor? Certo. Gostaria de anunciar a presença do Deputado Nilson Pinto. Obrigado, Deputado. Ele é atualmente o coordenador da Comissão do Meio Ambiente na Câmara dos Deputados.

O próximo palestrante é o Dr. Leonardo Sá. Dr. Leonardo Sá é pesquisador do INPI também, pesquisador visitante do Museu Goeldi há 4 anos, ele é o coordenador ciências ambientais parceria com a EMBRAPA e com a Universidade Federal do Pará e é nosso coordenador aqui no museu do programa... Do experimento de grande escala Biosfera Atmosfera que é desenvolvido no âmbito do Museu Goeldi na Floresta

Nacional de Caxiuanã, na Estação Científica Caxiuanã, mas que também participa de outras iniciativas.

SR. LEONARDO SÁ: Eu gostaria de cumprimentar a Comissão Mista do Congresso Nacional, e cumprimentar também meus colegas do museu e alunos que se encontram aqui presentes.

É muito difícil falar em 15 minutos sobre um experimento tão grandioso como o experimento LBA. Por trás dessa questão do experimento LBA, está uma reflexão que eu acho que começou a ser feita no meio científico a partir do momento em que foi possível ver o planeta Terra através de imagens por satélites. Isso começou a acontecer mais ou menos na década de 60 quando começou a haver uma preocupação sobre a questão, por exemplo, de como identificar pela NASA outros planetas onde pudesse ter vida.

Então, um pesquisador chamado James Lovelock que formulou uma hipótese e uma teoria muito importante, chamada Teoria de Gaia ele prestou atenção para alguns aspectos da atmosfera da Terra. A atmosfera da Terra ela mantém uma porcentagem de oxigênio períodos bastante longos. E começou a observar se houvesse um aumento de um grau... Ou melhor, 1% na porcentagem do oxigênio médio da atmosfera da Terra a possibilidade de incêndio no planeta ia aumentar em mais de 50%.

Por outro lado, se essa concentração de oxigênio fosse menor do que 11%, ia ser muito difícil alguém conseguir riscar um fósforo. Então é uma questão de mecanismo de equilíbrio. Um mecanismo de retroalimentação. Se tem algum tipo de perturbação no sistema, dentro do sistema ele é suficientemente resiliente para fazer com que haja um mecanismo de volta para posição de equilíbrio. Aparentemente a Floresta Amazônica também tem esses mecanismos, mas junto com essa reflexão sobre estabilidade atmosfera da Terra ele pensou muito na questão do gás carbônico. Desde a Revolução Industrial que a quantidade de gás carbônico aumentar na atmosfera da Terra, e já é sabido desde o final do século XIX que é conhecido o Efeito Estufa. Ou seja, todos nós sabemos que qualquer corpo acima da temperatura de zero kelvin, emite uma radiação. Então no caso a Terra ela emite uma radiação infravermelha, que para nós é invisível. E essa radiação infravermelha ela tem determinados comprimentos de onda e que chegando à atmosfera, a atmosfera pode dependendo da composição gasosa dela absorver e reenviar de volta ou não. Então a questão central é que existem algumas frequências na nossa atmosfera que permitem a saída da radiação. Tem algumas bandas de frequência que é possível perder radiação. A terra emite para o espaço. E isso significa baixar a temperatura. Se por acaso essas

janelas forem tapadas, a temperatura da Terra vai aumentar até procurar através de uma nova emissão, já que a temperatura aumentou, a frequência de emissão também vai aumentar procurar uma nova janela para poder emitir perder radiação para fora.

Então, alguns, essa questão do efeito estufa. O efeito estufa está ligado à radiação emitida pela Terra, a radiação infravermelha e tem alguns gases que tem muita facilidade de absorver essa radiação de infravermelho e reenviá-lo de volta para a Terra. Um desses gases, vamos falar naturalmente se eu estou falando em termos efeitos naturais, o vapor d'água é muito importante. O vapor d'água ele corresponderia a mais de 50% desse efeito. Mas se estou pensando em termos de influência humana, em termos antropogênicos, aí seria o gás carbônico. O gás carbônico seria responsável por mais de 50%, é claro que tem metano, é claro que tem oxido de nitrogênio, tem outros gases. Então a reflexão é a seguinte. Se está tendo tanto CO jogado na atmosfera da Terra, como é que a Terra ainda mantém um equilíbrio na temperatura? Sabe-se que o oceano tem uma capacidade muito grande de absorver, de sorver CO, fixar carbonato, etc. Mas os estudos mostraram, se tentava fechar o balanço, está faltando alguma coisa. E foi aí que começou a haver a preocupação com o papel das florestas. E a Floresta Amazônica é uma das florestas tropicais que ocupam a maior área no planeta. Então eu imagino que essa preocupação com a Amazônia, com o gás carbônico e a Amazônia começou daí. Antes, esse experimento de grande escala biosfera e atmosfera na Amazônia, o LBA teve alguns experimentos precursores na década de 90 ou mesmo antes, e ele foi preparado meticulosamente sob a liderança do Brasil, naquela época no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, mas contou com participação e pesquisadores da comunidade europeia, pesquisadores da NASA e que formularam uma estratégia experimental bastante ampla que previa naquela época a realização de duas grandes campanhas envolvendo várias escalas, desde avião até medida de superfície, principalmente na região de Rondônia que concentrava a maior parte do desmatamento então, mas também em vários outros pontos da Amazônia onde foram colocadas torres com instrumentação meteorológica e outros tipos de pesquisa biogeoquímica, de água no solo, e tudo que eu vou mostrar depois. As duas grandes campanhas do LBA, foi na estação úmida de 1999 e na estação seca de úmida para seca no final de 2002 e durante esse período todo houve uma grande atividade de monitoramento. Ou seja, há uma grande quantidade de dado meteorológico e dado geofísico, dado hidrológico, dado de biodiversidade que está sendo armazenado.

Então, as duas principais questões que o Projeto LBA procurou responder é de que modo a Amazônia funciona como uma entidade regional. E de que modo as mudanças do uso da Terra afetarão funcionamento biológico, químico e físico da Amazônia incluindo sua sustentabilidade, sua influência no clima global.

Então, existem vários subdomínios que podem ser considerados como projetos de estudo no LBA: O sistema climático, água e energia, a química da atmosfera, as tocas e trocas de carbono, a biogeoquímica, a hidrologia do superficial e a química da água e uso da terra e cobertura vegetal do ponto de vista também levando em conta as dimensões humanas. Este é o mapa do Brasil onde se observam alguns pontos-- [interrupção no áudio] ela é extremamente importante para manter o [inaudível] químico na floresta. Ela mantém, mais ou menos funciona como estabilizador de temperatura, ela mantém a umidade e ela tem condições para atuação de microorganismos que vão reciclar os nutrientes, sem os quais a floresta teria dificuldade de sobreviver, pois em geral o solo é quimicamente pobre. Se eu não tiver essa reciclagem natural da própria da Floresta Amazônica, provavelmente o sistema... Isso é típico de um sistema em equilíbrio, mas que se eu tiver pequenas perturbações vou ter danos irreparáveis na questão do equilíbrio. A questão... Aqui tem algumas torres que a gente chama às vezes de torre de fluxo ou torres meteorológicas, mas essas torres elas são construídas sem poder mexer no meio ambiente. Se eu faço uma clareira ou abro um caminho com trator para construir a torre, eu estou alterando um meio que eu quero medir. Então uma das maiores dificuldades de construção da torre é que a gente não pode mudar esse meio que a gente quer estudar então a gente tenta fazer o mínimo de modificações e existem algumas torres como essa torre à direita no alto de Rondônia que ela chegou a ter 60 metros, ela não existe mais porque ela estava numa região desmatada, inclusive os pesquisadores foram ameaçados nos últimos tempos de existência da torre. Mas é uma torre de 60 metros de altura onde são colocados instrumentos meteorológicos tanto acima da copa, como dentro da copa e no solo para medir água no solo, são feitos estudos de fisiologia vegetal, ali em cima se costuma colocar instrumentos para medir os fluxos de carbono.

Aqui são algumas medidas que estão sendo feitas com relação ao diâmetro da árvore, fluxo de seiva, alguns estudos de fisiologia vegetal que são realizados em vários pontos da Amazônia também.

Então, tem alguns outros meios que são utilizados além das torres nós estamos vendo ali o avião Bandeirantes do INPI, nós estamos vendo ali uma habitação dentro da floresta onde os pesquisadores colocam os

computadores e fazem as primeiras análises de dados. Uma torre em região descampada, e uma outra torre ali em Rondônia, e o radar. Essa questão das medidas de torres, quanto mais tempo nós tivermos dessas medidas, melhor. É muito difícil a gente conseguir manter uma série de dados dessas torres ininterruptas. Porque nós temos às vezes problemas de suprimento de energia, queda de árvores, uma torre... Teve uma torre em Santarém que foi destruída há um ano atrás. Mas eu devo dizer o seguinte. Conforme já foi observado aqui, nós já tivemos mais de mil, quase duas mil pessoas envolvidas nessas atividades de torres, eu posso falar isso com grande satisfação que até hoje nós não tivemos nenhum acidente lamentável envolvendo pesquisador ou estudante em torre que é realmente uma prova de que a gente tem um cuidado muito grande com a segurança. Fora da torre, em estradas, já houve acidente. Mas é uma atividade muito penosa, uma atividade que só pode ser realizada em local remoto, os gastos de transporte, o cuidado que se tem que se ter em levar equipamento, manter o equipamento seco, não é tão simples assim.

Então, esse é um esquema mostrando a distribuição dos transectos dos aviões, desde os Andes até a região do Atlântico, fazendo medidas de compostos orgânicos voláteis, CO₂, estudando a química da troposfera e esses aviões eles foram especialmente utilizados em pesquisas químicas da atmosfera, em pesquisa mais de fluxos eles não estavam equipados porque precisava equipamento mais caro. É uma tramitação mais voltada uma torre próxima da região de Manaus mostrando que mesmo uma região como a CF2 e as torres da região de Manaus, das unidades de Manaus, às vezes elas mostram uma diferença muito grande de fluxos de vapor d'água em função da diferença do lençol freático. Às vezes o lençol freático está mais próximo da superfície ou está mais afastado ou tem torres muito próximas, mas às vezes elas mostram uma grande diferença em medida de vapor d'água. Isso é um esquema mostrando aspectos estudados em biologia, em geoquímica, em solos, [inaudível], fisiologia, botânica, biomassa. Há toda uma preocupação em tentar compreender e modelar um ambiente natural e tentar entender como as mudanças no uso da terra estão alterando as características do solo, a fisiologia vegetal, a qualidade do solo, etc. Essas três imagens de bacias, de rios no Estado de Rondônia, estão associadas em diferentes momentos do experimento LBA e conforme o professor Alex Cruz obteve como resultado, ele verificou, ele pensou na questão de como que o carbono e outros compostos químicos são alterados pelo desmatamento.

Então, ele achou que era melhor começar com uma bacia pequena e chegar perto das fontes do rio. E ele chegou à conclusão de que quanto mais a floresta foi substituída por pasto, mais nutrientes está sendo jogado no rio. E o que é pior, às vezes alguns desses nutrientes como o fósforo são extremamente nocivos para alguns tipos de manifestação de vida, como peixes, que determinam às vezes alterações irreversíveis no meio ambiente. Isso é uma questão que ainda não foi feita no LBA, o LBA já fez várias medidas de carbono em cima de floresta de terra firme, mas em cima de rio ainda há uma incógnita muito grande sobre a questão do papel do rio e das grandes massas d'água na questão do balanço do carbono.

Então, esse é um aspecto que eu imagino que tenha que ser desenvolvido mais no futuro. Há algumas experiências bem sucedidas tentando contornar o problema do desmatamento e procurando em lugar de estimular a queima da vegetação, procurar triturar essa vegetação e enterrá-la no solo para manter a qualidade do solo. Então há um Projeto aqui ligado à LBA, a região nordeste do Pará, que é o [inaudível] e há um outro Projeto em Manaus também dentro dessa perspectiva que aparentemente estão dando bons resultados, estão preocupados no momento em definir os melhores índices para determinar como eu posso avaliar a degradação do solo. E aparentemente aqui um dos índices mais considerados mais importantes é justamente o trabalho feito recentemente a incidência de cupins no solo. Outros aspectos aqui da... Isso é uma imagem atual da questão... Da destruição de árvores e uma projeção para o futuro. Para o ano 2030. Há também uma idéia de que as reservas indígenas inibem o desmatamento e a ausência de [inaudível] ativo. Essa questão de aspecto social, aspecto que foi estudado pelo LBA, existem várias pesquisas ligadas ao LBA que estuda o problema, e é a questão de qual o tipo de organização social, qual o tipo de unidade de propriedade vai ser menos danoso ao meio ambiente e vai proteger mais o habitante da Amazônia.

Bom, eu gostaria então de fazer uma síntese, falando principalmente da questão de alguns dos principais resultados científicos que foram obtidos, por exemplo, na área de física do clima. Na área de física do clima, um resultado extremamente importante que é um subproduto do LBA mostrou que uma parte considerável do vapor d'água que sai da Floresta Amazônica pode ser levado através de corredores aéreos, são tecnicamente chamados jatos como se fosse verdadeiros rios na atmosfera que são pouco detectáveis pelos satélites e que vai alimentar nuvens extremamente intensas e convectivas na região do charco no sudeste do Brasil, e inclusive no norte que

vai da Argentina. Ou seja, essa água que é produzida na Amazônia e é reciclada através de muitos processos de precipitação e vaporização, ela tem uma influência que vai muito além das fronteiras da Amazônia. Outro aspecto quando se fala de física do clima é a questão do balanço da energia. Quando a energia solar quando chega na superfície ela é redistribuída. Então uma parte da energia escolar é refletida. A relação entre essa energia que é refletida e que chega normalmente é chamada de [inaudível]. Um resultado muito interessante que está sendo obtido agora em Paragominas aqui, onde a floresta foi substituída por soja, o [inaudível] aumentou. Ou seja, mais luz é refletida. E aparentemente isso está diminuindo o número de chuvas lá, os índices pluviométricos por causa de uma influência introduzida por uma cultura agrícola.

Outro aspecto extremamente importante com relação à química da atmosfera e que eu acho que mostra o elo que existe entre os diversos aspectos da pesquisa na Amazônia, inclusive social, é essa questão da física de núcleos(F). Em condições normais na Floresta Amazônica, acima da Floresta Amazônica, eu tenho poucos núcleos de condensação. Se eu tenho poucos núcleos de condensação, o vapor d'água existente ele vai ser disputado por número pequeno de núcleos. Ou seja, um núcleo de condensação que é formado geralmente natural partícula de pólen ou um composto orgânico volátil, ele vai agregar uma grande quantidade de vapor d'água em volta, e vai acabar precipitando a uma altura razoavelmente baixa, ou seja, eu vou ter mais chuva e água quente. Se eu coloco uma grande quantidade de... Aerosol na atmosfera resultantes de queimada e mudança de uso da terra, essa distribuição natural que existe em cima da floresta que é formada por um número pequeno proporcionalmente de núcleos de condensação vai ser substituído por um grande número de núcleos de condensação. Então esse vapor d'água que eu tenho na atmosfera ele vai ser disputado por um número muito maior de núcleo de condensação. Isso vai alterar radicalmente a estrutura das nuvens, os processos de eletricidade na atmosfera e inclusive interferir nos índices de precipitação.

Um outro aspecto que eu gostaria de lembrar é com relação à própria construção da copa florestal. A copa florestal, durante o dia, o sol bate na copa e essas copas, a região mais aquecida fica a região da copa. Então isso funciona como uma verdadeira topa, ou seja, o ar úmido que está embaixo entre a copa e o chão ele é aprisionado e ele não pode sair. Já durante a noite se eu tenho perda radioativa suficiente, a temperatura da copa em geral é menor e isso permite que eu leve circulações que vão criar misturas aqui.

Então, essa distribuição da Floresta Amazônica, uma distribuição da copa ondulada, ela tem diversas conseqüências. Uma das conseqüências óbvias é que ela vai facilitar muito o caráter turbulento do escoamento. Isso facilita o caráter turbulento do escoamento, vai facilitar muito o transporte.

Por outro lado, aqui embaixo, eu tenho como eu já, aliás, mencionei, um processo em que as árvores da Floresta Amazônica num solo que é muito pobre, elas encontraram mecanismo de adaptação e às vezes contam com a colaboração de fungos, de micro-organismos, de tal forma que aproveitam e reciclam ao máximo essa liteira. Se essa liteira for substituída, se for objeto de queimada, eu vou ter muito poucas condições de recuperar o solo coisa que a floresta faz naturalmente.

Isso é alguma imagem de nuvens. Essa questão do oceano verde está muito ligada ao fato da Floresta Amazônica ela ter um papel muito semelhante ao do oceano na questão da [inaudível]. Quando eu tenho... A superfície recebe energia, uma parte dessa energia é usada para aquecer a atmosfera e outra para evaporar a água. Então na Floresta Amazônica, a proporção é de 0,4, ou seja, de 4 o calor e 10 por vaporização. Isso é muito próximo aos índices do oceano.

Isso daí é para mostrar a questão do aumento da concentração de [inaudível] na região de alta floresta em Rondônia durante episódio de queimada.

Essa questão da infra-estrutura o que existe no momento é que o LBA está numa fase institucional, ele não está naquela fase dos grandes experimentos, mas ele está numa fase de análise de resultados, muitos alunos ainda escrevendo trabalhos, e a gente está aproveitando muito os dados, toda a infra-estrutura para manter as torres funcionando, fornecendo dados. Eu vou só tentar dar um exemplo aqui para mostrar que às vezes a gente ter uma grande série de dados é importante para muitos pesquisadores. Recentemente... E isso também valoriza a questão da interdisciplinaridade. Eu estava observando um trabalho de um aluno da Drª. Lurdes [inaudível] que era sobre a questão da amabilidade(F) da liteira em [inaudível], e o que eu percebi é que em cima da variabilidade sazonal tinha uma variabilidade de 60 dias. Os pesquisadores da área climatológica sabem que existe oscilação de 60 dias na atmosfera, mas geralmente isso fica muito dentro do meio meteorológico. E falando com o Prof. Ulisses, ele acredita que também isso possa ter algum tipo de repercussão nas doenças transmissíveis, a malária. Se eu tiver séries mais longas, vou ter condições de conhecer melhor efeitos de El Nino, entender... Poder correlacionar com a produção de [inaudível], etc. E para terminar, eu gostaria de falar

que uma das nossas maiores preocupações, porque as mudanças climáticas elas estão aí, não é mais uma questão de cenário futuro. Isso aqui já chegou à mídia e é algo extremamente presente, é de preparar futuros pesquisadores, futuros profissionais aqui na Amazônia com um pensamento que leve em conta as mudanças globais e que leve em conta a preocupação com soluções criativas para enfrentar esses problemas. Então com esse tipo de preocupação e foi criado aqui e foi criado também em Manaus e já foi criado também em Rondônia, cursos interdisciplinares tentando voltar à problemática da pós-graduação para problemas ligados à consequências das mudanças ambientais e da degradação da floresta. Eu fico por aqui.

[palmas]

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Bom, agora nós vamos ter a apresentação do Dr. Peter Toledo, ex-diretor do Museu Goeldi que vai nos falar sobre a rede de pesquisa Geoma que é uma rede de modelagem ambiental que participa inúmeras instituições de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia, é uma experiência muito importante que articulou pela primeira vez os institutos do MCT em torno de uma temática para a Amazônia. São seis institutos de pesquisa que participam, e essa rede tem tido sucesso, ela hoje coordenada pelo Dr. Peter Toledo, e que eu gostaria de chamar agora para fazer essa apresentação.

SR. PETER TOLEDO: Obrigado, Ima. Srs. Deputados, é um prazer estar novamente com os senhores. Eu estava lá no INPI, com o Chefe de Gabinete, e onde os senhores tiveram oportunidade de entender um pouco sobre a questão, o impacto global, regional e local das mudanças climáticas. Mas eu queria continuar um pouco daquela apresentação que o Sr. Carlos Nobre em que ele tenta colocar a singularidade do nosso planeta em termos de todas as condições físicas que permitem inclusive a existência de vida no nosso planeta. Relativizando principalmente a questão do tamanho dos planetas, Vênus e Marte, podemos observar aqui, copiando aquela mesma lâmina do Dr. Carlos Nobre, que o planeta Terra é único no sistema solar. E por causa dessa média de 14 graus centígrados é a Terra que tem abrigo da vida não podendo ocorrer vida tanto em Vênus por causa das altas temperaturas que impede o ciclo da água e tampouco em Marte que também impede o ciclo de carbono.

As mudanças climáticas ainda fazem parte de um entendimento acho muito bem colocado pelo Ulisses e também pelo Leonardo em termos de escala. São 60 dias, é uma questão decenal, decadal, ou centenal, milenar, como é que nós devemos entender esse processo? Ontem vocês tiveram a oportunidade de observar que na América do Norte esse é o ano que

tem maior índice já registrado de furacões na América do Norte. Muito possivelmente há uma tendência de incremento. Também foi colocado com relação no filme que já foi... Que está sendo divulgado, "A verdade inconveniente" do Al Gore, sobre o furacão Katrina. Ou seja, não é mais uma questão se é um furacão ou não, quando é que o próximo evento vai ocorrer no Brasil. Estamos também observando grandes números, um número crescente de tornados ocorrendo no Brasil. Isso são variedades normais? Já é um impacto da nossa espécie nos planetas? E qual relativamente o que isso pode causar no nosso dia-a-dia?

Então vamos de novo relativizar. Nós sabemos que nos últimos três anos o decréscimo da soja, da produção da soja no País devido a esse pequeno aumento de temperatura que pode ser um ciclo normal, causou um déficit ao País de cinco bilhões de dólares nos últimos três anos. Devido a problemas de clima na produção. Quer dizer, se isso realmente essas projeções forem provadas como o pessoal da EMBRAPA vem fazendo, qual o impacto real que isso vai ter no agronegócio? E aí sucessivamente um efeito de cascata que vai gerar toda a questão do agribusiness e toda a exportação.

Então é importante observar que nós não estamos isolados e tampouco a Amazônia. Mas mais recentemente nós temos aqui e falando em termos do Ministério de Ciência e Tecnologia, construído ao longo dos cinco, seis anos, programas que possam unir no enfoque multidisciplinar, como falou o Prof. Sá, com relação a como é que nós devemos entender os processos biológicos, físicos, e agora os impactos antropológicos na região.

Então, o que Geoma tenta colocar é em termos de modelagem ambiental. Nosso foco foi basicamente responder a uma demanda do Ministério de Ciência e Tecnologia de prover informações a tomadores de decisão, particularmente no nível da esfera federal com relação a antecipar as ações que os governos vêm agindo em termos de plano de desenvolvimento ou qualquer tipo de movimento econômico na região. Para isso então tentamos trabalhar na base de modelo. Então, como o ambiente da terra está mudando e quais as consequências para a nossa civilização. Óbvio, se formos estudar a parte de geologia, a parte histórica, a Amazônia é um ambiente, é uma bacia hidrográfica que realmente esteve ou recebeu ou esteve sob influência de várias mudanças, principalmente geológicas e na parte de clima e que hoje nós observamos que essa floresta do jeito que está vem expandindo nos últimos quatro mil anos. Então nos últimos quatro mil anos para cá, é que nós observamos o aumento da biomassa, aumento dessas seleções(F) que o Leonardo

coloca. Mas é claro que nós não podemos mais encarar como um sistema totalmente isolado. Nós não vamos poder mais replicar no futuro as condições normais que nós vimos estudando na geologia histórica. Por quê? Hoje nós temos um novo elemento, uma única espécie que influencia diretamente a região. E basicamente é isso que nós tentamos estudar. Capturar em cada um desses diferentes olhares e prioridades para a região a questão do desenvolvimento, as questões de clima, essas são as fotos de três anos atrás sobre a seca que correu no rio, a questão do avanço do agro-negócio, principalmente a soja, aqui pode ser vista a questão do [inaudível] que o Leonardo coloca, maior clareza e em termos de densidade mais escura da cor, a questão do desmatamento ilegal, o uso inadequado do solo, das boas práticas. Existe então todas as nações indígenas que são atores fundamentais na região e também a questão da conservação dos processos naturais da biodiversidade.

Então, a rede temática de Geoma ela é uma rede do Ministério de Ciência e Tecnologia que na verdade é o único Projeto cooperativo entre o Instituto de Pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia. É uma junção então de competências. Decidimos então unir competências do Laboratório Nacional de Computação Científica, Instituto de Matemática pura aplicada com o seu foco. Foco aonde? Modelagem matemática. O INPE Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais aqui são os números de pesquisadores doutores que fazem parte do Geoma, eles trabalham com geoinformação, assessoramento remoto e modelos climáticos. O INPA Manaus, com 10 pesquisadores doutores, o Museu Goeldi com sete, o Instituto Mamirauá com quatro e trabalham na parte de biodiversidade, ciência da natureza e ecologia. No total são 50 pesquisadores doutores envolvidos, mais 12 pesquisadores com bolsas de capacitação institucional num Projeto aonde existe para o PPA alocado 250 mil reais por ano. Obviamente não são esses 250 mil reais, mas é justamente esse conjunto dessas instituições que colocam os seus recursos para tentar organizar esse esforço coletivo.

Eu vou entrar então um pouco mais de detalhes de cada um desses componentes e colocar uns exemplos como nós estamos contribuindo para a questão das informações basicamente em relação a modelos preditivos para a região. Trabalhamos com modelos de mudança de uso e cobertura da terra na Amazônia, um pouco o que a Ima vai falar mais tarde, Amazônia, modelos de distribuição de biodiversidade na Amazônia, modelos hidrológicos, modelos acoplados bioma e clima, um pouco do que foi discutido no INPE, e modelos integrados de multi-escala.

Obviamente existe um arcabouço de projetos no Ministério de Ciência e Tecnologia. Vários desses os senhores já ouviram falar ou tiveram a presença inclusive de ouvir algumas palestras, tem o programa de pesquisa em biodiversidade, o próprio PPG7 que foi o primeiro programa indutor de conhecimento científico na região, o LBA que foi apresentado, e o Geoma, e como essas ações estão unidas. Aí a primeira pergunta que se faz. O Ministério de Ciência e Tecnologia está trabalhando sozinho de maneira isolada na região? Ou está tentando trabalhar com outras instituições? Para responder justamente a essas perguntas foi criado o programa integrado MCT-EMBRAPA. O PIME que já tem no orçamento dos fundos setoriais cerca de quatro milhões de reais. Nós vamos atacar em estudos de caso. Especificamente nessa região da Cuiabá-Santarém por causa do Distrito Florestal sustentável. Existe um programa de Governo que tem uma proposta de uso sustentável dos recursos naturais. Qual a resposta então, como é que podemos antecipar problemas, inclusive criar modelos para outros exemplos semelhantes e nas outras florestas nacionais. Então o MCT-EMBRAPA se uniram em projeto tentando no foco do desenvolvimento sustentável apresentar soluções para essas hipóteses.

Bom, como é que está dividido hoje a Amazônia? Obviamente, segundo a Prof^a. Bertha Becker da Federal do Rio de Janeiro essas são as novas fronteiras, ou seja, a Amazônia muito mais dinâmica do que nós tínhamos anteriormente. E certamente daqui a 10, 20 anos, nós vamos poder ter um conhecimento sobre a região que será certamente diferente do que 20 anos atrás.

Bom, o que eu posso continuar pelo menos a comentar é que existe pelo menos entre as instituições do Ministério de Ciência e Tecnologia uma preocupação justamente de criar esse diálogo entre os tomadores de decisão e informação do conhecimento. A própria presença dos senhores aqui é um passo importantíssimo, porque vocês observarem lá no INPE que existe todo o arcabouço tecnológico em termos das imagens da Amazônia visitando in loco as instituições na verdade a produção de conhecimento é feita principalmente por essas instituições como o Museu Goeldi, o Instituto Mamirauá e pelo que entendi os senhores também vão visitar o INPE em Manaus. Então existe ao longo desses projetos uma maior interação entre esses programas. Basicamente como é que nós trabalhamos? Qual é a nossa... O nosso método de trabalho? Existem então uma base teórica por trás em termos de modelos e nós trabalhamos na base de estudo de caso. Por exemplo, nesse trecho Manaus-Porto Velho é o que o Governo começa a induzir a questão do asfaltamento

para fazer essa conectividade na região e até com interesse de fazer mais tarde uma ligação com relação a Roraima, fazendo então uma maior... Basicamente conectividade na região. Estudamos então a pedido do próprio Ministério do Meio Ambiente esta região e através de modelos que chama de células autônomas ou autômatos celulares cada um desses quadrados são colocados todas as forças, a caracterização ambiental, e forças econômicas que vão poder induzir ou não o desmatamento. Para evitar uma maior degradação ambiental nesta região tanto o Governo do Estado do Amazonas quanto o Ministério do Meio Ambiente se anteciparam e criaram áreas de conservação ao longo desse trecho. Nós analisamos então a presença das políticas públicas nesse trecho e foi observado que sem dúvida estas alápia(F), Área de Proteção Ambiental, vai proteger essa região contra o desmatamento. Mas, vai ter uma pressão maior justamente nesta região do Estado do Acre e no entorno de Manaus. Ou seja, hoje depois do asfaltamento o Governo já sabe que justamente nessas duas zonas irão ocorrer maiores pressões ambientais. Cabe então tomar decisões, antecipar problemas com relação a isso. Isso também já foi feito para Cuiabá-Santarém e as instituições trabalham justamente nessa questão. Existe um problema, um estudo de caso e então nós vamos atrás tentando resolver essas questões. A preocupação do Geoma é diferente do LBA, diferente do Programa e Pesquisa de Biodiversidade não é um número artigo científicos. É produzir relatórios aos tomadores de decisão. É claro que nós temos publicações que saem na Science, na Nature, mas isso não é nosso foco principal. Tanto é que os primeiros resultados sempre são apresentados ao Ministro de Ciência e Tecnologia. Antes de serem divulgado inclusive na nossa home page, todos os relatórios estão divulgados na nossa home page. Então, basicamente o que saiu no caderno do meio ambiente no Estado de São Paulo que o plano tenta diminuir os estragos da BR [inaudível], realmente é eficaz nesse ponto.

A biodiversidade. Qual foi a contribuição mais recente que o Geoma teve com relação a biodiversidade? Existe um grande Programa Nacional que são as áreas protegidas na Amazônia, Projeto ARPA que tem um financiamento internacional não só do Governo Brasileiro, e nós estudamos qual o potencial realmente de preservação dessas áreas segundo o Plano Nacional.

Então, foram também divididos em várias celulares, a Amazônia com o seu potencial de característica única, cada um desses pontos. Foi jogado em cima as áreas que o ARPA definiu como prioridades. E nesses pontos vermelhos, justamente fora dessas áreas pro-

tegidas é que são justamente pontos que não estão preservados nas políticas públicas e que são quase que únicos em relação à conservação. Sabemos que a Floresta Amazônica não é uma floresta única, ela é uma série de pequenos ecossistemas que juntos compõem o bioma Amazônia. Ou seja, essa é uma contribuição que o Ministério do Meio Ambiente tem nas mãos e que pode tentar reestruturar toda a política de conservação.

SR. PETER TOLEDO: Exatamente. E tanto é que por causa desse trabalho foi feito uma rediscussão no final do ano passado e foi entregue ao CONAMA essas informações para que se tomem as medidas. Ou que se criem outras áreas ou tentar se realocar essas informações. E esse é o ponto, Deputado que nós observamos aqui a efetividade em termos do papel das áreas de conservação. Ou seja, justamente esses pontos onde existem áreas de conservação, que essa área na região do Xingu, São Félix do Xingu, a Terra do Meio, é realmente eficaz porque é uma área única em relação a espécies daquela relação, que mostra então o resultado positivo que às vezes os políticos gostam de ter: O que é que realmente eu consegui contribuir com relação ao meio ambiente. A criação dessas áreas... Desta área aqui foi realmente eficaz em termos da conservação dessas espécies.

SR. PETER TOLEDO: Isso. São as novas áreas que foram criadas. Mamirauá está por aqui. E essas áreas em vermelho são justamente a pressão na área de desmatamento. Vocês podem observar a transamazônica todo o arco do desmatamento. Modelos de uso da terra, eu não vou entrar em detalhes porque o professor Roberto Araújo vai fazer a apresentação hoje na Assembléia. Mas é um ponto muito importante que a dinâmica de apropriação da terra existe um padrão de apropriação da terra na Amazônia que ela é muito singular, que é muito interessante que os senhores tenham noção. Por que isso? Porque o desmatamento da Amazônia está ligado, como o Prof. Leonardo falou, diretamente à questão de potencial de mudanças climáticas na região. Afetando inclusive o potencial de chuvas no sudeste. Ou seja, se nós não tomarmos conta da região com uma certa coerência, podemos ter além do aumento global problemas do fluxo hídrico no sudeste. Eu vou deixar... Aqui são as áreas de mapa de grilagem na Transamazônica que o Roberto vai falar mais tarde, na parte da tarde. E também como é que se desenvolve as conectividades do desmatamento. Aqui é São Félix do Xingu, isso aqui é Novo Progresso, mas nesses últimos anos é a região que sofreu maior índice de desmatamento da região. Qual foi o forçante nesse ponto? Claro que o mercado da carne. E aqui isso é o estudo que a professora Ima

vem fazendo com o pessoal da EMBRAPA, os dois... Existe uma relação direta entre o desmatamento acumulado com o aumento das áreas de pastagem na região. E nos preocupa também e o Projeto está estudando mais adiante, existe então toda uma cadeia de frigoríficos que vai se instalar na região. Não que isso seja uma coisa ruim ou maléfica, mas há necessidade de entender todo o sistema justamente para coordenar as atividades de pecuária. Nós sabemos hoje que o Estado do Pará será o maior exportador de carne desse País. Existe toda uma reestruturação, os trabalhos mais recentes com relação a questão da aftosa, vai deixar justamente outras áreas como o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul principalmente e Goiás, não competitivos com relação a exportação. Entra então a parte do álcool substituindo essas áreas que nós já estamos observando que está ocorrendo no Estado de São Paulo. Então esses são cenários como nós trabalhamos e justamente para diminuir ou ordenar o espaço da Amazônia que é importante. Basicamente São Félix do Xingu é o que nós observamos onde o gado interfere com relação à questão da manutenção da floresta em pé.

Saúde e sustentabilidade dos recursos naturais esta é uma prioridade a próxima prioridade do Geoma, nós ainda não conseguimos cooptar o Ulisses, mas nós viemos discutindo com relação à geografia da saúde. Porque sem a saúde também você perde um pouco dos pilares da lógica do Geoma, ou seja, por trás disso está toda questão de organização e saúde das populações. Esse aqui especificamente é um foco mais pontual com relação à dinâmica populacional do pirarucu na Reserva de Mamirauá para mostrar o sucesso do plano que foi a lógica do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá onde realmente conseguiram através da pesca coordenada dos pescadores conseguir encontrar uma sustentabilidade entre produção e a manutenção da população original dos peixes.

A física ambiental essa aqui se trabalha um pouco na linha do LBA grande parte dos que fazem parte desse componente física ambiental trabalham no LBA então nós tentamos pegar os dados das informações, todo aquele volume de dados que o Leonardo falou ao longo dos anos e transformar isso em modelo. Conseguimos através de técnicas, essas são as mesmas torres, a mesma infra-estrutura do LBA para mostrar que existe relação entre os dois programas. Conseguimos comparação do processo hidrológico entre bacia com florestas e pastagem mostrando aqui que a vazão numa pastagem é maior e escoamento direto a relação direta de questão de erosão entre a floresta e a pastagem na Amazônia. Se formos colocar aqui então como é que o desmatamento está afetando a

vazão dos grandes rios da bacia Amazônia é um projeto que está em desenvolvimento e daqui a dois anos nós vamos ter informações mais precisas com relação ao impacto do desmatamento e parte de erosão.

A topografia também é uma coisa mais de conhecer via assessoramento remoto que é o [inaudível] da espaçonave sobre a imagem de radar. Nós conseguimos nessa região aqui perto da região de Manaus um estudo de caso sobre a complexidade oculta da paisagem. Se nós pegarmos um radar ou uma imagem de satélite a gente vai pensar que não existe topografia. Mas refinando através de técnicas computacionais, nós conseguimos então observar através dessas imagens uma maior irregularidade ou granulometria na topografia, é onde essas cores estão relacionadas com a topografia. Tudo isso capturado com a imagem de imagem e satélite. Ou seja, este é o primeiro estudo necessário que se faz, então se é possível conhecer em detalhes a região e depois focá-la nas questões pontuais. Então esse banco de dados nós temos e aos poucos estão distribuídos dentro da filosofia das imagens de satélites e cbers a toda a população via rede. As áreas alagáveis, isso é um ponto interessante, quase que ninguém sabe. Primeiro, a vegetação florestal da várzea já existe todo um conhecimento do seu manejo, ou seja, existem períodos ao longo do ano que pode ser feito a questão de desmatamento e também diferentes regiões topográficas onde você pode desmatar com recuperação e outras que você não terá a recuperação da biomassa original.

A pressão humana na calha do Amazonas, observamos através desses últimos anos 91 a 2004 que existe então um incremento de leste para oeste do número de populações da população ao longo da calha do rio. E isso vem afetando de forma interessante a questão da qualidade da água. O Leonardo comentou com relação a Rondônia, da pastagem, mas esse é um dado interessante que já se observa em Santarém, que o excesso de número de cabeças por parte de cabeça de boi por causa da pecuária cria uma turbidez da água e já está afetando o sistema biológico na região. Ou seja, só uma interferência que nós pensamos que é quase mínima, mas o homem já começa a alterar parte substancial que nos interessa que é bacia hidrográfica da região.

E em termos de produtos disponíveis para a sociedade, para comunidade científica em particular, esse foi sobrevôo feito no ano passado, essa é a malha que podemos observar que nós utilizamos ou avião do INPE, foi feita uma videografia percorremos quase toda a região, subimos para Altamira, Marabá, descermos para Palmas, Sinop, toda a parte de Rondônia, fomos e voltamos para Manaus, são mais de 80 horas

de vôo que estão disponíveis na nossa home page do Geoma, e que podemos ter então as fotografias da região numa escala mais fina complementando tanto a parte de imagem de satélites como também a parte de radar. E o arcabouço teórico, epistemológico que nós estamos trabalhando nesse ponto é que originalmente sempre trabalhava com pesquisas disciplinar ou multidisciplinar. Aqui encontramos isoladamente cada um dos institutos. Observamos que temos que trabalhar integrados porque para tentar nessa linha de pesquisa interdisciplinar. O foco hoje é criar um novo pensamento científico sobre a Amazônia como suporte à parte de pós-graduação que está sendo... Que ocorre aqui no Museu Goeldi com interface em várias instituições e também mais recentemente lá em Manaus. E a pesquisa transdisciplinar é que mostra a integração entre pesquisa interdisciplinar, participação dos *stakeholders* chegando a um planejamento conservação e manejo. E no fundo esta é basicamente essa lógica é um pouco do motivo desse encontro. Ou seja, não é só a produção científica para ficar isolada, mas tentarmos fazer mudanças principalmente relacionados a área sustentável da Amazônia. Esse é o propósito do Geoma e a lógica da integração dos programas do Ministério de Ciência e Tecnologia. Obrigada.

[palmas]

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Obrigado, Peter. A apresentação final eu vou fazer é uma apresentação rápida em que mostra o que nós temos de informação essas pesquisas são baseadas em pesquisas de um grupo de pesquisadores do Museu Goeldi em parceria com outras instituições sobre a questão do uso da terra que temos hoje na região, pecuária, agricultura, plantações, e como está relacionado à perda de biodiversidade.

Pode passar, por favor. A Região Amazônica, hoje na verdade ela não é só uma Amazônia, nós temos um ecossistema complexo e além disso pelo antropismos de que mais ou menos 40 anos se estabelece com intensidade na região hoje nós temos cerca de 700 mil quilômetros quadrados de ecossistemas nativos já modificados. 92 mil quilômetros quadrados de florestas destruídas, 20% do bioma amazônico já sofreram alguma modificação, 36% da região já estão de certa forma protegidas, seja ela com unidades de conservação ou com terras indígenas. E temos 35 milhões de hectares de pastagem sendo que 17,5 milhões de pastagens já estão degradados. E aqui na Amazônia vivem cerca de 20 milhões de pessoas aqui na região que já temos cerca de 20 milhões de hectares de florestas secundária que é bastante considerável são floresta que se envolvem após uma perturbação antrópica.

O principal uso da terra como disse o Peter que se estabelece na região e que tem causado maiores transformações é sem dúvida a pecuária. Se vocês virem esse mapa que mostra a distribuição do rebanho bovino no Brasil, vejam o crescimento para a Região Amazônica nos últimos anos. Ela tem hoje, a Amazônia, cerca de 65 milhões de bovinos, ou seja, quase 35% do rebanho nacional e esse recebimento é muito grande e se dá principalmente na região sul e sudeste do Estado do Pará, norte do Mato Grosso. Só São Félix do Xingu que é campeã de desmatamento todos os anos somos já cerca de um milhão e seiscentos mil cabeças de gado nesse Município, que é um dos Municípios mais... Que mais desmatam e um dos maiores Municípios do Estado do Pará. Um outro uso da terra que está se tornando cada vez mais comum é o plantio de árvores exóticas. No mundo tropical tem aumentado muito e hoje já chega a mais de 70 milhões de hectares no ano 2000. E há uma expansão prevista por conta dos biocombustíveis e projetos de seqüestro de carbono de termos muito mais plantios de árvores exóticas ou nativas na Região Amazônica. E essas paisagens na Amazônia elas não podem ser hoje definidas como paisagem única.

Então, eu defino como uma paisagem numa fronteira nova, por exemplo, uma área como São Félix do Xingu, a matriz da paisagem é uma matriz florestal, e a mancha é empreendimento e corredores podem ser estradas, por exemplo. Em outro caso como a zona Bragantina aqui no oeste do Pará, para quem conhece, é uma paisagem numa fronteira antiga cuja matriz de paisagem é um empreendimento, é uma agricultura, um pequeno agricultor, ou pecuária, o corredor são reliquitos de floresta, geralmente APPs, Área de Preservação Permanente, e as manchas também podem ser essas áreas de florestas secundárias ou outros tipos de vegetação. Então vejam que a matriz é importante essas duas, vocês ter em mente esses dois tipos de paisagens porque isso vai definir, por exemplo, questões ligadas à recuperação de áreas degradadas, a conservação de biodiversidade, impactos, etc. E aí a questão aqui é até que ponto as perdas de biodiversidade causados pelo desmatamento seriam compensados por plantios, por exemplo, ou por florestas secundárias que se desenvolvem após a perturbação. Então esses estudos que tivemos aqui no Museu Goeldi em parceria vão mostrar um pouco isso. Quais as perdas associadas a diferentes usos da terra aqui na Região Amazônica. Não há um consenso, aqui eu coloquei alguns trabalhos que foram desenvolvidos em diversos países sobre o valor dessa biodiversidade em diferentes habitats, então vocês têm, por exemplo, aqui alguns autores mostrando que há mudanças em riqueza de espécies, por exemplo,

no Brasil e na Costa Rica, em outros estudos mostram que essas mudanças são inalteradas, outros mostram que há uma diminuição na biodiversidade em termos de riqueza, de número de espécies. Então não há um consenso, estão os três grandes grupos com relação ao valor da biodiversidade em diferentes usos da terra. Há uma falta de consenso, por exemplo, com relação a borboletas com relação a esses habitats. Aqui, por exemplo, tem vários estudos que mostram que na estação seca há maior riqueza em florestas secundárias. Estudos na estação chuvosa registram menor riqueza em florestas secundárias. Então isso para mostrar que há falta de consenso mesmo entre os pesquisadores com relação a determinados grupos taxonômicos. Questões metodológicas também estão influenciando essa falta de consenso entre os pesquisadores. Aqui eu estou dando uma idéia esse é um trabalho de um pós-doutor, um pesquisador pós-doutor aqui no Museu Goeldi, [inaudível] que mostra que há uma falta, por exemplo, de replicação espacial ela é, e também leva a essa falta de consenso. Aqui ele usa um estudo sobre aves, apenas 3 de 12 estudos tiveram qualquer replicação interna de tratamento e 7 tiveram menos de três replicações. Quer dizer, metodologicamente isso está influenciando nesses resultados obtidos no mundo tropical.

No caso das borboletas também pode ser essa falta de consenso ligada a essa falta de repetições em diferentes épocas do ano. Aqui então foi um estudo, uma parceria com a Universidade de [inaudível], os pesquisadores do Museu Goeldi e de outras instituições estudaram o valor da biodiversidade e três opções de uso da terra que teoricamente seriam importante para mitigar o efeito das mudanças climáticas. E aqui são as florestas secundárias, a monocultura de árvores crescimento rápido com o plantio de eucalipto e falta de desmatamento que seria o controle em florestas primárias.

Abordagem então essa aqui é muito interessante porque mostra a cooperação internacional é importante para o avanço do conhecimento científico sobre a Amazônia. Houve uma parceria com o setor produtivo nesse caso uma parceria com a Jari florestal e uma mobilização de pesquisadores de mais de 30 taxonomistas e ecólogos para estudar diferentes táxons, aqui alguns vertebrados, invertebrados e plantas, árvores e cipós. Aqui são os tipos de florestas levantadas, esses estudos estão saindo agora para publicação, o eucalipto, aqui uma floresta secundária entre 14 e 20 anos de idade, e uma floresta primária testemunha.

Aqui os métodos vários dependendo do grupo taxonômico que se usou, os pesquisadores utilizam di-

ferentes métodos, mas foram todos protocolos uniformizados e tiveram bastante sucesso nessa pesquisa.

Aqui, por exemplo, mostra que em termos de árvore, em riqueza de espécies, ou seja, número de espécies pode... Em termos de árvores, por exemplo, você tem aqui maior riqueza aqui na floresta do que nas áreas de eucalipto e de floresta secundária.

Então, número de árvore, de gêneros de árvores que era esperado. A riqueza de fauna reflete a riqueza da vegetação. Então para esses grupos aqui de anfíbios, lagartas, aves, borboletas e aracnídeos eu tenho maior riqueza de fauna na floresta primária e depois na floresta secundária e no plantio de eucalipto.

Aqui não há para esses dois grupos de animais não há aqui um tipo de besouro, não há diferença entre a floresta primária e o eucalipto. Desculpe, a floresta secundária e o eucalipto. A floresta primária teve maior riqueza.

Aqui para mamíferos grandes não houve diferença entre floresta primária e secundária. Houve diferença com relação ao eucalipto, mas aqui floresta secundária para esse grupo de mamíferos grandes não houve diferenças com relação a riqueza, ou seja, número de espécies nesse dois usos da terra ou tipos de floresta. Não houve diferenças de estatística entre quaisquer habitats das três florestas primária, vegetação secundária e eucalipto para pequenos mamíferos, abelha do tipo, dessa variedade, desse tipo, o Glociene(F) e para moscas-de-fruta. Mas, se eu observar a composição de espécies, que aí é que é mais interessante, em termos de árvores e cipós, os grupos são totalmente diferentes. Então um grupo de espécies domina aqui na floresta outros na floresta secundária e um grupo de espécies em sub-bosque de eucalipto.

Em termos desses grupos de árvores, borboletas, mariposas, mamíferos e besouros também há uma diferença bem definida entre os habitats desses três grupos de floresta e eucalipto. Para esses grupos, não houve diferença estatística entre florestas secundárias e plantação de eucaliptos. Seriam menos atingidos, impactados digamos assim. Para esse grupo de anfíbios, abelhas, moscas e aracnídeos, não houve diferença entre a floresta primária e secundária. Aqui nesse gráfico que não está muito bom, mas esse foi um estudo que nós fizemos em Paragominas que mostra, por exemplo, que na floresta primária para morcegos, para formigas, para árvores e pássaros, aqui eu tenho a floresta primária, aqui eu tenho uma pastagem degradada e uma floresta secundária. O grupo de espécies da floresta primária que são da floresta ela é no caso vejam aqui a floresta degradada muito menor do que na floresta primária. Tanto para morcego, muito afetado nesse caso, para formigas e para pássaros.

A maior parte do número de espécies encontradas foi de espécies que não eram da floresta nativa. Ou seja, um novo grupo de espécies que aparece nesse tipo de uso da terra. Aqui uma pesquisadora do museu que hoje está no INPA demonstra que para a produção de paricá, por exemplo, que é uma espécie nativa que está amplamente sendo plantada para a produção de madeira branca, o número de aves que são da floresta eles são bem menores do que na floresta secundária, por exemplo, ou da própria pastagem com relação ao paricá. Esse foi um estudo piloto, merece novos estudos, mais ampliados, mas mostram, por exemplo, que plantação de paricá pelo fato de estar homogêneo, é muito complicado, nós teríamos que ver uma forma para diminuir esse impacto sobre biodiversidade e plantação de paricá que poderia ser corredores de biodiversidade, alguma coisas do tipo. Aqui foi um outro estudo feito por mim e mais um pesquisador americano que tentava naquele momento caracterizar um pouco, afinal que tipo de espécies arbóreas nós teríamos que nós chamávamos naquele momento de flora futura da região amazônica a partir da ocupação agrícola, da ocupação por pastagem e outros usos da terra. Então quais seriam as características das espécies que estão regenerando, que conseguem regenerar e permanecer numa paisagem como aquela que eu mostrei, uma paisagem antropizada. E aí nós chegamos a determinar quais as características para as árvores, por exemplo, aquelas que dependem de remanescentes de florestas, são aquelas espécies e aí grupos, famílias até que tenham sementes grandes e não tem a capacidade de brotamento. Enquanto que espécies que não dependeriam de remanescentes florestais seriam aquelas que brotam rapidamente, facilmente após a queimada, corte ou sementes pequenas que possam ser dispersas para pastagem, florestas secundárias e outros usos da terra.

Aqui para pássaros, morcegos a mesma coisa, as características seriam pássaros com dietas especializadas, de porte variado, aqueles que não dependem de fragmentos de floresta seriam dieta generalizada, porte pequeno, para morcegos uma grande interrogação e no caso de nesse último caso de formigas, são espécies arbóreas, algumas espécies de folíceo(F) e nesse caso aqui não dependeriam de remanescentes, a paisagem mais aberta sem remanescentes florestais seriam espécies mais generalistas.

Nesse outro trabalho um grupo de pesquisadores do Museu Goeldi realizou um extenso levantamento no que nós chamamos de Centro de Endemismo Belém, aqui no leste do Estado do Pará, que é a região mais afetada pelo desmatamento que tem muito menos remanescentes florestais e que onde diversas

atividades agrícolas e pecuárias se desenvolvem já há muito tempo a partir principalmente da abertura da Belém-Brasília primeiramente da ferrovia a Belém Bragança e depois da Rodovia Belém-Brasília. Esse Centro de Endemismo Belém moram 5,8 milhões de pessoas residentes, tem 147 Municípios, 62 do Pará e 85 no Maranhão, tem áreas protegidas, 67% da cobertura florestal foi convertido para diversos usos, sendo que 23% apenas nessa grande área são de florestas remanescentes, e da lista de espécie ameaçadas de extinção do Estado do Pará que o Museu Goeldi elaborou nós temos aqui um total de 30 espécies dessa lista, ocorrem nesses Centros de Endemismo Belém. São endêmicas, ou seja, só ocorrem nesse centro de endemismo nessa região e, portanto, está bastante ameaçada pelo desmatamento.

Com relação a todos esses estudos, o que a gente pode considerar é que nós devemos nos concentrar na composição de espécies e não na riqueza. Número de espécies nesse caso onde se avalia impacto de uso da terra do desmatamento sobre a biodiversidade deve levar em consideração a composição e não apenas número de espécies. A biodiversidade muitas vezes é considerada como todo, mas muito táxons respondem de maneira diferenciada a mudanças no uso da terra como eu mostrei naqueles gráficos ali. Conclusões contraditórias entre si seriam explicadas pelas cores de certos táxons mais focais. E aí o aprofundamento desses estudos poderão demonstrar isso. Os estudos devem se concentrar em diferentes paisagens em fronteiras novas e fronteiras antigas, no caso do Jari é uma fronteira em que a matriz da paisagem é florestal, então os impactos são muito menores do que nessa região do Centro de Endemismo Belém, onde a matriz não é mais florestal, a matriz é a ocupação agrícola, o empreendimento. É necessário realização de experimento de longo prazo para avaliar os efeitos de diferentes usos da terra para conservação da biodiversidade. Esses estudos eles são caros, são estudos demorados, são estudos que requerem especialidades e muitas vezes nós não temos os estudos são de curta duração. Nós não temos como manter estudos de longa duração. Mas é necessário realizarmos esses estudos.

Algumas áreas da Região amazônica são similares da Mata Atlântica como essa do Centro de Endemismo Belém, com relação ao desmatamento e a perda de espécies. E a última questão é se a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas poderá também ajudar na conservação da biodiversidade da floresta. Então aqui nós mostramos, por exemplo, que sub bosques de plantações nativas, sub bosques de grandes riquezas não são desertos verdes. Eles são mais atraentes para biodiversidade do que o uso da

terra como a soja, por exemplo, e principalmente se a matriz de paisagem for floresta primária onde eu tenho possibilidades de fontes de semente mais próximo. Floresta secundárias fornecem um habitat de melhor qualidade para a maioria dos táxons, do que fazem as plantações e apresentam mais benefícios para as populações do que essas florestas exóticas. Ou plantações. Tanto as plantações como florestas secundárias poderiam complementar a proteção das florestas remanescentes. Mas a floresta primária é insubstituível para uma porção significativa da flora e fauna nativas e evitar o desmatamento é de longe a melhor opção para mitigar o efeito das mudanças climáticas de maneira eficaz. Essa é uma questão importante que a gente tem que levar em consideração e esses estudos que estão sendo aprofundados pelo Museu Goeldi e seus parceiros demonstram essa preocupação com relação à destruição das florestas primárias e a falta de uma ordenação do território e de um planejamento em nível de paisagem ou em nível de território. E aí nós temos debatido aqui no Museu Goeldi com nossos parceiros e com redes de pesquisa que são importantes como essas, LBA e Geoma, um conceito muito importante que seria de território sustentável, que seria essa matriz de paisagem, onde tanto os processos produtivos como os processos ecológicos teriam condições de serem conduzidos de maneira a considerar esses aspectos no ordenamento territorial. E aí partiríamos mais adiante para algo que nós estamos chamamos de pacto de uso de território que é algo que acho que tem que ser discutido em nível de políticas públicas talvez por Estado ou por região ou por bacia. Mas esses pactos com o setor produtivo são muito importantes se não nós vamos ter em breve outros centros de endemismo de espécies como Centro de Endemismo em Belém muito parecido com a situação atual. Essa é a pior situação. Outras regiões estão muito menos afetadas, digamos assim, pelo desmatamento do que o Centro de Endemismo Belém que como vocês viram tem mais de 170 Municípios e, portanto, abrigam muitas pessoas e está em situação bastante preocupante.

Bom, com essa apresentação nós terminamos essa etapa de discussão sobre os resultados de redes de pesquisa, alguns estudos, e aí colocaria em aberto para perguntar se vocês têm alguma... Alguma pergunta ou alguma... Querem falar... Agora está presente aqui conosco o Senador Renato Casagrande que é o Relator de Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Se quiser... Pois não.

DEPUTADO NILSON PINTO (PSDB-PA): Bom dia a todos. Muito diretamente ao três perguntas. Eu fiquei com três dúvidas e queria tirá-las. A primeira é direcionada ao Dr. Leonardo.

Eu achei brilhante a sua exposição. Eu só no final não entendi bem e não queria sair com esta dúvida daqui sobre o balanço do gás carbônico entre a floresta e a atmosfera. Eu não sei se nesse balanço gás carbônico [inaudível], a gente perde e ganha, perde uma fase da vida, ganha em outra fase da vida, não entendi bem no final das contas. Qual é efetivamente a contribuição da Floresta Amazônica com relação ao balanço carbono CO₂ com a atmosfera. Essa é a questão dirigida ao senhor. Vou ler as outras duas. Essa é a primeira.

A segunda é ao Dr. Peter Toledo. É uma dúvida para complementar também aquela que nós tivemos lá no INPE. Lá no INPE a gente discutiu. Visitou o INPE com a equipe toda, e visitamos todas as instalações, INPE, elaboração de projetos de satélites, etc, etc, e ao final da conversa que tivemos com o Diretor do INPE, ficou a questão se o desmatamento na Amazônia é uma questão crítica para todos nós, se nós temos institutos como o Museu Goeldi e o INPA na Amazônia, todos tradicionais de peso, por que é que o monitoramento do desmatamento não é feito na Amazônia? Ou pelo INPA ou pelo Museu Goeldi. É uma questão de procedimento apenas. O Diretor me respondeu: Se o Museu Goeldi quiser, se pedir, a gente passa toda a tecnologia, treina todo o pessoal e o Museu Goeldi pode monitorar daqui para frente a questão do desmatamento. Nós parecemos as imagens, etc, etc. Eu estou colocando a questão porque eu vim para o Goeldi, estou no Goeldi, queria aproveitar de você também a resposta. Essa é a segunda questão por que é que nós não fazemos aqui o monitoramento já que o INPE tem tantas outras coisas a fazer lá.

E a terceira questão é para a Dr^a. Ima. Do que eu entendi bem e acho que está perfeitíssimo, evitar o desmatamento é de longe a melhor opção para mitigar os efeitos das mudanças climáticas globais no que se refere à manutenção a preservação da biodiversidade biológica.

Bom, eu como tenho definido bastante reflorestamento eu pergunto: No que se refere à questão de fixação de carbono no solo. Eu acho que esse é um outro critério importantíssimo no mundo em que nós vivemos hoje. A questão do reflorestamento não ganha uma dimensão especial nesse aspecto? Só essas questões. Obrigado.

SR. LEONARDO SÁ: Bom, Deputado Nilson Pinto, essa pergunta é uma pergunta chave. Com relação as florestas de terra firme eu teria uma resposta, mesmo agora o Dr. Peter falou muito da questão dessa região inundável da Amazônia, é um outro aspecto a ser estudado, e a questão dos rios. Uma possível abordagem, a mais adequada para fazer estudos de

fluxos de carbono é um estudo estatístico. Eu não posso fugir dessa tecnicidade. Os fluxos são turbulentos. A turbulência é uma área da mecânica e da física clássica ainda não totalmente compreendida. Recorre-se a estatísticas e ao mesmo tempo a estatística ela pode resolver o nosso problema, mas não vai resolver completamente.

Então, eu diria que há algumas torres que eu já mostrei na minha apresentação em diversos pontos da Floresta Amazônica. Eu me esqueci de falar do Bananal, por exemplo, que é mais recente. O que a gente está estudando agora é justamente efeitos locais exercendo influências nessa medida. Mas o que eu posso dizer de floresta de terra firme é que todas as torres da Floresta Amazônica menos uma mostram aqui a floresta realmente absorve carbono. Ela seqüestra carbono. Mas há uma exceção que é uma torre que fica na reserva de Tapajós, de Santarém, em que o resultado é muito menos incisivo e conclusivo. Então nós temos que ser honestos cientificamente. Eu diria que é um assunto de pesquisa, a gente tenta entender, se a gente aumentar a quantidade de dados não só temporalmente, mas espacialmente nós vamos conseguir entender melhor como efeitos regionais exercem influência no balanço também.

Com relação à várzea, e com relação ao rio, é um fato bastante interessante. O LBA, até recentemente ele não tinha, que eu saiba, utilizado nenhuma embarcação para fazer medidas de um trajeto ao longo do rio. Um dos primeiros experimentos feitos nesse sentido foi em Caxiuanã em novembro do ano passado. Inclusive nós colocamos também uma torre dentro d'água. Às vezes são coisas que exigem uma certa imaginação, improvisação. Então esses dados estão sendo analisados. Mas com relação à água, falar do resultado conclusivo nesse momento eu acho que é muito arriscado. E com relação à várzea eu acho que há todo um estudo a ser feito. Não sei se eu satisfiz.

SR. PETER TOLEDO: Como é que eu posso responder com o chapéu do INPE. É interessante a cobrança, Deputado, porque apesar de que o INPE mais recentemente tem sofrido algumas questões traumáticas com o processo de descentralização, principalmente no centro, na parte de Santa Maria onde é um caso a parte, nós estamos passando, o INPE está passando por um planejamento estratégico. Acho que o Gilberto deve ter apresentado. Já fui porta-voz dessa informação para Ima, mais recentemente semana passada e não teria nenhum problema justamente nessa questão política institucional. Muito pelo contrário, até faz parte da política do INPA de descentralizar suas atividades. A SBPC já cobrou uma presença mais forte do INPE na região norte, a Secretária de Ciência e Tecnologia

no Estado do Amazonas fez também a mesma ação, nós a instituição o Ministério de Ciência e Tecnologia está navegando numa onda de sucesso com relação ao Programa CBERS, semana passada saiu um artigo na Science justamente dizendo o potencial e a vantagem competitiva da Science com relação... Do CBERS com relação a outros processos. E a gente observa que hoje seria ou pelo menos nos próximos dois, três anos a condição ideal para uma proposta como essa a ser realmente implementada.

Existe um processo de parceria que a própria presença do Leonardo aqui faz parte disso, a minha ida para lá também faz parte. Existe uma sintonia. É mais que natural esse processo. Basta uma vontade política. Muito mais sendo induzido por Deputados da região por uma problemática local. Claro que nós estamos relacionados com vagas, é o mesmo problema, há necessidade de infra-estrutura, vagas. Quem sabe esse ponto é que a Ima discute. Qual o tamanho das instituições para realmente resolver questões cruciais na Amazônia. Acho uma boa idéia. Principalmente se o senhor organizar uma reunião com o Ministro, com os dois diretores e colocar essa proposta na Mesa, o Ministro quer uma ação mais efetiva do INPE aqui, ele já manifestou isso, inclusive para os dirigentes, e agora é uma questão de estrutura. Acho que seria uma boa idéia. Já existe o Programa DETEX que eu queria que a Ima falasse um pouco que já é essa sintonia que já é uma certa ação do Goeldi nessa questão de detecção. Ima.

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Primeiro vou responder a primeira pergunta. Sem dúvida, os reflorestamentos eles são importantes principalmente nessas áreas que já foram degradadas. Já estão alteradas. Não diria degradação porque degradação é um conceito muito mais complicado. Essas áreas que já foram alteradas que são mais de 20 milhões de hectares, ou seja, já estamos nos 8020 em relação a Amazônia, no Estado do Pará já está, por exemplo, no seu 8020 em termos do território. Então 20% do Estado do Pará já está alterada. Essas áreas que estão alteradas ou elas estão produtivas ou elas estão abandonadas. E essas áreas abandonadas ou elas estão em regeneração ou estão degradadas. Então é mais ou menos isso poderia fazer uma figura mostrando isso. Essas áreas que estão degradadas elas podem ser, devem ser recuperadas, devem ser intensificadas. Por exemplo, pastagens que estão degradadas, a EMBRAPA tem tecnologia de recuperação de pastagem, só que é muito caro. A recuperação de pastagem é de cerca de 250 dólares por hectare. Então muito mais fácil para um pecuarista abrir uma nova área de floresta para implantar nova pastagem, apenas com um pali-

to de fósforo às vezes um trator derruba, queima, do que recuperar essas áreas já estão degradadas. Então é muito mais fácil, muito mais barato e é a forma, digamos mais barata de se produzir na Amazônia é o gado. É muito fácil produzir gado na Amazônia. Então a questão do tamanho, o desmatamento estancar ou que nós estamos pregando desmatamento zero na Amazônia, não é algo que seja absurdo. Acho que nós já chegamos no limite que podemos produzir nos 20% que já estão alterados. Isso é muito mais em termos, Deputado, de terras cultiváveis no Brasil, em termos de área, já é muito maior ou similar do que já tem no resto do Brasil cultivado. Só o que nós temos na Amazônia já alterado. Então é possível termos mais pecuária, desenvolver sistemas agro florestais, plantações de paricá, de eucalipto, de outras espécies, consórcios de espécies nessas áreas que já foram alteradas. Isso requer um pacote tecnológico diferente da produção de gado. A produção de gado numa pastagem nova até oito anos que dura bem na Amazônia, isso não precisa pacote tecnológico nenhum. Mas para a recuperação de pastagem precisa de um bom pacote tecnológico e a EMBRAPA tem. Só que é caro. E é importante como o acumulador de carbono. Principalmente espécies de rápido crescimento.

Agora, com relação a outra pergunta, que o eu tenho me debatido aqui já falei agora pouco é a questão do tamanho desse instituto. O instituto cresceu nos últimos 15 anos muito mais do que o seu orçamento.

Então, para ter um sistema de monitoramento aqui do PRODES esse orçamento que vem do MMA ação do PPA do MMA teria que vir para cá. Mas não traz junto seis milhões. Só o PRODES é o meu orçamento anual aqui. Só o PRODES. Então para vir o PRODES para cá tem que vir com o pessoal. Hoje nosso laboratório de sensoriamento remoto só tem três técnicos de nível superiores com mestrado todos os três. Então para trazer um grupo de pessoas para tomar conta do PRODES é um número grande. Eu sei que o INPE trabalha com poucos pesquisadores e muitos bolsistas, essa já é a situação de inúmeros projetos aqui. Então dessa forma eu diria, eu não quero. Não dá. Se é para vir o PRODES para cá, se é para vir o Programa de Monitoramento e de Desmatamento, teria que vir com um arsenal de pessoas contratadas para isso. Não mais bolsistas. Porque não tem sustentabilidade. O INPE tem sustentabilidade porque tem orçamento de 150 milhões com a Agência Espacial Brasileira. Do MCT ele tem 40 milhões, é isso Peter? O restante vem da Agência Espacial Brasileira e nós não temos uma agência ou um plano de desenvolvimento científico e tecnológico para a Amazônia desse porte, de 150 milhões que poderia ser distribuídos em ações do PPA, para o INPA,

para o Museu Goeldi, para uma Mamirauá que podia se expandir. Se fosse o caso, por exemplo, de colocar uma Mamirauá para pesquisas em áreas alagadas e não só Mamirauá e Ananã. É muito específico. Não chega a demanda para Mamirauá como chega para o INPA e para o Museu Goeldi. As demandas são específicas ali para aquela região.

Então, a agenda de pesquisa do INPA e do Museu Goeldi são muito grandes e aumentar essa agenda só com suporte de pessoal. E um orçamento do tamanho do INPE. Aí eu topo. Mas de troca. Eu dou seis milhões para o INPA e o INPA dá grande parte desse recurso que eles têm. Não por conta do PRODES, veja que é seis milhões. É por conta do programa espacial. Então é muito mais fácil para o Diretor que tem 150 milhões de orçamento manipular os recursos e desenvolver vários estudos. A parceria que nós estamos fazendo com o INPE é num novo programa de detecção em tempo real de exploração seletiva de madeira. Aí o Peter falou agora é o Programa DETEX. Tem o programa DETER, em tempo real, avaliação do desmatamento em tempo real, e agora tem esse novo programa que está sendo apoiado pelo Serviço Florestal Brasileiro e o Museu Goeldi em um papel muito importante com pesquisadores na área de botânica, e também de sensoriamento remoto, mas principalmente de ecólogos que possam reconhecer fisionomias, exploração seletiva de madeira, diferenciar diferentes graus de perturbação no campo que esse é um problema sério muitas vezes os levantamentos são feitos só com as imagens e no campo você não tem um bom trabalho. E aí o museu estará participando dessa iniciativa com seus pesquisadores dessa área. Isso é uma parceria e um avanço.

[palmas]

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-

DF): Eu vou ser muito rápido até pelo adiantado da hora, mas eu não queria também perder a oportunidade de fazer essa pergunta. A gente vem percebendo agora com a publicação do último Relatório do IPCC a recomendação de que se use biocombustíveis e uma referência específica a questão do etanol no Brasil. E a gente percebe, a imprensa vem divulgando isso e eu percebo isso, eu sou do Distrito Federal já percebo isso claramente no Estado de Goiás que a cana, há uma tendência de que grande parte de Goiás, de Mato Grosso e de outras áreas do País se transforme num grande canal para a produção de etanol. E a gente vem assistindo com isso a transferência do gado que era uma atividade típica dessas regiões para o Pará. Na visita a EMBRAPA na segunda-feira eu fiquei impressionado com a informação de que o Pará já tem o quarto rebanho bovino do Brasil. E o Peter traz a

informação de que a tendência nos próximos anos o Pará se torne o primeiro produtor brasileiro de bovino. O Peter também trouxe a informação de que a utilização do gado nas bacias do Tapajós já está alterando a qualidade da água naquela região.

Eu pergunto: Eu queria fazer perguntas. A primeira é a seguinte. Existe zoneamento, demonstra claramente a necessidade do pacto com o setor produtivo sobre a utilização de determinadas áreas. Já existe o zoneamento feito no Pará? Existe um zoneamento? Essa era a primeira pergunta. E a segunda questão é a seguinte: Está muito claro pelo último Relatório do IPCC de que os Países em desenvolvimento terão também que reduzir as suas emissões. O Brasil hoje junto com China, Índia, estava numa posição diferenciada e tudo indica pela pressão internacional ainda que a obrigatoriedade dessas reduções sejam diferenciadas, nós seremos obrigados, tudo indica a reduzir as emissões. E grande parte das emissões brasileiras são frutos de alterações de uso de solo de forma muito especial o desmatamento e queimadas. Ou seja, essa é uma questão que nós vamos ter que enfrentar essa questão do desmatamento.

Eu faço uma pergunta: O Ministério do Meio Ambiente, o Governo anuncia que nos últimos anos uma redução em torno de 50% do desmatamento. Na opinião de vocês, essa redução se deu em função de uma fiscalização mais apurada do Governo, de um processo de conscientização da população ou isso pode ter se dado em função da queda do preço da soja no mercado internacional? Ou seja, de uma menor pressão da soja no mercado internacional? Eu gostaria de deixar essa pergunta.

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Deputado, o principal uso da terra que leva ao desmatamento não é a soja na Amazônia. É a pecuária. É a pecuária. E essa região de São Félix do Xingu e ali sudeste do Pará ela avançou muito nos últimos anos e tem... A principal, digamos assim, o principal motivo dessa região ter avançado com relação à pecuária é extensas áreas de terras públicas disponíveis, entre aspas. Então o que houve foi um avanço muito grande sobre essa nova fronteira, uma ocupação rápida, e as áreas de abertura de pastagens também são muito grandes. Então isso elevou muito o desmatamento nos últimos anos. Com a fiscalização mais intensa, eu acredito até porque estudei essa região entre o Iriri e o Xingu, é que houve um recuo, digamos assim, nos últimos anos por conta de fiscalização. As áreas de soja elas principalmente na região do Planalto do Tapajós, um pouco da região de Paragominas, mas Paragominas muito mais em áreas já alteradas, não em áreas novas de floresta. No Planalto do Tapajós, ali na Calha

Norte do Amazonas sim, houve desmatamento para a produção de soja. Mas muito menos do que para a criação de bovinos. Muito menos.

Então, eu acredito e por isso que eu acho que o setor produtivo está atento para esse avanço. Eles também acham que o que nós já temos de pastagem se intensificarmos nós conseguimos uma produção sustentável de carne e eu acho que é um avanço e também preocupados com relação à certificação dessa carne. Também acho que avança sobre essa discussão da ampliação, digamos assim, da fronteira para a agropecuária. Essa é a maior preocupação. Como lhe disse, é muito fácil criar gado na Amazônia. Não precisa de um pacote tecnológico pelo menos até uns oito, dez anos.

Uma questão que é importante também dizer é que a questão de segurança alimentar na Amazônia é muito preocupante. O Dr. Alfredo Roma tem destacado isso em vários seminários e em vários trabalhos que mostram, por exemplo, que o Estado do Amapá quase todo, o Estado do Amapá e Amazonas, quase toda produção de carne bovina e de frango vem do Estado do Pará.

Então, o fato do Estado do Amapá ter hoje 53 ou 58% da sua área preservada em unidades de conservação isso é a custa da destruição dos ecossistemas primários do Estado do Pará. É onde nós temos a produção de gado, e tem... Veja que até a mandioca, até farinha de mandioca, 80% da farinha consumida no Amapá vem do Estado do Pará. Isso é muito preocupante com relação à segurança alimentar desses Estados que não estão produzindo carne, frango, alimentos básicos para a população. Essa questão da segurança alimentar ela é preocupante e está relacionada de alguma forma com o desmatamento pelo menos do Estado do Pará. Aqui avança enquanto outros Estados se mantêm preservados. Então a política de desenvolvimento dos governos, dos Estados, eles são diferenciados.

Então, a política do Governo do Amazonas é uma, a política de desenvolvimento do Governo do Pará é outra, do Amapá. Acho que há uma necessidade de uma reunião entre os Governadores, além de também outros Países no caso, como foi colocado aqui a questão da conservação da biodiversidade pelos Ulisses Confaloniere, estar discutindo também a questão das Guianas e tudo. Internamente na Amazônia essa questão em nível de Governos dos Estados deve ser amplamente discutida porque está relacionado uma com a outra. Biocombustíveis eu não... Zoneamento existe, sim. Estado do Pará tem um zoneamento. Foi feito no governo passado. Teve uma ampla discussão, foi aprovado pela Assembléia Legislativa por unani-

midade, não sei se o Deputado Nilson quer dar mais algum detalhe. Agora, o que falta é o detalhamento do zoneamento. O que foi feito foi o macro zoneamento. Então o detalhamento desse macro zoneamento é necessário fazer. O que foi feito agora da antiga SUDAM, da ADA, a nova SUDAM, foi o zoneamento fino, digamos assim, da BR-163. Essa região da estrada tem estudos bem interessantes, o Museu Goeldi participou, foi coordenado pela EMBRAPA, foi um exercício interessante de união de todas as especialidades de instituições de pesquisa e ensino daqui do Estado do Pará, EMBRAPA, Universidade do Pará, Museu Goeldi, se uniram e fizeram o zoneamento da BR-163. Acho que é necessário fazer em várias outras regiões para chegarmos a um... A essa discussão de uso de território, pacto... Acho que... Mas acho que o Pará avançou com relação a isso. Precisa agora detalhar e é caro. Não é algo simples também de fazer esse zoneamento. Tem que ser por parte. O Amapá fez, o Acre tem, Rondônia acho que foi o primeiro Estado que teve o seu zoneamento, mas acabou não funcionando muito bem. Hoje Rondônia está totalmente destruída, é um Estado que já tem bastante problemas. O Estado do Amazonas é mais complexo, é maior, mas eu tenho a impressão que já eles iniciaram também o zoneamento. Então agora é o caso de detalhar esse macro zoneamento. Mas já existe grandes diretrizes, essa área toda já alterada, tem todo um estudo de consolidação das áreas produtivas para essas áreas já alteradas de estancar a fronteira, novas unidades de conservação na Calha Norte do rio foram criadas recentemente grandes unidades de conservação na Calha Norte do rio que estavam totalmente descoberto. Sem informações, inclusive, com relação a biodiversidade. Então, acho que está num momento bastante interessante.

Bom, acho que agora podemos terminar aqui essa etapa e está previsto uma breve visita à exposição, é uma exposição aqui na Rocinha que fala da vida de Emílio Goeldi, da vida, do trabalho que ele fez com essa instituição num período bastante... O Cláudio está pedindo para que a gente fizesse o almoço primeiro e depois a visita. Já está bastante adiantado. Nós estamos com... Meio-dia e quarenta. A gente almoça aqui mesmo no parque e depois faz a visita à exposição. Muito obrigada a todos.

[palmas]

Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente.

Visita encerrada às 12h40

ATA DA 9ª REUNIÃO – REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2007

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”,

criada pelo Ato nº. 01, de 2007, “destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”, realizada em 08 de maio de 2007, terça-feira, às 15h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à votação de requerimentos.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão: **Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) – Presidente, Senador Fernando Collor (PTB-AL) – Vice Presidente, Senador Renato Casagrande (PSB-ES) – Relator, Senador João Ribeiro (PR-TO), Senador Delcídio Amaral (PT-MS), Senador Raimundo Colombo (PFL-SC), Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Deputado Dr. Adilson Soares (PR-RJ), Deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), Deputado Luiz Carreira (PFL-BA), Deputado Rodrigo Rollemberg (Bloco PSB-DF), Deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), Deputado Sarney Filho (PV-MA), Deputado Jorge Khoury (PFL-BA).** – Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente.

9ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL CRIADA ATRAVÉS DO ATO CONJUNTO Nº. 001/2007 DO CONGRESSO NACIONAL DESTINADO A ACOMPANHAR E MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2007, ÀS 15 HORAS E 47 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 9ª reunião da Comissão Mista Especial criada através do ato conjunto nº. 001, antes porém convido o Senador Delcídio Amaral para acompanhar aqui da Mesa como Relator *ad hoc*, já que o nosso Relator-Geral, Senador Renato Casagrande, demora ainda alguns minutos para chegar à Comissão. Nos telefonou agora. Comissão Especial Mista criada através do ato conjunto nº 001/2007 do Congresso Nacional destinado a acompanhar e monitorar e fiscalizar as ações referentes à mudanças climáticas no Brasil. Esclareço que a pauta desta reunião administrativa destina-se à apreciação e votação de requerimentos.

Faço também o comunicado, nesse momento, da Audiência Pública realizada no dia de ontem na cidade de Belém, Estado do Pará, lá estiveram presentes o Deputado Augusto Carvalho, o Deputado Rodrigo Rollemberg, o Senador Nery, do PSOL, o Senador Renato Casagrande, e os Deputados Estaduais, a Diretora do Museu Emílio Goeldi, o Dr. Paulo Motim do IPAN, uma série de entidades representativas da área ambiental, o Procurador da República do Estado do Pará, Assesores do Governo do Estado do Pará, uma audiência muito concorrida, profícua com a participação de diversas autoridades, onde nós pudemos observar que

é nítida a divisão de pensamentos naquele importante Estado da Amazônia com relação às questões inerentes à mudança climática e aquecimento global. Não há consenso sobre modelo de desenvolvimento. Há uma discussão muito grande da situação difícil da população do Amazonas com relação a desenvolvimento sustentável, financiamento de fontes alternativas, e um problema que além de ter toda a complexidade ambiental, também obedece a uma dificuldade socioeconômica muito grande. Portanto proveitosa a audiência e ao mesmo tempo preocupante pela falta de consenso e a urgência dos assuntos que foram abordados na audiência realizada ontem na Assembléia Legislativa do Pará. Ao passo que registramos também nessa Comissão os nossos agradecimentos à Governadora Ana Júlia Carepa, ao Presidente da Assembléia, os Deputados Estaduais, diversas autoridades do Estado do Pará que receberam com carinho esta Comissão. A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. A coloco em votação propondo...

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (PFL-BA): Pedir a dispensa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Por solicitação do Deputado Luiz Carreira que solicita a dispensa da leitura, nós passamos a votação da Ata da Sessão anterior. Em discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

Como ia passar nesse momento a palavra ao Sr. Relator, eu informo que temos de entrada de requerimentos nesta Comissão, no dia de hoje, nesta reunião administrativa, **o Requerimento que solicita a aprovação para a tradução e publicação do Relatório 03 do IPCC, divulgado amplamente do final de semana, mas ainda com as dificuldades que esta Comissão resolveu encarar de tradução e publicação. E ainda registro os dois requerimentos de solicitação de participação dos Srs. Deputados e Senadores em eventos inerentes ao tema.** O Requerimento que solicita, até por solicitação da Deputada Perpétua Almeida do PCdoB do Acre e alguns outros Parlamentares, a participação de membros dessa Comissão no Congresso sub-regional câmbios climáticos e Amazônia, na Universidade Nacional de Ucaile(F), UNU na cidade de Ucalpa [inaudível], Peru. Com a data referida, o convite oficial feito à Comissão e a solicitação e a disposição dos Srs. Parlamentares, principalmente os Parlamentares da Região Amazônica que tem o interesse em participar. Registro também o convite formulado pela Green Cross Internacional, entidade presidida pelo ex-Presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachov, autor da carta da terra, que muitos conhecem, formulando também convites

a esta Comissão. E o Requerimento formulando nº. de publicações dos relatórios do IPCC. Ainda com a avaliação dos Srs. Parlamentares sobre a conformação desta publicação, de que forma a Comissão, haverá um texto do Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso, do Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara, e a intenção é divulgarmos esse material na Semana do Meio Ambiente em conjunto com a avaliação que a Comissão... A Subcomissão de Sistematização, o Deputado Rodrigo Rollemberg, o Senador Jefferson Peres e o Deputado Luiz Carreira farão dos projetos que serão apresentados nos próximos dias para a nossa avaliação e apresentação ao Presidente da Câmara e Senado para a sua aprovação. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Queria cumprimentar o Presidente, Deputado Eduardo Gomes, cumprimentar os Deputados Federais aqui presentes. E eu ouvi atentamente, Sr. Presidente, a exposição de V.Exª com relação à reunião ocorrida ontem na Assembléia Legislativa do Pará, e eu não tenho dúvida que foi um grande debate, especialmente em se tratando de Amazônia. Eu tive a oportunidade de viver muitos anos na Amazônia e sei a complexidade do tema. E eu gostaria de aproveitar a oportunidade, como eu estou aqui como Relator *ad hoc*, representando com muita honra o nosso querido Senador do Espírito Santo, Renato Casagrande, eu gostaria de fazer uma sugestão, que esse mesmo... Essa mesma iniciativa fosse tomada com relação ao meu Estado, o Mato Grosso do Sul, não por ser único e exclusivamente meu Estado, mas é porque Mato Grosso do Sul e Mato Grosso detêm uma das maiores reservas ambientais que pela sua biodiversidade levam essa região a ter um destaque especialíssimo, não só no que se refere ao nosso País, mas é um tema tratado mundialmente, que é o pantanal. E eu entendo, Sr. Presidente, que em função até de muitas ações que estão sendo promovidas no Pantanal, o momento seria de extrema valia para que uma Comissão como essa, que trata das mudanças climáticas e com Parlamentares tão voltados para essas atividades, nós teríamos uma oportunidade extraordinária de levar esse debate também nos mesmos moldes adotados para a Amazônia e para a Assembléia Legislativa lá do Pará, nós poderíamos adotar também esse procedimento, é uma sugestão que eu estou fazendo, é evidente que o Plenário da Comissão é que vai deliberar se isso é importante ou não dentro da escala de prioridades da Comissão, mas um debate sobre o pantanal. Extraordinário pela sua biodiversidade e um tema absolutamente atual. Não só nos nossos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, como também em todo o Brasil. Portanto aqui

fica a minha sugestão e eu poderia eventualmente até apresentar um Requerimento para que esse assunto também fosse discutido e aprovado e implementado na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, lá da nossa querida capital, Campo Grande.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Registro com satisfação a solicitação do Senador Delcídio. A Comissão tem no plano prévio uma aprovação de audiência com outra dinâmica que é na cidade de Cuiabá no dia 17 de agosto. Mas é possível, inclusive a exemplo do que será feito em Manaus, com a participação de alguns Estados da Região Norte, irão participar da reunião de Manaus é possível inclusive analisar a possibilidade de fazer Campo Grande com a participação de outros Estados também.

Então, essa solicitação tem o registro, pelo resultado das primeiras audiências, eu tenho certeza que será acatada pela Comissão. Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Sr. Presidente, primeiro quero registrar também a importância dessas Audiências Públicas realizadas em outros Estados. Ontem nós tivemos a oportunidade especial na Audiência Pública realizada em Belém, de ouvir as instituições de pesquisa locais, especialmente a EMBRAPA e o museu Goeldi sobre os trabalhos que vem sendo desenvolvidos, sobre o LBA, o grande experimento da atmosfera, biosfera, que busca compreender os movimentos do clima do tempo na Amazônia, a influência que aquele bioma tem sobre a Constituição do clima não apenas no Brasil, mas também a sua influência no clima mundial. Considero muito importante a sugestão do Senador Delcídio, de que além de fazer a Audiência Pública em Cuiabá, que possamos fazer também em Campo Grande. Explico o porquê. Embora sejam dois Estados próximos, têm características bastante diferentes. Em função das suas características da própria vegetação, dos ecossistemas, enfim, e eu acredito que a contribuição que essas instituições locais têm dado a esse debate, é tão importante, eu acho que enriquece tanto o trabalho dessa Comissão, como tivemos a oportunidade de perceber em Belém, que eu considero importante que a gente realize também além da de Manaus além da de Cuiabá, realize também a Audiência Pública na cidade de Campo Grande.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Luiz Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (PFL-BA): Sr. Presidente, na verdade é para ratificar também, acho que a proposição do Senador Delcídio... Todos nós sabemos da importância, até porque conhece bem a situação do pantanal, e o Rodrigo Rollemberg acabou

na verdade complementando as nossas... As considerações que nós gostaríamos de fazer ao sugerir que as audiências sejam realizadas também nas duas cidades. Isso é importante porque dado até a complexidade dos ecossistemas locais. E essas Audiências Públicas elas são efetivamente um instrumento importante de informação para que a Comissão possa ao final fazer um Relatório compatível com a importância que foi dada a essa Comissão pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só complementando os comentários apresentados aqui. Eu entendo até que, no caso de Cuiabá, até pela sua... Pela especificidade, como foi dito pelo Deputado Rollemberg, são dois Estados vizinhos, mas que o que os une é o pantanal. Porque Mato Grosso tem uma diversidade... Tem uma situação sob o ponto de vista ambiental diferente de Mato Grosso do Sul, tirando o pantanal, porque Mato Grosso tem uma ligação com a Amazônia legal.

Então, a minha sugestão é que, até porque já está sendo programada essa reunião, a minha sugestão é que fosse feito um debate sobre essa relação de Mato Grosso com a Amazônia, efetivamente, e nós deixássemos para Campo Grande, até porque Mato Grosso do Sul tem 2/3 aproximadamente do pantanal, nós deixaremos a discussão sobre o pantanal para Campo Grande. Quer dizer, ficaria uma coisa coerente, começamos por Belém, entramos por Cuiabá e depois nos concentramos em Campo Grande único e exclusivamente com pantanal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Entendendo a dinâmica do que esclareceu o Senador Delcídio, e já com os requerimentos devidamente esclarecidos do seu teor, eu proponho então que façamos a votação em conjunto, denominando e colocando em votação também a sugestão do Senador Delcídio. Então seriam... Deputado Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Sr. Presidente, protocolei, a pedido da entidade Preserve Amazônia, uma solicitação para que a construção da estrada 163 possa ser objeto de análise dessa Comissão. Eu até falei com a Assessoria, mas acho que podemos já também incluir em bloco esses requerimentos que acho que é da mais alta importância e possamos avaliar os impactos dessa construção para a Amazônia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Registro o recebimento desta Comissão de Comunicação da entidade preserve Amazônia

com o objetivo de chamar atenção da Comissão para a necessidade de um estudo comparativo de modelo de transporte na região da BR 163, com os esclarecimentos, as fotos... Peço que passem uma cópia a cada membro da Comissão e colocaremos também em votação o acatamento dessa... Eu solicito ao Deputado Augusto Carvalho que subscreva a solicitação da entidade para que ela possa ter trâmite regimental. Ele fará isso e ficará então...

Passo então à votação dos requerimentos números 17, 18, 19, 20, 21 e 22. Em discussão. Em votação. Os Srs. Senadores e Deputados que concordem, permaneçam como estão. Estão aprovados os requerimentos. Faço ainda a observação aos Parlamentares que a Assembléia Legislativa do Estado do Pará acaba de instalar a Comissão Especial de Mudanças Climáticas no âmbito do Estado do Pará. A iniciativa de igual teor teve o Deputado Marcelo Leles, do Partido Verde do Estado do Tocantins. E gostaria de solicitar, a título de sugestão, que os Parlamentares ligados a esta Comissão, Senadores e Deputados, estimulem nos seus Estados a criação de comissões que tratem de mudanças climáticas e aquecimento global sob o ponto de vista de que há um desejo do Relator de dinamizarmos esses contatos, mesmo que com a impossibilidade de mobilizar toda a Comissão, mas os Parlamentares que pertencem a comissão que estão nos seus Estados podem evidentemente participar dessas discussões. E uma das principais evidências da primeira Audiência Pública, com a participação de Deputados Estaduais e membros do Governo do Estado que foi ontem em Belém, deixou claro que um dos maiores problemas é a falta de conexão e de interação das Políticas Nacionais, Estaduais e Municipais de Meio Ambiente. Cada um tem a sua forma de observar o meio ambiente e suas conseqüência, seus projetos, e isso desperdiça recurso público, energia, e por isso que eu acho que também é função dessa Comissão estimular a criação de Comissões Estaduais nas Assembléias Legislativas para a discussão do tema Mudanças Climáticas e Aquecimento Global. Com a palavra o Deputado...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Dia... Manaus... Foi sugerida a alteração do dia 15 para o dia 18 de junho. Do dia 15, sexta-feira, para o dia 18, segunda-feira. Audiência com representantes de órgãos governamentais, setor produtivo e do terceiro setor e da academia na Assembléia Legislativa de Manaus. Confirmado. Foi sugerido dia 18.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente Sessão, convocando.. Nós temos a Sessão marcada para esta Audiência Pública em Manaus, mas é evi-

dente que é possível que seja convocada uma reunião intermediária justamente para discutir a composição do Relatório que será impresso e divulgado pelo Congresso Nacional. Os três relatórios. Está encerrada a presente Sessão. – Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente.

Sessão encerrada às 16h07.

ATA DA 10ª REUNIÃO – REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2007

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, criada pelo Ato nº. 01, de 2007, “destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”, realizada em 16 de maio de 2007, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apresentação das propostas da Sub-relatoria para Análise de Proposições Legislativas em Tramitação e votação de requerimentos.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão: **Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) – Presidente, Senador Renato Casagrande (PSB-ES) – Relator, Senador João Ribeiro (PR-TO), Senador Romeu Tuma (PFL-SP), Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), Senador Delcídio Amaral (PT-AC), Deputado Dr. Adilson Soares (PR-RJ), Deputado Iran Barbosa (Bloco PT-SE), Deputada Rebecca Garcia (PP-AM), Deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), Deputado Luiz Carreira (PFL-BA), Deputado Rodrigo Rollemberg (Bloco PSB-DF), Deputado Sarney Filho (PV-MA), Deputado Ricardo Barros (Bloco PP-PR) - suplente, Deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) - suplente. – Deputado Eduardo Gomes**, Presidente.

10ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA PELO ATO Nº 001, DE 2007, “DESTINADA A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL”, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 44 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do Ato Conjunto nº 001 de 2007, do Congresso Nacional, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que a pauta desta Reunião Administrativa, destina-se à apreciação e à votação de Requerimentos e à apresentação das propostas da Sub-relatoria para Análise das Proposições Legislativas em Tramitação. A Ata da Reunião passada encontra-se

sobre a Mesa. Por solicitação do Deputado Sarney Filho, é solicitada a dispensa. Aos que aprovarem permaneçam como estão. Aprovada.

Informo que a Comissão da Amazônia e Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados aprovou o Requerimento que torna conjunta a Reunião externa na cidade de Manaus. É promovida por esta Comissão, a ser promovida por esta Comissão. Submeto a este Plenário a conversão da Reunião para a Reunião conjunta. Em discussão. Os que aprovarem permaneçam como estão. Aprovada.

Isso é fruto de uma solicitação desta Comissão e de prestar apoio à iniciativa das Comissões Permanentes da Câmara e do Senado que desenvolvem reuniões sobre o tema e esta é a primeira resposta, também, das Comissões Permanentes solicitando a participação nas Audiências desta Comissão.

Enquanto o Relator chega, se alguns dos parlamentares quiser fazer uso da palavra. O Relator Senador Renato Casagrande já está se dirigindo para organizar a votação de hoje. Portanto, com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Estou brincando, Presidente, estava atendendo uma amiga e um amigo meu, aqui do lado de fora e não acompanhei o início da Reunião, peço desculpas.

Mas só para informar à Comissão que nós estamos preparando o Relatório parcial, para que na semana que vem, nós possamos entregar no início da semana a cópia do Relatório parcial e até o final da semana, aprovarmos um Relatório parcial, conforme nós combinamos aqui nesta Comissão, aqui na Reunião nossa.

Eu queria, depois, na hora oportuna, Sr. Presidente, fazer discutir, um pouquinho o roteiro desse Relatório, daqui a pouco, ainda se o senhor me permitir. Está bom? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Bom, como essa Reunião destina-se a analisar o trabalho promovido pela Comissão, pelo Grupo coordenado pelo Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputado Luiz Carreira e o Senador Jefferson Peres, que se propõe a apresentar uma pauta conjunta para a Câmara e Senado, a ser apresentada na Semana do Meio Ambiente, eu passo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg para que possa esclarecer o que este Grupo já têm colhido de sugestões e sobre quais projetos essa Comissão deve se debruçar nesse esforço concentrado.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Bom, cumprimento o Sr. Presidente, Sr. Relator, demais parlamentares desta Comissão. Foi atribuída a um grupo de parlamentares analisar as diversas pro-

posições que tramitam na Casa, que guardam alguma relação com a questão do aquecimento global, ou seja, tanto na área de matriz energética, de florestas, de biocombustíveis, de resíduos sólidos, de tributação, incentivos, mercado de carbono e compras públicas.

Com o auxílio da Assessoria desta Comissão, nós levantamos, inicialmente, uma lista de 129 proposições e fizemos uma análise sobre essas 129 proposições. É claro que a proposta apresentada aqui, que será apresentada aqui, ela... são Projetos que têm tramitação diferente, estágios de tramitação diferentes. Mas nós escolhemos como Projetos que tratam de temas diversos, é claro que muitos desses Projetos precisam de avaliações mais profundas, precisam ser aperfeiçoados. E, como disse, depende de uma decisão desta Comissão e da própria Mesa da Câmara e do Senado, acerca do... se daremos prioridade à tramitação.

Mas são propostas, inclusive, que no meu entendimento têm condições de reunir um nível de consenso sobre elas. Nós, inicialmente, identificamos cinco Projetos de Lei. O primeiro deles de autoria... é o Projeto de Lei nº 261 de 2007. Como vocês podem perceber é um Projeto recente apresentado ainda esse ano, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que dispõe sobre a política nacional de mudanças climáticas.

Esse é um Projeto genérico, mas traça diretrizes para essa política. O Relator é o Deputado, que faz parte desta Comissão, Luiz Carreira, que já está discutindo este Projeto, tanto com o autor, quanto com o Ministério do Meio Ambiente. Neste momento, inclusive, ele não está participando desta Reunião, porque está numa Reunião no Ministério do Meio Ambiente discutindo este Projeto.

Acredito que a Comissão poderia dar uma contribuição analisando, se aprofundando sobre esse Projeto e trazendo contribuições. Este Projeto está apensado a um outro Projeto, de autoria da Deputada Rita Camata, nós achamos que os conceitos trazidos pelo Deputado do... pelo Projeto do Deputado Mendes Thame estão mais atualizados com a realidade.

Bom, em seguida, tem o Projeto de Lei nº 479 de 2007. Também, como vocês podem perceber, um Projeto recente, deste ano ainda, de autoria do Deputado Fernando Gabeira que na ementa dispõe sobre o sistema de vigilância das emissões antrópicas por fontes e remoções, por sumidouros de gases de efeito estufa. Na verdade, o que o Projeto prevê é algo já previsto no protocolo de Kioto, quer que o Governo, o Poder Executivo, elabore anualmente o inventário brasileiro de emissões antrópicas por fontes e remoções, por sumidouros, de gases de efeito estufa, não controlados pelo protocolo de Montreal. Eu considero que esse Projeto, no meu entendimento, tem um ní-

vel de consenso muito grande. Acho que embora ele tenha... Oi?

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Não, não tem. Foi a última ação dele... Ah, sim. Ele está, ele está tramitando apensado ao Projeto de Lei nº 18 de 2007, de autoria do Deputado Sarney Filho, mas, no nosso entendimento, ele deve ser desapensado, porque tratam de temas diferentes.

Bom, o terceiro Projeto de Lei é o nº 494, também de 2007. É bom ressaltar que os Projetos são de 2007, porque esse é um tema, de fato, novo. A preocupação do Congresso Nacional cresceu muito com, sobretudo, a partir da divulgação dos Relatórios do IPCC. Esse Projeto, de autoria do Deputado Eduardo Gomes, dispõe sobre os incentivos fiscais a serem concedidos às Pessoas Físicas e Jurídicas que invistam em projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo, que gerem reduções certificadas de emissões. Autoriza a construção de fundos de investimento em Projetos de MDL e dá outras providências. O Projeto concede diversos benefícios fiscais às Pessoas Físicas e Jurídicas que invistam em Projetos de MDL, que gerem reduções certificadas de emissões. Benefícios fiscais na área, no Imposto de Renda, na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, na contribuição para o Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, COFINS e Imposto de Renda de Pessoa Física, para a aquisição no valor empregado na aquisição de fundos de investimentos em Projetos de MDL. Essa é uma questão absolutamente nova, precisa ser ampliado o debate sobre ela.

Eu, inclusive, estou propondo que esta Comissão apresentei um Requerimento nesse sentido, promova uma Audiência Pública sobre Mercado de Carbono, especificamente, que eu acho que a gente pode obter contribuições significativas para isso. Mas acho que esse tema deve ser levantado e esse Projeto, certamente, tem uma contribuição grande a dar a isso.

Bom, o quarto Projeto, é o Projeto de Lei nº 6.910 de 2006 do Deputado Sarney Filho, que exige a comprovação da origem da madeira utilizada em obras e serviços públicos e dá outras providências. Considero, também, esse Projeto importante, traz, acredito que... a Casa, as duas Casas do Congresso, já evoluiu para identificar a necessidade de certificação das madeiras, sobretudo as utilizadas em compras públicas.

E o quinto Projeto, Projeto de Lei já de tramitação mais adiantada, Projeto de Lei nº 5.979 de 2001, que tem como autoria, autor a Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, que acrescenta o art. 66-A e altera a redação do *caput* do art. 104, da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 e estabelece normas referentes à inspeção técnica veicular. A pro-

posição acrescenta ao Código de Trânsito Brasileiro um artigo para fixar que nenhum veículo poderá transitar sem atender aos limites vigentes de emissão de poluentes e sem licenciamento pela autoridade ambiental competente.

A modificação no art. 104 tem, por finalidade, estimular... estipular que a forma e a periodicidade da inspeção técnica veicular serão previstas em lei e não mais determinadas pelo Conselho Nacional de Trânsito. Este PL também prescreve uma série de normas específicas sobre a inspeção veicular, dispondo sobre aspectos de segurança veicular e emissão de gases poluentes. No que tange ao objeto da nossa Comissão, a proposição é meritória no sentido de garantir um acompanhamento mais próximo das reais condições de funcionamento dos veículos que trafegam em Território Nacional.

Então, esses são os cinco Projetos que, no nosso entendimento, este Projeto, este último já está pronto para a pauta. Tratam de temas diferentes. Um trata sobre um plano de mudanças... de enfrentamento das mudanças climáticas. Um outro sobre o inventário das emissões de gases e de reduções por sumidouros. Um outro trata de incentivos específicos para Projetos, incentivos fiscais para Projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo. O outro trata da obrigatoriedade de comprovação da origem da madeira utilizada em compras públicas e o quinto trata de inspeção veicular.

Procuramos, também, buscar Projetos e temáticas variados. Tem dois outros Projetos que eu considero que são importantes, são polêmicos, porque são criação de Fundos, mas eu acredito que a Comissão mereça uma atenção especial, as idéias mereçam atenção especial, desta Comissão e, se for o entendimento, ao final dos trabalhos, talvez, aperfeiçoar ou procurar uma nova iniciativa que contemple as proposições apresentadas nesses Projetos.

Um deles é o de... Uma proposta de Emenda à Constituição nº 19 de 2.000, do Senador Jefferson Peres, Senador da Amazônia, que faz... membro do Estado do Amazonas que faz parte desta Comissão que propõe, que altera o artigo das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

E o segundo é o Projeto de Lei Complementar nº 351 de 2002, do Senado Federal, de autoria da Senadora, então Senadora Marina Silva, hoje Ministra do Meio Ambiente, que cria Reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal para as unidades da Federação que abrigarem em seus territórios unidades de conservação de natureza e terras indígenas demarcadas.

Esta proposição promove uma redistribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados, de modo a prever que 84% serão destinados ao Norte, Nordeste, Centro-Oeste, 14% ao Sul e Sudeste e 2% constituiriam uma reserva do Fundo de Participação dos Estados a ser distribuída às unidades da Federação que abriguem unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas.

Então, essa é a contribuição que a Comissão, composta por mim, pelo Deputado Luiz Carreira, pelo Deputado Fernando Gabeira e pelo Senador Jefferson Peres apresenta à Comissão Especial de Mudanças Climáticas, é claro que todos esses Projetos são... a maioria deles são Projetos recentes. O tema, como disse, é novo. Então, merecem um aprofundamento, um estudo maior, um aprofundamento maior. Mas são linhas que, eu tenho convicção, que a Comissão Especial deve se aprofundar e pode dar uma contribuição significativa ao Congresso Nacional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado Deputado Rodrigo Rollemberg. Passo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Bom, apenas para aprovar a seleção, a condução, o método em que foi feito esse trabalho e dizer que eu gostaria que nós acrescentássemos à discussão, depois, quer dizer, uma vez definidos os Projetos que nós queremos aprovar, a nossa tática como Comissão, não é? Ter um calendário para a gente procurar os Presidentes da Casa, os Presidentes do Senado e, se possível, talvez, o próprio Deputado Eduardo Gomes numa Reunião de Liderança, ele iria expor essa... sinteticamente, evidentemente. E, também, o Senador Renato Casagrande com os líderes do Senado. Se a gente pudesse fazer esse trabalho, porque a seleção é boa, nós podemos não ter 100% de aproveitamento. Mas em termos 30, o trabalho já mereceu. Agora para isso vai ser preciso uma tática. Eu conheço o processo aqui. Se a gente não tem um pouco de jeito e empurra, nem o Projeto mais importante é aprovado, porque há muita coisa na pauta. Então, a minha sugestão é essa, que a gente discuta também uma tática para fazer, trazer a realidade.

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Concordo. Passo a palavra ao Deputado Sarney Filho.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Sr. Presidente, nobre Relator. Eu também quero parabenizar o Deputado Rodrigo Rollemberg. Realmente ele fez uma seleção de Projetos que são... não são tão polêmicos assim. Evidente, também, que esses próprios

Projetos, eles irão ser objeto, ainda, de modificações, de acertos e também de compromissos com o Poder Executivo, com todo... com as bancadas que têm interesses setoriais nesse processo.

De qualquer forma, eu continuo achando que esse é o caminho da Comissão para a gente mostrar que está, que está agindo de maneira objetiva. Eu acredito que encontrando uma metodologia que possa fazer com que a gente avance nesses Projetos, na tramitação desses Projetos, dando um destaque especial, a gente deixaria clara a opção dessa Comissão, não só pelo conhecimento do assunto, mas também pela solução do problema que foi colocado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Bom, eu queria também concordar com as sugestões e a pauta e queria fazer uma observação, sobre a inclusão dos outros dois Projetos, de autoria do Senador Jefferson Peres e de autoria da Senadora Marina Silva. Eu tenho observado, eu acho que nessa Audiência Pública de Belém ficou evidente, e claro, as divergências sobre planejamento ambiental dos Estados, dos Municípios e da União, a absoluta falta de recurso específico para as políticas públicas desenvolvidas nessa região, especificamente.

E tenho umas perguntas para fazer, que eu acho que esses Projetos trazem no seu bojo, que elas podem ser respondidas com objetividade. Quanto custa para os Estados desenvolvidos a falta de investimento específico em ações ambientais nos Estados menos desenvolvidos? Porque quando você discute a repartição de recursos e que você tem que retirar, do bolo, um recurso de uma região mais desenvolvida e investir numa região menos desenvolvida, a qualidade desse gasto pode ser, também, um benefício e será nesse caso um grande benefício para as regiões desenvolvidas. Então, eu acho que esse é um debate que não tem como fugir dele.

Por isso, que eu acho que a sugestão ao Relator e na votação, a inclusão desses dois Projetos, também na estratégia que citou o Deputado Fernando Gabeira de envolver as duas Casas. Esse debate, ele não é conclusivo, porque os Projetos serão analisados e discutidos. Mas é importante que Projetos de autoria cruzada, nesse sistema bicameral, que funciona o Congresso, que tenha Projetos também do Senado e da Câmara.

Portanto, essa é a minha observação passo a palavra ao Relator Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, eu acho que o Deputado Rodrigo Rollemberg fez um bom trabalho, parabéns Deputado, que apresentou aqui, têm diversos Projetos tramitando, tarefa de nós priorizarmos alguns para conversarmos

com o Presidente Arlindo Chinaglia e conversar com o Presidente Renan. É a primeira etapa do trabalho dessa Comissão, de forma concreta, a idéia de nós termos um Relatório parcial que possa ir reproduzindo o trabalho da Comissão, sem antecipar o debate que virão, os debates que virão, é para que a gente, de fato, possa demonstrar a capacidade que essa Comissão tem de apresentar propostas, de sugerir alguns encaminhamentos, a equipe está trabalhando, já, o Relatório parcial, eu acho que está ficando de bom formato, de bom tamanho, então, eu quero também concordar como Relator, com o Sub-relator Rodrigo que foi, o Deputado Rodrigo que foi... ficou na responsabilidade de fazer esse trabalho. Eu também aprovo e aprovo, inclusive, com a inclusão de, pelo menos, um item. Mas o Deputado Eduardo Gomes colocou os dois Itens. Eu acho que a criação de Fundo é sempre muito polêmico. Mas como é para o debate, acho que nós podemos incluir as duas propostas do Senador Jefferson Peres e da, então, Senadora Marina Silva, Ministra nossa para o debate. E, entrando no ponto que o Deputado Gabeira colocou, da tática, acho que é isso. Acho que a Comissão, agora, precisa marcar uma ida com esse Relatório aprovado, uma ida ao Presidente Arlindo Chinaglia, uma ida ao Presidente Renan Calheiros, à Reunião de Líderes, eu quero aprovar e também concordar com o encaminhamento que o Deputado Gabeira fez, de nós... eu marco aqui com o Renan, o Presidente marca lá com o Presidente da Câmara e nós até início da semana.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Todo mundo, todo mundo. Aí, a Comissão vai entregar o Relatório aos dois Presidentes. Tá certo? Como posição e pedimos agilidade. Quem não tiver Relatório, pedir para nomear Relatório. Essa descrição, Rodrigo, está boa? É só ver, acho que todos eles, se têm Relator, se não tem Relator. Não é isso? Onde não tem Relator o pleito é pedir para nomear logo o Relator. Tá certo? A gente pedir aí para agilizar. Então, a minha concordância, Senador Delcídio. Outro comentário que eu faço é com relação à nossa ida ao Pará. Nós fomos numa Audiência Pública, não sabíamos o que seria a Audiência Pública e a Audiência Pública teve um bom resultado, um excelente resultado. Eu acho que a nossa ida lá, a ida ao museu, a Audiência Pública na Assembléia foi muito boa, produtiva, trouxemos, aí, a nossa equipe técnica trouxe diversos pontos que serão colocados em debate, aqui na hora do debate, da discussão sobre o Relatório. Então, eu acho que foi muito providencial a ida. E nós, dia 18, vamos a Manaus. Dia 18 junto com a Comissão da Amazônia, vamos à Manaus. Então, Manaus, também, é uma boa oportunidade, além de ter um bom Instituto de Pesquisa,

que é o IMPA, nós vamos lá no Estado onde o próprio Governo do Estado está lançando um programa que... acho que é a segunda parte do programa, já, para se evitar o desmatamento nessa visão da importância da preservação da floresta. Então, lá eu acho que nós devemos chamar o Governador para fazer apresentação da proposta, nossa Deputada, nossa bancada lá na Amazônia, pode ajudar nisso, para que sirva também de base para um trabalho que a gente possa... naquilo que for adequado, transferir para as outras Regiões do Brasil. Então, minha concordância e minha aprovação ao Relatório do Deputado Rodrigo Rollemberg.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Então, colocamos em votação o Relatório. Em discussão. Em votação. Os que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos a mais dois Itens da pauta. O Requerimento nº 23 do Deputado Rodrigo Rollemberg que solicita que sejam convidados o Sr. João Paulo Capobianco(F), André Lima e Gustavo Trindade, para participarem da Audiência Pública cujo tema central será o Código Florestal Brasileiro. Com a palavra... em discussão. Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Sr. Presidente, Sr. Relator. O estudo desses Projetos me fez entender e propor, a esta Comissão, a necessidade de fazermos, pelo menos, dois grandes debates. Um eu sei que está previsto nas diversas Audiências Públicas que nós vamos ter, vamos tratar, também, do tema da questão florestal. Mas acho que merecia, merece uma Audiência Pública específica para discutir a questão do Código Florestal Brasileiro. O Código é antigo.

Nós vimos na própria Audiência Pública, em Belém, que têm posições divergentes sobre isso. Até Procuradores defendendo que a questão da reserva legal, que pudesse fazer trocas com... preservando outras áreas, em outras bacias hidrográficas, o que é uma questão extremamente polêmica.

E, como a grande parte das emissões de gases de efeito estufa, brasileiras, são provenientes de desmatamentos e queimadas, de alterações do uso de solo proveniente dos desmatamentos e queimadas, eu entendo que é muito importante que esta Comissão faça uma Audiência Pública, se aprofunde sobre o tema, para que já pensando nessas contribuições que a Comissão poderá apresentar ao final dos seus trabalhos, como iniciativas legislativas, com proposições legislativas desta Comissão. Então, eu entendo como importante a realização dessa Audiência Pública, para discutir, especificamente, o Código Florestal Brasileiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Encerrada a discussão. Está em votação. Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras que tiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento nº 24 do Deputado Rodrigo Rollemberg. Solicitação. Solicito que seja realizada Audiência Pública cujo tema central será: “Crédito de Carbono e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, MDL, no contexto das mudanças climáticas.” Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Sr. Presidente, Sr. Relator. Como já disse, apresentei esse Requerimento. Tive a honra de representar esta Comissão num Seminário promovido pelo Jornal Valor Econômico sobre esse tema. Como todos nós sabemos, esse tema é absolutamente novo.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo foi uma proposta apresentada pelo Brasil e que se transformou num dos instrumentos previstos pelo protocolo de Kyoto, mas existem muitas dúvidas em relação à própria regulação deste Mercado de Créditos de Carbono. Essa pergunta, essa curiosidade, esse interesse foi despertado especialmente pelos empresários lá no Seminário que eu tive a oportunidade de representar essa Comissão, em São Paulo, promovido pelo Valor Econômico.

Então, eu acho muito importante que a gente tenha... faça esse debate, tendo a visão do Governo e acho que aí o José Miguez pode ser uma boa pessoa. Mas, também, trazendo gente da Bolsa de Valores, da Comissão de Valores Mobiliários, da CVM, enfim e de empresários, de gente que já está trabalhando nesse Mercado de Carbono para que possa haver um conhecimento maior desta Comissão e a partir desse conhecimento, uma contribuição efetiva ao Mercado de Carbono, a regulação do Mercado de Carbono.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Encerrada a discussão. Está em votação. Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Comunico à Comissão que os dois Relatórios, o Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, o Sumário 01 está pronto, a tradução de Anexandra de Ávila Ribeiro e o Relatório Sumário, do Grupo de Trabalho 02, também já está pronto.

Por solicitação do Relator, Senador Renato Casagrande, o Relatório do Grupo 03 está sendo providenciado. Eu apenas peço apoio, fundamental, do nosso Relator, para que a gráfica do Senado já inicie a preparação dos dois, a fim de que nós estejamos,

agora, no dia 5, se possível, divulgando essa publicação e já com essa publicação pronta.

Também está sendo definida a data da Audiência Pública, solicitada pelo Senador Delcídio na cidade de Campo Grande, para debatermos o Pantanal e o Relator já está discutindo a data. Informo à Deputada Rebecca Garcia que em duas oportunidades que tive de conhecer o programa a ser lançado no Estado do Amazonas, agora no mês de junho, uma no Fórum de Desenvolvimento Sustentável em Nova Iorque em que o Governador Eduardo Braga foi palestrante e em outra oportunidade, agora, na palestra do Al Gore, ele demonstrou interesse em dar visibilidade, apoio, na discussão e ficou de conversar isso com a Deputada Rebecca sobre a Audiência, a importância e a dimensão da Audiência desta Comissão na cidade de Manaus no dia 18. Passo a palavra ao Senador Delcídio Amaral e cumprimento meu grande amigo Deputado Bessa que visita essa Comissão, para nossa honra.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero mais uma vez destacar a importância dessa Audiência Pública em Campo Grande.

E para discutir, especificamente, o Pantanal. E por que eu sugeri isso? Porque 2/3 do Pantanal, como um todo, incluindo o Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, 2/3, aproximadamente, estão no Estado de Mato Grosso do Sul. E esse tema, Pantanal, ele a cada dia tem uma... passa a ter uma dimensão, cada vez maior, até em função de Projetos que estão sendo planejados e, muito possivelmente, serão instalados naquela região. Projetos importantes.

Mas ao mesmo tempo que, Projetos que têm que, em absoluto, estabelecer um compromisso com a biodiversidade do Pantanal. Eu vivi Senador Renato Casagrande, na Amazônia. Respeito muito a Amazônia, vivi muitos anos na Amazônia, conheci todos os Estados da Amazônia. Mas o Pantanal é absolutamente especial, pela sua fauna, pela sua flora. Não desconsiderando aquilo, a natureza extraordinária que a Amazônia representa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sem citar a caatinga, Senador.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): E sem citar também a caatinga... Faremos com todo o prazer uma viagem ao nosso querido Ceará, lá, do nosso Senador Inácio Arruda. Mas eu gostaria só, Sr. Presidente, porque será uma Audiência Pública, não tenho dúvida nenhuma, exitosa, porque o tema é um tema que, hoje, faz parte do cotidiano da nossa gente em Mato Grosso do Sul.

E não... e tenho, absoluta convicção, que não só os parlamentares, os Deputados Estaduais, Vereado-

res, Prefeitos, ONGs, quer dizer, uma série de entidades representativas e que discutem essa questão do Pantanal, vão estar presentes. Então, eu só gostaria de... eu estou vendo, aqui, a listagem das Audiências Públicas que a Assessoria entregou e, ainda, nós não definimos essa Audiência Pública de Campo Grande.

Então, eu vou fazer uma avaliação, checar com o Presidente, com o Relator, quais as datas, aí possíveis, para que a gente organize uma grande Audiência Pública na Assembléia Legislativa de Campo Grande, possivelmente, agora no próximo mês de junho se for possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): E ver também, Senador Delcídio, verifique, quais são as entidades que mais conhecem o Pantanal para fazer, para realizar as exposições para nós, lá, sobre o Pantanal e dar subsídios.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ok. Então, Presidente, é isso que eu queria registrar. Já vou, inclusive, fazer com base nas sugestões do Senador Renato Casagrande, já vou sugerir as entidades que participarão dessa Audiência Pública e apresentar uma data, possivelmente no mês de junho, para que a gente realize essa Audiência Pública em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Bom, Sr. Presidente. Eu posso dizer, mais uma vez, que sou do centro do aquecimento global. Nós somos ali da... [interrupção de áudio] Nordeste setentrional, é a área mais aquecida do nosso país. Você tem regiões em processo de desertificação.

Há, inclusive, uma data onde se discute, se debate esse tema no mundo que é o 17 de junho. Foi uma data escolhida pela Convenção Quadro, das Nações Unidas, para se discutir a questão da desertificação. O Brasil é um país que participa dessa Convenção, está disputando, inclusive, dirigir essa Convenção, ela tem muita proximidade com esse debate que nós estamos realizando de aquecimento global.

E a nossa região, essa região onde está este bioma, também especialíssimo, que é o bioma caatinga, precisa ser, digamos assim, distinguido com uma participação maior. Eu sei das inúmeras atividades da Comissão. A Comissão está muito bem, está trabalhando muito bem. Eu acho que eu quero louvar o trabalho da Presidência e da Relatoria e das Sub-relatorias, que estão agindo muito corretamente.

E queria destacar, também, a necessidade, porque é muito controverso o tema, nosso, do aquecimento global. De nós trazermos na Comissão para

um debate aqui no Senado, na Câmara, o Prof. Aziz Ab'Saber, porque ele tem uma opinião distinta. Talvez fosse interessante juntar o Al Gore de um lado e o professor Aziz Ab'Saber do outro para debatermos o tema. Porque há muita... às vezes pode haver muita propaganda em torno de uma figura. Porque, às vezes, nós temos aqui um especialista, um mestre, com um saber acumulado de décadas a respeito do tema, mas falta a ele, ou falta a nós, a mídia necessária para distinguir uma personalidade do saber, nossa, que a gente olha assim e diz: "*Mais quem é esse?*".

Esse é um mestre do saber, que precisa ser ouvido, exatamente, em relação a este tema. Eu acho que era muito interessante, se nós pudéssemos agendar. Está aqui a nossa agenda. É muito apertado, porque nós temos aqui essa agenda, nós temos aqui uma outra agenda, eu já estava consultando aqui o Senador Delcídio para uma agenda amanhã, a sol a pino, meio-dia, para discutir também energia, tudo está envolvido com o aquecimento. Para ver como a gente encontra o horário.

Mas eu acho que seria muito interessante que nós pudéssemos garantir a vinda. Ele está no meio daqueles Requerimentos todos que nós aprovamos. Mas é a gente encontrar a hora, para a gente botar, aqui, no nosso mapazinho, porque o nosso mapa está aqui, feito, mas o Aziz Ab'Saber não está ainda no nosso mapa. É nós encontrarmos o local exato para colocarmos o Prof. Aziz Ab'Saber, fazer com ele uma boa Audiência Pública aqui na nossa Comissão. Eu tenho certeza que ele vai nos ajudar. Vai nos ajudar com absoluta convicção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Informo ao Senador Inácio Arruda, primeiro concordando plenamente com os argumentos dele, à medida em que há uma super valorização e concentração da mídia pela visão difundida a partir do filme: "A Verdade Conveniente", eu tive oportunidade com o Senador Renato Casagrande de assistir no sábado a palestra do ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, começa a surgir uma série de dúvidas sobre a dimensão, a praticidade, a responsabilidade e me causa muita preocupação, como brasileiro, de compreender a responsabilidade do nosso país e a visão que o mundo tem do Brasil na questão de mudanças climáticas.

Então, sempre me parece e, nisso eu quero concordar com o Senador Inácio Arruda, que nós precisamos buscar outras visões com outra dimensão, que tenha alguma coisa de *pop star*. Eu não sei, eu não posso esclarecer. Mas nós tivemos, lá, por mais de duas horas. A gente nota que há uma certa visualização, uma certa concentração em determinados conceitos, que

não podem inibir a participação do país e a responsabilidade que o Brasil tem em formar a sua política de mudanças climáticas a partir de um modelo sustentável, que pode, ou não, estar em sintonia com aquilo que, não só o Al Gore, mas que outros cientistas analisam. A visão geral do IPCC já é um pouco diferente.

Mas eu queria informar que o Prof. Ab'Saber já está convidado e parece que há uma questão pessoal, ele não anda de avião. Então, ele está encaixado na Audiência Pública de São Paulo e eu queria informar, ao Relator, vou fazer uma consulta ao Senador Renato Casagrande a respeito da necessidade de uma Audiência Intermediária na próxima semana, numa Sessão Intermediária, porque algumas pessoas que gostariam de dar a contribuição para esta Comissão, querem fazê-lo o mais rápido possível e um exemplo que eu dou é do ambientalista e ex-Deputado Federal, com grande responsabilidade no capítulo do meio ambiente na Constituinte, Fábio Feldman, que estava nesses últimos dois meses com um problema de saúde e agora já recuperado, deseja vir à Comissão, então, nós já podemos fazer na próxima semana uma Audiência Específica com esses, com os especialistas, com algumas visões, aproveitar na próxima semana e dar, até, uma consistência ao trabalho a ser desenvolvido nas Audiências Públicas Externas. Então, eu acho que a Comissão pode escolher da lista de convidados. Nós temos na terça-feira dia 29. Na próxima semana tem ou não?

SRª. VERÔNICA MAIA BARAVIERA: Não. Na próxima semana, ele havia pedido para aprovar o Relatório parcial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Na semana que vem nós temos a Reunião do Relatório parcial, aprovação do Relatório parcial. Vamos tentar, vamos concentrar, na aprovação do Relatório.

Mas vamos dar uma analisada na questão do tempo, de repente a gente coloca uma outra Sessão para debate e traz mais alguns especialistas. Pelo menos seria interessante ouvir alguns especialistas antes dessa Audiência de Manaus, que tem mais a ver com a Região, para irmos já à audiência com algumas informações importantes. E o professor, nós vamos ter que ouvi-lo em São Paulo. Pelo menos, essa informação que ele passou à Comissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, só uma questão, só um convite. Primeiro o seguinte: Nós... eu estou me convencendo da necessidade, também, de nós enquanto Comissão, irmos à Região Nordeste. Será talvez que seja uma boa oportunidade, porque também eu gostaria e, certamente, os membros da Comissão gostariam de visitar uma usina de geração eólica e acho que no Ceará nós temos a

oportunidade de fazermos isso, até para que a gente possa debater quais são os problemas, quais são os gargalos, quais são as dificuldades da geração eólica no Brasil. E faríamos uma Audiência Pública sobre as consequências do aquecimento sobre a Região Nordeste brasileira, que é uma das Regiões mais atingidas, tá certo? Já é e se tornará cada vez mais, mais atingida essa Região. Então, só concordando com o Deputado, com o Senador Inácio Arruda. E fazer um convite, que o Deputado Bessa deixou aqui, dia 11 e 16 de junho, em Teresina, vai ter um Congresso Internacional de Biocombustíveis. Vão... Tocantins, Maranhão e Piauí patrocinam esse evento e ele deixou um convite... junto com a EMBRAPA, deixou um convite, para que os membros da Comissão possam participar, de 11 a 16, de segunda a sexta-feira de junho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Bom, não havendo...

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Com a palavra o Senador Delcídio.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu só gostaria de sugerir ou a data de 8 de junho, ou a data de 22 de junho para essa Audiência Pública em Campo Grande, porque dia 29 não vai ser possível.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): 8 de junho está muito em cima. Nós vamos organizar uma ida à Manaus no dia 18 de junho e gostaria de consultá-lo se não é possível deixarmos para julho essa visita?

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Então...

SRª. VERÔNICA MAIA BARAVIERA: Primeira semana de julho?

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Julho? Bom, então nós vamos propor, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sugiro que a sua Assessoria com a nossa Assessoria, com a Verônica, pudesse definir uma data.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Ok. E inclusive nós já vamos apresentar a listagem das instituições, das pessoas que vão fazer parte dessa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Reunião, convocando os senhores membros para a próxima Reunião, dia 23 de maio, quarta-feira. Está encerrada a Sessão. – Deputado Eduardo Gomes, Presidente.

Sessão encerrada às 11h29.



EDIÇÃO DE HOJE: 758 PÁGINAS

(OS:13069/2007)